ISSN 1677-7042

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL • IMPRENSA NACIONAL

Ano CLVIII Nº 235 Brasília - DF, quarta-feira, 9 de dezembro de 2020 SEÇÃO 1

Sumário

Atos do Poder Judiciário 1
Atos do Poder Executivo 3
Presidência da República 4
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento 6
Ministério da Cidadania 186
Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações 186
Ministério das Comunicações 191
Ministério da Defesa 193
Ministério do Desenvolvimento Regional 195
Ministério da Economia 197
Ministério da Educação 250
Ministério da Infraestrutura 257
Ministério da Justiça e Segurança Pública 265
Ministério de Minas e Energia 274
Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos 278
Ministério das Relações Exteriores 288
Ministério da Saúde 289
Ministério do Turismo 378
Tribunal de Contas da União 380
Poder Legislativo 461
Poder Judiciário 461
Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais 466

..... Esta edição completa do DOU é composta de 469 páginas .....

Atos do Poder Judiciário

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

PLENÁRIO

DECISÕES
Ação Direta de Inconstitucionalidade e
Ação Declaratória de Constitucionalidade
(Publicação determinada pela Lei nº 9.868, de 10.11.1999)

Acórdãos

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 2.501 **(1)**

ORIGEM	: ADI - 102529 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED.	: MINAS GERAIS
RELATOR	**: MIN. JOAQUIM BARBOSA**
REQTE.(S)	: PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA
INTDO.(A/S)	: ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
INTDO.(A/S)	: AFEESMIG - ASSOCIAÇÃO DAS FUND. EDUC. DE ENSINO SUPERIOR DO ESTADO DE MINAS GERAIS
ADV.(A/S)	: TOSHIO MUKAI (18615/SP)
ADV.(A/S)	: CASSIO EDUARDO ROSA RESENDE (79412/MG)

Decisão: O Tribunal, por unanimidade, rejeitou a preliminar de prejudicialidade da ação em face da alteração da norma impugnada. Também por unanimidade, o Tribunal não conheceu da ação quanto aos §§ 1º e 2º do artigo 81 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição do Estado de Minas Gerais; conheceu e julgou procedente a ação para declarar a inconstitucionalidade do inciso II do § 1º do artigo 82, do ADCT da Constituição Mineira, bem como, por arrastamento, os §§ 4º, 5º e 6º do mesmo artigo 82, os quais foram acrescentados pela Emenda Constitucional estadual nº 70/2005, vencido parcialmente o Senhor Ministro Marco Aurélio. Fixada a modulação de efeitos nos termos do voto do Relator, vencido o Senhor Ministro Marco Aurélio que não adentrava a questão. Votou o Presidente, Ministro Gilmar Mendes. Ausente, justificadamente, a Senhora Ministra Cármen Lúcia. Falaram, pela requerida, Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, o Dr. Carlos Frederico Gusman de Oliveira e, pela *amicus curiae*, Associação das Fundações Educacionais de Ensino Superior do Estado de Minas Gerais - AFEESMIG, o Dr. Toshio Mukai. Plenário, 04.09.2008.

EMENTA: AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. ART. 81 E 82 DO ADCT DA CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DE MINAS GERAIS. INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR CRIADAS PELO ESTADO E MANTIDAS PELA INICIATIVA PRIVADA. SUPERVISÃO PEDAGÓGICA DO CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO. ALCANCE. OFENSA AO ARTIGO 22, XXIV DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. INCONSTITUCIONALIDADE FORMAL. EMENDA CONSTITUCIONAL ESTADUAL 70/2005. ALTERAÇÃO SUBSTANCIAL. NÃO CARACTERIZAÇÃO. AÇÃO DIRETA JULGADA PROCEDENTE. MODULAÇÃO DOS EFEITOS.

1. Ação não conhecida quanto aos §§ 1º e 2º do artigo 81 e ao § 2º do art. 82, todos do ADCT da Constituição do Estado de Minas Gerais, uma vez que esses dispositivos, de natureza transitória, já exauriram seus efeitos.

2. A modificação do artigo 82 do ADCT da Constituição mineira pela Emenda Constitucional Estadual 70/2005 não gerou alteração substancial da norma. Ausência de prejudicialidade da presente ação direta.

3. O **alcance** da expressão "supervisão pedagógica", contida no inciso II do art. 82 do ADCT da Constituição Estadual de Minas Gerais, vai além do mero controle do conteúdo acadêmico dos cursos das instituições superiores privadas mineiras. Na verdade, a aplicação do dispositivo interfere no próprio reconhecimento e credenciamento de cursos superiores de universidades que são, atualmente, em sua integralidade privadas, pois extinto o vínculo com o Estado de Minas Gerais.

4. O simples fato de a instituição de ensino superior ser mantida ou administrada por pessoas físicas ou jurídicas de direito privado basta à sua caracterização como instituição de ensino privada, e, por conseguinte, sujeita ao Sistema Federal de Ensino.

5. Portanto, as instituições de ensino superior originalmente **criadas** pelo estado de Minas Gerais, mas dele desvinculadas após a Constituição estadual de 1989, e sendo agora **mantidas** pela iniciativa privada, não pertencem ao Sistema Estadual de Educação e, consequentemente, não estão subordinadas ao Conselho Estadual de Educação, em especial no que tange à criação, ao credenciamento e descredenciamento, e à autorização para o funcionamento de cursos.

6. Invade a competência da União para legislar sobre diretrizes e bases da educação a norma estadual que, ainda que de forma indireta, subtrai do Ministério da Educação a competência para autorizar, reconhecer e credenciar cursos em instituições superiores privadas.

7. Inconstitucionalidade formal do art. 82, § 1º, II da Constituição do Estado de Minas Gerais que se reconhece por invasão de competência da União para legislar sobre diretrizes e bases da educação (art. 22, XXIV da CF/88). Inconstitucionalidade por arrastamento dos § 4º, § 5º e § 6º do mesmo art. 82, inseridos pela Emenda Constitucional Estadual 70/2005.

8. A autorização, o credenciamento e o reconhecimento dos cursos superiores de instituições privadas são regulados pela lei federal 9.394/1996, Lei de Diretrizes e Bases da Educação. Portanto, a presente decisão não abrange as instituições de ensino superior estaduais, criadas e mantidas pelo Estado de Minas Gerais - art. 10, IV c/c art. 17, I e II da lei 9.394/1996.

9. Tendo em vista o excepcional interesse social, consistente no fato de que milhares de estudantes freqüentaram e freqüentam cursos oferecidos pelas instituições superiores mantidas pela iniciativa privada no Estado de Minas Gerais, é deferida a modulação dos efeitos da decisão (art. 27 da lei 9.868/1999), a fim de que sejam considerados válidos os atos (diplomas, certificados, certidões etc.) praticados pelas instituições superiores de ensino atingidas por essa decisão, até a presente data, sem prejuízo do ulterior exercício, pelo Ministério da Educação, de suas atribuições legais em relação a essas instituições superiores.

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 4.973 **(2)**

ORIGEM	: ADI - 4973 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED.	: SERGIPE
RELATOR	**: MIN. CELSO DE MELLO**
REQTE.(S)	: PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA
INTDO.(A/S)	: ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SERGIPE
ADV.(A/S)	: SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS

Decisão: O Tribunal, por maioria, julgou procedente a ação direta, para declarar a inconstitucionalidade do § 8º do art. 232 da Constituição do Estado de Sergipe, nos termos do voto do Relator, vencidos os Ministros Edson Fachin, Marco Aurélio e Rosa Weber. Plenário, Sessão Virtual de 25.9.2020 a 2.10.2020.

E M E N T A: AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE - **NORMA INSCRITA** *NA CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DE SERGIPE* **QUE IMPÕE RESTRIÇÃO À IMPLANTAÇÃO**, *NO ESPAÇO TERRITORIAL DAQUELA UNIDADE DA FEDERAÇÃO*, DE INSTALAÇÕES INDUSTRIAIS **DESTINADAS À PRODUÇÃO** *DE ENERGIA NUCLEAR* **E QUE ESTABELECEM VEDAÇÃO** AO TRANSPORTE, AO DEPÓSITO **OU** À DISPOSIÇÃO FINAL DE REJEITOS RADIOATIVOS - **TEMA QUE SE INCLUI** *NA ESFERA DE COMPETÊNCIA PRIVATIVA* DA UNIÃO FEDERAL **PARA LEGISLAR** *SOBRE ATIVIDADES NUCLEARES DE QUALQUER NATUREZA* (**CF**, ART. 22, XXVI) - **USURPAÇÃO**, *PELO ESTADO-MEMBRO*, **DA COMPETÊNCIA** CONSTITUCIONALMENTE RESERVADA À UNIÃO FEDERAL - **OFENSA** AO ART. 22, XXVI, DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA - **LIMITAÇÕES** *AO PODER CONSTITUINTE DECORRENTE* - **PRERROGATIVA QUE NÃO SE REVESTE** *DE CARÁTER ABSOLUTO* - **REAFIRMAÇÃO DA JURISPRUDÊNCIA CONSOLIDADA** PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL **NA MATÉRIA** - **PRECEDENTES** - **PARECER** DA PROCURADORIA- -GERAL DA REPÚBLICA *PELA INCONSTITUCIONALIDADE* - **AÇÃO DIRETA** *JULGADA PROCEDENTE*.

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 4.973 **(3)**

ORIGEM	: ADI - 4973 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED.	: SERGIPE
RELATOR	**: MIN. CELSO DE MELLO**
REQTE.(S)	: PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA
INTDO.(A/S)	: ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SERGIPE
ADV.(A/S)	: SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS

Decisão: O Tribunal, por maioria, julgou procedente a ação direta, para declarar a inconstitucionalidade do § 8º do art. 232 da Constituição do Estado de Sergipe, nos termos do voto do Relator, vencidos os Ministros Edson Fachin, Marco Aurélio e Rosa Weber. Plenário, Sessão Virtual de 25.9.2020 a 2.10.2020.

E M E N T A: AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE - **NORMA INSCRITA** *NA CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DE SERGIPE* **QUE IMPÕE RESTRIÇÃO À IMPLANTAÇÃO**, *NO ESPAÇO TERRITORIAL DAQUELA UNIDADE DA FEDERAÇÃO*, DE INSTALAÇÕES INDUSTRIAIS **DESTINADAS À PRODUÇÃO** *DE ENERGIA NUCLEAR* **E QUE ESTABELECEM VEDAÇÃO** AO TRANSPORTE, AO DEPÓSITO **OU** À DISPOSIÇÃO FINAL DE REJEITOS RADIOATIVOS - **TEMA QUE SE INCLUI** *NA ESFERA DE COMPETÊNCIA PRIVATIVA* DA UNIÃO FEDERAL **PARA LEGISLAR** *SOBRE ATIVIDADES NUCLEARES DE QUALQUER NATUREZA* (**CF**, ART. 22, XXVI) - **USURPAÇÃO**, *PELO ESTADO-MEMBRO*, **DA COMPETÊNCIA** CONSTITUCIONALMENTE RESERVADA À UNIÃO FEDERAL - **OFENSA** AO ART. 22, XXVI, DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA - **LIMITAÇÕES** *AO PODER CONSTITUINTE DECORRENTE* - **PRERROGATIVA QUE NÃO SE REVESTE** *DE CARÁTER ABSOLUTO* - **REAFIRMAÇÃO DA JURISPRUDÊNCIA CONSOLIDADA** PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL **NA MATÉRIA** - **PRECEDENTES** - **PARECER** DA PROCURADORIA- -GERAL DA REPÚBLICA *PELA INCONSTITUCIONALIDADE* - **AÇÃO DIRETA** *JULGADA PROCEDENTE*.

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 5.599 **(4)**

ORIGEM	: ADI - 5599 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED.	: DISTRITO FEDERAL
RELATOR	**: MIN. EDSON FACHIN**
REQTE.(S)	: PARTIDO SOCIALISMO E LIBERDADE - PSOL
ADV.(A/S)	: ANDRÉ BRANDÃO HENRIQUES MAIMONI (0029498/DF) E OUTRO(A/S)
REQTE.(S)	: CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO - CNTE

AVISO

Foi publicada em 8/12/2020 a edição extra nº 234-A do *DOU*.
Para acessar o conteúdo, clique aqui.

IMPRENSA NACIONAL
Conexão com a informação oficial

ADV.(A/S) : GUSTAVO TEIXEIRA RAMOS (DF017725/)
INTDO.(A/S) : PRESIDENTE DA REPÚBLICA
PROC.(A/S)(ES) : ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO

Decisão: O Tribunal, por unanimidade, conheceu parcialmente da ação direta e, nessa parte, julgou-a improcedente, nos termos do voto do Relator. Falou, pelo interessado, o Ministro José Levi Mello do Amaral Junior, Advogado-Geral da União. Não participou deste julgamento a Ministra Rosa Weber. Plenário, Sessão Virtual de 16.10.2020 a 23.10.2020.

Ementa: AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. DIREITO CONSTITUCIONAL. MEDIDA PROVISÓRIA Nº 746/2016. CONVERSÃO NA LEI Nº 13.415/2017. MODIFICAÇÃO SUBSTANCIAL. PREJUDICIALIDADE PARCIAL DA AÇÃO. ANÁLISE DA INCONSTITUCIONALIDADE FORMAL. REQUISITO DE URGÊNCIA PARA EDIÇÃO DE MEDIDA PROVISÓRIA. EXCEPCIONALIDADE ENSEJADORA DA ATUAÇÃO DO PODER JUDICIÁRIO NÃO CARACTERIZADA. PRECEDENTES. IMPROCEDÊNCIA DA AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE.

1. As alterações introduzidas pelo Projeto de Lei de Conversão n. 34/2016, posteriormente transformado na Lei n. 13.415/2017 são significativas a ponto de interromper a continuidade normativa do texto primitivo da Medida Provisória n. 746/2016, resultando na extinção parcial da presente ação por perda superveniente de objeto. Precedentes.

2. A inconstitucionalidade formal de medida provisória não se convalida com a sua conversão em lei, razão pela qual, conquanto haja perda de objeto relativamente à inconstitucionalidade material, remanesce o interesse de agir no que tange à inconstitucionalidade formal.

3. No limitado controle dos requisitos formais da medida provisória deve o Poder Judiciário verificar se as razões apresentadas na exposição de motivos pelo Chefe do Poder Executivo são congruentes com a urgência e a relevância alegadas, sem adentrar ao juízo de fundo que o texto constitucional atribui ao Poder Legislativo.

4. Ação direta julgada improcedente.

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 6.038 **(5)**
ORIGEM : 6038 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : ALAGOAS
RELATOR : MIN. ROBERTO BARROSO
REQTE.(S) : PARTIDO DEMOCRATICO TRABALHISTA
ADV.(A/S) : MATEUS DE LIMA COSTA RIBEIRO (59080/DF)
INTDO.(A/S) : PRESIDENTE DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE ALAGOAS
ADV.(A/S) : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS
AM. CURIAE. : GRUPO DIGNIDADE - PELA CIDADANIA DE GAYS, LESBICAS E TRANSGENEROS
AM. CURIAE. : ALIANCA NACIONAL LGBTI
ADV.(A/S) : ANDRESSA REGINA BISSOLOTTI DOS SANTOS (83570/PR)
ADV.(A/S) : ANANDA HADAH RODRIGUES PUCHTA (80651/PR)
AM. CURIAE. : ABGLT - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE LÉSBICAS, GAYS, BISSEXUAIS, TRAVESTIS, TRANSEXUAIS E INTERSEXOS
AM. CURIAE. : GADVS - GRUPO DE ADVOGADOS PELA DIVERSIDADE SEXUAL E DE GÊNERO
ADV.(A/S) : PAULO ROBERTO IOTTI VECCHIATTI (242668/SP)
AM. CURIAE. : ASSOCIACAO NACIONAL DE JURISTAS PELOS DIREITOS HUMANOS DE LESBICAS, GAYS, BISSEXUAIS, TRAVESTIS, TRANSEXUAIS, TRANSGENEROS E INTERSEXUAIS
ADV.(A/S) : RAFAEL DOS SANTOS KIRCHHOFF (46088/PR)
AM. CURIAE. : ASSOCIACAO ARTIGO 19 BRASIL
ADV.(A/S) : DENISE DOURADO DORA (19054/RS)
ADV.(A/S) : LAURA DA CUNHA VARELLA (373981/SP)
ADV.(A/S) : DANIELA RIBEIRO IKAWA (175225/SP)
AM. CURIAE. : COMITÊ LATINO-AMERICANO E DO CARIBE PARA A DEFESA DOS DIREITOS DAS MULHERES - CLADEM/BRASIL
AM. CURIAE. : THEMIS, GENERO, JUSTICA E DIREITOS HUMANOS
AM. CURIAE. : CIDADANIA, ESTUDO, PESQUISA, INFORMAÇÃO E AÇÃO (CEPIA)
AM. CURIAE. : INSTITUTO MARIA DA PENHA (IMP)
AM. CURIAE. : CENTRO FEMINISTA DE ESTUDOS E ASSESSORIA (CFEMEA)
AM. CURIAE. : ASSOCIAÇÃO TAMO JUNTAS - ASSESSORIA JURÍDICA GRATUITA PARA MULHERES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA
ADV.(A/S) : LEILA DE ANDRADE LINHARES BARSTED (034775/RJ)
ADV.(A/S) : INGRID VIANA LEAO (11839/PA)
ADV.(A/S) : SANDRA LIA LEDA BAZZO BARWINSKI (18275/PR)

Decisão: O Tribunal, por maioria, julgou procedente o pedido formulado na ação direta para declarar inconstitucional a integralidade da Lei nº 7.800/2016 do Estado de Alagoas, nos termos do voto do Relator, vencido o Ministro Marco Aurélio. Não participou deste julgamento, por motivo de licença médica, o Ministro Celso de Mello. Plenário, Sessão Virtual de 14.8.2020 a 21.8.2020.

EMENTA*:* Direito constitucional. Ação direta de inconstitucionalidade. Programa Escola Livre. Lei estadual. Vícios formais (de competência e de iniciativa) e afronta ao pluralismo de ideias. Ação Direta de Inconstitucionalidade julgada procedente.

I. Vícios formais da Lei 7.800/2016 do Estado de Alagoas:

1. Violação à competência privativa da União para legislar sobre diretrizes e bases da educação nacional (CF, art. 22, XXIV): a liberdade de ensinar e o pluralismo de ideias são princípios e diretrizes do sistema (CF, art. 206, II e III);

2. Afronta a dispositivos da Lei de Diretrizes e Bases da Educação: usurpação da competência da União para estabelecer normas gerais sobre o tema (CF, art. 24, IX e § 1º);

3. Violação à competência privativa da União para legislar sobre direito civil (CF, art. 22, I): a lei impugnada prevê normas contratuais a serem observadas pelas escolas confessionais;

4. Violação à iniciativa privativa do Chefe do Executivo para deflagrar o processo legislativo (CF, art. 61, § 1º, "c" e "e", ao art. 63, I): não é possível, mediante projeto de lei de iniciativa parlamentar, promover a alteração do regime jurídico aplicável aos professores da rede escolar pública, a alteração de atribuições de órgão do Poder Executivo e prever obrigação de oferta de curso que implica aumento de gastos.

II. Inconstitucionalidades materiais da Lei 7.800/2016 do Estado de Alagoas:

5. Violação do direito à educação com o alcance pleno e emancipatório que lhe confere a Constituição. Supressão de domínios inteiros do saber do universo escolar. Incompatibilidade entre o suposto dever de neutralidade, previsto na lei, e os princípios constitucionais da liberdade de ensinar, de aprender e do pluralismo de ideias (CF/1988, arts. 205, 206 e 214).

6. Vedações genéricas de conduta que, a pretexto de evitarem a doutrinação de alunos, podem gerar a perseguição de professores que não compartilhem das visões dominantes. Risco de aplicação seletiva da lei, para fins persecutórios. Violação ao princípio da proporcionalidade (CF/1988, art. 5º, LIV, c/c art. 1º).

7. Ação direta de inconstitucionalidade julgada procedente.

AG.REG. NA AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 6.463 **(6)**
ORIGEM : 6463 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : TOCANTINS
RELATOR : MIN. CELSO DE MELLO
AGTE.(S) : FEDERACAO DAS ENTIDADES SINDICAIS DOS OFICIAIS DE JUSTICA DO BRASIL - FESOJUS-BR
ADV.(A/S) : BELMIRO GONCALVES DE CASTRO (8839/A/MT, 2193/RO) E OUTRO(A/S)
INTDO.(A/S) : GOVERNADOR DO ESTADO DE TOCANTINS
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DO TOCANTINS
INTDO.(A/S) : ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE TOCANTINS
ADV.(A/S) : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS

Decisão: O Tribunal, por maioria, negou provimento ao agravo, nos termos do voto do Relator, vencido o Ministro Marco Aurélio. Plenário, Sessão Virtual de 25.9.2020 a 2.10.2020.

E M E N T A: **AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE** - *ENTIDADE SINDICAL DE SEGUNDO GRAU* - **INADMISSIBILIDADE** - **LEGITIMAÇÃO ATIVA** PARA A INSTAURAÇÃO DO CONTROLE "*IN ABSTRACTO*" DE CONSTITUCIONALIDADE **QUE SE RECONHECE**, *ENTRE OS ÓRGÃOS QUE COMPÕEM A ESTRUTURA SINDICAL BRASILEIRA*, **APENAS** *ÀS CONFEDERAÇÕES* (**ENTIDADES SINDICAIS** *DE TERCEIRO GRAU*) - **PRECEDENTES** - **ALEGAÇÃO** DE QUE A AUTORA, **NÃO OBSTANTE** *O SEU CARÁTER* ***INEQUIVOCAMENTE*** *SINDICAL*, **LEGITIMAR-SE-IA** AO AJUIZAMENTO DA AÇÃO DIRETA **NA CONDIÇÃO** *DE ENTIDADE DE CLASSE DE ÂMBITO NACIONAL* - **IMPOSSIBILIDADE** - **CONDIÇÃO JURÍDICA PRÓPRIA** DAS ENTIDADES SINDICAIS **QUE LHES CONFERE** *UMA NATUREZA DISTINTA* **DAS DEMAIS CATEGORIAS** DE ASSOCIAÇÕES DE CLASSE - **QUALIDADE JURÍDICA** *QUE NÃO PODE SER DESCONSIDERADA*, MOMENTANEAMENTE, **COM O FIM DE VIABILIZAR**, *POR CONVENIÊNCIA PROCESSUAL*, **O ACESSO** AOS INSTRUMENTOS DE FISCALIZAÇÃO NORMATIVA ABSTRATA **PERANTE** O SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL - **PRECEDENTES** - AÇÃO DIRETA **NÃO CONHECIDA** - **INTERPOSIÇÃO** DE RECURSO DE AGRAVO **CONTRA** ESSA DECISÃO - **RECURSO DE AGRAVO IMPROVIDO**.

- **As federações e os sindicatos**, *mesmo aqueles de âmbito nacional*, **não dispõem** de legitimidade ativa **para o ajuizamento** da ação direta de inconstitucionalidade **perante** o Supremo Tribunal Federal. **Precedentes**.

- **No âmbito** da estrutura sindical brasileira, **somente** *as confederações sindicais* - **que constituem** *entidades de grau superior* - **possuem** qualidade para agir, **em sede** de controle normativo abstrato, **perante** a Suprema Corte (**CF**, art. 103, IX). **Precedentes**.

- **Ao reconhecer** *legitimação para agir* **em sede** de fiscalização abstrata *às confederações sindicais* **e** *às entidades de classe de âmbito nacional*, **a Constituição da República** (art. 103, IX) **tratou** de situações **que não são** *intercambiáveis*, **não se admitindo**, *por isso mesmo*, **para efeito** de ativação da jurisdição de controle "*in abstracto*", que uma entidade sindical **de segundo grau**, **demitindo-se**, *momentaneamente*, **de sua condição sindical**, **invoque** *a qualidade de entidade de classe de âmbito nacional*. **Precedentes**.

EMB.DECL. NA AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 2.501 **(7)**
ORIGEM : ADI - 102529 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : MINAS GERAIS
RELATOR : MIN. ROBERTO BARROSO
EMBTE.(S) : ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
ADV.(A/S) : CARLOS FREDERICO GUSMAN PEREIRA (39478/MG)
EMBDO.(A/S) : PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA

Decisão: O Tribunal, por unanimidade, deu parcial provimento aos embargos de declaração, apenas para corrigir erro material apontado na ementa do acórdão, em seu item 7, onde deve constar menção ao art. 82, § 1º, inciso II, e §§ 4º a 6º, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias - ADCT da Constituição do Estado de Minas Gerais, e não ao dispositivo do corpo permanente daquela Carta, nos termos do voto do Relator. Não participou deste julgamento a Ministra Rosa Weber. Plenário, Sessão Virtual de 16.10.2020 a 23.10.2020.

Ementa: Direito constitucional Embargos de declaração em Ação direta de inconstitucionalidade. Ausência de omissão, obscuridade ou contradição. Pretensão meramente infringente. Erro material. Correção. Parcial provimento.

1. Não há obscuridade, contradição, omissão no acórdão questionado, o que afasta a presença dos pressupostos de embargabilidade. A via recursal adotada não se mostra adequada para a renovação de julgamento que se efetivou regularmente. Os embargos de declaração não se prestam a veicular mero inconformismo da parte recorrente, sendo incabível a reforma do julgado a pretexto de sanar vícios de omissão, contradição ou obscuridade inexistentes.

2. O erro material identificado na ementa do acórdão, de fato, ocorreu, tendo sido mencionado dispositivo diverso daquele declarado inconstitucional. Necessidade de correção.

3. Embargos de declaração parcialmente providos.

DECISÕES

Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental
(Publicação determinada pela Lei nº 9.882, de 03.12.1999)

Acórdãos

ARGUIÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO FUNDAMENTAL 504 **(8)**
ORIGEM : 504 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : MATO GROSSO
RELATORA : MIN. ROSA WEBER
REQTE.(S) : ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS DEFENSORES PÚBLICOS - ANADEP
ADV.(A/S) : LAURA PIMENTEL DO CARMO (39230/DF) E OUTRO(A/S)
INTDO.(A/S) : GOVERNADOR DO ESTADO DE MATO GROSSO
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DE MATO GROSSO

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA • SECRETARIA-GERAL • IMPRENSA NACIONAL
JAIR MESSIAS BOLSONARO, Presidente da República
JORGE ANTONIO DE OLIVEIRA FRANCISCO, Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral
ARIOSTO ANTUNES CULAU, Diretor-Geral da Imprensa Nacional
DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO
Em circulação desde 1º de outubro de 1862
ALEXANDRE MIRANDA MACHADO, Coordenador-Geral de Publicação e Divulgação
HELDER KLEIST OLIVEIRA, Coordenador de Editoração e Publicação de Jornais Oficiais
SEÇÃO 1 • Publicação de atos normativos
SEÇÃO 2 • Publicação de atos relativos a pessoal da Administração Pública Federal
SEÇÃO 3 • Publicação de contratos, editais, avisos e ineditoriais
www.in.gov.br ouvidoria@in.gov.br
SIG, Quadra 6, Lote 800, CEP 70610-460, Brasília - DF
CNPJ: 04196645/0001-00 Fone: (61) 3441-9450

AM. CURIAE. : SINDICATO DOS SERVIDORES DO PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MATO GROSSO - SINJUSMAT
ADV.(A/S) : BRUNO JOSÉ RICCI BOAVENTURA (9271/MT) E OUTRO(A/S)

Decisão: O Tribunal, por maioria, entendeu pela perda superveniente de objeto quanto ao pedido de valores retidos dos duodécimos relativos aos exercícios financeiros de 2017 e 2018, converteu o referendo à liminar em julgamento definitivo de mérito a fim de julgar procedente a arguição de descumprimento de preceito fundamental para determinar que o Poder Executivo do Estado de Mato Grosso repasse os recursos correspondentes às dotações orçamentárias da Defensoria Pública estadual, sob a forma de duodécimos, até o dia vinte de cada mês, de acordo com a norma inferida do art. 168 da Constituição Federal, e julgou prejudicado o agravo regimental interposto pelo Estado de Mato Grosso contra a decisão monocrática de deferimento da medida cautelar, nos termos do voto da Relatora, vencido o Ministro Marco Aurélio, que julgava parcialmente procedente o pedido. O Ministro Gilmar Mendes acompanhou a Relatora com ressalvas. Plenário, Sessão Virtual de 9.10.2020 a 19.10.2020.

EMENTA

CONSTITUCIONAL. ARGUIÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO FUNDAMENTAL. AUTONOMIA ADMINISTRATIVA, FINANCEIRA E FUNCIONAL DA DEFENSORIA PÚBLICA COMO PRECEITO FUNDAMENTAL. O PAPEL INSTITUCIONAL DA DEFENSORIA PÚBLICA NO SISTEMA DE JUSTIÇA. ACESSO À JUSTIÇA COMO DIREITO FUNDAMENTAL E ELEMENTO ESTRUTURANTE DO ESTADO DE DIREITO. REPASSE OBRIGATÓRIO DE RECURSOS POR DUODÉCIMOS. INTERPRETAÇÃO DO ART. 168 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. PRECEDENTES DESTE PLENÁRIO. ARGUMENTO DE FRUSTRAÇÃO DE RECEITAS PELO PODER PÚBLICO É EXCEPCIONAL. AÇÃO CONSTITUCIONAL JULGADA PROCEDENTE.

1. Legitimidade ativa da Associação Nacional dos Defensores Públicos (Anadep). Precedentes.

2. Os direitos fundamentais processuais, percebidos e reconhecidos como categoria jurídica, representam não apenas um mínimo essencial para a defesa dos cidadãos frente a atuação do poder estatal, presentado pelo Poder Judiciário, mas, antes, um conjunto permanente e imutável de direitos de um sistema civilizado de administração da justiça.

3. O acesso à justiça deve ser reconhecido como um direito efetivo, e não uma mera perspectiva teórica e abstrata. É certo, contudo, que barreiras há a dificultar, quando não a obstaculizar, o acesso efetivo e adequado ao sistema de justiça geral. Essas barreiras consistem em problemas sociais, estruturais, econômicos e mesmo jurídicos, na medida em que o direito de acesso ao judiciário implica custos financeiros, culturais e sociais.

4. A reivindicação dos direitos, notadamente das pessoas hipossuficientes do ponto de vista social e financeiro, é tarefa que compõe o direito de acesso à justiça, o qual é categorizado como o direito aos direitos, e o desenho da administração da justiça. Sem o adequado conhecimento dos direitos e sem estruturas e técnicas processuais adequadas, os direitos fundamentais individuais, coletivos ou sociais, são quimeras e abstrações, destituídas de significado jurídico e normativo.

5. O papel de garantia da assistência judiciária de qualidade técnica e, por conseguinte, da tutela do direito de acesso à justiça (em concepção ampla), que envolve os direitos fundamentais processuais e os meios adequados para a reivindicação dos direitos, é desempenhado, na ordem constitucional brasileira, pela figura da Defensoria Pública, nos termos do art. 134 da Constituição Federal.

6. A ordem constitucional brasileira previu a figura da instituição da Defensoria Pública como medida necessária e indispensável para o incremento da realização do direito de acesso à justiça. O papel da Defensoria Pública, enquanto órgão de Estado essencial para o funcionamento da justiça, foi decidido por esse Supremo Tribunal Federal no julgamento da ADI 2.903.

7. O art. 168 da Constituição Federal (*Os recursos correspondentes às dotações orçamentárias, compreendidos os créditos suplementares e especiais, destinados aos órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário, do Ministério Público e da Defensoria Pública, ser-lhes-ão entregues até o dia 20 de cada mês, em duodécimos, na forma da lei complementar a que se refere o art. 165, § 9º*), pretendeu resguardar a higidez do orçamento destinado às Defensorias Públicas, por meio da técnica do repasse obrigatório dos recursos por duodécimos. Técnica responsável por garantir a efetividade do princípio da independência funcional e financeira dessa instituição. Precedentes - ADPF 384 e ADPF 339-PI.

8. O desenho de autonomia financeira é voltado para a proteção da interferência indevida do Chefe do Poder Executivo em outros Poderes e órgãos (ou instituições) de Estado. O argumento de contingenciamento de gastos públicos não pode ser usado como instrumento de barganha política contra outros poderes e instituições, sob pena de deturpação e captura do Estado de Direito.

9. O afastamento da incidência da regra plasmada no art. 168 da Lei Maior, bem como dos precedentes judiciais afirmados, pode ocorrer quando presente causa excepcional. Tal exceção consiste na hipótese de frustração de receita líquida arrecadada pelo ente federado, de modo a impossibilitar o cumprimento das obrigações financeiras e orçamentárias. Não comprovação no caso.

10. Acordo extrajudicial formulado. Objeto consistente nos valores retidos dos duodécimos relativos aos exercícios financeiros de 2017 e 2018. Disposições patrimoniais. Cumprimento do acordo com o pagamento das parcelas vencidas. Perda de objeto superveniente quanto ao pedido.

11. Arguição de descumprimento de preceito fundamental julgada procedente.

Secretaria Judiciária
PATRÍCIA PEREIRA DE MOURA MARTINS
Secretária

Atos do Poder Executivo

DECRETO Nº 10.565, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2020

Dispõe sobre a qualificação do leilão de instalações de transmissão nº 1 de 2020 no âmbito do Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência da República e a exclusão de usinas hidrelétricas do referido Programa.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, **caput**, incisos IV e VI, alínea "a", da Constituição, e tendo em vista o disposto no art. 4º da Lei nº 13.334, de 13 de setembro de 2016, e na Resolução nº 108, de 19 de fevereiro de 2020, do Conselho do Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência da República,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica qualificado, no âmbito do Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência da República - PPI, o leilão de instalações de transmissão nº 1 de 2020.

Art. 2º Ficam excluídas do PPI as seguintes usinas hidrelétricas, qualificadas no âmbito do referido Programa por meio do Decreto nº 8.893, de 1º de novembro de 2016:

I - Usina Hidrelétrica Pery; e

II - Usina Hidrelétrica Agro Trafo.

Art. 3º Ficam revogadas as alíneas "d" e "e" do inciso X do **caput** do art. 1º do Decreto nº 8.893, de 2016.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 8 de dezembro de 2020; 199º da Independência e 132º da República.

JAIR MESSIAS BOLSONARO
Paulo Guedes

DECRETO Nº 10.566, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2020

Institui o Comitê Integrado de Governança da Presidência da República.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, **caput**, inciso VI, alínea "a", da Constituição,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica instituído o Comitê Integrado de Governança da Presidência da República, com o objetivo de desenvolver e monitorar políticas e diretrizes estratégicas transversais de governança, no âmbito da Presidência da República e da Vice-Presidência da República.

Art. 2º Ao Comitê compete:

I - estabelecer orientações e deliberar sobre temas estratégicos de governança de alcance transversal entre os órgãos que o compõe;

II - atuar, de forma integrada, na manutenção de processos, de estruturas, de práticas e de mecanismos adequados à incorporação dos princípios e das diretrizes de governança previstos no Decreto nº 9.203, de 22 de novembro de 2017;

III - incentivar a aplicação das melhores práticas de governança que:

a) visem a implementar o acompanhamento de resultados;

b) promovam soluções para melhoria do desempenho institucional; ou

c) adotem instrumentos que aprimorem o processo decisório;

IV - promover e acompanhar a implementação das medidas, dos mecanismos e das práticas organizacionais de governança oriundas do Comitê Interministerial de Governança;

V - promover a integração de iniciativas de governança e o aperfeiçoamento dos fluxos transversais de comunicação;

VI - aprovar planos, políticas, planejamentos e projetos no contexto de ações de governança;

VII - promover a padronização de procedimentos e práticas de governança; e

VIII - promover a implementação, execução e monitoramento do Programa de Integridade da Presidência da República.

Art. 3º O Comitê é composto pelo:

I - Secretário-Executivo da Secretaria-Geral da Presidência da República, que o coordenará;

II - Secretário-Executivo da Casa Civil da Presidência da República;

III - Secretário-Executivo da Secretaria de Governo da Presidência da República;

IV - Secretário-Executivo do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República;

V - Chefe do Gabinete Pessoal do Presidente da República;

VI - Assessor-Chefe da Assessoria Especial do Presidente da República;

VII - Secretário Especial de Assuntos Estratégicos da Presidência da República; e

VIII - Chefe de Gabinete do Vice-Presidente da República.

Parágrafo único. Os membros do Comitê serão representados por seus substitutos no cargo em comissão ou função de confiança que ocupam em suas ausências e seus impedimentos.

Art. 4º O Comitê se reunirá, em caráter ordinário, quadrimestralmente e, em caráter extraordinário, mediante convocação do seu Coordenador.

§ 1º O quórum de reunião do Comitê é de maioria absoluta e o quórum de aprovação é de maioria simples.

§ 2º Na hipótese de empate, além do voto ordinário, o Coordenador do Comitê terá o voto de qualidade.

Art. 5º O Coordenador do Comitê poderá convidar autoridades públicas e especialistas para participar de suas reuniões, sem direito a voto.

Art. 6º O Comitê poderá instituir grupos de trabalho com o objetivo de assessorá-lo no cumprimento das suas competências.

Art. 7º Os grupos de trabalho:

I - serão instituídos e compostos na forma de ato do Comitê;

II - serão compostos por, no máximo, oito membros;

III - terão caráter temporário e duração não superior a um ano; e

IV - estarão limitados a, no máximo, três em operação simultânea.

Parágrafo único. Representantes de órgãos e de entidades públicas e privadas poderão ser convidados a participar dos grupos de trabalho, sem direito a voto.

Art. 8º A Secretaria-Executiva do Comitê será exercida pela Diretoria de Governança da Secretaria-Executiva da Secretaria-Geral da Presidência da República.

Art. 9º Os membros do Comitê e dos grupos de trabalho que se encontrarem no Distrito Federal se reunirão presencialmente ou por meio de videoconferência, nos termos do disposto no Decreto nº 10.416, de 7 de julho de 2020, e os membros que se encontrarem em outros entes federativos participarão da reunião por meio de videoconferência.

Art. 10. A participação no Comitê e nos grupos de trabalho será considerada prestação de serviço público relevante, não remunerada.

Art. 11. Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Brasília, 8 de dezembro de 2020; 199º da Independência e 132º da República.

JAIR MESSIAS BOLSONARO
Jorge Antonio de Oliveira Francisco

Presidência da República

DESPACHO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

MENSAGEM

Nº 724, de 8 de dezembro de 2020. Encaminhamento ao Supremo Tribunal Federal de informações para instruir o julgamento da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental nº 760.

CASA CIVIL

INSTITUTO NACIONAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

DESPACHOS

DEFIRO o credenciamento da AR AWN CERTIFICACAO DIGITAL. Processo n° 00100.002107/2020-16.

DEFIRO o credenciamento da AR VL SERVIÇOS. Processo n° 00100.002185/2020-11.

DEFIRO o credenciamento da AR ALL CERTIFICADOS. Processo n° 00100.002200/2020-21.

CARLOS ROBERTO FORTNER
Diretor-Presidente

COMITÊ INTERMINISTERIAL SOBRE MUDANÇA DO CLIMA

RESOLUÇÃO Nº 1, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2020

Aprova o Regimento Interno do Comitê Interministerial sobre Mudança do Clima.

O COMITÊ INTERMINISTERIAL SOBRE MUDANÇA DO CLIMA, por meio do seu presidente, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 10.145, de 28 de novembro de 2019, e tendo em vista a deliberação colegiada do dia 21 de outubro de 2020, resolve:

Art. 1º Fica aprovado o Regimento Interno do Comitê Interministerial sobre Mudança do Clima, na forma do Anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

WALTER SOUZA BRAGA NETTO

ANEXO

REGIMENTO INTERNO DO COMITÊ INTERMINISTERIAL SOBRE MUDANÇA DO CLIMA

Art. 1º O Comitê Interministerial sobre Mudança do Clima (CIM), instituído pelo Decreto nº 10.145, de 28 de novembro de 2019, tem a finalidade de estabelecer diretrizes, articular e coordenar a implementação das ações e políticas públicas do País relativas à mudança do clima.

Art. 2º O desempenho das atividades do CIM observará as competências previstas no Decreto nº 10.145, de 2019.

Art. 3º O CIM será composto pelo Conselho de Ministros, definido no art. 3º do Decreto nº 10.145, de 2019, e pela Secretaria-Executiva, que caberá ao Ministério do Meio Ambiente.

Art. 4º A Presidência do CIM será exercida pelo Ministro de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República.

Parágrafo único. São atribuições do Presidente do CIM:

I - convocar e presidir as reuniões do colegiado; e

II - encaminhar ao Presidente da República as propostas aprovadas pelo CIM.

Art. 5º Caberá à Secretaria-Executiva do CIM:

I - prestar apoio administrativo e técnico ao Conselho de Ministros;

II - comunicar aos membros do CIM e aos convidados previstos no art. 9º a convocação para as reuniões;

III - encaminhar a pauta, a documentação, os materiais de discussão e os registros das reuniões aos membros;

IV - consolidar os trabalhos dos colegiados eventualmente criados no âmbito do CIM;

V - encaminhar as minutas de resoluções para consideração do Conselho de Ministros do CIM, com base nos subsídios e propostas de seus membros e de colegiados que vierem a ser criados;

VI - praticar os atos administrativos e operacionais necessários ao funcionamento do CIM;

VII - registrar as atas das reuniões;

VIII - receber e avaliar as recomendações de órgãos e entidades que não compõem o CIM, para, por meio de parecer fundamentado sobre juízo de oportunidade e conveniência, deliberar sobre o posterior envio ao Conselho de Ministros para deliberação; e

IX - coordenar os grupos temáticos que forem criados.

§ 1º Para o exercício do apoio técnico de que trata o inciso I do caput, a Secretaria-Executiva poderá solicitar subsídios aos órgãos e entidades que detenham as informações e elementos necessários à produção de documentos a serem submetidos ao Conselho de Ministros.

§ 2º Os ministros de Estado que compõem o CIM indicarão pontos focais para facilitar a comunicação com a Secretaria-Executiva do CIM nos assuntos da respectiva área de atuação ministerial.

Art. 6º O CIM se reunirá semestralmente em caráter ordinário e em caráter extraordinário sempre que convocado pelo seu Presidente.

§ 1º As reuniões poderão ocorrer presencialmente, por meio de videoconferência, conferência de voz ou qualquer outro recurso tecnológico idôneo, e os documentos do Conselho de Ministros do CIM ou de seu Presidente poderão ser expedidos por meio eletrônico.

§ 2º As reuniões do CIM serão convocadas com antecedência mínima de:

I - dez dias úteis para as reuniões ordinárias; e

II - dois dias úteis para as reuniões extraordinárias.

Art. 7º Os assuntos das reuniões do CIM serão tratados na seguinte ordem:

I - reunião em nível ministerial com a participação exclusiva de Ministros de Estado, quando for o caso;

II - discussão e deliberação dos assuntos incluídos em pauta;

III - discussão e deliberação dos assuntos extrapauta; e

IV - informes e assuntos de ordem geral.

Art. 8º O quórum para realização das reuniões ordinárias e extraordinárias do CIM é de maioria absoluta de seus membros e o quórum de aprovação é de maioria simples dos ministros presentes.

Parágrafo único. Na hipótese de empate, além do voto ordinário, o Ministro de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República terá o voto de qualidade.

Art. 9º Poderão ser convidados a participar das reuniões do CIM, sem direito a voto:

I - representantes de órgãos e entidades públicas; e

II - personalidades de reconhecido conhecimento na temática.

Art. 10. As reuniões terão caráter reservado.

Art. 11. As deliberações do CIM serão adotadas sob a forma de resoluções, nos termos do inciso II do art. 2º do Decreto nº 10.139, de 28 de novembro de 2019.

Art. 12. Das reuniões serão lavradas atas, que informarão o local e a data de sua realização, nome dos membros presentes e demais participantes e convidados, resumo dos assuntos apresentados e as deliberações tomadas.

§ 1º As minutas das atas serão remetidas aos membros titulares do CIM em até cinco dias úteis, contados da realização da reunião.

§ 2º A Secretaria-Executiva do CIM receberá, em até 3 (três) dias úteis do envio, as contribuições e apontamentos às atas, os consolidará e enviará para assinatura dos Ministros de Estado presentes na reunião.

§ 3º O CIM dará publicidade às atas de reuniões, aos estudos e às notas técnicas elaborados no âmbito do Comitê, no sítio eletrônico oficial da Casa Civil da Presidência da República.

Art. 13. As informações de que tratam os arts. 11 e 12 poderão ser submetidas à restrição temporária de acesso público em razão de sua imprescindibilidade para a segurança da sociedade e do Estado, além de outras hipóteses abrangidas pelas demais situações legais de sigilo, observado o disposto na Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, e no Decreto nº 7.724, de 16 de maio de 2012.

Art. 14. Os casos omissos e as dúvidas suscitadas na aplicação deste Regimento Interno serão dirimidas pelos membros do CIM ou, no período entre as reuniões, ad referendum por seu Presidente.

SECRETARIA-GERAL

SECRETARIA ESPECIAL DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº 107, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2020

Aprovar o calendário e as orientações que visam à padronização e eficiência do processo de Encerramento do Exercício Financeiro de 2020 e a consequente Abertura do Exercício de 2021, dos Órgãos e Entidades integrantes da Presidência da República.

O SECRETÁRIO ESPECIAL DE ADMINISTRAÇÃO DA SECRETARIA-GERAL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, no uso da competência que lhe confere o art. 17, inciso I, do Anexo I ao Decreto nº 9.982, de 20 de agosto de 2019 e tendo em vista o disposto no Decreto nº 6.976, de 7 de outubro de 2009, resolve:

Art. 1º Aprovar o calendário e as orientações sobre o encerramento contábil das atividades orçamentárias, financeiras e patrimoniais dos órgãos e entidades integrantes da Presidência da República, referente ao exercício financeiro de 2020, na forma constante do Anexo desta portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CLOVIS FELIX CURADO JUNIOR

ANEXO

ENCERRAMENTO DAS ATIVIDADES DO EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2020

I - FUNDAMENTOS LEGAIS

Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964;
Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967;
Decreto nº 93.872, de 23 de dezembro de 1986;
Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000;
Lei nº 10.180, de 6 de fevereiro de 2001;
Decreto nº 825, de 28 de maio de 1993;
Decreto nº 9.428, de 28 de junho de 2018; e
Decreto nº 10.249, de 19 de fevereiro de 2020.

II - BASE ADMINISTRATIVA

Macrofunção SIAFI 02.03.17 - Restos a Pagar;
Macrofunção SIAFI 02.03.18 - Encerramento do Exercício;
Macrofunção SIAFI 02.03.35 - Reavaliação e Redução ao Valor Recuperável;
Macrofunção SIAFI 02.11.42 - Folha de Pagamento;
Macrofunção SIAFI 02.03.30 - Depreciação, Amortização e Exaustão; e
Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) - 8ª Edição.

III - CALENDÁRIO DE PRAZOS E ORIENTAÇÕES

QUADRO I

ATIVIDADES SOB A RESPONSABILIDADE DAS UNIDADES GESTORAS JURISDICIONADAS		
	PROCEDIMENTOS	PRAZO
1)	Análise e indicação, pelo Ordenador de Despesas, dos empenhos a serem inscritos em Restos a Pagar Não Processados a Liquidar e em Liquidação, por meio da transação "ATURNERP", podendo ser consultada pela transação "CONRNERP".	01.12.2020 até 06.01.2021
2)	Emissão de Nota de Empenho.	31.12.2020
3)	Registro dos documentos comprobatórios dos atos e fatos das Gestões Orçamentária, Financeira e Patrimonial.	31.12.2020

4)	Devolução, para o respectivo órgão repassador, dos saldos financeiros e orçamentários não utilizados referentes a Termo de Execução Descentralizada - TED.	31.12.2020
5)	Realização dos registros de valores a Liberar/Receber pela Unidade Gestora repassadora, oriundos de Termo de Execução Descentralizada - TED, de forma a garantir a liberação dos recursos no exercício seguinte.	31.12.2020
6)	Informação pela Unidade Gestora Recebedora ao Repassador, em tempo hábil, dos valores que serão inscritos em Restos a Pagar por conta do Termo Execução Descentralizada - TED.	31.12.2020
7) 7.1) 7.2)	Registro das transferências e contratos celebrados no exercício atual e ainda não registrados no grupo de controle devedores/credores, de forma a evidenciar os atos potenciais, a saber: As transferências dos tipos: Acordo de Cooperação Técnica, Termo de Compromisso, Termo de Execução Descentralizada - TED e Transferências Legais deverão ser incluídas no SIAFI, utilizando as transações ATUPRETRAN e CONVERTRAN ou TUTRANVEN/CONVERVENC. As transferências dos tipos Convênio, Contrato de Repasse e Termo de Parceria deverão ser incluídas utilizando o SICONV.	31.12.2020
8)	Anulação de Notas de Empenho não inscritas em Restos a Pagar Não Processados a Liquidar e em Liquidação pela não indicação do gestor.	08.01.2021
9)	Inscrição Automática de Recursos Diferidos e de Recursos a Receber/ a Liberar para pagamento de Restos a Pagar	09.01.2021
10)	Conferência do Processo do Diferido	12.01.2021
11)	Conclusão de Transferências: Acordo de Cooperação Técnica, Termo de Compromisso, Transferências Legais, Convênio, Contrato de Repasse e Termo de Parceria.	15.01.2021

QUADRO II

ATIVIDADES SOB A RESPONSABILIDADE CONJUNTA DAS UNIDADES GESTORAS E DA SETORIAL CONTÁBIL		
PROCEDIMENTOS		PRAZO
1)	Fechamento para as Unidades Gestoras. O prazo para registro das operações no SIAFI2020 pelas UG Executoras poderá ser prorrogado pela Setorial Contábil de Órgão, utilizando a transação ATUESTSIST, obedecendo o prazo limite de 07/01/2020 e as normas vigentes.	31.12.2020
2)	Fechamento - Setorial Contábil.	07.01.2021
3)	Conferência do Processo do Diferido	12.01.2021
4)	Conformidade de Registro de Gestão.	19.01.2021
5)	Conformidade Contábil de UG.	18.01.2021
6)	Conformidade Contábil de Órgão.	19.01.2021
7)	Conformidade Contábil de Órgão Superior.	22.01.2021
8)	Inclusão de Notas Explicativas no SIAFI/Web pelas Setoriais Contábeis de Órgão.	29.01.2021
9)	Encaminhamento, pela Setorial Contábil de Órgão Superior, ao Órgão Central de Contabilidade Federal, das Declarações do Contador dos órgãos subordinados, com ou sem ressalvas, conforme o caso, para subsidiar as Notas Explicativas a serem elaboradas pela Coordenação de Contabilidade da Secretaria do Tesouro Nacional para comporem o Balanço Geral da União - BGU.	29.01.2021

QUADRO III

OUTRAS INFORMAÇÕES/RECOMENDAÇÕES/ORIENTAÇÕES	
1)	Recomendar às Unidades Gestoras das Administrações Direta e Indireta que ajustem suas ações para a fiel observância dos prazos e procedimentos constantes na Macrofunção 02.03.18 - Encerramento do Exercício, do Manual SIAFI da Secretaria do Tesouro Nacional/MF, bem como o contido nas demais normas legais vigentes. Caso os prazos e os procedimentos para registro dos documentos constantes da Macrofunção 02.03.18 - Encerramento do Exercício do SIAFI sejam alterados, prevalecerão as novas datas e os novos procedimentos que vierem a ser estabelecidos.
2)	Recomendar que os grupos do imobilizado e intangível estejam devidamente conciliados com os sistemas informatizados e com os registros das contrapartidas - depreciações, amortizações e possível redução ao valor recuperável, quando for o caso.
3)	Diante do que dispõe o item 8.1.1.5 da Macrofunção 02.03.18 - Encerramento do Exercício, as Unidades Jurisdicionadas à Presidência da República deverão envidar esforços para correção dos problemas contábeis apontados durante o exercício, especialmente as conformidades contábeis dos meses de novembro e dezembro de 2020. Caso o mês de dezembro de 2020 apresente ocorrências, as Seccionais de Contabilidade da Presidência da República, as Setoriais Contábeis da Administração Indireta vinculadas à Presidência da República e as Unidades Gestoras, cuja Setorial Contábil é a unidade 110003 - Coordenação-Geral de Contabilidade e Custos da Diretoria de Planejamento, Orçamento, Finanças e Contabilidade da Secretaria Especial de Administração da Secretaria-Geral da Presidência da República - CGCONT/DIROF/SA/SG/PR, deverão apresentar, até 18.01.2021, justificativas sobre a permanência das ocorrências, através do Relatório de Inconsistências Contábeis, definido no item 5.4.2 da Macrofunção 02.03.15 - Conformidade Contábil, a fim de que possam ser apreciadas pela CGCONT/DIROF/SA/SG/PR, para emissão da Declaração do Contador e Elaboração das Notas Explicativas, peças que compõem o Balanço Geral da União - BGU.

CONSELHO DE GOVERNO

CÂMARA DE REGULAÇÃO DO MERCADO DE MEDICAMENTOS

RESOLUÇÃO CTE-CMED Nº 2, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2020 (*)

Divulga o Fator de Produtividade (Fator X) para o ano de 2021, referente ao ajuste de preços de medicamentos.

O SECRETÁRIO-EXECUTIVO faz saber que o **COMITÊ TÉCNICO-EXECUTIVO da CÂMARA DE REGULAÇÃO DO MERCADO DE MEDICAMENTO**S, no uso das competências que lhe conferem o Artigo 6º da Lei nº 10.742, de 6 de outubro de 2003, c/c os incisos III, XI e XIII do Artigo 12 da Resolução CMED nº 03, de 29 de julho de 2003 (Regimento Interno), tendo em vista o disposto no Decreto nº 4.937, de 29 de dezembro de 2003, em obediência ao disposto no inciso II do Artigo 2º do Decreto nº 10.139, de 28 de novembro de 2019, e considerando ainda a Nota Técnica SEI nº 50248/2020/ME e a deliberação do Comitê Técnico-Executivo da CMED em reunião ordinária realizada em 19 de novembro de 2020, resolve:

Art. 1º O Fator de Produtividade (Fator X) de que tratam os §§ 1º e 3º do artigo 4º da Lei nº 10.742, de 6 de outubro de 2003, assim como os artigos 1º e 2º da Resolução CMED nº 1, de 23 de fevereiro de 2015, fica definido, para o ano de 2021, em 3,29% (três inteiros e vinte e nove centésimos por cento).

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ROMILSON DE ALMEIDA VOLOTÃO

(*) Republicada por ter saído no DOU nº 225, de 25-11-2020, Seção 1, pág. 69, com incorreção no original.



Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

SECRETARIA EXECUTIVA

SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO DE MATO GROSSO

DIVISÃO DE DEFESA AGROPECUÁRIA

PORTARIA Nº 17, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2020

O Superintendente da Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe confere o Regimento Interno das SFAs, aprovado pela Portaria nº 561, de 11 de abril de 2018 e, considerando o que consta no Decreto-Lei nº 818, de 05 de setembro de 1969 e na Instrução Normativa nº 22, de 20 de junho de 2013, e nos processos 21024.012614/2020-98, resolve:

Art. 1º Cancelar a Habilitação concedida pela Portaria nº 12, de 19/10/2020, publicada no Diário Oficial nº 206 de 27/10/2020- seção 1.para fornecer Guia de Trânsito Animal (GTA) para fins de trânsito de suínos no Estado de Mato Grosso do médico veterinário GUILHERME AUGUSTO MANSKE, inscrito no CRMV-MT sob n.º 5826.

JOSÉ DE ASSIS GUARESQUI

SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO DO PARANÁ

PORTARIAS DE 2 DE DEZEMBRO DE 2020

O SUPERINTENDENTE FEDERAL DE AGRICULTURA NO PARANÁ, no uso das atribuições previstas no Regimento Interno das Superintendências Federais de Agricultura, aprovado pela Portaria Ministerial nº 561 de 11 de abril de 2018, publicada no DOU de 13 de abril de 2018 e Portaria SE/MAPA n.°326, de 09 de março de 2018, publicada no DOU de 19 de março de 2018, e para fins de aplicação do disposto no Decreto-Lei nº 818, de 05 de setembro de 1969 e Instrução Normativa nº 22, de 20 de junho de 2013, resolve:

Nº 325 - CANCELAR A HABILITAÇÃO da Médica Veterinária LIANA DA SILVA MARTINELLI, CRMV-PR Nº 17300, de acordo com o item VII do Art. 9º da instrução Normativa nº 22 de 20/06/2013, revogando a Portaria nº 4011 de 28/08/2019 (Processo nº 21034.011933/2019-23).

Nº 326 - CANCELAR A HABILITAÇÃO da Médica Veterinária BARBARA WETTERER HAUSSLER, CRMV-PR Nº 5791, de acordo com o item VII do Art. 9º da instrução Normativa nº 22 de 20/06/2013, revogando a Portaria nº 304 de 14/06/2010 (Processo nº 21034.013724/2020-58).

CLEVERSON FREITAS

SECRETARIA DE AGRICULTURA FAMILIAR E COOPERATIVISMO

PORTARIA Nº 143, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2020

Dispõe sobre a participação e a habilitação dos agentes intermediários de matéria-prima no âmbito do programa Selo Biocombustível Social.

O SECRETÁRIO DE AGRICULTURA FAMILIAR E COOPERATIVISMO, no uso das atribuições que lhe confere o inciso II do art. 33 do Anexo I do Decreto nº 10.253, de 20 de fevereiro de 2020, e o inciso I do art. 4º do Decreto nº 10.527, de 22 de outubro de 2020, e tendo em vista o disposto no inciso XIII do art. 21 da Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019, e o art. 36, inciso IV, do Anexo I do Decreto nº 10.253, de 2020, e o que consta do Processo nº 55000.000230/2011-21, resolve:

Art. 1º A aquisição de matéria-prima oriunda da Agricultura Familiar pelos produtores de biodiesel, por meio de agente intermediário, será considerada para os fins de concessão e de manutenção do Selo Biocombustível Social, de que trata o Decreto nº 10.527, de 22 de outubro de 2020, observados os ditames da presente Portaria.

Parágrafo único. O agente intermediário deverá estar previamente habilitado nos termos desta Portaria, para os fins do caput deste artigo.

CAPÍTULO I

DAS DEFINIÇÕES

Art. 2º Para os fins desta Portaria, considera-se:

I - agente intermediário: pessoa jurídica responsável pela comercialização de matéria-prima oriunda da agricultura familiar para fornecimento a produtor de biodiesel detentor do Selo Biocombustível Social de que trata o Decreto nº 10.527, de 22 de outubro de 2020, devendo atender pelo menos uma das formas prescritas pelos incisos II, III ou IV do caput;

II - cooperativa agropecuária da agricultura familiar: cooperativa agropecuária detentora de declaração de Aptidão ao Pronaf Jurídica Ativa;

III - cooperativa agropecuária: cooperativa agropecuária não detentora de declaração de Aptidão ao Pronaf Jurídica, cujo quadro de cooperados possua agricultores familiares detentores de declaração de Aptidão ao Pronaf Principal ou Acessória Ativa; e

IV - cerealistas: pessoas jurídicas constituídas legalmente e que, segundo os seus atos constitutivos, exerçam cumulativamente as atividades de limpar, padronizar, armazenar e comercializar os produtos in natura de origem vegetal.

V - agente intermediário habilitado: aqueles dispostos nos incisos II, III e IV, do caput, habilitados como fornecedores de matéria-prima aos produtores de biodiesel, na forma desta Portaria, para fins de concessão e de manutenção do Selo Biocombustível Social;

VI - Pronaf: Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, disposto na forma do Decreto nº 3.991, de 30 de outubro de 2001;

VII - agricultor familiar: definido na forma da Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006;

VIII - Declaração de Aptidão ao Pronaf Principal - DAP Principal: utilizada para identificação e qualificação da Unidade Familiar de Produção Agrária (UFPA) dos agricultores familiares, nos termos da Portaria nº 523, de 24 de agosto de 2018, da extinta Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário da Casa Civil da Presidência da República;

IX - Declaração de Aptidão ao Pronaf Acessória - DAP Acessória - utilizada para identificação dos filhos (as), dos (as) jovens e das mulheres agregadas à uma UFPA e devem, obrigatoriamente, estar vinculadas a uma DAP Principal, nos termos da Portaria nº 523, de 24 de agosto de 2018, da extinta Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário da Casa Civil da Presidência da República;

X - Declaração de Aptidão ao Pronaf Jurídica - DAP Jurídica: utilizada para identificar e qualificar as Formas Associativas da Agricultura Familiar organizadas em pessoas jurídicas, nos termos da Portaria nº 523, de 24 de agosto de 2018, da extinta Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário da Casa Civil da Presidência da República;

XI - Declaração de Aptidão ao Pronaf Ativa - DAP Ativa: a que possibilita o acesso dos agricultores familiares às políticas públicas dirigidas a essa categoria de produtores rurais e combine ainda 2 (dois) atributos: última versão e válida, nos termos da Portaria nº 523, de 24 de agosto de 2018, da extinta Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário da Casa Civil da Presidência da República;

XII - Biodiesel - Biocombustível derivado de biomassa renovável para uso em motores a combustão interna com ignição por compressão ou, conforme previsto em regulamento, para geração de outro tipo de energia, que pode substituir parcial ou totalmente combustíveis de origem fóssil;

XIII - Selo Biocombustível Social: componente de identificação, concedido pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, a cada unidade industrial do produtor de biodiesel que atenda aos critérios e aos requisitos de qualificação da Portaria nº 144, de 22 de julho de 2019, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, e que confere ao seu detentor o caráter de promotor de inclusão social dos agricultores familiares, enquadrados no Pronaf, na forma disposta no Decreto nº 10.527, de 22 de outubro de 2020;

XIV - produtor ou importador de biodiesel - pessoa jurídica constituída na forma de sociedade sob as leis brasileiras, com sede e administração no País, beneficiária de concessão ou autorização da ANP e possuidora de Registro Especial de Produtor ou Importador de Biodiesel junto à Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil do Ministério da Economia;

XV - matéria-prima: fonte de óleo de origem vegetal ou animal, beneficiada ou não, e o seu óleo, seja bruto, beneficiado, transformado ou residual, sendo que a fonte de óleo vegetal in natura, quando cultivada, deve atender a um dos requisitos citados a seguir:

a) possuir zoneamento agroclimático publicado pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; ou

b) possuir recomendação técnica emitida por órgão estadual de pesquisa agropecuária - Oepa ou pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - Embrapa; e

XVI - Assistência Técnica e Extensão Rural - ATER: prestação de serviços técnicos qualificados e capacitação, sem despesas para os agricultores familiares contratados, para a produção de matéria(s)-prima(s) em compatibilidade com a segurança alimentar da família e geração de renda, contribuindo para a melhor inserção na cadeia produtiva do biodiesel e o alcance da sustentabilidade da propriedade. Pode ser executada diretamente pela equipe técnica da empresa produtora de biodiesel ou, de maneira terceirizada, por outras empresas, cooperativas e instituições, as quais disponham de profissionais habilitados nos respectivos conselhos de classe, desde que haja no ato constitutivo a previsão para a prestação do serviço de assistência técnica e extensão rural.

§ 1º A matéria-prima da agricultura familiar adquirida por meio da cooperativa agropecuária da agricultura familiar será aplicado o tratamento do inciso III do § 9º do art. 4º da Portaria nº 144, de 22 de julho de 2019, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

§ 2º A expressão "declaração de Aptidão ao Pronaf - DAP", desacompanhada dos qualificativos principal, acessória ou jurídica, abrange as hipóteses dos incisos VIII, IX e X deste artigo, para todos os efeitos desta Portaria.

CAPÍTULO II

DA HABILITAÇÃO

SEÇÃO I

DAS DISPOSIÇÕES INICIAIS

Art. 3º Os agentes intermediários de que tratam os incisos II, III e IV do art. 2º desta Portaria poderão ser habilitados para o fornecimento de matérias-primas aos produtores de biodiesel, para o efeito de concessão e de manutenção do Selo Biocombustível Social.

Parágrafo único. Os agentes intermediários habilitados de que trata o caput deste artigo poderão prestar assistência técnica e extensão rural aos agricultores familiares, desde que observem as exigências da legislação para a prestação deste tipo de serviço.

SEÇÃO II

DOS CRITÉRIOS E PROCEDIMENTOS PARA HABILITAÇÃO

Art. 4º Poderão ser habilitadas, na forma desta Portaria, as pessoas jurídicas definidas nos incisos II, III e IV, do art. 2º como fornecedores de matéria-prima aos produtores de biodiesel para fins de concessão e de manutenção do Selo Biocombustível Social

Parágrafo único. Os agentes intermediários não detentores de DAP Jurídica, de que trata o inciso III e IV do art. 2º deverão estar constituídos, no mínimo, há 2 (dois) anos, para efeito da habilitação desta Portaria.

Art. 5º A solicitação de habilitação será formalizada por meio de ferramenta informatizada específica, disponibilizada no sítio do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento na internet, observados os seguintes procedimentos:

I - o preenchimento das informações cadastrais dos agentes intermediários e dos responsáveis legal e operacional, conforme o modelo do Anexo I;

II - a comprovação de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ;

III - o envio do estatuto ou contrato social atualizado e da última ata de eleição, depositados junto ao competente registro público;

IV - a apresentação de manifestação de concordância, na forma do Anexo III desta Portaria, com os compromissos de:

a) fornecer informações pertinentes à sua inserção na cadeia de produção do biodiesel;

b) informar aos agricultores familiares que sua produção adquirida será direcionada para a comercialização com o produtor de biodiesel, detentor do Selo Biocombustível Social;

c) comercializar com o produtor de biodiesel, no âmbito do Selo Biocombustível Social, apenas matéria-prima proveniente dos agricultores familiares detentores de DAP Ativa;

d) obedecer aos termos desta Portaria, e especialmente às medidas de fiscalização e de auditoria dos atos de concessão, de manutenção e de renovação da habilitação pelo Poder Público;

e) obrigar-se a não contabilizar a aquisição de matéria-prima da agricultura familiar nas hipóteses em que deixar de atender às requisições e às diligências da Secretaria de Agricultura Familiar e Cooperativismo do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, inviabilizar vistorias ou não apresentar defesa, nos procedimentos administrativos de cancelamento, suspensão ou manutenção da habilitação, na forma e nos casos previstos nesta Portaria, uma vez regularmente notificada;

f) obrigar-se a manter atualizados todos os seus dados cadastrais, especialmente os meios de comunicação e de notificação dos atos administrativos pela Secretaria de Agricultura Familiar e Cooperativismo, sob pena de serem consideradas válidas, para todos os efeitos, as notificações realizadas em conformidade com os dados cadastrais originais;

V - quando se tratar de cooperativa agropecuária da agricultura familiar, assim definida nos termos do inciso II do art. 2º, apresentar:

a) a listagem dos seus agricultores familiares associados, constando os respectivos números de DAP ativa;

b) a declaração assinada do responsável legal pela cooperativa agropecuária da agricultura familiar, na forma do Anexo II, afirmando que os agricultores familiares com DAP Ativa, constantes da listagem de que trata a alínea "a" do inciso IV do caput, integram o seu quadro social de cooperados; e

c) a certidão atualizada da DAP Jurídica Ativa.

§ 1º Os agentes intermediários habilitados deverão comunicar à Secretaria de Agricultura Familiar e Cooperativismo, no prazo de 15 (quinze) dias, juntamente com o fornecimento da respectiva documentação comprobatória, as seguintes alterações:

I - endereço físico e os meios de comunicação, inclusive os eletrônicos;

II - razão social;

III - estatuto ou contrato social;

IV - responsáveis legal e operacional;

V - incorporações ou encerramento das atividades; e

VI - demais alterações que tenham implicações diretas na documentação exigida para a habilitação.

§ 2º A solicitação de habilitação e a documentação correspondente deverão ser inseridos em ferramenta informatizada disponibilizada no site do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e na falta ou indisponibilidade, protocoladas junto à sede do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, ou em qualquer das suas unidades que disponha de protocolo integrado, de que trata o caput deste artigo.

§ 3º O protocolamento físico de que trata o §2º deste artigo poderá ser realizado por via postal.

Art. 6º O Departamento de Estruturação Produtiva da Secretaria de Agricultura Familiar e Cooperativismo do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento:

I - apreciará:

a) o atendimento das informações preenchidas na ferramenta informatizada de que trata o caput do art. 5º; e

b) a validade da documentação fornecida, na forma do art. 5º; e

II - exercerá as demais atribuições necessárias ao pleno cumprimento desta Portaria.

Art. 7º A solicitação de habilitação será apreciada pelo Departamento de Estruturação Produtiva em até 60 (sessenta) dias, contados da data de recebimento de toda a documentação de que trata o art. 5º desta Portaria.

§ 1º O agente intermediário será notificado da decisão por via postal ou outro meio, a ser regulamentado pela Secretaria de Agricultura Familiar e Cooperativismo, que assegure a certeza da ciência.

§ 2º Caberá recurso da decisão de indeferimento da habilitação no prazo de 10 (dez) dias, contados a partir do recebimento da notificação pelo agente intermediário, a ser endereçado ao Diretor do Departamento de Estruturação Produtiva.

§ 3º O Diretor do Departamento de Estruturação Produtiva, no prazo de 5 (cinco) dias, exercerá juízo de reconsideração.

§ 4º O Secretário de Agricultura Familiar e Cooperativismo, no caso de não reconsideração, apreciará o recurso no prazo de 30 (trinta) dias, comunicando o resultado do julgamento ao recorrente na forma do §1º deste artigo.

Art. 8º A relação atualizada dos agentes intermediários habilitados será disponibilizada pelo Departamento de Estruturação Produtiva no sítio eletrônico do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento na internet.

SEÇÃO III

DA VALIDADE E DA RENOVAÇÃO DA HABILITAÇÃO

Art. 9º A habilitação dos agentes intermediários será válida por 5 (cinco) anos, contados a partir do dia 1º de janeiro do ano subsequente ao do ato de concessão da habilitação.

Art. 10. Cabe ao agente intermediário habilitado solicitar a renovação da habilitação com antecedência mínima de 90 (noventa) dias, contados do término do prazo de validade da habilitação.

Parágrafo único. O procedimento de renovação da habilitação observará o disposto na Seção II do Capítulo II desta Portaria.

SEÇÃO IV

DA MANUTENÇÃO ANUAL DA HABILITAÇÃO

Art. 11. As informações relacionadas às aquisições da Agricultura Familiar e aos contratos celebrados com os produtores de biodiesel pelos agentes intermediários habilitados devem ser inseridas na ferramenta eletrônica de que trata o caput do art. 5º desta Portaria.

Parágrafo único. As informações referentes às operações realizadas no ano anterior, de que tratam o caput deste artigo, deverão ser inseridas pelos agentes intermediários habilitados até o dia 31 de março do ano civil subsequente, para efeito de fiscalização e de auditoria anuais a cargo do Departamento de Estruturação Produtiva.

Art. 12. O quantitativo de matéria-prima a ser considerado fornecido de forma válida por agricultor familiar, no âmbito do Selo Biocombustível Social, fica limitado à estimativa de produção fixada de acordo com a área declarada pelo agricultor familiar e com a produtividade da respectiva cultura, apurada por meio de dados oficiais, preferindo-se os fornecidos na seguinte ordem:

I - da Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB;

II - do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE; e

III - dos outros órgãos públicos de competência reconhecida.

§ 1º A produtividade, de que trata o caput deste artigo, será aferida:

I - na região de produção; e

II - na área mais próxima, caso a região de produção não disponha dos dados necessários.

§ 2º Será contabilizado no valor de aquisição da matéria-prima da agricultura familiar, no âmbito do Selo Biocombustível Social, o valor dos insumos fornecidos pelos agentes intermediários habilitados, utilizados no processo de produção do biodiesel, desde que fornecidos por agricultores familiares com DAP ativa.

Art. 13. A fiscalização e a auditoria anuais, a cargo do Departamento de Estruturação Produtiva, para efeito da manutenção anual da habilitação, serão realizadas mediante os seguintes procedimentos, a serem atendidos pelos agentes intermediários habilitados:

I - demonstração do cumprimento do art. 5º desta Portaria, mediante apresentação de documentação atual e suplementar, quando requisitado; e

II - disponibilização ao Departamento de Estruturação Produtiva:

a) de cópia dos contratos firmados entre o agente intermediário habilitado e o produtor de biodiesel;

b) da relação das notas fiscais de compra da matéria-prima produzida e adquirida dos agricultores familiares, comprobatória da quantidade total comercializada com o produtor de biodiesel;

c) de cópia das notas fiscais de comercialização do agente intermediário habilitado com o produtor de biodiesel, emitidas em conformidade com a legislação vigente, devendo constar, no mínimo, os valores recebidos pelo agente intermediário e os tipos e quantidades de matéria-prima; e

d) de cópia das notas fiscais de comercialização do agente intermediário habilitado com o agricultor familiar, emitidas em conformidade com a legislação vigente, devendo constar no mínimo, os valores recebidos pelos agricultores familiares, os tipos e quantidades de matéria-prima, e o número da DAP do agricultor familiar fornecedor da matéria-prima;

e) as informações sobre a prestação de serviços de ATER, na hipótese do agente intermediário habilitado ter sido contratado pelo produtor de biodiesel para a prestação destes serviços; e

f) demais informações necessárias à verificação do cumprimento das disposições desta Portaria, quando requisitadas.

§ 1º As informações e as documentações de que tratam este artigo podem ser requeridas pelo Departamento de Estruturação Produtiva a qualquer tempo aos agentes intermediários habilitados, a despeito do prazo ordinário de atendimento fixado pelo parágrafo único do art. 11 desta Portaria.

§ 2º Os agentes intermediários habilitados deverão manter o registro e a guarda de toda a documentação comprobatória da concessão e de manutenção da habilitação por um período mínimo de 05 (cinco) anos, sem prejuízo da observância dos prazos decadenciais previstos em lei.

§ 3º Os procedimentos de fiscalização e de auditoria poderão ser realizados por amostragem, nos termos da regulamentação da Secretaria de Agricultura Familiar e Cooperativismo.

SEÇÃO V

DO CANCELAMENTO DA HABILITAÇÃO

Art. 14. A habilitação do agente intermediário será cancelada nas hipóteses de:

a) não comprovação das aquisições anuais de matéria-prima da agricultura familiar e do fornecimento aos produtores de biodiesel, na forma e prazos desta Portaria;

b) não autorização de vistorias requisitadas pelo Departamento de Estruturação Produtiva;

c) deixar de atender reiteradamente as diligências e as requisições de informações e de documentos, no prazo estipulado pelo Departamento de Estruturação Produtiva;

d) apresentação de informação ou de documentação falsa; e

e) não atendimento ou não manutenção das condições para a concessão e a manutenção da habilitação no curso da respectiva validade.

Art. 15. Em caso de cancelamento da habilitação, o agente intermediário somente poderá ingressar com novo pedido de habilitação após decorrido 1 (um) ano, contado a partir da data da decisão de cancelamento da habilitação, sem prejuízo da responsabilização e demais sanções aplicáveis ao caso concreto pela União.

Parágrafo único. Na hipótese de averiguação de conduta criminal, a Polícia Federal e o Ministério Público Federal serão comunicados para providências.

Art. 16. Caberá ao Departamento de Estruturação Produtiva instaurar procedimento administrativo, a qualquer tempo, destinado à apuração de fatos ensejadores do cancelamento da habilitação.

§ 1º Instaurado o procedimento administrativo, o agente intermediário habilitado será notificado, na forma do §1º do art. 7º desta Portaria, para a apresentação de defesa e de documentação comprobatória das suas alegações, no prazo de 30 (trinta) dias.

§ 2º A notificação para a apresentação da defesa advertirá que o seu não atendimento, após o escoamento do prazo do §1º deste artigo, importará na imediata obrigação de não fazer a contabilização da comercialização da matéria-prima da agricultura familiar proveniente do agente intermediário fornecida ao produtor de biodiesel, assumida nos termos da alínea "e" do inciso VII do art. 5º desta Portaria.

§ 3º A suspensão da contabilização do fornecimento da matéria-prima da agricultura familiar pelo agente intermediário perdurará enquanto não forem atendidas as diligências e as requisições da Secretaria de Agricultura Familiar e Cooperativismo, franqueadas as vistorias ou apresentada a defesa administrativa.

§ 4º O Departamento de Estruturação Produtiva poderá suspender cautelarmente o ato concessivo da habilitação, sem a necessidade de prévia notificação e de manifestação da cooperativa habilitada, nas hipóteses do art. 45 da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999.

§ 5º O Departamento de Estruturação Produtiva adotará as medidas pertinentes à elucidação dos fatos.

§ 6º Finalizada a instrução, o Departamento de Estruturação Produtiva elaborará nota técnica concluindo pela manutenção ou cancelamento da habilitação do agente intermediário, conforme o caso.

§ 7º A nota técnica de que trata o §6º deste artigo será submetida à apreciação do Diretor de Estruturação Produtiva, que decidirá pela manutenção ou cancelamento da habilitação do agente intermediário.

§ 8º O agente intermediário desabilitado será notificado da decisão do Departamento de Estruturação Produtiva, na forma do §1º deste artigo, para a apresentação de recurso, no prazo de 10 (dez) dias, contados da data de recebimento da notificação, a ser endereçado ao Diretor de Estruturação Produtiva.

§ 9º O Diretor de Estruturação Produtiva, no prazo de 5 (cinco) dias, exercerá juízo de reconsideração.

§ 10. O Secretário de Agricultura Familiar e Cooperativismo, no caso de não reconsideração, apreciará o recurso no prazo de 30 (trinta) dias, comunicando o resultado do julgamento ao recorrente na forma do §1º deste artigo.

CAPÍTULO III

DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS E FINAIS

Art. 17. Os contratos de fornecimento de matéria-prima celebrados entre os agentes intermediários e as empresas produtoras de biodiesel, a partir de 23 de outubro de 2020, serão considerados válidos para os efeitos do programa do Selo Biocombustível Social, desde que:

I - atendam todos os demais requisitos estabelecidos pelo art. 10 da Portaria nº 144, de 22 de julho de 2019, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; e

II - os agentes intermediários solicitem a habilitação, nos termos desta Portaria, até 31 de março de 2021 junto à Secretaria de Agricultura Familiar e Cooperativismo.

Parágrafo único. Indeferido o pedido de habilitação pela Secretaria de Agricultura Familiar e Cooperativismo, os contratos de que tratam o caput não serão considerados válidos no âmbito do programa do Selo Biocombustível Social.

Art. 18. A Secretaria de Agricultura Familiar e Cooperativismo poderá celebrar convênios, contratos administrativos ou outros ajustes para a promoção dos procedimentos relativos ao monitoramento, à avaliação, à auditoria e à fiscalização do cumprimento dos critérios e requisitos para a manutenção, a renovação e o cancelamento da habilitação dos agentes intermediários.

Art. 19. Caberá à Secretaria de Agricultura Familiar e Cooperativismo expedir regulamentação supletiva necessária ao cumprimento desta Portaria.

Art. 20. Revoga-se a Portaria nº 174, de 27 de agosto de 2019, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

Art. 21. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

FERNANDO HENRIQUE KOHLMANN SCHWANKE

ANEXO I

INFORMAÇÕES CADASTRAIS

INFORMAÇÕES SOBRE A PESSOA JURÍDICA:

RAZÃO SOCIAL			NOME DE FANTASIA	
SITE WEB		CNPJ	INSCRIÇÃO ESTADUAL	
DATA DE CONSTITUIÇÃO		TIPO DE PESSOA JURÍDICA (Cooperativa)		Número da DAP (Se Cooperativa da AF)
ENDEREÇO			NÚMERO	BAIRRO
MUNICÍPIO		CIDADE	ESTADO	CEP
TELEFONES	DDD	NÚMERO	RAMAL	TIPO (Fixo ou Celular)
	DDD	NÚMERO	RAMAL	TIPO (Fixo ou Celular)
	DDD	NÚMERO	RAMAL	TIPO (Fixo ou Celular)

INFORMAÇÕES SOBRE A PESSOA FÍSICA - RESPONSÁVEL LEGAL:

NOME COMPLETO			APELIDO	SEXO
RG		ÓRGÃO EMISSOR/UF DO EMISSOR	CPF	DATA DE NASCIMENTO
E-MAIL			MUNICÍPIO DA NATURALIDADE	UF
TELEFONES	DDD	NÚMERO	RAMAL	TIPO (Fixo ou Celular)
	DDD	NÚMERO	RAMAL	TIPO (Fixo ou Celular)

INFORMAÇÕES SOBRE A PESSOA FÍSICA - RESPONSÁVEL OPERACIONAL:

NOME COMPLETO			APELIDO	SEXO
RG		ÓRGÃO EMISSOR/UF DO EMISSOR	CPF	DATA DE NASCIMENTO
E-MAIL			MUNICÍPIO DA NATURALIDADE	UF
TELEFONES	DDD	NÚMERO	RAMAL	TIPO (Fixo ou Celular)
	DDD	NÚMERO	RAMAL	TIPO (Fixo ou Celular)

LOCAL E DATA	ASSINATURA DO RESPONSÁVEL LEGAL

ANEXO II

DECLARAÇÃO

A COOPERATIVA _____, inscrita no CNPJ sob o nº_____, com sede em (endereço, município, Estado) _____, neste ato representada por seu preposto _____, (cargo na cooperativa) _____, (nacionalidade) _____, (estado civil) _____, portador do CPF nº _____ e RG nº _____, vem declarar à Secretaria da Agricultura Familiar e Cooperativismo - SAF do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA que os agricultores familiares com declaração de Aptidão ao Pronaf - DAP Ativa relacionados na lista prevista no inciso IV do art. 5º desta Portaria fazem parte do seu quadro de cooperados e, em caso de declaração falsa, ficará sujeita às sanções administrativas, civis e penais aplicáveis.

Município, UF, xx de xxxx de xxxx.

_____

Nome da Cooperativa

Nome do Representante Legal

Cargo do Representante Legal

ANEXO III

TERMO DE COMPROMISSO PARA FINS DE HABILITAÇÃO DE AGENTE INTERMEDIÁRIO NO SELO BIOCOMBUSTÍVEL SOCIAL

_____ (nome do agente intermediário), inscrito no CNPJ sob o nº_____, com sede em (endereço, município, Estado) _____, neste ato representada por seu preposto _____, (cargo) _____, (nacionalidade) _____, (estado civil) _____, portador do CPF nº _____ e RG nº _____, declara à Secretaria da Agricultura Familiar e Cooperativismo - SAF do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA, assumir os compromissos de:

1) obedecer a todos os termos da Portaria do MAPA em epígrafe, a qual pertence este Anexo III.

2) fornecer, a qualquer tempo, todas as informações e as documentações, principalmente notas fiscais, comprobatórias:

a) das aquisições da Agricultura Familiar e os contratos celebrados com os produtores de biodiesel, a serem fornecidos na forma e nos prazos da Portaria do MAPA em epígrafe;

b) da prestação de serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural, quando contratada pelo produtor de biodiesel, no âmbito do Selo Biocombustível Social.

3) informar aos agricultores familiares fornecedores da matéria-prima os casos em que sua produção adquirida pelo agente intermediário for direcionada para a comercialização com o produtor de biodiesel, detentor do Selo Biocombustível Social.

4) comercializar com o produtor de biodiesel, no âmbito do Selo Biocombustível Social, exclusivamente matéria-prima proveniente de agricultores familiares com declaração de Aptidão ao Pronaf Ativa (DAP Ativa).

5) não contabilizar a aquisição de matéria-prima da agricultura familiar, quando for regularmente notificada nas seguintes situações: (i) deixar de atender às requisições e às diligências da Secretaria de Agricultura Familiar e Cooperativismo do Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, (ii) inviabilizar vistorias, (iii) não apresentar defesa nos procedimentos administrativos de cancelamento, suspensão ou manutenção da habilitação, e (iv) outras não previstas e identificadas pela Secretaria de Agricultura Familiar e Cooperativismo, do Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento..

6) manter atualizados todos os seus dados cadastrais, especialmente os meios de comunicação e de notificação dos atos administrativos pela Secretaria de Agricultura Familiar e Cooperativismo, do Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

7) manter o registro e a guarda de toda a documentação comprobatória da concessão e de manutenção da habilitação por um período mínimo de 5 (cinco) anos, sem prejuízo da observância dos prazos decadenciais previstos em lei.

_____

Nome do agente intermediário

Nome do Representante Legal

Cargo do Representante Legal

SECRETARIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 110, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2020

Publica a lista de matérias-primas aprovadas como ingredientes, aditivos e veículos para uso na alimentação animal.

O SECRETÁRIO DE DEFESA AGROPECUÁRIA, DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo arts. 21 e 63, do Anexo I, do Decreto n° 10.253, de 20 de fevereiro de 2020 e, tendo em vista o disposto no Decreto nº 6.296, de 11 de dezembro de 2007, Instrução Normativa nº 40, de 15 de junho de 2020, Instrução Normativa nº 51, de 03/08/2020 e o que consta do Processo nº 21000.053167/2020- 03, resolve:

Art. 1º Fica publicada a lista de matérias-primas aprovadas como ingredientes, aditivos e veículos para uso na alimentação animal, incluindo aquelas utilizadas na alimentação humana e susceptíveis de emprego na alimentação animal, na forma dos anexos I e II.

Parágrafo único - A lista de que trata o caput poderá ser atualizada a cada dois meses em função da aprovação de novas matérias-primas ou revisão daquelas constantes dos anexos I e II.

Art. 2º Os ingredientes e aditivos devem conter, no mínimo, os níveis de garantia estabelecidos nos anexos I e II, exceto aqueles com regulamentos técnicos publicados e os grãos, sementes, fenos e silagens destinados à alimentação animal, quando expostos à venda in natura.

§ 1º Os ingredientes, aditivos tecnológicos e sensoriais de uso na alimentação humana consignados nos anexos I e II, poderão seguir as regras de identidade, garantia e rotulagem definidas em legislação específica dos órgãos reguladores.

§ 2º Quando as matérias-primas citadas no parágrafo forem fabricadas, fracionadas, importadas ou comercializadas por estabelecimentos registrados na área de alimentação animal deverão seguir as exigências de identidade, garantia e rotulagem constantes dos anexos I e II.

Art. 3º Fica estabelecido o prazo de até 24 meses para a adequação às alterações constantes desta Instrução Normativa.

Art. 4º Esta Instrução Normativa entra em vigor em 4º de janeiro de 2021.

JOSÉ GUILHERME TOLLSTADIUS LEAL

ANEXO I

LISTA DE INGREDIENTES E VEÍCULOS AUTORIZADOS PELO MAPA PARA USO NA ALIMENTAÇÃO ANIMAL NO BRASIL

1 - Ingredientes de origem animal				
Identificação da matéria-prima	**Descrição**	**Identificação do Ingrediente**	**Garantias obrigatórias de rotulagem**	**Restrições**
AVES, Farinha de pena hidrolisada	Produto resultante da cocção sob pressão de penas não decompostas, obtidas no abate de aves, não sendo permitida a inclusão de animais mortos recolhidos em propriedades e materiais efluentes (lodo de flotador, água residual, gordura ácida).	Farinha de pena hidrolisada	Umidade - máx.; Proteína Bruta - mín.; Extrato Etéreo - mín.; Matéria Mineral - máx.; Digestibilidade em pepsina 1:10.000 a 0,2% em HCl 0,075 N - mín.; Acidez em mg NaOH/g - máx. de 6,0; Índice de Peróxido em meq/1.000g - máx. de 5,0	Proibido a utilização na alimentação de animais ruminantes (IN 08 de 25/03/2004)
AVES, Proteína hidrolisada	Proteína obtida da hidrólise enzimática da carne mecanicamente separada de aves	Proteína hidrolisada de aves	Umidade - máx.; Proteína Bruta - mín.; Extrato Etéreo - mín.; Matéria Mineral - máx.; Fósforo - mín.; Digestibilidade em pepsina 1:10.000 a 0,2% em HCl 0,075 N - mín.	Proibido a utilização na alimentação de animais ruminantes (IN 08 de 25/03/2004)
AVES, Carne	Produto resultante da industrialização de carcaças e partes de carcaças aprovadas para o consumo humano obtidos de estabelecimentos sob inspeção oficial, não podendo utilizar ossos, cartilagens, sangue, pena, cabeças e pés.	Carne de aves	Umidade - máx.; Proteína Bruta - mín.; Extrato Etéreo - mín.; Matéria Mineral - máx.; Cálcio - máx.; Fósforo - mín.;	Proibido a utilização na alimentação de animais ruminantes (IN 08 de 25/03/2004)
AVES, Carne desidratada	Produto resultante da industrialização de carcaças e partes de carcaças de aves aprovadas para o consumo humano obtidos de	Carne desidratada de aves	Umidade - máx.; Proteína Bruta - mín.; Extrato Etéreo - mín.; Matéria	Proibido a utilização na alimentação de animais ruminantes (IN 08 de

	estabelecimentos sob inspeção oficial e posteriormente desidratadas, não podendo utilizar ossos, cartilagens, sangue, pena, cabeças e pés.		Mineral - máx.; Cálcio - máx.; Fósforo - mín.; Acidez em mg NaOH/g - máx.; Índice de Peróxido em meq/1.000g - máx.	25/03/2004)
AVES, Carne mecanicamente separada	Produto resultante do processo mecânico de moagem e separação de ossos de aves aprovados para o consumo humano obtido de estabelecimentos sob inspeção oficial, não podendo utilizar cabeças, sangue, penas e pé.	Carne mecanicamente separada de aves	Umidade - máx.; Proteína Bruta - mín.; Extrato Etéreo - mín.; Matéria Mineral - máx.; Cálcio - máx.; Fósforo - mín.; Acidez em mg NaOH/g - máx.; Índice de Peróxido em meq/1.000g - máx.	Proibido a utilização na alimentação de animais ruminantes (IN 08 de 25/03/2004)
AVES, Cartilagem		Cartilagem de aves	Umidade - máx.; Proteína Bruta - mín.; Matéria Mineral - máx.; Condroitina- mín. e máx.	Proibido a utilização na alimentação de animais ruminantes (IN 08 de 25/03/2004)
AVES, Clara de ovos desidratada	Produto obtido após a remoção da casca do ovo fresco de galinha, separação das claras, filtragem, pasteurização, resfriamento e desidratação.	Clara de ovos desidratada	Umidade - máx.; Proteína Bruta - mín.; Extrato Etéreo - mín.; Matéria Mineral - máx.	Proibido a utilização na alimentação de animais ruminantes (IN 08 de 25/03/2004)
AVES, Farinha de carne	Produto resultante da industrialização de vísceras, cortes desossados, recortes, peles e demais resíduos oriundos do abate de aves, não sendo permitida a presença de ossos, fâneros, penas e sangue em quantidades incompatíveis com as boas práticas de processamento, não sendo permitida a inclusão de	Farinha de carne de aves	Umidade - máx.; Proteína Bruta - mín.; Extrato Etéreo - mín.; Matéria Mineral - máx.; Cálcio - máx.; Fósforo - mín.; Digestibilidade em pepsina 1:10.000 a 0,2% em HCl	Proibido a utilização na alimentação de animais ruminantes (IN 08 de 25/03/2004)

	animais mortos recolhidos em propriedades e materiais efluentes (lodo de flotador, água residual, gordura ácida).		0,075 N - mín.; Acidez em mg NaOH/g -máx. de 3,0 ; Índice de Peróxido em meq/1.000g - máx. de 5,0	
AVES, Farinha de carne e osso	Produto resultante da industrialização de todos os resíduos do abate e processamento de aves, com prévia classificação da matéria-prima, não sendo permitida a presença de penas e sangue em quantidades incompatíveis com as boas práticas de processamento, não sendo permitida a inclusão de animais mortos recolhidos em propriedades e materiais efluentes (lodo de flotador, água residual, gordura ácida).	Farinha de carnes e osso de aves	Umidade - máx.; Proteína Bruta - mín.; Extrato Etéreo - mín.; Matéria Mineral - máx.; Cálcio - máx.; Fósforo - mín.; Digestibilidade em pepsina 1:10.000 a 0,2% em HCl 0,075 N - mín.; Acidez em mg NaOH/g -máx. de 6,0 ; Índice de Peróxido em meq/1.000g - máx. de 5,0	Proibido a utilização na alimentação de animais ruminantes (IN 08 de 25/03/2004)
AVES, Farinha de pena hidrolisada e sangue	Produto resultante da cocção sob pressão de penas não decompostas, com acréscimo de sangue, obtidos no abate de aves, não sendo permitida a inclusão de animais mortos recolhidos em propriedades e materiais efluentes (lodo de flotador, água residual, gordura ácida).	Farinha de pena hidrolisada e sangue	Umidade - máx.; Proteína Bruta - mín.; Extrato Etéreo - mín.; Matéria Mineral - máx.; Digestibilidade em pepsina 1:10.000 a 0,2% em HCl 0,075 N - mín.; Acidez em mg NaOH/g -máx. de 6,0; Índice de Peróxido em meq/1.000g - máx. de 5,0	Proibido a utilização na alimentação de animais ruminantes (IN 08 de 25/03/2004)
AVES, Farinha de vísceras	Produto resultante da cocção, prensagem e moagem de vísceras de aves, sendo permitida a inclusão de cabeças e pés. Não deve conter penas, exceto aquelas que podem	Farinhas de vísceras de aves	Umidade - máx.; Proteína Bruta - mín.; Extrato Etéreo - mín.; Matéria Mineral -	Proibido a utilização na alimentação de animais ruminantes (IN 08 de 25/03/2004)

	ocorrer não intencionalmente, e nem resíduos de incubatório e de outras matérias estranhas à sua composição. Não deve apresentar contaminação com casca de o imagem 6.pdf vo.		máx.; Cálcio - máx.; Fósforo - mín.; Digestibilidade em pepsina 1:10.000 a 0,2% em HCl 0,075 N - mín.; Acidez em mg NaOH/g -máx. de 3,0 ; Índice de Peróxido em meq/1.000g - máx. de 5,0	
AVES, Farinha de vísceras com ossos	Produto semelhante a farinha de vísceras com a inclusão de ossos e cartilagens obtidos como resíduos da carne mecanicamente separada (CMS).	Farinha de vísceras com ossos	Umidade - máx.; Proteína Bruta - mín.; Extrato Etéreo - mín.; Matéria Mineral - máx.; Cálcio - máx.; Fósforo - mín.; Digestibilidade em pepsina 1:10.000 a 0,2% em HCl 0,075 N - mín.; Acidez em mg NaOH/g -máx. de 3,0 ; Índice de Peróxido em meq/1.000g - máx. de 5,0	Proibido a utilização na alimentação de animais ruminantes (IN 08 de 25/03/2004)
AVES, Fígado	Produto constituído de fígado de aves aprovado para o consumo humano e obtidos de estabelecimentos sob inspeção oficial.	Fígado de aves	Umidade - máx.; Proteína Bruta - mín.; Extrato Etéreo - mín.; Matéria Mineral - máx.; Fósforo - mín.	Proibido a utilização na alimentação de animais ruminantes (IN 08 de 25/03/2004)
AVES, Gema de ovos desidratada	Produto obtido após a remoção da casca do ovo fresco de galinha, separação das gemas, filtragem, pasteurização, resfriamento e desidratação.	Gema de ovos desidratada	Umidade - máx.; Proteína Bruta - mín.; Extrato Etéreo - mín.; Matéria Mineral - máx.	Proibido a utilização na alimentação de animais ruminantes (IN 08 de 25/03/2004)
AVES, Hidrolisado de fígado desidratado	Fígado de aves submetido a cocção, hidrólise enzimática e secagem	Hidrolisado de fígado desidratado de aves	Umidade - máx.; Proteína Bruta - mín.; Extrato Etéreo	Proibido a utilização na alimentação de animais

			- mín.; Matéria Mineral - máx.; Fósforo - mín.; Digestibilidade em pepsina 1:10.000a 0,2% em HCl 0,075 N - mín.; Acidez em mg NaOH/g -máx. de 6,0 ; Índice de Peróxido em meq/1.000g - máx. de 10,0	ruminantes (IN 08 de 25/03/2004)
AVES, Óleo	Produto resultante da extração de óleo das partes não comestíveis de aves.	Óleo de aves	Umidade, impurezas e insaponificáveis - máx.; Extrato etéreo - mín.; Índice de peróxido em meq/1.000g - máx. de 5,0; Índice de saponificação; Índice de iodo- máx. de 90; Acidez Oleica - máx. de 6,0 % AGL.	Proibido a utilização na alimentação de animais ruminantes (IN 08 de 25/03/2004)
AVES, Ovo desidratado	Produto obtido após a remoção da casca do ovo fresco de galinha, filtragem, pasteurização, resfriamento e desidratação por spray dryer.	Ovo em pó	Umidade - máx.; Proteína Bruta - mín.; Extrato Etéreo - mín.; Matéria Mineral - máx.; Acidez em mg NaOH/g -máx. de 3,0; Índice de Peróxido em meq/1.000g - máx. de 10,0	Proibido a utilização na alimentação de animais ruminantes (IN 08 de 25/03/2004)
BARATA CINÉREA (*Nauphoeta cinerea*), adulto desidratado	Barata cinérea comercializada na fase adulta desidratada, podendo ou não ser moído.	Barata cinérea adulta desidratada	Umidade - máx.; Proteína Bruta - mín.; Extrato Etéreo - mín.; Matéria Mineral - máx.	Proibido a utilização na alimentação de animais ruminantes (IN 08 de 25/03/2004)

BOVINO, Concentrado proteico de cartilagem	Produto obtido a partir da secagem por spray dryer do resíduo proteico resultante da hidrólise enzimática de cartilagem bovina para extração da condroitina, oriunda de animais aprovados para o consumo humano de estabelecimento sob inspeção oficial.	Concentrado proteico de cartilagem de bovinos	Umidade - máx.; Proteína Bruta - mín.; Extrato Etéreo - mín.; Matéria Mineral - máx.; Cálcio - máx.; Digestibilidade em pepsina 1:10.000 a 0,2% em HCl 0,075 N - mín.; Acidez em mg NaOH/g -máx. de 60,0 ; Índice de Peróxido em meq/1.000g - máx.	Proibido a utilização na alimentação de animais ruminantes (IN 08 de 25/03/2004)
BOVINO, SUÍNO, Concentrado proteico de mucosa intestinal	Produto obtido a partir da secagem por spray dryer do resíduo proteico resultante da hidrólise enzimática da mucosa intestinal bovina para extração de heparina. Oriunda de animais aprovados para o consumo humano de estabelecimento sob inspeção oficial.	Concentrado proteico de mucosa intestinal de bovinos; Concentrado proteico de mucosa intestinal de suínos;	Umidade - máx.; Proteína Bruta - mín.; Extrato Etéreo - mín.; Matéria Mineral - máx.; Cálcio - máx.; Digestibilidade em pepsina 1:10.000 a 0,2% em HCl 0,075 N - mín.; Acidez em mg NaOH/g -máx. de 125,0 ; Índice de Peróxido em meq/1.000g - máx.	Proibido a utilização na alimentação de animais ruminantes (IN 08 de 25/03/2004)
BOVINO, OVINOS, Língua	Produto constituído de língua aprovada para o consumo humano obtidos de estabelecimentos sob inspeção oficial. Poderá ser designada conforme a espécie animal utilizada no processo de fabricação ou quando mais de uma espécie for utilizada no processo, será designada de língua seguida da denominação das respectivas espécies.	Língua de bovinos; Língua de ovinos; Língua de (espécies)	Umidade - máx.; Proteína Bruta - mín.; Extrato Etéreo - mín.; Matéria Mineral - máx.; Cálcio - máx.; Fósforo - mín.	Proibido a utilização na alimentação de animais ruminantes (IN 08 de 25/03/2004)

BOVINO, SUÍNO, OVINOS, CAPRINOS e EQUÍDEOS, Colágeno	Produto obtido nas etapas tecnológicas em que ocorre hidrólise térmica, química ou enzimática, ou a combinação desses processos, da proteína colagênica presente nas cartilagens, nos tendões, nas peles, nas aparas ou nos ossos das diferentes espécies animais, seguido de tratamento térmico adequado, concentrado e seco.	Colágeno	Umidade - máx.; Proteína Bruta - mín.; Matéria Mineral - máx.; Cloreto de Sódio - máx.; Colágeno - mín. e máx.	Proibido a utilização na alimentação de animais ruminantes (IN 08 de 25/03/2004)
BOVINO, SUÍNO, OVINOS, CAPRINOS e EQUÍDEOS, Gelatina	Produto obtido nas etapas tecnológicas em que ocorre hidrólise térmica, química ou enzimática, ou a combinação desses processos, da proteína colagênica presente nas cartilagens, nos tendões, nas peles, nas aparas ou nos ossos das diferentes espécies animais, seguida de purificação, filtração e esterilização, concentrado e seco. Quando houver a hidrólise completa das proteínas colagênicas, de modo que o produto perca seu poder de gelificação, sua denominação de venda será gelatina hidrolisada.	Gelatina; Gelatina hidrolisada	Umidade - máx.; Proteína Bruta - mín.; Matéria Mineral - máx.; Cloreto de Sódio - máx.; Colágeno - mín. e máx.	Proibido o uso na alimentação de animais ruminantes quando não for obtido exclusivamente de couros e peles (IN 08 de 25/03/2004)
BOVINO, SUÍNO, OVINOS, Coração	Produto constituído de coração aprovado para o consumo humano obtidos de estabelecimentos sob inspeção oficial. Poderá ser designada conforme a espécie animal utilizada no processo de fabricação ou quando mais de uma espécie for utilizada no processo, será designado de coração seguido da denominação das respectivas espécies.	Coração de bovinos; Coração de suínos; Coração de ovinos; Coração de (espécies)	Umidade - máx.; Proteína Bruta - mín.; Extrato Etéreo - mín.; Matéria Mineral - máx.; Cálcio - máx.; Fósforo - mín.	Proibido a utilização na alimentação de animais ruminantes (IN 08 de 25/03/2004)
BOVINO, SUÍNO, OVINOS, Pulmão	Produto constituído de pulmão aprovado para o consumo humano obtidos de estabelecimentos sob inspeção oficial. Poderá ser designada conforme a espécie animal utilizada no processo de fabricação ou quando mais de uma	Pulmão de bovinos; Pulmão de suínos; Pulmão de ovinos; Pulmão de (espécies)	Umidade - máx.; Proteína Bruta - mín.; Extrato Etéreo - mín.; Matéria Mineral - máx.; Cálcio - máx.; Fósforo	Proibido a utilização na alimentação de animais ruminantes (IN 08 de 25/03/2004)

	fabricação. Quando mais de uma espécie for utilizada no processo, será designada de carne desidratada mista seguida da denominação das respectivas espécies.	desidratada de cervo; Carne desidratada mista de (espécies)	em meq/1.000g - máx.	
BOVINOS, SUÍNOS, OVINOS, Fígado	Produto constituído de fígado aprovado para o consumo humano obtidos de estabelecimentos sob inspeção oficial. Poderá ser designada conforme a espécie animal utilizada no processo de fabricação ou quando mais de uma espécie for utilizada no processo, será designado de fígado seguido da denominação das respectivas espécies.	Fígado de bovinos; Fígado de suínos; Fígado de ovinos; Fígado de (espécies)	Umidade - máx.; Proteína Bruta - mín.; Extrato Etéreo - mín.; Matéria Mineral - máx.; Cálcio - máx.; Fósforo - mín.	Proibido a utilização na alimentação de animais ruminantes (IN 08 de 25/03/2004)
COLESTEROL		Colesterol	Umidade, impurezas e insaponificáveis - máx.; Extrato etéreo - mín.; Índice de peróxido em meq/1.000g - máx.; Índice de saponificação; Índice de iodo- máx.; Acidez Oleica % AGL- máx.	Proibido a utilização na alimentação de animais ruminantes (IN 08 de 25/03/2004)
COLOSTRO	Produto obtido pela desidratação do colostro obtido de estabelecimento sob inspeção oficial.	Colostro; Colostro em pó	Umidade - máx.; Proteína Bruta - mín.; Extrato Etéreo - mín.; Matéria Mineral - máx.; Cálcio - máx.; Lactose - mín. e máx.	
CRISÁLIDAS, Farinha	Produto resultante do processamento de crisálidas.	Farinha de crisálidas	Umidade - máx.; Proteína Bruta - mín.; Extrato Etéreo - mín.; Acidez em mg NaOH/g -máx. de 3,0; Índice de Peróxido em	Proibido a utilização na alimentação de animais ruminantes (IN 08 de 25/03/2004)

	chifres, cascos. Poderá ser designada conforme a espécie animal utilizada no processo de fabricação. Quando mais de uma espécie for utilizada no processo, será designada de carne mecanicamente separada mista seguida da denominação das respectivas espécies.	mecanicamente separada mista de (espécies).	em mg NaOH/g - máx.; Índice de Peróxido em meq/1.000g - máx.	
BOVINOS, SUÍNOS, CAPRINOS, OVINOS e EQUÍDEOS, Farinha de ossos calcinada	Produto resultante da calcinação e moagem de ossos e tecidos aderidos de diferentes espécies animais.	Farinha de ossos calcinada	Umidade - máx.; Matéria Mineral - mín. e máx. ; Cálcio - máx.; Fósforo - mín.; Relação cálcio/fósforo - máx.; Resíduo Insolúvel em HCl - máx. de 20,0 mg/kg	
BOVINOS, SUÍNOS, OVINOS, CAPRINOS, EQUÍDEOS e COELHOS, RENA e CERVO, Carne	Produto resultante da industrialização de carcaças e partes de carcaças aprovadas para o consumo humano obtidos de estabelecimentos sob inspeção oficial, não devendo conter ossos, cartilagem, sangue, pêlos, cerdas, chifres e cascos. Poderá ser designada conforme a espécie animal utilizada no processo de fabricação. Quando mais de uma espécie for utilizada no processo, será designada de carne mista seguida da denominação das respectivas espécies.	Carne de bovinos; Carne de suínos; Carne de ovinos, Carne de caprinos; Carne de equídeos; Carne de coelhos; Carne de rena; Carne de cervo; Carne mista de (espécies)	Umidade - máx.; Proteína Bruta - mín.; Extrato Etéreo - mín.; Matéria Mineral - máx.; Cálcio - máx.; Fósforo - mín.	Proibido a utilização na alimentação de animais ruminantes (IN 08 de 25/03/2004)
BOVINOS, SUÍNOS, OVINOS, CAPRINOS, EQUÍDEOS e COELHOS, RENA e CERVO, Carne desidratada	Produto desidratado por meio físico resultante da industrialização de carcaças e partes de carcaças aprovadas para o consumo humano obtidos de estabelecimentos sob inspeção oficial, não devendo conter ossos, cartilagem, sangue, pêlos, cerdas, chifres e cascos. Poderá ser designada conforme a espécie animal utilizada no processo de	Carne desidratada de bovinos; Carne desidratada de suínos; Carne desidratada de ovinos, Carne desidratada de caprinos; Carne desidratada de equídeos; Carne desidratada de coelhos; Carne desidratada de rena; Carne	Umidade - máx.; Proteína Bruta - mín.; Extrato Etéreo - mín.; Matéria Mineral - máx.; Cálcio - máx.; Fósforo - mín.; Acidez em mg NaOH/g - máx.; Índice de Peróxido	Proibido a utilização na alimentação de animais ruminantes (IN 08 de 25/03/2004)

	fabricação. Quando mais de uma espécie for utilizada no processo, será designada de carne desidratada mista seguida da denominação das respectivas espécies.	desidratada de cervo; Carne desidratada mista de (espécies)	em meq/1.000g - máx.	
BOVINOS, SUÍNOS, OVINOS, Fígado	Produto constituído de fígado aprovado para o consumo humano obtidos de estabelecimentos sob inspeção oficial. Poderá ser designada conforme a espécie animal utilizada no processo de fabricação ou quando mais de uma espécie for utilizada no processo, será designado de fígado seguido da denominação das respectivas espécies.	Fígado de bovinos; Fígado de suínos; Fígado de ovinos; Fígado de (espécies)	Umidade - máx.; Proteína Bruta - mín.; Extrato Etéreo - mín.; Matéria Mineral - máx.; Cálcio - máx.; Fósforo - mín.	Proibido a utilização na alimentação de animais ruminantes (IN 08 de 25/03/2004)
COLESTEROL		Colesterol	Umidade, impurezas e insaponificáveis - máx.; Extrato etéreo - mín.; Índice de peróxido em meq/1.000g - máx.; Índice de saponificação; Índice de iodo- máx.; Acidez Oleica % AGL- máx.	Proibido a utilização na alimentação de animais ruminantes (IN 08 de 25/03/2004)
COLOSTRO	Produto obtido pela desidratação do colostro obtido de estabelecimento sob inspeção oficial.	Colostro; Colostro em pó	Umidade - máx.; Proteína Bruta - mín.; Extrato Etéreo - mín.; Matéria Mineral - máx.; Cálcio - máx.; Lactose - mín. e máx.	
CRISÁLIDAS, Farinha	Produto resultante do processamento de crisálidas.	Farinha de crisálidas	Umidade - máx.; Proteína Bruta - mín.; Extrato Etéreo - mín.; Acidez em mg NaOH/g -máx. de 3,0; Índice de Peróxido em	Proibido a utilização na alimentação de animais ruminantes (IN 08 de 25/03/2004)

			meq/1.000g - máx. de 10,0	
CRISÁLIDAS, Farinha desengordurada	Produto resultante das crisálidas após a retirada de sua gordura, moagem e secagem.	Farinha de crisálidas desengordurada	Umidade - máx.; Proteína Bruta - mín.; Extrato Etéreo - mín.; Acidez em mg NaOH/g -máx. de 3,0; Índice de Peróxido em meq/1.000g - máx. de 5,0	Proibido a utilização na alimentação de animais ruminantes (IN 08 de 25/03/2004)
CRUSTÁCEOS, Camarão integral	Camarão integral obtidos de estabelecimentos com inspeção oficial	Camarão integral	Umidade - máx.; Proteína Bruta - mín.; Extrato Etéreo - mín.; Matéria Mineral - máx.; Cálcio - máx.; Fósforo - mín.; Cloreto de Sódio - máx.; Digestibilidade em pepsina 1:10.000 a 0,2% em HCl 0,075 N - mín.; Acidez em mg NaOH/g - máx.; Índice de Peróxido em meq/1.000g - máx.; Resíduo Insolúvel em HCl - máx.	Proibido a utilização na alimentação de animais ruminantes (IN 08 de 25/03/2004)
CRUSTÁCEOS, Camarão integral desidratado	Camarão integral desidratado por meio de métodos físicos, devendo ser obtidos de estabelecimentos com inspeção oficial.	Camarão integral desidratado	Umidade - máx.; Proteína Bruta - mín.; Extrato Etéreo - mín.; Matéria Mineral - máx.; Cálcio - máx.; Fósforo - mín.; Cloreto de Sódio - máx.; Digestibilidade em pepsina 1:10.000 a 0,2% em HCl 0,075 N - mín.;	Proibido a utilização na alimentação de animais ruminantes (IN 08 de 25/03/2004)

			Acidez em mg NaOH/g - máx.; Índice de Peróxido em meq/1.000g - máx.; Resíduo Insolúvel em HCl - máx.	
CRUSTÁCEOS, Farinha de casca de camarão	Produto resultante da separação das cascas no processo de industrialização de camarões aprovadas para o consumo humano obtidos de estabelecimentos sob inspeção oficial.	Farinha de casca de camarão	Umidade - máx.; Proteína Bruta - mín.; Extrato Etéreo - mín.; Matéria mineral- máx.; Cálcio - máx.; Fósforo - mín.; Cloreto de Sódio - máx.; Digestibilidade em pepsina 1:10.000a 0,2% em HCl 0,075 N - mín.; Acidez em mg NaOH/g - máx.; Índice de Peróxido em meq/1.000g- máx.; Resíduo Insolúvel em HCl - máx.	Proibido a utilização na alimentação de animais ruminantes (IN 08 de 25/03/2004)
CRUSTÁCEOS, Artêmia salina	Pequenos crustáceos de água salgada, fornecido na fase juvenil (náuplio) ou adulta como alimento vivo para organismos aquáticos.	Artêmia salina	Umidade - máx.; Proteína Bruta - mín.; Extrato Etéreo - mín.; Matéria Mineral - máx.; Cálcio - máx.; Fósforo - mín.; Cloreto de Sódio - máx.	Proibido a utilização na alimentação de animais ruminantes (IN 08 de 25/03/2004)
CRUSTÁCEOS, Carne	Produto resultante da industrialização de crustáceos aprovadas para o consumo humano obtidos de estabelecimentos sob inspeção oficial. Poderá ser designado conforme a espécie utilizada no processo de fabricação e quando mais de uma	Carne de crustáceos; Carne de caranguejo; Carne de lagosta; Carne de lagostim; Carne (espécie)	Umidade - máx.; Proteína Bruta - mín.; Extrato Etéreo - mín.; Matéria Mineral - máx.; Cálcio - máx.; Fósforo - mín.; Cloreto de Sódio -	Proibido a utilização na alimentação de animais ruminantes (IN 08 de 25/03/2004)

	espécie for utilizada no processo, será designada como carne de crustáceos.		máx.; Digestibilidade em pepsina 1:10.000 a 0,2% em HCl 0,075 N - mín.; Acidez em mg NaOH/g - máx.; Índice de Peróxido em meq/1.000g - máx.; Resíduo Insolúvel em HCl - máx.	
CRUSTÁCEOS, Cisto de artêmia salina decapsulada	Cistos desidratados cuja carapaça ou cápsula é retirada para servirem de alimento a peixes jovens ou para o cultivo de náuplios.	Cisto de artêmia salina decapsulada	Umidade - máx.; Proteína Bruta - mín.; Extrato Etéreo - mín.; Matéria Mineral - máx.; Cálcio - máx.; Fósforo - mín.; Cloreto de Sódio - máx.	Proibido a utilização na alimentação de animais ruminantes (IN 08 de 25/03/2004)
CRUSTÁCEOS, Copépodes		Copépodes	Umidade - máx.; Proteína Bruta - mín.; Extrato Etéreo - mín.; Matéria Mineral - máx.; Cálcio - máx.; Fósforo - mín.; Cloreto de Sódio - máx.	Proibido a utilização na alimentação de animais ruminantes (IN 08 de 25/03/2004)
CRUSTÁCEOS, Farinha	Produto resultante da industrialização de crustáceos e/ou seus resíduos, podendo ser designado conforme a espécie utilizada no processo de fabricação ou quando mais de uma espécie for utilizada no processo, será designada de farinha de crustáceos.	Farinha de crustáceos; Farinha de camarão; Farinha de lagosta; Farinha (espécie)	Umidade - máx.; Proteína bruta - mín.; Extrato Etéreo - mín.; Matéria Mineral - máx.; Cálcio - máx.; Fósforo- mín.; Relação cálcio/fósforo - máx.; Cloreto de Sódio - máx. de 15g/kg; Digestibilidade em pepsina 1:10.000 a	Proibido a utilização na alimentação de animais ruminantes (IN 08 de 25/03/2004)

			0,2% em HCl 0,075 N - mín. ; Acidez em mg NaOH/g - máx. de 6,0; Índice de Peróxido em meq/1.000g- máx. de 5,0; Resíduo Insolúvel em HCl - máx. de 10g/kg	
CRUSTÁCEOS, Gammarus	Crustáceo da família Gammaridae.	Gammarus	Umidade - máx.; Proteína Bruta - mín.; Extrato Etéreo - mín.; Matéria Mineral - máx.; Cálcio - máx.; Fósforo - mín.; Cloreto de Sódio - máx.	Proibido a utilização na alimentação de animais ruminantes (IN 08 de 25/03/2004)
CRUSTÁCEOS, Krill	Pequeno crustáceo utilizado na aquicultura, como alimento para peixes de aquários.	Krill	Umidade - máx.; Proteína Bruta - mín.; Extrato Etéreo - mín.; Matéria Mineral - máx.; Cálcio - máx.; Fósforo - mín.; Cloreto de Sódio - máx.	Proibido a utilização na alimentação de animais ruminantes (IN 08 de 25/03/2004)
CRUSTÁCEOS, Mysis *(Mysis relicta)*	Crustáceos da família Mysidae.	Mysis	Umidade - máx.; Proteína Bruta - mín.; Extrato Etéreo - mín.; Matéria Mineral - máx.; Cálcio - máx.; Fósforo - mín.; Cloreto de Sódio - máx.	Proibido a utilização na alimentação de animais ruminantes (IN 08 de 25/03/2004)
ECHINOIDEA, Ouriço do mar	Echinoidea, classe de organismos pertencentes ao filo Echinodermata que agrupa invertebrados marinhos dióicos de corpo globoso ou disciforme, geralmente espinhosos, com 3-10 cm de diâmetro,	Ouriço do mar	Umidade - máx.; Proteína Bruta - mín.; Extrato Etéreo - mín.; Matéria Mineral - máx.; Cálcio -	Proibido a utilização na alimentação de animais ruminantes (IN 08 de 25/03/2004)

	revestidos por um tegumento coriáceo		máx.; Fósforo - mín.; Cloreto de Sódio - máx.; Digestibilidade em pepsina 1:10.000 a 0,2% em HCl 0,075 N - mín.; Acidez em mg NaOH/g - máx.; Índice de Peróxido em meq/1.000g - máx.; Resíduo Insolúvel em HCl - máx.	
EQUÍDEOS, Óleo	Produto resultante da extração de gorduras das partes não comestíveis de equídeos.	Óleo de equídeos	Umidade, impurezas e insaponificáveis - máx.; Extrato etéreo - mín.; Índice de peróxido em meq/1.000g - máx. de 5,0; Índice de saponificação; Índice de iodo- máx.; Acidez Oleica - máx. de 6,0 % AGL.	Proibido a utilização na alimentação de animais ruminantes (IN 08 de 25/03/2004)
GRILO PRETO (*Gryllus assimilis*), adulto desidratado	Grilo preto comercializado na fase adulta desidratada, podendo ou não ser moído.	Grilo preto adulto desidratado	Umidade - máx.; Proteína Bruta - mín.; Extrato Etéreo - mín.; Matéria Mineral - máx.	Proibido a utilização na alimentação de animais ruminantes (IN 08 de 25/03/2004)
HIDROCLORETO DE GLICOSAMINA	Constitui num derivado amínico (que possui em sua estrutura uma função amina) da glicose. Pode ser obtida por meio da hidrólise da mucina (glicoproteína presente no muco) e da quitina (polissacarídeo que compõe a parede celular de fungos e exoesqueletos de artrópodes), ou, mais raramente, pela fermentação de grãos	Hidrocloreto de gllcosamina	Umidade - máx.; Proteína Bruta - mín.; Glicosamina - mín. e máx.	Proibido a utilização na alimentação de animais ruminantes (IN 08 de 25/03/2004)

	tais como aveia e milho.			
JACARÉ, Carne	Produto resultante da industrialização de carcaças e partes de carcaças de jacarés aprovadas para o consumo humano e posteriormente desidratado por meios físicos, obtidos de estabelecimentos sob inspeção oficial. Não poderá utilizar ossos, cartilagens, vísceras, pele e cabeças.	Carne de jacaré	Umidade - máx.; Proteína Bruta - mín.; Extrato Etéreo - mín.; Matéria Mineral - máx.; Cálcio - máx.; Fósforo - mín.; Cloreto de Sódio - máx.;	Proibido a utilização na alimentação de animais ruminantes (IN 08 de 25/03/2004)
LEITE, Caseinato alimentício	Produto obtido por reação da caseína alimentícia ou da coalhada da caseína alimentícia fresca com soluções de hidróxidos ou sais alcalinos ou alcalino-terrosos ou de amônia de qualidade alimentícia e posteriormente lavado e seco, mediante processos tecnologicamente adequados. Podendo ser denominado de acordo com o cátion adicionado.	Caseinato de sódio; Caseinato de cálcio	Umidade - máx.; Proteína Bruta - mín.; Matéria Mineral - máx.	
LEITE, Concentrado proteico de soro	Produto obtido após concentração parcial ou completa da fração proteica do soro de leite por processo tecnologicamente adequado, podendo ser denominado pela concentração mínima de proteína bruta.	Concentrado proteico de soro de leite; Concentrado proteico de soro de leite 80%	Umidade - máx.; Proteína Bruta - mín.; Matéria Mineral - máx.	
LEITE, Creme de leite desidratado	Produto lácteo relativamente rico em gordura retirada do leite por procedimento tecnologicamente adequados, que apresenta a forma de uma emulsão de gordura em água.	Creme de leite em pó	Umidade - máx.; Proteína Bruta - mín.; Extrato Etéreo - mín.; Matéria Mineral - máx.; Cálcio - máx.; Lactose - mín. e máx.	
LEITE, em pó desnatado	Produto obtido pela desidratação do leite desnatado obtido de estabelecimento sob inspeção oficial.	Leite em pó desnatado	Umidade - máx.; Proteína Bruta - mín.; Matéria Mineral - máx.; Lactose - mín. e máx.	
LEITE, em pó integral	Produto obtido pela desidratação do leite	Leite em pó integral	Umidade - máx.; Proteína	

	integral obtido de estabelecimento sob inspeção oficial.		Bruta - mín.; Matéria Mineral - máx.; Lactose - mín. e máx.; Extrato Etéreo - mín.; Índice de acidez em mg NaOH/g- máx. de 6,0; índice de peróxido em meq/kg- máx. de 5,0	
LEITE, Gordura	Produto resultante da extração da gordura do leite	Gordura de leite	Umidade, impurezas e insaponificáveis - máx.; Extrato etéreo - mín.; Índice de peróxido em meq/1.000g - máx. de 5,0; Índice de iodo- máx. de 180; Acidez Oleica - máx. de 6,0 % AGL.	
LEITE, Iogurte	Produtos adicionados ou não de outras substâncias alimentícias, obtidas por coagulação e diminuição do pH do leite, ou reconstituído, adicionado ou não de outros produtos lácteos, por fermentação láctica mediante ação de cultivos de microrganismos específicos.	Iogurte	Umidade - máx.; Proteína Bruta - mín.; Matéria Mineral - máx.; Cálcio - máx.; Cloreto de Sódio - máx.	
LEITE, Isolado proteico de soro	Produto obtido após isolamento completo da fração proteica do soro de leite por processo tecnologicamente adequado.	Isolado proteico de soro de leite	Umidade - máx.; Proteína Bruta - mín.; Matéria Mineral - máx.	
LEITE, Lactoalbumina	Produto resultante da concentração da albumina do soro de leite.	Lactoalbumina	Umidade - máx.; Proteína Bruta - mín.	
LEITE, Lactose em pó	Obtido do leite através de processos tecnológicos.	Lactose em pó	Umidade - máx.; Proteína Bruta - mín.; Lactose - mín. e máx.	
LEITE, Leitelho em pó	Produto resultante da batedura do creme no	Leitelho em pó	Umidade - máx.; Proteína	

	processo de fabricação da manteiga e posterior desidratação		Bruta - mín.; Matéria Mineral - máx.; Lactose - mín. e máx.	
LEITE, Leitelho líquido	Produto líquido resultante da batedura do creme no processo de fabricação da manteiga.	Leitelho líquido	Umidade - máx.; Proteína Bruta - mín.; Matéria Mineral - máx.; Lactose - mín. e máx.	
LEITE, Manteiga	Produto gorduroso obtido exclusivamente pela bateção e malaxagem, com ou sem modificação biológica de creme pasteurizado derivado exclusivamente do leite de vaca.	Manteiga	Umidade - máx.; Extrato Etéreo - mín.; Cloreto de Sódio - máx.; Índice de peróxido em meq/1.000g - máx.; Índice de iodo- máx.; Acidez Oleica % AGL - máx.;	
LEITE, Queijo desidratado	Produto desidratado que se obtém por separação parcial do soro do leite ou leite reconstituído (integral, parcial ou totalmente desnatado), ou de soros lácteos, coagulados pela ação física do coalho, de enzimas específicas, de bactéria específica, de ácido orgânicos, isolados ou combinados, todos de qualidade apta para uso alimentar, com ou sem agregação de substâncias alimentícias e/ou especiarias e/ou condimentos, aditivos especificamente indicados, substâncias aromatizantes e matérias corantes.	Queijo desidratado	Umidade - máx.; Proteína Bruta - mín.; Matéria Mineral - máx.; Cálcio - máx.; Cloreto de Sódio - máx.	
LEITE, Soro desidratado	Produto obtido por desidratação do soro de leite líquido.	Soro de leite em pó	Umidade - máx.; Proteína Bruta - mín.; Matéria Mineral - máx.; Cloreto de Sódio - máx. de 40 g/kg; Lactose - mín. e máx.;	

			Índice de acidez em mg NaOH/g- máx. de 1,5	
LEITE, Soro líquido	Obtido a partir da coagulação do leite destinado à fabricação de queijos, caseína ou produtos lácteos similares.	Soro de leite líquido	Umidade - máx.; Proteína Bruta - mín.; Lactose - mín. e máx.	
LEITE, Soro parcialmente delactosado em pó	Produto obtido por meio da remoção parcial da lactose do soro de leite e posterior desidratação.	Soro de leite parcialmente delactosado em pó	Umidade - máx.; Proteína Bruta - mín.; Matéria Mineral - máx.; Cloreto de Sódio - máx. de 30 g/kg; Lactose - mín. e máx.	
LEITE, Soro parcialmente desmineralizado desidratado	Produto obtido por meio da remoção parcial dos minerais do soro de leite e posterior desidratação.	Soro de leite parcialmente desmineralizado em pó	Umidade - máx.; Proteína Bruta - mín.; Matéria Mineral - máx.; Lactose - mín. e máx.	
LEITE, Soro permeado concentrado	Produto obtido por ultrafiltração de soro de leite e posteriormente concentração. Pode ser aplicada osmose inversa.	Permeado concentrado de soro de leite	Umidade - máx.; Proteína Bruta - mín.; Matéria Mineral - máx.; Lactose - mín. e máx.	
LEITE, Soro permeado desidratado	Produto obtido por ultrafiltração de soro de leite e posteriormente desidratação. Pode ser aplicada osmose inversa.	Permeado desidratado de soro de leite	Umidade - máx.; Proteína Bruta - mín.; Matéria Mineral - máx.; Lactose - mín. e máx.	
LEITE, Soro totalmente desmineralizado desidratado	Produto obtido por meio da remoção total dos minerais do soro de leite e posterior desidratação.	Soro de leite totalmente desmineralizado em pó	Umidade - máx.; Proteína Bruta - mín.; Matéria Mineral - máx.; Lactose - mín. e máx.	
MINHOCA, Desidratada	Produto desidratado obtido por meio de boas práticas de produção e manipulação oriundo de criatórios de minhocas.	Minhoca desidratada; Minhoca desidratada e moída	Umidade - máx.; Proteína Bruta - mín.; Extrato Etéreo - mín.; Matéria mineral- máx.; Cálcio - máx.; Fósforo - mín.	Proibido a utilização na alimentação de animais ruminantes (IN 08 de 25/03/2004)

MISTA, Gordura	Produto resultante da extração de gorduras de ao menos duas espécies de animais de sangue quente, podendo ocorrer a mistura após o processamento.	Gordura animal mista	Umidade, impurezas e insaponificáveis - máx.; Extrato etéreo - mín.; Índice de peróxido em meq/1.000g - máx. de 5,0; Índice de saponificação; Índice de iodo- máx. de 90; Acidez Oleica - máx. de 6,0 % AGL.	Proibido a utilização na alimentação de animais ruminantes (IN 08 de 25/03/2004)
MOLUSCOS, Farinha	Produto resultante da industrialização de moluscos e/ou de seus resíduos, podendo ser designado conforme a espécie utilizada no processo de fabricação. Quando mais de uma espécie for utilizada no processo, será designada de farinha de moluscos.	Farinha de moluscos; Farinha de lula; Farinha de (espécie)	Umidade - máx.; Proteína Bruta - mín.; Extrato Etéreo - mín.; Matéria Mineral - máx.; Cálcio - máx.; Fósforo - mín.; Cloreto de Sódio - máx. de 30,0g/kg; Digestibilidade em pepsina 1:10.000 a 0,2% em HCl 0,075 N - mín.; Acidez em mg NaOH/g - máx. de 6,0; Índice de Peróxido em meq/1.000g - máx. de 5,0; Resíduo Insolúvel em HCl - máx. de 10,0 g/kg	Proibido a utilização na alimentação de animais ruminantes (IN 08 de 25/03/2004)
MOLUSCOS, Farinha de conchas	Consiste de conchas de moluscos lavadas e moídas ou trituradas, podendo ser designado conforme a espécie utilizada no processo de fabricação. Quando mais de uma espécie for utilizada no processo, será designada de Farinha de conchas de moluscos.	Farinha de conchas de moluscos; Farinha de conchas de ostras; Farinha de conchas de mexilhões; Farinha de conchas de mariscos; Farinha de conchas de siba; Farinha de conchas (espécie)	Umidade - máx.; Matéria Mineral - máx.; Cálcio - máx.; Fósforo - mín.; Cloreto de Sódio - máx. de 30,0g/kg; Resíduo Insolúvel em	Proibido a utilização na alimentação de animais ruminantes (IN 08 de 25/03/2004)

			HCl - máx. de 20,0g/kg	
MOSCA SOLDADO NEGRA (*Hermetia illucens*), Farinha de larvas desidratadas	Mosca soldado negra obtida na fase larval e posteriormente desidratada e moída.	Farinha de larvas de mosca soldado negra desidratadas	Umidade - máx.; Proteína Bruta - mín.; Extrato Etéreo - mín.; Matéria Mineral - máx.	Proibido a utilização na alimentação de animais ruminantes (IN 08 de 25/03/2004)
PEIXE, Óleo de fígado	Produto resultante da extração de óleo do fígado de bacalhau.	Óleo de fígado de bacalhau	Umidade, impurezas e insaponificáveis - máx.; Extrato etéreo - mín.; Índice de peróxido em meq/1.000g - máx.; Índice de saponificação; Índice de iodo- máx.; Acidez Oleica % AGL- máx.	Proibido a utilização na alimentação de animais ruminantes (IN 08 de 25/03/2004)
PEIXE, Proteína concentrada	Subproduto correspondendo à fração proteica solubilizada por hidrólise ácida e/ou enzimática de farinha de peixe, após ulterior eliminação da fração gordurosa e desidratação, podendo ser designado conforme a espécie utilizada no processo de fabricação ou seguir a classificação expressa em teor mín. de PB. Quando mais de uma espécie for utilizada no processo, será designada de proteína concentrada de peixes.	Proteína concentrada de peixes; Proteína concentrada de atum; Proteína concentrada de salmão; Proteína concentrada de anchova; Proteína concentrada de arenque; Proteína concentrada de peixes 80%; Proteína concentrada de (espécie e/ou percentagem de proteína bruta)	Umidade - máx.; Proteína bruta- mín.; Extrato Etéreo - mín.; Matéria mineral - máx.; Digestibilidade em pepsina 1:10.000 a 0,2% em HCl 0,075 N - mín.	Proibido a utilização na alimentação de animais ruminantes (IN 08 de 25/03/2004)
PEIXE, Solúveis concentrados	Subproduto da fabricação do óleo e da farinha de peixe, obtido após concentração da fração aquosa (água de cola) do processo, podendo ser designado conforme a espécie utilizada no processo de fabricação ou seguir a classificação expressa em teor mín. de PB. Quando mais de uma espécie for utilizada no processo, será designada	Solúveis concentrados de peixes; Solúveis concentrados de atum; Solúveis concentrados de salmão; Solúveis concentrados de arenque; Solúveis de concentrados de anchova; Solúveis de concentrados de peixes 50%; Solúveis	Umidade - máx.; Proteína Bruta - mín.; Extrato Etéreo - mín.; Matéria Mineral - máx.; Cloreto de Sódio - máx. de 15,0g/kg; Digestibilidade em pepsina 1:10.000 a	Proibido a utilização na alimentação de animais ruminantes (IN 08 de 25/03/2004)

	de solúveis de peixes concentrados.	concentrados de (espécie e/ou percentagem de proteína bruta)	0,2% em HCl 0,075 N - mín.; Acidez em mg NaOH/g -máx. de 6,0; Índice de Peróxido em meq/1.000g- máx. de 5,0; Resíduo Insolúvel em HCl - máx. de 10g/kg	
PEIXE, Solúveis desidratados	Subproduto da fabricação do óleo e da farinha de peixe, obtido após desidratação da fração aquosa (água de cola) do processo, podendo ser designado conforme a espécie utilizada no processo de fabricação ou seguir a classificação expressa em teor mín. de PB. Quando mais de uma espécie for utilizada no processo, será designada de solúveis de peixes desidratados.	Solúveis desidratados de peixes; Solúveis desidratados de atum; Solúveis desidratados de salmão; Solúveis desidratados de anchova; Solúveis desidratados de arenque; Solúveis desidratados de peixes 50%; Solúveis desidratados de (espécie e/ou percentagem de proteína bruta)	Umidade - máx.; Proteína Bruta - mín.; Extrato Etéreo - mín.; Matéria Mineral - máx.; Cloreto de Sódio - máx. de 30,0g/kg; Digestibilidade em pepsina 1:10.000 a 0,2% em HCl 0,075 N - mín.; Acidez em mg NaOH/g -máx. de 6,0; Índice de Peróxido em meq/1.000g- máx. de 5,0; Resíduo Insolúvel em HCl - máx. de 10g/kg	Proibido a utilização na alimentação de animais ruminantes (IN 08 de 25/03/2004)
PEIXES, Carne	Produto resultante da industrialização de carcaças e partes de carcaças de peixes aprovadas para o consumo humano obtidos de estabelecimentos sob inspeção oficial, não podendo utilizar ossos, cartilagens, vísceras, pele e cabeças. Poderá ser designado conforme a espécie utilizada no processo de fabricação e quando mais de uma espécie for utilizada no processo, será designada	Carne de peixes; Carne de bacalhau; Carne de carpa; Carne de salmão; Carne de sardinha; Carne de truta; Carne de tilápia; Carne de merluza; Carne de (espécie)	Umidade - máx.; Proteína Bruta - mín.; Extrato Etéreo - mín.; Matéria Mineral - máx.; Cálcio - máx.; Fósforo - mín.; Cloreto de Sódio - máx.;	Proibido a utilização na alimentação de animais ruminantes (IN 08 de 25/03/2004)

	como carne de peixes.			
PEIXES, Carne desidratada	Produto resultante da industrialização de carcaças e partes de carcaças de peixes aprovadas para o consumo humano e posteriormente desidratado por meios físicos, obtidos de estabelecimentos sob inspeção oficial. Não poderá utilizar ossos, cartilagens, vísceras, pele e cabeças. Poderá ser designado conforme a espécie utilizada no processo de fabricação e quando mais de uma espécie for utilizada no processo, será designada como carne de peixes.	Carne desidratada de peixes; Carne desidratada de bacalhau; Carne desidratada de carpa; Carne desidratada de salmão; Carne desidratada de sardinha; Carne desidratada de truta; Carne de desidratada de tilápia; Carne desidratada de (espécie)	Umidade - máx.; Proteína Bruta - mín.; Extrato Etéreo - mín.; Matéria Mineral - máx.; Cálcio - máx.; Fósforo - mín.; Cloreto de Sódio - máx.; Acidez em mg NaOH/g - máx.; Índice de Peróxido em meq/1.000g - máx.	Proibido a utilização na alimentação de animais ruminantes (IN 08 de 25/03/2004)
PEIXES, Carne mecanicamente separada	Produto obtido de peixes, envolvendo o descabeçamento, a evisceração, a limpeza destes e a separação mecânica da carne das demais estruturas inerentes à espécie, como espinhas, ossos e pele. Poderá ser designado conforme a espécie utilizada no processo de fabricação e quando mais de uma espécie for utilizada no processo, será designada como carne mecanicamente separado de peixes.	Carne mecanicamente separada de peixes; Carne mecanicamente separada de atum; Carne mecanicamente separada de salmão; Carne mecanicamente separada de truta; Carne mecanicamente separada de tilápia; Carne mecanicamente separada de (espécie).	Umidade - máx.; Proteína Bruta - mín.; Extrato Etéreo - mín.; Matéria Mineral - máx.; Cálcio - máx.; Fósforo - mín.; Cloreto de Sódio - máx.; Acidez em mg NaOH/g - máx.; Índice de Peróxido em meq/1.000g - máx.	Proibido a utilização na alimentação de animais ruminantes (IN 08 de 25/03/2004)
PEIXES, Farinha	Produto resultante da industrialização de peixes e/ou de seus resíduos, com ou sem a extração de parte do óleo, podendo ser designada conforme a espécie utilizada no processo de fabricação. Quando mais de uma espécie for utilizada no processo, será designada de farinha de peixes.	Farinha de peixes; Farinha de salmão; Farinha de atum; Farinha de arenque; Farinha de anchova; Farinha de merluza; Farinha (espécie)	Umidade - máx.; Proteína Bruta - mín.; Extrato Etéreo - mín.; Matéria Mineral - máx.; Cálcio - máx.; Fósforo - mín.; Relação cálcio/fósforo - máx.; Cloreto de Sódio - máx. de 30,0g/kg; Digestibilidad	Proibido a utilização na alimentação de animais ruminantes (IN 08 de 25/03/2004)

			e em pepsina 1:10.000 a 0,2% em HCl 0,075 N - mín.; Acidez em mg NaOH/g -máx. de 6,0; Índice de Peróxido em meq/1.000g - máx. de 5,0; Resíduo Insolúvel em HCl - máx. de 10,0 mg/kg	
PEIXES, Óleo	Produto resultante da extração de óleo de pescados e/ou seus subprodutos, podendo ser designado conforme a espécie utilizada no processo de fabricação. Quando mais de uma espécie for utilizada no processo, será designada de óleo de peixes. Líquido ou pó (micronizado).	Óleo de peixes; óleo de salmão; Óleo de atum; Óleo de (espécie)	Umidade, impurezas e insaponificáveis - máx.; Extrato etéreo - mín.; Índice de peróxido em meq/1.000g - máx. de 5,0; Índice de saponificação; Índice de iodo- máx. de 200; Acidez Oleica - máx. de 6,0 % AGL.	Proibido a utilização na alimentação de animais ruminantes (IN 08 de 25/03/2004)
PEIXES, Óleo de refinado (branqueado e desodorizado)	Produto resultante da extração de óleo de peixe e posteriormente refinado (branqueado e desodorizado)	Óleo branqueado e desodorizado de peixes	Umidade, impurezas e insaponificáveis - máx.; Extrato etéreo - mín.; Índice de peróxido em meq/1.000g - máx.; Índice de saponificação; Índice de iodo- máx.; Acidez Oleica % AGL- máx.	Proibido a utilização na alimentação de animais ruminantes (IN 08 de 25/03/2004)
PESCADO, Farinha	Produto resultante da industrialização de pescado (peixes, crustáceos e moluscos) e/ou de seus resíduos, com ou sem a extração de parte do óleo.	Farinha de pescado	Umidade - máx.; Proteína Bruta - mín.; Extrato Etéreo - mín.; Matéria mineral- máx.; Cálcio - máx.; Fósforo - mín.;	Proibido a utilização na alimentação de animais ruminantes (IN 08 de 25/03/2004)

			Cloreto de Sódio - máx. de 30,0g/kg; Digestibilidade em pepsina 1:10.000a 0,2% em HCl 0,075 N - mín.; Acidez em mg NaOH/g -máx. de 6,0; Índice de Peróxido em meq/1.000g- máx. de 5,0; Resíduo Insolúvel em HCl - máx. de 20g/kg	
PLÂNCTON, Farinha	Produto resultante da massa microbiana obtida por processos de bioprodução, sendo posteriormente, centrifugado, desidratado e moído.	Plâncton desidratado	Umidade - máx.; Proteína Bruta - mín.; Extrato Etéreo - mín.; Matéria Mineral - máx.; Cálcio - máx.; Fósforo - mín.; Digestibilidade em pepsina 1:10.000 a 0,2% em HCl 0,075 N - mín.; Acidez em mg NaOH/g - máx.; Índice de Peróxido em meq/1.000g - máx.; Resíduo Insolúvel em HCl - máx.	Proibido a utilização na alimentação de animais ruminantes (IN 08 de 25/03/2004)
RUMINANTES, Sebo	Produto resultante da extração de gorduras das partes não comestíveis de animais ruminantes.	Gordura de ruminantes	Umidade, impurezas e insaponificáveis - máx.; Extrato etéreo - mín.; Índice de peróxido em meq/1.000g - máx. de 5,0; Índice de saponificação; Índice de iodo- máx. de	Proibido a utilização na alimentação de animais ruminantes (IN 08 de 25/03/2004)

			50; Acidez Oleica - máx. de 6,0 % AGL.	
SANGUE, Farinha	Produto derivado do tratamento térmico do sangue de animais de sangue quente, podendo ser acrescentado na designação do produto, a característica do processo de fabricação, tais como: *Flash dried, Spray dried.*	Farinha de sangue de bovino; Farinha de sangue de suíno; Farinha de sangue mista (espécies animais); Farinha de sangue (processamento)	Umidade - máx.; Proteína Bruta - mín.; Matéria Mineral - máx.; Cloreto de Sódio - máx.; Digestibilidade em pepsina 1:10.000 a 0,2% em HCl 0,075 N - mín.	Proibido a utilização na alimentação de animais ruminantes (IN 08 de 25/03/2004)
SANGUE, Globulinas desidratadas	Produto resultante da separação e secagem das globulinas do sangue.	Globulinas sanguíneas	Umidade - máx.; Proteína Bruta - mín.; Matéria Mineral - máx.	Proibido a utilização na alimentação de animais ruminantes (IN 08 de 25/03/2004)
SANGUE, Hemácias desidratadas	Produto resultante da secagem de hemácias.	Hemácias desidratadas de bovino; Hemácias desidratadas de suíno; Hemácias desidratadas mista	Umidade - máx.; Proteína Bruta - mín.; Matéria Mineral - máx.	Proibido a utilização na alimentação de animais ruminantes (IN 08 de 25/03/2004)
SANGUE, Hemoglobinas desidratadas	Produto resultante da separação e secagem das hemoglobinas do sangue.	Hemoglobina desidratada de bovino; Hemoglobina desidratada de suíno	Umidade - máx.; Proteína Bruta - mín.; Matéria Mineral - máx.	Proibido a utilização na alimentação de animais ruminantes (IN 08 de 25/03/2004)
SANGUE, Plasma sanguíneo desidratado	Produto resultante da secagem do plasma sanguíneo, podendo ser acrescentado na designação do produto, a característica do processo de fabricação.	Plasma sanguíneo desidratado de bovino; Plasma sanguíneo desidratado de ovino; Plasma sanguíneo desidratado de suíno; Plasma sanguíneo desidratado misto; Plasma sanguíneo desidratado (processamento)	Umidade - máx.; Proteína Bruta - mín.; Matéria Mineral - máx.; Cloreto de Sódio - máx.; Digestibilidade em pepsina 1:10.000 a 0,2% em HCl 0,075 N - mín.	Proibido a utilização na alimentação de animais ruminantes (IN 08 de 25/03/2004)
SANGUE, Soro desidratado	Produto resultante da secagem do soro sanguíneo obtido a partir do plasma sanguíneo sem fibrinogênio, liberado após	Soro sanguíneo desidratado de bovino; Soro sanguíneo desidratado de	Umidade - máx.; Proteína Bruta - mín.; Matéria Mineral -	Proibido a utilização na alimentação de animais ruminantes

	a coagulação do sangue.	suíno; Soro sanguíneo desidratado misto	máx.; Cloreto de Sódio - máx.; Digestibilidade em pepsina 1:10.000 a 0,2% em HCl 0,075 N - mín.	(IN 08 de 25/03/2004)
SUÍNO, Cartilagem hidrolisada	Produto obtido por pressão e/ou tratamento térmico, hidrólise química, microbiológica ou enzimática da proteína animal.	Cartilagem hidrolisada de suínos	Umidade - máx.; Proteína Bruta - mín.; Cloreto de Sódio - máx.; Colágeno - mín. e máx.; Condroitina - mín. e máx.	Proibido a utilização na alimentação de animais ruminantes (IN 08 de 25/03/2004)
SUÍNO, Hidrolisado de fígado desidratado	Fígado de suíno submetido à hidrólise enzimática e secagem por *spray dryer*.	Hidrolisado de fígado desidratado de suínos	Umidade - máx.; Proteína Bruta - mín.; Extrato Etéreo - mín.; Matéria Mineral - máx.; Fósforo - mín.; Digestibilidade em pepsina 1:10.000a 0,2% em HCl 0,075 N - mín.; Acidez em mg NaOH/g -máx. de 6,0 ; Índice de Peróxido em meq/1.000g - máx. de 10,0	Proibido a utilização na alimentação de animais ruminantes (IN 08 de 25/03/2004)
SUÍNOS, Farinha de carne e osso	Produzida em graxarias a partir de ossos e resíduos de tecidos, após a desossa da carcaça de suínos. É admitido a presença de sangue e vísceras, desde que não altere significativamente a composição química média estipulada.	Farinha de carne e osso de suínos	Umidade - máx.; Proteína Bruta - mín.; Extrato Etéreo - mín.; Matéria Mineral - máx.; Cálcio - máx.; Fósforo - mín.; Digestibilidade em pepsina 1:10.000 a 0,2% em HCl 0,075 N - mín.; Acidez em mg NaOH/g -máx. de 6,0 ; Índice de Peróxido	Proibido a utilização na alimentação de animais ruminantes (IN 08 de 25/03/2004)

			em meq/1.000g - máx. de 5,0	
SUÍNOS, Farinha de cerdas hidrolisadas	Produto resultante da cocção sob pressão e secagem de pêlos de suínos.	Farinha de cerdas hidrolisada	Umidade - máx.; Proteína Bruta - mín.; Extrato Etéreo - mín.; Matéria Mineral - máx.; Fósforo - mín.; Digestibilidade em pepsina 1:10.000 a 0,02% em HCl 0,075 N - mín.	Proibido a utilização na alimentação de animais ruminantes (IN 08 de 25/03/2004)
SUÍNOS, Farinha torresmo	Produto resultante da cocção, prensagem e moagem da pele suína *in natura*, máscara suína in natura e de torresmo.	Farinha de torresmo; Farinha de resíduo de banha de suínos	Umidade - máx.; Proteína Bruta - mín.; Extrato Etéreo - mín.; Matéria Mineral - máx.	Proibido a utilização na alimentação de animais ruminantes (IN 08 de 25/03/2004)
SUÍNOS, Gordura	Produto resultante da extração de gorduras das partes não comestíveis de suínos.	Gordura suína	Umidade, impurezas e insaponificáveis - máx.; Extrato etéreo - mín.; Índice de peróxido em meq/1.000g - máx. de 5,0; Índice de saponificação; Índice de iodo- máx. de 70; Acidez Oleica - máx. de 6,0 % AGL.	Proibido a utilização na alimentação de animais ruminantes (IN 08 de 25/03/2004)
SUÍNOS, Bacon	Obtido a partir da defumação de camadas da pele do suíno geralmente da região do abdômen (barriga) oriundos de estabelecimento com inspeção oficial.	Bacon	Umidade - máx.; Proteína Bruta - mín.; Extrato Etéreo - mín.; Matéria Mineral - máx.; Cálcio - máx.; Fósforo - mín.; Acidez em mg NaOH/g - máx.; Índice de Peróxido em meq/1.000g -	Proibido a utilização na alimentação de animais ruminantes (IN 08 de 25/03/2004)

			máx.	
SULFATO DE CONDROITINA	Polissacarídeo glicosaminoglicano obtido de cartilagem e outros tecidos conjuntivos em animais, podendo ter o grupamento sulfato nos carbonos 4 ou 6 de seus resíduos	Sulfato de condroitina	Umidade - máx.; Proteína Bruta - mín.; Sulfato de condroitina- mín. e máx.	Proibido a utilização na alimentação de animais ruminantes (IN 08 de 25/03/2004)
SULFATO DE GLICOSAMINA	Constitui um derivado amínico da glicose. Pode ser obtida por meio da hidrólise da mucina (glicoproteína presente no muco) e da quitina (polissacarídeo que compõe a parede celular de fungos e exoesqueletos de artrópodes), ou, mais raramente, pela fermentação de grãos tais como aveia e milho.	Sulfato de glicosamina	Umidade - máx.; Proteína Bruta - mín.; Sulfato de Glicosamina- mín. e máx.	Proibido a utilização na alimentação de animais ruminantes (IN 08 de 25/03/2004)
TENÉBRIO COMUM (*Tenebrio molitor*), Larva desidratada	Tenébrio comum comercializado na fase larval desidratada, podendo ou não ser moído.	Larvas desidratadas de tenébrio comum	Umidade - máx.; Proteína Bruta - mín.; Extrato Etéreo - mín.; Matéria Mineral - máx.	Proibido a utilização na alimentação de animais ruminantes (IN 08 de 25/03/2004)
TENÉBRIO GIGANTE (*Zophobas morio*), Larva desidratada	Tenébrio gigante comercializado na fase larval desidratada, podendo ou não ser moído.	Larvas desidratadas de tenébrio gigante	Umidade - máx.; Proteína Bruta - mín.; Extrato Etéreo - mín.; Matéria Mineral - máx.	Proibido a utilização na alimentação de animais ruminantes (IN 08 de 25/03/2004)
ZOOPLÂNCTON	Produto resultante do cultivo intensivo de microrganismos presentes na água (zooplânctons), pode ndo ser posteriormente desidratado.	Zooplâncton desidratado	Umidade - máx.; Proteína Bruta - mín.; Extrato Etéreo - mín.; Matéria Mineral - máx.; Cálcio - máx.; Fósforo - mín.; Digestibilidad e em pepsina 1:10.000 a 0,2% em HCl 0,075 N - mín.; Acidez em mg NaOH/g - máx.; Índice de Peróxido em	Proibido a utilização na alimentação de animais ruminantes (IN 08 de 25/03/2004)

			meq/1.000g - máx.; Resíduo Insolúvel em HCl - máx.	
2 - Ingredientes de origem animal utilizados na fabricação de produtos mastigáveis				
Identificação da matéria-prima	**Descrição**	**Identificação do Ingrediente**	**Garantias obrigatórias de rotulagem**	**Restrições**
APARA DE PELE	Subproduto oriundo de estabelecimentos com inspeção oficial.	Apara de pele de bovino		Proibido a utilização na alimentação de animais ruminantes (IN 08 de 25/03/2004)
BEXIGA	Subproduto oriundo de estabelecimentos com inspeção oficial.	Bexiga de bovino desidratada		Proibido a utilização na alimentação de animais ruminantes (IN 08 de 25/03/2004)
CASCO	Subproduto oriundo de estabelecimentos com inspeção oficial.	Casco de bovino desidratado		Proibido a utilização na alimentação de animais ruminantes (IN 08 de 25/03/2004)
CHIFRE	Subproduto oriundo de estabelecimentos com inspeção oficial.	Chifre de bovino desidratado; chifre de bubalino desidratado		Proibido a utilização na alimentação de animais ruminantes (IN 08 de 25/03/2004)
ESÔFAGO	Subproduto oriundo de estabelecimentos com inspeção oficial.	Esôfago de bovino desidratado; esôfago de caprino desidratado; esôfago de ovino desidratado; esôfago de suíno desidratado		Proibido a utilização na alimentação de animais ruminantes (IN 08 de 25/03/2004)
GLOTE	Subproduto oriundo de estabelecimentos com inspeção oficial.	Glote de bovino desidratada; glote de bubalino desidratada		Proibido a utilização na alimentação de animais ruminantes (IN 08 de 25/03/2004)
NERVO CERVICAL	Subproduto oriundo de estabelecimentos com inspeção oficial.	Nervo cervical de bovino desidratado		Proibido a utilização na alimentação

				de animais ruminantes (IN 08 de 25/03/2004)
OMASO	Subproduto oriundo de estabelecimentos com inspeção oficial.	Omaso de bovino desidratado		Proibido a utilização na alimentação de animais ruminantes (IN 08 de 25/03/2004)
ORELHA	Subproduto oriundo de estabelecimentos com inspeção oficial.	Orelha desidratada de bovino; orelha desidratada de bubalino; orelha desidratada de javali; orelha desidratada de suíno		Proibido a utilização na alimentação de animais ruminantes (IN 08 de 25/03/2004)
OSSO	Subproduto oriundo de estabelecimentos com inspeção oficial.	Osso de bovino desidratado; Osso de bubalino desidratado; Osso de suíno desidratado		Proibido a utilização na alimentação de animais ruminantes (IN 08 de 25/03/2004)
PÉ	Subproduto oriundo de estabelecimentos com inspeção oficial.	Pé de galinha desidratado; Pé de pato desidratado		Proibido a utilização na alimentação de animais ruminantes (IN 08 de 25/03/2004)
RASPA DE PELE	Subproduto oriundo de estabelecimentos com inspeção oficial.	Raspa de pele conservada de bovino		Proibido a utilização na alimentação de animais ruminantes (IN 08 de 25/03/2004)
TENDÃO	Subproduto oriundo de estabelecimentos com inspeção oficial.	Tendão de bovino desidratado; tendão de bubalino desidratado		Proibido a utilização na alimentação de animais ruminantes (IN 08 de 25/03/2004)
TRAQUEIA	Subproduto oriundo de estabelecimentos com inspeção oficial.	Traqueia de bovino desidratada; traqueia de bubalino desidratada; traqueia de equino desidratada; traqueia de asinino desidratada		Proibido a utilização na alimentação de animais ruminantes (IN 08 de 25/03/2004)
VEIA AORTA	Subproduto oriundo de	Veia aorta de		Proibido a

	estabelecimentos com inspeção oficial.	bovino desidratada; veia aorta de bubalino desidratada		utilização na alimentação de animais ruminantes (IN 08 de 25/03/2004)
VERGALHO	Subproduto oriundo de estabelecimentos com inspeção oficial.	Vergalho desidratado de bovino; vergalho de bubalino; vergalho de caprino; vergalho de ovino		Proibido a utilização na alimentação de animais ruminantes (IN 08 de 25/03/2004)
3 - Ingredientes de Origem Vegetal				
Identificação da matéria-prima	**Descrição**	**Identificação do Ingrediente**	**Garantias obrigatórias de rotulagem**	**Restrições**
ABACAXI (*Ananas comosus*), Farelo	Produto obtido do processamento do abacaxi para a indústria de alimentos, após secagem e moagem.	Farelo de abacaxi	Umidade - máx.; Proteína Bruta - mín.; Extrato Etéreo - mín.; Fibra Bruta - máx.; Matéria Mineral - máx.	
ABÓBORA (*Cucurbita máxima*), Semente	Consiste na semente integral da abóbora (*Cucurbita máxima*), após secagem.	Semente de abóbora	Umidade - máx.; Proteína Bruta - mín.; Extrato Etéreo - mín.; Fibra Bruta - máx.; Matéria Mineral - máx.	
AÇAÍ (*Euterpe oleracea*), Extrato	Produto obtido da fruta do açaí após extração da polpa, adição de maltodextrina, pasteurização, filtragem, secagem por "spray dryer", e homogeneização.	Extrato de açaí	Umidade - máx.; Proteína Bruta - mín.; Extrato Etéreo - mín.; Fibra Bruta - máx.; Matéria Mineral - máx.	
ALFARROBA (*Ceratonia siliqua*), Farinha integral da vagem.	Produto resultante da secagem e moagem da vagem de alfarroba.	Farinha de alfarroba	Umidade - máx.; Proteína Bruta - mín.; Extrato Etéreo - mín.; Fibra Bruta - máx.; Fibra em Detergente Ácido - máx.; Fibra em Detergente Neutro - mín.; Matéria Mineral - máx.	
ALGAROBA (*Prosopis*	Produto resultante da	Farinha integral da	Umidade -	

juliflora), Farinha integral da vagem	secagem e moagem da vagem integral da algarobeira (*Prosopis juliflora*).	vagem de algaroba	máx.; Proteína Bruta - mín.; Extrato Etéreo - mín.; Fibra Bruta - máx.; Fibra em Detergente Ácido - máx.; Fibra em Detergente Neutro - mín.; Matéria Mineral - máx.	
ALGODÃO (*Gossypium* sp.), Caroço	Produto obtido no processamento industrial do algodão, após retirada da maior parte do línter podendo ser submetido a processos de moagem.	Caroço de algodão	Umidade - máx.; Proteína Bruta - mín.; Extrato Etéreo - mín.; Fibra Bruta - máx.; Fibra em Detergente Ácido - máx.; Fibra em Detergente Neutro - mín.; Matéria Mineral - máx.	
ALGODÃO (Gossypium sp.), Casca	Produto obtido no processamento industrial do Caroço de Algodão com finalidade de separação da amêndoa do caroço para extração do óleo de algodão, resultando na separação da casca, que posteriormente pode ser moída e/ou peletizada.	Casca de algodão	Umidade - máx.; Proteína Bruta - mín.; Extrato Etéreo - mín.; Fibra Bruta - máx.; Fibra em Detergente Ácido - máx.; Fibra em Detergente Neutro - mín.; Matéria Mineral - máx.	
ALGODÃO (*Gossypium* sp.), Óleo	É o óleo comestível obtido de sementes de algodão (*Gossypium herbaceum*) através de processos de extração, pode ainda receber processos de degomagem e refino.	Óleo de algodão bruto; óleo de algodão refinado; óleo de algodão degomado*	Umidade e Voláteis - máx.; Extrato Etéreo - mín.; Matéria Insaponificável - máx.; *Fósforo - máx.; Índice de Acidez - máx.; Índice de Peróxido - máx.	
ALGODÃO (*Gossypium*, sp.), Farelo	Produto obtido do caroço do algodão após extração do óleo por solvente e	Farelo de algodão; farelo de algodão com casca	Umidade - máx.; Proteína Bruta - mín.;	

	pressão e posterior moagem e/ou peletização, podendo conter frações de casca		Extrato Etéreo - mín.; Fibra Bruta - máx.; Fibra em Detergente Ácido - máx.; Fibra em Detergente Neutro - mín.; Matéria Mineral - máx.	
ALGODÃO (*Gossypium*, sp.), Farelo *extrusado*	Produto obtido em processamento industrial por extrusão do caroço integral de algodão para extração do óleo.	Farelo de algodão extrusado	Umidade - máx.; Proteína Bruta - mín.; Extrato Etéreo - mín.; Fibra Bruta - máx.; Fibra em Detergente Ácido - máx.; Fibra em Detergente Neutro - mín.; Matéria Mineral - máx.	
ALGODÃO (*Gossypium*, sp.), Torta	Produto obtido por prensagem do caroço do algodão integral para extração parcial do óleo, podendo ser moído e/ou peletizado e conter porções de casca. Permite-se nesse produto a adição dos resíduos da filtragem do óleo.	Torta de algodão; torta de algodão com casca	Umidade - máx.; Proteína Bruta - mín.; Extrato Etéreo - mín.; Fibra Bruta - máx.; Fibra em Detergente Ácido - máx.; Fibra em Detergente Neutro - mín.; Matéria Mineral - máx.; Gossipol - máx.	
ALPISTE (*Phalaris canariensis*), Grão	Consiste das sementes de alpiste in natura.	Alpiste	Umidade - máx.; Proteína Bruta - mín.; Extrato Etéreo - mín.; Fibra Bruta - máx.; Matéria Mineral - máx.	
AMENDOIM (*Arachis hypogea*), Casca	Produto obtido após separação da vagem seca (casca) do grão de amendoim, podendo ser moída ou peletizada.	Casca de amendoim	Umidade - máx.; Proteína Bruta - mín.; Fibra em Detergente Ácido - máx.; Matéria Mineral -	

			máx.; Extrato Etéreo - mín.; Fibra Bruta - máx.;	
AMENDOIM (*Arachis hypogea*), Farelo	Produto obtido no processamento industrial do amendoim após extração do óleo por solvente e pressão e posterior moagem, podendo ser peletizado.	Farelo de amendoim	Umidade - máx.; Proteína Bruta - mín.; Extrato Etéreo - mín.; Fibra Bruta - máx.; Matéria Mineral - máx.	
AMENDOIM (*Arachis hypogea*), Grão	Consiste dos grãos de amendoim após a remoção da vagem.	Grão de amendoim;	Umidade - máx.; Proteína Bruta - mín.; Matéria Mineral - máx.; Extrato Etéreo - mín.; Fibra Bruta - máx.; Energia Metabolizável kcal/g;	
AMENDOIM (*Arachis hypogea*), Óleo refinado	Óleo comestível obtido de sementes de amendoim (*Arachis hypogea*) através de processos de extração e refino.	Óleo de amendoim refinado	Umidade e Voláteis - máx.; Extrato Etéreo - mín.; Matéria Insaponificável - máx.; Índice de Acidez - máx.; Índice de Peróxido - máx.	
AMENDOIM (*Arachis hypogea*), Tegumento (película)	Produto resultante da remoção do tegumento (película) do grão de amendoim e moagem.	Película de amendoim	Umidade - máx.; Proteína Bruta - mín.; Extrato Etéreo - mín.; Fibra Bruta - máx.; Matéria Mineral - máx.	
AMENDOIM (*Arachis hypogea*), Torta	Produto obtido no processamento industrial do amendoim após extração do óleo por pressão e posterior moagem.	Torta de amendoim	Umidade - máx.; Proteína Bruta - mín.; Extrato Etéreo - mín.; Fibra Bruta - máx.; Matéria Mineral - máx.	
ANIS (*Pimpinella anisum*), Sementes	Sementes de anis (*Pimpinella anisum*).	Semente de anis	Umidade - máx.; Proteína Bruta - mín.; Extrato Etéreo - mín.; Fibra Bruta - máx.; Matéria	

			Mineral - máx.	
ARROZ (*Oryza sativa*), Amido	Produto extraído por via úmida do endosperma do grão de arroz.	Amido de arroz	Umidade - máx.; Matéria Mineral - máx.; Amido - mín.;	
ARROZ (*Oryza sativa*), Casca	Produto obtido no beneficiamento do grão de arroz, durante a fase de descasque. Consiste da casca, ou da casca finamente moída e geralmente com a presença de glumas.	Casca de arroz; casca de arroz moída	Umidade - máx.; Fibra Bruta - máx.; Matéria Mineral - máx.;	
ARROZ (*Oryza sativa*), Farelo	Produto obtido no beneficiamento do grão de arroz, ou grão de arroz parboilizado, durante a fase de polimento. Consiste principalmente do pericarpo e/ou película que cobre o grão, estando presentes gérmen, podendo apresentar fragmentos de arroz (quirera), grãos finamente moídos e admitindo-se pequenas quantidades de fragmentos de cascas.	Farelo de arroz; farelo de arroz parboilizado	Umidade - máx.; Proteína Bruta - mín.; Extrato Etéreo - mín.; Fibra Bruta - máx.; Matéria Mineral - máx.; Índice de Peróxido- máx.; Índice de Acidez - máx.;	
ARROZ (*Oryza sativa*), Farelo desengordurado	Produto obtido após extração do óleo do farelo de arroz, por solvente e pressão e posterior moagem.	Farelo de arroz desengordurado	Umidade - máx.; Proteína Bruta - mín.; Extrato Etéreo - mín.; Fibra Bruta - máx.; Matéria Mineral - máx.	
ARROZ (*Oryza sativa*), Farinha	Produto obtido de grãos de arroz, quebrados e/ou quirera, sem cascas, finamente moídos ou micronizados, podendo ainda ser obtido a partir de grãos de arroz submetidos a processo de extrusão ou tratamento infravermelho e posterior moagem.	Farinha de arroz; farinha de arroz gelatinizada; farinha de arroz micronizado	Umidade - máx.; Proteína Bruta - mín.; Extrato Etéreo - mín.; Fibra Bruta - máx.; Matéria Mineral - máx.	
ARROZ (*Oryza sativa*), Gérmen	Produto obtido do processamento do arroz e constituído quase que exclusivamente de gérmen.	Gérmen de arroz	Umidade - máx.; Proteína Bruta - mín.; Extrato Etéreo - mín.; Fibra Bruta - máx.; Matéria Mineral - máx.	
ARROZ (*Oryza sativa*), Grão	Consiste do grão de arroz descascado, podendo ser	Grão de arroz; arroz integral; arroz	Umidade - máx.; Proteína	

	integral, polido, parboilizado e/ou fora de padrão.	quebrado	Bruta - mín.; Extrato Etéreo - mín.; Fibra Bruta - máx.; Matéria Mineral - máx.	
ARROZ (*Oryza sativa*), Óleo	Óleo comestível obtido do farelo de arroz (*Oryza sativa*) através de processos de extração, podendo ainda sofrer degomagem, neutralização com álcalis e refino.	Óleo de arroz bruto; óleo de farelo de arroz bruto; Óleo de arroz degomado*; óleo de farelo de arroz degomado*; Óleo de farelo de arroz degomado e neutralizado*; Óleo de arroz refinado; óleo de farelo de arroz refinado	Umidade e Voláteis - máx.; Extrato Etéreo - mín.; Matéria Insaponificável - máx.; *Fósforo - máx.; Índice de Acidez - máx.; Índice de Peróxido - máx.	
ARROZ (*Oryza sativa*), Proteína	É o produto obtido pela extração alcalina da fração proteica presente no grão, farinha ou farelo de arroz, e subsequente neutralização, seguida de precipitação ou centrifugação.	Proteína isolada de arroz	Umidade - máx.; Proteína Bruta - mín.; Fibra Bruta - máx.; Matéria Mineral - máx.; Extrato Etéreo - mín.;	
ARROZ (*Oryza sativa*), Quirera	O fragmento de arroz que vazar da peneira de furos circulares de 1,60 Matéria Mineral de diâmetros.	Quirera de arroz	Umidade - máx.; Proteína Bruta - mín.; Fibra Bruta - máx.; Matéria Mineral - máx.; Extrato Etéreo - mín.;	
AVEIA (*Avena sativa)* ou (*Avena strigosa*), Grão	Consiste do grão de aveia descascado, das variedades brancas ou pretas, podendo ser submetida a processo de laminação (aveia laminada) ou floculação (aveia floculada).	Grão de aveia; aveia laminada; aveia floculada; aveia	Umidade - máx.; Fibra Bruta - máx.; Proteína Bruta - mín.; Extrato Etéreo - mín.; Matéria Mineral - máx.; Energia Metabolizável kcal/kg;	
AVEIA (*Avena* sativa) ou (*Avena strigosa*), Casca	Produto obtido durante o processamento industrial da aveia em farinha, sendo constituído essencialmente da casca.	Casca de aveia; casca de aveia moída; fibra de aveia	Umidade - máx.; Proteína Bruta - mín.; Fibra Bruta - máx.; Matéria Mineral - máx.; Extrato Etéreo - mín.;	
AVEIA (*Avena sativa*) ou (Avena strigosa), Farelo	Produto obtido durante o processamento industrial da aveia.	Farelo de aveia	Umidade - máx.; Proteína Bruta - mín.;	

			Fibra Bruta - máx.; Matéria Mineral - máx.; Extrato Etéreo - mín.;	
AVEIA (*Avena sativa*) ou (*Avena strigosa*), Farinha	Produto resultante da moagem fina do grão descascado de aveia.	Farinha de aveia	Umidade - máx.; Proteína Bruta - mín.; Fibra Bruta - máx.; Matéria Mineral - máx.; Extrato Etéreo - mín.;	
AVEIA, Óleo	Óleo produzido a partir de grãos de aveia descascados e tratados termicamente. A extração do óleo ocorre através de adição de etanol de grau alimentício.	Óleo de aveia	Umidade e voláteis - máx.; Extrato Etéreo - mín.; Matéria insaponificável - máx.; Índice de Acidez - máx.; Índice de Peróxido - máx.	
BABAÇU (*Orbignya martiana*), Farelo	Produto resultante da moagem da polpa seca do Babaçu, após processo industrial de extração do óleo com solvente e pressão e posterior moagem, podendo ser peletizado.	Farelo de babaçu	Umidade - máx.; Fibra Bruta - máx.; Proteína Bruta - mín.; Extrato Etéreo - mín.; Matéria Mineral - máx.;	
BABAÇU (*Orbignya martiana*), Farinha de mesocarpo	Produto obtido após processo industrial de extração do mesocarpo do coco do babaçu e moagem.	Farinha de mesocarpo de babaçu	Umidade - máx.; Proteína Bruta - mín.; Fibra Bruta - máx.; Matéria Mineral - máx.; Extrato Etéreo - mín.; Fibra Bruta - máx.; Amido - mín.;	
BABAÇU (*Orbignya martiana*), Óleo	É o óleo ou gordura comestível obtido da amêndoa do fruto do babaçu (*Orbignya martiana*) através de processos de extração, pode sofrer ainda outros processos como a degomagem e o refino.	Óleo de babaçu bruto; óleo de babaçu degomado; óleo de babaçu refinado	Umidade e voláteis - máx.; Extrato Etéreo - mín.; Matéria insaponificável - máx.; Índice de Acidez - máx.; Índice de Peróxido - máx.	
BABAÇU (*Orbignya martiana*), Torta	Produto obtido da polpa do Babaçu após extração	Torta de babaçu	Umidade - máx.; Fibra	

	do seu óleo por pressão e moagem, podendo ser moída ou peletizada.		Bruta - máx.; Proteína Bruta - mín.; Extrato Etéreo - mín.; Matéria Mineral - máx.;	
BATATA (*Solanum tuberosum*), Proteínas	Produto obtido no processamento industrial de extração do amido de batata, resultante da precipitação da fração proteica por meio de coagulação térmica e secagem.	Proteínas de batata; concentrado proteico de batata	Umidade - máx.; Fibra Bruta - máx.; Proteína Bruta - mín.; Extrato Etéreo - mín.; Matéria Mineral - máx.	
BATATA (*Solanum tuberosum*), Subproduto da indústria de processamento de batata	É o produto resultante do processo de desidratação e moagem de cascas e polpas de batata, em sua maioria oriunda do descarte da indústria de alimentos.	Farinha de subproduto do processamento da batata	Umidade - máx.; Proteína Bruta - mín.; Fibra Bruta - máx.; Matéria Mineral - máx.; Extrato Etéreo - mín.	
BETERRABA (*Beta vulgaris*), Melaço	Produto xaroposo obtido durante o fabrico ou a refinação de açúcar de beterraba sacarina.	Melaço de beterraba	Fósforo - mín.; Proteína Bruta - mín.; Umidade - máx.; Matéria Mineral - máx.; Cálcio (Mín. e- máx); Açúcares totais - mín.	
BETERRABA (*Beta vulgaris*), Polpa desidratada	Produto resultante do processamento industrial da beterraba após extração do açúcar, secagem e moagem.	Polpa desidratada de beterraba	Umidade - máx.; Proteína Bruta - mín.; Fibra Bruta - máx.; Matéria Mineral - máx.; Extrato Etéreo - mín.	
BOCAIÚVA (MACAÚBA) (Acrocomia mokayayba), Farelo	Produto obtido após processo industrial de extração do óleo da polpa seca da bocaiuva, por extração por solvente e pressão e posterior moagem ou peletização	Farelo de bocaiuva	Umidade - máx.; Fibra Bruta - máx.; Proteína Bruta - mín.; Extrato Etéreo - mín.; Matéria Mineral - máx.;	
BOCAIÚVA (MACAÚBA) (Acrocomia mokayayba), Torta	Produto obtido após processo industrial de extração do óleo da polpa seca da bocaiuva, por pressão e posterior moagem.	Torta de bocaiuva	Umidade - máx.; Fibra Bruta - máx.; Proteína Bruta - mín.; Extrato Etéreo - mín.; Matéria	

			Mineral - máx.;	
BORRAGEM (*Borago officinalis*), Óleo	É o óleo obtido da planta *Borago officinalis*.	Óleo de borragem	Umidade e Voláteis - máx.; Extrato Etéreo - mín.; Matéria Insaponificável - máx.; Índice de Acidez - máx.; Índice de Peróxido - máx.	
CACAU (*Theobroma cacao*), Casca	Produto obtido no processo de descascamento do fruto de cacau, que posteriormente pode ser moída e/ou peletizada.	Casca de cacau	Umidade - máx.; Proteína Bruta - mín.; Fibra Bruta - máx.; Matéria Mineral - máx.; Extrato Etéreo - mín.;	
CACAU (*Theobroma cacao*), Casca da amêndoa	O produto é constituído pelo tegumento (ou casca) da amêndoa do cacau e não pela casca do fruto.	Casca da amêndoa de cacau;	Umidade - máx.; Proteína Bruta - mín.; Fibra Bruta - máx.; Matéria Mineral - máx.; Extrato Etéreo - mín.;	
CACAU (*Theobroma cacao*), Farelo	Produto resultante do processamento industrial da amêndoa de cacau para obtenção do chocolate e manteiga, podendo conter cascas (farelo de cacau com casca).	Farelo de cacau; farelo de cacau com casca	Umidade - máx.; Proteína Bruta - mín.; Fibra Bruta - máx.; Matéria Mineral - máx.; Extrato Etéreo - mín.;	
CAFÉ, Polpa	Subproduto resultante do processamento do grão de café por via úmida na qual o material é lavado e sofre o processo de despolpamento.	Polpa de café moído	Umidade - máx.; Proteína Bruta - mín.; Extrato Etéreo - mín.; Fibra Bruta - máx.; Fibra em Detergente Ácido - máx.; Fibra em Detergente Neutro - mín.; Matéria Mineral - máx.	
CAJU (*Anacardium occidentale*), Farelo de castanha	Produto obtido da amêndoa do caju após a moagem fina.	Farelo de castanha de caju	Umidade - máx.; Proteína Bruta - mín.; Fibra Bruta - máx.; Extrato Etéreo - mín.;	

			Matéria Mineral - máx.	
CAMOMILA (*Matricaria chamomilla*)	Flores desidratadas de camomila (*Matricaria chamomilla*).	Camomila	Proteína Bruta - mín.; Fibra Bruta - máx.; Matéria Mineral - máx.; Umidade - máx.	
CANA-DE-AÇÚCAR (*Saccharum officinarum*), Açúcar	Produto resultante da obtenção da sacarose de cana de açúcar, após cristalização e secagem do caldo.	Açúcar de cana-de-açúcar; açúcar mascavo	Umidade - máx.; Açúcares Totais - mín.	
CANA-DE-AÇÚCAR (*Saccharum officinarum*), Bagaço	Produto resultante do processo industrial de extração do caldo da cana de açúcar e podendo ser posteriormente desidratado (bagaço cru de Cana-de-açúcar), podendo ser submetido a tratamento de pressão, temperatura e peletização (bagaço hidrolisado de Cana-de-açúcar).	Bagaço cru de cana-de-açúcar; bagaço hidrolisado de cana-de-açúcar; bagaço cru úmido de cana-de-açúcar; bagaço cru úmido de cana-de-açúcar peletizado; bagaço hidrolisado úmido de cana-de-açúcar; bagaço hidrolisado úmido de cana-de-açúcar peletizado	Umidade - máx.; Proteína Bruta - mín.; Extrato Etéreo - mín.; Fibra Bruta - máx.; Fibra em Detergente Ácido - máx.; Fibra em Detergente Neutro - mín.; Matéria Mineral - máx.	
CANA-DE-AÇÚCAR (*Saccharum officinarum*), Fibra	Produto obtido a partir do subproduto fibroso (bagaço) da indústria sucroalcooleira, lavado, purificado e moído, altamente concentrado em fibra insolúvel de baixa fermentação intestinal, e finamente moído.	Fibra de cana-de-açúcar	Umidade - máx.; Proteína Bruta - mín.; Extrato Etéreo - mín.; Fibra Bruta - máx.; Fibra em Detergente Ácido - máx.; Fibra em Detergente Neutro - mín.; Matéria Mineral - máx.	
CANA-DE-AÇÚCAR (*Saccharum officinarum*), integral	Constituído pela parte aérea da planta cana-de-açúcar (*Saccharum officinarum*), triturada, podendo sofrer processo de desidratação.	Cana-de-açúcar integral	Umidade - máx.; Proteína Bruta - mín.; Extrato Etéreo - mín.; Fibra Bruta - máx.; Fibra em Detergente Ácido - máx.; Fibra em Detergente Neutro - mín.; Matéria Mineral - máx.	

CANA-DE-AÇÚCAR (*Saccharum officinarum*), Melaço	Produto xaroposo obtido na fase de centrifugação durante o processo industrial de obtenção do açúcar de cana, podendo sofrer secagem.	Melaço de cana-de-açúcar; Melaço de cana-de-açúcar em pó	Umidade - máx.; Açúcares totais - mín.; Matéria Mineral - máx.	
CÂNHAMO (*Cannabis sativa*), Sementes inativadas	Sementes inativadas de cânhamo (*Cannabis sativa*) com baixos teores de THC compatíveis com a variedade.	Sementes inativadas de cânhamo (*Cannabis sativa*)	Umidade e voláteis - máx.; Extrato Etéreo - mín.; Matéria insaponificável - máx.; *Fósforo - máx.; Índice de Acidez - máx.; Índice de Peróxido - máx.	
CANOLA (Brassica napus), Farelo	Produto obtido após processo industrial de extração do óleo do grão de canola com solvente e posterior moagem ou peletização.	Farelo de canola	Umidade - máx.; Fibra Bruta - máx.; Proteína Bruta - mín.; Extrato Etéreo - mín.; Matéria Mineral - máx.;	
CANOLA (*Brassica napus*), Grão	Consiste do grão integral de canola, podendo ser submetido a processo de moagem.	Grão de canola	Umidade - máx.; Fibra Bruta - máx.; Proteína Bruta - mín.; Extrato Etéreo - mín.; Matéria Mineral - máx.; Energia Metabolizável kcal/kg	
CANOLA (*Brassica napus*), Torta	Produto obtido após processo industrial de extração parcial do óleo do grão de canola por pressão e posterior moagem.	Torta de canola	Umidade - máx.; Fibra Bruta - máx.; Proteína Bruta - mín.; Extrato Etéreo - mín.; Matéria Mineral - máx.;	
CANOLA (COLZA) (*Brassicanapus*), Óleo	É o óleo obtido de sementes de colza (*Brassica campestris*) e canola (*Brassica napus*) através de processos de extração, podendo sofrer processos de degomagem ou refino.	Óleo de canola bruto; óleo de canola degomado; óleo de canola refinado	Umidade e voláteis - máx.; Extrato Etéreo - mín.; Matéria insaponificável - máx.; Ácido Erúcico - máx.; Índice de	

			Acidez - máx.; Índice de Peróxido - máx.	
CAPIM ARROZ (*Echinochloa* sp.), Grão	Consiste da semente integral de capim arroz (*Echinochloa* sp.), podendo sofrer processo de moagem.	Grão de capim arroz; senha	Umidade - máx.; Proteína Bruta - mín.; Extrato Etéreo - mín.; Fibra Bruta - máx.; Matéria Mineral - máx.	
CÁRTAMO (*Carthamus tinctorius*), Sementes	Consiste na semente integral do cártamo (Carthamus tinctorius), após secagem.	Sementes de cártamo; semente de açafrão-bravo	Umidade - máx.; Proteína Bruta - mín.; Extrato Etéreo - mín.; Fibra Bruta - máx.; Matéria Mineral - máx.	
CELULOSE	Produto derivado da madeira após sofrer reação química de separação, secagem e moagem.	Celulose	Umidade - máx.; Proteína Bruta - mín.; Extrato Etéreo - mín.; Fibra Bruta - máx.; Fibra em Detergente Ácido - máx.; Fibra em Detergente Neutro - mín.; Matéria Mineral - máx.	
CENTEIO (*Cecale cereale*), Farelo	Produto obtido no processamento industrial do grão de centeio. Consiste de pericarpo, aleurona, fragmentos de gérmen e pequena quantidade e/ou fragmentos de grãos.	Farelo de centeio	Umidade - máx.; Proteína Bruta - mín.; Fibra Bruta - máx.; Matéria Mineral - máx.; Extrato Etéreo - mín.;	
CENTEIO (*Cecale cereale*), Farinha	Consiste do grão integral de centeio, submetido a processo de moagem, podendo apresentar diferentes granulometrias.	Farinha integral de centeio	Umidade - máx.; Proteína Bruta - mín.; Fibra Bruta - máx.; Matéria Mineral - máx.; Extrato Etéreo - mín.;	
CENTEIO (*Cecale cereale*), Grão integral	Consiste do grão integral de centeio, podendo ser submetido a processo de moagem (centeio integral moído).	Grão integral de centeio	Umidade - máx.; Proteína Bruta - mín.; Fibra Bruta - máx.; Matéria Mineral - máx.; Extrato	

			Etéreo - mín.;	
CEVADA (*Hordeum vulgare*), Extrato de malte seco	Produto obtido pela hidrólise de cevada crua e maltada e submetido a concentração e secagem.	Extrato de malte seco de cevada	Umidade - máx.; Matéria Mineral - máx.; Açúcares Totais Mín.	
CEVADA (*Hordeum vulgare*), Extrato de malte xaroposo	Produto obtido pela hidrólise de cevada crua e maltada e submetido a concentração.	Extrato de malte xaroposo de cevada	Umidade - máx.; Matéria Mineral - máx.; Açúcares Totais - mín.	
CEVADA (*Hordeum vulgare*), Farelo	Produto obtido durante o processamento industrial da cevada em farinha.	Farelo de cevada	Umidade - máx.; Proteína Bruta - mín.; Fibra Bruta - máx.; Matéria Mineral - máx.; Extrato Etéreo - mín.; Amido - mín.;	
CEVADA (*Hordeum vulgare*), Farinha	Consiste do grão integral de cevada, submetido a processo de moagem, podendo apresentar diferentes granulometrias.	Farinha de cevada	Umidade - máx.; Proteína Bruta - mín.; Fibra Bruta - máx.; Matéria Mineral - máx.; Extrato Etéreo - mín.;	
CEVADA (*Hordeum vulgare*), grão	Consiste do grão integral de cevada, podendo ser submetido a processo de moagem (cevada integral moída).	Cevada em grão	Umidade - máx.; Proteína Bruta - mín.; Fibra Bruta - máx.; Matéria Mineral - máx.; Extrato Etéreo - mín.;	
CEVADA MALTADA (*Hordeumvulgare*), Radículas desidratadas	Produto constituído de radículas e brotos removidos no processo de elaboração do malte. O malte é obtido à partir do grão germinado de cevada durante a fabricação da cerveja.	Radículas de cevada maltada desidratadas;	Umidade - máx.; Proteína Bruta - mín.; Fibra Bruta - máx.; Matéria Mineral - máx.; Extrato Etéreo - mín.;	
CEVADA MALTADA (*Hordeumvulgare*), Malte	Produto obtido no processo industrial de fabricação do malte a partir da cevada germinada, pela remoção das radículas e brotos, podendo conter cascas e outras partes do grão.	Malte; pó e casca de malte	Umidade - máx.; Proteína Bruta - mín.; Fibra Bruta - máx.; Extrato Etéreo - mín.; Matéria Mineral - máx.;	
CHIA (*Salvia hispanica*), Sementes	Sementes de chia (*Salvia hispanica*).	Sementes de chia	Umidade - máx.; Proteína	

			Bruta - mín.; Extrato Etéreo - mín.; Fibra Bruta - máx.; Matéria Mineral - máx.	
CHICÓRIA (*Cichorium intybus*), Polpa desidratada	Produto resultante da extração de inulina da raiz de Chicória, e constituído por fatias da raiz após extração parcial da inulina, prensadas mecanicamente e secadas.	Polpa de chicória; polpa de chicória seca	Umidade - máx.; Proteína Bruta - mín.; Extrato Etéreo - mín.; Fibra Bruta - máx.; Matéria Mineral - máx.	
CHICÓRIA (*Cichorium intybus*), Raiz	Produto constituído pela raiz integral de chicória após sofrer secagem e moagem.	Raiz de chicória	Umidade - máx.; Proteína Bruta - mín.; Extrato Etéreo - mín.; Fibra Bruta - máx.; Matéria Mineral - máx.	
CHICÓRIA (*Cichorium intybus*), Solúveis de raiz	Subproduto do processamento da raiz de chicória obtido durante a produção de inulina e oligofrutose. É constituído por material vegetal orgânico e por minerais.	Solúveis de raiz de chicória	Umidade - máx.; Proteína Bruta - mín.; Extrato Etéreo - mín.; Fibra Bruta - máx.; Matéria Mineral - máx.	
CHICÓRIA, Sementes	Sementes de chicória (*Cichoriumintybus*).	Semente de chicória	Umidade - máx.; Proteína Bruta - mín.; Extrato Etéreo - mín.; Fibra Bruta - máx.; Matéria Mineral - máx.	
CITRUS (*Citrus sinenses*), Farelo de polpa cítrica	Produto resultante da extração do suco de laranja, constituído de casca, polpa e sementes e submetido, eventualmente, a processos de despectinização, desidratação e/ou peletização.	Farelo de polpa cítrica; polpa cítrica; polpa cítrica despectinada seca; polpa cítrica despectinada úmida; polpa, casca e semente de citros	Umidade - máx.; Proteína Bruta - mín.; Extrato Etéreo - mín.; Fibra Bruta - máx.; Fibra em Detergente Ácido - máx.; Fibra em Detergente Neutro - mín.; Matéria Mineral - máx.	
COCO (Cocos nucifera), Farelo	Produto obtido da amêndoa do coco após extração do seu óleo por solvente e pressão e posterior moagem.	Farelo de coco; torta de coco	Umidade - máx.; Proteína Bruta - mín.; Extrato Etéreo - mín.; Fibra	

			Bruta - máx.; Fibra em Detergente Ácido - máx.; Fibra em Detergente Neutro - mín.; Matéria Mineral - máx.	
COCO (*Cocos nucifera*), Óleo ou gordura	É o óleo comestível obtido por prensagem a partir da amêndoa seca (endosperma) da semente do coqueiro (*Cocos nucifera*) através de processos de extração e refino.	Gordura de coco; óleo de coco	Umidade e voláteis - máx.; Extrato Etéreo - mín.; Matéria insaponificável - máx.; Índice de Acidez - máx.; Índice de Peróxido - máx.	
D-RIBOSE	Produto obtido da a partir da fermentação de licor de maceração de milho, glicose e sais minerais. O catabólito (D-ribose) sofre processos de refinamento e purificação.	D-ribose	Umidade - máx.; Açúcares Totais - mín.	
DENDÊ (Elaeis guineasis), Farelo	Produto obtido após processo industrial de extração do óleo do mesocarpo do Dendê por solvente e pressão e posterior moagem.	Farelo de dendê	Umidade - máx.; Fibra Bruta - máx.; Proteína Bruta - mín.; Extrato Etéreo - mín.; Matéria Mineral - máx.;	
DENDÊ (Elaeis guineasis), Farelo de palmiste	Produto obtido após extração do óleo da amêndoa do Dendê por solvente e pressão e posterior moagem.	Farelo de palmiste	Umidade - máx.; Fibra Bruta - máx.; Proteína Bruta - mín.; Extrato Etéreo - mín.; Matéria Mineral - máx.;	
DENDÊ (Elaeis guineasis), Torta	Produto obtido após processo industrial de extração do óleo do mesocarpo do Dendê por pressão e posterior moagem	Torta de dendê	Umidade - máx.; Fibra Bruta - máx.; Proteína Bruta - mín.; Extrato Etéreo - mín.; Matéria Mineral - máx.;	
DENDÊ (Elaeis guineasis), Torta de palmiste	Produto obtido após extração parcial do óleo da amêndoa do Dendê por	Torta de palmiste	Umidade - máx.; Fibra Bruta - máx.;	

	pressão e posterior moagem.		Proteína Bruta - mín.; Extrato Etéreo - mín.; Matéria Mineral - máx.;	
DENDÊ (*Elacis guineasis*), Óleo	Óleo comestível obtido do mesocarpo de frutos da palmeira (*Elacis guineasis*) através de processo de extração, podendo ainda sofrer degomagem e refino.	Óleo de palma bruto; óleo de dendê bruto; azeite de dendê; óleo de palma degomado*; óleo de dendê degomado*; óleo de palma refinado; óleo de dendê refinado	Umidade e Voláteis - máx.; Extrato Etéreo - mín.; Matéria Insaponificável - máx.; *Fósforo - máx.; Índice de Acidez - máx.; Índice de Peróxido - máx.	
DENDÊ (Elaeis guineasis), Óleo de palmiste	Óleo da amêndoa (endocarpo) dos frutos da palmeira (*Elacis guineasis*) extraído por solvente e pressão, podendo ainda sofrer degomagem e refino.	Óleo de palmiste bruto; óleo de palmiste degomado*; óleo de palmiste refinado	Umidade e Voláteis - máx.; Extrato Etéreo - mín.; Matéria Insaponificável - máx.; *Fósforo - máx.; Índice de Acidez - máx.; Índice de Peróxido - máx.	
DENTE DE LEÃO (*Taraxacum officinale*), Sementes	Sementes de dente de leão (*Taraxacum officinale*).	Semente de dente de leão	Umidade - máx.; Proteína Bruta - mín.; Extrato Etéreo - mín.; Fibra Bruta - máx.; Matéria Mineral - máx.	
DEXTROSE	Produto obtido após hidrólise do amido e constituído por glucose purificada e cristalizada, com ou sem água de cristalização.	Dextrose	Umidade - máx.; Açúcares Totais - mín.	
ERVA DOCE (*Pimpinellaanisum*), Sementes	Sementes de erva doce (*Pimpinella anisum*), podendo ser submetido a processos de moagem.	Sementes de erva doce	Umidade - máx.; Proteína Bruta - mín.; Extrato Etéreo - mín.; Fibra Bruta - máx.; Matéria Mineral - máx.	
ERVILHA (*Pisum sativum*, L.), Proteínas	Consiste do grão de ervilha desidratado, submetido a processos de moagem em	Proteína de ervilha	Umidade - máx.; Proteína Bruta - mín.;	

	pinos e classificação por ar, para isolar os grânulos de amido de ervilha da matriz proteica. O produto final pode sofrer processo de peletização.		Extrato Etéreo - mín.; Fibra Bruta - máx.; Matéria Mineral - máx.	
ERVILHA (*Pisum sativum*), Amido	Consiste do grão de ervilha desidratado, submetido a processos de moagem em pinos e classificação por ar, para isolar os grânulos de amido de ervilha da matriz proteica. O produto final pode sofrer processo de peletização.	Amido de ervilha	Umidade - máx.; Proteína Bruta - mín.; Extrato Etéreo - mín.; Fibra Bruta - máx.; Matéria Mineral - máx.	
ERVILHA (*Pisum sativum*), Casca	Produto obtido após moagem da casca de ervilha.	Casca de ervilha; casca de ervilha moída; fibra de ervilha	Umidade - máx.; Proteína Bruta - mín.; Extrato Etéreo - mín.; Fibra Bruta - máx.; Fibra em Detergente Ácido - máx.; Fibra em Detergente Neutro - mín.; Matéria Mineral - máx.	
ERVILHA (*Pisum sativum*), Farelo	Subproduto da farinha de ervilha. É constituído principalmente por películas retiradas durante a preparação e limpeza das ervilhas e, em menor quantidade, por endosperma.	Farelo de ervilha	Umidade - máx.; Proteína Bruta - mín.; Extrato Etéreo - mín.; Fibra Bruta - máx.; Fibra em Detergente Ácido - máx.; Fibra em Detergente Neutro - mín.; Matéria Mineral - máx.	
ERVILHA (*Pisum sativum*), Grão	Consiste do grão de ervilha *in natura* ou desidratado, podendo ser submetido a processos de moagem (ervilha desidratada moída) ou laminação (ervilha laminada).	Grão desidratado de ervilha; ervilha moída desidratada; ervilha desidratada; ervilha laminada; grão de ervilha in natura; ervilha in natura moída	Umidade - máx.; Proteína Bruta - mín.; Extrato Etéreo - mín.; Fibra Bruta - máx.; Matéria Mineral - máx.	
ESPINAFRE (*Spinacia oleracea*), Sementes	Sementes de espinafre (*Spinacia oleracea*).	Sementes de espinafre	Umidade - máx.; Proteína Bruta - mín.; Extrato Etéreo - mín.; Fibra Bruta - máx.;	

			Matéria Mineral - máx.	
ESPINHEIRO DO MAR (*Hippophae rhamnoides*)	Consiste de folhas do espinheiro do mar (*Hippophae rhamnoides*), desidratado e submetido a processos de moagem.	Espinheiro do mar	Umidade - máx.; Proteína Bruta - mín.; Extrato Etéreo - mín.; Fibra Bruta - máx.; Matéria Mineral - máx.	
FEIJÃO (*Phaseolus vulgaris*)	Consiste no subproduto de beneficiamento do grão do Feijão, sendo constituído essencialmente por grãos fragmentados, podendo ser submetido a processos de moagem.	Feijão bandinha; feijão moído	Umidade - máx.; Proteína Bruta - mín.; Extrato Etéreo - mín.; Fibra Bruta - máx.; Matéria Mineral - máx.	
FRUTAS CÍTRICAS, Melaço líquido da lavagem da casca	Subproduto obtido do processamento da casca cítrica desidratada na indústria de alimentos, após a lavagem do bagaço com solução alcoólica, filtragem e concentração.	Melaço líquido da lavagem da casca de frutas cítricas	Umidade - máx.; Proteína Bruta - mín.; Açúcares Totais - mín.	
FRUTOS	Frutos ou pseudofrutos *in natura* ou desidratados, utilizados na alimentação humana e suscetíveis de emprego na alimentação animal, podendo sofrer processo de moagem.	Abóbora; abobrinha; ameixa; aronia (chokeberry); banana; berinjela; caju; damasco; figo desidratado; framboesa desidratada; jabuticaba; kiwi desidratado; laranja; lichia; maçã; mamão; manga; melão; pepino; pêra; pêssego; pimentão amarelo; pimentão vermelho; romã; tomate; zimbro.	Umidade - máx.; Proteína Bruta - mín.; Extrato Etéreo - mín.; Fibra Bruta - máx.; Matéria Mineral - máx.	
GERGELIM (*Sesamum indicum*), Farelo	Produto resultante da moagem de sementes de gergelim, após processo industrial de extração do óleo por solvente e pressão e posterior moagem.	Farelo de gergelim	Umidade - máx.; Fibra Bruta - máx.; Proteína Bruta - mín.; Extrato Etéreo - mín.; Matéria Mineral - máx.;	
GERGELIM (*Sesamum indicum*), Torta	Produto resultante da moagem de sementes de gergelim, após processo industrial de extração do	Torta de gergelim	Umidade - máx.; Fibra Bruta - máx.; Proteína Bruta	

	óleo por pressão e posterior moagem.		- mín.; Extrato Etéreo - mín.; Matéria Mineral - máx.;	
GIRASSOL (*Helianthus* sp), Casca	Produto obtido no processamento industrial do girassol, após separação da casca, podendo ser moída e/ou peletizada.	Casca de girassol	Umidade - máx.; Proteína Bruta - mín.; Fibra Bruta- máx.; Matéria Mineral - máx.; Extrato Etéreo - mín.;	
GIRASSOL (*Helianthus* sp), Farelo com casca	Produto obtido da semente de girassol inteira ou pouca decorticada com extração do óleo por solvente e pressão e posterior moagem.	Farelo de girassol com casca	Umidade - máx.; Fibra Bruta - máx.; Proteína Bruta - mín.; Extrato Etéreo - mín.; Matéria Mineral - máx.;	
GIRASSOL (*Helianthus* sp), Farelo sem casca	Produto obtido da semente de girassol descascada com extração do óleo por solvente e pressão e posterior moagem.	Farelo de girassol	Umidade - máx.; Fibra Bruta - máx.; Proteína Bruta - mín.; Extrato Etéreo - mín.; Matéria Mineral - máx.;	
GIRASSOL (*Helianthus* sp), Grão	Consiste do grão de girassol, podendo ser submetido a processos de moagem (girassol moído).	Grão de girassol	Umidade - máx.; Proteína Bruta - mín.; Fibra Bruta - máx.; Matéria Mineral - máx.; Extrato Etéreo - mín.;	
GIRASSOL (*Helianthus* sp), Óleo	É o óleo comestível obtido de semente de girassol (*Helianthus annus*) através de processos de extração, podendo ainda sofrer degomagem e refino.	Óleo de girassol bruto; Óleo de girassol degomado*; Óleo de girassol refinado	Umidade e Voláteis - máx.; Extrato Etéreo - mín.; Matéria Insaponificável - máx.; *Fósforo - máx.; Índice de Acidez - máx.; Índice de Peróxido - máx.	
GIRASSOL (*Helianthus* sp), Torta com casca	Produto obtido da semente de girassol inteira ou pouca descascada com extração parcial do óleo por pressão e posterior	Torta de girassol com casca	Umidade - máx.; Fibra Bruta - máx.; Proteína Bruta - mín.; Extrato	

	moagem.		Etéreo - mín.; Matéria Mineral - máx.;	
GIRASSOL (*Helianthus* sp), Torta sem casca	Produto obtido da semente de girassol descascada com extração parcial do óleo por pressão e posterior moagem.	Torta de girassol sem casca	Umidade - máx.; Fibra Bruta - máx.; Proteína Bruta - mín.; Extrato Etéreo - mín.; Matéria Mineral - máx.;	
GLICERINA	Produto obtido no processo de purificação do biodiesel por transesterificação de óleos e gorduras de origem vegetal e animal.	Caso se tratar de glicerina oriunda do processamento de uma única espécie vegetal ou animal, a espécie deve constar na denominação oficial. Por exemplo: glicerina derivada de biodiesel de óleo de soja, glicerina derivada de biodiesel de óleo de mamona, glicerina derivada de biodiesel de sebo bovino, etc.; no caso de mistura de glicerinas de origens variadas, não haverá indicação das espécies na rotulagem e a denominação será glicerina derivada de biodiesel de origem mista.; para as glicerinas (monocomponente ou de mistura) oriundas do processamento de produtos animais, é obrigatório o aviso "proibido na alimentação de ruminantes."	Umidade - máx.; Glicerol - mín.; MM - máx.; Sódio - máx.; Potássio - máx.; Metanol - máx.	Proibido a utilização na alimentação de animais ruminantes (IN 08 de 25/03/2004)
GLICOSE PROTEGIDA	Produto obtido a partir de processos variados que envolvem a liquefação, sacarificação, filtração,	Glicose protegida	Umidade - máx.; Glicose - mín.	

	descoloração, ionização, concentração, cristalização e centrifugação do amido até a obtenção da glicose que é misturada com uma solução contendo água purificada e óleo de palma para a obtenção do produto final, após nova concentração e centrifugação e secagem.			
GOIABA (*Psidium guajava*), Farelo	Produto resultante da extração do suco ou polpa de goiaba, constituído principalmente por sementes, e submetido aos processos de desidratação e moagem.	Farelo de goiaba	Umidade - máx.; Proteína Bruta - mín.; Extrato Etéreo - mín.; Fibra Bruta - máx.; Matéria Mineral - máx.	
GRAMÍNEAS, Feno	Consiste do feno de espécies gramíneas moído ou peletizado.	Feno de coast cross; feno de *Cynodon* sp.	Umidade - máx.; Proteína Bruta - mín.; Extrato Etéreo - mín.; Fibra Bruta - máx.; Fibra em Detergente Ácido - máx.; Fibra em Detergente Neutro - mín.; Matéria Mineral - máx.	
GRÃO DE BICO, Farinha	Consiste do grão de bico, podendo ser submetido a processos de moagem.	Farinha de grão de bico	Umidade - máx.; Proteína Bruta - mín.; Extrato Etéreo - mín.; Fibra Bruta - máx.; Matéria Mineral - máx.	
LEGUMINOSAS, Feno	Produto resultante da desidratação artificial ou natural e posterior moagem ou peletização da parte aérea de espécies da família Febaceae (*Leguminosae*).	Feno moído de alfafa; farinha de alfafa; farelo de alfafa; feno de ervilha	Umidade - máx.; Proteína Bruta - mín.; Extrato Etéreo - mín.; Fibra Bruta - máx.; Fibra em Detergente Ácido - máx.; Fibra em Detergente Neutro - mín.; Matéria Mineral - máx.	
LENTILHA (*Lens esculenta Moench*), Grão	Consiste do grão de lentilha, podendo ser	Grão de lentilha; lentilha moída	Umidade - máx.; Proteína	

	submetido a processos de moagem (lentilha moída).		Bruta - mín.; Extrato Etéreo - mín.; Fibra Bruta - máx.; Matéria Mineral - máx.	
LIGNOCELULOSE/CELULOSE	Produto obtido por processamento mecânico (fibrilação) de madeira no seu estado natural e que consiste predominantemente de lignocelulose.	Lignocelulose; celulose; fibra de madeira	Umidade - máx.; Fibra Bruta - máx.; Fibra em Detergente Ácido - mín.	
LINHAÇA (*Linumusitatissimum*), Farelo	Produto resultante da moagem de sementes de linhaça, após processo industrial de extração do óleo com solvente e pressão e posterior moagem.	Farelo de linhaça	Umidade - máx.; Fibra Bruta - máx.; Proteína Bruta - mín.; Extrato Etéreo - mín.; g/kg; Matéria Mineral - máx.;	
LINHAÇA (Linum *usitatissimum*), Grão	Consiste do grão de linhaça, podendo ser submetido a processo de moagem (linhaça moída).	Grão de linhaça	Umidade - máx.; Proteína Bruta - mín.; Fibra Bruta - máx.; Matéria Mineral - máx.; Extrato Etéreo - mín.;	
LINHAÇA (*Linumusitatissimum*), Torta	Produto resultante da moagem de sementes de linhaça, após processo industrial de extração do óleo por pressão e moagem.	Torta de linhaça	Umidade - máx.; Fibra Bruta - máx.; Proteína Bruta - mín.; Extrato Etéreo - mín.; Matéria Mineral - máx.;	
LINHAÇA, Óleo	Produto obtido através da moagem das sementes de linho ou linhaça por prensagem mecânica e/ou com utilização de solventes orgânicos.	Óleo de linhaça	Umidade e Voláteis - máx.; Extrato Etéreo - mín.; Matéria Insaponificável - máx.; *Fósforo - máx.; Índice de Acidez - máx.; Índice de Peróxido - máx.	
MAÇÃ (*Malus communis*), Subproduto de beneficiamento	Subproduto desidratado da fabricação de sucos e cidra, constituído de pele, polpa e sementes de maçã.	Subproduto de beneficiamento da maçã; bagaço de maçã desidratado	Umidade - máx.; Proteína Bruta - mín.; Extrato Etéreo - mín.; Fibra	

			Bruta - máx.; Matéria Mineral - máx.	
MAMONA (*Ricinusmineralunis*), Farelo detoxicado	Produto resultante da moagem da mamona após processo de extração de óleo por pressão ou com solvente e pressão, seguido de detoxicação.	Farelo de mamona detoxicado	Umidade - máx.; Fibra Bruta - máx.; Proteína Bruta - mín.; Extrato Etéreo - mín.; Matéria Mineral - máx.; Ricina - máx	
MANDIOCA (*Manihot* sp.), Fibra	Produto obtido a partir do bagaço da raiz de mandioca após descascamento, com a separação da casca interna, obedecendo a procedimentos que envolvem: desintegração, concentração, purificação, lavagem, desidratação e secagem.	Fibra de mandioca	Fibra Bruta - máx.; Fósforo - mín.; Umidade - máx.; Proteína Bruta - mín.; Extrato Etéreo - mín.; Matéria Mineral - máx.	
MANDIOCA (*Manihot* sp), Amido	Produto resultante da extração da fécula da raiz de mandioca, obedecendo a procedimentos que envolvem: limpeza da raiz, descasque, desintegração, purificação, peneiramento, centrifugação, concentração, desidratação e secagem.	Amido de mandioca; fécula de mandioca; polvilho doce de mandioca	Umidade - máx.; Amido - mín.; Matéria Mineral - máx.	
MANDIOCA (*Manihot* sp), Farelo de resíduos	Produto obtido após processo de extração do amido da mandioca.	Farelo de resíduos de mandioca; resíduos de mandioca; farelo de casca de mandioca	Umidade - máx.; Proteína Bruta - mín.; Extrato Etéreo - mín.; Fibra Bruta - máx.; Matéria Mineral - máx.	
MANDIOCA (*Manihot* sp), Farinha	Produto resultante da secagem e moagem da raiz da mandioca, após processo de retirada da casca.	Farinha de mandioca	Umidade - máx.; Proteína Bruta - mín.; Extrato Etéreo - mín.; Fibra Bruta - máx.; Matéria Mineral - máx.	
MARACUJÁ (*Passiflora edulis*), Farelo	Subproduto da indústria do maracujá (*Passiflora edulis*), obtido após lavagem, corte, retirada da polpa, trituração das cascas, secagem, moagem dos frutos.	Farelo de maracujá	Umidade - máx.; Proteína Bruta - mín.; Extrato Etéreo - mín.; Fibra Bruta - máx.; Matéria	

			Mineral - máx.	
MARIGOLD (*Tagetes erecta*), Farinha	Flores desidratadas de marigold (*Tagetes erecta*), após sofrer processo de moagem.	Farinha de marigold; farinha de rosa da índia	Umidade - máx.; Proteína Bruta - mín.; Extrato Etéreo - mín.; Fibra Bruta - máx.; Matéria Mineral - máx.	
MILHETO (*Pennisetumglaucum*) ou (*P. americanum*), Grão	Consiste do grão de milheto, podendo ser submetido a processos de moagem.	Grão de milheto; milheto; milheto moído	Umidade - máx.; Proteína Bruta - mín.; Fibra Bruta - máx.; Matéria Mineral - máx.; Extrato Etéreo - mín.;	
MILHO (*Zea mays*), Amido	Produto extraído por via úmida do endosperma do grão de milho.	Amido de milho	Umidade - máx.; Matéria Mineral - máx.; Amido - mín.;	
MILHO (*Zea mays*), Creme de milho	Produto resultante do beneficiamento do grão de milho integral.	Creme de milho	Umidade - máx.; Proteína Bruta - mín.; Fibra Bruta - máx.; Matéria Mineral - máx.; Extrato Etéreo - mín.;	
MILHO (*Zea mays*), degerminado	Produto resultante do processo de remoção do gérmen e pericarpo (tegumento) do grão de milho.	Canjica de milho;	Umidade - máx.; Proteína Bruta - mín.; Fibra Bruta - máx.; Matéria Mineral - máx.; Extrato Etéreo - mín.; Índice de Peróxido - mín.;	
MILHO (*Zea mays*), Farelo de glúten	Produto desidratado resultante da extração da maior parte do amido, glúten e gérmen do grão de milho no processo de produção de amido ou xarope, sendo constituído principalmente por pericarpo e glúten aderido. Pode conter extrativos fermentados do milho e/ou farelo de gérmen de milho.	Farelo de glúten de milho; farelo de glúten de milho úmido	Umidade - máx.; Proteína Bruta - mín.; Fibra Bruta - máx.; Matéria Mineral - máx.; Extrato Etéreo - mín.; Índice de Peróxido - máx.; meq/kg;	
MILHO (*Zea mays*), Farelo de pericarpo	Consiste do pericarpo (película) do milho.	Farelo de pericarpo do milho com solúveis	Umidade - máx.; Proteína Bruta - mín.;	

			Fibra Bruta - máx.; Matéria Mineral - máx.; Extrato Etéreo - mín.;	
MILHO (*Zea mays*), Farinha	É o produto obtido pela torração e moagem do grão de milho (Zea mays), degerminado ou não, podendo apresentar diferentes granulometrias.	Farinha de milho; fubá de milho; fubá de milho degerminado	Umidade - máx.; Proteína Bruta - mín.; Fibra Bruta - máx.; Extrato Etéreo - mín.; Matéria Mineral - máx.; Amido - mín.;	
MILHO (*Zea mays*), floculado ou extrusado	Produto resultante do milho integral submetido ao processo de floculação ou extrusão, que consiste na passagem do milho por condicionadores abastecidos por linha de vapor, durante tempos e temperaturas específicos com passagem posterior através de cilindros para compressão.	Milho floculado; grão de milho extrusado	Umidade - máx.; Proteína Bruta - mín.; Fibra Bruta - máx.; Matéria Mineral - máx.; Extrato Etéreo - mín.;	
MILHO (*Zea mays*), gelatinizado ou pré-gelatinizado	Produto resultante do milho degerminado, após ser submetido ao processo de cozimento para gelatinização do amido.	Milho gelatinizado; milho pré-gelatinizado; farinha de milho pré-cozido	Umidade - máx.; Proteína Bruta - mín.; Fibra Bruta - máx.; Matéria Mineral - máx.; Extrato Etéreo - mín.; Xantofila - mín.	
MILHO (*Zea mays*), Gérmen	Produto constituído de gérmen, pericarpo e fragmentos amiláceos, resultantes do processamento industrial do milho integral empregado no preparo da farinha de milho para consumo humano. A separação dos germens pode ser feita por via úmida ou seca.	Gérmen de milho; farelo de gérmen de milho;	Umidade - máx.; Proteína Bruta - mín.; Fibra Bruta - máx.; Matéria Mineral - máx.; Extrato Etéreo - mín.; Índice de Peróxido - máx.; meq/kg; Índice de Acidez - máx.;	
MILHO (*Zea mays*), Gérmen desengordurado	Produto obtido após extração do óleo do gérmen do milho, com uso de solvente e pressão e posterior moagem. A separação dos germens pode ser feita por via	Gérmen de milho desengordurado; farelo de gérmen de milho desengordurado	Umidade - máx.; Proteína Bruta - mín.; Fibra Bruta - máx.; Matéria Mineral - máx.; Extrato	

	úmida ou seca.		Etéreo - mín.;	
MILHO (*Zea mays*), Glúten de milho com levedura	Produto da indústria de destilação, obtido a partir do grão de milho, submetido às etapas de cozimento, fermentação, destilação e secagem	Glúten de milho com levedura	Umidade - máx.; Proteína Bruta - mín.; Fibra Bruta - máx.; Matéria Mineral - máx.; Extrato Etéreo - mín.;	
MILHO (*Zea mays*), Grão	Grãos provenientes da espécie Zea mays L, após beneficiamento, podendo ser submetido a processos de moagem (milho moído) e laminação (milho , laminado)	Grão de milho; milho moído; milho quebrado; milho (grãos laminados);	Umidade - máx.; Proteína Bruta - mín.; Fibra Bruta - máx.; Matéria Mineral - máx.; Extrato Etéreo - mín.;	
MILHO (*Zea mays*),Maltodextrina	Produto resultante da hidrólise do amido de milho.	Maltodextrina de milho	Umidade - máx.; Dextrose equivalente - mín.	
MILHO (*Zea mays*), Óleo	É o óleo comestível obtido do germe de milho (*Zea mays*) através de processos de extração, e/ou degomagem, e/ou refino, e/ou destilação.	Óleo de milho bruto; óleo de milho degomado*; óleo de milho refinado; óleo de milho destilado	Umidade e Voláteis - máx.; Extrato Etéreo - mín.; Matéria Insaponificável - máx.; *Fósforo - máx.; Índice de Acidez - máx.; Índice de Peróxido - máx.	
MILHO (*Zea mays*), Palha	Produto constituído por palha de milho moída.	Palha de milho moída	Umidade - máx.; Proteína Bruta - mín.; Fibra Bruta - máx.; Extrato Etéreo - mín.; Matéria Mineral - máx.; FDA- máx.;	
MILHO (*Zea mays*), Palha e espiga	Produto constituído por palha e espiga de milho moído.	Palha e espiga de milho moído	Umidade - máx.; Proteína Bruta - mín.; Fibra Bruta - máx.; Extrato Etéreo - mín.; Matéria Mineral - máx.; FDA- máx.	
Milho (*Zea mays*), Quirera	Pedaços de grãos que vazarem pela peneira de	Quirera de milho	Umidade - máx.; Proteína	

	crivos circulares de 5,00 Matéria Mineral (cinco milímetros) de diâmetro e ficarem retidos na peneira de crivos circulares de 3,00 Matéria Mineral (três milímetros) de diâmetro (quirera); quirera fina (retenção em peneira de 1,410 Matéria Mineral) e quirera média (retenção em peneira de 2,0)		Bruta - mín.; Fibra Bruta - máx.; Matéria Mineral - máx.; Extrato Etéreo - mín.;	
MILHO (*Zea mays*), Resíduo de destilaria	Produto da indústria de destilação obtido a partir do grão de milho fermentado com levedura podendo receber o acréscimo de solúveis	DDG - resíduo seco de destilaria (milho) DDGS - resíduo seco de destilaria com solúveis (milho); WDG - resíduo úmido de destilaria (milho)	Umidade - máx.; Proteína Bruta - mín.; Fibra Bruta - máx.; Matéria Mineral - máx.; Extrato Etéreo - mín.;	
MILHO (*Zea mays*), Rolão	Produto constituído por partes aéreas da planta, palha e espiga ou sabugo de milho moído.	Rolão de milho	Umidade - máx.; Proteína Bruta - mín.; Fibra Bruta - máx.; Extrato Etéreo - mín.; Matéria Mineral - máx.; FDA- máx.;	
MILHO (*Zea mays*), Sabugo	Produto constituído por sabugo de milho moído.	Sabugo de milho moído	Umidade - máx.; Proteína Bruta - mín.; Fibra Bruta - máx.; Extrato Etéreo - mín.; Matéria Mineral - máx.; FDA- máx.;	
MILHO (*Zea mays*), Xarope desidratado	Produto do processo de obtenção do amido de milho.	Xarope de milho desidratado	Umidade - máx.; Dextrose equivalente Mín.	
MILHO, (*Zea mays*), Água de maceração	Produto proveniente do processo de moagem úmido do milho para obtenção do glúten.	Água de maceração de milho	Umidade - máx.; Matéria Mineral - máx.; Enxofre – máx.;	
MORINGA (*Moringa oleifera*), Folhas	Folhas desidratadas de moringa (*Moringa oleifera*), após sofrer processo de liofilização.	Folhas de moringa	Umidade - máx.; Proteína Bruta - mín.; Extrato Etéreo - mín.; Fibra Bruta - máx.;	

			Matéria Mineral - máx.	
MOSTARDA (*Brassica nigra*), Sementes	Sementes de mostarda (*Brassica nigra*), podendo sofrer processo de moagem.	Semente de mostarda	Umidade - máx.; Proteína Bruta - mín.; Extrato Etéreo - mín.; Fibra Bruta - máx.; Matéria Mineral - máx.	
NABÃO (*Raphanus sativus*), Sementes	Sementes de nabo forrageiro (*Raphanus sativus*), podendo sofrer processo de moagem.	Semente de nabão; semente de rabanete	Umidade - máx.; Proteína Bruta - mín.; Extrato Etéreo - mín.; Fibra Bruta - máx.; Matéria Mineral - máx.	
NIGER (*Guizotia abyssinica*), Sementes	Sementes de NIGER (*Guizotia abyssinica*), podendo sofrer processo de moagem.	Semente de niger	Umidade - máx.; Proteína Bruta - mín.; Extrato Etéreo - mín.; Fibra Bruta - máx.; Matéria Mineral - máx.	
ÓLEO ÁCIDO	Subproduto da indústria de refino de óleos de origem vegetal, obtido após acidulação da borra.	Óleo ácido; ácidos graxos livres; 1) O produto deverá ser designado conforme a espécie vegetal utilizada no processo de fabricação. Ex. Óleo ácido de algodão. 2) Quando mais de uma espécie for utilizada no processo, será designada de óleo ácido misto, seguida da denominação das respectivas espécies. Ex. Óleo ácido misto de soja e girassol.	Umidade e voláteis - máx.; Extrato Etéreo - mín.; Matéria insaponificável - máx.; *Fósforo - máx.; Índice de Acidez - máx.; Índice de Peróxido - máx.	
ÓLEO MISTO ou COMPOSTO	São produtos obtidos a partir de misturas de dois ou mais óleos vegetais através de processos tecnológicos adequados, e que se apresentam líquidos a 25ºC.	A denominação oficial deve ser seguida do status após extração (bruto, degomado ou refinado) e da origem dos óleos. Ex. Óleo degomado misto de soja e milho*; óleo	Umidade, Impurezas e Insaponificáveis - máx.; Extrato Etéreo - mín.; *Fósforo - máx.; Índice de Acidez - máx.; Índice	

		refinado composto de soja e girassol	de Peróxido - máx.	
ÓLEO ou GORDURA VEGETAL MODIFICADOS	São produtos obtidos a partir de óleos e gorduras submetidos a processos de alteração físicas e ou químicas tais como hidrogenação, interesterificação, fracionamento ou outros processos tecnológicos adequados. São considerados óleos vegetais modificados, os produtos que se apresentarem líquidos a 25˚C e são considerados gorduras vegetais modificados, os produtos que se mantêm sólidos ou pastosos a 25˚C	1. A denominação oficial deve ser seguida do status após extração (bruto, degomado ou refinado) e da(s) origem(ns) do(s) óleo(s) ou gordura(s).; 2. O nome do processo de modificação deve ser informado.; 3. Quando o produto for composto de misturas de dois ou mais óleos e/ou gorduras, a palavra misto ou composto poderá ser incluída à denominação comercial.; ex. Óleo de soja refinado hidrogenado; óleo degomado de soja e girassol hidrogenado*; óleo degomado misto de milho e girassol hidrogenado*	Umidade e Voláteis - máx.; Extrato Etéreo - mín.; Matéria Insaponificável - máx.; *Fósforo - máx.; Índice de Acidez - máx.; Índice de Peróxido - máx.	
OLIVA (*Olea europaea*), Azeite	É o óleo comestível obtido do fruto da oliveira (*Olea europaea*) através de processos de extração	Azeite de oliva	Umidade e Voláteis - máx.; Extrato Etéreo - mín.; Matéria Insaponificável - máx.; Índice de Acidez - máx.; Índice de Peróxido - máx.	
OURICURI (LICURI) (*Syagruscoronata*), Farelo	Produto obtido do fruto do Ouricuri (licuri) após extração do seu óleo por solvente e pressão e posterior moagem, podendo ser peletizado.	Farelo de ouricuri	Umidade - máx.; Fibra Bruta - máx.; Proteína Bruta - mín.; Extrato Etéreo - mín.; Matéria Mineral - máx.;	
OURICURI (LICURI) (*Syagruscoronata*), Torta	Produto obtido do fruto do Ouricuri após extração parcial do seu óleo por pressão e posterior moagem, podendo ser	Torta de ouricuri	Umidade - máx.; Fibra Bruta - máx.; Proteína Bruta - mín.; Extrato	

	peletizado.		Etéreo - mín.; Matéria Mineral - máx.;	
PAINÇO (*Panicum miliaceum*), Grãos	Consiste de grãos de painço, comumente chamado de painço ou milho alvo e pode apresentar variedades em sua cor.	Grãos de painço comum; grãos de painço francês; grãos de painço branco; grãos de painço vermelho; grãos de painço preto	Umidade - máx.; Proteína Bruta - mín.; Extrato Etéreo - mín.; Fibra Bruta - máx.; Matéria Mineral - máx.	
PAINÇO (Setaria italica), Grão	Consiste de sementes de painço português, comumente chamado de painço.	Grão de painço;	Umidade - máx.; Proteína Bruta - mín.; Extrato Etéreo - mín.; Fibra Bruta - máx.; Matéria Mineral - máx.;	
PAINÇO PORTUGUÊS (*Setaria italica*), Grãos	Consiste de grãos de painço português, comumente chamado de painço.	Grãos de painço português	Proteína Bruta - mín.; Extrato Etéreo - mín.; Fibra Bruta - máx.; Matéria Mineral - máx.; Umidade - máx.	
PALMA (*Attalea* spp.) ou (*Elaeis spp*.), Óleo fracionado	É o produto do fracionamento por filtragem com a separação da fração sólida do óleo de palma (estearina) da fração líquida (oleína), e é composto principalmente por ácido palmítico e ácido oleico.	Óleo fracionado de palma; estearina de palma	Umidade e Voláteis; Ácido Palmítico; Índice de Acidez; Extrato Etéreo - mín.; Matéria insaponificável; Índice de Peróxido	
PAPOULA, Semente inativada	Sementes de papoula (*Papaver somniferum*), inativadas	Semente de papoula inativada	Umidade - máx.; Proteína Bruta - mín.; Extrato Etéreo - mín.; Fibra Bruta - máx.; Matéria Mineral - máx.	
PERILA, Sementes	Sementes de perila (*Perilla frutescens*), podendo sofrer processo de moagem.	Semente de perila	Umidade - máx.; Proteína Bruta - mín.; Extrato Etéreo - mín.; Fibra Bruta - máx.; Matéria	

			Mineral - máx.	
PINHEIRO EUROPEU, Sementes	Sementes de pinheiro europeu (*Pinus* spp.)	Semente de pinheiro europeu	Umidade - máx.; Proteína Bruta - mín.; Extrato Etéreo - mín.; Fibra Bruta - máx.; Matéria Mineral - máx.	
POLIDEXTROSE	Composto por polímeros de glicose ligados de forma aleatória produzidos por polimerização térmica de D-glicose.	Polidextrose	Umidade - máx.; Açúcares Totais - mín.	
PRÍMULA (*Oenothera biennis*), Óleo	É o óleo obtido da planta da espécie prímula (*Oenothera biennis*).	Óleo de prímula.	Umidade e Voláteis - máx.; Extrato Etéreo - mín.; Matéria Insaponificável - máx.; Índice de Acidez - máx.; Índice de Peróxido - máx.	
PSYLLIUM (*Plantago psyllium*), Casca	É o produto obtido pela moagem e separação da casca de sementes de Psyllium.	Casca de psyllium; casca de sementes de psyllium	Umidade - máx.; Proteína Bruta - mín.; Extrato Etéreo - mín.; Fibra Bruta - máx.; Matéria Mineral - máx.	
PSYLLIUM (*Plantago psyllium*), Semente	Consiste da semente de Psyllium, podendo ser submetido a processos de moagem (semente de psyllium moída).	Semente de psyllium; semente de psyllium moída	Umidade - máx.; Proteína Bruta - mín.; Extrato Etéreo - mín.; Fibra Bruta - máx.; Matéria Mineral - máx.	
RESÍDUO SECO DE CERVEJARIA	Produto obtido no processo de fabricação da cerveja, resultante da separação do mosto (que será fermentado) e seco posteriormente.	Resíduo seco de cervejaria	Umidade - máx.; Proteína Bruta - mín.; Fibra Bruta - máx.; Matéria Mineral - máx.; Extrato Etéreo - mín.	
RESÍDUO ÚMIDO DE CERVEJARIA	Produto obtido no processo de fabricação da cerveja, resultante da separação do mosto (que será fermentado).	Resíduo úmido de cervejaria	Umidade - máx.; Proteína Bruta - mín.; Fibra Bruta - máx.; Matéria Mineral - máx.; Extrato Etéreo - mín.	

ROSA MOSQUETA, frutos	Produto constituído de frutos da planta rosa mosqueta, após sofrer processos de desidratação e moagem.	Rosa mosqueta	Umidade - máx.; Proteína Bruta - mín.; Extrato Etéreo - mín.; Fibra Bruta - máx.; Matéria Mineral - máx.	
SACAROSE	Açúcar obtido por extração, concentração e purificação, a partir de partes de plantas ricas neste nutriente, como raiz de beterraba sacarina (*Beta vulgaris*) e o colmo de cana-de açúcar (*Saccharum officinarum*).	Sacarose	Umidade - máx.; Açúcares Totais - mín.	
SAIS CÁLCICOS DE ÁCIDOS GRAXOS	Produto resultando da saponificação de ácidos graxos vegetais por hidróxido de Cálcio.	Sais cálcicos de ácidos graxos; gordura protegida	Umidade - máx.; Extrato Etéreo - mín.; Matéria Mineral - máx.; Cálcio - mín.; NDT* - mín.; Energia Metabolizável - mín.; Índice de Acidez - máx.; Índice de Peróxido - máx.	
SOJA (*Glycine max*), Casca	Produto obtido após separação da parte externa (tegumento ou casca) do grão de soja, durante o processo industrial de extração do óleo, podendo ser moída ou peletizada.	Casca de soja	Umidade - máx.; Proteína Bruta - mín.; FDA- máx.; Matéria Mineral - máx.; Extrato Etéreo - mín.; Fibra Bruta - máx.	
SOJA (*Glycine max*), Farelo	Produto resultante da extração do óleo do grão de soja por solvente e pressão com posterior moagem e/ou peletização, sendo admissível a inclusão de pequenas proporções de casca de soja.	Farelo de soja; farelo de soja micronizada	Umidade - máx.; Fibra Bruta - máx.; Proteína Bruta - mín.; Extrato Etéreo - mín.; Matéria Mineral - máx.; Atividade Ureática - máx.; Insolúveis em HCl - máx.; Solubilidade proteico em	

			KOH 0,2% - mín.	
SOJA (*Glycine max*), Farelo	Produto resultante do grão de soja integral, submetido ao processo de extração parcial do óleo e extrusão	Farelo de soja semi-integral extrusado;	Umidade - máx.; Fibra Bruta - máx.; Proteína Bruta - mín.; Extrato Etéreo - mín.; Matéria Mineral - máx.; Atividade Ureática - máx.; Insolúveis em HCl - máx.; Solubilidade proteico em KOH 0,2% - mín.	
SOJA (*Glycine max*), Farelo de gérmen	Produto resultante no processamento industrial do grão de soja, constituído essencialmente de gérmen.	Farelo de gérmen de soja	Umidade - máx.; Proteína Bruta - mín.; Fibra Bruta - máx.; Matéria Mineral - máx.; Extrato Etéreo - mín.; Isoflavonas totais - mín.	
SOJA (*Glycine max*), Farelo fermentado	É o produto obtido por fermentação microbiana de farelo de soja e posterior secagem.	Farelo de soja fermentado	Umidade - máx.; Fibra Bruta - máx.; Proteína Bruta - mín.; Extrato Etéreo - mín.; Matéria Mineral - máx.; Atividade Ureática - máx.; Insolúveis em HCl - máx.; Solubilidade proteico em KOH 0,2% - mín.	
SOJA (*Glycine max*), Farinha	Consiste do grão de soja tratado termicamente e posterior moagem, podendo ser submetido ao processo de micronização.	Farinha de soja; farinha de soja micronizada	Umidade - máx.; Fibra Bruta - máx.; Proteína Bruta - mín.; Extrato Etéreo - mín.; Matéria Mineral - máx.	
SOJA (*Glycine max*), Fibra	Produto originado de	Fibra de soja	Umidade -	

	resíduos da produção de proteínas, extratos e outros produtos de soja, que sofre processamento específico relacionado à sua solubilidade, recuperação de fração proteica e à destinação.		máx.; Fibra Bruta - máx.; Proteína Bruta - mín.; Extrato Etéreo - mín.; Matéria Mineral - máx.	
SOJA (*Glycine max*), Grão	Consiste do grão de soja, podendo ser submetido a processos de moagem (soja moída ou micronizada).	Grão de soja; grão de soja micronizado	Umidade - máx.; Fibra Bruta - máx.; Proteína Bruta - mín.; Extrato Etéreo - mín.; Matéria Mineral - máx.; Atividade Ureática - máx.; Solubilidade proteica em KOH 0,2% - mín.	
SOJA (*Glycine max*), Grão tratado por calor e pressão	Produto resultante do grão de soja integral, submetido ao processo de cozimento, podendo ser moída	Grão de soja tratado pelo calor	Umidade - máx.; Fibra Bruta - máx.; Proteína Bruta - mín.; Extrato Etéreo - mín.; Matéria Mineral - máx.; Atividade Ureática - máx.; Solubilidade proteica em KOH 0,2% - mín.	
SOJA (*Glycine max*), Grão tratado por calor e pressão	Produto resultante do grão de soja integral, submetido ao processo de cozimento por condicionador sob pressão, podendo ser moída	Soja integral moída (trat. Por pressão)	Umidade - máx.; Fibra Bruta - máx.; Proteína Bruta - mín.; Extrato Etéreo - mín.; Matéria Mineral - máx.; Atividade Ureática - máx.; Solubilidade proteica em KOH 0,2% - mín.	
SOJA (*Glycine max*),	Produto resultante da	Hidrolisado de soja	Umidade -	

Hidrolisado de	hidrólise ácida (ácido clorídrico) do farelo de soja, seguido de tratamento térmico e ajuste do pH.		máx.; Fibra Bruta - máx.; Proteína Bruta - mín.; Extrato Etéreo - mín.; Matéria Mineral - máx.	
SOJA (*Glycine max*), integral extrusada.	Produto resultante do grão de soja integral, submetido ao processo de extrusão.	Soja integral extrusada.;	Umidade - máx.; Fibra Bruta - máx.; Proteína Bruta - mín.; Extrato Etéreo - mín.; Matéria Mineral - máx.; Solubilidade proteica em KOH 0,2%Mín.; Atividade Ureática - máx.	
SOJA (*Glycine max*), Lecitina	É o produto obtido a partir do óleo bruto de soja, após separação do óleo degomado. A goma resultante (50% de fosfolipídios e 25% de óleo) passa por processo de separação da fração insaponificável (lecitinas, lipositóis, cefalinas, tocoferóis).	Lecitina de soja	Umidade - máx.; g/kg; Extrato Etéreo - mín.; Matéria Insaponificável - máx.; Índice de Acidez - máx.; Índice de Peróxido - máx.; Lecitina de soja - mín.	
SOJA (*Glycine max*), Melaço	Produto obtido por extração alcoólica durante o processo de fabricação do Concentrado proteico de soja.	Melaço de soja	Umidade - máx.; Matéria Mineral - máx.; Açúcares Totais - mín.	
SOJA (*Glycine max*), Óleo	É o óleo comestível obtido do grão de soja (*Glycine max*) através de processos de extração, podendo ainda sofrer degomagem e refino.	Óleo de soja bruto; óleo de soja degomado*; óleo de soja refinado	Umidade e Voláteis - máx.; Extrato Etéreo - mín.; Matéria Insaponificável - máx.; *Fósforo - máx.; Índice de Acidez - máx.; Índice de Peróxido - máx.	
SOJA (*Glycine max*), Proteína concentrada	Produto resultante da extração do óleo e remoção parcial dos	Proteína concentrada de soja; proteína	Umidade - máx.; Fibra Bruta - máx.;	

	carboidratos e demais constituintes proteicos solúveis em óleo e água do grão de soja sem casca.	concentrada de soja micronizada.	Proteína Bruta - mín.; Extrato Etéreo - mín.; Matéria Mineral - máx.; Solubilidade em KOH 0,2% - mín.	
SOJA (*Glycine max*), Proteína hidrolisada	É o produto obtido pela hidrólise do grão de soja moído com ácido clorídrico e subsequente neutralização com hidróxido de sódio ou carbonato de sódio.	Proteína hidrolisada de soja	Umidade - máx.; Fibra Bruta - máx.; Proteína Bruta - mín.; Extrato Etéreo - mín.; Matéria Mineral - máx.	
SOJA (*Glycine max*), Proteína isolada	É o produto resultante da remoção da maioria dos componentes não proteicos do grão de soja. O processo pode envolver diluição, aquecimento, centrifugação, precipitação e liofilização.	Proteína isolada de soja	Umidade - máx.; Fibra Bruta - máx.; Proteína Bruta - mín.; Extrato Etéreo - mín.; Matéria Mineral - máx.; Solubilidade proteica em KOH 0,2% - mín.	
SOJA (*Glycine max*), Proteína texturizada	É o produto obtido a partir de farinha desengordurada de soja submetido ao processo de extrusão.	Proteína texturizada de soja	Umidade - máx.; Fibra Bruta - máx.; Proteína Bruta - mín.; Extrato Etéreo - mín.; Matéria Mineral - máx.; Solubilidade proteico em KOH 0,2% - mín.; Atividade Ureática - máx.	
SOJA (*Glycine max*), Torta	Produto resultante da extração do óleo do grão de soja por pressão com posterior moagem.	Torta de soja	Umidade - máx.; Fibra Bruta - máx.; Proteína Bruta - mín.; Extrato Etéreo - mín.; Matéria Mineral - máx.	
SÓLIDOS SOLÚVEIS DE FERMENTAÇÃO	Produto sólido, oriundo da fermentação de leveduras *Saccharomyces*	Sólidos solúveis de fermentação	Umidade - máx.; Proteína Bruta - mín.;	

	cerevisiae em fases líquida (primeira fermentação) e sólida (fermentação final), até obtenção do produto final seco, após moagem.		Extrato Etéreo - mín.; Fibra Bruta - máx.; Matéria Mineral - máx.	
SORGO (*Sorghum bicolor*), Glúten de sorgo com levedura	Produto da indústria de destilação, obtido a partir do grão de sorgo, submetido às etapas de cozimento, fermentação, destilação e secagem	Glúten de sorgo com levedura;	Umidade - máx.; Proteína Bruta - mín.; Fibra Bruta - máx.; Matéria Mineral - máx.; Extrato Etéreo - mín.	
SORGO (*Sorghum bicolor*), Grão	Consiste do grão de sorgo, podendo ser submetido a processos de moagem (sorgo moído).	Grão de sorgo; sorgo integral moído	Umidade - máx.; Energia Metabolizável kcal/kg; Fibra Bruta - máx.; Matéria Mineral - máx.; Extrato Etéreo - mín.; Taninos- máx.	
SORGO (*Sorghum bicolor*), Resíduo úmido de destilaria	Produto úmido da indústria de destilação obtido a partir do grão de sorgo	WDG - resíduo úmido de destilaria (sorgo);	Umidade - máx.; Proteína Bruta - mín.; Fibra Bruta - máx.; Matéria Mineral - máx.; Extrato Etéreo - mín.	
TOMATE (*Lycopersicum esculentum*), Subproduto da indústria	Produto resultante do processamento industrial do tomate, constituído por proporções variáveis de pele (epicarpo), semente, ramas, polpa e frutas inteiras. O produto pode ser desidratado e moído.	Subproduto de indústria do tomate; massa de tomate desidratada; farelo de sementes de tomate; tomate desidratado	Umidade - máx.; Proteína Bruta - mín.; Extrato Etéreo - mín.; Fibra Bruta - máx.; Matéria Mineral - máx.	
TREMOÇO DOCE (*Lupinus albus*), Grão	Consiste do grão de tremoço doce, podendo ser submetido a processo de moagem (tremoço doce moído).	Grão de tremoço doce; tremoço doce moído	Umidade - máx.; Proteína Bruta - mín.; Extrato Etéreo - mín.; Fibra Bruta - máx.; Matéria Mineral - máx.	
TRIGLICERÍDEOS DE ÁCIDOS GRAXOS DE CADEIA MÉDIA	Triglicerídeos de ácidos graxos de cadeia média obtidos do processamento de óleos vegetais (principalmente óleo de coco e/ou óleo de palma).	Triglicerídeos de ácidos graxos de cadeia média	Umidade e voláteis - máx.; Ácidos Graxos Totais - mín.; Frações C8:0 + C10:0 - mín.; Matéria Insaponificável - máx.; Índice de Acidez -	

			máx.; Índice de Peróxido - máx.	
TRIGO (*Triticum durum* e *Triticum aestivum*, Grão	Consiste do grão de trigo, podendo ser submetido a processos de moagem (trigo moído).	Grão de trigo; trigo integral	Umidade - máx.; Proteína Bruta - mín.; Fibra Bruta - máx.; Matéria Mineral - máx.; Extrato Etéreo - mín.	
TRIGO (*Triticum durum*, *Triticumaestivum*), Gérmen	Produto obtido no processamento industrial do grão de trigo, constituído essencialmente de gérmen.	Gérmen de trigo; farelo de gérmen de trigo	Umidade - máx.; Proteína Bruta - mín.; Fibra Bruta - máx.; Matéria Mineral - máx.; Extrato Etéreo - mín.	
TRIGO (*Triticum* sp., *Triticumaestivum*), Aleurona	Produto obtido no processamento industrial do grão de trigo. Consiste principalmente de aleurona e pequena quantidade de farelo.	Aleurona; fração de farelo de trigo	Umidade - máx.; Matéria Mineral - máx.; Proteína Bruta - mín.; Fibra Bruta - máx.; Amido- máx.	
TRIGO (*Triticum* sp., *Triticumaestivum*), Amido	Produto extraído do grão de trigo.	Amido de trigo	Umidade - máx.; Matéria Mineral - máx.; Amido - mín.	
TRIGO (*Triticum* sp., *Triticumaestivum*), Farelo	Produto obtido no processamento industrial do grão de trigo. Consiste de pericarpo, aleurona, fragmentos de gérmen e pequena quantidade de grãos.	Farelo de trigo	Umidade - máx.; Proteína Bruta - mín.; Fibra Bruta - máx.; Matéria Mineral - máx.; Extrato Etéreo - mín.;	
TRIGO (*Triticum* sp., *Triticum aestivum*), Farinha	Produto obtido do processo usual e comercial de moagem. É classificada de acordo com as suas características, em: a) farinha integral - produto obtido a partir do cereal limpo com uma extração máxima de 95% e com teor- máx de cinza de 1,750%; b) farinha especial ou de primeira - produto obtido a partir do cereal limpo, degerminado, com uma extração máxima de 20% e com teor- máx de cinzas de 0,385%; c)	Farinha de trigo	Umidade - máx.; Proteína Bruta - mín.; Fibra Bruta - máx.; Matéria Mineral - máx.; Extrato Etéreo - mín.; Amido - mín.	

	farinha comum - produto obtido a partir do cereal limpo, degerminado, com uma extração máxima de 78% ou com extração de 58%, após a separação dos 20% correspondentes à farinha de primeira. O teor- máx de cinzas é de 0,850%;			
TRIGO (*Triticum* sp.,*Triticum aestivum*), Farinheta	Produto obtido no processamento industrial do grão de trigo para obtenção de farinha. Trata-se da fração separada do farelo pela ação de peneiras.	Farinheta de trigo	Umidade - máx.; Proteína Bruta - mín.; Fibra Bruta - máx.; Matéria Mineral - máx.; Extrato Etéreo - mín.	
TRIGO (*Triticum* sp.,*Triticum aestivum*), Glúten	Produto obtido no processamento industrial do grão de trigo para obtenção de amido. Trata-se da fração proteica presente no endosperma do grão.	Glúten de trigo	Umidade - máx.; Proteína Bruta - mín.; Fibra Bruta - máx.; Matéria Mineral - máx.; Extrato Etéreo - mín.;	
TRIGO (*Triticum* sp.,*Triticum aestivum*), Glúten hidrolisado	Produto obtido no processamento industrial do grão de trigo para obtenção de amido. Trata-se da fração proteica presente no endosperma do grão. O glúten é hidrolisado por enzimas proteolíticas.	Glúten de trigo hidrolisado	Umidade - máx.; Proteína Bruta - mín.; Fibra Bruta - máx.; Matéria Mineral - máx.; Extrato Etéreo - mín.; Solubilidade Protéica em água - mín.	
TRIGO (*Triticum* sp.,*Triticum aestivum*), Remoído (Produto de beneficiamento do trigo)	Produto obtido no processamento industrial do grão de trigo. Consiste de uma mistura de farelo, gérmen e farinha de trigo.	Remoído de trigo	Umidade - máx.; Proteína Bruta - mín.; Fibra Bruta - máx.; Matéria Mineral - máx.; Extrato Etéreo - mín.	
TRIGO (*Triticum sp.,Triticum aestivum*), Triguilho	Produto obtido de lotes cujo peso específico do grão de trigo é menor do que o exigido para moagem ou no processamento industrial na fase de classificação, após a eliminação das impurezas. Consiste de grãos pouco desenvolvidos, mal granados ou chochos.	Triguilho	Umidade - máx.; Proteína Bruta - mín.; Fibra Bruta - máx.; Matéria Mineral - máx.; Extrato Etéreo - mín.	

TRIGO SARRACENO ou MOURISCO (*Fagopyrum* sp.), Grão	Consiste do grão de trigo sarraceno ou mourisco, podendo ser submetido a processos de moagem (trigo sarraceno ou mourisco moído).	Trigo sarraceno; trigo mourisco	Umidade - máx.; Proteína Bruta - mín.; Fibra Bruta - máx.; Matéria Mineral - máx.; Extrato Etéreo - mín.	
TRIGO, Óleo de gérmen	É o óleo comestível obtido do gérmen de trigo através de processos de extração com utilização de solventes.	Óleo de gérmen de trigo	Umidade; Acidez Livre em Ácido Oleico; Ácidos Graxos Totais; Índice de Peróxido	
TRITICALE (*Triticosecale Wittmack*), Grão	Consiste do grão híbrido derivado do cruzamento do trigo (*Triticum* sp.) e centeio (*Secale cereale*), podendo ser submetido a processos de moagem (triticale moído).	Grão de triticale	Umidade - máx.; Proteína Bruta - mín.; Fibra Bruta - máx.; Matéria Mineral - máx.; Extrato Etéreo - mín.	
Tubérculos, rizomas, bulbos e raízes integrais	Tubérculos, bulbos e raízes *in natura* ou desidratados, podendo sofrer processo de desintegração parcial ou moagem.	Batata, batata doce, cebola, cenoura, gengibre, inhame, mandioca, mandioquinha, nabo	Umidade - máx.; Proteína Bruta - mín.; Extrato Etéreo - mín.; Fibra Bruta - máx.; Matéria Mineral - máx.	
TUCUM (*Pyrenogliphys maraja*), Farelo	Produto resultante da moagem da polpa seca de tucum, após processo industrial de extração do óleo por pressão (farelo de tucum (pressão)) ou com solvente e pressão (farelo de tucum (solvente)) e moagem.	Farelo de tucum	Umidade - máx.; Fibra Bruta - máx.; Proteína Bruta - mín.; Extrato Etéreo - mín.; Matéria Mineral - máx.	
UVA (*Vitis vinifera*), Farelo de polpa	Produto obtido após prensagem da uva e posterior secagem e moagem. Contém pele, sementes e pedúnculos.	Farelo de polpa de uva; cascas e sementes de uva	Umidade - máx.; Proteína Bruta - mín.; Fibra Bruta - máx.; Extrato Etéreo - mín.; Matéria Mineral - máx.	
UVA (*Vitis vinifera*), Farelo de sementes	É o produto da extração do óleo das sementes de uvas por prensagem /ou por solvente, após secagem e moagem.	Farelo de semente de uva	Umidade - máx.; Proteína Bruta - mín.; Fibra Bruta - máx.; Extrato Etéreo - mín.; Matéria Mineral - máx.	
VEGETAIS, parte aérea	Vegetais, *in natura* ou desidratados, utilizados na	Acelga em pó; aipo desidratado;	Umidade - máx.; Proteína	

	alimentação humana e suscetíveis de emprego na alimentação animal, podendo sofrer processo de moagem.	alecrim desidratado; aspargo desidratado; brócolis desidratado; couve desidratada; couve-flor; espinafre desidratado; erva doce; erva mate; hortelã desidratado; manjericão desidratado; repolho desidratado; salsinha moída; sálvia (*Salvia sclarea*)	Bruta - mín.; Fibra Bruta - máx.; Extrato Etéreo - mín.; Matéria Mineral - máx.	
VINHAÇA CEREAIS (milho e sorgo)	Resíduo do processamento industrial para obtenção do álcool de cereais (milho e sorgo), constituído por uma suspensão de sólidos, rico em substâncias orgânicas e minerais.	Vinhaça de milho; vinhaça de sorgo	Umidade - máx.; Proteína Bruta - mín.; Matéria Mineral - máx.; Potássio - mín.	
XILOSE	Açúcar obtido após hidrólise ácida da lignocelulose contida nos vegetais.	Xilose	Umidade - máx.; Xilose - mín.	
4 - Ingredientes de origem mineral				
Identificação da matéria-prima	**Descrição**	**Identificação do Ingrediente**	**Garantias obrigatórias de rotulagem**	**Restrições**
ÁCIDO FOSFÓRICO	H3PO4	Ácido Fosfórico	Fósforo - mín.	
ALGA MARINHA CALCÁREA (Litothamnium calcareum)	Produto resultante da lavagem, secagem e moagem de sedimento carbonático bioclástico, com predominância de alga marinha calcárea Litothamnium calcareum.	Alga Marinha Calcárea	Umidade - máx.; Matéria Mineral - mín.; Cálcio - mín.; Magnésio - mín.; Resíduos em HCl - máx.	
BICARBONATO DE SÓDIO	NaHCO3	Bicarbonato de Sódio	Umidade - máx.; Sódio - mín.	
BISSULFATO DE SÓDIO	NaHSO4	Bissulfato de Sódio	Umidade - máx.; Sódio - mín.; Enxofre - mín.	
CAL VIRGEM	Cal virgem (CaO) é obtida industrialmente pela calcinação ou queima completa do calcário. Denomina-se por cal hidratada ou cal extinta a	Óxido de Cálcio; cal virgem calcítica; cal virgem dolomítica; cal hidratada	Umidade - máx.; Cálcio - mín. e máx.; Magnésio – mín.; Ferro - máx.;	

	cal virgem que passou por processo de hidratação, seus constituintes são o hidróxido de cálcio Ca(OH)2 e o hidróxido de magnésio Mg(OH)2.		Aluminio - máx.	
CALCÁRIO	Produto obtido a partir da moagem de rocha calcária, com predominância de carbonato de cálcio (CaCO3) e carbonato de magnésio (MgCO3). Em função do teor de MgCO3, os calcários são classificados em calcíticos (com teor de MgCO3 inferior a 10%), magnesianos (com teor de MgCO3 entre 10% e 25%) e dolomíticos (com teor de MgCO3 acima de 25%).	Calcário calcítico; calcário dolomítico; calcário magnesiano	Umidade - máx.; Matéria Mineral - mín.; Ca - mín.; Mg - máx.	
CÁLCIO AMINOÁCIDO QUELATO		Cálcio aminoácido quelato	Umidade - máx.; Cálcio - mín.; Cálcio Quelatado - mín.	
CARBO AMINO FOSFOQUELATO DE CÁLCIO		Carbo amino fosfoquelato de cálcio	Umidade - máx.; Cálcio - mín.; Cálcio Quelatado - mín.; Fósforo – mín.	
CARBO AMINO FOSFOQUELATO DE ENXOFRE		Carbo amino fosfoquelato de enxofre	Enxofre - mín,; Fósforo - mín.; Enxofre Quelatado – mín.	
CARBO AMINO FOSFOQUELATO DE MAGNÉSIO		Carbo amino fosfoquelato de magnésio	Fósforo - mín,; Magnésio - mín.; Magnésio Quelatado – mín.	
CARBONATO DE CÁLCIO	Produto obtido através da trituração de fontes de carbonato de cálcio (CaCO3), como calcário, ou por precipitação com solução ácida.	Carbonato de Cálcio	Umidade - máx.; Matéria Mineral - máx.; Cálcio - mín.; Magnésio - mín. e máx.	
CARBONATO DE MAGNÉSIO	MgCO3	Carbonato de Magnésio	Umidade - máx.; Matéria Mineral - mín.; Magnésio – mín.; Cálcio - mín.;	

CARBONATO DE POTÁSSIO	K2CO3	Carbonato de Potássio	Umidade - máx.; Magnésio - mín.; Óxido de Magnésio - mín.	
CITRATO DE MAGNÉSIO	É o citrato de magnésio (C6H6MgO7) resultado da preparação do magnésio em forma de sal com ácido cítrico na proporção de 1: 1.	Citrato de magnésio	Umidade - máx.; Magnésio - mín.	
CITRATO DE SÓDIO	É o sal de sódio do ácido cítrico com a fórmula química $Na_3C_6H_5O_7$	Citrato de sódio	Umidade - máx.; Sódio - mín.	
CLORETO DE CÁLCIO ANIDRO	CaCl2	Cloreto de Cálcio Anidro	Umidade - máx.; Potássio - mín.	
CLORETO DE CÁLCIO DIHIDRATADO	CaCl2.2H2O	Cloreto de Cálcio Dihidratado	Umidade - máx.; Cálcio- mín.; Cloro - mín.	
CLORETO DE MAGNÉSIO	MgCl2	Cloreto de Magnésio	Umidade - máx.; Magnésio - mín.; Cloro - mín.	
CLORETO DE POTÁSSIO	KCl	Cloreto de Potássio	Umidade - máx.; Potássio - mín.	
CLORETO DE SÓDIO	NaCl	Cloreto de Sódio	Umidade - máx.; Sódio - mín.	
CONCHAS MARINHAS CALCÁRIAS	Produto de origem natural obtido a partir de conchas marinhas calcárias moídas ou granuladas, tais como conchas de ostras ou outras.	Conchas marinhas calcárias; conchas de ostras	Umidade - máx.; Cálcio - mín.; Fósforo - mín.	
ESTEARATO DE MAGNÉSIO		Estearato de magnésio	Umidade - máx.; Magnésio - mín.	
FILTRADO DE ENXOFRE	Produto oriundo do processo de produção de ácido sulfúrico resultante da filtração do enxofre fundido.	Filtrado de Enxofre; Borra de Enxofre	Matéria Mineral - mín.; Fósforo - mín.; Relação Cálcio/Fósforo 2,15 - máx.	
ENXOFRE VENTILADO	Pó obtido de depósitos naturais do mineral. Produto também obtido da refinação do petróleo, tal como executada por fabricantes de enxofre.	Flor de Enxofre; Enxofre Sublimado	Umidade - máx.; Enxofre - mín.	
FORMIATO DE CÁLCIO	C2H2CaO4	Formiato de Cálcio	Umidade -	

			máx.; Cálcio - mín.; Enxofre - mín.	
FOSFATO BICÁLCICO	CaHPO4	Fosfato Bicálcico	Umidade - máx.; Cálcio - mín.; Fósforo - mín.; Solubilidade do Fósforo em Ácido Cítrico 2% - mín.; Relação Fósforo/Flúor - mín 100/1; Solubilidade do Fósforo em água - máx.	
FOSFATO DE MAGNÉSIO	Mg3(PO4)2	Fosfato de Magnésio	Umidade - máx.; Fósforo - mín.; Sódio - mín.; Magnésio - mín.; Solubilidade do Fósforo em Ácido Cítrico 2% - mín.; Relação Fósforo/Flúor - mín. 100/1;	
FOSFATO DE POTÁSSIO	KH_2PO_4	Fosfato de potássio	Umidade - máx.; Potássio - mín.; Fósforo - mín.	
FOSFATO DE POTÁSSIO DIBÁSICO	K_2HPO_4	Fosfato de potássio dibásico	Umidade - máx.; Potássio - mín.; Fósforo - mín.	
FOSFATO DE ROCHA DEFLUORIZADO	Fosfato de rocha submetido ao processo de desfluorização.	Fosfato de rocha defluorizado	Umidade - máx.; Fósforo - mín.; Sódio - mín.; Solubilidade do Fósforo em Ácido Cítrico 2% - mín.; Relação Fósforo/Flúor - mín. 100/1;	
FOSFATO DISSÓDICO	Na2HPO4	Fosfato Dissódico	Umidade - máx.; Cálcio - mín.; Fósforo - mín.; Solubilidade do Fósforo em Ácido Cítrico 2% - mín.;	

			Relação Fósforo/Flúor - mín. 100/1; Solubilidade do Fósforo em Água - máx.	
FOSFATO MONOAMÔNIO	NH4H2PO4	Fosfato Monoamônio	Umidade - máx.; Fósforo - mín.; Magnésio - mín.; Solubilidade do Fósforo em Ácido Cítrico 2% - mín.; Relação Fósforo/Flúor - mín. 100/1;	
FOSFATO MONOBICÁLCICO	CaHPO4.2H2O e Ca(H2PO4)2.H2O	Fosfato Monobicálcico	Umidade - máx.; Fósforo - mín.; Nitrogênio - mín.; Solubilidade do Fósforo em Ácido Cítrico 2% - mín.; Relação Fósforo/Flúor - mín. 100/1;	
FOSFATO MONOCÁLCICO	CaHPO4.2H2O	Fosfato Monocálcico	Umidade - máx.; Cálcio - mín.; Fósforo - mín.; Solubilidade do Fósforo em Ácido Cítrico 2% - mín.; Relação Fósforo/Flúor - mín. 100/1; Solubilidade do Fósforo em Água - mín.	
FOSFATO MONOSSÓDICO	NaH2PO4	Fosfato Monossódico	Umidade - máx.; Cálcio - mín.; Fósforo - mín.; Solubilidade do Fósforo em Ácido Cítrico 2% - mín.; Relação Fósforo/Flúor - mín. 100/1; Solubilidade do Fósforo em	

			Água - mín.	
FOSFATO TRICÁLCICO DESFLUORIZADO	Ca(H2PO4)2	Fosfato Tricálcico Desfluorizado	Umidade - máx.; Cálcio - mín.; Fósforo - mín.; Solubilidade do Fósforo em Ácido Cítrico 2% - mín.; Relação Fósforo/Flúor - mín. 100/1.	
FOSFORILATO DE MAGNÉSIO		Fosforilato de magnésio	Umidade - máx.; Magnésio - mín.	
GLICEROFOSFATO DE CÁLCIO		Glicerofosfato de cálcio	Cálcio - mín. e máx.	
GLUCONATO DE CÁLCIO		Gluconato de cálcio	Cálcio - mín. e máx.	
IODETO DE CÁLCIO		Iodeto de cálcio	Umidade - máx.; Cálcio - mín. e máx.; Iodo - mín.	
MAGNÉSIO AMINOÁCIDO QUELATO		Magnesio aminoácido quelato	Magnésio - mín.; Magnésio Quelatado – mín.	
NITRATO DE CÁLCIO	Ca(NO3) + NH4NO3	Nitrato de Cálcio	Umidade - máx.; Matéria Mineral - mín.; Cálcio - mín.; Fósforo - mín.; Solubilidade do Fósforo em Ácido Cítrico 2% - mín.; Relação Fósforo/Flúor - mín. 100/1;	
ÓXIDO DE MAGNÉSIO	MgO	Óxido de magnésio	Umidade - máx.; Magnésio - mín.	
ÓXIDO DE POTÁSSIO		Óxido de potássio	Umidade - máx.; Potássio - mín.	
ÓXIDO DE SÓDIO	Na2O	Óxido de sódio	Umidade - máx.; Sódio - mín.	
PIDOLATO DE CÁLCIO	$C_{10}H_{12}CaN_2O_6$	Pidolato de cálcio	Umidade - máx.; Magnésio - mín.;	

PROTEINATO DE CÁLCIO		Proteinato de cálcio	Umidade - máx.; Cálcio - mín.; Cálcio ligado - mín.	
PROTEINATO DE MAGNÉSIO		Proteinato de magnésio	Umidade - máx.; Magnésio - mín.; Magnésio ligado – mín.	
SULFATO DE AMÔNIO	O sulfato de amônio cuja fórmula é $(NH_4)2SO_4$ é o produto obtido da reação da amônia com o ácido sulfúrico.	Sulfato de Amônio	Umidade - máx.; Nitrogênio - mín.; Enxofre - mín.	
SULFATO DE CÁLCIO DIHIDRATADO	Sulfato de cálcio di-hidratado ($CaSO_4 \times 2H_2O$) obtido por trituração de sulfato de cálcio dihidratado, ou por hidratação de sulfato de cálcio na forma semi-hidratada.	Sulfato de Cálcio Dihidratado; Gesso	Umidade - máx.; Nitrogênio - mín.; Enxofre - mín.	
SULFATO DE MAGNÉSIO	O sulfato de magnésio, é um composto químico que contém magnésio, cuja fórmula é $MgSO_4 \cdot n(H_2O)$ com n de 0 a 7. O sulfato de magnésio hepta-hidratado $MgSO_4 \cdot 7(H_2O)$.	Sulfato de magnésio; sulfato de magnésio monohidratado; sulfato de magnésio heptahidratado	Umidade - máx.; Magnésio - mín.; Enxofre - mín.	
SULFATO DE POTÁSSIO	É o sal de fórmula química K_2SO_4 e é produzido pela reação de neutralização do ácido sulfúrico com o hidróxido de potássio.	Sulfato de Potássio	Umidade - máx.; Potássio - mín.; Enxofre - mín.	
SULFATO DE SÓDIO	É o sal de fórmula química Na_2SO_4, sendo o sal de sódio do ácido sulfúrico.	Sulfato de sódio	Umidade - máx.; Sódio - mín.; Enxofre - mín.	
SUPERFOSFATO TRIPLO	Produto da reação do ácido fosfórico com a rocha fosfatada como matéria-prima básica.	Superfosfato triplo	Umidade - máx.; Fósforo - mín.; Flúor - máx.; Solubilidade do Fósforo em Ácido Cítrico 2% - mín.; Cálcio - mín. e máx.	
5 - Ingredientes de origem outras				
Identificação da matéria-prima	**Descrição**	**Identificação do Ingrediente**	**Garantias obrigatórias de rotulagem**	**Restrições**
BIOMASSA DE MICROALGAS	Produto obtido através da cultura de microalgas (bio-	O produto deve ser designado	Umidade - máx.; Proteína	

	fermentação /bio-produção) que é centrifugada para separação da biomassa e do meio líquido, congelada, sofre processo de secagem, desidratação (liofilização ou spray-dried), e moagem.	incluindo o gênero e a espécie da microalga.; biomassa de microalgas desidratada (____*_____); ex.: biomassa de microalgas (*Aurantiochytrium* sp.); biomassa de microalgas (*Prototheca moriformis)*; biomassa de microalgas desidratada (*Prototheca moriformis*); biomassa de microalgas desidratada (*Spirulina platensis*); microalga *Isochrysis spp.*; biomassa de microalga (*Phaeodactylum spp.*); biomassa de microalga nannochloropsis spp.; biomassa de microalga Tetraselmis spp.; biomassa de microalgas (*Spirulina platensis*); biomassa de microalgas diatomácea (*Thalassiosira weissflogii*) liofilizada; biomassa de microalgas (*Schizochytrium* sp.)*	Bruta - mín.; Extrato Etéreo - mín.; Fibra Bruta - máx.; Matéria Mineral - máx.; *Ácido docosahexaenoico (DHA)	
BIOMASSA MICROBIANA	Produto resultante da massa microbiana obtida de processos de biofermentação ou bioprodução, podendo ser posteriormente desidratado.	O produto deve ser designado incluindo o gênero e a espécie do microrganismo.; ex.: biomassa microbiana úmida ou desidratada de "____*_____"; Ex. biomassa	Umidade - máx.; Proteína Bruta - mín.; Extrato Etéreo - mín.; Fibra Bruta - máx.; Matéria Mineral - máx.	

		microbiana de *C.glutamicum* (FERM BP-5189); biomassa microbiana (*C.glutamicum* - KCCM10227); biomassa microbiana (*E.coli* K12 MLFN29); biomassa microbiana (*Aspergillus niger).*		
CHAMPIGNON (*Agaricusbisporus*), pó	Cogumelo comestível da família das agaricáceas, género *Agaricus* ou, no sentido estrito, pertencente à espécie *Agaricus bisporus* ou outras após o processo de lavagem, secagem e desidratação.	Champignon em pó	Umidade - máx.; Proteína Bruta - mín.; Extrato Etéreo - mín.; Fibra Bruta - máx.; Matéria Mineral - máx.	
LEVEDURA *SACCHAROMYCES CEREVISIAE*, de cervejaria, autolisada.	É o subproduto obtido da fermentação alcoólica da fabricação da cerveja. Após a fermentação as leveduras *Saccharomyces cerevisiae* sofrem processo de autólise, são centrifugadas e desidratadas.	Levedura de cerveja autolisada desidratada	Umidade - máx.; Proteína Bruta - mín.; Extrato Etéreo - mín.; Fibra Bruta - máx.; Matéria Mineral - máx.	
LEVEDURA *SACCHAROMYCES CEREVISIAE*, de cervejaria, inativada, desidratada	É o subproduto obtido da fermentação alcoólica da fabricação da cerveja. Após a fermentação as leveduras *Saccharomyces cerevisiae* são inativadas, centrifugadas e desidratadas.	Levedura de cerveja inativada desidratada; levedura de cerveja inativada desidratada; levedura *Saccharomyces cerevisiae* de cervejaria inativada desidratada	Umidade - máx.; Proteína Bruta - mín.; Extrato Etéreo - mín.; Fibra Bruta - máx.; Matéria Mineral - máx.	
LEVEDURA *SACCHAROMYCES CEREVISIAE*, de destilaria de álcool, autolisada	É o subproduto obtido da fermentação alcoólica, em usinas e destilarias de álcool, de Cana-de-açúcar (*Saccharum officinarum*). Após a fermentação as leveduras *Saccharomyces cerevisiae* sofrem processo de autólise, são centrifugadas e desidratadas.	Levedura de cana de açúcar autolisada e desidratada	Umidade - máx.; Proteína Bruta - mín.; Extrato Etéreo - mín.; Fibra Bruta - máx.; Matéria Mineral - máx.	
LEVEDURA *SACCHAROMYCES CEREVISIAE*, de destilaria de álcool, inativada e desidratada	É o subproduto obtido da fermentação alcoólica, em usinas e destilarias de álcool, de Cana-de-açúcar (*Saccharum officinarum*).	Levedura *Saccharomyces cerevisiae* de destilaria de álcool inativada e desidratada;	Umidade - máx.; Proteína Bruta - mín.; Extrato Etéreo - mín.; Fibra	

	Após a fermentação as leveduras *Saccharomyces cerevisiae* são inativadas, centrifugadas e desidratadas.	levedura, de destilaria de álcool inativada e desidratada; levedura de cana de açúcar inativada e desidratada; levedura de cana de açúcar autolisada e desidratada	Bruta - máx.; Matéria Mineral - máx.	
LEVEDURA *SACCHAROMYCES CEREVISIAE*, de destilaria de álcool, inativada úmida	É o subproduto úmido obtido da fermentação alcoólica, em usinas e destilarias de álcool, produzido por processo fermentativo com levedura do gênero *Saccharomyces*. As leveduras são inativadas e opcionalmente podem sofrer processo de desidratação.	Levedura *Saccharomyces cerevisiae* de destilaria de álcool inativada e úmida; levedo de cana-de-açúcar úmido; levedura de milho	Umidade - máx.; Proteína Bruta - mín.; Extrato Etéreo - mín.; Fibra Bruta - máx.; Matéria Mineral - máx.	
LEVEDURA *SACCHAROMYCES CEREVISIAE*, de panificação, inativada, desidratada, autolisada	É o subproduto obtido da fermentação alcoólica da fabricação de pão. Após a fermentação, as leveduras *Saccharomyces cerevisiae* são autolisadas pelo calor (termólise) e posteriormente desidratadas.	Levedura *Saccharomyces cerevisiae* de panificação inativada e desidratada; levedura de panificação autolisada e desidratada; levedura de panificação desidratada autolisada	Umidade - máx.; Proteína Bruta - mín.; Extrato Etéreo - mín.; Fibra Bruta - máx.; Matéria Mineral - máx.	
LEVEDURA *SACCHAROMYCES CEREVISIAE*, Extrato	É o subproduto obtido da fermentação de leveduras. Após a fermentação, as leveduras *Saccharomyces cerevisiae* são inativadas, centrifugadas, sofrem autólise, são separadas da parede celular e posteriormente desidratadas.	Extrato de levedura *Saccharomyces cerevisiae*	Umidade - máx.; Proteína Bruta - mín.; Extrato Etéreo - mín.; Fibra Bruta - máx.; Matéria Mineral - máx.	
LEVEDURA TORULA (*Candida utilis*), inativada e desidratada	É o produto obtido pela secagem de células da espécie *Candida utilis*, separadas por centrifugação do fermentado do caldo de cana no processo de produção de álcool. As leveduras são inativadas e opcionalmente podem sofrer o processo de autólise.	Levedura torula inativada; levedura torula inativada desidratada	Umidade - máx.; Proteína Bruta - mín.; Extrato Etéreo - mín.; Fibra Bruta - máx.; Matéria Mineral - máx.	

MACROALGAS	Composto por macroalgas que se desprendem naturalmente e depositam-se nas praias e que após colhidas sofrem processos de lavagem, secagem por gotejamento, trituração, separação das fases sólida e líquida, na qual a fase líquida é centrifugada e filtrada, pasteurizada e concentrada. Já a fase sólida sofre processo de secagem, desidratação e moagem.	Farinha de alga parda (*Ascophyllum nodosum*); farinha de alga marrom (*Ascophyllum nodosum*); Alga verde (ulva sp.); alga verde liquida (*Ulva* sp.); alga vermelha (*Solieria sp.*); alga vermelha líquida (*Solieria sp.*)	Umidade - máx.; Proteína Bruta - mín.; Extrato Etéreo - mín.; Fibra Bruta - máx.; Fibra em Detergente Ácido - máx.; Fibra em Detergente Neutro - mín.; Matéria Mineral - máx.	
6 - Resíduos sólidos utilizados na fabricação de coprodutos				
Identificação da matéria-prima	**Descrição**	**Identificação do Ingrediente**	**Garantias obrigatórias de rotulagem**	**Restrições**
Resíduos das indústrias de cereais e farinhas		Resíduos das indústrias de farinhas, biscoitos, massas, pães, bolos, snacks, barra de cereais, macarrão instantâneo, massa úmida, tortilha, panetone, grãos, fermento.		
Resíduos de frutas e vegetais		Resíduos das indústrias de batatas, temperos, derivados de soja, caldos e especiarias, frutas desidratadas, sopas desidratadas, polpa de frutas e legumes, bebidas à base de soja, sucos de frutas e molhos.		
Resíduos de cacau		Resíduos das indústrias de chocolates e bombons.		
Resíduos de misturas/pós para preparo de alimentos e bebidas		Resíduos das indústrias de achocolatados em pó, preparados sólidos para refrescos, cappuccino, mistura para bolos, café,		

		fórmulas infantis, pó para preparo de sobremesas, misturas/pós para preparo de molhos.		
Resíduos de bebidas líquidas e bebidas compostas		Resíduos das indústrias de bebida mista de frutas, néctar de frutas, cerveja.		
Resíduos de indústrias de produtos lácteos/derivados lácteos		Resíduos das indústrias de sobremesas lácteas, requeijão, petit suisse, iogurtes, bebidas lácteas, composto lácteo, queijos, manteiga, leite condensado, leites concentrados, evaporados e em pó, misturas lácteas, sobremesas lácteas, leites fermentados, doce de leite, leite aromatizado.		
Resíduos a base de açúcares		Resíduos das indústrias de açúcar, confeitos, balas e gomas de mascar; glicose, torrone, paçoca, pé de moleque, e xaropes.		
Resíduos a base de óleos e gorduras vegetais		Resíduos das indústrias de creme vegetal, margarina, maionese, óleo composto, azeite, óleos e gorduras vegetais, molhos preparados para salada e outros molhos pronto para consumo.		
Resíduos da alimentação animal		Resíduos das indústrias de alimentos para animais de companhia.		
7 - Ingredientes utilizados na alimentação humana e				

susceptíveis de emprego na alimentação animal				
Identificação			**Restrições**	
Açúcares, dextrose e frutose				
Amido de mandioca				
Amido de milho				
Arroz e quirera de arroz				
Aveia e derivados				
Farinha de linhaça				
Farinha de milho				
Farinha de trigo				
Farinha e fécula de batata				
Farinha e fécula de mandioca				
Frutas desidratadas				
Frutas *in natura*				
Gérmen de milho				
Glúten de milho				
Glúten de trigo				
Lactose				
Leite em pó				
Melaço de cana desidratado				
Melaço de cana líquido				
Óleos vegetais e gorduras vegetais				
Sal				
Soro de leite				
Soro de leite em pó				
Vegetais desidratados				
Vegetais in natura				
Xarope de glucose				
Xarope de milho				
8 - Veículo ou excipiente				
Identificação			**Restrições**	
Água				
Algas calcárias				
Amido				
Amidoglicolato de sódio				
Carbonato de cálcio				
Carbonato de sódio anidro				
Casca de arroz moída				
Casca de aveia				
Caulim				
Celulose microcristalina				
Cloreto de Sódio				
Dextrina				
Dióxido de silício				
Farelo de soja				
Farelo de trigo				
Gelatina			Proibido o uso na alimentação	

			de animais ruminantes quando não for obtido exclusivamente de couros e peles.	
Glicerina				
1,6 anidro D-Glicose				
Gordura vegetal hidrogenada				
Lactose anidro				
Lactose monoidratada				
Milho moído				
Óleo mineral				
Óleo de soja				
Povidona				
Sabugo de milho moído				
Sacarose				
Sílica				
Silicato de magnésio				
Sulfato de magnésio				
Vermiculita				

ANEXO II

LISTA DE ADITIVOS AUTORIZADOS PELO MAPA PARA USO NA ALIMENTAÇÃO ANIMAL NO BRASIL

1 - Aditivos Tecnológicos			
Aditivo	**Classificação**	**Garantias obrigatórias de rotulagem**	**Restrições**
Acácia Concinna	Adsorvente de odor	Acácia Concinna - min. e máx.	
Acetato de Amônio	Regulador de acidez	Acetato de Amônio - min. e máx.	
Acetato de Cálcio	Conservante, Estabilizante, Regulador de acidez	Acetato de Cálcio - min. e máx.	
Acetato de Potássio	Estabilizante, Regulador de acidez	Acetato de Potássio - min. e máx.	
Acetato de Sódio	Conservante	Acetato de Sódio - min. e máx.	
Ácido Acético	Conservante, Regulador de acidez	Ácido Acético - min. e máx.	
Ácido Algínico	Emulsificante	Ácido Algínico - min. e máx.	
Ácido Ascórbico L-	Antioxidante, Regulador de acidez	Ácido Ascórbico - min. e máx.	
Ácido Benzóico	Conservante	Ácido Benzóico - min. e máx.	
Ácido Cítrico	Antioxidante, Regulador de acidez	Ácido Cítrico - min. e máx.	
Ácido Esteárico	Antiespumante	Ácido Esteárico - min. e máx.	
Ácido Fítico	Estabilizante	Ácido Fítico - min. e máx.	
Ácido Fórmico	Conservante	Ácido Fórmico - min. e máx.	
Ácido Fosfórico	Antioxidante, Regulador de acidez	Ácido Fosfórico - min. e máx.	
Ácido Fumárico	Regulador de acidez	Ácido Fumárico - min. e máx.	
Ácido Glutâmico, L(+)-	Realçador de sabor	Ácido Glutâmico - min. e máx.	
Ácido Guanílico,5'-	Realçador de sabor	Ácido Guanílico - min. e máx.	
Ácido Inosínico,5'-	Realçador de sabor	Ácido Inosínico,5'- - min. e máx.	
Ácido Lático	Regulador de acidez	Ácido Lático - min. e máx.	
Ácido L-Tartárico	Antioxidante, Regulador de acidez	Ácido Tartárico - min. e máx.	
Ácido Málico	Regulador de acidez	Ácido Málico - min. e máx.	
Ácido Peracético	Regulador de acidez	Ácido Peracético - min. e máx.	
Ácido Propiônico	Conservante	Ácido Propiônico - min. e máx.	
Ácido Silícico	Antiaglomerante	Ácido Silícico - min. e máx.	
Ácido Sórbico	Conservante	Ácido Sórbico - min. e máx.	
Ácido Sulfúrico	Regulador de acidez	Ácido Sulfúrico - min. e máx.	
Ácido Tiodipropiônico	Antioxidante	Ácido Tiodipropiônico - min. e máx.	
Ágar	Emulsificante, Espessante, Estabilizante, Umectante	Agar - min. e máx.	
Álcool polivinílico	Espessante	Álcool polivinílico - min. e máx.	
Álcool Propílico	Emulsificante	Álcool Propílico - min. e máx.	
Alfa-Ciclodextriina	Espessante, Estabilizante	Alfa-Ciclodextrina - min. e máx.	
Alfa-Hidroxiácido (Aha)	Regulador de acidez	Alfa-Hidroxiácido (Aha) - min. e máx.	
Alginato de Amônio	Emulsificante, Espessante, Estabilizante, Umectante	Alginato de Amônio - min. e máx.	
Alginato de Cálcio	Emulsificante, Espessante, Estabilizante, Umectante	Alginato de Cálcio - min. e máx.	
Alginato de Potássio	Emulsificante	Alginato de Potássio - min. e máx.	
Alginato de Propilenoglicol	Emulsificante, Espessante, Estabilizante, Umectante	Alginato de Propilenoglicol - min. e máx.	
Alginato de Sódio	Espessante	Alginato de Sódio - min. e máx.	
Aluminosilicato	Antiumectante	Aluminosilicato - min. e máx.	
Aluminosilicato de Cálcio e Sódio	Adsorvente, Antiaglomerante, Antiumectante	Aluminosilicato de Cálcio e Sódio - min. e máx.	
Aluminosilicato de Sódio	Adsorvente, Antiaglomerante, Antiumectante	Aluminosilicato de Sódio - min. e máx.	
Aluminossilicato	Adsorvente de odor	Aluminossilicato - min. e máx.	
Aluminossilicato de Cálcio e Sódio	Antiaglomerante, Antiumectante	Aluminossilicato de Cálcio e Sódio - min. e máx.	
Aluminossilicato de Sódio	Antiaglomerante	Aluminossilicato de Sódio - min. e máx.	
Amido Acetilado Adipatado	Estabilizante, Emulsificante	Amido Acetilado Adipatado - min. e máx.	
Ascorbato de Cálcio	Antioxidante	Ascorbato de Cálcio - min. e máx.	
Ascorbato de Potássio	Antioxidante	Ascorbato de Potássio - min. e máx.	
Ascorbato de Sódio	Antioxidante	Ascorbato de Sódio - min. e máx.	
Bentonita	Adsorvente, Antiumectante, Aglomerante, Antiaglomerante	Bentonita - min. e máx.	
Benzoato de Sódio	Conservante	Benzoato de Sódio - min. e máx.	
Beta-Ciclodextrina	Espessante, Estabilizante	Beta-Ciclodextrina - min. e máx.	
BHA (Butilhidroxianisol)	Antioxidante	BHA - min. e máx.	Máx. de 150 mg/kg na dieta total

BHT (Butilhidroxitolueno)	Antioxidante	BHT - min. e máx.	Máx. de 150 mg/kg na dieta total
Bicarbonato de Amônio	Regulador de acidez	Bicarbonato de Amônio - min. e máx.	
Bicarbonato de Potássio	Estabilizante, Regulador de acidez	Bicarbonato de Potássio - min. e máx.	
Bicarbonato de Sódio	Antiaglutinante, Regulador de acidez	Bicarbonato de Sódio - min. e máx.	
Bifosfato de Magnésio	Regulador de acidez	Bifosfato de Magnésio - min. e máx.	
Bifosfato de Potássio	Antiaglomerante, Emulsificante, Espessante, Estabilizante, Regulador de acidez, Umectante	Bifosfato de Sódio - min. e máx.	
Bifosfato de Sódio	Antiaglomerante, Regulador de acidez	Bissulfato de Sódio - min. e máx.	
Bissulfito de Sódio	Conservante	Bissulfito de Sódio - min. e máx.	
Carbonato de Amônio	Regulador de acidez	Carbonato de Amônio - min. e máx.	
Carbonato de Cálcio	Antiaglomerante, Estabilizante, Regulador de acidez	Carbonato de Cálcio - min. e máx.	
Carbonato de Lantânio	Adsorvente	Carbonato de Lantânio - min. e máx.	
Carbonato de Magnésio	Antiaglomerante, Regulador de acidez	Carbonato de Magnésio - min. e máx.	
Carbonato de Potássio	Estabilizante, Regulador de acidez	Carbonato de Potássio - min. e máx.	
Carbonato de Sódio	Antiaglomerante, Regulador de acidez	Carbonato de Sódio - min. e máx.	
Carboximetilcelulose Sódica (Goma de Celulose)	Emulsificante, Estabilizante, Espessante, Umectante	Carboximetilcelulose Sódica - min. e máx.	
Carragena	Emulsificante	Carragena - min. e máx.	
Carvão Ativado de Coco Babaçu	Adsorvente de micotoxinas	Carbono Elementar - min.; Umidade -máx.; Perda a fogo - min.	
Carvão Vegetal Ativado	Adsorvente de micotoxinas	Carvão Vegetal Ativado - min. e máx.	
Celulose em Pó	Antiaglomerante, Emulsificante, Espessante, Estabilizante	Celulose - min. e máx.	
Celulose Microcristalina	Estabilizante	Celulose Microcristalina - min. e máx.	
Cera de Abelha	Emulsificante	Cera de Abelha - min. e máx.	
Cera de Carnaúba	Antiaglomerante, Regulador de acidez	Cera de Carnaúba - min. e máx.	
Citrato de Cálcio	Conservante	Citrato de Cálcio - min. e máx.	
Citrato de Potássio	Regulador de acidez	Citrato de Potássio - min. e máx.	
Citrato Monopotássico (Citrato Diácido de Potássio)	Regulador de acidez	Citrato Monopotássico - min. e máx.	
Citrato Monossódico	Regulador de acidez	Citrato Monossódico - min. e máx.	
Citrato Tricálcico (Citrato de Cálcio)	Conservante, Regulador de acidez	Citrato Tricálcico - min. e máx.	
Citrato Tripotássico (Citrato de Potássio)	Regulador de acidez	Citrato Tripotássico - min. e máx.	
Citrato Trissódico (Citrato de Sódio)	Regulador de acidez	Citrato Trissódico - min. e máx.	
Clinoptilolita	Adsorvente, Antiaglomerante	Clinoptilolita - min. e máx.	
Cloreto de Amônio	Regulador de acidez	Cloreto de Amônio - min. e máx.	
Cloreto de Magnésio	Conservante	Cloreto de Magnésio - min. e máx.	
Cloreto de Potássio	Espessante, Estabilizante	Cloreto de Potássio - min. e máx.	
Concentrado de Tocoferóis	Antioxidante	Tocoferóis - min. e máx.	
Crospovidona	Antiaglomerante	Crospovidona - min. e máx.	
Curdlan	Espessante, Estabilizante	Curdlan - min. e máx.	
D-Alfa-Tocoferol	Antioxidante	D-Alfa-Tocoferol - min. e máx.	
Dextrina	Estabilizante, Aglomerante	Dextrina - min. e máx.	
Diacetato de Sódio	Conservante	Diacetato de Sódio - min. e máx.	
Diatomita	Adsorvente, Antiaglomerante, Antiumectante	Diatomita - min. e máx.	
Diformiato de Potássio	Conservante	Diformiato de Potássio - min. e máx.	
Diformiato de Sódio	Conservante	Diformiato de Sódio - min. e máx.	
Difosfato (Pirofosfato) Cálcico Ácido	Antiaglomerante, Emulsificante, Umectante	Difosfato Cálcico Ácido - min. e máx.	

Difosfato (Pirofosfato) Dicálcico	Emulsificante, Espessante, Estabilizante, Regulador de acidez	Difosfato Dicálcico - mín. e máx.	
Difosfato (Pirofosfato) Dissódico	Regulador de acidez	Difosfato Dissódico - mín. e máx.	
Difosfato (Pirofosfato) Tetrapotássico	Emulsificante, Espessante, Estabilizante, Regulador de acidez, Umectante	Difosfato Tetrapotássico - mín. e máx.	
Difosfato (Pirofosfato) Trissódico	Emulsificante, Espessante, Estabilizante, Regulador de acidez, Umectante	Difosfato Trissódico - mín. e máx.	
Difosfato Tetrassódico (Pirofosfato de Sódio)	Emulsificante, Espessante, Estabilizante, Regulador de acidez, Umectante	Difosfato Tetrassódico - mín. e máx.	
Difosfato Trissódico	Regulador de acidez	Difosfato Trissódico - mín. e máx.	
Diglutamato de Magnésio	Realçador de sabor	Diglutamato de Magnésio - mín. e máx.	
Dilauril Tiodipropionato	Antioxidante	Dilauril Tiodipropionato - mín. e máx.	
Dimeticona (Polidimetilsiloxano)	Antiaglomerante, Antiespumante, Emulsificante	Dimeticona - mín. e máx.	
Dimetilpolisiloxano	Antiespumante	Dimeitilpolisiloxano - mín. e máx.	
Dióxido de Carbono	Conservante	Dióxido de Carbono - mín. e máx.	
Dióxido de Silício ou Sílica	Antiaglomerante, Antiumectante	Dióxido de Silício - mín. e máx.	
DL-Alfa-Tocoferol	Antioxidante	Tocoferol - mín. e máx.	
EDTA Cálcio-dissódico	Antioxidante, Conservante	EDTA Cálcio-dissódico - mín. e máx.	
EDTA Dissódico	Antioxidante, Conservante, Estabilizante	EDTA Dissódico - mín. e máx.	
Enterococcus faecium (ATCC 55593)	Inoculante de silagem	*Enterococcus faecium* - mín. e máx.	
Enterococcus faecium (DSM 22502)	Inoculante de silagem	*Enterococcus faecium* - mín. e máx.	
Enterococcus faecium (DSM 3530)	Inoculante de silagem	*Enterococcus faecium* - mín. e máx.	
Enterocuccus faecium (ATCC 19434)	Inoculante de silagem	*Enterococcus faecium* - mín. e máx.	
Eritorbato de Sódio	Antioxidante	Eritorbato de Sódio - mín. e máx.	
Estearato de Cálcio	Antiaglomerante	Estearato de Cálcio - mín. e máx.	
Estearato de Magnésio	Antiaglomerante, Emulsificante	Estearato de Magnésio - mín. e máx.	
Estearato de Sódio	Aglomerante	Estearato de Sódio - mín. e máx.	
Estearina	Conservante	Estearina - mín. e máx.	
Estearoil Lactilato de Sódio	Emulsificante	Estearoil Lactilato de Sódio - mín. e máx.	
Estearoil-2-Lactil-Lactato de Sódio	Emulsificante	Estearoil-2-Lactil-Lactato de Sódio - mín. e máx.	
Ésteres de Ácido Acético e Ácidos Graxos	Emulsificante	Ésteres de Ácido Acético e Ácidos Graxos - mín. e máx.	
Ésteres de Ácido Acético e Ácidos Graxos com Glicerol	Emulsificante, Estabilizante	Ésteres de Ácido Acético e Ácidos Graxos com Glicerol - mín. e máx.	
Ésteres de Ácido Cítrico com Ácido Graxo	Estabilizante	Ésteres de Ácido Cítrico com Ácido Graxo - mín. e máx.	
Ésteres de Ácido Cítrico com Ácidos Graxos	Emulsificante	Ésteres de Ácido Cítrico com Ácidos Graxos - mín. e máx.	
Ésteres de Ácido Cítrico e Ácidos Graxos com Glicerol	Antioxidante, Emulsificante, Estabilizante	Ésteres de Ácido Cítrico e Ácidos Graxos com Glicerol - mín. e máx.	
Ésteres de Ácido Lático e Ácidos Graxos com Glicerol	Emulsificante, Estabilizante	Ésteres de Ácido Lático e Ácidos Graxos com Glicerol - mín. e máx.	
Ésteres de Sacarose e Ácidos Graxos	Emulsificante, Estabilizante	Ésteres de Sacarose e Ácidos Graxos - mín. e máx.	
Etil Hidroxietilcelulose	Emulsificante, Espessante, Estabilizante	Etil Hidroxietilcelulose - mín. e máx.	
Etilcelulose	Aglomerante	Etilcelulose - mín. e máx.	
Etoxiquin	Antioxidante	Etoxiquin - mín. e máx.	Máx. de 150 mg/kg na dieta total Máx. de 100 mg/kg na dieta de cães
Eubacterium Sp. (DSM 11798)	Adsorvente de micotoxinas	Eubacterium Sp. (DSM 11798) -	

		min. e máx.	
Extrato de Alecrim	Antioxidante	Ácido Carnósico + Carnosol - min. e máx.	
Extrato de Cardo Mariano	Adsorvente de micotoxinas	Extrato de Cardo Mariano - min. e máx.	
Extrato de Cardo Mariano	Adsorvente de micotoxinas	Silimarina - min. e máx.	
Extrato de Parede de Levedura	Adsorvente de micotoxinas	Betaglucana - min. e máx.	
Extrato de Parede de Levedura	Adsorvente de micotoxinas	Mananoligossacarideo - min. e máx.	
Extrato de Yucca	Adsorvente de odor	Extrato de Yucca - min. e máx.	
Extrato Enriquecido de Tocoferol	Antioxidante	Tocoferóis Totais - min. e máx.	
Extrato Seco de Algaroba	Aglomerante	Extrato Seco de Algaroba - min. e máx.	
Farinha de Alga Parda (Ascophyllum Nodosum)	Adsorvente	Farinha de Alga Parda - min. e máx.	
Ferrocianeto de Sódio	Antiumectante	Ferrocianeto de Sódio - min. e máx.	
Fibra de Colágeno	Estabilizante	Fibra de Colágeno - min. e máx.	
Fibra de Trigo	Estabilizante	Fibra de Trigo - min. e máx.	
Formaldeído	Conservante	Formaldeído - min. e máx.	
Formiato de Amônio	Conservante	Formiato de Amônio - min. e máx.	
Formiato de Amônio	Regulador de acidez	Formiato de Amônio - min. e máx.	
Formiato de Cálcio	Conservante	Formiato de Cálcio - min. e máx.	
Formiato de Sódio	Conservante	Formiato de Sódio - min. e máx.	
Fosfato de Amônio	Regulador de acidez	Fosfato de Amônio - min. e máx.	
Fosfato Dihidrogenado de Amônio	Emulsificante, Espessante, Estabilizante, Regulador de acidez, Umectante	Fosfato Dihidrogenado de Amônio - min. e máx.	
Fosfato Dihidrogenado de Cálcio	Antiaglomerante, Emulsificante, Espessante, Estabilizante, Regulador de acidez, Umectante	Fosfato Dihidrogenado de Cálcio - min. e máx.	
Fosfato Dihidrogenado de Sódio	Emulsificante, Espessante, Estabilizante, Regulador de acidez, Umectante	Fosfato Dihidrogenado de Sódio - min. e máx.	
Fosfato Hidrogenado de Cálcio	Antiaglomerante, Emulsificante, Espessante, Estabilizante, Regulador de acidez, Umectante	Fosfato Hidrogenado de Cálcio - min. e máx.	
Fosfato Tricálcico	Antiaglomerante	Fosfato Tricálcico - min. e máx.	
Fumarato de Sódio	Regulador de acidez	Fumarato de Sódio - min. e máx.	
Fumonisina Esterase	Adsorvente de micotoxinas	Fumonisina Esterase - min. e máx.	
Gama-Ciclodextrina	Espessante, Estabilizante	Gama-Ciclodextrina - min. e máx.	
Gelatina	Emulsificante, Espessante, Estabilizante	Gelatina - min. e máx.	
Glicerina purificada (Glicerol)	Aglomerante, Espessante, Umectante	Glicerol - min. e máx.	
Gluconato de Cálcio	Regulador de acidez	Gluconato de Cálcio - min. e máx.	
Gluconato de Magnésio	Regulador de acidez	Gluconato de Magnésio - min. e máx.	
Gluconato de Potássio	Estabilizante, Regulador de acidez	Gluconato de Potássio - min. e máx.	
Gluconato de Sódio	Espessante, Estabilizante	Gluconato de Sódio - min. e máx.	
Glucono-Delta-Lactona	Estabilizante, Regulador de acidez	Glucono-Delta-Lactona - min. e máx.	
Glucono-Delta-Lactona	Estabilizante	Glucono-Delta-Lactona - min. e máx.	
Glucono-Delta-Lactona	Estabilizante	Glucono-Delta-Lactona - min. e máx.	
Glutamato de Monoamônio	Realçador de sabor	Glutamato de Monoamônio - min. e máx.	
Glutamato de Potássio	Realçador de sabor	Glutamato de Potássio - min. e máx.	
Glutamato de Sódio (Glutamato Monossódico)	Realçador de sabor	Glutamato de Sódio - min. e máx.	
Goma Alfarroba	Emulsificante	Goma Alfarroba - min. e máx.	
Goma Alfarroba (Jataí, Garrofina, Caroba)	Emulsificante, Espessante, Estabilizante	Goma Alfarroba - min. e máx.	
Goma Arábica (Acácia)	Emulsificante, Espessante, Estabilizante	Goma Arábica - min. e máx.	
Goma Caraia	Emulsificante, Espessante, Estabilizante	Goma Caraia - min. e máx.	
Goma Cássia	Emulsificante, Espessante, Estabilizante	Goma Cássia - min. e máx.	
Goma Gelana	Espessante, Estabilizante	Goma Gelana - min. e máx.	
Goma Guar	Emulsificante, Espessante, Estabilizante	Goma Guar - min. e máx.	
Goma Konjac	Emulsificante, Espessante, Estabilizante	Goma Konjac - min. e máx.	

Goma Tara	Espessante, Estabilizante	Goma Tara - mín. e máx.	
Goma Tragacanto	Emulsificante, Espessante, Estabilizante	Goma Tragacanto - mín. e máx.	
Goma Xantana	Emulsificante, Espessante, Estabilizante	Goma Xantana - mín. e máx.	
Guanilato de cálcio,5'-	Realçador de sabor	Guanilato de cálcio - mín. e máx.	
Guanilato de potássio,5'-	Realçador de sabor	Guanilato de potássio - mín. e máx.	
Guanilato dissódico,5'-(Guanilato Dissódico, Dissódio 5'-guanilato)	Realçador de sabor	Guanilato dissódico - mín. e máx.	
Hexametafosfato de Sódio	Estabilizante	Hexametafosfato de Sódio - mín. e máx.	
Hidróxido de Amônio	Regulador de acidez	Hidróxido de Amônio - mín. e máx.	
Hidróxido de Cálcio	Regulador de acidez	Hidróxido de Cálcio - mín. e máx.	
Hidróxido de Magnésio	Regulador de acidez	Hidróxido de Magnésio - mín. e máx.	
Hidróxido de Potássio	Regulador de acidez	Hidróxido de Potássio - mín. e máx.	
Hidróxido de Sódio	Regulador de acidez	Hidróxido de Sódio - mín. e máx.	
Hidroxipropil Celulose	Emulsificante, Espessante, Estabilizante	Hidroxipropil Celulose - mín. e máx.	
Hidroxipropilamido	Espessante	Hidroxipropilamido - mín. e máx.	
Hidroxipropilmetilcelulose	Emulsificante, Espessante, Estabilizante	Hidroxipropilmetilcelulose - mín. e máx.	
Inosinato de Cálcio,5'-	Realçador de sabor	Inosinato de Cálcio - mín. e máx.	
Inosinato de Potássio,5'-	Realçador de sabor	Inosinato de Potássio - mín. e máx.	
Inosinato de Sódio, 5'- (Inosinato Dissódico, Dissódio 5'-inosinato)	Realçador de sabor	Inosinato de Sódio - mín. e máx.	
Isomalte	Antiaglomerante	Isomalte - mín. e máx.	
Lactato de Amônio	Regulador de acidez	Lactato de Amônio - mín. e máx.	
Lactato de Cálcio	Regulador de acidez	Lactato de Cálcio - mín. e máx.	
Lactato de Magnésio	Regulador de acidez	Lactato de Magnésio - mín. e máx.	
Lactato de Potássio	Antioxidante, Regulador de acidez	Lactato de Potássio - mín. e máx.	
Lactato de Sódio	Antioxidante, Espessante, Regulador de acidez, Umectante	Lactato de Sódio - mín. e máx.	
Lactitol	Emulsificante, Espessante	Lactitol - mín. e máx.	
Lactobacillus acidophilus (CCT 0329)	Inoculante de silagem	*Lactobacillus acidophilus* - mín. e máx.	
Lactobacillus acidophilus (CCT 2933)	Inoculante de silagem	*Lactobacillus acidophilus* - mín. e máx.	
Lactobacillus brevis (CCT 0564)	Inoculante de silagem	*Lactobacillus brevis* - mín. e máx.	
Lactobacillus brevis (DSM 12835)	Inoculante de silagem	*Lactobacillus brevis* - mín. e máx.	
Lactobacillus brevis (DSM 19456)	Inoculante de silagem	*Lactobacillus brevis* - mín. e máx.	
Lactobacillus buchneri (ATCC Pta-2494)	Inoculante de silagem	*Lactobacillus buchneri* - mín. e máx.	
Lactobacillus buchneri (CCT 4711)	Inoculante de silagem	*Lactobacillus buchneri* - mín. e máx.	
Lactobacillus buchneri (CCT 4716)	Inoculante de silagem	*Lactobacillus buchneri* - mín. e máx.	
Lactobacillus buchneri (DSM 12856)	Inoculante de silagem	*Lactobacillus buchneri* - mín. e máx.	
Lactobacillus buchneri (DSM 13573)	Inoculante de silagem	*Lactobacillus buchneri* - mín. e máx.	
Lactobacillus buchneri (DSM 22501)	Inoculante de silagem	*Lactobacillus buchneri* - mín. e máx.	
Lactobacillus buchneri (NCIMB 30139)	Inoculante de silagem	*Lactobacillus buchneri* - mín. e máx.	
Lactobacillus curvatus (CCT 7518)	Inoculante de silagem	*Lactobacillus curvatus* - mín. e máx.	
Lactobacillus curvatus (CCT 7570)	Inoculante de silagem	*Lactobacillus curvatus* - mín. e máx.	
Lactobacillus curvatus (CCT 7602)	Inoculante de silagem	*Lactobacillus curvatus* - mín. e máx.	
Lactobacillus diolivorans (DSM 32074)	Inoculante de silagem	*Lactobacillus diolivorans* - mín.	

		e máx.	
Lactobacillus hilgardii (CNCM I-4785)	Inoculante de silagem	*Lactobacillus hilgardii* - min. e máx.	
Lactobacillus kefiri (DSM 19455)	Inoculante de silagem	*Lactobacillus kefiri* - min. e máx.	
Lactobacillus lactis (NCIMB 30160)	Inoculante de silagem	*Lactobacillus lactis* - min. e máx.	
Lactobacillus paracasei (DSM 16245)	Inoculante de silagem	*Lactobacillus paracasei* - min. e máx.	
Lactobacillus plantarum (ATCC 53187)	Inoculante de silagem	*Lactobacillus plantarum* - min. e máx.	
Lactobacillus plantarum (ATCC 55942)	Inoculante de silagem	*Lactobacillus plantarum* - min. e máx.	
Lactobacillus plantarum (ATCC 5870)	Inoculante de silagem	*Lactobacillus plantarum* - min. e máx.	
Lactobacillus plantarum (ATCC 8014)	Inoculante de silagem	*Lactobacillus plantarum* - min. e máx.	
Lactobacillus plantarum (CCT 1013)	Inoculante de silagem	*Lactobacillus plantarum* - min. e máx.	
Lactobacillus plantarum (CCT 6741)	Inoculante de silagem	*Lactobacillus plantarum* - min. e máx.	
Lactobacillus plantarum (DSM 12837)	Inoculante de silagem	*Lactobacillus plantarum* - min. e máx.	
Lactobacillus plantarum (DSM 16568)	Inoculante de silagem	*Lactobacillus plantarum* - min. e máx.	
Lactobacillus plantarum (DSM 16682)	Inoculante de silagem	*Lactobacillus plantarum* - min. e máx.	
Lactobacillus plantarum (DSM 181121)	Inoculante de silagem	*Lactobacillus plantarum* - min. e máx.	
Lactobacillus plantarum (DSM 19457)	Inoculante de silagem	*Lactobacillus plantarum* - min. e máx.	
Lactobacillus plantarum (DSM 3676)	Inoculante de silagem	*Lactobacillus plantarum* - min. e máx.	
Lactobacillus plantarum (DSM 3677)	Inoculante de silagem	*Lactobacillus plantarum* - min. e máx.	
Lactobacillus plantarum (Milab 393)	Inoculante de silagem	*Lactobacillus plantarum* - min. e máx.	
Lactobacillus plantarum (NCIMB 40027)	Inoculante de silagem	*Lactobacillus plantarum* - min. e máx.	
Lactobacillus rhamnosus (NCIMB 30121)	Inoculante de silagem	*Lactobacillus rhamnosus* - min. e máx.	
Lactobacillus salivarius subsp. salivarius (ATCC 11741)	Inoculante de silagem	*Lactobacillus salivarius* - min. e máx.	
Lactococcus lactis (ATCC 13675)	Inoculante de silagem	*Lactococcus lactis* - min. e máx.	
Lactococcus lactis (CCT - 7519)	Inoculante de silagem	*Lactococcus lactis* - min. e máx.	
Lactococcus lactis (CCT 0360)	Inoculante de silagem	*Lactococcus lactis* - min. e máx.	
Lactococcus lactis (DSM 11037)	Inoculante de silagem	*Lactococcus lactis* - min. e máx.	
Lactococcus lactis (NCIMB 30117)	Inoculante de silagem	*Lactococcus lactis* - min. e máx.	
Lactococcus lactis (NCIMB 30160)	Inoculante de silagem	*Lactococcus lactis* - min. e máx.	
Lactoperoxidase de Leite Bovino	Conservante	Lactoperoxidase - min. e máx.	
Lecitina de Girassol	Emulsificante, antioxidante	Lecitina de Girassol - min. e máx.	
Lecitina de Soja	Antioxidante, Emulsificante	Lecitina de Soja - min. e máx.	
Lecitina de Soja Hidrolisada	Emulsificante	Lecitina de Soja Hidrolisada - min. e máx.	
Leonardita	Adsorvente de micotoxinas, Antiaglomerante	Leonardita - min. e máx.	
Levedura Autolisada de Cana-De-Açúcar	Adsorvente de micotoxinas	Mananoligossacarideo - min. e máx.; Beta Glucanas - min. e máx.	
Lignosulfonato de Cálcio	Adsorvente, Antiaglomerante, Antiumectante, Antiaglomerante	Lignosulfonato de Cálcio - min. e máx.	
Lignosulfonato de Sódio	Adsorvente, Antiaglomerante, Antiumectante, Antiaglomerante	Lignosulfonato de Sódio - min. e máx.	
Lisado de *Saccharomyces cerevisiae*	Adsorvente de micotoxinas	Umidade - min. e máx.; Beta Glucanas - min. e máx.	
Malato de Cálcio	Regulador de acidez	Malato de Cálcio - min. e máx.	
Malato de Potássio	Regulador de acidez	Malato de Potássio - min. e máx.	
Malato de Sódio	Regulador de acidez, Umectante	Malato de Sódio - min. e máx.	
Malato Monopotássio	Regulador de acidez	Malato Monopotássio - min. e máx.	
Malato Monossódico	Regulador de acidez, Umectante	Malato Monossódico - min. e máx.	
Maltitol	Edulcorante, Emulsificante, Estabilizante, Umectante	Maltitol - min. e máx.	

Maltodextrina	Espessante, Estabilizante	Maltodextrina - mín. e máx.	
Manitol	Estabilizante, Umectante	Manitol - mín. e máx.	
Metabissulfito de Sódio	Conservante	Metabissulfito de Sódio - mín. e máx.	
Metilcelulose	Espessante, Estabilizante, Umectante	Metilcelulose - mín. e máx.	
Metiletilcelulose	Emulsificante, Espessante, Estabilizante	Metiletilcelulose - mín. e máx.	
Metilparabeno	Conservante	Metilparabeno - mín. e máx.	Máx. de 1000 mg/kg na dieta total
Mono e Diglicerideos de Ácidos Graxos	Emulsificante	Mono E Diglicerideos de Ac. Graxos - mín. e máx.	
Mono e Diglicerideos de Ácidos Graxos	Emulsificante, Estabilizante	Mono e Diglicerideos de Ácidos Graxos - mín. e máx.	
Monoestearato de Sorbitan	Emulsificante	Monoestearato de Sorbitan - mín. e máx.	
Monoestearato de Sorbitana	Emulsificante, Estabilizante	Monoestearato de Sorbitana - mín. e máx.	
Monoglicerideo Succilinado	Emulsificante	Monoglicerideo Succilinado - mín. e máx.	
Monoglicerideos	Emulsificante	Monoglicerideos - mín. e máx.	
Monogricerideos Succinilados	Emulsificante	Monogricerideos Succinilados - mín. e máx.	
Monoleato de Glicerol	Aglomerante, Emulsificante	Monoleato de Glicerol - mín. e máx.	
Monooleato de Glicerol	Aglomerante	Monooleato de Glicerol - mín. e máx.	
Óleo de Mamona	Antiaglomerante	Óleo de Mamona - mín. e máx.	
Óleo de Peixe (Fração Saturada)	Estabilizante	Fração Saturada de Óleo de Peixe - mín. e máx.	
Óleo de Ricino Hidrogenado Polietoxilado	Emulsificante	Óleo de Ricino Hidrogenado Polietoxilado - mín. e máx.	
Óleo Mineral (Parafina Liquida)	Emulsificante, Espessante, Antiaglomerante	Parafina - mín. e máx.	
Organoaluminossilicato	Adsorvente de micotoxinas	Organoaluminossilicato - mín. e máx.	
Óxido de Cálcio	Regulador de acidez	Óxido de Cálcio - mín. e máx.	
Óxido de Magnésio	Antiaglomerante	Óxido de Magnésio - mín. e máx.	
Oxinato de Cobre	Conservante	Oxinato de Cobre - mín. e máx.	
Palmitato de Ascorbila	Antioxidante	Palmitato de Ascorbila - mín. e máx.	
Pectina	Emulsificante	Pectina - mín. e máx.	
Pediococcus acidilactici (ATCC 5866)	Inoculante de silagem	*Pediococcus acidilactici* - mín. e máx.	
Pediococcus acidilactici (ATCC 8042)	Inoculante de silagem	*Pediococcus acidilactici* - mín. e máx.	
Pediococcus acidilactici (CCT 7498)	Inoculante de silagem	*Pediococcus acidilactici* - mín. e máx.	
Pediococcus pentosaceus (DSM 12834)	Inoculante de silagem	*Pediococcus pentosaceus* - mín. e máx.	
Pediococcus pentosaceus (DSM 14021)	Inoculante de silagem	*Pediococcus pentosaceus* - mín. e máx.	
Pediococcus pentosaceus (DSM 23688)	Inoculante de silagem	*Pediococcus pentosaceus* - mín. e máx.	
Pirofosfato Ácido de Sódio	Regulador de acidez	Pirofosfato Ácido de Sódio - mín. e máx.	
Pirofosfato Dissódico	Regulador de acidez	Pirofosfato Dissódico - mín. e máx.	
Pirofosfato Tetrassódico	Regulador de acidez	Pirofosfato Tetrassódico - mín. e máx.	
Polidextrose	Espessante, Estabilizante, Umectante	Polidextrose - mín. e máx.	
Polietilenoglicol	Estabilizante	Polietilenoglicol - mín. e máx.	
Polietilenoglicol Ricinoleato de Gliceril	Emulsificante	Polietilenoglicol Ricinoleato de Gliceril - mín. e máx.	
Polietilenoglicol Ricinoleato Gliceril	Emulsificante	Polietilenoglicol Ricinoleato - mín. e máx.	
Polifosfato de Cálcio e Sódio	Emulsificante, Espessante, Estabilizante, Regulador de acidez, Umectante	Polifosfato de Cálcio e Sódio - mín. e máx.	
Polimetilcarbamida	Aglomerante	Polimetilcarbamida - mín. e máx.	
Polioxietileno (20) sorbitan monolaurato (Polisorbato 20)	Emulsificante	Polioxietileno sorbitan monolaurato - mín. e máx.	
Polioxietileno (20) sorbitan monoleato (Polisorbato 80)	Emulsificante	Polioxietileno sorbitan monoleato - mín. e máx.	
Polioxietileno (20) sorbitan monopalmitato	Emulsificante	Polioxietileno sorbitan	

(Polisorbato 40)		monopalmitato - mín. e máx.	
Polioxietileno (20) sorbitan monostearato (Polisorbato 60)	Emulsificante	Polioxietileno sorbitan monostearato - mín. e máx.	
Polioxietileno (20) sorbitan tristearato (Polisorbato 65)	Emulsificante	Polioxietileno sorbitan tristearato - mín. e máx.	
Polivinilpirrolidona	Estabilizante	Polivinilpirrolidona - mín. e máx.	
Produto de Fermentação de *Pichia pastoris* (DSM 26643)	Outros aditivos zootécnicos	Fumonisina Esterase - mín. e máx.	
Propilenoglicol	Espessante	Propilenoglicol - mín. e máx.	
Propilgalato	Antioxidante	Propilgalato - mín. e máx.	Máx. de 100 mg/kg na dieta total
Propilparabeno	Conservante	Propilparabeno - mín. e máx.	Máx. de 1000 mg/kg na dieta total
Propionato de Amônio	Conservante	Propionato de Amônio - mín. e máx.	
Propionato de Cálcio	Conservante	Propionato de Cálcio - mín. e máx.	
Propionato de Potássio	Conservante	Propionato de Potássio - mín. e máx.	
Propionato de Sódio	Conservante	Propionato de Sódio - mín. e máx.	
Propionibacterium acidipropionici (ATCC 5853)	Inoculante de silagem	*Propionibacterium acidipropionici* - mín. e máx.	
Propionibacterium acidipropionici (CCT 4843)	Inoculante de silagem	*Propionibacterium acidipropionici* - mín. e máx.	
Propionibacterium acidipropionici (CCT 7751)	Inoculante de silagem	*Propionibacterium acidipropionici* - mín. e máx.	
Pululan	Espessante	Pululan - mín. e máx.	
Quitosana	Adsorvente	Quitosana - mín. e máx.	
Resina Colestiramina	Adsorvente de micotoxinas	Cloreto de Amônio - mín. e máx.	
Ribonucleotídeo de Cálcio, 5'-	Realçador de sabor	Ribonucleotídeo de Cálcio - mín. e máx.	
Ribonucleotídeo dissódico, 5'-	Realçador de sabor	Ribonucleotídeo dissódico - mín. e máx.	
Ricinoleato de Gliceril	Emulsificante, Estabilizante	Ricinoleato de Gliceril - mín. e máx.	
Sais de Ácido Miristico, Palmítico e Esteárico com Amônia, Cálcio, Potássio e Sódio	Antiaglomerante, Emulsificante, Espessante	Sais de Ácido Miristico, Palmítico e Esteárico com Amônia, Cálcio, Potássio e Sódio - mín. e máx.	
Sais de Ácido Oleico com Cálcio, Potássio e Sódio	Antiaglomerante, Emulsificante, Espessante	Sais de Ácido Oleico com Cálcio, Potássio e Sódio - mín. e máx.	
Sepiolita	Antiaglomerante	Sepiolita - mín. e máx.	
Sesquicarbonato de Sódio	Regulador de acidez	Sesquicarbonato de Sódio - mín. e máx.	
Silicato de Alumínio (Caulim)	Antiaglomerante	Silicato de Alumínio - mín. e máx.	
Silicato de Cálcio	Antiaglomerante	Silicato de Cálcio - mín. e máx.	
Silicato de Magnésio	Antiaglomerante	Silicato de Magnésio - mín. e máx.	
Silicato de Sódio	Regulador de acidez	Silicato de Sódio - mín. e máx.	
Sorbato de Cálcio	Conservante	Sorbato de Cálcio - mín. e máx.	
Sorbato de Potássio	Conservante	Sorbato de Potássio - mín. e máx.	
Sorbato de Sódio	Conservante	Sorbato de Sódio - mín. e máx.	
Sorbitol ou D-Sorbitol	Espessante, Estabilizante, Umectante	Sorbitol - mín. e máx.	
Sulfato de Amônio	Estabilizante	Sulfato de Amônio - mín. e máx.	
Sulfato de Cálcio	Estabilizante	Sulfato de Cálcio - mín. e máx.	
Sulfato de Potássio	Regulador de acidez	Sulfato de Potássio - mín. e máx.	
Sulfato de Sódio	Regulador de acidez	Sulfato de Sódio - mín. e máx.	
Talco (INS nº. 553(iii))	Antiaglomerante, Antiumectante, Espessante	Talco - mín. e máx.	
TBHQ (Terc-butilhidroquinona)	Antioxidante	TBHQ - mín. e máx.	
Tiossulfato de Sódio	Antioxidante	Tiossulfato de Sódio - mín. e máx.	
Tiosulfato de Sódio	Antioxidante	Tiosulfato de Sódio - mín. e máx.	

Tocoferol (Concentrado)	Antioxidante	Tocoferol - mín. e máx.	
Tocoferol (D-Alfa-Tocoferol Concentrado)	Antioxidante	Tocoferol - mín. e máx.	
Tocoferol (DL-Alfa-Tocoferol)	Antioxidante	Tocoferol - mín. e máx.	
Trealose	Espessante	Trealose - mín. e máx.	
Triacetina	Umectante	Triacetina - mín. e máx.	
Trichosporon mycotoxinivorans (DSM 14153)	Outros aditivos zootécnicos	*Trichosporon mycotoxinivorans* (DSM 14153) - mín. e máx.	
Tripolifosfato de Sódio	Estabilizante	Tripolifosfato de Sódio - mín. e máx.	
Ureia Formaldeído	Aglomerante	Ureia Formaldeído - mín. e máx.	
Vermiculita	Adsorvente	Vermiculita - mín. e máx.	
Vermita	Antiaglomerante	Vermita - mín. e máx.	
Vinagre Branco Destilado	Regulador de acidez	Ácido Acético - mín. e máx.	
Vinagre de Maçã	Regulador de acidez	Ácido Acético - mín. e máx.	
Xarope de Sorbitol	Umectante	D-Sorbitol - mín. e máx.; Sacarideos Hidrogenados - mín. e máx.	
Xilitol	Emulsificante, Espessante, Estabilizante, Umectante	Xilitol - mín. e máx.	
Zeolita	Adsorvente de odor	Zeolita - mín. e máx.	
2 - Aditivos Sensoriais			
Aditivo	**Classificação**	**Garantias obrigatórias de rotulagem**	**Restrições**
Acesulfame de potássio	Edulcorante	Acesulfame de potássio - mín. e máx.	
Acetato de geranil	Aromatizante	Acetato de geranil - mín. e máx.	
Acetoina	Aromatizante	Acetoina - mín. e máx.	
Ácido fenilacético	Aromatizante	Ácido fenilacético - mín. e máx.	
Álcool furfurílico	Aromatizante	Álcool furfurílico - mín. e máx.	
Alecrim	Aromatizante	Alecrim – mín. e máx.	
Aloe vera	Aromatizante	Aloe vera – mín. e máx.	
Amarelo crepúsculo	Corante	Amarelo crepúsculo - mín. e máx.	
Amarelo tartrazina	Corante	Amarelo tartrazina - mín. e máx.	
Anetol	Aromatizante	Anetol – mín. e máx.	
Antocianina	Corante	Antocianina - mín. e máx.	
Aroma de abacaxi	Aromatizante	Aroma de abacaxi - mín. e máx.	
Aroma de açúcar queimado	Aromatizante	Aroma de açúcar queimado - mín. e máx.	
Aroma de alcaçuz	Aromatizante	Aroma de alcaçuz - mín. e máx.	
Aroma de alfafa	Aromatizante	Aroma de alfafa - mín. e máx.	
Aroma de alho	Aromatizante	Aroma de alho - mín. e máx.	
Aroma de alho-poró	Aromatizante	Aroma de alho-poró - mín. e máx.	
Aroma de amêndoa	Aromatizante	Aroma de amêndoa - mín. e máx.	
Aroma de amendoim	Aromatizante	Aroma de amendoim - mín. e máx.	
Aroma de amora	Aromatizante	Aroma de amora - mín. e máx.	
Aroma de anis	Aromatizante	Aroma de anis - mín. e máx.	
Aroma de azeite	Aromatizante	Aroma de azeite - mín. e máx.	
Aroma de bacon	Aromatizante	Aroma de bacon - mín. e máx.	
Aroma de banana	Aromatizante	Aroma de banana - mín. e máx.	
Aroma de batata	Aromatizante	Aroma de batata - mín. e máx.	
Aroma de baunilha	Aromatizante	Aroma de baunilha - mín. e máx.	
Aroma de bife acebolado	Aromatizante	Aroma de bife acebolado - mín. e máx.	
Aroma de biscoito	Aromatizante	Aroma de biscoito - mín. e máx.	
Aroma de cacau	Aromatizante	Aroma de cacau - mín. e máx.	
Aroma de calabresa	Aromatizante	Aroma de calabresa - mín. e máx.	
Aroma de camarão	Aromatizante	Aroma de camarão - mín. e máx.	
Aroma de cana-de açúcar	Aromatizante	Aroma de cana-de-açúcar - mín. e máx.	
Aroma de canela	Aromatizante	Aroma de canela - mín. e máx.	
Aroma de capim-limão	Aromatizante	Aroma de capim-limão - mín. e máx.	
Aroma de caramelo	Aromatizante	Aroma de caramelo - mín. e	

		máx.	
Aroma de carne	Aromatizante	Aroma de carne - mín. e máx.	
Aroma de carne ao molho madeira	Aromatizante	Aroma de carne ao molho madeira - mín. e máx.	
Aroma de carne assada	Aromatizante	Aroma de carne assada - mín. e máx.	
Aroma de carne de panela	Aromatizante	Aroma de carne de panela - mín. e máx.	
Aroma de carne defumada	Aromatizante	Aroma de carne defumada - mín. e máx.	
Aroma de carne e bacon	Aromatizante	Aroma de carne e bacon - mín. e máx.	
Aroma de carne grelhada	Aromatizante	Aroma de carne grelhada - mín. e máx.	
Aroma de cenoura	Aromatizante	Aroma de cenoura - mín. e máx.	
Aroma de cereja	Aromatizante	Aroma de cereja - mín. e máx.	
Aroma de cevada	Aromatizante	Aroma de cevada - mín. e máx.	
Aroma de chocolate	Aromatizante	Aroma de chocolate - mín. e máx.	
Aroma de chocolate branco	Aromatizante	Aroma de chocolate branco - mín. e máx.	
Aroma de citrus ou cítrico	Aromatizante	Aroma de citrus ou cítrico - mín. e máx.	
Aroma de coco	Aromatizante	Aroma de coco - mín. e máx.	
Aroma de cominho	Aromatizante	Aroma de cominho - mín. e máx.	
Aroma de cravo	Aromatizante	Aroma de cravo - mín. e máx.	
Aroma de doce de leite	Aromatizante	Aroma de doce de leite - mín. e máx.	
Aroma de erva doce	Aromatizante	Aroma de erva doce - mín. e máx.	
Aroma de ervas finas	Aromatizante	Aroma de ervas finas - mín. e máx.	
Aroma de eucalipto	Aromatizante	Aroma de eucalipto - mín. e máx.	
Aroma de farinha láctea	Aromatizante	Aroma de farinha láctea - mín. e máx.	
Aroma de feno grego	Aromatizante	Aroma de feno grego - mín. e máx.	
Aroma de fígado bovino	Aromatizante	Aroma de fígado bovino - mín. e máx.	
Aroma de filé mignon	Aromatizante	Aroma de filé mignon - mín. e máx.	
Aroma de framboesa	Aromatizante	Aroma de framboesa - mín. e máx.	
Aroma de frango	Aromatizante	Aroma de frango - mín. e máx.	
Aroma de frutas	Aromatizante	Aroma de frutas - mín. e máx.	
Aroma de frutas amarelas	Aromatizante	Aroma de frutas amarelas - mín. e máx.	
Aroma de frutas vermelhas	Aromatizante	Aroma de frutas vermelhas - mín. e máx.	
Aroma de fumaça	Aromatizante	Aroma de fumaça - mín. e máx.	
Aroma de galinha	Aromatizante	Aroma de galinha - mín. e máx.	
Aroma de goiaba	Aromatizante	Aroma de goiaba - mín. e máx.	
Aroma de groselha	Aromatizante	Aroma de groselha - mín. e máx.	
Aroma de guaraná	Aromatizante	Aroma de guaraná - mín. e máx.	
Aroma de jasmim	Aromatizante	Aroma de jasmim - mín. e máx.	
Aroma de jenipapo	Aromatizante	Aroma de jenipapo - mín. e máx.	
Aroma de jiló	Aromatizante	Aroma de jiló - mín. e máx.	
Aroma de kiwi	Aromatizante	Aroma de kiwi - mín. e máx.	
Aroma de laranja	Aromatizante	Aroma de laranja - mín. e máx.	
Aroma de leite	Aromatizante	Aroma de leite - mín. e máx.	
Aroma de leite condensado	Aromatizante	Aroma de leite condensado - mín. e máx.	
Aroma de leite e baunilha	Aromatizante	Aroma de leite e baunilha - mín. e máx.	
Aroma de maçã	Aromatizante	Aroma de maçã - mín. e máx.	
Aroma de maçã verde	Aromatizante	Aroma de maçã verde - mín. e máx.	
Aroma de mamão	Aromatizante	Aroma de mamão - mín. e máx.	

Aroma de manga	Aromatizante	Aroma de manga - mín. e máx.	
Aroma de manteiga	Aromatizante	Aroma de manteiga - mín. e máx.	
Aroma de maracujá	Aromatizante	Aroma de maracujá - mín. e máx.	
Aroma de mel	Aromatizante	Aroma de mel - mín. e máx.	
Aroma de melaço	Aromatizante	Aroma de melaço - mín. e máx.	
Aroma de melancia	Aromatizante	Aroma de melancia - mín. e máx.	
Aroma de melão	Aromatizante	Aroma de melão - mín. e máx.	
Aroma de menta	Aromatizante	Aroma de menta - mín. e máx.	
Aroma de milho	Aromatizante	Aroma de milho - mín. e máx.	
Aroma de milho verde	Aromatizante	Aroma de milho verde - mín. e máx.	
Aroma de morango	Aromatizante	Aroma de morango - mín. e máx.	
Aroma de orégano	Aromatizante	Aroma de orégano - mín. e máx.	
Aroma de panetone	Aromatizante	Aroma de panetone - mín. e máx.	
Aroma de peixe	Aromatizante	Aroma de peixe - mín. e máx.	
Aroma de peru	Aromatizante	Aroma de peru - mín. e máx.	
Aroma de pêssego	Aromatizante	Aroma de pêssego - mín. e máx.	
Aroma de picanha	Aromatizante	Aroma de picanha - mín. e máx.	
Aroma de pimenta	Aromatizante	Aroma de pimenta - mín. e máx.	
Aroma de presunto	Aromatizante	Aroma de presunto - mín. e máx.	
Aroma de queijo	Aromatizante	Aroma de queijo - mín. e máx.	
Aroma de rapadura	Aromatizante	Aroma de rapadura - mín. e máx.	
Aroma de salame	Aromatizante	Aroma de salame - mín. e máx.	
Aroma de salmão	Aromatizante	Aroma de salmão - mín. e máx.	
Aroma de salsicha	Aromatizante	Aroma de salsicha - mín. e máx.	
Aroma de sardinha	Aromatizante	Aroma de sardinha - mín. e máx.	
Aroma de tangerina	Aromatizante	Aroma de tangerina - mín. e máx.	
Aroma de tomate	Aromatizante	Aroma de tomate - mín. e máx.	
Aroma de tomilho	Aromatizante	Aroma de tomilho - mín. e máx.	
Aroma de torresmo	Aromatizante	Aroma de torresmo - mín. e máx.	
Aroma de trufas	Aromatizante	Aroma de trufas - mín. e máx.	
Aroma de tuti-fruti	Aromatizante	Aroma de tuti-fruti - mín. e máx.	
Aroma de uva	Aromatizante	Aroma de uva - mín. e máx.	
Aroma de vegetais	Aromatizante	Aroma de vegetais - mín. e máx.	
Aroma de vinho	Aromatizante	Aroma de vinho - mín. e máx.	
Aroma misto de ervas	Aromatizante	Aroma misto de ervas - mín. e máx.	
Aspartame	Edulcorante	Aspartame - mín. e máx.	
Astaxantina	Pigmentante	Astaxantina - mín. e máx.	
Azul brilhante	Corante	Azul brilhante - mín. e máx.	
Azul indigotina	Corante	Azul indigotina - mín. e máx.	
Azul patente v	Corante	Azul patente v - mín. e máx.	
Betacaroteno	Corante, Pigmentante	Betacaroteno - mín. e máx.	
Caldo de carne bovina	Aromatizante	Caldo de carne bovina - mín. e máx.	
Caldo de de carne suina	Aromatizante	Caldo de de carne suina - mín. e máx.	
Caldo de frango	Aromatizante	Caldo de frango - mín. e máx.	
Caldo de peixe	Aromatizante	Caldo de peixe - mín. e máx.	
Caldo de peru	Aromatizante	Caldo de peru - mín. e máx.	
Cantaxantina	Corante, Pigmentante	Cantaxantina - mín. e máx.	
Capsantina	Corante	Capsantina - mín. e máx.	
Caramelo I - simples	Corante	Caramelo I - mín. e máx.	
Caramelo II - processo sulfito cáustico	Corante	Caramelo II - mín. e máx.	
Caramelo III - processo amônia	Corante	Caramelo III - mín. e máx.	
Caramelo IV - processo sulfito-amônia	Corante	Caramelo IV - mín. e máx.	
Carmim de cochonilha	Corante	Carmim de cochonilha - mín. e máx.	

Carotenos naturais	Corante	Carotenos naturais - mín. e máx.	
Carvacrol	Aromatizante	Carvacrol – mín. e máx.	
Casca de canela	Aromatizante	Casca de canela - mín. e máx.	
Ciclamato de sódio	Edulcorante	Ciclamato de sódio - mín. e máx.	
Cinamaldeído	Aromatizante	Cinamaldeído - mín. e máx.	
Citral	Aromatizante	Citral - mín. e máx.	
Citranaxantina	Pigmentante	Citranaxantina - mín. e máx.	
Clorofila	Corante	Clorofila - mín. e máx.	
Clorofilina	Corante	Clorofilina - mín. e máx.	
Clorofilina cúprica	Corante	Clorofilina cúprica - mín. e máx.	
Clorofilina cúprica, sais de sódio e potássio	Corante	Clorofilina cúprica de sal de na ou k - mín. e máx.	
Creosol	Aromatizante	Creosol – mín. e máx.	
Cúrcuma (*Curcuma longa*)	Corante	Cúrcuma - mín. e máx.	
Curcumina	Corante	Curcumina - mín. e máx.	
Diacetil	Aromatizante	Diacetil - mín. e máx.	
Diidrocumarina	Aromatizante	Diidrocumarina - mín. e máx.	
Dióxido de titânio	Corante	Dióxido de titânio - mín. e máx.	
D-limoneno	Aromatizante	D-limoneno - mín. e máx.	
Eritritol	Edulcorante	Eritritol - mín. e máx.	
Éster etílico ou metílico do ácido beta-apo-8 carotenóico	Corante, Pigmentante	Éster etílico ou metílico do ácido beta-apo-8 carotenóico - mín. e máx.	
Etil Fenilacetato	Aromatizante	Etil Fenilacetato – mín. e máx.	
Eugenol	Aromatizante	Eugenol - mín. e máx.	
Extrato de açafrão, cúrcuma (*Curcuma longa*)	Aromatizante	Extrato de açafrão - mín. e máx.	
Extrato de aipo (*Apium graveolens*)	Aromatizante	Extrato de aipo - mín. e máx.	
Extrato de alcachofra a (*Cynara cardunculus* subsp scolymus)	Aromatizante	Extrato de alcachofra - mín. e máx.	
Extrato de alcaçuz (*Glycyrrhiza glabra*)	Aromatizante	Extrato de alcaçuz - mín. e máx.	
Extrato de alecrim (*Rasmarinus officinalis*)	Aromatizante	Extrato de alecrim - mín. e máx.	
Extrato de alfafa (*Medicago sativa*)	Aromatizante	Extrato de alfafa - mín. e máx.	
Extrato de algaroba (*Prosopis juliflora*)	Aromatizante	Extrato de algaroba - mín. e máx.	
Extrato de alho (*Allium sativum*)	Aromatizante	Extrato de alho - mín. e máx.	
Extrato de anis (*Ilicium verum*)	Aromatizante	Extrato de anis - mín. e máx.	
Extrato de baunilha (*Vanilla planifolia*)	Aromatizante	Extrato de baunilha - mín. e máx.	
Extrato de boldo do chile (*Peumus boldus*)	Aromatizante	Extrato de boldo do chile - mín. e máx.	
Extrato de cacau (*Theobroma cacao*)	Aromatizante	Extrato de cacau - mín. e máx.	
Extrato de caju (*Anacardium occidentale*)	Aromatizante	Extrato de caju - mín. e máx.	
Extrato de calêndula (*Calendula officinalis*)	Aromatizante	Extrato de calêndula - mín. e máx.	
Extrato de marigold (*Tagetes erecta*)	Corante, Pigmentante	Extrato de marigold - mín. e máx.	
Extrato de canela (*Cinnamomum zeylanicum*)	Aromatizante	Extrato de canela - mín. e máx.	
Extrato de cardo mariano (*Silybum marianum*)	Aromatizante	Extrato de cardo mariano - mín. e máx.	
Extrato de casca de castanha de caju	Aromatizante	Extrato de casca de castanha de caju - mín. e máx.	
Extrato de cássia (*Cassia fistula*)	Aromatizante	Extrato de cássia - mín. e máx.	
Extrato de castanheira portuguesa (*Castanea sativa*)	Aromatizante	Extrato de castanheira portuguesa - mín. e máx.	
Extrato de cebola (*Allium cepa*)	Aromatizante	Extrato de cebola - mín. e máx.	
Extrato de chá verde (*Camelia sinenses*)	Aromatizante	Extrato de chá verde - mín. e máx.	
Extrato de coentro (*Coriandrum sativum*)	Aromatizante	Extrato de coentro - mín. e máx.	
Extrato de cominho (*Cuminum cyminum*)	Aromatizante	Extrato de cominho - mín. e máx.	
Extrato de cravo da índia (*Caryophyllus aromaticus*)	Aromatizante	Extrato de cravo da índia - mín. e máx.	
Extrato de dente de leão (*Taraxacum officinale*)	Aromatizante	Extrato de dente de leão - mín. e máx.	
Extrato de echinacea (*Echinacea angustifolia* e *Echinacea purpurea*)	Aromatizante	Extrato de echinacea - mín. e máx.	
Extrato de erva doce, funcho (*Foeniculum vulgare*)	Aromatizante	Extrato de erva doce, funcho - mín. e máx.	
Extrato de eucalipto (*Eucalyptus* spp.)	Aromatizante	Extrato de eucalipto - mín. e máx.	

Extrato de feno grego (*Trigonella foenum-graecum*)	Aromatizante	Extrato de feno grego - mín. e máx.	
Extrato de garcínia cambogia (*Garcinia cambogia*)	Aromatizante	Extrato de garcínia cambogia - mín. e máx.	
Extrato de genciana (*Gentiana lutea*)	Aromatizante	Extrato de genciana - mín. e máx.	
Extrato de gengibre (*Zingiber officinale*)	Aromatizante	Extrato de gengibre - mín. e máx.	
Extrato de grapefruit, toranja (*Citrus paradisi*)	Aromatizante	Extrato de grapefruit, toranja - mín. e máx.	
Extrato de guaraná (*Paullinia cupana*)	Aromatizante	Extrato de guaraná - mín. e máx.	
Extrato de laranja (*Citrus sinenses*)	Aromatizante	Extrato de laranja - mín. e máx.	
Extrato de limão (*Citrus limanium*)	Aromatizante	Extrato de limão - mín. e máx.	
Extrato de lúpulo (*Homulus lupulus*)	Aromatizante	Extrato de lúpulo - mín. e máx.	
Extrato de macleaia (*Madeaya cordata*)	Aromatizante	Extrato de macleaia - mín. e máx.	
Extrato de manjerona (*Origanum manjerona*)	Aromatizante	Extrato de manjerona - mín. e máx.	
Extrato de maracujá (*Passiflora edulis*)	Aromatizante	Extrato de maracujá - mín. e máx.	
Extrato de melissa (*Melissa officinalis*)	Aromatizante	Extrato de melissa - mín. e máx.	
Extrato de menta, hortelã (*Mentha* spp.)	Aromatizante	Extrato de menta, hortelã - mín. e máx.	
Extrato de mirtilo (*Vaccinium myrtillus*)	Aromatizante	Extrato de mirtilo - mín. e máx.	
Extrato de noz-moscada (*Myristica fragans*)	Aromatizante	Extrato de noz-moscada - mín. e máx.	
Extrato de oliva, azeitona (*Olea europaea*)	Aromatizante	Extrato de oliva, azeitona - mín. e máx.	
Extrato de orégano (*Origanum vulgare*)	Aromatizante	Extrato de orégano - mín. e máx.	
Extrato de pimenta, pimentão páprica (*Capsicum* ssp.)	Aromatizante	Extrato de pimenta, pimentão páprica - mín. e máx.	
Extrato de própolis	Aromatizante	Extrato de própolis - mín. e máx.	
Extrato de quebracho colorado (*Schinopsis lorenzii*)	Aromatizante	Extrato de quebracho colorado - mín. e máx.	
Extrato de quilaia (*Quillaja saponaria*)	Aromatizante	Extrato de quilaia - mín. e máx.	
Extrato de semente de uva (*Vittis* ssp.)	Aromatizante	Extrato de semente de uva - mín. e máx.	
Extrato de tomilho (*Thymus vulgaris*)	Aromatizante	Extrato de tomilho - mín. e máx.	
Extrato de urucum (bixaorellana)	Corante, Pigmentante	Extrato de urucum (bixaorellana) - mín. e máx.	
Extrato de urucum (bixina)	Corante, Pigmentante	Extrato de urucum (bixina) - mín. e máx.	
Extrato de urucum (norbixina)	Corante, Pigmentante	Extrato de urucum (norbixina) - mín. e máx.	
Extrato de valeriana (*Valeriana officinalis*)	Aromatizante	Extrato de valeriana - mín. e máx.	
Extrato de Yucca (*Yucca schidigera*)	Aromatizante	Extrato de Yucca - mín. e máx.	Máx. de 125 mg/kg na dieta total
Folhas de alcachofra desidratadas	Aromatizante	Folhas de alcachofra desidratadas – mín. e máx.	
Folhas de Boldo do Chile	Aromatizante	Folhas de Boldo do Chile – mín. e máx.	
Furfuril Mecaptana	Aromatizante	Furfuril Mecaptana – mín. e máx.	
Glicosídeos de esteviol	Edulcorante	Glicosídeos de esteviol - mín. e máx.	
Guaiacol	Aromatizante	Guaiacol - mín. e máx.	
Hidrolisado de carne de aves	Palatabilizante	Hidrolisado de carne de aves - mín. e máx.	Proibido para ruminantes
Hidrolisado de carne de aves e fígado de aves e suínos	Palatabilizante	Hidrolisado de carne de aves e fígado de aves e suínos - mín. e máx.	Proibido para ruminantes
Hidrolisado de fígado de aves	Palatabilizante	Hidrolisado de fígado de aves - mín. e máx.	Proibido para ruminantes
Hidrolisado de fígado de aves e suínos	Palatabilizante	Hidrolisado de fígado de aves e suínos - mín. e máx.	Proibido para ruminantes

Hidrolisado de fígado de ovinos	Palatabilizante	Hidrolisado de fígado de ovinos - mín. e máx.	Proibido para ruminantes
Hidrolisado de fígado de suínos	Palatabilizante	Hidrolisado de fígado de suínos - mín. e máx.	Proibido para ruminantes
Hidrolisado de fígado e pulmão de suínos	Palatabilizante	Hidrolisado de fígado e pulmão de suínos - mín. e máx.	Proibido para ruminantes
Hidrolisado de intestino suínos	Palatabilizante	Hidrolisado de intestino suínos - mín. e máx.	Proibido para ruminantes
Hidrolisado de miúdos de aves	Palatabilizante	Hidrolisado de miúdos de aves - mín. e máx.	Proibido para ruminantes
Hidrolisado de miúdos de suínos	Palatabilizante	Hidrolisado de miúdos de suínos - mín. e máx.	Proibido para ruminantes
Hidrolisado de peixes	Palatabilizante	Hidrolisado de peixes - mín. e máx.	Proibido para ruminantes
Hidrolisado de vísceras de aves	Palatabilizante	Hidrolisado de vísceras de aves - mín. e máx.	Proibido para ruminantes
Inosinato 5-dissódico	Aromatizante	Inosinato 5-dissódico – mín. máx.	
Isomalte	Edulcorante	Isomalte - mín. e máx.	
Lactitol	Edulcorante	Lactitol - mín. e máx.	
Levedura hidrolisada de cervejaria	Palatabilizante	Levedura hidrolisada de cervejaria - mín. e máx.	
Licopeno (extraído de *Blakeslea trispora*)	Corante	Licopeno - mín. e máx.	
Licopeno (extraído de tomate)	Corante	Licopeno - mín. e máx.	
Licopeno sintético	Corante	Licopeno sintético - mín. e máx.	
Líquido da casca da castanha do caju (LCC)	Aromatizante	Líquido da casca da castanha do caju – mín. máx.	
Linalol	Aromatizante	Linalol - mín. e máx.	
Lúpulo	Aromatizante	Lúpulo – mín. máx.	
Luteína	Corante	Luteína - mín. e máx.	
Magnolol	Aromatizante	Magnolol - mín. e máx.	
Maltitol	Edulcorante	Maltitol - mín. e máx.	
Manitol	Edulcorante	Manitol - mín. e máx.	
Melaço de cana-de açúcar	Palatabilizante	Melaço de cana-de-açúcar - mín. e máx.	
Neohespiridina dihidrocalcona	Edulcorante	Neohesperidina dihidrocalcona - mín. e máx.	
Neotame	Edulcorante	Neotame - mín. e máx.	
Nona-1,4-lactona	Aromatizante	Nona-1,4-lactona - mín. e máx.	
Óleo essencial de açafrão, cúrcuma (*Curcuma longa*)	Aromatizante	Óleo essencial de açafrã - mín. e máx.	
Óleo essencial de aipo (*Apium graveolens*)	Aromatizante	Óleo essencial de aipo - mín. e máx.	
Óleo essencial de alcachofra (*Cynara cardunaulus* subsp. scolymus)	Aromatizante	Óleo essencial de alcachofra - mín. e máx.	
Óleo essencial de alcaçuz (*Glycyrrhiza glabra*)	Aromatizante	Óleo essencial de alcaçuz - mín. e máx.	
Óleo essencial de alecrim (*Rosmarinus officinalis*)	Aromatizante	Óleo essencial de alecrim - mín. e máx.	
Óleo essencial de alfafa (*Medicago sativa*)	Aromatizante	Óleo essencial de alfafa - mín. e máx.	
Óleo essencial de algaroba (*Prosopis juliflora*)	Aromatizante	Óleo essencial de algaroba - mín. e máx.	
Óleo essencial de alho (*Allium sativum*)	Aromatizante	Óleo essencial de alho - mín. e máx.	
Óleo essencial de anis (*Ilicium verum*)	Aromatizante	Óleo essencial de anis - mín. e máx.	
Óleo essencial de baunilha (*Vanilla planifólia*)	Aromatizante	Óleo essencial de baunilha - mín. e máx.	
Óleo essencial de boldo do chile (*Peumus boldus*)	Aromatizante	Óleo essencial de boldo do chile - mín. e máx.	
Óleo essencial de cacau (*Theobroma cacao*)	Aromatizante	Óleo essencial de cacau - mín. e máx.	
Óleo essencial de caju (*Anacardium occidentale*)	Aromatizante	Óleo essencial de caju - mín. e máx.	

Óleo essencial de calêndula, (*Calendula officinalis*)	Aromatizante, Corante, Pigmentante	Óleo essencial de calêndula - mín. e máx.	
Óleo essencial de canela (*Cinnamomum zeylanicum*)	Aromatizante	Óleo essencial de canela - mín. e máx.	
Óleo essencial de cardo mariano (*Silybum marianum*)	Aromatizante	Óleo essencial de cardo mariano - mín. e máx.	
Óleo essencial de cássia (*Cassia fistula*)	Aromatizante	Óleo essencial de cássia - mín. e máx.	
Óleo essencial de castanheira portuguesa (*Castanea sativa*)	Aromatizante	Óleo essencial de castanheira portuguesa - mín. e máx.	
Óleo essencial de cebola (*Allium cepa*)	Aromatizante	Óleo essencial de cebola - mín. e máx.	
Óleo essencial de chá verde (*Camellia sinenses*)	Aromatizante	Óleo essencial de chá verde - mín. e máx.	
Óleo essencial de coentro (*Coriandrum sativum*)	Aromatizante	Óleo essencial de coentro - mín. e máx.	
Óleo essencial de cominho (*Cuminum cyminum*)	Aromatizante	Óleo essencial de cominho - mín. e máx.	
Óleo essencial de cravo da índia (*Caryophyllus aromaticus*)	Aromatizante	Óleo essencial de cravo da índia - mín. e máx.	
Óleo essencial de echinacea (*Echinacea angustifolia* e *Echinacea purpurea*)	Aromatizante	Óleo essencial de echinacea - mín. e máx.	
Óleo essencial de erva doce, funcho (*Foeniculum vulgare*)	Aromatizante	Óleo essencial de erva doce, funcho - mín. e máx.	
Óleo essencial de eucalipto (*Eucalyptus* spp.)	Aromatizante	Óleo essencial de eucalipto - mín. e máx.	
Óleo essencial de feno grego (*Trigonella foenum-graecum*)	Aromatizante	Óleo essencial de feno grego - mín. e máx.	
Óleo essencial de garcínia cambogia (*Garcinia cambogia*)	Aromatizante	Óleo essencial de garcínia cambogia - mín. e máx.	
Óleo essencial de genciana (*Gentiana lutea*)	Aromatizante	Óleo essencial de genciana - mín. e máx.	
Óleo essencial de genciana (*Gentiana lutea*)	Aromatizante	Oleoresina de genciana - mín. e máx.	
Óleo essencial de gengibre (*Zingiber officinale*)	Aromatizante	Óleo essencial de gengibre - mín. e máx.	
Óleo essencial de grapefruit, toranja (*Citrus paradisi*)	Aromatizante	Óleo essencial de grapefruit, toranja - mín. e máx.	
Óleo essencial de guaraná (*Paullinia cupana*)	Aromatizante	Óleo essencial de guaraná - mín. e máx.	
Óleo essencial de laranja (*Citrus sinenses*)	Aromatizante	Óleo essencial de laranja - mín. e máx.	
Óleo essencial de limão (*Citrus limanium*)	Aromatizante	Óleo essencial de limão - mín. e máx.	
Óleo essencial de lúpulo (*Homulus lupulus*)	Aromatizante	Óleo essencial de lúpulo - mín. e máx.	
Óleo essencial de macleaia (*Macleaya cordata*)	Aromatizante	Óleo essencial de macleaia - mín. e máx.	
Óleo essencial de manjerona (*Origanum manjerona*)	Aromatizante	Óleo essencial de manjerona - mín. e máx.	
Óleo essencial de maracujá (*Passiflora edulis*)	Aromatizante	Óleo essencial de maracujá - mín. e máx.	
Óleo essencial de melissa (*Melissa officinalis*)	Aromatizante	Óleo essencial de melissa - mín. e máx.	
Óleo essencial de menta, hortelã (*Mentha* spp.)	Aromatizante	Óleo essencial de menta, hortelã - mín. e máx.	
Óleo essencial de mirtilo (*Vaccinium myrtillus*)	Aromatizante	Óleo essencial de mirtilo - mín. e máx.	
Óleo essencial de noz-moscada (*Myristica fragans*)	Aromatizante	Óleo essencial de noz-moscada - mín. e máx.	
Óleo essencial de oliva, azeitona (*Olea europaea*)	Aromatizante	Óleo essencial de oliva, azeitona - mín. e máx.	
Óleo essencial de orégano (*Origanum vulgare*)	Aromatizante	Óleo essencial de orégano - mín. e máx.	
Óleo essencial de pimenta, pimentão páprica (*Capsicum* ssp)	Aromatizante	Óleo essencial de pimenta, pimentão páprica - mín. e máx.	
Óleo essencial de quebracho colorado (*Schinopsis lorenzi*)	Aromatizante	Óleo essencial de quebracho colorado - mín. e máx.	
Óleo essencial de quilaia (*Quillaja saponaria*)	Aromatizante	Óleo essencial de quilaia - mín. e máx.	
Óleo essencial de semente de uva (*Vittis* ssp.)	Aromatizante	Óleo essencial de semente de uva - mín. e máx.	
Óleo essencial de tomilho (*Thymus vulgaris*)	Aromatizante	Óleo essencial de tomilho -	

		mín. e máx.	
Óleo essencial de valeriana (*Valeriana officinalis*)	Aromatizante	Óleo essencial de valeriana - mín. e máx.	
Óleo essencial de Yucca (*Yucca schidigera*)	Aromatizante	Óleo essencial de Yucca - mín. e máx.	Máx. de 125 mg/kg na dieta total
Oleoresina de açafrão, cúrcuma (*Curcuma longa*)	Aromatizante	Oleoresina de açafrão - mín. e máx.	
Oleoresina de aipo (*Apium graveolens*)	Aromatizante	Oleoresina de aipo - mín. e máx.	
Oleoresina de alcachofra a (*Cynara cardunculus* subsp. scolymus)	Aromatizante	Oleoresina de alcachofra - mín. e máx.	
Oleoresina de alcaçuz (*Glycyrrhiza glabra*)	Aromatizante	Oleoresina de alcaçuz - mín. e máx.	
Oleoresina de alecrim (*Rosmarinus officinalis*)	Aromatizante	Oleoresina de alecrim - mín. e máx.	
Oleoresina de alfafa (*Medicago sativa*)	Aromatizante	Oleoresina de alfafa - mín. e máx.	
Oleoresina de algaroba (*Prosopis juliflora*)	Aromatizante	Oleoresina de algaroba - mín. e máx.	
Oleoresina de alho (*Allium sativum*)	Aromatizante	Oleoresina de alho - mín. e máx.	
Oleoresina de anis (*Ilicium verum*)	Aromatizante	Oleoresina de anis - mín. e máx.	
Oleoresina de baunilha (*Vanilla planifolia*)	Aromatizante	Oleoresina de baunilha - mín. e máx.	
Oleoresina de boldo do chile (*Peumus boldus*)	Aromatizante	Oleoresina de boldo do chile - mín. e máx.	
Oleoresina de cacau (*Theobroma cacao*)	Aromatizante	Oleoresina de cacau - mín. e máx.	
Oleoresina de caju (*Anacardium occidentale*)	Aromatizante	Oleoresina de caju - mín. e máx.	
Oleoresina de calêndula (*Calendula officinalis*)	Aromatizante, Corante, Pigmentante	Oleoresina de calêndula - mín. e máx.	
Oleoresina de canela (*Cinnamomum zeylanicum*)	Aromatizante	Oleoresina de canela - mín. e máx.	
Oleoresina de cardo mariano (*Silybum marianum*)	Aromatizante	Oleoresina de cardo mariano - mín. e máx.	
Oleoresina de cássia (*Cassia fistula*)	Aromatizante	Oleoresina de cássia - mín. e máx.	
Oleoresina de castanheira portuguesa (*Castanea sativa*)	Aromatizante	Oleoresina de castanheira portuguesa - mín. e máx.	
Oleoresina de cebola (*Allium cepa*)	Aromatizante	Oleoresina de cebola - mín. e máx.	
Oleoresina de chá verde (*Camellia sinenses*)	Aromatizante	Oleoresina de chá verde - mín. e máx.	
Oleoresina de coentro (*Coriandrum sativum*)	Aromatizante	Oleoresina de coentro - mín. e máx.	
Oleoresina de cominho (*Cuminum cyminum*)	Aromatizante	Oleoresina de cominho - mín. e máx.	
Oleoresina de cravo da índia (*Caryophyllus aromaticus*)	Aromatizante	Oleoresina de cravo da índia - mín. e máx.	
Oleoresina de echinacea (*Echinacea angustifolia* e *Echinacea purpurea*)	Aromatizante	Oleoresina de echinacea - mín. e máx.	
Oleoresina de erva doce, funcho (*Foeniculum vulgare*)	Aromatizante	Oleoresina de erva doce, funcho - mín. e máx.	
Oleoresina de eucalipto (*Eucalyptus* spp.)	Aromatizante	Oleoresina de eucalipto - mín. e máx.	
Oleoresina de feno grego (*Trigonella foenum-graecum*)	Aromatizante	Oleoresina de feno grego - mín. e máx.	
Oleoresina de garcínia cambogia (*Garcinia cambogia*)	Aromatizante	Oleoresina de garcínia cambogia - mín. e máx.	
Oleoresina de gengibre (*Zingiber officinale*)	Aromatizante	Oleoresina de gengibre - mín. e máx.	
Oleoresina de grapefruit, toranja (*Citrus paradisi*)	Aromatizante	Oleoresina de grapefruit, toranja - mín. e máx.	
Oleoresina de guaraná (*Paullinia cupana*)	Aromatizante	Oleoresina de guaraná - mín. e máx.	
Oleoresina de laranja (*Citrus sinenses*)	Aromatizante	Oleoresina de laranja - mín. e máx.	
Oleoresina de limão (*Citrus limonium*)	Aromatizante	Oleoresina de limão - mín. e máx.	
Oleoresina de lúpulo (*Homulus lupulus*)	Aromatizante	Oleoresina de lúpulo - mín. e máx.	

Oleoresina de macleaia (*Macleaya cordata*)	Aromatizante	Oleoresina de macleaia - mín. e máx.	
Oleoresina de manjerona (*Origanum manjerona*)	Aromatizante	Oleoresina de manjerona - mín. e máx.	
Oleoresina de maracujá (*Passiflora edulis*)	Aromatizante	Oleoresina de maracujá - mín. e máx.	
Oleoresina de melissa (*Melissa officinalis*)	Aromatizante	Oleoresina de melissa - mín. e máx.	
Oleoresina de menta, hortelã (*Mentha* spp.)	Aromatizante	Oleoresina de menta, hortelã - mín. e máx.	
Oleoresina de mirtilo (*Vaccinium myrtillus*)	Aromatizante	Oleoresina de mirtilo - mín. e máx.	
Oleoresina de noz-moscada (*Myristica fragans*)	Aromatizante	Oleoresina de noz-moscada - mín. e máx.	
Oleoresina de oliva, azeitona (*Olea europaea*)	Aromatizante	Oleoresina de oliva, azeitona - mín. e máx.	
Oleoresina de orégano (*Origanum vulgare*)	Aromatizante	Oleoresina de orégano - mín. e máx.	
Oleoresina de pimenta, pimentão páprica (*Capsicum* ssp.)	Aromatizante	Oleoresina de pimenta, pimentão páprica - mín. e máx.	
Oleoresina de quebracho colorado (*Schinopsis lorenzi*)	Aromatizante	Oleoresina de quebracho colorado - mín. e máx.	
Oleoresina de quilaia (*Quillaja saponaria*)	Aromatizante	Oleoresina de quilaia - mín. e máx.	
Oleoresina de semente de uva (*Vittis* ssp.)	Aromatizante	Oleoresina de semente de uva - mín. e máx.	
Oleoresina de tomilho (*Thymus vulgaris*)	Aromatizante	Oleoresina de tomilho - mín. e máx.	
Oleoresina de valeriana (*Valeriana officinalis*)	Aromatizante	Oleoresina de valeriana - mín. e máx.	
Oleoresina de Yucca (*Yucca schidigera*)	Aromatizante	Oleoresina de Yucca - mín. e máx.	Máx. de 125 mg/kg na dieta total
Orégano	Aromatizante	Orégano – mín. e máx.	
Óxido de ferro amarelo	Corante	Óxido de ferro amarelo - mín. e máx.	
Óxido de ferro preto	Corante	Óxido de ferro preto - mín. e máx.	
Óxido de ferro vermelho	Corante	Óxido de ferro vermelho - mín. e máx.	
Páprica	Corante	Páprica - mín. e máx.	
Pétalas de calêndula	Aromatizante	Pétalas de calêndula – mín. e máx.	
Propanodiol	Aromatizante	Propanodiol – mín. e máx.	
Propanotiol	Aromatizante	Propanotiol – mín. e máx.	
Raiz de Genciana	Aromatizante	Raiz de Genciana – mín. e máx.	
Sacarina	Edulcorante	Sacarina - mín. e máx.	
Sacarina sódica	Edulcorante	Sacarina sódica - mín. e máx.	
Salicilato de metila	Aromatizante	Salicilato de metila - mín. e máx.	
Sorbitol ou d-sorbitol	Edulcorante	Sorbitol ou d-sorbitol - mín. e máx.	
Sucralose	Edulcorante	Sucralose - mín. e máx.	
Sulfurol	Aromatizante	Sulfurol - mín. e máx.	
Taumatina	Edulcorante	Taumatina - mín. e máx.	
Timol	Aromatizante	Timol – mín e máx	
Vanilina	Aromatizante	Vanilina - mín. e máx.	
Vermelho allura ac	Corante	Vermelho allura - mín. e máx.	
Vermelho amaranto	Corante	Vermelho amaranto - mín. e máx.	
Vermelho beterraba	Corante	Vermelho beterraba - mín. e máx.	
Vermelho carmosina (azorrubina)	Corante	Vermelho carmosina - mín. e máx.	
Vermelho eritrosina	Corante	Vermelho eritrosina - mín. e máx.	
Vermelho ponceau 4R	Corante	Vermelho ponceau 4R - mín. e máx.	
Xarope de poliglicitol	Edulcorante	Xarope de poliglicitol - mín. e máx.	
Xilose	Aromatizante	Xilose – mín. e máx.	
Zeaxantina	Corante	Zeaxantina - mín. e máx.	
AROMAS ARTIFICIAIS aprovados pelo Codex	Aromatizante		

Alimentarius. Lista referência: http://apps.who.int/ipsc/database/evaluations/search.aspx?fc=10			
3 - Aditivos Nutricionais			
Aditivo	**Classificação**	**Garantias obrigatórias de rotulagem**	**Restrições**
25-Hidroxivitamina D3	Nutricional	25-Hidroxivitamina D3 - mín. e máx.	
Acetato de D-Alfa-Tocoferol	Nutricional	Vitamina E - mín. e máx.	
Acetato de Dl-Alfa-Tocoferol	Nutricional	Vitamina E - mín. e máx.	
Acetato de Zinco	Nutricional	Zinco - mín. e máx.	
Ácido Ascórbico	Nutricional	Vitamina C - mín. e máx.	
Ácido Ascórbico Monofosfato	Nutricional	Vitamina C - mín. e máx.	
Ácido Ascórbico Polietoxilado	Nutricional	Vitamina C - mín. e máx.	
Ácido Ascórbico Polifosfato	Nutricional	Vitamina C - mín. e máx.	
Ácido Aspártico	Nutricional	Ácido Aspártico - mín. e máx.	
Ácido Dl-Aspártico	Nutricional	Ácido DL-aspártico - mín. e máx.	
Ácido Fólico	Nutricional	Ácido fólico - mín. e máx.	
Ácido Glutâmico	Nutricional	Ácido glutâmico - mín. e máx.	
Ácido Guanidinicoacetico	Nutricional	Ácido guanidiinicoacetico - mín. e máx.	
Ácido L-Aspártico	Nutricional	Ácido aspártico - mín. e máx.	
Ácido Linoleico Conjugado	Nutricional	Ácido trans10,cis12octadecadienoico - mín. e máx. e Ácido cis9,trans11 octadecadienoico - mín. e máx.	
Ácido Nicotínico	Nutricional	Ácido nicotínico	
Ácido Pantotênico	Nutricional	Ácido Pantotênico	
Alanina	Nutricional	Alanina	
Alfacalcidol	Nutricional	Vitamina D	
Amireia	Nutricional	Enxofre - mín. e máx.; Nitrogênio - mín. e máx. e NNP - Equivalente Proteico - mín.	
Arginina	Nutricional	Arginina - mín. e máx.	
Ascorbato de Cálcio	Nutricional	Vitamina C - mín. e máx.	
Beta Caroteno Oxidado	Nutricional	Beta Caroteno Oxidado - mín. e máx.	
Beta Hidroxi Metil Butirato - Hmb	Nutricional	Beta hidroxi metil butirato - mín. e máx.; Cálcio - mín. e máx.	
Betaina	Nutricional	Betaina - mín. e máx.	
Biocolina	Nutricional	Colina - mín. e máx.	
Biotina	Nutricional	Biotina - mín. e máx.	
Bitartarato de Colina	Nutricional	Colina - mín. e máx.	
Carbo Amino Fosfoquelato de Cobalto	Nutricional	Cobalto quelatado e Cobalto total	
Carbo Amino Fosfoquelato de Cobre	Nutricional	Cobre quelatado - mín. e Cobre total - mín. e máx.	
Carbo Amino Fosfoquelato de Cromo	Nutricional	Cromo quelatado - mín. e Cromo total - mín. e máx.	
Carbo Amino Fosfoquelato de Ferro	Nutricional	Ferro quelatado mín. e Ferro total - mín. e máx.	
Carbo Amino Fosfoquelato de Manganês	Nutricional	Manganês quelatado mín. e Manganês total mín. e máx.	
Carbo Amino Fosfoquelato de Selênio	Nutricional	Selênio quelatado mín. e Selênio total mín. e máx.	
Carbo Amino Fosfoquelato de Zinco	Nutricional	Zinco quelatado mín. e Zinco total - mín. e máx.	
Carbonato de Cobalto	Nutricional	Cobalto - mín. e máx.	
Carbonato de Cobre	Nutricional	Cobre - mín. e máx.	
Carbonato de Ferro	Nutricional	Ferro - mín. e máx.	
Carbonato de Manganês	Nutricional	Manganês - mín. e máx.	
Carbonato de Zinco	Nutricional	Zinco - mín. e máx.	
Carbonato Ferroso	Nutricional	Ferro - mín. e máx.	
Cianocobalamina	Nutricional	Vitamina B12 - mín. e máx.	
Citrato de Colina	Nutricional	Colina - mín. e máx.	
Citrato Férrico Amoniacal	Nutricional	Ferro - mín. e máx.	
Cloreto de Amônia	Nutricional	Nitrogênio mín. e máx. e NNP - Equivalente Proteico mín. e máx.	

Cloreto de Cobalto	Nutricional	Cobalto - mín. e máx.	
Cloreto de Cobre	Nutricional	Cobre - mín. e máx.	
Cloreto de Cobre Tribásico	Nutricional	Cobre - mín. e máx.	
Cloreto de Colina	Nutricional	Colina - mín. e máx.	
Cloreto de Cromo (III) Hexahidratado	Nutricional	Cromo - mín. e máx.	
Cloreto de Manganês	Nutricional	Manganês - mín. e máx.	
Cloreto de Zinco	Nutricional	Zinco - mín. e máx.	
Cloridrato de Betaina	Nutricional	Betaina - mín. e máx.	
Cloridrato de Colina	Nutricional	Colina - mín. e máx.	
Cloridrato de L-Cisteina	Nutricional	Cisteína - mín. e máx.	
Cloridrato de L-Cisteina Monohidratado	Nutricional	Cisteína - mín. e máx.	
Cloridrato de Piridoxina	Nutricional	Vitamina B6 - mín. e máx.	
Cloridrato de Tiamina	Nutricional	Vitamina B1 - mín. e máx.	
Cobalto Aminoácido Quelato	Nutricional	Cobalto quelatado - mín. e Cobalto total - mín. e máx.	
Cobalto Glucoheptonato	Nutricional	Cobalto complexado - mín. e Cobalto total - mín. e máx.	
Cobre Aminoácido Quelato	Nutricional	Cobre quelatado - mín. e Cobre total - mín. e máx.	
Coenzima Q10	Nutricional	Coenzima Q10 - mín. e máx.	
Colecalciferol	Nutricional	Vitamina D3 - mín. e máx.	
Complexo Cobre Aminoácido	Nutricional	Cobre quelatado - mín. e Cobre total - mín. e máx.	
Complexo Ferro Aminoácido	Nutricional	Ferro quelatado - mín. e Ferro total - mín. e máx.	
Complexo Manganês Aminoácido	Nutricional	Manganês quelatado - mín. e Manganês total - mín. e máx.	
Complexo Selênio Aminoácido	Nutricional	Selênio quelatado mín. e Selênio total mín. e máx.	
Complexo Zinco Aminoácido	Nutricional	Zinco quelatado - mín. e Zinco total - mín. e máx.	
Creatina	Nutricional	Creatina - mín. e máx.	
Cromo Aminoácido Quelato	Nutricional	Cromo quelatado - mín. e Cromo total - mín. e máx.	
Cromo Levedura	Nutricional	Cromo complexado – mín. e Cromo total – máx.	
D-Alfa-Tocoferol	Nutricional	Vitamina E - mín. e máx.	
D-Glucuronolactona	Nutricional	D-glucuronolactona - mín. e máx.	
Dimetilglicinato de Sódio	Nutricional	Dimetilglicina - mín. e máx.	
DL-Alfa-Tocoferol	Nutricional	Vitamina E - mín. e máx.	
DL-Metionil-DL-Metionina	Nutricional	Metionil-Metionina - mín. e máx.	
DL-Metionina	Nutricional	Metionina - mín. e máx.	
DL-Pantotenato de Cálcio	Nutricional	Vitamina B5 - mín. e máx.	
D-Pantotenato de Cálcio	Nutricional	Vitamina B5 - mín. e máx.	
Ergocalciferol	Nutricional	Vitamina D2 - mín. e máx.	
Éster Isopropílico de HMB	Nutricional	Metionina - mín. e máx.	
Extrato de Solanum Glaucophyllum	Nutricional	Calcitriol - mín. e máx.	
Fenilalanina	Nutricional	Fenilalanina - mín. e máx.	
Ferro Aminoácido Quelato	Nutricional	Ferro quelatado - mín. e Ferro total - mín. e máx.	
Ferro Dextrano	Nutricional	Ferro complexado - mín. e Ferro total - mín. e máx.	
Ferro Reduzido	Nutricional	Ferro - mín. e máx.	
Filoquinona	Nutricional	Vitamina K1 - mín. e máx.	
Fosfatidilcolina	Nutricional	Fosfatidilcolina - mín. e máx.	
Fosforilato de Cobre	Nutricional	Cobre - mín. e máx.	
Fosforilato de Cromo	Nutricional	Cromo - mín. e máx.	
Fosforilato de Selênio	Nutricional	Selênio - mín. e máx.	
Fumarato Ferroso	Nutricional	Ferro - mín. e máx.	
Glicina	Nutricional	Glicina - mín. e máx.	
Glutamato Monossódico	Nutricional	Glutamato - mín. e máx.	
Histidina	Nutricional	Histidina - mín. e máx.	
Inositol	Nutricional	Inositol - mín. e máx.	
Iodato de Cálcio	Nutricional	Iodo - mín. e máx.	
Iodato de Potássio	Nutricional	Iodo - mín. e máx.	
Iodeto de Potássio	Nutricional	Iodo - mín. e máx.	
Iodo Aminoácido Quelato	Nutricional	Iodo quelatado - mín. e Iodo total - mín. e máx.	
Isoleucina	Nutricional	Isoleucina - mín. e máx.	
L-Lisina Hcl	Nutricional	Lisina - mín. e máx.	

L-Treonina	Nutricional	Treonina - mín. e máx.	
L-Glutamina	Nutricional	Glutamina - mín. e máx.	
L-Ácido Glutâmico	Nutricional	Ácido glutâmico - mín. e máx.	
L-Arginina	Nutricional	Arginina - mín. e máx.	
L-Carnitina	Nutricional	Carnitina - mín. e máx.	
L-Citrulina	Nutricional	Citrulina - mín. e máx.	
Leucina	Nutricional	Leucina - mín. e máx.	
Levedura Enriquecida Com Selênio	Nutricional	Selênio complexado - mín. e Selênio total - mín. e máx.	
L-Glutamina	Nutricional	Glutamina - mín. e máx.	
Lisina	Nutricional	Lisina - mín. e máx.	
L-Isoleucina	Nutricional	Isoleucina - mín. e máx.	
L-Leucina	Nutricional	Leucina - mín. e máx.	
L-Lisina	Nutricional	Lisina - mín. e máx.	
L-Lisina Hcl	Nutricional	Lisina - mín. e máx.	
L-Metionina	Nutricional	Metionina - mín. e máx.	
L-Ornitina	Nutricional	Ornitina - mín. e máx.	
L-Selenometionina	Nutricional	Selênio - mín. e máx. e Selenometionina - mín.	
L-Taurina	Nutricional	Taurina - mín. e máx.	
L-Treonina	Nutricional	Treonina - mín. e máx.	
L-Triptofano	Nutricional	Triptofano - mín. e máx.	
L-Valina	Nutricional	Valina - mín. e máx.	
Manganês Aminoácido Quelato	Nutricional	Manganês quelatado - mín. e Manganês total - mín. e máx.	
Menadiona Bissulfito de Nicotinamida	Nutricional	Nicotinamida - mín. e máx. e Vitamina K3 - mín. e máx.	
Menadiona Bissulfito de Sódio	Nutricional	Vitamina k3 - mín. e máx.	
Menaquinona	Nutricional	Vitamina K2 - mín. e máx.	
Metionina	Nutricional	Metionina - mín. e máx.	
Metionina DL-Hidroxi Análogo de Cálcio	Nutricional	Metionina - mín. e máx.	
Metionina HMBI	Nutricional	Metionina HMBI - mín. e máx.	
Metioninato de Cobre	Nutricional	Cobre quelatado mín. e máx. e Cobre total - mín. e máx.	
Metioninato de Zinco	Nutricional	Zinco quelatado - mín. e Zinco total - mín. e máx.	
Molibdato de Sódio	Nutricional	Molibdênio - mín. e máx.	
Mononitrato de Tiamina	Nutricional	Tiamina - mín. e máx.	
Monóxido de Manganês	Nutricional	Manganês - mín. e máx.	
N-Carbamilglutamato (Ncg)	Nutricional	N-Carbamilglutamato - mín. e máx.	
Niacina (Ácido Nicotínico)	Nutricional	Niacina - mín. e máx.	
Nicotinamida	Nutricional	Nicotinamida - mín. e máx.	
Nucleotídeos	Nutricional	Nucleotídeos - mín. e máx.	
Óxido de Alumínio	Nutricional	Alumínio - mín. e máx.	
Óxido de Cobalto	Nutricional	Cobalto - mín. e máx.	
Óxido de Cobre	Nutricional	Cobre - mín. e máx.	
Óxido de Ferro	Nutricional	Ferro - mín. e máx.	
Óxido de Manganês	Nutricional	Manganês - mín. e máx.	
Óxido de Silício	Nutricional	Silício - mín. e máx.	
Óxido de Titânio	Nutricional	Titânio - mín. e máx.	
Óxido de Zinco	Nutricional	Zinco - mín. e máx.	
Palmitato de Retinol	Nutricional	Vitamina A - mín. e máx.	
Picolinato de Cromo	Nutricional	Cromo complexado - mín. e Cromo total - mín. e máx.	
Picolinato de Zinco	Nutricional	Zinco complexado - mín. e Zinco total - mín. e máx.	
Piridoxina	Nutricional	Vitamina B6 - mín. e máx.	
Prolina	Nutricional	Prolina - mín. e máx.	
Propilenoglicol	Nutricional	Propilenoglicol - mín. e máx.	
Propionato de Cromo	Nutricional	Cromo complexado - mín. e Cromo total - mín. e máx.	
Propionato de Retinol	Nutricional	Vitamina A - mín. e máx.	
Propionato de Zinco	Nutricional	Zinco complexado - mín. e Zinco total - mín. e máx.	
Proteinato de Cobalto	Nutricional	Cobalto - mín. e máx.	
Proteinato de Cobre	Nutricional	Cobre - mín. e máx.	
Proteinato de Ferro	Nutricional	Ferro - mín. e máx.	
Proteinato de Manganês	Nutricional	Manganês - mín. e máx.	
Proteinato de Selênio	Nutricional	Selênio quelatado - mín. e Selênio total - mín. e máx.	
Proteinato de Zinco	Nutricional	Zinco quelatado - mín. e Zinco	

		total - mín. e máx.	
Quelato Cobre-Metionina Hidroxi Análoga	Nutricional	Cobre quelatado - mín.; Cobre total - mín. e máx. e Metionina Hidroxi Análoga - mín.	
Quelato Manganês-Metionina Hidroxi Análoga	Nutricional	Manganês quelatado mín.; Manganês total - mín. e máx. e Metionina Hidroxi Análoga - mín.	
Quelato Zinco-Metionina Hidroxi Análoga	Nutricional	Zinco quelatado - mín.; Zinco total - mín. e máx. e Metionina Hidroxi Análoga - mín.	
Retinol	Nutricional	Vitamina A - mín. e máx.	
Riboflavina	Nutricional	Vitamina B2 - mín. e máx.	
Rutina	Nutricional	Vitamina P - mín. e máx.	
S-Adenosilmetionina	Nutricional	S-adenosilmetionina - mín. e máx.	
Selenato de Sódio	Nutricional	Selênio - mín. e máx.	
Selenito de Sódio	Nutricional	Selênio - mín. e máx.	
Selenometionina Hidroxi Análoga	Nutricional	Selenometionina Hidroxi Análoga - mín. e máx.	
Serina	Nutricional	Serina - mín. e máx.	
Sulfato Cúprico	Nutricional	Cobre - mín. e máx.	
Sulfato de Cobalto	Nutricional	Cobalto - mín. e máx.	
Sulfato de Cobalto Heptahidratado	Nutricional	Cobalto - mín. e máx.	
Sulfato de Cobalto Monohidratado	Nutricional	Cobalto - mín. e máx.	
Sulfato de Cobre	Nutricional	Cobre - mín. e máx.	
Sulfato de Cobre Monohidratado	Nutricional	Cobre - mín. e máx.	
Sulfato de Cobre Pentahidratado	Nutricional	Cobre - mín. e máx.	
Sulfato de Cromo	Nutricional	Cromo - mín. e máx.	
Sulfato de Ferro	Nutricional	Ferro - mín. e máx.	
Sulfato de L-Lisina	Nutricional	Lisina - mín. e máx.	
Sulfato de Manganês	Nutricional	Manganês - mín. e máx.	
Sulfato de Manganês Monohidratado	Nutricional	Manganês - mín. e máx.	
Sulfato de Níquel	Nutricional	Níquel - mín. e máx.	
Sulfato de Zinco	Nutricional	Zinco - mín. e máx.	
Sulfato de Zinco Heptahidratado	Nutricional	Zinco - mín. e máx.	
Sulfato de Zinco Monohidratado	Nutricional	Zinco - mín. e máx.	
Sulfato Ferroso	Nutricional	Ferro - mín. e máx.	
Sulfato Ferroso Heptahidratado	Nutricional	Ferro - mín. e máx.	
Sulfato Ferroso Monohidratado	Nutricional	Ferro - mín. e máx.	
Taurina	Nutricional	Taurina - mín. e máx.	
Tiamina	Nutricional	Vitamina B1 - mín. e máx.	
Tirosina	Nutricional	Tirosina - mín. e máx.	
Transquelato de Cobalto	Nutricional	Cobalto quelatado - mín. e Cobalto total - mín. e máx.	
Transquelato de Cobre	Nutricional	Cobre quelatado - mín. e Cobre total - mín. e máx.	
Transquelato de Cromo	Nutricional	Cromo quelatado - mín. e Cromo total - mín. e máx.	
Transquelato de Ferro	Nutricional	Ferro quelatado - mín. e Ferro total - mín. e máx.	
Transquelato de Iodo	Nutricional	Iodo quelatado - mín. e Iodo total - mín. e máx.	
Transquelato de Manganês	Nutricional	Manganês quelatado - mín. e Manganês total - mín. e máx.	
Transquelato de Zinco	Nutricional	Zinco quelatado - mín. e Zinco total - mín. e máx.	
Treonina	Nutricional	Treonina - mín. e máx.	
Tripicolinato de Cromo	Nutricional	Cromo complexado - mín. e Cromo total - mín. e máx.	
Triptofano	Nutricional	Triptofano - mín. e máx.	
Ureia Pecuária	Nutricional	Nitrogênio - mín. e máx. e NNP - Equiv. Proteína - mín.	
Ureia Protegida	Nutricional	Nitrogênio mín. e máx. e NNP - Equiv. Proteína - mín.	
Valina	Nutricional	Valina - mín. e máx.	
Zinco Aminoácido Quelato	Nutricional	Zinco quelatado - mín. e Zinco total - mín. e máx.	
4 - Aditivos Zootécnicos			
Aditivo	**Classificação**	**Garantias obrigatórias de rotulagem**	**Restrições**
Acetato de Cálcio	Acidificante	Acetato de cálcio - mín. e máx.	
Ácido Acético	Acidificante	Ácido acético- mín. e máx.	

Ácido Benzóico	Acidificante	Ácido benzóico - min. e máx.	
Ácido Butírico	Acidificante	Ácido butírico - min. e máx.	
Ácido Caprílico	Acidificante	Ácido caprílico - min. e máx.	
Ácido Cítrico	Acidificante	Ácido cítrico- min. e máx.	
Ácido Fórmico	Acidificante	Ácido fórmico - min. e máx.	
Ácido Fosfórico	Acidificante	Ácido fosfórico- min. e máx.	
Ácido Fumárico	Acidificante	Ácido fumárico- min. e máx.	
Ácido Isobutírico	Acidificante	Ácido isobutírico- min. e máx.	
Ácido Lático	Acidificante	Ácido lático - min. e máx.	
Ácido Málico	Acidificante	Ácido málico- min. e máx.	
Ácido Sórbico	Acidificante	Ácido sórbico - min. e máx.	
Ácido Succínico	Acidificante	Ácido succínico - min. e máx.	
Ácido Tartárico	Acidificante	Ácido tartárico - min. e máx.	
Butirato de Cálcio	Acidificante	Butirato de cálcio- min. e máx.	
Butirato de Sódio	Acidificante	Butirato de sódio- min. e máx.	
Formiato de Sódio	Acidificante	Formiato de sódio - min. e máx.	
Lactato de Cálcio	Acidificante	Lactato de cálcio- min. e máx.	
Mono, Di e Triglicerideos de Ácido Butírico	Acidificante	Mono, di e triglicerideos de ácido butírico - min. e máx.	
Mono, Di e Triglicerideos de Ácido Propiônico	Acidificante	Mono, di e triglicerideos de ácido propiônico- min. e máx.	
Poli Beta Hidroxibutirato	Acidificante	Poli beta hidroxibutirato - min. e máx.	
1,3(4) Beta Glucanase (*Trichoderma reesei* - DSM 17470)	Enzimático	1,3(4) Beta Glucanase - min. e máx.	
3 Fitase (*Aspergillus niger* - CBS 101.672)	Enzimático	3 Fitase - min. e máx.	
3 Fitase (*Aspergillus niger* - CCTCC m2012202)	Enzimático	3 Fitase - min. e máx.	
3 Fitase (*Aspergillus niger* - CGMCC 4322)	Enzimático	3 Fitase - min. e máx.	
3 Fitase (penicillium canescens - NBIMCC 8426)	Enzimático	3 Fitase - min. e máx.	
3 Fitase (*Trichoderma reesei* - CBS 139315)	Enzimático	3 Fitase - min. e máx.	
6 Fitase (*Aspergillus niger* - ACCC 30785)	Enzimático	6 Fitase - min. e máx.	
6 Fitase (*Aspergillus niger* - ACCC 30786)	Enzimático	6 Fitase - min. e máx.	
6 Fitase (*Aspergillus niger* - CGMCC 0332)	Enzimático	6 Fitase - min. e máx.	
6 Fitase (*Aspergillus oryzae* - DSM 22594)	Enzimático	6 Fitase - min. e máx.	
6 Fitase (*Pichia pastoris* - ACCC 21388)	Enzimático	6 Fitase - min. e máx.	
6 Fitase (*Pichia pastoris* - ACCC 21387)	Enzimático	6 Fitase - min. e máx.	
6 Fitase (*Pichia pastoris* - CGMCC 15517)	Enzimático	6 Fitase - min. e máx.	
6 Fitase (*Pichia pastoris* - CGMCC 17883)	Enzimático	6 Fitase - min. e máx.	
6 Fitase (*Pichia pastoris* - CGMCC 4234)	Enzimático	6 Fitase - min. e máx.	
6 Fitase (*Pichia pastoris* - CGMCC 7.19)	Enzimático	6 Fitase - min. e máx.	
6 Fitase (*Pichia pastoris* - CGMCC 7.43)	Enzimático	6 Fitase - min. e máx.	
6 Fitase (*Pichia pastoris* - DSM 23036)	Enzimático	6 Fitase - min. e máx.	
6 Fitase (Schizosaccharomyces pombe - ATCC 5233)	Enzimático	6 Fitase - min. e máx.	
6 Fitase (*Trichoderma reesei* - ATCC 26921)	Enzimático	6 Fitase - min. e máx.	
6 Fitase (*Trichoderma reesei* - CBS 126897)	Enzimático	6 Fitase - min. e máx.	
6 Fitase (*Trichoderma reesei* - SD-6528)	Enzimático	6 Fitase - min. e máx.	
Ácido Ferúlico Esterase (Humicola SP. - ATCC 60849)	Enzimático	Ácido ferúlico esterase- min. e máx.	
Alfa Amilase (*Aspergillus niger* - CGMCC 16272)	Enzimático	Alfa amilase- min. e máx.	
Alfa Amilase (*Aspergillus niger* - ACCC 30786)	Enzimático	Alfa amilase- min. e máx.	
Alfa Amilase (*Aspergillus niger* - AS 3.4309)	Enzimático	Alfa amilase- min. e máx.	
Alfa Amilase (*Aspergillus niger* - NCIMB 30289)	Enzimático	Alfa amilase- min. e máx.	
Alfa Amilase (*Aspergillus oryzae* - ATCC 14895)	Enzimático	Alfa amilase- min. e máx.	
Alfa Amilase (*Aspergillus oryzae* - ATCC 66222)	Enzimático	Alfa amilase- min. e máx.	
Alfa Amilase (*Aspergillus oryzae* - CBMAI 1128)	Enzimático	Alfa amilase- min. e máx.	
Alfa Amilase (*Aspergillus oryzae* - IMICC 507151)	Enzimático	Alfa amilase- min. e máx.	
Alfa Amilase (*Aspergillus oryzae* - NRRL 458)	Enzimático	Alfa amilase- min. e máx.	
Alfa Amilase (*Aspergillus oryzae* - P-100-AZ1)	Enzimático	Alfa amilase- min. e máx.	
Alfa Amilase (*Bacillus amyloliquefaciens* - ATCC 3978)	Enzimático	Alfa amilase- min. e máx.	
Alfa Amilase (*Bacillus amyloliquefaciens* - DSM 27947)	Enzimático	Alfa amilase- min. e máx.	
Alfa Amilase (*Bacillus amyloliquefaciens* - DSM 9553)	Enzimático	Alfa amilase- min. e máx.	
Alfa Amilase (*Bacillus amyloliquefaciens* - SIID 2522)	Enzimático	Alfa amilase- min. e máx.	
Alfa Amilase (*Bacillus licheniformis* - ATCC SD-6525)	Enzimático	Alfa amilase- min. e máx.	
Alfa Amilase (*Bacillus licheniformis* - DSM 21564)	Enzimático	Alfa amilase- min. e máx.	
Alfa Amilase (*Bacillus subtilis* - ACCC 1178)	Enzimático	Alfa amilase- min. e máx.	
Alfa Amilase (*Bacillus subtilis* - IMI 507112)	Enzimático	Alfa amilase- min. e máx.	
Alfa Amilase (*Trichoderma reesei* - CBS 139315)	Enzimático	Alfa amilase- min. e máx.	
Alfa Galactosidase (*Aspergillus niger* - CGMCC	Enzimático	Alfa galactosidase- min. e máx.	

16274)			
Alfa Galactosidase (*Aspergillus niger* - CGMCC 17961)	Enzimático	Alfa galactosidase- mín. e máx.	
Alfa Galactosidase (*Aspergillus niger* - DSM 27958)	Enzimático	Alfa galactosidase- mín. e máx.	
Alfa Galactosidase (*Aspergillus niger* - NRRL 25541)	Enzimático	Alfa galactosidase- mín. e máx.	
Alfa Galactosidase (*Saccharomyces cerevisiae* - CBS 615.94)	Enzimático	Alfa galactosidase- mín. e máx.	
Beta Glicosidase (*Penicillium echinulatum* - DSM 18942)	Enzimático	Beta glicosidase - mín. e máx.	
Beta Glucanase (*Aspergillus niger* - ACCC 30786)	Enzimático	Beta Glucanase - mín. e máx.	
Beta Glucanase (*Aspergillus niger* - CGMCC 17962)	Enzimático	Beta Glucanase - mín. e máx.	
Beta Glucanase (*Aspergillus niger* - NCIMB 30289)	Enzimático	Beta Glucanase - mín. e máx.	
Beta Glucanase (*Aspergillus niger* - NRRL 25541)	Enzimático	Beta Glucanase - mín. e máx.	
Beta Glucanase (*Bacillus subtilis* - ACCC 11088)	Enzimático	Beta Glucanase - mín. e máx.	
Beta Glucanase (*Trichoderma longibrachiatum* – CGMCC 16278)	Enzimático	Beta Glucanase - mín. e máx.	
Beta Glucanase (*Trichoderma longibrachiatum* - NCIMB 30245)	Enzimático	Beta Glucanase - mín. e máx.	
Beta Glucanase (*Trichoderma reesei* - CBS 139315)	Enzimático	Beta Glucanase - mín. e máx.	
Beta Mananase (*Aspergillus niger* - CGMCC 17965)	Enzimático	Beta Mananase - mín. e máx.	
Beta Mananase (Bacillus lentus - CGMCC 4323)	Enzimático	Beta Mananase - mín. e máx.	
Beta Mananase (*Bacillus subtilis* - ACCC 11025)	Enzimático	Beta Mananase - mín. e máx.	
Beta Mananase (*Bacillus subtilis* - KCTC 0800BP)	Enzimático	Beta Mananase - mín. e máx.	
Beta Xilanase (*Trichoderma longibrachiatum* - MUCL 49755)	Enzimático	Beta xilanase - mín. e máx.	
Beta Xilanase (*Trichoderma reesei* - CBS 114044)	Enzimático	Beta xilanase - mín. e máx.	
Carboximetilcelulase (*Penicillium echinulatum* - DSM 18942)	Enzimático	Carboximetilcelulose - mín. e máx.	
Celulase (*Aspergillus niger* - ACCC 30786)	Enzimático	Celulase - mín. e máx.	
Celulase (*Aspergillus niger* - CBS 120604)	Enzimático	Celulase - mín. e máx.	
Celulase (*Aspergillus niger* - GIM 3462)	Enzimático	Celulase - mín. e máx.	
Celulase (*Aspergillus niger* - NCIMB 30289)	Enzimático	Celulase - mín. e máx.	
Celulase (*Aspergillus oryzae* - NRRL 458)	Enzimático	Celulase - mín. e máx.	
Celulase (*Aspergillus oryzae* - P-100-AZ1)	Enzimático	Celulase - mín. e máx.	
Celulase (*Trichoderma longibrachiatum* NCIMB 30245)	Enzimático	Celulase - mín. e máx.	
Celulase (*Trichoderma longibrachiatum* - ATCC 18648)	Enzimático	Celulase - mín. e máx.	
Celulase (*Trichoderma longibrachiatum* - CBS 592.94)	Enzimático	Celulase - mín. e máx.	
Celulase (*Trichoderma longibrachiatum* - CGMCC 17969)	Enzimático	Celulase - mín. e máx.	
Celulase (*Trichoderma longibrachiatum* - CGMCC16277)	Enzimático	Celulase - mín. e máx.	
Celulase (*Trichoderma reesei* - ATCC 26921)	Enzimático	Celulase - mín. e máx.	
Celulase (*Trichoderma reesei* - ATCC SD-6331)	Enzimático	Celulase - mín. e máx.	
Celulase (*Trichoderma reesei* - CBS 139315)	Enzimático	Celulase - mín. e máx.	
Celulase (*Trichoderma reesei* - DSM 17470)	Enzimático	Celulase - mín. e máx.	
Endo 1,3(4) beta glucanase (Aspergillus aculeatus - CBS 589.94)	Enzimático	Endo 1,3(4) beta glucanase - mín. e máx.	
Endo 1,3(4) beta glucanase (*Bacillus amyloliquefaciens* - DSM 9553)	Enzimático	Endo 1,3(4) beta glucanase - mín. e máx.	
Endo 1,3(4) beta glucanase (*Bacillus subtilis* - CBS 813.11)	Enzimático	Endo 1,3(4) beta glucanase - mín. e máx.	
Endo 1,3(4) beta glucanase (*Penicillium funiculosum* - CBS 1114333)	Enzimático	Endo 1,3(4) beta glucanase - mín. e máx.	
Endo 1,3(4) beta glucanase (*Trichoderma longibrachiatum* - ATCC 10001)	Enzimático	Endo 1,3(4) beta glucanase - mín. e máx.	
Endo 1,3(4) beta glucanase (*Trichoderma reesei* - ATCC 74444)	Enzimático	Endo 1,3(4) beta glucanase - mín. e máx.	
Endo 1,3(4) beta glucanase (*Trichoderma reesei* - BCCM/MUCL 49754)	Enzimático	Endo 1,3(4) beta glucanase - mín. e máx.	
Endo 1,4 beta glucanase (*Aspergillus niger* - CBS 131.52)	Enzimático	Endo 1,4 beta glucanase - mín. e máx.	
Endo 1,4 beta glucanase (*Aspergillus niger* - DSM 18404)	Enzimático	Endo 1,4 beta glucanase - mín. e máx.	
Endo 1,4 beta glucanase (*Trichoderma longibrachiatum* - ATCC 10001)	Enzimático	Endo 1,4 beta glucanase - mín. e máx.	
Endo 1,4 beta glucanase (*Trichoderma longibrachiatum* - ATCC 2106)	Enzimático	Endo 1,4 beta glucanase - mín. e máx.	
Endo 1,4 beta glucanase (*Trichoderma reesei* - ATCC 74444)	Enzimático	Endo 1,4 beta glucanase - mín. e máx.	
Endo 1,4 beta glucanase (*Trichoderma reesei* - SD	Enzimático	Endo 1,4 beta glucanase - mín.	

142)		e máx.	
Endo 1,4 beta mananase (*Parenibacillus lentus* - ATCC 55045)	Enzimático	Endo 1,4 beta mananase - min. e máx.	
Endo 1,4 beta mananase (*Parenibacillus lentus* - CMG 3109)	Enzimático	Endo 1,4 beta mananase - min. e máx.	
Endo 1,4 beta xilanase (*Aspergillus niger* - CBS 109.713)	Enzimático	Endo 1,4 beta xilanase - min. e máx.	
Endo 1,4 beta Xilanase (*Aspergillus oryzae* - DSM 10287)	Enzimático	Endo 1,4 beta xilanase - min. e máx.	
Endo 1,4 beta Xilanase (*Bacillus subtilis* - KCTC 11304BP)	Enzimático	Endo 1,4 beta xilanase - min. e máx.	
Endo 1,4 beta Xilanase (*Penicillium funiculosum* - CBS 1114333)	Enzimático	Endo 1,4 beta xilanase - min. e máx.	
Endo 1,4 beta Xilanase (*Trichoderma longibrachiatum* - IMI 356040)	Enzimático	Endo 1,4 beta xilanase - min. e máx.	
Endo 1,4 beta Xilanase (*Trichoderma longibrachiatum* - MTCC 2052)	Enzimático	Endo 1,4 beta xilanase - min. e máx.	
Endo 1,4 beta xilanase (*Trichoderma longibrachiatum* - ATCC 5588)	Enzimático	Endo 1,4 beta xilanase - min. e máx.	
Endo 1,4 beta Xilanase (*Trichoderma reesei* - ATCC PTA 5588)	Enzimático	Endo 1,4 beta xilanase - min. e máx.	
Endo 1,4 beta Xilanase (*Trichoderma reesei* - ATCC 74444)	Enzimático	Endo 1,4 beta xilanase - min. e máx.	
Endo 1,4 beta Xilanase (*Trichoderma reesei* - ATCC SD-6331)	Enzimático	Endo 1,4 beta xilanase - min. e máx.	
Endo 1,4 beta Xilanase (*Trichoderma reesei* - BCCM/MUCL 49755)	Enzimático	Endo 1,4 beta xilanase - min. e máx.	
Endoxilanase (*Aspergillus niger* LU17257 - DSM 25770)	Enzimático	Endoxilanase - min. e máx.	
Fitase (*Aspergillus niger* - ACCC 30134)	Enzimático	Fitase - min. e máx.	
Fitase (*Aspergillus niger* - ACCC 3032)	Enzimático	Fitase - min. e máx.	
Fitase (*Aspergillus niger* - ACCC 30557)	Enzimático	Fitase - min. e máx.	
Fitase (*Aspergillus niger* - GIM 3.486)	Enzimático	Fitase - min. e máx.	
Fitase (*Aspergillus niger* – GIM 3.564)	Enzimático	Fitase - min. e máx.	
Fitase (*Aspergillus niger* - NCIMB 30289)	Enzimático	Fitase - min. e máx.	
Fitase (*Aspergillus oryzae* - DSM 14223)	Enzimático	Fitase - min. e máx.	
Fitase (*Aspergillus oryzae* - DSM 17594)	Enzimático	Fitase - min. e máx.	
Fitase (*Penicillium echinulatum* - DSM 18942)	Enzimático	Fitase - min. e máx.	
Fitase (*Pichia pastoris* - ACCC 21094)	Enzimático	Fitase - min. e máx.	
Fitase (*Saccharomyces cerevisiae* - KCCM 80051)	Enzimático	Fitase - min. e máx.	
Fitase (*Trichoderma reesei* - BCS 528.94)	Enzimático	Fitase - min. e máx.	
Fitase (*Trichoderma reesei* - CBS 123048)	Enzimático	Fitase - min. e máx.	
Fumonisina Esterase (*Pichia pastoris* - DSM 26643)	Enzimático	Fumonisina esterase - min. e máx.	
Galactomananase (*Aspergillus niger* - NRRL 25541)	Enzimático	Galactomananase - min. e máx.	
Glicose Oxidase (*Aspergillus niger* - CGMCC 16275)	Enzimático	Glicose Oxidase - min. e máx.	
Glicose Oxidase (*Aspergillus niger* - CGMCC 3.4523))	Enzimático	Glicose Oxidase - min. e máx.	
Glicose Oxidase (*Aspergillus niger* - GIM 3.486)	Enzimático	Glicose Oxidase - min. e máx.	
Glucanase (*Aspergillus niger* – GIM 3.563)	Enzimático	Glucanase - min. e máx.	
Glucanase (*Aspergillus niger* LU17257 - DSM 25770)	Enzimático	Glucanase - min. e máx.	
Hemicelulase (*Aspergillus niger* - ATCC 16888)	Enzimático	Hemicelulase - min. e máx.	
Lactase (*Aspergillus oryzae* - P-100-AZ1)	Enzimático	Lactase - min. e máx.	
Lipase (*Aspergillus niger* - CGMCC 16276)	Enzimático	Lipase - min. e máx.	
Lipase (*Aspergillus niger* - CICC 41362)	Enzimático	Lipase - min. e máx.	
Lipase (*Aspergillus oryzae* - P-100-AZ1)	Enzimático	Lipase - min. e máx.	
Lisozima (*Brevibacillus laterosporus* AG3057 - CCTCC M-2017143)	Enzimático	Lisozima - min. e máx.	
Mananase (*Trichoderma citrinoviride* - DSM 27790)	Enzimático	Mananase - min. e máx.	
Pectinase (*Aspergillus aculeatus* - CBS 589.94)	Enzimático	Pectinase - min. e máx.	
Pectinase (*Aspergillus niger* - DSM 27958)	Enzimático	Pectinase - min. e máx.	
Pectinase (*Aspergillus niger* - NCIMB 30289)	Enzimático	Pectinase - min. e máx.	
Pectinase (*Aspergillus oryzae* - P-100-AZ1)	Enzimático	Pectinase - min. e máx.	
Pectinase (*Penicillium echinulatum* - DSM 18942)	Enzimático	Pectinase - min. e máx.	
Protease (*Aspergillus niger* - ACCC 30786)	Enzimático	Protease- min. e máx.	
Protease (*Aspergillus niger* - ACCC 33326)	Enzimático	Protease- min. e máx.	
Protease (*Aspergillus niger* - ATCC 16888)	Enzimático	Protease- min. e máx.	
Protease (*Aspergillus niger* - CGMCC 16273)	Enzimático	Protease- min. e máx.	
Protease (*Aspergillus niger* - GIM3.562)	Enzimático	Protease- min. e máx.	
Protease (*Aspergillus niger* - NCIMB 30289)	Enzimático	Protease- min. e máx.	
Protease (*Aspergillus oryzae* - CBS 826.34)	Enzimático	Protease- min. e máx.	
Protease (*Aspergillus oryzae* - P-100-AZ1)	Enzimático	Protease- min. e máx.	
Protease (*Bacillus amyloliquefaciens* - DSM 9554)	Enzimático	Protease- min. e máx.	

Protease (*Bacillus licheniformis* - ATCC 53575)	Enzimático	Protease- min. e máx.	
Protease (*Bacillus licheniformis* - ATCC 53757)	Enzimático	Protease- min. e máx.	
Protease (*Bacillus licheniformis* - DSM 19670)	Enzimático	Protease- min. e máx.	
Protease (*Bacillus licheniformis* - DSM 27949)	Enzimático	Protease- min. e máx.	
Protease (*Bacillus subtilis* - ATCC 2107)	Enzimático	Protease - min. e máx.	
Protease (*Bacillus subtilis* - ATCC 6633)	Enzimático	Protease- min. e máx.	
Protease (*Bacillus subtilis* - ATCC SD 2106)	Enzimático	Protease - min. e máx.	
Protease (*Bacillus subtilis* - CBS 813.11)	Enzimático	Protease- min. e máx.	
Protease (*Bacillus subtilis* - GIM 1286)	Enzimático	Protease- min. e máx.	
Protease (*Bacillus subtilis* - KCTC 11002BP)	Enzimático	Protease- min. e máx.	
Protease (*Trichoderma reesei* - CBS 139315)	Enzimático	Protease- min. e máx.	
Protease Ácida (*Aspergillus niger* - ACCC 30134)	Enzimático	Protease ácida - min. e máx.	
Protease Neutra (*Bacillus subtilis* - IMI 507112)	Enzimático	Protease neutra - min. e máx.	
Xilanase (*Aspergillus niger* - ACCC 30557)	Enzimático	Xilanase - min. e máx.	
Xilanase (*Aspergillus niger* - ACCC 30786)	Enzimático	Xilanase - min. e máx.	
Xilanase (*Aspergillus niger* – ACCC 30557)	Enzimático	Xilanase - min. e máx.	
Xilanase (*Aspergillus niger* - GIM 3.486)	Enzimático	Xilanase - min. e máx.	
Xilanase (*Aspergillus niger* - NCIMB 30289)	Enzimático	Xilanase - min. e máx.	
Xilanase (*Aspergillus niger* - NRRL 25541)	Enzimático	Xilanase - min. e máx.	
Xilanase (*Bacillus subtilis* - ACCC 11089)	Enzimático	Xilanase - min. e máx.	
Xilanase (*Bacillus subtilis* - GIM 1135)	Enzimático	Xilanase - min. e máx.	
Xilanase (*Penicillium echinulatum* - DSM 18942)	Enzimático	Xilanase - min. e máx.	
Xilanase (*Pichia pastoris* - CGMCC 17885)	Enzimático	Xilanase - min. e máx.	
Xilanase (*Trichoderma longibrachiatum* - ATCC 2105)	Enzimático	Xilanase - min. e máx.	
Xilanase (*Trichoderma longibrachiatum* - CGMCC16279)	Enzimático	Xilanase - min. e máx.	
Xilanase (*Trichoderma longibrachiatum* - GIM 3.534)	Enzimático	Xilanase - min. e máx.	
Xilanase (*Trichoderma longibrachiatum* - NCIMB 30245)	Enzimático	Xilanase - min. e máx.	
Xilanase (*Trichoderma reesei* - CBS 139315)	Enzimático	Xilanase - min. e máx.	
Xilanase (*Trichoderma reesei* - CBS 140027)	Enzimático	Xilanase - min. e máx.	
Xilanase (*Trichoderma reesei* - DSM 17470)	Enzimático	Xilanase - min. e máx.	
Xilanase (*Trichoderma viride* - NIBH FERM BP 4842)	Enzimático	Xilanase - min. e máx.	
Xilanase (*Pichia pastoris* (exp. *Bacillus subtilis*) - CGMCC 7.63)	Enzimático	Xilanase - min. e máx.	
Ácidos Biliares	Melhorador de desempenho	Ácidos biliares - min. e máx.	Aprovado para uso aves, suínos e peixes.
Cloridrato de Ractopamina	Melhorador de desempenho	Cloridrato de Ractopamina - min. e máx.	Aprovado para uso em suínos - terminação.
D-Carvona	Melhorador de desempenho	D-carvona - min. e máx.	Aprovado para uso em aves, suínos e bovinos.
Extrato de Casca de Carvalho	Melhorador de desempenho	Taninos - min. e máx.	Aprovado para uso em aves, suínos e bovinos.
L-Mentol	Melhorador de desempenho	L-mentol - min. e máx.	Aprovado para uso em aves, suínos e bovinos.
Lectinas de Feijão Vermelho (*Phaseolus vulgaris*)	Melhorador de desempenho	Atividade de Hemaglutinação (HAU) - min. e máx.	Aprovado para uso em leitões.
Nitrato de Cálcio Dihidratado	Melhorador de desempenho	Cálcio - min. e máx. e Nitrogênio - min. e máx.	Aprovado para uso em aves.
Raiz de Angélica	Melhorador de desempenho	Óleo essencial de raiz de angélica - min. e máx.	Aprovado para uso em aves, suínos e bovinos.
Timol	Melhorador de desempenho	Timol - min. e máx.	Aprovado para uso em aves, suínos,

			peixes e camarões.
3-Nitrooxypropanol (3-Nop)	Outros aditivos zootécnicos	3-NITROOXYPROPANOL (3-NOP) - min. e máx.	Aprovado para uso em ruminantes.
Betacaroteno Oxidado	Outros aditivos zootécnicos	Betacaroteno Oxidado - min. e máx.	
Nitrato de Cálcio Dihidratado	Outros aditivos zootécnicos	Cálcio e Nitrogênio	Aprovado para uso em suíno.
Quillaia (*Quillaja saponaria*)	Outros aditivos zootécnicos	Quillaja saponaria - min. e máx.	Aprovado para uso em aves de corte.
Tanino de Acácia Negra (*Acacia Mearnsii*)	Outros aditivos zootécnicos	Taninos - min. e máx.	Aprovado para uso em aves, suínos e bovinos.
Trifosfato de Adenosina	Outros aditivos zootécnicos	Trifosfato de Adenosina	
Bagaço de Coco Hidrolisado	Prebiótico	Beta 1,4 manobiose - min. e máx.	
Centeio Fermentado	Prebiótico	Quitina - min. e máx.	
Extrato de *Euglena gracilis* (ATCC PTA-123017)	Prebiótico	Beta glucanas - min. e máx.	
Extrato de Hemicelulose	Prebiótico	Oligossacarideos - min. e máx.	
Farelo de Coco Tratado por Mananase	Prebiótico	Manose - min. e máx.	
Fibra de Acácia	Prebiótico	Fibras solúveis - min. e máx.	
Frutooligossacarideos	Prebiótico	Frutooligossacarideos - min. e máx.	
Galactooligossacarideo	Prebiótico	Galacto-oligossacarideos - min. e máx.	
Gluconato de Sódio	Prebiótico	Gluconato de sódio - min. e máx.	
Inulina	Prebiótico	Inulina - min. e máx.	
Lactulose	Prebiótico	Lactulose - min. e máx.	
Levedura Hidrolisada de Cerveja	Prebiótico	Beta glucanas - min. e máx.; Mananoligossacarideo - min. e máx.	
Micélio de *Aspergillus niger*	Prebiótico	Beta glucanas - min. e máx.	
Parede Celular de Levedura	Prebiótico	Beta glucanas - min. e máx.; Mananoligossacarideo - min. e máx.; Glucomananos - min. e máx.	
Solúveis de Raiz de Chicória	Prebiótico	Inulina - min. e máx.	
Xilooligossacarideos	Prebiótico	Xilooligossacarideos - min. e máx.	
Aspergillus oryzae (ATCC 14895)	Probiótico	*Aspergillus oryzae* - min. e máx.	
Bacillus amyloliquefaciens (CECT5940)	Probiótico	*Bacillus amyloliquefaciens* - min. e máx.	
Bacillus amyloliquefaciens (DSM 25840)	Probiótico	*Bacillus amyloliquefaciens* - min. e máx.	
Bacillus amyloliquefaciens (NRRLb-67647)	Probiótico	*Bacillus amyloliquefaciens* - min. e máx.	
Bacillus cereus (CBMAI 988)	Probiótico	*Bacillus cereus* - min. e máx.	
Bacillus cereus var. Toyoi (NCIMB 40112)	Probiótico	*Bacillus cereus* var. toyoi - min. e máx.	
Bacillus coagulans (CBMAI 2119)	Probiótico	*Bacillus coagulans* - min. e máx.	
Bacillus coagulans (CCT 7902)	Probiótico	*Bacillus coagulans* - min. e máx.	
Bacillus coagulans (CGMCC 16244)	Probiótico	*Bacillus coagulans* - min. e máx.	
Bacillus coagulans (DSM 32016)	Probiótico	*Bacillus coagulans* - min. e máx.	
Bacillus coagulans (IAL 5612)	Probiótico	*Bacillus coagulans* - min. e máx.	
Bacillus coagulans (KCCM 11093p)	Probiótico	*Bacillus coagulans* - min. e máx.	
Bacillus licheniformis (ACCC 02002)	Probiótico	*Bacillus licheniformis* - min. e máx.	
Bacillus licheniformis (ACCC 06149)	Probiótico	*Bacillus licheniformis* - min. e máx.	
Bacillus licheniformis (CBMAI 2003)	Probiótico	*Bacillus licheniformis* - min. e máx.	
Bacillus licheniformis (CGMCC 14441)	Probiótico	*Bacillus licheniformis* - min. e máx.	
Bacillus licheniformis (CCT 0032)	Probiótico	*Bacillus licheniformis* - min. e máx.	
Bacillus licheniformis (CCT 2473)	Probiótico	*Bacillus licheniformis* - min. e máx.	

Bacillus licheniformis (CCT 7898)	Probiótico	*Bacillus licheniformis* - mín. e máx.	
Bacillus licheniformis (CCT00032)	Probiótico	*Bacillus licheniformis* - mín. e máx.	
Bacillus licheniformis (CCTCC M2015441)	Probiótico	*Bacillus licheniformis* - mín. e máx.	
Bacillus licheniformis (DSM 32884)	Probiótico	*Bacillus licheniformis* - mín. e máx.	
Bacillus licheniformis (DSM 5749)	Probiótico	*Bacillus licheniformis* - mín. e máx.	
Bacillus licheniformis (Lab. Ornit. FMVZ UNESP GV 31)	Probiótico	*Bacillus licheniformis* - mín. e máx.	
Bacillus licheniformis (NRRL B-65066)	Probiótico	*Bacillus licheniformis* - mín. e máx.	
Bacillus licheniformis (NRRL B-65067)	Probiótico	*Bacillus licheniformis* - mín. e máx.	
Bacillus licheniformis (NRRL B-67649)	Probiótico	*Bacillus licheniformis* - mín. e máx.	
Bacillus pumilus (NRRL B-67648)	Probiótico	*Bacillus pumilus* - mín. e máx.	
Bacillus subtilis (ACCC 11089)	Probiótico	*Bacillus subtilis* - mín. e máx.	
Bacillus subtilis (ACCC 1178)	Probiótico	*Bacillus subtilis* - mín. e máx.	
Bacillus subtilis (ATCC 2107)	Probiótico	*Bacillus subtilis* - mín. e máx.	
Bacillus subtilis (ATCC PTA-2084)	Probiótico	*Bacillus subtilis* - mín. e máx.	
Bacillus subtilis (ATCC PTA-6507)	Probiótico	*Bacillus subtilis* - mín. e máx.	
Bacillus subtilis (CBMAI 611)	Probiótico	*Bacillus subtilis* - mín. e máx.	
Bacillus subtilis (CBMAI 926)	Probiótico	*Bacillus subtilis* - mín. e máx.	
Bacillus subtilis (CCT 0089)	Probiótico	*Bacillus subtilis* - mín. e máx.	
Bacillus subtilis (CCT 7855)	Probiótico	*Bacillus subtilis* - mín. e máx.	
Bacillus subtilis (CCTCC M2016475)	Probiótico	*Bacillus subtilis* - mín. e máx.	
Bacillus subtilis (CGMCC 14442)	Probiótico	*Bacillus subtilis* - mín. e máx.	
Bacillus subtilis (CGMCC 9383)	Probiótico	*Bacillus subtilis* - mín. e máx.	
Bacillus subtilis (DSM 15544)	Probiótico	*Bacillus subtilis* - mín. e máx.	
Bacillus subtilis (DSM 21287)	Probiótico	*Bacillus subtilis* - mín. e máx.	
Bacillus subtilis (DSM 27273)	Probiótico	*Bacillus subtilis* - mín. e máx.	
Bacillus subtilis (DSM 29784)	Probiótico	*Bacillus subtilis* - mín. e máx.	
Bacillus subtilis (DSM 32324)	Probiótico	*Bacillus subtilis* - mín. e máx.	
Bacillus subtilis (DSM 32325)	Probiótico	*Bacillus subtilis* - mín. e máx.	
Bacillus subtilis (DSM 5750)	Probiótico	*Bacillus subtilis* - mín. e máx.	
Bacillus subtilis (KCCM 10941)	Probiótico	*Bacillus subtilis* - mín. e máx.	
Bacillus subtilis (KCCM 10941P)	Probiótico	*Bacillus subtilis* - mín. e máx.	
Bacillus subtilis (KCTC 12349BP)	Probiótico	*Bacillus subtilis* - mín. e máx.	
Bacillus subtilis (Lab. Ornit. FMVZ UNESP GV 160)	Probiótico	*Bacillus subtilis* - mín. e máx.	
Bacillus subtilis (Lab. Ornit. FMVZ UNESP GV 30)	Probiótico	*Bacillus subtilis* - mín. e máx.	
Bacillus subtilis (NRRL b-21661)	Probiótico	*Bacillus subtilis* - mín. e máx.	
Bacillus subtilis (NRRL b-50013)	Probiótico	*Bacillus subtilis* - mín. e máx.	
Bacillus subtilis (NRRL b-50104)	Probiótico	*Bacillus subtilis* - mín. e máx.	
Bacillus subtilis (NRRL b-65064)	Probiótico	*Bacillus subtilis* - mín. e máx.	
Bacillus subtilis (NRRL b-65065)	Probiótico	*Bacillus subtilis* - mín. e máx.	
Bacillus subtilis (NRRL b-67257)	Probiótico	*Bacillus subtilis* - mín. e máx.	
Bacillus subtilis (NRRL b-67258)	Probiótico	*Bacillus subtilis* - mín. e máx.	
Bacillus subtilis (NRRL b-67259)	Probiótico	*Bacillus subtilis* - mín. e máx.	
Bacillus subtilis (NRRL b-67260)	Probiótico	*Bacillus subtilis* - mín. e máx.	
Bacillus subtilis (NRRL b-67261)	Probiótico	*Bacillus subtilis* - mín. e máx.	
Bacillus subtilis (NRRL b-67318)	Probiótico	*Bacillus subtilis* - mín. e máx.	
Bacillus subtilis (SL-12-1)	Probiótico	*Bacillus subtilis* - mín. e máx.	
Bacillus subtilis bsn (LMGS-29373)	Probiótico	*Bacillus subtilis* BSN - mín. e máx.	
Bacillus subtilis (PTA-6737)	Probiótico	*Bacillus subtilis* - mín. e máx.	
Bifidobacterium animalis (DSM 16284)	Probiótico	*Bifidobacterium animalis* - mín. e máx.	
Bifidobacterium animalis subsp. Lactis (DSM 15954)	Probiótico	*Bifidobacterium animalis* subsp. lactis - mín. e máx.	
Bifidobacterium animalis subsp. Lactis BS01 (LMG P-21384)	Probiótico	*Bifidobacterium animalis* subsp. lactis BS01 - mín. e máx.	
Bifidobacterium bifidum (ATCC 29521)	Probiótico	*Bifidobacterium bifidum* - mín. e máx.	
Bifidobacterium bifidum (ATCC 5860)	Probiótico	*Bifidobacterium bifidum* - mín. e máx.	
Bifidobacterium bifidum (CBMAI 954)	Probiótico	*Bifidobacterium bifidum* - mín. e máx.	
Bifidobacterium bifidum (DSM 20456)	Probiótico	*Bifidobacterium bifidum* - mín. e máx.	

Bifidobacterium bifidum (DSM 22892)	Probiótico	*Bifidobacterium bifidum* - min. e máx.	
Bifidobacterium lactis (CCT 7816)	Probiótico	*Bifidobacterium lactis* - min. e máx.	
Bifidobacterium lactis (CCT 7816)	Probiótico	*Bifidobacterium lactis* - min. e máx.	
Bifidobacterium longum (CCT 7502)	Probiótico	*Bifidobacterium longum* - min. e máx.	
Bifidobacterium longum (NIBH 15225)	Probiótico	*Bifidobacterium longum* - min. e máx.	
Bifidobacterium pseudolongum (FERM P-21659)	Probiótico	*Bifidobacterium pseudolongum* - min. e máx.	
Bifidobacterium thermophilum (ATCC 25525)	Probiótico	*Bifidobacterium thermophilum* - min. e máx.	
Bifidobacterium thermophilum (NIBH 15226)	Probiótico	*Bifidobacterium thermophilum* - min. e máx.	
Clostridium butyricum (MIYAIRI 588 - CBM 588)	Probiótico	*Clostridium butyricum* - min. e máx.	
Enterococcus faecalis - (VBT-151009-7I/2)	Probiótico	Enterococcus faecalis - min. e máx.	
Enterococcus faecium (ATCC 19434)	Probiótico	*Enterococcus faecium* - min. e máx.	
Enterococcus faecium (ATCC 27270)	Probiótico	*Enterococcus faecium* - min. e máx.	
Enterococcus faecium (ATCC 5843)	Probiótico	*Enterococcus faecium* - min. e máx.	
Enterococcus faecium (CBMAI 1999)	Probiótico	*Enterococcus faecium* - min. e máx.	
Enterococcus faecium (CBMAI 924)	Probiótico	*Enterococcus faecium* - min. e máx.	
Enterococcus faecium (CCT 5084)	Probiótico	*Enterococcus faecium* - min. e máx.	
Enterococcus faecium (CCT 6646)	Probiótico	*Enterococcus faecium* - min. e máx.	
Enterococcus faecium (DSM 16211)	Probiótico	*Enterococcus faecium* - min. e máx.	
Enterococcus faecium (DSM 16567)	Probiótico	*Enterococcus faecium* - min. e máx.	
Enterococcus faecium (DSM 16573)	Probiótico	*Enterococcus faecium* - min. e máx.	
Enterococcus faecium (DSM 4789)	Probiótico	*Enterococcus faecium* - min. e máx.	
Enterococcus faecium (DSM 7134)	Probiótico	*Enterococcus faecium* - min. e máx.	
Enterococcus faecium (IMI 507120)	Probiótico	*Enterococcus faecium* - min. e máx.	
Enterococcus faecium (Lab. Ornit. FMVZ UNESP 124)	Probiótico	*Enterococcus faecium* - min. e máx.	
Enterococcus faecium (Lab. Ornit. FMVZ UNESP 140)	Probiótico	*Enterococcus faecium* - min. e máx.	
Enterococcus faecium (Lab. Ornit. FMVZ UNESP 145)	Probiótico	*Enterococcus faecium* - min. e máx.	
Enterococcus faecium (Lab. Ornit. FMVZ UNESP 146)	Probiótico	*Enterococcus faecium* - min. e máx.	
Enterococcus faecium (Lab. Ornit. FMVZ UNESP 158)	Probiótico	*Enterococcus faecium* - min. e máx.	
Enterococcus faecium (Lab. Ornit. FMVZ UNESP 160)	Probiótico	*Enterococcus faecium* - min. e máx.	
Enterococcus faecium (Lab. Ornit. FMVZ UNESP 84)	Probiótico	*Enterococcus faecium* - min. e máx.	
Enterococcus faecium (Lab. Ornit. FMVZ UNESP GV 124)	Probiótico	*Enterococcus faecium* - min. e máx.	
Enterococcus faecium (Lab. Ornit. FMVZ UNESP GV 140)	Probiótico	*Enterococcus faecium* - min. e máx.	
Enterococcus faecium (Lab. Ornit. FMVZ UNESP GV 145)	Probiótico	*Enterococcus faecium* - min. e máx.	
Enterococcus faecium (Lab. Ornit. FMVZ UNESP GV 146)	Probiótico	*Enterococcus faecium* - min. e máx.	
Enterococcus faecium (Lab. Ornit. FMVZ UNESP GV 158)	Probiótico	*Enterococcus faecium* - min. e máx.	
Enterococcus faecium (Lab. Ornit. FMVZ UNESP GV 160)	Probiótico	*Enterococcus faecium* - min. e máx.	
Enterococcus faecium (Lab. Ornit. FMVZ UNESP GV 84)	Probiótico	*Enterococcus faecium* - min. e máx.	
Enterococcus faecium (LMG S-28935)	Probiótico	*Enterococcus faecium* - min. e	

		máx.	
Enterococcus faecium (NCIMB 10415)	Probiótico	*Enterococcus faecium* - mín. e máx.	
Enterococcus faecium (NCIMB 11181)	Probiótico	*Enterococcus faecium* - mín. e máx.	
Enterococcus faecium (NIBH 15221)	Probiótico	*Enterococcus faecium* - mín. e máx.	
Escherichia coli não patogênica - NAPEC (CBMAI 2068)	Probiótico	*Escherichia coli* não patogênica - mín. e máx.	
Lactobacillus acidophillus (Lab. Ornit. FMVZ UNESP 63)	Probiótico	*Lactobacillus acidophillus* - mín. e máx.	
Lactobacillus acidophillus (Lab. Ornit. FMVZ UNESP GV 63)	Probiótico	*Lactobacillus acidophillus* - mín. e máx.	
Lactobacillus acidophilus (ACC 0004)	Probiótico	*Lactobacillus acidophillus* - mín. e máx.	
Lactobacillus acidophilus (ATCC 33199)	Probiótico	*Lactobacillus acidophilus* - mín. e máx.	
Lactobacillus acidophilus (ATCC 43121)	Probiótico	*Lactobacillus acidophilus* - mín. e máx.	
Lactobacillus acidophilus (ATCC 4356)	Probiótico	*Lactobacillus acidophilus* - mín. e máx.	
Lactobacillus acidophilus (ATCC 53672)	Probiótico	*Lactobacillus acidophilus* - mín. e máx.	
Lactobacillus acidophilus (ATCC 5864)	Probiótico	*Lactobacillus acidophilus* - mín. e máx.	
Lactobacillus acidophilus (BCRC 10695 - AY773947)	Probiótico	*Lactobacillus acidophilus* - mín. e máx.	
Lactobacillus acidophilus (CBMAI 923)	Probiótico	*Lactobacillus acidophilus* - mín. e máx.	
Lactobacillus acidophilus (CBMAI 987)	Probiótico	*Lactobacillus acidophilus* - mín. e máx.	
Lactobacillus acidophilus (CCT 2949)	Probiótico	*Lactobacillus acidophillus* - mín. e máx.	
Lactobacillus acidophilus (CCT 3258)	Probiótico	*Lactobacillus acidophillus* - mín. e máx.	
Lactobacillus acidophilus (CGMCC 1.12735)	Probiótico	*Lactobacillus acidophillus* - mín. e máx.	
Lactobacillus acidophilus (DSM 13241)	Probiótico	*Lactobacillus acidophilus* - mín. e máx.	
Lactobacillus acidophilus (DSM 21717)	Probiótico	*Lactobacillus acidophillus* - mín. e máx.	
Lactobacillus acidophilus (IMI 506857)	Probiótico	*Lactobacillus acidophilus* - mín. e máx.	
Lactobacillus acidophilus (NIBH 15224)	Probiótico	*Lactobacillus acidophilus* - mín. e máx.	
Lactobacillus animalis (ATCC PTA-6750)	Probiótico	*Lactobacillus animalis* - mín. e máx.	
Lactobacillus buchneri (CCT 3746)	Probiótico	*Lactobacillus buchneri* - mín. e máx.	
Lactobacillus buchneri (CCT 3746)	Probiótico	*Lactobacillus buchneri* - mín. e máx.	
Lactobacillus bulgaricus (PHL/LAB-ID 18)	Probiótico	*Lactobacillus bulgaricus* - mín. e máx.	
Lactobacillus bulgaricus (PHL/LAB-ID 24)	Probiótico	*Lactobacillus bulgaricus* - mín. e máx.	
Lactobacillus bulgaricus (PHL/LAB-ID 27)	Probiótico	*Lactobacillus bulgaricus* - mín. e máx.	
Lactobacillus casei (ATCC 334)	Probiótico	*Lactobacillus casei* - mín. e máx.	
Lactobacillus casei (ATCC 55578)	Probiótico	*Lactobacillus casei* - mín. e máx.	
Lactobacillus casei (ATCC 5858)	Probiótico	*Lactobacillus casei* - mín. e máx.	
Lactobacillus casei (CCT 1465)	Probiótico	*Lactobacillus casei* - mín. e máx.	
Lactobacillus casei (CCT 3750)	Probiótico	*Lactobacillus casei* - mín. e máx.	
Lactobacillus casei (CCT 393)	Probiótico	*Lactobacillus casei* - mín. e máx.	
Lactobacillus casei (PHL/LAB-ID 29)	Probiótico	*Lactobacillus casei* - mín. e máx.	
Lactobacillus casei (PHL/LAB-ID 40)	Probiótico	*Lactobacillus casei* - mín. e máx.	
Lactobacillus casei LC03 (DSM 27537)	Probiótico	*Lactobacillus casei* LC03 - mín. e máx.	

Lactobacillus casei subesp. Rhamnosus (ATCC 7469)	Probiótico	*Lactobacillus casei* subesp. rhamnosus - mín. e máx.	
Lactobacillus cellobiasus (PHL/LAB-ID 36)	Probiótico	*Lactobacillus cellabiosus* - mín. e máx.	
Lactobacillus cellobiasus (PHL/LAB-ID 52)	Probiótico	*Lactobacillus cellabiosus* - mín. e máx.	
Lactobacillus curvatus (CCT 43121)	Probiótico	*Lactobacillus curvatus* - mín. e máx.	
Lactobacillus delbrueckii (Lab. Ornit. FMVZ UNESP 65)	Probiótico	*Lactobacillus delbrueckii* - mín. e máx.	
Lactobacillus delbrueckii (Lab. Ornit. FMVZ UNESP GV 65)	Probiótico	*Lactobacillus delbrueckii* - mín. e máx.	
Lactobacillus delbrueckii subesp. Bulgaricus (ATCC 11842)	Probiótico	*Lactobacillus delbrueckii* subesp. bulgaricus - mín. e máx.	
Lactobacillus fermentum (PHL/LAB-ID 37B)	Probiótico	*Lactobacillus fermentum* - mín. e máx.	
Lactobacillus fermentum (PHL/LAB-ID 44)	Probiótico	*Lactobacillus fermentum* - mín. e máx.	
Lactobacillus fermentum (PHL/LAB-ID 46)	Probiótico	*Lactobacillus fermentum* - mín. e máx.	
Lactobacillus gasseri (SD 6236)	Probiótico	*Lactobacillus gasseri* - mín. e máx.	
Lactobacillus helveticus (PHL/LAB-ID 48)	Probiótico	*Lactobacillus helveticus* - mín. e máx.	
Lactobacillus lactis (CCT 1344)	Probiótico	*Lactobacillus lactis* - mín. e máx.	
Lactobacillus paracasei (CCT 5293)	Probiótico	*Lactobacillus paracasei* - mín. e máx.	
Lactobacillus plantarum (ATCC 14917)	Probiótico	*Lactobacillus plantarum* - mín. e máx.	
Lactobacillus plantarum (ATCC 55576)	Probiótico	*Lactobacillus plantarum* - mín. e máx.	
Lactobacillus plantarum (ATCC 55577)	Probiótico	*Lactobacillus plantarum* - mín. e máx.	
Lactobacillus plantarum (CBMAI 1997	Probiótico	*Lactobacillus plantarum* - mín. e máx.	
Lactobacillus plantarum (CCT 2568)	Probiótico	*Lactobacillus plantarum* - mín. e máx.	
Lactobacillus plantarum (CCT 7601)	Probiótico	*Lactobacillus plantarum* - mín. e máx.	
Lactobacillus plantarum (CECT4528)	Probiótico	*Lactobacillus plantarum* - mín. e máx.	
Lactobacillus plantarum (KCCM 11092P)	Probiótico	*Lactobacillus plantarum* - mín. e máx.	
Lactobacillus plantarum (Lab. Ornit. FMVZ UNESP 147)	Probiótico	*Lactobacillus plantarum* - mín. e máx.	
Lactobacillus plantarum (Lab. Ornit. FMVZ UNESP 79)	Probiótico	*Lactobacillus plantarum* - mín. e máx.	
Lactobacillus plantarum (Lab. Ornit. FMVZ UNESP 83)	Probiótico	*Lactobacillus plantarum* - mín. e máx.	
Lactobacillus plantarum (Lab. Ornit. FMVZ UNESP GV 79)	Probiótico	*Lactobacillus plantarum* - mín. e máx.	
Lactobacillus plantarum (Lab. Ornit. FMVZ UNESP GV 83)	Probiótico	*Lactobacillus plantarum* - mín. e máx.	
Lactobacillus plantarum (LMG P-21021)	Probiótico	*Lactobacillus plantarum* - mín. e máx.	
Lactobacillus reuteri (CBMAI 2000)	Probiótico	*Lactobacillus reuteri* - mín. e máx.	
Lactobacillus reuteri (CBMAI 2001)	Probiótico	*Lactobacillus reuteri* - mín. e máx.	
Lactobacillus reuteri (CBMAI 2002)	Probiótico	*Lactobacillus reuteri* - mín. e máx.	
Lactobacillus reuteri (DSM 16350)	Probiótico	*Lactobacillus reuteri* - mín. e máx.	
Lactobacillus reuteri (Lab. Ornit. FMVZ UNESP 18)	Probiótico	*Lactobacillus reuteri* - mín. e máx.	
Lactobacillus reuteri (Lab. Ornit. FMVZ UNESP 21)	Probiótico	*Lactobacillus reuteri* - mín. e máx.	
Lactobacillus reuteri (Lab. Ornit. FMVZ UNESP 22)	Probiótico	*Lactobacillus reuteri* - mín. e máx.	
Lactobacillus reuteri (Lab. Ornit. FMVZ UNESP 35)	Probiótico	*Lactobacillus reuteri* - mín. e máx.	
Lactobacillus reuteri (Lab. Ornit. FMVZ UNESP 48)	Probiótico	*Lactobacillus reuteri* - mín. e máx.	

Lactobacillus reuteri (Lab. Ornit. FMVZ UNESP GV 18)	Probiótico	*Lactobacillus reuteri* - mín. e máx.	
Lactobacillus reuteri (Lab. Ornit. FMVZ UNESP GV 18)	Probiótico	*Lactobacillus reuteri* - mín. e máx.	
Lactobacillus reuteri (Lab. Ornit. FMVZ UNESP GV 21)	Probiótico	*Lactobacillus reuteri* - mín. e máx.	
Lactobacillus reuteri (Lab. Ornit. FMVZ UNESP GV 22)	Probiótico	*Lactobacillus reuteri* - mín. e máx.	
Lactobacillus reuteri (Lab. Ornit. FMVZ UNESP GV 35)	Probiótico	*Lactobacillus reuteri* - mín. e máx.	
Lactobacillus reuteri (Lab. Ornit. FMVZ UNESP GV 48)	Probiótico	*Lactobacillus reuteri* - mín. e máx.	
Lactobacillus rhamnosus (Lab. Ornit. FMVZ UNESP GV 163)	Probiótico	*Lactobacillus rhamnosus* - mín. e máx.	
Lactobacillus salivarius (DSM 16351)	Probiótico	*Lactobacillus salivarius* - mín. e máx.	
Lactobacillus salivarius (Lab. Ornit. FMVZ UNESP 44)	Probiótico	*Lactobacillus salivarius* - mín. e máx.	
Lactobacillus salivarius (Lab. Ornit. FMVZ UNESP GV 44)	Probiótico	*Lactobacillus salivarius* - mín. e máx.	
Megasphaera elsdenii (NCIMB 41125)	Probiótico	*Megasphaera elsdenii* - mín. e máx.	
Pediococcus acidilactici (ATCC 5866)	Probiótico	*Pediococcus acidilactici* - mín. e máx.	
Pediococcus acidilactici (CCT 1622)	Probiótico	*Pediococcus acidilactici* - mín. e máx.	
Pediococcus acidilactici (CBMAI 1998)	Probiótico	*Pediococcus acidilactici* - mín. e máx.	
Pediococcus acidilactici (DSM 16210)	Probiótico	*Pediococcus acidilactici* - mín. e máx.	
Pediococcus acidilactici (Lab. Ornit. FMVZ UNESP 57)	Probiótico	*Pediococcus acidilactici* - mín. e máx.	
Pediococcus acidilactici (Lab. Ornit. FMVZ UNESP 58)	Probiótico	*Pediococcus acidilactici* - mín. e máx.	
Pediococcus acidilactici (Lab. Ornit. FMVZ UNESP 82)	Probiótico	*Pediococcus acidilactici* - mín. e máx.	
Pediococcus acidilactici (Lab. Ornit. FMVZ UNESP GV 57)	Probiótico	*Pediococcus acidilactici* - mín. e máx.	
Pediococcus acidilactici (Lab. Ornit. FMVZ UNESP GV 58)	Probiótico	*Pediococcus acidilactici* - mín. e máx.	
Pediococcus acidilactici (Lab. Ornit. FMVZ UNESP GV 82)	Probiótico	*Pediococcus acidilactici* - mín. e máx.	
Pediococcus acidilactici (LMG 31502)	Probiótico	*Pediococcus acidilactici* - mín. e máx.	
Pediococcus acidilactici (PC-030)	Probiótico	*Pediococcus acidilactici* - mín. e máx.	
Pediococcus acidilactici (VBT-151009-31/1)	Probiótico	*Pediococcus acidilactici* - mín. e máx.	
Propionibacterium freudenreichii (ATCC PTA-6752)	Probiótico	*Propionibacterium freudenreichii* - mín. e máx.	
Propionibacterium freudenreichii (CCT 1876)	Probiótico	*Propionibacterium freudenreichii* - mín. e máx.	
Ruminobacter amylophilum (CBMAI 927)	Probiótico	*Ruminobacter amylophilum* - mín. e máx.	
Ruminobacter succinogenes (CBMAI 928)	Probiótico	*Ruminobacter succinogenes* - mín. e máx.	
Saccharomyces cerevisiae (CBMAI 1065)	Probiótico	*Saccharomyces cerevisiae* - mín. e máx.	
Saccharomyces boulardii (CCT 4308)	Probiótico	*Saccharomyces cerevisiae* - mín. e máx.	
Saccharomyces cerevisiae (ATCC 18824)	Probiótico	*Saccharomyces cerevisiae* - mín. e máx.	
Saccharomyces cerevisiae (ATCC 7752)	Probiótico	*Saccharomyces cerevisiae* - mín. e máx.	
Saccharomyces cerevisiae (ATCC MYA-796)	Probiótico	*Saccharomyces cerevisiae* - mín. e máx.	
Saccharomyces cerevisiae (CBMAI 537)	Probiótico	*Saccharomyces cerevisiae* - mín. e máx.	
Saccharomyces cerevisiae (CBS 492.94)	Probiótico	*Saccharomyces cerevisiae* - mín. e máx.	
Saccharomyces cerevisiae (CBS 493.94)	Probiótico	*Saccharomyces cerevisiae* - mín. e máx.	
Saccharomyces cerevisiae (CCTCC M207177)	Probiótico	*Saccharomyces cerevisiae* - mín. e máx.	
Saccharomyces cerevisiae (NCYC 996)	Probiótico	*Saccharomyces cerevisiae* -	

		mín. e máx.	
Saccharomyces cerevisiae (NCYC SC47)	Probiótico	*Saccharomyces cerevisiae* - mín. e máx.	
Saccharomyces cerevisiae (SD-6310)	Probiótico	*Saccharomyces cerevisiae* - mín. e máx.	
Saccharomyces cerevisiae boulardii (CNCM I-1079)	Probiótico	*Saccharomyces cerevisiae* boulardii - mín. e máx.	
Streptococcus salivarius subesp. thermophilus (ATCC 19258)	Probiótico	*Streptococcus salivarius* subesp. thermophilus - mín. e máx.	
Succinovibrio dextrinosolvens (CBMAI 929)	Probiótico	*Succinovibrio dextrinosolvens* - mín. e máx.	

SECRETARIA DE POLÍTICA AGRÍCOLA

PORTARIA Nº 374, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2020

O SECRETÁRIO DE POLÍTICA AGRÍCOLA, no uso de suas atribuições e competências estabelecidas pelo Decreto nº 10.253, de 20 de fevereiro de 2020, e observado, no que couber, o contido no Decreto nº 9.841 de 18 de junho de 2019 e nas Instruções Normativas nº 2, de 9 de outubro de 2008, publicada no Diário Oficial da União de 13 de outubro de 2008, da Secretaria de Política Agrícola, e nº 16, de 9 de abril de 2018, publicada no Diário Oficial da União de 12 de abril de 2018, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, resolve:

Art. 1º Aprovar o Zoneamento Agrícola de Risco Climático para a cultura de arroz irrigado tropical no Distrito Federal conforme anexo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CÉSAR HANNA HALUM

ANEXO

1. NOTA TÉCNICA

No Brasil, o arroz (Oryza sativa L.) irrigado por inundação é produzido do Rio Grande do Sul a Roraima. Basicamente, a produção de arroz irrigado por inundação é dividida em dois ambientes, subtropical e tropical.

As principais limitações abióticas para a produção do arroz irrigado tropical são a disponibilidade de radiação solar e altas temperaturas. Ambos fatores meteorológicos são os que mais influenciam o potencial produtivo da cultura do arroz.

As faixas de temperaturas prejudiciais variam de acordo com o estádio fenológico da planta, sendo que as faixas de temperaturas ótimas variam de 20 a 35°C para a germinação, de 30 a 33°C para a floração e de 20 a 25°C para a maturação. Temperaturas superiores a 35°C podem ser prejudiciais a cultura chegando a causar esterilidade das espiguetas. Já, a radiação solar impacta especialmente nas fases reprodutiva (da diferenciação da panícula à floração; quando um aporte de radiação abaixo do ideal afeta o número de grãos por panícula), e de maturação (da floração à maturação fisiológica do grão; baixa incidência reduz o enchimento e o peso ideal dos grãos).

Estudos realizados no Sul e no Centro Oeste do Brasil mostraram que as maiores produtividades são obtidas com níveis crescentes de radiação solar, sendo observada uma correlação linear entre produtividade e acúmulo de radiação solar no ciclo da cultura. Basicamente, regiões com latitudes próxima ao equador apresentam um menor potencial produtivo, devido ao menor acúmulo de radiação solar fotossinteticamente ativa durante o período reprodutivo e enchimento de grãos. Nessas fases a demanda por carboidratos é alta devido à formação e enchimento das espiguetas que atuam como drenos e, quando há menor acúmulo desse fator, o declínio na produtividade é observado. Aportes menores de radiação solar durante o período reprodutivo impactam substancialmente o número e o peso das espiguetas, como consequência afeta a produtividade.

Em função do exposto, deduz-se que a época de semeadura é uma das práticas de manejo que desempenha papel de destaque na redução do risco climático pelo fato de aumentar as chances de que as fases críticas da planta escapem dos elementos climáticos adversos e coincidam com os favoráveis.

Nesse estudo foi utilizado o modelo de simulação do desenvolvimento, crescimento e produtividade da cultura do arroz denominado ORYZA. Resultados obtidos com esse modelo indicam que ele é capaz de simular, com níveis relativamente altos de acurácia, a produtividade das principais cultivares de arroz irrigado utilizadas nas distintas regiões produtoras do Brasil. De maneira simplificada, o modelo utiliza uma série de módulos (processos) para simular o desenvolvimento, crescimento e produtividade da planta de arroz. Para isso são considerados fatores relacionados ao solo, clima, cultivar ("características genéticas") e manejo da cultura. O modelo utiliza como dados de entrada a temperatura mínima e máxima diária, radiação solar global diária e precipitação diária.

Objetivou-se, com o Zoneamento Agrícola de Risco Climático (ZARC), identificar os períodos de semeadura com menor risco climático para o cultivo do arroz irrigado por inundação em três níveis de risco: 20%, 30%, 40%.

Essa identificação foi realizada com a aplicação do modelo de simulação do crescimento, desenvolvimento e rendimento da cultura do arroz, ORYZAv3 (https://sites.google.com/a/irri.org/oryza2000/about-oryza-version-3), para avaliar a resposta da cultura às condições climáticas da região de estudo.

Por se tratar de um modelo agroclimático, parte-se do pressuposto que não ocorrerão limitações quanto à fertilidade dos solos e danos às plantas devido à ocorrência de pragas e doenças.

Para delimitação das áreas aptas ao cultivo do arroz irrigado por inundação, em condições de baixo risco, destaca-se os seguintes aspectos:

- A parametrização do modelo ORYZAv3 é o processo de derivar coeficientes específicos de um cultivar por meio de dados observados em experimentos de campo. Nesse estudo, parametrizamos o modelo ORYZAv3 para a cultivar BRS Catiana. Essa cultivar foi desenvolvida pela Embrapa para ser cultivada na região tropical. Nos trópicos, devido a menor amplitude e maior temperatura média ambiente, há basicamente o ciclo médio.

- Foram feitas simulações com datas de semeadura para o período de 1º de setembro até 31 de dezembro, com intervalo decendial, para 1 grupo de cultivar onde predomina-se o ciclo médio.

- Para a determinação do risco climático, os rendimentos simulados pelo modelo ORYZAv3 para cada ponto, data de semeadura e ano, denominados nesse estudo como Rendimento Relativo (RRel), foram normalizados. Para o calculo da normalização, dividiu-se o RRel pelo Rendimento de Referência (REF). O REF representa o valor do percentil 0.90 (90%) do RRel, que nesse estudo foi de 12.336 kg/ha.

- Nesse estudo definiu-se como condição adversa ou de produtividade insuficiente os anos safra que resultassem em RRel inferior a 70% do rendimento de referência (REF).

- Considerou-de o risco de ocorrência de temperaturas muito baixas e deletérias à cultura, por meio da probabilidade de ocorrência de temperatura mínima menor ou igual a 7°C observadas no abrigo meteorológico;

A gestão de riscos de natureza climática, na cultura do arroz tropical irrigado por inundação, pode ser melhorada pela assistência técnica local, via a diluição de riscos, quando são associadas, ao calendário de semeadura preconizado nas Portarias de Zarc, práticas de manejo de cultivos que contemplem a rotação de culturas, o escalonamento de épocas de semeadura e a diversificação de cultivares (com ciclos diferentes) em uma mesma propriedade rural.

O Zarc, além de ser uma ferramenta de gestão de riscos na agricultura, para maior efetividade de resultados, também deve atuar como indutor de tecnologia de produção. Nesse sentido, especial atenção deve ser dada aos seguintes tópicos:

a. É necessário garantir a disponibilidade de água para irrigação por inundação durante todo o ciclo da cultura;

b. A metodologia empregada ainda não considera os efeitos deletérios da precipitação na época da colheita.

c. Os resultados de Zarc são gerados presumindo-se um manejo agronômico adequado para o desenvolvimento, crescimento e produtividade de cada cultura, em função da disponibilidade de recursos do ambiente em cada local. Falhas ou deficiências de diversos tipos, desde manejo inadequado da fertilidade do solo, de pragas e doenças ou escolha de cultivares não adaptadas para o ambiente edafoclimático, podem resultar em perdas de produtividade ou agravar perdas geradas por eventos meteorológicos adversos. Nesse contexto, é indispensável: utilizar sempre tecnologia de produção adequada para a condição edafoclimática local; controlar efetivamente as plantas daninhas durante o cultivo; adotar práticas de controle de pragas e doenças; e correção físico-química do solo (fertilidade e descompactação dos solos);

Considerou-se apto para o cultivo do arroz irrigado tropical o Distrito Federal por apresentar RRel foi maior ou igual a 70% do REF na frequência dos anos.

2. TIPO DE SOLO APTO AO CULTIVO

Nesse estudo considerou-se somente o solo hidromórfico, caracterizado por apresentar lençol freático próximo à superfície durante a maior parte do tempo e estar situado em áreas de relevo plano, que reune as condições exigidas pela cultura.

Não são indicadas para o cultivo as áreas de preservação permanente, de acordo com a Lei 12.651, de 25 de maio de 2012.

3. TABELA DE PERÍODOS DE SEMEADURA

Períodos	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
Datas	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 28	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 30
Meses	Janeiro			Fevereiro			Março			Abril		

Períodos	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24
Datas	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 30	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 31
Meses	Maio			Junho			Julho			Agosto		

Períodos	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36
Datas	1º a 10	11 a 20	21 a 30	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 30	1º a 10	11 a 20	21 a 31
Meses	Setembro			Outubro			Novembro			Dezembro		

4. CULTIVARES INDICADAS

Ficam indicadas no Zoneamento Agrícola de Risco Climático, as cultivares de arroz, recomendadas para o plantio em sistema de irrigação por inundação, registradas no Registro Nacional de Cultivares (RNC) do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, atendidas as indicações das regiões de adaptação, em conformidade com as recomendações dos respectivos obtentores/mantenedores.

Notas:

1) Informações específicas sobre as cultivares indicadas devem ser obtidas junto aos respectivos obtentores/mantenedores.

2) Devem ser utilizadas no plantio sementes produzidas em conformidade com a legislação brasileira sobre sementes e mudas (Lei nº 10.711, de 5 de agosto de 2003, e Decreto nº 5.153, de 23 de agosto de 2004).

5. PERÍODOS INDICADOS PARA SEMEADURA

PERÍODOS DE SEMEADURAS PARA CULTIVARES DO GRUPO I								
SOLO 1			SOLO 2			SOLO 3		
RISCO DE 20%	RISCO DE 30%	RISCO DE 40%	RISCO DE 20%	RISCO DE 30%	RISCO DE 40%	RISCO DE 20%	RISCO DE 30%	RISCO DE 40%
22 a 6			22 a 6			22 a 6		

PORTARIA Nº 375, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2020

O SECRETÁRIO DE POLÍTICA AGRÍCOLA, no uso de suas atribuições e competências estabelecidas pelo Decreto nº 10.253, de 20 de fevereiro de 2020, e observado, no que couber, o contido no Decreto nº 9.841 de 18 de junho de 2019 e nas Instruções Normativas nº 2, de 9 de outubro de 2008, publicada no Diário Oficial da União de 13 de outubro de 2008, da Secretaria de Política Agrícola, e nº 16, de 9 de abril de 2018, publicada no Diário Oficial da União de 12 de abril de 2018, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, resolve:

Art. 1º Aprovar o Zoneamento Agrícola de Risco Climático para a cultura de arroz irrigado tropical no Estado de Goiás conforme anexo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CÉSAR HANNA HALUM

ANEXO

1. NOTA TÉCNICA

No Brasil, o arroz (Oryza sativa L.) irrigado por inundação é produzido do Rio Grande do Sul a Roraima. Basicamente, a produção de arroz irrigado por inundação é dividida em dois ambientes, subtropical e tropical.

As principais limitações abióticas para a produção do arroz irrigado tropical são a disponibilidade de radiação solar e altas temperaturas. Ambos fatores meteorológicos são os que mais influenciam o potencial produtivo da cultura do arroz.

As faixas de temperaturas prejudiciais variam de acordo com o estádio fenológico da planta, sendo que as faixas de temperaturas ótimas variam de 20 a 35°C para a germinação, de 30 a 33°C para a floração e de 20 a 25°C para a maturação. Temperaturas superiores a 35°C podem ser prejudiciais a cultura chegando a causar esterilidade das espiguetas. Já, a radiação solar impacta especialmente nas fases reprodutiva (da diferenciação da panícula à floração; quando um aporte de radiação abaixo do ideal afeta o número de grãos por panícula), e de maturação (da floração à maturação fisiológica do grão; baixa incidência reduz o enchimento e o peso ideal dos grãos).

Estudos realizados no Sul e no Centro Oeste do Brasil mostraram que as maiores produtividades são obtidas com níveis crescentes de radiação solar, sendo observada uma correlação linear entre produtividade e acúmulo de radiação solar no ciclo da cultura. Basicamente, regiões com latitudes próxima ao equador apresentam um menor potencial produtivo, devido ao menor acúmulo de radiação solar fotossinteticamente ativa durante o período reprodutivo e enchimento de grãos. Nessas fases a demanda por carboidratos é alta devido à formação e enchimento das espiguetas que atuam como drenos e, quando há menor acúmulo desse fator, o declínio na produtividade é observado. Aportes menores de radiação solar durante o período reprodutivo impactam substancialmente o número e o peso das espiguetas, como consequência afeta a produtividade.

Em função do exposto, deduz-se que a época de semeadura é uma das práticas de manejo que desempenha papel de destaque na redução do risco climático pelo fato de aumentar as chances de que as fases críticas da planta escapem dos elementos climáticos adversos e coincidam com os favoráveis.

Nesse estudo foi utilizado o modelo de simulação do desenvolvimento, crescimento e produtividade da cultura do arroz denominado ORYZA. Resultados obtidos com esse modelo indicam que ele é capaz de simular, com níveis relativamente altos de acurácia, a produtividade das principais cultivares de arroz irrigado utilizadas nas distintas regiões produtoras do Brasil. De maneira simplificada, o modelo utiliza uma série de módulos (processos) para simular o desenvolvimento, crescimento e produtividade da planta de arroz. Para isso são considerados fatores relacionados ao solo, clima, cultivar ("características genéticas") e manejo da cultura. O modelo utiliza como dados de entrada a temperatura mínima e máxima diária, radiação solar global diária e precipitação diária.

Objetivou-se, com o Zoneamento Agrícola de Risco Climático (ZARC), identificar os municípios aptos e os períodos de semeadura com menor risco climático para o cultivo do arroz irrigado por inundação em três níveis de risco: 20%, 30%, 40%.

Essa identificação foi realizada com a aplicação do modelo de simulação do crescimento, desenvolvimento e rendimento da cultura do arroz, ORYZAv3 (https://sites.google.com/a/irri.org/oryza2000/about-oryza-version-3), para avaliar a resposta da cultura às condições climáticas da região de estudo.

Por se tratar de um modelo agroclimático, parte-se do pressuposto que não ocorrerão limitações quanto à fertilidade dos solos e danos às plantas devido à ocorrência de pragas e doenças.

Para delimitação das áreas aptas ao cultivo do arroz irrigado por inundação, em condições de baixo risco, destaca-se os seguintes aspectos:

- A parametrização do modelo ORYZAv3 é o processo de derivar coeficientes específicos de um cultivar por meio de dados observados em experimentos de campo. Nesse estudo, parametrizamos o modelo ORYZAv3 para a cultivar BRS Catiana. Essa cultivar foi desenvolvida pela Embrapa para ser cultivada na região tropical. Nos trópicos, devido a menor amplitude e maior temperatura média ambiente, há basicamente o ciclo médio.

- Foram feitas simulações com datas de semeadura para o período de 1º de setembro até 31 de dezembro, com intervalo decendial, para 1 grupo de cultivar onde predomina-se o ciclo médio.

- Para a determinação do risco climático, os rendimentos simulados pelo modelo ORYZAv3 para cada ponto, data de semeadura e ano, denominados nesse estudo como Rendimento Relativo (RRel), foram normalizados. Para o calculo da normalização, dividiu-se o RRel pelo Rendimento de Referência (REF). O REF representa o valor do percentil 0.90 (90%) do RRel, que nesse estudo foi de 12.336 kg/ha.

- Nesse estudo definiu-se como condição adversa ou de produtividade insuficiente os anos safra que resultassem em RRel inferior a 70% do rendimento de referência (REF).

- Considerou-de o risco de ocorrência de temperaturas muito baixas e deletérias à cultura, por meio da probabilidade de ocorrência de temperatura mínima menor ou igual a 7°C observadas no abrigo meteorológico;

A gestão de riscos de natureza climática, na cultura do arroz tropical irrigado por inundação, pode ser melhorada pela assistência técnica local, via a diluição de riscos, quando são associadas, ao calendário de semeadura preconizado nas Portarias de Zarc, práticas de manejo de cultivos que contemplem a rotação de culturas, o escalonamento de épocas de semeadura e a diversificação de cultivares (com ciclos diferentes) em uma mesma propriedade rural.

O Zarc, além de ser uma ferramenta de gestão de riscos na agricultura, para maior efetividade de resultados, também deve atuar como indutor de tecnologia de produção. Nesse sentido, especial atenção deve ser dada aos seguintes tópicos:

a. É necessário garantir a disponibilidade de água para irrigação por inundação durante todo o ciclo da cultura;

b. A metodologia empregada ainda não considera os efeitos deletérios da precipitação na época da colheita.

c. Os resultados de Zarc são gerados presumindo-se um manejo agronômico adequado para o desenvolvimento, crescimento e produtividade de cada cultura, em função da disponibilidade de recursos do ambiente em cada local. Falhas ou deficiências de diversos tipos, desde manejo inadequado da fertilidade do solo, de pragas e doenças ou escolha de cultivares não adaptadas para o ambiente edafoclimático, podem resultar em perdas de produtividade ou agravar perdas geradas por eventos meteorológicos adversos. Nesse contexto, é indispensável: utilizar sempre tecnologia de produção adequada para a condição edafoclimática local; controlar efetivamente as plantas daninhas durante o cultivo; adotar práticas de controle de pragas e doenças; e correção físico-química do solo (fertilidade e descompactação dos solos);

Considerou-se apto para o cultivo do arroz irrigado tropical os municípios em que o RRel foi maior ou igual a 70% do REF na frequência dos anos.

2. TIPO DE SOLO APTO AO CULTIVO

Nesse estudo considerou-se somente o solo hidromórfico, caracterizado por apresentar lençol freático próximo à superfície durante a maior parte do tempo e estar situado em áreas de relevo plano, que reune as condições exigidas pela cultura.

Não são indicadas para o cultivo as áreas de preservação permanente, de acordo com a Lei 12.651, de 25 de maio de 2012.

3. TABELA DE PERÍODOS DE SEMEADURA

Períodos	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
Datas	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 28	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 30
Meses	Janeiro			Fevereiro			Março			Abril		

Períodos	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24
Datas	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 30	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 31
Meses	Maio			Junho			Julho			Agosto		

Períodos	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36
Datas	1º a 10	11 a 20	21 a 30	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 30	1º a 10	11 a 20	21 a 31
Meses	Setembro			Outubro			Novembro			Dezembro		

4. CULTIVARES INDICADAS

Ficam indicadas no Zoneamento Agrícola de Risco Climático, as cultivares de arroz, recomendadas para o plantio em sistema de irrigação por inundação, registradas no Registro Nacional de Cultivares (RNC) do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, atendidas as indicações das regiões de adaptação, em conformidade com as recomendações dos respectivos obtentores/mantenedores.

Notas:

1) Informações específicas sobre as cultivares indicadas devem ser obtidas junto aos respectivos obtentores/mantenedores.

2) Devem ser utilizadas no plantio sementes produzidas em conformidade com a legislação brasileira sobre sementes e mudas (Lei nº 10.711, de 5 de agosto de 2003, e Decreto nº 5.153, de 23 de agosto de 2004).

5. RELAÇÃO DOS MUNICÍPIOS APTOS AO CULTIVO E PERÍODOS INDICADOS PARA SEMEADURA

MUNICÍPIOS	PERÍODOS DE SEMEADURAS PARA CULTIVARES DO GRUPO I								
	SOLO 1			SOLO 2			SOLO 3		
	RISCO DE 20%	RISCO DE 30%	RISCO DE 40%	RISCO DE 20%	RISCO DE 30%	RISCO DE 40%	RISCO DE 20%	RISCO DE 30%	RISCO DE 40%
Abadia De Goiás	22 a 6			22 a 6			22 a 6		
Abadiânia	22 a 6			22 a 6			22 a 6		
Acreúna	22 a 6			22 a 6			22 a 6		
Adelândia	22 a 6			22 a 6			22 a 6		
Água Fria De Goiás	22 a 6			22 a 6			22 a 6		
Água Limpa	22 a 6			22 a 6			22 a 6		
Águas Lindas De Goiás	22 a 6			22 a 6			22 a 6		
Alexânia	22 a 6			22 a 6			22 a 6		
Aloândia	22 a 6			22 a 6			22 a 6		
Alto Horizonte	22 a 6			22 a 6			22 a 6		
Alto Paraíso De Goiás	22 a 6			22 a 6			22 a 6		
Alvorada Do Norte	22 a 6			22 a 6			22 a 6		
Amaralina	22 a 3	4 a 6		22 a 3	4 a 6		22 a 3	4 a 6	
Americano Do Brasil	22 a 6			22 a 6			22 a 6		
Amorinópolis	22 a 6			22 a 6			22 a 6		
Anápolis	22 a 6			22 a 6			22 a 6		
Anhanguera	22 a 6			22 a 6			22 a 6		
Anicuns	22 a 6			22 a 6			22 a 6		
Aparecida De Goiânia	22 a 6			22 a 6			22 a 6		
Aparecida Do Rio Doce	22 a 6			22 a 6			22 a 6		
Aporé	22 a 6			22 a 6			22 a 6		
Araçu	22 a 6			22 a 6			22 a 6		
Aragarças	22 a 6			22 a 6			22 a 6		
Aragoiânia	22 a 6			22 a 6			22 a 6		
Araguapaz	22 a 6			22 a 6			22 a 6		
Arenópolis	22 a 6			22 a 6			22 a 6		
Aruanã	3 a 6 + 22 a 35	36 a 2		3 a 6 + 22 a 35	36 a 2		3 a 6 + 22 a 35	36 a 2	
Aurilândia	22 a 6			22 a 6			22 a 6		
Avelinópolis	22 a 6			22 a 6			22 a 6		
Baliza	22 a 6			22 a 6			22 a 6		
Barro Alto	22 a 6			22 a 6			22 a 6		
Bela Vista De Goiás	22 a 6			22 a 6			22 a 6		
Bom Jardim De Goiás	22 a 6			22 a 6			22 a 6		
Bom Jesus De Goiás	22 a 6			22 a 6			22 a 6		
Bonfinópolis	22 a 6			22 a 6			22 a 6		
Bonópolis	22 a 34	35 a 3	4 a 6	22 a 34	35 a 3	4 a 6	22 a 34	35 a 3	4 a 6
Brazabrantes	22 a 6			22 a 6			22 a 6		
Britânia	22 a 6			22 a 6			22 a 6		
Buriti Alegre	22 a 6			22 a 6			22 a 6		
Buriti De Goiás	22 a 6			22 a 6			22 a 6		
Buritinópolis	22 a 6			22 a 6			22 a 6		
Cabeceiras	22 a 6			22 a 6			22 a 6		
Cachoeira Alta	22 a 6			22 a 6			22 a 6		
Cachoeira De Goiás	22 a 6			22 a 6			22 a 6		
Cachoeira Dourada	22 a 6			22 a 6			22 a 6		
Caçu	22 a 6			22 a 6			22 a 6		
Caiapônia	22 a 6			22 a 6			22 a 6		
Caldas Novas	22 a 6			22 a 6			22 a 6		
Caldazinha	22 a 6			22 a 6			22 a 6		
Campestre De Goiás	22 a 6			22 a 6			22 a 6		
Campinaçu	22 a 6			22 a 6			22 a 6		
Campinorte	22 a 6			22 a 6			22 a 6		
Campo Alegre De Goiás	22 a 6			22 a 6			22 a 6		
Campo Limpo De Goiás	22 a 6			22 a 6			22 a 6		
Campos Belos	22 a 6			22 a 6			22 a 6		
Campos Verdes	22 a 6			22 a 6			22 a 6		
Carmo Do Rio Verde	22 a 6			22 a 6			22 a 6		
Castelândia	22 a 6			22 a 6			22 a 6		
Catalão	22 a 6			22 a 6			22 a 6		
Caturaí	22 a 6			22 a 6			22 a 6		
Cavalcante	22 a 6			22 a 6			22 a 6		
Ceres	22 a 6			22 a 6			22 a 6		
Cezarina	22 a 6			22 a 6			22 a 6		
Chapadão Do Céu	22 a 6			22 a 6			22 a 6		
Cidade Ocidental	22 a 6			22 a 6			22 a 6		
Cocalzinho De Goiás	22 a 6			22 a 6			22 a 6		
Colinas Do Sul	22 a 6			22 a 6			22 a 6		
Córrego Do Ouro	22 a 6			22 a 6			22 a 6		
Corumbá De Goiás	22 a 6			22 a 6			22 a 6		
Corumbaíba	22 a 6			22 a 6			22 a 6		
Cristalina	22 a 6			22 a 6			22 a 6		
Cristianópolis	22 a 6			22 a 6			22 a 6		
Crixás	22 a 6			22 a 6			22 a 6		
Cromínia	22 a 6			22 a 6			22 a 6		
Cumari	22 a 6			22 a 6			22 a 6		
Damianópolis	22 a 6			22 a 6			22 a 6		
Damolândia	22 a 6			22 a 6			22 a 6		
Davinópolis	22 a 6			22 a 6			22 a 6		
Diorama	22 a 6			22 a 6			22 a 6		
Divinópolis De Goiás	22 a 6			22 a 6			22 a 6		
Doverlândia	22 a 6			22 a 6			22 a 6		
Edealina	22 a 6			22 a 6			22 a 6		
Edéia	22 a 6			22 a 6			22 a 6		
Estrela Do Norte	22 a 6			22 a 6			22 a 6		
Faina	22 a 6			22 a 6			22 a 6		
Fazenda Nova	22 a 6			22 a 6			22 a 6		
Firminópolis	22 a 6			22 a 6			22 a 6		
Flores De Goiás	22 a 6			22 a 6			22 a 6		
Formosa	22 a 6			22 a 6			22 a 6		
Formoso	22 a 6			22 a 6			22 a 6		
Gameleira De Goiás	22 a 6			22 a 6			22 a 6		
Goianápolis	22 a 6			22 a 6			22 a 6		
Goiandira	22 a 6			22 a 6			22 a 6		
Goianésia	22 a 6			22 a 6			22 a 6		

Goiânia	22 a 6			22 a 6			22 a 6		
Goianira	22 a 6			22 a 6			22 a 6		
Goiás	22 a 6			22 a 6			22 a 6		
Goiatuba	22 a 6			22 a 6			22 a 6		
Gouvelândia	22 a 6			22 a 6			22 a 6		
Guapó	22 a 6			22 a 6			22 a 6		
Guaraíta	22 a 6			22 a 6			22 a 6		
Guarani De Goiás	22 a 6			22 a 6			22 a 6		
Guarinos	22 a 6			22 a 6			22 a 6		
Heitoraí	22 a 6			22 a 6			22 a 6		
Hidrolândia	22 a 6			22 a 6			22 a 6		
Hidrolina	22 a 6			22 a 6			22 a 6		
Iaciara	22 a 6			22 a 6			22 a 6		
Inaciolândia	22 a 6			22 a 6			22 a 6		
Indiara	22 a 6			22 a 6			22 a 6		
Inhumas	22 a 6			22 a 6			22 a 6		
Ipameri	22 a 6			22 a 6			22 a 6		
Ipiranga De Goiás	22 a 6			22 a 6			22 a 6		
Iporá	22 a 6			22 a 6			22 a 6		
Israelândia	22 a 6			22 a 6			22 a 6		
Itaberaí	22 a 6			22 a 6			22 a 6		
Itaguari	22 a 6			22 a 6			22 a 6		
Itaguaru	22 a 6			22 a 6			22 a 6		
Itajá	22 a 6			22 a 6			22 a 6		
Itapaci	22 a 6			22 a 6			22 a 6		
Itapirapuã	22 a 6			22 a 6			22 a 6		
Itapuranga	22 a 6			22 a 6			22 a 6		
Itarumã	22 a 6			22 a 6			22 a 6		
Itauçu	22 a 6			22 a 6			22 a 6		
Itumbiara	22 a 6			22 a 6			22 a 6		
Ivolândia	22 a 6			22 a 6			22 a 6		
Jandaia	22 a 6			22 a 6			22 a 6		
Jaraguá	22 a 6			22 a 6			22 a 6		
Jataí	22 a 6			22 a 6			22 a 6		
Jaupaci	22 a 6			22 a 6			22 a 6		
Jesúpolis	22 a 6			22 a 6			22 a 6		
Joviânia	22 a 6			22 a 6			22 a 6		
Jussara	22 a 6			22 a 6			22 a 6		
Lagoa Santa	22 a 6			22 a 6			22 a 6		
Leopoldo De Bulhões	22 a 6			22 a 6			22 a 6		
Luziânia	22 a 6			22 a 6			22 a 6		
Mairipotaba	22 a 6			22 a 6			22 a 6		
Mambaí	22 a 6			22 a 6			22 a 6		
Mara Rosa	22 a 6			22 a 6			22 a 6		
Marzagão	22 a 6			22 a 6			22 a 6		
Matrinchã	22 a 6			22 a 6			22 a 6		
Maurilândia	22 a 6			22 a 6			22 a 6		
Mimoso De Goiás	22 a 6			22 a 6			22 a 6		
Minaçu	22 a 6			22 a 6			22 a 6		
Mineiros	22 a 6			22 a 6			22 a 6		
Moiporá	22 a 6			22 a 6			22 a 6		
Monte Alegre De Goiás	22 a 6			22 a 6			22 a 6		
Montes Claros De Goiás	22 a 6			22 a 6			22 a 6		
Montividiu	22 a 6			22 a 6			22 a 6		
Montividiu Do Norte	22 a 35	36 a 3	4 a 6	22 a 35	36 a 3	4 a 6	22 a 35	36 a 3	4 a 6
Morrinhos	22 a 6			22 a 6			22 a 6		
Morro Agudo De Goiás	22 a 6			22 a 6			22 a 6		
Mossâmedes	22 a 6			22 a 6			22 a 6		
Mozarlândia	22 a 6			22 a 6			22 a 6		
Mundo Novo	22 a 34	35 a 3	4 a 6	22 a 34	35 a 3	4 a 6	22 a 34	35 a 3	4 a 6
Mutunópolis	22 a 2	3 a 6		22 a 2	3 a 6		22 a 2	3 a 6	
Nazário	22 a 6			22 a 6			22 a 6		
Nerópolis	22 a 6			22 a 6			22 a 6		
Niquelândia	22 a 6			22 a 6			22 a 6		
Nova América	22 a 6			22 a 6			22 a 6		
Nova Aurora	22 a 6			22 a 6			22 a 6		
Nova Crixás	22 a 34	35 a 3	4 a 6	22 a 34	35 a 3	4 a 6	22 a 34	35 a 3	4 a 6
Nova Glória	22 a 6			22 a 6			22 a 6		
Nova Iguaçu De Goiás	22 a 6			22 a 6			22 a 6		
Nova Roma	22 a 6			22 a 6			22 a 6		
Nova Veneza	22 a 6			22 a 6			22 a 6		
Novo Brasil	22 a 6			22 a 6			22 a 6		
Novo Gama	22 a 6			22 a 6			22 a 6		
Novo Planalto	22 a 34	35 a 1	2	22 a 34	35 a 1	2	22 a 34	35 a 1	2
Orizona	22 a 6			22 a 6			22 a 6		
Ouro Verde De Goiás	22 a 6			22 a 6			22 a 6		
Ouvidor	22 a 6			22 a 6			22 a 6		
Padre Bernardo	22 a 6			22 a 6			22 a 6		
Palestina De Goiás	22 a 6			22 a 6			22 a 6		
Palmeiras De Goiás	22 a 6			22 a 6			22 a 6		
Palmelo	22 a 6			22 a 6			22 a 6		
Palminópolis	22 a 6			22 a 6			22 a 6		
Panamá	22 a 6			22 a 6			22 a 6		
Paranaiguara	22 a 6			22 a 6			22 a 6		
Paraúna	22 a 6			22 a 6			22 a 6		
Perolândia	22 a 6			22 a 6			22 a 6		
Petrolina De Goiás	22 a 6			22 a 6			22 a 6		
Pilar De Goiás	22 a 6			22 a 6			22 a 6		
Piracanjuba	22 a 6			22 a 6			22 a 6		
Piranhas	22 a 6			22 a 6			22 a 6		
Pirenópolis	22 a 6			22 a 6			22 a 6		
Pires Do Rio	22 a 6			22 a 6			22 a 6		
Planaltina	22 a 6			22 a 6			22 a 6		
Pontalina	22 a 6			22 a 6			22 a 6		
Porangatu	22 a 35	36 a 3	4 a 6	22 a 35	36 a 3	4 a 6	22 a 35	36 a 3	4 a 6
Porteirão	22 a 6			22 a 6			22 a 6		
Portelândia	22 a 6			22 a 6			22 a 6		
Posse	22 a 6			22 a 6			22 a 6		
Professor Jamil	22 a 6			22 a 6			22 a 6		
Quirinópolis	22 a 6			22 a 6			22 a 6		
Rialma	22 a 6			22 a 6			22 a 6		
Rianápolis	22 a 6			22 a 6			22 a 6		
Rio Quente	22 a 6			22 a 6			22 a 6		
Rio Verde	22 a 6			22 a 6			22 a 6		
Rubiataba	22 a 6			22 a 6			22 a 6		
Sanclerlândia	22 a 6			22 a 6			22 a 6		
Santa Bárbara De Goiás	22 a 6			22 a 6			22 a 6		
Santa Cruz De Goiás	22 a 6			22 a 6			22 a 6		
Santa Fé De Goiás	22 a 6			22 a 6			22 a 6		
Santa Helena De Goiás	22 a 6			22 a 6			22 a 6		
Santa Isabel	22 a 6			22 a 6			22 a 6		
Santa Rita Do Araguaia	22 a 6			22 a 6			22 a 6		
Santa Rita Do Novo Destino	22 a 6			22 a 6			22 a 6		
Santa Rosa De Goiás	22 a 6			22 a 6			22 a 6		
Santa Tereza De Goiás	22 a 6			22 a 6			22 a 6		
Santa Terezinha De Goiás	22 a 6			22 a 6			22 a 6		
Santo Antônio Da Barra	22 a 6			22 a 6			22 a 6		
Santo Antônio De Goiás	22 a 6			22 a 6			22 a 6		
Santo Antônio Do Descoberto	22 a 6			22 a 6			22 a 6		
São Domingos	22 a 6			22 a 6			22 a 6		
São Francisco De Goiás	22 a 6			22 a 6			22 a 6		
São João Da Paraúna	22 a 6			22 a 6			22 a 6		
São João D'Aliança	22 a 6			22 a 6			22 a 6		
São Luís De Montes Belos	22 a 6			22 a 6			22 a 6		
São Luíz Do Norte	22 a 6			22 a 6			22 a 6		
São Miguel Do Araguaia	22 a 34	35 a 1	2	22 a 34	35 a 1	2	22 a 34	35 a 1	2
São Miguel Do Passa Quatro	22 a 6			22 a 6			22 a 6		
São Patrício	22 a 6			22 a 6			22 a 6		
São Simão	22 a 6			22 a 6			22 a 6		
Senador Canedo	22 a 6			22 a 6			22 a 6		
Serranópolis	22 a 6			22 a 6			22 a 6		
Silvânia	22 a 6			22 a 6			22 a 6		
Simolândia	22 a 6			22 a 6			22 a 6		
Sítio D'Abadia	22 a 6			22 a 6			22 a 6		
Taquaral De Goiás	22 a 6			22 a 6			22 a 6		
Teresina De Goiás	22 a 6			22 a 6			22 a 6		
Terezópolis De Goiás	22 a 6			22 a 6			22 a 6		
Três Ranchos	22 a 6			22 a 6			22 a 6		
Trindade	22 a 6			22 a 6			22 a 6		
Trombas	22 a 6			22 a 6			22 a 6		
Turvânia	22 a 6			22 a 6			22 a 6		
Turvelândia	22 a 6			22 a 6			22 a 6		
Uirapuru	22 a 3	4 a 6		22 a 3	4 a 6		22 a 3	4 a 6	
Uruaçu	22 a 6			22 a 6			22 a 6		
Uruana	22 a 6			22 a 6			22 a 6		
Urutaí	22 a 6			22 a 6			22 a 6		
Valparaíso De Goiás	22 a 6			22 a 6			22 a 6		
Varjão	22 a 6			22 a 6			22 a 6		
Vianópolis	22 a 6			22 a 6			22 a 6		
Vicentinópolis	22 a 6			22 a 6			22 a 6		
Vila Boa	22 a 6			22 a 6			22 a 6		
Vila Propício	22 a 6			22 a 6			22 a 6		

PORTARIA Nº 376, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2020

O SECRETÁRIO DE POLÍTICA AGRÍCOLA, no uso de suas atribuições e competências estabelecidas pelo Decreto nº 10.253, de 20 de fevereiro de 2020, e observado, no que couber, o contido no Decreto nº 9.841 de 18 de junho de 2019 e nas Instruções Normativas nº 2, de 9 de outubro de 2008, publicada no Diário Oficial da União de 13 de outubro de 2008, da Secretaria de Política Agrícola, e nº 16, de 9 de abril de 2018, publicada no Diário Oficial da União de 12 de abril de 2018, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, resolve:

Art. 1º Aprovar o Zoneamento Agrícola de Risco Climático para a cultura de arroz irrigado tropical no Estado de Mato Grosso conforme anexo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CÉSAR HANNA HALUM

ANEXO

1. NOTA TÉCNICA

No Brasil, o arroz (Oryza sativa L.) irrigado por inundação é produzido do Rio Grande do Sul a Roraima. Basicamente, a produção de arroz irrigado por inundação é dividida em dois ambientes, subtropical e tropical.

As principais limitações abióticas para a produção do arroz irrigado tropical são a disponibilidade de radiação solar e altas temperaturas. Ambos fatores meteorológicos são os que mais influenciam o potencial produtivo da cultura do arroz.

As faixas de temperaturas prejudiciais variam de acordo com o estádio fenológico da planta, sendo que as faixas de temperaturas ótimas variam de 20 a 35°C para a germinação, de 30 a 33°C para a floração e de 20 a 25°C para a maturação. Temperaturas superiores a 35°C podem ser prejudiciais a cultura chegando a causar esterilidade das espiguetas. Já, a radiação solar impacta especialmente nas fases reprodutiva (da diferenciação da panícula à floração; quando um aporte de radiação abaixo do ideal afeta o número de grãos por panícula), e de maturação (da floração à maturação fisiológica do grão; baixa incidência reduz o enchimento e o peso ideal dos grãos).

Estudos realizados no Sul e no Centro Oeste do Brasil mostraram que as maiores produtividades são obtidas com níveis crescentes de radiação solar, sendo observada uma correlação linear entre produtividade e acúmulo de radiação solar no ciclo da cultura. Basicamente, regiões com latitudes próxima ao equador apresentam um menor potencial produtivo, devido ao menor acúmulo de radiação solar fotossinteticamente ativa durante o período reprodutivo e enchimento de grãos. Nessas fases a demanda por carboidratos é alta devido à formação e enchimento das espiguetas que atuam como drenos e, quando há menor acúmulo desse fator, o declínio na produtividade é observado. Aportes menores de radiação solar durante o período reprodutivo impactam substancialmente o número e o peso das espiguetas, como consequência afeta a produtividade.

Em função do exposto, deduz-se que a época de semeadura é uma das práticas de manejo que desempenha papel de destaque na redução do risco climático pelo fato de aumentar as chances de que as fases críticas da planta escapem dos elementos climáticos adversos e coincidam com os favoráveis.

Nesse estudo foi utilizado o modelo de simulação do desenvolvimento, crescimento e produtividade da cultura do arroz denominado ORYZA. Resultados obtidos com esse modelo indicam que ele é capaz de simular, com níveis relativamente altos de acurácia, a produtividade das principais cultivares de arroz irrigado utilizadas nas distintas regiões produtoras do Brasil. De maneira simplificada, o modelo utiliza uma série de módulos (processos) para simular o desenvolvimento, crescimento e produtividade da planta de arroz. Para isso são considerados fatores relacionados ao solo, clima, cultivar ("características genéticas") e manejo da cultura. O modelo utiliza como dados de entrada a temperatura mínima e máxima diária, radiação solar global diária e precipitação diária.

Objetivou-se, com o Zoneamento Agrícola de Risco Climático (ZARC), identificar os municípios aptos e os períodos de semeadura com menor risco climático para o cultivo do arroz irrigado por inundação em três níveis de risco: 20%, 30%, 40%.

Essa identificação foi realizada com a aplicação do modelo de simulação do crescimento, desenvolvimento e rendimento da cultura do arroz, ORYZAv3 (https://sites.google.com/a/irri.org/oryza2000/about-oryza-version-3), para avaliar a resposta da cultura às condições climáticas da região de estudo.

Por se tratar de um modelo agroclimático, parte-se do pressuposto que não ocorrerão limitações quanto à fertilidade dos solos e danos às plantas devido à ocorrência de pragas e doenças.

Para delimitação das áreas aptas ao cultivo do arroz irrigado por inundação, em condições de baixo risco, destaca-se os seguintes aspectos:

- A parametrização do modelo ORYZAv3 é o processo de derivar coeficientes específicos de um cultivar por meio de dados observados em experimentos de campo. Nesse estudo, parametrizamos o modelo ORYZAv3 para a cultivar BRS Catiana. Essa cultivar foi desenvolvida pela Embrapa para ser cultivada na região tropical. Nos trópicos, devido a menor amplitude e maior temperatura média ambiente, há basicamente o ciclo médio.

- Foram feitas simulações com datas de semeadura para o período de 1º de setembro até 31 de dezembro, com intervalo decendial, para 1 grupo de cultivar onde predomina-se o ciclo médio.

- Para a determinação do risco climático, os rendimentos simulados pelo modelo ORYZAv3 para cada ponto, data de semeadura e ano, denominados nesse estudo como Rendimento Relativo (RRel), foram normalizados. Para o calculo da normalização, dividiu-se o RRel pelo Rendimento de Referência (REF). O REF representa o valor do percentil 0.90 (90%) do RRel, que nesse estudo foi de 12.336 kg/ha.

- Nesse estudo definiu-se como condição adversa ou de produtividade insuficiente os anos safra que resultassem em RRel inferior a 70% do rendimento de referência (REF).

- Considerou-de o risco de ocorrência de temperaturas muito baixas e deletérias à cultura, por meio da probabilidade de ocorrência de temperatura mínima menor ou igual a 7°C observadas no abrigo meteorológico;

A gestão de riscos de natureza climática, na cultura do arroz tropical irrigado por inundação, pode ser melhorada pela assistência técnica local, via a diluição de riscos, quando são associadas, ao calendário de semeadura preconizado nas Portarias de Zarc, práticas de manejo de cultivos que contemplem a rotação de culturas, o escalonamento de épocas de semeadura e a diversificação de cultivares (com ciclos diferentes) em uma mesma propriedade rural.

O Zarc, além de ser uma ferramenta de gestão de riscos na agricultura, para maior efetividade de resultados, também deve atuar como indutor de tecnologia de produção. Nesse sentido, especial atenção deve ser dada aos seguintes tópicos:

a. É necessário garantir a disponibilidade de água para irrigação por inundação durante todo o ciclo da cultura;

b. A metodologia empregada ainda não considera os efeitos deletérios da precipitação na época da colheita.

c. Os resultados de Zarc são gerados presumindo-se um manejo agronômico adequado para o desenvolvimento, crescimento e produtividade de cada cultura, em função da disponibilidade de recursos do ambiente em cada local. Falhas ou deficiências de diversos tipos, desde manejo inadequado da fertilidade do solo, de pragas e doenças ou escolha de cultivares não adaptadas para o ambiente edafoclimático, podem resultar em perdas de produtividade ou agravar perdas geradas por eventos meteorológicos adversos. Nesse contexto, é indispensável: utilizar sempre tecnologia de produção adequada para a condição edafoclimática local; controlar efetivamente as plantas daninhas durante o cultivo; adotar práticas de controle de pragas e doenças; e correção físico-química do solo (fertilidade e descompactação dos solos);

Considerou-se apto para o cultivo do arroz irrigado tropical os municípios em que o RRel foi maior ou igual a 70% do REF na frequência dos anos.

2. TIPO DE SOLO APTO AO CULTIVO

Nesse estudo considerou-se somente o solo hidromórfico, caracterizado por apresentar lençol freático próximo à superfície durante a maior parte do tempo e estar situado em áreas de relevo plano, que reune as condições exigidas pela cultura.

Não são indicadas para o cultivo as áreas de preservação permanente, de acordo com a Lei 12.651, de 25 de maio de 2012.

3. TABELA DE PERÍODOS DE SEMEADURA

Períodos	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
Datas	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 28	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 30
Meses	Janeiro			Fevereiro			Março			Abril		

Períodos	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24
Datas	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 30	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 31
Meses	Maio			Junho			Julho			Agosto		

Períodos	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36
Datas	1º a 10	11 a 20	21 a 30	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 30	1º a 10	11 a 20	21 a 31
Meses	Setembro			Outubro			Novembro			Dezembro		

4. CULTIVARES INDICADAS

Ficam indicadas no Zoneamento Agrícola de Risco Climático, as cultivares de arroz, recomendadas para o plantio em sistema de irrigação por inundação, registradas no Registro Nacional de Cultivares (RNC) do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, atendidas as indicações das regiões de adaptação, em conformidade com as recomendações dos respectivos obtentores/mantenedores.

Notas:

1) Informações específicas sobre as cultivares indicadas devem ser obtidas junto aos respectivos obtentores/mantenedores.

2) Devem ser utilizadas no plantio sementes produzidas em conformidade com a legislação brasileira sobre sementes e mudas (Lei nº 10.711, de 5 de agosto de 2003, e Decreto nº 5.153, de 23 de agosto de 2004).

5. RELAÇÃO DOS MUNICÍPIOS APTOS AO CULTIVO E PERÍODOS INDICADOS PARA SEMEADURA

MUNICÍPIOS	PERÍODOS DE SEMEADURAS PARA CULTIVARES DO GRUPO I								
	SOLO 1			SOLO 2			SOLO 3		
	RISCO DE 20%	RISCO DE 30%	RISCO DE 40%	RISCO DE 20%	RISCO DE 30%	RISCO DE 40%	RISCO DE 20%	RISCO DE 30%	RISCO DE 40%
Acorizal	6 a 9 + 22 a 35	36 a 5		6 a 9 + 22 a 35	36 a 5		6 a 9 + 22 a 35	36 a 5	
Água Boa	22 a 9			22 a 9			22 a 9		
Alta Floresta	7 a 9 + 22 a 28	29 a 33	34 + 6	7 a 9 + 22 a 28	29 a 33	34 + 6	7 a 9 + 22 a 28	29 a 33	34 + 6
Alto Araguaia	22 a 9			22 a 9			22 a 9		
Alto Boa Vista	3 + 7 a 9 + 22 a 34	35 a 2 + 4 a 6		3 + 7 a 9 + 22 a 34	35 a 2 + 4 a 6		3 + 7 a 9 + 22 a 34	35 a 2 + 4 a 6	
Alto Garças	22 a 9			22 a 9			22 a 9		
Alto Paraguai	6 a 9 + 22 a 35	36 a 5		6 a 9 + 22 a 35	36 a 5		6 a 9 + 22 a 35	36 a 5	
Alto Taquari	22 a 9			22 a 9			22 a 9		
Apiacás	9 + 22 a 25	26 a 30	31 a 32 + 8	9 + 22 a 25	26 a 30	31 a 32 + 8	9 + 22 a 25	26 a 30	31 a 32 + 8
Araguaiana	22 a 9			22 a 9			22 a 9		
Araguainha	22 a 9			22 a 9			22 a 9		
Araputanga	22 a 9			22 a 9			22 a 9		
Arenápolis	5 a 9 + 22 a 1	2 a 4		5 a 9 + 22 a 1	2 a 4		5 a 9 + 22 a 1	2 a 4	
Aripuanã	9 + 22 a 24	25 a 26	27 a 30 + 8	9 + 22 a 24	25 a 26	27 a 30 + 8	9 + 22 a 24	25 a 26	27 a 30 + 8
Barão De Melgaço	9 + 22 a 34		8 + 35	9 + 22 a 34		8 + 35	9 + 22 a 34		8 + 35
Barra Do Bugres	22 a 9			22 a 9			22 a 9		
Barra Do Garças	22 a 9			22 a 9			22 a 9		
Bom Jesus Do Araguaia	7 a 9 + 22 a 3	4 a 6		7 a 9 + 22 a 3	4 a 6		7 a 9 + 22 a 3	4 a 6	
Brasnorte	22 a 9			22 a 9			22 a 9		
Cáceres	9 + 22 a 33	8 + 34	5 a 7 + 35	9 + 22 a 33	8 + 34	5 a 7 + 35	9 + 22 a 33	8 + 34	5 a 7 + 35
Campinápolis	22 a 9			22 a 9			22 a 9		
Campo Novo Do Parecis	22 a 9			22 a 9			22 a 9		
Campo Verde	22 a 9			22 a 9			22 a 9		
Campos De Júlio	22 a 9			22 a 9			22 a 9		
Canabrava Do Norte	8 a 9 + 22 a 34		7 + 35 a 36	8 a 9 + 22 a 34		7 + 35 a 36	8 a 9 + 22 a 34		7 + 35 a 36
Canarana	22 a 9			22 a 9			22 a 9		
Carlinda	7 a 9 + 22 a 27	28 a 33	34 + 6	7 a 9 + 22 a 27	28 a 33	34 + 6	7 a 9 + 22 a 27	28 a 33	34 + 6
Castanheira	7 a 9 + 22 a 30	6 + 31 a 33	34	7 a 9 + 22 a 30	6 + 31 a 33	34	7 a 9 + 22 a 30	6 + 31 a 33	34
Chapada Dos Guimarães	22 a 9			22 a 9			22 a 9		
Cláudia	7 a 9 + 22 a 29	6 + 30 a 33	5 + 34 a 35	7 a 9 + 22 a 29	6 + 30 a 33	5 + 34 a 35	7 a 9 + 22 a 29	6 + 30 a 33	5 + 34 a 35
Cocalinho	7 a 9 + 22 a 34	35 a 3	4 a 6	7 a 9 + 22 a 34	35 a 3	4 a 6	7 a 9 + 22 a 34	35 a 3	4 a 6
Colíder	7 a 9 + 22 a 27	28 a 33	34 + 5 a 6	7 a 9 + 22 a 27	28 a 33	34 + 5 a 6	7 a 9 + 22 a 27	28 a 33	34 + 5 a 6
Colniza		22	23		22	23		22	23
Comodoro	22 a 9			22 a 9			22 a 9		

Confresa	22 a 26	27 a 33 + 9	34 + 8	22 a 26	27 a 33 + 9	34 + 8	22 a 26	27 a 33 + 9	34 + 8
Conquista D'Oeste	22 a 9			22 a 9			22 a 9		
Cotriguaçu	22 a 24	9	25 a 26	22 a 24	9	25 a 26	22 a 24	9	25 a 26
Cuiabá	7 a 9 + 22 a 34	5 a 6 + 35	36 a 4	7 a 9 + 22 a 34	5 a 6 + 35	36 a 4	7 a 9 + 22 a 34	5 a 6 + 35	36 a 4
Curvelândia	8 a 9 + 22 a 34	35 a 7		8 a 9 + 22 a 34	35 a 7		8 a 9 + 22 a 34	35 a 7	
Denise	22 a 9			22 a 9			22 a 9		
Diamantino	22 a 9			22 a 9			22 a 9		
Dom Aquino	22 a 9			22 a 9			22 a 9		
Feliz Natal	7 a 9 + 22 a 33	5 a 6 + 34	35 a 4	7 a 9 + 22 a 33	5 a 6 + 34	35 a 4	7 a 9 + 22 a 33	5 a 6 + 34	35 a 4
Figueirópolis D'Oeste	22 a 9			22 a 9			22 a 9		
Gaúcha Do Norte	22 a 9			22 a 9			22 a 9		
General Carneiro	22 a 9			22 a 9			22 a 9		
Glória D'Oeste	8 a 9 + 22 a 34	35 a 7		8 a 9 + 22 a 34	35 a 7		8 a 9 + 22 a 34	35 a 7	
Guarantã Do Norte	8 a 9 + 22 a 27	7 + 28 a 32	6 + 33 a 34	8 a 9 + 22 a 27	7 + 28 a 32	6 + 33 a 34	8 a 9 + 22 a 27	7 + 28 a 32	6 + 33 a 34
Guiratinga	22 a 9			22 a 9			22 a 9		
Indiavaí	22 a 9			22 a 9			22 a 9		
Ipiranga Do Norte	6 a 9 + 22 a 33	34	35 a 36 + 4 a 5	6 a 9 + 22 a 33	34	35 a 36 + 4 a 5	6 a 9 + 22 a 33	34	35 a 36 + 4 a 5
Itanhangá	6 a 9 + 22 a 33	34	35 a 5	6 a 9 + 22 a 33	34	35 a 5	6 a 9 + 22 a 33	34	35 a 5
Itaúba	7 a 9 + 22 a 28	6 + 29 a 33	5 + 34	7 a 9 + 22 a 28	6 + 29 a 33	5 + 34	7 a 9 + 22 a 28	6 + 29 a 33	5 + 34
Itiquira	22 a 9			22 a 9			22 a 9		
Jaciara	3 a 9 + 22 a 35	36 a 2		3 a 9 + 22 a 35	36 a 2		3 a 9 + 22 a 35	36 a 2	
Jangada	7 a 9 + 22 a 35	36 a 6		7 a 9 + 22 a 35	36 a 6		7 a 9 + 22 a 35	36 a 6	
Jauru	22 a 9			22 a 9			22 a 9		
Juara	7 a 9 + 22 a 30	6 + 31 a 33	5 + 34	7 a 9 + 22 a 30	6 + 31 a 33	5 + 34	7 a 9 + 22 a 30	6 + 31 a 33	5 + 34
Juína	5 a 9 + 22 a 34	35 a 4		5 a 9 + 22 a 34	35 a 4		5 a 9 + 22 a 34	35 a 4	
Juruena	9 + 22 a 25	8 + 26 a 30	31 a 32	9 + 22 a 25	8 + 26 a 30	31 a 32	9 + 22 a 25	8 + 26 a 30	31 a 32
Juscimeira	22 a 9			22 a 9			22 a 9		
Lambari D'Oeste	4 a 9 + 22 a 35	36 a 3		4 a 9 + 22 a 35	36 a 3		4 a 9 + 22 a 35	36 a 3	
Lucas Do Rio Verde	6 a 9 + 22 a 34	35 a 5		6 a 9 + 22 a 34	35 a 5		6 a 9 + 22 a 34	35 a 5	
Luciara	22 a 29	30 a 34 + 9	35	22 a 29	30 a 34 + 9	35	22 a 29	30 a 34 + 9	35
Marcelândia	7 a 9 + 22 a 27	6 + 28 a 33	34 a 35	7 a 9 + 22 a 27	6 + 28 a 33	34 a 35	7 a 9 + 22 a 27	6 + 28 a 33	34 a 35
Matupá	7 a 9 + 22 a 27	28 a 33	34 + 6	7 a 9 + 22 a 27	28 a 33	34 + 6	7 a 9 + 22 a 27	28 a 33	34 + 6
Mirassol D'Oeste	6 a 9 + 22 a 34	35 a 5		6 a 9 + 22 a 34	35 a 5		6 a 9 + 22 a 34	35 a 5	
Nobres	22 a 9			22 a 9			22 a 9		
Nortelândia	6 a 9 + 22 a 1	2 a 5		6 a 9 + 22 a 1	2 a 5		6 a 9 + 22 a 1	2 a 5	
Nossa Senhora Do Livramento	7 a 9 + 22 a 34	6 + 35	36 a 5	7 a 9 + 22 a 34	6 + 35	36 a 5	7 a 9 + 22 a 34	6 + 35	36 a 5
Nova Bandeirantes	9 + 22 a 25	8 + 26 a 30	31	9 + 22 a 25	8 + 26 a 30	31	9 + 22 a 25	8 + 26 a 30	31
Nova Brasilândia	22 a 9			22 a 9			22 a 9		
Nova Canaã Do Norte	7 a 9 + 22 a 27	28 a 33	6	7 a 9 + 22 a 27	28 a 33	6	7 a 9 + 22 a 27	28 a 33	6
Nova Guarita	7 a 9 + 22 a 27	28 a 33	34 + 6	7 a 9 + 22 a 27	28 a 33	34 + 6	7 a 9 + 22 a 27	28 a 33	34 + 6
Nova Lacerda	22 a 9			22 a 9			22 a 9		
Nova Marilândia	22 a 9			22 a 9			22 a 9		
Nova Maringá	22 a 9			22 a 9			22 a 9		
Nova Monte Verde	8 a 9 + 22 a 26	27 a 31	32 + 7	8 a 9 + 22 a 26	27 a 31	32 + 7	8 a 9 + 22 a 26	27 a 31	32 + 7
Nova Mutum	3 a 9 + 22 a 35	36 a 2		3 a 9 + 22 a 35	36 a 2		3 a 9 + 22 a 35	36 a 2	
Nova Nazaré	3 a 9 + 22 a 35	36 a 2		3 a 9 + 22 a 35	36 a 2		3 a 9 + 22 a 35	36 a 2	
Nova Olímpia	22 a 9			22 a 9			22 a 9		
Nova Santa Helena	7 a 9 + 22 a 27	6 + 28 a 33	34	7 a 9 + 22 a 27	6 + 28 a 33	34	7 a 9 + 22 a 27	6 + 28 a 33	34
Nova Ubiratã	22 a 9			22 a 9			22 a 9		
Nova Xavantina	22 a 9			22 a 9			22 a 9		
Novo Horizonte Do Norte	7 a 9 + 22 a 29	6 + 30 a 33	5 + 34	7 a 9 + 22 a 29	6 + 30 a 33	5 + 34	7 a 9 + 22 a 29	6 + 30 a 33	5 + 34
Novo Mundo	7 a 9 + 22 a 28	6 + 29 a 33	34 a 36	7 a 9 + 22 a 28	6 + 29 a 33	34 a 36	7 a 9 + 22 a 28	6 + 29 a 33	34 a 36
Novo Santo Antônio	8 a 9 + 22 a 34		7 + 35 a 1	8 a 9 + 22 a 34		7 + 35 a 1	8 a 9 + 22 a 34		7 + 35 a 1
Novo São Joaquim	22 a 9			22 a 9			22 a 9		
Paranaíta	8 a 9 + 22 a 27	7 + 28 a 32	6 + 33 a 34	8 a 9 + 22 a 27	7 + 28 a 32	6 + 33 a 34	8 a 9 + 22 a 27	7 + 28 a 32	6 + 33 a 34
Paranatinga	22 a 9			22 a 9			22 a 9		
Pedra Preta	22 a 9			22 a 9			22 a 9		
Peixoto De Azevedo	8 a 9 + 22 a 27	7 + 28 a 32	6 + 33 a 34	8 a 9 + 22 a 27	7 + 28 a 32	6 + 33 a 34	8 a 9 + 22 a 27	7 + 28 a 32	6 + 33 a 34
Planalto Da Serra	22 a 9			22 a 9			22 a 9		
Poconé	9 + 22 a 33	8 + 34	35	9 + 22 a 33	8 + 34	35	9 + 22 a 33	8 + 34	35
Pontal Do Araguaia	22 a 9			22 a 9			22 a 9		
Ponte Branca	22 a 9			22 a 9			22 a 9		
Pontes E Lacerda	22 a 9			22 a 9			22 a 9		
Porto Alegre Do Norte	9 + 22 a 29	30 a 34	8	9 + 22 a 29	30 a 34	8	9 + 22 a 29	30 a 34	8
Porto Dos Gaúchos	7 a 9 + 22 a 33	6 + 34	4 a 5 + 35	7 a 9 + 22 a 33	6 + 34	4 a 5 + 35	7 a 9 + 22 a 33	6 + 34	4 a 5 + 35
Porto Esperidião	4 a 9 + 22 a 35	36 a 3		4 a 9 + 22 a 35	36 a 3		4 a 9 + 22 a 35	36 a 3	
Porto Estrela	6 a 9 + 22 a 35	36 a 5		6 a 9 + 22 a 35	36 a 5		6 a 9 + 22 a 35	36 a 5	
Poxoréo	22 a 9			22 a 9			22 a 9		
Primavera Do Leste	22 a 9			22 a 9			22 a 9		
Querência	22 a 9			22 a 9			22 a 9		
Reserva Do Cabaçal	22 a 9			22 a 9			22 a 9		
Ribeirão Cascalheira	22 a 9			22 a 9			22 a 9		
Ribeirãozinho	22 a 9			22 a 9			22 a 9		
Rio Branco	22 a 9			22 a 9			22 a 9		
Rondolândia	22	23	24	22	23	24	22	23	24
Rondonópolis	22 a 9			22 a 9			22 a 9		
Rosário Oeste	22 a 9			22 a 9			22 a 9		
Salto Do Céu	22 a 9			22 a 9			22 a 9		
Santa Carmem	7 a 9 + 22 a 32	6 + 33 a 34	5 + 35 a 36	7 a 9 + 22 a 32	6 + 33 a 34	5 + 35 a 36	7 a 9 + 22 a 32	6 + 33 a 34	5 + 35 a 36
Santa Cruz Do Xingu	9 + 22 a 24	8 + 25 a 32	33 a 34	9 + 22 a 24	8 + 25 a 32	33 a 34	9 + 22 a 24	8 + 25 a 32	33 a 34
Santa Rita Do Trivelato	22 a 9			22 a 9			22 a 9		
Santa Terezinha	22 a 26	27 a 33	34 + 9	22 a 26	27 a 33	34 + 9	22 a 26	27 a 33	34 + 9
Santo Afonso	22 a 9			22 a 9			22 a 9		
Santo Antônio Do Leste	22 a 9			22 a 9			22 a 9		
Santo Antônio Do Leverger	8 a 9 + 22 a 34	7 + 35	36 a 6	8 a 9 + 22 a 34	7 + 35	36 a 6	8 a 9 + 22 a 34	7 + 35	36 a 6
São Félix Do Araguaia	8 a 9 + 22 a 34	7	6 + 35 a 1	8 a 9 + 22 a 34	7	6 + 35 a 1	8 a 9 + 22 a 34	7	6 + 35 a 1
São José Do Povo	22 a 9			22 a 9			22 a 9		
São José Do Rio Claro	22 a 9			22 a 9			22 a 9		
São José Do Xingu	8 a 9 + 22 a 29	30 a 34	35	8 a 9 + 22 a 29	30 a 34	35	8 a 9 + 22 a 29	30 a 34	35
São José Dos Quatro Marcos	6 a 9 + 22 a 35	36 a 5		6 a 9 + 22 a 35	36 a 5		6 a 9 + 22 a 35	36 a 5	
São Pedro Da Cipa	22 a 9			22 a 9			22 a 9		
Sapezal	22 a 9			22 a 9			22 a 9		
Serra Nova Dourada	7 a 9 + 22 a 34	6 + 35 a 1	2 a 5	7 a 9 + 22 a 34	6 + 35 a 1	2 a 5	7 a 9 + 22 a 34	6 + 35 a 1	2 a 5
Sinop	7 a 9 + 22 a 30	6 + 31 a 33	4 a 5 + 34 a 35	7 a 9 + 22 a 30	6 + 31 a 33	4 a 5 + 34 a 35	7 a 9 + 22 a 30	6 + 31 a 33	4 a 5 + 34 a 35
Sorriso	3 a 9 + 22 a 34	35 a 2		3 a 9 + 22 a 34	35 a 2		3 a 9 + 22 a 34	35 a 2	
Tabaporã	7 a 9 + 22 a 29	6 + 30 a 33	5 + 34	7 a 9 + 22 a 29	6 + 30 a 33	5 + 34	7 a 9 + 22 a 29	6 + 30 a 33	5 + 34
Tangará Da Serra	22 a 9			22 a 9			22 a 9		
Tapurah	6 a 9 + 22 a 33	5 + 34 a 35	36 a 4	6 a 9 + 22 a 33	5 + 34 a 35	36 a 4	6 a 9 + 22 a 33	5 + 34 a 35	36 a 4

Terra Nova Do Norte	7 a 9 + 22 a 27	6 + 28 a 33	34	7 a 9 + 22 a 27	6 + 28 a 33	34	7 a 9 + 22 a 27	6 + 28 a 33	34
Tesouro	22 a 9			22 a 9			22 a 9		
Torixoréu	22 a 9			22 a 9			22 a 9		
União Do Sul	7 a 9 + 22 a 29	6 + 30 a 33	5 + 34 a 35	7 a 9 + 22 a 29	6 + 30 a 33	5 + 34 a 35	7 a 9 + 22 a 29	6 + 30 a 33	5 + 34 a 35
Vale De São Domingos	22 a 9			22 a 9			22 a 9		
Várzea Grande	7 a 9 + 22 a 34	6 + 35	36 a 5	7 a 9 + 22 a 34	6 + 35	36 a 5	7 a 9 + 22 a 34	6 + 35	36 a 5
Vera	6 a 9 + 22 a 33	3 a 5 + 34 a 35	36 a 2	6 a 9 + 22 a 33	3 a 5 + 34 a 35	36 a 2	6 a 9 + 22 a 33	3 a 5 + 34 a 35	36 a 2
Vila Bela Da Santíssima Trindade	22 a 9			22 a 9			22 a 9		
Vila Rica	22 a 24	25 a 32 + 9	33 a 34	22 a 24	25 a 32 + 9	33 a 34	22 a 24	25 a 32 + 9	33 a 34

PORTARIA Nº 377, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2020

O SECRETÁRIO DE POLÍTICA AGRÍCOLA, no uso de suas atribuições e competências estabelecidas pelo Decreto nº 10.253, de 20 de fevereiro de 2020, e observado, no que couber, o contido no Decreto nº 9.841 de 18 de junho de 2019 e nas Instruções Normativas nº 2, de 9 de outubro de 2008, publicada no Diário Oficial da União de 13 de outubro de 2008, da Secretaria de Política Agrícola, e nº 16, de 9 de abril de 2018, publicada no Diário Oficial da União de 12 de abril de 2018, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, resolve:

Art. 1º Aprovar o Zoneamento Agrícola de Risco Climático para a cultura de arroz irrigado tropical no Estado de Mato Grosso do Sul conforme anexo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CÉSAR HANNA HALUM

ANEXO

1. NOTA TÉCNICA

No Brasil, o arroz (Oryza sativa L.) irrigado por inundação é produzido do Rio Grande do Sul a Roraima. Basicamente, a produção de arroz irrigado por inundação é dividida em dois ambientes, subtropical e tropical.

As principais limitações abióticas para a produção do arroz irrigado tropical são a disponibilidade de radiação solar e altas temperaturas. Ambos fatores meteorológicos são os que mais influenciam o potencial produtivo da cultura do arroz.

As faixas de temperaturas prejudiciais variam de acordo com o estádio fenológico da planta, sendo que as faixas de temperaturas ótimas variam de 20 a 35°C para a germinação, de 30 a 33°C para a floração e de 20 a 25°C para a maturação. Temperaturas superiores a 35°C podem ser prejudiciais a cultura chegando a causar esterilidade das espiguetas. Já, a radiação solar impacta especialmente nas fases reprodutiva (da diferenciação da panícula à floração; quando um aporte de radiação abaixo do ideal afeta o número de grãos por panícula), e de maturação (da floração à maturação fisiológica do grão; baixa incidência reduz o enchimento e o peso ideal dos grãos).

Estudos realizados no Sul e no Centro Oeste do Brasil mostraram que as maiores produtividades são obtidas com níveis crescentes de radiação solar, sendo observada uma correlação linear entre produtividade e acúmulo de radiação solar no ciclo da cultura. Basicamente, regiões com latitudes próxima ao equador apresentam um menor potencial produtivo, devido ao menor acúmulo de radiação solar fotossinteticamente ativa durante o período reprodutivo e enchimento de grãos. Nessas fases a demanda por carboidratos é alta devido à formação e enchimento das espiguetas que atuam como drenos e, quando há menor acúmulo desse fator, o declínio na produtividade é observado. Aportes menores de radiação solar durante o período reprodutivo impactam substancialmente o número e o peso das espiguetas, como consequência afeta a produtividade.

Em função do exposto, deduz-se que a época de semeadura é uma das práticas de manejo que desempenha papel de destaque na redução do risco climático pelo fato de aumentar as chances de que as fases críticas da planta escapem dos elementos climáticos adversos e coincidam com os favoráveis.

Nesse estudo foi utilizado o modelo de simulação do desenvolvimento, crescimento e produtividade da cultura do arroz denominado ORYZA. Resultados obtidos com esse modelo indicam que ele é capaz de simular, com níveis relativamente altos de acurácia, a produtividade das principais cultivares de arroz irrigado utilizadas nas distintas regiões produtoras do Brasil. De maneira simplificada, o modelo utiliza uma série de módulos (processos) para simular o desenvolvimento, crescimento e produtividade da planta de arroz. Para isso são considerados fatores relacionados ao solo, clima, cultivar ("características genéticas") e manejo da cultura. O modelo utiliza como dados de entrada a temperatura mínima e máxima diária, radiação solar global diária e precipitação diária.

Objetivou-se, com o Zoneamento Agrícola de Risco Climático (ZARC), identificar os municípios aptos e os períodos de semeadura com menor risco climático para o cultivo do arroz irrigado por inundação em três níveis de risco: 20%, 30%, 40%.

Essa identificação foi realizada com a aplicação do modelo de simulação do crescimento, desenvolvimento e rendimento da cultura do arroz, ORYZAv3 (https://sites.google.com/a/irri.org/oryza2000/about-oryza-version-3), para avaliar a resposta da cultura às condições climáticas da região de estudo.

Por se tratar de um modelo agroclimático, parte-se do pressuposto que não ocorrerão limitações quanto à fertilidade dos solos e danos às plantas devido à ocorrência de pragas e doenças.

Para delimitação das áreas aptas ao cultivo do arroz irrigado por inundação, em condições de baixo risco, destaca-se os seguintes aspectos:

- A parametrização do modelo ORYZAv3 é o processo de derivar coeficientes específicos de um cultivar por meio de dados observados em experimentos de campo. Nesse estudo, parametrizamos o modelo ORYZAv3 para a cultivar BRS Catiana. Essa cultivar foi desenvolvida pela Embrapa para ser cultivada na região tropical. Nos trópicos, devido a menor amplitude e maior temperatura média ambiente, há basicamente o ciclo médio.

- Foram feitas simulações com datas de semeadura para o período de 1º de setembro até 31 de dezembro, com intervalo decendial, para 1 grupo de cultivar onde predomina-se o ciclo médio.

- Para a determinação do risco climático, os rendimentos simulados pelo modelo ORYZAv3 para cada ponto, data de semeadura e ano, denominados nesse estudo como Rendimento Relativo (RRel), foram normalizados. Para o calculo da normalização, dividiu-se o RRel pelo Rendimento de Referência (REF). O REF representa o valor do percentil 0.90 (90%) do RRel, que nesse estudo foi de 12.336 kg/ha.

- Nesse estudo definiu-se como condição adversa ou de produtividade insuficiente os anos safra que resultassem em RRel inferior a 70% do rendimento de referência (REF).

- Considerou-de o risco de ocorrência de temperaturas muito baixas e deletérias à cultura, por meio da probabilidade de ocorrência de temperatura mínima menor ou igual a 7°C observadas no abrigo meteorológico;

A gestão de riscos de natureza climática, na cultura do arroz tropical irrigado por inundação, pode ser melhorada pela assistência técnica local, via a diluição de riscos, quando são associadas, ao calendário de semeadura preconizado nas Portarias de Zarc, práticas de manejo de cultivos que contemplem a rotação de culturas, o escalonamento de épocas de semeadura e a diversificação de cultivares (com ciclos diferentes) em uma mesma propriedade rural.

O Zarc, além de ser uma ferramenta de gestão de riscos na agricultura, para maior efetividade de resultados, também deve atuar como indutor de tecnologia de produção. Nesse sentido, especial atenção deve ser dada aos seguintes tópicos:

a. É necessário garantir a disponibilidade de água para irrigação por inundação durante todo o ciclo da cultura;

b. A metodologia empregada ainda não considera os efeitos deletérios da precipitação na época da colheita.

c. Os resultados de Zarc são gerados presumindo-se um manejo agronômico adequado para o desenvolvimento, crescimento e produtividade de cada cultura, em função da disponibilidade de recursos do ambiente em cada local. Falhas ou deficiências de diversos tipos, desde manejo inadequado da fertilidade do solo, de pragas e doenças ou escolha de cultivares não adaptadas para o ambiente edafoclimático, podem resultar em perdas de produtividade ou agravar perdas geradas por eventos meteorológicos adversos. Nesse contexto, é indispensável: utilizar sempre tecnologia de produção adequada para a condição edafoclimática local; controlar efetivamente as plantas daninhas durante o cultivo; adotar práticas de controle de pragas e doenças; e correção físico-química do solo (fertilidade e descompactação dos solos);

Considerou-se apto para o cultivo do arroz irrigado tropical os municípios em que o RRel foi maior ou igual a 70% do REF na frequência dos anos.

2. TIPO DE SOLO APTO AO CULTIVO

Nesse estudo considerou-se somente o solo hidromórfico, caracterizado por apresentar lençol freático próximo à superfície durante a maior parte do tempo e estar situado em áreas de relevo plano, que reune as condições exigidas pela cultura.

Não são indicadas para o cultivo as áreas de preservação permanente, de acordo com a Lei 12.651, de 25 de maio de 2012.

3. TABELA DE PERÍODOS DE SEMEADURA

Períodos	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
Datas	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 28	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 30
Meses	Janeiro			Fevereiro			Março			Abril		

Períodos	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24
Datas	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 30	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 31
Meses	Maio			Junho			Julho			Agosto		

Períodos	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36
Datas	1º a 10	11 a 20	21 a 30	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 30	1º a 10	11 a 20	21 a 31
Meses	Setembro			Outubro			Novembro			Dezembro		

4. CULTIVARES INDICADAS

Ficam indicadas no Zoneamento Agrícola de Risco Climático, as cultivares de arroz, recomendadas para o plantio em sistema de irrigação por inundação, registradas no Registro Nacional de Cultivares (RNC) do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, atendidas as indicações das regiões de adaptação, em conformidade com as recomendações dos respectivos obtentores/mantenedores.

Notas:

1) Informações específicas sobre as cultivares indicadas devem ser obtidas junto aos respectivos obtentores/mantenedores.

2) Devem ser utilizadas no plantio sementes produzidas em conformidade com a legislação brasileira sobre sementes e mudas (Lei nº 10.711, de 5 de agosto de 2003, e Decreto nº 5.153, de 23 de agosto de 2004).

5. RELAÇÃO DOS MUNICÍPIOS APTOS AO CULTIVO E PERÍODOS INDICADOS PARA SEMEADURA

MUNICÍPIOS	PERÍODOS DE SEMEADURAS PARA CULTIVARES DO GRUPO I								
	SOLO 1			SOLO 2			SOLO 3		
	RISCO DE 20%	RISCO DE 30%	RISCO DE 40%	RISCO DE 20%	RISCO DE 30%	RISCO DE 40%	RISCO DE 20%	RISCO DE 30%	RISCO DE 40%
Água Clara	16 a 9			16 a 9			16 a 9		
Alcinópolis	16 a 9			16 a 9			16 a 9		
Amambai	18 a 5	17	16 + 6	17 a 5	16	6	17 a 5	16	6
Anastácio	17 a 5	16 + 6	7 a 9	17 a 5	16 + 6		17 a 5	16 + 6	
Anaurilândia	16 a 5	6		16 a 5	6		16 a 5	6	
Angélica	17 a 5	16 + 6		17 a 5	16 + 6		17 a 5	16 + 6	
Antônio João	18 a 4	16 a 17 + 5		18 a 4	16 a 17 + 5		18 a 4	16 a 17 + 5	
Aparecida Do Taboado	16 a 9			16 a 9			16 a 9		
Aquidauana	9 + 16 a 5	6 a 8		9 + 16 a 5	6 a 8		9 + 16 a 5	6 a 8	
Aral Moreira	19 a 4	17 a 18 + 5	16	17 a 4	16 + 5		17 a 4	16 + 5	
Bandeirantes	16 a 9			16 a 9			16 a 9		
Bataguassu	16 a 5	6		16 a 5	6		16 a 5	6	
Batayporã	16 a 5		6	16 a 5		6	16 a 5		6
Bela Vista	17 a 5	16 + 6		17 a 5	16 + 6		17 a 5	16 + 6	
Bodoquena	16 a 5	6	7	16 a 5	6	7	16 a 5	6	7
Bonito	17 a 5	16 + 6		17 a 5	16 + 6		17 a 5	16 + 6	
Brasilândia	16 a 6	7	8 a 9	16 a 6	7	8 a 9	16 a 6	7	8 a 9
Caarapó	17 a 5	16	6	17 a 5	16	6	17 a 5	16	6
Camapuã	16 a 9			16 a 9			16 a 9		
Campo Grande	16 a 5	6		16 a 5	6		16 a 5	6	
Caracol	17 a 5	16 + 6		17 a 5	16 + 6		17 a 5	16 + 6	
Cassilândia	16 a 9			16 a 9			16 a 9		
Chapadão Do Sul	16 a 9			16 a 9			16 a 9		
Corguinho	9 + 16 a 5	6 a 8		9 + 16 a 5	6 a 8		9 + 16 a 5	6 a 8	
Coronel Sapucaia	20 a 4	17 a 19 + 5	16	17 a 4	16 + 5		17 a 4	16 + 5	

Corumbá	16 a 36	1 a 2 + 9	3 a 8	16 a 36	1 a 2 + 9	3 a 8	16 a 36	1 a 2 + 9	3 a 8
Costa Rica	16 a 9			16 a 9			16 a 9		
Coxim	16 a 9			16 a 9			16 a 9		
Deodápolis	17 a 5	16 + 6		17 a 5	16 + 6		17 a 5	16 + 6	
Dois Irmãos Do Buriti	16 a 5	6	7 a 9	16 a 5	6		16 a 5	6	
Douradina	17 a 5	16 + 6		17 a 5	16 + 6		17 a 5	16 + 6	
Dourados	17 a 5	16 + 6		17 a 5	16 + 6		17 a 5	16 + 6	
Eldorado	19 a 5	17 a 18	16 + 6	17 a 5	16	6	17 a 5	16	6
Fátima Do Sul	17 a 5	16 + 6		17 a 5	16 + 6		17 a 5	16 + 6	
Figueirão	16 a 9			16 a 9			16 a 9		
Glória De Dourados	17 a 5	16 + 6		17 a 5	16 + 6		17 a 5	16 + 6	
Guia Lopes Da Laguna	18 a 5	16 a 17		18 a 5	16 a 17		18 a 5	16 a 17	
Iguatemi	19 a 5	17 a 18	16 + 6	17 a 5	16	6	17 a 5	16	6
Inocência	16 a 9			16 a 9			16 a 9		
Itaporã	17 a 5	16	6	17 a 5	16	6	17 a 5	16	6
Itaquiraí	18 a 5	16 a 17	6	16 a 5		6	16 a 5		6
Ivinhema	16 a 5	6		16 a 5	6		16 a 5	6	
Japorã	18 a 5	17	16	17 a 5	16		17 a 5	16	
Jaraguari	16 a 6		7 a 9	16 a 6		7 a 9	16 a 6		7 a 9
Jardim	17 a 5	16 + 6		17 a 5	16 + 6		17 a 5	16 + 6	
Jateí	16 a 5	6		16 a 5	6		16 a 5	6	
Juti	17 a 5	16	6	17 a 5	16	6	17 a 5	16	6
Ladário	16 a 35	36	1 a 5	16 a 35	36	1 a 5	16 a 35	36	1 a 5
Laguna Carapã	17 a 5	16		17 a 5	16		17 a 5	16	
Maracaju	17 a 5	16	6	17 a 5	16	6	17 a 5	16	6
Miranda	16 a 5	6 a 9		16 a 5	6 a 9		16 a 5	6 a 9	
Mundo Novo	19 a 5	17 a 18	16	17 a 5	16		17 a 5	16	
Naviraí	16 a 5		6	16 a 5		6	16 a 5		6
Nioaque	17 a 5	16 + 6		17 a 5	16 + 6		17 a 5	16 + 6	
Nova Alvorada Do Sul	17 a 5	16 + 6		17 a 5	16 + 6		17 a 5	16 + 6	
Nova Andradina	16 a 5	6		16 a 5	6		16 a 5	6	
Novo Horizonte Do Sul	16 a 5		6	16 a 5		6	16 a 5		6
Paraíso Das Águas	16 a 9			16 a 9			16 a 9		
Paranaíba	16 a 9			16 a 9			16 a 9		
Paranhos	19 a 5	17 a 18	16	17 a 5	16		17 a 5	16	
Pedro Gomes	16 a 9			16 a 9			16 a 9		
Ponta Porã	18 a 4	16 a 17 + 5		18 a 4	16 a 17 + 5		18 a 4	16 a 17 + 5	
Porto Murtinho	17 a 5	16 + 6		17 a 5	16 + 6		17 a 5	16 + 6	
Ribas Do Rio Pardo	16 a 6	7	8 a 9	16 a 6	7	8 a 9	16 a 6	7	8 a 9
Rio Brilhante	17 a 5	16 + 6		17 a 5	16 + 6		17 a 5	16 + 6	
Rio Negro	16 a 9			16 a 9			16 a 9		
Rio Verde De Mato Grosso	16 a 9			16 a 9			16 a 9		
Rochedo	16 a 6	7 a 9		16 a 6	7 a 9		16 a 6	7 a 9	
Santa Rita Do Pardo	16 a 6		7	16 a 6		7	16 a 6		7
São Gabriel Do Oeste	16 a 9			16 a 9			16 a 9		
Selvíria	16 a 9			16 a 9			16 a 9		
Sete Quedas	19 a 5	17 a 18	16	17 a 5	16		17 a 5	16	
Sidrolândia	17 a 5	16 + 6		17 a 5	16 + 6		17 a 5	16 + 6	
Sonora	16 a 9			16 a 9			16 a 9		
Tacuru	19 a 5	17 a 18	16 + 6	17 a 5	16	6	17 a 5	16	6
Taquarussu	16 a 5		6	16 a 5		6	16 a 5		6
Terenos	16 a 5	6		16 a 5	6		16 a 5	6	
Três Lagoas	16 a 9			16 a 9			16 a 9		
Vicentina	17 a 5	16 + 6		17 a 5	16 + 6		17 a 5	16 + 6	

PORTARIA Nº 378, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2020

O SECRETÁRIO DE POLÍTICA AGRÍCOLA, no uso de suas atribuições e competências estabelecidas pelo Decreto nº 10.253, de 20 de fevereiro de 2020, e observado, no que couber, o contido no Decreto nº 9.841 de 18 de junho de 2019 e nas Instruções Normativas nº 2, de 9 de outubro de 2008, publicada no Diário Oficial da União de 13 de outubro de 2008, da Secretaria de Política Agrícola, e nº 16, de 9 de abril de 2018, publicada no Diário Oficial da União de 12 de abril de 2018, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, resolve:

Art. 1º Aprovar o Zoneamento Agrícola de Risco Climático para a cultura de arroz irrigado no Estado de Alagoas conforme anexo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CÉSAR HANNA HALUM

ANEXO

1. NOTA TÉCNICA

No Brasil, o arroz (Oryza sativa L.) irrigado por inundação é produzido do Rio Grande do Sul a Roraima. Basicamente, a produção de arroz irrigado por inundação é dividida em dois ambientes, subtropical e tropical.

As principais limitações abióticas para a produção do arroz irrigado tropical são a disponibilidade de radiação solar e altas temperaturas. Ambos fatores meteorológicos são os que mais influenciam o potencial produtivo da cultura do arroz.

As faixas de temperaturas prejudiciais variam de acordo com o estádio fenológico da planta, sendo que as faixas de temperaturas ótimas variam de 20 a 35°C para a germinação, de 30 a 33°C para a floração e de 20 a 25°C para a maturação. Temperaturas superiores a 35°C podem ser prejudiciais a cultura chegando a causar esterilidade das espiguetas. Já, a radiação solar impacta especialmente nas fases reprodutiva (da diferenciação da panícula à floração; quando um aporte de radiação abaixo do ideal afeta o número de grãos por panícula), e de maturação (da floração à maturação fisiológica do grão; baixa incidência reduz o enchimento e o peso ideal dos grãos).

Estudos realizados no Sul e no Centro Oeste do Brasil mostraram que as maiores produtividades são obtidas com níveis crescentes de radiação solar, sendo observada uma correlação linear entre produtividade e acúmulo de radiação solar no ciclo da cultura. Basicamente, regiões com latitudes próxima ao equador apresentam um menor potencial produtivo, devido ao menor acúmulo de radiação solar fotossinteticamente ativa durante o período reprodutivo e enchimento de grãos. Nessas fases a demanda por carboidratos é alta devido à formação e enchimento das espiguetas que atuam como drenos e, quando há menor acúmulo desse fator, o declínio na produtividade é observado. Aportes menores de radiação solar durante o período reprodutivo impactam substancialmente o número e o peso das espiguetas, como consequência afeta a produtividade.

Em função do exposto, deduz-se que a época de semeadura é uma das práticas de manejo que desempenha papel de destaque na redução do risco climático pelo fato de aumentar as chances de que as fases críticas da planta escapem dos elementos climáticos adversos e coincidam com os favoráveis.

Nesse estudo foi utilizado o modelo de simulação do desenvolvimento, crescimento e produtividade da cultura do arroz denominado ORYZA. Resultados obtidos com esse modelo indicam que ele é capaz de simular, com níveis relativamente altos de acurácia, a produtividade das principais cultivares de arroz irrigado utilizadas nas distintas regiões produtoras do Brasil. De maneira simplificada, o modelo utiliza uma série de módulos (processos) para simular o desenvolvimento, crescimento e produtividade da planta de arroz. Para isso são considerados fatores relacionados ao solo, clima, cultivar ("características genéticas") e manejo da cultura. O modelo utiliza como dados de entrada a temperatura mínima e máxima diária, radiação solar global diária e precipitação diária.

Objetivou-se, com o Zoneamento Agrícola de Risco Climático (ZARC), identificar os municípios aptos e os períodos de semeadura com menor risco climático para o cultivo do arroz irrigado por inundação em três níveis de risco: 20%, 30%, 40%.

Essa identificação foi realizada com a aplicação do modelo de simulação do crescimento, desenvolvimento e rendimento da cultura do arroz, ORYZAv3 (https://sites.google.com/a/irri.org/oryza2000/about-oryza-version-3), para avaliar a resposta da cultura às condições climáticas da região de estudo.

Por se tratar de um modelo agroclimático, parte-se do pressuposto que não ocorrerão limitações quanto à fertilidade dos solos e danos às plantas devido à ocorrência de pragas e doenças.

Para delimitação das áreas aptas ao cultivo do arroz irrigado por inundação, em condições de baixo risco, destaca-se os seguintes aspectos:

- A parametrização do modelo ORYZAv3 é o processo de derivar coeficientes específicos de um cultivar por meio de dados observados em experimentos de campo. Nesse estudo, parametrizamos o modelo ORYZAv3 para a cultivar BRS Catiana. Essa cultivar foi desenvolvida pela Embrapa para ser cultivada na região tropical. Nos trópicos, devido a menor amplitude e maior temperatura média ambiente, há basicamente o ciclo médio.

- Foram feitas simulações com datas de semeadura para o período de 1º de setembro até 31 de dezembro, com intervalo decendial, para 1 grupo de cultivar onde predomina-se o ciclo médio.

- Para a determinação do risco climático, os rendimentos simulados pelo modelo ORYZAv3 para cada ponto, data de semeadura e ano, denominados nesse estudo como Rendimento Relativo (RRel), foram normalizados. Para o calculo da normalização, dividiu-se o RRel pelo Rendimento de Referência (REF). O REF representa o valor do percentil 0.90 (90%) do RRel, que nesse estudo foi de 12.336 kg/ha.

- Nesse estudo definiu-se como condição adversa ou de produtividade insuficiente os anos safra que resultassem em RRel inferior a 70% do rendimento de referência (REF).

- Considerou-de o risco de ocorrência de temperaturas muito baixas e deletérias à cultura, por meio da probabilidade de ocorrência de temperatura mínima menor ou igual a 7°C observadas no abrigo meteorológico;

A gestão de riscos de natureza climática, na cultura do arroz tropical irrigado por inundação, pode ser melhorada pela assistência técnica local, via a diluição de riscos, quando são associadas, ao calendário de semeadura preconizado nas Portarias de Zarc, práticas de manejo de cultivos que contemplem a rotação de culturas, o escalonamento de épocas de semeadura e a diversificação de cultivares (com ciclos diferentes) em uma mesma propriedade rural.

O Zarc, além de ser uma ferramenta de gestão de riscos na agricultura, para maior efetividade de resultados, também deve atuar como indutor de tecnologia de produção. Nesse sentido, especial atenção deve ser dada aos seguintes tópicos:

a. É necessário garantir a disponibilidade de água para irrigação por inundação durante todo o ciclo da cultura;

b. A metodologia empregada ainda não considera os efeitos deletérios da precipitação na época da colheita.

c. Os resultados de Zarc são gerados presumindo-se um manejo agronômico adequado para o desenvolvimento, crescimento e produtividade de cada cultura, em função da disponibilidade de recursos do ambiente em cada local. Falhas ou deficiências de diversos tipos, desde manejo inadequado da fertilidade do solo, de pragas e doenças ou escolha de cultivares não adaptadas para o ambiente edafoclimático, podem resultar em perdas de produtividade ou agravar perdas geradas por eventos meteorológicos adversos. Nesse contexto, é indispensável: utilizar sempre tecnologia de produção adequada para a condição edafoclimática local; controlar efetivamente as plantas daninhas durante o cultivo; adotar práticas de controle de pragas e doenças; e correção físico-química do solo (fertilidade e descompactação dos solos);

Considerou-se apto para o cultivo do arroz irrigado tropical os municípios em que o RRel foi maior ou igual a 70% do REF na frequência dos anos.

2. TIPO DE SOLO APTO AO CULTIVO

Nesse estudo considerou-se somente o solo hidromórfico, caracterizado por apresentar lençol freático próximo à superfície durante a maior parte do tempo e estar situado em áreas de relevo plano, que reune as condições exigidas pela cultura.

Não são indicadas para o cultivo as áreas de preservação permanente, de acordo com a Lei 12.651, de 25 de maio de 2012.

3. TABELA DE PERÍODOS DE SEMEADURA

Períodos	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
Datas	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 28	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 30
Meses	Janeiro			Fevereiro			Março			Abril		

Períodos	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24
Datas	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 30	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 31
Meses	Maio			Junho			Julho			Agosto		

Períodos	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36
Datas	1º a 10	11 a 20	21 a 30	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 30	1º a 10	11 a 20	21 a 31
Meses	Setembro			Outubro			Novembro			Dezembro		

4. CULTIVARES INDICADAS

Ficam indicadas no Zoneamento Agrícola de Risco Climático, as cultivares de arroz, recomendadas para o plantio em sistema de irrigação por inundação, registradas no Registro Nacional de Cultivares (RNC) do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, atendidas as indicações das regiões de adaptação, em conformidade com as recomendações dos respectivos obtentores/mantenedores.

Notas:

1) Informações específicas sobre as cultivares indicadas devem ser obtidas junto aos respectivos obtentores/mantenedores.

2) Devem ser utilizadas no plantio sementes produzidas em conformidade com a legislação brasileira sobre sementes e mudas (Lei nº 10.711, de 5 de agosto de 2003, e Decreto nº 5.153, de 23 de agosto de 2004).

5. RELAÇÃO DOS MUNICÍPIOS APTOS AO CULTIVO E PERÍODOS INDICADOS PARA SEMEADURA

MUNICÍPIOS	PERÍODOS DE SEMEADURAS PARA CULTIVARES DO GRUPO I								
	SOLO 1			SOLO 2			SOLO 3		
	RISCO DE 20%	RISCO DE 30%	RISCO DE 40%	RISCO DE 20%	RISCO DE 30%	RISCO DE 40%	RISCO DE 20%	RISCO DE 30%	RISCO DE 40%
Água Branca	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Anadia	13 a 2	11 a 12 + 3		13 a 2	11 a 12 + 3		13 a 2	11 a 12 + 3	
Arapiraca	13 a 3	11 a 12	4	13 a 3	11 a 12	10 + 4	13 a 3	11 a 12	10 + 4
Atalaia	11 a 3		4 + 10	11 a 3		4 + 10	11 a 3		4 + 10
Barra De Santo Antônio	12 a 2	11 + 3	10 + 4	12 a 2	11 + 3	10 + 4	12 a 2	11 + 3	10 + 4
Barra De São Miguel	13 a 2	12	3	13 a 2	12	3	13 a 2	12	3
Batalha	12 a 3	10 a 11 + 4		12 a 3	10 a 11 + 4		12 a 3	10 a 11 + 4	
Belém	13 a 3	11 a 12	10 + 4	13 a 3	10 a 12	4	13 a 3	10 a 12	4
Belo Monte	12 a 3	10 a 11	4	12 a 3	10 a 11	4	12 a 3	10 a 11	4
Boca Da Mata	13 a 2	12 + 3	11	13 a 2	12 + 3	11	13 a 2	12 + 3	11
Branquinha	10 a 4	5 a 9		10 a 4	5 a 9		10 a 4	5 a 9	
Cacimbinhas	9 a 5	6 a 8		9 a 5	6 a 8		9 a 5	6 a 8	
Cajueiro	11 a 3	10 + 4	9	11 a 3	10 + 4	9	11 a 3	10 + 4	9
Campestre	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Campo Alegre	13 a 2	12 + 3	11	13 a 2	12 + 3	11	13 a 2	12 + 3	11
Campo Grande	13 a 2	12	3	13 a 2	12	3	13 a 2	12	3
Canapi	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Capela	11 a 3	10 + 4	9	11 a 3	10 + 4	9	11 a 3	10 + 4	9
Carneiros	11 a 4	5 a 10		11 a 4	5 a 10		11 a 4	5 a 10	
Chã Preta	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Coité Do Nóia	13 a 3	11 a 12	10 + 4	13 a 3	10 a 12	4	13 a 3	10 a 12	4
Colônia Leopoldina	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Coqueiro Seco	13 a 2	12 + 3		13 a 2	12 + 3		13 a 2	12 + 3	
Coruripe	13 a 2	12	3	13 a 2	12	3	13 a 2	12	3
Craíbas	13 a 3	10 a 12 + 4	5 a 6	13 a 3	10 a 12 + 4	5 a 6	13 a 3	10 a 12 + 4	5 a 6
Delmiro Gouveia	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Dois Riachos	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Estrela De Alagoas	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Feira Grande	13 a 2	12	11 + 3	13 a 2	12	11 + 3	13 a 2	12	11 + 3
Feliz Deserto	13 a 2		12	13 a 2		12	13 a 2		12
Flexeiras	10 a 4	5 a 9		10 a 4	5 a 9		10 a 4	5 a 9	
Girau Do Ponciano	12 a 3	11	10 + 4	12 a 3	11	10 + 4	12 a 3	11	10 + 4
Ibateguara	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Igaci	13 a 3	10 a 12 + 4	5 a 6	13 a 3	10 a 12 + 4	5 a 6	13 a 3	10 a 12 + 4	5 a 6
Igreja Nova	13 a 2		12	13 a 2		12	13 a 2		12
Inhapi	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Jacaré Dos Homens	12 a 3	10 a 11 + 4	5 a 6	12 a 3	10 a 11 + 4	5 a 6	12 a 3	10 a 11 + 4	5 a 6
Jacuípe	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Japaratinga	10 a 4	5 a 9		10 a 4	5 a 9		10 a 4	5 a 9	
Jaramataia	12 a 3	10 a 11 + 4	5 a 6	12 a 3	10 a 11 + 4	5 a 6	12 a 3	10 a 11 + 4	5 a 6
Jequiá Da Praia	13 a 2	12	3	13 a 2	12	3	13 a 2	12	3
Joaquim Gomes	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Jundiá	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Junqueiro	13 a 2	12 + 3	11	13 a 2	12 + 3	11	13 a 2	12 + 3	11
Lagoa Da Canoa	13 a 2	11 a 12 + 3		13 a 2	11 a 12 + 3		13 a 2	11 a 12 + 3	
Limoeiro De Anadia	13 a 2	11 a 12 + 3		13 a 2	11 a 12 + 3		13 a 2	11 a 12 + 3	
Maceió	12 a 2	11 + 3	4	12 a 2	11 + 3	4	12 a 2	11 + 3	4
Major Isidoro	12 a 3	4 a 11		12 a 3	4 a 11		12 a 3	4 a 11	
Mar Vermelho	13 a 3	11 a 12	10 + 4	13 a 3	10 a 12	4	13 a 3	10 a 12	4
Maragogi	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Maravilha	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Marechal Deodoro	13 a 2	12 + 3		13 a 2	12 + 3		13 a 2	12 + 3	
Maribondo	13 a 3	11 a 12	4	13 a 3	11 a 12	4	13 a 3	11 a 12	4
Mata Grande	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Matriz De Camaragibe	9 a 4	5 a 8		9 a 4	5 a 8		9 a 4	5 a 8	
Messias	11 a 3	4	9 a 10	11 a 3	4	9 a 10	11 a 3	4	9 a 10
Minador Do Negrão	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Monteirópolis	12 a 3	10 a 11 + 4	5 a 9	12 a 3	10 a 11 + 4	5 a 9	12 a 3	10 a 11 + 4	5 a 9
Murici	11 a 4	10 + 5	6 a 9	11 a 4	10 + 5	6 a 9	11 a 4	10 + 5	6 a 9
Novo Lino	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Olho D'Água Das Flores	12 a 3	9 a 11 + 4	5 a 8	12 a 3	9 a 11 + 4	5 a 8	12 a 3	9 a 11 + 4	5 a 8
Olho D'Água Do Casado	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Olho D'Água Grande	13 a 2	12	3	13 a 2	12	3	13 a 2	12	3
Olivença	12 a 3	4 a 11		12 a 3	4 a 11		12 a 3	4 a 11	
Ouro Branco	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Palestina	12 a 3	10 a 11 + 4		12 a 3	10 a 11 + 4		12 a 3	10 a 11 + 4	
Palmeira Dos Índios	11 a 5	6 a 10		11 a 5	6 a 10		11 a 5	6 a 10	
Pão De Açúcar	11 a 4	5 a 10		11 a 4	5 a 10		11 a 4	5 a 10	
Pariconha	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Paripueira	12 a 2	11 + 3	4	12 a 2	11 + 3	4	12 a 2	11 + 3	4
Passo De Camaragibe	11 a 4	10 + 5	6 a 9	11 a 4	10 + 5	6 a 9	11 a 4	10 + 5	6 a 9
Paulo Jacinto	9 a 5	6 a 8		9 a 5	6 a 8		9 a 5	6 a 8	
Penedo	13 a 2		12	13 a 2		12	13 a 2		12
Piaçabuçu	13 a 2		12	13 a 2		12	13 a 2		12
Pilar	13 a 2	12 + 3	11	13 a 2	12 + 3	11	13 a 2	12 + 3	11
Pindoba	13 a 3	11 a 12	4	13 a 3	11 a 12	10 + 4	13 a 3	11 a 12	10 + 4
Piranhas	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Poço Das Trincheiras	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Porto Calvo	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Porto De Pedras	10 a 4	5 a 9		10 a 4	5 a 9		10 a 4	5 a 9	
Porto Real Do Colégio	13 a 2	12		13 a 2	12		13 a 2	12	
Quebrangulo	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Rio Largo	12 a 3	11	10 + 4	12 a 3	11	10 + 4	12 a 3	11	10 + 4
Roteiro	13 a 2	12	3	13 a 2	12	3	13 a 2	12	3
Santa Luzia Do Norte	13 a 2	12 + 3		13 a 2	12 + 3		13 a 2	12 + 3	
Santana Do Ipanema	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Santana Do Mundaú	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
São Brás	12 a 2		3	12 a 2		3	12 a 2		3
São José Da Laje	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
São José Da Tapera	11 a 5	6 a 10		11 a 5	6 a 10		11 a 5	6 a 10	
São Luís Do Quitunde	10 a 4	5 a 9		10 a 4	5 a 9		10 a 4	5 a 9	
São Miguel Dos Campos	13 a 2	12 + 3		13 a 2	12 + 3		13 a 2	12 + 3	
São Miguel Dos Milagres	11 a 4	10 + 5	6 a 9	11 a 4	10 + 5	6 a 9	11 a 4	10 + 5	6 a 9
São Sebastião	13 a 2	12	3	13 a 2	12	3	13 a 2	12	3
Satuba	12 a 2	3	11	12 a 2	3		12 a 2	3	
Senador Rui Palmeira	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Tanque D'Arca	13 a 3	11 a 12	4	13 a 3	11 a 12	10 + 4	13 a 3	11 a 12	10 + 4
Taquarana	13 a 3	11 a 12	10 + 4	13 a 3	10 a 12	4	13 a 3	10 a 12	4
Teotônio Vilela	13 a 2	12	3	13 a 2	12	3	13 a 2	12	3
Traipu	12 a 3	11	10 + 4	12 a 3	11	10 + 4	12 a 3	11	10 + 4
União Dos Palmares	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Viçosa	10 a 4	5 a 9		10 a 4	5 a 9		10 a 4	5 a 9	

PORTARIA Nº 379, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2020

O SECRETÁRIO DE POLÍTICA AGRÍCOLA, no uso de suas atribuições e competências estabelecidas pelo Decreto nº 10.253, de 20 de fevereiro de 2020, e observado, no que couber, o contido no Decreto nº 9.841 de 18 de junho de 2019 e nas Instruções Normativas nº 2, de 9 de outubro de 2008, publicada no Diário Oficial da União de 13 de outubro de 2008, da Secretaria de Política Agrícola, e nº 16, de 9 de abril de 2018, publicada no Diário Oficial da União de 12 de abril de 2018, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, resolve:

Art. 1º Aprovar o Zoneamento Agrícola de Risco Climático para a cultura de arroz irrigado tropical no Estado da Bahia conforme anexo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CÉSAR HANNA HALUM

ANEXO

1. NOTA TÉCNICA

No Brasil, o arroz (Oryza sativa L.) irrigado por inundação é produzido do Rio Grande do Sul a Roraima. Basicamente, a produção de arroz irrigado por inundação é dividida em dois ambientes, subtropical e tropical.

As principais limitações abióticas para a produção do arroz irrigado tropical são a disponibilidade de radiação solar e altas temperaturas. Ambos fatores meteorológicos são os que mais influenciam o potencial produtivo da cultura do arroz.

As faixas de temperaturas prejudiciais variam de acordo com o estádio fenológico da planta, sendo que as faixas de temperaturas ótimas variam de 20 a 35°C para a germinação, de 30 a 33°C para a floração e de 20 a 25°C para a maturação. Temperaturas superiores a 35°C podem ser prejudiciais a cultura chegando a causar esterilidade das espiguetas. Já, a radiação solar impacta especialmente nas fases reprodutiva (da diferenciação da panícula à floração; quando um aporte de radiação abaixo do ideal afeta o número de grãos por panícula), e de maturação (da floração à maturação fisiológica do grão; baixa incidência reduz o enchimento e o peso ideal dos grãos).

Estudos realizados no Sul e no Centro Oeste do Brasil mostraram que as maiores produtividades são obtidas com níveis crescentes de radiação solar, sendo observada uma correlação linear entre produtividade e acúmulo de radiação solar no ciclo da cultura. Basicamente, regiões com latitudes próxima ao equador apresentam um menor potencial produtivo, devido ao menor acúmulo de radiação solar fotossinteticamente ativa durante o período reprodutivo e enchimento de grãos. Nessas fases a demanda por carboidratos é alta devido à formação e enchimento das espiguetas que atuam como drenos e, quando há menor acúmulo desse fator, o declínio na produtividade é observado. Aportes menores de radiação solar durante o período reprodutivo impactam substancialmente o número e o peso das espiguetas, como consequência afeta a produtividade.

Em função do exposto, deduz-se que a época de semeadura é uma das práticas de manejo que desempenha papel de destaque na redução do risco climático pelo fato de aumentar as chances de que as fases críticas da planta escapem dos elementos climáticos adversos e coincidam com os favoráveis.

Nesse estudo foi utilizado o modelo de simulação do desenvolvimento, crescimento e produtividade da cultura do arroz denominado ORYZA. Resultados obtidos com esse modelo indicam que ele é capaz de simular, com níveis relativamente altos de acurácia, a produtividade das principais cultivares de arroz irrigado utilizadas nas distintas regiões produtoras do Brasil. De maneira simplificada, o modelo utiliza uma série de módulos (processos) para simular o desenvolvimento, crescimento e produtividade da planta de arroz. Para isso são considerados fatores relacionados ao solo, clima, cultivar ("características genéticas") e manejo da cultura. O modelo utiliza como dados de entrada a temperatura mínima e máxima diária, radiação solar global diária e precipitação diária.

Objetivou-se, com o Zoneamento Agrícola de Risco Climático (ZARC), identificar os municípios aptos e os períodos de semeadura com menor risco climático para o cultivo do arroz irrigado por inundação em três níveis de risco: 20%, 30%, 40%.

Essa identificação foi realizada com a aplicação do modelo de simulação do crescimento, desenvolvimento e rendimento da cultura do arroz, ORYZAv3 (https://sites.google.com/a/irri.org/oryza2000/about-oryza-version-3), para avaliar a resposta da cultura às condições climáticas da região de estudo.

Por se tratar de um modelo agroclimático, parte-se do pressuposto que não ocorrerão limitações quanto à fertilidade dos solos e danos às plantas devido à ocorrência de pragas e doenças.

Para delimitação das áreas aptas ao cultivo do arroz irrigado por inundação, em condições de baixo risco, destaca-se os seguintes aspectos:

- A parametrização do modelo ORYZAv3 é o processo de derivar coeficientes específicos de um cultivar por meio de dados observados em experimentos de campo. Nesse estudo, parametrizamos o modelo ORYZAv3 para a cultivar BRS Catiana. Essa cultivar foi desenvolvida pela Embrapa para ser cultivada na região tropical. Nos trópicos, devido a menor amplitude e maior temperatura média ambiente, há basicamente o ciclo médio.

- Foram feitas simulações com datas de semeadura para o período de 1º de setembro até 31 de dezembro, com intervalo decendial, para 1 grupo de cultivar onde predomina-se o ciclo médio.

- Para a determinação do risco climático, os rendimentos simulados pelo modelo ORYZAv3 para cada ponto, data de semeadura e ano, denominados nesse estudo como Rendimento Relativo (RRel), foram normalizados. Para o calculo da normalização, dividiu-se o RRel pelo Rendimento de Referência (REF). O REF representa o valor do percentil 0.90 (90%) do RRel, que nesse estudo foi de 12.336 kg/ha.

- Nesse estudo definiu-se como condição adversa ou de produtividade insuficiente os anos safra que resultassem em RRel inferior a 70% do rendimento de referência (REF).

- Considerou-de o risco de ocorrência de temperaturas muito baixas e deletérias à cultura, por meio da probabilidade de ocorrência de temperatura mínima menor ou igual a 7°C observadas no abrigo meteorológico;

A gestão de riscos de natureza climática, na cultura do arroz tropical irrigado por inundação, pode ser melhorada pela assistência técnica local, via a diluição de riscos, quando são associadas, ao calendário de semeadura preconizado nas Portarias de Zarc, práticas de manejo de cultivos que contemplem a rotação de culturas, o escalonamento de épocas de semeadura e a diversificação de cultivares (com ciclos diferentes) em uma mesma propriedade rural.

O Zarc, além de ser uma ferramenta de gestão de riscos na agricultura, para maior efetividade de resultados, também deve atuar como indutor de tecnologia de produção. Nesse sentido, especial atenção deve ser dada aos seguintes tópicos:

a. É necessário garantir a disponibilidade de água para irrigação por inundação durante todo o ciclo da cultura;

b. A metodologia empregada ainda não considera os efeitos deletérios da precipitação na época da colheita.

c. Os resultados de Zarc são gerados presumindo-se um manejo agronômico adequado para o desenvolvimento, crescimento e produtividade de cada cultura, em função da disponibilidade de recursos do ambiente em cada local. Falhas ou deficiências de diversos tipos, desde manejo inadequado da fertilidade do solo, de pragas e doenças ou escolha de cultivares não adaptadas para o ambiente edafoclimático, podem resultar em perdas de produtividade ou agravar perdas geradas por eventos meteorológicos adversos. Nesse contexto, é indispensável: utilizar sempre tecnologia de produção adequada para a condição edafoclimática local; controlar efetivamente as plantas daninhas durante o cultivo; adotar práticas de controle de pragas e doenças; e correção físico-química do solo (fertilidade e descompactação dos solos);

Considerou-se apto para o cultivo do arroz irrigado tropical os municípios em que o RRel foi maior ou igual a 70% do REF na frequência dos anos.

2. TIPO DE SOLO APTO AO CULTIVO

Nesse estudo considerou-se somente o solo hidromórfico, caracterizado por apresentar lençol freático próximo à superfície durante a maior parte do tempo e estar situado em áreas de relevo plano, que reune as condições exigidas pela cultura.

Não são indicadas para o cultivo as áreas de preservação permanente, de acordo com a Lei 12.651, de 25 de maio de 2012.

3. TABELA DE PERÍODOS DE SEMEADURA

Períodos	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
Datas	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 28	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 30
Meses	Janeiro			Fevereiro			Março			Abril		

Períodos	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24
Datas	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 30	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 31
Meses	Maio			Junho			Julho			Agosto		

Períodos	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36
Datas	1º a 10	11 a 20	21 a 30	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 30	1º a 10	11 a 20	21 a 31
Meses	Setembro			Outubro			Novembro			Dezembro		

4. CULTIVARES INDICADAS

Ficam indicadas no Zoneamento Agrícola de Risco Climático, as cultivares de arroz, recomendadas para o plantio em sistema de irrigação por inundação, registradas no Registro Nacional de Cultivares (RNC) do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, atendidas as indicações das regiões de adaptação, em conformidade com as recomendações dos respectivos obtentores/mantenedores.

Notas:

1) Informações específicas sobre as cultivares indicadas devem ser obtidas junto aos respectivos obtentores/mantenedores.

2) Devem ser utilizadas no plantio sementes produzidas em conformidade com a legislação brasileira sobre sementes e mudas (Lei nº 10.711, de 5 de agosto de 2003, e Decreto nº 5.153, de 23 de agosto de 2004).

5. RELAÇÃO DOS MUNICÍPIOS APTOS AO CULTIVO E PERÍODOS INDICADOS PARA SEMEADURA

MUNICÍPIOS	PERÍODOS DE SEMEADURAS PARA CULTIVARES DO GRUPO I								
	SOLO 1			SOLO 2			SOLO 3		
	RISCO DE 20%	RISCO DE 30%	RISCO DE 40%	RISCO DE 20%	RISCO DE 30%	RISCO DE 40%	RISCO DE 20%	RISCO DE 30%	RISCO DE 40%
Abaíra	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Abaré	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Acajutiba	11 a 2	10 + 3		11 a 2	10 + 3		11 a 2	10 + 3	
Adustina	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Água Fria	10 a 3	9 + 4	5 a 8	10 a 3	9 + 4	5 a 8	10 a 3	9 + 4	5 a 8
Aiquara	11 a 7		8 a 10	11 a 7		8 a 10	11 a 7		8 a 10
Alagoinhas	11 a 2	10 + 3	9 + 4 a 5	11 a 2	10 + 3	9 + 4 a 5	11 a 2	10 + 3	9 + 4 a 5
Alcobaça	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Almadina	11 a 7	8 a 10		11 a 7	8 a 10		11 a 7	8 a 10	
Amargosa	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Amélia Rodrigues	10 a 3	4	5 a 9	10 a 3	4	5 a 9	10 a 3	4	5 a 9
América Dourada	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Anagé	11 a 7	8 a 10		11 a 7	8 a 10		11 a 7	8 a 10	
Andaraí	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Andorinha	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Angical	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Anguera	10 a 4	5 a 9		10 a 4	5 a 9		10 a 4	5 a 9	
Antas	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Antônio Cardoso	9 a 4	5 a 8		9 a 4	5 a 8		9 a 4	5 a 8	
Antônio Gonçalves	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Aporá	11 a 2	10 + 3	9	11 a 2	10 + 3	9	11 a 2	10 + 3	9
Apuarema	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Araças	11 a 2	10 + 3	4 a 5	11 a 2	10 + 3	4 a 5	11 a 2	10 + 3	4 a 5
Aracatu	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Araci	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Aramari	10 a 2	3	4 a 5 + 9	10 a 2	3	4 a 5 + 9	10 a 2	3	4 a 5 + 9
Arataca	11 a 7	8 a 10		11 a 7	8 a 10		11 a 7	8 a 10	
Aratuípe	9 a 4	5 a 8		9 a 4	5 a 8		9 a 4	5 a 8	
Aurelino Leal	11 a 7	8 a 10		11 a 7	8 a 10		11 a 7	8 a 10	
Baianópolis	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Baixa Grande	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Banzaê	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Barra	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Barra Da Estiva	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Barra Do Choça	12 a 7	8	11	12 a 7	8		12 a 7	8	
Barra Do Mendes	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Barra Do Rocha	11 a 7	8 a 10		11 a 7	8 a 10		11 a 7	8 a 10	
Barreiras	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Barro Alto	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Barro Preto	11 a 7	8 a 10		11 a 7	8 a 10		11 a 7	8 a 10	
Barrocas	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Belmonte	11 a 7	8 a 10		11 a 7	8 a 10		11 a 7	8 a 10	
Belo Campo	11 a 7	8 a 10		11 a 7	8 a 10		11 a 7	8 a 10	
Biritinga	10 a 4	5 a 9		10 a 4	5 a 9		10 a 4	5 a 9	
Boa Nova	12 a 7	11	8 a 10	12 a 7	11	8 a 10	12 a 7	11	8 a 10
Boa Vista Do Tupim	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Bom Jesus Da Lapa	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Bom Jesus Da Serra	12 a 7		8 + 11	12 a 7		8	12 a 7		8
Boninal	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Bonito	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Boquira	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Botuporã	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Brejões	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Brejolândia	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Brotas De Macaúbas	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Brumado	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Buerarema	11 a 7	8 a 10		11 a 7	8 a 10		11 a 7	8 a 10	

Buritirama	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Caatiba	12 a 7		8 + 11	12 a 7		8	12 a 7		8
Cabaceiras Do Paraguaçu	9 a 4	5 a 8		9 a 4	5 a 8		9 a 4	5 a 8	
Cachoeira	10 a 4	9 + 5	6 a 8	10 a 4	9 + 5	6 a 8	10 a 4	9 + 5	6 a 8
Caculé	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Caém	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Caetanos	12 a 7	11 + 8	9 a 10	12 a 7	11 + 8	9 a 10	12 a 7	11 + 8	9 a 10
Caetité	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Cafarnaum	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Cairu	10 a 4	5 a 9		10 a 4	5 a 9		10 a 4	5 a 9	
Caldeirão Grande	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Camacan	11 a 7	8 a 10		11 a 7	8 a 10		11 a 7	8 a 10	
Camaçari	10 a 3		4 a 5 + 9	10 a 3		4 a 5 + 9	10 a 3		4 a 5 + 9
Camamu	11 a 7	8 a 10		11 a 7	8 a 10		11 a 7	8 a 10	
Campo Alegre De Lourdes	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Campo Formoso	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Canápolis	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Canarana	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Canavieiras	11 a 6	7 a 10		11 a 6	7 a 10		11 a 6	7 a 10	
Candeal	10 a 4	5 a 9		10 a 4	5 a 9		10 a 4	5 a 9	
Candeias	10 a 3		4 a 5 + 9	10 a 3		4 a 5 + 9	10 a 3		4 a 5 + 9
Candiba	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Cândido Sales	11 a 7	8 a 10		11 a 7	8 a 10		11 a 7	8 a 10	
Cansanção	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Canudos	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Capela Do Alto Alegre	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Capim Grosso	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Caraíbas	11 a 7	8 a 10		11 a 7	8 a 10		11 a 7	8 a 10	
Caravelas	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Cardeal Da Silva	11 a 2		3 + 10	11 a 2		3 + 10	11 a 2		3 + 10
Carinhanha	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Casa Nova	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Castro Alves	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Catolândia	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Catu	10 a 2	3	4 a 5 + 9	10 a 2	3	4 a 5 + 9	10 a 2	3	4 a 5 + 9
Caturama	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Central	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Chorrochó	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Cícero Dantas	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Cipó	9 a 4	5 a 8		9 a 4	5 a 8		9 a 4	5 a 8	
Coaraci	11 a 7	8 a 10		11 a 7	8 a 10		11 a 7	8 a 10	
Cocos	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Conceição Da Feira	10 a 4	9 + 5	6 a 8	10 a 4	9 + 5	6 a 8	10 a 4	9 + 5	6 a 8
Conceição Do Almeida	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Conceição Do Coité	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Conceição Do Jacuípe	10 a 3	4	5 a 9	10 a 3	4	5 a 9	10 a 3	4	5 a 9
Conde	12 a 2	11	10 + 3	12 a 2	11	10 + 3	12 a 2	11	10 + 3
Condeúba	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Contendas Do Sincorá	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Coração De Maria	10 a 3	4	5 a 9	10 a 3	4	5 a 9	10 a 3	4	5 a 9
Cordeiros	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Coribe	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Coronel João Sá	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Correntina	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Cotegipe	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Cravolândia	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Crisópolis	11 a 2	9 a 10 + 3	4	11 a 2	9 a 10 + 3	4	11 a 2	9 a 10 + 3	4
Cristópolis	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Cruz Das Almas	9 a 4	5 a 8		9 a 4	5 a 8		9 a 4	5 a 8	
Curaçá	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Dário Meira	12 a 7	11	8 a 10	12 a 7	11	8 a 10	12 a 7	11	8 a 10
Dias D'Ávila	10 a 3		4 a 5 + 9	10 a 3		4 a 5 + 9	10 a 3		4 a 5 + 9
Dom Basílio	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Dom Macedo Costa	9 a 4	5 a 8		9 a 4	5 a 8		9 a 4	5 a 8	
Elísio Medrado	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Encruzilhada	11 a 7	8 a 10		11 a 7	8 a 10		11 a 7	8 a 10	
Entre Rios	11 a 2	3	10	11 a 2	3	10	11 a 2	3	10
Érico Cardoso	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Esplanada	11 a 2		3 + 10	11 a 2		3 + 10	11 a 2		3 + 10
Euclides Da Cunha	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Eunápolis	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Fátima	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Feira Da Mata	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Feira De Santana	10 a 4	5 a 9		10 a 4	5 a 9		10 a 4	5 a 9	
Filadélfia	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Firmino Alves	12 a 7	11	8 a 10	12 a 7	11	8 a 10	12 a 7	11	8 a 10
Floresta Azul	11 a 7		8 a 10	11 a 7		8 a 10	11 a 7		8 a 10
Formosa Do Rio Preto	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Gandu	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Gavião	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Gentio Do Ouro	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Glória	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Gongogi	11 a 7	8 a 10		11 a 7	8 a 10		11 a 7	8 a 10	
Governador Mangabeira	9 a 4	5 a 8		9 a 4	5 a 8		9 a 4	5 a 8	
Guajeru	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Guanambi	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Guaratinga	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Heliópolis	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Iaçu	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Ibiassucê	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Ibicaraí	11 a 7	8 a 10		11 a 7	8 a 10		11 a 7	8 a 10	
Ibicoara	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Ibicuí	11 a 7		8 a 10	11 a 7		8 a 10	11 a 7		8 a 10
Ibipeba	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Ibipitanga	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Ibiquera	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Ibirapitanga	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Ibirapuã	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Ibirataia	11 a 7	8 a 10		11 a 7	8 a 10		11 a 7	8 a 10	
Ibitiara	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Ibititá	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Ibotirama	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Ichu	10 a 6	7 a 9		10 a 6	7 a 9		10 a 6	7 a 9	
Igaporã	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Igrapiúna	11 a 7	8 a 10		11 a 7	8 a 10		11 a 7	8 a 10	
Iguaí	12 a 7	11	8 a 10	12 a 7	11	8 a 10	12 a 7	11	8 a 10
Ilhéus	11 a 7	8 a 10		11 a 7	8 a 10		11 a 7	8 a 10	
Inhambupe	10 a 2	3	4 a 5 + 9	10 a 2	3	4 a 5 + 9	10 a 2	3	4 a 5 + 9
Ipecaetá	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Ipiaú	11 a 7	8 a 10		11 a 7	8 a 10		11 a 7	8 a 10	
Ipirá	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Ipupiara	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Irajuba	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Iramaia	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Iraquara	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Irará	10 a 3		4 a 9	10 a 3		4 a 9	10 a 3		4 a 9
Irecê	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Itabela	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Itaberaba	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Itabuna	11 a 7	8 a 10		11 a 7	8 a 10		11 a 7	8 a 10	
Itacaré	11 a 6	7 a 10		11 a 6	7 a 10		11 a 6	7 a 10	
Itaeté	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Itagi	11 a 7		8 a 10	11 a 7		8 a 10	11 a 7		8 a 10
Itagibá	11 a 7		8 a 10	11 a 7		8 a 10	11 a 7		8 a 10
Itagimirim	11 a 7	8 a 10		11 a 7	8 a 10		11 a 7	8 a 10	
Itaguaçu Da Bahia	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Itaju Do Colônia	11 a 7	8 a 10		11 a 7	8 a 10		11 a 7	8 a 10	
Itajuípe	11 a 7	8 a 10		11 a 7	8 a 10		11 a 7	8 a 10	
Itamaraju	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Itamari	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Itambé	12 a 7	8	11	12 a 7	8		12 a 7	8	
Itanagra	11 a 2	10 + 3		11 a 2	10 + 3		11 a 2	10 + 3	
Itanhém	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Itaparica	10 a 4	9 + 5	6 a 8	10 a 4	9 + 5	6 a 8	10 a 4	9 + 5	6 a 8
Itapé	11 a 7	8 a 10		11 a 7	8 a 10		11 a 7	8 a 10	
Itapebi	11 a 7	8 a 10		11 a 7	8 a 10		11 a 7	8 a 10	
Itapetinga	12 a 7	11	8 a 10	12 a 7	11	8 a 10	12 a 7	11	8 a 10
Itapicuru	9 a 3	4 a 8		9 a 3	4 a 8		9 a 3	4 a 8	
Itapitanga	11 a 7	8 a 10		11 a 7	8 a 10		11 a 7	8 a 10	
Itaquara	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Itarantim	11 a 7	8 a 10		11 a 7	8 a 10		11 a 7	8 a 10	
Itatim	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Itiruçu	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Itiúba	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Itororó	12 a 7	11	8 a 10	12 a 7	11	8 a 10	12 a 7	11	8 a 10
Ituaçu	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Ituberá	10 a 6	7 a 9		10 a 6	7 a 9		10 a 6	7 a 9	
Iuiú	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Jaborandi	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Jacaraci	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Jacobina	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Jaguaquara	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Jaguarari	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Jaguaripe	9 a 4	5 a 8		9 a 4	5 a 8		9 a 4	5 a 8	
Jandaíra	12 a 2	11 + 3	10	12 a 2	11 + 3	10	12 a 2	11 + 3	10
Jequié	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Jeremoabo	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Jiquiriçá	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Jitaúna	11 a 7	8 a 10		11 a 7	8 a 10		11 a 7	8 a 10	
João Dourado	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Juazeiro	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Jucuruçu	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Jussara	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Jussari	11 a 7	8 a 10		11 a 7	8 a 10		11 a 7	8 a 10	
Jussiape	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Lafaiete Coutinho	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Lagoa Real	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Laje	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Lajedão	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Lajedinho	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Lajedo Do Tabocal	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Lamarão	10 a 4	5 a 9		10 a 4	5 a 9		10 a 4	5 a 9	
Lapão	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Lauro De Freitas	10 a 3		4 a 5 + 9	10 a 3		4 a 5 + 9	10 a 3		4 a 5 + 9

Lençóis	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Licínio De Almeida	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Livramento De Nossa Senhora	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Luís Eduardo Magalhães	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Macajuba	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Macarani	12 a 7	11 + 8	9 a 10	12 a 7	11 + 8	9 a 10	12 a 7	11 + 8	9 a 10
Macaúbas	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Macururé	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Madre De Deus	10 a 3	9 + 4	5 a 8	10 a 3	9 + 4	5 a 8	10 a 3	9 + 4	5 a 8
Maetinga	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Maiquinique	12 a 7	11 + 8	9 a 10	12 a 7	11 + 8	9 a 10	12 a 7	11 + 8	9 a 10
Mairi	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Malhada	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Malhada De Pedras	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Manoel Vitorino	12 a 7	11 + 8	9 a 10	12 a 7	11 + 8	9 a 10	12 a 7	11 + 8	9 a 10
Mansidão	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Maracás	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Maragogipe	10 a 4	5 a 9		10 a 4	5 a 9		10 a 4	5 a 9	
Maraú	11 a 6	7 a 10		11 a 6	7 a 10		11 a 6	7 a 10	
Marcionílio Souza	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Mascote	11 a 7	8 a 10		11 a 7	8 a 10		11 a 7	8 a 10	
Mata De São João	10 a 2	3	4 a 5 + 9	10 a 2	3	4 a 5 + 9	10 a 2	3	4 a 5 + 9
Matina	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Medeiros Neto	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Miguel Calmon	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Milagres	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Mirangaba	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Mirante	12 a 7	11 + 8	9 a 10	12 a 7	11 + 8	9 a 10	12 a 7	11 + 8	9 a 10
Monte Santo	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Morpará	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Morro Do Chapéu	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Mortugaba	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Mucugê	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Mucuri	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Mulungu Do Morro	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Mundo Novo	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Muniz Ferreira	9 a 4	5 a 8		9 a 4	5 a 8		9 a 4	5 a 8	
Muquém De São Francisco	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Muritiba	9 a 4	5 a 8		9 a 4	5 a 8		9 a 4	5 a 8	
Mutuípe	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Nazaré	9 a 4	5 a 8		9 a 4	5 a 8		9 a 4	5 a 8	
Nilo Peçanha	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Nordestina	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Nova Canaã	12 a 7		8 + 11	12 a 7		8	12 a 7		8
Nova Fátima	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Nova Ibiá	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Nova Itarana	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Nova Redenção	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Nova Soure	9 a 4	5 a 8		9 a 4	5 a 8		9 a 4	5 a 8	
Nova Viçosa	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Novo Horizonte	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Novo Triunfo	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Olindina	10 a 3	9 + 4	5 a 8	10 a 3	9 + 4	5 a 8	10 a 3	9 + 4	5 a 8
Oliveira Dos Brejinhos	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Ouriçangas	10 a 2	3	4 a 9	10 a 2	3	4 a 9	10 a 2	3	4 a 9
Ourolândia	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Palmas De Monte Alto	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Palmeiras	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Paramirim	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Paratinga	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Paripiranga	9 a 5	6 a 8		9 a 5	6 a 8		9 a 5	6 a 8	
Pau Brasil	11 a 7	8 a 10		11 a 7	8 a 10		11 a 7	8 a 10	
Paulo Afonso	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Pé De Serra	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Pedrão	10 a 2	3	4 a 9	10 a 2	3	4 a 9	10 a 2	3	4 a 9
Pedro Alexandre	9 a 5	6 a 8		9 a 5	6 a 8		9 a 5	6 a 8	
Piatã	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Pilão Arcado	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Pindaí	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Pindobaçu	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Pintadas	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Piraí Do Norte	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Piripá	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Piritiba	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Planaltino	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Planalto	12 a 7		8 + 11	12 a 7		8	12 a 7		8
Poções	12 a 7		8 + 11	12 a 7		8	12 a 7		8
Pojuca	11 a 2	10 + 3	4 a 5	11 a 2	10 + 3	4 a 5	11 a 2	10 + 3	4 a 5
Ponto Novo	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Porto Seguro	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Potiraguá	11 a 7	8 a 10		11 a 7	8 a 10		11 a 7	8 a 10	
Prado	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Presidente Dutra	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Presidente Jânio Quadros	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Presidente Tancredo Neves	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Queimadas	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Quijingue	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Quixabeira	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Rafael Jambeiro	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Remanso	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Retirolândia	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Riachão Das Neves	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Riachão Do Jacuípe	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Riacho De Santana	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Ribeira Do Amparo	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Ribeira Do Pombal	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Ribeirão Do Largo	12 a 7	11 + 8	9 a 10	12 a 7	11 + 8	9 a 10	12 a 7	11 + 8	9 a 10
Rio De Contas	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Rio Do Antônio	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Rio Do Pires	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Rio Real	11 a 2	10 + 3	9 + 4	11 a 2	10 + 3	9 + 4	11 a 2	10 + 3	9 + 4
Rodelas	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Ruy Barbosa	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Salinas Da Margarida	10 a 4	9 + 5	6 a 8	10 a 4	9 + 5	6 a 8	10 a 4	9 + 5	6 a 8
Salvador	10 a 3	4	5 + 9	10 a 3	4	5 + 9	10 a 3	4	5 + 9
Santa Bárbara	10 a 4	5 a 9		10 a 4	5 a 9		10 a 4	5 a 9	
Santa Brígida	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Santa Cruz Cabrália	11 a 7	8 a 10		11 a 7	8 a 10		11 a 7	8 a 10	
Santa Cruz Da Vitória	11 a 7		8 a 10	11 a 7		8 a 10	11 a 7		8 a 10
Santa Inês	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Santa Luzia	11 a 7	8 a 10		11 a 7	8 a 10		11 a 7	8 a 10	
Santa Maria Da Vitória	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Santa Rita De Cássia	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Santa Teresinha	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Santaluz	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Santana	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Santanópolis	10 a 3	9 + 4 a 5	6 a 8	10 a 3	9 + 4 a 5	6 a 8	10 a 3	9 + 4 a 5	6 a 8
Santo Amaro	10 a 3	9 + 4	5 a 8	10 a 3	9 + 4	5 a 8	10 a 3	9 + 4	5 a 8
Santo Antônio De Jesus	9 a 4	5 a 8		9 a 4	5 a 8		9 a 4	5 a 8	
Santo Estêvão	9 a 4	5 a 8		9 a 4	5 a 8		9 a 4	5 a 8	
São Desidério	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
São Domingos	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
São Felipe	9 a 4	5 a 8		9 a 4	5 a 8		9 a 4	5 a 8	
São Félix	10 a 4	5 a 9		10 a 4	5 a 9		10 a 4	5 a 9	
São Félix Do Coribe	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
São Francisco Do Conde	10 a 3	4	5 a 9	10 a 3	4	5 a 9	10 a 3	4	5 a 9
São Gabriel	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
São Gonçalo Dos Campos	10 a 4	9 + 5	6 a 8	10 a 4	9 + 5	6 a 8	10 a 4	9 + 5	6 a 8
São José Da Vitória	11 a 7	8 a 10		11 a 7	8 a 10		11 a 7	8 a 10	
São José Do Jacuípe	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
São Miguel Das Matas	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
São Sebastião Do Passé	10 a 3		4 a 5 + 9	10 a 3		4 a 5 + 9	10 a 3		4 a 5 + 9
Sapeaçu	9 a 4	5 a 8		9 a 4	5 a 8		9 a 4	5 a 8	
Sátiro Dias	10 a 4	9 + 5	6 a 8	10 a 4	9 + 5	6 a 8	10 a 4	9 + 5	6 a 8
Saubara	10 a 4	9 + 5	6 a 8	10 a 4	9 + 5	6 a 8	10 a 4	9 + 5	6 a 8
Saúde	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Seabra	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Sebastião Laranjeiras	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Senhor Do Bonfim	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Sento Sé	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Serra Do Ramalho	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Serra Dourada	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Serra Preta	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Serrinha	10 a 4	5 a 9		10 a 4	5 a 9		10 a 4	5 a 9	
Serrolândia	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Simões Filho	10 a 3		4 a 5 + 9	10 a 3		4 a 5 + 9	10 a 3		4 a 5 + 9
Sítio Do Mato	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Sítio Do Quinto	1 a 36			1 a 36			1 a 36		

Sobradinho	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Souto Soares	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Tabocas Do Brejo Velho	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Tanhaçu	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Tanque Novo	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Tanquinho	10 a 4	5 a 9		10 a 4	5 a 9		10 a 4	5 a 9	
Taperoá	10 a 6	7 a 9		10 a 6	7 a 9		10 a 6	7 a 9	
Tapiramutá	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Teixeira De Freitas	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Teodoro Sampaio	10 a 3		4 a 9	10 a 3		4 a 9	10 a 3		4 a 9
Teofilândia	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Teolândia	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Terra Nova	10 a 3		4 a 5 + 9	10 a 3		4 a 5 + 9	10 a 3		4 a 5 + 9
Tremedal	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Tucano	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Uauá	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Ubaíra	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Ubaitaba	11 a 7	8 a 10		11 a 7	8 a 10		11 a 7	8 a 10	
Ubatã	11 a 7	8 a 10		11 a 7	8 a 10		11 a 7	8 a 10	
Uibaí	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Umburanas	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Una	11 a 6	7 a 10		11 a 6	7 a 10		11 a 6	7 a 10	
Urandi	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Uruçuca	11 a 7	8 a 10		11 a 7	8 a 10		11 a 7	8 a 10	
Utinga	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Valença	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Valente	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Várzea Da Roça	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Várzea Do Poço	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Várzea Nova	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Varzedo	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Vera Cruz	10 a 4	9 + 5	6 a 8	10 a 4	9 + 5	6 a 8	10 a 4	9 + 5	6 a 8
Vereda	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Vitória Da Conquista	12 a 7	11 + 8	9 a 10	12 a 7	11 + 8	9 a 10	12 a 7	11 + 8	9 a 10
Wagner	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Wanderley	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Wenceslau Guimarães	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Xique-Xique	1 a 36			1 a 36			1 a 36		

PORTARIA Nº 380, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2020

O SECRETÁRIO DE POLÍTICA AGRÍCOLA, no uso de suas atribuições e competências estabelecidas pelo Decreto nº 10.253, de 20 de fevereiro de 2020, e observado, no que couber, o contido no Decreto nº 9.841 de 18 de junho de 2019 e nas Instruções Normativas nº 2, de 9 de outubro de 2008, publicada no Diário Oficial da União de 13 de outubro de 2008, da Secretaria de Política Agrícola, e nº 16, de 9 de abril de 2018, publicada no Diário Oficial da União de 12 de abril de 2018, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, resolve:

Art. 1º Aprovar o Zoneamento Agrícola de Risco Climático para a cultura de arroz irrigado tropical no Estado do Ceará conforme anexo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CÉSAR HANNA HALUM

ANEXO

1. NOTA TÉCNICA

No Brasil, o arroz (Oryza sativa L.) irrigado por inundação é produzido do Rio Grande do Sul a Roraima. Basicamente, a produção de arroz irrigado por inundação é dividida em dois ambientes, subtropical e tropical.

As principais limitações abióticas para a produção do arroz irrigado tropical são a disponibilidade de radiação solar e altas temperaturas. Ambos fatores meteorológicos são os que mais influenciam o potencial produtivo da cultura do arroz.

As faixas de temperaturas prejudiciais variam de acordo com o estádio fenológico da planta, sendo que as faixas de temperaturas ótimas variam de 20 a 35°C para a germinação, de 30 a 33°C para a floração e de 20 a 25°C para a maturação. Temperaturas superiores a 35°C podem ser prejudiciais a cultura chegando a causar esterilidade das espiguetas. Já, a radiação solar impacta especialmente nas fases reprodutiva (da diferenciação da panícula à floração; quando um aporte de radiação abaixo do ideal afeta o número de grãos por panícula), e de maturação (da floração à maturação fisiológica do grão; baixa incidência reduz o enchimento e o peso ideal dos grãos).

Estudos realizados no Sul e no Centro Oeste do Brasil mostraram que as maiores produtividades são obtidas com níveis crescentes de radiação solar, sendo observada uma correlação linear entre produtividade e acúmulo de radiação solar no ciclo da cultura. Basicamente, regiões com latitudes próxima ao equador apresentam um menor potencial produtivo, devido ao menor acúmulo de radiação solar fotossinteticamente ativa durante o período reprodutivo e enchimento de grãos. Nessas fases a demanda por carboidratos é alta devido à formação e enchimento das espiguetas que atuam como drenos e, quando há menor acúmulo desse fator, o declínio na produtividade é observado. Aportes menores de radiação solar durante o período reprodutivo impactam substancialmente o número e o peso das espiguetas, como consequência afeta a produtividade.

Em função do exposto, deduz-se que a época de semeadura é uma das práticas de manejo que desempenha papel de destaque na redução do risco climático pelo fato de aumentar as chances de que as fases críticas da planta escapem dos elementos climáticos adversos e coincidam com os favoráveis.

Nesse estudo foi utilizado o modelo de simulação do desenvolvimento, crescimento e produtividade da cultura do arroz denominado ORYZA. Resultados obtidos com esse modelo indicam que ele é capaz de simular, com níveis relativamente altos de acurácia, a produtividade das principais cultivares de arroz irrigado utilizadas nas distintas regiões produtoras do Brasil. De maneira simplificada, o modelo utiliza uma série de módulos (processos) para simular o desenvolvimento, crescimento e produtividade da planta de arroz. Para isso são considerados fatores relacionados ao solo, clima, cultivar ("características genéticas") e manejo da cultura. O modelo utiliza como dados de entrada a temperatura mínima e máxima diária, radiação solar global diária e precipitação diária.

Objetivou-se, com o Zoneamento Agrícola de Risco Climático (ZARC), identificar os municípios aptos e os períodos de semeadura com menor risco climático para o cultivo do arroz irrigado por inundação em três níveis de risco: 20%, 30%, 40%.

Essa identificação foi realizada com a aplicação do modelo de simulação do crescimento, desenvolvimento e rendimento da cultura do arroz, ORYZAv3 (https://sites.google.com/a/irri.org/oryza2000/about-oryza-version-3), para avaliar a resposta da cultura às condições climáticas da região de estudo.

Por se tratar de um modelo agroclimático, parte-se do pressuposto que não ocorrerão limitações quanto à fertilidade dos solos e danos às plantas devido à ocorrência de pragas e doenças.

Para delimitação das áreas aptas ao cultivo do arroz irrigado por inundação, em condições de baixo risco, destaca-se os seguintes aspectos:

- A parametrização do modelo ORYZAv3 é o processo de derivar coeficientes específicos de um cultivar por meio de dados observados em experimentos de campo. Nesse estudo, parametrizamos o modelo ORYZAv3 para a cultivar BRS Catiana. Essa cultivar foi desenvolvida pela Embrapa para ser cultivada na região tropical. Nos trópicos, devido a menor amplitude e maior temperatura média ambiente, há basicamente o ciclo médio.

- Foram feitas simulações com datas de semeadura para o período de 1º de setembro até 31 de dezembro, com intervalo decendial, para 1 grupo de cultivar onde predomina-se o ciclo médio.

- Para a determinação do risco climático, os rendimentos simulados pelo modelo ORYZAv3 para cada ponto, data de semeadura e ano, denominados nesse estudo como Rendimento Relativo (RRel), foram normalizados. Para o calculo da normalização, dividiu-se o RRel pelo Rendimento de Referência (REF). O REF representa o valor do percentil 0.90 (90%) do RRel, que nesse estudo foi de 12.336 kg/ha.

- Nesse estudo definiu-se como condição adversa ou de produtividade insuficiente os anos safra que resultassem em RRel inferior a 70% do rendimento de referência (REF).

- Considerou-de o risco de ocorrência de temperaturas muito baixas e deletérias à cultura, por meio da probabilidade de ocorrência de temperatura mínima menor ou igual a 7°C observadas no abrigo meteorológico;

A gestão de riscos de natureza climática, na cultura do arroz tropical irrigado por inundação, pode ser melhorada pela assistência técnica local, via a diluição de riscos, quando são associadas, ao calendário de semeadura preconizado nas Portarias de Zarc, práticas de manejo de cultivos que contemplem a rotação de culturas, o escalonamento de épocas de semeadura e a diversificação de cultivares (com ciclos diferentes) em uma mesma propriedade rural.

O Zarc, além de ser uma ferramenta de gestão de riscos na agricultura, para maior efetividade de resultados, também deve atuar como indutor de tecnologia de produção. Nesse sentido, especial atenção deve ser dada aos seguintes tópicos:

a. É necessário garantir a disponibilidade de água para irrigação por inundação durante todo o ciclo da cultura;

b. A metodologia empregada ainda não considera os efeitos deletérios da precipitação na época da colheita.

c. Os resultados de Zarc são gerados presumindo-se um manejo agronômico adequado para o desenvolvimento, crescimento e produtividade de cada cultura, em função da disponibilidade de recursos do ambiente em cada local. Falhas ou deficiências de diversos tipos, desde manejo inadequado da fertilidade do solo, de pragas e doenças ou escolha de cultivares não adaptadas para o ambiente edafoclimático, podem resultar em perdas de produtividade ou agravar perdas geradas por eventos meteorológicos adversos. Nesse contexto, é indispensável: utilizar sempre tecnologia de produção adequada para a condição edafoclimática local; controlar efetivamente as plantas daninhas durante o cultivo; adotar práticas de controle de pragas e doenças; e correção físico-química do solo (fertilidade e descompactação dos solos);

Considerou-se apto para o cultivo do arroz irrigado tropical os municípios em que o RRel foi maior ou igual a 70% do REF na frequência dos anos.

2. TIPO DE SOLO APTO AO CULTIVO

Nesse estudo considerou-se somente o solo hidromórfico, caracterizado por apresentar lençol freático próximo à superfície durante a maior parte do tempo e estar situado em áreas de relevo plano, que reune as condições exigidas pela cultura.

Não são indicadas para o cultivo as áreas de preservação permanente, de acordo com a Lei 12.651, de 25 de maio de 2012.

3. TABELA DE PERÍODOS DE SEMEADURA

Períodos	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
Datas	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 28	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 30
Meses	Janeiro			Fevereiro			Março			Abril		

Períodos	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24
Datas	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 30	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 31
Meses	Maio			Junho			Julho			Agosto		

Períodos	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36
Datas	1º a 10	11 a 20	21 a 30	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 30	1º a 10	11 a 20	21 a 31
Meses	Setembro			Outubro			Novembro			Dezembro		

4. CULTIVARES INDICADAS

Ficam indicadas no Zoneamento Agrícola de Risco Climático, as cultivares de arroz, recomendadas para o plantio em sistema de irrigação por inundação, registradas no Registro Nacional de Cultivares (RNC) do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, atendidas as indicações das regiões de adaptação, em conformidade com as recomendações dos respectivos obtentores/mantenedores.

Notas:

1) Informações específicas sobre as cultivares indicadas devem ser obtidas junto aos respectivos obtentores/mantenedores.

2) Devem ser utilizadas no plantio sementes produzidas em conformidade com a legislação brasileira sobre sementes e mudas (Lei nº 10.711, de 5 de agosto de 2003, e Decreto nº 5.153, de 23 de agosto de 2004).

5. RELAÇÃO DOS MUNICÍPIOS APTOS AO CULTIVO E PERÍODOS INDICADOS PARA SEMEADURA

MUNICÍPIOS	PERÍODOS DE SEMEADURAS PARA CULTIVARES DO GRUPO I								
	SOLO 1			SOLO 2			SOLO 3		
	RISCO DE 20%	RISCO DE 30%	RISCO DE 40%	RISCO DE 20%	RISCO DE 30%	RISCO DE 40%	RISCO DE 20%	RISCO DE 30%	RISCO DE 40%
Abaiara	1 a 36			1 a 36			1 a 36		

Acarape	14 a 35	12 a 13 + 36	1	14 a 35	12 a 13 + 36	1	14 a 35	12 a 13 + 36	1
Acaraú	12 a 35		11 + 36	12 a 35		11 + 36	12 a 35		11 + 36
Acopiara	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Aiuaba	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Alcântaras	12 a 35	36	1 + 11	12 a 35	36	1 + 11	12 a 35	36	1 + 11
Altaneira	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Alto Santo	14 a 2	12 a 13 + 3 a 4	5 a 6	14 a 2	12 a 13 + 3 a 4	5 a 6	14 a 2	12 a 13 + 3 a 4	5 a 6
Amontada	13 a 35	12 + 36	11 + 1	13 a 35	12 + 36	11 + 1	13 a 35	12 + 36	11 + 1
Antonina Do Norte	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Apuiarés	13 a 35	10 a 12 + 36 a 1	2 a 6	13 a 35	10 a 12 + 36 a 1	2 a 6	13 a 35	10 a 12 + 36 a 1	2 a 6
Aquiraz	14 a 35	13	36 a 1	14 a 35	13	36 a 1	14 a 35	13	36 a 1
Aracati	15 a 35		14 + 36	15 a 35		14 + 36	15 a 35		14 + 36
Aracoiaba	14 a 35	12 a 13 + 36	1 a 3	14 a 35	12 a 13 + 36	1 a 3	14 a 35	12 a 13 + 36	1 a 3
Ararendá	11 a 5	6 a 10		11 a 5	6 a 10		11 a 5	6 a 10	
Araripe	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Aratuba	13 a 35	10 a 12 + 36 a 1	2 a 6	13 a 35	10 a 12 + 36 a 1	2 a 6	13 a 35	10 a 12 + 36 a 1	2 a 6
Arneiroz	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Assaré	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Aurora	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Baixio	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Banabuiú	13 a 2	12 + 3 a 4	11 + 5 a 6	13 a 2	12 + 3 a 4	11 + 5 a 6	13 a 2	12 + 3 a 4	11 + 5 a 6
Barbalha	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Barreira	14 a 35	13 + 36	12 + 1	14 a 35	13 + 36	12 + 1	14 a 35	13 + 36	12 + 1
Barro	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Barroquinha	12 a 30	31 a 35		12 a 30	31 a 35		12 a 30	31 a 35	
Baturité	13 a 35	12 + 36	11 + 1 a 3	13 a 35	12 + 36	11 + 1 a 3	13 a 35	12 + 36	11 + 1 a 3
Beberibe	14 a 35		13 + 36	14 a 35		13 + 36	14 a 35		13 + 36
Bela Cruz	12 a 34	35	36 + 11	12 a 34	35	36 + 11	12 a 34	35	36 + 11
Boa Viagem	11 a 5	6 a 10		11 a 5	6 a 10		11 a 5	6 a 10	
Brejo Santo	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Camocim	12 a 29 + 33 a 34	30 a 32 + 35		12 a 29 + 33 a 34	30 a 32 + 35		12 a 29 + 33 a 34	30 a 32 + 35	
Campos Sales	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Canindé	13 a 1	9 a 12 + 2 a 3	4 a 8	13 a 1	9 a 12 + 2 a 3	4 a 8	13 a 1	9 a 12 + 2 a 3	4 a 8
Capistrano	13 a 35	11 a 12 + 36 a 1	2 a 3	13 a 35	11 a 12 + 36 a 1	2 a 3	13 a 35	11 a 12 + 36 a 1	2 a 3
Caridade	13 a 35	10 a 12 + 36 a 1	2 a 6	13 a 35	10 a 12 + 36 a 1	2 a 6	13 a 35	10 a 12 + 36 a 1	2 a 6
Cariré	12 a 36	11 + 1 a 2	10 + 3 a 4	12 a 36	11 + 1 a 2	10 + 3 a 4	12 a 36	11 + 1 a 2	10 + 3 a 4
Caririaçu	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Cariús	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Carnaubal	12 a 2	11 + 3	10 + 4	12 a 2	11 + 3	10 + 4	12 a 2	11 + 3	10 + 4
Cascavel	14 a 35	13	36	14 a 35	13	36	14 a 35	13	36
Catarina	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Catunda	12 a 3	4 a 11		12 a 3	4 a 11		12 a 3	4 a 11	
Caucaia	13 a 35	12 + 36	11 + 1 a 3	13 a 35	12 + 36	11 + 1 a 3	13 a 35	12 + 36	11 + 1 a 3
Cedro	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Chaval	12 a 30	31 a 35	36	12 a 30	31 a 35	36	12 a 30	31 a 35	36
Choró	13 a 1	10 a 12 + 2 a 3	4 a 6	13 a 1	10 a 12 + 2 a 3	4 a 6	13 a 1	10 a 12 + 2 a 3	4 a 6
Chorozinho	14 a 35	13	36 a 1	14 a 35	13	36 a 1	14 a 35	13	36 a 1
Coreaú	12 a 36		1 + 11	12 a 36		1 + 11	12 a 36		1 + 11
Crateús	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Crato	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Croatá	11 a 2	3 a 4	5 a 10	11 a 2	3 a 4	5 a 10	11 a 2	3 a 4	5 a 10
Cruz	12 a 34	35	36 + 11	12 a 34	35	36 + 11	12 a 34	35	36 + 11
Deputado Irapuan Pinheiro	11 a 5	6 a 10		11 a 5	6 a 10		11 a 5	6 a 10	
Ererê	13 a 5	11 a 12 + 6	10	13 a 5	11 a 12 + 6	10	13 a 5	11 a 12 + 6	10
Eusébio	14 a 35	13	36 a 1	14 a 35	13	36 a 1	14 a 35	13	36 a 1
Farias Brito	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Forquilha	12 a 36	11 + 1	10 + 2 a 3	12 a 36	11 + 1	10 + 2 a 3	12 a 36	11 + 1	10 + 2 a 3
Fortaleza	14 a 35	13	12 + 36 a 1	14 a 35	13	12 + 36 a 1	14 a 35	13	12 + 36 a 1
Fortim	14 a 35		13 + 36	14 a 35		13 + 36	14 a 35		13 + 36
Frecheirinha	12 a 36		1 a 2 + 11	12 a 36		1 a 2 + 11	12 a 36		1 a 2 + 11
General Sampaio	13 a 35	10 a 12 + 36 a 1	2 a 6	13 a 35	10 a 12 + 36 a 1	2 a 6	13 a 35	10 a 12 + 36 a 1	2 a 6
Graça	12 a 1	11 + 2	10 + 3 a 4	12 a 1	11 + 2	10 + 3 a 4	12 a 1	11 + 2	10 + 3 a 4
Granja	12 a 35		36	12 a 35		36	12 a 35		36
Granjeiro	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Groaíras	12 a 36	11 + 1 a 2	10 + 3	12 a 36	11 + 1 a 2	10 + 3	12 a 36	11 + 1 a 2	10 + 3
Guaiúba	14 a 35	12 a 13 + 36	1	14 a 35	12 a 13 + 36	1	14 a 35	12 a 13 + 36	1
Guaraciaba Do Norte	11 a 2	3 a 4	10	11 a 2	3 a 4	10	11 a 2	3 a 4	10
Guaramiranga	13 a 35	11 a 12 + 36 a 1	2 a 3	13 a 35	11 a 12 + 36 a 1	2 a 3	13 a 35	11 a 12 + 36 a 1	2 a 3
Hidrolândia	11 a 3	10 + 4 a 5	6 a 9	11 a 3	10 + 4 a 5	6 a 9	11 a 3	10 + 4 a 5	6 a 9
Horizonte	14 a 35	13	36 a 1	14 a 35	13	36 a 1	14 a 35	13	36 a 1
Ibaretama	14 a 36	12 a 13 + 1 a 2	3	14 a 36	12 a 13 + 1 a 2	3	14 a 36	12 a 13 + 1 a 2	3
Ibiapina	12 a 36	11 + 1	10 + 2 a 3	12 a 36	11 + 1	10 + 2 a 3	12 a 36	11 + 1	10 + 2 a 3
Ibicuitinga	14 a 36	13 + 1 a 2	12	14 a 36	13 + 1 a 2	12	14 a 36	13 + 1 a 2	12
Icapuí	15 a 35		14 + 36	15 a 35		14 + 36	15 a 35		14 + 36
Icó	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Iguatu	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Independência	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Ipaporanga	11 a 5	6 a 10		11 a 5	6 a 10		11 a 5	6 a 10	
Ipaumirim	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Ipu	11 a 2	3 a 4	5 a 10	11 a 2	3 a 4	5 a 10	11 a 2	3 a 4	5 a 10
Ipueiras	11 a 3	10 + 4 a 6	7 a 9	11 a 3	10 + 4 a 6	7 a 9	11 a 3	10 + 4 a 6	7 a 9
Iracema	13 a 5	11 a 12 + 6		13 a 5	11 a 12 + 6		13 a 5	11 a 12 + 6	
Irauçuba	12 a 36	10 a 11 + 1	2 a 6	12 a 36	10 a 11 + 1	2 a 6	12 a 36	10 a 11 + 1	2 a 6
Itaiçaba	15 a 35		14 + 36	15 a 35		14 + 36	15 a 35		14 + 36
Itaitinga	14 a 35	13	12 + 36 a 1	14 a 35	13	12 + 36 a 1	14 a 35	13	12 + 36 a 1
Itapajé	13 a 35	11 a 12 + 36	10 + 1 a 3	13 a 35	11 a 12 + 36	10 + 1 a 3	13 a 35	11 a 12 + 36	10 + 1 a 3
Itapipoca	13 a 35	12 + 36	11 + 1	13 a 35	12 + 36	10 a 11 + 1	13 a 35	12 + 36	10 a 11 + 1
Itapiúna	13 a 36	11 a 12 + 1 a 2	3	13 a 36	11 a 12 + 1 a 2	3	13 a 36	11 a 12 + 1 a 2	3
Itarema	12 a 35	36	11	12 a 35	36	11	12 a 35	36	11
Itatira	12 a 1	2 a 11		12 a 1	2 a 11		12 a 1	2 a 11	

Jaguaretama	13 a 3	12 + 4	11 + 5 a 6	13 a 3	12 + 4	11 + 5 a 6	13 a 3	12 + 4	11 + 5 a 6
Jaguaribara	13 a 3	11 a 12 + 4 a 6		13 a 3	11 a 12 + 4 a 6		13 a 3	11 a 12 + 4 a 6	
Jaguaribe	12 a 5	6 a 11		12 a 5	6 a 11		12 a 5	6 a 11	
Jaguaruana	15 a 35		14 + 36	15 a 35		14 + 36	15 a 35		14 + 36
Jardim	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Jati	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Jijoca De Jericoacoara	12 a 34	35	36	12 a 34	35	36	12 a 34	35	36
Juazeiro Do Norte	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Jucás	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Lavras Da Mangabeira	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Limoeiro Do Norte	14 a 36		1 a 2 + 13	14 a 36		1 a 2 + 13	14 a 36		1 a 2 + 13
Madalena	12 a 3	4 a 11		12 a 3	4 a 11		12 a 3	4 a 11	
Maracanaú	14 a 35	12 a 13 + 36	1	14 a 35	12 a 13 + 36	1	14 a 35	12 a 13 + 36	1
Maranguape	13 a 35	12 + 36	11 + 1 a 3	13 a 35	12 + 36	11 + 1 a 3	13 a 35	12 + 36	11 + 1 a 3
Marco	12 a 35	36	11	12 a 35	36	11	12 a 35	36	11
Martinópole	12 a 34	35	36	12 a 34	35	36	12 a 34	35	36
Massapê	12 a 35	36	1 + 11	12 a 35	36	1 + 11	12 a 35	36	1 + 11
Mauriti	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Meruoca	12 a 35	36	1 + 11	12 a 35	36	1 + 11	12 a 35	36	1 + 11
Milagres	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Milhã	12 a 4	11 + 5 a 6	7 a 10	12 a 4	11 + 5 a 6	7 a 10	12 a 4	11 + 5 a 6	7 a 10
Miraíma	12 a 35	11 + 36	10 + 1	12 a 35	11 + 36	10 + 1	12 a 35	11 + 36	10 + 1
Missão Velha	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Mombaça	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Monsenhor Tabosa	12 a 5	6 a 11		12 a 5	6 a 11		12 a 5	6 a 11	
Morada Nova	14 a 1	13 + 2	3	14 a 1	13 + 2	3	14 a 1	13 + 2	3
Moraújo	12 a 35	36	11	12 a 35	36	11	12 a 35	36	11
Morrinhos	12 a 35	36	1 + 10 a 11	12 a 35	36	1 + 10 a 11	12 a 35	36	1 + 10 a 11
Mucambo	12 a 36	11 + 1	10 + 2 a 3	12 a 36	11 + 1	10 + 2 a 3	12 a 36	11 + 1	10 + 2 a 3
Mulungu	13 a 35	11 a 12 + 36 a 1	2 a 3	13 a 35	11 a 12 + 36 a 1	2 a 3	13 a 35	11 a 12 + 36 a 1	2 a 3
Nova Olinda	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Nova Russas	11 a 4	5 a 10		11 a 4	5 a 10		11 a 4	5 a 10	
Novo Oriente	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Ocara	14 a 35	13 + 36	1	14 a 35	13 + 36	1	14 a 35	13 + 36	1
Orós	11 a 7	8 a 10		11 a 7	8 a 10		11 a 7	8 a 10	
Pacajus	14 a 35	13	12 + 36 a 1	14 a 35	13	12 + 36 a 1	14 a 35	13	12 + 36 a 1
Pacatuba	14 a 35	13	12 + 36 a 1	14 a 35	13	12 + 36 a 1	14 a 35	13	12 + 36 a 1
Pacoti	13 a 35	12 + 36	11 + 1 a 3	13 a 35	12 + 36	11 + 1 a 3	13 a 35	12 + 36	11 + 1 a 3
Pacujá	12 a 36	11 + 1 a 2	10 + 3	12 a 36	11 + 1 a 2	10 + 3	12 a 36	11 + 1 a 2	10 + 3
Palhano	14 a 35		13 + 36	14 a 35		13 + 36	14 a 35		13 + 36
Palmácia	13 a 35	12 + 36	11 + 1 a 3	13 a 35	12 + 36	11 + 1 a 3	13 a 35	12 + 36	11 + 1 a 3
Paracuru	13 a 35	12	11 + 36 a 1	13 a 35	12	11 + 36 a 1	13 a 35	12	11 + 36 a 1
Paraipaba	13 a 35	12	11 + 36 a 1	13 a 35	12	11 + 36 a 1	13 a 35	12	11 + 36 a 1
Parambu	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Paramoti	13 a 36	10 a 12 + 1	9 + 2 a 6	13 a 36	10 a 12 + 1	2 a 6	13 a 36	10 a 12 + 1	2 a 6
Pedra Branca	10 a 5	6 a 9		10 a 5	6 a 9		10 a 5	6 a 9	
Penaforte	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Pentecoste	13 a 35	11 a 12 + 36	1 a 3	13 a 35	11 a 12 + 36	10 + 1 a 3	13 a 35	11 a 12 + 36	10 + 1 a 3
Pereiro	12 a 5	6 a 11		12 a 5	6 a 11		12 a 5	6 a 11	
Pindoretama	14 a 35	13	36	14 a 35	13	36	14 a 35	13	36
Piquet Carneiro	10 a 6	7 a 9		10 a 6	7 a 9		10 a 6	7 a 9	
Pires Ferreira	11 a 2	3 a 4	5 + 10	11 a 2	3 a 4	5 + 10	11 a 2	3 a 4	5 + 10
Poranga	11 a 5	6 a 10		11 a 5	6 a 10		11 a 5	6 a 10	
Porteiras	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Potengi	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Potiretama	14 a 3	11 a 13 + 4 a 6		14 a 3	11 a 13 + 4 a 6		14 a 3	11 a 13 + 4 a 6	
Quiterianópolis	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Quixadá	13 a 1	11 a 12 + 2 a 3	4	13 a 1	11 a 12 + 2 a 3	4	13 a 1	11 a 12 + 2 a 3	4
Quixelô	11 a 6	7 a 10		11 a 6	7 a 10		11 a 6	7 a 10	
Quixeramobim	12 a 4	5 a 11		12 a 4	5 a 11		12 a 4	5 a 11	
Quixeré	15 a 35	14 + 36	1	15 a 35	14 + 36	1	15 a 35	14 + 36	1
Redenção	14 a 35	12 a 13 + 36	11 + 1 a 3	14 a 35	12 a 13 + 36	11 + 1 a 3	14 a 35	12 a 13 + 36	11 + 1 a 3
Reriutaba	11 a 1	2 a 3	4 + 10	11 a 1	2 a 3	4 + 10	11 a 1	2 a 3	4 + 10
Russas	14 a 35		13 + 36 a 1	14 a 35		13 + 36 a 1	14 a 35		13 + 36 a 1
Saboeiro	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Salitre	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Santa Quitéria	12 a 2	3 a 11		12 a 2	3 a 11		12 a 2	3 a 11	
Santana Do Acaraú	12 a 35	36	1 + 10 a 11	12 a 35	36	1 + 10 a 11	12 a 35	36	1 + 10 a 11
Santana Do Cariri	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
São Benedito	12 a 36	11 + 1 a 2	10 + 3 a 4	12 a 36	11 + 1 a 2	10 + 3 a 4	12 a 36	11 + 1 a 2	10 + 3 a 4
São Gonçalo Do Amarante	13 a 35	12 + 36	11 + 1	13 a 35	12 + 36	11 + 1	13 a 35	12 + 36	11 + 1
São João Do Jaguaribe	14 a 2	13	3	14 a 2	13	3	14 a 2	13	3
São Luís Do Curu	13 a 35	11 a 12 + 36	1	13 a 35	11 a 12 + 36	1	13 a 35	11 a 12 + 36	1
Senador Pompeu	11 a 5	6 a 10		11 a 5	6 a 10		11 a 5	6 a 10	
Senador Sá	12 a 35	36	11	12 a 35	36	11	12 a 35	36	11
Sobral	12 a 36	11 + 1 a 2	10 + 3 a 4	12 a 36	11 + 1 a 2	10 + 3 a 4	12 a 36	11 + 1 a 2	10 + 3 a 4
Solonópole	12 a 5	11	6 a 10	12 a 5	11	6 a 10	12 a 5	11	6 a 10
Tabuleiro Do Norte	14 a 1	2	3 + 13	14 a 1	2	3 + 13	14 a 1	2	3 + 13
Tamboril	11 a 5	6 a 10		11 a 5	6 a 10		11 a 5	6 a 10	
Tarrafas	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Tauá	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Tejuçuoca	13 a 35	10 a 12 + 36 a 1	2 a 6	13 a 35	10 a 12 + 36 a 1	2 a 6	13 a 35	10 a 12 + 36 a 1	2 a 6
Tianguá	12 a 36	11	1 a 2	12 a 36	11	1 a 2	12 a 36	11	1 a 2
Trairi	13 a 35	12 + 36	11 + 1	13 a 35	12 + 36	11 + 1	13 a 35	12 + 36	11 + 1
Tururu	13 a 35	11 a 12 + 36	1	13 a 35	11 a 12 + 36	10 + 1	13 a 35	11 a 12 + 36	10 + 1
Ubajara	12 a 36	11 + 1	10 + 2	12 a 36	11 + 1	10 + 2	12 a 36	11 + 1	10 + 2
Umari	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Umirim	13 a 35	11 a 12 + 36	1	13 a 35	11 a 12 + 36	10 + 1	13 a 35	11 a 12 + 36	10 + 1
Uruburetama	13 a 35	11 a 12 + 36	1	13 a 35	11 a 12 + 36	10 + 1	13 a 35	11 a 12 + 36	10 + 1
Uruoca	12 a 35		11 + 36	12 a 35		11 + 36	12 a 35		11 + 36
Varjota	11 a 2	3	4 a 5 + 10	11 a 2	3	4 a 5 + 10	11 a 2	3	4 a 5 + 10
Várzea Alegre	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Viçosa Do Ceará	12 a 35	36	1 + 11	12 a 35	36	1 + 11	12 a 35	36	1 + 11

PORTARIA Nº 381, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2020

O SECRETÁRIO DE POLÍTICA AGRÍCOLA, no uso de suas atribuições e competências estabelecidas pelo Decreto nº 10.253, de 20 de fevereiro de 2020, e observado, no que couber, o contido no Decreto nº 9.841 de 18 de junho de 2019 e nas Instruções Normativas nº 2, de 9 de outubro de 2008, publicada no Diário Oficial da União de 13 de outubro de 2008, da Secretaria de Política Agrícola, e nº 16, de 9 de abril de 2018, publicada no Diário Oficial da União de 12 de abril de 2018, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, resolve:

Art. 1º Aprovar o Zoneamento Agrícola de Risco Climático para a cultura de arroz irrigado tropical no Estado do Maranhão conforme anexo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CÉSAR HANNA HALUM

ANEXO

1. NOTA TÉCNICA

No Brasil, o arroz (Oryza sativa L.) irrigado por inundação é produzido do Rio Grande do Sul a Roraima. Basicamente, a produção de arroz irrigado por inundação é dividida em dois ambientes, subtropical e tropical.

As principais limitações abióticas para a produção do arroz irrigado tropical são a disponibilidade de radiação solar e altas temperaturas. Ambos fatores meteorológicos são os que mais influenciam o potencial produtivo da cultura do arroz.

As faixas de temperaturas prejudiciais variam de acordo com o estádio fenológico da planta, sendo que as faixas de temperaturas ótimas variam de 20 a 35°C para a germinação, de 30 a 33°C para a floração e de 20 a 25°C para a maturação. Temperaturas superiores a 35°C podem ser prejudiciais a cultura chegando a causar esterilidade das espiguetas. Já, a radiação solar impacta especialmente nas fases reprodutiva (da diferenciação da panícula à floração; quando um aporte de radiação abaixo do ideal afeta o número de grãos por panícula), e de maturação (da floração à maturação fisiológica do grão; baixa incidência reduz o enchimento e o peso ideal dos grãos).

Estudos realizados no Sul e no Centro Oeste do Brasil mostraram que as maiores produtividades são obtidas com níveis crescentes de radiação solar, sendo observada uma correlação linear entre produtividade e acúmulo de radiação solar no ciclo da cultura. Basicamente, regiões com latitudes próxima ao equador apresentam um menor potencial produtivo, devido ao menor acúmulo de radiação solar fotossinteticamente ativa durante o período reprodutivo e enchimento de grãos. Nessas fases a demanda por carboidratos é alta devido à formação e enchimento das espiguetas que atuam como drenos e, quando há menor acúmulo desse fator, o declínio na produtividade é observado. Aportes menores de radiação solar durante o período reprodutivo impactam substancialmente o número e o peso das espiguetas, como consequência afeta a produtividade.

Em função do exposto, deduz-se que a época de semeadura é uma das práticas de manejo que desempenha papel de destaque na redução do risco climático pelo fato de aumentar as chances de que as fases críticas da planta escapem dos elementos climáticos adversos e coincidam com os favoráveis.

Nesse estudo foi utilizado o modelo de simulação do desenvolvimento, crescimento e produtividade da cultura do arroz denominado ORYZA. Resultados obtidos com esse modelo indicam que ele é capaz de simular, com níveis relativamente altos de acurácia, a produtividade das principais cultivares de arroz irrigado utilizadas nas distintas regiões produtoras do Brasil. De maneira simplificada, o modelo utiliza uma série de módulos (processos) para simular o desenvolvimento, crescimento e produtividade da planta de arroz. Para isso são considerados fatores relacionados ao solo, clima, cultivar ("características genéticas") e manejo da cultura. O modelo utiliza como dados de entrada a temperatura mínima e máxima diária, radiação solar global diária e precipitação diária.

Objetivou-se, com o Zoneamento Agrícola de Risco Climático (ZARC), identificar os municípios aptos e os períodos de semeadura com menor risco climático para o cultivo do arroz irrigado por inundação em três níveis de risco: 20%, 30%, 40%.

Essa identificação foi realizada com a aplicação do modelo de simulação do crescimento, desenvolvimento e rendimento da cultura do arroz, ORYZAv3 (https://sites.google.com/a/irri.org/oryza2000/about-oryza-version-3), para avaliar a resposta da cultura às condições climáticas da região de estudo.

Por se tratar de um modelo agroclimático, parte-se do pressuposto que não ocorrerão limitações quanto à fertilidade dos solos e danos às plantas devido à ocorrência de pragas e doenças.

Para delimitação das áreas aptas ao cultivo do arroz irrigado por inundação, em condições de baixo risco, destaca-se os seguintes aspectos:

- A parametrização do modelo ORYZAv3 é o processo de derivar coeficientes específicos de um cultivar por meio de dados observados em experimentos de campo. Nesse estudo, parametrizamos o modelo ORYZAv3 para a cultivar BRS Catiana. Essa cultivar foi desenvolvida pela Embrapa para ser cultivada na região tropical. Nos trópicos, devido a menor amplitude e maior temperatura média ambiente, há basicamente o ciclo médio.

- Foram feitas simulações com datas de semeadura para o período de 1º de setembro até 31 de dezembro, com intervalo decendial, para 1 grupo de cultivar onde predomina-se o ciclo médio.

- Para a determinação do risco climático, os rendimentos simulados pelo modelo ORYZAv3 para cada ponto, data de semeadura e ano, denominados nesse estudo como Rendimento Relativo (RRel), foram normalizados. Para o calculo da normalização, dividiu-se o RRel pelo Rendimento de Referência (REF). O REF representa o valor do percentil 0.90 (90%) do RRel, que nesse estudo foi de 12.336 kg/ha.

- Nesse estudo definiu-se como condição adversa ou de produtividade insuficiente os anos safra que resultassem em RRel inferior a 70% do rendimento de referência (REF).

- Considerou-de o risco de ocorrência de temperaturas muito baixas e deletérias à cultura, por meio da probabilidade de ocorrência de temperatura mínima menor ou igual a 7°C observadas no abrigo meteorológico;

A gestão de riscos de natureza climática, na cultura do arroz tropical irrigado por inundação, pode ser melhorada pela assistência técnica local, via a diluição de riscos, quando são associadas, ao calendário de semeadura preconizado nas Portarias de Zarc, práticas de manejo de cultivos que contemplem a rotação de culturas, o escalonamento de épocas de semeadura e a diversificação de cultivares (com ciclos diferentes) em uma mesma propriedade rural.

O Zarc, além de ser uma ferramenta de gestão de riscos na agricultura, para maior efetividade de resultados, também deve atuar como indutor de tecnologia de produção. Nesse sentido, especial atenção deve ser dada aos seguintes tópicos:

a. É necessário garantir a disponibilidade de água para irrigação por inundação durante todo o ciclo da cultura;

b. A metodologia empregada ainda não considera os efeitos deletérios da precipitação na época da colheita.

c. Os resultados de Zarc são gerados presumindo-se um manejo agronômico adequado para o desenvolvimento, crescimento e produtividade de cada cultura, em função da disponibilidade de recursos do ambiente em cada local. Falhas ou deficiências de diversos tipos, desde manejo inadequado da fertilidade do solo, de pragas e doenças ou escolha de cultivares não adaptadas para o ambiente edafoclimático, podem resultar em perdas de produtividade ou agravar perdas geradas por eventos meteorológicos adversos. Nesse contexto, é indispensável: utilizar sempre tecnologia de produção adequada para a condição edafoclimática local; controlar efetivamente as plantas daninhas durante o cultivo; adotar práticas de controle de pragas e doenças; e correção físico-química do solo (fertilidade e descompactação dos solos);

Considerou-se apto para o cultivo do arroz irrigado tropical os municípios em que o RRel foi maior ou igual a 70% do REF na frequência dos anos.

2. TIPO DE SOLO APTO AO CULTIVO

Nesse estudo considerou-se somente o solo hidromórfico, caracterizado por apresentar lençol freático próximo à superfície durante a maior parte do tempo e estar situado em áreas de relevo plano, que reune as condições exigidas pela cultura.

Não são indicadas para o cultivo as áreas de preservação permanente, de acordo com a Lei 12.651, de 25 de maio de 2012.

3. TABELA DE PERÍODOS DE SEMEADURA

Períodos	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
Datas	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 28	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 30
Meses	Janeiro			Fevereiro			Março			Abril		

Períodos	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24
Datas	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 30	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 31
Meses	Maio			Junho			Julho			Agosto		

Períodos	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36
Datas	1º a 10	11 a 20	21 a 30	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 30	1º a 10	11 a 20	21 a 31
Meses	Setembro			Outubro			Novembro			Dezembro		

4. CULTIVARES INDICADAS

Ficam indicadas no Zoneamento Agrícola de Risco Climático, as cultivares de arroz, recomendadas para o plantio em sistema de irrigação por inundação, registradas no Registro Nacional de Cultivares (RNC) do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, atendidas as indicações das regiões de adaptação, em conformidade com as recomendações dos respectivos obtentores/mantenedores.

Notas:

1) Informações específicas sobre as cultivares indicadas devem ser obtidas junto aos respectivos obtentores/mantenedores.

2) Devem ser utilizadas no plantio sementes produzidas em conformidade com a legislação brasileira sobre sementes e mudas (Lei nº 10.711, de 5 de agosto de 2003, e Decreto nº 5.153, de 23 de agosto de 2004).

5. RELAÇÃO DOS MUNICÍPIOS APTOS AO CULTIVO E PERÍODOS INDICADOS PARA SEMEADURA

MUNICÍPIOS	PERÍODOS DE SEMEADURAS PARA CULTIVARES DO GRUPO I								
	SOLO 1			SOLO 2			SOLO 3		
	RISCO DE 20%	RISCO DE 30%	RISCO DE 40%	RISCO DE 20%	RISCO DE 30%	RISCO DE 40%	RISCO DE 20%	RISCO DE 30%	RISCO DE 40%
Açailândia	11 a 22	9 a 10 + 23 a 24	25	11 a 22	9 a 10 + 23 a 24	25	11 a 22	9 a 10 + 23 a 24	25
Afonso Cunha	13 a 30	12 + 31 a 35	11 + 36	13 a 30	12 + 31 a 35	11 + 36	13 a 30	12 + 31 a 35	11 + 36
Água Doce Do Maranhão	12 a 29	30 a 31	32 a 35	12 a 29	30 a 31	32 a 35	12 a 29	30 a 31	32 a 35
Alcântara	15 a 26	27	14	15 a 26	27	14	15 a 26	27	14
Aldeias Altas	12 a 35	36	11	12 a 35	36	11	12 a 35	36	11
Altamira Do Maranhão	14 a 26	12 a 13	27	14 a 26	12 a 13	11 + 27	14 a 26	12 a 13	11 + 27
Alto Alegre Do Maranhão	14 a 26	13 + 27		14 a 26	13 + 27		14 a 26	13 + 27	
Alto Alegre Do Pindaré	14 a 26	12 a 13	11 + 27	14 a 26	12 a 13	11 + 27	14 a 26	12 a 13	11 + 27
Alto Parnaíba	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Amapá Do Maranhão	15 a 27	14		15 a 27	14		15 a 27	14	
Amarante Do Maranhão	8 a 25 + 34	26 + 30 a 33 + 35	27 a 29 + 36 a 1 + 6 a 7	8 a 25 + 34	26 + 30 a 33 + 35	27 a 29 + 36 a 1 + 6 a 7	8 a 25 + 34	26 + 30 a 33 + 35	27 a 29 + 36 a 1 + 6 a 7
Anajatuba	15 a 25	26		15 a 25	26		15 a 25	26	
Anapurus	12 a 30	31 a 35	36	12 a 30	31 a 35	36	12 a 30	31 a 35	36
Apicum-Açu	15 a 26	27	14	15 a 26	27	14	15 a 26	27	14
Araguanã	14 a 26		13 + 27	14 a 26		13 + 27	14 a 26		13 + 27
Araioses	12 a 30	31 a 35		12 a 30	31 a 35		12 a 30	31 a 35	
Arame	9 a 25	26 + 31 a 34	27 a 30 + 35 + 8	9 a 25	26 + 31 a 34	27 a 30 + 35 + 8	9 a 25	26 + 31 a 34	27 a 30 + 35 + 8
Arari	15 a 26	14		15 a 26	14		15 a 26	14	
Axixá	15 a 26	14 + 27		15 a 26	14 + 27		15 a 26	14 + 27	
Bacabal	14 a 26	13	27	14 a 26	13	27	14 a 26	13	27
Bacabeira	15 a 26	27		15 a 26	27		15 a 26	27	
Bacuri	15 a 26	27	14	15 a 26	27	14	15 a 26	27	14
Bacurituba	15 a 26		27	15 a 26		27	15 a 26		27
Balsas	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Barão De Grajaú	6 a 2	3 a 5		6 a 2	3 a 5		6 a 2	3 a 5	
Barra Do Corda	9 a 35	8 + 36 a 2	7	9 a 35	8 + 36 a 2	7	9 a 35	8 + 36 a 2	7
Barreirinhas	13 a 29	12 + 30	31 a 34	13 a 29	12 + 30	31 a 34	13 a 29	12 + 30	31 a 34
Bela Vista Do Maranhão	15 a 25	14 + 26	13	15 a 25	14 + 26	13	15 a 25	14 + 26	13
Belágua	14 a 27	13 + 28	29	14 a 27	13 + 28	29	14 a 27	13 + 28	29

Benedito Leite	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Bequimão	15 a 26		14 + 27	15 a 26		14 + 27	15 a 26		14 + 27
Bernardo Do Mearim	12 a 26	11 + 27		12 a 26	11 + 27		12 a 26	11 + 27	
Boa Vista Do Gurupi	15 a 26	14 + 27		15 a 26	14 + 27		15 a 26	14 + 27	
Bom Jardim	12 a 26	11	27	12 a 26	11	27	12 a 26	11	27
Bom Jesus Das Selvas	11 a 25	9 a 10	26 + 31 a 32	11 a 25	9 a 10	26 + 31 a 32	11 a 25	9 a 10	26 + 31 a 32
Bom Lugar	14 a 26	12 a 13	27	14 a 26	12 a 13	27	14 a 26	12 a 13	27
Brejo	12 a 35		36	12 a 35		36	12 a 35		36
Brejo De Areia	13 a 26	11 a 12	27	13 a 26	11 a 12	27	13 a 26	11 a 12	27
Buriti	12 a 35		11 + 36	12 a 35		11 + 36	12 a 35		11 + 36
Buriti Bravo	9 a 36	8 + 1 a 2	6 a 7	9 a 36	8 + 1 a 2	6 a 7	9 a 36	8 + 1 a 2	6 a 7
Buriticupu	11 a 25	10 + 26	9 + 27 + 31 a 32	11 a 25	10 + 26	9 + 27 + 31 a 32	11 a 25	10 + 26	9 + 27 + 31 a 32
Buritirana	9 a 21	8 + 22 a 24 + 34	7 + 25 + 30 a 33 + 35 a 1	9 a 21	8 + 22 a 24 + 34	7 + 25 + 30 a 33 + 35 a 1	9 a 21	8 + 22 a 24 + 34	7 + 25 + 30 a 33 + 35 a 1
Cachoeira Grande	14 a 27		13	14 a 27		13	14 a 27		13
Cajapió	16 a 25	15 + 26		16 a 25	15 + 26		16 a 25	15 + 26	
Cajari	15 a 25	26	14	15 a 25	26	14	15 a 25	26	14
Campestre Do Maranhão	8 a 22 + 34	23 a 24 + 30 a 33 + 35	25 + 29 + 36 a 1 + 7	8 a 22 + 34	23 a 24 + 30 a 33 + 35	25 + 29 + 36 a 1 + 7	8 a 22 + 34	23 a 24 + 30 a 33 + 35	25 + 29 + 36 a 1 + 7
Cândido Mendes	15 a 26	14 + 27		15 a 26	14 + 27		15 a 26	14 + 27	
Cantanhede	15 a 26	14 + 27		15 a 26	14 + 27		15 a 26	14 + 27	
Capinzal Do Norte	12 a 27	11	10 + 28 a 32	12 a 27	11	10 + 28 a 32	12 a 27	11	10 + 28 a 32
Carolina	7 a 2	3 a 6		7 a 2	3 a 6		7 a 2	3 a 6	
Carutapera	15 a 26	14 + 27		15 a 26	14 + 27		15 a 26	14 + 27	
Caxias	12 a 35	11 + 36	10 + 1	12 a 35	11 + 36	10 + 1	12 a 35	11 + 36	10 + 1
Cedral	15 a 27		14	15 a 27		14	15 a 27		14
Central Do Maranhão	15 a 26	27	14	15 a 26	27	14	15 a 26	27	14
Centro Do Guilherme	15 a 26	14 + 27		15 a 26	14 + 27		15 a 26	14 + 27	
Centro Novo Do Maranhão	13 a 26	27	12	13 a 26	27	12	13 a 26	27	12
Chapadinha	13 a 28	12 + 29 a 30	31 a 34	13 a 28	12 + 29 a 30	31 a 34	13 a 28	12 + 29 a 30	31 a 34
Cidelândia	11 a 20	21	22 + 10	11 a 20	21	22 + 10	11 a 20	21	22 + 10
Codó	12 a 28	11 + 29 a 32	10 + 33 a 35	12 a 28	11 + 29 a 32	10 + 33 a 35	12 a 28	11 + 29 a 32	10 + 33 a 35
Coelho Neto	12 a 35	36	11	12 a 35	36	11	12 a 35	36	11
Colinas	8 a 2	6 a 7	3 a 5	8 a 2	6 a 7	3 a 5	8 a 2	6 a 7	3 a 5
Conceição Do Lago-Açu	15 a 26	14	13	15 a 26	14	13	15 a 26	14	13
Coroatá	14 a 27	12 a 13	28	14 a 27	12 a 13	28	14 a 27	12 a 13	28
Cururupu	15 a 26	27	14	15 a 26	27	14	15 a 26	27	14
Davinópolis	9 a 21	8 + 22	23 a 24 + 30 a 34	9 a 21	8 + 22	23 a 24 + 30 a 34	9 a 21	8 + 22	23 a 24 + 30 a 34
Dom Pedro	12 a 27	10 a 11	28 a 35	12 a 27	10 a 11	28 a 35	12 a 27	10 a 11	28 a 35
Duque Bacelar	12 a 35		11 + 36	12 a 35		11 + 36	12 a 35		11 + 36
Esperantinópolis	12 a 26	10 a 11 + 27		12 a 26	10 a 11 + 27		12 a 26	10 a 11 + 27	
Estreito	7 a 25 + 29 a 35	36 a 6 + 26 a 28		7 a 25 + 29 a 35	36 a 6 + 26 a 28		7 a 25 + 29 a 35	36 a 6 + 26 a 28	
Feira Nova Do Maranhão	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Fernando Falcão	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Formosa Da Serra Negra	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Fortaleza Dos Nogueiras	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Fortuna	9 a 35	8 + 36 a 1	6 a 7 + 2	9 a 35	8 + 36 a 1	6 a 7 + 2	9 a 35	8 + 36 a 1	6 a 7 + 2
Godofredo Viana	15 a 27	14		15 a 27	14		15 a 27	14	
Gonçalves Dias	11 a 27	10 + 28 a 35	9 + 36	11 a 27	10 + 28 a 35	9 + 36	11 a 27	10 + 28 a 35	9 + 36
Governador Archer	12 a 27	10 a 11 + 28 a 32	33 a 35	12 a 27	10 a 11 + 28 a 32	33 a 35	12 a 27	10 a 11 + 28 a 32	33 a 35
Governador Edison Lobão	9 a 21	8 + 22	23 a 24 + 30 a 34	9 a 21	8 + 22	23 a 24 + 30 a 34	9 a 21	8 + 22	23 a 24 + 30 a 34
Governador Eugênio Barros	11 a 35	9 a 10	36 a 1	11 a 35	9 a 10	36 a 1	11 a 35	9 a 10	36 a 1
Governador Luiz Rocha	11 a 35	9 a 10 + 36 a 1	8	11 a 35	9 a 10 + 36 a 1	8	11 a 35	9 a 10 + 36 a 1	8
Governador Newton Bello	14 a 26	13	27	14 a 26	13	27	14 a 26	13	27
Governador Nunes Freire	15 a 26	14 + 27		15 a 26	14 + 27		15 a 26	14 + 27	
Graça Aranha	11 a 34	9 a 10 + 35 a 1	8	11 a 34	9 a 10 + 35 a 1	8	11 a 34	9 a 10 + 35 a 1	8
Grajaú	7 a 2	3 a 6		7 a 2	3 a 6		7 a 2	3 a 6	
Guimarães	15 a 26	27	14	15 a 26	27	14	15 a 26	27	14
Humberto De Campos	14 a 27	28	13	14 a 27	28	13	14 a 27	28	13
Icatu	15 a 27	14		15 a 27	14		15 a 27	14	
Igarapé Do Meio	15 a 25	14 + 26		15 a 25	14 + 26		15 a 25	14 + 26	
Igarapé Grande	13 a 26	11 a 12 + 27		13 a 26	11 a 12 + 27		13 a 26	11 a 12 + 27	
Imperatriz	10 a 21	9	22 a 23	10 a 21	9	22 a 23	10 a 21	9	22 a 23
Itaipava Do Grajaú	9 a 26	27 a 35	8	9 a 26	27 a 35	8	9 a 26	27 a 35	8
Itapecuru Mirim	15 a 26	14 + 27		15 a 26	14 + 27		15 a 26	14 + 27	
Itinga Do Maranhão	12 a 25	11	10 + 26	12 a 25	11	10 + 26	12 a 25	11	10 + 26
Jatobá	8 a 1	6 a 7 + 2	3 a 5	8 a 1	6 a 7 + 2	3 a 5	8 a 1	6 a 7 + 2	3 a 5
Jenipapo Dos Vieiras	9 a 27 + 34	8 + 28 a 33 + 35	7 + 36	9 a 27 + 34	8 + 28 a 33 + 35	7 + 36	9 a 27 + 34	8 + 28 a 33 + 35	7 + 36
João Lisboa	9 a 22	23 a 24	25 + 31 a 34 + 8	9 a 22	23 a 24	25 + 31 a 34 + 8	9 a 22	23 a 24	25 + 31 a 34 + 8
Joselândia	12 a 26	10 a 11 + 27	28 a 34	12 a 26	10 a 11 + 27	28 a 34	12 a 26	10 a 11 + 27	28 a 34
Junco Do Maranhão	15 a 27	14		15 a 27	14		15 a 27	14	
Lago Da Pedra	12 a 26	10 a 11 + 27		12 a 26	10 a 11 + 27		12 a 26	10 a 11 + 27	
Lago Do Junco	13 a 26	11 a 12 + 27		13 a 26	11 a 12 + 27		13 a 26	11 a 12 + 27	
Lago Dos Rodrigues	13 a 26	11 a 12 + 27		13 a 26	11 a 12 + 27		13 a 26	11 a 12 + 27	
Lago Verde	14 a 26	13		14 a 26	13		14 a 26	13	
Lagoa Do Mato	9 a 1	7 a 8 + 2	3 a 6	9 a 1	7 a 8 + 2	3 a 6	9 a 1	7 a 8 + 2	3 a 6
Lagoa Grande Do Maranhão	11 a 26	10 + 27	9 + 31 a 34	11 a 26	10 + 27	9 + 31 a 34	11 a 26	10 + 27	9 + 31 a 34
Lajeado Novo	8 a 22 + 31 a 35	6 a 7 + 23 a 30 + 36 a 2	3 a 5	8 a 22 + 31 a 35	6 a 7 + 23 a 30 + 36 a 2	3 a 5	8 a 22 + 31 a 35	6 a 7 + 23 a 30 + 36 a 2	3 a 5
Lima Campos	13 a 26	11 a 12 + 27	28	13 a 26	11 a 12 + 27	28	13 a 26	11 a 12 + 27	28
Loreto	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Luís Domingues	15 a 27	14		15 a 27	14		15 a 27	14	
Magalhães De Almeida	12 a 31	32 a 35	36	12 a 31	32 a 35	36	12 a 31	32 a 35	36
Maracaçumé	15 a 26	14 + 27		15 a 26	14 + 27		15 a 26	14 + 27	
Marajá Do Sena	12 a 26	10 a 11 + 27		12 a 26	10 a 11 + 27		12 a 26	10 a 11 + 27	
Maranhãozinho	15 a 26	14 + 27		15 a 26	14 + 27		15 a 26	14 + 27	
Mata Roma	13 a 29	12 + 30	31 a 34	13 a 29	12 + 30	31 a 34	13 a 29	12 + 30	31 a 34
Matinha	16 a 25	15 + 26		16 a 25	15 + 26		16 a 25	15 + 26	
Matões	11 a 35	10 + 36	9 + 1	11 a 35	10 + 36	9 + 1	11 a 35	10 + 36	9 + 1
Matões Do Norte	15 a 26	14		15 a 26	14		15 a 26	14	
Milagres Do Maranhão	12 a 30	31 a 35		12 a 30	31 a 35		12 a 30	31 a 35	
Mirador	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Miranda Do Norte	15 a 26	14		15 a 26	14		15 a 26	14	
Mirinzal	15 a 26	27	14	15 a 26	27	14	15 a 26	27	14
Monção	15 a 25	14 + 26		15 a 25	14 + 26		15 a 25	14 + 26	
Montes Altos	8 a 22 + 34	7 + 23 a 24 + 30 a 33 + 35	6 + 25 a 29 + 36 a 2	8 a 22 + 34	7 + 23 a 24 + 30 a 33 + 35	6 + 25 a 29 + 36 a 2	8 a 22 + 34	7 + 23 a 24 + 30 a 33 + 35	6 + 25 a 29 + 36 a 2

Morros	14 a 27	28	13	14 a 27	28	13	14 a 27	28	13
Nina Rodrigues	14 a 27	13 + 28		14 a 27	13 + 28		14 a 27	13 + 28	
Nova Colinas	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Nova Iorque	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Nova Olinda Do Maranhão	14 a 26		13 + 27	14 a 26		13 + 27	14 a 26		13 + 27
Olho D'Água Das Cunhãs	14 a 26	13	12 + 27	14 a 26	13	12 + 27	14 a 26	13	12 + 27
Olinda Nova Do Maranhão	15 a 26			15 a 26			15 a 26		
Paço Do Lumiar	15 a 26	27	14	15 a 26	27	14	15 a 26	27	14
Palmeirândia	15 a 26		14 + 27	15 a 26		14 + 27	15 a 26		14 + 27
Paraibano	6 a 2	3 a 5		6 a 2	3 a 5		6 a 2	3 a 5	
Parnarama	10 a 36	9 + 1	8 + 2	10 a 36	9 + 1	8 + 2	10 a 36	9 + 1	8 + 2
Passagem Franca	8 a 1	6 a 7 + 2	3 a 5	8 a 1	6 a 7 + 2	3 a 5	8 a 1	6 a 7 + 2	3 a 5
Pastos Bons	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Paulino Neves	12 a 29	30	31 a 34	12 a 29	30	31 a 34	12 a 29	30	31 a 34
Paulo Ramos	13 a 26	11 a 12	27	13 a 26	11 a 12	10 + 27	13 a 26	11 a 12	10 + 27
Pedreiras	13 a 26	11 a 12 + 27		13 a 26	11 a 12 + 27		13 a 26	11 a 12 + 27	
Pedro Do Rosário	15 a 26	14		15 a 26	14		15 a 26	14	
Penalva	15 a 25	14 + 26		15 a 25	14 + 26		15 a 25	14 + 26	
Peri Mirim	15 a 26		14 + 27	15 a 26		14 + 27	15 a 26		14 + 27
Peritoró	13 a 26	12 + 27	28	13 a 26	12 + 27	28	13 a 26	12 + 27	28
Pindaré-Mirim	15 a 25	14 + 26	13	15 a 25	14 + 26	13	15 a 25	14 + 26	13
Pinheiro	15 a 26		14 + 27	15 a 26		14 + 27	15 a 26		14 + 27
Pio Xii	14 a 26		13	14 a 26		13	14 a 26		13
Pirapemas	14 a 26	27	13	14 a 26	27	13	14 a 26	27	13
Poção De Pedras	12 a 26	11 + 27	10	12 a 26	11 + 27	10	12 a 26	11 + 27	10
Porto Franco	8 a 22 + 31 a 35	7 + 23 a 30	36 a 6	8 a 22 + 31 a 35	7 + 23 a 30	36 a 6	8 a 22 + 31 a 35	7 + 23 a 30	36 a 6
Porto Rico Do Maranhão	15 a 27		14	15 a 27		14	15 a 27		14
Presidente Dutra	11 a 27	9 a 10 + 28 a 35	36 a 1	11 a 27	9 a 10 + 28 a 35	36 a 1	11 a 27	9 a 10 + 28 a 35	36 a 1
Presidente Juscelino	15 a 26	14 + 27		15 a 26	14 + 27		15 a 26	14 + 27	
Presidente Médici	15 a 26	14 + 27		15 a 26	14 + 27		15 a 26	14 + 27	
Presidente Sarney	15 a 26		14 + 27	15 a 26		14 + 27	15 a 26		14 + 27
Presidente Vargas	14 a 27		13	14 a 27		13	14 a 27		13
Primeira Cruz	13 a 27	28	29	13 a 27	28	29	13 a 27	28	29
Raposa	15 a 27		14	15 a 27		14	15 a 27		14
Riachão	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Ribamar Fiquene	9 a 21	8 + 22 a 23 + 31 a 34	24 + 30 + 35	9 a 21	8 + 22 a 23 + 31 a 34	24 + 30 + 35	9 a 21	8 + 22 a 23 + 31 a 34	24 + 30 + 35
Rosário	15 a 26	14 + 27		15 a 26	14 + 27		15 a 26	14 + 27	
Sambaíba	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Santa Filomena Do Maranhão	9 a 35	36 a 1	7 a 8	9 a 35	36 a 1	7 a 8	9 a 35	36 a 1	7 a 8
Santa Helena	15 a 26	27	14	15 a 26	27	14	15 a 26	27	14
Santa Inês	15 a 25	14 + 26	13	15 a 25	14 + 26	13	15 a 25	14 + 26	13
Santa Luzia	12 a 25	11 + 26	10 + 27	12 a 25	11 + 26	10 + 27	12 a 25	11 + 26	10 + 27
Santa Luzia Do Paruá	15 a 26	14 + 27		15 a 26	14 + 27		15 a 26	14 + 27	
Santa Quitéria Do Maranhão	12 a 30	31 a 35		12 a 30	31 a 35		12 a 30	31 a 35	
Santa Rita	15 a 26	14 + 27		15 a 26	14 + 27		15 a 26	14 + 27	
Santana Do Maranhão	12 a 29	30 a 35		12 a 29	30 a 35		12 a 29	30 a 35	
Santo Amaro Do Maranhão	13 a 27	28	29	13 a 27	28	29	13 a 27	28	29
Santo Antônio Dos Lopes	12 a 27	10 a 11	28 a 34	12 a 27	10 a 11	28 a 34	12 a 27	10 a 11	28 a 34
São Benedito Do Rio Preto	14 a 27	13 + 28	29	14 a 27	13 + 28	29	14 a 27	13 + 28	29
São Bento	15 a 26		14 + 27	15 a 26		14 + 27	15 a 26		14 + 27
São Bernardo	12 a 30	31 a 35	36	12 a 30	31 a 35	36	12 a 30	31 a 35	36
São Domingos Do Azeitão	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
São Domingos Do Maranhão	9 a 1	8 + 2	6 a 7	9 a 1	8 + 2	6 a 7	9 a 1	8 + 2	6 a 7
São Félix De Balsas	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
São Francisco Do Brejão	9 a 21	22	23 + 31	9 a 21	22	23 + 31	9 a 21	22	23 + 31
São Francisco Do Maranhão	9 a 2	7 a 8 + 3	4 a 6	9 a 2	7 a 8 + 3	4 a 6	9 a 2	7 a 8 + 3	4 a 6
São João Batista	16 a 25	15 + 26		16 a 25	15 + 26		16 a 25	15 + 26	
São João Do Carú	14 a 26	13	12 + 27	14 a 26	13	12 + 27	14 a 26	13	12 + 27
São João Do Paraíso	7 a 25 + 29 a 2	3 a 6 + 26 a 28		7 a 25 + 29 a 2	3 a 6 + 26 a 28		7 a 25 + 29 a 2	3 a 6 + 26 a 28	
São João Do Soter	11 a 30	10 + 31 a 35	36	11 a 30	10 + 31 a 35	36	11 a 30	10 + 31 a 35	36
São João Dos Patos	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
São José De Ribamar	15 a 26	27	14	15 a 26	27	14	15 a 26	27	14
São José Dos Basílios	12 a 27	10 a 11	28 a 35	12 a 27	10 a 11	28 a 35	12 a 27	10 a 11	28 a 35
São Luís	15 a 26	27	14	15 a 26	27	14	15 a 26	27	14
São Luís Gonzaga Do Maranhão	13 a 26	12 + 27		13 a 26	12 + 27		13 a 26	12 + 27	
São Mateus Do Maranhão	15 a 26	14		15 a 26	14		15 a 26	14	
São Pedro Da Água Branca	12 a 20	11	21	12 a 20	11	21	12 a 20	11	21
São Pedro Dos Crentes	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
São Raimundo Das Mangabeiras	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
São Raimundo Do Doca Bezerra	12 a 26	10 a 11 + 27	9 + 28 a 34	12 a 26	10 a 11 + 27	9 + 28 a 34	12 a 26	10 a 11 + 27	9 + 28 a 34
São Roberto	12 a 26	10 a 11 + 27	28 a 34	12 a 26	10 a 11 + 27	28 a 34	12 a 26	10 a 11 + 27	28 a 34
São Vicente Ferrer	15 a 26			15 a 26			15 a 26		
Satubinha	14 a 26	13		14 a 26	13		14 a 26	13	
Senador Alexandre Costa	11 a 30 + 34	10 + 31 a 33 + 35	9 + 36	11 a 30 + 34	10 + 31 a 33 + 35	9 + 36	11 a 30 + 34	10 + 31 a 33 + 35	9 + 36
Senador La Rocque	9 a 21	8 + 22 a 24	25 + 30 a 35	9 a 21	8 + 22 a 24	25 + 30 a 35	9 a 21	8 + 22 a 24	25 + 30 a 35
Serrano Do Maranhão	15 a 26	27	14	15 a 26	27	14	15 a 26	27	14
Sítio Novo	7 a 2	3 a 6		7 a 2	3 a 6		7 a 2	3 a 6	
Sucupira Do Norte	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Sucupira Do Riachão	6 a 2	3 a 5		6 a 2	3 a 5		6 a 2	3 a 5	
Tasso Fragoso	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Timbiras	14 a 27	12 a 13 + 28	29 a 32	14 a 27	12 a 13 + 28	29 a 32	14 a 27	12 a 13 + 28	29 a 32
Timon	11 a 35	36 a 1	2 + 9 a 10	11 a 35	36 a 1	2 + 9 a 10	11 a 35	36 a 1	2 + 9 a 10
Trizidela Do Vale	13 a 26	12 + 27	11	13 a 26	12 + 27	11	13 a 26	12 + 27	11
Tufilândia	15 a 25	14 + 26	13	15 a 25	14 + 26	13	15 a 25	14 + 26	13
Tuntum	8 a 1	6 a 7 + 2	3 a 5	8 a 1	6 a 7 + 2	3 a 5	8 a 1	6 a 7 + 2	3 a 5
Turiaçu	15 a 26	14 + 27		15 a 26	14 + 27		15 a 26	14 + 27	
Turilândia	15 a 26	27	14	15 a 26	27	14	15 a 26	27	14
Tutóia	12 a 29	30 a 31	32 a 35	12 a 29	30 a 31	32 a 35	12 a 29	30 a 31	32 a 35
Urbano Santos	13 a 28	29	30 a 31	13 a 28	29	30 a 31	13 a 28	29	30 a 31
Vargem Grande	14 a 27	13 + 28		14 a 27	13 + 28		14 a 27	13 + 28	
Viana	15 a 25	26	14	15 a 25	26	14	15 a 25	26	14
Vila Nova Dos Martírios	11 a 20	21		11 a 20	21		11 a 20	21	
Vitória Do Mearim	15 a 25	14 + 26		15 a 25	14 + 26		15 a 25	14 + 26	
Vitorino Freire	14 a 26	12 a 13	27	14 a 26	12 a 13	11 + 27	14 a 26	12 a 13	11 + 27
Zé Doca	14 a 26	13	27	14 a 26	13	27	14 a 26	13	27

PORTARIA Nº 382, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2020

O SECRETÁRIO DE POLÍTICA AGRÍCOLA, no uso de suas atribuições e competências estabelecidas pelo Decreto nº 10.253, de 20 de fevereiro de 2020, e observado, no que couber, o contido no Decreto nº 9.841 de 18 de junho de 2019 e nas Instruções Normativas nº 2, de 9 de outubro de 2008, publicada no Diário Oficial da União de 13 de outubro de 2008, da Secretaria de Política Agrícola, e nº 16, de 9 de abril de 2018, publicada no Diário Oficial da União de 12 de abril de 2018, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, resolve:

Art. 1º Aprovar o Zoneamento Agrícola de Risco Climático para a cultura de arroz irrigado tropical no Estado da Paraíba conforme anexo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CÉSAR HANNA HALUM

ANEXO

1. NOTA TÉCNICA

No Brasil, o arroz (Oryza sativa L.) irrigado por inundação é produzido do Rio Grande do Sul a Roraima. Basicamente, a produção de arroz irrigado por inundação é dividida em dois ambientes, subtropical e tropical.

As principais limitações abióticas para a produção do arroz irrigado tropical são a disponibilidade de radiação solar e altas temperaturas. Ambos fatores meteorológicos são os que mais influenciam o potencial produtivo da cultura do arroz.

As faixas de temperaturas prejudiciais variam de acordo com o estádio fenológico da planta, sendo que as faixas de temperaturas ótimas variam de 20 a 35°C para a germinação, de 30 a 33°C para a floração e de 20 a 25°C para a maturação. Temperaturas superiores a 35°C podem ser prejudiciais a cultura chegando a causar esterilidade das espiguetas. Já, a radiação solar impacta especialmente nas fases reprodutiva (da diferenciação da panícula à floração; quando um aporte de radiação abaixo do ideal afeta o número de grãos por panícula), e de maturação (da floração à maturação fisiológica do grão; baixa incidência reduz o enchimento e o peso ideal dos grãos).

Estudos realizados no Sul e no Centro Oeste do Brasil mostraram que as maiores produtividades são obtidas com níveis crescentes de radiação solar, sendo observada uma correlação linear entre produtividade e acúmulo de radiação solar no ciclo da cultura. Basicamente, regiões com latitudes próxima ao equador apresentam um menor potencial produtivo, devido ao menor acúmulo de radiação solar fotossinteticamente ativa durante o período reprodutivo e enchimento de grãos. Nessas fases a demanda por carboidratos é alta devido à formação e enchimento das espiguetas que atuam como drenos e, quando há menor acúmulo desse fator, o declínio na produtividade é observado. Aportes menores de radiação solar durante o período reprodutivo impactam substancialmente o número e o peso das espiguetas, como consequência afeta a produtividade.

Em função do exposto, deduz-se que a época de semeadura é uma das práticas de manejo que desempenha papel de destaque na redução do risco climático pelo fato de aumentar as chances de que as fases críticas da planta escapem dos elementos climáticos adversos e coincidam com os favoráveis.

Nesse estudo foi utilizado o modelo de simulação do desenvolvimento, crescimento e produtividade da cultura do arroz denominado ORYZA. Resultados obtidos com esse modelo indicam que ele é capaz de simular, com níveis relativamente altos de acurácia, a produtividade das principais cultivares de arroz irrigado utilizadas nas distintas regiões produtoras do Brasil. De maneira simplificada, o modelo utiliza uma série de módulos (processos) para simular o desenvolvimento, crescimento e produtividade da planta de arroz. Para isso são considerados fatores relacionados ao solo, clima, cultivar ("características genéticas") e manejo da cultura. O modelo utiliza como dados de entrada a temperatura mínima e máxima diária, radiação solar global diária e precipitação diária.

Objetivou-se, com o Zoneamento Agrícola de Risco Climático (ZARC), identificar os municípios aptos e os períodos de semeadura com menor risco climático para o cultivo do arroz irrigado por inundação em três níveis de risco: 20%, 30%, 40%.

Essa identificação foi realizada com a aplicação do modelo de simulação do crescimento, desenvolvimento e rendimento da cultura do arroz, ORYZAv3 (https://sites.google.com/a/irri.org/oryza2000/about-oryza-version-3), para avaliar a resposta da cultura às condições climáticas da região de estudo.

Por se tratar de um modelo agroclimático, parte-se do pressuposto que não ocorrerão limitações quanto à fertilidade dos solos e danos às plantas devido à ocorrência de pragas e doenças.

Para delimitação das áreas aptas ao cultivo do arroz irrigado por inundação, em condições de baixo risco, destaca-se os seguintes aspectos:

- A parametrização do modelo ORYZAv3 é o processo de derivar coeficientes específicos de um cultivar por meio de dados observados em experimentos de campo. Nesse estudo, parametrizamos o modelo ORYZAv3 para a cultivar BRS Catiana. Essa cultivar foi desenvolvida pela Embrapa para ser cultivada na região tropical. Nos trópicos, devido a menor amplitude e maior temperatura média ambiente, há basicamente o ciclo médio.

- Foram feitas simulações com datas de semeadura para o período de 1º de setembro até 31 de dezembro, com intervalo decendial, para 1 grupo de cultivar onde predomina-se o ciclo médio.

- Para a determinação do risco climático, os rendimentos simulados pelo modelo ORYZAv3 para cada ponto, data de semeadura e ano, denominados nesse estudo como Rendimento Relativo (RRel), foram normalizados. Para o calculo da normalização, dividiu-se o RRel pelo Rendimento de Referência (REF). O REF representa o valor do percentil 0.90 (90%) do RRel, que nesse estudo foi de 12.336 kg/ha.

- Nesse estudo definiu-se como condição adversa ou de produtividade insuficiente os anos safra que resultassem em RRel inferior a 70% do rendimento de referência (REF).

- Considerou-de o risco de ocorrência de temperaturas muito baixas e deletérias à cultura, por meio da probabilidade de ocorrência de temperatura mínima menor ou igual a 7°C observadas no abrigo meteorológico;

A gestão de riscos de natureza climática, na cultura do arroz tropical irrigado por inundação, pode ser melhorada pela assistência técnica local, via a diluição de riscos, quando são associadas, ao calendário de semeadura preconizado nas Portarias de Zarc, práticas de manejo de cultivos que contemplem a rotação de culturas, o escalonamento de épocas de semeadura e a diversificação de cultivares (com ciclos diferentes) em uma mesma propriedade rural.

O Zarc, além de ser uma ferramenta de gestão de riscos na agricultura, para maior efetividade de resultados, também deve atuar como indutor de tecnologia de produção. Nesse sentido, especial atenção deve ser dada aos seguintes tópicos:

a. É necessário garantir a disponibilidade de água para irrigação por inundação durante todo o ciclo da cultura;

b. A metodologia empregada ainda não considera os efeitos deletérios da precipitação na época da colheita.

c. Os resultados de Zarc são gerados presumindo-se um manejo agronômico adequado para o desenvolvimento, crescimento e produtividade de cada cultura, em função da disponibilidade de recursos do ambiente em cada local. Falhas ou deficiências de diversos tipos, desde manejo inadequado da fertilidade do solo, de pragas e doenças ou escolha de cultivares não adaptadas para o ambiente edafoclimático, podem resultar em perdas de produtividade ou agravar perdas geradas por eventos meteorológicos adversos. Nesse contexto, é indispensável: utilizar sempre tecnologia de produção adequada para a condição edafoclimática local; controlar efetivamente as plantas daninhas durante o cultivo; adotar práticas de controle de pragas e doenças; e correção físico-química do solo (fertilidade e descompactação dos solos);

Considerou-se apto para o cultivo do arroz irrigado tropical os municípios em que o RRel foi maior ou igual a 70% do REF na frequência dos anos.

2. TIPO DE SOLO APTO AO CULTIVO

Nesse estudo considerou-se somente o solo hidromórfico, caracterizado por apresentar lençol freático próximo à superfície durante a maior parte do tempo e estar situado em áreas de relevo plano, que reune as condições exigidas pela cultura.

Não são indicadas para o cultivo as áreas de preservação permanente, de acordo com a Lei 12.651, de 25 de maio de 2012.

3. TABELA DE PERÍODOS DE SEMEADURA

Períodos	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
Datas	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 28	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 30
Meses	Janeiro			Fevereiro			Março			Abril		

Períodos	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24
Datas	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 30	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 31
Meses	Maio			Junho			Julho			Agosto		

Períodos	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36
Datas	1º a 10	11 a 20	21 a 30	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 30	1º a 10	11 a 20	21 a 31
Meses	Setembro			Outubro			Novembro			Dezembro		

4. CULTIVARES INDICADAS

Ficam indicadas no Zoneamento Agrícola de Risco Climático, as cultivares de arroz, recomendadas para o plantio em sistema de irrigação por inundação, registradas no Registro Nacional de Cultivares (RNC) do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, atendidas as indicações das regiões de adaptação, em conformidade com as recomendações dos respectivos obtentores/mantenedores.

Notas:

1) Informações específicas sobre as cultivares indicadas devem ser obtidas junto aos respectivos obtentores/mantenedores.

2) Devem ser utilizadas no plantio sementes produzidas em conformidade com a legislação brasileira sobre sementes e mudas (Lei nº 10.711, de 5 de agosto de 2003, e Decreto nº 5.153, de 23 de agosto de 2004).

5. RELAÇÃO DOS MUNICÍPIOS APTOS AO CULTIVO E PERÍODOS INDICADOS PARA SEMEADURA

MUNICÍPIOS	PERÍODOS DE SEMEADURAS PARA CULTIVARES DO GRUPO I								
	SOLO 1			SOLO 2			SOLO 3		
	RISCO DE 20%	RISCO DE 30%	RISCO DE 40%	RISCO DE 20%	RISCO DE 30%	RISCO DE 40%	RISCO DE 20%	RISCO DE 30%	RISCO DE 40%
Água Branca	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Aguiar	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Alagoa Grande	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Alagoa Nova	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Alagoinha	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Alcantil	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Algodão De Jandaíra	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Alhandra	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Amparo	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Aparecida	10 a 6	7 a 9		10 a 6	7 a 9		10 a 6	7 a 9	
Araçagi	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Arara	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Araruna	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Areia	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Areia De Baraúnas	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Areial	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Aroeiras	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Assunção	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Baía Da Traição	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Bananeiras	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Baraúna	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Barra De Santa Rosa	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Barra De Santana	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Barra De São Miguel	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Bayeux	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Belém	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Belém Do Brejo Do Cruz	13 a 4		5 + 12	13 a 4		5 + 12	13 a 4		5 + 12
Bernardino Batista	11 a 7	8 a 10		11 a 7	8 a 10		11 a 7	8 a 10	
Boa Ventura	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Boa Vista	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Bom Jesus	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Bom Sucesso	12 a 6	11	7 a 10	12 a 6	11	7 a 10	12 a 6	11	7 a 10

Bonito De Santa Fé	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Boqueirão	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Borborema	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Brejo Do Cruz	13 a 4	12 + 5	6	13 a 4	12 + 5	6	13 a 4	12 + 5	6
Brejo Dos Santos	12 a 5	6	7 a 11	12 a 5	6	7 a 11	12 a 5	6	7 a 11
Caaporã	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Cabaceiras	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Cabedelo	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Cachoeira Dos Índios	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Cacimba De Areia	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Cacimba De Dentro	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Cacimbas	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Caiçara	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Cajazeiras	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Cajazeirinhas	10 a 6	7 a 9		10 a 6	7 a 9		10 a 6	7 a 9	
Caldas Brandão	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Camalaú	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Campina Grande	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Capim	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Caraúbas	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Carrapateira	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Casserengue	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Catingueira	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Catolé Do Rocha	12 a 5	6	7 + 11	12 a 5	6	7 + 11	12 a 5	6	7 + 11
Caturité	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Conceição	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Condado	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Conde	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Congo	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Coremas	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Coxixola	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Cruz Do Espírito Santo	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Cubati	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Cuité	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Cuité De Mamanguape	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Cuitegi	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Curral De Cima	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Curral Velho	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Damião	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Desterro	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Diamante	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Dona Inês	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Duas Estradas	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Emas	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Esperança	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Fagundes	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Frei Martinho	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Gado Bravo	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Guarabira	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Gurinhém	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Gurjão	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Ibiara	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Igaracy	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Imaculada	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Ingá	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Itabaiana	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Itaporanga	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Itapororoca	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Itatuba	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Jacaraú	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Jericó	12 a 6		7 a 11	12 a 6		7 a 11	12 a 6		7 a 11
João Pessoa	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Joca Claudino	11 a 7	8 a 10		11 a 7	8 a 10		11 a 7	8 a 10	
Juarez Távora	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Juazeirinho	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Junco Do Seridó	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Juripiranga	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Juru	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Lagoa	12 a 6	11	7 a 10	12 a 6	11	7 a 10	12 a 6	11	7 a 10
Lagoa De Dentro	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Lagoa Seca	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Lastro	11 a 6	7 a 10		11 a 6	7 a 10		11 a 6	7 a 10	
Livramento	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Logradouro	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Lucena	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Mãe D'Água	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Malta	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Mamanguape	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Manaíra	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Marcação	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Mari	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Marizópolis	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Massaranduba	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Mataraca	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Matinhas	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Mato Grosso	12 a 6		7 a 11	12 a 6		7 a 11	12 a 6		7 a 11
Maturéia	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Mogeiro	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Montadas	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Monte Horebe	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Monteiro	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Mulungu	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Natuba	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Nazarezinho	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Nova Floresta	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Nova Olinda	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Nova Palmeira	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Olho D'Água	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Olivedos	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Ouro Velho	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Parari	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Passagem	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Patos	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Paulista	12 a 6	11	7 a 10	12 a 6	11	7 a 10	12 a 6	11	7 a 10
Pedra Branca	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Pedra Lavrada	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Pedras De Fogo	1 a 36			1 a 36			1 a 36		

Pedro Régis	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Piancó	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Picuí	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Pilar	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Pilões	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Pilõezinhos	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Pirpirituba	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Pitimbu	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Pocinhos	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Poço Dantas	11 a 7	8 a 10		11 a 7	8 a 10		11 a 7	8 a 10	
Poço De José De Moura	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Pombal	10 a 6	7 a 9		10 a 6	7 a 9		10 a 6	7 a 9	
Prata	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Princesa Isabel	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Puxinanã	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Queimadas	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Quixaba	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Remígio	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Riachão	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Riachão Do Bacamarte	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Riachão Do Poço	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Riacho De Santo Antônio	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Riacho Dos Cavalos	12 a 5	6	7 a 11	12 a 5	6	7 a 11	12 a 5	6	7 a 11
Rio Tinto	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Salgadinho	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Salgado De São Félix	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Santa Cecília	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Santa Cruz	12 a 6	7 a 11		12 a 6	7 a 11		12 a 6	7 a 11	
Santa Helena	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Santa Inês	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Santa Luzia	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Santa Rita	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Santa Teresinha	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Santana De Mangueira	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Santana Dos Garrotes	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Santo André	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
São Bentinho	11 a 6	10 + 7	8 a 9	11 a 6	10 + 7	8 a 9	11 a 6	10 + 7	8 a 9
São Bento	12 a 5	6	7 + 11	12 a 5	6	7 + 11	12 a 5	6	7 + 11
São Domingos	10 a 6	7 a 9		10 a 6	7 a 9		10 a 6	7 a 9	
São Domingos Do Cariri	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
São Francisco	11 a 6	7 a 10		11 a 6	7 a 10		11 a 6	7 a 10	
São João Do Cariri	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
São João Do Rio Do Peixe	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
São João Do Tigre	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
São José Da Lagoa Tapada	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
São José De Caiana	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
São José De Espinharas	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
São José De Piranhas	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
São José De Princesa	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
São José Do Bonfim	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
São José Do Brejo Do Cruz	13 a 4		5 + 12	13 a 4		5 + 12	13 a 4		5 + 12
São José Do Sabugi	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
São José Dos Cordeiros	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
São José Dos Ramos	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
São Mamede	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
São Miguel De Taipu	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
São Sebastião De Lagoa De Roça	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
São Sebastião Do Umbuzeiro	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
São Vicente Do Seridó	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Sapé	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Serra Branca	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Serra Da Raiz	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Serra Grande	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Serra Redonda	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Serraria	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Sertãozinho	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Sobrado	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Solânea	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Soledade	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Sossêgo	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Sousa	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Sumé	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Tacima	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Taperoá	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Tavares	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Teixeira	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Tenório	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Triunfo	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Uiraúna	11 a 7	8 a 10		11 a 7	8 a 10		11 a 7	8 a 10	
Umbuzeiro	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Várzea	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Vieirópolis	11 a 7	8 a 10		11 a 7	8 a 10		11 a 7	8 a 10	
Vista Serrana	12 a 6	11 + 7	8 a 10	12 a 6	11 + 7	8 a 10	12 a 6	11 + 7	8 a 10
Zabelê	1 a 36			1 a 36			1 a 36		

PORTARIA Nº 383, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2020

O SECRETÁRIO DE POLÍTICA AGRÍCOLA, no uso de suas atribuições e competências estabelecidas pelo Decreto nº 10.253, de 20 de fevereiro de 2020, e observado, no que couber, o contido no Decreto nº 9.841 de 18 de junho de 2019 e nas Instruções Normativas nº 2, de 9 de outubro de 2008, publicada no Diário Oficial da União de 13 de outubro de 2008, da Secretaria de Política Agrícola, e nº 16, de 9 de abril de 2018, publicada no Diário Oficial da União de 12 de abril de 2018, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, resolve:

Art. 1º Aprovar o Zoneamento Agrícola de Risco Climático para a cultura de arroz irrigado tropical no Estado de Pernambuco conforme anexo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CÉSAR HANNA HALUM

ANEXO

1. NOTA TÉCNICA

No Brasil, o arroz (Oryza sativa L.) irrigado por inundação é produzido do Rio Grande do Sul a Roraima. Basicamente, a produção de arroz irrigado por inundação é dividida em dois ambientes, subtropical e tropical.

As principais limitações abióticas para a produção do arroz irrigado tropical são a disponibilidade de radiação solar e altas temperaturas. Ambos fatores meteorológicos são os que mais influenciam o potencial produtivo da cultura do arroz.

As faixas de temperaturas prejudiciais variam de acordo com o estádio fenológico da planta, sendo que as faixas de temperaturas ótimas variam de 20 a 35°C para a germinação, de 30 a 33°C para a floração e de 20 a 25°C para a maturação. Temperaturas superiores a 35°C podem ser prejudiciais a cultura chegando a causar esterilidade das espiguetas. Já, a radiação solar impacta especialmente nas fases reprodutiva (da diferenciação da panícula à floração; quando um aporte de radiação abaixo do ideal afeta o número de grãos por panícula), e de maturação (da floração à maturação fisiológica do grão; baixa incidência reduz o enchimento e o peso ideal dos grãos).

Estudos realizados no Sul e no Centro Oeste do Brasil mostraram que as maiores produtividades são obtidas com níveis crescentes de radiação solar, sendo observada uma correlação linear entre produtividade e acúmulo de radiação solar no ciclo da cultura. Basicamente, regiões com latitudes próxima ao equador apresentam um menor potencial produtivo, devido ao menor acúmulo de radiação solar fotossinteticamente ativa durante o período reprodutivo e enchimento de grãos. Nessas fases a demanda por carboidratos é alta devido à formação e enchimento das espiguetas que atuam como drenos e, quando há menor acúmulo desse fator, o declínio na produtividade é observado. Aportes menores de radiação solar durante o período reprodutivo impactam substancialmente o número e o peso das espiguetas, como consequência afeta a produtividade.

Em função do exposto, deduz-se que a época de semeadura é uma das práticas de manejo que desempenha papel de destaque na redução do risco climático pelo fato de aumentar as chances de que as fases críticas da planta escapem dos elementos climáticos adversos e coincidam com os favoráveis.

Nesse estudo foi utilizado o modelo de simulação do desenvolvimento, crescimento e produtividade da cultura do arroz denominado ORYZA. Resultados obtidos com esse modelo indicam que ele é capaz de simular, com níveis relativamente altos de acurácia, a produtividade das principais cultivares de arroz irrigado utilizadas nas distintas regiões produtoras do Brasil. De maneira simplificada, o modelo utiliza uma série de módulos (processos) para simular o desenvolvimento, crescimento e produtividade da planta de arroz. Para isso são considerados fatores relacionados ao solo, clima, cultivar ("características genéticas") e manejo da cultura. O modelo utiliza como dados de entrada a temperatura mínima e máxima diária, radiação solar global diária e precipitação diária.

Objetivou-se, com o Zoneamento Agrícola de Risco Climático (ZARC), identificar os municípios aptos e os períodos de semeadura com menor risco climático para o cultivo do arroz irrigado por inundação em três níveis de risco: 20%, 30%, 40%.

Essa identificação foi realizada com a aplicação do modelo de simulação do crescimento, desenvolvimento e rendimento da cultura do arroz, ORYZAv3 (https://sites.google.com/a/irri.org/oryza2000/about-oryza-version-3), para avaliar a resposta da cultura às condições climáticas da região de estudo.

Por se tratar de um modelo agroclimático, parte-se do pressuposto que não ocorrerão limitações quanto à fertilidade dos solos e danos às plantas devido à ocorrência de pragas e doenças.

Para delimitação das áreas aptas ao cultivo do arroz irrigado por inundação, em condições de baixo risco, destaca-se os seguintes aspectos:

- A parametrização do modelo ORYZAv3 é o processo de derivar coeficientes específicos de um cultivar por meio de dados observados em experimentos de campo. Nesse estudo, parametrizamos o modelo ORYZAv3 para a cultivar BRS Catiana. Essa cultivar foi desenvolvida pela Embrapa para ser cultivada na região tropical. Nos trópicos, devido a menor amplitude e maior temperatura média ambiente, há basicamente o ciclo médio.

- Foram feitas simulações com datas de semeadura para o período de 1º de setembro até 31 de dezembro, com intervalo decendial, para 1 grupo de cultivar onde predomina-se o ciclo médio.

- Para a determinação do risco climático, os rendimentos simulados pelo modelo ORYZAv3 para cada ponto, data de semeadura e ano, denominados nesse estudo como Rendimento Relativo (RRel), foram normalizados. Para o calculo da normalização, dividiu-se o RRel pelo Rendimento de Referência (REF). O REF representa o valor do percentil 0.90 (90%) do RRel, que nesse estudo foi de 12.336 kg/ha.

- Nesse estudo definiu-se como condição adversa ou de produtividade insuficiente os anos safra que resultassem em RRel inferior a 70% do rendimento de referência (REF).

- Considerou-de o risco de ocorrência de temperaturas muito baixas e deletérias à cultura, por meio da probabilidade de ocorrência de temperatura mínima menor ou igual a 7°C observadas no abrigo meteorológico;

A gestão de riscos de natureza climática, na cultura do arroz tropical irrigado por inundação, pode ser melhorada pela assistência técnica local, via a diluição de riscos, quando são associadas, ao calendário de semeadura preconizado nas Portarias de Zarc, práticas de manejo de cultivos que contemplem a rotação de culturas, o escalonamento de épocas de semeadura e a diversificação de cultivares (com ciclos diferentes) em uma mesma propriedade rural.

O Zarc, além de ser uma ferramenta de gestão de riscos na agricultura, para maior efetividade de resultados, também deve atuar como indutor de tecnologia de produção. Nesse sentido, especial atenção deve ser dada aos seguintes tópicos:

a. É necessário garantir a disponibilidade de água para irrigação por inundação durante todo o ciclo da cultura;

b. A metodologia empregada ainda não considera os efeitos deletérios da precipitação na época da colheita.

c. Os resultados de Zarc são gerados presumindo-se um manejo agronômico adequado para o desenvolvimento, crescimento e produtividade de cada cultura, em função da disponibilidade de recursos do ambiente em cada local. Falhas ou deficiências de diversos tipos, desde manejo inadequado da fertilidade do solo, de pragas e doenças ou escolha de cultivares não adaptadas para o ambiente edafoclimático, podem resultar em perdas de produtividade ou agravar perdas geradas por eventos meteorológicos adversos. Nesse contexto, é indispensável: utilizar sempre tecnologia de produção adequada para a condição edafoclimática local; controlar efetivamente as plantas daninhas durante o cultivo; adotar práticas de controle de pragas e doenças; e correção físico-química do solo (fertilidade e descompactação dos solos);

Considerou-se apto para o cultivo do arroz irrigado tropical os municípios em que o RRel foi maior ou igual a 70% do REF na frequência dos anos.

2. TIPO DE SOLO APTO AO CULTIVO

Nesse estudo considerou-se somente o solo hidromórfico, caracterizado por apresentar lençol freático próximo à superfície durante a maior parte do tempo e estar situado em áreas de relevo plano, que reune as condições exigidas pela cultura.

Não são indicadas para o cultivo as áreas de preservação permanente, de acordo com a Lei 12.651, de 25 de maio de 2012.

3. TABELA DE PERÍODOS DE SEMEADURA

Períodos	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
Datas	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 28	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 30
Meses	Janeiro			Fevereiro			Março			Abril		

Períodos	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24
Datas	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 30	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 31
Meses	Maio			Junho			Julho			Agosto		

Períodos	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36
Datas	1º a 10	11 a 20	21 a 30	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 30	1º a 10	11 a 20	21 a 31
Meses	Setembro			Outubro			Novembro			Dezembro		

4. CULTIVARES INDICADAS

Ficam indicadas no Zoneamento Agrícola de Risco Climático, as cultivares de arroz, recomendadas para o plantio em sistema de irrigação por inundação, registradas no Registro Nacional de Cultivares (RNC) do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, atendidas as indicações das regiões de adaptação, em conformidade com as recomendações dos respectivos obtentores/mantenedores.

Notas:

1) Informações específicas sobre as cultivares indicadas devem ser obtidas junto aos respectivos obtentores/mantenedores.

2) Devem ser utilizadas no plantio sementes produzidas em conformidade com a legislação brasileira sobre sementes e mudas (Lei nº 10.711, de 5 de agosto de 2003, e Decreto nº 5.153, de 23 de agosto de 2004).

5. RELAÇÃO DOS MUNICÍPIOS APTOS AO CULTIVO E PERÍODOS INDICADOS PARA SEMEADURA

MUNICÍPIOS	PERÍODOS DE SEMEADURAS PARA CULTIVARES DO GRUPO I								
	SOLO 1			SOLO 2			SOLO 3		
	RISCO DE 20%	RISCO DE 30%	RISCO DE 40%	RISCO DE 20%	RISCO DE 30%	RISCO DE 40%	RISCO DE 20%	RISCO DE 30%	RISCO DE 40%
Abreu E Lima	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Afogados Da Ingazeira	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Afrânio	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Agrestina	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Água Preta	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Águas Belas	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Alagoinha	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Aliança	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Altinho	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Amaraji	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Angelim	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Araçoiaba	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Araripina	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Arcoverde	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Barra De Guabiraba	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Barreiros	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Belém De Maria	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Belém Do São Francisco	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Belo Jardim	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Betânia	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Bezerros	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Bodocó	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Bom Conselho	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Bom Jardim	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Bonito	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Brejão	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Brejinho	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Brejo Da Madre De Deus	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Buenos Aires	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Buíque	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Cabo De Santo Agostinho	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Cabrobó	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Cachoeirinha	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Caetés	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Calçado	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Calumbi	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Camaragibe	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Camocim De São Félix	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Camutanga	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Canhotinho	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Capoeiras	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Carnaíba	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Carnaubeira Da Penha	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Carpina	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Caruaru	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Casinhas	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Catende	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Cedro	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Chã De Alegria	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Chã Grande	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Condado	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Correntes	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Cortês	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Cumaru	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Cupira	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Custódia	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Dormentes	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Escada	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Exu	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Feira Nova	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Ferreiros	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Flores	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Floresta	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Frei Miguelinho	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Gameleira	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Garanhuns	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Glória Do Goitá	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Goiana	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Granito	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Gravatá	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Iati	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Ibimirim	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Ibirajuba	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Igarassu	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Iguaracy	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Inajá	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Ingazeira	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Ipojuca	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Ipubi	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Itacuruba	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Itaíba	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Ilha De Itamaracá	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Itambé	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Itapetim	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Itapissuma	1 a 36			1 a 36			1 a 36		

Itaquitinga	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Jaboatão Dos Guararapes	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Jaqueira	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Jataúba	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Jatobá	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
João Alfredo	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Joaquim Nabuco	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Jucati	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Jupi	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Jurema	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Lagoa Do Carro	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Lagoa De Itaenga	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Lagoa Do Ouro	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Lagoa Dos Gatos	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Lagoa Grande	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Lajedo	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Limoeiro	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Macaparana	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Machados	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Manari	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Maraial	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Mirandiba	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Moreno	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Nazaré Da Mata	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Olinda	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Orobó	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Orocó	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Ouricuri	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Palmares	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Palmeirina	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Panelas	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Paranatama	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Parnamirim	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Passira	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Paudalho	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Paulista	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Pedra	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Pesqueira	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Petrolândia	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Petrolina	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Poção	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Pombos	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Primavera	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Quipapá	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Quixaba	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Recife	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Riacho Das Almas	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Ribeirão	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Rio Formoso	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Sairé	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Salgadinho	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Salgueiro	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Saloá	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Sanharó	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Santa Cruz	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Santa Cruz Da Baixa Verde	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Santa Cruz Do Capibaribe	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Santa Filomena	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Santa Maria Da Boa Vista	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Santa Maria Do Cambucá	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Santa Terezinha	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
São Benedito Do Sul	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
São Bento Do Una	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
São Caitano	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
São João	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
São Joaquim Do Monte	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
São José Da Coroa Grande	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
São José Do Belmonte	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
São José Do Egito	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
São Lourenço Da Mata	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
São Vicente Ferrer	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Serra Talhada	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Serrita	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Sertânia	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Sirinhaém	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Moreilândia	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Solidão	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Surubim	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Tabira	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Tacaimbó	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Tacaratu	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Tamandaré	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Taquaritinga Do Norte	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Terezinha	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Terra Nova	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Timbaúba	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Toritama	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Tracunhaém	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Trindade	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Triunfo	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Tupanatinga	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Tuparetama	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Venturosa	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Verdejante	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Vertente Do Lério	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Vertentes	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Vicência	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Vitória De Santo Antão	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Xexéu	1 a 36			1 a 36			1 a 36		

PORTARIA Nº 384, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2020

O SECRETÁRIO DE POLÍTICA AGRÍCOLA, no uso de suas atribuições e competências estabelecidas pelo Decreto nº 10.253, de 20 de fevereiro de 2020, e observado, no que couber, o contido no Decreto nº 9.841 de 18 de junho de 2019 e nas Instruções Normativas nº 2, de 9 de outubro de 2008, publicada no Diário Oficial da União de 13 de outubro de 2008, da Secretaria de Política Agrícola, e nº 16, de 9 de abril de 2018, publicada no Diário Oficial da União de 12 de abril de 2018, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, resolve:

Art. 1º Aprovar o Zoneamento Agrícola de Risco Climático para a cultura de arroz irrigado tropical no Estado do Piauí conforme anexo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CÉSAR HANNA HALUM

ANEXO

1. NOTA TÉCNICA

No Brasil, o arroz (Oryza sativa L.) irrigado por inundação é produzido do Rio Grande do Sul a Roraima. Basicamente, a produção de arroz irrigado por inundação é dividida em dois ambientes, subtropical e tropical.

As principais limitações abióticas para a produção do arroz irrigado tropical são a disponibilidade de radiação solar e altas temperaturas. Ambos fatores meteorológicos são os que mais influenciam o potencial produtivo da cultura do arroz.

As faixas de temperaturas prejudiciais variam de acordo com o estádio fenológico da planta, sendo que as faixas de temperaturas ótimas variam de 20 a 35°C para a germinação, de 30 a 33°C para a floração e de 20 a 25°C para a maturação. Temperaturas superiores a 35°C podem ser prejudiciais a cultura chegando a causar esterilidade das espiguetas. Já, a radiação solar impacta especialmente nas fases reprodutiva (da diferenciação da panícula à floração; quando um aporte de radiação abaixo do ideal afeta o número de grãos por panícula), e de maturação (da floração à maturação fisiológica do grão; baixa incidência reduz o enchimento e o peso ideal dos grãos).

Estudos realizados no Sul e no Centro Oeste do Brasil mostraram que as maiores produtividades são obtidas com níveis crescentes de radiação solar, sendo observada uma correlação linear entre produtividade e acúmulo de radiação solar no ciclo da cultura. Basicamente, regiões com latitudes próxima ao equador apresentam um menor potencial produtivo, devido ao menor acúmulo de radiação solar fotossinteticamente ativa durante o período reprodutivo e enchimento de grãos. Nessas fases a demanda por carboidratos é alta devido à formação e enchimento das espiguetas que atuam como drenos e, quando há menor acúmulo desse fator, o declínio na produtividade é observado. Aportes menores de radiação solar durante o período reprodutivo impactam substancialmente o número e o peso das espiguetas, como consequência afeta a produtividade.

Em função do exposto, deduz-se que a época de semeadura é uma das práticas de manejo que desempenha papel de destaque na redução do risco climático pelo fato de aumentar as chances de que as fases críticas da planta escapem dos elementos climáticos adversos e coincidam com os favoráveis.

Nesse estudo foi utilizado o modelo de simulação do desenvolvimento, crescimento e produtividade da cultura do arroz denominado ORYZA. Resultados obtidos com esse modelo indicam que ele é capaz de simular, com níveis relativamente altos de acurácia, a produtividade das principais cultivares de arroz irrigado utilizadas nas distintas regiões produtoras do Brasil. De maneira simplificada, o modelo utiliza uma série de módulos (processos) para simular o desenvolvimento, crescimento e produtividade da planta de arroz. Para isso são considerados fatores relacionados ao solo, clima, cultivar ("características genéticas") e manejo da cultura. O modelo utiliza como dados de entrada a temperatura mínima e máxima diária, radiação solar global diária e precipitação diária.

Objetivou-se, com o Zoneamento Agrícola de Risco Climático (ZARC), identificar os municípios aptos e os períodos de semeadura com menor risco climático para o cultivo do arroz irrigado por inundação em três níveis de risco: 20%, 30%, 40%.

Essa identificação foi realizada com a aplicação do modelo de simulação do crescimento, desenvolvimento e rendimento da cultura do arroz, ORYZAv3 (https://sites.google.com/a/irri.org/oryza2000/about-oryza-version-3), para avaliar a resposta da cultura às condições climáticas da região de estudo.

Por se tratar de um modelo agroclimático, parte-se do pressuposto que não ocorrerão limitações quanto à fertilidade dos solos e danos às plantas devido à ocorrência de pragas e doenças.

Para delimitação das áreas aptas ao cultivo do arroz irrigado por inundação, em condições de baixo risco, destaca-se os seguintes aspectos:

- A parametrização do modelo ORYZAv3 é o processo de derivar coeficientes específicos de um cultivar por meio de dados observados em experimentos de campo. Nesse estudo, parametrizamos o modelo ORYZAv3 para a cultivar BRS Catiana. Essa cultivar foi desenvolvida pela Embrapa para ser cultivada na região tropical. Nos trópicos, devido a menor amplitude e maior temperatura média ambiente, há basicamente o ciclo médio.

- Foram feitas simulações com datas de semeadura para o período de 1º de setembro até 31 de dezembro, com intervalo decendial, para 1 grupo de cultivar onde predomina-se o ciclo médio.

- Para a determinação do risco climático, os rendimentos simulados pelo modelo ORYZAv3 para cada ponto, data de semeadura e ano, denominados nesse estudo como Rendimento Relativo (RRel), foram normalizados. Para o calculo da normalização, dividiu-se o RRel pelo Rendimento de Referência (REF). O REF representa o valor do percentil 0.90 (90%) do RRel, que nesse estudo foi de 12.336 kg/ha.

- Nesse estudo definiu-se como condição adversa ou de produtividade insuficiente os anos safra que resultassem em RRel inferior a 70% do rendimento de referência (REF).

- Considerou-de o risco de ocorrência de temperaturas muito baixas e deletérias à cultura, por meio da probabilidade de ocorrência de temperatura mínima menor ou igual a 7°C observadas no abrigo meteorológico;

A gestão de riscos de natureza climática, na cultura do arroz tropical irrigado por inundação, pode ser melhorada pela assistência técnica local, via a diluição de riscos, quando são associadas, ao calendário de semeadura preconizado nas Portarias de Zarc, práticas de manejo de cultivos que contemplem a rotação de culturas, o escalonamento de épocas de semeadura e a diversificação de cultivares (com ciclos diferentes) em uma mesma propriedade rural.

O Zarc, além de ser uma ferramenta de gestão de riscos na agricultura, para maior efetividade de resultados, também deve atuar como indutor de tecnologia de produção. Nesse sentido, especial atenção deve ser dada aos seguintes tópicos:

a. É necessário garantir a disponibilidade de água para irrigação por inundação durante todo o ciclo da cultura;

b. A metodologia empregada ainda não considera os efeitos deletérios da precipitação na época da colheita.

c. Os resultados de Zarc são gerados presumindo-se um manejo agronômico adequado para o desenvolvimento, crescimento e produtividade de cada cultura, em função da disponibilidade de recursos do ambiente em cada local. Falhas ou deficiências de diversos tipos, desde manejo inadequado da fertilidade do solo, de pragas e doenças ou escolha de cultivares não adaptadas para o ambiente edafoclimático, podem resultar em perdas de produtividade ou agravar perdas geradas por eventos meteorológicos adversos. Nesse contexto, é indispensável: utilizar sempre tecnologia de produção adequada para a condição edafoclimática local; controlar efetivamente as plantas daninhas durante o cultivo; adotar práticas de controle de pragas e doenças; e correção físico-química do solo (fertilidade e descompactação dos solos);

Considerou-se apto para o cultivo do arroz irrigado tropical os municípios em que o RRel foi maior ou igual a 70% do REF na frequência dos anos.

2. TIPO DE SOLO APTO AO CULTIVO

Nesse estudo considerou-se somente o solo hidromórfico, caracterizado por apresentar lençol freático próximo à superfície durante a maior parte do tempo e estar situado em áreas de relevo plano, que reune as condições exigidas pela cultura.

Não são indicadas para o cultivo as áreas de preservação permanente, de acordo com a Lei 12.651, de 25 de maio de 2012.

3. TABELA DE PERÍODOS DE SEMEADURA

Períodos	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
Datas	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 28	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 30
Meses	Janeiro			Fevereiro			Março			Abril		

Períodos	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24
Datas	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 30	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 31
Meses	Maio			Junho			Julho			Agosto		

Períodos	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36
Datas	1º a 10	11 a 20	21 a 30	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 30	1º a 10	11 a 20	21 a 31
Meses	Setembro			Outubro			Novembro			Dezembro		

4. CULTIVARES INDICADAS

Ficam indicadas no Zoneamento Agrícola de Risco Climático, as cultivares de arroz, recomendadas para o plantio em sistema de irrigação por inundação, registradas no Registro Nacional de Cultivares (RNC) do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, atendidas as indicações das regiões de adaptação, em conformidade com as recomendações dos respectivos obtentores/mantenedores.

Notas:

1) Informações específicas sobre as cultivares indicadas devem ser obtidas junto aos respectivos obtentores/mantenedores.

2) Devem ser utilizadas no plantio sementes produzidas em conformidade com a legislação brasileira sobre sementes e mudas (Lei nº 10.711, de 5 de agosto de 2003, e Decreto nº 5.153, de 23 de agosto de 2004).

5. RELAÇÃO DOS MUNICÍPIOS APTOS AO CULTIVO E PERÍODOS INDICADOS PARA SEMEADURA

MUNICÍPIOS	PERÍODOS DE SEMEADURAS PARA CULTIVARES DO GRUPO I								
	SOLO 1			SOLO 2			SOLO 3		
	RISCO DE 20%	RISCO DE 30%	RISCO DE 40%	RISCO DE 20%	RISCO DE 30%	RISCO DE 40%	RISCO DE 20%	RISCO DE 30%	RISCO DE 40%
Acauã	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Agricolândia	10 a 2	9	3 a 8	10 a 2	9	3 a 8	10 a 2	9	3 a 8
Água Branca	10 a 2	7 a 9 + 3	4 a 6	10 a 2	7 a 9 + 3	4 a 6	10 a 2	7 a 9 + 3	4 a 6
Alagoinha Do Piauí	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Alegrete Do Piauí	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Alto Longá	10 a 2		3 a 9	10 a 2		3 a 9	10 a 2		3 a 9
Altos	11 a 36	1 a 2	3 + 9 a 10	11 a 36	1 a 2	3 + 9 a 10	11 a 36	1 a 2	3 + 9 a 10
Alvorada Do Gurguéia	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Amarante	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Angical Do Piauí	9 a 2	3 a 8		9 a 2	3 a 8		9 a 2	3 a 8	
Anísio De Abreu	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Antônio Almeida	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Aroazes	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Aroeiras Do Itaim	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Arraial	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Assunção Do Piauí	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Avelino Lopes	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Baixa Grande Do Ribeiro	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Barra D'Alcântara	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Barras	12 a 36	11 + 1	10 + 2	12 a 36	11 + 1	10 + 2	12 a 36	11 + 1	10 + 2
Barreiras Do Piauí	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Barro Duro	10 a 2	7 a 9 + 3	4 a 6	10 a 2	7 a 9 + 3	4 a 6	10 a 2	7 a 9 + 3	4 a 6
Batalha	12 a 36	11 + 1	2	12 a 36	11 + 1	10 + 2	12 a 36	11 + 1	10 + 2
Bela Vista Do Piauí	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Belém Do Piauí	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Beneditinos	10 a 2		3 a 9	10 a 2		3 a 9	10 a 2		3 a 9
Bertolínia	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Betânia Do Piauí	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Boa Hora	12 a 2	10 a 11	3 a 4	12 a 2	10 a 11	3 a 4	12 a 2	10 a 11	3 a 4
Bocaina	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Bom Jesus	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Bom Princípio Do Piauí	12 a 30	31 a 35	36	12 a 30	31 a 35	36	12 a 30	31 a 35	36
Bonfim Do Piauí	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Boqueirão Do Piauí	12 a 2	10 a 11	3 a 6	12 a 2	10 a 11	3 a 6	12 a 2	10 a 11	3 a 6
Brasileira	12 a 36	11 + 1 a 2	10 + 3 a 4	12 a 36	11 + 1 a 2	10 + 3 a 4	12 a 36	11 + 1 a 2	10 + 3 a 4
Brejo Do Piauí	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Buriti Dos Lopes	12 a 31	32 a 35	36	12 a 31	32 a 35	36	12 a 31	32 a 35	36
Buriti Dos Montes	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Cabeceiras Do Piauí	12 a 36	11 + 1	10 + 2 a 3	12 a 36	11 + 1	10 + 2 a 3	12 a 36	11 + 1	10 + 2 a 3
Cajazeiras Do Piauí	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Cajueiro Da Praia	12 a 30	31 a 35		12 a 30	31 a 35		12 a 30	31 a 35	
Caldeirão Grande Do Piauí	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Campinas Do Piauí	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Campo Alegre Do Fidalgo	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Campo Grande Do Piauí	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Campo Largo Do Piauí	12 a 35	36	11	12 a 35	36	11	12 a 35	36	11
Campo Maior	11 a 2	10	3 a 9	11 a 2	10	3 a 9	11 a 2	10	3 a 9
Canavieira	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Canto Do Buriti	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Capitão De Campos	11 a 2	10 + 3 a 4	5 a 9	11 a 2	10 + 3 a 4	5 a 9	11 a 2	10 + 3 a 4	5 a 9
Capitão Gervásio Oliveira	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Caracol	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Caraúbas Do Piauí	12 a 35	11 + 36		12 a 35	11 + 36		12 a 35	11 + 36	
Caridade Do Piauí	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Castelo Do Piauí	10 a 6	7 a 9		10 a 6	7 a 9		10 a 6	7 a 9	
Caxingó	12 a 35		11 + 36	12 a 35		11 + 36	12 a 35		11 + 36
Cocal	12 a 35	36	11	12 a 35	36	11	12 a 35	36	11
Cocal De Telha	12 a 2	10 a 11 + 3 a 4	5 a 6	12 a 2	10 a 11 + 3 a 4	5 a 6	12 a 2	10 a 11 + 3 a 4	5 a 6
Cocal Dos Alves	12 a 35	11 + 36	1	12 a 35	11 + 36	1	12 a 35	11 + 36	1
Coivaras	11 a 2	10	3 a 9	11 a 2	10	3 a 9	11 a 2	10	3 a 9
Colônia Do Gurguéia	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Colônia Do Piauí	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Conceição Do Canindé	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Coronel José Dias	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Corrente	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Cristalândia Do Piauí	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Cristino Castro	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Curimatá	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Currais	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Curral Novo Do Piauí	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Curralinhos	10 a 36	1 a 2	3 + 9	10 a 36	1 a 2	3 + 9	10 a 36	1 a 2	3 + 9
Demerval Lobão	11 a 36	1 a 2	3 + 9 a 10	11 a 36	1 a 2	3 + 9 a 10	11 a 36	1 a 2	3 + 9 a 10
Dirceu Arcoverde	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Dom Expedito Lopes	1 a 36			1 a 36			1 a 36		

Dom Inocêncio	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Domingos Mourão	12 a 2	11 + 3 a 4	10	12 a 2	11 + 3 a 4	10	12 a 2	11 + 3 a 4	10
Elesbão Veloso	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Eliseu Martins	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Esperantina	12 a 35	11 + 36	1	12 a 35	11 + 36	1	12 a 35	11 + 36	1
Fartura Do Piauí	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Flores Do Piauí	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Floresta Do Piauí	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Floriano	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Francinópolis	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Francisco Ayres	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Francisco Macedo	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Francisco Santos	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Fronteiras	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Geminiano	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Gilbués	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Guadalupe	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Guaribas	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Hugo Napoleão	9 a 3	4 a 8		9 a 3	4 a 8		9 a 3	4 a 8	
Ilha Grande	13 a 29	12 + 30 a 31	32 a 33	13 a 29	12 + 30 a 31	32 a 33	13 a 29	12 + 30 a 31	32 a 33
Inhuma	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Ipiranga Do Piauí	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Isaías Coelho	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Itainópolis	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Itaueira	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Jacobina Do Piauí	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Jaicós	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Jardim Do Mulato	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Jatobá Do Piauí	11 a 2	10 + 3 a 4	5 a 9	11 a 2	10 + 3 a 4	5 a 9	11 a 2	10 + 3 a 4	5 a 9
Jerumenha	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
João Costa	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Joaquim Pires	12 a 35	36	11	12 a 35	36	11	12 a 35	36	11
Joca Marques	12 a 31 + 35	32 a 34	36	12 a 31 + 35	32 a 34	36	12 a 31 + 35	32 a 34	36
José De Freitas	12 a 36	11 + 1	10 + 2	12 a 36	11 + 1	10 + 2	12 a 36	11 + 1	10 + 2
Juazeiro Do Piauí	11 a 2	10 + 3 a 6	7 a 9	11 a 2	10 + 3 a 6	7 a 9	11 a 2	10 + 3 a 6	7 a 9
Júlio Borges	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Jurema	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Lagoa Alegre	12 a 35	11 + 36 a 1	10 + 2	12 a 35	11 + 36 a 1	10 + 2	12 a 35	11 + 36 a 1	10 + 2
Lagoa De São Francisco	11 a 2	10 + 3 a 4	5 a 6	11 a 2	10 + 3 a 4	5 a 6	11 a 2	10 + 3 a 4	5 a 6
Lagoa Do Barro Do Piauí	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Lagoa Do Piauí	11 a 1	10 + 2	3 a 9	11 a 1	10 + 2	3 a 9	11 a 1	10 + 2	3 a 9
Lagoa Do Sítio	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Lagoinha Do Piauí	10 a 2	9	3 a 8	10 a 2	9	3 a 8	10 a 2	9	3 a 8
Landri Sales	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Luís Correia	12 a 30	31 a 35	36	12 a 30	31 a 35	36	12 a 30	31 a 35	36
Luzilândia	12 a 35		11 + 36	12 a 35		11 + 36	12 a 35		11 + 36
Madeiro	12 a 31 + 35	32 a 34	36	12 a 31 + 35	32 a 34	36	12 a 31 + 35	32 a 34	36
Manoel Emídio	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Marcolândia	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Marcos Parente	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Massapê Do Piauí	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Matias Olímpio	12 a 35		11 + 36	12 a 35		11 + 36	12 a 35		11 + 36
Miguel Alves	12 a 35	36	1 + 11	12 a 35	36	1 + 11	12 a 35	36	1 + 11
Miguel Leão	10 a 1	9 + 2	7 a 8 + 3	10 a 1	9 + 2	7 a 8 + 3	10 a 1	9 + 2	7 a 8 + 3
Milton Brandão	11 a 2	10 + 3 a 6	7 a 9	11 a 2	10 + 3 a 6	7 a 9	11 a 2	10 + 3 a 6	7 a 9
Monsenhor Gil	10 a 2		3 a 9	10 a 2		3 a 9	10 a 2		3 a 9
Monsenhor Hipólito	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Monte Alegre Do Piauí	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Morro Cabeça No Tempo	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Morro Do Chapéu Do Piauí	12 a 35	36	11	12 a 35	36	11	12 a 35	36	11
Murici Dos Portelas	12 a 31 + 35	32 a 34	36 + 11	12 a 31 + 35	32 a 34	36 + 11	12 a 31 + 35	32 a 34	36 + 11
Nazaré Do Piauí	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Nazária	11 a 36	10 + 1 a 2	9	11 a 36	10 + 1 a 2	9	11 a 36	10 + 1 a 2	9
Nossa Senhora De Nazaré	12 a 1	10 a 11 + 2	3	12 a 1	10 a 11 + 2	3	12 a 1	10 a 11 + 2	3
Nossa Senhora Dos Remédios	12 a 35	36	11	12 a 35	36	11	12 a 35	36	11
Nova Santa Rita	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Novo Oriente Do Piauí	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Novo Santo Antônio	10 a 2	3 a 4	5 a 9	10 a 2	3 a 4	5 a 9	10 a 2	3 a 4	5 a 9
Oeiras	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Olho D'Água Do Piauí	10 a 2	7 a 9 + 3	4 a 6	10 a 2	7 a 9 + 3	4 a 6	10 a 2	7 a 9 + 3	4 a 6
Padre Marcos	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Paes Landim	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Pajeú Do Piauí	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Palmeira Do Piauí	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Palmeirais	10 a 2	9	3 a 8	10 a 2	9	3 a 8	10 a 2	9	3 a 8
Paquetá	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Parnaguá	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Parnaíba	12 a 30	31 a 35		12 a 30	31 a 35		12 a 30	31 a 35	
Passagem Franca Do Piauí	9 a 2	3 a 8		9 a 2	3 a 8		9 a 2	3 a 8	
Patos Do Piauí	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Pau D'Arco Do Piauí	11 a 1	2	3 a 5 + 9 a 10	11 a 1	2	3 a 5 + 9 a 10	11 a 1	2	3 a 5 + 9 a 10
Paulistana	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Pavussu	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Pedro Ii	11 a 2	10 + 3 a 6	7 a 9	11 a 2	10 + 3 a 6	7 a 9	11 a 2	10 + 3 a 6	7 a 9
Pedro Laurentino	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Picos	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Pimenteiras	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Pio Ix	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Piracuruca	12 a 36	11 + 1	2 a 3	12 a 36	11 + 1	10 + 2 a 3	12 a 36	11 + 1	10 + 2 a 3
Piripiri	12 a 2	10 a 11 + 3 a 4	5 a 6	12 a 2	10 a 11 + 3 a 4	5 a 6	12 a 2	10 a 11 + 3 a 4	5 a 6
Porto	12 a 35		11 + 36	12 a 35		11 + 36	12 a 35		11 + 36
Porto Alegre Do Piauí	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Prata Do Piauí	10 a 2	3 a 9		10 a 2	3 a 9		10 a 2	3 a 9	
Queimada Nova	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Redenção Do Gurguéia	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Regeneração	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Riacho Frio	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Ribeira Do Piauí	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Ribeiro Gonçalves	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Rio Grande Do Piauí	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Santa Cruz Do Piauí	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Santa Cruz Dos Milagres	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Santa Filomena	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Santa Luz	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Santa Rosa Do Piauí	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Santana Do Piauí	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Santo Antônio De Lisboa	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Santo Antônio Dos Milagres	9 a 2	7 a 8 + 3	4 a 6	9 a 2	7 a 8 + 3	4 a 6	9 a 2	7 a 8 + 3	4 a 6
Santo Inácio Do Piauí	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
São Braz Do Piauí	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
São Félix Do Piauí	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
São Francisco De Assis Do Piauí	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
São Francisco Do Piauí	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
São Gonçalo Do Gurguéia	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
São Gonçalo Do Piauí	10 a 2	3 a 9		10 a 2	3 a 9		10 a 2	3 a 9	

São João Da Canabrava	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
São João Da Fronteira	12 a 36	11 + 1 a 2	10 + 3	12 a 36	11 + 1 a 2	10 + 3	12 a 36	11 + 1 a 2	10 + 3
São João Da Serra	10 a 2	3 a 9		10 a 2	3 a 9		10 a 2	3 a 9	
São João Da Varjota	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
São João Do Arraial	12 a 35		11 + 36	12 a 35		11 + 36	12 a 35		11 + 36
São João Do Piauí	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
São José Do Divino	12 a 35	11 + 36	1 a 2	12 a 35	11 + 36	1 a 2	12 a 35	11 + 36	1 a 2
São José Do Peixe	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
São José Do Piauí	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
São Julião	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
São Lourenço Do Piauí	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
São Luis Do Piauí	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
São Miguel Da Baixa Grande	9 a 2	3 a 8		9 a 2	3 a 8		9 a 2	3 a 8	
São Miguel Do Fidalgo	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
São Miguel Do Tapuio	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
São Pedro Do Piauí	10 a 2	9	3 a 8	10 a 2	9	3 a 8	10 a 2	9	3 a 8
São Raimundo Nonato	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Sebastião Barros	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Sebastião Leal	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Sigefredo Pacheco	11 a 2	10 + 3 a 6	7 a 9	11 a 2	10 + 3 a 6	7 a 9	11 a 2	10 + 3 a 6	7 a 9
Simões	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Simplício Mendes	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Socorro Do Piauí	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Sussuapara	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Tamboril Do Piauí	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Tanque Do Piauí	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Teresina	11 a 36	1 a 2	9 a 10	11 a 36	1 a 2	9 a 10	11 a 36	1 a 2	9 a 10
União	12 a 35	11 + 36	10 + 1	12 a 35	11 + 36	10 + 1	12 a 35	11 + 36	10 + 1
Uruçuí	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Valença Do Piauí	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Várzea Branca	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Várzea Grande	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Vera Mendes	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Vila Nova Do Piauí	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Wall Ferraz	1 a 36			1 a 36			1 a 36		

PORTARIA Nº 385, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2020

O SECRETÁRIO DE POLÍTICA AGRÍCOLA, no uso de suas atribuições e competências estabelecidas pelo Decreto nº 10.253, de 20 de fevereiro de 2020, e observado, no que couber, o contido no Decreto nº 9.841 de 18 de junho de 2019 e nas Instruções Normativas nº 2, de 9 de outubro de 2008, publicada no Diário Oficial da União de 13 de outubro de 2008, da Secretaria de Política Agrícola, e nº 16, de 9 de abril de 2018, publicada no Diário Oficial da União de 12 de abril de 2018, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, resolve:

Art. 1º Aprovar o Zoneamento Agrícola de Risco Climático para a cultura de arroz irrigado tropical no Estado do Rio Grande do Norte conforme anexo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CÉSAR HANNA HALUM

ANEXO

1. NOTA TÉCNICA

No Brasil, o arroz (Oryza sativa L.) irrigado por inundação é produzido do Rio Grande do Sul a Roraima. Basicamente, a produção de arroz irrigado por inundação é dividida em dois ambientes, subtropical e tropical.

As principais limitações abióticas para a produção do arroz irrigado tropical são a disponibilidade de radiação solar e altas temperaturas. Ambos fatores meteorológicos são os que mais influenciam o potencial produtivo da cultura do arroz.

As faixas de temperaturas prejudiciais variam de acordo com o estádio fenológico da planta, sendo que as faixas de temperaturas ótimas variam de 20 a 35°C para a germinação, de 30 a 33°C para a floração e de 20 a 25°C para a maturação. Temperaturas superiores a 35°C podem ser prejudiciais a cultura chegando a causar esterilidade das espiguetas. Já, a radiação solar impacta especialmente nas fases reprodutiva (da diferenciação da panícula à floração; quando um aporte de radiação abaixo do ideal afeta o número de grãos por panícula), e de maturação (da floração à maturação fisiológica do grão; baixa incidência reduz o enchimento e o peso ideal dos grãos).

Estudos realizados no Sul e no Centro Oeste do Brasil mostraram que as maiores produtividades são obtidas com níveis crescentes de radiação solar, sendo observada uma correlação linear entre produtividade e acúmulo de radiação solar no ciclo da cultura. Basicamente, regiões com latitudes próxima ao equador apresentam um menor potencial produtivo, devido ao menor acúmulo de radiação solar fotossinteticamente ativa durante o período reprodutivo e enchimento de grãos. Nessas fases a demanda por carboidratos é alta devido à formação e enchimento das espiguetas que atuam como drenos e, quando há menor acúmulo desse fator, o declínio na produtividade é observado. Aportes menores de radiação solar durante o período reprodutivo impactam substancialmente o número e o peso das espiguetas, como consequência afeta a produtividade.

Em função do exposto, deduz-se que a época de semeadura é uma das práticas de manejo que desempenha papel de destaque na redução do risco climático pelo fato de aumentar as chances de que as fases críticas da planta escapem dos elementos climáticos adversos e coincidam com os favoráveis.

Nesse estudo foi utilizado o modelo de simulação do desenvolvimento, crescimento e produtividade da cultura do arroz denominado ORYZA. Resultados obtidos com esse modelo indicam que ele é capaz de simular, com níveis relativamente altos de acurácia, a produtividade das principais cultivares de arroz irrigado utilizadas nas distintas regiões produtoras do Brasil. De maneira simplificada, o modelo utiliza uma série de módulos (processos) para simular o desenvolvimento, crescimento e produtividade da planta de arroz. Para isso são considerados fatores relacionados ao solo, clima, cultivar ("características genéticas") e manejo da cultura. O modelo utiliza como dados de entrada a temperatura mínima e máxima diária, radiação solar global diária e precipitação diária.

Objetivou-se, com o Zoneamento Agrícola de Risco Climático (ZARC), identificar os municípios aptos e os períodos de semeadura com menor risco climático para o cultivo do arroz irrigado por inundação em três níveis de risco: 20%, 30%, 40%.

Essa identificação foi realizada com a aplicação do modelo de simulação do crescimento, desenvolvimento e rendimento da cultura do arroz, ORYZAv3 (https://sites.google.com/a/irri.org/oryza2000/about-oryza-version-3), para avaliar a resposta da cultura às condições climáticas da região de estudo.

Por se tratar de um modelo agroclimático, parte-se do pressuposto que não ocorrerão limitações quanto à fertilidade dos solos e danos às plantas devido à ocorrência de pragas e doenças.

Para delimitação das áreas aptas ao cultivo do arroz irrigado por inundação, em condições de baixo risco, destaca-se os seguintes aspectos:

- A parametrização do modelo ORYZAv3 é o processo de derivar coeficientes específicos de um cultivar por meio de dados observados em experimentos de campo. Nesse estudo, parametrizamos o modelo ORYZAv3 para a cultivar BRS Catiana. Essa cultivar foi desenvolvida pela Embrapa para ser cultivada na região tropical. Nos trópicos, devido a menor amplitude e maior temperatura média ambiente, há basicamente o ciclo médio.

- Foram feitas simulações com datas de semeadura para o período de 1º de setembro até 31 de dezembro, com intervalo decendial, para 1 grupo de cultivar onde predomina-se o ciclo médio.

- Para a determinação do risco climático, os rendimentos simulados pelo modelo ORYZAv3 para cada ponto, data de semeadura e ano, denominados nesse estudo como Rendimento Relativo (RRel), foram normalizados. Para o calculo da normalização, dividiu-se o RRel pelo Rendimento de Referência (REF). O REF representa o valor do percentil 0.90 (90%) do RRel, que nesse estudo foi de 12.336 kg/ha.

- Nesse estudo definiu-se como condição adversa ou de produtividade insuficiente os anos safra que resultassem em RRel inferior a 70% do rendimento de referência (REF).

- Considerou-de o risco de ocorrência de temperaturas muito baixas e deletérias à cultura, por meio da probabilidade de ocorrência de temperatura mínima menor ou igual a 7°C observadas no abrigo meteorológico;

A gestão de riscos de natureza climática, na cultura do arroz tropical irrigado por inundação, pode ser melhorada pela assistência técnica local, via a diluição de riscos, quando são associadas, ao calendário de semeadura preconizado nas Portarias de Zarc, práticas de manejo de cultivos que contemplem a rotação de culturas, o escalonamento de épocas de semeadura e a diversificação de cultivares (com ciclos diferentes) em uma mesma propriedade rural.

O Zarc, além de ser uma ferramenta de gestão de riscos na agricultura, para maior efetividade de resultados, também deve atuar como indutor de tecnologia de produção. Nesse sentido, especial atenção deve ser dada aos seguintes tópicos:

a. É necessário garantir a disponibilidade de água para irrigação por inundação durante todo o ciclo da cultura;

b. A metodologia empregada ainda não considera os efeitos deletérios da precipitação na época da colheita.

c. Os resultados de Zarc são gerados presumindo-se um manejo agronômico adequado para o desenvolvimento, crescimento e produtividade de cada cultura, em função da disponibilidade de recursos do ambiente em cada local. Falhas ou deficiências de diversos tipos, desde manejo inadequado da fertilidade do solo, de pragas e doenças ou escolha de cultivares não adaptadas para o ambiente edafoclimático, podem resultar em perdas de produtividade ou agravar perdas geradas por eventos meteorológicos adversos. Nesse contexto, é indispensável: utilizar sempre tecnologia de produção adequada para a condição edafoclimática local; controlar efetivamente as plantas daninhas durante o cultivo; adotar práticas de controle de pragas e doenças; e correção físico-química do solo (fertilidade e descompactação dos solos);

Considerou-se apto para o cultivo do arroz irrigado tropical os municípios em que o RRel foi maior ou igual a 70% do REF na frequência dos anos.

2. TIPO DE SOLO APTO AO CULTIVO

Nesse estudo considerou-se somente o solo hidromórfico, caracterizado por apresentar lençol freático próximo à superfície durante a maior parte do tempo e estar situado em áreas de relevo plano, que reune as condições exigidas pela cultura.

Não são indicadas para o cultivo as áreas de preservação permanente, de acordo com a Lei 12.651, de 25 de maio de 2012.

3. TABELA DE PERÍODOS DE SEMEADURA

Períodos	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
Datas	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 28	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 30
Meses	Janeiro			Fevereiro			Março			Abril		

Períodos	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24
Datas	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 30	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 31
Meses	Maio			Junho			Julho			Agosto		

Períodos	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36
Datas	1º a 10	11 a 20	21 a 30	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 30	1º a 10	11 a 20	21 a 31
Meses	Setembro			Outubro			Novembro			Dezembro		

4. CULTIVARES INDICADAS

Ficam indicadas no Zoneamento Agrícola de Risco Climático, as cultivares de arroz, recomendadas para o plantio em sistema de irrigação por inundação, registradas no Registro Nacional de Cultivares (RNC) do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, atendidas as indicações das regiões de adaptação, em conformidade com as recomendações dos respectivos obtentores/mantenedores.

Notas:

1) Informações específicas sobre as cultivares indicadas devem ser obtidas junto aos respectivos obtentores/mantenedores.

2) Devem ser utilizadas no plantio sementes produzidas em conformidade com a legislação brasileira sobre sementes e mudas (Lei nº 10.711, de 5 de agosto de 2003, e Decreto nº 5.153, de 23 de agosto de 2004).

5. RELAÇÃO DOS MUNICÍPIOS APTOS AO CULTIVO E PERÍODOS INDICADOS PARA SEMEADURA

MUNICÍPIOS	PERÍODOS DE SEMEADURAS PARA CULTIVARES DO GRUPO I								
	SOLO 1			SOLO 2			SOLO 3		
	RISCO DE 20%	RISCO DE 30%	RISCO DE 40%	RISCO DE 20%	RISCO DE 30%	RISCO DE 40%	RISCO DE 20%	RISCO DE 30%	RISCO DE 40%
Acari	11 a 5	6 a 10		11 a 5	6 a 10		11 a 5	6 a 10	
Açu	14 a 36	1 a 2		14 a 36	1 a 2	13	14 a 36	1 a 2	13
Afonso Bezerra	14 a 36	1 a 2	13	14 a 36	1 a 2	13	14 a 36	1 a 2	13
Água Nova	13 a 5	10 a 12 + 6	7 a 9	13 a 5	10 a 12 + 6	7 a 9	13 a 5	10 a 12 + 6	7 a 9
Alexandria	12 a 5	11 + 6	7 a 10	12 a 5	11 + 6	7 a 10	12 a 5	11 + 6	7 a 10
Almino Afonso	13 a 4		5 a 6 + 12	13 a 4		5 a 6 + 12	13 a 4		5 a 6 + 12
Alto Do Rodrigues	14 a 36	1	2 + 13	14 a 36	1	2 + 13	14 a 36	1	2 + 13
Angicos	13 a 2	12 + 3		13 a 2	12 + 3		13 a 2	12 + 3	
Antônio Martins	13 a 5	12 + 6	11 + 7	13 a 5	12 + 6	11 + 7	13 a 5	12 + 6	11 + 7
Apodi	15 a 2	13 a 14 + 3 a 4		15 a 2	13 a 14 + 3 a 4		15 a 2	13 a 14 + 3 a 4	
Areia Branca	15 a 35	14 + 36	1	15 a 35	14 + 36	1	15 a 35	14 + 36	1
Arês	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Augusto Severo	14 a 3	13	4	14 a 3	13	4	14 a 3	13	4
Baía Formosa	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Baraúna	15 a 35	14 + 36	1	15 a 35	14 + 36	1	15 a 35	14 + 36	1
Barcelona	11 a 4	10 + 5	6 a 9	11 a 4	10 + 5	6 a 9	11 a 4	10 + 5	6 a 9
Bento Fernandes	12 a 2	3	4 a 5 + 11	12 a 2	3	4 a 5 + 11	12 a 2	3	4 a 5 + 11
Bodó	12 a 3	4	5 + 11	12 a 3	4	5 + 11	12 a 3	4	5 + 11
Bom Jesus	10 a 5	6 a 9		10 a 5	6 a 9		10 a 5	6 a 9	
Brejinho	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Caiçara Do Norte	13 a 36	1 a 2	3 + 12	13 a 36	1 a 2	3 + 12	13 a 36	1 a 2	3 + 12
Caiçara Do Rio Do Vento	12 a 3		4 a 5 + 11	12 a 3		4 a 5 + 11	12 a 3		4 a 5 + 11
Caicó	11 a 5	6	7 a 10	11 a 5	6	7 a 10	11 a 5	6	7 a 10
Campo Redondo	10 a 5	6 a 9		10 a 5	6 a 9		10 a 5	6 a 9	
Canguaretama	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Caraúbas	14 a 2	13 + 3	4	14 a 2	13 + 3	4	14 a 2	13 + 3	4
Carnaúba Dos Dantas	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Carnaubais	14 a 36	1	2 + 13	14 a 36	1	2 + 13	14 a 36	1	2 + 13
Ceará-Mirim	11 a 3	4	5 + 9 a 10	11 a 3	4	5 + 9 a 10	11 a 3	4	5 + 9 a 10
Cerro Corá	12 a 4	11 + 5	10	12 a 4	11 + 5	10	12 a 4	11 + 5	10
Coronel Ezequiel	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Coronel João Pessoa	12 a 6	7 a 11		12 a 6	7 a 11		12 a 6	7 a 11	
Cruzeta	11 a 5	6	7 a 10	11 a 5	6	7 a 10	11 a 5	6	7 a 10
Currais Novos	11 a 5	10 + 6	7 a 9	11 a 5	10 + 6	7 a 9	11 a 5	10 + 6	7 a 9
Doutor Severiano	13 a 5	10 a 12 + 6	7 a 9	13 a 5	10 a 12 + 6	7 a 9	13 a 5	10 a 12 + 6	7 a 9
Encanto	13 a 5	10 a 12 + 6	7 a 9	13 a 5	10 a 12 + 6	7 a 9	13 a 5	10 a 12 + 6	7 a 9
Equador	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Espírito Santo	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Extremoz	10 a 4		5 a 9	10 a 4		5 a 9	10 a 4		5 a 9
Felipe Guerra	15 a 1	14 + 2		15 a 1	14 + 2		15 a 1	14 + 2	
Fernando Pedroza	13 a 2	12 + 3	4 a 5	13 a 2	12 + 3	4 a 5	13 a 2	12 + 3	4 a 5
Florânia	12 a 4	5		12 a 4	5		12 a 4	5	
Francisco Dantas	13 a 5	11 a 12 + 6		13 a 5	11 a 12 + 6		13 a 5	11 a 12 + 6	
Frutuoso Gomes	14 a 4	12 a 13	11 + 5 a 6	14 a 4	12 a 13	11 + 5 a 6	14 a 4	12 a 13	11 + 5 a 6
Galinhos	13 a 36	1 a 2	3 + 12	13 a 36	1 a 2	3 + 12	13 a 36	1 a 2	3 + 12
Goianinha	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Governador Dix-Sept Rosado	15 a 36	14 + 1 a 2		15 a 36	14 + 1 a 2		15 a 36	14 + 1 a 2	
Grossos	15 a 35		14 + 36	15 a 35		14 + 36	15 a 35		14 + 36
Guamaré	13 a 36	1 a 2	12	13 a 36	1 a 2	12	13 a 36	1 a 2	12
Ielmo Marinho	10 a 3	4	5 a 9	10 a 3	4	5 a 9	10 a 3	4	5 a 9
Ipanguaçu	14 a 36	1 a 2		14 a 36	1 a 2	13	14 a 36	1 a 2	13
Ipueira	12 a 6	7 a 11		12 a 6	7 a 11		12 a 6	7 a 11	
Itajá	14 a 1	2	13	14 a 1	2	13	14 a 1	2	13
Itaú	14 a 3	13 + 4	12 + 5 a 6	14 a 3	13 + 4	12 + 5 a 6	14 a 3	13 + 4	12 + 5 a 6
Jaçanã	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Jandaíra	13 a 2	12	3	13 a 2	12	3	13 a 2	12	3
Janduís	13 a 3	4		13 a 3	4		13 a 3	4	
Januário Cicco	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Japi	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Jardim De Angicos	12 a 2	3	4 a 5	12 a 2	3	4 a 5	12 a 2	3	4 a 5
Jardim De Piranhas	13 a 4	12 + 5	6	13 a 4	12 + 5	6	13 a 4	12 + 5	6
Jardim Do Seridó	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
João Câmara	13 a 2	12 + 3	4 a 5	13 a 2	12 + 3	4 a 5	13 a 2	12 + 3	4 a 5
João Dias	12 a 5	6	7 a 11	12 a 5	6	7 a 11	12 a 5	6	7 a 11
José Da Penha	12 a 5	6 a 11		12 a 5	6 a 11		12 a 5	6 a 11	
Jucurutu	13 a 3	4		13 a 3	4		13 a 3	4	
Jundiá	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Lagoa D'Anta	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Lagoa De Pedras	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Lagoa De Velhos	10 a 4	5 a 9		10 a 4	5 a 9		10 a 4	5 a 9	
Lagoa Nova	12 a 4	11 + 5	10	12 a 4	11 + 5	10	12 a 4	11 + 5	10
Lagoa Salgada	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Lajes	12 a 3		4 a 5	12 a 3		4 a 5	12 a 3		4 a 5
Lajes Pintadas	10 a 5	6 a 9		10 a 5	6 a 9		10 a 5	6 a 9	
Lucrécia	14 a 3	13 + 4	12 + 5 a 6	14 a 3	13 + 4	12 + 5 a 6	14 a 3	13 + 4	12 + 5 a 6
Luís Gomes	11 a 7	8 a 10		11 a 7	8 a 10		11 a 7	8 a 10	
Macaíba	10 a 4	5 a 9		10 a 4	5 a 9		10 a 4	5 a 9	
Macau	14 a 36	1 a 2	13	14 a 36	1 a 2	13	14 a 36	1 a 2	13
Major Sales	11 a 6	7 a 10		11 a 6	7 a 10		11 a 6	7 a 10	
Marcelino Vieira	12 a 5	10 a 11 + 6	7 a 9	12 a 5	10 a 11 + 6	7 a 9	12 a 5	10 a 11 + 6	7 a 9
Martins	14 a 4	12 a 13	11 + 5 a 6	14 a 4	12 a 13	11 + 5 a 6	14 a 4	12 a 13	11 + 5 a 6
Maxaranguape	12 a 2	11 + 3	10 + 4 a 5	12 a 2	11 + 3	10 + 4 a 5	12 a 2	11 + 3	10 + 4 a 5
Messias Targino	13 a 3	4	5 + 12	13 a 3	4	5 + 12	13 a 3	4	5 + 12
Montanhas	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Monte Alegre	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Monte Das Gameleiras	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Mossoró	15 a 36		1 + 14	15 a 36		1 + 14	15 a 36		1 + 14
Natal	10 a 4	5 a 9		10 a 4	5 a 9		10 a 4	5 a 9	
Nísia Floresta	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Nova Cruz	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Olho-D'Água Do Borges	14 a 3	13 + 4	12	14 a 3	13 + 4	12	14 a 3	13 + 4	12
Ouro Branco	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Paraná	11 a 7	8 a 10		11 a 7	8 a 10		11 a 7	8 a 10	
Paraú	14 a 2	3	13	14 a 2	3	13	14 a 2	3	13
Parazinho	13 a 2	12	3	13 a 2	12	3	13 a 2	12	3
Parelhas	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Parnamirim	10 a 5	6 a 9		10 a 5	6 a 9		10 a 5	6 a 9	
Passa E Fica	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Passagem	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Patu	13 a 4		5 + 12	13 a 4		5 + 12	13 a 4		5 + 12
Pau Dos Ferros	13 a 5	11 a 12 + 6	7 a 10	13 a 5	11 a 12 + 6	7 a 10	13 a 5	11 a 12 + 6	7 a 10
Pedra Grande	13 a 36	12 + 1 a 2	3	13 a 36	12 + 1 a 2	3	13 a 36	12 + 1 a 2	3
Pedra Preta	13 a 2	12 + 3		13 a 2	12 + 3		13 a 2	12 + 3	
Pedro Avelino	13 a 2	12 + 3		13 a 2	12 + 3		13 a 2	12 + 3	
Pedro Velho	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Pendências	14 a 36	1 a 2	13	14 a 36	1 a 2	13	14 a 36	1 a 2	13

Pilões	12 a 5	11 + 6	7 a 10	12 a 5	11 + 6	7 a 10	12 a 5	11 + 6	7 a 10
Poço Branco	12 a 2	3	4 a 5 + 11	12 a 2	3	4 a 5 + 11	12 a 2	3	4 a 5 + 11
Portalegre	13 a 4	12 + 5 a 6	11	13 a 4	12 + 5 a 6	11	13 a 4	12 + 5 a 6	11
Porto Do Mangue	15 a 35	14 + 36	1	15 a 35	14 + 36	1	15 a 35	14 + 36	1
Pureza	12 a 2	3	4 a 5	12 a 2	3	4 a 5	12 a 2	3	4 a 5
Rafael Fernandes	13 a 5	10 a 12 + 6	7 a 9	13 a 5	10 a 12 + 6	7 a 9	13 a 5	10 a 12 + 6	7 a 9
Rafael Godeiro	13 a 3	4	5 + 12	13 a 3	4	5 + 12	13 a 3	4	5 + 12
Riacho Da Cruz	14 a 3	12 a 13 + 4	11 + 5 a 6	14 a 3	12 a 13 + 4	11 + 5 a 6	14 a 3	12 a 13 + 4	11 + 5 a 6
Riacho De Santana	12 a 6	7 a 11		12 a 6	7 a 11		12 a 6	7 a 11	
Riachuelo	11 a 3	4	5 + 10	11 a 3	4	5 + 10	11 a 3	4	5 + 10
Rio Do Fogo	12 a 2	3	4 a 5 + 11	12 a 2	3	4 a 5 + 11	12 a 2	3	4 a 5 + 11
Rodolfo Fernandes	14 a 4	12 a 13 + 5 a 6	11	14 a 4	12 a 13 + 5 a 6	11	14 a 4	12 a 13 + 5 a 6	11
Ruy Barbosa	11 a 3	4	5 + 10	11 a 3	4	5 + 10	11 a 3	4	5 + 10
Santa Cruz	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Santa Maria	11 a 3	4	5 + 9 a 10	11 a 3	4	5 + 9 a 10	11 a 3	4	5 + 9 a 10
Santana Do Matos	13 a 3	12	4 a 5	13 a 3	12	4 a 5	13 a 3	12	4 a 5
Santana Do Seridó	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Santo Antônio	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
São Bento Do Norte	13 a 36	1 a 2	3 + 12	13 a 36	1 a 2	3 + 12	13 a 36	1 a 2	3 + 12
São Bento Do Trairí	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
São Fernando	13 a 4	5	12	13 a 4	5	12	13 a 4	5	12
São Francisco Do Oeste	13 a 5	11 a 12 + 6		13 a 5	11 a 12 + 6		13 a 5	11 a 12 + 6	
São Gonçalo Do Amarante	10 a 4	5 a 9		10 a 4	5 a 9		10 a 4	5 a 9	
São João Do Sabugi	13 a 5	11 a 12 + 6	7 a 10	13 a 5	11 a 12 + 6	7 a 10	13 a 5	11 a 12 + 6	7 a 10
São José De Mipibu	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
São José Do Campestre	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
São José Do Seridó	11 a 6	7 a 10		11 a 6	7 a 10		11 a 6	7 a 10	
São Miguel	11 a 6	7 a 10		11 a 6	7 a 10		11 a 6	7 a 10	
São Miguel Do Gostoso	13 a 2	12	3	13 a 2	12	3	13 a 2	12	3
São Paulo Do Potengi	10 a 4	5 a 9		10 a 4	5 a 9		10 a 4	5 a 9	
São Pedro	10 a 4	5 a 9		10 a 4	5 a 9		10 a 4	5 a 9	
São Rafael	14 a 2	3	13	14 a 2	3	13	14 a 2	3	13
São Tomé	11 a 4	10 + 5	6 a 9	11 a 4	10 + 5	6 a 9	11 a 4	10 + 5	6 a 9
São Vicente	12 a 4	11 + 5	6 a 10	12 a 4	11 + 5	6 a 10	12 a 4	11 + 5	6 a 10
Senador Elói De Souza	9 a 5	6 a 8		9 a 5	6 a 8		9 a 5	6 a 8	
Senador Georgino Avelino	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Serra Caiada	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Serra De São Bento	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Serra Do Mel	15 a 35	14 + 36	1	15 a 35	14 + 36	1	15 a 35	14 + 36	1
Serra Negra Do Norte	13 a 5	12 + 6	7 a 11	13 a 5	12 + 6	7 a 11	13 a 5	12 + 6	7 a 11
Serrinha	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Serrinha Dos Pintos	13 a 5	12 + 6	11	13 a 5	12 + 6	11	13 a 5	12 + 6	11
Severiano Melo	14 a 3	12 a 13 + 4	5 a 6	14 a 3	12 a 13 + 4	5 a 6	14 a 3	12 a 13 + 4	5 a 6
Sítio Novo	10 a 5	6 a 9		10 a 5	6 a 9		10 a 5	6 a 9	
Taboleiro Grande	14 a 4	12 a 13 + 5 a 6	11	14 a 4	12 a 13 + 5 a 6	11	14 a 4	12 a 13 + 5 a 6	11
Taipu	12 a 2	11 + 3	10 + 4 a 5	12 a 2	11 + 3	10 + 4 a 5	12 a 2	11 + 3	10 + 4 a 5
Tangará	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Tenente Ananias	12 a 6	7 a 11		12 a 6	7 a 11		12 a 6	7 a 11	
Tenente Laurentino Cruz	12 a 4	5		12 a 4	5		12 a 4	5	
Tibau	15 a 35		14 + 36	15 a 35		14 + 36	15 a 35		14 + 36
Tibau Do Sul	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Timbaúba Dos Batistas	13 a 5	12	11 + 6	13 a 5	12	11 + 6	13 a 5	12	11 + 6
Touros	12 a 2	3		12 a 2	3		12 a 2	3	
Triunfo Potiguar	14 a 3		4 + 13	14 a 3		4 + 13	14 a 3		4 + 13
Umarizal	14 a 3	13 + 4	12 + 5 a 6	14 a 3	13 + 4	12 + 5 a 6	14 a 3	13 + 4	12 + 5 a 6
Upanema	15 a 1	14 + 2	13 + 3	15 a 1	14 + 2	13 + 3	15 a 1	14 + 2	13 + 3
Várzea	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Venha-Ver	11 a 7	8 a 10		11 a 7	8 a 10		11 a 7	8 a 10	
Vera Cruz	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Viçosa	13 a 4	12	11 + 5 a 6	13 a 4	12	11 + 5 a 6	13 a 4	12	11 + 5 a 6
Vila Flor	1 a 36			1 a 36			1 a 36		

PORTARIA Nº 386, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2020

O SECRETÁRIO DE POLÍTICA AGRÍCOLA, no uso de suas atribuições e competências estabelecidas pelo Decreto nº 10.253, de 20 de fevereiro de 2020, e observado, no que couber, o contido no Decreto nº 9.841 de 18 de junho de 2019 e nas Instruções Normativas nº 2, de 9 de outubro de 2008, publicada no Diário Oficial da União de 13 de outubro de 2008, da Secretaria de Política Agrícola, e nº 16, de 9 de abril de 2018, publicada no Diário Oficial da União de 12 de abril de 2018, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, resolve:

Art. 1º Aprovar o Zoneamento Agrícola de Risco Climático para a cultura de arroz irrigado tropical no Estado de Sergipe conforme anexo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CÉSAR HANNA HALUM

ANEXO

1. NOTA TÉCNICA

No Brasil, o arroz (Oryza sativa L.) irrigado por inundação é produzido do Rio Grande do Sul a Roraima. Basicamente, a produção de arroz irrigado por inundação é dividida em dois ambientes, subtropical e tropical.

As principais limitações abióticas para a produção do arroz irrigado tropical são a disponibilidade de radiação solar e altas temperaturas. Ambos fatores meteorológicos são os que mais influenciam o potencial produtivo da cultura do arroz.

As faixas de temperaturas prejudiciais variam de acordo com o estádio fenológico da planta, sendo que as faixas de temperaturas ótimas variam de 20 a 35°C para a germinação, de 30 a 33°C para a floração e de 20 a 25°C para a maturação. Temperaturas superiores a 35°C podem ser prejudiciais a cultura chegando a causar esterilidade das espiguetas. Já, a radiação solar impacta especialmente nas fases reprodutiva (da diferenciação da panícula à floração; quando um aporte de radiação abaixo do ideal afeta o número de grãos por panícula), e de maturação (da floração à maturação fisiológica do grão; baixa incidência reduz o enchimento e o peso ideal dos grãos).

Estudos realizados no Sul e no Centro Oeste do Brasil mostraram que as maiores produtividades são obtidas com níveis crescentes de radiação solar, sendo observada uma correlação linear entre produtividade e acúmulo de radiação solar no ciclo da cultura. Basicamente, regiões com latitudes próxima ao equador apresentam um menor potencial produtivo, devido ao menor acúmulo de radiação solar fotossinteticamente ativa durante o período reprodutivo e enchimento de grãos. Nessas fases a demanda por carboidratos é alta devido à formação e enchimento das espiguetas que atuam como drenos e, quando há menor acúmulo desse fator, o declínio na produtividade é observado. Aportes menores de radiação solar durante o período reprodutivo impactam substancialmente o número e o peso das espiguetas, como consequência afeta a produtividade.

Em função do exposto, deduz-se que a época de semeadura é uma das práticas de manejo que desempenha papel de destaque na redução do risco climático pelo fato de aumentar as chances de que as fases críticas da planta escapem dos elementos climáticos adversos e coincidam com os favoráveis.

Nesse estudo foi utilizado o modelo de simulação do desenvolvimento, crescimento e produtividade da cultura do arroz denominado ORYZA. Resultados obtidos com esse modelo indicam que ele é capaz de simular, com níveis relativamente altos de acurácia, a produtividade das principais cultivares de arroz irrigado utilizadas nas distintas regiões produtoras do Brasil. De maneira simplificada, o modelo utiliza uma série de módulos (processos) para simular o desenvolvimento, crescimento e produtividade da planta de arroz. Para isso são considerados fatores relacionados ao solo, clima, cultivar ("características genéticas") e manejo da cultura. O modelo utiliza como dados de entrada a temperatura mínima e máxima diária, radiação solar global diária e precipitação diária.

Objetivou-se, com o Zoneamento Agrícola de Risco Climático (ZARC), identificar os municípios aptos e os períodos de semeadura com menor risco climático para o cultivo do arroz irrigado por inundação em três níveis de risco: 20%, 30%, 40%.

Essa identificação foi realizada com a aplicação do modelo de simulação do crescimento, desenvolvimento e rendimento da cultura do arroz, ORYZAv3 (https://sites.google.com/a/irri.org/oryza2000/about-oryza-version-3), para avaliar a resposta da cultura às condições climáticas da região de estudo.

Por se tratar de um modelo agroclimático, parte-se do pressuposto que não ocorrerão limitações quanto à fertilidade dos solos e danos às plantas devido à ocorrência de pragas e doenças.

Para delimitação das áreas aptas ao cultivo do arroz irrigado por inundação, em condições de baixo risco, destaca-se os seguintes aspectos:

- A parametrização do modelo ORYZAv3 é o processo de derivar coeficientes específicos de um cultivar por meio de dados observados em experimentos de campo. Nesse estudo, parametrizamos o modelo ORYZAv3 para a cultivar BRS Catiana. Essa cultivar foi desenvolvida pela Embrapa para ser cultivada na região tropical. Nos trópicos, devido a menor amplitude e maior temperatura média ambiente, há basicamente o ciclo médio.

- Foram feitas simulações com datas de semeadura para o período de 1º de setembro até 31 de dezembro, com intervalo decendial, para 1 grupo de cultivar onde predomina-se o ciclo médio.

- Para a determinação do risco climático, os rendimentos simulados pelo modelo ORYZAv3 para cada ponto, data de semeadura e ano, denominados nesse estudo como Rendimento Relativo (RRel), foram normalizados. Para o calculo da normalização, dividiu-se o RRel pelo Rendimento de Referência (REF). O REF representa o valor do percentil 0.90 (90%) do RRel, que nesse estudo foi de 12.336 kg/ha.

- Nesse estudo definiu-se como condição adversa ou de produtividade insuficiente os anos safra que resultassem em RRel inferior a 70% do rendimento de referência (REF).

- Considerou-de o risco de ocorrência de temperaturas muito baixas e deletérias à cultura, por meio da probabilidade de ocorrência de temperatura mínima menor ou igual a 7°C observadas no abrigo meteorológico;

A gestão de riscos de natureza climática, na cultura do arroz tropical irrigado por inundação, pode ser melhorada pela assistência técnica local, via a diluição de riscos, quando são associadas, ao calendário de semeadura preconizado nas Portarias de Zarc, práticas de manejo de cultivos que contemplem a rotação de culturas, o escalonamento de épocas de semeadura e a diversificação de cultivares (com ciclos diferentes) em uma mesma propriedade rural.

O Zarc, além de ser uma ferramenta de gestão de riscos na agricultura, para maior efetividade de resultados, também deve atuar como indutor de tecnologia de produção. Nesse sentido, especial atenção deve ser dada aos seguintes tópicos:

a. É necessário garantir a disponibilidade de água para irrigação por inundação durante todo o ciclo da cultura;

b. A metodologia empregada ainda não considera os efeitos deletérios da precipitação na época da colheita.

c. Os resultados de Zarc são gerados presumindo-se um manejo agronômico adequado para o desenvolvimento, crescimento e produtividade de cada cultura, em função da disponibilidade de recursos do ambiente em cada local. Falhas ou deficiências de diversos tipos, desde manejo inadequado da fertilidade do solo, de pragas e doenças ou escolha de cultivares não adaptadas para o ambiente edafoclimático, podem resultar em perdas de produtividade ou agravar perdas geradas por eventos meteorológicos adversos. Nesse contexto, é indispensável: utilizar sempre tecnologia de produção adequada para a condição edafoclimática local; controlar efetivamente as plantas daninhas durante o cultivo; adotar práticas de controle de pragas e doenças; e correção físico-química do solo (fertilidade e descompactação dos solos);

Considerou-se apto para o cultivo do arroz irrigado tropical os municípios em que o RRel foi maior ou igual a 70% do REF na frequência dos anos.

2. TIPO DE SOLO APTO AO CULTIVO

Nesse estudo considerou-se somente o solo hidromórfico, caracterizado por apresentar lençol freático próximo à superfície durante a maior parte do tempo e estar situado em áreas de relevo plano, que reune as condições exigidas pela cultura.

Não são indicadas para o cultivo as áreas de preservação permanente, de acordo com a Lei 12.651, de 25 de maio de 2012.

3. TABELA DE PERÍODOS DE SEMEADURA

Períodos	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
Datas	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 28	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 30
Meses	Janeiro			Fevereiro			Março			Abril		

Períodos	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24
Datas	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 30	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 31
Meses	Maio			Junho			Julho			Agosto		

Períodos	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36
Datas	1º a 10	11 a 20	21 a 30	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 30	1º a 10	11 a 20	21 a 31
Meses	Setembro			Outubro			Novembro			Dezembro		

4. CULTIVARES INDICADAS

Ficam indicadas no Zoneamento Agrícola de Risco Climático, as cultivares de arroz, recomendadas para o plantio em sistema de irrigação por inundação, registradas no Registro Nacional de Cultivares (RNC) do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, atendidas as indicações das regiões de adaptação, em conformidade com as recomendações dos respectivos obtentores/mantenedores.

Notas:

1) Informações específicas sobre as cultivares indicadas devem ser obtidas junto aos respectivos obtentores/mantenedores.

2) Devem ser utilizadas no plantio sementes produzidas em conformidade com a legislação brasileira sobre sementes e mudas (Lei nº 10.711, de 5 de agosto de 2003, e Decreto nº 5.153, de 23 de agosto de 2004).

5. RELAÇÃO DOS MUNICÍPIOS APTOS AO CULTIVO E PERÍODOS INDICADOS PARA SEMEADURA

MUNICÍPIOS	PERÍODOS DE SEMEADURAS PARA CULTIVARES DO GRUPO I								
	SOLO 1			SOLO 2			SOLO 3		
	RISCO DE 20%	RISCO DE 30%	RISCO DE 40%	RISCO DE 20%	RISCO DE 30%	RISCO DE 40%	RISCO DE 20%	RISCO DE 30%	RISCO DE 40%
Amparo De São Francisco	12 a 2		3	12 a 2		3	12 a 2		3
Aquidabã	12 a 2	3	11	12 a 2	3	11	12 a 2	3	11
Aracaju	13 a 2	11 a 12	3	13 a 2	11 a 12	3	13 a 2	11 a 12	3
Arauá	12 a 2	10 a 11 + 3	4	12 a 2	10 a 11 + 3	4	12 a 2	10 a 11 + 3	4
Areia Branca	12 a 2	11 + 3	10	12 a 2	11 + 3	10	12 a 2	11 + 3	10
Barra Dos Coqueiros	12 a 2		3	12 a 2		3	12 a 2		3
Boquim	12 a 2	10 a 11 + 3	4	12 a 2	10 a 11 + 3	4	12 a 2	10 a 11 + 3	4
Brejo Grande	13 a 2		12	13 a 2		12	13 a 2		12
Campo Do Brito	12 a 2	10 a 11 + 3	4	12 a 2	10 a 11 + 3	4	12 a 2	10 a 11 + 3	4
Canhoba	12 a 2	3	11	12 a 2	3	11	12 a 2	3	11
Canindé De São Francisco	9 a 5	6 a 8		9 a 5	6 a 8		9 a 5	6 a 8	
Capela	12 a 2		3 + 11	12 a 2		3 + 11	12 a 2		3 + 11
Carira	9 a 4	5 a 8		9 a 4	5 a 8		9 a 4	5 a 8	
Carmópolis	12 a 2		3	12 a 2		3	12 a 2		3
Cedro De São João	12 a 2			12 a 2			12 a 2		
Cristinápolis	12 a 2	10 a 11 + 3		12 a 2	10 a 11 + 3		12 a 2	10 a 11 + 3	
Cumbe	12 a 2	11 + 3	10	12 a 2	11 + 3	10	12 a 2	11 + 3	10
Divina Pastora	12 a 2	11 + 3		12 a 2	11 + 3		12 a 2	11 + 3	
Estância	12 a 2	11 + 3	10	12 a 2	11 + 3	10	12 a 2	11 + 3	10
Feira Nova	12 a 2	10 a 11 + 3	4	12 a 2	10 a 11 + 3	4	12 a 2	10 a 11 + 3	4
Frei Paulo	12 a 3	4 a 11		12 a 3	4 a 11		12 a 3	4 a 11	
Gararu	12 a 3	10 a 11	4	12 a 3	10 a 11	4	12 a 3	10 a 11	4
General Maynard	12 a 2		3	12 a 2		3	12 a 2		3
Gracho Cardoso	12 a 2	11 + 3	10 + 4	12 a 2	11 + 3	10 + 4	12 a 2	11 + 3	10 + 4
Ilha Das Flores	13 a 2		12	13 a 2		12	13 a 2		12
Indiaroba	12 a 2	11 + 3	10	12 a 2	11 + 3	10	12 a 2	11 + 3	10
Itabaiana	12 a 2	10 a 11 + 3	4	12 a 2	10 a 11 + 3	4	12 a 2	10 a 11 + 3	4
Itabaianinha	12 a 2	10 a 11 + 3	9 + 4	12 a 2	10 a 11 + 3	9 + 4	12 a 2	10 a 11 + 3	9 + 4
Itabi	12 a 2	11 + 3	10 + 4	12 a 2	11 + 3	10 + 4	12 a 2	11 + 3	10 + 4
Itaporanga D'Ajuda	12 a 2	11 + 3	10	12 a 2	11 + 3	10	12 a 2	11 + 3	10
Japaratuba	12 a 2		3	12 a 2		3	12 a 2		3
Japoatã	13 a 2	12		13 a 2	12		13 a 2	12	
Lagarto	12 a 3	4 a 11		12 a 3	4 a 11		12 a 3	4 a 11	
Laranjeiras	12 a 2	11 + 3		12 a 2	11 + 3		12 a 2	11 + 3	
Macambira	12 a 3	4 a 11		12 a 3	4 a 11		12 a 3	4 a 11	
Malhada Dos Bois	12 a 2		3	12 a 2		3	12 a 2		3
Malhador	12 a 2	11 + 3	10 + 4	12 a 2	11 + 3	10 + 4	12 a 2	11 + 3	10 + 4
Maruim	12 a 2	11 + 3		12 a 2	11 + 3		12 a 2	11 + 3	
Moita Bonita	12 a 2	10 a 11 + 3	4	12 a 2	10 a 11 + 3	4	12 a 2	10 a 11 + 3	4
Monte Alegre De Sergipe	11 a 4	5 a 10		11 a 4	5 a 10		11 a 4	5 a 10	
Muribeca	12 a 2		3	12 a 2		3	12 a 2		3
Neópolis	13 a 2	12		13 a 2	12		13 a 2	12	
Nossa Senhora Aparecida	12 a 3	10 a 11 + 4		12 a 3	10 a 11 + 4		12 a 3	10 a 11 + 4	
Nossa Senhora Da Glória	11 a 3	9 a 10 + 4	5 a 8	11 a 3	9 a 10 + 4	5 a 8	11 a 3	9 a 10 + 4	5 a 8
Nossa Senhora Das Dores	12 a 2	11 + 3	10 + 4	12 a 2	11 + 3	10 + 4	12 a 2	11 + 3	10 + 4
Nossa Senhora De Lourdes	12 a 2	3	11	12 a 2	3	11	12 a 2	3	11
Nossa Senhora Do Socorro	12 a 2	11 + 3		12 a 2	11 + 3		12 a 2	11 + 3	
Pacatuba	13 a 2	12		13 a 2	12		13 a 2	12	
Pedra Mole	12 a 3	4 a 11		12 a 3	4 a 11		12 a 3	4 a 11	
Pedrinhas	12 a 2	10 a 11 + 3	4	12 a 2	10 a 11 + 3	4	12 a 2	10 a 11 + 3	4
Pinhão	9 a 5	6 a 8		9 a 5	6 a 8		9 a 5	6 a 8	
Pirambu	12 a 2		3	12 a 2		3	12 a 2		3
Poço Redondo	11 a 4	5 a 10		11 a 4	5 a 10		11 a 4	5 a 10	
Poço Verde	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Porto Da Folha	11 a 3	9 a 10 + 4	5 a 8	11 a 3	9 a 10 + 4	5 a 8	11 a 3	9 a 10 + 4	5 a 8
Propriá	13 a 2	12		13 a 2	12		13 a 2	12	
Riachão Do Dantas	9 a 3	4 a 8		9 a 3	4 a 8		9 a 3	4 a 8	
Riachuelo	12 a 2	11 + 3	10	12 a 2	11 + 3	10	12 a 2	11 + 3	10
Ribeirópolis	12 a 2	10 a 11 + 3	4	12 a 2	10 a 11 + 3	4	12 a 2	10 a 11 + 3	4
Rosário Do Catete	12 a 2		3 + 11	12 a 2		3 + 11	12 a 2		3 + 11
Salgado	12 a 2	10 a 11 + 3	4	12 a 2	10 a 11 + 3	4	12 a 2	10 a 11 + 3	4
Santa Luzia Do Itanhy	12 a 2	11 + 3	10	12 a 2	11 + 3	10	12 a 2	11 + 3	10
Santa Rosa De Lima	12 a 2	11 + 3	10	12 a 2	11 + 3	10	12 a 2	11 + 3	10
Santana Do São Francisco	13 a 2		12	13 a 2		12	13 a 2		12
Santo Amaro Das Brotas	12 a 2		3	12 a 2		3	12 a 2		3
São Cristóvão	12 a 2	11 + 3		12 a 2	11 + 3		12 a 2	11 + 3	
São Domingos	12 a 2	10 a 11 + 3 a 4	5 a 6	12 a 2	10 a 11 + 3 a 4	5 a 6	12 a 2	10 a 11 + 3 a 4	5 a 6
São Francisco	13 a 2	12		13 a 2	12		13 a 2	12	
São Miguel Do Aleixo	12 a 2	10 a 11 + 3	4	12 a 2	10 a 11 + 3	4	12 a 2	10 a 11 + 3	4
Simão Dias	9 a 5	6 a 8		9 a 5	6 a 8		9 a 5	6 a 8	
Siriri	12 a 2	11 + 3		12 a 2	11 + 3		12 a 2	11 + 3	
Telha	12 a 2		3	12 a 2		3	12 a 2		3
Tobias Barreto	9 a 5	6 a 8		9 a 5	6 a 8		9 a 5	6 a 8	
Tomar Do Geru	11 a 2	10 + 3	9 + 4	11 a 2	10 + 3	9 + 4	11 a 2	10 + 3	9 + 4
Umbaúba	12 a 2	10 a 11 + 3		12 a 2	10 a 11 + 3		12 a 2	10 a 11 + 3	

PORTARIA Nº 387, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2020

O SECRETÁRIO DE POLÍTICA AGRÍCOLA, no uso de suas atribuições e competências estabelecidas pelo Decreto nº 10.253, de 20 de fevereiro de 2020, e observado, no que couber, o contido no Decreto nº 9.841 de 18 de junho de 2019 e nas Instruções Normativas nº 2, de 9 de outubro de 2008, publicada no Diário Oficial da União de 13 de outubro de 2008, da Secretaria de Política Agrícola, e nº 16, de 9 de abril de 2018, publicada no Diário Oficial da União de 12 de abril de 2018, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, resolve:

Art. 1º Aprovar o Zoneamento Agrícola de Risco Climático para a cultura de arroz irrigado tropical no Estado do Acre conforme anexo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CÉSAR HANNA HALUM

ANEXO

1. NOTA TÉCNICA

No Brasil, o arroz (Oryza sativa L.) irrigado por inundação é produzido do Rio Grande do Sul a Roraima. Basicamente, a produção de arroz irrigado por inundação é dividida em dois ambientes, subtropical e tropical.

As principais limitações abióticas para a produção do arroz irrigado tropical são a disponibilidade de radiação solar e altas temperaturas. Ambos fatores meteorológicos são os que mais influenciam o potencial produtivo da cultura do arroz.

As faixas de temperaturas prejudiciais variam de acordo com o estádio fenológico da planta, sendo que as faixas de temperaturas ótimas variam de 20 a 35°C para a germinação, de 30 a 33°C para a floração e de 20 a 25°C para a maturação. Temperaturas superiores a 35°C podem ser prejudiciais a cultura chegando a causar esterilidade das espiguetas. Já, a radiação solar impacta especialmente nas fases reprodutiva (da diferenciação da panícula à floração; quando um aporte de radiação abaixo do ideal afeta o número de grãos por panícula), e de maturação (da floração à maturação fisiológica do grão; baixa incidência reduz o enchimento e o peso ideal dos grãos).

Estudos realizados no Sul e no Centro Oeste do Brasil mostraram que as maiores produtividades são obtidas com níveis crescentes de radiação solar, sendo observada uma correlação linear entre produtividade e acúmulo de radiação solar no ciclo da cultura. Basicamente, regiões com latitudes próxima ao equador apresentam um menor potencial produtivo, devido ao menor acúmulo de radiação solar fotossinteticamente ativa durante o período reprodutivo e enchimento de grãos. Nessas fases a demanda por carboidratos é alta devido à formação e enchimento das espiguetas que atuam como drenos e, quando há menor acúmulo desse fator, o declínio na produtividade é observado. Aportes menores de radiação solar durante o período reprodutivo impactam substancialmente o número e o peso das espiguetas, como consequência afeta a produtividade.

Em função do exposto, deduz-se que a época de semeadura é uma das práticas de manejo que desempenha papel de destaque na redução do risco climático pelo fato de aumentar as chances de que as fases críticas da planta escapem dos elementos climáticos adversos e coincidam com os favoráveis.

Nesse estudo foi utilizado o modelo de simulação do desenvolvimento, crescimento e produtividade da cultura do arroz denominado ORYZA. Resultados obtidos com esse modelo indicam que ele é capaz de simular, com níveis relativamente altos de acurácia, a produtividade das principais cultivares de arroz irrigado utilizadas nas distintas regiões produtoras do Brasil. De maneira simplificada, o modelo utiliza uma série de módulos (processos) para simular o desenvolvimento, crescimento e produtividade da planta de arroz. Para isso são considerados fatores relacionados ao solo, clima, cultivar ("características genéticas") e manejo da cultura. O modelo utiliza como dados de entrada a temperatura mínima e máxima diária, radiação solar global diária e precipitação diária.

Objetivou-se, com o Zoneamento Agrícola de Risco Climático (ZARC), identificar os municípios aptos e os períodos de semeadura com menor risco climático para o cultivo do arroz irrigado por inundação em três níveis de risco: 20%, 30%, 40%.

Essa identificação foi realizada com a aplicação do modelo de simulação do crescimento, desenvolvimento e rendimento da cultura do arroz, ORYZAv3 (https://sites.google.com/a/irri.org/oryza2000/about-oryza-version-3), para avaliar a resposta da cultura às condições climáticas da região de estudo.

Por se tratar de um modelo agroclimático, parte-se do pressuposto que não ocorrerão limitações quanto à fertilidade dos solos e danos às plantas devido à ocorrência de pragas e doenças.

Para delimitação das áreas aptas ao cultivo do arroz irrigado por inundação, em condições de baixo risco, destaca-se os seguintes aspectos:

- A parametrização do modelo ORYZAv3 é o processo de derivar coeficientes específicos de um cultivar por meio de dados observados em experimentos de campo. Nesse estudo, parametrizamos o modelo ORYZAv3 para a cultivar BRS Catiana. Essa cultivar foi desenvolvida pela Embrapa para ser cultivada na região tropical. Nos trópicos, devido a menor amplitude e maior temperatura média ambiente, há basicamente o ciclo médio.

- Foram feitas simulações com datas de semeadura para o período de 1º de setembro até 31 de dezembro, com intervalo decendial, para 1 grupo de cultivar onde predomina-se o ciclo médio.

- Para a determinação do risco climático, os rendimentos simulados pelo modelo ORYZAv3 para cada ponto, data de semeadura e ano, denominados nesse estudo como Rendimento Relativo (RRel), foram normalizados. Para o calculo da normalização, dividiu-se o RRel pelo Rendimento de Referência (REF). O REF representa o valor do percentil 0.90 (90%) do RRel, que nesse estudo foi de 12.336 kg/ha.

- Nesse estudo definiu-se como condição adversa ou de produtividade insuficiente os anos safra que resultassem em RRel inferior a 70% do rendimento de referência (REF).

- Considerou-de o risco de ocorrência de temperaturas muito baixas e deletérias à cultura, por meio da probabilidade de ocorrência de temperatura mínima menor ou igual a 7°C observadas no abrigo meteorológico;

A gestão de riscos de natureza climática, na cultura do arroz tropical irrigado por inundação, pode ser melhorada pela assistência técnica local, via a diluição de riscos, quando são associadas, ao calendário de semeadura preconizado nas Portarias de Zarc, práticas de manejo de cultivos que contemplem a rotação de culturas, o escalonamento de épocas de semeadura e a diversificação de cultivares (com ciclos diferentes) em uma mesma propriedade rural.

O Zarc, além de ser uma ferramenta de gestão de riscos na agricultura, para maior efetividade de resultados, também deve atuar como indutor de tecnologia de produção. Nesse sentido, especial atenção deve ser dada aos seguintes tópicos:

a. É necessário garantir a disponibilidade de água para irrigação por inundação durante todo o ciclo da cultura;

b. A metodologia empregada ainda não considera os efeitos deletérios da precipitação na época da colheita.

c. Os resultados de Zarc são gerados presumindo-se um manejo agronômico adequado para o desenvolvimento, crescimento e produtividade de cada cultura, em função da disponibilidade de recursos do ambiente em cada local. Falhas ou deficiências de diversos tipos, desde manejo inadequado da fertilidade do solo, de pragas e doenças ou escolha de cultivares não adaptadas para o ambiente edafoclimático, podem resultar em perdas de produtividade ou agravar perdas geradas por eventos meteorológicos adversos. Nesse contexto, é indispensável: utilizar sempre tecnologia de produção adequada para a condição edafoclimática local; controlar efetivamente as plantas daninhas durante o cultivo; adotar práticas de controle de pragas e doenças; e correção físico-química do solo (fertilidade e descompactação dos solos);

Considerou-se apto para o cultivo do arroz irrigado tropical os municípios em que o RRel foi maior ou igual a 70% do REF na frequência dos anos.

2. TIPO DE SOLO APTO AO CULTIVO

Nesse estudo considerou-se somente o solo hidromórfico, caracterizado por apresentar lençol freático próximo à superfície durante a maior parte do tempo e estar situado em áreas de relevo plano, que reune as condições exigidas pela cultura.

Não são indicadas para o cultivo as áreas de preservação permanente, de acordo com a Lei 12.651, de 25 de maio de 2012.

3. TABELA DE PERÍODOS DE SEMEADURA

Períodos	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
Datas	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 28	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 30
Meses	Janeiro			Fevereiro			Março			Abril		

Períodos	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24
Datas	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 30	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 31
Meses	Maio			Junho			Julho			Agosto		

Períodos	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36
Datas	1º a 10	11 a 20	21 a 30	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 30	1º a 10	11 a 20	21 a 31
Meses	Setembro			Outubro			Novembro			Dezembro		

4. CULTIVARES INDICADAS

Ficam indicadas no Zoneamento Agrícola de Risco Climático, as cultivares de arroz, recomendadas para o plantio em sistema de irrigação por inundação, registradas no Registro Nacional de Cultivares (RNC) do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, atendidas as indicações das regiões de adaptação, em conformidade com as recomendações dos respectivos obtentores/mantenedores.

Notas:

1) Informações específicas sobre as cultivares indicadas devem ser obtidas junto aos respectivos obtentores/mantenedores.

2) Devem ser utilizadas no plantio sementes produzidas em conformidade com a legislação brasileira sobre sementes e mudas (Lei nº 10.711, de 5 de agosto de 2003, e Decreto nº 5.153, de 23 de agosto de 2004).

5. RELAÇÃO DOS MUNICÍPIOS APTOS AO CULTIVO E PERÍODOS INDICADOS PARA SEMEADURA

MUNICÍPIOS	PERÍODOS DE SEMEADURAS PARA CULTIVARES DO GRUPO I								
	SOLO 1			SOLO 2			SOLO 3		
	RISCO DE 20%	RISCO DE 30%	RISCO DE 40%	RISCO DE 20%	RISCO DE 30%	RISCO DE 40%	RISCO DE 20%	RISCO DE 30%	RISCO DE 40%
Acrelândia	16 a 23	12 a 15 + 24	25	16 a 23	12 a 15 + 24	25	16 a 23	12 a 15 + 24	25
Assis Brasil	12 a 25	11 + 26	27	12 a 25	11 + 26	27	12 a 25	11 + 26	27
Brasiléia	12 a 25	11 + 26	27	12 a 25	11 + 26	27	12 a 25	11 + 26	27
Bujari	16 a 24	12 a 15	25	16 a 24	12 a 15	25	16 a 24	12 a 15	25
Capixaba	14 a 24	12 a 13 + 25		14 a 24	12 a 13 + 25		14 a 24	12 a 13 + 25	
Cruzeiro Do Sul	17 a 18	15 a 16 + 19	13 a 14 + 20	17 a 18	15 a 16 + 19	13 a 14 + 20	17 a 18	15 a 16 + 19	13 a 14 + 20
Epitaciolândia	12 a 25	26	27 + 11	12 a 25	26	27 + 11	12 a 25	26	27 + 11
Feijó	15 a 20	13 a 14 + 21 a 23	12	15 a 20	13 a 14 + 21 a 23	12	15 a 20	13 a 14 + 21 a 23	12
Mâncio Lima	17 a 18	15 a 16 + 19	14	17 a 18	15 a 16 + 19	14	17 a 18	15 a 16 + 19	14
Manoel Urbano	16 a 20	14 a 15 + 21 a 23	12 a 13	16 a 20	14 a 15 + 21 a 23	12 a 13	16 a 20	14 a 15 + 21 a 23	12 a 13
Marechal Thaumaturgo	17 a 19	15 a 16 + 20 a 22	12 a 14 + 23	17 a 19	15 a 16 + 20 a 22	12 a 14 + 23	17 a 19	15 a 16 + 20 a 22	12 a 14 + 23
Plácido De Castro	16 a 24	12 a 15	25	16 a 24	12 a 15	25	16 a 24	12 a 15	25
Porto Acre	16 a 23	12 a 15 + 24	25	16 a 23	12 a 15 + 24	25	16 a 23	12 a 15 + 24	25
Porto Walter	17 a 18	15 a 16 + 19	13 a 14 + 20 a 22	17 a 18	15 a 16 + 19	13 a 14 + 20 a 22	17 a 18	15 a 16 + 19	13 a 14 + 20 a 22
Rio Branco	14 a 24	12 a 13 + 25		14 a 24	12 a 13 + 25		14 a 24	12 a 13 + 25	
Rodrigues Alves	17 a 18	15 a 16 + 19	14	17 a 18	15 a 16 + 19	14	17 a 18	15 a 16 + 19	14
Santa Rosa Do Purus	15 a 23	12 a 14 + 24		15 a 23	12 a 14 + 24		15 a 23	12 a 14 + 24	
Sena Madureira	14 a 24	12 a 13	11 + 25	14 a 24	12 a 13	11 + 25	14 a 24	12 a 13	11 + 25
Senador Guiomard	16 a 24	12 a 15	25	16 a 24	12 a 15	25	16 a 24	12 a 15	25
Tarauacá	17 a 19	15 a 16 + 20	13 a 14 + 21 a 23	17 a 19	15 a 16 + 20	13 a 14 + 21 a 23	17 a 19	15 a 16 + 20	13 a 14 + 21 a 23
Xapuri	14 a 24	12 a 13 + 25	11 + 26	14 a 24	12 a 13 + 25	11 + 26	14 a 24	12 a 13 + 25	11 + 26

PORTARIA Nº 388, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2020

O SECRETÁRIO DE POLÍTICA AGRÍCOLA, no uso de suas atribuições e competências estabelecidas pelo Decreto nº 10.253, de 20 de fevereiro de 2020, e observado, no que couber, o contido no Decreto nº 9.841 de 18 de junho de 2019 e nas Instruções Normativas nº 2, de 9 de outubro de 2008, publicada no Diário Oficial da União de 13 de outubro de 2008, da Secretaria de Política Agrícola, e nº 16, de 9 de abril de 2018, publicada no Diário Oficial da União de 12 de abril de 2018, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, resolve:

Art. 1º Aprovar o Zoneamento Agrícola de Risco Climático para a cultura de arroz irrigado tropical no Estado do Amazonas conforme anexo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CÉSAR HANNA HALUM

ANEXO

1. NOTA TÉCNICA

No Brasil, o arroz (Oryza sativa L.) irrigado por inundação é produzido do Rio Grande do Sul a Roraima. Basicamente, a produção de arroz irrigado por inundação é dividida em dois ambientes, subtropical e tropical.

As principais limitações abióticas para a produção do arroz irrigado tropical são a disponibilidade de radiação solar e altas temperaturas. Ambos fatores meteorológicos são os que mais influenciam o potencial produtivo da cultura do arroz.

As faixas de temperaturas prejudiciais variam de acordo com o estádio fenológico da planta, sendo que as faixas de temperaturas ótimas variam de 20 a 35°C para a germinação, de 30 a 33°C para a floração e de 20 a 25°C para a maturação. Temperaturas superiores a 35°C podem ser prejudiciais a cultura chegando a causar esterilidade das espiguetas. Já, a radiação solar impacta especialmente nas fases reprodutiva (da diferenciação da panícula à floração; quando um aporte de radiação abaixo do ideal afeta o número de grãos por panícula), e de maturação (da floração à maturação fisiológica do grão; baixa incidência reduz o enchimento e o peso ideal dos grãos).

Estudos realizados no Sul e no Centro Oeste do Brasil mostraram que as maiores produtividades são obtidas com níveis crescentes de radiação solar, sendo observada uma correlação linear entre produtividade e acúmulo de radiação solar no ciclo da cultura. Basicamente, regiões com latitudes próxima ao equador apresentam um menor potencial produtivo, devido ao menor acúmulo de radiação solar fotossinteticamente ativa durante o período reprodutivo e enchimento de grãos. Nessas fases a demanda por carboidratos é alta devido à formação e enchimento das espiguetas que atuam como drenos e, quando há menor acúmulo desse fator, o declínio na produtividade é observado. Aportes menores de radiação solar durante o período reprodutivo impactam substancialmente o número e o peso das espiguetas, como consequência afeta a produtividade.

Em função do exposto, deduz-se que a época de semeadura é uma das práticas de manejo que desempenha papel de destaque na redução do risco climático pelo fato de aumentar as chances de que as fases críticas da planta escapem dos elementos climáticos adversos e coincidam com os favoráveis.

Nesse estudo foi utilizado o modelo de simulação do desenvolvimento, crescimento e produtividade da cultura do arroz denominado ORYZA. Resultados obtidos com esse modelo indicam que ele é capaz de simular, com níveis relativamente altos de acurácia, a produtividade das principais cultivares de arroz irrigado utilizadas nas distintas regiões produtoras do Brasil. De maneira simplificada, o modelo utiliza uma série de módulos (processos) para simular o desenvolvimento, crescimento e produtividade da planta de arroz. Para isso são considerados fatores relacionados ao solo, clima, cultivar ("características genéticas") e manejo da cultura. O modelo utiliza como dados de entrada a temperatura mínima e máxima diária, radiação solar global diária e precipitação diária.

Objetivou-se, com o Zoneamento Agrícola de Risco Climático (ZARC), identificar os municípios aptos e os períodos de semeadura com menor risco climático para o cultivo do arroz irrigado por inundação em três níveis de risco: 20%, 30%, 40%.

Essa identificação foi realizada com a aplicação do modelo de simulação do crescimento, desenvolvimento e rendimento da cultura do arroz, ORYZAv3 (https://sites.google.com/a/irri.org/oryza2000/about-oryza-version-3), para avaliar a resposta da cultura às condições climáticas da região de estudo.

Por se tratar de um modelo agroclimático, parte-se do pressuposto que não ocorrerão limitações quanto à fertilidade dos solos e danos às plantas devido à ocorrência de pragas e doenças.

Para delimitação das áreas aptas ao cultivo do arroz irrigado por inundação, em condições de baixo risco, destaca-se os seguintes aspectos:

- A parametrização do modelo ORYZAv3 é o processo de derivar coeficientes específicos de um cultivar por meio de dados observados em experimentos de campo. Nesse estudo, parametrizamos o modelo ORYZAv3 para a cultivar BRS Catiana. Essa cultivar foi desenvolvida pela Embrapa para ser cultivada na região tropical. Nos trópicos, devido a menor amplitude e maior temperatura média ambiente, há basicamente o ciclo médio.

- Foram feitas simulações com datas de semeadura para o período de 1º de setembro até 31 de dezembro, com intervalo decendial, para 1 grupo de cultivar onde predomina-se o ciclo médio.

- Para a determinação do risco climático, os rendimentos simulados pelo modelo ORYZAv3 para cada ponto, data de semeadura e ano, denominados nesse estudo como Rendimento Relativo (RRel), foram normalizados. Para o calculo da normalização, dividiu-se o RRel pelo Rendimento de Referência (REF). O REF representa o valor do percentil 0.90 (90%) do RRel, que nesse estudo foi de 12.336 kg/ha.

- Nesse estudo definiu-se como condição adversa ou de produtividade insuficiente os anos safra que resultassem em RRel inferior a 70% do rendimento de referência (REF).

- Considerou-de o risco de ocorrência de temperaturas muito baixas e deletérias à cultura, por meio da probabilidade de ocorrência de temperatura mínima menor ou igual a 7°C observadas no abrigo meteorológico;

A gestão de riscos de natureza climática, na cultura do arroz tropical irrigado por inundação, pode ser melhorada pela assistência técnica local, via a diluição de riscos, quando são associadas, ao calendário de semeadura preconizado nas Portarias de Zarc, práticas de manejo de cultivos que contemplem a rotação de culturas, o escalonamento de épocas de semeadura e a diversificação de cultivares (com ciclos diferentes) em uma mesma propriedade rural.

O Zarc, além de ser uma ferramenta de gestão de riscos na agricultura, para maior efetividade de resultados, também deve atuar como indutor de tecnologia de produção. Nesse sentido, especial atenção deve ser dada aos seguintes tópicos:

a. É necessário garantir a disponibilidade de água para irrigação por inundação durante todo o ciclo da cultura;

b. A metodologia empregada ainda não considera os efeitos deletérios da precipitação na época da colheita.

c. Os resultados de Zarc são gerados presumindo-se um manejo agronômico adequado para o desenvolvimento, crescimento e produtividade de cada cultura, em função da disponibilidade de recursos do ambiente em cada local. Falhas ou deficiências de diversos tipos, desde manejo inadequado da fertilidade do solo, de pragas e doenças ou escolha de cultivares não adaptadas para o ambiente edafoclimático, podem resultar em perdas de produtividade ou agravar perdas geradas por eventos meteorológicos adversos. Nesse contexto, é indispensável: utilizar sempre tecnologia de produção adequada para a condição edafoclimática local; controlar efetivamente as plantas daninhas durante o cultivo; adotar práticas de controle de pragas e doenças; e correção físico-química do solo (fertilidade e descompactação dos solos);

Considerou-se apto para o cultivo do arroz irrigado tropical os municípios em que o RRel foi maior ou igual a 70% do REF na frequência dos anos.

2. TIPO DE SOLO APTO AO CULTIVO

Nesse estudo considerou-se somente o solo hidromórfico, caracterizado por apresentar lençol freático próximo à superfície durante a maior parte do tempo e estar situado em áreas de relevo plano, que reune as condições exigidas pela cultura.

Não são indicadas para o cultivo as áreas de preservação permanente, de acordo com a Lei 12.651, de 25 de maio de 2012.

3. TABELA DE PERÍODOS DE SEMEADURA

Períodos	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
Datas	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 28	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 30
Meses	Janeiro			Fevereiro			Março			Abril		

Períodos	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24
Datas	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 30	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 31
Meses	Maio			Junho			Julho			Agosto		

Períodos	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36
Datas	1º a 10	11 a 20	21 a 30	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 30	1º a 10	11 a 20	21 a 31
Meses	Setembro			Outubro			Novembro			Dezembro		

4. CULTIVARES INDICADAS

Ficam indicadas no Zoneamento Agrícola de Risco Climático, as cultivares de arroz, recomendadas para o plantio em sistema de irrigação por inundação, registradas no Registro Nacional de Cultivares (RNC) do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, atendidas as indicações das regiões de adaptação, em conformidade com as recomendações dos respectivos obtentores/mantenedores.

Notas:

1) Informações específicas sobre as cultivares indicadas devem ser obtidas junto aos respectivos obtentores/mantenedores.

2) Devem ser utilizadas no plantio sementes produzidas em conformidade com a legislação brasileira sobre sementes e mudas (Lei nº 10.711, de 5 de agosto de 2003, e Decreto nº 5.153, de 23 de agosto de 2004).

5. RELAÇÃO DOS MUNICÍPIOS APTOS AO CULTIVO E PERÍODOS INDICADOS PARA SEMEADURA

MUNICÍPIOS	PERÍODOS DE SEMEADURAS PARA CULTIVARES DO GRUPO I								
	SOLO 1			SOLO 2			SOLO 3		
	RISCO DE 20%	RISCO DE 30%	RISCO DE 40%	RISCO DE 20%	RISCO DE 30%	RISCO DE 40%	RISCO DE 20%	RISCO DE 30%	RISCO DE 40%
Alvarães			19			19			19
Amaturá			19			19			19
Apuí	18		17 + 19 a 20	18		17 + 19 a 20	18		17 + 19 a 20
Atalaia Do Norte			17 a 19			17 a 19			17 a 19
Barreirinha	18 a 20	17 + 21		18 a 20	17 + 21		18 a 20	17 + 21	
Benjamin Constant			17 a 19			17 a 19			17 a 19
Boa Vista Do Ramos			18 a 20			18 a 20			18 a 20
Boca Do Acre	16 a 23	13 a 15	12 + 24	16 a 23	13 a 15	12 + 24	16 a 23	13 a 15	12 + 24
Canutama	17 a 18	19	16	17 a 18	19	16	17 a 18	19	16
Carauari	18	19 a 20	17	18	19 a 20	17	18	19 a 20	17
Coari			18 a 19			18 a 19			18 a 19
Codajás			19			19			19
Eirunepé		17 a 18	16		17 a 18	16		17 a 18	16
Envira	17 a 18		15 a 16 + 19	17 a 18		15 a 16 + 19	17 a 18		15 a 16 + 19
Guajará	17 a 18	15 a 16 + 19	14	17 a 18	15 a 16 + 19	14	17 a 18	15 a 16 + 19	14
Humaitá			18			18			18
Ipixuna	17 a 18	16 + 19	15	17 a 18	16 + 19	15	17 a 18	16 + 19	15
Itamarati	17 a 18	19	16	17 a 18	19	16	17 a 18	19	16
Juruá			19			19			19
Jutaí		17 a 18	16		17 a 18	16		17 a 18	16
Lábrea	16 a 23	13 a 15	12 + 24	16 a 23	13 a 15	12 + 24	16 a 23	13 a 15	12 + 24
Manicoré		18	19		18	19		18	19
Maraã			18 a 19			18 a 19			18 a 19
Maués	17 a 20	16 + 21	15 + 22 a 23	17 a 20	16 + 21	15 + 22 a 23	17 a 20	16 + 21	15 + 22 a 23
Nhamundá	17 a 21		16 + 22	17 a 21		16 + 22	17 a 21		16 + 22
Novo Aripuanã			18 a 19			18 a 19			18 a 19
Parintins	18 a 21	17	16 + 22	18 a 21	17	16 + 22	18 a 21	17	16 + 22
Pauini	17 a 19	16 + 20	15	17 a 19	16 + 20	15	17 a 19	16 + 20	15
Santa Isabel Do Rio Negro		18 a 20			18 a 20			18 a 20	
Santo Antônio Do Içá			18 a 19			18 a 19			18 a 19
São Paulo De Olivença			18 a 19			18 a 19			18 a 19
São Sebastião Do Uatumã			18 a 19			18 a 19			18 a 19
Tabatinga			18 a 19			18 a 19			18 a 19
Tapauá			18			18			18
Tefé			19			19			19
Urucará		18 a 19	20 a 21		18 a 19	20 a 21		18 a 19	20 a 21

PORTARIA Nº 389, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2020

O SECRETÁRIO DE POLÍTICA AGRÍCOLA, no uso de suas atribuições e competências estabelecidas pelo Decreto nº 10.253, de 20 de fevereiro de 2020, e observado, no que couber, o contido no Decreto nº 9.841 de 18 de junho de 2019 e nas Instruções Normativas nº 2, de 9 de outubro de 2008, publicada no Diário Oficial da União de 13 de outubro de 2008, da Secretaria de Política Agrícola, e nº 16, de 9 de abril de 2018, publicada no Diário Oficial da União de 12 de abril de 2018, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, resolve:

Art. 1º Aprovar o Zoneamento Agrícola de Risco Climático para a cultura de arroz irrigado tropical no Estado do Amapá conforme anexo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CÉSAR HANNA HALUM

ANEXO

1. NOTA TÉCNICA

No Brasil, o arroz (Oryza sativa L.) irrigado por inundação é produzido do Rio Grande do Sul a Roraima. Basicamente, a produção de arroz irrigado por inundação é dividida em dois ambientes, subtropical e tropical.

As principais limitações abióticas para a produção do arroz irrigado tropical são a disponibilidade de radiação solar e altas temperaturas. Ambos fatores meteorológicos são os que mais influenciam o potencial produtivo da cultura do arroz.

As faixas de temperaturas prejudiciais variam de acordo com o estádio fenológico da planta, sendo que as faixas de temperaturas ótimas variam de 20 a 35°C para a germinação, de 30 a 33°C para a floração e de 20 a 25°C para a maturação. Temperaturas superiores a 35°C podem ser prejudiciais a cultura chegando a causar esterilidade das espiguetas. Já, a radiação solar impacta especialmente nas fases reprodutiva (da diferenciação da panícula à floração; quando um aporte de radiação abaixo do ideal afeta o número de grãos por panícula), e de maturação (da floração à maturação fisiológica do grão; baixa incidência reduz o enchimento e o peso ideal dos grãos).

Estudos realizados no Sul e no Centro Oeste do Brasil mostraram que as maiores produtividades são obtidas com níveis crescentes de radiação solar, sendo observada uma correlação linear entre produtividade e acúmulo de radiação solar no ciclo da cultura. Basicamente, regiões com latitudes próxima ao equador apresentam um menor potencial produtivo, devido ao menor acúmulo de radiação solar fotossinteticamente ativa durante o período reprodutivo e enchimento de grãos. Nessas fases a demanda por carboidratos é alta devido à formação e enchimento das espiguetas que atuam como drenos e, quando há menor acúmulo desse fator, o declínio na produtividade é observado. Aportes menores de radiação solar durante o período reprodutivo impactam substancialmente o número e o peso das espiguetas, como consequência afeta a produtividade.

Em função do exposto, deduz-se que a época de semeadura é uma das práticas de manejo que desempenha papel de destaque na redução do risco climático pelo fato de aumentar as chances de que as fases críticas da planta escapem dos elementos climáticos adversos e coincidam com os favoráveis.

Nesse estudo foi utilizado o modelo de simulação do desenvolvimento, crescimento e produtividade da cultura do arroz denominado ORYZA. Resultados obtidos com esse modelo indicam que ele é capaz de simular, com níveis relativamente altos de acurácia, a produtividade das principais cultivares de arroz irrigado utilizadas nas distintas regiões produtoras do Brasil. De maneira simplificada, o modelo utiliza uma série de módulos (processos) para simular o desenvolvimento, crescimento e produtividade da planta de arroz. Para isso são considerados fatores relacionados ao solo, clima, cultivar ("características genéticas") e manejo da cultura. O modelo utiliza como dados de entrada a temperatura mínima e máxima diária, radiação solar global diária e precipitação diária.

Objetivou-se, com o Zoneamento Agrícola de Risco Climático (ZARC), identificar os municípios aptos e os períodos de semeadura com menor risco climático para o cultivo do arroz irrigado por inundação em três níveis de risco: 20%, 30%, 40%.

Essa identificação foi realizada com a aplicação do modelo de simulação do crescimento, desenvolvimento e rendimento da cultura do arroz, ORYZAv3 (https://sites.google.com/a/irri.org/oryza2000/about-oryza-version-3), para avaliar a resposta da cultura às condições climáticas da região de estudo.

Por se tratar de um modelo agroclimático, parte-se do pressuposto que não ocorrerão limitações quanto à fertilidade dos solos e danos às plantas devido à ocorrência de pragas e doenças.

Para delimitação das áreas aptas ao cultivo do arroz irrigado por inundação, em condições de baixo risco, destaca-se os seguintes aspectos:

- A parametrização do modelo ORYZAv3 é o processo de derivar coeficientes específicos de um cultivar por meio de dados observados em experimentos de campo. Nesse estudo, parametrizamos o modelo ORYZAv3 para a cultivar BRS Catiana. Essa cultivar foi desenvolvida pela Embrapa para ser cultivada na região tropical. Nos trópicos, devido a menor amplitude e maior temperatura média ambiente, há basicamente o ciclo médio.

- Foram feitas simulações com datas de semeadura para o período de 1º de setembro até 31 de dezembro, com intervalo decendial, para 1 grupo de cultivar onde predomina-se o ciclo médio.

- Para a determinação do risco climático, os rendimentos simulados pelo modelo ORYZAv3 para cada ponto, data de semeadura e ano, denominados nesse estudo como Rendimento Relativo (RRel), foram normalizados. Para o calculo da normalização, dividiu-se o RRel pelo Rendimento de Referência (REF). O REF representa o valor do percentil 0.90 (90%) do RRel, que nesse estudo foi de 12.336 kg/ha.

- Nesse estudo definiu-se como condição adversa ou de produtividade insuficiente os anos safra que resultassem em RRel inferior a 70% do rendimento de referência (REF).

- Considerou-de o risco de ocorrência de temperaturas muito baixas e deletérias à cultura, por meio da probabilidade de ocorrência de temperatura mínima menor ou igual a 7°C observadas no abrigo meteorológico;

A gestão de riscos de natureza climática, na cultura do arroz tropical irrigado por inundação, pode ser melhorada pela assistência técnica local, via a diluição de riscos, quando são associadas, ao calendário de semeadura preconizado nas Portarias de Zarc, práticas de manejo de cultivos que contemplem a rotação de culturas, o escalonamento de épocas de semeadura e a diversificação de cultivares (com ciclos diferentes) em uma mesma propriedade rural.

O Zarc, além de ser uma ferramenta de gestão de riscos na agricultura, para maior efetividade de resultados, também deve atuar como indutor de tecnologia de produção. Nesse sentido, especial atenção deve ser dada aos seguintes tópicos:

a. É necessário garantir a disponibilidade de água para irrigação por inundação durante todo o ciclo da cultura;

b. A metodologia empregada ainda não considera os efeitos deletérios da precipitação na época da colheita.

c. Os resultados de Zarc são gerados presumindo-se um manejo agronômico adequado para o desenvolvimento, crescimento e produtividade de cada cultura, em função da disponibilidade de recursos do ambiente em cada local. Falhas ou deficiências de diversos tipos, desde manejo inadequado da fertilidade do solo, de pragas e doenças ou escolha de cultivares não adaptadas para o ambiente edafoclimático, podem resultar em perdas de produtividade ou agravar perdas geradas por eventos meteorológicos adversos. Nesse contexto, é indispensável: utilizar sempre tecnologia de produção adequada para a condição edafoclimática local; controlar efetivamente as plantas daninhas durante o cultivo; adotar práticas de controle de pragas e doenças; e correção físico-química do solo (fertilidade e descompactação dos solos);

Considerou-se apto para o cultivo do arroz irrigado tropical os municípios em que o RRel foi maior ou igual a 70% do REF na frequência dos anos.

2. TIPO DE SOLO APTO AO CULTIVO

Nesse estudo considerou-se somente o solo hidromórfico, caracterizado por apresentar lençol freático próximo à superfície durante a maior parte do tempo e estar situado em áreas de relevo plano, que reune as condições exigidas pela cultura.

Não são indicadas para o cultivo as áreas de preservação permanente, de acordo com a Lei 12.651, de 25 de maio de 2012.

3. TABELA DE PERÍODOS DE SEMEADURA

Períodos	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
Datas	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 28	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 30
Meses	Janeiro			Fevereiro			Março			Abril		

Períodos	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24
Datas	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 30	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 31
Meses	Maio			Junho			Julho			Agosto		

Períodos	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36
Datas	1º a 10	11 a 20	21 a 30	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 30	1º a 10	11 a 20	21 a 31
Meses	Setembro			Outubro			Novembro			Dezembro		

4. CULTIVARES INDICADAS

Ficam indicadas no Zoneamento Agrícola de Risco Climático, as cultivares de arroz, recomendadas para o plantio em sistema de irrigação por inundação, registradas no Registro Nacional de Cultivares (RNC) do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, atendidas as indicações das regiões de adaptação, em conformidade com as recomendações dos respectivos obtentores/mantenedores.

Notas:

1) Informações específicas sobre as cultivares indicadas devem ser obtidas junto aos respectivos obtentores/mantenedores.

2) Devem ser utilizadas no plantio sementes produzidas em conformidade com a legislação brasileira sobre sementes e mudas (Lei nº 10.711, de 5 de agosto de 2003, e Decreto nº 5.153, de 23 de agosto de 2004).

5. RELAÇÃO DOS MUNICÍPIOS APTOS AO CULTIVO E PERÍODOS INDICADOS PARA SEMEADURA

MUNICÍPIOS	PERÍODOS DE SEMEADURAS PARA CULTIVARES DO GRUPO I								
	SOLO 1			SOLO 2			SOLO 3		
	RISCO DE 20%	RISCO DE 30%	RISCO DE 40%	RISCO DE 20%	RISCO DE 30%	RISCO DE 40%	RISCO DE 20%	RISCO DE 30%	RISCO DE 40%
Amapá	15 a 25			15 a 25			15 a 25		
Calçoene	14 a 25		26	14 a 25		13 + 26	14 a 25		13 + 26
Cutias	16 a 25		15	16 a 25		15	16 a 25		15
Ferreira Gomes	15 a 25		26	15 a 25		26	15 a 25		26
Itaubal	17 a 25	16	15	17 a 25	16	15	17 a 25	16	15
Laranjal Do Jari	13 a 36	6 a 12 + 1	2 a 5	13 a 36	6 a 12 + 1	2 a 5	13 a 36	6 a 12 + 1	2 a 5
Macapá	16 a 25	15		16 a 25	15		16 a 25	15	
Mazagão	14 a 26	13 + 27	12	14 a 26	13 + 27	12	14 a 26	13 + 27	12
Oiapoque	14 a 25	13	26	14 a 25	13	26	14 a 25	13	26
Pedra Branca Do Amapari	13 a 26	27	12	13 a 26	27	12	13 a 26	27	12
Porto Grande	14 a 25	26		14 a 25	26	13	14 a 25	26	13
Pracuúba	15 a 25			15 a 25			15 a 25		
Santana	15 a 25	14	26	15 a 25		14 + 26	15 a 25		14 + 26
Serra Do Navio	14 a 26	13	27	14 a 26	13	27	14 a 26	13	27
Tartarugalzinho	15 a 25		26	15 a 25		26	15 a 25		26
Vitória Do Jari	14 a 25	12 a 13 + 26 a 27	11 + 28	14 a 25	12 a 13 + 26 a 27	11 + 28	14 a 25	12 a 13 + 26 a 27	11 + 28

PORTARIA Nº 390, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2020

O SECRETÁRIO DE POLÍTICA AGRÍCOLA, no uso de suas atribuições e competências estabelecidas pelo Decreto nº 10.253, de 20 de fevereiro de 2020, e observado, no que couber, o contido no Decreto nº 9.841 de 18 de junho de 2019 e nas Instruções Normativas nº 2, de 9 de outubro de 2008, publicada no Diário Oficial da União de 13 de outubro de 2008, da Secretaria de Política Agrícola, e nº 16, de 9 de abril de 2018, publicada no Diário Oficial da União de 12 de abril de 2018, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, resolve:

Art. 1º Aprovar o Zoneamento Agrícola de Risco Climático para a cultura de arroz irrigado tropical no Estado do Pará conforme anexo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CÉSAR HANNA HALUM

ANEXO

1. NOTA TÉCNICA

No Brasil, o arroz (Oryza sativa L.) irrigado por inundação é produzido do Rio Grande do Sul a Roraima. Basicamente, a produção de arroz irrigado por inundação é dividida em dois ambientes, subtropical e tropical.

As principais limitações abióticas para a produção do arroz irrigado tropical são a disponibilidade de radiação solar e altas temperaturas. Ambos fatores meteorológicos são os que mais influenciam o potencial produtivo da cultura do arroz.

As faixas de temperaturas prejudiciais variam de acordo com o estádio fenológico da planta, sendo que as faixas de temperaturas ótimas variam de 20 a 35°C para a germinação, de 30 a 33°C para a floração e de 20 a 25°C para a maturação. Temperaturas superiores a 35°C podem ser prejudiciais a cultura chegando a causar esterilidade das espiguetas. Já, a radiação solar impacta especialmente nas fases reprodutiva (da diferenciação da panícula à floração; quando um aporte de radiação abaixo do ideal afeta o número de grãos por panícula), e de maturação (da floração à maturação fisiológica do grão; baixa incidência reduz o enchimento e o peso ideal dos grãos).

Estudos realizados no Sul e no Centro Oeste do Brasil mostraram que as maiores produtividades são obtidas com níveis crescentes de radiação solar, sendo observada uma correlação linear entre produtividade e acúmulo de radiação solar no ciclo da cultura. Basicamente, regiões com latitudes próxima ao equador apresentam um menor potencial produtivo, devido ao menor acúmulo de radiação solar fotossinteticamente ativa durante o período reprodutivo e enchimento de grãos. Nessas fases a demanda por carboidratos é alta devido à formação e enchimento das espiguetas que atuam como drenos e, quando há menor acúmulo desse fator, o declínio na produtividade é observado. Aportes menores de radiação solar durante o período reprodutivo impactam substancialmente o número e o peso das espiguetas, como consequência afeta a produtividade.

Em função do exposto, deduz-se que a época de semeadura é uma das práticas de manejo que desempenha papel de destaque na redução do risco climático pelo fato de aumentar as chances de que as fases críticas da planta escapem dos elementos climáticos adversos e coincidam com os favoráveis.

Nesse estudo foi utilizado o modelo de simulação do desenvolvimento, crescimento e produtividade da cultura do arroz denominado ORYZA. Resultados obtidos com esse modelo indicam que ele é capaz de simular, com níveis relativamente altos de acurácia, a produtividade das principais cultivares de arroz irrigado utilizadas nas distintas regiões produtoras do Brasil. De maneira simplificada, o modelo utiliza uma série de módulos (processos) para simular o desenvolvimento, crescimento e produtividade da planta de arroz. Para isso são considerados fatores relacionados ao solo, clima, cultivar ("características genéticas") e manejo da cultura. O modelo utiliza como dados de entrada a temperatura mínima e máxima diária, radiação solar global diária e precipitação diária.

Objetivou-se, com o Zoneamento Agrícola de Risco Climático (ZARC), identificar os municípios aptos e os períodos de semeadura com menor risco climático para o cultivo do arroz irrigado por inundação em três níveis de risco: 20%, 30%, 40%.

Essa identificação foi realizada com a aplicação do modelo de simulação do crescimento, desenvolvimento e rendimento da cultura do arroz, ORYZAv3 (https://sites.google.com/a/irri.org/oryza2000/about-oryza-version-3), para avaliar a resposta da cultura às condições climáticas da região de estudo.

Por se tratar de um modelo agroclimático, parte-se do pressuposto que não ocorrerão limitações quanto à fertilidade dos solos e danos às plantas devido à ocorrência de pragas e doenças.

Para delimitação das áreas aptas ao cultivo do arroz irrigado por inundação, em condições de baixo risco, destaca-se os seguintes aspectos:

- A parametrização do modelo ORYZAv3 é o processo de derivar coeficientes específicos de um cultivar por meio de dados observados em experimentos de campo. Nesse estudo, parametrizamos o modelo ORYZAv3 para a cultivar BRS Catiana. Essa cultivar foi desenvolvida pela Embrapa para ser cultivada na região tropical. Nos trópicos, devido a menor amplitude e maior temperatura média ambiente, há basicamente o ciclo médio.

- Foram feitas simulações com datas de semeadura para o período de 1º de setembro até 31 de dezembro, com intervalo decendial, para 1 grupo de cultivar onde predomina-se o ciclo médio.

- Para a determinação do risco climático, os rendimentos simulados pelo modelo ORYZAv3 para cada ponto, data de semeadura e ano, denominados nesse estudo como Rendimento Relativo (RRel), foram normalizados. Para o calculo da normalização, dividiu-se o RRel pelo Rendimento de Referência (REF). O REF representa o valor do percentil 0.90 (90%) do RRel, que nesse estudo foi de 12.336 kg/ha.

- Nesse estudo definiu-se como condição adversa ou de produtividade insuficiente os anos safra que resultassem em RRel inferior a 70% do rendimento de referência (REF).

- Considerou-de o risco de ocorrência de temperaturas muito baixas e deletérias à cultura, por meio da probabilidade de ocorrência de temperatura mínima menor ou igual a 7°C observadas no abrigo meteorológico;

A gestão de riscos de natureza climática, na cultura do arroz tropical irrigado por inundação, pode ser melhorada pela assistência técnica local, via a diluição de riscos, quando são associadas, ao calendário de semeadura preconizado nas Portarias de Zarc, práticas de manejo de cultivos que contemplem a rotação de culturas, o escalonamento de épocas de semeadura e a diversificação de cultivares (com ciclos diferentes) em uma mesma propriedade rural.

O Zarc, além de ser uma ferramenta de gestão de riscos na agricultura, para maior efetividade de resultados, também deve atuar como indutor de tecnologia de produção. Nesse sentido, especial atenção deve ser dada aos seguintes tópicos:

a. É necessário garantir a disponibilidade de água para irrigação por inundação durante todo o ciclo da cultura;

b. A metodologia empregada ainda não considera os efeitos deletérios da precipitação na época da colheita.

c. Os resultados de Zarc são gerados presumindo-se um manejo agronômico adequado para o desenvolvimento, crescimento e produtividade de cada cultura, em função da disponibilidade de recursos do ambiente em cada local. Falhas ou deficiências de diversos tipos, desde manejo inadequado da fertilidade do solo, de pragas e doenças ou escolha de cultivares não adaptadas para o ambiente edafoclimático, podem resultar em perdas de produtividade ou agravar perdas geradas por eventos meteorológicos adversos. Nesse contexto, é indispensável: utilizar sempre tecnologia de produção adequada para a condição edafoclimática local; controlar efetivamente as plantas daninhas durante o cultivo; adotar práticas de controle de pragas e doenças; e correção físico-química do solo (fertilidade e descompactação dos solos);

Considerou-se apto para o cultivo do arroz irrigado tropical os municípios em que o RRel foi maior ou igual a 70% do REF na frequência dos anos.

2. TIPO DE SOLO APTO AO CULTIVO

Nesse estudo considerou-se somente o solo hidromórfico, caracterizado por apresentar lençol freático próximo à superfície durante a maior parte do tempo e estar situado em áreas de relevo plano, que reune as condições exigidas pela cultura.

Não são indicadas para o cultivo as áreas de preservação permanente, de acordo com a Lei 12.651, de 25 de maio de 2012.

3. TABELA DE PERÍODOS DE SEMEADURA

Períodos	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
Datas	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 28	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 30
Meses	Janeiro			Fevereiro			Março			Abril		

Períodos	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24
Datas	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 30	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 31
Meses	Maio			Junho			Julho			Agosto		

Períodos	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36
Datas	1º a 10	11 a 20	21 a 30	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 30	1º a 10	11 a 20	21 a 31
Meses	Setembro			Outubro			Novembro			Dezembro		

4. CULTIVARES INDICADAS

Ficam indicadas no Zoneamento Agrícola de Risco Climático, as cultivares de arroz, recomendadas para o plantio em sistema de irrigação por inundação, registradas no Registro Nacional de Cultivares (RNC) do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, atendidas as indicações das regiões de adaptação, em conformidade com as recomendações dos respectivos obtentores/mantenedores.

Notas:

1) Informações específicas sobre as cultivares indicadas devem ser obtidas junto aos respectivos obtentores/mantenedores.

2) Devem ser utilizadas no plantio sementes produzidas em conformidade com a legislação brasileira sobre sementes e mudas (Lei nº 10.711, de 5 de agosto de 2003, e Decreto nº 5.153, de 23 de agosto de 2004).

5. RELAÇÃO DOS MUNICÍPIOS APTOS AO CULTIVO E PERÍODOS INDICADOS PARA SEMEADURA

MUNICÍPIOS	PERÍODOS DE SEMEADURAS PARA CULTIVARES DO GRUPO I								
	SOLO 1			SOLO 2			SOLO 3		
	RISCO DE 20%	RISCO DE 30%	RISCO DE 40%	RISCO DE 20%	RISCO DE 30%	RISCO DE 40%	RISCO DE 20%	RISCO DE 30%	RISCO DE 40%
Abaetetuba	15 a 25		26	15 a 25		26	15 a 25		26
Abel Figueiredo	12 a 20	11	21	12 a 20	11	21	12 a 20	11	21
Acará	14 a 25	26		14 a 25	26		14 a 25	26	
Água Azul Do Norte	9 a 21	22 a 23 + 29 a 35	24 a 28 + 36 + 8	9 a 21	22 a 23 + 29 a 35	24 a 28 + 36 + 8	9 a 21	22 a 23 + 29 a 35	24 a 28 + 36 + 8
Alenquer	13 a 25	26	27 a 31 + 35 + 12	13 a 25	26	27 a 31 + 35 + 12	13 a 25	26	27 a 31 + 35 + 12
Almeirim	13 a 9	10 a 12		13 a 9	10 a 12		13 a 9	10 a 12	
Altamira	9 a 25 + 29	8 + 26 a 28 + 30 a 33	34 a 35	9 a 25 + 29	8 + 26 a 28 + 30 a 33	34 a 35	9 a 25 + 29	8 + 26 a 28 + 30 a 33	34 a 35
Ananindeua	15 a 25	26		15 a 25	26		15 a 25	26	
Anapu	15 a 21	14 + 22	23	15 a 21	14 + 22	23	15 a 21	14 + 22	23
Augusto Corrêa	15 a 26	14 + 27		15 a 26	14 + 27		15 a 26	14 + 27	
Aurora Do Pará	14 a 26		27	14 a 26		27	14 a 26		27
Aveiro	16 a 23	24 a 25	15	16 a 23	24 a 25	15	16 a 23	24 a 25	15
Bagre	15 a 23		14 + 24	15 a 23		14 + 24	15 a 23		14 + 24
Baião	14 a 23		24	14 a 23		24	14 a 23		24
Bannach	9 a 23 + 29 a 34	8 + 24 a 28 + 35	7 + 36	9 a 23 + 29 a 34	8 + 24 a 28 + 35	7 + 36	9 a 23 + 29 a 34	8 + 24 a 28 + 35	7 + 36
Barcarena	15 a 25		26	15 a 25		26	15 a 25		26
Belém	15 a 25		26	15 a 25		26	15 a 25		26
Belterra	16 a 23	15 + 24 a 25	14	16 a 23	15 + 24 a 25	14	16 a 23	15 + 24 a 25	14
Benevides	15 a 25	26	14	15 a 25	26	14	15 a 25	26	14
Bom Jesus Do Tocantins	12 a 19	11 + 20	21	12 a 19	11 + 20	21	12 a 19	11 + 20	21
Bonito	15 a 26	14	27	15 a 26	14	27	15 a 26	14	27
Bragança	15 a 26	14 + 27		15 a 26	14 + 27		15 a 26	14 + 27	
Brasil Novo	15 a 23	14	24	15 a 23	14	24	15 a 23	14	24
Brejo Grande Do Araguaia	11 a 17	18 a 20	21	11 a 17	18 a 20	21	11 a 17	18 a 20	21
Breu Branco	14 a 21	13 + 22 a 23		14 a 21	13 + 22 a 23		14 a 21	13 + 22 a 23	
Bujaru	15 a 25	14 + 26		15 a 25	14 + 26		15 a 25	14 + 26	
Cachoeira Do Piriá	15 a 26	14 + 27		15 a 26	14 + 27		15 a 26	14 + 27	
Cametá	15 a 24		14 + 25	15 a 24		14 + 25	15 a 24		14 + 25
Canaã Dos Carajás	10 a 20	9 + 21 a 22 + 34	8 + 23 + 29 a 33 + 35	10 a 20	9 + 21 a 22 + 34	8 + 23 + 29 a 33 + 35	10 a 20	9 + 21 a 22 + 34	8 + 23 + 29 a 33 + 35
Capanema	15 a 26	14	27	15 a 26	14	27	15 a 26	14	27
Capitão Poço	14 a 26	27	13	14 a 26	27	13	14 a 26	27	13
Castanhal	15 a 26	14		15 a 26	14		15 a 26	14	
Colares	15 a 25	26		15 a 25	26		15 a 25	26	
Conceição Do Araguaia	10 a 22	9 + 23 a 24 + 29 a 34	25 a 28 + 35	10 a 22	9 + 23 a 24 + 29 a 34	25 a 28 + 35	10 a 22	9 + 23 a 24 + 29 a 34	25 a 28 + 35
Concórdia Do Pará	14 a 25	26		14 a 25	26		14 a 25	26	
Cumaru Do Norte	8 a 34	35 a 36	1 + 6 a 7	8 a 34	35 a 36	1 + 6 a 7	8 a 34	35 a 36	1 + 6 a 7
Curionópolis	10 a 20	21	22 + 31 a 34 + 9	10 a 20	21	22 + 31 a 34 + 9	10 a 20	21	22 + 31 a 34 + 9
Curuá	15 a 23	14 + 24 a 25	13 + 26	15 a 23	14 + 24 a 25	13 + 26	15 a 23	14 + 24 a 25	13 + 26
Curuçá	15 a 26	14		15 a 26	14		15 a 26	14	

Dom Eliseu	12 a 22	11 + 23 a 24	25	12 a 22	11 + 23 a 24	25	12 a 22	11 + 23 a 24	25
Eldorado Do Carajás	11 a 19	10 + 20	21	11 a 19	10 + 20	21	11 a 19	10 + 20	21
Faro	17 a 21	16 + 22	23	17 a 21	16 + 22	23	17 a 21	16 + 22	23
Floresta Do Araguaia	10 a 21	9 + 22 a 24 + 29 a 34	8 + 25 a 28 + 35	10 a 21	9 + 22 a 24 + 29 a 34	8 + 25 a 28 + 35	10 a 21	9 + 22 a 24 + 29 a 34	8 + 25 a 28 + 35
Garrafão Do Norte	14 a 26	27	13	14 a 26	27	13	14 a 26	27	13
Goianésia Do Pará	13 a 21	22	23 + 12	13 a 21	22	23 + 12	13 a 21	22	23 + 12
Gurupá	15 a 24	14	25	15 a 24		14 + 25	15 a 24		14 + 25
Igarapé-Açu	15 a 26	14		15 a 26	14		15 a 26	14	
Igarapé-Miri	15 a 24	25	14	15 a 24	25	14	15 a 24	25	14
Inhangapi	15 a 26	14		15 a 26	14		15 a 26	14	
Ipixuna Do Pará	14 a 26		13 + 27	14 a 26		13 + 27	14 a 26		13 + 27
Irituia	15 a 26	14	27	15 a 26	14	27	15 a 26	14	27
Itaituba	13 a 26	12 + 27 a 31	32 a 34	13 a 26	12 + 27 a 31	32 a 34	13 a 26	12 + 27 a 31	32 a 34
Itupiranga	12 a 19	11 + 20	21	12 a 19	11 + 20	21	12 a 19	11 + 20	21
Jacareacanga	17 a 21	16 + 22 a 23	15 + 24	17 a 21	16 + 22 a 23	15 + 24	17 a 21	16 + 22 a 23	15 + 24
Jacundá	13 a 20	12 + 21		13 a 20	12 + 21		13 a 20	12 + 21	
Juruti	16 a 21	22	23	16 a 21	22	23	16 a 21	22	23
Limoeiro Do Ajuru	15 a 24		25	15 a 24		25	15 a 24		25
Mãe Do Rio	15 a 26	14	27	15 a 26	14	27	15 a 26	14	27
Magalhães Barata	15 a 26	14		15 a 26	14		15 a 26	14	
Marabá	11 a 19	10 + 20 a 21	22	11 a 19	10 + 20 a 21	22	11 a 19	10 + 20 a 21	22
Maracanã	15 a 26	14		15 a 26	14		15 a 26	14	
Marapanim	15 a 26	14		15 a 26	14		15 a 26	14	
Marituba	15 a 25	26	14	15 a 25	26	14	15 a 25	26	14
Medicilândia	15 a 23	14 + 24	25	15 a 23	14 + 24	25	15 a 23	14 + 24	25
Melgaço	15 a 23	24		15 a 23	24		15 a 23	24	
Mocajuba	15 a 24		14	15 a 24		14	15 a 24		14
Moju	14 a 24	25		14 a 24	25		14 a 24	25	
Mojuí Dos Campos	16 a 24	15 + 25	14 + 26	16 a 24	15 + 25	14 + 26	16 a 24	15 + 25	14 + 26
Monte Alegre	11 a 36	10 + 1 a 2	9 + 3	11 a 36	10 + 1 a 2	9 + 3	11 a 36	10 + 1 a 2	9 + 3
Nova Esperança Do Piriá	14 a 26	13 + 27		14 a 26	13 + 27		14 a 26	13 + 27	
Nova Ipixuna	12 a 18	19	20 a 21	12 a 18	19	20 a 21	12 a 18	19	20 a 21
Nova Timboteua	15 a 26	14		15 a 26	14		15 a 26	14	
Novo Progresso	10 a 31	9 + 32 a 34	8 + 35 a 36	10 a 31	9 + 32 a 34	8 + 35 a 36	10 a 31	9 + 32 a 34	8 + 35 a 36
Novo Repartimento	13 a 20	12 + 21	22	13 a 20	12 + 21	22	13 a 20	12 + 21	22
Óbidos	14 a 23	13 + 24 a 25		14 a 23	13 + 24 a 25		14 a 23	13 + 24 a 25	
Oeiras Do Pará	15 a 24		14	15 a 24		14	15 a 24		14
Oriximiná	14 a 23	24	25 + 13	14 a 23	24	25 + 13	14 a 23	24	25 + 13
Ourém	15 a 26	14	27	15 a 26	14	27	15 a 26	14	27
Ourilândia Do Norte	9 a 21 + 30	22 a 24 + 28 a 29 + 31 a 35	25 a 27 + 36 + 8	9 a 21 + 30	22 a 24 + 28 a 29 + 31 a 35	25 a 27 + 36 + 8	9 a 21 + 30	22 a 24 + 28 a 29 + 31 a 35	25 a 27 + 36 + 8
Pacajá	14 a 21	22	13	14 a 21	22	13	14 a 21	22	13
Palestina Do Pará	11 a 18	19 a 20	21	11 a 18	19 a 20	21	11 a 18	19 a 20	21
Paragominas	14 a 26	13 + 27		14 a 26	13 + 27		14 a 26	13 + 27	
Parauapebas	11 a 19	10 + 20 a 21	9 + 22 a 23 + 32 a 34	11 a 19	10 + 20 a 21	9 + 22 a 23 + 32 a 34	11 a 19	10 + 20 a 21	9 + 22 a 23 + 32 a 34
Pau D'Arco	9 a 22 + 29 a 34	8 + 23 a 28 + 35	36	9 a 22 + 29 a 34	8 + 23 a 28 + 35	36	9 a 22 + 29 a 34	8 + 23 a 28 + 35	36
Peixe-Boi	15 a 26	14	27	15 a 26	14	27	15 a 26	14	27
Piçarra	10 a 20	21	22 + 32 a 34 + 9	10 a 20	21	22 + 32 a 34 + 9	10 a 20	21	22 + 32 a 34 + 9
Placas	15 a 25	14 + 26	13 + 30 a 31	15 a 25	14 + 26	13 + 30 a 31	15 a 25	14 + 26	13 + 30 a 31
Portel	15 a 22	23	14	15 a 22	23		15 a 22	23	
Porto De Moz	15 a 23	14 + 24		15 a 23	24	14	15 a 23	24	14
Prainha	13 a 36	9 a 12 + 1 a 2	3 a 8	13 a 36	9 a 12 + 1 a 2	3 a 8	13 a 36	9 a 12 + 1 a 2	3 a 8
Primavera	15 a 26	14	27	15 a 26	14	27	15 a 26	14	27
Quatipuru	15 a 26	14	27	15 a 26	14	27	15 a 26	14	27
Redenção	9 a 24 + 28 a 34	8 + 25 a 27 + 35	36	9 a 24 + 28 a 34	8 + 25 a 27 + 35	36	9 a 24 + 28 a 34	8 + 25 a 27 + 35	36
Rio Maria	9 a 21 + 30 a 32	22 a 29 + 33 a 35	36 + 8	9 a 21 + 30 a 32	22 a 29 + 33 a 35	36 + 8	9 a 21 + 30 a 32	22 a 29 + 33 a 35	36 + 8
Rondon Do Pará	12 a 21	11	22	12 a 21	11	22	12 a 21	11	22
Rurópolis	16 a 25	14 a 15 + 26		16 a 25	14 a 15 + 26		16 a 25	14 a 15 + 26	
Salinópolis	15 a 26	14		15 a 26	14		15 a 26	14	
Santa Bárbara Do Pará	15 a 25	26	14	15 a 25	26	14	15 a 25	26	14
Santa Izabel Do Pará	15 a 25	14 + 26		15 a 25	14 + 26		15 a 25	14 + 26	
Santa Luzia Do Pará	15 a 26	14 + 27		15 a 26	14 + 27		15 a 26	14 + 27	
Santa Maria Das Barreiras	9 a 34	8 + 35	36	9 a 34	8 + 35	36	9 a 34	8 + 35	36
Santa Maria Do Pará	15 a 26	14		15 a 26	14		15 a 26	14	
Santana Do Araguaia	10 a 24	9 + 25 a 34	35	10 a 24	9 + 25 a 34	35	10 a 24	9 + 25 a 34	35
Santarém	15 a 23	24	25	15 a 23	24	25	15 a 23	24	25
Santarém Novo	15 a 26	14		15 a 26	14		15 a 26	14	
Santo Antônio Do Tauá	15 a 25	26	14	15 a 25	26	14	15 a 25	26	14
São Caetano De Odivelas	15 a 26		14	15 a 26		14	15 a 26		14
São Domingos Do Araguaia	12 a 17	11 + 18 a 19	20	12 a 17	11 + 18 a 19	20	12 a 17	11 + 18 a 19	20
São Domingos Do Capim	15 a 26	14		15 a 26	14		15 a 26	14	
São Félix Do Xingu	10 a 24	9 + 25 a 32	8 + 33 a 34	10 a 24	9 + 25 a 32	8 + 33 a 34	10 a 24	9 + 25 a 32	8 + 33 a 34
São Francisco Do Pará	15 a 26	14		15 a 26	14		15 a 26	14	
São Geraldo Do Araguaia	11 a 20	10	21	11 a 20	10	21	11 a 20	10	21
São João Da Ponta	15 a 26	14		15 a 26	14		15 a 26	14	
São João De Pirabas	15 a 26	14		15 a 26	14		15 a 26	14	
São João Do Araguaia	12 a 17	11 + 18 a 20		12 a 17	11 + 18 a 20		12 a 17	11 + 18 a 20	
São Miguel Do Guamá	15 a 26	14	27	15 a 26	14	27	15 a 26	14	27
Sapucaia	10 a 21	9 + 22 a 23 + 30 a 34	8 + 24 + 29 + 35	10 a 21	9 + 22 a 23 + 30 a 34	8 + 24 + 29 + 35	10 a 21	9 + 22 a 23 + 30 a 34	8 + 24 + 29 + 35
Senador José Porfírio	15 a 21	14 + 22	23	15 a 21	14 + 22	23	15 a 21	14 + 22	23
Tailândia	14 a 24	25	13	14 a 24	25	13	14 a 24	25	13
Terra Alta	15 a 26	14		15 a 26	14		15 a 26	14	
Terra Santa	17 a 21	16 + 22	23	17 a 21	16 + 22	23	17 a 21	16 + 22	23
Tomé-Açu	14 a 25	26	13	14 a 25	26	13	14 a 25	26	13
Tracuateua	15 a 26	14	27	15 a 26	14	27	15 a 26	14	27
Trairão	15 a 24	25	26	15 a 24	25	26	15 a 24	25	26
Tucumã	10 a 16	9 + 17 a 23	24 + 29 a 33	10 a 16	9 + 17 a 23	24 + 29 a 33	10 a 16	9 + 17 a 23	24 + 29 a 33
Tucuruí	13 a 20	21	22	13 a 20	21	22	13 a 20	21	22
Ulianópolis	12 a 25	26	11	12 a 25	26	11	12 a 25	26	11
Uruará	15 a 24	14 + 25	13 + 26	15 a 24	14 + 25	13 + 26	15 a 24	14 + 25	13 + 26
Vigia	15 a 25	26	14	15 a 25	26	14	15 a 25	26	14

Viseu	15 a 26	14 + 27		15 a 26	14 + 27		15 a 26	14 + 27	
Vitória Do Xingu	15 a 22	14 + 23		15 a 22	14 + 23		15 a 22	14 + 23	
Xinguara	10 a 21	9 + 22 a 23 + 29 a 34	8 + 24 a 28 + 35	10 a 21	9 + 22 a 23 + 29 a 34	8 + 24 a 28 + 35	10 a 21	9 + 22 a 23 + 29 a 34	8 + 24 a 28 + 35

PORTARIA Nº 391, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2020

O SECRETÁRIO DE POLÍTICA AGRÍCOLA, no uso de suas atribuições e competências estabelecidas pelo Decreto nº 10.253, de 20 de fevereiro de 2020, e observado, no que couber, o contido no Decreto nº 9.841 de 18 de junho de 2019 e nas Instruções Normativas nº 2, de 9 de outubro de 2008, publicada no Diário Oficial da União de 13 de outubro de 2008, da Secretaria de Política Agrícola, e nº 16, de 9 de abril de 2018, publicada no Diário Oficial da União de 12 de abril de 2018, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, resolve:

Art. 1º Aprovar o Zoneamento Agrícola de Risco Climático para a cultura de arroz irrigado tropical no Estado de Rondônia conforme anexo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CÉSAR HANNA HALUM

ANEXO

1. NOTA TÉCNICA

No Brasil, o arroz (Oryza sativa L.) irrigado por inundação é produzido do Rio Grande do Sul a Roraima. Basicamente, a produção de arroz irrigado por inundação é dividida em dois ambientes, subtropical e tropical.

As principais limitações abióticas para a produção do arroz irrigado tropical são a disponibilidade de radiação solar e altas temperaturas. Ambos fatores meteorológicos são os que mais influenciam o potencial produtivo da cultura do arroz.

As faixas de temperaturas prejudiciais variam de acordo com o estádio fenológico da planta, sendo que as faixas de temperaturas ótimas variam de 20 a 35°C para a germinação, de 30 a 33°C para a floração e de 20 a 25°C para a maturação. Temperaturas superiores a 35°C podem ser prejudiciais a cultura chegando a causar esterilidade das espiguetas. Já, a radiação solar impacta especialmente nas fases reprodutiva (da diferenciação da panícula à floração; quando um aporte de radiação abaixo do ideal afeta o número de grãos por panícula), e de maturação (da floração à maturação fisiológica do grão; baixa incidência reduz o enchimento e o peso ideal dos grãos).

Estudos realizados no Sul e no Centro Oeste do Brasil mostraram que as maiores produtividades são obtidas com níveis crescentes de radiação solar, sendo observada uma correlação linear entre produtividade e acúmulo de radiação solar no ciclo da cultura. Basicamente, regiões com latitudes próxima ao equador apresentam um menor potencial produtivo, devido ao menor acúmulo de radiação solar fotossinteticamente ativa durante o período reprodutivo e enchimento de grãos. Nessas fases a demanda por carboidratos é alta devido à formação e enchimento das espiguetas que atuam como drenos e, quando há menor acúmulo desse fator, o declínio na produtividade é observado. Aportes menores de radiação solar durante o período reprodutivo impactam substancialmente o número e o peso das espiguetas, como consequência afeta a produtividade.

Em função do exposto, deduz-se que a época de semeadura é uma das práticas de manejo que desempenha papel de destaque na redução do risco climático pelo fato de aumentar as chances de que as fases críticas da planta escapem dos elementos climáticos adversos e coincidam com os favoráveis.

Nesse estudo foi utilizado o modelo de simulação do desenvolvimento, crescimento e produtividade da cultura do arroz denominado ORYZA. Resultados obtidos com esse modelo indicam que ele é capaz de simular, com níveis relativamente altos de acurácia, a produtividade das principais cultivares de arroz irrigado utilizadas nas distintas regiões produtoras do Brasil. De maneira simplificada, o modelo utiliza uma série de módulos (processos) para simular o desenvolvimento, crescimento e produtividade da planta de arroz. Para isso são considerados fatores relacionados ao solo, clima, cultivar ("características genéticas") e manejo da cultura. O modelo utiliza como dados de entrada a temperatura mínima e máxima diária, radiação solar global diária e precipitação diária.

Objetivou-se, com o Zoneamento Agrícola de Risco Climático (ZARC), identificar os municípios aptos e os períodos de semeadura com menor risco climático para o cultivo do arroz irrigado por inundação em três níveis de risco: 20%, 30%, 40%.

Essa identificação foi realizada com a aplicação do modelo de simulação do crescimento, desenvolvimento e rendimento da cultura do arroz, ORYZAv3 (https://sites.google.com/a/irri.org/oryza2000/about-oryza-version-3), para avaliar a resposta da cultura às condições climáticas da região de estudo.

Por se tratar de um modelo agroclimático, parte-se do pressuposto que não ocorrerão limitações quanto à fertilidade dos solos e danos às plantas devido à ocorrência de pragas e doenças.

Para delimitação das áreas aptas ao cultivo do arroz irrigado por inundação, em condições de baixo risco, destaca-se os seguintes aspectos:

- A parametrização do modelo ORYZAv3 é o processo de derivar coeficientes específicos de um cultivar por meio de dados observados em experimentos de campo. Nesse estudo, parametrizamos o modelo ORYZAv3 para a cultivar BRS Catiana. Essa cultivar foi desenvolvida pela Embrapa para ser cultivada na região tropical. Nos trópicos, devido a menor amplitude e maior temperatura média ambiente, há basicamente o ciclo médio.

- Foram feitas simulações com datas de semeadura para o período de 1º de setembro até 31 de dezembro, com intervalo decendial, para 1 grupo de cultivar onde predomina-se o ciclo médio.

- Para a determinação do risco climático, os rendimentos simulados pelo modelo ORYZAv3 para cada ponto, data de semeadura e ano, denominados nesse estudo como Rendimento Relativo (RRel), foram normalizados. Para o calculo da normalização, dividiu-se o RRel pelo Rendimento de Referência (REF). O REF representa o valor do percentil 0.90 (90%) do RRel, que nesse estudo foi de 12.336 kg/ha.

- Nesse estudo definiu-se como condição adversa ou de produtividade insuficiente os anos safra que resultassem em RRel inferior a 70% do rendimento de referência (REF).

- Considerou-de o risco de ocorrência de temperaturas muito baixas e deletérias à cultura, por meio da probabilidade de ocorrência de temperatura mínima menor ou igual a 7°C observadas no abrigo meteorológico;

A gestão de riscos de natureza climática, na cultura do arroz tropical irrigado por inundação, pode ser melhorada pela assistência técnica local, via a diluição de riscos, quando são associadas, ao calendário de semeadura preconizado nas Portarias de Zarc, práticas de manejo de cultivos que contemplem a rotação de culturas, o escalonamento de épocas de semeadura e a diversificação de cultivares (com ciclos diferentes) em uma mesma propriedade rural.

O Zarc, além de ser uma ferramenta de gestão de riscos na agricultura, para maior efetividade de resultados, também deve atuar como indutor de tecnologia de produção. Nesse sentido, especial atenção deve ser dada aos seguintes tópicos:

a. É necessário garantir a disponibilidade de água para irrigação por inundação durante todo o ciclo da cultura;

b. A metodologia empregada ainda não considera os efeitos deletérios da precipitação na época da colheita.

c. Os resultados de Zarc são gerados presumindo-se um manejo agronômico adequado para o desenvolvimento, crescimento e produtividade de cada cultura, em função da disponibilidade de recursos do ambiente em cada local. Falhas ou deficiências de diversos tipos, desde manejo inadequado da fertilidade do solo, de pragas e doenças ou escolha de cultivares não adaptadas para o ambiente edafoclimático, podem resultar em perdas de produtividade ou agravar perdas geradas por eventos meteorológicos adversos. Nesse contexto, é indispensável: utilizar sempre tecnologia de produção adequada para a condição edafoclimática local; controlar efetivamente as plantas daninhas durante o cultivo; adotar práticas de controle de pragas e doenças; e correção físico-química do solo (fertilidade e descompactação dos solos);

Considerou-se apto para o cultivo do arroz irrigado tropical os municípios em que o RRel foi maior ou igual a 70% do REF na frequência dos anos.

2. TIPO DE SOLO APTO AO CULTIVO

Nesse estudo considerou-se somente o solo hidromórfico, caracterizado por apresentar lençol freático próximo à superfície durante a maior parte do tempo e estar situado em áreas de relevo plano, que reune as condições exigidas pela cultura.

Não são indicadas para o cultivo as áreas de preservação permanente, de acordo com a Lei 12.651, de 25 de maio de 2012.

3. TABELA DE PERÍODOS DE SEMEADURA

Períodos	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
Datas	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 28	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 30
Meses	Janeiro			Fevereiro			Março			Abril		

Períodos	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24
Datas	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 30	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 31
Meses	Maio			Junho			Julho			Agosto		

Períodos	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36
Datas	1º a 10	11 a 20	21 a 30	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 30	1º a 10	11 a 20	21 a 31
Meses	Setembro			Outubro			Novembro			Dezembro		

4. CULTIVARES INDICADAS

Ficam indicadas no Zoneamento Agrícola de Risco Climático, as cultivares de arroz, recomendadas para o plantio em sistema de irrigação por inundação, registradas no Registro Nacional de Cultivares (RNC) do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, atendidas as indicações das regiões de adaptação, em conformidade com as recomendações dos respectivos obtentores/mantenedores.

Notas:

1) Informações específicas sobre as cultivares indicadas devem ser obtidas junto aos respectivos obtentores/mantenedores.

2) Devem ser utilizadas no plantio sementes produzidas em conformidade com a legislação brasileira sobre sementes e mudas (Lei nº 10.711, de 5 de agosto de 2003, e Decreto nº 5.153, de 23 de agosto de 2004).

5. RELAÇÃO DOS MUNICÍPIOS APTOS AO CULTIVO E PERÍODOS INDICADOS PARA SEMEADURA

MUNICÍPIOS	PERÍODOS DE SEMEADURAS PARA CULTIVARES DO GRUPO I								
	SOLO 1			SOLO 2			SOLO 3		
	RISCO DE 20%	RISCO DE 30%	RISCO DE 40%	RISCO DE 20%	RISCO DE 30%	RISCO DE 40%	RISCO DE 20%	RISCO DE 30%	RISCO DE 40%
Alta Floresta D'Oeste	10 a 24	9 + 25 a 27	28 a 29	10 a 24	9 + 25 a 27	28 a 29	10 a 24	9 + 25 a 27	28 a 29
Alto Alegre Dos Parecis	10 a 27	9 + 28	29 a 30	10 a 27	9 + 28	29 a 30	10 a 27	9 + 28	29 a 30
Alto Paraíso	17 a 19	14 a 16 + 20	13 + 21	17 a 19	14 a 16 + 20	13 + 21	17 a 19	14 a 16 + 20	13 + 21
Alvorada D'Oeste	11 a 23	24	10	11 a 23	24	10	11 a 23	24	10
Ariquemes	16 a 20	13 a 15	12 + 21 a 23	16 a 20	13 a 15	12 + 21 a 23	16 a 20	13 a 15	12 + 21 a 23
Buritis	13 a 23	12 + 24	11	13 a 23	12 + 24	11	13 a 23	12 + 24	11
Cabixi	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Cacaulândia	12 a 20	21 a 22	23 + 11	12 a 20	21 a 22	23 + 11	12 a 20	21 a 22	23 + 11
Cacoal	10 a 24	9 + 25	26 a 28	10 a 24	9 + 25	26 a 28	10 a 24	9 + 25	26 a 28
Campo Novo De Rondônia	13 a 23	11 a 12 + 24	25	13 a 23	11 a 12 + 24	25	13 a 23	11 a 12 + 24	25
Candeias Do Jamari	17 a 18	15 a 16 + 19	14 + 20	17 a 18	15 a 16 + 19	14 + 20	17 a 18	15 a 16 + 19	14 + 20
Castanheiras	10 a 24		9 + 25	10 a 24		9 + 25	10 a 24		9 + 25
Cerejeiras	6 a 34	5 + 35	36 a 4	6 a 34	5 + 35	36 a 4	6 a 34	5 + 35	36 a 4
Chupinguaia	8 a 32	7 + 33 a 34	5 a 6 + 35	8 a 32	7 + 33 a 34	5 a 6 + 35	8 a 32	7 + 33 a 34	5 a 6 + 35
Colorado Do Oeste	6 a 35	36 a 5		6 a 35	36 a 5		6 a 35	36 a 5	
Corumbiara	8 a 33	7 + 34 a 35	36 a 6	8 a 33	7 + 34 a 35	36 a 6	8 a 33	7 + 34 a 35	36 a 6
Costa Marques	12 a 23		11 + 24	12 a 23		11 + 24	12 a 23		11 + 24
Cujubim	17 a 19	16	14 a 15 + 20	17 a 19	16	14 a 15 + 20	17 a 19	16	14 a 15 + 20
Espigão D'Oeste	9 a 27	8 + 28 a 30	31 a 32	9 a 27	8 + 28 a 30	31 a 32	9 a 27	8 + 28 a 30	31 a 32
Governador Jorge Teixeira	12 a 22	11 + 23	24	12 a 22	11 + 23	24	12 a 22	11 + 23	24
Guajará-Mirim	16 a 23	11 a 15 + 24	25	16 a 23	11 a 15 + 24	25	16 a 23	11 a 15 + 24	25
Itapuã Do Oeste	18	17 + 19	16 + 20	18	17 + 19	16 + 20	18	17 + 19	16 + 20
Jaru	12 a 20	11 + 21 a 23	24	12 a 20	11 + 21 a 23	24	12 a 20	11 + 21 a 23	24
Ji-Paraná	11 a 22	23	24 + 10	11 a 22	23	24 + 10	11 a 22	23	24 + 10
Machadinho D'Oeste	17 a 19	15 a 16 + 20	13 a 14 + 21	17 a 19	15 a 16 + 20	13 a 14 + 21	17 a 19	15 a 16 + 20	13 a 14 + 21
Ministro Andreazza	11 a 23	10 + 24	25	11 a 23	10 + 24	25	11 a 23	10 + 24	25

Mirante Da Serra	12 a 22	11 + 23	24	12 a 22	11 + 23	24	12 a 22	11 + 23	24
Monte Negro	14 a 21	12 a 13 + 22 a 23	11 + 24	14 a 21	12 a 13 + 22 a 23	11 + 24	14 a 21	12 a 13 + 22 a 23	11 + 24
Nova Brasilândia D'Oeste	11 a 23	10 + 24	25	11 a 23	10 + 24	25	11 a 23	10 + 24	25
Nova Mamoré	16 a 23	11 a 15 + 24	25	16 a 23	11 a 15 + 24	25	16 a 23	11 a 15 + 24	25
Nova União	12 a 20	11 + 21 a 23	24	12 a 20	11 + 21 a 23	24	12 a 20	11 + 21 a 23	24
Novo Horizonte Do Oeste	10 a 24		9 + 25 a 26	10 a 24		9 + 25 a 26	10 a 24		9 + 25 a 26
Ouro Preto Do Oeste	12 a 20	11 + 21 a 22	23	12 a 20	11 + 21 a 22	23	12 a 20	11 + 21 a 22	23
Parecis	9 a 28	8 + 29 a 30	31 a 32	9 a 28	8 + 29 a 30	31 a 32	9 a 28	8 + 29 a 30	31 a 32
Pimenta Bueno	7 a 30	31 a 33	34 + 6	7 a 30	31 a 33	34 + 6	7 a 30	31 a 33	34 + 6
Pimenteiras Do Oeste	6 a 34	5 + 35	36 a 4	6 a 34	5 + 35	36 a 4	6 a 34	5 + 35	36 a 4
Porto Velho	17 a 23	13 a 16	12 + 24	17 a 23	13 a 16	12 + 24	17 a 23	13 a 16	12 + 24
Presidente Médici	11 a 23	10 + 24		11 a 23	10 + 24		11 a 23	10 + 24	
Primavera De Rondônia	9 a 27	8 + 28	29 a 30	9 a 27	8 + 28	29 a 30	9 a 27	8 + 28	29 a 30
Rio Crespo	17 a 19	16	13 a 15 + 20 a 21	17 a 19	16	13 a 15 + 20 a 21	17 a 19	16	13 a 15 + 20 a 21
Rolim De Moura	10 a 24	9 + 25 a 26	27 a 28	10 a 24	9 + 25 a 26	27 a 28	10 a 24	9 + 25 a 26	27 a 28
Santa Luzia D'Oeste	10 a 27	9 + 28	29 a 30	10 a 27	9 + 28	29 a 30	10 a 27	9 + 28	29 a 30
São Felipe D'Oeste	9 a 27	28	29 a 30	9 a 27	28	29 a 30	9 a 27	28	29 a 30
São Francisco Do Guaporé	12 a 23	11	24	12 a 23	11	24	12 a 23	11	24
São Miguel Do Guaporé	11 a 23	24	10	11 a 23	24	10	11 a 23	24	10
Seringueiras	11 a 23		24	11 a 23		24	11 a 23		24
Teixeirópolis	11 a 20	21 a 23	24	11 a 20	21 a 23	24	11 a 20	21 a 23	24
Theobroma	12 a 19	20	21 a 22	12 a 19	20	21 a 22	12 a 19	20	21 a 22
Urupá	11 a 22	23	24	11 a 22	23	24	11 a 22	23	24
Vale Do Anari	16 a 19	13 a 15 + 20	12 + 21	16 a 19	13 a 15 + 20	12 + 21	16 a 19	13 a 15 + 20	12 + 21
Vale Do Paraíso	12 a 20	11	21 a 23	12 a 20	11	21 a 23	12 a 20	11	21 a 23
Vilhena	6 a 35	36 a 5		6 a 35	36 a 5		6 a 35	36 a 5	

PORTARIA Nº 392, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2020

O SECRETÁRIO DE POLÍTICA AGRÍCOLA, no uso de suas atribuições e competências estabelecidas pelo Decreto nº 10.253, de 20 de fevereiro de 2020, e observado, no que couber, o contido no Decreto nº 9.841 de 18 de junho de 2019 e nas Instruções Normativas nº 2, de 9 de outubro de 2008, publicada no Diário Oficial da União de 13 de outubro de 2008, da Secretaria de Política Agrícola, e nº 16, de 9 de abril de 2018, publicada no Diário Oficial da União de 12 de abril de 2018, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, resolve:

Art. 1º Aprovar o Zoneamento Agrícola de Risco Climático para a cultura de arroz irrigado tropical no Estado de Roraima conforme anexo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CÉSAR HANNA HALUM

ANEXO

1. NOTA TÉCNICA

No Brasil, o arroz (Oryza sativa L.) irrigado por inundação é produzido do Rio Grande do Sul a Roraima. Basicamente, a produção de arroz irrigado por inundação é dividida em dois ambientes, subtropical e tropical.

As principais limitações abióticas para a produção do arroz irrigado tropical são a disponibilidade de radiação solar e altas temperaturas. Ambos fatores meteorológicos são os que mais influenciam o potencial produtivo da cultura do arroz.

As faixas de temperaturas prejudiciais variam de acordo com o estádio fenológico da planta, sendo que as faixas de temperaturas ótimas variam de 20 a 35°C para a germinação, de 30 a 33°C para a floração e de 20 a 25°C para a maturação. Temperaturas superiores a 35°C podem ser prejudiciais a cultura chegando a causar esterilidade das espiguetas. Já, a radiação solar impacta especialmente nas fases reprodutiva (da diferenciação da panícula à floração; quando um aporte de radiação abaixo do ideal afeta o número de grãos por panícula), e de maturação (da floração à maturação fisiológica do grão; baixa incidência reduz o enchimento e o peso ideal dos grãos).

Estudos realizados no Sul e no Centro Oeste do Brasil mostraram que as maiores produtividades são obtidas com níveis crescentes de radiação solar, sendo observada uma correlação linear entre produtividade e acúmulo de radiação solar no ciclo da cultura. Basicamente, regiões com latitudes próxima ao equador apresentam um menor potencial produtivo, devido ao menor acúmulo de radiação solar fotossinteticamente ativa durante o período reprodutivo e enchimento de grãos. Nessas fases a demanda por carboidratos é alta devido à formação e enchimento das espiguetas que atuam como drenos e, quando há menor acúmulo desse fator, o declínio na produtividade é observado. Aportes menores de radiação solar durante o período reprodutivo impactam substancialmente o número e o peso das espiguetas, como consequência afeta a produtividade.

Em função do exposto, deduz-se que a época de semeadura é uma das práticas de manejo que desempenha papel de destaque na redução do risco climático pelo fato de aumentar as chances de que as fases críticas da planta escapem dos elementos climáticos adversos e coincidam com os favoráveis.

Nesse estudo foi utilizado o modelo de simulação do desenvolvimento, crescimento e produtividade da cultura do arroz denominado ORYZA. Resultados obtidos com esse modelo indicam que ele é capaz de simular, com níveis relativamente altos de acurácia, a produtividade das principais cultivares de arroz irrigado utilizadas nas distintas regiões produtoras do Brasil. De maneira simplificada, o modelo utiliza uma série de módulos (processos) para simular o desenvolvimento, crescimento e produtividade da planta de arroz. Para isso são considerados fatores relacionados ao solo, clima, cultivar ("características genéticas") e manejo da cultura. O modelo utiliza como dados de entrada a temperatura mínima e máxima diária, radiação solar global diária e precipitação diária.

Objetivou-se, com o Zoneamento Agrícola de Risco Climático (ZARC), identificar os municípios aptos e os períodos de semeadura com menor risco climático para o cultivo do arroz irrigado por inundação em três níveis de risco: 20%, 30%, 40%.

Essa identificação foi realizada com a aplicação do modelo de simulação do crescimento, desenvolvimento e rendimento da cultura do arroz, ORYZAv3 (https://sites.google.com/a/irri.org/oryza2000/about-oryza-version-3) para avaliar a resposta da cultura às condições climáticas da região de estudo.

Por se tratar de um modelo agroclimático, parte-se do pressuposto que não ocorrerão limitações quanto à fertilidade dos solos e danos às plantas devido à ocorrência de pragas e doenças.

Para delimitação das áreas aptas ao cultivo do arroz irrigado por inundação, em condições de baixo risco, destaca-se os seguintes aspectos:

- A parametrização do modelo ORYZAv3 é o processo de derivar coeficientes específicos de um cultivar por meio de dados observados em experimentos de campo. Nesse estudo, parametrizamos o modelo ORYZAv3 para a cultivar BRS Catiana. Essa cultivar foi desenvolvida pela Embrapa para ser cultivada na região tropical. Nos trópicos, devido a menor amplitude e maior temperatura média ambiente, há basicamente o ciclo médio.

- Foram feitas simulações com datas de semeadura para o período de 1º de setembro até 31 de dezembro, com intervalo decendial, para 1 grupo de cultivar onde predomina-se o ciclo médio.

- Para a determinação do risco climático, os rendimentos simulados pelo modelo ORYZAv3 para cada ponto, data de semeadura e ano, denominados nesse estudo como Rendimento Relativo (RRel), foram normalizados. Para o calculo da normalização, dividiu-se o RRel pelo Rendimento de Referência (REF). O REF representa o valor do percentil 0.90 (90%) do RRel, que nesse estudo foi de 12.336 kg/ha.

- Nesse estudo definiu-se como condição adversa ou de produtividade insuficiente os anos safra que resultassem em RRel inferior a 60% do rendimento de referência (REF).

- Considerou-de o risco de ocorrência de temperaturas muito baixas e deletérias à cultura, por meio da probabilidade de ocorrência de temperatura mínima menor ou igual a 7°C observadas no abrigo meteorológico;

A gestão de riscos de natureza climática, na cultura do arroz tropical irrigado por inundação, pode ser melhorada pela assistência técnica local, via a diluição de riscos, quando são associadas, ao calendário de semeadura preconizado nas Portarias de Zarc, práticas de manejo de cultivos que contemplem a rotação de culturas, o escalonamento de épocas de semeadura e a diversificação de cultivares (com ciclos diferentes) em uma mesma propriedade rural.

O Zarc, além de ser uma ferramenta de gestão de riscos na agricultura, para maior efetividade de resultados, também deve atuar como indutor de tecnologia de produção. Nesse sentido, especial atenção deve ser dada aos seguintes tópicos:

a. É necessário garantir a disponibilidade de água para irrigação por inundação durante todo o ciclo da cultura;

b. A metodologia empregada ainda não considera os efeitos deletérios da precipitação na época da colheita.

c. Os resultados de Zarc são gerados presumindo-se um manejo agronômico adequado para o desenvolvimento, crescimento e produtividade de cada cultura, em função da disponibilidade de recursos do ambiente em cada local. Falhas ou deficiências de diversos tipos, desde manejo inadequado da fertilidade do solo, de pragas e doenças ou escolha de cultivares não adaptadas para o ambiente edafoclimático, podem resultar em perdas de produtividade ou agravar perdas geradas por eventos meteorológicos adversos. Nesse contexto, é indispensável: utilizar sempre tecnologia de produção adequada para a condição edafoclimática local; controlar efetivamente as plantas daninhas durante o cultivo; adotar práticas de controle de pragas e doenças; e correção físico-química do solo (fertilidade e descompactação dos solos);

Considerou-se apto para o cultivo do arroz irrigado tropical os municípios em que o RRel foi maior ou igual a 60% do REF na frequência dos anos.

2. TIPO DE SOLO APTO AO CULTIVO

Nesse estudo considerou-se somente o solo hidromórfico, caracterizado por apresentar lençol freático próximo à superfície durante a maior parte do tempo e estar situado em áreas de relevo plano, que reune as condições exigidas pela cultura.

Não são indicadas para o cultivo as áreas de preservação permanente, de acordo com a Lei 12.651, de 25 de maio de 2012.

3. TABELA DE PERÍODOS DE SEMEADURA

Períodos	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
Datas	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 28	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 30
Meses	Janeiro			Fevereiro			Março			Abril		

Períodos	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24
Datas	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 30	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 31
Meses	Maio			Junho			Julho			Agosto		

Períodos	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36
Datas	1º a 10	11 a 20	21 a 30	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 30	1º a 10	11 a 20	21 a 31
Meses	Setembro			Outubro			Novembro			Dezembro		

4. CULTIVARES INDICADAS

Ficam indicadas no Zoneamento Agrícola de Risco Climático, as cultivares de arroz, recomendadas para o plantio em sistema de irrigação por inundação, registradas no Registro Nacional de Cultivares (RNC) do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, atendidas as indicações das regiões de adaptação, em conformidade com as recomendações dos respectivos obtentores/mantenedores.

Notas:

1) Informações específicas sobre as cultivares indicadas devem ser obtidas junto aos respectivos obtentores/mantenedores.

2) Devem ser utilizadas no plantio sementes produzidas em conformidade com a legislação brasileira sobre sementes e mudas (Lei nº 10.711, de 5 de agosto de 2003, e Decreto nº 5.153, de 23 de agosto de 2004).

5. RELAÇÃO DOS MUNICÍPIOS APTOS AO CULTIVO E PERÍODOS INDICADOS PARA SEMEADURA

MUNICÍPIOS	PERÍODOS DE SEMEADURAS PARA CULTIVARES DO GRUPO I								
	SOLO 1			SOLO 2			SOLO 3		
	RISCO DE 20%	RISCO DE 30%	RISCO DE 40%	RISCO DE 20%	RISCO DE 30%	RISCO DE 40%	RISCO DE 20%	RISCO DE 30%	RISCO DE 40%
Alto Alegre	22 a 36			22 a 36			22 a 36		

Amajari	22 a 36			22 a 36			22 a 36		
Boa Vista	22 a 36			22 a 36			22 a 36		
Bonfim	22 a 36			22 a 36			22 a 36		
Cantá	22 a 36			22 a 36			22 a 36		
Caracaraí	22 a 36			22 a 36			22 a 36		
Caroebe	22 a 36			22 a 36			22 a 36		
Iracema	22 a 36			22 a 36			22 a 36		
Mucajaí	22 a 36			22 a 36			22 a 36		
Normandia	22 a 36			22 a 36			22 a 36		
Pacaraima	22 a 36			22 a 36			22 a 36		
Rorainópolis	22 a 36			22 a 36			22 a 36		
São João Da Baliza	22 a 36			22 a 36			22 a 36		
São Luiz	22 a 36			22 a 36			22 a 36		
Uiramutã	22 a 36			22 a 36			22 a 36		

PORTARIA Nº 393, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2020

O SECRETÁRIO DE POLÍTICA AGRÍCOLA, no uso de suas atribuições e competências estabelecidas pelo Decreto nº 10.253, de 20 de fevereiro de 2020, e observado, no que couber, o contido no Decreto nº 9.841 de 18 de junho de 2019 e nas Instruções Normativas nº 2, de 9 de outubro de 2008, publicada no Diário Oficial da União de 13 de outubro de 2008, da Secretaria de Política Agrícola, e nº 16, de 9 de abril de 2018, publicada no Diário Oficial da União de 12 de abril de 2018, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, resolve:

Art. 1º Aprovar o Zoneamento Agrícola de Risco Climático para a cultura de arroz irrigado tropical no Estado de Tocantins conforme anexo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CÉSAR HANNA HALUM

ANEXO

1. NOTA TÉCNICA

No Brasil, o arroz (Oryza sativa L.) irrigado por inundação é produzido do Rio Grande do Sul a Roraima. Basicamente, a produção de arroz irrigado por inundação é dividida em dois ambientes, subtropical e tropical.

As principais limitações abióticas para a produção do arroz irrigado tropical são a disponibilidade de radiação solar e altas temperaturas. Ambos fatores meteorológicos são os que mais influenciam o potencial produtivo da cultura do arroz.

As faixas de temperaturas prejudiciais variam de acordo com o estádio fenológico da planta, sendo que as faixas de temperaturas ótimas variam de 20 a 35°C para a germinação, de 30 a 33°C para a floração e de 20 a 25°C para a maturação. Temperaturas superiores a 35°C podem ser prejudiciais a cultura chegando a causar esterilidade das espiguetas. Já, a radiação solar impacta especialmente nas fases reprodutiva (da diferenciação da panícula à floração; quando um aporte de radiação abaixo do ideal afeta o número de grãos por panícula), e de maturação (da floração à maturação fisiológica do grão; baixa incidência reduz o enchimento e o peso ideal dos grãos).

Estudos realizados no Sul e no Centro Oeste do Brasil mostraram que as maiores produtividades são obtidas com níveis crescentes de radiação solar, sendo observada uma correlação linear entre produtividade e acúmulo de radiação solar no ciclo da cultura. Basicamente, regiões com latitudes próxima ao equador apresentam um menor potencial produtivo, devido ao menor acúmulo de radiação solar fotossinteticamente ativa durante o período reprodutivo e enchimento de grãos. Nessas fases a demanda por carboidratos é alta devido à formação e enchimento das espiguetas que atuam como drenos e, quando há menor acúmulo desse fator, o declínio na produtividade é observado. Aportes menores de radiação solar durante o período reprodutivo impactam substancialmente o número e o peso das espiguetas, como consequência afeta a produtividade.

Em função do exposto, deduz-se que a época de semeadura é uma das práticas de manejo que desempenha papel de destaque na redução do risco climático pelo fato de aumentar as chances de que as fases críticas da planta escapem dos elementos climáticos adversos e coincidam com os favoráveis.

Nesse estudo foi utilizado o modelo de simulação do desenvolvimento, crescimento e produtividade da cultura do arroz denominado ORYZA. Resultados obtidos com esse modelo indicam que ele é capaz de simular, com níveis relativamente altos de acurácia, a produtividade das principais cultivares de arroz irrigado utilizadas nas distintas regiões produtoras do Brasil. De maneira simplificada, o modelo utiliza uma série de módulos (processos) para simular o desenvolvimento, crescimento e produtividade da planta de arroz. Para isso são considerados fatores relacionados ao solo, clima, cultivar ("características genéticas") e manejo da cultura. O modelo utiliza como dados de entrada a temperatura mínima e máxima diária, radiação solar global diária e precipitação diária.

Objetivou-se, com o Zoneamento Agrícola de Risco Climático (ZARC), identificar os municípios aptos e os períodos de semeadura com menor risco climático para o cultivo do arroz irrigado por inundação em três níveis de risco: 20%, 30%, 40%.

Essa identificação foi realizada com a aplicação do modelo de simulação do crescimento, desenvolvimento e rendimento da cultura do arroz, ORYZAv3 (https://sites.google.com/a/irri.org/oryza2000/about-oryza-version-3), para avaliar a resposta da cultura às condições climáticas da região de estudo.

Por se tratar de um modelo agroclimático, parte-se do pressuposto que não ocorrerão limitações quanto à fertilidade dos solos e danos às plantas devido à ocorrência de pragas e doenças.

Para delimitação das áreas aptas ao cultivo do arroz irrigado por inundação, em condições de baixo risco, destaca-se os seguintes aspectos:

- A parametrização do modelo ORYZAv3 é o processo de derivar coeficientes específicos de um cultivar por meio de dados observados em experimentos de campo. Nesse estudo, parametrizamos o modelo ORYZAv3 para a cultivar BRS Catiana. Essa cultivar foi desenvolvida pela Embrapa para ser cultivada na região tropical. Nos trópicos, devido a menor amplitude e maior temperatura média ambiente, há basicamente o ciclo médio.

- Foram feitas simulações com datas de semeadura para o período de 1º de setembro até 31 de dezembro, com intervalo decendial, para 1 grupo de cultivar onde predomina-se o ciclo médio.

- Para a determinação do risco climático, os rendimentos simulados pelo modelo ORYZAv3 para cada ponto, data de semeadura e ano, denominados nesse estudo como Rendimento Relativo (RRel), foram normalizados. Para o calculo da normalização, dividiu-se o RRel pelo Rendimento de Referência (REF). O REF representa o valor do percentil 0.90 (90%) do RRel, que nesse estudo foi de 12.336 kg/ha.

- Nesse estudo definiu-se como condição adversa ou de produtividade insuficiente os anos safra que resultassem em RRel inferior a 70% do rendimento de referência (REF).

- Considerou-de o risco de ocorrência de temperaturas muito baixas e deletérias à cultura, por meio da probabilidade de ocorrência de temperatura mínima menor ou igual a 7°C observadas no abrigo meteorológico;

A gestão de riscos de natureza climática, na cultura do arroz tropical irrigado por inundação, pode ser melhorada pela assistência técnica local, via a diluição de riscos, quando são associadas, ao calendário de semeadura preconizado nas Portarias de Zarc, práticas de manejo de cultivos que contemplem a rotação de culturas, o escalonamento de épocas de semeadura e a diversificação de cultivares (com ciclos diferentes) em uma mesma propriedade rural.

O Zarc, além de ser uma ferramenta de gestão de riscos na agricultura, para maior efetividade de resultados, também deve atuar como indutor de tecnologia de produção. Nesse sentido, especial atenção deve ser dada aos seguintes tópicos:

a. É necessário garantir a disponibilidade de água para irrigação por inundação durante todo o ciclo da cultura;

b. A metodologia empregada ainda não considera os efeitos deletérios da precipitação na época da colheita.

c. Os resultados de Zarc são gerados presumindo-se um manejo agronômico adequado para o desenvolvimento, crescimento e produtividade de cada cultura, em função da disponibilidade de recursos do ambiente em cada local. Falhas ou deficiências de diversos tipos, desde manejo inadequado da fertilidade do solo, de pragas e doenças ou escolha de cultivares não adaptadas para o ambiente edafoclimático, podem resultar em perdas de produtividade ou agravar perdas geradas por eventos meteorológicos adversos. Nesse contexto, é indispensável: utilizar sempre tecnologia de produção adequada para a condição edafoclimática local; controlar efetivamente as plantas daninhas durante o cultivo; adotar práticas de controle de pragas e doenças; e correção físico-química do solo (fertilidade e descompactação dos solos);

Considerou-se apto para o cultivo do arroz irrigado tropical os municípios em que o RRel foi maior ou igual a 70% do REF na frequência dos anos.

2. TIPO DE SOLO APTO AO CULTIVO

Nesse estudo considerou-se somente o solo hidromórfico, caracterizado por apresentar lençol freático próximo à superfície durante a maior parte do tempo e estar situado em áreas de relevo plano, que reune as condições exigidas pela cultura.

Não são indicadas para o cultivo as áreas de preservação permanente, de acordo com a Lei 12.651, de 25 de maio de 2012.

3. TABELA DE PERÍODOS DE SEMEADURA

Períodos	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
Datas	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 28	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 30
Meses	Janeiro			Fevereiro			Março			Abril		

Períodos	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24
Datas	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 30	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 31
Meses	Maio			Junho			Julho			Agosto		

Períodos	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36
Datas	1º a 10	11 a 20	21 a 30	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 30	1º a 10	11 a 20	21 a 31
Meses	Setembro			Outubro			Novembro			Dezembro		

4. CULTIVARES INDICADAS

Ficam indicadas no Zoneamento Agrícola de Risco Climático, as cultivares de arroz, recomendadas para o plantio em sistema de irrigação por inundação, registradas no Registro Nacional de Cultivares (RNC) do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, atendidas as indicações das regiões de adaptação, em conformidade com as recomendações dos respectivos obtentores/mantenedores.

Notas:

1) Informações específicas sobre as cultivares indicadas devem ser obtidas junto aos respectivos obtentores/mantenedores.

2) Devem ser utilizadas no plantio sementes produzidas em conformidade com a legislação brasileira sobre sementes e mudas (Lei nº 10.711, de 5 de agosto de 2003, e Decreto nº 5.153, de 23 de agosto de 2004).

5. RELAÇÃO DOS MUNICÍPIOS APTOS AO CULTIVO E PERÍODOS INDICADOS PARA SEMEADURA

MUNICÍPIOS	PERÍODOS DE SEMEADURAS PARA CULTIVARES DO GRUPO I								
	SOLO 1			SOLO 2			SOLO 3		
	RISCO DE 20%	RISCO DE 30%	RISCO DE 40%	RISCO DE 20%	RISCO DE 30%	RISCO DE 40%	RISCO DE 20%	RISCO DE 30%	RISCO DE 40%
Abreulândia	22 a 24 + 34	25 a 33		22 a 24 + 34	25 a 33		22 a 24 + 34	25 a 33	
Aguiarnópolis		22 a 24 + 30 a 34	29 + 35		22 a 24 + 30 a 34	29 + 35		22 a 24 + 30 a 34	29 + 35
Aliança Do Tocantins	22 a 34		35 a 36	22 a 34		35 a 36	22 a 34		35 a 36
Almas	22 a 6			22 a 6			22 a 6		
Alvorada	22 a 34	35	36 a 1	22 a 34	35	36 a 1	22 a 34	35	36 a 1
Ananás			22			22			22
Angico		22	23 + 31 a 34		22	23 + 31 a 34		22	23 + 31 a 34
Aparecida Do Rio Negro	22 a 35	36 a 1	2	22 a 35	36 a 1	2	22 a 35	36 a 1	2
Aragominas		22 a 23	30 a 34		22 a 23	30 a 34		22 a 23	30 a 34
Araguacema	22 a 23	24 a 34		22 a 23	24 a 34		22 a 23	24 a 34	
Araguaçu	22 a 34	35	36 a 1	22 a 34	35	36 a 1	22 a 34	35	36 a 1
Araguaína		22 a 23	24 + 29 a 34		22 a 23	24 + 29 a 34		22 a 23	24 + 29 a 34
Araguanã		22	23 + 31 a 34		22	23 + 31 a 34		22	23 + 31 a 34

Arapoema		22 a 23 + 30 a 33	24 a 29 + 34		22 a 23 + 30 a 33	24 a 29 + 34		22 a 23 + 30 a 33	24 a 29 + 34
Arraias	22 a 6			22 a 6			22 a 6		
Aurora Do Tocantins	22 a 6			22 a 6			22 a 6		
Axixá Do Tocantins			22			22			22
Babaçulândia	22	23 a 24 + 29 a 34	25 a 28 + 35	22	23 a 24 + 29 a 34	25 a 28 + 35	22	23 a 24 + 29 a 34	25 a 28 + 35
Bandeirantes Do Tocantins	22	23 a 24	25 a 34	22	23 a 24	25 a 34	22	23 a 24	25 a 34
Barra Do Ouro	22 a 25 + 29 a 35	26 a 28	36	22 a 25 + 29 a 35	26 a 28	36	22 a 25 + 29 a 35	26 a 28	36
Barrolândia	22 a 34		35	22 a 34		35	22 a 34		35
Bernardo Sayão		22 a 24 + 31	25 a 30 + 32 a 34		22 a 24 + 31	25 a 30 + 32 a 34		22 a 24 + 31	25 a 30 + 32 a 34
Bom Jesus Do Tocantins	22 a 36	1	2	22 a 36	1	2	22 a 36	1	2
Brasilândia Do Tocantins	22 a 23	24 + 29 a 34	25 a 28	22 a 23	24 + 29 a 34	25 a 28	22 a 23	24 + 29 a 34	25 a 28
Brejinho De Nazaré	22 a 34		35	22 a 34		35	22 a 34		35
Cachoeirinha			22			22			22
Campos Lindos	22 a 6			22 a 6			22 a 6		
Cariri Do Tocantins	22 a 34	35	36	22 a 34	35	36	22 a 34	35	36
Carmolândia		22 a 23	24 + 30 a 34		22 a 23	24 + 30 a 34		22 a 23	24 + 30 a 34
Caseara	22 a 23	24 a 25 + 31	26 a 30 + 32 a 34	22 a 23	24 a 25 + 31	26 a 30 + 32 a 34	22 a 23	24 a 25 + 31	26 a 30 + 32 a 34
Centenário	22 a 2		3 a 6	22 a 2		3 a 6	22 a 2		3 a 6
Chapada Da Natividade	22 a 36	1 a 2	3	22 a 36	1 a 2	3	22 a 36	1 a 2	3
Chapada De Areia	22 a 25 + 29 a 31	26 a 28 + 32 a 34		22 a 25 + 29 a 31	26 a 28 + 32 a 34		22 a 25 + 29 a 31	26 a 28 + 32 a 34	
Colinas Do Tocantins	22 a 23	24 + 29 a 31	25 a 28 + 32 a 34	22 a 23	24 + 29 a 31	25 a 28 + 32 a 34	22 a 23	24 + 29 a 31	25 a 28 + 32 a 34
Colméia	22 a 24 + 30 + 34	25 a 29 + 31 a 33	35	22 a 24 + 30 + 34	25 a 29 + 31 a 33	35	22 a 24 + 30 + 34	25 a 29 + 31 a 33	35
Combinado	22 a 6			22 a 6			22 a 6		
Conceição Do Tocantins	22 a 6			22 a 6			22 a 6		
Couto Magalhães	22 a 23	24 + 29 a 33	25 a 28 + 34	22 a 23	24 + 29 a 33	25 a 28 + 34	22 a 23	24 + 29 a 33	25 a 28 + 34
Cristalândia	22 a 25 + 29 a 33	26 a 28 + 34		22 a 25 + 29 a 33	26 a 28 + 34		22 a 25 + 29 a 33	26 a 28 + 34	
Crixás Do Tocantins	22 a 34		35 a 36	22 a 34		35 a 36	22 a 34		35 a 36
Darcinópolis	22	23 a 24 + 29 a 34	25 a 28 + 35	22	23 a 24 + 29 a 34	25 a 28 + 35	22	23 a 24 + 29 a 34	25 a 28 + 35
Dianópolis	22 a 6			22 a 6			22 a 6		
Divinópolis Do Tocantins	22 a 24 + 29	25 a 28 + 30 a 34		22 a 24 + 29	25 a 28 + 30 a 34		22 a 24 + 29	25 a 28 + 30 a 34	
Dois Irmãos Do Tocantins	22 a 24 + 30 + 34	25 a 29 + 31 a 33	35	22 a 24 + 30 + 34	25 a 29 + 31 a 33	35	22 a 24 + 30 + 34	25 a 29 + 31 a 33	35
Dueré	22 a 34		35 a 36	22 a 34		35 a 36	22 a 34		35 a 36
Fátima	22 a 34		35	22 a 34		35	22 a 34		35
Figueirópolis	22 a 34	35	36 a 1	22 a 34	35	36 a 1	22 a 34	35	36 a 1
Filadélfia	22 a 24 + 30 a 34	25 a 29	35	22 a 24 + 30 a 34	25 a 29	35	22 a 24 + 30 a 34	25 a 29	35
Formoso Do Araguaia	22 a 34		35 a 36	22 a 34		35 a 36	22 a 34		35 a 36
Fortaleza Do Tabocão	22 a 34	35		22 a 34	35		22 a 34	35	
Goianorte	22 a 24	25 a 34	35	22 a 24	25 a 34	35	22 a 24	25 a 34	35
Goiatins	22 a 35	36 a 2		22 a 35	36 a 2		22 a 35	36 a 2	
Guaraí	22 a 24 + 28 a 34	25 a 27 + 35		22 a 24 + 28 a 34	25 a 27 + 35		22 a 24 + 28 a 34	25 a 27 + 35	
Gurupi	22 a 34	35	36	22 a 34	35	36	22 a 34	35	36
Ipueiras	22 a 34	35	36	22 a 34	35	36	22 a 34	35	36
Itacajá	22 a 35	36 a 2		22 a 35	36 a 2		22 a 35	36 a 2	
Itaguatins			22 a 23 + 31			22 a 23 + 31			22 a 23 + 31
Itapiratins	22 a 25 + 29 a 34	26 a 28 + 35		22 a 25 + 29 a 34	26 a 28 + 35		22 a 25 + 29 a 34	26 a 28 + 35	
Itaporã Do Tocantins	22 a 23	24 a 34	35	22 a 23	24 a 34	35	22 a 23	24 a 34	35
Jaú Do Tocantins	22 a 35	36 a 1	2	22 a 35	36 a 1	2	22 a 35	36 a 1	2
Juarina		22 a 24 + 31	25 a 30 + 32 a 34		22 a 24 + 31	25 a 30 + 32 a 34		22 a 24 + 31	25 a 30 + 32 a 34
Lagoa Da Confusão	22 a 27 + 31	28 a 30 + 32 a 34	35	22 a 27 + 31	28 a 30 + 32 a 34	35	22 a 27 + 31	28 a 30 + 32 a 34	35
Lagoa Do Tocantins	22 a 2	3 + 6	4 a 5	22 a 2	3 + 6	4 a 5	22 a 2	3 + 6	4 a 5
Lajeado	22 a 35		36 a 1	22 a 35		36 a 1	22 a 35		36 a 1
Lavandeira	22 a 6			22 a 6			22 a 6		
Lizarda	22 a 6			22 a 6			22 a 6		
Luzinópolis			22 a 23 + 31 a 32			22 a 23 + 31 a 32			22 a 23 + 31 a 32
Marianópolis Do Tocantins	22 a 24	25 a 31	32 a 34	22 a 24	25 a 31	32 a 34	22 a 24	25 a 31	32 a 34
Mateiros	22 a 6			22 a 6			22 a 6		
Maurilândia Do Tocantins			22 a 23 + 31 a 34			22 a 23 + 31 a 34			22 a 23 + 31 a 34
Miracema Do Tocantins	22 a 34	35	36	22 a 34	35	36	22 a 34	35	36
Miranorte	22 a 34	35		22 a 34	35		22 a 34	35	
Monte Do Carmo	22 a 35	36	1 a 2	22 a 35	36	1 a 2	22 a 35	36	1 a 2
Monte Santo Do Tocantins	22 a 34		35	22 a 34		35	22 a 34		35
Muricilândia		22 a 23	30 a 34		22 a 23	30 a 34		22 a 23	30 a 34
Natividade	22 a 3	4 a 6		22 a 3	4 a 6		22 a 3	4 a 6	
Nazaré		22	23 + 30 a 34		22	23 + 30 a 34		22	23 + 30 a 34
Nova Olinda	22	23 a 24 + 30 a 34	25 a 29	22	23 a 24 + 30 a 34	25 a 29	22	23 a 24 + 30 a 34	25 a 29
Nova Rosalândia	22 a 33	34		22 a 33	34		22 a 33	34	
Novo Acordo	22 a 6			22 a 6			22 a 6		
Novo Alegre	22 a 6			22 a 6			22 a 6		
Novo Jardim	22 a 6			22 a 6			22 a 6		
Oliveira De Fátima	22 a 33	34		22 a 33	34		22 a 33	34	
Palmas	22 a 35	36	1	22 a 35	36	1	22 a 35	36	1
Palmeirante	22 a 23	24 + 29 a 34	25 a 28 + 35	22 a 23	24 + 29 a 34	25 a 28 + 35	22 a 23	24 + 29 a 34	25 a 28 + 35
Palmeiras Do Tocantins		22 a 24 + 30 a 34	29 + 35		22 a 24 + 30 a 34	29 + 35		22 a 24 + 30 a 34	29 + 35
Palmeirópolis	22 a 35	36 a 2	3 a 6	22 a 35	36 a 2	3 a 6	22 a 35	36 a 2	3 a 6
Paraíso Do Tocantins	22 a 34		35	22 a 34		35	22 a 34		35
Paranã	22 a 6			22 a 6			22 a 6		
Pau D'Arco		22 a 23 + 30 a 34	24 + 29 + 35		22 a 23 + 30 a 34	24 + 29 + 35		22 a 23 + 30 a 34	24 + 29 + 35
Pedro Afonso	22 a 35	36 a 1	2	22 a 35	36 a 1	2	22 a 35	36 a 1	2
Peixe	22 a 34	35 a 1		22 a 34	35 a 1		22 a 34	35 a 1	
Pequizeiro	22 a 23	24 + 29 a 34	25 a 28	22 a 23	24 + 29 a 34	25 a 28	22 a 23	24 + 29 a 34	25 a 28
Pindorama Do Tocantins	22 a 6			22 a 6			22 a 6		
Piraquê		22 a 23	31 a 34		22 a 23	31 a 34		22 a 23	31 a 34
Pium	22 a 24	25 a 32	33 a 34	22 a 24	25 a 32	33 a 34	22 a 24	25 a 32	33 a 34
Ponte Alta Do Bom Jesus	22 a 6			22 a 6			22 a 6		
Ponte Alta Do Tocantins	22 a 6			22 a 6			22 a 6		

Porto Alegre Do Tocantins	22 a 6			22 a 6			22 a 6		
Porto Nacional	22 a 34	35		22 a 34	35		22 a 34	35	
Praia Norte			22			22			22
Presidente Kennedy	22 a 24	25 a 34	35	22 a 24	25 a 34	35	22 a 24	25 a 34	35
Pugmil	22 a 33	34		22 a 33	34		22 a 33	34	
Recursolândia	22 a 2	3 a 6		22 a 2	3 a 6		22 a 2	3 a 6	
Riachinho			22 a 23 + 32			22 a 23 + 32			22 a 23 + 32
Rio Da Conceição	22 a 6			22 a 6			22 a 6		
Rio Dos Bois	22 a 34	35	36	22 a 34	35	36	22 a 34	35	36
Rio Sono	6 + 22 a 2	3 a 5		6 + 22 a 2	3 a 5		6 + 22 a 2	3 a 5	
Sandolândia	22 a 34		35 a 36	22 a 34		35 a 36	22 a 34		35 a 36
Santa Fé Do Araguaia		22 a 23	30 a 35		22 a 23	30 a 35		22 a 23	30 a 35
Santa Maria Do Tocantins	22 a 35	36 a 1	2	22 a 35	36 a 1	2	22 a 35	36 a 1	2
Santa Rita Do Tocantins	22 a 34		35	22 a 34		35	22 a 34		35
Santa Rosa Do Tocantins	22 a 35	36 a 1	2	22 a 35	36 a 1	2	22 a 35	36 a 1	2
Santa Tereza Do Tocantins	22 a 1	2		22 a 1	2		22 a 1	2	
Santa Terezinha Do Tocantins		22 a 23	24 + 30 a 34		22 a 23	24 + 30 a 34		22 a 23	24 + 30 a 34
São Bento Do Tocantins			22			22			22
São Félix Do Tocantins	22 a 6			22 a 6			22 a 6		
São Miguel Do Tocantins			22			22			22
São Salvador Do Tocantins	22 a 35	36 a 2		22 a 35	36 a 2		22 a 35	36 a 2	
São Valério	22 a 35	36 a 2		22 a 35	36 a 2		22 a 35	36 a 2	
Silvanópolis	22 a 35	36 a 2		22 a 35	36 a 2		22 a 35	36 a 2	
Sítio Novo Do Tocantins			22			22			22
Sucupira	22 a 34	35	36 a 1	22 a 34	35	36 a 1	22 a 34	35	36 a 1
Taguatinga	22 a 6			22 a 6			22 a 6		
Taipas Do Tocantins	22 a 6			22 a 6			22 a 6		
Talismã	22 a 34	35 a 1		22 a 34	35 a 1		22 a 34	35 a 1	
Tocantínia	22 a 35	36 a 1	2	22 a 35	36 a 1	2	22 a 35	36 a 1	2
Tocantinópolis		22 a 23 + 31 a 34	24 + 30 + 35		22 a 23 + 31 a 34	24 + 30 + 35		22 a 23 + 31 a 34	24 + 30 + 35
Tupirama	22 a 34	35	36	22 a 34	35	36	22 a 34	35	36
Tupiratins	22 a 24 + 30	25 a 29 + 31 a 34	35	22 a 24 + 30	25 a 29 + 31 a 34	35	22 a 24 + 30	25 a 29 + 31 a 34	35
Wanderlândia		22 a 23 + 31 a 34	24 + 29 a 30		22 a 23 + 31 a 34	24 + 29 a 30		22 a 23 + 31 a 34	24 + 29 a 30
Xambioá			22 + 32			22 + 32			22 + 32

PORTARIA Nº 394, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2020

O SECRETÁRIO DE POLÍTICA AGRÍCOLA, no uso de suas atribuições e competências estabelecidas pelo Decreto nº 10.253, de 20 de fevereiro de 2020, e observado, no que couber, o contido no Decreto nº 9.841 de 18 de junho de 2019 e nas Instruções Normativas nº 2, de 9 de outubro de 2008, publicada no Diário Oficial da União de 13 de outubro de 2008, da Secretaria de Política Agrícola, e nº 16, de 9 de abril de 2018, publicada no Diário Oficial da União de 12 de abril de 2018, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, resolve:

Art. 1º Aprovar o Zoneamento Agrícola de Risco Climático para a cultura de arroz irrigado tropical no Estado do Espírito Santo conforme anexo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CÉSAR HANNA HALUM

ANEXO

1. NOTA TÉCNICA

No Brasil, o arroz (Oryza sativa L.) irrigado por inundação é produzido do Rio Grande do Sul a Roraima. Basicamente, a produção de arroz irrigado por inundação é dividida em dois ambientes, subtropical e tropical.

As principais limitações abióticas para a produção do arroz irrigado tropical são a disponibilidade de radiação solar e altas temperaturas. Ambos fatores meteorológicos são os que mais influenciam o potencial produtivo da cultura do arroz.

As faixas de temperaturas prejudiciais variam de acordo com o estádio fenológico da planta, sendo que as faixas de temperaturas ótimas variam de 20 a 35°C para a germinação, de 30 a 33°C para a floração e de 20 a 25°C para a maturação. Temperaturas superiores a 35°C podem ser prejudiciais a cultura chegando a causar esterilidade das espiguetas. Já, a radiação solar impacta especialmente nas fases reprodutiva (da diferenciação da panícula à floração; quando um aporte de radiação abaixo do ideal afeta o número de grãos por panícula), e de maturação (da floração à maturação fisiológica do grão; baixa incidência reduz o enchimento e o peso ideal dos grãos).

Estudos realizados no Sul e no Centro Oeste do Brasil mostraram que as maiores produtividades são obtidas com níveis crescentes de radiação solar, sendo observada uma correlação linear entre produtividade e acúmulo de radiação solar no ciclo da cultura. Basicamente, regiões com latitudes próxima ao equador apresentam um menor potencial produtivo, devido ao menor acúmulo de radiação solar fotossinteticamente ativa durante o período reprodutivo e enchimento de grãos. Nessas fases a demanda por carboidratos é alta devido à formação e enchimento das espiguetas que atuam como drenos e, quando há menor acúmulo desse fator, o declínio na produtividade é observado. Aportes menores de radiação solar durante o período reprodutivo impactam substancialmente o número e o peso das espiguetas, como consequência afeta a produtividade.

Em função do exposto, deduz-se que a época de semeadura é uma das práticas de manejo que desempenha papel de destaque na redução do risco climático pelo fato de aumentar as chances de que as fases críticas da planta escapem dos elementos climáticos adversos e coincidam com os favoráveis.

Nesse estudo foi utilizado o modelo de simulação do desenvolvimento, crescimento e produtividade da cultura do arroz denominado ORYZA. Resultados obtidos com esse modelo indicam que ele é capaz de simular, com níveis relativamente altos de acurácia, a produtividade das principais cultivares de arroz irrigado utilizadas nas distintas regiões produtoras do Brasil. De maneira simplificada, o modelo utiliza uma série de módulos (processos) para simular o desenvolvimento, crescimento e produtividade da planta de arroz. Para isso são considerados fatores relacionados ao solo, clima, cultivar ("características genéticas") e manejo da cultura. O modelo utiliza como dados de entrada a temperatura mínima e máxima diária, radiação solar global diária e precipitação diária.

Objetivou-se, com o Zoneamento Agrícola de Risco Climático (ZARC), identificar os municípios aptos e os períodos de semeadura com menor risco climático para o cultivo do arroz irrigado por inundação em três níveis de risco: 20%, 30%, 40%.

Essa identificação foi realizada com a aplicação do modelo de simulação do crescimento, desenvolvimento e rendimento da cultura do arroz, ORYZAv3 (https://sites.google.com/a/irri.org/oryza2000/about-oryza-version-3), para avaliar a resposta da cultura às condições climáticas da região de estudo.

Por se tratar de um modelo agroclimático, parte-se do pressuposto que não ocorrerão limitações quanto à fertilidade dos solos e danos às plantas devido à ocorrência de pragas e doenças.

Para delimitação das áreas aptas ao cultivo do arroz irrigado por inundação, em condições de baixo risco, destaca-se os seguintes aspectos:

- A parametrização do modelo ORYZAv3 é o processo de derivar coeficientes específicos de um cultivar por meio de dados observados em experimentos de campo. Nesse estudo, parametrizamos o modelo ORYZAv3 para a cultivar BRS Catiana. Essa cultivar foi desenvolvida pela Embrapa para ser cultivada na região tropical. Nos trópicos, devido a menor amplitude e maior temperatura média ambiente, há basicamente o ciclo médio.

- Foram feitas simulações com datas de semeadura para o período de 1º de setembro até 31 de dezembro, com intervalo decendial, para 1 grupo de cultivar onde predomina-se o ciclo médio.

- Para a determinação do risco climático, os rendimentos simulados pelo modelo ORYZAv3 para cada ponto, data de semeadura e ano, denominados nesse estudo como Rendimento Relativo (RRel), foram normalizados. Para o calculo da normalização, dividiu-se o RRel pelo Rendimento de Referência (REF). O REF representa o valor do percentil 0.90 (90%) do RRel, que nesse estudo foi de 12.336 kg/ha.

- Nesse estudo definiu-se como condição adversa ou de produtividade insuficiente os anos safra que resultassem em RRel inferior a 70% do rendimento de referência (REF).

- Considerou-de o risco de ocorrência de temperaturas muito baixas e deletérias à cultura, por meio da probabilidade de ocorrência de temperatura mínima menor ou igual a 7°C observadas no abrigo meteorológico;

A gestão de riscos de natureza climática, na cultura do arroz tropical irrigado por inundação, pode ser melhorada pela assistência técnica local, via a diluição de riscos, quando são associadas, ao calendário de semeadura preconizado nas Portarias de Zarc, práticas de manejo de cultivos que contemplem a rotação de culturas, o escalonamento de épocas de semeadura e a diversificação de cultivares (com ciclos diferentes) em uma mesma propriedade rural.

O Zarc, além de ser uma ferramenta de gestão de riscos na agricultura, para maior efetividade de resultados, também deve atuar como indutor de tecnologia de produção. Nesse sentido, especial atenção deve ser dada aos seguintes tópicos:

a. É necessário garantir a disponibilidade de água para irrigação por inundação durante todo o ciclo da cultura;

b. A metodologia empregada ainda não considera os efeitos deletérios da precipitação na época da colheita.

c. Os resultados de Zarc são gerados presumindo-se um manejo agronômico adequado para o desenvolvimento, crescimento e produtividade de cada cultura, em função da disponibilidade de recursos do ambiente em cada local. Falhas ou deficiências de diversos tipos, desde manejo inadequado da fertilidade do solo, de pragas e doenças ou escolha de cultivares não adaptadas para o ambiente edafoclimático, podem resultar em perdas de produtividade ou agravar perdas geradas por eventos meteorológicos adversos. Nesse contexto, é indispensável: utilizar sempre tecnologia de produção adequada para a condição edafoclimática local; controlar efetivamente as plantas daninhas durante o cultivo; adotar práticas de controle de pragas e doenças; e correção físico-química do solo (fertilidade e descompactação dos solos);

Considerou-se apto para o cultivo do arroz irrigado tropical os municípios em que o RRel foi maior ou igual a 70% do REF na frequência dos anos.

2. TIPO DE SOLO APTO AO CULTIVO

Nesse estudo considerou-se somente o solo hidromórfico, caracterizado por apresentar lençol freático próximo à superfície durante a maior parte do tempo e estar situado em áreas de relevo plano, que reune as condições exigidas pela cultura.

Não são indicadas para o cultivo as áreas de preservação permanente, de acordo com a Lei 12.651, de 25 de maio de 2012.

3. TABELA DE PERÍODOS DE SEMEADURA

Períodos	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
Datas	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 28	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 30
Meses	Janeiro			Fevereiro			Março			Abril		

Períodos	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24
Datas	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 30	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 31
Meses	Maio			Junho			Julho			Agosto		

Períodos	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36
Datas	1º a 10	11 a 20	21 a 30	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 30	1º a 10	11 a 20	21 a 31
Meses	Setembro			Outubro			Novembro			Dezembro		

4. CULTIVARES INDICADAS

Ficam indicadas no Zoneamento Agrícola de Risco Climático, as cultivares de arroz, recomendadas para o plantio em sistema de irrigação por inundação, registradas no Registro Nacional de Cultivares (RNC) do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, atendidas as indicações das regiões de adaptação, em conformidade com as recomendações dos respectivos obtentores/mantenedores.

Notas:

1) Informações específicas sobre as cultivares indicadas devem ser obtidas junto aos respectivos obtentores/mantenedores.

2) Devem ser utilizadas no plantio sementes produzidas em conformidade com a legislação brasileira sobre sementes e mudas (Lei nº 10.711, de 5 de agosto de 2003, e Decreto nº 5.153, de 23 de agosto de 2004).

5. RELAÇÃO DOS MUNICÍPIOS APTOS AO CULTIVO E PERÍODOS INDICADOS PARA SEMEADURA

MUNICÍPIOS	PERÍODOS DE SEMEADURAS PARA CULTIVARES DO GRUPO I								
	SOLO 1			SOLO 2			SOLO 3		
	RISCO DE 20%	RISCO DE 30%	RISCO DE 40%	RISCO DE 20%	RISCO DE 30%	RISCO DE 40%	RISCO DE 20%	RISCO DE 30%	RISCO DE 40%
Afonso Cláudio	9 a 3	8	4 a 7	9 a 3	8	4 a 7	9 a 3	8	4 a 7
Água Doce Do Norte	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Águia Branca	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Alegre	13 a 3	12		13 a 3	12		13 a 3	12	
Alfredo Chaves	11 a 3	8 a 10	4 a 7	11 a 3	8 a 10	4 a 7	11 a 3	8 a 10	4 a 7
Alto Rio Novo	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Anchieta	11 a 2	8 a 10 + 3		11 a 2	8 a 10 + 3		11 a 2	8 a 10 + 3	
Apiacá	13 a 3	12		13 a 3	12		13 a 3	12	
Aracruz	8 a 3	4 a 7		8 a 3	4 a 7		8 a 3	4 a 7	
Atilio Vivacqua	12 a 3		10 a 11	12 a 3		10 a 11	12 a 3		10 a 11
Baixo Guandu	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Barra De São Francisco	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Boa Esperança	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Bom Jesus Do Norte	13 a 3	12		13 a 3	12		13 a 3	12	
Brejetuba	11 a 3	8 a 10	4 a 7	11 a 3	8 a 10	4 a 7	11 a 3	8 a 10	4 a 7
Cachoeiro De Itapemirim	12 a 3	11	10	12 a 3	11	10	12 a 3	11	10
Cariacica	9 a 3	8	4 a 7	9 a 3	8	4 a 7	9 a 3	8	4 a 7
Castelo	12 a 3	10 a 11	9	12 a 3	10 a 11	9	12 a 3	10 a 11	9
Colatina	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Conceição Da Barra	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Conceição Do Castelo	11 a 3	10	4 a 9	11 a 3	10	4 a 9	11 a 3	10	4 a 9
Divino De São Lourenço	13 a 3	12	4 a 5	13 a 3	12	4 a 5	13 a 3	12	4 a 5
Domingos Martins	10 a 3	8 a 9	4 a 7	10 a 3	8 a 9	4 a 7	10 a 3	8 a 9	4 a 7
Dores Do Rio Preto	13 a 3	12	4 a 5	13 a 3	12	4 a 5	13 a 3	12	4 a 5
Ecoporanga	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Fundão	8 a 3	7	4 a 6	8 a 3	7	4 a 6	8 a 3	7	4 a 6
Governador Lindenberg	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Guaçuí	13 a 3	12		13 a 3	12		13 a 3	12	
Guarapari	9 a 2	8 + 3	4 a 7	9 a 2	8 + 3	4 a 7	9 a 2	8 + 3	4 a 7
Ibatiba	12 a 3	11	10 + 4 a 5	12 a 3	11	10 + 4 a 5	12 a 3	11	10 + 4 a 5
Ibiraçu	8 a 3	7	4 a 6	8 a 3	7	4 a 6	8 a 3	7	4 a 6
Ibitirama	13 a 3	12	4 a 5	13 a 3	12	4 a 5	13 a 3	12	4 a 5
Iconha	12 a 2	10 a 11 + 3	8 a 9	12 a 2	10 a 11 + 3	8 a 9	12 a 2	10 a 11 + 3	8 a 9
Irupi	12 a 3		4 a 5 + 10 a 11	12 a 3		4 a 5 + 10 a 11	12 a 3		4 a 5 + 10 a 11
Itaguaçu	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Itapemirim	12 a 2	10 a 11 + 3	9	12 a 2	10 a 11 + 3	9	12 a 2	10 a 11 + 3	9
Itarana	8 a 3	7	4 a 6	8 a 3	7	4 a 6	8 a 3	7	4 a 6
Iúna	12 a 3		4 a 5 + 10 a 11	12 a 3		4 a 5 + 10 a 11	12 a 3		4 a 5 + 10 a 11
Jaguaré	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Jerônimo Monteiro	12 a 3			12 a 3			12 a 3		
João Neiva	8 a 3	4 a 7		8 a 3	4 a 7		8 a 3	4 a 7	
Laranja Da Terra	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Linhares	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Mantenópolis	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Marataízes	12 a 2	10 a 11 + 3	9	12 a 2	10 a 11 + 3	9	12 a 2	10 a 11 + 3	9
Marechal Floriano	11 a 3	8 a 10	4 a 7	11 a 3	8 a 10	4 a 7	11 a 3	8 a 10	4 a 7
Marilândia	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Mimoso Do Sul	13 a 3	12		13 a 3	12		13 a 3	12	
Montanha	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Mucurici	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Muniz Freire	12 a 3	11	10 + 4 a 5	12 a 3	11	10 + 4 a 5	12 a 3	11	10 + 4 a 5
Muqui	12 a 3			12 a 3			12 a 3		
Nova Venécia	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Pancas	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Pedro Canário	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Pinheiros	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Piúma	12 a 2	10 a 11 + 3	8 a 9	12 a 2	10 a 11 + 3	8 a 9	12 a 2	10 a 11 + 3	8 a 9
Ponto Belo	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Presidente Kennedy	12 a 2	11 + 3	10	12 a 2	11 + 3	10	12 a 2	11 + 3	10
Rio Bananal	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Rio Novo Do Sul	12 a 2	10 a 11 + 3	9	12 a 2	10 a 11 + 3	9	12 a 2	10 a 11 + 3	9
Santa Leopoldina	9 a 3	7 a 8	4 a 6	9 a 3	7 a 8	4 a 6	9 a 3	7 a 8	4 a 6
Santa Maria De Jetibá	9 a 3	8	4 a 7	9 a 3	8	4 a 7	9 a 3	8	4 a 7
Santa Teresa	8 a 3	7	4 a 6	8 a 3	7	4 a 6	8 a 3	7	4 a 6
São Domingos Do Norte	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
São Gabriel Da Palha	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
São José Do Calçado	13 a 3	12		13 a 3	12		13 a 3	12	
São Mateus	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
São Roque Do Canaã	7 a 3	4 a 6		7 a 3	4 a 6		7 a 3	4 a 6	
Serra	9 a 2	7 a 8 + 3	4 a 6	9 a 2	7 a 8 + 3	4 a 6	9 a 2	7 a 8 + 3	4 a 6
Sooretama	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Vargem Alta	12 a 3	10 a 11	8 a 9	12 a 3	10 a 11	8 a 9	12 a 3	10 a 11	8 a 9
Venda Nova Do Imigrante	11 a 3	10	4 a 9	11 a 3	10	4 a 9	11 a 3	10	4 a 9
Viana	9 a 2	8 + 3	4 a 7	9 a 2	8 + 3	4 a 7	9 a 2	8 + 3	4 a 7
Vila Pavão	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Vila Valério	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Vila Velha	9 a 2	8 + 3	4 a 7	9 a 2	8 + 3	4 a 7	9 a 2	8 + 3	4 a 7
Vitória	9 a 2	8 + 3	4 a 7	9 a 2	8 + 3	4 a 7	9 a 2	8 + 3	4 a 7

PORTARIA Nº 395, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2020

O SECRETÁRIO DE POLÍTICA AGRÍCOLA, no uso de suas atribuições e competências estabelecidas pelo Decreto nº 10.253, de 20 de fevereiro de 2020, e observado, no que couber, o contido no Decreto nº 9.841 de 18 de junho de 2019 e nas Instruções Normativas nº 2, de 9 de outubro de 2008, publicada no Diário Oficial da União de 13 de outubro de 2008, da Secretaria de Política Agrícola, e nº 16, de 9 de abril de 2018, publicada no Diário Oficial da União de 12 de abril de 2018, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, resolve:

Art. 1º Aprovar o Zoneamento Agrícola de Risco Climático para a cultura de arroz irrigado tropical no Estado de Minas Gerais conforme anexo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CÉSAR HANNA HALUM

ANEXO

1. NOTA TÉCNICA

No Brasil, o arroz (Oryza sativa L.) irrigado por inundação é produzido do Rio Grande do Sul a Roraima. Basicamente, a produção de arroz irrigado por inundação é dividida em dois ambientes, subtropical e tropical.

As principais limitações abióticas para a produção do arroz irrigado tropical são a disponibilidade de radiação solar e altas temperaturas. Ambos fatores meteorológicos são os que mais influenciam o potencial produtivo da cultura do arroz.

As faixas de temperaturas prejudiciais variam de acordo com o estádio fenológico da planta, sendo que as faixas de temperaturas ótimas variam de 20 a 35°C para a germinação, de 30 a 33°C para a floração e de 20 a 25°C para a maturação. Temperaturas superiores a 35°C podem ser prejudiciais a cultura chegando a causar esterilidade das espiguetas. Já, a radiação solar impacta especialmente nas fases reprodutiva (da diferenciação da panícula à floração; quando um aporte de radiação abaixo do ideal afeta o número de grãos por panícula), e de maturação (da floração à maturação fisiológica do grão; baixa incidência reduz o enchimento e o peso ideal dos grãos).

Estudos realizados no Sul e no Centro Oeste do Brasil mostraram que as maiores produtividades são obtidas com níveis crescentes de radiação solar, sendo observada uma correlação linear entre produtividade e acúmulo de radiação solar no ciclo da cultura. Basicamente, regiões com latitudes próxima ao equador apresentam um menor potencial produtivo, devido ao menor acúmulo de radiação solar fotossinteticamente ativa durante o período reprodutivo e enchimento de grãos. Nessas fases a demanda por carboidratos é alta devido à formação e enchimento das espiguetas que atuam como drenos e, quando há menor acúmulo desse fator, o declínio na produtividade é observado. Aportes menores de radiação solar durante o período reprodutivo impactam substancialmente o número e o peso das espiguetas, como consequência afeta a produtividade.

Em função do exposto, deduz-se que a época de semeadura é uma das práticas de manejo que desempenha papel de destaque na redução do risco climático pelo fato de aumentar as chances de que as fases críticas da planta escapem dos elementos climáticos adversos e coincidam com os favoráveis.

Nesse estudo foi utilizado o modelo de simulação do desenvolvimento, crescimento e produtividade da cultura do arroz denominado ORYZA. Resultados obtidos com esse modelo indicam que ele é capaz de simular, com níveis relativamente altos de acurácia, a produtividade das principais cultivares de arroz irrigado utilizadas nas distintas regiões produtoras do Brasil. De maneira simplificada, o modelo utiliza uma série de módulos (processos) para simular o desenvolvimento, crescimento e produtividade da planta de arroz. Para isso são considerados fatores relacionados ao solo, clima, cultivar ("características genéticas") e manejo da cultura. O modelo utiliza como dados de entrada a temperatura mínima e máxima diária, radiação solar global diária e precipitação diária.

Objetivou-se, com o Zoneamento Agrícola de Risco Climático (ZARC), identificar os municípios aptos e os períodos de semeadura com menor risco climático para o cultivo do arroz irrigado por inundação em três níveis de risco: 20%, 30%, 40%.

Essa identificação foi realizada com a aplicação do modelo de simulação do crescimento, desenvolvimento e rendimento da cultura do arroz, ORYZAv3 (https://sites.google.com/a/irri.org/oryza2000/about-oryza-version-3), para avaliar a resposta da cultura às condições climáticas da região de estudo.

Por se tratar de um modelo agroclimático, parte-se do pressuposto que não ocorrerão limitações quanto à fertilidade dos solos e danos às plantas devido à ocorrência de pragas e doenças.

Para delimitação das áreas aptas ao cultivo do arroz irrigado por inundação, em condições de baixo risco, destaca-se os seguintes aspectos:

- A parametrização do modelo ORYZAv3 é o processo de derivar coeficientes específicos de um cultivar por meio de dados observados em experimentos de campo. Nesse estudo, parametrizamos o modelo ORYZAv3 para a cultivar BRS Catiana. Essa cultivar foi desenvolvida pela Embrapa para ser cultivada na região tropical. Nos trópicos, devido a menor amplitude e maior temperatura média ambiente, há basicamente o ciclo médio.

- Foram feitas simulações com datas de semeadura para o período de 1º de setembro até 31 de dezembro, com intervalo decendial, para 1 grupo de cultivar onde predomina-se o ciclo médio.

- Para a determinação do risco climático, os rendimentos simulados pelo modelo ORYZAv3 para cada ponto, data de semeadura e ano, denominados nesse estudo como Rendimento Relativo (RRel), foram normalizados. Para o calculo da normalização, dividiu-se o RRel pelo Rendimento de Referência (REF). O REF representa o valor do percentil 0.90 (90%) do RRel, que nesse estudo foi de 12.336 kg/ha.

- Nesse estudo definiu-se como condição adversa ou de produtividade insuficiente os anos safra que resultassem em RRel inferior a 70% do rendimento de referência (REF).

- Considerou-de o risco de ocorrência de temperaturas muito baixas e deletérias à cultura, por meio da probabilidade de ocorrência de temperatura mínima menor ou igual a 7°C observadas no abrigo meteorológico;

A gestão de riscos de natureza climática, na cultura do arroz tropical irrigado por inundação, pode ser melhorada pela assistência técnica local, via a diluição de riscos, quando são associadas, ao calendário de semeadura preconizado nas Portarias de Zarc, práticas de manejo de cultivos que contemplem a rotação de culturas, o escalonamento de épocas de semeadura e a diversificação de cultivares (com ciclos diferentes) em uma mesma propriedade rural.

O Zarc, além de ser uma ferramenta de gestão de riscos na agricultura, para maior efetividade de resultados, também deve atuar como indutor de tecnologia de produção. Nesse sentido, especial atenção deve ser dada aos seguintes tópicos:

a. É necessário garantir a disponibilidade de água para irrigação por inundação durante todo o ciclo da cultura;

b. A metodologia empregada ainda não considera os efeitos deletérios da precipitação na época da colheita.

c. Os resultados de Zarc são gerados presumindo-se um manejo agronômico adequado para o desenvolvimento, crescimento e produtividade de cada cultura, em função da disponibilidade de recursos do ambiente em cada local. Falhas ou deficiências de diversos tipos, desde manejo inadequado da fertilidade do solo, de pragas e doenças ou escolha de cultivares não adaptadas para o ambiente edafoclimático, podem resultar em perdas de produtividade ou agravar perdas geradas por eventos meteorológicos adversos. Nesse contexto, é indispensável: utilizar sempre tecnologia de produção adequada para a condição edafoclimática local; controlar efetivamente as plantas daninhas durante o cultivo; adotar práticas de controle de pragas e doenças; e correção físico-química do solo (fertilidade e descompactação dos solos);

Considerou-se apto para o cultivo do arroz irrigado tropical os municípios em que o RRel foi maior ou igual a 70% do REF na frequência dos anos.

2. TIPO DE SOLO APTO AO CULTIVO

Nesse estudo considerou-se somente o solo hidromórfico, caracterizado por apresentar lençol freático próximo à superfície durante a maior parte do tempo e estar situado em áreas de relevo plano, que reune as condições exigidas pela cultura.

Não são indicadas para o cultivo as áreas de preservação permanente, de acordo com a Lei 12.651, de 25 de maio de 2012.

3. TABELA DE PERÍODOS DE SEMEADURA

Períodos	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
Datas	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 28	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 30
Meses	Janeiro			Fevereiro			Março			Abril		

Períodos	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24
Datas	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 30	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 31
Meses	Maio			Junho			Julho			Agosto		

Períodos	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36
Datas	1º a 10	11 a 20	21 a 30	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 30	1º a 10	11 a 20	21 a 31
Meses	Setembro			Outubro			Novembro			Dezembro		

4. CULTIVARES INDICADAS

Ficam indicadas no Zoneamento Agrícola de Risco Climático, as cultivares de arroz, recomendadas para o plantio em sistema de irrigação por inundação, registradas no Registro Nacional de Cultivares (RNC) do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, atendidas as indicações das regiões de adaptação, em conformidade com as recomendações dos respectivos obtentores/mantenedores.

Notas:

1) Informações específicas sobre as cultivares indicadas devem ser obtidas junto aos respectivos obtentores/mantenedores.

2) Devem ser utilizadas no plantio sementes produzidas em conformidade com a legislação brasileira sobre sementes e mudas (Lei nº 10.711, de 5 de agosto de 2003, e Decreto nº 5.153, de 23 de agosto de 2004).

5. RELAÇÃO DOS MUNICÍPIOS APTOS AO CULTIVO E PERÍODOS INDICADOS PARA SEMEADURA

MUNICÍPIOS	PERÍODOS DE SEMEADURAS PARA CULTIVARES DO GRUPO I								
	SOLO 1			SOLO 2			SOLO 3		
	RISCO DE 20%	RISCO DE 30%	RISCO DE 40%	RISCO DE 20%	RISCO DE 30%	RISCO DE 40%	RISCO DE 20%	RISCO DE 30%	RISCO DE 40%
Abadia Dos Dourados	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Abaeté	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Abre Campo	12 a 4	5		12 a 4	5		12 a 4	5	
Acaiaca	12 a 4	5		12 a 4	5		12 a 4	5	
Açucena	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Água Boa	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Água Comprida	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Aguanil	12 a 4		5 + 11	12 a 4		5 + 11	12 a 4		5 + 11
Águas Formosas	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Águas Vermelhas	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Aimorés	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Aiuruoca	14 a 16 + 20 a 2	13 + 17 a 19 + 3 a 4	12	14 a 16 + 20 a 2	13 + 17 a 19 + 3 a 4	12	14 a 16 + 20 a 2	13 + 17 a 19 + 3 a 4	12
Alagoa	14 a 16 + 20 a 4	13 + 17 a 19	12	14 a 16 + 20 a 4	13 + 17 a 19	12	14 a 16 + 20 a 4	13 + 17 a 19	12
Albertina	22 a 3	4	21	22 a 3	4	21	22 a 3	4	21
Além Paraíba	13 a 4		12	13 a 4		12	13 a 4		12
Alfenas	12 a 4		5 + 11	12 a 4		5 + 11	12 a 4		5 + 11
Alfredo Vasconcelos	13 a 4	12	5	13 a 4	12	5	13 a 4	12	5
Almenara	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Alpercata	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Alpinópolis	11 a 6	7	8 a 10	11 a 6	7	8 a 10	11 a 6	7	8 a 10
Alterosa	12 a 4	11	5	12 a 4	11	5	12 a 4	11	5
Alto Caparaó	13 a 3	12	4 a 5	13 a 3	12	4 a 5	13 a 3	12	4 a 5
Alto Jequitibá	12 a 3		4 a 5	12 a 3		4 a 5	12 a 3		4 a 5
Alto Rio Doce	13 a 4	12	5	13 a 4	12	5	13 a 4	12	5
Alvarenga	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Alvinópolis	12 a 5		6 + 11	12 a 5		6 + 11	12 a 5		6 + 11
Alvorada De Minas	12 a 5	11 + 6		12 a 5	11 + 6		12 a 5	11 + 6	
Amparo Do Serra	12 a 4	5		12 a 4	5		12 a 4	5	
Andradas	21 a 3	20 + 4	18 a 19	20 a 3	4	18 a 19	20 a 3	4	18 a 19
Andrelândia	14 a 16 + 20 a 2	13 + 17 a 19 + 3	12 + 4	14 a 16 + 20 a 2	13 + 17 a 19 + 3	12 + 4	14 a 16 + 20 a 2	13 + 17 a 19 + 3	12 + 4
Angelândia	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Antônio Carlos	13 a 4		12	13 a 4		12	13 a 4		12
Antônio Dias	12 a 5	11 + 6		12 a 5	11 + 6		12 a 5	11 + 6	
Antônio Prado De Minas	13 a 3	12 + 4		13 a 3	12 + 4		13 a 3	12 + 4	
Araçaí	11 a 5	6		11 a 5	6		11 a 5	6	
Aracitaba	13 a 4		12	13 a 4		12	13 a 4		12
Araçuaí	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Araguari	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Arantina	20 a 1	13 a 19 + 2 a 3	12 + 4	20 a 1	13 a 19 + 2 a 3	12 + 4	20 a 1	13 a 19 + 2 a 3	12 + 4
Araponga	12 a 4		5	12 a 4		5	12 a 4		5
Araporã	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Arapuá	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Araújos	11 a 6	7	8 a 10	11 a 6	7	8 a 10	11 a 6	7	8 a 10
Araxá	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Arceburgo	12 a 4	11 + 5 a 6	10	12 a 4	11 + 5 a 6	10	12 a 4	11 + 5 a 6	10
Arcos	11 a 4	5	6 a 7	11 a 4	5	6 a 7	11 a 4	5	6 a 7
Areado	12 a 4	11	5	12 a 4	11	5	12 a 4	11	5
Argirita	13 a 4		12	13 a 4		12	13 a 4		12
Aricanduva	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Arinos	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Astolfo Dutra	13 a 4	12		13 a 4	12		13 a 4	12	
Ataléia	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Augusto De Lima	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Baependi	14 a 16 + 20 a 2	13 + 17 a 19 + 3 a 4	12	14 a 16 + 20 a 2	13 + 17 a 19 + 3 a 4	12	14 a 16 + 20 a 2	13 + 17 a 19 + 3 a 4	12
Baldim	11 a 5	6		11 a 5	6		11 a 5	6	
Bambuí	11 a 7		8 a 10	11 a 7		8 a 10	11 a 7		8 a 10
Bandeira	12 a 7	11 + 8	9 a 10	12 a 7	11 + 8	9 a 10	12 a 7	11 + 8	9 a 10
Bandeira Do Sul	21 a 3	4	19 a 20	21 a 3	4	19 a 20	21 a 3	4	19 a 20
Barão De Cocais	12 a 5	11 + 6		12 a 5	11 + 6		12 a 5	11 + 6	
Barão De Monte Alto	13 a 4		12	13 a 4		12	13 a 4		12
Barbacena	13 a 4		12	13 a 4		12	13 a 4		12
Barra Longa	12 a 4	5		12 a 4	5		12 a 4	5	
Barroso	13 a 4		5 + 12	13 a 4		5 + 12	13 a 4		5 + 12
Bela Vista De Minas	12 a 5	11 + 6		12 a 5	11 + 6		12 a 5	11 + 6	
Belmiro Braga	13 a 4		12	13 a 4		12	13 a 4		12
Belo Horizonte	12 a 5	11	6	12 a 5	11	6	12 a 5	11	6

Belo Oriente	12 a 5	6 a 11		12 a 5	6 a 11		12 a 5	6 a 11	
Belo Vale	12 a 4	5		12 a 4	5		12 a 4	5	
Berilo	11 a 7	8 a 10		11 a 7	8 a 10		11 a 7	8 a 10	
Berizal	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Bertópolis	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Betim	12 a 5	11	6	12 a 5	11	6	12 a 5	11	6
Bias Fortes	13 a 4		12	13 a 4		12	13 a 4		12
Bicas	13 a 4		12	13 a 4		12	13 a 4		12
Biquinhas	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Boa Esperança	12 a 4		5 + 11	12 a 4		5 + 11	12 a 4		5 + 11
Bocaina De Minas	14 a 16 + 20 a 4	13 + 17 a 19	12	14 a 16 + 20 a 4	13 + 17 a 19	12	14 a 16 + 20 a 4	13 + 17 a 19	12
Bocaiúva	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Bom Despacho	11 a 7	8 a 10		11 a 7	8 a 10		11 a 7	8 a 10	
Bom Jardim De Minas	14 a 16 + 20 a 4	13 + 17 a 19	12	14 a 16 + 20 a 4	13 + 17 a 19	12	14 a 16 + 20 a 4	13 + 17 a 19	12
Bom Jesus Da Penha	11 a 6	7	8 a 10	11 a 6	7	8 a 10	11 a 6	7	8 a 10
Bom Jesus Do Amparo	12 a 5	11 + 6		12 a 5	11 + 6		12 a 5	11 + 6	
Bom Jesus Do Galho	12 a 5	10 a 11 + 6		12 a 5	10 a 11 + 6		12 a 5	10 a 11 + 6	
Bom Repouso	24 a 3	4	23	24 a 3	4	23	24 a 3	4	23
Bom Sucesso	13 a 4	12	5	13 a 4	12	5	13 a 4	12	5
Bonfim	12 a 4	5		12 a 4	5		12 a 4	5	
Bonfinópolis De Minas	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Bonito De Minas	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Borda Da Mata	21 a 3	20 + 4	18 a 19	20 a 3	4	18 a 19	20 a 3	4	18 a 19
Botelhos	18 a 4	17 + 12	13 a 16 + 5 + 11	12 + 17 a 4	11	13 a 16 + 5	12 + 17 a 4	11	13 a 16 + 5
Botumirim	12 a 6	10 a 11 + 7	8 a 9	12 a 6	10 a 11 + 7	8 a 9	12 a 6	10 a 11 + 7	8 a 9
Brás Pires	13 a 4	12 + 5		13 a 4	12 + 5		13 a 4	12 + 5	
Brasilândia De Minas	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Brasília De Minas	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Braúnas	11 a 5	6	7 a 10	11 a 5	6	7 a 10	11 a 5	6	7 a 10
Brazópolis	24 a 3	23 + 4	22	23 a 3	4	22	23 a 3	4	22
Brumadinho	12 a 5		6 + 11	12 a 5		6 + 11	12 a 5		6 + 11
Bueno Brandão	21 a 3	4	18 a 20	21 a 3	4	18 a 20	21 a 3	4	18 a 20
Buenópolis	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Bugre	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Buritis	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Buritizeiro	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Cabeceira Grande	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Cabo Verde	12 + 17 a 4	11 + 13 a 16	5	12 a 4	11	5	12 a 4	11	5

Cachoeira Da Prata	11 a 5	6		11 a 5	6		11 a 5	6	
Cachoeira De Minas	23 a 3	22 + 4	21	22 a 3	4	21	22 a 3	4	21
Cachoeira De Pajeú	11 a 7	8 a 10		11 a 7	8 a 10		11 a 7	8 a 10	
Cachoeira Dourada	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Caetanópolis	11 a 5	6		11 a 5	6		11 a 5	6	
Caeté	12 a 5	11 + 6		12 a 5	11 + 6		12 a 5	11 + 6	
Caiana	13 a 3	12	4 a 5	13 a 3	12	4 a 5	13 a 3	12	4 a 5

Cajuri	13 a 4	12 + 5		13 a 4	12 + 5		13 a 4	12 + 5	
Caldas	22 a 3	4	21	22 a 3	4	21	22 a 3	4	21
Camacho	12 a 4		5 + 11	12 a 4		5 + 11	12 a 4		5 + 11
Camanducaia	22 a 3	21 + 4	20	21 a 3	4	20	21 a 3	4	20
Cambuí	20 a 3	17 a 19 + 4	13 a 16	17 a 3	4	12 a 16	17 a 3	4	12 a 16
Cambuquira	19 a 2	13 a 18 + 3		13 a 2	3	12	13 a 2	3	12
Campanário	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Campanha	21 a 2	19 a 20	17 a 18 + 13	19 a 2		13 + 17 a 18	19 a 2		13 + 17 a 18
Campestre	20 a 4	19	17 a 18 + 5 + 12	19 a 4		5 + 12 + 17 a 18	19 a 4		5 + 12 + 17 a 18
Campina Verde	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Campo Azul	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Campo Belo	12 a 4		5 + 11	12 a 4		5 + 11	12 a 4		5 + 11
Campo Do Meio	12 a 4		5 + 11	12 a 4		5 + 11	12 a 4		5 + 11
Campo Florido	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Campos Altos	11 a 7	8 a 10		11 a 7	8 a 10		11 a 7	8 a 10	
Campos Gerais	12 a 4		5 + 11	12 a 4		5 + 11	12 a 4		5 + 11
Cana Verde	13 a 4	12	5	13 a 4	12	5	13 a 4	12	5
Canaã	12 a 4	5		12 a 4	5		12 a 4	5	
Canápolis	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Candeias	12 a 4		5 + 11	12 a 4		5 + 11	12 a 4		5 + 11
Cantagalo	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Caparaó	13 a 3	12	4 a 5	13 a 3	12	4 a 5	13 a 3	12	4 a 5
Capela Nova	13 a 4	12	5	13 a 4	12	5	13 a 4	12	5
Capelinha	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Capetinga	11 a 7	8 a 10		11 a 7	8 a 10		11 a 7	8 a 10	
Capim Branco	12 a 5	11 + 6		12 a 5	11 + 6		12 a 5	11 + 6	
Capinópolis	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Capitão Andrade	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Capitão Enéas	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Capitólio	11 a 6	7	8 a 10	11 a 6	7	8 a 10	11 a 6	7	8 a 10
Caputira	12 a 4	5	11	12 a 4	5	11	12 a 4	5	11
Caraí	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Caranaíba	13 a 4	12	5	13 a 4	12	5	13 a 4	12	5
Carandaí	13 a 4	12	5	13 a 4	12	5	13 a 4	12	5
Carangola	13 a 3	12	4 a 5	13 a 3	12	4 a 5	13 a 3	12	4 a 5
Caratinga	9 a 5	6 a 8		9 a 5	6 a 8		9 a 5	6 a 8	
Carbonita	12 a 6	11 + 7	8 a 10	12 a 6	11 + 7	8 a 10	12 a 6	11 + 7	8 a 10
Careaçu	21 a 3	19 a 20	17 a 18 + 4	19 a 3		4 + 17 a 18	19 a 3		4 + 17 a 18
Carlos Chagas	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Carmésia	12 a 5	11 + 6		12 a 5	11 + 6		12 a 5	11 + 6	
Carmo Da Cachoeira	13 a 2	3	12	13 a 2	3	12	13 a 2	3	12
Carmo Da Mata	12 a 4		5 + 11	12 a 4		5 + 11	12 a 4		5 + 11
Carmo De Minas	19 a 3	17 a 18 + 4	13 a 16	17 a 3	4	12 a 16	17 a 3	4	12 a 16
Carmo Do Cajuru	12 a 5	11	6	12 a 5	11	6	12 a 5	11	6
Carmo Do Paranaíba	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Carmo Do Rio Claro	11 a 4	5		11 a 4	5		11 a 4	5	
Carmópolis De Minas	12 a 4		5	12 a 4		5	12 a 4		5
Carneirinho	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Carrancas	13 a 16 + 20 a 2	17 a 19 + 3	12	13 a 16 + 20 a 2	17 a 19 + 3	12	13 a 16 + 20 a 2	17 a 19 + 3	12
Carvalhópolis	18 a 3	12 a 17	4	12 a 3		4	12 a 3		4

Carvalhos	14 a 16 + 20 a 4	13 + 17 a 19	12	14 a 16 + 20 a 4	13 + 17 a 19	12	14 a 16 + 20 a 4	13 + 17 a 19	12
Casa Grande	13 a 4	12	5	13 a 4	12	5	13 a 4	12	5
Cascalho Rico	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Cássia	11 a 7	8 a 10		11 a 7	8 a 10		11 a 7	8 a 10	
Cataguases	13 a 4	12		13 a 4	12		13 a 4	12	
Catas Altas	12 a 5		6 + 11	12 a 5		6 + 11	12 a 5		6 + 11
Catas Altas Da Noruega	13 a 4	12 + 5		13 a 4	12 + 5		13 a 4	12 + 5	
Catuji	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Catuti	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Caxambu	13 a 16 + 20 a 2	17 a 19 + 3	4 + 12	13 a 16 + 20 a 2	17 a 19 + 3	4 + 12	13 a 16 + 20 a 2	17 a 19 + 3	4 + 12
Cedro Do Abaeté	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Central De Minas	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Centralina	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Chácara	13 a 4		12	13 a 4		12	13 a 4		12
Chalé	11 a 4	9 a 10 + 5	6 a 8	11 a 4	9 a 10 + 5	6 a 8	11 a 4	9 a 10 + 5	6 a 8
Chapada Do Norte	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Chapada Gaúcha	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Chiador	13 a 4		12	13 a 4		12	13 a 4		12
Cipotânea	13 a 4	12 + 5		13 a 4	12 + 5		13 a 4	12 + 5	
Claraval	11 a 7	8 a 10		11 a 7	8 a 10		11 a 7	8 a 10	
Claro Dos Poções	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Cláudio	12 a 4	5	11	12 a 4	5	11	12 a 4	5	11
Coimbra	13 a 4	12 + 5		13 a 4	12 + 5		13 a 4	12 + 5	
Coluna	11 a 5	6 a 10		11 a 5	6 a 10		11 a 5	6 a 10	
Comendador Gomes	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Comercinho	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Conceição Da Aparecida	11 a 4		5	11 a 4		5	11 a 4		5
Conceição Da Barra De Minas	13 a 2	3	12	13 a 2	3	12	13 a 2	3	12
Conceição Das Alagoas	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Conceição Das Pedras	23 a 2	22 + 3 a 4		22 a 2	3 a 4		22 a 2	3 a 4	
Conceição De Ipanema	9 a 4	5 a 8		9 a 4	5 a 8		9 a 4	5 a 8	
Conceição Do Mato Dentro	12 a 5	11 + 6		12 a 5	11 + 6		12 a 5	11 + 6	
Conceição Do Pará	11 a 5	6		11 a 5	6		11 a 5	6	
Conceição Do Rio Verde	13 a 2	3	12	13 a 2	3	12	13 a 2	3	12
Conceição Dos Ouros	23 a 3	4	22	23 a 3	4	22	23 a 3	4	22
Cônego Marinho	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Confins	12 a 5	11 + 6		12 a 5	11 + 6		12 a 5	11 + 6	
Congonhal	21 a 3	4	19 a 20	21 a 3	4	19 a 20	21 a 3	4	19 a 20
Congonhas	13 a 4	12 + 5		13 a 4	12 + 5		13 a 4	12 + 5	
Congonhas Do Norte	11 a 5	6		11 a 5	6		11 a 5	6	
Conquista	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Conselheiro Lafaiete	13 a 4	12 + 5		13 a 4	12 + 5		13 a 4	12 + 5	
Conselheiro Pena	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Consolação	23 a 3	22 + 4	21	22 a 3	4	21	22 a 3	4	21
Contagem	12 a 5	11	6	12 a 5	11	6	12 a 5	11	6
Coqueiral	13 a 4	12	11 + 5	13 a 4	12	11 + 5	13 a 4	12	11 + 5
Coração De Jesus	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Cordisburgo	11 a 5	6		11 a 5	6		11 a 5	6	
Cordislândia	18 a 2	13 a 17		13 a 2		12	13 a 2		12
Corinto	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Coroaci	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Coromandel	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Coronel Fabriciano	12 a 5	11 + 6		12 a 5	11 + 6		12 a 5	11 + 6	
Coronel Murta	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Coronel Pacheco	13 a 4		12	13 a 4		12	13 a 4		12
Coronel Xavier Chaves	13 a 4	12	5	13 a 4	12	5	13 a 4	12	5
Córrego Danta	11 a 7	8 a 10		11 a 7	8 a 10		11 a 7	8 a 10	
Córrego Do Bom Jesus	22 a 3	21 + 4	19 a 20	21 a 3	4	19 a 20	21 a 3	4	19 a 20
Córrego Fundo	12 a 4	11	5	12 a 4	11	5	12 a 4	11	5
Córrego Novo	12 a 5	11 + 6		12 a 5	11 + 6		12 a 5	11 + 6	
Couto De Magalhães De Minas	12 a 6	11 + 7 a 8	9 a 10	12 a 6	11 + 7 a 8	9 a 10	12 a 6	11 + 7 a 8	9 a 10
Crisólita	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Cristais	12 a 4		5 + 11	12 a 4		5 + 11	12 a 4		5 + 11
Cristália	10 a 6	7 a 9		10 a 6	7 a 9		10 a 6	7 a 9	
Cristiano Otoni	13 a 4	12	5	13 a 4	12	5	13 a 4	12	5
Cristina	22 a 4	21	20	21 a 4		20	21 a 4		20
Crucilândia	12 a 4	5		12 a 4	5		12 a 4	5	
Cruzeiro Da Fortaleza	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Cruzília	13 a 16 + 20 a 2	17 a 19	3 + 12	13 a 16 + 20 a 2	17 a 19	3 + 12	13 a 16 + 20 a 2	17 a 19	3 + 12
Cuparaque	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Curral De Dentro	11 a 7	8 a 10		11 a 7	8 a 10		11 a 7	8 a 10	
Curvelo	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Datas	11 a 5	6 a 7	8 a 10	11 a 5	6 a 7	8 a 10	11 a 5	6 a 7	8 a 10
Delfim Moreira	24 a 4	23	22	23 a 4		22	23 a 4		22
Delfinópolis	11 a 7	8 a 10		11 a 7	8 a 10		11 a 7	8 a 10	
Delta	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Descoberto	13 a 4		12	13 a 4		12	13 a 4		12
Desterro De Entre Rios	12 a 3	4	5	12 a 3	4	5	12 a 3	4	5
Desterro Do Melo	13 a 4	12	5	13 a 4	12	5	13 a 4	12	5
Diamantina	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Diogo De Vasconcelos	12 a 4	5		12 a 4	5		12 a 4	5	
Dionísio	12 a 5	11 + 6		12 a 5	11 + 6		12 a 5	11 + 6	
Divinésia	13 a 4	12	5	13 a 4	12	5	13 a 4	12	5
Divino	12 a 4		5	12 a 4		5	12 a 4		5
Divino Das Laranjeiras	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Divinolândia De Minas	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Divinópolis	12 a 5	11	6	12 a 5	11	6	12 a 5	11	6
Divisa Alegre	11 a 7	8 a 10		11 a 7	8 a 10		11 a 7	8 a 10	
Divisa Nova	12 a 4		5 + 11	12 a 4		5 + 11	12 a 4		5 + 11
Divisópolis	11 a 7	8 a 10		11 a 7	8 a 10		11 a 7	8 a 10	
Dom Bosco	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Dom Cavati	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Dom Joaquim	12 a 5	11 + 6		12 a 5	11 + 6		12 a 5	11 + 6	
Dom Silvério	12 a 5		6 + 11	12 a 5		6 + 11	12 a 5		6 + 11
Dom Viçoso	13 a 4		12	13 a 4		12	13 a 4		12
Dona Eusébia	13 a 4		12	13 a 4		12	13 a 4		12
Dores De Campos	13 a 4	12	5	13 a 4	12	5	13 a 4	12	5
Dores De Guanhães	12 a 5	11 + 6		12 a 5	11 + 6		12 a 5	11 + 6	
Dores Do Indaiá	11 a 7	8 a 10		11 a 7	8 a 10		11 a 7	8 a 10	
Dores Do Turvo	13 a 4	12 + 5		13 a 4	12 + 5		13 a 4	12 + 5	
Doresópolis	11 a 6	7	8 a 10	11 a 6	7	8 a 10	11 a 6	7	8 a 10
Douradoquara	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Durandé	12 a 4	11 + 5	10	12 a 4	11 + 5	10	12 a 4	11 + 5	10
Elói Mendes	16 a 3	12 a 15	4	13 a 3	12	4	13 a 3	12	4
Engenheiro Caldas	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Engenheiro Navarro	1 a 36			1 a 36			1 a 36		

Entre Folhas	12 a 5	6 a 11		12 a 5	6 a 11		12 a 5	6 a 11	
Entre Rios De Minas	13 a 4	12	5	13 a 4	12	5	13 a 4	12	5
Ervália	12 a 4		5	12 a 4		5	12 a 4		5
Esmeraldas	12 a 5	11	6	12 a 5	11	6	12 a 5	11	6
Espera Feliz	13 a 3	12	4 a 5	13 a 3	12	4 a 5	13 a 3	12	4 a 5
Espinosa	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Espírito Santo Do Dourado	22 a 3	4	21	22 a 3	4	21	22 a 3	4	21
Estiva	21 a 3	4	19 a 20	21 a 3	4	19 a 20	21 a 3	4	19 a 20
Estrela Dalva	13 a 4		12	13 a 4		12	13 a 4		12
Estrela Do Indaiá	11 a 7	8 a 10		11 a 7	8 a 10		11 a 7	8 a 10	
Estrela Do Sul	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Eugenópolis	12 a 4			12 a 4			12 a 4		
Ewbank Da Câmara	13 a 4		12	13 a 4		12	13 a 4		12
Extrema	13 a 3	4	12	13 a 3	4	12	13 a 3	4	12
Fama	12 a 4		5 + 11	12 a 4		5 + 11	12 a 4		5 + 11
Faria Lemos	13 a 3	12	4 a 5	13 a 3	12	4 a 5	13 a 3	12	4 a 5
Felício Dos Santos	12 a 4	11 + 5 a 7	8 a 10	12 a 4	11 + 5 a 7	8 a 10	12 a 4	11 + 5 a 7	8 a 10
Felisburgo	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Felixlândia	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Fernandes Tourinho	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Ferros	12 a 5	11 + 6		12 a 5	11 + 6		12 a 5	11 + 6	
Fervedouro	12 a 4		5	12 a 4		5	12 a 4		5
Florestal	12 a 5	11	6	12 a 5	11	6	12 a 5	11	6
Formiga	12 a 4		5 + 11	12 a 4		5 + 11	12 a 4		5 + 11
Formoso	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Fortaleza De Minas	11 a 6	7 a 10		11 a 6	7 a 10		11 a 6	7 a 10	
Fortuna De Minas	11 a 5	6		11 a 5	6		11 a 5	6	
Francisco Badaró	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Francisco Dumont	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Francisco Sá	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Franciscópolis	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Frei Gaspar	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Frei Inocêncio	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Frei Lagonegro	10 a 6	7 a 9		10 a 6	7 a 9		10 a 6	7 a 9	
Fronteira	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Fronteira Dos Vales	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Fruta De Leite	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Frutal	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Funilândia	11 a 5	6		11 a 5	6		11 a 5	6	
Galiléia	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Gameleiras	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Glaucilândia	11 a 7	8 a 10		11 a 7	8 a 10		11 a 7	8 a 10	
Goiabeira	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Goianá	13 a 4		12	13 a 4		12	13 a 4		12
Gonçalves	24 a 3	23 + 4	22	23 a 3	4	22	23 a 3	4	22
Gonzaga	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Gouveia	11 a 6	7 a 10		11 a 6	7 a 10		11 a 6	7 a 10	
Governador Valadares	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Grão Mogol	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Grupiara	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Guanhães	11 a 5	6	7 a 10	11 a 5	6	7 a 10	11 a 5	6	7 a 10
Guapé	11 a 4		5	11 a 4		5	11 a 4		5
Guaraciaba	12 a 4	5		12 a 4	5		12 a 4	5	
Guaraciama	11 a 7	8 a 10		11 a 7	8 a 10		11 a 7	8 a 10	
Guaranésia	12 a 5	11 + 6	7 a 10	12 a 5	11 + 6	7 a 10	12 a 5	11 + 6	7 a 10
Guarani	13 a 4		12	13 a 4		12	13 a 4		12
Guarará	13 a 4		12	13 a 4		12	13 a 4		12
Guarda-Mor	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Guaxupé	12 a 4	11 + 5 a 6	10	12 a 4	11 + 5 a 6	10	12 a 4	11 + 5 a 6	10
Guidoval	13 a 4	12		13 a 4	12		13 a 4	12	
Guimarânia	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Guiricema	13 a 4	12		13 a 4	12		13 a 4	12	
Gurinhatã	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Heliodora	21 a 2	20	18 a 19 + 3	20 a 2		3 + 18 a 19	20 a 2		3 + 18 a 19
Iapu	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Ibertioga	13 a 4		12	13 a 4		12	13 a 4		12
Ibiá	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Ibiaí	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Ibiracatu	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Ibiraci	11 a 7	8 a 10		11 a 7	8 a 10		11 a 7	8 a 10	
Ibirité	12 a 5	11	6	12 a 5	11	6	12 a 5	11	6
Ibitiúra De Minas	23 a 3	22 + 4	21	22 a 3	4	21	22 a 3	4	21
Ibituruna	13 a 3	4	12	13 a 3	4	12	13 a 3	4	12
Icaraí De Minas	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Igarapé	12 a 5	11	6	12 a 5	11	6	12 a 5	11	6
Igaratinga	12 a 5	11	6	12 a 5	11	6	12 a 5	11	6
Iguatama	11 a 6	7	8 a 10	11 a 6	7	8 a 10	11 a 6	7	8 a 10
Ijaci	13 a 3	12 + 4		13 a 3	12 + 4		13 a 3	12 + 4	
Ilicínea	12 a 4		5 + 11	12 a 4		5 + 11	12 a 4		5 + 11
Imbé De Minas	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Inconfidentes	21 a 3	19 a 20 + 4	17 a 18 + 13	19 a 3	4	11 + 13 + 17 a 18	19 a 3	4	11 + 13 + 17 a 18
Indaiabira	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Indianópolis	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Ingaí	13 a 2	3	12	13 a 2	3	12	13 a 2	3	12
Inhapim	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Inhaúma	11 a 5	6		11 a 5	6		11 a 5	6	
Inimutaba	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Ipaba	12 a 5	6 a 11		12 a 5	6 a 11		12 a 5	6 a 11	
Ipanema	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Ipatinga	12 a 5	11 + 6		12 a 5	11 + 6		12 a 5	11 + 6	
Ipiaçu	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Ipuiúna	23 a 3	22 + 4		22 a 3	4		22 a 3	4	
Iraí De Minas	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Itabira	12 a 5	11 + 6		12 a 5	11 + 6		12 a 5	11 + 6	
Itabirinha	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Itabirito	12 a 5			12 a 5			12 a 5		
Itacambira	12 a 6	10 a 11 + 7	8 a 9	12 a 6	10 a 11 + 7	8 a 9	12 a 6	10 a 11 + 7	8 a 9
Itacarambi	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Itaguara	12 a 4	5	11	12 a 4	5	11	12 a 4	5	11
Itaipé	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Itajubá	21 a 4	20	18 a 19	20 a 4		18 a 19	20 a 4		18 a 19
Itamarandiba	11 a 6	7 a 10		11 a 6	7 a 10		11 a 6	7 a 10	
Itamarati De Minas	13 a 4		12	13 a 4		12	13 a 4		12
Itambacuri	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Itambé Do Mato Dentro	12 a 5	11 + 6		12 a 5	11 + 6		12 a 5	11 + 6	
Itamogi	11 a 6	7 a 10		11 a 6	7 a 10		11 a 6	7 a 10	
Itamonte	13 a 4		12	13 a 4		12	13 a 4		12
Itanhandu	13 a 4		12	13 a 4		12	13 a 4		12

Itanhomi	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Itaobim	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Itapagipe	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Itapecerica	12 a 4		5 + 11	12 a 4		5 + 11	12 a 4		5 + 11
Itapeva	20 a 3	17 a 19 + 4	13 a 16	17 a 3	4	12 a 16	17 a 3	4	12 a 16
Itatiaiuçu	12 a 4	11 + 5	6	12 a 4	11 + 5	6	12 a 4	11 + 5	6
Itaú De Minas	11 a 7	8 a 10		11 a 7	8 a 10		11 a 7	8 a 10	
Itaúna	12 a 5	11	6	12 a 5	11	6	12 a 5	11	6
Itaverava	13 a 4	12 + 5		13 a 4	12 + 5		13 a 4	12 + 5	
Itinga	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Itueta	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Ituiutaba	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Itumirim	13 a 2	3	12	13 a 2	3	12	13 a 2	3	12
Iturama	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Itutinga	13 a 2	3	12	13 a 2	3	12	13 a 2	3	12
Jaboticatubas	12 a 5	11 + 6		12 a 5	11 + 6		12 a 5	11 + 6	
Jacinto	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Jacuí	11 a 6	7	8 a 10	11 a 6	7	8 a 10	11 a 6	7	8 a 10
Jacutinga	18 a 3	13 a 17 + 4	11 a 12	13 a 3	12 + 4	11	13 a 3	12 + 4	11
Jaguaraçu	12 a 5	11 + 6		12 a 5	11 + 6		12 a 5	11 + 6	
Jaíba	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Jampruca	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Janaúba	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Januária	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Japaraíba	11 a 6	7	8 a 10	11 a 6	7	8 a 10	11 a 6	7	8 a 10
Japonvar	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Jeceaba	12 a 4	5		12 a 4	5		12 a 4	5	
Jenipapo De Minas	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Jequeri	12 a 4	5		12 a 4	5		12 a 4	5	
Jequitaí	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Jequitibá	11 a 5	6		11 a 5	6		11 a 5	6	
Jequitinhonha	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Jesuânia	20 a 2	19 + 3	13 a 18	19 a 2	3	13 a 18	19 a 2	3	13 a 18
Joaíma	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Joanésia	12 a 5	11 + 6		12 a 5	11 + 6		12 a 5	11 + 6	
João Monlevade	12 a 5	11 + 6		12 a 5	11 + 6		12 a 5	11 + 6	
João Pinheiro	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Joaquim Felício	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Jordânia	11 a 7	8 a 10		11 a 7	8 a 10		11 a 7	8 a 10	
José Gonçalves De Minas	11 a 6	7 a 10		11 a 6	7 a 10		11 a 6	7 a 10	
José Raydan	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Josenópolis	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Juatuba	12 a 5	11	6	12 a 5	11	6	12 a 5	11	6
Juiz De Fora	13 a 4		12	13 a 4		12	13 a 4		12
Juramento	11 a 7	8 a 10		11 a 7	8 a 10		11 a 7	8 a 10	
Juruaia	12 a 4	11 + 5 a 6	10	12 a 4	11 + 5 a 6	10	12 a 4	11 + 5 a 6	10
Juvenília	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Ladainha	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Lagamar	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Lagoa Da Prata	11 a 7		8 a 10	11 a 7		8 a 10	11 a 7		8 a 10
Lagoa Dos Patos	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Lagoa Dourada	13 a 4	12	5	13 a 4	12	5	13 a 4	12	5
Lagoa Formosa	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Lagoa Grande	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Lagoa Santa	12 a 5	11 + 6		12 a 5	11 + 6		12 a 5	11 + 6	

Lajinha	11 a 3	10	4 a 9	11 a 3	10	4 a 9	11 a 3	10	4 a 9
Lambari	22 a 2	21	19 a 20 + 3	21 a 2		3 + 19 a 20	21 a 2		3 + 19 a 20
Lamim	13 a 4	12 + 5		13 a 4	12 + 5		13 a 4	12 + 5	
Laranjal	13 a 4		12	13 a 4		12	13 a 4		12
Lassance	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Lavras	13 a 4	12		13 a 4	12		13 a 4	12	
Leandro Ferreira	11 a 7		8 a 10	11 a 7		8 a 10	11 a 7		8 a 10
Leme Do Prado	12 a 6	10 a 11 + 7	8 a 9	12 a 6	10 a 11 + 7	8 a 9	12 a 6	10 a 11 + 7	8 a 9
Leopoldina	13 a 4		12	13 a 4		12	13 a 4		12
Liberdade	14 a 16 + 20 a 4	13 + 17 a 19	12	14 a 16 + 20 a 4	13 + 17 a 19	12	14 a 16 + 20 a 4	13 + 17 a 19	12
Lima Duarte	14 a 16 + 20 a 4	13 + 17 a 19	12	14 a 16 + 20 a 4	13 + 17 a 19	12	14 a 16 + 20 a 4	13 + 17 a 19	12
Limeira Do Oeste	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Lontra	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Luisburgo	12 a 3	4	5	12 a 3	4	5	12 a 3	4	5
Luislândia	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Luminárias	13 a 2		3 + 12	13 a 2		3 + 12	13 a 2		3 + 12
Luz	11 a 7	8 a 10		11 a 7	8 a 10		11 a 7	8 a 10	
Machacalis	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Machado	17 a 4	12 a 16	11 + 5	12 a 4		5 + 11	12 a 4		5 + 11
Madre De Deus De Minas	13 a 16 + 20 a 3	17 a 19 + 4	12	13 a 16 + 20 a 3	17 a 19 + 4	12	13 a 16 + 20 a 3	17 a 19 + 4	12
Malacacheta	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Mamonas	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Manga	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Manhuaçu	12 a 4	5	11	12 a 4	5	11	12 a 4	5	11
Manhumirim	12 a 3		4 a 5	12 a 3		4 a 5	12 a 3		4 a 5
Mantena	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Mar De Espanha	13 a 4		12	13 a 4		12	13 a 4		12
Maravilhas	11 a 5	6		11 a 5	6		11 a 5	6	
Maria Da Fé	22 a 4		21	22 a 4		21	22 a 4		21
Mariana	13 a 5	12		13 a 5	12		13 a 5	12	
Marilac	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Mário Campos	12 a 5	11	6	12 a 5	11	6	12 a 5	11	6
Maripá De Minas	13 a 4		12	13 a 4		12	13 a 4		12
Marliéria	12 a 5	11 + 6		12 a 5	11 + 6		12 a 5	11 + 6	
Marmelópolis	24 a 4	23	22	23 a 4		22	23 a 4		22
Martinho Campos	11 a 7	8 a 10		11 a 7	8 a 10		11 a 7	8 a 10	
Martins Soares	12 a 3		4 a 5 + 11	12 a 3		4 a 5 + 11	12 a 3		4 a 5 + 11
Mata Verde	12 a 7	11 + 8	9 a 10	12 a 7	11 + 8	9 a 10	12 a 7	11 + 8	9 a 10
Materlândia	11 a 5		6 a 10	11 a 5		6 a 10	11 a 5		6 a 10
Mateus Leme	12 a 5	11	6	12 a 5	11	6	12 a 5	11	6
Mathias Lobato	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Matias Barbosa	13 a 4		12	13 a 4		12	13 a 4		12
Matias Cardoso	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Matipó	12 a 4	5		12 a 4	5		12 a 4	5	
Mato Verde	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Matozinhos	12 a 5	11 + 6		12 a 5	11 + 6		12 a 5	11 + 6	
Matutina	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Medeiros	11 a 7	8 a 10		11 a 7	8 a 10		11 a 7	8 a 10	
Medina	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Mendes Pimentel	1 a 36			1 a 36			1 a 36		

Mercês	13 a 4	12	5	13 a 4	12	5	13 a 4	12	5
Mesquita	12 a 5	11 + 6	10	12 a 5	11 + 6	10	12 a 5	11 + 6	10
Minas Novas	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Minduri	14 a 16 + 20 a 2	13 + 17 a 19	12 + 3	14 a 16 + 20 a 2	13 + 17 a 19	12 + 3	14 a 16 + 20 a 2	13 + 17 a 19	12 + 3
Mirabela	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Miradouro	12 a 4		5	12 a 4		5	12 a 4		5
Miraí	13 a 4	12		13 a 4	12		13 a 4	12	
Miravânia	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Moeda	12 a 4	5		12 a 4	5		12 a 4	5	
Moema	11 a 7	8 a 10		11 a 7	8 a 10		11 a 7	8 a 10	
Monjolos	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Monsenhor Paulo	19 a 2	17 a 18	13 a 16 + 3	17 a 2		3 + 12 a 16	17 a 2		3 + 12 a 16
Montalvânia	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Monte Alegre De Minas	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Monte Azul	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Monte Belo	12 a 4	11	5	12 a 4	11	5	12 a 4	11	5
Monte Carmelo	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Monte Formoso	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Monte Santo De Minas	12 a 6	11 + 7	8 a 10	12 a 6	11 + 7	8 a 10	12 a 6	11 + 7	8 a 10
Monte Sião	13 a 3	12 + 4	11	13 a 3	12 + 4	11	13 a 3	12 + 4	11
Montes Claros	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Montezuma	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Morada Nova De Minas	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Morro Da Garça	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Morro Do Pilar	12 a 5	11 + 6		12 a 5	11 + 6		12 a 5	11 + 6	
Munhoz	22 a 3	21 + 4	20	21 a 3	4	20	21 a 3	4	20
Muriaé	12 a 4			12 a 4			12 a 4		
Mutum	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Muzambinho	12 a 4	11	5	12 a 4	11	5	12 a 4	11	5
Nacip Raydan	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Nanuque	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Naque	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Natalândia	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Natércia	22 a 2	21 + 3	4	21 a 2	3	4	21 a 2	3	4
Nazareno	13 a 3		4 + 12	13 a 3		12	13 a 3		12
Nepomuceno	13 a 4	12	5	13 a 4	12	5	13 a 4	12	5
Ninheira	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Nova Belém	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Nova Era	12 a 5	11 + 6		12 a 5	11 + 6		12 a 5	11 + 6	
Nova Lima	12 a 5	11	6	12 a 5	11	6	12 a 5	11	6
Nova Módica	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Nova Ponte	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Nova Porteirinha	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Nova Resende	11 a 4	5 a 6	7 a 10	11 a 4	5 a 6	7 a 10	11 a 4	5 a 6	7 a 10
Nova Serrana	11 a 5	6	7	11 a 5	6	7	11 a 5	6	7
Nova União	12 a 5	11 + 6		12 a 5	11 + 6		12 a 5	11 + 6	
Novo Cruzeiro	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Novo Oriente De Minas	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Novorizonte	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Olaria	14 a 16 + 20 a 4	13 + 17 a 19	12	14 a 16 + 20 a 4	13 + 17 a 19	12	14 a 16 + 20 a 4	13 + 17 a 19	12
Olhos-D'Água	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Olímpio Noronha	21 a 2	19 a 20 + 3	17 a 18 + 4 + 13	19 a 2	3	4 + 13 + 17 a 18	19 a 2	3	4 + 13 + 17 a 18
Oliveira	12 a 4		5	12 a 4		5	12 a 4		5
Oliveira Fortes	13 a 4		12	13 a 4		12	13 a 4		12
Onça De Pitangui	11 a 5	6		11 a 5	6		11 a 5	6	
Oratórios	12 a 4	5		12 a 4	5		12 a 4	5	
Orizânia	12 a 4		5	12 a 4		5	12 a 4		5
Ouro Branco	13 a 4	12 + 5		13 a 4	12 + 5		13 a 4	12 + 5	
Ouro Fino	19 a 3	17 a 18 + 4 + 13	14 a 16 + 11 a 12	13 + 17 a 3	12 + 4	11 + 14 a 16	13 + 17 a 3	12 + 4	11 + 14 a 16
Ouro Preto	13 a 4	12 + 5		13 a 4	12 + 5		13 a 4	12 + 5	
Ouro Verde De Minas	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Padre Carvalho	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Padre Paraíso	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Pai Pedro	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Paineiras	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Pains	11 a 4	5		11 a 4	5		11 a 4	5	
Paiva	13 a 4		12	13 a 4		12	13 a 4		12
Palma	13 a 4		12	13 a 4		12	13 a 4		12
Palmópolis	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Papagaios	11 a 6	7	8 a 10	11 a 6	7	8 a 10	11 a 6	7	8 a 10
Pará De Minas	12 a 5	11	6	12 a 5	11	6	12 a 5	11	6
Paracatu	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Paraguaçu	12 + 17 a 4	13 a 16	11	12 a 4		11	12 a 4		11
Paraisópolis	23 a 3	4	22	23 a 3	4	22	23 a 3	4	22
Paraopeba	11 a 5	6		11 a 5	6		11 a 5	6	
Passa Quatro	13 a 4	12		13 a 4	12		13 a 4	12	
Passa Tempo	12 a 2	3	4 a 5	12 a 2	3	4 a 5	12 a 2	3	4 a 5
Passabém	12 a 5	11 + 6		12 a 5	11 + 6		12 a 5	11 + 6	
Passa-Vinte	14 a 16 + 20 a 4	13 + 17 a 19	12	14 a 16 + 20 a 4	13 + 17 a 19	12	14 a 16 + 20 a 4	13 + 17 a 19	12
Passos	11 a 7	8 a 10		11 a 7	8 a 10		11 a 7	8 a 10	
Patis	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Patos De Minas	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Patrocínio	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Patrocínio Do Muriaé	13 a 4	12		13 a 4	12		13 a 4	12	
Paula Cândido	13 a 4	12 + 5		13 a 4	12 + 5		13 a 4	12 + 5	
Paulistas	11 a 5	6 a 7	8 a 10	11 a 5	6 a 7	8 a 10	11 a 5	6 a 7	8 a 10
Pavão	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Peçanha	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Pedra Azul	11 a 7	8 a 10		11 a 7	8 a 10		11 a 7	8 a 10	
Pedra Bonita	12 a 4	5		12 a 4	5		12 a 4	5	
Pedra Do Anta	12 a 4	5		12 a 4	5		12 a 4	5	
Pedra Do Indaiá	12 a 4	11 + 5		12 a 4	11 + 5		12 a 4	11 + 5	
Pedra Dourada	13 a 3	12	4 a 5	13 a 3	12	4 a 5	13 a 3	12	4 a 5
Pedralva	21 a 3	4	19 a 20	21 a 3	4	19 a 20	21 a 3	4	19 a 20
Pedras De Maria Da Cruz	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Pedrinópolis	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Pedro Leopoldo	12 a 5	11 + 6		12 a 5	11 + 6		12 a 5	11 + 6	
Pedro Teixeira	13 a 4		12	13 a 4		12	13 a 4		12
Pequeri	13 a 4		12	13 a 4		12	13 a 4		12
Pequi	11 a 5	6		11 a 5	6		11 a 5	6	

Perdigão	11 a 5	6		11 a 5	6		11 a 5	6	
Perdizes	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Perdões	13 a 4	12	5	13 a 4	12	5	13 a 4	12	5
Periquito	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Pescador	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Piau	13 a 4		12	13 a 4		12	13 a 4		12
Piedade De Caratinga	9 a 5	6 a 8		9 a 5	6 a 8		9 a 5	6 a 8	
Piedade De Ponte Nova	12 a 4	5		12 a 4	5		12 a 4	5	
Piedade Do Rio Grande	14 a 16 + 20 a 4	13 + 17 a 19	12	14 a 16 + 20 a 4	13 + 17 a 19	12	14 a 16 + 20 a 4	13 + 17 a 19	12
Piedade Dos Gerais	12 a 4		5	12 a 4		5	12 a 4		5
Pimenta	11 a 4	5		11 a 4	5		11 a 4	5	
Pingo-D'Água	12 a 5	11 + 6		12 a 5	11 + 6		12 a 5	11 + 6	
Pintópolis	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Piracema	12 a 3	4	5	12 a 3	4	5	12 a 3	4	5
Pirajuba	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Piranga	13 a 4	12 + 5		13 a 4	12 + 5		13 a 4	12 + 5	
Piranguçu	23 a 4	22	21	22 a 4		21	22 a 4		21
Piranguinho	22 a 3	4	21	22 a 3	4	21	22 a 3	4	21
Pirapetinga	13 a 4		12	13 a 4		12	13 a 4		12
Pirapora	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Piraúba	13 a 4	12		13 a 4	12		13 a 4	12	
Pitangui	11 a 6	7	8 a 10	11 a 6	7	8 a 10	11 a 6	7	8 a 10
Piumhi	11 a 6	7	8 a 10	11 a 6	7	8 a 10	11 a 6	7	8 a 10
Planura	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Poço Fundo	18 a 3	16 a 17 + 4 + 12	13 a 15	12 + 16 a 3	4	11 + 13 a 15	12 + 16 a 3	4	11 + 13 a 15
Poços De Caldas	21 a 3	20 + 4	18 a 19	20 a 3	4	18 a 19	20 a 3	4	18 a 19
Pocrane	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Pompéu	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Ponte Nova	12 a 4	5		12 a 4	5		12 a 4	5	
Ponto Chique	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Ponto Dos Volantes	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Porteirinha	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Porto Firme	13 a 4	12 + 5		13 a 4	12 + 5		13 a 4	12 + 5	
Poté	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Pouso Alegre	21 a 3	4	19 a 20	21 a 3	4	19 a 20	21 a 3	4	19 a 20
Pouso Alto	13 a 4		12	13 a 4		12	13 a 4		12
Prados	13 a 4	12	5	13 a 4	12	5	13 a 4	12	5
Prata	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Pratápolis	11 a 7	8 a 10		11 a 7	8 a 10		11 a 7	8 a 10	
Pratinha	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Presidente Bernardes	13 a 4	12 + 5		13 a 4	12 + 5		13 a 4	12 + 5	
Presidente Juscelino	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Presidente Kubitschek	11 a 5	6	7	11 a 5	6	7	11 a 5	6	7
Presidente Olegário	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Prudente De Morais	12 a 5	11 + 6		12 a 5	11 + 6		12 a 5	11 + 6	
Quartel Geral	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Queluzito	13 a 4	12	5	13 a 4	12	5	13 a 4	12	5
Raposos	12 a 5		6 + 11	12 a 5		6 + 11	12 a 5		6 + 11
Raul Soares	12 a 5	11 + 6		12 a 5	11 + 6		12 a 5	11 + 6	
Recreio	13 a 4		12	13 a 4		12	13 a 4		12
Reduto	12 a 4		5 + 11	12 a 4		5 + 11	12 a 4		5 + 11
Resende Costa	13 a 3	12 + 4	5	13 a 3	12 + 4	5	13 a 3	12 + 4	5
Resplendor	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Ressaquinha	13 a 4	12	5	13 a 4	12	5	13 a 4	12	5

Riachinho	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Riacho Dos Machados	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Ribeirão Das Neves	12 a 5	11 + 6		12 a 5	11 + 6		12 a 5	11 + 6	
Ribeirão Vermelho	13 a 4	12		13 a 4	12		13 a 4	12	
Rio Acima	12 a 5		6 + 11	12 a 5		6 + 11	12 a 5		6 + 11
Rio Casca	12 a 5		6 + 11	12 a 5		6 + 11	12 a 5		6 + 11
Rio Do Prado	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Rio Doce	12 a 5			12 a 5			12 a 5		
Rio Espera	13 a 4	12 + 5		13 a 4	12 + 5		13 a 4	12 + 5	
Rio Manso	12 a 4	5	11	12 a 4	5	11	12 a 4	5	11
Rio Novo	13 a 4		12	13 a 4		12	13 a 4		12
Rio Paranaíba	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Rio Pardo De Minas	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Rio Piracicaba	12 a 5	11 + 6		12 a 5	11 + 6		12 a 5	11 + 6	
Rio Pomba	13 a 4	12		13 a 4	12		13 a 4	12	
Rio Preto	14 a 16 + 20 a 4	13 + 17 a 19	12	14 a 16 + 20 a 4	13 + 17 a 19	12	14 a 16 + 20 a 4	13 + 17 a 19	12
Rio Vermelho	12 a 4	11 + 5	6 a 10	12 a 4	11 + 5	6 a 10	12 a 4	11 + 5	6 a 10
Ritápolis	13 a 3	12 + 4	5	13 a 3	12 + 4	5	13 a 3	12 + 4	5
Rochedo De Minas	13 a 4		12	13 a 4		12	13 a 4		12
Rodeiro	13 a 4	12		13 a 4	12		13 a 4	12	
Romaria	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Rosário Da Limeira	12 a 4			12 a 4			12 a 4		
Rubelita	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Rubim	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Sabará	12 a 5	11 + 6		12 a 5	11 + 6		12 a 5	11 + 6	
Sabinópolis	11 a 5	6	7 a 10	11 a 5	6	7 a 10	11 a 5	6	7 a 10
Sacramento	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Salinas	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Salto Da Divisa	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Santa Bárbara	12 a 5	6	11	12 a 5	6	11	12 a 5	6	11
Santa Bárbara Do Leste	12 a 5	10 a 11	6	12 a 5	10 a 11	6	12 a 5	10 a 11	6
Santa Bárbara Do Monte Verde	13 a 4		12	13 a 4		12	13 a 4		12
Santa Bárbara Do Tugúrio	13 a 4		12	13 a 4		12	13 a 4		12
Santa Cruz De Minas	13 a 3	4	5 + 12	13 a 3	4	5 + 12	13 a 3	4	5 + 12
Santa Cruz De Salinas	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Santa Cruz Do Escalvado	12 a 5			12 a 5			12 a 5		
Santa Efigênia De Minas	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Santa Fé De Minas	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Santa Helena De Minas	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Santa Juliana	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Santa Luzia	12 a 5	11 + 6		12 a 5	11 + 6		12 a 5	11 + 6	
Santa Margarida	12 a 4		5	12 a 4		5	12 a 4		5
Santa Maria De Itabira	12 a 5	11 + 6		12 a 5	11 + 6		12 a 5	11 + 6	
Santa Maria Do Salto	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Santa Maria Do Suaçuí	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Santa Rita De Caldas	23 a 3	22 + 4		22 a 3	4		22 a 3	4	
Santa Rita De Ibitipoca	13 a 16 + 20 a 4	17 a 19	12	13 a 16 + 20 a 4	17 a 19	12	13 a 16 + 20 a 4	17 a 19	12

Santa Rita De Jacutinga	14 a 16 + 20 a 4	13 + 17 a 19	12	14 a 16 + 20 a 4	13 + 17 a 19	12	14 a 16 + 20 a 4	13 + 17 a 19	12
Santa Rita De Minas	12 a 5	10 a 11 + 6		12 a 5	10 a 11 + 6		12 a 5	10 a 11 + 6	
Santa Rita Do Itueto	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Santa Rita Do Sapucaí	22 a 3	4	21	22 a 3	4	21	22 a 3	4	21
Santa Rosa Da Serra	11 a 7	8 a 10		11 a 7	8 a 10		11 a 7	8 a 10	
Santa Vitória	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Santana Da Vargem	13 a 4	12	11 + 5	13 a 4	12	11 + 5	13 a 4	12	11 + 5
Santana De Cataguases	13 a 4		12	13 a 4		12	13 a 4		12
Santana De Pirapama	11 a 5	6	7	11 a 5	6	7	11 a 5	6	7
Santana Do Deserto	13 a 4		12	13 a 4		12	13 a 4		12
Santana Do Garambéu	14 a 16 + 20 a 4	13 + 17 a 19	12	14 a 16 + 20 a 4	13 + 17 a 19	12	14 a 16 + 20 a 4	13 + 17 a 19	12
Santana Do Jacaré	12 a 4		5	12 a 4		5	12 a 4		5
Santana Do Manhuaçu	12 a 4	10 a 11 + 5	9	12 a 4	10 a 11 + 5	9	12 a 4	10 a 11 + 5	9
Santana Do Paraíso	12 a 5	10 a 11 + 6		12 a 5	10 a 11 + 6		12 a 5	10 a 11 + 6	
Santana Do Riacho	11 a 5	6		11 a 5	6		11 a 5	6	
Santana Dos Montes	13 a 4	12 + 5		13 a 4	12 + 5		13 a 4	12 + 5	
Santo Antônio Do Amparo	12 a 4		5	12 a 4		5	12 a 4		5
Santo Antônio Do Aventureiro	13 a 4		12	13 a 4		12	13 a 4		12
Santo Antônio Do Grama	12 a 4	5		12 a 4	5		12 a 4	5	
Santo Antônio Do Itambé	11 a 5		6	11 a 5		6	11 a 5		6
Santo Antônio Do Jacinto	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Santo Antônio Do Monte	11 a 6	7		11 a 6	7		11 a 6	7	
Santo Antônio Do Retiro	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Santo Antônio Do Rio Abaixo	12 a 5	11 + 6		12 a 5	11 + 6		12 a 5	11 + 6	
Santo Hipólito	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Santos Dumont	13 a 4		12	13 a 4		12	13 a 4		12
São Bento Abade	13 a 2	3	12	13 a 2	3	12	13 a 2	3	12
São Brás Do Suaçuí	12 a 4		5	12 a 4		5	12 a 4		5
São Domingos Das Dores	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
São Domingos Do Prata	12 a 5	11 + 6		12 a 5	11 + 6		12 a 5	11 + 6	
São Félix De Minas	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
São Francisco	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
São Francisco De Paula	12 a 4		5 + 11	12 a 4		5 + 11	12 a 4		5 + 11
São Francisco De Sales	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
São Francisco Do Glória	12 a 4		5	12 a 4		5	12 a 4		5
São Geraldo	13 a 4	12 + 5		13 a 4	12 + 5		13 a 4	12 + 5	
São Geraldo Da Piedade	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
São Geraldo Do Baixio	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
São Gonçalo Do Abaeté	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
São Gonçalo Do Pará	12 a 5	11	6	12 a 5	11	6	12 a 5	11	6
São Gonçalo Do Rio Abaixo	12 a 5	11 + 6		12 a 5	11 + 6		12 a 5	11 + 6	
São Gonçalo Do Rio Preto	12 a 6	11 + 7	8 a 10	12 a 6	11 + 7	8 a 10	12 a 6	11 + 7	8 a 10
São Gonçalo Do Sapucaí	20 a 2	18 a 19	13 a 17	18 a 2		13 a 17	18 a 2		13 a 17
São Gotardo	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
São João Batista Do Glória	11 a 6	7 a 10		11 a 6	7 a 10		11 a 6	7 a 10	
São João Da Lagoa	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
São João Da Mata	21 a 3	19 a 20 + 4	17 a 18	19 a 3	4	17 a 18	19 a 3	4	17 a 18
São João Da Ponte	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
São João Das Missões	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
São João Del Rei	13 a 4		12	13 a 4		12	13 a 4		12
São João Do Manhuaçu	12 a 4		5	12 a 4		5	12 a 4		5
São João Do Manteninha	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
São João Do Oriente	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
São João Do Pacuí	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
São João Do Paraíso	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
São João Evangelista	11 a 5	6 a 10		11 a 5	6 a 10		11 a 5	6 a 10	
São João Nepomuceno	13 a 4		12	13 a 4		12	13 a 4		12
São Joaquim De Bicas	12 a 5	11	6	12 a 5	11	6	12 a 5	11	6
São José Da Barra	11 a 6	7	8 a 10	11 a 6	7	8 a 10	11 a 6	7	8 a 10
São José Da Lapa	12 a 5	11 + 6		12 a 5	11 + 6		12 a 5	11 + 6	
São José Da Safira	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
São José Da Varginha	11 a 5	6		11 a 5	6		11 a 5	6	
São José Do Alegre	21 a 3	4	18 a 20	21 a 3	4	18 a 20	21 a 3	4	18 a 20
São José Do Divino	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
São José Do Goiabal	12 a 5	11 + 6		12 a 5	11 + 6		12 a 5	11 + 6	
São José Do Jacuri	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
São José Do Mantimento	12 a 4	10 a 11 + 5	9	12 a 4	10 a 11 + 5	9	12 a 4	10 a 11 + 5	9
São Lourenço	17 a 4	13 a 16	12	13 a 4		12	13 a 4		12
São Miguel Do Anta	13 a 4	12 + 5		13 a 4	12 + 5		13 a 4	12 + 5	
São Pedro Da União	11 a 5	6	7 a 10	11 a 5	6	7 a 10	11 a 5	6	7 a 10
São Pedro Do Suaçuí	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
São Pedro Dos Ferros	12 a 5	11 + 6		12 a 5	11 + 6		12 a 5	11 + 6	
São Romão	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
São Roque De Minas	11 a 7	8 a 10		11 a 7	8 a 10		11 a 7	8 a 10	
São Sebastião Da Bela Vista	21 a 3	4	19 a 20	21 a 3	4	19 a 20	21 a 3	4	19 a 20
São Sebastião Da Vargem Alegre	13 a 4	12		13 a 4	12		13 a 4	12	
São Sebastião Do Anta	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
São Sebastião Do Maranhão	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
São Sebastião Do Oeste	12 a 4	11 + 5		12 a 4	11 + 5		12 a 4	11 + 5	
São Sebastião Do Paraíso	11 a 7	8 a 10		11 a 7	8 a 10		11 a 7	8 a 10	
São Sebastião Do Rio Preto	12 a 5	11 + 6		12 a 5	11 + 6		12 a 5	11 + 6	
São Sebastião Do Rio Verde	13 a 4		12	13 a 4		12	13 a 4		12
São Thomé Das Letras	13 a 2		3 + 12	13 a 2		3 + 12	13 a 2		3 + 12
São Tiago	13 a 3	12 + 4	5	13 a 3	12 + 4	5	13 a 3	12 + 4	5
São Tomás De Aquino	11 a 7	8 a 10		11 a 7	8 a 10		11 a 7	8 a 10	
São Vicente De Minas	14 a 16 + 20 a 2	13 + 17 a 19	12 + 3	14 a 16 + 20 a 2	13 + 17 a 19	12 + 3	14 a 16 + 20 a 2	13 + 17 a 19	12 + 3
Sapucaí-Mirim	25 a 3	24 + 4	23	24 a 3	4	23	24 a 3	4	23
Sardoá	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Sarzedo	12 a 5	11	6	12 a 5	11	6	12 a 5	11	6
Sem-Peixe	12 a 5	6	11	12 a 5	6	11	12 a 5	6	11
Senador Amaral	24 a 3	4	23	24 a 3	4	23	24 a 3	4	23
Senador Cortes	13 a 4		12	13 a 4		12	13 a 4		12
Senador Firmino	13 a 4	12 + 5		13 a 4	12 + 5		13 a 4	12 + 5	
Senador José Bento	21 a 3	20 + 4	18 a 19	20 a 3	4	18 a 19	20 a 3	4	18 a 19
Senador Modestino Gonçalves	12 a 6	11 + 7	8 a 10	12 a 6	11 + 7	8 a 10	12 a 6	11 + 7	8 a 10
Senhora De Oliveira	13 a 4	12 + 5		13 a 4	12 + 5		13 a 4	12 + 5	
Senhora Do Porto	12 a 5	11 + 6		12 a 5	11 + 6		12 a 5	11 + 6	
Senhora Dos Remédios	13 a 4	12	5	13 a 4	12	5	13 a 4	12	5

Sericita	12 a 4	5		12 a 4	5		12 a 4	5	
Seritinga	20 a 1	13 a 19 + 2	12 + 3	20 a 1	13 a 19 + 2	12 + 3	20 a 1	13 a 19 + 2	12 + 3
Serra Azul De Minas	12 a 4	11 + 5		12 a 4	11 + 5		12 a 4	11 + 5	
Serra Da Saudade	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Serra Do Salitre	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Serra Dos Aimorés	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Serrania	12 + 17 a 4	13 a 16	5 + 11	12 a 4		5 + 11	12 a 4		5 + 11
Serranópolis De Minas	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Serranos	14 a 16 + 20 a 2	13 + 17 a 19	12 + 3	14 a 16 + 20 a 2	13 + 17 a 19	12 + 3	14 a 16 + 20 a 2	13 + 17 a 19	12 + 3
Serro	11 a 5	6	7	11 a 5	6	7	11 a 5	6	7
Sete Lagoas	11 a 5	6		11 a 5	6		11 a 5	6	
Setubinha	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Silveirânia	13 a 4	12	5	13 a 4	12	5	13 a 4	12	5
Silvianópolis	21 a 3	19 a 20 + 4	17 a 18	19 a 3	4	17 a 18	19 a 3	4	17 a 18
Simão Pereira	13 a 4		12	13 a 4		12	13 a 4		12
Simonésia	12 a 4	10 a 11 + 5	6 a 9	12 a 4	10 a 11 + 5	6 a 9	12 a 4	10 a 11 + 5	6 a 9
Sobrália	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Soledade De Minas	13 a 2	3 a 4	12	13 a 2	3 a 4	12	13 a 2	3 a 4	12
Tabuleiro	13 a 4		12	13 a 4		12	13 a 4		12
Taiobeiras	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Taparuba	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Tapira	11 a 7	8 a 10		11 a 7	8 a 10		11 a 7	8 a 10	
Tapiraí	11 a 7		8 a 10	11 a 7		8 a 10	11 a 7		8 a 10
Taquaraçu De Minas	12 a 5	11 + 6		12 a 5	11 + 6		12 a 5	11 + 6	
Tarumirim	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Teixeiras	12 a 4	5		12 a 4	5		12 a 4	5	
Teófilo Otoni	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Timóteo	12 a 5	11 + 6		12 a 5	11 + 6		12 a 5	11 + 6	
Tiradentes	13 a 4		5 + 12	13 a 4		5 + 12	13 a 4		5 + 12
Tiros	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Tocantins	13 a 4	12		13 a 4	12		13 a 4	12	
Tocos Do Moji	22 a 3	4	21	22 a 3	4	21	22 a 3	4	21
Toledo	20 a 3	17 a 19 + 4	13 a 16	17 a 3	4	12 a 16	17 a 3	4	12 a 16
Tombos	13 a 3	12	4 a 5	13 a 3	12	4 a 5	13 a 3	12	4 a 5
Três Corações	13 a 2		3 + 12	13 a 2		3 + 12	13 a 2		3 + 12
Três Marias	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Três Pontas	13 a 4	12	11	13 a 4	12	11	13 a 4	12	11
Tumiritinga	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Tupaciguara	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Turmalina	12 a 6	10 a 11 + 7	8 a 9	12 a 6	10 a 11 + 7	8 a 9	12 a 6	10 a 11 + 7	8 a 9
Turvolândia	19 a 2	16 a 18 + 3 + 12	13 a 15	12 + 16 a 2	3	13 a 15	12 + 16 a 2	3	13 a 15
Ubá	13 a 4	12		13 a 4	12		13 a 4	12	
Ubaí	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Ubaporanga	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Uberaba	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Uberlândia	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Umburatiba	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Unaí	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
União De Minas	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Uruana De Minas	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Urucânia	12 a 4	5		12 a 4	5		12 a 4	5	
Urucuia	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Vargem Alegre	12 a 5	6 a 11		12 a 5	6 a 11		12 a 5	6 a 11	
Vargem Bonita	11 a 7		8 a 10	11 a 7		8 a 10	11 a 7		8 a 10
Vargem Grande Do Rio Pardo	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Varginha	16 a 2	13 a 15 + 3	12	13 a 2	3	12	13 a 2	3	12
Varjão De Minas	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Várzea Da Palma	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Varzelândia	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Vazante	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Verdelândia	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Veredinha	10 a 6	7 a 9		10 a 6	7 a 9		10 a 6	7 a 9	
Veríssimo	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Vermelho Novo	12 a 4	11 + 5		12 a 4	11 + 5		12 a 4	11 + 5	
Vespasiano	12 a 5	11 + 6		12 a 5	11 + 6		12 a 5	11 + 6	
Viçosa	13 a 4	12 + 5		13 a 4	12 + 5		13 a 4	12 + 5	
Vieiras	12 a 4			12 a 4			12 a 4		
Virgem Da Lapa	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Virgínia	13 a 4	12		13 a 4	12		13 a 4	12	
Virginópolis	11 a 5	6 a 10		11 a 5	6 a 10		11 a 5	6 a 10	
Virgolândia	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Visconde Do Rio Branco	13 a 4	12	5	13 a 4	12	5	13 a 4	12	5
Volta Grande	13 a 4		12	13 a 4		12	13 a 4		12
Wenceslau Braz	23 a 4	22	20 a 21	22 a 4		20 a 21	22 a 4		20 a 21

PORTARIA Nº 396, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2020

O SECRETÁRIO DE POLÍTICA AGRÍCOLA, no uso de suas atribuições e competências estabelecidas pelo Decreto nº 10.253, de 20 de fevereiro de 2020, e observado, no que couber, o contido no Decreto nº 9.841 de 18 de junho de 2019 e nas Instruções Normativas nº 2, de 9 de outubro de 2008, publicada no Diário Oficial da União de 13 de outubro de 2008, da Secretaria de Política Agrícola, e nº 16, de 9 de abril de 2018, publicada no Diário Oficial da União de 12 de abril de 2018, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, resolve:

Art. 1º Aprovar o Zoneamento Agrícola de Risco Climático para a cultura de arroz irrigado tropical no Estado de Rio de Janeiro conforme anexo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CÉSAR HANNA HALUM

ANEXO

1. NOTA TÉCNICA

No Brasil, o arroz (Oryza sativa L.) irrigado por inundação é produzido do Rio Grande do Sul a Roraima. Basicamente, a produção de arroz irrigado por inundação é dividida em dois ambientes, subtropical e tropical.

As principais limitações abióticas para a produção do arroz irrigado tropical são a disponibilidade de radiação solar e altas temperaturas. Ambos fatores meteorológicos são os que mais influenciam o potencial produtivo da cultura do arroz.

As faixas de temperaturas prejudiciais variam de acordo com o estádio fenológico da planta, sendo que as faixas de temperaturas ótimas variam de 20 a 35°C para a germinação, de 30 a 33°C para a floração e de 20 a 25°C para a maturação. Temperaturas superiores a 35°C podem ser prejudiciais a cultura chegando a causar esterilidade das espiguetas. Já, a radiação solar impacta especialmente nas fases reprodutiva (da diferenciação da panícula à floração; quando um aporte de radiação abaixo do ideal afeta o número de grãos por panícula), e de maturação (da floração à maturação fisiológica do grão; baixa incidência reduz o enchimento e o peso ideal dos grãos).

Estudos realizados no Sul e no Centro Oeste do Brasil mostraram que as maiores produtividades são obtidas com níveis crescentes de radiação solar, sendo observada uma correlação linear entre produtividade e acúmulo de radiação solar no ciclo da cultura. Basicamente, regiões com latitudes próxima ao equador apresentam um menor potencial produtivo, devido ao menor acúmulo de radiação solar fotossinteticamente ativa durante o período reprodutivo e enchimento de grãos. Nessas fases a demanda por carboidratos é alta devido à formação e enchimento das espiguetas que atuam como drenos e, quando há menor acúmulo desse fator, o declínio na produtividade é observado. Aportes menores de radiação solar durante o período reprodutivo impactam substancialmente o número e o peso das espiguetas, como consequência afeta a produtividade.

Em função do exposto, deduz-se que a época de semeadura é uma das práticas de manejo que desempenha papel de destaque na redução do risco climático pelo fato de aumentar as chances de que as fases críticas da planta escapem dos elementos climáticos adversos e coincidam com os favoráveis.

Nesse estudo foi utilizado o modelo de simulação do desenvolvimento, crescimento e produtividade da cultura do arroz denominado ORYZA. Resultados obtidos com esse modelo indicam que ele é capaz de simular, com níveis relativamente altos de acurácia, a produtividade das principais cultivares de arroz irrigado utilizadas nas distintas regiões produtoras do Brasil. De maneira simplificada, o modelo utiliza uma série de módulos (processos) para simular o desenvolvimento, crescimento e produtividade da planta de arroz. Para isso são considerados fatores relacionados ao solo, clima, cultivar ("características genéticas") e manejo da cultura. O modelo utiliza como dados de entrada a temperatura mínima e máxima diária, radiação solar global diária e precipitação diária.

Objetivou-se, com o Zoneamento Agrícola de Risco Climático (ZARC), identificar os municípios aptos e os períodos de semeadura com menor risco climático para o cultivo do arroz irrigado por inundação em três níveis de risco: 20%, 30%, 40%.

Essa identificação foi realizada com a aplicação do modelo de simulação do crescimento, desenvolvimento e rendimento da cultura do arroz, ORYZAv3 (https://sites.google.com/a/irri.org/oryza2000/about-oryza-version-3), para avaliar a resposta da cultura às condições climáticas da região de estudo.

Por se tratar de um modelo agroclimático, parte-se do pressuposto que não ocorrerão limitações quanto à fertilidade dos solos e danos às plantas devido à ocorrência de pragas e doenças.

Para delimitação das áreas aptas ao cultivo do arroz irrigado por inundação, em condições de baixo risco, destaca-se os seguintes aspectos:

- A parametrização do modelo ORYZAv3 é o processo de derivar coeficientes específicos de um cultivar por meio de dados observados em experimentos de campo. Nesse estudo, parametrizamos o modelo ORYZAv3 para a cultivar BRS Catiana. Essa cultivar foi desenvolvida pela Embrapa para ser cultivada na região tropical. Nos trópicos, devido a menor amplitude e maior temperatura média ambiente, há basicamente o ciclo médio.

- Foram feitas simulações com datas de semeadura para o período de 1º de setembro até 31 de dezembro, com intervalo decendial, para 1 grupo de cultivar onde predomina-se o ciclo médio.

- Para a determinação do risco climático, os rendimentos simulados pelo modelo ORYZAv3 para cada ponto, data de semeadura e ano, denominados nesse estudo como Rendimento Relativo (RRel), foram normalizados. Para o calculo da normalização, dividiu-se o RRel pelo Rendimento de Referência (REF). O REF representa o valor do percentil 0.90 (90%) do RRel, que nesse estudo foi de 12.336 kg/ha.

- Nesse estudo definiu-se como condição adversa ou de produtividade insuficiente os anos safra que resultassem em RRel inferior a 70% do rendimento de referência (REF).

- Considerou-de o risco de ocorrência de temperaturas muito baixas e deletérias à cultura, por meio da probabilidade de ocorrência de temperatura mínima menor ou igual a 7°C observadas no abrigo meteorológico;

A gestão de riscos de natureza climática, na cultura do arroz tropical irrigado por inundação, pode ser melhorada pela assistência técnica local, via a diluição de riscos, quando são associadas, ao calendário de semeadura preconizado nas Portarias de Zarc, práticas de manejo de cultivos que contemplem a rotação de culturas, o escalonamento de épocas de semeadura e a diversificação de cultivares (com ciclos diferentes) em uma mesma propriedade rural.

O Zarc, além de ser uma ferramenta de gestão de riscos na agricultura, para maior efetividade de resultados, também deve atuar como indutor de tecnologia de produção. Nesse sentido, especial atenção deve ser dada aos seguintes tópicos:

a. É necessário garantir a disponibilidade de água para irrigação por inundação durante todo o ciclo da cultura;

b. A metodologia empregada ainda não considera os efeitos deletérios da precipitação na época da colheita.

c. Os resultados de Zarc são gerados presumindo-se um manejo agronômico adequado para o desenvolvimento, crescimento e produtividade de cada cultura, em função da disponibilidade de recursos do ambiente em cada local. Falhas ou deficiências de diversos tipos, desde manejo inadequado da fertilidade do solo, de pragas e doenças ou escolha de cultivares não adaptadas para o ambiente edafoclimático, podem resultar em perdas de produtividade ou agravar perdas geradas por eventos meteorológicos adversos. Nesse contexto, é indispensável: utilizar sempre tecnologia de produção adequada para a condição edafoclimática local; controlar efetivamente as plantas daninhas durante o cultivo; adotar práticas de controle de pragas e doenças; e correção físico-química do solo (fertilidade e descompactação dos solos);

Considerou-se apto para o cultivo do arroz irrigado tropical os municípios em que o RRel foi maior ou igual a 70% do REF na frequência dos anos.

2. TIPO DE SOLO APTO AO CULTIVO

Nesse estudo considerou-se somente o solo hidromórfico, caracterizado por apresentar lençol freático próximo à superfície durante a maior parte do tempo e estar situado em áreas de relevo plano, que reune as condições exigidas pela cultura.

Não são indicadas para o cultivo as áreas de preservação permanente, de acordo com a Lei 12.651, de 25 de maio de 2012.

3. TABELA DE PERÍODOS DE SEMEADURA

Períodos	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
Datas	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 28	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 30
Meses	Janeiro			Fevereiro			Março			Abril		

Períodos	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24
Datas	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 30	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 31
Meses	Maio			Junho			Julho			Agosto		

Períodos	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36
Datas	1º a 10	11 a 20	21 a 30	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 30	1º a 10	11 a 20	21 a 31
Meses	Setembro			Outubro			Novembro			Dezembro		

4. CULTIVARES INDICADAS

Ficam indicadas no Zoneamento Agrícola de Risco Climático, as cultivares de arroz, recomendadas para o plantio em sistema de irrigação por inundação, registradas no Registro Nacional de Cultivares (RNC) do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, atendidas as indicações das regiões de adaptação, em conformidade com as recomendações dos respectivos obtentores/mantenedores.

Notas:

1) Informações específicas sobre as cultivares indicadas devem ser obtidas junto aos respectivos obtentores/mantenedores.

2) Devem ser utilizadas no plantio sementes produzidas em conformidade com a legislação brasileira sobre sementes e mudas (Lei nº 10.711, de 5 de agosto de 2003, e Decreto nº 5.153, de 23 de agosto de 2004).

5. RELAÇÃO DOS MUNICÍPIOS APTOS AO CULTIVO E PERÍODOS INDICADOS PARA SEMEADURA

MUNICÍPIOS	PERÍODOS DE SEMEADURAS PARA CULTIVARES DO GRUPO I								
	SOLO 1			SOLO 2			SOLO 3		
	RISCO DE 20%	RISCO DE 30%	RISCO DE 40%	RISCO DE 20%	RISCO DE 30%	RISCO DE 40%	RISCO DE 20%	RISCO DE 30%	RISCO DE 40%
Angra Dos Reis	13 a 4	12		13 a 4	12		13 a 4	12	
Aperibé	13 a 3	4	12	13 a 3	4	12	13 a 3	4	12
Araruama	13 a 4		12	13 a 4		12	13 a 4		12
Areal	13 a 4		12	13 a 4		12	13 a 4		12
Armação Dos Búzios	13 a 4		12	13 a 4		12	13 a 4		12
Arraial Do Cabo	13 a 4		12	13 a 4		12	13 a 4		12
Barra Do Piraí	13 a 4		12	13 a 4		12	13 a 4		12
Barra Mansa	13 a 4		12	13 a 4		12	13 a 4		12
Belford Roxo	13 a 4		12	13 a 4		12	13 a 4		12
Bom Jardim	13 a 4		12	13 a 4		12	13 a 4		12
Bom Jesus Do Itabapoana	13 a 3	12		13 a 3	12		13 a 3	12	
Cabo Frio	13 a 4		12	13 a 4		12	13 a 4		12
Cachoeiras De Macacu	13 a 4		12	13 a 4		12	13 a 4		12
Cambuci	13 a 3		4 + 12	13 a 3		4 + 12	13 a 3		4 + 12
Carapebus	13 a 1	2		13 a 1	2		13 a 1	2	
Comendador Levy Gasparian	13 a 4		12	13 a 4		12	13 a 4		12
Campos Dos Goytacazes	13 a 2	12 + 3		13 a 2	12 + 3		13 a 2	12 + 3	
Cantagalo	13 a 4		12	13 a 4		12	13 a 4		12
Cardoso Moreira	13 a 2	12 + 3		13 a 2	12 + 3		13 a 2	12 + 3	
Carmo	13 a 4		12	13 a 4		12	13 a 4		12
Casimiro De Abreu	13 a 4		12	13 a 4		12	13 a 4		12
Conceição De Macabu	13 a 1	2	3 a 4	13 a 1	2	3 a 4	13 a 1	2	3 a 4
Cordeiro	13 a 4		12	13 a 4		12	13 a 4		12
Duas Barras	13 a 4		12	13 a 4		12	13 a 4		12
Duque De Caxias	13 a 4		12	13 a 4		12	13 a 4		12
Engenheiro Paulo De Frontin	13 a 4		12	13 a 4		12	13 a 4		12
Guapimirim	13 a 4		12	13 a 4		12	13 a 4		12
Iguaba Grande	13 a 4		12	13 a 4		12	13 a 4		12
Itaboraí	13 a 4		12	13 a 4		12	13 a 4		12
Itaguaí	13 a 4		12	13 a 4		12	13 a 4		12
Italva	13 a 2	12 + 3		13 a 2	12 + 3		13 a 2	12 + 3	
Itaocara	13 a 3		4 + 12	13 a 3		4 + 12	13 a 3		4 + 12
Itaperuna	13 a 3	12	4	13 a 3	12	4	13 a 3	12	4
Itatiaia	13 a 4		12	13 a 4		12	13 a 4		12
Japeri	13 a 4		12	13 a 4		12	13 a 4		12
Laje Do Muriaé	13 a 3	12 + 4		13 a 3	12 + 4		13 a 3	12 + 4	
Macaé	13 a 4		12	13 a 4		12	13 a 4		12
Macuco	13 a 4		12	13 a 4		12	13 a 4		12
Magé	13 a 4		12	13 a 4		12	13 a 4		12
Mangaratiba	13 a 4		12	13 a 4		12	13 a 4		12
Maricá	13 a 4		12	13 a 4		12	13 a 4		12
Mendes	13 a 4		12	13 a 4		12	13 a 4		12
Mesquita	13 a 4		12	13 a 4		12	13 a 4		12
Miguel Pereira	13 a 4		12	13 a 4		12	13 a 4		12
Miracema	13 a 3	4	12	13 a 3	4	12	13 a 3	4	12
Natividade	13 a 3	12		13 a 3	12		13 a 3	12	
Nilópolis	13 a 4		12	13 a 4		12	13 a 4		12
Niterói	13 a 4		12	13 a 4		12	13 a 4		12
Nova Friburgo	13 a 4		12	13 a 4		12	13 a 4		12
Nova Iguaçu	13 a 4		12	13 a 4		12	13 a 4		12
Paracambi	13 a 4		12	13 a 4		12	13 a 4		12
Paraíba Do Sul	13 a 4		12	13 a 4		12	13 a 4		12
Paraty	13 a 4	12		13 a 4	12		13 a 4	12	
Paty Do Alferes	13 a 4		12	13 a 4		12	13 a 4		12
Petrópolis	13 a 4		12	13 a 4		12	13 a 4		12
Pinheiral	13 a 4		12	13 a 4		12	13 a 4		12
Piraí	13 a 4		12	13 a 4		12	13 a 4		12
Porciúncula	13 a 3	12		13 a 3	12		13 a 3	12	
Porto Real	13 a 4		12	13 a 4		12	13 a 4		12
Quatis	14 a 16 + 20 a 4	13 + 17 a 19	12	14 a 16 + 20 a 4	13 + 17 a 19	12	14 a 16 + 20 a 4	13 + 17 a 19	12
Queimados	13 a 4		12	13 a 4		12	13 a 4		12
Quissamã	14 a 1	13 + 2	12	14 a 1	13 + 2	12	14 a 1	13 + 2	12
Resende	13 a 4		12	13 a 4		12	13 a 4		12
Rio Bonito	13 a 4		12	13 a 4		12	13 a 4		12
Rio Claro	13 a 4		12	13 a 4		12	13 a 4		12
Rio Das Flores	13 a 4		12	13 a 4		12	13 a 4		12
Rio Das Ostras	13 a 4		12	13 a 4		12	13 a 4		12
Rio De Janeiro	13 a 4		12	13 a 4		12	13 a 4		12
Santa Maria Madalena	13 a 1	2		13 a 1	2		13 a 1	2	
Santo Antônio De Pádua	13 a 3	4	12	13 a 3	4	12	13 a 3	4	12
São Francisco De Itabapoana	12 a 2	3	11	12 a 2	3	11	12 a 2	3	11
São Fidélis	13 a 2	3	12	13 a 2	3	12	13 a 2	3	12
São Gonçalo	13 a 4		12	13 a 4		12	13 a 4		12
São João Da Barra	13 a 2	3	12	13 a 2	3	12	13 a 2	3	12
São João De Meriti	13 a 4		12	13 a 4		12	13 a 4		12
São José De Ubá	13 a 3	12	4	13 a 3	12	4	13 a 3	12	4
São José Do Vale Do Rio Preto	13 a 4		12	13 a 4		12	13 a 4		12
São Pedro Da Aldeia	13 a 4		12	13 a 4		12	13 a 4		12
São Sebastião Do Alto	13 a 2	3	4	13 a 2	3	4	13 a 2	3	4
Sapucaia	13 a 4		12	13 a 4		12	13 a 4		12
Saquarema	13 a 4		12	13 a 4		12	13 a 4		12
Seropédica	13 a 4		12	13 a 4		12	13 a 4		12
Silva Jardim	13 a 4		12	13 a 4		12	13 a 4		12
Sumidouro	13 a 4		12	13 a 4		12	13 a 4		12
Tanguá	13 a 4		12	13 a 4		12	13 a 4		12

Teresópolis	13 a 4		12	13 a 4		12	13 a 4		12
Trajano De Moraes	13 a 4		12	13 a 4		12	13 a 4		12
Três Rios	13 a 4		12	13 a 4		12	13 a 4		12
Valença	13 a 4		12	13 a 4		12	13 a 4		12
Varre-Sai	13 a 3	12		13 a 3	12		13 a 3	12	
Vassouras	13 a 4		12	13 a 4		12	13 a 4		12
Volta Redonda	13 a 4		12	13 a 4		12	13 a 4		12

PORTARIA Nº 397, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2020

O SECRETÁRIO DE POLÍTICA AGRÍCOLA, no uso de suas atribuições e competências estabelecidas pelo Decreto nº 10.253, de 20 de fevereiro de 2020, e observado, no que couber, o contido no Decreto nº 9.841 de 18 de junho de 2019 e nas Instruções Normativas nº 2, de 9 de outubro de 2008, publicada no Diário Oficial da União de 13 de outubro de 2008, da Secretaria de Política Agrícola, e nº 16, de 9 de abril de 2018, publicada no Diário Oficial da União de 12 de abril de 2018, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, resolve:

Art. 1º Aprovar o Zoneamento Agrícola de Risco Climático para a cultura de arroz irrigado tropical no Estado de São Paulo conforme anexo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CÉSAR HANNA HALUM

ANEXO

1. NOTA TÉCNICA

No Brasil, o arroz (Oryza sativa L.) irrigado por inundação é produzido do Rio Grande do Sul a Roraima. Basicamente, a produção de arroz irrigado por inundação é dividida em dois ambientes, subtropical e tropical.

As principais limitações abióticas para a produção do arroz irrigado tropical são a disponibilidade de radiação solar e altas temperaturas. Ambos fatores meteorológicos são os que mais influenciam o potencial produtivo da cultura do arroz.

As faixas de temperaturas prejudiciais variam de acordo com o estádio fenológico da planta, sendo que as faixas de temperaturas ótimas variam de 20 a 35°C para a germinação, de 30 a 33°C para a floração e de 20 a 25°C para a maturação. Temperaturas superiores a 35°C podem ser prejudiciais a cultura chegando a causar esterilidade das espiguetas. Já, a radiação solar impacta especialmente nas fases reprodutiva (da diferenciação da panícula à floração; quando um aporte de radiação abaixo do ideal afeta o número de grãos por panícula), e de maturação (da floração à maturação fisiológica do grão; baixa incidência reduz o enchimento e o peso ideal dos grãos).

Estudos realizados no Sul e no Centro Oeste do Brasil mostraram que as maiores produtividades são obtidas com níveis crescentes de radiação solar, sendo observada uma correlação linear entre produtividade e acúmulo de radiação solar no ciclo da cultura. Basicamente, regiões com latitudes próxima ao equador apresentam um menor potencial produtivo, devido ao menor acúmulo de radiação solar fotossinteticamente ativa durante o período reprodutivo e enchimento de grãos. Nessas fases a demanda por carboidratos é alta devido à formação e enchimento das espiguetas que atuam como drenos e, quando há menor acúmulo desse fator, o declínio na produtividade é observado. Aportes menores de radiação solar durante o período reprodutivo impactam substancialmente o número e o peso das espiguetas, como consequência afeta a produtividade.

Em função do exposto, deduz-se que a época de semeadura é uma das práticas de manejo que desempenha papel de destaque na redução do risco climático pelo fato de aumentar as chances de que as fases críticas da planta escapem dos elementos climáticos adversos e coincidam com os favoráveis.

Nesse estudo foi utilizado o modelo de simulação do desenvolvimento, crescimento e produtividade da cultura do arroz denominado ORYZA. Resultados obtidos com esse modelo indicam que ele é capaz de simular, com níveis relativamente altos de acurácia, a produtividade das principais cultivares de arroz irrigado utilizadas nas distintas regiões produtoras do Brasil. De maneira simplificada, o modelo utiliza uma série de módulos (processos) para simular o desenvolvimento, crescimento e produtividade da planta de arroz. Para isso são considerados fatores relacionados ao solo, clima, cultivar ("características genéticas") e manejo da cultura. O modelo utiliza como dados de entrada a temperatura mínima e máxima diária, radiação solar global diária e precipitação diária.

Objetivou-se, com o Zoneamento Agrícola de Risco Climático (ZARC), identificar os municípios aptos e os períodos de semeadura com menor risco climático para o cultivo do arroz irrigado por inundação em três níveis de risco: 20%, 30%, 40%.

Essa identificação foi realizada com a aplicação do modelo de simulação do crescimento, desenvolvimento e rendimento da cultura do arroz, ORYZAv3 (https://sites.google.com/a/irri.org/oryza2000/about-oryza-version-3), para avaliar a resposta da cultura às condições climáticas da região de estudo.

Por se tratar de um modelo agroclimático, parte-se do pressuposto que não ocorrerão limitações quanto à fertilidade dos solos e danos às plantas devido à ocorrência de pragas e doenças.

Para delimitação das áreas aptas ao cultivo do arroz irrigado por inundação, em condições de baixo risco, destaca-se os seguintes aspectos:

- A parametrização do modelo ORYZAv3 é o processo de derivar coeficientes específicos de um cultivar por meio de dados observados em experimentos de campo. Nesse estudo, parametrizamos o modelo ORYZAv3 para a cultivar BRS Catiana. Essa cultivar foi desenvolvida pela Embrapa para ser cultivada na região tropical. Nos trópicos, devido a menor amplitude e maior temperatura média ambiente, há basicamente o ciclo médio.

- Foram feitas simulações com datas de semeadura para o período de 1º de setembro até 31 de dezembro, com intervalo decendial, para 1 grupo de cultivar onde predomina-se o ciclo médio.

- Para a determinação do risco climático, os rendimentos simulados pelo modelo ORYZAv3 para cada ponto, data de semeadura e ano, denominados nesse estudo como Rendimento Relativo (RRel), foram normalizados. Para o calculo da normalização, dividiu-se o RRel pelo Rendimento de Referência (REF). O REF representa o valor do percentil 0.90 (90%) do RRel, que nesse estudo foi de 12.336 kg/ha.

- Nesse estudo definiu-se como condição adversa ou de produtividade insuficiente os anos safra que resultassem em RRel inferior a 70% do rendimento de referência (REF).

- Considerou-de o risco de ocorrência de temperaturas muito baixas e deletérias à cultura, por meio da probabilidade de ocorrência de temperatura mínima menor ou igual a 7°C observadas no abrigo meteorológico;

A gestão de riscos de natureza climática, na cultura do arroz tropical irrigado por inundação, pode ser melhorada pela assistência técnica local, via a diluição de riscos, quando são associadas, ao calendário de semeadura preconizado nas Portarias de Zarc, práticas de manejo de cultivos que contemplem a rotação de culturas, o escalonamento de épocas de semeadura e a diversificação de cultivares (com ciclos diferentes) em uma mesma propriedade rural.

O Zarc, além de ser uma ferramenta de gestão de riscos na agricultura, para maior efetividade de resultados, também deve atuar como indutor de tecnologia de produção. Nesse sentido, especial atenção deve ser dada aos seguintes tópicos:

a. É necessário garantir a disponibilidade de água para irrigação por inundação durante todo o ciclo da cultura;

b. A metodologia empregada ainda não considera os efeitos deletérios da precipitação na época da colheita.

c. Os resultados de Zarc são gerados presumindo-se um manejo agronômico adequado para o desenvolvimento, crescimento e produtividade de cada cultura, em função da disponibilidade de recursos do ambiente em cada local. Falhas ou deficiências de diversos tipos, desde manejo inadequado da fertilidade do solo, de pragas e doenças ou escolha de cultivares não adaptadas para o ambiente edafoclimático, podem resultar em perdas de produtividade ou agravar perdas geradas por eventos meteorológicos adversos. Nesse contexto, é indispensável: utilizar sempre tecnologia de produção adequada para a condição edafoclimática local; controlar efetivamente as plantas daninhas durante o cultivo; adotar práticas de controle de pragas e doenças; e correção físico-química do solo (fertilidade e descompactação dos solos);

Considerou-se apto para o cultivo do arroz irrigado tropical os municípios em que o RRel foi maior ou igual a 70% do REF na frequência dos anos.

2. TIPO DE SOLO APTO AO CULTIVO

Nesse estudo considerou-se somente o solo hidromórfico, caracterizado por apresentar lençol freático próximo à superfície durante a maior parte do tempo e estar situado em áreas de relevo plano, que reune as condições exigidas pela cultura.

Não são indicadas para o cultivo as áreas de preservação permanente, de acordo com a Lei 12.651, de 25 de maio de 2012.

3. TABELA DE PERÍODOS DE SEMEADURA

Períodos	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
Datas	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 28	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 30
Meses	Janeiro			Fevereiro			Março			Abril		

Períodos	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24
Datas	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 30	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 31
Meses	Maio			Junho			Julho			Agosto		

Períodos	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36
Datas	1º a 10	11 a 20	21 a 30	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 30	1º a 10	11 a 20	21 a 31
Meses	Setembro			Outubro			Novembro			Dezembro		

4. CULTIVARES INDICADAS

Ficam indicadas no Zoneamento Agrícola de Risco Climático, as cultivares de arroz, recomendadas para o plantio em sistema de irrigação por inundação, registradas no Registro Nacional de Cultivares (RNC) do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, atendidas as indicações das regiões de adaptação, em conformidade com as recomendações dos respectivos obtentores/mantenedores.

Notas:

1) Informações específicas sobre as cultivares indicadas devem ser obtidas junto aos respectivos obtentores/mantenedores.

2) Devem ser utilizadas no plantio sementes produzidas em conformidade com a legislação brasileira sobre sementes e mudas (Lei nº 10.711, de 5 de agosto de 2003, e Decreto nº 5.153, de 23 de agosto de 2004).

5. RELAÇÃO DOS MUNICÍPIOS APTOS AO CULTIVO E PERÍODOS INDICADOS PARA SEMEADURA

MUNICÍPIOS	PERÍODOS DE SEMEADURAS PARA CULTIVARES DO GRUPO I								
	SOLO 1			SOLO 2			SOLO 3		
	RISCO DE 20%	RISCO DE 30%	RISCO DE 40%	RISCO DE 20%	RISCO DE 30%	RISCO DE 40%	RISCO DE 20%	RISCO DE 30%	RISCO DE 40%
Adamantina	12 a 6	7	8 a 11	12 a 6	7	8 a 11	12 a 6	7	8 a 11
Adolfo	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Aguaí	13 a 3	12 + 4	11 + 5	13 a 3	12 + 4	11 + 5	13 a 3	12 + 4	11 + 5
Águas Da Prata	22 a 3	21 + 4	19 a 20	21 a 3	4	19 a 20	21 a 3	4	19 a 20
Águas De Lindóia	13 a 3	12 + 4	11	13 a 3	12 + 4	11	13 a 3	12 + 4	11
Águas De Santa Bárbara	14 a 5	12 a 13		14 a 5	12 a 13		14 a 5	12 a 13	
Águas De São Pedro	13 a 5	12	6	13 a 5	12	6	13 a 5	12	6
Agudos	13 a 5	12	11 + 6	13 a 5	12	11 + 6	13 a 5	12	11 + 6
Alambari	14 a 3	13 + 4	12 + 5 a 6	14 a 3	13 + 4	12 + 5 a 6	14 a 3	13 + 4	12 + 5 a 6
Alfredo Marcondes	13 a 5	12 + 6	11 + 7	13 a 5	12 + 6	11 + 7	13 a 5	12 + 6	11 + 7
Altair	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Altinópolis	11 a 7	8 a 10		11 a 7	8 a 10		11 a 7	8 a 10	
Alto Alegre	12 a 6	7 a 11		12 a 6	7 a 11		12 a 6	7 a 11	
Alumínio	13 a 3		4 + 12	13 a 3		4 + 12	13 a 3		4 + 12
Álvares Florence	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Álvares Machado	13 a 5	12 + 6	11 + 7	13 a 5	12 + 6	11 + 7	13 a 5	12 + 6	11 + 7
Álvaro De Carvalho	12 a 5	11 + 6	7 a 10	12 a 5	11 + 6	7 a 10	12 a 5	11 + 6	7 a 10
Alvinlândia	13 a 5	12	11	13 a 5	12	11	13 a 5	12	11
Americana	13 a 3	12 + 4		13 a 3	12 + 4		13 a 3	12 + 4	
Américo Brasiliense	12 a 5	11 + 6		12 a 5	11 + 6		12 a 5	11 + 6	
Américo De Campos	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Amparo	13 a 3	12 + 4		13 a 3	12 + 4		13 a 3	12 + 4	
Analândia	12 a 5	11	6	12 a 5	11	6	12 a 5	11	6
Andradina	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Angatuba	15 a 5	13 a 14	12	15 a 5	13 a 14	12	15 a 5	13 a 14	12
Anhembi	14 a 5	12 a 13	6	14 a 5	12 a 13	6	14 a 5	12 a 13	6

Anhumas	13 a 5	12 + 6		13 a 5	12 + 6		13 a 5	12 + 6	
Aparecida	21 a 4	19 a 20	12 a 18	19 a 4	12	13 a 18	19 a 4	12	13 a 18
Aparecida D'Oeste	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Apiaí	22 a 36		1 a 2 + 21	22 a 36		1 a 2 + 21	22 a 36		1 a 2 + 21
Araçariguama	13 a 3		12	13 a 3		12	13 a 3		12
Araçatuba	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Araçoiaba Da Serra	14 a 3	13 + 4	12 + 5 a 6	14 a 3	13 + 4	12 + 5 a 6	14 a 3	13 + 4	12 + 5 a 6
Aramina	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Arandu	15 a 4	12 a 14 + 5		15 a 4	12 a 14 + 5		15 a 4	12 a 14 + 5	
Arapeí	13 a 4		12	13 a 4		12	13 a 4		12
Araraquara	11 a 5	6		11 a 5	6		11 a 5	6	
Araras	13 a 4	12	11 + 5	13 a 4	12	11 + 5	13 a 4	12	11 + 5
Arco-Íris	12 a 6	11 + 7	8 a 10	12 a 6	11 + 7	8 a 10	12 a 6	11 + 7	8 a 10
Arealva	12 a 5	11 + 6	10	12 a 5	11 + 6	10	12 a 5	11 + 6	10
Areias	13 a 4	12		13 a 4	12		13 a 4	12	
Areiópolis	14 a 5	12 a 13	6	14 a 5	12 a 13	6	14 a 5	12 a 13	6
Ariranha	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Artur Nogueira	13 a 3	12 + 4	11	13 a 3	12 + 4	11	13 a 3	12 + 4	11
Arujá	13 a 3	4	12	13 a 3	4	12	13 a 3	4	12
Aspásia	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Assis	15 a 4	12 a 14 + 5		15 a 4	12 a 14 + 5		15 a 4	12 a 14 + 5	
Atibaia	13 a 3	4	12	13 a 3	4	12	13 a 3	4	12
Auriflama	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Avaí	12 a 5	10 a 11 + 6	7 a 9	12 a 5	10 a 11 + 6	7 a 9	12 a 5	10 a 11 + 6	7 a 9
Avanhandava	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Avaré	14 a 5	12 a 13		14 a 5	12 a 13		14 a 5	12 a 13	
Bady Bassitt	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Balbinos	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Bálsamo	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Bananal	13 a 4		12	13 a 4		12	13 a 4		12
Barão De Antonina	22 a 2	20 a 21 + 3 + 17 a 18	19 + 4 + 15	22 a 2	20 a 21 + 3 + 17 a 18	19 + 4 + 15	22 a 2	20 a 21 + 3 + 17 a 18	19 + 4 + 15
Barbosa	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Bariri	12 a 5	11 + 6		12 a 5	11 + 6		12 a 5	11 + 6	
Barra Bonita	13 a 5	12	11 + 6	13 a 5	12	11 + 6	13 a 5	12	11 + 6
Barra Do Chapéu	22 a 36		21	22 a 36		21	22 a 36		21
Barra Do Turvo	20 a 1		2 + 18 a 19	20 a 1	18 a 19	2	20 a 1	18 a 19	2
Barretos	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Barrinha	11 a 6	7 a 10		11 a 6	7 a 10		11 a 6	7 a 10	
Barueri	13 a 3		12	13 a 3		12	13 a 3		12
Bastos	13 a 6	12 + 7	8 a 11	13 a 6	12 + 7	8 a 11	13 a 6	12 + 7	8 a 11
Batatais	11 a 7	8 a 10		11 a 7	8 a 10		11 a 7	8 a 10	
Bauru	12 a 5	11 + 6		12 a 5	11 + 6		12 a 5	11 + 6	
Bebedouro	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Bento De Abreu	12 a 6	11 + 7	8 a 10	12 a 6	11 + 7	8 a 10	12 a 6	11 + 7	8 a 10
Bernardino De Campos	15 a 4	12 a 14 + 5		15 a 4	12 a 14 + 5		15 a 4	12 a 14 + 5	
Bertioga	13 a 3	4	12	13 a 3	4	12	13 a 3	4	12
Bilac	12 a 6	7 a 11		12 a 6	7 a 11		12 a 6	7 a 11	
Birigui	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Biritiba-Mirim	13 a 3	4	12	13 a 3	4	12	13 a 3	4	12
Boa Esperança Do Sul	12 a 5	11 + 6		12 a 5	11 + 6		12 a 5	11 + 6	
Bocaina	12 a 5	11 + 6		12 a 5	11 + 6		12 a 5	11 + 6	
Bofete	14 a 5	12 a 13	6	14 a 5	12 a 13	6	14 a 5	12 a 13	6
Boituva	13 a 4	5	6 + 12	13 a 4	5	6 + 12	13 a 4	5	6 + 12
Bom Jesus Dos Perdões	13 a 3	4	12	13 a 3	4	12	13 a 3	4	12
Bom Sucesso De Itararé	22 a 36			22 a 36		21	22 a 36		21
Borá	13 a 5	12 + 6	11	13 a 5	12 + 6	11	13 a 5	12 + 6	11
Boracéia	12 a 5	11 + 6		12 a 5	11 + 6		12 a 5	11 + 6	
Borborema	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Borebi	14 a 5	12 a 13	6	14 a 5	12 a 13	6	14 a 5	12 a 13	6
Botucatu	14 a 5	12 a 13	6	14 a 5	12 a 13	6	14 a 5	12 a 13	6
Bragança Paulista	13 a 3	4	12	13 a 3	4	12	13 a 3	4	12
Braúna	12 a 6	7 a 11		12 a 6	7 a 11		12 a 6	7 a 11	
Brejo Alegre	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Brodowski	11 a 6	7 a 10		11 a 6	7 a 10		11 a 6	7 a 10	
Brotas	12 a 5	11 + 6		12 a 5	11 + 6		12 a 5	11 + 6	
Buri	15 a 2	13 a 14 + 3	12 + 4	15 a 2	13 a 14 + 3	12 + 4	15 a 2	13 a 14 + 3	12 + 4
Buritama	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Buritizal	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Cabrália Paulista	14 a 5	12 a 13	11 + 6	14 a 5	12 a 13	11 + 6	14 a 5	12 a 13	11 + 6
Cabreúva	13 a 3		12	13 a 3		12	13 a 3		12
Caçapava	19 a 3	13 a 18 + 4		13 a 3	4	12	13 a 3	4	12
Cachoeira Paulista	13 a 4	12		13 a 4	12		13 a 4	12	
Caconde	12 a 4	11	5	12 a 4	11	5	12 a 4	11	5
Cafelândia	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Caiabu	13 a 6	12	7 a 11	13 a 6	12	7 a 11	13 a 6	12	7 a 11
Caieiras	13 a 3		12	13 a 3		12	13 a 3		12
Caiuá	13 a 6	12	11 + 7	13 a 6	12	11 + 7	13 a 6	12	11 + 7
Cajamar	13 a 3		12	13 a 3		12	13 a 3		12
Cajati	17 a 1	15 a 16	14 + 2	17 a 1	15 a 16	14 + 2	17 a 1	15 a 16	14 + 2
Cajobi	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Cajuru	11 a 6		7 a 10	11 a 6		7 a 10	11 a 6		7 a 10
Campina Do Monte Alegre	15 a 3	13 a 14 + 4	12	15 a 3	13 a 14 + 4	12	15 a 3	13 a 14 + 4	12
Campinas	13 a 3	4	12	13 a 3	4	12	13 a 3	4	12
Campo Limpo Paulista	13 a 3		12	13 a 3		12	13 a 3		12
Campos Do Jordão	26 a 4		25	26 a 4		25	26 a 4		25
Campos Novos Paulista	14 a 5	12 a 13		14 a 5	12 a 13		14 a 5	12 a 13	
Cananéia	17 a 1	15 a 16 + 2	14 + 3	17 a 1	15 a 16 + 2	14 + 3	17 a 1	15 a 16 + 2	14 + 3
Canas	13 a 4	12		13 a 4	12		13 a 4	12	
Cândido Mota	15 a 4	13 a 14 + 5	12	15 a 4	13 a 14 + 5	12	15 a 4	13 a 14 + 5	12
Cândido Rodrigues	11 a 6	7 a 10		11 a 6	7 a 10		11 a 6	7 a 10	
Canitar	15 a 4	12 a 14 + 5		15 a 4	12 a 14 + 5		15 a 4	12 a 14 + 5	
Capão Bonito	17 a 2	14 a 16 + 3	13	17 a 2	14 a 16 + 3		17 a 2	14 a 16 + 3	
Capela Do Alto	14 a 3	13 + 4	12 + 5 a 6	14 a 3	13 + 4	12 + 5 a 6	14 a 3	13 + 4	12 + 5 a 6
Capivari	13 a 3	12 + 4	5	13 a 3	12 + 4	5	13 a 3	12 + 4	5
Caraguatatuba	13 a 3	12 + 4		13 a 3	12 + 4		13 a 3	12 + 4	
Carapicuíba	13 a 3		4 + 12	13 a 3		4 + 12	13 a 3		4 + 12
Cardoso	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Casa Branca	12 a 4	11	5	12 a 4	11	5	12 a 4	11	5
Cássia Dos Coqueiros	12 a 5	11 + 6	7 a 10	12 a 5	11 + 6	7 a 10	12 a 5	11 + 6	7 a 10
Castilho	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Catanduva	1 a 36			1 a 36			1 a 36		

Catiguá	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Cedral	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Cerqueira César	14 a 5	12 a 13		14 a 5	12 a 13		14 a 5	12 a 13	
Cerquilho	14 a 5	13	12 + 6	14 a 5	13	12 + 6	14 a 5	13	12 + 6
Cesário Lange	14 a 5	12 a 13	6	14 a 5	12 a 13	6	14 a 5	12 a 13	6
Charqueada	13 a 5	12	11 + 6	13 a 5	12	11 + 6	13 a 5	12	11 + 6
Chavantes	15 a 4	12 a 14 + 5		15 a 4	12 a 14 + 5		15 a 4	12 a 14 + 5	
Clementina	12 a 6	11 + 7	8 a 10	12 a 6	11 + 7	8 a 10	12 a 6	11 + 7	8 a 10
Colina	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Colômbia	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Conchal	13 a 3	12 + 4	11	13 a 3	12 + 4	11	13 a 3	12 + 4	11
Conchas	14 a 5	12 a 13	6	14 a 5	12 a 13	6	14 a 5	12 a 13	6
Cordeirópolis	13 a 4	12	11 + 5	13 a 4	12	11 + 5	13 a 4	12	11 + 5
Coroados	12 a 7	8 a 11		12 a 7	8 a 11		12 a 7	8 a 11	
Coronel Macedo	22 a 2	20 a 21 + 3 + 15 + 17	18 a 19 + 14 + 16	22 a 2	20 a 21 + 3 + 17	18 a 19 + 15	22 a 2	20 a 21 + 3 + 17	18 a 19 + 15
Corumbataí	12 a 5	11	6	12 a 5	11	6	12 a 5	11	6
Cosmópolis	13 a 3	12 + 4	11	13 a 3	12 + 4	11	13 a 3	12 + 4	11
Cosmorama	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Cotia	13 a 3		4 + 12	13 a 3		4 + 12	13 a 3		4 + 12
Cravinhos	11 a 6		7 a 10	11 a 6		7 a 10	11 a 6		7 a 10
Cristais Paulista	11 a 7	8 a 10		11 a 7	8 a 10		11 a 7	8 a 10	
Cruzália	15 a 4	13 a 14 + 5	12	15 a 4	13 a 14 + 5	12	15 a 4	13 a 14 + 5	12
Cruzeiro	13 a 4	12		13 a 4	12		13 a 4	12	
Cubatão	13 a 3	4	12	13 a 3	4	12	13 a 3	4	12
Cunha	13 a 4	12		13 a 4	12		13 a 4	12	
Descalvado	12 a 5	11	6	12 a 5	11	6	12 a 5	11	6
Diadema	13 a 3	4	12	13 a 3	4	12	13 a 3	4	12
Dirce Reis	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Divinolândia	20 a 3	17 a 19 + 4	12 a 16 + 5	17 a 3	4	5 + 12 a 16	17 a 3	4	5 + 12 a 16
Dobrada	11 a 5	6	7 a 10	11 a 5	6	7 a 10	11 a 5	6	7 a 10
Dois Córregos	13 a 5	11 a 12 + 6		13 a 5	11 a 12 + 6		13 a 5	11 a 12 + 6	
Dolcinópolis	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Dourado	12 a 5	11 + 6		12 a 5	11 + 6		12 a 5	11 + 6	
Dracena	13 a 6	12 + 7	8 a 11	13 a 6	12 + 7	8 a 11	13 a 6	12 + 7	8 a 11
Duartina	13 a 5	11 a 12 + 6		13 a 5	11 a 12 + 6		13 a 5	11 a 12 + 6	
Dumont	11 a 6	7	8 a 10	11 a 6	7	8 a 10	11 a 6	7	8 a 10
Echaporã	13 a 5	12	6	13 a 5	12	6	13 a 5	12	6
Eldorado	17 a 1	14 a 16 + 2	13 + 3 a 6	17 a 1	14 a 16 + 2	3 a 6	17 a 1	14 a 16 + 2	3 a 6
Elias Fausto	13 a 3	4	12	13 a 3	4	12	13 a 3	4	12
Elisiário	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Embaúba	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Embu Das Artes	13 a 3		4 + 12	13 a 3		4 + 12	13 a 3		4 + 12
Embu-Guaçu	13 a 3	4	12	13 a 3	4	12	13 a 3	4	12
Emilianópolis	13 a 6	12 + 7	8 a 11	13 a 6	12 + 7	8 a 11	13 a 6	12 + 7	8 a 11
Engenheiro Coelho	13 a 3	12 + 4	11	13 a 3	12 + 4	11	13 a 3	12 + 4	11
Espírito Santo Do Pinhal	13 a 3	12 + 4	11	13 a 3	12 + 4	11	13 a 3	12 + 4	11
Espírito Santo Do Turvo	14 a 5	12 a 13		14 a 5	12 a 13		14 a 5	12 a 13	
Estiva Gerbi	13 a 3	12 + 4	11	13 a 3	12 + 4	11	13 a 3	12 + 4	11
Estrela Do Norte	14 a 4	13 + 5	12	14 a 4	13 + 5	12	14 a 4	13 + 5	12
Estrela D'Oeste	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Euclides Da Cunha Paulista	15 a 5	13 a 14	12 + 6	15 a 5	13 a 14	12 + 6	15 a 5	13 a 14	12 + 6
Fartura	15 a 4	13 a 14	12	15 a 4	13 a 14	12	15 a 4	13 a 14	12

Fernando Prestes	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Fernandópolis	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Fernão	12 a 5	6	11	12 a 5	6	11	12 a 5	6	11
Ferraz De Vasconcelos	13 a 3	4	12	13 a 3	4	12	13 a 3	4	12
Flora Rica	13 a 6	12 + 7	8 a 11	13 a 6	12 + 7	8 a 11	13 a 6	12 + 7	8 a 11
Floreal	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Flórida Paulista	12 a 6	7	8 a 11	12 a 6	7	8 a 11	12 a 6	7	8 a 11
Florínia	15 a 4	13 a 14 + 5	12	15 a 4	13 a 14 + 5	12	15 a 4	13 a 14 + 5	12
Franca	11 a 7	8 a 10		11 a 7	8 a 10		11 a 7	8 a 10	
Francisco Morato	13 a 3		12	13 a 3		12	13 a 3		12
Franco Da Rocha	13 a 3		12	13 a 3		12	13 a 3		12
Gabriel Monteiro	12 a 6	11 + 7	8 a 10	12 a 6	11 + 7	8 a 10	12 a 6	11 + 7	8 a 10
Gália	12 a 5	11 + 6		12 a 5	11 + 6		12 a 5	11 + 6	
Garça	12 a 5	11 + 6	7 a 10	12 a 5	11 + 6	7 a 10	12 a 5	11 + 6	7 a 10
Gastão Vidigal	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Gavião Peixoto	11 a 5	6		11 a 5	6		11 a 5	6	
General Salgado	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Getulina	12 a 6	7 a 11		12 a 6	7 a 11		12 a 6	7 a 11	
Glicério	12 a 7	8 a 11		12 a 7	8 a 11		12 a 7	8 a 11	
Guaiçara	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Guaimbê	12 a 6	7 a 11		12 a 6	7 a 11		12 a 6	7 a 11	
Guaíra	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Guapiaçu	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Guapiara	17 a 36	15 a 16 + 1	14 + 2 a 3	17 a 36	15 a 16 + 1	14 + 2 a 3	17 a 36	15 a 16 + 1	14 + 2 a 3
Guará	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Guaraçaí	12 a 6	7 a 11		12 a 6	7 a 11		12 a 6	7 a 11	
Guaraci	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Guarani D'Oeste	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Guarantã	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Guararapes	12 a 7	8 a 11		12 a 7	8 a 11		12 a 7	8 a 11	
Guararema	13 a 3	4	12	13 a 3	4	12	13 a 3	4	12
Guaratinguetá	13 a 4	12		13 a 4	12		13 a 4	12	
Guareí	14 a 5	13	12 + 6	14 a 5	13	12 + 6	14 a 5	13	12 + 6
Guariba	11 a 5	6	7 a 10	11 a 5	6	7 a 10	11 a 5	6	7 a 10
Guarujá	13 a 3	4	12	13 a 3	4	12	13 a 3	4	12
Guarulhos	13 a 3	4	12	13 a 3	4	12	13 a 3	4	12
Guatapará	11 a 5	6	7 a 10	11 a 5	6	7 a 10	11 a 5	6	7 a 10
Guzolândia	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Herculândia	12 a 6	7	8 a 11	12 a 6	7	8 a 11	12 a 6	7	8 a 11
Holambra	13 a 3	12 + 4	11	13 a 3	12 + 4	11	13 a 3	12 + 4	11
Hortolândia	13 a 3	4	12	13 a 3	4	12	13 a 3	4	12
Iacanga	9 a 5	6 a 8		9 a 5	6 a 8		9 a 5	6 a 8	
Iacri	12 a 6	7	8 a 11	12 a 6	7	8 a 11	12 a 6	7	8 a 11
Iaras	14 a 5	12 a 13		14 a 5	12 a 13		14 a 5	12 a 13	
Ibaté	12 a 5	11 + 6		12 a 5	11 + 6		12 a 5	11 + 6	
Ibirá	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Ibirarema	15 a 4	12 a 14 + 5		15 a 4	12 a 14 + 5		15 a 4	12 a 14 + 5	
Ibitinga	12 a 5	6 a 11		12 a 5	6 a 11		12 a 5	6 a 11	
Ibiúna	13 a 3		4 + 12	13 a 3		4 + 12	13 a 3		4 + 12

Icém	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Iepê	15 a 4	13 a 14 + 5	12	15 a 4	13 a 14 + 5	12	15 a 4	13 a 14 + 5	12
Igaraçu Do Tietê	13 a 5	12	6	13 a 5	12	6	13 a 5	12	6
Igarapava	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Igaratá	13 a 3	4	12	13 a 3	4	12	13 a 3	4	12
Iguape	14 a 3	13		14 a 3	13		14 a 3	13	
Ilha Comprida	17 a 2	14 a 16 + 3		17 a 2	14 a 16 + 3		17 a 2	14 a 16 + 3	
Ilha Solteira	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Indaiatuba	13 a 3		4 + 12	13 a 3		4 + 12	13 a 3		4 + 12
Indiana	13 a 5	12 + 6	11 + 7	13 a 5	12 + 6	11 + 7	13 a 5	12 + 6	11 + 7
Indiaporã	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Inúbia Paulista	12 a 6	7	8 a 11	12 a 6	7	8 a 11	12 a 6	7	8 a 11
Ipaussu	15 a 4	12 a 14 + 5		15 a 4	12 a 14 + 5		15 a 4	12 a 14 + 5	
Iperó	13 a 3	4	5 a 6 + 12	13 a 3	4	5 a 6 + 12	13 a 3	4	5 a 6 + 12
Ipeúna	13 a 5	12	11 + 6	13 a 5	12	11 + 6	13 a 5	12	11 + 6
Ipiguá	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Iporanga	17 a 36		1 a 2 + 15 a 16	17 a 36		1 a 2	17 a 36		1 a 2
Ipuã	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Iracemápolis	13 a 4	12	11 + 5	13 a 4	12	11 + 5	13 a 4	12	11 + 5
Irapuã	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Irapuru	13 a 6	12 + 7	8 a 11	13 a 6	12 + 7	8 a 11	13 a 6	12 + 7	8 a 11
Itaberá	22 a 2	3	15 + 21	22 a 2	3	15 + 21	22 a 2	3	15 + 21
Itaí	15 a 4	13 a 14	12 + 5	15 a 4	13 a 14	12 + 5	15 a 4	13 a 14	12 + 5
Itajobi	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Itaju	12 a 5	11 + 6	10	12 a 5	11 + 6	10	12 a 5	11 + 6	10
Itanhaém	13 a 3	4	12	13 a 3	4	12	13 a 3	4	12
Itaóca	22 a 36		21	22 a 36		21	22 a 36		21
Itapecerica Da Serra	13 a 3	4	12	13 a 3	4	12	13 a 3	4	12
Itapetininga	14 a 3	13 + 4 a 5	12 + 6	14 a 3	13 + 4 a 5	12 + 6	14 a 3	13 + 4 a 5	12 + 6
Itapeva	17 a 2	15 a 16 + 3	14	17 a 2	15 a 16 + 3	14	17 a 2	15 a 16 + 3	14
Itapevi	13 a 3		12	13 a 3		12	13 a 3		12
Itapira	13 a 3	12 + 4	11	13 a 3	12 + 4	11	13 a 3	12 + 4	11
Itapirapuã Paulista	22 a 36		21	22 a 36		21	22 a 36		21
Itápolis	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Itaporanga	22 a 2	20 a 21 + 3	17 a 19 + 15	22 a 2	20 a 21 + 3 + 17	18 a 19 + 15	22 a 2	20 a 21 + 3 + 17	18 a 19 + 15
Itapuí	12 a 5	11 + 6		12 a 5	11 + 6		12 a 5	11 + 6	
Itapura	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Itaquaquecetuba	13 a 3	4	12	13 a 3	4	12	13 a 3	4	12
Itararé	22 a 1	2	21	22 a 1	2	21	22 a 1	2	21
Itariri	14 a 3	13	4	14 a 3	13	4	14 a 3	13	4
Itatiba	13 a 3		12	13 a 3		12	13 a 3		12
Itatinga	15 a 5	12 a 14	6	15 a 5	12 a 14	6	15 a 5	12 a 14	6
Itirapina	12 a 5	11	6	12 a 5	11	6	12 a 5	11	6
Itirapuã	11 a 7	8 a 10		11 a 7	8 a 10		11 a 7	8 a 10	
Itobi	12 a 3	11 + 4	5	12 a 3	11 + 4	5	12 a 3	11 + 4	5
Itu	13 a 3	4	12	13 a 3	4	12	13 a 3	4	12
Itupeva	13 a 3		12	13 a 3		12	13 a 3		12
Ituverava	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Jaborandi	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Jaboticabal	11 a 6	7 a 10		11 a 6	7 a 10		11 a 6	7 a 10	
Jacareí	13 a 3	4	12	13 a 3	4	12	13 a 3	4	12
Jaci	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Jacupiranga	17 a 1	15 a 16 + 2	14 + 3	17 a 1	15 a 16 + 2	14 + 3	17 a 1	15 a 16 + 2	14 + 3
Jaguariúna	13 a 3	12 + 4		13 a 3	12 + 4		13 a 3	12 + 4	
Jales	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Jambeiro	13 a 3	4	12	13 a 3	4	12	13 a 3	4	12
Jandira	13 a 3		12	13 a 3		12	13 a 3		12
Jardinópolis	11 a 7	8 a 10		11 a 7	8 a 10		11 a 7	8 a 10	
Jarinu	13 a 3		12	13 a 3		12	13 a 3		12
Jaú	12 a 5	11 + 6		12 a 5	11 + 6		12 a 5	11 + 6	
Jeriquara	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Joanópolis	13 a 3	4	12	13 a 3	4	12	13 a 3	4	12
João Ramalho	13 a 5	12 + 6	11 + 7	13 a 5	12 + 6	11 + 7	13 a 5	12 + 6	11 + 7
José Bonifácio	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Júlio Mesquita	12 a 6	7 a 11		12 a 6	7 a 11		12 a 6	7 a 11	
Jumirim	13 a 5	12	6	13 a 5	12	6	13 a 5	12	6
Jundiaí	13 a 3		12	13 a 3		12	13 a 3		12
Junqueirópolis	13 a 6	12 + 7	8 a 11	13 a 6	12 + 7	8 a 11	13 a 6	12 + 7	8 a 11
Juquiá	14 a 3	13	4 a 6	14 a 3	13	4 a 6	14 a 3	13	4 a 6
Juquitiba	13 a 3	4	12	13 a 3	4	12	13 a 3	4	12
Lagoinha	20 a 4	18 a 19	12 a 17	18 a 4	12	13 a 17	18 a 4	12	13 a 17
Laranjal Paulista	13 a 5	12	6	13 a 5	12	6	13 a 5	12	6
Lavínia	11 a 6	7 a 10		11 a 6	7 a 10		11 a 6	7 a 10	
Lavrinhas	13 a 4	12		13 a 4	12		13 a 4	12	
Leme	13 a 4	11 a 12	5	13 a 4	11 a 12	5	13 a 4	11 a 12	5
Lençóis Paulista	14 a 5	12 a 13	6	14 a 5	12 a 13	6	14 a 5	12 a 13	6
Limeira	13 a 3	12 + 4	11	13 a 3	12 + 4	11	13 a 3	12 + 4	11
Lindóia	13 a 3	12 + 4	11	13 a 3	12 + 4	11	13 a 3	12 + 4	11
Lins	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Lorena	13 a 4	12		13 a 4	12		13 a 4	12	
Lourdes	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Louveira	13 a 3		12	13 a 3		12	13 a 3		12
Lucélia	12 a 6	7	8 a 11	12 a 6	7	8 a 11	12 a 6	7	8 a 11
Lucianópolis	14 a 5	12 a 13	11 + 6	14 a 5	12 a 13	11 + 6	14 a 5	12 a 13	11 + 6
Luís Antônio	11 a 5	6		11 a 5	6		11 a 5	6	
Luiziânia	12 a 6	11 + 7	8 a 10	12 a 6	11 + 7	8 a 10	12 a 6	11 + 7	8 a 10
Lupércio	12 a 5		6 + 11	12 a 5		6 + 11	12 a 5		6 + 11
Lutécia	13 a 5	12 + 6	11	13 a 5	12 + 6	11	13 a 5	12 + 6	11
Macatuba	13 a 5	12	11 + 6	13 a 5	12	11 + 6	13 a 5	12	11 + 6
Macaubal	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Macedônia	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Magda	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Mairinque	13 a 3		4 + 12	13 a 3		4 + 12	13 a 3		4 + 12
Mairiporã	13 a 3	4	12	13 a 3	4	12	13 a 3	4	12
Manduri	14 a 5	12 a 13		14 a 5	12 a 13		14 a 5	12 a 13	
Marabá Paulista	13 a 5	12 + 6	11	13 a 5	12 + 6	11	13 a 5	12 + 6	11
Maracaí	15 a 4	12 a 14 + 5		15 a 4	12 a 14 + 5		15 a 4	12 a 14 + 5	
Marapoama	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Mariápolis	13 a 6	12 + 7	8 a 11	13 a 6	12 + 7	8 a 11	13 a 6	12 + 7	8 a 11
Marília	12 a 5	11 + 6	7 a 10	12 a 5	11 + 6	7 a 10	12 a 5	11 + 6	7 a 10
Marinópolis	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Martinópolis	13 a 5	12 + 6	11 + 7	13 a 5	12 + 6	11 + 7	13 a 5	12 + 6	11 + 7
Matão	11 a 5	6	7 a 10	11 a 5	6	7 a 10	11 a 5	6	7 a 10
Mauá	13 a 3	4	12	13 a 3	4	12	13 a 3	4	12
Mendonça	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Meridiano	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Mesópolis	1 a 36			1 a 36			1 a 36		

Miguelópolis	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Mineiros Do Tietê	13 a 5	12 + 6	11	13 a 5	12 + 6	11	13 a 5	12 + 6	11
Mira Estrela	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Miracatu	14 a 3	13	4	14 a 3	13	4	14 a 3	13	4
Mirandópolis	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Mirante Do Paranapanema	13 a 5	12 + 6		13 a 5	12 + 6		13 a 5	12 + 6	
Mirassol	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Mirassolândia	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Mococa	12 a 5	11 + 6	10	12 a 5	11 + 6	10	12 a 5	11 + 6	10
Mogi Das Cruzes	13 a 3	4	12	13 a 3	4	12	13 a 3	4	12
Mogi Guaçu	13 a 3	12 + 4	11 + 5	13 a 3	12 + 4	11 + 5	13 a 3	12 + 4	11 + 5
Mogi Mirim	13 a 3	12 + 4	11	13 a 3	12 + 4	11	13 a 3	12 + 4	11
Mombuca	13 a 4	12 + 5	6	13 a 4	12 + 5	6	13 a 4	12 + 5	6
Monções	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Mongaguá	13 a 3	4	12	13 a 3	4	12	13 a 3	4	12
Monte Alegre Do Sul	13 a 3	4	12	13 a 3	4	12	13 a 3	4	12
Monte Alto	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Monte Aprazível	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Monte Azul Paulista	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Monte Castelo	12 a 6	7	8 a 11	12 a 6	7	8 a 11	12 a 6	7	8 a 11
Monte Mor	13 a 3	4	12	13 a 3	4	12	13 a 3	4	12
Monteiro Lobato	21 a 3	19 a 20 + 4	13 a 18	19 a 3	4	13 a 18	19 a 3	4	13 a 18
Morro Agudo	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Morungaba	13 a 3		12	13 a 3		12	13 a 3		12
Motuca	11 a 5	6	7 a 10	11 a 5	6	7 a 10	11 a 5	6	7 a 10
Murutinga Do Sul	12 a 7	8 a 11		12 a 7	8 a 11		12 a 7	8 a 11	
Nantes	14 a 4	13 + 5	12	14 a 4	13 + 5	12	14 a 4	13 + 5	12
Narandiba	14 a 4	13 + 5	12	14 a 4	13 + 5	12	14 a 4	13 + 5	12
Natividade Da Serra	13 a 3	12 + 4		13 a 3	12 + 4		13 a 3	12 + 4	
Nazaré Paulista	13 a 3	4	12	13 a 3	4	12	13 a 3	4	12
Neves Paulista	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Nhandeara	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Nipoã	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Nova Aliança	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Nova Campina	22 a 36		1 a 2 + 21	22 a 36		1 a 2 + 21	22 a 36		1 a 2 + 21
Nova Canaã Paulista	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Nova Castilho	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Nova Europa	11 a 5	6	10	11 a 5	6	10	11 a 5	6	10
Nova Granada	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Nova Guataporanga	13 a 6	12 + 7	8 a 11	13 a 6	12 + 7	8 a 11	13 a 6	12 + 7	8 a 11
Nova Independência	12 a 6	11 + 7	8 a 10	12 a 6	11 + 7	8 a 10	12 a 6	11 + 7	8 a 10
Nova Luzitânia	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Nova Odessa	13 a 3	12 + 4		13 a 3	12 + 4		13 a 3	12 + 4	
Novais	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Novo Horizonte	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Nuporanga	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Ocauçu	12 a 5		6 + 11	12 a 5		6 + 11	12 a 5		6 + 11
Óleo	14 a 5	12 a 13		14 a 5	12 a 13		14 a 5	12 a 13	
Olímpia	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Onda Verde	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Oriente	12 a 5	6	7 a 11	12 a 5	6	7 a 11	12 a 5	6	7 a 11
Orindiúva	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Orlândia	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Osasco	13 a 3		4 + 12	13 a 3		4 + 12	13 a 3		4 + 12
Oscar Bressane	13 a 5	12 + 6	11	13 a 5	12 + 6	11	13 a 5	12 + 6	11
Osvaldo Cruz	12 a 6	7	8 a 11	12 a 6	7	8 a 11	12 a 6	7	8 a 11
Ourinhos	15 a 4	12 a 14 + 5		15 a 4	12 a 14 + 5		15 a 4	12 a 14 + 5	
Ouro Verde	13 a 6	12 + 7	8 a 11	13 a 6	12 + 7	8 a 11	13 a 6	12 + 7	8 a 11
Ouroeste	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Pacaembu	13 a 6	12 + 7	8 a 11	13 a 6	12 + 7	8 a 11	13 a 6	12 + 7	8 a 11
Palestina	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Palmares Paulista	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Palmeira D'Oeste	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Palmital	15 a 4	12 a 14 + 5		15 a 4	12 a 14 + 5		15 a 4	12 a 14 + 5	
Panorama	13 a 6	12 + 7	8 a 11	13 a 6	12 + 7	8 a 11	13 a 6	12 + 7	8 a 11
Paraguaçu Paulista	14 a 5	12 a 13 + 6		14 a 5	12 a 13 + 6		14 a 5	12 a 13 + 6	
Paraibuna	13 a 3	4	12	13 a 3	4	12	13 a 3	4	12
Paraíso	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Paranapanema	15 a 4	13 a 14 + 5	12	15 a 4	13 a 14 + 5	12	15 a 4	13 a 14 + 5	12
Paranapuã	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Parapuã	12 a 6	7	8 a 11	12 a 6	7	8 a 11	12 a 6	7	8 a 11
Pardinho	14 a 5	12 a 13	6	14 a 5	12 a 13	6	14 a 5	12 a 13	6
Pariquera-Açu	17 a 2	15 a 16 + 3	14	17 a 2	15 a 16 + 3	14	17 a 2	15 a 16 + 3	14
Parisi	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Patrocínio Paulista	11 a 7	8 a 10		11 a 7	8 a 10		11 a 7	8 a 10	
Paulicéia	12 a 6	7	8 a 11	12 a 6	7	8 a 11	12 a 6	7	8 a 11
Paulínia	13 a 3	12 + 4		13 a 3	12 + 4		13 a 3	12 + 4	
Paulistânia	14 a 5	12 a 13	11 + 6	14 a 5	12 a 13	11 + 6	14 a 5	12 a 13	11 + 6
Paulo De Faria	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Pederneiras	12 a 5	11 + 6		12 a 5	11 + 6		12 a 5	11 + 6	
Pedra Bela	13 a 3	4	12	13 a 3	4	12	13 a 3	4	12
Pedranópolis	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Pedregulho	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Pedreira	13 a 3	4	12	13 a 3	4	12	13 a 3	4	12
Pedrinhas Paulista	15 a 4	13 a 14 + 5	12	15 a 4	13 a 14 + 5	12	15 a 4	13 a 14 + 5	12
Pedro De Toledo	14 a 3	13	4	14 a 3	13	4	14 a 3	13	4
Penápolis	11 a 7	8 a 10		11 a 7	8 a 10		11 a 7	8 a 10	
Pereira Barreto	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Pereiras	14 a 5	12 a 13	6	14 a 5	12 a 13	6	14 a 5	12 a 13	6
Peruíbe	14 a 3	13	4	14 a 3	13	4	14 a 3	13	4
Piacatu	12 a 6	11 + 7	8 a 10	12 a 6	11 + 7	8 a 10	12 a 6	11 + 7	8 a 10
Piedade	14 a 3	13	12 + 4	14 a 3	13	12 + 4	14 a 3	13	12 + 4
Pilar Do Sul	14 a 3	13 + 4	12 + 5 a 6	14 a 3	13 + 4	12 + 5 a 6	14 a 3	13 + 4	12 + 5 a 6
Pindamonhangaba	22 a 4	21	19 a 20	21 a 4		19 a 20	21 a 4		19 a 20
Pindorama	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Pinhalzinho	13 a 3	4	12	13 a 3	4	12	13 a 3	4	12
Piquerobi	13 a 6	12 + 7	11	13 a 6	12 + 7	11	13 a 6	12 + 7	11
Piquete	17 a 4	12 a 16		13 a 4	12		13 a 4	12	
Piracaia	13 a 3	4	12	13 a 3	4	12	13 a 3	4	12
Piracicaba	13 a 5	12	6	13 a 5	12	6	13 a 5	12	6
Piraju	15 a 4	12 a 14 + 5		15 a 4	12 a 14 + 5		15 a 4	12 a 14 + 5	
Pirajuí	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Pirangi	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Pirapora Do Bom Jesus	13 a 3		12	13 a 3		12	13 a 3		12
Pirapozinho	13 a 5	12 + 6		13 a 5	12 + 6		13 a 5	12 + 6	

Pirassununga	12 a 4	11 + 5		12 a 4	11 + 5		12 a 4	11 + 5	
Piratininga	13 a 5	11 a 12	6	13 a 5	11 a 12	6	13 a 5	11 a 12	6
Pitangueiras	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Planalto	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Platina	15 a 4	12 a 14 + 5		15 a 4	12 a 14 + 5		15 a 4	12 a 14 + 5	
Poá	13 a 3	4	12	13 a 3	4	12	13 a 3	4	12
Poloni	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Pompéia	12 a 6	11 + 7	8 a 10	12 a 6	11 + 7	8 a 10	12 a 6	11 + 7	8 a 10
Pongaí	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Pontal	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Pontalinda	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Pontes Gestal	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Populina	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Porangaba	14 a 5	12 a 13	6	14 a 5	12 a 13	6	14 a 5	12 a 13	6
Porto Feliz	13 a 3	4	5 + 12	13 a 3	4	5 + 12	13 a 3	4	5 + 12
Porto Ferreira	12 a 4	11 + 5	6	12 a 4	11 + 5	6	12 a 4	11 + 5	6
Potim	20 a 4	13 a 19	12	13 a 4	12		13 a 4	12	
Potirendaba	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Pracinha	13 a 6	12 + 7	8 a 11	13 a 6	12 + 7	8 a 11	13 a 6	12 + 7	8 a 11
Pradópolis	11 a 6		7 a 10	11 a 6		7 a 10	11 a 6		7 a 10
Praia Grande	13 a 3	4	12	13 a 3	4	12	13 a 3	4	12
Pratânia	15 a 5	12 a 14	6	15 a 5	12 a 14	6	15 a 5	12 a 14	6
Presidente Alves	12 a 5	6 a 11		12 a 5	6 a 11		12 a 5	6 a 11	
Presidente Bernardes	13 a 5	12 + 6	11 + 7	13 a 5	12 + 6	11 + 7	13 a 5	12 + 6	11 + 7
Presidente Epitácio	13 a 6	12	11 + 7	13 a 6	12	11 + 7	13 a 6	12	11 + 7
Presidente Prudente	13 a 6	12 + 7	8 a 11	13 a 6	12 + 7	8 a 11	13 a 6	12 + 7	8 a 11
Presidente Venceslau	13 a 6	12 + 7	11	13 a 6	12 + 7	11	13 a 6	12 + 7	11
Promissão	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Quadra	14 a 5	13	12 + 6	14 a 5	13	12 + 6	14 a 5	13	12 + 6
Quatá	13 a 5	12 + 6	11 + 7	13 a 5	12 + 6	11 + 7	13 a 5	12 + 6	11 + 7
Queiroz	12 a 6	11 + 7	8 a 10	12 a 6	11 + 7	8 a 10	12 a 6	11 + 7	8 a 10
Queluz	13 a 4	12		13 a 4	12		13 a 4	12	
Quintana	13 a 5	12 + 6	7 a 11	13 a 5	12 + 6	7 a 11	13 a 5	12 + 6	7 a 11
Rafard	13 a 4	12 + 5	6	13 a 4	12 + 5	6	13 a 4	12 + 5	6
Rancharia	13 a 5	12 + 6	11 + 7	13 a 5	12 + 6	11 + 7	13 a 5	12 + 6	11 + 7
Redenção Da Serra	20 a 3	18 a 19 + 4	12 a 17	18 a 3	4 + 12	13 a 17	18 a 3	4 + 12	13 a 17
Regente Feijó	13 a 5	12 + 6	11	13 a 5	12 + 6	11	13 a 5	12 + 6	11
Reginópolis	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Registro	15 a 2	13 a 14 + 3	4	15 a 2	13 a 14 + 3	4 a 6	15 a 2	13 a 14 + 3	4 a 6
Restinga	11 a 7	8 a 10		11 a 7	8 a 10		11 a 7	8 a 10	
Ribeira	22 a 36		21	22 a 36		21	22 a 36		21
Ribeirão Bonito	12 a 5	11 + 6		12 a 5	11 + 6		12 a 5	11 + 6	
Ribeirão Branco	22 a 36		1 a 2 + 21	22 a 36		1 a 2 + 21	22 a 36		1 a 2 + 21
Ribeirão Corrente	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Ribeirão Do Sul	15 a 4	12 a 14 + 5		15 a 4	12 a 14 + 5		15 a 4	12 a 14 + 5	
Ribeirão Dos Índios	13 a 6	12 + 7	8 a 11	13 a 6	12 + 7	8 a 11	13 a 6	12 + 7	8 a 11
Ribeirão Grande	17 a 1	14 a 16 + 2 a 3		17 a 1	14 a 16 + 2 a 3		17 a 1	14 a 16 + 2 a 3	
Ribeirão Pires	13 a 3	4	12	13 a 3	4	12	13 a 3	4	12
Ribeirão Preto	11 a 6	7	8 a 10	11 a 6	7	8 a 10	11 a 6	7	8 a 10
Rifaina	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Rincão	11 a 5	6		11 a 5	6		11 a 5	6	
Rinópolis	12 a 6	7	8 a 11	12 a 6	7	8 a 11	12 a 6	7	8 a 11
Rio Claro	13 a 4	12 + 5	11 + 6	13 a 4	12 + 5	11 + 6	13 a 4	12 + 5	11 + 6
Rio Das Pedras	13 a 4	12 + 5	6	13 a 4	12 + 5	6	13 a 4	12 + 5	6
Rio Grande Da Serra	13 a 3	4	12	13 a 3	4	12	13 a 3	4	12
Riolândia	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Riversul	22 a 1	2	3 + 15 + 21	22 a 1	2	3 + 15 + 21	22 a 1	2	3 + 15 + 21
Rosana	16 a 5	13 a 15	12 + 6	16 a 5	13 a 15	12 + 6	16 a 5	13 a 15	12 + 6
Roseira	22 a 4	21	19 a 20	21 a 4		19 a 20	21 a 4		19 a 20
Rubiácea	12 a 6	11 + 7	8 a 10	12 a 6	11 + 7	8 a 10	12 a 6	11 + 7	8 a 10
Rubinéia	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Sabino	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Sagres	12 a 6	7	8 a 11	12 a 6	7	8 a 11	12 a 6	7	8 a 11
Sales	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Sales Oliveira	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Salesópolis	13 a 3	4	12	13 a 3	4	12	13 a 3	4	12
Salmourão	12 a 6	7	8 a 11	12 a 6	7	8 a 11	12 a 6	7	8 a 11
Saltinho	13 a 5	12	6	13 a 5	12	6	13 a 5	12	6
Salto	13 a 3	4	12	13 a 3	4	12	13 a 3	4	12
Salto De Pirapora	14 a 3	13 + 4	12	14 a 3	13 + 4	12	14 a 3	13 + 4	12
Salto Grande	15 a 4	12 a 14 + 5		15 a 4	12 a 14 + 5		15 a 4	12 a 14 + 5	
Sandovalina	14 a 5	13	12	14 a 5	13	12	14 a 5	13	12
Santa Adélia	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Santa Albertina	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Santa Bárbara D'Oeste	13 a 3	12 + 4		13 a 3	12 + 4		13 a 3	12 + 4	
Santa Branca	13 a 3	4	12	13 a 3	4	12	13 a 3	4	12
Santa Clara D'Oeste	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Santa Cruz Da Conceição	12 a 4	11 + 5		12 a 4	11 + 5		12 a 4	11 + 5	
Santa Cruz Da Esperança	11 a 6		7 a 10	11 a 6		7 a 10	11 a 6		7 a 10
Santa Cruz Das Palmeiras	12 a 4	11	5	12 a 4	11	5	12 a 4	11	5
Santa Cruz Do Rio Pardo	15 a 5	12 a 14		15 a 5	12 a 14		15 a 5	12 a 14	
Santa Ernestina	11 a 5	6	7 a 10	11 a 5	6	7 a 10	11 a 5	6	7 a 10
Santa Fé Do Sul	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Santa Gertrudes	13 a 4	12 + 5	11	13 a 4	12 + 5	11	13 a 4	12 + 5	11
Santa Isabel	13 a 3	4	12	13 a 3	4	12	13 a 3	4	12
Santa Lúcia	11 a 5	6		11 a 5	6		11 a 5	6	
Santa Maria Da Serra	13 a 5	12	6	13 a 5	12	6	13 a 5	12	6
Santa Mercedes	13 a 6	12 + 7	8 a 11	13 a 6	12 + 7	8 a 11	13 a 6	12 + 7	8 a 11
Santa Rita Do Passa Quatro	12 a 5	11 + 6		12 a 5	11 + 6		12 a 5	11 + 6	
Santa Rita D'Oeste	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Santa Rosa De Viterbo	12 a 5	11 + 6		12 a 5	11 + 6		12 a 5	11 + 6	
Santa Salete	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Santana Da Ponte Pensa	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Santana De Parnaíba	13 a 3		12	13 a 3		12	13 a 3		12
Santo Anastácio	13 a 5	12 + 6	11 + 7	13 a 5	12 + 6	11 + 7	13 a 5	12 + 6	11 + 7
Santo André	13 a 3	4	12	13 a 3	4	12	13 a 3	4	12
Santo Antônio Da Alegria	11 a 6	7 a 10		11 a 6	7 a 10		11 a 6	7 a 10	
Santo Antônio De Posse	13 a 3	12 + 4	11	13 a 3	12 + 4	11	13 a 3	12 + 4	11
Santo Antônio Do Aracanguá	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Santo Antônio Do Jardim	18 a 3	17 + 4	12 a 16	17 a 3	4 + 12	11 + 13 a 16	17 a 3	4 + 12	11 + 13 a 16
Santo Antônio Do Pinhal	25 a 3	24 + 4		24 a 3	4		24 a 3	4	
Santo Expedito	13 a 6	12 + 7	8 a 11	13 a 6	12 + 7	8 a 11	13 a 6	12 + 7	8 a 11
Santópolis Do Aguapeí	12 a 6	11 + 7	8 a 10	12 a 6	11 + 7	8 a 10	12 a 6	11 + 7	8 a 10

Santos	13 a 3	4	12	13 a 3	4	12	13 a 3	4	12
São Bento Do Sapucaí	25 a 3	24 + 4	23	24 a 3	4	23	24 a 3	4	23
São Bernardo Do Campo	13 a 3	4	12	13 a 3	4	12	13 a 3	4	12
São Caetano Do Sul	13 a 3	4	12	13 a 3	4	12	13 a 3	4	12
São Carlos	12 a 5	11 + 6		12 a 5	11 + 6		12 a 5	11 + 6	
São Francisco	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
São João Da Boa Vista	13 a 3	12 + 4	11	13 a 3	12 + 4	11	13 a 3	12 + 4	11
São João Das Duas Pontes	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
São João De Iracema	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
São João Do Pau D'Alho	12 a 6	7	8 a 11	12 a 6	7	8 a 11	12 a 6	7	8 a 11
São Joaquim Da Barra	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
São José Da Bela Vista	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
São José Do Barreiro	13 a 4	12		13 a 4	12		13 a 4	12	
São José Do Rio Pardo	12 a 4	11	5	12 a 4	11	5	12 a 4	11	5
São José Do Rio Preto	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
São José Dos Campos	13 a 3	4	12	13 a 3	4	12	13 a 3	4	12
São Lourenço Da Serra	13 a 3	4	12	13 a 3	4	12	13 a 3	4	12
São Luís Do Paraitinga	21 a 4	19 a 20	12 a 18	19 a 4	12	13 a 18	19 a 4	12	13 a 18
São Manuel	14 a 5	12 a 13	6	14 a 5	12 a 13	6	14 a 5	12 a 13	6
São Miguel Arcanjo	14 a 3	13	12 + 4 a 6	14 a 3	13	12 + 4 a 6	14 a 3	13	12 + 4 a 6
São Paulo	13 a 3	4	12	13 a 3	4	12	13 a 3	4	12
São Pedro	13 a 5	12	11 + 6	13 a 5	12	11 + 6	13 a 5	12	11 + 6
São Pedro Do Turvo	15 a 5	12 a 14		15 a 5	12 a 14		15 a 5	12 a 14	
São Roque	13 a 3		4 + 12	13 a 3		4 + 12	13 a 3		4 + 12
São Sebastião	13 a 3	4	12	13 a 3	4	12	13 a 3	4	12
São Sebastião Da Grama	19 a 3	17 a 18 + 4	11 a 16 + 5	17 a 3	4 + 11	5 + 12 a 16	17 a 3	4 + 11	5 + 12 a 16
São Simão	11 a 5	6	10	11 a 5	6	10	11 a 5	6	10
São Vicente	13 a 3	4	12	13 a 3	4	12	13 a 3	4	12
Sarapuí	14 a 3	13 + 4	12 + 5 a 6	14 a 3	13 + 4	12 + 5 a 6	14 a 3	13 + 4	12 + 5 a 6
Sarutaiá	17 a 4	15 a 16 + 5 + 12	13 a 14	15 a 4	12 a 14 + 5		15 a 4	12 a 14 + 5	
Sebastianópolis Do Sul	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Serra Azul	11 a 5	6	7 a 10	11 a 5	6	7 a 10	11 a 5	6	7 a 10
Serra Negra	13 a 3	12 + 4	11	13 a 3	12 + 4	11	13 a 3	12 + 4	11
Serrana	11 a 6	7	8 a 10	11 a 6	7	8 a 10	11 a 6	7	8 a 10
Sertãozinho	11 a 6	7 a 10		11 a 6	7 a 10		11 a 6	7 a 10	
Sete Barras	14 a 2	13 + 3	4 a 6	14 a 2	13 + 3	4 a 6	14 a 2	13 + 3	4 a 6
Severínia	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Silveiras	13 a 4	12		13 a 4	12		13 a 4	12	
Socorro	13 a 3	4	12	13 a 3	4	12	13 a 3	4	12
Sorocaba	13 a 3	4	12	13 a 3	4	12	13 a 3	4	12
Sud Mennucci	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Sumaré	13 a 3	4	12	13 a 3	4	12	13 a 3	4	12
Suzanápolis	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Suzano	13 a 3	4	12	13 a 3	4	12	13 a 3	4	12
Tabapuã	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Tabatinga	11 a 5	6	7 a 10	11 a 5	6	7 a 10	11 a 5	6	7 a 10
Taboão Da Serra	13 a 3		4 + 12	13 a 3		4 + 12	13 a 3		4 + 12
Taciba	13 a 4	12 + 5		13 a 4	12 + 5		13 a 4	12 + 5	
Taguaí	15 a 3	14 + 4	13	15 a 3	14 + 4	13	15 a 3	14 + 4	13
Taiaçu	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Taiúva	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Tambaú	12 a 4	11 + 5	6	12 a 4	11 + 5	6	12 a 4	11 + 5	6
Tanabi	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Tapiraí	14 a 3	13	12 + 4 a 6	14 a 3	13	12 + 4 a 6	14 a 3	13	12 + 4 a 6
Tapiratiba	12 a 4	11	5	12 a 4	11	5	12 a 4	11	5
Taquaral	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Taquaritinga	11 a 6	7 a 10		11 a 6	7 a 10		11 a 6	7 a 10	
Taquarituba	15 a 3	13 a 14 + 4		15 a 3	13 a 14 + 4		15 a 3	13 a 14 + 4	
Taquarivaí	17 a 1	15 a 16 + 2 a 3	14	17 a 1	15 a 16 + 2 a 3	14	17 a 1	15 a 16 + 2 a 3	14
Tarabai	13 a 5	12 + 6		13 a 5	12 + 6		13 a 5	12 + 6	
Tarumã	15 a 4	13 a 14 + 5	12	15 a 4	13 a 14 + 5	12	15 a 4	13 a 14 + 5	12
Tatuí	14 a 5	13	12 + 6	14 a 5	13	12 + 6	14 a 5	13	12 + 6
Taubaté	21 a 4	19 a 20	13 a 18	19 a 4		13 a 18	19 a 4		13 a 18
Tejupá	15 a 4	13 a 14 + 5	12	15 a 4	13 a 14 + 5	12	15 a 4	13 a 14 + 5	12
Teodoro Sampaio	14 a 5	13	12 + 6	14 a 5	13	12 + 6	14 a 5	13	12 + 6
Terra Roxa	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Tietê	13 a 5	12	6	13 a 5	12	6	13 a 5	12	6
Timburi	15 a 4	12 a 14 + 5		15 a 4	12 a 14 + 5		15 a 4	12 a 14 + 5	
Torre De Pedra	14 a 5	12 a 13	6	14 a 5	12 a 13	6	14 a 5	12 a 13	6
Torrinha	13 a 5	12	11 + 6	13 a 5	12	11 + 6	13 a 5	12	11 + 6
Trabiju	12 a 5	11 + 6		12 a 5	11 + 6		12 a 5	11 + 6	
Tremembé	21 a 3	20 + 4	18 a 19 + 13	20 a 3	4	13 + 18 a 19	20 a 3	4	13 + 18 a 19
Três Fronteiras	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Tuiuti	13 a 3	4	12	13 a 3	4	12	13 a 3	4	12
Tupã	12 a 6	7	8 a 11	12 a 6	7	8 a 11	12 a 6	7	8 a 11
Tupi Paulista	13 a 6	12 + 7	8 a 11	13 a 6	12 + 7	8 a 11	13 a 6	12 + 7	8 a 11
Turiúba	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Turmalina	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Ubarana	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Ubatuba	13 a 4	12		13 a 4	12		13 a 4	12	
Ubirajara	14 a 5	12 a 13	11	14 a 5	12 a 13	11	14 a 5	12 a 13	11
Uchoa	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
União Paulista	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Urânia	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Uru	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Urupês	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Valentim Gentil	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Valinhos	13 a 3		12	13 a 3		12	13 a 3		12
Valparaíso	11 a 6	7 a 10		11 a 6	7 a 10		11 a 6	7 a 10	
Vargem	13 a 3	4	12	13 a 3	4	12	13 a 3	4	12
Vargem Grande Do Sul	12 a 3	11 + 4	5	12 a 3	11 + 4	5	12 a 3	11 + 4	5
Vargem Grande Paulista	13 a 3		4 + 12	13 a 3		4 + 12	13 a 3		4 + 12
Várzea Paulista	13 a 3		12	13 a 3		12	13 a 3		12
Vera Cruz	12 a 5	11 + 6	7 a 10	12 a 5	11 + 6	7 a 10	12 a 5	11 + 6	7 a 10
Vinhedo	13 a 3		12	13 a 3		12	13 a 3		12
Viradouro	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Vista Alegre Do Alto	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Vitória Brasil	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Votorantim	13 a 3	4	12	13 a 3	4	12	13 a 3	4	12
Votuporanga	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Zacarias	1 a 36			1 a 36			1 a 36		

PORTARIA Nº 398, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2020

O SECRETÁRIO DE POLÍTICA AGRÍCOLA, no uso de suas atribuições e competências estabelecidas pelo Decreto nº 10.253, de 20 de fevereiro de 2020, e observado, no que couber, o contido no Decreto nº 9.841 de 18 de junho de 2019 e nas Instruções Normativas nº 2, de 9 de outubro de 2008, publicada no Diário Oficial da União de 13 de outubro de 2008, da Secretaria de Política Agrícola, e nº 16, de 9 de abril de 2018, publicada no Diário Oficial da União de 12 de abril de 2018, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, resolve:

Art. 1º Aprovar o Zoneamento Agrícola de Risco Climático para a cultura de arroz irrigado tropical no Estado do Paraná conforme anexo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CÉSAR HANNA HALUM

ANEXO

1. NOTA TÉCNICA

No Brasil, o arroz (Oryza sativa L.) irrigado por inundação é produzido do Rio Grande do Sul a Roraima. Basicamente, a produção de arroz irrigado por inundação é dividida em dois ambientes, subtropical e tropical.

As principais limitações abióticas para a produção do arroz irrigado tropical são a disponibilidade de radiação solar e altas temperaturas. Ambos fatores meteorológicos são os que mais influenciam o potencial produtivo da cultura do arroz.

As faixas de temperaturas prejudiciais variam de acordo com o estádio fenológico da planta, sendo que as faixas de temperaturas ótimas variam de 20 a 35°C para a germinação, de 30 a 33°C para a floração e de 20 a 25°C para a maturação. Temperaturas superiores a 35°C podem ser prejudiciais a cultura chegando a causar esterilidade das espiguetas. Já, a radiação solar impacta especialmente nas fases reprodutiva (da diferenciação da panícula à floração; quando um aporte de radiação abaixo do ideal afeta o número de grãos por panícula), e de maturação (da floração à maturação fisiológica do grão; baixa incidência reduz o enchimento e o peso ideal dos grãos).

Estudos realizados no Sul e no Centro Oeste do Brasil mostraram que as maiores produtividades são obtidas com níveis crescentes de radiação solar, sendo observada uma correlação linear entre produtividade e acúmulo de radiação solar no ciclo da cultura. Basicamente, regiões com latitudes próxima ao equador apresentam um menor potencial produtivo, devido ao menor acúmulo de radiação solar fotossinteticamente ativa durante o período reprodutivo e enchimento de grãos. Nessas fases a demanda por carboidratos é alta devido à formação e enchimento das espiguetas que atuam como drenos e, quando há menor acúmulo desse fator, o declínio na produtividade é observado. Aportes menores de radiação solar durante o período reprodutivo impactam substancialmente o número e o peso das espiguetas, como consequência afeta a produtividade.

Em função do exposto, deduz-se que a época de semeadura é uma das práticas de manejo que desempenha papel de destaque na redução do risco climático pelo fato de aumentar as chances de que as fases críticas da planta escapem dos elementos climáticos adversos e coincidam com os favoráveis.

Nesse estudo foi utilizado o modelo de simulação do desenvolvimento, crescimento e produtividade da cultura do arroz denominado ORYZA. Resultados obtidos com esse modelo indicam que ele é capaz de simular, com níveis relativamente altos de acurácia, a produtividade das principais cultivares de arroz irrigado utilizadas nas distintas regiões produtoras do Brasil. De maneira simplificada, o modelo utiliza uma série de módulos (processos) para simular o desenvolvimento, crescimento e produtividade da planta de arroz. Para isso são considerados fatores relacionados ao solo, clima, cultivar ("características genéticas") e manejo da cultura. O modelo utiliza como dados de entrada a temperatura mínima e máxima diária, radiação solar global diária e precipitação diária.

Objetivou-se, com o Zoneamento Agrícola de Risco Climático (ZARC), identificar os municípios aptos e os períodos de semeadura com menor risco climático para o cultivo do arroz irrigado por inundação em três níveis de risco: 20%, 30%, 40%.

Essa identificação foi realizada com a aplicação do modelo de simulação do crescimento, desenvolvimento e rendimento da cultura do arroz, ORYZAv3 (https://sites.google.com/a/irri.org/oryza2000/about-oryza-version-3), para avaliar a resposta da cultura às condições climáticas da região de estudo.

Por se tratar de um modelo agroclimático, parte-se do pressuposto que não ocorrerão limitações quanto à fertilidade dos solos e danos às plantas devido à ocorrência de pragas e doenças.

Para delimitação das áreas aptas ao cultivo do arroz irrigado por inundação, em condições de baixo risco, destaca-se os seguintes aspectos:

- A parametrização do modelo ORYZAv3 é o processo de derivar coeficientes específicos de um cultivar por meio de dados observados em experimentos de campo. Nesse estudo, parametrizamos o modelo ORYZAv3 para a cultivar BRS Catiana. Essa cultivar foi desenvolvida pela Embrapa para ser cultivada na região tropical. Nos trópicos, devido a menor amplitude e maior temperatura média ambiente, há basicamente o ciclo médio.

- Foram feitas simulações com datas de semeadura para o período de 1º de setembro até 31 de dezembro, com intervalo decendial, para 1 grupo de cultivar onde predomina-se o ciclo médio.

- Para a determinação do risco climático, os rendimentos simulados pelo modelo ORYZAv3 para cada ponto, data de semeadura e ano, denominados nesse estudo como Rendimento Relativo (RRel), foram normalizados. Para o calculo da normalização, dividiu-se o RRel pelo Rendimento de Referência (REF). O REF representa o valor do percentil 0.90 (90%) do RRel, que nesse estudo foi de 12.336 kg/ha.

- Nesse estudo definiu-se como condição adversa ou de produtividade insuficiente os anos safra que resultassem em RRel inferior a 70% do rendimento de referência (REF).

- Considerou-de o risco de ocorrência de temperaturas muito baixas e deletérias à cultura, por meio da probabilidade de ocorrência de temperatura mínima menor ou igual a 7°C observadas no abrigo meteorológico;

A gestão de riscos de natureza climática, na cultura do arroz tropical irrigado por inundação, pode ser melhorada pela assistência técnica local, via a diluição de riscos, quando são associadas, ao calendário de semeadura preconizado nas Portarias de Zarc, práticas de manejo de cultivos que contemplem a rotação de culturas, o escalonamento de épocas de semeadura e a diversificação de cultivares (com ciclos diferentes) em uma mesma propriedade rural.

O Zarc, além de ser uma ferramenta de gestão de riscos na agricultura, para maior efetividade de resultados, também deve atuar como indutor de tecnologia de produção. Nesse sentido, especial atenção deve ser dada aos seguintes tópicos:

a. É necessário garantir a disponibilidade de água para irrigação por inundação durante todo o ciclo da cultura;

b. A metodologia empregada ainda não considera os efeitos deletérios da precipitação na época da colheita.

c. Os resultados de Zarc são gerados presumindo-se um manejo agronômico adequado para o desenvolvimento, crescimento e produtividade de cada cultura, em função da disponibilidade de recursos do ambiente em cada local. Falhas ou deficiências de diversos tipos, desde manejo inadequado da fertilidade do solo, de pragas e doenças ou escolha de cultivares não adaptadas para o ambiente edafoclimático, podem resultar em perdas de produtividade ou agravar perdas geradas por eventos meteorológicos adversos. Nesse contexto, é indispensável: utilizar sempre tecnologia de produção adequada para a condição edafoclimática local; controlar efetivamente as plantas daninhas durante o cultivo; adotar práticas de controle de pragas e doenças; e correção físico-química do solo (fertilidade e descompactação dos solos);

Considerou-se apto para o cultivo do arroz irrigado tropical os municípios em que o RRel foi maior ou igual a 70% do REF na frequência dos anos.

2. TIPO DE SOLO APTO AO CULTIVO

Nesse estudo considerou-se somente o solo hidromórfico, caracterizado por apresentar lençol freático próximo à superfície durante a maior parte do tempo e estar situado em áreas de relevo plano, que reune as condições exigidas pela cultura.

Não são indicadas para o cultivo as áreas de preservação permanente, de acordo com a Lei 12.651, de 25 de maio de 2012.

3. TABELA DE PERÍODOS DE SEMEADURA

Períodos	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
Datas	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 28	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 30
Meses	Janeiro			Fevereiro			Março			Abril		

Períodos	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24
Datas	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 30	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 31
Meses	Maio			Junho			Julho			Agosto		

Períodos	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36
Datas	1º a 10	11 a 20	21 a 30	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 30	1º a 10	11 a 20	21 a 31
Meses	Setembro			Outubro			Novembro			Dezembro		

4. CULTIVARES INDICADAS

Ficam indicadas no Zoneamento Agrícola de Risco Climático, as cultivares de arroz, recomendadas para o plantio em sistema de irrigação por inundação, registradas no Registro Nacional de Cultivares (RNC) do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, atendidas as indicações das regiões de adaptação, em conformidade com as recomendações dos respectivos obtentores/mantenedores.

Notas:

1) Informações específicas sobre as cultivares indicadas devem ser obtidas junto aos respectivos obtentores/mantenedores.

2) Devem ser utilizadas no plantio sementes produzidas em conformidade com a legislação brasileira sobre sementes e mudas (Lei nº 10.711, de 5 de agosto de 2003, e Decreto nº 5.153, de 23 de agosto de 2004).

5. RELAÇÃO DOS MUNICÍPIOS APTOS AO CULTIVO E PERÍODOS INDICADOS PARA SEMEADURA

MUNICÍPIOS	PERÍODOS DE SEMEADURAS PARA CULTIVARES DO GRUPO I								
	SOLO 1			SOLO 2			SOLO 3		
	RISCO DE 20%	RISCO DE 30%	RISCO DE 40%	RISCO DE 20%	RISCO DE 30%	RISCO DE 40%	RISCO DE 20%	RISCO DE 30%	RISCO DE 40%
Abatiá	17 a 4	13 a 16		17 a 4	13 a 16		17 a 4	13 a 16	
Alto Paraíso	16 a 5	13 a 15	6	16 a 5	13 a 15	6	16 a 5	13 a 15	6
Alto Paraná	15 a 4	13 a 14 + 5	12	15 a 4	13 a 14 + 5	12	15 a 4	13 a 14 + 5	12
Alto Piquiri	20 a 5	17 a 19	16 + 13	17 a 5	13	12 + 16	17 a 5	13	12 + 16
Altônia	19 a 5	17 a 18	13 a 16	17 a 5	13 a 16		17 a 5	13 a 16	
Alvorada Do Sul	15 a 4	13 a 14 + 5	12	15 a 4	13 a 14 + 5	12	15 a 4	13 a 14 + 5	12
Amaporã	16 a 5	13 a 15	12 + 6	16 a 5	13 a 15	12 + 6	16 a 5	13 a 15	12 + 6
Anahy	21 a 5	18 a 20	17	18 a 5		13 + 17	18 a 5		13 + 17
Andirá	15 a 4	13 a 14 + 5	12	15 a 4	13 a 14 + 5	12	15 a 4	13 a 14 + 5	12
Ângulo	15 a 4	13 a 14 + 5	12	15 a 4	13 a 14 + 5	12	15 a 4	13 a 14 + 5	12
Apucarana	16 a 4	15	13 a 14 + 5	16 a 4	15	13 a 14 + 5	16 a 4	15	13 a 14 + 5
Arapongas	17 a 4	16 + 13	14 a 15 + 5	16 a 4	13 a 15	5	16 a 4	13 a 15	5
Arapoti	22 a 2			22 a 2		21	22 a 2		21
Arapuã	21 a 3	19 a 20	18	19 a 3		18	19 a 3		18
Araruna	22 a 4	21 + 5	19 a 20	21 a 4	5	19 a 20	21 a 4	5	19 a 20
Ariranha Do Ivaí	19 a 3	18	17	18 a 3	17		18 a 3	17	
Assaí	17 a 4	15 a 16	13 a 14	17 a 4	15 a 16	13 a 14	17 a 4	15 a 16	13 a 14
Assis Chateaubriand	20 a 5	18 a 19	16 a 17 + 13	18 a 5	13	16 a 17	18 a 5	13	16 a 17
Astorga	15 a 4	13 a 14 + 5	12	15 a 4	13 a 14 + 5	12	15 a 4	13 a 14 + 5	12
Atalaia	15 a 4	13 a 14 + 5	12	15 a 4	13 a 14 + 5	12	15 a 4	13 a 14 + 5	12
Bandeirantes	16 a 4	13 a 15	12	16 a 4	13 a 15	12	16 a 4	13 a 15	12
Barbosa Ferraz	19 a 3	16 a 18 + 4	5	16 a 3	4	5 + 14 a 15	16 a 3	4	5 + 14 a 15
Barra Do Jacaré	15 a 4	13 a 14	12 + 5	15 a 4	13 a 14	12 + 5	15 a 4	13 a 14	12 + 5
Bela Vista Do Paraíso	15 a 4	13 a 14 + 5	12	15 a 4	13 a 14 + 5	12	15 a 4	13 a 14 + 5	12
Boa Esperança	22 a 4	21 + 5	20	21 a 4	5	20	21 a 4	5	20
Bom Sucesso	18 a 4	16 a 17	15 + 5	16 a 4	15	13 a 14 + 5	16 a 4	15	13 a 14 + 5

Borrazópolis	18 a 3	16 a 17 + 4	15	18 a 3	16 a 17 + 4	15	18 a 3	16 a 17 + 4	15
Braganey	21 a 4	20 + 5	17 a 19	20 a 4	5	17 a 19	20 a 4	5	17 a 19
Brasilândia Do Sul	20 a 5	16 a 19	13 a 15	16 a 5	13 a 15		16 a 5	13 a 15	
Cafeara	15 a 4	13 a 14 + 5	12	15 a 4	13 a 14 + 5	12	15 a 4	13 a 14 + 5	12
Cafelândia	22 a 5	21	18 a 20	21 a 5		18 a 20	21 a 5		18 a 20
Cafezal Do Sul	18 a 5	16 a 17	13 a 15	16 a 5	13 a 15		16 a 5	13 a 15	
Califórnia	16 a 4	15	13 a 14 + 5	16 a 4	15	13 a 14 + 5	16 a 4	15	13 a 14 + 5
Cambará	15 a 4	13 a 14 + 5	12	15 a 4	13 a 14 + 5	12	15 a 4	13 a 14 + 5	12
Cambé	15 a 4	13 a 14 + 5	12	15 a 4	13 a 14 + 5	12	15 a 4	13 a 14 + 5	12
Cambira	17 a 4	16	15 + 5 + 13	16 a 4	15	13 a 14 + 5	16 a 4	15	13 a 14 + 5
Campina Da Lagoa	21 a 4	19 a 20 + 5	16 a 18	19 a 4	5	16 a 18	19 a 4	5	16 a 18
Campo Mourão	22 a 4		5 + 21	22 a 4		5 + 21	22 a 4		5 + 21
Carlópolis	15 a 3	14 + 4	13	15 a 3	14 + 4	13	15 a 3	14 + 4	13
Centenário Do Sul	15 a 4	13 a 14 + 5	12	15 a 4	13 a 14 + 5	12	15 a 4	13 a 14 + 5	12
Cianorte	20 a 4	17 a 19 + 5	16	17 a 4	5	12 + 16	17 a 4	5	12 + 16
Cidade Gaúcha	18 a 5	16 a 17 + 13	14 a 15 + 6 + 12	16 a 5	13 a 15	12 + 6	16 a 5	13 a 15	12 + 6
Colorado	15 a 4	13 a 14 + 5	12	15 a 4	13 a 14 + 5	12	15 a 4	13 a 14 + 5	12
Congonhinhas	17 a 4			17 a 4			17 a 4		
Conselheiro Mairinck	22 a 2	20 a 21 + 3 a 4	17 a 19	22 a 2	20 a 21 + 3 a 4	17 a 19	22 a 2	20 a 21 + 3 a 4	17 a 19
Corbélia	21 a 5	20	17 a 19	20 a 5		17 a 19	20 a 5		17 a 19
Cornélio Procópio	17 a 4	13 a 16		17 a 4	13 a 16		17 a 4	13 a 16	
Corumbataí Do Sul	22 a 3		4 a 5 + 20 a 21	22 a 3		4 a 5 + 20 a 21	22 a 3		4 a 5 + 20 a 21
Cruzeiro Do Oeste	19 a 5	16 a 18	13 a 15	16 a 5	13 a 15		16 a 5	13 a 15	
Cruzeiro Do Sul	15 a 4	13 a 14 + 5	12	15 a 4	13 a 14 + 5	12	15 a 4	13 a 14 + 5	12
Cruzmaltina	18 a 3		4 + 16 a 17	18 a 3	16 a 17	15 + 4	18 a 3	16 a 17	15 + 4
Curiúva	22 a 2	21	20 + 3	22 a 2	20 a 21	19 + 3	22 a 2	20 a 21	19 + 3
Diamante Do Norte	16 a 5	13 a 15	12 + 6	16 a 5	13 a 15	12 + 6	16 a 5	13 a 15	12 + 6
Diamante D'Oeste	22 a 5	21	19 a 20	21 a 5		19 a 20	21 a 5		19 a 20
Douradina	16 a 5	13 a 15	6	16 a 5	13 a 15	6	16 a 5	13 a 15	6
Doutor Camargo	17 a 4	16 + 5 + 13	14 a 15	16 a 4	13 a 15 + 5		16 a 4	13 a 15 + 5	
Engenheiro Beltrão	18 a 4	16 a 17 + 5	14 a 15	16 a 4	14 a 15 + 5	13	16 a 4	14 a 15 + 5	13
Entre Rios Do Oeste	21 a 5	19 a 20	17 a 18	19 a 5		17 a 18	19 a 5		17 a 18
Esperança Nova	19 a 5	16 a 18	13 a 15	16 a 5	13 a 15		16 a 5	13 a 15	
Farol	22 a 4	21 + 5	18 a 20	21 a 4	5	18 a 20	21 a 4	5	18 a 20
Faxinal	18 a 3		4 + 17	18 a 3	17	4	18 a 3	17	4
Fênix	18 a 4	16 a 17	5	16 a 4		5 + 13 a 15	16 a 4		5 + 13 a 15
Figueira	22 a 2	20 a 21 + 3	18 a 19	22 a 2	20 a 21 + 3	17 a 19	22 a 2	20 a 21 + 3	17 a 19
Floraí	16 a 4	13 a 15 + 5	12	16 a 4	13 a 15 + 5	12	16 a 4	13 a 15 + 5	12
Floresta	17 a 4	16 + 5	13 a 15	16 a 4	14 a 15 + 5	13	16 a 4	14 a 15 + 5	13
Florestópolis	15 a 4	13 a 14 + 5	12	15 a 4	13 a 14 + 5	12	15 a 4	13 a 14 + 5	12
Flórida	15 a 4	13 a 14 + 5	12	15 a 4	13 a 14 + 5	12	15 a 4	13 a 14 + 5	12
Formosa Do Oeste	19 a 5	16 a 18	13 a 15	16 a 5	13 a 15	12	16 a 5	13 a 15	12
Francisco Alves	20 a 5	17 a 19	14 a 16	17 a 5	14 a 16	13	17 a 5	14 a 16	13
Godoy Moreira	19 a 3	18	16 a 17 + 4	18 a 3	16 a 17	15 + 4	18 a 3	16 a 17	15 + 4
Goioerê	21 a 5	19 a 20	16 a 18	19 a 5		12 + 16 a 18	19 a 5		12 + 16 a 18
Grandes Rios	19 a 3	18	16 a 17 + 4	18 a 3	16 a 17	15 + 4	18 a 3	16 a 17	15 + 4
Guaíra	20 a 5	17 a 19	13 a 16	17 a 5	13 a 16		17 a 5	13 a 16	
Guairaçá	16 a 5	13 a 15	12 + 6	16 a 5	13 a 15	12 + 6	16 a 5	13 a 15	12 + 6
Guapirama	15 a 3	14 + 4		15 a 3	14 + 4		15 a 3	14 + 4	
Guaporema	16 a 5	13 a 15	12	16 a 5	13 a 15	12	16 a 5	13 a 15	12
Guaraci	15 a 4	13 a 14 + 5	12	15 a 4	13 a 14 + 5	12	15 a 4	13 a 14 + 5	12
Guaraqueçaba	20 a 1	17 a 19	15 a 16 + 2	20 a 1	17 a 19	2	20 a 1	17 a 19	2
Ibaiti	22 a 2	20 a 21 + 3	18 a 19 + 4	22 a 2	20 a 21 + 3	17 a 19 + 4	22 a 2	20 a 21 + 3	17 a 19 + 4
Ibiporã	16 a 4	13 a 15	5	16 a 4	13 a 15	5	16 a 4	13 a 15	5
Icaraíma	19 a 5	16 a 18 + 13	14 a 15 + 6	16 a 5	13 a 15	6	16 a 5	13 a 15	6
Iguaraçu	15 a 4	13 a 14 + 5	12	15 a 4	13 a 14 + 5	12	15 a 4	13 a 14 + 5	12
Iguatu	21 a 5	18 a 20	17	18 a 5		13 + 17	18 a 5		13 + 17
Imbaú	23 a 2		22	23 a 2		22	23 a 2		22
Inajá	15 a 4	13 a 14 + 5	12	15 a 4	13 a 14 + 5	12	15 a 4	13 a 14 + 5	12
Indianópolis	19 a 4	16 a 18 + 5	13 a 15	16 a 4	13 a 15 + 5	12	16 a 4	13 a 15 + 5	12
Iporã	19 a 5	17 a 18	13 a 16	17 a 5	13 a 16		17 a 5	13 a 16	
Iracema Do Oeste	21 a 5	19 a 20	16 a 18	19 a 5		16 a 18	19 a 5		16 a 18
Iretama	21 a 3	18 a 20	16 a 17 + 4	18 a 3		4 + 16 a 17	18 a 3		4 + 16 a 17
Itaguajé	14 a 4	13 + 5	12	14 a 4	13 + 5	12	14 a 4	13 + 5	12
Itaipulândia	22 a 5		21	22 a 5		21	22 a 5		21
Itambaracá	15 a 4	13 a 14 + 5	12	15 a 4	13 a 14 + 5	12	15 a 4	13 a 14 + 5	12
Itambé	17 a 4	16	15 + 5 + 13	16 a 4	15	13 a 14 + 5	16 a 4	15	13 a 14 + 5
Itaúna Do Sul	16 a 5	13 a 15	12 + 6	16 a 5	13 a 15	12 + 6	16 a 5	13 a 15	12 + 6
Ivaiporã	21 a 3	18 a 20	4	18 a 3		4	18 a 3		4
Ivaté	16 a 5	13 a 15	6	16 a 5	13 a 15	6	16 a 5	13 a 15	6
Ivatuba	17 a 4	16 + 5	13 a 15	16 a 4	13 a 15 + 5		16 a 4	13 a 15 + 5	
Jaboti	22 a 2	20 a 21 + 3	19	22 a 2	20 a 21 + 3	17 a 19	22 a 2	20 a 21 + 3	17 a 19
Jacarezinho	15 a 4	13 a 14 + 5	12	15 a 4	13 a 14 + 5	12	15 a 4	13 a 14 + 5	12
Jaguapitã	15 a 4	13 a 14 + 5	12	15 a 4	13 a 14 + 5	12	15 a 4	13 a 14 + 5	12
Jaguariaíva	23 a 1	2	22	23 a 1	2	22	23 a 1	2	22
Jandaia Do Sul	18 a 4	16 a 17	15 + 5	16 a 4	15	13 a 14 + 5	16 a 4	15	13 a 14 + 5
Janiópolis	21 a 5	19 a 20	16 a 18	19 a 5		16 a 18	19 a 5		16 a 18
Japira	22 a 2	20 a 21 + 3	19 + 4	22 a 2	20 a 21 + 3	17 a 19 + 4	22 a 2	20 a 21 + 3	17 a 19 + 4
Japurá	16 a 4	13 a 15 + 5	12	16 a 4	13 a 15 + 5	12	16 a 4	13 a 15 + 5	12
Jardim Alegre	21 a 3	18 a 20	4	18 a 3		4	18 a 3		4
Jardim Olinda	14 a 4	13 + 5	12	14 a 4	13 + 5	12	14 a 4	13 + 5	12
Jataizinho	17 a 4	13 a 16		17 a 4	13 a 16		17 a 4	13 a 16	
Jesuítas	21 a 5	18 a 20	16 a 17	18 a 5		12 + 16 a 17	18 a 5		12 + 16 a 17
Joaquim Távora	17 a 3	15 a 16 + 4	14	15 a 3	14 + 4	13	15 a 3	14 + 4	13
Jundiaí Do Sul	17 a 4	16	14 a 15	17 a 4	16	14 a 15	17 a 4	16	14 a 15
Juranda	21 a 5	20	16 a 19	20 a 5		16 a 19	20 a 5		16 a 19
Jussara	18 a 4	16 a 17 + 5	12 a 15	16 a 4	13 a 15 + 5	12	16 a 4	13 a 15 + 5	12

Kaloré	18 a 3	17 + 4	16 + 13	18 a 3	16 a 17 + 4	13 a 15	18 a 3	16 a 17 + 4	13 a 15
Leópolis	15 a 4	13 a 14 + 5	12	15 a 4	13 a 14 + 5	12	15 a 4	13 a 14 + 5	12
Lidianópolis	18 a 3		4 + 16 a 17	18 a 3	16 a 17	15 + 4	18 a 3	16 a 17	15 + 4
Loanda	16 a 5	13 a 15	12 + 6	16 a 5	13 a 15	12 + 6	16 a 5	13 a 15	12 + 6
Lobato	15 a 4	13 a 14 + 5	12	15 a 4	13 a 14 + 5	12	15 a 4	13 a 14 + 5	12
Londrina	16 a 4	14 a 15	13 + 5	16 a 4	14 a 15	13 + 5	16 a 4	14 a 15	13 + 5
Luiziana	22 a 3	4	5 + 21	22 a 3	4	5 + 21	22 a 3	4	5 + 21
Lunardelli	19 a 3	18	17 + 4	18 a 3	17	4	18 a 3	17	4
Lupionópolis	15 a 4	13 a 14 + 5	12	15 a 4	13 a 14 + 5	12	15 a 4	13 a 14 + 5	12
Mamborê	22 a 4	21	19 a 20 + 5	21 a 4		5 + 19 a 20	21 a 4		5 + 19 a 20
Mandaguaçu	16 a 4	13 a 15 + 5	12	16 a 4	13 a 15 + 5	12	16 a 4	13 a 15 + 5	12
Mandaguari	16 a 4	13 a 15 + 5		16 a 4	13 a 15 + 5		16 a 4	13 a 15 + 5	
Manoel Ribas	22 a 3	21	20	21 a 3		20	21 a 3		20
Marechal Cândido Rondon	21 a 5	20	17 a 19	20 a 5		17 a 19	20 a 5		17 a 19
Maria Helena	18 a 5	16 a 17	13 a 15	16 a 5	13 a 15		16 a 5	13 a 15	
Marialva	16 a 4	13 a 15 + 5		16 a 4	13 a 15 + 5		16 a 4	13 a 15 + 5	
Marilândia Do Sul	18 a 3	4	16 a 17	18 a 3	16 a 17 + 4	15	18 a 3	16 a 17 + 4	15
Marilena	16 a 5	13 a 15	12 + 6	16 a 5	13 a 15	12 + 6	16 a 5	13 a 15	12 + 6
Mariluz	19 a 5	16 a 18	13 a 15	16 a 5	13 a 15	12	16 a 5	13 a 15	12
Maringá	16 a 4	13 a 15 + 5		16 a 4	13 a 15 + 5		16 a 4	13 a 15 + 5	
Maripá	21 a 5	20	17 a 19	20 a 5		17 a 19	20 a 5		17 a 19
Marumbi	18 a 4	16 a 17	15 + 5	16 a 4	15	13 a 14 + 5	16 a 4	15	13 a 14 + 5
Mauá Da Serra	22 a 3	21	20 + 4	21 a 3		4 + 20	21 a 3		4 + 20
Mercedes	21 a 5	19 a 20	17 a 18	19 a 5		17 a 18	19 a 5		17 a 18
Mirador	16 a 5	13 a 15	12	16 a 5	13 a 15	12	16 a 5	13 a 15	12
Miraselva	15 a 4	13 a 14 + 5	12	15 a 4	13 a 14 + 5	12	15 a 4	13 a 14 + 5	12
Missal	22 a 5	21	20	21 a 5		20	21 a 5		20
Moreira Sales	20 a 5	16 a 19	13 a 15	16 a 5	13 a 15	12	16 a 5	13 a 15	12
Munhoz De Melo	15 a 4	13 a 14 + 5	12	15 a 4	13 a 14 + 5	12	15 a 4	13 a 14 + 5	12
Nossa Senhora Das Graças	15 a 4	13 a 14 + 5	12	15 a 4	13 a 14 + 5	12	15 a 4	13 a 14 + 5	12
Nova Aliança Do Ivaí	16 a 4	13 a 15 + 5	12	16 a 4	13 a 15 + 5	12	16 a 4	13 a 15 + 5	12
Nova América Da Colina	17 a 4	13 a 16		17 a 4	13 a 16		17 a 4	13 a 16	
Nova Aurora	20 a 5	18 a 19	17 + 13	18 a 5	13	17	18 a 5	13	17
Nova Cantu	21 a 4	18 a 20	16 a 17 + 5	18 a 4		5 + 16 a 17	18 a 4		5 + 16 a 17
Nova Esperança	15 a 4	13 a 14 + 5	12	15 a 4	13 a 14 + 5	12	15 a 4	13 a 14 + 5	12
Nova Fátima	17 a 4	15 a 16	13 a 14	17 a 4	15 a 16	13 a 14	17 a 4	15 a 16	13 a 14
Nova Londrina	16 a 5	13 a 15	12 + 6	16 a 5	13 a 15	12 + 6	16 a 5	13 a 15	12 + 6
Nova Olímpia	19 a 5	16 a 18	13 a 15 + 6	16 a 5	13 a 15	6	16 a 5	13 a 15	6
Nova Santa Bárbara	18 a 4	17		17 a 4		15 a 16	17 a 4		15 a 16
Nova Santa Rosa	21 a 5	20	17 a 19	20 a 5		17 a 19	20 a 5		17 a 19
Nova Tebas	21 a 3	18 a 20	4	18 a 3		4	18 a 3		4
Novo Itacolomi	16 a 4	15	13 a 14 + 5	16 a 4	15	13 a 14 + 5	16 a 4	15	13 a 14 + 5
Ortigueira	22 a 3	20 a 21	19	22 a 3	20 a 21	17 a 19	22 a 3	20 a 21	17 a 19
Ourizona	16 a 4	13 a 15 + 5	12	16 a 4	13 a 15 + 5	12	16 a 4	13 a 15 + 5	12
Ouro Verde Do Oeste	22 a 5	21	19 a 20	21 a 5		19 a 20	21 a 5		19 a 20
Paiçandu	17 a 4	16 + 5 + 13	14 a 15	16 a 4	13 a 15 + 5		16 a 4	13 a 15 + 5	
Palotina	20 a 5	18 a 19	17	18 a 5		13 + 17	18 a 5		13 + 17
Paraíso Do Norte	16 a 4	13 a 15 + 5	12	16 a 4	13 a 15 + 5	12	16 a 4	13 a 15 + 5	12
Paranacity	15 a 4	13 a 14 + 5	12	15 a 4	13 a 14 + 5	12	15 a 4	13 a 14 + 5	12
Paranapoema	15 a 4	13 a 14 + 5	12	15 a 4	13 a 14 + 5	12	15 a 4	13 a 14 + 5	12
Paranavaí	15 a 5	13 a 14	12	15 a 5	13 a 14	12	15 a 5	13 a 14	12
Pato Bragado	21 a 5	19 a 20	17 a 18	19 a 5		17 a 18	19 a 5		17 a 18
Peabiru	22 a 4	21	18 a 20 + 5	21 a 4		5 + 18 a 20	21 a 4		5 + 18 a 20
Perobal	19 a 5	16 a 18	13 a 15	16 a 5	13 a 15		16 a 5	13 a 15	
Pérola	19 a 5	16 a 18	13 a 15	16 a 5	13 a 15		16 a 5	13 a 15	
Pinhalão	22 a 2	21	3	22 a 2	21	3	22 a 2	21	3
Piraí Do Sul	24 a 1	23 + 2		23 a 1	2		23 a 1	2	
Pitangueiras	15 a 4	13 a 14 + 5		15 a 4	13 a 14 + 5		15 a 4	13 a 14 + 5	
Planaltina Do Paraná	16 a 5	13 a 15	12 + 6	16 a 5	13 a 15	12 + 6	16 a 5	13 a 15	12 + 6
Porecatu	15 a 4	13 a 14 + 5	12	15 a 4	13 a 14 + 5	12	15 a 4	13 a 14 + 5	12
Porto Rico	16 a 5	13 a 15	6	16 a 5	13 a 15	6	16 a 5	13 a 15	6
Prado Ferreira	15 a 4	13 a 14 + 5	12	15 a 4	13 a 14 + 5	12	15 a 4	13 a 14 + 5	12
Presidente Castelo Branco	19 a 4	16 a 18 + 5	12 a 15	16 a 4	13 a 15 + 5	12	16 a 4	13 a 15 + 5	12
Primeiro De Maio	15 a 4	13 a 14 + 5	12	15 a 4	13 a 14 + 5	12	15 a 4	13 a 14 + 5	12
Quarto Centenário	20 a 5	16 a 19	13 a 15	16 a 5	13 a 15	12	16 a 5	13 a 15	12
Quatiguá	22 a 2	20 a 21 + 3 + 17	18 a 19 + 4 + 15	22 a 2	20 a 21 + 3 + 17	18 a 19 + 4 + 15	22 a 2	20 a 21 + 3 + 17	18 a 19 + 4 + 15
Quatro Pontes	22 a 5	21	18 a 20	21 a 5		18 a 20	21 a 5		18 a 20
Querência Do Norte	16 a 5	13 a 15	6	16 a 5	13 a 15	6	16 a 5	13 a 15	6
Quinta Do Sol	19 a 4	16 a 18	15 + 5	16 a 4	15	13 a 14 + 5	16 a 4	15	13 a 14 + 5
Ramilândia	22 a 5		21	22 a 5		21	22 a 5		21
Rancho Alegre	15 a 4	13 a 14 + 5	12	15 a 4	13 a 14 + 5	12	15 a 4	13 a 14 + 5	12
Rancho Alegre D'Oeste	21 a 5	19 a 20	16 a 18	19 a 5		16 a 18	19 a 5		16 a 18
Ribeirão Claro	15 a 4	13 a 14	12	15 a 4	13 a 14	12	15 a 4	13 a 14	12
Ribeirão Do Pinhal	17 a 4	15 a 16	14	17 a 4	15 a 16	14	17 a 4	15 a 16	14
Rio Bom	18 a 3	16 a 17 + 4	15	18 a 3	16 a 17 + 4	15	18 a 3	16 a 17 + 4	15
Rio Branco Do Ivaí	22 a 3	21	20	22 a 3	20 a 21	18 a 19	22 a 3	20 a 21	18 a 19
Rolândia	16 a 4	13 a 15 + 5		16 a 4	13 a 15 + 5		16 a 4	13 a 15 + 5	
Roncador	22 a 3	21	18 a 20 + 4	21 a 3		4 + 18 a 20	21 a 3		4 + 18 a 20
Rondon	19 a 5	16 a 18	13 a 15	16 a 5	13 a 15	12	16 a 5	13 a 15	12
Rosário Do Ivaí	22 a 3	20 a 21		22 a 3	20 a 21	17 a 19	22 a 3	20 a 21	17 a 19
Sabáudia	16 a 4	13 a 15 + 5		16 a 4	13 a 15 + 5		16 a 4	13 a 15 + 5	
Salto Do Itararé	22 a 2	20 a 21 + 3	19 + 15 + 17	22 a 2	20 a 21 + 3 + 17	18 a 19 + 15	22 a 2	20 a 21 + 3 + 17	18 a 19 + 15
Santa Amélia	17 a 4	13 a 16		17 a 4	13 a 16		17 a 4	13 a 16	
Santa Cecília Do Pavão	17 a 4	16	14 a 15	17 a 4	16	14 a 15	17 a 4	16	14 a 15
Santa Cruz De Monte Castelo	16 a 5	13 a 15	6	16 a 5	13 a 15	6	16 a 5	13 a 15	6
Santa Fé	15 a 4	13 a 14 + 5	12	15 a 4	13 a 14 + 5	12	15 a 4	13 a 14 + 5	12
Santa Helena	21 a 5	20	17 a 19	20 a 5		17 a 19	20 a 5		17 a 19
Santa Inês	15 a 4	13 a 14 + 5	12	15 a 4	13 a 14 + 5	12	15 a 4	13 a 14 + 5	12

Santa Isabel Do Ivaí	16 a 5	13 a 15	12 + 6	16 a 5	13 a 15	12 + 6	16 a 5	13 a 15	12 + 6
Santa Mariana	15 a 4	13 a 14 + 5	12	15 a 4	13 a 14 + 5	12	15 a 4	13 a 14 + 5	12
Santa Mônica	16 a 5	13 a 15	12 + 6	16 a 5	13 a 15	12 + 6	16 a 5	13 a 15	12 + 6
Santana Do Itararé	22 a 2	20 a 21 + 3	15	22 a 2	20 a 21 + 3	19 + 15	22 a 2	20 a 21 + 3	19 + 15
Santo Antônio Da Platina	15 a 4	13 a 14		15 a 4	13 a 14		15 a 4	13 a 14	
Santo Antônio Do Caiuá	15 a 5	13 a 14	12	15 a 5	13 a 14	12	15 a 5	13 a 14	12
Santo Antônio Do Paraíso	18 a 4	17	16 + 14	17 a 4	16	14 a 15	17 a 4	16	14 a 15
Santo Inácio	15 a 4	13 a 14 + 5	12	15 a 4	13 a 14 + 5	12	15 a 4	13 a 14 + 5	12
São Carlos Do Ivaí	16 a 4	13 a 15 + 5	12	16 a 4	13 a 15 + 5	12	16 a 4	13 a 15 + 5	12
São Jerônimo Da Serra	22 a 3	20 a 21 + 4	18 a 19	22 a 3	20 a 21 + 4	17 a 19	22 a 3	20 a 21 + 4	17 a 19
São João Do Caiuá	15 a 4	13 a 14 + 5	12	15 a 4	13 a 14 + 5	12	15 a 4	13 a 14 + 5	12
São João Do Ivaí	18 a 3		4 + 16 a 17	18 a 3	16 a 17	14 a 15 + 4	18 a 3	16 a 17	14 a 15 + 4
São Jorge Do Ivaí	16 a 4	13 a 15 + 5	12	16 a 4	13 a 15 + 5	12	16 a 4	13 a 15 + 5	12
São Jorge Do Patrocínio	16 a 5	13 a 15		16 a 5	13 a 15		16 a 5	13 a 15	
São José Da Boa Vista	22 a 1	2	3 + 21	22 a 1	2	3 + 21	22 a 1	2	3 + 21
São José Das Palmeiras	22 a 5	21	18 a 20	21 a 5		18 a 20	21 a 5		18 a 20
São Manoel Do Paraná	16 a 4	13 a 15 + 5	12	16 a 4	13 a 15 + 5	12	16 a 4	13 a 15 + 5	12
São Pedro Do Iguaçu	22 a 5	21	19 a 20	21 a 5		19 a 20	21 a 5		19 a 20
São Pedro Do Ivaí	18 a 4	16 a 17	15 + 5	16 a 4	15	13 a 14 + 5	16 a 4	15	13 a 14 + 5
São Pedro Do Paraná	16 a 5	13 a 15	12 + 6	16 a 5	13 a 15	12 + 6	16 a 5	13 a 15	12 + 6
São Sebastião Da Amoreira	18 a 4	17	15 a 16	17 a 4	15 a 16	14	17 a 4	15 a 16	14
São Tomé	17 a 4	16 + 5 + 13	14 a 15 + 12	16 a 4	13 a 15 + 5	12	16 a 4	13 a 15 + 5	12
Sapopema	22 a 2	20 a 21 + 3	18 a 19 + 4	22 a 2	20 a 21 + 3	17 a 19 + 4	22 a 2	20 a 21 + 3	17 a 19 + 4
Sarandi	17 a 4	16 + 5	13 a 15	16 a 4	13 a 15 + 5		16 a 4	13 a 15 + 5	
Sengés	22 a 1		2	22 a 1		2 + 21	22 a 1		2 + 21
Sertaneja	15 a 4	13 a 14 + 5	12	15 a 4	13 a 14 + 5	12	15 a 4	13 a 14 + 5	12
Sertanópolis	15 a 4	13 a 14 + 5	12	15 a 4	13 a 14 + 5	12	15 a 4	13 a 14 + 5	12
Siqueira Campos	22 a 2	20 a 21 + 3	15	22 a 2	20 a 21 + 3	18 a 19 + 15	22 a 2	20 a 21 + 3	18 a 19 + 15
Tamarana	22 a 3	20 a 21 + 4	18 a 19	22 a 3	20 a 21 + 4	17 a 19	22 a 3	20 a 21 + 4	17 a 19
Tamboara	16 a 4	13 a 15 + 5	12	16 a 4	13 a 15 + 5	12	16 a 4	13 a 15 + 5	12
Tapejara	19 a 5	16 a 18	13 a 15	16 a 5	13 a 15	12	16 a 5	13 a 15	12
Tapira	16 a 5	13 a 15	6	16 a 5	13 a 15	6	16 a 5	13 a 15	6
Telêmaco Borba	22 a 2			22 a 2			22 a 2		
Terra Boa	18 a 4	16 a 17 + 5	13 a 15	16 a 4	13 a 15 + 5		16 a 4	13 a 15 + 5	
Terra Rica	16 a 5	13 a 15	12 + 6	16 a 5	13 a 15	12 + 6	16 a 5	13 a 15	12 + 6
Terra Roxa	21 a 5	18 a 20	17	18 a 5		13 + 17	18 a 5		13 + 17
Toledo	22 a 5	21	18 a 20	21 a 5		18 a 20	21 a 5		18 a 20
Tomazina	22 a 2	20 a 21 + 3	19 + 17	22 a 2	20 a 21 + 3 + 17	18 a 19	22 a 2	20 a 21 + 3 + 17	18 a 19
Tuneiras Do Oeste	21 a 5	18 a 20	16 a 17	18 a 5		16 a 17	18 a 5		16 a 17
Tupãssi	21 a 5	20	18 a 19	20 a 5		18 a 19	20 a 5		18 a 19
Ubiratã	20 a 5	18 a 19	16 a 17 + 13	18 a 5	13	16 a 17	18 a 5	13	16 a 17
Umuarama	19 a 5	16 a 18	13 a 15	16 a 5	13 a 15		16 a 5	13 a 15	
Uniflor	15 a 4	13 a 14 + 5	12	15 a 4	13 a 14 + 5	12	15 a 4	13 a 14 + 5	12
Uraí	17 a 4	13 a 16		17 a 4	13 a 16		17 a 4	13 a 16	
Ventania	22 a 2			22 a 2			22 a 2		
Vera Cruz Do Oeste	22 a 5	21		21 a 5			21 a 5		
Wenceslau Braz	22 a 2		3	22 a 2		3 + 21	22 a 2		3 + 21
Xambrê	19 a 5	16 a 18	13 a 15	16 a 5	13 a 15		16 a 5	13 a 15	

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA

PORTARIA Nº 2.108, DE 2 DE DEZEMBRO DE 2020

Altera a composição do Comitê de Governança Digital - CGD, instituído pela portaria n 776, de 20 de abril de 2020.

O PRESIDENTE DO INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA, no uso das atribuições previstas no Regimento Interno aprovado pelo Presidente por meio da Portaria nº 531 de 23 de março de 2020; resolve:

Art.1º Alterar a composição do Comitê de Governança Digital (CGD) do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, instituído pela Portaria/INCRA/P/Nº 776, de 20 de abril de 2020, publicada no Diário Oficial da União do dia 24, que passa a ser composto pelas seguintes autoridades:

I - Diretor de Gestão Operacional (DO); que o presidirá;
II - Chefe de Gabinete;
III - Ouvidor (OUV);
IV - Diretor da Câmara de Conciliação Agrária (CCA);
V - Diretor de Gestão Estratégica (DE);
VI - Diretor de Desenvolvimento e Consolidação de Projetos de Assentamento (DD);
VII - Diretor de Governança Fundiária (DF); e
VIII - Coordenador-Geral de Tecnologia e Gestão da Informação.

Art. 2º O Presidente do Incra integra o Comitê na condição de Presidente de Honra.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GERALDO JOSÉ DA CAMARA FERREIRA DE MELO FILHO

PORTARIA Nº 2.134, DE 4 DE DEZEMBRO DE 2020

Institui o Serviço de Informação ao Cidadão - SIC/INCRA, de que trata o inciso I do art. 9º da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2012, designa a Autoridade de Monitoramento nos termos do art. 40 da Lei 12.527/11, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DO INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 19, da Estrutura Regimental deste Instituto, aprovada pelo Decreto nº 10.252, de 20 de fevereiro de 2020, publicado no Diário Oficial do dia 21 de fevereiro de 2020, combinado com o art. 110 do Regimento Interno da Autarquia, aprovado pela Portaria/INCRA/P/Nº 531, de 23 de março de 2020, publicada no Diário Oficial da União em 24 de março de 2020, considerando o disposto na Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, no Decreto nº 7.724, de 16 de maio de 2012, na Portaria Interministerial nº 1.245, de 18 de maio de 2015 e no constante dos autos do processo nº 54000.106094/2020-19, resolve:

Art. 1º Fica instituído o Serviço de Informação ao Cidadão do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agraria, SIC/Incra, em atendimento ao disposto no inciso I do art. 9º da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011.

§ 1º O SIC/Incra será coordenado pela Ouvidoria do Incra.

§ 2º A Ouvidoria indicará, no prazo de 10(dez) dias, contados da publicação desta Portaria, servidor que atuará como responsável pelo SIC/Incra, para designação pelo Presidente, em boletim interno.

Art. 2º Integram o Serviço de Informação ao Cidadão - SIC/Incra, os seguintes órgãos e unidades:

I - Gabinete da Presidência - GAB;
II - Diretoria de Gestão Operacional - DO;
III - Diretoria de Gestão Estratégica - DE;
IV - Diretoria de Governança Fundiária - DF;
V - Diretoria de Desenvolvimento e Consolidação de Projetos de Assentamentos - DD;
VI -Superintendências Regionais - SR;
VII - Câmara de Conciliação Agrária - CCA;
VIII - Corregedoria-Geral - CGE;
IX - Auditoria Interna - AUD; e
X - Procuradoria Federal Especializada - PFE.

§ 1º O dirigente de cada órgão e unidade designará, em até 10 (dez) dias, contados da publicação desta Portaria, servidores, titular e suplente, para atuarem como ponto focal, responsáveis pelo tratamento dos requerimentos de acesso à informação no âmbito de sua unidade.

§ 2º Entende-se por tratamento, para fins desta Portaria, o recebimento, o registro, a análise e o envio de resposta aos pedidos de acesso à informação, com base na Lei nº 12.527, de 2011.

Art. 3º O SIC/Incra tem por objetivo garantir o acesso à informação produzida ou custodiada pela autarquia, resguardando, sob pena de responsabilização:

I - as informações pessoais relacionadas à pessoa natural identificada ou identificável, relativa à intimidade, vida privada, honra e imagem;
II - as informações classificadas, nos termos dos arts. 23 e 24 da Lei nº 12.527, de 2011;
III - as informações referentes a projetos de pesquisa e desenvolvimento científicos ou tecnológicos cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado, na forma do §1º do art. 7º da Lei nº 12.527, de 2011; e
IV - as hipóteses de sigilo previstas na legislação, como fiscal, bancário, de operações e serviços no mercado de capitais, comercial, profissional, industrial e segredo de justiça, conforme inciso I do art. 6º do Decreto nº 7.724, de 2012.

§1° Os órgãos e unidades respondem diretamente pelos danos causados em decorrência da divulgação não autorizada ou utilização indevida de informações sigilosas ou informações pessoais, cabendo a apuração de responsabilidade funcional nos casos de dolo ou culpa, assegurado o respectivo direito de regresso, nos termos do art. 34 da Lei nº 12. 527, de 2011.

§ 2º O disposto na legislação aplica-se à pessoa física ou entidade privada que, em virtude de vínculo de qualquer natureza com o Incra, tenha acesso a informação sigilosa ou pessoal e a submeta a tratamento indevido.

Art. 4° Entende-se por requerimento de acesso à informação, com base na Lei nº 12.527, de 2011:

I - os pedidos de acesso à informação;
II - as solicitações de abertura de dados governamentais, de que trata o Decreto nº 8.777, de 11 de maio de 2016;
III - os recursos a indeferimento de pedido de acesso a informação;
IV - os pedidos de desclassificação e reclassificação de informação de que trata o art. 35 do Decreto 7.724/12; e
V - as reclamações contra omissões no regular processamento dos requerimentos elencados nos incisos I a IV deste parágrafo.

Art. 5º São atribuições do SIC/Incra, dentre outras:

I - prestar atendimento e orientação ao público quanto ao acesso às informações produzidas ou custodiadas pelo Incra;
II - verificar a disponibilidade imediata da informação e conceder ao requerente o acesso à informação no momento da solicitação, sempre que possível;
III - recepcionar os pedidos de acesso à informação, dar tratamento e encaminhar a resposta ao cidadão;

IV - monitorar e controlar os prazos estabelecidos para envio de resposta aos pedidos de acesso à informação e informar ao requerente quando houver a necessidade de dilação de prazo;

V - analisar a qualidade das respostas elaboradas aos requerentes, podendo ajustá-las ou solicitar retificação à área competente;

VI - informar ao cidadão sobre o seu direito de recurso em casos de indeferimento de acesso à informação ou às razões da negativa do acesso;

VII - promover a comunicação direta e a capacitação com os pontos focais dos órgãos e unidades do Incra;

VIII - promover a gestão transparente da informação, com amplo acesso e divulgação;

IX - publicar no portal do Incra, relatório estatístico atualizado periodicamente contendo a tipificação e a quantidade de pedidos de informação recebidos, atendidos e indeferidos e informações genéricas sobre os solicitantes.

§ 1º O relatório de que trata o inciso IX do caput deste artigo será o extraído do Portal Fala.BR, referente aos requerimentos apresentados ao Incra no módulo e-Sic.

§ 2º A partir da análise dos dados obtidos nos relatórios da Plataforma Fala.BR o SIC/Incra deverá, sempre que necessário, propor formalmente aos órgãos e unidades a inclusão ou a melhoria das informações mais demandadas pelos cidadãos, em transparência ativa.

§ 3º A informação com disponibilidade imediata de que trata o inciso II do caput é aquela já publicada no sítio eletrônico ou cuja resposta já tenha sido produzida e validada pelos órgãos e unidades do Incra.

Art. 6º O SIC/Incra deverá resguardar a qualidade das respostas aos requerentes, que deverão ser redigidas em linguagem clara, objetiva, simples e compreensível, evitando o uso de siglas, jargões, tecnicismos e estrangeirismos.

Art. 7º Quando for necessária a entrega pessoal das informações ao cidadão ou nos casos em que tal conduta for solicitada, o SIC/Incra entrará em contato com o solicitante para agendar data e hora para a entrega da informação.

§ 1º O não comparecimento do solicitante na data pré-agendada ou finalizando o prazo concedido para retirada da resposta, o SIC/Incra deverá arquivar o pedido, com registro da motivação do arquivamento e da comunicação ao cidadão, quando possível.

§ 2º Caso a solicitação de acesso demande manuseio de grande volume de documentos ou quando a movimentação dos documentos puder comprometer sua regular tramitação, o órgão ou unidade do Incra deverá indicar em sua resposta a data certa ou data limite, o local e o modo para que o interessado realize consulta presencial, efetue reprodução, copie ou obtenha certidão relativa à informação solicitada, ficando responsável pelo atendimento do requerente.

§ 3º Quando a manipulação prejudicar a integridade da informação ou do documento, o órgão ou unidade do Incra responsável pela informação poderá disponibilizar cópia, com certificação de que confere com o original.

§ 4º Na impossibilidade de obtenção de cópias, o interessado poderá solicitar que, a suas expensas e sob supervisão de servidor público, a reprodução seja feita por outro meio que não ponha em risco a conservação do documento original.

Art. 8º Compete aos pontos focais, dentre outras atribuições:

I - receber e dar tratamento aos requerimentos de acesso à informação, no âmbito de sua área de atuação;

II - devolver imediatamente ao SIC/Incra os pedidos de acesso à informação direcionados de forma equivocada;

III - prezar pela qualidade das respostas aos requerimentos de acesso à informação sob sua responsabilidade;

IV - verificar se a resposta ao pedido de acesso à informação não contraria outras manifestações proferidas sobre o mesmo assunto no âmbito do seu órgão ou unidade;

V - validar a resposta produzida, que deverá ser assinada pelo gestor da área técnica responsável pelo conteúdo da resposta, considerando a hierarquia dos recursos nos termos do art. 15 da Lei nº 12.527/11;

VI - realizar o tarjamento ou a obliteração das informações que mereçam proteção no ato de envio de resposta ao requerente, considerando o disposto no art. 31 da Lei nº 12.527/11;

VII - restituir os pedidos de acesso à informação e suas respectivas respostas ao SIC/Incra para envio ao requerente, nos prazos de atendimento estabelecidos nesta Portaria;

VIII - subsidiar a elaboração de decisão dos recursos apresentados no âmbito do seu órgão ou unidade;

IX - enviar ao SIC/Incra pedidos de dilação do prazo de resposta, com as respetivas justificativas;

X - garantir que todos os pedidos de acesso à informação direcionados a seu órgão ou unidade, no ato de seu recebimento, sejam registrados na Plataforma Fala.BR;

XI - disseminar as orientações relativas à Lei nº 12.527, de 2011, no âmbito de sua atuação;

§ 1º Para efeitos desta Portaria, área técnica é a unidade de nível gerencial chefiadas por servidores públicos ocupantes de cargos em comissão do Grupo Direção e Assessoramento Superiores - DAS ou Funções Comissionadas do Poder Executivo - FCPE, correspondente à estrutura regimental, nos termos da Portaria n° 531, de 23 de março de 2020.

§2º O ponto focal, ao receber o pedido de acesso à informação sobre assunto com potencial repercussão à imagem ou integridade do Incra, deverá dar imediato conhecimento de seu teor à Autoridade de Monitoramento referida no art. 14 desta Portaria, por meio do SIC/Incra, para acompanhamento e, se for o caso, fornecimento de orientações adicionais sobre a resposta ao requerente.

Art. 9º O órgão ou unidade a qual o ponto focal encontra-se vinculado deverá providenciar o envio de resposta ao SIC/Incra, no prazo de até 15 (quinze) dias corridos, para que haja tempo hábil de tramitação, considerando o prazo descritos no art. 11 da Lei nº 12.527, de 2011.

§ 1º O prazo para resposta ao pedido de acesso à informação será contado a partir da data do efetivo registro da solicitação no módulo de Acesso à Informação, na Plataforma Fala.BR.

§ 2º Caso a data do registro do pedido de acesso à informação seja em dia não útil, contar-se-á o prazo a partir do primeiro dia útil subsequente.

§ 3º Caso verifique a necessidade de prazo superior ao inicialmente fixado nos termos do art. 9º, o ponto focal deverá solicitar prorrogação ao SIC/Incra, devidamente justificada, por mais 10 (dez) dias.

§ 4º Caso o pedido de acesso à informação se destine a mais de uma área técnica no âmbito do órgão ou unidade, o ponto focal deverá consolidar as informações que servirão de resposta ao requerente, ficando, cada área técnica, responsável pela parcela da informação que for de sua competência.

Art. 10. Na hipótese de pedido de acesso a informações de interesse coletivo ou geral, a Ouvidoria do Incra poderá requerer, diretamente ou por meio do SIC/Incra, informações aos dirigentes dos órgãos e unidades competentes, que deverão ser fornecidas no prazo indicado no art. 9º desta Portaria.

Parágrafo único. O pedido de acesso a informações de interesse coletivo ou geral e sua resposta poderão ser publicados na íntegra, na página do Incra na internet, ressalvados os trechos sob restrição de acesso prevista em lei.

Art. 11. No caso de indeferimento de acesso às informações ou às razões da negativa de acesso, o requerente poderá apresentar recurso em primeira instância, no prazo de 10 (dez) dias contado a partir da data do registro de resposta na Plataforma Fala.BR, à autoridade hierarquicamente superior à que produziu a resposta, que decidirá, fundamentadamente, no prazo de 5 (cinco) dias.

§ 1º Em casos de indeferimento de recurso em primeira instância, o solicitante poderá apresentar recurso em segunda instância, no prazo de 10 (dez) dias, contado do registro de resposta, ao Presidente do Incra, que decidirá, fundamentadamente, no prazo de 5 (cinco) dias.

§ 2º Em casos de indeferimento de recurso dirigido ao Presidente do Incra, o requerente poderá apresentar recurso para decisão da Controladoria-Geral da União - CGU, no prazo de 10 (dez) dias.

Art. 12. Em casos em que a negativa de acesso à informação total ou parcialmente se dê por motivo de classificação, nos termos do art. 27 da Lei 12.527/11, o solicitante poderá apresentar pedido de desclassificação a autoridade classificadora que decidirá, fundamentadamente, no prazo de 30 (trinta) dias, nos termos do art. 36 do Decreto nº 7.724, de 2012.

§ 1º Os pedidos de desclassificação de informações serão recebidos por meio de formulário físico, disponibilizado na página do Incra, que deverá ser envidado ao SIC/Incra, por meio da Plataforma Fala.BR, para instrução complementar e envio à autoridade classificadora.

§ 2º Mantida a classificação da informação nos termos do caput, o recurso deverá ser encaminhado ao Presidente do Incra, no prazo de 10 (dez) dias, o qual decidirá, fundamentadamente, no prazo de 30 (trinta) dias, nos termos do art. 37 do Decreto nº 7.724, de 2012.

§ 3º O pedido de desclassificação não se confunde com o pedido de acesso à informação, sendo ambos constituídos por ritos distintos e autuados em processos apartados.

Art. 13. Em caso de omissão de resposta ao pedido de acesso à informação, o requerente poderá apresentar reclamação no prazo de 10 (dez) dias à Autoridade de Monitoramento referida no art. 14 desta Portaria, que deverá se manifestar no prazo de 5 (cinco) dias, contado do recebimento da reclamação.

Parágrafo único. O prazo para apresentar reclamação se iniciará 30 (trinta) dias após a apresentação da solicitação inicial.

Art. 14. Fica designado o titular do cargo de Ouvidor do Incra para atuar como Autoridade de Monitoramento, responsável pelas atribuições previstas no art. 40, da Lei nº 12.527/11.

Art. 15. O SIC/Incra atenderá ao público por meio do módulo de acesso à informação, disponibilizado pela Controladoria-Geral da União/CGU, na Plataforma Fala.BR ou presencialmente, de 8h às 18h, ininterruptamente, no Setor Bancário Norte, Quadra 01, Edifício Palácio do Desenvolvimento, Bloco "D", Anexo, Térreo, Brasília - DF.

Art. 16. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GERALDO JOSÉ DA CAMARA FERREIRA DE MELO FILHO

PORTARIA Nº 2.145, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2020

Altera o Regimento Interno do Incra.

O PRESIDENTE DO INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo art. 19, II e VII, do Decreto nº 10.252, de 20 de fevereiro de 2020, publicado no dia seguinte no Diário Oficial da União, e

Considerando o conteúdo do Relatório e Proposta de Melhoria das Condições no Exercício da Atividade Correcional no Incra (6713358), encaminhado por meio do Ofício nº 45298/2020/CGE/SEDE/INCRA-INCRA (6725748), que explicita a urgente necessidade de recomposição do quadro da Corregedoria-Geral da autarquia - CGE;

Considerando o conteúdo do Relatório Situacional CGE 2018 (6725403) sobre o escasso quadro funcional da CGE frente ao passivo processual e às demandas ordinárias da unidade;

Considerando o contido nas recomendações dos Relatórios Anuais de Auditoria de Contas desta Autarquia, apresentados pela Secretaria de Controle Interno da Presidência da República - CISET/PR, referentes aos exercícios de 2016 (6725432) e de 2017 (6725446), sobre a necessidade de se estruturar adequadamente as unidades correcionais do Incra;

Considerando o conteúdo dos autos do processo 54000.066440/2020-19;

Considerando o disposto no art. 125 do Regimento Interno do Incra;

Considerando o constante dos autos do processo nº 54000.086329/2020-31, em especial o contido no Ofício nº 57500/2020/CGE-GAB/CGE/SEDE/INCRA-INCRA, e

Considerando, por fim, os termos do PARECER N. 00129/2020/CGJ/PFE-INCRA-SEDE/PGF/AGU e despachos de aprovação (7289405, 7289405 e 7289421);, resolve:

Art. 1º Alterar o Regimento Interno do Incra, aprovado pela Portaria nº 531, de 23 de março de 2020, e constante de seu Anexo I, que passa a vigorar com as alterações indicadas nos artigos seguintes.

Art. 2º Acrescentar o item 5 à alínea "a" do inciso IV do art. 2º:

"Art. 2º.....

IV - .....

a) .....

5. Seção de Correição - SR(00)SC" (NR)

Art. 3º Revogar a alínea "e" do inciso I do art. 101:

"Art. 101 .....

I - .....

e) (REVOGADO)." (NR)

Art. 4º Revogar o inciso V do art. 102, bem como seu parágrafo único:

"Art. 102 .....

V - (REVOGADO)" (NR)

Parágrafo único. (REVOGADO)

Art. 5º Incluir o art. 102-A e incisos que o compõem:

"Art. 102-A. Às Seções de Correição compete, no âmbito da regional:

I - auxiliar o Superintendente Regional no tratamento, planejamento e operacionalização das atividades correcionais, executando, em nível regional, as competências regimentais das unidades que compõem a Corregedoria-Geral, no que couber;

II - expedir certidões, atestados e outros documentos relativos a assuntos específicos de sua área de atuação, manter atualizados os relatórios correcionais e prestar as informações requeridas pela Corregedoria-Geral;

III - realizar a análise processual em peça opinativa à autoridade disciplinar regional para subsidiar o juízo de admissibilidade desta e propor a instauração de Sindicâncias Investigativas e Patrimoniais, quando necessária, no âmbito da Superintendência Regional;

IV - promover investigações e diligências necessárias à instrução ou à instauração de procedimentos disciplinares de competência da Superintendência Regional; e

V - analisar os processos administrativos disciplinares e os de sindicância acusatória por meio de peça opinativa e propor o julgamento quando a penalidade a ser aplicada for da competência do Superintendente Regional para julgamento." (NR)

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor em 04 de janeiro de 2021.

GERALDO JOSÉ DA CAMARA FERREIRA DE MELO FILHO

CONSELHO DIRETOR

RESOLUÇÃO Nº 608, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2020

Altera o Art. 16 do Regimento Interno do Conselho Diretor (CD) do INCRA, aprovado pela Resolução nº 436, de 29 de junho de 2020, a fim de conceder autonomia aos membros do colegiado para propor a retirada de matéria constante da pauta.

O CONSELHO DIRETOR DO INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA, Autarquia Federal criada pelo Decreto-lei nº 1.110, de 9 de julho de 1970, alterado pela Lei nº 7.231, de 23 de outubro de 1984, por seu Presidente, no uso das atribuições que lhe são conferidas no Decreto nº 10.252, de 20 de fevereiro de 2020, publicado no Diário Oficial do dia 21 de fevereiro de 2020, que aprova a sua Estrutura Regimental, combinado com o art. 108, do Regimento Interno, aprovado pela Portaria

INCRA nº 531, de 23 de março de 2020, publicado no DOU do dia 24 de março de 2020, tendo em vista a decisão adotada em sua 696ª Reunião, realizada em 04 de dezembro de 2020, e considerando o que consta do Processo Administrativo 54000.107349/2020-52, e

Considerando o parágrafo único do artigo 17, da Estrutura Regimental do INCRA, aprovada pelo Decreto nº 10.252, de 20 de fevereiro de 2020;

Considerando o parágrafo único do artigo 108, do Regimento Interno do INCRA, aprovado pela Portaria INCRA nº 531, de 23 de março de 2020;

Considerando a Resolução nº 436, de 29 de junho de 2020, que aprovou o Regimento Interno do Conselho Diretor (CD) do INCRA, na forma do Anexo I, publicada no D.O.U. de 01 de julho de 2020 - Seção 1, pg. nº 124;

Considerando o que consta do Relatório GABT-1 (7554170), constante dos autos do processo nº 54000.107349/2020-42, que fundamenta a proposta de alteração do artigo 16 do Regimento Interno do CD; e

Considerando que a proposta de alteração está em conformidade com a legislação vigente, em especial com a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal, resolve:

Art. 1º Alterar o Art. 16 do Regimento Interno do Conselho Diretor (CD) do INCRA, aprovado pela Resolução nº 436, de 29 de junho de 2020, na forma do Anexo I, conforme preconiza o art. 17, parágrafo único, da Estrutura Regimental, instituída pelo Decreto nº 10.252, de 20 de fevereiro de 2020, combinado com o art. 108, parágrafo único, do Regimento Interno do INCRA, aprovado pela Portaria/INCRA/Nº 531, de 23 de março de 2020.

Art. 2º O Regimento Interno do Conselho Diretor passa a vigorar com a seguinte alteração:

Art. 16. A retirada de matéria de pauta poderá ser proposta por qualquer membro do colegiado, consignando-se os motivos em ata.

Parágrafo único. A matéria de que trata o caput será retirada de pauta se obtiver a anuência da maioria.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

GERALDO JOSÉ DA CAMARA FERREIRA DE MELO FILHO
Presidente do Conselho

RESOLUÇÃO Nº 607, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2020

Aprova a Portaria nº 2.145, de 07 de dezembro de 2020, que dispõe sobre alterações no Regimento Interno do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA para a criação de uma Seção de Correição em cada Superintendência Regional.

O CONSELHO DIRETOR DO INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA, Autarquia Federal criada pelo Decreto-Lei nº 1.110, de 9 de julho de 1970, alterado pela Lei nº 7.231, de 23 de outubro de 1984, por seu Presidente, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo art. 19, II e VII, da Estrutura Regimental do INCRA, aprovada pelo Decreto nº 10.252, de 20 de fevereiro de 2020, c/c o art. 108, incisos IV, alínea "f", e V do Regimento Interno do Incra da Autarquia, aprovado pela Portaria nº 531, de 23 de março de 2020, publicada no Diário Oficial da União do dia seguinte, e tendo em vista a decisão adotada em sua 696ª Reunião, realizada em 04 de dezembro de 2020; e

Considerando a instrução do processo nº 54000.086329/2020-31 da Corregedoria-Geral, que apresenta proposta de alteração do Regimento Interno do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA para a criação de uma Seção de Correição em cada Superintendência Regional;

Considerando a edição do Decreto nº 10.253, de 20 de fevereiro de 2020, que aprova a estrutura regimental da Casa Civil da Presidência da República e o Decreto nº 10.252, de mesma data, que aprova a estrutura regimental do INCRA, bem assim a Portaria nº 531, de 23 de março de 2020, publicada no Diário Oficial da União em 24 de março de 2020, Edição 57, Seção 1, Página 3, que aprova o Regimento Interno do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA;

Considerando as competências estabelecidas no art. 68 do Regimento Interno do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária;

Considerando a necessidade de se estruturar adequadamente uma unidade administrativa responsável pela processamento das demandas correcionais no âmbito das Superintendências Regionais, espelhando assim a estrutura correspondente da Administração Central desta Autarquia;

Considerando o conteúdo do Relatório e Proposta de Melhoria das Condições no Exercício da Atividade Correcional no Incra (6713358), encaminhado por meio do Ofício nº 45298/2020/CGE/SEDE/INCRA-INCRA (6725748), que explicita a urgente necessidade de recomposição do quadro da Corregedoria-Geral da autarquia - CGE;

Considerando o conteúdo do Relatório Situacional CGE 2018 (6725403) sobre o escasso quadro funcional da CGE frente ao passivo processual e às demandas ordinárias da unidade;

Considerando o contido nas recomendações dos Relatórios Anuais de Auditoria de Contas desta Autarquia apresentados pela Secretaria de Controle Interno da Presidência da República - CISET/PR, referentes aos exercícios de 2016 (6725432) e de 2017 (6725446), sobre a necessidade de se estruturar adequadamente as unidades correcionais desta Autarquia;

Considerando, ainda, os princípios gerais de Direito que regem a matéria, em especial, os princípios constitucionais da legalidade, da eficiência e da impessoalidade;

Considerando as disposições regulamentares contidas no Decreto n.º 5.480, de 30 de junho de 2005; na Instrução Normativa CGU nº 14, de 14 de novembro de 2018; e

Considerando, por fim, os termos do PARECER N. 00129/2020/CGJ/PFE-INCRA-SEDE/PGF/AGU e despachos de aprovação (7289405, 7289405 e 7289421);, resolve:

Art. 1º Aprovar a a Portaria nº 2.145, de 07 de dezembro de 2020, que dispõe sobre alterações no Regimento Interno do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA para a criação de uma Seção de Correição em cada Superintendência Regional.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

GERALDO JOSÉ DA CAMARA FERREIRA DE MELO FILHO
Presidente do Conselho



Ministério da Cidadania

SECRETARIA EXECUTIVA

RETIFICAÇÕES

Processo Nº 71000.042726/2020-10

No Diário Oficial da União nº 232, de 04 de dezembro de 2020, na Seção 1, página 59 que publicou a DELIBERAÇÃO Nº 1408/2020, ANEXO I, onde se lê: CNPJ: 11.324.892/0001-00, leia-se: CNPJ: 14.479.095/0001-82.

Processo Nº 71000.054271/2020-85

No Diário Oficial da União nº 230, de 02 de dezembro de 2020, na Seção 1, página 19 que publicou a DELIBERAÇÃO Nº 1407/2020, ANEXO I, onde se lê: Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 0479 DV: 0 Conta Corrente (Bloqueada) vinculada nº 125356-X, leia-se: Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 0479 DV: 0 Conta Corrente (Bloqueada) vinculada nº 125359-X

Processo Nº 71000.054028/2020-67

No Diário Oficial da União nº 232 de 04 de dezembro de 2020, na Seção 1, página 59 que publicou a DELIBERAÇÃO Nº 1408/2020, ANEXO I, onde se lê: Título: Porsche Cup em Evidência, leia-se: Título: Rio No Automobilismo Nacional.

Processo Nº 71000.042691/2020-19

No Diário Oficial da União nº 169, de 02 de setembro de 2020, na Seção 1, página 07 que publicou a DELIBERAÇÃO Nº 1387/2020, ANEXO I, onde se lê: Período de Captação até: 12/08/2020, leia-se: Período de Captação até: 12/08/2023.

SECRETARIA DE GESTÃO DE FUNDOS E TRANSFERÊNCIAS

PORTARIA Nº 101, DE 4 DE DEZEMBRO DE 2020

O SECRETÁRIO DE GESTÃO DE FUNDOS E TRANSFERÊNCIAS, no uso das atribuições que lhe conferem o artigo 18 da Portaria nº 394, de 29 de maio de 2020 do Ministério da Cidadania, resolve:

Art. 1º Delegar competência ao Coordenador-Geral de Execução Orçamentária e Financeira da Diretoria-Executiva do Fundo Nacional de Assistência Social, da Secretaria de Gestão de Fundos e Transferências, deste Ministério e ao Coordenador de Contabilidade da Diretoria-Executiva do Fundo Nacional de Assistência Social, da Secretaria de Gestão de Fundos e Transferências, deste Ministério, para atuar como responsável titular e substituto respectivamente, pela realização de inscrição de Nota de Empenho em Restos a Pagar não Processados a Liquidar/Em Liquidação no Sistema Integrado de Administração Financeira(SIAFI) da Unidade Gestora: 550027 - Secretaria Executiva.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANTONIO JOSÉ GONÇALVES HENRIQUES

Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 4.181, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2020

Dispõe sobre as atribuições dos servidores de cargo efetivo que atuam no monitoramento da Lei Orçamentária Anual, bem como no monitoramento do Plano Plurianual 2020-2023 no âmbito do MCTI.

O SECRETÁRIO EXECUTIVO SUBSTITUTO DO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÕES, no uso da competência que lhe foi atribuída pelo art. 1º, inciso VII, da Portaria MCTI nº 3.410, de 10 de setembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União de 11 de setembro de 2020, resolve:

Art. 1º Instituir os responsáveis pelo monitoramento e reporte das informações relacionadas à Lei Orçamentaria Anual (LOA) e ao Plano Plurianual (PPA, bem como definir suas atribuições.

DOS RESPONSÁVEIS PELAS AÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

Art. 2º Serão denominados Coordenador de Ação e Coordenador-Executivo os servidores que atuarão no monitoramento e reporte das informações das Ações Orçamentárias para as quais foram designados.

Art. 3º Constituem atribuições do Coordenador de Ação:

I - monitorar os resultados e acompanhar a execução orçamentária, física e financeira da Ação Orçamentária e dos Planos Orçamentários vinculados à ação sob sua responsabilidade, de modo a conferir maior eficiência e eficácia ao resultado geral da Ação Orçamentária, visando à observância dos princípios da eficiência, efetividade e economicidade na aplicação dos recursos.

II- manter registro atualizado, com documentação comprobatória sobre as atividades inerentes à respectiva Ação Orçamentária, de modo a prestar informações precisas e tempestivas, quando solicitado.

III - gerir os riscos e as restrições que possam influenciar a execução da ação;

IV - efetivar o registro de informações de qualidade das realizações, perspectivas, do desempenho físico, das restrições à execução e das providências tomadas em relação à ação e Planos Orçamentários (POs) em sistema de monitoramento

V - participar das reuniões preparatórias e de assuntos relativos ao monitoramento, quando convocado;

Parágrafo único. Compete ao Coordenador-Executivo apoiar a atuação do Coordenador de Ação, no âmbito de suas atribuições, bem como substituí-lo nas suas ausências e impedimentos.

DOS RESPONSÁVEIS PELO PLANO ORÇAMENTÁRIO

Art. 4º Serão denominados Responsáveis e Corresponsáveis os servidores que atuarão no monitoramento e no reporte das informações dos respectivos PO´s.

Art. 5º Constituem atribuições do Responsáveis e Corresponsáveis:

I - monitorar os resultados e acompanhar a execução orçamentária, física e financeira dos respectivos POs, de modo a dar mais eficiência e eficácia no resultado do plano orçamentário.

II - prestar as informações ao Coordenador e ao Coordenador Executivo da Ação sempre que demandados, para subsidiar o acompanhamento da execução da Ação Orçamentária e a alimentação dos sistemas informatizados de monitoramento.

DO MONITORAMENTO DO PPA

Art. 6º Os servidores responsáveis pelos processos de monitoramento das atividades vinculadas aos atributos do PPA serão denominados: Gestor PPA e Gestor PPA - Substituto, respectivamente.

Art. 7º Constituem atribuições dos Gestores PPA:

I - monitorar e prestar informações de qualidade, no tocante aos resultados dos indicadores, metas anuais, resultados intermediários do PPA, bem como das restrições que poderão implicar no alcance dos resultados e das providências adotadas em relação aos respectivos atributos. Os registros deverão ser inseridos no Sistema de Integrado de Planejamento e Orçamento do governo federal (SIOP).

II - prestar informações sobre a execução dos Atributos do PPA (Objetivo, Meta e Resultados Intermediários) e análises avaliativas no contexto dos Programas, quando solicitado;

III - participar dos eventos relacionados ao monitoramento do PPA, quando convocado.

IV - exercer outras atividades correlatas a matéria;

DAS INDICAÇÕES

Art. 8º Cabe aos Secretários e aos Diretores das Unidades de Pesquisa e das Entidades Vinculadas a indicação de servidores para as seguintes funções:

I - 01 (um) Coordenador de Ação e 01 (um) Coordenador-Executivo, quando se tratar de responsáveis pela execução das Ações Orçamentárias;

II - 01 (um) Responsável e 01 (um) Corresponsável, quando se tratar da execução do(s) Plano(s) Orçamentário(s).

III - 01 (um) Gestor do PPA e 01 (um) Gestor do PPA - Substituto, quando se tratar de assuntos relacionados às atividades de acompanhamento e monitoramento dos resultados intermediários do Plano Plurianual (Programas, Objetivos, Metas e iniciativas)

§1º . As indicações de que trata o caput deste artigo deverão recair preferencialmente sob os servidores ocupantes de cargos de DAS 3 ou 4.

§2º Eventuais alterações, quanto à composição de seus membros, deverão ser submetidas à Coordenação de Monitoramento e Avaliação - COMAV, para atualização.

Art. 9º. Os Titulares das unidades mencionadas no caput do art. 8º, bem como os servidores indicados para as funções designadas nas alíneas I, II e III do respectivo artigo, deverão observar os seguintes preceitos:

I - os servidores indicados, terão responsabilidade subsidiária pela gestão das informações referentes aos atributos mencionados

II.- as indicações serão formalizadas por memorando/oficio à Coordenação de Monitoramento e Avaliação - COMAV, quando solicitado.

III - os indicados devem manter cadastro atualizado, conforme formulário próprio disponível no Sistema Eletrônico de Informações - SEI.

Parágrafo único. O rol de servidores indicados para os atributos da LOA e do PPA serão atualizados e publicados, semestralmente, no Boletim de Serviço do MCTI.

Art. 10. A relação de servidores designados para as funções definidas nos incisos, I, II e III, do art. 8º, constam dos anexos I e II, desta Portaria.

Art. 11. Fica revogada a Portaria MCTIC nº 2.243, de 8 de maio de 2019.

CARLOS ALBERTO FLORA BAPTISTUCCI

COMISSÃO TÉCNICA NACIONAL DE BIOSSEGURANÇA

EXTRATO DE PARECER TÉCNICO Nº 7.248/2020

O Presidente da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTNBio, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 14, inciso XIX, da Lei 11.105/05 e do Art. 5º, inciso XIX do Decreto 5.591/05, torna público que na 237ª Reunião Ordinária ocorrida em 03/12/2020, a CTNBio apreciou e emitiu parecer técnico para o seguinte processo:

Processo SEI nº: 01250.010588/2020-82

Requerente: PIVOT Bio

Assunto: Consulta Prévia - Resolução Normativa 16

Decisão: DEFERIDO

A CTNBio, após análise Requerimento de Consulta Prévia a respeito do Enquadramento Regulatório do Produto Kv 137-1034, obtido por Técnica Inovadora de Melhoramento de Precisão (TIMP), nos termos da Lei no 11.105 de 24 de março de 2005 e da Resolução Normativa no 16, de 15 de janeiro de 2018. Concluiu pelo DEFERIMENTO. Trata-se de um inoculante para cultura do milho a base de Klebisiela variicola, visando a otimização do nitrogênio.

No âmbito das competências do art. 14, da Lei 11.105/05, e seu Decreto 5.591/05, e tendo por base na Resolução Normativa 16, a CTNBio concluiu que a cepa Kv 137-1034 atende aos requisitos apresentados no parágrafo 3o, do Artigo 1o da Resolução Normativa no 16, para seu enquadramento como Técnica Inovadora de Melhoramento de Precisão (TIMP) que podem originar um produto não considerado como um Organismo Geneticamente Modificado (OGM) e seus derivados, conforme definições da Lei no 11.105, de 24 de março de 2005, visto que o produto aqui apresentado implica nas características listadas:

I - Produto com ausência comprovada de ADN/ARN recombinante, obtido por técnica que emprega OGM como parental.

II - Produto obtido por técnica que introduz mutações sítio dirigidas, gerando ganho ou perda de função gênica, com a ausência comprovada de ADN/ARN recombinante no produto.

III - Produto obtido por técnica onde existe a expressão, temporária ou permanente, de moléculas de ADN/ARN recombinante, sem que haja a presença ou introgressão dessas moléculas no produto, visto que não existem moléculas de DNA/RNA recombinantes no produto Kv 137-1034

Desta forma foi considerado que a bacteria Klebsiella variícola KV 137-1034 obtida por meio da tecnologia de edição de genoma não é um OGM. Embora o requerente afirme que a bactéria Klebsiella variicola seja classificada como nível de segurança biológica 1 (NB1) na coleção de culturas da ATCC, ressalta-se que linhagens da mesma espécie são classificadas como NB2 na coleção de culturas alemão (DSMZ) e também na ATCC. Linhagens de bactérias do gênero Klebsiella estão classificadas pela Fundação André Toselo e pelo Ministério da Saúde como nível de biosegurança 2. Além disso, a literatura científica vem sugerindo que essa espécie causa infecções sérias em humanos, inclusive com surtos pediátricos. A bactéria tem sido detectada em rios e superfícies inertes e em vários tipos de ambiente, inclusive em plantas. Estirpes de K. variicola isoladas de plantas e de humanos (kingdom-crossing bacteria - KCB - bactérias que cruzam reinos taxonomicos) foram identificados em estudo científico (Scientific Reports (2019) 9:10610 | https://doi.org/10.1038/s41598-019-46998-9). Portanto, considera-se que a bactéria Klebsiella varicola exibe risco não negligenciável de transmissão do meio ambiente e de plantas para os seres humanos e animais, portanto, cautela deve ser adotada em avaliações futuras de sua aplicação comercial.

A íntegra deste Parecer Técnico consta do processo arquivado na CTNBio. Informações complementares ou solicitações de maiores informações sobre o processo, deverão ser encaminhadas, via Sistema FALABR, através da página eletrônica do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação.

PAULO AUGUSTO VIANNA BARROSO

EXTRATO DE PARECER TÉCNICO Nº 7.249/2020

O Presidente da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTNBio, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 14, inciso XIX, da Lei 11.105/05 e do Art. 5º, inciso XIX do Decreto 5.591/05, torna público que na 237ª Reunião Ordinária da CTNBio, realizada em 03/12/2020, a CTNBio apreciou e emitiu parecer técnico para o seguinte processo:

Processo SEI Nº: 01245.000480/2020-51

Requerente: Zoetis Indústria de Produtos Veterinários Ltda.

CQB: 244/08

Assunto: Solicitação de Parecer para Liberação Comercial (importação, armazenamento, transporte e comercialização) da Vacina Poulvac Procerta HV-ND - vacina viva congelada vetorizada contra as doenças de Marek e Newcastle

Extrato Prévio: 7.172/2020, publicado no Diário Oficial da União em 05/08/2020

Decisão: DEFERIDO

A CTNBio, após apreciação da solicitação de Liberação Comercial (importação, armazenamento, transporte e comercialização) da Poulvac Procerta HVT-ND- Vacina Viva congelada Vetorizada contra as doenças de Merek e Newcastle, concluiu pelo deferimento nos termos deste Parecer Técnico.

No âmbito das competências do art. 14 da Lei 11.105/05, a CTNBio considerou que as medidas de biossegurança propostas atendem às normas e à legislação pertinente que visam garantir a biossegurança do meio ambiente, agricultura, saúde humana e animal. Assim, atendidas as condições descritas no processo e neste parecer técnico, essa atividade não é potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente ou saúde humana.

A CTNBio informa que, de acordo com o parágrafo 5º do artigo 38 do Regimento interno da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança e instruído pela NOTA TÉCNICA Nº 51/2020/SEI-CTNBio - Membros da Secretaria Executiva da CTNBio, a Presidente da CTNBio aprovou solicitação de sigilo para as informações contidas no "Apêndice Confidencial" do referido processo.

A CTNBio esclarece que este extrato não exime a requerente do cumprimento das demais legislações vigentes no país, aplicáveis ao objeto do requerimento.

A íntegra deste Parecer Técnico consta do processo arquivado na CTNBio. Informações complementares ou solicitações de maiores informações sobre o processo, deverão ser encaminhadas, via Sistema FALABR, através da página eletrônica do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação.

PAULO AUGUSTO VIANNA BARROSO

EXTRATO DE PARECER TÉCNICO Nº 7.250/2020

O Presidente da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTNBio, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 14, inciso XIX, da Lei 11.105/05 e do Art. 5º, inciso XIX do Decreto 5.591/05, torna público que na 237ª Reunião Ordinária da CTNBio, realizada em 03/12/2020, a CTNBio apreciou e emitiu parecer técnico para o seguinte processo:

Processo SEI Nº: 01245.004881/2020-80

Requerente: Danisco Brasil Ltda.

CQB: 430/17

Assunto: Liberação Comercial de Derivado de Microrganismo Geneticamente Modificado - alfa-amilase

Extrato Prévio: 7282/2020, publicado no Diário Oficial da União em 16/09/2020

Decisão: DEFERIDO

A CTNBio, após apreciação da solicitação de Liberação Comercial de Derivado de Microrganismo Geneticamente Modificado para a produção de alfa-amilase, concluiu pelo deferimento nos termos deste Parecer Técnico.

No âmbito das competências do art. 14 da Lei 11.105/05, a CTNBio considerou que as medidas de biossegurança propostas atendem às normas e à legislação pertinente que visam garantir a biossegurança do meio ambiente, agricultura, saúde humana e animal. Assim, atendidas as condições descritas no processo e neste parecer técnico, essa atividade não é potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente ou saúde humana.

A CTNBio informa que, de acordo com o parágrafo 5º do artigo 38 do Regimento interno da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança e instruído pela NOTA TÉCNICA Nº 68/2020/SEI-CTNBio - Membros da Secretaria Executiva da CTNBio, a Presidente da CTNBio aprovou solicitação de sigilo para as informações contidas no "Apêndice Confidencial" do referido processo.

A CTNBio esclarece que este extrato não exime a requerente do cumprimento das demais legislações vigentes no país, aplicáveis ao objeto do requerimento.

A íntegra deste Parecer Técnico consta do processo arquivado na CTNBio. Informações complementares ou solicitações de maiores informações sobre o processo, deverão ser encaminhadas, via Sistema FALABR, através da página eletrônica do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação.

PAULO AUGUSTO VIANNA BARROSO

EXTRATO DE PARECER TÉCNICO Nº 7.251/2020

O Presidente da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTNBio, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 14, inciso XIX, da Lei 11.105/05 e do Art. 5º, inciso XIX do Decreto 5.591/05, torna público que na 237ª Reunião Ordinária da CTNBio, realizada em 03/12/2020, a Comissão apreciou e emitiu parecer técnico para o seguinte processo:

Processo SEI nº: 01245.011430/2020-07

Requerente: Associação Biotechtown Open Lab - Instituto de Ciência, Tecnologia e Inovação

CNPJ: 33.504.468/0001-72

Endereço: Solicitação de Certificado de Qualidade em Biossegurança - NB-2

Assunto: Solicitação de Parecer para Concessão Inicial de Certificado de Qualidade em Biossegurança - CQB - NB-2

Extrato Prévio: 7371/2020, publicado no Diário Oficial da União em 20/11/2020

Decisão: DEFERIDO

Nº de CQB concedido: 538/20

O Responsável Legal da Associação Biotechtown Open Lab - Instituto de Ciência, Tecnologia e Inovação, Sr. Bruno Moreira de Andrade, solicita parecer técnico da CTNBio para concessão do Certificado de Qualidade em Biossegurança para desenvolvimento de atividades em instalações da Instituição, com Nível de Biossegurança 1 e 2. A CTNBio, após apreciação da solicitação de parecer técnico para a concessão de CQB para áreas com Nível de Biossegurança NB-1 e NB-2, concluiu pelo deferimento, nos termos deste Parecer Técnico. No âmbito das competências dispostas na Lei 11.105/05 e seu decreto 5.591/05, a Comissão concluiu que o presente pedido atende às normas da CTNBio e à legislação pertinente que visam garantir a biossegurança do meio ambiente, agricultura, saúde humana e animal.

A CTNBio esclarece que este extrato não exime a requerente do cumprimento das demais legislações vigentes no país, aplicáveis ao objeto do requerimento.

A íntegra deste Parecer Técnico consta do processo arquivado na CTNBio. Informações complementares ou solicitações de maiores informações sobre o processo, deverão ser encaminhadas, via Sistema FALABR, através da página eletrônica do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação.

PAULO AUGUSTO VIANNA BARROSO

EXTRATO DE PARECER TÉCNICO Nº 7.252/2020

O Presidente da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTNBio, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 14, inciso XIX, da Lei 11.105/05 e do Art. 5º, inciso XIX do Decreto 5.591/05, torna público que na 237ª Reunião Ordinária da CTNBio, realizada em 03/12/2020, a Comissão apreciou e emitiu parecer técnico para o seguinte processo:

Processo SEI nº: 01245.009200/2020-70

Requerente: Prolab Ambiental Ltda

CNPJ: 07.021.658/0001-29

Endereço: Estrada do Capuava - Nº 2200 - Quadra AO Lote 5 - Rua Santa Monica Nº 511 / 521 / 545 - Bairro Chácara Ondas Verdes - Cotia/SP

Assunto: Solicitação de Parecer para concessão inicial de CQB - NB1

Extrato Prévio: 7336/2020, publicado no Diário Oficial da União em 19/10/2020

Decisão: DEFERIDO

Nº de CQB concedido: 539/20

OO Responsável Legal do Prolab Ambiental Ltda., Dr. Jair Fernandes de Macedo, solicita parecer técnico da CTNBio para concessão de Certificado de Qualidade em Biossegurança para instalações da instituição. A CTNBio, após apreciação da solicitação de parecer técnico para a concessão de CQB para áreas com Nível de Biossegurança NB-1, concluiu pelo deferimento, nos termos deste Parecer Técnico. No âmbito das competências dispostas na Lei 11.105/05 e seu decreto 5.591/05, a Comissão concluiu que o presente pedido atende às normas da CTNBio e à legislação pertinente que visam garantir a biossegurança do meio ambiente, agricultura, saúde humana e animal.

A CTNBio esclarece que este extrato não exime a requerente do cumprimento das demais legislações vigentes no país, aplicáveis ao objeto do requerimento.

A íntegra deste Parecer Técnico consta do processo arquivado na CTNBio. Informações complementares ou solicitações de maiores informações sobre o processo, deverão ser encaminhadas, via Sistema FALABR, através da página eletrônica do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação.

PAULO AUGUSTO VIANNA BARROSO

EXTRATO DE PARECER TÉCNICO Nº 7.253/2020

O Presidente da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTNBio, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 14, inciso XIX, da Lei 11.105/05 e do Art. 5º, inciso XIX do Decreto 5.591/05, torna público que na 237ª Reunião Ordinária da CTNBio, realizada em 03/12/2020, a Comissão apreciou e emitiu parecer técnico para o seguinte processo:

Processo SEI nº: 01245.011560/2020-31

Requerente: Instituto de Tecnologia em Imunobiológicos/Bio-Manguinhos - Fundação Oswaldo Cruz - Fiocruz

CQB: 110/99

Endereço: Av. Brasil, 4365 - Pavilhão Rocha Lima - Manguinhos - Rio de Janeiro/RJ

Assunto: Solicitação de parecer para extensão de Certificado de Qualidade em Biossegurança para atividades com OGM da classe de risco 1.

Extrato Prévio: 7378/2020, publicado no Diário Oficial da União em 20/11/2020

Decisão: DEFERIDO

A Presidente da CIBio do Instituto de Tecnologia em Imunobiológicos - Bio Manguinhos (FIOCRUZ), Sra. Andressa Guimarães de Souza Pinto, solicita parecer técnico da CTNBio para extensão do Certificado de Qualidade em Biossegurança para áreas do Departamento de Processamento Final - DEPFI, Divisão de Armazenagem e Movimentação de Materiais e Produtos Acabados - DIMOA, Área de Armazenaqem de IFA e Banco de células- CTV, com NBGE-1 e NB-1. A CTNBio, após apreciação da solicitação de parecer para Extensão de Certificado de Qualidade em Biossegurança da instituição, concluiu pelo deferimento, nos termos deste Parecer Técnico. No âmbito das competências dispostas na Lei 11.105/05 e seu decreto 5.591/05, a Comissão concluiu que o presente pedido atende às normas da CTNBio e à legislação pertinente que visam garantir a biossegurança do meio ambiente, agricultura, saúde humana e animal.

A CTNBio esclarece que este extrato não exime a requerente do cumprimento das demais legislações vigentes no país, aplicáveis ao objeto do requerimento.

A CTNBio informa que de acordo com o parágrafo 5º do artigo 38 do Regimento interno da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança e instruído pela NOTA TÉCNICA Nº 86/2020/SEI-CTNBio - Membros da Secretaria Executiva da CTNBio, a Presidente da CTNBio aprovou solicitação de sigilo para as informações contidas no "Apêndices Confidencial" do referido processo.

A íntegra deste Parecer Técnico consta do processo arquivado na CTNBio. Informações complementares ou solicitações de maiores informações sobre o processo, deverão ser encaminhadas, via Sistema FALABR, através da página eletrônica do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação.

PAULO AUGUSTO VIANNA BARROSO

EXTRATO DE PARECER TÉCNICO Nº 7.254/2020

O Presidente da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTNBio, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 14, inciso XIX, da Lei 11.105/05 e do Art. 5º, inciso XIX do Decreto 5.591/05, torna público que na 237ª Reunião Ordinária da CTNBio, realizada em 03/12/2020, a Comissão apreciou e emitiu parecer técnico para o seguinte processo:

Processo SEI nº: 01250.023258/2020-57

Requerente: Escola Paulista de Medicina (Universidade Federal de São Paulo-UNIFESP)

CQB: 028/97

Assunto: Solicitação de parecer para extensão de Certificado de Qualidade em Biossegurança para atividades com OGM da classe de risco 2

Extrato Prévio: 7120/2020, publicado no Diário Oficial da União em 09/junho/2020

Decisão: DEFERIDO

A presidente da Comissão Interna de Biossegurança da Universidade Federal de São Carlos- UFSCAR, Dra. Giselle Zenker Justo, solicita à CTNBio parecer técnico para Extensão do Certificado de Qualidade em Biossegurança do Laboratório de Imunologia Celular e Bioquímica de Fungos e Protozoários (LICBFP), do Instituto de Ciências Ambientais, químicas e farmacêuticas da UNIFESP - Campus Diadema - SP, para execução de atividades com organismos geneticamente modificados da classe de risco 2 em instalações com nível de biossegurança 2. A CTNBio, após apreciação da solicitação de parecer para Extensão de Certificado de Qualidade em Biossegurança da instituição, concluiu pelo deferimento, nos termos deste Parecer Técnico. No âmbito das competências dispostas na Lei 11.105/05 e seu decreto 5.591/05, a Comissão concluiu que o presente pedido atende às normas da CTNBio e à legislação pertinente que visam garantir a biossegurança do meio ambiente, agricultura, saúde humana e animal.

A CTNBio esclarece que este extrato não exime a requerente do cumprimento das demais legislações vigentes no país, aplicáveis ao objeto do requerimento.

A íntegra deste Parecer Técnico consta do processo arquivado na CTNBio. Informações complementares ou solicitações de maiores informações sobre o processo, deverão ser encaminhadas, via Sistema FALABR, através da página eletrônica do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação.

PAULO AUGUSTO VIANNA BARROSO

EXTRATO DE PARECER TÉCNICO Nº 7.255/2020

O Presidente da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTNBio, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 14, inciso XIX, da Lei 11.105/05 e do Art. 5º, inciso XIX do Decreto 5.591/05, torna público que na 237ª Reunião Ordinária da CTNBio, realizada em 03/12/2020, a Comissão apreciou e emitiu parecer técnico para o seguinte processo:

Processo SEI nº: 01245.007787/2020-82

Requerente: Instituto de Biociências - Universidade Estadual de São Paulo - UNESP - Campus de Botucatu

CQB: 164/02

Endereço: Rua Professor Doutor Antônio Censo Wagner Zanin, 250 18618-689, Botucatu, São Paulo, Brasil

Assunto: Solicitação de parecer para extensão de Certificado de Qualidade em Biossegurança para atividades com OGM da classe de risco 2.

Extrato Prévio: 7322/2020, publicado no Diário Oficial da União em 05/10/2020

Decisão: DEFERIDO

A presidente da Comissão Interna de Biossegurança do Instituto de Biociências - Universidade Estadual de São Paulo - UNESP - Campus de Botucatu), Dra. Maria Isabel Nogueira Cano, solicita parecer técnico da CTNBio para Extensão do Certificado de Qualidade em Biossegurança para o Laboratório de Telômeros do Departamento de Ciências Químicas e Biológicas, para execução de atividades com classe de risco II. A CTNBio, após apreciação da solicitação de parecer para Extensão de Certificado de Qualidade em Biossegurança da instituição, concluiu pelo deferimento, nos termos deste Parecer Técnico. No âmbito das competências dispostas na Lei 11.105/05 e seu decreto 5.591/05, a Comissão concluiu que o presente pedido atende às normas da CTNBio e à legislação pertinente que visam garantir a biossegurança do meio ambiente, agricultura, saúde humana e animal.

A CTNBio esclarece que este extrato não exime a requerente do cumprimento das demais legislações vigentes no país, aplicáveis ao objeto do requerimento.

A íntegra deste Parecer Técnico consta do processo arquivado na CTNBio. Informações complementares ou solicitações de maiores informações sobre o processo, deverão ser encaminhadas, via Sistema FALABR, através da página eletrônica do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação.

PAULO AUGUSTO VIANNA BARROSO

EXTRATO DE PARECER TÉCNICO Nº 7.256/2020

O Presidente da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTNBio, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 14, inciso XIX, da Lei 11.105/05 e do Art. 5º, inciso XIX do Decreto 5.591/05, torna público que na 237ª Reunião Ordinária da CTNBio, realizada em 03/12/2020, a Comissão apreciou e emitiu parecer técnico para o seguinte processo:

Processo SEI nº: 01245.009151/2020-75

Requerente: Fundação Universidade Federal do ABC- UFABC

CQB: 304/10

Endereço: Av. dos Estados, 5001, Bairro Santa Terezinha - Santo André/SP

Assunto: Solicitação de parecer para extensão de Certificado de Qualidade em Biossegurança para atividades com OGM da classe de risco 1.

Extrato Prévio: 7330/2020, publicado no Diário Oficial da União em 16/10/2020

Decisão: DEFERIDO

O Presidente da CIBio da Fundação Universidade Federal do ABC- UFABC, Dr. Vinícius de Andrade Oliveira, solicita parecer técnico da CTNBio para extensão de Certificado de Qualidade em Biossegurança para atividades de pesquisa em regime de contenção do Laboratório de Bioquímica de Doenças Inatas e Câncer, localizado no Boco L, 3º andar, Lab L316 da instituição, Campus Santo André. A CTNBio, após apreciação da solicitação de parecer para Extensão de Certificado de Qualidade em Biossegurança da instituição, concluiu pelo deferimento, nos termos deste Parecer Técnico. No âmbito das competências dispostas na Lei 11.105/05 e seu decreto 5.591/05, a Comissão concluiu que o presente pedido atende às normas da CTNBio e à legislação pertinente que visam garantir a biossegurança do meio ambiente, agricultura, saúde humana e animal.

A CTNBio esclarece que este extrato não exime a requerente do cumprimento das demais legislações vigentes no país, aplicáveis ao objeto do requerimento.

A íntegra deste Parecer Técnico consta do processo arquivado na CTNBio. Informações complementares ou solicitações de maiores informações sobre o processo, deverão ser encaminhadas, via Sistema FALABR, através da página eletrônica do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação.

PAULO AUGUSTO VIANNA BARROSO

EXTRATO DE PARECER TÉCNICO Nº 7.257/2020

O Presidente da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTNBio, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 14, inciso XIX, da Lei 11.105/05 e do Art. 5º, inciso XIX do Decreto 5.591/05, torna público que na 237ª Reunião Ordinária da CTNBio, realizada em 03/12/2020, a Comissão apreciou e emitiu parecer técnico para o seguinte processo:

Processo SEI nº: 01245.009132/2020-49

Requerente: Universidade Federal de Pelotas - UFPel

CQB: 081/98

Endereço: Campus Universitário/Capão do Leão s/n- prédio 19- CEP 96160-000 Pelotas - Rio Grande do Sul - Brasil

Assunto: Solicitação de parecer para extensão de Certificado de Qualidade em Biossegurança para atividades com OGM da classe de risco 1.

Extrato Prévio: 7333/2020, publicado no Diário Oficial da União em 16/10/2020

Decisão: DEFERIDO

A Presidente da Comissão Interna de Biossegurança- CIBio da Universidade Federal de Pelotas- UFPel, Dra. Sibele Borsuk, solicita parecer técnico da CTNBio para extensão de Certificado de Qualidade em Biossegurança para o Laboratório de Biotecnologia do Câncer- Unidade I, do Centro de Desenvolvimento Tecnológico, Biotecnologia da instituição, Campus Capão do Leão. A CTNBio, após apreciação da solicitação de parecer para Extensão de Certificado de Qualidade em Biossegurança da instituição, concluiu pelo deferimento, nos termos deste Parecer Técnico. No âmbito das competências dispostas na Lei 11.105/05 e seu decreto 5.591/05, a Comissão concluiu que o presente pedido atende às normas da CTNBio e à legislação pertinente que visam garantir a biossegurança do meio ambiente, agricultura, saúde humana e animal.

A CTNBio esclarece que este extrato não exime a requerente do cumprimento das demais legislações vigentes no país, aplicáveis ao objeto do requerimento.

A íntegra deste Parecer Técnico consta do processo arquivado na CTNBio. Informações complementares ou solicitações de maiores informações sobre o processo, deverão ser encaminhadas, via Sistema FALABR, através da página eletrônica do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação.

PAULO AUGUSTO VIANNA BARROSO

EXTRATO DE PARECER TÉCNICO Nº 7.258/2020

O Presidente da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTNBio, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 14, inciso XIX, da Lei 11.105/05 e do Art. 5º, inciso XIX do Decreto 5.591/05, torna público que na 237ª Reunião Ordinária da CTNBio, realizada em 03/12/2020, a Comissão apreciou e emitiu parecer técnico para o seguinte processo:

Processo SEI nº: 01200.000103/2013-17

Requerente: Escola de Engenharia de São Carlos - Núcleo de Estudos de Ecossistemas Aquáticos (NEEA)/Centro de Recursos Hídricos e Ecologia Aplicada (CRHEA)

CQB: 356/13

Endereço: Avenida Trabalhador São Carlense, 400, Caixa Postal 292 - São Carlos/SP

Assunto: Solicitação de parecer para cancelamento de CQB

Extrato Prévio: 7350/2020, publicado no Diário Oficial da União em 29/10/2020

Decisão: DEFERIDO

O Presidente da Comissão Interna de Biossegurança da Escola de Engenharia de São Carlos - Núcleo de Estudos de Ecossistemas Aquáticos (NEEA)/Centro de Recursos Hídricos e Ecologia Aplicada (CRHEA), Dr. Evaldo Luiz Gaeta Espíndola, solicita à CTNBio parecer técnico para suspensão do Certificado de Qualidade em Biossegurança da instituição, CQB 356/13. A CTNBio, após apreciação da solicitação de parecer para Cancelamento de Certificado de Qualidade em Biossegurança da instituição, concluiu pelo deferimento, nos termos deste Parecer Técnico. No âmbito das competências dispostas na Lei 11.105/05 e seu decreto 5.591/05, a Comissão concluiu que o presente pedido atende às normas da CTNBio e à legislação pertinente que visam garantir a biossegurança do meio ambiente, agricultura, saúde humana e animal.

A CTNBio esclarece que este extrato não exime a requerente do cumprimento das demais legislações vigentes no país, aplicáveis ao objeto do requerimento.

A íntegra deste Parecer Técnico consta do processo arquivado na CTNBio. Informações complementares ou solicitações de maiores informações sobre o processo, deverão ser encaminhadas, via Sistema FALABR, através da página eletrônica do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação.

PAULO AUGUSTO VIANNA BARROSO

EXTRATO DE PARECER TÉCNICO Nº 7.259/2020

O Presidente da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTNBio, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 14, inciso XIX, da Lei 11.105/05 e do Art. 5º, inciso XIX do Decreto 5.591/05, torna público que na 237ª Reunião Ordinária da CTNBio, realizada em 03/12/2020, a Comissão apreciou e emitiu parecer técnico para o seguinte processo:

Processo SEI nº: 01245.009997/2020-13

Requerente: Escola de Ciências da Saúde e da Vida da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul - PUCRS

CQB: 136/01

Endereço: Avenida Ipiranga 6681, prédio 11, 8° Andar Porto Alegre, RS

Assunto: Solicitação de parecer para extensão de Certificado de Qualidade em Biossegurança para atividades com OGM da classe de risco 1.

Extrato Prévio: 7346/2020, publicado no Diário Oficial da União em 28/10/2020

Decisão: DEFERIDO

O Presidente da CIBio da Escola de Ciências da Saúde e da Vida da PUCRS, Dr. Leandro Vieira Astarita, solicita parecer técnico da CTNBio para extensão de Certificado de Qualidade em Biossegurança para o Laboratório de Imunologia Clínica e Experimental da instituição, localizado no prédio 12, bloco C, sala 114 do Campus Central da PUCRS. A CTNBio, após apreciação da solicitação de parecer para Extensão de Certificado de Qualidade em Biossegurança da instituição, concluiu pelo deferimento, nos termos deste Parecer Técnico. No âmbito das competências dispostas na Lei 11.105/05 e seu decreto 5.591/05, a Comissão concluiu que o presente pedido atende às normas da CTNBio e à legislação pertinente que visam garantir a biossegurança do meio ambiente, agricultura, saúde humana e animal.

A CTNBio esclarece que este extrato não exime a requerente do cumprimento das demais legislações vigentes no país, aplicáveis ao objeto do requerimento.

A íntegra deste Parecer Técnico consta do processo arquivado na CTNBio. Informações complementares ou solicitações de maiores informações sobre o processo, deverão ser encaminhadas, via Sistema FALABR, através da página eletrônica do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação.

PAULO AUGUSTO VIANNA BARROSO

EXTRATO DE PARECER TÉCNICO Nº 7.260/2020

O Presidente da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTNBio, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 14, inciso XIX, da Lei 11.105/05 e do Art. 5º, inciso XIX do Decreto 5.591/05, torna público que na 237ª Reunião Ordinária da CTNBio, realizada em 03/12/2020, a Comissão apreciou e emitiu parecer técnico para o seguinte processo:

Processo SEI nº: 01245.012242/2020-98

Requerente: Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da Universidade Federal de Minas Gerais

CQB: 481/19

Endereço: Av. Prof. Alfredo Balena, 190 - 1º Andar - Belo Horizonte/MG

Assunto: Solicitação de parecer para extensão de Certificado de Qualidade em Biossegurança para atividades com OGM da classe de risco 1.

Extrato Prévio: 7397/2020, publicado no Diário Oficial da União em 01/12/2020

Decisão: DEFERIDO

O Presidente da CIBio do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da Universidade Federal de Minas Gerais, Dr. Jorge Andrade Pinto, solicita parecer técnico da CTNBio para extensão do Certificado de Qualidade em Biossegurança para o Ambulatório São Vicente, para desenvolvimento de atividades de classe de risco 1. A CTNBio, após apreciação da solicitação de parecer para Extensão de Certificado de Qualidade em Biossegurança da instituição, concluiu pelo deferimento, nos termos deste Parecer Técnico. No âmbito das competências dispostas na Lei 11.105/05 e seu decreto 5.591/05, a Comissão concluiu que o presente pedido atende às normas da CTNBio e à legislação pertinente que visam garantir a biossegurança do meio ambiente, agricultura, saúde humana e animal.

A CTNBio esclarece que este extrato não exime a requerente do cumprimento das demais legislações vigentes no país, aplicáveis ao objeto do requerimento.

A íntegra deste Parecer Técnico consta do processo arquivado na CTNBio. Informações complementares ou solicitações de maiores informações sobre o processo, deverão ser encaminhadas, via Sistema FALABR, através da página eletrônica do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação.

PAULO AUGUSTO VIANNA BARROSO

EXTRATO DE PARECER TÉCNICO Nº 7.261/2020

O Presidente da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTNBio, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 14, inciso XIX, da Lei 11.105/05 e do Art. 5º, inciso XIX do Decreto 5.591/05, torna público que na 237ª Reunião Ordinária da CTNBio, realizada em 03/12/2020, a Comissão apreciou e emitiu parecer técnico para o seguinte processo:

Processo SEI nº: 01245.012245/2020-21

Requerente: Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo - HC-USP

CQB: 217/06

Endereço: Av. Dr. Ovídio Pires de Campos, 225, 5º andar - São Paulo/SP

Assunto: Solicitação de parecer para extensão de Certificado de Qualidade em Biossegurança para atividades com OGM da classe de risco 1.

Extrato Prévio: 7401/2020, publicado no Diário Oficial da União em 02/12/2020

Decisão: DEFERIDO

O Presidente da CIBio do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo - HC-USP, Dr. Esper Georges Kallás , solicitou parecer técnico da CTNBio para extensão do Certificado de Qualidade em Biossegurança para o Centro de Pesquisa Clínica da faculdade de Medicina da FMUSP (CPC Unidade II - FMUSP), para desenvolvimento de atividades de classe de risco 1. A CTNBio, após apreciação da solicitação de parecer para Extensão de Certificado de Qualidade em Biossegurança da instituição, concluiu pelo deferimento, nos termos deste Parecer Técnico. No âmbito das competências dispostas na Lei 11.105/05 e seu decreto 5.591/05, a Comissão concluiu que o presente pedido atende às normas da CTNBio e à legislação pertinente que visam garantir a biossegurança do meio ambiente, agricultura, saúde humana e animal.

A CTNBio esclarece que este extrato não exime a requerente do cumprimento das demais legislações vigentes no país, aplicáveis ao objeto do requerimento.

A íntegra deste Parecer Técnico consta do processo arquivado na CTNBio. Informações complementares ou solicitações de maiores informações sobre o processo, deverão ser encaminhadas, via Sistema FALABR, através da página eletrônica do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação.

PAULO AUGUSTO VIANNA BARROSO

EXTRATO DE PARECER TÉCNICO Nº 7.262/2020

O Presidente da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTNBio, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 14, inciso XIX, da Lei 11.105/05 e do Art. 5º, inciso XIX do Decreto 5.591/05, torna público que na 237ª Reunião Ordinária da CTNBio, realizada em 03/12/2020, a Comissão apreciou e emitiu parecer técnico para o seguinte processo:

Processo SEI nº: 01245.004361/2020-77

Requerente: Universidade de São Paulo - Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto

Endereço: Avenida Bandeirantes, 3900- Ribeirão Preto- SP. CEP: 14049-900

CQB: 030/97

Assunto: Solicitação de parecer para projeto de pesquisa.

Extrato Prévio: 7252/2020, publicado no Diário Oficial da União em 25/08/2020

Decisão: DEFERIDO

O Presidente da Comissão Interna de Biossegurança da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto, Dr. Luiz Ricardo Orsini Tosi, solicita emissão de parecer técnico para o projeto de pesquisa denominado: "Estudo do mecanismo de invasão do sistema nervoso central pelo vírus Rocio utilizando recombinantes que expressam luciferase ou GFP". No

âmbito das competências dispostas na Lei 11.105/05 e seu decreto 5.591/05, a Comissão concluiu que o presente pedido atende às normas da CTNBio e à legislação pertinente que visam garantir a biossegurança do meio ambiente, agricultura, saúde humana e animal.

A CTNBio esclarece que este extrato não exime a requerente do cumprimento das demais legislações vigentes no país, aplicáveis ao objeto do requerimento.

A íntegra deste Parecer Técnico consta do processo arquivado na CTNBio. Informações complementares ou solicitações de maiores informações sobre o processo, deverão ser encaminhadas, via Sistema FALABR, através da página eletrônica do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação.

PAULO AUGUSTO VIANNA BARROSO

EXTRATO DE PARECER TÉCNICO Nº 7.264/2020

O Presidente da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTNBio, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 14, inciso XIX, da Lei 11.105/05 e do Art. 5º, inciso XIX do Decreto 5.591/05, torna público que na 237ª Reunião Ordinária, ocorrida em 03/12/2020, a CTNBio apreciou e emitiu parecer técnico para os seguintes processos:

Processo nº: 01250.026446/2019-01; Requerente: Kc Soluções em Biotecnologia do Brasil LTDA - Usina Alta Paulista; ; CQB: 382/15; Assunto: Relatório Anual 2018; Decisão: Deferido

Processo nº: 01250.017789/2019-77; Requerente: F+T do Brasil Nutrição Animal S/A; CQB: 369/14; Assunto: Relatório Anual 2018; Decisão: Deferido

Processo nº: 01250.007015/2020-71; Requerente: Filé de Truta NR; CQB: 395/15; Assunto: Relatório Anual 2019; Decisão: Indeferido

Processo nº: 01250.011129/2020-16; Requerente: Escola de Educação Física e Esporte de Ribeirão Preto (Universidade de São Paulo); CQB: 442/17; Assunto: Relatório Anual 2019; Decisão: Deferido

Processo nº: 01250.012360/2020-27; Requerente: Lallemand Brasil LTDA; CQB: 409/16; Assunto: Relatório Anual 2019; Decisão: Deferido

Processo nº: 01250.016854/2020-81; Requerente: Marken Brasil Serviços de Cadeia de Suprimentos Ltda; CQB: 471/19; Assunto: Relatório Anual 2019; Decisão: Deferido

Processo nº: 01250.019895/2020-29; Requerente: Universidade Federal de Pernambuco - UFPE; CQB: 158/02; Assunto: Relatório Anual 2019; Decisão: Deferido

Processo nº: 01250.015819/2020-44; Requerente: Fundação Universidade Federal do Mato Grosso do Sul; CQB: 165/02; Assunto: Relatório Anual 2019; Decisão: Deferido

Processo nº: 01245.001143/2020-81; Requerente: Faculdade de Zootecnia e Engenharia de Alimentos (Universidade de São Paulo - USP); CQB: 128/00; Assunto: Relatório Anual 2019; Decisão: Deferido

Processo nº: 01245.001131/2020-56; Requerente: Universidade do Vale do Paraíba - UNIVAP; CQB: 156/01; Assunto: Relatório Anual 2019; Decisão: Deferido

Processo nº: 01245.002490/2020-21; Requerente: Universidade da Região de Joinville - UNIVILLE; CQB: 432/17; Assunto: Relatório Anual 2019; Decisão: Deferido

Processo nº: 01245.003743/2020-83; Requerente: Universidade Estadual do Ceará; CQB: 228/06; Assunto: Relatório Anual 2019; Decisão: Deferido

Processo nº: 01250.015876/2020-23; Requerente: Sanofi-Aventis Farmacêutica Ltda.; CQB: 324/11; Assunto: Relatório Anual 2019; Decisão: Deferido

Processo nº: 01245.006534/2020-91; Requerente: Instituto D´Or de Pesquisa e Ensino; CQB: 411/16; Assunto: Relatório Anual 2019; Decisão: Deferido

Processo nº: 01250.011326/2020-35; Requerente: Spray Drop Pesquisa, Desenvolvimento e Assistência Técnica Agro-Industrial S/S Ltda; CQB: 394/15; Assunto: Relatório Anual 2019; Decisão: Deferido

Processo nº: 01250.014237/2020-41; Requerente: GDM - Genética do Brasil Ltda; CQB: 367/13; Assunto: Relatório Anual 2019; Decisão: Deferido

Processo nº: 01250.020075/2020-80; Requerente: BioCelere Agroindustrial LTDA; CQB: 352/12; Assunto: Relatório Anual 2019; Decisão: Deferido

Processo nº: 01250.019209/2020-10; Requerente: Stora Enso do Brasil LTDA; CQB: 402/15; Assunto: Relatório Anual 2019; Decisão: Deferido

Processo nº: 01250.019202/2020-06; Requerente: Iandebo Agroflorestal LTDA;; CQB: 414/16; Assunto: Relatório Anual 2019; Decisão: Deferido

Processo nº: 01250.022555/2020-85; Requerente: Embrapa Uva e Vinho; CQB: 227/06; Assunto: Relatório Anual 2019; Decisão: Deferido

Processo nº: 01250.015826/2020-46; Requerente: EMBRAPA Meio Ambiente - CNPMA; CQB: 122/00; Assunto: Relatório Anual 2019; Decisão: Deferido

Processos nº: 01245.005443/2020-39; 01245.005444/2020-83; 01245.005445/2020-28 e 01245.005447/2020-17; Requerente: Centro de Energia Nuclear na Agricultura - CENA (Universidade de São Paulo - USP); CQB: 043/98; Assunto: Relatórios Anuais 2014, 2015, 2016 e 2017; Decisão: Deferidos

A CTNBio esclarece que este extrato não exime a requerente do cumprimento das demais legislações vigentes no país, aplicáveis ao objeto do requerimento.

A íntegra deste Parecer Técnico consta do processo arquivado na CTNBio. Informações complementares ou solicitações de maiores informações sobre o processo, deverão ser encaminhadas, via Sistema FALABR, através da página eletrônica do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação.

PAULO AUGUSTO VIANNA BARROSO

EXTRATO DE PARECER TÉCNICO Nº 7.270/2020

O Presidente da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTNBio, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 14, inciso XIX, da Lei 11.105/05 e do Art. 5º, inciso XIX do Decreto 5.591/05, torna público que na 237ª Reunião Ordinária ocorrida em 03/12/2020, a CTNBio apreciou e emitiu parecer técnico para o seguinte processo:

Processo: 01250.001696/2019-21
Requerente: Centro de Tecnologia Canavieira - CTC
CQB: 006/96
Assunto: Extensão de prazo para envio do Plano de Monitoramento Pós-liberação Comercial (Ano 01)
Decisão: DEFERIDO

A CTNBio, após análise de pedido de extensão de prazo para envio do relatório de liberação pós-liberação comercial - Ano 01 do Evento CTC91087-6 de cana-de-açúcar em mais 90 dias, concluiu pelo DEFERIMENTO da extensão de prazo.

No âmbito das competências do art. 14 da Lei 11.105/05, a CTNBio considerou que as medidas de biossegurança propostas atendem às normas e à legislação pertinente que visam garantir a biossegurança do meio ambiente, agricultura, saúde humana e animal. Assim, atendidas as condições descritas no processo e neste parecer técnico, essa atividade não é potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente ou saúde humana.

A CTNBio esclarece que este extrato não exime a requerente do cumprimento das demais legislações vigentes no país, aplicáveis ao objeto do requerimento.

A íntegra deste Parecer Técnico consta do processo arquivado na CTNBio. Informações complementares ou solicitações de maiores informações sobre o processo, deverão ser encaminhadas, via Sistema de Informação ao Cidadão - SIC, através da página eletrônica do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicações.

PAULO AUGUSTO VIANNA BARROSO

EXTRATO DE PARECER TÉCNICO Nº 7.271/2020

O Presidente da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTNBio, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 14, inciso XIX, da Lei 11.105/05 e do Art. 5º, inciso XIX do Decreto 5.591/05, torna público que na 237ª Reunião Ordinária ocorrida em 03/12/2020, a CTNBio apreciou e emitiu parecer técnico para o seguinte processo:

Processo: 01250.010577/2020-01
Requerente: PIVOT Bio
Assunto: Consulta Prévia - Resolução Normativa 16
Decisão: DEFERIDO

A CTNBio, após análise Requerimento de Consulta Prévia a respeito do Enquadramento Regulatório do Produto Kv 137-3933 obtido por Técnica Inovadora de Melhoramento de Precisão (TIMP), nos termos da Lei no 11.105 de 24 de março de 2005 e da Resolução Normativa no 16, de 15 de janeiro de 2018, Concluiu pelo DEFERIMENTO. Trata-se de um inoculante para cultura do milho a base de Klebisiela variicola, visando a otimização do nitrogênio.

No âmbito das competências do art. 14, da Lei 11.105/05, e seu Decreto 5.591/05, e tendo por base na Resolução Normativa 16, a CTNBio concluiu que a cepa Kv 137-3933 atende aos requisitos apresentados no parágrafo 3o, do Artigo 1o da Resolução Normativa no 16, para seu enquadramento como Técnica Inovadora de Melhoramento de Precisão (TIMP) que podem originar um produto não considerado como um Organismo Geneticamente Modificado (OGM) e seus derivados, conforme definições da Lei no 11.105, de 24 de março de 2005.

Conforme a descrição da requerente trata-se de uma mutação espontânea, natural sem uso de técnicas de recombinação gênica. Logo, pode-se afirmar segundo a RN 16/2018 que a bactéria Klebsiella variícola 137-3933, conforme descrita pela requerente, não é um OGM ou derivado de OGM. Embora a requerente afirme que a bactéria Klebsiella variicola seja classificada como nível de segurança biológica 1 (NB1) na coleção de culturas da ATCC, ressalta-se que linhagens da mesma espécie são classificadas como NB2 na coleção de culturas alemão (DSMZ) e também na ATCC. Linhagens de bactérias do gênero Klebsiella estão classificadas pela Fundação André Toselo e pelo Ministério da Saúde como nível de biosegurança 2. Além disso, a literatura científica vem sugerindo que essa espécie causa infecções sérias em humanos, inclusive com surtos pediátricos. A bactéria tem sido detectada em rios e superfícies inertes e em vários tipos de ambiente, inclusive em plantas. Estirpes de K. variicola isoladas de plantas e de humanos (kingdom-crossing bacteria - KCB - bactérias que cruzam reinos taxonomicos) foram identificados em estudo científico (Scientific Reports (2019) 9:10610 | https://doi.org/10.1038/s41598-019-46998-9). Portanto, considera-se que a bactéria Klebsiella varicola exibe risco não negligenciável de transmissão do meio ambiente e de plantas para os seres humanos e animais e, portanto, cautela deve ser adotada em avaliações futuras de sua aplicação comercial.

A íntegra deste Parecer Técnico consta do processo arquivado na CTNBio. Informações complementares ou solicitações de maiores informações sobre o processo, deverão ser encaminhadas, via Sistema FALABR, através da página eletrônica do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação.

PAULO AUGUSTO VIANNA BARROSO

EXTRATO DE PARECER TÉCNICO Nº 7.273/2020

A Presidência da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTNBio, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 14, inciso XIX, da Lei 11.105/05 e do Art. 5º, inciso XIX do Decreto 5.591/05, torna público que na 237ª Reunião Ordinária da CTNBio, realizada em 03 de dezembro de 2020, a CTNBio apreciou e emitiu parecer técnico para o seguinte processo:

Processo nº: 01245.010136/2020-70
Requerente: Marken Brasil Serviços de Cadeia de Suprimentos Ltda.
CQB: 471/19
Assunto: Solicitação de extensão de CQB para inclusão de salas para execução de atividades com OGMs da classe 1 e 2 de risco biológico.
Extrato Prévio: 7349/18 publicado no DOU em 29 de outubro de 2020.
Decisão: DEFERIDO

A CTNBio, após apreciação da Solicitação de extensão de CQB para inclusão da de salas para execução da atividade de autoclavagem de OGMs das classes 1 e 2 de risco biológico, concluiu pelo deferimento, nos termos deste Parecer Técnico. A Presidente da CIBio da Marken Brasil Serviços de Cadeia de Suprimentos Ltda., Dra. Vanessa Reis Lucas Di Napoli Perez, solicita parecer técnico da CTNBio para extensão de Certificado de Qualidade em Biossegurança para inclusão de salas para execução de atividades no âmbito das atividades concedidas no CQB 471/19 para inclusão do processo de autoclavação para descarte de produtos contendo OGM. No âmbito das competências dispostas na Lei 11.105/05 e seu decreto 5.591/05, a Comissão concluiu que o presente pedido atende às normas da CTNBio e à legislação pertinente que visam garantir a biossegurança do meio ambiente, agricultura, saúde humana e animal.

A CTNBio esclarece que este extrato não exime a requerente do cumprimento das demais legislações vigentes no país, aplicáveis ao objeto do requerimento.

A íntegra deste Parecer Técnico consta do processo arquivado na CTNBio. Informações complementares ou solicitações de maiores informações sobre o processo acima listado deverão ser encaminhadas por escrito à Secretaria Executiva da CTNBio.

PAULO AUGUSTO VIANNA BARROSO

EXTRATO DE PARECER TÉCNICO Nº 7274/2020

A Presidência da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTNBio, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 14, inciso XIX, da Lei 11.105/05 e do Art. 5º, inciso XIX do Decreto 5.591/05, torna público que na 237ª Reunião Ordinária da CTNBio, realizada em 03 de dezembro de 2020, a CTNBio apreciou e emitiu parecer técnico para o seguinte processo:

Processo SEI nº: 01245.009038/2020-90
Requerente: Embrapa Amazônia Oriental
CQB: 263/08
Assunto: Solicitação de parecer para cancelamento de Certificado de Qualidade em Biossegurança
Extrato Prévio: 7331/2020, publicado no Diário Oficial da União 16 de outubro de 2020.
Decisão: DEFERIDO

A CTNBio, após apreciação da Solicitação de cancelamento de CQB da instituição, concluiu pelo deferimento, nos termos deste Parecer Técnico. A Presidente da Comissão Interna de Biossegurança da Embrapa Amazônia Oriental, Dra. Luciana Gatto Brito, solicita à CTNBio parecer técnico para cancelamento do Certificado de Qualidade em Biossegurança da Embrapa Amazônia Oriental, CQB 263/08. No âmbito das competências dispostas na Lei 11.105/05 e seu decreto 5.591/05, a Comissão concluiu que o presente pedido atende às normas da CTNBio e à legislação pertinente que visam garantir a biossegurança do meio ambiente, agricultura, saúde humana e animal.

A CTNBio esclarece que este extrato não exime a requerente do cumprimento das demais legislações vigentes no país, aplicáveis ao objeto do requerimento.

A íntegra deste Parecer Técnico consta do processo arquivado na CTNBio. Informações complementares ou solicitações de maiores informações sobre o processo acima listado deverão ser encaminhadas por escrito à Secretaria Executiva da CTNBio.

PAULO AUGUSTO VIANNA BARROSO
Presidente da CTNBio

EXTRATO DE PARECER TÉCNICO Nº 7.275/2020

A Presidência da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTNBio, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 14, inciso XIX, da Lei 11.105/05 e do Art. 5º, inciso XIX do Decreto 5.591/05, torna público que na 237ª Reunião Ordinária da CTNBio, realizada em 03 de dezembro de 2020, a CTNBio apreciou e emitiu parecer técnico para o seguinte processo:

Processo nº: 01245.011150/2020-91
Requerente: Instituto de Ciências Biomédicas (Universidade de São Paulo - USP)
CQB: 046/98
Assunto: Solicitação de parecer técnico para execução de projeto de pesquisa com OGMs da classe 3 de risco biológico.

Extrato Prévio: 7361/20 publicado no DOU em 12 de novembro de 2020.
Decisão: DEFERIDO

A CTNBio, após apreciação da solicitação de parecer técnico para execução de projeto de pesquisa com OGMs da classe 3 de risco biológico, concluiu pelo deferimento, nos termos deste Parecer Técnico. O Presidente da CIBio do Instituto de Ciências Biomédicas (Universidade de São Paulo - USP), Dr. Enrique Mario Boccardo Pierulivo, solicita parecer técnico da CTNBio para desenvolvimento do projeto de pesquisa: "Estudo estrutural e funcional de novos inibidores da proliferação do vírus SARS-CoV-2 em células humanas", de classe de risco 3. No âmbito das competências dispostas na Lei 11.105/05 e seu decreto 5.591/05, a Comissão concluiu que o presente pedido atende às normas da CTNBio e à legislação pertinente que visam garantir a biossegurança do meio ambiente, agricultura, saúde humana e animal.

A CTNBio esclarece que este extrato não exime a requerente do cumprimento das demais legislações vigentes no país, aplicáveis ao objeto do requerimento.

A íntegra deste Parecer Técnico consta do processo arquivado na CTNBio. Informações complementares ou solicitações de maiores informações sobre o processo acima listado deverão ser encaminhadas por escrito à Secretaria Executiva da CTNBio.

PAULO AUGUSTO VIANNA BARROSO

EXTRATO DE PARECER TÉCNICO Nº 7.276/2020

A Presidência da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTNBio, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 14, inciso XIX, da Lei 11.105/05 e do Art. 5º, inciso XIX do Decreto 5.591/05, torna público que na 237ª Reunião Ordinária da CTNBio, realizada em 03 de dezembro de 2020, a CTNBio apreciou e emitiu parecer técnico para o seguinte processo:

Processo SEI nº: 01250.013844/2020-93
Requerente: Instituto Gonçalo Moniz/ Fiocruz Bahia
CQB: 111/99
Endereço: Rua Waldemar Falcão, nº 121- Candeal- Salvador- Bahia. CEP: 40296-710
Assunto: Solicitação de parecer para projeto de pesquisa.
Extrato Prévio: nº 7003/20, publicado no DOU em 26 de março do 2020.
Decisão: Deferido

A CTNBio, após apreciação da Solicitação de parecer técnico para projeto de pesquisa em regime de contenção com OGM da classe de risco 2 em instalações com nível de biossegurança NB-2, concluiu pelo deferimento, nos termos deste Parecer Técnico. O Presidente da Comissão Interna do Instituto Gonçalo Moniz/ Fiocruz Bahia, Dr. Diogo Rodrigues de Magalhães Moreira, solicita emissão de parecer técnico para o projeto de pesquisa denominado: "Mecanismos envolvidos no crescimento tumoral: estudo em diferentes populações celulares de T naturais (NKT) e Natural Killer (NK) com atividade sobre a expansão do melanoma experimental", a ser executado em instalações credenciadas no CQB da instituição. No âmbito das competências dispostas na Lei 11.105/05 e seu decreto 5.591/05, a Comissão concluiu que o presente pedido atende às normas da CTNBio e à legislação pertinente que visam garantir a biossegurança do meio ambiente, agricultura, saúde humana e animal.

A CTNBio esclarece que este extrato não exime a requerente do cumprimento das demais legislações vigentes no país, aplicáveis ao objeto do requerimento.

A íntegra deste Parecer Técnico consta do processo arquivado na CTNBio. Informações complementares ou solicitações de maiores informações sobre o processo acima listado deverão ser encaminhadas por escrito à Secretaria Executiva da CTNBio.

PAULO AUGUSTO VIANNA BARROSO
Presidente da CTNBio

EXTRATO DE PARECER TÉCNICO Nº 7.277/2020

A Presidência da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTNBio, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 14, inciso XIX, da Lei 11.105/05 e do Art. 5º, inciso XIX do Decreto 5.591/05, torna público que na 237ª Reunião Ordinária da CTNBio, realizada em 03 de dezembro de 2020, a CTNBio apreciou e emitiu parecer técnico para o seguinte processo:

Processo nº: 01245.011481/2020-21
Requerente: Sociedade Beneficente Israelita Brasileira Albert Einstein
CQB: 288/09
Assunto: Solicitação de parecer técnico para execução de projeto de pesquisa com OGMs da classe 2 de risco biológico.
Extrato Prévio: 7369/18 publicado no DOU em 17 de novembro de 2020
Decisão: DEFERIDO

A CTNBio, após apreciação da solicitação de parecer técnico para execução de projeto de pesquisa com OGMs da classe 2 de risco biológico, concluiu pelo deferimento, nos termos deste Parecer Técnico. O Presidente da CIBio da Sociedade Beneficente Israelita Brasileira Albert Einstein, Dr. Luiz Vicente Rizzo, solicita parecer técnico da CTNBio para desenvolvimento do projeto de pesquisa: "Desenvolvimento de células feeder para expansão, ex vivo, de linfócitos NK humanos e validação, in vitro, da citotoxicidade com linhagens tumorais", de classe de risco 2. No âmbito das competências dispostas na Lei 11.105/05 e seu decreto 5.591/05, a Comissão concluiu que o presente pedido atende às normas da CTNBio e à legislação pertinente que visam garantir a biossegurança do meio ambiente, agricultura, saúde humana e animal.

A CTNBio esclarece que este extrato não exime a requerente do cumprimento das demais legislações vigentes no país, aplicáveis ao objeto do requerimento.

A íntegra deste Parecer Técnico consta do processo arquivado na CTNBio. Informações complementares ou solicitações de maiores informações sobre o processo acima listado deverão ser encaminhadas por escrito à Secretaria Executiva da CTNBio.

PAULO AUGUSTO VIANNA BARROSO

DESPACHO DE 8 DE DEZEMBRO DE 2020

O Presidente da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTNBio, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 14, inciso XIX, da Lei 11.105/05 e do Art. 5º, inciso XIX do Decreto 5.591/05, torna público que na 237a. Reunião Ordinária ocorrida em 03/12/2020, a CTNBio apreciou e emitiu parecer técnico de deferimento para o seguinte processo relativos a relatórios de liberação planejada no meio ambiente de organismos geneticamente modificados: 01200.001732/2016-07; 01250.003103/2018-80; 01250.042022/2019-86;01250.059529/2017-75; 01250.009037/2017-71; 01250.027851/2018-58; 01200.002929/2012-21; 01250.001245/2018-11; 01250.006197/2018-49; 01250.022534/2017-64; 01200.000919/2012-51; 01250.040354/2017-64.

PAULO AUGUSTO VIANNA BARROSO

DESPACHO DE 8 DE DEZEMBRO DE 2020

O Presidente da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTNBio, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 14, inciso XIX, da Lei 11.105/05 e do Art. 5º, inciso XIX do Decreto 5.591/05, torna público, após decisão ocorrida na 237ª Reunião Ordinária da CTNBio em 03/12/2020, que foi deferido o cancelamento do seguinte processo: 01245.003932/2020-56 (DESPACHO DE 15 DE SETEMBRO DE 2020).

PAULO AUGUSTO VIANNA BARROSO

CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO

DIRETORIA DE GESTÃO E TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

PORTARIA Nº 359, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2020

O PRESIDENTE DO CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO, no uso da competência delegada pelo art. 1º, I e II, da Portaria nº 3.853, de 7 de outubro de 2020, do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações, e considerando os termos do Decreto nº 98.830, de 15 de janeiro de 1990, e a Portaria MCT nº 55, de 14 de março de 1990, resolve:

Art. 1º Autorizar as atividades de coleta de dados sobre mudança climática, com a participação de pesquisadores estrangeiros, no âmbito do Projeto "ATTO 2: Observatório Amazônico em Torre Alta - Focando o papel da Amazônia no balanço de gases de efeito estufa e clima", Processo CNPq nº 01300.001057/2016-80, coordenado pelo Dr. Carlos Alberto Quesada, do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia - INPA, , em cooperação com a Dra. Susan Trumbore, do Max Planck Institute for Biogeochemistry - MPIC, da Alemanha, representante da contraparte estrangeira.

§ 1º Esta autorização tem validade a partir da sua publicação no Diário Oficial da União (DOU) até 18 de outubro de 2022.

§ 2º O prazo previsto no § 1º poderá ser prorrogado mediante pedido justificado do representante da contraparte brasileira, acompanhado de relatório técnico das atividades realizadas e demais documentos estabelecidos na legislação de regência, a ser apresentado no prazo de até 45 (quarenta e cinco) dias antes do término de sua vigência.

Art 2º As atividades de campo autorizadas por meio desta Portaria ficam limitadas à área do observatório amazônico em torre alta (Amazon Tall Tower Observatory - ATTO, em inglês) localizada na Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) do Uatumã, no município de São Sebastião do Uatumã (AM).

Art 3º As atividades de coleta e de remessa estão autorizadas para a seguinte equipe estrangeira:

NOME	NACIONALIDADE	INSTITUIÇÃO
Felix Helmut Ament	Alemã	University of Hamburg, Germany
Meinrat Rudolf Otto Georg Andreae	Alemã	Max-Planck Institute for Chemistry, Mainz, Germany
André Aptroot	Holandesa	ABL Herbarium, Soest, The Netherlands
Santiago Botia Bocanegra	Colombiana	Max-Planck Institute for Biogeochemistry, Jena, Germany
Sebastian Brill	Alemã	Max-Planck Institute for Chemistry, Mainz, Germany
Thomas-Holger Disper	Alemã	Max-Planck Institute for Chemistry, Mainz, Germany
Reiner Robert Ditz	Alemã	Max-Planck Institute for Chemistry, Mainz, Germany
Sebastian Siegfried Donner	Alemã	Max-Planck Institute for Chemistry, Mainz, Germany
Steffen Dörner	Alemã	Max-Planck Institute for Chemistry, Mainz, Germany
Achim Wilhelm Edtbauer	Alemã	Max-Planck Institute for Chemistry, Mainz, Germany
Jan-David Förster	Alemã	Max-Planck Institute for Chemistry, Mainz, Germany
Eberhard Julius Fritz	Alemã	Max-Planck Institute for Biogeochemistry, Jena, Germany
Christoph Gerbig	Alemã	Max-Planck Institute for Biogeochemistry, Jena, Germany
Gerd Gleixner	Alemã	Max-Planck Institute for Biogeochemistry, Jena, Germany
Martin Göbel	Alemã	Max-Planck Institute for Biogeochemistry, Jena, Germany
Marcus Guderle	Alemã	Max-Planck Institute for Biogeochemistry, Jena, Germany
Hartwig Dieter Harder	Alemã	Max-Planck Institute for Chemistry, Mainz, Germany
Henrik Hartmann	Alemã	Max-Planck Institute for Biogeochemistry, Jena, Germany
Martin Christoph Hertel	Alemã	Max-Planck Institute for Biogeochemistry, Jena, Germany
Kerstin Hippler	Alemã	Max-Planck Institute for Biogeochemistry, Jena, Germany
Thorsten Thomas Hoffmann-Dücker	Alemã	University of Mainz, Germany
Rolf-Michael Hofmann	Alemã	Max-Planck Institute for Chemistry, Mainz, Germany
Alison May Hoyt	Norte-Americana	Max-Planck Institute for Biogeochemistry, Jena, Germany
Isabella Carolin Hrabe de Angelis	Alemã	Max-Planck Institute for Chemistry, Mainz, Germany
Samuel Peter Jones	Britânica	Max-Planck Institute for Biogeochemistry, Jena, Germany
Frank Michael Keppler	Alemã	University of Heidelberg, Germany
Jürgen Wilhelm Kesselmeier	Alemã	Max-Planck Institute for Chemistry, Mainz, Germany
Juntae Kim	Sul-Coreana	Max-Planck Institute for Chemistry, Mainz, Germany
Thomas Siegfried Klimach	Alemã	Max-Planck Institute for Chemistry, Mainz, Germany
Thomas Josef Klüpfel	Alemã	Max-Planck Institute for Chemistry, Mainz, Germany
Olaf Eric Egbert Kolle	Alemã	Max-Planck Institute for Biogeochemistry, Jena, Germany
Shujiro Komiya	Japonesa	Max-Planck Institute for Biogeochemistry, Jena, Germany
Leslie Ann Kremper	Alemã	Max-Planck Institute for Chemistry, Mainz, Germany
Ovid Oktavian Krüger	Alemã	Max-Planck Institute for Chemistry, Mainz, Germany
Uwe Kuhn	Alemã	Max-Planck Institute for Chemistry, Mainz, Germany
Karl Robert Kübler	Alemã	Max-Planck Institute for Biogeochemistry, Jena, Germany
Jost Valentin Lavric	Eslovaca	Max-Planck Institute for Biogeochemistry, Jena, Germany
Ann-Sophie Lehnert	Alemã	University of Jena, Germany
Denis Leppla	Alemã	University of Mainz, Germany
Ingeborg Gerharda Gustl Levin	Alemã	University of Heidelberg, Germany
Guo Li	Chinesa	Max-Planck Institute for Chemistry, Mainz, Germany
Nan Ma	Chinesa	Jinan University, Guangzhou 511442, China

Carmen Monica Martinez-Harder	Alemã	Max-Planck Institute for Chemistry, Mainz, Germany
Iris Möbius	Alemã	Max-Planck Institute for Biogeochemistry, Jena, Germany
Björn Christian Nillius	Alemã	Max-Planck Institute for Chemistry, Mainz, Germany
Sachin Ganpat Patade	Indiana	Lund University, Sweden
Vaughan Trevor James Phillips	Britânica	Lund University, Sweden
Meike Piepenbring	Alemã	University of Frankfurt, Germany
Christopher Pöhlker	Alemã	Max-Planck Institute for Chemistry, Mainz, Germany
Mira Pöhlker geb. Krüger	Alemã	Max-Planck Institute for Chemistry, Mainz, Germany
Ulrich Johann Pöschl	Austríaca	Max-Planck Institute for Chemistry, Mainz, Germany
Maria Praß	Alemã	Max-Planck Institute for Chemistry, Mainz, Germany
Nina Gwendolyn Reijrink	Holandesa	Max-Planck Institute for Chemistry, Mainz, Germany
Monika Akima Ringsdorf	Alemã	Max-Planck Institute for Chemistry, Mainz, Germany
Markus Rudolf	Alemã	Max-Planck Institute for Chemistry, Mainz, Germany
Steffen Schmidt	Alemã	Max-Planck Institute for Biogeochemistry, Jena, Germany
Marion Christa Schrumpf	Alemã	Max-Planck Institute for Biogeochemistry, Jena, Germany
Uwe Schultz	Alemã	Max-Planck Institute for Biogeochemistry, Jena, Germany
Valérie Françoise Schwab Lavric	Suíça	Max-Planck Institute for Biogeochemistry, Jena, Germany
Hannelore Ulrike Seibt	Alemã	University of California, Los Angeles
Thomas Seifert	Alemã	Max-Planck Institute for Biogeochemistry, Jena, Germany

Carlos Alberto Sierra Usma	Colombiana	Max-Planck Institute for Biogeochemistry, Jena, Germany
Carsten Simon	Alemã	Max-Planck Institute for Biogeochemistry, Jena, Germany
Johannes Matthias Sörgel	Alemã	Max-Planck Institute for Chemistry, Mainz, Germany
Sebastian Manuel Tauer	Alemã	Max-Planck Institute for Chemistry, Mainz, Germany
Stefan Tauer Thiele	Alemã	University of Jena, Germany
Susan Trumbore	Norte-Americana	Max-Planck Institute for Biogeochemistry, Jena, Germany
Anywhere Tsokankunku	Zimbabweana	Max-Planck Institute for Chemistry, Mainz, Germany
Hella Lianne van Asperen	Holandesa	University of Bremen, Germany
David Josef Walter	Alemã	Max-Planck Institute for Chemistry, Mainz, Germany
Thorsten Heinrich Georg Warneke	Alemã	University of Bremen, Germany
Bettina Weber	Alemã	Max-Planck Institute for Chemistry, Mainz, Germany
Jens Weber	Alemã	Max-Planck Institute for Chemistry, Mainz, Germany
Jonathan Williams	Britânica	Max-Planck Institute for Chemistry, Mainz, Germany
Stefan Aiko Wolff	Alemã	Max-Planck Institute for Chemistry, Mainz, Germany
Nora Zannoni	Italiana	Max-Planck Institute for Chemistry, Mainz, Germany
Getachew Agmuas Adnew	Etíope	IMAU, University of Utrecht
Benjamin Acham Musa Bandowe	Ganense	Max-Planck Institute for Chemistry, Mainz, Germany
Konstantinos Barmpounis	Grega	Max-Planck Institute for Chemistry, Mainz, Germany
Reimund Johannes Bold	Alemã	Max-Planck Institute for Chemistry, Mainz, Germany
Sipko Marten Bulthuis	Holandesa	University of Bremen, Germany
Eleni Dovrou	Grega	Max-Planck Institute for Chemistry, Mainz, Germany
Katja Susanne Grossmann	Alemã	University of Heidelberg, Germany
Simon Christoph Hartmann	Alemã	Max-Planck Institute for Chemistry, Mainz, Germany
Dominic Marcel Jack	Alemã	Max-Planck Institute for Chemistry, Mainz, Germany
Gerrit Barend Koren	Holandesa	Wageningen University
Bianca Sandra Lauster	Alemã	Max-Planck Institute for Chemistry, Mainz, Germany
Coraline Mattei	Francesa	Max-Planck Institute for Chemistry, Mainz, Germany
Majda Mekic	Eslovaca	Max-Planck Institute for Chemistry, Mainz, Germany
Mirco Migliavacca	Italiana	Max-Planck Institute for Biogeochemistry, Jena, Germany
Anna Carolina Nelson	Alemã	Max-Planck Institute for Chemistry, Mainz, Germany
Audrey Arevalo Odwuor	Norte-Americana	University of California, Irvine Dept. of Earth System Science
Maria Carolina Ramirez Romero	Colombiana	IMT Lille Douai, Université de Lille, France
Uwe Rascher	Alemã	Reserach center FZ Juelich, Germany
Marielle Natasha Smith	Britânica	Michigan State University, USA
Sreedev Sreekumar	Indiana	Max-Planck Institute for Chemistry, Mainz, Germany
Christopher Scott Stark	Norte-Americana	Michigan State University, USA
Tyeen Colligan Taylor	Norte-Americana	University of Michigan, USA
Katharina Uhlmannsiek	Alemã	Max-Planck Institute for Chemistry, Mainz, Germany
Siyao Yue	Chinesa	Max-Planck Institute for Chemistry, Mainz, Germany
Jianqiang Zhu	Chinesa	Max-Planck Institute for Chemistry, Mainz, Germany

Art. 4º A coleta de material científico fica vinculada à estrita observância das normas do Decreto nº 98.830, de 15 de janeiro de 1990, da Portaria nº 55, de 14 de março de 1990, do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações e do Decreto nº 8.772, de 11 de maio de 2016, que regulamenta a Lei nº 13.123, de 20 de maio de 2015.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

EVALDO FERREIRA VILELA

Ministério das Comunicações

SECRETARIA DE RADIODIFUSÃO

PORTARIA Nº 1.572, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2020

O SECRETÁRIO DE RADIODIFUSÃO, no uso de suas atribuições, tendo em vista o que consta no PARECER n. 00151/2020/CONJUR-MCOM/CGU/AGU e na Nota Técnica nº 6747/2020/SEI-MCOM, que integram o Processo nº 53000.032761/2013-10, na forma prevista no art. 50, § 1°, da Lei n° 9.784, de 29 de janeiro de 1999, resolve:

Art. 1º Anular todos os atos praticados no processo em referência posteriores ao Despacho nº 1.401/2015/SEI-MC, de 25 de novembro de 2015, publicado no Diário Oficial da União - DOU de 9 de dezembro de 2015, mormente a Portaria nº 5267/2017/SEI-MCTIC, de 18 de setembro de 2017, publicada no DOU de 21 de setembro de 2017.

Art. 2º Convalidar a decisão exarada através do Despacho nº 1.401/2015/SEI-MC, de 25 de novembro de 2015, publicado no DOU de 9 de dezembro de 2015, por meio do qual foi conhecido o recurso interposto pela EMPRESA DE COMUNICAÇÃO INTERNACIONAL LTDA., Fistel n°. 50011269081 e nº. 50409588890, face à Portaria nº. 1.713/2014/SEI-MC, de 17 de dezembro de 2014, publicada no DOU de 6 de janeiro de 2015, que aplicou a penalidade de suspensão de um dia para cada outorga deferida a essa entidade, em razão da prática da infração capitulada no art. 38, alínea "b" da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, e, no mérito, negou-lhe provimento.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MAXIMILIANO SALVADORI MARTINHÃO

DEPARTAMENTO DE INOVAÇÃO, REGULAMENTAÇÃO E FISCALIZAÇÃO

PORTARIAS DE 22 DE NOVEMBRO DE 2020

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE INOVAÇÃO, REGULAMENTAÇÃO E FISCALIZAÇÃO, no uso de suas atribuições, observados os critérios e parâmetros estabelecidos pelas Portarias n° 112, de 22 de abril de 2013, e n° 294, de 30 de janeiro de 2015, e n° 562, de 22 de dezembro de 2011, e tendo em vista o que consta no processo abaixo, resolve:

Art. 1º Aplicar às Entidades, abaixo relacionadas, a penalidade de multa e/ou suspensão, que por este ato fica convertida em multa.

N° do Processo	Entidade	Serviço	Município	UF	Sanção	Valor (R$)	Enquadramento Legal	Portaria	Embasamento da Portaria de Multa
53900.003004/2015	Associação Maria Mãe De Deus	RADCOM	Niterói	RJ	Multa	1.068,64	Art. 40, XXIX, do Decreto n° 2.615/98	Portaria DECEF n° 1241 de 22/11/2020	Portaria MC n° 112/2013 Portaria MC n° 294/2015
53900.003140/2015	Associação Niteroiense De Arte, Cidadania E Comunicação Popgoiaba	RADCOM	Niterói	RJ	Multa	2.137,29	Art. 40, XXIX, do Decreto n° 2.615/98	Portaria DECEF n° 1242 de 22/11/2020	Portaria MC n° 112/2013 Portaria MC n° 294/2015
53524.019091/2017	Associação Comunitária Cultural, Educativa E Esportiva Monsenhor Jadir Brandão Costa	RADCOM	Felixlândia	MG	Multa	667,90	Art. 40, XXII, do Decreto n° 2.615/98	Portaria DECEF n° 1265 de 22/11/2020	Portaria MC n° 112/2013 Portaria MC n° 294/2015
53524.018929/2017	Sociedade De Ação Comunitária Canaã - SACC	RADCOM	Três Marias	MG	Multa	667,90	Art. 40, XXII, do Decreto n° 2.615/98	Portaria DECEF n° 1267 de 22/11/2020	Portaria MC n° 112/2013 Portaria MC n° 294/2015
53524.020141/2017	AMAS - Associação Dos Moradores E Amigos Do Serro	RADCOM	Serro	MG	Multa	2.003,71	Art. 40, XXII, do Decreto n° 2.615/98	Portaria DECEF n° 1276 de 22/11/2020	Portaria MC n° 112/2013 Portaria MC n° 294/2015
53504.009373/2017	Rádio Emissoras Do Centro Oeste Paulista Ltda	FM	Garça	SP	Multa	11.912,72	Art. 71, caput e § 3º da Lei n° 4.117/62	Portaria DECEF n° 1268 de 22/11/2020	Portaria MC n° 112/2013 Portaria MC n° 294/2015
53000.073850/2013	Comunidade Do Bairro Santa Terezinha	RADCOM	Canas	SP	Multa	1.599,26	Art. 40, VI do Decreto nº 2.615/98	Portaria DECEF n° 1269 de 22/11/2020	Portaria MC n° 112/2013 Portaria MC n° 562/2011
53512.000389/2017	Associação Da Rádio Comunitária Do Bairro Santo Antônio Fm	RADCOM	Itapemirim	ES	Multa	667,90	Art. 18 da Lei n° 9.612/98	Portaria DECEF n° 1271 de 22/11/2020	Portaria MC n° 112/2013 Portaria MC n° 294/2015
53508.001646/2017	Fundação Veneza De Rádio E Tv Educativa	TVD	Rio de Janeiro	RJ	Multa	3.005,56	Art. 13, parágrafo único, do Decreto-Lei n° 236/67	Portaria DECEF n° 1274 de 22/11/2020	Portaria MC n° 112/2013 Portaria MC n° 294/2015

53900.056494/2016	Associação Comunitária Padre Nestor	RADCOM	Japoatã	SE	Multa	935,06	Art. 11 da Lei nº 9.612/98	Portaria DECEF n° 1302 de 22/11/2020	Portaria MC n° 112/2013 Portaria MC n° 294/2015
53900.021329/2015	Associação Comunitária Dos Trabalhadores De Boa Saúde	RADCOM	Januário Cicco	RN	Multa	1.068,64	Art. 40, XXIX, do Decreto n° 2.615/98	Portaria DECEF n° 1288 de 22/11/2020	Portaria MC n° 112/2013 Portaria MC n° 294/2015
53900.003000/2015	Associação De Formação Social, Cultural E Ambiental Do Barreto - AFSCAB	RADCOM	Niterói	RJ	Multa	1.068,64	Art. 40, XXIX, do Decreto n° 2.615/98	Portaria DECEF n° 1285 de 22/11/2020	Portaria MC n° 112/2013 Portaria MC n° 294/2015
53900.003131/2015	Associação Princesa De São Bernardo Do Campo	RADCOM	São Bernardo do Campo	SP	Multa	991,25	Art. 40, XXIX, do Decreto n° 2.615/98	Portaria DECEF n° 1284 de 22/11/2020	Portaria MC n° 112/2013 Portaria MC n° 562/2011
53900.006879/2015	Associação Cultural E Comunitária De Amigos - ACCA	RADCOM	Juína	MG	Multa	1.068,64	Art. 40, XXIX, do Decreto n° 2.615/98	Portaria DECEF n° 1282 de 22/11/2020	Portaria MC n° 112/2013 Portaria MC n° 294/2015

RODRIGO CRUZ GEBRIM

COORDENAÇÃO-GERAL DE FISCALIZAÇÃO E MONITORAMENTO

PORTARIA Nº 1.266, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2020

O CORDENADOR-GERAL DE FISCALIZAÇÃO E MONITORAMENTO, no uso de suas atribuições, observados os critérios e parâmetros estabelecidos pela Portaria n° 112, de 22 de abril de 2013, e tendo em vista o que consta no processo abaixo, resolve:

Art. 1º Aplicar à Entidade, abaixo relacionada, a penalidade de advertência.

N° do Processo	Entidade	Serviço	Município	UF	Sanção	Enquadramento Legal	Portaria	Embasamento da Portaria de Multa
53504.009981/2017	Sociedade Dos Ecologistas De Tambaú	RADCOM	Tambaú	SP	Advertência	Art. 40, inciso XII, do Decreto nº 2.615/98	Portaria CGFM n° 1266 de 20/11/2020	Portaria MC n° 112/2013

TÁCIO NEVES FROTA SOUZA

AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES

CONSELHO DIRETOR

ACÓRDÃO Nº 644, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2020

Processo nº 53500.046160/2019-49
Recorrente/Interessado: TCHETURBO PROVEDOR DE INTERNET EIRELI. CNPJ nº 06.089.278/0001-63

Acordam os membros do Conselho Diretor da Anatel, por unanimidade, nos termos da Análise nº 1/2020/AS (SEI nº 6157616), integrante deste acórdão, declarar extinta, por renúncia, com efeitos desde 6 de dezembro de 2019, a Autorização de Uso de Radiofrequências associadas à autorização para exploração do Serviço de Comunicação Multimídia (SCM), nas subfaixas de 2.570 MHz a 2.585 MHz, relativas aos Lotes H-4302154, H-4307302, H-4310850, H-4315909 e H-4321907, objetos da Licitação nº 002/2015-SOR/SPR/CD-ANATEL, outorgada à TCHETURBO PROVEDOR DE INTERNET LTDA., CNPJ nº 06.089.278/0001-63, por meio do Ato nº 2.516, de 21 de julho de 2016 (SEI nº 0675439), cujo extrato foi publicado no Diário Oficial da União (DOU) de 26 de julho de 2016, e do Termo de Autorização nº 97/2016 (SEI nº 0653535), cujo extrato foi publicado no DOU de 27 de julho de 2016.

LEONARDO EULER DE MORAIS
Presidente do Conselho

ACÓRDÃOS DE 2 DE DEZEMBRO DE 2020

Nº 651 - Processo nº 53545.001627/2010-77
Recorrente/Interessado: OI S.A. CNPJ nº 76.535.764/0329-32
Acordam os membros do Conselho Diretor da Anatel, por unanimidade, nos termos da Análise nº 12/2020/AS (SEI nº 6174942), integrante deste acórdão:
a) conhecer do Recurso Administrativo para, no mérito, negar-lhe provimento; e,
b) retificar o Despacho Decisório nº 85/2018/SEI/COUN/SCO (SEI nº 2469448), para que, onde se lê "(...) art. 5º, I e III e § único (...)", leia-se "(...) art. 5º, incisos I e III, c/c seu parágrafo único, (...)".

Nº 652 - Processo nº 53536.000099/2011-29
Recorrente/Interessado: TELEMAR NORTE LESTE S.A. CNPJ nº 33.000.118/0013-02
Acordam os membros do Conselho Diretor da Anatel, por unanimidade, nos termos da Análise nº 8/2020/AS (SEI nº 6164703), integrante deste acórdão:
a) conhecer do Recurso Administrativo para, no mérito, negar-lhe provimento;
b) reformar, de ofício, o valor final da sanção, alterando-o de R$ 73.612,01 (setenta e três mil, seiscentos e doze reais e um centavo) para R$ 68.528,23 (sessenta e oito mil, quinhentos e vinte e oito reais e vinte e três centavos), em virtude da:
b.1) realização de cálculo unificado da sanção aplicável às infrações ao art. 4º, inciso II, do Plano Geral de Metas para a Universalização do Serviço Telefônico Fixo Comutado Prestado no Regime Público (PGMU II), aprovado pelo Decreto nº 4.769, de 27 de junho de 2003, separando-se tão somente as infrações atendidas com atraso daquelas canceladas indevidamente;
b.2) retificação do valor atribuído ao Fator "∑NDA = Somatório dos dias em atraso" em relação à ofensa ao art. 4º, inciso II, do PGMU II, para as solicitações canceladas; e,
b.3) aplicação da agravante prevista no inciso I do art. 19 do Regulamento de Aplicação de Sanções Administrativas (RASA), aprovado pela Resolução nº 589, de 7 de maio de 2012, no percentual de 10% (dez por cento), quanto à infração ao parágrafo único do art. 9º do PGMU II, sem impacto no valor final da multa em virtude da aplicação do § 1º do art. 17 do RASA; e,
c) retificar o Despacho Decisório nº 1/2018/SEI/COUN/SCO, de 9 de janeiro de 2018 (SEI nº 2290461), para que, onde se lê "...art. 5º, I e III, parágrafo[sic] único, e art. 9º parágrafo[sic] único do PGMU", leia-se "...art. 5º, incisos I e III c/c seu parágrafo único, e art. 9º, parágrafo único, do PGMU".

Nº 653 - Processo nº 53508.006768/2011-11
Recorrente/Interessado: TELEFÔNICA BRASIL S.A. CNPJ nº 02.558.157/0001-62
Acordam os membros do Conselho Diretor da Anatel, por unanimidade, nos termos da Análise nº 104/2020/CB (SEI nº 6191959), integrante deste acórdão, conhecer do Recurso Administrativo para, no mérito, dar-lhe provimento e reformar a decisão recorrida para descaracterizar a infração de óbice à fiscalização e determinar o consequente arquivamento do processo.

Nº 654 - Processo nº 53524.006546/2010-10
Recorrente/Interessado: TELEMAR NORTE LESTE S.A. CNPJ nº 33.000.118/0003-30
Acordam os membros do Conselho Diretor da Anatel, por unanimidade, nos termos da Análise nº 99/2020/CB (SEI nº 6153056), integrante deste acórdão:
a) conhecer do Recurso Administrativo para, no mérito, dar-lhe provimento parcial; e,
b) rever, de ofício, o valor da sanção de multa de R$ 1.345.108,43 (um milhão, trezentos e quarenta e cinco mil, cento e oito reais e quarenta e três centavos) para o valor de R$ 1.797.287,07 (um milhão, setecentos e noventa e sete mil, duzentos e oitenta e sete reais e sete centavos).

Nº 655 - Processo nº 53500.001206/2019-09
Recorrente/Interessado: ALGAR TELECOM S.A. CNPJ nº 71.208.516/0001-74
Acordam os membros do Conselho Diretor da Anatel, por unanimidade, nos termos da Análise nº 100/2020/CB (SEI nº 6158249), integrante deste acórdão:
a) conhecer do Recurso Administrativo para, no mérito, negar-lhe provimento, de forma a considerar devido o ressarcimento decorrente do Pado nº 53524.006242/2005-87, de R$ 859.067,03 (oitocentos e cinquenta e nove mil, sessenta e sete reais e três centavos), e manutenção dos valores devidos pelo ressarcimento para o Pado nº 53524.002828/2008-15, de R$ 9.721,11 (nove mil, setecentos e vinte e um reais e onze centavos), e Pado nº 53524.009421/2009-08, de R$ 4.463,74 (quatro mil, quatrocentos e sessenta e três reais e setenta e quatro centavos); e,
b) conhecer da petição Memorial (SEI nº 6051407) como direito de petição nos termos do art. 5º, inciso XXXIV, alínea "a", da Constituição Federal de 1988, para negar-lhe provimento.

LEONARDO EULER DE MORAIS
Presidente do Conselho

SUPERINTENDÊNCIA DE RADIOFREQUÊNCIA E FISCALIZAÇÃO
GERÊNCIA-GERAL DE FISCALIZAÇÃO
ESCRITÓRIO REGIONAL NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
UNIDADE OPERACIONAL NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
COORDENAÇÃO DE OUTORGA

ATO Nº 6.829, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2020

Processo nº 53512.000571/2020-92. Expede autorização à POLITA INDUSTRIA E COMERCIO DE PEDRAS POLIDAS LTDA, CNPJ nº 02091687000143, para explorar o Serviço de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

RODRIGO VIEITAS SARRUF DE ALMEIDA
Gerente

SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO
GERÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DE SÃO PAULO

ATO Nº 7.465, DE 4 DE DEZEMBRO DE 2020

Processo nº 53504.006921/2020-23.

Expede autorização à TAKASAGO FRAGRÂNCIAS E AROMAS LTDA, CNPJ nº 67.092.320/0001-90, para explorar o Serviço de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

JOSÉ UMBERTO SVERZUT
Gerente
Substituto

ATO Nº 7.491, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2020

Processo nº 53504.007522/2020-80.

Expede autorização à Domingos Savio Fonseca Moura, CPF nº ***.324.504-**, para explorar o Serviço de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

JOSÉ UMBERTO SVERZUT
Gerente
Substituto

GERÊNCIA REGIONAL NOS ESTADOS DE GOIÁS, MATO GROSSO, MATO GROSSO DO SUL E TOCANTINS
UNIDADE OPERACIONAL NO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

ATO Nº 7.450, DE 4 DE DEZEMBRO DE 2020

Processo nº 53548.001740/2020-02.

Expede autorização ao BENILSON DE LAZARI, CPFJ nº ***.826.611-**, para explorar o Serviço de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

PAULO AURELIO PEREIRA DA SILVA
Gerente Regional

SUPERINTENDÊNCIA DE OUTORGA E RECURSOS À PRESTAÇÃO
GERÊNCIA DE OUTORGA E LICENCIAMENTO DE ESTAÇÕES

ATOS DE 8 DE DEZEMBRO DE 2020

Nº 7.518 Autoriza Rodrigo Mason Orlandi, CPF nº 27947821852, a realizar operação temporária de equipamentos de radiocomunicação, na cidade de São Paulo/SP, no período de 12/12/2020 a 13/12/2020.

Nº 7.519 Autoriza Marco Aurelio Ribeiro da Costa, CPF nº 06788533636, a realizar operação temporária de equipamentos de radiocomunicação, na cidade de Barueri/SP, no período de 11/12/2020 a 13/12/2020.

Nº 7.520 Autoriza FURUKAWA ELECTRIC LATAM S.A., CNPJ nº 51.775.690/0020-54, a realizar operação temporária de equipamentos de radiocomunicação, nas cidades de Serra Negra/SP e Valinhos/SP, no período de 09/12/2020 a 06/02/2021.

RENATO SALES BIZERRA AGUIAR
Gerente

ATOS DE 1º DE DEZEMBRO DE 2020

Nº 7.368 Processo n° 53500.048533/2020-50. Outorga autorização de uso de radiofrequência(s) à ARCELORMITTAL BRASIL S.A., CNPJ nº 17.469.701/0169-28, associada à autorização para execução do Serviço Limitado Privado, aplicação Móvel Privativo.

Nº 7.369 Processo n° 53500.054401/2020-67. Outorga autorização de uso de radiofrequência(s) à ABIX TELECOM LTDA, CNPJ nº 03.068.511/0001-33, associada à autorização para execução do Serviço Limitado Privado, aplicação Móvel Privativo.

Nº 7.371 Processo nº 53557.000407/2019-25. Outorga autorização de uso de radiofrequência(s) à KJM TELECOM LTDA ME, CNPJ 14.092.882/0001-77, associada à autorização para execução de Serviço Limitado Privado.

RENATO SALES BIZERRA AGUIAR
Gerente

ATO Nº 7.251, DE 26 DE NOVEMBRO DE 2020

Processo n° 53500.052787/2020-72.

Outorga autorização de uso de radiofrequência(s) à SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANCA PUBLICA, CNPJ nº 01.804.019/0001-53, associada à autorização para execução do Serviço Limitado Privado, aplicação Móvel Privativo.

RENATO SALES BIZERRA AGUIAR
Gerente

Ministério da Defesa

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA N° 4.115/GM-MD, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2020

Aprova o Regimento Interno da Comissão Mista da Indústria de Defesa.

O MINISTRO DE ESTADO DA DEFESA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, incisos II e IV, da Constituição Federal, tendo em vista o disposto no art. 2º-A, parágrafo único, do Decreto nº 7.970, de 28 de março de 2013, e considerando o que consta do processo nº 60314.000150/2020-63, resolve:

Art. 1º Fica aprovado o Regimento Interno da Comissão Mista da Indústria de Defesa, na forma do Anexo a esta Portaria.

Art. 2º Ficam revogadas:

I - a Portaria Normativa nº 2.619, de 10 de setembro de 2013;

II - a Portaria Normativa nº 2.640, de 10 de setembro de 2013; e

III - a Portaria Normativa nº 3.214, de 26 de novembro de 2013.

Art. 3º Esta Portaria Normativa entra em vigor em 4 de janeiro de 2021.

FERNANDO AZEVEDO E SILVA

ANEXO

REGIMENTO INTERNO
COMISSÃO MISTA DA INDÚSTRIA DE DEFESA

Capítulo I

Finalidade

Art. 1º A Comissão Mista da Indústria de Defesa - CMID, criada pelo Decreto nº 7.970, de 28 de março de 2013, tem por finalidade assessorar o Ministro de Estado da Defesa em processos decisórios e em proposições de atos relacionados à indústria nacional de defesa.

Capítulo II

Composição

Art. 2º Compõem a CMID:

I - da administração central do Ministério da Defesa:

a) o Chefe do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas, que a presidirá;

b) o Secretário-Geral;

c) o Chefe de Logística e Mobilização;

d) o Secretário de Produtos de Defesa; e

II - um representante de cada um dos seguintes órgãos:

a) Estado-Maior da Armada;

b) Estado-Maior do Exército;

c) Estado-Maior da Aeronáutica;

d) Ministério da Economia; e

e) Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações.

§ 1º Na ausência do Chefe do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas, o suplente será o Chefe de Logística e Mobilização que, por sua vez, terá sua cadeira representada pelo Vice-Chefe de Logística e Mobilização.

§ 2º Na ocorrência da situação prevista no parágrafo anterior, a CMID será presidida pelo representante titular da administração central do Ministério da Defesa de maior precedência presente à sessão.

§ 3º Na ausência do Secretário-Geral, o suplente será o Secretário de Produtos de Defesa que, por sua vez, terá sua cadeira representada pelo Diretor do Departamento de Produtos de Defesa

§ 4º Na ausência do Chefe de Logística e Mobilização, o suplente será o Vice-Chefe de Logística e Mobilização.

§ 5º Na ausência do Secretário de Produtos de Defesa, o suplente será o Diretor do Departamento de Produtos de Defesa.

§ 6º Os membros da CMID de que trata o inciso II do caput, e respectivos suplentes, serão indicados pelos órgãos que representam e designados pelo Ministro de Estado da Defesa.

§ 7º Os membros titulares de que trata o inciso II do caput deverão ser oficiais-generais ou, se civis, servidores ocupantes de cargo em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS ou de Função Comissionada do Poder Executivo - FCPE equivalente ou superior ao nível 5, e os suplentes poderão ser servidores ocupantes de DAS ou de FCPE equivalente ou superior ao nível 4.

§ 8º Poderão participar das reuniões da CMID e de suas subcomissões, a convite de seu Presidente e sem direito a voto, representantes de outros órgãos e entidades públicas e privadas, em razão da matéria em discussão, bem como assessores técnicos, a critério dos membros.

Art. 3º A Secretaria-Executiva da CMID será exercida pelo Departamento de Produtos de Defesa da Secretaria de Produtos de Defesa do Ministério da Defesa.

Capítulo III

Competências

Art. 4º À CMID compete:

I - propor e coordenar estudos relativos à política nacional da indústria de defesa;

II - promover a integração entre o Ministério da Defesa e órgãos e entidades públicas e privadas relacionadas à Base Industrial de Defesa - BID;

III - emitir parecer e propor ao Ministro de Estado da Defesa a classificação ou desclassificação de:

a) Produto de Defesa - Prode, nos termos do inciso I do caput do art. 2º da Lei nº 12.598, de 21 de março de 2012;

b) Produto Estratégico de Defesa - PED, nos termos do inciso II do caput do art. 2º da Lei nº 12.598, de 2012; e

c) Sistema de Defesa - SD, nos termos do inciso III do caput do art. 2º da Lei nº 12.598, de 2012.

IV - propor ao Ministro de Estado da Defesa:

a) o credenciamento e descredenciamento de Empresa de Defesa - ED, nos termos do inciso III do caput do art. 2º da Portaria Normativa nº 86/GM-MD, de 13 de dezembro de 2018, e de Empresa Estratégica de Defesa - EED, nos termos do inciso IV do caput do art. 2º da Lei nº 12.598, de 2012; e

b) políticas e orientações sobre os processos de aquisição, de importação e de financiamento de que tratam os art. 3º, art. 4º e art. 6º da Lei nº 12.598, de 2012;

V - apreciar e emitir parecer sobre os Termos de Licitação Especial - TLE; e

VI - instituir subcomissões temáticas.

Art. 5º À Secretaria-Executiva da CMID compete:

I - acompanhar as propostas e atualizações das políticas voltadas à BID;

II - coordenar, atualizar e acompanhar as legislações que envolvem o funcionamento da CMID;

III - coordenar e acompanhar as subcomissões temáticas da CMID;

IV - propor e divulgar as pautas das reuniões da CMID;

V - secretariar as reuniões da CMID;

VI - coordenar e acompanhar os procedimentos necessários à publicação dos atos objeto de deliberação pela CMID, dentre os quais:

a) elaboração e divulgação das atas das reuniões;

b) elaboração das minutas de resolução das reuniões deliberativas;

c) elaboração das minutas de portarias ministeriais;

d) elaboração de nota técnica e minutas de despachos decisórios, relacionados aos TLE apreciados.

e) encaminhamento dos assuntos previstos nas alíneas "a", "b", "c" e "d" ao Presidente da CMID, que, nos casos das alíneas "c" e "d", despachará com o Ministro de Estado da Defesa.

f) atualização do sistema de cadastramento de empresas e produtos de defesa do Ministério da Defesa;

VII - coordenar os processos de credenciamento e descredenciamento de ED e EED e de classificação e desclassificação de Prode e PED;

VIII - receber e processar os dados enviados pelas ED e EED, por meio do Relatório Anual dos Resultados da Base Industrial de Defesa - RARBID, de que trata o art. 10 do Decreto nº 7.970, de 2013; e

IX - receber e tramitar as propostas de TLE.

Capítulo IV

Atribuições

Art. 6º Ao Presidente da CMID incumbe:

I - planejar, orientar, coordenar e controlar as atividades da CMID;

II - convocar e presidir as reuniões do colegiado;

III - solicitar a elaboração de estudos, informações e posicionamento sobre temas de relevante interesse público na área de atuação da CMID;

IV - firmar as atas das reuniões deliberativas;

V - proferir voto;

VI - editar resoluções decorrentes das deliberações da CMID;

VII - despachar com o Ministro de Estado da Defesa as minutas de atos relacionados às empresas e produtos objetos de deliberação pela CMID;

VIII - despachar com o Ministro de Estado da Defesa as minutas de despachos decisórios relacionadas aos TLE apreciados pela CMID;

IX - coordenar com o Gabinete do Ministro de Estado da Defesa a elaboração e o encaminhamento de outros atos decorrentes das deliberações da CMID;

X - definir o calendário anual das reuniões deliberativas da CMID; e

XI - apresentar à deliberação da comissão os casos não previstos neste Regimento Interno.

Art. 7º Aos membros da CMID incumbe:

I - comparecer às reuniões da Comissão, fazendo-se substituir por seus suplentes em caso de impossibilidade de participação;

II - participar das discussões;

III - proferir voto;

IV - firmar as atas das reuniões;

V - emitir pareceres, elaborar estudos, prestar informações sobre assuntos de relevante interesse público na área de sua atuação;

VI - realizar gestões junto às instituições que representam, com o objetivo de viabilizar a realização do planejamento e das ações da CMID;

VII - indicar os componentes das subcomissões constituídas pela CMID, quando solicitado; e

VIII - propor matéria para discussão e deliberação.

Capítulo V

Funcionamento

Art. 8º A CMID desempenhará suas competências por meio de:

I - reuniões técnicas da Comissão Mista da Indústria de Defesa: reuniões de assessores técnicos dos ministérios integrantes da CMID, das Forças Armadas ou de órgãos e entidades públicas ou privadas, para analisar estudos e propor soluções para os assuntos a serem apresentados à CMID; e

II - reuniões deliberativas da Comissão Mista da Indústria de Defesa: reuniões plenárias dos membros titulares ou suplentes da Comissão, tendo por finalidade assessorar o Ministro de Estado da Defesa em processos decisórios e em proposições de atos relacionados à indústria nacional de defesa.

Art. 9º O quórum de reunião da CMID é de maioria simples dos membros e as deliberações serão aprovadas pela maioria simples de seus representantes, em votação aberta e justificada.

§ 1º O Presidente, além do voto ordinário, terá o voto de qualidade em caso de empate.

§ 2º O suplente terá direito a voto somente na ausência do titular do órgão representado nas reuniões deliberativas.

§ 3º Os membros da CMID poderão requerer o adiamento da deliberação sobre determinado assunto, uma única vez, para a sessão seguinte.

Art. 10. A CMID se reunirá em caráter ordinário três vezes ao ano e em caráter extraordinário sempre que houver necessidade, por meio de convocação de seu Presidente.

Parágrafo único. As comunicações oficiais serão realizadas por intermédio da Secretaria-Executiva da CMID, podendo ser utilizados carta, ofício ou e-mail.

Art. 11. As pautas das reuniões deverão ser divulgadas com no mínimo sete dias de antecedência.

Art. 12. Será elaborada uma ata de cada reunião, contendo, entre outros:

I - o dia, a hora e o local da reunião;

II - os nomes dos membros presentes;

III - a distribuição das matérias por assunto;

IV - as conclusões dos pareceres lidos; e

V - os pedidos de vista, adiamento, diligências e outras providências.

Parágrafo único. A Secretaria-Executiva da CMID divulgará a ata até sete dias úteis após a respectiva reunião, que deverá ser assinada por todos os representantes presentes na reunião.

Capítulo VI

Subcomissões Temáticas

Art. 13. A CMID poderá instituir subcomissões temáticas, compostas por representantes de órgãos e entidades públicas e privadas, com o objetivo de:

I - estabelecer fluxo de troca de informações e experiências entre o empresariado do setor de defesa e os membros dos órgãos públicos;

II - analisar e aprofundar estudos e propor soluções para os assuntos apresentados;

III - elaborar estudos e recomendar a propositura, aos órgãos governamentais, de inciativas de política econômico-financeira para instituir condições especiais de acesso das EED a financiamento no âmbito do Sistema Financeiro Nacional; e

IV - acompanhar os impactos dos mecanismos de financiamento na estrutura financeira das EED.

Art. 14. As subcomissões temáticas:

I - serão compostas na forma de ato da CMID;

II - não poderão ter mais de seis membros;

III - terão caráter temporário e duração não superior a um ano;

IV - estarão limitadas a quatro operando simultaneamente; e

V - deverão observar o disposto no Decreto nº 9.759, de 11 de abril de 2019, que "Extingue e estabelece diretrizes, regras e limitações para colegiados da administração pública federal".

Art. 15. Poderão ser criadas as seguintes subcomissões temáticas, dentre outras:

I - Fórum da Indústria de Defesa - FID, de natureza consultiva, a ser composto por representantes do setor público, podendo contar com a participação de representantes do setor privado, com o objetivo de assessorar a CMID e estabelecer fluxo adequado de troca de informações e experiências entre o empresariado do setor de defesa e os membros dos órgãos governamentais;

II - Grupo de Assessoria Especial - GAE, de natureza consultiva, a ser composto por representantes do setor público, podendo contar com a participação de representantes do setor privado, com o objetivo de estudar e propor soluções relacionadas aos projetos estratégicos das Forças Armadas e outros projetos de interesse da defesa avaliados como interoperáveis e integradores entre as Forças Armadas, bem como aos assuntos apresentados na agenda de trabalho da CMID relacionados à BID;

III - Grupo de Assessoria Técnica - GAT, de natureza consultiva, a ser composto por representantes do setor público, de composição variável, de acordo com a especificidade do objeto, que tem por objetivo assessorar a CMID na apreciação dos TLE; e

IV - Grupo de Assessoria de Financiamento - GAF, de natureza consultiva, a ser composto por representantes do setor público, podendo contar com a participação de representantes do setor privado, com o objetivo de estudar, discutir e recomendar à CMID a propositura, aos órgãos governamentais competentes, de iniciativas de política econômico-financeira para instituir condições especiais de acesso das EED ao financiamento no âmbito do Sistema Financeiro Nacional, como também acompanhar os impactos do financiamento na estrutura financeira dessas empresas.

Parágrafo único. As linhas de financiamento propostas pelo GAF serão destinadas para a pesquisa, a inovação, o projeto, o desenvolvimento e a industrialização relativos:

I) a bens e serviços de defesa nacional de que trata o inciso I do caput do art. 8º da Lei nº 12.598, de 2012;

II) a PED, nos termos da legislação específica; e

III) ao atendimento das diretrizes da Estratégia Nacional de Defesa; e

IV) aos projetos que envolvam capacitação tecnológica, produção e desenvolvimento de conteúdo local.

Art. 16. A participação na CMID, inclusive em suas subcomissões temáticas, não ensejará qualquer remuneração para os seus membros, e os trabalhos desenvolvidos serão considerados prestação de relevante serviço público.

RETIFICAÇÃO

Em atenção à Portaria nº 4.064/GM-MD, de 4 de dezembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União nº 233, de 7 de dezembro de 2020, seção 1, página 13 (3002176), solicito retificação nos itens "5", "6" e "7" da forma a seguir:

Onde se lê:

Nº DE ORDEM	PRODE	NOME EMPRESARIAL/CNPJ
5.	GRAVADOR-REPRODUTOR E EDITOR INTELIGENTE DE VÍDEO IMHDX 9016	PAUMAR S.A INDÚSTRIA E COMÉRCIO 60.621.141/0004-04
6.	UNNITI 3000	PAUMAR S.A INDÚSTRIA E COMÉRCIO 60.621.141/0004-04
7.	PISTOLA TAURUS TH40C - CALIBRE .40	PAUMAR S.A INDÚSTRIA E COMÉRCIO 60.621.141/0004-04

Leia-se:

Nº DE ORDEM	PRODE	NOME EMPRESARIAL/CNPJ
5.	TINTA LÍQUIDA BETUMINOSO 712 PRETO	PAUMAR S.A INDÚSTRIA E COMÉRCIO 60.621.141/0004-04
6.	TINTA LÍQUIDA ALKLACK N 1232 R BRANCO WI N9,5	PAUMAR S.A INDÚSTRIA E COMÉRCIO 60.621.141/0004-04
7.	TINTA LÍQUIDA ALKLACK N 1232 R CINZA N3,5	PAUMAR S.A INDÚSTRIA E COMÉRCIO 60.621.141/0004-04

COMANDO DA AERONÁUTICA

SECRETARIA DE ECONOMIA E FINANÇAS E ADMINISTRAÇÃO DA AERONÁUTICA

DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO DA AERONÁUTICA

CENTRO DE APOIO ADMINISTRATIVO DA AERONÁUTICA

GRUPAMENTO DE APOIO DE CANOAS

PORTARIA GAP-CO Nº 42/ARC, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2020

O CHEFE DO GRUPAMENTO DE APOIO DE CANOAS - GAP-CO, usando da competência regimental que lhe foi conferida através da Portaria nº 1337/GC1, de 11 de setembro de 2017, publicada no Boletim do Comando da Aeronáutica nº 157, de 13 de setembro de 2017, e tendo em vista os fatos apurados no Processo Administrativo de Apuração de Irregularidade (PAAI) nº 67278.037301/2020-61 resolve:

Art. 1º Aplicar sanção à empresa COMERCIAL DE ALIMENTOS ZAFIRA EIRELI, inscrita no CNPJ sob o nº 32.605.118/0001-30, na modalidade de Suspensão Temporária de Participação em licitação e de Contratar com a Administração (GAP-CO), pelo prazo de 3 (três) meses, contados a partir de sua publicação no Diário Oficial da União com base no que prevê o Artigo n° 87, da Lei 8.666/93, por entender que a empresa não cumpriu totalmente o previsto no contrato, ao deixar de entregar materiais empenhados.

Art. 2º A aplicação da penalidade se dá em razão do descumprimento de exigências contantes nos itens 19.1.4 e 19.3.3 do Edital do Pregão Eletrônico nº110/GAP-CO/2018, combinado com os termos do inciso III, do Art. 87, Lei 8.666. A aplicação da penalidade neste período, deve-se a suspensão do Processo Administrativo de Aplicação de Penalidade durante o COVID-19, determinado pela MP nº928/2020.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MAURÍCIO CUNHA MASSA DE OLIVEIRA Cel Int

CENTRO DE AQUISIÇÕES ESPECÍFICAS

PORTARIA CAE Nº 46/ARC, DE 3 DE DEZEMBRO DE 2020

O COMANDANTE DO CENTRO DE AQUISIÇÕES ESPECÍFICAS, usando da competência que lhe foi delegada em Decreto Presidencial, de 13 de janeiro de 2020, publicado na seção 2 do Diário Oficial da União nº 9, de 14 de janeiro de 2020, em conformidade com o inciso XIX, do artigo 47, do RCA 12-1/2020 - Regulamento de Administração da Aeronáutica (RADA), e tendo em vista os fatos apurados no Processo Administrativo de Apuração de Irregularidade nº 42/CAE/2019, resolve:

Art. 1º Aplicar sanção à empresa POTENCIA Materiais de Construção Eireli - EPP, inscrita no CNPJ nº 22.356.205/0001-47, nas modalidades de multa, cumulada com o Impedimento de Licitar e Contratar com a União no âmbito do COMAER e Descredenciamento do SICAF, pelo período de 12 (doze) meses. A aplicação da sanção se faz em razão do descumprimento do prazo de entrega do material especificado na Nota de Empenho nº 2018NE804935, de 17/07/2018 e não atender as notificações nº 10/TNEL/43507, de 25/02/2019, 13/TNEL/47220, de 03/04/2019 e 15/TNEL/50722, de 08/05/2019, todas do CINDACTA IV, tudo previsto no item 4.1 e subitens 6.1.1, 6.1.2, 10.1.1, 10.1.2, 10.1.9 e 10.1.11 do Termo de Referência nº 40/DT/2017 do Pregão nº 084/GAPCEA/2017, configurando inexecução total do objeto, devidamente fundamentados no Parecer Administrativo nº 001/AJUR/2020, da Assessoria de Risco Contratual do CAE.

Art. 2º Determinar o recolhimento, por intermédio de emissão de GRU, no site do Tesouro Nacional, usando Unidade Gestora (UG): 120195, Gestão: 0001 - Tesouro Nacional, Nome da Unidade: Centro de Aquisições Específicas, Código de Recolhimento (22053-1), no valor de R$ 2.243,00 (dois mil duzentos e quarenta e três reais), cumulada com o Impedimento de Licitar e contratar com a União no âmbito do COMAER e Descredenciamento do SICAF, pelo período de 12 (doze) meses, a contar da data de publicação desta Portaria, considerando os termos dos artigos 7º da Lei nº 10.520/2002 e art. 28 do Decreto nº 5.450/2005, a similitude dos subitens 6.1.5.2 e 6.1.14, alínea "d" da ICA 12-23/2019 e Manual de Contratações Públicas do COMAER.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Cel Int MARCONI BENTES MANGABEIRA ROCHA JÚNIOR
Interino

COMANDO DA MARINHA

GABINETE DO COMANDANTE

PORTARIA Nº 357/MB/MD, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2020

Institui o Grupo de Recebimento do Navio-Patrulha "Maracanã" e dá outras providências.

O COMANDANTE DA MARINHA, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 4º e 19 da Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999, e o inciso V do art. 26 do Anexo I ao Decreto nº 5.417, de 13 de abril de 2005, resolve:

Art. 1º Instituir, em caráter temporário, o Grupo de Recebimento (GR) do Navio-Patrulha (NPa) "Maracanã", funcionando no Brasil:

I - Missão: Executar as tarefas referentes ao recebimento do Navio, a fim de incorporá-lo à Marinha do Brasil (MB);

II - Local: Rio de Janeiro-RJ;

III - Período: de janeiro de 2021 até o dia de incorporação do Navio à MB, seguindo o seguinte cronograma:

a) GR "ALFA", a partir de janeiro de 2021; e

b) GR "BRAVO", a partir do segundo semestre de 2021, a ser avaliado em função da necessidade da fiscalização e andamento da construção do navio.

IV - Subordinação: O GR ficará subordinado à Diretoria Industrial da Marinha, que mantém a supervisão funcional da construção do Navio; e

V - Composição: Será composto por 05 Oficiais e 30 Praças da futura tripulação do NPa "Maracanã", acordo seguinte composição:

a) GR "ALFA", composto por 04 Oficiais e 11 Praças; e

b) GR "BRAVO", composto por 01 Oficiais e 19 Praças.

Art. 2º O GR do NPa "Maracanã" será extinto por ocasião da incorporação do Navio à MB.

Art. 3º O Diretor-Geral do Material da Marinha e o Diretor-Geral do Pessoal da Marinha baixarão os atos complementares que se fizerem necessários à execução desta Portaria.

Art. 4º Esta Portaria entrará em vigor no dia 16 de dezembro de 2020.

ILQUES BARBOSA JUNIOR

DIRETORIA-GERAL DE NAVEGAÇÃO
DIRETORIA DE PORTOS E COSTAS

PORTARIA Nº 400, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2020

Prorroga o prazo do credenciamento estabelecido no art. 2º das Portarias nº 226/DPC e nº 227/DPC, de 3 de agosto de 2017, e da Portaria nº 213/DPC, de 26 de junho de 2018.

O DIRETOR DE PORTOS E COSTAS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Portaria nº 156/MB, de 3 de junho de 2004, e de acordo com o contido no art. 4º, da Lei nº 9.537, de 11 de dezembro de 1997, resolve:

Art.1º Prorrogar, em caráter excepcional, até 31 de março de 2021, o prazo do credenciamento da Empresa Shelter Santos Cursos e Treinamentos SS Ltda. - ME, CNPJ 12.581.727/0001-99, estabelecido no art. 2º das Portarias nº 226/DPC e nº 227/DPC, de 3 de agosto de 2017, e da Portaria nº 213/DPC, de 26 de junho de 2018, para continuar ministrando os seguintes cursos, na área sob a jurisdição da Capitania dos Portos de São Paulo, fundamentado na NORMAM-24 (3ª Revisão):

I- Curso Básico de Segurança de Navio (CBSN);

II-Curso Avançado de Combate a Incêndio (CACI); e

III-Curso Básico de Segurança de Plataforma (CBSP).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação em DOU.

Vice-Almirante ALEXANDRE CURSINO DE OLIVEIRA

PORTARIA Nº 401, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2020

Prorroga o prazo do credenciamento estabelecido no art. 2º das Portarias nº 367/DPC e nº 368/DPC, de 8 de dezembro de 2017.

O DIRETOR DE PORTOS E COSTAS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Portaria nº 156/MB, de 3 de junho de 2004, e de acordo com o contido no art. 4º, da Lei nº 9.537, de 11 de dezembro de 1997, resolve:

Art.1º Prorrogar, em caráter excepcional, até 31 de março de 2021, o prazo do credenciamento da Empresa Floripa Maritime Training Curso e Treinamento Marítimo Ltda. - ME, CNPJ 26.231.765/0001-26, estabelecido no art. 2º das Portarias nº 367/DPC e nº 368/DPC, de 8 de dezembro de 2017, para continuar ministrando o Curso de Familiarização de Proteção de Navio (CFPN) e o Curso Básico de Segurança de Navio (CBSN), na área sob a jurisdição da Capitania dos Portos de Santa Catarina, fundamentado na NORMAM-24 (3ª Revisão).

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação em DOU.

Art. 3º Revogam-se as Portarias nº 255/DPC e nº 256/DPC, datadas de 28 de julho de 2020, publicadas no DOU de 14 de agosto de 2020.

Vice-Almirante ALEXANDRE CURSINO DE OLIVEIRA

PORTARIA Nº 402, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2020

Prorroga o prazo do credenciamento estabelecido no art. 2º das Portarias nº 329/DPC e nº 334/DPC, de 10 de outubro de 2018, e da Portaria nº 64/DPC, de 1º de fevereiro de 2019.

O DIRETOR DE PORTOS E COSTAS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Portaria nº 156/MB, de 3 de junho de 2004, e de acordo com o contido no art. 4º, da Lei nº 9.537, de 11 de dezembro de 1997, resolve:

Art.1º Prorrogar, em caráter excepcional, até 31 de março de 2021, o prazo do credenciamento da Empresa JJR Serviços Marítimos e Portuários Ltda., CNPJ 15.032.624/0001-68, estabelecido no art. 2º das Portarias nº 329/DPC e nº 334/DPC, de 10 de outubro de 2018, e da Portaria nº 64/DPC, de 1º de fevereiro de 2019, para continuar ministrando os seguintes cursos e treinamento, na área sob a jurisdição da Capitania dos Portos do Rio de Janeiro, fundamentado na NORMAM-24 (3ª Revisão):

I- Curso de Embarcação Rápida de Resgate (CERR);

II-Curso de Embarcações de Sobrevivência e Salvamento (CESS); e

III-Treinamento Intermediário para Condutores de Baleeiras (TICB).

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação em DOU.

Vice-Almirante ALEXANDRE CURSINO DE OLIVEIRA

PORTARIA Nº 403, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2020

Prorroga o prazo do crdenciamento estabelecido no art. 2º da Portaria nº 327/DPC, de 10 de outubro de 2018.

O DIRETOR DE PORTOS E COSTAS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Portaria nº 156/MB, de 3 de junho de 2004, e de acordo com o contido no art. 4º, da Lei nº 9.537, de 11 de dezembro de 1997, resolve:

Art.1º Prorrogar, em caráter excepcional, até 31 de março de 2021, o prazo do credenciamento da Empresa Maersk Training Brasil Treinamentos Marítimos Ltda., CNPJ 14.425.876/0001-94, estabelecido no art. 2º da Portaria nº 327/DPC, de 10 de outubro de 2018, para continuar ministrando o Curso de Familiarização de Proteção de Navio (CFPN), na área sob a jurisdição da Capitania dos Portos do Rio de Janeiro, fundamentado na NORMAM-24 (3ª Revisão).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação em DOU.

Vice-Almirante ALEXANDRE CURSINO DE OLIVEIRA

PORTARIA Nº 404, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2020

Prorroga o prazo do credenciamento estabelecido no art. 2º da Portaria nº 229/DPC, de 3 de agosto de 2017.

O DIRETOR DE PORTOS E COSTAS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Portaria nº 156/MB, de 3 de junho de 2004, e de acordo com o contido no art. 4º, da Lei nº 9.537, de 11 de dezembro de 1997, resolve:

Art.1º Prorrogar, em caráter excepcional, até 31 de março de 2021, o prazo do credenciamento da Empresa Multilink Assessoria Técnica Ltda., CNPJ 09.228.827/0001-21, estabelecido no art. 2º da Portaria nº 229/DPC, de 3 de agosto de 2017, para continuar ministrando o Curso Básico de Segurança de Plataforma (CBSP), na área sob a jurisdição da Capitania dos Portos do Rio de Janeiro, fundamentado na NORMAM-24 (3ª Revisão).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação em DOU.

Vice-Almirante ALEXANDRE CURSINO DE OLIVEIRA

Ministério do Desenvolvimento Regional

SECRETARIA EXECUTIVA

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 38, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2020

Altera a Instrução Normativa n. 44, de 26 de dezembro de 2019, do Ministério do Desenvolvimento Regional, que dispõe sobre o Orçamento Operacional do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), referente à área de Habitação Popular e demais operações habitacionais, para o exercício de 2020.

O SECRETÁRIO-EXECUTIVO DO MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL, no uso das atribuições que lhe conferem a Constituição Federal de 1988, em seu art. 87, parágrafo único, incisos I e II; a Lei n. 8.036, de 11 de maio de 1990, em seu art. 6º; o Regulamento Consolidado do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, aprovado pelo Decreto n. 99.684, de 8 novembro de 1990, em seu art. 66; a Lei n. 13.844, de 18 de junho de 2019, em seu art. 29; e a Portaria nº 2.408, de 10 de setembro de 2020, em seu art. 1º;

CONSIDERANDO a Resolução n. 702, de 4 de outubro de 2012, e suas alterações, do Conselho Curador do FGTS, que estabelece diretrizes para elaboração das propostas orçamentárias e aplicação dos recursos do FGTS, e dá outras providências;

CONSIDERANDO a Resolução n. 949, de 10 de dezembro de 2019, e suas alterações, do Conselho Curador do FGTS, que aprova os Orçamentos Financeiro, Operacional e Econômico do FGTS, para o exercício de 2020;

CONSIDERANDO a Resolução n. 983, de 3 de novembro de 2020 do Conselho Curador do FGTS, que aprova a reformulação dos Orçamentos Financeiro, Operacional e Econômico do FGTS, para o exercício de 2020; e

CONSIDERANDO a solicitação de remanejamento de recursos, formulada pelo Agente Operador do FGTS, Caixa Econômica Federal, por intermédio do Ofício nº 131/2020 SUFUG, de 27 de novembro de 2020 constante dos autos do Processo Administrativo nº 59000.031285/2019-91, resolve:

Art. 1º A Instrução Normativa n. 44, de 26 de dezembro de 2019, do Ministério do Desenvolvimento Regional, que dispõe sobre o Orçamento Operacional do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), referente à área de Habitação Popular e demais operações habitacionais, para o exercício de 2020, publicada no Diário Oficial da União em 31 de dezembro de 2019, Seção 1, páginas 71 a 73, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º .....

.....

§ 2º .....

I - R$ 7.424.270.000,00 (sete bilhões, quatrocentos e vinte e quatro milhões duzentos e setenta mil reais), alocados na forma do Anexo III, para financiamentos, em áreas urbanas ou rurais, destinados à construção ou aquisição de unidades habitacionais novas, incluindo aquelas resultantes de intervenções para reabilitação urbana, passíveis de enquadramento nos limites operacionais definidos pelo art. 20, inciso I, e pelo art. 30, inciso I, ambos da Resolução n. 702, de 4 de outubro de 2012, do Conselho Curador do FGTS;

II - R$ 1.155.730.000,00 (um bilhão, cento e cinquenta e cinco milhões setecentos e trinta mil reais), alocados na forma do Anexo III, para financiamentos, em áreas urbanas ou rurais, destinados à construção ou aquisição de unidades habitacionais novas, incluindo aquelas resultantes de intervenções para reabilitação urbana, passíveis de enquadramento nos limites operacionais definidos pelo art. 20, inciso II, e pelo art. 30, inciso II, ambos da Resolução n. 702, de 4 de outubro de 2012, do Conselho Curador do FGTS; e

III - R$ 420.000.000,00 (quatrocentos e vinte milhões de reais), alocados na forma do Anexo III, para financiamentos, exclusivamente, em áreas urbanas, destinados à aquisição de unidades habitacionais usadas ou produção de lotes urbanizados.

....." (NR).

"Art. 3º O valor de R$ 150.000.000,00 (cento e cinquenta milhões de reais), para aplicação em operações habitacionais, previstas pelo art. 13, § 2º, da Resolução n. 702, de 4 de outubro de 2012, do Conselho Curador do FGTS, na forma a seguir especificada:

I - R$ 100.500.000,00 (cem milhões quinhentos mil reais), alocados em nível nacional, destinados à contratação de operações de crédito para produção de imóveis cujo valor de venda não ultrapasse os limites definidos pelo art. 20, § 4º, da Resolução n. 702, de 4 de outubro de 2012, com a redação dada pela Resolução n. 836, de 6 de fevereiro de 2017, ambas do Conselho Curador do FGTS, em que figurem, como mutuários, pessoas jurídicas do ramo da construção civil, observadas as condições operacionais dispostas no Anexo IV; e

II - R$ 49.500.000,00 (quarenta e nove milhões quinhentos mil reais), alocados em nível nacional, destinados à contratação de operações de crédito para aquisição de imóveis novos cujo valor de venda não ultrapasse os limites definidos pelo art. 20, § 4º, da Resolução n. 702, de 4 de outubro de 2012, com a redação dada pela Resolução n. 836, de 6 de fevereiro de 2017, ambas do Conselho Curador do FGTS, em que figurem, como mutuários, pessoas físicas, observadas as condições operacionais dispostas no Anexo V.

....." (NR).

"ANEXO I

ORÇAMENTO OPERACIONAL
PLANO DE CONTRATAÇÕES E METAS FÍSICAS
EXERCÍCIO 2020

PROGRAMAS/DESCONTOS	Metas físicas (1) (2)	Empregos gerados (2)	Valores em (R$ 1.000)
1) Pró-Moradia	4.625	4.990	216.000
2) Carta de Crédito Individual	208.812	507.007	21.948.341
3) Carta de Crédito Associativo	3.467	5.885	254.778
4) Apoio à Produção de Habitações	352.498	905.364	39.193.249
5) Pró-Cotista	1.591	6.930	300.000
6) Demais operações habitacionais com pessoas físicas e jurídicas	1.021	3.465	150.000
7) Descontos nos financiamentos a pessoas físicas	-x-	-x-	9.000.000
TOTAL GERAL	572.014	1.641.541	71.062.368

....." (NR).

"ANEXO II

ORÇAMENTO OPERACIONAL
PROGRAMAS DA ÁREA DE HABITAÇÃO POPULAR
COM RECURSOS DISTRIBUÍDOS POR UNIDADES DA FEDERAÇÃO
EXERCÍCIO 2020
(Valores em R$ 1.000,00)

UF/REGIÕES	PRÓ-MORADIA	CARTA DE CRÉDITO INDIVIDUAL	CARTA DE CRÉDITO ASSOCIATIVO	APOIO À PRODUÇÃO DE HABITAÇÕES	TOTAL
RO	0	253.394	0	177.954	431.348
AC	0	20.699	0	90.699	111.398
AM	0	200.000	0	519.007	719.007
RR	0	69.785	0	89.785	159.570
PA	0	600.000	22.185	700.000	1.322.185
AP	0	15.853	3.286	170.853	189.992
TO	0	121.155	20.009	161.155	302.319
NORTE	0	1.280.886	45.480	1.909.453	3.235.819
MA	0	303.831	0	538.831	842.662
PI	0	186.564	0	236.564	423.128
CE	0	664.302	0	1.074.302	1.738.604
RN	0	489.973	0	349.973	839.946
PB	8.000	701.738	0	360.436	1.070.174
PE	0	588.694	9.052	1.045.694	1.643.440
AL	0	238.985	6.519	338.985	584.489
SE	0	297.275	6.252	402.899	706.426
BA	0	1.052.546	12.736	1.483.563	2.548.845
NORDESTE	8.000	4.523.908	34.559	5.831.247	10.397.714
MG	20.000	2.718.608	42.873	3.256.847	6.038.328
ES	0	176.232	0	445.671	621.903
RJ	0	527.689	10.000	3.096.964	3.634.653
SP	116.000	4.413.949	20.000	15.833.225	20.383.174
SUDESTE	136.000	7.836.478	72.873	22.632.707	30.678.058
PR	10.000	2.335.461	10.000	2.379.090	4.734.551
SC	0	1.233.656	7.000	891.881	2.132.537
RS	62.000	1.343.270	10.000	2.265.983	3.681.253
SUL	72.000	4.912.387	27.000	5.536.954	10.548.341
MS	0	430.204	50.000	311.593	791.797
MT	0	416.825	7.900	622.459	1.047.184
GO	0	2.390.496	16.966	1.621.981	4.029.443
DF	0	157.157	0	726.855	884.012
C.OESTE	0	3.394.682	74.866	3.282.888	6.752.436
TOTAL	216.000	21.948.341	254.778	39.193.249	61.612.368

....." (NR).

"ANEXO III

ORÇAMENTO OPERACIONAL
DESCONTOS PARA FINANCIAMENTOS A PESSOAS FÍSICAS
DISTRIBUÍDOS POR UNIDADES DA FEDERAÇÃO
EXERCÍCIO 2019
(Valores em R$ 1.000,00)

UF/REGIÕES	DESCONTOS
RO	53.362
AC	1.686
AM	46.826
RR	12.995
PA	85.456
AP	3.074
TO	37.994
NORTE	241.393
MA	135.539
PI	80.467
CE	229.393
RN	189.867
PB	296.365
PE	325.550
AL	116.876
SE	153.662
BA	314.204
NORDESTE	1.841.923
MG	1.099.949
ES	80.839
RJ	529.552
SP	2.433.427
SUDESTE	4.143.767
PR	764.607
SC	302.645
RS	524.798
SUL	1.592.050
MS	126.447
MT	143.815
GO	803.988
DF	106.617
C.OESTE	1.180.867
TOTAL	9.000.000

....." (NR).

Art. 2º Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

CLAUDIO XAVIER SEEFELDER FILHO

SECRETARIA NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL

PORTARIA Nº 3.072, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2020

A UNIÃO, por intermédio do MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL, neste ato representado pelo SECRETÁRIO NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL, nomeado pela Portaria n. 830, de 25 de janeiro de 2019, publicada no DOU, de 25 de janeiro de 2019, Seção II, Edição Extra A, consoante delegação de competência conferida pela Portaria n. 730, de 25 de março de 2020, publicada no DOU, de 26 de março de 2020, Seção 1, e tendo em vista o disposto na Lei nº 12.340, de 01 de dezembro de 2010, na Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012 e no Decreto nº 7.257, de 04 de agosto de 2010, resolve:

Art. 1° Prorrogar o prazo de execução das ações de recuperação, previsto no art. 5° da Portaria n. 320, de 08 de agosto de 2018, que autorizou a transferência de recursos ao Município de Eldorado dos Carajás - PA, para ações de Defesa Civil, para até 21/06/2021.

Art. 2° Ficam ratificados os demais dispositivos da Portaria acima citada, não alterados por esta.

Art. 3° Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

ALEXANDRE LUCAS ALVES

PORTARIA Nº 3.073, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2020

A UNIÃO, por intermédio do MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL, neste ato representado pelo SECRETÁRIO NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL, nomeado pela Portaria n. 830, de 25 de janeiro de 2019, publicada no DOU, de 25 de janeiro de 2019, Seção II, Edição Extra A, consoante delegação de competência conferida pela Portaria n. 730, de 25 de março de 2020, publicada no DOU, de 26 de março de 2020, Seção 1, e tendo em vista o disposto na Lei nº 12.340, de 01 de dezembro de 2010, na Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012 e no Decreto nº 7.257, de 04 de agosto de 2010, resolve:

Art. 1° Prorrogar o prazo de execução das ações de recuperação, previsto no art. 5° da Portaria n. 1.478, de 24 de junho de 2019, que autorizou a transferência de recursos ao Município de Sinimbu - RS, para ações de Defesa Civil, para até 22/03/2021.

Art. 2° Ficam ratificados os demais dispositivos da Portaria acima citada, não alterados por esta.

Art. 3° Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

ALEXANDRE LUCAS ALVES

PORTARIA Nº 3.079, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2020

Autoriza o empenho e a transferência de recursos ao Município de Irecê-BA, para execução de ações de Defesa Civil.

A UNIÃO, por intermédio do MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL, neste ato representado pelo SECRETÁRIO NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL, nomeado pela Portaria n. 830, de 25 de janeiro de 2019, publicada no DOU, de 25 de janeiro de 2019, Seção II, Edição Extra A, consoante delegação de competência conferida pela Portaria n. 730, de 25 de março de 2020, publicada no DOU, de 26 de março de 2020, Seção 1, e tendo em vista o disposto na Lei n. 12.340, de 01 de dezembro de 2010, na Lei n. 12.608, de 10 de abril de 2012 e no Decreto n. 7.257, de 04 de agosto de 2010, resolve:

Art. 1° Autorizar o empenho e o repasse de recursos ao Município de Irecê-BA, no valor de R$ 200.977,53 (duzentos mil novecentos e setenta e sete reais e cinquenta e três centavos), para a execução de ações de resposta, conforme processo n. 59052.005037/2020-13.

Art. 2° Os recursos financeiros serão empenhados a título de Transferência Obrigatória, conforme legislação vigente, observando a classificação orçamentária: PT: 06.182.2218.22BO.6500; Natureza de Despesa: 3.3.40.41; Fonte: 188; UG: 530012.

Art. 3° Considerando a natureza e o volume de ações a serem implementadas, o prazo de execução será de 180 dias, a partir da publicação desta portaria no Diário Oficial da União (DOU).

Art. 4° A utilização, pelo ente beneficiário, dos recursos transferidos está vinculada exclusivamente à execução das ações especificadas no art. 1° desta Portaria.

Art. 5° O proponente deverá apresentar prestação de contas final no prazo de 30 dias a partir do término da vigência, nos termos do art. 14 do Decreto n. 7.257, de 4 de agosto de 2010.

Art. 6° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE LUCAS ALVES

PORTARIA Nº 3.087, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2020

O SECRETÁRIO NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria Ministerial nº 1.763-A, de 07 de novembro de 2008, publicada no Diário Oficial da União, Seção II, de 23 de dezembro de 2008, resolve:

Art. 1º Reconhecer a situação de emergência na área descrita no Formulário de Informações do Desastre - FIDE, conforme informações relacionadas abaixo.

UF	Município	Desastre	Decreto	Data	Processo
BA	Ibotirama	Estiagem - 1.4.1.1.0	177	11/11/2020	59051.010239/2020-97
RS	Cândido Godói	Estiagem - 1.4.1.1.0	341	12/11/2020	59051.010224/2020-29
SC	Lindóia do Sul	Estiagem - 1.4.1.1.0	3.439	19/10/2020	59051.010191/2020-17
SC	Belmonte	Estiagem - 1.4.1.1.0	118	22/10/2020	59051.010181/2020-81

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE LUCAS ALVES

Ministério da Economia

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA ME Nº 407, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2020

Altera o Anexo do Decreto nº 10.168, de 10 de dezembro de 2019, que aprova o Programa de Dispêndios Globais - PDG das empresas estatais federais para o exercício financeiro de 2020.

O MINISTRO DE ESTADO DA ECONOMIA, no uso de sua atribuição de que trata o inciso IV do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e tendo em vista o disposto no art. 4º do Decreto nº 10.168, de 10 de dezembro de 2019, resolve:

Art. 1° O Anexo do Decreto nº 10.168, de 10 de dezembro de 2019, relativo ao Programa de Dispêndios Globais - PDG das empresas estatais federais para 2020, passa a vigorar na forma do Anexo a esta Portaria.

Art. 2° As empresas estatais a que se refere o art. 1º deverão observar, na execução dos investimentos, o teto da rubrica "Investimentos" constante de seu PDG e o limite de cada ação aprovado pela Lei n° 13.978, de 17 de janeiro de 2020, acrescido dos créditos adicionais aprovados em 2020.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO GUEDES

ANEXO

MINISTÉRIO DA ECONOMIA		PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS - PDG	
SECRETARIA EXECUTIVA		REPROGRAMAÇÃO	2020
Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais - SEST		DEMONSTRATIVO DE USOS E FONTES	
EMPRESA :	CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DE MINAS GERAIS S.A. - CEASAMINAS		
VALORES EM R$ 1,00			
U S O S	V A L O R	F O N T E S	V A L O R
Despesas de Capital	3.213.295	Receitas Correntes	53.942.004
Investimentos Imobilizado e Intangível	1.750.000	Total dos Fontes	53.942.004
– – Imobilizado	1.750.000	Variação Patrimonial	(69.999)
Outras Despesas de Capital	1.463.295	Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras	70.000
Despesas Correntes	45.017.971	Variação do Disponível	(5.710.739)
Despesas de Pessoal	23.269.795		
Despesas com Dirigentes	1.299.418		
Despesas com Conselhos e Comitês	337.031		
Materiais e Produtos	416.251		
Serviços de Terceiros	10.410.546		
Tributos	7.323.076		
Despesas Financeiras	258.430		
Outras Despesas Correntes	1.703.424		
Total dos Usos	48.231.266	Total Líquido das Fontes	48.231.266
MINISTÉRIO DA ECONOMIA		PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS - PDG	
SECRETARIA EXECUTIVA		REPROGRAMAÇÃO	2020
Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais - SEST		DEMONSTRATIVO DE USOS E FONTES	
EMPRESA :	COMPANHIA DE ARMAZÉNS E SILOS DO ESTADO DE MINAS GERAIS		
VALORES EM R$ 1,00			
U S O S	V A L O R	F O N T E S	V A L O R
Despesas de Capital	2.361.775	Receitas de Capital	20.077.360
Outras Despesas de Capital	2.361.775	Ganhos na Alienação de Valores e Bens	9.085.864
Despesas Correntes	8.599.570	Subsídios do Tesouro Nacional	10.991.496
Despesas de Pessoal	5.352.350	Receitas Correntes	2.486.857
Despesas com Dirigentes	97.874	Total dos Fontes	22.564.217
Despesas com Conselhos e Comitês	25.095	Variação Patrimonial	(9.652.791)
Materiais e Produtos	38.534	Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras	32.101
Serviços de Terceiros	1.543.006	Variação do Disponível	(1.982.182)

Tributos	719.169		
Despesas Financeiras	40.545		
Outras Despesas Correntes	782.997		
Total dos Usos	10.961.345	Total Líquido das Fontes	10.961.345

MINISTÉRIO DA ECONOMIA		PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS - PDG	
SECRETARIA EXECUTIVA		REPROGRAMAÇÃO	2020
Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais - SEST		DEMONSTRATIVO DE USOS E FONTES	
EMPRESA :	SERVIÇO FEDERAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS - SERPRO		
VALORES EM R$ 1,00			
U S O S	V A L O R	F O N T E S	V A L O R
Despesas de Capital	303.957.461	Receitas de Capital	20.841
Investimentos Imobilizado e Intangível	210.000.000	Alienação de Valores e Bens	20.841
– – Imobilizado	210.000.000	Receitas Correntes	3.776.515.125
Outras Despesas de Capital	93.957.461	Total dos Fontes	3.776.535.966
Despesas Correntes	3.431.552.367	Variação Patrimonial	87.253.671
Despesas de Pessoal	2.255.968.215	Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras	8.253.032
Despesas com Dirigentes	3.927.003	Variação do Disponível	(136.532.841)
Despesas com Conselhos e Comitês	597.099		
Materiais e Produtos	8.000.000		
Serviços de Terceiros	231.710.745		
Tributos	617.505.495		
Despesas Financeiras	47.264.728		
Abatimentos em Venda de Bens e Serviços	20.624.408		
Outras Despesas Correntes	245.954.674		
Total dos Usos	3.735.509.828	Total Líquido das Fontes	3.735.509.828

MINISTÉRIO DA ECONOMIA		PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS - PDG	
SECRETARIA EXECUTIVA		REPROGRAMAÇÃO	2020
Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais - SEST		DEMONSTRATIVO DE USOS E FONTES	
EMPRESA :	CASA DA MOEDA DO BRASIL - CMB		
VALORES EM R$ 1,00			
U S O S	V A L O R	F O N T E S	V A L O R
Despesas de Capital	121.515.211	Receitas Correntes	1.106.083.213
Investimentos Imobilizado e Intangível	121.515.211	Total dos Fontes	1.106.083.213
– – Imobilizado	121.515.211	Variação Patrimonial	80.954.735
Despesas Correntes	1.151.752.502	Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras	(12.585.735)
Despesas de Pessoal	454.164.899	Variação do Disponível	98.815.500
Despesas com Dirigentes	2.468.067		
Despesas com Conselhos e Comitês	680.169		
Materiais e Produtos	524.033.384		
Serviços de Terceiros	110.946.752		
Tributos	13.172.806		
Despesas Financeiras	10.728.144		
Outras Despesas Correntes	35.558.281		
Total dos Usos	1.273.267.713	Total Líquido das Fontes	1.273.267.713

MINISTÉRIO DA ECONOMIA		PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS - PDG	
SECRETARIA EXECUTIVA		REPROGRAMAÇÃO	2020
Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais - SEST		DEMONSTRATIVO DE USOS E FONTES	
EMPRESA :	BB ADMINISTRADORA DE CARTÕES DE CRÉDITO S.A. - BB CARTÕES		
VALORES EM R$ 1,00			
U S O S	V A L O R	F O N T E S	V A L O R
Despesas de Capital	4.025.590.556	Receitas de Capital	4.012.423.557
Amortização Princ. Op. Outr. Créd.	1.915.107.331	Obtenção de Operações de Outros Créditos	1.915.610.689
Outras Despesas de Capital	2.110.483.225	Resgate Princ. de Aplicações Financeiras	148.160.352
Despesas Correntes	12.160.328	Outras Receitas De Capital	1.948.652.516
Despesas de Pessoal	1.767.061	Receitas Correntes	41.436.559
Despesas com Conselhos e Comitês	186.522	Total dos Fontes	4.053.860.116
Serviços de Terceiros	160.080	Variação Patrimonial	(207.651)
Tributos	7.740.880	Variação do Disponível	(15.901.581)
Despesas Financeiras	28.364		
Outras Despesas Correntes	2.277.421		
Total dos Usos	4.037.750.884	Total Líquido das Fontes	4.037.750.884

MINISTÉRIO DA ECONOMIA		PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS - PDG	
SECRETARIA EXECUTIVA		REPROGRAMAÇÃO	2020
Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais - SEST		DEMONSTRATIVO DE USOS E FONTES	
EMPRESA :	BB CORRETORA DE SEGUROS E ADMINISTRADORA DE BENS S.A. - BB CORRETORA		
VALORES EM R$ 1,00			
U S O S	V A L O R	F O N T E S	V A L O R
Despesas de Capital	1.900.746.740	Receitas Correntes	3.613.590.434
Outras Despesas de Capital	1.900.746.740	Total dos Fontes	3.613.590.434
Despesas Correntes	1.710.235.345	Variação Patrimonial	(228.260.366)
Despesas de Pessoal	38.639.461	Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras	6.770.465
Despesas com Dirigentes	1.924.842	Variação do Disponível	218.881.552
Despesas com Conselhos e Comitês	220.637		
Materiais e Produtos	67.361		
Serviços de Terceiros	243.751.728		
Tributos	1.389.804.993		
Despesas Financeiras	6.772.801		
Outras Despesas Correntes	29.053.522		
Total dos Usos	3.610.982.085	Total Líquido das Fontes	3.610.982.085

MINISTÉRIO DA ECONOMIA		PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS - PDG	
SECRETARIA EXECUTIVA		REPROGRAMAÇÃO	2020
Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais - SEST		DEMONSTRATIVO DE USOS E FONTES	
EMPRESA :	BB TECNOLOGIA E SERVIÇOS S.A.		
VALORES EM R$ 1,00			
U S O S	V A L O R	F O N T E S	V A L O R
Despesas de Capital	65.283.988	Receitas Correntes	1.003.913.574
Investimentos Imobilizado e Intangível	53.548.428	Total dos Fontes	1.003.913.574
– – Imobilizado	51.935.535	Variação Patrimonial	(28.324.748)
– – Intangível	1.612.893	Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras	(3.226.723)
Outras Despesas de Capital	11.735.560	Variação do Disponível	24.347.735
Despesas Correntes	931.425.850		
Despesas de Pessoal	324.800.925		
Despesas com Dirigentes	3.968.004		
Despesas com Conselhos e Comitês	982.728		
Materiais e Produtos	49.345.587		
Serviços de Terceiros	317.590.840		
Tributos	145.917.030		
Despesas Financeiras	2.565.207		
Outras Despesas Correntes	86.255.529		
Total dos Usos	996.709.838	Total Líquido das Fontes	996.709.838

MINISTÉRIO DA ECONOMIA		PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS - PDG	
SECRETARIA EXECUTIVA		REPROGRAMAÇÃO	2020
Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais - SEST		DEMONSTRATIVO DE USOS E FONTES	
EMPRESA :	BBTUR VIAGENS E TURISMO LTDA EM LIQUIDAÇÃO		
VALORES EM R$ 1,00			
U S O S	V A L O R	F O N T E S	V A L O R
Despesas de Capital	1.009.000	Receitas Correntes	1.888.527
Investimentos Imobilizado e Intangível	1.009.000	Total dos Fontes	1.888.527
– – Imobilizado	1.009.000	Variação do Disponível	12.683.270
Despesas Correntes	13.562.797		
Despesas de Pessoal	7.854.485		
Despesas com Conselhos e Comitês	108.780		
Materiais e Produtos	21.449		
Serviços de Terceiros	3.184.288		
Tributos	131.422		
Despesas Financeiras	95.107		
Outras Despesas Correntes	2.167.266		
Total dos Usos	14.571.797	Total Líquido das Fontes	14.571.797

MINISTÉRIO DA ECONOMIA		PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS - PDG	
SECRETARIA EXECUTIVA		REPROGRAMAÇÃO	2020
Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais - SEST		DEMONSTRATIVO DE USOS E FONTES	
EMPRESA :	EMPRESA GESTORA DE ATIVOS - EMGEA		
VALORES EM R$ 1,00			
U S O S	V A L O R	F O N T E S	V A L O R
Despesas de Capital	940.992.834	Receitas de Capital	2.260.143.806
Investimentos Imobilizado e Intangível	2.528.983	Alienação de Valores e Bens	178.345.664
– – Imobilizado	2.528.983	Ganhos na Alienação de Valores e Bens	18.134.099
Outras Despesas de Capital	938.463.851	Amortização Princ. Mútuos Concedidos	2.063.659.968
Despesas Correntes	1.140.640.980	Recursos de Fundos	4.075
Despesas de Pessoal	23.121.230	Receitas Correntes	897.548.142
Despesas com Dirigentes	4.816.756	Total dos Fontes	3.157.691.948
Despesas com Conselhos e Comitês	855.540	Variação Patrimonial	(67.705.869)
Materiais e Produtos	86.258	Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras	184.809.994
Serviços de Terceiros	113.596.871	Variação do Disponível	(1.193.162.259)
Tributos	53.384.914		
Despesas Financeiras	242.879.130		
Outras Despesas Correntes	701.900.281		
Total dos Usos	2.081.633.814	Total Líquido das Fontes	2.081.633.814

MINISTÉRIO DA ECONOMIA		PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS - PDG	
SECRETARIA EXECUTIVA		REPROGRAMAÇÃO	2020
Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais - SEST		DEMONSTRATIVO DE USOS E FONTES	
EMPRESA :	ATIVOS S.A. - SECURITIZADORA DE CRÉDITOS FINANCEIROS		
VALORES EM R$ 1,00			
U S O S	V A L O R	F O N T E S	V A L O R
Despesas de Capital	174.045.889	Receitas de Capital	7.439.338
Investimentos Imobilizado e Intangível	2.000.000	Participação nos Resultados	7.439.338
– – Imobilizado	2.000.000	Receitas Correntes	775.994.859
Inversões Financeiras	7.160.000	Total dos Fontes	783.434.197
Outras Despesas de Capital	164.885.889	Variação Patrimonial	7.423.073
Despesas Correntes	616.812.498	Variação do Disponível	1.117
Despesas de Pessoal	17.414.815		
Despesas com Dirigentes	4.220.730		
Despesas com Conselhos e Comitês	449.595		
Materiais e Produtos	172.104		
Serviços de Terceiros	108.135.157		
Tributos	116.624.297		
Despesas Financeiras	3.070.479		
Outras Despesas Correntes	366.725.321		
Total dos Usos	790.858.387	Total Líquido das Fontes	790.858.387

MINISTÉRIO DA ECONOMIA		PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS - PDG	
SECRETARIA EXECUTIVA		REPROGRAMAÇÃO	2020
Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais - SEST		DEMONSTRATIVO DE USOS E FONTES	
EMPRESA :	BB ELO CARTÕES PARTICIPAÇÕES S.A.		
VALORES EM R$ 1,00			
U S O S	V A L O R	F O N T E S	V A L O R
Despesas de Capital	10.873.129.471	Receitas de Capital	10.779.781.947
Inversões Financeiras	6.206.908.825	Aumento do Patrimônio Líquido - PL	1.959.384.700
Outras Despesas de Capital	4.666.220.646	– – Outros Recursos para Aumento do PL	1.959.384.700
Despesas Correntes	65.371.551	Alienação de Valores e Bens	6.317.388.922
Despesas de Pessoal	3.120.393	Resgate de Outros Instr. de Captação	987.443.818
Despesas com Conselhos e Comitês	179.864	Rendas de Participações	445.946.371
Serviços de Terceiros	82.056	Participação nos Resultados	453.289.028
Tributos	55.013.948	Outras Receitas De Capital	616.329.108
Outras Despesas Correntes	6.975.290	Receitas Correntes	159.921.042
		Total dos Fontes	10.939.702.989
		Variação Patrimonial	(1.200.400)
		Variação do Disponível	(1.567)
Total dos Usos	10.938.501.022	Total Líquido das Fontes	10.938.501.022

MINISTÉRIO DA ECONOMIA		PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS - PDG	
SECRETARIA EXECUTIVA		REPROGRAMAÇÃO	2020
Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais - SEST		DEMONSTRATIVO DE USOS E FONTES	
EMPRESA :	BB SEGUROS PARTICIPAÇÕES S.A. - BB SEGUROS		
VALORES EM R$ 1,00			
U S O S	V A L O R	F O N T E S	V A L O R
Despesas de Capital	1.823.557.215	Receitas de Capital	1.917.953.803
Outras Despesas de Capital	1.823.557.215	Rendas de Participações	1.892.403.553
Despesas Correntes	32.875.541	Participação nos Resultados	25.550.250
Despesas de Pessoal	9.244.324	Receitas Correntes	32.880.167
Despesas com Dirigentes	349.382	Total dos Fontes	1.950.833.970
Despesas com Conselhos e Comitês	196.404	Variação Patrimonial	(505.395.621)
Materiais e Produtos	11.260	Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras	7.218.756
Serviços de Terceiros	852.320	Variação do Disponível	403.775.651
Tributos	11.717.891		
Despesas Financeiras	7.894.304		
Outras Despesas Correntes	2.609.656		
Total dos Usos	1.856.432.756	Total Líquido das Fontes	1.856.432.756

MINISTÉRIO DA ECONOMIA		PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS - PDG	
SECRETARIA EXECUTIVA		REPROGRAMAÇÃO	2020
Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais - SEST		DEMONSTRATIVO DE USOS E FONTES	
EMPRESA :	AGÊNCIA BRASILEIRA GESTORA DE FUNDOS GARANTIDORES E GARANTIAS S.A.		
VALORES EM R$ 1,00			
U S O S	V A L O R	F O N T E S	V A L O R
Despesas de Capital	12.544.210	Receitas de Capital	427.778
Investimentos Imobilizado e Intangível	1.622.278	Alienação de Valores e Bens	427.778
– – Imobilizado	1.622.278	Receitas Correntes	27.455.659
Outras Despesas de Capital	10.921.932	Total dos Fontes	27.883.437
Despesas Correntes	24.162.477	Variação Patrimonial	2.274.976
Despesas de Pessoal	9.873.976	Variação do Disponível	6.548.274
Despesas com Dirigentes	2.039.957		
Despesas com Conselhos e Comitês	994.162		
Materiais e Produtos	13.474		
Serviços de Terceiros	1.586.290		
Tributos	8.080.536		
Outras Despesas Correntes	1.574.082		
Total dos Usos	36.706.687	Total Líquido das Fontes	36.706.687

MINISTÉRIO DA ECONOMIA		PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS - PDG	
SECRETARIA EXECUTIVA		REPROGRAMAÇÃO	2020
Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais - SEST		DEMONSTRATIVO DE USOS E FONTES	
EMPRESA :	BB SEGURIDADE PARTICIPAÇÕES S.A.		
VALORES EM R$ 1,00			
U S O S	V A L O R	F O N T E S	V A L O R
Despesas de Capital	3.211.321.356	Receitas de Capital	3.775.676.698
Outras Despesas de Capital	3.211.321.356	Rendas de Participações	3.761.011.928
Despesas Correntes	53.837.958	Participação nos Resultados	14.664.770
Despesas de Pessoal	9.980.850	Receitas Correntes	56.628.084
Despesas com Dirigentes	262.218	Total dos Fontes	3.832.304.782
Despesas com Conselhos e Comitês	1.006.715	Variação Patrimonial	(4.611.704.981)
Materiais e Produtos	17.603	Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras	24.872.433
Serviços de Terceiros	367.678	Variação do Disponível	4.019.687.080
Tributos	13.675.355		
Despesas Financeiras	24.940.776		
Outras Despesas Correntes	3.586.763		
Total dos Usos	3.265.159.314	Total Líquido das Fontes	3.265.159.314

MINISTÉRIO DA ECONOMIA		PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS - PDG	
SECRETARIA EXECUTIVA		REPROGRAMAÇÃO	2020
Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais - SEST		DEMONSTRATIVO DE USOS E FONTES	
EMPRESA :	ATIVOS S.A GESTÃO DE COBRANÇA E RECUPERAÇÃO DE CRÉDITO		
VALORES EM R$ 1,00			
U S O S	V A L O R	F O N T E S	V A L O R
Despesas de Capital	1.293.889	Receitas Correntes	5.245.031
Outras Despesas de Capital	1.293.889	Total dos Fontes	5.245.031
Despesas Correntes	3.951.142		
Despesas de Pessoal	615.275		
Despesas com Dirigentes	15.207		
Despesas com Conselhos e Comitês	145.005		
Materiais e Produtos	420		
Serviços de Terceiros	662.084		
Tributos	1.014.483		
Despesas Financeiras	81.057		
Outras Despesas Correntes	1.417.611		
Total dos Usos	5.245.031	Total Líquido das Fontes	5.245.031

MINISTÉRIO DA ECONOMIA		PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS - PDG	
SECRETARIA EXECUTIVA		REPROGRAMAÇÃO	2020
Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais - SEST		DEMONSTRATIVO DE USOS E FONTES	
EMPRESA :	EMPRESA DE TECNOLOGIA E INFORMAÇÕES DA PREVIDÊNCIA SOCIAL - DATAPREV		
VALORES EM R$ 1,00			
U S O S	V A L O R	F O N T E S	V A L O R
Despesas de Capital	194.241.814	Receitas Correntes	1.772.092.630
Amortização Princ. Op. Créd. Obtidas	6.653.266	Total dos Fontes	1.772.092.630
– – No País	6.653.266	Variação Patrimonial	(133.811)
Investimentos Imobilizado e Intangível	150.000.000	Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras	(12.728.734)
– – Imobilizado	150.000.000	Variação do Disponível	(107.886.214)
Outras Despesas de Capital	37.588.548		
Despesas Correntes	1.457.102.057		
Despesas de Pessoal	703.832.234		
Despesas com Dirigentes	3.990.887		
Despesas com Conselhos e Comitês	612.085		
Materiais e Produtos	923.235		
Serviços de Terceiros	37.293.397		
Tributos	406.156.802		
Despesas Financeiras	40.969.905		

Outras Despesas Correntes	263.323.512		
Total dos Usos	1.651.343.871	Total Líquido das Fontes	1.651.343.871

MINISTÉRIO DA ECONOMIA		PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS - PDG	
SECRETARIA EXECUTIVA		REPROGRAMAÇÃO	2020
Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais - SEST		DEMONSTRATIVO DE USOS E FONTES	
EMPRESA :	CAIXA CARTÕES HOLDING S.A.		
VALORES EM R$ 1,00			
U S O S	V A L O R	F O N T E S	V A L O R
Despesas de Capital	100.000	Receitas Correntes	76.763.770
Inversões Financeiras	100.000	Total dos Fontes	76.763.770
Despesas Correntes	58.923.022	Variação Patrimonial	12.083.534
Despesas de Pessoal	19.617.287	Variação do Disponível	(29.824.282)
Despesas com Dirigentes	3.087.719		
Despesas com Conselhos e Comitês	314.320		
Serviços de Terceiros	3.106.238		
Tributos	20.099.891		
Outras Despesas Correntes	12.697.567		
Total dos Usos	59.023.022	Total Líquido das Fontes	59.023.022

MINISTÉRIO DA ECONOMIA		PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS - PDG	
SECRETARIA EXECUTIVA		REPROGRAMAÇÃO	2020
Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais - SEST		DEMONSTRATIVO DE USOS E FONTES	
EMPRESA :	CEAGESP - COMPANHIA DE ENTREPOSTOS E ARMAZÉNS GERAIS DE SÃO PAULO		
VALORES EM R$ 1,00			
U S O S	V A L O R	F O N T E S	V A L O R
Despesas de Capital	19.390.802	Receitas de Capital	4.471.957
Amortização Princ. Op. Créd. Obtidas	6.880.000	Obtenção de Operações de Crédito	4.000.000
– – No País	6.880.000	– – No País	4.000.000
Investimentos Imobilizado e Intangível	12.510.802	Participação nos Resultados	471.957
– – Imobilizado	12.510.802	Receitas Correntes	277.965.436
Despesas Correntes	264.268.494	Total dos Fontes	282.437.393
Despesas de Pessoal	101.293.100	Variação Patrimonial	15.000
Despesas com Dirigentes	100.000	Variação do Disponível	1.206.903
Materiais e Produtos	2.165.500		
Serviços de Terceiros	95.454.000		
Tributos	20.320.000		
Despesas Financeiras	660.894		
Outras Despesas Correntes	44.275.000		
Total dos Usos	283.659.296	Total Líquido das Fontes	283.659.296

MINISTÉRIO DA ECONOMIA		PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS - PDG	
SECRETARIA EXECUTIVA		REPROGRAMAÇÃO	2020
Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais - SEST		DEMONSTRATIVO DE USOS E FONTES	
EMPRESA :	EMPRESA BRASILEIRA DE HEMODERIVADOS E BIOTECNOLOGIA - HEMOBRÁS		
VALORES EM R$ 1,00			
U S O S	V A L O R	F O N T E S	V A L O R
Despesas de Capital	191.591.302	Receitas Correntes	927.265.468
Investimentos Imobilizado e Intangível	191.591.302	Total dos Fontes	927.265.468
– – Imobilizado	190.594.202	Variação Patrimonial	(74.357.375)
– – Intangível	997.100	Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras	188.732.217
Despesas Correntes	1.088.802.112	Variação do Disponível	238.753.104
Despesas de Pessoal	48.879.071		
Despesas com Dirigentes	1.996.291		
Despesas com Conselhos e Comitês	706.561		
Materiais e Produtos	599.179.776		
Serviços de Terceiros	107.525.264		
Tributos	43.059.427		
Despesas Financeiras	237.000.000		
Outras Despesas Correntes	50.455.722		
Total dos Usos	1.280.393.414	Total Líquido das Fontes	1.280.393.414

MINISTÉRIO DA ECONOMIA		PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS - PDG	
SECRETARIA EXECUTIVA		REPROGRAMAÇÃO	2020
Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais - SEST		DEMONSTRATIVO DE USOS E FONTES	
EMPRESA :	COMPANHIA DOCAS DO CEARÁ - CDC		
VALORES EM R$ 1,00			
U S O S	V A L O R	F O N T E S	V A L O R
Despesas de Capital	19.296.744	Receitas de Capital	5.550.000
Investimentos Imobilizado e Intangível	19.296.744	Aumento do Patrimônio Líquido - PL	5.550.000
– – Imobilizado	16.396.744	– – Aportes do Tesouro Nacional	5.550.000
– – Intangível	2.900.000	Receitas Correntes	70.140.567
Despesas Correntes	68.634.552	Total dos Fontes	75.690.567
Despesas de Pessoal	27.405.492	Variação Patrimonial	14.711.702
Despesas com Dirigentes	1.433.081	Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras	71.000
Despesas com Conselhos e Comitês	425.647	Variação do Disponível	(2.541.973)
Materiais e Produtos	95.232		
Serviços de Terceiros	17.384.615		
Tributos	7.135.000		
Despesas Financeiras	2.500.000		
Outras Despesas Correntes	12.255.485		
Total dos Usos	87.931.296	Total Líquido das Fontes	87.931.296

MINISTÉRIO DA ECONOMIA		PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS - PDG	
SECRETARIA EXECUTIVA		REPROGRAMAÇÃO	2020
Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais - SEST		DEMONSTRATIVO DE USOS E FONTES	
EMPRESA :	COMPANHIA DOCAS DO ESPÍRITO SANTO - CODESA		
VALORES EM R$ 1,00			
U S O S	V A L O R	F O N T E S	V A L O R
Despesas de Capital	28.977.129	Receitas de Capital	10.302.588
Investimentos Imobilizado e Intangível	28.977.129	Aumento do Patrimônio Líquido - PL	10.302.588

– – Imobilizado	28.977.129	– – Aportes do Tesouro Nacional	10.302.588
Despesas Correntes	135.927.920	Receitas Correntes	149.451.901
Despesas de Pessoal	77.835.423	Total dos Fontes	159.754.489
Despesas com Dirigentes	1.947.498	Variação Patrimonial	41.999.565
Despesas com Conselhos e Comitês	330.074	Variação do Disponível	(36.849.005)
Materiais e Produtos	136.000		
Serviços de Terceiros	27.573.880		
Tributos	21.569.329		
Outras Despesas Correntes	6.535.716		
Total dos Usos	164.905.049	Total Líquido das Fontes	164.905.049

MINISTÉRIO DA ECONOMIA		PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS - PDG	
SECRETARIA EXECUTIVA		REPROGRAMAÇÃO	2020
Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais - SEST		DEMONSTRATIVO DE USOS E FONTES	
EMPRESA :	COMPANHIA DAS DOCAS DO ESTADO DA BAHIA - CODEBA		
VALORES EM R$ 1,00			
U S O S	V A L O R	F O N T E S	V A L O R
Despesas de Capital	36.761.130	Receitas de Capital	10.339.952
Investimentos Imobilizado e Intangível	36.761.130	Aumento do Patrimônio Líquido - PL	10.339.286
– – Imobilizado	35.661.130	– – Aportes do Tesouro Nacional	10.339.286
– – Intangível	1.100.000	Alienação de Valores e Bens	666
Despesas Correntes	158.009.341	Receitas Correntes	156.901.972
Despesas de Pessoal	67.650.984	Total dos Fontes	167.241.924
Despesas com Dirigentes	1.032.601	Variação Patrimonial	41.858.267
Despesas com Conselhos e Comitês	485.084	Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras	5.540.110
Materiais e Produtos	3.074.468	Variação do Disponível	(19.869.830)
Serviços de Terceiros	49.881.454		
Tributos	17.875.767		
Despesas Financeiras	6.726.240		
Outras Despesas Correntes	11.282.743		
Total dos Usos	194.770.471	Total Líquido das Fontes	194.770.471

MINISTÉRIO DA ECONOMIA		PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS - PDG	
SECRETARIA EXECUTIVA		REPROGRAMAÇÃO	2020
Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais - SEST		DEMONSTRATIVO DE USOS E FONTES	
EMPRESA :	AUTORIDADE PORTUARIA DE SANTOS S.A		
VALORES EM R$ 1,00			
U S O S	V A L O R	F O N T E S	V A L O R
Despesas de Capital	277.719.070	Receitas de Capital	186.956.282
Investimentos Imobilizado e Intangível	277.719.070	Aumento do Patrimônio Líquido - PL	186.956.282
– – Imobilizado	277.719.070	– – Aportes do Tesouro Nacional	186.956.282
Despesas Correntes	1.051.344.432	Receitas Correntes	1.078.335.257
Despesas de Pessoal	401.757.398	Total dos Fontes	1.265.291.539
Despesas com Dirigentes	3.133.338	Variação Patrimonial	(100.246.567)
Despesas com Conselhos e Comitês	557.606	Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras	54.188.347
Materiais e Produtos	2.436.000	Variação do Disponível	109.830.183
Serviços de Terceiros	392.577.989		
Tributos	143.080.936		
Despesas Financeiras	60.698.517		
Outras Despesas Correntes	47.102.648		
Total dos Usos	1.329.063.502	Total Líquido das Fontes	1.329.063.502

MINISTÉRIO DA ECONOMIA		PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS - PDG	
SECRETARIA EXECUTIVA		REPROGRAMAÇÃO	2020
Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais - SEST		DEMONSTRATIVO DE USOS E FONTES	
EMPRESA :	COMPANHIA DOCAS DO PARÁ - CDP		
VALORES EM R$ 1,00			
U S O S	V A L O R	F O N T E S	V A L O R
Despesas de Capital	85.239.684	Receitas de Capital	2.909.995
Investimentos Imobilizado e Intangível	85.239.684	Aumento do Patrimônio Líquido - PL	2.909.995
– – Imobilizado	85.239.684	– – Aportes do Tesouro Nacional	2.909.995
Despesas Correntes	236.768.707	Receitas Correntes	270.120.371
Despesas de Pessoal	134.644.884	Total dos Fontes	273.030.366
Despesas com Dirigentes	1.369.924	Variação Patrimonial	111.201.319
Despesas com Conselhos e Comitês	527.329	Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras	2.328.380
Materiais e Produtos	2.473.882	Variação do Disponível	(64.551.674)
Serviços de Terceiros	23.142.482		
Tributos	56.111.975		
Despesas Financeiras	2.500.000		
Outras Despesas Correntes	15.998.231		
Total dos Usos	322.008.391	Total Líquido das Fontes	322.008.391

MINISTÉRIO DA ECONOMIA		PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS - PDG	
SECRETARIA EXECUTIVA		REPROGRAMAÇÃO	2020
Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais - SEST		DEMONSTRATIVO DE USOS E FONTES	
EMPRESA :	COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO - CDRJ		
VALORES EM R$ 1,00			
U S O S	V A L O R	F O N T E S	V A L O R
Despesas de Capital	89.770.336	Receitas de Capital	56.321.265
Investimentos Imobilizado e Intangível	89.770.336	Aumento do Patrimônio Líquido - PL	40.229.258
– – Imobilizado	89.770.336	– – Aportes do Tesouro Nacional	40.229.258
Despesas Correntes	606.637.876	Outras Receitas De Capital	16.092.007
Despesas de Pessoal	385.068.953	Receitas Correntes	609.648.848

Despesas com Dirigentes	3.132.564	Total dos Fontes	665.970.113
Despesas com Conselhos e Comitês	863.494	Variação Patrimonial	84.755.633
Materiais e Produtos	794.894	Variação do Disponível	(54.317.534)
Serviços de Terceiros	35.361.495		
Tributos	82.830.900		
Outras Despesas Correntes	98.585.576		
Total dos Usos	696.408.212	Total Líquido das Fontes	696.408.212

MINISTÉRIO DA ECONOMIA		PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS - PDG	
SECRETARIA EXECUTIVA		REPROGRAMAÇÃO	2020
Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais - SEST		DEMONSTRATIVO DE USOS E FONTES	
EMPRESA :	COMPANHIA DOCAS DO RIO GRANDE DO NORTE - CODERN		
VALORES EM R$ 1,00			
U S O S	V A L O R	F O N T E S	V A L O R
Despesas de Capital	82.863.206	Receitas de Capital	69.190.423
Investimentos Imobilizado e Intangível	82.863.206	Aumento do Patrimônio Líquido - PL	69.190.423
– – Imobilizado	82.863.206	– – Aportes do Tesouro Nacional	69.190.423
Despesas Correntes	93.850.410	Receitas Correntes	93.830.704
Despesas de Pessoal	49.967.445	Total dos Fontes	163.021.127
Despesas com Dirigentes	1.337.709	Variação Patrimonial	10.083.439
Despesas com Conselhos e Comitês	555.622	Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras	(90.437)
Materiais e Produtos	5.913.994	Variação do Disponível	3.699.487
Serviços de Terceiros	14.451.564		
Tributos	12.269.487		
Outras Despesas Correntes	9.354.589		
Total dos Usos	176.713.616	Total Líquido das Fontes	176.713.616

MINISTÉRIO DA ECONOMIA		PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS - PDG	
SECRETARIA EXECUTIVA		REPROGRAMAÇÃO	2020
Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais - SEST		DEMONSTRATIVO DE USOS E FONTES	
EMPRESA :	EMPRESA BRASILEIRA DE INFRAESTRUTURA AEROPORTUÁRIA - INFRAERO		
VALORES EM R$ 1,00			
U S O S	V A L O R	F O N T E S	V A L O R
Despesas de Capital	814.692.844	Receitas de Capital	38.573.333
Investimentos Imobilizado e Intangível	726.492.844	Aumento do Patrimônio Líquido - PL	38.573.333
– – Imobilizado	726.492.844	– – Aportes do Tesouro Nacional	38.573.333
Inversões Financeiras	88.200.000	Receitas Correntes	1.904.480.160
Despesas Correntes	2.390.176.544	Total dos Fontes	1.943.053.493
Despesas de Pessoal	1.536.545.253	Variação Patrimonial	(245.859.582)
Despesas com Dirigentes	2.328.574	Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras	(33.904.198)
Despesas com Conselhos e Comitês	823.597	Variação do Disponível	1.541.579.675
Materiais e Produtos	25.320.114		
Serviços de Terceiros	449.887.184		
Tributos	106.042.718		
Despesas Financeiras	21.337.857		
Outras Despesas Correntes	247.891.247		
Total dos Usos	3.204.869.388	Total Líquido das Fontes	3.204.869.388

MINISTÉRIO DA ECONOMIA		PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS - PDG	
SECRETARIA EXECUTIVA		REPROGRAMAÇÃO	2020
Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais - SEST		DEMONSTRATIVO DE USOS E FONTES	
EMPRESA :	EMPRESA GERENCIAL DE PROJETOS NAVAIS - EMGEPRON		
VALORES EM R$ 1,00			
U S O S	V A L O R	F O N T E S	V A L O R
Despesas de Capital	1.524.946.964	Receitas Correntes	706.103.762
Investimentos Imobilizado e Intangível	1.493.921.421	Total dos Fontes	706.103.762
– – Imobilizado	1.492.521.421	Variação Patrimonial	71.677.429
– – Intangível	1.400.000	Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras	(55.000.000)
Outras Despesas de Capital	31.025.543	Variação do Disponível	1.150.196.278
Despesas Correntes	348.030.505		
Despesas de Pessoal	89.993.409		
Despesas com Dirigentes	868.815		
Despesas com Conselhos e Comitês	414.247		
Materiais e Produtos	15.198.062		
Serviços de Terceiros	24.865.618		
Tributos	209.627.654		
Despesas Financeiras	150.000		
Outras Despesas Correntes	6.912.700		
Total dos Usos	1.872.977.469	Total Líquido das Fontes	1.872.977.469

_ _MINISTÉRIO DA ECONOMIA		PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS - PDG	
SECRETARIA EXECUTIVA		REPROGRAMAÇÃO	2020
Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais - SEST		DEMONSTRATIVO DE USOS E FONTES	
EMPRESA :	PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS		
VALORES EM R$ 1,00			
U S O S	V A L O R	F O N T E S	V A L O R
Despesas de Capital	249.552.330.956	Receitas de Capital	25.541.423.519
Amortização Princ. Op. Créd. Obtidas	55.461.912.620	Alienação de Valores e Bens	5.785.372.289
– – No País	12.414.071.603	Obtenção de Operações de Crédito	10.053.298.000
– – No Exterior	43.047.841.017	– – No País	3.737.700.000
Amortização Principal de Mútuos Obtidos	32.381.882.611	– – No Exterior	6.315.598.000
Investimentos Imobilizado e Intangível	98.869.554.000	Obtenção de Operações de Outros Créditos	3.556.495.231
– – Imobilizado	98.544.810.000	Participação nos Resultados	1.999.709.674
– – Intangível	324.744.000	Outras Receitas De Capital	4.146.532.652
Inversões Financeiras	749.268.379	Receitas Correntes	507.417.492.146
Outras Despesas de Capital	62.089.713.346	Total dos Fontes	532.958.915.665
Despesas Correntes	355.326.231.639	Variação Patrimonial	36.702.284.879
Despesas de Pessoal	27.183.770.434	Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras	34.495.342.158
Despesas com Dirigentes	12.076.701	Variação do Disponível	722.019.893
Despesas com Conselhos e Comitês	4.446.952		
Materiais e Produtos	58.410.539.342		
Serviços de Terceiros	36.554.763.308		
Tributos	83.664.783.445		
Despesas Financeiras	62.341.695.279		
Outras Despesas Correntes	87.154.156.178		
Total dos Usos	604.878.562.595	Total Líquido das Fontes	604.878.562.595

MINISTÉRIO DA ECONOMIA		PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS - PDG	
SECRETARIA EXECUTIVA		REPROGRAMAÇÃO	2020
Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais - SEST		DEMONSTRATIVO DE USOS E FONTES	
EMPRESA :	BRASPETRO OIL SERVICES COMPANY - BRASOIL		
VALORES EM R$ 1,00			
U S O S	V A L O R	F O N T E S	V A L O R
Despesas Correntes	6.099.247	Receitas Correntes	21.042.562
Serviços de Terceiros	1.855.000	Total dos Fontes	21.042.562
Despesas Financeiras	228.183	Variação Patrimonial	(5.672.648)
Outras Despesas Correntes	4.016.064	Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras	(13.951.308)
		Variação do Disponível	4.680.641
Total dos Usos	6.099.247	Total Líquido das Fontes	6.099.247

MINISTÉRIO DA ECONOMIA		PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS - PDG	
SECRETARIA EXECUTIVA		REPROGRAMAÇÃO	2020
Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais - SEST		DEMONSTRATIVO DE USOS E FONTES	
EMPRESA :	PETROBRAS GÁS S.A. - GASPETRO		
VALORES EM R$ 1,00			
U S O S	V A L O R	F O N T E S	V A L O R
Despesas de Capital	158.896.587	Receitas de Capital	251.198.475
Inversões Financeiras	1.029.681	Participação nos Resultados	251.198.475
Outras Despesas de Capital	157.866.906	Receitas Correntes	9.409.822
Despesas Correntes	60.303.116	Total dos Fontes	260.608.297
Despesas de Pessoal	33.953.038	Variação Patrimonial	(117.126.400)
Despesas com Dirigentes	4.531.023	Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras	(228.690)
Despesas com Conselhos e Comitês	1.247.768	Variação do Disponível	75.946.496
Materiais e Produtos	29.341		
Serviços de Terceiros	1.329.654		
Tributos	6.399.376		
Despesas Financeiras	3.704.720		
Outras Despesas Correntes	9.108.196		
Total dos Usos	219.199.703	Total Líquido das Fontes	219.199.703

MINISTÉRIO DA ECONOMIA		PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS - PDG	
SECRETARIA EXECUTIVA		REPROGRAMAÇÃO	2020
Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais - SEST		DEMONSTRATIVO DE USOS E FONTES	
EMPRESA :	TRANSPORTADORA BRASILEIRA GASODUTO BOLÍVIA-BRASIL S.A. - TBG		
VALORES EM R$ 1,00			
U S O S	V A L O R	F O N T E S	V A L O R
Despesas de Capital	673.657.422	Receitas Correntes	2.126.057.568
Investimentos Imobilizado e Intangível	116.102.000	Total dos Fontes	2.126.057.568
– – Imobilizado	116.102.000	Variação Patrimonial	(223.586.523)
Outras Despesas de Capital	557.555.422	Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras	(7.872.103)
Despesas Correntes	1.064.954.977	Variação do Disponível	(155.986.543)
Despesas de Pessoal	190.351.922		
Despesas com Dirigentes	6.665.814		
Despesas com Conselhos e Comitês	1.382.971		
Materiais e Produtos	51.131.579		
Serviços de Terceiros	72.249.271		
Tributos	706.412.641		
Despesas Financeiras	7.099.183		
Outras Despesas Correntes	29.661.596		
Total dos Usos	1.738.612.399	Total Líquido das Fontes	1.738.612.399

MINISTÉRIO DA ECONOMIA		PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS - PDG	
SECRETARIA EXECUTIVA		REPROGRAMAÇÃO	2020
Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais - SEST		DEMONSTRATIVO DE USOS E FONTES	
EMPRESA :	PETROBRAS TRANSPORTE S.A. - TRANSPETRO		
VALORES EM R$ 1,00			
U S O S	V A L O R	F O N T E S	V A L O R
Despesas de Capital	2.178.385.890	Receitas de Capital	68.996.563
Amortização Princ. Op. Créd. Obtidas	1.224.957.015	Alienação de Valores e Bens	68.996.563
– – No País	1.224.957.015	Receitas Correntes	8.593.280.581
Investimentos Imobilizado e Intangível	760.247.000	Total dos Fontes	8.662.277.144
– – Imobilizado	760.247.000	Variação Patrimonial	405.361.804
Outras Despesas de Capital	193.181.875	Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras	185.947.398
Despesas Correntes	7.391.252.398	Variação do Disponível	316.051.942
Despesas de Pessoal	2.485.303.311		
Despesas com Dirigentes	10.157.573		
Despesas com Conselhos e Comitês	2.930.957		
Materiais e Produtos	194.439.659		
Serviços de Terceiros	1.121.270.985		
Tributos	1.706.492.124		
Despesas Financeiras	732.629.885		
Outras Despesas Correntes	1.138.027.904		
Total dos Usos	9.569.638.288	Total Líquido das Fontes	9.569.638.288

MINISTÉRIO DA ECONOMIA		PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS - PDG	
SECRETARIA EXECUTIVA		REPROGRAMAÇÃO	2020
Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais - SEST		DEMONSTRATIVO DE USOS E FONTES	
EMPRESA :	PETROBRAS LOGÍSTICA DE EXPLORAÇÃO E PRODUÇÃO S.A. - PB-LOG		
VALORES EM R$ 1,00			
U S O S	V A L O R	F O N T E S	V A L O R
Despesas de Capital	4.139.746.259	Receitas Correntes	5.316.576.278
Investimentos Imobilizado e Intangível	200.000	Total dos Fontes	5.316.576.278
– – Imobilizado	200.000	Variação Patrimonial	(136.587.388)
Outras Despesas de Capital	4.139.546.259	Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras	(259.044)
Despesas Correntes	4.427.509.036	Variação do Disponível	3.387.525.449
Despesas de Pessoal	27.299.804		
Despesas com Dirigentes	2.740.773		
Despesas com Conselhos e Comitês	277.476		
Serviços de Terceiros	3.152.480.724		
Tributos	1.235.096.288		
Outras Despesas Correntes	9.613.971		
Total dos Usos	8.567.255.295	Total Líquido das Fontes	8.567.255.295

MINISTÉRIO DA ECONOMIA		PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS - PDG	
SECRETARIA EXECUTIVA		REPROGRAMAÇÃO	2020
Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais - SEST		DEMONSTRATIVO DE USOS E FONTES	
EMPRESA :	PETROBRAS NETHERLANDS B.V. - PNBV		
VALORES EM R$ 1,00			
U S O S	V A L O R	F O N T E S	V A L O R
Despesas de Capital	74.591.523.426	Receitas de Capital	72.466.720.452
Amortização Princ. Op. Créd. Obtidas	1.510.305.080	Outras Receitas De Capital	72.466.720.452
– – No Exterior	1.510.305.080	Receitas Correntes	14.105.171.880
Investimentos Imobilizado e Intangível	7.272.335.000	Total dos Fontes	86.571.892.332
– – Imobilizado	7.272.335.000	Variação Patrimonial	(20.951.717.212)
Inversões Financeiras	4.519.170.000	Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras	17.876.857.714
Outras Despesas de Capital	61.289.713.346	Variação do Disponível	(4.047.006.886)
Despesas Correntes	4.858.502.522		
Despesas de Pessoal	12.512.658		
Despesas com Dirigentes	3.664.306		
Serviços de Terceiros	775.709.259		
Tributos	1.182.917.698		
Despesas Financeiras	127.052.656		
Outras Despesas Correntes	2.756.645.945		
Total dos Usos	79.450.025.948	Total Líquido das Fontes	79.450.025.948

MINISTÉRIO DA ECONOMIA		PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS - PDG	
SECRETARIA EXECUTIVA		REPROGRAMAÇÃO	2020
Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais - SEST		DEMONSTRATIVO DE USOS E FONTES	
EMPRESA :	5283 PARTICIPAÇÕES S.A.		
VALORES EM R$ 1,00			
U S O S	V A L O R	F O N T E S	V A L O R
Despesas Correntes	573.337	Receitas de Capital	400.000
Serviços de Terceiros	79.434	Aumento do Patrimônio Líquido - PL	400.000
Tributos	1.369	– – Aportes de Empresas Estatais	400.000
Outras Despesas Correntes	492.534	Receitas Correntes	26.543
		Total dos Fontes	426.543
		Variação Patrimonial	(130.089)
		Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras	(239)
		Variação do Disponível	277.122
Total dos Usos	573.337	Total Líquido das Fontes	573.337

MINISTÉRIO DA ECONOMIA		PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS - PDG	
SECRETARIA EXECUTIVA		REPROGRAMAÇÃO	2020
Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais - SEST		DEMONSTRATIVO DE USOS E FONTES	
EMPRESA :	PETROBRAS INTERNATIONAL BRASPETRO B.V. - PIB BV		
VALORES EM R$ 1,00			
U S O S	V A L O R	F O N T E S	V A L O R
Despesas de Capital	85.371.491.259	Receitas de Capital	94.933.884.174
Amortização Princ. Op. Créd. Obtidas	84.192.828.796	Obtenção de Operações de Crédito	62.298.731.131
– – No Exterior	84.192.828.796	– – No Exterior	62.298.731.131
Investimentos Imobilizado e Intangível	789.549.000	Amortização Princ. Mútuos Concedidos	32.393.594.599
– – Imobilizado	789.549.000	Resgate Princ. de Aplicações Financeiras	47.998.325
Inversões Financeiras	53.907.000	Participação nos Resultados	193.560.119
Outras Despesas de Capital	335.206.463	Receitas Correntes	159.549.664.418
Despesas Correntes	235.439.201.794	Total dos Fontes	254.483.548.592
Despesas de Pessoal	368.617.293	Variação Patrimonial	65.175.531.110
Materiais e Produtos	91.038.475.758	Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras	4.414.369.721
Serviços de Terceiros	1.468.007.856	Variação do Disponível	(3.262.756.370)
Tributos	1.050.875.063		
Despesas Financeiras	20.411.763.154		
Outras Despesas Correntes	121.101.462.670		
Total dos Usos	320.810.693.053	Total Líquido das Fontes	320.810.693.053

MINISTÉRIO DA ECONOMIA		PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS - PDG	
SECRETARIA EXECUTIVA		REPROGRAMAÇÃO	2020
Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais - SEST		DEMONSTRATIVO DE USOS E FONTES	
EMPRESA :	PETROBRAS COMERCIALIZADORA DE ENERGIA S.A.		
VALORES EM R$ 1,00			
U S O S	V A L O R	F O N T E S	V A L O R
Despesas de Capital	82.031.049	Receitas Correntes	110.935.986
Amortização Princ. Op. Créd. Obtidas	15.673	Total dos Fontes	110.935.986
– – No País	15.673	Variação Patrimonial	(9.260.804)
Outras Despesas de Capital	82.015.376	Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras	(291.614)
Despesas Correntes	82.904.937	Variação do Disponível	63.552.418
Despesas com Conselhos e Comitês	76.618		
Materiais e Produtos	55.419.372		
Serviços de Terceiros	2.319.291		
Tributos	24.392.904		
Despesas Financeiras	181.398		
Outras Despesas Correntes	515.354		
Total dos Usos	164.935.986	Total Líquido das Fontes	164.935.986

MINISTÉRIO DA ECONOMIA		PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS - PDG	
SECRETARIA EXECUTIVA		REPROGRAMAÇÃO	2020
Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais - SEST		DEMONSTRATIVO DE USOS E FONTES	
EMPRESA :	LIQUIGÁS DISTRIBUIDORA S.A.		
VALORES EM R$ 1,00			
U S O S	V A L O R	F O N T E S	V A L O R
Despesas de Capital	312.786.370	Receitas de Capital	4.097.037
Investimentos Imobilizado e Intangível	147.947.872	Alienação de Valores e Bens	1.743.312
– – Imobilizado	145.314.000	Participação nos Resultados	2.353.725
– – Intangível	2.633.872	Receitas Correntes	5.829.873.661
Outras Despesas de Capital	164.838.498	Total dos Fontes	5.833.970.698
Despesas Correntes	5.549.776.997	Variação Patrimonial	31.446.980
Despesas de Pessoal	442.492.694	Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras	(15.092.582)

Despesas com Dirigentes	6.353.408	Variação do Disponível	12.238.271
Despesas com Conselhos e Comitês	901.471		
Materiais e Produtos	3.599.985.330		
Serviços de Terceiros	392.101.038		
Tributos	927.079.969		
Outras Despesas Correntes	180.863.087		
Total dos Usos	5.862.563.367	Total Líquido das Fontes	5.862.563.367

MINISTÉRIO DA ECONOMIA		PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS - PDG	
SECRETARIA EXECUTIVA		REPROGRAMAÇÃO	2020
Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais - SEST		DEMONSTRATIVO DE USOS E FONTES	
EMPRESA :	BAIXADA SANTISTA ENERGIA S.A.		
VALORES EM R$ 1,00			
U S O S	V A L O R	F O N T E S	V A L O R
Despesas de Capital	1.243.884	Receitas Correntes	66.233.300
Outras Despesas de Capital	1.243.884	Total dos Fontes	66.233.300
Despesas Correntes	55.663.258	Variação Patrimonial	39.867.022
Despesas com Dirigentes	1.184.633	Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras	(21.390.487)
Despesas com Conselhos e Comitês	157.104	Variação do Disponível	(27.802.693)
Serviços de Terceiros	604.236		
Tributos	10.901.464		
Despesas Financeiras	41.086.198		
Outras Despesas Correntes	1.729.623		
Total dos Usos	56.907.142	Total Líquido das Fontes	56.907.142

MINISTÉRIO DA ECONOMIA		PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS - PDG	
SECRETARIA EXECUTIVA		REPROGRAMAÇÃO	2020
Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais - SEST		DEMONSTRATIVO DE USOS E FONTES	
EMPRESA :	TERMOMACAÉ S.A.		
VALORES EM R$ 1,00			
U S O S	V A L O R	F O N T E S	V A L O R
Despesas Correntes	103.129.447	Receitas Correntes	120.467.776
Despesas de Pessoal	37.295.277	Total dos Fontes	120.467.776
Despesas com Dirigentes	1.184.634	Variação Patrimonial	3.119.490
Despesas com Conselhos e Comitês	62.116	Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras	(4.449.222)
Serviços de Terceiros	758.885	Variação do Disponível	(16.008.597)
Tributos	26.694.194		
Outras Despesas Correntes	37.134.341		
Total dos Usos	103.129.447	Total Líquido das Fontes	103.129.447

MINISTÉRIO DA ECONOMIA		PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS - PDG	
SECRETARIA EXECUTIVA		REPROGRAMAÇÃO	2020
Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais - SEST		DEMONSTRATIVO DE USOS E FONTES	
EMPRESA :	TERMOBAHIA S.A.		
VALORES EM R$ 1,00			
U S O S	V A L O R	F O N T E S	V A L O R
Despesas de Capital	46.750.251	Receitas Correntes	80.086.531
Outras Despesas de Capital	46.750.251	Total dos Fontes	80.086.531
Despesas Correntes	59.251.122	Variação Patrimonial	122.507.437
Despesas de Pessoal	17.766.272	Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras	(47.677.902)
Despesas com Dirigentes	1.050.891	Variação do Disponível	(48.914.693)
Despesas com Conselhos e Comitês	112.378		
Materiais e Produtos	2.416		
Serviços de Terceiros	397.276		
Tributos	24.282.837		
Despesas Financeiras	14.143.123		
Outras Despesas Correntes	1.495.929		
Total dos Usos	106.001.373	Total Líquido das Fontes	106.001.373

MINISTÉRIO DA ECONOMIA		PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS - PDG	
SECRETARIA EXECUTIVA		REPROGRAMAÇÃO	2020
Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais - SEST		DEMONSTRATIVO DE USOS E FONTES	
EMPRESA :	PETROBRAS BIOCOMBUSTÍVEL S.A. - PBIO		
VALORES EM R$ 1,00			
U S O S	V A L O R	F O N T E S	V A L O R
Despesas de Capital	856.749.000	Receitas Correntes	1.642.863.911
Investimentos Imobilizado e Intangível	16.749.000	Total dos Fontes	1.642.863.911
– – Imobilizado	16.749.000	Variação Patrimonial	(29.297.427)
Outras Despesas de Capital	840.000.000	Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras	18.194.132
Despesas Correntes	1.495.824.732	Variação do Disponível	720.813.116
Despesas de Pessoal	82.366.219		
Despesas com Dirigentes	2.931.385		
Despesas com Conselhos e Comitês	285.923		
Materiais e Produtos	1.150.672.230		
Serviços de Terceiros	32.612.699		
Tributos	189.347.451		
Despesas Financeiras	133.589		
Outras Despesas Correntes	37.475.236		
Total dos Usos	2.352.573.732	Total Líquido das Fontes	2.352.573.732

MINISTÉRIO DA ECONOMIA		PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS - PDG	
SECRETARIA EXECUTIVA		REPROGRAMAÇÃO	2020
Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais - SEST		DEMONSTRATIVO DE USOS E FONTES	
EMPRESA :	BREITENER ENERGÉTICA S.A. - BREITENER		

VALORES EM R$ 1,00			
U S O S	V A L O R	F O N T E S	V A L O R
Despesas de Capital	25.000.000	Receitas de Capital	32.801.839
Inversões Financeiras	25.000.000	Receitas Correntes	16.652.370
Despesas Correntes	35.723.121	Total dos Fontes	49.454.209
Despesas de Pessoal	7.047.455	Variação Patrimonial	4.981.909
Despesas com Dirigentes	2.165.029	Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras	793.003
Despesas com Conselhos e Comitês	345.709	Variação do Disponível	5.494.000
Materiais e Produtos	79.942		
Serviços de Terceiros	322.996		
Tributos	6.175.053		
Despesas Financeiras	15.751.200		
Outras Despesas Correntes	3.835.737		
Total dos Usos	60.723.121	Total Líquido das Fontes	60.723.121
MINISTÉRIO DA ECONOMIA		PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS - PDG	
SECRETARIA EXECUTIVA		REPROGRAMAÇÃO	2020
Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais - SEST		DEMONSTRATIVO DE USOS E FONTES	
EMPRESA :	EÓLICA MANGUE SECO 2 - GERADORA E COMERCIALIZADORA DE ENERGIA ELÉTRICA S.A. - MANG		
VALORES EM R$ 1,00			
U S O S	V A L O R	F O N T E S	V A L O R
Despesas de Capital	18.773.332	Receitas Correntes	19.312.551
Amortização Princ. Op. Créd. Obtidas	3.266.967	Total dos Fontes	19.312.551
– – No País	3.266.967	Variação Patrimonial	1.051.787
Investimentos Imobilizado e Intangível	134.000	Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras	1.715.148
– – Imobilizado	134.000	Variação do Disponível	11.028.865
Outras Despesas de Capital	15.372.365		
Despesas Correntes	14.335.019		
Despesas de Pessoal	838.174		
Despesas com Dirigentes	712.997		
Despesas com Conselhos e Comitês	226.001		
Materiais e Produtos	17.699		
Serviços de Terceiros	3.676.541		
Tributos	1.065.463		
Despesas Financeiras	6.299.116		
Outras Despesas Correntes	1.499.028		
Total dos Usos	33.108.351	Total Líquido das Fontes	33.108.351
MINISTÉRIO DA ECONOMIA		PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS - PDG	
SECRETARIA EXECUTIVA		REPROGRAMAÇÃO	2020
Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais - SEST		DEMONSTRATIVO DE USOS E FONTES	
EMPRESA :	GÁS BRASILIANO DISTRIBUIDORA S.A.		
VALORES EM R$ 1,00			
U S O S	V A L O R	F O N T E S	V A L O R
Despesas de Capital	31.827.529	Receitas Correntes	561.699.044
Amortização Princ. Op. Créd. Obtidas	257.730	Total dos Fontes	561.699.044
– – No País	257.730	Variação Patrimonial	(3.561.416)
Investimentos Imobilizado e Intangível	21.383.238	Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras	(7.889.870)
– – Intangível	21.383.238	Variação do Disponível	(26.689.904)
Outras Despesas de Capital	10.186.561		
Despesas Correntes	491.730.325		
Despesas de Pessoal	20.876.085		
Despesas com Dirigentes	2.252.273		
Despesas com Conselhos e Comitês	396.062		
Materiais e Produtos	282.099.539		
Serviços de Terceiros	18.125.481		
Tributos	152.182.699		
Despesas Financeiras	1.288.003		
Outras Despesas Correntes	14.510.183		
Total dos Usos	523.557.854	Total Líquido das Fontes	523.557.854
MINISTÉRIO DA ECONOMIA		PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS - PDG	
SECRETARIA EXECUTIVA		REPROGRAMAÇÃO	2020
Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais - SEST		DEMONSTRATIVO DE USOS E FONTES	
EMPRESA :	BREITENER JARAQUI S.A.		
VALORES EM R$ 1,00			
U S O S	V A L O R	F O N T E S	V A L O R
Despesas de Capital	14.904.356	Receitas de Capital	25.000.000
Amortização Princ. Op. Créd. Obtidas	14.904.356	Aumento do Patrimônio Líquido - PL	25.000.000
– – No País	14.904.356	– – Aportes de Empresas Estatais	25.000.000
Despesas Correntes	166.385.110	Receitas Correntes	230.325.295
Despesas de Pessoal	20.317.442	Total dos Fontes	255.325.295
Materiais e Produtos	47.502.628	Variação Patrimonial	(48.719.571)
Serviços de Terceiros	21.278.614	Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras	(34.924.426)
Tributos	53.206.117	Variação do Disponível	9.608.168
Despesas Financeiras	16.827.909		
Outras Despesas Correntes	7.252.400		
Total dos Usos	181.289.466	Total Líquido das Fontes	181.289.466

MINISTÉRIO DA ECONOMIA		PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS - PDG	
SECRETARIA EXECUTIVA		REPROGRAMAÇÃO	2020
Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais - SEST		DEMONSTRATIVO DE USOS E FONTES	
EMPRESA :	BREITENER TAMBAQUI S.A.		
VALORES EM R$ 1,00			
U S O S	V A L O R	F O N T E S	V A L O R
Despesas de Capital	14.887.302	Receitas Correntes	229.067.275
Amortização Princ. Op. Créd. Obtidas	14.887.302	Total dos Fontes	229.067.275
– – No País	14.887.302	Variação Patrimonial	(80.661.779)
Despesas Correntes	146.692.200	Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras	(33.925.298)
Despesas de Pessoal	21.410.771	Variação do Disponível	47.099.304
Materiais e Produtos	39.798.142		
Serviços de Terceiros	26.967.904		
Tributos	37.667.216		
Despesas Financeiras	13.766.464		
Outras Despesas Correntes	7.081.703		
Total dos Usos	161.579.502	Total Líquido das Fontes	161.579.502

MINISTÉRIO DA ECONOMIA		PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS - PDG	
SECRETARIA EXECUTIVA		REPROGRAMAÇÃO	2020
Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais - SEST		DEMONSTRATIVO DE USOS E FONTES	
EMPRESA :	ARAUCÁRIA NITROGENADOS S.A.		
VALORES EM R$ 1,00			
U S O S	V A L O R	F O N T E S	V A L O R
Despesas de Capital	107.364.406	Receitas de Capital	680.000.000
Investimentos Imobilizado e Intangível	107.364.406	Aumento do Patrimônio Líquido - PL	680.000.000
– – Imobilizado	107.364.406	– – Aportes de Empresas Estatais	680.000.000
Despesas Correntes	270.541.798	Receitas Correntes	85.303.752
Despesas de Pessoal	161.275.066	Total dos Fontes	765.303.752
Despesas com Conselhos e Comitês	17.027	Variação Patrimonial	(566.246.737)
Materiais e Produtos	46.664.041	Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras	3.048.448
Serviços de Terceiros	29.241.615	Variação do Disponível	175.800.741
Tributos	7.666.082		
Despesas Financeiras	4.530.000		
Outras Despesas Correntes	21.147.967		
Total dos Usos	377.906.204	Total Líquido das Fontes	377.906.204

MINISTÉRIO DA ECONOMIA		PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS - PDG	
SECRETARIA EXECUTIVA		REPROGRAMAÇÃO	2020
Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais - SEST		DEMONSTRATIVO DE USOS E FONTES	
EMPRESA :	TRANSPETRO INTERNATIONAL B.V.		
VALORES EM R$ 1,00			
U S O S	V A L O R	F O N T E S	V A L O R
Despesas de Capital	59.767.000	Receitas Correntes	1.393.792.635
Investimentos Imobilizado e Intangível	59.767.000	Total dos Fontes	1.393.792.635
– – Imobilizado	59.767.000	Variação Patrimonial	64.718.356
Despesas Correntes	1.170.831.166	Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras	264.324.733
Despesas com Dirigentes	2.593.136	Variação do Disponível	(492.237.558)
Materiais e Produtos	20.336.129		
Serviços de Terceiros	328.769.632		
Tributos	6.497.243		
Despesas Financeiras	137.179.741		
Abatimentos em Venda de Bens e Serviços	626.342.156		
Outras Despesas Correntes	49.113.129		
Total dos Usos	1.230.598.166	Total Líquido das Fontes	1.230.598.166

MINISTÉRIO DA ECONOMIA		PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS - PDG	
SECRETARIA EXECUTIVA		REPROGRAMAÇÃO	2020
Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais - SEST		DEMONSTRATIVO DE USOS E FONTES	
EMPRESA :	TRANSPETRO BEL 09 S.A.		
VALORES EM R$ 1,00			
U S O S	V A L O R	F O N T E S	V A L O R
Despesas de Capital	7.500.000	Receitas Correntes	17.502.432
Investimentos Imobilizado e Intangível	7.500.000	Total dos Fontes	17.502.432
– – Imobilizado	7.500.000	Variação Patrimonial	119.946
Despesas Correntes	13.674.227	Variação do Disponível	3.551.849
Despesas de Pessoal	3.504.671		
Materiais e Produtos	246.262		
Serviços de Terceiros	2.883.309		
Tributos	3.735.469		
Outras Despesas Correntes	3.304.516		
Total dos Usos	21.174.227	Total Líquido das Fontes	21.174.227

_ 0MINISTÉRIO DA ECONOMIA		PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS - PDG	
SECRETARIA EXECUTIVA		REPROGRAMAÇÃO	2020
Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais - SEST		DEMONSTRATIVO DE USOS E FONTES	
EMPRESA :	ELETROBRAS TERMONUCLEAR S.A. - ELETRONUCLEAR		
VALORES EM R$ 1,00			
U S O S	V A L O R	F O N T E S	V A L O R
Despesas de Capital	2.747.144.415	Receitas de Capital	2.286.191.416
Amortização Princ. Op. Créd. Obtidas	158.879.391	Aumento do Patrimônio Líquido - PL	2.237.958.000
– – No País	158.879.391	– – Aportes de Empresas Estatais	2.237.958.000
Amortização Princ. Op. Outr. Créd.	3.745.621	Ganhos na Alienação de Valores e Bens	500.000
Amortização Principal de Mútuos Obtidos	1.099.253.962	Obtenção de Operações de Crédito	45.533.416
Investimentos Imobilizado e Intangível	1.485.265.441	– – No Exterior	45.533.416
– – Imobilizado	1.485.265.441	Outras Receitas De Capital	2.200.000
Despesas Correntes	3.340.966.372	Receitas Correntes	4.199.445.621
Despesas de Pessoal	677.743.588	Total dos Fontes	6.485.637.037
Despesas com Dirigentes	4.220.110	Variação Patrimonial	(125.652.660)
Despesas com Conselhos e Comitês	640.528	Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras	(273.619.700)
Materiais e Produtos	847.997.573	Variação do Disponível	1.746.110
Serviços de Terceiros	414.350.795		
Tributos	631.182.978		
Despesas Financeiras	646.674.878		
Outras Despesas Correntes	118.155.922		
Total dos Usos	6.088.110.787	Total Líquido das Fontes	6.088.110.787

MINISTÉRIO DA ECONOMIA		PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS - PDG	
SECRETARIA EXECUTIVA		REPROGRAMAÇÃO	2020
Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais - SEST		DEMONSTRATIVO DE USOS E FONTES	
EMPRESA :	CENTRAIS ELÉTRICAS BRASILEIRAS S.A. - ELETROBRAS		
VALORES EM R$ 1,00			
U S O S	V A L O R	F O N T E S	V A L O R
Despesas de Capital	19.392.602.009	Receitas de Capital	24.889.731.782
Amortização Princ. Op. Créd. Obtidas	9.409.142.282	Alienação de Valores e Bens	3.134.689.059
– – No País	4.117.037.225	Obtenção de Operações de Crédito	6.475.000.000
– – No Exterior	5.292.105.057	– – No Exterior	6.475.000.000
Amortização Princ. Op. Outr. Créd.	178.698.835	Amortização Princ. Mútuos Concedidos	7.050.396.528
Amortização Principal de Mútuos Obtidos	3.134.689.060	Participação nos Resultados	8.229.646.195
Concessão de Mútuos com Empresas	1.000.000.000	Receitas Correntes	40.395.314.112
Investimentos Imobilizado e Intangível	41.455.000	Total dos Fontes	65.285.045.894
– – Imobilizado	41.455.000	Variação Patrimonial	(147.706.389)
Inversões Financeiras	2.536.139.001	Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras	(410.609.505)
Outras Despesas de Capital	3.092.477.831	Variação do Disponível	(1.471.376.773)
Despesas Correntes	43.862.751.218		
Despesas de Pessoal	493.957.394		
Despesas com Dirigentes	8.130.614		
Despesas com Conselhos e Comitês	2.799.487		
Materiais e Produtos	37.209.779.824		
Serviços de Terceiros	473.053.670		
Tributos	2.175.905.125		
Despesas Financeiras	1.500.022.336		
Outras Despesas Correntes	1.999.102.768		
Total dos Usos	63.255.353.227	Total Líquido das Fontes	63.255.353.227

MINISTÉRIO DA ECONOMIA		PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS - PDG	
SECRETARIA EXECUTIVA		REPROGRAMAÇÃO	2020
Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais - SEST		DEMONSTRATIVO DE USOS E FONTES	
EMPRESA :	CENTRAIS ELÉTRICAS DO NORTE DO BRASIL S.A. - ELETRONORTE		
VALORES EM R$ 1,00			
U S O S	V A L O R	F O N T E S	V A L O R
Despesas de Capital	8.059.989.231	Receitas de Capital	5.784.137.633
Amortização Princ. Op. Créd. Obtidas	1.690.026.436	Ganhos na Alienação de Valores e Bens	55.000
– – No País	1.690.026.436	Obtenção de Operações de Crédito	2.200.000.000
Amortização Principal de Mútuos Obtidos	740.982.076	– – No País	2.200.000.000
Investimentos Imobilizado e Intangível	377.390.482	Amortização Princ. Mútuos Concedidos	3.134.689.060
– – Imobilizado	377.390.482	Resgate Princ. de Aplicações Financeiras	29.235.965
Inversões Financeiras	3.199.289.060	Recursos de Fundos	219.464.000
Outras Despesas de Capital	2.052.301.177	Rendas de Participações	71.285.818
Despesas Correntes	4.233.300.470	Participação nos Resultados	33.196.730
Despesas de Pessoal	1.150.154.668	Outras Receitas De Capital	96.211.060
Despesas com Dirigentes	5.264.182	Receitas Correntes	6.594.330.719
Despesas com Conselhos e Comitês	462.218	Total dos Fontes	12.378.468.352
Materiais e Produtos	729.930.122	Variação Patrimonial	(154.896.674)
Serviços de Terceiros	297.350.580	Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras	(190.846.112)
Tributos	1.220.778.657	Variação do Disponível	260.564.135
Despesas Financeiras	404.737.243		
Outras Despesas Correntes	424.622.800		
Total dos Usos	12.293.289.701	Total Líquido das Fontes	12.293.289.701

MINISTÉRIO DA ECONOMIA		PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS - PDG	
SECRETARIA EXECUTIVA		REPROGRAMAÇÃO	2020
Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais - SEST		DEMONSTRATIVO DE USOS E FONTES	
EMPRESA :	COMPANHIA HIDRO ELÉTRICA DO SÃO FRANCISCO - CHESF		
VALORES EM R$ 1,00			
U S O S	V A L O R	F O N T E S	V A L O R
Despesas de Capital	5.801.481.978	Receitas de Capital	1.048.136.323
Amortização Princ. Op. Créd. Obtidas	204.303.480	Ganhos na Alienação de Valores e Bens	12.694.237
– – No País	204.303.480	Obtenção de Operações de Crédito	496.500.000
Amortização Princ. Op. Outr. Créd.	110.430.375	– – No País	496.500.000
Investimentos Imobilizado e Intangível	1.867.972.360	Obtenção de Operações de Outros Créditos	18.021.772
– – Imobilizado	1.867.972.360	Recursos de Fundos	420.612.771
Inversões Financeiras	183.502.512	Rendas de Participações	100.307.543
Outras Despesas de Capital	3.435.273.251	Receitas Correntes	7.934.204.184
Despesas Correntes	5.592.739.094	Total dos Fontes	8.982.340.507
Despesas de Pessoal	1.224.922.286	Variação Patrimonial	2.454.751.040
Despesas com Dirigentes	5.437.419	Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras	109.704.648
Despesas com Conselhos e Comitês	520.958	Variação do Disponível	(152.575.123)
Materiais e Produtos	1.561.146.112		
Serviços de Terceiros	372.928.677		
Tributos	1.941.149.303		
Despesas Financeiras	246.409.558		
Outras Despesas Correntes	240.224.781		
Total dos Usos	11.394.221.072	Total Líquido das Fontes	11.394.221.072

MINISTÉRIO DA ECONOMIA		PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS - PDG	
SECRETARIA EXECUTIVA		REPROGRAMAÇÃO	2020
Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais - SEST		DEMONSTRATIVO DE USOS E FONTES	
EMPRESA :	FURNAS - CENTRAIS ELÉTRICAS S.A.		
VALORES EM R$ 1,00			
U S O S	V A L O R	F O N T E S	V A L O R
Despesas de Capital	5.118.673.213	Receitas de Capital	1.835.054.683
Amortização Princ. Op. Créd. Obtidas	897.087.762	Ganhos na Alienação de Valores e Bens	28.987.371
– – No País	869.156.388	Obtenção de Operações de Crédito	435.799.000
– – No Exterior	27.931.374	– – No País	435.799.000
Amortização Princ. Op. Outr. Créd.	12.202.548	Amortização Princ. Mútuos Concedidos	84.465
Amortização Principal de Mútuos Obtidos	1.205.249.798	Emissão de Outros Instr. de Captação	800.000.000
Investimentos Imobilizado e Intangível	1.194.334.506	Rendas de Participações	570.183.847
– – Imobilizado	1.194.334.506	Receitas Correntes	11.008.780.560

Inversões Financeiras	138.890.599	Total dos Fontes	12.843.835.243
Outras Despesas de Capital	1.670.908.000	Variação Patrimonial	274.238.311
Despesas Correntes	8.631.709.433	Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras	220.833.193
Despesas de Pessoal	1.314.560.802	Variação do Disponível	411.475.899
Despesas com Dirigentes	7.360.516		
Despesas com Conselhos e Comitês	738.326		
Materiais e Produtos	2.038.001.501		
Serviços de Terceiros	458.136.907		
Tributos	2.950.319.542		
Despesas Financeiras	930.741.002		
Outras Despesas Correntes	931.850.837		
Total dos Usos	13.750.382.646	Total Líquido das Fontes	13.750.382.646

MINISTÉRIO DA ECONOMIA		PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS - PDG	
SECRETARIA EXECUTIVA		REPROGRAMAÇÃO	2020
Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais - SEST		DEMONSTRATIVO DE USOS E FONTES	
EMPRESA :	ELETROBRAS PARTICIPAÇÕES S.A. - ELETROPAR		
VALORES EM R$ 1,00			
U S O S	V A L O R	F O N T E S	V A L O R
Despesas de Capital	62.721.606	Receitas de Capital	10.660.000
Investimentos Imobilizado e Intangível	115.000	Rendas de Participações	8.800.000
– – Imobilizado	115.000	Participação nos Resultados	1.500.000
Inversões Financeiras	58.652.784	Outras Receitas De Capital	360.000
Outras Despesas de Capital	3.953.822	Receitas Correntes	3.415.837
Despesas Correntes	9.889.679	Total dos Fontes	14.075.837
Despesas de Pessoal	2.450.996	Variação Patrimonial	(16.977.098)
Despesas com Dirigentes	1.538.668	Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras	584.163
Despesas com Conselhos e Comitês	376.363	Variação do Disponível	74.928.383
Materiais e Produtos	23.841		
Serviços de Terceiros	2.446.864		
Tributos	1.542.422		
Despesas Financeiras	369.640		
Outras Despesas Correntes	1.140.885		
Total dos Usos	72.611.285	Total Líquido das Fontes	72.611.285

MINISTÉRIO DA ECONOMIA		PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS - PDG	
SECRETARIA EXECUTIVA		REPROGRAMAÇÃO	2020
Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais - SEST		DEMONSTRATIVO DE USOS E FONTES	
EMPRESA :	COMPANHIA DE GERAÇÃO E TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA DO SUL DO BRASIL		
VALORES EM R$ 1,00			
U S O S	V A L O R	F O N T E S	V A L O R
Despesas de Capital	1.525.004.500	Receitas de Capital	741.731.991
Amortização Princ. Op. Créd. Obtidas	217.948.804	Aumento do Patrimônio Líquido - PL	200.000.000
– – No País	217.948.804	– – Aportes de Empresas Estatais	200.000.000
Amortização Princ. Op. Outr. Créd.	9.458.848	Ganhos na Alienação de Valores e Bens	36.000.000
Amortização Principal de Mútuos Obtidos	258.534.936	Obtenção de Operações de Crédito	150.000.000
Investimentos Imobilizado e Intangível	329.525.919	– – No País	150.000.000
– – Imobilizado	329.525.919	Emissão de Outros Instr. de Captação	150.000.000
Inversões Financeiras	380.952.000	Rendas de Participações	64.533.996
Outras Despesas de Capital	328.583.993	Participação nos Resultados	2.902.463
Despesas Correntes	2.998.301.574	Outras Receitas De Capital	138.295.532
Despesas de Pessoal	488.418.493	Receitas Correntes	3.405.341.274
Despesas com Dirigentes	7.118.692	Total dos Fontes	4.147.073.265
Despesas com Conselhos e Comitês	1.152.024	Variação Patrimonial	(301.437.360)
Materiais e Produtos	965.401.545	Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras	122.215.756
Serviços de Terceiros	196.803.105	Variação do Disponível	555.454.413
Tributos	579.203.097		
Despesas Financeiras	612.702.325		
Outras Despesas Correntes	147.502.293		
Total dos Usos	4.523.306.074	Total Líquido das Fontes	4.523.306.074

MINISTÉRIO DA ECONOMIA		PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS - PDG	
SECRETARIA EXECUTIVA		REPROGRAMAÇÃO	2020
Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais - SEST		DEMONSTRATIVO DE USOS E FONTES	
EMPRESA :	TRANSMISSORA SUL BRASILEIRA DE ENERGIA S.A. - TSBE		
VALORES EM R$ 1,00			
U S O S	V A L O R	F O N T E S	V A L O R
Despesas de Capital	33.088.866	Receitas Correntes	75.393.744
Amortização Princ. Op. Créd. Obtidas	21.000.000	Total dos Fontes	75.393.744
– – No País	21.000.000	Variação Patrimonial	(3.734.155)
Amortização Princ. Op. Outr. Créd.	4.890.000	Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras	1.101.000
Investimentos Imobilizado e Intangível	7.198.866	Variação do Disponível	24.782.936
– – Imobilizado	7.198.866		
Despesas Correntes	64.454.659		
Despesas com Dirigentes	937.061		
Despesas com Conselhos e Comitês	309.594		
Materiais e Produtos	25.800		
Serviços de Terceiros	11.934.522		
Tributos	18.097.967		
Despesas Financeiras	32.296.119		
Outras Despesas Correntes	853.596		
Total dos Usos	97.543.525	Total Líquido das Fontes	97.543.525

MINISTÉRIO DA ECONOMIA		PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS - PDG	
SECRETARIA EXECUTIVA		REPROGRAMAÇÃO	2020
Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais - SEST		DEMONSTRATIVO DE USOS E FONTES	
EMPRESA :	TRANSMISSORA SUL LITORÂNEA DE ENERGIA S.A. - TSLE		
VALORES EM R$ 1,00			

U S O S	V A L O R	F O N T E S	V A L O R
Despesas de Capital	46.270.620	Receitas de Capital	1.005.934
Amortização Princ. Op. Créd. Obtidas	15.163.964	Ganhos na Alienação de Valores e Bens	604.123
– – No País	15.163.964	Obtenção de Operações de Crédito	401.811
Amortização Princ. Op. Outr. Créd.	5.000.000	– – No País	401.811
Investimentos Imobilizado e Intangível	20.415.552	Receitas Correntes	128.395.466
– – Imobilizado	20.415.552	Total dos Fontes	129.401.400
Outras Despesas de Capital	5.691.104	Variação Patrimonial	2.981.122
Despesas Correntes	81.625.734	Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras	(1.355.103)
Despesas com Dirigentes	918.253	Variação do Disponível	(3.131.065)
Despesas com Conselhos e Comitês	259.712		
Materiais e Produtos	627.000		
Serviços de Terceiros	26.584.075		
Tributos	22.461.843		
Despesas Financeiras	29.812.148		
Outras Despesas Correntes	962.703		
Total dos Usos	127.896.354	Total Líquido das Fontes	127.896.354

MINISTÉRIO DA ECONOMIA	PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS - PDG	
SECRETARIA EXECUTIVA	REPROGRAMAÇÃO	2020
Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais - SEST	DEMONSTRATIVO DE USOS E FONTES	
EMPRESA :	AMAZONAS GERAÇÃO E TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A. - AMGT	
VALORES EM R$ 1,00		

U S O S	V A L O R	F O N T E S	V A L O R
Despesas de Capital	230.218.934	Receitas de Capital	894.563.000
Amortização Principal de Mútuos Obtidos	199.799.793	Ganhos na Alienação de Valores e Bens	329.563.000
Investimentos Imobilizado e Intangível	30.419.141	Obtenção de Operações de Crédito	565.000.000
– – Imobilizado	30.419.141	– – No País	565.000.000
Despesas Correntes	5.149.219.432	Receitas Correntes	5.654.888.855
Despesas de Pessoal	153.181.766	Total dos Fontes	6.549.451.855
Despesas com Dirigentes	1.069.776	Variação Patrimonial	(250.196.020)
Despesas com Conselhos e Comitês	212.387	Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras	33.582.905
Materiais e Produtos	3.216.332.915	Variação do Disponível	(953.400.374)
Serviços de Terceiros	59.131.268		
Tributos	1.478.325.848		
Despesas Financeiras	136.290.911		
Outras Despesas Correntes	104.674.561		
Total dos Usos	5.379.438.366	Total Líquido das Fontes	5.379.438.366

MINISTÉRIO DA ECONOMIA	PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS - PDG	
SECRETARIA EXECUTIVA	REPROGRAMAÇÃO	2020
Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais - SEST	DEMONSTRATIVO DE USOS E FONTES	
EMPRESA :	BRASIL VENTOS ENERGIA S/A	
VALORES EM R$ 1,00		

U S O S	V A L O R	F O N T E S	V A L O R
Despesas de Capital	86.669.999	Receitas de Capital	97.623.999
Investimentos Imobilizado e Intangível	196.000	Aumento do Patrimônio Líquido - PL	97.623.999
– – Imobilizado	196.000	– – Aportes de Empresas Estatais	97.623.999
Inversões Financeiras	86.473.999	Receitas Correntes	177.000
Despesas Correntes	11.588.256	Total dos Fontes	97.800.999
Despesas de Pessoal	5.288.691	Variação Patrimonial	30.000
Despesas com Dirigentes	1.167.187	Variação do Disponível	427.256
Despesas com Conselhos e Comitês	412.200		
Materiais e Produtos	67.900		
Serviços de Terceiros	3.225.042		
Tributos	77.500		
Outras Despesas Correntes	1.349.736		
Total dos Usos	98.258.255	Total Líquido das Fontes	98.258.255

MINISTÉRIO DA ECONOMIA	PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS - PDG	
SECRETARIA EXECUTIVA	REPROGRAMAÇÃO	2020
Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais - SEST	DEMONSTRATIVO DE USOS E FONTES	
EMPRESA :	TRANSENERGIA GOIÁS S.A.	
VALORES EM R$ 1,00		

U S O S	V A L O R	F O N T E S	V A L O R
Despesas de Capital	15.678.945	Receitas de Capital	195.600
Amortização Principal de Mútuos Obtidos	4.200.000	Recursos de Fundos	111.600
Investimentos Imobilizado e Intangível	7.171.337	Outras Receitas De Capital	84.000
– – Imobilizado	7.171.337	Receitas Correntes	18.859.914
Outras Despesas de Capital	4.307.608	Total dos Fontes	19.055.514
Despesas Correntes	12.897.348	Variação Patrimonial	7.006.628
Despesas de Pessoal	2.479.224	Variação do Disponível	2.514.151
Despesas com Dirigentes	1.218.944		
Despesas com Conselhos e Comitês	305.600		
Materiais e Produtos	47.697		
Serviços de Terceiros	2.798.787		
Tributos	2.167.240		
Despesas Financeiras	346.513		
Outras Despesas Correntes	3.533.343		
Total dos Usos	28.576.293	Total Líquido das Fontes	28.576.293

MINISTÉRIO DA ECONOMIA		PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS - PDG	
SECRETARIA EXECUTIVA		REPROGRAMAÇÃO	2020
Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais - SEST		DEMONSTRATIVO DE USOS E FONTES	
EMPRESA :	GERADORA EÓLICA VENTOS DE ANGELIM S.A.		
VALORES EM R$ 1,00			
U S O S	V A L O R	F O N T E S	V A L O R
Despesas de Capital	1.233.010	Receitas Correntes	60.000
Investimentos Imobilizado e Intangível	1.233.010	Total dos Fontes	60.000
– – Imobilizado	1.233.010	Variação Patrimonial	647.141
Despesas Correntes	167.416	Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras	36.000
Despesas com Dirigentes	57.508	Variação do Disponível	657.285
Despesas com Conselhos e Comitês	20.704		
Serviços de Terceiros	78.904		
Tributos	7.460		
Outras Despesas Correntes	2.840		
Total dos Usos	1.400.426	Total Líquido das Fontes	1.400.426

MINISTÉRIO DA ECONOMIA		PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS - PDG	
SECRETARIA EXECUTIVA		REPROGRAMAÇÃO	2020
Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais - SEST		DEMONSTRATIVO DE USOS E FONTES	
EMPRESA :	GERADORA EÓLICA VENTOS DE SANTA ROSA S.A.		
VALORES EM R$ 1,00			
U S O S	V A L O R	F O N T E S	V A L O R
Despesas de Capital	1.047.052	Receitas Correntes	91.300
Investimentos Imobilizado e Intangível	1.047.052	Total dos Fontes	91.300
– – Imobilizado	1.047.052	Variação Patrimonial	580.136
Despesas Correntes	166.056	Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras	13.621
Despesas com Dirigentes	56.508	Variação do Disponível	528.051
Despesas com Conselhos e Comitês	20.344		
Serviços de Terceiros	78.904		
Tributos	7.460		
Outras Despesas Correntes	2.840		
Total dos Usos	1.213.108	Total Líquido das Fontes	1.213.108

MINISTÉRIO DA ECONOMIA		PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS - PDG	
SECRETARIA EXECUTIVA		REPROGRAMAÇÃO	2020
Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais - SEST		DEMONSTRATIVO DE USOS E FONTES	
EMPRESA :	GERADORA EÓLICA VENTOS DE UIRAPURU S.A.		
VALORES EM R$ 1,00			
U S O S	V A L O R	F O N T E S	V A L O R
Despesas de Capital	1.388.430	Receitas Correntes	70.600
Investimentos Imobilizado e Intangível	1.388.430	Total dos Fontes	70.600
– – Imobilizado	1.388.430	Variação Patrimonial	747.957
Despesas Correntes	184.696	Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras	20.000
Despesas com Dirigentes	56.508	Variação do Disponível	734.569
Despesas com Conselhos e Comitês	38.984		
Serviços de Terceiros	78.904		
Tributos	7.460		
Outras Despesas Correntes	2.840		
Total dos Usos	1.573.126	Total Líquido das Fontes	1.573.126

MINISTÉRIO DA ECONOMIA		PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS - PDG	
SECRETARIA EXECUTIVA		REPROGRAMAÇÃO	2020
Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais - SEST		DEMONSTRATIVO DE USOS E FONTES	
EMPRESA :	GERADORA EÓLICA ARARA AZUL S.A.		
VALORES EM R$ 1,00			
U S O S	V A L O R	F O N T E S	V A L O R
Despesas de Capital	72.900	Receitas Correntes	25.800
Investimentos Imobilizado e Intangível	72.900	Total dos Fontes	25.800
– – Imobilizado	72.900	Variação Patrimonial	80.782
Despesas Correntes	133.806	Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras	20.000
Despesas com Dirigentes	57.508	Variação do Disponível	80.124
Despesas com Conselhos e Comitês	20.704		
Serviços de Terceiros	45.294		
Tributos	7.460		
Outras Despesas Correntes	2.840		
Total dos Usos	206.706	Total Líquido das Fontes	206.706

MINISTÉRIO DA ECONOMIA		PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS - PDG	
SECRETARIA EXECUTIVA		REPROGRAMAÇÃO	2020
Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais - SEST		DEMONSTRATIVO DE USOS E FONTES	
EMPRESA :	GERADORA EÓLICA BENTEVI S.A.		
VALORES EM R$ 1,00			
U S O S	V A L O R	F O N T E S	V A L O R
Despesas de Capital	26.040	Receitas Correntes	21.300
Investimentos Imobilizado e Intangível	26.040	Total dos Fontes	21.300
– – Imobilizado	26.040	Variação Patrimonial	120.000
Despesas Correntes	167.416	Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras	21.870
Despesas com Dirigentes	57.508	Variação do Disponível	30.286
Despesas com Conselhos e Comitês	20.704		
Serviços de Terceiros	78.904		
Tributos	7.460		
Outras Despesas Correntes	2.840		
Total dos Usos	193.456	Total Líquido das Fontes	193.456

MINISTÉRIO DA ECONOMIA		PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS - PDG	
SECRETARIA EXECUTIVA		REPROGRAMAÇÃO	2020
Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais - SEST		DEMONSTRATIVO DE USOS E FONTES	
EMPRESA :	GERADORA EÓLICA OURO VERDE I S.A.		
VALORES EM R$ 1,00			
U S O S	V A L O R	F O N T E S	V A L O R
Despesas de Capital	62.100	Receitas Correntes	25.100
Investimentos Imobilizado e Intangível	62.100	Total dos Fontes	25.100
– – Imobilizado	62.100	Variação Patrimonial	80.000
Despesas Correntes	139.502	Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras	22.838

Despesas com Dirigentes	57.508	Variação do Disponível	73.664
Despesas com Conselhos e Comitês	20.704		
Serviços de Terceiros	50.990		
Tributos	7.460		
Outras Despesas Correntes	2.840		
Total dos Usos	201.602	Total Líquido das Fontes	201.602

MINISTÉRIO DA ECONOMIA		PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS - PDG	
SECRETARIA EXECUTIVA		REPROGRAMAÇÃO	2020
Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais - SEST		DEMONSTRATIVO DE USOS E FONTES	
EMPRESA :	GERADORA EÓLICA OURO VERDE II S.A.		
VALORES EM R$ 1,00			
U S O S	V A L O R	F O N T E S	V A L O R
Despesas de Capital	52.770	Receitas Correntes	22.800
Investimentos Imobilizado e Intangível	52.770	Total dos Fontes	22.800
– – Imobilizado	52.770	Variação Patrimonial	120.000
Despesas Correntes	167.416	Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras	18.554
Despesas com Dirigentes	57.508	Variação do Disponível	58.832
Despesas com Conselhos e Comitês	20.704		
Serviços de Terceiros	78.904		
Tributos	7.460		
Outras Despesas Correntes	2.840		
Total dos Usos	220.186	Total Líquido das Fontes	220.186

MINISTÉRIO DA ECONOMIA		PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS - PDG	
SECRETARIA EXECUTIVA		REPROGRAMAÇÃO	2020
Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais - SEST		DEMONSTRATIVO DE USOS E FONTES	
EMPRESA :	GERADORA EÓLICA OURO VERDE III S.A.		
VALORES EM R$ 1,00			
U S O S	V A L O R	F O N T E S	V A L O R
Despesas de Capital	70.300	Receitas Correntes	25.100
Investimentos Imobilizado e Intangível	70.300	Total dos Fontes	25.100
– – Imobilizado	70.300	Variação Patrimonial	150.000
Despesas Correntes	167.416	Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras	25.716
Despesas com Dirigentes	57.508	Variação do Disponível	36.900
Despesas com Conselhos e Comitês	20.704		
Serviços de Terceiros	78.904		
Tributos	7.460		
Outras Despesas Correntes	2.840		
Total dos Usos	237.716	Total Líquido das Fontes	237.716

MINISTÉRIO DA ECONOMIA		PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS - PDG	
SECRETARIA EXECUTIVA		REPROGRAMAÇÃO	2020
Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais - SEST		DEMONSTRATIVO DE USOS E FONTES	
EMPRESA :	ENERGIA DOS VENTOS V S.A.		
VALORES EM R$ 1,00			
U S O S	V A L O R	F O N T E S	V A L O R
Despesas de Capital	19.866.603	Receitas de Capital	38.770.000
Investimentos Imobilizado e Intangível	19.866.603	Aumento do Patrimônio Líquido - PL	6.200.000
– – Imobilizado	19.866.603	– – Aportes de Empresas Estatais	6.200.000
Despesas Correntes	18.238.619	Obtenção de Operações de Crédito	32.570.000
Despesas de Pessoal	456.740	– – No País	32.570.000
Despesas com Dirigentes	48.329	Receitas Correntes	13.333.611
Despesas com Conselhos e Comitês	17.399	Total dos Fontes	52.103.611
Materiais e Produtos	8.149.100	Variação do Disponível	(13.998.389)
Serviços de Terceiros	3.056.589		
Tributos	542.784		
Despesas Financeiras	5.620.158		
Outras Despesas Correntes	347.520		
Total dos Usos	38.105.222	Total Líquido das Fontes	38.105.222

MINISTÉRIO DA ECONOMIA		PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS - PDG	
SECRETARIA EXECUTIVA		REPROGRAMAÇÃO	2020
Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais - SEST		DEMONSTRATIVO DE USOS E FONTES	
EMPRESA :	ENERGIA DOS VENTOS VI S.A.		
VALORES EM R$ 1,00			
U S O S	V A L O R	F O N T E S	V A L O R
Despesas de Capital	25.998.268	Receitas de Capital	39.900.000
Investimentos Imobilizado e Intangível	25.998.268	Aumento do Patrimônio Líquido - PL	6.200.000
– – Imobilizado	25.998.268	– – Aportes de Empresas Estatais	6.200.000
Despesas Correntes	24.638.016	Obtenção de Operações de Crédito	33.700.000
Despesas de Pessoal	572.520	– – No País	33.700.000
Despesas com Dirigentes	48.329	Receitas Correntes	19.748.633
Despesas com Conselhos e Comitês	42.399	Total dos Fontes	59.648.633
Materiais e Produtos	10.750.916	Variação Patrimonial	25.000
Serviços de Terceiros	4.099.549	Variação do Disponível	(9.037.349)
Tributos	739.402		
Despesas Financeiras	8.033.681		
Outras Despesas Correntes	351.220		
Total dos Usos	50.636.284	Total Líquido das Fontes	50.636.284

MINISTÉRIO DA ECONOMIA		PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS - PDG	
SECRETARIA EXECUTIVA		REPROGRAMAÇÃO	2020
Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais - SEST		DEMONSTRATIVO DE USOS E FONTES	
EMPRESA :	ENERGIA DOS VENTOS VII S.A.		
VALORES EM R$ 1,00			
U S O S	V A L O R	F O N T E S	V A L O R
Despesas de Capital	23.724.555	Receitas de Capital	38.200.000
Investimentos Imobilizado e Intangível	23.724.555	Aumento do Patrimônio Líquido - PL	6.200.000
– – Imobilizado	23.724.555	– – Aportes de Empresas Estatais	6.200.000

Despesas Correntes	24.287.647	Obtenção de Operações de Crédito	32.000.000
Despesas de Pessoal	708.170	– – No País	32.000.000
Despesas com Dirigentes	48.329	Receitas Correntes	19.275.113
Despesas com Conselhos e Comitês	37.399	Total dos Fontes	57.475.113
Materiais e Produtos	11.047.794	Variação Patrimonial	20.000
Serviços de Terceiros	4.058.963	Variação do Disponível	(9.482.911)
Tributos	769.328		
Despesas Financeiras	7.226.894		
Outras Despesas Correntes	390.770		
Total dos Usos	48.012.202	Total Líquido das Fontes	48.012.202

MINISTÉRIO DA ECONOMIA		PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS - PDG	
SECRETARIA EXECUTIVA		REPROGRAMAÇÃO	2020
Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais - SEST		DEMONSTRATIVO DE USOS E FONTES	
EMPRESA :	ENERGIA DOS VENTOS VIII S.A.		
VALORES EM R$ 1,00			
U S O S	V A L O R	F O N T E S	V A L O R
Despesas de Capital	22.935.527	Receitas de Capital	30.210.000
Investimentos Imobilizado e Intangível	22.935.527	Aumento do Patrimônio Líquido - PL	6.200.000
– – Imobilizado	22.935.527	– – Aportes de Empresas Estatais	6.200.000
Despesas Correntes	17.942.460	Obtenção de Operações de Crédito	24.010.000
Despesas com Dirigentes	48.329	– – No País	24.010.000
Despesas com Conselhos e Comitês	37.399	Receitas Correntes	13.669.061
Materiais e Produtos	8.243.440	Total dos Fontes	43.879.061
Serviços de Terceiros	3.092.859	Variação Patrimonial	20.000
Tributos	559.655	Variação do Disponível	(3.021.074)
Despesas Financeiras	5.620.158		
Outras Despesas Correntes	340.620		
Total dos Usos	40.877.987	Total Líquido das Fontes	40.877.987

MINISTÉRIO DA ECONOMIA		PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS - PDG	
SECRETARIA EXECUTIVA		REPROGRAMAÇÃO	2020
Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais - SEST		DEMONSTRATIVO DE USOS E FONTES	
EMPRESA :	ENERGIA DOS VENTOS IX S.A.		
VALORES EM R$ 1,00			
U S O S	V A L O R	F O N T E S	V A L O R
Despesas de Capital	21.712.138	Receitas de Capital	29.800.000
Investimentos Imobilizado e Intangível	21.712.138	Aumento do Patrimônio Líquido - PL	6.200.000
– – Imobilizado	21.712.138	– – Aportes de Empresas Estatais	6.200.000
Despesas Correntes	21.138.414	Obtenção de Operações de Crédito	23.600.000
Despesas de Pessoal	564.500	– – No País	23.600.000
Despesas com Dirigentes	48.329	Receitas Correntes	14.084.826
Despesas com Conselhos e Comitês	17.399	Total dos Fontes	43.884.826
Materiais e Produtos	8.823.918	Variação Patrimonial	1
Serviços de Terceiros	4.559.318	Variação do Disponível	(1.034.275)
Tributos	589.786		
Despesas Financeiras	6.187.644		
Outras Despesas Correntes	347.520		
Total dos Usos	42.850.552	Total Líquido das Fontes	42.850.552

MINISTÉRIO DA ECONOMIA		PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS - PDG	
SECRETARIA EXECUTIVA		REPROGRAMAÇÃO	2020
Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais - SEST		DEMONSTRATIVO DE USOS E FONTES	
EMPRESA :	FRONTEIRA OESTE TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.		
VALORES EM R$ 1,00			
U S O S	V A L O R	F O N T E S	V A L O R
Despesas de Capital	34.380.114	Receitas de Capital	10.000.000
Investimentos Imobilizado e Intangível	34.380.114	Aumento do Patrimônio Líquido - PL	10.000.000
– – Imobilizado	34.380.114	– – Aportes de Empresas Estatais	10.000.000
Despesas Correntes	14.611.763	Receitas Correntes	24.810.217
Despesas com Dirigentes	918.253	Total dos Fontes	34.810.217
Despesas com Conselhos e Comitês	270.533	Variação Patrimonial	(696.218)
Materiais e Produtos	2.033.000	Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras	555.859
Serviços de Terceiros	6.215.649	Variação do Disponível	14.322.019
Tributos	4.003.170		
Despesas Financeiras	860.411		
Outras Despesas Correntes	310.747		
Total dos Usos	48.991.877	Total Líquido das Fontes	48.991.877

MINISTÉRIO DA ECONOMIA		PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS - PDG	
SECRETARIA EXECUTIVA		REPROGRAMAÇÃO	2020
Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais - SEST		DEMONSTRATIVO DE USOS E FONTES	
EMPRESA :	EÓLICA HERMENEGILDO I S.A.		
VALORES EM R$ 1,00			
U S O S	V A L O R	F O N T E S	V A L O R
Despesas de Capital	12.002.976	Receitas de Capital	34.327.977
Amortização Princ. Op. Créd. Obtidas	10.703.964	Aumento do Patrimônio Líquido - PL	32.327.977
– – No País	10.703.964	– – Aportes de Empresas Estatais	32.327.977
Investimentos Imobilizado e Intangível	1.299.012	Obtenção de Operações de Crédito	2.000.000
– – Imobilizado	1.299.012	– – No País	2.000.000
Despesas Correntes	49.343.974	Receitas Correntes	53.892.072
Despesas com Dirigentes	1.363.594	Total dos Fontes	88.220.049
Despesas com Conselhos e Comitês	325.919	Variação Patrimonial	(26.943.075)

Materiais e Produtos	7.927.877	Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras	(10.230.592)
Serviços de Terceiros	13.456.186	Variação do Disponível	10.300.568
Tributos	5.506.422		
Despesas Financeiras	19.796.710		
Outras Despesas Correntes	967.266		
Total dos Usos	61.346.950	Total Líquido das Fontes	61.346.950

MINISTÉRIO DA ECONOMIA		PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS - PDG	
SECRETARIA EXECUTIVA		REPROGRAMAÇÃO	2020
Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais - SEST		DEMONSTRATIVO DE USOS E FONTES	
EMPRESA :	EÓLICA HERMENEGILDO II S.A.		
VALORES EM R$ 1,00			
U S O S	V A L O R	F O N T E S	V A L O R
Despesas de Capital	11.816.028	Receitas de Capital	26.762.295
Amortização Princ. Op. Créd. Obtidas	10.517.016	Aumento do Patrimônio Líquido - PL	26.762.295
– – No País	10.517.016	– – Aportes de Empresas Estatais	26.762.295
Investimentos Imobilizado e Intangível	1.299.012	Receitas Correntes	60.946.340
– – Imobilizado	1.299.012	Total dos Fontes	87.708.635
Despesas Correntes	47.686.998	Variação Patrimonial	(23.359.878)
Materiais e Produtos	11.230.982	Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras	(12.075.979)
Serviços de Terceiros	11.006.186	Variação do Disponível	7.230.248
Tributos	5.797.538		
Despesas Financeiras	18.715.563		
Outras Despesas Correntes	936.729		
Total dos Usos	59.503.026	Total Líquido das Fontes	59.503.026

MINISTÉRIO DA ECONOMIA		PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS - PDG	
SECRETARIA EXECUTIVA		REPROGRAMAÇÃO	2020
Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais - SEST		DEMONSTRATIVO DE USOS E FONTES	
EMPRESA :	EÓLICA HERMENEGILDO III S.A.		
VALORES EM R$ 1,00			
U S O S	V A L O R	F O N T E S	V A L O R
Despesas de Capital	10.056.248	Receitas de Capital	28.364.742
Amortização Princ. Op. Créd. Obtidas	8.960.208	Aumento do Patrimônio Líquido - PL	28.364.742
– – No País	8.960.208	– – Aportes de Empresas Estatais	28.364.742
Investimentos Imobilizado e Intangível	1.096.040	Receitas Correntes	49.896.488
– – Imobilizado	1.096.040	Total dos Fontes	78.261.230
Despesas Correntes	40.240.671	Variação Patrimonial	(16.694.700)
Materiais e Produtos	8.620.980	Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras	(4.902.714)
Serviços de Terceiros	9.247.104	Variação do Disponível	(6.366.897)
Tributos	4.860.732		
Despesas Financeiras	16.699.495		
Outras Despesas Correntes	812.360		
Total dos Usos	50.296.919	Total Líquido das Fontes	50.296.919

MINISTÉRIO DA ECONOMIA		PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS - PDG	
SECRETARIA EXECUTIVA		REPROGRAMAÇÃO	2020
Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais - SEST		DEMONSTRATIVO DE USOS E FONTES	
EMPRESA :	EÓLICA CHUÍ IX S.A.		
VALORES EM R$ 1,00			
U S O S	V A L O R	F O N T E S	V A L O R
Despesas de Capital	3.434.632	Receitas de Capital	10.725.987
Amortização Princ. Op. Créd. Obtidas	3.028.692	Aumento do Patrimônio Líquido - PL	10.725.987
– – No País	3.028.692	– – Aportes de Empresas Estatais	10.725.987
Investimentos Imobilizado e Intangível	405.940	Receitas Correntes	17.085.819
– – Imobilizado	405.940	Total dos Fontes	27.811.806
Despesas Correntes	14.235.435	Variação Patrimonial	(8.340.157)
Materiais e Produtos	2.807.469	Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras	(4.412.404)
Serviços de Terceiros	3.582.238	Variação do Disponível	2.610.822
Tributos	1.703.355		
Despesas Financeiras	5.848.202		
Outras Despesas Correntes	294.171		
Total dos Usos	17.670.067	Total Líquido das Fontes	17.670.067

MINISTÉRIO DA ECONOMIA		PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS - PDG	
SECRETARIA EXECUTIVA		REPROGRAMAÇÃO	2020
Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais - SEST		DEMONSTRATIVO DE USOS E FONTES	
EMPRESA :	ITAGUAÇU DA BAHIA ENERGIAS RENOVÁVEIS S/A		
VALORES EM R$ 1,00			
U S O S	V A L O R	F O N T E S	V A L O R
Despesas de Capital	100.000	Receitas de Capital	16.973.801
Investimentos Imobilizado e Intangível	100.000	Aumento do Patrimônio Líquido - PL	16.973.801
– – Imobilizado	100.000	– – Aportes de Empresas Estatais	16.973.801
Despesas Correntes	16.734.120	Receitas Correntes	80.000
Despesas de Pessoal	2.664.090	Total dos Fontes	17.053.801
Despesas com Conselhos e Comitês	360.800	Variação Patrimonial	594.037
Materiais e Produtos	44.460	Variação do Disponível	(813.718)
Serviços de Terceiros	658.240		
Tributos	81.300		
Outras Despesas Correntes	12.925.230		
Total dos Usos	16.834.120	Total Líquido das Fontes	16.834.120

_ 0MINISTÉRIO DA ECONOMIA		PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS - PDG	
SECRETARIA EXECUTIVA		REPROGRAMAÇÃO	2020
Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais - SEST		DEMONSTRATIVO DE USOS E FONTES	
EMPRESA :	FINANCIADORA DE ESTUDOS E PROJETOS - FINEP		
VALORES EM R$ 1,00			
U S O S	V A L O R	F O N T E S	V A L O R
Despesas de Capital	5.881.969.687	Receitas de Capital	4.096.400.050
Amortização Princ. Op. Créd. Obtidas	3.224.896.790	Amortização Princ. Op. Créd. Concedidas	2.253.172.707
– – No País	1.918.317.849	Recursos de Fundos	1.838.227.343
– – No Exterior	1.306.578.941	Participação nos Resultados	5.000.000
Concessão de Operações de Crédito	1.594.008.765	Receitas Correntes	1.345.904.158
Investimentos Imobilizado e Intangível	47.614.534	Total dos Fontes	5.442.304.208
– – Imobilizado	34.864.534	Variação Patrimonial	85.415.112
– – Intangível	12.750.000	Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras	(38.732.636)
Inversões Financeiras	81.000.000	Variação do Disponível	1.662.306.012
Outras Despesas de Capital	934.449.598		
Despesas Correntes	1.269.323.009		
Despesas de Pessoal	325.969.519		
Despesas com Dirigentes	6.837.991		
Despesas com Conselhos e Comitês	825.132		
Materiais e Produtos	1.321.868		
Serviços de Terceiros	87.706.585		
Tributos	186.416.239		
Despesas Financeiras	586.689.553		
Outras Despesas Correntes	73.556.122		
Total dos Usos	7.151.292.696	Total Líquido das Fontes	7.151.292.696

MINISTÉRIO DA ECONOMIA		PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS - PDG	
SECRETARIA EXECUTIVA		REPROGRAMAÇÃO	2020
Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais - SEST		DEMONSTRATIVO DE USOS E FONTES	
EMPRESA :	BANCO DA AMAZÔNIA S.A.		
VALORES EM R$ 1,00			
U S O S	V A L O R	F O N T E S	V A L O R
Despesas de Capital	8.302.607.519	Receitas de Capital	8.367.227.141
Amortização Princ. Op. Créd. Obtidas	129.507.379	Aumento do Patrimônio Líquido - PL	230.028.242
– – No País	99.295.114	– – Outros Recursos para Aumento do PL	230.028.242
– – No Exterior	30.212.265	Alienação de Valores e Bens	1.469.096.422
Concessão de Operações de Crédito	4.780.468.713	Obtenção de Operações de Crédito	154.131.215
Concessão de Operações de Outros Créditos	75.446.615	– – No País	120.000.000
Investimentos Imobilizado e Intangível	119.493.198	– – No Exterior	34.131.215
– – Imobilizado	46.886.492	Amortização Princ. Op. Outr. Créd. Conc.	108.048.063
– – Intangível	72.606.706	Emissão de Outros Instr. de Captação	80.761.787
Outras Despesas de Capital	3.197.691.614	Recursos de Fundos	3.847.595.028
Despesas Correntes	1.762.983.641	Recursos Provenientes de Depósitos	1.393.275.206
Despesas de Pessoal	591.624.818	Outras Receitas De Capital	1.084.291.178
Despesas com Dirigentes	4.023.616	Receitas Correntes	2.765.643.159
Despesas com Conselhos e Comitês	1.227.103	Total dos Fontes	11.132.870.300
Materiais e Produtos	951.335	Variação Patrimonial	(731.272.442)
Serviços de Terceiros	87.736.933	Variação do Disponível	(336.006.698)
Tributos	18.915.991		
Despesas Financeiras	573.550.102		
Outras Despesas Correntes	484.953.743		
Total dos Usos	10.065.591.160	Total Líquido das Fontes	10.065.591.160

MINISTÉRIO DA ECONOMIA		PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS - PDG	
SECRETARIA EXECUTIVA		REPROGRAMAÇÃO	2020
Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais - SEST		DEMONSTRATIVO DE USOS E FONTES	
EMPRESA :	BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A.		
VALORES EM R$ 1,00			
U S O S	V A L O R	F O N T E S	V A L O R
Despesas de Capital	25.374.208.600	Receitas de Capital	24.657.618.300
Amortização Princ. Op. Créd. Obtidas	415.211.900	Ganhos na Alienação de Valores e Bens	28.591.700
– – No País	343.661.300	Obtenção de Operações de Crédito	374.011.800
– – No Exterior	71.550.600	– – No País	10.011.800
Amortização Princ. Op. Outr. Créd.	69.984.800	– – No Exterior	364.000.000
Concessão de Operações de Crédito	14.992.898.200	Obtenção de Operações de Outros Créditos	81.937.300
Concessão de Operações de Outros Créditos	673.165.600	Amortização Princ. Op. Créd. Concedidas	22.656.600
Investimentos Imobilizado e Intangível	112.474.400	Amortização Princ. Op. Outr. Créd. Conc.	580.917.300
– – Imobilizado	112.316.400	Emissão de Outros Instr. de Captação	13.901.200
– – Intangível	158.000	Aplicações Financeiras	1.086.446.100
Outras Despesas de Capital	9.110.473.700	Resgate Princ. de Aplicações Financeiras	6.119.554.600
Despesas Correntes	6.840.584.100	Recursos de Fundos	7.645.176.000
Despesas de Pessoal	2.189.932.300	Recursos Provenientes de Depósitos	5.944.185.700
Despesas com Dirigentes	9.045.200	Outras Receitas De Capital	2.760.240.000
Despesas com Conselhos e Comitês	3.406.300	Receitas Correntes	9.666.696.800
Materiais e Produtos	12.713.000	Total dos Fontes	34.324.315.100
Serviços de Terceiros	1.266.289.600	Variação Patrimonial	11.794.027.272
Tributos	1.008.130.700	Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras	(4.586.811.564)
Despesas Financeiras	1.402.768.100	Variação do Disponível	(9.316.738.108)
Outras Despesas Correntes	948.298.900		
Total dos Usos	32.214.792.700	Total Líquido das Fontes	32.214.792.700

_ 0MINISTÉRIO DA ECONOMIA		PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS - PDG	
SECRETARIA EXECUTIVA		REPROGRAMAÇÃO	2020
Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais - SEST		DEMONSTRATIVO DE USOS E FONTES	
EMPRESA :	BB BANCO DE INVESTIMENTO S.A. - BB INVESTIMENTOS		
VALORES EM R$ 1,00			
U S O S	V A L O R	F O N T E S	V A L O R
Despesas de Capital	2.729.919.470	Receitas de Capital	2.906.488.963
Concessão de Operações de Outros Créditos	644.683.608	Aumento do Patrimônio Líquido - PL	211.824.108
Inversões Financeiras	112.435.527	– – Outros Recursos para Aumento do PL	211.824.108
Outras Despesas de Capital	1.972.800.335	Amortização Princ. Op. Outr. Créd. Conc.	572.169.069
Despesas Correntes	420.880.679	Resgate Princ. de Aplicações Financeiras	334.116.903
Despesas de Pessoal	53.821.431	Recursos Provenientes de Depósitos	527.374.104
Despesas com Conselhos e Comitês	182.596	Rendas de Participações	164.698.136
Serviços de Terceiros	1.611.689	Participação nos Resultados	153.232.310
Tributos	190.379.916	Outras Receitas De Capital	943.074.333
Despesas Financeiras	50.171.609	Receitas Correntes	606.273.228
Outras Despesas Correntes	124.713.438	Total dos Fontes	3.512.762.191
		Variação Patrimonial	(350.048.423)
		Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras	1
		Variação do Disponível	(11.913.620)
Total dos Usos	3.150.800.149	Total Líquido das Fontes	3.150.800.149

MINISTÉRIO DA ECONOMIA		PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS - PDG	
SECRETARIA EXECUTIVA		REPROGRAMAÇÃO	2020
Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais - SEST		DEMONSTRATIVO DE USOS E FONTES	
EMPRESA :	BB GESTÃO DE RECURSOS - DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A. - BB DTVM		
VALORES EM R$ 1,00			
U S O S	V A L O R	F O N T E S	V A L O R
Despesas de Capital	9.649.631.442	Receitas de Capital	9.649.631.442
Amortização Princ. Op. Outr. Créd.	3.213.157.036	Aumento do Patrimônio Líquido - PL	879.338.454
Concessão de Operações de Outros Créditos	1.117.914.427	– – Outros Recursos para Aumento do PL	879.338.454
Outras Despesas de Capital	5.318.559.979	Obtenção de Operações de Outros Créditos	3.526.833.656
Despesas Correntes	1.300.485.831	Amortização Princ. Op. Outr. Créd. Conc.	1.457.663.718
Despesas de Pessoal	102.675.994	Aplicações Financeiras	2.274.188.124
Despesas com Dirigentes	6.316.180	Recursos Provenientes de Depósitos	14.075.681
Despesas com Conselhos e Comitês	660.921	Outras Receitas De Capital	1.497.531.809
Materiais e Produtos	192.776	Receitas Correntes	2.679.447.799
Serviços de Terceiros	38.493.536	Total dos Fontes	12.329.079.241
Tributos	1.099.888.377	Variação Patrimonial	(1.492.024.127)
Outras Despesas Correntes	52.258.047	Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras	8.167
		Variação do Disponível	113.053.992
Total dos Usos	10.950.117.273	Total Líquido das Fontes	10.950.117.273

MINISTÉRIO DA ECONOMIA		PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS - PDG	
SECRETARIA EXECUTIVA		REPROGRAMAÇÃO	2020
Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais - SEST		DEMONSTRATIVO DE USOS E FONTES	
EMPRESA :	BB-LEASING S.A. - ARRENDAMENTO MERCANTIL - BB LAM		
VALORES EM R$ 1,00			
U S O S	V A L O R	F O N T E S	V A L O R
Despesas de Capital	1.285.258.642	Receitas de Capital	1.285.189.109
Concessão de Operações de Crédito	793.715	Aumento do Patrimônio Líquido - PL	31.474.429
Concessão de Operações de Outros Créditos	18.660.445	– – Outros Recursos para Aumento do PL	31.474.429
Outras Despesas de Capital	1.265.804.482	Ganhos na Alienação de Valores e Bens	4.416
Despesas Correntes	337.807.166	Amortização Princ. Op. Créd. Concedidas	179.180
Despesas de Pessoal	3.461.956	Amortização Princ. Op. Outr. Créd. Conc.	59.447.903
Despesas com Conselhos e Comitês	170.571	Emissão de Outros Instr. de Captação	89.655.022
Serviços de Terceiros	6.950	Aplicações Financeiras	59.717
Tributos	54.402.092	Resgate Princ. de Aplicações Financeiras	908.952.474
Despesas Financeiras	242.251.660	Recursos de Fundos	38.922
Outras Despesas Correntes	37.513.937	Outras Receitas De Capital	195.377.046
		Receitas Correntes	421.256.163
		Total dos Fontes	1.706.445.272
		Variação Patrimonial	(83.453.414)
		Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras	1
		Variação do Disponível	73.949
Total dos Usos	1.623.065.808	Total Líquido das Fontes	1.623.065.808

MINISTÉRIO DA ECONOMIA		PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS - PDG	
SECRETARIA EXECUTIVA		REPROGRAMAÇÃO	2020
Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais - SEST		DEMONSTRATIVO DE USOS E FONTES	
EMPRESA :	BB CAYMAN ISLANDS HOLDING		
VALORES EM R$ 1,00			
U S O S	V A L O R	F O N T E S	V A L O R
Despesas de Capital	2.485.039.436	Receitas de Capital	2.348.250.768
Amortização Princ. Op. Outr. Créd.	14.066.793	Aumento do Patrimônio Líquido - PL	820.903.584
Concessão de Operações de Outros Créditos	227.352.961	– – Outros Recursos para Aumento do PL	820.903.584
Outras Despesas de Capital	2.243.619.682	Alienação de Valores e Bens	200.428.839
Despesas Correntes	47.865.879	Obtenção de Operações de Outros Créditos	7.279.506
Despesas de Pessoal	585.733	Amortização Princ. Op. Outr. Créd. Conc.	67.454.021
Serviços de Terceiros	615.790	Resgate de Outros Instr. de Captação	1.028.820.345
Tributos	182.209	Resgate Princ. de Aplicações Financeiras	106.172.797
Despesas Financeiras	38.228.346	Rendas de Participações	117.191.676
Outras Despesas Correntes	8.253.801	Receitas Correntes	186.529.298
		Total dos Fontes	2.534.780.066
		Variação Patrimonial	294.776
		Variação do Disponível	(2.169.527)
Total dos Usos	2.532.905.315	Total Líquido das Fontes	2.532.905.315

MINISTÉRIO DA ECONOMIA		PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS - PDG	
SECRETARIA EXECUTIVA		REPROGRAMAÇÃO	2020
Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais - SEST		DEMONSTRATIVO DE USOS E FONTES	
EMPRESA :	BESC DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A. - BESCVAL		
VALORES EM R$ 1,00			
U S O S	V A L O R	F O N T E S	V A L O R
Despesas de Capital	2.038.800	Receitas de Capital	3.086.824
Concessão de Operações de Outros Créditos	502	Aumento do Patrimônio Líquido - PL	314.500
Outras Despesas de Capital	2.038.298	– – Outros Recursos para Aumento do PL	314.500
Despesas Correntes	1.225.618	Ganhos na Alienação de Valores e Bens	1.050.000
Despesas de Pessoal	278.591	Amortização Princ. Op. Outr. Créd. Conc.	424
Despesas com Conselhos e Comitês	180.538	Resgate Princ. de Aplicações Financeiras	925.450
Serviços de Terceiros	1.830	Outras Receitas De Capital	796.450
Tributos	434.934	Receitas Correntes	207.841
Outras Despesas Correntes	329.725	Total dos Fontes	3.294.665
		Variação Patrimonial	(32.223)
		Variação do Disponível	1.976
Total dos Usos	3.264.418	Total Líquido das Fontes	3.264.418

MINISTÉRIO DA ECONOMIA		PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS - PDG	
SECRETARIA EXECUTIVA		REPROGRAMAÇÃO	2020
Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais - SEST		DEMONSTRATIVO DE USOS E FONTES	
EMPRESA :	BB ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS S.A. - BB CONSÓRCIOS		
VALORES EM R$ 1,00			
U S O S	V A L O R	F O N T E S	V A L O R
Despesas de Capital	2.517.934.485	Receitas de Capital	1.864.240.825
Outras Despesas de Capital	2.517.934.485	Aumento do Patrimônio Líquido - PL	611.923.019
Despesas Correntes	941.279.318	– – Outros Recursos para Aumento do PL	611.923.019
Despesas de Pessoal	20.624.164	Resgate Princ. de Aplicações Financeiras	384.975.200
Despesas com Conselhos e Comitês	1.704.396	Outras Receitas De Capital	867.342.606
Materiais e Produtos	29.993	Receitas Correntes	1.596.140.543
Serviços de Terceiros	178.496.898	Total dos Fontes	3.460.381.368
Tributos	590.987.891	Variação Patrimonial	(615.550)
Outras Despesas Correntes	149.435.976	Variação do Disponível	(552.015)
Total dos Usos	3.459.213.803	Total Líquido das Fontes	3.459.213.803

_ 0MINISTÉRIO DA ECONOMIA		PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS - PDG	
SECRETARIA EXECUTIVA		REPROGRAMAÇÃO	2020
Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais - SEST		DEMONSTRATIVO DE USOS E FONTES	
EMPRESA :	CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CAIXA		
VALORES EM R$ 1,00			
U S O S	V A L O R	F O N T E S	V A L O R
Despesas de Capital	164.951.849.581	Receitas de Capital	83.243.382.795
Amortização Princ. Op. Créd. Obtidas	7.212.038.045	Obtenção de Operações de Crédito	30.578.376
– – No País	5.853.824.382	– – No Exterior	30.578.376
– – No Exterior	1.358.213.663	Aplicações Financeiras	24.132.984.268
Concessão de Operações de Crédito	108.698.212.633	Resgate Princ. de Aplicações Financeiras	14.265.517.169
Investimentos Imobilizado e Intangível	2.734.158.944	Recursos de Fundos	198.223.339
– – Imobilizado	2.691.087.944	Recursos Provenientes de Depósitos	28.243.700.628
– – Intangível	43.071.000	Rendas de Participações	2.919.281.908
Outras Despesas de Capital	46.307.439.959	Outras Receitas De Capital	13.453.097.107
Despesas Correntes	87.897.093.619	Receitas Correntes	122.546.853.667
Despesas de Pessoal	23.267.348.086	Total dos Fontes	205.790.236.462
Despesas com Dirigentes	25.500.000	Variação Patrimonial	46.891.447.165
Despesas com Conselhos e Comitês	4.000.000	Variação do Disponível	167.259.573
Materiais e Produtos	122.098.997		
Serviços de Terceiros	5.887.119.851		
Tributos	5.932.663.951		
Despesas Financeiras	39.479.087.402		
Outras Despesas Correntes	13.179.275.332		
Total dos Usos	252.848.943.200	Total Líquido das Fontes	252.848.943.200

MINISTÉRIO DA ECONOMIA		PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS - PDG	
SECRETARIA EXECUTIVA		REPROGRAMAÇÃO	2020
Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais - SEST		DEMONSTRATIVO DE USOS E FONTES	
EMPRESA :	CAIXA PARTICIPAÇÕES S.A. - CAIXAPAR		
VALORES EM R$ 1,00			
U S O S	V A L O R	F O N T E S	V A L O R
Despesas de Capital	508.472.715	Receitas de Capital	809.174.632
Inversões Financeiras	53.555.000	Alienação de Valores e Bens	386.072.483
Outras Despesas de Capital	454.917.715	Rendas de Participações	263.056.876
Despesas Correntes	260.792.000	Participação nos Resultados	160.045.273
Despesas de Pessoal	20.214.701	Receitas Correntes	51.505.540
Despesas com Dirigentes	4.545.640	Total dos Fontes	860.680.172
Materiais e Produtos	341.022	Variação Patrimonial	(350.515.167)
Serviços de Terceiros	16.381.564	Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras	1
Tributos	183.873.548	Variação do Disponível	259.099.709
Despesas Financeiras	33.475.921		
Outras Despesas Correntes	1.959.604		
Total dos Usos	769.264.715	Total Líquido das Fontes	769.264.715

MINISTÉRIO DA ECONOMIA		PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS - PDG	
SECRETARIA EXECUTIVA		REPROGRAMAÇÃO	2020
Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais - SEST		DEMONSTRATIVO DE USOS E FONTES	
EMPRESA :	CAIXA SEGURIDADE E PARTICIPAÇÕES S.A.		
VALORES EM R$ 1,00			
U S O S	V A L O R	F O N T E S	V A L O R
Despesas de Capital	3.111.229.092	Receitas de Capital	3.034.444.078
Inversões Financeiras	936.000.000	Rendas de Participações	1.194.120.213
Outras Despesas de Capital	2.175.229.092	Participação nos Resultados	1.840.323.865
Despesas Correntes	422.055.065	Receitas Correntes	830.138.851
Despesas de Pessoal	36.421.680	Total dos Fontes	3.864.582.929
Despesas com Dirigentes	5.740.823	Variação Patrimonial	(804.469.160)
Despesas com Conselhos e Comitês	726.121	Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras	309.470
Serviços de Terceiros	25.966.260	Variação do Disponível	472.860.918
Tributos	344.194.158		
Despesas Financeiras	1.844.810		

Outras Despesas Correntes	7.161.213		
Total dos Usos	3.533.284.157	Total Líquido das Fontes	3.533.284.157

MINISTÉRIO DA ECONOMIA		PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS - PDG	
SECRETARIA EXECUTIVA		REPROGRAMAÇÃO	2020
Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais - SEST		DEMONSTRATIVO DE USOS E FONTES	
EMPRESA :	CAIXA LOTERIAS S.A		
VALORES EM R$ 1,00			
U S O S	V A L O R	F O N T E S	V A L O R
Despesas Correntes	564.713	Receitas Correntes	8.382
Despesas de Pessoal	5.033	Total dos Fontes	8.382
Despesas com Dirigentes	30.978	Variação Patrimonial	(117.384)
Serviços de Terceiros	351.109	Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras	(1.865)
Tributos	329	Variação do Disponível	675.580
Outras Despesas Correntes	177.264		
Total dos Usos	564.713	Total Líquido das Fontes	564.713

_ 0MINISTÉRIO DA ECONOMIA		PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS - PDG	
SECRETARIA EXECUTIVA		REPROGRAMAÇÃO	2020
Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais - SEST		DEMONSTRATIVO DE USOS E FONTES	
EMPRESA :	BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL - BNDES		
VALORES EM R$ 1,00			
U S O S	V A L O R	F O N T E S	V A L O R
Despesas de Capital	202.370.522.154	Receitas de Capital	309.785.980.759
Amortização Princ. Op. Créd. Obtidas	2.815.436.969	Alienação de Valores e Bens	132.149.925.161
– – No Exterior	2.815.436.969	Ganhos na Alienação de Valores e Bens	7.649.911.777
Concessão de Operações de Crédito	46.270.683.923	Obtenção de Operações de Crédito	24.307.715.317
Investimentos Imobilizado e Intangível	45.777.808	– – No Exterior	24.307.715.317
– – Imobilizado	45.777.808	Amortização Princ. Op. Créd. Concedidas	55.243.913.982
Outras Despesas de Capital	153.238.623.454	Amortização Princ. Op. Outr. Créd. Conc.	4.809.542.584
Despesas Correntes	67.837.370.738	Resgate de Outros Instr. de Captação	3.321.202.445
Despesas de Pessoal	1.198.799.654	Recursos do Tesouro Nacional	40.091.000.000
Despesas com Dirigentes	19.806.801	Recursos de Fundos	18.892.294.837
Despesas com Conselhos e Comitês	3.433.309	Rendas de Participações	12.337.582.970
Materiais e Produtos	345.186	Participação nos Resultados	10.982.891.686
Serviços de Terceiros	305.339.186	Receitas Correntes	71.086.563.434
Tributos	6.936.886.767	Total dos Fontes	380.872.544.193
Despesas Financeiras	58.860.338.396	Variação Patrimonial	14.925.382.654
Outras Despesas Correntes	512.421.439	Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras	(7.600.140.960)
		Variação do Disponível	(117.989.892.995)
Total dos Usos	270.207.892.892	Total Líquido das Fontes	270.207.892.892

MINISTÉRIO DA ECONOMIA		PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS - PDG	
SECRETARIA EXECUTIVA		REPROGRAMAÇÃO	2020
Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais - SEST		DEMONSTRATIVO DE USOS E FONTES	
EMPRESA :	BNDES PARTICIPAÇÕES S.A. - BNDESPAR		
VALORES EM R$ 1,00			
U S O S	V A L O R	F O N T E S	V A L O R
Despesas de Capital	20.099.599.533	Receitas de Capital	20.854.934.493
Inversões Financeiras	11	Alienação de Valores e Bens	5.141.564.935
Outras Despesas de Capital	20.099.599.522	Ganhos na Alienação de Valores e Bens	10.822.643.707
Despesas Correntes	8.620.589.993	Amortização Princ. Op. Outr. Créd. Conc.	96.269.323
Despesas de Pessoal	677.359.422	Resgate de Outros Instr. de Captação	1.594.090.271
Despesas com Dirigentes	186.705	Rendas de Participações	2.834.965.742
Despesas com Conselhos e Comitês	276.739	Participação nos Resultados	365.400.515
Materiais e Produtos	194.559	Receitas Correntes	7.995.451.731
Serviços de Terceiros	70.610.435	Total dos Fontes	28.850.386.224
Tributos	5.010.958.674	Variação Patrimonial	2.298.108.785
Despesas Financeiras	2.722.611.892	Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras	(2.428.305.483)
Outras Despesas Correntes	138.391.567		
Total dos Usos	28.720.189.526	Total Líquido das Fontes	28.720.189.526

MINISTÉRIO DA ECONOMIA		PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS - PDG	
SECRETARIA EXECUTIVA		REPROGRAMAÇÃO	2020
Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais - SEST		DEMONSTRATIVO DE USOS E FONTES	
EMPRESA :	AGÊNCIA ESPECIAL DE FINANCIAMENTO INDUSTRIAL - FINAME		
VALORES EM R$ 1,00			
U S O S	V A L O R	F O N T E S	V A L O R
Despesas de Capital	29.189.892.736	Receitas de Capital	24.959.155.403
Amortização Princ. Op. Créd. Obtidas	14.600.000.000	Alienação de Valores e Bens	155.002.953
––No País	14.600.000.000	Obtenção de Operações de Crédito	100.000.000
Concessão de Operações de Crédito	13.645.490.035	––No País	100.000.000
Outras Despesas de Capital	944.402.701	Amortização Princ. Op. Créd. Concedidas	23.424.972.733
Despesas Correntes	9.312.470.697	Amortização Princ. Op. Outr. Créd. Conc.	1.279.179.717
Despesas de Pessoal	305.894.956	Receitas Correntes	10.418.305.015
Despesas com Dirigentes	84.318	Total dos Fontes	35.377.460.418
Despesas com Conselhos e Comitês	207.117	Variação Patrimonial	3.068.878.173
Materiais e Produtos	87.865	Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras	56.024.842
Serviços de Terceiros	30.324.045		
Tributos	442.409.526		
Despesas Financeiras	8.491.473.344		
Outras Despesas Correntes	41.989.526		
Total dos Usos	38.502.363.433	Total Líquido das Fontes	38.502.363.433

PORTARIA ME Nº 406, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2020

Delega competências às autoridades que menciona para concessão de diárias e passagens, contratação, afastamento do País, nomeação, exoneração, designação, dispensa, cessão e demais atos de gestão no âmbito do Ministério da Economia, e dá outras providências.

O MINISTRO DE ESTADO DA ECONOMIA, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e IV do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e tendo em vista o disposto no Decreto nº 10.139, de 28 de novembro de 2019, resolve:

CAPÍTULO I

DIÁRIAS, PASSAGENS E AFASTAMENTOS

Art. 1º Fica delegada a competência para autorizar a concessão de diárias e passagens ao Secretário-Executivo do Ministério da Economia e, em seu âmbito de atuação, aos demais ocupantes de cargos de natureza especial.

Art. 2º Fica delegada a todos os ocupantes de cargos de natureza especial, aos chefes de gabinete dos ocupantes de cargo de natureza especial e aos dirigentes máximos das entidades vinculadas, em seu âmbito de atuação, a competência, vedada a subdelegação, para autorizar a concessão de diárias e passagens referentes a:

I - deslocamentos, no País, de servidores por prazo superior a cinco dias contínuos;

II - mais de trinta diárias intercaladas, no País, por pessoa no ano;

III - deslocamentos, no País, de mais de cinco pessoas para o mesmo evento;

IV - que envolvam o pagamento de diárias nos finais de semana; e

V - com prazo de antecedência inferior a quinze dias da data de partida.

Parágrafo único. Fica delegada ao Chefe de Gabinete do Ministro de Estado da Economia, no que tange aos órgãos de assistência direta e imediata ao Ministro de Estado, excetuada a Secretaria-Executiva, a competência para autorizar a concessão de diárias e passagens de que tratam os incisos do caput.

Art. 3º Fica delegada ao Secretário-Executivo do Ministério da Economia e, em seu âmbito de atuação, aos demais ocupantes de cargos de natureza especial, inclusive das entidades vinculadas, a competência para autorizar a concessão de diárias e passagens referentes a deslocamentos para o exterior, vedada a subdelegação.

Art. 4º Fica subdelegada a competência ao Secretário-Executivo do Ministério da Economia e, em seu âmbito de atuação, aos demais ocupantes de cargos de natureza especial, para autorizar afastamentos do País com ônus, com ônus limitado ou sem ônus.

§ 1º A competência para autorizar afastamento do País com ônus pode ser subdelegada, apenas, aos dirigentes máximos das unidades diretamente subordinadas ao Ministro de Estado da Economia e das entidades vinculadas.

§ 2º A competência para autorizar afastamento do País com ônus limitado ou sem ônus pode ser subdelegada, apenas, a ocupante de cargo em comissão do Grupo Direção e Assessoramento Superiores (DAS), nível 6, ou de Função Comissionada do Poder Executivo (FCPE), de mesmo nível, presidentes de colegiados e dirigentes máximos de entidades vinculadas.

CAPÍTULO II

CONTRATAÇÕES E CESSÕES DE USO

Art. 5º Fica delegada a competência para autorizar a celebração de novos contratos administrativos ou prorrogação dos contratos em vigor relativos a atividades de custeio às seguintes autoridades:

I - Secretário-Executivo do Ministério da Economia;

II - ocupantes de cargo de natureza especial, em seu respectivo âmbito de atuação;

III - dirigentes máximos dos órgãos específicos singulares;

IV - dirigentes máximos dos órgãos colegiados; e

V - dirigentes máximos das entidades vinculadas.

§ 1º A competência de que trata o caput, para os contratos com valor inferior a R$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), poderá ser subdelegada a ocupante de cargo em comissão do Grupo Direção e Assessoramento Superiores (DAS), nível 101.5, ou de Função Comissionada do Poder Executivo (FCPE), de mesmo nível, desde que exerça função equivalente à de subsecretários de planejamento, orçamento e administração, permitida a subdelegação nos termos do disposto no § 2º.

§ 2º A competência de que trata o § 1º, para os contratos com valor igual ou inferior a R$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), poderá ser subdelegada aos coordenadores ou aos chefes das unidades administrativas dos órgãos ou das entidades, vedada a subdelegação.

Art. 6º A celebração de contratos de locação ou a prorrogação dos contratos em vigor, com valor igual ou superior a R$ 10.000,00 (dez mil reais) por mês, sem prejuízo do estabelecimento de outros critérios de governança previstos em ato próprio, deverá ser autorizada pelas seguintes autoridades, vedada a subdelegação:

I - Secretário-Executivo do Ministério da Economia;

II - Procurador-Geral da Fazenda Nacional, no âmbito da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional; e

III - ocupantes de cargos de natureza especial, em seu respectivo âmbito de atuação.

Art. 7º Fica delegada ao Secretário-Executivo do Ministério da Economia e, em seu âmbito de atuação, aos demais ocupantes de cargo de natureza especial, ressalvada previsão regimental específica, a competência para celebrar contratos, convênios, ajustes, contratos de repasse, acordos, termos de execução descentralizada e outros instrumentos congêneres, inclusive internacionais, quando cabível.

§ 1º Ficam excluídos da delegação estabelecida no caput os convênios ou contratos de repasse com entidades privadas sem fins lucrativos, que deverão observar o que dispõe o Decreto nº 6.170, de 25 de julho de 2007, e a Portaria Interministerial MPOG/MF/CGU nº 424, de 30 de dezembro de 2016, ficando subdelegada ao Secretário-Executivo do Ministério da Economia e, em seu âmbito de atuação, aos demais ocupantes de cargo de natureza especial, nessas hipóteses, as competências para decidir sobre a aprovação da prestação de contas e suspender ou cancelar o registro de inadimplência nos sistemas da administração pública federal.

§ 2º A celebração de termos de fomento e de colaboração fica, no âmbito de sua atuação, delegada:

I - aos ocupantes dos cargos de Secretário;

II - ao Subsecretário de Gestão Corporativa da Receita Federal do Brasil da Secretaria Especial da Receita Federal;

III - ao Subsecretário de Assuntos Corporativos da Secretaria do Tesouro Nacional da Secretaria Especial da Fazenda; e

IV - ao Diretor de Gestão Corporativa da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

§ 3º A competência delegada de que trata este artigo, nas hipóteses em que envolvam transferência voluntária, abrange, também, todos os atos relacionados ao acompanhamento e aprovação da prestação de contas.

Art. 8º Fica delegada ao Secretário-Executivo do Ministério da Economia e, em seu âmbito de atuação, aos demais ocupantes de cargo de natureza especial, a competência para autorizar a cessão a terceiros, a título de utilização gratuita ou onerosa, de áreas dos imóveis que estejam sob a administração do Ministério da Economia para exercício das seguintes atividades:

I - posto bancário;

II - posto dos correios e telégrafos;

III - restaurante e lanchonete;

IV - central de atendimento à saúde;

V - creche; e

VI - outras atividades que venham a ser consideradas necessárias pelo Ministro de Estado da Economia.

Art. 9º Fica delegada ao Secretário-Executivo do Ministério da Economia a competência para aprovação do Plano Anual de Contratações de que trata a Instrução Normativa SEGES/ME nº 1, de 10 de janeiro de 2019.

Art. 10. Fica delegada ao Secretário-Executivo do Ministério da Economia e, em seu âmbito de atuação, aos demais ocupantes de cargo de natureza especial, a competência para instaurar e realizar os procedimentos de tomada de contas especial.

Parágrafo único. O disposto neste artigo não se aplica às hipóteses de competência atribuída à Diretoria de Administração e Logística e à Diretoria de Finanças e Contabilidade, ambas da Secretaria de Gestão Corporativa da Secretaria-Executiva do Ministério da Economia, pelo Decreto nº 9.745, de 8 de abril de 2019.

CAPÍTULO III

NOMEAÇÕES E ATOS DE PESSOAL

Seção I

Da nomeação, designação e posse

Art. 11. Fica subdelegada a competência ao Secretário-Executivo do Ministério da Economia e, em seu âmbito de atuação, aos demais ocupantes de cargos de natureza especial, para praticar atos de nomeação e exoneração dos titulares relativamente aos cargos em comissão do Grupo Direção e Assessoramento Superiores (DAS), níveis 1 a 4, às Funções Comissionadas do Poder Executivo (FCPE), de mesmos níveis, e designação e dispensa das Funções Gratificadas (FG), inclusive dos órgãos colegiados vinculados ao Ministério da Economia, na ausência de regramento específico.

§ 1º Fica subdelegada ao Chefe de Gabinete do Ministro de Estado da Economia, no que tange aos órgãos de assistência direta e imediata ao Ministro de Estado, excetuada a Secretaria-Executiva e a Assessoria Especial de Assuntos Estratégicos, a competência para praticar atos de nomeação e exoneração de que trata o caput.

§ 2º Fica subdelegada a competência ao Secretário-Executivo Adjunto do Ministério da Economia e, em seu âmbito de atuação, aos Secretários Especiais Adjuntos dos demais ocupantes de cargos de natureza especial, para praticar atos de nomeação e exoneração dos titulares relativamente aos cargos em comissão do Grupo Direção e Assessoramento Superiores (DAS), níveis 1 a 3, às Funções Comissionadas do Poder Executivo (FCPE), de mesmos níveis, designação e dispensa das Funções Gratificadas (FG), inclusive dos órgãos colegiados vinculados ao Ministério da Economia, na ausência de regramento específico.

§ 3º Os atos de que tratam este artigo deverão observar o disposto no art. 26.

Art. 12. Fica subdelegada aos dirigentes máximos das entidades vinculadas ao Ministério da Economia, no âmbito de sua atuação, competência para praticar atos de nomeação e exoneração de titulares dos cargos em comissão do Grupo Direção e Assessoramento Superiores (DAS), níveis 1 a 4, das Funções Comissionadas do Poder Executivo (FCPE), de mesmos níveis, e designação e dispensa das Funções Gratificadas (FG).

Art. 13. Fica subdelegada aos dirigentes máximos das entidades vinculadas ao Ministério da Economia, no âmbito de sua atuação, a competência para praticar atos de nomeação para provimento de cargos efetivos em decorrência de habilitação em concurso público, e concessão ou designação para recebimento de gratificações.

Art. 14. Fica subdelegada ao Secretário-Executivo do Ministério da Economia e, em seu âmbito de atuação, aos demais ocupantes de cargos de natureza especial, a competência para a prática de atos de posse aos nomeados para exercer cargo comissionado.

§ 1º Fica delegada ao Secretário-Executivo do Ministério da Economia a competência para dar posse aos nomeados para exercer cargo de natureza especial.

§ 2º Fica subdelegada ao Chefe de Gabinete do Ministro de Estado da Economia, no que tange aos órgãos de assistência direta e imediata ao Ministro de Estado, excetuada a Secretaria-Executiva, a competência de que trata o caput .

Art. 15. Fica delegada ao Secretário-Executivo do Ministério da Economia e, em seu âmbito de atuação, aos ocupantes de cargo de natureza especial, aos titulares dos órgãos colegiados, das autarquias e fundações públicas vinculadas, a competência para praticarem atos de designação e dispensa de substitutos eventuais dos cargos em comissão do Grupo Direção e Assessoramento Superiores (DAS), níveis 1 a 5, das Funções Comissionadas do Poder Executivo (FCPE), de mesmos níveis, e das Funções Gratificadas (FG).

§ 1º Fica delegada ao Secretário-Executivo do Ministério da Economia e, em seu âmbito de atuação, aos demais ocupantes de cargos de natureza especial, a competência para praticar atos de designação e dispensa de substitutos eventuais dos cargos em comissão do Grupo Direção e Assessoramento Superiores (DAS), nível 6, das Funções Comissionadas do Poder Executivo (FCPE), de mesmo nível, bem como das autoridades máximas das autarquias e fundações públicas vinculadas.

§ 2º Fica delegada ao Secretário-Executivo do Ministério da Economia a competência para praticar atos de designação e dispensa de substitutos eventuais dos cargos de natureza especial.

§ 3º Fica delegada ao Chefe de Gabinete do Ministro de Estado da Economia, no que tange aos órgãos de assistência direta e imediata ao Ministro de Estado, excetuada a Secretaria-Executiva e a Assessoria Especial de Assuntos Estratégicos, a competência para praticar atos de designação e dispensa de substitutos eventuais dos cargos em comissão do Grupo Direção e Assessoramento Superiores - (DAS), níveis 1 a 5, das Funções Comissionadas do Poder Executivo - (FCPE), de mesmos níveis, e das Funções Gratificadas - (FG).

Seção II

Da reversão

Art. 16. Fica delegada ao Secretário-Executivo do Ministério da Economia a competência para:

I - publicar previamente, no Diário Oficial da União, o quantitativo das vagas dos cargos que se destinam à reversão, no interesse da administração, de que trata o inciso II do art. 25 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990;

II - expedir o ato de reversão, que deverá ser publicado no Diário Oficial da União; e

III - baixar instruções complementares relativas à execução da reversão.

Parágrafo único. Fica delegada aos demais ocupantes de cargos de natureza especial, no âmbito de sua atuação, a competência para aprovação dos pedidos de reversão, no interesse da administração pública federal, relativamente às carreiras finalísticas e transversais vinculadas ao Ministério da Economia, devendo submeter o ato ao Secretário-Executivo do Ministério da Economia para as providências de que tratam os incisos I e II do caput.

Seção III

Das licenças e afastamentos para ações de desenvolvimento

Art. 17. Fica delegada ao Secretário-Executivo do Ministério da Economia e, em seu âmbito de atuação, aos demais ocupantes de cargos de natureza especial, desde que sua unidade possua, no decreto de estrutura, área de gestão de pessoas, a competência para:

I - concessão e interrupção dos afastamentos para participação em ações de desenvolvimento de que trata o art. 18 do Decreto nº 9.991, de 28 de agosto de 2019;

II - aprovar a participação em ação de desenvolvimento de pessoas na hipótese de que trata o parágrafo único do art. 17 do Decreto nº 9.991, de 2019;

III - promover a avaliação de que trata o § 2º do art. 20 do Decreto nº 9.991, de 2019;

IV - deferir o reembolso a que se refere o art. 30 do Decreto nº 9.991, de 2019; e

V - aprovar o ônus com as ações de desenvolvimento previstas na alínea "a" do inciso IV do art. 25 do Decreto nº 9.991, de 2019.

Parágrafo único. Os atos de que tratam os incisos I, II e III do caput deverão observar o disposto no art. 26.

Art. 18. Fica delegada ao Secretário-Executivo do Ministério da Economia a competência para aprovar o Plano de Desenvolvimento de Pessoas do Ministério da Economia.

Seção IV

Disposições relativas a órgãos colegiados

Art. 19. Fica delegada competência ao Secretário-Executivo do Ministério da Economia e, em seu âmbito de atuação, aos ocupantes de cargos de natureza especial, para designar membros de conselhos, comitês, comissões, grupos de trabalho e demais órgãos de deliberação colegiada inerente a sua área de atuação, existentes no âmbito do Ministério da Economia ou que dele faça parte.

Parágrafo único. Caberá ao Secretário-Executivo do Ministério da Economia a constituição de conselhos, comitês, comissões ou grupos de trabalho ou a designação de seus membros quando se tratar de área de atuação ou envolver mais de uma Secretaria Especial do Ministério da Economia.

Art. 20. Fica subdelegada competência ao Secretário-Executivo do Ministério da Economia para praticar os atos de designação e dispensa de conselheiros do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF).

Parágrafo único. Fica subdelegada, também, a competência para praticar os atos de nomeação, designação, exoneração e dispensa dos cargos e encargos de Presidentes, Presidentes Substitutos e Vice-Presidentes de Seções, Câmaras e Turmas de Julgamento, bem como, designação e dispensa de titular das Funções Comissionadas do Poder Executivo (FCPE), nível 4, no âmbito do CARF.

Seção V

Demais disposições em matéria de pessoal

Art. 21. Fica delegada ao Secretário-Executivo do Ministério da Economia e, em seu âmbito de atuação, aos demais ocupantes de cargos de natureza especial, a competência para autorizar a cessão de agente público do Ministério da Economia, exceto na hipótese de organismo internacional.

§ 1º Fica delegada a competência ao Secretário-Executivo do Ministério da Economia, vedada a subdelegação, nas hipóteses de cessão para outro Poder ou ente federativo.

§ 2º Os atos de que tratam este artigo deverão observar o disposto no art. 26.

Art. 22. Fica subdelegada ao Secretário-Executivo do Ministério da Economia a competência para declarar vacância de cargo efetivo.

Art. 23. Fica delegada ao Secretário-Executivo do Ministério da Economia e, em seu âmbito de atuação, aos demais ocupantes de cargo de natureza especial e às autoridades máximas das autarquias e fundações públicas vinculadas ao Ministério da Economia, a competência para o encaminhamento de pedidos de consulta, a prestação de esclarecimentos e a designação de servidores que atuarão no Sistema Integrado de Nomeações e Consultas da Casa Civil da Presidência da República (Sinc).

Art. 24. Fica delegada ao Secretário-Executivo do Ministério da Economia e, em seu âmbito de atuação, aos demais ocupantes de cargos de natureza especial, a competência para praticar atos relativos à:

I - concessão e programação, acumulação e interrupção de férias, inclusive dos titulares dos órgãos colegiados e das entidades vinculadas;

II - concessão de licença para tratar de interesses particulares prevista no art. 91 da Lei nº 8.112, de 1990;

III - autorização e aprovação do acréscimo de até cento e vinte horas de trabalho anuais, para fins de retribuição do servidor que executar atividades inerentes a cursos, concursos públicos ou exames vestibulares, na forma contida no caput do art. 6º do Decreto nº 6.114, de 15 de maio de 2007; e

IV - liberação do servidor quando a realização das atividades inerentes a cursos, concursos públicos ou exames vestibulares ocorrerem durante o horário de trabalho, na forma prevista no inciso III do caput do art. 7º do Decreto nº 6.114, de 2007.

Art. 25. Fica delegada ao Secretário-Executivo do Ministério da Economia a competência para praticar atos relativos à:

I - concessão e o registro das vantagens, licenças, afastamentos e benefícios previstos nos Títulos III e VI da Lei nº 8.112, de 1990, ressalvadas as hipóteses previstas em atos de delegação específicos editados pelo Ministro do Estado da Economia e em atos de subdelegação específicos editados pelo Secretário-Executivo do Ministério da Economia; e

II - concessão de Gratificações Temporárias das Unidades dos Sistemas Estruturadores da Administração Pública Federal (GSISTE) a titulares de cargos de provimento efetivo, observado o disposto na legislação pertinente, e de designação e dispensa das Funções Comissionadas Técnicas - (FCT), de que trata o Decreto nº 4.941, de 29 de dezembro de 2003, bem como das Gratificações de Representação (GR), de que trata o Decreto nº 57.722, de 2 de fevereiro de 1966.

Art. 26. Os atos de nomeação e cessão de que tratam os arts. 11 e 21 e os atos de que tratam os incisos I a III do art. 17 deverão ser previamente encaminhados ao órgão setorial do Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal (Sipec), para ciência e controle.

Parágrafo único. O disposto no caput não se aplica à Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil do Ministério da Economia, ressalvada a hipótese de cessão para outro Poder ou outro ente federativo.

CAPÍTULO IV

COMPETÊNCIAS FINALISTICAS

Seção I

Da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia

Art. 27. Fica delegada ao Secretário Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia, observada a legislação em vigor, a competência para:

I - praticar os atos de fixação de exercício e cessão, no âmbito dos órgãos e entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, dos integrantes da carreira de:

a) Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental, criada pelo art. 1º da Lei nº 7.834, de 6 de outubro de 1989;

b) Analista de Infraestrutura e do cargo isolado de Especialista em Infraestrutura Sênior, criados pelo art. 1º da Lei nº 11.539, de 8 de novembro de 2007; e

c) Analista de Comércio Exterior, criada pelo art. 1º da Lei nº 9.620, de 2 de abril de 1998;

II - autorizar a contratação de pessoal por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público de que trata o art. 5º da Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993, e o art. 2º do Decreto nº 10.210, de 23 de janeiro de 2020;

III - autorizar a nomeação de candidatos aprovados e classificados dentro do quantitativo original de vagas, ou em cumprimento à decisão judicial, decidindo sobre o provimento de cargos;

IV - autorizar a redução do prazo mínimo entre a publicação no Diário Oficial da União do edital do concurso público e a realização da primeira prova, não podendo o prazo ser inferior a dois meses;

V - deferir o retorno dos servidores e empregados alcançados pela Lei nº 8.878, de 11 de maio de 1994;

VI - autorizar a realização de concursos públicos nos órgãos e nas entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional;

VII - decidir sobre o provimento de cargos; e

VIII - editar os atos operacionais necessários para os fins de que trata os incisos IV e V do caput.

Parágrafo único. A delegação de que trata os incisos VII e VIII do caput não se aplica, para fins de ingresso às carreiras de:

I - Advogado da União, de Procurador da Fazenda Nacional e de Procurador Federal, cujos atos serão realizados pelo Advogado-Geral da União;

II - Diplomata, cujos atos serão realizados pelo Ministro de Estado das Relações Exteriores; e

III - Policial Federal, cujos atos serão realizados pelo Diretor-Geral da Polícia Federal.

Seção II

Da Secretaria Especial de Previdência e Trabalho

Art. 28. Fica delegada ao Secretário Especial de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia competência para:

I - estabelecer o valor médio da renda mensal do total de benefícios pagos pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), de forma a atender ao disposto no § 2º do art. 25 da Portaria MPS nº 6.209, de 16 de dezembro de 1999;

II - definir os fatores de atualização, baseados no Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), considerados na:

a) atualização das contribuições utilizadas para fins de cálculo do pecúlio (dupla cota, simples e novo);

b) atualização dos salários de contribuição para fins de concessão de benefícios no âmbito de Acordos Internacionais e do salário de benefício de que trata o art. 33 do Regulamento da Previdência Social, aprovado pelo Decreto nº 3.048, de 6 de maio de 1999;

c) atualização das parcelas relativas aos benefícios pagos com atraso, de que trata o art. 175 do Regulamento da Previdência Social, aprovado pelo Decreto nº 3.048, de 1999; e

d) atualização de que tratam os §§ 2º a 5º do art. 154 do Regulamento da Previdência Social, aprovado pelo Decreto nº 3.048, de 1999;

III - dispor sobre os índices de reajuste dos benefícios previdenciários e demais valores, com supedâneo nos arts. 41-A da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, na Lei nº 13.152, de 29 de julho de 2015, no Decreto nº 9.661, de 1º de janeiro de 2019 e no Regulamento da Previdência Social, aprovado pelo Decreto nº 3.048, de 1999, inclusive definindo valores como o das cotas do salário-família, do limite máximo do salário de contribuição, dos valores de contribuição e outros;

IV - publicar os róis dos percentis de frequência, gravidade e custo por Subclasse da Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE) e divulgará na rede mundial de computadores o Fator Acidentário de Prevenção (FAP) de cada empresa, com as respectivas ordens de frequência, gravidade, custo e demais elementos que possibilitem a esta verificar o respectivo desempenho dentro da sua CNAE-Subclasse, de que trata o art. 202-B do Regulamento da Previdência Social - RPS, aprovado pelo Decreto nº 3.048, de 1999;

V - elaborar:

a) a lista de doenças que isentam de carência para concessão de auxílio doença e aposentadoria por invalidez, nos termos do art. 26, II, da Lei nº 8.213, de 1991; e,

b) a Lista Nacional de Agentes Cancerígenos para Humanos (LINACH), como referência para formulação de políticas públicas e atualizá-la semestralmente, atendendo ao que dispõe o Plano Nacional de Segurança e Saúde no Trabalho da Política Nacional de Segurança e Saúde no Trabalho (PNSST);

VI - celebrar Acordos de Cooperação Técnica objetivando a operacionalização da compensação previdenciária entre os Regimes Próprios de Previdência Social e o Regime Geral de Previdência Social;

VII - estabelecer e publicar os parâmetros e as diretrizes gerais de organização e funcionamento dos regimes próprios de previdência social dos servidores públicos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, dos militares dos Estados e do Distrito Federal, de que trata a Lei nº 9.717, de 27 de novembro de 1998;

VIII - definir o limite máximo de composições por Câmara de Julgamento ou Junta de Recursos, do Conselho de Recursos da Previdência Social, por proposta fundamentada do presidente do referido Conselho, em função da quantidade de processos em tramitação em cada órgão julgador;

IX - celebrar Acordo de Metas de Gestão e de Desempenho (AMGD), estabelecendo metas de gestão e de desempenho para a Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc), nos termos da Lei nº 12.154, de 23 de dezembro de 2009;

X - decidir sobre criação, extinção, alteração de localização e instalação de:

a) Serviços Regionais de Perícia Médica Federal;

b) Gerências e Agências Regionais do Trabalho;

c) Gerências-Executivas do INSS;

d) Núcleos Regionais de Inteligência Previdenciária e Trabalhista;

e) Juntas de Recurso vinculadas ao Conselho de Recursos de Previdência Social; e,

f) Agências e Gerências vinculadas as Superintendências Regionais do Trabalho;

XI - decidir sobre a localização de:

a) Coordenações Regionais da Perícia Médica Federal; e,

b) Superintendências Regionais do INSS;

XII - praticar, em articulação com a Secretaria de Gestão Corporativa do Ministério da Economia, os atos necessários à definição da localidade de desempenho das atividades;

a) dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil, em exercício na Secretaria de Previdência da Secretaria Especial de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia, bem como ao retorno à unidade de lotação na Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil do Ministério da Economia, na forma dos arts, 4º e 5º do Decreto nº 6.131, de 21 de junho de 2007;

b) dos Peritos Médicos Federais e Supervisor Médico-Pericial, em exercício na Secretaria de Previdência da Secretaria Especial de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia; e

c) dos Auditores-Fiscais do Trabalho;

XIII - estabelecer procedimentos operacionais, termos, prazos e informações a serem atendidas pelos trabalhadores e empregadores visando a concessão do seguro-desemprego e pagamento do abono salarial de que trata a Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, e a Lei nº 10.779, de 25 de novembro de2003, regulada pelo Decreto nº 8.424, de 31 de março de 2015;

XIV - autorizar o funcionamento de empresas aos domingos e feriados civis e religiosos de tratam o art. 1º do Decreto nº 83.842, de 14 de agosto de 1979;

XV - aprovar planos de trabalho, bem como celebrar acordos de cooperação técnica e termos de execução descentralizada;

XVI - estabelecer regras, procedimentos operacionais, termos, prazos e informações a serem atendidas pelas empresas relativas ao Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), instituído pela Lei nº 4.923, de 23 de dezembro de 1965, e à Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), estabelecida pelo Decreto nº 76.900, de 23 de dezembro de 1975, bem como aprovar as instruções para essas declarações;

XVII - dar cumprimento a decisões judiciais na sua área atuação; e,

XVIII - cancelar a inscrição e registro de pessoas físicas ou jurídicas inscritas no Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT), nos termos da Lei nº 6.321, de 14 de abril de 1976, e do Decreto nº 5, de 14 de janeiro de 1991.

§ 1º Os servidores integrantes das carreiras de Perito Médico Federal e de Supervisor Médico-Pericial terão seu local de exercício fixado nas unidades:

I - próprias da Perícia Médica Federal; ou

II - compartilhadas com outros órgãos ou entidades públicos.

§ 2º Os servidores de que trata o § 1º estarão hierarquicamente subordinados aos Chefes das Divisões Regionais, aos Coordenadores Regionais ou ao Subsecretário da Perícia Médica Federal da Secretaria de Previdência da Secretaria Especial de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia, conforme o local ou a unidade de exercício.

Seção III

Da Secretaria Especial de Produtividade, Competitividade e Emprego

Art. 29. Ficam delegadas ao Secretário Especial de Produtividade, Emprego e Competitividade do Ministério da Economia as competências relativas:

I - ao Processo Produtivo Básico, à Lei de Informática e à Zona Franca de Manaus previstas:

a) no § 2º do art. 4° da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991;

b) no § 6º do art. 7º do Decreto-Lei nº 288, de 28 de fevereiro de 1967;

c) nos arts. 6º e 18, no inciso I do art. 19, no § 2º do art. 20, nos §§ 2º, 3º e 5º do art. 22, no inciso I do art. 29, no § 6º do art. 36 e no art. 51 do Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006; e

d) nos arts. 4º e 13, no inciso I do art. 14, no § 2º do art. 18 e no art. 40 do Decreto nº 10.521, de 15 de outubro de 2020;

II - ao Programa Rota 2030 - Mobilidade e Logística previstas:

a) no § 1º do art. 9º e no art. 14 da Lei nº 13.755, de 10 de dezembro de 2018; e

b) no § 5º do art. 1º, nos §§ 1º e 2º do art. 14 e no art. 30 do Decreto nº 9.557, de 8 de novembro de 2018;

III - ao Programa de Incentivo à Inovação Tecnológica e Adensamento da Cadeia Produtiva de Veículos Automotores (INOVAR-AUTO) previstas:

a) no § 3º do art. 40, da Lei nº 12.715, de 17 de setembro de 2012; e

b) no inciso I do art. 3º, e no inciso I do § 1º do art. 9º, do Decreto nº 7.819, de 3 de outubro de 2012;

IV - à autorização de adesão ao programa de gestão de que trata o § 6º do art. 6º do Decreto nº 1.590, de 10 de agosto de 1995, das seguintes entidades vinculadas sob sua supervisão:

a) Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI);

b) Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (Inmetro); e

c) Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa);

V - à edição de atos complementares necessários à execução do Programa Brasileiro de Qualificação Social e Profissional (QUALIFICA BRASIL), de que trata o art. 29 da Resolução do CODEFAT nº 783, de 26 de abril de 2017, permitida a subdelegação ao Secretário de Políticas Públicas de Emprego da Secretaria Especial de Produtividade, Competitividade e Emprego do Ministério da Economia; e

VI - à aprovação, anual, do Plano de Ação e do Orçamento Programa da Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI), de que trata o inciso II do art. 8º da Lei nº 11.080, de 30 de dezembro de 2004, para a execução das atividades previstas no contrato de gestão, conforme disposto no Decreto nº 5.352, de 24 de janeiro de 2005.

Art. 30. Fica subdelegada ao Secretário Especial de Produtividade, Emprego e Competitividade do Ministério da Economia a competência, nos termos do disposto no Decreto nº 715, de 29 de dezembro de 1992, para aprovar os orçamentos gerais do:

I - Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI);

II - Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC);

III - Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR);

IV - Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte (SENAT);

V - Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (SESCOOP); e

VI - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas -(SEBRAE).

Art. 31. Fica delegada ao Secretário Especial de Produtividade, Emprego e Competitividade do Ministério da Economia a competência para:

I - orientar o voto da União a ser proferido por Procurador da Fazenda Nacional em assembleias de cotistas com relação aos seguintes fundos financeiros:

a) o Fundo de Garantia de Operações (FGO); e

b) o Fundo Garantidor de Investimentos (FGI); e

II - doar, constituir comissão especial para classificar e avaliar e realizar todos os demais atos necessários à gestão patrimonial de bens móveis remanescentes de convênios e de outros instrumentos congêneres firmados pela União, por intermédio da Secretaria de Políticas Públicas de Emprego da Secretaria Especial de Produtividade, Competitividade e Emprego do Ministério da Economia.

Seção IV

Da Secretaria Especial de Desestatização, Desinvestimento e Mercados

Art. 32 Fica delegada competência ao Secretário Especial de Desestatização, Desinvestimento e Mercados do Ministério da Economia para:

I - autorizar a prática dos atos de que trata o inciso III do § 1º do art. 59 do Decreto nº 2.594, de 15 de maio de 1998;

II - orientar o voto da União a ser proferido por Procurador da Fazenda Nacional em assembleia de acionistas e/ou cotistas quando envolver empresas e participações inseridas no Programa Nacional de Desestatização (PND); e

III - indicar, observado o disposto no inciso VI do art. 3º, do Anexo Iao Decreto nº 9.745, de 2019:

a) os representantes do Ministério da Economia para compor os conselhos de administração e fiscal das empresas estatais, controladas direta ou indiretamente pela União;

b) os representantes nas vagas atribuídas ao Ministério da Economia para compor o conselho de administração e fiscal das empresas nas quais a União possua participação na condição de minoritária; e

c) os membros independentes para o conselho de administração nas vagas de indicação atribuída ao Ministério da Economia.

Parágrafo único. A delegação de que trata as alíneas "a" e "b" do inciso III do caput não abrange as indicações dos representantes do Tesouro Nacional par a compor os conselhos fiscais das empresas estatais, bem como das empresas nas quais a União possua participação na condição de minoritária, de que trata o inciso IV do art. 35.

Art. 33. Fica subdelegada ao Secretário de Coordenação e Governança do Patrimônio da União da Secretaria Especial de Desestatização e Desinvestimento do Ministério da Economia a competência para, ouvidos os órgãos competentes, autorizar a alienação, a concessão ou a transferência, a pessoa natural ou jurídica estrangeira, de imóveis da União situados nas zonas indicadas na alínea "a" do caput do art. 100 do Decreto-Lei nº 9.760, de 5 de setembro de 1946.

Seção V

Da Secretaria Especial de Fazenda

Art. 34. Fica subdelegada a competência ao Secretário Especial de Fazenda do Ministério da Economia para, no que se refere aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, a:

I - abertura de créditos suplementares autorizados na Lei Orçamentária de 2020, de que trata o caput do art. 46 da Lei nº 13.898, de 11 de novembro de 2019;

II - alteração de Grupos de Natureza de Despesa (GND) decorrentes da abertura ou da reabertura de créditos extraordinários durante o exercício de 2020, de que trata o § 2º do art. 48 da Lei nº 13.898, de 2019;

III - reabertura dos créditos especiais em favor de órgãos do Poder Executivo, de que trata o art. 51 da Lei nº 13.898, de 2019, observado o disposto no § 2º do art. 167 da Constituição;

IV - reabertura de créditos extraordinários, de que trata o art. 53, da Lei nº 13.898, de 2019, observado o disposto no § 2º do art. 167 da Constituição;

V - transposição, o remanejamento ou a transferência, total ou parcial, das dotações orçamentárias aprovadas na Lei Orçamentária Anual 2020 e em créditos adicionais, em decorrência da extinção, da transformação, da transferência, da incorporação ou do desmembramento de órgãos e de entidades da administração pública federal, além de alterações de suas competências ou atribuições, de que trata o art. 54 da Lei nº 13.898, de 2019; e

VI - transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de uma categoria de programação para outra no âmbito das atividades de ciência, tecnologia e inovação, de que trata o § 5º do art. 167 da Constituição.

Art. 35. Fica delegada competência ao Secretário Especial de Fazenda do Ministério da Economia para:

I - avaliar a conveniência, pela União, de iniciativas de resgate ou amortização de contratos celebrados entre a União e instituições financeiras federais, caracterizados, conforme normatização específica do Conselho Monetário Nacional, como Instrumentos Elegíveis a compor o Patrimônio de Referência;

II - orientar o voto da União a ser proferido por Procurador da Fazenda Nacional em assembleias de acionistas e ou cotistas, com relação às empresas públicas e sociedades de economia mista controladas diretamente pela União, bem como às empresas nas quais a União possui participação minoritária, inclusive nas empresas em que a União detém ação de classe especial (Golden Share) e fundos financeiros nos quais a União seja cotista, com exceção dos fundos financeiros mencionados no inciso I do art. 31 e no art. 37;

III - autorizar a prática de demais atos societários, inclusive alienação de ações do capital social, abertura do capital social, aumento do capital social por subscrição de novas ações, renúncia a direitos de subscrição de ações ou de debêntures conversíveis em ações, emissão de debêntures conversíveis em ações ou alienação, se em tesouraria, alienação de debêntures conversíveis em ações de sua titularidade, emissão de quaisquer outros títulos ou valores mobiliários no País ou no exterior, cisão, fusão ou incorporação, permuta de ações ou de outros valores mobiliários, celebração de acordos de acionistas ou renúncia a direitos neles previstos, com relação às empresas públicas e sociedades de economia mista, suas subsidiárias, controladas direta ou indiretamente pela União; e

IV - indicar os representantes do Tesouro Nacional que ocuparão uma das vagas existentes em cada um dos conselhos fiscais das empresas estatais, controladas direta ou indiretamente pela União, bem como das empresas nas quais a União possua participação na condição de minoritária, observado o disposto no inciso VI do art. 3º, do Anexo Iao Decreto nº 9.745, de 2019.

Parágrafo único. A delegação de que trata o inciso I do caput não abrange as situações relacionadas às empresas estatais e/ou participações da União inseridas no PND.

Art. 36. Fica delegada a competência ao Secretário do Tesouro Nacional da Secretaria Especial de Fazenda do Ministério da Economia para solicitar o resgate das cotas detidas pela União nos seguintes fundos garantidores privados:

a) Fundo de Garantia para a Construção Naval (FGCN);

b) Fundo Garantidor do Fundo de Financiamento Estudantil (FG-Fies);

c) Fundo Garantidor de Habitação Popular (FGHab);

d) Fundo Garantidor de Infraestrutura (FGIE);

e) Fundo de Garantia de Operações de Crédito Educativo (FGEDUC);

f) Fundo de Garantia de Operações (FGO); e

g) Fundo Garantidor para Investimentos (FGI).

Seção VI

Da Secretaria Especial do Programa de Parcerias de Investimentos

Art. 37. Fica delegada ao Secretário Especial do Programa de Parcerias de Investimentos do Ministério da Economia a competência para orientar o voto da União a ser proferido por Procurador da Fazenda Nacional em assembleias de cotistas do Fundo de Apoio à Estruturação e ao Desenvolvimento de Projetos de Concessão e Parceria Público-Privadas (FEP).

CAPÍTULO V

DAS COMPETÊNCIAS RESIDUAIS OU CONCORRENTES

Competências em matéria disciplinar

Art. 38. Fica delegada a competência, em seus respectivos âmbitos de atuação, para aplicar penalidades disciplinares quando se tratar de suspensão superior a trinta dias, vedada a subdelegação, ao:

I - Corregedor do Ministério da Economia;

II - Corregedor da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil;

III - Procurador-Geral da Fazenda Nacional; e

IV - dirigente máximo das autarquias e fundações públicas vinculadas ao Ministério da Economia.

Art. 39. Fica subdelegada aos dirigentes máximos das autarquias e fundações públicas vinculadas ao Ministério da Economia, em seus respectivos âmbitos de atuação, a competência para a prática dos seguintes atos:

I - julgar processos administrativos disciplinares e aplicar penalidades, nas hipóteses de demissão e cassação de aposentadoria ou disponibilidade de servidores;

II - exonerar de ofício os servidores ocupantes de cargos de provimento efetivo ou converter a exoneração em demissão; e

III - reintegrar ex-servidores em cumprimento de decisão judicial.

Parágrafo único. O exercício das funções subdelegadas de que trata o caput dependerá de manifestação prévia e indispensável do respectivo órgão de assessoramento jurídico.

Art. 40. Fica delegada a competência para instauração e julgamento de processo administrativo para apuração da responsabilidade de pessoa jurídica de que trata a Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, no âmbito deste Ministério da Economia:

I - ao Corregedor do Ministério da Economia, no âmbito de todo o Ministério da Economia, exceto os ocorridos no âmbito da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil do Ministério da Economia e da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional;

II - ao Procurador-Geral da Fazenda Nacional, no âmbito da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional; e

III - ao Corregedor da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, no âmbito da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil do Ministério da Economia.

§ 1º Fica delegada aos Chefes de Escritórios da Corregedoria da Receita Federal, no âmbito da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil do Ministério da Economia, , nos termos do respectivo regimento interno, a competência para instauração dos processos de que trata o caput.

§ 2º A competência será do Corregedor do Ministério da Economia quando o processo administrativo, para apuração da responsabilidade de pessoa jurídica, envolver, simultaneamente, os órgãos mencionados nos incisos II e III do caput do Ministério.

§ 3º A autoridade julgadora será subsidiada por manifestação da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional previamente ao julgamento do processo, nos termos do § 2º do art. 6º da Lei nº 12.846, de 2013.

Condução de veículo oficial

Art. 41. Fica delegada competência ao Secretário-Executivo do Ministério da Economia para autorizar servidores públicos federais deste Ministério a conduzirem veículos oficiais de transporte individual de passageiros, nos termos do art. 1º da Lei nº 9.327, de 9 de dezembro de 1996.

Parágrafo único. A Secretaria de Gestão Corporativa da Secretaria-Executiva do Ministério da Economia poderá editar atos complementares necessários à execução do disposto neste artigo.

Validação eletrônica - Tribunal de Contas da União

Art. 42. Fica delegada ao Secretário-Executivo do Ministério da Economia e, em seu âmbito de atuação, aos demais ocupantes de cargos de natureza especial, inclusive no que se refere às entidades vinculadas ao Ministério da Economia, a competência para validação eletrônica das propostas para atendimento das recomendações e alertas expedidos pelo Tribunal de Contas da União no âmbito do Parecer Prévio sobre a Prestação de Contas do Presidente da República.

Gestão PNAFM III e PMINF

Art. 43. Fica delegada ao Secretário-Executivo do Ministério da Economia a competência para gerir os recursos, de acordo com a disponibilidade orçamentária e financeira, observando a legislação pertinente e os prazos previstos para a execução, dos seguintes programas:

I - Programa Nacional de Apoio à Gestão Administrativa e Fiscal dos Municípios Brasileiros - PNAFM III (Programa Nacional de Apoio à Gestão Administrativa e Fiscal dos Municípios Brasileiros - 2ª Fase/2ª Etapa - Recomendação COFIEX nº 1.325, de 29 de junho de 2012, prorrogada pela Resolução COFIEX nº 06/0250, de 9 de julho de 2014); e

II - Programa de Modernização Integrada do Ministério da Fazenda (PMIMF).

Assinatura de documentos oficiais

Art. 44. Fica delegada ao Secretário Executivo do Ministério da Economia e ao Chefe da Assessoria Especial de Relações Institucionais, este supletivamente, autorização para assinar documentos oficiais, na hipótese de viagem oficial no território nacional do Ministro de Estado da Economia.

Disponibilização de telefone celular, tablet, modem e outros dispositivos de comunicação de voz e dado

Art. 45. Fica subdelegada ao Secretário de Gestão Corporativa da Secretaria Executiva do Ministério da Economia a competência para, no âmbito deste Ministério, disponibilizar telefone celular, tablet, modem e outros dispositivos de comunicação de voz e dados, por meio de telefonia móvel com acesso à internet, para o atendimento da necessidade de serviço, nos casos excepcionais, nos termos do inciso VII do § 1º do art. 6º do Decreto nº 8.540, de 9 de outubro de 2015.

§ 1º As solicitações excepcionais a que se refere o caput serão formalizadas pelo dirigente máximo ou respectivo chefe de gabinete da unidade administrativa demandante, com as devidas justificativas.

§ 2º A Secretaria de Gestão Corporativa da Secretaria-Executiva do Ministério da Economia poderá editar atos complementares necessários à execução do disposto neste artigo.

Centro Internacional de Políticas para Desenvolvimento Inclusivo (IPC-IG)

Art. 46. Fica delegada ao Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) a condição de ponto focal junto ao Centro Internacional de Políticas para Desenvolvimento Inclusivo (IPC-IG), bem como assumir as responsabilidades do Governo brasileiro previstas nos arts. 5º, 6º, 7º, 11º e 12º do "Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Assistência Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, a Organização de Aviação Civil Internacional, a Organização Mundial da Saúde, a União Internacional de Telecomunicações, a Organização Meteorológica Mundial, a Agência Internacional de Energia Atômica e a União Postal Universal para a Operação no Brasil da Unidade Temática do PNUD sobre Redução da Pobreza", de 29 de julho de 2009.

Paragrafo único. A indicação de representante para integrar o Conselho Executivo previsto no art. 9º do Ajuste Complementar competirá ao Secretário Especial de Comércio Exterior e Assuntos Internacionais do Ministério da Economia.

Delegações ao presidente do INSS

Art. 47. Fica delegada ao Presidente do INSS a competência para:

I - aprovar indicadores e fixar metas referentes à avaliação de desempenho institucional, podendo rever a qualquer tempo, ante a superveniência de fatores que venham a exercer influência significativa e direta na sua consecução, desde que o INSS não tenha dado causa a tais fatores, conforme estabelecido no Decreto nº 6.493, de 30 de junho de 2008;

II - a prática de atos de provimento e exoneração, a pedido, de cargos efetivos do respectivo Quadro de Pessoal, em decorrência de habilitação em concursos públicos, salvo os casos previstos em legislação específica; e

III - autorizar a concessão de diárias e passagens no âmbito da Subsecretaria da Perícia Médica Federal da Secretaria de Previdência da Secretaria Especial de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia, vedada a subdelegação, referentes a:

a) deslocamentos, no País, de servidores por prazo superior a cinco dias contínuos;

b) mais de trinta diárias intercaladas, no País, por pessoa no ano; e

c) deslocamentos, no País, de mais de cinco pessoas para o mesmo evento.

d) que envolvam o pagamento de diárias nos finais de semana; e

e) com prazo de antecedência inferior a quinze dias da data de partida.

CAPÍTULO VI
DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 48. Cabe ao Secretário-Executivo do Ministério da Economia autorizar o afastamento de servidor que não prestou comas de viagem realizada anteriormente.

Art. 49. Os requisitos para a autorização de afastamento serão regidos pelo disposto na Portaria nº 160, de 6 de maio de 2016, do extinto Ministério da Fazenda, até a edição de ato específico do Ministro de Estado da Economia.

Art. 50. Incumbe ao Secretário-Executivo do Ministério da Economia, em quaisquer hipóteses, o exercício das competências delegadas para prática dos atos de que trata esta Portaria no interesse dos demais ocupantes de cargo de natureza especial.

Art. 51. As autorizações de que tratam os arts. 5º e 6º não envolvem análises técnica e jurídica do procedimento, as quais são de responsabilidade dos ordenadores de despesa e das unidades jurídicas dos respectivos órgãos e entidades, de acordo com suas competências legais, nem implicam ratificação ou validação dos atos que compõem o processo de contratação.

Art. 52. O disposto nos arts. 38 a 40 aplica-se aos Processos Administrativos Disciplinares em andamento, assim considerados aqueles em que ainda não tenha sido proferido o respectivo julgamento.

Art. 53. Fica autorizado o Secretário-Executivo do Ministério da Economia a editar os atos complementares necessários à execução do disposto nesta Portaria.

Art. 54. Ficam resguardados e ratificados os atos normativos e de subdelegação de competência naquilo que não foi objeto de alteração por esta Portaria.

Parágrafo único. Ficam preservadas as subdelegações das competências previstas nos §§ 4º e 5º do art. 11 da Portaria nº 40, de 30 de janeiro de 2020, do Ministério da Economia.

Art. 55. Ficam revogadas:

I - do Ministério da Economia:

a) a Portaria nº 117, de 26 de março de 2019;
b) a Portaria nº 171, de 17 de abril de 2019;
c) a Portaria n° 172, de 17 de abril de 2019;
d) a Portaria nº 225, de 16 de maio de 2019;
e) a Portaria nº 274, de 6 de junho de 2019;
f) a Portaria nº 275, de 6 de junho de 2019;
g) a Portaria nº 318, de 26 de junho de 2019;
h) a Portaria n 412 de 19 de agosto de 2019
i) a Portaria nº 470, de 9 de setembro de 2019;
j) a Portaria n° 597, de 11 de novembro de 2019,
k) a Portaria nº 8, de 9 de janeiro de 2020;
l) a Portaria nº 40, de 30 de janeiro de 2020;
m) a Portaria nº 42, de 3 fevereiro de 2020;
n) a Portaria nº 54, de 18 de fevereiro de 2020;
o) a Portaria nº 55, de 18 de fevereiro de 2020;
p) a Portaria nº 87, de 9 de março de 2020;
q) a Portaria nº 97, de 17 de março de 2020;
r) a Portaria nº 100, de 17 de março de 2020;
s) a Portaria nº 119, de 19 de março de 2020;
t) a Portaria n° 121, de 19 de março de 2020;
u) a Portaria nº 166, de 22 de abril de 2020;
v) a Portaria nº 213, de 14 de maio de 2020;
w) a Portaria n° 235, de 22 de maio de 2019;
y) Portaria nº 223, de 27 de maio de 2020;
z) Portaria n° 283, de 24 de julho de 2020;
aa) a Portaria nº 358, de 26 de outubro de 2020; e
bb) a Portaria nº 390, de 17 de novembro de 2020; e

II - do extinto Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio Exterior e Serviços a Portaria nº 267, de 30 de agosto de 2013.

Art. 56. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO GUEDES

CÂMARA DE COMÉRCIO EXTERIOR

COMITÊ-EXECUTIVO DE GESTÃO

RESOLUÇÃO GECEX Nº 126, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2020

Altera o Anexo II da Resolução nº 125, de 15 de dezembro de 2016.

O COMITÊ-EXECUTIVO DE GESTÃO DA CÂMARA DE COMÉRCIO EXTERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o art. 7º, inciso IV, do Decreto nº 10.044, de 4 de outubro de 2019, considerando o disposto nas Decisões nº 58, de 16 de dezembro de 2010, e nº 26, de 16 de julho de 2015 do Conselho do Mercado Comum do MERCOSUL, nas Resoluções nº 92, de 24 de setembro de 2015, nº 125, de 15 de dezembro de 2016, da Câmara de Comércio Exterior, e tendo em vista a deliberação de sua 11ª Reunião Extraordinária, ocorrida no dia 8 de dezembro de 2020, resolve:

Art. 1º Fica incluído no Anexo II da Resolução da Câmara de Comércio Exterior nº 125, de 15 de dezembro de 2016, o código 9302.00.00 da Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM), conforme descrição e alíquota a seguir discriminada.

NCM	DESCRIÇÃO	Tarifa (%)
9302.00.00	Revólveres e pistolas, exceto os das posições 93.03 ou 93.04.	0

Art. 2º No Anexo I da Resolução da Câmara de Comercio Exterior nº 125, de 2016, a alíquota correspondente ao código 9302.00.00 da Nomenclatura Comum do Mercosul - NCM fica assinalada com o sinal gráfico "#".

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor no dia 1º de janeiro de 2021.

MARCELO PACHECO DOS GUARANYS
Presidente do Comitê-Executivo de Gestão
Substituto

CONSELHO ADMINISTRATIVO DE RECURSOS FISCAIS

RETIFICAÇÃO

No Anexo I da Portaria CARF nº 23.385, de 11 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 13 de novembro de 2020., Seção 1, páginas 23 a 33.
Onde se lê:

DIVISÃO DE APOIO AO JULGAMENTO							
Atividade	Faixa Complexidade	Parâmetros Faixa Complexidade	Tempo Execução Presencial (horas)	Tempo Execução Teletrabalho (horas)	Ganho Produtividade	Unidade	Entregas Esperadas
Sorteio virtual de processos para conselheiros	-	-	Não se aplica	1,7	-	Mês	Relatório
Elaborar documentos de apoio às sessões de julgamento	-	-	1,20	1	15%	Mês	Documentos elaborados
Registrar e tratar memoriais e pedidos de sustentação oral	-	-	48	41	15%	Turma	Memorial/ sustentação oral armazenados

Leia-se:

DIVISÃO DE APOIO AO JULGAMENTO							
Atividade	Faixa Complexidade	Parâmetros Faixa Complexidade	Tempo Execução Presencial (horas)	Tempo Execução Teletrabalho (horas)	Ganho Produtividade	Unidade	Entregas Esperadas
Sorteio virtual de processos para conselheiros	-	-	Não se aplica	1,7	-	Evento	Relatório
Elaborar documentos de apoio às sessões de julgamento	-	-	1,18	1,00	15%	Turma	Documentos elaborados
Registrar e tratar memoriais e pedidos de sustentação oral	-	-	48,60	41,30	15%	Turma	Memorial/ sustentação oral armazenados

Onde se lê:

SERVIÇO DE PÓS-JULGAMENTO							
Atividade	Faixa Complexidade	Parâmetros Faixa Complexidade	Tempo Execução Presencial (horas)	Tempo Execução Teletrabalho (horas)	Ganho Produtividade	Unidade	Entregas Esperadas
Tratar e expedir decisão	-	-	0,08	0,067	15%	Processo	Processo expedido

Leia-se:

SERVIÇO DE PÓS-JULGAMENTO							
Atividade	Faixa Complexidade	Parâmetros Faixa Complexidade	Tempo Execução Presencial (horas)	Tempo Execução Teletrabalho (horas)	Ganho Produtividade	Unidade	Entregas Esperadas
Tratar e expedir decisão	-	-	0,13	0,11	15%	Processo	Processo expedido

Onde se lê:

COORDENAÇÃO DE GESTÃO DO ACERVO DE PROCESSOS							
Atividade	Faixa Complexidade	Parâmetros Faixa Complexidade	Tempo Execução Presencial	Tempo Execução Teletrabalho	Ganho Produtividade	Unidade	Entregas Esperadas
Analisar processos selecionados para sorteio	-	-	0,37	0,32	15%	Processo	Processo analisado
Analisar resultado de diligência de processos repetitivos	-	-	0,3	0,25	15%	Processo	Agrupamentos de processos
Apensar processos	-	-	0,17	0,13	15%	Processo	Processos apensados
Avaliar solicitação de juntada de documentos e adotar providências	-	-	0,17	0,13	15%	Processo	Documento analisado
Consolidar e distribuir processos para análise	-	-	0,4	0,33	17,50%	Mês	Processos distribuídos
Desenvolvimento de aplicativos (funcionalidade do CRIO)	-	-	Não se aplica	4,20	-	Ponto de função	Funcionalidade implantada

Elaborar despacho de conexão ou saneamento	-	-	2,3	2,00	15%	Processo	Despacho
Elaborar lista de sorteio	-	-	5,3	4,50	15%	Mês	Planilha
Elaborar relatórios gerenciais do acervo	-	-	14,2	12,00	15%	Mês	Relatório gerencial
Expedir processos	-	-	0,08	4,00	25%	Processo	Processo expedido
Formar agrupamentos repetitivos	-	-	0,80	0,67	16%	Processo	Planilha
Gerir repetitivos pendentes de sorteio	-	-	1,56	1,33	15%	Mês	Lotes movimentados
Incluir processos em lote	-	-	0,1	0,08	15%	Lote	Lote
Informar código de alegações de recursos em processos	-	-	0,3	0,25	15%	Processo	Campo preenchido
Reconstituição de Processos	-	-	6,00	5,00	17%	Processo	Processo reconstituído
Sanear, preparar e instruir processos	-	-	1,00	0,83	20%	Processo	Processos saneados
Sortear processos para as turmas de julgamento	-	-	0,87	0,75	15%	Mês	Sorteio realizado
Registro de não conformidade	-	-	0,2	0,17	15%	Evento	Sistema atualizado
Conferir e consolidar resultado de agrupamento de processos		-	Não se aplica	36	-	Mês	Planilha
Triar processos na entrada do CARF	-	-	0,33	0,28	15%	Processo	Processo triado
Preparação de conteúdo e realização de treinamento	A	de 31 a 60h	118	100	15%	Evento	Conteúdo e treinamento realizados
	B	de 21 a 30h	94	80	15%		
	C	de 8 a 20h	71	60	15%		
	D	de 4 a 8h	47	40	15%		
	E	Até 4h de treinamento	24	20	15%		
Elaboração e revisão de manuais	A	1 ponto por tópico e 3 pontos por página. Acima de 80 pontos	100	80	20%	Manual	Manual
	B	de 61 a 80 pontos	50	40	20%		
	C	de 41 a 60 pontos	30	24	20%		
	D	de 21 a 40 pontos	20	16	20%		
	E	Até 20 pontos	14	11	21%		
Elaboração de atos normativos	A	1 ponto por artigo, inciso, parágrafo ou quesito; e 3 pontos por página. Acima de 60 pontos	83	71	15%	Documento	Minuta de Norma
	B	41 a 60 pontos	64	54	16%		
	C	21 a 40 pontos	42	36	15%		
	D	até 20 pontos	21	18	15%		
Gestão administrativa	-	-	Não se aplica	80	-	Mês	Indicadores de Produtividade da Equipe

Leia-se:

COORDENAÇÃO DE GESTÃO DO ACERVO DE PROCESSOS							
Atividade	Faixa Complexidade	Parâmetros Faixa Complexidade	Tempo Execução Presencial	Tempo Execução Teletrabalho	Ganho Produtividade	Unidade	Entregas Esperadas
Analisar processos selecionados para sorteio	-	-	0,33	0,28	19%	Processo	Processo analisado
Analisar resultado de diligência de processos repetitivos	-	-	Não se aplica	0,25	-	Processo	Agrupamentos de processos
Apensar processos	-	-	0,17	0,13	15%	Processo	Processos apensados
Avaliar solicitação de juntada de documentos e adotar providências	-	-	0,17	0,13	15%	Processo	Documento analisado
Consolidar e distribuir processos para análise	-	-	75,00	64,00	15%	Mês	Processos distribuídos
Desenvolvimento de aplicativos (funcionalidade do CRIO)	-	-	Não se aplica	4,20	-	Ponto de função	Funcionalidade implantada
Elaborar despacho de conexão ou saneamento	-	-	2,30	2,00	15%	Processo	Despacho
Elaborar lista de sorteio	-	-	5,30	4,50	15%	Mês	Formulário
Elaborar relatórios gerenciais do acervo	-	-	36,20	30,00	15%	Mês	Relatório gerencial
Expedir processos	-	-	0,13	0,12	15%	Processo	Processo expedido
Formar agrupamentos repetitivos	-	-	Não se aplica	0,67	-	Processo	Planilha
Gerir repetitivos pendentes de sorteio	-	-	Não se aplica	80,00	-	Mês	Lotes movimentados
Incluir processos em lote	-	-	0,10	0,08	20%	Lote	Lote
Informar código de alegações de recursos em processos	-	-	Não se aplica	0,25	-	Processo	Campo preenchido
Reconstituição de Processos	-	-	6,00	5,00	17%	Processo	Processo reconstituído
Sanear, preparar e instruir processos	-	-	3,53	3,00	15%	Processo	Processo saneado
Sortear processos para as turmas de julgamento	-	-	2,40	2,00	15%	Mês	Sorteio realizado
Registro de não conformidade	-	-	0,20	0,17	15%	Evento	Sistema atualizado
Conferir e consolidar resultado de agrupamento de processos		-	Não se aplica	120,00	-	Mês	Planilha
Triar processos na entrada do CARF	-	-	0,30	0,25	18%	Processo	Processo triado
Preparação de conteúdo e realização de treinamento	A	de 31 a 60h	118,00	100,00	15%	Evento	Conteúdo e treinamento realizados
	B	de 21 a 30h	94,00	80,00	15%		
	C	de 8 a 20h	71,00	60,00	15%		
	D	de 4 a 8h	47,00	40,00	15%		
	E	Até 4h de treinamento	24,00	20,00	15%		
Elaboração e revisão de manuais	A	1 ponto por tópico e 3 pontos por página. Acima de 80 pontos	100,00	80,00	20%	Manual	Manual
	B	de 61 a 80 pontos	50,00	40,00	20%		
	C	de 41 a 60 pontos	30,00	24,00	20%		
	D	de 21 a 40 pontos	20,00	16,00	20%		
	E	Até 20 pontos	14,00	11,00	21%		
Elaboração de atos normativos	A	1 ponto por artigo, inciso, parágrafo ou quesito; e 3 pontos por página. Acima de 60 pontos	83,00	71,00	15%	Documento	Minuta de Norma
	B	41 a 60 pontos	64,00	54,00	16%		
	C	21 a 40 pontos	42,00	36,00	15%		
	D	até 20 pontos	21,00	18,00	15%		
Gestão administrativa	-	-	Não se aplica	380,00	-	Mês	Indicadores de Produtividade da Equipe

Onde se lê:

COMISSÃO DE ÉTICA							
Atividade	Faixa Complexidade	Parâmetros Faixa Complexidade	Tempo Execução Presencial	Tempo Execução Teletrabalho	Ganho Produtividade	Unidade	Entregas Esperadas
Coordenar atividades de capacitação da CE	-	-	4,5	3	33%		Informações disponibilizadas
Elaborar conteúdo da CE	-	-	5	4	20%		Informes, notícias, relatórios, notas técnicas, pautas de reuniões, atas
Análise e encaminhamento de documentos	-	-	5	4	20%		Pareceres, relatórios, boletins, questionários da Comissão de Ética da Presidência da República

Leia-se:

COMISSÃO DE ÉTICA							
Atividade	Faixa Complexidade	Parâmetros Faixa Complexidade	Tempo Execução Presencial	Tempo Execução Teletrabalho	Ganho Produtividade	Unidade	Entregas Esperadas
Coordenar atividades de capacitação da CE	-	-	4,5	3	33%	Demanda	Informações disponibilizadas
Elaborar conteúdo da CE	-	-	5	4	20%	Documento	Informes, notícias, relatórios, notas técnicas, pautas de reuniões, atas
Análise e encaminhamento de documentos	-	-	5	4	20%	Documento	Pareceres, relatórios, boletins, questionários da Comissão de Ética da Presidência da República

SECRETARIA ESPECIAL DE DESESTATIZAÇÃO, DESINVESTIMENTO E MERCADOS

SECRETARIA DE COORDENAÇÃO E GOVERNANÇA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO

PORTARIA SPU/ME Nº 23.127, DE 5 DE NOVEMBRO DE 2020

O SECRETÁRIO DE COORDENAÇÃO E GOVERNANÇA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO, DA SECRETARIA ESPECIAL DE DESESTATIZAÇÃO, DESINVESTIMENTO E MERCADOS, DO MINISTÉRIO DA ECONOMIA, no uso da competência que lhe foi delegada Portaria GM/MP, nº 54, de 22 de fevereiro de 2016, publicada no Diário Oficial da União nº 35, de 23/02/2016, e tendo em vista o disposto no Decreto-Lei nº 9.760, de 05 de setembro de 1946, o art. 18, inciso II, da Lei nº 9.636, de 15 de maio de1998, no art. 17, § 2º, inciso I, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e, ainda, pela deliberação do Comitê Central de Destinação de Imóveis da União - CCD, em reunião ocorrida em 04/08/2020, e de acordo com o que consta do Processo nº 21028.003098/2010-07, resolve:

Art. 1º Autorizar a cessão à Universidade do Estado de Minas Gerais - UEMG, de imóvel de propriedade da União, com área de 58,5035ha, denominado Fazenda Experimental, situado na Fazenda do Carmo, no Município de Ituiutaba, Estado de Minas Gerais, registrado sob a Transcrição nº 24.482, Livro nº 3-AH, às fls. 228, do Cartório do 1º Ofício de Registro de Imóveis daquela Comarca.

Parágrafo único. O imóvel mencionado assim se descreve e caracteriza: Cinquenta e oito (58) hectares, cinquenta (50) ares e trinta e cinco (35) centiares, correspondentes a doze (12) alqueires e sete (7) litros, de terrenos de cultura e cerrados, situado na fazenda do Carmo, à margem esquerda do Rio-Tijuco;

Art. 2º A cessão a que se refere o art. 1º destina-se ao funcionamento das atividades educacionais desenvolvidas pela Cessionária.

Parágrafo único. A cessão terá prazo de 20 (vinte) anos, contados a partir da data da assinatura do respectivo contrato.

Art. 3º Responderá a cessionária, judicial e extrajudicialmente, por quaisquer reivindicações que venham a ser efetuadas por terceiros, concernentes ao imóvel de que trata esta Portaria, inclusive benfeitorias nele existentes.

Art. 4º Os direitos e obrigações, mencionados nesta Portaria, não excluem outros explícita ou implicitamente decorrentes do contrato de cessão e da legislação pertinente.

Art. 5º A cessão tornar-se-á nula, independentemente de ato especial, sem direito a cessionária a qualquer indenização, inclusive por benfeitorias realizadas, se ao imóvel, no todo ou em parte, vier a ser dada destinação diversa da prevista no art. 2º desta Portaria, ou ainda, se ocorrer inadimplemento de cláusula contratual.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MAURO BENEDITO DE SANTANA FILHO

SECRETARIA ESPECIAL DE FAZENDA

DESPACHO DE 7 DE DEZEMBRO DE 2020

Processo nº 17944.108197/2018-12
Assunto: Operação de crédito externo a ser celebrada entre o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), com garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até USD 750.000.000,00 (setecentos e cinquenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América), cujos recursos serão destinados ao financiamento parcial do "2º Programa do Convênio de Linha de Crédito Condicional BID-BNDES de Financiamento a Investimentos Produtivos e Sustentáveis" (Programa de Promoção e Inovação do Acesso ao Crédito Multissetorial de Médio e Longo Prazo para Investimentos Produtivos pelas Micro, Pequenas e Médias Empresas (MPMEs)).

Tendo em vista os Pareceres da Secretaria do Tesouro Nacional e da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, e considerando a Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019, o Decreto n. 9.745, de 8 de abril de 2019, o art. 40 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, o art. 6º do Decreto-lei nº 1.312, de 15 de fevereiro de 1974, a Resolução do Senado Federal nº 48, de 21 de dezembro de 2007, e alterações, a permissão contida na Resolução nº 16, de 21 de outubro de 2020, publicada no Diário Oficial da União de 22 de outubro de 2020, também daquela Casa Legislativa, no uso da competência que me confere o art. 2º da Portaria ME nº 198, de 25 de abril de 2019, do Ministério da Economia, certifico o cumprimento das condições necessárias à concessão da garantia da União previstas no art. 1 da referida Portaria, quais sejam a manifestação técnica da Secretaria do Tesouro Nacional em que se atesta o cumprimento dos requisitos necessários à contratação, parecer jurídico da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional acerca da legalidade e autorização do Senado Federal mediante Resolução, e, em especial, das condicionalidades apontadas no Parecer da Secretaria do Tesouro Nacional, notadamente o cumprimento substancial das condições especiais prévias ao primeiro desembolso do contrato de empréstimo e a verificação de adimplência do BNDES conforme parecer da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, podendo ser celebrado o contrato de garantia entre a União e o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID.

WALDERY RODRIGUES JÚNIOR
Secretário

CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA FAZENDÁRIA

SECRETARIA EXECUTIVA

DESPACHO Nº 91, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2020

Publica registro nº 01/2020 do laudo de análise do equipamento Medidor Volumétrico de Combustível (MVC)

O Diretor do Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso IX, do at. 5º do Regimento desse Conselho;

CONSIDERANDO o disposto no parágrafo único da cláusula vigésima terceira do Convênio ICMS 59/11, de 8 de julho de 2011,

CONSIDERANDO a aprovação deste despacho na 182ª Reunião Ordinária da COTEPE/ICMS, realizada nos dias 23, 24, 26 e 27 de novembro de 2020, em Brasília, DF,

torna público, que o fabricante de equipamento Medidor Volumétrico de Combustível (MVC) Viaflex Indústria e Comércio de Equipamentos Eletrônicos Ltda, CNPJ 07.240.155/0001-44, registrou sob nº 01/2020 nesta Secretaria Executiva do CONFAZ - SE/CONFAZ - o Laudo de Análise de MVC número MVC 0012020, relativo ao MVC marca Viaflex, modelo MVC Viaflex V1.0, emitido pela Fundação Instituto Nacional de Telecomunicações - FINATEL, órgão técnico credenciado pelo Despacho CONFAZ 152/16, de 06 de setembro de 2016.

CARLOS HENRIQUE DE AZEVEDO OLIVEIRA
Diretor do CONFAZ

DESPACHO Nº 92, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2020

Atribui código de fabricante e código de modelo de equipamento Medidor Volumétrico de Combustíveis (MVC)

O Diretor do Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso IX, do art. 5º do Regimento desse Conselho e em conformidade com o disposto no § 2º do art. 1º e no item 3.3.2 do Anexo I do Ato COTEPE/ICMS 10/14, de 14 de março de 2014, torna público que a Comissão Técnica Permanente do ICMS - COTEPE/ICMS, na sua 182ª Reunião Ordinária, realizada em Brasília, DF, nos dias 23, 24, 26 e 27 de novembro de 2020, atribuiu ao fabricante Viaflex Indústria e Comércio de Equipamentos Eletrônicos Ltda, CNPJ 07.240.155/0001-44, o código VF, e atribui ao modelo MVC Viaflex V1.0, do equipamento Medidor Volumétrico de Combustíveis deste fabricante, o código 06.

CARLOS HENRIQUE DE AZEVEDO OLIVEIRA
Diretor do CONFAZ

ATO COTEPE/PMPF Nº 35, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2020

Preço médio ponderado ao consumidor final (PMPF) de combustíveis.

O Diretor do Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso IX, do art. 5º do Regimento do CONFAZ;
CONSIDERANDO o disposto na cláusula décima do Convênio ICMS 110/07, de 28 de setembro de 2007; e
CONSIDERANDO as informações recebidas das unidades federadas, constantes no processo SEI nº 12004.101029/2020-17, TORNA PÚBLICO que os Estados e o Distrito Federal adotarão, a partir de 16 de dezembro de 2020, o seguinte preço médio ponderado ao consumidor final (PMPF) para os combustíveis referidos no convênio supra:

PREÇO MÉDIO PONDERADO AO CONSUMIDOR FINAL													
ITEM	UF	GAC	GAP	DIESEL S10	ÓLEO DIESEL	GLP (P13)	GLP	QAV	AEHC	GNV	GNI	ÓLEO COMBUSTÍVEL	
		(R$/ litro)	(R$/ litro)	(R$/ litro)	(R$/ litro)	(R$/ kg)	(R$/ kg)	(R$/ litro)	(R$/ litro)	(R$/ m³)	(R$/ m³)	(R$/ litro)	(R$/ Kg)
1	AC	*5,1222	*5,1222	*4,6062	*4,5567	*7,2447	*7,2447	-	*3,9913	-	-	-	-
2	AL	4,7914	4,8559	3,9353	3,8572	-	5,2200	-	3,6925	3,1678	-	-	-
3	AM	*4,3963	*4,3963	*3,6683	*3,5624	-	*6,4739	-	*3,3427	2,3853	1,4918	-	-

4	AP	*3,7150	*4,2300	*4,0940	*3,9260	7,1200	7,1200	-	3,7000	-	-	-	-
5	BA	4,4020	5,2000	3,3930	3,3410	4,7800	4,7800	-	3,4070	2,4400	-	-	-
6	CE	4,6000	6,6000	3,7078	3,6022	4,9300	4,9300	-	3,5345	-	-	-	-
7	DF	*4,6640	**6,2950	*3,8200	*3,7540	*5,9177	*5,9177	-	*3,5790	3,5990	-	-	-
8	ES	*4,4653	*6,3857	*3,5924	*3,4561	**4,7870	**4,7870	-	*3,6223	-	-	-	-
9	GO	*4,6510	*5,8753	*3,6828	*3,6249	*5,8800	*5,8800	-	*3,1258	-	-	-	-
10	MA	*4,5446	6,6696	*3,6653	*3,6359	-	*5,5585	-	*3,7525	-	-	-	-
11	MG	4,7390	6,6789	3,7504	3,6757	5,6834	6,8525	4,4325	3,1884	3,2936	-	-	-
12	MS	*4,7328	*6,8736	*3,8338	*3,6944	*5,3251	*5,3251	*2,8380	*3,4400	*3,5070	-	-	-
13	MT	4,5417	6,7025	3,9444	3,7644	7,3817	7,4708	4,6149	3,1440	2,8990	2,4700	-	-
14	PA	*4,5661	*6,5794	*3,7537	*3,7866	*6,2070	*6,2070	-	*3,8775	-	-	-	-
15	PB	*4,4057	**7,9994	*3,5890	*3,5041	-	*6,1819	*2,8402	*3,3832	*3,3622	-	*2,9110	*2,9110
16	PE	4,6011	4,6011	3,6001	3,6001	5,0715	5,0715	-	3,4910	-	-	-	-
17	PI	*4,6400	*4,7000	*3,6800	*3,6400	5,3800	5,3800	3,5800	*3,5100	-	-	-	-
18	PR	*4,2600	*6,6700	*3,3700	*3,3200	*5,3000	*5,3000	-	*3,1900	-	-	-	-
19	RJ	**4,8500	**5,0120	*3,6720	*3,5730	-	*5,0138	2,4456	*3,9830	**2,8590	-	-	-
20	RN	4,7600	7,3900	3,7900	3,6400	5,4580	5,4580	-	3,7900	3,3000	-	1,6900	1,6900
21	RO	*4,6300	*4,6300	*3,7280	*3,7520	-	*7,1250	-	*3,6830	-	-	2,9656	-
22	RR	*4,2170	*4,3090	*3,8090	*3,7330	*7,2170	*7,2170	*3,2230	*3,6790	-	-	-	-
23	RS	*4,6119	*7,0145	*3,5513	*3,4979	*5,5237	*5,5237	-	**4,1469	**3,5064	-	-	-
24	SC	4,3300	6,5900	3,2800	3,2200	5,9500	5,9500	-	3,6600	3,0200	-	-	-
25	SE	*4,5590	*4,7504	*3,6730	*3,6350	*5,6469	*5,6469	**2,5220	*3,5460	*3,1280	-	-	
26	SP	*4,1930	*4,1930	*3,5530	*3,4510	**5,5492	**5,5492	-	*2,9850	-	-	-	-
27	TO	4,7900	7,3600	3,6000	3,5500	6,2000	6,2000	4,9000	3,6000	-	-	-	-

Notas Explicativas:

a) * valores alterados de PMPF; e

b) ** valores alterados de PMPF que apresentam redução.

CARLOS HENRIQUE DE AZEVEDO OLIVEIRA

COMISSÃO TÉCNICA PERMANENTE

ATO COTEPE/ICMS Nº 67, DE 26 DE NOVEMBRO DE 2020

Divulga os prazos de transmissão eletrônica de informações - Ano Calendário 2021 - a que se refere o § 1° da cláusula vigésima sexta do Convênio ICMS 110/07, que dispõe sobre o regime de substituição tributária nas operações com combustíveis e lubrificantes, derivados ou não de petróleo, e outros produtos.

A Comissão Técnica Permanente do ICMS - COTEPE/ICMS, na sua 182ª Reunião Ordinária, realizada nos dias 23, 24, 26 e 27 de novembro de 2020, em Brasília, DF, tendo em vista o disposto no § 1° da cláusula vigésima sexta do Convênio ICMS 110/07, de 28 de setembro de 2007, resolve:

Art. 1º Ficam divulgados, na forma do Anexo Único deste ato, os prazos de transmissão eletrônica de informações a que se refere o § 1° da cláusula vigésima sexta do Convênio ICMS 110/07, de 28 de setembro de 2007, a serem observados no ano calendário 2021.

Art. 2º Este ato entra em vigor na data da sua publicação no Diário Oficial da União, produzindo efeitos a partir de 1º de janeiro de 2021.

CARLOS HENRIQUE DE AZEVEDO OLIVEIRA
Diretor do CONFAZ

ANEXO ÚNICO

CALENDÁRIO 2021						
INCISOS DO § 1° DA CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA	MÊS DE TRANSMISSÃO					
	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN
I	4	1	1	1	3	1
II	5	2 e 3	2 e 3	5	4	2
III	6	4	4	6	5	4
IV	4,5,6	1,2,3,4	1,2,3,4	1,5,6	3,4,5	1,2,4
V - a	Até dia 13	Até dia 13	Até dia 13	Até dia 13	Até dia 13	Até dia 13
V - b	Até dia 23	Até dia 23	Até dia 23	Até dia 23	Até dia 23	Até dia 23

CALENDÁRIO 2021						
INCISOS DO § 1° DA CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA	MÊS DE TRANSMISSÃO					
	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
I	1	2	1	1	1	1
II	2 e 5	3 e 4	2	4	3	2 e 3
III	6	5	3	5	4	6
IV	1,2,5,6	2,3,4,5	1,2,3	1,4,5	1,3,4	1,2,3,6
V - a	Até dia 13	Até dia 13	Até dia 13	Até dia 13	Até dia 13	Até dia 13
V - b	Até dia 23	Até dia 23	Até dia 23	Até dia 23	Até dia 23	Até dia 23

".

Presidente da COTEPE/ICMS - Carlos Henrique de Azevedo Oliveira, Receita Federal do Brasil - Adriano Pereira Subirá, Procuradoria Geral da Fazenda Nacional - PGFN - Adriano Chiari da Silva, Acre - Maria José do Carmo Maia, Alagoas - Marcelo da Rocha Sampaio, Amapá - Robledo Gregório Trindade, Amazonas - Felipe Crespo Ferreira, Bahia - Ely Dantas de Souza Cruz, Ceará - Victor Hugo Cabral de Morais Junior, Distrito Federal - Marcia Valéria Ayres Simi de Camargo, Espírito Santo - Rômulo Eugênio de Siqueira Chaves, Goiás - Elder Souto Silva Pinto, Maranhão - Luis Henrique Vigário Loureiro, Mato Grosso - Patrícia Bento Gonçalves Vilela, Mato Grosso do Sul - Miguel Antônio Marcon, Minas Gerais - Fausto Santana da Silva, Pará - Nilda Santos Baptista, Paraíba - Fernando Pires Marinho Júnior, Paraná - Mailson Brito da Costa, Pernambuco - Nilo Otaviano da Silva Filho, Piauí - Gardênia Maria Braga de Carvalho, Rio de Janeiro - Luiz César Moretzsohn Rocha, Rio Grande do Norte - Luiz Augusto Dutra da Silva, Rio Grande do Sul - Leonardo Gaffrée Dias, Rondônia - Roberto Carlos Barbosa, Roraima - Larissa Góes de Souza, Santa Catarina - Ramon Santos de Medeiros, São Paulo - Luis Fernando dos Santos Martinelli, Sergipe - Rogério Luiz Santos Freitas, Tocantins - Marcus Augusto Hein Rodrigues.

ATO COTEPE/ICMS Nº 68, DE 26 DE NOVEMBRO DE 2020

Divulga os prazos de transmissão eletrônica de informações - Ano Calendário 2021 - a que se refere o § 3° da cláusula oitava do Protocolo ICMS 04/14, que estabelece procedimentos nas operações interestaduais com Gás Liquefeito derivado de Gás Natural - GLGN.

A Comissão Técnica Permanente do ICMS - COTEPE/ICMS, na sua 182ª Reunião Ordinária, realizada nos dias 23, 24, 26 e 27 de novembro de 2019, em Brasília, DF, tendo em vista o disposto no § 3° da cláusula oitava do Protocolo ICMS 04/14, de 21 de março de 2014, resolve:

Art. 1º Ficam divulgados, na forma do Anexo Único deste ato, os prazos de transmissão eletrônica de informações a que se refere o § 3° da cláusula oitava do Protocolo ICMS 04/14, de 21 de março de 2014, a serem observados no ano calendário 2021.

Art. 2º Este ato entra em vigor na data da sua publicação no Diário Oficial da União, produzindo efeitos a partir de 1º de janeiro de 2021.

CARLOS HENRIQUE DE AZEVEDO OLIVEIRA
Diretor do CONFAZ

ANEXO ÚNICO

CALENDÁRIO 2021						
Contribuintes	MÊS DE TRANSMISSÃO					
	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN
Distribuidores que adquiriram combustível de contribuinte substituído	5	2 e 3	2 e 3	5	4	2
Distribuidores que adquiriram combustível exclusivamente do substituto tributário ou tiveram operações, exclusivamente com GLGN no período.	6	4	4	6	5	4
Refinarias	Até dia 13	Até dia 13	Até dia 13	Até dia 13	Até dia 13	Até dia 13

CALENDÁRIO 2021						
Contribuintes a que se refere o §2º da Cláusula Oitava	MÊS DE TRANSMISSÃO					
	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
Distribuidores que adquiriram combustível de contribuinte substituído	2 e 5	3 e 4	2	4	3	2 e 3
Distribuidores que adquiriram combustível exclusivamente do substituto tributário ou tiveram operações, exclusivamente com GLGN no período.	6	5	3	5	4	6
Refinarias	Até dia 13	Até dia 13	Até dia 13	Até dia 13	Até dia 13	Até dia 13

".

Presidente da COTEPE/ICMS - Carlos Henrique de Azevedo Oliveira, Receita Federal do Brasil - Adriano Pereira Subirá, Procuradoria Geral da Fazenda Nacional - PGFN - Adriano Chiari da Silva, Acre - Maria José do Carmo Maia, Alagoas - Marcelo da Rocha Sampaio, Amapá - Robledo Gregório Trindade, Amazonas - Felipe Crespo Ferreira, Bahia - Ely Dantas de Souza Cruz, Ceará - Victor Hugo Cabral de Morais Junior, Distrito Federal - Marcia Valéria Ayres Simi de Camargo, Espírito Santo - Rômulo Eugênio de Siqueira Chaves, Goiás - Elder Souto Silva Pinto, Maranhão - Luis Henrique Vigário Loureiro, Mato Grosso - Patrícia Bento Gonçalves Vilela, Mato Grosso do Sul - Miguel Antônio Marcon, Minas Gerais - Fausto Santana da Silva, Pará - Nilda Santos Baptista, Paraíba - Fernando Pires Marinho Júnior, Paraná - Mailson Brito da Costa, Pernambuco - Nilo Otaviano da Silva Filho, Piauí - Gardênia Maria Braga de Carvalho, Rio de Janeiro - Luiz César Moretzsohn Rocha, Rio Grande do Norte - Luiz Augusto Dutra da Silva, Rio Grande do Sul - Leonardo Gaffrée Dias, Rondônia - Roberto Carlos Barbosa, Roraima - Larissa Góes de Souza, Santa Catarina - Ramon Santos de Medeiros, São Paulo - Luis Fernando dos Santos Martinelli, Sergipe - Rogério Luiz Santos Freitas, Tocantins - Marcus Augusto Hein Rodrigues.

ATO COTEPE/ICMS Nº 69, DE 26 DE NOVEMBRO DE 2020

Dispõe sobre as especificações técnicas da Nota Fiscal Eletrônica - NF-e, do Documento Auxiliar da Nota Fiscal Eletrônica - DANFE e da utilização de WebServices, conforme disposto no Ajuste SINIEF 07/05.

A Comissão Técnica Permanente do ICMS - COTEPE/ICMS, na sua 182ª Reunião Ordinária, realizada nos dias 23, 24, 26 e 27 de novembro de 2019, em Brasília, DF, tendo em vista o disposto na cláusula segunda-A do Ajuste SINIEF 07/05, de 30 de setembro de 2005, resolveu:

Art. 1º Fica publicado o Manual de Orientação do Contribuinte - MOC, Versão 7.0, e seus anexos, que disciplinam a definição das especificações e critérios técnicos necessários para a integração entre os Portais das Secretarias de Fazendas dos Estados e os sistemas de informações das empresas emissoras de NF-e, a que se refere a cláusula segunda-A do Ajuste SINIEF 07/05, de 30 de setembro de 2005.

§ 1º O MOC, Versão 7.0, consolida todas as alterações técnicas contidas nas Notas Técnicas da NF-e, publicadas até outubro de 2020.

§ 2º O MOC e seus anexos referidos no caput deste artigo serão disponibilizados no sítio eletrônico do CONFAZ (www.confaz.fazenda.gov.br) identificado como "Manual Orientação do Contribuinte - Versão 7.0" terão as respectivas chaves de codificação digital obtidas com a aplicação do algoritmo MD5 - "Message Digest" 5:

I -Visão Geral - CECE61B996476A236F33D93BC46E59BB;

II - Anexo I Leiaute e RV - 5D25BE4D45659C64AC7D060CEDD8026B;

III - Anexo II Manual Especificações Técnicas DANFE Código Barras - 0AAE8AB7F8DD52E7FAB613BBF25D19F2;

IV - Anexo III Manual Contingência NF-e 2EB07AAEACD4B36C67A5344F571D4F08;

V - Anexo IV Manual Contingência NFC-e - 1CDDAE333A83DC1A029D8DC795A22E8E;

Art. 2º Fica revogado o Ato COTEPE/ICMS 51/15, de 25 de novembro de 2015.

Art. 3º Este ato entra em vigor na data da sua publicação no Diário Oficial da União.

Presidente da COTEPE/ICMS - Carlos Henrique de Azevedo Oliveira, Receita Federal do Brasil - Adriano Pereira Subirá, Procuradoria Geral da Fazenda Nacional - PGFN - Adriano Chiari da Silva, Acre - Maria José do Carmo Maia, Alagoas - Marcelo da Rocha Sampaio, Amapá - Robledo Gregório Trindade, Amazonas - Felipe Crespo Ferreira, Bahia - Ely Dantas de Souza Cruz, Ceará - Victor Hugo Cabral de Morais Junior, Distrito Federal - Marcia Valéria Ayres Simi de Camargo, Espírito Santo - Rômulo Eugênio de Siqueira Chaves, Goiás - Elder Souto Silva Pinto, Maranhão - Luis Henrique Vigário Loureiro, Mato Grosso - Patrícia Bento Gonçalves Vilela, Mato Grosso do Sul - Miguel Antônio Marcon, Minas Gerais - Fausto Santana da Silva, Pará - Nilda Santos Baptista, Paraíba - Fernando Pires Marinho Júnior, Paraná - Mailson Brito da Costa, Pernambuco - Nilo Otaviano da Silva Filho, Piauí - Gardênia Maria Braga de Carvalho, Rio de Janeiro - Luiz César Moretzsohn Rocha, Rio Grande do Norte - Luiz Augusto Dutra da Silva, Rio Grande do Sul - Leonardo Gaffrée Dias, Rondônia - Roberto Carlos Barbosa, Roraima - Larissa Góes de Souza, Santa Catarina - Ramon Santos de Medeiros, São Paulo - Luis Fernando dos Santos Martinelli, Sergipe - Rogério Luiz Santos Freitas, Tocantins - Marcus Augusto Hein Rodrigues.

CARLOS HENRIQUE DE AZEVEDO OLIVEIRA
Diretor do CONFAZ

ATO COTEPE/ICMS Nº 70, DE 26 DE NOVEMBRO DE 2020

Altera o Ato COTEPE/ICMS 44/18, que dispõe sobre as especificações técnicas para a geração de arquivos da Escrituração Fiscal Digital - EFD.

A Comissão Técnica Permanente do ICMS - COTEPE/ICMS, na sua 182ª Reunião Ordinária, realizada nos dias 23, 24, 26 e 27 de novembro de 2019, em Brasília, DF, com base no caput da cláusula quarta do Convênio ICMS 143/06, de 15 de dezembro de 2006, resolveu:

Art. 1º Fica alterado o parágrafo único do art. 1º do Ato COTEPE/ICMS 44/18, de 7 de agosto de 2018, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Parágrafo único. Deverão ser observadas as regras de escrituração e de validação do Guia Prático da Escrituração Fiscal Digital - EFD ICMS/IPI, versão 3.0.6, publicado no Portal Nacional do Sistema Público de Escrituração Digital (SPED), que terá como chave de codificação digital a sequência "2F911DA1738D6F0A235AA3A1628977D3", obtida com a aplicação do algoritmo MD5 - "Message Digest 5".".

Art. 2º Este ato entra em vigor na data da sua publicação no Diário Oficial da União, produzindo efeitos a partir de 1º de janeiro de 2021.

Presidente da COTEPE/ICMS - Carlos Henrique de Azevedo Oliveira, Receita Federal do Brasil - Adriano Pereira Subirá, Procuradoria Geral da Fazenda Nacional - PGFN - Adriano Chiari da Silva, Acre - Maria José do Carmo Maia, Alagoas - Marcelo da Rocha Sampaio, Amapá - Robledo Gregório Trindade, Amazonas - Felipe Crespo Ferreira, Bahia - Ely Dantas de Souza Cruz, Ceará - Victor Hugo Cabral de Morais Junior, Distrito Federal - Marcia Valéria Ayres Simi de Camargo, Espírito Santo - Rômulo Eugênio de Siqueira Chaves, Goiás - Elder Souto Silva Pinto, Maranhão - Luis Henrique Vigário Loureiro, Mato Grosso - Patrícia Bento Gonçalves Vilela, Mato Grosso do Sul - Miguel Antônio Marcon, Minas Gerais - Fausto Santana da Silva, Pará - Nilda Santos Baptista, Paraíba - Fernando Pires Marinho Júnior, Paraná - Mailson Brito da Costa, Pernambuco - Nilo Otaviano da Silva Filho, Piauí - Gardênia Maria Braga de Carvalho, Rio de Janeiro - Luiz César Moretzsohn Rocha, Rio Grande do Norte - Luiz Augusto Dutra da Silva, Rio Grande do Sul - Leonardo Gaffrée Dias, Rondônia - Roberto Carlos Barbosa, Roraima - Larissa Góes de Souza, Santa Catarina - Ramon Santos de Medeiros, São Paulo - Luis Fernando dos Santos Martinelli, Sergipe - Rogério Luiz Santos Freitas, Tocantins - Marcus Augusto Hein Rodrigues.

CARLOS HENRIQUE DE AZEVEDO OLIVEIRA
Diretor do CONFAZ

ATO COTEPE/ICMS Nº 71, DE 26 DE NOVEMBRO DE 2020

Altera o Ato COTEPE ICMS 65/18, que dispõe sobre as especificações técnicas para a geração de arquivos referentes às informações prestadas por instituições e intermediadores financeiros e de pagamento, integrantes ou não do Sistema de Pagamentos Brasileiro - SPB, relativas às transações com cartões de débito, crédito, de loja (private label), transferência de recursos, transações eletrônicas do Sistema de Pagamento Instantâneo e demais instrumentos de pagamento eletrônicos, bem como sobre o fornecimento de informações prestadas por intermediadores de serviços e de negócios referentes às transações comerciais ou de prestação de serviços intermediadas, realizadas por pessoas jurídicas inscritas no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ ou pessoas físicas inscritas no Cadastro de Pessoa Física - CPF, ainda que não inscritas no cadastro de contribuintes do ICMS, nos termos do Convênio ICMS 134/16.

A Comissão Técnica Permanente do ICMS - COTEPE/ICMS, na sua 182ª Reunião Ordinária, realizada nos dias 23, 24, 26 e 27 de novembro de 2020, em Brasília, DF, tendo em vista o disposto na cláusula terceira do Convênio ICMS 134/16, de 9 de dezembro de 2016, resolveu:

Art. 1º Ficam alterados os dispositivos a seguir indicados do art. 1º do Ato COTEPE/ICMS 65/18, de 19 de dezembro de 2018, que passam a vigorar com as seguintes redações:

I - o caput:

"Art. 1º Fica instituída a Versão 06 da Declaração de Informações de Meios de Pagamentos - DIMP V06, conforme manual de orientação, que terá como chave de codificação digital a sequência 10e8932b8e00800f6422416290c5f044, obtida com a aplicação do algoritmo MD5 - "Message Digest 5" no arquivo em formato "PDF", e disponibilizado no sítio eletrônico do CONFAZ (www.confaz.fazenda.gov.br).";

II - o § 1º:

"§1º A DIMP corresponde ao conjunto de registros de forma padronizada contendo as informações exigidas nas cláusulas terceira e terceira-A do Convênio ICMS 134/16, de 9 de dezembro de 2016, e será gerada obedecendo o regime de competência das transações, em um arquivo único por unidade federada, de forma digital, com transmissão via TED-TEF.";

III - o 3º:

"§3º As novas versões de leiaute devem ser adotadas para informar as transações realizadas a partir da data de produção de efeitos do ato COTEPE/ICMS que as instituir.".

Art. 2º Este ato entra em vigor na data da sua publicação no Diário Oficial da União, produzindo efeitos a partir de 1º de janeiro de 2021.

Presidente da COTEPE/ICMS - Carlos Henrique de Azevedo Oliveira, Receita Federal do Brasil - Adriano Pereira Subirá, Procuradoria Geral da Fazenda Nacional - PGFN - Adriano Chiari da Silva, Acre - Maria José do Carmo Maia, Alagoas - Marcelo da Rocha Sampaio, Amapá - Robledo Gregório Trindade, Amazonas - Felipe Crespo Ferreira, Bahia - Ely Dantas de Souza Cruz, Ceará - Victor Hugo Cabral de Morais Junior, Distrito Federal - Marcia Valéria Ayres Simi de Camargo, Espírito Santo - Rômulo Eugênio de Siqueira Chaves, Goiás - Elder Souto Silva Pinto, Maranhão - Luis Henrique Vigário Loureiro, Mato Grosso - Patrícia Bento Gonçalves Vilela, Mato Grosso do Sul - Miguel Antônio Marcon, Minas Gerais - Fausto Santana da Silva, Pará - Nilda Santos Baptista, Paraíba - Fernando Pires Marinho Júnior, Paraná - Mailson Brito da Costa, Pernambuco - Nilo Otaviano da Silva Filho, Piauí - Gardênia Maria Braga de Carvalho, Rio de Janeiro - Luiz César Moretzsohn Rocha, Rio Grande do Norte - Luiz Augusto Dutra da Silva, Rio Grande do Sul - Leonardo Gaffrée Dias, Rondônia - Roberto Carlos Barbosa, Roraima - Larissa Góes de Souza, Santa Catarina - Ramon Santos de Medeiros, São Paulo - Luis Fernando dos Santos Martinelli, Sergipe - Rogério Luiz Santos Freitas, Tocantins - Marcus Augusto Hein Rodrigues.

CARLOS HENRIQUE DE AZEVEDO OLIVEIRA
Diretor do CONFAZ

ATO COTEPE/ICMS Nº 72, DE 26 DE NOVEMBRO DE 2020

Altera o Anexo II do Ato COTEPE ICMS 51/18, que divulga a relação de portos, terminais aquaviários e terminais do operador dutoviário não interligados fisicamente ao sistema dutoviário para os quais se estende o tratamento diferenciado na prestação de serviço de transporte e na armazenagem de Etanol Hidratado Combustível - EHC e Etanol Anidro Combustível - EAC pelo sistema dutoviário, previstos no Protocolo ICMS 02/14 e no Protocolo ICMS 05/14.

A Comissão Técnica Permanente do ICMS - COTEPE/ICMS, na sua 182ª Reunião Ordinária, realizada nos dias 23, 24, 26 e 27 de novembro de 2020, em Brasília, DF, nos termos do § 5º da cláusula primeira do Protocolo ICMS 02/14, de 17 de fevereiro de 2014 e no § 5º da cláusula primeira do Protocolo ICMS 05/14, de 21 de março de 2014, resolveu:

Art. 1º Ficam incluídos os itens 11 a 13 ao Anexo II do Ato COTEPE ICMS 51/18, de 2 de outubro de 2018, com as seguintes redações:

"

ITEM	UF	TIPO DE ETANOL (EAC ou EHC)	INSTALAÇÃO PORTUÁRIA	NOME DO TERMINAL	RAZÃO SOCIAL	CNPJ	INSCRIÇÃO ESTADUAL
11	PB	EAC e EHC	PORTO DE CABEDELO	TERMINAIS DE ARMAZENAGEM DE CABEDELO (TECAB)	TECAB TERMINAIS DE ARMAZENAGENS DE CABEDELO LTDA	70.094.222/0001-04	16.103.841-7
12	PB	EAC e EHC	PORTO DE CABEDELO	TRANSPETRO CABEDELO	PETROBRAS TRANSPORTE SA TRANSPETRO	02.709.449/0064-32	16.131.498-8
13	RN	EAC e EHC	TERMINAL AQUAVIÁRIO DE GUAMARÉ	TRANSPETRO GUAMARÉ	PETROBRAS TRANSPORTE SA TRANSPETRO	02.709.449/0063-51	20.087.602-3

".

Art. 2º Este ato entra em vigor na data da sua publicação no Diário Oficial da União.

Presidente da COTEPE/ICMS - Carlos Henrique de Azevedo Oliveira, Receita Federal do Brasil - Adriano Pereira Subirá, Procuradoria Geral da Fazenda Nacional - PGFN - Adriano Chiari da Silva, Acre - Maria José do Carmo Maia, Alagoas - Marcelo da Rocha Sampaio, Amapá - Robledo Gregório Trindade, Amazonas - Felipe Crespo Ferreira, Bahia - Ely Dantas de Souza Cruz, Ceará - Victor Hugo Cabral de Morais Junior, Distrito Federal - Marcia Valéria Ayres Simi de Camargo, Espírito Santo - Rômulo Eugênio de Siqueira Chaves, Goiás - Elder Souto Silva Pinto, Maranhão - Luis Henrique Vigário Loureiro, Mato Grosso - Patrícia Bento Gonçalves Vilela, Mato Grosso do Sul - Miguel Antônio Marcon, Minas Gerais - Fausto Santana da Silva, Pará - Nilda Santos Baptista, Paraíba - Fernando Pires Marinho Júnior, Paraná - Mailson Brito da Costa, Pernambuco - Nilo Otaviano da Silva Filho, Piauí - Gardênia Maria Braga de Carvalho, Rio de Janeiro - Luiz César Moretzsohn Rocha, Rio Grande do Norte - Luiz Augusto Dutra da Silva, Rio Grande do Sul - Leonardo Gaffrée Dias, Rondônia - Roberto Carlos Barbosa, Roraima - Larissa Góes de Souza, Santa Catarina - Ramon Santos de Medeiros, São Paulo - Luis Fernando dos Santos Martinelli, Sergipe - Rogério Luiz Santos Freitas, Tocantins - Marcus Augusto Hein Rodrigues.

CARLOS HENRIQUE DE AZEVEDO OLIVEIRA
Diretor do CONFAZ

ATO COTEPE/ICMS Nº 73, DE 26 DE NOVEMBRO DE 2020

Altera o Anexo Único do Ato COTEPE/ICMS 02/08 que divulga relação das empresas beneficiadas com regime especial relativo à movimentação de "paletes" e de "contentores" de sua propriedade.

A Comissão Técnica Permanente do ICMS - COTEPE/ICMS, na sua 182ª Reunião Ordinária, realizada nos dias 23, 24, 26 e 27 de novembro de 2020, em Brasília, DF, com base na cláusula primeira do Convênio ICMS 04/99, de 16 de abril de 1999,

CONSIDERANDO a solicitação encaminhada pela Secretaria da Fazenda do Estado do Rio Grande do Sul no dia 25 de novembro de 2020, resolveu:

Art. 1º Fica acrescido o item 22 ao Anexo Único do Ato COTEPE/ICMS 02/08, de 14 de abril de 2008, com a seguinte redação:

"

	EMPRESA	ENDEREÇO	INSCRIÇÃO ESTADUAL	C.N.P.J.	COR DOS "PALETES" E "CONTENTORES"	MARCA DISTINTIVA
22.	JOHN DEERE BRASIL LTDA	AV ENG.JORGE A.D.LOGEMANN Nº 600 - DISTRITO INDUSTRIAL CEP: 98.920-000 - HORIZONTINA - RS	062/0007826	89.674.782/0001-58	Amarelo Cinza Azul Preto Verde	"JOHN DEERE"

".

Art. 2º Este ato entra em vigor na data da sua publicação no Diário Oficial da União, produzindo efeitos a partir do primeiro dia do segundo mês subsequente ao da publicação.

Presidente da COTEPE/ICMS - Carlos Henrique de Azevedo Oliveira, Receita Federal do Brasil - Adriano Pereira Subirá, Procuradoria Geral da Fazenda Nacional - PGFN - Adriano Chiari da Silva, Acre - Maria José do Carmo Maia, Alagoas - Marcelo da Rocha Sampaio, Amapá - Robledo Gregório Trindade, Amazonas - Felipe Crespo Ferreira, Bahia - Ely Dantas de Souza Cruz, Ceará - Victor Hugo Cabral de Morais Junior, Distrito Federal - Marcia Valéria Ayres Simi de Camargo, Espírito Santo - Rômulo Eugênio de Siqueira Chaves, Goiás - Elder Souto Silva Pinto, Maranhão - Luis Henrique Vigário Loureiro, Mato Grosso - Patrícia Bento Gonçalves Vilela, Mato Grosso do Sul - Miguel Antônio Marcon, Minas Gerais - Fausto Santana da Silva, Pará - Nilda Santos Baptista, Paraíba - Fernando Pires Marinho Júnior, Paraná - Mailson Brito da Costa, Pernambuco - Nilo Otaviano da Silva Filho, Piauí - Gardênia Maria Braga de Carvalho, Rio de Janeiro - Luiz César Moretzsohn Rocha, Rio Grande do Norte - Luiz Augusto Dutra da Silva, Rio Grande do Sul - Leonardo Gaffrée Dias, Rondônia - Roberto Carlos Barbosa, Roraima - Larissa Góes de Souza, Santa Catarina - Ramon Santos de Medeiros, São Paulo - Luis Fernando dos Santos Martinelli, Sergipe - Rogério Luiz Santos Freitas, Tocantins - Marcus Augusto Hein Rodrigues.

CARLOS HENRIQUE DE AZEVEDO OLIVEIRA
Diretor do CONFAZ

COMITÊ GESTOR DO SIMPLES NACIONAL

RETIFICAÇÃO

Na data de emissão da PORTARIA CGSN/SE N° 75, publicada no D.O.U. nº 233, de 7 de dezembro de 2020, seção 1, página 38,

Onde se lê:

"4 DE NOVEMBRO DE 2020"

Leia-se:

"4 DE DEZEMBRO DE 2020"

SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL
CONSELHO CURADOR DO FUNDO DE COMPENSAÇÃO DE VARIAÇÕES SALARIAIS

RESOLUÇÃO Nº 458, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2020

O CONSELHO CURADOR DO FUNDO DE COMPENSAÇÃO DE VARIAÇÕES SALARIAIS - CCFCVS, na forma do artigo 27 da Lei nº 10.150, de 21 de dezembro de 2000, e dos incisos II e III do artigo 1º do Regulamento anexo ao Decreto nº 4.378, de 16 de setembro de 2002, em sua 118ª reunião ordinária, realizada em 7 de dezembro de 2020, resolve:

Art. 1º Alterar o subitem 4.2.6, no Roteiro de Análise do Fundo de Compensação de Variações Salariais - FCVS, que vigorará com a seguinte redação:

"4.2.6 Alteração da taxa de juros a partir de 01/01/97

As MP 1520/96, sucedâneas e a Lei 10.150/00 alteram, a partir de 1º de janeiro de 1997, a remuneração de todos os saldos residuais de responsabilidade do FCVS dos agentes financeiros optantes pela novação da seguinte forma:

a) Taxa de juros efetiva de 3,12% a.a., equivalente a taxa de juros nominal de 3,08% a.a., para as operações realizadas com recursos oriundos do FGTS (OR/CO = 22,23,32,33,35,37,38,41) ou cuja origem não possa ser evidenciada;

b) Taxa de juros efetiva de 6,17 a.a., equivalente a taxa de juros nominal de 6 % a.a., para as operações realizadas com recursos comprovadamente não oriundos do FGTS."

Art. 2º Incluir o subitem 5.5, no Roteiro de Análise do Fundo de Compensação de Variações Salariais - FCVS, que vigorará com a seguinte redação:

"5.5 ESPECIFICIDADES NA COMPROVAÇÃO DE RECOLHIMENTO DE CONTRIBUIÇÕES AO FCVS

Fica dispensada a comprovação pelos agentes financeiros de recolhimento de contribuição para os contratos assinados do período de 16 de junho de 1967 a 31 de dezembro de 1977.

Na comprovação de regularidade de recolhimento das contribuições ao FCVS até 31 de dezembro de 2018, serão considerados os valores registrados nos sistemas e controles da CEF até a referida data."

Art. 3º Alterar a alínea 'c' e excluir as alíneas 'e', 'e.1' e 'e.2', do subitem 9.1.27, do Roteiro de Análise do Fundo de Compensação de Variações Salariais - FCVS, que vigorará com a seguinte redação:

"9.1.27 Campo 350 - Or/Co

c) contratos habilitados com OR/CO = 11 ou 22 a 25, 40, 41 e 50, mas, na análise documental, não se verifica a comprovação de que não se trata de origem de recursos do FGTS, serão reenquadrados com OR/CO = 32 ou 35 e % CEF = 100%."

Art. 4º Incluir no anexo XI do Roteiro de Análise do FCVS, que vigorará com a seguinte redação:

"Fica dispensada a comprovação pelos agentes financeiros de recolhimento de contribuição para os contratos assinados do período de 16 de junho de 1967 a 31 de dezembro de 1977."

Art. 5º Incluir no anexo XIII do Roteiro de Análise do FCVS, que vigorará com a seguinte redação:

"(4) Fica dispensada a comprovação pelos agentes financeiros de recolhimento de contribuição do período de 16 de junho de 1967 a 31 de dezembro de 1977."

Art. 6º Incluir no anexo XV do Roteiro de Análise do FCVS, que vigorará com a seguinte redação:

"(7) Fica dispensada a comprovação pelos agentes financeiros de recolhimento de contribuição do período de 16 de junho de 1967 a 31 de dezembro de 1977."

Art. 7º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

GUSTAVO ALVES TILLMANN
Presidente do Conselho

RESOLUÇÃO Nº 459, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2020

O CONSELHO CURADOR DO FUNDO DE COMPENSAÇÃO DE VARIAÇÕES SALARIAIS - CCFCVS, na forma do artigo 27 da Lei nº 10.150, de 21 de dezembro de 2000, e dos incisos II e III do artigo 1º do Regulamento anexo ao Decreto nº 4.378, de 16 de setembro de 2002, em sua 118ª reunião ordinária, realizada em 7 de dezembro de 2020, resolve:

Art. 1º Alterar o subitem 17.4.1 do Manual de Normas e Procedimentos Operacionais - MNPO, que vigorará com a seguinte redação:

"O Agente Financeiro que não possuir contrato nas situações previstas no subitem 17.4 deve encaminhar ofício à CAIXA, até 31 de agosto de cada ano, informando essa condição.

A comunicação da dispensa de encaminhamento dos arquivos com as informações para a avaliação atuarial do FCVS, recepcionada até 31 de agosto, será considerada para efeitos da avaliação atuarial daquele exercício, podendo essa

condição ser comunicada à Administradora do FCVS a qualquer tempo para fins de apuração da regularidade da instituição credora na instrução de processos de novação.

A obrigatoriedade de envio do ofício de comunicação da dispensa de encaminhamento dos arquivos com as informações para a avaliação atuarial do FCVS, em decorrência da inexistência de contratos nas situações previstas no subitem 17.4, poderá ser cumprida pelo agente financeiro cedente ou cessionário ou ainda pela instituição administradora da carteira do agente.

Alternativamente, a informação pode ser encaminhada por meio de mensagem eletrônica (e-mail) originada de endereço institucional e com assinatura eletrônica certificada.

Será facultado ao agente financeiro o envio da informação uma única vez, não sendo necessário repeti-la nos exercícios subsequentes, enquanto perdurar a situação de dispensa.

Uma vez informada tal condição pelo agente, a CAIXA efetuará comando de bloqueio na matrícula, restando o agente impedido de realizar novas habilitações de contratos enquanto perdurar a situação de dispensa.

A alteração dessa condição, ocasionada por eventual aquisição de créditos, bem como fusão, incorporação ou cisão de carteiras, submeterá o agente às disposições dos subitens 17.4 e 17.4.1."

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

GUSTAVO ALVES TILLMANN
Presidente do Conselho

SECRETARIA DE ORÇAMENTO FEDERAL

PORTARIA Nº 24.728, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2020

O SECRETÁRIO DE ORÇAMENTO FEDERAL, tendo em vista a autorização constante do art. 44, § 1º, inciso III, alínea "a", da Lei nº 13.898, de 11 de novembro de 2019, e

Considerando a possibilidade de utilização da fonte 48 - Operações de Crédito Externas - em Moeda para o atendimento da ação "Cadastro, Recomposição e Produção Florestal" e a concomitante redução da fonte 44 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações, no Serviço Florestal Brasileiro - SFB;

Considerando a viabilidade de utilização do excesso de arrecadação da fonte 50 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação para a realização da ação "Pesquisa, Desenvolvimento, Fabricação e Comercialização de Componentes Semicondutores" e a consequente disponibilização das fontes 00 - Recursos Primários de Livre Aplicação e 44, no Centro Nacional de Tecnologia Eletrônica Avançada - S.A. - CEITEC;

Considerando a frustração na arrecadação das fontes 36 - Recursos Vinculados a Aplicações em Outras Políticas Públicas e 50, e a necessidade de ajuste na aplicação da fonte 95 - Doações de Entidades Internacionais, bem como a viabilidade de utilização do superávit financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício de 2019, relativo à fonte 50, com vistas à execução das ações "Administração da Unidade", "Apoio à Criação, Gestão e Implementação das Unidades de Conservação Federais", "Execução de Pesquisa e Conservação de Espécies e do Patrimônio Espeleológico" e "Fiscalização Ambiental e Prevenção e Combate a Incêndios Florestais", no Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade;

Considerando a frustração da fonte 50 e a possibilidade de aproveitamento do superávit financeiro apurado no balanço patrimonial do ano de 2019, concernente à mesma fonte, visando à consecução de despesas relacionadas à ação "Administração da Unidade", na Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - CODEVASF; e

Considerando a oportunidade de maximização do uso do superávit financeiro apurado no balanço patrimonial de 2019, referente às fontes 50 e 80 - Recursos Próprios Financeiros, com o objetivo de desenvolver atividades voltadas à gestão descentralizada do Programa Bolsa Família - PBF e do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal - Cadastro Único, na Administração Direta do Ministério da Cidadania, resolve:

Art. 1º Modificar, na forma dos Anexos I e II desta Portaria, as fontes de recursos constantes da Lei nº 13.978, de 17 de janeiro de 2020, no que concerne aos Ministérios da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações; do Meio Ambiente; Desenvolvimento Regional; e da Cidadania.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GEORGE SOARES

ANEXOS

ÓRGÃO: 22000 - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
UNIDADE: 22106 - Serviço Florestal Brasileiro - SFB
ANEXO I — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	1041	Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade e dos Recursos Naturais							10.000.000
		Atividades							
18 541	1041 20WA	Cadastro, Recomposição e Produção Florestal							10.000.000
18 541	1041 20WA 0001	Cadastro, Recomposição e Produção Florestal - Nacional							10.000.000
			F	3	2	90	0	148	6.500.000
			F	4	2	90	0	148	3.500.000
TOTAL - FISCAL									10.000.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									10.000.000

ÓRGÃO: 24000 - Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações
UNIDADE: 24209 - Centro Nacional de Tecnologia Eletrônica Avançada - S.A. - CEITEC
ANEXO I — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2208	Tecnologias Aplicadas, Inovação e Desenvolvimento Sustentável							1.569.066
		Atividades							
19 662	2208 6432	Pesquisa, Desenvolvimento, Fabricação e Comercialização de Componentes Semicondutores							1.569.066
19 662	2208 6432 0001	Pesquisa, Desenvolvimento, Fabricação e Comercialização de Componentes Semicondutores - Nacional							1.569.066
			F	3	2	90	0	250	1.569.066
TOTAL - FISCAL									1.569.066
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									1.569.066

ÓRGÃO: 44000 - Ministério do Meio Ambiente
UNIDADE: 44207 - Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
ANEXO I — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0032	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo							2.171.261
		Atividades							
18 122	0032 2000	Administração da Unidade							2.171.261
18 122	0032 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional							2.171.261
			F	3	2	90	0	650	2.171.261
	1041	Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade e dos Recursos Naturais							7.924.857
		Atividades							
18 541	1041 20WM	Apoio à Criação, Gestão e Implementação das Unidades de Conservação Federais							5.623.400
18 541	1041 20WM 0001	Apoio à Criação, Gestão e Implementação das Unidades de Conservação Federais - Nacional							5.623.400
			F	3	9	90	0	650	4.757.200
			F	4	9	90	0	650	866.200
18 541	1041 20WN	Execução de Pesquisa e Conservação de Espécies e do Patrimônio Espeleológico							2.301.457
18 541	1041 20WN 0001	Execução de Pesquisa e Conservação de Espécies e do Patrimônio Espeleológico - Nacional							2.301.457
			F	3	2	90	0	650	2.301.457
	6014	Prevenção e Controle do Desmatamento e dos Incêndios nos Biomas							527.420
		Atividades							
18 125	6014 214P	Fiscalização Ambiental e Prevenção e Combate a Incêndios Florestais							527.420
18 125	6014 214P 0001	Fiscalização Ambiental e Prevenção e Combate a Incêndios Florestais - Nacional							527.420
			F	3	2	90	0	650	527.420
TOTAL - FISCAL									10.623.538
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									10.623.538

ÓRGÃO: 53000 - Ministério do Desenvolvimento Regional
UNIDADE: 53201 - Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - CODEVASF
ANEXO I — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0032	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo							2.000.000
		Atividades							
04 122	0032 2000	Administração da Unidade							2.000.000
04 122	0032 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional							2.000.000
			F	3	2	90	0	650	2.000.000
TOTAL - FISCAL									2.000.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									2.000.000

ÓRGÃO: 55000 - Ministério da Cidadania
UNIDADE: 55101 - Ministério da Cidadania - Administração Direta
ANEXO I — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	5028	Inclusão Social por meio do Bolsa Família e da Articulação de Políticas Públicas							24.130.000
		Atividades							
08 244	5028 8446	Serviço de Apoio à Gestão Descentralizada do Programa Bolsa Família							24.130.000
08 244	5028 8446 0001	Serviço de Apoio à Gestão Descentralizada do Programa Bolsa Família - Nacional							24.130.000
			S	3	1	41	0	350	9.729.260
			S	3	1	41	0	380	14.400.740
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									24.130.000
TOTAL - GERAL									24.130.000

ÓRGÃO: 22000 - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
UNIDADE: 22106 - Serviço Florestal Brasileiro - SFB
ANEXO II — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	1041	Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade e dos Recursos Naturais							10.000.000
		Atividades							
18 541	1041 20WA	Cadastro, Recomposição e Produção Florestal							10.000.000
18 541	1041 20WA 0001	Cadastro, Recomposição e Produção Florestal - Nacional							10.000.000
			F	3	2	90	0	144	6.500.000
			F	4	2	90	0	144	3.500.000
TOTAL - FISCAL									10.000.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									10.000.000

ÓRGÃO: 24000 - Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações
UNIDADE: 24209 - Centro Nacional de Tecnologia Eletrônica Avançada - S.A. - CEITEC
ANEXO II — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2208	Tecnologias Aplicadas, Inovação e Desenvolvimento Sustentável							1.569.066
		Atividades							
19 662	2208 6432	Pesquisa, Desenvolvimento, Fabricação e Comercialização de Componentes Semicondutores							1.569.066
19 662	2208 6432 0001	Pesquisa, Desenvolvimento, Fabricação e Comercialização de Componentes Semicondutores - Nacional							1.569.066
			F	3	2	90	0	100	12.245
			F	3	2	90	0	144	1.556.821
TOTAL - FISCAL									1.569.066
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									1.569.066

ÓRGÃO: 44000 - Ministério do Meio Ambiente
UNIDADE: 44207 - Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
ANEXO II — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0032	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo							2.171.261
		Atividades							
18 122	0032 2000	Administração da Unidade							2.171.261
18 122	0032 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional							2.171.261
			F	3	2	90	0	250	2.171.261
	1041	Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade e dos Recursos Naturais							7.924.857
		Atividades							
18 541	1041 20WM	Apoio à Criação, Gestão e Implementação das Unidades de Conservação Federais							5.623.400
18 541	1041 20WM 0001	Apoio à Criação, Gestão e Implementação das Unidades de Conservação Federais - Nacional							5.623.400

			F	3	9	90	0	195	1.756.066
			F	3	9	90	0	236	3.001.004
			F	3	9	90	0	250	130
			F	4	9	90	0	195	866.200
18 541	1041 20WN	Execução de Pesquisa e Conservação de Espécies e do Patrimônio Espeleológico							2.301.457
18 541	1041 20WN 0001	Execução de Pesquisa e Conservação de Espécies e do Patrimônio Espeleológico - Nacional							2.301.457
			F	3	2	90	0	250	2.301.457
	6014	Prevenção e Controle do Desmatamento e dos Incêndios nos Biomas							527.420
		Atividades							
18 125	6014 214P	Fiscalização Ambiental e Prevenção e Combate a Incêndios Florestais							527.420
18 125	6014 214P 0001	Fiscalização Ambiental e Prevenção e Combate a Incêndios Florestais - Nacional							527.420
			F	3	2	90	0	250	527.420
TOTAL - FISCAL									10.623.538
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									10.623.538

ÓRGÃO: 53000 - Ministério do Desenvolvimento Regional

UNIDADE: 53201 - Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - CODEVASF

ANEXO II — Outras Alterações Orçamentárias

PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0032	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo							2.000.000
		Atividades							
04 122	0032 2000	Administração da Unidade							2.000.000
04 122	0032 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional							2.000.000
			F	3	2	90	0	250	2.000.000
TOTAL - FISCAL									2.000.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									2.000.000

ÓRGÃO: 55000 - Ministério da Cidadania

UNIDADE: 55101 - Ministério da Cidadania - Administração Direta

ANEXO II — Outras Alterações Orçamentárias

PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	5028	Inclusão Social por meio do Bolsa Família e da Articulação de Políticas Públicas							24.130.000
		Atividades							
08 244	5028 8446	Serviço de Apoio à Gestão Descentralizada do Programa Bolsa Família							24.130.000
08 244	5028 8446 0001	Serviço de Apoio à Gestão Descentralizada do Programa Bolsa Família - Nacional							24.130.000
			S	3	1	41	0	180	24.130.000
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									24.130.000
TOTAL - GERAL									24.130.000

SECRETARIA ESPECIAL DE PREVIDÊNCIA E TRABALHO

PORTARIA Nº 24.782, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2020

O SECRETÁRIO ESPECIAL DE PREVIDÊNCIA E TRABALHO DO MINISTÉRIO DA ECONOMIA, no uso de suas atribuições e tendo em vista a delegação de competência de que trata a Portaria GME n° 117, de 26 de março de 2019, publicada no DOU de 27 de março de 2019, seção 1, página 9 - (Processo nº 10132.112037/2020-90), resolve

Art. 1º Estabelecer que, para o mês de dezembro de 2020, os fatores de atualização:

I - das contribuições vertidas de janeiro de 1967 a junho de 1975, para fins de cálculo do pecúlio (dupla cota) correspondente, serão apurados mediante a aplicação do índice de reajustamento de 1,000000 - utilizando-se a Taxa Referencial-TR do mês de novembro de 2020;

II - das contribuições vertidas de julho de 1975 a julho de 1991, para fins de cálculo de pecúlio (simples), serão apurados mediante a aplicação do índice de reajustamento de 1,003300 - utilizando-se a Taxa Referencial-TR do mês de novembro de 2020 mais juros;

III - das contribuições vertidas a partir de agosto de 1991, para fins de cálculo de pecúlio (novo), serão apurados mediante a aplicação do índice de reajustamento de 1,000000 - utilizando-se a Taxa Referencial-TR do mês de novembro de 2020; e

IV - dos salários-de-contribuição, para fins de concessão de benefícios no âmbito de Acordos Internacionais, serão apurados mediante a aplicação do índice de 1,009500.

Art. 2º A atualização monetária dos salários-de-contribuição para a apuração do salário-de-benefício, de que trata o art. 33 do Regulamento da Previdência Social - RPS, aprovado pelo Decreto nº 3.048, de 6 de maio de 1999, e a atualização monetária das parcelas relativas aos benefícios pagos com atraso, de que trata o art. 175 do referido Regulamento, no mês de dezembro de 2020, será efetuada mediante a aplicação do índice de 1,009500.

Art. 3º A atualização de que tratam os §§ 2º a 5º do art. 154 do RPS, será efetuada com base no mesmo índice a que se refere o art. 2º.

Art. 4º Se após a atualização monetária dos valores de que tratam os §§ 2º a 5º do art. 154 e o art. 175 do RPS, os valores devidos forem inferiores ao valor original da dívida, deverão ser mantidos os valores originais.

Art. 5º As respectivas tabelas com os fatores de atualização, mês a mês, encontram-se na rede mundial de computadores, no sítio https://www.gov.br/previdencia/pt-br/assuntos/previdencia-social, página "Legislação da Previdência Social".

Art. 6º O Ministério da Economia, o Instituto Nacional do Seguro Social - INSS e a Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência - DATAPREV adotarão as providências necessárias ao cumprimento do disposto nesta Portaria.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

BRUNO BIANCO LEAL

SECRETARIA DE TRABALHO
COORDENAÇÃO-GERAL DE RECURSOS

DESPACHOS DE 7 DE DEZEMBRO DE 2020

O Coordenador-Geral de Recursos da Secretaria do Trabalho/ME, no uso de sua competência, prevista no Art. 32, inciso I, alíneas "a", "b" e "f", anexo IX, da Portaria Nº 1.153, de 30 de outubro de 2017, com Amparo no Art. 50, §1º, da Lei 9.784/99, decidiu os processos de auto de Infração ou notificação de débito nos seguintes termos:

1) Em apreciação de recurso voluntario:

1.1 Pela procedência de auto infração ou da notificação de débito.

Nº	Processo	AI	Empresa	UF
1	46200.001231/2016-51	209475412	Contax-Mobitel S.A.	AC
2	46200.001232/2016-03	209451165	Contax-Mobitel S.A.	AC
3	46200.001238/2016-72	209484578	Contax-Mobitel S.A.	AC
4	46200.001239/2016-17	209520981	Contax-Mobitel S.A.	AC
5	46200.001240/2016-41	209521155	Contax-Mobitel S.A.	AC
6	46200.001263/2016-56	209478489	Contax-Mobitel S.A.	AC
7	46200.001270/2016-58	209506334	Contax-Mobitel S.A.	AC
8	46200.001272/2016-47	209494191	Contax-Mobitel S.A.	AC
9	46201.001665/2016-41	209237155	Associacao Sul Brasileira de Educacao e Assistencia Social	AL
10	46201.001666/2016-95	209253401	Associacao Sul Brasileira de Educacao e Assistencia Social	AL
11	46201.001667/2016-30	209253436	Associacao Sul Brasileira de Educacao e Assistencia Social	AL
12	46201.001669/2016-29	209242523	Associacao Sul Brasileira de Educacao e Assistencia Social	AL
13	46201.002219/2018-15	214890350	Bra Servicos Administrativos Ltda	AL
14	46201.002450/2018-17	214952002	Bra Servicos Administrativos Ltda	AL
15	46201.002460/2018-44	214952410	Bra Servicos Administrativos Ltda	AL
16	46201.001333/2018-28	214325164	Coop Reg dos Produtores de Acucar e Alcool de Alagoas	AL
17	46201.001335/2018-17	214325300	Coop Reg dos Produtores de Acucar e Alcool de Alagoas	AL
18	46201.003134/2018-54	215286995	Felipe C Vasconcelos de Melo Eventos	AL

19	46201.005074/2016-42	210361298	Fundacao Bradesco	AL
20	46201.001683/2018-94	214454690	Fundação Hospital da Agro-Ind do Acucar e do Alcool de Alagoas	AL
21	46201.001684/2018-39	214466302	Fundação Hospital da Agro-Ind do Acucar e do Alcool de Alagoas	AL
22	46201.002806/2018-12	215103157	GPS Empreendimentos Ltda	AL
23	46202.005711/2018-32	215253159	B. C. Martins Neto	AM
24	46202.006504/2017-14	212251538	Construtora Sao Francisco Ltda - Me	AM
25	46202.006505/2017-69	212251546	Construtora Sao Francisco Ltda - Me	AM
26	46202.006506/2017-11	212251511	Construtora Sao Francisco Ltda - Me	AM
27	46202.006507/2017-58	212251490	Construtora Sao Francisco Ltda - Me	AM
28	46202.006508/2017-01	212251520	Construtora Sao Francisco Ltda - Me	AM
29	46202.006509/2017-47	212251554	Construtora Sao Francisco Ltda - Me	AM
30	46202.006510/2017-71	212251503	Construtora Sao Francisco Ltda - Me	AM
31	46202.005188/2017-63	211934917	Super Trans Transportes Logistica e Servicos Ltda	AM
32	47904.007051/2015-37	206607610	Atemdo Atendimento Medico Domiciliar Ltda	BA
33	47904.007062/2015-17	206607598	Atemdo Atendimento Medico Domiciliar Ltda	BA
34	47904.007339/2015-10	206794568	Atemdo Atendimento Medico Domiciliar Ltda	BA
35	47904.004137/2015-16	206303505	Bouzas Maciel Industria e Comercio Ltda - Epp	BA
36	46205.115768/2018-19	216408393	A Geradora Aluguel de Maquinas S.A.	CE
37	46205.115769/2018-63	216408415	A Geradora Aluguel de Maquinas S.A.	CE
38	46205.115770/2018-98	216408423	A Geradora Aluguel de Maquinas S.A.	CE
39	46205.115771/2018-32	216408431	A Geradora Aluguel de Maquinas S.A.	CE
40	46205.115772/2018-87	216408440	A Geradora Aluguel de Maquinas S.A.	CE
41	46205.008000/2018-90	215104846	Agropecuaria Comercio e Industria Liduina Ltda	CE
42	46205.008024/2018-49	215105583	Agropecuaria Comercio e Industria Liduina Ltda	CE
43	46205.008025/2018-93	215105150	Agropecuaria Comercio e Industria Liduina Ltda	CE
44	46205.008026/2018-38	215105117	Agropecuaria Comercio e Industria Liduina Ltda	CE
45	46205.008027/2018-82	215105231	Agropecuaria Comercio e Industria Liduina Ltda	CE
46	46205.008049/2018-42	215107063	Agropecuaria Comercio e Industria Liduina Ltda	CE
47	46205.008051/2018-11	215107551	Agropecuaria Comercio e Industria Liduina Ltda	CE
48	46205.001887/2019-76	216890829	Beach Park Hoteis e Turismo S/A	CE
49	46205.114077/2018-06	216049679	Beach Park Hoteis e Turismo S/A	CE
50	46205.114080/2018-11	216049814	Beach Park Hoteis e Turismo S/A	CE
51	46205.114082/2018-19	216049962	Beach Park Hoteis e Turismo S/A	CE
52	46205.114083/2018-55	216050545	Beach Park Hoteis e Turismo S/A	CE
53	46205.115030/2018-51	216220858	Bus Car Refrigeracao Automotiva Eireli	CE
54	46205.115031/2018-04	216220823	Bus Car Refrigeracao Automotiva Eireli	CE
55	46205.115032/2018-41	216220815	Bus Car Refrigeracao Automotiva Eireli	CE
56	46205.000638/2019-63	216624479	Catatau Aco Ltda	CE
57	46205.000640/2019-32	216624487	Catatau Aco Ltda	CE
58	46205.113450/2018-01	215921348	Jotuje Distribuidora Ltda	CE
59	46205.113922/2018-18	216031109	Jotuje Distribuidora Ltda	CE
60	46205.006654/2016-17	209428708	Unimed Fortaleza Sociedade Cooperativa Medica Ltda	CE
61	46205.006656/2016-14	209429356	Unimed Fortaleza Sociedade Cooperativa Medica Ltda	CE
62	46205.006657/2016-51	209429178	Unimed Fortaleza Sociedade Cooperativa Medica Ltda	CE
63	46207.003409/2014-76	203336241	Frigorifico Kinka Regis Ltda	ES
64	46207.000737/2018-44	213870282	Himalaia Refrigeracao e Conservacao Eireli	ES
65	46207.000738/2018-99	213869471	Himalaia Refrigeracao e Conservacao Eireli	ES
66	46207.000739/2018-33	213868776	Himalaia Refrigeracao e Conservacao Eireli	ES
67	46207.000740/2018-68	213869713	Himalaia Refrigeracao e Conservacao Eireli	ES
68	46207.000741/2018-11	213868733	Himalaia Refrigeracao e Conservacao Eireli	ES
69	46288.000884/2017-81	213310953	Hospital Evangelico de Cachoeiro de Itapemirim	ES
70	46207.006735/2018-69	215343735	Milena F Souza	ES
71	46207.006736/2018-11	215343743	Milena F Souza	ES
72	46207.008285/2018-49	215618769	Milena F Souza	ES
73	46207.008286/2018-93	215618793	Milena F Souza	ES
74	46207.008287/2018-38	215618840	Milena F Souza	ES
75	46207.008288/2018-82	215618874	Milena F Souza	ES
76	46207.008297/2018-73	215618904	Milena F Souza	ES
77	46207.008302/2018-48	215618815	Milena F Souza	ES
78	46207.008304/2018-37	215618866	Milena F Souza	ES
79	46207.008305/2018-81	215618785	Milena F Souza	ES
80	46207.008306/2018-26	215618882	Milena F Souza	ES
81	46207.008307/2018-71	215619269	Milena F Souza	ES
82	46288.000692/2018-55	215834453	Posto Nogueira Ltda	ES
83	46208.001287/2017-16	211242101	Eletrosom S/A	GO
84	46208.001288/2017-61	211241849	Eletrosom S/A	GO
85	46208.001290/2017-30	211241938	Eletrosom S/A	GO
86	46208.001292/2017-29	211241695	Eletrosom S/A	GO
87	46208.001294/2017-18	211241679	Eletrosom S/A	GO
88	46208.007483/2018-85	214997197	Eletrosom S/A	GO
89	46208.005390/2017-35	211895512	Norberta Maria Lemos de Melo Benicio de Paiva	GO
90	46208.005353/2017-27	211877140	Sociedade Goiana De Cultura	GO
91	47747.008176/2017-04	213387077	Arcos Dourados Comercio de Alimentos Ltda	MG
92	47747.008182/2017-53	213376610	Arcos Dourados Comercio de Alimentos Ltda	MG
93	47747.008184/2017-42	213375249	Arcos Dourados Comercio de Alimentos Ltda	MG
94	47747.008185/2017-97	213375257	Arcos Dourados Comercio de Alimentos Ltda	MG
95	47747.008189/2017-75	213376296	Arcos Dourados Comercio de Alimentos Ltda	MG
96	47747.008191/2017-44	213376270	Arcos Dourados Comercio de Alimentos Ltda	MG
97	46249.000662/2019-96	217408524	ATF Estruturas Metalicas Ltda	MG
98	46249.000663/2019-31	217408656	ATF Estruturas Metalicas Ltda	MG
99	46249.000664/2019-85	217408567	ATF Estruturas Metalicas Ltda	MG
100	46249.000665/2019-20	217408559	ATF Estruturas Metalicas Ltda	MG
101	46249.000666/2019-74	217408613	ATF Estruturas Metalicas Ltda	MG
102	46243.000836/2018-90	214511456	GM Manutencao e Servicos - Eireli - Epp	MG
103	46243.001176/2018-64	214954587	Itapua Editora e Grafica Ltda - Me	MG
104	46243.001177/2018-17	214954838	Itapua Editora e Grafica Ltda - Me	MG
105	46246.003434/2017-36	213524066	Luana Simoes Silva - Epp	MG
106	46246.003435/2017-81	213524082	Luana Simoes Silva - Epp	MG
107	46246.003439/2017-69	213524155	Luana Simoes Silva - Epp	MG
108	46246.003440/2017-93	213524163	Luana Simoes Silva - Epp	MG
109	46245.001878/2018-28	214073581	Toki Industria e Comercio de Moveis Ltda	MG
110	46242.000931/2018-01	215188608	Uirapuru Iate Clube	MG
111	46242.000932/2018-48	215188632	Uirapuru Iate Clube	MG
112	46242.000934/2018-37	215188616	Uirapuru Iate Clube	MG
113	46312.003351/2018-97	215295188	Ivna Pinto Luiz	MS
114	46312.003352/2018-31	215295218	Ivna Pinto Luiz	MS
115	46300.002409/2018-14	215244729	Ivnna Pinto Luiz	MS
116	46653.006345/2017-40	213551349	Rezende Artefatos de Concreto e Construções Ltda - Me	MT
117	46653.006346/2017-94	213551322	Rezende Artefatos de Concreto e Construções Ltda - Me	MT
118	46653.006347/2017-39	213551314	Rezende Artefatos de Concreto e Construções Ltda - Me	MT
119	46653.006348/2017-83	213551306	Rezende Artefatos de Concreto e Construções Ltda - Me	MT
120	46653.006349/2017-28	213551209	Rezende Artefatos de Concreto e Construções Ltda - Me	MT
121	46653.006350/2017-52	213551250	Rezende Artefatos de Concreto e Construções Ltda - Me	MT
122	46653.006351/2017-05	213551454	Rezende Artefatos de Concreto e Construções Ltda - Me	MT
123	46653.006355/2017-85	213551357	Rezende Artefatos de Concreto e Construções Ltda - Me	MT
124	46653.002704/2017-90	212282948	Rondai Segurança Ltda	MT
125	46653.002705/2017-34	212284649	Rondai Segurança Ltda	MT
126	46653.002706/2017-89	212286901	Rondai Segurança Ltda	MT
127	46653.002707/2017-23	212287702	Rondai Segurança Ltda	MT
128	46222.007540/2018-48	215770862	Cargill Agricola S A	PA
129	46222.007541/2018-92	215770269	Cargill Agricola S A	PA
130	46222.007545/2018-71	215770307	Cargill Agricola S A	PA
131	46222.007547/2018-60	215769881	Cargill Agricola S A	PA
132	46222.007743/2018-34	215792351	Cargill Agricola S A	PA
133	46222.007747/2018-12	215792505	Cargill Agricola S A	PA
134	46222.009709/2018-02	216462207	Easy Logistica Eireli	PA
135	46222.010469/2017-08	213617153	Glauciane Portela Dos Santos 56163290291	PA
136	46222.003245/2018-12	214689751	Hospital Porto Dias Ltda	PA
137	46222.001966/2019-79	216830435	Maguary Negocios e Participacoes Ltda	PA
138	46222.001970/2019-37	216830575	Maguary Negocios e Participacoes Ltda	PA
139	46222.001972/2019-26	216830664	Maguary Negocios e Participacoes Ltda	PA
140	46222.001975/2019-60	216830516	Maguary Negocios e Participacoes Ltda	PA
141	46222.002487/2019-70	216876214	Municipio de Tailandia	PA
142	46222.002500/2019-91	216876044	Municipio de Tailandia	PA
143	46222.002501/2019-35	216876508	Municipio de Tailandia	PA
144	46222.002529/2019-72	216876354	Municipio de Tailandia	PA
145	46222.004885/2017-69	212075063	Pro Saude - Associacao Beneficente de Assistencia Socia	PA
146	46222.004887/2017-58	212075080	Pro Saude - Associacao Beneficente de Assistencia Social	PA
147	46222.004888/2017-01	212075098	Pro Saude - Associacao Beneficente de Assistencia Social	PA

148	46222.007551/2018-28	215762851	Terminal Fronteira Norte - Logistica S.A.	PA
149	46222.007748/2018-67	215787412	Terminal Fronteira Norte - Logistica S.A.	PA
150	46222.007749/2018-10	215787421	Terminal Fronteira Norte - Logistica S.A.	PA
151	46222.007750/2018-36	215787447	Terminal Fronteira Norte - Logistica S.A.	PA
152	46222.007751/2018-81	215787455	Terminal Fronteira Norte - Logistica S.A.	PA
153	46222.007752/2018-25	215787463	Terminal Fronteira Norte - Logistica S.A.	PA
154	46222.007753/2018-70	215787471	Terminal Fronteira Norte - Logistica S.A.	PA
155	46222.007754/2018-14	215787498	Terminal Fronteira Norte - Logistica S.A.	PA
156	46222.007755/2018-69	215787501	Terminal Fronteira Norte - Logistica S.A.	PA
157	46213.018754/2016-97	210386274	Teleinformacoes Ltda	PE
158	46213.018755/2016-31	210386282	Teleinformacoes Ltda	PE
159	46213.018756/2016-86	210386304	Teleinformacoes Ltda	PE
160	46317.000478/2018-12	214260801	Agilcargo Logistica Ltda - Me	PR
161	46317.000493/2018-52	214417735	Agilcargo Logistica Ltda - Me	PR
162	46317.000957/2018-21	214608727	Agilcargo Logistica Ltda - Me	PR
163	46317.000958/2018-75	214608450	Agilcargo Logistica Ltda - Me	PR
164	46293.002221/2018-11	214481743	Banco do Brasil S.A	PR
165	46293.002225/2018-91	214468721	Banco do Brasil S.A	PR
166	46212.012919/2018-99	215360583	CDC Construcao Civil - Eireli	PR
167	46212.012920/2018-13	215360729	CDC Construcao Civil - Eireli	PR
168	46212.012922/2018-11	215365976	CDC Construcao Civil - Eireli	PR
169	46212.012923/2018-57	215366352	CDC Construcao Civil - Eireli	PR
170	46318.002251/2018-93	214326331	Claudio Nobuhiro Tominaga - Rural	PR
171	46319.000677/2018-01	214806553	Comércio de Madeiras Mavana Ltda	PR
172	46317.001178/2018-42	215137001	EUCATUR-Empresa Uniao Cascavel de Transportes e Turismo	PR
173	46317.001179/2018-97	215126041	EUCATUR-Empresa Uniao Cascavel de Transportes e Turismo	PR
174	46293.005083/2018-13	216177472	Hospital do Coracao de Londrina Ltda	PR
175	46293.005084/2018-68	216177499	Hospital do Coracao de Londrina Ltda	PR
176	46293.005085/2018-11	216177511	Hospital do Coracao de Londrina Ltda	PR
177	46293.005087/2018-00	216177464	Hospital do Coracao de Londrina Ltda	PR
178	46293.005088/2018-46	216177456	Hospital do Coracao de Londrina Ltda	PR
179	46293.005089/2018-91	216177448	Hospital do Coracao de Londrina Ltda	PR
180	46293.005090/2018-15	216177413	Hospital do Coracao de Londrina Ltda	PR
181	46293.005091/2018-60	216177545	Hospital do Coracao de Londrina Ltda	PR
182	46293.002806/2018-22	214771725	Hotel Sumatra Eireli	PR
183	46317.000929/2018-11	214565823	Industria De Alimentos El-Shadai Ltda	PR
184	46293.005466/2018-91	216486947	Industria Textil Apucarana Ltda	PR
185	46293.001347/2018-60	214081532	Itau Unibanco S.A.	PR
186	46293.001350/2018-83	214081541	Itau Unibanco S.A.	PR
187	46293.001385/2018-12	214187403	Lexus - Software Ltda.	PR
188	46319.000522/2018-66	214567508	Mavana Mecanica Industrial Ltda	PR
189	46212.000559/2018-82	213778203	MCP Transportes Rodoviarios S/A	PR
190	46212.000560/2018-15	213778220	MCP Transportes Rodoviarios S/A	PR
191	46212.000561/2018-51	213778238	MCP Transportes Rodoviarios S/A	PR
192	46318.004720/2018-17	215799411	Mota & Araujo Construcao Civil Ltda	PR
193	46318.004721/2018-53	215799640	Mota & Araujo Construcao Civil Ltda	PR
194	46318.004722/2018-06	215799747	Mota & Araujo Construcao Civil Ltda	PR
195	46318.004723/2018-42	215799780	Mota & Araujo Construcao Civil Ltda	PR
196	46318.004725/2018-31	215799933	Mota & Araujo Construcao Civil Ltda	PR
197	46318.004726/2018-86	215800125	Mota & Araujo Construcao Civil Ltda	PR
198	46318.004727/2018-21	215800222	Mota & Araujo Construcao Civil Ltda	PR
199	46212.001600/2018-38	213797046	Petrobras Transporte S.A - Transpetro	PR
200	46212.001606/2018-13	213797330	Petrobras Transporte S.A - Transpetro	PR
201	46212.001607/2018-50	213797321	Petrobras Transporte S.A - Transpetro	PR
202	46212.001608/2018-02	213797429	Petrobras Transporte S.A - Transpetro	PR
203	46212.001557/2019-91	216701864	Services Assessoria e Cobrancas Ltda	PR
204	46212.001558/2019-36	216701783	Services Assessoria e Cobrancas Ltda	PR
205	46212.002742/2019-01	216879922	Services Assessoria e Cobrancas Ltda	PR
206	46212.004953/2019-71	217139540	Services Assessoria e Cobrancas Ltda	PR
207	46212.020027/2018-61	216386462	Services Assessoria e Cobrancas Ltda	PR
208	46212.020028/2018-14	216387582	Services Assessoria e Cobrancas Ltda	PR
209	46212.020032/2018-74	216388112	Services Assessoria e Cobrancas Ltda	PR
210	46212.020033/2018-19	216388619	Services Assessoria e Cobrancas Ltda	PR
211	46212.020178/2018-10	216223865	Services Assessoria e Cobrancas Ltda	PR
212	46212.020640/2018-89	216461324	Services Assessoria e Cobrancas Ltda	PR
213	46212.020647/2018-09	216461260	Services Assessoria e Cobrancas Ltda	PR
214	46212.017901/2018-83	216076641	Sulnorte Servicos Maritimos Ltda	PR
215	46317.000956/2018-86	214611493	T.G.M. - Transportes Ltda	PR
216	46317.000959/2018-10	214610845	T.G.M. - Transportes Ltda	PR
217	46212.018424/2018-73	216141966	Uniao Paranaense de Ensino e Cultura -UNIPEC	PR
218	46212.018425/2018-18	216142377	Uniao Paranaense de Ensino e Cultura -UNIPEC	PR
219	46215.030913/2013-69	22862129	Associacao Sao Vicente de Paulo	RJ
220	46215.008270/2015-39	206347189	Associacao Sociedade Brasileira de Instrucao	RJ
221	46215.082670/2016-97	209889284	Atrio-Rio Service Tecnologia e Servicos Ltda	RJ
222	46228.000953/2015-07	206172648	Cardiocampos Pronto Socorro Cardiologico Ltda	RJ
223	46228.000955/2015-98	206173610	Cardiocampos Pronto Socorro Cardiologico Ltda	RJ
224	46228.000956/2015-32	206173636	Cardiocampos Pronto Socorro Cardiologico Ltda	RJ
225	46215.008300/2014-26	203306228	Casa & Video Rio de Janeiro S.A.	RJ
226	46215.006790/2016-98	208178295	Casa Clarim e Som Ltda - Me	RJ
227	46215.005289/2007-13	13966944	Clube de Regatas do Flamengo	RJ
228	46215.036882/2015-11	208657894	Companhia Municipal de Desenvolvimento de Petropolis	RJ
229	46215.036883/2015-66	208657916	Companhia Municipal de Desenvolvimento de Petropolis	RJ
230	46215.036884/2015-19	208657886	Companhia Municipal de Desenvolvimento De Petropolis	RJ
231	46215.036885/2015-55	208657843	Companhia Municipal de Desenvolvimento De Petropolis	RJ
232	46215.036886/2015-08	208658360	Companhia Municipal de Desenvolvimento De Petropolis	RJ
233	46215.014329/2012-85	23053046	Concessionaria Porto Novo S/A	RJ
234	46215.020067/2013-79	201508052	Concremat Engenharia e Tecnologia S/A	RJ
235	46215.002832/2009-92	19409354	Construtora Norberto Odebrecht S/A	RJ
236	46215.007644/2014-18	203245717	Contax S.A	RJ
237	46215.007645/2014-62	203246314	Contax S.A	RJ
238	46215.080438/2016-14	209486791	Editora O Dia Ltda	RJ
239	46215.009322/2014-11	203424522	Emasa Mineracao S.A	RJ
240	46215.009323/2014-58	203424808	Emasa Mineracao S.A	RJ
241	46215.009324/2014-01	203424824	Emasa Mineracao S.A	RJ
242	46215.009325/2014-47	203424859	Emasa Mineracao S.A	RJ
243	46215.009326/2014-91	203424875	Emasa Mineracao S.A	RJ
244	46215.009327/2014-36	203424913	Emasa Mineracao S.A	RJ
245	46215.009328/2014-81	203424948	Emasa Mineracao S.A	RJ
246	46215.017413/2012-51	20743661	Forja Rio Ltda	RJ
247	46215.017414/2012-03	20743670	Forja Rio Ltda	RJ
248	46215.023187/2015-90	207543666	Geosub Investigacoes Geotecnicas Subaquaticas Ltda - Me	RJ
249	46215.023188/2015-34	207543607	Geosub Investigacoes Geotecnicas Subaquaticas Ltda - Me	RJ
250	46215.023189/2015-89	207543623	Geosub Investigacoes Geotecnicas Subaquaticas Ltda - Me	RJ
251	46228.002446/2012-57	20517670	Guelli Comércio e Indústria de Alimentação Ltda	RJ
252	46215.003688/2014-79	202833399	HBS Vigilancia e Seguranca Ltda	RJ
253	46666.003204/2015-64	207875944	Heno S Choperia Ltda - Me	RJ
254	46666.003207/2015-06	207875987	Heno S Choperia Ltda - Me	RJ
255	46666.003208/2015-42	207875740	Heno S Choperia Ltda - Me	RJ
256	46670.000814/2016-28	209283980	Itau Unibanco S.A.	RJ
257	46230.002900/2015-73	206669011	J. C. Sistema de Higiene Ltda - Epp	RJ
258	46230.002906/2015-41	206669364	J. C. Sistema de Higiene Ltda - Epp	RJ
259	46230.002909/2015-84	206669429	J. C. Sistema de Higiene Ltda - Epp	RJ
260	46230.002913/2015-42	206669623	J. C. Sistema de Higiene Ltda - Epp	RJ
261	46666.002291/2017-02	212459767	K2 Fit Center Academia Ltda. - Me	RJ
262	46666.002388/2017-15	212500686	K2 Fit Center Academia Ltda. - Me	RJ
263	46666.002504/2017-98	212570609	K2 Fit Center Academia Ltda. - Me	RJ
264	46228.001214/2014-43	203279344	Leila C P Machado Alves M E - Me	RJ
265	46228.001574/2014-45	203413814	Leila C P Machado Alves M E - Me	RJ
266	46228.000064/2016-12	208697861	Lider Taxi Aereo S/A - Air Brasil	RJ
267	46215.016410/2012-08	20748869	Marapendi Serviços Médicos Ltda	RJ

268	46215.021462/2014-50	204751012	Nokia Solutions And Networks do Brasil Servicos Ltda.	RJ
269	46334.003959/2015-11	20748485	Petroleo Brasileiro S A Petrobras	RJ
270	46228.004333/2015-39	208626310	Renata Albernaz Duarte - Me	RJ
271	46228.004334/2015-83	208626352	Renata Albernaz Duarte - Me	RJ
272	46215.085976/2016-03	210350245	Rio de Janeiro Refrescos Ltda	RJ
273	46228.000194/2016-55	208743243	Rio de Janeiro Refrescos Ltda	RJ
274	46215.002883/2016-43	208933956	SBF Comercio de Produtos Esportivos Ltda	RJ
275	46215.025894/2007-19	14927071	Serviço Social do Comercio	RJ
276	46215.462820/2009-13	15290336	Telelistas (Regiao 1) Ltda	RJ
277	46215.024606/2013-49	202050416	Transportes Futuro Ltda	RJ
278	46215.009959/2015-81	206493932	Trocalor Industria Mecanica Ltda	RJ
279	46215.021575/2014-55	204785693	Vulcan Material Plastico Ltda	RJ
280	46215.021577/2014-44	204785715	Vulcan Material Plastico Ltda	RJ
281	46272.000474/2019-71	216728533	A. Bona	RS
282	46272.000475/2019-15	216728525	A. Bona	RS
283	46272.000476/2019-60	216728517	A. Bona	RS
284	46272.000477/2019-12	216728509	A. Bona	RS
285	46277.000826/2018-67	215808924	Ari Fernando Foletto	RS
286	46277.000827/2018-10	215808932	Ari Fernando Foletto	RS
287	46274.002266/2018-13	215377699	Banco Santander (Brasil) S.A.	RS
288	46274.002205/2018-48	215342241	Bunge Alimentos S/A	RS
289	46218.004372/2017-17	211546372	Cruz Vermelha Brasileira Filial do Estado do Rio Grande	RS
290	46218.004373/2017-61	211546429	Cruz Vermelha Brasileira Filial do Estado do Rio Grande	RS
291	46274.002374/2018-88	215432274	Enediane Martini	RS
292	46218.017984/2018-51	216143411	Icap - Instituto De Citologia E Anatomia Patologica Ltda	RS
293	46218.010662/2018-81	215225066	Industria Metalurgica Italo-Brasileira Ltda	RS
294	46218.010663/2018-25	215225082	Industria Metalurgica Italo-Brasileira Ltda	RS
295	46218.010664/2018-70	215225040	Industria Metalurgica Italo-Brasileira Ltda	RS
296	46271.005760/2018-51	216455863	Instituto de Gestão e Humanização - IGH	RS
297	46218.017978/2018-01	216143934	Jak Fotogravuras Industria Grafica Ltda	RS
298	46271.000308/2019-84	216599148	Mastertoy Indústria e Comércio de Plásticos Eireli	RS
299	46218.017219/2018-31	216078679	PCF Construtora Ltda	RS
300	46218.002606/2019-53	216857953	Restinga Transportes Coletivos Ltda.	RS
301	46218.017338/2018-93	216091021	RKL Componentes Automotivos Ltda	RS
302	46218.004257/2019-12	217100686	Silveira & Pinheiro Escolinha Infantil Ltda	RS
303	47182.000099/2018-50	214629597	Sociedade Educacional Rio Claro Ltda	RS
304	46273.001271/2018-19	215327691	Tecservice Ltda	RS
305	46273.001273/2018-08	215327713	Tecservice Ltda	RS
306	46218.017719/2018-72	216116821	TLSV Engenharia Ltda	RS
307	46218.017634/2018-94	216117151	Turis Silva Transportes Ltda	RS
308	46218.017639/2018-17	216117208	Univida Clinica Medica E Ocupacional Ltda	RS
309	46271.005003/2018-88	216081815	V.R.G. Indústria Metalúrgica Ltda.	RS
310	46271.005004/2018-22	216081840	V.R.G. Indústria Metalúrgica Ltda.	RS
311	46271.005005/2018-77	216081882	V.R.G. Indústria Metalúrgica Ltda.	RS
312	46220.007991/2018-03	215846052	Auto Posto Brambila Ltda	SC
313	46305.001462/2017-77	212647121	Cooperativa Central Aurora Alimentos	SC
314	46220.000462/2018-71	213773911	Dalinha Transportes Eireli - Epp	SC
315	46220.005550/2017-88	212438824	Montarte Locadora Ltda.	SC
316	46220.005551/2017-22	212427342	Montarte Locadora Ltda.	SC
317	46220.005553/2017-11	212427016	Montarte Locadora Ltda.	SC
318	46220.005554/2017-66	212438255	Montarte Locadora Ltda.	SC
319	46220.005555/2017-19	212431731	Montarte Locadora Ltda.	SC
320	46221.009399/2018-28	216036844	Companhia de Saneamento de Sergipe Deso	SE
321	46221.009400/2018-14	216039819	Companhia de Saneamento de Sergipe Deso	SE
322	46221.009401/2018-69	216036640	Companhia de Saneamento de Sergipe Deso	SE
323	46221.009402/2018-11	216036542	Companhia de Saneamento de Sergipe Deso	SE
324	46221.001030/2017-96	211259012	Engeb - Botelho Engenharia Ltda.	SE
325	46221.001031/2017-31	211258989	Engeb - Botelho Engenharia Ltda.	SE
326	46221.001032/2017-85	211258873	Engeb - Botelho Engenharia Ltda.	SE
327	46221.010885/2018-99	216279496	Josilda Soares dos Santos 03266279441	SE
328	46221.001798/2018-41	214137520	M.W.L. Produtos Farmaceuticos Eireli - Me	SE
329	46221.003197/2017-91	211775843	Panificacao Ideal Ltda - Me	SE
330	46221.003198/2017-36	211775711	Panificacao Ideal Ltda - Me	SE
331	46221.003199/2017-81	211775762	Panificacao Ideal Ltda - Me	SE
332	46221.003200/2017-77	211775789	Panificacao Ideal Ltda - Me	SE
333	46221.003201/2017-11	211775819	Panificacao Ideal Ltda - Me	SE
334	46221.002528/2017-76	211594997	Pedro Mariano de Souza Filho - Me	SE
335	46221.004558/2017-17	212136003	Rosana Martins Ramos Santos - Me	SE
336	46262.002641/2018-56	214959783	Akzo Nobel Ltda	SP
337	46262.002642/2018-09	214960081	Akzo Nobel Ltda	SP
338	46255.002044/2015-78	207133654	Arcos Dourados Comercio De Alimentos Ltda	SP
339	46268.003637/2018-55	216497361	Associacao Educacional de Jales	SP
340	46268.003638/2018-08	216497469	Associacao Educacional de Jales	SP
341	46254.000865/2018-22	214072436	Associacao Hospitalar Beneficente do Brasil	SP
342	46254.000866/2018-77	214072231	Associacao Hospitalar Beneficente do Brasil	SP
343	46254.000867/2018-11	214072401	Associacao Hospitalar Beneficente do Brasil	SP
344	46254.000868/2018-66	214072410	Associacao Hospitalar Beneficente do Brasil	SP
345	46254.000869/2018-19	214072282	Associacao Hospitalar Beneficente do Brasil	SP
346	46736.004550/2013-27	201131374	Auto Escola Alencar Ltda - Me	SP
347	47998.009303/2016-41	211015911	Bagley do Brasil Alimentos Ltda	SP
348	46736.003431/2017-81	212455052	Comercio de Produtos Alimenticios SG Ltda. - Me	SP
349	46736.003432/2017-25	212454919	Comercio de Produtos Alimenticios SG Ltda. - Me	SP
350	46736.003433/2017-70	212454501	Comercio de Produtos Alimenticios SG Ltda. - Me	SP
351	46261.002815/2017-18	212088416	Companhia Bandeirantes de Armazens Gerais	SP
352	46261.002816/2017-54	212076469	Companhia Bandeirantes de Armazens Gerais	SP
353	46261.002817/2017-07	212069071	Companhia Bandeirantes de Armazens Gerais	SP
354	46261.002818/2017-43	212069039	Companhia Bandeirantes de Armazens Gerais	SP
355	46262.000328/2017-01	211129771	Concessionaria SPMAR S/A	SP
356	46262.000329/2017-47	211131121	Concessionaria SPMAR S/A	SP
357	46262.000330/2017-71	211129241	Concessionaria SPMAR S/A	SP
358	46262.000331/2017-16	211129208	Concessionaria SPMAR S/A	SP
359	46263.001922/2016-10	209623837	Costa & Zampieri Ltda - Epp	SP
360	46266.005695/2016-71	210721405	Dufry Lojas Francas Ltda.	SP
361	46257.001546/2013-08	24764876	Ecoosasco Ambiental S/A	SP
362	46736.004787/2010-65	21802920	Frigorifico Rocca Ltda	SP
363	46736.003132/2017-46	212370219	Fundacao Centro de Atendimento Socioeducativo ao Adolescente	SP
364	46736.003133/2017-91	212370146	Fundacao Centro de Atendimento Socioeducativo ao Adolescente	SP
365	46736.003134/2017-35	212370111	Fundacao Centro de Atendimento Socioeducativo ao Adolescente	SP
366	46736.003135/2017-80	212370065	Fundacao Centro de Atendimento Socioeducativo ao Adolescente	SP
367	46736.003136/2017-24	212370081	Fundacao Centro de Atendimento Socioeducativo ao Adolescente	SP
368	46439.000135/2017-82	211263419	General Motors do Brasil Ltda.	SP
369	47998.008471/2017-09	213595001	Honda Automoveis do Brasil Ltda	SP
370	47998.008545/2017-07	213595036	Honda Automoveis do Brasil Ltda	SP
371	47998.008547/2017-98	213595052	Honda Automoveis do Brasil Ltda	SP
372	46263.003339/2017-24	213080443	Industrias Arteb Ltda - Em Recuperacao Judicial Em Recuperacao Judicial	SP
373	46263.003340/2017-59	213080401	Industrias Arteb Ltda - Em Recuperacao Judicial Em Recuperacao Judicial	SP
374	46263.003341/2017-01	213080397	Industrias Arteb Ltda - Em Recuperacao Judicial Em Recuperacao Judicial	SP
375	46263.003344/2017-37	213080311	Industrias Arteb Ltda - Em Recuperacao Judicial Em Recuperacao Judicial	SP
376	46262.002559/2018-21	214883981	Instruval Instrumentos e Servicos Ltda	SP
377	46262.002772/2018-33	215009452	Instruval Instrumentos e Servicos Ltda	SP
378	46262.001701/2017-32	211904996	Magneti Marelli Cofap Fabricadora de Pecas Ltda.	SP
379	46262.001703/2017-21	211904970	Magneti Marelli Cofap Fabricadora de Pecas Ltda.	SP
380	46262.001704/2017-76	211904961	Magneti Marelli Cofap Fabricadora de Pecas Ltda.	SP
381	46262.001705/2017-11	211904953	Magneti Marelli Cofap Fabricadora de Pecas Ltda.	SP
382	46256.003610/2017-11	213606895	Municipio de Salto Grande	SP
383	46219.011752/2017-06	212534581	Pirelli Pneus Ltda.	SP
384	46255.001784/2014-14	203815521	Procter & Gamble do Brasil S.A.	SP
385	46255.001785/2014-51	203815661	Procter & Gamble do Brasil S.A.	SP
386	46255.001786/2014-03	203815548	Procter & Gamble do Brasil S.A.	SP
387	46427.001116/2018-93	215137337	Resinas Sao Joao Ltda	SP
388	46427.000203/2018-23	213941724	Sindicato dos Empregados no Comercio de Itapeva	SP
389	46473.002564/2017-78	211992780	Tecno Therm Manutencao em Ar Condicionado Ltda - Me	SP
390	46264.000348/2015-91	206086415	Transportadora Marca de Ibate Ltda	SP
391	46264.000349/2015-36	206088663	Transportadora Marca de Ibate Ltda	SP
392	46264.000350/2015-61	206087098	Transportadora Marca de Ibate Ltda	SP
393	46264.000351/2015-13	206087683	Transportadora Marca de Ibate Ltda	SP

394	46264.000362/2015-95	206087250	Transportadora Marca de Ibate Ltda	SP
395	46219.001304/2018-77	213853655	Umanizzare Gestao Prisional e Servicos S.A	SP
396	46219.001307/2018-19	213853680	Umanizzare Gestao Prisional e Servicos S.A	SP
397	46219.001309/2018-08	213853701	Umanizzare Gestao Prisional e Servicos S.A	SP
398	46219.001313/2018-68	213853744	Umanizzare Gestao Prisional e Servicos S.A	SP
399	46219.001316/2018-00	213853779	Umanizzare Gestao Prisional e Servicos S.A	SP
400	46262.002867/2018-57	215114833	VMH Comercio de Alimentos Eireli	SP
401	46262.003077/2018-99	215223021	VMH Comercio de Alimentos Eireli	SP
402	46262.003078/2018-33	215223012	VMH Comercio de Alimentos Eireli	SP
403	46262.003079/2018-88	215222989	VMH Comercio de Alimentos Eireli	SP
404	46263.000838/2016-89	209036478	Volkswagen do Brasil Industria de Veiculos Automotores Ltda	SP
405	46226.004782/2018-40	213592878	Auto Posto Vitoria Comércop de Combustiveis Ltda	TO
406	46226.006192/2018-51	214239527	Umberto Pereira da Cruz Cardoso	TO
407	46226.006194/2018-41	214239560	Umberto Pereira da Cruz Cardoso	TO
408	46226.006196/2018-30	214239519	Umberto Pereira da Cruz Cardoso	TO
409	46226.006198/2018-29	214239497	Umberto Pereira da Cruz Cardoso	TO
Nº	PROCESSO	NOTIFICAÇÃO DE DÉBITO DE FGTS	EMPRESA	UF
1	46243.001175/2018-10	201164817	Itapua Editora e Gráfica Ltda.	MG
2	46313.001218/2007-33	505900335 - TRet nº 506.709.311	Educadora Cetecon Ltda.	RJ

1.2 Pela improcedência de auto infração ou da notificação de débito.

Nº	Processo	AI	Empresa	UF
1	46201.004779/2016-42	210266953	Iloa Empreendimentos Turisticos Ltda	AL
2	46778.000722/2017-21	212109669	Itau Unibanco S.A.	BA
3	46778.000725/2017-64	212109791	Itau Unibanco S.A.	BA
4	46778.000727/2017-53	212109871	Itau Unibanco S.A.	BA
5	46778.000728/2017-06	212109880	Itau Unibanco S.A.	BA
6	46778.000731/2017-11	212109961	Itau Unibanco S.A.	BA
7	46778.000734/2017-55	212110021	Itau Unibanco S.A.	BA
8	46778.000737/2017-99	212110080	Itau Unibanco S.A.	BA
9	46778.000753/2017-81	212110471	Itau Unibanco S.A.	BA
10	46778.000756/2017-15	212110586	Itau Unibanco S.A.	BA
11	46778.000759/2017-59	212110667	Itau Unibanco S.A.	BA
12	46778.000775/2017-41	212110110	Itau Unibanco S.A.	BA
13	46778.000778/2017-85	212110209	Itau Unibanco S.A.	BA
14	46778.000781/2017-07	212110250	Itau Unibanco S.A.	BA
15	46778.000784/2017-32	212110306	Itau Unibanco S.A.	BA
16	46778.000787/2017-76	212110357	Itau Unibanco S.A.	BA
17	46778.000790/2017-90	212110438	Itau Unibanco S.A.	BA
18	46281.000992/2016-32	209772522	Jacuipe Veiculos Ltda	BA
19	46281.000995/2016-76	209772042	Jacuipe Veiculos Ltda	BA
20	46288.000845/2017-83	213205351	Micron-Ita Industria e Comercio de Minerais Ltda.	ES
21	46208.003394/2017-89	211558478	Eletrosom S/A	GO
22	46208.013500/2017-32	213214776	Mauricio Pinelli de Abreu	GO
23	46246.003437/2017-70	213524112	Luana Simoes Silva - Epp	MG
24	46246.003438/2017-14	213524139	Luana Simoes Silva - Epp	MG
25	46222.009238/2017-43	213363186	Leal Moreira Engenharia Ltda	PA
26	46222.000175/2019-21	216525241	MDS Construtora e Incorporadora Ltda	PA
27	46222.007299/2018-57	215704584	Saeng Engenharia e Comercio Ltda.	PA
28	46222.007310/2018-89	215704461	Saeng Engenharia e Comercio Ltda.	PA
29	46213.001978/2016-60	208786660	Via Varejo S/A	PE
30	46318.000844/2018-15	213953692	Paicandu Alimentos Eireli - Epp	PR
31	46318.000846/2018-12	213954184	Paicandu Alimentos Eireli - Epp	PR
32	46318.000855/2018-03	213953706	Paicandu Alimentos Eireli - Epp	PR
33	46318.000857/2018-94	213953731	Paicandu Alimentos Eireli - Epp	PR
34	46318.000858/2018-39	213953749	Paicandu Alimentos Eireli - Epp	PR
35	46318.000898/2018-81	213954010	Paicandu Alimentos Eireli - Epp	PR
36	46318.000915/2018-80	213953137	Paicandu Alimentos Eireli - Epp	PR
37	46318.000916/2018-24	213953145	Paicandu Alimentos Eireli - Epp	PR
38	46318.000921/2018-37	213954087	Paicandu Alimentos Eireli - Epp	PR
39	46317.000916/2018-34	214506398	Radio Cidade de Cascavel Ltda	PR
40	46212.020646/2018-56	216461286	Services Assessoria e Cobrancas Ltda	PR
41	46215.030438/2007-82	14984075	Amesc - Associacao Medica Espirita Crista	RJ
42	46666.002023/2016-00	210069287	Associacao Congregacao Desanta Catarina	RJ
43	46215.027804/2007-16	14982625	Atento Brasil S/A	RJ
44	46230.003695/2015-63	206848200	Auto Onibus Fagundes Ltda	RJ
45	46230.003696/2015-16	206847971	Auto Onibus Fagundes Ltda	RJ
46	46334.003084/2014-76	25547178	Camorim do Milenium Equipamentos para Telefonia Ltda	RJ
47	46215.020575/2015-19	207272778	Emccamp Residencial S.A.	RJ
48	46215.466374/2009-16	15266371	G P C Participações S/A	RJ
49	46215.006196/2017-88	211670251	G R Comercio de Aves e Ovos Ltda - Me	RJ
50	46666.002756/2007-45	15020207	GP - Servicos Gerais Ltda.	RJ
51	46666.002757/2007-90	15020215	GP - Servicos Gerais Ltda.	RJ
52	46230.002915/2015-31	206684096	J. C. Sistema de Higiene Ltda - Epp	RJ
53	46666.002292/2017-49	212460102	K2 Fit Center Academia Ltda. - Me	RJ
54	46215.027303/2012-05	20766718	Mercearia Arpoador Ltda	RJ
55	46228.002869/2013-58	201224291	Montarqis Empreiteira de Mao de Obra Ltda.	RJ
56	46232.001521/2016-27	209084723	Viacao Sul Fluminense Transportes e Turismo Ltda	RJ
57	46274.002314/2018-65	215383427	Joao Carlos Cioccari	RS
58	46220.008881/2018-51	216037034	Cooperativa Agropecuaria de Tubarao	SC
59	46220.002270/2015-56	206575475	Instituto Federal de Educacao, Ciencia e Tecnologia de	SC
60	46220.000585/2018-10	213888050	Lojas Salfer S.A	SC
61	46220.001540/2017-73	211429031	NCR Participacoes e Administracao de Bens Eireli	SC
62	46304.000799/2017-77	211559369	Rogga S.A Construtora e Incorporadora	SC
63	46304.000669/2017-34	211466735	Rogga S.A. Construtora e Incorporadora	SC
64	46221.005929/2015-16	206891296	Estrutura Construcoes Ltda	SE
65	46221.009810/2015-12	207810851	Estrutura Construções Ltda.	SE
66	46221.009820/2015-58	207811610	Estrutura Construções Ltda.	SE
67	46221.009831/2015-38	207811741	Estrutura Construções Ltda.	SE
68	46221.002530/2017-45	211595471	Pedro Mariano de Souza Filho - Me	SE
69	46268.003639/2018-44	216497540	Associacao Educacional de Jales	SP
70	46259.005649/2018-23	216020042	Avr Pre-Moldados Construcoes e Comercio Ltda.	SP
71	46254.004341/2014-87	204318564	Biopet Produtos Para Animais Ltda.	SP
72	46219.001715/2018-62	213927462	Churrascaria Fogo de Chao Jardins Ltda	SP
73	46219.001716/2018-15	213927357	Churrascaria Fogo de Chao Jardins Ltda	SP
74	46219.001718/2018-04	213882329	Churrascaria Fogo de Chao Jardins Ltda	SP
75	46263.001925/2016-53	209623926	Costa & Zampieri Ltda - Epp	SP
76	46473.003151/2014-68	203571941	Farmacia Drogadourado Ltda - Epp	SP
77	47999.005509/2012-69	24645923	Instituto das Pequenas Missionarias de Maria Imaculada	SP
78	46473.003136/2014-10	203563212	Silva, Morimoto & Cia Ltda - Epp	SP
79	46264.000352/2015-50	206087276	Transportadora Marca de Ibate Ltda	SP
80	46226.008988/2018-49	215812751	Delubio Gomes de Oliveira	TO
Nº	PROCESSO	NOTIFICAÇÃO DE DÉBITO DE FGTS	EMPRESA	UF
1	46220.008628/2017-16	201.022.869	Município de São Miguel Doeste	SC
2	47999.005510/2012-93	506.657.485	Instituto das Pequenas Missionarias de Maria Imaculada	SP

2- Em Apreciação de Recurso de Ofício:
2.1 Pela improcedência de auto Infração ou da notificação de débito.

Nº	Processo	AI	Empresa	UF
1	46205.009265/2018-13	215319753	Amuarama Turismo Ltda	CE
2	46205.007972/2018-67	215073967	Atento Brasil S/A	CE
3	46205.013521/2017-88	213214431	Maria A. A. Nagaura Prestadora de Servicos - Me	CE
4	46205.013522/2017-22	213214458	Maria A. A. Nagaura Prestadora de Servicos - Me	CE
5	46205.016257/2017-34	213675544	Poli-Nutri Alimentos S.A.	CE
6	46208.004776/2018-19	214551334	Borazo Montagens Industriais Ltda	GO
7	46208.009617/2018-01	215374517	Lee Transportes Ltda	GO
8	46208.007723/2018-41	215059379	Per Tutti Panificadora Ltda	GO
9	46208.011656/2018-60	215743962	Rapido Federal Viacao Limitada	GO
10	46208.011658/2018-59	215743709	Rapido Federal Viacao Limitada	GO
11	46208.011665/2018-51	215743920	Rapido Federal Viacao Limitada	GO
12	46208.011668/2018-94	215743687	Rapido Federal Viacao Limitada	GO
13	46208.011669/2018-39	215743628	Rapido Federal Viacao Limitada	GO
14	46208.007416/2018-61	214861872	Residencial Parque Flamboyant	GO
15	46208.007641/2018-05	215007093	Vieira e Teixeira Imobiliaria Ltda	GO

16	46208.004878/2018-26	214560147	Willesley Nunes Pereira	GO
17	46208.004879/2018-71	214533522	Willesley Nunes Pereira	GO
18	46208.004880/2018-03	214533573	Willesley Nunes Pereira	GO
19	46208.004882/2018-94	214560236	Willesley Nunes Pereira	GO
20	46208.004883/2018-39	214533557	Willesley Nunes Pereira	GO
21	46243.000678/2017-97	211585548	Ferrosider Componentes Ltda	MG
22	46238.000052/2013-26	24517551	Quala Alimentos Ltda	MG
23	46222.009088/2019-30	217601774	Beneficencia Nipo Brasileira da Amazonia	PA
24	46222.000684/2019-54	216056802	Cargill Agricola S A	PA
25	46222.004366/2019-62	217812121	Claro S.A. (Claro)	PA
26	46222.004367/2019-15	217812163	Claro S.A. (Claro)	PA
27	46222.003635/2019-73	217356516	Fabio Rodrigo Hoyos Furtado Bentes	PA
28	46222.008826/2019-21	217519563	Hanna Mota Guarany	PA
29	46222.000678/2019-05	216293570	Instituto Campinense de Ensino Superior Ltda	PA
30	46222.001188/2019-18	216696151	Master Indústria e Comércio de Ferro e Aço Ltda Me	PA
31	46222.001189/2019-62	216696101	Master Indústria e Comércio de Ferro e Aço Ltda Me	PA
32	46222.003722/2019-21	217381103	Parceria Engenharia Ltda	PA
33	46222.009142/2018-66	216257344	Rio Hudson Residence Empreendimentos Imobiliario Spe Ltda	PA
34	46222.009140/2018-77	216257361	Rio Verde Empreendimentos e Imobiliaria Ltda.	PA
35	46213.024361/2016-12	210916851	Bezerra Surf Confeccoes Eireli - Me	PE
36	46297.001103/2016-85	210486791	Finobrasa Agroindustrial S/A	PE
37	46295.000391/2019-13	216781353	Perfuracoes Neves Ltda	PE
38	46213.023535/2018-91	216275857	Rodoviaria Caxanga S.A.	PE
39	46295.001437/2018-31	214942716	S G Locacao & Producao de Eventos Ltda	PE
40	46295.001443/2018-98	214942805	S G Locacao & Producao de Eventos Ltda	PE
41	46212.013653/2018-00	215443098	Seara-Ind. e Comercio de Produtos Agro-Pecuarios Ltda	PR
42	46215.007892/2018-92	214713644	A3 Service Ltda	RJ
43	46334.001806/2015-39	24159700	Berta C Martins Me	RJ
44	46062.000852/2018-19	215471946	Botica Itaguai Ltda	RJ
45	46334.001071/2018-96	214471918	Condominio do Complexo Comercial Colina	RJ
46	46313.000834/2010-72	20053037	Condominio Parque Azaleia	RJ
47	46228.001074/2018-37	214410846	Condominio Residencial Vega	RJ
48	46215.013646/2018-70	215508149	DNV GL Classificacao, Certificacao e Consultoria Brasil	RJ
49	46871.001297/2017-29	213540428	E. Rangel Farias Industria e Comercio de Confeccoes - Me	RJ
50	46215.006531/2017-48	211716871	Golden Rio Vigilancia e Seguranca Ltda	RJ
51	46231.000524/2018-15	214161161	Itau Unibanco S.A.	RJ
52	46228.000072/2016-69	208705392	Lider Taxi Aereo S/A - Air Brasil	RJ
53	46230.003315/2018-33	214937364	MSC Friends Restaurante Ltda	RJ
54	46215.081209/2016-17	209704420	Neves Revendedora de Gas Ltda	RJ
55	46215.004854/2018-88	214285855	Ricallradio Telecomunicacoes Ltda.	RJ
56	46334.001928/2018-78	215200535	SJT Pizzaria Ltda	RJ
57	46215.005151/2017-96	211532762	Tecnomon Consultoria E Projetos Ltda	RJ
58	47183.000093/2019-53	216678536	Importadora e Exportadora de Cereais S.A	RS
59	47191.000081/2019-20	216915783	Inbracell Ind Brasil de Acumuladores Eletricos Ltda	RS
60	47183.000142/2019-58	216798078	Prensmaq Maquinas e Equipamentos Eireli - Epp	RS
61	47183.000144/2019-47	216798060	Prensmaq Maquinas e Equipamentos Eireli - Epp	RS
62	46221.003409/2015-79	206369760	Manoel Messias Hora Guimarães	SE
63	46221.003412/2015-92	206369662	Manoel Messias Hora Guimarães	SE
64	46221.009539/2015-15	207774129	Mapfre Vera Cruz Seguradora S/A	SE
65	46259.001185/2019-67	217094945	Camara Municipal de Cordeiropolis	SP
66	47999.004156/2018-75	215605535	Cirucor - Clinica e Cirurgia do Coracao Ltda	SP
67	46736.001244/2018-43	214206815	Tbforte Seguranca E Transporte de Valores Ltda.	SP
68	46226.008738/2018-17	215799925	L Mark Industrial Eireli	TO

Nº	PROCESSO	NOTIFICAÇÃO DE DÉBITO DE FGTS	EMPRESA	UF
1	46241.000585/2017-82	200977890	Sind. dos Trabs. nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico de Sete Lagoas	MG

2.2- Pela procedência de auto Infração ou da notificação de débito.

Nº	Processo	AI	Empresa	UF
1	46221.006731/2016-31	209863391	SH Churrascaria & Rodizio Ltda. - Epp	SE
2	46221.006732/2016-85	209863668	SH Churrascaria & Rodizio Ltda. - Epp	SE
3	46221.006733/2016-20	209859172	SH Churrascaria & Rodizio Ltda. - Epp	SE

2.2- Pela procedência parcial de auto Infração ou da notificação de débito.

Nº	Processo	AI	Empresa	UF
1	46218.016948/2018-70	216053013	Auto Reg Servicos Tecnicos de Seguros Ltda	RS
2	46218.016949/2018-14	216053170	Auto Reg Servicos Tecnicos de Seguros Ltda	RS
3	46268.003634/2018-11	216497167	Associacao Educacional de Jales	SP
4	46268.003635/2018-66	216497256	Associacao Educacional de Jales	SP
5	46268.003636/2018-19	216497311	Associacao Educacional de Jales	SP

PAULO SILLAS FREITAS PINHEIRO

DESPACHO DE 8 DE DEZEMBRO DE 2020

O Coordenador-Geral de Recursos da Secretaria do Trabalho/ME, no uso de sua competência, prevista no art. 32, inciso "c" e "d", Anexo IX, da Portaria nº 1153, com amparo no art. 50, §1º, da Lei 9.784/99, decidiu o processo de embargo no seguinte termo:

Conhecendo e negando provimento, mantendo a decisão de procedência parcial do embargo

Nº	PROCESSO	Termo de Interdição	EMPRESA	UF
1	14021.167224/2020-19	12228602	Roberto Carlos de Oliveira	BA

PAULO SILLAS FREITAS PINHEIRO

SUBSECRETARIA DE RELAÇÕES DO TRABALHO
COORDENAÇÃO-GERAL DE REGISTRO SINDICAL

DESPACHOS DE 4 DE DEZEMBRO DE 2020

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das sua atribuições legais e com fundamento na NT nº 55003/2020/ME, resolve: DEFERIR o registro de alteração estatutária do Sindicato dos Trabalhadores Agricultores e Agricultoras Familiares de Chã Grande/PE, CNPJ 08.057.499/0001-85, Processo 46213.026821/2015-66, para representar a Categoria Profissional dos Trabalhadores rurais agricultores e agricultoras familiares aqueles que, ativos ou aposentados, proprietários ou não, exerçam suas atividades no meio rural individualmente ou em regime de economia familiar, nos termos do Decreto Lei 1166/1971, com área igual ou inferior a 02 (dois) módulos rurais, com abrangência Municipal e base territorial no Município de Chã Grande, Estado de Pernambuco, nos termos do art. 21, inciso I, da Portaria 17.593/2020.

JOSÉ DE RIBAMAR PEREIRA JÚNIOR
Substituto

DESPACHOS DE 7 DE DEZEMBRO DE 2020

O Coordenador-Geral de Registro Sindical , no uso das suas atribuições legais, considerando a irregularidade do processo e com fundamento na Nota Técnica SEI nº 55034/2020/ME (SEI 12243518), resolve: ARQUIVAR o pedido de alteração estatutária n.º 19964.114138/2020-87, de interesse do SIFRETAM - SIND DAS EMP DE TRANSP DE PASS POR FRETAMENTO DE MANAUS, CNPJ 22.994.842/0001-49, nos termos do inciso I do art. 22 c\c art. 47 da Portaria 17.593/2020.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical , no uso das suas atribuições legais, considerando a irregularidade do processo e com fundamento na Nota Técnica SEI nº 55240/2020/ME (12275742), resolve: ARQUIVAR o pedido de registro sindical n.º 46203.002580/2018-21, de interesse do Sindicato dos Agentes e Educadores Penitenciários do Estado do Amapá, CNPJ 07.379.590/0001-54, nos termos do art. 22, inciso I c\c art. 47 da Portaria nº 17.593/2020.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical , no uso das suas atribuições legais, considerando a regularidade do processo e com fundamento na Nota Técnica SEI nº 55257/2020/ME (12277309), resolve: PUBLICAR o pedido de registro sindical n.º 46202.008124/2018-03, de interesse do SINDICATO DOS PESCADORES E PESCADORAS ARTESANAIS NO MUNICÍPIO DE BORBA- AM, CNPJ 08.867.219/0001-02, para representação da categoria dos trabalhadores e trabalhadoras pescadores e pescadoras artesanais, aqueles que, ativos ou aposentados, exerçam atividades individualmente ou em regime de economia familiar, com abrangência municipal e base territorial no Município de Borba, Estado do Amazonas, nos termos dos arts. 14 e 15 da Portaria 17.593/2020, para fins de abertura do prazo de 30 (trinta) dias para impugnações.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical , no uso das suas atribuições legais, considerando a regularidade do processo e com fundamento na NT nº 55040/2020/ME, resolve: PUBLICAR o pedido de alteração estatutária n.º 46214.001615/2015-33, de interesse do Sindicato dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares de Uruçuí - PI, CNPJ 41.535.006/0001-40, para representação da categoria dos trabalhadores rurais agricultores e agricultoras familiares aqueles que, ativos e aposentados, proprietários ou não, exerçam suas atividades no meio rural individualmente ou em regime de economia familiar, no município de Uruçuí - PI nos termos do Decreto Lei 1166/1971, com até 02 (dois) módulos rurais, com abrangência Municipal e base territorial no Município de Uruçuí, no Estado do Piauí, nos termos dos arts. 14 e 15 da Portaria 17.593/2020, para fins de abertura do prazo de 30 (trinta) dias para impugnações.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, considerando a irregularidade do processo e com fundamento na NT SEI nº 54947/2020/ME (12235140), resolve: ARQUIVAR o Pedido de Registro Sindical nº 46224.002689/2016-59, SC18179, de interesse do Sindicato Intermunicipal dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Indústria da Purificação e Distribuição de Água e em Serviços de Esgotos no Estado da Paraíba SINTERÁGUA/PB, CNPJ nº 24.648.686/0001-90, nos termos do art. 22, inciso I, c/c o art. 47 da Portaria ME nº 17.593/2020.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, com fundamento na Portaria 17.593/2020 e na Lei nº 9.784/1999, e com fundamento na Nota Técnica SEI nº 54362/2020-ME, resolve: NÃO CONHECER o Recurso Administrativo n.º 19964.113310/2020-85 interposto pelo Sindicato dos Trabalhadores Assalariados e Assalariadas Rurais do Baixo Jaguaribe CNPJ 24.688.068/0001-73, nos autos do Processo Administrativo n.º 46205.006187/2016-25, com respaldo no art. 63, inciso III, da Lei 9.784, de 29 de janeiro de 1999.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, com fundamento na Portaria 17.593/2020 e na Lei nº 9.784/1999, e com fundamento na Nota Técnica SEI nº 54228/2020/ME (12143764), resolve: NÃO CONHECER os Recursos Administrativos n.º 46000.002444/2016-56 - Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de Minas Gerais, CNPJ: 17.271.982/0001-59, 46000.002445/2016-09 - Sindicato do Comércio de Uberlândia, CNPJ 25.633.942/0001-38, 46000.002446/2016-45 - Sindicato do Comércio de Congonhas, CNP.1: 23.969 991/0001-10, 46000.002448/2016-34 - Sindicato do Comércio Varejista de Governador Valadares CNPJ: 20.955.431/0001-19, 46000.002449/2016-89 - Sindicato do Comércio Varejista de Conselheiro Lafaiete, CNPJ: 23.963.861/0001-70, 46000.002450/2016-11 - Sindicato do Comércio de Araxá, CNPJ: 70.932.488/0001-70, 46000.002451/2016-58 - Sindicato do Comércio de Barbacena, CNPJ:

19.031.673/0001-37, 46000.002452/2016-01 - Sindicato do Comércio Varejista de Cataguases, CNPJ 20.283.032/0001-59, 46000.002453/2016-47 - Sindicato do Comércio de Ituiutaba, CNPJ: 22.242 895/0001-03, 46000.002455/2016-36 - Sindicato do Comércio de São João Del Rey: CNPJ 24.730.343/0001-70, 46000.002456/2016-81 - Sindicato do Comércio do Vale do Aço, CNP.J: 38 517. 512/0001-00, 46000.002457/2016-25 - Sindicato do Comércio Varejista de Uberaba, CNPJ: 25.448.796/0001-70, 46000.002458/2016-70 - Sindicato do Comércio de Teófilo Otoni, CNPJ: 22.695.514/0001-41, 46000.002459/2016-14 - Sindicato do Comércio de Sete Lagoas, CNPJ: 21.608.369/0001-51, 46000.002460/2016-49 - Sindicato do Comércio Varejista de Ponte Nova: CNPJ 04.905.278/0001-69, 46000.002461/2016-93 - Sindicato do Comércio de Santos Dumont, CNPJ: 19.776.376/0001-10, 46000.002462/2016-38 - Sindicato do Comércio de Patos de Minas, CNPJ 20.734.174/0001-95, 46000.002463/2016-82 - Sindicato do Comércio Varejista de Montes Claros CNPJ 22.665.467/0001-93, 46000.002464/2016-27 - Sindicato do Comércio de Juiz de Fora. CNPJ: 21.573.522/0001-52, 46000.002465/2016-71- Sindicato do Comércio Varejista do Município de Lavras CNPJ: 02.334.443/0001-44, 46000.002466/2016-16 - Sindicato do Comércio de Itabirinto, CNPJ: 03.897.359/0001-57, nos autos do Processo Administrativo n.º46211.009264/2011-13, com respaldo no art. 63, inciso I, da Lei 9.784, de 29 de janeiro de 1999.

JOSÉ DE RIBAMAR PEREIRA JÚNIOR
Substituto

SECRETARIA ESPECIAL DE PRODUTIVIDADE, EMPREGO E COMPETITIVIDADE

PORTARIA SEPEC/ME Nº 24.471, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2020

Autoriza a execução das atividades teóricas e práticas dos programas de aprendizagem profissional na modalidade à distância até 30 de junho de 2021.

O SECRETÁRIO ESPECIAL DE PRODUTIVIDADE, EMPREGO E COMPETITIVIDADE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e IV do art. 106 do Decreto nº 9.745, de 8 de abril de 2019,

Considerando a declaração da Organização Mundial de Saúde - OMS, de 30 de janeiro de 2020, reconhecendo a emergência de saúde pública de importância internacional em decorrência da infecção humana causada pelo novo coronavírus (COVID-19), bem como o estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020;

Considerando o que dispõe o Capítulo IV do Título III da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e o que dispõe o Decreto nº 9.579, de 22 de novembro de 2018; e

Considerando a necessidade de definir diretrizes às entidades qualificadas em formação técnico-profissional metódica para o planejamento dos cursos de aprendizagem profissional para o ano de 2021, resolve:

Art. 1º Fica autorizada, de forma excepcional, a execução das atividades teóricas e práticas dos programas de aprendizagem profissional, conforme disposto no art. 428 do Decreto-lei n.º 5.452, de 1º de maio de 1943, na modalidade à distância, até 30 de junho de 2021.

§1º Para os fins desta Portaria, considera-se modalidade à distância as atividades desenvolvidas por mediação de tecnologia de informação e comunicação.

§2º As atividades descritas no caput de art. 1º deverão relacionar-se com a ocupação indicada no contrato de aprendizagem profissional e com o programa de aprendizagem aprovado pela Secretaria de Políticas Públicas de Emprego, nos termos da Portaria nº 723, de 23 de abril de 2012.

Art. 2º As entidades qualificadas em formação técnico-profissional metódica, conjuntamente com os estabelecimentos cumpridores da cota de aprendizagem, devem assegurar que os aprendizes tenham acesso aos equipamentos tecnológicos e à infraestrutura necessários e adequados para a execução das atividades teóricas e práticas dos programas de aprendizagem na modalidade à distância.

Art. 3º Fica revogada a Portaria nº 18.775, de 7 de agosto de 2020.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor em 1º de janeiro de 2021.

CARLOS ALEXANDRE DA COSTA

SECRETARIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1.997, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2020

Altera a Instrução Normativa RFB nº 971, de 13 de novembro de 2009, que dispõe sobre normas gerais de tributação previdenciária e de arrecadação das contribuições sociais destinadas à Previdência Social e das destinadas a outras entidades e fundos, administradas pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, e a Instrução Normativa RFB nº 1.332, de 14 de fevereiro de 2013, que estabelece normas relativas à Contribuição para o Plano de Seguridade Social do Servidor (CPSS), de que trata a Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004.

O SECRETÁRIO ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, no uso da atribuição que lhe confere o inciso III do art. 350 do Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria ME nº 284, de 27 de julho de 2020, e tendo em vista o disposto na Emenda Constitucional nº 103, de 12 de novembro de 2019, e nos arts. 2º e 3º da Lei nº 11.457, de 16 de março de 2007, resolve:

Art. 1º A Instrução Normativa RFB nº 971, de 13 de novembro de 2009, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 63. A contribuição dos segurados empregado, empregado contratado para trabalho intermitente, empregado doméstico e trabalhador avulso é calculada, observado o disposto nos incisos I e III do § 2º do art. 78:

I - até 29 de fevereiro de 2020, mediante aplicação, de forma não cumulativa, das alíquotas de 8% (oito por cento), 9% (nove por cento) ou 11% (onze por cento) sobre o salário-de-contribuição correspondente, de acordo com as faixas salariais constantes da tabela publicada periodicamente pelo Ministério da Economia; e

II - a partir de 1º de março de 2020, mediante aplicação, de forma progressiva, das alíquotas de 7,5% (sete inteiros e cinco décimos por cento), 9% (nove por cento), 12% (doze por cento) e 14% (quatorze por cento) sobre o salário de contribuição correspondente, de acordo com as faixas salariais constantes da tabela a que se refere o inciso I.

....." (NR)

"Art. 64. .....

§ 1º Para o cumprimento do disposto neste artigo, o segurado deverá apresentar declaração, conforme modelo constante do Anexo XXI, na qual deverão ser informados:

I - os empregadores, discriminados na ordem em que efetuaram ou efetuarão o desconto de sua contribuição;

II - o valor sobre o qual é descontada a contribuição ou a declaração de que a remuneração recebida atingiu o limite máximo do salário-de-contribuição; e

III - o nome empresarial da empresa ou empresas, com o número do CNPJ, ou o CPF do empregador doméstico que efetuou ou efetuará o desconto sobre o valor por ele declarado.

....." (NR)

"Art. 78. .....

.....

§ 2º A apuração da contribuição descontada do segurado empregado, trabalhador avulso ou contribuinte individual que presta serviços remunerados a mais de uma empresa, observado o disposto no § 2º-A, será efetuada da seguinte forma:

I - tratando-se apenas de serviços prestados até a competência fevereiro de 2020, na condição de segurado empregado, empregado doméstico ou trabalhador avulso:

.....

III - tratando-se de serviços concomitantes prestados até a competência fevereiro de 2020, na condição de segurado contribuinte individual e segurado empregado, empregado doméstico ou trabalhador avulso:

.....

§ 2º-A. A partir da competência março de 2020, a apuração da contribuição descontada do segurado empregado, empregado doméstico ou trabalhador avulso que presta serviços remunerados a mais de uma empresa será efetuada da seguinte forma:

I - cada empregador informado na declaração de que trata o § 1º do art. 64 aplicará as alíquotas sobre a remuneração devida ao segurado, observadas as faixas já tributadas nas empresas anteriores, até o limite máximo do salário-de-contribuição, respeitado o disposto no inciso II do art. 63; e

II - caso haja também remuneração decorrente de serviço prestado na condição de contribuinte individual, aplicam-se os procedimentos definidos no inciso II do § 2º até o valor correspondente à diferença entre o limite máximo do salário-de-contribuição e o somatório das remunerações recebidas na condição de empregado, empregado doméstico ou trabalhador avulso.

.....

§ 4º Para fins do disposto no § 2º e § 2º-A, cada fonte pagadora de segurado empregado, trabalhador avulso, contribuinte individual e empregado doméstico, quando for o caso, deverá informar, nos termos do inciso VIII do art. 47 e Título VII-A, a existência de múltiplos vínculos ou múltiplas fontes pagadoras, adotados os procedimentos previstos no manual da declaração aplicável.

.....

§ 6º Nas hipóteses previstas no inciso III do § 2º e no inciso II do § 2º-A, a remuneração recebida pelo segurado na condição de contribuinte individual será somada à remuneração recebida na condição de segurado empregado, empregado doméstico ou trabalhador avulso para fins de observância do limite máximo do salário-de-contribuição, mas não para fins de enquadramento na tabela de faixas salariais a que se refere o art. 63.

....." (NR)

"Art. 79-A. O segurado que, no somatório de remunerações auferidas no período de um mês, receber remuneração inferior ao limite mínimo mensal do salário de contribuição poderá solicitar o ajuste das competências pertencentes ao mesmo ano civil, na forma por ele indicada, ou autorizar que os ajustes sejam feitos automaticamente, de modo que o limite mínimo mensal do salário de contribuição seja alcançado, mediante a adoção de uma das seguintes opções:

I - complementação da contribuição, cujo recolhimento deverá ser efetuado pelo próprio segurado até o dia 15 (quinze) do mês seguinte ao da competência de referência e, após essa data, com incidência de acréscimos legais, observado que:

a) no caso de segurado empregado, empregado doméstico e trabalhador avulso, a complementação dar-se-á mediante aplicação da alíquota de 7,5% (sete inteiros e cinco décimos por cento), inclusive no mês em que exista contribuição concomitante na condição de contribuinte individual;

b) no caso de contribuinte individual que preste serviço a empresa e contribua exclusivamente nessa condição, a complementação dar-se-á mediante aplicação da alíquota de 20% (vinte por cento); e

c) nos casos dos contribuintes individuais a que se referem os §§ 6º e 11 do art. 65, não se aplica a complementação a que se refere este inciso;

II - utilização do valor da contribuição que exceder o limite mínimo de uma competência em outra, observado que:

a) para efeito de utilização da contribuição, serão considerados os salários de contribuição apurados por categoria, consolidados na competência de origem;

b) o valor excedente poderá ser utilizado para complementar o salário de contribuição de uma ou mais competências nas quais o limite mínimo não tenha sido atingido, mesmo que em categoria distinta;

c) poderão ser utilizados valores excedentes ao limite mínimo do salário de contribuição de mais de uma competência para compor o salário de contribuição de uma única competência; e

d) na hipótese de o salário de contribuição da competência favorecida não atingir o limite mínimo mesmo após a utilização do valor excedente, o segurado poderá complementá-lo nos termos do inciso I; ou

III - agrupamento das contribuições inferiores ao limite mínimo de diferentes competências para aproveitamento em contribuições mínimas mensais, observado que:

a) as competências que não atingirem o valor mínimo do salário de contribuição poderão ser agrupadas desde que o resultado do agrupamento não ultrapasse o valor mínimo do salário de contribuição;

b) caso o resultado do agrupamento seja inferior ao limite mínimo do salário de contribuição, o segurado poderá complementá-lo nos termos do inciso I ou utilizar os valores excedentes na forma do inciso II; e

c) as contribuições relativas a competências em que houve exercício de atividade e que foram zeradas em decorrência do agrupamento poderão ser objeto de recolhimento pelo segurado, respeitado o limite mínimo.

§ 1º Para fins do disposto neste artigo, o valor da contribuição referente ao 13º (décimo terceiro) salário não poderá ser utilizada.

§ 2º É vedada a reversão da adoção das medidas de que tratam os incisos II e III deste artigo.

§ 3º Caso ocorram eventos posteriores que gerem inconsistências no cálculo da contribuição relativa à competência em que forem adotadas as medidas de que tratam este artigo, esta ficará pendente de regularização." (NR)

Art. 2º O Anexo I da Instrução Normativa RFB nº 971, de 2009, fica substituído pelo Anexo I desta Instrução Normativa.

Art. 3º A Instrução Normativa RFB nº 971, de 2009, passa a vigorar acrescida do Anexo XXI, nos termos do Anexo II desta Instrução Normativa.

Art. 4º A Instrução Normativa RFB nº 1.332, de 14 de fevereiro de 2013, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 4º A contribuição do servidor ativo é calculada sobre:

.....

Parágrafo único. Aplicam-se, sobre as bases de cálculo previstas no caput, as alíquotas de:

I - 11% (onze por cento), até 29 de fevereiro de 2020; e

II - 14% (quatorze por cento), a partir de 1º de março de 2020, que será reduzida ou majorada, e aplicada de forma progressiva, conforme o valor da base de cálculo da contribuição, de acordo com os parâmetros constantes de ato publicado periodicamente pelo Ministério da Economia.

"Art. 5º A contribuição do servidor aposentado ou pensionista é calculada sobre o valor dos proventos de aposentadorias e pensões que ultrapassar o limite máximo estabelecido para os benefícios do RGPS, mediante aplicação das alíquotas de:

I - 11% (onze por cento), até 29 de fevereiro de 2020; e

II - 14% (quatorze por cento), a partir de 1º de março de 2020, que será reduzida ou majorada conforme o valor total do benefício recebido, de acordo com os parâmetros constantes de ato publicado periodicamente pelo Ministério da Economia.

....." (NR)

Art. 5º Fica revogado o parágrafo único do art. 5º da Instrução Normativa RFB nº 1.332, de 14 de fevereiro de 2013.

Art. 6º Esta Instrução Normativa entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

JOSÉ BARROSO TOSTES NETO

ANEXO I

Relação de atividades preponderantes e correspondentes graus de risco
(Conforme a Classificação Nacional de Atividades Econômicas - CNAE)
(Anexo I da Instrução Normativa RFB nº 971, de 13 de novembro de 2009)

Notas:

1. Os códigos e descrições de atividades econômicas desta tabela foram atualizados da CNAE-Subclasses 2.2 para os constantes da CNAE-Subclasses 2.3, mantendo-se as alíquotas aplicáveis desde 1º de janeiro de 2010, conforme art. 4º do Decreto nº 6.957, de 9 de setembro de 2009.

2. As alíquotas deste Anexo não se aplicam à pessoa jurídica sujeita à contribuição substitutiva instituída pela Lei nº 10.256, de 9 de julho de 2001.

CNAE 2.3	Descrição	Alíquota (%)
0111-3/01	Cultivo de arroz	3
0111-3/02	Cultivo de milho	3
0111-3/03	Cultivo de trigo	2
0111-3/99	Cultivo de outros cereais não especificados anteriormente	3
0112-1/01	Cultivo de algodão herbáceo	3
0112-1/02	Cultivo de juta	3
0112-1/99	Cultivo de outras fibras de lavoura temporária não especificadas anteriormente	3
0113-0/00	Cultivo de cana-de-açúcar	3
0114-8/00	Cultivo de fumo	3
0115-6/00	Cultivo de soja	3
0116-4/01	Cultivo de amendoim	2
0116-4/02	Cultivo de girassol	2
0116-4/03	Cultivo de mamona	3
0116-4/99	Cultivo de outras oleaginosas de lavoura temporária não especificadas anteriormente	3
0119-9/01	Cultivo de abacaxi	2
0119-9/02	Cultivo de alho	2
0119-9/03	Cultivo de batata-inglesa	3
0119-9/04	Cultivo de cebola	2
0119-9/05	Cultivo de feijão	3
0119-9/06	Cultivo de mandioca	3
0119-9/07	Cultivo de melão	3
0119-9/08	Cultivo de melancia	2
0119-9/09	Cultivo de tomate rasteiro	2
0119-9/99	Cultivo de outras plantas de lavoura temporária não especificadas anteriormente	2
0121-1/01	Horticultura, exceto morango	3
0121-1/02	Cultivo de morango	3
0122-9/00	Cultivo de flores e plantas ornamentais	3
0131-8/00	Cultivo de laranja	3
0132-6/00	Cultivo de uva	3
0133-4/01	Cultivo de açaí	1
0133-4/02	Cultivo de banana	3
0133-4/03	Cultivo de caju	2
0133-4/04	Cultivo de cítricos, exceto laranja	3
0133-4/05	Cultivo de coco-da-baía	3
0133-4/06	Cultivo de guaraná	3
0133-4/07	Cultivo de maçã	3
0133-4/08	Cultivo de mamão	2
0133-4/09	Cultivo de maracujá	3
0133-4/10	Cultivo de manga	3
0133-4/11	Cultivo de pêssego	3
0133-4/99	Cultivo de frutas de lavoura permanente não especificadas anteriormente	3
0134-2/00	Cultivo de café	3
0135-1/00	Cultivo de cacau	3
0139-3/01	Cultivo de chá-da-índia	3
0139-3/02	Cultivo de erva-mate	3
0139-3/03	Cultivo de pimenta-do-reino	3
0139-3/04	Cultivo de plantas para condimento, exceto pimenta-do-reino	3
0139-3/05	Cultivo de dendê	3
0139-3/06	Cultivo de seringueira	3
0139-3/99	Cultivo de outras plantas de lavoura permanente não especificadas anteriormente	3
0141-5/01	Produção de sementes certificadas, exceto de forrageiras para pasto	3
0141-5/02	Produção de sementes certificadas de forrageiras para formação de pasto	3
0142-3/00	Produção de mudas e outras formas de propagação vegetal, certificadas	2
0151-2/01	Criação de bovinos para corte	3
0151-2/02	Criação de bovinos para leite	3
0151-2/03	Criação de bovinos, exceto para corte e leite	3
0152-1/01	Criação de bufalinos	3
0152-1/02	Criação de equinos	2
0152-1/03	Criação de asininos e muares	3
0153-9/01	Criação de caprinos	3
0153-9/02	Criação de ovinos, inclusive para produção de lã	3
0154-7/00	Criação de suínos	3
0155-5/01	Criação de frangos para corte	3
0155-5/02	Produção de pintos de um dia	3
0155-5/03	Criação de outros galináceos, exceto para corte	2
0155-5/04	Criação de aves, exceto galináceos	2
0155-5/05	Produção de ovos	3
0159-8/01	Apicultura	2
0159-8/02	Criação de animais de estimação	3
0159-8/03	Criação de escargô	1
0159-8/04	Criação de bicho-da-seda	1
0159-8/99	Criação de outros animais não especificados anteriormente	2
0161-0/01	Serviço de pulverização e controle de pragas agrícolas	3
0161-0/02	Serviço de poda de árvores para lavouras	3
0161-0/03	Serviço de preparação de terreno, cultivo e colheita	3
0161-0/99	Atividades de apoio à agricultura não especificadas anteriormente	3
0162-8/01	Serviço de inseminação artificial em animais	2
0162-8/02	Serviço de tosquiamento de ovinos	3
0162-8/03	Serviço de manejo de animais	3
0162-8/99	Atividades de apoio à pecuária não especificadas anteriormente	3
0163-6/00	Atividades de pós-colheita	3
0170-9/00	Caça e serviços relacionados	1
0210-1/01	Cultivo de eucalipto	3
0210-1/02	Cultivo de acácia-negra	3
0210-1/03	Cultivo de pinus	3
0210-1/04	Cultivo de teca	3
0210-1/05	Cultivo de espécies madeireiras, exceto eucalipto, acácia-negra, pinus e teca	2
0210-1/06	Cultivo de mudas em viveiros florestais	3
0210-1/07	Extração de madeira em florestas plantadas	3
0210-1/08	Produção de carvão vegetal - florestas plantadas	3
0210-1/09	Produção de casca de acácia-negra - florestas plantadas	2
0210-1/99	Produção de produtos não madeireiros não especificados anteriormente em florestas plantadas	3
0220-9/01	Extração de madeira em florestas nativas	3
0220-9/02	Produção de carvão vegetal - florestas nativas	2
0220-9/03	Coleta de castanha-do-pará em florestas nativas	3
0220-9/04	Coleta de látex em florestas nativas	1
0220-9/05	Coleta de palmito em florestas nativas	3
0220-9/06	Conservação de florestas nativas	3
0220-9/99	Coleta de produtos não madeireiros não especificados anteriormente em florestas nativas	3
0230-6/00	Atividades de apoio à produção florestal	3
0311-6/01	Pesca de peixes em água salgada	3
0311-6/02	Pesca de crustáceos e moluscos em água salgada	3
0311-6/03	Coleta de outros produtos marinhos	3
0311-6/04	Atividades de apoio à pesca em água salgada	2
0312-4/01	Pesca de peixes em água doce	2
0312-4/02	Pesca de crustáceos e moluscos em água doce	1
0312-4/03	Coleta de outros produtos aquáticos de água doce	1
0312-4/04	Atividades de apoio à pesca em água doce	2
0321-3/01	Criação de peixes em água salgada e salobra	2
0321-3/02	Criação de camarões em água salgada e salobra	2
0321-3/03	Criação de ostras e mexilhões em água salgada e salobra	3
0321-3/04	Criação de peixes ornamentais em água salgada e salobra	2
0321-3/05	Atividades de apoio à aquicultura em água salgada e salobra	2
0321-3/99	Cultivos e semicultivos da aquicultura em água salgada e salobra não especificados anteriormente	2
0322-1/01	Criação de peixes em água doce	3
0322-1/02	Criação de camarões em água doce	2
0322-1/03	Criação de ostras e mexilhões em água doce	2
0322-1/04	Criação de peixes ornamentais em água doce	2
0322-1/05	Ranicultura	3
0322-1/06	Criação de jacaré	3
0322-1/07	Atividades de apoio à aquicultura em água doce	2
0322-1/99	Cultivos e semicultivos da aquicultura em água doce não especificados anteriormente	3
0500-3/01	Extração de carvão mineral	3
0500-3/02	Beneficiamento de carvão mineral	3
0600-0/01	Extração de petróleo e gás natural	3
0600-0/02	Extração e beneficiamento de xisto	3
0600-0/03	Extração e beneficiamento de areias betuminosas	3
0710-3/01	Extração de minério de ferro	3
0710-3/02	Pelotização, sinterização e outros beneficiamentos de minério de ferro	3
0721-9/01	Extração de minério de alumínio	3
0721-9/02	Beneficiamento de minério de alumínio	3
0722-7/01	Extração de minério de estanho	3
0722-7/02	Beneficiamento de minério de estanho	3
0723-5/01	Extração de minério de manganês	3
0723-5/02	Beneficiamento de minério de manganês	3
0724-3/01	Extração de minério de metais preciosos	3
0724-3/02	Beneficiamento de minério de metais preciosos	3
0725-1/00	Extração de minerais radioativos	3
0729-4/01	Extração de minérios de nióbio e titânio	3
0729-4/02	Extração de minério de tungstênio	3
0729-4/03	Extração de minério de níquel	3
0729-4/04	Extração de minérios de cobre, chumbo, zinco e outros minerais metálicos não ferrosos não especificados anteriormente	3
0729-4/05	Beneficiamento de minérios de cobre, chumbo, zinco e outros minerais metálicos não ferrosos não especificados anteriormente	2
0810-0/01	Extração de ardósia e beneficiamento associado	3
0810-0/02	Extração de granito e beneficiamento associado	3
0810-0/03	Extração de mármore e beneficiamento associado	2
0810-0/04	Extração de calcário e dolomita e beneficiamento associado	3
0810-0/05	Extração de gesso e caulim	2
0810-0/06	Extração de areia, cascalho ou pedregulho e beneficiamento associado	3
0810-0/07	Extração de argila e beneficiamento associado	3
0810-0/08	Extração de saibro e beneficiamento associado	3
0810-0/09	Extração de basalto e beneficiamento associado	3
0810-0/10	Beneficiamento de gesso e caulim associado à extração	1
0810-0/99	Extração e britamento de pedras e outros materiais para construção e beneficiamento associado	3
0891-6/00	Extração de minerais para fabricação de adubos, fertilizantes e outros produtos químicos	3
0892-4/01	Extração de sal marinho	3
0892-4/02	Extração de sal-gema	3
0892-4/03	Refino e outros tratamentos do sal	3
0893-2/00	Extração de gemas (pedras preciosas e semipreciosas)	3
0899-1/01	Extração de grafita	3
0899-1/02	Extração de quartzo	3
0899-1/03	Extração de amianto	3
0899-1/99	Extração de outros minerais não metálicos não especificados anteriormente	3
0910-6/00	Atividades de apoio à extração de petróleo e gás natural	3
0990-4/01	Atividades de apoio à extração de minério de ferro	3
0990-4/02	Atividades de apoio à extração de minerais metálicos não ferrosos	3
0990-4/03	Atividades de apoio à extração de minerais não metálicos	3
1011-2/01	Frigorífico - abate de bovinos	3
1011-2/02	Frigorífico - abate de equinos	3
1011-2/03	Frigorífico - abate de ovinos e caprinos	3
1011-2/04	Frigorífico - abate de bufalinos	3
1011-2/05	Matadouro - abate de reses sob contrato - exceto abate de suínos	3
1012-1/01	Abate de aves	3
1012-1/02	Abate de pequenos animais	3

1012-1/03	Frigorífico - abate de suínos	3
1012-1/04	Matadouro - abate de suínos sob contrato	3
1013-9/01	Fabricação de produtos de carne	3
1013-9/02	Preparação de subprodutos do abate	3
1020-1/01	Preservação de peixes, crustáceos e moluscos	3
1020-1/02	Fabricação de conservas de peixes, crustáceos e moluscos	3
1031-7/00	Fabricação de conservas de frutas	3
1032-5/01	Fabricação de conservas de palmito	2
1032-5/99	Fabricação de conservas de legumes e outros vegetais, exceto palmito	3
1033-3/01	Fabricação de sucos concentrados de frutas, hortaliças e legumes	3
1033-3/02	Fabricação de sucos de frutas, hortaliças e legumes, exceto concentrados	3
1041-4/00	Fabricação de óleos vegetais em bruto, exceto óleo de milho	3
1042-2/00	Fabricação de óleos vegetais refinados, exceto óleo de milho	3
1043-1/00	Fabricação de margarina e outras gorduras vegetais e de óleos não comestíveis de animais	2
1051-1/00	Preparação do leite	3
1052-0/00	Fabricação de laticínios	3
1053-8/00	Fabricação de sorvetes e outros gelados comestíveis	2
1061-9/01	Beneficiamento de arroz	3
1061-9/02	Fabricação de produtos do arroz	3
1062-7/00	Moagem de trigo e fabricação de derivados	3
1063-5/00	Fabricação de farinha de mandioca e derivados	3
1064-3/00	Fabricação de farinha de milho e derivados, exceto óleos de milho	3
1065-1/01	Fabricação de amidos e féculas de vegetais	3
1065-1/02	Fabricação de óleo de milho em bruto	3
1065-1/03	Fabricação de óleo de milho refinado	3
1066-0/00	Fabricação de alimentos para animais	3
1069-4/00	Moagem e fabricação de produtos de origem vegetal não especificados anteriormente	3
1071-6/00	Fabricação de açúcar em bruto	3
1072-4/01	Fabricação de açúcar de cana refinado	3
1072-4/02	Fabricação de açúcar de cereais (dextrose) e de beterraba	3
1081-3/01	Beneficiamento de café	3
1081-3/02	Torrefação e moagem de café	3
1082-1/00	Fabricação de produtos à base de café	2
1091-1/01	Fabricação de produtos de panificação industrial	3
1091-1/02	Fabricação de produtos de padaria e confeitaria com predominância de produção própria	3
1092-9/00	Fabricação de biscoitos e bolachas	3
1093-7/01	Fabricação de produtos derivados do cacau e de chocolates	3
1093-7/02	Fabricação de frutas cristalizadas, balas e semelhantes	3
1094-5/00	Fabricação de massas alimentícias	3
1095-3/00	Fabricação de especiarias, molhos, temperos e condimentos	3
1096-1/00	Fabricação de alimentos e pratos prontos	3
1099-6/01	Fabricação de vinagres	3
1099-6/02	Fabricação de pós alimentícios	2
1099-6/03	Fabricação de fermentos e leveduras	1
1099-6/04	Fabricação de gelo comum	3
1099-6/05	Fabricação de produtos para infusão (chá, mate, etc.)	3
1099-6/06	Fabricação de adoçantes naturais e artificiais	3
1099-6/07	Fabricação de alimentos dietéticos e complementos alimentares	3
1099-6/99	Fabricação de outros produtos alimentícios não especificados anteriormente	3
1111-9/01	Fabricação de aguardente de cana-de-açúcar	3
1111-9/02	Fabricação de outras aguardentes e bebidas destiladas	3
1112-7/00	Fabricação de vinho	3
1113-5/01	Fabricação de malte, inclusive malte uísque	3
1113-5/02	Fabricação de cervejas e chopes	3
1121-6/00	Fabricação de águas envasadas	3
1122-4/01	Fabricação de refrigerantes	3
1122-4/02	Fabricação de chá mate e outros chás prontos para consumo	3
1122-4/03	Fabricação de refrescos, xaropes e pós para refrescos, exceto refrescos de frutas	3
1122-4/04	Fabricação de bebidas isotônicas	3
1122-4/99	Fabricação de outras bebidas não alcoólicas não especificadas anteriormente	3
1210-7/00	Processamento industrial do fumo	3
1220-4/01	Fabricação de cigarros	2
1220-4/02	Fabricação de cigarrilhas e charutos	3
1220-4/03	Fabricação de filtros para cigarros	3
1220-4/99	Fabricação de outros produtos do fumo, exceto cigarros, cigarrilhas e charutos	3
1311-1/00	Preparação e fiação de fibras de algodão	3
1312-0/00	Preparação e fiação de fibras têxteis naturais, exceto algodão	3
1313-8/00	Fiação de fibras artificiais e sintéticas	3
1314-6/00	Fabricação de linhas para costurar e bordar	3
1321-9/00	Tecelagem de fios de algodão	3
1322-7/00	Tecelagem de fios de fibras têxteis naturais, exceto algodão	3
1323-5/00	Tecelagem de fios de fibras artificiais e sintéticas	3
1330-8/00	Fabricação de tecidos de malha	3
1340-5/01	Estamparia e texturização em fios, tecidos, artefatos têxteis e peças do vestuário	3
1340-5/02	Alvejamento, tingimento e torção em fios, tecidos, artefatos têxteis e peças do vestuário	3
1340-5/99	Outros serviços de acabamento em fios, tecidos, artefatos têxteis e peças do vestuário	3
1351-1/00	Fabricação de artefatos têxteis para uso doméstico	3
1352-9/00	Fabricação de artefatos de tapeçaria	3
1353-7/00	Fabricação de artefatos de cordoaria	3
1354-5/00	Fabricação de tecidos especiais, inclusive artefatos	3
1359-6/00	Fabricação de outros produtos têxteis não especificados anteriormente	3
1411-8/01	Confecção de roupas íntimas	3
1411-8/02	Facção de roupas íntimas	1
1412-6/01	Confecção de peças do vestuário, exceto roupas íntimas e as confeccionadas sob medida	3
1412-6/02	Confecção, sob medida, de peças do vestuário, exceto roupas íntimas	2
1412-6/03	Facção de peças do vestuário, exceto roupas íntimas	3
1413-4/01	Confecção de roupas profissionais, exceto sob medida	2
1413-4/02	Confecção, sob medida, de roupas profissionais	2
1413-4/03	Facção de roupas profissionais	2
1414-2/00	Fabricação de acessórios do vestuário, exceto para segurança e proteção	3
1421-5/00	Fabricação de meias	3
1422-3/00	Fabricação de artigos do vestuário, produzidos em malharias e tricotagens, exceto meias	3
1510-6/00	Curtimento e outras preparações de couro	3
1521-1/00	Fabricação de artigos para viagem, bolsas e semelhantes de qualquer material	2
1529-7/00	Fabricação de artefatos de couro não especificados anteriormente	3
1531-9/01	Fabricação de calçados de couro	2
1531-9/02	Acabamento de calçados de couro sob contrato	3
1532-7/00	Fabricação de tênis de qualquer material	2
1533-5/00	Fabricação de calçados de material sintético	2
1539-4/00	Fabricação de calçados de materiais não especificados anteriormente	3
1540-8/00	Fabricação de partes para calçados, de qualquer material	3
1610-2/03	Serrarias com desdobramento de madeira em bruto	3
1610-2/04	Serrarias sem desdobramento de madeira em bruto - Resserragem	3
1610-2/05	Serviço de tratamento de madeira realizado sob contrato	3
1621-8/00	Fabricação de madeira laminada e de chapas de madeira compensada, prensada e aglomerada	3
1622-6/01	Fabricação de casas de madeira pré-fabricadas	3
1622-6/02	Fabricação de esquadrias de madeira e de peças de madeira para instalações industriais e comerciais	3
1622-6/99	Fabricação de outros artigos de carpintaria para construção	3
1623-4/00	Fabricação de artefatos de tanoaria e de embalagens de madeira	3
1629-3/01	Fabricação de artefatos diversos de madeira, exceto móveis	3
1629-3/02	Fabricação de artefatos diversos de cortiça, bambu, palha, vime e outros materiais trançados, exceto móveis	1
1710-9/00	Fabricação de celulose e outras pastas para a fabricação de papel	3
1721-4/00	Fabricação de papel	3
1722-2/00	Fabricação de cartolina e papel-cartão	3
1731-1/00	Fabricação de embalagens de papel	3
1732-0/00	Fabricação de embalagens de cartolina e papel-cartão	3
1733-8/00	Fabricação de chapas e de embalagens de papelão ondulado	3
1741-9/01	Fabricação de formulários contínuos	2
1741-9/02	Fabricação de produtos de papel, cartolina, papel cartão e papelão ondulado para uso comercial e de escritório	3
1742-7/01	Fabricação de fraldas descartáveis	3
1742-7/02	Fabricação de absorventes higiênicos	3
1742-7/99	Fabricação de produtos de papel para uso doméstico e higiênico-sanitário não especificados anteriormente	3
1749-4/00	Fabricação de produtos de pastas celulósicas, papel, cartolina, papel-cartão e papelão ondulado não especificados anteriormente	3
1811-3/01	Impressão de jornais	3
1811-3/02	Impressão de livros, revistas e outras publicações periódicas	3
1812-1/00	Impressão de material de segurança	2
1813-0/01	Impressão de material para uso publicitário	3
1813-0/99	Impressão de material para outros usos	2
1821-1/00	Serviços de pré-impressão	3
1822-9/01	Serviços de encadernação e plastificação	2
1822-9/99	Serviços de acabamentos gráficos, exceto encadernação e plastificação	2
1830-0/01	Reprodução de som em qualquer suporte	2
1830-0/02	Reprodução de vídeo em qualquer suporte	2
1830-0/03	Reprodução de software em qualquer suporte	1
1910-1/00	Coquerias	3
1921-7/00	Fabricação de produtos do refino de petróleo	3
1922-5/01	Formulação de combustíveis	3
1922-5/02	Rerrefino de óleos lubrificantes	3
1922-5/99	Fabricação de outros produtos derivados do petróleo, exceto produtos do refino	3
1931-4/00	Fabricação de álcool	3
1932-2/00	Fabricação de biocombustíveis, exceto álcool	3
2011-8/00	Fabricação de cloro e álcalis	2
2012-6/00	Fabricação de intermediários para fertilizantes	3
2013-4/01	Fabricação de adubos e fertilizantes organo-minerais	2
2013-4/02	Fabricação de adubos e fertilizantes, exceto organo-minerais	2
2014-2/00	Fabricação de gases industriais	2
2019-3/01	Elaboração de combustíveis nucleares	3
2019-3/99	Fabricação de outros produtos químicos inorgânicos não especificados anteriormente	2
2021-5/00	Fabricação de produtos petroquímicos básicos	3
2022-3/00	Fabricação de intermediários para plastificantes, resinas e fibras	3
2029-1/00	Fabricação de produtos químicos orgânicos não especificados anteriormente	2
2031-2/00	Fabricação de resinas termoplásticas	3
2032-1/00	Fabricação de resinas termofixas	2
2033-9/00	Fabricação de elastômeros	3
2040-1/00	Fabricação de fibras artificiais e sintéticas	3
2051-7/00	Fabricação de defensivos agrícolas	3
2052-5/00	Fabricação de desinfestantes domissanitários	2
2061-4/00	Fabricação de sabões e detergentes sintéticos	3
2062-2/00	Fabricação de produtos de limpeza e polimento	3
2063-1/00	Fabricação de cosméticos, produtos de perfumaria e de higiene pessoal	3
2071-1/00	Fabricação de tintas, vernizes, esmaltes e lacas	3

2072-0/00	Fabricação de tintas de impressão	3
2073-8/00	Fabricação de impermeabilizantes, solventes e produtos afins	3
2091-6/00	Fabricação de adesivos e selantes	3
2092-4/01	Fabricação de pólvoras, explosivos e detonantes	3
2092-4/02	Fabricação de artigos pirotécnicos	2
2092-4/03	Fabricação de fósforos de segurança	3
2093-2/00	Fabricação de aditivos de uso industrial	3
2094-1/00	Fabricação de catalisadores	1
2099-1/01	Fabricação de chapas, filmes, papéis e outros materiais e produtos químicos para fotografia	2
2099-1/99	Fabricação de outros produtos químicos não especificados anteriormente	3
2110-6/00	Fabricação de produtos farmoquímicos	3
2121-1/01	Fabricação de medicamentos alopáticos para uso humano	3
2121-1/02	Fabricação de medicamentos homeopáticos para uso humano	2
2121-1/03	Fabricação de medicamentos fitoterápicos para uso humano	2
2122-0/00	Fabricação de medicamentos para uso veterinário	3
2123-8/00	Fabricação de preparações farmacêuticas	1
2211-1/00	Fabricação de pneumáticos e de câmaras-de-ar	3
2212-9/00	Reforma de pneumáticos usados	3
2219-6/00	Fabricação de artefatos de borracha não especificados anteriormente	3
2221-8/00	Fabricação de laminados planos e tubulares de material plástico	3
2222-6/00	Fabricação de embalagens de material plástico	3
2223-4/00	Fabricação de tubos e acessórios de material plástico para uso na construção	3
2229-3/01	Fabricação de artefatos de material plástico para uso pessoal e doméstico	3
2229-3/02	Fabricação de artefatos de material plástico para usos industriais	3
2229-3/03	Fabricação de artefatos de material plástico para uso na construção, exceto tubos e acessórios	3
2229-3/99	Fabricação de artefatos de material plástico para outros usos não especificados anteriormente	3
2311-7/00	Fabricação de vidro plano e de segurança	3
2312-5/00	Fabricação de embalagens de vidro	3
2319-2/00	Fabricação de artigos de vidro	3
2320-6/00	Fabricação de cimento	3
2330-3/01	Fabricação de estruturas pré-moldadas de concreto armado, em série e sob encomenda	3
2330-3/02	Fabricação de artefatos de cimento para uso na construção	3
2330-3/03	Fabricação de artefatos de fibrocimento para uso na construção	2
2330-3/04	Fabricação de casas pré-moldadas de concreto	3
2330-3/05	Preparação de massa de concreto e argamassa para construção	3
2330-3/99	Fabricação de outros artefatos e produtos de concreto, cimento, fibrocimento, gesso e materiais semelhantes	3
2341-9/00	Fabricação de produtos cerâmicos refratários	3
2342-7/01	Fabricação de azulejos e pisos	3
2342-7/02	Fabricação de artefatos de cerâmica e barro cozido para uso na construção, exceto azulejos e pisos	3
2349-4/01	Fabricação de material sanitário de cerâmica	3
2349-4/99	Fabricação de produtos cerâmicos não refratários não especificados anteriormente	3
2391-5/01	Britamento de pedras, exceto associado à extração	3
2391-5/02	Aparelhamento de pedras para construção, exceto associado à extração	3
2391-5/03	Aparelhamento de placas e execução de trabalhos em mármore, granito, ardósia e outras pedras	3
2392-3/00	Fabricação de cal e gesso	3
2399-1/01	Decoração, lapidação, gravação, vitrificação e outros trabalhos em cerâmica, louça, vidro e cristal	3
2399-1/02	Fabricação de abrasivos	3
2399-1/99	Fabricação de outros produtos de minerais não metálicos não especificados anteriormente	3
2411-3/00	Produção de ferro-gusa	3
2412-1/00	Produção de ferroligas	3
2421-1/00	Produção de semiacabados de aço	1
2422-9/01	Produção de laminados planos de aço ao carbono, revestidos ou não	3
2422-9/02	Produção de laminados planos de aços especiais	2
2423-7/01	Produção de tubos de aço sem costura	3
2423-7/02	Produção de laminados longos de aço, exceto tubos	2
2424-5/01	Produção de arames de aço	2
2424-5/02	Produção de relaminados, trefilados e perfilados de aço, exceto arames	3
2431-8/00	Produção de tubos de aço com costura	3
2439-3/00	Produção de outros tubos de ferro e aço	3
2441-5/01	Produção de alumínio e suas ligas em formas primárias	2
2441-5/02	Produção de laminados de alumínio	3
2442-3/00	Metalurgia dos metais preciosos	2
2443-1/00	Metalurgia do cobre	2
2449-1/01	Produção de zinco em formas primárias	3
2449-1/02	Produção de laminados de zinco	3
2449-1/03	Fabricação de ânodos para galvanoplastia	3
2449-1/99	Metalurgia de outros metais não ferrosos e suas ligas não especificados anteriormente	3
2451-2/00	Fundição de ferro e aço	3
2452-1/00	Fundição de metais não ferrosos e suas ligas	3
2511-0/00	Fabricação de estruturas metálicas	3
2512-8/00	Fabricação de esquadrias de metal	3
2513-6/00	Fabricação de obras de caldeiraria pesada	3
2521-7/00	Fabricação de tanques, reservatórios metálicos e caldeiras para aquecimento central	3
2522-5/00	Fabricação de caldeiras geradoras de vapor, exceto para aquecimento central e para veículos	3
2531-4/01	Produção de forjados de aço	3
2531-4/02	Produção de forjados de metais não ferrosos e suas ligas	3
2532-2/01	Produção de artefatos estampados de metal	3
2532-2/02	Metalurgia do pó	3
2539-0/01	Serviços de usinagem, torneiria e solda	3
2539-0/02	Serviços de tratamento e revestimento em metais	3
2541-1/00	Fabricação de artigos de cutelaria	3
2542-0/00	Fabricação de artigos de serralheria, exceto esquadrias	3
2543-8/00	Fabricação de ferramentas	3
2550-1/01	Fabricação de equipamento bélico pesado, exceto veículos militares de combate	3
2550-1/02	Fabricação de armas de fogo, outras armas e munições	3
2591-8/00	Fabricação de embalagens metálicas	3
2592-6/01	Fabricação de produtos de trefilados de metal padronizados	3
2592-6/02	Fabricação de produtos de trefilados de metal, exceto padronizados	3
2593-4/00	Fabricação de artigos de metal para uso doméstico e pessoal	3
2599-3/01	Serviços de confecção de armações metálicas para a construção	2
2599-3/02	Serviço de corte e dobra de metais	3
2599-3/99	Fabricação de outros produtos de metal não especificados anteriormente	3
2610-8/00	Fabricação de componentes eletrônicos	3
2621-3/00	Fabricação de equipamentos de informática	2
2622-1/00	Fabricação de periféricos para equipamentos de informática	2
2631-1/00	Fabricação de equipamentos transmissores de comunicação, peças e acessórios	3
2632-9/00	Fabricação de aparelhos telefônicos e de outros equipamentos de comunicação, peças e acessórios	3
2640-0/00	Fabricação de aparelhos de recepção, reprodução, gravação e amplificação de áudio e vídeo	3
2651-5/00	Fabricação de aparelhos e equipamentos de medida, teste e controle	2
2652-3/00	Fabricação de cronômetros e relógios	2
2660-4/00	Fabricação de aparelhos eletromédicos e eletroterapêuticos e equipamentos de irradiação	2
2670-1/01	Fabricação de equipamentos e instrumentos ópticos, peças e acessórios	2
2670-1/02	Fabricação de aparelhos fotográficos e cinematográficos, peças e acessórios	3
2680-9/00	Fabricação de mídias virgens, magnéticas e ópticas	3
2710-4/01	Fabricação de geradores de corrente contínua e alternada, peças e acessórios	3
2710-4/02	Fabricação de transformadores, indutores, conversores, sincronizadores e semelhantes, peças e acessórios	3
2710-4/03	Fabricação de motores elétricos, peças e acessórios	3
2721-0/00	Fabricação de pilhas, baterias e acumuladores elétricos, exceto para veículos automotores	3
2722-8/01	Fabricação de baterias e acumuladores para veículos automotores	3
2722-8/02	Recondicionamento de baterias e acumuladores para veículos automotores	3
2731-7/00	Fabricação de aparelhos e equipamentos para distribuição e controle de energia elétrica	3
2732-5/00	Fabricação de material elétrico para instalações em circuito de consumo	3
2733-3/00	Fabricação de fios, cabos e condutores elétricos isolados	3
2740-6/01	Fabricação de lâmpadas	3
2740-6/02	Fabricação de luminárias e outros equipamentos de iluminação	3
2751-1/00	Fabricação de fogões, refrigeradores e máquinas de lavar e secar para uso doméstico, peças e acessórios	3
2759-7/01	Fabricação de aparelhos elétricos de uso pessoal, peças e acessórios	3
2759-7/99	Fabricação de outros aparelhos eletrodomésticos não especificados anteriormente, peças e acessórios	3
2790-2/01	Fabricação de eletrodos, contatos e outros artigos de carvão e grafita para uso elétrico, eletroímãs e isoladores	3
2790-2/02	Fabricação de equipamentos para sinalização e alarme	3
2790-2/99	Fabricação de outros equipamentos e aparelhos elétricos não especificados anteriormente	2
2811-9/00	Fabricação de motores e turbinas, peças e acessórios, exceto para aviões e veículos rodoviários	2
2812-7/00	Fabricação de equipamentos hidráulicos e pneumáticos, peças e acessórios, exceto válvulas	3
2813-5/00	Fabricação de válvulas, registros e dispositivos semelhantes, peças e acessórios	3
2814-3/01	Fabricação de compressores para uso industrial, peças e acessórios	3
2814-3/02	Fabricação de compressores para uso não industrial, peças e acessórios	3
2815-1/01	Fabricação de rolamentos para fins industriais	2
2815-1/02	Fabricação de equipamentos de transmissão para fins industriais, exceto rolamentos	3
2821-6/01	Fabricação de fornos industriais, aparelhos e equipamentos não elétricos para instalações térmicas, peças e acessórios	3
2821-6/02	Fabricação de estufas e fornos elétricos para fins industriais, peças e acessórios	3
2822-4/01	Fabricação de máquinas, equipamentos e aparelhos para transporte e elevação de pessoas, peças e acessórios	3
2822-4/02	Fabricação de máquinas, equipamentos e aparelhos para transporte e elevação de cargas, peças e acessórios	3
2823-2/00	Fabricação de máquinas e aparelhos de refrigeração e ventilação para uso industrial e comercial, peças e acessórios	3
2824-1/01	Fabricação de aparelhos e equipamentos de ar condicionado para uso industrial	2
2824-1/02	Fabricação de aparelhos e equipamentos de ar condicionado para uso não industrial	2
2825-9/00	Fabricação de máquinas e equipamentos para saneamento básico e ambiental, peças e acessórios	2
2829-1/01	Fabricação de máquinas de escrever, calcular e outros equipamentos não eletrônicos para escritório, peças e acessórios	2
2829-1/99	Fabricação de outras máquinas e equipamentos de uso geral não especificados anteriormente, peças e acessórios	3
2831-3/00	Fabricação de tratores agrícolas, peças e acessórios	3
2832-1/00	Fabricação de equipamentos para irrigação agrícola, peças e acessórios	3
2833-0/00	Fabricação de máquinas e equipamentos para a agricultura e pecuária, peças e acessórios, exceto para irrigação	3
2840-2/00	Fabricação de máquinas-ferramenta, peças e acessórios	3
2851-8/00	Fabricação de máquinas e equipamentos para a prospecção e extração de petróleo, peças e acessórios	3
2852-6/00	Fabricação de outras máquinas e equipamentos para uso na extração mineral, peças e acessórios, exceto na extração de petróleo	3

2853-4/00	Fabricação de tratores, peças e acessórios, exceto agrícolas	3
2854-2/00	Fabricação de máquinas e equipamentos para terraplenagem, pavimentação e construção, peças e acessórios, exceto tratores	3
2861-5/00	Fabricação de máquinas para a indústria metalúrgica, peças e acessórios, exceto máquinas-ferramenta	3
2862-3/00	Fabricação de máquinas e equipamentos para as indústrias de alimentos, bebidas e fumo, peças e acessórios	3
2863-1/00	Fabricação de máquinas e equipamentos para a indústria têxtil, peças e acessórios	3
2864-0/00	Fabricação de máquinas e equipamentos para as indústrias do vestuário, do couro e de calçados, peças e acessórios	3
2865-8/00	Fabricação de máquinas e equipamentos para as indústrias de celulose, papel e papelão e artefatos, peças e acessórios	3
2866-6/00	Fabricação de máquinas e equipamentos para a indústria do plástico, peças e acessórios	3
2869-1/00	Fabricação de máquinas e equipamentos para uso industrial específico não especificados anteriormente, peças e acessórios	3
2910-7/01	Fabricação de automóveis, camionetas e utilitários	3
2910-7/02	Fabricação de chassis com motor para automóveis, camionetas e utilitários	3
2910-7/03	Fabricação de motores para automóveis, camionetas e utilitários	3
2920-4/01	Fabricação de caminhões e ônibus	3
2920-4/02	Fabricação de motores para caminhões e ônibus	2
2930-1/01	Fabricação de cabines, carrocerias e reboques para caminhões	3
2930-1/02	Fabricação de carrocerias para ônibus	3
2930-1/03	Fabricação de cabines, carrocerias e reboques para outros veículos automotores, exceto caminhões e ônibus	3
2941-7/00	Fabricação de peças e acessórios para o sistema motor de veículos automotores	3
2942-5/00	Fabricação de peças e acessórios para os sistemas de marcha e transmissão de veículos automotores	3
2943-3/00	Fabricação de peças e acessórios para o sistema de freios de veículos automotores	3
2944-1/00	Fabricação de peças e acessórios para o sistema de direção e suspensão de veículos automotores	3
2945-0/00	Fabricação de material elétrico e eletrônico para veículos automotores, exceto baterias	3
2949-2/01	Fabricação de bancos e estofados para veículos automotores	3
2949-2/99	Fabricação de outras peças e acessórios para veículos automotores não especificadas anteriormente	3
2950-6/00	Recondicionamento e recuperação de motores para veículos automotores	3
3011-3/01	Construção de embarcações de grande porte	3
3011-3/02	Construção de embarcações para uso comercial e para usos especiais, exceto de grande porte	3
3012-1/00	Construção de embarcações para esporte e lazer	3
3031-8/00	Fabricação de locomotivas, vagões e outros materiais rodantes	3
3032-6/00	Fabricação de peças e acessórios para veículos ferroviários	3
3041-5/00	Fabricação de aeronaves	2
3042-3/00	Fabricação de turbinas, motores e outros componentes e peças para aeronaves	2
3050-4/00	Fabricação de veículos militares de combate	2
3091-1/01	Fabricação de motocicletas	3
3091-1/02	Fabricação de peças e acessórios para motocicletas	3
3092-0/00	Fabricação de bicicletas e triciclos não motorizados, peças e acessórios	3
3099-7/00	Fabricação de equipamentos de transporte não especificados anteriormente	3
3101-2/00	Fabricação de móveis com predominância de madeira	3
3102-1/00	Fabricação de móveis com predominância de metal	3
3103-9/00	Fabricação de móveis de outros materiais, exceto madeira e metal	3
3104-7/00	Fabricação de colchões	3
3211-6/01	Lapidação de gemas	2
3211-6/02	Fabricação de artefatos de joalheria e ourivesaria	2
3211-6/03	Cunhagem de moedas e medalhas	2
3212-4/00	Fabricação de bijuterias e artefatos semelhantes	3
3220-5/00	Fabricação de instrumentos musicais, peças e acessórios	3
3230-2/00	Fabricação de artefatos para pesca e esporte	3
3240-0/01	Fabricação de jogos eletrônicos	2
3240-0/02	Fabricação de mesas de bilhar, de sinuca e acessórios não associada à locação	2
3240-0/03	Fabricação de mesas de bilhar, de sinuca e acessórios associada à locação	2
3240-0/99	Fabricação de outros brinquedos e jogos recreativos não especificados anteriormente	3
3250-7/01	Fabricação de instrumentos não eletrônicos e utensílios para uso médico, cirúrgico, odontológico e de laboratório	2
3250-7/02	Fabricação de mobiliário para uso médico, cirúrgico, odontológico e de laboratório	3
3250-7/03	Fabricação de aparelhos e utensílios para correção de defeitos físicos e aparelhos ortopédicos em geral sob encomenda	2
3250-7/04	Fabricação de aparelhos e utensílios para correção de defeitos físicos e aparelhos ortopédicos em geral, exceto sob encomenda	2
3250-7/05	Fabricação de materiais para medicina e odontologia	3
3250-7/06	Serviços de prótese dentária	2
3250-7/07	Fabricação de artigos ópticos	3
3250-7/09	Serviço de laboratório óptico	3
3291-4/00	Fabricação de escovas, pincéis e vassouras	3
3292-2/01	Fabricação de roupas de proteção e segurança e resistentes a fogo	3
3292-2/02	Fabricação de equipamentos e acessórios para segurança pessoal e profissional	3
3299-0/01	Fabricação de guarda-chuvas e similares	2
3299-0/02	Fabricação de canetas, lápis e outros artigos para escritório	2
3299-0/03	Fabricação de letras, letreiros e placas de qualquer material, exceto luminosos	2
3299-0/04	Fabricação de painéis e letreiros luminosos	3
3299-0/05	Fabricação de aviamentos para costura	3
3299-0/06	Fabricação de velas, inclusive decorativas	3
3299-0/99	Fabricação de produtos diversos não especificados anteriormente	3
3311-2/00	Manutenção e reparação de tanques, reservatórios metálicos e caldeiras, exceto para veículos	3
3312-1/02	Manutenção e reparação de aparelhos e instrumentos de medida, teste e controle	2
3312-1/03	Manutenção e reparação de aparelhos eletromédicos e eletroterapêuticos e equipamentos de irradiação	1
3312-1/04	Manutenção e reparação de equipamentos e instrumentos ópticos	3
3313-9/01	Manutenção e reparação de geradores, transformadores e motores elétricos	3
3313-9/02	Manutenção e reparação de baterias e acumuladores elétricos, exceto para veículos	2
3313-9/99	Manutenção e reparação de máquinas, aparelhos e materiais elétricos não especificados anteriormente	3
3314-7/01	Manutenção e reparação de máquinas motrizes não elétricas	1
3314-7/02	Manutenção e reparação de equipamentos hidráulicos e pneumáticos, exceto válvulas	3
3314-7/03	Manutenção e reparação de válvulas industriais	2
3314-7/04	Manutenção e reparação de compressores	3
3314-7/05	Manutenção e reparação de equipamentos de transmissão para fins industriais	2
3314-7/06	Manutenção e reparação de máquinas, aparelhos e equipamentos para instalações térmicas	3
3314-7/07	Manutenção e reparação de máquinas e aparelhos de refrigeração e ventilação para uso industrial e comercial	3
3314-7/08	Manutenção e reparação de máquinas, equipamentos e aparelhos para transporte e elevação de cargas	3
3314-7/09	Manutenção e reparação de máquinas de escrever, calcular e de outros equipamentos não eletrônicos para escritório	3
3314-7/10	Manutenção e reparação de máquinas e equipamentos para uso geral não especificados anteriormente	3
3314-7/11	Manutenção e reparação de máquinas e equipamentos para agricultura e pecuária	3
3314-7/12	Manutenção e reparação de tratores agrícolas	3
3314-7/13	Manutenção e reparação de máquinas-ferramenta	3
3314-7/14	Manutenção e reparação de máquinas e equipamentos para a prospecção e extração de petróleo	3
3314-7/15	Manutenção e reparação de máquinas e equipamentos para uso na extração mineral, exceto na extração de petróleo	2
3314-7/16	Manutenção e reparação de tratores, exceto agrícolas	3
3314-7/17	Manutenção e reparação de máquinas e equipamentos de terraplenagem, pavimentação e construção, exceto tratores	3
3314-7/18	Manutenção e reparação de máquinas para a indústria metalúrgica, exceto máquinas-ferramenta	3
3314-7/19	Manutenção e reparação de máquinas e equipamentos para as indústrias de alimentos, bebidas e fumo	3
3314-7/20	Manutenção e reparação de máquinas e equipamentos para a indústria têxtil, do vestuário, do couro e calçados	2
3314-7/21	Manutenção e reparação de máquinas e aparelhos para a indústria de celulose, papel e papelão e artefatos	3
3314-7/22	Manutenção e reparação de máquinas e aparelhos para a indústria do plástico	3
3314-7/99	Manutenção e reparação de outras máquinas e equipamentos para usos industriais não especificados anteriormente	3
3315-5/00	Manutenção e reparação de veículos ferroviários	3
3316-3/01	Manutenção e reparação de aeronaves, exceto a manutenção na pista	2
3316-3/02	Manutenção de aeronaves na pista	1
3317-1/01	Manutenção e reparação de embarcações e estruturas flutuantes	3
3317-1/02	Manutenção e reparação de embarcações para esporte e lazer	2
3319-8/00	Manutenção e reparação de equipamentos e produtos não especificados anteriormente	3
3321-0/00	Instalação de máquinas e equipamentos industriais	3
3329-5/01	Serviços de montagem de móveis de qualquer material	3
3329-5/99	Instalação de outros equipamentos não especificados anteriormente	3
3511-5/01	Geração de energia elétrica	3
3511-5/02	Atividades de coordenação e controle da operação da geração e transmissão de energia elétrica	3
3512-3/00	Transmissão de energia elétrica	3
3513-1/00	Comércio atacadista de energia elétrica	1
3514-0/00	Distribuição de energia elétrica	3
3520-4/01	Produção de gás; processamento de gás natural	2
3520-4/02	Distribuição de combustíveis gasosos por redes urbanas	2
3530-1/00	Produção e distribuição de vapor, água quente e ar condicionado	2
3600-6/01	Captação, tratamento e distribuição de água	3
3600-6/02	Distribuição de água por caminhões	2
3701-1/00	Gestão de redes de esgoto	3
3702-9/00	Atividades relacionadas a esgoto, exceto a gestão de redes	3
3811-4/00	Coleta de resíduos não perigosos	3
3812-2/00	Coleta de resíduos perigosos	2
3821-1/00	Tratamento e disposição de resíduos não perigosos	3
3822-0/00	Tratamento e disposição de resíduos perigosos	3
3831-9/01	Recuperação de sucatas de alumínio	3
3831-9/99	Recuperação de materiais metálicos, exceto alumínio	3
3832-7/00	Recuperação de materiais plásticos	3
3839-4/01	Usinas de compostagem	3
3839-4/99	Recuperação de materiais não especificados anteriormente	3
3900-5/00	Descontaminação e outros serviços de gestão de resíduos	2
4110-7/00	Incorporação de empreendimentos imobiliários	3
4120-4/00	Construção de edifícios	3
4211-1/01	Construção de rodovias e ferrovias	3
4211-1/02	Pintura para sinalização em pistas rodoviárias e aeroportos	3
4212-0/00	Construção de obras de arte especiais	3
4213-8/00	Obras de urbanização - ruas, praças e calçadas	3
4221-9/01	Construção de barragens e represas para geração de energia elétrica	3
4221-9/02	Construção de estações e redes de distribuição de energia elétrica	3
4221-9/03	Manutenção de redes de distribuição de energia elétrica	3
4221-9/04	Construção de estações e redes de telecomunicações	3
4221-9/05	Manutenção de estações e redes de telecomunicações	3
4222-7/01	Construção de redes de abastecimento de água, coleta de esgoto e construções correlatas, exceto obras de irrigação	3
4222-7/02	Obras de irrigação	3
4223-5/00	Construção de redes de transportes por dutos, exceto para água e esgoto	3
4291-0/00	Obras portuárias, marítimas e fluviais	3
4292-8/01	Montagem de estruturas metálicas	3
4292-8/02	Obras de montagem industrial	3
4299-5/01	Construção de instalações esportivas e recreativas	3
4299-5/99	Outras obras de engenharia civil não especificadas anteriormente	3
4311-8/01	Demolição de edifícios e outras estruturas	3
4311-8/02	Preparação de canteiro e limpeza de terreno	3
4312-6/00	Perfurações e sondagens	3

4313-4/00	Obras de terraplenagem	3
4319-3/00	Serviços de preparação do terreno não especificados anteriormente	2
4321-5/00	Instalação e manutenção elétrica	3
4322-3/01	Instalações hidráulicas, sanitárias e de gás	3
4322-3/02	Instalação e manutenção de sistemas centrais de ar condicionado, de ventilação e refrigeração	3
4322-3/03	Instalações de sistema de prevenção contra incêndio	3
4329-1/01	Instalação de painéis publicitários	2
4329-1/02	Instalação de equipamentos para orientação à navegação marítima fluvial e lacustre	2
4329-1/03	Instalação, manutenção e reparação de elevadores, escadas e esteiras rolantes	2
4329-1/04	Montagem e instalação de sistemas e equipamentos de iluminação e sinalização em vias públicas, portos e aeroportos	3
4329-1/05	Tratamentos térmicos, acústicos ou de vibração	3
4329-1/99	Outras obras de instalações em construções não especificadas anteriormente	3
4330-4/01	Impermeabilização em obras de engenharia civil	3
4330-4/02	Instalação de portas, janelas, tetos, divisórias e armários embutidos de qualquer material	3
4330-4/03	Obras de acabamento em gesso e estuque	3
4330-4/04	Serviços de pintura de edifícios em geral	3
4330-4/05	Aplicação de revestimentos e de resinas em interiores e exteriores	3
4330-4/99	Outras obras de acabamento da construção	3
4391-6/00	Obras de fundações	3
4399-1/01	Administração de obras	3
4399-1/02	Montagem e desmontagem de andaimes e outras estruturas temporárias	3
4399-1/03	Obras de alvenaria	3
4399-1/04	Serviços de operação e fornecimento de equipamentos para transporte e elevação de cargas e pessoas para uso em obras	3
4399-1/05	Perfuração e construção de poços de água	3
4399-1/99	Serviços especializados para construção não especificados anteriormente	3
4511-1/01	Comércio a varejo de automóveis, camionetas e utilitários novos	2
4511-1/02	Comércio a varejo de automóveis, camionetas e utilitários usados	3
4511-1/03	Comércio por atacado de automóveis, camionetas e utilitários novos e usados	2
4511-1/04	Comércio por atacado de caminhões novos e usados	2
4511-1/05	Comércio por atacado de reboques e semireboques novos e usados	3
4511-1/06	Comércio por atacado de ônibus e micro-ônibus novos e usados	1
4512-9/01	Representantes comerciais e agentes do comércio de veículos automotores	2
4512-9/02	Comércio sob consignação de veículos automotores	3
4520-0/01	Serviços de manutenção e reparação mecânica de veículos automotores	3
4520-0/02	Serviços de lanternagem ou funilaria e pintura de veículos automotores	3
4520-0/03	Serviços de manutenção e reparação elétrica de veículos automotores	3
4520-0/04	Serviços de alinhamento e balanceamento de veículos automotores	2
4520-0/05	Serviços de lavagem, lubrificação e polimento de veículos automotores	3
4520-0/06	Serviços de borracharia para veículos automotores	3
4520-0/07	Serviços de instalação, manutenção e reparação de acessórios para veículos automotores	3
4520-0/08	Serviços de capotaria	3
4530-7/01	Comércio por atacado de peças e acessórios novos para veículos automotores	2
4530-7/02	Comércio por atacado de pneumáticos e câmaras-de-ar	2
4530-7/03	Comércio a varejo de peças e acessórios novos para veículos automotores	2
4530-7/04	Comércio a varejo de peças e acessórios usados para veículos automotores	2
4530-7/05	Comércio a varejo de pneumáticos e câmaras-de-ar	2
4530-7/06	Representantes comerciais e agentes do comércio de peças e acessórios novos e usados para veículos automotores	2
4541-2/01	Comércio por atacado de motocicletas e motonetas	2
4541-2/02	Comércio por atacado de peças e acessórios para motocicletas e motonetas	3
4541-2/03	Comércio a varejo de motocicletas e motonetas novas	3
4541-2/04	Comércio a varejo de motocicletas e motonetas usadas	3
4541-2/06	Comércio a varejo de peças e acessórios novos para motocicletas e motonetas	3
4541-2/07	Comércio a varejo de peças e acessórios usados para motocicletas e motonetas	3
4542-1/01	Representantes comerciais e agentes do comércio de motocicletas e motonetas, peças e acessórios	1
4542-1/02	Comércio sob consignação de motocicletas e motonetas	2
4543-9/00	Manutenção e reparação de motocicletas e motonetas	2
4611-7/00	Representantes comerciais e agentes do comércio de matérias-primas agrícolas e animais vivos	3
4612-5/00	Representantes comerciais e agentes do comércio de combustíveis, minerais, produtos siderúrgicos e químicos	2
4613-3/00	Representantes comerciais e agentes do comércio de madeira, material de construção e ferragens	3
4614-1/00	Representantes comerciais e agentes do comércio de máquinas, equipamentos, embarcações e aeronaves	2
4615-0/00	Representantes comerciais e agentes do comércio de eletrodomésticos, móveis e artigos de uso doméstico	2
4616-8/00	Representantes comerciais e agentes do comércio de têxteis, vestuário, calçados e artigos de viagem	1
4617-6/00	Representantes comerciais e agentes do comércio de produtos alimentícios, bebidas e fumo	3
4618-4/01	Representantes comerciais e agentes do comércio de medicamentos, cosméticos e produtos de perfumaria	2
4618-4/02	Representantes comerciais e agentes do comércio de instrumentos e materiais odonto-médico-hospitalares	2
4618-4/03	Representantes comerciais e agentes do comércio de jornais, revistas e outras publicações	3
4618-4/99	Outros representantes comerciais e agentes do comércio especializado em produtos não especificados anteriormente	2
4619-2/00	Representantes comerciais e agentes do comércio de mercadorias em geral não especializado	2
4621-4/00	Comércio atacadista de café em grão	3
4622-2/00	Comércio atacadista de soja	3
4623-1/01	Comércio atacadista de animais vivos	3
4623-1/02	Comércio atacadista de couros, lãs, peles e outros subprodutos não comestíveis de origem animal	3
4623-1/03	Comércio atacadista de algodão	2
4623-1/04	Comércio atacadista de fumo em folha não beneficiado	3
4623-1/05	Comércio atacadista de cacau	2
4623-1/06	Comércio atacadista de sementes, flores, plantas e gramas	3
4623-1/07	Comércio atacadista de sisal	2
4623-1/08	Comércio atacadista de matérias-primas agrícolas com atividade de fracionamento e acondicionamento associada	3
4623-1/09	Comércio atacadista de alimentos para animais	3
4623-1/99	Comércio atacadista de matérias-primas agrícolas não especificadas anteriormente	3
4631-1/00	Comércio atacadista de leite e laticínios	3
4632-0/01	Comércio atacadista de cereais e leguminosas beneficiados	3
4632-0/02	Comércio atacadista de farinhas, amidos e féculas	3
4632-0/03	Comércio atacadista de cereais e leguminosas beneficiados, farinhas, amidos e féculas, com atividade de fracionamento e acondicionamento associada	3
4633-8/01	Comércio atacadista de frutas, verduras, raízes, tubérculos, hortaliças e legumes frescos	3
4633-8/02	Comércio atacadista de aves vivas e ovos	2
4633-8/03	Comércio atacadista de coelhos e outros pequenos animais vivos para alimentação	2
4634-6/01	Comércio atacadista de carnes bovinas e suínas e derivados	3
4634-6/02	Comércio atacadista de aves abatidas e derivados	3
4634-6/03	Comércio atacadista de pescados e frutos do mar	3
4634-6/99	Comércio atacadista de carnes e derivados de outros animais	2
4635-4/01	Comércio atacadista de água mineral	3
4635-4/02	Comércio atacadista de cerveja, chope e refrigerante	3
4635-4/03	Comércio atacadista de bebidas com atividade de fracionamento e acondicionamento associada	3
4635-4/99	Comércio atacadista de bebidas não especificadas anteriormente	3
4636-2/01	Comércio atacadista de fumo beneficiado	3
4636-2/02	Comércio atacadista de cigarros, cigarrilhas e charutos	2
4637-1/01	Comércio atacadista de café torrado, moído e solúvel	3
4637-1/02	Comércio atacadista de açúcar	2
4637-1/03	Comércio atacadista de óleos e gorduras	2
4637-1/04	Comércio atacadista de pães, bolos, biscoitos e similares	2
4637-1/05	Comércio atacadista de massas alimentícias	3
4637-1/06	Comércio atacadista de sorvetes	2
4637-1/07	Comércio atacadista de chocolates, confeitos, balas, bombons e semelhantes	3
4637-1/99	Comércio atacadista especializado em outros produtos alimentícios não especificados anteriormente	3
4639-7/01	Comércio atacadista de produtos alimentícios em geral	3
4639-7/02	Comércio atacadista de produtos alimentícios em geral, com atividade de fracionamento e acondicionamento associada	3
4641-9/01	Comércio atacadista de tecidos	2
4641-9/02	Comércio atacadista de artigos de cama, mesa e banho	3
4641-9/03	Comércio atacadista de artigos de armarinho	3
4642-7/01	Comércio atacadista de artigos do vestuário e acessórios, exceto profissionais e de segurança	1
4642-7/02	Comércio atacadista de roupas e acessórios para uso profissional e de segurança do trabalho	2
4643-5/01	Comércio atacadista de calçados	2
4643-5/02	Comércio atacadista de bolsas, malas e artigos de viagem	1
4644-3/01	Comércio atacadista de medicamentos e drogas de uso humano	2
4644-3/02	Comércio atacadista de medicamentos e drogas de uso veterinário	2
4645-1/01	Comércio atacadista de instrumentos e materiais para uso médico, cirúrgico, hospitalar e de laboratórios	1
4645-1/02	Comércio atacadista de próteses e artigos de ortopedia	2
4645-1/03	Comércio atacadista de produtos odontológicos	2
4646-0/01	Comércio atacadista de cosméticos e produtos de perfumaria	2
4646-0/02	Comércio atacadista de produtos de higiene pessoal	2
4647-8/01	Comércio atacadista de artigos de escritório e de papelaria	2
4647-8/02	Comércio atacadista de livros, jornais e outras publicações	3
4649-4/01	Comércio atacadista de equipamentos elétricos de uso pessoal e doméstico	2
4649-4/02	Comércio atacadista de aparelhos eletrônicos de uso pessoal e doméstico	3
4649-4/03	Comércio atacadista de bicicletas, triciclos e outros veículos recreativos	3
4649-4/04	Comércio atacadista de móveis e artigos de colchoaria	3
4649-4/05	Comércio atacadista de artigos de tapeçaria; persianas e cortinas	2
4649-4/06	Comércio atacadista de lustres, luminárias e abajures	2
4649-4/07	Comércio atacadista de filmes, CDs, DVDs, fitas e discos	1
4649-4/08	Comércio atacadista de produtos de higiene, limpeza e conservação domiciliar	3
4649-4/09	Comércio atacadista de produtos de higiene, limpeza e conservação domiciliar, com atividade de fracionamento e acondicionamento associada	2
4649-4/10	Comércio atacadista de joias, relógios e bijuterias, inclusive pedras preciosas e semipreciosas lapidadas	1
4649-4/99	Comércio atacadista de outros equipamentos e artigos de uso pessoal e doméstico não especificados anteriormente	2
4651-6/01	Comércio atacadista de equipamentos de informática	1
4651-6/02	Comércio atacadista de suprimentos para informática	1
4652-4/00	Comércio atacadista de componentes eletrônicos e equipamentos de telefonia e comunicação	1
4661-3/00	Comércio atacadista de máquinas, aparelhos e equipamentos para uso agropecuário; partes e peças	2

4662-1/00	Comércio atacadista de máquinas, equipamentos para terraplenagem, mineração e construção; partes e peças	3
4663-0/00	Comércio atacadista de máquinas e equipamentos para uso industrial; partes e peças	2
4664-8/00	Comércio atacadista de máquinas, aparelhos e equipamentos para uso odonto-médico-hospitalar; partes e peças	2
4665-6/00	Comércio atacadista de máquinas e equipamentos para uso comercial; partes e peças	2
4669-9/01	Comércio atacadista de bombas e compressores; partes e peças	2
4669-9/99	Comércio atacadista de outras máquinas e equipamentos não especificados anteriormente; partes e peças	2
4671-1/00	Comércio atacadista de madeira e produtos derivados	3
4672-9/00	Comércio atacadista de ferragens e ferramentas	3
4673-7/00	Comércio atacadista de material elétrico	2
4674-5/00	Comércio atacadista de cimento	2
4679-6/01	Comércio atacadista de tintas, vernizes e similares	2
4679-6/02	Comércio atacadista de mármores e granitos	3
4679-6/03	Comércio atacadista de vidros, espelhos e vitrais	3
4679-6/04	Comércio atacadista especializado de materiais de construção não especificados anteriormente	2
4679-6/99	Comércio atacadista de materiais de construção em geral	3
4681-8/01	Comércio atacadista de álcool carburante, biodiesel, gasolina e demais derivados de petróleo, exceto lubrificantes, não realizado por transportador retalhista (T.R.R.)	3
4681-8/02	Comércio atacadista de combustíveis realizado por transportador retalhista (T.R.R.)	3
4681-8/03	Comércio atacadista de combustíveis de origem vegetal, exceto álcool carburante	3
4681-8/04	Comércio atacadista de combustíveis de origem mineral em bruto	2
4681-8/05	Comércio atacadista de lubrificantes	2
4682-6/00	Comércio atacadista de gás liquefeito de petróleo (GLP)	3
4683-4/00	Comércio atacadista de defensivos agrícolas, adubos, fertilizantes e corretivos do solo	2
4684-2/01	Comércio atacadista de resinas e elastômeros	2
4684-2/02	Comércio atacadista de solventes	3
4684-2/99	Comércio atacadista de outros produtos químicos e petroquímicos não especificados anteriormente	3
4685-1/00	Comércio atacadista de produtos siderúrgicos e metalúrgicos, exceto para construção	3
4686-9/01	Comércio atacadista de papel e papelão em bruto	2
4686-9/02	Comércio atacadista de embalagens	3
4687-7/01	Comércio atacadista de resíduos de papel e papelão	3
4687-7/02	Comércio atacadista de resíduos e sucatas não metálicos, exceto de papel e papelão	3
4687-7/03	Comércio atacadista de resíduos e sucatas metálicos	3
4689-3/01	Comércio atacadista de produtos da extração mineral, exceto combustíveis	2
4689-3/02	Comércio atacadista de fios e fibras beneficiados	2
4689-3/99	Comércio atacadista especializado em outros produtos intermediários não especificados anteriormente	2
4691-5/00	Comércio atacadista de mercadorias em geral, com predominância de produtos alimentícios	2
4692-3/00	Comércio atacadista de mercadorias em geral, com predominância de insumos agropecuários	2
4693-1/00	Comércio atacadista de mercadorias em geral, sem predominância de alimentos ou de insumos agropecuários	2
4711-3/01	Comércio varejista de mercadorias em geral, com predominância de produtos alimentícios - hipermercados	3
4711-3/02	Comércio varejista de mercadorias em geral, com predominância de produtos alimentícios - supermercados	3
4712-1/00	Comércio varejista de mercadorias em geral, com predominância de produtos alimentícios - minimercados, mercearias e armazéns	2
4713-0/02	Lojas de variedades, exceto lojas de departamentos ou magazines	2
4713-0/04	Lojas de departamentos ou magazines, exceto lojas francas (duty free)	3
4713-0/05	Lojas francas (duty free) de aeroportos, portos e em fronteiras terrestres	2
4721-1/02	Padaria e confeitaria com predominância de revenda	2
4721-1/03	Comércio varejista de laticínios e frios	2
4721-1/04	Comércio varejista de doces, balas, bombons e semelhantes	3
4722-9/01	Comércio varejista de carnes - açougues	3
4722-9/02	Peixaria	2
4723-7/00	Comércio varejista de bebidas	3
4724-5/00	Comércio varejista de hortifrutigranjeiros	3
4729-6/01	Tabacaria	1
4729-6/02	Comércio varejista de mercadorias em lojas de conveniência	2
4729-6/99	Comércio varejista de produtos alimentícios em geral ou especializado em produtos alimentícios não especificados anteriormente	2
4731-8/00	Comércio varejista de combustíveis para veículos automotores	3
4732-6/00	Comércio varejista de lubrificantes	2
4741-5/00	Comércio varejista de tintas e materiais para pintura	2
4742-3/00	Comércio varejista de material elétrico	3
4743-1/00	Comércio varejista de vidros	3
4744-0/01	Comércio varejista de ferragens e ferramentas	3
4744-0/02	Comércio varejista de madeira e artefatos	3
4744-0/03	Comércio varejista de materiais hidráulicos	2
4744-0/04	Comércio varejista de cal, areia, pedra britada, tijolos e telhas	3
4744-0/05	Comércio varejista de materiais de construção não especificados anteriormente	3
4744-0/06	Comércio varejista de pedras para revestimento	3
4744-0/99	Comércio varejista de materiais de construção em geral	3
4751-2/01	Comércio varejista especializado de equipamentos e suprimentos de informática	2
4751-2/02	Recarga de cartuchos para equipamentos de informática	2
4752-1/00	Comércio varejista especializado de equipamentos de telefonia e comunicação	2
4753-9/00	Comércio varejista especializado de eletrodomésticos e equipamentos de áudio e vídeo	2
4754-7/01	Comércio varejista de móveis	2
4754-7/02	Comércio varejista de artigos de colchoaria	2
4754-7/03	Comércio varejista de artigos de iluminação	2
4755-5/01	Comércio varejista de tecidos	2
4755-5/02	Comercio varejista de artigos de armarinho	2
4755-5/03	Comercio varejista de artigos de cama, mesa e banho	3
4756-3/00	Comércio varejista especializado de instrumentos musicais e acessórios	2
4757-1/00	Comércio varejista especializado de peças e acessórios para aparelhos eletroeletrônicos para uso doméstico, exceto informática e comunicação	2
4759-8/01	Comércio varejista de artigos de tapeçaria, cortinas e persianas	2
4759-8/99	Comércio varejista de outros artigos de uso doméstico não especificados anteriormente	2
4761-0/01	Comércio varejista de livros	1
4761-0/02	Comércio varejista de jornais e revistas	1
4761-0/03	Comércio varejista de artigos de papelaria	2
4762-8/00	Comércio varejista de discos, CDs, DVDs e fitas	1
4763-6/01	Comércio varejista de brinquedos e artigos recreativos	2
4763-6/02	Comércio varejista de artigos esportivos	1
4763-6/03	Comércio varejista de bicicletas e triciclos; peças e acessórios	1
4763-6/04	Comércio varejista de artigos de caça, pesca e camping	1
4763-6/05	Comércio varejista de embarcações e outros veículos recreativos; peças e acessórios	2
4771-7/01	Comércio varejista de produtos farmacêuticos, sem manipulação de fórmulas	2
4771-7/02	Comércio varejista de produtos farmacêuticos, com manipulação de fórmulas	2
4771-7/03	Comércio varejista de produtos farmacêuticos homeopáticos	1
4771-7/04	Comércio varejista de medicamentos veterinários	3
4772-5/00	Comércio varejista de cosméticos, produtos de perfumaria e de higiene pessoal	2
4773-3/00	Comércio varejista de artigos médicos e ortopédicos	1
4774-1/00	Comércio varejista de artigos de óptica	2
4781-4/00	Comércio varejista de artigos do vestuário e acessórios	2
4782-2/01	Comércio varejista de calçados	2
4782-2/02	Comércio varejista de artigos de viagem	1
4783-1/01	Comércio varejista de artigos de joalheria	1
4783-1/02	Comércio varejista de artigos de relojoaria	2
4784-9/00	Comércio varejista de gás liquefeito de petróleo (GLP)	3
4785-7/01	Comércio varejista de antiguidades	2
4785-7/99	Comércio varejista de outros artigos usados	3
4789-0/01	Comércio varejista de suvenires, bijuterias e artesanatos	2
4789-0/02	Comércio varejista de plantas e flores naturais	3
4789-0/03	Comércio varejista de objetos de arte	1
4789-0/04	Comércio varejista de animais vivos e de artigos e alimentos para animais de estimação	3
4789-0/05	Comércio varejista de produtos saneantes domissanitários	3
4789-0/06	Comércio varejista de fogos de artifício e artigos pirotécnicos	2
4789-0/07	Comércio varejista de equipamentos para escritório	2
4789-0/08	Comércio varejista de artigos fotográficos e para filmagem	1
4789-0/09	Comércio varejista de armas e munições	2
4789-0/99	Comércio varejista de outros produtos não especificados anteriormente	2
4911-6/00	Transporte ferroviário de carga	3
4912-4/01	Transporte ferroviário de passageiros intermunicipal e interestadual	3
4912-4/02	Transporte ferroviário de passageiros municipal e em região metropolitana	3
4912-4/03	Transporte metroviário	3
4921-3/01	Transporte rodoviário coletivo de passageiros, com itinerário fixo, municipal	3
4921-3/02	Transporte rodoviário coletivo de passageiros, com itinerário fixo, intermunicipal em região metropolitana	3
4922-1/01	Transporte rodoviário coletivo de passageiros, com itinerário fixo, intermunicipal, exceto em região metropolitana	3
4922-1/02	Transporte rodoviário coletivo de passageiros, com itinerário fixo, interestadual	3
4922-1/03	Transporte rodoviário coletivo de passageiros, com itinerário fixo, internacional	3
4923-0/01	Serviço de táxi	3
4923-0/02	Serviço de transporte de passageiros - locação de automóveis com motorista	3
4924-8/00	Transporte escolar	3
4929-9/01	Transporte rodoviário coletivo de passageiros, sob regime de fretamento, municipal	3
4929-9/02	Transporte rodoviário coletivo de passageiros, sob regime de fretamento, intermunicipal, interestadual e internacional	3
4929-9/03	Organização de excursões em veículos rodoviários próprios, municipal	3
4929-9/04	Organização de excursões em veículos rodoviários próprios, intermunicipal, interestadual e internacional	3
4929-9/99	Outros transportes rodoviários de passageiros não especificados anteriormente	2
4930-2/01	Transporte rodoviário de carga, exceto produtos perigosos e mudanças, municipal	3
4930-2/02	Transporte rodoviário de carga, exceto produtos perigosos e mudanças, intermunicipal, interestadual e internacional	3
4930-2/03	Transporte rodoviário de produtos perigosos	3
4930-2/04	Transporte rodoviário de mudanças	3
4940-0/00	Transporte dutoviário	1
4950-7/00	Trens turísticos, teleféricos e similares	3
5011-4/01	Transporte marítimo de cabotagem - Carga	3
5011-4/02	Transporte marítimo de cabotagem - passageiros	2
5012-2/01	Transporte marítimo de longo curso - Carga	3
5012-2/02	Transporte marítimo de longo curso - Passageiros	2
5021-1/01	Transporte por navegação interior de carga, municipal, exceto travessia	3
5021-1/02	Transporte por navegação interior de carga, intermunicipal, interestadual e internacional, exceto travessia	3
5022-0/01	Transporte por navegação interior de passageiros em linhas regulares, municipal, exceto travessia	2
5022-0/02	Transporte por navegação interior de passageiros em linhas regulares, intermunicipal, interestadual e internacional, exceto travessia	2
5030-1/01	Navegação de apoio marítimo	3
5030-1/02	Navegação de apoio portuário	1
5030-1/03	Serviço de rebocadores e empurradores	3
5091-2/01	Transporte por navegação de travessia, municipal	3
5091-2/02	Transporte por navegação de travessia, intermunicipal, interestadual e internacional	3
5099-8/01	Transporte aquaviário para passeios turísticos	1

5099-8/99	Outros transportes aquaviários não especificados anteriormente	1
5111-1/00	Transporte aéreo de passageiros regular	3
5112-9/01	Serviço de táxi aéreo e locação de aeronaves com tripulação	3
5112-9/99	Outros serviços de transporte aéreo de passageiros não regular	3
5120-0/00	Transporte aéreo de carga	2
5130-7/00	Transporte espacial	1
5211-7/01	Armazéns gerais - emissão de warrant	3
5211-7/02	Guarda-móveis	2
5211-7/99	Depósitos de mercadorias para terceiros, exceto armazéns gerais e guarda-móveis	3
5212-5/00	Carga e descarga	3
5221-4/00	Concessionárias de rodovias, pontes, túneis e serviços relacionados	3
5222-2/00	Terminais rodoviários e ferroviários	3
5223-1/00	Estacionamento de veículos	3
5229-0/01	Serviços de apoio ao transporte por táxi, inclusive centrais de chamada	1
5229-0/02	Serviços de reboque de veículos	3
5229-0/99	Outras atividades auxiliares dos transportes terrestres não especificadas anteriormente	3
5231-1/01	Administração da infraestrutura portuária	2
5231-1/02	Atividades do Operador Portuário	3
5231-1/03	Gestão de terminais aquaviários	3
5232-0/00	Atividades de agenciamento marítimo	2
5239-7/01	Serviços de praticagem	3
5239-7/99	Atividades auxiliares dos transportes aquaviários não especificadas anteriormente	3
5240-1/01	Operação dos aeroportos e campos de aterrissagem	2
5240-1/99	Atividades auxiliares dos transportes aéreos, exceto operação dos aeroportos e campos de aterrissagem	3
5250-8/01	Comissaria de despachos	1
5250-8/02	Atividades de despachantes aduaneiros	3
5250-8/03	Agenciamento de cargas, exceto para o transporte marítimo	3
5250-8/04	Organização logística do transporte de carga	3
5250-8/05	Operador de transporte multimodal - OTM	3
5310-5/01	Atividades do Correio Nacional	3
5310-5/02	Atividades de franqueadas e permissionárias do Correio Nacional	2
5320-2/01	Serviços de malote não realizados pelo Correio Nacional	3
5320-2/02	Serviços de entrega rápida	3
5510-8/01	Hotéis	2
5510-8/02	Apart-hotéis	2
5510-8/03	Motéis	2
5590-6/01	Albergues, exceto assistenciais	3
5590-6/02	Campings	1
5590-6/03	Pensões (alojamento)	2
5590-6/99	Outros alojamentos não especificados anteriormente	2
5611-2/01	Restaurantes e similares	2
5611-2/03	Lanchonetes, casas de chá, de sucos e similares	3
5611-2/04	Bares e outros estabelecimentos especializados em servir bebidas, sem entretenimento	3
5611-2/05	Bares e outros estabelecimentos especializados em servir bebidas, com entretenimento	3
5612-1/00	Serviços ambulantes de alimentação	3
5620-1/01	Fornecimento de alimentos preparados preponderantemente para empresas	3
5620-1/02	Serviços de alimentação para eventos e recepções - bufê	2
5620-1/03	Cantinas - serviços de alimentação privativos	3
5620-1/04	Fornecimento de alimentos preparados preponderantemente para consumo domiciliar	3
5811-5/00	Edição de livros	2
5812-3/01	Edição de jornais diários	2
5813-1/00	Edição de revistas	3
5819-1/00	Edição de cadastros, listas e de outros produtos gráficos	2
5821-2/00	Edição integrada à impressão de livros	2
5822-1/01	Edição integrada à impressão de jornais diários	2
5822-1/02	Edição integrada à impressão de jornais não diários	2
5823-9/00	Edição integrada à impressão de revistas	2
5829-8/00	Edição integrada à impressão de cadastros, listas e outros produtos gráficos	2
5911-1/01	Estúdios cinematográficos	1
5911-1/02	Produção de filmes para publicidade	3
5911-1/99	Atividades de produção cinematográfica, de vídeos e de programas de televisão não especificadas anteriormente	1
5912-0/01	Serviços de dublagem	2
5912-0/02	Serviços de mixagem sonora em produção audiovisual	2
5912-0/99	Atividades de pós-produção cinematográfica, de vídeos e de programas de televisão não especificadas anteriormente	1
5913-8/00	Distribuição cinematográfica, de vídeo e de programas de televisão	1
5914-6/00	Atividades de exibição cinematográfica	3
5920-1/00	Atividades de gravação de som e de edição de música	2
6010-1/00	Atividades de rádio	1
6021-7/00	Atividades de televisão aberta	3
6022-5/01	Programadoras	3
6022-5/02	Atividades relacionadas à televisão por assinatura, exceto programadoras	3
6110-8/01	Serviços de telefonia fixa comutada - STFC	2
6110-8/02	Serviços de redes de transporte de telecomunicações - SRTT	2
6110-8/03	Serviços de comunicação multimídia - SCM	2
6110-8/99	Serviços de telecomunicações por fio não especificados anteriormente	3
6120-5/01	Telefonia móvel celular	2
6120-5/02	Serviço móvel especializado - SME	3
6120-5/99	Serviços de telecomunicações sem fio não especificados anteriormente	1
6130-2/00	Telecomunicações por satélite	1
6141-8/00	Operadoras de televisão por assinatura por cabo	3
6142-6/00	Operadoras de televisão por assinatura por micro-ondas	2
6143-4/00	Operadoras de televisão por assinatura por satélite	3
6190-6/01	Provedores de acesso às redes de comunicações	3
6190-6/02	Provedores de voz sobre protocolo internet - VOIP	2
6190-6/99	Outras atividades de telecomunicações não especificadas anteriormente	2
6201-5/01	Desenvolvimento de programas de computador sob encomenda	1
6201-5/02	Web design	1
6202-3/00	Desenvolvimento e licenciamento de programas de computador customizáveis	2
6203-1/00	Desenvolvimento e licenciamento de programas de computador não customizáveis	1
6204-0/00	Consultoria em tecnologia da informação	2
6209-1/00	Suporte técnico, manutenção e outros serviços em tecnologia da informação	2
6311-9/00	Tratamento de dados, provedores de serviços de aplicação e serviços de hospedagem na internet	2
6319-4/00	Portais, provedores de conteúdo e outros serviços de informação na internet	1
6391-7/00	Agências de notícias	2
6399-2/00	Outras atividades de prestação de serviços de informação não especificadas anteriormente	3
6410-7/00	Banco Central	1
6421-2/00	Bancos comerciais	2
6422-1/00	Bancos múltiplos, com carteira comercial	3
6423-9/00	Caixas econômicas	2
6424-7/01	Bancos cooperativos	1
6424-7/02	Cooperativas centrais de crédito	1
6424-7/03	Cooperativas de crédito mútuo	2
6424-7/04	Cooperativas de crédito rural	1
6431-0/00	Bancos múltiplos, sem carteira comercial	1
6432-8/00	Bancos de investimento	1
6433-6/00	Bancos de desenvolvimento	2
6434-4/00	Agências de fomento	1
6435-2/01	Sociedades de crédito imobiliário	1
6435-2/02	Associações de poupança e empréstimo	1
6435-2/03	Companhias hipotecárias	1
6436-1/00	Sociedades de crédito, financiamento e investimento - financeiras	1
6437-9/00	Sociedades de crédito ao microempreendedor	1
6438-7/01	Bancos de câmbio	1
6438-7/99	Outras instituições de intermediação não monetária não especificadas anteriormente	1
6440-9/00	Arrendamento mercantil	1
6450-6/00	Sociedades de capitalização	3
6461-1/00	Holdings de instituições financeiras	2
6462-0/00	Holdings de instituições não financeiras	3
6463-8/00	Outras sociedades de participação, exceto holdings	2
6470-1/01	Fundos de investimento, exceto previdenciários e imobiliários	1
6470-1/02	Fundos de investimento previdenciários	1
6470-1/03	Fundos de investimento imobiliários	1
6491-3/00	Sociedades de fomento mercantil - factoring	1
6492-1/00	Securitização de créditos	3
6493-0/00	Administração de consórcios para aquisição de bens e direitos	2
6499-9/01	Clubes de investimento	1
6499-9/02	Sociedades de investimento	1
6499-9/03	Fundo garantidor de crédito	1
6499-9/04	Caixas de financiamento de corporações	1
6499-9/05	Concessão de crédito pelas OSCIP	1
6499-9/99	Outras atividades de serviços financeiros não especificadas anteriormente	1
6511-1/01	Sociedade seguradora de seguros de vida	1
6511-1/02	Planos de auxílio-funeral	2
6512-0/00	Sociedade seguradora de seguros não vida	2
6520-1/00	Sociedade seguradora de seguros-saúde	1
6530-8/00	Resseguros	2
6541-3/00	Previdência complementar fechada	1
6542-1/00	Previdência complementar aberta	1
6550-2/00	Planos de saúde	2
6611-8/01	Bolsa de valores	1
6611-8/02	Bolsa de mercadorias	1
6611-8/03	Bolsa de mercadorias e futuros	1
6611-8/04	Administração de mercados de balcão organizados	2
6612-6/01	Corretoras de títulos e valores mobiliários	1
6612-6/02	Distribuidoras de títulos e valores mobiliários	1
6612-6/03	Corretoras de câmbio	1
6612-6/04	Corretoras de contratos de mercadorias	1
6612-6/05	Agentes de investimentos em aplicações financeiras	2
6613-4/00	Administração de cartões de crédito	2
6619-3/01	Serviços de liquidação e custódia	1
6619-3/02	Correspondentes de instituições financeiras	2
6619-3/03	Representações de bancos estrangeiros	1
6619-3/04	Caixas eletrônicos	1
6619-3/05	Operadoras de cartões de débito	1
6619-3/99	Outras atividades auxiliares dos serviços financeiros não especificadas anteriormente	2
6621-5/01	Peritos e avaliadores de seguros	1
6621-5/02	Auditoria e consultoria atuarial	1
6622-3/00	Corretores e agentes de seguros, de planos de previdência complementar e de saúde	1
6629-1/00	Atividades auxiliares dos seguros, da previdência complementar e dos planos de saúde não especificadas anteriormente	2
6630-4/00	Atividades de administração de fundos por contrato ou comissão	2
6810-2/01	Compra e venda de imóveis próprios	3
6810-2/02	Aluguel de imóveis próprios	2
6810-2/03	Loteamento de imóveis próprios	3
6821-8/01	Corretagem na compra e venda e avaliação de imóveis	2
6821-8/02	Corretagem no aluguel de imóveis	2
6822-6/00	Gestão e administração da propriedade imobiliária	2
6911-7/01	Serviços advocatícios	1
6911-7/02	Atividades auxiliares da justiça	1
6911-7/03	Agente de propriedade industrial	1
6912-5/00	Cartórios	1
6920-6/01	Atividades de contabilidade	1
6920-6/02	Atividades de consultoria e auditoria contábil e tributária	2

7020-4/00	Atividades de consultoria em gestão empresarial, exceto consultoria técnica específica	2
7111-1/00	Serviços de arquitetura	3
7112-0/00	Serviços de engenharia	3
7119-7/01	Serviços de cartografia, topografia e geodésia	2
7119-7/02	Atividades de estudos geológicos	3
7119-7/03	Serviços de desenho técnico relacionados à arquitetura e engenharia	2
7119-7/04	Serviços de perícia técnica relacionados à segurança do trabalho	1
7119-7/99	Atividades técnicas relacionadas à engenharia e arquitetura não especificadas anteriormente	2
7120-1/00	Testes e análises técnicas	1
7210-0/00	Pesquisa e desenvolvimento experimental em ciências físicas e naturais	2
7220-7/00	Pesquisa e desenvolvimento experimental em ciências sociais e humanas	1
7311-4/00	Agências de publicidade	1
7312-2/00	Agenciamento de espaços para publicidade, exceto em veículos de comunicação	3
7319-0/01	Criação de estandes para feiras e exposições	2
7319-0/02	Promoção de vendas	3
7319-0/03	Marketing direto	3
7319-0/04	Consultoria em publicidade	2
7319-0/99	Outras atividades de publicidade não especificadas anteriormente	2
7320-3/00	Pesquisas de mercado e de opinião pública	3
7410-2/02	Design de interiores	3
7410-2/03	Design de produto	3
7410-2/99	Atividades de design não especificadas anteriormente	3
7420-0/01	Atividades de produção de fotografias, exceto aérea e submarina	2
7420-0/02	Atividades de produção de fotografias aéreas e submarinas	2
7420-0/03	Laboratórios fotográficos	2
7420-0/04	Filmagem de festas e eventos	2
7420-0/05	Serviços de microfilmagem	3
7490-1/01	Serviços de tradução, interpretação e similares	3
7490-1/02	Escafandria e mergulho	3
7490-1/03	Serviços de agronomia e de consultoria às atividades agrícolas e pecuárias	3
7490-1/04	Atividades de intermediação e agenciamento de serviços e negócios em geral, exceto imobiliários	2
7490-1/05	Agenciamento de profissionais para atividades esportivas, culturais e artísticas	3
7490-1/99	Outras atividades profissionais, científicas e técnicas não especificadas anteriormente	2
7500-1/00	Atividades veterinárias	2
7711-0/00	Locação de automóveis sem condutor	2
7719-5/01	Locação de embarcações sem tripulação, exceto para fins recreativos	2
7719-5/02	Locação de aeronaves sem tripulação	3
7719-5/99	Locação de outros meios de transporte não especificados anteriormente, sem condutor	3
7721-7/00	Aluguel de equipamentos recreativos e esportivos	2
7722-5/00	Aluguel de fitas de vídeo, DVDs e similares	3
7723-3/00	Aluguel de objetos do vestuário, joias e acessórios	2
7729-2/01	Aluguel de aparelhos de jogos eletrônicos	3
7729-2/02	Aluguel de móveis, utensílios e aparelhos de uso doméstico e pessoal; instrumentos musicais	3
7729-2/03	Aluguel de material médico	1
7729-2/99	Aluguel de outros objetos pessoais e domésticos não especificados anteriormente	3
7731-4/00	Aluguel de máquinas e equipamentos agrícolas sem operador	3
7732-2/01	Aluguel de máquinas e equipamentos para construção sem operador, exceto andaimes	3
7732-2/02	Aluguel de andaimes	3
7733-1/00	Aluguel de máquinas e equipamentos para escritório	1
7739-0/01	Aluguel de máquinas e equipamentos para extração de minérios e petróleo, sem operador	1
7739-0/02	Aluguel de equipamentos científicos, médicos e hospitalares, sem operador	3
7739-0/03	Aluguel de palcos, coberturas e outras estruturas de uso temporário, exceto andaimes	3
7739-0/99	Aluguel de outras máquinas e equipamentos comerciais e industriais não especificados anteriormente, sem operador	3
7740-3/00	Gestão de ativos intangíveis não financeiros	1
7810-8/00	Seleção e agenciamento de mão-de-obra	3
7820-5/00	Locação de mão-de-obra temporária	3
7830-2/00	Fornecimento e gestão de recursos humanos para terceiros	2
7911-2/00	Agências de viagens	1
7912-1/00	Operadores turísticos	1
7990-2/00	Serviços de reservas e outros serviços de turismo não especificados anteriormente	1
8011-1/01	Atividades de vigilância e segurança privada	3
8011-1/02	Serviços de adestramento de cães de guarda	2
8012-9/00	Atividades de transporte de valores	3
8020-0/01	Atividades de monitoramento de sistemas de segurança eletrônico	3
8020-0/02	Outras atividades de serviços de segurança	3
8030-7/00	Atividades de investigação particular	2
8111-7/00	Serviços combinados para apoio a edifícios, exceto condomínios prediais	3
8112-5/00	Condomínios prediais	2
8121-4/00	Limpeza em prédios e em domicílios	3
8122-2/00	Imunização e controle de pragas urbanas	3
8129-0/00	Atividades de limpeza não especificadas anteriormente	3
8130-3/00	Atividades paisagísticas	3
8211-3/00	Serviços combinados de escritório e apoio administrativo	2
8219-9/01	Fotocópias	1
8219-9/99	Preparação de documentos e serviços especializados de apoio administrativo não especificados anteriormente	3
8220-2/00	Atividades de teleatendimento	3
8230-0/01	Serviços de organização de feiras, congressos, exposições e festas	3
8230-0/02	Casas de festas e eventos	1
8291-1/00	Atividades de cobrança e informações cadastrais	2
8292-0/00	Envasamento e empacotamento sob contrato	3
8299-7/01	Medição de consumo de energia elétrica, gás e água	3
8299-7/02	Emissão de vales-alimentação, vales-transporte e similares	1
8299-7/03	Serviços de gravação de carimbos, exceto confecção	2
8299-7/04	Leiloeiros independentes	2
8299-7/05	Serviços de levantamento de fundos sob contrato	2
8299-7/06	Casas lotéricas	2
8299-7/07	Salas de acesso à internet	2
8299-7/99	Outras atividades de serviços prestados principalmente às empresas não especificadas anteriormente	2
8411-6/00	Administração pública em geral	2
8412-4/00	Regulação das atividades de saúde, educação, serviços culturais e outros serviços sociais	1
8413-2/00	Regulação das atividades econômicas	2
8421-3/00	Relações exteriores	1
8422-1/00	Defesa	1
8423-0/00	Justiça	1
8424-8/00	Segurança e ordem pública	2
8425-6/00	Defesa Civil	1
8430-2/00	Seguridade social obrigatória	1
8511-2/00	Educação infantil - creche	2
8512-1/00	Educação infantil - pré-escola	1
8513-9/00	Ensino fundamental	1
8520-1/00	Ensino médio	1
8531-7/00	Educação superior - graduação	1
8532-5/00	Educação superior - graduação e pós-graduação	1
8533-3/00	Educação superior - pós-graduação e extensão	1
8541-4/00	Educação profissional de nível técnico	1
8542-2/00	Educação profissional de nível tecnológico	2
8550-3/01	Administração de caixas escolares	1
8550-3/02	Atividades de apoio à educação, exceto caixas escolares	2
8591-1/00	Ensino de esportes	2
8592-9/01	Ensino de dança	1
8592-9/02	Ensino de artes cênicas, exceto dança	1
8592-9/03	Ensino de música	1
8592-9/99	Ensino de arte e cultura não especificado anteriormente	1
8593-7/00	Ensino de idiomas	1
8599-6/01	Formação de condutores	1
8599-6/02	Cursos de pilotagem	3
8599-6/03	Treinamento em informática	1
8599-6/04	Treinamento em desenvolvimento profissional e gerencial	1
8599-6/05	Cursos preparatórios para concursos	1
8599-6/99	Outras atividades de ensino não especificadas anteriormente	2
8610-1/01	Atividades de atendimento hospitalar, exceto pronto-socorro e unidades para atendimento a urgências	2
8610-1/02	Atividades de atendimento em pronto-socorro e unidades hospitalares para atendimento a urgências	2
8621-6/01	UTI móvel	2
8621-6/02	Serviços móveis de atendimento a urgências, exceto por UTI móvel	2
8622-4/00	Serviços de remoção de pacientes, exceto os serviços móveis de atendimento a urgências	2
8630-5/01	Atividade médica ambulatorial com recursos para realização de procedimentos cirúrgicos	1
8630-5/02	Atividade médica ambulatorial com recursos para realização de exames complementares	2
8630-5/03	Atividade médica ambulatorial restrita a consultas	1
8630-5/04	Atividade odontológica	1
8630-5/06	Serviços de vacinação e imunização humana	1
8630-5/07	Atividades de reprodução humana assistida	2
8630-5/99	Atividades de atenção ambulatorial não especificadas anteriormente	2
8640-2/01	Laboratórios de anatomia patológica e citológica	2
8640-2/02	Laboratórios clínicos	2
8640-2/03	Serviços de diálise e nefrologia	2
8640-2/04	Serviços de tomografia	1
8640-2/05	Serviços de diagnóstico por imagem com uso de radiação ionizante, exceto tomografia	2
8640-2/06	Serviços de ressonância magnética	2
8640-2/07	Serviços de diagnóstico por imagem sem uso de radiação ionizante, exceto ressonância magnética	1
8640-2/08	Serviços de diagnóstico por registro gráfico - ECG, EEG e outros exames análogos	3
8640-2/09	Serviços de diagnóstico por métodos ópticos - endoscopia e outros exames análogos	2
8640-2/10	Serviços de quimioterapia	2
8640-2/11	Serviços de radioterapia	2
8640-2/12	Serviços de hemoterapia	1
8640-2/13	Serviços de litotripsia	1
8640-2/14	Serviços de bancos de células e tecidos humanos	1
8640-2/99	Atividades de serviços de complementação diagnóstica e terapêutica não especificadas anteriormente	2
8650-0/01	Atividades de enfermagem	1
8650-0/02	Atividades de profissionais da nutrição	3
8650-0/03	Atividades de psicologia e psicanálise	1
8650-0/04	Atividades de fisioterapia	1
8650-0/05	Atividades de terapia ocupacional	2
8650-0/06	Atividades de fonoaudiologia	1
8650-0/07	Atividades de terapia de nutrição enteral e parenteral	1
8650-0/99	Atividades de profissionais da área de saúde não especificadas anteriormente	2
8660-7/00	Atividades de apoio à gestão de saúde	2
8690-9/01	Atividades de práticas integrativas e complementares em saúde humana	2
8690-9/02	Atividades de bancos de leite humano	1
8690-9/03	Atividades de acupuntura	2
8690-9/04	Atividades de podologia	2
8690-9/99	Outras atividades de atenção à saúde humana não especificadas anteriormente	2
8711-5/01	Clínicas e residências geriátricas	2
8711-5/02	Instituições de longa permanência para idosos	2
8711-5/03	Atividades de assistência a deficientes físicos, imunodeprimidos e convalescentes	1
8711-5/04	Centros de apoio a pacientes com câncer e com AIDS	3

8711-5/05	Condomínios residenciais para idosos e deficientes físicos	2
8712-3/00	Atividades de fornecimento de infraestrutura de apoio e assistência a paciente no domicílio	2
8720-4/01	Atividades de centros de assistência psicossocial	1
8720-4/99	Atividades de assistência psicossocial e à saúde a portadores de distúrbios psíquicos, deficiência mental e dependência química e grupos similares não especificadas anteriormente	2
8730-1/01	Orfanatos	2
8730-1/02	Albergues assistenciais	2
8730-1/99	Atividades de assistência social prestadas em residências coletivas e particulares não especificadas anteriormente	2
8800-6/00	Serviços de assistência social sem alojamento	2
9001-9/01	Produção teatral	1
9001-9/02	Produção musical	2
9001-9/03	Produção de espetáculos de dança	2
9001-9/04	Produção de espetáculos circenses, de marionetes e similares	1
9001-9/05	Produção de espetáculos de rodeios, vaquejadas e similares	3
9001-9/06	Atividades de sonorização e de iluminação	1
9001-9/99	Artes cênicas, espetáculos e atividades complementares não especificados anteriormente	3
9002-7/01	Atividades de artistas plásticos, jornalistas independentes e escritores	1
9002-7/02	Restauração de obras-de-arte	1
9003-5/00	Gestão de espaços para artes cênicas, espetáculos e outras atividades artísticas	3
9101-5/00	Atividades de bibliotecas e arquivos	2
9102-3/01	Atividades de museus e de exploração de lugares e prédios históricos e atrações similares	1
9102-3/02	Restauração e conservação de lugares e prédios históricos	1
9103-1/00	Atividades de jardins botânicos, zoológicos, parques nacionais, reservas ecológicas e áreas de proteção ambiental	2
9200-3/01	Casas de bingo	1
9200-3/02	Exploração de apostas em corridas de cavalos	2
9200-3/99	Exploração de jogos de azar e apostas não especificados anteriormente	1
9311-5/00	Gestão de instalações de esportes	2
9312-3/00	Clubes sociais, esportivos e similares	2
9313-1/00	Atividades de condicionamento físico	1
9319-1/01	Produção e promoção de eventos esportivos	2
9319-1/99	Outras atividades esportivas não especificadas anteriormente	2
9321-2/00	Parques de diversão e parques temáticos	2
9329-8/01	Discotecas, danceterias, salões de dança e similares	1
9329-8/02	Exploração de boliches	3
9329-8/03	Exploração de jogos de sinuca, bilhar e similares	1
9329-8/04	Exploração de jogos eletrônicos recreativos	3
9329-8/99	Outras atividades de recreação e lazer não especificadas anteriormente	2
9411-1/00	Atividades de organizações associativas patronais e empresariais	3
9412-0/01	Atividades de fiscalização profissional	3
9412-0/99	Outras atividades associativas profissionais	3
9420-1/00	Atividades de organizações sindicais	2
9430-8/00	Atividades de associações de defesa de direitos sociais	2
9491-0/00	Atividades de organizações religiosas ou filosóficas	2
9492-8/00	Atividades de organizações políticas	1
9493-6/00	Atividades de organizações associativas ligadas à cultura e à arte	2
9499-5/00	Atividades associativas não especificadas anteriormente	2
9511-8/00	Reparação e manutenção de computadores e de equipamentos periféricos	3
9512-6/00	Reparação e manutenção de equipamentos de comunicação	2
9521-5/00	Reparação e manutenção de equipamentos eletroeletrônicos de uso pessoal e doméstico	3
9529-1/01	Reparação de calçados, bolsas e artigos de viagem	1
9529-1/02	Chaveiros	3
9529-1/03	Reparação de relógios	1
9529-1/04	Reparação de bicicletas, triciclos e outros veículos não motorizados	3
9529-1/05	Reparação de artigos do mobiliário	2
9529-1/06	Reparação de joias	2
9529-1/99	Reparação e manutenção de outros objetos e equipamentos pessoais e domésticos não especificados anteriormente	3
9601-7/01	Lavanderias	3
9601-7/02	Tinturarias	3
9601-7/03	Toalheiros	3
9602-5/01	Cabeleireiros, manicure e pedicure	2
9602-5/02	Atividades de estética e outros serviços de cuidados com a beleza	2
9603-3/01	Gestão e manutenção de cemitérios	3
9603-3/02	Serviços de cremação	2
9603-3/03	Serviços de sepultamento	2
9603-3/04	Serviços de funerárias	2
9603-3/05	Serviços de somatoconservação	3
9603-3/99	Atividades funerárias e serviços relacionados não especificados anteriormente	3
9609-2/02	Agências matrimoniais	3
9609-2/04	Exploração de máquinas de serviços pessoais acionadas por moeda	1
9609-2/05	Atividades de sauna e banhos	1
9609-2/06	Serviços de tatuagem e colocação de piercing	2
9609-2/07	Alojamento de animais domésticos	2
9609-2/08	Higiene e embelezamento de animais domésticos	2
9609-2/99	Outras atividades de serviços pessoais não especificadas anteriormente	2
9700-5/00	Serviços domésticos	2
9900-8/00	Organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais	1

ANEXO II
REMUNERAÇÃO RECEBIDA EM OUTROS VÍNCULOS - ORDENAÇÃO PARA FINS DE DESCONTO (§ 1º DO ART. 64)
(ANEXO XXI DA INSTRUÇÃO NORMATIVA RFB Nº 971, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2009)

SEGURADO:
CPF:
DESTINATÁRIO:
CNPJ/CPF:
RAZÃO SOCIAL/NOME:

Declaro, sob as penas legais, a ordem de precedência e as remunerações que foram ou serão tributadas em outras empresas que devem ser observadas para fins de desconto de minha contribuição à seguridade social, na forma prevista no § 1º do art. 64 da Instrução Normativa RFB nº 971, de 13 de novembro de 2009:

ORDEM	CNPJ/CPF	CATEGORIA	REMUNERAÇÃO
1			
2			
...			

A remuneração tributada em outras empresas atingiu o limite máximo do Salário de Contribuição?
Sim Não
Local e data:

_____
Assinatura e CPF do responsável pelas informações:

_____
_____

Orientações de preenchimento:
Cabeçalho:
SEGURADO: nome do segurado declarante
CPF: CPF do segurado declarante
DESTINATÁRIO: razão social ou nome do empregador que está recebendo a declaração
CNPJ/CPF: CNPJ ou CPF do empregador que está recebendo a declaração
Quadro:
Coluna "ORDEM": informar a ordem para determinar a sequência de empregadores que efetuaram ou efetuarão o desconto;
Coluna "CNPJ": informar o CNPJ ou o CPF do empregador;
Coluna "CATEGORIA": informar a categoria (Empregado, Empregado Doméstico, Trabalhador Avulso ou Contribuinte Individual);
Coluna "REMUNERAÇÃO": informar a remuneração que foi ou será tributada no CNPJ ou no CPF informado.

PORTARIA Nº 4.864, DE 2 DE DEZEMBRO DE 2020

Altera a Portaria RFB nº 1.070, de 24 de junho de 2020, que estabelece critérios relativos à implantação de Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil subsequente às alterações na estrutura organizacional promovidas pelo Decreto nº 10.366, de 22 de maio de 2020.

O SECRETÁRIO ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 180 do Anexo I do Decreto nº 9.745, de 8 de abril de 2019, e os incisos III e VIII do art. 350 do Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria ME nº 284, de 27 de julho de 2020, e tendo em vista o disposto no art. 36 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e no Decreto nº 10.366, de 22 de maio de 2020, resolve:

Art. 1º A Portaria RFB nº 1.070, de 24 de junho de 2020, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 1º .....

.....

§ 2º O disposto no § 1º aplica-se:

II - aos cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS, denominados de Chefe de Projeto I - DAS 103.1, pertencentes à categoria de direção de projetos de que trata o inciso III do art. 12 do Decreto nº 9.739, de 28 de março de 2019." (NR)

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

JOSÉ BARROSO TOSTES NETO

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 1ª REGIÃO FISCAL

ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO AEROPORTO INTERNACIONAL DE BRASÍLIA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 66, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2020

Declara a baixa de ofício de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ).

O DELEGADO DA ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO AEROPORTO INTERNACIONAL DE BRASÍLIA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 364, inciso VI, do Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria ME nº 284, de 27 de julho de 2020, considerando o contido nos autos do Processo Administrativo Fiscal nº 10111.720729/2020-54, e de acordo com o estabelecido no art. 31, § 2º, da Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018, declara:

Art. 1º Baixada de ofício a inscrição da pessoa jurídica CLICKEVOLUÇÃO CONSTRUTORA, IMPORTAÇÃO & EXPORTAÇÃO LTDA, sob o nº 11.642.823/0001-37, no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ, por ter sido considerada inexistente de fato, na forma prevista em lei.

Art. 2º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

MURILO JOSÉ PERINI DA SILVA BRAGA

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 2ª REGIÃO FISCAL

ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO PORTO DE MANAUS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 46, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2020

Habilita a empresa mencionada ao regime de suspensão da contribuição para o PIS/Pasep-Importação e da Cofins/Importação.

O DELEGADO DA ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DO PORTO DE MANAUS/AM, no uso da(s) atribuição(ões) que lhe conferem os inciso(s) incisos III do art. 340 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 430, de 09 de Outubro de 2017, considerando o que consta do processo administrativo 10265.311368/2020-03, declara:

Art. 1º Habilitada ao regime de suspensão da contribuição para o PIS/Pasep - Importação e da Cofins - Importação a Empresa BYD INDÚSTRIA DE BATERIAS LTDA. - CNPJ nº 27.956.445/0001-04, nos termos do artigo 459 da Instrução Normativa SRF n° 1911, publicada no DOU de 15/10/2019.

Art. 2º A habilitação terá validade por prazo indeterminado, observado o disposto no parágrafo único do artigo 4º da supracitada Instrução Normativa.

Art. 3º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

JOSÉ ALVES DIAS

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 4ª REGIÃO FISCAL
DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM RECIFE

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 71, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2020

Autoriza o fornecimento de selos de controle de bebidas para importação.

O DELEGADO-ADJUNTO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RECIFE, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 336 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria do Ministério da Fazenda nº 430, de 09 de outubro de 2017, publicada no DOU de 11 de outubro de 2017, com base na competência delegada pelo art. 1º da Portaria DRF/REC/PE nº 206, de 24 de julho de 2013, publicada no DOU de 31 de julho de 2013, e tendo em vista o inciso I do artigo 51 da Instrução Normativa RFB nº 1432, de 26 de dezembro de 2013, publicada no DOU de 27/12/2013, alterada pela Instrução Normativa RFB nº 1.518/2014, publicada no DOU de 28/11/2014 e IN RFB nº 1.583/2015, publicada no DOU de 01/09/2015, e o que consta do processo nº 10271.322319/2020-17, resolve:

Autorizar o fornecimento de 115.430 (cento e quinze mil, quatrocentos e trinta) selos de controle, tipo Uísque, cor amarela, para selagem no exterior, à empresa BEAM SUNTORY BRASIL IMPORTAÇÃO E COMÉRCIO DE BEBIDAS LTDA, CNPJ nº. 17.530.779/0003-11, inscrita no Registro Especial de Estabelecimento Importador de Bebidas Alcoólicas sob o nº 04101/096, na categoria de Importador, de acordo com os seguintes elementos abaixo discriminados.

Marca Comercial	Características do Produto	Quantidade de Unidades
Teacher´s	Caixas com 24 garrafas de 250 ml, 40% GL	115.430

ROMERO MAYNARD DE ARRUDA FALCÃO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 74, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2020

Autoriza o fornecimento de selos de controle de bebidas para importação.

O DELEGADO-ADJUNTO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RECIFE, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 336 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria do Ministério da Fazenda nº 430, de 09 de outubro de 2017, publicada no DOU de 11 de outubro de 2017, com base na competência delegada pelo art. 1º da Portaria DRF/REC/PE nº 206, de 24 de julho de 2013, publicada no DOU de 31 de julho de 2013, e tendo em vista o inciso I do artigo 51 da Instrução Normativa RFB nº 1432, de 26 de dezembro de 2013, publicada no DOU de 27/12/2013, alterada pela Instrução Normativa RFB nº 1.518/2014, publicada no DOU de 28/11/2014 e IN RFB nº 1.583/2015, publicada no DOU de 01/09/2015, e o que consta do processo nº 10271.322319/2020-17, resolve:

Autorizar o fornecimento de 25.130 (vinte e cinco mil, cento e trinta) selos de controle, tipo Uísque, cor amarela, para selagem no exterior, à empresa BEAM SUNTORY BRASIL IMPORTAÇÃO E COMÉRCIO DE BEBIDAS LTDA, CNPJ nº. 17.530.779/0003-11, inscrita no Registro Especial de Estabelecimento Importador de Bebidas Alcoólicas sob o nº 04101/096, na categoria de Importador, de acordo com os seguintes elementos abaixo discriminados.

Marca Comercial	Características do Produto	Quantidade de Unidades
Jim Beam White	Caixas com 12 garrafas de 1000 ml, 40% GL	25.130

ROMERO MAYNARD DE ARRUDA FALCÃO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 73, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2020

Autoriza o fornecimento de selos de controle de bebidas para importação.

O DELEGADO-ADJUNTO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RECIFE, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 336 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria do Ministério da Fazenda nº 430, de 09 de outubro de 2017, publicada no DOU de 11 de outubro de 2017, com base na competência delegada pelo art. 1º da Portaria DRF/REC/PE nº 206, de 24 de julho de 2013, publicada no DOU de 31 de julho de 2013, e tendo em vista o inciso I do artigo 51 da Instrução Normativa RFB nº 1432, de 26 de dezembro de 2013, publicada no DOU de 27/12/2013, alterada pela Instrução Normativa RFB nº 1.518/2014, publicada no DOU de 28/11/2014 e IN RFB nº 1.583/2015, publicada no DOU de 01/09/2015, e o que consta do processo nº 10271.322319/2020-17, resolve:

Autorizar o fornecimento de 28.858 (vinte e oito mil, oitocentos e cinquenta e oito) selos de controle, tipo Uísque, cor amarela, para selagem no exterior, à empresa BEAM SUNTORY BRASIL IMPORTAÇÃO E COMÉRCIO DE BEBIDAS LTDA, CNPJ nº. 17.530.779/0003-11, inscrita no Registro Especial de Estabelecimento Importador de Bebidas Alcoólicas sob o nº 04101/096, na categoria de Importador, de acordo com os seguintes elementos abaixo discriminados.

Marca Comercial	Características do Produto	Quantidade de Unidades
Teacher`s	Caixas com 12 garrafas de 1000 ml, 40% GL	28.858

ROMERO MAYNARD DE ARRUDA FALCÃO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 72, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2020

Autoriza o fornecimento de selos de controle de bebidas para importação.

O DELEGADO-ADJUNTO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RECIFE, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 336 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria do Ministério da Fazenda nº 430, de 09 de outubro de 2017, publicada no DOU de 11 de outubro de 2017, com base na competência delegada pelo art. 1º da Portaria DRF/REC/PE nº 206, de 24 de julho de 2013, publicada no DOU de 31 de julho de 2013, e tendo em vista o inciso I do artigo 51 da Instrução Normativa RFB nº 1432, de 26 de dezembro de 2013, publicada no DOU de 27/12/2013, alterada pela Instrução Normativa RFB nº 1.518/2014, publicada no DOU de 28/11/2014 e IN RFB nº 1.583/2015, publicada no DOU de 01/09/2015, e o que consta do processo nº 10271.322319/2020-17, resolve:

Autorizar o fornecimento de 12.565 (doze mil, quinhentos e sessenta e cinco) selos de controle, tipo Uísque, cor amarela, para selagem no exterior, à empresa BEAM SUNTORY BRASIL IMPORTAÇÃO E COMÉRCIO DE BEBIDAS LTDA, CNPJ nº. 17.530.779/0003-11, inscrita no Registro Especial de Estabelecimento Importador de Bebidas Alcoólicas sob o nº 04101/096, na categoria de Importador, de acordo com os seguintes elementos abaixo discriminados.

Marca Comercial	Características do Produto	Quantidade de Unidades
Makers Mark	Caixas com 12 garrafas de 750 ml, 45% GL	12.565

ROMERO MAYNARD DE ARRUDA FALCÃO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 75, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2020

Autoriza o fornecimento de selos de controle de bebidas para importação.

O DELEGADO-ADJUNTO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RECIFE, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 336 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria do Ministério da Fazenda nº 430, de 09 de outubro de 2017, publicada no DOU de 11 de outubro de 2017, com base na competência delegada pelo art. 1º da Portaria DRF/REC/PE nº 206, de 24 de julho de 2013, publicada no DOU de 31 de julho de 2013, e tendo em vista o inciso I do artigo 51 da Instrução Normativa RFB nº 1432, de 26 de dezembro de 2013, publicada no DOU de 27/12/2013, alterada pela Instrução Normativa RFB nº 1.518/2014, publicada no DOU de 28/11/2014 e IN RFB nº 1.583/2015, publicada no DOU de 01/09/2015, e o que consta do processo nº 10271.322319/2020-17, resolve:

Autorizar o fornecimento de 57.715 (cinquenta e sete mil, setecentos e quinze) selos de controle, tipo Uísque, cor amarela, para selagem no exterior, à empresa BEAM SUNTORY BRASIL IMPORTAÇÃO E COMÉRCIO DE BEBIDAS LTDA, CNPJ nº. 17.530.779/0003-11, inscrita no Registro Especial de Estabelecimento Importador de Bebidas Alcoólicas sob o nº 04101/096, na categoria de Importador, de acordo com os seguintes elementos abaixo discriminados.

Marca Comercial	Características do Produto	Quantidade de Unidades
Teacher´s	Caixas com 24 garrafas de 250 ml, 40% GL	57.715

ROMERO MAYNARD DE ARRUDA FALCÃO

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 5ª REGIÃO FISCAL
DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM FEIRA DE SANTANA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO N° 77, DE 1 DE DEZEMBRO DE 2020

Revoga Ato Declaratório Executivo de Habilitação ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (REIDI), art. 1° da Lei n° 11.488, de 15 de junho de 2007, da pessoa jurídica e projeto que menciona.

O AUDITOR-FISCAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, da EQRAT2 (EBEN), da DRF FEIRA DE SANTANA-BA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 6°, inciso I, alínea "b" da Lei n° 10.593, de 6 de dezembro de 2002, com base na Portaria SRRF05 n° 152, de 31 de julho de 2020, publicada no Diário Oficial da União, em 03 de agosto de 2020, tendo em vista os arts. 1° ao 5° da Lei n° 11.488, de 15 de

junho de 2007, e alterações, o Decreto n° 6.144, de 03 de julho de 2007, e alterações, e a Instrução Normativa (IN) RFB n° 1.911, de 11 de outubro de 2019, e alterações, e considerando o contido no processo administrativo n° 10580.720137/2018-91, declara:

Art. 1° Revogado o ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO DRF-SDR N°8, de 3 de maio de 2019, publicado no Diário Oficial da União, de 8 de maio de 2019, que habilitou para operar no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (REIDI) a empresa Energética Camaçari Muricy II S.A., CNPJ 18.590.377/0001-03, com o projeto da Central Geradora Termoelétrica - UTE CAMAÇARI MURICY II.

Art. 2°. A pessoa jurídica não poderá mais efetuar aquisições e importações ao amparo do REIDI de bens e serviços destinados ao projeto correspondente com base no ADE revogado.

Art. 3°. A pessoa jurídica deverá efetuar aquisições e importações ao amparo do REIDI de bens e serviços destinados ao projeto correspondente com base no ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO DRF-SDR N° 16, de 27 de agosto de 2018, publicado no Diário Oficial da União de 20 de setembro de 2018.

Art. 4º A data final para usufruir do regime é 20/09/2023, respeitado o disposto no art. 9° do Decreto n° 6.144/2007.

Art. 5°. As notas fiscais emitidas até a data da publicação deste ADE, referentes a aquisições e a importações ao amparo do REIDI de bens e serviços destinados ao projeto correspondente com base no ADE revogado, não serão afetadas pela revogação.

Art. 6° Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

VITOR SILVANY RAMOS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO N° 78, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2020

Revogação de Ato Declaratório Executivo de Habilitação ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (REIDI), art. 1° da Lei n° 11.488, de 15 de junho de 2007, da pessoa jurídica e projeto que menciona.

O AUDITOR-FISCAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, da EQRAT2 (EBEN), da DRF FEIRA DE SANTANA-BA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 6°, inciso I, alínea "b" da Lei n° 10.593, de 6 de dezembro de 2002, com base na Portaria SRRF05 n° 152, de 31 de julho de 2020, publicada no Diário Oficial da União em 03 de agosto de 2020, tendo em vista os arts. 1° ao 5° da Lei n° 11.488, de 15 de

junho de 2007, e alterações, o Decreto n° 6.144, de 03 de julho de 2007, e alterações, e a Instrução Normativa (IN) RFB n° 1.911, de 11 de outubro de 2019, e alterações, e considerando o contido no processo administrativo n° 10580.720138/2018-36, declara:

Art. 1° Revogado o ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO DRF-SDR N°22, de 23 de outubro de 2019, publicado no Diário Oficial da União, de 25 de outubro de 2019, que habilitou para operar no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (REIDI) a empresa Pecém Energia S.A., CNPJ 18.590.405/0001-92, com o projeto da Central Geradora Termoelétrica - UTE PECÉM II.

Art. 2°. A pessoa jurídica não poderá mais efetuar aquisições e importações ao amparo do REIDI de bens e serviços destinados ao projeto correspondente com base no ADE revogado.

Art. 3°. A pessoa jurídica deverá efetuar aquisições e importações ao amparo do REIDI de bens e serviços destinados ao projeto correspondente com base no ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO DRF-SDR N°17, de 27 de agosto de 2018, publicado no Diário Oficial da União de 20 de setembro de 2018.

Art. 4°. A data final para usufruir do regime é 20/09/2023, respeitado o disposto no art. 9° do Decreto n° 6.144/2007.

Art. 5°. As notas fiscais emitidas até a data da publicação deste ADE, referentes a aquisições e a importações ao amparo do REIDI de bens e serviços destinados ao projeto correspondente com base no ADE revogado, não serão afetadas pela revogação.

Art. 6° Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

VITOR SILVANY RAMOS

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 6ª REGIÃO FISCAL
DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM JUIZ DE FORA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 20, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2020

Atualiza a marca comercial relativo ao Registro Especial nº 06104/155 e 06104/156.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM JUIZ DE FORA-MG, no uso das atribuições que lhe conferem o inciso III do art. 360 e o inciso III do §1º do Art. 299 do Regimento Interno da Secretária da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria ME nº 284, de 27 de julho de 2020, e tendo em vista o disposto no art. art. 3º da Instrução Normativa RFB nº 1.432, de 26 de dezembro de 2013, e ainda, considerando o que consta nº 10640.721676/2012-09 declara:

Art. 1º O estabelecimento da empresa V. L. DUQUE DESTILADOS LTDA -ME, CNPJ 12.338.576.576/0001-42, situado no Sítio Benfica, s/nº, Zona Rural, Estrada Taruaçu a Cruzeiro, São João Nepomuceno, MG, está inscrito no Registro Especial sob o nº 06104/155 e 06104/156, como produtor e engarrafador, conformes Declaratórios Executivos nº 12 e 13, de 8 de junho de 2012, da Delegacia da Receita Federal do Brasil em Juiz de Fora - MG.

Art. 2º O estabelecimento supracitado está autorizado a produzir, engarrafar e comercializar os produtos abaixo discriminados:

MARCA COMERCIAL	CAPACIDADE DO RECIPIENTE (ml)
DUQUESA	670 e 1000

Art. 3º A presente autorização poderá ser cancelada a qualquer tempo em caso de inobservância, pela beneficiária, de qualquer dos requisitos que condicionaram a concessão do Registro Especial.

Art. 4º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

LEONARDO COUTO SOBRAL

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MONTES CLAROS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 128, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2020

Declara a habilitação definitiva no Programa Mais Leite Saudável, instituído pelo Decreto nº 8.533, de 30 de setembro de 2015.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MONTES CLAROS (MG), no uso das atribuições que lhe confere o artigo 360, do Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria ME nº 284, de 27 de julho de 2020 tendo em vista o disposto no art. 23 do Decreto nº 8.533, de 30 de setembro de 2015, e o que consta no dossiê nº 13031.072909/2020-04, declara:

Art. 1º Habilitada definitivamente no âmbito do Programa Mais Leite Saudável, instituído pelo Decreto nº 8.533, de 30 de setembro de 2015, a pessoa jurídica FORNO DE MINAS ALIMENTOS S A, inscrita no CNPJ sob o nº 03.870.455/0001-56, titular de projeto de realização de investimentos destinados a auxiliar produtores rurais de leite no desenvolvimento da qualidade e da produtividade de sua atividade, aprovado pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, com período de vigência de 02/01/2020 a 01/12/2022, com base nas análises técnicas constantes nos autos do Processo nº 21028.000196/2020-56.

Art. 2º A fruição dos benefícios instituídos pelo Programa Mais Leite Saudável, fica condicionada ao cumprimento dos requisitos estabelecidos no art. 7º do Decreto nº 8.533, de 30 de setembro de 2015, e ao atendimento das exigências impostas pelo art. 31 do mesmo Decreto.

Art. 3º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

FILIPE ARAÚJO FLORÊNCIO

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 7ª REGIÃO FISCAL
DELEGACIA DE MAIORES CONTRIBUINTES DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 13, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2020

Divulga enquadramento no regime especial de apuração do Imposto sobre Produtos Industrializados de que trata o art. 56 da Medida Provisória nº 2.158-35, de 24 de agosto de 2001.

O DELEGADO DA DELEGACIA DE MAIORES CONTRIBUINTES DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO - DEMAC/RJO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 360, inciso III, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria ME nº 284, de 27 de julho de 2020, com observância do disposto no art. 2º da Portaria RFB nº 4.804/2020, e com fundamento no disposto pelo artigo 56 da Medida Provisória nº 2.158-35, de 24 de agosto de 2001, c/c o disciplinado pela Instrução Normativa SRF nº 91, de 21 de novembro de 2001, que tratam do regime especial de apuração do IPI relativa à parcela do frete cobrado pela prestação de serviços de transporte dos produtos que mencionam, em face do que consta do processo nº 13031.256904/2020-24, declara:

Art. 1º Fica a pessoa jurídica, a seguir identificada, relativamente às operações de saída dos produtos relacionados no caput do art. 56 da Medida Provisória nº 2.158-35, de 2001, realizadas no ano-calendário 2020, enquadrada no regime especial a que se refere o inciso I do § 1º do dispositivo retro citado.

INTERESSADO: NISSAN DO BRASIL AUTOMOVEIS LTDA

CNPJ: 04.104.117/0013-00

ENDEREÇO: Rodovia BR 101 Sul, KM 96,4, nº 5225, SL APG4, Distrito Industrial Diper, Cabo de Santo Agostinho/ PE

CEP: 54.503-900

Art. 2º A pessoa jurídica obriga-se ao cumprimento das condições previstas nas alíneas a, b e c do inciso II do § 1º do art. 56 da Medida Provisória nº 2.158-35, de 2001, e das obrigações acessórias previstas no art. 477 do Decreto nº 7.212, de 2010, e art. 4º da Instrução Normativa nº 91, de 2001, sob pena de aplicação das penalidades previstas pela legislação tributária, inclusive a restituição dos créditos decorrentes do exercício do regime especial concedido.

Art. 3º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE HILDEBRANDT PISCITELLI

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 8ª REGIÃO FISCAL
DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SOROCABA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 242, DE 7 DE DEZMBRO DE 2020

Habilita ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (REIDI)

O AUDITOR-FISCAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, no uso das atribuições que lhes são conferidas pela Portaria SRRF08 nº 1.214, de 11/09/2020, publicada no DOU de 15/09/2020, e pela Portaria DRF/SOR nº 38, de 07/10/2020, publicada no DOU de 13/10/2020, e tendo em vista o disposto na Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, no Decreto nº 6.144, de 3 de julho de 2007, na Instrução Normativa RFB nº 1.911, de 11 de outubro de 2019, e considerando o que consta no processo nº 10166.753823/2020-54, declara:

Art. 1º Habilitada ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (REIDI) a pessoa jurídica RUMO MALHA PAULISTA S.A, inscrita no cadastro CNPJ sob o nº 02.502.844/0001-66.

Art. 2º A referida habilitação é específica ao projeto denominado Investimentos com Prazo Determinado da Rumo Malha Paulista, que tem por objeto os investimentos obrigatórios previstos no Caderno de Obrigações anexo ao 2º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão da Malha Paulista, para prestação do serviço público de transporte ferroviário de cargas associado à exploração da infraestrutura ferroviária, que poderá ser explorado pleo prazo adicional de 30 anos, aprovado pela Portaria nº 1.963, de 23 de setembro de 2020, da Secretaria de Fomento, Planejamento e Parcerias do Ministério da Infraestrutura, destinada ao setor de transporte ferroviário, sendo o prazo estimado de execução da obra especificado no 2º Termo Aditivo do Contrato de Concessão, no Estado de São Paulo, com estimativas de desoneração previstas na respectiva Portaria.

Art. 3º No período de até 5 (cinco) anos contados da data de publicação deste Ato Declaratório Executivo, a pessoa jurídica identificada no art. 1º poderá adquirir, locar e importar bens e adquirir e importar serviços com suspensão da Contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS, para incorporação ou utilização em obra de infraestrutura vinculada ao projeto identificado no art. 2°.

Art. 4º Concluída a participação da pessoa jurídica no projeto, deverá ser solicitado, no prazo de trinta dias, contado da data em que foi adimplido o objeto do contrato, o cancelamento da respectiva habilitação, art. 9º do Decreto nº 6.144/2007.

Art. 5º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

ANDRÉ LUIZ ALVES

DELEGACIA DE FISCALIZAÇÃO DE COMÉRCIO EXTERIOR DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SÃO PAULO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 45, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2020

Baixa de ofício de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ).

O AUDITOR-FISCAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, no uso das atribuições que lhe conferem o Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria n° 284, de 27 de julho de 2020, e na competência delegada pela Portaria Delex/SPO nº 94, de 29 de agosto de 2019, e ainda considerando o que consta no processo administrativo nº 18130.720009/2020-72, com fundamento no parágrafo 2º do art. 31 da Instrução Normativa RFB nº 1.863 de 27 de dezembro de 2018, declara:

Art.1º BAIXADA de ofício por INEXISTENTE DE FATO a inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) de nº 65.982.589/0001-16 do contribuinte GRACO SERVICOS E ADMINISTRACAO DE BENS S/A, em virtude de falta de atendimento à Intimação referida no parágrafo 1º do artigo 31 da IN RFB 1863/2018, ou em virtude de não terem sido acatadas as contraposições apresentadas.

Art.2º O presente Ato Declaratório entra em vigor na data de sua publicação

MAURICIO FERNANDES VALENÇA MENDES

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 9ª REGIÃO FISCAL
DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM JOINVILLE

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 22, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2020

Autoriza o fornecimento de selos de controle de bebidas para importação.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM JOINVILLE/SC, no uso da atribuição que lhe são conferidas pelo artigo 190, pelo inciso II do § 1º do artigo 299, combinados com o inciso III do artigo 360 e artigo 364 inciso VI, todos do Anexo I do Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil do Ministério da Economia, aprovado pela Portaria ME nº 284, de 27 de julho de 2020, publicada no Diário Oficial da União em 27 de julho de 2020, e tendo em vista o estabelecido nos artigos 1º a 3º e 49 a 51 da Instrução Normativa RFB nº 1432, de 26 de dezembro de 2013, e ainda, considerando o pedido formulado nos autos do processo 10920-728.146/2020-47, UK 25/20 SC, pela Empresa ASCENSUS TRADING & LOGISTICA LTDA., CNPJ nº 07.635.245/0001-34, portadora do Registo Especial de Importador Especial de Importador de Bebidas Alcoólicas de nº 09202/029, formulado nos autos do processo nº 10920.721615/2013-78, situada na Rua Dona Francisca, nº 6.750, Zona Industrial Norte, em Joinville/SC, CEP 89219-530, declara:

Art. 1º Autorizado o fornecimento de 3.933.438 (três milhões, novecentos e trinta e três mil, quatrocentos e trinta e oito) selos de controle, Código 9829-14 Tipo UISQUE, Cor AMARELA, para produto estrangeiro a ser selado no exterior, nas especificações e quantidades abaixo identificadas, a saber:

Unidade	Caixa	Marca Comercial	Característica do Produto
964.800	80.400	Johnie Walker Red Label	Uisque escocês, em caixas de 12 garrafas de 1.000 ml, 40 GL, idade até 8 anos.
241.200	20.100	Johnnie Walker Black Label	Uisque escocês, em caixas de 12 garrafas de 1.000 ml, 40 GL, idade acima de 12 anos.
904.500	75.375	White Horse	Uisque escocês, em caixas de 12 garrafas de 1.000 ml, 40 GL, idade até 8 anos.
211.056	17.588	Grand Old Parr	Uisque escocês, em caixas de 12 garrafas de 1.000 ml, 40 GL, idade até 8 anos.
603.000	50.250	Black & White	Uisque escocês, em caixas de 12 garrafas de 1.000 ml, 40 GL, idade acima de 12 anos.
180.900	15.075	Buchanan's	Uisque escocês, em caixas de 12 garrafas de 1.000 ml, 40 GL, idade até 12 anos.
75.378	12.563	Johnnie Walker Golden Reserve	Uisque escocês, em caixas de 6 garrafas de 750 ml, 40 GL, idade acima de 12 anos.

84.420	7.035	Johnnie Walker Double Black Label	Uisque escocês, em caixas de 12 garrafas de 1.000 ml, 40 GL, idade acima de 12 anos.
24.120	4.020	Johnnie Walker Red Label	Uisque escocês, em caixas de 6 garrafas de 1.750 ml, 40 GL, idade até 8 anos.
4.524	754	Johnnie Walker Blue Label	Uisque escocês, em caixas de 6 garrafas de 750 ml, 40 GL, idade acima de 12 anos.
6.036	503	Grand Old Parr Silver	Uisque escocês, em caixas de 12 garrafas de 1.000 ml, 40 GL, idade até 8 anos.
12.060	2.010	Johnnie Walker Green Label	Uisque escocês, em caixas de 6 garrafas de 750 ml, 40 GL, idade até 18 anos.
12.060	1.005	Logan	Uisque escocês, em caixas de 12 garrafas de 700 ml, 40 GL, idade até 8 anos.
30.156	2.513	Black & White	Uisque escocês, em caixas de 12 garrafas de 700 ml, 40 GL, idade acima de 12 anos..
60.300	5.025	Bell's	Uisque escocês, em caixas de 12 garrafas de 700 ml, 40 GL, idade até 8 anos.
241.200	20.100	Johnnie Walker Red Label	Uisque escocês em caixas de 12 garrafas de 750 ml, 40 GL, idade até 8 anos.
42.216	3.518	Johnnie Walker Black Label	Uisque escocês, em caixas de 12 garrafas de 750 ml, 40 GL, idade acima de 12 anos.
120.600	10.050	Grand Old Parr	Uisque escocês, em caixas de 12 garrafas de 750 ml, 40 GL, idade até 12 anos.
36.180	3.015	Johnnie Walker Red Label	Uisque escocês, em caixas de 12 garrafas de 500 ml, 40 GL, idade até 8 anos.
54.276	4.523	White Horse	Uisque escocês, em caixas de 12 garrafas de 500 ml, 40 GL, idade até 8 anos.
3.024	252	Cardhu	Uisque escocês, single malt, em caixas de 12 garrafas de 1.000 ml, 40 GL, idade entre 8 e 12 anos.
3.024	252	The Singleton of Dufftown	Uisque escocês, em caixas de 12 garrafas de 700 ml, 40 GL, idade até 12 anos.
1.512	252	Talisker	Uisque escocês, em caixas de 6 garrafas de 750 ml, 45,8 GL, idade até 10 anos.
1.812	302	Glenkinchie	Uisque escocês, em caixas de 6 garrafas de 750 ml, 43 GL, idade até 12 anos.
1.512	252	Johnnie Walker 18 Years	Uisque escocês em caixas de 6 garrafas de 750ml, 40 GL, idade acima de 12 anos.
1.512	252	Buchanan's	Uisque escocês, em caixas de 6 garrafas de 1.000 ml, 40 GL, idade 18 anos.
12.060	1.005	Johnnie Walker Red Label	Uisque escocês, em caixas de 6 garrafas de 700ml 40 GL, idade até 8 anos.

Art. 2º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no DOU.

HONORINO JOSÉ GONÇALVES

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 24, DE 7 DEZEMBRO DE DE 2020

Autoriza o fornecimento de selos de controle de bebidas para importação.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM JOINVILLE/SC, no uso da atribuição que lhe são conferidas pelo artigo 190, pelo inciso II do § 1º do artigo 299, combinados com o inciso III do artigo 360 e artigo 364 inciso VI, todos do Anexo I do Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil do Ministério da Economia, aprovado pela Portaria ME nº 284, de 27 de julho de 2020, publicada no Diário Oficial da União em 27 de julho de 2020, e tendo em vista o estabelecido nos artigos 1º a 3º e 49 a 51 da Instrução Normativa RFB nº 1432, de 26 de dezembro de 2013, e ainda, considerando o pedido formulado nos autos do processo 10920-728.148/2020-36 UK 27/20 SC, pela Empresa ASCENSUS TRADING & LOGISTICA LTDA., CNPJ nº 07.635.245/0001-34, portadora do Registo Especial de Importador Especial de Importador de Bebidas Alcoólicas de nº 09202/029, formulado nos autos do processo nº 10920.721615/2013-78, situada na Rua Dona Francisca, nº 6.750, Zona Industrial Norte, em Joinville/SC, CEP 89219-530, declara:

Art. 1º Autorizado o fornecimento de 24.120 (vinte e quatro mil, cento e vinte) selos de controle, Código 9829-14 Tipo UISQUE, Cor AMARELA, para produto estrangeiro a ser selado no exterior, nas especificações e quantidades abaixo identificadas, a saber:

Unidade	Caixa	Marca Comercial	Característica do Produto
24.120	2.010	Bulleit Bourbon	Uisque americano, em caixas de 12 garrafas de 750 ml, 40 GL, idade até 8 anos.

Art. 2º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no DOU.

HONORINO JOSÉ GONÇALVES

SUBSECRETARIA-GERAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL
SUBSECRETARIA DE TRIBUTAÇÃO E CONTENCIOSO
COORDENAÇÃO-GERAL DE TRIBUTAÇÃO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 41, DE 4 DE DEZEMBRO DE 2020

Declara que o Pronunciamento Técnico CPC 49, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), não contempla modificação ou adoção de novos métodos ou critérios contábeis, ou a modificação ou adoção contemplada não produz efeitos na apuração dos tributos federais.

A COORDENADORA-GERAL DE TRIBUTAÇÃO SUBSTITUTA, no uso da atribuição que lhe confere o inciso II do art. 358 do Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria ME nº 284, de 27 de julho de 2020, e tendo em vista o disposto no parágrafo único do art. 58 da Lei nº 12.973, de 13 de maio de 2014, e no § 2º do art. 283 da Instrução Normativa RFB nº 1.700, de 14 de março de 2017, declara:

Art. 1º O Pronunciamento Técnico CPC 49 - Contabilização e Relatório Contábil de Planos de Benefícios de Aposentadoria, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e divulgado em 18 de abril de 2018, não contempla modificação ou adoção de novos métodos ou critérios contábeis, ou a modificação ou adoção contemplada não produz efeitos na apuração dos tributos federais.

Art. 2º Os ganhos ou perdas decorrentes da avaliação a valor justo de que trata o item 32 do Pronunciamento Técnico CPC 49, submeter-se-ão, conforme o caso, ao tratamento tributário previsto artigos 97 a 106 da Instrução Normativa RFB nº 1.700, de 14 de março de 2017, desde que afetem a determinação do lucro líquido do período de apuração antes da CSLL e do IRPJ.

Art. 2º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

CLAUDIA LÚCIA PIMENTEL MARTINS DA SILVA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 39, DE 3 DE DEZEMBRO DE 2020

Declara que a Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 15 emitida pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), não contempla modificação ou adoção de novos métodos ou critérios contábeis, ou a modificação ou adoção contemplada não produz efeitos na apuração dos tributos federais.

A COORDENADORA-GERAL DE TRIBUTAÇÃO SUBSTITUTA, no uso da atribuição que lhe confere o inciso II do art. 358 do Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria ME nº 284, de 27 de julho de 2020, e tendo em vista o disposto no parágrafo único do art. 58 da Lei nº 12.973, de 13 de maio de 2014, e no § 2º do art. 283 da Instrução Normativa RFB nº 1.700, de 14 de março de 2017, declara:

Art. 1º A Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 15, emitida pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e divulgada em 29 de abril de 2020, não contempla modificação ou adoção de novos métodos ou critérios contábeis, ou a modificação ou adoção contemplada não produz efeitos na apuração dos tributos federais.

Art. 2º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

CLAUDIA LÚCIA PIMENTEL MARTINS DA SILVA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 38, DE 3 DE DEZEMBRO DE 2020

Declara que a Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 14 emitida pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), não contempla modificação ou adoção de novos métodos ou critérios contábeis, ou a modificação ou adoção contemplada não produz efeitos na apuração dos tributos federais.

A COORDENADORA-GERAL DE TRIBUTAÇÃO SUBSTITUTA, no uso da atribuição que lhe confere o inciso II do art. 358 do Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria ME nº 284, de 27 de julho de 2020, e tendo em vista o disposto no parágrafo único do art. 58 da Lei nº 12.973, de 13 de maio de 2014, e no § 2º do art. 283 da Instrução Normativa RFB nº 1.700, de 14 de março de 2017, declara:

Art. 1º A Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 14, emitida pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e divulgada em 10 de dezembro de 2019, não contempla modificação ou adoção de novos métodos ou critérios contábeis, ou a modificação ou adoção contemplada não produz efeitos na apuração dos tributos federais.

Art. 2º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

CLAUDIA LÚCIA PIMENTEL MARTINS DA SILVA

COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

PORTARIAS DE 7 DE DEZEMBRO DE 2020

Aloca funções na estrutura da Comissão de Valores Mobiliários

Nº 141 - O PRESIDENTE DA COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 17 do Decreto Nº 9.739, de 28 de março de 2019, resolve:

I - realocar uma função de Assistente II, FG-2, da unidade Superintendência de Desenvolvimento de Mercado (SDM) para a unidade Gerência de Desenvolvimento de Normas 2 (GDN-2).

II - que esta Portaria entra em vigor sete dias após a data de sua publicação.

Nº 142 - O PRESIDENTE DA COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 17 do Decreto Nº 9.739, de 28 de março de 2019, resolve:

I - realocar uma função de Assistente II, FG-2, da unidade Gerência de Inovação, Projetos e Processos (GEINP) para a unidade Divisão de Planejamento e Orçamento Governamental (DIPOG).

II - realocar uma função de Assistente III, FG-3, da unidade Divisão de Planejamento e Orçamento Governamental (DIPOG), para a unidade Divisão de Gestão da Estratégia e Desempenho Institucional (DEGES).

III - que esta Portaria entra em vigor sete dias após a data de sua publicação.

Nº 145 - O PRESIDENTE DA COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 17 do Decreto Nº 9.739, de 28 de março de 2019, resolve:

I - realocar uma função de Assistente II, FG-2, da unidade Divisão de Educação Financeira (COE) para a unidade Centro de Estudos Comportamentais e Pesquisa (CECOP).

II - que esta Portaria entra em vigor sete dias após a data de sua publicação.

MARCELO BARBOSA

SUPERINTENDÊNCIA-GERAL
SUPERINTENDÊNCIA DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES INSTITUCIONAIS

ATO DECLARATÓRIO Nº 18.296, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2020

O Superintendente de Relações com Investidores Institucionais da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência delegada pela Deliberação CVM nº 158, de 21 de julho de 1993, autoriza CÉSAR DE OLIVEIRA FRADE, CPF nº 992.743.376-04, a prestar os serviços de Consultor de Valores Mobiliários, previstos na Instrução CVM nº 592, de 17 de novembro de 2017.

OVIDIO ROVELLA
Em Exercício

INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, QUALIDADE E TECNOLOGIA

PORTARIA Nº 369, DE 4 DE DEZEMBRO DE 2020

Renovação de bolsa no âmbito do Sub-Programa Pronametro-Ensino concedida à aluna do Programa de Pós-Graduação em Biotecnologia do Inmetro.

O PRESIDENTE DO INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, QUALIDADE E TECNOLOGIA - Inmetro, no uso de suas atribuições, conferidas no § 3º do artigo 4º da Lei nº 5.966, de 11 de dezembro de 1973, e no inciso V do artigo 18, da Estrutura Regimental da Autarquia, aprovada pelo Decreto nº 6.275, de 28 de novembro de 2007, com a redação alterada pelos Decretos nºs 7.938, de 19 de fevereiro de 2013, e 8.671, de 16 de fevereiro de 2016, e tendo em vista o disposto na Portaria Inmetro nº 174, de 28 de junho de 2017, publicada no Diário oficial da União de 03 de julho de 2017, seção nº 01, páginas nº 40 e 41, que estabelece as normas gerais do Programa Nacional de Apoio ao Desenvolvimento da Metrologia, Qualidade e Tecnologia (Pronametro), e na Portaria Inmetro nº 145, de 16 de março de 2018, publicada no DOU de 19 de março de 2018, seção nº 1, página nº 53, e considerando o que consta no processo SEI nº 0052600.011038/2020-02, resolve:

Art. 1º Tornar pública a renovação de bolsa concedida a aluna matriculada em 2018.2, no curso de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Biotecnologia, mantido pelo Inmetro, conforme listado abaixo.

Aluno Bolsista	Curso	Nível de Bolsa	Período de Renovação
Raquel Monteiro Souza	Doutorado Acadêmico	DCT-5B 100%	01/12/2020 a 30/11/2021

Art. 2º A bolsa terá duração de 12 (doze) meses, de acordo com a disponibilidade orçamentária e financeira, para cumprimento do cronograma de atividades do curso.

Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União, retroagindo seus efeitos a 01 de dezembro de 2020.

MARCOS HELENO GUERSON DE OLIVEIRA JUNIOR

PORTARIA Nº 370, DE 4 DE DEZEMBRO DE 2020

Renovação de bolsas concedidas a alunos do Programa de Pós-Graduação em Biotecnologia.

O PRESIDENTE DO INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, QUALIDADE E TECNOLOGIA - Inmetro, no uso de suas atribuições, conferidas no § 3º do artigo 4º da Lei nº 5.966, de 11 de dezembro de 1973, e no inciso V do artigo 18, da Estrutura Regimental da Autarquia, aprovada pelo Decreto nº 6.275, de 28 de novembro de 2007, com a redação alterada pelos Decretos nºs 7.938, de 19 de fevereiro de 2013, e 8.671, de 16 de fevereiro de 2016, e tendo em vista o disposto na Portaria Inmetro nº 174, de 28 de junho de 2017, publicada no Diário oficial da União de 03 de julho de 2017, seção nº 01, páginas nº 40 e 41, que estabelece as normas gerais do Programa Nacional de Apoio ao Desenvolvimento da Metrologia, Qualidade e Tecnologia (Pronametro), e na Portaria Inmetro nº 145, de 16 de março de 2018, publicada no DOU de 19 de março de 2018, seção nº 1, página nº 53, e considerando o que consta no processo SEI nº 0052600.011113/2020-27, resolve:

Art. 1º Tornar pública a renovação de bolsas concedidas a alunos matriculados no curso de Mestrado Acadêmico, do Programa de Pós-Graduação em Biotecnologia, mantido pelo Inmetro, conforme listado abaixo.

Aluno Bolsista	Nível de Bolsa
Luis Ricardo Soares	DCT-7A 100%
Melissa Fabrício Melo de Oliveira	DCT-7A 100%
Thais Moraes Ismério	DCT-7A 100%
Vitória Regina Fontes Câmara	DCT-7A 100%

Art. 2º As bolsas terão duração de até 4 (quatro) meses, de acordo com a disponibilidade orçamentária e financeira, para cumprimento do cronograma de atividades do curso.

Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União, retroagindo seus efeitos a 01 de novembro de 2020.

MARCOS HELENO GUERSON DE OLIVEIRA JUNIOR

PORTARIA Nº 372, DE 4 DE DEZEMBRO DE 2020

Renovação de bolsas concedidas no âmbito do Subprograma Pronametro-Multiusuários.

O PRESIDENTE DO INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, QUALIDADE E TECNOLOGIA - Inmetro, no uso de suas atribuições, conferidas no § 3º do artigo 4º da Lei nº 5.966, de 11 de dezembro de 1973, e no inciso V do artigo 18, da Estrutura Regimental da Autarquia, aprovada pelo Decreto nº 6.275, de 28 de novembro de 2007, com a redação alterada pelos Decretos nºs 7.938, de 19 de fevereiro de 2013, e 8.671, de 16 de fevereiro de 2016, e tendo em vista o disposto na Portaria Inmetro nº 174, de 28 de junho de 2017, publicada no Diário oficial da União de 03 de julho de 2017, seção nº 01, páginas nº 40 e 41, que estabelece as normas gerais do Programa Nacional de Apoio ao Desenvolvimento da Metrologia, Qualidade e Tecnologia (Pronametro), bem como na Portaria nº 259, de 25 de setembro de 2017, publicada no Diário oficial da União de 28 de setembro de 2017, seção nº 1, página nº 70, e considerando o que consta no processo SEI nº 0052600.010061/2020-71, resolve:

Art. 1º Tornar pública a renovação de bolsas concedidas a técnicos selecionados no âmbito do Edital 6/2018, listados no quadro abaixo, por um período de até 24 (vinte e quatro) meses, a contar de 01/11/2020, conforme disponibilidade orçamentária e financeira, objetivando a continuidade das atividades de apoio a Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação no Centro de Equipamentos de Alta Tecnologia do Inmetro, para Multiusuários (Ceatim), inserido nos laboratórios da Diretoria de Metrologia Científica e Tecnologia (Dimci) e da Diretoria de Metrologia Aplicada às Ciências da Vida (Dimav).

Bolsista	Nível de Bolsa	%	UP Responsável
Carlos Alberto Senna	DCT-3A	100	DIMCI
José Lafaiete Palles Ramos Junior	DCT-5A	100	DIMAV

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União, retroagindo seus efeitos a 01 de novembro de 2020.

MARCOS HELENO GUERSON DE OLIVEIRA JUNIOR

PORTARIA Nº 371, DE 4 DE DEZEMBRO DE 2020

Renovação de bolsas concedidas no âmbito do Subprograma Pronametro-Pesquisa e Desenvolvimento em Metrologia.

O PRESIDENTE DO INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, QUALIDADE E TECNOLOGIA - Inmetro, no uso de suas atribuições, conferidas no § 3º do artigo 4º da Lei nº 5.966, de 11 de dezembro de 1973, e no inciso V do artigo 18, da Estrutura Regimental da Autarquia, aprovada pelo Decreto nº 6.275, de 28 de novembro de 2007, com a redação alterada pelos Decretos nºs 7.938, de 19 de fevereiro de 2013, e 8.671, de 16 de fevereiro de 2016, e tendo em vista o disposto na Portaria Inmetro nº 174, de 28 de junho de 2017, publicada no Diário oficial da União de 03 de julho de 2017, seção nº 01, páginas nº 40 e 41, que estabelece as normas gerais do Programa Nacional de Apoio ao Desenvolvimento da Metrologia, Qualidade e Tecnologia (Pronametro), bem como na Portaria nº 144, de 16 de março de 2018, publicada no Diário oficial da Uniaç de 19 de março de 2018, seção nº 1, pág 52, e considerando o que consta no processo SEI nº 0052600.010060/2020-27, resolve:

Art. 1º Tornar pública a renovação de bolsas concedidas a pesquisadores e técnicos selecionados no âmbito do Edital 5/2018, listados no quadro abaixo, por um período de até 12 (doze) meses, a contar de 01/11/2020, conforme disponibilidade orçamentária e financeira, objetivando a continuidade das atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação nas áreas de metrologia, qualidade e tecnologia do Inmetro.

Bolsista	Nível de Bolsa	%	UP Responsável
Ana Catalina Palacios Osorio	DCT-3A	100	DIMCI
Ivo Antônio Ázara de Oliveira	DCT-3A	100	DIMCI
José Julio Pinheiro dos Santos Junior	DCT-3A	100	DIMCI
Raquel Ferreira da Costa Corrêa	DCT-5B	100	DIMAV

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União, retroagindo seus efeitos a 01 de novembro de 2020.

MARCOS HELENO GUERSON DE OLIVEIRA JUNIOR

SUPERINTENDÊNCIA NACIONAL DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR
DIRETORIA DE LICENCIAMENTO

PORTARIA PREVIC Nº 842, DE 4 DE DEZEMBRO DE 2020

A DIRETORA DE LICENCIAMENTO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 33 da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, e art. 22, do Anexo I do Decreto nº 8.992, de 20 de fevereiro de 2017, e considerando as manifestações técnicas exaradas no Processo nº 44011.002525/2020-88, resolve:

Art. 1º Autorizar as alterações propostas ao regulamento do Plano PrevTowers, CNPB nº 1994.0031-38, administrado pelo Multiprev Fundo Múltiplo de Pensão.

Art. 2º Autorizar a aplicação do regulamento do Plano PrevWTW, a ser administrado pelo Multiprev Fundo Múltiplo de Pensão.

Art. 3º Inscrever, no Cadastro Nacional de Planos de Benefícios - CNPB, o Plano PrevWTW, sob o nº 2020.0028-92.

Art. 4º Autorizar o convênio de adesão celebrado entre a Willis Corretores de Seguros Ltda., CNPJ nº 33.270.315/0001-08, e a Towers Watson Consultoria Ltda., CNPJ nº 50.245.935/0001-06, na condição de patrocinadoras do Plano PrevWTW, CNPB nº 2020.0028-92, e o Multiprev Fundo Múltiplo de Pensão.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANA CAROLINA BAASCH

Ministério da Educação

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

SÚMULA DO PARECER CNE/CP Nº 19/2020

Reunião ordinária dos dias 7, 8, 9 e 10 do mês de dezembro/2020

Processo: 23001.000334/2020-21 Parecer: CNE/CP 19/2020 Comissão: Luiz Roberto Liza Curi (Presidente), Maria Helena Guimarães de Castro (Relatora), Anderson Luiz Bezerra da Silveira, Mozart Neves Ramos, Suely Melo de Castro Menezes e Tiago Tondinelli (membros) Interessado: Conselho Nacional de Educação/Conselho Pleno - Brasília/DF Assunto: Reexame do Parecer CNE/CP nº 15, de 6 de outubro de 2020, que tratou das Diretrizes Nacionais para a implementação dos dispositivos da Lei nº 14.040, de 18 de agosto de 2020, que estabelece normas educacionais excepcionais a serem adotadas durante o estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020 Voto da Comissão: A Comissão, observada a Nota Técnica nº 57/2020/CHEFIA/GAB/SEB/SEB, vota favoravelmente ao reexame do artigo 31 do Projeto de Resolução do Parecer CNE/CP nº 15, de 6 de outubro de 2020, que tratou das Diretrizes Nacionais para a implementação dos dispositivos da Lei nº 14.040, de 18 de agosto de 2020, que estabelece normas educacionais excepcionais a serem adotadas durante o estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020, na forma deste Parecer e do Projeto de Resolução anexo, do qual é parte integrante Decisão do Conselho Pleno: APROVADO por unanimidade.
Observação: De acordo com o Regimento Interno do CNE e a Lei nº 9.784/1999, os interessados terão prazo de 30 (trinta) dias para recursos, quando couber, a partir da data de publicação desta Súmula no Diário Oficial da União. O Parecer citado encontra-se à disposição no Conselho Nacional de Educação e será divulgado na página do CNE (http://portal.mec.gov.br/cne/).

Brasília, 8 de dezembro de 2020.
VINICIUS CAMPOS SILVA
Secretário Executivo

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO BÁSICA

PORTARIA Nº 37, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2020

Autoriza o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE a realizar a transferência de recursos financeiros aos Municípios e ao Distrito Federal para a manutenção de novas matrículas em novas turmas de educação infantil, conforme Resolução CD/FNDE nº 16, de 16 de maio de 2013.

A SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO BÁSICA DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, no uso das atribuições que lhe foram conferidas, resolve:

Art. 1º Divulgar os municípios e o Distrito Federal que estão aptos a receber o pagamento do recurso de apoio à manutenção de novas matrículas em novas turmas de educação infantil oferecidas em estabelecimentos educacionais públicos ou em instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos conveniadas com o poder público que tenham cadastradas novas matrículas em novas turmas e que ainda não foram contempladas com recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - Fundeb, de que trata a Lei nº 12.722, de 3 de outubro de 2012, e conforme informações declaradas pelos municípios e o Distrito Federal no SIMEC - Módulo E.I. Manutenção - Novas Turmas de Educação Infantil.

Art. 2º Autorizar o FNDE/MEC a realizar transferência de recursos financeiros aos municípios e ao Distrito Federal para manutenção de novas matrículas em novas turmas de educação infantil, conforme destinatários e valores constantes da listagem anexa.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

IZABEL LIMA PESSOA

ANEXO

UF	Municípios	CNPJ	Código IBGE	Quantidade de novas matrículas em novas turmas de educação infantil declaradas pelos Municípios e o Distrito Federal, em estabelecimentos públicos e /ou conveniados com o poder público.				Valor do Repasse
				Creche Púb/Conv Parcial	Creche Púb/Conv Integral	Pré-Escola Púb/Conv Parcial	Pré-Escola Púb/Conv Integral	
AC	Marechal Thaumaturgo	84.306.463/0001-76	1200351	15	0	30	0	61.933,65
BA	Jaguarari	13.988.316/0001-85	2917706	4	0	10	0	14.390,47
BA	Madre de Deus	33.919.960/0001-09	2919926	0	155	0	10	199.918,09
BA	Nazaré	13.797.188/0001-92	2922508	42	18	21	20	149.247,95
BA	Sapeaçu	13.696.257/0001-71	2929602	15	0	20	15	72.255,92
CE	Altaneira	07.385.503/0001-71	2300606	14	23	45	19	110.114,37
CE	Aracati	07.684.756/0001-46	2301109	0	0	18	0	18.033,62
CE	Cariré	07.598.600/0001-42	2303105	0	0	27	0	36.067,23
CE	Iguatu	07.810.468/0001-90	2305506	89	49	0	0	188.138,69
ES	Cariacica	27.150.549/0001-19	3201308	180	0	820	0	678.841,10
GO	Itapuranga	01.146.604/0001-03	5211206	0	48	0	0	37.888,80
MG	Albertina	17.912.015/0001-29	3101409	11	9	0	0	30.238,20
MG	Araújos	18.300.996/0001-16	3103900	0	14	26	0	40.074,71
MG	Belo Oriente	17.005.653/0001-66	3106309	9	0	0	0	9.836,53
MG	Bueno Brandão	18.940.098/0001-22	3109105	0	0	20	0	20.037,35
MG	Campo Belo	18.659.334/0001-37	3111200	0	20	0	0	31.574,00
MG	Campo Florido	18.428.862/0001-85	3111408	6	0	45	7	79.906,53
MG	Cana Verde	18.244.426/0001-56	3111903	11	0	0	0	16.029,90
MG	Carmo do Paranaíba	18.602.029/0001-09	3114303	0	0	114	0	114.212,90
MG	Carrancas	17.953.332/0001-93	3114600	15	0	0	0	10.929,48
MG	Chácara	18.338.137/0001-16	3115904	7	0	0	0	10.200,84
MG	Congonhal	18.675.967/0001-39	3117900	0	0	7	0	7.013,07
MG	Estiva	18.675.918/0001-04	3124500	0	13	0	0	15.392,33
MG	Extrema	18.677.591/0001-00	3125101	0	134	56	0	286.351,91
MG	Lagoa Grande	23.097.454/0001-28	3137536	0	0	28	0	28.052,29
MG	Maria da Fé	18.025.957/0001-58	3139904	0	65	0	0	51.307,75
MG	Mato Verde	17.782.616/0001-64	3141009	87	0	0	0	126.781,90
MG	Miraí	17.966.201/0001-40	3142205	12	0	0	0	13.115,37
MG	Piracema	17.980.392/0001-03	3150604	0	10	0	0	15.787,00
MG	Pirapetinga	18.092.825/0001-49	3151107	12	0	0	0	13.115,37
MG	Pouso Alegre	18.675.983/0001-21	3152501	163	0	0	0	178.150,45
MG	Santa Vitória	18.457.226/0001-81	3159803	69	0	0	0	100.551,18
MG	Senador Firmino	18.128.231/0001-40	3165701	0	0	18	0	24.044,82
MG	Silvianópolis	18.675.942/0001-35	3167400	20	0	12	6	54.647,35
MG	Vargem Grande do Rio Pardo	01.612.885/0001-42	3170651	10	0	23	0	45.296,57
MG	Varjão de Minas	01.609.780/0001-34	3170750	43	0	0	0	62.662,33
MG	Viçosa	18.132.449/0001-79	3171303	0	73	0	0	73.136,32
MT	Campo Verde	24.950.495/0001-88	5102678	30	0	10	0	42.807,12
MT	Guarantã do Norte	03.239.019/0001-83	5104104	45	0	29	0	76.779,53
MT	Juara	15.072.663/0001-99	5105101	23	0	0	0	33.517,06
MT	Lucas do Rio Verde	24.772.246/0001-40	5105259	0	0	86	0	57.440,41
MT	Nova Mutum	24.772.162/0001-06	5106224	0	0	123	0	123.229,70
MT	Rio Branco	15.023.997/0001-72	5107206	0	29	0	0	45.782,30
MT	Sorriso	03.239.076/0001-62	5107925	94	0	0	0	68.491,37
PB	Cajazeiras	08.923.971/0001-15	2503704	55	74	66	0	213.853,24
PI	Castelo do Piauí	06.554.315/0001-67	2202604	96	0	0	0	104.922,96
PI	Jaicós	06.553.762/0001-00	2205201	13	0	14	0	28.234,47
PI	Padre Marcos	06.553.788/0001-40	2207207	65	0	0	0	94.722,11
PI	Piracuruca	06.553.887/0001-21	2208304	47	0	0	0	68.491,38
PI	Piripiri	06.553.861/0001-83	2208403	16	0	20	0	37.524,51
PR	Centenário do Sul	75.845.503/0001-67	4105102	0	28	0	0	44.203,60
PR	Faxinal	75.771.295/0001-07	4107603	0	19	0	0	19.035,48
RJ	Guapimirim	39.547.500/0001-83	3301850	0	18	0	0	28.416,60
RJ	Mesquita	04.132.090/0001-25	3302858	0	0	119	22	145.270,78
RN	Caicó	08.096.570/0001-39	2402006	0	126	0	0	149.187,17
RS	Áurea	92.453.802/0001-75	4301552	0	8	0	13	33.152,70
RS	Boa Vista das Missões	92.410.562/0001-21	4302154	0	0	11	0	7.347,03
RS	Bom Princípio	90.873.787/0001-99	4302352	0	84	0	9	110.114,35
RS	Campinas do Sul	87.613.444/0001-80	4303806	0	0	22	0	29.388,11
RS	Faxinal do Soturno	88.488.341/0001-07	4308003	0	0	15	0	15.028,01
RS	Floriano Peixoto	01.612.289/0001-62	4308250	13	4	3	0	29.266,69
RS	Getúlio Vargas	87.613.410/0001-96	4308904	0	15	0	0	15.028,01
RS	Ilópolis	88.186.424/0001-33	4310306	0	0	20	0	100.186,75
RS	Ivoti	88.254.909/0001-17	4310801	0	183	0	13	132.489,39
RS	Lajeado	87.297.982/0001-03	4311403	198	39	0	0	1.312.902,91
RS	Machadinho	87.613.576/0001-02	4311700	8	13	0	0	120.679,53

RS	Nova Prata	91.618.439/0001-38	4313300	0	0	19	0	12.690,32
RS	Novo Cabrais	01.601.856/0001-85	4313391	0	9	0	0	53.281,13
RS	Pantano Grande	91.342.667/0001-28	4313953	0	0	14	0	70.130,73
RS	Quatro Irmãos	04.215.994/0001-14	4315313	7	0	0	0	10.200,84
RS	São Borja	88.489.786/0001-01	4318002	0	0	71	8	403.023,95
RS	São Paulo das Missões	87.613.642/0001-44	4319307	0	12	0	0	14.208,30
RS	Sertão	87.614.269/0001-46	4320503	0	4	0	0	3.157,40
RS	Teutônia	88.661.400/0001-99	4321451	0	0	0	18	106.562,25
RS	Turuçu	01.613.067/0001-64	4322327	0	13	0	0	20.523,10
SE	Itabaiana	13.104.740/0001-10	2802908	0	88	0	0	138.925,60
TOTAL				1544	1397	1982	160	7.145.473,23

PORTARIA Nº 38, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2020

Revoga parcialmente dispositivo da Portaria nº 15, de 14 de agosto de 2020, da Secretaria de Educação Básica (SEB), em que autoriza o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) a realizar a transferência de recursos financeiros aos municípios e ao Distrito Federal para a manutenção de novas matrículas em novos estabelecimentos públicos de educação infantil, construídos com recursos de programas federais, conforme Resolução CD/FNDE nº 15, de 16 de maio de 2013.

A SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO BÁSICA DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, no uso das atribuições que lhe foram conferidas, resolve:

Art. 1º Fica revogada a autorização para o FNDE/MEC realizar a transferência de recursos financeiros ao município de Itabaiana/SE, conforme disposto no Anexo da Portaria nº 15, de 14 de agosto de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 21 de agosto de 2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

IZABEL LIMA PESSOA

PORTARIA Nº 39, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2020

Autoriza o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) a realizar a transferência de recursos financeiros aos municípios e ao Distrito Federal para a manutenção de novas matrículas em novos estabelecimentos públicos de educação infantil, construídos com recursos de programas federais, conforme Resolução CD/FNDE nº 15, de 16 de maio de 2013.

A SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO BÁSICA DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, no uso das atribuições que lhe foram conferidas, resolve:

Art. 1º Divulgar os municípios e o Distrito Federal que estão aptos a receber o pagamento do recurso de apoio à manutenção de novas matrículas em novos estabelecimentos públicos de educação infantil, construídos com recursos de programas federais, em plena atividade e com matrículas que ainda não tenham sido contempladas com recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB), de que trata a Lei nº 12.499, de 29 de setembro de 2011, e conforme informações declaradas pelos municípios e pelo Distrito Federal no SIMEC - Módulo E.I. Manutenção - Unidades do Proinfância.

Art. 2º Autorizar o FNDE/MEC a realizar transferência de recursos financeiros aos municípios e ao Distrito Federal para manutenção de novas matrículas em novos estabelecimentos públicos de educação infantil, conforme destinatários e valores constantes da listagem anexa.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

IZABEL LIMA PESSOA

ANEXO								
UF	Municípios	CNPJ	Código IBGE	Quantidade de novas matrículas declaradas pelos Municípios e o Distrito Federal, em novos estabelecimentos públicos de educação infantil, construídos com recursos de programas federais e que estão em plena atividade.				Valor do Repasse
				Creche Parcial	Creche Integral	Pré-Escola Parcial	Pré-Escola Integral	
BA	Canarana	13.714.464/0001-01	2906204	0	93	0	0	519.914,18
MA	Açailândia	07.000.268/0001-72	2100055	6	0	151	0	284.598,43
MA	Cidelândia	01.610.134/0001-97	2103257	110	0	55	0	158.468,61
MG	Borda da Mata	17.912.023/0001-75	3108305	0	17	5	0	23.523,00
MG	Guidoval	18.128.215/0001-58	3128808	38	0	0	0	25.056,82
MG	Tupaciguara	18.260.489/0001-04	3169604	0	54	0	0	100.628,55
PA	Barcarena	05.058.458/0001-15	1501303	483	0	0	0	2.388.640,28
PB	Barra de São Miguel	08.701.708/0001-81	2501708	0	66	0	10	424.876,10
PB	Pocinhos	08.741.688/0001-72	2512002	0	41	0	44	112.294,92
PE	Jucati	35.450.790/0001-91	2608255	0	15	0	0	11.180,95
PE	Jupi	10.140.978/0001-02	2608305	0	92	0	0	121.542,73
PI	Brasileira	41.522.236/0001-75	2201960	32	0	58	0	420.146,08
PR	Foz do Iguaçu	76.206.606/0001-40	4108304	0	78	0	0	103.047,10
RN	Arês	08.161.234/0001-22	2401206	46	0	58	0	522.007,49
SE	Itabaiana	13.104.740/0001-10	2802908	0	65	0	9	110.318,71
TOTAL				715	521	327	63	5.326.243,95

PORTARIA Nº 40, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2020

Autoriza o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) a realizar a transferência de recursos financeiros aos municípios e ao Distrito Federal para a manutenção de novas matrículas em novos estabelecimentos públicos de educação infantil, construídos com recursos de programas federais, conforme Resolução CD/FNDE nº 15, de 16 de maio de 2013.

A SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO BÁSICA DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, no uso das atribuições que lhe foram conferidas, resolve:

Art. 1º Divulgar os municípios e o Distrito Federal que estão aptos a receber o pagamento do recurso de apoio à manutenção de novas matrículas em novos estabelecimentos públicos de educação infantil, construídos com recursos de programas federais, em plena atividade e com matrículas que ainda não tenham sido contempladas com recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB), de que trata a Lei nº 12.499, de 29 de setembro de 2011, e conforme informações declaradas pelos municípios e o Distrito Federal no SIMEC - Módulo E.I. Manutenção - Unidades do Proinfância.

Art. 2º Autorizar o FNDE/MEC a realizar transferência de recursos financeiros aos municípios e ao Distrito Federal para manutenção de novas matrículas em novos estabelecimentos públicos de educação infantil, conforme destinatários e valores constantes da listagem anexa.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

IZABEL LIMA PESSOA

ANEXO								
UF	Municípios	CNPJ	Código IBGE	Quantidade de novas matrículas declaradas pelos municípios e pelo Distrito Federal, em novos estabelecimentos públicos de educação infantil, construídos com recursos de programas federais e que estão em plena atividade				Valor do Repasse
				Creche Parcial	Creche Integral	Pré-Escola Parcial	Pré-Escola Integral	
BA	Belo Campo	14.237.333/0001-43	2903508	17	0	25	0	65.652,30
MG	Bom Sucesso	18.244.368/0001-60	3108008	13	35	21	0	100.989,20
MG	Senador Firmino	18.128.231/0001-40	3165701	0	50	0	0	111.809,50
MT	Nova Monte Verde	37.465.556/0001-63	5108956	47	5	7	0	136.264,36
PB	Água Branca	09.145.368/0001-12	2500106	35	0	22	0	57.925,87
PI	Pio IX	06.553.812/0001-40	2208205	111	0	0	0	585.538,32
RS	Teutônia	88.661.400/0001-99	4321451	0	47	0	38	570.228,45
SC	Quilombo	83.021.865/0001-61	4214201	82	7	0	0	207.507,15
TOTAL				305	144	75	38	1.835.915,15

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR

RESOLUÇÃO CNRM Nº 1, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2020

Dispõe sobre a matriz de competências dos Programas de Residência Médica na área de atuação em Radiologia intervencionista e Angiorradiologia no Brasil.

A COMISSÃO NACIONAL DE RESIDÊNCIA MÉDICA (CNRM), no uso das atribuições que lhe conferem, por meio do Decreto 80.281/1977, da Lei nº 6.932, de 07 de julho de 1981, do Decreto 7.562 de 15 de setembro de 2011 e o Decreto nº 8.516, de 10 de setembro de 2015;

CONSIDERANDO o Art. 15 do Decreto 8.516/2015 que compete à CNRM definir a matriz de competência para a formação de especialistas na área de residência médica;

CONSIDERANDO que a CNRM possui prerrogativa legal de regular, supervisionar e avaliar as Instituições e os Programas de Residência Médica e tomar as medidas cabíveis à supervisão;

CONSIDERANDO que a área de atuação em radiologia intervencionista e angiorradiologia requer como pré-requisito, indispensável, que o médico residente tenha concluído a residência médica em Angiologia, Cirurgia Vascular e/ou Radiologia e Diagnóstico por Imagem;

CONSIDERANDO a evolução técnico científica nos últimos anos concernente a Área de Atuação da Radiologia Intervencionista e Angiorradiologia e a decisão tomada pela CNRM na sessão plenária de 19 de abril de 2017 que aprovou a mudança de 1 ano para 2 anos o tempo de treinamento nesta área;

CONSIDERANDO decisão tomada pela plenária da CNRM na sessão plenária de 21 e 22 de junho de 2017, resolve:

Art. 1º Aprovar a Matriz de Competências dos Programas de Residência Médica na área de atuação em Radiologia Intervencionista e Angiorradiologia, anexa, que passa a fazer parte desta Resolução.

Parágrafo único: A aplicação da Matriz de Competências em todo o território nacional se tornará obrigatória, no âmbito dos programas de Residência Médica na área de atuação em Radiologia Intervencionista e Angiorradiologia, a partir de 2022.

Art. 2º Os Programas de Residência Médica na Área de Atuação em Radiologia Intervencionista e Angiorradiologia passam a ter 02 anos de formação.

Art. 3º Esta resolução entra em vigor no dia 04 de janeiro de 2021.

WAGNER VILAS BOAS DE SOUZA
Presidente da Comissão

ANEXO

MATRIZ DE COMPETÊNCIAS DA ÁREA DE ATUAÇÃO EM RADIOLOGIA INTERVENCIONISTA E ANGIORRADIOLOGIA

Objetivos Gerais:

Formar e habilitar profissional especializado em tratamentos minimamente invasivos, empregando técnicas específicas, utilizando manuseio de equipamentos radiológicos e cateteres apropriados.

Objetivos Específicos:

Capacitar o residente no domínio de seu desenvolvimento técnico nas áreas de abrangência da Radiologia Intervencionista, possibilitando o melhor atendimento a pacientes de alta complexidade, com procedimentos de menor agressividade, refletindo na redução do tempo de permanência hospitalar e pronta recuperação.

Competências por ano de treinamento

COMPETÊNCIAS AO TÉRMINO DO PRIMEIRO ANO - R1

1- demonstrar a proficiência na coleta de história adequada e no exame físico dos pacientes sob seus cuidados. Enfatizar a análise de exames complementares que avaliem as funções renais, hepáticas e a história de qualquer tipo de alergia ou intercorrência anterior. Registrar adequadamente no prontuário;

2- comunicar-se efetivamente com os pacientes, familiares e o público de forma apropriada, por meio de amplo contexto sociocultural e econômico;

3- compreender e analisar os equipamentos necessários para diagnósticos e procedimentos de intervenção;

4- dominar as rotinas e protocolos do Serviço, bem como a legislação referente à Residência Médica;

5- analisar as solicitações de procedimentos, diagnósticos ou terapêuticos;

6- orientar e encaminhar o paciente ao preparo pré-procedimento;

7- analisar e avaliar os exames gráficos invasivos ou não prévios;

8- dominar técnica de acessos venosos periféricos e central;

9- reconhecer, avaliar e preparar o material especializado próprio para o procedimento;

10- auxiliar os procedimentos e biópsias percutâneas;

11- interpretar e emitir laudos dos procedimentos diagnósticos e terapêuticos;

12- avaliar as urgências e emergências em Radiologia Intervencionistas;

13- conduzir seus pacientes à Unidade de Terapia Intensiva e/ou de Internação com a comunicação adequada entre as equipes;

14- dominar as técnicas de posicionamento adequado do paciente para o procedimento;

15- preparar o local de intervenção, obedecendo os rigores técnicos de antissepsia e os princípios de segurança do paciente;

16- realizar o tamponamento do local de punção e consequentemente hemostasia do paciente, bem como a síntese das incisões, quando houver;

17- compreender e aplicar os conhecimentos sobre proteção radiológica, física das radiações, manipulação dos equipamentos radiológicos, de ressonância magnética, angiotomografia computadorizada e ultrassonografia;

18- compreender e analisar os princípios básicos de radiologia vascular não invasiva por imagem: ultrassonografia com e sem Doppler, angiotomografia computadorizada e angiologia-ressonância magnética;

19- compreender e analisar os princípios básicos de radiologia intervencionista percutânea diagnóstica: Biópsias (princípios, indicações, riscos, materiais, técnicas) e Punções (princípios, indicações, riscos, materiais, técnicas);

20- compreender e analisar os princípios básicos de radiologia intervencionista percutânea terapêutica: drenagens de abscessos e coleções, ablação percutânea de tumores, intervenções percutâneas em gastroenterologia, malformações, sistema gênito-urinário, linfático, todos com a mesma sequência: princípios, indicações, riscos, materiais e técnicas;

21- compreender e analisar ultrassonografias com Doppler, angiografias, flebografias, coleta sanguínea por cateterismo seletivo- princípios, indicações, riscos, materiais, técnicas de acesso;

COMPETÊNCIAS AO TÉRMINO DO SEGUNDO ANO - R2

1- realizar procedimentos mais complexos e orientar o residente do primeiro ano nos procedimentos mais simples com a supervisão do preceptor;

2- interpretar e avaliar os princípios, indicações, riscos, materiais e técnicas de drenagens percutâneas de coleções e/ou abscessos e intervenções percutâneas do trato gastrointestinal e anexos;

3- dominar as técnicas e realizar as drenagens percutâneas de coleções e/ou abscessos e intervenções percutâneas do trato gastrointestinal e anexos.

4- analisar, dominar e avaliar as técnicas, princípios, indicações e riscos de radiologia intervencionista vascular visceral: embolização no contexto do trauma; embolização de sangramento digestivo; embolização de artérias uterinas; embolização de artérias prostáticas; quimioembolização de tumores; embolização de hemoptise e de tumores; embolização de sangramento obstétrico e varizes pélvicas; embolização e escleroterapia de malformações vasculares; embolização de varizes esôfago-gástricas, de veia porta esplênica; TIPS (shunt portossistêmico intra-hepático jugular);

5- avaliar e realizar as ablações percutâneas de tumores, dominando os tipos de materiais e técnicas utilizadas e quimioterápicos;

6- avaliar, planejar e realizar intervenções percutâneas hepato-biliares tais como drenagem biliar, colecistotomia, colangioplastia com stent, shunt portossistêmico intra-hepático jugular (TIPS);

7- interpretar e avaliar os princípios, indicações, riscos, materiais e técnicas das intervenções percutâneas gênito-urinárias;

8- avaliar, planejar e realizar intervenções percutâneas gênito-urinárias como nefrostomia, cistostomia, implante de cateter ureteral, seus princípios, indicações, riscos, materiais, técnica;

9- dominar, analisar e avaliar as técnicas, princípios, indicações, riscos, materiais de radiologia intervencionista vascular periférica: angioplastias e implantes de endopróteses de aorta, membros e carótidas; trombólise arterial ou venosa de membros;

10- avaliar, planejar e realizar intervenções vasculares percutâneas como angioplastias, implantes de endopróteses de aorta e membros e carótidas, filtros de veia cava, intervenções percutâneas linfáticas, procedimentos terapêuticos vasculares viscerais, embolizações e quimioembolizações tumorais, no trauma, de artérias uterinas, prostáticas, de malformações vasculares, de varizes gastro-esofágicas, etc;

11- dominar e analisar as técnicas, princípios, indicações, riscos, materiais de radiologia intervencionista Pediátrica: especificidades dos procedimentos realizados na população infantil, quando indicados;

12- dominar habilidades de autoliderança;

13- demonstrar habilidade para gerenciamento do tempo e priorização;

14- identificar estressores e medidas tomadas para reduzir seus efeitos;

15- manusear efetivamente as situações de estresse que podem ocorrer e saber quando pedir ajuda;

16- reconhecer e responder às limitações pessoais e profissionais;

17- realizar um artigo científico.

RESOLUÇÃO CNRM Nº 2, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2020

Aprova a matriz de competências dos Programas de Residência Médica em Reumatologia.

A COMISSÃO NACIONAL DE RESIDÊNCIA MÉDICA (CNRM), no uso das atribuições que lhe conferem a Lei nº 6.932 de 07 de julho de 1981, o Decreto nº 7.562, de 15 de setembro de 2011, e o Decreto 8.516, de 10 de setembro de 2015;

CONSIDERANDO a atribuição da CNRM em definir a matriz de competências para a formação de especialistas na área de residência médica;

CONSIDERANDO que os programas de residência Médica em Reumatologia são de acesso com pré-requisito em Clínica Médica e duração de dois anos e;

CONSIDERANDO a decisão tomada pela CNRM na sessão plenária de 21 de novembro de 2018, que aprovou a matriz de competências dos programas de residência médica de Reumatologia;, resolve:

Art. 1º. Aprovar a matriz de competências dos Programas de Residência Médica de Reumatologia, anexa, que passa a fazer parte desta Resolução.

Parágrafo único. É obrigatório o uso da matriz de competências para os programas que se iniciarem a partir de 1º de março de 2022.

Art 2º. Esta resolução entra em vigor na data de 04 de janeiro de 2021.

WAGNER VILAS BOAS DE SOUZA
Presidente da Comissão

ANEXO

Matriz de Competências: Reumatologia

Objetivos Gerais:

Capacitar médicos residentes a diagnosticar, tratar, prevenir e reabilitar os pacientes com algias e desordens funcionais do aparelho locomotor e doenças autoimunes sistêmicas.

PRIMEIRO ANO - R1

Ao término do R1

1. Dominar as bases da anatomia, bioquímica, fisiologia, biomecânica e histologia do sistema musculoesquelético;

2. Dominar as bases da imunologia, genética e biologia molecular implicadas na gênese das doenças autoimunes sistêmicas;

3. Dominar a anamnese e exame físico voltados para o paciente com queixas do aparelho locomotor, bem como a exploração semiológica das queixas às doenças reumáticas.;

4. Dominar a indicação e interpretação dos exames subsidiários, com ênfase nos exames hematológicos, imunológicos, bioquímicos e histopatológicos para diagnóstico e acompanhamento das doenças reumatológicas e ósseas;

5. Dominar os mecanismos etiopatogênicos da dor, da inflamação e da autoimunidade;

6. Dominar os procedimentos de artrocentese, infiltrações intra-articulares e periarticulares;

7. Analisar exame do líquido sinovial bem como interpretação da sinovianálise;

8. Avaliar as técnicas de imagem relativas ao aparelho locomotor, sua indicação e interpretação: radiografia, tomografia computadorizada, ressonância magnética, ultrassonografia, medicina nuclear e outros;

9. Elaborar hipóteses diagnósticas diferenciais;

10. Dominar o manejo das medidas necessárias nos casos de emergência e urgência reumatológica;

11. Dominar a terapêutica medicamentosa utilizada para o tratamento das doenças reumatológicas;

12. Valorizar os princípios éticos, morais, sociais e econômicos da relação médico-paciente e com os outros profissionais da equipe de saúde;

13. Valorizar os princípios de epidemiologia clínica, bioestatística e medicina baseada em evidências;

14. Elaborar prontuário médico legível para cada paciente, contendo os dados clínicos para a boa condução do caso, preenchido em cada avaliação em ordem cronológica, com data, hora, assinatura e número do registro no Conselho Regional de Medicina e mantê-lo atualizado;

15. Realizar a prescrição do plano terapêutico, informado e aceito pelo paciente e/ou seu responsável legal;

16. Acompanhar o paciente da internação até a alta hospitalar, produzir relatório específico para continuidade terapêutica e seguimento clínico;

17. Valorizar o Sistema Único de Saúde, avaliando a estrutura e a regulação;

18. Valorizar e solicitar interconsultas com outros especialistas;

19. Aplicar os conceitos fundamentais da ética médica;

20. Aplicar os aspectos médico-legais envolvidos no exercício da prática médica;

21. Obter o consentimento livre e esclarecido do paciente ou familiar em caso de impossibilidade do paciente, após explicação simples, em linguagem apropriada para o entendimento sobre os procedimentos a serem realizados, suas indicações e complicações, salvo em caso de risco iminente de morte;

22. Estabelecer relação respeitosa com o preceptor, equipe de trabalho e todos os funcionários do hospital;

23. Compreender os mecanismos utilizados para concessão de medicamentos para os pacientes através da assistência farmacêutica em Farmácia de alto custo e/ou medicamento estratégico;

24. Analisar os custos da prática médica e utilizá-los em benefício do paciente, mantendo os padrões de excelência ;

25. Valorizar a relação custo/benefício para as boas práticas na indicação de medicamentos e exames complementares.

SEGUNDO ANO - R2

Ao término do R2

1. Avaliar e manejar sinais e sintomas que apresentam interface com especialidades afins, com ênfase em: ortopedia, medicina física e reabilitação, reumatologia pediátrica, radiologia, patologia clínica (exames imunológicos), nefrologia e dermatologia;

2. Dominar a indicação e interpretação de métodos diagnósticos como: eletroneuromiografia, densitometria óssea e capilaroscopia;

3. Dominar a terapia com imunobiológicos;

4. Dominar as orientações educativas para pacientes, familiares e cuidadores;

5. Valorizar os aspectos legais e socioeconômicos das doenças reumatológicas;

6. Dominar diagnóstico e tratamento: Febre reumática; Artrite reumatóide; Lúpus eritematoso sistêmico; Esclerose sistêmica e síndromes relacionadas; Doença mista do tecido conjuntivo; Miopatias inflamatórias; Síndrome de Sjögren; Doença de Behcet; Síndrome dos anticorpos antifosfolipídes ; Espondiloartropatias; Vasculites; Doenças reumáticas de partes moles; Amiloidose; Sarcoidose; Fibromialgia; Doença de Paget; Enfermidades da coluna vertebral; Osteoartrite; Artrites microcristalinas; Doenças osteometabólicas; Artrites infecciosas; Osteonecrose; Displasias óssea e articular; Neoplasias articulares; Doenças sistêmicas com manifestações articulares; Enfermidades reumáticas da criança e do adolescente; Reabilitação;

7. Dominar o conhecimento da epidemiologia das doenças reumáticas;

8. Espeitar os aspectos éticos na prática médica reumatológica;

9. Manejar o suporte para os pacientes e familiares nos casos de medicina paliativa e de terminalidade da vida;

10. Tomar decisões sob condições adversas, com controle emocional e equilíbrio, demonstrando seus conhecimentos e sua liderança no sentido de minimizar eventuais complicações, mantendo consciência de suas limitações;

11. Produzir um trabalho científico, utilizando o método de investigação adequado e apresentá-lo em congresso médico ou publicar em revista científica ou apresentar publicamente em forma de monografia.

RESOLUÇÃO CNRM Nº 3, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2020

Aprova a matriz de competências dos Programas de Residência Médica em Coloproctologia no Brasil.

A COMISSÃO NACIONAL DE RESIDÊNCIA MÉDICA (CNRM), no uso das atribuições que lhe conferem a Lei nº 6.932 de 07 de julho de 1981, o Decreto nº 7.562, de 15 de setembro de 2011, e o Decreto 8.516, de 10 de setembro de 2015;

CONSIDERANDO a atribuição da CNRM de definir a matriz de competências para a formação de especialistas na área de residência médica;

CONSIDERANDO que o Programa de Residência Médica em Coloproctologia possui duração de dois anos, com pré-requisito em Cirurgia Geral ou Programa de Pré-requisito em Área Cirúrgica Básica, respeitando a carga horária semanal conforme legislação vigente;

CONSIDERANDO decisão tomada pela plenária da CNRM na sessão plenária de 31 de janeiro de 2019 que aprovou a matriz de competências aos programas de residência médica de Coloproctologia;, resolve:

Art. 1º Aprovar a Matriz de Competências dos Programas de Residência Médica de Coloproctologia, anexa, que passa a fazer parte desta Resolução.

Art. 2o A partir de 1º de março de 2022, os Programas de Residência Médica em Coloproctologia terão a obrigatoriedade da aplicação da matriz de Competências.

Art. 3º Esta resolução entra em vigor na data de 04 de janeiro de 2021.

WAGNER VILAS BOAS DE SOUZA
Presidente da Comissão

ANEXO

MATRIZ DE COMPETÊNCIAS: COLOPROCTOLOGIA

OBJETIVOS GERAIS

Formar e capacitar médicos na área da Coloproctologia, clínica diagnóstica e cirúrgica, a desenvolver as habilidades cognitivas e psicomotoras, construir um raciocínio médico baseado em evidências científicas.

Adquirir conhecimentos fundamentais à condução dos casos simples e complexos com compromisso e responsabilidade, tornando-se cada vez mais independente e seguros das suas atitudes.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Preparar o médico residente para executar o atendimento médico humanizado e resolutivo dentro de todo conhecimento clínico, diagnóstico e terapêutico que envolve a Coloproctologia:

1. Valorizar o bom relacionamento entre os seus pares e os seus superiores e todos que trabalham na instituição. Estimular a troca de conhecimento entre as especialidades (Multidisciplinaridade e Interdisciplinaridade), respeitando os posicionamentos científicos, buscar o tratamento fundamentado em medicina baseado em evidências;

2. Avaliar as medidas de prevenção das Doenças e participar ativamente das campanhas de prevenção;

3. Valorizar o ensino constante ao atendimento cuidadoso e atencioso aos pacientes ambulatoriais e internados. Assim como, dos familiares envolvidos, considerando os aspectos emocionais relacionados a cada caso;

4. Valorizar o estímulo à pesquisa científica, discussão de casos, apresentação oral, produção de trabalhos para apresentação em Congressos e produção de trabalhos científicos para publicação em Revistas Médicas.

COMPETÊNCIAS POR ANO DE TREINAMENTO

AO TÉRMINO DO PRIMEIRO ANO- R1

1. Avaliar a anatomia do canal, reto, assoalho pélvico, colons e intestino delgado. Dominar a fisiologia dos colons, reto ânus. Dominar os mecanismos envolvidos na defecação e na continência fecal;

2. Dominar a Fisiopatogenia das Doenças Anorretais, Colorretais e Intestino Delgado. Diferenciar as Afecções orgânicas das funcionais;

3. Avaliar a Fisiopatogenia das Disfunções do Assoalho Pélvico;

4. Valorizar a Multidisciplinaridade, reunindo conhecimentos das especialidades afins nas diversa afecções que acometem o ânus, reto, pelve, colons e intestino delgado para condução e tratamento do paciente;

5. Valorizar a busca constante de atualizações científicas dentro dos casos da prática clínica diária e ainda, pesquisas persistentes aos casos raros, com discussões da melhor condução;

6. Valorizar a importância médica, ética e jurídica de registrar os dados e a evolução do paciente no prontuário de forma clara e concisa, manter atualizado no prontuário os resultados dos exames laboratoriais, radiológicos, histopatológicos, pareceres de outras clínicas chamadas a opinar e quaisquer outras informações pertinentes ao caso;

7. Valorizar e seguir os Protocolos de atendimento e tratamento de cada Instituição em que está inserido;

8. Realizar o atendimento ambulatorial dos pacientes encaminhados ao Serviço de Coloproctologia com disponibilidade e atenção: apto a realizar história clínica, exame físico, inclusive o exame proctologico completo, se necessário, toque vaginal e exames da região inguinal;

9. Realizar o atendimento ambulatorial cuidadoso e atencioso dos pacientes no pós-operatório para identificação de complicações e/ou recidivas com maior brevidade possível;

10. Formular hipóteses diagnósticas entre doenças sistêmicas, colônicas ou proctológicas, assim como, doenças orgânicas ou funcionais;

11. Demonstrar e aplicar os conhecimentos sobre a indicação e interpretação de exames de exames complementares;

12. Avaliar e identificar, durante os atendimentos ambulatórias e nas prescrições das enfermarias diárias, as urgências e necessidade de tratamento clínico ou cirúrgico imediato;

13. Indicar, realizar e interpretar laudos de exames diagnósticos endoscópicos relacionados à Especialidade: anuscopia; retossigmoidoscopia rígida, retossigmoidoscopia flexível e colonoscopia diagnóstica;

15. Realizar o preparo pré-operatório para procedimentos operatórios proctológicos, abdominais ou pélvico;

16. Realizar o atendimento ambulatorial dos pacientes no pós-operatório para identificação de complicações e/ou recidivas;

17. Participar ativamente dos programas de aceleração da recuperação pós-operatória (ERAS, ACERTO, ASER e outros validados) de acordo com o programa adotado por cada instituição, avaliando atentamente cada paciente no pré e no pós-operatório de acordo com o porte de cada procedimento operatório;

18. Avaliar de forma multidisciplinar os conhecimentos das indicações e contra-indicações de suplementos orais, de nutrição enteral e parenteral. Valorizara as vantagens e desvantagens de cada uma das vias de nutrição individualmente;

19. Manusear os aparelhos relacionados a procedimentos endoscópicos, como retossigmoidoscopia flexível e colonoscopia e os diferentes tipos de acessórios utilizados para realização do tratamento, como as polipectomias, as cauterizações, pinças de argônio e injeções de substâncias;

20. Executar procedimentos endoscópicos, relacionados à especialidade: anuscopia; retossigmoidoscopia rígida, retossigmoidoscopia flexível e colonoscopia diagnóstica;

21. Acompanhar e/ou executar procedimentos relacionados à especialidade: exames de avaliação da função colônica, anorretal e dinamismo da evacuação: tempo de trânsito colonico, eletromanometria anorretal, defecografia e/ou ultrassonografia translabial/transperineal e anorretal dinâmica;

22. Acompanhar procedimentos relacionados à especialidade: exames de avaliação dinamismo da evacuação: ressonância nuclear magnética dinâmica e/ou ultrassonografia translabial/transperineal e anorretal dinâmica;

23. Executar a prescrição do pós-operatório e todo o acompanhamento do paciente durante a internação até a alta hospitalar;

24. Estar apto as prescrições aos pacientes internados na Unidade de Terapia intensiva; 25. Realizar curativos diários das feridas operatória, identificando a presença de infecção cirúrgica e seu tratamento imediato. Dominar o manuseio de drenos;

26. Executar orientações conjuntas com a estomaterapeuta das ostomias aos pacientes e familiares de forma esclarecedora e facilitadora. Orientá-los de como manusear e evitar complicações;

27. Dominar a técnica de videocirurgias para realização de cirurgias minimamente invasivas;

28. Avaliar os diferentes tipos de energia usados em cirurgia laparotômicas e laparoscópicas e suas aplicações em cada caso;

29. Dominar o funcionamento dos grampeadores mecânicos lineares e circulares, para uso laparotômico e laparoscópico;

30. Dominar o diagnóstico e tratamento de lesões com aspecto de condilomas anais e outras doenças infecto-contagiosas;

31. Dominar o diagnóstico e tratamento dos processos inflamatórios-infecções, como abscessos que necessitam de drenagem imediata;

32. Identificar os processos Inflamatórios pós-operatório na região anorretal com evolução para estenose e capacidade de realização de dilatação manuais periódicas;

33. Dominar a técnica operatória para os casos com necessidade de tratamento cirúrgico das estenoses anais;

34. Capacitar a realizar o diagnóstico, tratamento clínico e a retirada manual de fecalomas de baixa complexidade;

35. Realizar o diagnóstico e a retirada de corpo estranho, quando possível pelo canal anal;

36. Dominar a técnica operatória para o tratamento cirúrgico dos plicomas simples até de maior tamanho;

37. Dominar o diagnóstico da doença hemorroidária, definindo de acordo com a clínica e o exame proctológico o tipo de tratamento: clinico, técnicas ambulatórias (como ligadura elásticas, esclerose e fotocoagulação) e a decisão operatório. Dominar as técnicas operatória e escolher a adequada para cada caso, e a necessidade do uso de algum aparelho para realizá-la;

38. Dominar o diagnóstico da fissura anal, tratamento clínico incluindo a esfincterotomia química, com diversas opções de drogas e o domínio da técnica de aplicação de toxina botulínica;

39. Apto a seleção dos pacientes com indicação cirúrgica para tratamento da Fissura anal e domínio das técnicas operatórias, de acordo com cada indicação;

40. Dominar o diagnóstico das fístulas anais, diferenciando entre fistulas simples e complexas, assim como, interpretar corretamente os exames diagnósticos de imagem adicionais que irão orientar a conduta terapêutica, como; a ultrassonografia anorretal e/ou a ressonância nuclear magnética;

41. Dominar a técnica operatória para o tratamento cirúrgico das fistulas Anais simples;

42. Capacitar a realizar o diagnóstico das fistula Pilonidal, diferenciando entre simples e complexas;

43. Dominar a técnica operatória para o tratamento cirúrgico da fistula pilonidal simples;

44. Capacitar e identificar feridas resíduas no seguimento pós-operatório das cirurgias anorretais e decisão da realização de cauterizações químicas ou cirúrgicas;

45. Realizar o diagnóstico de prolapso mucoso, entre casos simples e complexos;

46. Dominar a técnica operatória para o tratamento cirúrgico de prolapso mucoso, entre casos simples;

47. Dominar as técnicas de confecção de Ileostomia e Colostomias;

48. Dominar o diagnóstico e atendimento inicial das urgências abdominais relacionadas as doenças colorretais, como obstrução intestinal, hemorragia digestiva baixa, diverticulite colonica, perfuração colonica, megacólon tóxico e volvo de sigmóide;

49. Dominar o diagnóstico diferencial de incontinência fecal, pseudo-incontinencia fecal e encoprese;

50. Avaliar e selecionar os pacientes com Incontinência fecal que podem melhorar com as medidas clínicas iniciais e a Fisioterapia do Assoalho Pélvico utilizando avaliação completa e exames de avaliação da função anorretal e/ou avaliação dinâmica;

51. Dominar a indicação de técnicas intervencionista ou correção cirúrgica nos portadores de incontinência fecal;

52. Dominar o diagnóstico diferencial de constipação intestinal colônica, constipação retal ou associação. Assim como identificar portador de Síndrome do Intestino irritável;

53. Avaliar e selecionar pacientes com constipação intestinal colônica, constipação retal ou associação com indicação para tratamento clínico ou abordagem cirúrgica;

54. Dominar o estadiamento e seguimento dos portadores de Neoplasia Maligna do canal anal, reto e cólons;

55. Dominar o auxílio das cirurgias abdominais de médio e grande porte pelo acesso laparotômico e laparoscópico e as cirurgias transanais e pélvicas;

56. Obter o consentimento livre e esclarecido do paciente ou familiar em caso de impossibilidade do paciente, após explicação simples, em linguagem apropriada para o entendimento sobre os procedimentos a serem realizados, suas indicações e complicações;

57. Estabelecer relação respeitosa com o preceptor, equipe de trabalho e todos os funcionários do hospital.

AO TÉRMINO DO SEGUNDO ANO -R2

1. Valorizar os protocolos de atendimento e tratamento da instituição em que está inserido;

2. Valorizar o bom relacionamento em equipe, com os pacientes e os familiares na condução dos casos, considerando o tratamento humanizado;

3. Valorizar o atendimento ambulatorial dos pacientes encaminhados ao Serviço de Coloproctologia com disponibilidade e atenção, incluindo casos da prática clínica diária e os casos complexos. Estimara as discussões multidisciplinares para decisões de condutas apara cada caso individualizado;

4. Dominar a indicação e interpretação de laudos de exames diagnósticos de imagem e funcionais relacionados à especialidade, entendidos como: radiologia convencional, enema opaco, tomografia computadorizada e ressonâncianuclear magnética; os exames de avaliação da função anorretal: eletromanometria anorretal, defecografia , ressonância nuclear magnética dinâmica e ultrassonografia anorretal dinâmica;

5. Dominar a execução dos procedimentos endoscópicos simples e complexos, relacionados à especialidade: anuscopia com magnificação; retossigmoidoscopia rígida, retossigmoidoscopia flexível e colonoscopia diagnóstica, incluindo tatuagens, biópsias por endoscopia, cromoscopia e magnificação de imagem;

6. Dominar a realização de procedimentos terapêuticos via colonoscopia: dilatações endoscópicas, tratamento endoscópico de pólipos simples e complexo, tratamento de volvo do cólon e de pseudo-obstrução e outros procedimentos colonoscópicos;

7. Dominar a prescrição de antibioticoterapia, respeitando o uso racional dos antibióticos, valorizando a orientação da Comissão de Controle de Infecção Hospitalar;

8. Dominar o diagnóstico e tratamento clínico e cirúrgico utilizando todas as técnicas disponíveis a cada caso da doença hemorroidária;

9. Dominar o diagnóstico e tratamento da fissura anal;

10. Dominar o diagnóstico e tratamento das fistulas anais, diferenciando entre fistulas simples e complexas, assim como interpretar os exames de imagem que adicionam importantes informações ao diagnóstico;

11. Dominar o diagnóstico e tratamento das fistula Pilonidal simples e complexas;

12. Dominar o diagnóstico e tratamento da incontinência fecal, medidas clínicas, condução das técnicas intervencionistas e a correção cirúrgica. Dominar as técnicas operatórias da reconstrução da musculatura esfincteriana pós- traumas;

13. Dominar as técnicas operatórias para correção cirúrgica da constipação retal, incluído o tratamento da retocele, intussuscepção, entero-sigmoidocele utilizando os acessos transanal, transperineal, transvaginal ou transabdominal, ou ainda acessos combinados;

14. Avaliar e selecionar pacientes com constipação intestinal colônica que poderão se beneficiar com o tratamento cirúrgico e o domínio das técnicas operatória de acordo com cada caso especifico;

15. Dominar a fisiopatogenia dos distúrbios do assoalho pélvico, diagnostico das disfunções únicas ou combinados e as técnicas operatórias para correção cirúrgica utilizando os acessos transanal, transperineal, transvaginal ou transabdominal (incluindo o acesso Laparoscópico), ou ainda correções multidisciplinares, de acordo com o diagnóstico, sintomas e condições clínicas de cada paciente;

16. Avaliar a fisiopatogenia e tratamento clínico da Doença Inflamatória Intestinal inespecífica, assim como, em conjunto com a gastroenterologia, de forma multidisciplinar, estar apto a decisões do uso sequenciado das drogas disponíveis em discussões;

17. Avaliar e identificar as indicações cirúrgicas e complicações na Doença Inflamatória Intestinal inespecífica e dominar as técnicas cirúrgicas que podem ser indicadas para cada caso individualizado;

18. Dominar a fisiopatogenia, diagnóstico, tratamento clínico e indicações cirúrgicas na Doença Diverticular. Dominar as técnicas operatória e dos acessos utilizadas de acordo com o quadro clínico, presença de complicações e as condições do paciente;

19. Dominara a identificação precoce de complicações das ostomias intestinais e dominar as técnicas cirúrgicas para correção de cada complicação;

20. Dominar as técnicas de Reconstrução do Trânsito intestinal, e as vias de acesso laparotomico e laparoscópico;

21. Dominar o conhecimento dos protocolos de quimio e radioterapia e decisões realizadas para cada tipo de neoplasia maligna de acordo com o estadiamento e a altura da lesão;

22. Dominar diagnóstico e tratamento, com domínio das técnicas de ressecções intestinais, das neoplasias benignas e malignas (in situ e invasivo), utilizando os acessos disponíveis de acordo com o estadiamento, tamanho da lesão e as condições clínicas do paciente: transanal (local e endoscópico), laparotômico e laparosocópico;

23. Dominar as técnicas de ressecções intestinas amplas associadas a esvaziamento da cadeia linfonodal para tratamento das neoplasias malignas colorretais, pelos acessos: Laparotômico, Laparosocópico, combinados;

24. Avaliar as indicações cirúrgicas de neoplasias malignas avançadas com ou sem tratamento curativo. Valorizar o tratamento em equipe multidisciplinar para ressecções associadas;

25. Dominar conhecimentos do Câncer Colorretal Hereditário e como conduzir quando identificado um caso índice e os familiares;

26. Dominar o diagnóstico e tratamento das afecções - benignas e malignas- que acometem a região pré-sacral; dominar as técnicas operatórias das lesões benignas e malignas que acometem a região pré-sacral, pelos acessos posterior, transabdominal, laparoscópico, laparotômico e combinado;

27. Analisar a fisiopatogenia da doença de Chagas, o acometimento intestinal e dominar as indicações e técnicas cirúrgicas;

28. Dominar o atendimento, manejo clínico ou cirúrgico, das urgências abdominais relacionadas as doenças colorretais, como obstrução intestinal, hemorragia digestiva baixa, diverticulite colonica, perfuração colonica, megacolon toxico e volvo de sigmóide;

29. Aplicar os conceitos fundamentais da ética médica em sua abrangência. Aplicar os aspectos médico-legais envolvidos no exercício da prática médica;

30. Demonstrar respeito, integridade e compromisso aos preceitos da ética médica;

31. Empregar o suporte necessário para os pacientes e familiares especialmente nos casos de terapêutica paliativa e de terminalidade da vida;

32. Tomar decisões sob condições adversas, com controle emocional e equilíbrio, aplicando liderança para minimizar eventuais complicações, mantendo consciência de suas limitações;

33. Produzir um trabalho científico, utilizando o método de investigação adequado e apresentá-lo em congresso médico ou publicar em revista científica ou apresentar publicamente;

34. Compreender a Cirurgia Robótica relacionada à especialidade.

RESOLUÇÃO CNRM Nº 4, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2020

Aprova a matriz de competências dos Programas de Residência Médica na Área de Atuação em Ecocardiografia no Brasil.

A COMISSÃO NACIONAL DE RESIDÊNCIA MÉDICA (CNRM), no uso das atribuições que lhe conferem a Lei nº 6.932 de 07 de julho de 1981, o Decreto nº 7.562, de 15 de setembro de 2011, e o Decreto 8.516, de 10 de setembro de 2015;

CONSIDERANDO que o Programa de Residência Médica em Ecocardiografia constitui área de atuação da especialidade de Cardiologia, com pré-requisito a conclusão do programa de residência médica em Cardiologia com duração de um ano, respeitando a carga horária semanal conforme legislação vigente;

CONSIDERANDO decisão tomada pela plenária da CNRM na sessão plenária de 20 de novembro de 2018 que aprovou a matriz de competências aos programas de residência médica da Área de Atuação em Ecocardiografia;, resolve:

Art. 1º Aprovar a Matriz de Competências dos Programas de Residência Médica da Área de Atuação em Ecocardiografia, anexa, que passa a fazer parte desta Resolução.

Art. 2o A partir de 1º de março de 2022, os Programas de Residência Médica na área de atuação em Ecocardiografia terão a obrigatoriedade da aplicação desta matriz de competências.

Art. 3º. A partir de 1º de março de 2022, os Programas de Residência Médica na área de atuação em Ecocardiografia terão a duração de 2 (dois) anos de treinamento.

Atr. 4º. Esta resolução entra em vigor na data de 04 de janeiro de 2021.

WAGNER VILAS BOAS DE SOUZA
Presidente da Comissão

ANEXO

MATRIZ DE COMPETÊNCIAS ÁREA DE ATUAÇÃO: ECOCARDIOGRAFIA

OBJETIVOS GERAIS

Capacitar a realização e interpretação das diferentes modalidades da ecodoplercardiografia, ecografia de carótidas e vertebrais para triagem de avaliação cardiovascular.

Aprimorar o pensamento crítico-reflexivo em relação à literatura médica na área, tornando o responsável e independente na sua formação.

COMPETÊNCIAS POR ANO DE FORMAÇÃO

AO TÉRMINO DO PRIMEIRO ANO - R1

Adquirir competência na modalidade de ecocardiografia transtorácica com a utilização das técnicas de ecocardiografia unidimensional, bidimensional, Doppler espectral e tecidual e mapeamento de fluxo em cores.

Dominar as bases das técnicas avançadas em ecocardiografia incluindo "Strain" e ecocardiograma tridimensional e outros para diagnósticos cardiológicos.

a) Competência em manejo dos equipamentos e sedimentação da cardiologia geral:

1. Dominar o manejo dos cuidados gerais com o equipamento de ecocardiografia;

2. Dominar os princípios físicos da formação da imagem ecocardiográfica em modo M e bidimensional;

3. Dominar o conhecimento das medidas de velocidade do fluxo sanguíneo, equações cálculos hemodinâmicos e efeito Doppler;

4. Dominar os ajustes do instrumento necessários para obter uma imagem ótima;

5. Habilitar técnica na manipulação do transdutor para a obtenção dos planos de imagem tomográficos padronizados e específicos;

6. Dominar o conhecimento da anatomia cardíaca normal;

7. Dominar as indicações da ecocardiografia;

8. Julgar e avaliar um exame ecocardiográfico adequado de um inadequado;

9. Dominar as técnicas de medidas quantitativas e semi-quantitativas da função sistólica.

b) Competências específicas nas afecções cardíacas ou sistêmicas com acometimento cardíaco:

1. Dominar a avaliação dos diâmetros, massa, volumes e da função sistólica e diastólica das câmaras cardíacas;

2. Dominar o diagnóstico e quantificação da gravidade das valvopatias;

3. Dominar a avaliação da miocardiopatia hipertrófica; miocardiopatia dilatada e transplante cardíaco; das síndromes restritivas e doenças pericárdicas e de tumores cardíacos;

4. Dominar a ecocardiografia em pacientes críticos.

c) Competências específicas nas cardiopatias congênitas em pacientes adultos ou pediátrico com a identificação das seguintes condições anatômicas, funcionais e afecções:

1. Dominar a análise sequencial segmentar;

2. Dominar o diagnóstico ecográfico das anomalias de retorno venoso sistêmico e pulmonar; Defeitos septais: atrial, atrioventricular e ventricular; Persistência do canal arterial; Anomalias congênitas das valvas atrioventriculares; Anomalias congênitas das valvas semilunares; Lesões obstrutivas esquerdas; Lesões obstrutivas direitas; Corações univentriculares incluindo a Síndrome hipoplásicas do coração esquerdo (SHCE); Anomalias da conexão ventriculoarterial: transposição das grandes artérias; transposição corrigida das grandes artérias; tetralogia de Fallot; dupla via de saída dos ventrículos direito e esquerdo, tronco arterioso comum, atresia pulmonar com CIV Comunicação; Anomalias do arco aórtico e anéis vasculares; Anomalias congênitas das artérias coronárias;

3. Dominar a ecocardiografia no pós-operatório de cirurgias paliativas e corretivas em cardiopatias congênitas.

AO TÉRMINO DO SEGUNDO ANO - R2

Adquirir competência em ecocardiograma transesofágico, ecocardiograma sob estresse, ou noções básicas em ecocardiograma fetal, técnicas avançadas em ecocardiografia como "Strain", e cocardiograma tridimensional e contraste ecocardiográfico, e ecografia de carótidas e vertebrais para triagem para a avaliação cardiovascular.

a) Ecocardiograma transesofágico:

1. Dominar as noções básicas de sedação consciente;

2. Dominar a ecocardiografia transesofágica: sequência, posições torácicas e correlações anatômicas;

3. Dominar a ecocardiografia transesofágica no planejamento cirúrgico dos pacientes com doença valvar mitral; na endocardite infecciosa e febre reumática foco no transesofágico; no planejamento cirúrgico dos pacientes com doença valvar aórtica e aorta torácica; na avaliação de paciente com eventos embólicos sistêmicos;

4. Dominar as indicações e aplicações do ecocardiograma transesofágico nas diferentes cardiopatias congênitas e na avaliação pós-operatória de cirurgias paliativas e corretivas;

5. Dominar o uso do ecocardiograma transesofágico na monitorização de procedimentos no centro cirúrgico e na monitorização de procedimentos invasivos na hemodinâmica.

b) Ecocardiograma de estresse:

1. Dominar a realização do ecocardiograma sob estresse farmacológico (protocolos, sensibilidade, especificidade, acurácia, análise de subgrupos, comparação com outros métodos);

2. Dominar a realização da ecocardiografia sob estresse com exercício (maca, bicicleta ou esteira);

3. Dominar a realização do ecocardiograma sob estresse em doenças não coronarianas.

c) Cardiopatias congênitas no adulto no ecocardiograma transtorácico:

1. Dominar a avaliação da Comunicação interatrial; Comunicação interventricular; Defeito do septo átrio ventricular; Tetralogia de Fallot; Transposição das grandes artérias incluindo a transposição corrigida das grandes artérias; Anomalia de Ebstein; Persistência de canal arterial;

2. Compreender as cardiopatisa congênitas complexas: Situs, análise sequencial, corações univentriculares e anomalias das conexões ventriculoarterial e outros.

d) Strain:

1. Dominar a técnica e aplicações clínicas.

e) Ecocardiograma Tridimensional:

1. Dominar as noções gerais e principais aplicações clínicas.

f) Contraste Ecocardiográfico:

1. Dominar o uso dos principais agentes de contraste: princípios físicos, bases fisiológicas, aplicações;

2. Avaliar os Protocolos de contrastes para perfusão e opacificação ventricular.

g) Noções básicas de Ecocardiografia fetal:

1. Analisar as Indicações, idade gestacional para realizar o exame, circulação fetal e projeções principais no ecocardiograma normal;

2. Analisar a Insuficiência cardíaca fetal (hidropsia fetal);

3. Analisar o diagnóstico das mais frequentes malformações cardíacas fetais e Arritmias fetais;

4. Reconhecer a conduta frente a um exame alterado.

h) Noções gerais de ecografia com Doppler exame ecográfico das artérias carótidas e vertebrais

1. Dominar a técnica do exame ecográfico das artérias carótidas e vertebrais como parte do exame cardiovascular;

2. Avaliar a espessura miointimal, placas carotídeas e da quantificação das estenoses como parte da triagem da avaliação cardiovascular.

i) Requisito obrigatório ao final do primeiro e segundo ano de residência

Desenvolver habilidade na comunicação com o paciente evitando discussões do diagnóstico em sala de exame;

Dominar o preenchimento do laudo médico do exame e desenvolver habilidades para reportar os achados ao médico clínico do paciente quando necessário.

RESOLUÇÃO CNRM Nº 5, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2020

Aprova a matriz de competências do ano opcional dos programas de Residência Médica em Cardiologia - Cardiointensivismo.

A COMISSÃO NACIONAL DE RESIDÊNCIA MÉDICA (CNRM), no uso das atribuições que lhe conferem a Lei nº 6.932 de 07 de julho de 1981, o Decreto nº 7.562, de 15 de setembro de 2011, e o Decreto 8.516, de 10 de setembro de 2015;

CONSIDERANDO a atribuição da CNRM de definir a matriz de competências para a formação de especialistas na área de residência médica; e

CONSIDERANDO a Resolução CNE/CP nº 3 de 18 de dezembro de 2002 que define competência profissional como a "capacidade de mobilizar, articular e colocar em ação conhecimentos, habilidades, atitudes e valores necessários para o desempenho eficiente e eficaz de atividades requeridas pela natureza do trabalho e pelo desenvolvimento tecnológico";, resolve:

Art. 1º. Aprovar a matriz de competências do ano opcional em Cardiologia - Cardiointensivismo, que passa a fazer parte desta Resolução.

Parágrafo único. A matriz de competências é aplicável aos programas que se iniciarem a partir de 1º de março de 2022.

Art 2º. O acesso ao ano opcional em Cardiologia - Cardiointensivismo é facultado ao médico residente que tenha concluído com sucesso programa de residência médica em Clínica Médica.

Art 3º. Esta resolução entra em vigor na data de 04 de janeiro de 2021.

WAGNER VILAS BOAS DE SOUZA
Presidente da Comissão

ANEXO

MATRIZ DE COMPETÊNCIAS
ANO OPCIONAL EM CARDIOLOGIA: Cardiointensivismo

OBJETIVOS GERAIS

Capacitar médicos a diagnosticar, monitorar, prevenir e tratar os agravos da saúde cardiovascular do paciente crítico na UTI e em outras unidades de atendimento.

Capacitar médicos para os principais procedimentos relacionados ao cuidado cardiovascular.

Coordenar as ações médicas de uma equipe multiprofissional dentro e fora da UTI.

Planejar e coordenar ações paliativas e de fim de vida e garantir prática clínica, ética e profissional ao paciente crítico, bem como o suporte aos familiares.

COMPETÊNCIAS

1. Dominar a coletar história clínica, realizar o exame físico, formular hipóteses diagnósticas, solicitar e interpretar exames complementares e traçar condutas para os agravos e as afecções mais prevalentes nos pacientes cardiológicos críticos;

2. Dominar os conhecimentos sobre as doenças agudas e crônicas cardiovasculares mais prevalentes nas urgências e emergências e os diagnósticos diferenciais e conduta terapêutica necessárias para controle clínico;

3. Dominar o atendimento do paciente com os agravos clínicos mais prevalentes;

4. Valorizar a importância médica, ética e jurídica de registrar os dados e a evolução do paciente no prontuário de forma clara e concisa, manter atualizado no prontuário os resultados dos exames laboratoriais, radiológicos, histopatológicos, pareceres e quaisquer outras informações pertinentes ao caso;

5. Dominar a prescrição e acompanhamento do paciente da internação até a alta de seus cuidados;

6. Avaliar custo-efetividade da prática médica e utilizá-los em benefício do paciente, mantendo os padrões de excelência;

7. Avaliar a relação custo/benefício das boas práticas na indicação de medicamentos e exames complementares;

8. Demonstrar cuidado, respeito aos pacientes e familiares, respeitando valores culturais, crenças e religião;

9. Aplicar os conceitos fundamentais da ética médica;

10. Aplicar os aspectos médico-legais envolvidos no exercício da prática médica;

11. Obter consentimento livre e esclarecido do paciente ou familiar em caso de impossibilidade do paciente, após explicação simples, em linguagem apropriada para o entendimento sobre os procedimentos a serem realizados, suas indicações e complicações;

12. Manejar o atendimento a pacientes sob efeito anestésico, como controle das vias aéreas, sedação, monitorização respiratória, hemodinâmica e neurológica;

13. Dominar o manejo emergencial das vias aéreas;

14. Avaliar e estabilizar o paciente com fisiologia agudamente comprometida;

15. Dominar a técnica reanimação e ressuscitação cardiopulmonar, assim como os cuidados pós-ressuscitação;

16. Avaliar a admissão dos pacientes na UTI usando escores de predição;

17. Dominar a realização da anamnese do paciente crítico;

18. Avaliar e realizar a ecocardiografia/ultrassonografia em pacientes críticos;

19. Dominar a realização e interpretação da eletrocardiografia (ECG);

20. Analisar exames de radiologia e diagnósticos por imagem com ênfase em tomografia de coronárias, ressonância de coracão, arritimologia e técnicas de medicina nuclear.

21. Monitorar e manejar as variáveis fisiológicas;

22. Manejar as complicações das doenças crônicas e das comorbidades;

23. Avaliar e manejar o paciente com ou em risco de insuficiência circulatória, insuficiência renal, insuficiência hepática, comprometimento neurológico, insuficiência gastrointestinal aguda, com síndrome do desconforto respiratório e com sepse;

24. Dominar o manejo do paciente após intoxicação com drogas ou toxinas ambientais;

25. Dominar a indicação e administração de oxigênio, utilizando os dispositivos de administração;

26. Dominar o acesso e cateterização venosa central e arterial periféricos;

27. Dominar a técnica de ultrassom para avaliação e acesso vascular;

28. Dominar a técnica de desfibrilação e cardioversão;

29. Dominar o implante e manejo do paciente com balão intra-aórtico e oxigenação por membrana extra-corpórea (ECMO) incluindo em transporte e outros cenários;

30. Dominar o cuidado ao paciente com assistência circulatória;

31. Valorizar a comunicação com o paciente, familiares e a equipe de saúde;

32. Valorizar os cuidados paliativos na doença cardiovascular crítica;

33. Dominar o manejo da síndrome coronária aguda, insuficiência cardíaca e das afecções da aorta;

34. Dominar do manejo do paciente em pós-operatório de cirurgia cardiovascular, cirurgia minimamente invasiva e terapia valvar por cateter;

35 Dominar o atendimento nas intercorrências neurológicas, gastrointestinais e renais no paciente cardiopata;

36. Dominar o manejo do paciente transplantado de coração;

37. Dominar monitorização hemodinâmica inclusive a inserção e interpretação de dados de cateter de artéria pulmonar;

38. Dominar o manejo pré e pós-operatório do paciente de alto risco, cardiopata submetido a cirurgia não-cardíaca;

39. Identificar e minimizar as consequências físicas e psicossociais da doença crítica para o paciente e a família;

40. Assegurar a transferência de cuidados;

41. Avaliar o quadro clínico, planejar o tratamento e conduzir os pacientes em casos de final de vida;

42. Dominar a técnica de comunicação de más notícias;

43. Avaliar as responsabilidades gerenciais e administrativas relacionadas à terapia intensiva;

44. Analisar criticamente a literatura médica da área.

RESOLUÇÃO CNRM Nº 6, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2020

Aprova a matriz de competências dos programas de Residência Médica em Radiologia e Diagnóstico por Imagem.

A COMISSÃO NACIONAL DE RESIDÊNCIA MÉDICA (CNRM), no uso das atribuições que lhe conferem a Lei nº 6.932 de 07 de julho de 1981, o Decreto nº 7.562, de 15 de setembro de 2011, e o Decreto 8.516, de 10 de setembro de 2015;

CONSIDERANDO a atribuição da CNRM definir a matriz de competências para a formação de especialistas na área de residência médica; e

CONSIDERANDO que a Resolução CNE/CP nº 3, de 18 de dezembro de 2002, define competência profissional como a "capacidade de mobilizar, articular e colocar em ação conhecimentos, habilidades, atitudes e valores necessários para o desempenho eficiente e eficaz de atividades requeridas pela natureza do trabalho e pelo desenvolvimento tecnológico";, resolve:

Art. 1º. Fica aprovada a matriz de competências dos programas de residência médica em Radiologia e Diagnóstico por Imagem, que passa a fazer parte desta Resolução.

Parágrafo único. A matriz de competências é aplicável aos programas que se iniciarem a partir de 1º de março de 2022.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de 04 de janeiro de 2021.

WAGNER VILAS BOAS DE SOUZA
Presidente da Comissão

ANEXO

MATRIZ DE COMPETÊNCIAS: RADIOLOGIA E DIAGNÓSTICO POR IMAGEM

OBJETIVOS GERAIS

Formar e habilitar especialistas com competências para atuação em todas as modalidades de imagens médicas e respectivas técnicas intervencionistas minimamente invasivas para diagnósticos e terapias.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

1. Dominar a realização, indicação e interpretação da Radiologia Geral e Contrastada, Ultrassonografia, Tomografia Computadorizada, Ressonância Magnética; Mamografia e Densitometria Óssea;

2. Dominar o manejo das urgências em Radiologia;

3. Dominar os princípios fundamentais da física das radiações, radiobiologia, proteção radiológica, controle de qualidade, farmacologia aplicada aos meios de contraste;

4. Dominar os conceitos básicos de ciências da computação aplicada a imagem (Processamento, Arquivo, Comunicação e Teleradiologia);

5. Ter proficiência na execução, interpretação e elaboração de relatórios de exames dos diversos métodos de diagnóstico por imagem em sua aplicação clínica nas seguintes áreas: Cardíaca e Vascular, Tórax, Cabeça e Pescoço, Gastrointestinal, Geniturinária, Ginecologia e Obstetrícia, Mamária, Musculoesquelética, Neuroradiologia, Pediatria, Emergência, Radiologia Intervencionista;

6. Dominar o conhecimento anatômico das estruturas envolvidas no estudo específico;

7. Compreender e analisar a patologia e patofisiologia relacionadas à radiologia diagnóstica e intervencionista;

8. Dominar os principais métodos de imagem envolvidos na investigação das doenças e síndromes mais prevalentes em cada sistema, bem como escolher o método mais adequado para investigação das doenças e síndromes mais prevalentes em cada sistema;

9. Dominar o protocolo de exame apropriado para cada investigação;

10. Avaliar a indicação e realizar as intervenções guiadas por métodos de imagem mais comuns para cada sistema;

11. Dominar a elaboração de relatórios radiológicos e comunicar resultados para médicos e pacientes;

12. Dominar a identificação de achados urgentes e/ou inesperados em exames de imagem dos diferentes sistemas e comunicá-los oportuna e adequadamente.

AO TÉRMINO DO PRIMEIRO ANO R1

1. Compreender e avaliar os princípios básicos de física da formação da imagem em todas as modalidades, técnicas de arquivamento de imagens e sistemas de comunicação (PACS), e de informação hospitalar, controle de qualidade e gestão da qualidade, física da radiação, biologia da radiação e proteção radiológica;

2. Dominar a anatomia e a fisiologia da imagem normal;

3. Analisar e interpretar os exames de Raios-x, Mamografia, Ultrassonografia e Tomografia Computadorizada;

4. Dominar o suporte básico de vida;

5. Dominar a farmacologia e aplicação de meios de contraste e o tratamento de reações adversas;

6. Dominar os fundamentos da pesquisa clínica, de estatísticas e de medicina baseada em evidências;

7. Realizar exames de radiologia convencional contrastada e de ultrassonografia;

8. Capacitar ao manejo da radiologia de emergência;

9. Dominar a identificação e comunicação de achados críticos e inesperados;

10. Obter o consentimento livre e esclarecido do paciente ou familiar em caso de impossibilidade do paciente, após explicação simples, em linguagem apropriada para o entendimento sobre os procedimentos a serem realizados, suas indicações e complicações, salvo em caso de risco iminente de morte;

11. Dominar a comunicação verbal e não verbal com pacientes e famílias e a equipe inter e multiprofissional.

AO TÉRMINO DO SEGUNDO ANO R2

1. Avaliar e interpretar os exames de Raios-X, Mamografia, Ultrassonografia, Tomografia Computadorizada, Ressonância Magnética, Densitometria Óssea e Medicina Nuclear;

2. Indicar e conduzir a investigação por métodos de imagem das doenças e síndromes mais prevalentes em cada sistema;

3. Dominar os protocolos de exame apropriados para cada investigação;

4. Executar, orientar e supervisionar a equipe técnica/biomédica para a realização de exames utilizando princípios de otimização e segurança;

5. Realizar pós-processamento das imagens como reconstrução multiplanar, MIP e 3D;

6. Avaliar a indicação e realizar as intervenções guiadas por métodos de imagem mais comuns;
7. Valorizar o método científico e a capacidade de análise crítica na interpretação de literatura científica;
8. Dominar a elaboração de relatórios radiológicos e comunicação de resultados para médicos e pacientes;
9. Participar e conduzir a realização de reuniões inter e multiprofissionais;
10. Avaliar as implicações médico-legais da prática radiológica;
11. Compreender e analisar a incerteza e erro na radiologia juntamente com a metodologia de aprendizado com erros.

AO TÉRMINO DO TERCEIRO ANO R3

1. Organizar e conduzir um serviço de imaginologia clínica, ambulatorial ou hospitalar, de maneira independente e eficaz;
2. Dominar a realização das intervenções guiadas por métodos de imagem mais comuns para cada sistema;
3. Valorizar o Sistema Único de Saúde, avaliando a estrutura e a regulação;
4. Tomar decisões sob condições adversas, com controle emocional e equilíbrio, demonstrando seus conhecimentos e sua liderança no sentido de minimizar eventuais complicações, mantendo consciência de suas limitações;
5. Produzir um trabalho científico, utilizando o método de investigação adequado e apresentá-lo em congresso médico ou publicar em revista científica ou apresentar publicamente em forma de monografia;
6. Compreender os mecanismos utilizados para concessão de medicamentos para os pacientes através da assistência farmacêutica em Farmácia de alto custo e/ou medicamento estratégico;
7. Analisar os custos da prática médica e utilizá-los em benefício do paciente, mantendo os padrões de excelência.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

PRÓ-REITORIA DE DESENVOLVIMENTO E GESTÃO DE PESSOAS

DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS

PORTARIA N° 593/2020/DDP, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2020

A Diretora em exercício do Departamento de Desenvolvimento de Pessoas da Universidade Federal de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo nº 23080.089538/2019-26 resolve:

Homologar o resultado do Processo Seletivo Simplificado do Departamento de Ciências Contábeis - CCN/CSE, instituído pelo Edital nº 05/2020/DDP, de 06 de fevereiro de 2020, publicado no Diário Oficial da União nº 27, Seção 3, de 07/02/2020.

Campo de conhecimento: Auditoria e Contabilidade Gerencial

Regime de Trabalho: 20 (vinte) horas semanais.

N° de Vagas: 01 (uma).

Classificação	Candidato	Média final
1º	Mara Vogt	9,16
2º	Joice Denise Shäfer	8,93
3º	Gabriel Nilson Coelho	8,43
4º	João Teles	8,05
5º	Marisa Nilson	7,81

GABRIELA PERITO DEITOS

FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO

PORTARIA Nº 170, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2020

O Presidente da FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Estatuto aprovado pelo Decreto nº 10.196, de 31 de dezembro de 2019, e Considerando o disposto no art. 5º do Decreto nº 7.133, de 19 de março de 2010, e na Portaria Interministerial nº 428, de 6 de setembro de 2012; resolve:

Art. 1º - Instituir o Plano de Metas Institucionais da Fundação Joaquim Nabuco para o período de 1º de março de 2020 a 28 de fevereiro de 2021, composto pelas seguintes metas globais: Meta I - Produzir e submeter 40 artigos a revista científica com qualificação Qualis B3 ou superior. Meta II - Realizar 35 orientações de pós-graduação ou graduação, em parcerias com universidades onde os servidores sejam colaboradores, contribuindo para a formação de novos pesquisadores. Meta III - Realizar 6 pesquisas nos campos da Educação, da Cultura e das Ciências Sociais e Humanas. Meta IV - Apresentar 20 artigos em eventos (presenciais ou remotos) Meta V - Publicar 20 notas técnicas e/ou textos para discussão com resultados parciais de pesquisas. Meta VI - Disponibilizar 3 bancos de dados para o uso do público externo. Meta VII - Ampliar em 10% o número de acessos a conteúdos da Diretoria de Pesquisas Sociais, em relação ao ano de 2019. Meta VIII - Publicar 69 (sessenta e nove) títulos por meio de livros, revistas, revistas científicas, vídeos e multimídia, resultantes de estudos e pesquisas científico-culturais. Meta IX - Promover 51 (cinquenta e um) cursos, (entre presenciais e remotos) para o aprimoramento técnico-científico e o desenvolvimento local sustentável. Meta X - Realizar 65 (sessenta e cinco) eventos educacionais e culturais para divulgação e difusão do conhecimento nos campos da Educação, da Cultura, das Ciências Sociais e Humanas e do conhecimento técnico-científico. Meta XI - Preservar 1.200.000 (um milhão e duzentos mil) acervos históricos, administrativos e artísticos, para o fortalecimento do patrimônio. Meta XII - Oferecer dois cursos stricto sensu. Meta XIII - Oferecer dois cursos lato sensu.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANTÔNIO RICARDO ACCIOLY CAMPOS

Ministério da Infraestrutura

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 180, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2020

Altera a Portaria nº 24, de 23 de março de 2020.

O MINISTRO DE ESTADO DA INFRAESTRUTURA, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, tendo em vista o disposto na Portaria nº 356, de 11 de março de 2020, do Ministério da Saúde, e a Instrução Normativa nº 109, de 29 de outubro de 2020, do Ministério da Economia, e o constante dos autos do processo nº 50000.036941/2020-10, resolve:

Art. 1º A Portaria nº 24, de 23 de março de 2020, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 4º As reuniões e eventos presenciais deverão ser evitados, priorizando-se reuniões em formato virtual.

Parágrafo Único. Quando necessária a realização de reuniões ou eventos presenciais, devem ser rigorosamente adotadas as medidas de distanciamento, uso de máscaras, não compartilhamento de objetos e materiais de uso individual, limpeza, desinfecção e ventilação ambiental, entre outras." (NR)

"Art. 18 Quando do uso do registro biométrico de frequência por colaboradores e prestadores de serviços no âmbito do Ministério da Infraestrutura, deve-se higienizar as mãos antes e depois do registro de frequência." (NR)

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

TARCISIO GOMES DE FREITAS

PORTARIA Nº 181, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2020

Estabelece as condições de custeio das despesas com serviços de estacionamento para a permanência de aeronaves de empresas nacionais de transporte aéreo regular de passageiros em pátios da Infraero, no período de 1º de abril a 30 de setembro de 2020, em razão dos efeitos da pandemia da Covid-19 no transporte aéreo.

O MINISTRO DE ESTADO DA INFRAESTRUTURA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso II da Constituição Federal de 1988, os arts. 1º e 2º do Anexo I do Decreto nº 10.368, de 22 de maio de 2020, e o art. 10 da Lei nº 14.047, de 24 de agosto de 2020, e o que consta no processo administrativo nº 50000.030662/2020-34, resolve:

Art. 1º Estabelecer os limites e as condições para o pagamento do custeio das despesas com serviços de estacionamento para a permanência de aeronaves de empresas nacionais de transporte aéreo regular de passageiros em pátios da Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária - Infraero, no período de 1º de abril a 30 de setembro de 2020, em razão dos efeitos da pandemia da Covid-19 no transporte aéreo.

§ 1º O disposto no caput aplica-se às empresas aéreas que operam sob o Regulamento Brasileiro de Aviação Civil - RBAC nº 121 da Agência Nacional de Aviação Civil - Anac.

§ 2º Os pátios da Infraero citados no caput deste artigo limitam-se aos seguintes aeroportos:

I - Aeroporto de Congonhas - São Paulo (SBSP);
II - Aeroporto da Pampulha - Belo Horizonte (SBBH);
III - Aeroporto Internacional Afonso Pena - Curitiba (SBCT);
IV - Aeroporto de Santos Dumont - Rio de Janeiro (SBRJ);
V - Aeroporto Santa Genoveva - Goiânia (SBGO);
VI - Aeroporto Internacional Val-de-Cans - Belém (SBBE); e
VII - Aeroporto Internacional Eduardo Gomes - Manaus (SBEG).

§ 3º O tempo mínimo de permanência das aeronaves em área de estadia dos aeroportos da Infraero deverá ser superior a 24 horas contínuas.

Art. 2º As despesas decorrentes desta Portaria serão realizadas com recursos do Fundo Nacional de Aviação Civil (FNAC), limitadas ao montante de R$ 9.048.912,40 (nove milhões, quarenta e oito mil, novecentos e doze reais e quarenta centavos).

Parágrafo único. O requerimento para pagamento das despesas previstas nesta portaria deverá ser instruído pela Infraero, no mínimo, com as seguintes informações:

I - pedido formulado pela empresa aérea que se enquadre nas regras estabelecidas nesta portaria, com discriminação dos valores devidos;
II - demonstrativo detalhado das operações e valores referentes aos serviços prestados por aeroporto;
III - dados de aeronave como operador, matrícula e tipo de equipamento; e
IV - dados de operação das aeronaves nos aeroportos de referência como código de chamada dos voos de chegada e partida do aeroporto e tempo de permanência considerado.

Art. 3º Caberá à Secretaria Nacional de Aviação Civil, com base nas informações fornecidas pela Infraero, sem prejuízo de outras informações que porventura julgar necessárias, a emissão de manifestação quanto à comprovação da efetiva utilização do serviço e ao montante devido, conforme estabelecido nesta portaria.

Art. 4º Caberá à Secretaria de Fomento, Planejamento e Parcerias, realizar o pagamento das despesas decorrentes desta portaria diretamente à Infraero, condicionado ao compromisso da Infraero em apresentar termo de quitação da dívida junto às empresas aéreas.

§ 1º O pagamento será realizado pela Secretaria de Fomento, Planejamento e Parcerias, após a emissão da manifestação de que trata o art. 3º, por ordem de recebimento dos processos concluídos pela Secretaria Nacional de Aviação Civil.

§ 2º Caso o valor da dívida das empresas aéreas, em conjunto, exceda o valor previsto no caput do art. 2º, a Secretaria de Fomento, Planejamento e Parcerias deverá considerar, como critério para pagamento, a ordem cronológica de utilização dos pátios de aeronaves, pelas empresas aéreas, para os serviços descritos no caput do art. 1º.

§ 3º O Ministério da Infraestrutura não se responsabiliza pelo pagamento dos valores que eventualmente excedam o limite do caput do art. 2º, os quais deverão ser pagos pelas empresas aéreas.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

TARCISIO GOMES DE FREITAS

PORTARIA Nº 182, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2020

Revoga o parágrafo único do art. 2º da Portaria nº 102, de 23 de julho de 2020.

O MINISTRO DE ESTADO DA INFRAESTRUTURA, no uso da atribuição que lhe confere o inciso II do parágrafo único do art. 87 da Constituição e o constante dos autos do processo administrativo nº 50000.036575/2020-91, resolve:

Art. 1º Revogar o parágrafo único do art. 2º da Portaria nº 102, de 23 de julho de 2020, publicada no Diário Oficial da União nº 141, de 24 de julho de 2020, Seção 1, páginas 31 e 32.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

TARCISIO GOMES DE FREITAS

PORTARIA Nº 183, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2020

Institui Grupo de Trabalho com o objetivo de aperfeiçoar o instituto da Reserva Técnica ferroviária e de realizar estudos para a destinação adequada dos imóveis ferroviários considerados prioritários pela Secretaria Nacional de Transportes Terrestres - SNTT.

O MINISTRO DE ESTADO DA INFRAESTRUTURA, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e IV do parágrafo único do art. 87 da Constituição Federal, e tendo em vista o disposto no §1º do art. 8º da Lei nº 11.483, de 31 de maio de 2007, e art. 3º do Decreto nº 7.929, de 18 de fevereiro de 2013, e o que consta no Processo nº 50000.045736/2019-01, resolve:

Art. 1º Instituir Grupo de Trabalho no âmbito do Ministério da Infraestrutura e entidades vinculadas, com a finalidade de aperfeiçoar o instituto da Reserva Técnica ferroviária e de realizar estudos para a destinação adequada dos imóveis ferroviários considerados prioritários pela Secretaria Nacional de Transportes Terrestres - SNTT, face à importância do planejamento, do alinhamento e da integração das iniciativas estratégicas relacionadas a parcerias com o setor privado para investimento em ferrovias.

Parágrafo único. Caberá ao Grupo de Trabalho a recomendação pela exclusão de imóveis não operacionais da extinta Rede Ferroviária Federal S.A. - RFFSA do rol de imóveis que compõem a reserva técnica ferroviária, bem como pela inclusão de outros imóveis considerados prioritários pela Secretaria Nacional de Transportes Terrestres - SNTT, nos termos do art. 3º do Decreto nº 7.929, de 2013.

Art. 2º O Grupo de Trabalho contará com a participação de 1 (um) membro Titular e 1 (um) membro Suplente, representantes das seguintes unidades e entidades vinculadas:

I - Gabinete do Ministro - GM/Minfra;
II - Secretaria Executiva - SE/Minfra;
III - Secretaria Nacional de Transportes Terrestres - SNTT/Minfra;
IV - Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT;
V - Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT; e
VI - Valec Engenharia, Construções e Ferrovias S/A.

Art. 3º A Coordenação do Grupo de Trabalho será exercida pelo representante da Secretaria Nacional de Transportes Terrestres - SNTT do Ministério da Infraestrutura. Na sua ausência, será substituído por representante do Gabinete do Ministro - GM/Minfra.

Art. 4º O Coordenador do Grupo de Trabalho poderá editar os atos necessários para a regulamentação administrativa dos trabalhos, inclusive no sentido de designar novos membros e substitutos para os membros do Grupo de Trabalho.

Art. 5º O Grupo de Trabalho poderá convidar para participar das respectivas reuniões, representantes de outros órgãos e entidades públicas federais, estaduais, bem como entidades e especialistas em assuntos afetos ao tema.

Art. 6º O Grupo de Trabalho se reunirá em caráter ordinário mensalmente e em caráter extraordinário sempre que convocado pelo seu Coordenador ou, na sua impossibilidade, por representante do Gabinete do Ministro, por meio de mensagem eletrônica.

§ 1º O quórum de reunião do Grupo de Trabalho é de no mínimo metade mais um dos membros e o quórum de aprovação é de maioria simples.

§ 2º Quando necessário ou requerido, as reuniões do Grupo de Trabalho serão por meio de videoconferência a ser organizada pela SNTT, podendo ser delegada a outro órgão efetivo.

§ 3º O Coordenador submeterá à votação dos membros os temas que dependam de deliberação ou da aprovação do Grupo de Trabalho.

§ 4º Além do voto ordinário, o Coordenador do Grupo de Trabalho terá o voto de qualidade em caso de empate.

Art. 7º O Ministério da Infraestrutura será encarregado de dar apoio administrativo aos trabalhos.

Art. 8º As situações afetas ao Grupo de Trabalho não especificadas ou previstas nesta Portaria serão tratadas pelo Coordenador do Grupo de Trabalho e na sua impossibilidade por representante do Gabinete do Ministro.

Art. 9º As funções dos membros do Grupo de Trabalho não serão remuneradas, sendo consideradas prestação de serviço público de relevante interesse público.

Art. 10. O Grupo de Trabalho terá o prazo de 180 (cento e oitenta) dias, prorrogável por igual período, para apresentar o resultado dos estudos e atividades realizadas.

Art. 11. Fica revogada a Portaria nº 4.442, de 14 de outubro e 2019, da Secretaria Executiva do Ministério da Infraestrutura.

Art. 12. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

TARCISIO GOMES DE FREITAS

AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL
SUPERINTENDÊNCIA DE INFRAESTRUTURA AEROPORTUÁRIA
GERÊNCIA DE CONTROLE E FISCALIZAÇÃO

PORTARIA Nº 3.493, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2020

O GERENTE DE CONTROLE E FISCALIZAÇÃO, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 2º e 6º da Portaria nº 2.748/SIA, de 4 de setembro de 2019, tendo em vista a Decisão sobre Aplicação de Medida Cautelar nº 59/2020/GFIC/SIA, de 1º de dezembro de 2020, e considerando o que consta do processo nº 00065.034269/2019-53, resolve:

Art. 1º Tornar pública a aplicação de medida administrativa cautelar ao aeródromo público Ruy Barbosa, Código Identificador de Aeródromo - CIAD BA0035, indicador de localidade OACI SSLS, localizado em Ruy Barbosa/BA.

§ 1º A medida cautelar aplicada refere-se à proibição de operações de pouso.

§ 2º A medida ora aplicada tem caráter provisório, sem prazo determinado, e será mantida até que o Operador de Aeródromo legalmente instituído solicite a sua revogação e demonstre o cumprimento das condições definidas no Parecer que fundamentou esta decisão.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCOS ROBERTO EURICH

PORTARIA Nº 3.494, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2020

O GERENTE DE CONTROLE E FISCALIZAÇÃO, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 2º e 6º da Portaria nº 2.748/SIA, de 4 de setembro de 2019, tendo em vista a Decisão sobre Aplicação de Medida Cautelar nº 60/2020/GFIC/SIA, de 1º de dezembro de 2020, e considerando o que consta do processo nº 00065.034253/2019-41, resolve:

Art. 1º Tornar pública a aplicação de medida administrativa cautelar ao aeródromo público Utinga, Código Identificador de Aeródromo - CIAD BA0017, indicador de localidade OACI SNUT, localizado em Utinga/BA.

§ 1º A medida cautelar aplicada refere-se à proibição de operações de pouso.

§ 2º A medida ora aplicada tem caráter provisório, sem prazo determinado, e será mantida até que o Operador de Aeródromo legalmente instituído solicite a sua revogação e demonstre o cumprimento das condições definidas no Parecer que fundamentou esta decisão.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCOS ROBERTO EURICH

PORTARIA Nº 3.507, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2020

O GERENTE DE CONTROLE E FISCALIZAÇÃO, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 2º e 6º da Portaria nº 2.748/SIA, de 4 de setembro de 2019, tendo em vista a Decisão sobre Aplicação de Medida Cautelar nº 63/2020/GFIC/SIA, de 30 de novembro de 2020, e considerando o que consta do processo nº 00065.034235/2019-69, resolve:

Art. 1º Tornar pública a aplicação de medida administrativa cautelar ao aeródromo público de Canudos, Código Identificador de Aeródromo - CIAD BA0066, indicador de localidade OACI SNKU localizado em Canudos/BA.

§ 1º A medida cautelar aplicada refere-se à proibição de operações de pouso.

§ 2º A medida ora aplicada tem caráter provisório, sem prazo determinado, e será mantida até que o Operador de Aeródromo legalmente instituído solicite a sua revogação e demonstre o cumprimento das condições definidas no Parecer que fundamentou esta decisão.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCOS ROBERTO EURICH

PORTARIA Nº 3.508, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2020

O GERENTE DE CONTROLE E FISCALIZAÇÃO, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 2º e 6º da Portaria nº 2.748/SIA, de 4 de setembro de 2019, tendo em vista a Decisão sobre Aplicação de Medida Cautelar nº 64/2020/GFIC/SIA, de 30 de novembro de 2020, e considerando o que consta do processo nº 00065.034233/2019-70, resolve:

Art. 1º Tornar pública a aplicação de medida administrativa cautelar ao aeródromo público de Cocos, Código Identificador de Aeródromo - CIAD BA0058, indicador de localidade OACI SNKC, localizado em Cocos/BA.

§ 1º A medida cautelar aplicada refere-se à proibição de operações de pouso.

§ 2º A medida ora aplicada tem caráter provisório, sem prazo determinado, e será mantida até que o Operador de Aeródromo legalmente instituído solicite a sua revogação e demonstre o cumprimento das condições definidas no Parecer que fundamentou esta decisão.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCOS ROBERTO EURICH

PORTARIA Nº 3.509, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2020

O GERENTE DE CONTROLE E FISCALIZAÇÃO, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 2º e 6º da Portaria nº 2.748/SIA, de 4 de setembro de 2019, tendo em vista a Decisão sobre Aplicação de Medida Cautelar nº 67/2020/GFIC/SIA, de 30 de novembro de 2020, e considerando o que consta do processo nº 00065.517567/2017-12, resolve:

Art. 1º Tornar pública a aplicação de medida administrativa cautelar ao aeródromo público Correntina, Código Identificador de Aeródromo - CIAD BA0051, indicador de localidade OACI SNTY, localizado em Correntina/BA.

§ 1º A medida cautelar aplicada refere-se à proibição de operações de pouso.

§ 2º A medida ora aplicada tem caráter provisório, sem prazo determinado, e será mantida até que o Operador de Aeródromo legalmente instituído solicite a sua revogação e demonstre o cumprimento das condições definidas no Parecer que fundamentou esta decisão.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCOS ROBERTO EURICH

PORTARIA Nº 3.535, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2020

O GERENTE DE CONTROLE E FISCALIZAÇÃO, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 2º e 6º da Portaria nº 2.748/SIA, de 4 de setembro de 2019, tendo em vista a Decisão sobre Aplicação de Medida Cautelar nº 61/2020/GFIC/SIA, de 1º de dezembro de 2020, e considerando o que consta do processo nº 00065.034199/2019-33, resolve:

Art. 1º Tornar pública a aplicação de medida administrativa cautelar ao aeródromo público Rio de Contas, Código Identificador de Aeródromo - CIAD BA0038, indicador de localidade OACI SDLE, localizado em Rio de Contas/BA.

§ 1º A medida cautelar aplicada refere-se à proibição de operações de pouso.

§ 2º A medida ora aplicada tem caráter provisório, sem prazo determinado, e será mantida até que o Operador de Aeródromo legalmente instituído solicite a sua revogação e demonstre o cumprimento das condições definidas no Parecer que fundamentou esta decisão.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCOS ROBERTO EURICH

PORTARIA Nº 3.537, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2020

O GERENTE DE CONTROLE E FISCALIZAÇÃO, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 2º e 6º da Portaria nº 2.748/SIA, de 4 de setembro de 2019, tendo em vista a Decisão sobre Aplicação de Medida Cautelar nº 62/2020/GFIC/SIA, de 1º de dezembro de 2020, e considerando o que consta do processo nº 00065.034234/2019-14, resolve:

Art. 1º Tornar pública a aplicação de medida administrativa cautelar ao aeródromo público Santa Rita de Cássia, Código Identificador de Aeródromo - CIAD BA0064, indicador de localidade OACI SNKS, localizado em Santa Rita de Cássia/BA.

§ 1º A medida cautelar aplicada refere-se à proibição de operações de pouso.

§ 2º A medida ora aplicada tem caráter provisório, sem prazo determinado, e será mantida até que o Operador de Aeródromo legalmente instituído solicite a sua revogação e demonstre o cumprimento das condições definidas no Parecer que fundamentou esta decisão.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCOS ROBERTO EURICH

PORTARIA Nº 3.544, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2020

O GERENTE DE CONTROLE E FISCALIZAÇÃO, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 2º e 6º da Portaria nº 2.748/SIA, de 4 de setembro de 2019, tendo em vista a Decisão sobre Aplicação de Medida Cautelar nº 68/2020/GFIC/SIA, de 1º de dezembro de 2020, e considerando o que consta do processo nº 00065.034256/2019-84, resolve:

Art. 1º Tornar pública a aplicação de medida administrativa cautelar ao aeródromo público Ituaçu, Código Identificador de Aeródromo - CIAD BA0014, indicador de localidade OACI SNYT, localizado em Ituaçu/BA.

§ 1º A medida cautelar aplicada refere-se à proibição de operações de pouso.

§ 2º A medida ora aplicada tem caráter provisório, sem prazo determinado, e será mantida até que o Operador de Aeródromo legalmente instituído solicite a sua revogação e demonstre o cumprimento das condições definidas no Parecer que fundamentou esta decisão.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCOS ROBERTO EURICH

PORTARIA Nº 3.545, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2020

O GERENTE DE CONTROLE E FISCALIZAÇÃO, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 2º e 6º da Portaria nº 2.748/SIA, de 4 de setembro de 2019, tendo em vista a Decisão sobre Aplicação de Medida Cautelar nº 69/2020/GFIC/SIA, de 1º de dezembro de 2020, e considerando o que consta do processo nº 00065.017935/2020-22, resolve:

Art. 1º Tornar pública a aplicação de medida administrativa cautelar ao aeródromo público Macaúbas, Código Identificador de Aeródromo - CIAD BA0026, indicador de localidade OACI SNMC, localizado em Macaúbas/BA.

§ 1º A medida cautelar aplicada refere-se à proibição de operações de pouso.

§ 2º A medida ora aplicada tem caráter provisório, sem prazo determinado, e será mantida até que o Operador de Aeródromo legalmente instituído solicite a sua revogação e demonstre o cumprimento das condições definidas no Parecer que fundamentou esta decisão.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCOS ROBERTO EURICH

PORTARIA Nº 3.546, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2020

O GERENTE DE CONTROLE E FISCALIZAÇÃO, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 2º e 6º da Portaria nº 2.748/SIA, de 4 de setembro de 2019, tendo em vista a Decisão sobre Aplicação de Medida Cautelar nº 70/2020/GFIC/SIA, de 1º de dezembro de 2020, e considerando o que consta do processo nº 00065.018021/2020-89, resolve:

Art. 1º Tornar pública a aplicação de medida administrativa cautelar ao aeródromo público Luís Eduardo Magalhães, Código Identificador de Aeródromo - CIAD BA0033, indicador de localidade OACI SSQZ, localizado em Luís Eduardo Magalhães/BA.

§ 1º A medida cautelar aplicada refere-se à proibição de operações de pouso.

§ 2º A medida ora aplicada tem caráter provisório, sem prazo determinado, e será mantida até que o Operador de Aeródromo legalmente instituído solicite a sua revogação e demonstre o cumprimento das condições definidas no Parecer que fundamentou esta decisão.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCOS ROBERTO EURICH

PORTARIA Nº 3.547, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2020

O GERENTE DE CONTROLE E FISCALIZAÇÃO, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 2º e 6º da Portaria nº 2.748/SIA, de 4 de setembro de 2019, tendo em vista a Decisão sobre Aplicação de Medida Cautelar nº 71/2020/GFIC/SIA, de 1º de dezembro de 2020, e considerando o que consta do processo nº 00065.034240/2019-71, resolve:

Art. 1º Tornar pública a aplicação de medida administrativa cautelar ao aeródromo público Piatã, Código Identificador de Aeródromo - CIAD BA0021, indicador de localidade OACI SNPI, localizado em Piatã/BA.

§ 1º A medida cautelar aplicada refere-se à proibição de operações de pouso.

§ 2º A medida ora aplicada tem caráter provisório, sem prazo determinado, e será mantida até que o Operador de Aeródromo legalmente instituído solicite a sua revogação e demonstre o cumprimento das condições definidas no Parecer que fundamentou esta decisão.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCOS ROBERTO EURICH

PORTARIA Nº 3.550, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2020

O GERENTE DE CONTROLE E FISCALIZAÇÃO, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 2º e 6º da Portaria nº 2.748/SIA, de 4 de setembro de 2019, tendo em vista a Decisão sobre Aplicação de Medida Cautelar nº 65/2020/GFIC/SIA, de 1º de dezembro de 2020, e considerando o que consta do processo nº 00065.034227/2019-12, resolve:

Art. 1º Tornar pública a aplicação de medida administrativa cautelar ao aeródromo público Gentio do Ouro, Código Identificador de Aeródromo - CIAD BA0029, indicador de localidade OACI SNGT, localizado em Gentio do Ouro/BA.

§ 1º A medida cautelar aplicada refere-se à proibição de operações de pouso.

§ 2º A medida ora aplicada tem caráter provisório, sem prazo determinado, e será mantida até que o Operador de Aeródromo legalmente instituído solicite a sua revogação e demonstre o cumprimento das condições definidas no Parecer que fundamentou esta decisão.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCOS ROBERTO EURICH

PORTARIA Nº 3.553, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2020

O GERENTE DE CONTROLE E FISCALIZAÇÃO, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 2º e 6º da Portaria nº 2.748/SIA, de 4 de setembro de 2019, tendo em vista a Decisão sobre Aplicação de Medida Cautelar nº 72/2020/GFIC/SIA, de 1º de dezembro de 2020, e considerando o que consta do processo nº 00058.047721/2020-70, resolve:

Art. 1º Tornar pública a aplicação de medida administrativa cautelar ao aeródromo público Euclides da Cunha, Código Identificador de Aeródromo - CIAD BA0044, indicador de localidade OACI SNEU, localizado em Euclides da Cunha/BA.

§ 1º A medida cautelar aplicada refere-se à proibição de operações de pouso.

§ 2º A medida ora aplicada tem caráter provisório, sem prazo determinado, e será mantida até que o Operador de Aeródromo legalmente instituído solicite a sua revogação e demonstre o cumprimento das condições definidas no Parecer que fundamentou esta decisão.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCOS ROBERTO EURICH

PORTARIA Nº 3.554, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2020

O GERENTE DE CONTROLE E FISCALIZAÇÃO, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 2º e 6º da Portaria nº 2.748/SIA, de 4 de setembro de 2019, tendo em vista a Decisão sobre Aplicação de Medida Cautelar nº 73/2020/GFIC/SIA, de 1º de dezembro de 2020, e considerando o que consta do processo nº 00065.028554/2019-35, resolve:

Art. 1º Tornar pública a aplicação de medida administrativa cautelar ao aeródromo público Campo Alegre de Lourdes, Código Identificador de Aeródromo - CIAD BA0015, indicador de localidade OACI SSRK, localizado em Campo Alegre de Lourdes/BA.

§ 1º A medida cautelar aplicada refere-se à proibição de operações de pouso.

§ 2º A medida ora aplicada tem caráter provisório, sem prazo determinado, e será mantida até que o Operador de Aeródromo legalmente instituído solicite a sua revogação e demonstre o cumprimento das condições definidas no Parecer que fundamentou esta decisão.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCOS ROBERTO EURICH

SUPERINTENDÊNCIA DE PADRÕES OPERACIONAIS
GERÊNCIA DE OPERAÇÕES DA AVIAÇÃO GERAL

PORTARIA Nº 3.608, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2020

O GERENTE DE OPERAÇÕES DA AVIAÇÃO GERAL, no uso da atribuição que lhe confere o item 4.3.2.1(a)(i) do Manual de Cargos e Funções MCF-0001/SPO, Revisão G, aprovado pela Portaria nº 2.867/SPO, de 15 de outubro de 2020, tendo em vista o disposto no Regulamento Brasileiro da Aviação Civil - RBAC nº 137 e na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, e considerando o que consta do processo nº 00066.010976/2020-88, resolve:

Art. 1º Tornar pública a emissão do Certificado de Operador Aéreo - COA 2020-12-O0HE-00-00, emitido em 4 de dezembro de 2020, em favor da sociedade empresária DOGLAS DALPIAZ, CNPJ - 26.679.237/0001-60.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

BRUNO DINIZ DEL BEL

AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS
SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO E COORDENAÇÃO DAS UNIDADES REGIONAIS

DELIBERAÇÃO Nº 13, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2020

Processo nº 50300.013777/2018-65. Fiscalizada: LACHMANN AGÊNCIA MARÍTIMA LTDA, CNPJ nº 43.145.945/0035-53 .

Objeto e Fundamento Legal: decido por CONHECER o Recurso Administrativo interposto, para, no mérito, NEGAR-LHE PROVIMENTO, mantendo a decisão proferida pelo Despacho de Julgamento nº 84/2020/GFN/SFC (1071737), de aplicar a penalidade ADVERTÊNCIA pela prática infracional prevista no Art. 27, inciso II, da Resolução Normativa nº 18-ANTAQ.

GABRIELA COELHO DA COSTA
Superintendente

UNIDADE REGIONAL DE SALVADOR-BA

DESPACHO Nº 3, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2020

Processo nº 50300.015826/2019-85 . Fiscalizada: GERDAU AÇOS LONGOS S.A, CNPJ nº 07.358.761/0006-73. Objeto e Fundamento Legal: DECIDO pela aplicação da penalidade de ADVERTÊNCIA , pois a infração praticada pela autuada foi de natureza leve, com previsão de cominação de multa inferior a R$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais), conforme dispõem os art. 54 e 35, inciso I, do Anexo da Resolução 3259-ANTAQ.

ALFEU LUEDY
Chefe

AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES

DELIBERAÇÃO Nº 502, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2020

O Diretor-Geral da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, em exercício, no uso de suas atribuições, fundamentado no artigo 70 do Anexo da Resolução nº 5.888, de 12 de maio de 2020, e no que consta do processo nº 50500.000962/2017-52;

CONSIDERANDO as tarifas de pedágio vigentes, dispostas na Deliberação nº 828, de 10 de outubro de 2018, que aprovou a 3ª Revisão Ordinária, 6ª Revisão Extraordinária e o reajuste da Tarifa Básica de Pedágio da Concessionária Rota do Oeste S/A; e

CONSIDERANDO a decisão que acolheu pedido de medida cautelar nos autos do TC nº 026.406/2020-9, DELIBERA:

Art. 1º Aprovar a 8ª Revisão Extraordinária da Tarifa Básica de Pedágio - TBP aplicável ao trecho concedido da BR-163/MT, explorado pela Concessionária Rota do Oeste S/A - CRO, com base na seguinte alteração:

I - alteração da Tarifa Básica de Pedágio - TBP quilométrica vigente acumulada nos diversos Fluxos de Caixa Marginais de R$ 0,00827 para R$ 0,00319.

Art. 2º Alterar, em consequência, com efeito econômico-financeiro a partir de 2 de dezembro de 2020, as Tarifas de Pedágio, após o arredondamento, nas praças de pedágio P1, em Itiquira/MT, P2, em Rondonópolis/MT, P3, em Campo Verde/Santo Antônio de Leverger/MT, P4, em Cuiabá/Santo Antônio de Leverger/MT, P5, em Acorizal/MT, P6, em Diamantino/MT, P7, em Nova Mutum/MT, P8, em Lucas do Rio Verde/MT, P9, em Sorriso/MT, na forma da tabela anexa.

Art. 3º Esta Deliberação entrará em vigor a partir de zero hora do dia 10 de dezembro de 2020.

MARCELO VINAUD PRADO

ANEXO: TABELA DE TARIFAS

Categoria de Veículo	Tipo de Veículo	Número de Eixos	Rodagem	Multiplicador da Tarifa	Valores a serem Praticados (R$)								
					Praça 1	Praça 2	Praça 3	Praça 4	Praça 5	Praça 6	Praça 7	Praça 8	Praça 9
1	Automóvel, caminhonete e furgão	2	Simples	1,0	3,90	4,40	3,60	3,50	4,80	4,00	3,20	4,20	6,00
2	Caminhão leve, Ônibus, caminhão-trator e furgão	2	Dupla	2,0	7,80	8,80	7,20	7,00	9,60	8,00	6,40	8,40	12,00
3	Automóvel e caminhonete com semirreboque	3	Simples	1,5	5,85	6,60	5,40	5,25	7,20	6,00	4,80	6,30	9,00
4	Caminhão, caminhão-trator, caminhão-trator com semirreboque e Ônibus	3	Dupla	3,0	11,70	13,20	10,80	10,50	14,40	12,00	9,60	12,60	18,00
5	Automóvel e caminhonete com reboque	4	Simples	2,0	7,80	8,80	7,20	7,00	9,60	8,00	6,40	8,40	12,00

6	Caminhão com reboque, caminhão-trator com semirreboque	4	Dupla	4,0	15,60	17,60	14,40	14,00	19,20	16,00	12,80	16,80	24,00
7	Caminhão com reboque, caminhão-trator com semirreboque	5	Dupla	5,0	19,50	22,00	18,00	17,50	24,00	20,00	16,00	21,00	30,00
8	Caminhão com reboque, caminhão-trator com semirreboque	6	Dupla	6,0	23,40	26,40	21,60	21,00	28,80	24,00	19,20	25,20	36,00
9	Motocicletas, motonetas, bicicletas moto	2	Dupla	0,5	1,95	2,20	1,80	1,75	2,40	2,00	1,60	2,10	3,00
10	Veículos oficiais e do Corpo Diplomático	-	Dupla	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

DIRETORIA COLEGIADA

DELIBERAÇÃO Nº 500, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2020

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DDB - 120, de 8 de dezembro de 2020, e no que consta do Processo nº 50500.308462/2019-28, 50500.071096/2020-80, 50500.048445/2020-60 e 50500.388851/2019-29, e

CONSIDERANDO o Acórdão nº 2.957/2020-Plenário do Tribunal de Contas da União nos autos do TC nº 026.406/2020-9, DELIBERA:

Art. 1º Tornar sem efeito a Deliberação nº 354, de 4 de agosto de 2020, que aprovou a 12ª Revisão Ordinária, a 14ª Revisão Extraordinária e o reajuste da Tarifa Básica de Pedágio - TBP do Contrato de Concessão das Rodovias BR-116/376/PR e BR-101/SC, trecho Curitiba - Florianópolis, explorado pela concessionária Autopista Litoral Sul S/A.

Art. 2º Tornar sem efeito a Deliberação nº 359, de 7 de agosto de 2020, referendada pela Deliberação nº 381, de 21 de agosto de 2020.

Art. 3º Aprovar a Tarifa Básica de Pedágio reajustada de R$ 3,85672 aplicável ao trecho concedido das Rodovias BR-116/376/PR e BR-101/SC, trecho Curitiba - Florianópolis, explorado pela concessionária Autopista Litoral Sul S/A, com base nas seguintes alterações:

I - 12ª Revisão Ordinária, alterando a Tarifa Básica de Pedágio de R$ 1,41980 para R$ 1,43948;

II - 14ª Revisão Extraordinária, alterando a Tarifa Básica de Pedágio de R$ 1,43948 para R$ 1,93101; e

III - reajuste, correspondente à variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA no período, que indicou o percentual positivo de 4,19% (quatro inteiros e dezenove centésimos por cento).

Art. 4º Alterar, em consequência, com efeito econômico-financeiro a partir da data-base de reequilíbrio contratual de 22 de fevereiro de 2020, a Tarifa Básica de Pedágio reajustada, após arredondamento, para a categoria de veículo 1, de R$ 2,70 (dois reais e setenta centavos) para R$ 3,90 (três reais e noventa centavos), nas praças de pedágio P1, em São José dos Pinhais/PR, P2, em Garuva/SC, P3, em Araquari/SC, P4, em Porto Belo/SC, e P5, em Palhoça/SC, na forma da tabela anexa.

Art. 5º Aprovar a celebração do Segundo Termo Aditivo ao Contrato de Concessão do Edital nº 003/2007, entre a ANTT e a concessionária Autopista Litoral Sul S/A, com o objetivo de incluir novos investimentos para Terceira Faixa da BR-101, trecho Norte, entre Palhoça/SC e Biguaçu/SC, do km 200+450m ao km 216+000m, e da Obra de Arte Especial sobre o Rio Camboriú, na BR-101, sentido marginal sul, no km 135+300m.

Art. 6º Aprovar a celebração do Terceiro Termo Aditivo ao Contrato de Concessão do Edital nº 003/2007, entre a ANTT e a concessionária Autopista Litoral Sul S/A, com o objetivo de incluir novos investimentos para a adequação do trecho "Sul A", entre os km 220+396m e km 228+310m do Contorno de Florianópolis.

Art. 7º Ficam prejudicados ou indeferidos os pedidos formulados pela concessionária Autopista Litoral Sul S/A não contemplados na revisão de que trata esta Deliberação, na forma das manifestações técnicas e jurídicas constantes dos autos.

Art. 8º Esta Deliberação entra em vigor na data da sua publicação e produz efeitos:

I - a partir de zero hora do dia 12 de dezembro de 2020, para os ajustes na Tarifa Básica de Pedágio - TBP decorrentes da aprovação da 12ª Revisão Ordinária, da 14ª Revisão Extraordinária e do reajuste de que tratam os arts. 3º e 4º desta Deliberação; e

II - imediatos, para os demais artigos desta Deliberação.

MARCELO VINAUD PRADO
Diretor-Geral
em Exercício

ANEXO

TABELA DE TARIFAS
Praças de Pedágio P1, P2, P3, P4 e P5

Categoria de Veículo	Tipo de Veículo	Número de Eixos	Rodagem	Multiplicador da Tarifa	Valores a serem Praticados (R$)
1	Automóvel, caminhonete e furgão	2	Simples	1,0	3,90
2	Caminhão leve, Ônibus, caminhão-trator e furgão	2	Dupla	2,0	7,80
3	Automóvel e caminhonete com semirreboque	3	Simples	1,5	5,85
4	Caminhão, caminhão-trator, caminhão-trator com semirreboque e Ônibus	3	Dupla	3,0	11,70
5	Automóvel e caminhonete com reboque	4	Simples	2,0	7,80
6	Caminhão com reboque, caminhão-trator com semirreboque	4	Dupla	4,0	15,60
7	Caminhão com reboque, caminhão-trator com semirreboque	5	Dupla	5,0	19,50
8	Caminhão com reboque, caminhão-trator com semirreboque	6	Dupla	6,0	23,40
9	Motocicletas, motonetas, bicicletas moto	2	Simples	0,5	1,95

SUPERINTENDÊNCIA DE INFRAESTRUTURA RODOVIÁRIA

RETIFICAÇÃO

Na Portaria nº 130, de 28 de outubro de 2020, publicada no DOU nº 213, seção 1, de 9.11.2020, pag. 31. Onde se lê: "Art. 1º Autorizar a implantação da Avenida Arthur Langue na faixa de domínio da Rodovia BR-116/RS, sob concessão à Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S/A - ECOSUL, no trecho entre o km 484+600 m e o km 484+900 m, sentido sul, em Turuçu/RS, de interesse da Prefeitura Municipal de Turuçu/RS." Leia-se: "Art. 1º Autorizar a pavimentação da Avenida Arthur Langue na faixa de domínio da Rodovia BR-116/RS, sob concessão à Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S/A - ECOSUL, no trecho entre o km 484+600 m e o km 484+900 m, sentido sul, em Turuçu/RS, de interesse da Prefeitura Municipal de Turuçu/RS.".

SUPERINTENDÊNCIA DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE PASSAGEIROS

DECISÃO Nº 271, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2020

A SUPERINTENDENTE DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE PASSAGEIROS DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT, no uso das atribuições que lhe confere o inciso VII do art. 120 do anexo da Resolução nº 5.888, de 12 de maio de 2020, e considerando o art. 42 da Resolução nº 5.285, de 09 de fevereiro de 2017 e o que consta no processo nº 50500.129429/2020-77, decide:

Art. 1º Deferir o pedido da EMPRESA GONTIJO DE TRANSPORTES LTDA, CNPJ nº 16.624.611/0098-73, para a supressão da seção de Contagem (MG) para São Paulo (SP) da linha Montes Claros (MG) - São Paulo (SP) prefixo nº 06-0128-00.

Art. 2º Esta Decisão entra em vigor na data de sua publicação.

PRISCILLA NUNES DE OLIVEIRA

DECISÃO Nº 272, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2020

A SUPERINTENDENTE DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE PASSAGEIROS DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT, no uso das atribuições que lhe confere o inciso VII do art. 120 do anexo da Resolução nº 5.888, de 12 de maio de 2020, e considerando o art. 42 da Resolução nº 5.285, de 09 de fevereiro de 2017 e o que consta no processo nº 50500.129425/2020-99, decide:

Art. 1º Deferir o pedido da EMPRESA GONTIJO DE TRANSPORTES LTDA, CNPJ nº 16.624.611/0098-73, para a supressão de seções da linha MONTES CLAROS(MG) - SÃO PAULO(SP) - VIA MATOZINHOS, prefixo 06-0133-00.

I - De: CONTAGEM (MG) Para: SÃO PAULO (SP)

Art. 2º Esta Decisão entra em vigor na data de sua publicação.

PRISCILLA NUNES DE OLIVEIRA

DECISÃO Nº 273, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2020

A SUPERINTENDENTE DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE PASSAGEIROS DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT, no uso das atribuições que lhe confere o inciso VII do art. 120 do anexo da Resolução nº 5.888, de 12 de maio de 2020, e considerando o art. 42 da Resolução nº 5.285, de 09 de fevereiro de 2017 e o que consta no processo nº 50500.128675/2020-10, decide:

Art. 1º Deferir o pedido da empresa Rotas de Viação do Triângulo, CNPJ nº 18.449.504/0001-59, para a supressão da linha SÃO PAULO(SP) - JARAGUÁ(GO), prefixo 08-0226-00.

Art. 2º Esta Decisão entra em vigor na data de sua publicação.

PRISCILLA NUNES DE OLIVEIRA

DECISÃO Nº 274, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2020

A SUPERINTENDENTE DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE PASSAGEIROS DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT, no uso das atribuições que lhe confere o inciso VII do art. 120 do anexo da Resolução nº 5.888, de 12 de maio de 2020, e considerando o art. 42 da Resolução nº 5.285, de 09 de fevereiro de 2017 e o que consta no processo nº 50500.128673/2020-12, decide:

Art. 1º Deferir o pedido da empresa Rotas de Viação do Triângulo, CNPJ nº 18.449.504/0001-59, para a supressão da linha para a supressão da linha Anápolis (GO) - Uberaba (MG) prefixo nº 12-0067-00 e suas seções.

Art. 2º Esta Decisão entra em vigor na data de sua publicação.

PRISCILLA NUNES DE OLIVEIRA

DECISÃO Nº 275, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2020

A SUPERINTENDENTE DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE PASSAGEIROS DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT, no uso das atribuições que lhe confere o inciso VII do art. 120 do anexo da Resolução nº 5.888, de 12 de maio de 2020, e considerando o art. 42 da Resolução nº 5.285, de 09 de fevereiro de 2017 e o que consta no processo nº 50500.128350/2020-29, decide:

Art. 1º Deferir o pedido da empresa AUTO VIAÇÃO CATARINENSE LTDA, CNPJ nº 82.647.884/0001-35, para a supressão da linha BALNEÁRIO CAMBORIÚ(SC) - CURITIBA(PR), prefixo 16-0153-00.

Art. 2º Esta Decisão entra em vigor na data de sua publicação.

PRISCILLA NUNES DE OLIVEIRA

DECISÃO Nº 276, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2020

A SUPERINTENDENTE DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE PASSAGEIROS DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT, no uso das atribuições que lhe confere o inciso VII do art. 120 do anexo da Resolução nº 5.888, de 12 de maio de 2020, e considerando o art. 42 da Resolução nº 5.285, de 09 de fevereiro de 2017 e o que consta no processo nº 50500.128402/2020-67, decide:

Art. 1º Deferir o pedido da empresa AUTO VIAÇÃO CATARINENSE LTDA, CNPJ nº 82.647.884/0001-35, para a supressão da linha BALNEÁRIO CAMBORIÚ(SC) - CURITIBA(PR), prefixo 16-0004-00.

Art. 2º Esta Decisão entra em vigor na data de sua publicação.

PRISCILLA NUNES DE OLIVEIRA

PORTARIA Nº 1.081, DE 27 DE NOVEMBRO DE 2020

A SUPERINTENDENTE DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE PASSAGEIROS DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT, no uso de suas atribuições, e em conformidade com o art. 8º da Resolução nº 5.818, de 03 de maio de 2018, e considerando o que consta no processo nº 50500.426481/2019-35, resolve:

Art. 1º Deferir o pedido da empresa VIAÇÃO GARCIA LTDA, CNPJ nº 78.586.674/0001-07, para a inclusão dos mercados a seguir em sua Licença Operacional - LOP, de número 87:

I - De: MARINGÁ (PR) Para: SÃO JOSE DO RIO PRETO (SP), CATANDUVA (SP) e LINS (SP).

Art. 2º Conhecer os pedidos de impugnação das empresas AUTO VIAÇÃO 1001 LTDA, CNPJ nº 30.069.314/0001-01; AUTO VIAÇÃO CATARINENSE LTDA, CNPJ nº 82.647.884/0001-35 e VIAÇÃO COMETA S/A, CNPJ nº 61.084.018/0001-03 e, no mérito, negar-lhes provimento.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PRISCILLA NUNES DE OLIVEIRA

PORTARIA Nº 1.083, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2020

A SUPERINTENDENTE DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE PASSAGEIROS DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT, no uso de suas atribuições, e em conformidade com o art. 8º da Resolução nº 5.818, de 03 de maio de 2018, e considerando o que consta no processo nº 50500.011980/2020-65, resolve:

Art. 1º Deferir o pedido da empresa EXPRESSO SATÉLITE NORTE LIMITADA, CNPJ nº 01.031.060/0001-34, para a inclusão dos mercados a seguir em sua Licença Operacional - LOP, de número 04:

I - DE ÁGUA BRANCA (PI), AMARANTE (PI) E TERESINA (PI) PARA: BALSAS (MA), BARÃO DE GRAJAÚ (MA), NOVA IORQUE (MA), PASTOS BONS (MA), SÃO DOMINGOS DO AZEITÃO (MA), SÃO JOÃO DOS PATOS (MA) E SÃO RAIMUNDO DAS MANGABEIRAS (MA);

II - DE FLORIANO (PI) PARA: BALSAS (MA), NOVA IORQUE (MA), PASTOS BONS (MA), SÃO DOMINGOS DO AZEITÃO (MA), SÃO JOÃO DOS PATOS (MA) E SÃO RAIMUNDO DAS MANGABEIRAS (MA).

Art. 2º Conhecer os pedidos de impugnação da Empresa Auto Viação Progresso S.A, CNPJ nº 10.788.677/0001-90 e da empresa EXPRESSO GUANABARA LTDA, CNPJ nº 41.550.112/0001-01 e, no mérito, negar-lhes provimento.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PRISCILLA NUNES DE OLIVEIRA

PORTARIA Nº 1.084, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2020

A SUPERINTENDENTE DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE PASSAGEIROS DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT, no uso de suas atribuições, e em conformidade com o art. 8º da Resolução nº 5.818, de 03 de maio de 2018, e considerando o que consta no processo nº 50500.028749/2020-19, resolve:

Art. 1º Deferir o pedido da EMPRESA DE TRANSPORTES ANDORINHA S/A, CNPJ nº 55.334.262/0001-84, para a inclusão dos mercados a seguir em sua Licença Operacional - LOP, de número 72:

I - De: Curitiba (PR), Londrina (PR) e Ponta Grossa (PR) para: Presidente Prudente (SP) e Santo Anastácio (SP);

II- De: Presidente Epitácio (SP) para: Londrina (PR) e Ponta Grossa (PR);

III - De: Presidente Venceslau (SP) para: Curitiba (PR), Londrina (PR) e Ponta Grossa (PR)

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PRISCILLA NUNES DE OLIVEIRA

PORTARIA Nº 1.085, DE 2 DE DEZEMBRO DE 2020

A SUPERINTENDENTE DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE PASSAGEIROS DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT, no uso de suas atribuições, em conformidade com o art. 8º da Resolução nº 5.818, de 03 de maio de 2018, em cumprimento ao MANDADO DE SEGURANÇA Nº 5009394-15.2020.4.04.7204/SC, constante do processo administrativo nº 00661.016321/2020-02, e considerando o que consta no processo nº 500.074469/2020-74, resolve:

Art. 1º Deferir o pedido da EMPRESA UNIÃO DE TRANSPORTE LTDA, CNPJ nº 82.563.891/0001-59, para a inclusão dos mercados a seguir em sua Licença Operacional - LOP, de número 91:

I - De: CRICIÚMA (SC), ARARANGUA (SC), SOMBRIO (SC), SANTA ROSA DO SUL (SC) e PRAIA GRANDE (SC) Para: CAXIAS DO SUL (RS) e CAMBARA DO SUL (RS).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PRISCILLA NUNES DE OLIVEIRA

EMPRESA BRASILEIRA DE INFRAESTRUTURA AEROPORTUÁRIA
DIRETORIA DE SOLUÇÕES JURÍDICAS E ADMINISTRATIVAS
SUPERINTENDÊNCIA DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS
GERÊNCIA GERAL DE SERVIÇOS DE LOGÍSTICA ADMINISTRATIVA

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 3 DE NOVEMBRO DE 2020

Aos três dias do mês de novembro do ano de dois mil e vinte, às dezessete horas, realizou-se, de forma digital por meio do Microsoft Teams, em conformidade com a Portaria da PGFN nº 7.957, de 19 de março de 2020 e Instrução Normativa DREI nº 79, de 14 de abril de 2020, a Assembleia Geral Extraordinária da Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária - Infraero, empresa pública federal com Sede na Estrada Parque Aeroporto, Setor de Concessionárias e Locadoras, Lote 5, CEP 71608-050, na Capital Federal, CNPJ/MF nº 00.352.294/0001-10, com inscrição no Registro Empresarial nº 53500000356, perante a Junta Comercial do Distrito Federal.

O Presidente da Infraero, Sr. Hélio Paes de Barros Júnior, ao instalar a Assembleia, na forma do parágrafo único do art. 7º do Estatuto Social, convidou para compor a mesa o Sr. Ivo Cordeiro Pinho Timbó, representante da União, detentora da totalidade do capital votante, designado pela Portaria nº 17, de 26 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União do dia 1º de julho de 2019, firmada pela Subprocuradora-Geral da Fazenda Nacional, bem como o Sr. Rogério Jesus Alves de Oliveira, representante do Conselho Fiscal. Convidou, ainda, o Diretor de Soluções Jurídicas e Administrativas, Gilvandro Vasconcelos Coelho de Araújo, a Superintendente de Auditoria Interna, Keyla Regina da Silva Torres Bosco Matias, e o Assessor Especial da Presidência, Alexandre Jennings Canedo, OAB/RJ nº 095271, para servir como secretário.

A Assembleia foi instalada segundo a ordem do dia consignada no Edital de Convocação, de 29.09.2020, a saber:

a) Alteração do Estatuto Social da Infraero;

b) Ratificação da eleição de membro do Conselho de Administração para o período de 2020/2022;

c) Eleição de membros do Conselho Fiscal para o período de 2019/2021.

Dando prosseguimento, com base no Parecer da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN, e das manifestações da Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais - SEST e da Secretaria do Tesouro Nacional - STN, a Assembleia Geral decidiu votar:

a) pela alteração do Estatuto Social, a fim de adaptá-lo ao Estatuto Modelo, ficando o Estatuto Social consolidado anexado à presente ata;

b) pela ratificação da eleição de ARAMIS SÁ DE ANDRADE, brasileiro, casado, advogado, portador da Carteira de Identidade nº 108.874, expedida pela SSP/AC, inscrito no CPF/MF sob o nº 215.819.592-49, residente na SQN 315, Bloco "K", apartamento 608, Asa Norte - CEP 70774-110, em Brasília/DF, como membro independente do Conselho de Administração, indicado pelo Ministério da Infraestrutura (Ofício nº 1295/2020/ASSAD/GM, de 28 de setembro de 2020), eleito pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 29.09.2020, em substituição e em complementação à gestão de Marcio Guedes Pereira Junior;

c) pela eleição, em cargos que se encontram vagos, de EDUARDO HENN BERNARDI, brasileiro, casado, engenheiro, portador da Carteira de Identidade nº 1.178.761, expedida pela SSP/DF, inscrito no CPF/MF sob o nº 540.005.561-34, residente na SQSW 306, bloco "A", apartamento 623, Sudoeste - CEP: 70673-431, em Brasília/DF e NERYLSON LIMA DA SILVA, brasileiro, casado, economista, portador da Carteira de Identidade nº 3.249.051, expedida pela SSP/DF, inscrito no CPF/MF sob o nº 821.475.664-20, residente na Quadra 206, lote 08, apartamento 1204, Águas Claras - CEP: 71925-180, em Brasília/DF, indicados pelo Ministério da Infraestrutura, como membros titulares do Conselho Fiscal (Ofício nº 1262/2020/ASSAD/GM, de 23 de setembro de 2020; e Ofício nº 1264/2020/ASSAD/GM, de 23 de setembro de 2020); e pela eleição de JOHN WEBER ROCHA, brasileiro, solteiro, advogado, portador da Carteira de Identidade nº 10.736.833, expedida pela SSP/MG, inscrito no CPF/MF sob o nº 037.244.786-40, residente na Rua 10, casa 01-A, Ac. Pacheco Fernandes - Vila Planalto - CEP: 70804-220, em Brasília/DF, também indicado pelo Ministério da Infraestrutura, mas para a suplência do Conselho Fiscal (Ofício nº 1269/2020/ASSAD/GM, de 23 de setembro de 2020).

Nada mais havendo a tratar, o Presidente da Infraero deu por encerrada a Assembleia Geral Extraordinária, da qual eu, Alexandre Jennings Canedo, Secretário, lavrei a presente Ata, que segue devidamente assinada.

HÉLIO PAES DE BARROS JÚNIOR
Presidente da Infraero

IVO CORDEIRO PINHO TIMBÓ
Representante da União

ROGÉRIO JESUS ALVES DE OLIVEIRA
Representante do Conselho Fiscal

GILVANDRO VASCONCELOS COELHO DE ARAÚJO
Diretor de Soluções Jurídicas e Administrativas

COMPANHIA DAS DOCAS DO ESTADO DA BAHIA

BALANÇO PATRIMONIAL/13 DE DEZEMBRO DE 2018 A 2019

COMPANHIA DAS DOCAS DO ESTADO DA BAHIA (CODEBA)

CNPJ: 14.372.148/0001-61
CAPITAL SUBSCRITO E INTEGRALIZADO: R$ 277.553.624

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2019

A gestão na Companhia vem sendo conduzida com o objetivo de fazer com que a CODEBA retome o seu lugar de destaque no cenário nacional. Em dezembro de 2019, os três portos públicos da Bahia foram premiados pela Agência Nacional de Transporte Aquaviários (ANTAQ), todos na mesma categoria, por apresentar Maior Evolução Anual 2018 do Índice de Desempenho Ambiental (IDA). O Porto de Ilhéus, primeiro colocado, saiu de 42,43 pontos para 68,63 pontos; o Porto de Aratu, tinha 40,81 e chegou a 58,72 em pontuação e o Porto de Salvador passou de 48,41 para 62,62. Entre os indicadores que são avaliados pelo IDA, estão a situação da licença ambiental e a existência de licença de operação, quantidade e qualidade de técnicos no núcleo ambiental, prevenção de riscos, auditoria ambiental, ação de retirada de resíduos de navios, consumo e eficiência no uso de energia, monitoramento da fauna e da flora e planos de contingência de saúde.

Os Portos da Codeba fecharam o ano de 2019 com uma movimentação de 11.296.798 toneladas, que representa um aumento de 1,34% em relação ao ano de 2018. Ao analisar o histórico dos últimos 5 anos, percebe-se que em 2019 a movimentação de cargas foi superior também aos anos de 2015 e 2016, perdendo apenas para o ano de 2017, que movimentou uma quantidade 5% superior ao do ano de 2019.

As demonstrações financeiras e indicadores econômicos refletem um avanço expressivo em 2019 se comparado com 2018. A receita oriunda dos serviços de exploração e administração dos portos somou R$137.988.263, superior em 13%, comparado ao resultado do ano anterior, principalmente por conta do reajuste tarifário em 19,68% ocorrido a partir de janeiro/2019. As receitas com alugueis e arrendamentos totalizaram R$ 22.269.965, um crescimento de 12%, por conta dos reajustes previstos nos contratos com base nos índices oficiais do IGPM e IGP-DI. Incluindo os dois tipos de receitas, totalizaram R$ 160.258.228, resultado 13% maior que 2018. A receita financeira totalizou R$ 7.345.041, um crescimento de 6% ante o resultado do ano anterior.

No item despesas, os dispêndios somaram R$ 47.617.555 contra R$52.817.338 em 2018, redução de 10%, consequência principalmente da redução das despesas de manutenção. No exercício a empresa apresentou um lucro de R$ 12,3 milhões, em função principalmente do reajuste tarifário.

Com o objetivo de fortalecer o modelo de gestão e de governança da Companhia, tornando-o mais eficiente, transparente e alinhado aos seus valores, foi dado início, em julho/2019, à implantação do Projeto de Modernização da Gestão Portuária nos portos de Salvador, Aratu-Candeias e Ilhéus. Dentre as ações já realizadas, destacam-se o início da revisão do Planejamento Estratégico 2020-2024 e a aprovação do Plano de Negócios para o ano de 2020.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

(Valores expressos em milhares de reais)

ATIVO CIRCULANTE	NE	2019	2018
Caixa e equivalente de caixa	4	120.623	99.163
Recursos vinculados	4	11.426	10.386
Clientes e outros recebíveis	5	3.595	7.839
Adiantamentos		1.514	1.634
Créditos tributários	6	3.142	5.135
Estoques	7	4.476	4.157
Despesas antecipadas		61	79
Ressarcimentos e Convênios	8	2.674	2.674
TOTAL DO CIRCULANTE		**147.513**	**131.069**
NÃO CIRCULANTE			
Depósitos judiciais	14	30.928	31.693
Investimentos		29	29
Imobilizado	9	245.644	255.337
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		**276.601**	**287.059**
TOTAL DO ATIVO		**424.114**	**418.128**

PASSIVO CIRCULANTE	NE	2019	2018
Fornecedores a pagar	10	1.868	3.806
Outros passivos		50	—
Salários e Férias a pagar	11	6.670	5.065
Obrigações tributárias	12	31.267	27.164
Consignações e contribuições a recolher	12	2.990	2.747
Provisões Judiciais	14	2.835	1.437
Depósitos e cauções	13	2.729	1.994
Receitas diferidas	24	1.667	1.667
Dividendos/juros sobre capital próprio	16b	3.282	51
Participação de empregados a pagar		565	—
TOTAL DO CIRCULANTE		**53.923**	**43.931**
NÃO CIRCULANTE			
Provisões Judiciais	14	7.009	8.901
Provisões para pagamento à prev. complem.	14/15	20.578	30.478
Receitas diferidas	24	7.917	9.583
Adiantamento para futuro aumento capital	17	6.148	5.821
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		**41.651**	**54.783**
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital Social	16	277.554	277.554
Reserva legal		4.283	3.665
Retenção de lucro		46.704	38.194
Lucro/Prejuízo Acumulado		—	—
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		**328.541**	**319.414**
TOTAL DO PASSIVO		**424.114**	**418.128**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

(Valores expressos em milhares de reais)

	Social Integra.	Retenção de Lucros	Reserva Legal	Lucros (prejuízos) Acumulados	Total do Patrimônio Líquido
SALDO EM 1º DE JANEIRO DE 2018	**277.554**	**49.743**	**3.665**	**—**	**330.962**
Prejuízo do período				(11.497)	(11.497)
Ajustes de exercício anterior				(51)	(51)
Realização de reservas		(11.549)		11.549	—
Saldo em 31 de dezembro de 2018	**277.554**	**38.194**	**3.665**	**—**	**319.414**
SALDO EM 1º DE JANEIRO DE 2019	**277.554**	**38.194**	**3.665**	**—**	**319.414**
Lucro do período				12.358	12.358
Constituição de reserva legal			618	(618)	—
Constituição de reserva de lucros		8.509		(8.509)	—
Participação dos empregados					—
Dividendos declarados				(3.231)	(3.231)
Retenção de lucros				—	—
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019	**277.554**	**46.704**	**4.283**	**—**	**328.541**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DOS VALORES ADICIONADOS (INFORMAÇÃO ADICIONAL) REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

(Valores expressos em milhares de reais)

	2019	2018
1. RECEITAS	**135.292**	**114.002**
1.1. Vendas de mercadorias, produtos e serviços	135.194	113.893
1.2. Outras receitas	98	109
2. INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	**50.356**	**63.656**
2.1. Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos	34.739	39.418
2.2. Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	15.617	24.238
3. VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2)	**84.936**	**50.346**
4. DEPRECIAÇÃO E AMORTIZAÇÃO	**11.282**	**11.126**
5. VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE (3-4)	**73.653**	**39.220**
6. VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	**29.616**	**26.766**
6.1. Receitas financeiras	7.346	6.952
6.2. Alugueis	22.270	19.814
7. VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR (5+6)	**103.269**	**65.987**
8. DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	**103.269**	**65.987**
8.1. Pessoal e encargos	67.225	60.546
8.1.1. Remuneração direta	48.699	45.030
8.1.2. Benefícios	15.161	12.948
8.1.3. FGTS	2.800	2.569
8.1.4. Parcipação a Empregados	565	—
8.2. Impostos, taxas e contribuições	22.892	15.874
8.2.1. Federais	18.354	11.765
8.2.2. Estaduais	—	1
8.2.3. Municipais	4.538	4.108
8.3. Remuneração de capital de terceiros e próprios	794	1.064
8.3.1. Juros	794	860
8.3.2. Outras	-	204
8.4. Remuneração de capital próprio	12.358	-11.497
8.4.1. Dividendos/Juros sobre o Capital Próprio	3.231	—
8.4.3 – Lucros retidos / Prejuízo do exercício	9.127	-11.497

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

(Valores expressos em milhares de reais)

	31/12/2019	31/12/2018
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro/(prejuízo) do Exercício	**16.520**	**(11.497)**
Ajustes:		
Depreciação e amortização	11.282	11.126
Perda Estimada com Crédito de Liquidação Duvidosa (PECLD)	1.193	4.413
Juros e variações monetárias	327	213
Provisão/reversão para Contingências	1.576	1.955
Receitas diferidas	(932)	(1.667)
(Aumento) Diminuição dos ativos:		
Recursos vinculados	(1.040)	1.025
Contas a receber e demais recebíveis	3.051	4.764
Estoques	(319)	(149)
Adiantamentos e convênios	120	(43)
Créditos tributários	1.993	1.379
Despesas antecipadas	18	88
Outros ativos não circulantes	765	(6.659)
Aumento (Diminuição) dos passivos:		
Fornecedores a pagar	(1.938)	47
Salários e Férias a pagar	50	800
Obrigações tributárias	5.708	3.583
Processos judiciais	(13.126)	(231)
Depósitos e cauções	1.398	215
Participação de empregados a pagar	—	(115)
Caixa Gerado/(consumido) pelas Operações	**26.647**	**9.249**
Imposto de renda e contribuição pagos/ restituídos	(3.597)	—
Caixa Líquido Gerado pelas Atividades Operacionais	**23.050**	**9.249**
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de imobilizado e ativo intangível	(1.590)	(622)
Caixa líquido (usado nas) atividades de investimentos	**(1.590)**	**(622)**
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos		
Dividendos/JSCP distribuídos	—	(473)
Crédito de acionistas	—	(65.415)
Caixa líquido oriundos das (usado nas) atividades de financiamentos	**—**	**(65.888)**
Aumento/(redução) líquido no saldo de caixa e equivalentes de caixa	**21.460**	**(57.262)**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	99.163	156.425
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	120.623	99.163
Aumento/(redução) líquido no saldo de caixa e equivalentes de caixa	**21.460**	**(57.262)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

(Valores expressos em milhares de reais)

	NE	2019	2018
RECEITA BRUTA DA OPERAÇÃO			
Serviços de Exploração e Administração Portuária	18	137.988	122.042
Aluguéis e Arrendamentos	18	22.270	19.814
Total da Receita Operacional Bruta		160.258	141.856
DEDUÇÕES SOBRE A RECEITA BRUTA			
Cancelamentos e Restituições		(2.794)	(8.149)
Tributos sobre faturamento:		(18.819)	(15.754)
Total das Deduções		(21.613)	(23.903)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA		**138.646**	**117.953**
CUSTOS DA ATIVIDADE	**19**	**(81.529)**	**(82.725)**
Pessoal, Encargos e Benefícios		(35.788)	(32.389)
Custos com Manutenção e Reparos		(23.669)	(27.525)
Custos com Outros Serviços de Terceiros		(9.963)	(10.215)
Custos com Depreciação		(11.003)	(10.918)
Custos com Materiais		(269)	(801)
Outros Custos		(837)	(877)
RESULTADO OPERACIONAL BRUTO		**57.116**	**35.228**
DESPESAS OPERACIONAIS		**(47.147)**	**(52.817)**
Pessoal e Encargos	20	(30.872)	(28.157)
Gerais e Administrativas		(13.667)	(12.892)
Depreciação e Amortização		(280)	(207)
Compra de Materiais		(601)	(624)
Demais Despesas Operacionais		(901)	(2.410)
Outras Despesas e Receitas	20	(826)	(8.527)
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		**9.969**	**(17.590)**
Receitas Financeiras	21	7.346	6.952
Despesas Financeiras	21	(794)	(860)
RESULTADO OPREACIONAL ANTES DO IR E CSLL		**16.520**	**(11.497)**
Imposto de Renda e Contribuição Social	22	(3.597)	-
LUCRO/PREJUÍZO ANTES DAS PARTICIPAÇÕES		**12.923**	**(11.497)**
Participação de Empregados		(565)	-
LUCRO/PREJUÍZO APÓS PARTICIPAÇÕES	**26**	**12.358**	**(11.497)**
Quantidade de ações (em milhares)		41.450	41.450
Lucro/prejuízo por ação (Em R$ 1,00)		0,30	(0,28)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

(continua)

(continuação)

COMPANHIA DAS DOCAS DO ESTADO DA BAHIA (CODEBA)

NOTAS EXPLICATIVAS QUE INTEGRAM AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS SOCIAIS FINDOS DE 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

(Valores expressos em reais mil, exceto quando indicado de outra forma)

NOTA 1 – CONTEXTO OPERACIONAL

A CODEBA - Companhia das Docas do Estado da Bahia é uma empresa pública vinculada ao Ministério de Infraestrutura, que tem por objetivo social, em harmonia com os planos e programas desse Ministério, exercer as funções de Autoridade Portuária previstas em legislação específica e realizar a administração e exploração comercial dos Portos Organizados no Estado da Bahia, quais sejam: Porto de Salvador, Porto de Aratu e Porto de Ilhéus. As atividades da Companhia, por serem tratadas num contexto macroeconômico, têm a condução de sua gestão econômico-financeira sujeita às decisões do Governo Federal.

NOTA 2 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem legislação societária, os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis e as normas emitidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e apresentadas de forma comparativa em R$ (real) conforme moeda funcional da Companhia.

As Demonstrações Financeiras apresentadas têm como base o custo histórico, exceto se mencionado em contrário nas práticas a seguir apresentadas. Os saldos contábeis dos períodos findos em 31 de dezembro de 2019, apresentados na moeda funcional em reais (R$), são compostos por: 1) Balanço Patrimonial (BP), de modo a expressar a posição econômico-financeira e patrimonial; 2) Demonstração do Resultado do Exercício (DRE), apresentando o reconhecimento das receitas, custos e despesas; 3) Demonstração do Fluxo de Caixa (DFC), cuja principal função é mostrar a geração ou consumo dos recursos financeiros e sua aplicação no desenvolvimento das operações da companhia; 4) Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL), objetivando mostrar as variações ocorridas no Patrimônio Líquido; 5) Demonstração dos Valores Adicionados (DVA), que tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela entidade e sua distribuição, durante determinado período.

As demonstrações contábeis da Companhia, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, foram autorizadas para emissão pela administração em 11 de março de 2020 e publicadas originalmente em 20 de julho de 2020. Após deliberação da Assembleia Geral Ordinária, de forma voluntária, a Companhia procedeu elaboração a correção da reserva legal e apresentação da demonstração de resultado, alterando os saldos da Reserva Legal (anteriormente em R$ 646 mil) e da retenção de lucros (anteriormente realizada destinação de R$ 8.481 mil).

As demonstrações contábeis reapresentadas foram autorizadas para emissão em 11 de setembro de 2020.

NOTA 3 – SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Estimativas contábeis

A preparação das demonstrações financeiras requer que a Administração efetue estimativas e premissas, baseadas em fatores objetivos e subjetivos, que afetam os montantes apresentados nas demonstrações financeiras. Os principais valores estimados correspondem à: estimativa de perdas créditos de liquidação duvidosa, provisão para contingências e avaliação de instrumentos financeiros. A liquidação das transações que envolvem essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Administração da Companhia busca a revisão das estimativas e premissas de forma trimestral e anual.

b) Ativo circulante

• As disponibilidades estão representadas por saldos em caixa e equivalente de caixa, tais como depósitos bancários e aplicações financeiras, além de recursos vinculados fruto da conta SIAFI. As aplicações financeiras estão registradas ao custo acrescido dos rendimentos incorridos até a data do balanço, que não supera o valor de mercado. Vide nota explicativa no 4.

• As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado, incluindo os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária da Companhia. O giro das contas a receber da Companhia é de curto prazo, sendo liquidadas normalmente em um período inferior a 60 dias, representando substancialmente os valores justos nas datas de encerramento das demonstrações financeiras, não havendo, portanto, a necessidade de ajustes ao valor presente.

• A estimativa para perdas em créditos de liquidação duvidosa tem sido constituída e revisada mensalmente, de modo a representar de forma mais fidedigna possível os valores a receber líquidos da Companhia. Vide nota explicativa no 5.

• Os estoques são demonstrados ao custo médio das compras.

• Os demais ativos circulantes são apresentados pelo valor de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas, deduzidas da provisão necessária para refletir o valor de realização.

c) Investimentos

Estão avaliados pelo método de custo.

d) Ativo imobilizado

Estão avaliados ao custo de aquisição e foram corrigidos monetariamente até 31 de dezembro de 1995, acrescidos das adições ocorridas a partir de 1o de janeiro de 1996, registrados pelo valor original e deduzidos da depreciação, com base no modelo fiscal e percentuais definidos pela Receita Federal.

e) Passivo circulante e não circulante

Estão demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis e, quando aplicável, incluem os encargos e as variações monetárias incorridos até a data do balanço patrimonial.

f) Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o lucro líquido

• A companhia apura o Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e a Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido (CSLL) pelo regime de lucro real, calculados com base nos dispositivos do Regulamento do IR (decreto nº 9.580/18) e demais legislações aplicáveis.

• A Companhia possui créditos fiscais, decorrentes de prejuízos acumulados e de base de cálculo negativa da contribuição social. Tais créditos fiscais são controlados nos livros fiscais digitais E-LALUR e E- LACS na parte B da Escrituração Contábil Fiscal (ECF).

g) Provisões judiciais

A Companhia é parte integrante em diversos processos judiciais no âmbito trabalhista, tributário e cível, que surgem no curso normal de suas atividades. As provisões judiciais estão constituídas mediante a avaliação de riscos prováveis dos fatos conhecidos ao término de cada período, conforme previsto na Resolução CFC nº. 1.180/09(CPC 25) através de análise e parecer do seu corpo jurídico interno. Vide nota explicativa nº 16.

h) Apuração do resultado

As receitas e as despesas são reconhecidas pelo regime de competência, conforme disposto na lei 6.404/76.

NOTA 4 – DISPONIBILIDADES

O grupo de disponibilidade representa o de maior relevância no ativo circulante, destacando-se nele as aplicações financeiras. Atualmente as principais aplicações são no fundo "BB Extramercado FAE" e "CAIXA FI Extramercado Comum IRFM-1", regulamentados pela instrução CVM 409/2004 e resolução Bacen 3284/2005.

Abaixo segue quadro contendo a composição das disponibilidades e recursos vinculados:

	31/12/2019	31/12/2018
Caixa	6	4
Bancos	2.207	1.142
Aplicações financeiras	118.410	98.017
Recursos Vinculados (a)	11.426	10.386
TOTAL	**132.049**	**109.549**

(a) Recursos provenientes da conta SIAFI parcial, utilizada para receber repasses de recursos para investimentos e ressarcimento de pessoal cedido aos órgãos.

A Companhia classificou seus títulos e valores mobiliários como caixa e equivalentes de caixa, por serem considerados ativos financeiros com possibilidade de resgate imediato com prazo original de vencimento inferior a 90 dias e sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. A rentabilidade média das aplicações financeiras no exercício de 2019 foi de 6,78%.

NOTA 5 – CLIENTES

A composição de clientes demonstrada líquida no Balanço Patrimonial é composta da forma a seguir:

	31/12/2019	31/12/2018
Contas a receber de clientes	12.959	16.010
Perdas estimadas em créditos	(9.364)	(8.171)
TOTAL	**3.595**	**7.839**

O saldo de contas a receber de clientes está sendo composto de R$ 18.085 de contas a receber bruto e deduzido a parcela de adiantamentos em processo de baixa.

Dos títulos a receber acima apresentados, a maioria refere-se a faturas vencidas acima de 360 dias, conforme demonstrado no quadro de vencimentos abaixo:

Status de vencimento	2019	% da dívida	2018	%da dívida
A vencer	3.235	17,89%	3.854	24,07%
Vencidos até 90 dias	2.903	16,05%	1.912	11,94%
Vencidos de 90 a 180 dias	1.141	6,31%	354	2,21%
Vencidos de 180 a 360 dias	692	3,82%	99	0,62%
Vencidos Acima de 360 dias	10.114	55,92%	9.791	61,16%
TOTAL	**18.085**	**100,00%**	**16.010**	**100,00%**

NOTA 6 – CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS

A companhia possui créditos tributários decorrentes sobretudo de retenções sofridas, seja no faturamento à órgãos públicos ou proveniente de retenções na fonte em aplicações financeiras, estas últimas que devido ao alto volume aplicado representam valores relevantes, principalmente em períodos de antecipações de tributação (como o "come-cotas" dos fundos de investimento). Abaixo segue quadro detalhando a composição atual dos créditos tributários:

	31/12/2019	31/12/2018
Imposto de Renda	2.836	3.927
Contribuição Social	234	1.151
COFINS Retido na Fonte	59	51
PIS Retido na Fonte	13	6
TOTAL	**3.142**	**5.135**

NOTA 7 – ESTOQUES

Os estoques da companhia são periodicamente avaliados por comissão interna independente, não apenas quanto a mensuração de valores, mas também quanto a controles internos atrelados. Abaixo segue composição de registros por unidade portuária:

	31/12/2019	31/12/2018
Almoxarifado – Porto de Aratu	3.478	3.484
Almoxarifado – Porto de Salvador/Sede	989	637
Almoxarifado – Porto de Ilhéus	10	36
TOTAL	**4.476**	**4.157**

NOTA 8 – RESSARCIMENTOS E CONVÊNIOS

Os valores de desse grupo referem-se a pagamentos realizados mediante convênios ou acordos com outros órgãos da Administração que ainda estão pendentes de recebimento. O primeiro está relacionado a faturas pagas pela Companhia à Administração da Hidrovia do Vale do São Francisco (AHSFRA), para posterior ressarcimento pelo Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte – DNIT, cujo convênio (por meio do qual a Companhia exercia a administração da referida hidrovia) foi encerrado no ano de 2007. Em 2018 a Companhia baixou parte dos créditos que estavam a receber referente processo judicial trabalhista e está mantendo negociações com a Direção do DNIT para o ressarcimento dos valores residuais.

	31/12/2019	31/12/2018
Convênio INSS (benefícios e auxílios)	572	572
Contas a receber – AHSFRA/ARACAJU	2.102	2.102
TOTAL	**2.674**	**2.674**

NOTA 9 – IMOBILIZADO

Em aspectos quantitativos, o grupo do imobilizado apresenta os valores mais significativos da companhia, dentre os quais se destacam as edificações e pavimentações, que representam mais de 50% do total líquido, em decorrência natural da magnitude dos bens para execução da sua atividade fim.

Em última avaliação interna e auditoria foram identificados diversos bens com valores completamente depreciados e ainda em utilização. Contudo, cabe ressaltar que tais constatações representam percentual inferior à 5% do total líquido do grupo. A companhia entende que não é mais possível a aplicação do custo atribuído (deemed cost), mantendo os registros em conformidade com a orientação da Secretaria do Tesouro Nacional, Nota SEI nº 1/2019/GESET/COPAR/SUPEF/STN-ME.

Em 2019 não houve baixa de bens, a movimentação ocorreu pela depreciação e aquisições. O quadro abaixo demonstra a composição do imobilizado da companhia em dezembro de 2019, além do comparativo líquido do período anterior:

	Custo corrigido 2019	Depreciação acum. 2019	Líquido 31/12/2019	Depreciação acum. 2018	Líquido 31/12/2018
Edificações e pavimentações	224.142	104.676	119.466	98.216.504	125.925
Equipamentos de Informática	1.432	1.182	250	1.052.971	169
Instalações	128.804	49.148	79.656	46.732.071	82.072
Móveis, máquinas e equipamentos	62.690	40.050	22.640	37.897.348	23.679
Terrenos	13.327	—	13.327	0	13.327
Veículos e Embarcações	790	591	199	465.673	324
Obras em andamento	—	—	10.106	0	9.841
TOTAL GERAL	**431.185**	**195.647**	**245.644**	**184.364.566**	**255.337**

As vidas úteis e taxas de depreciação do ativo imobilizado são as seguintes:

Grupo do Imobilizado	Vida útil Anos	Perc. (%)	Grupo do Imobilizado	Vida útil Anos	Perc. (%)
MOBILIÁRIO GERAL - MOB	10	10%	INST. ACESSO ACOST.	69	1,43%
VEÍCULOS/EMBARCAÇÕES	5	20%	REDE ABST. ÁGUA ESG.	25	4%
MÁQ. MOT. APAR. E SIMILARES	10	10%	REDE ENERG. ELÉTRICA.	20	5%
EQPS. DE INFORMÁTICA	5	20%	REDE ABSTE. ÓLEOS	14	6,67%
SIST.COMUNIC/LINH. TEL.	10	10%	PIER GR.SOL.LIQ. GAS.	71	1,40%
EQUIPAMENTOS	25	4%	DOLFIM CAIS PORTIL	69	1,43%
EDIFICAÇÕES/ PRÉDIOS/INSTAL.	25	4%	CONST. M. ÁREAS ALFAND.	25	4%
ILUMINAÇÃO PÁTIO DE ESTOC.	20	5%	EQUIP. SEG. ISPS	10	10%
PAV. URB. TER. DRE. DRG. - PAV	20	5%			

NOTA 10 – FORNECEDORES

O grupo de fornecedores está segregado do modo a seguir, tendo os principais dispêndios ligados a pagamentos de serviços administrativos e obras de manutenção, representando atualmente 7% do passivo circulante.

	31/12/2019	31/12/2018
Fornecedores de materiais	91	44
Fornecedores de serviços	1.558	3.543
Credores p/ obras	219	219
TOTAL	**1.868**	**3.806**

NOTA 11 – SALÁRIOS E FÉRIAS A PAGAR

A Companhia realiza a liquidação mensal da folha de pagamentos até o 5º dia útil do mês subsequente, cujo valor mensal médio líquido é de R$ 2,1 milhões. Atualmente no quadro de pessoal há um total de 318 empregados próprios (incluindo comissionados) e excetuados cedidos, dirigentes, conselheiros e aposentados. O quadro abaixo resume os valores a pagar do período, incluindo encargos incidentes sobre a folha.

	31/12/2019	31/12/2018
Férias e encargos a pagar	1.561	549
Salários a pagar	5.109	4.516
13º e encargos a pagar	—	—
TOTAL	**6.670**	**5.065**

NOTA 12 – OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS, CONSIGNAÇÕES E CONTRIBUIÇÕES:

A CODEBA apura mensalmente os tributos federais e municipais devidos, bem como realiza o recolhimento das retenções provenientes de serviços tomados de terceiros por exigência legal.

Dentre as obrigações tributárias, destaca-se o ISS sobre serviços prestados, que nos portos de Aratu e Ilhéus são mensalmente provisionados. O ISS de serviços tomados no Porto de Salvador não é incorrido por força do reconhecimento judicial de imunidade recíproca incidente. Para o Porto de Aratu a companhia ainda reconhece contabilmente tal dívida em curso judicial, contudo não realiza o pagamento pela obtenção de decisão judicial liminar.

As consignações e contribuições referem-se aos saldos acumulados de diversas contas, tais como Pis, Cofins, Contribuições previdenciárias patronais, Contribuições mensais ao Portus, FGTS, Sindicatos, consignações salariais, dentre outros.

	31/12/2019	31/12/2018
Obrigações Tributárias:		
IR retido na fonte	622	605
ISS retido na fonte	122	112
ISS sobre faturamento a pagar	30.106	25.958
INSS s/ serviços a recolher	107	176
Imposto de Renda PJ a Pagar	—	—
PIS/COFINS/CSLL retido na fonte	309	313
TOTAL	**31.267**	**27.164**

Contribuições e Consignações	31/12/2019	31/12/2018
Consignações a recolher	161	157
Contribuições a recolher	2.829	2.591
TOTAL	**2.990**	**2.747**

NOTA 13 – DEPÓSITOS E CAUÇÕES

Os saldos desse grupo referem-se principalmente às antecipações de taxas portuárias efetuadas pelas empresas que utilizam os serviços nos Portos ou por exigência contratual, compensadas no momento da emissão da fatura pela Companhia ou no término do contrato.

	31/12/2019	31/12/2018
Depósitos em garantia operacional	2.502	1.774
Depósitos em garantia de contratos	227	221
TOTAL	**2.729**	**1.994**

NOTA 14 – PROVISÕES JUDICIAIS E DEPÓSITOS JUDICIAIS

A Companhia reconhece suas provisões conforme os dispositivos da Resolução CFC 1.180/09 (CPC 25), no momento em que identifica que se torna provável uma saída de recursos pela sentença judicial, conforme critérios e análise do seu corpo jurídico interno. Para provisões de causas possíveis de perdas, o corpo jurídico da companhia estima os seguintes montantes: Trabalhistas: R$ 748.905; Tributárias: R$ 1.149.579; Cíveis: R$ 5.042.757.

Já para provisões consideradas prováveis, o quadro abaixo detalha os valores registrados, sejam realizáveis no curto ou longo prazo.

	31/12/2019	31/12/2018
Provisões Trabalhistas - Curto Prazo	1.968	576
Provisões Cíveis - Curto Prazo	0	811
Provisões Tributárias – Curto Prazo	867	50
Total passivo circulante	**2.835**	**1.437**
Provisões Trabalhistas - Longo Prazo	3.123	4.237
Provisões Cíveis - Longo Prazo	1.714	1.541
Provisões Tributárias – Longo Prazo	2.172	3.123
Total passivo não circulante	**7.009**	**8.901**
Provisões p/ pgto à prev. complem.	**20.578**	**30.478**
TOTAL	**30.421**	**40.815**

Os valores reconhecidos no ativo a título de depósitos judiciais/penhora são apresentados a seguir:

	31/12/2019	31/12/2018
Depósitos Judiciais	8.399	8.333
Penhora	22.530	23.360
TOTAL	**30.928**	**31.693**

NOTA 15 - PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

A Companhia é patrocinadora do plano de suplementação à aposentadoria e outros benefícios de risco aos funcionários que fizeram adesão até 11 de maio de 2010, por meio do PORTUS – Instituto de Seguridade Social, entidade fechada de previdência complementar, que se encontra sob intervenção do Governo Federal desde 23/08/2011. O plano de benefícios PBP1 foi criado em 1978 tendo a CODEBA aderido em 20/12/1979. É do tipo multi-patrocinado (14 empresas) e estruturado na modalidade de benefício definido fechado a novas adesões, tendo por objetivo conceder a seus participantes a complementação do valor do benefício concedido pela Previdência Social Oficial.

O déficit histórico apresentado pelo plano PBP1 corresponde principalmente às seguintes razões:

a) Extinção da Portobrás em Julho/1991, uma das patrocinadoras iniciais do plano, sem que o Governo Federal efetuasse a integralização referente aos seus servidores que foram mantidos no mesmo;

b) Pagamento da RTSA: a Emenda Constitucional nº 20 de 15/12/1988, estabeleceu a paridade contributiva entre as contribuições do patrocinador público e do segurado; por consequência da revisão determinada no Art. 6º da Emenda Constitucional, foi criada a RTSA (Reserva de Tempo de Serviços Anteriores) em diversos fundos de pensões patrocinados por entes públicos tipificados no § 3º do Art. 202 da Constituição Federal, de forma a apartar o custo suplementar relativo aos Serviços Passados do Custo Normal. A RTSA é um custo suplementar e consiste na apuração dos compromissos referentes ao período anterior à criação de uma Plano de Benefício Previdenciário, quando as empresas não proporcionam aos colaboradores a opção da inscrição em algum plano de Previdência Complementar. Por isso, em geral, cabe ao empregador- patrocinador do plano a responsabilidade pela integralização desta reserva.

Cabe esclarecer que a CODEBA reconheceu em 2002 esse compromisso, tendo firmado acordo contratual com o PORTUS para pagamento em 60 parcelas; porém a partir da 22ª parcela o pagamento do RTSA foi suspenso, permanecendo o saldo que figura nos registros atuais da Companhia.

c) Dívidas históricas contributivas das patrocinadoras: ao longo dos anos as patrocinadoras deixaram de honrar com contribuições que estavam respaldadas por contratos assinados com o PORTUS, relativo ao plano PBP1, contribuições essas devidas por participantes ativos e assistidos.

Em 2018, a ABEPH (Associação Brasileira das Entidades Portuárias e Hidroviárias), entidade que congrega entre outras Companhias Docas do Brasil, contratou a empresa Rodoarte Nogueira & Ferreira, Consultoria especializada em Previdência Complementar, para apresentar alternativas à solução originada da intervenção no PORTUS, assim como ratificar os números apresentados às empresas e apresentar o relatório semestral exigido pela deliberação CGPAR nº 09/2016. O relatório preliminar da Consultoria, aprovado pela ABEPH em Outubro/2018, propôs a criação da "Câmara de Conciliação e Arbitragem" com a participação da PREVIC e demais órgãos governamentais envolvidos, para evoluir na discussão com objetivo de definir uma solução conjunta.

O saldo provisionado de R$ 20.578 mil representa a totalidade considerada como perda provável de tais montantes, que é atualizado mensalmente conforme acompanhamento do status dos processos pelo Jurídico da Companhia. Em junho/2019 houve o pagamento de R$ 10 milhões a título de abatimento da dívida de RSTA, cujo valor já estava contemplado nas provisões para pagamento.

NOTA 16 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O capital social subscrito e integralizado em 2019, no valor de R$ 277.553.624 está dividido em 41.449.949.485 ações nominativas, sem valor nominal, conforme demonstrativo a seguir:

	31/12/2019	%	31/12/2018	%
Ordinárias	**21.277.792**	**100%**	**21.277.792**	**100%**
União	20.928.105	98,4%	20.928.105	98,4%
Estado da Bahia	349.687	1,6%	349.687	1,6%
Preferenciais	**20.172.158**	**100%**	**20.172.158**	**100%**
União	19.840.641	98,4%	19.840.641	98,4%
Estado da Bahia	331.517	1,6%	331.517	1,6%
TOTAL	**41.449.949**		**41.449.949**	

i. As ações preferenciais não têm direito a voto, são inconversíveis em ações ordinárias e gozam da prioridade no recebimento do dividendo mínimo obrigatório e no reembolso do capital em caso de liquidação da Companhia.

a) Reserva Legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício nos termos do art. 193 da Lei 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

b) Retenção de Lucro

A retenção de lucros é destinada à aplicação em investimento previsto em orçamento. Na proposta de destinação do resultado do exercício de 2019 está prevista a retenção de lucros no montante de R$ 8.509.282,19 que juntamente com saldos remanescentes da retenção de lucro efetuada em exercícios anteriores destina-se a atender parcialmente, o programa de investimento no orçamento de capital plurianual dos exercícios de 2020 a 2023. A conta de retenção de lucro sofreu a seguinte movimentação em 2019:

Saldo inicial 01/01/2019	**49.742.964**
Absorção do prejuízo	(11.548.557)
Proposta de destinção do lucro	8.509.282
Saldo final 31/12/2019	**46.703.689**

c) Dividendos/Juros Sobre o Capital Próprio

Aos acionistas é garantido dividendos/juros sobre capital próprio de pelo menos 25% do Lucro Líquido do exercício, a ser deliberado em Assembleia Geral de Acionistas e conforme disposto no estatuto social. Conforme disposto na Lei 9.249/99, a companhia pode imputar ao valor dos dividendos obrigatórios o pagamento de juros dobre capital próprio. Em 2019 foi provisionada a distribuição de 25% do lucro líquido como dividendos.

d) Participação dos Empregados

A empresa reconhece a obrigação relacionada à participação nos resultados com base no percentual de 6,25% sobre o saldo do lucro líquido deduzido da reserva legal e dividendos, condicionada ao alcance de metas com critérios e indicadores previamente estabelecidos e aprovados pela Secretaria vinculada.

NOTA 17 - ADIANTAMENTOS PARA FUTURO AUMENTO DE CAPITAL (AFAC)

Referem-se aos recursos aportados pela União Federal e pelo Estado da Bahia, para aplicação em investimentos no ativo imobilizado, acrescido da atualização monetária com base na variação da taxa SELIC. Em 2019 não foram recebidos novos recursos para investimentos.

NOTA 18 - RECEITA BRUTA

A CODEBA teve em 2019 receitas brutas totais positivas em percentual de 13% com relação ao ano anterior, mesmo considerando as obras de manutenções ainda em curso no Porto de Aratu, unidade com maior relevância de movimentação. Tais acréscimos são reflexos diretos da revisão tarifária vigente desde janeiro de 2019 no percentual de 19,68%.

Abaixo listamos a composição das principais rubricas de receita bruta:

Serviços de exploração e administração de portos:	2019	2018
Infraestrutura terrestre	61.143	53.576
Infraestrutura marítima	57.138	46.617
Acostagem	5.784	4.858
Armazenagem	6.772	6.277
Equipamentos portuários	2.052	6.064
Diversos	5.100	4.649
	137.988	**122.042**
Alugueis e arrendamentos	**2019**	**2018**
Arrendamentos áreas cobertas	5.476	4.888
Arrendamentos áreas descobertas	16.794	14.926
	22.270	**19.814**
	—	—
TOTAL	**160.258**	**141.856**

(continua)

(continuação)

COMPANHIA DAS DOCAS DO ESTADO DA BAHIA (CODEBA)

Das receitas consolidadas anteriormente listadas, 56% são provenientes do Porto de Aratu, 40% do Porto de Salvador/Sede e 4% do Porto de Ilhéus, como demonstrado no quadro a abaixo:

	PORTO ARATU	PORTO SALVADOR	PORTO ILHEUS	TOTAL 2019	TOTAL 2018
Utilização de Infraestrutura	75.564	45.118	3.382	124.064	105.051
Serviços e Facilidades	3.630	2.824	4.435	10.889	14.011
Recuperação de despesas	1.651	431	33	2.115	2.205
Outras Receitas	628	281	11	920	774
Receita de Arrendamento	12.982	8.833	455	22.270	19.814
Total Receitas Operacionais	**94.455**	**57.488**	**8.316**	**160.258**	**141.856**
Cancelamentos e Restituições	(1.699)	(628)	(467)	(2.794)	(8.149)
Tributos sobre Receitas	(12.976)	(4.804)	(1.038)	(18.819)	(15.754)
Demais Receitas/ Abatimentos	**(14.675)**	**(5.432)**	**(1.505)**	**(21.613)**	**(23.903)**
Total de Receitas Líquidas	**79.780**	**52.055**	**6.811**	**138.646**	**117.953**

NOTA 19 - CUSTOS DOS SERVIÇOS

Os custos totais em 2019 representaram 57% do total da receita líquida, dentre os quais se destacam o custo de pessoal e encargos em 42% do grupo e dispêndios com serviços de manutenção e reparos em 31%. Estes últimos tiveram redução significativa com relação ao período anterior, tendo como principal fator o término diversos contratos pelo fim do período de vigência.

	2019	2018
Custos com Pessoal e encargos	27.516	26.220
Custos com Benefícios de pessoal	8.272	6.169
Custos com Depreciações	11.003	10.918
Custos com materiais	269	801
Custos com serviços de manutenção e reparos	23.669	27.525
Custos com serviços de terceiros	9.963	10.215
Outros custos	837	877
TOTAL	**81.529**	**82.725**

NOTA 20 – DESPESAS COM PESSOAL E OUTRAS RECEITAS E DESPESAS

A CODEBA tem como dispêndio de maior relevância os gastos incorridos com pessoal, que representou em 2019 50% das despesas totais. Dessas despesas, 56% estão relacionadas a verbas salariais, 21% com encargos e outros 23% relacionados a benefícios concedidos a empregados, como pagamentos de plano de saúde. Já a rubrica de "outras despesas e receitas", que representam 3% do total do grupo, estão relacionadas a eventos diversos, tais como reconhecimento e reversões de indenizações de judiciais, perdas estimadas em créditos de clientes, publicações, dentre outros. A principal justificativa para a redução em 2019 foi a na rubrica de perdas estimadas em créditos de clientes que variou para menos em R$ 5,1 milhões.

NOTA 21 - RESULTADO FINANCEIRO

O resultado líquido financeiro acumulado em 2019 demonstra variação positiva de 21% com relação ao mesmo período do ano anterior, resultado do aumento substancial do saldo de aplicações financeiras proveniente do incremento de receitas pelo reajuste tarifário. Os rendimentos são aplicados em fundo de renda fixa extra mercado do Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal, atrelados a rendimentos de Títulos do Tesouro e Certificados de Depósitos Bancários.

NOTA 22 – IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A CODEBA apurou imposto de renda e contribuição social por balancetes de suspensão/redução, reconhecendo lucro fiscal que resultou em despesas de R$ 2,6 milhões de Imposto de Renda e R$ 958 mil de Contribuição Social. O lucro líquido do período residual, no montante de R$ 12,9 milhões, representou uma margem líquida de 9,3% com relação à receita operacional do período, bem superior ao mesmo período de 2018 com margem negativa de 10%. As alíquotas aplicadas foram de 15% mais o adicional de 10% para IRPJ e 9% para CSLL.

NOTA 23 - INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Companhia não identificou diferenças significativas entre os valores de mercado dos instrumentos financeiros e os valores apresentados nas demonstrações financeiras. Os instrumentos financeiros estão representados, substancialmente, pelas disponibilidades, contas a receber de clientes, outros créditos, fornecedores e outras contas a pagar. A Companhia também não possui instrumentos financeiros derivativos.

NOTA 24 – ARRENDAMENTO – RECEITAS DIFERIDAS

Em 2 de setembro de 2010, foi assinado o primeiro termo aditivo ao contrato 12/2000 com a empresa TECON, referente ao arrendamento e exploração de terminal de container, gerando adiantamento no valor de R$ 25.000.000 a ser amortizado pelo prazo restante do contrato, 15 anos. A posição referente ao exercício de 2019 segue no quadro a seguir:

	31/12/2019	31/12/2018
Passivo Circulante	1.667	1.667
Passivo Não Circulante	7.917	9.583
TOTAL	**9.583**	**11.250**

NOTA 25 - COBERTURA DE SEGUROS

A Companhia mantem seguro para determinados bens do ativo imobilizado, bem como para responsabilidade civil e seguro de vida em grupo.

NOTA 26 – RESULTADO ANUAL

O resultado apresentado em 2019 pela companhia em R$ 12,4 milhões positivos tem como principais causas os seguintes pontos abaixo destacados:
1 – Aplicação do reajuste tarifário a partir de janeiro de 2019 em 19,68% nas receitas de infraestrutura, ocasionando impacto positivo nas receitas líquidas em 17,5% no período.
2 – Redução de gastos com contratos em geral, que impactaram de forma significativa no resultado do período, principalmente com a redução em contratos de manutenção e reparos (em 8,7%) e em 3,4% nos contratos de serviços e consumo em geral.
3 – Redução em 74% no reconhecimento de perdas estimadas em crédito de clientes com relação a 2018.
4 – Aumento de 6% de receitas financeiras no período, fruto do acréscimo de recursos em caixa gerado pelo reajuste de faturas.

NOTA 27 – PARTES RELACIONADAS

A Companhia possui Política de Transações com Partes Relacionadas, que tem o objetivo de estabelecer regras e critérios para as transações com partes relacionadas e os procedimentos a serem adotados diante de situações que possam envolver potencial conflito de interesses, em conformidade com a legislação aplicável, atendendo aos princípios éticos e morais que norteiam as atividades da companhia, sempre, com vistas ao interesse da Empresa, dos Acionistas e da Sociedade.

A companhia não possui relacionamento com entidade controladora, controlada ou coligada. São consideradas como Parte Relacionada à Codeba, além da União, as pessoas físicas e/ou jurídicas que:
I. Sejam controladas, direta ou indiretamente, ou coligadas à CODEBA, nos termos postos pela legislação aplicável;
II. Sejam controladas, direta ou indiretamente, pela União;
III. Em que a União possua influência significativa ou representante na administração;
IV. Exercem cargo de administração na Codeba;
V. Sejam, em relação a qualquer pessoa mencionada no inciso IV:
a) Cônjuge ou Companheiro;
b) Ascendente consanguíneo ou por afinidade;
c) Descendente consanguíneo ou por afinidade;
d) Parente até o 3º grau, consanguíneo ou por afinidade;
VI. Qualquer entidade que mantenha plano de benefícios pós-emprego aos empregados na Codeba.
O valor da despesa com honorários da Diretoria e Conselhos está apresentado abaixo:

	31/12/2019	31/12/2018
Honorários da Diretoria	969	1.202
Honorários Cons. Fiscal	114	104
Honorários Cons. Adm	248	156

NOTA 28 - EVENTOS SUBSEQUENTES

1 - No dia 03 de abril de 2020 o Conselho de Administração através da Deliberação CDA n°010 aprovou a proposta do PORTUS para o plano de equacionamento do PBP1, bem como a celebração de convênio de adesão e de termo de compromisso financeiro, condicionando a efetiva implementação à aprovação do novo plano de custeio do PORTUS em âmbito nacional. Com isso, a Companhia reconheceu o valor da dívida de R$ 69.582.463 (sessenta e nove milhões, quinhentos e oitenta e dois mil, quatrocentos e sessenta e três reais) a ser pago através de aporte inicial de 10% (dez por cento) no valor total de R$6.958.246 (seis milhões, novecentos e cinquenta e oito mil, duzentos e quarenta e seis reais) a ser pago à vista, bem como 180 parcelas mensais, corrigidas pelo INPC, sendo que o valor da parcela, na data de assinatura do Termo de Compromisso Financeiro, foi estabelecido em R$ R$485.726,00 (quatrocentos e oitenta e cinco mil, setecentos e vinte e seis reais), já considerado com juros atuariais de 4,81% aa – sendo que a primeira parcela será paga 30 (trinta) dias após a assinatura do referido Termo, além de contribuição extraordinária mensal de R$ 167.991,00 (cento e sessenta e sete mil, novecentos e noventa e um reais).
2 – Até o fechamento demonstrações financeiras, a Companhia tem monitorado os impactos nas suas atividades decorrentes da pandemia do COVID-19, buscando garantir o funcionamento seguro e integral das operações portuárias, essenciais para o abastecimento e distribuição comercial de mercadorias e da manutenção econômica federal. A Companhia tem elaborado medidas como normas específicas de prevenção aos riscos de infecção nesse novo contexto global, e segue acompanhando não apenas projeções de crescimento econômico interno e externo como as últimas evoluções de resultados parciais, que até o momento não apresentam impactos relevantes nos seus fluxos de caixa, exposição à preços de mercado ou valor justo e recuperável dos seus ativos, apesar das incertezas inerentes à situação atual.

Salvador (BA), 11 de setembro de 2020

Carlos Autran de Oliveira Amaral
Diretor-Presidente
CPF: 259.177.737-34

Jenner Augusto da Silveira Kruschewsky
Diretor de Gestão Adm. e Financeira
CPF: 904.606.775-00

André Luís Seda Valladão
Gerente de Recursos Financeiros

José Augusto Mariano de A. Carvalho
Contador – CRC: BA-023080/O-0

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Senhores Acionistas e Administradores da
COMPANHIA DAS DOCAS DO ESTADO DA BAHIA - CODEBA
Salvador/BA

OPINIÃO COM RESSALVAS

Examinamos as demonstrações financeiras da **Companhia das Docas do Estado da Bahia – CODEBA (Companhia)**, que compreendem o balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2019, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.
Em nossa opinião, exceto pelos efeitos dos assuntos descritos na seção a seguir intitulada "Base para opinião com ressalvas", as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Companhia das Docas do Estado da Bahia – CODEBA**, em 31 de dezembro de 2019, o desempenho das suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião com ressalvas

Ativo Imobilizado

Em 31 de dezembro de 2019, a CODEBA possui valor líquido registrado no seu ativo imobilizado de R$ 245.644 mil (R$ 255.337 mil em 2018) no qual não foi apresentado a nossa auditoria a avaliação da vida útil-econômica estimada dos bens para fins de cálculo da depreciação econômica. Adicionalmente, existem obras realizadas pela CODEBA que se encontram no estágio de canceladas ou paralisadas em que, na data base das informações financeiras, não foi feito a avaliação do montante a ser reconhecido como perda em virtude das evidências de impairment de obras descontinuadas (construção Quebra-Mar Porto de Salvador). Consequentemente, não estamos em condições de emitir opinião sobre os possíveis efeitos que a avaliação da vida útil e desgaste físico e econômico dos bens possam ocasionar nos saldos apresentados no ativo imobilizado e em seu resultado, bem como o ativo imobilizado e o resultado se encontra a maior em R$ 9.841 mil decorrente das obras descontinuadas.

Plano de Benefícios Portus e Avaliação Atuarial

Conforme nota explicativa nº 15, a CODEBA é patrocinadora do plano de suplementação à aposentadoria e outros benefícios de risco aos funcionários que fizeram adesão até 11 de maio de 2010, por meio do PORTUS – Instituto de Seguridade Social. O plano de benefícios PBP1 aderido pela Companhia é do tipo multi patrocinado (14 empresas) e estruturado na modalidade de benefício definido fechado a novas adesões. De acordo com nota explicativa nº 28 a Companhia reconhece o valor da dívida de R$ 69.582 mil por meio do plano de equacionamento de dívida através de deliberação do Conselho de Administração, entretanto, os valores não foram registrados no passivo em data-base de 31 de dezembro de 2019, consequentemente o passivo se encontra a menor e o patrimônio líquido a maior neste valor. Adicionalmente, a empresa especializada por realizar a avaliação atuarial apresentou relatório técnico no qual indica um passivo a ser reconhecido de R$ 129.180 mil no exercício findo em 31 de dezembro. Até a data deste relatório não nos foi apresentado composição acerca da divergência do passivo a ser reconhecido de R$ 69.582 mil divulgado na nota explicativa nº 28 e e R$ 129.180 mil apresentando no lauto atuarial.

Depósitos Judiciais

A CODEBA apresenta saldo de R$ 30.928 mil (R$ 31.693 mil em 2018) como saldo de ativo realizável a longo prazo, sendo em sua plenitude decorrente de depósitos e bloqueios judiciais, apresentado em nota explicativa nº 14. Entretanto, na data de 31 de dezembro de 2019, através de procedimento de circularização, o saldo informado pela assessoria jurídica em aberto de depósito/bloqueio judicial monta em R$ 4.295. Através de procedimentos alternativos, é possível observar que processos que integram a composição do saldo do ativo já foram finalizados e que valores foram pagos aos demandantes, caracterizando uma perda não reconhecida. Consequentemente o ativo e o patrimônio líquido podem estar apresentados a maior em R$ 26.637 mil.
Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalvas.

Ênfase COVID-19

Conforme nota explicativa nº 28, chamamos atenção para a divulgação dos impactos e os efeitos decorrentes da pandemia do COVID-19 nas operações portuárias e na cadeia de abastecimento e distribuição comercial de mercadorias e da manutenção das atividades. A CODEBA tem elaborado ações de prevenção aos riscos de infecção e realizado análises de projeção de crescimento econômico. Apesar da Companhia ter estimado a ausência de impactos relevantes em seus fluxos de caixa, destacamos que os impactos econômicos e financeiros estão inseridos em um ambiente de incertezas relevantes, e as demonstrações contábeis devem ser lidas nesse contexto. A nossa opinião não contém modificação em relação a esse assunto.

Outros Assuntos

Demonstrações do valor adicionado

A demonstração do Valor Adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião com ressalvas, avaliamos se essa demonstração está reconciliada com as demonstrações e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos do Pronunciamento Técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, exceto pelos efeitos dos assuntos mencionados no parágrafo "Base para opinião com ressalvas", essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente preparada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Reemissão do relatório dos auditores independentes

Em 24 de abril de 2020, emitimos originalmente nosso relatório de auditoria sobre as demonstrações financeiras, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019 da Companhia Docas da Bahia – CODEBA, com modificação em relação aos seguintes assuntos: ativo imobilizado sem controle e acompanhamento da vida útil econômica dos bens; avaliação do passivo atuarial da PORTUS e ausência de reconhecimento contábil conforme CPC 33 (R1) que trata sobre Plano de Benefícios a Empregados; e depósitos judiciais superavaliados. Ocorreu que após a emissão do nosso relatório, a Assembleia Geral Ordinária realizada em 31 de julho de 2020, através do Ofício SEI nº 169039/2020/ME, deliberou sobre a alteração da destinação da PLR e seus efeitos no patrimônio líquido da Companhia, bem como melhor detalhamento da nota explicativa nº 16 e nº 26. Neste sentido, revisamos os valores reapresentados, bem como as demonstrações financeiras, e exceto pelos assuntos já mencionados no parágrafo de "base para opinião com ressalvas", não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que os ajustes, bem como a divulgação das demonstrações contábeis, não estejam sendo apropriadamente divulgadas, em todos os aspectos relevantes.

Auditoria dos saldos comparativos

As demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, apresentadas para fins comparativos, foram examinadas por outros auditores independentes, cujo relatório foi emitido em 27 de fevereiro de 2019 e reemitido em 22 de março de 2019, contendo modificações em relação ao ativo imobilizado e sobre Provisão para Déficit Atuarial do Plano de Benefícios PORTUS 1.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.
Nossa opinião com ressalva sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressaremos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.
Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade, é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.
Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.
Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.
Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:
• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião com ressalvas. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
• Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
• Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório.
Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Natal/RN, 23 de outubro de 2020.
EMERSON AUDITORES E CONSULTORES S/S
Auditores Independentes
CRC/RN 547/O-8 "S" BA

José Diego Braz da Silva
Contador
CRC/RN 10575/O-9 "S" BA

Felipe da Silva Moreira
Contador
CRC/RN 10940/O-5 "S" BA

PARECER DO CONSELHO FISCAL

PARECER Nº 002/2020 – CFI
O CONSELHO FISCAL DA COMPANHIA DAS DOCAS DO ESTADO DA BAHIA – CODEBA, em sua 525ª reunião extraordinária realizada nesta data, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 84, incisos "II", "III" e "IV", do Estatuto Social da Companhia, examinou o Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Contábeis, relativos ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019, ajustados de acordo com as orientações da STN, o Parecer da Auditoria Interna de 11 de novembro de 2020, o Parecer do Comitê de Auditoria Estatutário da CODEBA, de 09 de novembro de 2020, Deliberações CDA nº 38 e nº 39 de 2020 do Conselho de Administração à vista do Parecer dos Auditores Independentes – EMERSON AUDITORES E CONSULTORES S/S, de 23 de outubro de 2020, que apresentou as ressalvas relacionadas ao:
Ativo Imobilizado: ausência da avaliação da vida útil econômica estimada dos bens para fins de cálculo de depreciação econômica e da avaliação do montante a ser reconhecido como perda em virtude das evidências de impairment das obras descontinuadas;
Plano de Benefícios PORTUS e Avaliação Atuarial: reconhecimento do valor da dívida de R$ 69.582.000,00 e não realização do registro no passivo em data-base de 31 de dezembro de 2019. Indicação de um passivo a ser reconhecido de R$ 129.180.000,00 no exercício findo em 31 de dezembro pelo relatório de avaliação atuarial;
Depósitos Judiciais: saldo de depósitos e bloqueios judiciais não conciliado com o informado pela área jurídica e, portanto, com o ativo realizável a longo prazo registrado a maior.
Tomou, ainda, conhecimento da seguinte proposição a ser encaminhada à deliberação da Assembleia Geral de Acionistas: Proposta de Destinação do Resultado do Exercício de 2019 acompanhada do orçamento de capital, com os ajustes determinados.
Registra ainda o Conselho Fiscal que tomou conhecimento:
Dos ajustes no registro da participação dos empregados no resultado do exercício e expurgo dos efeitos da destinação do resultado no BP e na DMPL, conforme orientação da STN e da Ata da Assembleia Geral, realizada em 31 de julho de 2020;
Nota Técnica GRF nº 16, de 12/11/2020, que apresentou a correção da apuração e distribuição do resultado do exercício de 2019, realizada conforme a seguir:

	Lançamento Anterior	Lançamento após AGO	Diferença
Lucro líq. do período:	R$ 12.923.447,08	R$ 12.358.046,27	R$ 565.400,81
Reserva legal	R$ 646.172,35	R$ 617.902,31	R$ 28.270,04
Dividendos	R$ 3.230.861,77	R$ 3.230.861,77	–
Partic. empregados:	R$ 565.400,81	R$ 565.400,81	–
Reserva de lucros	R$ 8.481.012,15	R$ 8.509.282,19	-R$ 28.270,04

O Conselho Fiscal da CODEBA, por unanimidade, opina que os referidos documentos societários refletem adequadamente a situação patrimonial, financeira e de gestão da CODEBA. Outrossim, recomenda que sejam observadas e sanadas as ressalvas apontadas no Relatório de Auditoria Independente no exercício de 2020.
Adicionalmente, manifesta-se favorável à submissão da Proposta atualizada de Destinação do Resultado do Exercício de 2019 – Deliberação CDA nº 039, de 13 de novembro de 2020, à Assembleia Geral dos Acionistas, na forma apresentada pelo Conselho de Administração.

Salvador, 13 de novembro de 2020.
TIAGO SBARDELOTTO
Presidente

LINDIMAR FERNANDES VIEIRA
Conselheira

FERNANDO ANDRE COELHO MITKIEWICZ
Conselheiro

PARECER DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

DELIBERAÇÃO CDA N. º 038, 13 de novembro de 2020.
MANIFESTAÇÃO SOBRE O BALANÇO E OUTRAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS ENCERRADAS EM 31/12/2019.
O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA DAS DOCAS DO ESTADO DA BAHIA – CDA/CODEBA, em sua 551ª Reunião (Extraordinária), realizada nesta data, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 54, inciso XLV, do Estatuto Social da Companhia, considerando a manifestação da Diretoria Executiva, por meio da Deliberação DEX Nº 017, de 10 de novembro de 2020,
Considerando a aprovação do Balanço e demais Demonstrações Contábeis pela Assembleia Geral de Acionistas, em reunião realizada no dia 31 de julho de 2020, condicionada ao ajuste do resultado do exercício pelo registro da participação dos empregados e expurgo dos efeitos da destinação do resultado no BP e na DMPL, conforme orientação da STN,
D E L I B E R A:
Manifestar-se pela aprovação do Balanço e Outras Demonstrações Financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2019, ajustados de acordo com as orientações da STN, e apresentados pela Diretoria Executiva, com base nos Pareceres da Auditoria Externa, da Auditoria Interna e do COAUD, encaminhando os referidos documentos para a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional – PGFN, com vistas à apreciação na Assembleia Geral de Acionistas, em sua próxima reunião, com a recomendação de sua aprovação final com as seguintes ressalvas:
a) Ressalva acerca dos critérios de avaliação e de reconhecimento do Ativo Imobilizado: O Conselho de Administração reconhece a ressalva apontada pela Emerson Auditores e Consultores - Auditores Independentes, e sobre o assunto, recomenda avaliação da vida útil-econômica estimada dos bens, para fins de cálculo da depreciação econômica, e a avaliação do montante a ser reconhecido como perda, em virtude das evidências de impairment de obras descontinuadas;
b) Ressalva sobre provisão para déficit atuarial do Plano de Benefícios Portus: A Auditoria Independente apontou divergência entre o valor reconhecido pela Companhia e o passivo apresentado no Relatório Técnico emitido pela empresa especializada responsável por realizar a avaliação atuarial. O Conselho entende que o processo para aprovação dos parâmetros para o novo plano de custeio do Portus encontra-se em discussão na data de encerramento do exercício de 2019 e que o devido registro contábil deverá ser realizado após a aprovação do Ministério da Economia; e
c) Ressalva sobre Depósitos Judiciais: A Auditoria Independente apontou divergência entre o saldo de ativo realizável (decorrente de depósitos e bloqueio judiciais) registrado no Balanço e os valores informados pela área jurídica. O Conselho recomenda que a Companhia assegure o procedimento de conciliação mensal entre o Jurídico e a Contabilidade, a fim de garantir a atualização das informações.

OTTO LUIZ BURLIER DA SILVEIRA FILHO
Presidente

CARLOS VINICIUS BRITO REIS
Membro

PEDRO JOSÉ GALVÃO NONATO ALVES
Membro

MARCONI ANDRAOS OLIVEIRA
Membro

TÂNIA REGINA GOMES SANTOS
Membro

Ministério da Justiça e Segurança Pública

POLÍCIA FEDERAL
DIRETORIA EXECUTIVA
COORDENAÇÃO-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS

ALVARÁ Nº 6.976, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2020

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2020/80388 - DELESP/DREX/SR/PF/SP, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à EMPRESA INTERSEPT SEGURANÇA LTDA, CNPJ nº 08.282.615/0003-21, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar em São Paulo, com Certificado de Segurança nº 2720/2020, expedido pelo DREX/SR/PF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 6.977, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2020

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2020/81062 - DELESP/DREX/SR/PF/MS, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa FORTWEST SEGURANÇA LTDA, CNPJ nº 29.982.660/0001-05, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar no Mato Grosso do Sul, com Certificado de Segurança nº 2727/2020, expedido pelo DREX/SR/PF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 6.986, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2020

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2020/49505 - DELESP/DREX/SR/PF/PA, resolve:

CONCEDER autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data da publicação deste Alvará no D.O.U., à empresa INSTITUICAO ADVENTISTA DE EDUCACAO E ASSISTENCIA SOCIAL NORTE BRASILEIRA, CNPJ nº 83.367.326/0105-75, para atuar no Pará.

GUILHERME LOPES MADDARENA
Substituto

ALVARÁ Nº 6.987, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2020

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2020/74806 - DELESP/DREX/SR/PF/SP, resolve:

CONCEDER autorização à empresa PROVIG FORMAÇÃO DE PROFISSIONAIS DE SEGURANÇA, CNPJ nº 57.276.206/0001-66, sediada em São Paulo, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

100000 (cem mil) Espoletas calibre 38

30000 (trinta mil) Gramas de pólvora

100000 (cem mil) Projéteis calibre 38

VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

GUILHERME LOPES MADDARENA
Substituto

ALVARÁ Nº 6.988, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2020

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2020/74945 - DELESP/DREX/SR/PF/MG, resolve:

CONCEDER autorização à empresa GOIASFORTE VIGILANCIA E SEGURANCA LTDA, CNPJ nº 00.283.018/0002-29, sediada em Minas Gerais, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

4 (quatro) Pistolas calibre .380

1064 (uma mil e sessenta e quatro) Munições calibre 38

180 (cento e oitenta) Munições calibre .380

VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

GUILHERME LOPES MADDARENA
Substituto

ALVARÁ Nº 6.989, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2020

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2020/78301 - DELESP/DREX/SR/PF/RJ, resolve:

CONCEDER autorização à empresa ANZEN SEGURANÇA PATRIMONIAL LTDA, CNPJ nº 06.281.961/0001-06, sediada no Rio de Janeiro, para adquirir:

Da empresa cedente ARION VIGILANCIA E SEGURANCA LTDA - ME, CNPJ nº 23.446.572/0001-02:

7 (sete) Espingardas calibre 12

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

109 (cento e nove) Munições calibre 12

VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

GUILHERME LOPES MADDARENA
Substituto

ALVARÁ Nº 6.990, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2020

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2020/78511 - DPF/CAS/SP, resolve:

CONCEDER autorização à empresa TELSEG VIGILANCIA E SEGURANÇA EIRELI, CNPJ nº 14.281.437/0001-55, sediada em São Paulo, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

5 (cinco) Revólveres calibre 38

90 (noventa) Munições calibre 38

VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

GUILHERME LOPES MADDARENA
Substituto

ALVARÁ Nº 6.991, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2020

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2020/78892 - DELESP/DREX/SR/PF/SP, resolve:

CONCEDER autorização à empresa AMIXXAM VIGILÂNCIA E SEGURANÇA PRIVADA EIRELI - EPP, CNPJ nº 12.423.761/0001-35, sediada em São Paulo, para adquirir:

Da empresa cedente TARTALIA SEGURANÇA E VIGILÂNCIA EIRELI, CNPJ nº 11.898.403/0001-16:

10 (dez) Espingardas calibre 12

Da empresa cedente GP - GUARDA PATRIMONIAL DE SÃO PAULO LTDA, CNPJ nº 50.087.022/0005-32:

26 (vinte e seis) Revólveres calibre 38

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

210 (duzentas e dez) Munições calibre 12

387 (trezentas e oitenta e sete) Munições calibre 38

VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

GUILHERME LOPES MADDARENA
Substituto

ALVARÁ Nº 6.992, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2020

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2020/80561 - DPF/CAS/SP, resolve:

CONCEDER autorização à empresa CAMPSEG VIGILÂNCIA E SEGURANÇA PATRIMONIAL LTDA, CNPJ nº 07.621.445/0001-38, sediada em São Paulo, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

22 (vinte e dois) Revólveres calibre 38

VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

GUILHERME LOPES MADDARENA
Substituto

ALVARÁ Nº 6.993, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2020

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2020/81184 - DPF/LDA/PR, resolve:

CONCEDER autorização à empresa JULIANI SEGURANCA PATRIMONIAL LTDA, CNPJ nº 35.822.792/0001-64, sediada no Paraná, para adquirir:

Da empresa cedente GP - GUARDA PATRIMONIAL DE SÃO PAULO LTDA, CNPJ nº 50.087.022/0001-09:

10 (dez) Revólveres calibre 38

Da empresa cedente GP - GUARDA PATRIMONIAL DE SÃO PAULO LTDA, CNPJ nº 50.087.022/0001-09:

120 (cento e vinte) Munições calibre 38

VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

GUILHERME LOPES MADDARENA
Substituto

ALVARÁ Nº 6.994, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2020

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2020/81533 - DPF/SJE/SP, resolve:

CONCEDER autorização à empresa GODOY & ARAUJO SEGURANÇA PATRIMONIAL EIRELI, CNPJ nº 17.216.739/0001-38, sediada em São Paulo, para adquirir:

Da empresa cedente GP - GUARDA PATRIMONIAL DE SÃO PAULO LTDA, CNPJ nº 50.087.022/0005-32:

3 (três) Revólveres calibre 38

VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

GUILHERME LOPES MADDARENA
Substituto

ALVARÁ Nº 6.995, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2020

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2020/81690 - DELESP/DREX/SR/PF/SP, resolve:

CONCEDER autorização à empresa MERITO SEGURANÇA E VIGILÂNCIA PATRIMONIAL EIRELI-EPP, CNPJ nº 13.014.370/0001-20, sediada em São Paulo, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

1000 (uma mil) Munições calibre 38

VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

GUILHERME LOPES MADDARENA
Substituto

ALVARÁ Nº 6.996, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2020

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2020/82462 - DELESP/DREX/SR/PF/RS, resolve:

CONCEDER autorização à empresa ABC ESCOLA DE FORMAÇÃO DE VIGILANTES LTDA, CNPJ nº 91.338.731/0001-05, sediada no Rio Grande do Sul, para adquirir:

Da empresa cedente CTTE SEGURANÇA PRIVADA LTDA, CNPJ nº 07.270.818/0001-73:

21 (vinte e um) Revólveres calibre 38

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

1132 (uma mil e cento e trinta e duas) Espoletas calibre .380

1020 (um mil e vinte) Gramas de pólvora

1132 (um mil e cento e trinta e dois) Projéteis calibre .380

552 (quinhentas e cinquenta e duas) Buchas calibre 12

20 (vinte) Quilos de chumbo calibre 12

552 (quinhentas e cinquenta e duas) Espoletas calibre 12

552 (quinhentos e cinquenta e dois) Estojos espoletados calibre 12

VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

GUILHERME LOPES MADDARENA
Substituto

ALVARÁ Nº 6.997, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2020

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2020/82712 - DELESP/DREX/SR/PF/SP, resolve:

CONCEDER autorização à empresa CONEXÃO - CURSO DE FORMAÇÃO DE VIGILANTES EIRELI, CNPJ nº 23.123.751/0001-09, sediada em São Paulo, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

5000 (cinco mil) Munições calibre .380

3964 (três mil e novecentas e sessenta e quatro) Munições calibre 12

10000 (dez mil) Munições calibre 38

60000 (sessenta mil) Espoletas calibre 38

30000 (trinta mil) Estojos calibre 38

17634 (dezessete mil e seiscentos e trinta e quatro) Gramas de pólvora

60000 (sessenta mil) Projéteis calibre 38

15748 (quinze mil e setecentas e quarenta e oito) Espoletas calibre .380

7000 (sete mil) Estojos calibre .380

15048 (quinze mil e quarenta e oito) Projéteis calibre .380

VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

GUILHERME LOPES MADDARENA
Substituto

ALVARÁ Nº 6.998, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2020

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2020/82811 - DELESP/DREX/SR/PF/RJ, resolve:

CONCEDER autorização à empresa ESCOLA ISRAELENSE DE FORMAÇÃO DE VIGILANTES LTDA ME, CNPJ nº 17.168.228/0003-50, sediada no Rio de Janeiro, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

1 (uma) Espingarda calibre 12

1 (uma) Pistola calibre .380

2 (dois) Revólveres calibre 38

2000 (duas mil) Munições calibre 38

44952 (quarenta e quatro mil e novecentas e cinquenta e duas) Espoletas calibre 38

11829 (onze mil e oitocentos e vinte e nove) Gramas de pólvora

44952 (quarenta e quatro mil e novecentos e cinquenta e dois) Projéteis calibre 38

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

1 (uma) Máquina de recarga calibre 38, 380

VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

GUILHERME LOPES MADDARENA
Substituto

ALVARÁ Nº 6.999, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2020

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2020/82924 - DPF/CRU/PE, resolve:

CONCEDER autorização à empresa SHOP DO ATIRADOR LTDA, CNPJ nº 41.066.515/0001-71, sediada em Pernambuco, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

2 (dois) Revólveres calibre 38

36 (trinta e seis) Munições calibre 38

VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

GUILHERME LOPES MADDARENA
Substituto

ALVARÁ Nº 7.000, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2020

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2020/83355 - DELESP/DREX/SR/PF/SP, resolve:

CONCEDER autorização à empresa GRABER SISTEMAS DE SEGURANÇA LTDA., CNPJ nº 87.169.900/0001-45, sediada em São Paulo, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

3 (três) Armas de choque elétrico de lançamento de dardos energizados

VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

GUILHERME LOPES MADDARENA
Substituto

ALVARÁ Nº 7.001, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2020

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2020/83601 - DELESP/DREX/SR/PF/PR, resolve:

CONCEDER autorização à empresa LINCE SEGURANÇA PATRIMONIAL LTDA - ME, CNPJ nº 10.364.152/0003-99, sediada no Paraná, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

6 (seis) Revólveres calibre 38

252 (duzentas e cinquenta e duas) Munições calibre 38

96 (noventa e seis) Munições calibre .380

VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

GUILHERME LOPES MADDARENA
Substituto

ALVARÁ Nº 7.002, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2020

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2020/84406 - DPF/PFO/RS, resolve:

CONCEDER autorização à empresa EPAVI - ESCOLA PARA VIGILANTES LTDA, CNPJ nº 20.617.476/0001-83, sediada no Rio Grande do Sul, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

6 (seis) Revólveres calibre 38

42000 (quarenta e duas mil) Munições calibre 38

VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

GUILHERME LOPES MADDARENA
Substituto

ALVARÁ Nº 7.003, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2020

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2020/84931 - DELESP/DREX/SR/PF/PA, resolve:

CONCEDER autorização à empresa PBS - PARÁ BRASIL SEGURANÇA ESPECIALIZADA LTDA ME , CNPJ nº 11.493.735/0001-10, sediada no Pará, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

45 (quarenta e cinco) Munições calibre .380

50 (cinquenta) Munições calibre 12

200 (duzentas) Munições calibre 38

VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

GUILHERME LOPES MADDARENA
Substituto

ALVARÁ Nº 7.004, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2020

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2020/84951 - DELESP/DREX/SR/PF/CE, resolve:

CONCEDER autorização à empresa MR.GUN CENTRO DE FORMAÇÃO E APERFEICOAMENTO DE VIGILANTES EIRELI - ME, CNPJ nº 03.485.700/0001-01, sediada no Ceará, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

21752 (vinte e uma mil e setecentas e cinquenta e duas) Munições calibre 38

2372 (duas mil e trezentas e setenta e duas) Munições calibre 12

23416 (vinte e três mil e quatrocentas e dezesseis) Espoletas calibre 38

7057 (sete mil e cinquenta e sete) Gramas de pólvora

25416 (vinte e cinco mil e quatrocentos e dezesseis) Projéteis calibre 38

5670 (cinco mil e seiscentas e setenta) Espoletas calibre .380

5195 (cinco mil e cento e noventa e cinco) Projéteis calibre .380

VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

GUILHERME LOPES MADDARENA
Substituto

ALVARÁ Nº 7.005, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2020

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2020/84988 - DELESP/DREX/SR/PF/MS, resolve:

CONCEDER autorização à empresa ESCOLA DE FORMACAO DE VIGILANTES DEFENDI LTDA, CNPJ nº 01.997.012/0002-86, sediada no Mato Grosso do Sul, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

5000 (cinco mil) Munições calibre .380

3000 (três mil) Munições calibre 12

5000 (cinco mil) Munições calibre 38

30000 (trinta mil) Espoletas calibre 38

10000 (dez mil) Gramas de pólvora

30000 (trinta mil) Projéteis calibre 38

10000 (dez mil) Espoletas calibre .380

10000 (dez mil) Projéteis calibre .380

VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

GUILHERME LOPES MADDARENA
Substituto

ALVARÁ Nº 7.006, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2020

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2020/85091 - DPF/ARU/SP, resolve:

CONCEDER autorização à empresa CENTERFORT SEGURANÇA E PROTEÇÃO LTDA, CNPJ nº 59.759.241/0001-61, sediada em São Paulo, para adquirir:

Da empresa cedente ESQUADRA TRANSPORTE DE VALORES & SEGURANÇA LTDA, CNPJ nº 07.705.117/0001-10:

10 (dez) Revólveres calibre 38

Da empresa cedente ESQUADRA TRANSPORTE DE VALORES & SEGURANÇA LTDA, CNPJ nº 07.705.117/0001-10:

38 (trinta e oito) Munições calibre 38

VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

GUILHERME LOPES MADDARENA
Substituto

ALVARÁ Nº 7.007, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2020

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2020/85354 - DPF/TLS/MS, resolve:

CONCEDER autorização à empresa BRINK'S SEGURANÇA E TRANSPORTE DE VALORES LTDA., CNPJ nº 60.860.087/0146-63, sediada no Mato Grosso do Sul, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

659 (seiscentas e cinquenta e nove) Munições calibre 38

240 (duzentas e quarenta) Munições calibre 12

VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

GUILHERME LOPES MADDARENA
Substituto

ALVARÁ Nº 7.008, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2020

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2020/85755 - DELESP/DREX/SR/PF/SP, resolve:

CONCEDER autorização à empresa UZIL CENTRO DE TREINAMENTO E FORMAÇÃO DE VIGILANTES - EIRELI, CNPJ nº 03.068.922/0001-29, sediada em São Paulo, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

5000 (cinco mil) Munições calibre 12

120000 (cento e vinte mil) Espoletas calibre 38

3000 (três mil) Estojos calibre 38

25000 (vinte e cinco mil) Gramas de pólvora

120000 (cento e vinte mil) Projéteis calibre 38

15000 (quinze mil) Espoletas calibre .380

1000 (um mil) Estojos calibre .380

15000 (quinze mil) Projéteis calibre .380

VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

GUILHERME LOPES MADDARENA
Substituto

ALVARÁ Nº 7.009, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2020

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2020/85784 - DPF/LDA/PR, resolve:

CONCEDER autorização à empresa CROPFERT INDUSTRIA DE FERTILIZANTES E AGROQUIMICOS LTDA, CNPJ nº 18.373.437/0002-17, sediada no Paraná, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

1 (um) Revólver calibre 38

18 (dezoito) Munições calibre 38

VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

GUILHERME LOPES MADDARENA
Substituto

ALVARÁ Nº 7.010, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2020

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2020/86373 - DELESP/DREX/SR/PF/AM, resolve:

CONCEDER autorização à empresa CLA VIGILANCIA PRIVADA LTDA, CNPJ nº 26.535.662/0004-00, sediada no Amazonas, para adquirir:

Da empresa cedente OCIDENTAL SEGURANÇA PATRIMONIAL E SERVIÇOS EIRELI, CNPJ nº 10.363.432/0001-10:

10 (dez) Revólveres calibre 38

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

150 (cento e cinquenta) Munições calibre 38

VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

GUILHERME LOPES MADDARENA
Substituto

SECRETARIA NACIONAL DE JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE MIGRAÇÕES
COORDENAÇÃO-GERAL DE IMIGRAÇÃO LABORAL

DESPACHOS DE 8 DE DEZEMBRO DE 2020

O Coordenador-Geral de Imigração Laboral - Substituto, no uso de suas atribuições, e em consonância com as finalidades previstas no art. 7 da Portaria nº 340, de 30 de junho de 2020, deferiu os seguintes pedidos de autorização de residência, constantes dos ofícios ao MRE nº 0377/2020 de 03/12/2020, 0378/2020 de 03/12/2020, 0380/2020 de 04/12/2020, 0381/2020 de 07/12/2020 e 0382/2020 de 07/12/2020, respectivamente:

Residência Prévia - RN 02 - Resolução Normativa, de 08/12/2017

Processo: 47039016777202074 Requerente: CNODC BRASIL PETROLEO E GAS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: JIAN FENG Data Nascimento: 30/10/1989 Passaporte: PE2018132 País: CHINA Mãe: LANYING ZHANG Pai: ZHONGLIN FENG;

Processo: 47039016779202063 Requerente: CNODC BRASIL PETROLEO E GAS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: YUAN GUO Data Nascimento: 05/11/1986 Passaporte: PE1833765 País: CHINA Mãe: YONGLAN WANG Pai: JINGPING GUO;

Processo: 47039016787202018 Requerente: EXOTICA RESTAURANTE LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: HADY JAMAL NASSAR Data Nascimento: 22/04/1991 Passaporte: LR1764632 País: LÍBANO Mãe: IMAN NASSIF Pai: JAMAL;

Processo: 47039017841202034 Requerente: EPOS - EMPRESA PORTUGUESA DE OBRAS SUBTERRANEAS S.A. Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: Nelson Miguel Espada Sabino Data Nascimento: 29/01/1979 Passaporte: CB536715 País: PORTUGAL Mãe: Felícia Emília Vitória Espada Sabino Pai: Heduíno Lourenço Sabino;

Processo: 47039017857202047 Requerente: DUBAI PRESENTES LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: CHUNPING ZHENG Data Nascimento: 28/05/1978 Passaporte: G48769880 País: CHINA Mãe: JINDING FANG Pai: ZHAOYANG ZHENG;

Processo: 47039017959202062 Requerente: PROCTER & GAMBLE DO BRASIL LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: Jose Fernando Reyes Humara Data Nascimento: 19/03/1985 Passaporte: G38538411 País: MÉXICO Mãe: Maria De Lourdes Humara Torres Pai: Jorge Rolando Reyes Reyes;

Processo: 47039018076202070 Requerente: ESCOLA INTERNACIONAL SAINT FRANCIS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: Barrie John Mapp Data Nascimento: 16/07/1973 Passaporte: 521763227 País: GRÃ BRETANHA Mãe: Christine Lilian Mapp Pai: Roger Frank Mapp;

Processo: 47039018090202073 Requerente: SEPCO1 CONSTRUCOES DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: DENGSHENG LI Data Nascimento: 28/12/1972 Passaporte: EE 4135205 País: CHINA Mãe: MAOLING ZHOU Pai: FENGYU LI;

Processo: 47039018092202062 Requerente: LOCUS MARIOLOGICUS BR LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: DANIEL CERQUEIRA AFONSO Data Nascimento: 31/10/1985 Passaporte: P456012 País: PORTUGAL Mãe: OLIVIA DA COSTA CERQUEIRA AFONSO Pai: MANUEL FERNANDES AFONSO;

Processo: 47039018100202071 Requerente: HUAWEI GESTAO E SERVICOS DE TELECOMUNICACOES DO BRASIL LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: NA CHEN Data Nascimento: 07/01/1992 Passaporte: E43473049 País: CHINA Mãe: HUILAN HU Pai: ZAOGEN CHEN;

Processo: 47039018136202054 Requerente: CAOA CHERY AUTOMOVEIS LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: QIMING CHENG Data Nascimento: 13/05/1993 Passaporte: E64321023 País: CHINA Mãe: MEIHUA HUANG Pai: JIAN CHENG;

Processo: 47039018179202030 Requerente: ASSOCIACAO BRITANICA DE EDUCACAO Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: MARTINA DE STEFANO Data Nascimento: 06/05/1989 Passaporte: YA7475000 País: ITÁLIA Mãe: DANIELA CAMPOLO Pai: ROBERTO FRANCESCO SALVATORE DE STEFANO;

Processo: 47039018211202087 Requerente: B GROB DO BRASIL S A IND COM MAQS OPERAT E FERRAMENTAS Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: FRANK MADLEHNER Data Nascimento: 18/12/1992 Passaporte: CGN60TPLL País: ALEMANHA Mãe: MARGARETHA ANNA MADLEHNER Pai: ROBERT MADLEHNER;

Processo: 47039018298202092 Requerente: DIVERTI ENTRETENIMENTO E EVENTOS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: Asbjørn Ask Warming Mærsk-Møller Data Nascimento: 14/04/1992 Passaporte: 208213191 País: DINAMARCA Mãe: Elisabeth Warming Mærsk-Møller Pai: Stig Bjørn Kristensen Mærsk-Møller;

Processo: 47039018360202046 Requerente: HUAWEI GESTAO E SERVICOS DE TELECOMUNICACOES DO BRASIL LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: FEIYAN SUN Data Nascimento: 25/12/1984 Passaporte: E02877611 País: CHINA Mãe: GENGSHU WEI Pai: ZAOLIN SUN;

Processo: 47039018395202085 Requerente: PANASONIC DO BRASIL LIMITADA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: KOJI MOZUMI Data Nascimento: 28/09/1990 Passaporte: TK8271420 País: JAPÃO Mãe: YUMIKO MOZUMI Pai: HITOSHI MOZUMI;

Processo: 47039018423202064 Requerente: RED BULL DO BRASIL LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: Ariadna Gabriela Aguilar Huerta Data Nascimento: 19/09/1987 Passaporte: G18368018 País: MÉXICO Mãe: Nora Ariadna Huerta Reyes Pai: Jose Armando Aguilar Cajero;

Processo: 47039018435202099 Requerente: JOYSON SAFETY SYSTEMS BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: ULISES GERARDO DIAZ RAMIREZ Data Nascimento: 08/12/1979 Passaporte: G37307508 País: MÉXICO Mãe: Francisca Ramírez Escamilla Pai: Victoriano Díaz Ojeda;

Processo: 47039018436202033 Requerente: AQUACRUSTA MARINHA LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: MARTINE ANDRÉE EYROLLES Data Nascimento: 13/03/1955 Passaporte: 14DY65396 País: FRANÇA Mãe: BERTHE DROUIN Pai: ANDRÉ EYROLLES;

Processo: 47039018440202000 Requerente: COBRA BRASIL SERVICOS, COMUNICACOES E ENERGIA S.A. Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: MARTIN ARETA REGUERA Data Nascimento: 23/06/1970 Passaporte: PAB191875 País: ESPANHA Mãe: MARIA BEGONA REGUERA Pai: EDUARDO MARTIN ARETA; e

Processo: 47039018484202021 Requerente: VALLOUREC SOLUCOES TUBULARES DO BRASIL S.A. Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: Naoya Hirase Data Nascimento: 03/02/1978 Passaporte: TT1363596 País: JAPÃO Mãe: Reiko Hirase Pai: Hidenori Hirase.

Residência Prévia - RN 03 - Resolução Normativa, de 08/12/2017 (Artigo 2º)

Processo: 47039016586202011 Requerente: CAMERON TECNOLOGIA DE CONTROLE DE FLUXO LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: LOUIS HOWARD HARCLERODE Data Nascimento: 27/08/1964 Passaporte: 567039423 País: EUA;

Processo: 47039016795202056 Requerente: TECHNIP BRASIL - ENGENHARIA, INSTALACOES E APOIO MARITIMO LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: MONGKOL JAICHUEN Data Nascimento: 08/03/1980 Passaporte: AB4784583 País: TAILÂNDIA;

Processo: 47039016796202009 Requerente: TECHNIP BRASIL - ENGENHARIA, INSTALACOES E APOIO MARITIMO LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: NINARD JAMJAIHARN Data Nascimento: 08/08/1967 Passaporte: AC2021678 País: TAILÂNDIA;

Processo: 47039017101202006 Requerente: USINAS SIDERURGICAS DE MINAS GERAIS S/A. USIMINAS Prazo: até 31/03/2021 Imigrante: DANIEL EMMETT HUSKEY Data Nascimento: 11/03/1977 Passaporte: 474127039 País: EUA;

Processo: 47039017104202031 Requerente: USINAS SIDERURGICAS DE MINAS GERAIS S/A. USIMINAS Prazo: até 31/03/2021 Imigrante: GREGORY DWAYNE MAY Data Nascimento: 05/03/1983 Passaporte: 525660279 País: EUA;

Processo: 47039017108202010 Requerente: USINAS SIDERURGICAS DE MINAS GERAIS S/A. USIMINAS Prazo: até 31/03/2021 Imigrante: RONDO THOMAS MILLER Data Nascimento: 29/08/1970 Passaporte: 577988274 País: EUA;

Processo: 47039017116202066 Requerente: VALLOUREC SOLUCOES TUBULARES DO BRASIL S.A. Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: Christoph Johannes Kullen Data Nascimento: 25/01/1989 Passaporte: C9J6YX2NR País: ALEMANHA;

Processo: 47039017325202018 Requerente: ELETROBRAS TERMONUCLEAR S.A. - ELETRONUCLEAR Prazo: 12 Mês(es) Imigrante: DAVID LEE HECKSEL Data Nascimento: 04/01/1957 Passaporte: 580454190 País: EUA;

Processo: 47039017413202010 Requerente: MARLIM AZUL ENERGIA S.A. Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: TIMOTHY JOSEPH BRUGGEMAN Data Nascimento: 07/10/1960 Passaporte: 642459664 País: EUA;

Processo: 47039017660202016 Requerente: SWISS INTERNATIONAL AIR LINES AG Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: MATHIAS MOLZ Data Nascimento: 20/11/1977 Passaporte: CFLPTPKMX País: ALEMANHA;

Processo: 47039017689202090 Requerente: BENTELER COMPONENTES AUTOMOTIVOS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: PETR SLAVIK Data Nascimento: 19/03/1968 Passaporte: 46106963 País: REPÚBLICA TCHECA;

Processo: 47039017692202011 Requerente: BENTELER COMPONENTES AUTOMOTIVOS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: MICHAL KEBRT Data Nascimento: 08/02/1990 Passaporte: 43184311 País: REPÚBLICA TCHECA;

Processo: 47039017703202055 Requerente: KN ACU SERVICOS DE TERMINAL DE GNL LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: Lauras Mataitis Data Nascimento: 05/06/1980 Passaporte: 24015743 País: LITUÂNIA;

Processo: 47039017816202051 Requerente: PERENCO PETROLEO E GAS DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: SIMON ARNAUD PIERRE LESCURE Data Nascimento: 18/03/1990 Passaporte: 18FV01167 País: FRANÇA;

Processo: 47039017887202053 Requerente: NATIONAL OILWELL VARCO DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: Lars Erik Kokkersvold Nilsen Data Nascimento: 18/02/1988 Passaporte: 31116284 País: NORUEGA;

Processo: 47039017888202006 Requerente: NATIONAL OILWELL VARCO DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: Timothy John Wright Data Nascimento: 22/01/1981 Passaporte: 501564763 País: EUA;

Processo: 47039017892202066 Requerente: DONGWON BRASIL FABRICACAO DE AUTO PECAS LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: GEONWOO LEE Data Nascimento: 13/02/1992 Passaporte: M79592067 País: CORÉIA DO SUL;

Processo: 47039017894202055 Requerente: DONGWON BRASIL FABRICACAO DE AUTO PECAS LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: HYUNSUK LIM Data Nascimento: 26/03/1985 Passaporte: M82766672 País: CORÉIA DO SUL;

Processo: 47039017895202008 Requerente: DONGWON BRASIL FABRICACAO DE AUTO PECAS LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: JONGKI AHN Data Nascimento: 04/12/1984 Passaporte: M87215259 País: CORÉIA DO SUL;

Processo: 47039017896202044 Requerente: DONGWON BRASIL FABRICACAO DE AUTO PECAS LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: JUNOH PARK Data Nascimento: 03/01/1990 Passaporte: M46533132 País: CORÉIA DO SUL;

Processo: 47039017897202099 Requerente: DONGWON BRASIL FABRICACAO DE AUTO PECAS LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: KIHOON KWON Data Nascimento: 28/08/1991 Passaporte: M86711064 País: CORÉIA DO SUL;

Processo: 47039017898202033 Requerente: DONGWON BRASIL FABRICACAO DE AUTO PECAS LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: SUKHWAN KIM Data Nascimento: 20/10/1964 Passaporte: M39175069 País: CORÉIA DO SUL;

Processo: 47039017899202088 Requerente: DONGWON BRASIL FABRICACAO DE AUTO PECAS LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: TAEHYUNG JUN Data Nascimento: 27/07/1979 Passaporte: M35594280 País: CORÉIA DO SUL;

Processo: 47039017900202074 Requerente: DONGWON BRASIL FABRICACAO DE AUTO PECAS LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: WON HAN KIM Data Nascimento: 15/07/1973 Passaporte: M19506507 País: CORÉIA DO SUL;

Processo: 47039017902202063 Requerente: C-AUTOMATION BRAZIL EQUIPAMENTOS DE CONTROLE LTDA. Prazo: 12 Mês(es) Imigrante: Shawn Lael Pierce Data Nascimento: 21/09/1975 Passaporte: 527323230 País: EUA;

Processo: 47039017911202054 Requerente: UHLMANN TECNICA LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: Nico Andreas Schuch Data Nascimento: 12/12/1992 Passaporte: C9R35KYCW País: ALEMANHA;

Processo: 47039018095202004 Requerente: C-AUTOMATION BRAZIL EQUIPAMENTOS DE CONTROLE LTDA. Prazo: 12 Mês(es) Imigrante: Trenton James Smith Data Nascimento: 12/02/1990 Passaporte: 656467745 País: EUA;

Processo: 47039018143202056 Requerente: ABB AUTOMACAO LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: Santhosh Mugulavalli Mallikarjunappa Data Nascimento: 25/05/1986 Passaporte: U2944463 País: ÍNDIA;

Processo: 47039018144202009 Requerente: ABB AUTOMACAO LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: Ganesh Bharat Dole Data Nascimento: 05/02/1988 Passaporte: M3871165 País: ÍNDIA;

Processo: 47039018146202090 Requerente: ABB AUTOMACAO LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: Manjunath Basavaraj Sherikar Data Nascimento: 10/03/1981 Passaporte: Z2725444 País: ÍNDIA;

Processo: 47039018151202001 Requerente: EMBRAER S.A. Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: EMMA ELISABET LINDALV Data Nascimento: 13/12/1980 Passaporte: 95880175 País: SUÉCIA;

Processo: 47039018154202036 Requerente: EMBRAER S.A. Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: PIA MARIE-LOUISE DAUN Data Nascimento: 07/05/1962 Passaporte: 95738250 País: SUÉCIA;

Processo: 47039018156202025 Requerente: VERALLIA BRASIL S.A. Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: MANUEL GALICIA LARRUZ Data Nascimento: 15/05/1964 Passaporte: G36484562 País: MÉXICO;

Processo: 47039018157202070 Requerente: VERALLIA BRASIL S.A. Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: OSCAR GONZALEZ LOPEZ Data Nascimento: 09/04/1975 Passaporte: G18529273 País: MÉXICO;

Processo: 47039018215202065 Requerente: AET BRASIL SERVICOS STS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: Timothy Cooper Anderson Data Nascimento: 18/03/1962 Passaporte: 588681200 País: EUA;

Processo: 47039018204202085 Requerente: AMBEV S.A. Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: LI, LUMIN Data Nascimento: 24/09/1979 Passaporte: E83057386 País: CHINA;

Processo: 47039018205202020 Requerente: AMBEV S.A. Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: LIN, HUA Data Nascimento: 13/09/1999 Passaporte: EJ3977890 País: CHINA;

Processo: 47039018206202074 Requerente: AMBEV S.A. Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: SONG, JIANBO Data Nascimento: 13/02/1975 Passaporte: EJ4239026 País: CHINA;

Processo: 47039018236202081 Requerente: UNICHARM DO BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS DE HIGIENE LTDA., Prazo: 120 Dia(s) Imigrante: TAKATOSHI AKIYAMA Data Nascimento: 10/06/1990 Passaporte: TS2603050 País: JAPÃO;

Processo: 47039018237202025 Requerente: UNICHARM DO BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS DE HIGIENE LTDA., Prazo: 120 Dia(s) Imigrante: MITSUHIKO HIKIMOTO Data Nascimento: 23/05/1982 Passaporte: TR6232151 País: JAPÃO;

Processo: 47039018238202070 Requerente: UNICHARM DO BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS DE HIGIENE LTDA., Prazo: 120 Dia(s) Imigrante: NORIAKI ITO Data Nascimento: 25/05/1973 Passaporte: TS2689826 País: JAPÃO;

Processo: 47039018269202021 Requerente: COMPANHIA PETROQUIMICA DE PERNAMBUCO-PETROQUIMICASUAPE Prazo: até 01/09/2021 Imigrante: KRASIMIR MIHAYLOV SABCHEV Data Nascimento: 07/03/1985 Passaporte: C8RZ9W58F País: ALEMANHA Imigrante: MATTHIAS VOLKER GUNTER Data Nascimento: 26/04/1967 Passaporte: C8YL9YWHZ País: ALEMANHA Imigrante: WOLFGANG BERNHARD HAASS Data Nascimento: 13/07/1982 Passaporte: C8XFVGC48 País: ALEMANHA; e

Processo: 47039018276202022 Requerente: MODEC SERVICOS DE PETROLEO DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: LING SING HUAT Data Nascimento: 12/10/1982 Passaporte: A39144880 País: MALÁSIA.

Residência Prévia - RN 03 - Resolução Normativa, de 08/12/2017 (Artigo 4º, Caput)

Processo: 47039018434202044 Requerente: BAKER HUGHES DO BRASIL LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: James Euan Docherty Data Nascimento: 09/04/1970 Passaporte: 511389620 País: GRÃ BRETANHA;

Processo: 47039018591202050 Requerente: WARTSILA BRASIL LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: ALEKSANDER BARTOSZ NOWINSKI Data Nascimento: 02/12/1991 Passaporte: ER3267461 País: POLÔNIA;

Processo: 47039018690202031 Requerente: BAKER HUGHES DO BRASIL LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: Fredy Rodriguez Data Nascimento: 15/07/1983 Passaporte: 602121666 País: GUATEMALA;

Processo: 47039018740202081 Requerente: TEKSID DO BRASIL LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: Lorenzo De Bortoli Data Nascimento: 08/04/1989 Passaporte: YA6633649 País: ITÁLIA;

Processo: 47039018823202070 Requerente: DENSO DO BRASIL LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: KAISHOU WANG Data Nascimento: 14/02/1986 Passaporte: E21921903 País: CHINA; e

Processo: 47039018869202099 Requerente: INTERLIGACAO ELETRICA BIGUACU S.A Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: KWANG HWAN OH Data Nascimento: 13/01/1976 Passaporte: M15834256 País: CORÉIA.

Residência Prévia - RN 03 - Resolução Normativa, de 08/12/2017 (Artigo 4º, Parágrafo 1º)

Processo: 47039018614202026 Requerente: AMBEV S.A. Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: JUAN ELOY SOTELO FAJARDO Data Nascimento: 29/04/1989 Passaporte: G17726521 País: MÉXICO;

Processo: 47039018616202015 Requerente: AMBEV S.A. Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: IRVING MANUEL GUTIERREZ GARCIA Data Nascimento: 18/02/1983 Passaporte: G11580877 País: MÉXICO; e

Processo: 47039018698202006 Requerente: AMBEV S.A. Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: ELIAS BAHI ROBERT ART COHEN Data Nascimento: 06/05/1994 Passaporte: 19FV03926 País: FRANÇA.

Residência Prévia - RN 04 - Resolução Normativa, de 08/12/2017

Processo: 47039015803202047 Requerente: SEPCO1 CONSTRUCOES DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: SHAN JIANG Data Nascimento: 25/07/1992 Passaporte: PE 2093562 País: CHINA;

Processo: 47039016148202044 Requerente: ESTEYCO BRASIL LTDA Prazo: 12 Mês(es) Imigrante: PABLO JUAN GONZÁLEZ JUARISTI Data Nascimento: 27/09/1988 Passaporte: PAK590419 País: ESPANHA;

Processo: 47039017819202094 Requerente: SEPCO1 CONSTRUCOES DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: JIE HOU Data Nascimento: 12/08/1993 Passaporte: E 57438944 País: CHINA;

Processo: 47039018099202084 Requerente: HUAWEI SERVICOS DO BRASIL LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: JIAN ZHOU Data Nascimento: 12/09/1987 Passaporte: E00528789 País: CHINA;

Processo: 47039018218202007 Requerente: ASM SISTEMAS DE MONTAGEM LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: Marianno Anton Smith Data Nascimento: 01/10/1976 Passaporte: 568003321 País: EUA;

Processo: 47039018279202066 Requerente: HUAWEI SERVICOS DO BRASIL LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: ZHIXIANG PENG Data Nascimento: 25/06/1993 Passaporte: E75885790 País: CHINA;

Processo: 47039018361202091 Requerente: HUAWEI SERVICOS DO BRASIL LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: JIAWEI YUAN Data Nascimento: 09/05/1992 Passaporte: E95475961 País: CHINA;

Processo: 47039018512202019 Requerente: FENDERCARE SERVICOS MARINHOS DO BRASIL LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: Bennett Menezes Data Nascimento: 05/11/1969 Passaporte: 534803739 País: GRÃ BRETANHA; e

Processo: 47039018519202022 Requerente: TATA CONSULTANCY SERVICES DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: BIKRAM MANDAL Data Nascimento: 03/05/1990 Passaporte: N1252426 País: ÍNDIA.

Residência Prévia - RN 06 - Resolução Normativa, de 08/12/2017

Processo: 47039014367202099 Requerente: EGS BRASIL - SOLUCOES EM GEOCIENCIAS MARINHAS EIRELI Prazo: até 24/08/2021 Imigrante: Maurice Gérard Antoine Roland Pierru Data Nascimento: 17/11/1967 Passaporte: 18EH93340 País: FRANÇA Imigrante: PHILIPE YVON ALEXANDRE DENEU Data Nascimento: 14/10/1961 Passaporte: 16AK61274 País: FRANÇA Imigrante: RAPHAEL JOSE PIERRE LESERRE Data Nascimento: 19/11/1977 Passaporte: 18AA48915 País: FRANÇA Imigrante: Remi Christian Desire Tassart Data Nascimento: 01/01/1985 Passaporte: 12AF35263 País: FRANÇA Imigrante: YOHANN BERNARD GÉRARD BEUGNIET Data Nascimento: 16/07/1975 Passaporte: 12AI88390 País: FRANÇA;

Processo: 47039016388202049 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 03/05/2021 Imigrante: MACIEJ MIKOLAJ ZUCHNICKI Data Nascimento: 06/09/1985 Passaporte: EK6666406 País: POLÔNIA;

Processo: 47039017920202045 Requerente: SPECTRUM GEO DO BRASIL SERVICOS GEOFISICOS LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: JI LI Data Nascimento: 20/03/1990 Passaporte: PE1127904 País: CHINA Imigrante: JIANDONG LI Data Nascimento: 11/06/1982 Passaporte: PE0957816 País: CHINA Imigrante: JICONG YANG Data Nascimento: 26/09/1988 Passaporte: E30019792 País: CHINA Imigrante: JINKAI LIU Data Nascimento: 20/01/1984 Passaporte: PE1559525 País: CHINA Imigrante: JUNHAO TIAN Data Nascimento: 16/05/1994 Passaporte: E17364523 País: CHINA Imigrante: LIANG YAO Data Nascimento: 24/03/1981 Passaporte: PE1958254 País: CHINA Imigrante: LIYING YANG Data Nascimento: 16/06/1969 Passaporte: PE2070729 País: CHINA Imigrante: MENG LAN Data Nascimento: 15/10/1990 Passaporte: PE2028629 País: CHINA Imigrante: MIN ZHOU Data Nascimento: 07/06/1979 Passaporte: PE1881906 País: CHINA Imigrante: MINGQIN LIAN Data Nascimento: 26/03/1983 Passaporte: PE0791977 País: CHINA;

Processo: 47039017914202098 Requerente: CGG DO BRASIL PARTICIPACOES LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: Daniel Stuart Crookshanks Data Nascimento: 12/02/1968 Passaporte: 516021977 País: GRÃ BRETANHA;

Processo: 47039017926202012 Requerente: SPECTRUM GEO DO BRASIL SERVICOS GEOFISICOS LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: OLEXANDR TATSYUK Data Nascimento: 10/01/1983 Passaporte: FU803188 País: UCRÂNIA Imigrante: PEIQIANG SUN Data Nascimento: 09/02/1991 Passaporte: PE1652673 País: CHINA Imigrante: QIGANG XU Data Nascimento: 23/06/1976 Passaporte: E01292389 País: CHINA Imigrante: SHANGTONG BAI Data Nascimento: 29/09/1993 Passaporte: PE2016986 País: CHINA Imigrante: SHOUREN ZHU Data Nascimento: 15/09/1982 Passaporte: PE1715997 País: CHINA Imigrante: SHUWANG ZHANG Data Nascimento: 26/11/1980 Passaporte: PE02071780 País: CHINA Imigrante: TIANCHI ZHANG Data Nascimento: 06/11/1990 Passaporte: EJ2184323 País: CHINA Imigrante: TIANCHI ZHOU Data Nascimento: 16/01/1993 Passaporte: PE1137147 País: CHINA Imigrante: TIANJIANG LIU Data Nascimento: 13/05/1980 Passaporte: PE1022636 País: CHINA Imigrante: TIANZHE WANG Data Nascimento: 11/10/1982 Passaporte: PE1871393 País: CHINA;

Processo: 47039017928202010 Requerente: SPECTRUM GEO DO BRASIL SERVICOS GEOFISICOS LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: WAN YANG Data Nascimento: 17/02/1989 Passaporte: PE1294474 País: CHINA Imigrante: XIAODONG NI Data Nascimento: 27/06/1982 Passaporte: PE0956859 País: CHINA Imigrante: XIAOJIE CHEN Data Nascimento: 23/08/1963 Passaporte: EG6536477 País: CHINA Imigrante: XIAOSHUANG WAN Data Nascimento: 06/01/1992 Passaporte: PE2073188 País: CHINA Imigrante: XIAOYANG LIAO Data Nascimento: 19/08/1982 Passaporte: PE2034836 País: CHINA Imigrante: XIN LIU Data Nascimento: 14/03/1985 Passaporte: PE1962721 País: CHINA Imigrante: XINGXU SHEN Data Nascimento: 14/12/1993 Passaporte: PE1690968 País: CHINA Imigrante: XIXUE WANG Data Nascimento: 04/09/1992 Passaporte: E54379814 País: CHINA Imigrante: XUGUANG JIA Data Nascimento: 04/03/1971 Passaporte: PE1025681 País: CHINA Imigrante: YANG LIU Data Nascimento: 28/10/1997 Passaporte: EJ2716438 País: CHINA;

Processo: 47039017930202081 Requerente: SPECTRUM GEO DO BRASIL SERVICOS GEOFISICOS LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: YANZHENG CAO Data Nascimento: 14/05/1978 Passaporte: PE2094147 País: CHINA Imigrante: YAOWEI MA Data Nascimento: 03/05/1983 Passaporte: PE0960781 País: CHINA Imigrante: YI LI Data Nascimento: 08/10/1993 Passaporte: PE1728536 País: CHINA Imigrante: YI LIU Data Nascimento: 29/04/1982 Passaporte: PE1651853 País: CHINA Imigrante: YINGJIE ZHU Data Nascimento: 19/10/1966 Passaporte: PE0928151 País: CHINA Imigrante: YONG QI Data Nascimento: 28/06/1986 Passaporte: PE1749798 País: CHINA;

Processo: 47039017934202069 Requerente: SPECTRUM GEO DO BRASIL SERVICOS GEOFISICOS LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: ROBERT SZCZOTKOWSKI Data Nascimento: 14/05/1974 Passaporte: EN8155011 País: POLÔNIA Imigrante: YONGJIAN ZHU Data Nascimento: 28/01/1971 Passaporte: EC7809464 País: CHINA Imigrante: YUCHENG FANG Data Nascimento: 29/07/1990 Passaporte: G49967787 País: CHINA Imigrante: YUJIE HOU Data Nascimento: 24/04/1987 Passaporte: EB5750856 País: CHINA Imigrante: ZHIBO GUO Data Nascimento: 20/10/1997 Passaporte: EJ2912550 País: CHINA Imigrante: ZHIMING DING Data Nascimento: 06/11/1994 Passaporte: E96641428 País: CHINA Imigrante: ZHIPENG MA Data Nascimento: 03/07/1989 Passaporte: PE1726440 País: CHINA;

Processo: 47039017978202099 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: ALEJANDRO JR. TEJAS RAFOLS Data Nascimento: 06/06/1982 Passaporte: P8256838A País: FILIPINAS;

Processo: 47039017982202057 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: EFREN LIGUTAN ARINTOC Data Nascimento: 02/08/1979 Passaporte: P5056197B País: FILIPINAS;

Processo: 47039017986202035 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 11/06/2021 Imigrante: RAUL TABIDZE Data Nascimento: 21/01/1977 Passaporte: 11BB30658 País: GEÓRGIA;

Processo: 47039017991202048 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 09/12/2021 Imigrante: ALEXANDER KARPUN Data Nascimento: 02/07/1987 Passaporte: 76 2661488 País: RÚSSIA;

Processo: 47039017992202092 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 21/07/2021 Imigrante: SUNIL KUMAR Data Nascimento: 09/11/1982 Passaporte: Z3987060 País: ÍNDIA;

Processo: 47039017993202037 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: SEBASTIAN FRYSZKA Data Nascimento: 12/05/1982 Passaporte: EG 2607704 País: POLÔNIA;

Processo: 47039017994202081 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 18/05/2021 Imigrante: EFSTRATIOS GAVANAS Data Nascimento: 13/07/1963 Passaporte: AP5588664 País: GRÉCIA;

Processo: 47039017995202026 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: GEORGIOS PAVITSOS Data Nascimento: 24/05/1986 Passaporte: AN1749896 País: GRÉCIA;

Processo: 47039018023202059 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: Arturo Tagle Mariano Data Nascimento: 27/08/1984 Passaporte: P6138084A País: FILIPINAS;

Processo: 47039018024202001 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: Carlo Cabangon Villano Data Nascimento: 16/08/1986 Passaporte: P6303740A País: FILIPINAS;

Processo: 47039018116202083 Requerente: PROSAFE SERVICOS MARITIMOS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: Daniel Baranda Abuzo Data Nascimento: 14/02/1972 Passaporte: P1581237A País: FILIPINAS;

Processo: 47039018117202028 Requerente: PROSAFE SERVICOS MARITIMOS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: Rhiem Reynald Omac Bastasa Data Nascimento: 09/12/1988 Passaporte: P0138540A País: FILIPINAS;

Processo: 47039018145202045 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 25/06/2021 Imigrante: RENE GARCIA PALERMO Data Nascimento: 26/08/1981 Passaporte: P9890538A País: FILIPINAS;

Processo: 47039018132202076 Requerente: GUARA-NORTE OPERACOES MARITIMAS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: Charly Sebastien Herve Albert Data Nascimento: 10/05/1988 Passaporte: 18EC35985 País: FRANÇA;

Processo: 47039018134202065 Requerente: GUARA-NORTE OPERACOES MARITIMAS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: Julien Antoine Pautot Data Nascimento: 01/05/1990 Passaporte: 17ED11446 País: FRANÇA;

Processo: 47039018149202023 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 18/05/2021 Imigrante: REYNALDO NAVARRO CATINTING Data Nascimento: 07/01/1984 Passaporte: P6151851A País: FILIPINAS;

Processo: 47039018165202016 Requerente: SUBSEA7 DO BRASIL SERVICOS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: LIAM BEN ALEXANDER Data Nascimento: 24/11/1989 Passaporte: 534490998 País: GRÃ BRETANHA;

Processo: 47039018166202061 Requerente: SUBSEA7 DO BRASIL SERVICOS LTDA Prazo: até 19/06/2022 Imigrante: ROY COLIN JEFFREY Data Nascimento: 12/07/1961 Passaporte: 124350842 País: GRÃ BRETANHA;

Processo: 47039018167202013 Requerente: FUGRO BRASIL - SERVICOS SUBMARINOS E LEVANTAMENTOS LTDA. Prazo: até 31/12/2021 Imigrante: KNUT ANDREAS LINDBERG Data Nascimento: 14/02/1959 Passaporte: 32894056 País: NORUEGA;

Processo: 47039018170202029 Requerente: FUGRO BRASIL - SERVICOS SUBMARINOS E LEVANTAMENTOS LTDA. Prazo: até 31/12/2021 Imigrante: CHRISTIAN LIE LARSEN Data Nascimento: 02/02/1976 Passaporte: 30052725 País: NORUEGA Imigrante: PETTER LOENNING Data Nascimento: 09/01/1962 Passaporte: 32088409 País: NORUEGA;

Processo: 47039018171202073 Requerente: FUGRO BRASIL - SERVICOS SUBMARINOS E LEVANTAMENTOS LTDA. Prazo: até 31/12/2021 Imigrante: BERNAS Data Nascimento: 31/01/1982 Passaporte: X487243 País: INDONÉSIA;

Processo: 47039018173202062 Requerente: FUGRO BRASIL - SERVICOS SUBMARINOS E LEVANTAMENTOS LTDA. Prazo: até 31/12/2021 Imigrante: ERWIN RAMDANI BUDI SETIAWAN Data Nascimento: 18/06/1985 Passaporte: C2347316 País: INDONÉSIA;

Processo: 47039018176202004 Requerente: POSEIDON SERVICOS MARITIMOS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: GLENN PACIS ASCO Data Nascimento: 22/01/1983 Passaporte: P9426953A País: FILIPINAS;

Processo: 47039018219202043 Requerente: JANEIRO OFFSHORE CONSULTORIA LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: Derek Robertson Data Nascimento: 31/10/1959 Passaporte: 556555581 País: GRÃ BRETANHA Imigrante: Hector Gabriel Mejia Mancisidor Data Nascimento: 20/02/1979 Passaporte: G37046817 País: MÉXICO Imigrante: Jesus Israel Gastelum Arenas Data Nascimento: 23/11/1959 Passaporte: G35955997 País: MÉXICO Imigrante: Juan Efren Trevino Higuera Data Nascimento: 04/03/1974 Passaporte: G18425625 País: MÉXICO Imigrante: William David Hutton Data Nascimento: 03/06/1962 Passaporte: 554436954 País: GRÃ BRETANHA;

Processo: 47039018208202063 Requerente: KNOT MANAGEMENT DO BRASIL LTDA Prazo: até 09/07/2022 Imigrante: Patrick Anthony Moralejo Gavino Data Nascimento: 09/09/1982 Passaporte: P5146519B País: FILIPINAS;

Processo: 47039018213202076 Requerente: KNOT MANAGEMENT DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: Jerson Pabillaran Abangan Data Nascimento: 21/06/1979 Passaporte: P2691660B País: FILIPINAS;

Processo: 47039018214202011 Requerente: KNOT MANAGEMENT DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: Bartolome Gonzales Yala Data Nascimento: 14/11/1966 Passaporte: P3138079B País: FILIPINAS;

Processo: 47039018216202018 Requerente: KNOT MANAGEMENT DO BRASIL LTDA Prazo: até 01/05/2022 Imigrante: Robinson Gascon Solares Data Nascimento: 13/06/1987 Passaporte: P4371549B País: FILIPINAS;

Processo: 47039018222202067 Requerente: JANEIRO OFFSHORE CONSULTORIA LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: Luis Enrique Partida Moreno Data Nascimento: 24/11/1981 Passaporte: G33259312 País: MÉXICO Imigrante: Mario Angulo Lopez Data Nascimento: 01/09/1985 Passaporte: G28132982 País: MÉXICO Imigrante: Mark Camilleri Data Nascimento: 09/10/1964 Passaporte: 1275102 País: REPÚBLICA DE MALTA Imigrante: Mikolaj Pytlak Data Nascimento: 05/12/1985 Passaporte: EL3186641 País: POLÔNIA Imigrante: Stephen Balls Data Nascimento: 21/11/1956 Passaporte: 534504256 País: GRÃ BRETANHA;

Processo: 47039018224202056 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 02/07/2022 Imigrante: JOHN DAVID PLATERO NOVAL Data Nascimento: 27/12/1994 Passaporte: P2745089B País: FILIPINAS;

Processo: 47039018228202034 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 09/02/2022 Imigrante: JOSEPH ALEJANDRO ESPIRITU Data Nascimento: 19/03/1975 Passaporte: P6954420A País: FILIPINAS;

Processo: 47039018229202089 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 13/02/2022 Imigrante: VASILEIOS APOSTOLOS GRIVAKOS Data Nascimento: 24/12/1983 Passaporte: AN4065452 País: GRÉCIA;

Processo: 47039018231202058 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 26/09/2022 Imigrante: VASILEIOS THEODOSIOU Data Nascimento: 04/10/1971 Passaporte: AP5620596 País: GRÉCIA;

Processo: 47039018233202047 Requerente: JAN DE NUL DO BRASIL DRAGAGEM LTDA. Prazo: até 08/06/2022 Imigrante: RIC GABUYA DELOS SANTOS Data Nascimento: 09/06/1971 Passaporte: P0785262A País: FILIPINAS;

Processo: 47039018243202082 Requerente: SPECTRUM GEO DO BRASIL SERVICOS GEOFISICOS LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: DEQIANG SHAO Data Nascimento: 09/06/1984 Passaporte: E00015670 País: CHINA Imigrante: JIE LI Data Nascimento: 26/07/1994 Passaporte: EJ2913381 País: CHINA Imigrante: JINCHUAN LI Data Nascimento: 21/01/1992 Passaporte: G52915438 País: CHINA Imigrante: XIANHAI HAO Data Nascimento: 27/03/1988 Passaporte: EH7618472 País: CHINA Imigrante: XUEYAN WANG Data Nascimento: 14/01/1974 Passaporte: EJ2418364 País: CHINA Imigrante: ZHIGUO XIONG Data Nascimento: 07/05/1977 Passaporte: EJ1589239 País: CHINA Imigrante: ZIYE ZHU Data Nascimento: 11/10/1997 Passaporte: EJ4001121 País: CHINA;

Processo: 47039018244202027 Requerente: SPECTRUM GEO DO BRASIL SERVICOS GEOFISICOS LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: HUA XIN Data Nascimento: 09/05/1976 Passaporte: PE1993568 País: CHINA Imigrante: MENGHENG ZHU Data Nascimento: 06/09/1995 Passaporte: EG3345141 País: CHINA;

Processo: 47039018316202036 Requerente: JANEIRO OFFSHORE CONSULTORIA LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: Ruel Noval Ubay Data Nascimento: 16/08/1981 Passaporte: P1893404B País: FILIPINAS;

Processo: 47039018285202013 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: TOMASZ ANTONIAK Data Nascimento: 22/04/1972 Passaporte: EM 5709560 País: POLÔNIA;

Processo: 47039018288202057 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: MACIEJ JAN CHROBAK Data Nascimento: 23/06/1972 Passaporte: EH7764777 País: POLÔNIA;

Processo: 47039018294202012 Requerente: MODEC SERVICOS DE PETROLEO DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: CORNELIS HENDRIK TON Data Nascimento: 29/09/1958 Passaporte: BYR0K1R51 País: HOLANDA;

Processo: 47039018310202069 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 22/01/2022 Imigrante: JERRY CALASAGSAG CALBIT Data Nascimento: 11/07/1972 Passaporte: P4345636A País: FILIPINAS;

Processo: 47039018311202011 Requerente: KNOT MANAGEMENT DO BRASIL LTDA Prazo: até 09/07/2022 Imigrante: Raul Jr. Amago Sajona Data Nascimento: 20/06/1988 Passaporte: P3036460A País: FILIPINAS;

Processo: 47039018314202047 Requerente: JANEIRO OFFSHORE CONSULTORIA LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: Adolf Zadrach Mozes Hetharia Data Nascimento: 15/04/1955 Passaporte: B8313792 País: INDONÉSIA Imigrante: Ambrosio Vazquez De La Rosa Data Nascimento: 27/01/1977 Passaporte: G26483502 País: MÉXICO Imigrante: Amirul Bin Warimin Data Nascimento: 13/05/1991 Passaporte: H54370058 País: MALÁSIA Imigrante: Carlos Enrique Arriaran Alaniz Data Nascimento: 29/08/1978 Passaporte: G16697641 País: MÉXICO Imigrante: Christopher Tabanao Candia Data Nascimento: 31/12/1975 Passaporte: P4372970B País: FILIPINAS;

Processo: 47039018321202049 Requerente: JANEIRO OFFSHORE CONSULTORIA LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: Edy Purwanto Data Nascimento: 04/03/1974 Passaporte: C0566203 País: INDONÉSIA Imigrante: Gesit Agung Prayitno Data Nascimento: 14/06/1990 Passaporte: C7096890 País: INDONÉSIA Imigrante: Jeric Romero Awid Data Nascimento: 16/08/1991 Passaporte: P3460780A País: FILIPINAS Imigrante: John King Heralds Ratung Data Nascimento: 19/11/1973 Passaporte: C0715059 País: INDONÉSIA Imigrante: Justin Raymond Montañez Carriedo Data Nascimento: 24/07/1988 Passaporte: EC8430120 País: FILIPINAS;

Processo: 47039018324202082 Requerente: JANEIRO OFFSHORE CONSULTORIA LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: Laurence Anthony Poole Data Nascimento: 26/10/1963 Passaporte: 538846475 País: GRÃ BRETANHA Imigrante: Malik Data Nascimento: 14/12/1973 Passaporte: C7038299 País: INDONÉSIA Imigrante: Manongtong Simanjuntak Data Nascimento: 26/02/1972 Passaporte: C5370899 País: INDONÉSIA Imigrante: Mohd Asri Bin Warimin Data Nascimento: 18/06/1997 Passaporte: H52362531 País: MALÁSIA Imigrante: Oscar Guadalupe Parral Gutierrez Data Nascimento: 04/03/1978 Passaporte: G35952781 País: MÉXICO;

Processo: 47039018323202038 Requerente: KNOT MANAGEMENT DO BRASIL LTDA Prazo: até 09/07/2022 Imigrante: Angelito Saturnino Franco Data Nascimento: 03/02/1963 Passaporte: P3126436B País: FILIPINAS;

Processo: 47039018327202016 Requerente: JANEIRO OFFSHORE CONSULTORIA LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: Pawel Grzybowski Data Nascimento: 15/11/1981 Passaporte: ES5716605 País: POLÔNIA Imigrante: Piotr Bartlomiej Kielek Data Nascimento: 05/05/1972 Passaporte: EG7132458 País: POLÔNIA Imigrante: Robert Pawel Radziszewski Data Nascimento: 27/09/1975 Passaporte: EE8845870 País: POLÔNIA Imigrante: Salvador Fabiantes Sarino Data Nascimento: 04/10/1991 Passaporte: P3694375B País: FILIPINAS Imigrante: Sigifredo Rosas Bernal Data Nascimento: 11/06/1975 Passaporte: G28342316 País: MÉXICO;

Processo: 47039018342202064 Requerente: JANEIRO OFFSHORE CONSULTORIA LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: Rudi Hartono Data Nascimento: 15/04/1976 Passaporte: B6309941 País: INDONÉSIA Imigrante: Thuban Polun Perumal Data Nascimento: 23/09/1990 Passaporte: A39582097 País: MALÁSIA Imigrante: Vener Evangelista Evangelista Data Nascimento: 25/04/1978 Passaporte: P3499733B País: FILIPINAS Imigrante: Zulfili Tingai Data Nascimento: 05/05/1993 Passaporte: H54144205 País: MALÁSIA;

Processo: 47039018341202010 Requerente: KNOT MANAGEMENT DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: Brian Bacosa Caabas Data Nascimento: 01/11/1981 Passaporte: P2659751A País: FILIPINAS;

Processo: 47039018343202017 Requerente: KNOT MANAGEMENT DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: Jan Carlo Orencia Bolasa Data Nascimento: 25/05/1990 Passaporte: P8196162A País: FILIPINAS;

Processo: 47039018349202086 Requerente: GOLAR POWER LATAM SERVICOS MARITIMOS LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: Lovre Perkovic Data Nascimento: 22/10/1993 Passaporte: 282854641 País: CROÁCIA;

Processo: 47039018351202055 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 28/03/2021 Imigrante: IGOR FEDIN Data Nascimento: 31/08/1963 Passaporte: 75 9312632 País: RÚSSIA;

Processo: 47039018357202022 Requerente: FUGRO BRASIL - SERVICOS SUBMARINOS E LEVANTAMENTOS LTDA. Prazo: até 31/12/2021 Imigrante: JOHN JACQUES Data Nascimento: 25/06/1965 Passaporte: 542437395 País: GRÃ BRETANHA Imigrante: SCOTT WILLIAM KEVIN FINDLAY Data Nascimento: 21/06/1994 Passaporte: 560902704 País: GRÃ BRETANHA;

Processo: 47039018370202081 Requerente: KNOT MANAGEMENT DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: Ronald Batirzal Ilustrisimo Data Nascimento: 20/06/1986 Passaporte: EC8274604 País: FILIPINAS;

Processo: 47039018371202026 Requerente: JANEIRO OFFSHORE CONSULTORIA LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: Leonard Dela Cruz Evangelista Data Nascimento: 23/07/1982 Passaporte: EC8051355 País: FILIPINAS;

Processo: 47039018374202060 Requerente: BW LNG SERVICOS DO BRASIL LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: Bonifacio Lite Lacasandile Data Nascimento: 14/09/1975 Passaporte: P0670489A País: FILIPINAS Imigrante: Ruben Sulpot Ceda Data Nascimento: 18/04/1972 Passaporte: P0832525B País: FILIPINAS Imigrante: Shem Dagala Vingno Data Nascimento: 29/12/1980 Passaporte: P7440512A País: FILIPINAS;

Processo: 47039018372202071 Requerente: JANEIRO OFFSHORE CONSULTORIA LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: Edgar Noe Carrillo Montoya Data Nascimento: 06/01/1981 Passaporte: G33262602 País: MÉXICO;

Processo: 47039018426202006 Requerente: POSEIDON SERVICOS MARITIMOS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: HOMER PIÑEDA BACALA Data Nascimento: 29/03/1981 Passaporte: EC6497416 País: FILIPINAS;

Processo: 47039018427202042 Requerente: FUGRO BRASIL - SERVICOS SUBMARINOS E LEVANTAMENTOS LTDA. Prazo: até 31/12/2021 Imigrante: ASHLEE NAZAHAR BIN MUSTAFFA Data Nascimento: 25/09/1981 Passaporte: K2071166R País: SINGAPURA;

Processo: 47039018428202097 Requerente: FUGRO BRASIL - SERVICOS SUBMARINOS E LEVANTAMENTOS LTDA. Prazo: até 31/12/2021 Imigrante: PATRICK VINCENT DEPRÉ Data Nascimento: 04/01/1960 Passaporte: 20EC07716 País: FRANÇA;

Processo: 47039018429202031 Requerente: FUGRO BRASIL - SERVICOS SUBMARINOS E LEVANTAMENTOS LTDA. Prazo: até 31/12/2021 Imigrante: ARVIN FACINABAO PEDREGOSA Data Nascimento: 25/02/1982 Passaporte: P3963015B País: FILIPINAS Imigrante: CHERWIN GABRIEL TURRECHA MASMELA Data Nascimento: 13/03/1981 Passaporte: EC8412517 País: FILIPINAS;

Processo: 47039018432202055 Requerente: KNOT MANAGEMENT DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: Jesus Carlo Ramos Nunag Data Nascimento: 29/10/1997 Passaporte: P5380015B País: FILIPINAS;

Processo: 47039018431202019 Requerente: FUGRO BRASIL - SERVICOS SUBMARINOS E LEVANTAMENTOS LTDA. Prazo: até 31/12/2021 Imigrante: ADRIAN CLIVE HARVEY Data Nascimento: 24/03/1971 Passaporte: 556954448 País: GRÃ BRETANHA Imigrante: AMR MAHMOUD OSAMA MOHAMED KAMAL IBRAHIM Data Nascimento: 20/11/1983 Passaporte: A27589842 País: REPÚBLICA ÁRABE DO EGITO Imigrante: IAN HUGHES Data Nascimento: 08/02/1965 Passaporte: 560941686 País: GRÃ BRETANHA Imigrante: MICHAEL WILLIAM WATT Data Nascimento: 02/12/1969 Passaporte: 538030738 País: GRÃ BRETANHA Imigrante: NORMAN WILLIAM REID Data Nascimento: 21/09/1984 Passaporte: 562022069 País: GRÃ BRETANHA Imigrante: RAMY SAMIR MOHAMED ALI

SALEH Data Nascimento: 12/08/1979 Passaporte: A16229487 País: REPÚBLICA ÁRABE DO EGITO;

Processo: 47039018437202088 Requerente: PROSAFE SERVICOS MARITIMOS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: Ferdi Ferdian Data Nascimento: 03/02/1981 Passaporte: B4471595 País: INDONÉSIA;

Processo: 47039018439202077 Requerente: PROSAFE SERVICOS MARITIMOS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: Edi Muryanto Data Nascimento: 12/08/1975 Passaporte: C5940153 País: INDONÉSIA;

Processo: 47039018441202046 Requerente: VAN OORD SERVICOS DE OPERACOES MARITIMAS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: Tjert Johannes Siepel Data Nascimento: 14/02/1956 Passaporte: BLLB0B821 País: HOLANDA;

Processo: 47039018444202080 Requerente: SAPURA NAVEGACAO MARITIMA S.A. Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: Alexander de Vera Ramos Data Nascimento: 31/03/1966 Passaporte: P3155577B País: FILIPINAS;

Processo: 47039018446202079 Requerente: SAPURA NAVEGACAO MARITIMA S.A. Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: Bosiljko Skoric Data Nascimento: 16/04/1963 Passaporte: 153125826 País: CROÁCIA;

Processo: 47039018448202068 Requerente: SAPURA NAVEGACAO MARITIMA S.A. Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: Larry Tredente Torrevillo Data Nascimento: 21/09/1980 Passaporte: P0020503B País: FILIPINAS;

Processo: 47039018453202071 Requerente: GRANENERGIA INVESTIMENTOS S.A. Prazo: até 30/04/2021 Imigrante: Andrei Efimov Data Nascimento: 16/08/1986 Passaporte: 752957016 País: RÚSSIA;

Processo: 47039018454202015 Requerente: GRANENERGIA INVESTIMENTOS S.A. Prazo: até 30/04/2021 Imigrante: Dmitry Loginov Data Nascimento: 13/11/1985 Passaporte: 760175767 País: RÚSSIA;

Processo: 47039018456202012 Requerente: GRANENERGIA INVESTIMENTOS S.A. Prazo: até 30/04/2021 Imigrante: Ivans Polakovs Data Nascimento: 04/10/1982 Passaporte: LV5501278 País: LETÔNIA;

Processo: 47039018485202076 Requerente: NORSKAN OFFSHORE LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: Nils Haakon Knudsen Data Nascimento: 11/12/1971 Passaporte: 34513267 País: NORUEGA;

Processo: 47039018492202078 Requerente: FUGRO BRASIL - SERVICOS SUBMARINOS E LEVANTAMENTOS LTDA. Prazo: até 31/12/2021 Imigrante: CECIL JAMES YOUNG Data Nascimento: 21/01/1978 Passaporte: GA917584 País: CANADÁ Imigrante: MICHAEL ANTHONY CRAIG Data Nascimento: 23/06/1968 Passaporte: 720114712 País: GRÃ BRETANHA;

Processo: 47039018592202002 Requerente: KNOT MANAGEMENT DO BRASIL LTDA Prazo: até 09/07/2022 Imigrante: Artur Piotr Bochno Data Nascimento: 26/05/1973 Passaporte: EH1637178 País: POLÔNIA;

Processo: 47039018594202093 Requerente: KNOT MANAGEMENT DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: Arvin Hernandez Reyes Data Nascimento: 26/06/1988 Passaporte: P0376253A País: FILIPINAS;

Processo: 47039018596202082 Requerente: KNOT MANAGEMENT DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: Bienvenido Potot Frasco Data Nascimento: 03/05/1972 Passaporte: P8713110A País: FILIPINAS;

Processo: 47039018598202071 Requerente: KNOT MANAGEMENT DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: Clyde Vincent Canizares Magallano Data Nascimento: 07/06/1991 Passaporte: P3914068A País: FILIPINAS;

Processo: 47039018615202071 Requerente: KNOT MANAGEMENT DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: Derell Panique Prologo Data Nascimento: 22/01/1984 Passaporte: P1872739B País: FILIPINAS;

Processo: 47039018617202060 Requerente: KNOT MANAGEMENT DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: Domingo Jr. Avila Cabanero Data Nascimento: 21/05/1976 Passaporte: P8619703A País: FILIPINAS;

Processo: 47039018618202012 Requerente: KNOT MANAGEMENT DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: Emmanuel Buenafe Granados Data Nascimento: 22/02/1975 Passaporte: P1564034A País: FILIPINAS;

Processo: 47039018621202028 Requerente: KNOT MANAGEMENT DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: Emmanuel Paylan Dacillo Data Nascimento: 27/03/1994 Passaporte: P2634228A País: FILIPINAS;

Processo: 47039018623202017 Requerente: KNOT MANAGEMENT DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: James Jayson Luna Data Nascimento: 20/08/1996 Passaporte: P0483960A País: FILIPINAS; e

Processo: 47039018625202014 Requerente: KNOT MANAGEMENT DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: Jefer Habahab Basalo Data Nascimento: 20/05/1989 Passaporte: P1547231A País: FILIPINAS.

Residência Prévia - RN 07 - Resolução Normativa, de 08/12/2017

Processo: 47039018722202007 Requerente: COMANDO DA MARINHA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: Adnane Kerkour El Miad Data Nascimento: 09/05/1979 Passaporte: 19FI65330 País: FRANÇA;

Processo: 47039018724202098 Requerente: COMANDO DA MARINHA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: Paco, Victor, Gabriel Le Gall Data Nascimento: 20/09/1996 Passaporte: 17AV98741 País: FRANÇA; e

Processo: 47039018726202087 Requerente: COMANDO DA MARINHA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: Thierry, Jacques Roselle Data Nascimento: 21/08/1964 Passaporte: 18HD67338 País: FRANÇA.

Residência Prévia - RN 11 - Resolução Normativa, de 08/12/2017 (Artigo 2º)

Processo: 47039017586202020 Requerente: TPR INDUSTRIA DE PECAS AUTOMOTIVAS DO BRASIL LTDA. Prazo: Indeterminado Imigrante: TOKUJI MORIMOTO Data Nascimento: 11/09/1960 Passaporte: TZ1309064 País: JAPÃO;

Processo: 47039018038202017 Requerente: DR.REDDY'S FARMACEUTICA DO BRASIL LTDA Prazo: Indeterminado Imigrante: AVINASH MISHRA Data Nascimento: 28/04/1978 Passaporte: Z5126939 País: ÍNDIA;

Processo: 47039018072202091 Requerente: CUSHMAN & WAKEFIELD RETAIL SERVICES Prazo: Indeterminado Imigrante: MANUEL RAMON PUIG DIAZ Data Nascimento: 08/04/1976 Passaporte: XDD234931 País: PORTUGAL;

Processo: 47039018148202089 Requerente: MARUBENI BRASIL S A Prazo: Indeterminado, condicionado a continuidade da residência à apresentação de nova designação em ata ou em contrato ao fim do atual mandato, quando for o caso, Imigrante: TOMOHARU SUZUKI Data Nascimento: 22/09/1992 Passaporte: TR3646788 País: JAPÃO;

Processo: 47039018305202056 Requerente: PIONEER DO BRASIL LTDA Prazo: Indeterminado Imigrante: YASUTAKA OKUDA Data Nascimento: 09/09/1986 Passaporte: TS4881956 País: JAPÃO;

Processo: 47039018385202040 Requerente: MOBIS BRASIL FABRICACAO DE AUTO PECAS LTDA Prazo: Indeterminado Imigrante: JONG YUN KIM Data Nascimento: 30/07/1979 Passaporte: M58158654 País: CORÉIA DO SUL; e

Processo: 47039018504202064 Requerente: YUSHIRO DO BRASIL INDUSTRIA QUIMICA LTDA Prazo: Indeterminado Imigrante: TAKESHI UENO Data Nascimento: 08/11/1972 Passaporte: TR9552568 País: JAPÃO.

Residência Prévia - RN 11 - Resolução Normativa, de 08/12/2017 (Artigo 2º, Inciso I)

Processo: 47039017206202057 Requerente: SHINSUNG DO BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS QUIMICOS LTDA Prazo: Indeterminado Imigrante: DAEWHAN KIM Data Nascimento: 22/02/1982 Passaporte: M40506135 País: CORÉIA DO SUL;

Processo: 47039017279202049 Requerente: SHOWA DO BRASIL LTDA Prazo: Indeterminado Imigrante: SHUICHIRO YAGO Data Nascimento: 23/08/1970 Passaporte: TR5218532 País: JAPÃO;

Processo: 47039018014202068 Requerente: VINCI ENERGIES DO BRASIL PARTICIPACOES LTDA. Prazo: Indeterminado Imigrante: GHISLAIN JEAN-LOUIS MARIE OLAGNE Data Nascimento: 15/08/1977 Passaporte: 18FV08214 País: FRANÇA; e

Processo: 47039018315202091 Requerente: MELCO AUTOMOTIVOS DO BRASIL LTDA. Prazo: Indeterminado Imigrante: SHIGEHIRO NAKAMOTO Data Nascimento: 24/07/1968 Passaporte: TZ1126938 País: JAPÃO.

Residência Prévia - RN 19 - Resolução Normativa, de 22/12/2017

Processo: 47039018040202096 Requerente: ASJA BRASIL SERVICOS PARA O MEIO AMBIENTE LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: LUIGI D AURIA Data Nascimento: 07/10/1967 Passaporte: YA8682079 País: ITÁLIA; e

Processo: 47039018044202074 Requerente: ASJA BRASIL SERVICOS PARA O MEIO AMBIENTE LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: PAOLO PAGLIAZZO Data Nascimento: 11/03/1983 Passaporte: YB1316791 País: ITÁLIA.

Residência Prévia - RN 21 - Resolução Normativa, de 22/12/2017

Processo: 47039018721202054 Requerente: SERVICO SOCIAL DA INDUSTRIA - SESI Prazo: 12 Mês(es) Imigrante: RODNEY J GREEN Data Nascimento: 24/06/1988 Passaporte: 648176173 País: EUA Mãe: THERESA DAVIS Pai: RODNEY GREEN;

Processo: 47039018843202041 Requerente: CLUBE DE REGATAS DO FLAMENGO Prazo: 6 Mês(es) Imigrante: LUCAS WAYNE MARTINEZ Data Nascimento: 24/08/1990 Passaporte: 648062891 País: EUA Mãe: LINDA JOY MARTINEZ Pai: LOUIS HERBERT MARTINEZ;

Processo: 47039018858202017 Requerente: CLUBE ATLETICO ASSISENSE (C.A.A) Prazo: 12 Mês(es) Imigrante: GUILAINE ENGOUNG Data Nascimento: 12/01/2000 Passaporte: 1010601 País: CAMARÕES Mãe: AYI NGONO ADÉLAÍDE Pai: NDONO ABADA EMMANUEL; e

Processo: 47039018859202053 Requerente: CLUBE ATLETICO ASSISENSE (C.A.A) Prazo: 12 Mês(es) Imigrante: NANJE SAKWE DAMIAN Data Nascimento: 08/03/1993 Passaporte: 0807841 País: CAMARÕES Mãe: MARY IKONI SAKWE Pai: ADOLF SAKWE HENNRY.

O Coordenador-Geral de Imigração Laboral - Substituto, no uso de suas atribuições, deferiu os seguintes pedidos de autorização de residência (imigrantes que já se encontram em território nacional), ressaltando que os respectivos registros, decorrentes de renovação ou alteração para prazo indeterminado ou situações correlatas, deverão observar as instruções de atendimento da Polícia Federal:

Residência - RN 02 - Resolução Normativa, de 08/12/2017

Processo: 47039016569202075 Requerente: TOTAL E&P DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: Mathieu Michel Etienne Camus Data Nascimento: 14/01/1983 Passaporte: 17DK28446 País: FRANÇA Mãe: Odile Marie Cecile Defranoux Pai: Jacques Michel Auguste Camus;

Processo: 47039016741202091 Requerente: AFAPLAN - PLANEJAMENTO E GESTAO DE PROJETOS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: JOÃO PEDRO DE ARAGÃO ALEGRIA OLIVEIRA Data Nascimento: 27/02/1993 Passaporte: CB568292 País: PORTUGAL Mãe: ANA CLAUDIA AREDE BASTOS ALEGRIA Pai: ORLANDO OLAVO ARAGÃO ALEIXO E NEVES DE OLIVEIRA;

Processo: 47039017030202033 Requerente: BIO SPRINGER DO BRASIL INDUSTRIA DE ALIMENTOS S/A Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: ENGUERRAN OLIVIER ALOÏS SALENGRO Data Nascimento: 06/02/1990 Passaporte: 20DH03675 País: FRANÇA Mãe: PASCALE MARIE GISÈLE TROUILLEZ Pai: BERNARD PAUL SALENGRO;

Processo: 47039017205202011 Requerente: JAN DE NUL DO BRASIL DRAGAGEM LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: Philippe Marc Dewaelheyns Data Nascimento: 07/03/1985 Passaporte: ER188643 País: BÉLGICA Mãe: SONJA ALFONS NUYENS Pai: MARC PHILIPPE DEWAELHEYNS;

Processo: 47039017493202003 Requerente: YHGD COMERCIO DE ACESSORIOS E ELETRONICOS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: JIAN XIA Data Nascimento: 23/02/1985 Passaporte: EC7992991 País: CHINA Mãe: Yueying Xia Pai: Jinquan Xia;

Processo: 47039017964202075 Requerente: PIKOLIN BRASIL INDUSTRIA DE COLCHOES LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: DANIEL CIRAC PEÑA Data Nascimento: 09/03/1993 Passaporte: PAL464037 País: ESPANHA Mãe: MARIA TERESA PEÑA Y BORIA Pai: ALFONSO DOMINGO CIRAC Y FERRANDEZ;

Processo: 47039018153202091 Requerente: TEXIONG HONG 70399942670 Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: QING LI Data Nascimento: 10/10/1993 Passaporte: E37267755 País: CHINA Mãe: Suixing Zhang Pai: Suilin Li; e

Processo: 47039018417202015 Requerente: GOES & NICOLADELLI ADVOGADOS ASSOCIADOS Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: ADILARAIMA MARTINEZ BARRIO Data Nascimento: 18/12/1987 Passaporte: J754401 País: CUBA Mãe: ADIS BARRIO BLANCO Pai: DANIEL MARTINEZ CASTILLO.

Residência - RN 03 - Resolução Normativa, de 08/12/2017 (Artigo 3º)

Processo: 47039018487202065 Requerente: GV DO BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO DE ACO LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: JOSE LEONARDO REYES FLORES Data Nascimento: 07/11/1970 Passaporte: G20462452 País: MÉXICO.

Residência - RN 06 - Resolução Normativa, de 08/12/2017

Processo: 47039012492202064 Requerente: COMPANHIA DE NAVEGACAO NORSUL Prazo: até 24/05/2021 Imigrante: Aakash Pal Data Nascimento: 10/03/2001 Passaporte: Z3856189 País: ÍNDIA;

Processo: 47039012514202096 Requerente: COMPANHIA DE NAVEGACAO NORSUL Prazo: até 24/05/2021 Imigrante: Nizamuddin Aziz Data Nascimento: 03/11/1993 Passaporte: Z3462810 País: ÍNDIA;

Processo: 47039015980202023 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 24/11/2021 Imigrante: JUMBER KAKHIDZE Data Nascimento: 05/02/1960 Passaporte: 16AA03904 País: GEÓRGIA;

Processo: 47039016832202026 Requerente: CGG DO BRASIL PARTICIPACOES LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: John Jensen Data Nascimento: 13/01/1964 Passaporte: 211670743 País: DINAMARCA;

Processo: 47039017466202022 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 17/10/2021 Imigrante: ALEKSANDER SHKURO Data Nascimento: 22/10/1973 Passaporte: 727050531 País: RÚSSIA;

Processo: 47039017475202013 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 17/10/2021 Imigrante: ANDREY SAVCHENKO Data Nascimento: 03/12/1974 Passaporte: 727376990 País: RÚSSIA; e

Processo: 47039018271202008 Requerente: FLUMAR TRANSPORTES DE QUIMICOS E GASES LTDA Prazo: até 28/05/2022 Imigrante: Pinkalkumar Amrutlal Barodiya Data Nascimento: 17/07/1990 Passaporte: U1298778 País: ÍNDIA.

Residência - RN 11 - Resolução Normativa, de 08/12/2017 (Artigo 6º)

Processo: 47039017338202089 Requerente: NANSEN INSTRUMENTOS DE PRECISAO LTDA. Prazo: Indeterminado Imigrante: KANGQUAN FENG Data Nascimento: 13/06/1990 Passaporte: E96379938 País: CHINA;

Processo: 47039017454202006 Requerente: NCVP PARTICIPACOES SOCIETARIAS S/A Prazo: Indeterminado, condicionado a continuidade da residência à apresentação de nova designação em ata ou em contrato ao fim do atual mandato, quando for o caso, Imigrante: ALESSANDRO DEODATO Data Nascimento: 27/08/1969 Passaporte: YB1689804 País: ITÁLIA;

Processo: 47039017869202071 Requerente: SHELL ENERGY DO BRASIL GAS LTDA Prazo: Indeterminado Imigrante: CHRISTIAN ITURRI Data Nascimento: 31/01/1973 Passaporte: 506260733 País: EUA; e

Processo: 47039018299202037 Requerente: VOLCAFE LTDA Prazo: Indeterminado Imigrante: Nicolas Rueda Latiff Data Nascimento: 04/09/1977 Passaporte: BELL60RD3 País: HOLANDA.

Residência - RN 11 - Resolução Normativa, de 08/12/2017 (Artigo 6º c/c 2º, Inciso I)

Processo: 47039017672202032 Requerente: SAMSUNG ELETRONICA DA AMAZONIA LTDA Prazo: Indeterminado Imigrante: YONG KWAN KIM Data Nascimento: 02/04/1982 Passaporte: M86131009 País: CORÉIA DO SUL; e

Processo: 47039017945202049 Requerente: USINA TERMELETRICA NORTE FLUMINENSE S/A Prazo: Indeterminado, condicionado a continuidade da residência à apresentação de nova designação em ata ou em contrato ao fim do atual mandato, quando for o caso, Imigrante: JEAN-PHILIPPE DE OLIVEIRA Data Nascimento: 13/11/1984 Passaporte: 11CK61174 País: FRANÇA.

Residência - RN 13 - Resolução Normativa, de 22/12/2017

Processo: 47039017523202073 Requerente: BRASIL LVA EMPREENDIMENTOS E PARTICIPACOES EIRELI Prazo: Indeterminado Imigrante: STEPHEN THOMPSON Data Nascimento: 20/05/1955 Passaporte: 542976657 País: GRÃ BRETANHA; e

Processo: 47039011619202028 Requerente: PAULO MANUEL RODRIGUES ESTEVÃO Prazo: Indeterminado Imigrante: PAULO MANUEL RODRIGUES ESTEVÃO Data Nascimento: 16/12/1969 Passaporte: C701456 País: PORTUGAL.

Residência - RN 14 - Resolução Normativa, de 22/12/2017

Processo: 47039013958202049 Instituição: AGNES EMMA MILDRED CINELU Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: Agnès Emma Mildred Cinélu Data Nascimento: 20/04/1951 Passaporte: 583176MP País: FRANÇA;

Processo: 47039014990202041 Instituição: MITRA DIOCESANA DE VALENCA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: CLAIRE MARIE BLANDINE AGNES LEMENAGER Data Nascimento: 28/01/1986 Passaporte: 18C142339 País: FRANÇA;

Processo: 47039015383202007 Instituição: ASSOCIACAO BRASILEIRA D'A IGREJA DE JESUS CRISTO DOS SANTOS DOS ULTIMOS DIAS Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: German Alberto Mora Obregon Data Nascimento: 07/11/1998 Passaporte: C02594479 País: NICARÁGUA;

Processo: 47039017830202054 Requerente: MIJIN LEE Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: MIJIN LEE Data Nascimento: 19/01/1973 Passaporte: M32905767 País: CORÉIA DO SUL;

Processo: 47039017847202010 Requerente: Sunyoung Park Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: SUNYOUNG PARK Data Nascimento: 10/09/1968 Passaporte: M25909032 País: CORÉIA DO SUL;

Processo: 47039018465202003 Instituição: CONGREGACAO DAS SERVAS DO AMOR MISERICORDIOSO Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: HUMBA CHRISTELLE MINDANDA Data Nascimento: 16/04/1987 Passaporte: OP0299508 País: REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DO CONGO; e

Processo: 47039018518202088 Instituição: ASSOCIACAO BRASILEIRA D'A IGREJA DE JESUS CRISTO DOS SANTOS DOS ULTIMOS DIAS Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: Ernesto Antonio Romero Villarroel Data Nascimento: 14/11/2000 Passaporte: F056452-7 País: VENEZUELA.

Residência - RN 15 - Resolução Normativa, de 22/12/2017

Processo: 47039017777202091 Requerente: HANNAH RUTH HOUTROUW Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: HANNAH RUTH HOUTROUW Data Nascimento: 12/03/1996 Passaporte: 530191797 País: EUA.

Residência - RN 21 - Resolução Normativa, de 22/12/2017

Processo: 47039018848202073 Requerente: FRIBURGUENSE ATLETICO CLUBE Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: TOSHIYA TOJO Data Nascimento: 13/10/1992 Passaporte: TR5313314 País: JAPÃO Mãe: ATSUKO TOJO Pai: TSUYOSHITOJO.

Residência - RN 24 - Resolução Normativa, de 20/02/2018

Processo: 47039017701202066 Requerente: UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAIBA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: Rui Miguel Paiva Chaves Data Nascimento: 19/02/1983 Passaporte: P010283 País: PORTUGAL Mãe: Maria Margarida dos Anjos Paiva Pai: Rui José Pereira Chaves.

Residência - RN 30 - RENOVAÇÃO DE RESIDÊNCIA (RN 03/2017) - Resolução Normativa, de 12/06/2018

Processo: 47039017163202018 Requerente: EMBRAER S.A. Prazo: até 04/01/2022 Imigrante: JAN HAKAN WISSMAN Data Nascimento: 27/03/1972 Passaporte: 92432027 País: SUÉCIA Mãe: ELSI MARIANNE WISSMAN Pai: JAN OLOF WISSMAN;

Processo: 47039017657202094 Requerente: EQUINOR BRASIL ENERGIA LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: ATLE NORDLAND Data Nascimento: 29/05/1969 Passaporte: 31527678 País: NORUEGA Mãe: Bjorg Nordland Pai: Knut Olav Nordland;

Processo: 47039017658202039 Requerente: EQUINOR BRASIL ENERGIA LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: GUNNAR NORDAHL Data Nascimento: 14/12/1953 Passaporte: 34500511 País: NORUEGA Mãe: Else Andersen Pai: Adolf Nordahl;

Processo: 47039018019202091 Requerente: SIEMENS LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: SEBASTIAN MICHAEL OTTE Data Nascimento: 23/10/1979 Passaporte: CFX4ZTJHX País: ALEMANHA Mãe: KORNELIA KATHARINA OTTE Pai: GUENTHER KARL OTTE;

Processo: 47039018186202031 Requerente: TEMOINSA DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: TIANHUA ZHANG Data Nascimento: 16/08/1993 Passaporte: EE5610082 País: CHINA Mãe: SHUFEN ZHAO Pai: GENMAO ZHANG; e

Processo: 47039018331202084 Requerente: EQUINOR BRASIL ENERGIA LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: JOHN MAGNAR ENGVIK SAETRAN Data Nascimento: 13/02/1966 Passaporte: 32991725 País: NORUEGA Mãe: Gerd Saetran Pai: Jens Bendik Saetran.

Residência - RN 30 - RENOVAÇÃO DE RESIDÊNCIA (RN 04/2017) - Resolução Normativa, de 12/06/2018

Processo: 47039017716202024 Requerente: TATA CONSULTANCY SERVICES DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: SHIVAM SINGH Data Nascimento: 27/02/1994 Passaporte: Z3051964 País: ÍNDIA Mãe: SUNITA PAL Pai: VIRENDRA SINGH; e

Processo: 47039017799202051 Requerente: UPTIME INTERNATIONAL DO BRASIL treinamentos LTDA. Prazo: até 01/12/2021 Imigrante: JAN MELING Data Nascimento: 18/04/1970 Passaporte: 33803850 País: NORUEGA Mãe: Olaug Meling Pai: Johannes Meling.

Residência - RN 30 - RENOVAÇÃO DE RESIDÊNCIA (RN 06/2017) - Resolução Normativa, de 12/06/2018

Processo: 47039014634202028 Requerente: GRANENERGIA INVESTIMENTOS S.A. Prazo: até 01/05/2021 Imigrante: Arturo José Rivas de Barros Data Nascimento: 03/08/1955 Passaporte: D162312 País: URUGUAI Mãe: Maria Teresa de Barros Pai: Walter Rivas Pereira;

Processo: 47039016730202019 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 14/08/2021 Imigrante: JOEL CAGAS GALLENTES Data Nascimento: 29/10/1972 Passaporte: P1906296B País: FILIPINAS Mãe: MAMERTA CAGAS GALLENTES Pai: VICTORIO PAJIGAL GALLENTES;

Processo: 47039017227202072 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 01/07/2021 Imigrante: FLORIN ELIADE Data Nascimento: 10/01/1989 Passaporte: 058623486 País: ROMÊNIA Mãe: PELIN TINICA Pai: ELIADE REMUS;

Processo: 47039017244202018 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 01/07/2021 Imigrante: IGOR SLONIN Data Nascimento: 29/04/1964 Passaporte: 75 0898437 País: RÚSSIA Mãe: Sophia Abramovna Slonina Pai: Boris Anisimovich Slonin;

Processo: 47039017248202098 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 01/07/2021 Imigrante: JESTONI ZERDA JURANES Data Nascimento: 24/02/1991 Passaporte: P1871838A País: FILIPINAS Mãe: MARLYN PASCO ZERDA Pai: FERMO CABAJES JURANES;

Processo: 47039017250202067 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 01/07/2021 Imigrante: JOMER TRIO COMPETENTE Data Nascimento: 31/08/1979 Passaporte: P2357989B País: FILIPINAS Mãe: MERCEDITA TRIO Pai: JUAN COMPETENTE;

Processo: 47039017254202045 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 01/07/2021 Imigrante: ERIC MENDONES JAO Data Nascimento: 31/03/1980 Passaporte: P3239715B País: FILIPINAS Mãe: SALVACION GESTIADA MENDONES Pai: JOSE ENANO JAO;

Processo: 47039017255202090 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 01/07/2021 Imigrante: RONNEL MEDRANO DELOS ANGELES Data Nascimento: 19/12/1972 Passaporte: P9920933A País: FILIPINAS Mãe: NATIVIDAD MEDRANO Pai: PRESCILLANO JUAN DELOS ANGELES;

Processo: 47039017266202070 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 22/01/2022 Imigrante: MADALIN BURDEL Data Nascimento: 04/11/1986 Passaporte: 054162407 País: ROMÊNIA Mãe: FLORICA BURDEL Pai: GHEORGHE BURDEL;

Processo: 47039017676202011 Requerente: SUBSEA7 DO BRASIL SERVICOS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: KYLE NINO INNES Data Nascimento: 15/07/1991 Passaporte: 510805972 País: GRÃ BRETANHA Mãe: NICOLA MARY FIONA INNES Pai: NATALINO HENDERSON INNES;

Processo: 47039017677202065 Requerente: SUBSEA7 DO BRASIL SERVICOS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: JAROSLAW MROZ Data Nascimento: 25/04/1975 Passaporte: ED3313515 País: POLÔNIA Mãe: TERESA MROZ Pai: TADEUSZ MROZ;

Processo: 47039017713202091 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: KRZYSZTOF SLAWOMIR RATKE Data Nascimento: 12/04/1963 Passaporte: EJ3584245 País: POLÔNIA Mãe: Cecylia Ratke Pai: Waclaw Ratke;

Processo: 47039017773202011 Requerente: TRANSOCEAN BRASIL LTDA Prazo: até 21/08/2021 Imigrante: Bernard Slavic Data Nascimento: 09/11/1975 Passaporte: 334877499 País: CROÁCIA Mãe: Nada Slavic Pai: Selimir Slavic;

Processo: 47039018345202006 Requerente: SBM DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: Bernardo Diaz Lavada Data Nascimento: 30/11/1964 Passaporte: P8683935A País: FILIPINAS Mãe: Fructosa Manvesa Diaz Pai: Malquíades Cajido Lavada; e

Processo: 47039018347202097 Requerente: OPERACOES MARITIMAS EM MAR PROFUNDO BRASILEIRO LTDA Prazo: até 04/11/2021 Imigrante: Cornelio Cabatian de Raya Data Nascimento: 14/09/1970 Passaporte: P5484544A País: FILIPINAS Mãe: Raymunda Cabatian de Raya Pai: Ildefonzo Andaleon de Raya.

Residência - RN 30 - RENOVAÇÃO DE RESIDÊNCIA (RN 14/2017) - Resolução Normativa, de 12/06/2018

Processo: 47039016889202025 Instituição: IGREJA DO DEUS VIVO COLUNA E BALUARTE DA VERDADE Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: ZABDIEL VERGARA OROZCO Data Nascimento: 28/04/2018 Passaporte: G31647080 País: MÉXICO Mãe: Rosa Maria Orozco Guzman Pai: Adan Vergara Cuellar; e

Processo: 47039018336202015 Requerente: ANA ISABEL JIMENEZ MAESTRE Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: ANA ISABEL JIMÉNEZ MAESTRE Data Nascimento: 29/07/1959 Passaporte: PAG925183 País: ESPANHA Mãe: MARÍA ISABEL MAESTRE DOMINGO Pai: CARMELO JIMÉNEZ TORRES.

Residência - RN 30 - RENOVAÇÃO DE RESIDÊNCIA (RN 20/2017) - Resolução Normativa, de 12/06/2018

Processo: 47039018274202033 Requerente: SAEED MOHAMMAD ZADEH Prazo: até 30/11/2021 Imigrante: Saeed Mohammadzadeh Data Nascimento: 21/09/1977 Passaporte: I49421970 País: IRÃ Mãe: Batoul Halabi Pai: Vahhab Mohammadzadeh; e

Processo: 47039018792202057 Requerente: ANDREI ALAFERDOV Prazo: 12 Mês(es) Imigrante: Andrei Alaferdov Data Nascimento: 30/11/1986 Passaporte: 531347170 País: RÚSSIA Mãe: Valentina Nikolaevna Alaferdova Pai: Valeriy Andreevich Alaferdov.

Residência - RN 30 - ALTERAÇÃO DE PRAZO (RN 02/2017) - Resolução Normativa, de 12/06/2018

Processo: 47039014988202072 Requerente: LACTALIS DO BRASIL - COMERCIO, IMPORTACAO E EXPORTACAO DE LATICINIOS LTDA. Prazo: Indeterminado Imigrante: HICHAM EL AYSSARI Data Nascimento: 04/11/1980 Passaporte: 15FV12077 País: FRANÇA Mãe: YAMNA EL MIR Pai: ABDELKADER EL AYSSARI;

Processo: 47039015406202075 Requerente: MAPFRE SEGUROS GERAIS S.A. Prazo: Indeterminado Imigrante: HARITZ ITURRALDE TELLERIA Data Nascimento: 12/05/1972 Passaporte: AAF009685 País: ESPANHA Mãe: Maria del Coro Telleria Aristizabal Pai: Olegario Iturralde Oronoz;

Processo: 47039016307202019 Requerente: ROHM AND HAAS QUIMICA LTDA. Prazo: Indeterminado Imigrante: MARIO ALBERTO CERECEDO SANCHEZ Data Nascimento: 21/02/1994 Passaporte: G29642225 País: MÉXICO Mãe: MARTHA SANCHEZ CARRIZOSA Pai: ROLANDO CERECEDO SOBREVILLA;

Processo: 47039017580202052 Requerente: EMBAIXADA DA REPUBLICA DA FINLANDIA Prazo: Indeterminado Imigrante: JELENA PAULIINA SANTALAINEN Data Nascimento: 03/08/1977 Passaporte: FP3629205 País: FINLÂNDIA Mãe: PIRJIO-LIISA SANTALAINEN Pai: TIMO JUHANI SANTALAINEN;

Processo: 47039017941202061 Requerente: SCHLUMBERGER SERVICOS DE PETROLEO LTDA Prazo: Indeterminado Imigrante: RICHARD JOHN KETTLE Data Nascimento: 09/02/1970 Passaporte: 501498732 País: GRÃ BRETANHA Mãe: JILL KETTLE Pai: BERTRAM OSWALD KETTLE;

Processo: 47039017973202066 Requerente: AISIN AUTOMOTIVE LTDA. Prazo: Indeterminado Imigrante: YOSHINORI KUDO Data Nascimento: 29/02/1972 Passaporte: TS1188074 País: JAPÃO Mãe: YOKO KUDO Pai: TADAKAZU KUDO;

Processo: 47039017980202068 Requerente: AISIN AUTOMOTIVE LTDA. Prazo: Indeterminado Imigrante: TAKEHITO KOMATSU Data Nascimento: 08/01/1987 Passaporte: TS1080978 País: JAPÃO Mãe: TOMOKO KOMATSU Pai: MOTOO KOMATSU;

Processo: 47039017985202091 Requerente: AISIN AUTOMOTIVE LTDA. Prazo: Indeterminado Imigrante: KOICHI SANO Data Nascimento: 31/03/1973 Passaporte: TZ2004587 País: JAPÃO Mãe: YUMIKO SANO Pai: KUNIAKI SANO;

Processo: 47039018003202088 Requerente: FUNDACAO ANGLO BRASILEIRADE EDUCACAO E CULTURA DE SP Prazo: Indeterminado Imigrante: LAURA KATHARINE DWYER Data Nascimento: 15/08/1986 Passaporte: 521901981 País: INGLATERRA Mãe: PENELOPE ANN DWYER Pai: ANTHONY JOSEPH DWYER;

Processo: 47039018039202061 Requerente: JCDECAUX DO BRASIL LTDA. Prazo: Indeterminado Imigrante: STEVEN CHRISTIAN HUBERT AUSSET Data Nascimento: 16/07/1987 Passaporte: 16DL78434 País: FRANÇA Mãe: PATRICIA MATHIEU Pai: CHRISTIAN HUBERT JOSEPH AUSSET;

Processo: 47039018317202081 Requerente: LARY MODAS COMERCIO DE CONFECCOES LTDA Prazo: Indeterminado Imigrante: Abdallah Al Halabi Data Nascimento: 20/04/1991 Passaporte: RL 2732138 País: LÍBANO Mãe: May Nasr Pai: Imad Al Halabi;

Processo: 47039018498202045 Requerente: YAMAHA MOTOR DA AMAZONIA LTDA Prazo: Indeterminado Imigrante: KOJI SHIMIZU Data Nascimento: 23/02/1976 Passaporte: TZ0860703 País: JAPÃO Mãe: Suzuko Shimizu Pai: Katsuhiko Shimizu;

Processo: 47039018501202021 Requerente: YAMAHA MOTOR DA AMAZONIA LTDA Prazo: Indeterminado Imigrante: TAKASHI MIKI Data Nascimento: 11/08/1980 Passaporte: TR6066756 País: JAPÃO Mãe: Toshiko Miki Pai: Hirokazu Miki;

Processo: 47039018514202008 Requerente: SISQUAL - EMPRESA DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS DE INFORMACAO LTDA Prazo: Indeterminado Imigrante: Frederico Paulo Moreira Pereira Dias de Magalhães Data Nascimento: 24/07/1959 Passaporte: CA803078 País: PORTUGAL Mãe: Maria Irene Areosa Meneses Lopes Moreira Pai: Manuel Albano Rooke Lima Pereira Dias Magalhães;

Processo: 47039018520202057 Requerente: ASSOCIACAO ESCOLAR E BENEFICENTE CORCOVADO Prazo: Indeterminado Imigrante: TANJA BUCHHOLZ Data Nascimento: 25/03/1987 Passaporte: C1V5G0R54 País: ALEMANHA Mãe: Petra Buchholz Pai: Gunter Buchholz;

Processo: 47039018537202012 Requerente: BIC AMAZONIA S/A Prazo: Indeterminado Imigrante: MAXIME PIERRE JULIEN GRASSA Data Nascimento: 18/03/1991 Passaporte: 13AD80113 País: FRANÇA Mãe: CHANTAL SUZANNE RICHEZ Pai: MARC JOSEPH GRASSA;

Processo: 47039018535202015 Requerente: ASSOCIACAO ESCOLAR E BENEFICENTE CORCOVADO Prazo: Indeterminado Imigrante: ROBERT FLAMM Data Nascimento: 25/07/1991 Passaporte: C4YLZ7H93 País: ALEMANHA Mãe: SILVIA FLAMM Pai: GUNTHER ALFRED FLAMM;

Processo: 47039018538202059 Requerente: ASSOCIACAO ESCOLAR E BENEFICENTE CORCOVADO Prazo: Indeterminado Imigrante: TOBIAS PATRICK LEUTHOLD Data Nascimento: 06/06/1987 Passaporte: C1TG54HH0 País: ALEMANHA Mãe: Katrin Hermine Johanna Leuthold Pai: Gerhard Josef Leuthold; e

Processo: 47039018540202028 Requerente: LACTALIS DO BRASIL - COMERCIO, IMPORTACAO E EXPORTACAO DE LATICINIOS LTDA. Prazo: Indeterminado Imigrante: PIERRE DECRION Data Nascimento: 16/01/1966 Passaporte: 19FV15799 País: FRANÇA Mãe: ANNE MARIE CHAPUIS Pai: JEAN JACK RAYMOND FELIX DECRION.

Residência - RN 30 - ALTERAÇÃO DE PRAZO (RN 14/2017) - Resolução Normativa, de 12/06/2018

Processo: 47039017891202011 Instituição: SEPAL - SERVINDO AOS PASTORES E LIDERES Prazo: Indeterminado Imigrante: ARIANE COLETTE GRIFFITHS Data Nascimento: 12/09/1964 Passaporte: 120819921 País: GRÃ BRETANHA Mãe: EDITH PIKE Pai: PHILIP PIKE;

Processo: 47039018001202099 Instituição: CONGREGACAO DAS IRMAS SERVAS NA VISITACAO NO BRASIL Prazo: Indeterminado Imigrante: MARIE CELINE EMBOLO MBIDA Data Nascimento: 03/03/1990 Passaporte: 0704717 País: CAMARÕES Mãe: COLLETE NNANG ELOMO Pai: Não informado; e

Processo: 47039018002202033 Instituição: CONGREGACAO DAS IRMAS SERVAS NA VISITACAO NO BRASIL Prazo: Indeterminado Imigrante: VENANCIA AMPO SALAMANGCA Data Nascimento: 01/04/1966 Passaporte: EC4916554 País: FILIPINAS Mãe: AVELINA BAJAO AMPO Pai: Não informado.

Residência - RN 40 - Resolução Normativa, de 27/11/0219 (Artigo 3º c/c 4º, Inciso I)

Processo: 47039011218202078 Requerente: PAULA MOTA GOMES Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: Frederick Lindner Bailard Data Nascimento: 17/07/1947 Passaporte: 566121862 País: EUA Mãe: Mary Virginia Lindner Pai: Maynard Ober Bailard Junior.

Residência - MUDANÇA DE EMPREGADOR - Dec. 9.199/2017 - de 21/11/2017 (Artigo 147, Parágrafo 8)

Processo: 47039015858202057 Requerente: PAULISTA MALL COMERCIO E SERVICOS ELETRONICOS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: LINGXIA WU Data Nascimento: 03/05/1974 Passaporte: EG9669253 País: CHINA; e

Processo: 47039017685202010 Requerente: DOCTOR TIS TECNOLOGIA DA INFORMACAO EM SAUDE EIRELI Prazo: até 07/11/2021 Imigrante: ANTONIO DIAZ TULA Data Nascimento: 28/02/1984 Passaporte: J064862 País: CUBA.

O Coordenador-Geral de Imigração Laboral - Substituto, no uso de suas atribuições, autoriza o (a) Imigrante FERNANDO JOSÉ LOBO PIMENTEL MACARENO VIDEIRA a exercer concomitantemente o cargo de Administrador na WEDO DO BRASIL SOLUCOES INFORMATICAS LTDA. Processo: 47039.015921/2020-55, anteriormente autorizado através do Processo: 47039.002779/2015-19.

O Coordenador-Geral de Imigração Laboral - Substituto, no uso de suas atribuições, autoriza o (a) Imigrante ALESSANDRO DEODATO a exercer concomitantemente o cargo de Diretor Presidente na LUIZASEG SEGUROS S.A. Processo: 47039.017556/2020-13, anteriormente autorizado através do Processo: 47039.017454/2020-06.

O Coordenador-Geral de Imigração Laboral - Substituto, no uso de suas atribuições, autoriza o (a) Imigrante THOMAS ALEXANDER M. DUBAERE a exercer concomitantemente o cargo de Administrador na CBB - FARIA LIMA ADMINISTRACAO HOTELEIRA E COMERCIAL LTDA. Processo: 47039.017641/2020-81, anteriormente autorizado através do Processo: 47039.017621/2020-19.

O Coordenador-Geral de Imigração Laboral - Substituto, no uso de suas atribuições, autoriza o (a) Imigrante ROBERTA BONOMI a exercer concomitantemente o cargo de Diretora Executiva na ENEL GREEN POWER VENTOS DE SANTA ANGELA 19 S.A. Processo: 47039.017748/2020-20, anteriormente autorizado através do Processo: 47039.013537/2018-01.

O Coordenador-Geral de Imigração Laboral - Substituto, no uso de suas atribuições, autoriza o (a) Imigrante ROBERTA BONOMI a exercer concomitantemente o cargo de Diretora na ENEL GREEN POWER SAO MICAEL 02 S.A. Processo: 47039.017751/2020-43, anteriormente autorizado através do Processo: 47039.013537/2018-01.

O Coordenador-Geral de Imigração Laboral - Substituto, no uso de suas atribuições, autoriza o (a) Imigrante ROBERTA BONOMI a exercer concomitantemente o cargo de Diretora na ENEL GREEN POWER SAO MICAEL 01 S.A. Processo: 47039.017755/2020-21, anteriormente autorizado através do Processo: 47039.013537/2018-01.

O Coordenador-Geral de Imigração Laboral - Substituto, no uso de suas atribuições, autoriza o (a) Imigrante ROBERTA BONOMI a exercer concomitantemente o cargo de Diretora Presidente na ENEL GREEN POWER VENTOS DE SAO ROQUE 06 S.A. Processo: 47039.017766/2020-10, anteriormente autorizado através do Processo: 47039.013537/2018-01.

O Coordenador-Geral de Imigração Laboral - Substituto, no uso de suas atribuições, autoriza o (a) Imigrante ROBERTA BONOMI a exercer concomitantemente o cargo de Diretora Presidente na ENEL GREEN POWER VOLTA GRANDE S.A. Processo: 47039.017771/2020-14, anteriormente autorizado através do Processo: 47039.013537/2018-01.

O Coordenador-Geral de Imigração Laboral - Substituto, no uso de suas atribuições, autoriza o (a) Imigrante FRANCESCO TUTOLI a exercer concomitantemente o cargo de Diretor Administrativo, Financeiro, de Planejamento e de Controle na ENEL GREEN POWER VOLTA GRANDE S.A. Processo: 47039.017790/2020-41, anteriormente autorizado através do Processo: 47039.003045/2019-81.

O Coordenador-Geral de Imigração Laboral - Substituto, no uso de suas atribuições, autoriza o (a) Imigrante YVES PATRICK DANIEL NERISSON a exercer concomitantemente o cargo de Administrador na TRANSOCEAN INVESTIMENTOS LTDA. Processo: 47039.017597/2020-18, anteriormente autorizado através do Processo: 47039.009854/2019-04.

O Coordenador-Geral de Imigração Laboral - Substituto, no uso de suas atribuições, autoriza o (a) Imigrante TOM MOTMANS a exercer concomitantemente o cargo de Diretor de Soluções na BRASIL OUTDOOR LTDA. Processo: 47039.018041/2020-31, anteriormente autorizado através do Processo: 47039.015977/2020-18.

O Coordenador-Geral de Imigração Laboral - Substituto, no uso de suas atribuições, autoriza o (a) Imigrante TOM MOTMANS a exercer concomitantemente o cargo de Diretor de Soluções na L&C OUTDOOR LTDA. Processo: 47039.018043/2020-20, anteriormente autorizado através do Processo: 47039.015977/2020-18.

O Coordenador-Geral de Imigração Laboral - Substituto, no uso de suas atribuições, autoriza o (a) Imigrante ROBERTA BONOMI a exercer concomitantemente o cargo de Diretora Presidente na VENTOS DE SANTA ESPERANCA ENERGIAS RENOVAVEIS S.A. Processo: 47039.018527/2020-79, anteriormente autorizado através do Processo: 47039.013537/2018-01.

O Coordenador-Geral de Imigração Laboral - Substituto, no uso de suas atribuições, indeferiu os seguintes pedidos de autorização de residência:

Processo: 47039015508202091 Instituição: MISSAO NOVAS TRIBOS DO BRASIL Prazo: Indeterminado Imigrante: Elizabeth Suzanne Van Zant Passaporte: 497102734;

Processo: 47039015617202016 Requerente: ACTYON BRASIL CONSTRUCAO LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: JOSÉ FRANCISCO GARCIA CAMPILLEJO Passaporte: AAK013996;

Processo: 47039012228202021 Requerente: SIMONT MONTAGEM INDUSTRIAL; COMERCIO; IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: GHEORGHE OPINCA Passaporte: 056622366;

Processo: 47039013824202028 Requerente: Heldimiro Henrique dos Santos Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: Heldimiro Henrique Pires dos Santos Passaporte: D0032767;

Processo: 47039015219202091 Requerente: AMBEV S.A. Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: ELIA VERONICA DIAZ AMPUDIA Passaporte: G14818471;

Processo: 47039016458202069 Requerente: CENTRO EDUCACIONAL DE ENSINO SUPERIOR DE PATOS LTDA Prazo: Indeterminado Imigrante: ARNALDO SUCUMA Passaporte: C00025400;

Processo: 47039017076202052 Requerente: OCEANIA 1942 INVESTIMENTOS LTDA Prazo: Indeterminado Imigrante: STEFANO DI SOPRA Passaporte: YA3236129;

Processo: 47039018209202016 Requerente: TAKAYUKI FUCHIGAMI Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: TAKAYUKI FUCHIGAMI Passaporte: TR2488785;

Processo: 47039018332202029 Requerente: MIROW & CO. DO BRASIL CONSULTORIA LTDA Prazo: Indeterminado Imigrante: KETAN PRADIP MUNDHRA Passaporte: Z5699879;

Processo: 47039014692202051 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 11/03/2021 Imigrante: JOHN STEPHEN IGNACIO SALAC Passaporte: P3264157B;

Processo: 47039014796202066 Requerente: COMPANHIA DE NAVEGACAO NORSUL Prazo: até 03/12/2020 Imigrante: Kanak Kaushal Passaporte: P2772819;

Processo: 47039014797202019 Requerente: COMPANHIA DE NAVEGACAO NORSUL Prazo: até 03/12/2020 Imigrante: Dilip Sandeep Suryavanshi Passaporte: U6011935;

Processo: 47039014799202008 Requerente: COMPANHIA DE NAVEGACAO NORSUL Prazo: até 03/12/2020 Imigrante: Shivam Singh Passaporte: R2538657;

Processo: 47039015719202023 Requerente: OBSERVATORIO NACIONAL Prazo: 3 Mês(es) Imigrante: Despoina Panoglou Passaporte: AP2127993;

Processo: 47039015850202091 Requerente: QING YE Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: QING YE Passaporte: EG4885369;

Processo: 47039015923202044 Requerente: QING YE Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: QING YE Passaporte: EG4885369;

Processo: 47039018077202014 Requerente: EDUARDO MARCELO DHERS Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: Agnes Sunga Ponce Passaporte: P6511482A;

Processo: 47039015318202073 Requerente: SAPURA NAVEGACAO MARITIMA S.A. Prazo: até 22/12/2020 Imigrante: Mark Silva Pecolados Passaporte: P3145800B;

Processo: 47039018472202005 Requerente: IVAN KARTASHOV Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: Ivan Kartashov Passaporte: 760410475;

Processo: 47039018268202086 Instituição: ACAO DE DESENVOLVIMENTO CRISTA Prazo: 4 Ano(s) Imigrante: JOSÉ VENANCIO EPANDI CALUNGA Passaporte: N2573380;

Processo: 47039014868202075 Requerente: VITOR DE JESUS MARQUES Prazo: Indeterminado Imigrante: VITOR DE JESUS MARQUES Passaporte: P445895; e

Processo: 47039018369202057 Requerente: TEXA DIAGNOSTICO AUTOMOTIVO DO BRASIL COMERCIAL LTDA. Prazo: Indeterminado Imigrante: Giuseppe Crosato Passaporte: YA5528599.

O Coordenador-Geral de Imigração Laboral - Substituto, no uso de suas atribuições, resolve: Não conhecer do pedido de reconsideração e manter o indeferimento, em razão do recorrente não trazer documentos ou fatos novos que indiquem erro na decisão da Administração, previsto no § 1º do art. 3º da Resolução Normativa nº 01, de 1º de dezembro de 2017, do Conselho Nacional de Imigração, Processo nº 47039.009669/2020-45, Requerente: MARCO DARCONTE, Imigrante: MARCO D' ARCONTE, Passaporte: YB4398813.

O Coordenador-Geral de Imigração Laboral - Substituto, no uso de suas atribuições, resolve: Não conhecer do pedido de reconsideração e manter o indeferimento, em razão da ausência da documentação, imprescindível, para prosseguimento da análise, previsto no § 1º do art. 3º da Resolução Normativa nº 01, de 1º de dezembro de 2017, do Conselho Nacional de Imigração, Processo nº 47039.006193/2020-91, Requerente: ANTONIO BARTOLOMEO DE MARIA, Imigrante: ANTONIO BARTOLOMEO DE MARIA, Passaporte: YB2550927.

PAULO HENRIQUE GOMES DA SILVA

RETIFICAÇÕES

No despacho da Coordenadora-Geral de Imigração Laboral, o deferimento publicado no DOU nº 228, de 30/11/2020, Seção 1, p. 69, Processo: 47039.011988/2020-11, onde se lê: Mãe: KALYAN KUMAR BHATTACHARJEE; Pai: REKHA BHATTACHEARJEE, leia-se: Mãe: REKHA BHATTACHARJEE; Pai: KALYAN KUMAR BHATTACHARJE.

No despacho da Coordenadora-Geral de Imigração Laboral, o deferimento publicado no DOU nº 231, de 03/12/2020, Seção 1, p. 131, Processo: 47039.017263/2020-36, onde se lê: Prazo: 1 Dia(s), leia-se: Prazo: 1 Ano(s).

COORDENAÇÃO-GERAL DE POLÍTICA MIGRATÓRIA
COORDENAÇÃO DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS

PORTARIA Nº 2.843, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2020

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada, nos termos do art. 1°, inciso VIII, da Portaria SENAJUS/MJSP nº 432, de 17 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União, 21 de junho de 2019, Seção 1, página 38, resolve:

DECRETAR a perda da autorização de residência concedida ao imigrante JOSE CARLOS MATEO BENITO, nascido em 21/02/1954, de nacionalidade espanhola, filho de Pablo Mateo e de Juana Benito, com fundamento no art. 135, inciso III, do Decreto nº 9.199, de 20 de novembro de 2017. O imigrante poderá interpor recurso contra a decisão que decretou a perda da autorização de residência, no prazo legal de dez dias, contado da data da notificação, de acordo com o art. 139 do Decreto nº 9.199, de 2017. Processo n° 08240.000516/2020-95.

ANA CLARA FORMIGA FERREIRA DO CARMO

PORTARIA Nº 2.844, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2020

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada, nos termos do art. 1°, inciso VIII, da Portaria SENAJUS/MJSP nº 432, de 17 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União, 21 de junho de 2019, Seção 1, página 38, resolve:

DECRETAR a perda da autorização de residência concedida ao imigrante MAHMADANE DIAO, RNM G012745-S, de nacionalidade senegalesa nascido em 02 de fevereiro de 1988, filho de Fatou Seye, com fundamento no art. 135, inciso III, do Decreto nº 9.199, de 20 de novembro de 2017. O imigrante poderá interpor recurso contra a decisão que decretou a perda da autorização de residência, no prazo legal de dez dias, contado da data da notificação, de acordo com o art. 139 do Decreto nº 9.199, de 2017. Processo n° 08451.004468/2019-95.

ANA CLARA FORMIGA FERREIRA DO CARMO

PORTARIA Nº 2.845, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2020

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada, nos termos do art. 1°, inciso VIII, da Portaria SENAJUS/MJSP nº 432, de 17 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União, 21 de junho de 2019, Seção 1, página 38, resolve:

DECRETAR a perda da autorização de residência concedida ao imigrante TSAI CHUNG CHENG, nascido em 13/07/1971, de nacionalidade chinesa, filho de Tsai Wen Tsung e de Tsai Lee Yu Hsia, com fundamento no art. 135, inciso III, do Decreto nº 9.199, de 20 de novembro de 2017. O imigrante poderá interpor recurso contra a decisão que decretou a perda da autorização de residência, no prazo legal de dez dias, contado da data da notificação, de acordo com o art. 139 do Decreto nº 9.199, de 2017. Processo n° 08505.007744/2018-13.

ANA CLARA FORMIGA FERREIRA DO CARMO

DIVISÃO DE RESIDÊNCIA

DESPACHO

Determino o arquivamento do presente processo, conforme disposto no art. 40, da Lei nº 9.784/99, tendo em vista o não cumprimento das exigências formuladas por esta Divisão. Processo nº08505.023155/2019-63 - JIYOUNG LEE

MARTHA PACHECO BRAZ
Chefe da Divisão

DEPARTAMENTO DE PROMOÇÃO DE POLÍTICAS DE JUSTIÇA

DESPACHO Nº 2.574, DE 7 DE DEZEMBROBRO DE 2020

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE PROMOÇÃO DE POLÍTICAS DE JUSTIÇA, no uso das atribuições conferidas pelo art. 16, inciso VIII, do Anexo I, do Decreto nº 9.662, de 1º de janeiro de 2019, e considerando o disposto na Lei nº 9.790, de 23 de março de 1999, no Decreto nº 3.100, de 30 de junho de 1999 e na Portaria MJ nº 362, de 1° de março de 2016; resolve:

Tornar pública a CANCELAMENTO da qualificação como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), a pedido da entidade social INSTITUTO AXARÁ DE INOVAÇÃO SOCIAL, com sede em Itapema - SC, inscrita no CNPJ sob o nº 07.882.768/0001-85, conforme Nota Técnica nº 785/2020/OSCIP-OE/GAB-CGJUS/DPJUS/SENAJUS/MJ (13351842), aprovada pelo Despacho nº 1208/2020/GAB-CGJUS/DPJUS/SENAJUS/MJ (13352864). Processo SEI/MJ nº 08084.005402/2020-81.

LUIZ ALBERTO MATOS DOS SANTOS

DESPACHO Nº 1.231, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2020

O COORDENADOR-GERAL DE ASSUNTOS JUDICIÁRIOS, no uso das atribuições conferidas pelo art. 16, inciso VIII, do Anexo I, do Decreto nº 9.662, de 1º de janeiro de 2019, e considerando o disposto na Lei nº 9.790, de 23 de março de 1999, no Decreto nº 3.100, de 30 de junho de 1999 e na Portaria MJ nº 362, de 1° de março de 2016; resolve:

Notificar a entidade social INSTITUTO MATO-GROSSENSE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO - IMTDH, inscrita no CNPJ sob o nº 08.699.099/0001-73, ora qualificada como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), para ciência de abertura de processo administrativo de perda de qualificação como OSCIP. Fica concedido o prazo de 10 (dez) dias para a manifestação e a apresentação de documentos necessários. Processo SEI/MJ nº 08071.000337/2020-47.

HUGO MEDEIROS GALLO DA SILVA

COORDENAÇÃO DE POLÍTICA DE CLASSIFICAÇÃO INDICATIVA

PORTARIA Nº 1.402, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2020

O COORDENADOR DE POLÍTICA DE CLASSIFICAÇÃO INDICATIVA - SUBSTITUTO, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto nos artigos 21, inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, inciso I, da Constituição Federal; artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, e com fundamento na Portaria MJ nº 1.189, de 03 de agosto de 2018 e na Portaria DPJUS nº 1 de 22 de abril de 2019, resolve classificar:

Série: MERLÍ - 3ª TEMPORADA (MERLÍ, Espanha - 2019)
Produtor(es): Hector Lozano
Distribuidor(es): NETFLIX
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de 16 (dezesseis) anos
Gênero: Drama
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de 16 (dezesseis) anos
Recomenda-se sua exibição a partir das 22 (vinte e duas) horas, quando apresentado em TV aberta
Contém: Violência , Conteúdo Sexual e Drogas Ilícitas
Processo: 08017.001182/2020-11

DAVID GONÇALVES ATHIAS

PORTARIA Nº 1.403, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2020

O COORDENADOR DE POLÍTICA DE CLASSIFICAÇÃO INDICATIVA - SUBSTITUTO, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto nos artigos 21, inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, inciso I, da Constituição Federal; artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, e com fundamento na Portaria MJ nº 1.189, de 03 de agosto de 2018 e na Portaria DPJUS nº 1 de 22 de abril de 2019, resolve classificar:

Show Musical: S&M2 (Reino Unido - 2019)
Produtor(es): Blackened Recordings Inc
Diretor(es): Wayne Isham
Distribuidor(es): Universal Music Ltda.
Classificação Pretendida: livre
Gênero: Musical
Classificação Atribuída: livre
Processo: 08017.001490/2020-46
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS EIRELI

DAVID GONÇALVES ATHIAS

PORTARIA Nº 1.404, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2020

O COORDENADOR DE POLÍTICA DE CLASSIFICAÇÃO INDICATIVA - SUBSTITUTO, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto nos artigos 21, inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, inciso I, da Constituição Federal; artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, e com fundamento na Portaria MJ nº 1.189, de 03 de agosto de 2018 e na Portaria DPJUS nº 1 de 22 de abril de 2019, resolve classificar:

Série: EMILY EM PARIS - 1ª TEMPORADA (EMILY IN PARIS, Estados Unidos da América - 2020)
Produtor(es): Darren Star
Distribuidor(es): NETFLIX
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de 14 (catorze) anos
Gênero: Drama/Comédia
Classificação Atribuída: não recomendado para m enores de 14 (catorze) anos
Recomenda-se sua exibição a partir das 21 (vinte e uma) horas, quando apresentado em TV aberta
Contém: Conteúdo Sexual , Drogas Lícitas e Linguagem Imprópria
Processo: 08017.001697/2020-11

DAVID GONÇALVES ATHIAS

PORTARIA Nº 1.405, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2020

O COORDENADOR DE POLÍTICA DE CLASSIFICAÇÃO INDICATIVA - SUBSTITUTO, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto nos artigos 21, inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, inciso I, da Constituição Federal; artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, e com fundamento na Portaria MJ nº 1.189, de 03 de agosto de 2018 e na Portaria DPJUS nº 1 de 22 de abril de 2019, resolve classificar:

Filme: THE BOYS IN THE BAND (Estados Unidos da América - 2020)
Diretor(es): Joe Mantello
Distribuidor(es): NETFLIX
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de 16 (dezesseis) anos
Gênero: Drama
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de 16 (dezesseis) anos
Recomenda-se sua exibição a partir das 22 (vinte e duas) horas, quando apresentado em TV aberta
Contém: Drogas , Conteúdo Sexual e Linguagem Imprópria
Processo: 08017.001707/2020-18

DAVID GONÇALVES ATHIAS

PORTARIA Nº 1.406, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2020

O COORDENADOR DE POLÍTICA DE CLASSIFICAÇÃO INDICATIVA - SUBSTITUTO, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto nos artigos 21, inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, inciso I, da Constituição Federal; artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, e com fundamento na Portaria MJ nº 1.189, de 03 de agosto de 2018 e na Portaria DPJUS nº 1 de 22 de abril de 2019, resolve classificar:

Série: COBRA KAI - 2ª TEMPORADA (COBRA KAI, Estados Unidos da América - 2020)
Distribuidor(es): NETFLIX
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de 12 (doze) anos
Gênero: Aventura/Comédia
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de 14 (catorze) anos
Recomenda-se sua exibição a partir das 21 (vinte e uma) horas, quando apresentado em TV aberta
Contém: Drogas , Violência e Conteúdo Sexual
Processo: 08017.001746/2020-15

DAVID GONÇALVES ATHIAS

PORTARIA Nº 1.407, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2020

O COORDENADOR DE POLÍTICA DE CLASSIFICAÇÃO INDICATIVA - SUBSTITUTO, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto nos artigos 21, inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, inciso I, da Constituição Federal; artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, e com fundamento na Portaria MJ nº 1.189, de 03 de agosto de 2018 e na Portaria DPJUS nº 1 de 22 de abril de 2019, resolve classificar:

Filme: UMA INVENÇÃO DE NATAL (JINGLE JANGLE: A CHRISTMAS JOURNEY, Estados Unidos da América - 2020)
Diretor(es): David E. Talbert
Distribuidor(es): NETFLIX
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de 10 (dez) anos
Gênero: Infantil
Classificação Atribuída: livre
Contém: Violência Fantasiosa
Processo: 08017.001878/2020-47

DAVID GONÇALVES ATHIAS

PORTARIA Nº 1.408, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2020

O COORDENADOR DE POLÍTICA DE CLASSIFICAÇÃO INDICATIVA - SUBSTITUTO, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto nos artigos 21, inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, inciso I, da Constituição Federal; artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, e com fundamento na Portaria MJ nº 1.189, de 03 de agosto de 2018 e na Portaria DPJUS nº 1 de 22 de abril de 2019, resolve classificar:

Filme: A PRINCESA E A PLEBEIA: UMA NOVA AVENTURA (THE PRINCESS SWITCH: SWITCHED AGAIN, Estados Unidos da América - 2020)
Diretor(es): Mike Rohl
Distribuidor(es): NETFLIX
Classificação Pretendida: livre
Gênero: Aventura
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de 10 (dez) anos
Contém: Violência e Drogas Lícitas
Processo: 08017.001927/2020-41

DAVID GONÇALVES ATHIAS

PORTARIA Nº 1.409, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2020

O COORDENADOR DE POLÍTICA DE CLASSIFICAÇÃO INDICATIVA - SUBSTITUTO, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto nos artigos 21, inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, inciso I, da Constituição Federal; artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, e com fundamento na Portaria MJ nº 1.189, de 03 de agosto de 2018 e na Portaria DPJUS nº 1 de 22 de abril de 2019, resolve classificar:

Título: THORDEZILHAS: OCEANO DESCONHECIDO (Brasil - 2020)
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de 16 (dezesseis) anos
Categoria: Fantasia/Capa e Espada
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de 18 (dezoito) anos
Contém: Drogas Lícitas e Violência Extrema
Processo: 08017.001941/2020-45
Requerente: MÔNICA LIMA DE FARIA

A classificação da obra desta Portaria é baseada apenas no texto do respectivo livro.

Consequências adversas motivadas pela prática dos jogos de RPG são de responsabilidade exclusiva de seus autores e editores.

DAVID GONÇALVES ATHIAS

PORTARIA Nº 1.410, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2020

O COORDENADOR DE POLÍTICA DE CLASSIFICAÇÃO INDICATIVA - SUBSTITUTO, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto nos artigos 21, inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, inciso I, da Constituição Federal; artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, e com fundamento na Portaria MJ nº 1.189, de 03 de agosto de 2018 e na Portaria DPJUS nº 1 de 22 de abril de 2019, resolve classificar:

Título: MONSTER HUNTER STORIES 2: WINGS OF RUIN (Estados Unidos da América - 2021)
Produtor(es): CAPCOM U.S.A., INC.
Distribuidor(es): Plataforma pgto local eShop Nintendo
Classificação Pretendida: Não Informado
Categoria: Aventura/RPG
Plataforma: Nintendo Switch
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de 12 (doze) anos
Contém: Violência
Processo: 08017.001952/2020-25
Requerente: CAPCOM U.S.A., INC

DAVID GONÇALVES ATHIAS

CONSELHO ADMINISTRATIVO DE DEFESA ECONÔMICA

SUPERINTENDÊNCIA-GERAL

DESPACHOS DE 1º DE DEZEMBRO DE 2020

Nº 1.442/2020. Ato de Concentração nº 08700.005815/2020-51. Requerentes: Cheplapharm Arzneimittel GmbH e F. Hoffmann - La Roche Ltd. Decido pelo não conhecimento da operação.

Nº 1.449/2020. Ato de Concentração nº 08700.005827/2020-86. Requerentes: Ford-Werke GmbH e Magna PowerTrain GmbH. Advogados: Alexandre Ditzel Faraco, Mariana Tavares de Araujo, Gabriela Costa Carvalho Forsman, Mauro Grinberg e Karen Ruback. Decido pela aprovação sem restrições.

Nº 1.455/2020. Ato de Concentração nº 08700.003553/2020-91. Requerentes: Hypera S.A. e Takeda Pharmaceuticals International AG. Advogados: Bárbara Rosenberg, Ricardo Gaillard, Paulo Leonardo Casagrande e outros. Terceiro Interessado: EMS S.A. Procuradores: Gesner Oliveira, Pedro Silva Scazufca e Andréa Zaitune Curi. Com fulcro no §1º do art. 50 da Lei 9.784/99, integro as razões do Parecer Técnico nº 17/2020/CGAA1/SGA1/SG (0840496) à presente decisão, inclusive quanto à sua motivação. Nos termos dos arts. 13, XII, e art. 57, II, da Lei nº 12.529/2011, decido pela impugnação ao Tribunal do presente ato de concentração.

Nº 1.454/2020. Ato de Concentração nº 08700.005984/2020-91. Requerentes: Bracell SP Celulose Ltda., Turvinho Participações Ltda. e Suzano S.A. Advogados: José Carlos da Matta Berardo, Elen Caroline Correia Lizas, Juliana Maia Daniel Pinheiro e Diogo Maron Pinheiro Alves. Decido pela aprovação sem restrições.

Nº 1.449/2020. Ato de Concentração nº 08700.005827/2020-86. Requerentes: Ford-Werke GmbH e Magna PowerTrain GmbH. Advogados: Alexandre Ditzel Faraco, Mariana Tavares de Araujo, Gabriela Costa Carvalho Forsman, Mauro Grinberg e Karen Ruback. Decido pela aprovação sem restrições.

ALEXANDRE CORDEIRO MACEDO
Superintendente-Geral

Ministério de Minas e Energia

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 437, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2020

O MINISTRO DE ESTADO DE MINAS E ENERGIA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso II, da Constituição, tendo em vista o disposto na Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995, no art. 2º, § 1º, do Decreto nº 9.271, de 25 de janeiro de 2018, na Portaria Interministerial MME/ME nº 1, de 7 de dezembro de 2020, e o que consta no Processo nº 48300.002700/2019-07, resolve:

Art. 1º Estabelecer condições complementares à outorga de novo Contrato de Concessão cujo objeto é o conjunto de Usinas Hidrelétricas - UHEs da Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica - CEEE-GT, constantes do Anexo, que totalizam 920.416 kW de capacidade instalada, nos termos do art. 2º do Decreto nº 9.271, de 25 de janeiro de 2018.

§ 1º A Concessão a ser outorgada ao novo Concessionário será pelo prazo de trinta anos, contado a partir da data de sua assinatura.

§ 2º O Regime de Concessão das Usinas do Anexo será a Produção Independente de Energia Elétrica, nos termos do art. 1º, § 2º, inciso IV, do Decreto nº 9.271, de 2018, com disponibilidade da energia para o novo Concessionário a partir de 1º de janeiro de 2022, a exceção da UHE Itaúba, com disponibilidade de energia a partir da assinatura do novo Contrato de Concessão.

§ 3º Os montantes de energia decorrentes da redução da quantidade contratada pelos agentes de distribuição deverão ser tratados como de reposição, nos termos estabelecidos no art. 24, § 1º, inciso II, do Decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004, a partir de 1º de janeiro de 2022.

§ 4º O novo Concessionário se obrigará, sob pena de Caducidade da Concessão, a realizar as seguintes atividades para as Usinas Hidrelétricas Itaúba, Passo Real e Jacuí:

I - elaborar os Estudos de Viabilidade Técnica e Econômica para identificação do Aproveitamento Ótimo, considerando as estruturas civis existentes e os estudos prévios já efetuados pela Empresa de Pesquisa Energética - EPE, no prazo de trinta e seis meses da data de assinatura do Contrato de Concessão; e

II - implantar o Aproveitamento Ótimo, caso seja economicamente viável, em até noventa e seis meses da assinatura do Contrato de Concessão.

§ 5º O Concessionário deverá assinar o Contrato de Concessão em até quinze dias após a sua convocação pela Agência Nacional de Energia Elétrica - Aneel.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

BENTO ALBUQUERQUE

ANEXO

Relação de Usinas da CEEE-GT

Usina	Tipo	Nome do Empreendimento	Potência (kW)	Município
UHE.PH.RS.027019-9	UHE	Itaúba	500.400,00	Pinhal Grande (RS)
UHE.PH.RS.001217-3	UHE	Jacuí	180.000,00	Salto do Jacuí (RS)
UHE.PH.RS.002003-6	UHE	Passo Real	158.000,00	Salto do Jacuí (RS)
UHE.PH.RS.000635-1.01	UHE	Canastra	44.800,00	Canela (RS)
UHE.PH.RS.000324-7.01	UHE	Bugres	19.200,00	Canela (RS)
PCH.PH.RS.001998-4.01	PCH	Passo do Inferno	1.490,00	São Francisco de Paula (RS)
PCH.PH.RS.001085-5.01	PCH	Herval	1.520,00	Santa Maria do Herval (RS)
PCH.PH.RS.000654-8.01	PCH	Capigui	4.470,00	Passo Fundo (RS)
PCH.PH.RS.000898-2.01	PCH	Ernestina	4.960,00	Ernestina (RS)
PCH.PH.RS.001076-6.01	PCH	Guarita	1.760,00	Erval Seco (RS)
PCH.PH.RS.026730-9.01	PCH	Santa Rosa	1.580,00	Três de Maio (RS)
PCH.PH.RS.000976-8.01	PCH	Forquilha	1.118,00	Maximiliano de Almeida (RS)
PCH.PH.RS.027405-4.01	PCH	Ijuizinho	1.118,00	Eugênio de Castro (RS)

PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 1, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2020

OS MINISTROS DE ESTADO DE MINAS E ENERGIA E DA ECONOMIA, no uso da atribuição que lhes confere o art. 87, parágrafo único, inciso II, da Constituição, tendo em vista o disposto na Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995, no art. 2º, § 1º, do Decreto nº 9.271, de 25 de janeiro de 2018, e o que consta no Processo nº 48300.002700/2019-07, resolvem:

Art. 1º Estabelecer o valor mínimo e a forma de pagamento da outorga de concessão de geração de energia elétrica condicionada à outorga de novo Contrato de Concessão cujo objeto é o conjunto de Usinas Hidrelétricas - UHEs constantes do Anexo, que totalizam 920.416 kW de capacidade instalada, a ser concedido à Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica - CEEE-GT, concessionária de geração de energia elétrica, nos termos do art. 2º do Decreto nº 9.271, de 25 de janeiro de 2018.

§ 1º O valor mínimo de outorga de concessão de geração de energia elétrica para as Usinas constantes do Anexo será de R$ 1.395.760.871,51 (um bilhão, trezentos e noventa e cinco milhões, setecentos e sessenta mil, oitocentos e setenta e um reais e cinquenta e um centavos).

§ 2º O pagamento da outorga de concessão dar-se-á em parcela única, em até vinte dias, contados do ato da assinatura do novo Contrato de Concessão.

§ 3º A adesão ao Contrato de Concessão implica na renúncia, por parte do novo concessionário, a qualquer direito de indenização por investimentos ainda não amortizados referentes ao Projeto Básico da UHE Itaúba.

§ 4º O valor de que trata o § 1º deverá ser atualizado, pro rata die, pela Taxa Referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia - SELIC para títulos federais, a partir de 1º de julho de 2021, até a data do efetivo pagamento da outorga, caso a assinatura do novo Contrato de Concessão ocorra após 1º de julho de 2021.

§ 5º Nos termos do art. 3º, § 3º, do Decreto nº 9.271, de 2018, para a apuração do valor de outorga de concessão devido, deverá ser adicionado ao valor mínimo de outorga de concessão de que trata o § 1º a multiplicação deste valor mínimo pelo percentual de ágio sobre o valor mínimo para aquisição das ações a serem alienadas para fins de transferência de controle societário da CEEE-GT, obtido quando da seleção do vencedor no Leilão de Privatização, conforme expressão a seguir:

VO = VMO + VMO * PA

Onde:

VO = valor de outorga de concessão;

VMO = valor mínimo de outorga de concessão de que trata o § 1º; e

PA = percentual de ágio sobre o valor mínimo para aquisição das ações a serem alienadas quando da seleção do vencedor do Leilão.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

BENTO ALBUQUERQUE
Ministro de Estado de Minas e Energia

PAULO GUEDES
Ministro de Estado da Economia

ANEXO

Relação de Usinas da CEEE-GT

Usina	Tipo	Nome do Empreendimento	Potência (kW)	Município
UHE.PH.RS.027019-9	UHE	Itaúba	500.400,00	Pinhal Grande (RS)
UHE.PH.RS.001217-3	UHE	Jacuí	180.000,00	Salto do Jacuí (RS)
UHE.PH.RS.002003-6	UHE	Passo Real	158.000,00	Salto do Jacuí (RS)
UHE.PH.RS.000635-1.01	UHE	Canastra	44.800,00	Canela (RS)
UHE.PH.RS.000324-7.01	UHE	Bugres	19.200,00	Canela (RS)
PCH.PH.RS.001998-4.0	PCH	Passo do Inferno	1.490,00	São Francisco de Paula (RS)
PCH.PH.RS.001085-5.01	PCH	Herval	1.520,00	Santa Maria do Herval (RS)
PCH.PH.RS.000654-8.01	PCH	Capigui	4.470,00	Passo Fundo (RS)
PCH.PH.RS.000898-2.01	PCH	Ernestina	4.960,00	Ernestina (RS)
PCH.PH.RS.001076-6.01	PCH	Guarita	1.760,00	Erval Seco (RS)
PCH.PH.RS.026730-9.01	PCH	Santa Rosa	1.580,00	Três de Maio (RS)
PCH.PH.RS.000976-8.01	PCH	Forquilha	1.118,00	Maximiliano de Almeida (RS)
PCH.PH.RS.027405-4.01	PCH	Ijuizinho	1.118,00	Eugênio de Castro (RS)

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ENERGÉTICO

PORTARIA Nº 431, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2020

O SECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ENERGÉTICO DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pelo art. 1º, inciso I, da Portaria MME nº 281, de 29 de junho de 2016, tendo em vista o disposto no art. 6º do Decreto nº 6.144, de 3 de julho de 2007, e no art. 4º da Portaria MME nº 318, de 1º de agosto de 2018, resolve:

Processo nº 48500.005729/2020-10. Interessada: Interligação Elétrica Itaúnas S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 25.197.233/0001-57. Objeto: Aprovar o enquadramento no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura - REIDI do projeto de reforço em instalação de transmissão de energia elétrica, objeto do Contrato de Conexão às Instalações de Transmissão - CCT IE Itaúnas nº 001/2020, de 13 de outubro de 2020, de titularidade da interessada.

A íntegra desta Portaria consta nos autos e encontra-se disponível no endereço eletrônico http://www.mme.gov.br/web/guest/secretarias/planejamento-e-desenvolvimento-energetico/reidi/repenec.

PAULO CESAR MAGALHÃES DOMINGUES

AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA

DESPACHO Nº 3.429, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2020

O DIRETOR GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, tendo em vista deliberação da Diretoria e o que consta do Processo no 48500.003421/2019-04, decide homologar a proposta de acordo a ser firmado entre a Energisa Rondônia - Distribuidora de Energia S.A. - Energisa Rondônia e a Termo Norte Energia S.A. - Termo Norte, resultante de ações de mediação administrativas da ANEEL, atinente ao Termo de Rescisão do Contrato de Suprimento de Energia Elétrica nº SUP 1.O.S.0056.0, no sentido de: (i) determinar que, em prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contado da publicação desta decisão, as partes devem encaminhar à Superintendência de Mediação Administrativa, Ouvidoria Setorial e Participação Pública (SMA) versão final do acordo, respeitando dos demais itens desta decisão, devidamente assinada; (ii) estabelecer que os recursos financeiros necessários à quitação do pagamento indicado no citado Termo de Rescisão, considerando a competência de janeiro de 2021, sejam alocados como despesa a ser coberta pelo orçamento anual da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE de 2021, considerando a utilização de recursos orçamentários não executados em 2020, somados àqueles programados ordinariamente para os reembolsos mensais ao longo de 2021; (iii) autorizar à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE a promover o pagamento à Termo Norte do valor disposto no item (ii); (iv) autorizar à CCEE a promover o encerramento do Contrato de Suprimento de Energia Elétrica nº SUP 1.0.S.0056.0, sem ônus às partes signatárias; (v) determinar à Termo Norte, à Energisa Rondônia e a Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A - Eletronorte, a assinatura de aditivo ao Contrato de Conexão às Instalações de Transmissão - CCT nº 004/2015, de modo que a Termo Norte assuma as obrigações perante o agente de transmissão; (vi) autorizar o Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS a rescindir o Contrato de Uso do Sistema de Transmissão (CUST) nº 61/2013, afastando o § 6º do art. 5º da Resolução Normativa nº 666, de 2015; (vii) suspender a operação comercial das unidades geradoras da UTE Termo Norte II, em caráter temporário, até 30 de agosto de 2023, nos termos do estabelecido pela Resolução Normativa nº 583, de 2013, sem prejuízo da retomada da condição de operação comercial, antes do prazo indicado, caso sejam atendidas as condições estabelecidas na Resolução Normativa nº 583, de 2013; e, (viii) autorizar o ONS a firmar CUST, na modalidade geração com montante de uso nulo, e carga em montante a ser declarado, com validade até 30 de agosto de 2023, afastadas sanções por encerramento antecipado, mas mantidas as demais disposições da Resolução Normativa nº 666, de 2015, e nos Procedimentos de Rede

ANDRÉ PEPITONE DA NÓBREGA

PORTARIA Nº 6.592, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2020

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA-ANEEL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso IV do art. 16 do Anexo à Portaria MME nº 349, de 28 de novembro de 1997, considerando o disposto no art. 14 da Lei nº 9.986, de 18 de julho de 2000, que dispõe sobre gestão de recursos humanos das Agências Reguladoras e dá outras providências, de acordo com deliberação da Diretoria e o que consta do Processo nº 48500.005986/2005-23, resolve:

Art. 1º Fixar a distribuição dos quantitativos de cargos comissionados da ANEEL, conforme quadro abaixo:

QUADRO DEMONSTRATIVO DOS CARGOS COMISSIONADOS		
CARGO COMISSIONADO DE	CÓDIGO	QUANTITATIVO
DIREÇÃO	CD I CD II	01 04
GERÊNCIA EXECUTIVA	CGE I CGE II CGE III CGE IV	19 03 19 14
ASSESSORIA	CA I CA II CA III	06 04 17
ASSISTÊNCIA	CAS I CAS II	01 02
TÉCNICO	CCT V CCT IV CCT III CCT II CCT I	19 87 02 44 53

Art. 2º O custo total dos cargos comissionados, com as alterações, passa a ser de R$ 1.374.058,79 (um milhão, trezentos e setenta e quatro mil, cinquenta e oito reais e setenta e nove centavos), inferior ao valor de R$ 1.377.578,83 (um milhão, trezentos e setenta e sete mil, quinhentos e setenta e oito reais e oitenta e três centavos) definido pela Lei nº 9.986/2000.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRÉ PEPITONE DA NÓBREGA

SUPERINTENDÊNCIA DE CONCESSÕES E AUTORIZAÇÕES DE GERAÇÃO

DESPACHO Nº 3.437, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2020

Processos nºs: listados no ANEXO I. Interessado: CEI Solar Empreendimentos Energéticos S.A. Decisão: revogar, a pedido do interessado, os Despachos relacionados no ANEXO I deste Despacho, em favor da empresa CEI Solar Empreendimentos Energéticos S.A., inscrita sob o CNPJ nº 14.889.951/0001-78, titular dos Despachos de Registro de Requerimento de Outorga - DROs das Centrais Geradoras Fotovoltaicas - UFVs indicadas no ANEXO I, localizadas no município de Francisco Sá, estado de Minas Gerais. A íntegra deste despacho consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

CARLOS EDUARDO CABRAL CARVALHO
Superintendente de Concessões e Autorizações de Geração

DESPACHO Nº 3.442, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2020

Processo nº 48500.002352/2019-11 Interessado: Gold Comercialização de Energia Ltda. Decisão: inscrita no CNPJ nº 30.483.222/0001-73, bem como alterar o endereço da sede da empresa. Objeto do Despacho nº 2.063, de 2019. A íntegra deste despacho consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

CARLOS EDUARDO CABRAL CARVALHO
Superintendente de Concessões e Autorizações de Geração

SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE GERAÇÃO

DESPACHO N° 3.444, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2020

Processo nº 48500.002546/2013-13. Interessados: Salto do Guassupi Energética S.A. Decisão: Liberar as unidades geradoras para início da operação em teste a partir de 9 de dezembro de 2020. Usina: PCH Salto do Guassupi. Unidades Geradoras: UG1, de 6.250 kW, UG2, de 6.250 kW e UG3, de 207 kW. Localização: Municípios de Júlio de Castilho e São Martinho da Serra, estado do Rio Grande do Sul. A íntegra deste Despacho consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

GENTIL NOGUEIRA DE SÁ JÚNIOR
Superintendente de Fiscalização dos Serviços de Geração

RETIFICAÇÃO

No Despacho nº 3.426, de 4 de dezembro de 2020, publicado em resumo no DOU n° 233, de 7/12/2020, seção 1, p. 61, onde se lê: "EOL Serra do Fogo", leia-se: "EOL Teiú 3".

SUPERINTENDÊNCIA DE REGULAÇÃO DOS SERVIÇOS DE DISTRIBUIÇÃO

DESPACHO Nº 3.438, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2020

O SUPERINTENDENTE DE REGULAÇÃO DOS SERVIÇOS DE DISTRIBUIÇÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso da atribuição que lhe foi delegada, por meio da Portaria 4.845/2017, e no que consta dos processos 48500.004216/2020-91 resolve conhecer os pedidos interpostos pela Invictus Energia Fazenda Solar III Ltda. para postergação da cobrança do MUSD da UFV Invictus e, no mérito, negar-lhes provimento.

CARLOS ALBERTO CALIXTO MATTAR

AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO

DESPACHOS
Relação nº 470/2020

Fase de Requerimento de Pesquisa

O SUPERINTENDENTE DE PESQUISA E RECURSOS MINERAIS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, no uso da competência delegada pela Resolução nº 31/2020 e com fundamento no disposto no Decreto-Lei nº 227/1967 e na Lei 13.575/2017, outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 3 anos, vigência a partir dessa publicação:(323)

5200/2020-844.024/2020-ANTONIO FERNANDO DE HOLANDA JUNIOR-

5201/2020-844.025/2020-C. FERNANDO R. DA PAZ & CIA LTDA.-

CARLOS CORDEIRO RIBEIRO
Superintendente

SUPERINTENDÊNCIA DE PESQUISA E RECURSOS MINERAIS

ALVARÁ Nº 5.199, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2020

Fase de Autorização de Pesquisa

O SUPERINTENDENTE DE PESQUISA E RECURSOS MINERAIS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, no uso da competência delegada pela Portaria SEI nº 32/2019 e com fundamento no disposto no Decreto-Lei nº 227/1967 e na Lei 13.575/2017, outorga o seguinte Alvará de Pesquisa, prazo 2 ano(s), vigência a partir dessa publicação: (322)

48081.844041/2020-36-AGROPECUARIA ALMEIDA LTDA (Documento SEI: 2009003)

CARLOS CORDEIRO RIBEIRO

ALVARÁ Nº 5.198, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2020

Fase de Autorização de Pesquisa

O SUPERINTENDENTE DE PESQUISA E RECURSOS MINERAIS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, no uso da competência delegada pela Portaria SEI nº 32/2019 e com fundamento no disposto no Decreto-Lei nº 227/1967 e na Lei 13.575/2017, outorga o seguinte Alvará de Pesquisa, prazo 3 ano(s), vigência a partir dessa publicação: (323)

48054.831634/2020-60-Thyago Germano Palhares (Documento SEI: 2008716)

CARLOS CORDEIRO RIBEIRO

AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS

DIRETORIA IV

SUPERINTENDÊNCIA DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA

AUTORIZAÇÃO SDL-ANP Nº 886, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2020

A SUPERINTENDENTE ADJUNTA DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 265, de 10 de setembro de 2020, tendo em vista o disposto na Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, considerando as disposições da Resolução SDL-ANP nº 784, de 26 de abril de 2019, e o que consta do processo nº 48610.210176/2020-78, resolve: autorizar a empresa TRR MONTE SINAI LTDA, CNPJ nº 05.123.356/0001-36, a operar a instalação de transportador revendedor retalhista (TRR), localizada a Av. Goiás, Esquina com Rua 05, Setor Sul. Portelândia/GO, CEP 75.835-000 [Coordenadas Geográficas Aproximadas (Latitude, Longitude): -17:36:01,160; -52:67:77,100 (SIRGAS 2000)]. A capacidade total de armazenamento é de 120,00 m³. Fica revogada a Autorização ANP nº 360 de 18/10/2004.

TQ	Ø (m)	Altura/ Comp. (m)	Capacidade (m³)	Classe	Tipo
01	2,55	12,00	60,00	II e III	Horizontal aéreo
02	2,55	12,00	60,00	II e III	Horizontal aéreo

PATRICIA HUGUENIN BARAN

AUTORIZAÇÃO SDL-ANP Nº 887, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2020

A SUPERINTENDENTE ADJUNTA DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 265, de 10 de setembro de 2020, tendo em vista o disposto na Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, considerando as disposições da Resolução ANP nº 49, de 30 de novembro de 2016, e considerando o que consta no Processo nº 48610.218181/2020-29, resolve: autorizar a empresa NGC DISTRIBUIDORA DE GAS LTDA - CNPJ nº 37.351.011/0014-40, a exercer a atividade de filial de Distribuidor de Gás Liquefeito de Petróleo (GLP) envasado e a granel.

PATRICIA HUGUENIN BARAN

AUTORIZAÇÃO SDL-ANP Nº 888, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2020

A SUPERINTENDENTE ADJUNTA DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 265, de 10 de setembro de 2020, tendo em vista o disposto na Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, considerando as disposições da Resolução SDL-ANP nº 784, de 26 de abril de 2019, e o que consta do processo nº 48610.205998/2020-37, resolve: autorizar a empresa RAIZEN COMBUSTÍVEIS S.A., CNPJ nº 33.453.598/0092-60, a operar a instalação de distribuidor de combustíveis líquidos, exceto combustíveis de aviação localizada a EF-151 - Ferrovia Norte-Sul - Pátio de Integração Multimodal de Porto Nacional - Lote 14, Porto Nacional - TO, [Coordenadas Geográficas Aproximadas (Latitude, Longitude): -10:12:34,020; -48:33:10,740 (SIRGAS 2000)]. A capacidade total de armazenamento é de 13.764,86 m³. Fica revogada a Autorização SDL-ANP Nº 136 de 01 de abril de 2014.

TQ	Ø (m)	Altura/ Comp. (m)	Capacidade (m³)	Classe	Tipo
01	15,29	14,92	2.768,00	II e III	Vertical aéreo
02	15,26	14,95	2.759,00	I, II e III	Vertical aéreo
03	15,29	14,95	2.768,00	II e III	Vertical aéreo
04	15,29	14,94	2.770,00	I, II e III	Vertical aéreo
05	9,42	14,94	1.049,00	I, II e III	Vertical aéreo
06	9,43	14,94	1.050,00	I, II e III	Vertical aéreo
337 A	3,82	13,19	150,73	II e III	Horizontal skid
337 B	3,81	13,13	150,02	II e III	Horizontal skid
337 C	3,82	13,13	150,12	II e III	Horizontal skid
337 D	3,81	13,13	149,99	III	Horizontal skid

PATRÍCIA HUGUENIN BARAN

AUTORIZAÇÃO SDL-ANP Nº 889, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2020

A SUPERINTENDENTE ADJUNTA DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 265, de 10 de setembro de 2020, tendo em vista o disposto na Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, considerando as disposições da Resolução ANP nº 777, de 05/04/2019, e considerando o que consta no Processo nº 48610.218669/2020-56, resolve: autorizar a empresa HELISUL TÁXI AÉREO LTDA - CNPJ nº 75.543.611/0001-85, a exercer a atividade de Agente de Comércio Exterior. Fica revogada a Autorização SDL-ANP nº 104, de 16 de maio de 2002.

PATRICIA HUGUENIN BARAN

AUTORIZAÇÃO SDL-ANP Nº 890, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2020

A SUPERINTENDENTE ADJUNTA DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 265, de 10 de setembro de 2020, tendo em vista o disposto na Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, considerando as disposições da Resolução ANP nº 777, de 05/04/2019, e considerando o que consta no Processo nº 48610.218518/2020-06, resolve: autorizar a empresa SOGEFI SUSPENSION BRASIL LTDA. - CNPJ nº 02.042.860/0001-13, a exercer a atividade de Agente de Comércio Exterior.

PATRICIA HUGUENIN BARAN

AUTORIZAÇÃO SDL-ANP Nº 891, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2020

A SUPERINTENDENTE ADJUNTA DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 265, de 10 de setembro de 2020, tendo em vista o disposto na Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, considerando as disposições da Resolução ANP nº 777, de 05/04/2019, e considerando o que consta no Processo nº 48610.218934/2020-04, resolve: autorizar a empresa GOIASMIX LUBRIFICANTES LTDA - CNPJ nº 36.673.906/0001-14, a exercer a atividade de Autorização para o Exercício da Atividade de Agente de Comércio Exterior.

PATRÍCIA HUGUENIN BARAN

AUTORIZAÇÃO SDL-ANP Nº 892, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2020

A SUPERINTENDENTE ADJUNTA DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 265, de 10 de setembro de 2020, tendo em vista o disposto na Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, considerando as disposições da Resolução ANP nº 777, de 05/04/2019, e considerando o que consta no Processo nº 48610.218435/2020-17, resolve: autorizar a empresa ANLEX INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE LUBRIFICANTES LTDA - CNPJ 05.812.074/0001-46, a exercer a atividade de Agente de Comércio Exterior.

PATRÍCIA HUGUENIN BARAN

AUTORIZAÇÃO SDL-ANP Nº 893, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2020

A SUPERINTENDENTE ADJUNTA DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 265, de 10 de setembro de 2020, tendo em vista o disposto na Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, considerando as disposições da Resolução SDL-ANP nº 784, de 26 de abril de 2019, e o que consta do processo nº 48610.205066/2019-51, resolve: autorizar a empresa SIMARELLI DISTRIBUIDORA DE DERIVADOS DE PETRÓLEO LTDA., CNPJ nº 00.942.246/0005-06, a operar a instalação de distribuidor de combustíveis líquidos, exceto combustíveis de aviação, localizada na Rua Alan Boa Ventura, nº 178, sala 2, Vila Eliane, Campo Grande/MS, CEP: 79.103-240 [Coordenadas Geográficas Aproximadas (Latitude, Longitude): -20:27:02,20;-54:41:15,50 (SIRGAS 2000)]. A capacidade total de armazenamento é de 950,00 m³. Fica revogado o Despacho do Diretor-Geral em exercício Nº 208, de 28 de maio de 1998.

TQ	Ø (m)	Altura/ Comp. (m)	Capacidade Nominal (m³)	Classe	Tipo
01	8,00	6,00	300,00	II e III	Vertical aéreo
02	6,00	5,40	150,00	I, II e III	Vertical aéreo
03	6,00	5,40	150,00	I, II e III	Vertical aéreo
04	6,90	5,40	200,00	I, II e III	Vertical aéreo
07	2,55	8,85	45,00	II e III	Horizontal aéreo
08	2,55	8,85	45,00	II e III	Horizontal aéreo
09	2,55	6,00	30,00	IIIB	Horizontal aéreo
10	2,55	6,00	30,00	IIIB	Horizontal aéreo

PATRÍCIA HUGUENIN BARAN

DESPACHO SDL-ANP Nº 991, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2020

O SUPERINTENDENTE DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 265, de 10 de setembro de 2020, tendo em vista o disposto na Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997 e no art. 23, I, c da Resolução ANP nº 20/2009, considerando o que consta no Processo nº 48600.200075/2020-16, torna público o cancelamento a pedido da Autorização nº 597/2010 para o Exercício de Atividade de Coletor de Óleos Lubrificantes Usados ou Contaminados outorgada à FÁBRICA QUÍMICA PETRÓLEO E DERIVADOS LTDA, sociedade localizada na Avenida Jamil Nahas, nº 1.071, Bairro Pólo Empresarial Oeste - CEP:79.108-680 - Campo Grande/MS, inscrita no CNPJ sob o nº 05.853.347/0001-09.

CEZAR CARAM ISSA

DESPACHO SDL-ANP Nº 992, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2020

A SUPERINTENDENTE ADJUNTA DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 265, de 10 de setembro de 2020, com base na Resolução ANP nº 41 de 06 de novembro de 2013, torna pública a outorga das seguintes autorizações para o exercício da atividade de revenda varejista de combustíveis automotivos:

Nº de Registro	Razão Social	CNPJ	Processo
PR/MG0204953	APEC VEICULOS S/A	17.078.536/0011-02	48610.006311/2020-82
PR/BA0205036	APSJ PLANALTO AUTO POSTO LTDA	37.329.876/0001-96	48610.005280/2020-42
PR/MG0205028	AUTO LUBRIFICANTE CARMO DE MINAS LTDA	37.470.992/0001-20	48610.007182/2020-40
PR/PR0205024	AUTO POSTO ANGICO LTDA	24.388.950/0001-01	48610.007065/2020-86
PR/PA0205022	AUTO POSTO APARECIDA EIRELI	34.534.822/0001-74	48610.005817/2020-74
PR/PR0204946	AUTO POSTO CARRO DE BOI LTDA	31.010.123/0001-37	48610.006804/2020-12
PR/RJ0205056	AUTO POSTO DE COMBUSTIVEIS NITEROI 1LTDA	35.047.642/0001-20	48610.007260/2020-14
PR/MG0204945	AUTO POSTO DOIS IRMAOS EIRELI	17.258.417/0001-51	48610.003357/2020-40
PR/AM0205044	AUTO POSTO MACHADO EIRELI	30.155.701/0001-60	48610.007101/2020-10
PR/PR0204943	AUTO POSTO MAX FOZ LTDA	37.639.631/0001-65	48610.007338/2020-92
PR/RN0204948	AUTO POSTO SAO TOME LTDA	04.839.900/0010-79	48610.007163/2020-13
PR/RO0204950	AUTO POSTO TEIXEIRAO COMERCIO DE COMBUSTIVEIS LTDA	23.147.266/0001-67	48610.000449/2020-78
PR/PR0205018	AUTO POSTO TONIATTO LTDA	37.000.010/0001-37	48610.006688/2020-31
PR/AL0205027	AUTO POSTO TREVO DO FRANCES LTDA	34.193.732/0001-67	48610.006648/2020-90
PR/RS0205023	BOHRER MIGUEL COMERCIO DE COMBUSTIVEIS LTDA	28.053.659/0003-97	48610.007144/2020-97
PR/PE0205031	C M A COMERCIO VAREJISTA DE COMBUSTIVEIS E LUBRIFICANTES LTDA	39.362.634/0001-20	48610.007295/2020-45
PR/RS0205040	COMERCIO DE COMBUSTIVEIS CODORNA EIRELI	31.373.058/0002-95	48610.007312/2020-44
PR/RS0204955	COMERCIO DE COMBUSTIVEIS MONTANHA LTDA	38.199.046/0001-54	48610.006860/2020-57

PR/PE0204954	DOMINGOS & LIRA COMERCIO DE COMBUSTIVEIS LTDA	33.342.917/0001-23	48610.006149/2020-01
PR/PR0205025	E MENEGATTI COMERCIO DE COMBUSTIVEIS LTDA	33.566.943/0001-35	48610.007360/2020-32
PR/PE0205016	E S DA ROCHA JUNIOR COMBUSTIVEIS EIRELI	26.364.799/0001-99	48610.004616/2019-16
PR/CE0205043	FREITAS & MACIEL COMERCIO DE PETROLEO E SERVICOS LTDA	13.822.944/0002-77	48610.007412/2020-71
PR/PI0205026	GEOVANY RIBEIRO ROSARIO EIRELI	34.705.958/0001-08	48610.007210/2020-29
PR/MG0205019	GILMAR EDSON MACHADO POSTO DE COMBUSTIVEIS	00.441.017/0001-84	48610.006628/2020-19
PR/MG0204947	IPE COMERCIO DE DERIVADOS DE PETROLEO LTDA	17.103.433/0003-37	48610.006526/2020-01
PR/MT0204952	ISYS FERNANDA MACHADO FERNANDES RODRIGUES - EIRELI	28.468.996/0001-83	48610.005540/2020-80
PR/PA0205039	J P COMERCIO E TRANSPORTE DE COMBUSTIVEL LTDA	05.731.972/0002-50	48610.003308/2020-15
PR/SP0205041	LAGO AZUL COMBUSTIVEIS LTDA	38.441.455/0001-15	48610.006464/2020-20
PR/PE0204951	POSTO DE COMBUSTIVEIS JOAO DIAS RAMALHO EIRELI	22.103.127/0003-30	48610.007192/2019-41
PR/MG0205058	POSTO DO FABBRI LTDA	39.378.735/0001-99	48610.007367/2020-54
PR/PA0205042	POSTO GALEGO LTDA	20.452.167/0002-81	48610.007385/2020-36
PR/GO0205020	POSTO INDEPENDENCIA AUTO CENTER LTDA	30.996.070/0001-02	48610.007194/2020-74
PR/GO0205029	POSTO JM EIRELI	01.698.489/0002-60	48610.006985/2020-87
PR/RS0204996	POSTO LA CORUNHA COMERCIO DE COMBUSTIVEIS LTDA	38.429.036/0001-68	48610.007085/2020-57
PR/ES0205021	POSTO LONGUI LTDA.	30.547.129/0001-85	48610.006951/2020-92
PR/SC0204944	POSTO VALE EUROPEU LTDA	39.286.724/0001-89	48610.007340/2020-61
PR/RJ0205037	PUROGAS POSTO DE ABASTECIMENTO LTDA	33.446.930/0001-22	48610.005247/2020-12
PR/RS0205017	RETAM COMERCIO DE COMBUSTIVEIS E TRANSPORTES LTDA	36.932.682/0001-18	48610.006549/2020-16
PR/RO0204949	S.A BENLHZ COMERCIO DE COMBUSTIVEL EIRELI	38.030.768/0001-80	48610.005311/2020-65
PR/PR0205057	SANTARE COMERCIO DE COMBUSTIVEIS LTDA	19.181.469/0001-00	48610.006061/2020-81
PR/PA0205030	SH COMERCIO DE COMBUSTIVEIS E LUBRIFICANTES EIRELI	09.538.713/0006-92	48610.006325/2020-04

PATRICIA HUGUENIN BARAN

DESPACHO SDL-ANP Nº 993, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2020

A SUPERINTENDENTE ADJUNTA DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 265, de 10 de setembro de 2020, com base na Resolução ANP nº 51, de 02 de dezembro de 2016, torna pública a outorga das seguintes autorizações para o exercício da atividade de revenda de gás liquefeito de petróleo - GLP, observado:

I) as instalações dos revendedores ora autorizados foram vistoriadas por instituições de bombeiros, atendendo os requisitos de segurança, e se encontram limitadas às quantidades máximas de armazenamento de GLP, conforme certificado expedido pelo corpo de bombeiros competente; e

II) a manutenção da presente Autorização fica condicionada ao atendimento aos requisitos constantes no certificado que trata o item anterior e à Norma NBR 15514:2007, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, adotada pela resolução ANP nº 05, de 26 de fevereiro de 2008.

Nº de Registro	Razão Social	CNPJ	Processo
GLPMA0365904	A DE J P DE SOUSA	38.096.305/0001-11	48610.006851/2020-66
GLPPE0365894	ANTONIO A. DE GOIS GAS	39.425.223/0001-36	48610.006496/2020-25
GLPPR0365891	D UTRERA TEDESCHI - COMERCIO DE GAS	19.963.395/0004-07	48610.006670/2020-30
GLPMT0365869	DEBORA CRISTINA GOMES DE ANDRADE	29.782.942/0001-50	48610.005860/2020-30
GLPSP0365877	DEPOSITO DE GAS E AGUA VENANCIO LTDA	38.299.149/0001-96	48610.006487/2020-34
GLPPR0365896	DISK GAS DO VALDECIR LTDA	17.956.022/0001-22	48610.006465/2020-74
GLPES0365902	DUDI GAS LTDA	37.730.522/0001-59	48610.007150/2020-44
GLPES0365879	E R NEVES CASA DO GAS EIRELI	37.965.819/0001-01	48610.006040/2020-65
GLPRO0365881	EVANDERSON HENRIQUE ZIELINSKI VIEIRA EIRELI	38.540.007/0001-79	48610.005859/2020-13
GLPRR0365912	G G MENDES LTDA	38.330.622/0001-50	48610.007223/2020-06
GLPSP0365908	GAS DA ILHA GUARUJA LTDA	37.426.573/0001-91	48610.007390/2020-49
GLPES0365867	GG GAS LTDA	37.977.483/0001-99	48610.007148/2020-75
GLPDF0365889	HOMEGAS CARVALHO COMERCIO DE GAS EIRELI	37.758.996/0001-09	48610.007176/2020-92
GLPSE0365910	INGRIDY MELO SANTOS GOMES	38.475.480/0001-10	48610.007152/2020-33
GLPSP0365906	JOAO CARLOS CARVALHO - GAS	37.373.687/0001-10	48610.007151/2020-99
GLPPA0365883	L M M DOS SANTOS COMERCIO DE GAS (GLP) LTDA	37.934.731/0001-14	48610.006748/2020-16
GLPAL0365887	MAURINO FERREIRA DE ARAUJO JUNIOR	30.805.869/0001-74	48610.001578/2020-83
GLPSP0365871	MISTER COMERCIO DE GAS E AGUA LTDA	27.267.291/0001-35	48610.006111/2020-20
GLPSC0365899	SULANO SILVANO DE ANDRADE COMERCIO DE GAS	28.640.444/0001-00	48610.006882/2020-17
GLPSP0365875	TABOAS & TABOAS COMERCIO DE GAS E AGUA LTDA	38.261.130/0001-50	48610.006365/2020-48
GLPMA0365885	VELOSO COMERCIO & TRANSPORTE LTDA	39.283.642/0001-80	48610.006798/2020-01
GLPMG0365873	WCF COMERCIO DE GAS EIRELI	37.464.390/0001-60	48610.007160/2020-80

PATRICIA HUGUENIN BARAN

DESPACHO SDL-ANP Nº 994, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2020

A SUPERINTENDENTE ADJUNTA DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 265, de 10 de setembro de 2020,com base no Art. 7º, IV, da Resolução ANP nº 41 de 05 de novembro de 2013, torna público o cancelamento, POR SUCESSÃO EMPRESARIAL, das seguintes autorizações para o exercício da atividade de revenda varejista de combustíveis automotivos.

Nº de Registro	Razão Social	CNPJ	Processo
PR/RS0191922	ABASTECEDORA DE COMBUSTIVEIS E DERIVADOS PINGUIM LTDA.	87.246.179/0003-01	48610.002357/2019-99
PR/RS0184198	ABASTECEDORA DE COMBUSTIVEIS TARUMA LTDA	28.219.427/0001-02	48610.014089/2017-96
PR/RS0169068	ABASTECEDORA TRES AMIGOS LTDA	91.424.135/0003-00	48610.001236/2015-04
PR/RS0125202	ALMEIDA SERVICOS AUTOMOTIVOS EIRELI	10.423.156/0001-39	48610.012691/2012-84
PR/RS0192505	AUTO ABASTECEDORA CAETANO LTDA	87.664.215/0001-95	48600.003059/2005-31
PR/PR0189140	AUTO POSTO CANAAN LTDA	04.202.351/0002-17	48610.010910/2018-86
PR/MG0090096	AUTO POSTO CARMO DE MINAS LTDA	10.976.396/0001-60	48610.018712/2010-11
PR/MT0199869	AUTO POSTO GUGA EIRELI	21.223.921/0001-93	48610.001125/2020-57
PR/RS0003330	AUTO POSTO INHANDAVA LTDA.	87.650.404/0001-09	48610.002446/2001-14
PR/MG0010914	AUTO POSTO OURO FINO LTDA	03.131.741/0001-08	48610.010157/2001-81
PR/GO0029107	AUTO POSTO RETIRO DO BOSQUE LTDA	05.192.254/0001-72	48610.012808/2002-58
PR/SP0001556	AUTO POSTO RIVER SIDE LTDA	02.724.925/0001-00	48610.007115/2000-81
PR/PE0107384	AUTO POSTO ROMANO LTDA	14.385.450/0001-54	48610.001059/2012-13
PR/MT0174992	AUTO POSTO VIA BRASIL LTDA	23.993.480/0001-34	48610.002750/2016-30
PR/SC0160819	AVILA BERLIM COMÉRCIO DE COMBUSTÍVEIS	05.617.197/0001-26	48610.005619/2003-18
PR/RR0190501	BOA VISTA COMERCIO VAREJISTA DE COMBUSTIVEIS LTDA	32.020.399/0002-40	48610.000137/2019-21
PR/MA0105386	C R POSTO DE GASOLINA LTDA	14.532.538/0001-51	48610.015306/2011-70
PR/RS0024818	COMERCIAL DE COMBUSTIVEIS LA CORUNHA LTDA	03.450.118/0001-00	48610.005646/2002-18
PR/CE0016847	COMERCIAL ITAPIPOQUENSE DE COMBUSTIVEIS LTDA	23.463.268/0005-99	48610.017830/2001-11
PR/RS0192651	COMERCIO DE COMBUSTIVEIS BEIJA-FLOR LTDA	08.229.107/0004-60	48610.012283/2018-18
PR/RS0201794	COMERCIO DE COMBUSTIVEIS EL TORO LTDA	07.371.527/0001-71	48610.010069/2006-93
PR/RS0100089	COMERCIO DE COMBUSTIVEIS GUBIANI EIRELI	09.383.683/0001-88	48610.010648/2011-01
PR/CE0179833	D X COMERCIO DE COMBUSTIVEIS E DERIVADOS LTDA	05.063.200/0004-50	48610.011751/2004-31
PR/PR0154543	E. TORRES MARCATTO COMBUSTIVEIS	18.036.532/0001-44	48610.003546/2014-74
PR/PE79847	ELLEN KAROLLINE CAVALCANTI GONZAGA LEANDRO - ME	24.326.783/0001-66	48610.001119/2017-02
PR/BA0090406	FERNANDO JOSE TEIXEIRA TOLENTINO	04.298.302/0002-20	48610.000340/2011-40
PR/AM0216601	I B DA SILVA DERIVADOS DE PETROLEO - EPP	08.560.728/0001-80	48610.010812/2007-96
PR/PR0013894	J.H.K. - COMERCIO DE COMBUSTIVEIS EIRELI	02.786.090/0001-13	48610.014834/2001-31
PR/PE0160781	JUDAS TADEU DA FONSECA	11.407.152/0002-00	48610.005449/2003-63
PR/ES0061396	LUBE COMÉRCIO DE PETRÓLEO LTDA.	05.964.723/0001-24	48610.010070/2008-80
PR/RS0017365	MALLMANN E FILHOS LTDA	87.715.678/0001-39	48610.018587/2001-41
PR/PR0008676	MARIO BLANK & CIA LTDA	75.956.748/0001-61	48610.006809/2001-82
PR/GO0016021	MARTA MARIA VIEIRA DO PRADO	03.656.973/0001-71	48610.017568/2001-13
PR/PR0203159	MW2 COMERCIO DE COMBUSTIVEIS LTDA	37.526.117/0001-13	48610.005848/2020-25
PR/SE0184820	PETROX COMERCIAL LTDA	05.297.480/0027-57	48610.000556/2018-81
PR/MG0220657	POSTO BARAO COMERCIO DE COMBUSTIVEIS LTDA - EPP	09.068.865/0001-64	48610.014247/2007-36
PR/RJ0016052	POSTO DE GASOLINA KING KONG EIRELI	29.756.947/0001-09	48610.017593/2001-81
PR/PE0177868	POSTO ESCADENSE EIRELI	03.797.708/0006-18	48610.011819/2016-16
PR/MG0018449	POSTO ITAUBA LTDA	86.638.533/0001-19	48610.020115/2001-58
PR/SC0189238	POSTO RIO DOS CEDROS LTDA	19.361.663/0001-60	48610.010890/2018-43
PR/MG0007421	POSTO 13 DE JUNHO LTDA	71.186.837/0001-15	48610.005652/2001-78
PR/RO0169971	PVH DISTRIBUIDORA EIRELI	16.587.914/0001-30	48610.003476/2015-35
PR/PR0005166	R. J. ALAMINI & CIA LTDA	02.887.694/0001-56	48610.003917/2001-11
PR/DF0018773	SAN REMI POSTO SERVICOS LTDA	37.158.938/0001-44	48610.020855/2001-94
PR/MG0097843	SANTA CLARA COMERCIO DE COMBUSTIVEIS LTDA	13.599.566/0001-23	48610.008494/2011-80
PR/PA0225338	S.M. SILVA DOS SANTOS -ME.	08.769.641/0001-17	48610.002862/2008-81
PR/SP0016524	SOMAR COM. DE COMB. E LUBRIFICANTES LTDA	47.078.563/0001-66	48610.017851/2001-29
PR/AM0020015	VDL POSTO DE DERIVADOS DO PETROLEO LTDA	23.033.673/0006-58	48610.018052/2001-71
PR/AL0024296	VIA EXPRESSA DISTRIBUIDORA COM. SERV. E REPRES. LTDA	04.154.185/0001-40	48610.013940/2001-12
PR/GO0088306	WINNER COMERCIO DE COMBUSTIVEIS LTDA	09.029.375/0002-30	48610.016552/2010-68

PATRICIA HUGUENIN BARAN

DESPACHO SDL-ANP Nº 995, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2020

A SUPERINTENDENTE ADJUNTA DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 265, de 10 de setembro de 2020,com base na Resolução ANP nº 41 de 05 de novembro de 2013, tendo em vista a previsão legal inscrita em seu Art. 30, inciso I, alínea c, torna público o cancelamento, por requerimento do agente econômico, das seguintes autorizações para o exercício da atividade de revenda varejista de combustíveis automotivos:

Nº de Registro	Razão Social	CNPJ	Processo
PR/PE0174045	B & G COMERCIO DE COMBUSTIVEIS LTDA	23.242.024/0001-52	48610.000872/2016-91
PR/RO0225563	COMERCIAL COLUMBIA LTDA	04.285.284/0001-60	48610.003115/2008-60
PR/PA0167628	GONCALVES & DIAS LTDA	07.868.912/0013-62	48610.012357/2014-92
PR/PR0193700	H. SACCHI COMERCIO DE COMBUSTIVEIS LTDA	30.288.541/0002-09	48610.005138/2019-61
PR/PA0192417	I. S. DE ARAUJO EIRELI	03.582.708/0003-58	48610.010352/2005-34
PR/RO0027822	JOSE OTONIO LIMA SILVA EIRELI	05.916.036/0004-86	48610.012164/2002-14
PR/MA0115083	L S COMERCIO E SERVICOS LTDA	12.125.791/0003-27	48610.006817/2012-81
PR/SC0221199	MAZON E ZAPELINI COMÉRCIO DE COMBUSTÍVEIS LTDA.	08.070.439/0001-00	48610.014863/2007-97
PR/PE0008088	OLIVEIRA LIMA LTDA	10.023.661/0001-96	48610.005927/2001-73
PR/RO0028983	POSTO ICCAR LTDA	02.280.133/0017-51	48610.012923/2002-22
PR/RS0013818	VERA CRUZ COMERCIO DE COMBUSTIVEIS LTDA	92.132.489/0001-73	48610.014785/2001-35
PR/SP0021480	ZERO BALA AUTO POSTO LTDA	59.102.244/0001-28	48610.002281/2002-53

PATRICIA HUGUENIN BARAN

DESPACHO SDL-ANP Nº 996, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2020

A SUPERINTENDENTE ADJUNTA DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 265, de 10 de setembro de 2020,com base na Resolução ANP nº 51 de 30 de novembro de 2016, tendo em vista a previsão legal inscrita em seu Art. 30, I, c, torna público o cancelamento, por requerimento do agente econômico, das seguintes autorizações para o exercício da atividade de revenda varejista de GLP.

Nº de Registro	Razão Social	CNPJ	Processo
GLP/RO0237627	A. F. P. NOTARIO DISTRIBUIDORA DE AGUA & GAS	24.039.587/0001-00	48610.014027/2016-01
001/GLP/GO0013209	AMARILDO INACIO DA SILVA	07.955.366/0001-63	48610.003907/2007-53
GLP/TO0215905	A.S.BESSA - GÁS ME	12.288.798/0002-89	48610.007368/2012-99
GLP/SP0225194	ATIVIDADE EMPREENDIMENTOS E SERVICOS EIRELI	18.759.115/0001-20	48610.004098/2014-26
GLP/MG0183675	BENEDITO MILTON SILVA - ME	05.265.882/0001-30	48610.002356/2010-14
GLP/RS0218275	BORBA & COSTA COMERCIO DE GAS LTDA - ME	12.117.860/0002-70	48610.013021/2012-85
GLP/SP0222663	CGL COMERCIO DE GAS LTDA - ME	12.043.692/0001-34	48610.009878/2013-81
GLPSP0338919	CHAMA GAS COMERCIO DE GAS E AGUA MINERAL EIRELI	33.689.913/0001-16	48610.005915/2019-78
001/GLP/RS0006033	COMERCIAL DE GAS STEYER LTDA.	90.886.672/0001-39	48610.000842/2006-11
GLP/ES0245693	COMERCIAL DE GAS VALE DO SOL LTDA	02.325.414/0009-73	48610.004064/2018-65
GLP/PR0211726	EVERTON PIRES DOS SANTOS ME	13.520.032/0001-60	48610.014645/2011-39

GLPRO0312896	G M CESAR	31.573.518/0001-48	48610.014064/2018-73
001/GLP/PR0001805	GOMES & PEGORARO LTDA	01.803.870/0001-61	48610.007052/2004-97
GLP/MT0220843	IZABEL CRISTINA ALVES DE MELO	17.066.175/0001-02	48610.004643/2013-01
GLP/PR0177202	J G AGRO E TRANSPORTES LTDA	09.007.538/0001-00	48610.002900/2009-86
GLP/BA0180358	JOSE SILVERIO SANTIAGO	02.656.679/0001-05	48610.012046/2009-66
GLP/PE0224178	L F DO NASCIMENTO - ME	16.912.469/0001-37	48610.000575/2014-84
GLP/MA0242753	L S COMERCIO E SERVICOS LTDA	12.125.791/0003-27	48610.011415/2017-11
GLPBA0315256	LEANDRO DE OLIVEIRA ASSIS	28.173.479/0001-87	48610.012943/2018-61
GLP/RJ0186870	LSN REVENDEDORA DE GAS LTDA.	11.340.269/0001-33	48610.007729/2010-35
GLP/MA0214448	M. A. COSTA COMÉRCIO VAREJISTA ME.	14.698.452/0001-01	48610.001463/2012-89
GLP/BA0181274	MARCIA REGINA SILVA ARAUJO	11.035.503/0001-19	48610.014055/2009-91
GLP/PR0237480	MARIA JAQUELINE ROCHA EIRELI ME	24.263.812/0001-98	48610.011331/2016-99
GLP/BA0238333	MERCADINHO JUNIOR LTDA - ME	05.083.297/0001-10	48610.015036/2016-10
GLPPA0309546	NONATO GOMES DOS SANTOS SILVA 68546777268	31.056.048/0001-45	48610.012236/2018-74
GLP/AL0243357	P H COMERCIO DE AGUA E GAS EIRELI - ME	28.810.066/0001-66	48610.014191/2017-91
GLP/SP0236748	PAULO ANANIAS DE OLIVEIRA 10881985899	26.016.090/0001-00	48610.011352/2016-12
GLP/BA0171587	PORTO CORREA E CIA LTDA	42.087.320/0001-70	48610.008358/2008-94
GLP/SP0173124	PRISCILLA BERTOLLO FERREIRA COMÉRCIO DE GAZ	08.918.806/0003-37	48610.010269/2008-16
GLP/SP0216974	PRISCILLA BERTOLLO FERREIRA COMÉRCIO DE GAZ	08.918.806/0007-60	48610.009353/2012-65
GLP/RO0237489	REINALDO RODRIGUES DE CARVALHO	23.108.843/0001-01	48610.011139/2016-01
GLP/AP0171869	S. A. A. MIRANDA - ME.	04.260.350/0002-29	48610.008921/2008-24
GLP/PR0212986	SIMONE CRISTINA KUSPIOSZ SILVEIRA ME.	14.593.647/0001-89	48610.000203/2012-96
GLP/TO0227530	SOUZA MASTER & EXPRESSO LTDA ME	20.487.734/0001-54	48610.010141/2014-92
001/GLP/RS0011679	VALDIR TOLOTTI	87.230.850/0001-64	48610.000377/2007-91
GLPMG0354160	WILLIAM SOUZA GOMES 08063050614	14.496.037/0001-67	48610.001750/2020-07
GLP/MA0221446	Z L FRAZÃO EIRELI- ME	17.818.947/0001-07	48610.006371/2013-76

PATRICIA HUGUENIN BARAN

DESPACHO SDL-ANP Nº 997, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2020

A SUPERINTENDENTE ADJUNTA DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 265, de 10 de setembro de 2020, com base na Resolução ANP nº 51 de 30 de novembro de 2016, tendo em vista a previsão legal inscrita em seu Art. 30, inciso I, alínea d, item 2, torna público o cancelamento das seguintes autorizações para o exercício da atividade de revenda varejista de GLP.

Nº de Registro	Razão Social	CNPJ	Processo
GLP/RO0219041	ERONIDES RODRIGUES DOS SANTOS	15.192.027/0001-09	48610.000054/2013-46
001/GLP/ES0020696	FRANKLIN DA SILVA NUNES COM DE GÁS E BEBIDAS - ME.	04.401.233/0001-57	48610.004090/2008-11
GLP/RO0218057	M. A CORREIA & CIA LTDA - ME	14.864.101/0001-15	48610.005686/2012-15
GLP/RO0236245	PG DE BRITO EIRELI ME	22.436.171/0001-09	48610.010196/2016-64
GLP/RJ0178595	W. VERLIGUE DE LIMA FERREIRA COMÉRCIO DE GÁS	09.046.803/0001-51	48610.008032/2009-48

PATRICIA HUQUENIN BARAN

DESPACHO SDL-ANP Nº 998, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2020

A SUPERINTENDENTE ADJUNTA DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 265, de 10 de setembro de 2020,com base no Art. 30, da Resolução ANP nº 51 de 30 de novembro de 2016, torna público o cancelamento, POR SUCESSÃO EMPRESARIAL, das seguintes autorizações para o exercício da atividade de revenda varejista de GLP.

Nº de Registro	Razão Social	CNPJ	Processo
GLP/PR0236202	ADRIELLI TESSARO	23.282.308/0001-72	48610.010074/2016-78
GLPSC0312312	A.E. COMERCIO E TRANSPORTE DE GLP LTDA	30.144.959/0002-42	48610.013742/2018-81
GLP/RO0185703	ANTONIO ELIAS PRADO - ME	34.719.625/0001-20	48610.005405/2010-62
001/GLP/SP0014972	BARBOZA - COMERCIO DE GAS LTDA - ME	05.851.805/0001-62	48610.005379/2007-77
GLPSP0308180	COMERCIAL LIMAGAS LTDA	30.705.597/0001-30	48610.012067/2018-72
001/GLP/SP0010072	DONATO COMERCIO DE GAS LTDA	08.013.735/0001-61	48610.012123/2006-35
GLP/SP0238604	EDILANE DAYANE CORREIA CAETANO DA MATA - ME	26.483.998/0001-16	48610.001473/2017-29
GLP/RS0218050	EDISON TEODORO WULLF DE OLIVEIRA - ME	16.686.654/0001-50	48610.012574/2012-11
GLP/MG0235427	ERIKA PETRONILHO	23.999.602/0001-08	48610.008022/2016-31
GLP/PE0245299	EYDIANE R. DOS SANTOS GAS	29.405.067/0001-98	48610.004221/2018-32
GLP/RO0219760	GÁS BRASIL LTDA - EPP	15.624.649/0003-12	48610.001905/2013-78
GLP/AL0226078	GERDVAN DA SILVA MELO - ME	18.930.596/0001-94	48610.006905/2014-45
GLP/ES0242240	HUDSON COMERCIO DE GAS LTDA	27.258.800/0001-63	48610.009992/2017-35
GLPSE0316090	JC GAS EIRELI	05.826.262/0002-04	48610.000791/2019-34
GLP/AC0234238	JOSE G DE SOUZA - ME	23.562.164/0001-08	48610.004883/2016-41
GLPPR0302352	M LOPES DE OLIVEIRA & CIA LTDA	29.875.207/0001-91	48610.007166/2018-32
GLP/RR0232830	N M DE OLIVEIRA - ME	21.060.833/0002-07	48610.000724/2016-77
001/GLP/PA0011534	P C R PAIVA COMERCIAL EIRELI	06.972.477/0003-87	48610.001196/2007-82
GLP/PR0240246	POLIANA REIS BARBOSA	19.078.019/0001-89	48610.006243/2017-56
GLP/AP0219241	R R PANTOJA LTDA ME	16.707.617/0001-81	48610.012437/2012-86
GLP/SP0245036	REAL DISTRIBUIDORA DE GAS LP LTDA - ME	24.340.677/0001-37	48610.014024/2017-41
GLP/MG0181084	SIMONE ALMEIDA DA SILVA 992.301.436-ME	11.134.862/0001-23	48610.013551/2009-28
GLP/PR0230496	VERONICE DA SILVA LUGLI LINO	12.225.647/0001-09	48610.007544/2015-35
GLP/TO0244675	WEBSTER OLIVEIRA NEVES - EIRELI	27.383.491/0010-44	48610.002857/2018-40

PATRICIA HUGUENIN BARAN

DESPACHO SDL-ANP Nº 999, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2020

A SUPERINTENDENTE ADJUNTA DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 265, de 10 de setembro de 2020, tendo em vista o disposto na Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, considerando as disposições da Resolução SDL-ANP nº 17, de 18 de junho de 2009, e o que consta do processo nº 48610.219011/2020-61, resolve: cancelar a Autorização SDL-ANP Nº 205, de 10 de maio de 2017, a pedido do interessado, JAIR CANDIDO DIAS FILHO 13680550871, CNPJ nº 26.872.081/0001-03.

PATRÍCIA HUGUENIN BARAN

DESPACHO SDL-ANP Nº 1.000, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2020

A SUPERINTENDENTE ADJUNTA DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 265, de 10 de setembro de 2020, tendo em vista o disposto na Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, considerando o que consta no Processo nº 48610.216009/2020-31, torna sem efeito as AUTORIZAÇÕES SDL-ANP nº 873 e 874, de 4 de dezembro de 2020, publicadas no Diário Oficial da União nº 233, de segunda-feira, 7 de dezembro de 2020.

PATRÍCIA HUGUENIN BARAN

Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

GABINETE DA MINISTRA

PORTARIA Nº 3.073, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2020

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido na 6ª Sessão do Conselho da Comissão de Anistia, realizada no dia 29 de outubro de 2020, no Requerimento de Anistia nº 2012.01.70467, resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por JUDSON NICOMÉDIO DOS SANTOS, inscrito no CPF sob o nº 269.024.197-87.

DAMARES REGINA ALVES

PORTARIA Nº 3.074, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2020

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido na 6ª Sessão do Conselho da Comissão de Anistia, realizada no dia 29 de outubro de 2020, no Requerimento de Anistia nº 2012.01.70441, resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por EURICO PEREIRA DA SILVA, inscrito no CPF sob o nº 071.265.732-00.

DAMARES REGINA ALVES

PORTARIA Nº 3.075, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2020

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido na 6ª Sessão do Conselho da Comissão de Anistia, realizada no dia 29 de outubro de 2020, no Requerimento de Anistia nº 2011.01.70410, resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por NEURACK SANTOS MELO, inscrito no CPF sob o nº 106.610.827-76.

DAMARES REGINA ALVES

PORTARIA Nº 3.076, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2020

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido na 6ª Sessão do Conselho da Comissão de Anistia, realizada no dia 29 de outubro de 2020, no Requerimento de Anistia nº 2011.01.70355, resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por IVO COSTA, inscrito no CPF sob o nº 086.621.427-53.

DAMARES REGINA ALVES

PORTARIA Nº 3.077, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2020

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido na 6ª Sessão do Conselho da Comissão de Anistia, realizada no dia 29 de outubro de 2020, no Requerimento de Anistia nº 2011.01.70280, resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por GENIVAL COSTA DE SOUZA, inscrito no CPF sob o nº 072.382.827-04.

DAMARES REGINA ALVES

PORTARIA Nº 3.078, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2020

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido na 6ª Sessão do Conselho da Comissão de Anistia, realizada no dia 29 de outubro de 2020, no Requerimento de Anistia nº 2011.01.70059, resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por WERTHER DOS SANTOS BORGES BARCELLOS, inscrito no CPF sob o nº 370.362.707-72.

DAMARES REGINA ALVES

PORTARIA Nº 3.079, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2020

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido na 6ª Sessão do Conselho da Comissão de Anistia, realizada no dia 29 de outubro de 2020, no Requerimento de Anistia nº 2011.01.69900, resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por EDMILSON SANTOS DA SILVA, inscrito no CPF sob o nº 007.695.584-29.

DAMARES REGINA ALVES

PORTARIA Nº 3.080, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2020

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido na 6ª Sessão do Conselho da Comissão de Anistia, realizada no dia 29 de outubro de 2020, no Requerimento de Anistia nº 2011.01.69869, resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por FRANCISCO DE ALMEIDA BRITO, inscrito no CPF sob o nº 414.717.929-00.

DAMARES REGINA ALVES

PORTARIA Nº 3.081, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2020

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido na 6ª Sessão do Conselho da Comissão de Anistia, realizada no dia 29 de outubro de 2020, no Requerimento de Anistia nº 2011.01.69868, resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por JAIME DUARTE VIRTUOSO, inscrito no CPF sob o nº 348.191.267-68.

DAMARES REGINA ALVES

PORTARIA Nº 3.082, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2020

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido na 6ª Sessão do Conselho da Comissão de Anistia, realizada no dia 29 de outubro de 2020, no Requerimento de Anistia nº 08000.033990/2018-10 (2018.01.78094), resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por JOSÉ CARLOS MARINHO ALVES, inscrito no CPF sob o nº 103.811.807-78.

DAMARES REGINA ALVES

PORTARIA Nº 3.083, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2020

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido na 6ª Sessão do Conselho da Comissão de Anistia, realizada no dia 29 de outubro de 2020, no Requerimento de Anistia nº 08000.010504/2019-68 (2019.01.78382), resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por FERNANDO DE LEMOS VIEIRA, inscrito no CPF sob o nº 313.533.397-34.

DAMARES REGINA ALVES

PORTARIA Nº 3.084, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2020

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido na 6ª Sessão do Conselho da Comissão de Anistia, realizada no dia 29 de outubro de 2020, no Requerimento de Anistia nº 08000.004343/2019-73 (2019.01.78323), resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por LUIZ SANTANA FERREIRA, inscrito no CPF sob o nº 692.240.728-87.

DAMARES REGINA ALVES

PORTARIA Nº 3.085, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2020

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido na 6ª Sessão do Conselho da Comissão de Anistia, realizada no dia 29 de outubro de 2020, no Requerimento de Anistia nº 2013.01.72610, resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por HELENO TEIXEIRA DOS SANTOS, inscrito no CPF sob o nº 388.590.337-72.

DAMARES REGINA ALVES

PORTARIA Nº 3.086, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2020

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido na 6ª Sessão do Conselho da Comissão de Anistia, realizada no dia 29 de outubro de 2020, no Requerimento de Anistia nº 2011.01.70360, resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por ANTÔNIO JORGE VALEGO DE ARAÚJO LIMA, inscrito no CPF sob o nº 057.177.871-20.

DAMARES REGINA ALVES

PORTARIA Nº 3.087, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2020

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido na 6ª Sessão do Conselho da Comissão de Anistia, realizada no dia 29 de outubro de 2020, no Requerimento de Anistia nº 2011.01.70198, resolve:

Indeferir o pedido de anistia post mortem de FRANCISCO FARIAS DE MEDEIROS, filho de JOSEFA FARIAS DE MEDEIROS.

DAMARES REGINA ALVES

PORTARIA Nº 3.088, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2020

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido na 6ª Sessão do Conselho da Comissão de Anistia, realizada no dia 29 de outubro de 2020, no Requerimento de Anistia nº 2010.01.68331, resolve:

Indeferir o pedido de anistia post mortem de MANOEL ALVES DE OLIVEIRA, filho de JOSÉFA ALVES DE OLIVEIRA.

DAMARES REGINA ALVES

PORTARIA Nº 3.089, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2020

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido na 6ª Sessão do Conselho da Comissão de Anistia, realizada no dia 29 de outubro de 2020, no Requerimento de Anistia nº 2010.01.68238, resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por ANA MARIA MANCEBO TINELLI, inscrita no CPF sob o nº 438.433.017-00.

DAMARES REGINA ALVES

PORTARIA Nº 3.090, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2020

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido na 6ª Sessão do Conselho da Comissão de Anistia, realizada no dia 29 de outubro de 2020, no Requerimento de Anistia nº 2010.01.68226, resolve:

Indeferir o pedido de anistia post mortem de OSMÁRIO SOARES, filho de MARIA SOARES.

DAMARES REGINA ALVES

PORTARIA Nº 3.091, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2020

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido na 6ª Sessão do Conselho da Comissão de Anistia, realizada no dia 29 de outubro de 2020, no Requerimento de Anistia nº 2010.01.68128, resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por ANTONIO CARLOS CORREIA DE ALMEIDA, inscrito no CPF sob o nº 003.167.681-20.

DAMARES REGINA ALVES

PORTARIA Nº 3.092, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2020

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido na 6ª Sessão do Conselho da Comissão de Anistia, realizada no dia 29 de outubro de 2020, no Requerimento de Anistia nº 2010.01.68064, resolve:

Indeferir o pedido de anistia post mortem de ERIMÁ PINHEIRO MOREIRA, filho de MARIA DAS DORES PINHEIRO MOREIRA.

DAMARES REGINA ALVES

PORTARIA Nº 3.093, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2020

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido na 6ª Sessão do Conselho da Comissão de Anistia, realizada no dia 29 de outubro de 2020, no Requerimento de Anistia nº 2014.01.73734, resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por JACIRA CASTRO LIMA, inscrita no CPF sob o nº 597.371.662-72.

DAMARES REGINA ALVES

PORTARIA Nº 3.094, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2020

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido na 6ª Sessão do Conselho da Comissão de Anistia, realizada no dia 29 de outubro de 2020, no Requerimento de Anistia nº 2013.01.72988, resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por DALGISA DE SOUSA, inscrita no CPF sob o nº 365.161.712-20.

DAMARES REGINA ALVES

PORTARIA Nº 3.095, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2020

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido na 6ª Sessão do Conselho da Comissão de Anistia, realizada no dia 29 de outubro de 2020, no Requerimento de Anistia nº 08000.038585/2015-37 (2015.01.77989), resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por MAURI DE CARVALHO, inscrito no CPF sob o nº 286.031.958-11.

DAMARES REGINA ALVES

PORTARIA Nº 3.096, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2020

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido na 6ª Sessão do Conselho da Comissão de Anistia, realizada no dia 29 de outubro de 2020, no Requerimento de Anistia nº 08000.012822/2015-30 (2015.01.74796), resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por DILSON BATISTA SILVA, inscrito no CPF sob o nº 220.460.971-49.

DAMARES REGINA ALVES

PORTARIA Nº 3.097, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2020

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido na 6ª Sessão do Conselho da Comissão de Anistia, realizada no dia 29 de outubro de 2020, no Requerimento de Anistia nº 08000.038861/2017-29 (2017.01.77265), resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por RAMOS DOS SANTOS PASSOS, inscrito no CPF sob o nº 592.902.267-49.

DAMARES REGINA ALVES

PORTARIA Nº 3.098, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2020

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido na 6ª Sessão do Conselho da Comissão de Anistia, realizada no dia 29 de outubro de 2020, no Requerimento de Anistia nº 08000.019988/2015-87 (2015.01.75040), resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por WILDSON MARTINS, inscrito no CPF sob o nº 491.738.557-15.

DAMARES REGINA ALVES

PORTARIA Nº 3.099, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2020

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido na 6ª Sessão do Conselho da Comissão de Anistia, realizada no dia 29 de outubro de 2020, no Requerimento de Anistia nº 08000.050632/2016-00 (2016.01.76547), resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por NOEL SOARES DA SILVA, inscrito no CPF sob o nº 115.907.001-63.

DAMARES REGINA ALVES

PORTARIA Nº 3.100, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2020

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido na 6ª Sessão do Conselho da Comissão de Anistia, realizada no dia 29 de outubro de 2020, no Requerimento de Anistia nº 08000.006252/2016-20 (2016.01.76145), resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por DORIVAL MOREIRA, inscrito no CPF sob o nº 562.666.778-49.

DAMARES REGINA ALVES

PORTARIA Nº 3.101, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2020

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido na 6ª Sessão do Conselho da Comissão de Anistia, realizada no dia 29 de outubro de 2020, no Requerimento de Anistia nº 08000.004334/2016-30 (2016.01.75856), resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por EDUARDO RODRIGUES GARCIA, inscrito no CPF sob o nº 376.002.730-04.

DAMARES REGINA ALVES

PORTARIA Nº 3.102, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2020

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido na 6ª Sessão do Conselho da Comissão de Anistia, realizada no dia 29 de outubro de 2020, no Requerimento de Anistia nº 08000.035514/2017-44 (2017.01.77276), resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por RUBENS DE ARAÚJO LIMA, inscrito no CPF sob o nº 116.825.071-49.

DAMARES REGINA ALVES

PORTARIA Nº 3.103, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2020

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido na 6ª Sessão do Conselho da Comissão de Anistia, realizada no dia 29 de outubro de 2020, no Requerimento de Anistia nº 2010.01.68046, resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por JACOB EVERLAN DA COSTA MARTINS, inscrito no CPF sob o nº 063.643.497-49.

DAMARES REGINA ALVES

PORTARIA Nº 3.104, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2020

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido na 6ª Sessão do Conselho da Comissão de Anistia, realizada no dia 29 de outubro de 2020, no Requerimento de Anistia nº 2010.01.68013, resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por FRANCISCO CANINDÉ FERNANDES, inscrito no CPF sob o nº 215.373.057-00.

DAMARES REGINA ALVES

PORTARIA Nº 3.105, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2020

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido na 6ª Sessão do Conselho da Comissão de Anistia, realizada no dia 29 de outubro de 2020, no Requerimento de Anistia nº 2010.01.67700, resolve:

Indeferir o pedido de anistia post mortem de JOÃO PASSOS, filho de LUIZA FAGUNDES DA SILVA.

DAMARES REGINA ALVES

PORTARIA Nº 3.106, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2020

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido na 6ª Sessão do Conselho da Comissão de Anistia, realizada no dia 29 de outubro de 2020, no Requerimento de Anistia nº 2010.01.67690, resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por THEMIS QUEZADO DE MAGALHÃES, inscrito no CPF sob o nº 132.268.511-87.

DAMARES REGINA ALVES

PORTARIA Nº 3.107, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2020

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido na 6ª Sessão do Conselho da Comissão de Anistia, realizada no dia 29 de outubro de 2020, no Requerimento de Anistia nº 2010.01.67545, resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por BENEDITA MARIA VIEIRA DE CARVALHO, inscrita no CPF sob o nº 100.893.817-34.

DAMARES REGINA ALVES

PORTARIA Nº 3.108, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2020

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido na 6ª Sessão do Comissão de Anistia, realizada no dia 29 de outubro de 2020, no Requerimento de Anistia nº 2007.01.60411, resolve:

Indeferir o pedido de anistia post mortem de MANOEL HENRIQUES GOMES FILHO, filho de CARMEN DE SOUZA GOMES.

DAMARES REGINA ALVES

PORTARIA Nº 3.109, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2020

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido na 6ª Sessão do Conselho da Comissão de Anistia, realizada no dia 29 de outubro de 2020, no Requerimento de Anistia nº 2006.01.55600, resolve:

Indeferir o pedido de anistia post mortem de JULIO SERGIO MACHADO DE OLIVEIRA, filho de AMELIA MACHADO DE OLIVEIRA.

DAMARES REGINA ALVES

PORTARIA Nº 3.110, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2020

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido na 6ª Sessão do Conselho da Comissão de Anistia, realizada no dia 29 de outubro de 2020, no Requerimento de Anistia nº 2004.01.41247, resolve:

Indeferir o pedido de anistia post mortem de UBIRAJARA MUNIZ, filho de REGINA MUNIZ.

DAMARES REGINA ALVES

PORTARIA Nº 3.111, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2020

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido na 6ª Sessão do Conselho da Comissão de Anistia, realizada no dia 29 de outubro de 2020, no Requerimento de Anistia nº 2004.02.46795, resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por MARCOS DE CARVALHO, inscrito no CPF sob o nº 029.796.178-06.

DAMARES REGINA ALVES

PORTARIA Nº 3.112, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2020

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e

considerando o resultado do parecer proferido na 6ª Sessão do Conselho da Comissão de Anistia, realizada no dia 29 de outubro de 2020, no Requerimento de Anistia nº 2013.01.72784, resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por RAIMUNDO RESPLANDES COELHO, inscrito no CPF sob o nº 087.265.072-34.

DAMARES REGINA ALVES

PORTARIA Nº 3.113, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2020

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido na 6ª Sessão do Conselho da Comissão de Anistia, realizada no dia 29 de outubro de 2020, no Requerimento de Anistia nº 2013.01.72907, resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por JOEL SILVA SOUZA, inscrito no CPF sob o nº 253.569.332-15.

DAMARES REGINA ALVES

PORTARIA Nº 3.114, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2020

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido na 6ª Sessão do Conselho da Comissão de Anistia, realizada no dia 29 de outubro de 2020, no Requerimento de Anistia nº 08000.036651/2015-34 (2015.01.75475), resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por ANTONIO MENDES FREIRE, inscrito no CPF sob o nº 356.120.887-87.

DAMARES REGINA ALVES

PORTARIA Nº 3.115, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2020

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido na 6ª Sessão do Conselho da Comissão de Anistia, realizada no dia 29 de outubro de 2020, no Requerimento de Anistia nº 08000.019985/2015-43 (2015.01.75043), resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por EVANDRO PAIVA DI CARLANTONIO, inscrito no CPF sob o nº 513.015.207-72.

DAMARES REGINA ALVES

PORTARIA Nº 3.116, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2020

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido na 6ª Sessão do Conselho da Comissão de Anistia, realizada no dia 29 de outubro de 2020, no Requerimento de Anistia nº 08000.033544/2015-54 (2015.01.75362), resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por OSVALDO TORRES, inscrito no CPF sob o nº 016.128.318-77.

DAMARES REGINA ALVES

PORTARIA Nº 3.117, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2020

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido na 6ª Sessão do Conselho da Comissão de Anistia, realizada no dia 29 de outubro de 2020, no Requerimento de Anistia nº 08000.038581/2015-59 (2015.01.75705), resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por ROMEU JOSÉ DA SILVA, inscrito no CPF sob o nº 011.372.668-64.

DAMARES REGINA ALVES

PORTARIA Nº 3.118, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2020

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido na 6ª Sessão do Conselho da Comissão de Anistia, realizada no dia 29 de outubro de 2020, no Requerimento de Anistia nº 08000.038860/2017-84 (2017.01.77266), resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por PAULO CESAR LUCIANO, inscrito no CPF sob o nº 363.593.277-91.

DAMARES REGINA ALVES

PORTARIA Nº 3.119, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2020

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido na 6ª Sessão do Conselho da Comissão de Anistia, realizada no dia 29 de outubro de 2020, no Requerimento de Anistia nº 08000.021590/2017-72 (2017.01.76986), resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por SIDNEI APARECIDO CHAPANI, inscrito no CPF sob o nº 086.947.588-65.

DAMARES REGINA ALVES

PORTARIA Nº 3.120, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2020

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido na 6ª Sessão do Conselho da Comissão de Anistia, realizada no dia 29 de outubro de 2020, no Requerimento de Anistia nº 2014.01.73175, resolve:

Indeferir o pedido de anistia post mortem de MIZAEL CARDOSO TEIXEIRA, filho de EMERENTINA CARDOSO TEIXEIRA.

DAMARES REGINA ALVES

PORTARIA Nº 3.121, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2020

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido na 6ª Sessão do Conselho da Comissão de Anistia, realizada no dia 29 de outubro de 2020, no Requerimento de Anistia nº 08000.016366/2019-21 (2019.01.78491), resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por IRINEU JOSÉ DA SILVA, inscrito no CPF sob o nº 329.521.248-17.

DAMARES REGINA ALVES

PORTARIA Nº 3.122, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2020

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido na 6ª Sessão do Conselho da Comissão de Anistia, realizada no dia 29 de outubro de 2020, no Requerimento de Anistia nº 08000.037338/2019-47 (2019.01.78571), resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por OSVALDO DE PAULA VIEIRA, inscrito no CPF sob o nº 505.728.227-15.

DAMARES REGINA ALVES

PORTARIA Nº 3.123, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2020

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido na 6ª Sessão do Conselho da Comissão de Anistia, realizada no dia 29 de outubro de 2020, no Requerimento de Anistia nº 2014.01.74057, resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por JORGE ROCHA, inscrito no CPF sob o nº 049.415.192-72.

DAMARES REGINA ALVES

PORTARIA Nº 3.124, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2020

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido na 6ª Sessão do Conselho da Comissão de Anistia, realizada no dia 29 de outubro de 2020, no Requerimento de Anistia nº 2014.01.73879, resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por JURANDIR ALMEIDA DO AMARAL, inscrito no CPF sob o nº 918.595.908-10.

DAMARES REGINA ALVES

PORTARIA Nº 3.125, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2020

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido na 6ª Sessão do Conselho da Comissão de Anistia, realizada no dia 29 de outubro de 2020, no Requerimento de Anistia nº 2014.01.73809, resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por DAYS FERREIRA DA ROCHA, inscrita no CPF sob o nº 336.575.646-91.

DAMARES REGINA ALVES

PORTARIA Nº 3.126, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2020

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido na 6ª Sessão do Conselho da Comissão de Anistia, realizada no dia 29 de outubro de 2020, no Requerimento de Anistia nº 2014.01.73613, resolve:

Indeferir o pedido de anistia post mortem de ADEMIR MARTINS REGIO, filho de MARIA RITA MARTINS REGIO.

DAMARES REGINA ALVES

PORTARIA Nº 3.127, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2020

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido na 6ª Sessão do Conselho da Comissão de Anistia, realizada no dia 29 de outubro de 2020, no Requerimento de Anistia nº 2012.01.71196, resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por JULIO CESAR DE ABREU, inscrito no CPF sob o nº 387.008.917-20.

DAMARES REGINA ALVES

PORTARIA Nº 3.128, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2020

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido na 6ª Sessão do Conselho da Comissão de Anistia, realizada no dia 29 de outubro de 2020, no Requerimento de Anistia nº 2012.01.70661, resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por EDUARDO HENRIQUE FELIX ALVES, inscrito no CPF sob o nº 196.274.674-72.

DAMARES REGINA ALVES

PORTARIA Nº 3.129, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2020

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido na 6ª Sessão do Conselho da Comissão de Anistia, realizada no dia 29 de outubro de 2020, no Requerimento de Anistia nº 2011.01.70286, resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por JOÃO CARLOS DE MORAES, inscrito no CPF sob o nº 647.988.878-20.

DAMARES REGINA ALVES

PORTARIA Nº 3.130, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2020

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido na 6ª Sessão do Conselho da Comissão de Anistia, realizada no dia 29 de outubro de 2020, no Requerimento de Anistia nº 2011.01.69072, resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por ANTONIO CANELA BARRETO, inscrito no CPF sob o nº 012.756.098-05.

DAMARES REGINA ALVES

PORTARIA Nº 3.131, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2020

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido na 6ª Sessão do Conselho da Comissão de Anistia, realizada no dia 29 de outubro de 2020, no Requerimento de Anistia nº 08802.003429/2015-10 (2015.01.74886), resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por ROSANGELA GOMES ALQUATI, inscrita no CPF sob o nº 169.306.650-53.

DAMARES REGINA ALVES

PORTARIA Nº 3.132, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2020

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido na 6ª Sessão do Conselho da Comissão de Anistia, realizada no dia 29 de outubro de 2020, no Requerimento de Anistia nº 2011.01.70383, resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por IZABEL MARIA AYRES CIRNE, inscrita no CPF sob o nº 646.860.510-53.

DAMARES REGINA ALVES

PORTARIA Nº 3.133, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2020

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido na 6ª Sessão do Conselho da Comissão de Anistia, realizada no dia 29 de outubro de 2020, no Requerimento de Anistia nº 2011.01.70359, resolve:

Indeferir o pedido de anistia post mortem de JOÃO ÉRICO GOSS, filho de MARIA COUTO DE GOSS.

DAMARES REGINA ALVES

PORTARIA Nº 3.134, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2020

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido na 6ª Sessão do Conselho da Comissão de Anistia, realizada no dia 29 de outubro de 2020, no Requerimento de Anistia nº 2011.01.70332, resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por PAULO ROBERTO HISSA GASPAR, inscrito no CPF sob o nº 219.491.900-72.

DAMARES REGINA ALVES

PORTARIA Nº 3.135, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2020

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido na 6ª Sessão do Conselho da Comissão de Anistia, realizada no dia 29 de outubro de 2020, no Requerimento de Anistia nº 2011.01.70277, resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por VALDIR MARQUES PONCIANO, inscrito no CPF sob o nº 224.868.010-49.

DAMARES REGINA ALVES

PORTARIA Nº 3.136, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2020

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido na 6ª Sessão do Conselho da Comissão de Anistia, realizada no dia 29 de outubro de 2020, no Requerimento de Anistia nº 2011.01.70271, resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por LUIZ FONTOURA PIUMA, inscrito no CPF sob o nº 562.195.120-49.

DAMARES REGINA ALVES

PORTARIA Nº 3.137, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2020

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido na 6ª Sessão do Conselho da Comissão de Anistia, realizada no dia 29 de outubro de 2020, no Requerimento de Anistia nº 2011.01.70114, resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por ISNARTE COSTA, inscrito no CPF sob o nº 253.974.510-53.

DAMARES REGINA ALVES

PORTARIA Nº 3.138, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2020

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido na 6ª Sessão do Conselho da Comissão de Anistia, realizada no dia 29 de outubro de 2020, no Requerimento de Anistia nº 2011.01.70088, resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por MARIA DE LOURDES DA ROCHA PIRAGINE, inscrita no CPF sob o nº 252.567.340-91.

DAMARES REGINA ALVES

PORTARIA Nº 3.139, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2020

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido na 6ª Sessão do Conselho da Comissão de Anistia, realizada no dia 29 de outubro de 2020, no Requerimento de Anistia nº 2011.01.69371, resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por TAMARAGIBA ALBERTO GARCIA PEREIRA, inscrito no CPF sob o nº 201.997.160-72.

DAMARES REGINA ALVES

PORTARIA Nº 3.140, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2020

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido na 6ª Sessão do Conselho da Comissão de Anistia, realizada no dia 29 de outubro de 2020, no Requerimento de Anistia nº 2011.01.69173, resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por MORECY MELLO DA SILVA, inscrito no CPF sob o nº 280.378.630-34.

DAMARES REGINA ALVES

PORTARIA Nº 3.141, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2020

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido na 6ª Sessão do Conselho da Comissão de Anistia, realizada no dia 29 de outubro de 2020, no Requerimento de Anistia nº 2011.01.69172, resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por IVO MORAES CADAVAL, inscrito no CPF sob o nº 190.635.710-20.

DAMARES REGINA ALVES

PORTARIA Nº 3.142, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2020

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido na 6ª Sessão do Conselho da Comissão de Anistia, realizada no dia 29 de outubro de 2020, no Requerimento de Anistia nº 2011.01.69795, resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por JOSÉ RICARDO ALBINO DE MIRANDA, inscrito no CPF sob o nº 774.591.727-15.

DAMARES REGINA ALVES

PORTARIA Nº 3.143, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2020

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido na 6ª Sessão do Conselho da Comissão de Anistia, realizada no dia 29 de outubro de 2020, no Requerimento de Anistia nº 2011.01.69257, resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por ANTONIO PAULO DA FONSECA ELIA, inscrito no CPF sob o nº 026.052.107-82.

DAMARES REGINA ALVES

PORTARIA Nº 3.144, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2020

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido na 6ª Sessão do Conselho da Comissão de Anistia, realizada no dia 29 de outubro de 2020, no Requerimento de Anistia nº 2011.01.69066, resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por DIÓGENES DE CAMPOS SENA, inscrito no CPF sob o nº 264.931.526-15.

DAMARES REGINA ALVES

PORTARIA Nº 3.145, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2020

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido na 6ª Sessão do Conselho da Comissão de Anistia, realizada no dia 29 de outubro de 2020, no Requerimento de Anistia nº 2011.01.69012, resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por VANDERLEI MARCILIO TAVARES, inscrito no CPF sob o nº 659.385.187-68.

DAMARES REGINA ALVES

PORTARIA Nº 3.146, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2020

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido na 6ª Sessão do Conselho da Comissão de Anistia, realizada no dia 29 de outubro de 2020, no Requerimento de Anistia nº 2011.01.68951, resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por JORGE LUIS BARBOSA DE SÁ, inscrito no CPF sob o nº 695.432.917-72.

DAMARES REGINA ALVES

PORTARIA Nº 3.147, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2020

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido na 6ª Sessão do Conselho da Comissão de Anistia, realizada no dia 29 de outubro de 2020, no Requerimento de Anistia nº 2011.01.68637, resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por GILSON DE SOUZA, inscrito no CPF sob o nº 782.165.677-15.

DAMARES REGINA ALVES

PORTARIA Nº 3.148, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2020

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido na 6ª Sessão do Conselho da Comissão de Anistia, realizada no dia 29 de outubro de 2020, no Requerimento de Anistia nº 2011.01.68603, resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por BELMIRO DEMÉTRIO PERRARO FILHO, inscrito no CPF sob o nº 402.899.747-04.

DAMARES REGINA ALVES

PORTARIA Nº 3.149, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2020

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido na 6ª Sessão do Conselho da Comissão de Anistia, realizada no dia 29 de outubro de 2020, no Requerimento de Anistia nº 2011.01.68601, resolve:

Indeferir o pedido de anistia post mortem de FLORISVALDO DE SANTANA, filho de LINDAURA DE SANTANA.

DAMARES REGINA ALVES

PORTARIA Nº 3.150, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2020

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido na 6ª Sessão do Conselho da Comissão de Anistia, realizada no dia 29 de outubro de 2020, no Requerimento de Anistia nº 2003.01.17618, resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por JOSÉ DO CARMO ALMEIDA, inscrito no CPF sob o nº 000.803.732-91.

DAMARES REGINA ALVES

PORTARIA Nº 3.151, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2020

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido na 6ª Sessão do Conselho da Comissão de Anistia, realizada no dia 29 de outubro de 2020, no Requerimento de Anistia nº 2003.01.17209, resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por GENTIL CANDIDO MACHADO, inscrito no CPF sob o nº 114.662.861-72.

DAMARES REGINA ALVES

PORTARIA Nº 3.152, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2020

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido na 6ª Sessão do Conselho da Comissão de Anistia, realizada no dia 29 de outubro de 2020, no Requerimento de Anistia nº 2011.01.70013, resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por JOÃO DA SILVA, inscrito no CPF sob o nº 392.341.507-91.

DAMARES REGINA ALVES

PORTARIA Nº 3.153, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2020

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido na 6ª Sessão do Conselho da Comissão de Anistia, realizada no dia 29 de outubro de 2020, no Requerimento de Anistia nº 2011.01.69893, resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por PAULO CESAR SIMPLICIO, inscrito no CPF sob o nº 612.387.917-00.

DAMARES REGINA ALVES

PORTARIA Nº 3.154, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2020

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido na 6ª Sessão do Conselho da Comissão de Anistia, realizada no dia 29 de outubro de 2020, no Requerimento de Anistia nº 2011.01.69797, resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por JOSELIAS DE SOUSA SILVA, inscrito no CPF sob o nº 932.777.337-34.

DAMARES REGINA ALVES

PORTARIA Nº 3.155, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2020

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido na 6ª Sessão do Conselho da Comissão de Anistia, realizada no dia 29 de outubro de 2020, no Requerimento de Anistia nº 2011.01.69354, resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por ITAMAR ANTAS NETO, inscrito no CPF sob o nº 693.220.827-04.

DAMARES REGINA ALVES

PORTARIA Nº 3.156, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2020

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido na 6ª Sessão do Conselho da Comissão de Anistia, realizada no dia 29 de outubro de 2020, no Requerimento de Anistia nº 2011.01.70091, resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por ODENIR SANTOS CARVALHO, inscrito no CPF sob o nº 632.459.817-91.

DAMARES REGINA ALVES

PORTARIA Nº 3.157, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2020

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido na 6ª Sessão do Conselho da Comissão de Anistia, realizada no dia 29 de outubro de 2020, no Requerimento de Anistia nº 2011.01.69264, resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por JULIO MACHADO DOS SANTOS, inscrito no CPF sob o nº 343.802.217-68.

DAMARES REGINA ALVES

PORTARIA Nº 3.158, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2020

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido na 6ª Sessão do Conselho da Comissão de Anistia, realizada no dia 29 de outubro de 2020, no Requerimento de Anistia nº 2011.01.70257, resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por LOURENÇO DORNELAS REIS CURADO, inscrito no CPF sob o nº 473.796.007-10.

DAMARES REGINA ALVES

PORTARIA Nº 3.159, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2020

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido na 6ª Sessão do Conselho da Comissão de Anistia, realizada no dia 29 de outubro de 2020, no Requerimento de Anistia nº 2011.01.69263, resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por JOSÉ WAGNER PASCOAL DE SOUSA, inscrito no CPF sob o nº 786.959.297-87.

DAMARES REGINA ALVES

PORTARIA Nº 3.160, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2020

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido na 6ª Sessão do Conselho da Comissão de Anistia, realizada no dia 29 de outubro de 2020, no Requerimento de Anistia nº 2009.01.64226, resolve:

Indeferir o pedido de anistia post mortem de JOSÉ MARIELSON GADELHA BARBOSA, filho de MARIA GADELHA BARBOSA.

DAMARES REGINA ALVES

PORTARIA Nº 3.161, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2020

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido na 6ª Sessão do Conselho da Comissão de Anistia, realizada no dia 29 de outubro de 2020, no Requerimento de Anistia nº 08000.034323/2015-01 (2015.01.75400), resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por ANTONIO FERREIRA SIMÃO, inscrito no CPF sob o nº 183.866.792-04.

DAMARES REGINA ALVES

PORTARIA Nº 3.162, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2020

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido na 6ª Sessão do Conselho da Comissão de Anistia, realizada no dia 29 de outubro de 2020, no Requerimento de Anistia nº 2014.01.73744, resolve:

Indeferir o pedido de anistia post mortem de CICERO PEREIRA GOMES, filho de MARIA ANGELICA DA CONCEIÇÃO.

DAMARES REGINA ALVES

PORTARIA Nº 3.163, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2020

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido na 6ª Sessão do Conselho da Comissão de Anistia, realizada no dia 29 de outubro de 2020, no Requerimento de Anistia nº 2010.01.67284, resolve:

Indeferir o pedido de anistia post mortem de TEODOMIRO PEREIRA DOS SANTOS, filho de VITALINA MARIA DA CONCEIÇÃO.

DAMARES REGINA ALVES

PORTARIA Nº 3.164, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2020

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido na 6ª Sessão do Conselho da Comissão de Anistia, realizada no dia 29 de outubro de 2020, no Requerimento de Anistia nº 2012.01.71014, resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por JOSÉ PEREIRA SILVA, inscrito no CPF sob o nº 199.164.501-53.

DAMARES REGINA ALVES

PORTARIA Nº 3.165, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2020

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido na 6ª Sessão do Conselho da Comissão de Anistia, realizada no dia 29 de outubro de 2020, no Requerimento de Anistia nº 2012.01.71590, resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por CICERO PEREIRA DA SILVA, inscrito no CPF sob o nº 836.475.461-00.

DAMARES REGINA ALVES

PORTARIA Nº 3.166, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2020

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido na 6ª Sessão do Conselho da Comissão de Anistia, realizada no dia 29 de outubro de 2020, no Requerimento de Anistia nº 2011.01.70396, resolve:

Indeferir o pedido de anistia post mortem de CARLOS ALBERTO DOS SANTOS, filho de AURORA NEVES DOS SANTOS.

DAMARES REGINA ALVES

PORTARIA Nº 3.167, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2020

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido na 6ª Sessão do Conselho da Comissão de Anistia, realizada no dia 29 de outubro de 2020, no Requerimento de Anistia nº 2011.01.70371, resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por JOEL CORREIA MACHADO, inscrito no CPF sob o nº 190.736.907-49.

DAMARES REGINA ALVES

PORTARIA Nº 3.168, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2020

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido na 6ª Sessão do Conselho da Comissão de Anistia, realizada no dia 29 de outubro de 2020, no Requerimento de Anistia nº 2011.01.70330, resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por PAULINO AZEVEDO AMARO, inscrito no CPF sob o nº 273.021.137-34.

DAMARES REGINA ALVES

PORTARIA Nº 3.169, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2020

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido na 6ª Sessão do Conselho da Comissão de Anistia, realizada no dia 29 de outubro de 2020, no Requerimento de Anistia nº 2011.01.70318, resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por GEOVANI SOARES DE MORAES, inscrito no CPF sob o nº 030.375.174-68.

DAMARES REGINA ALVES

PORTARIA Nº 3.170, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2020

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido na 6ª Sessão do Conselho da Comissão de Anistia, realizada no dia 29 de outubro de 2020, no Requerimento de Anistia nº 08000.034312/2015-13 (2015.01.75442), resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por MARIA DAS GRAÇAS DA SILVA VIEIRA, inscrita no CPF sob o nº 440.028.312-72.

DAMARES REGINA ALVES

PORTARIA Nº 3.171, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2020

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido na 6ª Sessão do Conselho da Comissão de Anistia, realizada no dia 29 de outubro de 2020, no Requerimento de Anistia nº 08000.034376/2015-14 (2015.01.75405), resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por FRANCISCA FERNANDES DA SILVA, inscrita no CPF sob o nº 131.230.172-49.

DAMARES REGINA ALVES

PORTARIA Nº 3.172, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2020

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido na 6ª Sessão do Conselho da Comissão de Anistia, realizada no dia 29 de outubro de 2020, no Requerimento de Anistia nº 2011.02.69878, resolve:

Indeferir o pedido de anistia post mortem de JOSÉ CLEUDO BEZERRA DE LIMA, filho de ALZERINA BEZERRA DE LIMA.

DAMARES REGINA ALVES

COMISSÃO DE ANISTIA

PAUTA DA 9ª SESSÃO DO CONSELHO
A SER REALIZADA NO DIA 15 DE DEZEMBRO DE 2020

A COMISSÃO DE ANISTIA do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, criada pelo artigo 12, da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, por meio de seu PRESIDENTE, torna pública, a todos os interessados, a presente PAUTA, e informa que no dia 15 de dezembro de 2020, a partir das 9:30h, no Edifício Parque Cidade Corporate, Torre A, 10º andar - Sala 1005-B, realizar-se-á a Sessão de análise de requerimentos do Conselho da Comissão de Anistia.

Visando assegurar medidas de prevenção ao contágio pelo Coronavírus (COVID-19), serão tomadas todas as medidas preventivas, em conformidade com as orientações das autoridades epidemiológicas, bem como seguindo protocolos estabelecidos nos normativos locais para a permanência na sessão, inclusive limitando o número de pessoas na sala.

Aos requerentes de processos pautados, bem como aos procuradores devidamente constituídos nos autos, será garantida a possibilidade de solicitação formal de retirada de pauta do respectivo processo, até as 18h do dia 11 de dezembro de 2020.

I - Processos Ordem Cronológica de Protocolo:

N°	REQUERIMENTO	TIPO	NOME	CONSELHEIRO RELATOR	MOTIVO
	1. 2010.01.67142	R A	REGINA CÉLIA CONFORT SANTOS CARLOS ALBERTO NASCIMENTO SANTOS *POST MORTEM*	AÉCIO DE SOUZA MELO FILHO VISTA ADRIANA TINOCO VIEIRA	PROTOCOLO
	2. 2010.01.67368	R A	LÚCIA MARIA BATISTA E OUTROS JOÃO BENNIO BAPTISTA *POST MORTEM*	LUIZ EDUARDO ROCHA PAIVA	PROTOCOLO
	3. 2010.01.67374	A	PEDRO LUIZ TESTA	TARCÍSIO GABRIEL DALCIN	PROTOCOLO
	4. 2010.01.67646	A	ARNALDO ALVES	ADRIANA TINOCO VIEIRA	PROTOCOLO
	5. 2010.01.67840	R A	DALVA FERREIRA SOUTO E OUTROS JUVENAL LUIS SOUTO JUNIOR *POST MORTEM*	ADRIANA TINOCO VIEIRA	PROTOCOLO
	6. 2010.01.68014	A	VERA SABATO FRANCOLINO MATTOS PORTELLA *POST MORTEM*	DIONEI TONET	PROTOCOLO
	7. 2010.01.68234	A	LELITO PINHEIRO DOS SANTOS	JOANISVAL BRITO GONÇALVES	PROTOCOLO
	8. 2010.01.68260	A	SEVERINO FERREIRA DA SILVA	HENRIQUE CARVALHO DE ARAÚJO	PROTOCOLO
	9. 2010.01.68281	A	DIMAS MOREIRA DE SOUZA	LUCAS BALDOINO ROSAS BIONDI	PROTOCOLO
	10. 2010.01.68330	A	ROCHELLE COLETO POHLMANN E OUTROS MILTON HERMILO POHLMANN *POST MORTEM*	JOANISVAL BRITO GONÇALVES	PROTOCOLO

	11. 2010.01.68465	R A	MARIA APARECIDA DOS SANTOS JAIR RIBEIRO DE MAGALHÃES *POST MORTEM*	JÚLIO CÉSAR MARTINS CASARIN	PROTOCOLO
	12. 2010.01.68469	A	MANOEL CLEMENTE PEREIRA	VITAL LIMA SANTOS	PROTOCOLO
	13. 2010.01.68514	A	OSCAR AUGUSTO DE FARIA	VITAL LIMA SANTOS	PROTOCOLO
	14. 2011.01.68520	A	DALCY MACHADO DO NASCIMENTO BENEDITO PEREIRA SERRA *POST MORTEM*	JOANISVAL BRITO GONÇALVES	PROTOCOLO
	15. 2011.01.68554	A	ANTONIO JOSÉ DO ESPIRITO SANTO	TARCÍSIO GABRIEL DALCIN	PROTOCOLO
	16. 2011.01.68555	A	JOSÉ METIDIERI NETO	LUIZ EDUARDO ROCHA PAIVA	PROTOCOLO
	17. 2011.01.68699	A	JOÃO ROBERTO SILVA *POST MORTEM*	AÉCIO DE SOUZA MELO FILHO	PROTOCOLO
	18. 2011.01.68952	A	JOSÉ CORREIA DE SOUSA	DIONEI TONET	PROTOCOLO
	19. 2011.01.68960	A	DIONEIA DA SILVA	JÚLIO CÉSAR MARTINS CASARIN	PROTOCOLO
	20. 2011.01.68961	A	SEVERINA CARNEIRO DE MOURA	JOANISVAL BRITO GONÇALVES	PROTOCOLO
	21. 2011.01.69067	A	CARLOS FREDERICO GUSMAN PEREIRA	LUIZ EDUARDO ROCHA PAIVA	PROTOCOLO
	22. 2011.01.69097	A	CARLOS ALFREDO CLARET	LUCAS BALDOINO ROSAS BIONDI	PROTOCOLO
	23. 2011.01.69433	A	LUIZ ANTONIO DA SILVA	JOSÉ AUGUSTO DA ROSA VALLE MACHADO	PROTOCOLO
	24. 2011.01.69439	A	JOAQUIM CORREA RODRIGUES	AÉCIO DE SOUZA MELO FILHO	PROTOCOLO
	25. 2011.01.69899	A	HELDER ANDRADE DA SILVA	JÚLIO CÉSAR MARTINS CASARIN	PROTOCOLO
	26. 2011.01.69904	A	JOSE ALVARO MACIEL GUTERRES	JOSÉ AUGUSTO DA ROSA VALLE MACHADO	PROTOCOLO
	27. 2011.01.69919	A	RAIMUNDO LOURIVAL DE SOUZA	ADRIANA TINOCO VIEIRA	PROTOCOLO
	28. 2011.01.69996	A	CYRO GARCIA	ADRIANA TINOCO VIEIRA	PROTOCOLO
	29. 2011.01.70058	R A	OMAR DO NASCIMENTO FRANCOIS LAURENT FRANCOIS *POST MORTEM*	LUCAS BALDOINO ROSAS BIONDI	PROTOCOLO
	30. 2011.01.70094	A	ARMANDO PINTO DE SOUZA JUNIOR	DIONEI TONET	PROTOCOLO
	31. 2011.01.70102	R A	MARIA APARECIDA ISIDIO PRATA ELY DE OLIVEIRA PRATA *POST MORTEM*	HENRIQUE CARVALHO DE ARAÚJO	PROTOCOLO
	32. 2011.01.70197	A	CARLOS DELANO SOARES DE ANDRADE	HENRIQUE CARVALHO DE ARAÚJO	PROTOCOLO
	33. 2011.01.70270	A	ROBERVAL COSTA GOMES	AÉCIO DE SOUZA MELO FILHO	PROTOCOLO
	34. 2011.01.70325	A	PAULO ROBERTO FERREIRA	LUCAS BALDOINO ROSAS BIONDI	PROTOCOLO
	35. 2011.01.70333	A	MARCOS MARGARIDO	ADRIANA TINOCO VIEIRA	PROTOCOLO
	36. 2011.01.70334	A	ANTONIO PETICOV	ADRIANA TINOCO VIEIRA	PROTOCOLO
	37. 2011.01.70337	A	ANGELITA SANTOS SILVA INACIO ANTONIO DIAS *POST MORTEM*	TARCÍSIO GABRIEL DALCIN	PROTOCOLO
	38. 2011.01.70388	A	INEZ MARIA PONGELUPE	ADRIANA TINOCO VIEIRA	PROTOCOLO
	39. 2011.01.70394	A	NILSON JOSE ZOCCARATTO	JOSÉ AUGUSTO DA ROSA VALLE MACHADO	PROTOCOLO
	40. 2011.01.70417	A	ANA LUIZA DE FIGUEIREDO GOMES	JÚLIO CÉSAR MARTINS CASARIN	PROTOCOLO

II - Processos conexos: Guerra dos perdidos

N°	REQUERIMENTO	TIPO	NOME	CONSELHEIRO RELATOR	MOTIVO
	41. 2009.01.64230	A	HILÁRIO LOPES COSTA	VITAL LIMA SANTOS	BLOCO
	42. 08000.043339/2017-69 (2017.01.77313)	A	PETRONILIA ALVES DA SILVA	VITAL LIMA SANTOS	BLOCO
	43. 08000.043342/2017-82 (2017.01.77310)	A	MARIA SILVA DE OLIVEIRA	VITAL LIMA SANTOS	BLOCO
	44. 08000.032977/2018-35 (2018.01.78034)	A	JOSÉ MARIA COSTA DE SOUSA	VITAL LIMA SANTOS	BLOCO
	45. 08000.032929/2018-47 (2018.01.78028)	A	WELITA PEREIRA SANTANA	VITAL LIMA SANTOS	BLOCO
	46. 08000.032931/2018-16 (2018.01.78029)	A	ADEMIR BORGES DO SOUZA	VITAL LIMA SANTOS	BLOCO
	47. 08000.032939/2018-82 (2018.01.78023)	A	GIDALVA SANTOS PROCOPIO	VITAL LIMA SANTOS	BLOCO
	48. 08000.032976/2018-91 (2018.01.78036)	A	CELIO LIANDRO DE SOUZA	VITAL LIMA SANTOS	BLOCO
	49. 08000.032949/2018-18 (2018.01.78011)	A	VENÂNCIO MANOEL DE MORAIS	VITAL LIMA SANTOS	BLOCO
	50. 08000.032938/2018-38 (2018.01.78078)	A	TEODOMIRO BISPO DOS SANTOS	VITAL LIMA SANTOS	BLOCO
	51. 08000.032941/2018-51 (2018.01.78013)	A	JOAO LEITE FILHO	VITAL LIMA SANTOS	BLOCO
	52. 08000.032908/2018-21 (2018.01.78027)	A	VITORIO ARAUJO DE OLIVEIRA	VITAL LIMA SANTOS	BLOCO
	53. 08000.032921/2018-81 (2018.01.78021)	A	ÂNGELO MARINHO	VITAL LIMA SANTOS	BLOCO
	54. 08000.032915/2018-23 (2018.01.78026)	A	MAGNO FIGUEIREDO DOS SANTOS	VITAL LIMA SANTOS	BLOCO
	55. 08000.032983/2018-92 (2018.01.78018)	A	ANTONIO MOREIRA DE OLIVEIRA	VITAL LIMA SANTOS	BLOCO
	56. 08000.032989/2018-60 (2018.01.78016)	A	AURI SOUSA DE OLIVEIRA	VITAL LIMA SANTOS	BLOCO
	57. 08000.032946/2018-84 (2018.01.78012)	A	LUIZ DE FRANCA SOUSA MIRANDA	VITAL LIMA SANTOS	BLOCO
	58. 08000.032986/2018-26 (2018.01.78017)	A	EDENUTO PEREIRA DO AMARAL	VITAL LIMA SANTOS	BLOCO
	59. 08000.032889/2018-33 (2018.01.77999)	A	MANOELITO GUERRA DE SOUSA	VITAL LIMA SANTOS	BLOCO
	60. 08000.032916/2018-78 (2018.01.78020)	A	OZORINO NERES CARDEAL	VITAL LIMA SANTOS	BLOCO
	61. 08000.032883/2018-66 (2018.01.78002)	A	MARIA SENHORA DE JESUS SOARES	VITAL LIMA SANTOS	BLOCO
	62. 08000.032885/2018-55 (2018.01.78000)	A	IRENE GUERRA DE SOUSA	VITAL LIMA SANTOS	BLOCO
	63. 08000.032935/2018-02 (2018.01.78024)	A	IVANILDE RIBEIRO DA SILVA	VITAL LIMA SANTOS	BLOCO
	64. 08000.032934/2018-50 (2018.01.78019)	A	OLÍMPIO COSTA DE SOUSA	VITAL LIMA SANTOS	BLOCO
	65. 08000.032909/2018-76 (2018.01.78007)	A	JAZON FERREIRA DE OLIVEIRA	VITAL LIMA SANTOS	BLOCO
	66. 08000.032907/2018-87 (2018.01.78006)	A	JOSÉ FERREIRA DE OLIVEIRA	VITAL LIMA SANTOS	BLOCO
	67. 08000.032887/2018-44 (2018.01.78003)	A	SIDNEY FERREIRA DE OLIVEIRA	VITAL LIMA SANTOS	BLOCO
	68. 08000.032992/2018-83 (2018.01.78031)	A	IVANILDE DE OLIVEIRA PORTO	VITAL LIMA SANTOS	BLOCO
	69. 08000.032991/2018-39 (2018.01.78032)	A	IDECI MOREIRA DE MELO	VITAL LIMA SANTOS	BLOCO
	70. 08000.032926/2018-11 (2018.01.78015)	A	ALDENOR BORGES DE SOUSA	VITAL LIMA SANTOS	BLOCO
	71. 08000.032933/2018-13 (2018.01.78035)	A	ALDENORA BORGES DE SOUSA	VITAL LIMA SANTOS	BLOCO
	72. 08000.032944/2018-95 (2018.01.78004)	A	JEAN ALVES DE SOUSA	VITAL LIMA SANTOS	BLOCO
	73. 08000.032969/2018-99 (2018.01.78071)	A	DINO DA CONCEIÇÃO DOS SANTOS	VITAL LIMA SANTOS	BLOCO
	74. 08000.032987/2018-71 (2018.01.78062)	A	SALDANHA PIRES DE SOUSA	VITAL LIMA SANTOS	BLOCO
	75. 08000.032960/2018-88 (2018.01.78075)	A	HENRIQUE ALVES NOLETO	VITAL LIMA SANTOS	BLOCO
	76. 08000.032966/2018-55 (2018.01.78072)	A	GERALDO COSTA DE SOUSA	VITAL LIMA SANTOS	BLOCO

	77. 08000.032967/2018-08 (2018.01.78049)	A	MARIVAL DOS SANTOS OLIVEIRA	VITAL LIMA SANTOS	BLOCO
	78. 08000.032961/2018-22 (2018.01.78054)	A	WALTER RIBEIRO DE SOUSA	VITAL LIMA SANTOS	BLOCO
	79. 08000.032965/2018-19 (2018.01.78067)	A	CRISPIM MANOEL SANTANA	VITAL LIMA SANTOS	BLOCO
	80. 08000.032950/2018-42 (2018.01.78077)	A	AGUINALDO MARINHO NASCIMENTO	VITAL LIMA SANTOS	BLOCO
	81. 08000.032956/2018-10 (2018.01.78055)	A	VALMIR MANOEL DE SANTANA	VITAL LIMA SANTOS	BLOCO
	82. 08000.032974/2018-00 (2018.01.78043)	A	DEUSDETE FERREIRA DE OLIVEIRA	VITAL LIMA SANTOS	BLOCO
	83. 08000.032964/2018-66 (2018.01.78056)	A	JULIO BISPO DOS SANTOS	VITAL LIMA SANTOS	BLOCO
	84. 08000.032925/2018-69 (2018.01.78039)	A	MABEL DE OLIVEIRA DE SANTANA	VITAL LIMA SANTOS	BLOCO
	85. 08000.032910/2018-09 (2018.01.78050)	A	DINALDA NASCIMENTO DOS SANTOS	VITAL LIMA SANTOS	BLOCO
	86. 08000.032959/2018-53 (2018.01.78068)	A	LINDINALVA FERREIRA DE OLIVEIRA	VITAL LIMA SANTOS	BLOCO
	87. 08000.032945/2018-30 (2018.01.78074)	A	JULIA SANTOS PEREIRA	VITAL LIMA SANTOS	BLOCO
	88. 08000.032980/2018-59 (2018.01.78044)	A	EDMILSON RIBEIRO DOS SANTOS	VITAL LIMA SANTOS	BLOCO
	89. 08000.032947/2018-29 (2018.01.78063)	A	ANA CUNHA BRITO	VITAL LIMA SANTOS	BLOCO
	90. 08000.032937/2018-93 (2018.01.78070)	A	JOSÉ ELSON ALVES RIBEIRO	VITAL LIMA SANTOS	BLOCO
	91. 08000.032968/2018-44 (2018.01.78065)	A	DOURINETH BARREIRA DE SOUSA XAVIER	VITAL LIMA SANTOS	BLOCO
	92. 08000.032882/2018-11 (2018.01.78048)	A	MARIA DAJUDA DE OLIVEIRA BARRETO	VITAL LIMA SANTOS	BLOCO
	93. 08000.032900/2018-65 (2018.01.78040)	A	FELICIDADE ALVES DE SOUSA MOREIRA	VITAL LIMA SANTOS	BLOCO
	94. 08802.001394/2019-16 (2019.01.78668)	A	NOÉLIA ALVES DOS SANTOS	VITAL LIMA SANTOS	BLOCO
	95. 08802.001410/2019-62 (2019.01.78666)	A	MARINALVA SILVA DO AMARAL	VITAL LIMA SANTOS	BLOCO
	96. 08802.001401/2019-71 (2019.01.78664)	A	EDSON CONCEIÇÃO DO NASCIMENTO	VITAL LIMA SANTOS	BLOCO
	97. 08802.001398/2019-96 (2019.01.78667)	A	MARIA APARECIDA OLIVEIRA DE SOUSA	VITAL LIMA SANTOS	BLOCO
	98. 08802.001399/2019-31 (2019.01.78663)	A	JÚLIO SANTOS PROCÓPIO	VITAL LIMA SANTOS	BLOCO
	99. 08802.001469/2019-51 (2019.01.78674)	A	VITÓRIA PIRES DOS SANTOS	VITAL LIMA SANTOS	BLOCO
	100. 08802.001392/2019-19 (2019.01.78670)	A	JOSÉ MARIA E SILVA	VITAL LIMA SANTOS	BLOCO
	101. 08802.001375/2019-81 (2019.01.78672)	A	ABRAÃO MARIA E SILVA	VITAL LIMA SANTOS	BLOCO
	102. 08802.001374/2019-37 (2019.01.78673)	A	ORLANDO SILVA LEITE	VITAL LIMA SANTOS	BLOCO
	103. 08802.001390/2019-20 (2019.01.78671)	A	JACIRA ALVES COSTA	VITAL LIMA SANTOS	BLOCO
	104. 08802.001397/2019-41 (2019.01.78669)	A	MARIA DO ESPÍRITO SANTO DA CUNHA BRITO	VITAL LIMA SANTOS	BLOCO
	105. 08802.001466/2019-17 (2019.01.78675)	A	DELCI MOREIRA DA SILVA	VITAL LIMA SANTOS	BLOCO
	106. 08802.001379/2019-60 (2019.01.78678)	A	JURANDI ALVES DIAS	VITAL LIMA SANTOS	BLOCO
	107. 08802.001468/2019-14 (2019.01.78683)	A	LUIZ DA SILVA SANTOS	VITAL LIMA SANTOS	BLOCO
	108. 08802.001453/2019-48 (2019.01.78680)	A	LUCIANE COSTA DE SOUZA VIANA	VITAL LIMA SANTOS	BLOCO
	109. 08802.001454/2019-92 (2019.01.78679)	A	JOÃO DE OLIVEIRA SANTOS	VITAL LIMA SANTOS	BLOCO
	110. 08802.001464/2019-28 (2019.01.78681)	A	ROSIMER MARIA E SILVA SOUZA	VITAL LIMA SANTOS	BLOCO
	111. 08802.001465/2019-72 (2019.01.78682)	A	DORIVAN CUNHA BRITO	VITAL LIMA SANTOS	BLOCO
	112. 08802.001463/2019-83 (2019.01.78676)	A	EDINA RIBEIRO DE ARAÚJO	VITAL LIMA SANTOS	BLOCO
	113. 08802.001380/2019-94 (2019.01.78677)	A	JOSELINA RIBEIRO DA SILVA	VITAL LIMA SANTOS	BLOCO
	114. 08802.001416/2019-30 (2019.01.78695)	A	ADEMAR MARIANO DA SILVA	VITAL LIMA SANTOS	BLOCO
	115. 08802.001502/2019-42 (2019.01.78715)	A	JOSÉ FRANCISCO DOS SANTOS	VITAL LIMA SANTOS	BLOCO
	116. 08802.001388/2019-51 (2019.01.78712)	A	ILSON MOREIRA DA SILVA	VITAL LIMA SANTOS	BLOCO
	117. 08802.001391/2019-74 (2019.01.78685)	A	JÚLIA MOREIRA LIMA *POST MORTEM*	VITAL LIMA SANTOS	BLOCO
	118. 08802.001385/2019-17 (2019.01.78688)	A	EUCI MOREIRA DA SILVA	VITAL LIMA SANTOS	BLOCO
	119. 08802.001471/2019-20 (2019.01.78692)	A	MARLI MARTINS DE OLIVEIRA LIMA	VITAL LIMA SANTOS	BLOCO
	120. 08802.001501/2019-06 (2019.01.78716)	A	INALDO OLIVEIRA DOS SANTOS	VITAL LIMA SANTOS	BLOCO
	121. 08802.001456/2019-81 (2019.01.78697)	A	LUZINETE OLIVEIRA DOS SANTOS	VITAL LIMA SANTOS	BLOCO
	122. 08802.001443/2019-11 (2019.01.78699)	A	MEIRINALVA PEDROZA ARAÚJO COSTA	VITAL LIMA SANTOS	BLOCO
	123. 08802.001470/2019-85 (2019.01.78691)	A	ELZA JOSÉ MARIA DE SOUSA	VITAL LIMA SANTOS	BLOCO
	124. 08802.001455/2019-37 (2019.01.78698)	A	JANDIRA JOSÉ BARBOSA DE OLIVEIRA	VITAL LIMA SANTOS	BLOCO
	125. 08802.001461/2019-94 (2019.01.78710)	A	VERA LÚCIA COSTA DE SOUSA	VITAL LIMA SANTOS	BLOCO
	126. 08802.001428/2019-64 (2019.01.78705)	A	JANETE SANTOS	VITAL LIMA SANTOS	BLOCO
	127. 08802.001424/2019-86 (2019.01.78703)	A	ROSENILDA MARIA E SILVA	VITAL LIMA SANTOS	BLOCO
	128. 08802.001381/2019-39 (2019.01.78711)	A	VALDENIR FERNANDES DE SOUSA	VITAL LIMA SANTOS	BLOCO
	129. 08802.001389/2019-03 (2019.01.78687)	A	DEUZA ALVES DE OLIVEIRA	VITAL LIMA SANTOS	BLOCO
	130. 08802.001458/2019-71 (2019.01.78707)	A	VALDOMIRO OLIVEIRA DOS SANTOS	VITAL LIMA SANTOS	BLOCO
	131. 08802.001419/2019-73 (2019.01.78696)	R A	ROSENILDA MARIA E SILVA ISMAEL MARIA E SILVA *POST MORTEM*	VITAL LIMA SANTOS	BLOCO

	132. 08802.001422/2019-97 (2019.01.78701)	A	JOVAL GONÇALVES DOS SANTOS	VITAL LIMA SANTOS	BLOCO
	133. 08802.001438/2019-08 (2019.01.78700)	A	JOÃO DE OLIVEIRA SILVA	VITAL LIMA SANTOS	BLOCO
	134. 08802.001472/2019-74 (2019.01.78693)	A	ELZA ALVES DE OLIVEIRA	VITAL LIMA SANTOS	BLOCO
	135. 08802.001383/2019-28 (2019.01.78706)	A	ABERIAN RIBEIRO GUERRA DE PAES	VITAL LIMA SANTOS	BLOCO
	136. 08802.001459/2019-15 (2019.01.78708)	A	MARIA HELENA DIAS CHAVES	VITAL LIMA SANTOS	BLOCO
	137. 08802.001489/2019-21 (2019.01.78689)	A	LUZINETH BARBOSA GONÇALVES	VITAL LIMA SANTOS	BLOCO
	138. 08802.001393/2019-63 (2019.01.78686)	A	FLÁVIA ALVES DOS SANTOS	VITAL LIMA SANTOS	BLOCO
	139. 08802.001414/2019-41 (2019.01.78690)	A	ANGRIA GONÇALVES DOS SANTOS	VITAL LIMA SANTOS	BLOCO
	140. 08802.001377/2019-71 (2019.01.78694)	A	ROSIMAR RIBEIRO DA SILVA	VITAL LIMA SANTOS	BLOCO
	141. 08802.001396/2019-05 (2019.01.78684)	A	ADÉLIA BARBOSA GONÇALVES	VITAL LIMA SANTOS	BLOCO
	142. 08000.043347/2017-13 (2017.01.77315)	A	VANDA ALVES DA SILVA	VITAL LIMA SANTOS	BLOCO
	143. 08000.051703/2017-64 (2017.01.77455)	A	VANDECI ALVES DA SILVA SOUSA	VITAL LIMA SANTOS	BLOCO
	144. 08000.051711/2017-19 (2017.01.77458)	A	VANDERLENE ALVES DA SILVA LEAL	VITAL LIMA SANTOS	BLOCO
	145. 08000.032903/2018-07 (2018.01.78001)	A	ROSÁLIA MARIA PINTO	VITAL LIMA SANTOS	BLOCO
	146. 08000.043340/2017-93 (2017.01.77311)	A	CÍCERO ALVES DA SILVA	VITAL LIMA SANTOS	BLOCO
	147. 08000.043349/2017-02 (2017.01.77314)	A	EVALDO ALVES DA SILVA	VITAL LIMA SANTOS	BLOCO
	148. 08000.043343/2017-27 (2017.01.77321)	A	JOSÉ PAULO ALVES DE SOUSA	VITAL LIMA SANTOS	BLOCO

A - Anistiando
R - Requerente

JOÃO HENRIQUE NASCIMENTO DE FREITAS
Presidente da Comissão de Anistia

PAUTA DA 10ª SESSÃO DO CONSELHO
A SER REALIZADA EM 16 DE DEZEMBRO DE 2020

A COMISSÃO DE ANISTIA do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, criada pelo artigo 12, da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, por meio de seu PRESIDENTE, torna pública, a todos os interessados, a presente PAUTA, e informa que no dia 16 de dezembro de 2020, a partir das 9:30h, no Edifício Parque Cidade Corporate, Torre A, 10º andar - Sala 1005-B, realizar-se-á a Sessão de análise de requerimentos do Conselho da Comissão de Anistia.

Visando assegurar medidas de prevenção ao contágio pelo Coronavírus (COVID-19), serão tomadas todas as medidas preventivas, em conformidade com as orientações das autoridades epidemiológicas, bem como seguindo protocolos estabelecidos nos normativos locais para a permanência na sessão, inclusive limitando o número de pessoas na sala.

Aos requerentes de processos pautados, bem como aos procuradores devidamente constituídos nos autos, será garantida a possibilidade de solicitação formal de retirada de pauta do respectivo processo, até as 18h do dia 11 de dezembro de 2020.

I - Processos Ordem Cronológica de Protocolo:

N°	REQUERIMENTO	TIPO	NOME	CONSELHEIRO RELATOR	MOTIVO
	1. 2010.01.67277	R A	JOSINA NEVES BRAZ ZOROASTRO FERREIRA BRAZ *POST MORTEM*	VITAL LIMA SANTOS	PROTOCOLO
	2. 2011.01.68567	A	GUSTAVO SERGIO LINS RIBEIRO	TARCÍSIO GABRIEL DALCIN	PROTOCOLO
	3. 2011.01.69416	A	CHRISTOVÃO COLOMBO	JOANISVAL BRITO GONÇALVES	PROTOCOLO
	4. 2011.01.69449	R A	TELMA XAVIER PAES BARRETO CALDAS LINS JOSÉ ALUIZIO CALDAS LINS POST MORTEM	LUIZ EDUARDO ROCHA PAIVA	PROTOCOLO
	5. 2011.01.69451	A	WILSON RIBEIRO DA SILVA POST MORTEM	JÚLIO CÉSAR MARTINS CASARIN	PROTOCOLO
	6. 2011.01.69480	A	LINDOLFO MARINHO DE SENA	LUIZ EDUARDO ROCHA PAIVA	PROTOCOLO
	7. 2011.01.69854	A	MARIA IVONETE OLIVEIRA DA SILVA	JOSÉ AUGUSTO DA ROSA VALLE MACHADO	PROTOCOLO
	8. 2011.01.69885	A	ROSANGELA MARTINS DE MELO	DIONEI TONET	PROTOCOLO
	9. 2011.01.69886	A	JOSÉ MARINHO MUNIZ FALCÃO	LUIZ EDUARDO ROCHA PAIVA	PROTOCOLO
	10. 2011.01.69921	R A	HELENA MARIA COSTA RODRIGUES DAGOBERTO RODRIGUES POST MORTEM	HENRIQUE CARVALHO DE ARAÚJO	PROTOCOLO
	11. 2011.01.69922	R A	ZILDA SOARES DE SOUZA VIRIATO GUIDO LUIZ ARANHA VIRIATO *POST MORTEM*	JOANISVAL BRITO GONÇALVES	PROTOCOLO
	12. 2011.01.69928	A	LUIZ CARLOS DA SILVA	AÉCIO DE SOUZA MELO FILHO	PROTOCOLO
	13. 2011.01.69959	R A	OLGA DE ARAUJO LIMA JOSÉ IATAGAN SOUSA LIMA *POST MORTEM*	VITAL LIMA SANTOS	PROTOCOLO
	14. 2011.01.69963	A	DANILO BATISTA DE SÁ	AÉCIO DE SOUZA MELO FILHO	PROTOCOLO
	15. 2011.01.69972	R A	MARIA BÁRBARA BORGES SANTANA FRANCISCO SANTANA *POST MORTEM*	HENRIQUE CARVALHO DE ARAÚJO	PROTOCOLO
	16. 2011.01.69986	A	GILBERTO ANTÔNIO GOMES	LUCAS BALDOINO ROSAS BIONDI	PROTOCOLO
	17. 2011.01.69987	A	ALEX SANDRO DA SILVA TRENTINO	TARCÍSIO GABRIEL DALCIN	PROTOCOLO
	18. 2011.01.70000	A	EDSON GOMES PIMENTEL	DIONEI TONET	PROTOCOLO
	19. 2011.01.70002	A	ROSANGELA BOTELHO DA COSTA	LUCAS BALDOINO ROSAS BIONDI	PROTOCOLO
	20. 2011.01.70006	R A	VILÁSIO JACOBINA VIEIRA SANTOS DARILVAR JACOBINA VIEIRA SANTOS *POST MORTEM*	HENRIQUE CARVALHO DE ARAÚJO	PROTOCOLO
	21. 2011.01.70009	R A	MARILENE FERREIRA CARDOSO RENATO CARDOSO *POST MORTEM*	AÉCIO DE SOUZA MELO FILHO	PROTOCOLO
	22. 2011.01.70047	R A	LENA CARDOSO E OUTROS ELPIDIO CARDOSO DE OLIVEIRA *POST MORTEM*	DIONEI TONET	PROTOCOLO
	23. 2011.01.70092	A	ANITA MARIA FABBRI	JÚLIO CÉSAR MARTINS CASARIN	PROTOCOLO
	24. 2011.01.70101	A	GILNEI GETULIO DA SILVA FROES	AÉCIO DE SOUZA MELO FILHO	PROTOCOLO
	25. 2011.01.70252	A	NAZARENO DE DEUS GODEIRO	JÚLIO CÉSAR MARTINS CASARIN	PROTOCOLO
	26. 2011.01.70267	A	RAMÃO ROCHA	DIONEI TONET	PROTOCOLO
	27. 2011.01.70268	R A	SINAI MELLO E SILVA SGANZERLA ROGERIO SGANZERLA *POST MORTEM*	JOSÉ AUGUSTO DA ROSA VALLE MACHADO	PROTOCOLO
	28. 2011.01.70295	R A	CRISTINA TRANQUILLI VIEIRA DE BARROS JORGE VIEIRA DE BARROS *POST MORTEM*	JOSÉ AUGUSTO DA ROSA VALLE MACHADO	PROTOCOLO
	29. 2011.01.70308	A	SUMIO KOJIMA	TARCÍSIO GABRIEL DALCIN	PROTOCOLO
	30. 2011.01.70312	A	AVELINO GOMES MOREIRA NETO *POST MORTEM*	LUCAS BALDOINO ROSAS BIONDI	PROTOCOLO
	31. 2011.01.70315	A	GEOFLAN DIAS LOPES	JOANISVAL BRITO GONÇALVES	PROTOCOLO
	32. 2011.01.70324	A	PEDRO ERNANI PINTO VILAVERDE *POST MORTEM*	LUCAS BALDOINO ROSAS BIONDI	PROTOCOLO
	33. 2011.01.70338	A	PAULO SEVILHANO	TARCÍSIO GABRIEL DALCIN	PROTOCOLO
	34. 2011.01.70354	R A	LIA SOR STRAICH ZVI ELIEZER STRAICH *POST MORTEM*	VITAL LIMA SANTOS	PROTOCOLO

	35. 2011.01.70373	A	LOURDES SOLA DE PAULA DE ANGELO CALSAVERINI	JOSÉ AUGUSTO DA ROSA VALLE MACHADO	PROTOCOLO
	36. 2011.01.70386	A	NANCI HELENA DUARTE	JOANISVAL BRITO GONÇALVES	PROTOCOLO
	37. 2011.01.70389	A	FÁBIO JOSÉ BOSCO	VITAL LIMA SANTOS	PROTOCOLO
	38. 2011.01.70397	A	LUIZ EURICO MOREIRA	HENRIQUE CARVALHO DE ARAÚJO	PROTOCOLO
	39. 2011.01.70399	A	LUZIANO BARBOSA DE MIRANDA	LUIZ EDUARDO ROCHA PAIVA	PROTOCOLO
	40. 2011.01.70406	A	HELENA IGNEZ PINTO DE MELLO E SILVA	JÚLIO CÉSAR MARTINS CASARIN	PROTOCOLO
	41. 2011.01.70411	R A	ELZA BORGES DE OLIVEIRA ELIZEU BORGES DE OLIVEIRA *POST MORTEM*	JÚLIO CÉSAR MARTINS CASARIN	PROTOCOLO

A - Anistiando
R - Requerente

JOÃO HENRIQUE NASCIMENTO DE FREITAS

Ministério das Relações Exteriores

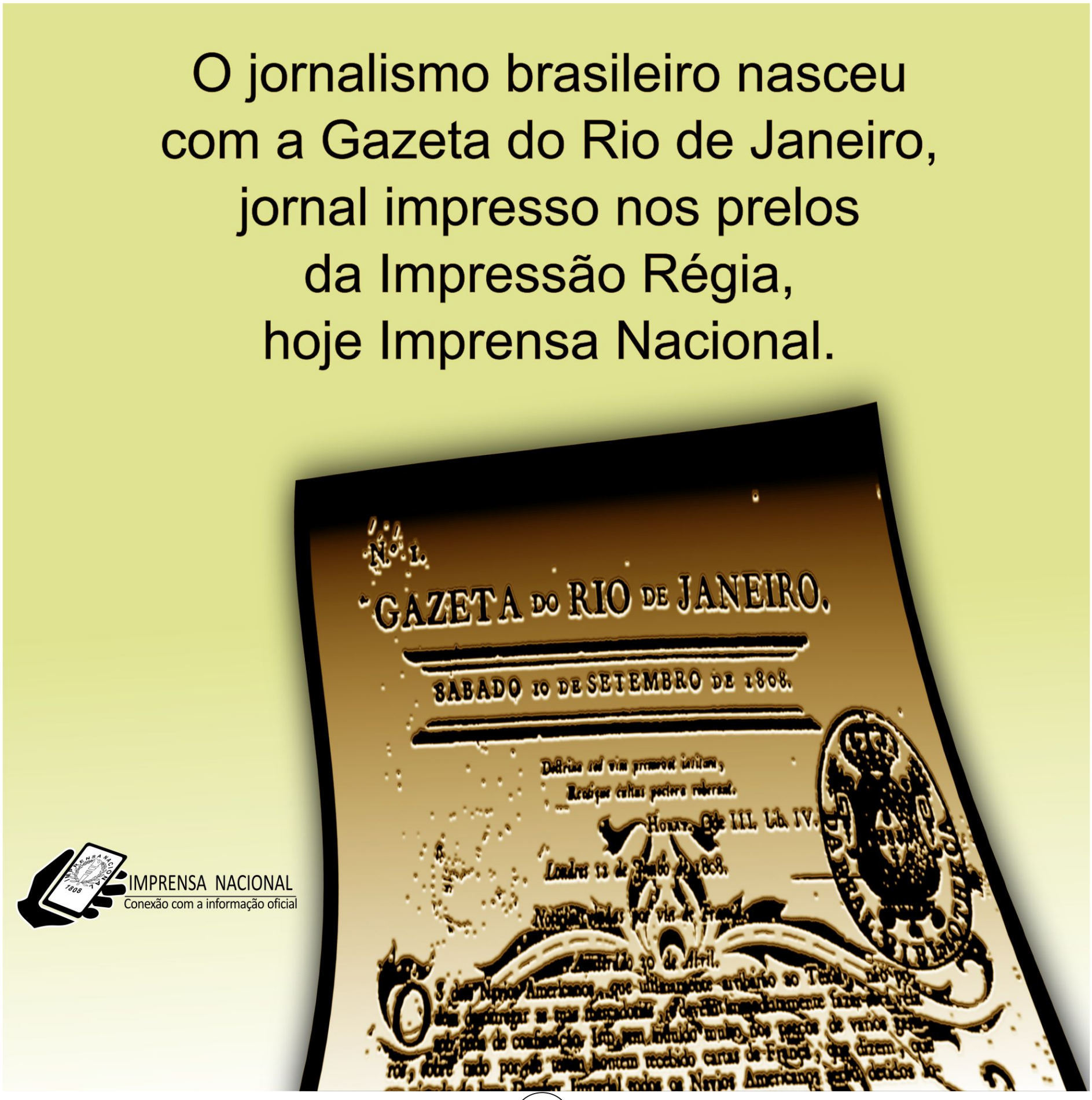
GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA DE 8 DE DEZEMBRO DE 2020

O MINISTRO DE ESTADO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, de acordo com o disposto no art. 3º da Portaria nº 98, de 24 de janeiro de 2011, resolve:
Conceder passaporte diplomático, com base no art. 6.º, § 3.º, do Decreto 5.978, de 04 de dezembro de 2006, a:

Nome	Função	Missão	Órgão	Validade do Passaporte
Washington dos Santos Oliveira	Suboficial	Auxiliar do Adido de Defesa, Naval, do Exército e Aeronáutico na Federação da Rússia.	Ministério da Defesa	26/09/2023
Daniely Jaqueline de Souza Oliveira	Dependente	-	Ministério da Defesa	26/09/2023
Juan Victor de Souza Lacorte	Dependente	-	Ministério da Defesa	26/09/2023
Zeus de Souza Lapa Oliveira	Dependente	-	Ministério da Defesa	26/09/2023

ERNESTO ARAÚJO



Ministério da Saúde

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA GM/MS Nº 2.782, DE 14 DE OUTUBRO DE 2020 (*)

Institui, em caráter excepcional e temporário, incentivos financeiros federais de custeio para execução das ações de imunização e vigilância em saúde, para enfrentamento à Emergência de Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN) decorrente da pandemia de covid-19.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, incisos I e II, da Constituição, e tendo em vista o disposto no § 7º do art. 3º da Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, e considerando a necessidade de planejar e executar respostas coordenadas para o enfrentamento da covid-19, alinhada à mudança no cenário epidemiológico, para potencializar ações e responder às necessidades de saúde da população em tempo oportuno, resolve:

Art. 1º Esta Portaria dispõe sobre incentivos financeiros federais de custeio para execução das ações de imunização e vigilância em saúde, para o enfrentamento à Emergência de Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN) decorrente da pandemia de covid-19, declarada pela Portaria GM/MS nº 188, de 3 fevereiro de 2020.

Art. 2º O incentivo financeiro de que trata esta Portaria tem as seguintes finalidades:

I - fortalecer o Programa Nacional de Imunizações, promovendo resposta qualificada e efetiva ao serviço de imunização nacional para enfrentamento da covid-19; e

II - proporcionar condições para o aprimoramento da detecção, análise e avaliação das síndromes respiratórias agudas, visando à prevenção e controle da influenza e outros vírus respiratórios, incluindo a covid-19, para respostas mais qualificadas e oportunas à emergência de saúde pública.

Art. 3º Ficam instituídos, em caráter excepcional e temporário, incentivos financeiros federais aos Estados, o Distrito Federal e aos Municípios, a serem transferidos em parcela única, do Fundo Nacional de Saúde aos Fundos estaduais, distrital e municipais, para execução das ações de imunização e vigilância, da seguinte forma:

I - incentivo financeiro federal de custeio aos Centros de Referências para Imunobiológicos Especiais (CRIE), corresponde a R$ 26.000.000,00 (vinte e seis milhões de reais); e

II - incentivo financeiro federal de custeio às Unidades Sentinelas de vigilância de Síndrome Gripal (SG), corresponde a R$89.320.000,00 (oitenta e nove milhões e trezentos e vinte mil reais).

§ 1º Para a seleção dos entes federativos e quantificação dos recursos financeiros foram adotados os seguintes critérios:

I - as Unidades dos CRIE foram contempladas igualitariamente, dada a complexidade do serviço ofertado e relevância do mesmo no atual momento de pandemia; e

II - as Unidades Sentinelas de vigilância de Síndrome Gripal (SG) foram contempladas segundo o porte populacional definido pelo IBGE do município onde se encontra instalada, conforme Anexo I a esta Portaria.

§ 2º Diante da aplicação dos critérios definidos neste artigo, os recursos serão transferidos aos Estados, o Distrito Federal e aos Municípios na forma dos Anexos II e III a esta Portaria.

Art. 4º Os recursos financeiros serão destinados aos Estados, Municípios e Distrito Federal para o custeio de ações e serviços de saúde para o enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente da covid-19, para a realização das seguintes ações:

I - atualização do registro de vacinação nos sistemas nacionais de imunização do Ministério da Saúde;

II - ampliação dos resultados dos Indicadores 3 e 4 do Programa de Qualificação das Ações de Vigilância em Saúde, em relação àqueles alcançados no exercício de 2019;

III - ampliação e fortalecimento da vigilância da Síndrome Gripal (SG);

IV - informação da proporção de atendimentos por SG sobre o total de atendimentos realizados nas unidades de saúde sentinelas;

V - promoção do adequado registro e coleta de amostras nas unidades sentinelas; e

VI - realização do registro das informações no Sistema de Informação de Vigilância da Gripe (SIVEP-Gripe), conforme manual de vigilância do Ministério da Saúde.

§ 1º A utilização dos recursos financeiros poderá abranger a realização de reformas, organização das Unidades de que trata esta Portaria, aquisição de suprimentos, insumos e produtos aplicados à rotina de funcionamento destas Unidades.

§ 2º Para utilização dos recursos financeiros, os Estados, Municípios e Distrito Federal deverão observar a legislação aplicável, notadamente o art. 4º da Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020.

Art. 5º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para a transferência dos recursos de que tratam esta Portaria aos Fundos de Saúde dos Estados, Distrito Federal e dos Municípios, mediante processo autorizativo encaminhado pela Secretaria de Vigilância em Saúde (SVS/MS).

Art. 6º A prestação de contas sobre a aplicação dos recursos de que trata esta Portaria será realizada por meio do Relatório Anual de Gestão (RAG) do respectivo ente federativo beneficiado.

Art. 7º Nos casos em que for verificado que os recursos financeiros transferidos pelo Fundo Nacional de Saúde foram executados, total ou parcialmente, em objeto distinto ao originalmente pactuado, aplicar-se-á o regramento disposto na Lei Complementar nº 141, de 3 de janeiro de 2012, e no Decreto nº 7.827, de 16 de outubro de 2012.

Art. 8º Os recursos orçamentários de que tratam esta Portaria recairão sobre o orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar a Funcional programática 10.122.5018.21CO.6500 - PO CV50 - MP 976- Enfrentamento da Emergência de Saúde Pública de Importância I Nacional Decorrente do Coronavírus.

Art. 9º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

EDUARDO PAZUELLO

ANEXO I

Metodologia de cálculo para o incentivo destinado às Unidades Sentinelas de vigilância de SG, conforme porte populacional definido pelo IBGE

Porte Populacional/IBGE	População	Valor Repasse
Pequeno	Até 25.000 habitantes	R$120.000,00
Médio	25.001 até 50.000 habitantes	R$240.000,00
Grande	Mais de 50.000 habitantes	R$400.000,00

ANEXO II

Incentivo financeiro federal de custeio aos Centros de Referência para Imunobiológicos Especiais

SIGLA UF	UF	CÓDIGO	CNPJ	PNI	TOTAL POR UNIDADE DA FEDERAÇÃO
AC	ACRE	12	07.458.465/0001-30	R$ 1.000.000,00	R$ 1.000.000,00
AL	ALAGOAS	27	11.659.171/0001-43	R$ 500.000,00	R$ 500.000,00
AM	AMAZONAS	13	06.023.708/0001-44	R$ 500.000,00	R$ 500.000,00
AP	AMAPA	16	06.023.582/0001-08	R$ 500.000,00	R$ 500.000,00
BA	BAHIA	29	05.816.630/0001-52	R$ 2.000.000,00	R$ 2.000.000,00
CE	CEARA	23	74.031.865/0001-51	R$ 1.000.000,00	R$ 1.000.000,00
DF	DISTRITO FEDERAL	53	12.116.247/0001-57	R$ 2.500.000,00	R$ 2.500.000,00
ES	ESPIRITO SANTO	32	06.893.466/0001-40	R$ 500.000,00	R$ 500.000,00
GO	GOIAS	52	00.544.963/0001-56	R$ 500.000,00	R$ 500.000,00
MA	MARANHAO	21	06.023.953/0001-51	R$ 500.000,00	R$ 500.000,00
MS	MATO GROSSO DO SUL	50	03.517.102/0001-77	R$ 500.000,00	R$ 500.000,00
MT	MATO GROSSO	51	04.441.389/0001-61	R$ 500.000,00	R$ 500.000,00
PA	PARA	15	83.369.835/0001-40	R$ 1.000.000,00	R$ 1.000.000,00
PB	PARAIBA	25	03.609.595/0001-75	R$ 500.000,00	R$ 500.000,00
PE	PERNAMBUCO	26	11.430.018/0001-40	R$ 500.000,00	R$ 500.000,00
PI	PIAUI	22	06.206.659/0001-85	R$ 500.000,00	R$ 500.000,00
PR	PARANA	41	08.597.121/0001-74	R$ 500.000,00	R$ 500.000,00
RN	RIO GRANDE DO NORTE	24	14.031.955/0001-10	R$ 500.000,00	R$ 500.000,00
RO	RONDONIA	11	00.733.062/0001-02	R$ 500.000,00	R$ 500.000,00
RR	RORAIMA	14	05.370.016/0001-00	R$ 500.000,00	R$ 500.000,00
RS	RIO GRANDE DO SUL	43	87.182.846/0001-78	R$ 500.000,00	R$ 500.000,00
RS	PORTO ALEGRE	4314902	11.358.235/0001-76	R$ 500.000,00	R$ 500.000,00
SC	SANTA CATARINA	42	80.673.411/0001-87	R$ 500.000,00	R$ 500.000,00
SE	SERGIPE	28	04.384.829/0001-96	R$ 500.000,00	R$ 500.000,00
TO	TOCANTINS	17	13.849.028/0001-40	R$ 500.000,00	R$ 500.000,00
MG	BELO HORIZONTE	3106200	11.728.239/0001-07	R$ 500.000,00	R$ 500.000,00
MG	JUIZ DE FORA	3136702	17.783.226/0001-09	R$ 500.000,00	R$ 500.000,00
MG	UBERLÂNDIA	3170206	13.996.274/0001-24	R$ 500.000,00	R$ 500.000,00
RJ	ITAPERUNA	3302205	39.215.827/0001-58	R$ 500.000,00	R$ 500.000,00
RJ	RIO DE JANEIRO	3304557	11.715.094/0001-00	R$ 1.000.000,00	R$ 1.000.000,00
RJ	CAMPOS DOS GOYTACAZES	3301009	11.384.874/0001-06	R$ 500.000,00	R$ 500.000,00
SP	SAO PAULO	35	13.851.748/0001-40	R$ 5.000.000,00	R$ 5.000.000,00

ANEXO III

Incentivo financeiro federal de custeio às Unidades Sentinela de Vigilância de Síndrome Gripal

UF	UF/MUNICÍPIO	CÓDIGO MUNICÍPIO	CNPJ	REDE SENTINELA	Total Geral por Unidade Federada
AC	BRASILEIA	120010	09.622.055/0001-08	R$ 240.000,00	R$ 240.000,00
AC	RIO BRANCO	120040	84.317.205/0001-95	R$ 800.000,00	R$ 800.000,00
AC	CRUZEIRO DO SUL	120020	11.370.229/0001-34	R$ 400.000,00	R$ 400.000,00
AL	ARAPIRACA	270030	21.013.754/0001-56	R$ 400.000,00	R$ 400.000,00
AL	MACEIO	270430	07.792.137/0001-75	R$ 2.000.000,00	R$ 2.000.000,00
AL	SANTANA DO IPANEMA	270800	19.433.048/0001-11	R$ 240.000,00	R$ 240.000,00
AM	AMAZONAS	13	06.023.708/0001-44	R$ 8.560.000,00	R$ 8.560.000,00
AP	LARANJAL DO JARI	160027	11.707.402/0001-47	R$ 240.000,00	R$ 240.000,00
AP	MACAPA	160030	18.604.334/0001-30	R$ 1.200.000,00	R$ 1.200.000,00
AP	OIAPOQUE	160050	12.250.723/0001-28	R$ 240.000,00	R$ 240.000,00
BA	SALVADOR	292740	08.086.458/0001-17	R$ 2.000.000,00	R$ 2.000.000,00
CE	CAUCAIA	230370	11.777.761/0001-70	R$ 400.000,00	R$ 400.000,00
CE	FORTALEZA	230440	11.621.453/0001-51	R$ 800.000,00	R$ 800.000,00
DF	DISTRITO FEDERAL	53	12.116.247/0001-57	R$ 6.000.000,00	R$ 6.000.000,00
ES	ARACRUZ	320060	10.429.253/0001-39	R$ 400.000,00	R$ 400.000,00
ES	BARRA DE SAO FRANCISCO	320090	14.700.048/0001-17	R$ 240.000,00	R$ 240.000,00
ES	CARIACICA	320130	13.917.136/0001-02	R$ 400.000,00	R$ 400.000,00
ES	COLATINA	320150	14.578.805/0001-21	R$ 400.000,00	R$ 400.000,00
ES	SAO MATEUS	320490	11.356.696/0001-00	R$ 400.000,00	R$ 400.000,00
ES	SERRA	320500	14.814.026/0001-88	R$ 400.000,00	R$ 400.000,00
ES	VENDA NOVA DO IMIGRANTE	320506	14.744.834/0001-16	R$ 480.000,00	R$ 480.000,00
ES	VILA VELHA	320520	12.157.728/0001-00	R$ 400.000,00	R$ 400.000,00
ES	VITORIA	320530	14.792.165/0001-58	R$ 400.000,00	R$ 400.000,00
GO	ANAPOLIS	520110	06.169.881/0001-55	R$ 400.000,00	R$ 400.000,00
GO	APARECIDA DE GOIANIA	520140	11.809.185/0001-04	R$ 400.000,00	R$ 400.000,00
GO	GOIANIA	520870	37.623.352/0001-03	R$ 2.000.000,00	R$ 2.000.000,00
MA	SAO LUIS	211130	13.816.886/0001-98	R$ 1.600.000,00	R$ 1.600.000,00
MG	ALFENAS	310160	11.436.319/0001-80	R$ 240.000,00	R$ 240.000,00
MG	BELO HORIZONTE	310620	11.728.239/0001-07	R$ 2.400.000,00	R$ 2.400.000,00
MG	BERTOPOLIS	310660	13.080.578/0001-47	R$ 120.000,00	R$ 120.000,00
MG	BETIM	310670	13.064.113/0001-00	R$ 400.000,00	R$ 400.000,00
MG	DIVINOPOLIS	312230	19.166.979/0001-09	R$ 400.000,00	R$ 400.000,00
MG	IPATINGA	313130	11.817.068/0001-84	R$ 400.000,00	R$ 400.000,00
MG	MONTES CLAROS	314330	11.495.687/0001-08	R$ 400.000,00	R$ 400.000,00
MG	MURIAE	314390	11.273.981/0001-67	R$ 400.000,00	R$ 400.000,00
MG	PARACATU	314700	20.583.431/0001-35	R$ 240.000,00	R$ 240.000,00
MG	POUSO ALEGRE	315250	11.290.305/0001-00	R$ 400.000,00	R$ 400.000,00
MG	UBERABA	317010	13.809.927/0001-19	R$ 400.000,00	R$ 400.000,00
MS	CAMPO GRANDE	500270	11.228.564/0001-00	R$ 800.000,00	R$ 800.000,00
MS	CORUMBA	500320	05.443.851/0001-22	R$ 400.000,00	R$ 400.000,00
MS	DOURADOS	500370	13.896.863/0001-30	R$ 400.000,00	R$ 400.000,00
MS	PONTA PORA	500660	11.084.263/0001-42	R$ 240.000,00	R$ 240.000,00
MS	TRES LAGOAS	500830	13.034.603/0001-56	R$ 400.000,00	R$ 400.000,00
MT	CUIABA	510340	12.063.872/0001-88	R$ 800.000,00	R$ 800.000,00
MT	ARENAPOLIS	510130	11.344.687/0001-07	R$ 240.000,00	R$ 240.000,00
MT	BARRA DO GARCAS	510180	11.930.883/0001-55	R$ 480.000,00	R$ 480.000,00
MT	CAMPINAPOLIS	510260	14.492.863/0001-38	R$ 240.000,00	R$ 240.000,00
MT	PORTO ESTRELA	510685	14.144.721/0001-80	R$ 120.000,00	R$ 120.000,00
MT	TABAPORA	510794	14.416.015/0001-40	R$ 120.000,00	R$ 120.000,00
MT	PONTES E LACERDA	510675	04.330.355/0001-08	R$ 240.000,00	R$ 240.000,00
PA	BELEM	150140	11.305.777/0001-80	R$ 1.200.000,00	R$ 1.200.000,00
PB	JOAO PESSOA	250750	08.715.618/0001-40	R$ 800.000,00	R$ 800.000,00
PE	JABOATAO DOS GUARARAPES	260790	03.904.395/0001-45	R$ 400.000,00	R$ 400.000,00

PE	OLINDA	260960	09.131.029/0001-87	R$ 400.000,00	R$ 400.000,00
PE	RECIFE	261160	41.090.291/0001-33	R$ 1.200.000,00	R$ 1.200.000,00
PI	TERESINA	221100	11.273.170/0001-66	R$ 800.000,00	R$ 800.000,00
PR	CASCAVEL	410480	09.051.532/0001-22	R$ 1.200.000,00	R$ 1.200.000,00
PR	TOLEDO	412770	08.885.072/0001-75	R$ 400.000,00	R$ 400.000,00
PR	APUCARANA	410140	02.575.748/0001-48	R$ 400.000,00	R$ 400.000,00
PR	CAMBE	410370	09.406.126/0001-35	R$ 400.000,00	R$ 400.000,00
PR	CAMPO LARGO	410420	09.209.932/0001-13	R$ 400.000,00	R$ 400.000,00
PR	CAMPO MOURAO	410430	09.253.109/0001-05	R$ 480.000,00	R$ 480.000,00
PR	CASTRO	410490	09.267.430/0001-49	R$ 240.000,00	R$ 240.000,00
PR	CIANORTE	410550	09.263.750/0001-20	R$ 240.000,00	R$ 240.000,00
PR	CORNELIO PROCOPIO	410640	09.342.351/0001-55	R$ 240.000,00	R$ 240.000,00
PR	CURITIBA	410690	13.792.329/0001-84	R$ 1.200.000,00	R$ 1.200.000,00
PR	FOZ DO IGUACU	410830	10.573.693/0001-65	R$ 400.000,00	R$ 400.000,00
PR	FRANCISCO BELTRAO	410840	09.165.798/0001-04	R$ 480.000,00	R$ 480.000,00
PR	GUARAPUAVA	410940	09.121.814/0001-59	R$ 800.000,00	R$ 800.000,00
PR	IRATI	411070	09.485.333/0001-22	R$ 240.000,00	R$ 240.000,00
PR	IVAIPORA	411150	09.407.873/0001-98	R$ 240.000,00	R$ 240.000,00
PR	JACAREZINHO	411180	09.309.271/0001-06	R$ 480.000,00	R$ 480.000,00
PR	LONDRINA	411370	11.323.261/0001-69	R$ 1.200.000,00	R$ 1.200.000,00
PR	MARINGA	411520	80.905.706/0001-31	R$ 800.000,00	R$ 800.000,00
PR	PARANAGUA	411820	10.428.937/0001-16	R$ 800.000,00	R$ 800.000,00
PR	PATO BRANCO	411850	80.872.476/0001-51	R$ 800.000,00	R$ 800.000,00
PR	PINHAIS	411915	08.827.276/0001-50	R$ 400.000,00	R$ 400.000,00
PR	PONTA GROSSA	411990	09.277.224/0001-10	R$ 800.000,00	R$ 800.000,00
PR	SAO JOSE DOS PINHAIS	412550	09.237.668/0001-21	R$ 400.000,00	R$ 400.000,00
PR	SARANDI	412625	09.262.602/0001-91	R$ 400.000,00	R$ 400.000,00
PR	UNIAO DA VITORIA	412820	09.519.131/0001-54	R$ 240.000,00	R$ 240.000,00
PR	TELEMACO BORBA	412710	10.505.434/0001-05	R$ 400.000,00	R$ 400.000,00
PR	UMUARAMA	4128104	08.931.506/0001-26	R$ 400.000,00	R$ 400.000,00
PR	PARANAVAI	411840	08.518.587/0001-37	R$ 400.000,00	R$ 400.000,00
RJ	NITEROI	330330	11.249.035/0001-85	R$ 400.000,00	R$ 400.000,00
RJ	RIO DE JANEIRO	330455	11.715.094/0001-00	R$ 4.800.000,00	R$ 4.800.000,00
RN	NATAL	240810	19.376.335/0001-37	R$ 800.000,00	R$ 800.000,00
RO	PORTO VELHO	110020	11.155.765/0001-17	R$ 2.400.000,00	R$ 2.400.000,00
RO	ALTO PARAÍSO	110040	04.316.867/0001-01	R$ 240.000,00	R$ 240.000,00
RO	ARIQUEMES	110002	07.582.909/0001-44	R$ 240.000,00	R$ 240.000,00
RR	BOA VISTA	140010	13.464.636/0001-36	R$ 1.200.000,00	R$ 1.200.000,00
RS	SANTA MARIA	431690	12.964.512/0001-57	R$ 400.000,00	R$ 400.000,00
RS	CANOAS	430460	11.413.650/0001-85	R$ 400.000,00	R$ 400.000,00
RS	CAXIAS DO SUL	430510	10.546.325/0001-28	R$ 400.000,00	R$ 400.000,00
RS	PASSO FUNDO	431410	12.343.387/0001-68	R$ 400.000,00	R$ 400.000,00
RS	PELOTAS	431440	11.217.562/0001-08	R$ 400.000,00	R$ 400.000,00
RS	PORTO ALEGRE	431490	11.358.235/0001-76	R$ 800.000,00	R$ 800.000,00
RS	URUGUAIANA	432240	11.343.066/0001-09	R$ 400.000,00	R$ 400.000,00
SC	FLORIANOPOLIS	420540	08.935.681/0001-91	R$ 400.000,00	R$ 400.000,00
SC	JOINVILLE	420910	08.184.821/0001-37	R$ 400.000,00	R$ 400.000,00
SC	SAO JOSE	421660	11.214.458/0001-60	R$ 400.000,00	R$ 400.000,00
SC	CHAPECO	420420	80.636.475/0001-08	R$ 400.000,00	R$ 400.000,00
SC	JOACABA	420900	10.594.533/0001-00	R$ 240.000,00	R$ 240.000,00
SC	CONCORDIA	420430	10.455.823/0001-65	R$ 400.000,00	R$ 400.000,00
SC	CRICIUMA	420460	08.435.209/0001-90	R$ 400.000,00	R$ 400.000,00
SE	ARACAJU	280030	11.718.406/0001-20	R$ 2.800.000,00	R$ 2.800.000,00
SP	SANTO ANDRÉ	354780	11.243.645/0001-71	R$ 400.000,00	R$ 400.000,00
SP	BAURU	350600	13.824.844/0001-07	R$ 400.000,00	R$ 400.000,00
SP	CAMPINAS	350950	13.704.311/0001-83	R$ 800.000,00	R$ 800.000,00
SP	GUARULHOS	351880	16.807.135/0001-01	R$ 400.000,00	R$ 400.000,00
SP	MAUA	352940	13.848.859/0001-05	R$ 400.000,00	R$ 400.000,00
SP	MOGI DAS CRUZES	353060	12.336.008/0001-02	R$ 400.000,00	R$ 400.000,00
SP	OSASCO	353440	13.897.329/0001-49	R$ 400.000,00	R$ 400.000,00
SP	RIBEIRAO PRETO	354340	12.885.763/0001-46	R$ 400.000,00	R$ 400.000,00
SP	SANTOS	354850	11.939.723/0001-77	R$ 400.000,00	R$ 400.000,00
SP	SAO BERNARDO DO CAMPO	354870	13.961.905/0001-70	R$ 400.000,00	R$ 400.000,00
SP	SAO JOSE DO RIO PRETO	354980	11.965.112/0001-01	R$ 400.000,00	R$ 400.000,00
SP	SAO PAULO	355030	13.864.377/0001-30	R$ 2.800.000,00	R$ 2.800.000,00
SP	SOROCABA	355220	12.493.507/0001-03	R$ 400.000,00	R$ 400.000,00
SP	TAUBATE	355410	10.480.722/0001-44	R$ 400.000,00	R$ 400.000,00
TO	PALMAS	172100	11.320.420/0001-71	R$ 800.000,00	R$ 800.000,00

(*) Republicada por ter saído no Diário Oficial da União nº 198 , de 15 de outubro de 2020, Seção 1 , páginas 121, 122 e 123, com incorreções no original.

PORTARIA MS Nº 3.241, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2020

Institui o Programa Saúde com Agente, destinado à formação técnica dos Agentes Comunitários de Saúde e dos Agentes de Combate às Endemias.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição Federal, considerando o disposto no § 4º do art. 3º, no § 3º do art. 4º e no art. 5º da Lei nº 11.350, de 5 de outubro de 2006, que regulamenta as atividades de Agente Comunitário de Saúde e de Agente de Combate às Endemias, resolve:

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Esta Portaria institui o Programa Saúde com Agente, destinado à formação técnica dos Agentes Comunitários de Saúde e dos Agentes de Combate às Endemias que atuam nos Estados Municípios e no Distrito Federal, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).

Parágrafo único. A oferta dos cursos ocorrerá no âmbito da Política Nacional de Educação Permanente em Saúde (PNEPS), em ciclo único, abrangendo o biênio 2021-2022.

Art. 2º São objetivos do Programa Saúde com Agente:

I - prover a formação técnica aos Agentes Comunitários de Saúde (ACSs) e aos Agentes de Combate às Endemias (ACEs) de todo o país, em conformidade com as necessidades do Sistema Único de Saúde (SUS);

II - contribuir para a melhoria da saúde da população;

III - fortalecer a Atenção Primária à Saúde (APS) em seus atributos essenciais, como acesso, longitudinalidade, coordenação do cuidado e integralidade, e em seus atributos derivados, como orientação familiar e comunitária e competência cultural; e

IV - fortalecer a Vigilância em Saúde e aperfeiçoar as ações de combate às endemias visando à promoção da saúde.

Art. 3º Serão ofertados no âmbito do Programa:

I - Curso Técnico de Agente Comunitário de Saúde, com carga horária mínima de 1.200 (mil e duzentas) horas, para habilitação nas atividades descritas no § 4º do art. 3º e no art. 4º-A, ambos da Lei nº 11.350, de 2006; e

II - Curso Técnico em Vigilância em Saúde com Ênfase no Combate às Endemias, com carga horária mínima de 1.200 (mil e duzentas) horas, para habilitação nas atividades descritas no § 2º e no § 3º do art. 4º e no art. 4º-A, ambos da Lei nº 11.350, de 2006.

CAPÍTULO II

DA EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Art. 4º O Programa Saúde com Agente será executado, de modo tripartite, pela União, por intermédio do Ministério da Saúde, pelos Estados, pelo Distrito Federal e pelos Municípios.

Parágrafo único. Os entes federativos poderão aderir ao Programa mediante a celebração de Termo de Adesão, a ser formalizado pelos gestores locais do SUS via sistema eletrônico, na forma prevista em edital.

Art. 5º Caberá ao Ministério da Saúde, por meio da Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde, realizar, entre outras, as seguintes atividades no âmbito do Programa:

I - coordenar, acompanhar e monitorar a execução do Programa;

II - estabelecer os procedimentos de adesão dos entes federativos;

III - estabelecer os parâmetros curriculares dos cursos técnicos a serem oferecidos aos Agentes, observadas as Diretrizes Curriculares Nacionais estabelecidas pelo Conselho Nacional de Educação do Ministério da Educação;

IV - ofertar os cursos técnicos previstos no art. 3º;

V - capacitar profissionais de saúde para atuarem como tutores e preceptores na formação em saúde dos ACSs e ACEs, no âmbito do Programa;

VI - definir os indicadores de desempenho e as metas do Programa, visando ao aperfeiçoamento da Atenção Primária à Saúde e da Vigilância em Saúde;

VII - acompanhar e monitorar os resultados obtidos nos cursos de formação técnica; e

VIII - repassar incentivo financeiro para os entes federativos aderentes, para custeio das ações de preceptoria no âmbito do Programa e para a aquisição de materiais necessários às atividades desenvolvidas.

§ 1º A Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde (SGTES/MS) coordenará o Programa no âmbito do Ministério da Saúde, promovendo a integração com as demais Secretarias do Ministério da Saúde e com os entes federativos aderentes.

§ 2º Para a execução das atividades do Programa, a SGTES/MS poderá celebrar contratos, convênios ou instrumentos congêneres, observada a legislação aplicável, especialmente os princípios da impessoalidade, da moralidade e da publicidade.

Art. 6º Os entes federativos aderentes deverão cumprir as regras desta Portaria e as cláusulas constantes no Termo de Adesão, especialmente as seguintes obrigações:

I - incentivar e autorizar a participação dos Agentes de Saúde no Programa Saúde com Agente;

II - disponibilizar e manter infraestrutura necessária, preferencialmente, nas Unidades Básicas de Saúde (UBS), para a implementação do Programa, zelando pela segurança, preservação e manutenção dos equipamentos;

III - selecionar e indicar ao Ministério da Saúde profissionais de nível superior de Enfermagem e da estrutura da Vigilância Epidemiológica e Ambiental e de Atenção Primária que atuam no SUS para exercerem atividades de preceptoria no âmbito do Programa;

IV - possibilitar ao preceptor o exercício das atividades necessárias à realização do Programa durante a jornada de trabalho;

V - promover a utilização dos serviços de saúde nas atividades curriculares dos cursos técnicos;

VI - viabilizar o exercício das atividades previstas nas aulas teórico-práticas realizadas em serviço, durante a jornada de trabalho do aluno, sem prejuízo do atendimento à população;

VII - assegurar aos ACSs e ACEs, após a conclusão do curso técnico, o exercício das atividades previstas, respectivamente, no § 4º do art. 3º e no § 2º e no § 3º do art. 4º da Lei nº 11.350, de 2006; e

VIII - manter atualizados os cadastros referentes aos profissionais Agentes Comunitários de Saúde (ACSs) e Agentes de Combate às Endemias (ACEs) nos sistemas do Ministério da Saúde.

IX - garantir, a título de contrapartida, a aquisição do kit de uso individual do ACS e do ACE, na forma prevista em edital.

CAPÍTULO III

DOS CURSOS TÉCNICOS

Art. 7º Os Cursos Técnico em Agente Comunitário de Saúde e Técnico de Vigilância em Saúde com Ênfase no Combate às Endemias serão ministrados com carga horária mínima de 1.200 (mil e duzentas) horas, que será cumprida:

I - na forma presencial, durante a jornada de trabalho; e

II - na modalidade de Educação a Distância, com o uso integrado de tecnologias da informação e comunicação.

Parágrafo único. O processo de aprendizagem dar-se-á:

I - no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA), por meio de desenvolvimento de atividades educacionais;

II - nas aulas presenciais no espaço pedagógico da Unidade de Saúde Municipal;

III - nas teleaulas síncronas; e

IV - no exercício da atividade laboral dos Agentes junto à comunidade.

Art. 8º Poderão participar dos cursos de formação técnica os Agentes que atendam aos seguintes requisitos:

I - estar em pleno exercício profissional;

II - estar vinculado ao respectivo estabelecimento de saúde regularmente registrado no Sistema de Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (SCNES); e

III - ter concluído o ensino médio, estar cursando o último ano do ensino médio ou estar matriculado na Educação de Jovens e Adultos.

Parágrafo único. A participação dos ACSs e ACEs nos cursos de formação técnica ocorrerá sem prejuízo do exercício de suas funções.

Art. 9º O Programa contará com atividades de tutoria e preceptoria para orientação e acompanhamento do processo de aprendizagem.

Parágrafo único. A tutoria e a preceptoria serão exercidas por profissionais de nível superior na área da saúde, para o desenvolvimento das atividades teóricas e práticas, respectivamente.

CAPÍTULO IV

DO MONITORAMENTO DO PROGRAMA

Art. 10. O monitoramento do Programa Saúde com Agente será realizado pela SGTES/MS, por meio, entre outras, das seguintes atividades:

I - análise de relatórios periódicos de execução dos cursos do Programa, com informações físicas e financeiras;

II - acompanhamento da execução dos instrumentos conveniais, contratuais e congêneres;

III - realização de visitas técnicas amostrais in loco, pesquisas e reuniões; e

IV - análise das listas de inscritos, matriculados, evadidos, desistentes e concluintes e das cópias de todos os certificados.

CAPÍTULO V

DO INCENTIVO FINANCEIRO DE APOIO AO PROGRAMA

Art. 11. Ficam instituídos os seguintes incentivos financeiros de apoio ao Programa, que serão transferidos na modalidade fundo a fundo aos entes federativos aderentes:

I - incentivo financeiro de custeio, para auxílio no custeio das bolsas de preceptoria; e

II - incentivo financeiro de capital, para auxílio na aquisição de medidor de pressão arterial automático de braço, glicosímetro e oxímetro.

Parágrafo Único. Os incentivos financeiros dispostos nos incisos I e II do caput serão disponibilizados pelo Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde e pelo Bloco de Estruturação da Rede de Serviços Públicos de Saúde, respectivamente, conforme art. 3º da Portaria GM/MS nº 6/2017.

Art. 12. O incentivo financeiro de que trata o inciso I do art. 11 será repassado, em 1 (uma) parcela, a partir do início das atividades de preceptoria, observada a seguinte metodologia de cálculo:

I - o número total de ACS e ACE inscritos nos cursos de formação técnica no âmbito do Programa, vinculados ao município ou Distrito Federal aderente, será dividido por 25 (vinte e cinco);

II - o resultado obtido na operação de que trata o inciso I, se não for um número inteiro, deverá ser arredondado para o número inteiro imediatamente superior; e

III - o número inteiro obtido com base no disposto nos incisos I e II será multiplicado por R$ 1.000 (um mil reais), e o resultado dessa multiplicação corresponderá ao valor do incentivo financeiro devido ao ente federativo aderente.

Parágrafo único. O incentivo de que trata o caput deverá ser utilizado para o custeio das bolsas de preceptoria.

Art. 13. O incentivo financeiro de que trata o inciso II do art. 11 será repassado, em parcela única, para a aquisição de medidor de pressão arterial automático de braço, glicosímetro e oxímetro, observada a seguinte metodologia de cálculo:

I - para cada Agente Comunitário de Saúde inscrito no curso de formação técnica será calculado o valor de R$ 110,00 (cento e dez reais) para a aquisição do medidor de pressão arterial automático de braço; e

II - para cada Equipe de Saúde da Família, a qual os agentes inscritos no curso de formação técnica estejam vinculados, será calculado o valor R$ 160,00 (cento e sessenta reais) para aquisição de oxímetro e glicosímetro.

Parágrafo único. Os equipamentos dispostos no caput deverão ser adquiridos conforme as especificações dispostas no Sistema de Informação e Gerenciamento de Equipamentos e Materiais (SIGEM) e atender aos requisitos de qualidade e eficiência.

Art. 14. Para fazer jus aos incentivos financeiros de que trata o art. 11, os entes federativos aderentes deverão cumprir os requisitos previstos para a execução do Programa, de acordo com a legislação vigente.

§ 1º O ente federativo aderente que se desligar do Programa ou não cumprir as regras do Programa, estará sujeito, observado o regular processo administrativo:

I - ao ressarcimento correspondente ao valor despendido com os cursos; e

II - à suspensão da transferência dos incentivos financeiro e devolução integral dos valores já repassados.

§ 2º O descumprimento das regras do Programa, para fins de desligamento do ente federativo, será avaliado pela SGTES/MS, na forma do edital, considerando a proporcionalidade e razoabilidade.

Art. 15. O Fundo Nacional de Saúde - FNS adotará as medidas necessárias para as transferências dos recursos relativos ao incentivo previsto neste artigo aos Fundos de Saúde dos municípios e do Distrito Federal, em conformidade com os processos de pagamento instruídos.

§ 1º A prestação de contas sobre a aplicação dos recursos de que trata este Capítulo deverá ser realizada por meio do Relatório Anual de Gestão (RAG) do respectivo ente federativo aderente, nos termos das normas aplicáveis.

§ 2º Nos casos em que for verificado que os recursos financeiros transferidos pelo Fundo Nacional de Saúde foram executados, total ou parcialmente, em objeto distinto ao originalmente pactuado, aplicar-se-á o regramento disposto na Lei Complementar nº 141, de 3 de janeiro de 2012, e no Decreto nº 7.827, de 16 de outubro de 2012.

Art. 16. Os entes federativos, a título de contrapartida, deverão adquirir, no mínimo, o kit de uso individual do ACS e do ACE, na forma prevista em edital, para todos os agentes participantes do curso.

Parágrafo único. As aquisições de que trata o caput deverão ocorrer conforme as especificações dispostas no Sistema de Informação e Gerenciamento de Equipamentos e Materiais (SIGEM) e atender aos requisitos de qualidade e eficiência.

CAPÍTULO VI

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 17. Os recursos orçamentários para a execução das ações da União de que trata esta Portaria recairão sobre o orçamento do Ministério da Saúde, correrá pela Funcional Programática 10.128.5021.20YD.0001 - Gestão e Organização do SUS.

Art. 18. Os Estados, Municípios e o Distrito Federal deverão observar as diretrizes e os parâmetros curriculares estabelecidos pelo Ministério da Saúde quando da oferta, com recursos próprios, dos cursos técnicos de que trata o art. 3º.

Art. 19. A Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde (SGTES/MS) resolverá eventuais casos omissos e poderá dispor sobre normas complementares para a execução do Programa Saúde com Agente.

Art. 20. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

EDUARDO PAZUELLO

PORTARIA GM/MS Nº 3.260, DE 2 DE DEZEMBRO DE 2020

Altera as Portarias de Consolidação nº 3/GM/MS e nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, para acrescentar a possibilidade de realização de visita técnica por meio de videochamada, e dá outras providências.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição Federal, e

Art. 1º Esta Portaria altera o Título IV do Livro II do Anexo III à Portaria de Consolidação nº 3/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, para acrescentar a possibilidade de realização de visita técnica, por meio de videochamada, para renovação de qualificação do modelo de financiamento de custeio de UPA 24h, SAMU 192 e Componente Hospitalar da Rede de Atenção às Urgências.

Art. 2º O Capítulo VI do Título I do Livro II da Portaria de Consolidação nº 3/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 36. .....

.....

XIV - responder às demandas do Grupo Condutor Estadual da Rede de Atenção às Urgências." (NR)

Art. 3º O Título IV do Livro II do Anexo III à Portaria de Consolidação nº 3/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 83. .....

.....

III - realização obrigatória de visita técnica na UPA 24h pelo Ministério da Saúde, in loco ou por videochamada, a critério da CGURG/DAHU/SAES/MS, com emissão de parecer técnico conclusivo a ser inserido no SAIPS;

.....

§ 3º É facultado ao Ministério da Saúde a realização de visita técnica in loco ou por videochamada, a critério da CGURG/DAHU/SAES/MS, para verificação dos requisitos de qualificação durante o terceiro ano de validade da portaria com vistas à instrução do processo de renovação de qualificação.

....." (NR)

Art. 4º O Livro III - Da operacionalização da Rede de Atenção às Urgências da Portaria de Consolidação nº 3/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 175. .....

I - .....

.....

c) instituição de Grupo Condutor Estadual da Rede de Atenção às Urgências, de caráter permanente, formado pela Secretaria Estadual de Saúde (SES), Conselho de Secretarias Municipais de Saúde (COSEMS) e apoio institucional do Ministério da Saúde, que terá como atribuições:

....."(NR)

Art. 5º O Título VIII da Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 861. .....

.....

§ 5º Para a avaliação e o acompanhamento dos critérios de qualificação dispostos neste artigo, será realizada visita técnica à unidade, observado o seguinte:

I - a primeira visita de monitoramento será realizada in loco em parceria com o Grupo Condutor Estadual da Rede de Atenção às Urgências;

II - as visitas subsequentes serão realizadas in loco pelo Grupo Condutor, que terá autonomia para a realização do monitoramento e avaliação do processo de implantação e implementação da rede; e

III - as visitas subsequentes excepcionais poderão ser realizadas por videochamada, quando houver necessidade de monitoramento do Ministério da Saúde.

§ 6º O Grupo Condutor Estadual da Rede de Atenção às Urgências fará o acompanhamento e monitoramento semestral do cumprimento dos requisitos e critérios previstos nos arts. 859 e 861 e das metas pactuadas entre o gestor e o prestador dos serviços de saúde." (NR)

"Art. 864. .....

.....

§ 5º Para a avaliação e o acompanhamento dos critérios de qualificação dispostos neste artigo, será realizada visita técnica à unidade, observado o seguinte:

I - a primeira visita de monitoramento será realizada in loco em parceria com o Grupo Condutor Estadual da Rede de Atenção às Urgências;

I I- as visitas subsequentes serão in loco realizadas pelo Grupo Condutor, que terá autonomia para a realização do monitoramento e avaliação do processo de implantação e implementação da rede; e

II I- as visitas subsequentes excepcionais poderão ser realizadas por videochamada, quando houver necessidade de monitoramento do Ministério da Saúde.

§ 6º O Grupo Condutor Estadual da Rede de Atenção às Urgências fará o acompanhamento e monitoramento semestral do cumprimento dos requisitos e critérios previstos neste artigo e das metas pactuadas entre o gestor e o prestador dos serviços de saúde." (NR)

"Art. 172. .....

.....

§ 5º O Grupo Condutor Estadual da Rede de Atenção às Urgências fará o acompanhamento e o monitoramento semestral dos leitos de UTI qualificados para o recebimento do custeio diferenciado, visando à verificação do cumprimento dos requisitos e critérios previstos neste artigo e das metas pactuadas entre o gestor e o prestador dos serviços de saúde." (NR)

"Art. 886. .....

.....

§ 1º É facultado ao Ministério da Saúde a realização de visita técnica, in loco ou por videochamada, a critério da CGURG/DAHU/SAES/MS, para verificação dos requisitos de habilitação.

....." (NR)

"Art. 896. No caso de descumprimento dos requisitos a que se refere o Título IV do Livro II do Anexo III da Portaria de Consolidação nº 3, verificado por meio de, a qualquer tempo, visita técnica in loco ou por videochamada, a critério da CGURG/DAHU/SAES/MS, ou de comunicação dos órgãos de controle interno e externo, o Ministério da Saúde, poderá suspender o repasse do recurso de custeio.

....." (NR)

"Art. 927. .....

.....

Parágrafo Único. Se necessário, a SAES/MS poderá realizar visita técnica in loco ou por videochamada, a seu critério, a fim de atestar:

.....

....." (NR)

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

EDUARDO PAZUELLO

PORTARIA GM/MS Nº 3.324, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2020

Exclui o Centro de Especialidades Odontológicas - CEO de São Joaquim de Bicas/MG do anexo da Portaria GM/MS nº 4.200, de 26 de outubro de 2018.

O MINISTÉRIO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição Federal, e,

Considerando a Portaria nº 283/GM/MS, de 22 de fevereiro de 2005 que trata da antecipação do incentivo financeiro para os Centros de Especialidades Odontológicas (CEOs) em fase de implantação, e dá outras providências; e

Considerando que o Município de São Joaquim de Bicas/MG solicitou credenciamento do Centro de Especialidades Odontológicas posterior a publicação da Portaria de devolução de recursos, resolve:

Art. 1º Fica excluído, do anexo da Portaria GM/MS nº 4.200, de 26 de outubro de 2018, os Centros de Especialidades Odontológicas - CEO, constante no anexo a esta portaria:

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

EDUARDO PAZUELLO

ANEXO

Municípios que ficam excluídos do anexo da Portaria nº 2.712/GM/MS/2019

UF	MUNICÍPIO	IBGE	TIPO DE REPASSE	TIPO	ANTECIPADO	PORTARIA DE ANTECIPAÇÃO	ANO	VALOR
MG	SÃO JOAQUIM DE BICAS	316292	MUNICIPAL	1	ANTECIPADO	PT 2199, 09/08/2020	2010	R$ 40.000,00

PORTARIA MS Nº 3.326, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2020

Descredencia o Laboratório Regional de Prótese Dentárias (LRPD) do Município de Campo Formoso (BA)

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e Considerando a Seção I - Disposições gerais do Capítulo V - Centro de Especialidades Odontológicas (CEO) e Laboratórios Regionais de Próteses Dentárias (LRPD) da Portaria de Consolidação nº 5/GM/MS, de 28 de setembro de 2017; Considerando o Capitulo I - Dos componentes de financiamento no bloco da média e alta complexidade ambulatorial e hospitalar (MAC) do Título III - Do custeio da atenção média e alta complexidade ambulatorial e hospitalar da Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017; Considerando o que estabelece a Política Nacional de Saúde Bucal - Brasil Sorridente em relação à reorganização das práticas e a qualificação das ações e serviços oferecidos na Saúde Bucal, visando à integralidade das ações; Considerando a necessidade de monitoramento da Política Nacional de Saúde Bucal - Brasil Sorridente; e Considerando a Resolução CIB nº 31, de 24 de março de 2015, resolve:

Art. 1º Fica descredenciado o Laboratório Regional de Prótese Dentária (LRPD) de Campo Formoso (BA), IBGE 290600.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

EDUARDO PAZUELLO

PORTARIA MS Nº 3.327, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2020

Habilita municípios a receber o incentivo de implantação dos serviços especializados de saúde bucal, Centros de Especialidades Odontológicas (CEO).

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições, que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e Considerando a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis nos 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 8.689, de 27 de julho de 1993; e dá outras providências. Considerando a Portaria GM/MS nº 283, de 22 de fevereiro de 2005, que estabelece os critérios de antecipação do incentivo financeiro para CEO em fase de implantação; Considerando a Seção I - Disposições gerais do Capítulo V - Centro de Especialidades Odontológicas (CEO) e Laboratórios Regionais de Próteses Dentárias (LRPD) da Portaria de Consolidação GM/MS nº 5, de 28 de setembro de 2017; e Considerando a Seção VII - Do Financiamento dos Centros de Especialidades Odontológicas (CEO) do Capitulo I - Dos componentes de financiamento no bloco da média e alta complexidade ambulatorial e hospitalar (MAC) do Título III - Do custeio da atenção média e alta complexidade ambulatorial e hospitalar da Portaria de Consolidação GM/MS nº 6, de 28 de setembro de 2017, resolve:

Art.1º Fica definido os municípios descritos no Anexo a esta Portaria a receber o incentivo de implantação do serviço especializado de saúde bucal, Centro de Especialidades Odontológicas (CEO).

Parágrafo único. Os recursos orçamentários, objeto desta Portaria, correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar a Funcional Programática 10.301.5019.8581- Estruturação da Rede de Serviços de Atenção Básica de Saúde, no seguinte plano orçamentário PO- 0001- Estruturação da Atenção à Saúde Bucal, categoria de Gastos Capital.

Art. 2º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para a transferência, em parcela única, do recurso de implantação do CEO para o Fundo Municipal de Saúde correspondente.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação

EDUARDO PAZUELLO

ANEXO

IBGE	UF	MUNICÍPIO	TIPO CEO	GESTÃO	PEDIDO	PARCELA ÚNICA
280710	SE	SIMÕES DIAS	2	ESTADUAL	IMPLANTAÇÃO	R$ 75.000,00
261370	PE	SÃO LOURENÇO DA MATA	2	MUNICIPAL	IMPLANTAÇÃO	R$ 75.000,00

PORTARIA GM/MS Nº 3..328, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2020

Desabilita e habilita Centros de Especialidades Odontológicas (CEO).

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso de suas atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Seção I - Disposições gerais do Capítulo V - Centro de Especialidades Odontológicas (CEO) e Laboratórios Regionais de Próteses Dentárias (LRPD) da Portaria de Consolidação GM/MS nº 5, de 28 de setembro de 2017;

Considerando a Seção VI - Dos valores dos Incentivos de Implantação e de Custeio Mensal dos Centros de Especialidades Odontológicos (CEO) do Capitulo I, do Título III da Portaria de Consolidação GM/MS nº 6, de 28 de setembro de 2017;

Considerando a Seção VII - Do Financiamento dos Centros de Especialidades Odontológicas (CEO) do Capitulo I, do Título III da Portaria de Consolidação GM/MS nº 6, de 28 de setembro de 2017; e

Considerando as alterações promovidas pelos gestores municipais de quanto ao número do Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES) do Centro de Especialidades Odontológicas (CEO), resolve:

Art. 1º Fica desabilitado o serviço do Centro de Especialidades Odontológicas (CEO), descrito no Anexo I.

Art. 2º Fica habilitado o serviço do Centro de Especialidades Odontológica (CEO), descrito no Anexo II.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

EDUARDO PAZUELLO

ANEXO I

IBGE	UF	MUNICÍPIO	CNES	TIPO CEO	GESTÃO
250400	PB	CAMPINA GRANDE	2363062	2	MUNICIPAL

ANEXO II

IBGE	UF	MUNICÍPIO	CNES	TIPO CEO	GESTÃO
250400	PB	CAMPINA GRANDE	2362228	2	MUNICIPAL

PORTARIA MS Nº 3.329, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2020

Credencia municípios a receberem incentivo financeiro federal de custeio referente a equipes de Consultório na Rua.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso de suas atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Portaria de Consolidação GM/MS nº 2, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre as políticas nacionais de saúde do Sistema Único de Saúde; e Considerando a Portaria de Consolidação GM/MS nº 6 , de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde, resolve:

Art. 1º Credenciar os municípios descritos no Anexo a esta Portaria a receberem incentivo financeiro federal de custeio referente as equipes de Consultório na Rua (eCR), com periodicidade da transferência mensal, caso não exista nenhuma irregularidade que motive a suspensão.

Parágrafo único. Os recursos orçamentários, objeto desta Portaria, correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, do Bloco de Atenção Básica, devendo onerar a Funcional Programática 10.301.5019.219A - Piso de Atenção Básica em Saúde, no seguinte plano orçamentário PO - 000A - Incentivo para Ações Estratégicas.

Art. 2º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para as transferências de recursos estabelecidos nesta Portaria aos respectivos Fundos de Saúde, em conformidade com os processos de pagamento instruídos.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

EDUARDO PAZUELLO

ANEXO

MUNICÍPIOS CREDENCIADOS A RECEBEREM INCENTIVO FINANCEIRO FEDERAL REFERENTE AS EQUIPES DE CONSULTÓRIO NA RUA (ECR)

UF	IBGE	MUNICÍPIO	eCR I	eCR II	eCR III
eCR I - Novo	eCR I - Total Atual	eCR II - Novo	eCR II - Total Atual	eCR III - Novo	eCR III - Total Atual
BA	292740	SALVADOR	0	0	0
0	8	8	CE	230440	FORTALEZA
0	0	0	1	5	5
ES	320490	SÃO MATEUS	1	1	0
0	0	0	GO	521880	RIO VERDE
0	0	0	0	1	1
MT	510760	RONDONÓPOLIS	0	0	0

0	1	1	PA	150140	BELÉM
0	0	0	0	1	2
RJ	330100	CAMPOS DOS GOYTACAZES	1	1	0
0	0	0	RJ	330190	ITABORAÍ
0	0	1	1	0	0
SC	420820	ITAJAÍ	0	0	1
1	0	0	TOTAL	-	9 MUNICÍPIOS
2	2	2	3	16	17

PORTARIA GM/MS Nº 3.330, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2020

Descredencia o Centro de Especialidades Odontológicas do Município de Rubiataba (GO).

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e Considerando a Seção I - Disposições gerais do Capítulo V - Centro de Especialidades Odontológicas (CEO) e Laboratórios Regionais de Próteses Dentárias (LRPD) da Portaria de Consolidação GM/MS nº 5, de 28 de setembro de 2017; Considerando o Capitulo I - Dos componentes de financiamento no bloco da média e alta complexidade ambulatorial e hospitalar (MAC) do Título III - Do custeio da atenção média e alta complexidade ambulatorial e hospitalar da Portaria de Consolidação GM/MS nº 6, de 28 de setembro de 2017; Considerando a Resolução da CIT nº36/2018, de 25 de janeiro de 2018, que definiu o prazo para os gestores enviarem manifestação ao Ministério da Saúde e definiu a suspensão da transferência dos recursos de custeio referente às habilitações dos serviços de atenção à saúde de média e alta complexidade que não estejam em funcionamento ou não apresentem a produção assistencial registrada nos sistemas de informação em saúde considerando as políticas de atenção à saúde; Considerando o que estabelece a Política Nacional de Saúde Bucal - Brasil Sorridente em relação à reorganização das práticas e a qualificação das ações e serviços oferecidos na Saúde Bucal, visando à integralidade das ações; Considerando a necessidade de monitoramento da Política Nacional de Saúde Bucal - Brasil Sorridente; e Considerando a solicitação de descredenciamento do CEO do município de Rubiataba (GO); e Considerando a Deliberação CIB-GO nº 055, de 4 de junho de 2020, que homologa o descredenciamento do Centro de Especialidades Odontológicas - CEO, Tipo I, do Município de Rubiataba (GO), resolve:

Art. 1º Fica descredenciado o Centro de Especialidades Odontológicas do Município de Rubiataba (GO), conforme Anexo a esta Portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir da competência financeira Julho de 2020.

EDUARDO PAZUELLO

ANEXO

IBGE	UF	MUNICÍPIO	CNES	TIPO CEO	GESTÃO	PEDIDO	PORTARIA CREDENCIAMENTO
521890	GO	RUBIATABA	7241283	1	MUNICIPAL	DESCREDENCIAMENTO	Portaria nº 1180/GM/MS de 29/05/14

PORTARIA GM/MS Nº 3.341, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2020

Credencia municípios a receber o incentivo financeiro de custeio referente ao Centro de Especialidades Odontológicas (CEO) e concede aos CEO a adesão à Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência (RCPD).

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e Considerando a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis nos 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 8.689, de 27 de julho de 1993; e dá outras providências. Considerando a Portaria nº 975/SAS/MS, de 14 de setembro de 2012, que inclui na Tabela de Incentivos Redes no Sistema do Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (SCNES) os incentivos (CEO) I, II e III - Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência. Considerando a Seção I - Disposições gerais do Capítulo V - Centro de Especialidades Odontológicas (CEO) e Laboratórios Regionais de Próteses Dentárias (LRPD) da Portaria de Consolidação nº 5/GM/MS, de 28 de setembro de 2017; e Considerando a Seção VII - Do Financiamento dos Centros de Especialidades Odontológicas (CEO) do Capitulo I - Dos componentes de financiamento no bloco da média e alta complexidade ambulatorial e hospitalar (MAC) do Título III - Do custeio da atenção média e alta complexidade ambulatorial e hospitalar da Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, resolve:

Art. 1º Credencia os municípios descritos no Anexo I a esta portaria a receber o incentivo de custeio mensal dos serviços especializados referentes ao Centro de Especialidades Odontológicas (CEO).

Parágrafo único. O não atendimento às condições e características definidas nas Portarias de Consolidação GM/MS nº 3, nº 5 e nº 6, de 28 de setembro de 2017, pelo município pleiteante, implicam, a qualquer tempo, no descredenciamento do estabelecimento.

Art. 2º Concede aos Centros de Especialidades Odontológicas (CEO), relacionado no Anexo II a esta Portaria, a adesão à Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência (RCPD) e ficam definidos os valores adicionais dos incentivos financeiros destinados ao custeio mensal.

Art. 3º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para a transferência, regular e automática, dos recursos estabelecidos nesta Portaria aos respectivos Fundos de Saúde, em conformidade com os processos de pagamento instruídos.

Art. 4º Os recursos orçamentários, objeto desta Portaria, correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar a Funcional Programática 10.301.5019.219A - Piso de Atenção Básica em Saúde, no Plano Orçamentário PO - 000A - Incentivo para Ações Estratégicas.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

EDUARDO PAZUELLO

ANEXO I

CREDENCIAMENTO DE CENTROS DE ESPECIALIDADES ODONTOLÓGICAS

IBGE	UF	MUNICÍPIO	CNES	TIPO CEO	GESTÃO	PEDIDO	CUSTEIO MENSAL	HABILITAÇÃO
150230	PA	CAPITÃO POÇO	9745270	1	MUNICIPAL	CREDENCIAMENTO	R$ 8.250,00	0403
261160	PE	RECIFE	2711613	3	MUNICIPAL	CREDENCIAMENTO	R$ 19.250,00	0405
251640	PB	TACIMA	9824278	1	MUNICIPAL	CREDENCIAMENTO	R$ 8.250,00	0403
316292	MG	SÃO JOAQUIM DE BICAS	9998764	1	MUNICIPAL	CREDENCIAMENTO	R$ 8.250,00	0403

ANEXO II

ADESÃO À REDE DE CUIDADOS À PESSOA COM DEFICIÊNCIA

IBGE	UF	MUNICÍPIO	CNES	TIPO CEO	GESTÃO	PEDIDO	CUSTEIO MENSAL	CÓDIGO
240060	RN	ALMINO AFONSO	9250115	1	MUNICIPAL	ADESÃO À RCPD	R$ 1.650,00	8231
354340	SP	RIBEIRÃO PRETO	9133275	3	MUNICIPAL	ADESÃO À RCPD	R$ 3.850,00	8233

PORTARIA GM/MS Nº 3.342, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2020

Desabilita as propostas do componente Construção de Unidades Básicas de Saúde no âmbito do Programa de Requalificação de Unidades Básicas de Saúde.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição Federal, e Considerando o art. 703 da Seção III - Do Componente Construção do Programa de Requalificação de Unidades Básicas de Saúde (UBS) - do Capítulo II do Título VII da Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde; Considerando o Título IX - Do financiamento fundo a fundo para execução de obras - da Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde; e Considerando a Portaria nº 1.634/GM/MS, de 26 de julho de 2012 - Habilita Municípios a receberem recursos referentes ao Plano Nacional de Implantação de Unidades Básicas de Saúde para Equipes de Saúde da Família e o Incentivo para construção dos Polos da Academia da Saúde, resolve:

Art. 1º Ficam desabilitadas as Propostas de Construção de Unidades Básicas de Saúde nº 29138.3360001/12-013 e 29138.3360001/12-020, pertencentes ao Município de São João de Meriti (RJ), em decorrência do não cumprimento de prazo para execução e conclusão das obras, conforme normativa vigente.

Art. 2º Nos termos do art. 1.117 da Portaria de Consolidação GM/MS nº 6, de 28 de setembro de 2017, e conforme preconizado nas Portarias de habilitação, os entes federativos que tiveram suas propostas desabilitadas estarão sujeitos à devolução dos recursos financeiros ao Fundo Nacional de Saúde, acrescidos da correção monetária prevista em lei, observado o regular processo administrativo.

Parágrafo único. Os procedimentos administrativos para devolução dos recursos financeiros estão disponibilizados no portal do Ministério da Saúde, disponível no sítio eletrônico http://portalfns.saude.gov.br/servicos/1257-emissao-de-gru.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

EDUARDO PAZUELLO

PORTARIA MS Nº 3.347, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2020

Altera a Portaria nº 2.323/GM/MS, de 2 de agosto de 2018, que descredencia Laboratórios Regionais de Próteses Dentárias (LRPD) por não envio de produção no Sistema de Informação Ambulatorial do SUS (SIA/SUS) e estabelece a devolução dos recursos referentes ao custeio mensal.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do Art. 87 da Constituição, resolve:

Art. 1º O Anexo da Portaria GM/MS nº 2.323, de 2 de agosto de 2018, passa a vigorar com as alterações descritas no Anexo a esta portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

EDUARDO PAZUELLO

ANEXO

UF	CÓDIGO	MUNICÍPIO	PORTARIA DE HABILITAÇÃO	GESTÃO	Recurso Mensal (Dedução)	Recurso Total para Restituição (1/2017 a 07/2018)
AL	270260	270260 FEIRA GRANDE	Portaria nº 573 GM/MS, de 10 de abril de 2016.	MUNICIPAL	R$ 7.500,00	R$ 142.500,00
			Portaria nº 1.825 GM/MS, de 24 de agosto de 2012.	ESTADUAL	R$ 842,50	
BA	290610	290610 CANÁPOLIS	Portaria nº 1.172 GM/MS, de 19 de maio de 2011.	ESTADUAL	R$ 636,67	R$ 108.363,33
			Portaria nº 2.071 GM/MS, de 23 de setmbro de 2010.	ESTADUAL	R$ 3.000,00	
			Portaria nº 1.825 GM/MS, de 24 de agosto de 2012.	ESTADUAL	R$ 2.066,67	
BA	291170	291170 GUANAMBI	Portaria nº 4262 GM/MS, de 30 dedezembro de 2010.	MUNICIPAL	R$ 3.000,00	R$ 63.095,83
			Portaria nº 1.825 GM/MS, de 24 de agosto de 2012.	MUNICIPAL	R$ 320,83	
BA	291920	LAURO DE FREITAS	PORTARIA Nº 2.759, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2014	MUNICIPAL	R$ 7.500,00	R$ 142.500,00
BA	292250	292250 NAZARE	Portaria nº 2759 GM/MS, de 12 de dezembro de 2014.	ESTADUAL	R$ 7.500,00	R$ 142.500,00
BA	292910	292910 SÃO FELIPE	Portaria nº 1585 GM/MS, de 02 de agosto 2013.	MUNICIPAL	R$ 7.500,00	R$ 142.500,00
CE	230480	GRANJEIRO	PORTARIA Nº 1.585, DE 2 DE AGOSTO DE 2013	MUNICIPAL	R$ 7.500,00	R$ 142.500,00
CE	230890	230890 MORRINHOS	Portaria nº 2759 GM/MS, de 12 de dezembro de 2014.	MUNICIPAL	R$ 7.500,00	R$ 142.500,00
ES	320265	320265 IRUPI	Portaria nº 2759 GM/MS, de 12 de dezembro de 2014.	MUNICIPAL	R$ 7.500,00	R$ 142.500,00
ES	320300	320300 IÚNA	Portaria nº 2759 GM/MS, de 12 de dezembro de 2014.	MUNICIPAL	R$ 7.500,00	R$ 142.500,00
GO	521560	521560 PADRE BERNARDO	Portaria nº 2759 GM/MS, de 12 de dezembro de 2014.	MUNICIPAL	R$ 7.500,00	R$ 142.500,00
GO	521920	521920 SANTA CRUZ DE GOIÁS	Portaria nº 2759 GM/MS, de 12 de dezembro de 2014.	MUNICIPAL	R$ 7.500,00	R$ 142.500,00
MA	210220	BURITI	PORTARIA Nº 680, DE 24 DE ABRIL DE 2013	ESTADUAL	R$ 7.500,00	R$ 142.500,00
MA	210350	210350 COLINAS	Portaria nº 1585 GM/MS, de 02 de agosto 2013.	MUNICIPAL	R$ 7.500,00	R$ 142.500,00
MA	210360	210360 COROATÁ	Portaria nº 913 GM/MS, de 03 de junho de 2015.	MUNICIPAL	R$ 7.500,00	R$ 142.500,00
MA	210900	210900 PORTO FRANCO	Portaria nº 2.375 GM/MS, de 7 de outubro de 2009.	MUNICIPAL	R$ 705,00	R$ 70.015,00
			Portaria nº 1.172 GM/MS, de 19 de maio de 2011.	MUNICIPAL	R$ 610,00	
			Portaria nº 4262 GM/MS, de 30 dedezembro de 2010.	MUNICIPAL	R$ 1.760,00	
			Portaria nº 1172 GM/MS, DE 19 DE MAIO DE 2011.	MUNICIPAL	R$ 610,00	
MA	211125	SÃO JOSÉ DOS BASÍLIOS	PORTARIA Nº 2.759, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2014	ESTADUAL	R$ 7.500,00	R$ 142.500,00
MG	310120	AIURUOCA	PORTARIA Nº 2.759, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2014	ESTADUAL	R$ 7.500,00	R$ 142.500,00
MG	311020	311020 CAJURI	Portaria nº 2759 GM/MS, de 12 de dezembro de 2014.	ESTADUAL	R$ 7.500,00	R$ 142.500,00
MG	311180	311180 CANÁPOLIS	Portaria nº 2759 GM/MS, de 12 de dezembro de 2014.	ESTADUAL	R$ 7.500,00	R$ 142.500,00
MG	312250	312250 DOM CAVATI	Portaria nº 2759 GM/MS, de 12 de dezembro de 2014.	ESTADUAL	R$ 7.500,00	R$ 142.500,00
MG	315790	315790 SANTA MARGARIDA	Portaria nº 1585 GM/MS, de 02 de agosto 2013.	MUNICIPAL	R$ 7.500,00	R$ 142.500,00
MG	316292	316292 SÃO JOAQUIM DE BICAS	Portaria nº 1.172 GM/MS, de 19 de maio de 2011.	ESTADUAL	R$ 176,67	R$ 142.500,00
			Portaria nº 1.825 GM/MS, de 24 de agosto de 2012.	ESTADUAL	R$ 570,83	
			Portaria nº 2.486 GM/MS, de 31 de outubro de 2012.	ESTADUAL	R$ 6.752,50	
MG	316400	316400 SÃO PEDRO DOS FERROS	Portaria nº 1.110 GM/MS, de 28 de maio 2012.	ESTADUAL	R$ 5.000,00	R$ 95.000,00
MS	500150	500150 BANDEIRANTES	Portaria nº 2759 GM/MS, de 12 de dezembro de 2014.	MUNICIPAL	R$ 7.500,00	R$ 142.500,00
MS	500780	500780 SELVÍRIA	Portaria nº 2759 GM/MS, de 12 de dezembro de 2014.	MUNICIPAL	R$ 7.500,00	R$ 142.500,00
MT	510279	510279 CARLINDA	Portaria nº 1.110 GM/MS, de 28 de maio 2012.	MUNICIPAL	R$ 5.000,00	R$ 95.000,00
MT	510685	510685 PORTO ESTRELA	Portaria nº 2759 GM/MS, de 12 de dezembro de 2014.	MUNICIPAL	R$ 7.500,00	R$ 142.500,00
PA	150280	150280 CURRALINHO	Portaria nº 573 GM/MS, de 10 de abril de 2016.	MUNICIPAL	R$ 7.500,00	R$ 142.500,00
PA	150375	150375 JACAREACANGA	Portaria nº 573 GM/MS, de 10 de abril de 2016.	MUNICIPAL	R$ 7.500,00	R$ 142.500,00
PA	150450	150450 MELGAÇO	Portaria nº 573 GM/MS, de 10 de abril de 2016.	MUNICIPAL	R$ 7.500,00	R$ 142.500,00
PA	150563	150563 PIÇARRA	Portaria nº 573 GM/MS, de 10 de abril de 2016.	MUNICIPAL	R$ 7.500,00	R$ 142.500,00
PA	150746	150746 SÃO JOÃO DA PONTA	Portaria nº 573 GM/MS, de 10 de abril de 2016.	MUNICIPAL	R$ 7.500,00	R$ 142.500,00
PA	150795	150795 TAILÂNDIA	Portaria nº 2.375 GM/MS, de 7 de outubro de 2009.	MUNICIPAL	R$ 3.000,00	R$ 142.500,00
			Portaria nº 1.172 GM/MS, de 19 de maio de 2011.	MUNICIPAL	R$ 1.063,33	
			Portaria nº 1.825 GM/MS, de 24 de agosto de 2012.	MUNICIPAL	R$ 2.004,17	
			Portaria nº 2.486GM/MS, de 31 de outubro de 2012.	MUNICIPAL	R$ 1.432,50	
PB	250030	250030 ALAGOA GRANDE	Portaria nº 1.825 GM/MS, de 24 de agosto de 2012.	MUNICIPAL	R$ 191,67	R$ 3.641,67
PB	251670	251670 TEIXEIRA	Portaria nº 1585 GM/MS, de 02 de agosto 2013.	MUNICIPAL	R$ 7.500,00	R$ 142.500,00
PE	260345	260345 CAMARAGIBE	Portaria nº 1.172 GM/MS, de 19 de maio de 2011.	MUNICIPAL	R$ 366,67	
			Portaria nº 1.825 GM/MS, de 24 de agosto de 2012.	MUNICIPAL	R$ 808,33	R$ 22.325,00
PE	260760	260760 ILHA DE ITAMARACÁ	Portaria nº 1.432 GM/MS, de 05 de julho de 2012.	MUNICIPAL	R$ 5.000,00	R$ 95.000,00
PI	220170	220170 BERTOLÍNIA	Portaria nº 573 GM/MS, de 10 de abril de 2016.	ESTADUAL	R$ 7.500,00	R$ 142.500,00
PI	220208	220208 CAJUEIRO DA PRAIA	Portaria nº 2759 GM/MS, de 12 de dezembro de 2014.	ESTADUAL	R$ 7.500,00	R$ 142.500,00
PI	220275	220275 COLÔNIA DO GURGUÉIA	Portaria nº 573 GM/MS, de 10 de abril de 2016.	ESTADUAL	R$ 7.500,00	R$ 142.500,00
PI	221060	221060 SÃO RAIMUNDO NONATO	Portaria nº 1585 GM/MS, de 02 de agosto 2013.	ESTADUAL	R$ 7.500,00	R$ 228.000,00
			Portaria nº 573 GM/MS, de 10 de abril de 2016.		R$ 4.500,00	
PI	221095	221095 TAMBORIL DO PIAUÍ	Portaria nº 1585 GM/MS, de 02 de agosto 2013.	ESTADUAL	R$ 7.500,00	R$ 142.500,00
PI	221120	221120 URUÇUÍ	Portaria nº 573 GM/MS, de 10 de abril de 2016.		R$ 7.500,00	R$ 142.500,00
PR	410185	410185 ARIRANHA DO IVAÍ	Portaria nº 2759 GM/MS, de 12 de dezembro de 2014.	MUNICIPAL	R$ 7.500,00	R$ 142.500,00
PR	410250	410250 BARBOSA FERRAZ	Portaria nº 2759 GM/MS, de 12 de dezembro de 2014.	MUNICIPAL	R$ 7.500,00	R$ 142.500,00
PR	410360	410360 CAMBARÁ	Portaria nº 2759 GM/MS, de 12 de dezembro de 2014.	MUNICIPAL	R$ 7.500,00	R$ 142.500,00
PR	410754	410754 ESPIGÃO ALTO DO IGUAÇU	Portaria nº 2759 GM/MS, de 12 de dezembro de 2014.	MUNICIPAL	R$ 7.500,00	R$ 142.500,00
PR	411375	411375 LUNARDELLI	Portaria nº 2759 GM/MS, de 12 de dezembro de 2014.	MUNICIPAL	R$ 7.500,00	R$ 142.500,00
PR	411570	411570 MATINHOS	Portaria nº 2759 GM/MS, de 12 de dezembro de 2014.	MUNICIPAL	R$ 7.500,00	R$ 142.500,00
PR	411573	411573 MATO RICO	Portaria nº 2759 GM/MS, de 12 de dezembro de 2014.	MUNICIPAL	R$ 7.500,00	R$ 142.500,00

PR	412130	412130 RANCHO ALEGRE	Portaria nº 2759 GM/MS, de 12 de dezembro de 2014.	MUNICIPAL	R$ 7.500,00	R$ 142.500,00
PR	412210	412210 RIO BOM	Portaria nº 2759 GM/MS, de 12 de dezembro de 2014.	MUNICIPAL	R$ 7.500,00	R$ 142.500,00
PR	412855	412855 VERA CRUZ DO OESTE	Portaria nº 2759 GM/MS, de 12 de dezembro de 2014.	MUNICIPAL	R$ 7.500,00	R$ 142.500,00
RJ	330010	330010 ANGRA DOS REIS	Portaria nº 680 GM/MS, de 24 de abril de 2013.	MUNICIPAL	R$ 7.500,00	R$ 142.500,00
RJ	330430	330430 RIO BONITO	Portaria nº 1.172 GM/MS, de 19 de maio de 2011.	MUNICIPAL	R$ 160,00	R$ 111.181,67
			Portaria nº 4262 GM/MS, de 30 dedezembro de 2010.	MUNICIPAL	R$ 3.000,00	
			Portaria nº 1.825 GM/MS, de 24 de agosto de 2012.	MUNICIPAL	R$ 2.691,67	
RJ	330550	330550 SAQUAREMA	Portaria nº 2.375 GM/MS, de 7 de outubro de 2009.		R$ 4.169,41	R$ 134.524,58
			Portaria nº 1.172 GM/MS, de 19 de maio de 2011.	ESTADUAL	R$ 956,67	
			Portaria nº 1.825 GM/MS, de 24 de agosto de 2012.		R$ 1.954,17	
RN	240430	240230 CARAÚBAS	Portaria nº 1.172 GM/MS, de 19 de maio de 2011.	MUNICIPAL	R$ 723,33	R$ 142.500,00
			Portaria nº 870 GM/MS, de 19 de abril de 2010.	ESTADUAL	R$ 3.000,00	
			Portaria nº 1.825 GM/MS, de 24 de agosto de 2012.	MUNICIPAL	R$ 1.062,50	
			Portaria nº 2.486GM/MS, de 31 de outubro de 2012.	MUNICIPAL	R$ 2.714,17	
RN	240300	240300 CRUZETA	Portaria nº 1.172 GM/MS, de 19 de maio de 2011.	MUNICIPAL	R$ 806,67	R$ 142.500,00
			Portaria nº 2071 GM/MS, de 23 de julho de 2010.	ESTADUAL	R$ 3.000,00	
			Portaria nº 1.825 GM/MS, de 24 de agosto de 2012.	MUNICIPAL	R$ 2.116,67	
			Portaria nº 2.486GM/MS, de 31 de outubro de 2012.	MUNICIPAL	R$ 1.576,67	
RN	240380	240380 FLORÂNIA	Portaria nº 4262 GM/MS, de 30 dedezembro de 2010.	MUNICIPAL	R$ 3.000,00	R$ 142.500,00
			Portaria nº 1.666 GM/MS, de 05 de agosto de 2014.	MUNICIPAL	R$ 4.500,00	
RN	240850	240850 OURO BRANCO	Portaria nº 2759 GM/MS, de 12 de dezembro de 2014.	MUNICIPAL	R$ 7.500,00	R$ 142.500,00
RN	241355	241355 SERRINHA DOS PINTOS	Portaria nº 1.110 GM/MS, de 28 de maio 2012.	MUNICIPAL	R$ 5.000,00	R$ 95.633,33
			Portaria nº 1.825 GM/MS, de 24 de agosto de 2012.	MUNICIPAL	R$ 33,33	
RO	110155	110155 TEIXEIRÓPOLIS	Portaria nº 573 GM/MS, de 10 de abril de 2016.	MUNICIPAL	R$ 7.500,00	R$ 142.500,00
RS	430470	430470 CARAZINHO	Portaria nº 2759 GM/MS, de 12 de dezembro de 2014.	MUNICIPAL	R$ 7.500,00	R$ 142.500,00
RS	430587	430587 CORONEL BARROS	Portaria nº 40 GM/MS, de 10 de janeiro de 2012.	ESTADUAL	R$ 5.000,00	R$ 95.237,00
			Portaria nº 1.825 GM/MS, de 24 de agosto de 2012.		R$ 12.50	
RS	430600	430600 CRISSIUMAL	Portaria nº 2759 GM/MS, de 12 de dezembro de 2014.	ESTADUAL	R$ 7.500,00	R$ 142.500,00
RS	431173	431173 MAMPITUBA	PORTARIA Nº 40 GM/MS, DE 10 DE JANEIRO DE 2012.	ESTADUAL	R$ 5.000,00	R$ 142.500,00
			Portaria nº 1.825 GM/MS, de 24 de agosto de 2012.		R$ 262,50	
			Portaria nº 680 GM/MS, de 24 de abril de 2013.		R$ 2.237,50	
RS	431510	431510 PORTO XAVIER	Portaria nº 1.172 GM/MS, de 19 de maio de 2011.	MUNICIPAL	R$ 326,67	R$ 119.383,33
			Portaria nº 2.170 GM/MS, de 12 de setembro de 2011.		R$ 3.000,00	
			Portaria nº 2.893 GM/MS, de 7 de dezembro de 2011.		R$ 1.673,33	
			Portaria nº 1.825 GM/MS, de 24 de agosto de 2012.	MUNICIPAL	R$ 1.283,33	
SC	420110	420110 ANITÁPOLIS	Portaria nº 2.395 GM/MS, de 11 de novembro de 2016.	MUNICIPAL	R$ 7.500,00	R$ 142.500,00
SC	420287	420287 BRUNÓPOLIS	Portaria nº 2.395 GM/MS, de 11 de novembro de 2016.	MUNICIPAL	R$ 7.500,00	R$ 142.500,00
SC	420360	420360 CAMPOS NOVOS	Portaria nº 2.395 GM/MS, de 11 de novembro de 2016.	MUNICIPAL	R$ 7.500,00	R$ 142.500,00
SC	421003	421003 LUZERNA	Portaria nº 2.395 GM/MS, de 11 de novembro de 2016.	MUNICIPAL	R$ 7.500,00	R$ 142.500,00
SC	421165	421165 NOVO HORIZONTE	Portaria nº 2.395 GM/MS, de 11 de novembro de 2016.	MUNICIPAL	R$ 7.500,00	R$ 142.500,00
SC	421985	421985 ZORTÉA	Portaria nº 2.395 GM/MS, de 11 de novembro de 2016.	MUNICIPAL	R$ 7.500,00	R$ 142.500,00
SE	280120	280120 CANINDÉ DE SÃO FRANCISCO	Portaria nº 1.110 GM/MS, de 28 de maio 2012.	MUNICIPAL	R$ 5.000,00	R$ 95.000,00
SP	351360	351360 CUNHA	Portaria nº 1.172 GM/MS, de 19 de maio de 2011.	MUNICIPAL	R$ 63,33	R$ 136.407,17
			Portaria nº 2.071 GM/MS, de 23 de julho de 2010.	MUNICIPAL	R$ 3.000,00	
			Portaria nº 47 GM/MS, de 10 de janeiro de 2012.	MUNICIPAL	R$ 2.936,67	
			Portaria nº 1.825 GM/MS, de 24 de agosto de 2012.	MUNICIPAL	R$ 1.179,17	
SP	353560	353560 PARAIBUNA	Portaria nº 2.071 GM/MS, de 23 de julho de 2013.	MUNICIPAL	R$ 3.000,00	R$ 58.820,83
			Portaria nº 1.825 GM/MS, de 24 de agosto de 2012.	MUNICIPAL	R$ 95,83	
SP	353715	353715 PEDRINHAS PAULISTA	Portaria nº 40 GM/MS, de 10 de janeiro de 2012.	MUNICIPAL	R$ 5.000,00	R$ 98.166,67
			Portaria nº 1.825 GM/MS, de 24 de agosto de 2012.	MUNICIPAL	R$ 166,67	
SP	354025	354025 PONTALINDA	Portaria nº 1585 GM/MS, de 02 de agosto 2013.	MUNICIPAL	R$ 7.500,00	R$ 142.500,00
SP	354050	354050 PORANGABA	Portaria nº 1585 GM/MS, de 02 de agosto 2013.	MUNICIPAL	R$ 7.500,00	R$ 142.500,00
SP	355630	VALPARAÍSO	PORTARIA Nº 1.825, DE 24 DE AGOSTO DE 2012	MUNICIPAL	R$ 950,00	R$ 79.800,00
			PORTARIA Nº 1.172, DE 19 DE MAIO DE 2011.	MUNICIPAL	R$ 250,00	
			PORTARIA Nº 4.262, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2010	MUNICIPAL	R$ 3.000,00	

PORTARIA GM/MS Nº 3.349, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2020

Descredencia o Centro de Especialidades Odontológicas do Município de Ribeirão Preto (SP).

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Seção I - Disposições gerais do Capítulo V - Centro de Especialidades Odontológicas (CEO) e Laboratórios Regionais de Próteses Dentárias (LRPD) da Portaria de Consolidação nº 5/GM/MS, de 28 de setembro de 2017;

Considerando o Capitulo I - Dos componentes de financiamento no bloco da média e alta complexidade ambulatorial e hospitalar (MAC) do Título III - Do custeio da atenção média e alta complexidade ambulatorial e hospitalar da Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017;

Considerando a Resolução da CIT nº36/2018, de 25 de janeiro de 2018, que definiu o prazo para os gestores enviarem manifestação ao Ministério da Saúde e definiu a suspensão da transferência dos recursos de custeio referente às habilitações dos serviços de atenção à saúde de média e alta complexidade que não estejam em funcionamento ou não apresentem a produção assistencial registrada nos sistemas de informação em saúde considerando as políticas de atenção à saúde;

Considerando o que estabelece a Política Nacional de Saúde Bucal - Brasil Sorridente em relação à reorganização das práticas e a qualificação das ações e serviços oferecidos na Saúde Bucal, visando à integralidade das ações;

Considerando a necessidade de monitoramento da Política Nacional de Saúde Bucal - Brasil Sorridente;

Considerando a solicitação de descredenciamento do CEO do município de Ribeirão Preto (SP); e

Considerando a Deliberação CIB-SP nº 96, de 20 de dezembro de 2019, que aprovou o descredenciamento do Centro de Especialidades Odontológicas Tipo II do município de Ribeirão Preto, resolve:

Art. 1º Fica descredenciado o Centro de Especialidades Odontológicas do Município de Ribeirão Preto (SP), conforme anexo a esta Portaria.
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir da competência financeira Setembro de 2020.

EDUARDO PAZUELLO

ANEXO

IBGE	UF	MUNICÍPIO	CNES	TIPO CEO	GESTÃO	PEDIDO	PORTARIA CREDENCIAMENTO
354340	SP	RIBEIRÃO PRETO	3594416	2	MUNICIPAL	DESCREDENCIAMENTO	Portaria nº 590/GM/MS, de 20/04/2005; Portaria nº 816/GM/MS, de 10/05/2013.

PORTARIA GM/MS Nº 3.350, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2020

Institui, em caráter excepcional e temporário, incentivo financeiro federal de custeio, para o desenvolvimento de ações no âmbito dos serviços da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS), no contexto do Enfrentamento da Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN) decorrente da Covid-19

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e cConsiderando a necessidade de aperfeiçoamento e adequação do modelo de atenção oferecida pelo SUS às pessoas com transtornos mentais, aos usuários de álcool e outras drogas e de estruturação e fortalecimento de uma rede de assistência centrada na atenção comunitária, associada à rede de serviços de saúde e sociais, com ênfase na reabilitação e reinserção social e assistência adequada no contexto da Covid-19, resolve:

Art. 1º Fica instituído, em caráter excepcional e temporário, incentivo financeiro federal de custeio, do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde de que dispõe o inciso I do art. 3º da Portaria de Consolidação GM/MS nº 6, de 28 de setembro de 2017, para o desenvolvimento de ações no âmbito dos serviços da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS), no contexto de enfrentamento da Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN) decorrente da Covid-19, declarada pela Portaria GM/MS nº 188, de 3 fevereiro de 2020.

Parágrafo único. O incentivo financeiro de que trata o caput será destinado aos entes federativos que possuírem Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) habilitados e regularmente custeados pelo Ministério da Saúde.

Art. 2º O incentivo financeiro de que trata esta Portaria tem como objetivo, qualificar as ações ofertadas pelos CAPS com vistas à minimização dos impactos relacionados à ESPIN decorrente da Covid-19, observadas, ainda, as seguintes orientações:

I - fortalecer, ampliar e qualificar articulações e pactuações da rede de cuidado intersetorial, a fim de absorver e assistir as demandas decorrentes dos impactos da epidemia;

II - propiciar a reaproximação do serviço com a comunidade, restabelecendo os vínculos de cuidado junto ao usuário;

III - dimensionar os impactos decorrentes da epidemia na comunidade e usuários dos CAPS, a fim de prestar suporte pontual, escuta e orientação qualificadas, além de colher informações que possam subsidiar as estratégias de cuidado a serem oferecidas no período de transição e pós epidemia;

IV - fortalecer o propósito do CAPS em estabelecer conexões com usuários, familiares, grupos e instituições territoriais, in loco, de modo a delinear potenciais recursos comunitários que possam servir ao incremento do cuidado em saúde mental;

V - estimular ações de busca ativa por meio de visita domiciliar aos usuários dos CAPS e seus familiares, por ações de articulação da rede intra e intersetorial disponível em cada território; e

VI- orientar a reformulação e ampliação das práticas de cuidado do serviço, durante o período de transição no distanciamento social ou após o período de quarentena.

Parágrafo único. Compreende-se como busca ativa o deslocamento da intervenção terapêutica para o contexto social ou espaço em que o sofrimento se constitui, quais sejam os espaços de convívio mais apropriados às condições da comunidade, levando-se em conta as restrições e cuidados preventivos necessários ao contexto de emergência de saúde pública.

Art. 3º O incentivo financeiro de que trata esta Portaria será transferido, de forma automática e em parcela única, considerando o quantitativo de CAPS habilitados e regularmente custeados pelo Ministério da Saúde, na competência financeira da data da publicação desta Portaria, e corresponderá aos seguintes valores, dispensada a publicação de portaria de adesão:

I - R$ 28.305,00 (vinte e oito mil, trezentos e cinco reais) para a modalidade CAPS I;
II - R$ 33.086,25 (trinta e três mil, oitenta e seis reais e vinte e cinco centavos) para a modalidade CAPS II;
III - R$ 84.134,00 (oitenta e quatro mil, cento e trinta e quatro reais) para modalidade CAPS III;
IV - R$ 32.130,00 (trinta e dois mil, cento e trinta reais) para modalidade CAPS i;
V - R$ 39.780,00 (trinta e nove mil, setecentos e oitenta reais) para modalidade CAPS AD;
VI - R$ 105.000,00 (cento e cinco mil reais) para modalidade CAPS AD III; e
VII - R$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais) para modalidade CAPS AD IV.

Art. 4º Para fins de monitoramento será observado o registro dos seguintes procedimentos no Sistema de Informação Ambulatorial (SIA/SUS):
I - atendimento domiciliar para pacientes de centros de atenção psicossocial e ou familiares - código nº.030.108.02.40 -
II - promoção de contratualidade no território - código nº 030.108.0356 e;
III - ações e articulação de redes intra e intersetoriais - código nº 030.1080259.

Art. 5º O incentivo financeiro de que trata esta Portaria está sujeito a devolução pelos entes beneficiados nos casos em que não houver registro dos procedimentos estabelecidos no art. 4º, no período de 6 (seis) meses após a data da publicação desta Portaria, para cada CAPS habilitado e regularmente custeado pelo Ministério da Saúde.

Art. 6º A prestação de contas sobre a aplicação dos recursos previstos nesta Portaria será realizada por meio do Relatório Anual de Gestão (RAG) do ente federativo beneficiado, sem prejuízo da adoção de outros mecanismos de monitoramento definidos nesta Portaria.

Art. 7º O Fundo Nacional de Saúde (FNS) adotará as medidas necessárias para as transferências de recursos estabelecidos nesta Portaria aos respectivos Fundos Estaduais, Municipais e Distrital de Saúde, em conformidade com os processos de pagamento instruídos.

Art. 8º Os recursos orçamentários objeto desta Portaria correrão por conta do Ministério da Saúde, devendo onerar a Funcional Programática 10.122.5018.21C0.6500 - Enfrentamento da Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional decorrente do Coronavírus, CV70 - COVID-19 - Medida Provisória nº 967, de 19 de maio de 2020, em parcela única, no valor de R$ 99.225.578,00 (noventa e nove milhões, duzentos e vinte e cinco mil quinhentos e setenta e oito reais).

Art. 9º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

EDUARDO PAZUELLO

ANEXO

UF	IBGE	MUNICIPIO	CNES	ESTABELECIMENTO	TIPO DE GESTÃO	COMPONENTE / SERVIÇO	COD_SUB_GRUPO _HABILITAÇAO	VALOR DO REPASSE
AC	120010	Brasileia	7505035	CAPS I CENTRO DE ATENDIMENTO PSICOSSOCIAL	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
AC	120017	Capixaba	7557035	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL ROBSON TADEU VIEIRA DA MOTA	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
AC	120020	Cruzeiro do Sul	3733211	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL CAPS NAUAS TEREZA BILOTO	E	CAPS II	617	R$ 33.086,25
AC	120025	Epitaciolandia	7503105	PREFEITURA MUNICIPAL DE EPITACIOLANDIA CAPS I	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
AC	120033	Mancio Lima	7487037	CAPS NOVA VIDA RAIMUNDO MOREIRA MARQUES	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
AC	120040	Rio Branco	2002094	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL CAPS	E	CAPS AD III	635	R$ 105.000,00
AC	120050	Sena Madureira	9394044	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL ABIBI RODRIGUES FREIRE	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
AL	270010	Agua Branca	3798593	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL JOYCE DE MILLE	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
AL	270020	Anadia	2011557	CAPS ESPERANCA	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
AL	270030	Arapiraca	2005247	CENTRO NISE DA SILVEIRA CAPS ARAPIRACA	M	CAPS II	617	R$ 33.086,25
AL	270030	Arapiraca	6903053	CAPS AD	M	CAPS AD	619	R$ 39.780,00
AL	270040	Atalaia	5509912	CAPS DR LUIZ AUGUSTO DA ROCHA TENORIO	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
AL	270070	Batalha	3801934	CAPS DEPUTADO LUIZ DANTAS	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
AL	270100	Boca da Mata	3775488	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL CAPS I	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
AL	270130	Cajueiro	3774511	CENTRO DE ATENCAO PSICOSOCIAL DR MANOEL SABINO COSTA	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
AL	270140	Campo Alegre	6905420	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL DE CAMPO ALEGRE	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
AL	270160	Canapi	6660207	CAPS I HERMES FRANCISCO DE LIMA	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
AL	270170	Capela	3536815	CAPS DR JOAO TOLEDO ESPACO NOVA VIDA	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
AL	270210	Colonia Leopoldina	6423582	CAPS CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL LEOPOLDINENSE	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
AL	270230	Coruripe	2005514	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
AL	270235	Craibas	6169058	CAPS SEBASTIAO MALAQUIAS DA SILVA	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
AL	270240	Delmiro Gouveia	6365787	CAPS I DR GAUDENCIO MARTINS LISBOA NETO	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
AL	270255	Estrela De Alagoas	7698895	CAPS DE ESTRELA DE ALAGOAS	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
AL	270260	Feira Grande	7058063	CAPS DOMINGOS APOSTOLO DE LIRA	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
AL	270290	Girau Do Ponciano	3754308	CENTRO PSICOSSOCIAL DRA ANDREA NASCIMENTO BRITO	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
AL	270300	Ibateguara	3842185	CAPS EXPEDITO ANTONIO DA SILVA	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
AL	270320	Igreja Nova	3931927	CAPS MUNICIPAL DE IGREJA NOVA	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
AL	270330	Inhapi	7434847	CAPS I ALVACI BARBOSA ALENCAR	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
AL	270380	Joaquim Gomes	3747476	CAPS I JOSE ANGELO DA SILVA	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00

AL	270400	Junqueiro	3675459	CENTRO DE APOIO PSICOSSOCIAL CAPS EMILIA BARBOSA	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
AL	270410	Lagoa Da Canoa	6170706	CAPS LAGOA DA CANOA	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
AL	270420	Limoeiro De Anadia	6170714	CAPS DE LIMOEIRO DE ANADIA	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
AL	270430	Maceio	2005662	CAPS DR SADI FEITOSA DE CARVALHO	M	CAPS II	617	R$ 33.086,25
AL	270430	Maceio	2005867	CAPSI LUIZ DA ROCHA CERQUEIRA	M	CAPS INFANTO-JUVENIL	620	R$ 32.130,00
AL	270430	Maceio	2006170	CAPS NORACI PEDROSACENTO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL	M	CAPS II	617	R$ 33.086,25
AL	270430	Maceio	5123143	CAPSAD INFANTO JUVENIL DR EVERALDO MOREIRA	M	CAPS AD III	635	R$ 105.000,00
AL	270430	Maceio	5194830	CAPS II DR ROSTAND SILVESTRE	M	CAPS II	617	R$ 33.086,25
AL	270440	Major Isidoro	5692105	CAPS MANDACARU BELEZA CAPS 1	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
AL	270450	Maragogi	7283695	CAPS MARAGOGI	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
AL	270470	Marechal Deodoro	3590755	CAPS MARIA CELIA DE ARAUJO SARMENTO	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
AL	270500	Mata Grande	3887774	CAPS NOVO HORIZONTE	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
AL	270510	Matriz De Camaragibe	3709930	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL VALE DO CAMARAGIBE	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
AL	270520	Messias	6915604	CAPS CENTRO DE ATENCAO PSICOSOCIAL MARINA JOSE DA S PEIXOTO	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
AL	270550	Murici	3479064	CAPS DR CRISTINA RIBEIRO	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
AL	270570	Olho D'Agua Das Flores	3827267	CAPS I NUBIA MELO DE CARVALHO	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
AL	270610	Ouro Branco	7013248	CAPS DR JOSE ADJAEDSON GOMES DE FRANCA	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
AL	270630	Palmeira Dos Indios	2011034	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL CAPS	M	CAPS II	617	R$ 33.086,25
AL	270630	Palmeira Dos Indios	3994368	CAPS AD ESPACO RENASCER	M	CAPS AD	619	R$ 39.780,00
AL	270640	Pao De Acucar	3719103	CAPS MARIA FULO	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
AL	270650	Passo De Camaragibe	6907377	CAPS DR ABERLARDO RODRIGUES CAMARA	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
AL	270670	Penedo	3636720	CAPS DR OCEANO CARLEAL	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
AL	270680	Piaçabuçu	7948212	CENTRO INTEGRADO DE SAUDE MENTAL DR ERNANI MACHADO CALUMBY	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
AL	270690	Pilar	3569756	CAPS DR CARLOS ALBERTO CANUTO	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
AL	270710	Piranhas	3886735	CAPS ROSIANE RODRIGUES	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
AL	270730	Porto Calvo	3709868	CAPS GEMINA DE GUSMAO MONTEIRO	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
AL	270740	Porto De Pedras	7541392	CAPS DR IB GATTO FALCAO	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
AL	270750	Porto Real Do Colegio	5333873	CAPS SAO FRANCISCO	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
AL	270760	Quebrangulo	3884422	CENTRO DE APOIO PSICOSOCIAL	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
AL	270770	Rio Largo	3860752	CAPS II MARIA SALETE DA SILVA	M	CAPS II	617	R$ 33.086,25
AL	270800	Santana do Ipanema	3664791	CAPS IRMA LEONTIA	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
AL	270830	Sao Jose Da Laje	3545016	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL DR MUCIO TENORIO VERAS	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
AL	270840	Sao Jose Da Tapera	3806871	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL MAXINEY CAVALCANTE LIMA	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
AL	270850	Sao Luis Do Quitunde	3827283	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL SAO VITO	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
AL	270860	Sao Miguel dos Campos	6973183	CENTRO DE APOIO PSICOSSOCIAL JOSE DE AQUINO CAPS	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
AL	270880	Sao Sebastiao	3747468	CAPS I NELSON MOREIRA	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
AL	270890	Satuba	6575730	CAPS LUIZ DE ARAUJO LIMA	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
AL	270910	Taquarana	7409486	CAPS AUGUSTINHA AUGUSTA DA ROCHA	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
AL	270915	Teotonio Vilela	3710114	CAPS DR HUMBERTO BARBOSA FERREIRA	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
AL	270920	Traipu	7243529	CAPS I FILHOS DE DAVI	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
AL	270930	Uniao dos Palmares	3544036	CAPS CENTRO DE ATENCAO PSICOSOCIAL ARISTEU G DE ALBUQUERQUE	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
AL	270940	Vicosa	6669212	CAPS VICOSA	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
AL	350250	Aparecida	2036320	CAPS I APARECIDA	M	CAPS I	617	R$ 28.305,00
AM	130014	Apui	6893279	CENTRO DE ASSISTENCIA PSICOSSOCIAL MARIA FERNANDES	D	CAPS I	616	R$ 28.305,00
AM	130030	Autazes	6532535	CENTRO DE SAUDE PSICOSSOCIAL DE AUTAZES	E	CAPS I	616	R$ 28.305,00
AM	130080	Borba	6514200	CAPS JOSE MARIA PANTOJA	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
AM	130120	Coari	6557279	CAPS COARI	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
AM	130130	Codajas	7620322	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL DE CODAJÁS	D	CAPS I	616	R$ 28.305,00
AM	130140	Eirunepe	7091699	CAPS EIRUNEPE	D	CAPS I	616	R$ 28.305,00
AM	130165	Guajara	6778305	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL DE GUAJARA	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
AM	130170	Humaita	6910564	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL DE HUMAITA CAPS	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
AM	130185	Iranduba	6266045	CAPS IRANDUBA	E	CAPS I	616	R$ 28.305,00
AM	130190	Itacoatiara	7153511	CAPS SAO LUCAS	M	CAPS II	617	R$ 33.086,25
AM	130250	Manacapuru	5016339	CAPS JOAQUIM PEREIRA DE CASTRO	M	CAPS II	617	R$ 33.086,25
AM	130250	Manacapuru	7085702	CAPS AD DE MANACAPURU	M	CAPS AD	619	R$ 39.780,00
AM	130255	Manaquiri	7617763	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL JOSE ANTONIO DE ARAUJO	E	CAPS I	616	R$ 28.305,00
AM	130260	Manaus	5077060	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL SILVERIO TUNDIS	E	CAPS III	618	R$ 84.134,00
AM	130260	Manaus	6463525	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL SUL	M	CAPS III	618	R$ 84.134,00
AM	130260	Manaus	7092415	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL INFANTO JUVENIL LESTE	M	CAPS INFANTO-JUVENIL	620	R$ 32.130,00
AM	130260	Manaus	7847718	CAPS AD DR AFRANIO SOARES	M	CAPS AD III	635	R$ 105.000,00
AM	130270	Manicore	6749674	CAPS MANICORE	E	CAPS I	616	R$ 28.305,00
AM	130290	Maues	6740898	CENTRO DE APOIO PSICOSSOCIAL DE MAUES	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
AM	130310	Nova Olinda Do Norte	7054173	NOVA VIDA	E	CAPS I	616	R$ 28.305,00
AM	130340	Parintins	3632067	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL ADOLFO LOURIDO	M	CAPS II	617	R$ 33.086,25
AM	130356	Rio Preto Da Eva	6130933	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL HILDA SIQUEIRA PINTO	D	CAPS I	616	R$ 28.305,00
AM	130380	Sao Gabriel da Cachoeira	6774539	CAPS	D	CAPS I	616	R$ 28.305,00
AM	130420	Tefe	3964779	CENTRO DE ATENCAO PSIQUICO SOCIAL LIGIA RODRIGUES BARROS	M	CAPS II	617	R$ 33.086,25
AP	160027	Laranjal Do Jari	9007636	PMLAJ CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL CAPS I ABRACA ME	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
AP	160030	Macapa	3041859	SES AP CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL ESPACO ACOLHER	E	CAPS AD III	635	R$ 105.000,00
AP	160030	Macapa	5169984	CENTRO DE ATENCAO PSICOSOCIAL PARA INFANCIA	M	CAPS INFANTO-JUVENIL	620	R$ 32.130,00
AP	160050	Oiapoque	7966369	PMOPQ CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL ESPACO CUIDAR	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
AP	160060	Santana	3194248	PM SNT CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL DE SANTANA	M	CAPS AD	619	R$ 39.780,00
BA	290010	Abaira	7423861	CAPS ABAIRA	E	CAPS I	616	R$ 28.305,00
BA	290070	Alagoinhas	8004455	CAPS III CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL DE ALAGOINHAS	M	CAPS III	618	R$ 84.134,00
BA	290080	Alcobaca	7209754	CAPS I	E	CAPS I	616	R$ 28.305,00
BA	290100	Amargosa	2550199	CAPS JORGE SALES	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
BA	290110	Amelia Rodrigues	5503299	CENTRO DE ATENCAO PSICOSOCIAL CAPS I	E	CAPS I	616	R$ 28.305,00
BA	290120	Anage	7244835	CAPS I DE ANAGE CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL	E	CAPS I	616	R$ 28.305,00
BA	290200	Aracatu	5048826	CENTRO DE ATENCAO PSICOSOCIAL CAPS I	E	CAPS I	616	R$ 28.305,00
BA	290210	Araci	3057461	CAPS CENTRO DE APOIO PSICOSSOCIAL DE ARACI	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
BA	290260	Baixa Grande	6908195	CAPS I	E	CAPS I	616	R$ 28.305,00
BA	290270	Barra	6481310	CAPS I CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL DE BARRA	E	CAPS I	616	R$ 28.305,00
BA	290280	Barra da Estiva	5680182	CAPS BARRA DA ESTIVA	E	CAPS I	616	R$ 28.305,00
BA	290290	Barra do Choca	3951987	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL DE BARRA DO CHOCA CAPS I	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
BA	290320	Barreiras	3392651	CAPS CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL DE BARREIRAS	M	CAPS II	617	R$ 33.086,25
BA	290327	Barrocas	6469442	CAPS CENTRO DE APOIO PSICOSSOCIAL DE BARROCAS	E	CAPS I	616	R$ 28.305,00
BA	290340	Belmonte	5683866	CENTRO DE ATENCAO PSICOSOCIAL DE BELMONTE	D	CAPS I	616	R$ 28.305,00
BA	290350	Belo Campo	5616107	CAPS I J MENESES SILVA	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
BA	290360	Biritinga	9313664	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL ROBERTO DA SILVA	E	CAPS I	616	R$ 28.305,00
BA	290380	Boa Vista do Tupim	7882769	CAPS BOA VISTA DO TUPIM	E	CAPS I	616	R$ 28.305,00
BA	290390	Bom Jesus da Lapa	3780430	CAPS LAPA	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
BA	290400	Boninal	7389302	CAPS JOSE RIBAMAR SILVA	E	CAPS I	616	R$ 28.305,00
BA	290410	Boquira	5367166	CAPS CENTRO DE ATENCAO PSICOSOCIAL	E	CAPS I	616	R$ 28.305,00
BA	290420	Botupora	3002896	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL URBINO TUNES CAPS	E	CAPS I	616	R$ 28.305,00
BA	290460	Brumado	3008894	CAPS CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00

BA	290485	Cabaceiras do Paraguacu	7383800	CAPS I DE CABACEIRAS DO PARAGUACU	E	CAPS I	616	R$ 28.305,00
BA	290490	Cachoeira	3870316	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL ANA NERY	E	CAPS I	616	R$ 28.305,00
BA	290500	Cacule	3815366	CAPS I DR LINDOLFO GONCALVES DE AGUIAR	E	CAPS I	616	R$ 28.305,00
BA	290520	Caetite	3020509	CENTRO DE ATENCAO PSICO SOCIAL	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
BA	290540	Cairu	9266526	CAPS DURVALINA MEIRELES LUZ DOS SANTOS	E	CAPS I	616	R$ 28.305,00
BA	290560	Camacan	2387409	CAPS DEPUTADO FABIO SOUTO	E	CAPS I	616	R$ 28.305,00
BA	290570	Camacari	5739780	CAPS II ORLA	M	CAPS II	617	R$ 33.086,25
BA	290570	Camacari	7599692	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL INFANTIL	M	CAPS INFANTO-JUVENIL	620	R$ 32.130,00
BA	290570	Camacari	7781555	CAPS A D CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL ALCOOL E DROGAS	M	CAPS AD	619	R$ 39.780,00
BA	290580	Camamu	7455097	CAPS 1 DE CAMAMU	D	CAPS I	616	R$ 28.305,00
BA	290590	Campo Alegre de Lourdes	6493491	CAPS TIPO I DE CAMPO ALEGRE DE LOURDES	E	CAPS I	616	R$ 28.305,00
BA	290600	Campo Formoso	6330134	CAPS CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
BA	290620	CANARANA	7389329	CENTRO DE ATENCAO PSICOSOCIAL CAPS I	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
BA	290630	Canavieiras	3927431	CAPS I	E	CAPS I	616	R$ 28.305,00
BA	290650	Candeias	2387565	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL CAPS II	M	CAPS II	617	R$ 33.086,25
BA	290670	Candido Sales	3874125	CAPS I CENTRO DE ATEND PSICOSSOCIAL	E	CAPS I	616	R$ 28.305,00
BA	290680	Cansancao	3835367	CAPS I CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
BA	290682	Canudos	7287178	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL CAPS LELIS PIEDADE	E	CAPS I	616	R$ 28.305,00
BA	290687	Capim Grosso	5697204	CAPS CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
BA	290690	Caravelas	3911942	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL	D	CAPS I	616	R$ 28.305,00
BA	290710	Carinhanha	6134548	CAPS I RAIMUNDO FARIAS ROSA	E	CAPS I	616	R$ 28.305,00
BA	290720	Casa Nova	3891771	CAPS I	E	CAPS I	616	R$ 28.305,00
BA	290730	Castro Alves	6997554	CAPS I CASTRO ALVES	E	CAPS I	616	R$ 28.305,00
BA	290750	Catu	3624862	CAPS I CATU	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
BA	290780	Cicero Dantas	3933962	CAPS CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL ZE DE ISSAC	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
BA	290790	Cipo	6497004	CAPS I CIPO	E	CAPS I	616	R$ 28.305,00
BA	290800	Coaraci	5983959	CAPS I JANDIRA GALLY ARGOLO	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
BA	290810	Cocos	7628781	CAPS I CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL	E	CAPS I	616	R$ 28.305,00
BA	290820	Conceicao da Feira	6410588	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL CAPS I	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
BA	290830	Conceicao do Almeida	7448198	CAPS BARBINHA	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
BA	290840	Conceicao do Coite	5480256	CAPS CENTRO DE APOIO PSICOSSOCIAL	E	CAPS I	616	R$ 28.305,00
BA	290850	Conceicao do Jacuipe	6263240	CENTRO DE ATENCAO PSICOSOCIAL LEPOLDO AZEVEDO DA SILVA	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
BA	290870	Condeuba	6610927	CAPS I JOAO DA NATIVIDADE	D	CAPS I	616	R$ 28.305,00
BA	290890	Coracao de Maria	3998770	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL ANTONIO FERREIRA MARQUES	E	CAPS I	616	R$ 28.305,00
BA	290910	CORIBE	7666713	CAPS CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
BA	290920	Coronel Joao Sa	6249582	CAPS CASA AMIGA	E	CAPS I	616	R$ 28.305,00
BA	290960	Crisopolis	6486150	CAPS CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL DE CRISOPOLIS	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
BA	290980	Cruz das Almas	3731359	CAPS 1 RESTITUICAO	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
BA	290990	Curaca	3564002	CAPS DOMINGOS RODRIGUES DOS SANTOS	E	CAPS I	616	R$ 28.305,00
BA	291005	Dias D'Avila	3783499	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL DE DIAS DAVILA	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
BA	291040	Encruzilhada	5468345	CAPS I DE ENCRUZILHADA CENTRO DE AT PSICOSSOCIAL	E	CAPS I	616	R$ 28.305,00
BA	291050	Entre Rios	7493282	CAPSI DOMINGOS MACHADO DE ALMEIDA	E	CAPS I	616	R$ 28.305,00
BA	291060	Esplanada	5987822	CAPS I IRMA SANTINHA	E	CAPS I	616	R$ 28.305,00
BA	291070	Euclides Da Cunha	3020452	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL DE EUCLIDES DA CUNHA	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
BA	291072	Eunapolis	2771047	CAPS CENTRO DE ATENCAO PSICO SOCIAL	M	CAPS II	617	R$ 33.086,25
BA	291072	Eunapolis	3996395	CAPS AD	M	CAPS AD	619	R$ 39.780,00
BA	291072	Eunapolis	6155944	CAPS IA	M	CAPS INFANTO-JUVENIL	620	R$ 32.130,00
BA	291080	Feira De Santana	3218058	CAPS DR SILVIO LUIZ SANTOS MARQUES	M	CAPS II	617	R$ 33.086,25
BA	291080	Feira De Santana	3344290	CAPS DR GUTEMBERG ALMEIDA	M	CAPS AD	619	R$ 39.780,00
BA	291080	Feira De Santana	3427188	CAPS I OSVALDO BRASILEIRO FRANCO	M	CAPS INFANTO-JUVENIL	620	R$ 32.130,00
BA	291080	Feira De Santana	3427234	CAPS III DR JOAO CARLOS LOPES CAVALCANTE	M	CAPS III	618	R$ 84.134,00
BA	291080	Feira De Santana	3502953	CAPS II OSCAR MARQUES	M	CAPS II	617	R$ 33.086,25
BA	291085	Filadelfia	7653107	CAPS JOAO ROQUE DA SILVA	E	CAPS I	616	R$ 28.305,00
BA	291120	Gandu	6879829	CAPS I CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL DE GANDU	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
BA	291160	Governador Mangabeira	6604064	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL DE GOVERNADOR MANGABEIRA	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
BA	291170	Guanambi	3020495	CAPS DE GUANAMBI	M	CAPS II	617	R$ 33.086,25
BA	291170	Guanambi	7572581	CAPS AD GERALDO C DE VECCHI	M	CAPS AD	619	R$ 39.780,00
BA	291190	Iacu	5041716	CENTRO DE ATENDIMENTO PSICOSSOCIAL MANOEL PINTO SANTANA	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
BA	291210	Ibicarai	4025911	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL ARMANDO MIRANDA DE SOUZA	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
BA	291220	Ibicoara	7369735	CAPS IBICOARA	E	CAPS I	616	R$ 28.305,00
BA	291270	Ibirapitanga	5909872	CAPS ANTONIO ANACLETO ASSUNCAO	E	CAPS I	616	R$ 28.305,00
BA	291290	Ibirataia	5255279	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL DE IBIRATAIA	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
BA	291320	Ibotirama	5166187	CAPS I CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL DE IBOTIRAMA	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
BA	291340	Igapora	6374735	CENTRO DE ATENCAO PSICO SOCIAL	E	CAPS I	616	R$ 28.305,00
BA	291350	Iguai	3714527	CAPS DR JAILTON MATOS	E	CAPS I	616	R$ 28.305,00
BA	291360	Ilheus	2803941	CENTRO ASSISTENCIAL PSICOSSOCIAL	M	CAPS II	617	R$ 33.086,25
BA	291360	Ilheus	6235182	CAPSIA DE ILHEUS	M	CAPS INFANTO-JUVENIL	620	R$ 32.130,00
BA	291370	Inhambupe	5057485	CAPS 1	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
BA	291380	Ipecaeta	5811856	CAPS I ANTONIO SOUZA SILVA	E	CAPS I	616	R$ 28.305,00
BA	291390	Ipiau	3866807	CENTRO DE APOIO PSICOSSOCIAL DE IPIAU	E	CAPS I	616	R$ 28.305,00
BA	291400	Ipira	3637557	CAPS I	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
BA	291420	Irajuba	2805014	CAPS I CAPS DE IRAJUBA	E	CAPS I	616	R$ 28.305,00
BA	291440	Iraquara	5468353	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL DE IRAQUARA CAPS	E	CAPS I	616	R$ 28.305,00
BA	291450	Irara	5384230	CAPS I DE IRARA	E	CAPS I	616	R$ 28.305,00
BA	291460	Irece	3774538	CENTRO DE ATENCAO PSICOSOCIAL DIAS MELHORES	M	CAPS II	617	R$ 33.086,25
BA	291465	Itabela	3916170	CAPS CENTRO DE ATENCAO PSICO SOCIAL	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
BA	291470	Itaberaba	4027027	CAPS ITABERABA	M	CAPS II	617	R$ 33.086,25
BA	291480	Itabuna	2698161	CAPS II	M	CAPS II	617	R$ 33.086,25
BA	291480	Itabuna	3432793	CAPSI II CENTRO DE AT PSICDA INFANCIA E ADOLESCENCIA	M	CAPS INFANTO-JUVENIL	620	R$ 32.130,00
BA	291480	Itabuna	3910164	CAPSAD CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL PARA ALCOOL E DROGA	M	CAPS AD	619	R$ 39.780,00
BA	291490	Itacare	7063482	CAPS I	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
BA	291500	Itaete	7360363	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL CAPS I	E	CAPS I	616	R$ 28.305,00
BA	291550	Itajuipe	7557922	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL I	E	CAPS I	616	R$ 28.305,00
BA	291560	Itamaraju	5595533	CAPS I REPENSANDO DE PORTAS ABERTAS	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
BA	291580	Itambe	3952924	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL DE ITAMBE CAPS I	E	CAPS I	616	R$ 28.305,00
BA	291600	Itanhem	5714303	CAPS I CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL	E	CAPS I	616	R$ 28.305,00
BA	291610	Itaparica	6986358	CENTRO DE ATENCAO PSICOSOCIAL CAPS 1	E	CAPS I	616	R$ 28.305,00
BA	291640	Itapetinga	2414740	CENTRO DE ATENCAO PSICO SOCIAL CAPS	M	CAPS II	617	R$ 33.086,25
BA	291640	Itapetinga	6489087	CENTRO DE ATENCAO PSICOSOCIAL DE ALCOOL E DROGAS CAPS AD	M	CAPS AD	619	R$ 39.780,00
BA	291650	Itapicuru	5667925	CAPS CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL DE ITAPICURU	E	CAPS I	616	R$ 28.305,00
BA	291685	Itatim	7588690	CAPS I ITATIM	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
BA	291700	Itiuba	3969088	CAPS CENTRO DE ATENCAO PSICOSOCIAL NOVO TEMPO	E	CAPS I	616	R$ 28.305,00
BA	291710	Itororo	6517005	CAPS PASARGADA	E	CAPS I	616	R$ 28.305,00
BA	291730	Itubera	5847796	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL DE ITUBERA	E	CAPS I	616	R$ 28.305,00

BA	291750	Jacobina	3785831	CAPS II	M	CAPS II	617	R$ 33.086,25
BA	291750	Jacobina	5299071	CAPS AD	M	CAPS AD	619	R$ 39.780,00
BA	291760	Jaguaquara	5329906	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL HERMINIO MARCELINO DOS SANTOS	E	CAPS I	616	R$ 28.305,00
BA	291770	Jaguarari	6238912	CENTRO DE ATENCAO PSICO SOCIAL DE JAGUARARI CAPS I	E	CAPS I	616	R$ 28.305,00
BA	291800	Jequie	3926028	CAPS AD CENTRO DE AT PSICO A D DR WALDOMIRO RODRIGUE COSTA	M	CAPS AD	619	R$ 39.780,00
BA	291800	Jequie	8016267	CAPS GUITO GUIGO	M	CAPS II	617	R$ 33.086,25
BA	291810	Jeremoabo	6155952	CAPS RENASCER	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
BA	291840	Juazeiro	2770881	CAPS	M	CAPS II	617	R$ 33.086,25
BA	291840	Juazeiro	5070503	CAPS AD	M	CAPS AD	619	R$ 39.780,00
BA	291880	Laje	6119522	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL ALMIR PEIXOTO	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
BA	291920	Lauro De Freitas	3522504	CAPS CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL	M	CAPS II	617	R$ 33.086,25
BA	291920	Lauro De Freitas	6296343	CAPS AD SANTO AMARO DE IPITANGA	M	CAPS AD	619	R$ 39.780,00
BA	291920	Lauro De Freitas	7105754	CAPS IA LAURO DE FREITAS	M	CAPS INFANTO-JUVENIL	620	R$ 32.130,00
BA	291930	Lençois	7818777	CAPS OSVALDO SENNA PEREIRA MESTRE OSVALDO	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
BA	291950	Livramento De Nossa Senhora	2533049	CAPSL CENTRO ATEND PSICOSSOCIAL DE LIVRAMENTO	M	CAPS II	617	R$ 33.086,25
BA	291955	Luis Eduardo Magalhaes	6980880	CAPS I GISLAINE GADO	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
BA	291970	Macarani	6147623	CAPS CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL MACARANI	E	CAPS I	616	R$ 28.305,00
BA	291980	Macaubas	3024636	CENTRO DE ATENCAO PSICOSOCIAL DE MACAUBAS	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
BA	292010	Mairi	5104602	CAPS RENASCER	E	CAPS I	616	R$ 28.305,00
BA	292050	Maracas	5919282	CAPS I DE MARACAS	D	CAPS I	616	R$ 28.305,00
BA	292060	Maragogipe	3949214	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL ADUILIO DA CONCEICAO	E	CAPS I	616	R$ 28.305,00
BA	292100	Mata de São Joao	5082315	CENTRO DE ATENCAO PSICOSOCIAL	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
BA	292110	Medeiros Neto	3782263	CAPS I CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
BA	292120	Miguel Calmon	6160778	CAPS PEDRO JOSE DIAS	E	CAPS I	616	R$ 28.305,00
BA	292140	Mirangaba	7496281	CAPS DE MIRANGABA	E	CAPS I	616	R$ 28.305,00
BA	292150	Monte Santo	3851192	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL WALDENOR BATISTA DOS SANTOS	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
BA	292170	Morro Do Chapeu	6561926	CAPS I	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
BA	292190	Mucuge	7532164	CAPS MUCUGE	E	CAPS I	616	R$ 28.305,00
BA	292200	Mucuri	3962008	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL DE MUCURI	E	CAPS I	616	R$ 28.305,00
BA	292230	Muritiba	3946665	CAPS CASTRO ALVES	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
BA	292240	Mutuipe	7857055	CAPS ANTONIO FELIPE EVANGELISTA NETO	E	CAPS I	616	R$ 28.305,00
BA	292250	Nazare	3020444	CAPS CENTRO ATENCAO PSICOSOCIAL DR JOAO BATISTA F T FILHO	E	CAPS I	616	R$ 28.305,00
BA	292290	Nova Soure	7125887	CAPS I	D	CAPS I	616	R$ 28.305,00
BA	292300	Nova Vicosa	5926211	CAPS CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL DE NOVA VICOSA	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
BA	292310	Olindina	5014247	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL	E	CAPS I	616	R$ 28.305,00
BA	292320	Oliveira Dos Brejinhos	6850553	CAPS I OLIVEIRA DOS BREJINHOS	E	CAPS I	616	R$ 28.305,00
BA	292350	Palmeiras	7391536	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL	E	CAPS I	616	R$ 28.305,00
BA	292360	Paramirim	5435811	CAPS CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
BA	292360	Paramirim	7433840	CAPS AD III REGIONAL	M	CAPS AD III	635	R$ 105.000,00
BA	292370	Paratinga	6318169	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL DE PARATINGA CAPS	E	CAPS I	616	R$ 28.305,00
BA	292380	Paripiranga	6586635	CENTRO DE ATENDIMENTO PSICOSSOCIAL NOVA ESPERANCA	E	CAPS I	616	R$ 28.305,00
BA	292400	Paulo Afonso	5023106	CAPS II	M	CAPS II	617	R$ 33.086,25
BA	292400	Paulo Afonso	5615917	CAPS AD	M	CAPS AD	619	R$ 39.780,00
BA	292405	PÉ DE SERRA	7584016	CAPS I PE DE SERRA	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
BA	292430	Piata	7387199	CAPS CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL	E	CAPS I	616	R$ 28.305,00
BA	292460	Pindobacu	5289130	CENTRO DE ATENCAO PSICO SOCIAL DE PINDOBACU CAPS I	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
BA	292500	Planalto	6862616	CAPS I MANOEL DIAS NETO	E	CAPS I	616	R$ 28.305,00
BA	292510	Pocoes	3915247	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL DE POCOES CAPS I	E	CAPS I	616	R$ 28.305,00
BA	292520	Pojuca	5677742	CAPS DE POJUCA	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
BA	292525	Ponto Novo	7479301	CAPS DE PONTO NOVO	E	CAPS I	616	R$ 28.305,00
BA	292530	Porto Seguro	5601339	CAPSAD DE PORTO SEGURO	M	CAPS AD	619	R$ 39.780,00
BA	292530	Porto Seguro	7105827	CAPS IA PORTO SEGURO	M	CAPS INFANTO-JUVENIL	620	R$ 32.130,00
BA	292530	Porto Seguro	8011613	CAPS II PORTO SEGURO	M	CAPS II	617	R$ 33.086,25
BA	292550	Prado	3471667	CAPS I PRADO	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
BA	292560	Presidente Dutra	7710593	CAPS I PRESIDENTE DUTRA	E	CAPS I	616	R$ 28.305,00
BA	292570	Presidente Janio Quadros	6637299	SOMOS TODOS IGUAIS	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
BA	292580	Queimadas	5254507	CAPS SANTO ANTONIO DAS QUEIMADAS	E	CAPS I	616	R$ 28.305,00
BA	292590	Quijingue	5492289	CAPS CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL	E	CAPS I	616	R$ 28.305,00
BA	292595	Rafael Jambeiro	6009956	CAPS I JOSE ANGELO DA SILVA OLIVEIRA	E	CAPS I	616	R$ 28.305,00
BA	292600	Remanso	5071488	CAPS I ANTONIO DIAS DE CASTRO	E	CAPS I	616	R$ 28.305,00
BA	292630	Riachao Do Jacuipe	5046211	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL DE RIACHAO DO JACUIPE	E	CAPS I	616	R$ 28.305,00
BA	292640	Riacho De Santana	5083710	CAPS CENTRO DE ATENCAO PSICO SOCIAL	E	CAPS I	616	R$ 28.305,00
BA	292680	Rio Do Antonio	6563295	CAPS I DE RIO DO ANTONIO	E	CAPS I	616	R$ 28.305,00
BA	292700	Rio Real	5261724	CAPS I CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL I	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
BA	292720	Ruy Barbosa	5847524	CAPS RUY BARBOSA	E	CAPS I	616	R$ 28.305,00
BA	292740	Salvador	4227	CSM OSVALDO CAMARGO	M	CAPS II	617	R$ 33.086,25
BA	292740	Salvador	4391	CAPS PROFESSOR ADILSON PEIXOTO SAMPAIO	M	CAPS II	617	R$ 33.086,25
BA	292740	Salvador	4421	CSM ARISTIDES NOVIS	M	CAPS II	617	R$ 33.086,25
BA	292740	Salvador	2532484	NZINGA	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
BA	292740	Salvador	3236633	CAPS AGUAS CLARAS	M	CAPS II	617	R$ 33.086,25
BA	292740	Salvador	3391655	CAPS AD PERNANBUES	M	CAPS AD	619	R$ 39.780,00
BA	292740	Salvador	3479498	CAPSIA LIBERDADE	M	CAPS INFANTO-JUVENIL	620	R$ 32.130,00
BA	292740	Salvador	5292395	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL DR LUIZ MEIRE LESSA CAPS I	M	CAPS INFANTO-JUVENIL	620	R$ 32.130,00
BA	292740	Salvador	5351723	CAPS II ANTONIO ROBERTO PELLEGRINO JARDIM BAIANO	M	CAPS II	617	R$ 33.086,25
BA	292740	Salvador	5466245	CAPS ROSA GARCIA	M	CAPS II	617	R$ 33.086,25
BA	292740	Salvador	5476674	CAPS EDUARDO SABACK DIAS DE MORAES	M	CAPS II	617	R$ 33.086,25
BA	292740	Salvador	5712297	CAPS II FRANCO BASAGLIA	M	CAPS II	617	R$ 33.086,25
BA	292740	Salvador	5858232	CAPS MARIA CELIA DA ROCHA	M	CAPS III	618	R$ 84.134,00
BA	292740	Salvador	6239854	CAPS II UFBA	M	CAPS II	617	R$ 33.086,25
BA	292740	Salvador	6498582	CAPS II PAU DA LIMA	M	CAPS II	617	R$ 33.086,25
BA	292740	Salvador	6598404	CAPS II NISE DA SILVEIRA	M	CAPS II	617	R$ 33.086,25
BA	292740	Salvador	6648460	CAPS AD III GEY ESPINHEIRA	M	CAPS AD III	635	R$ 105.000,00
BA	292740	Salvador	7095341	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL GREGORIO DE MATOS	E	CAPS AD	619	R$ 39.780,00
BA	292750	Santa Barbara	7173121	CAPS I IRMA CATARINA ROCHA	E	CAPS I	616	R$ 28.305,00
BA	292770	Santa Cruz Cabralia	5148448	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL CAPS I	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
BA	292800	Santaluz	5702798	CAPS I DE SANTALUZ	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
BA	292800	Santaluz	7608551	CAPS AD III DE SANTALUZ	M	CAPS AD III	635	R$ 105.000,00
BA	292810	Santa Maria Da Vitoria	3020819	CAPS I CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
BA	292820	Santana	3855821	CAPS I CENTRO ATENCAO PSIQUICO SOCIAL	D	CAPS I	616	R$ 28.305,00
BA	292840	Santa Rita De Cassia	6450881	CAPS SANTA RITA DE CASSIA	E	CAPS I	616	R$ 28.305,00

BA	292860	Santo Amaro	6851584	CAPS I DE SANTO AMARO	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
BA	292870	Santo Antonio De Jesus	3624439	CAPS II NOVA VIDA	M	CAPS II	617	R$ 33.086,25
BA	292870	Santo Antonio De Jesus	6201318	CAPS AD VALE VIVER	M	CAPS AD	619	R$ 39.780,00
BA	292880	Santo Estevao	3949176	CAPS I DRA MARIA QUITERIA MASCARENHAS S SANTOS OLIVEIRA	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
BA	292890	Sao Desiderio	7113749	CAPS I	D	CAPS I	616	R$ 28.305,00
BA	292895	Sao Domingos	5366054	CAPS I	E	CAPS I	616	R$ 28.305,00
BA	292900	Sao Felix	5490316	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL DE SAO FELIX	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
BA	292905	Sao Felix Do Coribe	7369271	CAPS SAO FELIX DO CORIBE	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
BA	292910	Sao Felipe	3985490	CAPS VIDA NOVA	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
BA	292930	Sao Goncalo Dos Campos	5392004	CENTRO DE ATENCAO PSICOSOCIAL CAPS 1	E	CAPS I	616	R$ 28.305,00
BA	292950	Sao Sebastiao do Passe	5551528	CAPS I DR GUSTAVO PINHEIRO	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
BA	292980	Saude	7759347	CAPS I ORTENCIO GONCALVES DE SOUZA	E	CAPS I	616	R$ 28.305,00
BA	292990	Seabra	6738761	CENTRO DE APOIO PSICOSSOCIAL CAPS	E	CAPS I	616	R$ 28.305,00
BA	293010	Senhor Do Bonfim	3633780	CAPS II SENHOR DO BONFIM	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
BA	293010	Senhor Do Bonfim	6528260	CAPS AD VIVER A VIDA	M	CAPS AD	619	R$ 39.780,00
BA	293015	Serra Do Ramalho	5589266	CAPS CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL	E	CAPS I	616	R$ 28.305,00
BA	293020	Sento Se	5922836	CENTRO DE APOIO PSICOSSOCIAL	E	CAPS I	616	R$ 28.305,00
BA	293030	Serra Dourada	5062446	CAPS I FLORENTINA PEREIRA DA SILVA MIUCHA	E	CAPS I	616	R$ 28.305,00
BA	293050	Serrinha	3020487	CAPS SERRINHA	M	CAPS II	617	R$ 33.086,25
BA	293050	Serrinha	6314228	CAPS AD	M	CAPS AD III	635	R$ 105.000,00
BA	293060	Serrolandia	7720157	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL DE SERROLANDIA	E	CAPS I	616	R$ 28.305,00
BA	293077	Sobradinho	6288855	CAPS I SOBRADINHO	E	CAPS I	616	R$ 28.305,00
BA	293080	Souto Soares	7270631	CAPS OZIEL ALVES DOS SANTOS GRINGO	E	CAPS I	616	R$ 28.305,00
BA	293100	Tanhacu	5468817	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL DE TANHACU CAPS I	E	CAPS I	616	R$ 28.305,00
BA	293105	Tanque Novo	7364326	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL JOAQUIM ALVES CARNEIRO	E	CAPS I	616	R$ 28.305,00
BA	293130	Tapiramuta	7721730	CAPS DE TAPIRAMUTA	E	CAPS I	616	R$ 28.305,00
BA	293135	Teixeira De Freitas	3360075	CAPS IA	M	CAPS INFANTO-JUVENIL	620	R$ 32.130,00
BA	293135	Teixeira De Freitas	4032942	CAPS II	M	CAPS II	617	R$ 33.086,25
BA	293135	Teixeira De Freitas	5663288	CAPS AD CENTRO PSICOSSOCIAL DE ALCCOL E DROGA	M	CAPS AD	619	R$ 39.780,00
BA	293150	Teofilandia	5667933	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL I CAPS I	E	CAPS I	616	R$ 28.305,00
BA	293180	Tremedal	3776670	CAPS MONALIZA FERRAZ	E	CAPS I	616	R$ 28.305,00
BA	293190	Tucano	5434904	CAPS CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
BA	293200	Uaua	3974359	CAPS JOAO HONORATO OLIVEIRA NETO	E	CAPS I	616	R$ 28.305,00
BA	293220	Ubaitaba	6293026	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL DR ALTAMIRO C DE M LIMA	E	CAPS I	616	R$ 28.305,00
BA	293230	Ubata	6131646	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL PR ALMIR FLORENTINO FERREIRA	E	CAPS I	616	R$ 28.305,00
BA	293250	Una	3849937	CAPS I	E	CAPS I	616	R$ 28.305,00
BA	293270	Urucuca	5853605	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL	E	CAPS I	616	R$ 28.305,00
BA	293280	Utinga	6905889	CAPS UTINGA TIA IRA	E	CAPS I	616	R$ 28.305,00
BA	293290	Valenca	6011217	CAPS CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL JOSE LEAL	E	CAPS II	617	R$ 33.086,25
BA	293300	Valente	6538886	CAPS I	E	CAPS I	616	R$ 28.305,00
BA	293320	Vera Cruz	3884279	CAPS I CENTRO DE ATENCAO PSICOSOCIAL	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
BA	293330	Vitoria Da Conquista	2486660	CAPS AD CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL EM ALCOOL E DROGAS	M	CAPS AD III	635	R$ 105.000,00
BA	293330	Vitoria Da Conquista	2722887	CAPS CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL	M	CAPS II	617	R$ 33.086,25
BA	293330	Vitoria Da Conquista	6918018	CAPS IA CENTRO ATENCAO PSICOSSOCIAL INFANTIL E ADOLESCENTE	M	CAPS INFANTO-JUVENIL	620	R$ 32.130,00
BA	293360	Xique-Xique	3776654	CENTRO DE ATENCAO PSICOSOCIAL DE XIQUE XIQUE	E	CAPS I	616	R$ 28.305,00
CE	230020	Acarau	5506298	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL DE ACARAU	M	CAPS II	617	R$ 33.086,25
CE	230030	Acopiara	5097770	CAPS DE ACOPIARA	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
CE	230075	Amontada	3669599	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL DE AMONTADA	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
CE	230100	Aquiraz	2723522	CAPS DE AQUIRAZ 1	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
CE	230100	Aquiraz	7481691	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL ALCOOL E DROGAS	M	CAPS AD	619	R$ 39.780,00
CE	230110	Aracati	2372932	CAPS DE ARACATI 2	M	CAPS II	617	R$ 33.086,25
CE	230110	Aracati	6829481	CAPS AD DE ARACATI	M	CAPS AD	619	R$ 39.780,00
CE	230120	Aracoiaba	7378572	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL CAPS I	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
CE	230130	Araripe	5890039	CENTRO DE ATENCAO PSICOSOCIAL CAPS I	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
CE	230160	Assare	5561124	CAPS DE ASSARE	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
CE	230170	Aurora	6824927	CAPS I AURORA	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
CE	230190	Barbalha	2564505	CENTRO DE ATENCAO PSICOSOCIAL CAPS DRPAULO D SAMPAIO	M	CAPS III	618	R$ 84.134,00
CE	230190	Barbalha	5521955	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL INFANTIL CAPSI	M	CAPS INFANTO-JUVENIL	620	R$ 32.130,00
CE	230190	Barbalha	5868610	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL ALCOOL E OUTRAS DROGAS CAPSAD	M	CAPS AD	619	R$ 39.780,00
CE	230210	Baturite	7356420	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL I	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
CE	230220	Beberibe	7373783	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
CE	230230	Bela Cruz	6482341	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
CE	230250	Brejo Santo	5206154	CAPS DE BREJO SANTO	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
CE	230250	Brejo Santo	7429916	CAPS AD DE BREJO SANTO	M	CAPS AD	619	R$ 39.780,00
CE	230260	Camocim	3255255	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL	M	CAPS II	617	R$ 33.086,25
CE	230260	Camocim	5697239	CAPS AD	M	CAPS AD	619	R$ 39.780,00
CE	230280	Caninde	2479001	CAPS CANINDE	M	CAPS II	617	R$ 33.086,25
CE	230280	Caninde	7261667	SITIO VIVA A VIDA	M	CAPS AD	619	R$ 39.780,00
CE	230290	Capistrano	2327880	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL CAPS	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
CE	230310	Carire	7558945	CENTRO DE APOIO PSICOSSOCIAL DE CARIRE	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
CE	230320	Caririacu	6366449	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL DE CARIRIACU	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
CE	230340	Carnaubal	6740278	CAPS I DE CARNAUBAL	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
CE	230350	Cascavel	2481952	CAPS DE CASCAVEL 2	M	CAPS II	617	R$ 33.086,25
CE	230360	Catarina	7242263	CAPS DE CATARINA	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
CE	230370	Caucaia	2723530	CAPS II CENTRO DE ATENCAO PSICOSOCIAL JUREMA	M	CAPS II	617	R$ 33.086,25
CE	230370	Caucaia	3329100	CAPS AD CENTRO DE ATENCAO PSICOSOCIAL	M	CAPS AD	619	R$ 39.780,00
CE	230380	Cedro	5238498	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL CAPS 1 CEDRO CEARA	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
CE	230400	Coreau	5659205	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL DE COREAU	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
CE	230410	Crateus	2481146	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL CAPS	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
CE	230420	Crato	2663953	CAPS DO CRATO	M	CAPS III	618	R$ 84.134,00
CE	230425	Cruz	3896579	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL DE CRUZ	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
CE	230428	Eusebio	3493873	CAPS DE EUSEBIO	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
CE	230428	Eusebio	7043678	CAPS AD DE EUSEBIO	M	CAPS AD	619	R$ 39.780,00
CE	230430	Farias Brito	3667367	CAPS CENTRO ATENCAO PSICOSSOCIAL DE FARIAS BRITO	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
CE	230435	Forquilha	5719593	CAPS I ALMIR RUFINO DE SOUZA	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
CE	230440	Fortaleza	2529041	CAPS GERAL SER VI	M	CAPS II	617	R$ 33.086,25

CE	230440	Fortaleza	2561263	CAPS GERAL SER IV	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
CE	230440	Fortaleza	2651378	CAPS GERAL SER III	M	CAPS II	617	R$ 33.086,25
CE	230440	Fortaleza	3878562	CAPS GERAL SER V	M	CAPS II	617	R$ 33.086,25
CE	230440	Fortaleza	3950530	CAPS AD SER III	M	CAPS AD	619	R$ 39.780,00
CE	230440	Fortaleza	5065321	CAPS I SER IV	M	CAPS INFANTO-JUVENIL	620	R$ 32.130,00
CE	230440	Fortaleza	5075114	CAPS GERAL SER I	M	CAPS II	617	R$ 33.086,25
CE	230440	Fortaleza	5162270	CAPS AD SER II	M	CAPS AD III	635	R$ 105.000,00
CE	230440	Fortaleza	5162289	CAPS AD SER IV	M	CAPS AD	619	R$ 39.780,00
CE	230440	Fortaleza	5162300	CAPS AD SER VI	M	CAPS AD	619	R$ 39.780,00
CE	230440	Fortaleza	5162327	CAPS GERAL SER II	M	CAPS II	617	R$ 33.086,25
CE	230440	Fortaleza	5168333	CAPS AD SER I	M	CAPS AD III	635	R$ 105.000,00
CE	230440	Fortaleza	5174368	CAPS AD SER V	M	CAPS AD	619	R$ 39.780,00
CE	230440	Fortaleza	5331757	CAPS INFANTIL SER III	M	CAPS INFANTO-JUVENIL	620	R$ 32.130,00
CE	230465	Graca	7514441	CAPS I	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
CE	230470	Granja	7101937	CAPS II CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL DE GRANJA	M	CAPS II	617	R$ 33.086,25
CE	230495	Guaiuba	6768245	CAPS CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL DE GUAIUBA	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
CE	230500	Guaraciaba Do Norte	6140513	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
CE	230523	Horizonte	2481596	CAPS DE HORIZONTE 1	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
CE	230523	Horizonte	7406967	CAPS AD DE HORIZONTE	M	CAPS AD	619	R$ 39.780,00
CE	230530	Ibiapina	3640132	CAPS I IBIAPINA	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
CE	230535	Icapui	3916839	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL PERGENTINO REBOUCAS MAIA	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
CE	230540	Ico	2499266	CAPS DE ICO 2	M	CAPS II	617	R$ 33.086,25
CE	230540	Ico	5208327	CAPS AD	M	CAPS AD	619	R$ 39.780,00
CE	230540	Ico	5728967	CASA DE JOAO E MARIA	M	CAPS INFANTO-JUVENIL	620	R$ 32.130,00
CE	230550	Iguatu	2528223	CAPS ADII CENTRO ATENCAO PSICOSOCIAL ALCOOL E OUTRAS DROGAS	M	CAPS AD	619	R$ 39.780,00
CE	230550	Iguatu	2560941	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL CAPS III DE IGUATU	M	CAPS III	618	R$ 84.134,00
CE	230550	Iguatu	3595420	CENTRO ATENCAO PSICOSSOCIAL INFANCIA E ADOLESC CAPS I	M	CAPS INFANTO-JUVENIL	620	R$ 32.130,00
CE	230580	Ipu	5990270	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL DE IPU	M	CAPS II	617	R$ 33.086,25
CE	230590	Ipueiras	6196586	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL DE IPUEIRAS	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
CE	230610	Iraucuba	6382967	CAPS I IRAUCUBA	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
CE	230625	Itaitinga	3931005	CAPS 1 SAO FRANCISCO DE ASSIS ITAITINGA	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
CE	230630	Itapage	6620035	CAPS ITAPAJE	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
CE	230640	Itapipoca	2426269	CAPS DE ITAPIPOCA CAPS 2	M	CAPS II	617	R$ 33.086,25
CE	230650	Itapiuna	7384874	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL DE ITAPIUNA CAPS	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
CE	230655	Itarema	3587959	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL CAPS	M	CAPS II	617	R$ 33.086,25
CE	230670	Jaguaretama	7410700	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL CAPS I	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
CE	230700	Jaguaruana	6614116	CAPS JAGUARUANA	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
CE	230710	Jardim	8005842	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
CE	230730	Juazeiro Do Norte	2795329	CAPS DE JUAZEIRO DO NORTE	M	CAPS III	618	R$ 84.134,00
CE	230730	Juazeiro Do Norte	3616711	CAPS AD DE JUAZEIRO DO NORTE	M	CAPS AD III		R$ 105.000,00
CE	230730	Juazeiro do Norte	7867328	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL INFANTIL CAPS I SEU MOCINHO	M	CAPS INFANTO-JUVENIL	620	R$ 32.130,00
CE	230740	Jucas	6632076	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL MARINO BEZERRA DE ALBUQUERQUE	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
CE	230750	Lavras Da Mangabeira	5774829	CAPS I	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
CE	230760	Limoeiro Do Norte	3585514	CENTRO DE ATENCAO PSICOSOCIAL CAPS LIMOEIRO DO NORTE	M	CAPS II	617	R$ 33.086,25
CE	230760	Limoeiro Do Norte	5497914	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL ALCOOL E DROGAS CAPS AD	M	CAPS AD	619	R$ 39.780,00
CE	230765	Maracanau	3713172	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL DE MARACANAU CAPS II	M	CAPS II	617	R$ 33.086,25
CE	230765	Maracanau	5928605	CAPS AD MARACANAU	M	CAPS AD III	635	R$ 105.000,00
CE	230765	Maracanau	7285442	CAPS INFANTIL MARACANAU	M	CAPS INFANTO-JUVENIL	620	R$ 32.130,00
CE	230770	Maranguape	3292096	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL DE MARANGUAPE CAPS II	M	CAPS II	617	R$ 33.086,25
CE	230770	Maranguape	3762807	CENTRO DE ATENCAO PISICOSSOCIAL DE MARANGUAPE CAPS INFANTI	M	CAPS INFANTO-JUVENIL	620	R$ 32.130,00
CE	230770	Maranguape	3762815	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL DE MARANGUAPE CAPS AD	M	CAPS AD	619	R$ 39.780,00
CE	230780	Marco	4011589	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL CAPS	M	CAPS II	617	R$ 33.086,25
CE	230810	Mauriti	5523044	CAPS DE MAURITI	M	CAPS II	617	R$ 33.086,25
CE	230830	Milagres	6779891	CAPS MILAGRES	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
CE	230840	Missao Velha	7541376	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL CAPS I	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
CE	230860	Monsenhor Tabosa	3929949	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL CAPS 1	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
CE	230870	Morada Nova	2723549	CAPS DE MORADA NOVA 2	M	CAPS II	617	R$ 33.086,25
CE	230910	Mulungu	7375344	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL DE MULUNGU	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
CE	230940	Novo Oriente	5654327	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL CAPS I	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
CE	230945	Ocara	5661919	CAPS 1 DE OCARA	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
CE	230950	Oros	5138957	CAPS CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
CE	230960	Pacajus	7154240	CAPS 1 PACAJUS	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
CE	230980	Pacoti	7357818	CAPS I CONVIVER	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
CE	231020	Paracuru	6163394	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
CE	231025	Paraipaba	5145147	CAPS PARAIPABA	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
CE	231025	Paraipaba	6939384	CAPS AD PARAIPABA	M	CAPS AD	619	R$ 39.780,00
CE	231030	Parambu	5102952	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL CAPS 1	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
CE	231050	Pedra Branca	6408753	CENTRO DE APOIO PSICOSSOCIAL ANTONIO RODRIGUES DE OLIVEIRA	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
CE	231070	Pentecoste	6058809	CAPS DE PENTECOSTE	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
CE	231090	Piquet Carneiro	7383592	CAPS I MUNICIPAL ALBENISIO FERNANDES DE ARAUJO	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
CE	231130	Quixada	2565889	CAPS DE QUIXADA 2	M	CAPS II	617	R$ 33.086,25
CE	231130	Quixada	6852408	CAPS AD DE QUIXADA CASA NORTE	M	CAPS AD	619	R$ 39.780,00
CE	231135	Quixelo	7574665	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL CAPS I	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
CE	231140	Quixeramobim	2802856	CAPS DE QUIXERAMOBIM 2	M	CAPS II	617	R$ 33.086,25
CE	231140	Quixeramobim	6193706	CAPS AD ALPENDRE	M	CAPS AD III	635	R$ 105.000,00
CE	231160	Redencao	3762548	CAPS MARIA CELSA TEIXEIRA DE ARAUJO	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
CE	231180	Russas	3831639	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL DE RUSSAS CAPS 2	M	CAPS II	617	R$ 33.086,25
CE	231200	Santana Do Acarau	5345944	CENTRO DE APOIO PSICOSOCIAL DE SANTANA DO ACARAU	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
CE	231220	Santa Quiteria	6167772	CAPS I SANTA QUITERIA	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
CE	231230	Sao Benedito	5918332	CAPS CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL NOSSA SRA DE FATIMA	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
CE	231240	Sao Goncalo Do Amarante	7467559	CAPS II DE SAO GONCALO DO AMARANTE	M	CAPS II	617	R$ 33.086,25
CE	231270	Senador Pompeu	3905705	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL CAPS 1 DE SENADOR POMPEU	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
CE	231290	Sobral	2424185	CAPS II DE SOBRAL DAMIAO XIMENES LOPES	M	CAPS II	617	R$ 33.086,25
CE	231290	Sobral	4012097	CAPS AD DE SOBRAL	M	CAPS AD	619	R$ 39.780,00
CE	231300	Solonopole	6824242	CENTRO DA ATENCAO PSICOSSOCIAL CAPS SOLONOPOLE	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
CE	231320	Tamboril	3617181	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL CAPS II	M	CAPS II	617	R$ 33.086,25
CE	231330	Taua	2723557	CAPS DE TAUA II	M	CAPS II	617	R$ 33.086,25
CE	231330	Taua	6765408	CAPS AD CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL ALCOOL E DROGAS	M	CAPS AD	619	R$ 39.780,00
CE	231340	Tiangua	6486371	CAPS II DE TIANGUA	M	CAPS II	617	R$ 33.086,25
CE	231350	Trairi	3702162	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL CAPS	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00

CE	231360	Ubajara	6845495	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL CAPS I	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
CE	231380	Uruburetama	5933951	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL CAPS	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
CE	231395	Varjota	7698755	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL DE VARJOTA CAPS I	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
CE	231400	Varzea Alegre	5826195	CAPS DE VARZEA ALEGRE	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
CE	231410	Vicosa Do Ceara	5543754	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL CAPS VICOSA DO CEARA	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
DF	530010	Brasilia	2649535	ISM	E	CAPS I	616	R$ 28.305,00
DF	530010	Brasilia	3372375	CAPS AD II GUARA	E	CAPS AD	619	R$ 39.780,00
DF	530010	Brasilia	5167892	CAPS II PARANOA	E	CAPS II	617	R$ 33.086,25
DF	530010	Brasilia	5447410	CAPS II TAGUATINGA SUL	E	CAPS II	617	R$ 33.086,25
DF	530010	Brasilia	5554349	CAPS AD II SOBRADINHO	E	CAPS AD	619	R$ 39.780,00
DF	530010	Brasilia	6585760	CAPS CEILANDIA	E	CAPS AD III	635	R$ 105.000,00
DF	530010	Brasilia	6665098	CAPS II SAMAMBAIA	E	CAPS II	617	R$ 33.086,25
DF	530010	Brasilia	7055919	CAPS AD FLOR DE LOTUS	E	CAPS AD	619	R$ 39.780,00
DF	530010	Brasilia	7094116	CAPS AD ITAPOA	E	CAPS AD	619	R$ 39.780,00
DF	530010	Brasilia	7219695	CAPS AD III CANDANGO	E	CAPS AD III	635	R$ 105.000,00
DF	530010	Brasilia	7238703	CAPS AD III TAGUATINGA	E	CAPS AD III	635	R$ 105.000,00
DF	530010	Brasilia	7282494	CAPS AD III SAMAMBAIA	E	CAPS AD III	635	R$ 105.000,00
DF	530010	Brasilia	7552270	CAPSI SOBRADINHO	E	CAPS INFANTO-JUVENIL	620	R$ 32.130,00
DF	530010	Brasilia	7740794	CAPSI ASA NORTE	E	CAPS INFANTO-JUVENIL	620	R$ 32.130,00
ES	320020	Alegre	3633586	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL DO MUNICIPIO DE ALEGRE	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
ES	320040	Anchieta	2813483	CAPS CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
ES	320080	Baixo Guandu	6145612	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL CAPS I	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
ES	320120	Cachoeiro de Itapemirim	3744264	CAPS CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM	E	CAPS II	617	R$ 33.086,25
ES	320120	Cachoeiro de Itapemirim	6957986	CAPS AD CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM	D	CAPS AD	619	R$ 39.780,00
ES	320130	Cariacica	3773582	CAPS MOXUARA	E	CAPS II	617	R$ 33.086,25
ES	320130	Cariacica	7342128	CAPS CIDADE	E	CAPS II	617	R$ 33.086,25
ES	320140	Castelo	6860133	CAPS CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
ES	320150	Colatina	2705540	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL DE COLATINA	M	CAPS II	617	R$ 33.086,25
ES	320150	Colatina	7236158	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL ALCOOL E DROGAS CAPSAD II	M	CAPS AD	619	R$ 39.780,00
ES	320230	Guacui	5934923	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL FERNANDINHO	D	CAPS I	616	R$ 28.305,00
ES	320240	Guarapari	3467678	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL DE GUARAPARI CAPS II	D	CAPS II	617	R$ 33.086,25
ES	320313	Joao Neiva	4044657	CAPS C DE ATENCAO PSICOSSOCIAL JOAO NEIVA	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
ES	320320	Linhares	3462951	CAPSII CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL DE LINHARES	M	CAPS II	617	R$ 33.086,25
ES	320390	Nova Venecia	5976936	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL CAPS I	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
ES	320455	Santa Maria De Jetiba	7213182	CAPS SANTA MARIA DE JETIBÁ	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
ES	320460	Santa Teresa	6483895	CENTRO MUNICIPAL DE APOIO PSICOSSOCIAL CEMAP	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
ES	320480	Sao Jose Do Calcado	3425673	CAPS CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
ES	320490	Sao Mateus	3454339	CENTRO DE ATENDIMENTO PSICOSSOCIAL 1	E	CAPS I	616	R$ 28.305,00
ES	320500	Serra	3972909	CAPS LARANJEIRAS	M	CAPS AD	619	R$ 39.780,00
ES	320500	Serra	5986656	CAPS MESTRE ALVARO	M	CAPS II	617	R$ 33.086,25
ES	320503	Vargem Alta	3855430	CAPS I	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
ES	320520	Vila Velha	3461777	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL DE VILA VELHA CAPS AD	M	CAPS AD	619	R$ 39.780,00
ES	320520	Vila Velha	9473963	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL INFANTO JUVENIL DE VILA VELHA	M	CAPS INFANTO-JUVENIL	620	R$ 32.130,00
ES	320530	Vitoria	12041	CENTRO DE PREVENCAO E TRAT DE TOXICOMANOS CAPS AD	M	CAPS AD III	635	R$ 105.000,00
ES	320530	Vitoria	12351	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL CAPS II	M	CAPS II	617	R$ 33.086,25
ES	320530	Vitoria	5526175	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL INFANTO JUVENIL	M	CAPS INFANTO-JUVENIL	620	R$ 32.130,00
ES	320530	Vitoria	7603592	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL SAO PEDRO	M	CAPS III	618	R$ 84.134,00
GO	520025	Aguas Lindas De Goias	5999472	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL DE AGUAS LINDAS CAPS	M	CAPS II	617	R$ 33.086,25
GO	520030	Alexania	7237529	CAPS CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL DE ALEXANIA	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
GO	520110	Anapolis	3406830	CAPS VIVER AD	M	CAPS AD	619	R$ 39.780,00
GO	520110	Anapolis	5531292	CAPSI CRESCER ANAPOLIS	M	CAPS INFANTO-JUVENIL	620	R$ 32.130,00
GO	520110	Anapolis	8013462	CAPS VIDATIVA	M	CAPS II	617	R$ 33.086,25
GO	520130	Anicuns	7253184	CAPS NOVO HORIZONTE ANICUNS	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
GO	520140	Aparecida de Goiania	3642224	CAPS II BEM ME QUER	M	CAPS III	618	R$ 84.134,00
GO	520140	Aparecida de Goiania	6812422	CAPS AD CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL ALCOOL E DROGAS	M	CAPS AD III	635	R$ 105.000,00
GO	520140	Aparecida de Goiania	7304269	CAPS INFANTIL	M	CAPS INFANTO-JUVENIL	620	R$ 32.130,00
GO	520140	Aparecida de Goiania	7304498	CAPS AD INFANTIL III	M	CAPS AD III	635	R$ 105.000,00
GO	520170	Aragarcas	6213154	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL MODALIDADE 1	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
GO	520330	Bela Vista de Goias	7053851	CAPS I	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
GO	520350	Bom Jesus de Goias	7785488	BEM ESTAR	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
GO	520430	Cacu	7728735	DR SERAFIM DE CARVALHO CAPS	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
GO	520450	Caldas Novas	5718023	CAPS CENTRO DE ATENCAO PSICOSOCIAL	M	CAPS II	617	R$ 33.086,25
GO	520450	Caldas Novas	6816797	CENTRO DE ATENCAO PSICOSOCIAL ALCOOL E DROGA CAPS AD	M	CAPS AD	619	R$ 39.780,00
GO	520510	Catalao	2383365	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL JOSE EVANGELISTA DA ROCHA	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
GO	520540	Ceres	7510748	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL CAPS	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
GO	520545	Cezarina	9014411	CAPS I RENASCER	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
GO	520549	Cidade Ocidental	7732341	CAPS II CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL	M	CAPS II	617	R$ 33.086,25
GO	520551	Cocalzinho de Goiás	7924429	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL ALDO CARLOS BASILIO	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
GO	520620	Cristalina	6667007	CAPS CRISTALINA CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
GO	520640	Crixas	7509030	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL CAPS DE CRIXAS	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
GO	520800	Formosa	2361469	CENTRO DE ATENCAO PSICOSOCIAL CAPS	M	CAPS II	617	R$ 33.086,25
GO	520840	Goianapolis	7794185	CAPS RENASCER	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
GO	520860	Goianesia	7759916	CAPS II GOIANESIA	M	CAPS II	617	R$ 33.086,25
GO	520870	Goiania	2339498	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL AGUA VIVA	M	CAPS INFANTO-JUVENIL	620	R$ 32.130,00
GO	520870	Goiania	2626713	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL NOVO MUNDO	M	CAPS II	617	R$ 33.086,25
GO	520870	Goiania	2659719	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL ESPERANCA	M	CAPS II	617	R$ 33.086,25
GO	520870	Goiania	3024490	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL VIDA	M	CAPS II	617	R$ 33.086,25
GO	520870	Goiania	3024504	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL GIRASSOL	M	CAPS AD	619	R$ 39.780,00
GO	520870	Goiania	3049604	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL BEIJA FLOR	M	CAPS II	617	R$ 33.086,25
GO	520870	Goiania	3359662	CENTRO DE ATENCAO A SAUDE DE ALCOOLISTAS E TOXIC CAPSAD	M	CAPS AD	619	R$ 39.780,00
GO	520880	Goianira	7126220	CAPS CIDADE DAS FLORES	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
GO	520890	Goias	5656788	CAPS DR ADERSON CAVALCANTE COELHO	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
GO	520995	Indiara	7364652	CAPS SOL INDIARA	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
GO	521000	Inhumas	6698743	CAPS GOIABEIRA	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
GO	521010	Ipameri	6534740	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL CAPS I	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
GO	521040	Itaberai	6874231	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL RENASCER	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
GO	521090	Itapaci	7192878	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL NEMEZIO DOS REIS NAVES	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
GO	521120	Itapuranga	9416315	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL FLORECER	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
GO	521150	Itumbiara	2789639	CISME CENTRO INTEGRADO DE SAUDE MENTAL EMMANUEL	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
GO	521180	Jaragua	7502419	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL CAPS	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
GO	521190	Jatai	3696480	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL CAPS II	M	CAPS II	617	R$ 33.086,25
GO	521250	Luziania	6420923	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL CAPS II	M	CAPS II	617	R$ 33.086,25
GO	521308	Minacu	6937519	CAPS RENASCER	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
GO	521310	Mineiros	3891062	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL CAPS	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
GO	521380	Morrinhos	7093691	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL DE MORRINHOS	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00

GO	521380	Morrinhos	7741960	CAPS AD CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL ALCOOL E DROGAS MHOS	M	CAPS AD	619	R$ 39.780,00
GO	521450	Neropolis	6991262	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL CAPS I NEROPOLIS	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
GO	521460	Niquelandia	3044823	CENTRO DE ATENCAO PSCO SOCIAL	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
GO	521560	Padre Bernardo	2437589	CENTRO DE ATENDIMENTO PSICOSOCIAL CAPS	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
GO	521580	Palmelo	5128544	CAPS EURIPEDES BARSANULFO	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
GO	521710	Piracanjuba	6759726	CAPS I CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL REVIVER EM SANIDADE	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
GO	521740	Pires Do Rio	7778147	CENTRO ATENCAO PSICOSSOCIAL SEBASTIANA GONCALVES DE ARAUJO	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
GO	521760	Planaltina	6705499	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL	M	CAPS II	617	R$ 33.086,25
GO	521770	Pontalina	7357648	CAPS LUZ DA VIDA	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
GO	521800	Porangatu	6302114	CAPS CENTRO DE ASSISTENCIA PSICOSSOCIAL	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
GO	521850	Quirinopolis	3679519	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL DE QUIRINOPOLIS CAPS I	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
GO	521860	Rialma	9201289	CAPS SAO MIGUEL	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
GO	521880	Rio Verde	5930081	CAPS II	M	CAPS II	617	R$ 33.086,25
GO	521880	Rio Verde	6793878	CAPS AD	M	CAPS AD	619	R$ 39.780,00
GO	521890	Rubiataba	6713068	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL CAPS	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
GO	522000	Sao Joao D'Alianca	9057072	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL FLOR DO CERRADO	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
GO	522010	Sao Luis De Montes Belos	7221916	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL COLOMBINA NETO CERQUEIRA LEAO	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
GO	522020	Sao Miguel Do Araguaia	6485596	CAPS SAO MIGUEL DO ARAGUAIA	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
GO	522040	Sao Simao	7495447	CAPS I SAO SIMAO	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
GO	522045	Senador Canedo	6663540	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL REENCONTRO	M	CAPS II	617	R$ 33.086,25
GO	522045	Senador Canedo	6907288	CENTRO PSICOSOCIAL AD RECOMECO	M	CAPS AD	619	R$ 39.780,00
GO	522060	Silvania	7214235	RENASCER	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
GO	522130	Tres Ranchos	7541287	CAPS TRES RANCHOS	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
GO	522140	Trindade	5022274	CAPS CORACAO DE MAE	M	CAPS II	617	R$ 33.086,25
GO	522140	Trindade	6355749	CAPS AD RENASCER	M	CAPS AD	619	R$ 39.780,00
GO	522160	Uruacu	6734960	CAPS CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
GO	522170	Uruana	9479694	CAPS I NATANAEL ARRUDA LEAO	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
GO	522185	Valparaiso De Goias	6082211	CAPS CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL	M	CAPS II	617	R$ 33.086,25
MA	210005	Acailandia	3431886	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL CAPS	M	CAPS II	617	R$ 33.086,25
MA	210020	Alcantara	5702763	CAPS ALCANTARA	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
MA	210030	Aldeias Altas	7525281	CAPS I MOREDSON CAVALCANTE FRANCA	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
MA	210047	Alto Alegre do Pindare	5435544	CENTRO DE ATENCAO PSICOSOCIAL DE ALTO ALEGRE DO PINDARE	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
MA	210060	Amarante do Maranhao	7431511	CENTRO DE AT PSICOSSOCIAL MANOEL SIRQ DE MATOS NEQUIM CAPS	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
MA	210070	Anajatuba	9492089	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL DE ANAJATUBA	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
MA	210100	Arari	5297680	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL CAPS I	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
MA	210120	Bacabal	5459303	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL CAPS II	M	CAPS II	617	R$ 33.086,25
MA	210140	Balsas	3640337	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL CAPS I	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
MA	210160	Barra do Corda	3851419	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL	M	CAPS II	617	R$ 33.086,25
MA	210170	Barreirinhas	7551002	CAPS I DE BARREIRINHAS	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
MA	210200	Bom Jardim	5244129	CAPS CENTRO DE APOIO PSICOSOCIAL DE BOM JARDIM	E	CAPS I	616	R$ 28.305,00
MA	210232	Buriticupu	7029861	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL DE BURITICUPU	M	CAPS II	617	R$ 33.086,25
MA	210275	Capinzal do Norte	7673388	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL ANA LUCIA DAMASCENO	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
MA	210300	Caxias	3600572	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL DE CAXIAS III	M	CAPS III	618	R$ 84.134,00
MA	210300	Caxias	5803012	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL ALCOOL E DROGA III	M	CAPS AD	619	R$ 39.780,00
MA	210300	Caxias	5803020	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL INFANTO JUVENIL	M	CAPS INFANTO-JUVENIL	620	R$ 32.130,00
MA	210320	Chapadinha	5517451	CAPS CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL DE CHAPADINHA II	M	CAPS II	617	R$ 33.086,25
MA	210330	Codo	3564126	CAPS III CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL	M	CAPS II	617	R$ 33.086,25
MA	210340	Coelho Neto	3798232	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL CAPS I	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
MA	210340	Coelho Neto	7025467	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL ALCOOL E DROGAS	M	CAPS AD	619	R$ 39.780,00
MA	210350	Colinas	3988058	CENTRO DE ATENCAO PSICO SOCIAL DR GENESIO RAMOS FILHO	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
MA	210360	Coroata	3936732	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL DE COROATA CAPS	M	CAPS II	617	R$ 33.086,25
MA	210370	Cururupu	5857759	CENTRO DE ATENCAO PSCOSSOCIAL DE CURURUPU	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
MA	210380	Dom Pedro	5314445	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL DE DOM PEDRO	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
MA	210400	Esperantinopolis	5611717	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL GENTIL CARNEIRO LEITE	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
MA	210405	Estreito	6587771	CAPS I ANTONIO PAULO DA COSTA	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
MA	210467	Governador Nunes Freire	3473503	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
MA	210480	Grajau	6014445	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL DE GRAJAU CAPS	M	CAPS II	617	R$ 33.086,25
MA	210490	Guimaraes	5349567	CENTRO DE ATENDIMENTO PSICOSSOCIAL I NOSSA SRA APARECIDA	D	CAPS I	616	R$ 28.305,00
MA	210510	Icatu	3990648	CENTRO DE APOIO PSICOSSOCIAL SEVERIANO DE AZEVEDO	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
MA	210530	Imperatriz	2645491	CAPSIII CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL DE IMPERATRIZ	M	CAPS III	618	R$ 84.134,00
MA	210530	Imperatriz	3469905	CAPSIJ CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL INFANTO JUVENIL	M	CAPS INFANTO-JUVENIL	620	R$ 32.130,00
MA	210530	Imperatriz	5795206	CAPSADIII CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL ALCOOL E DROGAS	M	CAPS AD	619	R$ 39.780,00
MA	210550	Joao Lisboa	3761576	CENTRO DE ATENCAO PSICO SOCIAL DE JOAO LISBOA	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
MA	210570	Lago Da Pedra	6237940	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL DE LAGO DA PEDRA	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
MA	210600	Lima Campos	7923414	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL DE LIMA CAMPOS	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
MA	210650	Matinha	5222672	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL ALBERTINA COSTA PENHA	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
MA	210670	Mirador	6976050	CAPS I OSTERSON ANTONIO DE SOUSA	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
MA	210675	Miranda Do Norte	6569862	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL DE MIRANDA DO NORTE	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
MA	210680	Mirinzal	3895572	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL CAPS MIRINZAL	E	CAPS I	616	R$ 28.305,00
MA	210745	Olinda Nova Do Maranhao	7561741	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL DE OLINDA NOVA DO MA CAPS I	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
MA	210750	Paco Do Lumiar	3779238	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL DE PACO DO LUMIAR	M	CAPS II	617	R$ 33.086,25
MA	210760	Palmeirandia	3937461	CENTRO DE ATENDIMENTO PSICOSSOCIAL CAPS 1	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
MA	210780	Parnarama	3146375	CAPS CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL	M	CAPS II	617	R$ 33.086,25
MA	210790	Passagem Franca	7872968	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL CAPS III	M	CAPS III	618	R$ 84.134,00
MA	210800	Pastos Bons	7668457	CAPS I PASTOS BONS	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
MA	210820	Pedreiras	3788237	CAPS NOSSA SENHORA DE GUADALUPE	M	CAPS II	617	R$ 33.086,25
MA	210820	Pedreiras	3805530	CAPS DR ANTONIO BRAZ	M	CAPS AD	619	R$ 39.780,00
MA	210830	Penalva	3647188	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL DE PENALVA	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
MA	210860	Pinheiro	3946002	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL I I	M	CAPS II	617	R$ 33.086,25
MA	210890	Pocao De Pedras	8009406	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL LUZ DIVINA	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
MA	210900	Porto Franco	5457157	CAPS CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL DE PORTO FRANCO	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
MA	210910	Presidente Dutra	3826988	CENTRO DE ATENDIMENTO PSICOSSOCIAL DE PRESIDENTE DUTRA	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
MA	210945	Raposa	3749851	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL DR HELENA MARIA D FERREIRA	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
MA	210950	Riachao	6855466	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL AQUARELA CAPS I	E	CAPS I	616	R$ 28.305,00
MA	210990	Santa Ines	3900207	CAPS CENTRO DE ATENCAO PSICOSOCIAL ANTONIO SEBA SALOMAO	M	CAPS II	617	R$ 33.086,25
MA	211020	Santa Rita	3476359	CENTRO DE ATENCAO PSICOSOCIAL DE SANTA RITA	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
MA	211030	Santo Antonio Dos Lopes	5244137	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL ANTONIO ROCHA	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
MA	211050	Sao Bento	5316049	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL CAPS I SAO BENTO	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
MA	211070	Sao Domingos do Maranhao	6936105	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL DE SAO DOMINGOS DO MA CAPS I	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
MA	211100	Sao Joao Batista	5008476	CENTRO DE ATEN PSICOSSOCIAL DR JOSE DOMINICI CAPS 1	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
MA	211107	Sao Joao Do Soter	7126395	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL DE SAO JOAO DO SOTER CAPS I	E	CAPS I	616	R$ 28.305,00
MA	211110	Sao Joao Dos Patos	3707105	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL CAPS I	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00

MA	211120	Sao Jose De Ribamar	5444624	CAPS CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL DE SAO JOSE DE RIBAMAR	M	CAPS II	617	R$ 33.086,25
MA	211130	Sao Luis	3219712	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL	M	CAPS II	617	R$ 33.086,25
MA	211130	Sao Luis	6050247	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL ALCOOL E DROGAS	M	CAPS AD	619	R$ 39.780,00
MA	211130	Sao Luis	6258425	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL CAPS AD	E	CAPS AD	619	R$ 39.780,00
MA	211130	Sao Luis	6981291	CAPS DR BACELAR VIANA CAPS III	E	CAPS III	618	R$ 84.134,00
MA	211150	Sao Mateus Do Maranhao	5747619	CENTRO DE ATENCAO PSICOSOCIAL DE SAO MATEUS	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
MA	211170	Sao Vicente Ferrer	3524353	CENTRO DE ATENCAO PSICOSOCIAL IRMA ESTEFANIA	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
MA	211210	Timbiras	6054323	CENTRO DE ATENCAO PSICOSOCIAL CAPS I TIMBIRAS	E	CAPS I	616	R$ 28.305,00
MA	211220	Timon	2644649	CAPS CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL	M	CAPS II	617	R$ 33.086,25
MA	211220	Timon	3254410	CAPSI CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL INFANTIL	M	CAPS INFANTO-JUVENIL	620	R$ 32.130,00
MA	211220	Timon	3796876	CAPS AD CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL PARA ALCOOL E DROGAS	M	CAPS AD	619	R$ 39.780,00
MA	211230	Tuntum	5055113	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL DE TUNTUM	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
MA	211280	Viana	3953017	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL DE VIANA CAPS I	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
MA	211290	Vitoria Do Mearim	3503097	CAPS DE VITORIA DO MEARIM	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
MA	211300	Vitorino Freire	3573796	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL JUVENCIO RODRIGUES	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
MA	211400	Ze Doca	6124259	CAPS II SANTA TEREZINHA	M	CAPS II	617	R$ 33.086,25
MG	310030	Abre Campo	7674945	CAPS I FRUTOS DO ESPIRITO SANTO AMOR PAZ E ALEGRIA	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
MG	310090	Aguas Formosas	7574029	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL AD II AGUAS BELAS	M	CAPS AD	619	R$ 39.780,00
MG	310090	Aguas Formosas	7574045	CENTRO DE ANTENCAO PSICOSSOCIAL I PANDINHA	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
MG	310100	Aguas Vermelhas	7846517	CAPS I AGUAS VERMELHAS INTEGRANDO SONHOS	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
MG	310110	Aimores	6816460	CAPS I OSKAR RIBEIRO DE CASTRO	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
MG	310150	Alem Paraiba	3449998	CAPS I DE ALEM PARAIBA	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
MG	310160	Alfenas	2171716	CAPS	M	CAPS II	617	R$ 33.086,25
MG	310170	Almenara	5466296	CAPS	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
MG	310190	Alpinopolis	6675581	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL DAMIAO TADEU TOZZI CAPS DIA	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
MG	310260	Andradas	2212544	CAPS DE ANDRADAS	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
MG	310270	Cachoeira de Pajeu	7611064	CAPS HUMANIZA PAJEU	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
MG	310340	Aracuai	2134101	SERVICO DE SAUDE MENTAL DE ARACUAI	M	CAPS II	617	R$ 33.086,25
MG	310340	Aracuai	7444869	CAPS AD ARACUAI	M	CAPS AD	619	R$ 39.780,00
MG	310350	Araguari	2765365	CAPS CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
MG	310350	Araguari	5663598	CAPS AD CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL DE ALCOOL E DROGAS	M	CAPS AD	619	R$ 39.780,00
MG	310400	Araxa	2195461	CAPS II MARIA PIROLA	M	CAPS II	617	R$ 33.086,25
MG	310420	Arcos	2182513	CAPS I DE ARCOS	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
MG	310460	Astolfo Dutra	7840071	CAPS CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
MG	310490	Baependi	7781571	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL DOUTOR ITALO NICOLIELLO	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
MG	310510	Bambui	2183161	NUCLEO DE ATENCAO EM SAUDE MENTAL DE BAMBUI	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
MG	310540	Barao de Cocais	7134800	CAPS CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL TIPO I	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
MG	310560	Barbacena	2178087	CAPS CENTRO DE ATENCAO PSICOSOCIAL	M	CAPS III	618	R$ 84.134,00
MG	310560	Barbacena	7120958	CAPS AD III	M	CAPS AD III	635	R$ 105.000,00
MG	310560	Barbacena	9505059	CAPS I ESTACAO VIDA	M	CAPS INFANTO-JUVENIL	620	R$ 32.130,00
MG	310620	Belo Horizonte	22691	CENTRO DE REFERENCIA EM SAUDE MENTAL BARREIRO	M	CAPS III	618	R$ 84.134,00
MG	310620	Belo Horizonte	22837	CENTRO DE REFERENCIA EM SAUDE MENTAL LESTE	M	CAPS III	618	R$ 84.134,00
MG	310620	Belo Horizonte	23523	CENTRO DE REFERENCIA EM SAUDE MENTAL PAMPULHA	M	CAPS III	618	R$ 84.134,00
MG	310620	Belo Horizonte	26697	CENTRO PSIQUICO DA ADOLESCENCIA E INFANCIA	M	CAPS III	618	R$ 84.134,00
MG	310620	Belo Horizonte	27626	CENTRO MINEIRO DE TOXICOMANIA	M	CAPS AD III	635	R$ 105.000,00
MG	310620	Belo Horizonte	2695529	CENTRO DE REFERENCIA EM SAUDE MENTAL VENDA NOVA	M	CAPS III	618	R$ 84.134,00
MG	310620	Belo Horizonte	2695537	CENTRO DE REFERENCIA EM SAUDE MENTAL OESTE	M	CAPS III	618	R$ 84.134,00
MG	310620	Belo Horizonte	2695693	CENTRO DE REFERENCIA A CRIANCAADOLESCENTE NOROESTE	M	CAPS INFANTO-JUVENIL	620	R$ 32.130,00
MG	310620	Belo Horizonte	2695707	CENTRO DE REFERENCIA EM SAUDE MENTAL NORDESTE	M	CAPS III	618	R$ 84.134,00
MG	310620	Belo Horizonte	2695715	CENTRO DE REFERENCIA EM SAUDE MENTAL NOROESTE	M	CAPS III	618	R$ 84.134,00
MG	310620	Belo Horizonte	5925053	CENTRO DE REFERENCIA EM SAUDE MENTAL A D PAMPULHA	M	CAPS AD III	635	R$ 105.000,00
MG	310620	Belo Horizonte	7286848	CENTRO DE REFERENCIA EM SAUDE MENTAL A D BARREIRO	M	CAPS AD III	635	R$ 105.000,00
MG	310620	Belo Horizonte	7344554	CENTRO DE REFERENCIA EM SAUDE MENTAL A D NORDESTE	M	CAPS AD III	635	R$ 105.000,00
MG	310620	Belo Horizonte	7602782	CENTRO DE REFERENCIA EM SAUDE MENTAL NORTE	M	CAPS III	618	R$ 84.134,00
MG	310620	Belo Horizonte	9109285	CENTRO DE REFERENCIA A CRIANCA E ADOLESCENTE NORDESTE	M	CAPS AD III	635	R$ 105.000,00
MG	310620	Belo Horizonte	9891749	CENTRO DE REFERENCIA EM SAUDE MENTAL ALCOOL E DROGAS P NO	M	CAPS AD IV	637	R$ 400.000,00
MG	310630	Belo Oriente	6501400	CAPS I DE BELO ORIENTE	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
MG	310650	Berilo	9212124	CAPS NOVA VIDA	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
MG	310670	Betim	2126036	CENTRO R S M INFANTO JUVENIL	M	CAPS INFANTO-JUVENIL	620	R$ 32.130,00
MG	310670	Betim	2126044	CENTRO R S M SUZANA NARA OZORIO BETIM CENTRAL	M	CAPS III	618	R$ 84.134,00
MG	310670	Betim	2126125	CENTRO R S M JEFFERSON P PEREIRA TERESOPOLIS	M	CAPS III	618	R$ 84.134,00
MG	310670	Betim	2186640	CENTRO R S M CESAR CAMPOS CITROLANDIA	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
MG	310670	Betim	7061234	CAPS AD BETIM ROBERTO PEREIRA	M	CAPS AD III	635	R$ 105.000,00
MG	310690	Bicas	5776317	CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE ESPC CIESP CAPS I ACOLHER	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
MG	310710	Boa Esperanca	6562612	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL	M	CAPS II	617	R$ 33.086,25
MG	310730	Bocaiuva	3230694	CAPSI DE BOCAIUVA	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
MG	310730	Bocaiuva	6301290	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL ALCOOL E DROGAS	M	CAPS AD	619	R$ 39.780,00
MG	310740	Bom Despacho	2183463	CAPS I DE BOM DESPACHO	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
MG	310800	Bom Sucesso	7037252	CAPS I CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
MG	310825	Bonito de Minas	7946430	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
MG	310860	Brasilia de Minas	5877792	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL DE BRASILIA DE MINAS	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
MG	310860	Brasilia de Minas	7125666	CAPS AD III SAO VICENTE DE PAULO	M	CAPS AD III	635	R$ 105.000,00
MG	310900	Brumadinho	2124297	SAUDE MENTAL DE BRUMADINHO	M	CAPS II	617	R$ 33.086,25

MG	310900	Brumadinho	9269436	CAPS INFANTOJUVENIL DE BRUMADINHO	M	CAPS INFANTO-JUVENIL	620	R$ 32.130,00
MG	310930	Buritis	6503365	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL CAPS VIDA	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
MG	310940	Buritizeiro	3912086	CAPS RENOVACAO	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
MG	311000	Caete	2116235	CAETE CENTRO DE ATENCAO PSICOSOCIAL CAPS I	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
MG	311050	Camanducaia	7379668	CAPS I CAMANDUCAIA	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
MG	311060	Cambui	2761572	CAPS CAMBUI ESPACO REVIVER	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
MG	311090	Campanha	7217633	CAPS I CAMPANHA CAMBUQUIRA	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
MG	311120	Campo Belo	2201925	CAPS I CAMPO BELO	M	CAPS II	617	R$ 33.086,25
MG	311120	Campo Belo	7471939	CAPS INFANTIL DE CAMPO BELO	M	CAPS INFANTO-JUVENIL	620	R$ 32.130,00
MG	311160	Campos Gerais	7358393	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
MG	311200	Candeias	5628113	CAPS I CANDEIAS MG	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
MG	311230	Capelinha	7472838	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL DE CAPELINHA	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
MG	311270	Capitao Eneas	5310865	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
MG	311300	Carai	7746202	CAPS ELSHADAI	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
MG	311330	Carangola	3767892	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL LIVRE MENTE CAPS 1	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
MG	311330	Carangola	6365221	CAPS AD ATAIRU CARANGOLA	M	CAPS AD	619	R$ 39.780,00
MG	311330	Carangola	7777094	CAPS INFANTO JUVENIL TUCURUPI	M	CAPS INFANTO-JUVENIL	620	R$ 32.130,00
MG	311340	Caratinga	2206277	CAPS CENTRO DE ATENCAO PSICO SOCIAL DA MICRO CTGA	M	CAPS II	617	R$ 33.086,25
MG	311340	Caratinga	6913857	CAPS ALCOOL E DROGAS	M	CAPS AD	619	R$ 39.780,00
MG	311340	Caratinga	7227191	CAPS INFANTO JUVENIL SAO COSME E DAMIAO	M	CAPS INFANTO-JUVENIL	620	R$ 32.130,00
MG	311410	Carmo de Minas	9448985	CAPS I DE CARMO DE MINAS	M	CAPS INFANTO-JUVENIL	620	R$ 32.130,00
MG	311420	Carmo do Cajuru	7949723	CAPS I DR MARCONDES JOSE DA SILVA	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
MG	311430	Carmo do Paranaiba	3573206	CAPS CARMO DO PARANAIBA	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
MG	311430	Carmo do Paranaiba	7507437	CAPS ALCOOL E DROGAS	M	CAPS AD	619	R$ 39.780,00
MG	311510	Cassia	2146797	CENTRO INTEGRADO DE SAUDE MENTAL CASSIA	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
MG	311530	Cataguases	2709430	CAPS I CATAGUASES	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
MG	311530	Cataguases	6633099	CAPS AD PASTOR IRACINO CYRINO DA SILVA	M	CAPS AD	619	R$ 39.780,00
MG	311660	Claudio	6630278	CAPS SAO CAMILO	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
MG	311730	Conceicao das Alagoas	7445652	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL IMACULADA CONCEICAO	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
MG	311750	Conceicao do Mato Dentro	7412614	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL GIRASSOL	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
MG	311790	Congonhal	7955553	CAPS I CONGONHAL	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
MG	311800	Congonhas	2172356	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL CAPS II	M	CAPS II	617	R$ 33.086,25
MG	311800	Congonhas	6956165	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL DE ALCOOL E DROGAS CAPS AD	M	CAPS AD	619	R$ 39.780,00
MG	311830	Conselheiro Lafaiete	2756536	CAPS CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL	M	CAPS III	618	R$ 84.134,00
MG	311830	Conselheiro Lafaiete	6145248	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL ALCOOL E OUTRAS DROGAS	M	CAPS AD III	635	R$ 105.000,00
MG	311830	Conselheiro Lafaiete	7737629	CAPS INFANTIL	M	CAPS INFANTO-JUVENIL	620	R$ 32.130,00
MG	311840	Conselheiro Pena	7361505	CAPS	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
MG	311860	Contagem	2191083	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL CAPS II	M	CAPS III	618	R$ 84.134,00
MG	311860	Contagem	2198975	UNIDADE DE REFERENCIA PARA SAUDE DA FAMILIA INDUSTRIAL URSF	M	CAPS INFANTO-JUVENIL	620	R$ 32.130,00
MG	311860	Contagem	6795412	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL ALCOOL E DROGAS CAPS AD	M	CAPS AD III	635	R$ 105.000,00
MG	311860	Contagem	7319576	CAPS III ELDORADO	M	CAPS III	618	R$ 84.134,00
MG	311880	Coracao de Jesus	7391579	CAPS1 ANTONIO JULIO RAMOS	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
MG	311940	Coronel Fabriciano	2141035	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL CAPS	M	CAPS II	617	R$ 33.086,25
MG	312080	Cruzilia	2765373	CAPS 1 FONTE DE VIDA	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
MG	312090	Curvelo	3490807	CENTRO DE ATENCAO PSICO SOCIAL	M	CAPS II	617	R$ 33.086,25
MG	312160	Diamantina	2178451	NAPS RENASCER	D	CAPS II	617	R$ 33.086,25
MG	312160	Diamantina	6864775	CAPSAD SAO FRANCISCO	M	CAPS AD	619	R$ 39.780,00
MG	312200	Divino	6530443	CAPS VIDA LIVRE	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
MG	312230	Divinopolis	2159635	SERSAM SERVICO DE REFERENCIA EM SAUDE MENTAL	M	CAPS III	618	R$ 84.134,00
MG	312230	Divinopolis	7767706	CAPS AD III DIVINOPOLIS	M	CAPS AD III	635	R$ 105.000,00
MG	312245	Divisopolis	7500238	CAPS I DIVISOPOLIS	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
MG	312360	Eloi Mendes	7157673	VIVAMENTE	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
MG	312400	Ervalia	7350694	CAPS JOAOZINHO ALVES	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
MG	312400	Ervalia	7540477	CAPS INFANTO JUVENIL PEQUENO HANS	M	CAPS INFANTO-JUVENIL	620	R$ 32.130,00
MG	312410	Esmeraldas	2117010	ESMERALDAS CAPS 1	M	CAPS II	617	R$ 33.086,25
MG	312420	Espera Feliz	3394611	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL CAPS 1 ESPERA FELIZ	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
MG	312490	Eugenopolis	7545886	CAPS ALORINO CONEGUNDES	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
MG	312510	Extrema	5453194	CAPS I EXTREMA	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
MG	312570	Felixlandia	7407459	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL CAPS I	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
MG	312610	Formiga	2108968	CAPS DE FORMIGA	M	CAPS II	617	R$ 33.086,25
MG	312670	Francisco Sa	7364229	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL JOAO LOURENCO SAMPAIO NETO	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
MG	312710	Frutal	5149118	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL JESUS SOUZA E SILVA	M	CAPS II	617	R$ 33.086,25
MG	312770	Governador Valadares	2119242	CERSAM	M	CAPS II	617	R$ 33.086,25
MG	312770	Governador Valadares	6373658	CENTRO DE ATENCAO PSICO SOCIAL ALCOOL E DROGAS	M	CAPS AD III	635	R$ 105.000,00
MG	312770	Governador Valadares	7756925	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL INFANTO JUVENIL	M	CAPS INFANTO-JUVENIL	620	R$ 32.130,00
MG	312780	Grao Mogol	5310881	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
MG	312870	Guaxupe	6686338	CENTRO DE ANTENCAO PSICOSSOCIAL CAPS I	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
MG	312950	Ibia	2180898	UNIDADE DE SAUDE MENTAL	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
MG	312980	Ibirite	2115727	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL A CRIANCA E AO ADOLESCENTE	M	CAPS INFANTO-JUVENIL	620	R$ 32.130,00
MG	312980	Ibirite	2115794	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL DE IBIRITE	M	CAPS II	617	R$ 33.086,25
MG	312980	Ibirite	5042356	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL ALCOOL E DROGAS	M	CAPS AD	619	R$ 39.780,00
MG	313010	Igarape	6323278	IGARAPE ACORDE PARA A VIDA	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
MG	313090	Inhapim	5569532	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL CAPS I	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
MG	313090	Inhapim	7928416	CAPS INFANTIL	M	CAPS INFANTO-JUVENIL	620	R$ 32.130,00
MG	313115	Ipaba	7305702	CAPS I CESAM	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
MG	313120	Ipanema	6338763	CAPS VIDA IPANEMA	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
MG	313130	Ipatinga	3290069	CLIPS CLINICA PSICOSSOCIAL	M	CAPS II	617	R$ 33.086,25
MG	313130	Ipatinga	9346376	CAPSI COMVIVENDO	M	CAPS INFANTO-JUVENIL	620	R$ 32.130,00
MG	313170	Itabira	2709627	CAPS CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL	M	CAPS II	617	R$ 33.086,25
MG	313170	Itabira	5617359	CAPSI CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL INFANTO JUVENIL	M	CAPS INFANTO-JUVENIL	620	R$ 32.130,00
MG	313170	Itabira	7505051	CAPSAD CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL ALCOOL E DROGAS	M	CAPS AD	619	R$ 39.780,00
MG	313180	Itabirinha	7656262	CAPS AD ITABIIRINHA	M	CAPS AD	619	R$ 39.780,00
MG	313190	Itabirito	2117002	ITABIRITO CAPS I	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
MG	313190	Itabirito	7775199	ITABIRITO CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL INFANTOJUVENIL	M	CAPS INFANTO-JUVENIL	620	R$ 32.130,00
MG	313210	Itacarambi	3042731	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
MG	313220	Itaguara	7118163	CENTRO DE REFERENCIA EM SAUDE MENTAL CONQUISTA	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
MG	313240	Itajuba	7636695	CAPS AD DE ITAJUBA	M	CAPS AD	619	R$ 39.780,00
MG	313250	Itamarandiba	7254415	CAPS ITAMARANDIBA	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00

MG	313270	Itambacuri	6469809	CAPS ITAMBACURI	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
MG	313300	Itamonte	2776057	SAUDE MENTAL DE ITAMONTE	D	CAPS I	616	R$ 28.305,00
MG	313310	Itanhandu	6963404	CASA DIA ARTE E REABILITACAO	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
MG	313330	Itaobim	3963721	CENTRO DE SAUDE MENTAL DE ITAOBIM CESAMI	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
MG	313330	Itaobim	7351933	CAPS AD DE ITAOBIM	M	CAPS AD	619	R$ 39.780,00
MG	313330	Itaobim	7456425	CAPS INFANTO JUVENIL DE ITAOBIM	M	CAPS INFANTO-JUVENIL	620	R$ 32.130,00
MG	313380	Itauna	2105683	N A P S CAPS II	M	CAPS II	617	R$ 33.086,25
MG	313380	Itauna	5603250	CAPS AD	M	CAPS AD	619	R$ 39.780,00
MG	313420	Ituiutaba	7397429	CAPS TIO DOC	M	CAPS II	617	R$ 33.086,25
MG	313440	Iturama	7038844	CAPS I DE ITURAMA	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
MG	313470	Jacinto	7259239	CAPS 1 JACINTO	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
MG	313500	Jaguaracu	7399103	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL CAPS1	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
MG	313505	Jaiba	7537271	CAPS NOSSA SENHORA DA GLORIA	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
MG	313510	Janauba	2764415	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL CAPS I	M	CAPS II	617	R$ 33.086,25
MG	313510	Janauba	6036155	CAPS I MARIA AMELIA CARDOSO RAIO DE SOL	M	CAPS INFANTO-JUVENIL	620	R$ 32.130,00
MG	313510	Janauba	7697171	CAPS AD III NASCENTE GORUTUBA	M	CAPS AD III	635	R$ 105.000,00
MG	313520	Januaria	5558522	CAPS DE JANUARIA	M	CAPS II	617	R$ 33.086,25
MG	313580	Jequitinhonha	3963810	CAPS 1 JEQUITINHONHA	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
MG	313580	Jequitinhonha	7132549	CAPS INFANTIL DE JEQUITINHONHA	M	CAPS INFANTO-JUVENIL	620	R$ 32.130,00
MG	313600	Joaima	7262876	CAPS REGIONAL DE JOAIMA	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
MG	313620	Joao Monlevade	2170760	SERVICO DE SAUDE MENTAL CAPS II	M	CAPS II	617	R$ 33.086,25
MG	313630	Joao Pinheiro	2101629	CAPS ALBERICO RODRIGUES JOAO PINHEIRO	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
MG	313670	Juiz De Fora	2153378	CAPS CASA VIVA	M	CAPS III	618	R$ 84.134,00
MG	313670	Juiz De Fora	2218798	HOSPITAL UNIVERSITARIO DA UFJF	M	CAPS II	617	R$ 33.086,25
MG	313670	Juiz De Fora	5381339	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL CAPS AD II	M	CAPS AD III	635	R$ 105.000,00
MG	313670	Juiz De Fora	5392047	CENTRO DE ATENCAO PSICO DA INFANCIA E JUVENTUDE CAPS IJ	M	CAPS INFANTO-JUVENIL	620	R$ 32.130,00
MG	313670	Juiz De Fora	7139225	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL CAPS II LESTE	M	CAPS II	617	R$ 33.086,25
MG	313720	Lagoa Da Prata	2142686	CAPS I DR BERNARDO AMORIM DE LAGOA DA PRATA	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
MG	313750	Lagoa Formosa	9006621	CAPS I	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
MG	313760	Lagoa Santa	2198657	LAGOA SANTA CENTRO ESPECIALIZADO EM SAUDE MENTAL	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
MG	313760	Lagoa Santa	5978084	LAGOA SANTA CAPS AD	M	CAPS AD	619	R$ 39.780,00
MG	313760	Lagoa Santa	7095155	CAPS INFANTIL	M	CAPS INFANTO-JUVENIL	620	R$ 32.130,00
MG	313770	Lajinha	6378277	CAPS PARAISO	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
MG	313780	Lambari	7845510	CAPS 1 LAMBARI JESUANIA OLIMPIO NORONHA	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
MG	313820	Lavras	3204960	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL	M	CAPS II	617	R$ 33.086,25
MG	313820	Lavras	6955517	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL ALCOOL E DROGAS	M	CAPS AD	619	R$ 39.780,00
MG	313840	Leopoldina	7945663	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL CAPSIII	M	CAPS III	618	R$ 84.134,00
MG	313860	Lima Duarte	3573435	CAPS DE LIMA DUARTE CASA ABERTA	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
MG	313880	Luz	7792948	CAPS DE LUZ	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
MG	313890	Machacalis	5029740	CAPS I CENTRO DE ATENCAO PSICOSOCIAL NACAO MAXACALI	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
MG	313920	Malacacheta	7821743	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
MG	313930	Manga	7345968	CAPS I MANGA E REGIAO	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
MG	313940	Manhuacu	2173123	SAUDE MENTAL	M	CAPS II	617	R$ 33.086,25
MG	313940	Manhuacu	6983235	CAPS AD II DESPERTAR	M	CAPS AD	619	R$ 39.780,00
MG	313940	Manhuacu	7726082	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL DE MANHUACU CAPS I	M	CAPS INFANTO-JUVENIL	620	R$ 32.130,00
MG	313950	Manhumirim	3741192	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL DE MANHUMIRIM CAPS I	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
MG	313960	MANTENA	9381031	CAPS ADEMAR DE ASSIS	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
MG	314000	Mariana	2220369	MARIANA CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
MG	314000	Mariana	7673841	CRESCER CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL INFANTO JUVENIL	M	CAPS INFANTO-JUVENIL	620	R$ 32.130,00
MG	314080	Matias Barbosa	6975313	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL CELSO DE PAULA REIS	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
MG	314090	Matipo	7079265	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL CAPS INFANTO JUVENIL	M	CAPS INFANTO-JUVENIL	620	R$ 32.130,00
MG	314110	Matozinhos	2158523	MATOZINHOS CAPS I AMBROSINA ESTEVES CORREA	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
MG	314140	Medina	6247857	CAPS MEDINA	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
MG	314180	Minas Novas	3660214	CAPS AGENOR SANTOS	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
MG	314180	Minas Novas	7507348	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL ALCOOL E DROGA	M	CAPS AD	619	R$ 39.780,00
MG	314200	Mirabela	3653366	CAPS	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
MG	314220	Mirai	7649010	CAPS I DR GERALDO ALMEIDA DE OLIVEIRA	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
MG	314280	Monte Alegre De Minas	7681321	CAPS CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL DE MONTE ALEGRE DE MINAS	D	CAPS I	616	R$ 28.305,00
MG	314290	Monte Azul	7779526	CENTRO DE APOIO PSICOSSOCIAL DE MONTE AZUL	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
MG	314310	Monte Carmelo	2222353	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIALCAPS I	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
MG	314320	Monte Santo De Minas	6276148	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL ROSALINO JOAO E PAIXAO	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
MG	314330	Montes Claros	2149974	CAPS TM TRATAMENTO EM SAUDE MENTAL	M	CAPS II	617	R$ 33.086,25
MG	314330	Montes Claros	3425924	CAPS AD ALCOOL E DROGAS	M	CAPS AD	619	R$ 39.780,00
MG	314330	Montes Claros	7801165	CAPSI	M	CAPS INFANTO-JUVENIL	620	R$ 32.130,00
MG	314390	Muriae	3692027	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL DE MURIAE	M	CAPS II	617	R$ 33.086,25
MG	314390	Muriae	7789025	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL DE MURIAE ALCOOL E OU DROGAS	M	CAPS AD III	635	R$ 105.000,00
MG	314400	Mutum	3843319	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL CAPS I MUTUM	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
MG	314480	Nova Lima	5371988	NOVA LIMA CAPS II	M	CAPS II	617	R$ 33.086,25
MG	314480	Nova Lima	7436327	NOVA LIMA CAPS AD	M	CAPS AD	619	R$ 39.780,00
MG	314510	Nova Resende	7625898	CAPS AMANHECER	E	CAPS I	616	R$ 28.305,00
MG	314520	Nova Serrana	2206161	CAPS II NOVO SER DE NOVA SERRANA	M	CAPS II	617	R$ 33.086,25
MG	314520	Nova Serrana	7582226	CAPS AD VITOR ARCANJO BATISTA DE NOVA SERRANA	M	CAPS AD	619	R$ 39.780,00
MG	314530	Novo Cruzeiro	7629699	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
MG	314560	Oliveira	3679381	CAPS SA BIQUINHA OLIVEIRA MG	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
MG	314560	Oliveira	6547907	CAPS AD REVIVER	M	CAPS AD III	635	R$ 105.000,00
MG	314560	Oliveira	7288506	CAPS IN GIRASSOIS E MIOSOTES	M	CAPS INFANTO-JUVENIL	620	R$ 32.130,00
MG	314590	Ouro Branco	2779439	CENTRO DE SAUDE MENTAL	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
MG	314610	Ouro Preto	2112639	OURO PRETO SERVICO DE SAUDE MENTAL DE OURO PRETO	M	CAPS II	617	R$ 33.086,25

MG	314610	Ouro Preto	2163462	OURO PRETO UNIDADE SAUDE MENTAL CAPS INFANTIL	M	CAPS INFANTO-JUVENIL	620	R$ 32.130,00
MG	314610	Ouro Preto	6498434	OURO PRETO CAPS AD	M	CAPS AD	619	R$ 39.780,00
MG	314630	Padre Paraiso	5451906	CAPS ACOLHER	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
MG	314670	Palma	7491107	CAPS I JURACY DE OLIVEIRA DUTRA PAULA	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
MG	314700	Paracatu	8016569	CENTRO DE ATENCAO PSICOSOCIAL	M	CAPS II	617	R$ 33.086,25
MG	314710	Para De Minas	2143399	CERSAM DE PARA DE MINAS	M	CAPS II	617	R$ 33.086,25
MG	314710	Para De Minas	7403577	CAPS AD	M	CAPS AD	619	R$ 39.780,00
MG	314760	Passa Quatro	6146899	CAT CENTRO DE ACOLHIMENTO TERAPEUTICO	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
MG	314790	Passos	2765381	CAPS DR CARLOS LUIZ MAIA	M	CAPS II	617	R$ 33.086,25
MG	314790	Passos	7035535	CAPS AD CENTRO PISCOSSOCIAL ALCOOL E OUTRAS DROGAS	M	CAPS AD	619	R$ 39.780,00
MG	314800	Patos De Minas	2221314	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL	M	CAPS II	617	R$ 33.086,25
MG	314800	Patos De Minas	7404875	CAPS AD	M	CAPS AD III	635	R$ 105.000,00
MG	314810	Patrocinio	2106213	CAPS II MARCIANO BRANDAO	M	CAPS II	617	R$ 33.086,25
MG	314810	Patrocinio	7735146	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL CAPS AD III	M	CAPS AD III	635	R$ 105.000,00
MG	314860	Pecanha	7667566	CAPS PEÇANHA	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
MG	314870	Pedra Azul	3963764	CAPS DE PEDRA AZUL	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
MG	314870	Pedra Azul	7489285	CAPS AD PEDRA AZUL	M	CAPS AD	619	R$ 39.780,00
MG	314880	Pedra Do Anta	6697917	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL DO SAO PEDRO	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
MG	314930	Pedro Leopoldo	2187906	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL CAPS LIVREMENTE	M	CAPS II	617	R$ 33.086,25
MG	314990	Perdoes	2139898	CERSAM NOSSA CASA	M	CAPS II	617	R$ 33.086,25
MG	315050	Pimenta	7686234	CAPS I CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL DE PIMENTA	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
MG	315080	Piranga	6948626	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL DO MUNICIPIO DE PIRANGA	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
MG	315120	Pirapora	3198952	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL DE PIRAPORACAPS I	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
MG	315120	Pirapora	6275044	CAPSI CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL INFANTIL	M	CAPS INFANTO-JUVENIL	620	R$ 32.130,00
MG	315140	Pitangui	7676263	CAPS I MARIA DO GUEZINHO	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
MG	315150	Piumhi	2147408	CAPS PIUMHI	M	CAPS II	617	R$ 33.086,25
MG	315150	Piumhi	7666128	CAPSAD DESAFIO	M	CAPS AD	619	R$ 39.780,00
MG	315170	Poço Fundo	9469737	CAPS I NOSSA SENHORA DA SAUDE	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
MG	315180	Pocos De Caldas	5949866	CAPS 2 GIRASSOL	M	CAPS II	617	R$ 33.086,25
MG	315180	Pocos De Caldas	6645135	CAPS 2 AD	M	CAPS AD	619	R$ 39.780,00
MG	315200	Pompeu	6948758	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL JOSE AFONSO DOS SANTOS CAPS I	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
MG	315210	Ponte Nova	3117197	CAPS CENTRO DE ATENCAO PSICOSOCIAL DE PONTE NOVA	M	CAPS II	617	R$ 33.086,25
MG	315220	Porteirinha	5245532	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
MG	315230	Porto Firme	9470522	CAPS PORTO FIRME	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
MG	315240	Pote	7402368	CAPS POTE	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
MG	315250	Pouso Alegre	2211815	CAPS ALDEIA VIRA MUNDO P ALEGRE	M	CAPS II	617	R$ 33.086,25
MG	315250	Pouso Alegre	7136765	CAPS AD NOVO CAMINHO POUSO ALEGRE	M	CAPS AD	619	R$ 39.780,00
MG	315280	Prata	7822596	CAPS I JOAO BATISTA MIGUEL	D	CAPS I	616	R$ 28.305,00
MG	315340	Presidente Olegario	7530862	CAPS	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
MG	315430	Resplendor	7059213	CAPS DE RESPLENDOR	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
MG	315460	Ribeirao Das Neves	2181878	NUCLEO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL RENASCER	M	CAPS II	617	R$ 33.086,25
MG	315460	Ribeirao Das Neves	2181932	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL INFANTO JUVENIL JOSE C MORAIS	M	CAPS INFANTO-JUVENIL	620	R$ 32.130,00
MG	315460	Ribeirao Das Neves	3557278	CAPS AD DE RIBEIRAO DAS NEVES	M	CAPS AD	619	R$ 39.780,00
MG	315540	Rio Novo	7462131	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL DE RIO NOVO	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
MG	315560	Rio Pardo de Minas	9396721	CAPS DE RIO PARDO DE MINAS	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
MG	315580	Rio Pomba	7303661	CAPS I DR EDILBERTO GUILHERMINO	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
MG	315600	Rio Vermelho	7089503	CAPS RIMAZUL	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
MG	315660	Rubim	7637527	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL ESPERANCA	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
MG	315670	Sabara	2763494	SABARA CENTRO DE SAUDE MENTAL	M	CAPS II	617	R$ 33.086,25
MG	315670	Sabara	7089546	SABARA CENTRO DE SAUDE MENTAL INFANTIL CAPSI	M	CAPS INFANTO-JUVENIL	620	R$ 32.130,00
MG	315690	Sacramento	2201526	CAPS I LUIZ GIANI	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
MG	315700	Salinas	2184907	CAPS 1 CENTRO DE APOIO PSICOSSOCIAL	M	CAPS II	617	R$ 33.086,25
MG	315700	Salinas	7484895	CAPS I CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL INFANTO JUVENIL	M	CAPS INFANTO-JUVENIL	620	R$ 32.130,00
MG	315720	Santa Barbara	7738935	CAPS CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
MG	315780	Santa Luzia	6017096	CAPS INFANTO JUVENIL DE SANTA LUZIA	M	CAPS INFANTO-JUVENIL	620	R$ 32.130,00
MG	315780	Santa Luzia	6021107	CAPS SANTA LUZIA	M	CAPS III	618	R$ 84.134,00
MG	315790	Santa Margarida	3331210	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL CAPS I SANTA MARGARIDA	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
MG	315820	Santa Maria Do Suacui	7704860	CAPS PREFEITO GERALDO BENIGNO LIMA	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
MG	315895	Santana Do Paraiso	7921942	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL CAPS	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
MG	315960	Santa Rita Do Sapucai	3691969	CAPS SANTA RITA DO SAPUCAI	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
MG	315980	Santa Vitoria	7995083	CAPS I NILDOMAR DONIZETE BIZINOTTO	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
MG	315990	Santo Antonio Do Amparo	5261449	CAPS CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
MG	316040	Santo Antonio Do Monte	5091268	CAPS VIDA CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
MG	316070	Santos Dumont	2105810	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL DE SANTOS DUMONT	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
MG	316100	Sao Domingos do Prata	6411541	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSIAL ESPACO VIVO	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
MG	316105	Sao Felix De Minas	6654096	CAPS I SAO FELIX DE MINAS	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
MG	316110	Sao Francisco	3043061	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL DE SAO FRANCISCO	M	CAPS II	617	R$ 33.086,25
MG	316140	Sao Francisco Do Gloria	7600135	CAPS I NOVAMENTE	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
MG	316190	Sao Goncalo Do Rio Abaixo	7481071	NUCLEO PSICOSSOCIAL PEIXE VIVO	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
MG	316200	Sao Goncalo Do Sapucai	3985555	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL NOVA VIDA	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
MG	316210	Sao Gotardo	7364725	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL I	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
MG	316240	Sao Joao Da Ponte	3756459	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
MG	316250	Sao Joao Del Rei	2173433	CAPS DEL REI	M	CAPS II	617	R$ 33.086,25
MG	316250	Sao Joao Del Rei	7733232	CAPS AD	M	CAPS AD	619	R$ 39.780,00
MG	316270	São João do Paraíso	7762070	CAPS DE SAO JOAO DO PARAISO	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
MG	316280	Sao Joao Evangelista	7578245	CAPS CELSO MENDONCA RESENDE	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00

MG	316290	Sao Joao Nepomuceno	7483066	CAPS HELENO DE FREITAS	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
MG	316292	Sao Joaquim De Bicas	6425186	SJBICAS CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
MG	316370	Sao Lourenco	2776626	UNIDADE DE SAUDE MENTAL	M	CAPS II	617	R$ 33.086,25
MG	316370	Sao Lourenco	6398693	CAPS AD SAO LOURENCO	M	CAPS AD III	635	R$ 105.000,00
MG	316380	Sao Miguel Do Anta	7392524	CAPS DIONISIO DE PAULA PINTO	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
MG	316470	Sao Sebastiao do Paraiso	5491584	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL II CAPS I I CAPS PARAISO	M	CAPS II	617	R$ 33.086,25
MG	316470	Sao Sebastiao do Paraiso	7131569	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL AD VITORIA	M	CAPS AD	619	R$ 39.780,00
MG	316470	Sao Sebastiao do Paraiso	7945159	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL INFANTO JUVENIL GIRASSOL	M	CAPS INFANTO-JUVENIL	620	R$ 32.130,00
MG	316530	Sao Vicente De Minas	6426891	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL I GUY SIMEAO DE CARVALHO	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
MG	316553	Sarzedo	6365205	SARZEDO CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
MG	316570	Senador Firmino	7782357	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL LEONOR BENEDITO DE OLIVEIRA	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
MG	316720	Sete Lagoas	2127547	UNIDADE DE SAUDE MENTAL EMILIANO TOLENTINO	M	CAPS II	617	R$ 33.086,25
MG	316720	Sete Lagoas	2127628	CAPSI SETE LAGOAS	M	CAPS INFANTO-JUVENIL	620	R$ 32.130,00
MG	316720	Sete Lagoas	7520867	CAPSAD MARIA FERREIRA SARAIVA	M	CAPS AD	619	R$ 39.780,00
MG	316760	Simonesia	6188265	CAPS ESPERANCA SIMONESIA	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
MG	316800	Taiobeiras	3045145	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL DE TAIOBEIRASCAPSII	M	CAPS II	617	R$ 33.086,25
MG	316860	Teofilo Otoni	2210274	CAPS II KATIA RUAS	M	CAPS II	617	R$ 33.086,25
MG	316860	Teofilo Otoni	7400578	CAPS AD	M	CAPS AD III	635	R$ 105.000,00
MG	316860	Teofilo Otoni	9081305	CAPS I CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL DA INF E ADOLESCENCIA	M	CAPS INFANTO-JUVENIL	620	R$ 32.130,00
MG	316920	Tombos	2109115	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
MG	316930	Tres Coracoes	6410235	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL CAPS	M	CAPS II	617	R$ 33.086,25
MG	316930	Tres Coracoes	7222998	CAPS AD TRES CORACOES	M	CAPS AD	619	R$ 39.780,00
MG	316935	Tres Marias	2148161	CAPS CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
MG	316940	Tres Pontas	2140047	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL I	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
MG	316960	Tupaciguara	7221010	CAPS CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL TUPACIGUARA	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
MG	316970	Turmalina	7282265	CAPS PORTO SEGURO	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
MG	316990	Uba	2148633	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL	M	CAPS II	617	R$ 33.086,25
MG	316990	Uba	7960557	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL ALCOOL E OUTRAS DROGAS III	M	CAPS AD III	635	R$ 105.000,00
MG	317010	Uberaba	2164981	CAPS MUNICIPAL DR INACIO FERREIRA	M	CAPS II	617	R$ 33.086,25
MG	317010	Uberaba	2165007	CRIA CENTRO DE REFERENCIA DA INFANCIA E ADOLESCENCIA	M	CAPS INFANTO-JUVENIL	620	R$ 32.130,00
MG	317010	Uberaba	2165104	FUNDACAO GREGORIO FRANKLIN BAREMBLITT	M	CAPS II	617	R$ 33.086,25
MG	317010	Uberaba	2201682	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL AO DEPENDENTE QUIMICOCAPS D	M	CAPS AD III	635	R$ 105.000,00
MG	317020	Uberlandia	2218720	CAPS I NAPS INFANTIL	M	CAPS INFANTO-JUVENIL	620	R$ 32.130,00
MG	317020	Uberlandia	2218739	CAPS II NAPS ADULTO	M	CAPS II	617	R$ 33.086,25
MG	317020	Uberlandia	3019284	CAPS OESTE	M	CAPS III	618	R$ 84.134,00
MG	317020	Uberlandia	3223116	CAPS AD REDE AD	M	CAPS AD III	635	R$ 105.000,00
MG	317020	Uberlandia	5945011	CAPS AD UFU	M	CAPS AD	619	R$ 39.780,00
MG	317020	Uberlandia	7167369	APS LESTE	M	CAPS II	617	R$ 33.086,25
MG	317040	Unai	6569056	CAPS CENTRO DE ATENCAO PSICOSOCIAL	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
MG	317070	Varginha	2759519	NUCLEO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL	M	CAPS II	617	R$ 33.086,25
MG	317070	Varginha	7045611	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL ALCOOL E DROGA CAPS AD	M	CAPS AD	619	R$ 39.780,00
MG	317070	Varginha	7449593	CAPS I CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL DA INF E ADOLESCENCIA	M	CAPS INFANTO-JUVENIL	620	R$ 32.130,00
MG	317080	Varzea Da Palma	3800199	CAPS UNIVERSO	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
MG	317080	Varzea Da Palma	5491371	CAPS AD DR AMADEU PASSOS	M	CAPS AD	619	R$ 39.780,00
MG	317090	Varzelandia	7573146	CAPS EDVAR PEREIRA DA SILVA	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
MG	317100	Vazante	7224451	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL 1 DE VAZANTE MG	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
MG	317103	Verdelândia	9638032	CAPS I DALVA MARIA DE CARVALHO	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
MG	317120	Vespasiano	2116677	VESPASIANO CAPS SAUDE MENTAL	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
MG	317120	Vespasiano	5661382	VESPASIANO CAPS ALCOOL E DROGAS	M	CAPS AD	619	R$ 39.780,00
MG	317120	Vespasiano	7102895	VESPASIANO CAPS INFANTO JUVENIL	M	CAPS INFANTO-JUVENIL	620	R$ 32.130,00
MG	317130	Vicosa	3835839	CAPS CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL	M	CAPS II	617	R$ 33.086,25
MG	317130	Viçosa	9536302	CENTRO DE APOIO PSICOSSOCIAL CAPS AD II	M	CAPS AD	619	R$ 39.780,00
MG	317160	Virgem Da Lapa	7568304	CAPS BEM VIVER	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
MG	317200	Visconde Do Rio Branco	7859104	CAPS VRB	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
MS	500100	Aparecida do Taboado	6258360	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL TIAO LAPA	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
MS	500110	Aquidauana	3496031	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL PROF ALZIRA A DE ALBUQUERQU	M	CAPS II	617	R$ 33.086,25
MS	500210	Bela Vista	3523640	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL DE BELA VISTA	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
MS	500220	Bonito	5978378	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL DE BONITO	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
MS	500240	Caarapo	7257066	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL DE CAARAPO CAPS I	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
MS	500260	Camapua	6930433	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL DE CAMAPUA	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
MS	500270	Campo Grande	10359	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL III VILA MARGARIDA	M	CAPS III	618	R$ 84.134,00
MS	500270	Campo Grande	3646432	CAPS I CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL INFANTIL	M	CAPS INFANTO-JUVENIL	620	R$ 32.130,00
MS	500270	Campo Grande	3973611	CAPS AD CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL ALCOOL E DROGAS	M	CAPS AD IV	637	R$ 400.000,00
MS	500270	Campo Grande	5456185	CAPS II AFRODITE DORIS DE CONTIS CAPS II PLANALTO	M	CAPS II	617	R$ 33.086,25
MS	500270	Campo Grande	5617693	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL III VILA ALMEIDA	M	CAPS III	618	R$ 84.134,00
MS	500270	Campo Grande	6075371	CAPS III CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL III	M	CAPS III	618	R$ 84.134,00
MS	500290	Cassilandia	3583333	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL DE CASSILANDIA	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
MS	500320	Corumba	2376156	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL JOSE FRAGELLI	M	CAPS II	617	R$ 33.086,25
MS	500320	Corumba	6356486	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL ALCOOL E DROGAS	M	CAPS AD	619	R$ 39.780,00
MS	500320	Corumba	6587720	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL INFANTIL DE CORUMBA	M	CAPS INFANTO-JUVENIL	620	R$ 32.130,00
MS	500325	Costa Rica	6662064	CAPS COSTA RICA	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
MS	500330	Coxim	6184960	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSIAL CAPS I	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
MS	500370	Dourados	2710927	CENTRO NUCLEO DE A PSICOSSOCIAL	M	CAPS II	617	R$ 33.086,25
MS	500370	Dourados	3239845	CENTRO PSICOSSOCIAL CAPS AD	M	CAPS AD	619	R$ 39.780,00
MS	500570	Navirai	7559526	CAPS I NOVA VIDA	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
MS	500620	Nova Andradina	3220117	CAPS CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
MS	500630	Paranaiba	2536919	CENTRO DE ATENDIMENTO PSICOSOCIAL	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
MS	500660	Ponta Pora	2710382	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL	M	CAPS AD	619	R$ 39.780,00
MS	500740	Rio Verde de Mato Grosso	9563237	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL I	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
MS	500769	Sao Gabriel Do Oeste	3872424	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL NOVO CAMINHAR	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
MS	500790	Sidrolandia	3935698	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL DE SIDROLANDIA	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
MS	500830	Tres Lagoas	3475298	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL TRES LAGOAS MS	M	CAPS II	617	R$ 33.086,25
MT	510020	Agua Boa	7360967	CAPS AGUA BOA VIDA NOVA	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
MT	510025	Alta Floresta	3388298	CENTRO DE APOIO PSICOSSOCIAL DE ALTA FLORESTA	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
MT	510170	Barra do Bugres	3486222	CAPS CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL DE BARRA DO BUGRES	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
MT	510180	Barra do Garcas	2395738	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL II	M	CAPS II	617	R$ 33.086,25
MT	510180	Barra do Garcas	2795442	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL	M	CAPS AD	619	R$ 39.780,00
MT	510250	Caceres	2699729	CENTRO DE APOIO PSICOSSOCIAL CAPSCACERES	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
MT	510260	Campinapolis	7065477	CENTRO DE ANTECAO PSICOSSOCIAL DE CAMPINAPOLIS	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
MT	510267	Campo Verde	3569276	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL DE CAMPO VERDE	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00

MT	510270	Canarana	9145311	CAPS RECRIAR CANARANA	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
MT	510320	Colider	3790347	CAPS ALEGRIA DO VIVER	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
MT	510335	Confresa	3474755	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL DE CONFRESA	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
MT	510340	Cuiaba	2659123	CAPS CPA IV	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
MT	510340	Cuiaba	3276635	CAPS AD ADOLESCER	M	CAPS AD	619	R$ 39.780,00
MT	510340	Cuiaba	3785122	CAPS AD ADAUTO BOTELHO	E	CAPS AD	619	R$ 39.780,00
MT	510340	Cuiaba	4069668	CENTRO PSICOSSOCIAL INFANTIL	E	CAPS INFANTO-JUVENIL	620	R$ 32.130,00
MT	510340	Cuiaba	5449758	CAPS II VERDAO	M	CAPS II	617	R$ 33.086,25
MT	510350	Diamantino	2682583	CENTRO DE ATENCAO PSICOSOCIAL	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
MT	510410	Guaranta Do Norte	3422194	CAPS CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL ARTE DE VIVER	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
MT	510420	Guiratinga	5071887	CENTRO DE ATENCAO AO PSICOSSOCIAL GUIRATINGA	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
MT	510480	Jaciara	3541851	CAPS JACIARA	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
MT	510510	Juara	2392860	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
MT	510515	Juina	3181448	CENTRO DE ATENCAO PSICOSOCIAL DE JUINA	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
MT	510525	Lucas Do Rio Verde	5709318	CENTRO DE APOIO PSICOSSOCIAL FELIZ CIDADE	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
MT	510562	Mirassol D'Oeste	7303165	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL CAPS MIRASSOL D OESTE	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
MT	510622	Nova Mutum	7993072	CAPS I CENTRO DE ATENCAO PSICOSOCIAL FORTALECER	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
MT	510625	Nova Xavantina	3207870	CAPS CENTRO ATENCAO PSICOSOCIAL	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
MT	510642	Peixoto De Azevedo	3057828	CAPS CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL FLOR DO AMANHECER	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
MT	510650	Pocone	3558347	CAPS POCONE	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
MT	510675	Pontes E Lacerda	3008215	CAPS CENTRO DE APOIO PSICOSSOCIAL P LACERDA	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
MT	510704	Primavera Do Leste	3526356	CAPS PRIMAVERA DO LESTE	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
MT	510710	Sao Jose Dos Quatro Marcos	2615436	CENTRO DE APOIO PSICOSSOCIAL CAPS IV MARCOS	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
MT	510760	Rondonopolis	2396424	CASA DE SAUDE PAULO DE TARSO E CAPS PAULO DE TARSO	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
MT	510760	Rondonopolis	2396440	CAPS AFRO CARLOS STEFANINI BATISTA	M	CAPS AD	619	R$ 39.780,00
MT	510760	Rondonopolis	3274594	CAPS INFANTIL	M	CAPS INFANTO-JUVENIL	620	R$ 32.130,00
MT	510785	Sao Felix Do Araguaia	7195303	CAPS REGIAO NORTE ARAGUAIA KARAJA	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
MT	510790	Sinop	2768089	CAPS SINOP	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
MT	510792	Sorriso	3161919	CAPS	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
MT	510795	Tangara Da Serra	3955796	CAPS CENTRO DE ATENCAO PSICOSOCIAL	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
MT	510840	Varzea Grande	3028038	CAPS II TRANSTORNO MENTAL VG	M	CAPS II	617	R$ 33.086,25
MT	510840	Varzea Grande	3590224	CAPS AD ALCOOL E DROGAS	M	CAPS AD	619	R$ 39.780,00
MT	510840	Varzea Grande	6598048	CAPS I CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL INFANTO JUVENIL VG	M	CAPS INFANTO-JUVENIL	620	R$ 32.130,00
MT	510860	Vila Rica	5672279	CAPS ANGELA MARIA LOPES SANDER	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
PA	150010	Abaetetuba	3843599	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL	M	CAPS II	617	R$ 33.086,25
PA	150010	Abaetetuba	6165532	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL AD DOM ANGELO FROSI	M	CAPS AD	619	R$ 39.780,00
PA	150034	Agua azul do norte	6132987	CAPS I AGUA AZUL DO NORTE	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
PA	150040	Alenquer	5601134	CENTRO ATENCAO PSICOSSOCIAL CAPS I	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
PA	150060	Altamira	2330768	CENTRO DE APOIO PSICOSSOCIAL	D	CAPS II	617	R$ 33.086,25
PA	150060	Altamira	5692954	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL INFANTIL CAPSI	D	CAPS INFANTO-JUVENIL	620	R$ 32.130,00
PA	150080	Ananindeua	3003906	CAPS ANANINDEUA	M	CAPS II	617	R$ 33.086,25
PA	150080	Ananindeua	6745970	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL INFANTO JUVENIL DE ANANINDEUA	M	CAPS INFANTO-JUVENIL	620	R$ 32.130,00
PA	150095	Aurora do Para	6267319	CAPS I VITOR JUNIOR DOS SANTOS SANTOS	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
PA	150120	Baiao	6688845	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL I BAIAO	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
PA	150130	Barcarena	6553923	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL CAPS II BARCARENA	M	CAPS II	617	R$ 33.086,25
PA	150140	Belem	2334348	CENTRO ATENCAO EM SAUDE MENTAL ADULTO	M	CAPS III	618	R$ 84.134,00
PA	150140	Belem	2337444	CAPS II	M	CAPS INFANTO-JUVENIL	620	R$ 32.130,00
PA	150140	Belem	2695162	CAPS GRAO PARA	E	CAPS III	618	R$ 84.134,00
PA	150140	Belem	2695197	CASA AD CENTRO ATENCAO PSIC USUARIO ALCOOL E DROGA	M	CAPS AD	619	R$ 39.780,00
PA	150140	Belem	3068781	CAPS I ICOARACY	E	CAPS I	616	R$ 28.305,00
PA	150140	Belem	3163326	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL DA MARAMBAIA CAPS	E	CAPS I	616	R$ 28.305,00
PA	150140	Belem	3236609	CAPS RENASCER	E	CAPS III	618	R$ 84.134,00
PA	150140	Belem	5924219	CASA MENTAL MOSQUEIRO	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
PA	150140	Belem	6589529	CENTRO DE CUIDADOS A DEPENDENTES QUIMICOS	E	CAPS AD III	635	R$ 105.000,00
PA	150150	Benevides	7319231	CAPS BENEVIDES	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
PA	150170	Braganca	5205999	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL II BRAGANCA	E	CAPS II	617	R$ 33.086,25
PA	150170	Braganca	6786987	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL ALCOOL E DROGAS DE BRAGANCA	E	CAPS AD	619	R$ 39.780,00
PA	150172	Brasil Novo	5432804	CAPS I BRASIL NOVO	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
PA	150178	Breu Branco	5597706	CAPS I DE BREU BRANCO	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
PA	150180	Breves	6138055	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL CAPS	M	CAPS II	617	R$ 33.086,25
PA	150210	Cameta	6580874	CAPS	M	CAPS II	617	R$ 33.086,25
PA	150215	Canaa dos Carajas	5864453	CAPS I DE CANAA DOS CARAJAS	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
PA	150220	Capanema	6949762	CAPS I CAPANEMA	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
PA	150240	Castanhal	7862	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL CAPS	M	CAPS III	618	R$ 84.134,00
PA	150270	Conceicao do Araguaia	5115701	CAPS CENTRO DE APOIO PSICOSSOCIAL	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
PA	150280	Curralinho	7210124	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL DE CURRALINHO	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
PA	150290	Curuca	6665268	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL DE CURUCA CAPS I	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
PA	150293	Dom Eliseu	7446896	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL DE DOM ELISEU	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
PA	150295	Eldorado Dos Carajas	6508936	CAPS DE ELDORADO DO CARAJAS	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
PA	150304	Floresta Do Araguaia	7233604	CAPS I DE FLORESTA DO ARAGUAIA	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
PA	150309	Goianesia Do Para	3978192	CENTRO DE ATENCAO PSICOSOCIAL GOIANESIA	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
PA	150320	Igarape-Acu	6808646	CENTRO DE ATENDIMENTO PSICOSSOCIAL DE IGARAPE ACU	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
PA	150330	Igarape-Miri	6449506	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL DE IGARAPE MIRI	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
PA	150360	Itaituba	6927386	CAPS II CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL ITAITUBA	M	CAPS II	617	R$ 33.086,25
PA	150370	Itupiranga	7064586	CAPS DE ITUPIRANGA	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
PA	150380	Jacunda	3129349	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL CAPS	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
PA	150405	Mae Do Rio	6893252	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL DE MAE DO RIO	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
PA	150420	Maraba	2614812	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL CAPS II	M	CAPS II	617	R$ 33.086,25
PA	150442	Marituba	2815028	CENTRO DE ATENCAO PSICOSOCIAL DE MARITUBA	M	CAPS II	617	R$ 33.086,25
PA	150442	Marituba	5381487	CENTRO PSICOSSOCIAL AD PADRE JAIME PEREIRA	M	CAPS AD	619	R$ 39.780,00
PA	150445	Medicilandia	7027664	CAPS I	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
PA	150450	Melgaco	5690285	CAPS I DE MELGACO	E	CAPS I	616	R$ 28.305,00
PA	150460	Mocajuba	6644171	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL DE MOCAJUBA	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
PA	150470	Moju	6507891	CAPS JOSE EVANGELISTA DE SOUZA	M	CAPS II	617	R$ 33.086,25
PA	150503	Novo Progresso	7344392	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL DE NOVO PROGRESSO	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
PA	150510	Obidos	7134827	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL CAPS I	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
PA	150540	Ourem	7450036	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL DE OUREM	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
PA	150543	Ourilandia Do Norte	6605788	CAPS I COMUNIDADE VIVA	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00

PA	150548	Pacaja	7230672	CAPS I	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
PA	150550	Paragominas	3624080	CENTRO DE SAUDE CAPS	M	CAPS II	617	R$ 33.086,25
PA	150553	Parauapebas	5021820	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL CAPS II	M	CAPS II	617	R$ 33.086,25
PA	150580	Portel	6690130	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
PA	150590	Porto De Moz	6208673	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL I ESPACO FLORESCER	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
PA	150613	Redencao	6446345	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL MODALIDADE II CAPS	M	CAPS II	617	R$ 33.086,25
PA	150616	Rio Maria	6614833	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
PA	150618	Rondon Do Para	3930602	CAPS RONDON DO PARA	D	CAPS I	616	R$ 28.305,00
PA	150619	Ruropolis	6735630	CAPS I RUROPOLIS	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
PA	150620	Salinopolis	6786375	C A P S 1 SALINOPOLIS	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
PA	150650	Santa Isabel Do Para	2619849	CENTRO DE APOIO PSICOSOCIAL CAPS	M	CAPS II	617	R$ 33.086,25
PA	150650	Santa Isabel Do Para	5698111	CAPS ALCOOL E OUTRAS DROGAS	M	CAPS AD	619	R$ 39.780,00
PA	150658	Santa Maria Das Barreiras	7468954	CAPS I SANTA MARIA DAS BARREIRAS	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
PA	150670	Santana Do Araguaia	7382456	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL CAPS SANTANA DO ARAGUAIA	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
PA	150680	Santarem	3777995	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL	E	CAPS II	617	R$ 33.086,25
PA	150680	Santarem	6574394	CAPS AD SANTAREM	M	CAPS AD	619	R$ 39.780,00
PA	150700	Santo Antonio Do Taua	6796087	CAPS I TAUA	D	CAPS I	616	R$ 28.305,00
PA	150715	Sao Domingos do Araguaia	6528732	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
PA	150730	Sao Felix Do Xingu	2694875	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL CAPS XINGU	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
PA	150745	Sao Geraldo Do Araguaia	7305044	CAPS 1	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
PA	150760	Sao Miguel Do Guama	6493912	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL DE SAO MIGUEL DO GUAMA	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
PA	150790	Soure	6490913	CAPS 1 MARAJO SOURE	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
PA	150795	Tailandia	7677065	CAPS II VIVER COM SAUDE	M	CAPS II	617	R$ 33.086,25
PA	150800	Tome-Acu	7839294	CAPS I TOME ACU	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
PA	150803	Tracuateua	6263585	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL I DE TRACUATEUA	D	CAPS I	616	R$ 28.305,00
PA	150808	Tucuma	3389413	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL DE TUCUMA CAPS	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
PA	150810	Tucurui	2621533	CENTRO DE ATENCAO PSICO SOCIAL MACHADO DE ASSIS CAPS	M	CAPS II	617	R$ 33.086,25
PA	150812	Ulianopolis	6606911	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
PA	150815	Uruara	7253176	CENTRO DE ATENCAO PSICOSOCIAL DE URUARA	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
PA	150840	Xinguara	3910873	CAPS I DE XINGUARA	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
PB	250010	Agua Branca	7652313	CAPS I AGUA BRANCA PB	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
PB	250020	Aguiar	7907141	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL DE AGUIAR	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
PB	250030	Alagoa Grande	3793850	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
PB	250053	Alcantil	7594062	CAPS ALCANTIL	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
PB	250060	Alhandra	5666546	CAPS I	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
PB	250070	Sao Joao Do Rio Do Peixe	6284302	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL CAPS I	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
PB	250080	Aracagi	7301405	CENTRO DE ATENCAO PISICOSSOCIAL	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
PB	250100	Araruna	3770354	CAPS CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
PB	250130	Aroeiras	3981800	CAPS I CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
PB	250150	Bananeiras	3941108	CAPS I BANANEIRAS	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
PB	250157	Barra de Santana	5052076	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL CAPS I	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
PB	250160	Barra de Santa Rosa	6890881	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
PB	250180	Bayeux	3265765	CAPS II CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL DE BAYEUX	M	CAPS II	617	R$ 33.086,25
PB	250190	Belem	5689236	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL CAPS I	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
PB	250230	Bom Sucesso	7672551	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL VER FRANCISCO F DE LIMA	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
PB	250250	Boqueirao	3071855	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL CAPS I	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
PB	250300	Caapora	5407478	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL DE CAAPORA	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
PB	250320	Cabedelo	3020304	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL CAPS	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
PB	250320	Cabedelo	6291457	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL CAPS AD	M	CAPS AD	619	R$ 39.780,00
PB	250340	cacimba de areia	7946562	CAPS I DE CACIMBA DE AREIA	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
PB	250370	Cajazeiras	2504715	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL CAPS II	M	CAPS II	617	R$ 33.086,25
PB	250370	Cajazeiras	5025494	CENTRO DE AT PSICOSSOCIAL DE DEP DE ALCOOL E DROGAS CAPSAD	M	CAPS AD	619	R$ 39.780,00
PB	250370	Cajazeiras	5919436	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL INFANTO JUVENIL	M	CAPS INFANTO-JUVENIL	620	R$ 32.130,00
PB	250400	Campina Grande	3042901	CAPS CENTRO DE ANTECAO PSICOSSOCIAL	M	CAPS II	617	R$ 33.086,25
PB	250400	Campina Grande	3331253	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL ALCOOL E DROGAS PSICOATIVAS	M	CAPS AD	619	R$ 39.780,00
PB	250400	Campina Grande	3870839	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL INFANTO JUVENIL CAPSI	M	CAPS INFANTO-JUVENIL	620	R$ 32.130,00
PB	250400	Campina Grande	3873706	CENTRO DE ANTENCAO PSICOSSOCIAL CAPS III REVIVIER	M	CAPS III	618	R$ 84.134,00
PB	250400	Campina Grande	5014999	CAPSI CENTRO CAMPINENSE DE INTERVENCAO PRECOCE	M	CAPS INFANTO-JUVENIL	620	R$ 32.130,00
PB	250400	Campina Grande	6087655	CAPS DE GALANTE	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
PB	250400	Campina Grande	6181333	CAPS I DE SAO JOSE DA MATA	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
PB	250400	Campina Grande	7654812	CAPS AD III NOVOS CAMINHOS	M	CAPS AD III	635	R$ 105.000,00
PB	250430	Catole Do Rocha	6411711	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL DE CATOLE DO ROCHA	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
PB	250440	Conceicao	3932362	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL SINARA MAGALDY A L ARAUJO	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
PB	250460	Conde	6203442	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL CAPS I	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
PB	250480	Coremas	5178479	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL DE COREMAS CAPS I	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
PB	250510	Cuite	6409490	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL CAPS I	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
PB	250540	Desterro	9251731	CAPS DE DESTERRO	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
PB	250560	Diamante	9201807	CAPS DIAMANTE PB	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
PB	250600	Esperanca	2322722	CAPS I DA ESPERANCA	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
PB	250630	Guarabira	3540014	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL DR LUIZ WYLLIAN AYRES	M	CAPS II	617	R$ 33.086,25
PB	250630	Guarabira	6068189	CAPS AD ASCENDINO ANTONIO DA SILVA	M	CAPS AD	619	R$ 39.780,00
PB	250680	Inga	6225950	CAPS I INGA	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
PB	250690	Itabaiana	5544963	CENTRO DE ATENCAO PSICOSOCIAL CAPS I	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
PB	250700	Itaporanga	5277469	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL I CAPS I	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
PB	250710	Itapororoca	7663374	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL CAPS I	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
PB	250730	Jacarau	7631030	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL DE JACARAU	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
PB	250750	Joao Pessoa	2399873	CAPS AD JOVEM CIDADAO	E	CAPS AD III	635	R$ 105.000,00
PB	250750	Joao Pessoa	2400006	CAPS II CAMINHAR	M	CAPS III	618	R$ 84.134,00
PB	250750	Joao Pessoa	2757397	CENTRO DE ATENCAO PSICOSOCIAL DR GUTEMBERG BOTELHO	M	CAPS III	618	R$ 84.134,00

PB	250750	Joao Pessoa	5971136	CAPSI INFANTO JUVENIL CIRANDAR	M	CAPS INFANTO-JUVENIL	620	R$ 32.130,00
PB	250750	Joao Pessoa	6509258	CAPS AD DAVID CAPISTRANO	M	CAPS AD III	635	R$ 105.000,00
PB	250770	Juazeirinho	3057933	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL DR ANTONIO MARINHEIRO	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
PB	250800	Juru	7661673	CAPS I JURU PB	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
PB	250830	Lagoa Seca	5598656	CAPS I	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
PB	250890	Mamanguape	3769593	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL DE MAMANGUAPE CAPS	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
PB	250890	Mamanguape	7654553	CAPS AD III REGIONAL VALE DO MAMANGUAPE	M	CAPS AD III	635	R$ 105.000,00
PB	250910	Mari	5786797	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL DE MARI CAPS I	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
PB	250930	Mataraca	7680457	CAPS INFANTO JUVENIL DE MATARACA	M	CAPS INFANTO-JUVENIL	620	R$ 32.130,00
PB	250970	Monteiro	3968960	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL CAPS I DR FRANCISCO NOBREGA	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
PB	250970	Monteiro	9067418	CAPS AD III	M	CAPS AD III	635	R$ 105.000,00
PB	250980	Mulungu	6378617	CAPS I MULUNGU	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
PB	251080	Patos	5010314	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL DE PATOS CAPS II	M	CAPS II	617	R$ 33.086,25
PB	251080	Patos	5417929	CAPS I CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL INFANTIL DE PATOS	M	CAPS INFANTO-JUVENIL	620	R$ 32.130,00
PB	251080	Patos	5570522	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL ALCOOL E DROGAS	M	CAPS AD	619	R$ 39.780,00
PB	251120	Pedras De Fogo	3921395	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL ANTONIA LINS BORBA	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
PB	251130	Pianco	3470199	CAPS AD III REGIONAL DE PIANCO DJALMA ANGELO FILHO	M	CAPS AD III	635	R$ 105.000,00
PB	251130	Pianco	3470202	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL JOAO GALDINO DA COSTA	M	CAPS III	618	R$ 84.134,00
PB	251130	Pianco	5923980	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL INFANTIL DE PIANCO	M	CAPS INFANTO-JUVENIL	620	R$ 32.130,00
PB	251140	Picui	6290833	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL I DE PICUI	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
PB	251150	Pilar	7270267	CAPS I JURACI DE SOUZA MONTEIRO	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
PB	251190	Pitimbu	7745761	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL DE PITIMBU	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
PB	251200	Pocinhos	6047718	CENTRO DE ATENCAO PSICOSOCIAL	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
PB	251210	Pombal	5299349	CAPS II CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL DE POMBAL	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
PB	251210	Pombal	6814107	CAPS I POMBAL	M	CAPS INFANTO-JUVENIL	620	R$ 32.130,00
PB	251210	Pombal	7323247	CAPS AD III REGIONAL DE POMBAL	M	CAPS AD III	635	R$ 105.000,00
PB	251220	Prata	7707932	CAPS AMARA DE CARMO BEZERRA	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
PB	251230	Princesa Isabel	5666244	CAPS TIPO I PRINCESA ISABEL	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
PB	251230	Princesa Isabel	6397158	CAPS AD TIPO III 24 HORAS PRINCESA ISABEL	M	CAPS AD III	635	R$ 105.000,00
PB	251230	Princesa Isabel	6397166	CAPS I PRINCESA ISABEL	M	CAPS INFANTO-JUVENIL	620	R$ 32.130,00
PB	251250	Queimadas	5103916	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL CAPS	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
PB	251280	Riacho Dos Cavalos	7676778	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL JULIANA ANA DE LIMA	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
PB	251290	Rio Tinto	6633188	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL DE RIO TINTO	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
PB	251340	Santa Luzia	6017681	CAPS I SANTA LUZIA	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
PB	251370	Santa Rita	3263177	CENTRO DE ATENDIMENTO PSICOSOCIAL CAPSII	M	CAPS II	617	R$ 33.086,25
PB	251390	Sao Bento	5027209	CAPS I	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
PB	251400	Sao Joao Do Cariri	9020977	CAPS I SAO JOAO DO CARIRI	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
PB	251450	Sao Jose De Piranhas	7081359	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL SOCORRO BATISTA CAPS I	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
PB	251510	Sao Sebastiao de Lagoa De Roca	6439039	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL CAPS I	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
PB	251530	Sape	3999564	CENTRO DE ATENCAO PISCOSSOCIAL CAPS II SAPE	M	CAPS II	617	R$ 33.086,25
PB	251530	Sape	6739008	CAPS AD NISE DA SILVEIRA	M	CAPS AD III	635	R$ 105.000,00
PB	251530	Sape	7237723	CAPS I	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
PB	251550	Serra Branca	9245332	CAPS SERRA BRANCA	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
PB	251600	Solanea	3860000	CENTRO DE ATENCAO PSICO SOCIAL I	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
PB	251610	Soledade	3612449	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
PB	251620	Sousa	2315114	CENTRO DE ATENCAO PSICOSOCIAL TOZINHO GADELHA	M	CAPS III	618	R$ 84.134,00
PB	251620	Sousa	3096378	CAPS AD WALTER SARMENTO	M	CAPS AD	619	R$ 39.780,00
PB	251620	Sousa	3503313	CAPS INFANTIL JOAO PAULO II	M	CAPS INFANTO-JUVENIL	620	R$ 32.130,00
PB	251630	Sume	6571433	CAPS I ESTACAO NOVOS RUMOS	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
PB	251650	Taperoa	5006465	CAPS I TAPEROA	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
PB	251670	Teixeira	5460336	CAPS I TEIXEIRA PB	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
PB	251690	Uirauna	7513208	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL CAPS I	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
PB	251700	Umbuzeiro	7705808	CAPS I UMBUZEIRO	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
PE	260005	Abreu e Lima	5278333	CAPS DE ABREU E LIMA	M	CAPS III	618	R$ 84.134,00
PE	260005	Abreu e Lima	6386016	CAPS I DE ABREU E LIMA	M	CAPS INFANTO-JUVENIL	620	R$ 32.130,00
PE	260005	Abreu e Lima	6844162	CAPS AD ABREU E LIMA	M	CAPS AD	619	R$ 39.780,00
PE	260010	Afogados da Ingazeira	6895492	CAPS III	M	CAPS III	618	R$ 84.134,00
PE	260020	Afranio	7281730	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL DE AFRANIO PE	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
PE	260030	Agrestina	7263295	CAPS I NOVOS TEMPOS AGRESTINA	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
PE	260040	Agua Preta	7814518	CAPS ADOLFO ALMEIDA SOUTO	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
PE	260050	Aguas Belas	6620965	CAPS CONVIVER COM A DIFERENCA	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
PE	260070	Alianca	7743807	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL DE ALIANCA	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
PE	260080	Altinho	9322191	CAPS I ALTINHO	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
PE	260100	Angelim	7902212	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL DE ANGELIM CAPS I	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
PE	260105	Aracoiaba	7095430	CAPS DR IVALDO RUFINO	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
PE	260110	Araripina	5496756	CAPS I ARARIPINA	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
PE	260120	Arcoverde	6706924	CAPS ARCOVERDE ESPACO RENASCER	M	CAPS II	617	R$ 33.086,25
PE	260120	Arcoverde	7692374	CAPS AD III ARCOVERDE REGIONAL	M	CAPS AD III	635	R$ 105.000,00
PE	260140	Barreiros	7354878	DR LAMARTINE CASTELO BRANCO COSTA	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
PE	260170	Belo Jardim	7428715	CAPS II BELO JARDIM	M	CAPS II	617	R$ 33.086,25
PE	260190	Bezerros	7734999	CAPS BEZERROS	M	CAPS II	617	R$ 33.086,25
PE	260200	Bodoco	3390144	CAPS MARIA DE ARAUJO BARROS	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
PE	260210	Bom Conselho	7487398	CAPS BOM CONSELHO	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
PE	260280	Buique	3873293	CAPS 1 ODENA TENORIO DE ALMEIDA	E	CAPS I	616	R$ 28.305,00
PE	260290	Cabo de Santo Agostinho	329	CAPS ESTACAO CIDADANIA	M	CAPS II	617	R$ 33.086,25

PE	260290	Cabo de Santo Agostinho	29076	CAPS CIRANDA DE VIDA	M	CAPS INFANTO-JUVENIL	620	R$ 32.130,00
PE	260290	Cabo de Santo Agostinho	5458641	CAPS AD PASTOR ARMANDO JOSE DA SILVA	M	CAPS AD	619	R$ 39.780,00
PE	260300	Cabrobo	6229301	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL LUIZ DE JOANA	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
PE	260330	Calcado	9480781	CAPS CALCADO	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
PE	260345	Camaragibe	2346478	CASA DA PRIMAVERA	M	CAPS II	617	R$ 33.086,25
PE	260345	Camaragibe	5481511	CAPS I CAMARA MIRIM	M	CAPS INFANTO-JUVENIL	620	R$ 32.130,00
PE	260345	Camaragibe	6685676	CAPS AD CAMPO VERDE	M	CAPS AD	619	R$ 39.780,00
PE	260370	Canhotinho	7736959	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL DE CANHOTINHO	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
PE	260380	Capoeiras	7286783	CAPS DE CAPOEIRAS	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
PE	260400	Carpina	6827470	CAPS DR JOSE FERNANDES NETO	M	CAPS II	617	R$ 33.086,25
PE	260410	Caruaru	7612621	CAPS AD III MANDACARU	M	CAPS AD III	635	R$ 105.000,00
PE	260410	Caruaru	8016313	CAPS CRESCENDO COM DIGINIDADE	M	CAPS III	618	R$ 84.134,00
PE	260420	Catende	7414358	CAPS I DR JAIRO GOMES DE SA	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
PE	260450	Cha Grande	5601924	CAPS ANTONIO BATISTA CARNEIRO	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
PE	260500	Cupira	6453163	CAPS	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
PE	260510	Custodia	7620616	CAPS I CUSTODIA	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
PE	260530	Exu	6974198	CENTRO DE APOIO PSICOSSOCIAL DO EXU	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
PE	260570	Floresta	3008479	CENTRO DA ATENCAO PSICOSOCIAL CAPS I CAP LUIZ JARDIM DE SA	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
PE	260590	Gameleira	7413092	CAPS NOVOS RUMOS	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
PE	260600	Garanhuns	5719836	CENTRO DE APOIO PSICOSSOCIAL DE GARANHUNS	M	CAPS III	618	R$ 84.134,00
PE	260600	Garanhuns	7463901	CAPS AD GARANHUNS	M	CAPS AD	619	R$ 39.780,00
PE	260610	Gloria Do Goita	6400949	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL DE GLORIA DO GOITA	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
PE	260620	Goiana	6437605	CAPS CORREIA PICANCO	M	CAPS II	617	R$ 33.086,25
PE	260640	Gravata	7044488	CAPS II NOVA VIDA	M	CAPS II	617	R$ 33.086,25
PE	260660	Ibimirim	3080919	CAPS I OFICINA DE SAUDE IBIMIRIM	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
PE	260680	Igarassu	6468853	CAPS SABER VIVER	M	CAPS II	617	R$ 33.086,25
PE	260700	Inaja	7819749	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL DE INAJA	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
PE	260720	Ipojuca	7017162	CAPS GREGORIO BERNARDO	M	CAPS II	617	R$ 33.086,25
PE	260730	Ipubi	6636500	CAPS I IPUBI	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
PE	260760	Ilha De Itamaraca	6827268	CAPS ILHA DE ITAMARACA	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
PE	260765	Itambe	5909023	CAPS CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL ACONCHEGO	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
PE	260780	Itaquitinga	7393571	CAPS ITAQUITINGA	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
PE	260790	Jaboatao Dos Guararapes	3053474	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL CAPS SOLAR DOS GUARARAPES	M	CAPS II	617	R$ 33.086,25
PE	260790	Jaboatao Dos Guararapes	6155545	CAPS AD RECANTO DOS GUARARAPES	M	CAPS AD	619	R$ 39.780,00
PE	260790	Jaboatao Dos Guararapes	6908101	CAPS ADI CAVALEIRO	M	CAPS AD	619	R$ 39.780,00
PE	260790	Jaboatao Dos Guararapes	6961703	CAPS INFANTO JUVENIL PADRE ROMA	M	CAPS INFANTO-JUVENIL	620	R$ 32.130,00
PE	260800	Jatauba	9094164	CAPS I JATAUBA	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
PE	260825	Jucati	7647867	CAPS JUCATI	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
PE	260845	Lagoa Do Carro	6587429	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL VIVER BEM	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
PE	260850	Lagoa De Itaenga	6558941	CAPS FLOR DA PEDRA	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
PE	260860	Lagoa Do Ouro	7531958	CAPS LAGOA DO OURO	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
PE	260875	Lagoa Grande	6748066	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL DE LAGOA GRANDE CAPS	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
PE	260880	Lajedo	7516797	MARIA DO CARMO SOARES RIBEIRO CAPS LAJEDO	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
PE	260890	Limoeiro	6967299	CAPS III AD CAPIBARIBE	M	CAPS AD III	635	R$ 105.000,00
PE	260915	Manari	7828268	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL DE MANARI	E	CAPS I	616	R$ 28.305,00
PE	260940	Moreno	7128150	CAPS ACOLHER	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
PE	260960	Olinda	2344742	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL ESPACO NISE DA SILVEIRA	M	CAPS II	617	R$ 33.086,25
PE	260960	Olinda	5364353	CAPS AD DR ANTONIO CARLOS ESCOBAR	M	CAPS AD	619	R$ 39.780,00
PE	260980	Oroco	9193979	CAPS I MARY ROZE DO NASCIMENTO SILVA	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
PE	260990	Ouricuri	3813193	CAPS I OURICURI	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
PE	261000	Palmares	5561752	CAPS REGINALDO PEREIRA DO NASCIMENTO	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
PE	261020	Panelas	7547374	CAPS I DE PANELAS	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
PE	261030	Paranatama	7692099	CAPS ENTRE RIOS	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
PE	261060	Paudalho	6400930	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL DE PAUDALHO	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
PE	261070	Paulista	3164284	CAPS II CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL TEREZA NORONHA	M	CAPS III	618	R$ 84.134,00
PE	261070	Paulista	5482747	CAPS AD MARIA ELIANE DE AGUIAR	M	CAPS AD	619	R$ 39.780,00
PE	261080	Pedra	5463629	CAPS ESPERANCA	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
PE	261090	Pesqueira	7113242	CENTRO DE APOIO PSICOSSOCIAL	M	CAPS II	617	R$ 33.086,25
PE	261100	Petrolandia	6721907	CAPS NOVA MENTE	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
PE	261110	Petrolina	3617017	CAPS II CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL DE PETROLINA	M	CAPS II	617	R$ 33.086,25
PE	261110	Petrolina	5353327	CAPS AD CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL ALCOOL E DROGAS	M	CAPS AD III	635	R$ 105.000,00
PE	261110	Petrolina	6849040	CAPS INFANTIL JOSEMARIO MENEZES DA SILVA JUNIOR	M	CAPS INFANTO-JUVENIL	620	R$ 32.130,00
PE	261120	Pocao	7880189	CAPS POCAO	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
PE	261150	Quipapa	6943039	CAPS I ISMENIA DIAS DE LUCENA	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
PE	261160	Recife	1953	US 318 CPTRA CENTRO DE PREV TRAT E REAB DE ALCOOLISM	M	CAPS AD III	635	R$ 105.000,00
PE	261160	Recife	1996	US 170 CAPS DR GALDINO LORETO	M	CAPS II	617	R$ 33.086,25
PE	261160	Recife	2054	US 319 CAPS ESPACO AZUL	M	CAPS II	617	R$ 33.086,25
PE	261160	Recife	28363	US 253 CAPS ESPACO VIDA	M	CAPS II	617	R$ 33.086,25
PE	261160	Recife	28657	US 277 CAPS ESPERANCA	M	CAPS II	617	R$ 33.086,25
PE	261160	Recife	2637294	US 263 CAPS JOSE CARLOS SOUTO	M	CAPS II	617	R$ 33.086,25
PE	261160	Recife	2711427	US 343 CEMPI CENTRO MEDICO PSICO PEDAGOGICO INFANTIL	M	CAPS INFANTO-JUVENIL	620	R$ 32.130,00
PE	261160	Recife	2711605	US 320 CAPS CENTRO EULAMPIO CORDEIRO DE RECUPERACAO HUMANA	M	CAPS AD	619	R$ 39.780,00
PE	261160	Recife	3301990	US 304 CAPS DAVID CAPISTRANO	M	CAPS III	618	R$ 84.134,00
PE	261160	Recife	3302016	US 306 CAPS AD PROF LUIZ CERQUEIRA	M	CAPS AD III	635	R$ 105.000,00
PE	261160	Recife	3302024	US 308 CAPS PROF ZALDO ROCHA	M	CAPS INFANTO-JUVENIL	620	R$ 32.130,00
PE	261160	Recife	3302040	US 310 CAPS AD PROF JOSE LUCENA	M	CAPS AD	619	R$ 39.780,00
PE	261160	Recife	3480518	US 303 CAPS AD ESPACO TRAVESSIA RENE RIBEIRO	M	CAPS AD	619	R$ 39.780,00
PE	261160	Recife	3505812	US 330 CAPS ESPACO LIVREMENTE	M	CAPS II	617	R$ 33.086,25
PE	261160	Recife	3938301	US 335 CAPS AD ESTACAO VICENTE ARAUJO	M	CAPS AD	619	R$ 39.780,00
PE	261160	Recife	5369169	US 340 CAPS CLEA LACET	M	CAPS INFANTO-JUVENIL	620	R$ 32.130,00
PE	261160	Recife	5692202	US 348 CAPS BOA VISTA	M	CAPS II	617	R$ 33.086,25
PE	261220	Salgueiro	5657229	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL RASGA TRISTEZA	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
PE	261230	Saloa	7695993	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL DE SALOA CAPS	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
PE	261250	Santa Cruz Do Capibaribe	6918050	CAPS II SANTA CRUZ DO CAPIBARIBE	M	CAPS II	617	R$ 33.086,25
PE	261260	Santa Maria Da Boa Vista	3865843	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL ZEFA CAMBAO	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
PE	261320	São João	7280599	CAPS DE SAO JOAO ELIAS LOPES LIMA FILHO	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
PE	261330	Sao Joaquim Do Monte	6894674	CENTRO PSICOSSOCIAL DE SAO JOAQUIM DO MONTE CAPS	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
PE	261350	Sao Jose Do Belmonte	5985617	CAPS TARCISIO SOBREIRA DA SILVA	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
PE	261360	Sao Jose Do Egito	6918069	CAPS JOANA DAR C RABELO	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
PE	261370	Sao Lourenco Da Mata	6970516	CAPS SAO LOURENCO MARTIR	M	CAPS II	617	R$ 33.086,25
PE	261390	Serra Talhada	6822630	CAPS AD III	M	CAPS AD III	635	R$ 105.000,00
PE	261390	Serra Talhada	6995292	CAPS II	M	CAPS II	617	R$ 33.086,25
PE	261390	Serra Talhada	7743890	CAPSI	M	CAPS INFANTO-JUVENIL	620	R$ 32.130,00
PE	261400	Serrita	3779319	CAPS I MARIA NOVAES MIRANDA	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00

PE	261410	Sertania	6577288	CAPS 1 PAULO DELGADO DE SERTANIA	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
PE	261450	Surubim	3876861	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL DAVID SALVIANO DE ALBUQUERQUE	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
PE	261460	Tabira	6799426	CAPS I RENASCER	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
PE	261480	Tacaratu	9340688	CAPS I TACARATU	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
PE	261485	Tamandare	7350554	CAPS DE TAMANDARE	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
PE	261500	Taquaritinga Do Norte	7219679	CAPS I ESPACO NOVA VIDA	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
PE	261530	Timbauba	7059035	CAPS I TUCANO	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
PE	261540	Toritama	7086547	CAPS I	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
PE	261560	Trindade	6558984	CAPS I TRINDADE	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
PE	261630	Vicencia	5276500	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL JOSILDO RUFINO	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
PE	261640	Vitoria De Santo Antao	7271778	CAPS VITORIA	M	CAPS II	617	R$ 33.086,25
PI	220020	Agua Branca	3866033	CAPS CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
PI	220040	Altos	5247543	CAPS DE ALTOS	E	CAPS I	616	R$ 28.305,00
PI	220050	Amarante	6630758	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL CAPS I DE AMARANTE	E	CAPS I	616	R$ 28.305,00
PI	220060	Angical do Piaui	5011744	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL CAPS I ANGICAL DO PIAUI	E	CAPS I	616	R$ 28.305,00
PI	220110	Avelino Lopes	7536119	CAPS AVELINO LOPES	E	CAPS I	616	R$ 28.305,00
PI	220120	Barras	3838285	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL DE BARRAS CAPS I	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
PI	220150	Batalha	3598225	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL CAPS I BATALHA	E	CAPS I	616	R$ 28.305,00
PI	220190	Bom Jesus	3651878	CAPS DE BOM JESUS	E	CAPS I	616	R$ 28.305,00
PI	220190	Bom Jesus	7501390	CAPS AD II REGIONAL DE BOM JESUS	E	CAPS AD	619	R$ 39.780,00
PI	220200	Buriti dos Lopes	6641172	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL CAPS I DE B DOS LOPES	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
PI	220220	Campo Maior	3578925	CAPS I DE CAMPO MAIOR	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
PI	220230	Canto do Buriti	6219772	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL CAPS I CANTO DO BURITI	E	CAPS I	616	R$ 28.305,00
PI	220240	Capitao de Campos	7571267	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL DE CAP DE CAMPOS CAPS I	E	CAPS I	616	R$ 28.305,00
PI	220260	Castelo do Piaui	6794297	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL CAPS I DE CASTELO DO PIAUI	E	CAPS I	616	R$ 28.305,00
PI	220270	Cocal	6388418	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL CAPS I DE COCAL	E	CAPS I	616	R$ 28.305,00
PI	220271	Cocal de Telha	7796331	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL CAPS I COCAL DE TELHA	E	CAPS I	616	R$ 28.305,00
PI	220290	Corrente	7124392	CAPS I CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
PI	220310	Cristino Castro	7500963	PABLO SILVA ROCHA CAPS	E	CAPS I	616	R$ 28.305,00
PI	220370	Esperantina	7107145	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL CAPS I DE ESPERANTINA	E	CAPS I	616	R$ 28.305,00
PI	220390	Floriano	3888355	CAPS II CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL DE FLORIANO	M	CAPS II	617	R$ 33.086,25
PI	220390	Floriano	6970419	CAPS AD III	M	CAPS AD III	635	R$ 105.000,00
PI	220430	Fronteiras	7468733	CAPS I DE FRONTEIRAS	E	CAPS I	616	R$ 28.305,00
PI	220440	Gilbues	7329490	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL CAPS I DE GILBUES	E	CAPS I	616	R$ 28.305,00
PI	220450	Guadalupe	5318793	CAPS DE GUADALUPE	E	CAPS I	616	R$ 28.305,00
PI	220470	Inhuma	7261713	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL CAPS I DE INHUMA	E	CAPS I	616	R$ 28.305,00
PI	220520	Jaicos	7003064	CAPS DE JAICOS PI	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
PI	220550	Jose De Freitas	5449197	CAPS DE JOSE DE FREITAS	E	CAPS I	616	R$ 28.305,00
PI	220570	Luis Correia	3679993	CENTRO DE ACOMPANHAMENTO PSSICOSOCIAL DE LUIS CORREIA CAPS I	E	CAPS I	616	R$ 28.305,00
PI	220580	Luzilandia	5915090	CAPS DE LUZILANDIA	E	CAPS I	616	R$ 28.305,00
PI	220620	Miguel Alves	3896587	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL CAPS I MIGUEL ALVES	E	CAPS I	616	R$ 28.305,00
PI	220700	Oeiras	3541142	CAPS DE OEIRAS	E	CAPS I	616	R$ 28.305,00
PI	220770	Parnaiba	2323222	CAPS II DR VALTERDES M DE SAMPAIO	M	CAPS II	617	R$ 33.086,25
PI	220770	Parnaiba	3838196	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL ALCOOL E DROGA CAPS 24 H	M	CAPS AD III	635	R$ 105.000,00
PI	220780	Paulistana	5245214	CAPS DE PAULISTANA	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
PI	220780	Paulistana	7539444	CAPS AD ALCOOL E DROGAS	M	CAPS AD	619	R$ 39.780,00
PI	220780	Paulistana	7539452	CAPS I INFANTO JUVENIL	M	CAPS INFANTO-JUVENIL	620	R$ 32.130,00
PI	220780	Paulistana	7539479	CAPS II	M	CAPS II	617	R$ 33.086,25
PI	220790	Pedro Ii	6388388	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL CAPS I DE PEDRO II	E	CAPS I	616	R$ 28.305,00
PI	220800	Picos	5073340	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL CAPS AD	M	CAPS AD	619	R$ 39.780,00
PI	220800	Picos	7855567	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL CAPS II	M	CAPS II	617	R$ 33.086,25
PI	220810	Pimenteiras	7538707	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL DE PIMENTEIRAS CAPS I	E	CAPS I	616	R$ 28.305,00
PI	220820	Pio Ix	5816416	CAPS CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL DE PIO IX	E	CAPS I	616	R$ 28.305,00
PI	220830	Piracuruca	3688933	CENTRO DE ATENCAO PSICOSOCIAL CAPS I PIRACURUCA	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
PI	220840	Piripiri	3562484	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL CAPS DE PIRIPIRI	M	CAPS II	617	R$ 33.086,25
PI	220840	Piripiri	6047637	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL ALCOOL E DROGAS CAPS AD	M	CAPS AD	619	R$ 39.780,00
PI	220880	Regeneracao	6830277	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL CAPS I REGENERACAO	E	CAPS I	616	R$ 28.305,00
PI	220900	Rio Grande Do Piaui	7112572	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL CAPS I DE RIO GRANDE	E	CAPS I	616	R$ 28.305,00
PI	221000	Sao Joao Do Piaui	6602983	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
PI	221040	Sao Miguel Do Tapuio	6660096	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL CAPS I DE S M DO TAPUIO	E	CAPS I	616	R$ 28.305,00
PI	221050	Sao Pedro Do Piaui	5011787	CENTRO DE ATENCAO PSICOSOCIAL DE SAO PEDRO DO PIAUI	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
PI	221060	Sao Raimundo Nonato	3947548	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL SAO RAIMUNDO NONATO	E	CAPS II	617	R$ 33.086,25
PI	221070	Simoes	7802447	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL CAPS I SIMOES	E	CAPS I	616	R$ 28.305,00
PI	221080	Simplicio Mendes	6242944	CAPS I	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
PI	221100	Teresina	3660796	CAPS INFANTO JUVENIL DR MARTINELLI CAVALCA	M	CAPS INFANTO-JUVENIL	620	R$ 32.130,00
PI	221100	Teresina	3788032	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIALALCOOL E DROGA DR CLIDENOR	M	CAPS AD	619	R$ 39.780,00
PI	221100	Teresina	3866246	CENTRO DE ATENCAO PSICOSOCIAL CAPS II LESTE	M	CAPS II	617	R$ 33.086,25
PI	221100	Teresina	3876411	CAPS II CENTRO NORTE	M	CAPS II	617	R$ 33.086,25
PI	221100	Teresina	6427219	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL SUL	M	CAPS II	617	R$ 33.086,25
PI	221100	Teresina	6472869	CAPS II SUDESTE	M	CAPS II	617	R$ 33.086,25
PI	221100	Teresina	6617212	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL CAPSIII SUL	M	CAPS III	618	R$ 84.134,00
PI	221110	Uniao	3549771	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL EDSON SAMPAIO ALMEIDA	E	CAPS I	616	R$ 28.305,00
PI	221120	Urucui	3469824	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL CAPS URUCUI	E	CAPS I	616	R$ 28.305,00
PI	221130	Valenca Do Piaui	5869951	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL CAPS I VALENCA	E	CAPS I	616	R$ 28.305,00
PI	221130	Valenca Do Piaui	7551142	CAPS AD DE VALENCA DO PIAUI	E	CAPS AD	619	R$ 39.780,00
PR	410040	Almirante Tamandare	6002919	CAPS II ALMIRANTE TAMANDARE	M	CAPS II	617	R$ 33.086,25
PR	410110	Andira	3952207	CAPS I	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
PR	410140	Apucarana	5071577	CAPS AD CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL ALCOOL E DROGAS	M	CAPS AD	619	R$ 39.780,00
PR	410140	Apucarana	5655528	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL INFANTO JUVENIL CAPS I	M	CAPS INFANTO-JUVENIL	620	R$ 32.130,00
PR	410150	Arapongas	7352824	CAPS II FLAMINGOS	M	CAPS II	617	R$ 33.086,25
PR	410150	Arapongas	7352859	CAPS MARABU	M	CAPS AD	619	R$ 39.780,00
PR	410160	Arapoti	3953173	CAPS I ARAPOTI	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
PR	410180	Araucaria	3705609	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL TIPO II DE ARAUCARIA	M	CAPS II	617	R$ 33.086,25
PR	410180	Araucaria	3705684	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL AD DE ARAUCARIA	M	CAPS AD	619	R$ 39.780,00
PR	410200	Assis Chateaubriand	7445180	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00

PR	410210	Astorga	7336632	CAPS I AMOR E VIDA	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
PR	410240	Bandeirantes	5377900	CAPS I	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
PR	410280	Bela Vista do Paraiso	5066182	CAPS I DE BELA VISTA DO PARAISO	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
PR	410320	Bom Sucesso	7438214	CAPS I BOM SUCESSO	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
PR	410370	Cambe	2727218	CAPSI CAMBE	M	CAPS INFANTO-JUVENIL	620	R$ 32.130,00
PR	410370	Cambe	5113881	CENTRO DE APOIO PSICO SOCIAL TIPO II	M	CAPS II	617	R$ 33.086,25
PR	410380	Cambira	3338606	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL REGIONAL NOVA MENTE	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
PR	410400	Campina Grande do Sul	5254701	CAPS I CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
PR	410420	Campo Largo	3652726	CAPS II CAMPO LARGO DE CAMPO LARGO	M	CAPS II	617	R$ 33.086,25
PR	410420	Campo Largo	6258778	CAPS AD CAMPO LARGO	M	CAPS AD	619	R$ 39.780,00
PR	410425	Campo Magro	3739112	CENTRO DE ATENDIMENTO PSICOSSOIAL CAMPO MAGRO	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
PR	410430	Campo Mourao	3450694	ACOLHER	M	CAPS II	617	R$ 33.086,25
PR	410430	Campo Mourao	7540256	CAPS AD	M	CAPS AD	619	R$ 39.780,00
PR	410450	Capanema	7463685	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL CAPS I CAPANEMA PR	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
PR	410480	Cascavel	2737035	CAPSI SERVICO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL	M	CAPS INFANTO-JUVENIL	620	R$ 32.130,00
PR	410480	Cascavel	3240045	CAPS AD CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL PRA ALCOOL E DROGA	M	CAPS AD	619	R$ 39.780,00
PR	410480	Cascavel	3950352	CAPS III CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL	M	CAPS III	618	R$ 84.134,00
PR	410480	Cascavel	7407475	CAPS AD III	M	CAPS AD III	635	R$ 105.000,00
PR	410490	Castro	3575470	CAPS CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
PR	410540	Chopinzinho	3717844	CAPS I ANDRE MENEGUZZI	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
PR	410550	Cianorte	3708624	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL CAPS I	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
PR	410550	Cianorte	7604874	CAPS I MUNDO FELIZ	M	CAPS INFANTO-JUVENIL	620	R$ 32.130,00
PR	410580	Colombo	5092183	CAPS II COLOMBO	M	CAPS II	617	R$ 33.086,25
PR	410580	Colombo	5438403	CAPS AD COLOMBO	M	CAPS AD	619	R$ 39.780,00
PR	410590	Colorado	3823644	CAPS COLORADO	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
PR	410600	Congonhinhas	7535627	CAPS A D III DE CONGONHINHAS	M	CAPS AD III	635	R$ 105.000,00
PR	410620	Contenda	7344120	CAPS CONTENDA	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
PR	410640	Cornelio Procopio	3809234	CAPS II	M	CAPS II	617	R$ 33.086,25
PR	410650	Coronel Vivida	6298699	CAPS CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL DE CORONEL VIVIDA	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
PR	410650	Coronel Vivida	9114947	CAPS AD III REGIONAL DE CORONEL VIVIDA	M	CAPS AD III	635	R$ 105.000,00
PR	410690	Curitiba	15296	CENTRO PSIQUIATRICO METROPOLITANO	D	CAPS INFANTO-JUVENIL	620	R$ 32.130,00
PR	410690	Curitiba	2639432	UMS CENTRO VIDA CENT ESP DE VAL INT DO ADOLESCENTE	M	CAPS AD III	635	R$ 105.000,00
PR	410690	Curitiba	3258696	CAPS INFANTIL PINHEIRINHO	M	CAPS INFANTO-JUVENIL	620	R$ 32.130,00
PR	410690	Curitiba	3335887	CAPS BAIRRO NOVO	M	CAPS AD III	635	R$ 105.000,00
PR	410690	Curitiba	3379248	CAPS AD III CAJURU	M	CAPS AD III	635	R$ 105.000,00
PR	410690	Curitiba	5220041	CAPS INFANTIL BOA VISTA	M	CAPS INFANTO-JUVENIL	620	R$ 32.130,00
PR	410690	Curitiba	5319226	CAPS AD BOA VISTA	M	CAPS AD	619	R$ 39.780,00
PR	410690	Curitiba	5322219	CAPS II BIGORRILHO	M	CAPS II	617	R$ 33.086,25
PR	410690	Curitiba	5484405	CAPS AD III PORTAO	M	CAPS AD III	635	R$ 105.000,00
PR	410690	Curitiba	5708621	CAPS III PORTAO	M	CAPS III	618	R$ 84.134,00
PR	410690	Curitiba	6569749	CAPS AD MATRIZ	M	CAPS AD	619	R$ 39.780,00
PR	410690	Curitiba	7149573	CAPS BOA VISTA	M	CAPS III	618	R$ 84.134,00
PR	410690	Curitiba	7353820	CAPS III BOQUEIRAO	M	CAPS III	618	R$ 84.134,00
PR	410690	Curitiba	9695915	CAPS TATUQUARA	M	CAPS AD	619	R$ 39.780,00
PR	410720	Dois Vizinhos	3778606	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL DE DOIS VIZINHOS	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
PR	410765	Fazenda Rio Grande	5281210	CAPS II FAZENDA RIO GRANDE	M	CAPS II	617	R$ 33.086,25
PR	410800	Florestopolis	7408595	CAPS I DE FLORESTOPOLIS	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
PR	410830	Foz Do Iguacu	3085015	CAPS II	M	CAPS II	617	R$ 33.086,25
PR	410830	Foz Do Iguacu	3860256	CAPS AD SOLIDARIEDADE	M	CAPS AD	619	R$ 39.780,00
PR	410840	Francisco Beltrao	2667614	CENTRO DE ATENCAO PSICOSOCIAL DR WALTER ALBERTO PECOITS	M	CAPS II	617	R$ 33.086,25
PR	410840	Francisco Beltrao	7416350	CAPS AD II IRMA ALIX BENTO	M	CAPS AD	619	R$ 39.780,00
PR	410860	Goioere	6002102	CAPS DE GOIOERE	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
PR	410880	Guaira	7189591	CAPS I DOCE LAR	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
PR	410940	Guarapuava	2743221	CAPS II GUARAPUAVA	M	CAPS II	617	R$ 33.086,25
PR	410940	Guarapuava	6661297	CAPS AD GUARAPUAVA	M	CAPS AD	619	R$ 39.780,00
PR	410940	Guarapuava	7513739	CAPS AD III ADULTO CIS CENTRO OESTE	M	CAPS AD III	635	R$ 105.000,00
PR	410940	Guarapuava	7513747	CAPS AD III INFANTO JUVENIL CIS CENTRO OESTE	M	CAPS AD III	635	R$ 105.000,00
PR	410960	Guaratuba	6915132	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL RECOMECO	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
PR	410980	Ibipora	3703932	CAPS I IBIPORA	M	CAPS INFANTO-JUVENIL	620	R$ 32.130,00
PR	410980	Ibipora	5209285	CAPS I CECILIA PERUCO DELIBERADOR	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
PR	411070	Irati	6133282	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL	M	CAPS II	617	R$ 33.086,25
PR	411125	Itaperucu	3903893	CAPS 1 ITAPERUCU	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
PR	411150	Ivaipora	5411025	CAPS NOVA VIDA	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
PR	411180	Jacarezinho	3468445	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL	M	CAPS II	617	R$ 33.086,25
PR	411180	Jacarezinho	7753578	CAPS AD	M	CAPS AD	619	R$ 39.780,00
PR	411200	Jaguariaiva	2397927	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL VOVO TONICA	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
PR	411310	Kalore	7698461	CAPS I INTERMUNICIPAL DE KALORE	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
PR	411320	Lapa	3904334	CAPS I CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL LAPA PR	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
PR	411330	Laranjeiras Do Sul	6163920	CAPS LARANJEIRAS DO SUL	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
PR	411350	Loanda	3831167	CAPS I DE LOANDA	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
PR	411370	Londrina	2579308	CAPS I NUCL ATENCAO PSICO SOCIAL A CRIANCA E ADOLESCENTE	M	CAPS INFANTO-JUVENIL	620	R$ 32.130,00
PR	411370	Londrina	2579316	CAPS III CENTRO DE ATENCAO PSICOSOCIAL	M	CAPS III	618	R$ 84.134,00
PR	411370	Londrina	2579375	CAPSAD ESPACO VIDA COMUNIDADE TERAPEUTICA	M	CAPS AD	619	R$ 39.780,00

PR	411400	Mambore	7468806	CAPS ARTE DE VIVER	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
PR	411410	Mandaguacu	7688164	CAPS I RENASCER	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
PR	411420	Mandaguari	5327423	CAPS I CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
PR	411430	Mandirituba	7466161	CAPS MANDIRITUBA	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
PR	411440	Mangueirinha	9216928	CAPS CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
PR	411480	Marialva	3384799	CAPS I CENTRO DE ATENDIMENTO PSICOSSOCIAL MARIALVA PR	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
PR	411490	Marilandia Do Sul	7601220	CAPS I INTERMUNICIPAL MARILANDIA DO SUL	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
PR	411520	Maringa	2586312	CAPS III CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL III	M	CAPS III	618	R$ 84.134,00
PR	411520	Maringa	2594838	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL AD MARINGA	M	CAPS AD	619	R$ 39.780,00
PR	411520	Maringa	3065480	CAPS II CANCAO	M	CAPS II	617	R$ 33.086,25
PR	411520	Maringa	6896618	CAPSI SANTA FELICIDADE	M	CAPS INFANTO-JUVENIL	620	R$ 32.130,00
PR	411540	Marmeleiro	7373570	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL DE MARMELEIRO	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
PR	411540	Marmeleiro	7456859	CAPS AD III REGIONAL	M	CAPS AD III	635	R$ 105.000,00
PR	411570	Matinhos	9121609	CAPS CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
PR	411580	Medianeira	7034628	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
PR	411690	Nova Esperanca	5432472	CAPS NOVA ESPERANCA	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
PR	411730	Ortigueira	7544901	CAPS NISE DA SILVEIRA	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
PR	411750	Paicandu	5010071	CAPS I PAICANDU	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
PR	411760	Palmas	7672268	CAPS I CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
PR	411770	Palmeira	7232500	CAPS DR HOMERO DIAS BAPTISTA	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
PR	411790	Palotina	6411029	CAPS 1 CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL DE PALOTINA	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
PR	411820	Paranagua	5370248	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL CAPS I	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
PR	411840	Paranavai	2753553	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL	M	CAPS II	617	R$ 33.086,25
PR	411840	Paranavai	5905893	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL ALCOOL E DROGA CAPS AD	M	CAPS AD	619	R$ 39.780,00
PR	411840	Paranavai	7364717	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL INFANTIL	M	CAPS INFANTO-JUVENIL	620	R$ 32.130,00
PR	411850	Pato Branco	28592	CAPS II CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL	M	CAPS II	617	R$ 33.086,25
PR	411915	Pinhais	5141311	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL II PINHAIS	M	CAPS II	617	R$ 33.086,25
PR	411915	Pinhais	6374352	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL AD AD PINHAIS	M	CAPS AD	619	R$ 39.780,00
PR	411930	Pinhao	3883760	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL CAPS I DE PINHAO	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
PR	411940	Pirai Do Sul	7295359	CAPS CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL DE PIRAI DO SUL	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
PR	411950	Piraquara	5075483	CAPS II PIRAQUARA	M	CAPS II	617	R$ 33.086,25
PR	411950	Piraquara	5260981	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL CAPS AD PIRAQUARA	M	CAPS AD	619	R$ 39.780,00
PR	411960	Pitanga	3977641	CAPS	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
PR	411990	Ponta Grossa	3199452	CAPS CENTRO DA ATENCAO PSICOSOCIAL AD	M	CAPS AD	619	R$ 39.780,00
PR	411990	Ponta Grossa	5236606	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL CAPS II	M	CAPS II	617	R$ 33.086,25
PR	411990	Ponta Grossa	7201184	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL INFANTIL CAPS I	M	CAPS INFANTO-JUVENIL	620	R$ 32.130,00
PR	412060	Prudentopolis	5024609	CAPS CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL PRUDENTOPOLIS	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
PR	412060	Prudentopolis	6902200	CAPS AD PRUDENTOPOLIS	M	CAPS AD	619	R$ 39.780,00
PR	412080	Quatro Barras	5672333	CAPS I	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
PR	412140	Realeza	7317697	CAPS I REALEZA	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
PR	412220	Rio Branco Do Sul	5371481	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL CAPS I	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
PR	412230	Rio Negro	5091683	CAPS I RIO NEGRO	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
PR	412240	Rolandia	2773996	CAPS II CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL DE ROLANDIA	M	CAPS II	617	R$ 33.086,25
PR	412240	Rolandia	3227553	CAPS AD CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL DE ROLANDIA	M	CAPS AD	619	R$ 39.780,00
PR	412240	Rolandia	6075177	CAPSI CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL INFANTIL	M	CAPS INFANTO-JUVENIL	620	R$ 32.130,00
PR	412385	Santa Maria Do Oeste	7588062	CAPS I PAGINAS DA VIDA	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
PR	412405	Santa Terezinha De Itaipu	7696892	CAPS CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
PR	412410	Santo Antonio Da Platina	5081130	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL DE SANTO A DA PLATINA	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
PR	412440	Santo Antonio Do Sudoeste	6743897	CAPS I DA FRONTEIRA SANTO ANTONIO DO SUDOESTE	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
PR	412550	Sao Jose Dos Pinhais	3709256	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL ALCOOL E DROGAS	M	CAPS AD	619	R$ 39.780,00
PR	412550	Sao Jose Dos Pinhais	7024878	CAPSI SAO JOSE DOS PINHAIS	M	CAPS INFANTO-JUVENIL	620	R$ 32.130,00
PR	412550	Sao Jose Dos Pinhais	7125313	CAPS II SAO JOSE DOS PINHAIS	M	CAPS II	617	R$ 33.086,25
PR	412560	Sao Mateus Do Sul	7240104	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL SAO MATEUS DO SUL	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
PR	412570	Sao Miguel Do Iguacu	7444982	CAPS	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
PR	412625	Sarandi	3906256	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL INDEPENDENCIA	M	CAPS II	617	R$ 33.086,25
PR	412710	Telemaco Borba	5204364	CENTRO DE APOIO PSICOSSOCIAL	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
PR	412720	Terra Boa	5930219	CAPS I MAIS VIDA	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
PR	412750	Tibagi	9299068	CAPSTI CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL DE TIBAGI	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
PR	412770	Toledo	3586030	CAPS II CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL	M	CAPS II	617	R$ 33.086,25
PR	412770	Toledo	6120768	CAPS AD CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL ALCOOL E DROGAS	M	CAPS AD	619	R$ 39.780,00
PR	412770	Toledo	7481888	CAPS AD III CENTRO DE ASSISTENCIA PSICOSOCIAL ALCOOL E DROGA	M	CAPS AD III	635	R$ 105.000,00
PR	412800	Ubirata	6716865	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL DE UBIRATA	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
PR	412810	Umuarama	5075181	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL CAPS AD II	M	CAPS AD	619	R$ 39.780,00
PR	412810	Umuarama	5117704	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL CAPS II UMUARAMA	M	CAPS II	617	R$ 33.086,25
PR	412820	Uniao Da Vitoria	5374855	CAPS CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
RJ	330010	Angra dos Reis	2280906	CENTRO DE ATIVIDADES INTEGRADAS EM SAUDE MENTAL CAIS	M	CAPS II	617	R$ 33.086,25
RJ	330010	Angra dos Reis	6454135	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL INFANTIL CAPSI	M	CAPS INFANTO-JUVENIL	620	R$ 32.130,00
RJ	330020	Araruama	7026277	CAPS II DR ULYSSES CHAVES GORGULHO	M	CAPS II	617	R$ 33.086,25
RJ	330023	Armacao dos Buzios	7159420	CENTRO DE ATENCAO PSICOSOCIAL DE ARMACAO DOS BUZIOS CAPSI	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
RJ	330025	ARRAIAL DO CABO	7800290	CAPS DE ARRAIAL DO CABO	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
RJ	330030	Barra do Pirai	3024075	CAPS NOSSA CASA	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
RJ	330030	Barra do Pirai	7157290	CAPSI BEM VIVER	M	CAPS INFANTO-JUVENIL	620	R$ 32.130,00
RJ	330040	Barra Mansa	2279819	CAPSII ESTACAO MENTAL	M	CAPS II	617	R$ 33.086,25
RJ	330040	Barra Mansa	2804654	CAPSI ESTACAO VIVER	M	CAPS INFANTO-JUVENIL	620	R$ 32.130,00
RJ	330045	Belford Roxo	2289644	CAPS ADULTO BELFORD ROXO	M	CAPS II	617	R$ 33.086,25
RJ	330045	Belford Roxo	3320979	CAPS ALCOOL E DROGAS ZAIRA VICENTE BICCHIERI	M	CAPS AD	619	R$ 39.780,00
RJ	330045	Belford Roxo	3320995	CAPS INFANTO JUVENIL DE BELFORD ROXO	M	CAPS INFANTO-JUVENIL	620	R$ 32.130,00
RJ	330050	Bom Jardim	6568025	CAPS UNIDADE BOM JARDIM	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
RJ	330060	Bom Jesus do Itabapoana	2282429	CAPS CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
RJ	330070	Cabo Frio	5923182	CAPS DR LEONARDO JORGE DOS SANTOS MACHADO	M	CAPS II	617	R$ 33.086,25
RJ	330070	Cabo Frio	7075901	CAPS AD EDUARDO GUIMARAES ROCHA	M	CAPS AD	619	R$ 39.780,00
RJ	330080	Cachoeiras de Macacu	3814580	CAPS DE CACHOEIRAS DE MACACU	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
RJ	330095	Comendador Levy Gasparian	2296861	CAPS DE COM LEVY GASPARIAN	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
RJ	330100	Campos dos Goytacazes	2287560	CAPS DR JOAO BATISTA DE ARAUJO GOMES	M	CAPS II	617	R$ 33.086,25
RJ	330100	Campos dos Goytacazes	2812711	CAPS DR ARI VIANA	M	CAPS AD	619	R$ 39.780,00
RJ	330100	Campos dos Goytacazes	5428092	CAPSI JOAO CASTELO BRANCO	M	CAPS INFANTO-JUVENIL	620	R$ 32.130,00
RJ	330110	Cantagalo	2294044	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL CAPS	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
RJ	330120	Carmo	2296799	CAPS	M	CAPS II	617	R$ 33.086,25
RJ	330130	Casimiro de Abreu	7808070	CAPS ROCHILANE VILELA DA SILVA	M	CAPS II	616	R$ 33.086,25

RJ	330140	Conceicao de Macabu	5095816	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL DE CONCEICAO DE MACABU	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
RJ	330150	Cordeiro	2294109	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
RJ	330170	Duque De Caxias	2283433	CAPS CENTRO DE ATENPSICOSSOCIAL DRLESLIE SCHAVIN	M	CAPS II	617	R$ 33.086,25
RJ	330170	Duque De Caxias	3394662	CENTRO DE AT PSICOSINFANTO JUVENIL DE DCAXIAS CAPSIJ DC	M	CAPS INFANTO-JUVENIL	620	R$ 32.130,00
RJ	330170	Duque De Caxias	7032862	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL IMBARIE	M	CAPS II	617	R$ 33.086,25
RJ	330170	Duque De Caxias	7064357	CAPSAD RENATO RUSSO	M	CAPS AD	619	R$ 39.780,00
RJ	330180	Engenheiro Paulo De Frontin	5236878	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
RJ	330185	Guapimirim	6287832	CAPS CENTRO DE ATENCAO PSICOSOCIAL	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
RJ	330187	Iguaba Grande	7354231	CENTRO PSICOSSOCIAL DE IGUABA GRANDE	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
RJ	330190	Itaborai	2693887	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL PEDRA BONITA	M	CAPS II	617	R$ 33.086,25
RJ	330190	Itaborai	5722373	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL INFANTO JUVENIL JOAO CAETANO	M	CAPS INFANTO-JUVENIL	620	R$ 32.130,00
RJ	330200	Itaguai	2284952	CAPS BEM VIVER	M	CAPS II	617	R$ 33.086,25
RJ	330200	Itaguai	3386694	CAPS AD VIVA VIDA	M	CAPS AD	619	R$ 39.780,00
RJ	330200	Itaguai	6630154	CAPSI CASINHA AZUL	M	CAPS INFANTO-JUVENIL	620	R$ 32.130,00
RJ	330205	Italva	3573419	CAPS ITALVA CARDOSO MOREIRA	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
RJ	330210	Itaocara	2290421	CAPS ITAOCARA	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
RJ	330220	Itaperuna	2279150	CAPS II	M	CAPS II	617	R$ 33.086,25
RJ	330220	Itaperuna	3871568	CAPS AD	M	CAPS AD	619	R$ 39.780,00
RJ	330220	Itaperuna	6462545	CAPSI	M	CAPS INFANTO-JUVENIL	620	R$ 32.130,00
RJ	330225	Itatiaia	5608279	CAPS RUBENS ALVES VIANA	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
RJ	330227	Japeri	3019977	CAPS DR JORGE TANNUS REJAME	M	CAPS II	617	R$ 33.086,25
RJ	330240	Macae	3993043	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL DE MACAE	M	CAPS II	617	R$ 33.086,25
RJ	330240	Macae	5836409	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL CAPS AD PORTO	M	CAPS AD	619	R$ 39.780,00
RJ	330240	Macae	6608965	CENTRO ATENCAO PSICOSSOCIAL INFANTO JUVENIL CAPSI OF VIDA	M	CAPS INFANTO-JUVENIL	620	R$ 32.130,00
RJ	330245	Macuco	7412673	CAPS I MACUCO	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
RJ	330250	Mage	2697386	CAPS CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL LIDIA MENEZES	M	CAPS II	617	R$ 33.086,25
RJ	330250	Mage	3361691	CAPS AD CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL ALCOOL E DROGAS	M	CAPS AD	619	R$ 39.780,00
RJ	330250	Magé	7131666	CAPSI CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL INFANTO JUVENIL	M	CAPS INFANTO-JUVENIL	620	R$ 32.130,00
RJ	330260	Mangaratiba	5485886	CAPS MANGARATIBA	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
RJ	330270	Marica	7321716	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL DE MARICA	M	CAPS II	617	R$ 33.086,25
RJ	330270	Marica	9118268	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL ALCOOL E DROGAS CAPS AD	M	CAPS AD	619	R$ 39.780,00
RJ	330280	Mendes	2697416	CAPS HUGO DE CARVALHO PEDROSO	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
RJ	330285	Mesquita	5026245	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL CASA VERDE	M	CAPS II	617	R$ 33.086,25
RJ	330285	Mesquita	6668399	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL ALCOOL E DROGAS	M	CAPS AD	619	R$ 39.780,00
RJ	330290	Miguel Pereira	6849350	CAPS LUGAR DE SONHAR	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
RJ	330300	Miracema	4045904	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL LYDIANE M BARROS MIRACEMA	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
RJ	330310	Natividade	3725804	CENTRO DE ATENCAO PSICO SOCIAL	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
RJ	330320	Nilopolis	3267490	CAPS II ESPACO VIVO NILOPOLIS	M	CAPS II	617	R$ 33.086,25
RJ	330320	Nilopolis	7326106	CAPS AD II NOVOS TEMPOS	M	CAPS AD	619	R$ 39.780,00
RJ	330330	Niteroi	2293269	CAPS HERBERT DE SOUZA	M	CAPS II	617	R$ 33.086,25
RJ	330330	Niteroi	2298856	CAPS CASA DO LARGO	M	CAPS II	617	R$ 33.086,25
RJ	330330	Niteroi	3015335	CRIAAUFF	M	CAPS AD	619	R$ 39.780,00
RJ	330330	Niteroi	3296598	CAPS ALAMEDA ALCOOL E DROGAS	M	CAPS AD	619	R$ 39.780,00
RJ	330330	Niteroi	3708330	CAPSI MONTEIRO LOBATO	M	CAPS INFANTO-JUVENIL	620	R$ 32.130,00
RJ	330340	Nova Friburgo	3181421	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL DE NOVA FRIBURGO	M	CAPS II	617	R$ 33.086,25
RJ	330350	Nova Iguacu	2284111	CAPS III JAYR NOGUEIRA	M	CAPS III	618	R$ 84.134,00
RJ	330350	Nova Iguacu	6376835	CAPS AD VANDERLEI MARINS	M	CAPS AD	619	R$ 39.780,00
RJ	330350	NOVA IGUACU	6409792	CAPSI DOM ADRIANO HIPOLITO	M	CAPS INFANTO-JUVENIL	620	R$ 32.130,00
RJ	330360	Paracambi	2279584	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL CAPS	M	CAPS II	617	R$ 33.086,25
RJ	330360	Paracambi	3924491	CAPS AD II RENASCER	M	CAPS AD	619	R$ 39.780,00
RJ	330360	Paracambi	7152396	CAPSI ADRIANO DE OLIVEIRA PASSOS	M	CAPS INFANTO-JUVENIL	620	R$ 32.130,00
RJ	330370	Paraiba Do Sul	2697424	CAPS PARAIBA DO SUL	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
RJ	330370	Paraiba Do Sul	3584976	CAPS AD CENTRO REG DE RECUP DE DEPEND QUIMICOS DR P DELGADO	M	CAPS AD	619	R$ 39.780,00
RJ	330380	Paraty	2291002	CENTRO DE ATENCAO INTEGRAL A SAUDE MENTAL	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
RJ	330385	Paty Do Alferes	7422415	CAPS PATY DO ALFERES	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
RJ	330390	Petropolis	5441757	CAPS I SYLVIA ORTHOF	M	CAPS INFANTO-JUVENIL	620	R$ 32.130,00
RJ	330390	Petropolis	5441870	CAPS II NISE DA SILVEIRA	M	CAPS II	617	R$ 33.086,25
RJ	330390	Petropolis	6706258	CAPS AD III	M	CAPS AD III	635	R$ 105.000,00
RJ	330395	Pinheiral	2294540	NUCLEO DE ATENDIMENTO PSICOSSOCIAL	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
RJ	330400	Pirai	5104823	CAPS REVIVER	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
RJ	330410	Porciuncula	5480655	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL DE PORCIUNCULA	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
RJ	330411	Porto Real	5304148	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
RJ	330412	Quatis	9006095	CAPS NILTON DA SILVA EMILIANO	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
RJ	330414	Queimados	4046129	CENTRO DE ATENDIMENTO PSICOSSOCIAL DE QUEIMADOS	M	CAPS II	617	R$ 33.086,25
RJ	330414	Queimados	6974325	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL INFANTO JUVENIL	M	CAPS INFANTO-JUVENIL	620	R$ 32.130,00
RJ	330415	Quissama	2704366	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
RJ	330420	Resende	2273152	CAPS NUCLEO DE ATENCAO CASA ABERTA	M	CAPS II	617	R$ 33.086,25
RJ	330420	Resende	2288621	CAPSI CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL INFANTO JUVENIL	M	CAPS INFANTO-JUVENIL	620	R$ 32.130,00
RJ	330420	Resende	2288834	CAPS AD RESENDE	M	CAPS AD	619	R$ 39.780,00
RJ	330430	Rio Bonito	2697408	CAPS DR CLEBER PAIXAO	M	CAPS II	617	R$ 33.086,25
RJ	330440	Rio Claro	7570147	CAPS MINHA VIDA	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
RJ	330452	Rio Das Ostras	5851858	CAPS CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL RIO DAS OSTRAS	M	CAPS II	617	R$ 33.086,25
RJ	330455	Rio De Janeiro	2280701	SES RJ CAPS AD CENTRA RIO	E	CAPS AD	619	R$ 39.780,00
RJ	330455	Rio De Janeiro	2698846	UFRJ INST PSIQ CAPSI IPUB CARIM	M	CAPS INFANTO-JUVENIL	620	R$ 32.130,00
RJ	330455	Rio De Janeiro	2708388	SMS CAPS PEDRO PELLEGRINO AP 52	M	CAPS II	617	R$ 33.086,25

RJ	330455	Rio De Janeiro	2708396	SMSDC CAPS SIMAO BACAMARTE AP 53	M	CAPS II	617	R$ 33.086,25
RJ	330455	Rio De Janeiro	2708418	SMSDC CAPSI PEQUENO HANS AP 51	M	CAPS INFANTO-JUVENIL	620	R$ 32.130,00
RJ	330455	Rio De Janeiro	3018091	SMS CAPS LIMA BARRETO AP 51	M	CAPS II	617	R$ 33.086,25
RJ	330455	Rio De Janeiro	3403238	SMS CAPS RUBENS CORREA AP 33	M	CAPS II	617	R$ 33.086,25
RJ	330455	Rio De Janeiro	3567494	SMS CAPS ERNESTO NAZARETH AP 31	M	CAPS II	617	R$ 33.086,25
RJ	330455	Rio De Janeiro	3567516	SMSDC CAPSIJ ELIZA SANTA ROZA AP 40	M	CAPS INFANTO-JUVENIL	620	R$ 32.130,00
RJ	330455	Rio De Janeiro	3567532	SMS CAPS PROFETA GENTILEZA AP 52	M	CAPS II	617	R$ 33.086,25
RJ	330455	Rio De Janeiro	5034272	SMS CAPS ARTHUR BISPO DO ROSARIO AP 40	M	CAPS II	617	R$ 33.086,25
RJ	330455	Rio De Janeiro	5240832	SMS CAPS FERNANDO DINIZ AP 31	M	CAPS II	617	R$ 33.086,25
RJ	330455	Rio De Janeiro	5313783	SMSDC CAPS LINDA BATISTA AP 33	M	CAPS II	617	R$ 33.086,25
RJ	330455	Rio De Janeiro	5346320	SMS CAPS CLARICE LISPECTOR AP 32	M	CAPS II	617	R$ 33.086,25
RJ	330455	Rio De Janeiro	5413605	SMS CAPS AD RAUL SEIXAS AP 32	M	CAPS AD III	635	R$ 105.000,00
RJ	330455	Rio De Janeiro	5423430	SMS CAPSI MARIA CLARA MACHADO AP 32	M	CAPS INFANTO-JUVENIL	620	R$ 32.130,00
RJ	330455	Rio De Janeiro	5874408	SMS CAPS TORQUATO NETO AP 32	M	CAPS II	617	R$ 33.086,25
RJ	330455	Rio De Janeiro	6044697	SMS CAPS AD MANE GARRINCHA AP 22	M	CAPS AD	619	R$ 39.780,00
RJ	330455	Rio De Janeiro	6185045	SMSDC CAPSI JOAO DE BARRO AP 52	M	CAPS INFANTO-JUVENIL	620	R$ 32.130,00
RJ	330455	Rio De Janeiro	6527027	SMS CAPS JOAO FERREIRA SILVA FILHO AP 31	M	CAPS III	618	R$ 84.134,00
RJ	330455	Rio De Janeiro	6551556	SMS CAPS MARIA DO SOCORRO SANTOS AP 21	M	CAPS III	618	R$ 84.134,00
RJ	330455	Rio De Janeiro	7052006	SMS CAPSI MAURICIO DE SOUSA AP 21	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
RJ	330455	Rio De Janeiro	7080522	SMS CAPS AD II ANTONIO CARLOS MUSSUM AP 40	M	CAPS AD III	635	R$ 105.000,00
RJ	330455	Rio De Janeiro	7113137	SMS CAPSI HEITOR VILLA LOBOS AP 33	M	CAPS INFANTO-JUVENIL	620	R$ 32.130,00
RJ	330455	Rio De Janeiro	7118376	SMS CAPS AD JULIO CESAR DE CARVALHO AP 53	M	CAPS AD	619	R$ 39.780,00
RJ	330455	Rio De Janeiro	7325401	UERJ POLICLINICA PIQUET CARNEIRO	M	CAPS II	617	R$ 33.086,25
RJ	330455	Rio De Janeiro	7561660	SMS CAPS AD MIRIAM MAKEBA AP 31	M	CAPS AD III	635	R$ 105.000,00
RJ	330455	Rio De Janeiro	7656106	SMS RIO CAPS AD III PAULO DA PORTELA AP 33	M	CAPS AD III	635	R$ 105.000,00
RJ	330455	Rio De Janeiro	7884524	SMS CAPS FRANCO BASAGLIA AP 21	M	CAPS III	618	R$ 84.134,00
RJ	330455	Rio De Janeiro	7926103	SMS CAPS NEUSA SANTOS SOUZA AP 51	M	CAPS II	617	R$ 33.086,25
RJ	330455	Rio De Janeiro	9029354	SMS CAPS CARLOS AUGUSTO DA SILVA MAGAL AP 31	M	CAPS II	617	R$ 33.086,25
RJ	330455	Rio De Janeiro	9051538	SMS CAPS III MANOEL DE BARROS AP 40	M	CAPS II	617	R$ 33.086,25
RJ	330460	Santa Maria Madalena	6306276	CAPS I SANTA MARIA MADALENA	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
RJ	330470	Santo Antonio De Padua	2275163	CAPS ILHA DA CONVIVENCIA	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
RJ	330475	Sao Francisco De Itabapoana	6689531	CAPS I MARCOS ANTONIO ARANTES DE OLIVEIRA	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
RJ	330480	Sao Fidelis	5261228	CENTRO DE ATENCAO A SAUDE MENTAL DR HELIO DOS SANTOS SODRE	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
RJ	330490	Sao Goncalo	2697092	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL CAPS PAULO MARCOS COSTA	M	CAPS II	617	R$ 33.086,25
RJ	330490	Sao Goncalo	5261287	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL CAPSI ZE GAROTO	M	CAPS INFANTO-JUVENIL	620	R$ 32.130,00
RJ	330490	Sao Goncalo	6432050	CEMOT DQ CENTRO MUNIC ORIENT TRAT DEPEND QUIMICO CAPS AD	M	CAPS AD	619	R$ 39.780,00
RJ	330500	Sao Joao Da Barra	7420013	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL ANTONIO CARLOS ALVES NOVAS	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
RJ	330510	Sao Joao De Meriti	2283980	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL CAPS II VILA JURANDYR	M	CAPS II	617	R$ 33.086,25
RJ	330510	Sao Joao De Meriti	6257283	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL INFANTO JUVENIL MANINHO CAPSI	M	CAPS INFANTO-JUVENIL	620	R$ 32.130,00
RJ	330510	Sao Joao De Meriti	6445241	CAPS AD	M	CAPS AD	619	R$ 39.780,00
RJ	330515	São José do Vale do Rio Preto	7843720	CAPS	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
RJ	330520	Sao Pedro Da Aldeia	2283417	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
RJ	330530	Sao Sebastiao do Alto	2697106	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL DE SAO SEBASTIAO DO ALTO	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
RJ	330540	Sapucaia	6746691	CAPS I HELOISA ORICHIO	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
RJ	330550	Saquarema	6882994	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL DE SAQUAREMA	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
RJ	330555	Seropedica	3020983	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL BICHO DA SEDA	M	CAPS II	617	R$ 33.086,25
RJ	330555	Seropedica	6537472	CAPSI JOAO E MARIA	M	CAPS INFANTO-JUVENIL	620	R$ 32.130,00
RJ	330560	Silva Jardim	6989500	CENTRO DE ATENCAO PISICOSSOCIAL DR JOSE GOMES LILA	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
RJ	330570	Sumidouro	2298333	CENTRO DE ATENDIMENTO PSICOSSOCIAL	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
RJ	330575	Tangua	7569815	CAPS DOUTOR IVO LIMA KELIS	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
RJ	330580	Teresopolis	6687814	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL CAPS II	M	CAPS II	617	R$ 33.086,25
RJ	330580	Teresopolis	6687822	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL INFANTO JUVENIL CAPSI	M	CAPS INFANTO-JUVENIL	620	R$ 32.130,00
RJ	330600	Tres Rios	5923093	CAPS II MARGARETH OBEICA MEIRELLES	M	CAPS II	617	R$ 33.086,25
RJ	330600	Tres Rios	6463126	CAPS AD DR ZILDA JANUZZI VELOSO	M	CAPS AD III	635	R$ 105.000,00
RJ	330610	Valenca	2697394	CAPS II VALENCA	M	CAPS II	617	R$ 33.086,25
RJ	330610	Valenca	6844022	CAPS ALCOOL E DROGAS	M	CAPS AD	619	R$ 39.780,00
RJ	330620	Vassouras	6471846	CAPS DR HORACIO TAVERNAD DOS SANTOS	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
RJ	330630	Volta Redonda	24740	CAPS USINA DE SONHOS CENTRO DE ATENCAO PSICISSOCIAL	M	CAPS II	617	R$ 33.086,25
RJ	330630	Volta Redonda	24783	CAPS VIVA VIDA CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL INFANTIL	M	CAPS INFANTO-JUVENIL	620	R$ 32.130,00
RJ	330630	Volta Redonda	25968	CAPS VILA VILA ESPERANCA	M	CAPS II	617	R$ 33.086,25
RJ	330630	Volta Redonda	5076315	CAPS AD II CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL DE ALCOOL E DROGA	M	CAPS AD	619	R$ 39.780,00
RJ	330630	Volta Redonda	6478697	CAPS DR SERGIO SIBILIO FRITSCH	M	CAPS II	617	R$ 33.086,25
RN	240020	Açu	3906280	CAPS I	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
RN	240100	Apodi	5091179	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL CAPS 1	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
RN	240110	Areia Branca	5669065	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL CAPS I	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
RN	240145	Barauna	5397731	CENTRO DE ATENDIMENTO PSICOSSOCIAL JOSE VITALINO CAPS I	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
RN	240200	Caico	2665743	CENTRO DE APOIO PSICOSSOCIAL	M	CAPS III	618	R$ 84.134,00
RN	240200	Caico	7572522	CAPS AD CAICO	M	CAPS AD	619	R$ 39.780,00
RN	240220	Canguaretama	6462766	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL CAPS I	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
RN	240230	Caraubas	6833012	CAPS ASSIS REINALDO FERNANDES GURGEL	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
RN	240260	Ceara-Mirim	6577830	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL CAPS II	M	CAPS II	617	R$ 33.086,25
RN	240260	Ceara-Mirim	6613780	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL CAPS AD	M	CAPS AD	619	R$ 39.780,00
RN	240310	Currais Novos	3803775	CAPS CENTRO DE APOIO PSIQUICO SOCIAL MARIA VENUS CUNHA	M	CAPS II	617	R$ 33.086,25
RN	240325	Parnamirim	6844073	CENTRO DE ATENCAO PSICOSOCIAL INFANTIL CAPS I	M	CAPS INFANTO-JUVENIL	620	R$ 32.130,00
RN	240325	Parnamirim	7456972	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL CAPS II	M	CAPS II	617	R$ 33.086,25
RN	240360	Extremoz	7375042	CENTRO PSICOSSOCIAL DE EXTREMOZ CAPS I	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
RN	240420	Goianinha	6464343	CENTRO DE ATENCAO PSICOSOSIAL CAPS	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
RN	240580	Joao Camara	6759521	CAPS I CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
RN	240610	Jucurutu	3877744	CAPS VEREADOR AFONSO PAULO DE ARAUJO	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
RN	240710	Macaiba	3152669	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL CAPS II	M	CAPS II	617	R$ 33.086,25
RN	240710	Macaiba	5148685	CAPS AD MACAIBA	M	CAPS AD	619	R$ 39.780,00
RN	240720	Macau	6694896	CENTRO DE APOIO PSICOSSOCIAL AD	M	CAPS AD	619	R$ 39.780,00
RN	240800	Mossoro	2743515	CAPS ENF MARIANA NEUMAM VIDAL DA COSTA	M	CAPS II	617	R$ 33.086,25
RN	240800	Mossoro	3393089	CAPS INFANTIL MARIA DE FATIMA ARAUJO FERNANDES DE MEDEIROS	M	CAPS INFANTO-JUVENIL	620	R$ 32.130,00
RN	240800	Mossoro	3393100	CAPS II ANTONIO HERCULANO SOARES DE OLIVEIRA	M	CAPS II	617	R$ 33.086,25
RN	240800	Mossoro	3519414	CAPS AD	M	CAPS AD III	635	R$ 105.000,00

RN	240800	Mossoro	3884384	UBS DR PAULO JANSEM DANTAS	M	CAPS AD	619	R$ 39.780,00
RN	240810	Natal	2408643	CAPS II LESTE	M	CAPS II	617	R$ 33.086,25
RN	240810	Natal	2408716	CAPS AD II LESTE	M	CAPS AD	619	R$ 39.780,00
RN	240810	Natal	2409127	CAPS II OESTE	M	CAPS II	617	R$ 33.086,25
RN	240810	Natal	2679523	CAPS AD II NORTE	M	CAPS AD	619	R$ 39.780,00
RN	240810	Natal	5358329	CAPS II INFANTIL	M	CAPS INFANTO-JUVENIL	620	R$ 32.130,00
RN	240830	Nova Cruz	6486479	CAPS AD GERALDO DE SOUZA CAVALCANTE	M	CAPS AD III	635	R$ 105.000,00
RN	240880	Parazinho	7414722	CAPS PARAZINHO	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
RN	240890	Parelhas	3928225	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL DE PARELHAS	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
RN	240930	Patu	6803857	CAPS	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
RN	240940	Pau Dos Ferros	5492335	C A P S CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL DE PAU DOS FERROS	M	CAPS II	617	R$ 33.086,25
RN	241120	Santa Cruz	3391639	CAPS FRANCISCA MARIA DA CONCEICAO CHIQUITA	M	CAPS II	617	R$ 33.086,25
RN	241150	Santo Antonio	6261426	CAPS SANTO ANTONIO	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
RN	241200	Sao Goncalo do Amarante	3715922	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL CAPS II	M	CAPS II	617	R$ 33.086,25
RN	241220	Sao Jose De Mipibu	3834468	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL CAPS	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
RN	241230	Sao Jose Do Campestre	6931065	CAPS CAMPESTRE	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
RN	241250	Sao Miguel	3728358	CAPS DE SAO MIGUEL	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
RN	241260	Sao Paulo Do Potengi	6463622	CAPS I TEREZINHA MARIA TRAJANO	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
RN	241440	Touros	7858612	CAPS LUIZA DE FRANCA LEITE	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
RO	110001	Alta Floresta D'Oeste	3283577	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
RO	110002	Ariquemes	3425509	CAPS II CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL DE ARIQUEMES	M	CAPS II	617	R$ 33.086,25
RO	110004	Cacoal	3539954	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL DE CACOAL CAPS II	M	CAPS II	617	R$ 33.086,25
RO	110005	Cerejeiras	5571340	UNIDADE DE SAUDE MENTAL DE CEREJEIRAS	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
RO	110006	Colorado do Oeste	5499984	CAPS I CENTRO DE SAUDE PSICOSOCIAL DR MALON CESAR REZENDE	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
RO	110009	Espigao D'Oeste	7137109	CAPS	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
RO	110010	Guajara-Mirim	3965872	CAPS NOSSA CASA DE GUAJARA MIRIM	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
RO	110011	Jaru	5054141	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL DE JARU JARU	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
RO	110012	Ji-Parana	3492141	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL CAPS II RAIO DE LUZ	M	CAPS II	617	R$ 33.086,25
RO	110013	Machadinho D'Oeste	5004470	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL CAPS	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
RO	110015	Ouro Preto Do Oeste	6168752	CENTRO DE APOIO PSICOSSOCIAL CAPS	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
RO	110018	Pimenta Bueno	6203345	CAPS I	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
RO	110020	Porto Velho	2806495	CAPS DO MUNICIPIO DE PORTO VELHO	M	CAPS II	617	R$ 33.086,25
RO	110020	Porto Velho	3431290	CAPS II ESTADUAL MADEIRA MAMORE	E	CAPS II	617	R$ 33.086,25
RO	110020	Porto Velho	6365469	CAPS AD	M	CAPS AD	619	R$ 39.780,00
RO	110020	Porto Velho	7089937	CAPS INFANTO JUVENIL	M	CAPS INFANTO-JUVENIL	620	R$ 32.130,00
RO	110025	Presidente Medici	3602184	CENTRO DE ATENDIMENTO PSICOSOCIAL BEM VIVER	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
RO	110028	Rolim De Moura	3600254	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
RO	110030	Vilhena	2798468	CAPS I CENTRO DE ATENDIMENTO PSICOSOCIAL	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
RO	110033	Nova Mamore	5121671	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL SERVICO DE SAUDE MENTAL	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
RO	110045	Buritis	7587325	CAPS I BURITIS	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
RR	140005	Alto Alegre	7000642	CENTRO DE ATENCAO PSICOSOCIAL	E	CAPS I	616	R$ 28.305,00
RR	140010	Boa Vista	3068692	UNIDADE INTEGRADA DE SAUDE MENTAL	E	CAPS III	618	R$ 84.134,00
RR	140010	Boa Vista	6259170	CENTRO DE RECUPERACAO E PROMOCAO HUMANA CRPH	E	CAPS AD III	635	R$ 105.000,00
RR	140010	Boa Vista	6902669	CAPS II CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL	M	CAPS II	617	R$ 33.086,25
RR	140015	Bonfim	6965865	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL CAPS I	E	CAPS I	616	R$ 28.305,00
RR	140017	Canta	7916930	CAPS I CANTA	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
RR	140020	Caracarai	6116183	CAPS I CARACARAI	E	CAPS I	616	R$ 28.305,00
RR	140030	Mucajai	9122435	CAPS I JOAO COSTA DA SILVA	E	CAPS I	616	R$ 28.305,00
RR	140045	Pacaraima	7164815	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL CAPS 1	E	CAPS I	616	R$ 28.305,00
RR	140047	Rorainopolis	7105983	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL MARTINHA DE JESUS SILVA	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
RS	430040	Alegrete	2248034	CAPS II SERVICO DE ATENCAO INTEGRAL A SAUDE MENTAL	M	CAPS II	617	R$ 33.086,25
RS	430040	Alegrete	3232476	CAPS I CENTRO PSICOSSOCIAL DA INFANCIA E ADOLESCENCIA	M	CAPS INFANTO-JUVENIL	620	R$ 32.130,00
RS	430040	Alegrete	5494400	CAPS AD CENTRO DE ATENCAO PSICOSOCIAL ALCOOL E OUTRAS DROGA	M	CAPS AD	619	R$ 39.780,00
RS	430060	Alvorada	3582760	CAPS INFANTIL ALVORADA	D	CAPS INFANTO-JUVENIL	620	R$ 32.130,00
RS	430060	Alvorada	6187528	CAPS AD	D	CAPS AD	619	R$ 39.780,00
RS	430060	Alvorada	8008825	CAPS II CAIS MENTAL ALVORADA	D	CAPS II	617	R$ 33.086,25
RS	430130	Arroio Grande	5893070	CAPS MAOS AMIGAS	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
RS	430150	Augusto Pestana	3047059	CAPS AUGUSTO PESTANA	M	CAPS AD III	635	R$ 105.000,00
RS	430160	Bage	2261308	SERVICO SAUDE MENTAL	M	CAPS II	617	R$ 33.086,25
RS	430160	Bage	3558207	CAPS AD	M	CAPS AD	619	R$ 39.780,00
RS	430160	Bage	7841981	MATHILDE FAYAD	M	CAPS INFANTO-JUVENIL	620	R$ 32.130,00
RS	430190	Barra do Ribeiro	9494537	CAPS AD III BARRA DO RIBEIRO	M	CAPS AD III	635	R$ 105.000,00
RS	430210	Bento Goncalves	2236621	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL	M	CAPS II	617	R$ 33.086,25
RS	430210	Bento Goncalves	6039456	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL INFANTO JUVENIL	M	CAPS INFANTO-JUVENIL	620	R$ 32.130,00
RS	430210	Bento Goncalves	6473830	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL ALCOOL E DROGAS	M	CAPS AD	619	R$ 39.780,00
RS	430222	Boa Vista do Cadeado	5759773	CAPS I REGIONAL DE BOA VISTA DO CADEADO	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
RS	430270	Butia	7239874	CAPS BUTIA	D	CAPS I	616	R$ 28.305,00
RS	430280	Cacapava do Sul	6240631	CASA ESPERANCA	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
RS	430300	Cachoeira do Sul	2266415	UNIDADE DE SAUDE MENTAL	M	CAPS II	617	R$ 33.086,25
RS	430310	Cachoeirinha	6368875	CAPS CACHOEIRINHA	D	CAPS II	617	R$ 33.086,25
RS	430350	Camaqua	3785378	UNIDADE AMB 14 CENTRO DE ATENDIMENTO PSICOSOCIAL CAPS I	E	CAPS I	616	R$ 28.305,00
RS	430390	Campo Bom	2230410	CAPS I CAMPO BOM	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
RS	430420	Candelaria	3142426	CENTRO DE ATENDIMENTO PSICOSSOCIAL DE CANDELARIA	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
RS	430440	Canela	3963985	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL CAPS	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
RS	430450	Cangucu	2708299	CAPS CASA DE SAUDE MENTAL CANGUCU	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
RS	430450	Cangucu	6431674	CAPS AD DESPERTAR	M	CAPS AD	619	R$ 39.780,00
RS	430460	Canoas	2230267	CAPS II NOVOS TEMPOS	M	CAPS II	617	R$ 33.086,25
RS	430460	Canoas	3731278	CAPS AD TRAVESSIA	M	CAPS AD III	635	R$ 105.000,00
RS	430460	Canoas	3885046	CAPS I ARCO IRIS	M	CAPS INFANTO-JUVENIL	620	R$ 32.130,00
RS	430460	Canoas	6691757	CAPS AD III AMANHECER	M	CAPS AD III	635	R$ 105.000,00
RS	430460	Canoas	6914853	CAPS III RECANTO DOS GIRASSOIS	M	CAPS III	618	R$ 84.134,00
RS	430463	Capao da Canoa	3606430	CAPS CASA DO SOL	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
RS	430466	Capao do Leao	2266040	CAPS CASA VIDA CAPAO DO LEAO	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
RS	430470	Carazinho	2262061	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL CARAZINHO	M	CAPS II	617	R$ 33.086,25
RS	430470	Carazinho	5263468	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL INFANTIL CARAZINHO	M	CAPS INFANTO-JUVENIL	620	R$ 32.130,00
RS	430510	Caxias do Sul	2223503	CAPS CIDADANIA	M	CAPS II	617	R$ 33.086,25
RS	430510	Caxias do Sul	2223511	CAPS REVIVER 24 HORAS	M	CAPS AD III	635	R$ 105.000,00

RS	430510	Caxias do Sul	3731332	CAPSI	M	CAPS INFANTO-JUVENIL	620	R$ 32.130,00
RS	430510	Caxias do Sul	6755054	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL ALCOOL E DROGAS NOVO AMANHA	M	CAPS AD III	635	R$ 105.000,00
RS	430535	Charqueadas	3754219	CAPS I CHARQUEADAS	D	CAPS I	616	R$ 28.305,00
RS	430600	Crissiumal	7480636	CAPS NOVO HORIZONTE PEDRO OSVALDO SCHEID	D	CAPS I	616	R$ 28.305,00
RS	430610	Cruz Alta	2263726	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL CAPS	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
RS	430610	Cruz Alta	7556195	CAPS AD SO DEPENDE DE NOS	M	CAPS AD	619	R$ 39.780,00
RS	430610	Cruz Alta	7574835	CAPS INFANTIL	M	CAPS INFANTO-JUVENIL	620	R$ 32.130,00
RS	430640	Dois Irmaos	6522300	AMBULATORIO DE SAUDE MENTAL	D	CAPS I	616	R$ 28.305,00
RS	430660	Dom Pedrito	2261863	CAPS DOM PEDRITO	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
RS	430680	Encantado	6278620	CAPS I A CASA	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
RS	430690	Encruzilhada Do Sul	3552640	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL ENCRUZILHADA DO SUL	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
RS	430693	Entre-Ijuis	6970710	CAPS I ENTRE IJUIS	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
RS	430700	Erechim	2249367	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL II	M	CAPS II	617	R$ 33.086,25
RS	430700	Erechim	6184383	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL AD CAPS AD	M	CAPS AD	619	R$ 39.780,00
RS	430760	Estancia Velha	4064798	CENTRO DE SAUDE MENTAL CAPS I E VELHA	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
RS	430770	Esteio	2232006	CAPS II UPS ESTEIO	M	CAPS II	617	R$ 33.086,25
RS	430770	Esteio	7465017	CAPS AD	M	CAPS AD	619	R$ 39.780,00
RS	430780	Estrela	2251973	CAPS I PAS MENTAL PROGRAMA DE ATENCAO A SAUDE MENTAL	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
RS	430790	Farroupilha	2240882	CENT ATEN INT EM SA MEN CAISM CAPSI	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
RS	430790	Farroupilha	3299554	CENTRO DE REABILITACAO DR JAIME ROMEO ROSSLER CAPS AD	M	CAPS AD	619	R$ 39.780,00
RS	430820	Flores Da Cunha	7350899	CAPS I FLORESCER	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
RS	430850	Frederico Westphalen	3982475	CAPS CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
RS	430900	Girua	2260093	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL I	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
RS	430910	Gramado	6980996	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL GRAMADO	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
RS	430920	Gravatai	2230003	SAUDE MENTAL CAPS AD GRAVATAI	M	CAPS AD	619	R$ 39.780,00
RS	430920	Gravatai	3409813	CENTRO DE SAUDE CAPS II GRAVATAI	M	CAPS II	617	R$ 33.086,25
RS	430920	Gravatai	7165129	CAPS I FLOR DE LOTUS	M	CAPS INFANTO-JUVENIL	620	R$ 32.130,00
RS	430930	Guaiba	3082784	CAPS II GUAIBA	E	CAPS II	617	R$ 33.086,25
RS	430930	Guaiba	7676603	CAPS AD GUAIBA	E	CAPS AD	619	R$ 39.780,00
RS	430940	Guapore	3994724	CENTRO DE ATENDIMENTO PSICOSSOCIAL CAPS	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
RS	430960	Horizontina	7137672	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL CAPS I	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
RS	431010	Igrejinha	2708280	CAPSI IGREJINHA	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
RS	431020	Ijuí	2260166	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL CAPS II	M	CAPS II	617	R$ 33.086,25
RS	431020	Ijuí	5610117		E	CAPS AD		R$ 39.780,00
RS	431020	Ijuí	6467415	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL CAPS INFANTIL	M	CAPS INFANTO-JUVENIL	620	R$ 32.130,00
RS	431060	Itaqui	3767582	CAPS 1 MENTES BRILHANTES	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
RS	431060	Itaqui	7862954	CAPS SENTIMENTOS	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
RS	431080	Ivoti	6859895	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL IVOTI	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
RS	431100	Jaguarao	2700468	CAPS SITIO DE RECUPERACAO TERAPEUTICA RENASCER	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
RS	431120	Julio De Castilhos	2243970	CAPS I NOVOS HORIZONTES	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
RS	431130	LAGOA VERMELHA	6801447	CAPS CENTRO DE ATENDIMENTO PSICOSOC IAL	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
RS	431140	Lajeado	2251965	CENTRO DE ATENDIMENTO PSICOSSOCIAL	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
RS	431140	Lajeado	3420272	CAPS INFANTO JUVENIL CAPS CRESCER	M	CAPS INFANTO-JUVENIL	620	R$ 32.130,00
RS	431140	Lajeado	6529240	CAPS AD SIM PRA VIDA	M	CAPS AD	619	R$ 39.780,00
RS	431180	Marau	7304757	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL CAPS MARAU	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
RS	431240	Montenegro	5626722	CAPS I	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
RS	431310	Nova Palma	3166422	CAPS AD NOVA PALMA	M	CAPS AD	619	R$ 39.780,00
RS	431320	Nova Petropolis	2238314	CENTRO DE ATENCAO PSICO SOCIAL CAPS	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
RS	431337	Nova Santa Rita	7216920	CAPS CENTRO DE ATENDIMENTO PSICOSSOCIAL	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
RS	431340	Novo Hamburgo	2230968	CASA DE SAUDE MENTAL NH	M	CAPS II	617	R$ 33.086,25
RS	431340	Novo Hamburgo	2230984	SERVICO DE ATENDIMENTO A CRIANCA E AO ADOLESCENTE NH CAPS I	M	CAPS INFANTO-JUVENIL	620	R$ 32.130,00
RS	431340	Novo Hamburgo	3019942	CAPS II AD NH	M	CAPS AD	619	R$ 39.780,00
RS	431340	Novo Hamburgo	5516412	CAPS II SANTO AFONSO	M	CAPS II	617	R$ 33.086,25
RS	431340	Novo Hamburgo	6325572	CAPS II CANUDOS	M	CAPS II	617	R$ 33.086,25
RS	431350	Osorio	2257335	CAPS I CENTRO DE SAUDE MENTAL CASA ABERTA I	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
RS	431350	Osorio	3972712	CAPS I CENTRO DE SAUDE MENTAL CASA ABERTA II	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
RS	431370	Palmeira Das Missoes	7228244	CAPS I	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
RS	431390	Panambi	2254948	CAPS	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
RS	431405	Parobe	2265982	CAPS I PAROBE	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
RS	431410	Passo Fundo	2245906	CAPS CENTRO ATENDIMENTO PSICOSSOCIAL PASSO FUNDO	M	CAPS II	617	R$ 33.086,25
RS	431410	Passo Fundo	2246511	SECRETARIA MUNICIPAL DA SAUDE PASSO FUNDO	M	CAPS INFANTO-JUVENIL	620	R$ 32.130,00
RS	431410	Passo Fundo	5410010	AMBULATORIO DE DEPENDENCIA QUIMICA	M	CAPS AD	619	R$ 39.780,00
RS	431440	Pelotas	2253704	CAPS BARONESA	M	CAPS II	617	R$ 33.086,25
RS	431440	Pelotas	2253712	CAPS CASTELO	M	CAPS II	617	R$ 33.086,25
RS	431440	Pelotas	2254158	CAPS FRAGATA	M	CAPS II	617	R$ 33.086,25
RS	431440	Pelotas	3011518	CAPS AD	M	CAPS AD III	635	R$ 105.000,00
RS	431440	Pelotas	3042952	CAPS PORTO	M	CAPS II	617	R$ 33.086,25
RS	431440	Pelotas	3042960	CAPS ZONA NORTE	M	CAPS II	617	R$ 33.086,25
RS	431440	Pelotas	3042979	CAPS ESCOLA	M	CAPS II	617	R$ 33.086,25
RS	431440	Pelotas	6772609	CAPS I CANGURU	M	CAPS INFANTO-JUVENIL	620	R$ 32.130,00
RS	431450	Pinheiro Machado	7309392	CAPS CACIMBINHAS	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
RS	431460	Piratini	5966833	CAPS FARROUPILHA	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
RS	431490	Porto Alegre	2237601	HOSPITAL DE CLINICAS	M	CAPS II	617	R$ 33.086,25
RS	431490	Porto Alegre	2237601	HOSPITAL DE CLINICAS	M	CAPS INFANTO-JUVENIL	620	R$ 32.130,00
RS	431490	Porto Alegre	2237717	CAPS II ADULTO GCC	M	CAPS II	617	R$ 33.086,25

RS	431490	Porto Alegre	2264293	CAPS II INFANTO JUVENIL CENTRO CASA HARMONIA	M	CAPS INFANTO-JUVENIL	620	R$ 32.130,00
RS	431490	Porto Alegre	2264323	CAPS II ADULTO CENTRO	M	CAPS II	617	R$ 33.086,25
RS	431490	Porto Alegre	6255434	CAPS II ALCOOL E DROGAS SCS	M	CAPS AD	619	R$ 39.780,00
RS	431490	Porto Alegre	6290124	CAPS III ALCOOL E DROGAS IAPI	M	CAPS AD III	635	R$ 105.000,00
RS	431490	Porto Alegre	6487734	CENTRO DE ATENCAO PSICOSOCIAL II CAPS II ADULTO	M	CAPS II	617	R$ 33.086,25
RS	431490	Porto Alegre	6638988	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL I CAPS I INFANTIL	M	CAPS INFANTO-JUVENIL	620	R$ 32.130,00
RS	431490	Porto Alegre	6754090	CAPS II ALCOOL E DROGAS GCC	M	CAPS AD	619	R$ 39.780,00
RS	431490	Porto Alegre	7313810	CAPS III AD PLP	M	CAPS AD III	635	R$ 105.000,00
RS	431490	Porto Alegre	7364865	HOSPITAL DE CLINICAS DE PORTO ALEGRE CAPS I	M	CAPS INFANTO-JUVENIL	620	R$ 32.130,00
RS	431490	Porto Alegre	7364881	HOSPITAL DE CLINICAS DE PORTO ALEGRE CAPS II	M	CAPS II	617	R$ 33.086,25
RS	431490	Porto Alegre	7535449	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL III AD III	M	CAPS AD III	635	R$ 105.000,00
RS	431490	Porto Alegre	9686576	CAPS AD IV CEU ABERTO CENTRO	M	CAPS AD IV	637	R$ 400.000,00
RS	431510	Porto Xavier	3941728	CAPS PORTO XAVIER	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
RS	431530	Quarai	2248042	CAPS I SAIS MENTAL ESPERANCA	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
RS	431560	Rio Grande	2817829	CAPS CONVIVER RIO GRANDE	M	CAPS II	617	R$ 33.086,25
RS	431560	Rio Grande	6246052	CAPS AD	M	CAPS AD	619	R$ 39.780,00
RS	431560	Rio Grande	6539580	CAPS I SERELEPE	M	CAPS INFANTO-JUVENIL	620	R$ 32.130,00
RS	431570	Rio Pardo	2235900	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL ADULTO	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
RS	431570	Rio Pardo	3964329	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL INFANTIL	M	CAPS INFANTO-JUVENIL	620	R$ 32.130,00
RS	431600	Rolante	2225727	CAPS I ROLANTE	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
RS	431640	Rosario Do Sul	6206689	CAPS 1	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
RS	431680	Santa Cruz Do Sul	2254972	CENTRO ATENDIMENTO PSICOSSOCIAL	M	CAPS II	617	R$ 33.086,25
RS	431680	Santa Cruz Do Sul	2255839	CENTRO DE ATENDPSICOSSOCIAL A CRIANCA E ADOLESCENTE	M	CAPS INFANTO-JUVENIL	620	R$ 32.130,00
RS	431680	Santa Cruz Do Sul	5031486	CAPS AD	M	CAPS AD III	635	R$ 105.000,00
RS	431690	Santa Maria	2243997	CAPS II PRADO VEPPO	M	CAPS II	617	R$ 33.086,25
RS	431690	Santa Maria	3005461	CAPS AD CAMINHOS DO SOL	M	CAPS AD	619	R$ 39.780,00
RS	431690	Santa Maria	3656411	CAPS INFANTIL O EQUILIBRISTA	M	CAPS INFANTO-JUVENIL	620	R$ 32.130,00
RS	431690	Santa Maria	7242239	CAPS AD CIA DO RECOMECO I	D	CAPS AD	619	R$ 39.780,00
RS	431710	Sant'Ana Do Livramento	2248158	CENTRO DE CONVIVENCIA	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
RS	431710	Sant'Ana Do Livramento	7171226	CAPS AD	M	CAPS AD	619	R$ 39.780,00
RS	431720	Santa Rosa	5709709	CAPS NOVO RUMO	M	CAPS II	617	R$ 33.086,25
RS	431720	Santa Rosa	7401531	CAPS AD MOVIMENTO	M	CAPS AD	619	R$ 39.780,00
RS	431730	Santa Vitoria Do Palmar	2266059	CAPS CASA NOVA VIDA STA VIT PALMAR	M	CAPS II	617	R$ 33.086,25
RS	431740	Santiago	2243954	CAPS I NOSSA CASA	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
RS	431740	Santiago	5347262	CAPS AD SANTIAGO	M	CAPS AD	619	R$ 39.780,00
RS	431750	Santo Angelo	2256495	CAPS CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL SANTO ANGELO	M	CAPS II	617	R$ 33.086,25
RS	431750	Santo Angelo	6209793	CAPS AD SANTO ANGELO	M	CAPS AD	619	R$ 39.780,00
RS	431750	Santo Angelo	6258573	CAPSI II HAKANI SANTO ANGELO	M	CAPS INFANTO-JUVENIL	620	R$ 32.130,00
RS	431760	Santo Antonio Da Patrulha	3842959	SEMPRE VIVA	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
RS	431800	Sao Borja	2248131	CAPS DR CAIO ESCOBAR	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
RS	431800	Sao Borja	5509114	CAPS AD SAO BORJA	M	CAPS AD III	635	R$ 105.000,00
RS	431810	Sao Francisco De Assis	3455513	CAPS I NOVA VIDA	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
RS	431820	Sao Francisco De Paula	5599075	CAPSI SAO FRANCISCO DE PAULA	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
RS	431830	Sao Gabriel	2248107	CENTRO DE ATENDIMENTO EM SAUDE MENTAL	E	CAPS I	616	R$ 28.305,00
RS	431840	Sao Jeronimo	5092507	CAPS I SAO JERONIMO	E	CAPS I	616	R$ 28.305,00
RS	431850	Sao Jose Do Norte	5081890	CAPS SAO JOSE DO NORTE	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
RS	431870	Sao Leopoldo	2230755	CAPS CAPILE	M	CAPS II	617	R$ 33.086,25
RS	431870	Sao Leopoldo	6850804	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL INFANTIL AQUARELA	M	CAPS INFANTO-JUVENIL	620	R$ 32.130,00
RS	431870	Sao Leopoldo	6850812	CAPS AD SAO LEOPOLDO	M	CAPS AD	619	R$ 39.780,00
RS	431880	Sao Lourenco Do Sul	2233142	CAPS CENTRO COMUNIT DE SAUDE MENTAL SAO LOURENCO DO SUL	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
RS	431880	Sao Lourenco Do Sul	3019780	SISTEMA DE ATENCAO A CRIANCA PELA INCLUSAO SACI	M	CAPS INFANTO-JUVENIL	620	R$ 32.130,00
RS	431880	Sao Lourenco Do Sul	3019799	CENTRO DE ATENCAO E REABILITACAO EM TOXICO CARETA	M	CAPS AD III	635	R$ 105.000,00
RS	431890	Sao Luiz Gonzaga	2259680	CAPS CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL SAO LUIZ GONZAGA	M	CAPS II	617	R$ 33.086,25
RS	431890	Sao Luiz Gonzaga	5163250	CAPS AD SAO LUIZ GONZAGA	M	CAPS AD	619	R$ 39.780,00
RS	431940	Sao Pedro Do Sul	6846483	CAPS I SAO PEDRO DO SUL	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
RS	431950	Sao Sebastiao do Cai	6588069	CAPS ANCORAGEM	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
RS	431960	Sao Sepe	3287939	CAPS I SAO SEPE	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
RS	431990	Sapiranga	2229455	U S MENTAL CAPS I SAPIRANGA	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
RS	432000	Sapucaia Do Sul	4067711	CAPS II BEM ESTAR	M	CAPS II	617	R$ 33.086,25
RS	432000	Sapucaia Do Sul	6302572	CAPS AD PASSARELA	M	CAPS AD	619	R$ 39.780,00
RS	432000	Sapucaia Do Sul	7648677	CAPS INFANTIL	M	CAPS INFANTO-JUVENIL	620	R$ 32.130,00
RS	432080	Soledade	7902107	CAPS I	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
RS	432090	Tapejara	7107889	CAPS RENASCER E VIVER	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
RS	432120	Taquara	2265974	CAPS I TAQUARA	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
RS	432120	Taquara	6339840	CAPS AD TAQUARA	M	CAPS AD	619	R$ 39.780,00
RS	432130	Taquari	3225003	CAPS CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
RS	432140	Tenente Portela	5112729	RECONSTRUINDO LACOS CAPS I	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
RS	432150	Torres	3772381	CENTRO DE ATENDIMENTO PSICOSSOCIAL RENASCER	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
RS	432160	Tramandai	3754278	CAPS VIVA A VIDA	M	CAPS II	617	R$ 33.086,25
RS	432170	Tres Coroas	5217911	CAPS I CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL DE TRES COROAS I	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
RS	432180	Tres De Maio	7290918	CAPS MUNDO MELHOR	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
RS	432190	Tres Passos	6635695	CENTRO DE ATENCAO PSICOSOCIAL CAPS I TRES PASSOS	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
RS	432200	Triunfo	2265966	CAPS I TRIUNFO	D	CAPS I	616	R$ 28.305,00
RS	432220	Tupancireta	5048400	CAPS I JULIO CASARIN	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
RS	432240	Uruguaiana	2248166	SERVICO DE SAUDE MENTAL URUGUAIANA	M	CAPS II	617	R$ 33.086,25
RS	432250	Vacaria	6530532	CENTRO DE ATENCAO PSICOSOCIAL DE VACARIA	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
RS	432260	Venancio Aires	2235978	CAPS II CENTRO DE ATENDIMENTO PSICOSSOCIAL	M	CAPS II	617	R$ 33.086,25
RS	432260	Venancio Aires	5921511	CAPS AD CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL EM ALCOOL E DROGAS	M	CAPS AD	619	R$ 39.780,00
RS	432260	VENANCIO AIRES	9342486	CAPSI CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL INFANTIL	M	CAPS INFANTO-JUVENIL	620	R$ 32.130,00
RS	432270	Vera Cruz	3699390	CENTRO DE ATENDIMENTO PSICOLOGICO E PSIQUIATRICO	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
RS	432270	VERA CRUZ	6380654	CENTRO DE ATENDIMENTO PSICOSOCIAL INFANTO JUVENIL	M	CAPS INFANTO-JUVENIL	620	R$ 32.130,00
RS	432280	Veranopolis	6131816	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
RS	432300	Viamao	2231166	CAPS II CASA AZUL VIAMAO	D	CAPS II	617	R$ 33.086,25
RS	432300	Viamao	3544478	CAPS II AD NOVA VIDAVIAMAO	D	CAPS AD	619	R$ 39.780,00
RS	432300	Viamao	3544486	CAPS II CENTRO RENASCER VIAMAO	D	CAPS II	617	R$ 33.086,25
RS	432300	Viamao	7052278	CAPS INFANTIL VIAMAO	D	CAPS INFANTO-JUVENIL	620	R$ 32.130,00
SC	420010	Abelardo Luz	3629368	CENTRO DE ATENCAO PSCICOSSOCIAL CAPS	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
SC	420040	Agua Doce	6736661	CAPS LUIZ VIECELI	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
SC	420125	Apiuna	7488750	CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE ATENCAO PSICOSSOCIAL CIAPS	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
SC	420130	Araquari	7606028	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL CAPS I	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00

SC	420140	Ararangua	3218651	CAPS CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
SC	420200	Balneario Camboriu	2335115	UE CAPS II CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL	M	CAPS II	617	R$ 33.086,25
SC	420200	Balneario Camboriu	7242468	UE CAPS AD	M	CAPS AD	619	R$ 39.780,00
SC	420210	Barra Velha	7638191	CAPS I MICRORREGIONAL	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
SC	420230	Biguacu	6773419	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL CAPS BIGUACU	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
SC	420240	Blumenau	2674629	CAPS CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL II	M	CAPS II	617	R$ 33.086,25
SC	420240	Blumenau	2674637	CAPS INFANTO JUVENIL	M	CAPS INFANTO-JUVENIL	620	R$ 32.130,00
SC	420240	Blumenau	2674645	CAPS AD	M	CAPS AD III	635	R$ 105.000,00
SC	420280	Braco do Norte	7458169	CAPS CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
SC	420290	Brusque	2660849	CAPS I DE BRUSQUE	M	CAPS II	617	R$ 33.086,25
SC	420290	Brusque	7045263	CAPS AD BRUSQUE	M	CAPS AD	619	R$ 39.780,00
SC	420300	Cacador	3049183	CAPS CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL	M	CAPS II	617	R$ 33.086,25
SC	420300	Cacador	3978842	CAPSAD CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL ALCOOL E DROGAS	M	CAPS AD	619	R$ 39.780,00
SC	420320	Camboriu	6629148	CAPS CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
SC	420350	Campo Ere	7424868	CAPS I MICRO REGIONAL DE CAMPO ERE	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
SC	420360	Campos Novos	2651947	CAPS	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
SC	420380	Canoinhas	2693143	CAPS I	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
SC	420390	Capinzal	3822451	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL REVIVER	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
SC	420395	Capivari de Baixo	7439334	CAPS I NOVO OLHAR	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
SC	420420	Chapeco	2538245	CAPSI CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL DE CCA E ADOLECENT	M	CAPS INFANTO-JUVENIL	620	R$ 32.130,00
SC	420420	Chapeco	2657759	CAPS II CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL	M	CAPS II	617	R$ 33.086,25
SC	420420	Chapeco	5412439	CAPS AD CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL DE ALCOOL E DROGAS	M	CAPS AD III	635	R$ 105.000,00
SC	420425	Cocal do Sul	2693224	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
SC	420430	Concordia	2689014	CAPS I CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
SC	420460	Criciuma	2419866	CAPS AD CENTRO DE ATENCAO PSICOSOCIAL ACCOOL E DROGAS	M	CAPS AD	619	R$ 39.780,00
SC	420460	Criciuma	3385981	CAPS II	M	CAPS II	617	R$ 33.086,25
SC	420460	Criciuma	6237193	CAPS III	M	CAPS III	618	R$ 84.134,00
SC	420460	Criciuma	6782493	CAPS INFANTO JUVENIL CRICIUMA	M	CAPS INFANTO-JUVENIL	620	R$ 32.130,00
SC	420480	Curitibanos	3669289	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
SC	420500	Dionisio Cerqueira	5333695	CAPS CENTRO DE ATENCAO PSICO SOCIAL I	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
SC	420540	Florianopolis	2663082	CAPS CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL	M	CAPS II	617	R$ 33.086,25
SC	420540	Florianopolis	3519007	CAPSI CENTRO DE AT PSICOSSO CRIANCAS E ADOLESCENTES	M	CAPS INFANTO-JUVENIL	620	R$ 32.130,00
SC	420540	Florianopolis	5018048	CAPSAD CENTRO DE AT PS ALCOOL E OUTRAS DROGAS	M	CAPS AD	619	R$ 39.780,00
SC	420540	Florianopolis	6423914	CAPSAD CENTRO DE AT PS ALC E OUT DRO ILHA	M	CAPS AD	619	R$ 39.780,00
SC	420545	Forquilhinha	6187315	70 CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
SC	420550	Fraiburgo	6562310	CAPS I	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
SC	420570	Garopaba	5343461	CAPS	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
SC	420590	Gaspar	3667359	CAPS I	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
SC	420670	Herval D'Oeste	3717755	CENTRO DE ATENCAO PSICOSOCIAL	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
SC	420690	Ibirama	6440258	CAPS IBIRAMA	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
SC	420700	Icara	2623218	CAPS I CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
SC	420730	Imbituba	3036308	CAPS I CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL SUS	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
SC	420750	Indaial	2690225	SAPI SERVICO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
SC	420810	Itaiopolis	3768007	CAPS I CENTRO DE ATENCAO PSICO SOCIAL	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
SC	420820	Itajai	2744872	CAPS 2	M	CAPS II	617	R$ 33.086,25
SC	420820	Itajai	2744880	CAPS I	M	CAPS INFANTO-JUVENIL	620	R$ 32.130,00
SC	420820	Itajai	3612937	CAPS AD	M	CAPS AD	619	R$ 39.780,00
SC	420830	Itapema	5368758	CAPS CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
SC	420890	Jaragua Do Sul	2306328	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL CAPS II	M	CAPS II	617	R$ 33.086,25
SC	420890	Jaragua Do Sul	5916968	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL ALCOOL E DROGAS CAPS AD	M	CAPS AD	619	R$ 39.780,00
SC	420890	Jaragua Do Sul	7521359	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL INFANTO JUVENIL CAPSI	M	CAPS INFANTO-JUVENIL	620	R$ 32.130,00
SC	420900	Joacaba	3757412	CAPS I EVOLUIR	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
SC	420910	Joinville	2623102	UADQ CAPS AD CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL EM DEP QUIMICA	M	CAPS AD	619	R$ 39.780,00
SC	420910	Joinville	2623110	CAD NOSSA CASA CAPS II CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL	M	CAPS II	617	R$ 33.086,25
SC	420910	Joinville	5038278	CAPSI CUCA LEGAL CENTRO DE ATENCAO PSICO INFANTO JUVENIL	M	CAPS INFANTO-JUVENIL	620	R$ 32.130,00
SC	420910	Joinville	6594166	CAPS III DE LIRIOS	M	CAPS III	618	R$ 84.134,00
SC	420930	Lages	2662884	CAPS CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL	M	CAPS II	617	R$ 33.086,25
SC	420930	Lages	5598095	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL DA CRIANCA E ADOLECENTE CAPSI	M	CAPS INFANTO-JUVENIL	620	R$ 32.130,00
SC	420930	Lages	6469973	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL ALCOOL E DROGAS CAPSAD	M	CAPS AD	619	R$ 39.780,00
SC	420940	Laguna	3446646	CENTRO DE ATENCAO PSICO SOCIAL	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
SC	420960	Lauro Muller	7514875	CAPS I CENTRO DE ATENCAO PSICOSOCIAL DE LAURO MULLER	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
SC	421010	Mafra	5047102	CAPS I GRUPO ESPERANCA CASA AZUL	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
SC	421050	Maravilha	6070116	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL CAPS	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
SC	421100	Mondai	7008201	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL CAPS MONDAI	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
SC	421110	Monte Castelo	6823440	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL HERCILIO TORQUATO DE OLIVEIRA	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
SC	421120	Morro Da Fumaca	7561261	CAPS I CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
SC	421130	Navegantes	6372430	CAPS I DE NAVEGANTES	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
SC	421170	Orleans	3051684	UNIDADE SAO JUDAS TADEU CAPS I	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
SC	421180	Ouro	7831870	CAPS I MICRORREGIONAL OURO	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
SC	421190	Palhoca	2624699	CAPS II PALHOCA	M	CAPS II	617	R$ 33.086,25
SC	421190	Palhoca	7618395	CAPSI	M	CAPS INFANTO-JUVENIL	620	R$ 32.130,00
SC	421190	Palhoca	7618409	CAPSAD	M	CAPS AD	619	R$ 39.780,00
SC	421210	Palmitos	3539407	CAPS I	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
SC	421220	Papanduva	4061918	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL CAPS	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
SC	421280	Balneario Picarras	6917917	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
SC	421320	Pomerode	6822738	CENTRO DE ATENCAO PSICOSOCIAL DE POMERODE	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
SC	421360	Porto Uniao	5125901	CAPS I	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
SC	421420	Quilombo	3485641	CAPS CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
SC	421480	Rio Do Sul	3041840	CAPS CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL JOSE P CUNHA	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
SC	421500	Rio Negrinho	5610028	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL CAPS I	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00

SC	421550	Santa Cecilia	6886590	CAPS	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
SC	421570	Santo Amaro Da Imperatriz	7112017	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL I MICROREGIONAL	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
SC	421580	Sao Bento Do Sul	6873103	CAPS CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL	M	CAPS II	617	R$ 33.086,25
SC	421600	Sao Carlos	6906788	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL CAPS	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
SC	421620	Sao Francisco Do Sul	6306284	CAPS I CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
SC	421650	Sao Joaquim	2300613	UNIDADE CENTRO PSICOSSOCIAL SAO JOAQUIM	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
SC	421660	Sao Jose	7146663	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL II	M	CAPS II	617	R$ 33.086,25
SC	421660	Sao Jose	7745508	CAPS AD	M	CAPS AD	619	R$ 39.780,00
SC	421690	Sao Lourenco Do Oeste	5032369	CAPS I	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
SC	421720	Sao Miguel Do Oeste	6063845	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL CAPS I SMOESTE	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
SC	421750	Seara	7439938	CAPS SEARA	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
SC	421760	Sideropolis	5340098	CAPS I CENTRO DE ATENCAO PSICOSOCIAL DE SIDEROPOLIS	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
SC	421820	Timbo	3186695	CAPS CENTRO DE ATENDIMENTO PSICOSOCIAL	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
SC	421830	Tres Barras	6116612	CENTRO MUNICIPAL DE ATENDIMENTO PSICOSSOCIAL VIVA BEM	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
SC	421870	Tubarao	2661365	CAPS II DR JOSE CARLOS DE CARVALHO	M	CAPS II	617	R$ 33.086,25
SC	421870	Tubarao	6410537	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL DE ALCOOL E DROGAS DE TUBARAO	M	CAPS AD	619	R$ 39.780,00
SC	421900	Urussanga	5625297	CAPS URUSSANGA	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
SC	421930	Videira	5965985	CAPS I	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
SC	421950	Xanxere	3795233	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL DE XANXERE	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
SC	421970	Xaxim	2648873	CAPS I CENTRO DE ATENDIMENTO PSICOSSOCIAL	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
SE	280020	Aquidaba	3049833	CAPS I ESPERANCA	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
SE	280030	Aracaju	3158	CAPS III LIBERDADE	M	CAPS III	618	R$ 84.134,00
SE	280030	Aracaju	28320	CAPS III DR DAVID CAPISTRANO FILHO	M	CAPS III	618	R$ 84.134,00
SE	280030	Aracaju	2360314	CAPS ARTHUR BISPO DO ROSARIO	M	CAPS INFANTO-JUVENIL	620	R$ 32.130,00
SE	280030	Aracaju	2745186	CAPS ALC E DRG PRIMAVERA	M	CAPS AD III	635	R$ 105.000,00
SE	280030	Aracaju	3295281	CAPS VIDA	M	CAPS AD III	635	R$ 105.000,00
SE	280030	Aracaju	5970660	CAPS III JAEL PATRICIO DE LIMA	M	CAPS III	618	R$ 84.134,00
SE	280060	Barra dos Coqueiros	5618843	CAPS I PEDRO BISPO DA CRUZ BARRA DAS AGUAS	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
SE	280067	Boquim	7040849	CAPS BRAZ FERNANDES FONTES	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
SE	280100	Campo do Brito	7530218	CAPS I VERA LUCIA FERREIRA DA CRUZ	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
SE	280120	Caninde de Sao Francisco	2818949	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
SE	280130	Capela	9299041	CAPS I COSME DOS SANTOS	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
SE	280140	Carira	7177992	CAPS ACORDAR PARA A VIDA	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
SE	280160	Cedro de São João	9372474	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL I CAPS I CEDRO	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
SE	280170	Cristinapolis	7191006	CAPS I MINERVINA DE SALES MACHADO	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
SE	280210	Estancia	3935752	CAPS 1 CARMEM PRADO LEITE	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
SE	280290	Itabaiana	2815885	CAPS I RENATO BISPO DE LIMA CAIC	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
SE	280290	Itabaiana	6266762	CAPS AD SANTO ONOFRE	M	CAPS AD	619	R$ 39.780,00
SE	280300	Itabaianinha	3625419	CAPS I HIDELBRANDO DIAS DA COSTA	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
SE	280320	Itaporanga D'Ajuda	3830195	CAPS I ARTE DE VIVER	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
SE	280340	Japoata	5010691	CAPS QUITERIA DA SILVA SOUZA	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
SE	280350	Lagarto	6359825	CAPS AD JOAO ROSENDO DOS SANTOS	M	CAPS AD	619	R$ 39.780,00
SE	280350	Lagarto	8015295	CAPS I	M	CAPS II	617	R$ 33.086,25
SE	280360	Laranjeiras	7151438	CAPS JOSE FERNANDES MECENAS	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
SE	280400	Maruim	5386500	CAPS I SENHOR DOS PASSOS	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
SE	280440	Neopolis	6869971	CAPS JOSE NELSON SANTOS	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
SE	280450	Nossa Senhora Da Gloria	2658445	PROJETO LUZ DO SOL	E	CAPS I	616	R$ 28.305,00
SE	280460	Nossa Senhora Das Dores	6124208	CAPS JOSE CARVALHO DE SOUZA	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
SE	280480	Nossa Senhora Do Socorro	3000591	CAPS AD ANA PITTA	M	CAPS AD	619	R$ 39.780,00
SE	280480	Nossa Senhora Do Socorro	3234606	CAPS USUARIO JANSER CARLOS DE OLIVEIRA CASTRO	M	CAPS II	617	R$ 33.086,25
SE	280480	Nossa Senhora Do Socorro	3536173	CAPS ROGALICIO VIEIRA DA SILVA	M	CAPS II	617	R$ 33.086,25
SE	280480	Nossa Senhora Do Socorro	6623840	CAPS INFANTO JUVENIL SAO DOMINGOS SAVIO	M	CAPS INFANTO-JUVENIL	620	R$ 32.130,00
SE	280490	Pacatuba	7316615	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL DE PACATUBA CAPS I	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
SE	280550	Poco Verde	3675319	CAPS TERRA DO MEU SERTAO	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
SE	280560	Porto da Folha	7060777	CAPS CICERO ROMAO	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
SE	280570	Propria	5033462	CAPS I IRMA AUGUSTINHA	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
SE	280580	Riachao Do Dantas	5985692	CAPS I ESTRELA GUIA	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
SE	280620	Salgado	5020581	CAPS I JANETE ALVES LIMA BARBOSA	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
SE	280670	Sao Cristovao	3715574	CAPS II JOAO BEBE AGUA	M	CAPS II	617	R$ 33.086,25
SE	280670	Sao Cristovao	5392071	CAPS I VALTER CORREIA	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
SE	280680	Sao Domingos	7562179	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL CAPS I	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
SE	280710	Simao Dias	3765237	CAPS I DONA ZIFINHA	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
SE	280740	Tobias Barreto	3057909	CAPS CLARIDADE	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
SE	280760	Umbauba	7029853	CAPS I LAURITA VIEIRA CARVALHO	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
SP	350010	Adamantina	6268978	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL DE ADAMANTINA CAPS I	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
SP	350050	Aguas de Lindoia	3771156	CAPS I DR FIRMINO CAVENACHI AGUAS DE LINDOIA	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
SP	350070	Agudos	6826210	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL AGUDOS	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
SP	350160	Americana	2716607	CENTRO DE ATENDIMENTO PSICO SOCIAL CENTRO	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
SP	350160	Americana	5129915	CENTRO DE ATENCAO PSICO SOCIAL INFANTO JUVENIL CAPS I	M	CAPS INFANTO-JUVENIL	620	R$ 32.130,00
SP	350170	Americo Brasiliense	7396414	CENTRO DE APOIO PSICOSSOCIAL DOCURA CAPS	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
SP	350190	Amparo	2042649	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL CAPS II	M	CAPS II	617	R$ 33.086,25
SP	350190	Amparo	6628613	CAPS AD	M	CAPS AD	619	R$ 39.780,00
SP	350210	Andradina	6548083	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL CAPS AD ANDRADINA	M	CAPS AD	619	R$ 39.780,00
SP	350220	Angatuba	3376311	CAPS I ANGATUBA	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
SP	350270	Apiai	3797287	CAPS ESPERANCA APIAI	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
SP	350280	Aracatuba	6419054	CENTRO DE ATENDIMENTO PSICOSSOCIAL CAPS AD	M	CAPS AD	619	R$ 39.780,00
SP	350280	Aracatuba	9212582	CAPS INFANTIL REDE ASSIST SAUDE ARACATUBA	M	CAPS INFANTO-JUVENIL	620	R$ 32.130,00
SP	350280	Aracatuba	9314903	CAPS III ADULTO REDE DE ASSISTENCIA DE SAUDE DE ARACATUBA	M	CAPS III	618	R$ 84.134,00
SP	350290	Aracoiaba da Serra	7542291	CAPS I ARACOIABA DA SERRA	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
SP	350320	Araraquara	2797712	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL DR NELSON FERNANDES	M	CAPS II	617	R$ 33.086,25
SP	350320	Araraquara	6767788	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL ALCOOL E DROGA	M	CAPS AD	619	R$ 39.780,00
SP	350330	Araras	3583686	CAPS II CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL IDALINA C VICTORELLO	M	CAPS II	617	R$ 33.086,25
SP	350330	Araras	7739729	CAPS AD ARCEU SCANAVINI ARARAS	M	CAPS AD	619	R$ 39.780,00
SP	350380	Artur Nogueira	6315844	CAPS I ARTUR NOGUEIRA	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
SP	350400	Assis	2024969	CAPS CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL	M	CAPS II	617	R$ 33.086,25
SP	350410	Atibaia	6130208	CAPS CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL ATIBAIA	M	CAPS II	617	R$ 33.086,25
SP	350450	Avare	7225938	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL CAPS II AVARE	M	CAPS II	617	R$ 33.086,25
SP	350530	Barra Bonita	6913938	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL DE BARRA BONITA	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
SP	350550	Barretos	2093677	CAPS PROJETO DO IPE AMARELO	M	CAPS III	618	R$ 84.134,00
SP	350570	Barueri	2023903	CAPS INFANTIL TRILHA	M	CAPS INFANTO-JUVENIL	620	R$ 32.130,00
SP	350570	Barueri	2024403	CAPS II ALCOOL E DROGADICAO	M	CAPS AD	619	R$ 39.780,00
SP	350570	Barueri	5004276	CAPS II ESTACAO	M	CAPS II	617	R$ 33.086,25
SP	350590	Batatais	3963187	CAPS I DR WILSON NEWTON BARBOSA	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
SP	350600	Bauru	2789981	CENTRO ATENCAO PSICOSSOCIAL CAPS AD	M	CAPS AD	619	R$ 39.780,00
SP	350600	Bauru	2790009	CENTRO ATENCAO PSICOSSOCIAL CAPS I	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
SP	350600	Bauru	2790033	CENTRO DE AT PSICOSSOCIAL CRIANCAS ADOL CAPS I	M	CAPS INFANTO-JUVENIL	620	R$ 32.130,00

SP	350610	Bebedouro	6398081	CAPS III CENTRO DE ATENCAO PSICOSOCIAL DE BEBEDOURO	M	CAPS III	618	R$ 84.134,00
SP	350700	Boituva	7010893	CAPS I SERGIO CARLOS CASSANO	M	CAPS II	617	R$ 33.086,25
SP	350750	Botucatu	2090295	CAPS II ESPACO VIVO BOTUCATU	E	CAPS II	617	R$ 33.086,25
SP	350750	Botucatu	5708036	CAPS AD II RENASCER BOTUCATU	E	CAPS AD	619	R$ 39.780,00
SP	350750	Botucatu	6041086	CAPS I REDE VIVA BOTUCATU	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
SP	350760	Braganca Paulista	7655401	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL II	M	CAPS II	617	R$ 33.086,25
SP	350800	Buri	5855977	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL MEIRE PAES GARCIA	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
SP	350810	Buritama	6814735	CAPS MARIA MARGARIDA TONCHIS CAPELARI BURITAMA	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
SP	350850	Cacapava	6392091	C A P S CENTRO DE ATENDIMENTO PSICOSSOCIAL	M	CAPS II	617	R$ 33.086,25
SP	350850	Cacapava	6995950	CAPS AD CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL ALCOOL E DROGA	M	CAPS AD	619	R$ 39.780,00
SP	350860	Cachoeira Paulista	5671744	CAPS I CACHOEIRA PAULISTA	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
SP	350880	Cafelandia	7637845	CAPS I DR RAMALHO FRANCO	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
SP	350925	Cajati	7073534	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL DOM QUIXOTE CAPS I CAJATI	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
SP	350950	Campinas	2023075	CAPS I ESPACO CRIATIVO	M	CAPS INFANTO-JUVENIL	620	R$ 32.130,00
SP	350950	Campinas	2023105	CAPS III NORTE ESTACAO	M	CAPS III	618	R$ 84.134,00
SP	350950	Campinas	2023113	CAPS III SUL ANTONIO DA COSTA SANTOS	M	CAPS III	618	R$ 84.134,00
SP	350950	Campinas	2023407	CAPS III NOROESTE INTEGRACAO	M	CAPS III	618	R$ 84.134,00
SP	350950	Campinas	2023423	CAPS II CEVI CENTRO DE VIVENCIA INFANTIL	M	CAPS INFANTO-JUVENIL	620	R$ 32.130,00
SP	350950	Campinas	2023431	CAPS III AD REVIVER	M	CAPS AD III	635	R$ 105.000,00
SP	350950	Campinas	2023547	CAPS III LESTE ESPERANCA	M	CAPS III	618	R$ 84.134,00
SP	350950	Campinas	2039672	CAPS III SUDOESTE NOVO TEMPO CAMPINAS	M	CAPS III	618	R$ 84.134,00
SP	350950	Campinas	3905608	CAPS III DAVID CAPISTRANO DA COSTA FILHO	M	CAPS III	618	R$ 84.134,00
SP	350950	Campinas	5709199	CAPS AD INDEPENDENCIA	M	CAPS AD	619	R$ 39.780,00
SP	350950	Campinas	6964656	CAPS AD ANTONIO ORLANDO	M	CAPS AD	619	R$ 39.780,00
SP	350970	Campos do Jordao	2792567	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
SP	351000	Candido Mota	3249433	CAPS I CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
SP	351020	Capao Bonito	5178843	PROJETO CAPS I CAPAO BONITO	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
SP	351030	Capela do Alto	7754094	CAPS I CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
SP	351040	Capivari	3003582	CAPS II REVIVER CAPIVARI	M	CAPS II	617	R$ 33.086,25
SP	351040	Capivari	5600847	CAPS AD RENASCER CAPIVARI	M	CAPS AD	619	R$ 39.780,00
SP	351050	Caraguatatuba	2062941	CAPS II CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL CARAGUATATUBA	M	CAPS II	617	R$ 33.086,25
SP	351060	Carapicuiba	3523004	PROJETO TRILHAR CAPS AD CARAPICUIBA	M	CAPS AD	619	R$ 39.780,00
SP	351060	Carapicuiba	3652939	CAPS I CRIAC CENTRO DE REF DA INF E ADOLES E CARAPICUIBA	M	CAPS INFANTO-JUVENIL	620	R$ 32.130,00
SP	351060	Carapicuiba	6562736	CAPS II ADULTO	M	CAPS II	617	R$ 33.086,25
SP	351080	Casa Branca	2748991	CAPS I Refazendo Vidas	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
SP	351080	Casa Branca	4047656	CAPS CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL CASA BRANCA	E	CAPS III	618	R$ 84.134,00
SP	351110	Catanduva	7643934	CAPS II DE CATANDUVA DR VLADAIR APRIGIO A DE MELLO	M	CAPS II	617	R$ 33.086,25
SP	351150	Cerquilho	6394337	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL CAPS	M	CAPS II	617	R$ 33.086,25
SP	351220	Conchal	7662912	CENTRO A PSICOSSOCIAL CAPS I VALE DO SOL DE CONCHAL SP	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
SP	351240	Cordeiropolis	7113641	CAPS MENTES BRILHANTES	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
SP	351280	Cosmopolis	3462935	CAPS CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
SP	351280	Cosmopolis	5881226	CAPSI CENTRO DE ATENCAO PSICOSOCIAL INFANTIL	M	CAPS INFANTO-JUVENIL	620	R$ 32.130,00
SP	351300	Cotia	5680328	CAPS II COTIA	M	CAPS II	617	R$ 33.086,25
SP	351300	Cotia	6981763	CAPS ALCOOL E DROGAS DR JOAO OLAVO DO CANTO NETO	M	CAPS AD	619	R$ 39.780,00
SP	351300	Cotia	6983138	CAPS INFANTIL	M	CAPS INFANTO-JUVENIL	620	R$ 32.130,00
SP	351340	Cruzeiro	6033970	CAPS CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL DE CRUZEIRO	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
SP	351350	Cubatao	2047624	CAPS DE CUBATAO CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL	M	CAPS II	617	R$ 33.086,25
SP	351360	Cunha	6794238	CAPS I DE CUNHA	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
SP	351380	Diadema	2034417	CAPS III AD ESPACO FERNANDO RAMOS DA SILVA	M	CAPS AD III	635	R$ 105.000,00
SP	351380	Diadema	2051788	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL III DE DIADEMA NORTE	M	CAPS III	618	R$ 84.134,00
SP	351380	Diadema	6221165	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL III DE DIADEMA SUL OESTE	M	CAPS III	618	R$ 84.134,00
SP	351380	Diadema	6267521	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL III DE DIADEMA LESTE	M	CAPS III	618	R$ 84.134,00
SP	351380	Diadema	6480799	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL INFANTO JUVENIL	M	CAPS INFANTO-JUVENIL	620	R$ 32.130,00
SP	351410	Dois Corregos	7314280	CAPS I ROSITA SCHELINI SIMOES	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
SP	351440	Dracena	2096331	CAPS AD II DE DRACENA	M	CAPS AD	619	R$ 39.780,00
SP	351450	Duartina	7770251	CAPS I DUARTINA	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
SP	351500	Embu Das Artes	3590186	CAPSAD EMBU	M	CAPS AD	619	R$ 39.780,00
SP	351500	Embu Das Artes	4048105	CAPS II EMBU	M	CAPS II	617	R$ 33.086,25
SP	351510	Embu-Guacu	3652920	CAPS I DE EMBU GUACU	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
SP	351518	Espirito Santo Do Pinhal	6582087	CAPS I DR VIVALDO GONCALVES E S PINHAL SP	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
SP	351518	Espirito Santo Do Pinhal	7647980	CAPS AD E S PINHAL SP	M	CAPS AD	619	R$ 39.780,00
SP	351550	Fernandopolis	2077019	CAPS II CENTRO ATENCAO PSICOSSOCIAL FERNANDOPOLIS	M	CAPS II	617	R$ 33.086,25
SP	351550	Fernandopolis	7530420	CAPS AD REGIONAL FERNANDOPOLIS	M	CAPS AD	619	R$ 39.780,00
SP	351570	Ferraz De Vasconcelos	7002920	CAPS II FERRAZ DE VASCONCELOS	M	CAPS II	617	R$ 33.086,25
SP	351620	Franca	2705869	CAPS FRANCA SP	M	CAPS AD	619	R$ 39.780,00
SP	351630	Francisco Morato	2083868	CAPS II FRANCISCO MORATO	M	CAPS II	617	R$ 33.086,25
SP	351630	Francisco Morato	7990731	CAPS INFANTIL FRANCISCO MORATO	M	CAPS INFANTO-JUVENIL	620	R$ 32.130,00
SP	351640	Franco Da Rocha	7630581	APS	M	CAPS II	617	R$ 33.086,25
SP	351670	Garca	3991296	CAPS DE GARCA CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
SP	351670	Garca	6805132	CAPSAD DE GARCA	M	CAPS AD	619	R$ 39.780,00
SP	351740	Guaira	6222951	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL MARCOS FERREIRA CAPS I	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
SP	351750	Guapiacu	6462146	CENTRO DE ATENCAO PSICOSOCIAL I GUAPIACU CEDRAL	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
SP	351770	Guara	3183742	CAPS I DE GUARA	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
SP	351830	Guararema	5772184	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL CAPS I GUARAREMA	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
SP	351840	Guaratingueta	6898971	CAPS IRMAO ALTINO CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL	M	CAPS II	617	R$ 33.086,25
SP	351850	Guarei	9257187	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL CAPS I GUAREI	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
SP	351870	Guaruja	2082500	CAPS DR JOSE FORSTHER JUNIOR GUARUJA	M	CAPS II	617	R$ 33.086,25
SP	351870	Guaruja	2084864	CAPS INFANTIL GUARUJA	M	CAPS INFANTO-JUVENIL	620	R$ 32.130,00
SP	351870	Guaruja	2754835	CAPS ADII GUARUJA	M	CAPS AD	619	R$ 39.780,00
SP	351870	Guaruja	7068913	CAPS III GUARUJA	M	CAPS III	618	R$ 84.134,00
SP	351880	Guarulhos	2054515	CAPS AD DR ARNALDO BRAVO BRANT	M	CAPS AD	619	R$ 39.780,00
SP	351880	Guarulhos	2090562	CAPS II DR OSORIO CESAR	M	CAPS II	617	R$ 33.086,25
SP	351880	Guarulhos	3338509	CAPS TEAR	M	CAPS II	617	R$ 33.086,25
SP	351880	Guarulhos	5466512	CAPS INFANTO JUVENIL RECRIAR	M	CAPS INFANTO-JUVENIL	620	R$ 32.130,00
SP	351880	Guarulhos	6443281	CAPS III ALVORECER	M	CAPS III	618	R$ 84.134,00
SP	351880	Guarulhos	6821235	CAPS BOM CLIMA	M	CAPS II	617	R$ 33.086,25
SP	351907	Hortolandia	2038013	CAPS A D ALCOOL E DROGAS HORTOLANDIA	M	CAPS AD	619	R$ 39.780,00
SP	351907	Hortolandia	5419964	CAPS II VIDA HORTOLANDIA	M	CAPS II	617	R$ 33.086,25
SP	351907	Hortolandia	5626773	CAPS I INFANTO JUVENIL HORTOLANDIA	M	CAPS INFANTO-JUVENIL	620	R$ 32.130,00
SP	351970	Ibiuna	7294352	CAPS II	M	CAPS II	617	R$ 33.086,25
SP	352000	Igaraçu do Tietê	9288570	CAPS I IGARACU DO TIETE	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00

SP	352010	Igarapava	7863756	CAPS DE IGARAPAVA	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
SP	352030	Iguape	7329989	CAPS I IGUAPE	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
SP	352040	Ilhabela	2090686	CAPS I DE ILHABELA	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
SP	352050	Indaiatuba	3762092	CENTRO DE ATENCAO PSICOSOCIAL INDAIATUBA CAPS AD	M	CAPS AD	619	R$ 39.780,00
SP	352050	Indaiatuba	5530083	CENTRO DE ATENCAO PSICOSOCIAL INDAIATUBA CAPS II	M	CAPS II	617	R$ 33.086,25
SP	352050	Indaiatuba	6575870	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL CAPSI	M	CAPS INFANTO-JUVENIL	620	R$ 32.130,00
SP	352100	Ipero	6621864	CAPS I IPERO	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
SP	352210	Itanhaem	2087855	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL DE ITANHAEM	M	CAPS II	617	R$ 33.086,25
SP	352210	Itanhaem	6896030	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL INFANTIL DE ITANHAEM	M	CAPS INFANTO-JUVENIL	620	R$ 32.130,00
SP	352210	Itanhaem	7006233	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL ALCOOL E DROGAS DE ITANHAEM	M	CAPS AD	619	R$ 39.780,00
SP	352220	Itapecerica Da Serra	5040426	CAPS AD DRA MARIA JOSE DE ALBUQUERQUE	M	CAPS AD	619	R$ 39.780,00
SP	352230	Itapetininga	3140628	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL CAPS II ITAPETININGA	M	CAPS II	617	R$ 33.086,25
SP	352230	Itapetininga	3140644	CENT DE AT PSIC ALCOOL E DROGA CAPS II ITAPETININGA	M	CAPS AD	619	R$ 39.780,00
SP	352240	Itapeva	5859433	CAPS II ITAPEVA SAO PAULO	M	CAPS II	617	R$ 33.086,25
SP	352250	Itapevi	5599539	CAPS II ESPACO CONVIVER	M	CAPS II	617	R$ 33.086,25
SP	352260	Itapira	3749436	CAPS AD	M	CAPS AD	619	R$ 39.780,00
SP	352260	Itapira	7982852	CAPS II ONOFRE BATISTA	M	CAPS II	617	R$ 33.086,25
SP	352270	Itapolis	6724035	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL GUIDO CAVICCHIOLLI ITAPOLIS	M	CAPS II	617	R$ 33.086,25
SP	352320	Itarare	3935582	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL CAPS I ITARARE SP	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
SP	352340	Itatiba	5107032	CAPS II ITATIBA	M	CAPS II	617	R$ 33.086,25
SP	352340	Itatiba	7022077	CAPS AD DE ITATIBA	M	CAPS AD	619	R$ 39.780,00
SP	352390	Itu	2706253	CAPS II CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL DE ITU	M	CAPS II	617	R$ 33.086,25
SP	352390	Itu	6833330	CAPS INFANTIL ITU	M	CAPS INFANTO-JUVENIL	620	R$ 32.130,00
SP	352400	Itupeva	2084910	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL DE ITUPEVA	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
SP	352410	Ituverava	6850138	CAPS I VIVER ITUVERAVA	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
SP	352430	Jaboticabal	6462154	CAPS II MARIA REGINA L MORAES FERREIRA	M	CAPS II	617	R$ 33.086,25
SP	352440	Jacarei	2026120	CAPS AD 24 HORAS PORTAS ABERTAS	M	CAPS AD III	635	R$ 105.000,00
SP	352440	Jacarei	2085011	CAPS INFANTO JUVENIL	M	CAPS INFANTO-JUVENIL	620	R$ 32.130,00
SP	352440	Jacarei	2793431	CAPSII CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL NOVOS CAMINHOS	M	CAPS II	617	R$ 33.086,25
SP	352470	Jaguariuna	7292716	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL CAPS I DE JAGUARIUNA	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
SP	352480	Jales	7547382	CAPS I REGIONAL JALES	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
SP	352500	Jandira	5192080	CAPS II CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL JANDIRA	M	CAPS II	617	R$ 33.086,25
SP	352530	Jau	3996336	CAPS AD II DR MILTON FALCAO JAU	M	CAPS AD	619	R$ 39.780,00
SP	352590	Jundiai	2095777	CAPS III ADULTO CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL	M	CAPS III	618	R$ 84.134,00
SP	352590	Jundiai	3345130	CAPSI II INF E ADOLESCENCIA CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL	M	CAPS INFANTO-JUVENIL	620	R$ 32.130,00
SP	352590	Jundiai	9183477	CAPS AD III MALUCO BELEZA	M	CAPS AD III	635	R$ 105.000,00
SP	352600	Junqueiropolis	6009468	CAPS I DE JUNQUEIROPOLIS	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
SP	352620	Juquitiba	3375293	CAPS I JUQUITIBA	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
SP	352640	Laranjal Paulista	3028887	PAM HELENA FREITAS VIEIRA SENAS	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
SP	352670	Leme	6201768	CAPS I DE LEME	M	CAPS II	617	R$ 33.086,25
SP	352670	Leme	7353448	CAPS INFANTIL DE LEME	M	CAPS INFANTO-JUVENIL	620	R$ 32.130,00
SP	352690	Limeira	6264743	CAPS II CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL LIMEIRA	M	CAPS II	617	R$ 33.086,25
SP	352690	Limeira	6942598	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL CAPS AD II LIMEIRA	M	CAPS AD	619	R$ 39.780,00
SP	352710	Lins	3337170	CAPS I DR ALBERTO PRATA JUNIOR	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
SP	352710	Lins	3971910	CAPS ALCOOL E DROGAS ESPACO VERDE	M	CAPS AD	619	R$ 39.780,00
SP	352710	Lins	5864364	CAPS INFANTIL GIRASSOL	M	CAPS INFANTO-JUVENIL	620	R$ 32.130,00
SP	352720	Lorena	5345170	CAPS CENTRO DE ATENCAO PSICOSOCIAL	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
SP	352730	Louveira	7482892	CAPS I	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
SP	352740	Lucelia	7617275	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL DE LUCELIA	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
SP	352840	Mairinque	9088318	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL 1 MAIRINQUE	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
SP	352850	Mairipora	5518717	CAPS I JORGE LUIS CAMARGO	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
SP	352880	Maracai	2786478	CAPS I MARACAI	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
SP	352900	Marilia	2716836	CAPS COM VIVER	M	CAPS II	617	R$ 33.086,25
SP	352900	Marilia	2716844	CAPS AD DA FACULDADE DE MEDICINA DE MARILIA	E	CAPS AD	619	R$ 39.780,00
SP	352900	Marilia	7034458	CAPS INFANTIL CATAVENTO	M	CAPS INFANTO-JUVENIL	620	R$ 32.130,00
SP	352920	Martinopolis	2750260	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
SP	352920	Martinopolis	6526195	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL ALCOOL E DROGAS II	M	CAPS AD	619	R$ 39.780,00
SP	352930	Matao	3285898	CAPS ADULTO II MATAO	M	CAPS II	617	R$ 33.086,25
SP	352940	Maua	2032104	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL ALCOOL E DROGAS	M	CAPS AD III	635	R$ 105.000,00
SP	352940	Maua	3357082	CAPS II ESTACAO PRIMAVERA	M	CAPS III	618	R$ 84.134,00
SP	352940	Maua	3819922	CAPS INFANTIL FLORESCER	M	CAPS INFANTO-JUVENIL	620	R$ 32.130,00
SP	353030	Mirassol	5054060	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL I MIRASSOL	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
SP	353050	Mococa	3470652	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL CAPS AD III MOCOCA	M	CAPS AD III	635	R$ 105.000,00
SP	353050	Mococa	6428304	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL II CAPS II MOCOCA	M	CAPS II	617	R$ 33.086,25
SP	353050	Mococa	6709540	CAPS I CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL INFANTIL MOCOCA	M	CAPS INFANTO-JUVENIL	620	R$ 32.130,00
SP	353060	Mogi Das Cruzes	6418589	CAPS II	M	CAPS II	617	R$ 33.086,25
SP	353070	Mogi Guacu	3834247	CAPS II DE MOGI GUACU	M	CAPS II	617	R$ 33.086,25
SP	353070	Mogi Guacu	3836177	CAPS AD DE MOGI GUACU	M	CAPS AD	619	R$ 39.780,00
SP	353080	Moji Mirim	3334899	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL II MOGI MIRIM	M	CAPS II	617	R$ 33.086,25
SP	353080	Moji Mirim	5203368	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL ALCOOL E DROGA MOGI MIRIM	M	CAPS AD	619	R$ 39.780,00
SP	353130	Monte Alto	6363202	CAPS I MARIA ESTELA FERNANDES MONTE ALTO	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
SP	353180	Monte Mor	5907799	CAPS DRA INGRID JANE LIPSI	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
SP	353190	Morro Agudo	5713005	CAPS I CENTRO DE ATENCAO PSICO SOCIAL	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
SP	353420	Orindiuva	7073607	CAPS CENTRO DE ATENCAO PSICOSOCIAL ANTONIO B DA SILVEIRA	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
SP	353430	Orlandia	6746012	CAPS I SEBASTIAO BOSCHIN ORLANDIA	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
SP	353440	Osasco	3007227	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL II OSASCO CAPS II	M	CAPS II	617	R$ 33.086,25
SP	353440	Osasco	5065119	CENTRO DE ATENCAO PSICOSOCIAL INFANTIL CAPS I OSASCO	M	CAPS INFANTO-JUVENIL	620	R$ 32.130,00
SP	353440	Osasco	5925304	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL CAPS ALCOOL E DROGAS	M	CAPS AD	619	R$ 39.780,00
SP	353470	Ourinhos	3631850	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL DE OURINHOS CAPS II	M	CAPS II	617	R$ 33.086,25

SP	353470	Ourinhos	9037586	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL ALCOOL E OUTRAS DROGAS CAPS A	M	CAPS AD	619	R$ 39.780,00
SP	353490	Pacaembu	9058133	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL DE PACAEMBU	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
SP	353550	Paraguacu Paulista	2086603	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL CAPS	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
SP	353650	Paulinia	2062968	CAPS I PAULINIA	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
SP	353650	Paulinia	3480062	CENTRO DE REFERENCIA EM DEPENDENCIA QUIMICA DE PAULINIA	M	CAPS AD	619	R$ 39.780,00
SP	353670	Pederneiras	6436226	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL DE PEDERNEIRAS	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
SP	353710	Pedreira	2042231	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL DE PEDREIRA PEDREIRA	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
SP	353730	Penapolis	2071029	CAPS NOSSA SENHORA APARECIDA PENAPOLIS	M	CAPS II	617	R$ 33.086,25
SP	353730	Penapolis	7521413	CAPS AD HORIZONTES REAIS	M	CAPS AD	619	R$ 39.780,00
SP	353760	Peruibe	6439047	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL DE PERUIBE CAPS	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
SP	353780	Piedade	7568118	CAPS II PIEDADE	M	CAPS II	617	R$ 33.086,25
SP	353800	Pindamonhangaba	3546861	CAPS II CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL PINDAMONHANGABA	M	CAPS II	617	R$ 33.086,25
SP	353870	Piracicaba	2061740	CENTRO DE ATENCAO A SAUDE MENTAL DE PIRACICABA	M	CAPS II	617	R$ 33.086,25
SP	353920	Pirapozinho	6996566	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL DE PIRAPOZINHO	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
SP	353930	Pirassununga	3007529	CAPS CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL DE PIRASSUNUNGA	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
SP	353930	Pirassununga	3531112	CAPSI PIRASSUNUNGA	M	CAPS INFANTO-JUVENIL	620	R$ 32.130,00
SP	353930	Pirassununga	7098952	CAPS AD PIRASSUNUNGA	M	CAPS AD	619	R$ 39.780,00
SP	353950	Pitangueiras	2092239	CAPS IZILDINHA APARECIDA GALLO GIRARDELLI PITANGUEIRAS	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
SP	354000	Pompeia	2031108	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL DE POMPEIA	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
SP	354070	Porto Ferreira	6779441	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL PORTO FERREIRA	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
SP	354075	Potim	5177456	CENTRO DE ATENCAO PSICOSOCIAL CAPS I POTIM	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
SP	354100	Praia Grande	3055914	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL CAPS II	M	CAPS II	617	R$ 33.086,25
SP	354140	Presidente Prudente	5360404	CAPS AD CENTRO DE ATENCAO PSIC A ALCOOL DROGAS P PRUDE	M	CAPS AD III	619	R$ 105.000,00
SP	354140	Presidente Prudente	7201206	CAPS I CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL INFANTIL	M	CAPS INFANTO-JUVENIL	620	R$ 32.130,00
SP	354140	Presidente Prudente	7852088	CAPS II MARACANA	M	CAPS II	617	R$ 33.086,25
SP	354150	Presidente Venceslau	4049403	CAPS CENTRO DE ATENCAO PSICOSOCIAL	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
SP	354160	Promissão	9394087	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL ZENIA PONSO FOSCHI	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
SP	354170	Quata	9393811	CAPS I DE QUATA	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
SP	354220	Rancharia	3813444	CAPS II AD DR MOISES MARTINS DA COSTA DE RANCHARIA	M	CAPS AD	619	R$ 39.780,00
SP	354260	Registro	6731988	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL CAPS REGISTRO	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
SP	354330	Ribeirao Pires	3468682	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL II	M	CAPS II	617	R$ 33.086,25
SP	354330	Ribeirao Pires	3650758	CAPS INFANTIL	M	CAPS INFANTO-JUVENIL	620	R$ 32.130,00
SP	354330	Ribeirao Pires	5030498	CAPS ALCOOL E OUTRAS DROGAS	M	CAPS AD	619	R$ 39.780,00
SP	354340	Ribeirao Preto	2044986	CAPS II PROF DR CLAUDIO ROBERTO CARVALHO RODRIGUES	M	CAPS II	617	R$ 33.086,25
SP	354340	Ribeirao Preto	2087030	CAPS AD RIBEIRAO PRETO	M	CAPS AD	619	R$ 39.780,00
SP	354340	Ribeirao Preto	6169767	CAPS III DR ANDRE SANTIAGO RIBEIRAO PRETO	M	CAPS III	618	R$ 84.134,00
SP	354340	Ribeirao Preto	7085281	CAPS INFANTIL THALITA LIMA DA SILVA	M	CAPS INFANTO-JUVENIL	620	R$ 32.130,00
SP	354390	Rio Claro	2031884	CAPS III 18 DEMAIO	M	CAPS III	618	R$ 84.134,00
SP	354390	Rio Claro	2055910	CAPSAD LUZAN YARA PEREIRA RIO CLARO	M	CAPS AD	619	R$ 39.780,00
SP	354390	Rio Claro	7312857	CAPSI RIO CLARO	M	CAPS INFANTO-JUVENIL	620	R$ 32.130,00
SP	354400	Rio Das Pedras	5377919	CAPS CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL DE RIO DAS PEDRAS	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
SP	354410	Rio Grande Da Serra	3951065	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL I	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
SP	354520	Salto	5675839	CAPS PIO XII DOUGLAS MILANESE	M	CAPS II	617	R$ 33.086,25
SP	354530	Salto De Pirapora	7476701	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL CAPS II	M	CAPS II	617	R$ 33.086,25
SP	354580	Santa Barbara D'Oeste	7521618	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL II	M	CAPS II	617	R$ 33.086,25
SP	354640	Santa Cruz Do Rio Pardo	3253260	CAPS CENTRO DE ATEND PSICOSSOCIAL SCRPARDO	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
SP	354660	Santa Fe Do Sul	6476031	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL CAPS I SANTA FE DO SUL	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
SP	354670	Santa Gertrudes	5483484	CAPS I CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL DE SANTA GERTRUDES	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
SP	354730	Santana De Parnaiba	3005178	CAPS INFANTIL ESPACO DE VIDA	M	CAPS INFANTO-JUVENIL	620	R$ 32.130,00
SP	354730	Santana De Parnaiba	3558649	CAPS ALCOOL E DROGA TRAVESSIA SANTANA DE PARNAIBA	M	CAPS AD	619	R$ 39.780,00
SP	354730	Santana De Parnaiba	3558665	CAPS II ADULTO ALVORECER SANTANA DE PARNAIBA	M	CAPS II	617	R$ 33.086,25
SP	354750	Santa Rita Do Passa Quatro	2091283	CAPS CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL SANTA RITA PASSA QUATRO	E	CAPS II	617	R$ 33.086,25
SP	354780	Santo Andre	8516	NAPS II NUCLEO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL II	M	CAPS III	618	R$ 84.134,00
SP	354780	Santo Andre	8729	NAPS I NUCLEO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL I	M	CAPS III	618	R$ 84.134,00
SP	354780	Santo Andre	8796	NAPS AD NUCLEO DE ATENCAO PSIC EM ALCOOL E OUTRAS DROGAS	M	CAPS AD	619	R$ 39.780,00
SP	354780	Santo Andre	3605698	CAPSI CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL A INFANCIA STO ANDRE	M	CAPS INFANTO-JUVENIL	620	R$ 32.130,00
SP	354780	Santo Andre	7276621	CAPS III VILA VITORIA	M	CAPS III	618	R$ 84.134,00
SP	354800	Santo Antonio De Posse	6434983	CAPS I CUIDAR	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
SP	354850	Santos	2040484	SECAO NUCLEO DE APOIO PSICOSSOCIAL II NAPS II	M	CAPS III	618	R$ 84.134,00
SP	354850	Santos	2050315	SECAO NUCLEO DE ATENCAO AO TOXICO DEPENDENTE	M	CAPS AD	619	R$ 39.780,00
SP	354850	Santos	2052415	SECAO NUCLEO DE APOIO PSICOSSOCIAL IV NAPS IV	M	CAPS III	618	R$ 84.134,00
SP	354850	Santos	2052431	SECAO NUCLEO DE APOIO PSICOSSOCIAL V NAPS V	M	CAPS III	618	R$ 84.134,00
SP	354850	Santos	2065606	SECAO NUCLEO DE APOIO PSICOSSOCIAL III NAPS III	M	CAPS III	618	R$ 84.134,00
SP	354850	Santos	2698129	SECAO NUCLEO DE APOIO PSICOSSOCIAL I NAPS I	M	CAPS III	618	R$ 84.134,00
SP	354870	Sao Bernardo Do Campo	5259835	CAPS AD III INFANTO JUVENIL	M	CAPS AD III	635	R$ 105.000,00
SP	354870	Sao Bernardo Do Campo	5468841	CAPS III AD	M	CAPS AD III	635	R$ 105.000,00
SP	354870	Sao Bernardo Do Campo	6610463	CAPS INFANTIL	M	CAPS INFANTO-JUVENIL	620	R$ 32.130,00
SP	354870	Sao Bernardo Do Campo	6618812	CAPS III CENTRO	M	CAPS III	618	R$ 84.134,00
SP	354870	Sao Bernardo Do Campo	7023979	CAPS III FARINA	M	CAPS III	618	R$ 84.134,00
SP	354870	Sao Bernardo Do Campo	7096089	CAPS II ALVARENGA	M	CAPS III	618	R$ 84.134,00
SP	354870	Sao Bernardo Do Campo	7309899	CAPS AD III ALVARENGA	M	CAPS AD III	635	R$ 105.000,00
SP	354870	Sao Bernardo Do Campo	7504160	CAPS III SILVINA	M	CAPS III	618	R$ 84.134,00
SP	354880	São Caetano do Sul	2069857	CAPS CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL DR RUY PENTEADO	M	CAPS II	617	R$ 33.086,25
SP	354880	Sao Caetano Do Sul	3846172	CAPS AD JORDANO PEDRO SEGUNDO VINCENZI	M	CAPS AD	619	R$ 39.780,00
SP	354890	Sao Carlos	2083515	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL CAPS	M	CAPS II	617	R$ 33.086,25
SP	354890	Sao Carlos	5045614	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL ALCOOL E DROGAS CAPS AD	M	CAPS AD	619	R$ 39.780,00
SP	354910	Sao Joao Da Boa Vista	6027644	CAPS II SAO JOAO DA BOA VISTA	M	CAPS II	617	R$ 33.086,25
SP	354910	Sao Joao Da Boa Vista	6584063	CAPS AD SAO JOAO DA BOA VISTA	M	CAPS AD	619	R$ 39.780,00
SP	354910	Sao Joao Da Boa Vista	7765363	CAPS INFANTIL SAO JOAO DA BOA VISTA	M	CAPS INFANTO-JUVENIL	620	R$ 32.130,00
SP	354970	Sao Jose Do Rio Pardo	2076497	CAPS CENTRO DE APOIO PSICOSSOCIAL SJRIOPARDO	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
SP	354980	São José do Rio Preto	2096773	CAPS II CENTRO	M	CAPS II	616	R$ 33.086,25
SP	354980	Sao Jose Do Rio Preto	2097052	CAPS AD VILA CLEMENTINA	M	CAPS AD	619	R$ 39.780,00
SP	354980	Sao Jose Do Rio Preto	2823454	CAPS CRIA DUAS VENDAS	M	CAPS INFANTO-JUVENIL	620	R$ 32.130,00

SP	354980	Sao Jose Do Rio Preto	3573249	CAPS CRIA CENTRO	M	CAPS INFANTO-JUVENIL	620	R$ 32.130,00
SP	354980	Sao Jose Do Rio Preto	5303486	CAPS ADULTO BOM JARDIM	M	CAPS II	617	R$ 33.086,25
SP	354980	Sao Jose Do Rio Preto	5309107	CAPS INFANTIL SUL	M	CAPS INFANTO-JUVENIL	620	R$ 32.130,00
SP	354980	Sao Jose Do Rio Preto	7343256	CAPS AD III ENGENHEIRO SCHIMITT	M	CAPS AD III	635	R$ 105.000,00
SP	354990	Sao Jose Dos Campos	2026198	CAPS II INFANCIA	M	CAPS INFANTO-JUVENIL	620	R$ 32.130,00
SP	354990	Sao Jose Dos Campos	2026201	CAPS I SUL	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
SP	354990	Sao Jose Dos Campos	2085844	CAPS ALCOOL E DROGAS	M	CAPS AD	619	R$ 39.780,00
SP	354990	Sao Jose Dos Campos	5407036	CAPS CENTRO NORTE	M	CAPS II	617	R$ 33.086,25
SP	355020	Sao Miguel Arcanjo	2071088	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL SAO MIGUEL ARCANJO	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
SP	355030	Sao Paulo	2027003	CAPS INFANTIL II LAPA	M	CAPS INFANTO-JUVENIL	620	R$ 32.130,00
SP	355030	Sao Paulo	2027658	CAPS INFANTIL III SANTANA	M	CAPS III	618	R$ 84.134,00
SP	355030	Sao Paulo	2028816	CAPS ADULTO II J LIDIA	M	CAPS II	617	R$ 33.086,25
SP	355030	Sao Paulo	2029596	CAPS INFANTIL II VILA PRUDENTE	M	CAPS INFANTO-JUVENIL	620	R$ 32.130,00
SP	355030	Sao Paulo	2029626	CAPS ADULTO II VILA MATILDE	M	CAPS II	617	R$ 33.086,25
SP	355030	Sao Paulo	2040808	CAPS III ADULTO ITAIM BIBI	M	CAPS III	618	R$ 84.134,00
SP	355030	Sao Paulo	2042916	CAPS INFANTIL II MOOCA	M	CAPS INFANTO-JUVENIL	620	R$ 32.130,00
SP	355030	Sao Paulo	2042924	CAPS AD II V MARIANA	M	CAPS AD	619	R$ 39.780,00
SP	355030	Sao Paulo	2067811	CAPS ADULTO II ITAQUERA	M	CAPS II	617	R$ 33.086,25
SP	355030	Sao Paulo	2068133	CAPS ADULTO II DR LEONIDIO GALVAO DOS SANTOS	M	CAPS II	617	R$ 33.086,25
SP	355030	Sao Paulo	2068915	CRATOD SAO PAULO	E	CAPS AD III	635	R$ 105.000,00
SP	355030	Sao Paulo	2068923	LUIZ DA ROCHA CERQUEIRA ITAPEVA CAPS SAO PAULO	E	CAPS II	617	R$ 33.086,25
SP	355030	Sao Paulo	2069059	CAPS INFANTIL II SAO MATEUS	M	CAPS INFANTO-JUVENIL	620	R$ 32.130,00
SP	355030	Sao Paulo	2069148	CAPS ADULTO I SAO MATEUS	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
SP	355030	Sao Paulo	2070804	CAPS ADULTO III MANDAQUI	M	CAPS III	618	R$ 84.134,00
SP	355030	Sao Paulo	2077485	HOSPITAL SAO PAULO HOSPITAL DE ENSINO DA UNIFESP SAO PAULO	E	CAPS AD	619	R$ 39.780,00
SP	355030	Sao Paulo	2077485	HOSPITAL SAO PAULO HOSPITAL DE ENSINO DA UNIFESP SAO PAULO	E	CAPS II	617	R$ 33.086,25
SP	355030	Sao Paulo	2091429	CAPS AD II V MADALENA PROSAM	M	CAPS AD	619	R$ 39.780,00
SP	355030	Sao Paulo	2751992	CAPS ADULTO II ERMELINO MATARAZZO	M	CAPS II	617	R$ 33.086,25
SP	355030	Sao Paulo	2752018	CAPS ADULTO II SAO MIGUEL	M	CAPS II	617	R$ 33.086,25
SP	355030	Sao Paulo	2766221	CAPS AD II PIRITUBA CASA AZUL	M	CAPS AD	619	R$ 39.780,00
SP	355030	Sao Paulo	2786508	CAPS ADULTO II PIRITUBA JARAGUA	M	CAPS II	617	R$ 33.086,25
SP	355030	Sao Paulo	2786516	CAPS I ADULTO BUTANTA	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
SP	355030	Sao Paulo	2786524	CAPS ADULTO II VILA PRUDENTE	M	CAPS II	617	R$ 33.086,25
SP	355030	Sao Paulo	2786532	CAPS AD III CENTRO	M	CAPS AD III	635	R$ 105.000,00
SP	355030	Sao Paulo	2786540	CAPS AD III J ANGELA	M	CAPS AD III	635	R$ 105.000,00
SP	355030	Sao Paulo	2786559	CAPS AD II SANTO AMARO	M	CAPS AD	619	R$ 39.780,00
SP	355030	Sao Paulo	2786567	CAPS AD II ERMELINO MATARAZZO	M	CAPS AD	619	R$ 39.780,00
SP	355030	Sao Paulo	2786575	CAPS ADULTO II BRASILANDIA	M	CAPS II	617	R$ 33.086,25
SP	355030	Sao Paulo	2815427	CAPS AD II JABAQUARA	M	CAPS AD	619	R$ 39.780,00
SP	355030	Sao Paulo	2815435	CAPS ADULTO III SAPOPEMBA	M	CAPS III	618	R$ 84.134,00
SP	355030	Sao Paulo	2815443	CAPS INFANTIL II JABAQUARA CASINHA	M	CAPS INFANTO-JUVENIL	620	R$ 32.130,00
SP	355030	Sao Paulo	3003167	CAPS ADULTO II GUAIANASES ARTUR BISPO DO ROSARIO	M	CAPS II	617	R$ 33.086,25
SP	355030	Sao Paulo	3010201	CAPS AD PINHEIROS	M	CAPS AD	619	R$ 39.780,00
SP	355030	Sao Paulo	3025012	CAPS AD II SAO MATEUS	M	CAPS AD	619	R$ 39.780,00
SP	355030	Sao Paulo	3025438	CAPS ADULTO II JABAQUARA	M	CAPS II	617	R$ 33.086,25
SP	355030	Sao Paulo	3108368	CAPS INFANTIL II IPIRANGA	M	CAPS INFANTO-JUVENIL	620	R$ 32.130,00
SP	355030	Sao Paulo	3304566	CAPS AD II PENHA	M	CAPS AD	619	R$ 39.780,00
SP	355030	Sao Paulo	3313344	CAPS AD II MOOCA	M	CAPS AD	619	R$ 39.780,00
SP	355030	Sao Paulo	3314359	CAPS AD II J NELIA	M	CAPS AD	619	R$ 39.780,00
SP	355030	Sao Paulo	3384292	CAPS ADULTO II ARICANDUVA FORMOSA	M	CAPS II	617	R$ 33.086,25
SP	355030	Sao Paulo	3906388	CAPS ADULTO II M BOI MIRIM	M	CAPS II	617	R$ 33.086,25
SP	355030	Sao Paulo	4049829	CAPS ADULTO II LARGO 13	M	CAPS II	617	R$ 33.086,25
SP	355030	Sao Paulo	4049837	CAPS INFANTIL II SANTO AMARO	M	CAPS INFANTO-JUVENIL	620	R$ 32.130,00
SP	355030	Sao Paulo	4049845	CAPS ADULTO II PERDIZES MANOEL MUNHOZ	M	CAPS II	617	R$ 33.086,25
SP	355030	Sao Paulo	4050290	CAPS ADULTO II LAPA	M	CAPS II	617	R$ 33.086,25
SP	355030	Sao Paulo	4050304	CAPS INFANTIL II ITAQUERA	M	CAPS INFANTO-JUVENIL	620	R$ 32.130,00
SP	355030	Sao Paulo	5608678	CAPS AD II CAPELA DO SOCORRO	M	CAPS AD	619	R$ 39.780,00
SP	355030	Sao Paulo	5695791	CAPS INFANTIL II SAO MIGUEL	M	CAPS INFANTO-JUVENIL	620	R$ 32.130,00
SP	355030	Sao Paulo	5725437	CAPS ADULTO II ITAIM PAULISTA	M	CAPS II	617	R$ 33.086,25
SP	355030	Sao Paulo	5731194	CAPS ADULTO II CIDADE ADEMAR	M	CAPS II	617	R$ 33.086,25
SP	355030	Sao Paulo	5878675	CAPS AD II ITAQUERA	M	CAPS AD	619	R$ 39.780,00
SP	355030	Sao Paulo	6066585	CAPS ADULTO III PARELHEIROS	M	CAPS III	618	R$ 84.134,00
SP	355030	Sao Paulo	6127967	CAPS INFANTIL II SE	M	CAPS INFANTO-JUVENIL	620	R$ 32.130,00
SP	355030	Sao Paulo	6148387	CAPS AD II CACHOEIRINHA	M	CAPS AD	619	R$ 39.780,00
SP	355030	Sao Paulo	6245838	CAPS AD II IPIRANGA V ARAPUA	M	CAPS AD	619	R$ 39.780,00
SP	355030	Sao Paulo	6280161	CAPS ADULTO II CASA VERDE	M	CAPS II	617	R$ 33.086,25
SP	355030	Sao Paulo	6330843	CAPS INFANTIL II FREGUESIA BRASILANDIA	M	CAPS INFANTO-JUVENIL	620	R$ 32.130,00
SP	355030	Sao Paulo	6336302	CAPS AD II SANTANA	M	CAPS AD	619	R$ 39.780,00
SP	355030	Sao Paulo	6387640	CAPS INFANTIL II PENHA	M	CAPS INFANTO-JUVENIL	620	R$ 32.130,00
SP	355030	Sao Paulo	6393411	CAPS AD II SAPOPEMBA	M	CAPS AD	619	R$ 39.780,00
SP	355030	Sao Paulo	6416691	CAPS AD II GUAIANASES	M	CAPS AD	619	R$ 39.780,00
SP	355030	Sao Paulo	6586147	CAPS AD II SACOMA	M	CAPS AD	619	R$ 39.780,00
SP	355030	Sao Paulo	6626327	CAPS INFANTIL II VILA MARIA VILA GUILHERME	M	CAPS INFANTO-JUVENIL	620	R$ 32.130,00
SP	355030	Sao Paulo	6646581	CAPS INFANTIL II CIDADE ADEMAR	M	CAPS INFANTO-JUVENIL	620	R$ 32.130,00
SP	355030	Sao Paulo	6657184	CAPS INFANTIL II CAPELA DO SOCORRO	M	CAPS INFANTO-JUVENIL	620	R$ 32.130,00
SP	355030	Sao Paulo	6668127	CAPS II AD FO BRASILANDIA	M	CAPS AD III	635	R$ 105.000,00
SP	355030	Sao Paulo	6683983	CAPS INFANTIL II PARELHEIROS	M	CAPS INFANTO-JUVENIL	620	R$ 32.130,00
SP	355030	Sao Paulo	6700268	CAPS INFANTIL II CASA VERDE CACHOEIRINHA LIMAO	M	CAPS INFANTO-JUVENIL	620	R$ 32.130,00
SP	355030	Sao Paulo	6759971	CAPS INFANTIL II SAPOPEMBA	M	CAPS INFANTO-JUVENIL	620	R$ 32.130,00
SP	355030	Sao Paulo	6879799	CAPS ADULTO III PARAISOPOLIS	M	CAPS III	618	R$ 84.134,00
SP	355030	Sao Paulo	6879802	CAPS ADULTO II CIDADE TIRADENTES	M	CAPS II	617	R$ 33.086,25
SP	355030	Sao Paulo	6924972	CAPS ADULTO II V MONUMENTO	M	CAPS II	617	R$ 33.086,25
SP	355030	Sao Paulo	6931979	CAPS INFANTIL II PERUS	M	CAPS INFANTO-JUVENIL	620	R$ 32.130,00

SP	355030	Sao Paulo	6954197	CAPS INFANTIL II GUAIANASES	M	CAPS INFANTO-JUVENIL	620	R$ 32.130,00
SP	355030	Sao Paulo	6964036	CAPS AD III COMPLEXO PRATES	M	CAPS AD III	635	R$ 105.000,00
SP	355030	Sao Paulo	6970532	CAPS INFANTIL II M BOI MIRIM	M	CAPS INFANTO-JUVENIL	620	R$ 32.130,00
SP	355030	Sao Paulo	7024231	CAPS AD III SAO MIGUEL	M	CAPS AD III	635	R$ 105.000,00
SP	355030	Sao Paulo	7111568	CAPS ADULTO II SE	M	CAPS II	617	R$ 33.086,25
SP	355040	São Pedro	9138846	CAPS CENTRO DE ATENDIMENTO PSICOSSOCIAL SAO PEDRO	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
SP	355060	Sao Roque	5315220	CENTRO DE ACAO PSICOSSOCIAL DE SAO ROQUE	M	CAPS II	617	R$ 33.086,25
SP	355070	Sao Sebastiao	2766043	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL CAPS I	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
SP	355100	Sao Vicente	2078279	CAPS III MATER SAO VICENTE	M	CAPS III	618	R$ 84.134,00
SP	355100	Sao Vicente	3018504	CAPS II DOMINGOS STAMATO SAO VICENTE	M	CAPS II	617	R$ 33.086,25
SP	355100	Sao Vicente	3029425	CAPS AD II SAO VICENTE	M	CAPS AD	619	R$ 39.780,00
SP	355100	Sao Vicente	5774780	CAPS I CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL INFANTIL SAO VICENTE	M	CAPS INFANTO-JUVENIL	620	R$ 32.130,00
SP	355100	Sao Vicente	5774799	CAPS II JARDIM RIO BRANCO CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL	M	CAPS II	617	R$ 33.086,25
SP	355160	Serra Negra	5017734	CAPS DE SERRA NEGRA	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
SP	355170	Sertaozinho	7847661	CAPSAD JOSE APDO LELLIS SERTAOZINHO	M	CAPS AD	619	R$ 39.780,00
SP	355210	Socorro	2027925	SERVICO DE ATENDIMENTO PSICO SOCIAL SAPS DE SOCORRO	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
SP	355220	Sorocaba	2070928	CAPS ASSOCIACAO CRIANCA SOROCABA	M	CAPS INFANTO-JUVENIL	620	R$ 32.130,00
SP	355220	Sorocaba	2071347	CAPS CENTRO DE ATENDIMENTO PSICOSSOCIAL DE SOROCABA	M	CAPS III	618	R$ 84.134,00
SP	355220	Sorocaba	3834476	CAPSI CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL INFANTIL SOROCABA	M	CAPS INFANTO-JUVENIL	620	R$ 32.130,00
SP	355220	Sorocaba	3884937	CAPS AD III SACA SO SOROCABA	M	CAPS AD III	635	R$ 105.000,00
SP	355220	Sorocaba	7590504	CAPS IJ BEM QUERER SOROCABA	M	CAPS INFANTO-JUVENIL	620	R$ 32.130,00
SP	355220	Sorocaba	7709641	CAPS III ARTE DO ENCONTRO SOROCABA	M	CAPS III	618	R$ 84.134,00
SP	355220	Sorocaba	7811535	CAPS AD III RODA VIVA SOROCABA	M	CAPS AD III	635	R$ 105.000,00
SP	355240	Sumare	5020565	CAPS II ORQUIDEA SUMARE	M	CAPS II	617	R$ 33.086,25
SP	355250	Suzano	2773082	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL I SUZANO	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
SP	355250	Suzano	3996646	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL II SUZANO	M	CAPS II	617	R$ 33.086,25
SP	355250	Suzano	9002782	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL INFANTOJUVENIL ENTRELACOS	M	CAPS INFANTO-JUVENIL	620	R$ 32.130,00
SP	355280	Taboao Da Serra	5616824	CAPSI	M	CAPS INFANTO-JUVENIL	620	R$ 32.130,00
SP	355280	Taboao Da Serra	5721172	CAPS AD CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL ALCOOL E DROGA	M	CAPS AD	619	R$ 39.780,00
SP	355280	Taboão da Serra	7039271	CAPS II CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL	M	CAPS II	617	R$ 33.086,25
SP	355360	Tapiratiba	7986475	CAPS I	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
SP	355370	Taquaritinga	2706474	CAPS ADULTO II	M	CAPS II	617	R$ 33.086,25
SP	355370	Taquaritinga	3331822	CAPS INFANTIL II ALEXANDRE DONATO MONTEIRO	M	CAPS INFANTO-JUVENIL	620	R$ 32.130,00
SP	355395	Taruma	3253309	CAPS I TARUMA	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
SP	355400	Tatui	7717512	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL CAPS II TATUI SP	M	CAPS II	617	R$ 33.086,25
SP	355410	Taubate	2060221	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL TAUBATE	M	CAPS II	617	R$ 33.086,25
SP	355410	Taubate	6658024	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL CAPS AD TAUBATE	M	CAPS AD	619	R$ 39.780,00
SP	355410	Taubate	6762034	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL CAPS INFANTIL TAUBATE	M	CAPS INFANTO-JUVENIL	620	R$ 32.130,00
SP	355450	Tiete	7637047	CAPS I DR JOSE JOAQUIM DETOLEDO DR ZECA	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
SP	355500	Tupa	9324992	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL CAPS II TUPA	M	CAPS II	617	R$ 33.086,25
SP	355540	Ubatuba	2765594	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL CAPS I	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
SP	355620	Valinhos	6753205	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL II CAPS II	M	CAPS II	617	R$ 33.086,25
SP	355630	Valparaiso	7563213	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL VALPARAISO	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
SP	355640	Vargem Grande do Sul	7956738	CAPS 1 PASTOR PEDRO MARQUES DA SILVA	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
SP	355645	Vargem Grande Paulista	5115612	CAPS MARIA IZILDA DA SILVA VARGEM GRANDE PAULISTA	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
SP	355650	Varzea Paulista	5076951	CAPS	M	CAPS II	617	R$ 33.086,25
SP	355650	Varzea Paulista	5292093	CAPS INFANTO JUVENIL	M	CAPS INFANTO-JUVENIL	620	R$ 32.130,00
SP	355670	Vinhedo	2058251	CENTRO DE APOIO PSICO SOCIAL	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
SP	355700	Votorantim	2774852	CENTRO DE ATENCAO PSICOSOCIAL CAPS VOTORANTIM	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
SP	355700	Votorantim	7121210	CAPS AD VOTORANTIM	M	CAPS AD	619	R$ 39.780,00
SP	355700	Votorantim	9073388	CAPS IJ CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL INFANTO JUVENIL	M	CAPS INFANTO-JUVENIL	620	R$ 32.130,00
SP	355710	Votuporanga	5865743	CAPS II DE VOTUPORANGA	M	CAPS II	617	R$ 33.086,25
SP	355710	Votuporanga	7064489	CAPS AD DE VOTUPORANGA	M	CAPS AD	619	R$ 39.780,00
TO	170210	Araguaina	2370603	CAPS II CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL II ARAGUAINA	E	CAPS II	617	R$ 33.086,25
TO	170210	Araguaina	7566700	CAPS AD ALCOOL E OUTRAS DROGAS ARAGUAINA	M	CAPS AD III	635	R$ 105.000,00
TO	170220	Araguatins	5609968	CAPS CENTRO DE ATENCAO PSICOSOCIAL MENTE BRILHANTE	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
TO	170255	Augustinopolis	7772238	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL CAPS	D	CAPS AD	619	R$ 39.780,00
TO	170380	Buriti do Tocantins	7719396	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL DE BURITI DO TOCANTINS	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
TO	170550	Colinas do Tocantins	6155561	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL PINGO DE LUZ CAPS COLINAS TO	M	CAPS II	617	R$ 33.086,25
TO	170550	Colinas do Tocantins	7656572	CAPS AD III	M	CAPS AD III	635	R$ 105.000,00
TO	170700	Dianopolis	5600006	CAPS CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL DR CHAGAS DE DIANOPOLIS	D	CAPS II	617	R$ 33.086,25
TO	170820	Formoso Do Araguaia	6693571	CAPS DE FORMOSO DO ARAGUAIA	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
TO	170950	Gurupi	2546515	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL GURUPI	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
TO	170950	Gurupi	7289987	CAPS AD III VIDA NOVA	M	CAPS AD III	635	R$ 105.000,00
TO	171320	Miracema Do Tocantins	7690657	CAPS I DONA VITURINA BORBA	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
TO	171610	Paraiso Do Tocantins	8004897	CAPS CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL PARAISO	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
TO	171665	Pequizeiro	7403275	CAPS I NOSSA CASA	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
TO	171820	Porto Nacional	2658895	CAPS CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL DE PORTO NACIONAL	M	CAPS II	617	R$ 33.086,25
TO	172080	Sitio Novo do Tocantins	7733917	CAPS I CAMINHO DA ESPERANCA	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
TO	172090	Taguatinga	6903363	CAPS ANGELINA DE OLIVEIRA BONFIM	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
TO	172100	Palmas	2467968	CAPS II CENTRO DE ATENCAO PSICOSOCIAL	M	CAPS II	617	R$ 33.086,25
TO	172100	Palmas	6061478	CAPS AD CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL ALCOOL E OUTRAS DRO	M	CAPS AD III	635	R$ 105.000,00
TO	172120	Tocantinopolis	5871980	CAPS TOCANTINOPOLIS	M	CAPS I	616	R$ 28.305,00
TOTAL								R$ 99.225.578,00

SECRETARIA EXECUTIVA

PORTARIA Nº 668, DE 4 DE DEZEMBRO DE 2020

Indefere os pedidos de credenciamento no âmbito do Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência (PRONAS/PCD).

O SECRETÁRIO EXECUTIVO ADJUNTO DO MINISTÉRIO DA SAÚDE, no uso da atribuição que lhe confere o art. 21 do Anexo LXXXVI à Portaria de Consolidação nº 5/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, e considerando os arts. 1º ao 14 da Lei nº 12.715, de 17 de setembro de 2012, que institui o Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica (PRONON) e o Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência (PRONAS/PCD), bem como a regulamentação estabelecida pelo Decreto nº 7.988, de 17 de abril de 2013, resolve:

Art. 1º Indeferir os pedidos de credenciamento para apresentação de projetos no âmbito do Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência (PRONAS/PCD), das instituições relacionadas abaixo:

I- Razão Social: ONG Autonomia.
CNPJ: 09.504.261/0001-13
Município/UF: Florianópolis/SC
NUP: 25000.112066/2020-24;

II - Razão Social: Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de São Domingos do Capim.
CNPJ: 01.962.058/0001-89
Município/UF: São Domingos do Capim/PA
NUP: 25000.112980/2020-75;

III - Razão Social: Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Buriti dos Lopes.
CNPJ: 05.388.734/0001-03
Município/UF: Buriti dos Lopes/PI
NUP: 25000.114585/2020-27;

IV - Razão Social: Universidade Livre do Esporte do Paraná.
CNPJ: 02.181.877/0001-51
Município/UF: Curitiba/PR
NUP: 25000.133900/2020-15;

V - Razão Social: Fundação Centro Integrado de Apoio ao Portador de Deficiência.
CNPJ: 24.507.865/0001-07
Município/UF: João Pessoa/PB
NUP: 25000.106638/2020-36;

VI - Razão Social: Associação Vida Ativa São José.
CNPJ: 11.266.274/0001-43
Município/UF: Criciúma/SC
NUP: 25000.103456/2020-11;

VII - Razão Social: Associação Pais Amigos dos Excepcionais de Califórnia.
CNPJ: 80.922.347/0001-20
Município/UF: Califórnia/PR
NUP: 25000.112164/2020-61;

VIII - Razão Social: Associação Beneficente Educarte.
CNPJ: 58.726.308/0001-07
Município/UF: São Paulo/SP
NUP: 25000.155642/2020-28;

IX - Razão Social: Instituto Strabos Ensino Ação Social e Pesquisa em Estrabismo.
CNPJ: 19.099.127/0001-38
Município/UF: São Paulo/SP
NUP: 25000.143599/2020-58;

X - Razão Social: Fundação Adib Jatene.
CNPJ: 53.725.560/0001-70
Município/UF: São Paulo/SP
NUP: 25000.113033/2020-00;

XI - Razão Social: Associação Cultural Namastê.
CNPJ: 10.457.936/0001-08
Município/UF: Brasília/DF
NUP: 25000.144425/2020-11;

XII - Razão Social: Associação de Pais e Amigos de Excepcionais de Buri.
CNPJ: 01.409.123/0001-43
Município/UF: Buri/SP
NUP: 25000.111547/2020-12;

XIII - Razão Social: Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Pirangi.
CNPJ: 05.888.076/0001-19
Município/UF: Pirangi/SP
NUP: 25000.106543/2020-12;

XIV - Razão Social: Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Boa Ventura de São Roque.
CNPJ: 01.863.050/0001-65
Município/UF: Boa Ventura de São Roque/PR
NUP: 25000.113632/2020-15;

XV - Razão Social: Centro de Equoterapia Animal Amigo.
CNPJ: 20.284.252/0001-05
Município/UF: Ponte Nova/MG
NUP: 25000.160032/2020-46;

XVI - Razão Social: Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de São Tomé.
CNPJ: 80.616.352/0001-05
Município/UF: São Tomé/PR
NUP: 25000.155690/2020-16;

XVII - Razão Social: Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais APAE.
CNPJ: 78.944.550/0001-56
Município: Araucária/PR
NUP: 25000.156042/2020-87;

XVIII - Razão Social: Santa Casa Anna Cintra.
CNPJ: 43.464.197/0001-22
Município/UF: Amparo/SP
NUP: 25000.168705/2020-14;

XIX - Razão social: Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Nova Iguaçu.
CNPJ: 36.065.894/0001-45
Município/UF: Nova Iguaçu/RJ
NUP: 25000.168105/2020-48.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JORGE LUIZ KORMANN

PORTARIA Nº 669, DE 4 DE DEZEMBRO DE 2020

Defere os pedidos de credenciamento no âmbito do Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência (PRONAS/PCD).

O SECRETÁRIO EXECUTIVO ADJUNTO DO MINISTÉRIO DA SAÚDE, no uso da atribuição que lhe confere o art. 21 do Anexo LXXXVI à Portaria de Consolidação nº 5/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, e considerando os arts. 1º ao 14 da Lei nº 12.715, de 17 de setembro de 2012, que institui o Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência (PRONAS/PCD), bem como a regulamentação estabelecida pelo Decreto nº 7.988, de 17 de abril de 2013, resolve:

Art. 1º Deferir os pedidos de credenciamento, para apresentação de projetos no âmbito do Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência (PRONAS/PCD), das instituições relacionadas abaixo:

I - Razão Social: Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Votuporanga.
CNPJ: 45.166.030/0001-00
Município/UF: Votuporanga/SP
NUP: 25000.097861/2020-85;

II - Razão Social: Associação Hospitalar Santa Rosália.
CNPJ: 25.104.902/0001-07
Município/UF: Teófilo Otoni/MG
NUP: 25000.099040/2020-83;

III - Razão Social: Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Chaval Ceará.
CNPJ: 10.957.071/0001-30
Município/UF: Chaval/CE
NUP: 25000.107904/2020-48;

IV - Razão Social: Fundação João Paulo II.
CNPJ: 50.016.039/0001-75
Município/UF: Cachoeira Paulista/SP
NUP: 25000.106632/2020-69;

V - Razão Social: Associação dos Aposentados e Pensionistas de Volta Redonda.
CNPJ: 29.292.752/0004-06
Município/UF: Volta Redonda/RJ
NUP: 25000.118275/2020-81;

VI - Razão Social: Associação Cristã de Deficientes Físicos de Passo Fundo.
CNPJ: 90.785.650/0001-82
Município/UF: Passo Fundo/RS
NUP: 25000.109211/2020-90;

VII - Razão Social: Instituto do Câncer Infantil e Pediatria Especializada - ICIPE.
CNPJ: 10.942.995/0001-63
Município/UF: Brasília/DF
NUP: 25000.112709/2020-30;

VIII - Razão Social: Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Jacarezinho.
CNPJ: 78.212.271/0001-06
Município/UF: Jacarezinho/PR
NUP: 25000.108535/2020-19;

XIX - Razão Social: Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Aratiba - APAE.
CNPJ: 05.512.384/0001-45
Município/UF: Aratiba/RS
NUP: 25000.109379/2020-03;

X - Razão Social: Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Gravatal.
CNPJ: 80.491.319/0001-04
Município/UF: Gravatal/SC
NUP: 25000.156283/2020-26;

XI - Razão Social: Ambulatório da Providência.
CNPJ: 07.949.987/0001-34
Município/UF: Rio de Janeiro/RJ
NUP: 25000.156273/2020-91;

XII - Razão Social: Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Tapira.
CNPJ: 00.056.991/0001-24
Município/UF: Tapira/PR
NUP: 25000.155875/2020-21;

XIII - Razão Social: Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais.
CNPJ: 79.362.083/0001-19
Município/UF: Massaranduba/SC
NUP: 25000.155706/2020-91;

XIV - Razão Social: Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Boa Vista da Aparecida.
CNPJ: 01.074.438/0001-87
Município/UF: Boa Vista da Aparecida/PR
NUP: 25000.156284/2020-71;

XV - Razão Social: Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Goioxim - APAE de Goioxim.
CNPJ: 04.678.919/0001-90
Município/UF: Goioxim/PR
NUP: 25000.156140/2020-14;

XVI - Razão Social: ARCD - Associação de Reabilitação da Criança Deficiente - São José do Rio Preto.
CNPJ: 10.381.764/0001-28
Município/UF: São José do Rio Preto/SP
NUP: 25000.156287/2020-12;

XVII - Razão Social: Seleção Paulista (SP).
CNPJ: 10.369.048/0001-25
Município/UF: São Paulo/SP
NUP: 25000.156203/2020-32;

XVIII - Razão Social: Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Braganey.
CNPJ: 00.284.582/0001-85
Município/UF: Braganey/PR
NUP: 25000.155722/2020-83;

XIX - Razão Social: Trabalho de Apoio ao Deficiente - TRADEF.
CNPJ: 01.297.854/0001-44
Município/UF: Mogi das Cruzes/SP
NUP: 25000.156069/2020-70;

XX - Razão Social: Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Armazém.
CNPJ: 80.489.446/0001-60
Município/UF: Armazém/SC
NUP: 25000.156168/2020-51;

XXI - Razão Social: Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Mandaguari.
CNPJ: 78.961.034/0001-30
Município/UF: Mandaguari/PR
NUP: 25000.114912/2020-41.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JORGE LUIZ KORMANN

PORTARIA Nº 671, DE 4 DE DEZEMBRO DE 2020

Indefere os pedidos de credenciamento no âmbito do Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica (PRONON).

O SECRETÁRIO EXECUTIVO ADJUNTO DO MINISTÉRIO DA SAÚDE, no uso da atribuição que lhe confere o art. 21 do Anexo LXXXVI à Portaria de Consolidação nº 5/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, e considerando os arts. 1º ao 14 da Lei nº 12.715, de 17 de setembro de 2012, que institui o Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica (PRONON) e o Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência (PRONAS/PCD), bem como a regulamentação estabelecida pelo Decreto nº 7.988, de 17 de abril de 2013, resolve:

Art. 1º Indeferir os pedidos de credenciamento para apresentação de projetos no âmbito do Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica (PRONON) das instituições relacionadas abaixo:

I - Razão Social: Associação Força Rosa.
CNPJ: 20.400.376/0001-09
Município/UF: São Leopoldo/RS
NUP: 25000.113006/2020-29;

II - Razão Social: Liga Feminina de Combate ao Câncer de Santa Cruz do Sul.
CNPJ: 04.325.088/0001-72
Município/UF: Santa Cruz do Sul/RS
NUP: 25000.110160/2020-49;

III - Razão Social: Grupo de Assistência às Pessoas com Câncer Maria das Graças da Silveira.
CNPJ: 18.901.935/0001-04
Município/UF: Apodi/RN
NUP: 25000.110122/2020-96;

IV - Razão Social: Instituto Mineiro de Prevenção e Assistência ao Câncer - IMPAC.

CNPJ: 21.715.904/0001-73
Município/UF: Belo Horizonte/MG
NUP: 25000.108500/2020-71;
V - Razão Social: Associação das Damas de Caridade.
CNPJ: 89.124.630/0001-81
Município/UF: Cruz Alta/RS
NUP: 25000.104703/2020-99;
VI - Razão Social: Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de São Domingos do Capim.
CNPJ: 01.962.058/0001-89
Município/UF: São Domingos do Capim/PA
NUP: 25000.110170/2020-84;
VII - Razão Social: Universidade Livre do Esporte do Paraná.
CNPJ: 02.181.877/0001-51
Município/UF: Curitiba/PR
NUP: 25000.107782/2020-90;
VIII - Razão Social: Instituto Peito Aberto.
CNPJ: 21.875.101/0001-86
Município/UF: Paranaguá/PR
NUP: 25000.110034/2020-94;
IX - Razão Social: Santa Casa Anna Cintra.
CNPJ: 43.464.197/0001-22;
Município/UF: Amparo/SP
NUP: 25000.098558/2020-08;
X - Razão Social: Instituto para Pesquisa do Câncer de Guarapuava.
CNPJ: 36.601.957/0001-30
Município/UF: Guarapuava/PR
NUP: 25000.111925/2020-68;
XI - Razão Social: AMPARA - Associação de Amparo às Pessoas com Câncer de Araxá.
CNPJ: 21.566.636/0001-75
Município/UF: Araxá/MG
NUP: 25000.086794/2020-73;
XII - Razão Social: Rede Feminina de Combate ao Câncer de Guaramirim - SC.
CNPJ: 27.648.049/0001-01
Município/UF: Guaramirim/SC
NUP: 25000.091188/2020-70;
XIII - Razão Social: Secretaria de Estado da Saúde.
CNPJ: 46.374.500/0122-81
Município/UF: São Paulo/SP
NUP: 25000.101091/2020-82;
XIV - Razão Social: Associação Beneficente Educarte.
CNPJ: 58.726.308/0001-07
Município/UF: São Paulo/SP
NUP:25000.156649/2020-67.
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JORGE LUIZ KORMANN

PORTARIA Nº 672, DE 4 DE DEZEMBRO DE 2020

Defere os pedidos de credenciamento no âmbito do Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica (PRONON).

O SECRETÁRIO EXECUTIVO ADJUNTO DO MINISTÉRIO DA SAÚDE, no uso da atribuição que lhe confere o art. 21 do Anexo LXXXVI à Portaria de Consolidação nº 5/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, e considerando os arts. 1º ao 14 da Lei nº 12.715, de 17 de setembro de 2012, que institui o Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica (PRONON) e o Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência (PRONAS/PCD), bem como a regulamentação estabelecida pelo Decreto nº 7.988, de 17 de abril de 2013, resolve:

Art. 1º Deferir os pedidos de credenciamento, para apresentação de projetos no âmbito do Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica (PRONON), das instituições relacionadas abaixo:

I - Razão Social: Saúde Alegria e Sustentabilidade Brasil.
CNPJ: 22.105.994/0001-43
Município/UF: São Paulo/SP
NUP: 25000.100349/2020-23;
II - Razão Social: Instituto Beaba.
CNPJ: 20.475.001/0001-08
Município/UF: São Paulo/SP
NUP: 25000.088714/2020-14;
III - Razão Social: Associação Casa Esperança e Vida de Assistência às Pessoas com Câncer.
CNPJ: 17.214.201/0001-94
Município/UF: Teresina/PI
NUP: 25000.106859/2020-12;
IV - Razão Social: Instituto Portal Superação.
CNPJ: 23.995.048/0001-82
Município/UF: Rio de Janeiro/RJ
NUP: 25000.107798/2020-01;
V - Razão Social: Instituto Santé.
CNPJ: 08.776.971/0003-00
Município/UF: São Miguel do Oeste/SC
NUP: 25000.110121/2020-41;
VI - Razão Social: Fundação de Desenvolvimento da Pesquisa.
CNPJ: 18.720.938/0001-41
Município/UF: Belo Horizonte/MG
NUP: 25000.109994/2020-10;
VII - Razão Social: Conferência São José do Avaí.
CNPJ: 29.640.612/0001-20
Município/UF: Itaperuna/RJ
NUP: 25000.101043/2020-94;
VIII - Razão Social: ABLUCAN - Associação Blumenauense na Luta Contra o Câncer.
CNPJ: 08.791.343/0001-23
Município/UF: Blumenau/SC
NUP: 25000.111947/2020-28;
IX - Razão Social: Lar e Escola José Olintho Fortes Junqueira.
CNPJ: 52.397.239/0001-40
Município/UF: São Joaquim da Barra/SP
NUP: 25000.152121/2020-19;
X - Razão Social: Instituto de Saúde Santa Clara.
CNPJ: 08.325.231/0001-87
Município/UF: Candói/PR
NUP: 25000.106228/2020-95;
XI - Razão Social: Hospital Imaculada Conceição.
CNPJ: 21.409.198/0001-31
Município/UF: Monsenhor Paulo/MG
NUP: 25000.109815/2020-36;
XII - Razão Social: Fundação Leonor de Barros Camargo.
CNPJ: 60.499.365/0002-15
Município/UF: Indaiatuba/SP
NUP: 25000.110879/2020-80;
XIII - Razão Social: Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Mariópolis.
CNPJ: 01.758.153/0001-65
Município/UF: Mariópolis/PR
NUP: 25000.095810/2020-19;
XIV - Razão Social: Instituto Mais Identidade.
CNPJ: 24.296.896/0001-66
Município/UF: São Paulo/SP
NUP: 25000.095017/2020-10.
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JORGE LUIZ KORMANN

DEPARTAMENTO DE ECONOMIA DA SAÚDE, INVESTIMENTOS E DESENVOLVIMENTO

DESPACHO Nº 112, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2020

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE ECONOMIA DA SAÚDE, INVESTIMENTOS E DESENVOLVIMENTO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 7º da Portaria nº 2.218/GM/MS, de 21 de agosto de 2019, e em cumprimento ao disposto no Decreto nº 9.380, de 22 de maio de 2018, resolve:

1. Fica aprovada, a partir da publicação deste Despacho, a seguinte solicitação de readequação da rede física do SUS:
PROCESSO NUP: 25000.114432/2019-46
MUNICÍPIO: CALDAS NOVAS/GO
ESTABELECIMENTO ORIGINALMENTE PACTUADO: Unidade de Pronto Atendimento - UPA (Proposta SISMOB n° 05593.1190001/13-011).
READEQUAÇÃO SOLICITADA: Pronto Atendimento e Unidade Mista.
DECISÃO: READEQUAÇÃO APROVADA.
EMBASAMENTO: NOTA TÉCNICA Nº 252/2020-CQIS/CGES/DESID/SE/MS

PEDRO GERALDO PINHEIRO DOS SANTOS

DESPACHO Nº 113, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2020

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE ECONOMIA DA SAÚDE, INVESTIMENTOS E DESENVOLVIMENTO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 7º da Portaria nº 2.218/GM/MS, de 21 de agosto de 2019, e em cumprimento ao disposto no Decreto nº 9.380, de 22 de maio de 2018, resolve:

1. Fica aprovada, a partir da publicação deste Despacho, a seguinte solicitação de readequação da rede física do SUS:
PROCESSO NUP: 25000.063796/2019-51
MUNICÍPIO: CAMPO MAIOR/PI
ESTABELECIMENTO ORIGINALMENTE PACTUADO: Unidade de Pronto Atendimento (UPA) Porte I (Proposta SISMOB N° 11753.4920001/13-008).
READEQUAÇÃO SOLICITADA: Centro de Saúde/Unidade Básica de Saúde, Clínica/Centro de Especialidade - CNES 6798764 e Policlínica.
DECISÃO: READEQUAÇÃO APROVADA.
EMBASAMENTO: NOTA TÉCNICA Nº 35/2020-CQIS/CGES/DESID/SE/MS

PEDRO GERALDO PINHEIRO DOS SANTOS

SECRETARIA DE ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE

PORTARIA Nº 64, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2020

Define e homologa os códigos referentes às Identificações Nacionais de Equipe - INE das equipes de Atenção Primária à Saúde - APS credenciadas e cadastradas no Sistema de Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde - SCNES para fins da transferência dos incentivos de custeio federal, acompanhamento, monitoramento e avaliação.

O SECRETÁRIO DE ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem o inciso I do art. 18 do Decreto n° 9.795, de 17 de maio de 2019, e

Considerando a Portaria nº 2.979/GM/MS, de 12 de novembro de 2019, que institui o Programa Previne Brasil, que estabelece novo modelo de financiamento de custeio da Atenção Primária à Saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde, por meio da alteração da Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017;

Considerando a Portaria nº 47/GM/MS, de 19 de dezembro de 2019, que dispõe sobre os códigos referentes à Identificação Nacional de Equipe (INE) e ao Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES) das equipes ou serviços de Atenção Primária à Saúde para fins da transferência dos incentivos de custeio federal, acompanhamento, monitoramento e avaliação; e

Considerando a necessidade de melhorias no acompanhamento, monitoramento e avaliação das estratégias da Atenção Primária à Saúde, resolve:

Art. 1º Define e homologa os códigos referentes às Identificações Nacionais de Equipe - INE das equipes de Atenção Primária à Saúde - APS credenciadas e cadastradas no Sistema de Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde - SCNES para fins da transferência dos incentivos de custeio federal, acompanhamento, monitoramento e avaliação:

a) Equipes de Saúde da Família, descritas no Anexo I;

b) Equipes de Atenção Primária, descritas no Anexo II;

c) Equipes de Saúde Bucal 40 horas, descritas no Anexo III.

Art. 2º Os códigos INE de que trata o art. 1º foram definidos por meio da análise das equipes de APS credenciadas em portaria do Ministério da Saúde, cadastradas pela gestão municipal e ativas no SCNES.

Art. 3º Os municípios com equipes constantes nos Anexos deverão observar os critérios estabelecidos no art. 1º da Portaria nº 47/GM/MS, de 19 de dezembro de 2019, cuja inobservância e descumprimento acarretará a suspensão da transferência financeira.

Art. 4º Eventuais casos omissos serão resolvidos pelo titular máximo do órgão responsável pela Atenção Primária à Saúde no âmbito do Ministério da Saúde.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RAPHAEL CÂMARA MEDEIROS PARENTE

ANEXO I

Identificações Nacionais de Equipe - INE por município referente às equipes de Saúde da Família (eSF) para fins da transferência dos incentivos de custeio federal, acompanhamento, monitoramento e avaliação.

UF	IBGE	MUNICÍPIO	INE	DESCRIÇÃO
AL	270240	DELMIRO GOUVEIA	0000164186	Equipe de Saúde da Família
AL	270240	DELMIRO GOUVEIA	0002131218	Equipe de Saúde da Família
AL	270400	JUNQUEIRO	0002082705	Equipe de Saúde da Família
BA	290570	CAMAÇARI	0001662503	Equipe de Saúde da Família
BA	291320	IBOTIRAMA	0002059177	Equipe de Saúde da Família
BA	292550	PRADO	0002131331	Equipe de Saúde da Família
BA	292550	PRADO	0002131234	Equipe de Saúde da Família
BA	292860	SANTO AMARO	0001680986	Equipe de Saúde da Família
CE	230440	FORTALEZA	0000086541	Equipe de Saúde da Família
ES	320500	SERRA	0002127016	Equipe de Saúde da Família
ES	320500	SERRA	0002127024	Equipe de Saúde da Família
ES	320500	SERRA	0002127008	Equipe de Saúde da Família
ES	320500	SERRA	0002127040	Equipe de Saúde da Família
ES	320500	SERRA	0002126737	Equipe de Saúde da Família
ES	320500	SERRA	0002126745	Equipe de Saúde da Família
ES	320500	SERRA	0002126753	Equipe de Saúde da Família
ES	320500	SERRA	0002126761	Equipe de Saúde da Família
ES	320500	SERRA	0002126788	Equipe de Saúde da Família
ES	320500	SERRA	0002126796	Equipe de Saúde da Família
ES	320500	SERRA	0002126818	Equipe de Saúde da Família
ES	320500	SERRA	0002126834	Equipe de Saúde da Família
ES	320500	SERRA	0002126842	Equipe de Saúde da Família
ES	320500	SERRA	0002126850	Equipe de Saúde da Família
ES	320500	SERRA	0002126869	Equipe de Saúde da Família
ES	320500	SERRA	0002126877	Equipe de Saúde da Família
ES	320500	SERRA	0002126885	Equipe de Saúde da Família
ES	320500	SERRA	0002126893	Equipe de Saúde da Família
ES	320500	SERRA	0002126907	Equipe de Saúde da Família
ES	320500	SERRA	0002126915	Equipe de Saúde da Família
ES	320500	SERRA	0002126923	Equipe de Saúde da Família
ES	320500	SERRA	0002126931	Equipe de Saúde da Família
ES	320500	SERRA	0002126966	Equipe de Saúde da Família
ES	320500	SERRA	0002126974	Equipe de Saúde da Família
ES	320500	SERRA	0002126982	Equipe de Saúde da Família
MA	210095	ARAME	0002128640	Equipe de Saúde da Família
MA	210160	BARRA DO CORDA	0000043788	Equipe de Saúde da Família
MA	211130	SÃO LUÍS	0000059846	Equipe de Saúde da Família
MA	211130	SÃO LUÍS	0000060216	Equipe de Saúde da Família
MS	500270	CAMPO GRANDE	0001717383	Equipe de Saúde da Família
MS	500270	CAMPO GRANDE	0002127342	Equipe de Saúde da Família
MT	510335	CONFRESA	0001614967	Equipe de Saúde da Família
MT	510340	CUIABÁ	0000447749	Equipe de Saúde da Família
MT	510370	FELIZ NATAL	0000448389	Equipe de Saúde da Família
PA	150050	ALMEIRIM	0002115883	Equipe de Saúde da Família
PA	150080	ANANINDEUA	0002129973	Equipe de Saúde da Família
PA	150080	ANANINDEUA	0002129981	Equipe de Saúde da Família
PA	150080	ANANINDEUA	0002130009	Equipe de Saúde da Família
PE	260110	ARARIPINA	0002128624	Equipe de Saúde da Família
PE	260110	ARARIPINA	0002128608	Equipe de Saúde da Família
PE	261480	TACARATU	0002129418	Equipe de Saúde da Família
PI	221060	SÃO RAIMUNDO NONATO	0001471805	Equipe de Saúde da Família
PR	410880	GUAÍRA	0002128977	Equipe de Saúde da Família
RJ	330455	RIO DE JANEIRO	0000302066	Equipe de Saúde da Família
RN	240800	MOSSORÓ	0000112275	Equipe de Saúde da Família
RS	430676	ELDORADO DO SUL	0002124025	Equipe de Saúde da Família
RS	431033	IMBÉ	0001708988	Equipe de Saúde da Família
RS	431750	SANTO ÂNGELO	0002127482	Equipe de Saúde da Família
SC	420420	CHAPECÓ	0002126281	Equipe de Saúde da Família
SC	420460	CRICIÚMA	0000404489	Equipe de Saúde da Família
SC	421400	PRESIDENTE GETÚLIO	0002129787	Equipe de Saúde da Família
SE	280290	ITABAIANA	0002129035	Equipe de Saúde da Família
SE	280290	ITABAIANA	0002129027	Equipe de Saúde da Família
SE	280290	ITABAIANA	0002129019	Equipe de Saúde da Família
SE	280290	ITABAIANA	0002129000	Equipe de Saúde da Família
SE	280290	ITABAIANA	0000174823	Equipe de Saúde da Família
SE	280290	ITABAIANA	0002128993	Equipe de Saúde da Família
SP	351060	CARAPICUÍBA	0001550896	Equipe de Saúde da Família
SP	351060	CARAPICUÍBA	0002122588	Equipe de Saúde da Família
SP	351060	CARAPICUÍBA	0002129434	Equipe de Saúde da Família
SP	351510	EMBU-GUAÇU	0000328286	Equipe de Saúde da Família
SP	351570	FERRAZ DE VASCONCELOS	0001538942	Equipe de Saúde da Família
SP	354410	RIO GRANDE DA SERRA	0002125846	Equipe de Saúde da Família
SP	354410	RIO GRANDE DA SERRA	0002125854	Equipe de Saúde da Família
SP	354870	SÃO BERNARDO DO CAMPO	0002127962	Equipe de Saúde da Família
SP	354870	SÃO BERNARDO DO CAMPO	0002127946	Equipe de Saúde da Família
SP	354870	SÃO BERNARDO DO CAMPO	0002127938	Equipe de Saúde da Família
TO	170105	ANGICO	0001698850	Equipe de Saúde da Família
TOTAL	36 MUNICÍPIOS		77 EQUIPES DE SAÚDE DA FAMÍLIA	

ANEXO II

Identificações Nacionais de Equipe - INE por município referente às equipes de Atenção Primária (eAP) para fins da transferência dos incentivos de custeio federal, acompanhamento, monitoramento e avaliação.

UF	IBGE	MUNICÍPIO	INE	DESCRIÇÃO
BA	292740	SALVADOR	0001722344	Equipe de Atenção Primária
BA	292740	SALVADOR	0001755781	Equipe de Atenção Primária
BA	292740	SALVADOR	0001730525	Equipe de Atenção Primária
ES	320500	SERRA	0002126141	Equipe de Atenção Primária
ES	320500	SERRA	0002126036	Equipe de Atenção Primária
ES	320500	SERRA	0002126125	Equipe de Atenção Primária
ES	320500	SERRA	0002126028	Equipe de Atenção Primária
ES	320500	SERRA	0002126176	Equipe de Atenção Primária
ES	320500	SERRA	0002126052	Equipe de Atenção Primária
ES	320500	SERRA	0002126109	Equipe de Atenção Primária
MG	314740	PARAOPEBA	0002125609	Equipe de Atenção Primária
MG	314740	PARAOPEBA	0002125625	Equipe de Atenção Primária
MG	315960	SANTA RITA DO SAPUCAÍ	0001704990	Equipe de Atenção Primária
MG	315960	SANTA RITA DO SAPUCAÍ	0001705008	Equipe de Atenção Primária
PR	412625	SARANDI	0001796100	Equipe de Atenção Primária

RJ	330455	RIO DE JANEIRO	0001945254	Equipe de Atenção Primária
RS	430390	CAMPO BOM	0002130491	Equipe de Atenção Primária
RS	430390	CAMPO BOM	0002130505	Equipe de Atenção Primária
RS	431110	JAGUARI	0002014351	Equipe de Atenção Primária
RS	431402	PARAÍSO DO SUL	0002080362	Equipe de Atenção Primária
RS	431440	PELOTAS	0002126990	Equipe de Atenção Primária
RS	431440	PELOTAS	0002127083	Equipe de Atenção Primária
RS	431440	PELOTAS	0002089785	Equipe de Atenção Primária
RS	431440	PELOTAS	0002127091	Equipe de Atenção Primária
RS	431440	PELOTAS	0002089688	Equipe de Atenção Primária
RS	431440	PELOTAS	0002089696	Equipe de Atenção Primária
RS	431440	PELOTAS	0002127121	Equipe de Atenção Primária
RS	431440	PELOTAS	0002127148	Equipe de Atenção Primária
RS	431440	PELOTAS	0002127113	Equipe de Atenção Primária
RS	431440	PELOTAS	0002127105	Equipe de Atenção Primária
RS	431440	PELOTAS	0002089777	Equipe de Atenção Primária
SC	421120	MORRO DA FUMAÇA	0002125978	Equipe de Atenção Primária
SP	351170	CHARQUEADA	0001878646	Equipe de Atenção Primária
SP	351170	CHARQUEADA	0001878700	Equipe de Atenção Primária
SP	355720	CHAVANTES	0002128217	Equipe de Atenção Primária
SP	355720	CHAVANTES	0002128209	Equipe de Atenção Primária
SP	355720	CHAVANTES	0002128225	Equipe de Atenção Primária
SP	351570	FERRAZ DE VASCONCELOS	0002130173	Equipe de Atenção Primária
SP	351880	GUARULHOS	0001751573	Equipe de Atenção Primária
SP	352310	ITAQUAQUECETUBA	0002129620	Equipe de Atenção Primária
SP	352310	ITAQUAQUECETUBA	0002129612	Equipe de Atenção Primária
SP	352310	ITAQUAQUECETUBA	0002129604	Equipe de Atenção Primária
SP	352310	ITAQUAQUECETUBA	0002129655	Equipe de Atenção Primária
SP	352310	ITAQUAQUECETUBA	0002129639	Equipe de Atenção Primária
SP	352310	ITAQUAQUECETUBA	0002129663	Equipe de Atenção Primária
SP	352310	ITAQUAQUECETUBA	0002129647	Equipe de Atenção Primária
SP	352310	ITAQUAQUECETUBA	0002128292	Equipe de Atenção Primária
SP	352310	ITAQUAQUECETUBA	0002128888	Equipe de Atenção Primária
SP	352510	JARDINÓPOLIS	0002126362	Equipe de Atenção Primária
SP	352510	JARDINÓPOLIS	0002126354	Equipe de Atenção Primária
SP	353440	OSASCO	0002094339	Equipe de Atenção Primária
SP	353440	OSASCO	0002094088	Equipe de Atenção Primária
SP	353440	OSASCO	0002094177	Equipe de Atenção Primária
SP	353440	OSASCO	0002094037	Equipe de Atenção Primária
SP	353440	OSASCO	0002093294	Equipe de Atenção Primária
SP	353440	OSASCO	0002094134	Equipe de Atenção Primária
SP	353440	OSASCO	0002093952	Equipe de Atenção Primária
SP	353440	OSASCO	0002090759	Equipe de Atenção Primária
SP	353650	PAULÍNIA	0002100479	Equipe de Atenção Primária
SP	353650	PAULÍNIA	0002105470	Equipe de Atenção Primária
SP	353650	PAULÍNIA	0002105489	Equipe de Atenção Primária
SP	353650	PAULÍNIA	0002105500	Equipe de Atenção Primária
SP	353650	PAULÍNIA	0002100606	Equipe de Atenção Primária
SP	353650	PAULÍNIA	0002100584	Equipe de Atenção Primária
SP	353650	PAULÍNIA	0002105497	Equipe de Atenção Primária
SP	353650	PAULÍNIA	0002105446	Equipe de Atenção Primária
SP	353650	PAULÍNIA	0002105543	Equipe de Atenção Primária
SP	353650	PAULÍNIA	0002105586	Equipe de Atenção Primária
SP	353650	PAULÍNIA	0002100509	Equipe de Atenção Primária
SP	353650	PAULÍNIA	0002100525	Equipe de Atenção Primária
SP	353650	PAULÍNIA	0002100541	Equipe de Atenção Primária
SP	353650	PAULÍNIA	0002105527	Equipe de Atenção Primária
SP	353650	PAULÍNIA	0002100592	Equipe de Atenção Primária
SP	353650	PAULÍNIA	0002100614	Equipe de Atenção Primária
SP	353650	PAULÍNIA	0002100487	Equipe de Atenção Primária
SP	353650	PAULÍNIA	0002100495	Equipe de Atenção Primária
SP	353650	PAULÍNIA	0002105462	Equipe de Atenção Primária
SP	354460	SABINO	0002131269	Equipe de Atenção Primária
SP	354460	SABINO	0002131250	Equipe de Atenção Primária
SP	354580	SANTA BÁRBARA D'OESTE	0002130521	Equipe de Atenção Primária
SP	354580	SANTA BÁRBARA D'OESTE	0002130548	Equipe de Atenção Primária
SP	354580	SANTA BÁRBARA D'OESTE	0001473298	Equipe de Atenção Primária
SP	354580	SANTA BÁRBARA D'OESTE	0002130556	Equipe de Atenção Primária
SP	354870	SÃO BERNARDO DO CAMPO	0001960490	Equipe de Atenção Primária
SP	354870	SÃO BERNARDO DO CAMPO	0002037785	Equipe de Atenção Primária
SP	354870	SÃO BERNARDO DO CAMPO	0002037564	Equipe de Atenção Primária
TOTAL	22 MUNICÍPIOS		86 EQUIPES DE ATENÇÃO PRIMÁRIA	

ANEXO III

Identificações Nacionais de Equipe - INE por município referente às equipes de Saúde Bucal 40 horas (eSB) para fins da transferência dos incentivos de custeio federal, acompanhamento, monitoramento e avaliação.

UF	IBGE	MUNICÍPIO	INE	DESCRIÇÃO
AL	270030	ARAPIRACA	0001921703	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
AL	270240	DELMIRO GOUVEIA	0002098504	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
AM	130230	JUTAÍ	0002127423	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
AP	160023	FERREIRA GOMES	0002090872	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
AP	160023	FERREIRA GOMES	0002090864	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
AP	160023	FERREIRA GOMES	0002090856	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
AP	160023	FERREIRA GOMES	0002090848	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
AP	160025	ITAUBAL	0002111926	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
AP	160030	MACAPÁ	0002063859	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
AP	160030	MACAPÁ	0002089513	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
AP	160030	MACAPÁ	0002089602	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
AP	160030	MACAPÁ	0002089629	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
AP	160030	MACAPÁ	0002089645	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
AP	160030	MACAPÁ	0002089661	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
AP	160030	MACAPÁ	0002089742	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
AP	160030	MACAPÁ	0002089793	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
AP	160030	MACAPÁ	0002089858	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
AP	160030	MACAPÁ	0002093987	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
AP	160030	MACAPÁ	0002094002	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
AP	160030	MACAPÁ	0002094045	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
AP	160030	MACAPÁ	0002094061	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
AP	160030	MACAPÁ	0002094207	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
AP	160030	MACAPÁ	0002094258	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
AP	160030	MACAPÁ	0002094290	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
AP	160030	MACAPÁ	0002094304	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
AP	160030	MACAPÁ	0002094320	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
AP	160030	MACAPÁ	0002094355	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
AP	160030	MACAPÁ	0002094371	Equipe de Saúde Bucal 40 horas

AP	160030	MACAPÁ	0002094401	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
AP	160030	MACAPÁ	0002094436	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
AP	160030	MACAPÁ	0002094444	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
AP	160030	MACAPÁ	0002094452	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
AP	160030	MACAPÁ	0002094460	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
AP	160030	MACAPÁ	0002109433	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
AP	160030	MACAPÁ	0002120402	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
AP	160030	MACAPÁ	0002120429	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
AP	160030	MACAPÁ	0002129159	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
AP	160030	MACAPÁ	0002129442	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
AP	160030	MACAPÁ	0002129523	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
AP	160030	MACAPÁ	0002130394	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
AP	160030	MACAPÁ	0002089432	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
AP	160030	MACAPÁ	0002089467	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
BA	290080	ALCOBAÇA	0002120550	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
BA	290755	CATURAMA	0001804774	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
BA	291320	IBOTIRAMA	0002046229	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
BA	292810	SANTA MARIA DA VITÓRIA	0002055880	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
BA	292810	SANTA MARIA DA VITÓRIA	0002128527	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
BA	292810	SANTA MARIA DA VITÓRIA	0002128535	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
BA	292905	SÃO FÉLIX DO CORIBE	0001758047	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
BA	292935	SÃO JOSÉ DA VITÓRIA	0002059649	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
BA	292935	SÃO JOSÉ DA VITÓRIA	0002059657	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
BA	293070	SIMÕES FILHO	0002053926	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
BA	293070	SIMÕES FILHO	0002049961	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
BA	293070	SIMÕES FILHO	0002054183	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
BA	293070	SIMÕES FILHO	0002054272	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
BA	293070	SIMÕES FILHO	0002054353	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
BA	293070	SIMÕES FILHO	0002054736	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
BA	293070	SIMÕES FILHO	0002054752	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
BA	293070	SIMÕES FILHO	0002054809	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
BA	293070	SIMÕES FILHO	0002054825	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
BA	293070	SIMÕES FILHO	0002054876	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
BA	293070	SIMÕES FILHO	0002054922	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
BA	293070	SIMÕES FILHO	0002074702	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
BA	293070	SIMÕES FILHO	0002082268	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
BA	293180	TREMEDAL	0001786458	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
CE	230810	MAURITI	0002114895	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
CE	230810	MAURITI	0002114860	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
CE	230810	MAURITI	0002116219	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
CE	231290	SOBRAL	0001855190	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
CE	231340	TIANGUÁ	0001870009	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
CE	231340	TIANGUÁ	0001902822	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
CE	231340	TIANGUÁ	0001903527	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
CE	231340	TIANGUÁ	0001907492	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
CE	231340	TIANGUÁ	0001909274	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
CE	231340	TIANGUÁ	0001909606	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
CE	231340	TIANGUÁ	0001924893	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
CE	231340	TIANGUÁ	0001926403	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
CE	231340	TIANGUÁ	0001927698	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
CE	231340	TIANGUÁ	0001869736	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
CE	231340	TIANGUÁ	0001827774	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
CE	231340	TIANGUÁ	0001803182	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
CE	231340	TIANGUÁ	0001609793	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
CE	231340	TIANGUÁ	0001901214	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
DF	530010	BRASÍLIA	0002125358	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
DF	530010	BRASÍLIA	0002062968	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
ES	320500	SERRA	0001800426	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
ES	320500	SERRA	0002063964	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
ES	320500	SERRA	0002008068	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
ES	320500	SERRA	0002008084	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
ES	320500	SERRA	0002008114	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
ES	320500	SERRA	0002008130	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
ES	320500	SERRA	0002008211	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
ES	320500	SERRA	0002008262	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
ES	320500	SERRA	0002008351	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
ES	320500	SERRA	0002008432	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
ES	320500	SERRA	0002008548	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
ES	320500	SERRA	0002008653	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
ES	320500	SERRA	0002008750	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
ES	320500	SERRA	0002008831	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
ES	320500	SERRA	0002009021	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
ES	320500	SERRA	0002009242	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
ES	320500	SERRA	0002009641	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
ES	320500	SERRA	0002009714	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
ES	320500	SERRA	0002009773	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
ES	320500	SERRA	0002009803	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
ES	320500	SERRA	0002009811	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
ES	320500	SERRA	0002009838	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
ES	320500	SERRA	0002009854	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
ES	320500	SERRA	0002046350	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
ES	320500	SERRA	0001999176	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
GO	520485	CAMPO LIMPO DE GOIÁS	0002127660	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
GO	520545	CEZARINA	0001831402	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
GO	520840	GOIANÁPOLIS	0002013797	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MA	210043	ALTO ALEGRE DO MARANHÃO	0002126486	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MA	210043	ALTO ALEGRE DO MARANHÃO	0002126494	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MA	210100	ARARI	0002002450	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MA	210360	COROATÁ	0001728709	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MA	210547	JENIPAPO DOS VIEIRAS	0001732684	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MA	210547	JENIPAPO DOS VIEIRAS	0001732722	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MA	210770	PARAIBANO	0002125161	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MA	210770	PARAIBANO	0002129248	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MA	210870	PIO XII	0002131137	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MA	211120	SÃO JOSÉ DE RIBAMAR	0001941550	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MA	211130	SÃO LUÍS	0002126621	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MA	211130	SÃO LUÍS	0002126656	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MA	211130	SÃO LUÍS	0002131471	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MA	211130	SÃO LUÍS	0002126583	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MA	211130	SÃO LUÍS	0002126591	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MA	211130	SÃO LUÍS	0002126605	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MA	211130	SÃO LUÍS	0002126613	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MA	211130	SÃO LUÍS	0002131366	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MA	211130	SÃO LUÍS	0002131374	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MA	211130	SÃO LUÍS	0002131390	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MA	211130	SÃO LUÍS	0002131412	Equipe de Saúde Bucal 40 horas

MA	211130	SÃO LUÍS	0002131447	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MA	211130	SÃO LUÍS	0002131463	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MA	211130	SÃO LUÍS	0002131498	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MA	211130	SÃO LUÍS	0002131501	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MA	211400	ZÉ DOCA	0002129698	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MA	211400	ZÉ DOCA	0002129701	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MG	310620	BELO HORIZONTE	0001792962	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MG	311610	CHAPADA DO NORTE	0001956345	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MG	311840	CONSELHEIRO PENA	0002042878	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MG	312490	EUGENÓPOLIS	0002044323	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MG	312530	FARIA LEMOS	0002131021	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MG	312910	GURINHATÃ	0001868187	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MG	313160	IRAÍ DE MINAS	0002031841	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MG	313665	JUATUBA	0001728245	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MG	313665	JUATUBA	0001729403	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MG	313665	JUATUBA	0001729667	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MG	313665	JUATUBA	0001859935	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MG	313665	JUATUBA	0001734768	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MG	313665	JUATUBA	0001734652	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MG	314590	OURO BRANCO	0002102749	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MG	314590	OURO BRANCO	0002102722	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MG	314860	PEÇANHA	0001870963	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MG	315720	SANTA BÁRBARA	0001967770	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MG	315780	SANTA LUZIA	0002123401	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MG	316257	SÃO JOÃO DO MANTENINHA	0002105535	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MG	316360	SÃO JOSÉ DO MANTIMENTO	0002131560	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MG	316800	TAIOBEIRAS	0001760173	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MG	316800	TAIOBEIRAS	0001760424	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MG	316800	TAIOBEIRAS	0001761153	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MG	316800	TAIOBEIRAS	0001761927	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MG	316800	TAIOBEIRAS	0001765000	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MG	316800	TAIOBEIRAS	0001765256	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MG	316800	TAIOBEIRAS	0001765523	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MG	316800	TAIOBEIRAS	0001765256	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MG	316800	TAIOBEIRAS	0001765523	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MG	316800	TAIOBEIRAS	0001766104	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MG	316800	TAIOBEIRAS	0001766619	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MG	316800	TAIOBEIRAS	0001766805	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MG	316800	TAIOBEIRAS	0001759213	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MG	316800	TAIOBEIRAS	0001758438	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MG	316800	TAIOBEIRAS	0001757377	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MG	316800	TAIOBEIRAS	0001756354	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MG	316820	TAPIRAÍ	0002097273	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MG	317090	VARZELÂNDIA	0002116146	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MG	317090	VARZELÂNDIA	0002116170	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MG	317090	VARZELÂNDIA	0002114224	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MG	317090	VARZELÂNDIA	0002113856	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MG	317090	VARZELÂNDIA	0002113821	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MG	317090	VARZELÂNDIA	0002113813	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MS	500240	CAARAPÓ	0001926004	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MS	500240	CAARAPÓ	0001909304	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MS	500580	NIOAQUE	0001796011	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MT	510025	ALTA FLORESTA	0001787705	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MT	510170	BARRA DO BUGRES	0001979000	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MT	510340	CUIABÁ	0002129213	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MT	510340	CUIABÁ	0002129221	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MT	510340	CUIABÁ	0002129280	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MT	510340	CUIABÁ	0002129310	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MT	510340	CUIABÁ	0002129353	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MT	510340	CUIABÁ	0002129361	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MT	510340	CUIABÁ	0002129299	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MT	510370	FELIZ NATAL	0002124815	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MT	510395	GLÓRIA D'OESTE	0002113600	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MT	510450	INDIAVAÍ	0002097621	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MT	510510	JUARA	0001808338	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MT	510510	JUARA	0002009684	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MT	510510	JUARA	0002009706	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MT	510510	JUARA	0002009730	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MT	510757	RONDOLÂNDIA	0002125714	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MT	510550	VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE	0002130327	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PA	150080	ANANINDEUA	0002049481	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PA	150080	ANANINDEUA	0002021641	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PA	150080	ANANINDEUA	0002053985	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PA	150080	ANANINDEUA	0002054086	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PA	150110	BAGRE	0002131528	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PA	150110	BAGRE	0002131455	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PA	150110	BAGRE	0002131536	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PA	150190	BUJARU	0002125048	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PA	150240	CASTANHAL	0001859994	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PA	150240	CASTANHAL	0001860054	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PA	150240	CASTANHAL	0001860127	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PA	150240	CASTANHAL	0001860380	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PA	150309	GOIANÉSIA DO PARÁ	0002101106	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PB	250407	CARAÚBAS	0001831380	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PB	250415	CASSERENGUE	0001934562	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PB	250415	CASSERENGUE	0001976532	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PB	250415	CASSERENGUE	0001976591	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PB	250415	CASSERENGUE	0001976605	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PB	251180	PIRPIRITUBA	0001819925	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PB	251180	PIRPIRITUBA	0001835203	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PB	251180	PIRPIRITUBA	0001811673	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PB	251620	SOUSA	0001972820	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PB	251620	SOUSA	0001972782	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PE	260005	ABREU E LIMA	0001768999	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PE	260540	FEIRA NOVA	0002019809	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PE	260670	IBIRAJUBA	0001945505	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PE	261110	PETROLINA	0001785338	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PE	261160	RECIFE	0002130270	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PE	261160	RECIFE	0001736493	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PE	261330	SÃO JOAQUIM DO MONTE	0002058626	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PE	261330	SÃO JOAQUIM DO MONTE	0002058677	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PE	261330	SÃO JOAQUIM DO MONTE	0002000644	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PE	261330	SÃO JOAQUIM DO MONTE	0002058685	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PE	261330	SÃO JOAQUIM DO MONTE	0002000113	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PE	261330	SÃO JOAQUIM DO MONTE	0002000415	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PE	261330	SÃO JOAQUIM DO MONTE	0002000474	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PE	261330	SÃO JOAQUIM DO MONTE	0002000628	Equipe de Saúde Bucal 40 horas

PE	261330	SÃO JOAQUIM DO MONTE	0002000636	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PI	220150	BATALHA	0002035693	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PI	220272	COCAL DOS ALVES	0002017466	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PI	220770	PARNAÍBA	0001780506	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PI	221060	SÃO RAIMUNDO NONATO	0001765027	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PR	410410	CAMPO DO TENENTE	0001778137	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PR	410690	CURITIBA	0001912119	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PR	411005	IGUATU	0002112957	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PR	411065	IRACEMA DO OESTE	0002126435	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PR	411400	MAMBORÊ	0001911252	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PR	411830	PARANAPOEMA	0002067161	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PR	412170	RESERVA	0001817876	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PR	412440	SANTO ANTÔNIO DO SUDOESTE	0001899198	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PR	412440	SANTO ANTÔNIO DO SUDOESTE	0001899236	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PR	412440	SANTO ANTÔNIO DO SUDOESTE	0001899252	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PR	412620	SAPOPEMA	0001886606	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PR	412788	TUNAS DO PARANÁ	0001982796	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
RJ	330040	BARRA MANSA	0001718398	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
RJ	330040	BARRA MANSA	0001718568	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
RJ	330040	BARRA MANSA	0001718339	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
RJ	330040	BARRA MANSA	0001718304	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
RJ	330040	BARRA MANSA	0001718282	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
RJ	330040	BARRA MANSA	0001718622	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
RJ	330040	BARRA MANSA	0001718614	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
RJ	330040	BARRA MANSA	0001718584	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
RJ	330040	BARRA MANSA	0001718401	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
RJ	330040	BARRA MANSA	0001718436	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
RJ	330040	BARRA MANSA	0001718444	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
RJ	330040	BARRA MANSA	0001718460	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
RJ	330040	BARRA MANSA	0001718487	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
RJ	330040	BARRA MANSA	0001718495	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
RJ	330040	BARRA MANSA	0001718509	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
RJ	330040	BARRA MANSA	0001718517	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
RJ	330040	BARRA MANSA	0001718509	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
RJ	330040	BARRA MANSA	0001718517	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
RJ	330040	BARRA MANSA	0001718533	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
RJ	330040	BARRA MANSA	0001718541	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
RJ	330040	BARRA MANSA	0001718347	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
RJ	330270	MARICÁ	0002115611	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
RJ	330270	MARICÁ	0002115581	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
RJ	330270	MARICÁ	0002115557	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
RJ	330270	MARICÁ	0002115530	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
RJ	330270	MARICÁ	0002115522	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
RJ	330270	MARICÁ	0002115654	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
RJ	330270	MARICÁ	0002115638	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
RJ	330270	MARICÁ	0002115670	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
RJ	330270	MARICÁ	0002115662	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
RJ	330380	PARATY	0002111403	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
RJ	330380	PARATY	0002111837	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
RJ	330412	QUATIS	0002126508	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
RJ	330412	QUATIS	0002126532	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
RJ	330412	QUATIS	0002126524	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
RJ	330420	RESENDE	0002128195	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
RJ	330420	RESENDE	0002128306	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
RJ	330420	RESENDE	0002128187	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
RJ	330455	RIO DE JANEIRO	0001871579	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
RJ	330460	SANTA MARIA MADALENA	0002037610	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
RN	240325	PARNAMIRIM	0002103419	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
RN	240325	PARNAMIRIM	0002103273	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
RN	240325	PARNAMIRIM	0002103303	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
RS	430130	ARROIO GRANDE	0001969234	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
RS	430258	BOZANO	0002047268	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
RS	430467	CAPIVARI DO SUL	0002103109	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
RS	430535	CHARQUEADAS	0002046784	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
RS	430535	CHARQUEADAS	0002052644	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
RS	430960	HORIZONTINA	0002126400	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
RS	431033	IMBÉ	0002103656	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
RS	431115	JÓIA	0001835793	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
RS	431115	JÓIA	0001836382	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
RS	431120	JÚLIO DE CASTILHOS	0001875612	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
RS	431225	MINAS DO LEÃO	0001838466	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
RS	431490	PORTO ALEGRE	0002011433	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
RS	431490	PORTO ALEGRE	0002016109	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
RS	431490	PORTO ALEGRE	0002016125	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
RS	431490	PORTO ALEGRE	0002016133	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
RS	431490	PORTO ALEGRE	0002016125	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
RS	431490	PORTO ALEGRE	0002016133	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
RS	431490	PORTO ALEGRE	0002020432	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
RS	431490	PORTO ALEGRE	0002043149	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
RS	431490	PORTO ALEGRE	0002116863	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
RS	431560	RIO GRANDE	0001847503	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
RS	431560	RIO GRANDE	0002073749	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
RS	431560	RIO GRANDE	0002073765	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
RS	431560	RIO GRANDE	0002073803	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SC	420150	ARMAZÉM	0002031027	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SC	420410	CAXAMBU DO SUL	0001872397	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SC	420410	CAXAMBU DO SUL	0001872338	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SC	420425	COCAL DO SUL	0001785133	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SC	420540	FLORIANÓPOLIS	0002022605	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SC	420960	LAURO MULLER	0001996983	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SC	420960	LAURO MULLER	0001997017	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SC	420960	LAURO MULLER	0001996916	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SC	420960	LAURO MULLER	0001996967	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SC	420960	LAURO MULLER	0001996940	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SC	420960	LAURO MULLER	0001996959	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SC	421500	RIO NEGRINHO	0002007878	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SC	421700	SÃO LUDGERO	0001973797	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SC	421720	SÃO MIGUEL DO OESTE	0002014033	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SC	421720	SÃO MIGUEL DO OESTE	0002014076	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SC	421720	SÃO MIGUEL DO OESTE	0002014122	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SC	421720	SÃO MIGUEL DO OESTE	0001858777	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SC	421720	SÃO MIGUEL DO OESTE	0001877542	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SC	421720	SÃO MIGUEL DO OESTE	0001877895	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SC	421720	SÃO MIGUEL DO OESTE	0001878344	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SC	421720	SÃO MIGUEL DO OESTE	0001878603	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SC	421720	SÃO MIGUEL DO OESTE	0001878832	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SC	421720	SÃO MIGUEL DO OESTE	0002013541	Equipe de Saúde Bucal 40 horas

SC	421770	SOMBRIO	0001718908	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SE	280120	CANINDÉ DE SÃO FRANCISCO	0002104326	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SE	280120	CANINDÉ DE SÃO FRANCISCO	0002105314	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SE	280120	CANINDÉ DE SÃO FRANCISCO	0002105373	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SE	280120	CANINDÉ DE SÃO FRANCISCO	0002105365	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SE	280120	CANINDÉ DE SÃO FRANCISCO	0002105357	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SE	280120	CANINDÉ DE SÃO FRANCISCO	0002105349	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SE	280120	CANINDÉ DE SÃO FRANCISCO	0002105330	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SE	280120	CANINDÉ DE SÃO FRANCISCO	0002105322	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SE	280510	PEDRINHAS	0001934570	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SE	280510	PEDRINHAS	0001934473	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SE	280510	PEDRINHAS	0001934627	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SE	280590	RIACHUELO	0001772252	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SE	280590	RIACHUELO	0001772228	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SE	280590	RIACHUELO	0001772198	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SE	280590	RIACHUELO	0001772163	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SP	350160	AMERICANA	0002128144	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SP	350210	ANDRADINA	0001818813	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SP	350210	ANDRADINA	0001818740	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SP	350210	ANDRADINA	0001818988	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SP	350210	ANDRADINA	0001819119	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SP	350210	ANDRADINA	0001819194	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SP	350210	ANDRADINA	0001819259	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SP	350210	ANDRADINA	0001818570	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SP	350210	ANDRADINA	0001818449	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SP	350210	ANDRADINA	0001819380	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SP	350210	ANDRADINA	0001818198	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SP	350210	ANDRADINA	0001818244	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SP	350250	APARECIDA	0002123452	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SP	350250	APARECIDA	0002123479	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SP	350250	APARECIDA	0002123495	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SP	350250	APARECIDA	0002123517	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SP	350250	APARECIDA	0002123533	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SP	350320	ARARAQUARA	0002057840	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SP	350410	ATIBAIA	0001859838	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SP	350410	ATIBAIA	0001858769	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SP	350410	ATIBAIA	0001859048	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SP	350410	ATIBAIA	0001857622	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SP	350410	ATIBAIA	0001858351	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SP	350550	BARRETOS	0002000873	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SP	350950	CAMPINAS	0002128047	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SP	350970	CAMPOS DO JORDÃO	0002026619	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SP	350970	CAMPOS DO JORDÃO	0002026627	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SP	350970	CAMPOS DO JORDÃO	0002026600	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SP	350970	CAMPOS DO JORDÃO	0002026635	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SP	350970	CAMPOS DO JORDÃO	0002026651	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SP	350970	CAMPOS DO JORDÃO	0002026643	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SP	351170	CHARQUEADA	0001911910	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SP	351360	CUNHA	0002112817	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SP	351540	FARTURA	0001813927	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SP	351580	FLORA RICA	0002126567	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SP	351590	FLOREAL	0001835122	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SP	351685	GAVIÃO PEIXOTO	0002071096	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SP	351685	GAVIÃO PEIXOTO	0002071088	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SP	352010	IGARAPAVA	0001862758	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SP	352010	IGARAPAVA	0001862065	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SP	352570	JOSÉ BONIFÁCIO	0001718738	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SP	352570	JOSÉ BONIFÁCIO	0001718428	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SP	352590	JUNDIAÍ	0001847023	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SP	352610	JUQUIÁ	0001753150	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SP	352610	JUQUIÁ	0001744402	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SP	352610	JUQUIÁ	0001753169	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SP	352610	JUQUIÁ	0001743848	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SP	353050	MOCOCA	0001859374	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SP	353050	MOCOCA	0001859617	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SP	353050	MOCOCA	0001859242	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SP	353050	MOCOCA	0001859064	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SP	353050	MOCOCA	0001859676	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SP	353284	NOVA CANAÃ PAULISTA	0001804804	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SP	353630	PATROCÍNIO PAULISTA	0002082608	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SP	353630	PATROCÍNIO PAULISTA	0002082624	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SP	353710	PEDREIRA	0002077698	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SP	353830	PIQUEROBI	0002130424	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SP	353880	PIRAJU	0001969838	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SP	353890	PIRAJUÍ	0001743023	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SP	354260	REGISTRO	0002118742	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SP	354260	REGISTRO	0002118750	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SP	354260	REGISTRO	0002118939	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SP	354260	REGISTRO	0002118769	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SP	354260	REGISTRO	0002118777	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SP	354260	REGISTRO	0002118785	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SP	354260	REGISTRO	0002118807	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SP	354260	REGISTRO	0002118815	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SP	354260	REGISTRO	0002118823	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SP	354260	REGISTRO	0002118858	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SP	354260	REGISTRO	0002118874	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SP	354260	REGISTRO	0002118904	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SP	354260	REGISTRO	0002118912	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SP	354260	REGISTRO	0002118920	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SP	354330	RIBEIRÃO PIRES	0002088533	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SP	354450	RUBINÉIA	0002129124	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SP	354600	SANTA BRANCA	0002046075	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SP	354660	SANTA FÉ DO SUL	0002093863	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SP	354980	SÃO JOSÉ DO RIO PRETO	0002017334	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SP	355010	SÃO MANUEL	0001828835	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SP	355030	SÃO PAULO	0002113481	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SP	355030	SÃO PAULO	0002128837	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SP	355030	SÃO PAULO	0002128845	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SP	355030	SÃO PAULO	0002100436	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SP	355030	SÃO PAULO	0002071460	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SP	355030	SÃO PAULO	0002128853	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SP	355030	SÃO PAULO	0001896725	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SP	355030	SÃO PAULO	0002071223	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SP	355380	TAQUARITUBA	0002010682	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SP	355410	TAUBATÉ	0002126516	Equipe de Saúde Bucal 40 horas

SP	355680	VIRADOURO	0001846329	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SP	355680	VIRADOURO	0001846523	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SP	355680	VIRADOURO	0001846485	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SP	355680	VIRADOURO	0001846434	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
TO	170025	ABREULÂNDIA	0002114836	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
TO	170105	ANGICO	0002126664	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
TO	170105	ANGICO	0002126672	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
TO	170210	ARAGUAÍNA	0002085380	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
TO	170210	ARAGUAÍNA	0002127059	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
TO	170210	ARAGUAÍNA	0002127075	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
TO	171070	ITAGUATINS	0002118599	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
TO	171900	SANTA TEREZA DO TOCANTINS	0002127563	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
TO	172025	SÃO SALVADOR DO TOCANTINS	0001882023	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
TOTAL	161 MUNICÍPIOS		460 EQUIPES DE SAÚDE BUCAL 40 HORAS	

PORTARIA Nº 69, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2020

Define e homologa os códigos referentes às Identificações Nacionais de Equipe - INE das equipes de Atenção Primária à Saúde - APS credenciadas e cadastradas no Sistema de Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde - SCNES para fins da transferência dos incentivos de custeio federal, acompanhamento, monitoramento e avaliação.

O SECRETÁRIO DE ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem o inciso I do art. 18 do Decreto n° 9.795, de 17 de maio de 2019, e

Considerando a Portaria nº 2.979/GM/MS, de 12 de novembro de 2019, que institui o Programa Previne Brasil, que estabelece novo modelo de financiamento de custeio da Atenção Primária à Saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde, por meio da alteração da Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017;

Considerando a Portaria nº 47/GM/MS, de 19 de dezembro de 2019, que dispõe sobre os códigos referentes à Identificação Nacional de Equipe (INE) e ao Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES) das equipes ou serviços de Atenção Primária à Saúde para fins da transferência dos incentivos de custeio federal, acompanhamento, monitoramento e avaliação; e

Considerando a necessidade de melhorias no acompanhamento, monitoramento e avaliação das estratégias da Atenção Primária à Saúde, resolve:

Art. 1º Define e homologa os códigos referentes às Identificações Nacionais de Equipe - INE das equipes de Atenção Primária à Saúde - APS credenciadas e cadastradas no Sistema de Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde - SCNES para fins da transferência dos incentivos de custeio federal, acompanhamento, monitoramento e avaliação:

a) Equipes de Saúde da Família, descritas no Anexo I;

b) Equipes de Atenção Primária, descritas no Anexo II.

Art. 2º Os códigos INE de que trata o art. 1º foram definidos por meio da análise das equipes de APS credenciadas em portaria do Ministério da Saúde, cadastradas pela gestão municipal e ativas no SCNES.

Art. 3º Os municípios com equipes constantes nos Anexos deverão observar os critérios estabelecidos no art. 1º da Portaria nº 47/GM/MS, de 19 de dezembro de 2019, cuja inobservância e descumprimento acarretará a suspensão da transferência financeira.

Art. 4º Eventuais casos omissos serão resolvidos pelo titular máximo do órgão responsável pela Atenção Primária à Saúde no âmbito do Ministério da Saúde.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RAPHAEL CÂMARA MEDEIROS PARENTE

ANEXO I

Identificações Nacionais de Equipe - INE por município referente às equipes de Saúde da Família (eSF) para fins da transferência dos incentivos de custeio federal, acompanhamento, monitoramento e avaliação.

UF	IBGE	MUNICÍPIO	INE	DESCRIÇÃO
AC	120040	RIO BRANCO	0000005851	Equipe de Saúde da Família
AL	270330	INHAPI	0001962094	Equipe de Saúde da Família
AM	130110	CAREIRO	0001780026	Equipe de Saúde da Família
BA	290320	BARREIRAS	0001955551	Equipe de Saúde da Família
BA	290570	CAMAÇARI	0002021862	Equipe de Saúde da Família
BA	290570	CAMAÇARI	0001709615	Equipe de Saúde da Família
BA	291280	IBIRAPUÃ	0001711628	Equipe de Saúde da Família
BA	292120	MIGUEL CALMON	0000203378	Equipe de Saúde da Família
BA	292400	PAULO AFONSO	0000206288	Equipe de Saúde da Família
CE	230195	BARREIRA	0002049384	Equipe de Saúde da Família
CE	230470	GRANJA	0000091251	Equipe de Saúde da Família
CE	230850	MOMBAÇA	0001708902	Equipe de Saúde da Família
CE	231240	SÃO GONÇALO DO AMARANTE	0001714643	Equipe de Saúde da Família
ES	320130	CARIACICA	0000280399	Equipe de Saúde da Família
ES	320140	CASTELO	0001716204	Equipe de Saúde da Família
ES	320240	GUARAPARI	0001493221	Equipe de Saúde da Família
ES	320332	MARATAÍZES	0001692232	Equipe de Saúde da Família
ES	320390	NOVA VENÉCIA	0000283673	Equipe de Saúde da Família
ES	320470	SÃO GABRIEL DA PALHA	0001710966	Equipe de Saúde da Família
ES	320470	SÃO GABRIEL DA PALHA	0001710958	Equipe de Saúde da Família
ES	320500	SERRA	0002059541	Equipe de Saúde da Família
ES	320500	SERRA	0002059398	Equipe de Saúde da Família
ES	320500	SERRA	0002059681	Equipe de Saúde da Família
ES	320500	SERRA	0002059738	Equipe de Saúde da Família
ES	320500	SERRA	0002059843	Equipe de Saúde da Família
ES	320500	SERRA	0002059924	Equipe de Saúde da Família
ES	320500	SERRA	0002059975	Equipe de Saúde da Família
ES	320530	VITÓRIA	0000286842	Equipe de Saúde da Família
GO	520140	APARECIDA DE GOIÂNIA	0001714155	Equipe de Saúde da Família
GO	520549	CIDADE OCIDENTAL	0001713604	Equipe de Saúde da Família
GO	520549	CIDADE OCIDENTAL	0001713590	Equipe de Saúde da Família
GO	520549	CIDADE OCIDENTAL	0001698052	Equipe de Saúde da Família
MA	210530	IMPERATRIZ	0001690868	Equipe de Saúde da Família
MA	210637	MARANHÃOZINHO	0002039095	Equipe de Saúde da Família
MA	211000	SANTA LUZIA	0001701177	Equipe de Saúde da Família
MA	211000	SANTA LUZIA	0001583344	Equipe de Saúde da Família
MA	211130	SÃO LUÍS	0002038374	Equipe de Saúde da Família
MA	211130	SÃO LUÍS	0000060828	Equipe de Saúde da Família
MA	211130	SÃO LUÍS	0002037645	Equipe de Saúde da Família
MA	211130	SÃO LUÍS	0002061449	Equipe de Saúde da Família
MA	211223	TRIZIDELA DO VALE	0001697080	Equipe de Saúde da Família
MG	310730	BOCAIÚVA	0002020858	Equipe de Saúde da Família
MG	311860	CONTAGEM	0001711083	Equipe de Saúde da Família
MG	313520	JANUÁRIA	0000250813	Equipe de Saúde da Família
MG	313545	JENIPAPO DE MINAS	0002008890	Equipe de Saúde da Família
MG	313670	JUIZ DE FORA	0002024934	Equipe de Saúde da Família
MG	313670	JUIZ DE FORA	0002024926	Equipe de Saúde da Família
MG	313670	JUIZ DE FORA	0002024896	Equipe de Saúde da Família
MG	313670	JUIZ DE FORA	0002024861	Equipe de Saúde da Família
MG	316740	SILVIANÓPOLIS	0001821016	Equipe de Saúde da Família
MG	317200	VISCONDE DO RIO BRANCO	0002021382	Equipe de Saúde da Família
MS	500270	CAMPO GRANDE	0001644734	Equipe de Saúde da Família
MS	500270	CAMPO GRANDE	0001678469	Equipe de Saúde da Família
MS	500270	CAMPO GRANDE	0001717359	Equipe de Saúde da Família
MS	500270	CAMPO GRANDE	0001717367	Equipe de Saúde da Família
MS	500320	CORUMBÁ	0002059045	Equipe de Saúde da Família
MT	510340	CUIABÁ	0000447331	Equipe de Saúde da Família

MT	510340	CUIABÁ	0000447439	Equipe de Saúde da Família
MT	510340	CUIABÁ	0000447498	Equipe de Saúde da Família
MT	510340	CUIABÁ	0002027143	Equipe de Saúde da Família
MT	510340	CUIABÁ	0002027186	Equipe de Saúde da Família
MT	510340	CUIABÁ	0002027194	Equipe de Saúde da Família
MT	510340	CUIABÁ	0002029383	Equipe de Saúde da Família
MT	510340	CUIABÁ	0002033763	Equipe de Saúde da Família
PA	150796	TERRA ALTA	0002033518	Equipe de Saúde da Família
PB	250500	CUBATI	0002062186	Equipe de Saúde da Família
PB	251610	SOLEDADE	0002057921	Equipe de Saúde da Família
PE	260930	MIRANDIBA	0000147753	Equipe de Saúde da Família
PE	261255	SANTA FILOMENA	0000157260	Equipe de Saúde da Família
PE	261255	SANTA FILOMENA	0000157244	Equipe de Saúde da Família
PR	410040	ALMIRANTE TAMANDARÉ	0001981579	Equipe de Saúde da Família
PR	411390	MALLET	0000389722	Equipe de Saúde da Família
PR	412700	TEIXEIRA SOARES	0001685945	Equipe de Saúde da Família
RJ	330170	DUQUE DE CAXIAS	0000291323	Equipe de Saúde da Família
RN	240375	FERNANDO PEDROZA	0002059355	Equipe de Saúde da Família
RN	240810	NATAL	0000112771	Equipe de Saúde da Família
RN	240810	NATAL	0000112836	Equipe de Saúde da Família
RN	240810	NATAL	0000112917	Equipe de Saúde da Família
RN	240810	NATAL	0000113581	Equipe de Saúde da Família
RN	240810	NATAL	0000113204	Equipe de Saúde da Família
RS	430163	BALNEÁRIO PINHAL	0002041790	Equipe de Saúde da Família
RS	430210	BENTO GONÇALVES	0002039486	Equipe de Saúde da Família
RS	430350	CAMAQUÃ	0001694405	Equipe de Saúde da Família
RS	431140	LAJEADO	0002051672	Equipe de Saúde da Família
RS	431560	RIO GRANDE	0001717650	Equipe de Saúde da Família
RS	431560	RIO GRANDE	0001717642	Equipe de Saúde da Família
SP	351880	GUARULHOS	0000331023	Equipe de Saúde da Família
SP	351880	GUARULHOS	0000331031	Equipe de Saúde da Família
SP	351960	IBITINGA	0001701398	Equipe de Saúde da Família
SP	352940	MAUÁ	0000339652	Equipe de Saúde da Família
SP	353020	MIRANTE DO PARANAPANEMA	0000340014	Equipe de Saúde da Família
SP	353490	PACAEMBU	0002027526	Equipe de Saúde da Família
SP	353490	PACAEMBU	0002010526	Equipe de Saúde da Família
SP	354990	SÃO JOSÉ DOS CAMPOS	0001545744	Equipe de Saúde da Família
TOTAL	59 MUNICÍPIOS		94 EQUIPES DE SAÚDE DA FAMÍLIA	

ANEXO II

Identificações Nacionais de Equipe - INE por município referente às equipes de Atenção Primária (eAP) para fins da transferência dos incentivos de custeio federal, acompanhamento, monitoramento e avaliação.

UF	IBGE	MUNICÍPIO	INE	DESCRIÇÃO
AM	130260	MANAUS	0001993208	Equipe de Atenção Primária
AM	130260	MANAUS	0001992767	Equipe de Atenção Primária
AM	130260	MANAUS	0001992775	Equipe de Atenção Primária
AM	130260	MANAUS	0001571788	Equipe de Atenção Primária
AM	130260	MANAUS	0001995758	Equipe de Atenção Primária
AM	130260	MANAUS	0001995790	Equipe de Atenção Primária
AM	130260	MANAUS	0001995812	Equipe de Atenção Primária
AM	130260	MANAUS	0001995820	Equipe de Atenção Primária
AM	130260	MANAUS	0001995839	Equipe de Atenção Primária
AM	130260	MANAUS	0001571761	Equipe de Atenção Primária
AP	160025	ITAUBAL	0001715445	Equipe de Atenção Primária
BA	292273	NOVA FÁTIMA	0002004623	Equipe de Atenção Primária
BA	292740	SALVADOR	0001752855	Equipe de Atenção Primária
BA	292740	SALVADOR	0001730436	Equipe de Atenção Primária
BA	292740	SALVADOR	0001759000	Equipe de Atenção Primária
BA	292740	SALVADOR	0001731599	Equipe de Atenção Primária
ES	320305	JAGUARÉ	0002036347	Equipe de Atenção Primária
ES	320500	SERRA	0002030764	Equipe de Atenção Primária
ES	320500	SERRA	0002030756	Equipe de Atenção Primária
ES	320500	SERRA	0002030721	Equipe de Atenção Primária
ES	320500	SERRA	0002030705	Equipe de Atenção Primária
ES	320500	SERRA	0002030667	Equipe de Atenção Primária
ES	320500	SERRA	0002030640	Equipe de Atenção Primária
ES	320500	SERRA	0002030551	Equipe de Atenção Primária
ES	320500	SERRA	0002030462	Equipe de Atenção Primária
ES	320500	SERRA	0002030632	Equipe de Atenção Primária
ES	320500	SERRA	0002030799	Equipe de Atenção Primária
ES	320500	SERRA	0002030748	Equipe de Atenção Primária
ES	320500	SERRA	0002030772	Equipe de Atenção Primária
ES	320500	SERRA	0002030829	Equipe de Atenção Primária
ES	320500	SERRA	0002030810	Equipe de Atenção Primária
ES	320500	SERRA	0002030489	Equipe de Atenção Primária
ES	320500	SERRA	0002030594	Equipe de Atenção Primária
ES	320500	SERRA	0002030578	Equipe de Atenção Primária
ES	320500	SERRA	0002030543	Equipe de Atenção Primária
ES	320500	SERRA	0002030527	Equipe de Atenção Primária

ES	320520	VILA VELHA	0001704419	Equipe de Atenção Primária
ES	320520	VILA VELHA	0001704168	Equipe de Atenção Primária
ES	320520	VILA VELHA	0001716697	Equipe de Atenção Primária
ES	320520	VILA VELHA	0001704486	Equipe de Atenção Primária
ES	320530	VITÓRIA	0001709941	Equipe de Atenção Primária
ES	320530	VITÓRIA	0001709992	Equipe de Atenção Primária
ES	320530	VITÓRIA	0001710028	Equipe de Atenção Primária
ES	320530	VITÓRIA	0001710001	Equipe de Atenção Primária
ES	320530	VITÓRIA	0001709968	Equipe de Atenção Primária
ES	320530	VITÓRIA	0001709925	Equipe de Atenção Primária
ES	320530	VITÓRIA	0001697498	Equipe de Atenção Primária
ES	320530	VITÓRIA	0001697528	Equipe de Atenção Primária
ES	320530	VITÓRIA	0001710052	Equipe de Atenção Primária
ES	320530	VITÓRIA	0001710044	Equipe de Atenção Primária
ES	320530	VITÓRIA	0001709933	Equipe de Atenção Primária
ES	320530	VITÓRIA	0001697501	Equipe de Atenção Primária
ES	320530	VITÓRIA	0001710036	Equipe de Atenção Primária
ES	320530	VITÓRIA	0001697536	Equipe de Atenção Primária
GO	520870	GOIÂNIA	0002027275	Equipe de Atenção Primária
GO	520870	GOIÂNIA	0002027283	Equipe de Atenção Primária
GO	520870	GOIÂNIA	0001705407	Equipe de Atenção Primária
GO	520870	GOIÂNIA	0001705415	Equipe de Atenção Primária
GO	520870	GOIÂNIA	0002027321	Equipe de Atenção Primária
GO	520870	GOIÂNIA	0002027356	Equipe de Atenção Primária
GO	520870	GOIÂNIA	0001705539	Equipe de Atenção Primária
GO	520870	GOIÂNIA	0001705547	Equipe de Atenção Primária
GO	520870	GOIÂNIA	0001705431	Equipe de Atenção Primária
GO	520870	GOIÂNIA	0001705458	Equipe de Atenção Primária
GO	520870	GOIÂNIA	0002032864	Equipe de Atenção Primária
GO	520870	GOIÂNIA	0002032880	Equipe de Atenção Primária
GO	520870	GOIÂNIA	0002032902	Equipe de Atenção Primária
GO	520870	GOIÂNIA	0001705423	Equipe de Atenção Primária
GO	520870	GOIÂNIA	0002033089	Equipe de Atenção Primária
GO	520870	GOIÂNIA	0002033097	Equipe de Atenção Primária
GO	520870	GOIÂNIA	0001705466	Equipe de Atenção Primária
GO	520870	GOIÂNIA	0001705474	Equipe de Atenção Primária
GO	520870	GOIÂNIA	0001705369	Equipe de Atenção Primária
GO	520870	GOIÂNIA	0001705393	Equipe de Atenção Primária
GO	520870	GOIÂNIA	0002032988	Equipe de Atenção Primária
GO	520870	GOIÂNIA	0002033011	Equipe de Atenção Primária
GO	520870	GOIÂNIA	0002033062	Equipe de Atenção Primária
GO	520870	GOIÂNIA	0002033267	Equipe de Atenção Primária
GO	520870	GOIÂNIA	0002033151	Equipe de Atenção Primária
GO	520870	GOIÂNIA	0002033186	Equipe de Atenção Primária
GO	520870	GOIÂNIA	0002033216	Equipe de Atenção Primária
GO	520870	GOIÂNIA	0001705490	Equipe de Atenção Primária
GO	520870	GOIÂNIA	0002033348	Equipe de Atenção Primária
GO	520870	GOIÂNIA	0002033372	Equipe de Atenção Primária
GO	520870	GOIÂNIA	0002033275	Equipe de Atenção Primária
GO	520870	GOIÂNIA	0001705504	Equipe de Atenção Primária
GO	520870	GOIÂNIA	0002040514	Equipe de Atenção Primária
GO	520870	GOIÂNIA	0002040549	Equipe de Atenção Primária
GO	520870	GOIÂNIA	0002040522	Equipe de Atenção Primária
GO	520870	GOIÂNIA	0002040492	Equipe de Atenção Primária
GO	520870	GOIÂNIA	0001705563	Equipe de Atenção Primária
GO	520870	GOIÂNIA	0002027224	Equipe de Atenção Primária
GO	520870	GOIÂNIA	0001705520	Equipe de Atenção Primária
GO	520870	GOIÂNIA	0001705512	Equipe de Atenção Primária
GO	520870	GOIÂNIA	0002033402	Equipe de Atenção Primária
GO	520870	GOIÂNIA	0002033399	Equipe de Atenção Primária
MG	310710	BOA ESPERANÇA	0002009919	Equipe de Atenção Primária
MG	311870	COQUEIRAL	0002029685	Equipe de Atenção Primária
MG	312230	DIVINÓPOLIS	0002054523	Equipe de Atenção Primária
MG	312230	DIVINÓPOLIS	0002054531	Equipe de Atenção Primária
MG	312738	GOIANÁ	0002029707	Equipe de Atenção Primária
MG	312950	IBIÁ	0001693484	Equipe de Atenção Primária
MG	316930	TRÊS CORAÇÕES	0002031825	Equipe de Atenção Primária
MG	317020	UBERLÂNDIA	0001747371	Equipe de Atenção Primária
MG	317020	UBERLÂNDIA	0001747452	Equipe de Atenção Primária
MG	317020	UBERLÂNDIA	0001727931	Equipe de Atenção Primária
MG	317020	UBERLÂNDIA	0001727966	Equipe de Atenção Primária
MG	317020	UBERLÂNDIA	0001746545	Equipe de Atenção Primária
MG	317020	UBERLÂNDIA	0001742590	Equipe de Atenção Primária
MG	317020	UBERLÂNDIA	0001744267	Equipe de Atenção Primária
MG	317020	UBERLÂNDIA	0001744348	Equipe de Atenção Primária
MG	317020	UBERLÂNDIA	0001730428	Equipe de Atenção Primária
MG	317020	UBERLÂNDIA	0001730460	Equipe de Atenção Primária
MG	317020	UBERLÂNDIA	0001730487	Equipe de Atenção Primária
MG	317020	UBERLÂNDIA	0001720228	Equipe de Atenção Primária
MG	317020	UBERLÂNDIA	0001720295	Equipe de Atenção Primária
MG	317020	UBERLÂNDIA	0001721232	Equipe de Atenção Primária
MG	317020	UBERLÂNDIA	0001747746	Equipe de Atenção Primária
MG	317020	UBERLÂNDIA	0001747681	Equipe de Atenção Primária
MG	317020	UBERLÂNDIA	0001729578	Equipe de Atenção Primária
MG	317020	UBERLÂNDIA	0001728512	Equipe de Atenção Primária
MG	317020	UBERLÂNDIA	0001746553	Equipe de Atenção Primária
MG	317020	UBERLÂNDIA	0001727524	Equipe de Atenção Primária
MG	317020	UBERLÂNDIA	0001730452	Equipe de Atenção Primária
MG	317020	UBERLÂNDIA	0001721267	Equipe de Atenção Primária
MG	317020	UBERLÂNDIA	0001721283	Equipe de Atenção Primária
MG	317020	UBERLÂNDIA	0001727974	Equipe de Atenção Primária
MG	317020	UBERLÂNDIA	0001728016	Equipe de Atenção Primária
MG	317020	UBERLÂNDIA	0001746251	Equipe de Atenção Primária
MG	317020	UBERLÂNDIA	0001746243	Equipe de Atenção Primária
MG	317020	UBERLÂNDIA	0001731459	Equipe de Atenção Primária
MG	317020	UBERLÂNDIA	0001747797	Equipe de Atenção Primária
MG	317020	UBERLÂNDIA	0001747444	Equipe de Atenção Primária
MG	317020	UBERLÂNDIA	0001746502	Equipe de Atenção Primária
MG	317020	UBERLÂNDIA	0001746529	Equipe de Atenção Primária
MG	317020	UBERLÂNDIA	0001746677	Equipe de Atenção Primária
MG	317020	UBERLÂNDIA	0001742531	Equipe de Atenção Primária
MG	317020	UBERLÂNDIA	0001742566	Equipe de Atenção Primária
MG	317020	UBERLÂNDIA	0001744283	Equipe de Atenção Primária
MG	317020	UBERLÂNDIA	0001744305	Equipe de Atenção Primária
MG	317020	UBERLÂNDIA	0001730169	Equipe de Atenção Primária

MG	317020	UBERLÂNDIA	0001730185	Equipe de Atenção Primária
MG	317020	UBERLÂNDIA	0001727427	Equipe de Atenção Primária
MG	317020	UBERLÂNDIA	0001727435	Equipe de Atenção Primária
MG	317020	UBERLÂNDIA	0001727494	Equipe de Atenção Primária
MG	317020	UBERLÂNDIA	0001730444	Equipe de Atenção Primária
MG	317020	UBERLÂNDIA	0001730584	Equipe de Atenção Primária
MG	317020	UBERLÂNDIA	0001730754	Equipe de Atenção Primária
MG	317020	UBERLÂNDIA	0001730770	Equipe de Atenção Primária
MG	317020	UBERLÂNDIA	0001721224	Equipe de Atenção Primária
MG	317020	UBERLÂNDIA	0001729047	Equipe de Atenção Primária
MG	317020	UBERLÂNDIA	0001729462	Equipe de Atenção Primária
MG	317020	UBERLÂNDIA	0001746235	Equipe de Atenção Primária
MG	317020	UBERLÂNDIA	0001745964	Equipe de Atenção Primária
MG	317020	UBERLÂNDIA	0001731300	Equipe de Atenção Primária
MG	317020	UBERLÂNDIA	0001731378	Equipe de Atenção Primária
MG	317020	UBERLÂNDIA	0001731394	Equipe de Atenção Primária
MG	317020	UBERLÂNDIA	0001729454	Equipe de Atenção Primária
MG	317020	UBERLÂNDIA	0001729020	Equipe de Atenção Primária
MG	317020	UBERLÂNDIA	0001747665	Equipe de Atenção Primária
MG	317020	UBERLÂNDIA	0001727923	Equipe de Atenção Primária
MG	317070	VARGINHA	0002031140	Equipe de Atenção Primária
MG	317070	VARGINHA	0002031116	Equipe de Atenção Primária
MG	317070	VARGINHA	0002031094	Equipe de Atenção Primária
MG	317070	VARGINHA	0002031159	Equipe de Atenção Primária
MT	510025	ALTA FLORESTA	0002046423	Equipe de Atenção Primária
PB	251280	RIACHO DOS CAVALOS	0001987194	Equipe de Atenção Primária
PE	260460	CONDADO	0002002213	Equipe de Atenção Primária
PR	410190	ASSAÍ	0001986902	Equipe de Atenção Primária
PR	410480	CASCAVEL	0002036533	Equipe de Atenção Primária
PR	410480	CASCAVEL	0002037556	Equipe de Atenção Primária
PR	410480	CASCAVEL	0002035766	Equipe de Atenção Primária
PR	410480	CASCAVEL	0002036738	Equipe de Atenção Primária
PR	410480	CASCAVEL	0002036541	Equipe de Atenção Primária
PR	410480	CASCAVEL	0002036371	Equipe de Atenção Primária
PR	410480	CASCAVEL	0002036223	Equipe de Atenção Primária
PR	410480	CASCAVEL	0002036142	Equipe de Atenção Primária
PR	410480	CASCAVEL	0002035979	Equipe de Atenção Primária
PR	410480	CASCAVEL	0002013304	Equipe de Atenção Primária
PR	410480	CASCAVEL	0002036460	Equipe de Atenção Primária
PR	410480	CASCAVEL	0002036355	Equipe de Atenção Primária
PR	410480	CASCAVEL	0002035855	Equipe de Atenção Primária
PR	410480	CASCAVEL	0002036304	Equipe de Atenção Primária
PR	410480	CASCAVEL	0002036169	Equipe de Atenção Primária
PR	410480	CASCAVEL	0002036282	Equipe de Atenção Primária
PR	410480	CASCAVEL	0002036584	Equipe de Atenção Primária
PR	410480	CASCAVEL	0002037394	Equipe de Atenção Primária
PR	410480	CASCAVEL	0002037505	Equipe de Atenção Primária
PR	410480	CASCAVEL	0002037432	Equipe de Atenção Primária
PR	410480	CASCAVEL	0002036509	Equipe de Atenção Primária
PR	410480	CASCAVEL	0002037491	Equipe de Atenção Primária
PR	410685	CRUZMALTINA	0002024292	Equipe de Atenção Primária
PR	410690	CURITIBA	0001859331	Equipe de Atenção Primária
PR	410690	CURITIBA	0001858122	Equipe de Atenção Primária
PR	410690	CURITIBA	0001950088	Equipe de Atenção Primária
PR	410690	CURITIBA	0001936298	Equipe de Atenção Primária
PR	410690	CURITIBA	0001613383	Equipe de Atenção Primária
PR	410690	CURITIBA	0001745441	Equipe de Atenção Primária
PR	410690	CURITIBA	0001470981	Equipe de Atenção Primária
PR	410690	CURITIBA	0001471112	Equipe de Atenção Primária
PR	410690	CURITIBA	0001471163	Equipe de Atenção Primária
PR	410690	CURITIBA	0001797549	Equipe de Atenção Primária
PR	410690	CURITIBA	0001786970	Equipe de Atenção Primária
PR	410690	CURITIBA	0001784730	Equipe de Atenção Primária
PR	410690	CURITIBA	0001747843	Equipe de Atenção Primária
PR	410830	FOZ DO IGUAÇU	0002021900	Equipe de Atenção Primária
RJ	330455	RIO DE JANEIRO	0001594141	Equipe de Atenção Primária
RJ	330630	VOLTA REDONDA	0001901125	Equipe de Atenção Primária
RJ	330630	VOLTA REDONDA	0001901028	Equipe de Atenção Primária
RS	430130	ARROIO GRANDE	0002033569	Equipe de Atenção Primária
RS	430130	ARROIO GRANDE	0002033577	Equipe de Atenção Primária
RS	430130	ARROIO GRANDE	0002057026	Equipe de Atenção Primária
RS	430420	CANDELÁRIA	0001993305	Equipe de Atenção Primária
RS	430450	CANGUÇU	0001743961	Equipe de Atenção Primária
RS	430466	CAPÃO DO LEÃO	0002029545	Equipe de Atenção Primária
RS	430466	CAPÃO DO LEÃO	0002029537	Equipe de Atenção Primária
RS	430466	CAPÃO DO LEÃO	0002029502	Equipe de Atenção Primária
RS	430466	CAPÃO DO LEÃO	0002029529	Equipe de Atenção Primária
RS	430466	CAPÃO DO LEÃO	0002029499	Equipe de Atenção Primária
RS	430466	CAPÃO DO LEÃO	0002029553	Equipe de Atenção Primária
RS	430466	CAPÃO DO LEÃO	0002029464	Equipe de Atenção Primária

RS	430510	CAXIAS DO SUL	0001880918	Equipe de Atenção Primária
RS	430510	CAXIAS DO SUL	0001881736	Equipe de Atenção Primária
RS	430510	CAXIAS DO SUL	0001882147	Equipe de Atenção Primária
RS	430510	CAXIAS DO SUL	0001880756	Equipe de Atenção Primária
RS	430510	CAXIAS DO SUL	0002014424	Equipe de Atenção Primária
RS	430510	CAXIAS DO SUL	0001880993	Equipe de Atenção Primária
RS	430510	CAXIAS DO SUL	0001881140	Equipe de Atenção Primária
RS	430510	CAXIAS DO SUL	0001881299	Equipe de Atenção Primária
RS	430510	CAXIAS DO SUL	0001880373	Equipe de Atenção Primária
RS	430510	CAXIAS DO SUL	0001881965	Equipe de Atenção Primária
RS	430510	CAXIAS DO SUL	0001882090	Equipe de Atenção Primária
RS	430510	CAXIAS DO SUL	0001880470	Equipe de Atenção Primária
RS	430510	CAXIAS DO SUL	0001882198	Equipe de Atenção Primária
RS	430510	CAXIAS DO SUL	0001881841	Equipe de Atenção Primária
RS	430510	CAXIAS DO SUL	0001881094	Equipe de Atenção Primária
RS	430510	CAXIAS DO SUL	0001881205	Equipe de Atenção Primária
RS	430510	CAXIAS DO SUL	0001881477	Equipe de Atenção Primária
RS	430510	CAXIAS DO SUL	0001880241	Equipe de Atenção Primária
RS	430510	CAXIAS DO SUL	0001881574	Equipe de Atenção Primária
RS	430510	CAXIAS DO SUL	0001881922	Equipe de Atenção Primária
RS	430510	CAXIAS DO SUL	0001882058	Equipe de Atenção Primária
RS	430510	CAXIAS DO SUL	0001879855	Equipe de Atenção Primária
RS	430510	CAXIAS DO SUL	0001881647	Equipe de Atenção Primária
RS	430790	FARROUPILHA	0002057395	Equipe de Atenção Primária
RS	430790	FARROUPILHA	0002057417	Equipe de Atenção Primária
RS	430790	FARROUPILHA	0002057387	Equipe de Atenção Primária
RS	430910	GRAMADO	0002035278	Equipe de Atenção Primária
RS	430910	GRAMADO	0002035251	Equipe de Atenção Primária
RS	430910	GRAMADO	0002035243	Equipe de Atenção Primária
RS	430920	GRAVATAÍ	0001835297	Equipe de Atenção Primária
RS	430920	GRAVATAÍ	0001835386	Equipe de Atenção Primária
RS	431110	JAGUARI	0002014343	Equipe de Atenção Primária
RS	431110	JAGUARI	0002014114	Equipe de Atenção Primária
RS	431340	NOVO HAMBURGO	0002021943	Equipe de Atenção Primária
RS	431340	NOVO HAMBURGO	0001675168	Equipe de Atenção Primária
RS	431410	PASSO FUNDO	0001714759	Equipe de Atenção Primária
RS	431410	PASSO FUNDO	0001715399	Equipe de Atenção Primária
RS	431410	PASSO FUNDO	0001715402	Equipe de Atenção Primária
RS	431410	PASSO FUNDO	0001715410	Equipe de Atenção Primária
RS	431490	PORTO ALEGRE	0001746820	Equipe de Atenção Primária
RS	431490	PORTO ALEGRE	0001869043	Equipe de Atenção Primária
RS	431490	PORTO ALEGRE	0001782649	Equipe de Atenção Primária
RS	431490	PORTO ALEGRE	0001767887	Equipe de Atenção Primária
RS	431490	PORTO ALEGRE	0001784056	Equipe de Atenção Primária
RS	431490	PORTO ALEGRE	0001784072	Equipe de Atenção Primária
RS	431490	PORTO ALEGRE	0002047977	Equipe de Atenção Primária
RS	431490	PORTO ALEGRE	0002050528	Equipe de Atenção Primária
RS	431490	PORTO ALEGRE	0002035464	Equipe de Atenção Primária
RS	431490	PORTO ALEGRE	0002023261	Equipe de Atenção Primária
RS	431490	PORTO ALEGRE	0001739875	Equipe de Atenção Primária
RS	431490	PORTO ALEGRE	0001743856	Equipe de Atenção Primária
RS	431490	PORTO ALEGRE	0001765930	Equipe de Atenção Primária
RS	431580	ROCA SALES	0002053799	Equipe de Atenção Primária
RS	431580	ROCA SALES	0002053640	Equipe de Atenção Primária
RS	431680	SANTA CRUZ DO SUL	0002030241	Equipe de Atenção Primária
RS	431680	SANTA CRUZ DO SUL	0002035138	Equipe de Atenção Primária
RS	431680	SANTA CRUZ DO SUL	0002035073	Equipe de Atenção Primária
RS	431680	SANTA CRUZ DO SUL	0002035065	Equipe de Atenção Primária
RS	431680	SANTA CRUZ DO SUL	0002034948	Equipe de Atenção Primária
RS	431680	SANTA CRUZ DO SUL	0002036320	Equipe de Atenção Primária
RS	431690	SANTA MARIA	0002044471	Equipe de Atenção Primária
RS	431690	SANTA MARIA	0002042460	Equipe de Atenção Primária
RS	431750	SANTO ÂNGELO	0002036886	Equipe de Atenção Primária
RS	431870	SÃO LEOPOLDO	0001876678	Equipe de Atenção Primária
RS	431870	SÃO LEOPOLDO	0001877429	Equipe de Atenção Primária
RS	431900	SÃO MARCOS	0002048191	Equipe de Atenção Primária
RS	431900	SÃO MARCOS	0002048205	Equipe de Atenção Primária
RS	432000	SAPUCAIA DO SUL	0001999400	Equipe de Atenção Primária
RS	432055	SERTÃO SANTANA	0001637916	Equipe de Atenção Primária
RS	432080	SOLEDADE	0001858149	Equipe de Atenção Primária
RS	432080	SOLEDADE	0001857819	Equipe de Atenção Primária
SC	420240	BLUMENAU	0002037750	Equipe de Atenção Primária
SC	420240	BLUMENAU	0002038706	Equipe de Atenção Primária
SC	420240	BLUMENAU	0002038625	Equipe de Atenção Primária
SC	420240	BLUMENAU	0002037688	Equipe de Atenção Primária
SC	420240	BLUMENAU	0002037718	Equipe de Atenção Primária
SC	420240	BLUMENAU	0002038293	Equipe de Atenção Primária
SC	420240	BLUMENAU	0002038323	Equipe de Atenção Primária
SC	420240	BLUMENAU	0002038358	Equipe de Atenção Primária
SC	420240	BLUMENAU	0002038641	Equipe de Atenção Primária
SC	420240	BLUMENAU	0002037726	Equipe de Atenção Primária
SC	420240	BLUMENAU	0002035227	Equipe de Atenção Primária
SC	420240	BLUMENAU	0002038315	Equipe de Atenção Primária
SC	420240	BLUMENAU	0002028050	Equipe de Atenção Primária
SC	420240	BLUMENAU	0002029316	Equipe de Atenção Primária
SC	420240	BLUMENAU	0002029308	Equipe de Atenção Primária
SC	420240	BLUMENAU	0002029286	Equipe de Atenção Primária
SC	420240	BLUMENAU	0002029278	Equipe de Atenção Primária
SC	420240	BLUMENAU	0002029251	Equipe de Atenção Primária
SC	420240	BLUMENAU	0002038609	Equipe de Atenção Primária
SC	421635	SÃO JOÃO DO ITAPERIÚ	0001700855	Equipe de Atenção Primária
SC	421635	SÃO JOÃO DO ITAPERIÚ	0001700820	Equipe de Atenção Primária
SC	421720	SÃO MIGUEL DO OESTE	0001692879	Equipe de Atenção Primária
SP	350130	ÁLVARES MACHADO	0002018756	Equipe de Atenção Primária
SP	350130	ÁLVARES MACHADO	0002018713	Equipe de Atenção Primária
SP	350130	ÁLVARES MACHADO	0002018640	Equipe de Atenção Primária
SP	350390	ARUJÁ	0002051249	Equipe de Atenção Primária
SP	350390	ARUJÁ	0002056429	Equipe de Atenção Primária
SP	350410	ATIBAIA	0001728806	Equipe de Atenção Primária
SP	350430	AVAÍ	0001753614	Equipe de Atenção Primária
SP	350510	BARBOSA	0001924087	Equipe de Atenção Primária
SP	350510	BARBOSA	0001924184	Equipe de Atenção Primária
SP	350600	BAURU	0001696491	Equipe de Atenção Primária
SP	350600	BAURU	0001698117	Equipe de Atenção Primária
SP	350600	BAURU	0001697781	Equipe de Atenção Primária

SP	350710	BOM JESUS DOS PERDÕES	0002028239	Equipe de Atenção Primária
SP	350710	BOM JESUS DOS PERDÕES	0002030055	Equipe de Atenção Primária
SP	350710	BOM JESUS DOS PERDÕES	0002030314	Equipe de Atenção Primária
SP	350750	BOTUCATU	0001624342	Equipe de Atenção Primária
SP	350760	BRAGANÇA PAULISTA	0001979965	Equipe de Atenção Primária
SP	350880	CAFELÂNDIA	0001969935	Equipe de Atenção Primária
SP	350880	CAFELÂNDIA	0001969986	Equipe de Atenção Primária
SP	350900	CAIEIRAS	0002014491	Equipe de Atenção Primária
SP	350900	CAIEIRAS	0002014548	Equipe de Atenção Primária
SP	350900	CAIEIRAS	0002014696	Equipe de Atenção Primária
SP	350900	CAIEIRAS	0002014688	Equipe de Atenção Primária
SP	350900	CAIEIRAS	0002014556	Equipe de Atenção Primária
SP	350900	CAIEIRAS	0002014637	Equipe de Atenção Primária
SP	350900	CAIEIRAS	0002014599	Equipe de Atenção Primária
SP	350930	CAJOBI	0002053594	Equipe de Atenção Primária
SP	351110	CATANDUVA	0002053810	Equipe de Atenção Primária
SP	351110	CATANDUVA	0002053829	Equipe de Atenção Primária
SP	351110	CATANDUVA	0002053896	Equipe de Atenção Primária
SP	351130	CEDRAL	0001698605	Equipe de Atenção Primária
SP	351160	CESÁRIO LANGE	0002040425	Equipe de Atenção Primária
SP	351300	COTIA	0001948997	Equipe de Atenção Primária
SP	351300	COTIA	0002032694	Equipe de Atenção Primária
SP	351300	COTIA	0002032651	Equipe de Atenção Primária
SP	351300	COTIA	0001934376	Equipe de Atenção Primária
SP	351300	COTIA	0002032635	Equipe de Atenção Primária
SP	351360	CUNHA	0002056682	Equipe de Atenção Primária
SP	351440	DRACENA	0002049813	Equipe de Atenção Primária
SP	351460	DUMONT	0002014335	Equipe de Atenção Primária
SP	351500	EMBU DAS ARTES	0002010623	Equipe de Atenção Primária
SP	351500	EMBU DAS ARTES	0002010607	Equipe de Atenção Primária
SP	351500	EMBU DAS ARTES	0002010631	Equipe de Atenção Primária
SP	351500	EMBU DAS ARTES	0002010615	Equipe de Atenção Primária
SP	351750	GUAPIAÇU	0002048175	Equipe de Atenção Primária
SP	351940	IBIRÁ	0001937804	Equipe de Atenção Primária
SP	352050	INDAIATUBA	0001639021	Equipe de Atenção Primária
SP	352050	INDAIATUBA	0001638459	Equipe de Atenção Primária
SP	352050	INDAIATUBA	0001638858	Equipe de Atenção Primária
SP	352050	INDAIATUBA	0001651897	Equipe de Atenção Primária
SP	352220	ITAPECERICA DA SERRA	0000333808	Equipe de Atenção Primária
SP	352270	ITÁPOLIS	0001792199	Equipe de Atenção Primária
SP	352360	ITIRAPINA	0002059320	Equipe de Atenção Primária
SP	352470	JAGUARIÚNA	0001739662	Equipe de Atenção Primária
SP	352470	JAGUARIÚNA	0000335843	Equipe de Atenção Primária
SP	352470	JAGUARIÚNA	0001552392	Equipe de Atenção Primária
SP	352470	JAGUARIÚNA	0001552341	Equipe de Atenção Primária
SP	352470	JAGUARIÚNA	0001739522	Equipe de Atenção Primária
SP	352590	JUNDIAÍ	0002036630	Equipe de Atenção Primária
SP	352590	JUNDIAÍ	0002036916	Equipe de Atenção Primária
SP	352590	JUNDIAÍ	0002037033	Equipe de Atenção Primária
SP	352590	JUNDIAÍ	0002037025	Equipe de Atenção Primária
SP	352590	JUNDIAÍ	0002037017	Equipe de Atenção Primária
SP	352590	JUNDIAÍ	0002036967	Equipe de Atenção Primária
SP	352590	JUNDIAÍ	0002036959	Equipe de Atenção Primária
SP	352590	JUNDIAÍ	0002037076	Equipe de Atenção Primária
SP	352590	JUNDIAÍ	0002036606	Equipe de Atenção Primária
SP	352590	JUNDIAÍ	0002036444	Equipe de Atenção Primária
SP	352590	JUNDIAÍ	0002036940	Equipe de Atenção Primária
SP	352590	JUNDIAÍ	0002036517	Equipe de Atenção Primária
SP	352590	JUNDIAÍ	0002036487	Equipe de Atenção Primária
SP	352590	JUNDIAÍ	0002036827	Equipe de Atenção Primária
SP	352590	JUNDIAÍ	0002036754	Equipe de Atenção Primária
SP	352590	JUNDIAÍ	0002037009	Equipe de Atenção Primária
SP	352590	JUNDIAÍ	0002036673	Equipe de Atenção Primária
SP	352590	JUNDIAÍ	0002036657	Equipe de Atenção Primária
SP	352590	JUNDIAÍ	0002036711	Equipe de Atenção Primária
SP	352590	JUNDIAÍ	0002036908	Equipe de Atenção Primária
SP	352590	JUNDIAÍ	0002036797	Equipe de Atenção Primária
SP	352590	JUNDIAÍ	0002036851	Equipe de Atenção Primária
SP	352590	JUNDIAÍ	0002036894	Equipe de Atenção Primária
SP	352590	JUNDIAÍ	0001700227	Equipe de Atenção Primária
SP	352590	JUNDIAÍ	0002036622	Equipe de Atenção Primária
SP	352590	JUNDIAÍ	0002036924	Equipe de Atenção Primária
SP	352590	JUNDIAÍ	0002036649	Equipe de Atenção Primária
SP	352590	JUNDIAÍ	0002036983	Equipe de Atenção Primária
SP	352590	JUNDIAÍ	0002036991	Equipe de Atenção Primária
SP	352590	JUNDIAÍ	0002037041	Equipe de Atenção Primária
SP	352590	JUNDIAÍ	0002037068	Equipe de Atenção Primária
SP	352710	LINS	0002045192	Equipe de Atenção Primária
SP	352710	LINS	0002044943	Equipe de Atenção Primária
SP	352710	LINS	0002044986	Equipe de Atenção Primária
SP	352710	LINS	0002044994	Equipe de Atenção Primária
SP	352710	LINS	0002045001	Equipe de Atenção Primária
SP	353060	MOGI DAS CRUZES	0001960334	Equipe de Atenção Primária
SP	353140	MONTE APRAZÍVEL	0002017547	Equipe de Atenção Primária
SP	353140	MONTE APRAZÍVEL	0001981943	Equipe de Atenção Primária
SP	353140	MONTE APRAZÍVEL	0001991965	Equipe de Atenção Primária
SP	353330	NOVA LUZITÂNIA	0002034573	Equipe de Atenção Primária
SP	353390	OLÍMPIA	0001979795	Equipe de Atenção Primária

SP	353550	PARAGUAÇU PAULISTA	0002057913	Equipe de Atenção Primária
SP	353550	PARAGUAÇU PAULISTA	0002057905	Equipe de Atenção Primária
SP	353820	PINHALZINHO	0002045826	Equipe de Atenção Primária
SP	353820	PINHALZINHO	0002047349	Equipe de Atenção Primária
SP	353860	PIRACAIA	0001714503	Equipe de Atenção Primária
SP	353870	PIRACICABA	0002003856	Equipe de Atenção Primária
SP	353870	PIRACICABA	0002003724	Equipe de Atenção Primária
SP	353870	PIRACICABA	0002003597	Equipe de Atenção Primária
SP	353870	PIRACICABA	0002003139	Equipe de Atenção Primária
SP	353870	PIRACICABA	0002003414	Equipe de Atenção Primária
SP	353870	PIRACICABA	0002006189	Equipe de Atenção Primária
SP	353870	PIRACICABA	0002003864	Equipe de Atenção Primária
SP	353870	PIRACICABA	0002006170	Equipe de Atenção Primária
SP	353870	PIRACICABA	0002006227	Equipe de Atenção Primária
SP	353870	PIRACICABA	0002006162	Equipe de Atenção Primária
SP	353870	PIRACICABA	0002003309	Equipe de Atenção Primária
SP	353870	PIRACICABA	0002006200	Equipe de Atenção Primária
SP	353870	PIRACICABA	0002003651	Equipe de Atenção Primária
SP	353870	PIRACICABA	0002004194	Equipe de Atenção Primária
SP	353870	PIRACICABA	0002006014	Equipe de Atenção Primária
SP	354290	RIBEIRÃO BONITO	0000347175	Equipe de Atenção Primária
SP	354425	ROSANA	0002028840	Equipe de Atenção Primária
SP	354730	SANTANA DE PARNAÍBA	0001598090	Equipe de Atenção Primária
SP	354780	SANTO ANDRÉ	0001930931	Equipe de Atenção Primária
SP	354780	SANTO ANDRÉ	0001938258	Equipe de Atenção Primária
SP	354780	SANTO ANDRÉ	0001940112	Equipe de Atenção Primária
SP	354780	SANTO ANDRÉ	0001938975	Equipe de Atenção Primária
SP	354780	SANTO ANDRÉ	0001939955	Equipe de Atenção Primária
SP	354780	SANTO ANDRÉ	0001931164	Equipe de Atenção Primária
SP	354780	SANTO ANDRÉ	0001940309	Equipe de Atenção Primária
SP	354780	SANTO ANDRÉ	0001938835	Equipe de Atenção Primária
SP	354780	SANTO ANDRÉ	0001940716	Equipe de Atenção Primária
SP	354780	SANTO ANDRÉ	0001940155	Equipe de Atenção Primária
SP	354780	SANTO ANDRÉ	0001930974	Equipe de Atenção Primária
SP	354780	SANTO ANDRÉ	0001939807	Equipe de Atenção Primária
SP	354780	SANTO ANDRÉ	0001929453	Equipe de Atenção Primária
SP	354780	SANTO ANDRÉ	0001929402	Equipe de Atenção Primária
SP	354780	SANTO ANDRÉ	0001931318	Equipe de Atenção Primária
SP	354780	SANTO ANDRÉ	0001930729	Equipe de Atenção Primária
SP	354780	SANTO ANDRÉ	0001940848	Equipe de Atenção Primária
SP	354780	SANTO ANDRÉ	0001930877	Equipe de Atenção Primária
SP	354780	SANTO ANDRÉ	0001930842	Equipe de Atenção Primária
SP	354780	SANTO ANDRÉ	0001929860	Equipe de Atenção Primária
SP	354780	SANTO ANDRÉ	0001938940	Equipe de Atenção Primária
SP	354780	SANTO ANDRÉ	0001938320	Equipe de Atenção Primária
SP	354780	SANTO ANDRÉ	0001931385	Equipe de Atenção Primária
SP	354780	SANTO ANDRÉ	0001931407	Equipe de Atenção Primária
SP	354780	SANTO ANDRÉ	0001931024	Equipe de Atenção Primária
SP	354780	SANTO ANDRÉ	0001930990	Equipe de Atenção Primária
SP	354780	SANTO ANDRÉ	0001931202	Equipe de Atenção Primária
SP	354780	SANTO ANDRÉ	0001940198	Equipe de Atenção Primária
SP	354780	SANTO ANDRÉ	0001938800	Equipe de Atenção Primária
SP	354780	SANTO ANDRÉ	0001940333	Equipe de Atenção Primária
SP	354780	SANTO ANDRÉ	0001938134	Equipe de Atenção Primária
SP	354780	SANTO ANDRÉ	0001938177	Equipe de Atenção Primária
SP	354780	SANTO ANDRÉ	0001937812	Equipe de Atenção Primária
SP	354780	SANTO ANDRÉ	0001937863	Equipe de Atenção Primária
SP	354780	SANTO ANDRÉ	0001930621	Equipe de Atenção Primária
SP	354780	SANTO ANDRÉ	0001931261	Equipe de Atenção Primária
SP	354780	SANTO ANDRÉ	0001940082	Equipe de Atenção Primária
SP	354780	SANTO ANDRÉ	0001930737	Equipe de Atenção Primária
SP	354780	SANTO ANDRÉ	0001930958	Equipe de Atenção Primária
SP	354850	SANTOS	0001638475	Equipe de Atenção Primária
SP	354850	SANTOS	0001638963	Equipe de Atenção Primária
SP	354850	SANTOS	0001639005	Equipe de Atenção Primária
SP	354850	SANTOS	0001663607	Equipe de Atenção Primária
SP	354860	SÃO BENTO DO SAPUCAÍ	0001741985	Equipe de Atenção Primária
SP	354870	SÃO BERNARDO DO CAMPO	0002037882	Equipe de Atenção Primária
SP	354870	SÃO BERNARDO DO CAMPO	0002037815	Equipe de Atenção Primária
SP	354870	SÃO BERNARDO DO CAMPO	0002037807	Equipe de Atenção Primária
SP	354870	SÃO BERNARDO DO CAMPO	0002038064	Equipe de Atenção Primária
SP	354870	SÃO BERNARDO DO CAMPO	0002037904	Equipe de Atenção Primária
SP	354870	SÃO BERNARDO DO CAMPO	0002037831	Equipe de Atenção Primária
SP	354870	SÃO BERNARDO DO CAMPO	0002037734	Equipe de Atenção Primária
SP	354870	SÃO BERNARDO DO CAMPO	0002037637	Equipe de Atenção Primária
SP	354870	SÃO BERNARDO DO CAMPO	0002037653	Equipe de Atenção Primária
SP	354870	SÃO BERNARDO DO CAMPO	0002038005	Equipe de Atenção Primária
SP	354870	SÃO BERNARDO DO CAMPO	0002037912	Equipe de Atenção Primária
SP	354990	SÃO JOSÉ DOS CAMPOS	0001878298	Equipe de Atenção Primária
SP	354990	SÃO JOSÉ DOS CAMPOS	0001878425	Equipe de Atenção Primária
SP	354990	SÃO JOSÉ DOS CAMPOS	0001878565	Equipe de Atenção Primária
SP	354990	SÃO JOSÉ DOS CAMPOS	0001878611	Equipe de Atenção Primária
SP	354990	SÃO JOSÉ DOS CAMPOS	0001878697	Equipe de Atenção Primária
SP	354990	SÃO JOSÉ DOS CAMPOS	0001879375	Equipe de Atenção Primária
SP	354990	SÃO JOSÉ DOS CAMPOS	0001880527	Equipe de Atenção Primária
SP	354990	SÃO JOSÉ DOS CAMPOS	0001880721	Equipe de Atenção Primária
SP	354990	SÃO JOSÉ DOS CAMPOS	0001881760	Equipe de Atenção Primária
SP	354990	SÃO JOSÉ DOS CAMPOS	0001879413	Equipe de Atenção Primária
SP	354990	SÃO JOSÉ DOS CAMPOS	0001879049	Equipe de Atenção Primária
SP	354990	SÃO JOSÉ DOS CAMPOS	0002048299	Equipe de Atenção Primária
SP	354990	SÃO JOSÉ DOS CAMPOS	0001876384	Equipe de Atenção Primária
SP	354990	SÃO JOSÉ DOS CAMPOS	0001878077	Equipe de Atenção Primária
SP	354990	SÃO JOSÉ DOS CAMPOS	0001878492	Equipe de Atenção Primária
SP	354990	SÃO JOSÉ DOS CAMPOS	0001879189	Equipe de Atenção Primária
SP	354990	SÃO JOSÉ DOS CAMPOS	0001879111	Equipe de Atenção Primária
SP	354990	SÃO JOSÉ DOS CAMPOS	0001879243	Equipe de Atenção Primária
SP	354990	SÃO JOSÉ DOS CAMPOS	0001879391	Equipe de Atenção Primária
SP	354990	SÃO JOSÉ DOS CAMPOS	0001879553	Equipe de Atenção Primária
SP	354990	SÃO JOSÉ DOS CAMPOS	0001879596	Equipe de Atenção Primária
SP	354990	SÃO JOSÉ DOS CAMPOS	0001880217	Equipe de Atenção Primária
SP	354990	SÃO JOSÉ DOS CAMPOS	0001880772	Equipe de Atenção Primária
SP	354990	SÃO JOSÉ DOS CAMPOS	0001881485	Equipe de Atenção Primária
SP	354990	SÃO JOSÉ DOS CAMPOS	0001880446	Equipe de Atenção Primária
SP	354990	SÃO JOSÉ DOS CAMPOS	0002048310	Equipe de Atenção Primária
SP	354990	SÃO JOSÉ DOS CAMPOS	0002048337	Equipe de Atenção Primária

SP	354990	SÃO JOSÉ DOS CAMPOS	0001876163	Equipe de Atenção Primária
SP	354990	SÃO JOSÉ DOS CAMPOS	0001876511	Equipe de Atenção Primária
SP	354990	SÃO JOSÉ DOS CAMPOS	0001876538	Equipe de Atenção Primária
SP	354990	SÃO JOSÉ DOS CAMPOS	0001876597	Equipe de Atenção Primária
SP	354990	SÃO JOSÉ DOS CAMPOS	0001877038	Equipe de Atenção Primária
SP	354990	SÃO JOSÉ DOS CAMPOS	0001877852	Equipe de Atenção Primária
SP	354990	SÃO JOSÉ DOS CAMPOS	0001877925	Equipe de Atenção Primária
SP	354990	SÃO JOSÉ DOS CAMPOS	0001878247	Equipe de Atenção Primária
SP	355150	SERRANA	0002042150	Equipe de Atenção Primária
SP	355250	SUZANO	0002043785	Equipe de Atenção Primária
SP	355250	SUZANO	0002043947	Equipe de Atenção Primária
SP	355250	SUZANO	0002043866	Equipe de Atenção Primária
SP	355250	SUZANO	0002043858	Equipe de Atenção Primária
SP	355250	SUZANO	0002043823	Equipe de Atenção Primária
SP	355250	SUZANO	0002043912	Equipe de Atenção Primária
SP	355250	SUZANO	0002043742	Equipe de Atenção Primária
SP	355250	SUZANO	0002043904	Equipe de Atenção Primária
SP	355250	SUZANO	0002043939	Equipe de Atenção Primária
SP	355250	SUZANO	0002043971	Equipe de Atenção Primária
SP	355250	SUZANO	0002043769	Equipe de Atenção Primária
SP	355250	SUZANO	0002043815	Equipe de Atenção Primária
SP	355280	TABOÃO DA SERRA	0002000806	Equipe de Atenção Primária
SP	355280	TABOÃO DA SERRA	0002000946	Equipe de Atenção Primária
SP	355280	TABOÃO DA SERRA	0001992635	Equipe de Atenção Primária
SP	355280	TABOÃO DA SERRA	0002000911	Equipe de Atenção Primária
SP	355280	TABOÃO DA SERRA	0001999435	Equipe de Atenção Primária
SP	355280	TABOÃO DA SERRA	0002000830	Equipe de Atenção Primária
SP	355280	TABOÃO DA SERRA	0002000962	Equipe de Atenção Primária
SP	355280	TABOÃO DA SERRA	0002000792	Equipe de Atenção Primária
SP	355280	TABOÃO DA SERRA	0002000814	Equipe de Atenção Primária
SP	355280	TABOÃO DA SERRA	0002000881	Equipe de Atenção Primária
SP	355280	TABOÃO DA SERRA	0002000857	Equipe de Atenção Primária
SP	355280	TABOÃO DA SERRA	0002000784	Equipe de Atenção Primária
SP	355480	TREMEMBÉ	0001923315	Equipe de Atenção Primária
SP	355495	TUIUTI	0001983938	Equipe de Atenção Primária
TOTAL	**101 MUNICÍPIOS**		**554 EQUIPES DE ATENÇÃO PRIMÁRIA**	

PORTARIA Nº 70, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2020

Define e homologa os códigos referentes às Identificações Nacionais de Equipe - INE das equipes de Atenção Primária à Saúde - APS credenciadas e cadastradas no Sistema de Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde - SCNES para fins da transferência dos incentivos de custeio federal, acompanhamento, monitoramento e avaliação.

O SECRETÁRIO DE ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem o inciso I do art. 18 do Decreto n° 9.795, de 17 de maio de 2019, e

Considerando a Portaria nº 2.979/GM/MS, de 12 de novembro de 2019, que institui o Programa Previne Brasil, que estabelece novo modelo de financiamento de custeio da Atenção Primária à Saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde, por meio da alteração da Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017;

Considerando a Portaria nº 47/GM/MS, de 19 de dezembro de 2019, que dispõe sobre os códigos referentes à Identificação Nacional de Equipe (INE) e ao Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES) das equipes ou serviços de Atenção Primária à Saúde para fins da transferência dos incentivos de custeio federal, acompanhamento, monitoramento e avaliação; e

Considerando a necessidade de melhorias no acompanhamento, monitoramento e avaliação das estratégias da Atenção Primária à Saúde, resolve:

Art. 1º Define e homologa os códigos referentes às Identificações Nacionais de Equipe - INE das equipes de Atenção Primária à Saúde - APS credenciadas e cadastradas no Sistema de Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde - SCNES para fins da transferência dos incentivos de custeio federal, acompanhamento, monitoramento e avaliação:

a) Equipes de Saúde Bucal 40 horas, descritas no Anexo.

Art. 2º Os códigos INE de que trata o art. 1º foram definidos por meio da análise das equipes de APS credenciadas em portaria do Ministério da Saúde, cadastradas pela gestão municipal e ativas no SCNES.

Art. 3º Os municípios com equipes constantes nos Anexos deverão observar os critérios estabelecidos no art. 1º da Portaria nº 47/GM/MS, de 19 de dezembro de 2019, cuja inobservância e descumprimento acarretará a suspensão da transferência financeira.

Art. 4º Eventuais casos omissos serão resolvidos pelo titular máximo do órgão responsável pela Atenção Primária à Saúde no âmbito do Ministério da Saúde.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RAPHAEL CÂMARA MEDEIROS PARENTE

ANEXO

Identificações Nacionais de Equipe - INE por município referente às equipes de Saúde Bucal 40 horas (eSB) para fins da transferência dos incentivos de custeio federal, acompanhamento, monitoramento e avaliação.

UF	IBGE	MUNICÍPIO	INE	DESCRIÇÃO
AC	120005	ASSIS BRASIL	0002063158	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
AC	120005	ASSIS BRASIL	0002063573	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
AC	120005	ASSIS BRASIL	0002063581	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
AC	120040	RIO BRANCO	0002059967	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
AC	120040	RIO BRANCO	0002059908	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
AC	120040	RIO BRANCO	0002059886	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
AC	120040	RIO BRANCO	0002059711	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
AC	120040	RIO BRANCO	0001970275	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
AL	270030	ARAPIRACA	0002093707	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
AL	270030	ARAPIRACA	0002093677	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
AL	270030	ARAPIRACA	0002093685	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
AL	270030	ARAPIRACA	0002093693	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
AL	270030	ARAPIRACA	0002093111	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
AL	270030	ARAPIRACA	0002093103	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
AL	270030	ARAPIRACA	0002092689	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
AL	270030	ARAPIRACA	0002080370	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
AL	270030	ARAPIRACA	0002077167	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
AL	270030	ARAPIRACA	0002077159	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
AL	270030	ARAPIRACA	0002077140	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
AL	270030	ARAPIRACA	0002077124	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
AL	270030	ARAPIRACA	0002077116	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
AL	270030	ARAPIRACA	0002063700	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
AL	270030	ARAPIRACA	0002063697	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
AL	270030	ARAPIRACA	0002063689	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
AL	270030	ARAPIRACA	0002063662	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
AL	270030	ARAPIRACA	0002061945	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
AL	270030	ARAPIRACA	0002061937	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
AL	270030	ARAPIRACA	0002061929	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
AL	270030	ARAPIRACA	0001921665	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
AL	270030	ARAPIRACA	0002061856	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
AL	270030	ARAPIRACA	0002061864	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
AL	270030	ARAPIRACA	0002061872	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
AL	270070	BATALHA	0002096218	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
AL	270150	CAMPO GRANDE	0001949187	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
AL	270240	DELMIRO GOUVEIA	0001977423	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
AL	270350	JACUÍPE	0002092085	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
AL	270350	JACUÍPE	0002092093	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
AL	270360	JAPARATINGA	0002095483	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
AL	270360	JAPARATINGA	0002095491	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
AL	270360	JAPARATINGA	0002095513	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
AL	270430	MACEIÓ	0001978217	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
AL	270690	PILAR	0002093499	Equipe de Saúde Bucal 40 horas

AL	270690	PILAR	0002093502	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
AL	270690	PILAR	0002093510	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
AL	270690	PILAR	0002093529	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
AL	270690	PILAR	0002093537	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
AL	270690	PILAR	0002093545	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
AL	270690	PILAR	0002093553	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
AL	270690	PILAR	0002093561	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
AL	270710	PIRANHAS	0002091356	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
AL	270710	PIRANHAS	0002091380	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
AL	270710	PIRANHAS	0002091402	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
AL	270710	PIRANHAS	0002091429	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
AL	270710	PIRANHAS	0002091437	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
AL	270710	PIRANHAS	0002091445	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
AL	270710	PIRANHAS	0002091461	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
AL	270720	POÇO DAS TRINCHEIRAS	0001985825	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
AL	270720	POÇO DAS TRINCHEIRAS	0001985833	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
AL	270720	POÇO DAS TRINCHEIRAS	0001985868	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
AL	270720	POÇO DAS TRINCHEIRAS	0001985841	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
AL	270730	PORTO CALVO	0002093642	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
AL	270730	PORTO CALVO	0002093650	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
AL	270730	PORTO CALVO	0002093634	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
AL	270730	PORTO CALVO	0002093626	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
AL	270730	PORTO CALVO	0002093669	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
AL	270730	PORTO CALVO	0002062011	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
AL	270730	PORTO CALVO	0002093618	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
AL	270840	SÃO JOSÉ DA TAPERA	0001805835	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
AL	270840	SÃO JOSÉ DA TAPERA	0001804049	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
AL	270840	SÃO JOSÉ DA TAPERA	0001806041	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
AL	270840	SÃO JOSÉ DA TAPERA	0001808257	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
AL	270840	SÃO JOSÉ DA TAPERA	0001808109	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
AL	270840	SÃO JOSÉ DA TAPERA	0001808036	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
AL	270840	SÃO JOSÉ DA TAPERA	0001807900	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
AL	270840	SÃO JOSÉ DA TAPERA	0001807846	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
AL	270890	SATUBA	0002095963	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
AL	270890	SATUBA	0002095904	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
AL	270890	SATUBA	0002095955	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
AL	270890	SATUBA	0002095920	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
AL	270895	SENADOR RUI PALMEIRA	0001886959	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
AL	270895	SENADOR RUI PALMEIRA	0001887130	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
AL	270895	SENADOR RUI PALMEIRA	0001887823	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
AL	270895	SENADOR RUI PALMEIRA	0001887637	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
AL	270895	SENADOR RUI PALMEIRA	0001887432	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
AM	130002	ALVARÃES	0001985590	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
AM	130002	ALVARÃES	0001985582	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
AM	130002	ALVARÃES	0001985604	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
AM	130006	AMATURÁ	0001808044	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
AM	130030	AUTAZES	0001920448	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
AM	130063	BERURI	0001981080	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
AM	130063	BERURI	0001979558	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
AM	130063	BERURI	0001980068	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
AM	130165	GUAJARÁ	0002094827	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
AM	130190	ITACOATIARA	0002068648	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
AM	130190	ITACOATIARA	0002068664	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
AM	130190	ITACOATIARA	0002068672	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
AM	130190	ITACOATIARA	0002068699	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
AM	130190	ITACOATIARA	0002068729	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
AM	130190	ITACOATIARA	0002068737	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
AM	130190	ITACOATIARA	0002068621	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
AM	130190	ITACOATIARA	0002068605	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
AM	130190	ITACOATIARA	0002068591	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
AM	130190	ITACOATIARA	0002068559	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
AM	130190	ITACOATIARA	0002068532	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
AM	130190	ITACOATIARA	0002068508	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
AM	130190	ITACOATIARA	0002068494	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
AM	130190	ITACOATIARA	0002066785	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
AM	130190	ITACOATIARA	0002066769	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
AM	130190	ITACOATIARA	0002068745	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
AM	130190	ITACOATIARA	0002068834	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
AM	130190	ITACOATIARA	0002068826	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
AM	130190	ITACOATIARA	0002068818	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
AM	130190	ITACOATIARA	0002068796	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
AM	130195	ITAMARATI	0002057018	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
AM	130195	ITAMARATI	0002057069	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
AM	130230	JUTAÍ	0002076012	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
AM	130260	MANAUS	0001721976	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
AM	130260	MANAUS	0001726129	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
AM	130330	NOVO ARIPUANÃ	0001768158	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
AM	130330	NOVO ARIPUANÃ	0001768263	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
AM	130330	NOVO ARIPUANÃ	0001768344	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
AM	130330	NOVO ARIPUANÃ	0001768379	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
AM	130400	SILVES	0002061279	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
AM	130400	SILVES	0002081466	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
AM	130400	SILVES	0002064723	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
AM	130400	SILVES	0002061716	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
AM	130406	TABATINGA	0002015331	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
AM	130406	TABATINGA	0002021773	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
AM	130406	TABATINGA	0002022869	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
AM	130406	TABATINGA	0002021870	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
AM	130406	TABATINGA	0002021889	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
AM	130406	TABATINGA	0002021897	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
AM	130406	TABATINGA	0002022877	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
AP	160060	SANTANA	0002063883	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
AP	160060	SANTANA	0002063891	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
AP	160060	SANTANA	0002063905	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
AP	160060	SANTANA	0002080788	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
AP	160060	SANTANA	0002063921	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
AP	160060	SANTANA	0002063948	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
AP	160060	SANTANA	0002063956	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
AP	160060	SANTANA	0002063913	Equipe de Saúde Bucal 40 horas

BA	290020	ABARÉ	0001842587	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
BA	290280	BARRA DA ESTIVA	0001972863	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
BA	290280	BARRA DA ESTIVA	0001973010	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
BA	290280	BARRA DA ESTIVA	0001973037	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
BA	290280	BARRA DA ESTIVA	0001973061	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
BA	290280	BARRA DA ESTIVA	0001973126	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
BA	290280	BARRA DA ESTIVA	0001973142	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
BA	290320	BARREIRAS	0001955616	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
BA	290330	BARRO PRETO	0002097257	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
BA	290330	BARRO PRETO	0002097265	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
BA	290330	BARRO PRETO	0002096250	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
BA	290327	BARROCAS	0001742582	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
BA	290327	BARROCAS	0001736590	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
BA	290327	BARROCAS	0001742728	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
BA	290327	BARROCAS	0001742809	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
BA	290327	BARROCAS	0001742620	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
BA	290327	BARROCAS	0001738011	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
BA	290327	BARROCAS	0001742485	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
BA	290360	BIRITINGA	0001751360	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
BA	290360	BIRITINGA	0001751387	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
BA	290360	BIRITINGA	0001751395	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
BA	290360	BIRITINGA	0001751417	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
BA	290360	BIRITINGA	0001751433	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
BA	290360	BIRITINGA	0001751441	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
BA	290360	BIRITINGA	0001751468	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
BA	290430	BREJÕES	0001951602	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
BA	290440	BREJOLÂNDIA	0001961632	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
BA	290440	BREJOLÂNDIA	0002095998	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
BA	290440	BREJOLÂNDIA	0002096005	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
BA	290440	BREJOLÂNDIA	0002096048	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
BA	290440	BREJOLÂNDIA	0002096021	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
BA	290460	BRUMADO	0002085194	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
BA	290710	CARINHANHA	0002085399	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
BA	290710	CARINHANHA	0001930400	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
BA	290740	CATOLÂNDIA	0001853597	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
BA	290810	COCOS	0001822705	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
BA	290810	COCOS	0001822233	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
BA	290810	COCOS	0001808699	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
BA	290810	COCOS	0001823124	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
BA	290810	COCOS	0001823744	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
BA	290810	COCOS	0001823345	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
BA	290900	CORDEIROS	0001827707	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
BA	290900	CORDEIROS	0001828088	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
BA	290900	CORDEIROS	0001827871	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
BA	290900	CORDEIROS	0001828339	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
BA	291040	ENCRUZILHADA	0001940074	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
BA	291040	ENCRUZILHADA	0001940937	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
BA	291040	ENCRUZILHADA	0001941194	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
BA	291040	ENCRUZILHADA	0001941054	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
BA	291040	ENCRUZILHADA	0001940996	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
BA	291290	IBIRATAIA	0001880500	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
BA	291535	ITAGUAÇU DA BAHIA	0001965948	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
BA	291535	ITAGUAÇU DA BAHIA	0001966626	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
BA	291600	ITANHÉM	0001985256	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
BA	291600	ITANHÉM	0001985248	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
BA	291600	ITANHÉM	0001985221	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
BA	291600	ITANHÉM	0001985159	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
BA	291600	ITANHÉM	0001985183	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
BA	291600	ITANHÉM	0001985191	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
BA	291600	ITANHÉM	0001985213	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
BA	291600	ITANHÉM	0001985264	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
BA	291650	ITAPICURU	0001941798	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
BA	291650	ITAPICURU	0001941747	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
BA	291650	ITAPICURU	0001941984	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
BA	291650	ITAPICURU	0001941860	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
BA	291650	ITAPICURU	0001941879	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
BA	291650	ITAPICURU	0001941917	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
BA	291800	JEQUIÉ	0001788787	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
BA	291840	JUAZEIRO	0002078287	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
BA	291840	JUAZEIRO	0002080133	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
BA	291840	JUAZEIRO	0002080109	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
BA	291840	JUAZEIRO	0002080095	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
BA	291840	JUAZEIRO	0002080087	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
BA	291840	JUAZEIRO	0002078295	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
BA	291840	JUAZEIRO	0002078309	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
BA	291840	JUAZEIRO	0002078317	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
BA	291840	JUAZEIRO	0002079321	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
BA	291840	JUAZEIRO	0002079364	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
BA	291840	JUAZEIRO	0002079380	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
BA	291840	JUAZEIRO	0002079496	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
BA	291840	JUAZEIRO	0002079747	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
BA	291840	JUAZEIRO	0002079763	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
BA	291840	JUAZEIRO	0002079828	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
BA	291840	JUAZEIRO	0002079836	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
BA	291840	JUAZEIRO	0002079852	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
BA	291840	JUAZEIRO	0002079887	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
BA	291840	JUAZEIRO	0002079968	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
BA	291840	JUAZEIRO	0002079984	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
BA	291840	JUAZEIRO	0002079992	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
BA	291840	JUAZEIRO	0002080044	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
BA	291855	JUSSARI	0002047284	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
BA	291860	JUSSIAPE	0002091038	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
BA	291860	JUSSIAPE	0002085682	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
BA	291860	JUSSIAPE	0002091070	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
BA	291860	JUSSIAPE	0002091313	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
BA	291920	LAURO DE FREITAS	0002084872	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
BA	291920	LAURO DE FREITAS	0002088274	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
BA	291920	LAURO DE FREITAS	0002088517	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
BA	291920	LAURO DE FREITAS	0002088509	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
BA	291920	LAURO DE FREITAS	0002088495	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
BA	291920	LAURO DE FREITAS	0002088282	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
BA	291920	LAURO DE FREITAS	0002088290	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
BA	291920	LAURO DE FREITAS	0002088304	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
BA	291920	LAURO DE FREITAS	0002088312	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
BA	291920	LAURO DE FREITAS	0002088320	Equipe de Saúde Bucal 40 horas

BA	291920	LAURO DE FREITAS	0002088339	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
BA	291920	LAURO DE FREITAS	0002088347	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
BA	291920	LAURO DE FREITAS	0002088355	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
BA	291920	LAURO DE FREITAS	0002088363	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
BA	291920	LAURO DE FREITAS	0002088371	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
BA	291920	LAURO DE FREITAS	0002088401	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
BA	291920	LAURO DE FREITAS	0002088428	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
BA	291920	LAURO DE FREITAS	0002088436	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
BA	291920	LAURO DE FREITAS	0002088444	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
BA	291920	LAURO DE FREITAS	0002088452	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
BA	291920	LAURO DE FREITAS	0002088460	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
BA	291920	LAURO DE FREITAS	0002088479	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
BA	291920	LAURO DE FREITAS	0002088487	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
BA	291930	LENÇÓIS	0001839780	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
BA	291930	LENÇÓIS	0001839713	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
BA	291930	LENÇÓIS	0001838326	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
BA	291930	LENÇÓIS	0001841335	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
BA	291990	MACURURÉ	0001968580	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
BA	291990	MACURURÉ	0001968505	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
BA	291990	MACURURÉ	0001934244	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
BA	292030	MALHADA DE PEDRAS	0001898302	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
BA	292030	MALHADA DE PEDRAS	0001898345	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
BA	292110	MEDEIROS NETO	0001773143	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
BA	292110	MEDEIROS NETO	0001773208	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
BA	292110	MEDEIROS NETO	0001773194	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
BA	292110	MEDEIROS NETO	0001773186	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
BA	292110	MEDEIROS NETO	0001773178	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
BA	292110	MEDEIROS NETO	0001773151	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
BA	292110	MEDEIROS NETO	0001773224	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
BA	292120	MIGUEL CALMON	0001982729	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
BA	292275	NOVA IBIÁ	0002013118	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
BA	292275	NOVA IBIÁ	0002013134	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
BA	292275	NOVA IBIÁ	0002013126	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
BA	292480	PIRITIBA	0001723235	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
BA	292620	RIACHÃO DAS NEVES	0001779176	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
BA	292620	RIACHÃO DAS NEVES	0001780069	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
BA	292620	RIACHÃO DAS NEVES	0001780654	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
BA	292620	RIACHÃO DAS NEVES	0001782169	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
BA	292620	RIACHÃO DAS NEVES	0001783416	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
BA	292620	RIACHÃO DAS NEVES	0001784579	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
BA	292620	RIACHÃO DAS NEVES	0001785435	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
BA	292620	RIACHÃO DAS NEVES	0001785877	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
BA	292650	RIBEIRA DO AMPARO	0001782088	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
BA	292650	RIBEIRA DO AMPARO	0001782258	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
BA	292650	RIBEIRA DO AMPARO	0001782452	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
BA	292650	RIBEIRA DO AMPARO	0001782509	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
BA	292650	RIBEIRA DO AMPARO	0001782568	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
BA	292740	SALVADOR	0002070030	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
BA	292740	SALVADOR	0002070049	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
BA	292740	SALVADOR	0002070057	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
BA	292740	SALVADOR	0002070073	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
BA	292740	SALVADOR	0002068753	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
BA	292740	SALVADOR	0002068788	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
BA	292740	SALVADOR	0002068842	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
BA	292740	SALVADOR	0002068869	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
BA	292740	SALVADOR	0002068885	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
BA	292740	SALVADOR	0002068893	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
BA	292740	SALVADOR	0002068915	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
BA	292740	SALVADOR	0002068923	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
BA	292740	SALVADOR	0002068931	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
BA	292740	SALVADOR	0002068958	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
BA	292740	SALVADOR	0002068966	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
BA	292740	SALVADOR	0002068982	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
BA	292740	SALVADOR	0002068990	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
BA	292740	SALVADOR	0002069008	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
BA	292740	SALVADOR	0002069016	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
BA	292740	SALVADOR	0002069024	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
BA	292740	SALVADOR	0002069032	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
BA	292740	SALVADOR	0002069040	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
BA	292740	SALVADOR	0002069067	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
BA	292740	SALVADOR	0002069113	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
BA	292740	SALVADOR	0002069164	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
BA	292740	SALVADOR	0002069172	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
BA	292740	SALVADOR	0002069199	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
BA	292740	SALVADOR	0002069202	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
BA	292740	SALVADOR	0002069210	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
BA	292740	SALVADOR	0002069229	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
BA	292740	SALVADOR	0002069237	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
BA	292740	SALVADOR	0002069245	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
BA	292740	SALVADOR	0002069253	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
BA	292740	SALVADOR	0002069261	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
BA	292740	SALVADOR	0002069288	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
BA	292740	SALVADOR	0002069318	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
BA	292740	SALVADOR	0002069326	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
BA	292740	SALVADOR	0002069334	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
BA	292740	SALVADOR	0002069385	Equipe de Saúde Bucal 40 horas

BA	292740	SALVADOR	0002069393	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
BA	292740	SALVADOR	0002069415	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
BA	292740	SALVADOR	0002069431	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
BA	292740	SALVADOR	0002069458	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
BA	292740	SALVADOR	0002069504	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
BA	292740	SALVADOR	0002069520	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
BA	292740	SALVADOR	0002069563	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
BA	292740	SALVADOR	0002069598	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
BA	292740	SALVADOR	0002069652	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
BA	292740	SALVADOR	0002069695	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
BA	292740	SALVADOR	0002069717	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
BA	292740	SALVADOR	0002069725	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
BA	292740	SALVADOR	0002069741	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
BA	292740	SALVADOR	0002069776	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
BA	292740	SALVADOR	0002069784	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
BA	292740	SALVADOR	0002069792	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
BA	292740	SALVADOR	0002069806	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
BA	292740	SALVADOR	0002069830	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
BA	292740	SALVADOR	0002069857	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
BA	292740	SALVADOR	0002069865	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
BA	292740	SALVADOR	0002069873	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
BA	292740	SALVADOR	0002069881	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
BA	292740	SALVADOR	0002069903	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
BA	292740	SALVADOR	0002069911	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
BA	292740	SALVADOR	0002069938	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
BA	292740	SALVADOR	0002069946	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
BA	292740	SALVADOR	0002069962	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
BA	292740	SALVADOR	0002069997	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
BA	292740	SALVADOR	0002070014	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
BA	292740	SALVADOR	0002067072	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
BA	292740	SALVADOR	0002067080	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
BA	292740	SALVADOR	0002067099	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
BA	292740	SALVADOR	0002067102	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
BA	292740	SALVADOR	0002067145	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
BA	292740	SALVADOR	0002067153	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
BA	292740	SALVADOR	0002067188	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
BA	292740	SALVADOR	0002067218	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
BA	292740	SALVADOR	0002067226	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
BA	292740	SALVADOR	0002067242	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
BA	292740	SALVADOR	0002067277	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
BA	292740	SALVADOR	0002067285	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
BA	292740	SALVADOR	0002067528	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
BA	292740	SALVADOR	0002067587	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
BA	292740	SALVADOR	0002067595	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
BA	292740	SALVADOR	0002067609	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
BA	292740	SALVADOR	0002067617	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
BA	292740	SALVADOR	0002067625	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
BA	292740	SALVADOR	0002067641	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
BA	292740	SALVADOR	0002067692	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
BA	292740	SALVADOR	0002067714	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
BA	292740	SALVADOR	0002067722	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
BA	292740	SALVADOR	0002067765	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
BA	292740	SALVADOR	0002067811	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
BA	292740	SALVADOR	0002067838	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
BA	292740	SALVADOR	0002067846	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
BA	292740	SALVADOR	0002067854	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
BA	292740	SALVADOR	0002067862	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
BA	292740	SALVADOR	0002067870	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
BA	292740	SALVADOR	0002067889	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
BA	292740	SALVADOR	0002067897	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
BA	292740	SALVADOR	0002067900	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
BA	292740	SALVADOR	0002067919	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
BA	292740	SALVADOR	0002067943	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
BA	292740	SALVADOR	0002067951	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
BA	292740	SALVADOR	0002067978	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
BA	292740	SALVADOR	0002067994	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
BA	292740	SALVADOR	0002068028	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
BA	292740	SALVADOR	0002068036	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
BA	292740	SALVADOR	0002068044	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
BA	292740	SALVADOR	0002068052	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
BA	292740	SALVADOR	0002068060	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
BA	292740	SALVADOR	0002068079	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
BA	292740	SALVADOR	0002068087	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
BA	292740	SALVADOR	0002068095	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
BA	292740	SALVADOR	0002068109	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
BA	292740	SALVADOR	0002068117	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
BA	292740	SALVADOR	0002068125	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
BA	292740	SALVADOR	0002068133	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
BA	292740	SALVADOR	0002068176	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
BA	292740	SALVADOR	0002068184	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
BA	292740	SALVADOR	0002068249	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
BA	292740	SALVADOR	0002068303	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
BA	292740	SALVADOR	0002068346	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
BA	292740	SALVADOR	0002068354	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
BA	292740	SALVADOR	0002068397	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
BA	292740	SALVADOR	0002068427	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
BA	292740	SALVADOR	0002068435	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
BA	292740	SALVADOR	0002068443	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
BA	292740	SALVADOR	0002068567	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
BA	292740	SALVADOR	0002068583	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
BA	292740	SALVADOR	0002068613	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
BA	292740	SALVADOR	0002068656	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
BA	292740	SALVADOR	0002068680	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
BA	292740	SALVADOR	0002065541	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
BA	292740	SALVADOR	0002065568	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
BA	292740	SALVADOR	0002065576	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
BA	292740	SALVADOR	0002065584	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
BA	292740	SALVADOR	0002065622	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
BA	292740	SALVADOR	0002065630	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
BA	292740	SALVADOR	0002065649	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
BA	292740	SALVADOR	0002065657	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
BA	292740	SALVADOR	0002065665	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
BA	292740	SALVADOR	0002065673	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
BA	292740	SALVADOR	0002065681	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
BA	292740	SALVADOR	0002065703	Equipe de Saúde Bucal 40 horas

BA	292740	SALVADOR	0002065711	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
BA	292740	SALVADOR	0002065738	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
BA	292740	SALVADOR	0002065746	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
BA	292740	SALVADOR	0002065754	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
BA	292740	SALVADOR	0002065762	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
BA	292740	SALVADOR	0002065770	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
BA	292740	SALVADOR	0002065789	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
BA	292740	SALVADOR	0002065797	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
BA	292740	SALVADOR	0002065800	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
BA	292740	SALVADOR	0002065819	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
BA	292740	SALVADOR	0002065827	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
BA	292740	SALVADOR	0002065835	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
BA	292740	SALVADOR	0002065843	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
BA	292740	SALVADOR	0002065851	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
BA	292740	SALVADOR	0002065878	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
BA	292740	SALVADOR	0002065886	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
BA	292740	SALVADOR	0002065894	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
BA	292740	SALVADOR	0002065908	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
BA	292740	SALVADOR	0002065916	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
BA	292740	SALVADOR	0002065924	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
BA	292740	SALVADOR	0002065932	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
BA	292740	SALVADOR	0002065940	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
BA	292740	SALVADOR	0002065959	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
BA	292740	SALVADOR	0002065975	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
BA	292740	SALVADOR	0002065983	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
BA	292740	SALVADOR	0002065991	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
BA	292740	SALVADOR	0002066009	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
BA	292740	SALVADOR	0002066017	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
BA	292740	SALVADOR	0002066025	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
BA	292740	SALVADOR	0002066033	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
BA	292740	SALVADOR	0002066041	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
BA	292740	SALVADOR	0002066068	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
BA	292740	SALVADOR	0002066076	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
BA	292740	SALVADOR	0002066394	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
BA	292740	SALVADOR	0002066467	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
BA	292740	SALVADOR	0002066556	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
BA	292740	SALVADOR	0002066580	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
BA	292740	SALVADOR	0002066637	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
BA	292740	SALVADOR	0002066777	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
BA	292740	SALVADOR	0002066793	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
BA	292740	SALVADOR	0002066815	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
BA	292740	SALVADOR	0002066823	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
BA	292740	SALVADOR	0002066831	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
BA	292740	SALVADOR	0002066866	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
BA	292740	SALVADOR	0002066874	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
BA	292740	SALVADOR	0002066882	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
BA	292740	SALVADOR	0002066920	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
BA	292740	SALVADOR	0002066939	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
BA	292740	SALVADOR	0002066963	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
BA	292740	SALVADOR	0002066998	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
BA	292740	SALVADOR	0002067021	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
BA	292740	SALVADOR	0002067064	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
BA	292740	SALVADOR	0002059371	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
BA	292740	SALVADOR	0002059509	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
BA	292740	SALVADOR	0002059592	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
BA	292740	SALVADOR	0002059606	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
BA	292740	SALVADOR	0002059762	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
BA	292740	SALVADOR	0002059878	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
BA	292740	SALVADOR	0002060019	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
BA	292740	SALVADOR	0002060418	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
BA	292740	SALVADOR	0002060442	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
BA	292740	SALVADOR	0002060485	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
BA	292740	SALVADOR	0002060531	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
BA	292740	SALVADOR	0002060698	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
BA	292740	SALVADOR	0002060752	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
BA	292740	SALVADOR	0002060787	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
BA	292740	SALVADOR	0002060876	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
BA	292740	SALVADOR	0002060914	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
BA	292740	SALVADOR	0002061023	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
BA	292740	SALVADOR	0002061066	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
BA	292740	SALVADOR	0002061104	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
BA	292740	SALVADOR	0002061228	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
BA	292740	SALVADOR	0002061260	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
BA	292740	SALVADOR	0002061287	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
BA	292740	SALVADOR	0002061570	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
BA	292740	SALVADOR	0002061686	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
BA	292740	SALVADOR	0002065002	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
BA	292740	SALVADOR	0002065142	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
BA	292740	SALVADOR	0002065258	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
BA	292740	SALVADOR	0002065266	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
BA	292740	SALVADOR	0002065274	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
BA	292740	SALVADOR	0002065304	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
BA	292740	SALVADOR	0002065312	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
BA	292740	SALVADOR	0002065371	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
BA	292740	SALVADOR	0002065401	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
BA	292740	SALVADOR	0002065436	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
BA	292740	SALVADOR	0002065460	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
BA	292740	SALVADOR	0002065487	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
BA	292740	SALVADOR	0002065495	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
BA	292740	SALVADOR	0002065509	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
BA	292740	SALVADOR	0002065517	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
BA	292740	SALVADOR	0002065525	Equipe de Saúde Bucal 40 horas

BA	292805	SANTA LUZIA	0001970674	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
BA	292805	SANTA LUZIA	0001970925	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
BA	292805	SANTA LUZIA	0002068761	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
BA	292880	SANTO ESTÊVÃO	0002066688	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
BA	292880	SANTO ESTÊVÃO	0002066726	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
BA	292880	SANTO ESTÊVÃO	0002066734	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
BA	292880	SANTO ESTÊVÃO	0002066742	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
BA	292880	SANTO ESTÊVÃO	0002066750	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
BA	292880	SANTO ESTÊVÃO	0002084791	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
BA	292930	SÃO GONÇALO DOS CAMPOS	0001870017	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
BA	292980	SAÚDE	0002063719	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
BA	292980	SAÚDE	0002083086	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
BA	292980	SAÚDE	0002083116	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
BA	292980	SAÚDE	0002083108	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
BA	293076	SÍTIO DO QUINTO	0001849425	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
BA	293076	SÍTIO DO QUINTO	0001849476	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
BA	293076	SÍTIO DO QUINTO	0001849522	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
BA	293090	TABOCAS DO BREJO VELHO	0002083159	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
BA	293090	TABOCAS DO BREJO VELHO	0002083817	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
BA	293090	TABOCAS DO BREJO VELHO	0002083981	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
BA	293220	UBAITABA	0002033100	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
BA	293220	UBAITABA	0002033739	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
BA	293220	UBAITABA	0002033720	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
BA	293340	WAGNER	0002083922	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
CE	230015	ACARAPE	0002073927	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
CE	230015	ACARAPE	0002073919	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
CE	230015	ACARAPE	0002073900	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
CE	230015	ACARAPE	0002073889	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
CE	230015	ACARAPE	0002073870	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
CE	230015	ACARAPE	0002073862	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
CE	230015	ACARAPE	0002073773	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
CE	230100	AQUIRAZ	0001986643	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
CE	230100	AQUIRAZ	0001779893	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
CE	230100	AQUIRAZ	0001779931	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
CE	230100	AQUIRAZ	0001779958	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
CE	230100	AQUIRAZ	0001779974	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
CE	230100	AQUIRAZ	0001779982	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
CE	230100	AQUIRAZ	0001780050	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
CE	230100	AQUIRAZ	0001780085	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
CE	230100	AQUIRAZ	0001780093	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
CE	230100	AQUIRAZ	0001780158	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
CE	230100	AQUIRAZ	0001780174	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
CE	230100	AQUIRAZ	0001780212	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
CE	230100	AQUIRAZ	0001780239	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
CE	230100	AQUIRAZ	0001784838	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
CE	230100	AQUIRAZ	0001779869	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
CE	230100	AQUIRAZ	0001779842	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
CE	230100	AQUIRAZ	0001779834	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
CE	230100	AQUIRAZ	0001779826	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
CE	230100	AQUIRAZ	0001779818	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
CE	230100	AQUIRAZ	0001779788	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
CE	230100	AQUIRAZ	0001779710	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
CE	230100	AQUIRAZ	0001779877	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
CE	230110	ARACATI	0001839160	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
CE	230110	ARACATI	0001839918	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
CE	230110	ARACATI	0001992813	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
CE	230110	ARACATI	0001992740	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
CE	230110	ARACATI	0001992538	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
CE	230110	ARACATI	0001992406	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
CE	230110	ARACATI	0001989820	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
CE	230110	ARACATI	0001989332	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
CE	230110	ARACATI	0001953893	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
CE	230110	ARACATI	0001906100	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
CE	230110	ARACATI	0001905066	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
CE	230110	ARACATI	0001902148	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
CE	230110	ARACATI	0001840789	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
CE	230195	BARREIRA	0001870262	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
CE	230340	CARNAUBAL	0001847082	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
CE	230340	CARNAUBAL	0001721852	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
CE	230340	CARNAUBAL	0001847198	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
CE	230340	CARNAUBAL	0001847430	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
CE	230426	DEPUTADO IRAPUAN PINHEIRO	0001949853	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
CE	230426	DEPUTADO IRAPUAN PINHEIRO	0001948288	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
CE	230426	DEPUTADO IRAPUAN PINHEIRO	0001935631	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
CE	230426	DEPUTADO IRAPUAN PINHEIRO	0001950169	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
CE	230426	DEPUTADO IRAPUAN PINHEIRO	0001950312	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
CE	230445	FORTIM	0001838164	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
CE	230445	FORTIM	0001838113	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
CE	230445	FORTIM	0001838067	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
CE	230445	FORTIM	0001837990	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
CE	230445	FORTIM	0001837958	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
CE	230445	FORTIM	0001837893	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
CE	230445	FORTIM	0001837923	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
CE	230500	GUARACIABA DO NORTE	0002083019	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
CE	230655	ITAREMA	0001794248	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
CE	230655	ITAREMA	0001793950	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
CE	230820	MERUOCA	0002088266	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
CE	230820	MERUOCA	0002089505	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
CE	230830	MILAGRES	0001808303	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
CE	230840	MISSÃO VELHA	0001899333	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
CE	230840	MISSÃO VELHA	0001899112	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
CE	230840	MISSÃO VELHA	0001899619	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
CE	230840	MISSÃO VELHA	0001899481	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
CE	230840	MISSÃO VELHA	0002053713	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
CE	230840	MISSÃO VELHA	0001900439	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
CE	230840	MISSÃO VELHA	0001899678	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
CE	230840	MISSÃO VELHA	0001899759	Equipe de Saúde Bucal 40 horas

CE	230840	MISSÃO VELHA	0001899813	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
CE	230840	MISSÃO VELHA	0001900048	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
CE	230840	MISSÃO VELHA	0001900102	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
CE	230840	MISSÃO VELHA	0001900269	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
CE	230840	MISSÃO VELHA	0001900390	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
CE	230850	MOMBAÇA	0001813463	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
CE	230930	NOVA RUSSAS	0001906712	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
CE	230930	NOVA RUSSAS	0001930796	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
CE	230950	ORÓS	0002095203	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
CE	230950	ORÓS	0002094746	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
CE	230950	ORÓS	0002094681	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
CE	230950	ORÓS	0002094630	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
CE	230950	ORÓS	0002094614	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
CE	230950	ORÓS	0002095238	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
CE	230950	ORÓS	0002095319	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
CE	230950	ORÓS	0002095297	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
CE	231195	SALITRE	0002091704	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
CE	231195	SALITRE	0002097885	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
CE	231195	SALITRE	0002097893	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
CE	231195	SALITRE	0002097907	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
CE	231195	SALITRE	0002097915	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
CE	231195	SALITRE	0002097931	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
CE	231195	SALITRE	0002097923	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
CE	231360	UBAJARA	0001713299	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
CE	231360	UBAJARA	0001713272	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
CE	231360	UBAJARA	0001812602	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
CE	231370	UMARI	0002076004	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
CE	231370	UMARI	0002076039	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
CE	231370	UMARI	0002076020	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
CE	231410	VIÇOSA DO CEARÁ	0002052776	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
CE	231410	VIÇOSA DO CEARÁ	0002074710	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
CE	231410	VIÇOSA DO CEARÁ	0002074729	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
CE	231410	VIÇOSA DO CEARÁ	0002074788	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
CE	231410	VIÇOSA DO CEARÁ	0002074818	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
CE	231410	VIÇOSA DO CEARÁ	0002074842	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
CE	231410	VIÇOSA DO CEARÁ	0002074869	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
CE	231410	VIÇOSA DO CEARÁ	0002074907	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
DF	530010	BRASÍLIA	0002063077	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
DF	530010	BRASÍLIA	0002063069	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
DF	530010	BRASÍLIA	0002062550	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
DF	530010	BRASÍLIA	0002062569	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
DF	530010	BRASÍLIA	0002062585	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
DF	530010	BRASÍLIA	0002062593	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
DF	530010	BRASÍLIA	0002062607	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
DF	530010	BRASÍLIA	0002062623	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
DF	530010	BRASÍLIA	0002062658	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
DF	530010	BRASÍLIA	0002062712	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
DF	530010	BRASÍLIA	0002062720	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
DF	530010	BRASÍLIA	0002062828	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
DF	530010	BRASÍLIA	0002062836	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
DF	530010	BRASÍLIA	0002062844	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
DF	530010	BRASÍLIA	0002062852	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
DF	530010	BRASÍLIA	0002062860	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
DF	530010	BRASÍLIA	0002062887	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
DF	530010	BRASÍLIA	0002062895	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
DF	530010	BRASÍLIA	0002062909	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
DF	530010	BRASÍLIA	0002062917	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
DF	530010	BRASÍLIA	0002062925	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
DF	530010	BRASÍLIA	0002062933	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
DF	530010	BRASÍLIA	0002062941	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
DF	530010	BRASÍLIA	0002062984	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
DF	530010	BRASÍLIA	0002062992	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
DF	530010	BRASÍLIA	0002063026	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
DF	530010	BRASÍLIA	0002063050	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
DF	530010	BRASÍLIA	0002063085	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
ES	320010	AFONSO CLÁUDIO	0002066483	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
ES	320010	AFONSO CLÁUDIO	0002066459	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
ES	320010	AFONSO CLÁUDIO	0002066416	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
ES	320010	AFONSO CLÁUDIO	0002066491	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
ES	320010	AFONSO CLÁUDIO	0002066661	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
ES	320010	AFONSO CLÁUDIO	0002066521	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
ES	320010	AFONSO CLÁUDIO	0002066548	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
ES	320010	AFONSO CLÁUDIO	0002066572	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
ES	320010	AFONSO CLÁUDIO	0002066645	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
ES	320010	AFONSO CLÁUDIO	0002066513	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
ES	320080	BAIXO GUANDU	0002085259	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
ES	320080	BAIXO GUANDU	0002085542	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
ES	320080	BAIXO GUANDU	0002085631	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
ES	320080	BAIXO GUANDU	0002085623	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
ES	320080	BAIXO GUANDU	0002085615	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
ES	320080	BAIXO GUANDU	0002085607	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
ES	320080	BAIXO GUANDU	0002085550	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
ES	320080	BAIXO GUANDU	0002085569	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
ES	320080	BAIXO GUANDU	0002085577	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
ES	320100	BOA ESPERANÇA	0001923420	Equipe de Saúde Bucal 40 horas

ES	320130	CARIACICA	0002097958	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
ES	320130	CARIACICA	0001943987	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
ES	320130	CARIACICA	0001942700	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
ES	320130	CARIACICA	0002098067	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
ES	320190	DOMINGOS MARTINS	0001957910	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
ES	320190	DOMINGOS MARTINS	0001957899	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
ES	320190	DOMINGOS MARTINS	0001957864	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
ES	320190	DOMINGOS MARTINS	0001957937	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
ES	320190	DOMINGOS MARTINS	0001957961	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
ES	320190	DOMINGOS MARTINS	0001957945	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
ES	320255	IBITIRAMA	0002034409	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
ES	320255	IBITIRAMA	0002034352	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
ES	320255	IBITIRAMA	0002034336	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
ES	320260	ICONHA	0001957163	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
ES	320260	ICONHA	0001957228	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
ES	320260	ICONHA	0001957260	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
ES	320260	ICONHA	0001957317	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
ES	320260	ICONHA	0001957384	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
ES	320270	ITAGUAÇU	0002060167	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
ES	320270	ITAGUAÇU	0002060140	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
ES	320270	ITAGUAÇU	0002060132	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
ES	320270	ITAGUAÇU	0002041987	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
ES	320270	ITAGUAÇU	0002089955	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
ES	320332	MARATAÍZES	0002092743	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
ES	320332	MARATAÍZES	0002092751	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
ES	320400	PANCAS	0002091216	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
ES	320400	PANCAS	0002091763	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
ES	320400	PANCAS	0002092166	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
ES	320405	PEDRO CANÁRIO	0002056674	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
ES	320405	PEDRO CANÁRIO	0002056801	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
ES	320410	PINHEIROS	0001727826	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
ES	320410	PINHEIROS	0001727982	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
ES	320410	PINHEIROS	0001728180	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
ES	320410	PINHEIROS	0001728121	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
ES	320410	PINHEIROS	0001728326	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
ES	320455	SANTA MARIA DE JETIBÁ	0001814400	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
ES	320455	SANTA MARIA DE JETIBÁ	0001817612	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
ES	320455	SANTA MARIA DE JETIBÁ	0001818295	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
ES	320455	SANTA MARIA DE JETIBÁ	0001819097	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
ES	320455	SANTA MARIA DE JETIBÁ	0001823523	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
ES	320455	SANTA MARIA DE JETIBÁ	0001823760	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
ES	320455	SANTA MARIA DE JETIBÁ	0001823965	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
ES	320455	SANTA MARIA DE JETIBÁ	0001824333	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
ES	320455	SANTA MARIA DE JETIBÁ	0001824430	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
ES	320530	VITÓRIA	0001812041	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
ES	320530	VITÓRIA	0002085879	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
ES	320530	VITÓRIA	0001824805	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
ES	320530	VITÓRIA	0001825852	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
ES	320530	VITÓRIA	0001825925	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
ES	320530	VITÓRIA	0001826050	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
ES	320530	VITÓRIA	0001827669	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
ES	320530	VITÓRIA	0001828606	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
ES	320530	VITÓRIA	0001828703	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
ES	320530	VITÓRIA	0001828983	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
ES	320530	VITÓRIA	0001829254	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
ES	320530	VITÓRIA	0001875973	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
ES	320530	VITÓRIA	0001876023	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
ES	320530	VITÓRIA	0001879944	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
ES	320530	VITÓRIA	0001926098	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
ES	320530	VITÓRIA	0001926314	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
ES	320530	VITÓRIA	0001931911	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
ES	320530	VITÓRIA	0001932152	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
ES	320530	VITÓRIA	0001932241	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
ES	320530	VITÓRIA	0001972642	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
ES	320530	VITÓRIA	0001972715	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
ES	320530	VITÓRIA	0001983547	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
ES	320530	VITÓRIA	0001983776	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
ES	320530	VITÓRIA	0001986864	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
ES	320530	VITÓRIA	0001986910	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
ES	320530	VITÓRIA	0001988506	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
ES	320530	VITÓRIA	0001988719	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
ES	320530	VITÓRIA	0002060590	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
ES	320530	VITÓRIA	0002060663	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
ES	320530	VITÓRIA	0002082039	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
ES	320530	VITÓRIA	0002082055	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
ES	320530	VITÓRIA	0002084376	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
ES	320530	VITÓRIA	0002084406	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
ES	320530	VITÓRIA	0002084597	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
ES	320530	VITÓRIA	0002084635	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
ES	320530	VITÓRIA	0002084732	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
ES	320530	VITÓRIA	0002084805	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
ES	320530	VITÓRIA	0002084821	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
ES	320530	VITÓRIA	0002084848	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
ES	320530	VITÓRIA	0002085844	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
ES	320530	VITÓRIA	0002085852	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
ES	320530	VITÓRIA	0002085860	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
ES	320530	VITÓRIA	0001814265	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
GO	520020	ÁGUA LIMPA	0002083787	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
GO	520050	ALOÂNDIA	0002028611	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
GO	520235	ARENÓPOLIS	0001888382	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
GO	520235	ARENÓPOLIS	0002034700	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
GO	520310	BALIZA	0001972529	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
GO	520310	BALIZA	0001972537	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
GO	520330	BELA VISTA DE GOIÁS	0002064804	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
GO	520330	BELA VISTA DE GOIÁS	0002076381	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
GO	520330	BELA VISTA DE GOIÁS	0002094622	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
GO	520360	BRAZABRANTES	0001884050	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
GO	520390	BURITI ALEGRE	0001996665	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
GO	520390	BURITI ALEGRE	0002031612	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
GO	520410	CACHOEIRA ALTA	0001767321	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
GO	520410	CACHOEIRA ALTA	0001763873	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
GO	520725	DOVERLÂNDIA	0002062224	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
GO	520725	DOVERLÂNDIA	0002062216	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
GO	520740	EDÉIA	0002043777	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
GO	520740	EDÉIA	0002043750	Equipe de Saúde Bucal 40 horas

GO	520740	EDÉIA	0002043734	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
GO	520740	EDÉIA	0002043793	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
GO	520740	EDÉIA	0002011468	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
GO	520870	GOIÂNIA	0002082551	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
GO	520870	GOIÂNIA	0002082578	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
GO	520870	GOIÂNIA	0002082632	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
GO	520870	GOIÂNIA	0002082640	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
GO	520870	GOIÂNIA	0002083035	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
GO	520870	GOIÂNIA	0002083043	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
GO	520870	GOIÂNIA	0002083051	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
GO	520870	GOIÂNIA	0002083094	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
GO	520870	GOIÂNIA	0002083124	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
GO	520870	GOIÂNIA	0002083132	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
GO	520870	GOIÂNIA	0002083965	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
GO	520870	GOIÂNIA	0002084015	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
GO	520870	GOIÂNIA	0002084023	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
GO	520870	GOIÂNIA	0002084082	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
GO	520870	GOIÂNIA	0002084104	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
GO	520870	GOIÂNIA	0002084139	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
GO	520870	GOIÂNIA	0002084228	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
GO	520870	GOIÂNIA	0002084244	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
GO	520870	GOIÂNIA	0002084260	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
GO	520870	GOIÂNIA	0002084287	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
GO	520870	GOIÂNIA	0002084309	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
GO	520870	GOIÂNIA	0002084317	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
GO	520870	GOIÂNIA	0002084333	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
GO	520870	GOIÂNIA	0002084368	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
GO	520870	GOIÂNIA	0002084422	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
GO	520870	GOIÂNIA	0002084430	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
GO	520870	GOIÂNIA	0002084481	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
GO	520870	GOIÂNIA	0002084554	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
GO	520870	GOIÂNIA	0002084589	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
GO	520870	GOIÂNIA	0002085186	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
GO	520870	GOIÂNIA	0002085240	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
GO	520870	GOIÂNIA	0002085275	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
GO	520870	GOIÂNIA	0002085313	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
GO	520870	GOIÂNIA	0002085356	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
GO	520870	GOIÂNIA	0002085402	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
GO	520870	GOIÂNIA	0002085437	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
GO	520870	GOIÂNIA	0002085453	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
GO	520870	GOIÂNIA	0002085488	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
GO	520870	GOIÂNIA	0002085496	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
GO	520870	GOIÂNIA	0002072424	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
GO	520870	GOIÂNIA	0002072432	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
GO	520870	GOIÂNIA	0002072483	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
GO	520870	GOIÂNIA	0002072556	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
GO	520870	GOIÂNIA	0002072572	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
GO	520870	GOIÂNIA	0002072580	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
GO	520870	GOIÂNIA	0002072599	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
GO	520870	GOIÂNIA	0002072629	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
GO	520870	GOIÂNIA	0002074257	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
GO	520870	GOIÂNIA	0002074281	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
GO	520870	GOIÂNIA	0002074303	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
GO	520870	GOIÂNIA	0002074311	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
GO	520870	GOIÂNIA	0002074346	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
GO	520870	GOIÂNIA	0002074389	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
GO	520870	GOIÂNIA	0002074397	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
GO	520870	GOIÂNIA	0002074427	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
GO	520870	GOIÂNIA	0002074443	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
GO	520870	GOIÂNIA	0002074494	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
GO	520870	GOIÂNIA	0002074508	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
GO	520870	GOIÂNIA	0002074516	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
GO	520870	GOIÂNIA	0002074664	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
GO	520870	GOIÂNIA	0002074672	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
GO	520870	GOIÂNIA	0002074753	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
GO	520870	GOIÂNIA	0002074761	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
GO	520870	GOIÂNIA	0002074796	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
GO	520870	GOIÂNIA	0002074834	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
GO	520870	GOIÂNIA	0002074850	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
GO	520870	GOIÂNIA	0002074893	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
GO	520870	GOIÂNIA	0002080648	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
GO	520870	GOIÂNIA	0002080664	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
GO	520870	GOIÂNIA	0002080672	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
GO	520870	GOIÂNIA	0002080699	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
GO	520870	GOIÂNIA	0002080745	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
GO	520870	GOIÂNIA	0002080877	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
GO	520870	GOIÂNIA	0002080915	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
GO	520870	GOIÂNIA	0002081016	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
GO	520870	GOIÂNIA	0002081040	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
GO	520870	GOIÂNIA	0002081172	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
GO	520870	GOIÂNIA	0002081245	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
GO	520870	GOIÂNIA	0002082497	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
GO	520870	GOIÂNIA	0002082500	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
GO	520870	GOIÂNIA	0002082527	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
GO	520870	GOIÂNIA	0002082535	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
GO	520915	GOUVELÂNDIA	0001848089	Equipe de Saúde Bucal 40 horas

GO	520920	GUAPÓ	0001989243	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
GO	521040	ITABERAÍ	0002016443	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
GO	521040	ITABERAÍ	0002020912	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
GO	521040	ITABERAÍ	0002021099	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
GO	521040	ITABERAÍ	0002021129	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
GO	521040	ITABERAÍ	0002021137	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
GO	521040	ITABERAÍ	0002021145	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
GO	521060	ITAGUARU	0002051052	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
GO	521225	LAGOA SANTA	0002083760	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
GO	521260	MAIRIPOTABA	0002018152	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
GO	521280	MARA ROSA	0002015404	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
GO	521290	MARZAGÃO	0002082438	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
GO	521305	MIMOSO DE GOIÁS	0002058693	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
GO	521310	MINEIROS	0002095114	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
GO	521310	MINEIROS	0002095475	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
GO	521310	MINEIROS	0002095181	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
GO	521310	MINEIROS	0002095173	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
GO	521310	MINEIROS	0002095068	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
GO	521310	MINEIROS	0002095122	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
GO	521310	MINEIROS	0002095130	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
GO	521310	MINEIROS	0002095149	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
GO	521310	MINEIROS	0002095157	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
GO	521310	MINEIROS	0002095165	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
GO	521400	MOZARLÂNDIA	0001736221	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
GO	521400	MOZARLÂNDIA	0001736396	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
GO	521400	MOZARLÂNDIA	0001736469	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
GO	521400	MOZARLÂNDIA	0001736574	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
GO	521440	NAZÁRIO	0002022818	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
GO	521460	NIQUELÂNDIA	0001888897	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
GO	521486	NOVA GLÓRIA	0002069407	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
GO	521486	NOVA GLÓRIA	0002069423	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
GO	521540	OURO VERDE DE GOIÁS	0001819372	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
GO	521540	OURO VERDE DE GOIÁS	0001819208	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
GO	521720	PIRANHAS	0002085119	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
GO	521720	PIRANHAS	0002087510	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
GO	521720	PIRANHAS	0002087766	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
GO	521720	PIRANHAS	0002087928	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
GO	521810	PORTELÂNDIA	0001858254	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
GO	521830	POSSE	0002082209	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
GO	521880	RIO VERDE	0001834320	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
GO	521880	RIO VERDE	0001836854	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
GO	521880	RIO VERDE	0001837028	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
GO	521880	RIO VERDE	0001839527	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
GO	521880	RIO VERDE	0001843001	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
GO	521880	RIO VERDE	0001839861	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
GO	521880	RIO VERDE	0001840002	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
GO	521880	RIO VERDE	0001840282	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
GO	521880	RIO VERDE	0001840517	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
GO	521880	RIO VERDE	0001839772	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
GO	521910	SANTA BÁRBARA DE GOIÁS	0002064588	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
GO	521910	SANTA BÁRBARA DE GOIÁS	0002064480	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
GO	521973	SANTO ANTÔNIO DE GOIÁS	0002044390	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
GO	521990	SÃO FRANCISCO DE GOIÁS	0001912933	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
GO	521990	SÃO FRANCISCO DE GOIÁS	0001911457	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
GO	521990	SÃO FRANCISCO DE GOIÁS	0001910868	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
GO	522045	SENADOR CANEDO	0002073846	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
GO	522045	SENADOR CANEDO	0002073854	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
GO	522045	SENADOR CANEDO	0002073897	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
GO	522045	SENADOR CANEDO	0002074117	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
GO	522045	SENADOR CANEDO	0002074176	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
GO	522045	SENADOR CANEDO	0002074184	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
GO	522045	SENADOR CANEDO	0002074214	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
GO	522045	SENADOR CANEDO	0002074230	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
GO	522045	SENADOR CANEDO	0002074265	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
GO	522045	SENADOR CANEDO	0002073811	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
GO	522045	SENADOR CANEDO	0002074435	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
GO	522045	SENADOR CANEDO	0002073455	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
GO	522045	SENADOR CANEDO	0002073447	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
GO	522045	SENADOR CANEDO	0002054515	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
GO	522045	SENADOR CANEDO	0001961470	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
GO	522045	SENADOR CANEDO	0002073781	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
GO	522130	TRÊS RANCHOS	0001889710	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
GO	522205	VICENTINÓPOLIS	0002084708	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
GO	522205	VICENTINÓPOLIS	0002084783	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
GO	522205	VICENTINÓPOLIS	0002084767	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MA	210015	ÁGUA DOCE DO MARANHÃO	0001917277	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MA	210043	ALTO ALEGRE DO MARANHÃO	0002082519	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MA	210050	ALTO PARNAÍBA	0001903764	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MA	210050	ALTO PARNAÍBA	0001906445	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MA	210070	ANAJATUBA	0001854135	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MA	210070	ANAJATUBA	0001854186	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MA	210070	ANAJATUBA	0001854208	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MA	210110	AXIXÁ	0002074044	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MA	210110	AXIXÁ	0002074036	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MA	210110	AXIXÁ	0002074028	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MA	210110	AXIXÁ	0002074052	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MA	210110	AXIXÁ	0002074060	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MA	210200	BOM JARDIM	0001810545	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MA	210200	BOM JARDIM	0001810650	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MA	210200	BOM JARDIM	0001810669	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MA	210200	BOM JARDIM	0001810677	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MA	210220	BURITI	0002076365	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MA	210232	BURITICUPU	0001732358	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MA	210232	BURITICUPU	0001732501	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MA	210232	BURITICUPU	0001732587	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MA	210232	BURITICUPU	0001732617	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MA	210232	BURITICUPU	0001732625	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MA	210280	CAROLINA	0002076594	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MA	210280	CAROLINA	0002079712	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MA	210280	CAROLINA	0002079720	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MA	210280	CAROLINA	0002079739	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MA	210280	CAROLINA	0002079755	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MA	210280	CAROLINA	0002079771	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MA	210280	CAROLINA	0002079798	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MA	210280	CAROLINA	0002079801	Equipe de Saúde Bucal 40 horas

MA	210312	CENTRAL DO MARANHÃO	0002078228	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MA	210312	CENTRAL DO MARANHÃO	0002078244	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MA	210312	CENTRAL DO MARANHÃO	0002078236	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MA	210315	CENTRO DO GUILHERME	0002045214	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MA	210500	HUMBERTO DE CAMPOS	0002073188	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MA	210500	HUMBERTO DE CAMPOS	0002073161	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MA	210500	HUMBERTO DE CAMPOS	0002073153	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MA	210500	HUMBERTO DE CAMPOS	0002073129	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MA	210500	HUMBERTO DE CAMPOS	0002073196	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MA	210500	HUMBERTO DE CAMPOS	0002073110	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MA	210620	LUÍS DOMINGUES	0002076462	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MA	210620	LUÍS DOMINGUES	0002076527	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MA	210620	LUÍS DOMINGUES	0002076551	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MA	210660	MATÕES	0002089831	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MA	210660	MATÕES	0002089904	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MA	210700	MONTES ALTOS	0002069679	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MA	210700	MONTES ALTOS	0002069709	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MA	210700	MONTES ALTOS	0002069733	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MA	210710	MORROS	0001890026	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MA	210710	MORROS	0001890557	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MA	210710	MORROS	0001892223	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MA	210710	MORROS	0001894781	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MA	210710	MORROS	0001897845	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MA	210880	PIRAPEMAS	0001736922	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MA	210900	PORTO FRANCO	0002091046	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MA	210900	PORTO FRANCO	0002091291	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MA	210900	PORTO FRANCO	0002091194	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MA	210900	PORTO FRANCO	0002091186	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MA	210900	PORTO FRANCO	0002091178	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MA	210900	PORTO FRANCO	0002091119	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MA	210905	PORTO RICO DO MARANHÃO	0001732706	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MA	210920	PRESIDENTE JUSCELINO	0000056243	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MA	210920	PRESIDENTE JUSCELINO	0000056294	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MA	210920	PRESIDENTE JUSCELINO	0000056324	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MA	210920	PRESIDENTE JUSCELINO	0000056367	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MA	210920	PRESIDENTE JUSCELINO	0002085518	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MA	210927	PRESIDENTE SARNEY	0002093847	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MA	210945	RAPOSA	0001837850	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MA	211070	SÃO DOMINGOS DO MARANHÃO	0002097982	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MA	211070	SÃO DOMINGOS DO MARANHÃO	0002097990	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MA	211070	SÃO DOMINGOS DO MARANHÃO	0002098059	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MA	211070	SÃO DOMINGOS DO MARANHÃO	0002098032	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MA	211070	SÃO DOMINGOS DO MARANHÃO	0002098024	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MA	211070	SÃO DOMINGOS DO MARANHÃO	0002098008	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MA	211102	SÃO JOÃO DO CARÚ	0001748505	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MA	211130	SÃO LUÍS	0002072394	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MA	211153	SÃO PEDRO DA ÁGUA BRANCA	0001811983	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MA	211153	SÃO PEDRO DA ÁGUA BRANCA	0001811959	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MA	211170	SÃO VICENTE FERRER	0001875035	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MG	310090	ÁGUAS FORMOSAS	0001990799	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MG	310160	ALFENAS	0002073013	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MG	310160	ALFENAS	0002072998	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MG	310160	ALFENAS	0002072963	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MG	310160	ALFENAS	0002073080	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MG	310160	ALFENAS	0002073099	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MG	310160	ALFENAS	0002073269	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MG	310160	ALFENAS	0002073285	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MG	310160	ALFENAS	0002073056	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MG	310200	ALTEROSA	0002077930	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MG	310200	ALTEROSA	0002077892	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MG	310200	ALTEROSA	0002077914	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MG	310205	ALTO CAPARAÓ	0002044889	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MG	310210	ALTO RIO DOCE	0002079240	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MG	310250	AMPARO DO SERRA	0002055872	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MG	310250	AMPARO DO SERRA	0002055848	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MG	310420	ARCOS	0002086417	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MG	310420	ARCOS	0002086409	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MG	310420	ARCOS	0002086387	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MG	310420	ARCOS	0002086360	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MG	310420	ARCOS	0002086395	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MG	310680	BIAS FORTES	0002082861	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MG	310700	BIQUINHAS	0001767895	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MG	310740	BOM DESPACHO	0001868675	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MG	310740	BOM DESPACHO	0001868659	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MG	310740	BOM DESPACHO	0001868624	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MG	310740	BOM DESPACHO	0001868608	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MG	310740	BOM DESPACHO	0001868594	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MG	310740	BOM DESPACHO	0001868578	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MG	310740	BOM DESPACHO	0001868535	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MG	310740	BOM DESPACHO	0001868519	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MG	310740	BOM DESPACHO	0001868497	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MG	310740	BOM DESPACHO	0001868470	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MG	310740	BOM DESPACHO	0001868446	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MG	310740	BOM DESPACHO	0001868373	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MG	310740	BOM DESPACHO	0001868349	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MG	310740	BOM DESPACHO	0001868306	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MG	310760	BOM JESUS DA PENHA	0001948342	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MG	310790	BOM REPOUSO	0002077051	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MG	310790	BOM REPOUSO	0002077043	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MG	310790	BOM REPOUSO	0002077027	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MG	310950	CABO VERDE	0002071622	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MG	310950	CABO VERDE	0002071681	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MG	311070	CAMBUQUIRA	0002065282	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MG	311070	CAMBUQUIRA	0002065347	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MG	311090	CAMPANHA	0001967517	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MG	311140	CAMPO FLORIDO	0001857940	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MG	311200	CANDEIAS	0001775634	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MG	311200	CANDEIAS	0001791524	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MG	311200	CANDEIAS	0001774093	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MG	311200	CANDEIAS	0001791850	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MG	311200	CANDEIAS	0001792229	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MG	311320	CARANDAÍ	0001844970	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MG	311320	CARANDAÍ	0002078821	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MG	311545	CATUJI	0002076047	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MG	311730	CONCEIÇÃO DAS ALAGOAS	0002011298	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MG	311730	CONCEIÇÃO DAS ALAGOAS	0002011360	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MG	311730	CONCEIÇÃO DAS ALAGOAS	0002012138	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MG	311730	CONCEIÇÃO DAS ALAGOAS	0002012146	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MG	311730	CONCEIÇÃO DAS ALAGOAS	0002012170	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MG	311730	CONCEIÇÃO DAS ALAGOAS	0002012200	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MG	311730	CONCEIÇÃO DAS ALAGOAS	0002012227	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MG	311730	CONCEIÇÃO DAS ALAGOAS	0002012235	Equipe de Saúde Bucal 40 horas

MG	311730	CONCEIÇÃO DAS ALAGOAS	0002012251	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MG	311790	CONGONHAL	0002075997	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MG	311890	CORDISBURGO	0002066653	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MG	311900	CORDISLÂNDIA	0002083876	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MG	311900	CORDISLÂNDIA	0002083884	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MG	312020	CRISTAIS	0001967452	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MG	312020	CRISTAIS	0001967819	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MG	312020	CRISTAIS	0001967614	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MG	312020	CRISTAIS	0001967703	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MG	312083	CUPARAQUE	0002063778	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MG	312083	CUPARAQUE	0002063786	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MG	312210	DIVINO DAS LARANJEIRAS	0002084252	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MG	312210	DIVINO DAS LARANJEIRAS	0002084341	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MG	312230	DIVINÓPOLIS	0002049651	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MG	312240	DIVISA NOVA	0002070650	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MG	312260	DOM JOAQUIM	0002067706	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MG	312270	DOM SILVÉRIO	0002053764	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MG	312270	DOM SILVÉRIO	0002053772	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MG	312340	DORESÓPOLIS	0001988530	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MG	312360	ELÓI MENDES	0002063980	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MG	312360	ELÓI MENDES	0002063999	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MG	312360	ELÓI MENDES	0002067110	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MG	312360	ELÓI MENDES	0002067129	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MG	312390	ENTRE RIOS DE MINAS	0001783947	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MG	312440	ESPÍRITO SANTO DO DOURADO	0002075172	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MG	312705	FRONTEIRA DOS VALES	0002086735	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MG	312705	FRONTEIRA DOS VALES	0002086794	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MG	312720	FUNILÂNDIA	0002089866	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MG	312800	GUANHÃES	0001851322	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MG	312800	GUANHÃES	0001851209	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MG	312800	GUANHÃES	0001862537	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MG	312800	GUANHÃES	0001862561	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MG	312800	GUANHÃES	0001851365	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MG	312800	GUANHÃES	0001851020	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MG	312800	GUANHÃES	0001850911	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MG	312810	GUAPÉ	0002070529	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MG	312810	GUAPÉ	0002070510	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MG	312810	GUAPÉ	0002070472	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MG	312830	GUARANÉSIA	0001947435	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MG	312830	GUARANÉSIA	0001947451	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MG	312830	GUARANÉSIA	0001947400	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MG	312830	GUARANÉSIA	0001936646	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MG	312830	GUARANÉSIA	0001855514	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MG	312830	GUARANÉSIA	0001947443	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MG	312890	GUIMARÂNIA	0001910582	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MG	312930	IAPU	0001796143	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MG	312965	IBIRACATU	0001723561	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MG	313030	IGUATAMA	0002081164	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MG	313030	IGUATAMA	0002081180	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MG	313030	IGUATAMA	0002081199	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MG	313030	IGUATAMA	0002081202	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MG	313055	IMBÉ DE MINAS	0001950339	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MG	313055	IMBÉ DE MINAS	0001950673	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MG	313055	IMBÉ DE MINAS	0001951114	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MG	313140	IPIAÇU	0001845535	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MG	313180	ITABIRINHA	0002054140	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MG	313250	ITAMARANDIBA	0001830996	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MG	313250	ITAMARANDIBA	0001831054	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MG	313430	ITUMIRIM	0002095815	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MG	313430	ITUMIRIM	0002097575	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MG	313570	JEQUITIBÁ	0002085917	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MG	313570	JEQUITIBÁ	0002085895	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MG	313610	JOANÉSIA	0002086352	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MG	313610	JOANÉSIA	0002086344	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MG	313650	JORDÂNIA	0002095882	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MG	313650	JORDÂNIA	0002095874	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MG	313650	JORDÂNIA	0002095858	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MG	313650	JORDÂNIA	0002095912	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MG	313650	JORDÂNIA	0002095831	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MG	313700	LADAINHA	0002082349	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MG	313700	LADAINHA	0002092050	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MG	313700	LADAINHA	0002092360	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MG	313760	LAGOA SANTA	0001933566	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MG	313920	MALACACHETA	0002077876	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MG	313920	MALACACHETA	0002078066	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MG	313920	MALACACHETA	0002078074	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MG	313920	MALACACHETA	0002078082	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MG	313920	MALACACHETA	0002078090	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MG	313920	MALACACHETA	0002078120	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MG	314015	MÁRIO CAMPOS	0002085720	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MG	314015	MÁRIO CAMPOS	0002086115	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MG	314080	MATIAS BARBOSA	0002024829	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MG	314080	MATIAS BARBOSA	0002024918	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MG	314180	MINAS NOVAS	0001888463	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MG	314180	MINAS NOVAS	0001888587	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MG	314180	MINAS NOVAS	0001888927	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MG	314180	MINAS NOVAS	0001888943	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MG	314180	MINAS NOVAS	0001889001	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MG	314180	MINAS NOVAS	0001889060	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MG	314210	MIRADOURO	0002073218	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MG	314210	MIRADOURO	0002073226	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MG	314210	MIRADOURO	0002073234	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MG	314210	MIRADOURO	0002073242	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MG	314310	MONTE CARMELO	0002063794	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MG	314310	MONTE CARMELO	0002064707	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MG	314310	MONTE CARMELO	0002090627	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MG	314310	MONTE CARMELO	0002090643	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MG	314435	NAQUE	0002090686	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MG	314550	OLÍMPIO NORONHA	0001911511	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MG	314670	PALMA	0001736698	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MG	314670	PALMA	0001736620	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MG	314670	PALMA	0001736779	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MG	314690	PAPAGAIOS	0002083396	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MG	314690	PAPAGAIOS	0002083361	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MG	314690	PAPAGAIOS	0002083418	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MG	314710	PARÁ DE MINAS	0001902911	Equipe de Saúde Bucal 40 horas

MG	314710	PARÁ DE MINAS	0002086700	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MG	314795	PATIS	0001853457	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MG	314830	PAULA CÂNDIDO	0002061333	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MG	314830	PAULA CÂNDIDO	0002061368	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MG	314980	PERDIZES	0002003392	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MG	314980	PERDIZES	0002003511	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MG	314995	PERIQUITO	0002084678	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MG	314995	PERIQUITO	0002084686	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MG	315070	PIRAJUBA	0001891553	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MG	315213	PONTO CHIQUE	0002080613	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MG	315213	PONTO CHIQUE	0002080702	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MG	315217	PONTO DOS VOLANTES	0002076543	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MG	315217	PONTO DOS VOLANTES	0002077183	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MG	315217	PONTO DOS VOLANTES	0002077191	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MG	315217	PONTO DOS VOLANTES	0002077205	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MG	315217	PONTO DOS VOLANTES	0002077221	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MG	315415	REDUTO	0002083345	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MG	315430	RESPLENDOR	0002064952	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MG	315430	RESPLENDOR	0002064944	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MG	315430	RESPLENDOR	0002064979	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MG	315660	RUBIM	0001890107	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MG	315660	RUBIM	0001890212	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MG	315660	RUBIM	0001890786	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MG	315760	SANTA FÉ DE MINAS	0002076470	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MG	315760	SANTA FÉ DE MINAS	0002094819	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MG	315790	SANTA MARGARIDA	0002076713	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MG	315790	SANTA MARGARIDA	0002076756	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MG	315790	SANTA MARGARIDA	0002076705	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MG	315790	SANTA MARGARIDA	0002076691	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MG	315790	SANTA MARGARIDA	0002076764	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MG	315800	SANTA MARIA DE ITABIRA	0001908472	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MG	315800	SANTA MARIA DE ITABIRA	0001908782	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MG	316030	SANTO ANTÔNIO DO JACINTO	0002085526	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MG	316030	SANTO ANTÔNIO DO JACINTO	0002085674	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MG	316030	SANTO ANTÔNIO DO JACINTO	0002085747	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MG	316030	SANTO ANTÔNIO DO JACINTO	0002085763	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MG	316045	SANTO ANTÔNIO DO RETIRO	0002087588	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MG	316045	SANTO ANTÔNIO DO RETIRO	0002087537	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MG	316045	SANTO ANTÔNIO DO RETIRO	0002087634	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MG	316220	SÃO JOÃO BATISTA DO GLÓRIA	0002085941	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MG	316220	SÃO JOÃO BATISTA DO GLÓRIA	0002086026	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MG	316410	SÃO PEDRO DO SUAÇUÍ	0002091550	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MG	316410	SÃO PEDRO DO SUAÇUÍ	0002091577	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MG	316540	SAPUCAÍ-MIRIM	0002042398	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MG	316570	SENADOR FIRMINO	0002066297	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MG	316580	SENADOR JOSÉ BENTO	0002091399	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MG	316640	SERITINGA	0002063107	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MG	316710	SERRO	0001948334	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MG	316710	SERRO	0001949527	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MG	316710	SERRO	0001949659	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MG	316710	SERRO	0001951084	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MG	316710	SERRO	0001951122	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MG	316710	SERRO	0001951165	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MG	316730	SILVEIRÂNIA	0001899724	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MG	316740	SILVIANÓPOLIS	0002048981	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MG	316840	TARUMIRIM	0002092581	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MG	316840	TARUMIRIM	0002092573	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MG	316840	TARUMIRIM	0002092638	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MG	316870	TIMÓTEO	0001780395	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MG	316930	TRÊS CORAÇÕES	0002092115	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MG	316930	TRÊS CORAÇÕES	0002095343	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MG	316930	TRÊS CORAÇÕES	0002095351	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MG	316930	TRÊS CORAÇÕES	0002095378	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MG	316930	TRÊS CORAÇÕES	0002095386	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MG	316930	TRÊS CORAÇÕES	0002095394	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MG	316930	TRÊS CORAÇÕES	0002095408	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MG	316930	TRÊS CORAÇÕES	0002091232	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MG	316930	TRÊS CORAÇÕES	0002089963	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MG	316930	TRÊS CORAÇÕES	0001870572	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MG	316930	TRÊS CORAÇÕES	0002091259	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MG	317050	URUCÂNIA	0002006103	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MG	317050	URUCÂNIA	0002006073	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MG	317070	VARGINHA	0002069539	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MG	317070	VARGINHA	0002069547	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MG	317070	VARGINHA	0002069555	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MG	317070	VARGINHA	0002069571	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MG	317070	VARGINHA	0002069601	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MG	317070	VARGINHA	0002069474	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MG	317070	VARGINHA	0002069490	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MG	317070	VARGINHA	0002069512	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MG	317080	VÁRZEA DA PALMA	0002008238	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MG	317170	VIRGÍNIA	0002072467	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MG	317210	VOLTA GRANDE	0002062275	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MS	500020	ÁGUA CLARA	0002029839	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MS	500090	ANTÔNIO JOÃO	0001846744	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MS	500270	CAMPO GRANDE	0002040530	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MS	500270	CAMPO GRANDE	0001912046	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MS	500270	CAMPO GRANDE	0001796178	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MS	500315	CORONEL SAPUCAIA	0002066378	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MS	500315	CORONEL SAPUCAIA	0002066343	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MS	500315	CORONEL SAPUCAIA	0002066327	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MS	500330	COXIM	0001862324	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MS	500330	COXIM	0001862243	Equipe de Saúde Bucal 40 horas

MS	500330	COXIM	0001862111	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MS	500330	COXIM	0001861948	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MS	500330	COXIM	0001858459	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MS	500330	COXIM	0001843109	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MS	500370	DOURADOS	0002052105	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MS	500380	FÁTIMA DO SUL	0002071754	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MS	500540	MARACAJU	0001976435	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MS	500755	SANTA RITA DO PARDO	0001925997	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MS	500755	SANTA RITA DO PARDO	0001926209	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MS	500769	SÃO GABRIEL DO OESTE	0001776886	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MT	510140	ARIPUANÃ	0002011565	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MT	510140	ARIPUANÃ	0002011557	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MT	510180	BARRA DO GARÇAS	0001767615	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MT	510180	BARRA DO GARÇAS	0001767836	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MT	510180	BARRA DO GARÇAS	0001767798	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MT	510180	BARRA DO GARÇAS	0001735098	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MT	510180	BARRA DO GARÇAS	0001767593	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MT	510180	BARRA DO GARÇAS	0001767526	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MT	510180	BARRA DO GARÇAS	0001767259	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MT	510180	BARRA DO GARÇAS	0001745085	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MT	510180	BARRA DO GARÇAS	0001737546	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MT	510337	COTRIGUAÇU	0002029596	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MT	510340	CUIABÁ	0002003252	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MT	510340	CUIABÁ	0002003260	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MT	510340	CUIABÁ	0002003244	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MT	510340	CUIABÁ	0002003236	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MT	510340	CUIABÁ	0002003198	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MT	510340	CUIABÁ	0002003163	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MT	510340	CUIABÁ	0002003155	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MT	510340	CUIABÁ	0002003120	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MT	510340	CUIABÁ	0002003090	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MT	510340	CUIABÁ	0002003074	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MT	510340	CUIABÁ	0002003066	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MT	510340	CUIABÁ	0002003058	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MT	510340	CUIABÁ	0002003031	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MT	510340	CUIABÁ	0002003023	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MT	510340	CUIABÁ	0002003279	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MT	510340	CUIABÁ	0002033542	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MT	510340	CUIABÁ	0002027232	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MT	510340	CUIABÁ	0002027216	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MT	510340	CUIABÁ	0002003554	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MT	510340	CUIABÁ	0002003503	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MT	510340	CUIABÁ	0002003473	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MT	510340	CUIABÁ	0002003287	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MT	510340	CUIABÁ	0002003295	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MT	510340	CUIABÁ	0002003317	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MT	510340	CUIABÁ	0002003325	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MT	510340	CUIABÁ	0002003333	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MT	510340	CUIABÁ	0002003341	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MT	510340	CUIABÁ	0002003368	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MT	510340	CUIABÁ	0002003376	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MT	510340	CUIABÁ	0002003384	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MT	510340	CUIABÁ	0002003406	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MT	510340	CUIABÁ	0002003422	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MT	510340	CUIABÁ	0002003449	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MT	510340	CUIABÁ	0002003457	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MT	510480	JACIARA	0002077515	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MT	510480	JACIARA	0002077485	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MT	510480	JACIARA	0002077361	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MT	510480	JACIARA	0002044021	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MT	510560	MATUPÁ	0002083175	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MT	510560	MATUPÁ	0002083566	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MT	510560	MATUPÁ	0002083574	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MT	510621	NOVA CANAÃ DO NORTE	0001960571	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MT	510621	NOVA CANAÃ DO NORTE	0001960458	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MT	510618	NOVA LACERDA	0002082667	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MT	510618	NOVA LACERDA	0002082659	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MT	510623	NOVA OLÍMPIA	0001974122	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MT	510624	NOVA UBIRATÃ	0001981129	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MT	510680	PORTO DOS GAÚCHOS	0002079682	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MT	510680	PORTO DOS GAÚCHOS	0002079674	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MT	510680	PORTO DOS GAÚCHOS	0002079690	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MT	510720	RIO BRANCO	0002047888	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MT	510720	RIO BRANCO	0002047861	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MT	510760	RONDONÓPOLIS	0001829610	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MT	510710	SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS	0002057409	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MT	510790	SINOP	0002080486	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PA	150040	ALENQUER	0002076225	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PA	150060	ALTAMIRA	0001907646	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PA	150060	ALTAMIRA	0001907247	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PA	150080	ANANINDEUA	0001971360	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PA	150080	ANANINDEUA	0002012626	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PA	150080	ANANINDEUA	0002049457	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PA	150157	BOM JESUS DO TOCANTINS	0001986430	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PA	150157	BOM JESUS DO TOCANTINS	0001986414	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PA	150157	BOM JESUS DO TOCANTINS	0001986600	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PA	150157	BOM JESUS DO TOCANTINS	0001986805	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PA	150157	BOM JESUS DO TOCANTINS	0001986538	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PA	150160	BONITO	0001965751	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PA	150160	BONITO	0001965778	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PA	150160	BONITO	0001967533	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PA	150160	BONITO	0001967568	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PA	150160	BONITO	0002063743	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PA	150160	BONITO	0001965727	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PA	150180	BREVES	0002094932	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PA	150180	BREVES	0002094924	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PA	150180	BREVES	0002094916	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PA	150540	OURÉM	0002061392	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PA	150540	OURÉM	0002061325	Equipe de Saúde Bucal 40 horas

PA	150540	OURÉM	0002061384	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PA	150570	PONTA DE PEDRAS	0001815164	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PA	150570	PONTA DE PEDRAS	0001814907	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PA	150570	PONTA DE PEDRAS	0001815520	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PA	150570	PONTA DE PEDRAS	0001905910	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PA	150600	PRAINHA	0002091089	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PA	150690	SANTARÉM NOVO	0002085968	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PA	150690	SANTARÉM NOVO	0002085925	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PA	150690	SANTARÉM NOVO	0002085933	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PB	250130	AROEIRAS	0001776622	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PB	250300	CAAPORÃ	0002065010	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PB	250300	CAAPORÃ	0002065029	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PB	250300	CAAPORÃ	0002065037	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PB	250300	CAAPORÃ	0002065045	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PB	250300	CAAPORÃ	0002065061	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PB	250300	CAAPORÃ	0002064995	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PB	250300	CAAPORÃ	0002065053	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PB	250300	CAAPORÃ	0002065096	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PB	250300	CAAPORÃ	0002065118	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PB	250390	CAMALAÚ	0001809008	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PB	250390	CAMALAÚ	0001809164	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PB	250400	CAMPINA GRANDE	0002088975	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PB	250400	CAMPINA GRANDE	0002090880	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PB	250460	CONDE	0002086336	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PB	250460	CONDE	0002086328	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PB	250460	CONDE	0002086301	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PB	250460	CONDE	0002086298	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PB	250460	CONDE	0002086271	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PB	250460	CONDE	0002086247	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PB	250460	CONDE	0002086255	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PB	250460	CONDE	0002086263	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PB	250460	CONDE	0002086239	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PB	250510	CUITÉ	0002088568	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PB	250510	CUITÉ	0002070340	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PB	250510	CUITÉ	0002072246	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PB	251230	PRINCESA ISABEL	0002016338	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PB	251278	RIACHO DE SANTO ANTÔNIO	0002088258	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PB	251290	RIO TINTO	0002072815	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PB	251290	RIO TINTO	0002072858	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PB	251290	RIO TINTO	0002072807	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PB	251290	RIO TINTO	0002072890	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PB	251290	RIO TINTO	0002072823	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PB	251290	RIO TINTO	0002072882	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PB	251290	RIO TINTO	0002072874	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PB	251290	RIO TINTO	0002072866	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PB	251396	SÃO DOMINGOS	0002098407	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PB	251420	SÃO JOSÉ DA LAGOA TAPADA	0002088177	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PB	251420	SÃO JOSÉ DA LAGOA TAPADA	0002088703	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PB	251420	SÃO JOSÉ DA LAGOA TAPADA	0002088711	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PB	251420	SÃO JOSÉ DA LAGOA TAPADA	0002088681	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PB	251700	UMBUZEIRO	0002084759	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PB	251700	UMBUZEIRO	0002084740	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PB	251700	UMBUZEIRO	0002084724	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PB	251700	UMBUZEIRO	0002084716	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PB	251700	UMBUZEIRO	0002084813	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PB	251710	VÁRZEA	0001995634	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PE	260005	ABREU E LIMA	0002068575	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PE	260030	AGRESTINA	0002091496	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PE	260030	AGRESTINA	0002091364	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PE	260030	AGRESTINA	0001865560	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PE	260030	AGRESTINA	0001868705	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PE	260030	AGRESTINA	0001866532	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PE	260030	AGRESTINA	0001867431	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PE	260030	AGRESTINA	0001867830	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PE	260030	AGRESTINA	0001868098	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PE	260030	AGRESTINA	0001868500	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PE	260030	AGRESTINA	0002091593	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PE	260030	AGRESTINA	0001866443	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PE	260050	ÁGUAS BELAS	0001731688	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PE	260050	ÁGUAS BELAS	0002093820	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PE	260050	ÁGUAS BELAS	0001732366	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PE	260050	ÁGUAS BELAS	0001732439	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PE	260050	ÁGUAS BELAS	0001732382	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PE	260100	ANGELIM	0001873687	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PE	260100	ANGELIM	0001873709	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PE	260100	ANGELIM	0001873695	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PE	260100	ANGELIM	0001873660	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PE	260100	ANGELIM	0001873679	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PE	260170	BELO JARDIM	0002074478	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PE	260190	BEZERROS	0001912364	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PE	260190	BEZERROS	0002076373	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PE	260190	BEZERROS	0001912550	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PE	260190	BEZERROS	0001910884	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PE	260190	BEZERROS	0001910973	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PE	260190	BEZERROS	0001911201	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PE	260190	BEZERROS	0001911376	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PE	260190	BEZERROS	0001911554	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PE	260190	BEZERROS	0001911945	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PE	260290	CABO DE SANTO AGOSTINHO	0002091135	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PE	260310	CACHOEIRINHA	0002096838	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PE	260310	CACHOEIRINHA	0002096803	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PE	260310	CACHOEIRINHA	0002096811	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PE	260345	CAMARAGIBE	0002077175	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PE	260410	CARUARU	0001779419	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PE	260410	CARUARU	0002008947	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PE	260410	CARUARU	0002008963	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PE	260410	CARUARU	0002009099	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PE	260410	CARUARU	0002009374	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PE	260410	CARUARU	0002009692	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PE	260620	GOIANA	0001903136	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PE	260620	GOIANA	0001903438	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PE	260620	GOIANA	0001903462	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PE	260620	GOIANA	0001903519	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PE	260620	GOIANA	0001903578	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PE	260620	GOIANA	0001903675	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PE	260620	GOIANA	0001904345	Equipe de Saúde Bucal 40 horas

PE	260620	GOIANA	0001904426	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PE	260620	GOIANA	0001904507	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PE	260620	GOIANA	0001904558	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PE	260620	GOIANA	0001904582	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PE	260620	GOIANA	0001904620	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PE	260620	GOIANA	0001904655	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PE	260620	GOIANA	0001904736	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PE	260620	GOIANA	0001904795	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PE	260620	GOIANA	0001904868	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PE	260620	GOIANA	0001905619	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PE	260620	GOIANA	0001859498	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PE	260620	GOIANA	0001902679	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PE	260620	GOIANA	0001902741	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PE	260620	GOIANA	0001902806	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PE	260620	GOIANA	0001902881	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PE	260620	GOIANA	0001903047	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PE	260640	GRAVATÁ	0002078422	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PE	260650	IATI	0001771655	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PE	260650	IATI	0001771698	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PE	260650	IATI	0001771744	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PE	260660	IBIMIRIM	0001920529	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PE	260660	IBIMIRIM	0001920537	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PE	260660	IBIMIRIM	0001920510	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PE	260660	IBIMIRIM	0001920502	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PE	260660	IBIMIRIM	0001920480	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PE	260660	IBIMIRIM	0001920464	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PE	260660	IBIMIRIM	0001920545	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PE	260660	IBIMIRIM	0001920642	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PE	260660	IBIMIRIM	0001920618	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PE	260660	IBIMIRIM	0001920596	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PE	260660	IBIMIRIM	0001920618	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PE	260660	IBIMIRIM	0001920596	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PE	260660	IBIMIRIM	0001920588	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PE	260660	IBIMIRIM	0001920553	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PE	260680	IGARASSU	0002084295	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PE	260680	IGARASSU	0002084236	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PE	260680	IGARASSU	0002063190	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PE	260680	IGARASSU	0002084325	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PE	260680	IGARASSU	0002084414	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PE	260720	IPOJUCA	0002039931	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PE	260720	IPOJUCA	0002039907	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PE	260720	IPOJUCA	0002039869	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PE	260720	IPOJUCA	0002039966	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PE	260720	IPOJUCA	0002040360	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PE	260720	IPOJUCA	0002040298	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PE	260720	IPOJUCA	0002040247	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PE	260720	IPOJUCA	0002040182	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PE	260720	IPOJUCA	0002040166	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PE	260720	IPOJUCA	0002040158	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PE	260720	IPOJUCA	0002040107	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PE	260720	IPOJUCA	0002040077	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PE	260720	IPOJUCA	0002040069	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PE	260720	IPOJUCA	0002040042	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PE	260720	IPOJUCA	0002040018	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PE	260720	IPOJUCA	0002039982	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PE	260750	ITAÍBA	0002097788	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PE	260790	JABOATÃO DOS GUARARAPES	0002074974	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PE	260790	JABOATÃO DOS GUARARAPES	0002074958	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PE	260790	JABOATÃO DOS GUARARAPES	0002074966	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PE	260845	LAGOA DO CARRO	0002023725	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PE	260845	LAGOA DO CARRO	0002023792	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PE	260845	LAGOA DO CARRO	0002023784	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PE	260845	LAGOA DO CARRO	0002023733	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PE	260845	LAGOA DO CARRO	0002023741	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PE	260845	LAGOA DO CARRO	0002023768	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PE	260845	LAGOA DO CARRO	0002023776	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PE	260845	LAGOA DO CARRO	0002023768	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PE	260845	LAGOA DO CARRO	0002023776	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PE	260845	LAGOA DO CARRO	0002023717	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PE	260875	LAGOA GRANDE	0001816217	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PE	260875	LAGOA GRANDE	0001816322	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PE	260875	LAGOA GRANDE	0001816357	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PE	260875	LAGOA GRANDE	0001816373	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PE	260875	LAGOA GRANDE	0001816403	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PE	260875	LAGOA GRANDE	0001816470	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PE	260875	LAGOA GRANDE	0001816500	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PE	260880	LAJEDO	0001922149	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PE	260880	LAJEDO	0001922181	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PE	260880	LAJEDO	0001922173	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PE	260880	LAJEDO	0001922165	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PE	260880	LAJEDO	0001922203	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PE	260880	LAJEDO	0001922238	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PE	260880	LAJEDO	0001922246	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PE	260970	OROBÓ	0002097338	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PE	260970	OROBÓ	0002097303	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PE	260970	OROBÓ	0002097389	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PE	260990	OURICURI	0002070979	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PE	261030	PARANATAMA	0001911740	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PE	261030	PARANATAMA	0001911767	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PE	261030	PARANATAMA	0001911848	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PE	261030	PARANATAMA	0001911678	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PE	261030	PARANATAMA	0001911570	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PE	261030	PARANATAMA	0001911643	Equipe de Saúde Bucal 40 horas

PE	261080	PEDRA	0001735780	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PE	261080	PEDRA	0001735578	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PE	261080	PEDRA	0001735403	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PE	261080	PEDRA	0001735292	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PE	261160	RECIFE	0001801414	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PE	261160	RECIFE	0001846264	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PE	261160	RECIFE	0001745069	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PE	261180	RIBEIRÃO	0001964623	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PE	261180	RIBEIRÃO	0001964305	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PE	261200	SAIRÉ	0001883151	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PE	261200	SAIRÉ	0001882643	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PE	261200	SAIRÉ	0001883534	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PE	261200	SAIRÉ	0001883755	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PE	261230	SALOÁ	0001922327	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PE	261250	SANTA CRUZ DO CAPIBARIBE	0001897837	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PE	261250	SANTA CRUZ DO CAPIBARIBE	0001897802	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PE	261250	SANTA CRUZ DO CAPIBARIBE	0001897810	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PE	261250	SANTA CRUZ DO CAPIBARIBE	0001897829	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PE	261250	SANTA CRUZ DO CAPIBARIBE	0001868284	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PE	261250	SANTA CRUZ DO CAPIBARIBE	0001868454	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PE	261250	SANTA CRUZ DO CAPIBARIBE	0001897772	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PE	261250	SANTA CRUZ DO CAPIBARIBE	0001897780	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PE	261250	SANTA CRUZ DO CAPIBARIBE	0001897799	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PE	261300	SÃO BENTO DO UNA	0001908553	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PE	261300	SÃO BENTO DO UNA	0001908448	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PE	261300	SÃO BENTO DO UNA	0001908596	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PE	261310	SÃO CAITANO	0001888153	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PE	261310	SÃO CAITANO	0001887815	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PE	261310	SÃO CAITANO	0001895079	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PE	261310	SÃO CAITANO	0001895141	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PE	261310	SÃO CAITANO	0001895184	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PE	261350	SÃO JOSÉ DO BELMONTE	0001859366	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PE	261420	SIRINHAÉM	0002088665	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PE	261450	SURUBIM	0002016788	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PE	261460	TABIRA	0002074222	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PE	261480	TACARATU	0002073307	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PE	261500	TAQUARITINGA DO NORTE	0001949934	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PE	261530	TIMBAÚBA	0001871153	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PE	261610	VERDEJANTE	0001851306	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PI	220005	ACAUÃ	0002079224	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PI	220030	ALTO LONGÁ	0002066351	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PI	220030	ALTO LONGÁ	0002066408	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PI	220030	ALTO LONGÁ	0002066319	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PI	220030	ALTO LONGÁ	0002066424	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PI	220030	ALTO LONGÁ	0002066432	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PI	220040	ALTOS	0001893173	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PI	220040	ALTOS	0001873571	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PI	220040	ALTOS	0001893696	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PI	220040	ALTOS	0001893998	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PI	220040	ALTOS	0001894234	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PI	220060	ANGICAL DO PIAUÍ	0002095599	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PI	220060	ANGICAL DO PIAUÍ	0002095610	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PI	220060	ANGICAL DO PIAUÍ	0002095580	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PI	220095	AROEIRAS DO ITAIM	0002061848	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PI	220115	BAIXA GRANDE DO RIBEIRO	0002078376	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PI	220115	BAIXA GRANDE DO RIBEIRO	0002078341	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PI	220115	BAIXA GRANDE DO RIBEIRO	0002078333	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PI	220115	BAIXA GRANDE DO RIBEIRO	0002078325	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PI	220559	LAGOA DO SÍTIO	0002091712	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PI	220559	LAGOA DO SÍTIO	0002091895	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PI	220770	PARNAÍBA	0001774050	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PI	220840	PIRIPIRI	0002086824	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PI	220840	PIRIPIRI	0002084074	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PI	220840	PIRIPIRI	0002083914	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PI	220840	PIRIPIRI	0002081075	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PI	220840	PIRIPIRI	0002080966	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PI	220840	PIRIPIRI	0002087227	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PI	220840	PIRIPIRI	0002089548	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PI	220840	PIRIPIRI	0002089815	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PI	220840	PIRIPIRI	0002084007	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PI	221170	WALL FERRAZ	0002082942	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PI	221170	WALL FERRAZ	0002082993	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PR	410060	ALTO PARANÁ	0001828096	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PR	410060	ALTO PARANÁ	0001828282	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PR	410060	ALTO PARANÁ	0001828304	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PR	410060	ALTO PARANÁ	0001828312	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PR	410090	AMAPORÃ	0002076160	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PR	410090	AMAPORÃ	0002076179	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PR	410110	ANDIRÁ	0002077450	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PR	410170	ARARUNA	0002055236	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PR	410180	ARAUCÁRIA	0001720384	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PR	410180	ARAUCÁRIA	0001720600	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PR	410230	BALSA NOVA	0002054426	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PR	410240	BANDEIRANTES	0002072289	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PR	410240	BANDEIRANTES	0002072297	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PR	410240	BANDEIRANTES	0002072319	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PR	410260	BARRACÃO	0001972146	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PR	410330	BORRAZÓPOLIS	0002010518	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PR	410335	BRAGANEY	0001734660	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PR	410340	CAFEARA	0002029022	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PR	410410	CAMPO DO TENENTE	0001778293	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PR	410410	CAMPO DO TENENTE	0001778358	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PR	410445	CANTAGALO	0002082020	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PR	410445	CANTAGALO	0002082071	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PR	410450	CAPANEMA	0001852094	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PR	410540	CHOPINZINHO	0001865773	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PR	410540	CHOPINZINHO	0001865765	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PR	410540	CHOPINZINHO	0001865781	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PR	410540	CHOPINZINHO	0001865870	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PR	410540	CHOPINZINHO	0001865854	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PR	410540	CHOPINZINHO	0001865838	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PR	410540	CHOPINZINHO	0001865803	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PR	410600	CONGONHINHAS	0002077825	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PR	410600	CONGONHINHAS	0002077817	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PR	410640	CORNÉLIO PROCÓPIO	0001745379	Equipe de Saúde Bucal 40 horas

PR	410655	CORUMBATAÍ DO SUL	0001837516	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PR	410690	CURITIBA	0001737937	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PR	410690	CURITIBA	0001738127	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PR	410690	CURITIBA	0001738275	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PR	410690	CURITIBA	0001845187	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PR	410690	CURITIBA	0001845225	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PR	410690	CURITIBA	0001845284	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PR	410690	CURITIBA	0001845373	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PR	410690	CURITIBA	0001845454	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PR	410690	CURITIBA	0001845497	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PR	410690	CURITIBA	0001846175	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PR	410690	CURITIBA	0001846213	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PR	410690	CURITIBA	0001846337	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PR	410690	CURITIBA	0001846450	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PR	410690	CURITIBA	0001846515	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PR	410690	CURITIBA	0001846558	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PR	410690	CURITIBA	0001846582	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PR	410690	CURITIBA	0001846647	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PR	410690	CURITIBA	0001846728	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PR	410690	CURITIBA	0001846876	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PR	410690	CURITIBA	0001846981	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PR	410690	CURITIBA	0001847309	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PR	410690	CURITIBA	0001856642	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PR	410690	CURITIBA	0001860836	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PR	410690	CURITIBA	0001860879	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PR	410690	CURITIBA	0001861263	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PR	410690	CURITIBA	0001729519	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PR	410690	CURITIBA	0001737120	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PR	410690	CURITIBA	0001737503	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PR	410690	CURITIBA	0001737589	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PR	410690	CURITIBA	0001737635	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PR	410690	CURITIBA	0001737724	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PR	410690	CURITIBA	0001737759	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PR	410690	CURITIBA	0001737856	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PR	410690	CURITIBA	0001891057	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PR	410690	CURITIBA	0001891081	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PR	410690	CURITIBA	0001891111	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PR	410690	CURITIBA	0001891154	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PR	410690	CURITIBA	0001891162	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PR	410690	CURITIBA	0001891189	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PR	410690	CURITIBA	0001891200	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PR	410690	CURITIBA	0001891235	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PR	410690	CURITIBA	0001891251	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PR	410690	CURITIBA	0001891332	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PR	410690	CURITIBA	0001891367	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PR	410690	CURITIBA	0001891375	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PR	410690	CURITIBA	0001891391	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PR	410690	CURITIBA	0001891405	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PR	410690	CURITIBA	0001891413	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PR	410690	CURITIBA	0001911317	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PR	410690	CURITIBA	0001911392	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PR	410690	CURITIBA	0001911430	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PR	410690	CURITIBA	0001911465	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PR	410690	CURITIBA	0001911503	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PR	410690	CURITIBA	0001911546	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PR	410690	CURITIBA	0001911589	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PR	410690	CURITIBA	0001911619	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PR	410690	CURITIBA	0001911651	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PR	410690	CURITIBA	0001911694	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PR	410690	CURITIBA	0001911732	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PR	410690	CURITIBA	0001911813	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PR	410690	CURITIBA	0001911864	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PR	410690	CURITIBA	0001911902	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PR	410690	CURITIBA	0001911937	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PR	410690	CURITIBA	0001912062	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PR	410690	CURITIBA	0001913069	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PR	410690	CURITIBA	0001913107	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PR	410690	CURITIBA	0001913247	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PR	410690	CURITIBA	0001913328	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PR	410690	CURITIBA	0001913506	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PR	410690	CURITIBA	0001913565	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PR	410690	CURITIBA	0001913638	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PR	410690	CURITIBA	0001738305	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PR	410690	CURITIBA	0001738518	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PR	410690	CURITIBA	0001738593	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PR	410690	CURITIBA	0001738666	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PR	410690	CURITIBA	0001738739	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PR	410690	CURITIBA	0001738844	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PR	410690	CURITIBA	0001738968	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PR	410690	CURITIBA	0001739107	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PR	410690	CURITIBA	0001739204	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PR	410690	CURITIBA	0001739336	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PR	410690	CURITIBA	0001739417	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PR	410690	CURITIBA	0001739484	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PR	410690	CURITIBA	0001739727	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PR	410690	CURITIBA	0001740024	Equipe de Saúde Bucal 40 horas

PR	410690	CURITIBA	0001740091	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PR	410690	CURITIBA	0001742418	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PR	410690	CURITIBA	0001781669	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PR	410690	CURITIBA	0001781782	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PR	410690	CURITIBA	0001781847	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PR	410690	CURITIBA	0001812246	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PR	410690	CURITIBA	0001812386	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PR	410690	CURITIBA	0001812483	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PR	410690	CURITIBA	0001812572	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PR	410690	CURITIBA	0001817418	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PR	410690	CURITIBA	0001817493	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PR	410690	CURITIBA	0001817531	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PR	410690	CURITIBA	0001913751	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PR	410690	CURITIBA	0001913832	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PR	410690	CURITIBA	0001913905	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PR	410690	CURITIBA	0001914057	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PR	410690	CURITIBA	0001914316	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PR	410690	CURITIBA	0001914340	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PR	410690	CURITIBA	0001914375	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PR	410690	CURITIBA	0001914464	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PR	410690	CURITIBA	0001914596	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PR	410690	CURITIBA	0001933140	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PR	410690	CURITIBA	0001933205	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PR	410690	CURITIBA	0001933256	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PR	410690	CURITIBA	0001934236	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PR	410690	CURITIBA	0001934295	Equipe de Saúde Bucal 40 horas

PR	410690	CURITIBA	0001861328	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PR	410690	CURITIBA	0001861352	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PR	410690	CURITIBA	0001861417	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PR	410690	CURITIBA	0001861441	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PR	410690	CURITIBA	0001886800	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PR	410690	CURITIBA	0001886827	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PR	410690	CURITIBA	0001886851	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PR	410690	CURITIBA	0001886878	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PR	410690	CURITIBA	0001886908	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PR	410690	CURITIBA	0001886932	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PR	410690	CURITIBA	0001887017	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PR	410690	CURITIBA	0001887025	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PR	410690	CURITIBA	0001887041	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PR	410690	CURITIBA	0001887092	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PR	410690	CURITIBA	0001887114	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PR	410690	CURITIBA	0001887173	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PR	410690	CURITIBA	0001887203	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PR	410690	CURITIBA	0001887238	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PR	410690	CURITIBA	0001887270	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PR	410690	CURITIBA	0001887289	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PR	410690	CURITIBA	0001887300	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PR	410690	CURITIBA	0001887335	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PR	410690	CURITIBA	0001887394	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PR	410710	DIAMANTE DO NORTE	0001953826	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PR	410754	ESPIGÃO ALTO DO IGUAÇU	0002094185	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PR	410760	FAXINAL	0002038501	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PR	410760	FAXINAL	0002042592	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PR	410760	FAXINAL	0002039311	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PR	410760	FAXINAL	0002039303	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PR	410970	IBAITI	0001754718	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PR	410970	IBAITI	0001758225	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PR	411070	IRATI	0002097605	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PR	411070	IRATI	0002098105	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PR	411090	ITAGUAJÉ	0001858505	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PR	411095	ITAIPULÂNDIA	0001794647	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PR	411110	ITAMBÉ	0002038463	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PR	411130	ITAÚNA DO SUL	0002071800	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PR	411130	ITAÚNA DO SUL	0002090732	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PR	411160	IVATUBA	0002076241	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PR	411210	JANDAIA DO SUL	0002079313	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PR	411210	JANDAIA DO SUL	0002079348	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PR	411260	JARDIM OLINDA	0002067137	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PR	411350	LOANDA	0002066912	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PR	411350	LOANDA	0002067005	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PR	411350	LOANDA	0002066971	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PR	411370	LONDRINA	0001851551	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PR	411370	LONDRINA	0001917943	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PR	411370	LONDRINA	0001971972	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PR	411370	LONDRINA	0001973460	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PR	411370	LONDRINA	0001991167	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PR	411370	LONDRINA	0002028123	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PR	411370	LONDRINA	0002031973	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PR	411370	LONDRINA	0002046989	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PR	411370	LONDRINA	0001824074	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PR	411370	LONDRINA	0002067986	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PR	411370	LONDRINA	0002076896	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PR	411370	LONDRINA	0002076918	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PR	411370	LONDRINA	0002076926	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PR	411370	LONDRINA	0002076934	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PR	411370	LONDRINA	0001824619	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PR	411370	LONDRINA	0001824309	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PR	411370	LONDRINA	0001824252	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PR	411370	LONDRINA	0002060612	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PR	411370	LONDRINA	0001807579	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PR	411370	LONDRINA	0001804731	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PR	411370	LONDRINA	0001731785	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PR	411370	LONDRINA	0001750011	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PR	411373	LUIZIANA	0001938584	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PR	411373	LUIZIANA	0001938630	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PR	411373	LUIZIANA	0001938533	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PR	411430	MANDIRITUBA	0001971352	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PR	411430	MANDIRITUBA	0001971301	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PR	411490	MARILÂNDIA DO SUL	0002027461	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PR	411500	MARILENA	0002057662	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PR	411500	MARILENA	0002057654	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PR	411500	MARILENA	0002057670	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PR	411510	MARILUZ	0002076098	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PR	411510	MARILUZ	0002076128	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PR	411520	MARINGÁ	0001841467	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PR	411575	MAUÁ DA SERRA	0002008181	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PR	411575	MAUÁ DA SERRA	0002022060	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PR	411590	MIRADOR	0002063174	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PR	411705	NOVA LARANJEIRAS	0001741950	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PR	411710	NOVA LONDRINA	0002057972	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PR	411710	NOVA LONDRINA	0002057980	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PR	411710	NOVA LONDRINA	0002057964	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PR	411780	PALMITAL	0001749447	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PR	411790	PALOTINA	0001961489	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PR	411790	PALOTINA	0001965611	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PR	411790	PALOTINA	0001965638	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PR	411800	PARAÍSO DO NORTE	0002042223	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PR	411800	PARAÍSO DO NORTE	0002042207	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PR	411800	PARAÍSO DO NORTE	0002043661	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PR	411810	PARANACITY	0002080117	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PR	411810	PARANACITY	0002080176	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PR	411880	PEABIRU	0001859528	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PR	411915	PINHAIS	0001863207	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PR	411920	PINHALÃO	0002051648	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PR	411990	PONTA GROSSA	0001837842	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PR	412080	QUATRO BARRAS	0002079186	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PR	412080	QUATRO BARRAS	0002079585	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PR	412080	QUATRO BARRAS	0002079976	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PR	412080	QUATRO BARRAS	0002079941	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PR	412080	QUATRO BARRAS	0002079844	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PR	412175	RESERVA DO IGUAÇU	0002030934	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PR	412175	RESERVA DO IGUAÇU	0002031124	Equipe de Saúde Bucal 40 horas

PR	412210	RIO BOM	0001802127	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PR	412320	SANTA CECÍLIA DO PAVÃO	0002091879	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PR	412320	SANTA CECÍLIA DO PAVÃO	0002091887	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PR	412360	SANTA INÊS	0002079488	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PR	412370	SANTA ISABEL DO IVAÍ	0002032074	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PR	412420	SANTO ANTÔNIO DO CAIUÁ	0002082063	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PR	412440	SANTO ANTÔNIO DO SUDOESTE	0001899171	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PR	412460	SÃO CARLOS DO IVAÍ	0002077833	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PR	412540	SÃO JOSÉ DA BOA VISTA	0002063824	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PR	412540	SÃO JOSÉ DA BOA VISTA	0002063840	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PR	412540	SÃO JOSÉ DA BOA VISTA	0002063867	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PR	412550	SÃO JOSÉ DOS PINHAIS	0001805584	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PR	412580	SÃO PEDRO DO IVAÍ	0002030691	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
RJ	330070	CABO FRIO	0002032619	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
RJ	330070	CABO FRIO	0002032570	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
RJ	330070	CABO FRIO	0002032708	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
RJ	330070	CABO FRIO	0002032724	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
RJ	330070	CABO FRIO	0002032767	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
RJ	330070	CABO FRIO	0002032848	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
RJ	330070	CABO FRIO	0002032899	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
RJ	330070	CABO FRIO	0002032961	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
RJ	330070	CABO FRIO	0002033046	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
RJ	330070	CABO FRIO	0002033070	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
RJ	330070	CABO FRIO	0002033143	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
RJ	330070	CABO FRIO	0002032643	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
RJ	330070	CABO FRIO	0002032562	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
RJ	330070	CABO FRIO	0002032546	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
RJ	330110	CANTAGALO	0002040468	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
RJ	330110	CANTAGALO	0002040190	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
RJ	330110	CANTAGALO	0002035634	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
RJ	330170	DUQUE DE CAXIAS	0002080710	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
RJ	330170	DUQUE DE CAXIAS	0002080729	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
RJ	330170	DUQUE DE CAXIAS	0002080737	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
RJ	330170	DUQUE DE CAXIAS	0002080818	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
RJ	330170	DUQUE DE CAXIAS	0002080869	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
RJ	330170	DUQUE DE CAXIAS	0002080974	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
RJ	330170	DUQUE DE CAXIAS	0002081156	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
RJ	330170	DUQUE DE CAXIAS	0002081067	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
RJ	330170	DUQUE DE CAXIAS	0002081083	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
RJ	330170	DUQUE DE CAXIAS	0002081105	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
RJ	330170	DUQUE DE CAXIAS	0002081121	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
RJ	330170	DUQUE DE CAXIAS	0002081148	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
RJ	330170	DUQUE DE CAXIAS	0002080990	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
RJ	330185	GUAPIMIRIM	0001888064	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
RJ	330185	GUAPIMIRIM	0001888978	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
RJ	330185	GUAPIMIRIM	0001888889	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
RJ	330185	GUAPIMIRIM	0001888668	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
RJ	330250	MAGÉ	0001764438	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
RJ	330250	MAGÉ	0001764527	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
RJ	330250	MAGÉ	0001782096	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
RJ	330250	MAGÉ	0001831542	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
RJ	330250	MAGÉ	0001941623	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
RJ	330250	MAGÉ	0001940392	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
RJ	330250	MAGÉ	0001940627	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
RJ	330250	MAGÉ	0001940732	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
RJ	330250	MAGÉ	0001941534	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
RJ	330250	MAGÉ	0001920758	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
RJ	330390	PETRÓPOLIS	0001747347	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
RJ	330390	PETRÓPOLIS	0001747290	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
RJ	330390	PETRÓPOLIS	0001747150	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
RJ	330390	PETRÓPOLIS	0001747126	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
RJ	330390	PETRÓPOLIS	0001747037	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
RJ	330390	PETRÓPOLIS	0001746928	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
RJ	330390	PETRÓPOLIS	0001746561	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
RJ	330390	PETRÓPOLIS	0001746006	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
RJ	330390	PETRÓPOLIS	0001746022	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
RJ	330390	PETRÓPOLIS	0001746081	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
RJ	330390	PETRÓPOLIS	0001746170	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
RJ	330390	PETRÓPOLIS	0001746227	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
RJ	330390	PETRÓPOLIS	0001746456	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
RJ	330390	PETRÓPOLIS	0001745840	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
RJ	330395	PINHEIRAL	0001805681	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
RJ	330395	PINHEIRAL	0001800655	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
RJ	330395	PINHEIRAL	0001800620	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
RJ	330395	PINHEIRAL	0001800574	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
RJ	330395	PINHEIRAL	0001800558	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
RJ	330395	PINHEIRAL	0001800523	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
RJ	330395	PINHEIRAL	0001800493	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
RJ	330395	PINHEIRAL	0001800434	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
RJ	330411	PORTO REAL	0002091909	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
RJ	330411	PORTO REAL	0002091917	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
RJ	330411	PORTO REAL	0002091925	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
RJ	330411	PORTO REAL	0002091933	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
RJ	330411	PORTO REAL	0002091941	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
RJ	330411	PORTO REAL	0002091968	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
RJ	330411	PORTO REAL	0002091976	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
RJ	330450	RIO DAS FLORES	0002079429	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
RJ	330450	RIO DAS FLORES	0002079259	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
RJ	330450	RIO DAS FLORES	0002086697	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
RJ	330450	RIO DAS FLORES	0002080591	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
RJ	330455	RIO DE JANEIRO	0001863622	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
RJ	330455	RIO DE JANEIRO	0001864017	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
RJ	330455	RIO DE JANEIRO	0001864254	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
RJ	330455	RIO DE JANEIRO	0001864343	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
RJ	330455	RIO DE JANEIRO	0001864947	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
RJ	330455	RIO DE JANEIRO	0001864963	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
RJ	330455	RIO DE JANEIRO	0001865080	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
RJ	330455	RIO DE JANEIRO	0001871471	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
RJ	330455	RIO DE JANEIRO	0001871501	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
RJ	330455	RIO DE JANEIRO	0001871544	Equipe de Saúde Bucal 40 horas

RJ	330455	RIO DE JANEIRO	0001914081	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
RJ	330455	RIO DE JANEIRO	0001914448	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
RJ	330455	RIO DE JANEIRO	0001914502	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
RJ	330455	RIO DE JANEIRO	0002045184	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
RJ	330455	RIO DE JANEIRO	0001921134	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
RJ	330455	RIO DE JANEIRO	0001921150	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
RJ	330455	RIO DE JANEIRO	0001921177	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
RJ	330455	RIO DE JANEIRO	0001921185	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
RJ	330455	RIO DE JANEIRO	0001921193	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
RJ	330455	RIO DE JANEIRO	0001921223	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
RJ	330455	RIO DE JANEIRO	0001921231	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
RJ	330455	RIO DE JANEIRO	0001921304	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
RJ	330455	RIO DE JANEIRO	0001921312	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
RJ	330455	RIO DE JANEIRO	0001921320	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
RJ	330455	RIO DE JANEIRO	0001921339	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
RJ	330455	RIO DE JANEIRO	0001921347	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
RJ	330455	RIO DE JANEIRO	0001921444	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
RJ	330455	RIO DE JANEIRO	0001921460	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
RJ	330455	RIO DE JANEIRO	0001921495	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
RJ	330455	RIO DE JANEIRO	0001921533	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
RJ	330455	RIO DE JANEIRO	0001939211	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
RJ	330455	RIO DE JANEIRO	0001939475	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
RJ	330455	RIO DE JANEIRO	0001939491	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
RJ	330455	RIO DE JANEIRO	0001939793	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
RJ	330455	RIO DE JANEIRO	0001832603	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
RJ	330455	RIO DE JANEIRO	0001832581	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
RJ	330455	RIO DE JANEIRO	0001832484	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
RJ	330455	RIO DE JANEIRO	0001832476	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
RJ	330455	RIO DE JANEIRO	0001921126	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
RJ	330470	SANTO ANTÔNIO DE PÁDUA	0002093332	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
RJ	330470	SANTO ANTÔNIO DE PÁDUA	0002093375	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
RJ	330500	SÃO JOÃO DA BARRA	0001976648	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
RJ	330500	SÃO JOÃO DA BARRA	0001976621	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
RJ	330500	SÃO JOÃO DA BARRA	0001976613	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
RJ	330500	SÃO JOÃO DA BARRA	0001976931	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
RJ	330500	SÃO JOÃO DA BARRA	0001976966	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
RJ	330500	SÃO JOÃO DA BARRA	0001976958	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
RJ	330513	SÃO JOSÉ DE UBÁ	0002054302	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
RJ	330513	SÃO JOSÉ DE UBÁ	0002054051	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
RJ	330513	SÃO JOSÉ DE UBÁ	0002054450	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
RJ	330555	SEROPÉDICA	0002084953	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
RJ	330555	SEROPÉDICA	0002084961	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
RJ	330555	SEROPÉDICA	0002084988	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
RJ	330555	SEROPÉDICA	0002084996	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
RJ	330555	SEROPÉDICA	0002084899	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
RJ	330555	SEROPÉDICA	0002084929	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
RJ	330555	SEROPÉDICA	0002084937	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
RJ	330555	SEROPÉDICA	0002084945	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
RN	240130	AUGUSTO SEVERO	0002091321	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
RN	240130	AUGUSTO SEVERO	0002091607	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
RN	240200	CAICÓ	0002075431	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
RN	240200	CAICÓ	0002075539	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
RN	240200	CAICÓ	0002075466	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
RN	240200	CAICÓ	0002075474	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
RN	240200	CAICÓ	0002075482	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
RN	240200	CAICÓ	0002075490	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
RN	240200	CAICÓ	0002075458	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
RN	240200	CAICÓ	0002075520	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
RN	240200	CAICÓ	0002075512	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
RN	240200	CAICÓ	0002075504	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
RN	240250	CARNAUBAIS	0002075709	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
RN	240250	CARNAUBAIS	0002075725	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
RN	240250	CARNAUBAIS	0002075733	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
RN	240250	CARNAUBAIS	0002075768	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
RN	240360	EXTREMOZ	0002056151	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
RN	240580	JOÃO CÂMARA	0002015269	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
RN	240580	JOÃO CÂMARA	0002015005	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
RN	240580	JOÃO CÂMARA	0002015102	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
RN	240580	JOÃO CÂMARA	0002015234	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
RN	240580	JOÃO CÂMARA	0002014912	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
RN	240580	JOÃO CÂMARA	0002014572	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
RN	240580	JOÃO CÂMARA	0002013169	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
RN	240720	MACAU	0001783297	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
RN	240800	MOSSORÓ	0002049007	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
RN	240800	MOSSORÓ	0002051222	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
RN	240800	MOSSORÓ	0002051443	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
RN	240800	MOSSORÓ	0002049066	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
RN	240810	NATAL	0001992872	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
RN	240810	NATAL	0001994662	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
RN	240810	NATAL	0001994093	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
RN	240810	NATAL	0001994085	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
RN	240810	NATAL	0001993577	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
RN	241080	RIACHO DE SANTANA	0002077906	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
RN	241080	RIACHO DE SANTANA	0002077973	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
RN	241120	SANTA CRUZ	0001747975	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
RN	241120	SANTA CRUZ	0001749250	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
RN	241120	SANTA CRUZ	0001813358	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
RN	241120	SANTA CRUZ	0001813986	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
RN	241120	SANTA CRUZ	0001814494	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
RN	241120	SANTA CRUZ	0001825682	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
RN	241120	SANTA CRUZ	0001815008	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
RN	241120	SANTA CRUZ	0001825127	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
RN	241120	SANTA CRUZ	0001825518	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
RN	241120	SANTA CRUZ	0001815415	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
RN	241120	SANTA CRUZ	0001815814	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
RN	241120	SANTA CRUZ	0001824813	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
RN	241210	SÃO JOÃO DO SABUGI	0001942441	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
RN	241210	SÃO JOÃO DO SABUGI	0001942352	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
RN	241210	SÃO JOÃO DO SABUGI	0001942492	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
RN	241320	SENADOR GEORGINO AVELINO	0002081059	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
RN	241320	SENADOR GEORGINO AVELINO	0002081385	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
RN	241440	TOUROS	0001796887	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
RO	110004	CACOAL	0001884026	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
RO	110004	CACOAL	0001890514	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
RO	110090	CASTANHEIRAS	0001949764	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
RO	110090	CASTANHEIRAS	0001949136	Equipe de Saúde Bucal 40 horas

RO	110007	CORUMBIARA	0002086212	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
RO	110018	PIMENTA BUENO	0002097869	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
RO	110026	RIO CRESPO	0001839462	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
RR	140002	AMAJARI	0001814176	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
RR	140002	AMAJARI	0001816268	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
RR	140002	AMAJARI	0001817396	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
RR	140020	CARACARAÍ	0001747789	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
RR	140020	CARACARAÍ	0001748602	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
RR	140020	CARACARAÍ	0001748807	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
RS	430110	ARROIO DOS RATOS	0001738194	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
RS	430223	BOA VISTA DO INCRA	0001988867	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
RS	430235	BOM PRINCÍPIO	0002001187	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
RS	430280	CAÇAPAVA DO SUL	0001776495	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
RS	430280	CAÇAPAVA DO SUL	0001777793	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
RS	430280	CAÇAPAVA DO SUL	0001780018	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
RS	430280	CAÇAPAVA DO SUL	0001779915	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
RS	430280	CAÇAPAVA DO SUL	0001779966	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
RS	430355	CAMARGO	0002033313	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
RS	430460	CANOAS	0001848682	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
RS	430510	CAXIAS DO SUL	0002030152	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
RS	430510	CAXIAS DO SUL	0002030322	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
RS	430510	CAXIAS DO SUL	0002030365	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
RS	430517	CERRO GRANDE DO SUL	0001909649	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
RS	430517	CERRO GRANDE DO SUL	0001909614	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
RS	430520	CERRO LARGO	0002079593	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
RS	430535	CHARQUEADAS	0002052628	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
RS	430535	CHARQUEADAS	0002046792	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
RS	430535	CHARQUEADAS	0002052636	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
RS	430535	CHARQUEADAS	0002052679	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
RS	430535	CHARQUEADAS	0002052652	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
RS	430535	CHARQUEADAS	0002052660	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
RS	430537	CHARRUA	0001990241	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
RS	430570	CONDOR	0002087006	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
RS	430595	COTIPORÃ	0002081032	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
RS	430610	CRUZ ALTA	0002033054	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
RS	430740	ESMERALDA	0002058189	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
RS	430786	FAGUNDES VARELA	0002007657	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
RS	430920	GRAVATAÍ	0001792822	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
RS	430920	GRAVATAÍ	0001793934	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
RS	430920	GRAVATAÍ	0001792970	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
RS	430920	GRAVATAÍ	0001793004	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
RS	430920	GRAVATAÍ	0001793020	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
RS	430920	GRAVATAÍ	0001793047	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
RS	430920	GRAVATAÍ	0001793071	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
RS	430920	GRAVATAÍ	0001793101	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
RS	430920	GRAVATAÍ	0001793152	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
RS	430920	GRAVATAÍ	0001793179	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
RS	430920	GRAVATAÍ	0001793195	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
RS	430920	GRAVATAÍ	0001793233	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
RS	430920	GRAVATAÍ	0001793268	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
RS	430920	GRAVATAÍ	0001793284	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
RS	430920	GRAVATAÍ	0001793926	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
RS	430920	GRAVATAÍ	0001792911	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
RS	431112	JAQUIRANA	0002029014	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
RS	431140	LAJEADO	0001766678	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
RS	431170	MACHADINHO	0002076861	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
RS	431173	MAMPITUBA	0002044145	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
RS	431230	MIRAGUAÍ	0002079208	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
RS	431230	MIRAGUAÍ	0002079216	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
RS	431238	MONTE BELO DO SUL	0002002957	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
RS	431242	MORMAÇO	0002069822	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
RS	431306	NOVA HARTZ	0002047225	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
RS	431400	PARAÍ	0002010127	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
RS	431413	PAULO BENTO	0001980238	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
RS	431442	PICADA CAFÉ	0002032589	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
RS	431450	PINHEIRO MACHADO	0001976400	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
RS	431450	PINHEIRO MACHADO	0001976397	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
RS	431477	PONTÃO	0001774670	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
RS	431490	PORTO ALEGRE	0001783408	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
RS	431490	PORTO ALEGRE	0001783254	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
RS	431490	PORTO ALEGRE	0001767968	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
RS	431490	PORTO ALEGRE	0001766007	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
RS	431490	PORTO ALEGRE	0001743953	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
RS	431490	PORTO ALEGRE	0001887521	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
RS	431490	PORTO ALEGRE	0002095335	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
RS	431490	PORTO ALEGRE	0001918214	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
RS	431490	PORTO ALEGRE	0001918249	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
RS	431490	PORTO ALEGRE	0002020084	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
RS	431490	PORTO ALEGRE	0002023024	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
RS	431490	PORTO ALEGRE	0002023032	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
RS	431490	PORTO ALEGRE	0002023113	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
RS	431490	PORTO ALEGRE	0002023326	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
RS	431490	PORTO ALEGRE	0002048019	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
RS	431490	PORTO ALEGRE	0002048027	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
RS	431505	PORTO MAUÁ	0002060671	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
RS	431513	POUSO NOVO	0002052539	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
RS	431675	SANTA CLARA DO SUL	0001958674	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
RS	431730	SANTA VITÓRIA DO PALMAR	0002086425	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
RS	431730	SANTA VITÓRIA DO PALMAR	0002086433	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
RS	431730	SANTA VITÓRIA DO PALMAR	0002086441	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
RS	431780	SANTO AUGUSTO	0001926837	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
RS	431790	SANTO CRISTO	0001758306	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
RS	431844	SÃO JORGE	0002076403	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
RS	431890	SÃO LUIZ GONZAGA	0002004739	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
RS	431900	SÃO MARCOS	0001827561	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
RS	431900	SÃO MARCOS	0001827723	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
RS	431975	SÃO VENDELINO	0002005530	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
RS	432026	SEGREDO	0002083736	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
RS	432235	UNIÃO DA SERRA	0002096110	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
RS	432252	VALE VERDE	0002035537	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
RS	432260	VENÂNCIO AIRES	0002091097	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
RS	432260	VENÂNCIO AIRES	0002091305	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
RS	432285	VESPASIANO CORREA	0002078767	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
RS	432300	VIAMÃO	0002061759	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
RS	432300	VIAMÃO	0002061783	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
RS	432320	VICTOR GRAEFF	0002090619	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
RS	432335	VILA LÂNGARO	0002074206	Equipe de Saúde Bucal 40 horas

SC	420060	ÁGUAS MORNAS	0002024500	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SC	420075	ALTO BELA VISTA	0002076055	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SC	420170	ASCURRA	0002073072	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SC	420170	ASCURRA	0002073064	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SC	420213	BELA VISTA DO TOLDO	0002060396	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SC	420213	BELA VISTA DO TOLDO	0002061511	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SC	420213	BELA VISTA DO TOLDO	0002061589	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SC	420240	BLUMENAU	0001875906	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SC	420240	BLUMENAU	0002098180	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SC	420240	BLUMENAU	0001876694	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SC	420310	CAIBI	0002098121	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SC	420360	CAMPOS NOVOS	0001991914	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SC	420360	CAMPOS NOVOS	0001991833	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SC	420360	CAMPOS NOVOS	0001991930	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SC	420360	CAMPOS NOVOS	0001991809	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SC	420360	CAMPOS NOVOS	0001991671	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SC	420360	CAMPOS NOVOS	0001991701	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SC	420360	CAMPOS NOVOS	0001992015	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SC	420420	CHAPECÓ	0001877526	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SC	420420	CHAPECÓ	0001881728	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SC	420420	CHAPECÓ	0002083582	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SC	420420	CHAPECÓ	0002083612	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SC	420420	CHAPECÓ	0001836080	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SC	420420	CHAPECÓ	0001821865	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SC	420435	CORDILHEIRA ALTA	0001973223	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SC	420460	CRICIÚMA	0001917331	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SC	420460	CRICIÚMA	0001917285	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SC	420460	CRICIÚMA	0001917242	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SC	420460	CRICIÚMA	0001917110	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SC	420460	CRICIÚMA	0001917056	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SC	420460	CRICIÚMA	0001917021	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SC	420460	CRICIÚMA	0001916920	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SC	420460	CRICIÚMA	0001916882	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SC	420460	CRICIÚMA	0001916726	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SC	420460	CRICIÚMA	0001916777	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SC	420460	CRICIÚMA	0001916793	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SC	420460	CRICIÚMA	0001916688	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SC	420460	CRICIÚMA	0001916432	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SC	420460	CRICIÚMA	0001916114	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SC	420460	CRICIÚMA	0001916068	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SC	420460	CRICIÚMA	0001909401	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SC	420460	CRICIÚMA	0001909681	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SC	420460	CRICIÚMA	0001915436	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SC	420460	CRICIÚMA	0001915460	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SC	420460	CRICIÚMA	0001915568	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SC	420460	CRICIÚMA	0001915592	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SC	420460	CRICIÚMA	0001915738	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SC	420460	CRICIÚMA	0001915754	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SC	420460	CRICIÚMA	0001915878	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SC	420475	CUNHATAÍ	0001750682	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SC	420490	DESCANSO	0002068524	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SC	420490	DESCANSO	0002069636	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SC	420490	DESCANSO	0002069660	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SC	420510	DONA EMMA	0002060159	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SC	420540	FLORIANÓPOLIS	0002022222	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SC	420540	FLORIANÓPOLIS	0002027860	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SC	420540	FLORIANÓPOLIS	0002027976	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SC	420540	FLORIANÓPOLIS	0002028042	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SC	420540	FLORIANÓPOLIS	0002028115	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SC	420540	FLORIANÓPOLIS	0002030802	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SC	420540	FLORIANÓPOLIS	0002031205	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SC	420540	FLORIANÓPOLIS	0002031248	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SC	420540	FLORIANÓPOLIS	0002032139	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SC	420540	FLORIANÓPOLIS	0002032147	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SC	420540	FLORIANÓPOLIS	0002032155	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SC	420810	ITAIÓPOLIS	0002082322	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SC	420810	ITAIÓPOLIS	0002082543	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SC	420810	ITAIÓPOLIS	0002082489	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SC	420890	JARAGUÁ DO SUL	0001909983	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SC	420910	JOINVILLE	0002080621	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SC	420910	JOINVILLE	0002080605	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SC	420910	JOINVILLE	0002080540	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SC	420910	JOINVILLE	0002080567	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SC	420930	LAGES	0002090473	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SC	420930	LAGES	0002090465	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SC	420930	LAGES	0002090511	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SC	420930	LAGES	0002090538	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SC	420930	LAGES	0002084643	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SC	420930	LAGES	0002090074	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SC	420930	LAGES	0002090082	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SC	420930	LAGES	0002090090	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SC	420930	LAGES	0002090163	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SC	420930	LAGES	0002090171	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SC	420930	LAGES	0002090198	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SC	420930	LAGES	0002090201	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SC	420930	LAGES	0002090228	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SC	420930	LAGES	0002090236	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SC	420930	LAGES	0002090244	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SC	420930	LAGES	0002090252	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SC	420930	LAGES	0002090260	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SC	420930	LAGES	0002090287	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SC	420930	LAGES	0002090309	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SC	420930	LAGES	0002090317	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SC	420930	LAGES	0002090325	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SC	420930	LAGES	0002090333	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SC	420930	LAGES	0002090341	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SC	420930	LAGES	0002090368	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SC	420930	LAGES	0002090376	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SC	420930	LAGES	0002090384	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SC	420930	LAGES	0002090392	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SC	420930	LAGES	0002090406	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SC	420930	LAGES	0002090414	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SC	420930	LAGES	0002090422	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SC	420930	LAGES	0002090430	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SC	420930	LAGES	0002090449	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SC	420930	LAGES	0002090457	Equipe de Saúde Bucal 40 horas

SC	420930	LAGES	0002090503	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SC	421050	MARAVILHA	0001761986	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SC	421050	MARAVILHA	0001762079	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SC	421050	MARAVILHA	0001762176	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SC	421050	MARAVILHA	0001762214	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SC	421050	MARAVILHA	0001762257	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SC	421055	MAREMA	0002085135	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SC	421080	MELEIRO	0002044153	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SC	421160	NOVA VENEZA	0002086182	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SC	421160	NOVA VENEZA	0002090775	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SC	421160	NOVA VENEZA	0002090740	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SC	421190	PALHOÇA	0002046997	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SC	421190	PALHOÇA	0002085429	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SC	421190	PALHOÇA	0002080583	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SC	421190	PALHOÇA	0002080850	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SC	421190	PALHOÇA	0002081024	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SC	421190	PALHOÇA	0002081210	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SC	421190	PALHOÇA	0002081261	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SC	421190	PALHOÇA	0002081350	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SC	421190	PALHOÇA	0002081377	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SC	421190	PALHOÇA	0002081407	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SC	421190	PALHOÇA	0002081458	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SC	421190	PALHOÇA	0002081504	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SC	421190	PALHOÇA	0002081512	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SC	421190	PALHOÇA	0002081520	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SC	421190	PALHOÇA	0002081547	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SC	421190	PALHOÇA	0002081555	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SC	421190	PALHOÇA	0002081601	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SC	421190	PALHOÇA	0002081709	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SC	421190	PALHOÇA	0002081717	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SC	421190	PALHOÇA	0002085100	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SC	421190	PALHOÇA	0002085127	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SC	421190	PALHOÇA	0002085151	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SC	421190	PALHOÇA	0002085208	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SC	421190	PALHOÇA	0002085410	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SC	421190	PALHOÇA	0002047012	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SC	421555	SANTA HELENA	0002075717	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SC	421650	SÃO JOAQUIM	0002086166	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SC	421650	SÃO JOAQUIM	0002086131	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SC	421650	SÃO JOAQUIM	0002086204	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SC	421760	SIDERÓPOLIS	0001922408	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SC	421760	SIDERÓPOLIS	0001922416	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SC	421760	SIDERÓPOLIS	0001922424	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SC	421760	SIDERÓPOLIS	0001922432	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SC	421830	TRÊS BARRAS	0002024950	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SC	421830	TRÊS BARRAS	0002074419	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SC	421830	TRÊS BARRAS	0002074338	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SE	280070	BREJO GRANDE	0002061171	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SE	280070	BREJO GRANDE	0002061198	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SE	280070	BREJO GRANDE	0002061252	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SE	280150	CARMÓPOLIS	0001741225	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SE	280150	CARMÓPOLIS	0001741284	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SE	280150	CARMÓPOLIS	0001741349	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SE	280150	CARMÓPOLIS	0001741381	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SE	280170	CRISTINÁPOLIS	0001819003	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SE	280280	INDIAROBA	0002083299	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SE	280280	INDIAROBA	0002083388	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SE	280280	INDIAROBA	0002083523	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SE	280380	MALHADA DOS BOIS	0002073994	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SE	280380	MALHADA DOS BOIS	0002074087	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SE	280620	SALGADO	0002076535	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SE	280620	SALGADO	0002076578	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SE	280620	SALGADO	0002076608	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SE	280620	SALGADO	0002083167	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SE	280720	SIRIRI	0001931091	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SE	280730	TELHA	0002068141	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SP	350020	ADOLFO	0001826166	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SP	350075	ALAMBARI	0002085224	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SP	350320	ARARAQUARA	0001844857	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SP	350370	ARIRANHA	0002074656	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SP	350450	AVARÉ	0002066335	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SP	350450	AVARÉ	0002066440	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SP	350450	AVARÉ	0002066505	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SP	350550	BARRETOS	0002000903	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SP	350590	BATATAIS	0002018225	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SP	350590	BATATAIS	0002018284	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SP	350590	BATATAIS	0002018845	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SP	350590	BATATAIS	0002018365	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SP	350590	BATATAIS	0002018322	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SP	350600	BAURU	0001840088	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SP	350600	BAURU	0001827308	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SP	350610	BEBEDOURO	0002078759	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SP	350610	BEBEDOURO	0002078740	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SP	350610	BEBEDOURO	0002078732	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SP	350610	BEBEDOURO	0002078686	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SP	350610	BEBEDOURO	0002078562	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SP	350610	BEBEDOURO	0002020866	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SP	350610	BEBEDOURO	0002020920	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SP	350610	BEBEDOURO	0002078481	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SP	350610	BEBEDOURO	0002020769	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SP	350610	BEBEDOURO	0002013231	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SP	350610	BEBEDOURO	0002012715	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SP	350610	BEBEDOURO	0002012081	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SP	350770	BRAÚNA	0002096951	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SP	350770	BRAÚNA	0002096897	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SP	350880	CAFELÂNDIA	0001908235	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SP	350880	CAFELÂNDIA	0001908286	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SP	350890	CAIABU	0002073366	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SP	350890	CAIABU	0002073382	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SP	350900	CAIEIRAS	0001876600	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SP	350950	CAMPINAS	0002068192	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SP	350950	CAMPINAS	0002068206	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SP	350950	CAMPINAS	0002068214	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SP	350950	CAMPINAS	0002068222	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SP	350950	CAMPINAS	0002068230	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SP	350950	CAMPINAS	0002068265	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SP	350950	CAMPINAS	0002068257	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SP	350950	CAMPINAS	0002068311	Equipe de Saúde Bucal 40 horas

SP	350990	CANANÉIA	0001812009	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SP	351015	CANITAR	0002056690	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SP	351120	CATIGUÁ	0001848976	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SP	351260	CORONEL MACEDO	0002084147	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SP	351350	CUBATÃO	0001961608	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SP	351350	CUBATÃO	0001961802	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SP	351350	CUBATÃO	0001961837	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SP	351350	CUBATÃO	0001961888	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SP	351350	CUBATÃO	0001961918	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SP	351350	CUBATÃO	0001961934	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SP	351350	CUBATÃO	0001961950	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SP	351350	CUBATÃO	0001961993	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SP	351690	GENERAL SALGADO	0001953206	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SP	351690	GENERAL SALGADO	0001952188	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SP	351690	GENERAL SALGADO	0001951769	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SP	351760	GUAPIARA	0002075253	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SP	351760	GUAPIARA	0002074680	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SP	351760	GUAPIARA	0002074613	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SP	351760	GUAPIARA	0002074583	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SP	351780	GUARAÇAÍ	0001990683	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SP	351840	GUARATINGUETÁ	0002018748	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SP	351840	GUARATINGUETÁ	0002075628	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SP	351840	GUARATINGUETÁ	0002075636	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SP	351840	GUARATINGUETÁ	0002075989	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SP	351870	GUARUJÁ	0002072130	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SP	351870	GUARUJÁ	0002072149	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SP	351870	GUARUJÁ	0002072157	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SP	351870	GUARUJÁ	0002072165	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SP	351870	GUARUJÁ	0002072173	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SP	351870	GUARUJÁ	0002072181	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SP	351870	GUARUJÁ	0002072203	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SP	351870	GUARUJÁ	0002072211	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SP	351870	GUARUJÁ	0002072238	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SP	351870	GUARUJÁ	0002072971	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SP	351870	GUARUJÁ	0002071282	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SP	351870	GUARUJÁ	0002071819	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SP	351870	GUARUJÁ	0002071827	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SP	351870	GUARUJÁ	0002071835	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SP	351870	GUARUJÁ	0002071843	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SP	351870	GUARUJÁ	0002071851	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SP	351870	GUARUJÁ	0002071878	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SP	351870	GUARUJÁ	0002071894	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SP	351870	GUARUJÁ	0002071908	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SP	351870	GUARUJÁ	0002071916	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SP	351870	GUARUJÁ	0002071924	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SP	351870	GUARUJÁ	0002071932	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SP	351870	GUARUJÁ	0002071940	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SP	351870	GUARUJÁ	0002071959	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SP	351870	GUARUJÁ	0002071967	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SP	351870	GUARUJÁ	0002071975	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SP	351870	GUARUJÁ	0002071983	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SP	351870	GUARUJÁ	0002072122	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SP	351870	GUARUJÁ	0002072114	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SP	351870	GUARUJÁ	0002072106	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SP	351870	GUARUJÁ	0002072092	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SP	351870	GUARUJÁ	0002072084	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SP	351870	GUARUJÁ	0002072076	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SP	351870	GUARUJÁ	0002072068	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SP	351870	GUARUJÁ	0002072041	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SP	351870	GUARUJÁ	0002072033	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SP	351870	GUARUJÁ	0002072025	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SP	351870	GUARUJÁ	0002071991	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SP	351870	GUARUJÁ	0002072009	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SP	351870	GUARUJÁ	0002072017	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SP	351907	HORTOLÂNDIA	0001829556	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SP	351925	IARAS	0002086484	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SP	351980	ICÉM	0002079291	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SP	351980	ICÉM	0002079402	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SP	351990	IEPÊ	0002089459	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SP	351990	IEPÊ	0002089440	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SP	351990	IEPÊ	0002089475	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SP	352180	ITAÍ	0001792407	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SP	352180	ITAÍ	0001792431	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SP	352230	ITAPETININGA	0002094584	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SP	352230	ITAPETININGA	0002094606	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SP	352230	ITAPETININGA	0002095017	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SP	352230	ITAPETININGA	0002095033	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SP	352480	JALES	0001865056	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SP	352600	JUNQUEIRÓPOLIS	0001959956	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SP	352600	JUNQUEIRÓPOLIS	0001959425	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SP	352600	JUNQUEIRÓPOLIS	0001965646	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SP	352600	JUNQUEIRÓPOLIS	0001965735	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SP	352600	JUNQUEIRÓPOLIS	0001965670	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SP	352620	JUQUITIBA	0001933523	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SP	352620	JUQUITIBA	0001933620	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SP	352800	MACATUBA	0001772023	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SP	352800	MACATUBA	0001772104	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SP	352800	MACATUBA	0001772112	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SP	352830	MAGDA	0002080168	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SP	352900	MARÍLIA	0002075377	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SP	352900	MARÍLIA	0002075393	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SP	352900	MARÍLIA	0002075407	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SP	352940	MAUÁ	0002086751	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SP	352940	MAUÁ	0002084546	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SP	352940	MAUÁ	0002084538	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SP	352940	MAUÁ	0002084511	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SP	352940	MAUÁ	0002084473	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SP	352940	MAUÁ	0002084465	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SP	352940	MAUÁ	0002083272	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SP	352940	MAUÁ	0002083957	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SP	352940	MAUÁ	0002084112	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SP	352940	MAUÁ	0002082888	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SP	352940	MAUÁ	0002082772	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SP	352940	MAUÁ	0002082756	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SP	352940	MAUÁ	0002079615	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SP	352940	MAUÁ	0002079577	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SP	352940	MAUÁ	0002079534	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SP	352940	MAUÁ	0002071118	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SP	352940	MAUÁ	0002077884	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SP	352940	MAUÁ	0002078651	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SP	352940	MAUÁ	0002078694	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SP	352940	MAUÁ	0002078961	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SP	352940	MAUÁ	0002079070	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SP	352940	MAUÁ	0002079178	Equipe de Saúde Bucal 40 horas

SP	352950	MENDONÇA	0002057859	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SP	352950	MENDONÇA	0002057875	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SP	352960	MERIDIANO	0002031752	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SP	353130	MONTE ALTO	0001726137	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SP	353130	MONTE ALTO	0001727346	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SP	353190	MORRO AGUDO	0001838377	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SP	353190	MORRO AGUDO	0001838768	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SP	353410	ORIENTE	0002072602	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SP	353410	ORIENTE	0002072610	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SP	353460	OSVALDO CRUZ	0002050455	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SP	353560	PARAIBUNA	0002076721	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SP	353560	PARAIBUNA	0002046431	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SP	353560	PARAIBUNA	0002076780	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SP	353560	PARAIBUNA	0002076799	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SP	353600	PARAPUÃ	0002090708	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SP	353600	PARAPUÃ	0002085054	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SP	353600	PARAPUÃ	0002090767	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SP	353720	PEDRO DE TOLEDO	0001744186	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SP	353740	PEREIRA BARRETO	0002062232	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SP	353770	PIACATU	0001800027	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SP	353770	PIACATU	0001800094	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SP	353870	PIRACICABA	0001864483	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SP	354030	PONTES GESTAL	0002068362	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SP	354050	PORANGABA	0002076683	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SP	354230	REDENÇÃO DA SERRA	0002079232	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SP	354280	RIBEIRA	0001773550	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SP	354300	RIBEIRÃO BRANCO	0001985876	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SP	354300	RIBEIRÃO BRANCO	0001985884	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SP	354323	RIBEIRÃO DOS ÍNDIOS	0001967487	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SP	354470	SAGRES	0002089874	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SP	354660	SANTA FÉ DO SUL	0002093936	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SP	354660	SANTA FÉ DO SUL	0002093898	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SP	354660	SANTA FÉ DO SUL	0002093901	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SP	354660	SANTA FÉ DO SUL	0002093928	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SP	354770	SANTO ANASTÁCIO	0002068451	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SP	354770	SANTO ANASTÁCIO	0002068486	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SP	354790	SANTO ANTÔNIO DA ALEGRIA	0001950789	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SP	354790	SANTO ANTÔNIO DA ALEGRIA	0001950851	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SP	354870	SÃO BERNARDO DO CAMPO	0001821423	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SP	354910	SÃO JOÃO DA BOA VISTA	0001926713	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SP	354910	SÃO JOÃO DA BOA VISTA	0001926594	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SP	354910	SÃO JOÃO DA BOA VISTA	0001926632	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SP	354910	SÃO JOÃO DA BOA VISTA	0001926357	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SP	354910	SÃO JOÃO DA BOA VISTA	0001926500	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SP	355030	SÃO PAULO	0002024713	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SP	355030	SÃO PAULO	0002024721	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SP	355030	SÃO PAULO	0002024799	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SP	355030	SÃO PAULO	0002024802	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SP	355030	SÃO PAULO	0002024810	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SP	355030	SÃO PAULO	0002024837	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SP	355030	SÃO PAULO	0002024845	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SP	355030	SÃO PAULO	0002024853	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SP	355030	SÃO PAULO	0001895311	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SP	355030	SÃO PAULO	0001895532	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SP	355030	SÃO PAULO	0001895850	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SP	355030	SÃO PAULO	0001895877	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SP	355030	SÃO PAULO	0001897187	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SP	355030	SÃO PAULO	0001897659	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SP	355030	SÃO PAULO	0001897667	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SP	355030	SÃO PAULO	0001906364	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SP	355030	SÃO PAULO	0001906372	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SP	355030	SÃO PAULO	0001906410	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SP	355030	SÃO PAULO	0001906429	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SP	355030	SÃO PAULO	0001906437	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SP	355030	SÃO PAULO	0001906453	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SP	355030	SÃO PAULO	0001906488	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SP	355030	SÃO PAULO	0001945483	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SP	355030	SÃO PAULO	0001945580	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SP	355030	SÃO PAULO	0001945599	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SP	355030	SÃO PAULO	0001945602	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SP	355030	SÃO PAULO	0001945661	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SP	355030	SÃO PAULO	0001945688	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SP	355030	SÃO PAULO	0001946129	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SP	355030	SÃO PAULO	0001946137	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SP	355030	SÃO PAULO	0001946145	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SP	355030	SÃO PAULO	0001946153	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SP	355030	SÃO PAULO	0001946161	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SP	355030	SÃO PAULO	0001946188	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SP	355030	SÃO PAULO	0001946196	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SP	355030	SÃO PAULO	0001946218	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SP	355030	SÃO PAULO	0001946226	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SP	355030	SÃO PAULO	0001946234	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SP	355030	SÃO PAULO	0001946242	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SP	355030	SÃO PAULO	0001946250	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SP	355030	SÃO PAULO	0001946269	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SP	355030	SÃO PAULO	0001946315	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SP	355030	SÃO PAULO	0001946323	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SP	355030	SÃO PAULO	0001946331	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SP	355030	SÃO PAULO	0001946390	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SP	355030	SÃO PAULO	0001946471	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SP	355030	SÃO PAULO	0001946498	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SP	355030	SÃO PAULO	0001946501	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SP	355030	SÃO PAULO	0001946838	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SP	355030	SÃO PAULO	0001946870	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SP	355030	SÃO PAULO	0001946897	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SP	355030	SÃO PAULO	0001946900	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SP	355030	SÃO PAULO	0001946919	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SP	355030	SÃO PAULO	0001946927	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SP	355030	SÃO PAULO	0001946943	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SP	355030	SÃO PAULO	0001946951	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SP	355030	SÃO PAULO	0001946978	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SP	355030	SÃO PAULO	0001946994	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SP	355030	SÃO PAULO	0001947001	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SP	355030	SÃO PAULO	0001947036	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SP	355030	SÃO PAULO	0001947044	Equipe de Saúde Bucal 40 horas

SP	355030	SÃO PAULO	0001947052	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SP	355030	SÃO PAULO	0001947060	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SP	355030	SÃO PAULO	0001958836	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SP	355030	SÃO PAULO	0001958844	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SP	355030	SÃO PAULO	0002024691	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SP	355050	SÃO PEDRO DO TURVO	0001932985	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SP	355050	SÃO PEDRO DO TURVO	0001933078	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SP	355070	SÃO SEBASTIÃO	0001843273	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SP	355070	SÃO SEBASTIÃO	0001839357	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SP	355070	SÃO SEBASTIÃO	0001993151	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SP	355070	SÃO SEBASTIÃO	0001837494	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SP	355290	TACIBA	0002066270	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SP	355290	TACIBA	0002066262	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SP	355365	TAQUARAL	0002063735	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SP	355500	TUPÃ	0001988611	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SP	355500	TUPÃ	0001988654	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SP	355500	TUPÃ	0001988689	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SP	355500	TUPÃ	0001987216	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SP	355500	TUPÃ	0001990284	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SP	355500	TUPÃ	0001990314	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SP	355500	TUPÃ	0001988565	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SP	355500	TUPÃ	0001988514	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SP	355500	TUPÃ	0001988123	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SP	355500	TUPÃ	0001990268	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SP	355695	VITÓRIA BRASIL	0002083027	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
TO	170070	ALVORADA	0001993739	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
TO	170070	ALVORADA	0001993828	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
TO	170070	ALVORADA	0001993763	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
TO	170210	ARAGUAÍNA	0002085291	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
TO	170210	ARAGUAÍNA	0002085232	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
TO	170210	ARAGUAÍNA	0002085097	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
TO	170210	ARAGUAÍNA	0001811681	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
TO	170210	ARAGUAÍNA	0002085305	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
TO	170210	ARAGUAÍNA	0002085348	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
TO	170210	ARAGUAÍNA	0002085321	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
TO	170600	COUTO MAGALHÃES	0002096412	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
TO	170600	COUTO MAGALHÃES	0002096447	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
TO	170625	CRIXÁS DO TOCANTINS	0002090716	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
TO	170980	IPUEIRAS	0002047373	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
TO	171370	MONTE SANTO DO TOCANTINS	0002088789	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
TO	171430	NAZARÉ	0002042746	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
TO	172100	PALMAS	0002006995	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
TO	172100	PALMAS	0002007010	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
TO	172100	PALMAS	0002007045	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
TO	172100	PALMAS	0002007061	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
TO	172100	PALMAS	0002007088	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
TO	172100	PALMAS	0002007096	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
TO	172100	PALMAS	0002007126	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
TO	172100	PALMAS	0002007134	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
TO	172100	PALMAS	0002007142	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
TO	172100	PALMAS	0002007169	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
TO	172100	PALMAS	0002007207	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
TO	172100	PALMAS	0002007231	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
TO	172100	PALMAS	0002007258	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
TO	172100	PALMAS	0002007347	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
TO	172100	PALMAS	0002007363	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
TO	172100	PALMAS	0002007371	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
TO	172100	PALMAS	0002007398	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
TO	172100	PALMAS	0002007525	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
TO	172100	PALMAS	0002007533	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
TO	172100	PALMAS	0002007541	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
TO	172100	PALMAS	0002027682	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
TO	172100	PALMAS	0001796879	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
TO	172100	PALMAS	0001801651	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
TO	172100	PALMAS	0001846833	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
TO	172100	PALMAS	0001850377	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
TO	172100	PALMAS	0001850563	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
TO	172100	PALMAS	0001850784	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
TO	172100	PALMAS	0001851810	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
TO	172100	PALMAS	0001851934	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
TO	172100	PALMAS	0001861379	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
TO	172100	PALMAS	0001861433	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
TO	172100	PALMAS	0001861824	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
TO	172100	PALMAS	0001861859	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
TO	172100	PALMAS	0001861980	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
TO	172100	PALMAS	0001862049	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
TO	172100	PALMAS	0001862227	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
TO	172100	PALMAS	0001862855	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
TO	172100	PALMAS	0001863037	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
TO	172100	PALMAS	0001863274	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
TO	172100	PALMAS	0001863290	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
TO	172100	PALMAS	0001866923	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
TO	172100	PALMAS	0001895117	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
TO	172100	PALMAS	0001895125	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
TO	172100	PALMAS	0001895133	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
TO	172100	PALMAS	0002002302	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
TO	172100	PALMAS	0002002310	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
TO	172100	PALMAS	0002002329	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
TO	172100	PALMAS	0002002337	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
TO	172100	PALMAS	0002002345	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
TO	172100	PALMAS	0002002353	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
TO	172100	PALMAS	0002002493	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
TO	172100	PALMAS	0002002515	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
TO	172100	PALMAS	0002002523	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
TO	172100	PALMAS	0002002531	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
TO	172100	PALMAS	0002002558	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
TO	172100	PALMAS	0002002566	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
TO	172100	PALMAS	0002002574	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
TO	172100	PALMAS	0002002582	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
TO	172100	PALMAS	0002005522	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
TO	172100	PALMAS	0002005824	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
TO	172100	PALMAS	0002005840	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
TO	172100	PALMAS	0002005859	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
TO	172100	PALMAS	0002006928	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
TO	172100	PALMAS	0002006952	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
TO	172100	PALMAS	0002006960	Equipe de Saúde Bucal 40 horas

TO	172100	PALMAS	0002006979	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
TO	172100	PALMAS	0002006987	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
TO	171630	PAU D'ARCO	0002069687	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
TO	171845	PUGMIL	0002071061	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
TOTAL	620 MUNICÍPIOS		2.791 EQUIPES DE SAÚDE BUCAL 40 HORAS	

AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR

RESOLUÇÃO REGIMENTAL - RR Nº 17, DE 3 DE DEZEMBRO DE 2020 (*)

Altera os Anexos I e IV da Resolução Regimental - RR nº 1, de 17 de março de 2017, que institui o Regimento Interno da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS.

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, em vista do que dispõe o inciso IV do art. 9º, do Anexo I, do Regulamento aprovado pelo Decreto nº 3.327, de 5 de janeiro de 2000; e o art. 14 da Lei nº 9.986, de 18 de julho de 2000; os incisos II e III do art. 10 da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000; e a alínea "e" do inciso II do art. 30, da Resolução Regimental - RR nº 1, de 17 de março de 2017, em reunião realizada em 02 de dezembro de 2020, adotou a seguinte Resolução Regimental - RR e eu, Diretor-Presidente Substituto, determino a sua publicação.

Art. 1º Esta Resolução Regimental - RR altera os Anexos I e IV da RR nº 1, de 17 de março de 2017, que institui o Regimento Interno da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS.

Art. 2º O Anexo I a Resolução Regimental - RR nº 1, de 2017, no que se refere ao quadro demonstrativo de cargos comissionados e cargos comissionados técnicos no âmbito da estrutura da Presidência da ANS, da Secretaria Geral e da Diretoria de Normas e Habilitação das Operadoras passa a vigorar com a redação do Anexo desta Resolução Regimental - RR.

Parágrafo único. O Anexo desta Resolução Regimental - RR estará disponível para consulta e cópia no sítio institucional da ANS na internet - www.ans.gov.br.

Art. 3º Revoga-se o disposto no art. 3º, II e no art. 12, ambos do Anexo IV, que trata da estrutura administrativa e operacional da Diretoria de Norma e Habilitação das Operadoras - DIOPE, da Resolução Regimental - RR nº 1, de 2017.

Art. 4º Esta Resolução Regimental - RR entra em vigor no 1º dia útil do mês subsequente a sua data de publicação.

ROGÉRIO SCARABEL
Diretor-Presidente da ANS
Substituto

"ANEXO I"

.....

"ESTRUTURA REGIMENTAL - ÓRGÃO PRESIDÊNCIA/ANS"			
.....	.....	.....	.....
"1. GABINETE DA PRESIDÊNCIA - GAB/PRESI"	.....	.....	.....
	"Assessor "(NR)	"CGE IV" (NR)	"1" (NR)
	.....	.....	.....
	.....	.....	.....

.....

"ESTRUTURA REGIMENTAL - ÓRGÃO DIRETORIA DE NORMAS E HABILITAÇÃO DAS OPERADORAS - DIOPE"			
.....	.....	.....	.....
"1.1.2 ASSESSORIA DE APOIO À GESTÃO - ASSEG" (NR)	Assessor	CGE IV	1
"1.1.3 GERÊNCIA-GERAL DE ACOMPANHAMENTO ECONÔMICO-FINANCEIRO DAS OPERADORAS E MERCADO - GGAME" (NR)	Gerente-Geral	CGE II	1
		CCT III	1
		CCT III	1
		CCT III	1
"1.1.3.1 GERÊNCIA DE ACOMPANHAMENTO REGULAR DAS OPERADORAS - GEAOP" (NR)	Gerente	CGE III	1
"1.1.3.1.1 COORDENADORIA DE ACOMPANHAMENTO DE OPERADORAS - COAOP" (NR)	Coordenador	CCT V	1
"1.1.3.1.2 COORDENADORIA DE INFORMAÇÕES ECONÔMICO-FINANCEIRAS PERIÓDICAS - COIEP" (NR)	Coordenador	CCT V	1
"1.1.3.2 GERÊNCIA DE HABILITAÇÃO E ESTUDOS DE MERCADO - GEHAE" (NR)	Gerente	CGE III	1
"1.1.3.2.1 COORDENADORIA DE HABILITAÇÃO - COHAB" (NR)	Coordenador	CCT V	1
"1.1.3.2.2 COORDENADORIA DE ESTUDOS DE MERCADO - CESME" (NR)	Coordenador	CCT V	1
"1.1.4 GERÊNCIA-GERAL DE ACOMPANHAMENTO ESPECIAL E DE REGIMES DE RESOLUÇÃO - GGAER" (NR)	Gerente-Geral	CGE II	1
"1.1.4.1 GERÊNCIA DE ACOMPANHAMENTO ESPECIAL DAS OPERADORAS - GEAES" (NR)	Gerente	CGE III	1
"1.1.4.1.1 COORDENADORIA DE PROCEDIMENTOS DE ADEQUAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA - COPAEF" (NR)	Coordenador	CCT V	1
"1.1.4.1.2 COORDENADORIA DE DIREÇÃO FISCAL - CODIF" (NR)	Coordenador	CCT V	1
"1.1.4.2 GERÊNCIA DE REGIMES DE RESOLUÇÃO - GERER" (NR)	Gerente	CGE III	1
"1.1.4.2.1 COORDENADORIA DE CANCELAMENTO DE REGISTRO E DE LIQUIDAÇÃO - COCAL" (NR)	Coordenador	CCT V	1
"1.1.4.2.2 COORDENADORIA DE PRESTAÇÃO DE CONTAS - COPRE" (NR)	Coordenador	CCT V	1
"1.1.4.2.3 COORDENADORIA DE INDISPONIBILIDADE DE BENS - COIND" (NR)	Coordenador	CCT V	1

.....

ESTRUTURA REGIMENTAL - ÓRGÃO SECRETARIA GERAL - SEGER			
.....	.....	.....	.....
1.3. COORDENADORIA DE APOIO À DIRETORIA COLEGIADA - COADC	Coordenador	"CCT IV" (NR)	1
.....	.....	.....	.....

.....

(*) Republicada, por ter saído no DOU nº 234, de 08/12/2020, Seção 1, página 108, com incorreções no original.

AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA

PORTARIA PT Nº 716, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2020

Institui o Programa de Fortalecimento das Ações do Sistema Nacional de Vigilância Sanitária (SNVS) em Sangue, Tecidos, Células e Órgãos para uso terapêutico, define o compartilhamento de documentos decorrentes de inspeções, de informações técnicas e de informações profissionais de inspetores, entre os entes do SNVS.

O Diretor-Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - Anvisa, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 52, IV, § 1º e o art. 54, III, § 3º, do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art. 1º Instituir o Programa de Fortalecimento das Ações do Sistema Nacional de Vigilância Sanitária (SNVS) em Sangue, Tecidos, Células e Órgãos (STCO) para uso terapêutico, com o objetivo de qualificar as funções regulatórias relacionadas.

Parágrafo único. O programa de que trata o caput deste artigo consiste em três projetos estruturantes:

I - Harmonização dos procedimentos de inspeção em sangue, tecidos, células e órgãos;

II - Diretrizes para qualificação e capacitação dos inspetores do SNVS em Boas Práticas em sangue, tecidos, células e órgãos; e

III - Diretrizes de aprimoramento do processo de licenciamento sanitário de estabelecimentos de sangue, tecidos, células e órgãos.

Art. 2º Os projetos estruturantes referidos no parágrafo único do art. 1º deverão ser concretizados por meio de processos e documentos harmonizados, a serem adotados pelos órgãos competentes integrantes do SNVS conforme a data de efetividade de cada processo e documento.

§1º Os processos e documentos harmonizados, aos quais se refere o caput deste artigo, compreenderão:

I - procedimentos operacionais padrão (POPs) relativos às atividades de inspeção em estabelecimentos de STCO para uso terapêutico, incluindo: o planejamento e condução de inspeção; a elaboração de relatório de inspeção; o monitoramento de ações corretivas para adequação de não conformidades observadas; o compartilhamento de documentos e informações entre os entes do SNVS; entre outros.

II - POPs relativos à elaboração de outros processos e documentos, entre estes, o gerenciamento de documentos no âmbito do SNVS, auditoria interna dos entes do SNVS, e treinamento em procedimentos.

III - processos relativos a treinamento e avaliação profissional do quadro técnico do SNVS, compreendendo: o compartilhamento de informações sobre o quadro de profissionais atuantes na área; as diretrizes para capacitação de inspetores; e estratégias e organização de ofertas de cursos; e

IV - demais documentos que se façam necessários, tais como instruções técnicas, roteiros de inspeção, manuais e guias.

§2º Os processos e documentos harmonizados de que trata o §1º deste artigo, bem como suas respectivas atualizações, serão disponibilizados, à medida de sua elaboração ou atualização, no Diretório do Sistema Nacional de Vigilância Sanitária, localizado na página eletrônica da Anvisa, em caráter oficial.

Art. 3º Os órgãos de Vigilância Sanitária de Municípios, Estados, Distrito Federal e da União, que executarem atividades de inspeção em estabelecimentos de STCO, deverão compartilhar, conforme definido por procedimento harmonizado e em efetividade:

I - documentos decorrentes de inspeções sanitárias;

II - informes técnicos de interesse dos entes do SNVS; e

III - informações de âmbito profissional sobre seus inspetores, e mantê-las atualizadas.

Parágrafo único. Os entes do SNVS deverão acompanhar, periodicamente, os informes gerais e técnicos disponibilizados no Diretório do Sistema Nacional de Vigilância Sanitária, bem como os realizados por comunicação eletrônica direta entre os envolvidos, a fim de realizar as medidas cabíveis.

Art. 4º A gestão dos processos e documentos harmonizados de que trata o art. 2º desta Portaria será realizada pelo Grupo de Trabalho Tripartite (GTT) para Gestão de Documentos do SNVS na área de STCO, instituído pela Anvisa.

Parágrafo único. O GTT de que trata o caput deste artigo será composto por representantes da Anvisa, do Conselho Nacional de Secretários de Saúde (CONASS) e do Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde (CONASEMS), nomeados por meio de Portaria específica.

Art. 5º O Programa de Fortalecimento das Ações do Sistema Nacional de Vigilância Sanitária em Sangue, Tecidos, Células e Órgãos deverá ser coerente e complementar com as iniciativas congêneres instituídas para a harmonização de processos e procedimentos no âmbito do SNVS, de forma a não se contrapor aos mesmos.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANTONIO BARRA TORRES

DIRETORIA COLEGIADA

RESOLUÇÃO - RDC Nº 441, DE 2 DE DEZEMBRO DE 2020

Dispõe sobre a manutenção do ingrediente ativo Glifosato em produtos agrotóxicos no País, determina medidas de mitigação de riscos à saúde e alterações no registro decorrentes da sua reavaliação toxicológica.

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das competências que lhe conferem os arts. 7º, incisos III e IV, e 15, incisos III e IV, da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, e considerando o disposto no art. 53, inciso VI e §§ 1º e 3º, do Regimento Interno, aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC n° 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve adotar a seguinte Resolução de Diretoria Colegiada, conforme deliberado em reunião realizada em 1º de dezembro de 2020, e eu, Diretor-Presidente, determino a sua publicação.

CAPÍTULO I

DO OBJETIVO E DO ÂMBITO DE APLICAÇÃO

Art. 1º Esta Resolução estabelece a manutenção do ingrediente ativo Glifosato em produtos agrotóxicos no País, determina medidas de mitigação de riscos à saúde e alterações no registro decorrentes de sua reavaliação toxicológica.

§ 1º Esta Resolução se aplica a todos os produtos técnicos e formulados à base do ingrediente ativo Glifosato atualmente registrados e que venham a ser registrados no Brasil.

§ 2º Os pedidos de avaliação toxicológica de registro e pós-registro e as alterações da monografia do ingrediente ativo Glifosato aprovados após 1º de outubro de 2019 relacionados aos produtos formulados que não se enquadrem nos parâmetros e características utilizados na avaliação de risco realizada durante a reavaliação do Glifosato devem ser submetidos à avaliação de risco ocupacional e de residentes e transeuntes pela Anvisa.

CAPÍTULO II

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 2º Ficam definidas as seguintes alterações na Monografia do ingrediente ativo Glifosato, índice monográfico G01, a partir da data de publicação desta Resolução:

I - inclusão do formaldeído, na concentração de 1,0 g/Kg, entre os contaminantes de importância toxicológica para o ingrediente ativo, mantendo-se o N-nitrosoglifosato na concentração de 0,001 g/Kg;

II - inclusão da definição de resíduos de Glifosato para conformidade com o Limite Máximo de Resíduo (LMR) como Glifosato;

III - inclusão da definição de resíduos de Glifosato para avaliação do risco dietético como a soma de Glifosato e AMPA, expressos como Glifosato;

IV - inclusão do Nível Aceitável de Exposição Ocupacional (Acceptable Operator Exposure Level - AOEL) de 0,1 mg/kg de peso corpóreo por dia;

V - inclusão da Dose de Referência Aguda (DRfA) de 0,5 mg/kg de peso corpóreo; e

VI - alteração da Ingestão Diária Aceitável (IDA) para 0,5 mg/kg de peso corpóreo.

Art. 3º Fica proibido o componente polioxietileno amina (POEA) em concentração acima de 20% nos produtos formulados à base de Glifosato.

Art. 4º As bulas e, no que for aplicável, os rótulos dos produtos formulados à base de Glifosato devem ser revisados de modo a contemplar as seguintes informações, restrições e proibições:

I - obrigação de utilização de tecnologia de redução da deriva de 50% para doses acima de 1.800 g/ha (formulações SL/SC e WG/SG) nas aplicações costal, estacionária/semi-estacionária e tratorizada; e

II - obrigação de utilização de tecnologia de redução da deriva de 50% e bordadura de cinco metros para doses acima de 3.700 g/ha (formulação SL/SC) nas aplicações costal, estacionária/semi-estacionária e tratorizada. A bordadura terá início no limite externo da plantação em direção ao seu interior e será obrigatória sempre que houver povoações, cidades, vilas, bairros, bem como moradias ou escolas isoladas, a menos de 40 metros do limite externo da plantação.

Parágrafo único. As obrigações definidas nos incisos I e II poderão ser alteradas a partir dos resultados da avaliação de risco de cada produto formulado.

CAPÍTULO III

DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

Art. 5° Os pedidos de avaliação toxicológica para fins de alteração da formulação dos produtos formulados em desacordo com o art. 3° desta Resolução devem ser peticionados no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias, contados a partir da data de publicação desta Resolução.

§ 1° Fica cancelada a avaliação toxicológica dos produtos formulados, em desacordo com o art. 3° desta Resolução, das empresas detentoras do registro do agrotóxico que não peticionarem a alteração da formulação dentro do prazo estabelecido no caput.

§ 2° Após o prazo descrito no caput, as empresas detentoras do registro do agrotóxico que não peticionarem a alteração da formulação deverão recolher das distribuidoras e estabelecimentos comerciais, em até 30 (trinta) dias, os seus produtos formulados em desacordo com o art. 3° desta Resolução.

§ 3° Os produtos em desacordo com o art. 3° desta Resolução, adquiridos pelos usuários, pessoas jurídicas ou físicas, e destinados ao uso final, poderão ser utilizados até o seu esgotamento ou prazo de validade.

Art. 6° No prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias, contados a partir da data de publicação desta Resolução, as empresas titulares de registro dos produtos à base de Glifosato deverão atualizar as bulas e, no que for aplicável, os rótulos desses produtos conforme alterações constantes no art. 4º desta Resolução.

Art. 7° No prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias, contados a partir da data de publicação desta Resolução, as empresas titulares de registro de produtos formulados à base de Glifosato deverão instituir ou aprimorar programas de educação e manejo aos usuários de forma a ampliar o uso seguro desses produtos.

§ 1° Os programas de educação e manejo devem ser especialmente direcionados às situações de maior risco potencial dos produtos e aos usuários mais vulneráveis, conforme resultados das avaliações realizadas pela Anvisa.

§ 2° As empresas titulares de registro de produtos à base de Glifosato são responsáveis por monitorar os resultados desses programas e elaborar relatórios anuais com registro das vendas de produtos no período, das medidas de mitigação de risco realizadas e dos resultados obtidos, incluindo os dados de intoxicação notificados no período e de monitoramento em alimentos e água, entre outros considerados pertinentes.

§ 3° Os relatórios referidos no § 2° deste art. 7° deverão ficar em poder das empresas e poderão ser solicitados a qualquer momento pela Anvisa.

CAPÍTULO IV

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 8º As alterações nas avaliações toxicológicas dos produtos formulados à base de Glifosato resultantes da avaliação do risco ocupacional, de residentes e transeuntes serão publicadas por meio de normativa específica.

Art. 9º O descumprimento das disposições contidas nesta Resolução constitui infração, nos termos da Lei nº 6.437, de 20 de agosto de 1977, e da Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989, e da Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 221, de 28 de março de 2018, sem prejuízo das penalidades civis e penais cabíveis.

Art. 10. Esta Resolução entra em vigor no dia 4 de janeiro de 2021.

ANTONIO BARRA TORRES
Diretor-Presidente

RESOLUÇÃO - RDC Nº 442, DE 2 DE DEZEMBRO DE 2020

Dispõe sobre a manutenção do ingrediente ativo Abamectina em produtos agrotóxicos no País, determina medidas de mitigação de riscos à saúde e alterações no registro decorrentes da sua reavaliação toxicológica.

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das competências que lhe conferem os arts. 7º, incisos III e IV, e 15, incisos III e IV, da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, e considerando o disposto no art. 53, inciso VI e §§ 1º e 3º, do Regimento Interno, aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC n° 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve adotar a seguinte Resolução de Diretoria Colegiada, conforme deliberado em reunião realizada em 1º de dezembro de 2020, e eu, Diretor-Presidente, determino a sua publicação.

CAPÍTULO I

DO OBJETIVO E DO ÂMBITO DE APLICAÇÃO

Art. 1º Esta Resolução estabelece a manutenção do ingrediente ativo Abamectina em produtos agrotóxicos no País, determina medidas de mitigação de riscos à saúde e alterações nos registros decorrentes da sua reavaliação toxicológica.

§ 1º Esta Resolução se aplica a todos os produtos técnicos e formulados à base do ingrediente ativo Abamectina atualmente registrados e que venham a ser registrados no Brasil.

§ 2º Os pedidos de avaliação toxicológica de registro e pós-registro dos produtos formulados contendo o ingrediente ativo Abamectina aprovados após 31 de dezembro de 2019, e os pedidos de alterações da monografia do ingrediente ativo Abamectina devem ser submetidos à avaliação de risco ocupacional e de residentes e transeuntes pela Anvisa.

CAPÍTULO II

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 2º Ficam definidas as seguintes alterações na Monografia do ingrediente ativo Abamectina, índice monográfico A18, a partir da entrada em vigor desta Resolução:

I - inclusão da definição de resíduos de Abamectina para a avaliação do risco dietético como a soma de Avermectina B1a, do isômero 8,9-Z da Avermectina B1a e da Avermectina B1b, expressas como Avermectina B1a;

II - inclusão do Nível Aceitável de Exposição Ocupacional (Acceptable Operator Exposure Level - AOEL) de 0,0025 mg/kg de peso corpóreo por dia;

III - inclusão do Nível Aceitável de Exposição Ocupacional Agudo (Acute Acceptable Operator Exposure Level - AAOEL) de 0,0025 mg/kg de peso corpóreo;

IV - inclusão da Dose de Referência Aguda (DRfA) de 0,0025 mg/kg de peso corpóreo;

V - alteração da Ingestão Diária Aceitável (IDA) para 0,0006 mg/kg de peso corpóreo;

VI - classificação do ingrediente ativo Abamectina para o desfecho toxicidade reprodutiva na categoria 2: suspeita de causar toxicidade reprodutiva em seres humanos; e

VII - classificação do ingrediente ativo Abamectina para o desfecho toxicidade reprodutiva na categoria adicional para efeitos na lactação: suspeita de causar efeito adverso na lactação.

Art. 3º As bulas e, no que for aplicável, os rótulos dos produtos à base de Abamectina devem contemplar as informações estabelecidas no art. 2º, além das seguintes informações gerais:

I - inclusão do pictograma específico para a classe de perigo toxicidade reprodutiva, categoria 2, seguido da palavra de advertência e da frase de perigo "ATENÇÃO - Suspeita-se que prejudique o feto (malformações congênitas)", segundo o anexo IV da Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 296, de 29 de julho de 2019;

II - inclusão da frase de perigo para a categoria adicional para efeitos na lactação "Pode ser nocivo às crianças alimentadas com leite materno", segundo o anexo IV da Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 296, de 2019;

III - indicação clara dos tipos de aplicação autorizados, com as doses e volumes máximo e mínimo que devem ser utilizados na diluição;

IV - indicação das doses e dos volumes de aplicação em litros/hectare; e

V - indicação do número máximo de aplicações e do intervalo mínimo de aplicação para cada cultura.

CAPÍTULO III

DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

Art. 4º As empresas titulares de registro dos produtos à base de Abamectina serão notificadas pela Anvisa para atualização das bulas e, no que for aplicável, dos rótulos, conforme alterações constantes no art. 3° desta Resolução e aquelas resultantes da avaliação do risco ocupacional, de residentes e transeuntes.

Art. 5º No prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias, contados a partir da data de publicação desta Resolução, as empresas titulares de registro de produtos formulados à base de Abamectina deverão instituir ou aprimorar programas de educação e manejo aos usuários.

§ 1º Os programas de educação e manejo devem ser especialmente direcionados às situações de maior risco potencial dos produtos e aos usuários mais vulneráveis, incluindo o risco do uso da Abamectina em culturas não autorizadas, conforme resultados das avaliações realizadas pela Anvisa.

§ 2º As empresas titulares de registro de produtos à base de Abamectina são responsáveis por monitorar os resultados desses programas e elaborar relatórios anuais com registro das vendas de produtos no período, das medidas de mitigação de risco realizadas e dos resultados obtidos, incluindo os dados de intoxicação notificados no período e de monitoramento em alimentos e água, entre outros considerados pertinentes.

§ 3º Os relatórios referidos no § 2º deste art. 6º deverão ficar em poder das empresas e poderão ser solicitados a qualquer momento pela Anvisa.

CAPÍTULO IV

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 6º As alterações nas avaliações toxicológicas dos produtos formulados à base de Abamectina, resultantes da avaliação do risco ocupacional, de residentes e transeuntes, serão publicadas por meio de normativa específica.

Art. 7º O descumprimento das disposições contidas nesta Resolução constitui infração, nos termos da Lei nº 6.437, de 20 de agosto de 1977, da Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989, e da Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 221, de 28 de março de 2018, sem prejuízo das penalidades civis e penais cabíveis.

Art. 8º Esta Resolução entra em vigor em 1° de janeiro de 2021.

ANTONIO BARRA TORRES
Diretor-Presidente

RESOLUÇÃO DE DIRETORIA COLEGIADA - RDC Nº 443, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2020

Altera a Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 73, de 7 de abril de 2016.

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe confere o art. 15, III e IV, aliado ao art. 7º, III e IV da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, e ao art. 53, VI, §§ 1º e 3º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC n° 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve adotar a seguinte Resolução de Diretoria Colegiada, conforme deliberado em reunião realizada em 1º de dezembro de 2020, e eu, Diretor-Presidente, determino a sua publicação.

Art. 1º Esta Resolução altera a Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 73, de 7 de abril de 2016, para reclassificar as mudanças relacionadas aos testes, limites de especificações e métodos analíticos do controle de qualidade e estabilidade do insumo farmacêutico ativo e medicamento e prevê regras de reenquadramento de petições protocoladas anteriormente.

Art. 2º O art. 12 da Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 73, de 2016, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 12.....

§ 2º As mudanças relacionadas aos testes, limites de especificações e métodos analíticos do controle de qualidade e estabilidade do insumo farmacêutico ativo e medicamento estão descritas no anexo I, item 2 (dois), modificações a; b; c; d; e; f; g; h; i.

.....

§ 13 As mudanças relacionadas aos testes, limites de especificações e métodos analíticos do controle de qualidade e estabilidade do insumo farmacêutico ativo e medicamento que sejam exclusivamente decorrentes de atualizações de monografias do produto em farmacopeia que já era utilizada não são consideradas mudanças pós-registro e devem ser implementadas nos prazos de vigência dados pelos referidos compêndios.

§ 14 As provas de adequabilidade das mudanças descritas no § 13, incluindo as validações analíticas aplicáveis conforme norma vigente, devem estar disponíveis mediante solicitação de autoridade sanitária." (NR)

Art. 3º O item 2 (dois) "Mudanças relacionadas aos testes, limites de especificações e métodos analíticos do controle de qualidade e estabilidade do insumo farmacêutico ativo e medicamento" do Anexo I da Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 73, de 2016, passa a vigorar com a redação do item 2 (dois) "Mudanças relacionadas aos testes, limites de especificações e métodos analíticos do controle de qualidade e estabilidade do insumo farmacêutico ativo e medicamento" do Anexo desta Resolução.

Art. 4° As petições de pós-registro contempladas no escopo deste regulamento protocoladas antes da data vigência desta Resolução, incluindo as que se encontram em análise na Gerência-Geral de Medicamentos, serão analisadas conforme as Resoluções vigentes à época do protocolo.

§ 1º As petições já protocoladas, das quais a análise não tenha sido iniciada, cujo objeto seja enquadrado por este regulamento como de implementação imediata a serem submetidas no HMP poderão ser implementadas seguindo o disposto no art. 6º da Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 73, de 2016 , desde que seja solicitada a desistência da petição protocolada.

§ 2º As petições já protocoladas, das quais a análise não tenha sido iniciada, cujo objeto seja enquadrado por este regulamento como de implementação imediata e que não sejam peticionadas via HMP poderão ser implementadas seguindo o disposto no art. 6° da Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 73, de 2016, desde que haja a formalização da mudança realizada por meio de aditamento específico ao expediente referente à mudança pós-registro, contemplando identificação do objeto da petição e reclassificação nos termos do Anexo I da Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 73, de 2016.

§ 3° A ANVISA poderá reenquadrar as mudanças que se enquadram no caput para implementação imediata independente de solicitação da empresa, caso a petição cumpra com esses requisitos considerando o Anexo I da Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 73, de 2016, e este fato seja observado antes do início da análise técnica.

§ 4° Se for realizado o reenquadramento descrito no § 3°, a detentora do registro receberá notificação da ANVISA e poderá implementar a mudança a partir da data da notificação.

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ANTONIO BARRA TORRES
Diretor-Presidente

RESOLUÇÃO DE DIRETORIA COLEGIADA - RDC Nº 73, DE 7 DE ABRIL DE 2016
"ANEXO I
1. MUDANÇAS RELACIONADAS AO INSUMO FARMACÊUTICO ATIVO .....
.....

2. MUDANÇAS RELACIONADAS AOS TESTES, LIMITES DE ESPECIFICAÇÕES E MÉTODOS ANALÍTICOS DO CONTROLE DE QUALIDADE E ESTABILIDADE DO INSUMO FARMACÊUTICO ATIVO E MEDICAMENTO

Refere-se a mudanças realizadas pelo fabricante e/ou pelo importador do medicamento. Deve-se deixar claro na justificativa da mudança se ela está sendo realizada somente pelo fabricante, somente pelo importador ou pelo fabricante e pelo importador.

É permitido o protocolo concomitante destas mudanças quando forem realizadas de forma simultânea, prevalecendo o enquadramento da mudança de maior risco.

Modificações	Condições	Documentos	Tipo de peticionamento
a. Inclusão não crítica de testes ou métodos	A mudança não deve ser decorrente de eventos inesperados na produção que resultaram em resultados fora das especificações no controle de qualidade, decorrente de resultados fora da especificação em estudo de estabilidade ou relacionada a obrigação assumida em Termo de Compromisso.	1, 2, 3, 4, 5, 7	Implementação imediata. Não requer protocolo individual. HMP.
b. Exclusão não crítica de testes ou métodos	A mudança não deve ser decorrente de eventos inesperados na produção que resultaram em resultados fora das especificações no controle de qualidade, decorrente de resultados fora da especificação em estudo de estabilidade ou relacionada a obrigação assumida em Termo de Compromisso. Não se aplica aos testes críticos para a forma farmacêutica em questão.	4, 5	Implementação imediata. Requer protocolo individual.
c. Mudanças nos limites de especificação dentro de limites aprovados anteriormente	Aplica-se aos casos em que todos os resultados aceitáveis conforme o limite proposto também seriam aceitáveis conforme o limite aprovado. Aplica-se também aos casos de adequação aos limites farmacopeicos, no caso de adoção integral da farmacopeia para determinado teste.	2, 4	Implementação imediata. Não requer protocolo individual. HMP.
d. Mudanças nos limites de especificação fora de limites aprovados anteriormente	Aplica-se às mudanças de limites de aceitação que não atendam às condições descritas na mudança "2c".	4, 6, 7	Requer protocolo individual. Deve aguardar manifestação favorável da Anvisa para implementação.
e. Mudanças menores de métodos analíticos	Não se aplica a método biológico ou microbiológico e nem às alterações nas condições de dissolução (aparato, meio, velocidade). É necessário que a mudança cumpra ao menos uma das seguintes condições: 1.Estar dentro da faixa prevista em capítulo geral de ajustes do compêndio ao qual o método pertence; 2. Ser de técnica não cromatográfica para cromatográfica; 3. Ser referente a mudança nos parâmetros de método cromatográfico isocrático, que não inclua composição química da coluna ou composição qualitativa da fase móvel.	1, 2, 3	Implementação imediata. Não requer protocolo individual. HMP.
f. Mudanças intermediárias de métodos analíticos	Aplica-se às mudanças de métodos não enquadradas em "2e" e que atendam a todos os critérios abaixo, se aplicáveis ao método em questão: 1. As técnicas analíticas são semelhantes, como por exemplo separação por cromatografia líquida em fase reversa e detecção por espectroscopia ultravioleta - ou a mudança é de método qualitativo ou semi-quantitativo para método quantitativo; 2. Os critérios de aceitação para os parâmetros de validação do método aprovado também devem se aplicar para o método proposto; 3. O método proposto é equivalente ou melhor que o aprovado; 4. Os resultados obtidos com o método proposto são equivalentes aos obtidos com o método aprovado; 5. A mudança não resulta em aprovação de lotes que seriam reprovados pelo método anterior; 6. A mudança não requer dados toxicológicos. Também se aplica a mudança para método descrito em monografia de farmacopeia reconhecida pela ANVISA, ainda que não cumprindo as condições anteriores. Não se aplica a métodos biológicos, imunológicos ou imunoquímicos nem a mudanças em modelos de métodos multivariados.	1, 2', 3, 7	Implementação imediata. Requer protocolo individual.
g. Mudanças maiores de métodos analíticos	Aplica-se às mudanças não enquadradas em "2e" e "2f".	1, 2, 3, 7	Requer protocolo individual. Deve aguardar manifestação favorável da Anvisa para implementação.
h. Inclusão crítica de testes ou métodos	Aplica-se às mudanças que não atendam às condições descritas na mudança "2a".	1, 2, 3, 4, 7	Implementação imediata. Requer protocolo individual.
i. Exclusão crítica de testes ou métodos	Aplica-se às mudanças que não atendam às condições descritas na mudança "2b".	4	Requer protocolo individual. Deve aguardar manifestação favorável da ANVISA para implementação.

Documentação	
1	Cópia do método analítico proposto ou do método analítico para o teste proposto.
2	Resultados de análise de 1 (um) lote envolvendo o teste ou o método objeto da mudança, demonstrando que o produto é aprovado conforme a condição proposta.
3	Relatório de validação do método analítico apenas referente ao teste ou ao método que está sendo incluído ou modificado.
4	Descrição dos testes, limites de especificação e/ou método analítico propostos.
5	Dados de avaliação de risco demonstrando que a inclusão ou a exclusão de teste ou método não é crítica.
6	Dados de avaliação de risco demonstrando que a ampliação do limite não impacta na qualidade e segurança do medicamento.
7	Nos casos de mudança nas condições de dissolução ou inclusão de teste de dissolução, relatório do desenvolvimento do método de dissolução.

(NR)"

.....

CONSULTA PÚBLICA N° 963, DE 2 DE DEZEMBRO DE 2020

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe confere o art. 15, III e IV, aliado ao art. 7º, III e IV da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, e ao art. 53, III, §§ 1º e 3º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve submeter à consulta pública, para comentários e sugestões do público em geral, proposta de ato normativo, conforme deliberado em reunião realizada em 1º de dezembro de 2020, e eu, Diretor-Presidente, determino a sua publicação.

Art. 1º Fica estabelecido o prazo de 60 (sessenta) dias para envio de comentários e sugestões ao texto da proposta de Resolução de Diretoria Colegiada que dispõe sobre as monografias dos ingredientes ativos de agrotóxicos, saneantes desinfestantes e preservativos de madeira, conforme Anexo.

Parágrafo único. O prazo de que trata este artigo terá início 7 (sete) dias após a data de publicação desta Consulta Pública no Diário Oficial da União.

Art. 2º A proposta de ato normativo estará disponível na íntegra no portal da Anvisa na internet e as sugestões deverão ser enviadas eletronicamente por meio do preenchimento de formulário específico, disponível no endereço: http://formsus.datasus.gov.br/site/formulario.php?id_aplicacao=60784.

§ 1º As contribuições recebidas são consideradas públicas e estarão disponíveis a qualquer interessado por meio de ferramentas contidas no formulário eletrônico, no menu "resultado", inclusive durante o processo de consulta.

§ 2º Ao término do preenchimento do formulário eletrônico será disponibilizado ao interessado número de protocolo do registro de sua participação, sendo dispensado o envio postal ou protocolo presencial de documentos em meio físico junto à Agência.

§ 3º Em caso de limitação de acesso do cidadão a recursos informatizados será permitido o envio e recebimento de sugestões por escrito, em meio físico, durante o prazo de consulta, para o seguinte endereço: Agência Nacional de Vigilância Sanitária/Gerência-Geral de Toxicologia (GGTOX), SIA trecho 5, Área Especial 57, Brasília-DF, CEP 71.205-050.

§ 4º Excepcionalmente, contribuições internacionais poderão ser encaminhadas em meio físico, para o seguinte endereço: Agência Nacional de Vigilância Sanitária/Assessoria de Assuntos Internacionais - AINTE, SIA trecho 5, Área Especial 57, Brasília-DF, CEP 71.205-050.

Art. 3º Findo o prazo estipulado no art. 1º, a Agência Nacional de Vigilância Sanitária promoverá a análise das contribuições e, ao final, publicará o resultado da consulta pública no portal da Agência.

Parágrafo único. A Agência poderá, conforme necessidade e razões de conveniência e oportunidade, articular-se com órgãos e entidades envolvidos com o assunto, bem como aqueles que tenham manifestado interesse na matéria, para subsidiar posteriores discussões técnicas e a deliberação final da Diretoria Colegiada.

ANTONIO BARRA TORRES
Diretor-Presidente

ANEXO

PROPOSTA EM CONSULTA PÚBLICA
Processo nº: 25351.923117/2019-22
Assunto: Proposta de Resolução de Diretoria Colegiada - RDC que dispõe sobre as monografias dos ingredientes ativos de agrotóxicos, saneantes desinfestantes e preservativos de madeira.
Agenda Regulatória 2017-2020: 3.15 - Monografias de Agrotóxicos
Área responsável: Gerência-Geral de Toxicologia
Diretor Relator: Cristiane Rose Jourdan Gomes

CONSULTA PÚBLICA Nº 964, DE 2 DE DEZEMBRO DE 2020

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe confere o art. 15, III e IV, aliado ao art. 7º, III e IV da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, e ao art. 53, III, §§ 1º e 3º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC n° 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve submeter à consulta pública, para comentários e sugestões do público em geral, proposta de ato normativo, conforme deliberado em reunião realizada em 1º de dezembro de 2020, e eu, Diretor-Presidente, determino a sua publicação.

Art. 1º Fica estabelecido o prazo de 45 (quarenta e cinco) dias, a contar da data de publicação no Diário Oficial da União, para envio de comentários e sugestões ao texto da Resolução que propõe a Inclusão/Autorização e revisão de Uso Domissanitário nas Monografias de Ingredientes Ativos: D06 - Deltametrina, C43 - Cumatetralil e M44 - Metoflutrina, conforme Anexo.

Art. 2º A proposta de Resolução com a Inclusão/Autorização e revisão está disponível na íntegra no site da Anvisa, no endereço eletrônico http://www.gov.br/anvisa/pt-br, e as sugestões deverão ser encaminhadas por escrito, em formulário próprio, para o endereço: Agência Nacional de Vigilância Sanitária, Gerência de Produtos de Higiene, Cosméticos e Saneantes - GHCOS/Coordenação de Saneantes - COSAN, SIA Trecho 5, Área Especial 57, Brasília/DF, CEP 71.205-050; ou para o e-mail saneantes@anvisa.gov.br.

§ 1° O formulário para envio de contribuições permanecerá à disposição dos interessados no endereço eletrônico http://antigo.anvisa.gov.br/consultas-publicas#/.

§ 2° As contribuições recebidas serão públicas e permanecerão à disposição de todos no site da Anvisa.

§ 3° As contribuições não enviadas no formulário de que trata o parágrafo anterior ou recebidas fora do prazo não serão consideradas para efeitos de consolidação do texto final do regulamento.

Art. 3º Findo o prazo estipulado no art. 1º, a Agência Nacional de Vigilância Sanitária promoverá a análise das contribuições e, após a deliberação da Diretoria Colegiada, disponibilizará o resultado da consulta pública no site da Anvisa.

Parágrafo único. A Agência poderá, conforme necessidade e razões de conveniência e oportunidade, articular-se com os órgãos e entidades envolvidos e aqueles que tenham manifestado interesse na matéria para subsidiar posteriores discussões técnicas e deliberação final da Diretoria Colegiada.

ANTONIO BARRA TORRES
Diretor-Presidente

ANEXO

PROPOSTA EM CONSULTA PÚBLICA
Processos nº: 25351.352438/2020-73 e 25351.699678/2019-03.
Agenda Regulatória 2017-2020: Não
Assunto: Proposta de Resolução para Inclusão/Autorização e revisão de Uso Domissanitário nas Monografias de Ingredientes Ativos: D06 - Deltametrina, C43 - Cumatetralil e M44 - Metoflutrina.
Área responsável: Gerência de Produtos de Higiene, Cosméticos e Saneantes - GHCOS/Coordenação de Saneantes - COSAN
Relator: Cristiane Rose Jourdan Gomes

CONSULTA PÚBLICA N° 970, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2020

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe confere o art. 15, III e IV, aliado ao art. 7º, III e IV da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, e ao art. 53, III, §§ 1º e 3º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC n° 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve submeter à consulta pública, para comentários e sugestões do público em geral, proposta de ato normativo, conforme deliberado em reunião realizada em 1º de dezembro de 2020, e eu, Diretor-Presidente, determino a sua publicação.

Art. 1º Fica estabelecido o prazo de 60 (sessenta) dias para envio de comentários e sugestões ao texto da Proposta de Regularização de tintas com ação saneante: antimicrobianas, inseticidas e repelentes, conforme Anexo.

Parágrafo único. O prazo de que trata este artigo terá início 7 (sete) dias após a data de publicação desta Consulta Pública no Diário Oficial da União.

Art. 2º A proposta de ato normativo estará disponível na íntegra no portal da Anvisa na internet e as sugestões deverão ser enviadas eletronicamente por meio do preenchimento de formulário específico, disponível no endereço: http://formsus.datasus.gov.br/site/formulario.php?id_aplicacao=60785.

§1º As contribuições recebidas são consideradas públicas e estarão disponíveis a qualquer interessado por meio de ferramentas contidas no formulário eletrônico, no menu "resultado", inclusive durante o processo de consulta.

§2º Ao término do preenchimento do formulário eletrônico será disponibilizado ao interessado número de protocolo do registro de sua participação, sendo dispensado o envio postal ou protocolo presencial de documentos em meio físico junto à Agência.

§3º Em caso de limitação de acesso do cidadão a recursos informatizados será permitido o envio e recebimento de sugestões por escrito, em meio físico, durante o prazo de consulta, para o seguinte endereço: Agência Nacional de Vigilância Sanitária/Gerência de Produtos de Higiene, Perfumes, Cosméticos e Saneantes - GHCOS, SIA trecho 5, Área Especial 57, Brasília-DF, CEP 71.205-050.

§4º Excepcionalmente, contribuições internacionais poderão ser encaminhadas em meio físico, para o seguinte endereço: Agência Nacional de Vigilância Sanitária/Assessoria de Assuntos Internacionais - AINTE, SIA trecho 5, Área Especial 57, Brasília-DF, CEP 71.205-050.

Art. 3º Findo o prazo estipulado no art. 1º, a Agência Nacional de Vigilância Sanitária promoverá a análise das contribuições e, ao final, publicará o resultado da consulta pública no portal da Agência.

Parágrafo único. A Agência poderá, conforme necessidade e razões de conveniência e oportunidade, articular-se com órgãos e entidades envolvidos com o assunto, bem como aqueles que tenham manifestado interesse na matéria, para subsidiar posteriores discussões técnicas e a deliberação final da Diretoria Colegiada.

ANTONIO BARRA TORRES
Diretor-Presidente

ANEXO

PROPOSTA EM CONSULTA PÚBLICA
Processo nº: 25351.904808/2019-27
Assunto: Proposta de Regularização de tintas com ação saneante: antimicrobianas, inseticidas e repelentes
Agenda Regulatória 2017-2020: Tema nº 9.6 Regularização de tintas com ação antimicrobiana ou inseticida/repelente]
Área responsável: Gerência de Produtos de Higiene, Perfumes, Cosméticos e Saneantes - GHCOS
Diretor Relator: Antonio Barra Torres

QUARTA DIRETORIA
GERÊNCIA-GERAL DE INSPEÇÃO E FISCALIZAÇÃO SANITÁRIA

RESOLUÇÃO RE Nº 5.071, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2020

O Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe confere o art. 171, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018; resolve:

Art. 1º Adotar a(s) medida(s) preventiva(s) constante(s) no ANEXO.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

RONALDO LUCIO PONCIANO GOMES

ANEXO

1. Empresa: INSTITUTO BUTANTAN - CNPJ: 61.821.344/0001-56
Produto - Apresentação (Lote): Soro Antitetânico - 1000 UI/ML SOL INJ CT 5 FA VD INC X 5 ML (190201);
Tipo de Produto: Medicamento
Expediente nº: 4287045/20-3
Assunto: 70351 - MEDIDA PREVENTIVA- Ações de Fiscalização em Vigilância Sanitária
Ações de fiscalização: Suspensão - Comercialização, Distribuição, Uso
Motivação: Motivação: Considerando a análise realizada pelo Instituto Nacional de Controle de Qualidade em Saúde - INCQS, conforme o laudo número 5630.1 P.0/2019, com resultado insatisfatório para o ensaio de POTÊNCIA DO SORO ANTITETÂNICO referente ao lote 190201

.....

RESOLUÇÃO-RE Nº 5.072, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2020

O Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe confere o art. 171, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC n° 255, de 10 de dezembro de 2018,

considerando o cumprimento dos requisitos dispostos no art. 8°, da Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 183, de 17 de outubro de 2017, resolve:

Art. 1º Conceder à empresa constante no anexo a Certificação de Boas Práticas de Fabricação de Produtos para Saúde.

Art. 2º A presente certificação terá validade de 2 (dois) anos a partir de sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

RONALDO LUCIO PONCIANO GOMES

ANEXO

Fabricante: Guangzhou Fenghua Bioengineering Co., Ltd.

Endereço: N° 6 Yinyi Street, Guangzhou Economic & Tecnological Development District, Guangzhou, Guangdong, 510730 - China

Solicitante: Givotrading Comércio, Importação e Exportação Ltda. CNPJ: 07.922.103/0001-58

Autorização de Funcionamento: 8203697 Expediente: 3446588/20-5

Certificado de Boas Práticas de Fabricação de Produtos para Saúde.

Produtos para diagnóstico de uso in vitro da classe III.

RESOLUÇÃO-RE Nº 5.073, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2020

O Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe confere o art. 171, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC n° 255, de 10 de dezembro de 2018,

considerando a necessidade de inclusão e alteração na Certificação de Boas Práticas de Fabricação, resolve:

Art. 1º Incluir a classe de risco III na certificação da empresa Bioconect Indústria e Comércio de Produtos Médicos e Odontológicos Ltda. ME - CNPJ: 08.760.252/0001-20, publicada pela Resolução-RE nº 37, de 3 de janeiro de 2020, no Diário Oficial da União nº. 3, de 6 de janeiro de 2020, Seção 1, pág. 39, conforme expedientes nº 0533148/19-0 e 3181229/20-2.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

RONALDO LUCIO PONCIANO GOMES

RESOLUÇÃO-RE Nº 5.074, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2020

O Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe confere o art. 171, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC n° 255, de 10 de dezembro de 2018,

considerando a necessidade de inclusão e alteração na Certificação de Boas Práticas de Fabricação, resolve:

Art. 1º Incluir novo tipo de linha de Produtos para Diagnóstico de Uso in Vitro na certificação da empresa Bioconect Indústria e Comércio de Produtos Médicos e Odontológicos Ltda. ME - CNPJ: 08.760.252/0001-20, publicada pela Resolução-RE nº 37, de 3 de janeiro de 2020, no Diário Oficial da União nº. 3, de 6 de janeiro de 2020, Seção 1, pág. 39, conforme expedientes nº 0533148/19-0 e 3181393/20-7.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

RONALDO LUCIO PONCIANO GOMES

RESOLUÇÃO RE Nº 5.075, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2020

O Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe confere o art. 171, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art. 1º Adotar a(s) medida(s) preventiva(s) constante(s) no ANEXO.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

RONALDO LUCIO PONCIANO GOMES

ANEXO

1. Empresa: GAFFER INDUSTRIA E COMERCIO DE COSMETICOS EIRELI (GLEISMI INDÚSTRIA DE COSMÉTICOS LTDA) - CNPJ: 03295982000184
Produto - (Lote): VARIGOLD(TODOS);
Tipo de Produto: Cosmético
Expediente nº: 4321780/20-0
Assunto: 70351 - MEDIDA PREVENTIVA- Ações de Fiscalização em Vigilância Sanitária
Ações de fiscalização: Recolhimento
Suspensão - Comercialização, Distribuição, Fabricação, Propaganda, Uso
Motivação: Considerado que o produto classifica-se como Grau 2 indevidamente notificado nesta Agência em desacordo com o art. 25 e item 5 do Anexo VIII da Resolução - RDC n.º 07/2015 e tendo em vista o previsto nos arts. 6º, 7º e inciso I do art. 67 da Lei 6.360, de 23 de setembro de 1976.

COORDENAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO DE FUNCIONAMENTO DE EMPRESAS

RESOLUÇÃO RE Nº 5.076, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2020

O Coordenador de Autorização de Funcionamento de Empresas, Substituto, no uso das atribuições que lhe confere o art. 169, aliado ao art. 54, I, §1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art. 1º Alterar a Autorização de Funcionamento das Empresas constantes no anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DANIEL MARCOS PEREIRA DOURADO

ANEXO

HEALTHYTECH GROUP LTDA / 21.545.096/0001-43
25351.371851/2020-37 / 8211337
867 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 4047766208

NOVO NORDISK FARMACÊUTICA DO BRASIL LTDA / 82.277.955/0007-40
25351.371775/2020-60 / 8211306
867 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 3929359201
25351.371775/2020-60 / 8211306
867 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 3929558203
25351.371775/2020-60 / 8211306
867 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 3929533201

RESOLUÇÃO RE Nº 5.077, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2020

O Coordenador de Autorização de Funcionamento de Empresas, Substituto, no uso das atribuições que lhe confere o art. 169, aliado ao art. 54, I, §1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art. 1º. Cancelar, a pedido, a Autorização de Funcionamento da Empresa constante no anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DANIEL MARCOS PEREIRA DOURADO

ANEXO

PRO-DENTAL COMÉRCIO DE PRODUTOS ODONTOLOGICOS LTDA ME / 09.517.686/0001-67
25351.297113/2018-04 / 8166694
877 - AFE - CANCELAMENTO - PRODUTOS PARA SAÚDE / 3952233200

RESOLUÇÃO RE Nº 5.078, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2020

O Coordenador de Autorização de Funcionamento de Empresas, Substituto, no uso das atribuições que lhe confere o art. 169, aliado ao art. 54, I, §1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art. 1º. Conceder Autorização Especial para Empresa de Medicamentos e de Insumos Farmacêuticos, constante no anexo desta Resolução, de acordo com a Portaria nº. 344 de 12 de maio de 1998 e suas atualizações, observando-se as proibições e restrições estabelecidas.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DANIEL MARCOS PEREIRA DOURADO

ANEXO

DRATOVSKY COMERCIO DE PRODUTOS EIRELI / 30.411.570/0001-35
25351.371707/2020-09 / 1245816
704 - AE - CONCESSÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - DISTRIBUIDORA DO PRODUTO SUJEITO A CONTROLE ESPECIAL / 3862693201

RESOLUÇÃO RE Nº 5.079, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2020

O Coordenador de Autorização de Funcionamento de Empresas, Substituto, no uso das atribuições que lhe confere o art. 169, aliado ao art. 54, I, §1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art. 1º Conceder Autorização de Funcionamento para os estabelecimentos de Farmácias e Drogarias, em conformidade com o anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DANIEL MARCOS PEREIRA DOURADO

ANEXO

GISELE DE ALMEIDA DE JESUS / 38.124.014/0001-90
25351.415725/2020-00 / 7764316
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 3945370207

RAIA DROGASIL S/A / 61.585.865/2550-60
25351.426061/2020-04 / 7764610
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 3960957200

RAIA DROGASIL S/A / 61.585.865/2576-08
25351.365770/2020-06 / 7764134
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 3846816206

REI DOS REIS FARMA LTDA - ME / 35.564.096/0001-03
25351.415764/2020-07 / 7764378
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 3945391200

S ALVES DE ARAUJO COMERCIO / 09.236.212/0001-47
25351.415771/2020-09 / 7764424
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 3945412206

FPB DROGARIA LTDA / 38.248.999/0001-65
25351.424339/2020-09 / 7764577
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 3960132203

DROGARIA GALETTI &MARTINS LTDA / 07.045.796/0007-33
25351.415707/2020-10 / 7764179
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 3945319207

D M ALBUQUERQUE / 13.303.846/0001-42
25351.426075/2020-10 / 7764623
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 3960960200

DROGARIA VAREJO FORTE FARMA LTDA / 37.655.374/0001-55
25351.415723/2020-11 / 7764291
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 3945364202

BELLA FARMA DROGARIA E COSMETICOS LTDA / 24.506.881/0002-66
25351.426082/2020-11 / 7764637
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 3961003209

EDVALDO SILVA ROCHA FARMACIA - ME / 38.613.132/0001-61
25351.415714/2020-11 / 7764225
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 3945337205

DROGARIA MENDESFARMA LTDA / 37.996.008/0001-60
25351.415721/2020-13 / 7764287
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 3945358208

BIONATURALE FARMACIA DE MANIPULAÇÃO LTDA / 37.589.554/0001-86
25351.422379/2020-16 / 7764490
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 3957658202

BONIN E BONIN DROGARIA LTDA / 38.470.435/0001-72
25351.415709/2020-17 / 7764196
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 3945325201

EMESON LIMA DE MOURA / 37.124.507/0001-67
25351.415762/2020-18 / 7764351
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 3945385205

CARDOSO MARQUES E SOARES LTDA / 32.318.219/0001-20
25351.415716/2020-19 / 7764242
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 3945343200

FARMALIDER DROGARIA LTDA / 10.306.386/0002-07
25351.415705/2020-21 / 7764151
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 3945313208

MARIANA MENDANHA BARBOSA / 39.613.953/0001-60
25351.365766/2020-30 / 7764121
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 3846794201

D SOUZA DIAS ME / 26.393.886/0001-74
25351.415767/2020-32 / 7764407
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 3945400202

DROGARIA GALETTI &MARTINS LTDA / 07.045.796/0008-14
25351.415710/2020-33 / 7764208
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 3945328206

POUPEFARMA IDEAL LTDA / 38.079.458/0001-50
25351.415774/2020-34 / 7764455
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 3945421205

SANTOS E GARCIA COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA / 38.395.533/0001-92
25351.424187/2020-36 / 7764546
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 3960012202

A. J. BATISTI FARMACIA LTDA / 39.601.116/0001-11
25351.365771/2020-42 / 7764148
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 3846824207

FARMACIA DIARIAMENTE COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA / 05.240.070/0018-89
25351.415765/2020-43 / 7764381
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 3945394204

LIDIA HELENA A M LIMA EIRELI / 38.820.406/0001-93
25351.415719/2020-44 / 7764260
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 3945352209

J C C E COMERCIO VAREJISTA DE MEDICAMENTOS LTDA / 38.248.132/0001-00
25351.417762/2020-44 / 7764472
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 3948891208

Farmacia Brasil Preco Popular LTDA / 36.395.725/0001-73
25351.415772/2020-45 / 7764438
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 3945415201

DROGARIAS ULTRA POPULAR SANTA RITA LTDA / 38.083.090/0001-02
25351.426111/2020-45 / 7764671
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 3961015202

DROGARIA GALETTI &MARTINS LTDA / 07.045.796/0006-52
25351.415726/2020-46 / 7764320
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 3945373201

DROGARIA ELLER FERREIRA LTDA - ME / 08.607.554/0002-44
25351.464017/2019-51 / 7764776
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 1966766193

RAIA DROGASIL S/A / 61.585.865/2578-61
25351.415763/2020-54 / 7764364
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 3945388200

DROGARIA GALETTI &MARTINS LTDA / 07.045.796/0005-71
25351.415717/2020-55 / 7764256
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 3945346204
---
v. f. r. farmacia e drogaria ltda / 20.363.036/0001-47
25351.415724/2020-57 / 7764302
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 3945367207

A S JESUS / 38.065.048/0001-50
25351.234440/2020-61 / 7764793
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 3575356201

NOVA FARMA DROGARIAS EIRELI / 37.895.053/0007-13
25351.415708/2020-64 / 7764182
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 3945322207

NOVA FARMA DROGARIAS EIRELI / 37.895.053/0009-85
25351.415715/2020-66 / 7764239
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 3945340205

ELVIO APARECIDO RONCADA GONCALVES DROGARIA / 38.170.956/0001-04
25351.426042/2020-70 / 7764594
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 3960948201

DROGARIA MINEIRAO LTDA / 38.234.286/0001-42
25351.422802/2020-70 / 7764501
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 3958145204

PHARMABELLE MANIPULACAO E HOMEOPATIA LTDA / 36.585.551/0001-01
25351.415738/2020-71 / 7764347
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 3945379201

FARMÁCIA DIA DIA EIRELI / 35.045.372/0001-19
25351.424020/2020-75 / 7764515
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 3959567206

DROGARIA GALETTI &MARTINS LTDA / 07.045.796/0004-90
25351.415706/2020-75 / 7764165
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 3945316202

NOVA FARMA DROGARIAS EIRELI / 37.895.053/0006-32
25351.415713/2020-77 / 7764211
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 3945334201

FARMALIDER DROGARIA LTDA / 10.306.386/0003-80
25351.415720/2020-79 / 7764273
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 3945355203
---
marcelle thais rodrigues caldeira / 36.908.353/0001-31
25351.268167/2020-79 / 7764780
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 3638621209

FARMACIA VIVENDO BEM LTDA / 37.144.472/0001-28
25351.424156/2020-85 / 7764532
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 3959898205

L. F. F. AMADOR COMERCIO / 19.732.772/0001-46
25351.415768/2020-87 / 7764411
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 3945403207

MR COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA / 18.872.003/0002-61
25351.426033/2020-89 / 7764581
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 3960945206

FARMACIA NOGUEIRA &PEDROLO LTDA. / 37.918.386/0001-25
25351.415775/2020-89 / 7764469
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 3945424200

J S PEREIRA DROGARIA / 16.808.444/0001-98
25351.415773/2020-90 / 7764441
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 3945418205

ANDRE LUIZ CARDOSO ME / 09.592.177/0001-07
25351.415727/2020-91 / 7764333
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 3945376206

AP FARMACIA SÃO MIGUEL LTDA / 38.345.380/0001-79
25351.365765/2020-95 / 7764117
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 3846787209

SILVA E SILVA EMPREENDIMENTOS FARMACEUTICOS LTDA / 37.897.074/0001-82
25351.415766/2020-98 / 7764395
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 3945397209

BEM ESTAR FARMA EIRELI / 31.972.345/0001-30
25351.426105/2020-98 / 7764641
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 3961012208

FARMÁCIA DA ECONOMIA NACIONAL LTDA - ME / 16.672.967/0020-12
25351.417763/2020-99 / 7764486
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 3948894202

RESOLUÇÃO RE Nº 5.080, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2020

O Coordenador de Autorização de Funcionamento de Empresas, Substituto, no uso das atribuições que lhe confere o art. 169, aliado ao art. 54, I, §1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art. 1º Conceder Alteração de Autorização de Funcionamento para os estabelecimentos de Farmácias e Drogarias, em conformidade com o anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DANIEL MARCOS PEREIRA DOURADO

ANEXO

DROGARIA SANTOS & SILVA LTDA ME / 15.368.432/0001-27 25351.317360/2014-01 / 7196786 70152 - AFE/AE - RECURSO ADMINISTRATIVO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4243523204

KONAGESKI &SOARES CIA LTDA ME / 07.417.293/0001-56 25351.185949/2007-04 / 0493771 7111 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 3853299209

FARMACIA GRALHA AZUL EIRELI ME / 20.101.728/0001-17 25351.689201/2014-05 / 7327579 7111 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 3848164202

COMERCIO DE MEDICAMENTOS BRAIR LTDA / 88.212.113/0401-52 25351.402310/2015-09 / 7398946 7111 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 3848158208

DROGA DEZ CAMPOS SALES LTDA ME / 72.686.819/0001-65 25351.183211/2014-23 / 7194161 70152 - AFE/AE - RECURSO ADMINISTRATIVO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4180126201

EMPREENDIMENTOS PAGUE MENOS S/A / 06.626.253/0671-40 25351.020010/2015-24 / 7358189 7111 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 3848182201

DROGARIA BR DE ALCANTARA LTDA ME / 19.881.926/0001-61 25351.569810/2014-31 / 7296982 7111 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 3848156201

DROGARIA FARMA SAUDE DE ITAPIRA LTDA / 05.290.412/0001-27 25351.250936/2014-34 / 7171707 7110 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - RAZÃO SOCIAL / 3848152209

TOKARSKI COMERCIO &INDUSTRIA LTDA / 02.907.061/0016-49 25351.342798/2013-38 / 0959761 7111 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 3848168205

L MONTEIRO NETTO LTDA / 05.407.916/0001-84 25351.193572/2016-40 / 7465721 7111 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 3848174200

M MASQUETE - ME / 11.483.531/0001-07 25351.431807/2014-45 / 7247526 7111 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 3848184207

EMPREENDIMENTOS PAGUE MENOS S/A / 06.626.253/0723-06 25351.614875/2014-48 / 7304609 7111 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 3848170207

WKJ DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE PRODUTOS FARMACEUTICOS LTDA / 33.279.690/0001-19 25351.347182/2019-49 / 7661560 7111 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 3848172203

FARMACIA ARAGAO E MACIEL LTDA / 35.038.173/0001-83 25351.323021/2014-55 / 7209201 7111 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 3848180204

CARLA VALERIA ROCHA DA SILVA ME / 09.211.873/0001-18 25351.368651/2013-78 / 0956062 7111 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 3848162206
---
marizete eloiza barbosa / 35.233.608/0001-40 25351.074003/2020-82 / 7706734 7111 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 3848154205

FARMANITA MANIPULAÇÃO E DROGARIA EIRELI / 29.775.489/0001-55 25351.619532/2019-84 / 7689322 7111 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 3848176206

DROGARIA TEIXEIRAS LTDA - ME / 27.934.539/0001-74 25351.412652/2017-91 / 7529284 70152 - AFE/AE - RECURSO ADMINISTRATIVO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4179077204

PEREIRA FARMAVIDA 870DF EIRELI - ME / 28.928.924/0001-71 25351.496478/2019-92 / 7764654 70152 - AFE/AE - RECURSO ADMINISTRATIVO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4228917203

EMPREENDIMENTOS PAGUE MENOS S/A / 06.626.253/0669-26 25351.339042/2014-92 / 7209029 7111 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 3848160200

FARMACIA NOSSA FARMA LTDA - ME / 10.590.810/0001-07 25351.635193/2013-98 / 7011595 7112 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 3848186203

F DOS SANTOS RODRIGUES / 10.766.415/0001-24 25351.346370/2017-98 / 7528167 70152 - AFE/AE - RECURSO ADMINISTRATIVO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4195952203

RESOLUÇÃO RE Nº 5.081, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2020

O Coordenador de Autorização de Funcionamento de Empresas, Substituto, no uso das atribuições que lhe confere o art. 169, aliado ao art. 54, I, §1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art. 1º Indeferir o pedido de Autorização de Funcionamento para os estabelecimentos de Farmácias e Drogarias, em conformidade com o anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DANIEL MARCOS PEREIRA DOURADO

ANEXO

FRANTZ &FRANTZ COMÉRCIO DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS LTDA ME / 01.173.763/0001-05
25351.415769/2020-21 /
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 3945406201
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação da declaração assinada do Anexo da RDC 275/2019, contrariando o Art. 11 da RDC nº 275/2019 e Art. 3º da RDC nº 25/2011.

CLOVIS DANIEL SOUZA DA COSTA / 38.402.917/0002-76
25351.415712/2020-22 /
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 3945331206
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação da Documentação de Instrução, contrariando o Art. 11 da RDC nº 275/2019 e Art. 3º da Resolução RDC nº 25/2011

CLOVIS DANIEL SOUZA DA COSTA / 38.402.917/0001-95
25351.415770/2020-56 /
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 3945409206
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação da declaração assinada do Anexo da RDC 275/2019, contrariando o Art. 11 da RDC nº 275/2019 e Art. 3º da RDC nº 25/2011.

HARDALA H. P. PAIVA / 06.267.106/0001-32
25351.415722/2020-68 /
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 3945361208
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação da Documentação de Instrução, contrariando o Art. 11 da RDC nº 275/2019 e Art. 3º da Resolução RDC nº 25/2011.

DROGARIA ORDONES LEMOS LTDA / 38.475.820/0001-02
25351.365767/2020-84 /
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 3846802206
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação da Documentação de Instrução, contrariando o Art. 11 da RDC nº 275/2019 e Art. 3º da Resolução RDC nº 25/2011.

ULTRA POPULAR DROGARIA DE CATAGUASES LTDA / 28.393.108/0002-91
25351.426095/2020-91 /
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 3961009208
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação da declaração assinada do Anexo da RDC 275/2019, contrariando o Art. 11 da RDC nº 275/2019 e Art. 3º da RDC nº 25/2011.

RESOLUÇÃO RE Nº 5.082, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2020

O Coordenador de Autorização de Funcionamento de Empresas, Substituto, no uso das atribuições que lhe confere o art. 169, aliado ao art. 54, I, §1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art. 1º. Indeferir o Pedido de Concessão de Autorização Especial para Empresa de Medicamentos e Insumos Farmacêuticos, constante no anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DANIEL MARCOS PEREIRA DOURADO

ANEXO

FARMA ALPHA MANIPULAÇÃO EIRELI / 36.543.929/0001-04
25351.426546/2020-90 /
705 - AE - CONCESSÃO - FARMÁCIA DE MANIPULAÇÃO / 3962080208
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação da declaração assinada do Anexo da RDC 275/2019, contrariando o Art. 11 da RDC nº 275/2019 e Art. 3º da RDC nº 25/2011

RESOLUÇÃO RE Nº 5.083, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2020

O Coordenador de Autorização de Funcionamento de Empresas, Substituto, no uso das atribuições que lhe confere o art. 169, aliado ao art. 54, I, §1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art. 1º. Conceder Autorização de Funcionamento para Empresas constantes no anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DANIEL MARCOS PEREIRA DOURADO

ANEXO

AURO INDÚSTRIA QUÍMICA LTDA / 37.089.005/0001-42 25351.371871/2020-16 / 3098617 712 - AFE - CONCESSÃO - SANEANTES - INDÚSTRIA (SOMENTE MATRIZ) / 386294720

HEALTHYTECH GROUP LTDA / 21.545.096/0001-43 25351.371851/2020-37 / 8211337 859 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - IMPORTADORA / 3862929205

WILLIAM RIBEIRO PRODUTOS MÉDICOS / 24.305.952/0001-81 25351.379591/2020-48 / 8211354 861 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTO PARA SAÚDE - FABRICANTE / 3878677201

KEY WEST TRANSPORTES EIRELI / 09.252.046/0001-72 25351.839271/2020-51 / 3098648 737 - AFE - CONCESSÃO - SANEANTES DOMISSANITÁRIOS - TRANSPORTADORA (SOMENTE MATRIZ) / 2791901205

DRATOVSKY COMERCIO DE PRODUTOS EIRELI / 30.411.570/0001-35 25351.371826/2020-53 / 8211323 856 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - DISTRIBUIDORA / 3862886204

MSI COMERCIO DE MAT. E EQUIPAMENTOS HOSP. EIRELI / 29.544.048/0001-42 25351.940217/2020-57 / 4026776 723 - AFE - CONCESSÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS DE HIGIENE - DISTRIBUIDORA (SOMENTE MATRIZ) / 3085988203

DOTTO TRANSPORTES LTDA / 05.616.544/0001-04 25351.371777/2020-59 / 4026759 728 - AFE - CONCESSÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS DE HIGIENE - TRANSPORTADORA (SOMENTE MATRIZ) / 3862815200

NOVO NORDISK FARMACÊUTICA DO BRASIL LTDA / 82.277.955/0007-40 25351.371775/2020-60 / 8211306 859 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - IMPORTADORA / 3862813207

R3 COMERCIO E CONSULTORIA E TECNOLOGIA EM SEGURANÇA EIRELI / 24.190.294/0001-20 25351.379580/2020-68 / 8211341 860 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - VAREJISTA / 3878666209

NATAM EXPRESS TRANSPORTES LTDA / 01.782.115/0001-48 25351.371808/2020-71 / 3098621 737 - AFE - CONCESSÃO - SANEANTES DOMISSANITÁRIOS - TRANSPORTADORA (SOMENTE MATRIZ) / 3862848205

PRO-DENTAL COMÉRCIO DE PRODUTOS ODONTOLOGICOS LTDA ME / 09.517.686/0001-67 25351.670146/2019-86 / 8211371 856 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - DISTRIBUIDORA / 3200901191

QUALITYMED DISTRIBUIDORA DE MATERIAIS HOSPITALARES EIRELI / 38.109.645/0001-30 25351.371820/2020-86 / 8211310 856 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - DISTRIBUIDORA / 3862860205

TERCEIRA DIRETORIA

GERÊNCIA DE PRODUTOS DE HIGIENE, PERFUMES, COSMÉTICOS E SANEANTES

RESOLUÇÃO RE Nº 5.084, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2020

O Gerente de Produtos de Higiene, Cosméticos, Perfumes e Saneantes, no uso das atribuições que lhe confere o art. 164, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art.1º Deferir os registros e as petições dos produtos de higiene pessoal, perfumes e cosméticos, conforme anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ITAMAR DE FALCO JUNIOR

ANEXO

NOME DA EMPRESA / CNPJ
NOME DO PRODUTO E MARCA
NÚMERO DO PROCESSO / REGISTRO
PETIÇÃO(ÕES) / EXPEDIENTE(S)

ADHETECH QUÍMICA INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA / 061.608.410/0001-04
GEL ANTISSPÉTICO RAHDAX
25351.735109/2019-21 / 230680064
290 - REG. COSMÉTICOS - Mudança de Nome de Produto Registrado / 1907838/20-1
GEL ANTISSPÉTICO RAHDAX
25351.735109/2019-21 / 230680064
289 - REG. COSMÉTICOS - Alteração de Rotulagem de Produto Registrado / 3876469/20-1

AGAPE INDUSTRIA E COMERCIO DE COSMETICOS LTDA / 008.540.561/0001-95
PROTETOR SOLAR SOLARY AOX - LA CUTANÉE
25351.740525/2020-84 / 257530018
287 - REG. COSMÉTICOS - Registro de Produto - Nacional / 2501279/20-4

BOTICA COMERCIAL FARMACEUTICA LTDA. / 077.388.007/0001-57
NEO DERMO ETAGE DEFENSE PROTETOR SOLAR FPS50
25351.138680/2017-01 / 205441542
289 - REG. COSMÉTICOS - Alteração de Rotulagem de Produto Registrado / 2388131/20-1
NEO DERMO ETAGE DEFENSE PROTETOR SOLAR FPS50
25351.138680/2017-01 / 205441542
2105 - REG. COSMÉTICOS - Cancelamento de Apresentação de Produto Registrado a Pedido / 4272517/20-1
NEO DERMO ETAGE DEFENSE PROTETOR SOLAR FPS 70
25351.713640/2020-86 / 205441583
287 - REG. COSMÉTICOS - Registro de Produto - Nacional / 2418120/20-1

COMPANHIA NACIONAL DE ALCOOL / 060.881.299/0001-62
NOUS - ÁLCOOL EM GEL ANTISSÉPTICO PARA MÃOS 70º INPM
25351.106810/2020-71 / 206540009
287 - REG. COSMÉTICOS - Registro de Produto - Nacional / 0487865/20-5

COSINTER INTERNACIONAL IND E COM COSMETICOS LTDA / 085.080.836/0001-04
PROTETOR SOLAR FPS 30 RED APPLE
25351.009104/2003-81 / 216760105
230 - REG. COSMÉTICOS - Modificação de Fórmula de Produto Registrado - Nacional / 1467056/20-1
PROTETOR SOLAR FPS 30 RED APPLE
25351.009104/2003-81 / 216760105
289 - REG. COSMÉTICOS - Alteração de Rotulagem de Produto Registrado / 3977171/20-8

DAHUER LABORATÓRIO LTDA / 082.914.334/0001-35
Anasol Protetor Solar Labial FPS 60 Açaí com Morango
25351.823356/2020-17 / 215630183
287 - REG. COSMÉTICOS - Registro de Produto - Nacional / 2747669/20-3
Anasol Protetor Solar Labial FPS 60 Coconut
25351.844214/2020-93 / 215630184
287 - REG. COSMÉTICOS - Registro de Produto - Nacional / 2806124/20-4

DERMACAP INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE COSMÉTICOS LTDA ME / 010.482.965/0001-11
GEL ANTISSÉPTICO ÁLCOOL GEL 70% HIGIENIZADOR DE MÃOS NATU LIFE
25351.823268/2020-15 / 252540012
287 - REG. COSMÉTICOS - Registro de Produto - Nacional / 2747568/20-2

DERMAVITA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS LTDA / 085.314.029/0001-09
PROTETOR SOLAR VERDI NATURAL
25351.757665/2020-91 / 232190003
287 - REG. COSMÉTICOS - Registro de Produto - Nacional / 2554311/20-0

ELFEN INDUSTRIA E COMERCIO LTDA - ME / 015.318.065/0001-57
ÁLCOOL CENTURY GEL ANTISSÉPTICO
25351.796362/2020-94 / 265230012
287 - REG. COSMÉTICOS - Registro de Produto - Nacional / 2667716/20-5

HARUS INDUSTRIA E COMERCIO DE COSMETICOS LTDA / 007.196.444/0001-93
ALMA BRASIL GEL ANTISSÉPTICO
25351.095595/2010-72 / 239480006
289 - REG. COSMÉTICOS - Alteração de Rotulagem de Produto Registrado / 0832984/20-2
ALMA BRASIL GEL ANTISSÉPTICO
25351.095595/2010-72 / 239480006

238 - REG. COSMÉTICOS - Revalidação de Registro / 1292172/19-6
ALMA BRASIL GEL ANTISSÉPTICO
25351.095595/2010-72 / 239480006
239 - REG. COSMÉTICOS - Inclusão de Acondicionamento para Produto Registrado / 1393043/20-8
ALMA BRASIL GEL ANTISSÉPTICO
25351.095595/2010-72 / 239480006
230 - REG. COSMÉTICOS - Modificação de Fórmula de Produto Registrado - Nacional / 2040470/20-1
ALMA BRASIL GEL ANTISSÉPTICO
25351.095595/2010-72 / 239480006
239 - REG. COSMÉTICOS - Inclusão de Acondicionamento para Produto Registrado / 3061701/19-4

HIBISCUS PHYTOCOSMETICOS LTDA / 003.654.997/0001-91
SUNSHINE PROTETOR SOLAR FPS 50 SURIELLA
25351.435010/2020-65 / 233120150
287 - REG. COSMÉTICOS - Registro de Produto - Nacional / 1554240/20-4

INDUSTRIA E COMERCIO DE COSMETICOS NATURA LTDA / 000.190.373/0001-72
NATURA EKOS MÃOS ÁLCOOL GEL ANTISSÉPTICO PERFUMADO
25351.844317/2020-53 / 205671547
287 - REG. COSMÉTICOS - Registro de Produto - Nacional / 2806239/20-6

INFINITY INDUSTRIA DE COSMETICOS IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO EIRELI - EPP / 022.928.789/0001-88
GEL ANTISSÉPTICO HIGIENIZADOR DE MÃOS VIEW COSMÉTICOS
25351.854851/2020-78 / 285430080
287 - REG. COSMÉTICOS - Registro de Produto - Nacional / 2841988/20-1

INGLEZA INDUSTRIA DE PRODUTOS DE LIMPEZA E COSMETICOS LTDA. / 017.245.028/0001-91
REPELENTE GARANT KIDS
25351.386603/2020-91 / 417180001
287 - REG. COSMÉTICOS - Registro de Produto - Nacional / 1407306/20-1

INTERPACK QUIMICA INDUSTRIAL EIRELI - EPP / 011.848.283/0001-42
ÁLCOOL GEL 70º INPM GEL ANTISSÉPTICO HIGIENIZADOR PARA MÃOS - NO ALVO
25351.587745/2020-73 / 281210013
287 - REG. COSMÉTICOS - Registro de Produto - Nacional / 2023442/20-6
ÁLCOOL GEL 70º INPM GEL ANTISSÉPTICO HIGIENIZADOR PARA MÃOS - AUTOBELLE
25351.587760/2020-11 / 281210014
287 - REG. COSMÉTICOS - Registro de Produto - Nacional / 2023463/20-3

LABORATÓRIOS PIERRE FABRE DO BRASIL LTDA / 033.051.491/0001-59
SOAPELLE ÁLCOOL GEL ANTISSÉPTICO DARROW
25351.768222/2020-26 / 205580395
287 - REG. COSMÉTICOS - Registro de Produto - Nacional / 2584326/20-5

LOccitane Opera Indústria e Comércio de Cosméticos Ltda. / 028.927.868/0001-50
L'OCCITANE AU BRÉSIL - GEL ANTISSÉPTICO PARA MÃOS CAPIM-LIMÃO
25351.773768/2020-07 / 407700001
287 - REG. COSMÉTICOS - Registro de Produto - Nacional / 2599861/20-9
L'OCCITANE AU BRÉSIL - GEL ANTISSÉPTICO PARA MÃOS ÁGUA DE COCO
25351.773830/2020-52 / 407700002
287 - REG. COSMÉTICOS - Registro de Produto - Nacional / 2599925/20-7

Lourenzi e Silva Indústria de Perfumaria e Cosméticos Ltda-ME / 020.909.332/0001-09
Álcool Gel Cute Gaudore
25351.768273/2020-58 / 279570001
287 - REG. COSMÉTICOS - Registro de Produto - Nacional / 2584423/20-1

MARY HILL PERFUMES EIRELI / 054.103.981/0001-21
REDUTOR DE VOLUME MARROQUINA STEP 2
25351.261044/2020-15 / 209710140
287 - REG. COSMÉTICOS - Registro de Produto - Nacional / 1034711/20-2

MAXSANE INDÚSTRIA DE SANEANTES LTDA / 008.250.408/0001-23
HAND BAC GEL
25351.694496/2014-78 / 247520006
289 - REG. COSMÉTICOS - Alteração de Rotulagem de Produto Registrado / 1681902/20-6
HAND BAC GEL
25351.694496/2014-78 / 247520006
238 - REG. COSMÉTICOS - Revalidação de Registro / 2515018/19-9
HAND BAC GEL
25351.694496/2014-78 / 247520006
230 - REG. COSMÉTICOS - Modificação de Fórmula de Produto Registrado - Nacional / 4079462/20-4

MERCOQUÍMICA INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA / 003.321.760/0001-99
Antisséptico de Mãos Gel Bonzer
25351.768288/2020-16 / 263510003
287 - REG. COSMÉTICOS - Registro de Produto - Nacional / 2584445/20-4

MMV INDÚSTRIA DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA - EPP / 003.094.290/0001-78
SENSE GEL
25351.823416/2020-00 / 283450002
287 - REG. COSMÉTICOS - Registro de Produto - Nacional / 2747734/20-0

NATURELLE IND E COMERCIO DE PRODUTOS NATURAIS LTDA / 048.561.369/0001-08
ADA TINA BIOSOLE FPS 90
25351.844388/2020-56 / 206640909
287 - REG. COSMÉTICOS - Registro de Produto - Nacional / 2806318/20-3

PKB PRODUTOS QUÍMICOS LTDA / 001.648.513/0001-76
GEL ANTISSÉPTICO PARA AS MÃOS HEINIG
25351.102213/2018-53 / 244370012
290 - REG. COSMÉTICOS - Mudança de Nome de Produto Registrado / 2615713/20-5

PLATAFORMA DAS CORES INDÚSTRIA, COMÉRCIO, BENEFICIAMENTO, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO DE TINTAS E ESMALTES LTDA / 026.354.312/0001-97
LAKSHMI ÁLCOOL ANTISSÉPTICO GEL HIGIENIZADOR DE MÃOS
25351.735233/2020-20 / 299800001
287 - REG. COSMÉTICOS - Registro de Produto - Nacional / 2485745/20-0

PRO NOVA INDUSTRIA E COMERCIO LTDA - EPP / 011.151.445/0001-99
GIOVANNA BABY BLUE GEL HIGIENIZANTE ANTISSÉPTICO PARA AS MÃOS
25351.554130/2016-00 / 255160011
289 - REG. COSMÉTICOS - Alteração de Rotulagem de Produto Registrado / 2089598/20-4
GIOVANNA BABY BLUE GEL HIGIENIZANTE ANTISSÉPTICO PARA AS MÃOS
25351.554130/2016-00 / 255160011
239 - REG. COSMÉTICOS - Inclusão de Acondicionamento para Produto Registrado / 2194197/20-6

REZYMOM INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE CREMES LTDA ME / 000.515.176/0001-86
ÁLCOOL GEL 70º INPM REZYMOM
25351.601376/2020-39 / 231930008
287 - REG. COSMÉTICOS - Registro de Produto - Nacional / 2072327/20-2

SNC INDÚSTRIA DE COSMÉTICOS LTDA. / 001.182.125/0001-42
GEL HIGIENIZANTE PARA MÃOS KANECHOM
25351.823261/2020-01 / 225240187
287 - REG. COSMÉTICOS - Registro de Produto - Nacional / 2747560/20-1

VITAQUÍMICA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS QUÍMICOS LTDA / 001.615.080/0001-52
D'VITA ÁLCOOL GEL 70% ANTISSÉPTICO PARA AS MÃOS
25351.757618/2020-48 / 278970001
287 - REG. COSMÉTICOS - Registro de Produto - Nacional / 2554256/20-9

Ministério do Turismo

GABINETE DO MINISTRO

DECISÃO Nº 52, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2020

Nos termos do § 1º, do art. 50, da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, e considerando o consignado no § 2º, do art. 20, da Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, CONHEÇO do recurso interposto pela proponente ARTETUDE PRODUÇÃO DE EVENTOS E ASSESSORIA DE MARKETING LTDA, CNPJ nº 06.118.979/0001-83 nos autos do Processo nº 01400.000218/2012-66, e DOU-LHE PROVIMENTO, sugerindo-se a aprovação com ressalvas do projeto cultural, com base nas razões contidas na ANÁLISE Nº 7/2020/CAFIF/CGPCONT/SGFT/GSE e mediante o PARECER Nº 00488/2020/CONJUR-MTUR e ainda DESPACHO Nº 01209/2020/CONJUR-MTUR e DESPACHO Nº 01213/2020/CONJUR-MTUR, ambos da Consultoria Jurídica junto ao Ministério do Turismo.

MARCELO HENRIQUE TEIXEIRA DIAS
Ministro

SECRETARIA ESPECIAL DE CULTURA

SECRETARIA NACIONAL DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA

PORTARIA Nº 715, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2020

O SECRETÁRIO NACIONAL DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 464, de 29 de setembro de 2020 e o art. 4º da Portaria nº 120, de 30 de março de 2010, resolve:

Art. 1.º - Homologar os projetos culturais relacionados nos anexos desta portaria, que após terem atendido aos requisitos de admissibilidade estabelecidos pela Lei 8.313/91, Decreto 5.761/06 e a Instrução Normativa vigente, passam a fase de obtenção de doações e patrocínios.

Art. 2.º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRÉ PORCIUNCULA ALAY ESTEVES

ANEXO

ÁREA: 1 ARTES CÊNICAS (Artigo 18 , § 1º)
204603 - FESTIVAL DE DANÇAS POPULARES DE VITÓRIA/ES
ASSOCIACAO CULTURAL ANDORA
CNPJ/CPF: 28.174.834/0001-32
Processo: 01400004594202030
Cidade: Vitória - ES;
Valor Aprovado: R$ 195.944,88
Prazo de Captação: 09/12/2020 à 31/12/2020
Resumo do Projeto: Trata-se de uma proposta de um Festival Nacional de Danças Populares de amplo arco de atividades, que promoverá um intercâmbio cultural entre grupos regionais e nacionais convidados e interação com o público local. A proposta possui os seguintes produtos:1) Espetáculos artísticos de danças populares, em espaço aberto e gratuito ao público; 2) Festa popular por meio de Cortejos, desfiles e interação com o público, 3) Como Contrapartida social, Oficinas de danças populares e de adereços e vestuários da cultura popular, para estudantes e professores de Escolas públicas da Educação básica.

204758 - [MICRO] FESTIVAL ITINERANTE DE BONECOS IDOSOS
ASSOCIACAO CULTURAL PIGMALIAO
CNPJ/CPF: 10.790.992/0001-51
Processo: 01400004749202038
Cidade: Belo Horizonte - MG;
Valor Aprovado: R$ 227.508,75
Prazo de Captação: 09/12/2020 à 31/12/2020
Resumo do Projeto: Este projeto propõe a circulação do "[Micro] Festival Itinerante de Bonecos Idosos". O evento é composto por uma intervenção de rua com bonecos habitáveis, um espetáculo de marionetes e uma oficina de máscaras. Na intervenção "Bira e Bedé", duas senhoras de mais de dois metros de altura circulam pela cidade alterando o cotidiano dos lugares e criando situações inesperadas e cômicas. O espetáculo "Tempo Longe Demais" é uma peça de humor conduzida por marionetes de fios onde três idosos assistem novelas e revelam histórias de amor vividas na juventude. A oficina de máscaras, contrapartida social do projeto, vem como atividade de integração entre crianças, adultos, idosos e os artistas, permitindo a troca de conhecimentos e fomentando a criatividade dos participantes. A proposta pretende atingir grande número de público, promovendo atrações para todas as idades (com um foco especial para os idosos) e envolvendo equipes locais.

204776 - Companhia Barrica do Maranhão. 35 Anos-Luz de Estradas, Estrelas e Encantarias!
Grupo de Agentes Culturas Barrica & Bicho-Terra
CNPJ/CPF: 00.982.681/0001-30
Processo: 01400004767202010
Cidade: São Luís - MA;
Valor Aprovado: R$ 249.408,00
Prazo de Captação: 09/12/2020 à 31/12/2020
Resumo do Projeto: O Projeto objetiva a realização de diversas atividades da Companhia Barrica do Maranhão, sempre voltadas para a preservação e valorização da Cultura Popular Brasileira. Para tanto, projeta-se a realização dos Espetáculos de artes cênicas criados pelo grupo, associada à reimplantação da Exposição Ponto de Luz, mostra da sua exitosa trajetória artística, como também a produção do Documentário - Barrica em Revista, comemorativo pelos 35 anos da sua laboriosa existência cultural, com 69 minutos e filmado em HD. Promove-se ainda a apresentação da Companhia Barrica do Maranhão na 49ª Jornadas Internacionais Folclóricas da Catalunha. O Projeto complementa-se com uma consistente Contrapartida Social ofertando oficinas recreativas culturais a rede pública escolar, municipal e estadual e ao público local e visitante, de maneira geral.

ÁREA: 3 MÚSICA (Artigo 18 , § 1º)
204452 - Festival BR135 Instrumental
CAROLINE C. DE OLIVEIRA MARQUES PRODUCOES CULTURAIS - ME
CNPJ/CPF: 18.948.892/0001-12
Processo: 01400004443202081
Cidade: São Luís - MA;
Valor Aprovado: R$ 630.000,80
Prazo de Captação: 09/12/2020 à 31/12/2020
Resumo do Projeto: Este projeto propõe a execução de um Festival de música instrumental com duração de 02 dias na cidade de São Luís. O Festival BR135 tem o objetivo principal de formação de platéia para a música no Estado do Maranhão, criando espaço para o segmento e intercâmbio de artistas nacionais com artistas locais.

ÁREA: 4 ARTES VISUAIS (Artigo 18 , § 1º)
204721 - Vicente Guató - Memórias e saberes de um povo
Instituto Homem Brasileiro
CNPJ/CPF: 07.382.139/0001-96
Processo: 01400004712202018
Cidade: Cuiabá - MT;
Valor Aprovado: R$ 199.932,15
Prazo de Captação: 09/12/2020 à 31/12/2020
Resumo do Projeto: O presente projeto visa construir um acervo através da produção de um livro, um documentário (30 minutos, filmado em HD) e uma exposição fotográfica, para documentar e tornar público os conhecimentos tradicionais e narrativas de Vicente Guató, um homem que preserva em si a cultura de um povo.

PORTARIA Nº 716, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2020

O SECRETÁRIO NACIONAL DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso das atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 464, de 29 de setembro de 2020 e o art. 4º da Portaria nº 120, de 30 de março de 2010, resolve:

Art. 1.º - Homologar a prorrogação do prazo de captação de recursos do(s) projeto(s) cultural(is), relacionado(s) no(s) anexo(s) desta Portaria, para o(s) qual(is) o(s) proponente(s) fica(m) autorizado(s) a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, na forma prevista no § 1º do Artigo 18 e no Artigo 26 da Lei n.º 8.313, de 23 de dezembro de 1991, alterada pela Lei nº 9.874, de 23 de novembro de 1999.

Art. 2.º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRÉ PORCIUNCULA ALAY ESTEVES

ANEXO

ÁREA: 6 HUMANIDADES (Artigo 18 , § 1º)
181975 - E Vem do Mar
NARBAL DE SOUZA CORREA
CNPJ/CPF: 442.270.789-20
Cidade: Florianópolis - SC;
Prazo de Captação: 01/01/2020 à 31/12/2020

INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS

PORTARIA IBRAM Nº 18, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2020

Disciplina o exercício das competências pelos gestores para os atos administrativos relativos aos processos de contratação de bens e serviços e de governança, no âmbito do IBRAM.

O PRESIDENTE DO INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20, II e IV, do anexo I, do Decreto nº 6.845, de 07 de maio de 2009 e, tendo em vista o disposto no Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, no Decreto nº 6.170, de julho de 2007, no Decreto nº 10.193, de 27 de dezembro de 2019, na Lei n° 8.112, de 11 de dezembro de 1990, na Lei nº 8.666, de 21 de julho de 1993, na Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, no Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, na Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999 e no Decreto nº 10.139, de 28 de novembro de 2019, resolve:

Art. 1º Delegar competência aos Dirigentes das Unidades Gestoras no âmbito do IBRAM e, em seus impedimentos legais, aos respectivos substitutos, para praticarem atos de gestão nas seguintes áreas:

I - de gestão patrimonial, de compras e contratações:

a) designar pregoeiro e constituir equipe de apoio, para os fins da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e dos Decretos nºs 3.555, de 8 de agosto de 2000 e 10.024, de 20 de setembro de 2019;

b) constituir comissões de licitação, de inventário de bens patrimoniais e outras, destinadas à realização de atividades definidas em lei;

c) realizar licitações, nas modalidades de concorrência, tomada de preços, convite e pregão, para aquisição de materiais e execução de obras ou serviços, de interesse da Unidade;

d) realizar despesas, na forma dos incisos I e I do art. 24 da Lei nº 8.666, de 1993;

e) ratificar, nos termos do art. 26 da Lei nº 8.666, de 1993, as dispensas e inexigibilidades de licitação, fundamentadas nos arts. 24 e 25 da mesma lei;

f) liberar a garantia prestada por licitante vencedor, de acordo com o previsto no § 4º do art. 56, da Lei nº 8.666, de 1993;

g) conceder suprimento de fundos e cartão de pagamento do governo federal a servidor, nos termos dos arts. 68 da Lei nº 4.320, de 1964, e 45 do Decreto nº 93.872, de 1986, e do Decreto nº 5.355, de 2005;

h) desbloquear os valores retidos em conta vinculada das empresas contratadas para a prestação dos serviços de locação de mão de obra;

i) receber, alienar, permutar, ceder e dar baixa de material e bens móveis, inclusive os considerados sem utilidade, antieconômicos ou inservíveis, observada a legislação vigente;

j) decidir sobre o uso e prover a manutenção e conservação adequada dos bens móveis e imóveis, sob responsabilidade da Unidade, excetuados aqueles indicados em deliberação específica da Diretoria Colegiada;

j.1 - A Diretoria Colegiada realizará reunião própria para deliberar sobre os bens culturais móveis e imóveis a serem excluídos do domínio de competência de que trata o caput deste item.

k) proceder à homologação dos processos licitatórios, adjudicando o respectivo objeto, ou promovendo o cancelamento, a revogação ou a anulação do certame;

l) aplicar aos fornecedores ou executantes adjudicatários de obras ou serviços as penalidades previstas no art. 87, incisos I a III, da Lei nº 8.666, de 1993, e no art. 7º da Lei nº 10.520, de 2002;

m) firmar acordos, contratos, termos aditivos, apostilamentos e cooperações em geral, desde que previamente submetidos à análise da Procuradoria Federal no IBRAM, quando for o caso, em conformidade com a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e nº 10.520, de 17 de julho de 2002, demais legislações pertinentes e alterações posteriores.

II - de gestão do Quadro de Pessoal:

a) praticar atos de gestão e administração de pessoal, tais como: controle de frequência, solicitação de autorização para deslocamento e concessão de diárias e passagens, respeitados os afastamentos relativos à licença-prêmio, licença para capacitação e licença médica que devem, obrigatoriamente, ser homologados pela Coordenação de Gestão de Pessoas do Departamento de Planejamento e Gestão Interna - DPGI;

b) autorizar os servidores do IBRAM, no interesse do serviço e no exercício de suas próprias atribuições, quando houver insuficiência de motorista oficial, dirigirem veículos oficiais, de transporte individual de passageiros, desde que possuidores da Carteira Nacional de Habilitação, conforme disposto na Lei nº 9.327, de 9 de dezembro de 1996;

c) indicar servidores para a composição de comissões de sindicâncias, nos moldes do Decreto nº 5.480, 30 de junho de 2005, Instrução Normativa nº 14, de 14 de novembro de 2018 e Portaria nº 910, de 07 de abril de 2015, da Controladoria-Geral da União - CGU, Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, regulamentada pelo Decreto nº 8.420, de 18 de março de 2015; e

d) determinar a instauração de processos de sindicâncias, bem como a homologação do seu resultado, aplicando aos infratores a sanção cabível, observadas as disposições contidas no art. 141 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990 e alterações posteriores, ressalvada a instauração de processos administrativos disciplinares, que é competência exclusiva do Presidente do IBRAM.

III - de gestão orçamentária e financeira:

a) programar e acompanhar a execução dos recursos orçamentários e financeiros recebidos pela Unidade, de acordo com as diretrizes estabelecidas e Planos de Ação aprovados pelos Departamentos;

b) ordenar despesas à conta dos créditos descentralizados para a respectiva unidade;

b.1 - a ordenação da despesa compreende: ordenar o empenho e o pagamento de despesas, assinar ordens bancárias em conjunto com o encarregado da gestão dos recursos orçamentários e financeiros e, ainda, efetuar o recolhimento dos encargos e tributos, indicar, controlar e processar os pagamentos de despesas do exercício, de restos a pagar e de exercícios anteriores;

c) emitir declaração de que trata o inciso II, do artigo 16, da Lei Complementar nº 101/2000;

d) aprovar prestação de contas de suprimentos de fundos e de Cartão de Pagamento do Governo Federal, adiantamentos, inclusive de diárias e passagens, como autoridade concedente da despesa;

e) determinar imediatas providências administrativas para a apuração das responsabilidades quando verificada que determinada conta não foi prestada, da não comprovação da aplicação de recursos repassados pela União mediante convênio, contrato de repasse ou instrumento congênere, da ocorrência de desfalque, alcance, desvio ou desaparecimento de dinheiro, bens ou valores públicos, ou da prática de ato ilegal, ilegítimo ou antieconômico de que resulte dano ao Erário, e adotar medidas administrativas para caracterização ou elisão do dano, observados os princípios norteadores dos processos administrativos.

Art. 2º Delegar competência ao Dirigente da Unidade do IBRAM, demandante do processo de contratação e, em seus impedimentos legais, aos respectivos substitutos, para a aprovação dos Projetos Básicos, Termos de Referência e instrumentos similares para aquisição de bens ou contratação de serviços, nos termos do inciso I e § 2º, do art. 7º da Lei n.º 8.666, de 1993, e inciso II do art. 14 do Decreto nº 10.024, de 2019.

Parágrafo Primeiro - Na Sede do IBRAM, a competência definida no caput será do dirigente máximo do Departamento que motiva o processo de aquisição de bens e serviços.

Parágrafo Segundo - Nos Museus vinculados, a competência definida no caput será do dirigente máximo da unidade museológica administrada pelo IBRAM.

Art. 3º A competência para autorização do procedimento licitatório, que exige a observância de todas as etapas administrativas decorrentes da formalidade dos procedimentos licitatórios, é do titular da unidade gestora responsável pela ordenação da despesa.

Parágrafo Primeiro - Nas celebrações de novos contratos administrativos e na prorrogação de contratos em vigor, relativos a atividades de custeio, deverão ser observadas as diretrizes estabelecidas no artigo 3º do Decreto 10.193, de 27 de dezembro de 2019, e ato do respectivo Ministério vinculado que disponha sobre a competência para realizar atos de gestão e para a celebração de contratos administrativos.

Parágrafo Segundo - No âmbito da sede do IBRAM, fica subdelegada a competência ao Diretor do Departamento de Planejamento e Gestão Interna - DPGI e, em seus impedimentos legais, ao respectivo substituto para a celebração de novos contratos administrativos e a prorrogação de contratos em vigor, relativos a atividades de custeio, cujo valor seja igual ou superior a R$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) e inferior a R$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais).

Art. 4º Nos contratos para aquisição, locação, nova construção ou ampliação de imóvel, deverá ser observada a área média de até 9 (nove) metros quadrados de área útil para o trabalho individual, a ser utilizada por servidor, militar ou terceirizado que exerça suas atividades no imóvel.

Art. 5º Fica Delegada competência aos Dirigentes das Unidades Gestoras no âmbito do IBRAM e, em seus impedimentos legais, aos respectivos substitutos, para representar a respectiva Unidade em congressos, seminários, solenidades e demais eventos de interesse e ou pertinentes às finalidades institucionais do IBRAM, desde que autorizado, previamente, pelo Departamento competente.

Parágrafo Primeiro - Os instrumentos relativos às atividades finalísticas do IBRAM deverão, obrigatoriamente, ser submetidos à prévia aprovação do Departamento e ou da Unidade competente;

Parágrafo Segundo - Os instrumentos estabelecidos por convênios, termos de colaboração e termos de fomento, envolvendo transferência de recursos, serão firmados pela Presidência do IBRAM.

Art. 6º É de competência exclusiva do Presidente do IBRAM e, em seus impedimentos legais, do seu substituto, atuar como Ordenador de Despesas da Unidade Gestora 423001 deste Instituto, bem como a restituição de receitas independentemente da Unidade Arrecadadora.

Art. 7º Fica delegada a competência ao Diretor do Departamento de Planejamento e Gestão Interna - DPGI e, em seus impedimentos legais, ao seu substituto para ordenar despesas da Unidade Gestora 423002, bem como a aprovação da prestação de contas de recursos concedidos mediante convênio, acordo, ajuste, termo de parceria ou outro instrumento de execução indireta ou descentralizada, em relação à mesma unidade gestora.

Art. 8º Revogar a Portaria nº 324, de 04 de agosto de 2016, e a Portaria nº 457, de 19 de dezembro de 2014.

Art. 9º Esta Portaria entra em vigor em 4 de janeiro de 2021.

PEDRO MACHADO MASTROBUONO

FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL

PORTARIA Nº 133, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2020

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL, no uso das competências que lhe foram delegadas pela Portaria nº 390, de 18 de dezembro de 2019, publicada no Diário Oficial da União nº 245, de 19 de dezembro de 2019, Seção 1, página 177, e considerando o disposto no art. 38 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, em conformidade com o Edital publicado no DOU de 22 de julho de 2020, seção 3, fl. 99, resolve:

Art. 1º Tornar público o resultado do Prêmio Literário da Biblioteca Nacional de 2020.

I - Categoria Conto - Prêmio Clarice Lispector

Comissão julgadora: Ana Paula Maia, Erika Nogueira Vieira e Fabiane Secches.

1º lugar, obra vencedora: "Redemoinho em dia quente", de Jarid Arraes; Editora Alfaguara.

2º lugar: "Urubus", de Carla Bessa; Editora Confraria do Vento.

3º lugar: "A noite dos olhos", de Heloisa Seixas; Editora Companhia das Letras.

II - Categoria Ensaio Literário - Prêmio Mário de Andrade

Comissão julgadora: Eduardo César Maia Ferreira Filho, Guiomar de Grammont e Sandra Guardini Vasconcelos.

1º lugar, obra vencedora: "Agudezas seiscentistas e outros ensaios", de João Adolfo Hansen; Cilaine Alves Cunha e Mayra Laudanna (orgs.); Editora da Universidade de São Paulo.

2º lugar: "A dupla noite das tílias: história e natureza no 'Fausto' de Goethe", de Marcus Vinicius Mazzari; Editora 34.

3º lugar: Teoria, crítica e criação literária: o escritor e seus múltiplos, de Evelina Hoisel; Editora Civilização Brasileira.

III - Categoria Ensaio Social - Prêmio Sérgio Buarque de Holanda

Comissão julgadora: César Claudio Gordon Junior, Gabriela Nunes Ferreira e Ranieri Ribas de Almeida.

1º lugar, obra vencedora: "De quem é o comando?: O desafio de governar uma prisão no Brasil"de Eduardo Matos de Alencar; Editora Record.

2º lugar: "Ganhadores: a greve negra de 1857 na Bahia", de João José Reis; Editora Companhia das Letras.

3º lugar: "O reino: a história de Edir Macedo e uma radiografia da Igreja Universal", de Gilberto Nascimento; Editora Companhia das Letras.

IV - Categoria Literatura Infantil - Prêmio Sylvia Orthof

Comissão julgadora: Ana Maria Machado, Elizabeth D'Angelo Serra, Graça Lima.

1º lugar, obra vencedora: "Lá dentro tem coisa", de Adriana Falcão; Editora Salamandra.

2º lugar: "Pinóquio: o livro das pequenas verdades", de Alexandre Rampazo; Editora Boitatá.

3º lugar: "Mais classificados e nem tanto", de Marina Colasanti; Editora Galerinha Record.

V - Categoria Literatura Juvenil - Prêmio Glória Pondé

Comissão julgadora: Ana Paula Cecato, Katia Chiaradia, Simone Monteiro de Araújo.

1º lugar, obra vencedora: "Um lençol de infinitos fios", de Susana Ramos Ventura; Editora Gaivota.

2º lugar: "O Haiti de Jean", de Cassiana Pizala, Rima Awada Zahra e Rosi Vilas Boas; Editora do Brasil.

3º lugar: "Três dias e mais alguns"; de Caio Riter; Editora do Brasil.

VI - Categoria Poesia - Prêmio Alphonsus de Guimaraens

Comissão julgadora: Érico Nogueira, Hugo Langone, Nívia Maria Vasconcellos.

1º lugar, obra vencedora: "179.Resistência", de Maria Fernanda Elias Maglio; Editora Patuá.

2º lugar: "Ou o silêncio contínuo", de Marcelo Ariel; Kotter Editorial.

3º lugar: "Fliperama", de Fabiano Calixto; Editora Corsário-Satã.

VII - Categoria Romance - Prêmio Machado de Assis

Comissão julgadora: Antonio Fernando de Souza Borges, Karleno Bocarro, Miguel Sanches Neto.

1º lugar, obra vencedora: "Além do Rio dos Sinos", de Menalton Braff; Editora Reformatório.

2º lugar: "O que ela sussurra?", de Noemi Jaffe; Editora Companhia das Letras.

3º lugar: "Quanto custa um elefante?", de Marcelo Mirisola; Editora 34.

VIII - Categoria Tradução - Prêmio Paulo Rónai

Comissão julgadora: Lawrence Flores Pereira, Maurício Santana Dias, Rodrigo Garcia Lopes

1º lugar, obra vencedora: "As flores do mal", de Charles Baudelaire, traduzida por Júlio Castañon Guimarães; Editora Penguin Classics Companhia das Letras.

2º lugar: "Obras completas, volume 4: A interpretação dos sonhos (1900)", de Sigmund Freud, traduzida por Paulo César de Souza; Editora Companhia das Letras.

3º lugar: "Degelo", de Maria-Mercè Marçal, traduzida por Beatriz Regina Guimaraes Barboza e Meritxell Hernando Marsall; Editora Urutau.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

RAFAEL ALVES DA SILVA

FUNDAÇÃO NACIONAL DE ARTES

PORTARIA FUNARTE Nº 324, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2020

Convoca o suplente do Prêmio Funarte Festival de Teatro Virtual 2020

O Presidente da Fundação Nacional de Artes - FUNARTE, designado através da Portaria nº 440, de 11 de setembro de 2020, publicada no D.O.U. 14 de setembro de 2020, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V artigo 14, do Estatuto aprovado pelo Decreto nº 5.037 de 07/04/2004, publicado no D.O.U. de 08/04/2004.

Considerando:

- as cláusulas 8.4.1 e 8.4.3 do Prêmio Funarte Festival de Teatro Virtual 2020, resolve:

Art. 1º - Desclassificar o proponente abaixo

Nº	Razão social	Concorrente	Nome do espetáculo	Região	Status
246	Jéssica Carvalho Teixeira 00974423300	Jéssica Teixeira	E.L.A	Nordeste	Desclassificado. Não enviou a documentação

Art. 2º - Convocar o suplente abaixo, que deverá seguir os itens 8.4.1.e 8.4.2 do referido edital

Nº	Razão Social	Nome do espetáculo	Região	Nota	Status
305	Território Sirius Produções Ltda.	Épico	Nordeste	96,3	suplente

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

LAMARTINE BARBOSA HOLANDA

Tribunal de Contas da União

PORTARIA Nº 196, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2020

Abre, ao Orçamento Fiscal, em favor do Tribunal de Contas da União, crédito suplementar no valor de R$ 650.000,00 (seiscentos e cinquenta mil reais), para reforço de dotações constantes da lei orçamentária vigente, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 28, incisos XXXIV e XXXIX do Regimento Interno, e tendo em vista o art. 46, § 1º, inciso I, da Lei nº 13.898, de 11 de novembro de 2019 (LDO), combinado com o art. 4º, caput, inciso I, alínea *"a"*, item 2, da Lei nº 13.978, de 20 de janeiro de 2020 (LOA), o art. 4 º, da Lei Complementar nº 101, 4 de maio de 2000 (LRF) e as disposições contidas na Portaria SOF nº 5.509, de 21 de fevereiro de 2020, resolve:

Art. 1º Fica aberto, ao Orçamento Fiscal, em favor do Tribunal de Contas da União, crédito adicional suplementar no valor de R$ 650.000,00 (seiscentos e cinquenta mil reais) para atender à programação exposta no Anexo I desta Portaria.

Art. 2º Os créditos necessários à execução do disposto no art. 1º decorrerão da anulação parcial de dotação orçamentária constante do Anexo II desta Portaria.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ MUCIO MONTEIRO

ANEXOS

ÓRGÃO: 03000 - Tribunal de Contas da União										
UNIDADE: 03101 - Tribunal de Contas da União										
ANEXO I										Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)			Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00							
FUNC	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RPO	MOD	IU	F TE		VALOR
0034		Programa de Gestão e Manutenção do Poder Legislativo								650.000
		Operações Especiais								
01 846	0034 09HB	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais								650.000
01 846	0034 09HB 0001	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - Nacional								650.000
			F	1	0	91	0	100		650.000
TOTAL - FISCAL										650.000
TOTAL - SEGURIDADE										0
TOTAL - GERAL										650.000

ÓRGÃO: 03000 - Tribunal de Contas da União										
UNIDADE: 03101 - Tribunal de Contas da União										
ANEXO II										Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)			Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00							
FUNC	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RPO	MOD	IU	F TE		VALOR
0034		Programa de Gestão e Manutenção do Poder Legislativo								650.000
		Atividades								
01 122	0034 20TP	Ativos Civis da União								650.000
01 122	0034 20TP 0001	Ativos Civis da União - Nacional								650.000
			F	1	1	90	0	100		650.000
TOTAL - FISCAL										650.000
TOTAL - SEGURIDADE										0
TOTAL - GERAL										650.000

2ª CÂMARA

ATA Nº 43, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2020

(Sessão Telepresencial da Segunda Câmara)

Presidente: Ministra Ana Arraes
Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado
Subsecretária da Segunda Câmara: AUFC Elenir Teodoro Goncalves dos Santos

Às 10 horas e 30 minutos, a Presidente declarou aberta a sessão telepresencial da Segunda Câmara, com a presença dos Ministros Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro e Vital do Rêgo; dos Ministros-Substitutos Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho; e do Representante do Ministério Público, Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado.

HOMOLOGAÇÃO DE ATA

A Segunda Câmara homologou a ata nº 42, referente à sessão realizada em 24 de novembro de 2020.

PUBLICAÇÃO DA ATA NA INTERNET

Os anexos das atas, de acordo com a Resolução nº 184/2005, estão publicados na página do Tribunal de Contas da União na Internet.

COMUNICAÇÕES

Da Presidência: (v. inteiro teor no Anexo I a esta Ata)

- Encerramento do Ano de 2020 na 2ª Câmara

Na oportunidade, os Ministros Augusto Nardes, Raimundo Carreiro, os Ministros-Substitutos Marcos Bemquerer Costa, André Luís de Carvalo e o Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado, se associaram à manifestação. O Ministro Augusto Nardes apresentou sua manifestação por escrito.

"Senhora Presidente,

Senhores Ministros,

Senhor Representante do Ministério Público,

Antes de encerrar a presente sessão, gostaria de registrar o desempenho da 2ª Câmara neste ano.

Contando os processos incluídos na presente sessão, e salvo algum engano, apreciamos, neste exercício de 2020, um total de 13.759 processos, sendo 11.109 relacionados e 2.866 unitários.

Esses números demonstram a profícua atuação dos ministros que integram o colegiado, bem assim dos membros do Ministério Público junto ao Tribunal e, também, de todos os servidores e demais colaboradores dos Gabinetes das autoridades e da Secretaria das Sessões.

Assim, aproveito para cumprimentar a Ministra Ana Arraes por sua liderança na Presidência da 2ª Câmara e pelos resultados alcançados com os trabalhos desenvolvidos no colegiado, do qual se despede para, em breve, assumir o comando do Tribunal.

Por fim desejo um Natal de saúde e paz, e um Ano Novo repleto de realizações a todos, reiterando os meus agradecimentos a todos os que conosco trabalharam durante esse ano na 2ª Câmara.

PROCESSOS EXCLUÍDOS DE PAUTA

Foram excluídos de pauta, nos termos do artigo 142 do Regimento Interno, os seguintes processos:

- TC-017.952/2008-7, cujo Relator é o Ministro Augusto Nardes;

- TC-026.170/2016-7, de relatoria do Ministro Aroldo Cedraz;

- TC-005.107/2014-8, cujo Relator é o Ministro Raimundo Carreiro;

- TC-004.871/2016-2, TC-009.207/2020-1, TC-011.236/2018-3, TC-018.301/2015-0, TC-021.460/2020-5, TC-033.326/2015-0 e TC-033.726/2020-5, de relatoria da Ministra Ana Arraes; e

- TC-025.954/2020-2, TC-029.102/2019-7, TC-029.235/2020-0, TC-035.341/2017-3 e TC-036.707/2018-0, cujo Relator é o Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

PROCESSOS APRECIADOS POR RELAÇÃO

A Segunda Câmara aprovou, por relação, os acórdãos de nºs 13331 a 13865.

PROCESSOS APRECIADOS DE FORMA UNITÁRIA

Por meio de apreciação unitária de processos, a Segunda Câmara proferiu os Acórdãos nºs 13866 a 13966.

SUSTENTAÇÕES ORAIS

Na apreciação do processo nº TC-031.967/2017-5, cujo relator é o Ministro Aroldo Cedraz, a Dra. Maria Eugênia Del Nero Poletti e o Dr. Jonas Sidnei Santiago de Medeiros Lima, apresentaram sustentação oral em nome de Humberto Barreto Alencar e da empresa Partners Comunicação Integrada Ltda., respectivamente.

Na apreciação do processo nº TC-036.783/2019-6, cujo relator é o Ministro Raimundo Carreiro, o Dr. Gustavo Monteiro Cavalcante, apresentou sustentação oral em nome de Carlos Alberto Castelo Côrrea Júnior.

Na apreciação do processo nº TC-025.387/2017-0, cuja relatora é a Ministra Ana Arraes, o Dr. Humberto Borges Chaves Filho, apresentou sustentação oral em nome de Juvenal Fernandes de Almeida.

PEDIDO DE VISTA

Com base no artigo 112 do Regimento Interno, a apreciação do processo TC-025.387/2017-0, cuja relatora é a Ministra Ana Arraes, foi adiada para a sessão da Segunda Câmara de 26 de janeiro de 2021, ante pedido de vista formulado pelo Ministro Augusto Nardes. Já votaram a relatora e o Ministro Raimundo Carreiro, que apresentou proposta divergente. O relatório, os votos e as minutas de Acórdão constam do Anexo II desta Ata.

ACÓRDÃOS APROVADOS

Os acórdãos de nºs 13331 a 13865, apreciados por relação, estão transcritos a seguir. Da mesma forma, seguem transcritos os Acórdãos de nºs 13866 a 13966, apreciados de forma unitária, que constam também do Anexo III desta Ata, juntamente com os relatórios e os votos ou propostas de deliberação em que se fundamentaram.

ACÓRDÃO Nº 13331/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de aposentadoria de Vildes de Sousa Matos, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-012.515/2020-5 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Vildes de Sousa Matos (157.323.046-49)
1.2. Órgão/Entidade: Tribunal de Contas da União
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13332/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 143, inciso II, 259, inciso II, 260, § 5º, do Regimento interno do TCU e art. 7º da Resolução nº 206, de 24 de outubro de 2007, em considerar prejudicada, por perda de objeto, a apreciação dos atos de concessão de aposentadoria dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-035.659/2020-3 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Afranio Flora Pinto (039.958.668-75); Antonio de Padua Chiquetto (547.223.818-87); Darcy Pessoa de Araujo (059.557.008-97)
1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região - Campinas/sp
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13333/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 143, inciso II, 259, inciso II, 260, § 5º, do Regimento interno do TCU e art. 7º da Resolução nº 206, de 24 de outubro de 2007, em considerar prejudicada, por perda de objeto, a apreciação dos atos de concessão de aposentadoria dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-035.681/2020-9 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Maria Aldebaram Barroso do Nascimento (199.777.782-72); Maria Leoneide de Oliveira (383.459.512-87); Maria do Carmo Silva Batista (048.421.702-04); Raimunda da Costa Melo (199.653.972-87)
1.2. Órgão/Entidade: Departamento de Centralização de Serviços de Inativos e Pensionistas
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13334/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de aposentadoria das interessadas abaixo qualificadas, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-036.297/2020-8 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessadas: Loizete Lazier (157.099.819-15); Mara Cristina Moro Daldin (231.618.259-34); Roseli Salete Zanuzzo Carneiro (200.885.239-34)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13335/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de aposentadoria dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-036.526/2020-7 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Antonia Feliciano Rangel (576.629.757-20); Antonia Mara Vivas Bitencourt (478.452.367-72); Clemir Fraga do Nascimento (376.781.917-15); Edinea Maria Salvador (450.357.767-00); Lauro Cezar Ferreira Constantino (450.098.307-44); Maria Izabel Costa Barbosa (479.545.237-72); Neide Andalecio Batista Rodrigues (175.441.656-04); Osmar Ribeiro Januario (416.537.697-34); Sonia Maria Agostini (449.867.776-53)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13336/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de aposentadoria dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-036.588/2020-2 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Antonio Aristides Esteves (464.244.746-68); Antonio Belchior de Andrade Figueiredo (130.843.566-53)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13337/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de aposentadoria dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-036.599/2020-4 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Carlos Roberto Sampaio da Rocha (259.011.416-87); Teresinha de Fatima Pinheiro (571.637.077-20)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13338/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de aposentadoria de Anailde Pinho Barreto, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-036.605/2020-4 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessada: Anailde Pinho Barreto (114.139.645-91)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13339/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de aposentadoria dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-036.606/2020-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Aide Silva Lopes (119.144.165-20); Angela Conceicao Andrade Dias (107.480.165-20); Araci Santana Costa Santos (192.744.675-91); Evandro de Souza Silva (084.943.985-04); Gildasio Santana dos Santos (245.272.705-91); Isaac Almeida Fiterman (213.770.141-34); Maria de Lourdes Santana Hilariao (100.981.005-72); Maria do Rosario Lima Vieira (154.264.591-34); Telma Freitas Rocha Froes (115.398.365-68); Vera Lucia Conceicao de Carvalho (074.872.585-72)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13340/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de aposentadoria dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-036.643/2020-3 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Antonio Carlos de Jesus Almeida (465.398.247-34); Luiz Alfredo Goettems (295.621.040-87)
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13341/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de aposentadoria de Joao Rodrigues da Silva, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-036.658/2020-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Joao Rodrigues da Silva (028.365.992-00)
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13342/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de aposentadoria dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-036.668/2020-6 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Armando da Silva Neiva (120.023.211-91); Edmilson Paulino de Lima (030.317.642-34); Edson da Costa Pinto (067.352.583-04); Edson de Carvalho Gimenes (359.463.777-87); Joaquim de Sousa Vieira (229.062.901-49); Josafa Gomes Bomfim (098.173.441-34); Nelson Marcelino de Oliveira (039.308.584-87); Osvaldo Barbosa Ferreira Filho (114.295.501-04); Romilda Pereira da Silva (400.777.721-72); Sergio Murilo Gomes Lacerda (296.028.231-00)
1.2. Órgão/Entidade: Agência Nacional de Mineração
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13343/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de aposentadoria dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-036.698/2020-2 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Renato Ribeiro da Rocha Filho (026.677.702-34); Sandra Andrade de Lima (149.433.441-00)
1.2. Órgão/Entidade: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13344/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de aposentadoria dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-036.746/2020-7 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Guiomar Gregorio Fernandes (092.177.108-81); Roderico Toscano de Brito Sobrinho (146.469.514-87)
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13345/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de aposentadoria dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-037.307/2020-7 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Erivan da Silva (581.397.707-44); Geronimo Antonio dos Santos (599.263.767-20); Joao Luiz Rangel Soares (715.765.687-68); Kleber da Silva Pinto (543.263.117-20); Lidmar da Conceicao Pedro (944.325.117-53); Lucivan Vieira de Souza (586.248.137-00); Marcio dos Santos Pimentel (376.053.727-87); Miguel Alves Gomes (531.892.647-91); Roberto Azevedo Cianci (361.490.807-06); Sergio Alves da Fonseca (736.414.307-63)
1.2. Órgão/Entidade: Comando da Marinha
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13346/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de aposentadoria de Antonio Fernandes Carneiro, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-037.311/2020-4 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Antonio Fernandes Carneiro (132.335.644-49)
1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Norte
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13347/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de aposentadoria de Lise Cortez Horn Fonteles, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-037.344/2020-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessada: Lise Cortez Horn Fonteles (136.310.713-53)
1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional Eleitoral do Ceará
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13348/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de aposentadoria de Raimundo Rodrigues Martins, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-037.565/2020-6 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Raimundo Rodrigues Martins (074.880.412-91)
1.2. Órgão/Entidade: Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (extinta)
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13349/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de aposentadoria dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-037.569/2020-1 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Djalma Jose Correia de Figueredo (196.783.634-53); Marcus Vinicius Medeiros de Lucena (172.726.964-00)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal Rural de Pernambuco
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13350/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de aposentadoria de Jacqueline Santos Povoa, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-037.650/2020-3 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessada: Jacqueline Santos Povoa (460.885.636-72)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13351/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de aposentadoria de Cesar Antonio de Souza, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-037.655/2020-5 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Cesar Antonio de Souza (289.511.079-49)
1.2. Órgão/Entidade: Câmara dos Deputados
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13352/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de aposentadoria dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-037.656/2020-1 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Edna Maria de Azevedo Araujo (311.740.436-87); Jose das Gracas Saraiva Rezende (332.959.806-91); Maria Cristina de Castro Brandao (441.648.666-91); Neuza Maria da Fonseca Garcia de Andrade (399.300.766-20)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13353/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de aposentadoria dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-037.702/2020-3 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Amor das Chagas Pessoa (030.448.742-20); Edith Setembrina Saraiva Bentes (167.400.332-34); Eliane Lima Rosa (082.452.902-20); Eudes Filigonio Costa Dantas (110.438.652-68); Gregoria Silva Lopes (088.783.152-49); Jacirema Franca Reis (104.186.362-49); Joaquim da Silva Lopes (044.495.762-68); Jose Emidio Goncalves da Costa (059.578.852-15); Maria Cristina Borges Celso (057.744.972-91); Nadir Fontel do Rosario (072.133.602-72)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13354/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de aposentadoria de Jorge Tadeu Mudalen, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-037.739/2020-4 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Jorge Tadeu Mudalen (956.632.238-00)
1.2. Órgão/Entidade: Câmara dos Deputados
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13355/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de aposentadoria dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-037.779/2020-6 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Antonio Biffi (296.783.749-00); Argeu de Castro (295.272.449-00); Cassio Lemos Filho (145.182.799-72); Flavio Garcia (216.066.259-34); Frederico Hobold (298.304.279-00); Nilson Pereira (137.152.321-53); Osvino Geraldo Guarienti (384.305.929-20); Wilmar Dalmecio Ribeiro Junior (444.848.959-00)
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13356/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de aposentadoria de Bertoldo Fernandes Machado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-037.955/2020-9 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Bertoldo Fernandes Machado (628.833.647-53)
1.2. Órgão/Entidade: Departamento de Centralização de Serviços de Inativos e Pensionistas
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13357/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de aposentadoria das interessadas abaixo qualificadas, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-038.036/2020-7 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessadas: Selma Batista da Silva Vasconcelos (231.122.121-34); Sonia Souza Wolff (337.848.171-49); Yara Maria Passos Viana (173.419.571-15)
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13358/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de aposentadoria de Elza Buzzatto Jerez Orozco, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-038.040/2020-4 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessada: Elza Buzzatto Jerez Orozco (039.254.268-41)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13359/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de aposentadoria de Celso Affonso Araujo de Oliveira, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-038.052/2020-2 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Celso Affonso Araujo de Oliveira (199.241.190-53)
1.2. Órgão/Entidade: Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13360/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de aposentadoria de Ricardo dos Santos, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-038.076/2020-9 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Ricardo dos Santos (482.792.009-59)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Tecnológica Federal do Paraná
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13361/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de aposentadoria dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-038.080/2020-6 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Adolfo Alves Filho (277.249.806-91); Americo Felicio Gomes (209.907.586-72); Antonio Augusto Neves (166.965.576-87); Antonio Osorio Pereira (181.162.806-00); Bernadete Miranda dos Santos (661.891.286-53); Eduardo Paulino da Costa (005.802.178-76); Jair Pereira Lopes (136.821.996-91); Jose Carlos Goncalves de Paula (284.294.196-91); Luiz Carlos Chamhum Salomao (411.451.436-87); Paulo Tadeu Leite Arantes (198.325.326-04)
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de Viçosa
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13362/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de aposentadoria de Maria de Fatima Coutinho Belli, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-038.221/2020-9 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessada: Maria de Fatima Coutinho Belli (394.942.924-72)
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Fazenda (extinta)
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13363/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de aposentadoria de Rita de Cassia Antunes Rodrigues Novaes, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-038.468/2020-4 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessada: Rita de Cassia Antunes Rodrigues Novaes (297.524.851-20)
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Nacional de Saúde
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13364/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de aposentadoria dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-038.485/2020-6 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Angelo Silva (358.403.077-34); Carlos Jose da Costa (370.973.697-87); Cristina Luisa Vieira Dourado de Sena (467.348.567-04); Elisabete Felipe Baptista (739.674.087-87); Emilia Rosa de Moura Raposo (542.628.017-72); Jose Roberto da Rosa Magno de Jesus (382.927.507-20); Kaarle Leonardo de Palmeira Sinivirta (407.882.887-68); Luzia Eugenia Ribeiro Gondim (782.994.977-87); Maria Aparecida Ribeiro Lopes (745.908.397-68); Noemia Vital Souza (494.967.197-91)
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13365/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de aposentadoria dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-038.497/2020-4 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Carmem Lucia Alves Ferreira Barbosa (695.191.457-53); Clara Maria Silva (581.706.007-82); Izabel Monteiro do Nascimento (749.746.457-49); Izaias de Souza Barbosa (580.937.297-04); Jorge Tadeu Rosas (666.784.807-59); Jose Carlos Silva Dutra (563.779.407-34); Jose Mauricio Schneider (495.626.147-00); Marlene Xavier Borges (565.135.507-34); Nadja da Silva Mendonca (378.421.617-04); Rosemery Pires (599.451.337-72)
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13366/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de aposentadoria dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-038.549/2020-4 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Gilton Santana de Oliveira (199.350.305-63); Tania Maria Batalha Moreira Nery (171.298.695-34); Vera Lucia Santos (102.998.315-15)
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Economia
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13367/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de aposentadoria dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-038.563/2020-7 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Eliana Aparecida Pinto (485.905.416-49); Geraldo Mendes Luiz (296.936.406-91); Joao Bosco Giardini (042.413.206-00); Lucimar Fernandes de Mello (496.940.816-53); Luiz Bianco da Silva (201.980.356-91); Marta Maria Miranda (327.094.806-97); Robson Marri (359.992.926-20); Teresa Cristina Resende Schindler (195.034.906-34)
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Economia
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13368/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de aposentadoria dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-038.576/2020-1 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Joaquim Pedro da Costa Neto (061.480.181-87); Jose Euripedes Alves (170.844.826-87); Marco Aurelio Rodrigues Menho (446.826.386-53); Maria das Gracas Assuncao do Carmo (545.991.056-00); Marta Borges da Silva (517.539.526-20)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13369/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de aposentadoria dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-038.581/2020-5 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Jacqueline Rosaria Pinto (492.038.006-20); Sebastiao Luiz Machado (477.923.106-04)
1.2. Órgão/Entidade: Comissão Nacional de Energia Nuclear
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13370/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de aposentadoria das interessadas abaixo qualificadas, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-038.825/2020-1 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessadas: Elizeth Pereira de Jesus (150.781.911-00); Mary Ruth Ventura de Carvalho Ribeiro (144.794.271-04)
1.2. Órgão/Entidade: Ministério do Trabalho (extinta)
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13371/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de aposentadoria dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-040.466/2020-5 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Ana Vicencia Santos de Oliveira (330.530.497-91); Arnaldo Pinto da Fonseca Junior (072.791.321-20); Carita de Oliveira Souza Rezende de Castro (143.727.701-20); Fernando Jose Silvestre de Faria (185.875.501-87); Joana Maria de Oliveira Hjelm (046.532.111-91); Neuza Maria Ribeiro Ferreira (059.577.531-49); Raul da Silveira Martins Filho (115.011.975-68); Ricedla Maria Filgueira Dias (281.216.358-53); Rosangela Maria Vanderlei (225.627.021-15); Sueli Bisinoto de Oliveira (258.825.111-00)
1.2. Órgão/Entidade: Ministério das Relações Exteriores
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13372/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de aposentadoria de Izolina Barbosa Sanches, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-040.470/2020-2 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessada: Izolina Barbosa Sanches (179.828.472-34)
1.2. Órgão/Entidade: Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (extinta)
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13373/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de aposentadoria de Rosimar Soares Palheta, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-040.518/2020-5 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessada: Rosimar Soares Palheta (091.965.012-00)
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13374/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de aposentadoria dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-041.328/2020-5 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Annik Sunny Santos Negrao (477.711.275-68); Antonio Ferreira Aquino (154.508.055-00); Elenalda Maria de Carvalho Fontes (103.462.875-53); Iolanda Angelica dos Santos (342.575.275-87); Jany Sousa de Santana Silva (217.039.305-68); Jose Pereira dos Santos (067.566.035-15); Maria Angelica Souza Matos Oliveira (336.300.465-68); Maria da Conceicao Soares Santos (127.106.285-20); Maria da Gloria da Cruz Santos (170.878.805-00); Vivalda Pinheiro Macedo Mendes (226.509.892-20)

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13375/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de aposentadoria dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-041.347/2020-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Francisco Henrique Filho (105.935.864-68); Gilberto Batista dos Santos (172.032.955-91); Gildazio Argolo (099.944.835-87); Gilton Fernandes Cirilo (207.297.905-68); Izabel de Oliveira (108.473.082-00); Joao Espirito Santo (577.221.297-49); Joao Souza de Oliveira (121.999.405-78); Joelson Pereira da Silva (071.705.725-91); Jose Barbosa de Oliveira (219.915.965-53); Terezinha de Jesus Lima do Carmo (096.663.462-49)
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13376/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de aposentadoria de Elizabeth Pedrinha Abbott, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-041.354/2020-6 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessada: Elizabeth Pedrinha Abbott (435.657.357-91)
1.2. Órgão/Entidade: Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13377/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de aposentadoria de Monica Dias Willson, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-042.214/2020-3 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessada: Monica Dias Willson (671.098.707-82)
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13378/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de aposentadoria de Joao de Brito Torres, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-042.251/2020-6 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Joao de Brito Torres (552.797.757-20)
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Economia
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13379/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de aposentadoria de Manoel Francisco da Silva Santos, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-042.267/2020-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Manoel Francisco da Silva Santos (064.081.413-15)
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal do Maranhão
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13380/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de aposentadoria de Alberto Cleiman, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-042.281/2020-2 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Alberto Cleiman (018.977.307-30)
1.2. Órgão/Entidade: Agência Nacional de Aviação Civil
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13381/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de aposentadoria dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-042.284/2020-1 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Laise Maria Guimaraes Santos (268.407.405-44); Magali Santos Franca (390.578.525-00); Rubens Ribeiro Goncalves da Silva (504.682.787-53); Solange Souza Araujo (081.284.805-53); Tania Lima Bomfim (404.078.705-63); Vilma Gomes Rodeiro (229.746.365-00); Zeny Duarte de Miranda (091.565.855-00)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal da Bahia
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13382/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de admissão de pessoal de Alexsandro Luiz da Silva Cordeiro, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-035.919/2020-5 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Alexsandro Luiz da Silva Cordeiro (043.649.954-10)
1.2. Órgão/Entidade: Empresa Brasileira de Correios e Telegrafos - Ect
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13383/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-037.167/2020-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Jonatas Lima Valle (110.006.237-85); Juliana Teixeira Jesus Ramos (106.452.077-48); Luana Carrilho Costa (124.702.037-16); Luis Claudio Batista da Silva (071.806.357-07); Luiz Fernando Gomes Esteves (133.171.087-11); Luzhelene Silva Bernardo (089.562.247-57); Nieves Bizarelo Martinez (118.452.927-23); Renata de Souza Gomes (085.988.827-47); Ricardo Fazoli da Silva (110.522.207-11); Tarcila Soares Formiga (107.185.797-55)
1.2. Órgão/Entidade: Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13384/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-037.852/2020-5 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Abner Cainan Malvao Santos (473.065.198-75); Daniel Henrique dos Santos Silva (496.385.588-73); Daryelsson Correa Costa (458.316.488-26); Felipe Contes Goncalves (458.372.828-07); Gustavo Leite da Costa (544.366.328-30); Natan de Campos Noivo (497.792.638-29); Ramon Severino Nicolau (478.736.878-80); Ricardo Guimaraes Filho (462.142.958-21); Sidney Augusto Pereira de Souza (492.044.888-08)
1.2. Órgão/Entidade: Comando da Aeronáutica
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13385/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de admissão de pessoal de Erlane Amadeu Lima de Castro, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-037.867/2020-2 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessada: Erlane Amadeu Lima de Castro (999.341.403-49)
1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional Federal da 5ª Região
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13386/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de admissão de pessoal de Bruna Figueira de Moraes, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-038.281/2020-1 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessada: Bruna Figueira de Moraes (102.465.007-35)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Alfenas
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13387/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de admissão de pessoal de Elaine Celly Ximenes Ventura, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-038.285/2020-7 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessada: Elaine Celly Ximenes Ventura (008.355.634-64)
1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional Federal da 5ª Região
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13388/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-038.366/2020-7 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Alexandre Ribeiro dos Reis (075.184.727-59); Carolina Trindade Pinto da Silva (697.118.952-34); Idinete Luiz de Oliveira (994.424.931-91); Jose Antonio Dias da Cunha e Silva (102.346.207-90); Juliana Santana (030.956.045-48); Marco Antonio Oliveira de Jesus (229.023.502-44); Maria do Socorro dos Santos (374.908.343-68); Silvani Pereira dos Santos (740.868.202-34)
1.2. Órgão/Entidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13389/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de admissão de pessoal de Patrick Lopes Martins, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-038.743/2020-5 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Patrick Lopes Martins (647.268.432-49)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13390/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de admissão de pessoal de Ana Quele Gomes de Almeida, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-038.951/2020-7 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessada: Ana Quele Gomes de Almeida (045.848.104-19)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Pernambuco
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13391/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-039.988/2020-1 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Ana Beatriz Dias Martins Ferrao (160.805.297-42); Emilia Teles da Silva (052.249.277-06); Julia Medeiros Ramalho (103.755.407-84); Marcia Meibel da Rosa Dantas (040.057.619-84); Marianne Cardoso Batalha (071.487.587-26); Nelson de Aguiar Menezes Neto (082.541.047-94); Paulo Faltay Filho (059.009.314-20); Rafael Damaceno Dias (029.586.889-92); Rafael Torres Ramos de Menezes (110.644.337-31); Vitor Alceu de Azeredo Oliveira Filho (143.665.497-19)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Rio de Janeiro
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13392/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-040.051/2020-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Larissa Marques de Souza (016.981.401-77); Ligiane Aparecida da Silva (027.772.619-03); Macqueizi dos Santos Goncalves de Arruda (002.253.671-06); Marcia de Souza Carvalho Melhem (901.842.118-91); Ronaldo de Souza Costa (048.051.368-63); Willian Yoshihiro Yasunaka (002.169.621-70)
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13393/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de admissão de pessoal de Adriana Benicio Galvao, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-040.064/2020-4 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessada: Adriana Benicio Galvao (090.082.574-08)
1.2. Órgão/Entidade: Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência - Dataprev
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13394/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-040.080/2020-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Erika Morais Cerqueira (060.883.856-00); Rodrigo Aparecido de Godoi (016.465.206-02)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sudeste de Minas Gerais
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13395/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de admissão de pessoal de Ronize Zenir Sagas, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-040.097/2020-0 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessada: Ronize Zenir Sagas (049.002.349-58)

1.2. Órgão/Entidade: Empresa Brasileira de Correios e Telegrafos - Ect

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13396/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de admissão de pessoal de Bruno Augusto da Costa Barbosa, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-040.105/2020-2 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessado: Bruno Augusto da Costa Barbosa (968.712.022-34)

1.2. Órgão/Entidade: Departamento de Polícia Rodoviária Federal

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13397/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-040.111/2020-2 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Joao Paulo Paes (433.708.868-71); Thiago Auler Wideck (044.629.259-12)

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13398/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de admissão de pessoal de Maria Jose de Sousa Trindade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-040.149/2020-0 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessada: Maria Jose de Sousa Trindade (584.073.082-34)

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal Rural da Amazônia

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13399/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de admissão de pessoal de Julimar da Silva Goncalves, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-040.171/2020-5 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessada: Julimar da Silva Goncalves (786.753.244-72)

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13400/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-040.173/2020-8 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Pedro Henrique Salgado da Costa Leite (099.018.017-45); Rachel Ribeiro da Rocha (041.537.167-82); Rafael Guerra Bria (102.567.087-62); Rafael Santos Claudino (099.355.437-73); Rafael Soares Monteiro de Barros (013.812.186-95)

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13401/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de admissão de pessoal de Ana Leticia Costa de Oliveira, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-040.183/2020-3 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessada: Ana Leticia Costa de Oliveira (607.094.363-51)

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Ceará

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13402/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-040.209/2020-2 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Diego Luis de Arruda Santos (055.167.365-60); Igor Leonardo Rodrigues Mendes (043.995.975-69); Petrucio Alves Fernandes Pessoa (072.746.174-51)

1.2. Órgão/Entidade: Departamento de Polícia Rodoviária Federal

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13403/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-040.221/2020-2 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Evaristo Rodrigues de Carvalho Junior (370.287.311-20); Leonardo Pereira da Costa (032.803.124-00); Luzana Eva Ferreira Lopes Nogueira (022.669.281-71); Mariana Pires Franco (338.550.608-51); Tatiely Pereira de Araujo Becker (043.180.681-02)

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Goiás

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13404/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-040.224/2020-1 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Anderson Luiz da Silva Farias (016.499.972-80); Nilza Oliveira dos Santos (643.805.802-53)
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade do Amazonas
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13405/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-040.234/2020-7 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Carlos Afonso Pedrosa Rodrigues (558.799.502-04); Elissandro da Silva Bonifacio (830.382.212-87); Greceane do Nascimento dos Santos (013.238.462-04); Isaias Fernandes Gomes (947.383.272-91); Regiane da Silva Freire (523.733.472-53)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13406/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de admissão de pessoal de Lisie Marlene da Silveira Melo Martins, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-040.249/2020-4 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessada: Lisie Marlene da Silveira Melo Martins (055.422.544-11)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal da Paraíba
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13407/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-040.362/2020-5 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Alexandre da Silva Medeiros (614.276.400-68); Anderson Luis Alves (616.202.201-30); Antonio Josiel de Souza Oliveira (613.254.736-34); Erick Batista de Sousa (618.039.012-68); Gustavo Ferreira de Souza Junior (614.966.001-00); Lauro de Paula Munhoz (618.084.151-91); Milena Pinheiro da Silva Teixeira (281.911.568-30); Roberto Correa da Silva (612.885.600-44); Rodrigo Antonio Ramos (613.773.170-72); Theyde de Mico Baptista (061.331.618-50)
1.2. Órgão/Entidade: Banco do Brasil S.a.
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13408/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-040.390/2020-9 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Angela Maria Almeida Ramos (133.644.588-20); Christian Focking (135.594.578-07); Eliete Ramos de Moraes (013.426.808-39); Erich Fernando Rodrigues de Souza (136.380.498-76); Hiromi Aibe Utida (135.574.518-79); Joao Alberto Monteiro de Carvalho (134.108.493-00); Karen Mayumi Ikawa (136.435.058-09); Orlando da Silva Rocha (135.772.552-34); Renato Silveiro Alves (134.815.668-67); Roosevelt de Souza Bormann Filho (135.192.858-94)
1.2. Órgão/Entidade: Banco do Brasil S.a.
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13409/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-040.395/2020-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Andre Ferreira Gavinho Cardoso (079.842.057-01); Charlys Fernandes Reis (799.359.661-00); Ivan Ferreira dos Santos (799.074.746-49); Jose Carlos Zaffalon (778.084.288-68); Marcelo Silva da Fonseca (801.220.780-04); Maria Eliana Batista (798.903.186-87); Marinilda Alves de Jesus Maia (079.778.098-00); Milton Jose de Almeida Proenca (795.432.518-00); Miriam Cristina Ramos Cunha (077.848.678-83); Raphael Daumas Rego (079.541.727-67)
1.2. Órgão/Entidade: Banco do Brasil S.a.
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13410/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-040.411/2020-6 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Ana Bianca de Souza Ramos (096.792.647-50); Ana Rosa Cavalcante Lima (649.874.183-04); Anderson Borges Garcia (690.435.826-20); Andre Veloso de Menezes (509.632.106-10); Annamaria Soares de Moura (791.495.882-49); Ariovaldo Jose Ferreira (685.554.406-10); Carlos Alberto Paixao Silva Junior (011.975.395-22); Carlos Magno Silva Santos (232.082.445-68); Celia Adriane Hanisch de Souza (802.416.709-34); Clesio Ubiratan Corsino Fernandes (043.038.286-37)
1.2. Órgão/Entidade: Banco do Brasil S.a.
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13411/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de admissão de pessoal de Amanda Aparecida Cardoso Felix, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-040.618/2020-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessada: Amanda Aparecida Cardoso Felix (085.025.097-80)
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13412/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-040.622/2020-7 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Elaine dos Santos Silva (028.286.336-24); Elival Freire de Sant Anna Junior (600.856.574-68); Fabio Feliciano Bernardes (035.625.376-70); Flavia Beatriz Acorsi D Angieri (251.981.508-60); George Jesus Pereira (325.846.105-82); Gilsara Almeida da Silva (829.950.606-91); Henrique Figueiredo de Vasconcellos Paes (013.115.706-08); Ingrid Mara Neves (041.535.866-33); Iuri da Costa Medeiros (420.569.182-34); Ivanize Valente de Queiroz (772.743.504-04)
1.2. Órgão/Entidade: Banco do Brasil S.a.
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13413/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-042.008/2020-4 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Paulo Eduardo de Oliveira Stuginski (049.789.638-93); Paulo Fernando Hugen Ceruti (887.661.879-15); Paulo Henrique de Lima Santos (419.035.446-53); Paulo Malviano dos Reis Junior (033.976.796-05); Paulo Ricardo Bolner Lopes (468.285.240-04); Paulo Sergio Montazolli (928.980.259-68); Pedro Guilherme Rocha Brant (574.222.226-20); Percio Luis Tasca (554.805.869-04); Peterson Elisio Martins dos Santos (022.797.429-85); Rafael Cardoso dos Santos (406.242.181-04)
1.2. Órgão/Entidade: Banco do Brasil S.a.
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13414/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-042.017/2020-3 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Roberto Rivelino Almeida Gama (612.349.235-72); Roberto Rivelino Rodrigues Garcia (555.091.261-91); Rodrigo Bernardes da Silva (084.747.957-96); Rodrigo Nunes Gurgel (033.346.336-67); Rodrigo de Almeida (032.156.076-03); Rogerio Veiga Costa (654.484.722-49); Romulo Goncalves Moreira (716.962.373-00); Ronaldo Antonio Leite Espinheira Junior (940.634.195-68); Roosevelt Ferreira Serra (587.745.992-91); Rosangela Maria Patricio Silva (515.885.014-34)
1.2. Órgão/Entidade: Banco do Brasil S.a.
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13415/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-042.037/2020-4 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Caio Cesar dos Santos Cruz (903.119.141-87); Daniela Carvalho de Paula (899.478.350-49); Guilherme Lucas Pereira da Mata (089.971.226-65); Maria Ines Garcia Wada (090.193.618-99); Mauricio de Souza Paula (901.839.757-15); Pedro Andrade Trigo (900.976.105-34); Pedro Vitor Vilar Pitzer Cleis (090.053.124-08); Vania Regina Rosa Telles (899.759.367-68); Vera Lucia Campos (902.754.899-49); Vinicius Coutinho Carneiro (090.098.117-27)
1.2. Órgão/Entidade: Banco do Brasil S.a.
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13416/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-042.415/2020-9 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Adailson Fernandes da Silva (035.521.574-84); Adriana Ribeiro (163.260.658-52); Ailton Goncalves dos Santos (066.950.578-18); Airton da Silva Gonzalez (487.247.770-72); Alessandra Regina Leite (223.185.688-39); Alison Silva de Souza (665.567.752-15); Ana Silvia de Souza Magalhaes (433.907.572-87); Cintia Carla de Avelar Santos (105.832.337-75); Leoni Francisca de Souza Batista (027.907.449-20); Luciana Aranha Oliveira Bustamante (008.541.277-55)
1.2. Órgão/Entidade: Banco do Brasil S.a.
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13417/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de pensão civil dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-037.269/2020-8 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Elenilda da Paz Gadelha (098.731.567-63); Jurema Zeferina de Souza Toledo (011.404.887-83); Marcia Oliveira Brandao Melo Cunha (155.984.626-72); Walter Jose Avila (038.896.027-20)
1.2. Órgão/Entidade: Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13418/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de pensão civil das interessadas abaixo qualificadas, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-037.515/2020-9 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessadas: Ilka Guimaraes Santana (453.488.046-49); Marilene Silva dos Reis (029.660.467-40)
1.2. Órgão/Entidade: Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (extinta)
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13419/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de pensão civil das interessadas abaixo qualificadas, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-037.728/2020-2 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessadas: Gilmara Soares do Nascimento Leite (076.570.967-80); Heloisa Lofego Goncalves (015.494.757-11); Isabella Nascimento Leite (169.332.937-93); Maria Elvira de Oliveira Feu (726.956.847-20); Marlucia Ribeiro Lovatti (011.216.227-47); Odeth Maria Pavesi Lopes (001.632.737-31); Valdirene da Silva Porfiro (109.794.427-10); Valezia da Silva Porfiro (166.127.837-02)
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13420/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 143, inciso II, 259, inciso II, art. 7º da Resolução nº 206, de 24 de outubro de 2007, e 260, § 5º, do Regimento interno do TCU, em considerar prejudicada, por perda de objeto, a apreciação do ato de concessão de pensão civil de Paulo Marcos de Souza, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-037.834/2020-7 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessado: Paulo Marcos de Souza (005.846.577-49)
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13421/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de pensão civil dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-037.843/2020-6 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Ana Maria Siqueira do Amaral (247.443.951-04); Ivanise Isaura Valladares do Nascimento (039.387.607-10); Jeanet Reis Siqueira Lopes (893.984.757-15); Kettelyn Rufino Lacerda Barreto Vieira (118.680.497-10); Nelson Duarte Couteiro (010.951.027-53); Nilber Rufino Lacerda Barreto Vieira (118.680.447-50); Paulo Farias Cardoso (397.827.607-06); Sheyla de Oliveira Ramos (029.443.127-66); Sueli Edna Guedes Paranhos (016.673.547-79); Valnir de Andrade Matheus (179.920.957-15); Zeli Terezinha Moraes (595.313.557-20)
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13422/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de pensão civil das interessadas abaixo qualificadas, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-038.446/2020-0 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessadas: Maria de Fatima dos Santos Nunes (218.480.174-72); Wanda Torquato Fernandes (007.434.494-36)
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Economia
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13423/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de pensão civil das interessadas abaixo qualificadas, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-038.632/2020-9 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Leila Abud de Carvalho (095.381.432-72); Marli Pinheiro Bitencourt (038.804.432-20); Regina Felix de Matos (334.393.542-53); Zuleide Coutinho de Almeida (271.073.102-91)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13424/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de pensão civil das interessadas abaixo qualificadas, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-038.656/2020-5 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessadas: Jacira Barroso de Souza (293.550.015-68); Leide Leao de Souza (256.539.202-82)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13425/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de pensão civil das interessadas abaixo qualificadas, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-038.680/2020-3 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessadas: Alcidia Rodrigues Alonso (138.105.387-44); Alice Francisco Lopes (631.642.567-87); Creusa Maria Santos Guida (007.504.987-22); Izabel Pereira da Silva (634.292.097-49); Maria Aparecida Vasconcelos Silva (102.387.497-03); Nilceia da Silva Monteiro Castilho (127.431.167-57); Vera Lucia Trindade da Silva (021.934.927-43)

1.2. Órgão/Entidade: Fundação Nacional de Saúde
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13426/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de pensão civil de Marcio Alcantara Lopes, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-038.809/2020-6 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessado: Marcio Alcantara Lopes (406.781.217-53)
1.2. Órgão/Entidade: Escola Superior de Guerra
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13427/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de pensão civil de Carmen Moraes Neder, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-039.001/2020-2 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessada: Carmen Moraes Neder (153.224.618-84)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13428/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de pensão civil dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-039.007/2020-0 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Daniel Victor Almeida de Souza (063.271.475-18); Marlene de Oliveira Souza (717.900.715-34); Milene de Oliveira Souza (065.789.705-17); Mirele Almeida de Souza (052.356.295-07)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13429/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de pensão civil dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-039.071/2020-0 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Alexandrina Costa de Brito (719.262.677-53); Ana Clara da Silva Martins Rocha (190.314.867-79); Fernanda da Silva Martins Rocha (107.220.017-11); Matheus da Silva Martins Rocha (161.990.957-07); Zilma Leite Pereira Macedo (103.088.065-49)
1.2. Órgão/Entidade: Departamento de Polícia Rodoviária Federal
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13430/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de pensão civil da interessada abaixo qualificada, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-039.095/2020-7 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessada: Anamaria Lopes do Nascimento (008.359.589-90)
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13431/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de pensão civil dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-039.118/2020-7 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Eunice Maria Dal Maso (554.665.599-20); Gracineide de Miranda Chaves Farias (409.466.812-87); Guilherme Alexandre Silva Abreu (045.832.551-10); Maria Ines de Paula Botoza Kaxinawa (622.883.182-87); Maria Ribeiro de Lemos (389.141.584-20); Maria Sueleide Araujo da Silva Tserenhonhimi Ramiwe (985.515.311-15); Marlete Garcia Marciao (644.591.282-68); Maylla Sophya Rodrigues Marciao (052.979.892-13); Rosemere Boneto Figueiro (452.534.981-68)
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Nacional do Índio
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13432/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de pensão civil de Angela Cristina Souza Rodrigues, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-039.125/2020-3 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessada: Angela Cristina Souza Rodrigues (284.950.288-08)
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo de Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13433/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de pensão civil das interessadas abaixo qualificadas, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-040.520/2020-0 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessadas: Maria Esuilde da Costa Saldanha (166.880.822-68); Maria do Amparo Santos Anselmo (279.466.736-04); Marina de Azevedo (079.766.296-03); Mary Schueler Silveira (071.608.687-57)
1.2. Órgão/Entidade: Comando da Marinha
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo de Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13434/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de pensão civil de Iolanda de Fatima Lopes Cabral, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-040.544/2020-6 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessada: Iolanda de Fatima Lopes Cabral (625.155.861-04)
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Justiça e Segurança Pública
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13435/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de pensão civil das interessadas abaixo qualificadas, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-040.596/2020-6 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessadas: Joana D Arc Gomes Pereira (490.782.754-72); Josefa Maria de Menezes Pereira (294.212.684-15); Lucimar Ribeiro da Cruz (316.645.204-49); Maria Justina da Costa Mattos (276.330.048-00); Maria do Socorro Azevedo (420.974.604-53)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Rio Grande do Norte
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13436/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de pensão civil das interessadas abaixo qualificadas, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-042.393/2020-5 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessadas: Lilia Zasso (245.421.050-91); Maria de Lourdes Ribeiro Policarpo (072.677.587-89)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13437/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de reforma dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-040.614/2020-4 (REFORMA)
1.1. Interessados: Antonio Gilmar Reolon (523.612.509-00); Carlos Jose Silva Souza (513.904.699-72); Dalmarco Krause (383.147.119-34); Luiz Claudio Gomes Goncalves (734.133.727-34); Mario Lehn (437.755.869-20); Mauri Juttel (514.339.829-00); Messias Santos Muller (420.141.239-34); Mustafa Isidoro Finger (458.351.019-53); Pedro Paulo Ferreira (458.076.719-53); Sergio Flores Geisler (399.371.519-53)
1.2. Órgão/Entidade: Comando do Exército
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13438/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de reforma dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-040.626/2020-2 (REFORMA)
1.1. Interessados: Francisco de Assis Esteves Nogueira (063.481.298-02); Gedolim Mendes da Silva (295.512.504-00); Gilberto Goncalves da Luz (293.817.031-91); Gilberto de Lima Lemes (929.717.178-87)
1.2. Órgão/Entidade: Comando do Exército
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13439/2020 - TCU - 2ª Câmara

Considerando que estes autos tratam de processo de contas anuais da Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (Infraero), relativo ao período de 2015;

Considerando que, mediante o Acórdão 487/2020-TCU-2ª Câmara, de minha relatoria, foi determinado o sobrestamento do presente processo até a apreciação definitiva dos processos TC 008.331/2016-2 (Relatório de Auditoria) e TC 013.786/2015-6 (Representação);

Considerando que, por meio do Acórdão 125/2020-TCU-Plenário, de relatoria do Ministro Weder de Oliveira, foi decidido por acatar os argumentos dos responsáveis, bem como encerrar e arquivar o TC 008.331/2016-2;

Considerando que, mediante o Acórdão 4.804/2020-TCU-2ª Câmara, de minha o Tribunal decidiu por acolher as razões de justificativa dos responsáveis, no bojo do processo 013.786/2015-6;

Considerando que, em pareceres uniformes (peças 22, 23 e 24) a Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura Rodoviária e de Aviação Civil propõe retirar o sobrestamento deste processo e julgar regulares as contas dos responsáveis;

Considerando que o Ministério Público de Contas manifestou-se de acordo com a proposta oferecida pela unidade técnica (peça 25);

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso II, 18 e 23, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso I, 143, inciso I, alínea "a", e 214, inciso II, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, em: (a) levantar o sobrestamento do presente processo; (b) com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso I, 17 e 23, inciso I, da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 1º, inciso I, 207 e 214, inciso I, do Regimento Interno do TCU, julgadas regulares as contas dos Srs. Antônio Gustavo Matos do Vale (CPF 156.370.266-53), José Irenaldo Leite de Ataíde (CPF 040.871.604-59), Francisco José de Siqueira (CPF 070.459.304-10), Mario José Soares Esteves Filho (CPF 592.276.997-91), Paulo Henrique Possas (CPF 646.157.580-49), Rafael Rodrigues Filho (CPF 373.512.657-04), André Luís Marques de Barros (CPF 512.638.311-68), Adilson Teixeira Lima (CPF 024.394.409-81), Marçal Rodrigues Goulart (CPF 065.804.238-62), João Marcio Jordão (CPF 088.083.358-01), Mauro Roberto Pacheco de Lima (CPF 223.480.181-87), Geraldo Moreira Neves (CPF 205.913.813-20), Guilherme Walder Mora Ramalho (CPF 294.914.348-29), Licinio Velasco Junior (CPF 68.708.007-15), Fabiana Todesco (CPF 223.064.628-10), Carlos Vuyk de Aquino (CPF 967.646.868-15), Fernanda Cardoso Amado (CPF 096.820.117-28), Fernando Antônio Ribeiro Soares (CPF 005.162.126-64) e Célio Alberto Barros de Lima (CPF 251.019.862-91), dando-lhes quitação plena; e (c) encaminhar esta deliberação à Infraero e à Secretaria Nacional de Aviação Civil.

1. Processo TC-001.919/2017-2 (PRESTAÇÃO DE CONTAS - Exercício: 2016)
1.1. Responsáveis: Adilson Teixeira Lima (024.394.409-81); André Luis Marques de Barros (512.638.311-68); Antonio Gustavo Matos do Vale (156.370.266-53); Carlos Vuyk de Aquino (967.646.868-15); Célio Alberto Barros de Lima (251.019.862-91); Fabiana Todesco (223.064.628-10); Fernanda Cardoso Amado (096.820.117-28); Fernando Antonio Ribeiro Soares (005.162.126-64); Francisco José de Siqueira (070.459.304-10); Geraldo Moreira Neves (205.913.813-20); Guilherme Walder Mora Ramalho (294.914.348-29); Jose Irenaldo Leite de Ataide (040.871.604-59); João Marcio Jordão (088.083.358-01); Licinio Velasco Junior (268.708.007-15); Mario Jose Soares Esteves Filho (592.276.997-91); Marçal Rodrigues Goulart (065.804.238-62); Mauro Roberto Pacheco de Lima (223.480.181-87); Paulo Henrique Possas (646.157.580-49); Rafael Rodrigues Filho (373.512.657-04)
1.2. Órgão/Entidade: Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes
1.4. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura Rodoviária e de Aviação Civil (SeinfraRod).
1.6. Representação legal: Márcia Uchôa de Oliveira da Rocha e outros, representando Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13440/2020 - TCU - 2ª Câmara

Considerando o expediente inominado (peça 63) em que a empresa requerente solicita a prorrogação do prazo para interpor recurso contra o Acórdão nº 4368/2020 - TCU - 2ª Câmara (peça 48);

Considerando, contudo, que o prazo para a interposição de recursos contra deliberações desta Corte de Contas é peremptório, fixado no artigo 33 da Lei 8.443/92;

Considerando, assim, por não haver previsão normativa para prorrogação de prazo recursal, restar juridicamente impossível o atendimento do pedido em tela;

Considerando que o pedido de prorrogação de prazo data de 1/6/2020 (peça 63), e não há registro nos autos da interposição do recurso por parte da empresa Saraiva e Silva Serviços e Comércio Ltda. neste interregno;

Considerando os pareceres uniformes elaborados no âmbito da Secretaria de Recursos (peças 72 e 73) propondo recepcionar o expediente (peça 63) como mera petição e indeferir o pedido de prorrogação do prazo recursal;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 183, parágrafo único, do Regimento Interno do TCU, 7º, parágrafo único, da Instrução Normativa-TCU 63/2010 c/c art. 12 da Resolução-TCU 234/2010 em (i) recepcionar o expediente (peça 63) como mera petição, nos termos do parágrafo único do artigo 48 da Resolução-TCU 259/2014; e (ii) indeferir o pedido de prorrogação do prazo recursal, em razão da impossibilidade jurídica decorrente da ausência de previsão normativa.

1. Processo TC-015.227/2018-9 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)
1.1. Responsáveis: Márcio Pereira Miranda (412.607.082-68); Saraiva e Silva Serviços e Comercio Ltda (11.964.271/0001-83)
1.2. Recorrente: Saraiva e Silva Serviços e Comercio Ltda (11.964.271/0001-83)
1.3. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Xapuri - AC
1.4. Relator: Ministro Augusto Nardes
1.5. Representante do Ministério Público: não atuou.
1.6. Relator da deliberação recorrida: Ministro Augusto Nardes
1.7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (Serur).
1.8. Representação legal: Geraldo Pereira de Matos Filho (2.952/OAB-BA) e outros, representando Saraiva e Silva Serviços e Comercio Ltda.
1.9. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13441/2020 - TCU - 2ª Câmara

Considerando que, por intermédio do Acórdão 2.634/2013-TCU-2ª Câmara, de relatoria do Min. Aroldo Cedraz (peça 16), este Tribunal julgou irregulares as contas da Sra. Glaucia de Oliveira Lima e da Associação Positiva de Brasília - APB, condenando-as em débito, solidariamente, pelo valor de R$ 107.712,00 e aplicou-lhes a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992, nos valores individuais de R$ 10.000,00 (dez mil reais),

Considerando que a Sra. Gláucia mostrou-se disposta a promover a devolução dos recursos considerados devidos, de maneira que esta Corte, por intermédio do Acórdão 4.211/2016-2ª Câmara, de relatoria do Min. Raimundo Carreiro (peça 82) fixou

"novo e improrrogável prazo de 15 (quinze) dias, para que a Sra. Gláucia Oliveira Abreu , ex-presidente da Associação Positiva de Brasília, e a Associação Positiva de Brasília comprovassem, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno do TCU - RITCU), o recolhimento do valor de R$ 107.712,00 (cento e sete mil e setecentos e doze reais) aos cofres do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação/FNDE, atualizado monetariamente a contar de 3/4/2007, até o dia do efetivo pagamento, abatendo-se a quantia já satisfeita de R$ 2.332,08 (dois mil, trezentos e trinta e dois reais e oito centavos), a contar de 19/12/2008, na forma da legislação em vigor";

Considerando que a responsável efetivou o pagamento de 27 parcelas, sendo o último recolhimento em 15/8/2019 e ainda consta um saldo a ser recolhido no valor de R$ 77.825,96, (atualizado na data de 22/7/2020), conforme demonstrativo de débito à peça 137,

Considerando que, em conformidade com o §2º do art. 217, a Secretaria de Controle Externo da Educação (SecexEducação) propõe efetivar o julgamento das contas da Sra. Glaucia de Oliveira Lima e da APB pela irregularidade, bem como a imputação de débito solidário descontado os valores já pagos e a aplicação de multa,

Considerando novo documento acostado aos autos (peça 141), no qual os responsáveis relatam dificuldades de ordem financeira e solicitam: (i) oportunidade de apresentarem novo Plano de Trabalho para, de forma compensatória, promover o ressarcimento do saldo remanescente, em conformidade com o art. 72 da Lei 13.019/2014; (ii) alternativamente, pedem que lhes seja concedida a oportunidade de devolução do valor remanescente do débito em 72 parcelas,

Considerando o posicionamento do Ministério Público junto ao TCU no sentido de não consentir com a primeira proposta das responsáveis, visto que o art. 72 do referido diploma legal *"é dirigido para avaliação do órgão concedente, não se aplicando ao processo em curso na Corte de Contas, razão por que nos manifestamos de forma contrária ao pleito",*

Considerando que o douto Parquet se pronunciou no sentido de ser favorável ao pedido de ampliação do prazo para o pagamento do restante da dívida,

Considerando a jurisprudência do TCU que excepciona prazos mais dilatados para o pagamento da dívida, a exemplo dos Acórdãos 2395/2017 e 6537/2016, ambos da Primeira Câmara, que preveem que: "O TCU pode deferir pedido de parcelamento da dívida em mais de 36 parcelas mensais, em caráter excepcional, levando em consideração a boa-fé e a capacidade econômica do requerente",

Considerando também o expresso interesse no pagamento da dívida traduzido pelos concretos atos de pagamento de 27 parcelas, ainda que não tenham guardado constância nos valores recolhidos, bem como o cenário atípico de dificuldades financeiras e econômicas decorrentes da questão pandemia,

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, considerando o pedido formulado pela Sra. Glaucia de Oliveira Lima, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso V, alínea b, e 217 do Regimento Interno/TCU, em autorizar a continuação do pagamento do saldo devedor em mais 36 parcelas, conforme parecer do Ministério Público junto ao TCU (peça 142):

1. Processo TC-018.900/2010-0 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)
1.1. Apenso: 015.195/2016-3 (SOLICITAÇÃO)
1.2. Responsáveis: Associação Positiva de Brasília/APB (CNPJ: 03.637.022/0001-55); Glaucia de Oliveira Lima (CPF: 276.193.461-04).
1.3. Órgão/Entidade: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação/FNDE (CNPJ: 00.378.257/0001-81)
1.4. Interessado: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação/FNDE (CNPJ: 00.378.257/0001-81)
1.4. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.5. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Educação (SecexEducação).
1.7. Representação legal: Claudismar Zupiroli (OAB/DF 12.250); Alberto Moreira Rodrigues (OAB/DF 12.652); Gloria Hosana de Oliveira (8078/OAB-DF) e outros, representando Glaucia Oliveira Abreu e Associação Positiva de Brasília (peça 64).
1.8. Determinações/recomendações/orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13442/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso II, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-012.384/2020-8 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Gilson Rossi Beltrão (080.851.886-00); José Sebastião Filho (194.903.136-53); Rita de Cassia Mesquita (285.847.166-53); Thereza Maria Rocha Marques (793.721.046-04); Vera Maria Gomes Rodrigues (142.976.639-53)
1.2. Órgão/Entidade: Gerência Executiva do Inss - Varginha/mg - Inss/mps
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13443/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso II, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-036.276/2020-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Delma Aparecida Carrera (016.316.588-24); Maria Luisa Ramazotti (043.698.708-28); Mary de Fatima Fernandes (075.064.328-54); Rosa Maria Simoes Fernandes (879.872.608-00); Roselene da Conceicao Bertassoli (025.007.628-40); Sueli Maria Fagundes Coser (867.798.778-91); Virginia de Freitas (016.580.488-22)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13444/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso II, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-037.673/2020-3 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Antonio Paulo Pires da Costa (029.534.418-08); Marlene Pinheiro Bottaro (416.192.269-87); Sergio Alexandre Ferreira da Cunha (298.397.429-49); Vanor de Bettio (375.481.239-49)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13445/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso II, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-038.039/2020-6 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Maria Imaculada Torres (345.020.336-34)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13446/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso II, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-038.097/2020-6 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Herminio Muniz Pinto (041.339.513-87); Maria do Perpetuo Socorro Martins Breckenfeld (090.905.503-30); Sortenes Barros Barroso (141.863.493-04)
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Nacional de Saúde
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13447/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso II, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-038.188/2020-1 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Luzia Torquato da Silva Tavares (453.453.331-49)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13448/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso II, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-038.195/2020-8 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Candido Prudencio Teixeira (042.934.525-91)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13449/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso II, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-038.241/2020-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Maria do Carmo Panza de Paula (600.747.957-91)
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Biblioteca Nacional
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13450/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso II, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-038.244/2020-9 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Aluisio Wanderley da Rocha Ferreira (318.943.057-87); Benedita Moreira de Campos (614.189.197-72); Cesar Igor Beringui de Castro (664.907.407-10); Gelson Luiz Moura Brasil (456.212.337-00); Laiz de Mello Goncalves (636.772.617-91); Maria Aparecida Barbosa Gomes (776.207.637-91); Marisa Almeida de Sant Anna (395.717.507-00); Mauro Roberto de Souza (520.125.817-49); Rosiana Pimentel Barbosa (474.484.747-15); Waldir Pereira da Silva Rosa Filho (305.043.177-68)
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13451/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso II, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-038.465/2020-5 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Silvana Martins Fernandes Pereira (496.816.996-53)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sudeste de Minas Gerais
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13452/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso II, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-038.476/2020-7 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Neidiege Barros Freire de Freitas (221.481.401-91)
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Fazenda (extinta)
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13453/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso II, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-038.536/2020-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Conceicao de Maria Alves Batista (130.280.223-20); Elson de Matos Rosa (221.176.601-34); Marcelino Aparecido de Almeida (224.756.481-04); Maria das Gracas Catarino (008.230.208-19); Maria das Gracas Fernandes (106.365.444-00); Maria de Lourdes Ribeiro dos Santos (239.933.831-68)
1.2. Órgão/Entidade: Ministério do Trabalho (extinta)
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13454/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso II, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-038.560/2020-8 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Alaor Silva Goncalves (155.784.376-72); Daniela Saes (594.194.401-25)
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Economia
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13455/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso II, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-038.565/2020-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Maria Aparecida Meneses Vinhal (409.227.661-34)
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Economia
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13456/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso II, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-038.867/2020-6 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Mario Sergio Ramade de Coelho (308.075.907-97); Roberto Bahadian (097.285.467-34)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional da Propriedade Industrial
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13457/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso II, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-040.499/2020-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Alacilda Gusmao da Silva (035.704.602-15)
1.2. Órgão/Entidade: Departamento de Centralização de Serviços de Inativos e Pensionistas
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13458/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso II, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-040.514/2020-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Belmiro Gomes de Sousa (234.043.531-53); Deusenice de Sousa (360.678.651-49); Ednar Figueira Gomes (160.712.551-04); Ismael Salvador Maconi (243.716.451-00); Jaciara Queiroz de Freitas Goncalves (143.197.724-15); Jose Maria de Souza (139.985.956-00); Leila Maria Silva Rosa Fonseca (361.127.631-68); Luis Carlos Lopes Novaes (168.995.041-20); Maria das Gracas Martins Pereira (233.112.661-53); Valdivia de Araujo Brito (212.153.082-72)
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13459/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso II, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-041.252/2020-9 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Gloria Maria Piletti (042.145.441-53); Odilon Batista Carrapateira (110.993.641-91); Sandra Mafra Amora (277.371.956-53)
1.2. Órgão/Entidade: Ministério das Relações Exteriores
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13460/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso II, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-041.342/2020-8 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Airton Antonio Ezequiel (743.000.088-68); Ana Cristina Silva Ribeiro (030.024.768-03); Celso Luiz Garcia da Silva (734.786.878-53); Dorival Sgrinholi (004.973.928-01); Henry Thomas Landers (094.010.241-20); Ivete de Fatima Almeida (020.748.118-02); Marco Antonio Laterza (616.339.258-20); Otair Felix de Lima (037.171.678-04); Paulo Sergio Affonso Marino (905.847.918-87); Sueide Vieira dos Santos (031.883.528-24)
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13461/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso I, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso I, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-037.140/2020-5 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Carlos Eduardo Aguiar Quintanilha (026.569.037-42); Guilherme Benjo Cesar (089.789.757-98); Luiz Gustavo Soares de Barros (056.612.707-55); Rayana Jessica Lopes dos Santos (043.921.925-63)
1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região/rj
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13462/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso I, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso I, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-037.146/2020-3 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Anna Paula Ribeiro Araujo Mamede (026.568.861-20); Bernardo Andrade Vaz de Faria Pereira (037.505.461-85); Caue Rodrigues Pimentel (368.973.798-24); Diogenes Novais da Cruz (402.757.948-81); Francisco Luiz Pinto da Rocha Santos (110.596.466-33); Jonas Teixeira Marinho (024.598.693-63); Luiz Eduardo Andrade de Souza (152.148.607-73); Mauricio Gurjao Bezerra Heleno (033.143.903-43); Mauricio Horta Miyauchi (223.085.768-12); Ricardo Silva Nogueira (120.697.907-03)
1.2. Órgão/Entidade: Ministério das Relações Exteriores
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13463/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso I, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso I, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-037.879/2020-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Natalia Serafim da Silva (125.993.237-03); Thays de Sousa Assuncao (110.347.217-80)
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal do Vale do São Francisco
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13464/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso I, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso I, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-038.971/2020-8 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Janessa Aline Zappe (015.477.830-36); Juzelia de Moraes Silveira (974.351.710-34); Marli Pardo Legemann Oliveira (394.218.050-20)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13465/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso I, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso I, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-039.940/2020-9 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Caio Batista do Nascimento (194.637.607-84); Caio Cezar da Silva Sardinha (180.881.097-01); Igor Risi Passos (455.515.668-46); Ivana Lucia de Souza Silva (478.443.848-32); Jayne de Oliveira Argolo Silva (472.052.038-30); Jessica Vitoria Guedelha Magarao (157.046.157-08); Joao Paulo Caeiro Drumond (137.838.427-00); Joao Victor da Silva Santos (117.726.404-84); Lucas da Cruz Diniz (016.977.992-05); Lucas dos Santos Silva (452.008.598-59)
1.2. Órgão/Entidade: Comando da Aeronáutica
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13466/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso I, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso I, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-039.951/2020-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Marcelo de Almeida (102.477.989-08); Matheus Langwinski Frohnhofer (021.381.320-30); Matheus de Carvalho Soares (172.544.337-62); Matheus de Souza Zille (171.453.137-66); Micael Fabricio Schilde (040.034.320-70); Paulo Ricardo Soares Boeira (044.094.410-43); Thomas Newton Corrales de Oliveira (023.467.570-55); Vinicius Leonardo dos Santos Noronha (030.182.270-00); Watson Santos Barbosa (033.144.500-01); Willian Pereira dos Santos (042.209.790-00)
1.2. Órgão/Entidade: Comando do Exército
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13467/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso I, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso I, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-039.954/2020-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Laura Cristhiane Mendonca Rezende Chaves (072.230.344-08)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco

1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13468/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso I, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso I, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-039.958/2020-5 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Barbara Ramos Ribeiro (070.445.166-29); Bruna Ferraz Braga (076.614.886-63); Michele das Virgens de Jesus (030.398.295-05)
1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13469/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso I, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso I, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-039.975/2020-7 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Camila Santiago Martins Bernardini (007.376.713-19); Dulce Valente Pereira (758.424.403-34); Eligenes Sampaio do Nascimento (975.871.683-20); Hilda Roberta Pereira Lima Diniz (980.247.603-04); Joanna de Angelis da Costa Barros Gomes (047.115.764-36); Paulo Maia Ferreira Junior (054.094.553-63); Sefura Maria Assis Moura (367.031.763-53); Silvio Luiz de Sousa Rollemberg (044.857.563-94); Tiago de Oliveira Fragoso (003.215.473-90)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13470/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso I, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso I, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-039.987/2020-5 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Andreia Fernandes de Almeida Rangel (114.824.347-09); Cesar Antonio da Costa Borges de Carvalho (087.237.417-32); Claudia Gregorio de Britto (094.740.517-80); Dayanna Henrique Gomes Garcia (146.513.747-51); Guilherme Avila Cerqueira Santos (141.205.867-82); Leonardo Machado da Silva (137.392.287-76); Marlon Magno Monteiro Machado (037.046.386-25); Roberto Santos da Cunha (080.900.327-96); Rogerio Pinto Espindola (013.001.197-56); Sarah Fernandes Figueiredo Bigo (148.371.997-98)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Rio de Janeiro
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13471/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso I, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso I, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-039.997/2020-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Ana Carolina Alvim Hudson Cadinha (142.247.407-02); Anna Beatriz Tostes Linhares (143.497.677-70); Bruno de Araujo Rodrigues (097.104.177-62); Carolina Lage Goulart (099.433.697-79); Daiane Oliveira da Luz Andrade (128.852.797-70); Fernanda Fernandes Maceira (137.511.737-81); Jaira Cristina de Araujo Felix (068.547.587-50); Luiz Guilherme Gomes dos Santos (139.597.807-70); Mariana Araujo de Oliveira (055.017.953-45); Milene Coelho Bastos Guanabens (012.284.516-13)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Rio de Janeiro
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13472/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso I, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso I, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-040.055/2020-5 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Andre Florencio Lantmann (074.096.704-52); Cemi Jorge Hage Neto (034.404.625-79); Gilberto Cortez Araujo Filho (084.150.294-38); Italo Mendes do Carmo (996.662.943-20); Jose Jorge da Silva Junior (033.467.986-90); Marcelo Augusto de Carvalho Folego (298.225.098-55); Marilise Alves de Brito (085.211.256-40); Mauro Cesar de Paula Junior (021.787.121-69); Thiago de Oliveira Pinho da Silva (106.079.797-63); William Miranda Andrade (302.587.618-22)
1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional Federal da 3ª Região
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13473/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso I, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso I, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-040.058/2020-4 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Franciane Pereira Brant (055.121.256-05)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13474/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso I, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso I, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-040.077/2020-9 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Deborah Elena Galvao Martins (887.731.242-49)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal Rural da Amazônia
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13475/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso I, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso I, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-040.081/2020-6 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Melissa Perin (939.355.010-72); Taciane Americano Tassi dos Santos (826.503.810-00)
1.2. Órgão/Entidade: Hospital de Clínicas de Porto Alegre
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13476/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso I, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso I, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-040.082/2020-2 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Luzia Iara Pfeifer (115.398.308-70)
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de São Carlos
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13477/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso I, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso I, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-040.125/2020-3 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Cilene Mendes Reges (789.892.724-91); Clarissa Amorim Silva de Cordova (889.372.839-72); Creunice de Lourdes Fais (483.732.819-91); Denilson Barbosa de Castro (974.912.927-04); Donizete Xavier da Silva (420.575.901-00); Eduardo Lopes Beerli (017.198.217-71); Eliseu Riscaroli (459.136.921-87); Euclides Antunes de Medeiros (458.193.606-30); Moises Pereira da Silva (480.908.402-72); Salumao Barbosa da Costa (039.048.151-30)
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal do Tocantins
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13478/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso I, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso I, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-040.135/2020-9 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Givanildo da Silva (069.448.424-59)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Alagoas
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13479/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso I, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso I, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-040.196/2020-8 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Ana Cecilia Cavalheiro Costa Farinha (018.368.850-32); Anna Karina Herief Gomes (124.082.187-56); Babsi Serpa de Araujo (011.546.580-40); Carla Daiane Cardoso Bulhosa (002.056.270-56); Icele Moraes de Avila (003.834.150-63); Joelma Tavares da Silva (016.078.545-62); Marielle Oliveira Lapa (013.221.545-46); Pablo Guastuci Lopes (032.255.780-10); Sandra Silveira da Cruz (004.620.575-69); Thays de Souza Clemente (019.585.785-25)

1.2. Órgão/Entidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13480/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso I, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso I, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-040.204/2020-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Adriana de Oliveira Dias (903.157.074-53); Andre Oliveira Martins (092.697.174-37); Klivia Feitosa Rego (093.544.184-06)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Alagoas
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13481/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso I, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso I, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-040.290/2020-4 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Larissa Guerra Nammur (092.498.066-47); Luciano Rossoni (077.100.857-09)
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de Uberlândia
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13482/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso I, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso I, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-040.355/2020-9 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Simone Ferreira Alvarenga (012.988.616-59)
1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13483/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso I, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso I, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-040.387/2020-8 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Delcy Santos Caio (076.439.181-04); Eloisio de Freitas Neves (764.854.556-04); Graciella Maria Pia Ito (766.525.308-30); Marilene Langaro Bosquiroli Lovo (769.040.919-91); Melissa de Souza (007.641.829-43); Milton Vieira Chaves Neto (766.775.406-34); Ramilson Pereira dos Santos (076.584.668-32); Rubens Jose de Almeida (007.691.258-24); Vera Luiza Pinto de Camargo (769.374.100-34); Wilson Gomes de Freitas Neto (076.557.787-95)
1.2. Órgão/Entidade: Banco do Brasil S.a.
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13484/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso I, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso I, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-040.407/2020-9 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Francisca Karine Bezerra da Costa (576.871.883-49); Lucas Eleazar Martins de Souza (835.736.401-25); Marcela Cristina Muniz Petry (835.998.190-68); Marcelo Regis Bernardo (025.662.257-45); Marcia Aparecida Vidoto Sandri Lima (884.015.109-53); Marcio Giovanni Lopes de Souza (039.186.286-39); Maria Cristina Leal Salvador Conti (416.723.136-00); Maria de Lourdes Souza Ferreira Ramos (626.242.106-87); Nadia Ahmed Cheikh (495.279.401-68); Oeiza Gretel D Avila Lins Torres (025.230.014-97)
1.2. Órgão/Entidade: Banco do Brasil S.a.
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13485/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso II, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-038.441/2020-9 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Dinorah Silveira de Vasconcellos da Silva Farias (290.247.141-68); Ernestina Martins Leite Cardoso (117.114.001-06); Gisele Adriane Cabrera Coronel Dias (026.719.321-11); Heriberta de Morais (707.898.351-34); Maria Aparecida Alves Vianna Goncalves (446.006.741-20); Rodney Miranda Magalhaes (321.738.811-91); Vanderson Cabrera Dias (077.636.871-00); Vanessa Cabrera Dias (077.575.861-27)
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Economia
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13486/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso II, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-039.035/2020-4 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Antonio Saverio Remorini (090.739.308-04); Carolina Cunha Novochadlo da Costa (125.472.849-01); Edna Elizabeth Andrews (224.101.298-03); Fatima Aparecida da Cruz (672.446.298-34); Irys de Souza Laurindo (435.017.058-83); Maria de Fatima da Silveira Deamo (125.542.838-42); Roger Alexandre de Oliveira Silveira (498.167.678-64); Sueli Nascimento de Souza Laurindo (111.935.078-63)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de São Paulo
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13487/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso II, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-040.521/2020-6 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessado: Luciana Aparecida Santos da Silva (678.096.184-15)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Alagoas
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13488/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso II, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-040.525/2020-1 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessado: Flavio Prates (014.658.996-34)
1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13489/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso II, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-040.540/2020-0 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessado: Gregorio Giovanni Barbieri (044.779.878-20)
1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região/mg
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13490/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso II, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-040.585/2020-4 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Alice Felipe de Carvalho (264.377.162-15); Cleonice Soares da Silva (769.858.221-34); Enoque de Almeida Torres (776.656.435-15); Francisco de Cerqueira Torres Junior (776.656.355-04); Ligia Lucia de Almeida Torres (056.037.305-87); Marcia da Silva dos Anjos (609.945.593-05)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13491/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso II, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-040.598/2020-9 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessado: Marcelo Costa de Andrade (019.582.417-25)
1.2. Órgão/Entidade: Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13492/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso II, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-041.888/2020-0 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Antonio Galvao de Almeida Olivas (738.311.828-68); Lais Barros Lopes (328.171.218-56); Vera Maria Affonseca Garcia Correa (898.219.808-30)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13493/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso II, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-041.919/2020-3 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Gilcea de Aguiar Lage (121.718.127-02); Maria Antonia da Silva (059.592.717-37); Paulo Cesar Vieira Marques (439.633.317-04)
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13494/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso II, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-038.759/2020-9 (REFORMA)
1.1. Interessado: Antonio Coutinho (403.433.407-04)
1.2. Órgão/Entidade: Comando da Marinha
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13495/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso II, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-040.605/2020-5 (REFORMA)
1.1. Interessados: Jivaldo Lima dos Santos (331.744.074-00); Joao Batista Alves Ferreira (251.863.882-20); Joao Carlos Alves Lacerda (804.969.387-20); Jorge Alberto Monteiro da Silva (834.491.837-53); Josafa Damasio Pereira Junior (423.660.894-49); Julio Cesar de Oliveira Souza (301.599.621-53)
1.2. Órgão/Entidade: Comando da Marinha
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13496/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 8º da Lei 8.443/92; c/c os arts. 143, inciso V, alínea "a"; 169, inciso VI; e 212 do Regimento Interno/TCU, em determinar o arquivamento do processo a seguir relacionado, sem julgamento de mérito, em face da ausência de pressupostos de constituição e de desenvolvimento válido e regular, sem prejuízo de dar ciência desta deliberação ao responsável de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-000.620/2018-1 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)
1.1. Responsáveis: Carmelo Zitto Neto (620.467.488-91); Federacao das Escolas de Samba e Entidades Carnavalescas do Estado de Sao Paulo (53.826.194/0001-45); Francisco Prado de Oliveira Ribeiro (017.692.008-00); Nelson Crecibeni Filho (479.308.028-68)
1.2. Órgão/Entidade: Entidades e Órgãos do Governo do Estado de São Paulo
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).
1.6. Representação legal: Celso Goncalves Teixeira e outros, representando Federacao das Escolas de Samba e Entidades Carnavalescas do Estado de Sao Paulo.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:
1.7.1. prosseguir com a instrução das TCEs já autuadas neste Tribunal, oriundas dos subconvênios firmados a partir do Convênio MTE/SPPE/Codefat 48/2004-Sert/SP, sem apensá-las ao TC 005.414/2018-0, até que ocorra seu julgamento ou arquivamento (com trânsito em julgado das deliberações que vierem a ser nelas proferidas);
1.7.2. apensar os processos TC 014.671/2016-6, 014.669/2016-1, 015.153/2016-9, 011.486/2016-3, 028.083/2015-6, 033.133/2015-8, 033.074/2015-1 ao TC 005.414/2018-0;
1.7.3. desapensar do TC 005.414/2018-0 os processos a ele apensados sem que tivessem sido instruídos ou apreciados pelo Tribunal, com o prosseguimento das respectivas análises e apensamento ao referido processo somente após o respectivo julgamento ou arquivamento (com trânsito em julgado das deliberações que vierem a ser neles proferidas);
1.7.4. dar ciência da presente deliberação aos Srs. Francisco Prado de Oliveira Ribeiro e Carmelo Zitto Neto, à Federação das Escolas de Samba e Entidades Carnavalescas do Estado de São Paulo (Fesec), aos sucessores do Sr. Nelson Crecibeni Filho, à Secretaria do Emprego e Relações do Trabalho do Estado de São Paulo (Sert/SP) e ao Ministério da Economia; e
1.7.5. anexar cópia desta deliberação ao TC 005.414/2018-0.

ACÓRDÃO Nº 13497/2020 - TCU - 2ª Câmara

VISTO, relacionado e discutido estes autos de Aposentadoria, de Adelino Torres de Alencar, ex-servidor do Núcleo Estadual do Ministério da Saúde No Estado da Bahia, encaminhado a este Tribunal para apreciação na forma da Instrução Normativa TCU 78/2018.

Considerando que, Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip) propõe a legalidade do referido ato, com determinação para que seja encaminhado ao Departamento de Assuntos Extrajudiciais da AGU, com ciência à Conjur/TCU, as informações necessárias ao acompanhamento do deslinde da decisão judicial que fundamenta o pagamento de duas parcelas judiciais constantes dos proventos atuais.

Considerando que, ante a constatação de que não foram detectadas irregularidades na versão do ato submetida a este Tribunal, o Ministério Público de Contas, em consonância com a Unidade Técnica, entendeu que o mesmo está apto a receber a chancela da legalidade, com a consequente concessão do seu registro.

Considerando o parecer do Ministério Público junto a este Tribunal;

Considerando que, não obstante, tendo em vista que nos pagamentos atuais constam duas parcelas judiciais, cuja decisão judicial que as fundamentam ainda não transitou em julgado, é necessário encaminhar as informações pertinentes ao acompanhamento do respectivo processo ao Departamento de Assuntos Extrajudiciais da AGU, com ciência à Conjur deste Tribunal.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, diante das razões expostas pelo Relator, e com fulcro nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, ambos da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 260, §§ 1º, 2º e caput, do Regimento Interno/TCU, c/c o artigo 7º, da Resolução TCU 206/2007, em:
a) considerar LEGAL e conceder o registro do ato inicial de aposentadoria de Adelino Torres de Alencar (CPF: 642.535.548-49);
b) nos termos da Questão de Ordem aprovada pelo Plenário em 14 de junho de 2011, determinar à Sefip que encaminhe ao Departamento de Assuntos Extrajudiciais da AGU, com ciência à Conjur/TCU, as informações necessárias ao acompanhamento do Processo 0000808-43- 2014.4.01.3300-4ª VF/BA, em trâmite no Tribunal Regional Federal da 1ª Região.

1. Processo TC-012.131/2020-2 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Adelino Torres de Alencar (642.535.548-49)
1.2. Órgão/Entidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde No Estado da Bahia
1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13498/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 260, §§ 1º e 2º, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-012.333/2020-4 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Erony Terezinha dos Santos (461.237.250-68)
1.2. Órgão/Entidade: Gerência Executiva do INSS - Novo Hamburgo/RS - INSS/MPS
1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13499/2020 - TCU - 2ª Câmara

VISTO, relacionado e discutido estes autos de Aposentadoria, de Vittorio Cassone, ex-servidor do Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda no Estado de São Paulo, encaminhados a este Tribunal para apreciação na forma da Instrução Normativa TCU 78/2018.

Considerando que, os atos foram submetidos, para fim de registro, à apreciação do Tribunal de Contas da União (TCU), de acordo com o art. 71, inciso III, da Constituição Federal. O cadastramento e a disponibilização ao TCU ocorreram por intermédio do Sistema de Apreciação e Registro de Atos de Admissão e Concessões, na forma dos arts. 2º, caput e incisos I a VI, e 4º, caput, da Instrução Normativa - TCU 78/2018.

Considerando que, nos autos ato inicial e de alteração de aposentadoria (n. 10229809-04-2009-000344-6 e 10229809-04-2015-000252-1, respectivamente).

Considerando que, em análise, verifica-se que o interessado foi inativado em 09/09/2009, de forma compulsória por idade, com proventos integrais e calculados pela sistemática da "média das remunerações". No ato inicial, o Controle Interno emitiu o seu parecer pela legalidade com o seguinte apontamento: Foi atendida diligência desta CGU/SP, constante da folha nº 62 do Processo. Observe-se que houve revisão da concessão devido a correção do tempo de contribuição, gerando novo ato.

Considerando que, em relação ao ato de alteração, o Gestor de Pessoal prestou o seguinte esclarecimento:
"Ato de Aposentadoria de acordo com o Acórdão 1176/15.
Alteração da proporcionalidade da aposentadoria em decorrência de revisão do processo."

Considerando que, embora não indicado, o Acórdão citado possivelmente é o 1176/2015-Plenário, relator Ministro-substituto André de Carvalho, que estabeleceu orientações e diretrizes para o cálculo de proventos para a situação em análise.

Considerando que, em consulta aos valores percebidos (peça 2), constata-se que a rubrica cadastrada ("proventos - EC 41 nº 41/2003") indica que os proventos foram concedidos pela sistemática da "média das remunerações", cálculo que é realizado automaticamente pelo Siape. Em simulação à peça 3, constata-se que os proventos atualmente percebidos correspondem àquilo cadastrado no ato de alteração (proporção de 22/35 - benefício inicial em R$ 8.383,56).

Considerando o parecer do Ministério Público junto a este Tribunal;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, diante das razões expostas pelo Relator, e com fulcro nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, ambos da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 260, §§ 1º, 2º e *caput*, do Regimento Interno/TCU, c/c o artigo 7º, da Resolução TCU 206/2007, em:

a) Considerar legal e determinar o registro do ato de concessão de aposentadoria do interessado abaixo nominado, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992 e 260, § 1º, do Regimento Interno do Tribunal de Contas da União - VITTORIO CASSONE, CPF 025.870.178-15, ato número 10229809-04-2015-000252- 1 (primeira alteração).

b) Considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame do mérito do ato de concessão de aposentadoria, com fundamento no art. 260, § 5º, do Regimento Interno do Tribunal de Contas da União. - VITTORIO CASSONE, CPF 025.870.178-15, ato número 10229809-04-2009-000344- 6 (inicial).

c) Informar aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-012.368/2020-2 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Vittorio Cassone (025.870.178-15)
1.2. Órgão/Entidade: Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda No Estado de São Paulo
1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13500/2020 - TCU - 2ª Câmara

VISTO, relacionado e discutido estes autos de Aposentadoria de ex-servidores de Universidade Federal de Pelotas, cujos atos foram encaminhados a este Tribunal, por intermédio do sistema Sisac, para apreciação na forma da Instrução Normativa TCU 78/2018.

Considerando que no cruzamento dos sistemas Sisac e Siape notou-se o falecimento dos interessados, cujos efeitos financeiros tenham cessado antes de sua apreciação.

Considerando o parecer do Ministério Público junto a este Tribunal;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, diante das razões expostas pelo Relator, e com fulcro no artigo 71, inciso III, da Constituição Federal de 1.988; c/c nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, ambos da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU.

a) Considerar prejudicada a apreciação de mérito dos atos a seguir discriminados, por perda de objeto, tendo em vista o falecimento dos interessados, conforme dispõe o art. 7º da Resolução TCU nº 206/2007, alterada pela Resolução 237/2010.

b) Informar ao Órgão que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-035.650/2020-6 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Adao Pinto Braga (196.083.140-20); Ari Nunes Assuncao (046.567.680-49); Carlos Domingos Martins (070.896.940-20); Jose Carlos Chagas (242.387.670-04); Jose Luiz Antoniutti (005.325.920-34); Milton Alberico Bianchi Rocha (007.262.730-15); Ory Antunez da Silveira (007.263.540-15); Sergio Barum Cassal (154.975.690-72); Sydney Castagno (005.295.750-00); Telmo Pagana Xavier (187.581.180-04)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Pelotas
1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13501/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 260, §§ 1º e 2º, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-036.238/2020-1 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Edna Alfaia de Medeiros (041.790.722-20); Euzaide Fernandes Bueno (061.699.531-87); Raimunda Cirilo Cardoso (392.624.721-53)
1.2. Órgão/Entidade: Agência Nacional de Vigilância Sanitária
1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13502/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 260, §§ 1º e 2º, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-036.278/2020-3 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Alexandre Donizeti Carlos (787.118.948-49); Cassia Regina Veschi Bernabe (053.864.848-18); Dulcina de Fatima Golgato Aguiar (062.305.698-41); Elisete Felix de Araujo (025.853.268-88); Maria Jose Guzzo Bruschi (094.398.378-96); Ronaldo Colombo Faca (734.608.348-20); Sandra Regina Etchebehere dos Santos Lima (102.808.358-09); Silvia Cristina da Silva (786.790.958-34); Vania Faria Machado (019.752.788-44); Vera Lucia dos Santos Bellon (736.808.348-53)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social
1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13503/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 260, §§ 1º e 2º, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-036.495/2020-4 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Dalcicleia Macedo Pereira (119.445.282-53); Helena de Souza Moura (111.211.492-00); Kazue Nakamura (005.525.932-49); Luiz Gonzaga da Silva Filho (063.755.102-87); Maria Izabel Pessoa de Figueiredo (034.909.122-68); Maria de Fatima Firmino da Camara (274.696.207-10); Maria de Nazare da Silva Ramos (035.139.202-53)
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde
1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13504/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 260, §§ 1º e 2º, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-036.508/2020-9 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Alice Angela Arias Schutz (054.818.678-26); Berenice Sandes (007.286.358-79); Celeste Nonato Alvarez Correa (079.396.288-95); Haroldo Cardoso (948.450.508-20); Maria Aparecida Correa Pacheco (007.267.738-40)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social
1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13505/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 260, §§ 1º e 2º, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-036.592/2020-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Carmen Lucia Haas (234.330.279-00); Cirlei Leite da Silveira (470.691.639-91); Maristela Mendes Marques (338.401.139-20); Morgana Lessa Peres (458.442.409-87); Rosana de Araujo Felicio (419.290.639-20)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social
1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13506/2020 - TCU - 2ª Câmara

VISTOS, relacionados e discutidos estes autos de Aposentadoria, de ex-servidor da Câmara dos Deputados, encaminhado a este Tribunal para apreciação na forma da Instrução Normativa TCU 78/2018.

Considerando que, o benefício ora em análise foi cancelado pela Câmara dos Deputados a partir de 12/06/2008. Em consulta aos sistemas internos, verificou-se que o beneficiário percebe aposentadoria estatutária da Câmara dos Deputados, mas nenhum valor às custas do extinto IPC (peça n.º 6).

Considerando o parecer do Ministério Público junto a este Tribunal.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, diante das razões expostas pelo Relator, e com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal, no art. 1º, inciso V, e art. 39, incisos I e II, da Lei 8.443/1992, e nos arts. 143, inciso II e 260 do Regimento Interno do Tribunal de Contas da União, em:

a) Considerar a concessão de peça n.º 2 perdeu o objeto, por não mais produzir efeitos financeiros, nos termos do disposto no artigo 260, § 5.º, do regimento interno da Corte de Contas, ante a cessação dos efeitos financeiros da concessão, devido à suspensão do pagamento da aposentadoria do IPC em favor de João Simplicio Borges de Carvalho (CPF n.º 119.322.521-34), a contar de 04/07/2006.

b) Informar ao interessado que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-037.187/2020-1 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: João Simplicio Borges de Carvalho (119.322.521-34)
1.2. Órgão/Entidade: Câmara dos Deputados
1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13507/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 260, §§ 1º e 2º, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-037.453/2020-3 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Marcia da Rocha Carneiro Barreiros (385.328.081-15)
1.2. Órgão/Entidade: Câmara dos Deputados
1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13508/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 260, §§ 1º e 2º, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-037.603/2020-5 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Antonio Arthur Chiesse de Castro (619.679.047-15); Cesar Laranjo de Barros (372.084.467-68); Helena Lucia do Nascimento (549.314.527-87); Iada Catharina Silveira dos Santos (437.181.837-49); Marlucy Mendes da Silva (956.348.867-91); Osvaldo da Silva (508.462.057-34); Sandra Menezes da Silveira (492.970.667-04); Veronica Beatriz Bazano (878.446.807-68); Wilton dos Santos Maciel (465.075.907-20); Zita Maria da Conceicao (351.534.587-68)

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde
1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13509/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 260, §§ 1º e 2º, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-037.647/2020-2 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Rafael dos Santos (035.047.988-74)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social
1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13510/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 260, §§ 1º e 2º, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-037.698/2020-6 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Adaylton Neves de Jesus (070.450.345-04); Ana Licia Nascimento Santana (269.831.765-53); Honorato Silva dos Santos (114.168.405-59); Maria da Conceicao de Melo Figueredo (168.878.245-15); Marilene da Silva Araujo (330.316.495-91); Marinalva de Araujo Gomes Caldas (084.572.985-34); Omael Luz Alcantara (076.447.445-68); Zenailde Alves Carvalho (205.763.825-15)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social
1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13511/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 260, §§ 1º e 2º, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-037.742/2020-5 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: José Carlos Aleluia Costa (017.820.375-00)
1.2. Órgão/Entidade: Câmara dos Deputados
1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13512/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 260, §§ 1º e 2º, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-037.949/2020-9 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Pedro Almeida Monteiro (024.837.932-15)
1.2. Órgão/Entidade: Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (extinta)
1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13513/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 260, §§ 1º e 2º, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-037.962/2020-5 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Antonio Fernando Beirao (221.400.859-49); Ines de Oliveira Silva de Sales (954.247.338-91); Jose Goncalves (920.474.679-34); Jose Luis Ribeiro Oliveira (281.595.940-20); Maria Aparecida de Carvalho Alves (075.439.368-28); Moacir Zanghelini (185.981.379-87); Paulo Luiz Pereira (246.345.659-00); William Schroeder (248.903.839-72)
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde
1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13514/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 260, §§ 1º e 2º, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-037.967/2020-7 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Carmen Lucia Cardoso Vieira Testa Acampora (369.625.387-15); Marco Antonio da Silva Nunes (390.704.687-00); Maria das Gracas da Costa Mattos (013.343.507-52); Maria de Fatima Santos Pinto (691.910.777-53); Nazareth Maria Dantas (622.230.547-49); Paulo Mauricio Machado Mendes (467.014.007-87); Regina Celia Pereira (479.998.457-87); Sonia Regina de Andrade Pinheiro (704.176.527-04); Tereza Cristina do Nascimento Brandao Rodrigues (582.487.577-49); Valter de Carvalho e Silva (624.621.057-00)
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde
1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13515/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 260, §§ 1º e 2º, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-037.969/2020-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Jose Francisco Costa Alves (461.109.257-72); Maria de Lourdes Pereira Teixeira (583.040.297-15); Paulo Roberto da Silva Assis (624.630.477-04); Raimundo Alves de Almeida (562.590.507-04); Reynaldo Marins (213.005.507-91); Rita de Cassia Cunha (878.390.837-49); Rossini Alencar Araripe Costa (316.216.007-34); Silvia Maria Anacleto Bonito (466.941.537-91); Sonia Milezi Bandeira Coimbra (611.111.807-25); Terezinha Aparecida Mendes Sa Silva (257.641.957-72)
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde
1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13516/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 260, §§ 1º e 2º, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-037.974/2020-3 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Armando da Graca Goncalves (466.079.607-82); Francisco de Assis Mota Borges (000.043.673-91); Georgete da Conceicao Goncalves (367.794.407-44); Idalencia Maria de Melo (194.871.344-68); Julio Cesar Ferreira Pinto (305.643.607-91); Luiz Carlos Lameira (568.653.097-15); Priscilla Ozorio Mendonca Arieira Fernandes (270.516.177-53); Severino da Silva (467.481.567-34); Vera Lucia Edais Pepe (667.970.047-72); Vera Lucia Lima dos Santos (401.623.707-68)
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde
1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13517/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 260, §§ 1º e 2º, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-037.982/2020-6 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Ana Teresa Vacchiano Ferreira de Oliveira (462.074.577-49); Carla Maria Verissimo de Oliveira (821.300.007-20); Carolino Augusto Silva (420.008.237-34); Cecilia Maria Loureiro de Medeiros (806.402.817-53); Julio Cezar Ferraz de Jesus (551.161.247-20); Luzia das Gracas Infante Procopio (478.166.607-82); Marta Maria do Amaral dos Santos (874.377.837-20); Paulo Cezar Poco Campos (512.000.587-04); Rosangela Ribeiro da Cunha (355.306.347-53); Zoraide Paixao dos Santos (371.169.407-15)
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde
1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13518/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 260, §§ 1º e 2º, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-038.086/2020-4 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Lourinilce Tadeu Barros Ferreira (209.366.481-04); Violeta Maria da Silva Almeida (207.002.961-15)
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Nacional de Saúde
1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13519/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 260, §§ 1º e 2º, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-038.194/2020-1 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Jussara da Natividade Moura Andrade (324.837.326-15)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social
1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13520/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 260, §§ 1º e 2º, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-038.230/2020-8 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Valnete Costa do Nascimento (130.324.372-53)
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Fazenda (extinta)
1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13521/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 260, §§ 1º e 2º, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-038.239/2020-5 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Carlos Alberto Murari Pinheiro (487.184.086-72); Cristina Silva (312.682.186-34); Francisco Antonio Dupas (624.211.408-97); Francisco Roberto dos Santos (449.898.146-49); Jamil Haddad (375.664.746-34); Joao Carlos Fernandes (475.919.606-44); Luiz Sergio Ferreira (434.975.356-72); Marcos Antonio Del Ducca (413.391.776-68); Maria Berenice Goncalves Ferreira (664.166.046-04); Tereza Goncalves Kirner (595.027.208-06)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Itajubá
1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13522/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 260, §§ 1º e 2º, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-038.249/2020-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Antonio Carlos Pereira Reid (783.910.597-15); Arinda Fonseca de Lemos (669.017.827-72); Demetilde Mendes da Silva Martins (447.143.277-04); Maria Cristina Gomes da Silva Frazao (746.981.257-15); Naila Costa de Niemeyer (344.852.797-15); Nilcea Medeiros Ferreira (515.460.197-15); Paulo Gustavo da Rocha Lopes (256.993.697-91); Roberto Rodrigues de Souza (320.459.217-00); Rosangela Vieira Lopes (411.966.947-53); Sergio Henrique Sampaio Meirelles (715.989.367-00)
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde
1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13523/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 260, §§ 1º e 2º, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-038.252/2020-1 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Cilia de Vasconcelos Figueiredo Oliveira (837.555.607-63); Dilson Silva Jorge (552.624.067-34); Elisa de Souza (455.890.467-34); Flavia Melo Campos Leite Guimaraes (705.709.067-68); Joana Darc Conceicao Lima (372.144.467-15); Joao Luis Carvalho Viana (610.995.977-49); Luiz Antonio Fernandes Maia (547.725.837-34); Maria da Gloria Jordy Macedo (296.826.067-72); Renilda Nonato da Silva (631.764.247-87); Rosangela Maria Fonseca Batista (484.274.627-00)
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde
1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13524/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 260, §§ 1º e 2º, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-038.477/2020-3 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Luiz Kurahassi (171.566.708-59); Luzia de Souza (015.123.578-39); Margarete Nunez de Souza Olimpio (007.171.058-22); Maria Angeles Fontanillas Val (083.373.718-03); Nilza Aparecida Franciscatto (869.096.818-00); Rosangela de Souza Almeida (428.337.286-20)
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Fazenda (extinta)
1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13525/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 260, §§ 1º e 2º, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-038.495/2020-1 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Ana Cristina Pereira da Cruz (627.998.607-10); Ana Maria Pereira da Costa (459.460.197-91); Augustinho Pereira de Sousa (360.901.077-00); Carlos Cezar Hermida Quintella (445.499.117-00); Fatima Terezinha Brum da Fonseca (782.786.867-34); Floriza da Cruz Veras (402.544.707-00); Jurema Vieira dos Santos Jesus (504.854.407-25); Maria das Gracas do Carmo e Silva Magnan (572.735.107-34); Mauro da Silva Bastos (016.297.617-88); Regina Celia Rosa da Silva (442.409.707-25)
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde
1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13526/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 260, §§ 1º e 2º, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-038.503/2020-4 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Fabiola Coelho Monteiro de Castro (861.036.527-15); Itamara Batista Rodrigues (578.550.807-91); Maria da Penha Gomes da Luz (314.799.441-49)
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde
1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13527/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 260, §§ 1º e 2º, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-038.557/2020-7 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Jose Alves de Moura (123.111.974-87)
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Economia
1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13528/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 260, §§ 1º e 2º, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-038.568/2020-9 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Lana Luce Barcelos Brito (297.792.431-00); Tania Regina Santos de Souza (512.981.127-53)
1.2. Órgão/Entidade: Agência Nacional de Transportes Aquaviários
1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13529/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 260, §§ 1º e 2º, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-038.592/2020-7 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Antonio Edilson Vieira Diniz (138.146.562-53); Cleudinor Moraes Martins (164.200.391-34); Jose Coelho da Rocha (037.690.112-87)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13530/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 260, §§ 1º e 2º, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-038.845/2020-2 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Paulino Seiji Kuzuhara (762.029.688-34)
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Economia
1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13531/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 260, §§ 1º e 2º, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-038.918/2020-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Ana Maria dos Santos Borges (371.500.061-91); Sonia Regina Rodrigues Motta (145.628.711-72)
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Educação
1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13532/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 260, §§ 1º e 2º, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-040.440/2020-6 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Andre Luiz Magalhaes Lemos (776.477.507-04); Maria Angelica Barbosa Alves Marinho (777.216.087-91); Paulo Roberto Lessa Araujo (640.584.927-91)
1.2. Órgão/Entidade: Comando da Marinha
1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13533/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 260, §§ 1º e 2º, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-040.461/2020-3 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Carmelio Afonso dos Santos (579.587.857-04); Helena Guimaraes Cruz (366.473.817-91); Maria Adelaide da Paz (848.179.177-68)
1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional Federal da 2ª Região
1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13534/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 260, §§ 1º e 2º, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-040.479/2020-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Evanir Rita de Barros (042.229.381-49); Maria Lucena do Nascimento (226.073.401-44); Maria Thereza Serra de Oliveira (339.726.301-82); Maria das Gracas Pacheco de Sousa (184.435.671-04); Marlene Costa Rocha (248.566.571-00)
1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Superior do Trabalho
1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13535/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 260, §§ 1º e 2º, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-040.485/2020-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Rita de Cassia Flor (375.976.719-20)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina
1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13536/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 260, §§ 1º e 2º, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-040.505/2020-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Elenice da Silveira Bissigo Boggio (396.913.060-34); Erica Helen Preissler Leal (225.195.300-06); Florisvaldo da Gama Lopes (420.867.440-72); Francisco Aquino Echeveste Benitez (304.161.590-87); Jose Juarez Camargo (234.581.350-49); Paulo Marcial Vieira Marques (210.610.330-15); Vera Lucia Stringhini (183.885.900-49)
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde
1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13537/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 260, §§ 1º e 2º, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-040.517/2020-9 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Carlos Roberto Pires Dantas (224.004.001-72)
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde
1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13538/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 260, §§ 1º e 2º, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-041.321/2020-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Anselma Felix da Silva (178.435.293-49); Edna Gama da Silva (037.158.762-04); Elizabeth dos Santos Moura (235.534.481-72); Eujacio Ribeiro dos Santos (189.587.531-53); Jose Lucio da Silveira (228.733.091-72); Julio Ricardo de Oliveira (124.549.311-68); Lindamar Borges Pires (098.996.851-00); Maurino Ferreira de Sousa (309.919.781-53); Silvio Mendonca Ribeiro (125.013.011-53); Vania Maria Parreira de Oliveira (290.992.691-53)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social
1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13539/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 260, §§ 1º e 2º, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-041.327/2020-9 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Maria Auxiliadora Valerio (516.000.566-87)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social
1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13540/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 260, §§ 1º e 2º, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-041.349/2020-2 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Edmundo Jose Santos Freitas (178.998.507-20); Eudilce Silva dos Santos (125.423.005-00)
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13541/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 260, §§ 1º e 2º, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-041.359/2020-8 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Marlene de Oliveira Ellery (444.014.181-15); Marta Regina da Silva Araujo Luciola (752.606.117-72); Sonia Gontijo Chagas Gonzaga (635.776.586-49)
1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Superior do Trabalho
1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13542/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 260, §§ 1º e 2º, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-041.365/2020-8 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Adalberto de Souza Costa (165.062.434-49); Adriano Pedrosa de Almeida (150.121.824-72); Alda Rosa Cavalcanti Melo (327.967.904-44); Eugenia Maria da Silva (138.453.224-20); Maria Angela de Almeida Souza (042.800.244-72); Maria Jose de Carvalho (180.605.014-53); Monica Rodrigues Costa (990.516.648-34); Nelicio de Queiroz Lins (199.004.304-68); Raul Manhaes de Castro (166.653.684-91); Regina Helena Souza de Carvalho (167.696.272-72)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Pernambuco
1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13543/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso II; 143, inciso II e 260, § 1º e 2º, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal para fins de registro o ato de admissão de pessoal a seguir relacionado, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público divergiu e deu legal junto a este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-014.842/2020-3 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Fabio Santos Nascimento (001.946.475-44)
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de Ouro Preto
1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13544/2020 - TCU - 2ª Câmara

VISTO, relacionado e discutido estes autos de Admissão, de servidores do Comando da Marinha, encaminhados a este Tribunal para apreciação na forma da Instrução Normativa TCU 78/2018.

Considerando que nos atos de admissão constantes deste processo foram detectadas a existência dos respectivos desligamentos, conforme verificação da documentação anexada, seja por meio da constatação da existência de ato de desligamento e exclusão na base Sisac e Siape, ou pela constatação do falecimento do servidor;

Considerando o parecer do Ministério Público junto a este Tribunal;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, diante das razões expostas pelo Relator, com fulcro nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, ambos da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os 1º, inciso VIII; 17, II; 62, III; 137, IV; 143, II e 260, do RI/TCU, em:
a) Considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame dos atos de pessoal abaixo relacionados cujos efeitos financeiros tenham cessado antes de sua apreciação, por força do art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 2007, alterada pela Resolução 237/2010.
b) Informar aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-035.822/2020-1 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Gabriel Lemos de Almeida (860.595.480-91); Guilherme Torres (497.563.058-35); Italo Reis Ferreira dos Santos (183.299.967-00); Leonardo Halfeld Placido (138.741.227-27); Matheus Jabes Lyra Duarte de Lima (059.607.361-52); Matheus de Assis Oliveira (144.167.707-07); Moises Pimentel Eugenio (174.123.637-19); Renan Luz Medeiros (135.369.964-18); Wesmony Berg Alves Martins (090.115.393-11)
1.2. Órgão/Entidade: Comando da Marinha
1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13545/2020 - TCU - 2ª Câmara

VISTO, relacionado e discutido estes autos de Admissão, de servidores do Universidade Federal de Goiás, encaminhados a este Tribunal para apreciação na forma da Instrução Normativa TCU 78/2018.

Considerando que nos atos de admissão constantes deste processo foram detectadas a existência dos respectivos desligamentos, conforme verificação da documentação anexada, seja por meio da constatação da existência de ato de desligamento e exclusão na base Sisac e Siape, ou pela constatação do falecimento do servidor;

Considerando o parecer do Ministério Público junto a este Tribunal;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, diante das razões expostas pelo Relator, com fulcro nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, ambos da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os 1º, inciso VIII; 17, II; 62, III; 137, IV; 143, II e 260, do RI/TCU, em:
a) Considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame dos atos de pessoal abaixo relacionados cujos efeitos financeiros tenham cessado antes de sua apreciação, por força do art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 2007, alterada pela Resolução 237/2010.
b) Informar aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-035.878/2020-7 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Benelzo Batista Oliveira (811.369.191-04); Iouri Borissevitch (213.103.298-69); Lilian Rodrigues Rios (876.786.831-20); Rodrigo Lisita Ribera (953.194.091-68); Ursula Nunes Rauecker (000.341.941-00)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Goiás
1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13546/2020 - TCU - 2ª Câmara

VISTO, relacionado e discutido estes autos de Admissão, de servidores do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão, encaminhados a este Tribunal para apreciação na forma da Instrução Normativa TCU 78/2018.

Considerando que nos atos de admissão constantes deste processo foram detectadas a existência dos respectivos desligamentos, conforme verificação da documentação anexada, seja por meio da constatação da existência de ato de desligamento e exclusão na base Sisac e Siape, ou pela constatação do falecimento do servidor;

Considerando o parecer do Ministério Público junto a este Tribunal;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, diante das razões expostas pelo Relator, com fulcro nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, ambos da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os 1º, inciso VIII; 17, II; 62, III; 137, IV; 143, II e 260, do RI/TCU, em:
a) Considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame dos atos de pessoal abaixo relacionados cujos efeitos financeiros tenham cessado antes de sua apreciação, por força do art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 2007, alterada pela Resolução 237/2010.
b) Informar aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-035.887/2020-6 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Maria Izanir da Silva (512.015.183-34); Petra Fernanda Cruz e Silva (044.711.443-32)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão
1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13547/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso II; 143, inciso II e 260, § 1º e 2º, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal para fins de registro o ato de admissão de pessoal a seguir relacionado, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-037.108/2020-4 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Thais Helena Moreiras (222.720.658-64)
1.2. Órgão/Entidade: Comando da Aeronáutica
1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13548/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso II; 143, inciso II e 260, § 1º e 2º, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-038.294/2020-6 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Charles Almeida da Luz (109.896.347-44); Deusa Santa Barbara (027.402.197-84); Ezequiel Silva Oliveira (012.292.416-98); Guilherme Henrique Cardoso de Marins (107.438.077-07)
1.2. Órgão/Entidade: Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca
1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13549/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso II; 143, inciso II e 260, § 1º e 2º, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-038.332/2020-5 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Carolina Ponce Leon Porto Bezerra Cavalcanti (025.334.614-23); Elismar da Luz (819.024.843-04); Gilvandro Lins de Oliveira Junior (053.565.494-40); Glauciana Ferraz Viana (797.451.484-15); Katianne Sorrentino Martins Resende (008.330.644-79); Monica Isabel Abrantes Leite Costa (247.281.793-20); Rosa Amelia Rabelo Pestana (638.602.013-87); Roseli Barbosa Nunes (894.093.375-34); Suyane Reboucas de Oliveira Alves (003.207.203-14); Tereza Carmen Oliveira Nascimento de Lima (065.567.384-92)
1.2. Órgão/Entidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13550/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso II; 143, inciso II e 260, § 1º e 2º, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-038.350/2020-3 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Cynthia Lee da Costa Silva (795.142.783-72); Diogo Fabricio Aprigio de Andrade (042.868.674-55); Eunice da Silva Cerqueira (086.381.268-67); Ingrid Ramalho Leite (992.224.693-72); Jose Hamilton Mendes (395.789.684-34); Josenir dos Santos Santana (082.044.294-10); Lincoln Lobus Gomes Freire (087.759.086-97); Raquel Emanuele de Franca Mendes Alves (032.120.914-10); Rivaldo Lira Filho (855.190.143-53); Thiago Costa de Araujo Dantas (010.164.794-84)

1.2. Órgão/Entidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13551/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso II; 143, inciso II e 260, § 1º e 2º, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-038.978/2020-2 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Carlos Michel da Conceicao Albuquerque (005.730.762-86); Emerson Luis Ne da Silva (746.705.222-72)
1.2. Órgão/Entidade: Ministério Público Federal
1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13552/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso II; 143, inciso II e 260, § 1º e 2º, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-039.931/2020-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Diego dos Santos Nogueira (011.229.231-39); Norton Appelt Solla (032.377.380-00); Paola Alexandra Vieira de Almeida (129.512.946-97); Patrycia Regina Sousa Couto (032.326.392-59); Pedro Napoleao Carvalho Soares (132.410.887-82); Peterson Caires Aguiar (045.237.775-78); Priscila Moreira de Oliveira (071.070.846-74); Rafael Ala Dalpra (081.622.649-06); Rafael Andre Barreto Monteiro (060.833.644-00); Raphael Rodrigo Pereira Sanchez (092.342.966-21)
1.2. Órgão/Entidade: Departamento de Polícia Federal
1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13553/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso II; 143, inciso II e 260, § 1º e 2º, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-039.945/2020-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Clenilson Barbosa Maximiano (463.148.598-16); Daniel Alves Freire (129.816.926-74); Daniel Vam Zanella Dias (191.915.047-16); Eduardo Junior Moura Oliveira Gomes (161.904.747-05); Felipe Silva Ribeiro do Nascimento (154.643.387-21); Gabriel Lucindo dos Santos (149.235.047-81); Gabriel Santos Vieira Gois (033.532.271-99); Joao Victor da Franca Castilho (156.508.137-44); Joao Vitor Luz Campos (040.966.511-84); Luan Santos de Souza (169.156.327-78)
1.2. Órgão/Entidade: Comando do Exército
1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13554/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso II; 143, inciso II e 260, § 1º e 2º, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-039.961/2020-6 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Andressa Zoi Nathanailidis (055.171.247-39); Arnon Tragino (120.331.227-00); Arthur Schneider Almeida (129.166.317-71); Cinthia Alves da Silva (092.702.627-90); Guilherme Barbosa Reis (070.757.176-69); Rafael Krohliing Goldner (146.105.937-26); Renata Marques Rodrigues (109.040.547-21); Samantha Alves Rodrigues dos Santos (130.733.257-94); Viviane Ferreira de Oliveira Chiachio (230.658.748-57); Yonny Martinez Lopez (063.494.967-52)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Espírito Santo
1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13555/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso II; 143, inciso II e 260, § 1º e 2º, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-039.962/2020-2 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Andre Willian Hollais (351.417.718-06); Diego Brotas Correa Felisberto (110.516.837-93)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Espírito Santo
1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13556/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso II; 143, inciso II e 260, § 1º e 2º, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-040.084/2020-5 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Gisele Pereira Sousa (024.784.483-78); Gumercindo Leandro da Silva Filho (709.276.003-82); Josafa da Conceicao Clemente (736.783.503-30); Laudnei Leite Amorim (029.669.193-37); Ludenberg Marques Brito Reis (004.731.663-21); Samara Santos Araujo (025.524.803-22); Viturino Ribeiro da Silva (870.641.543-15)
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal do Maranhão
1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13557/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso II; 143, inciso II e 260, § 1º e 2º, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-040.102/2020-3 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Fernanda Andrea Fernandes Silva (678.250.524-04); Sonale Vasconcelos de Souza (066.188.604-23)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba
1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13558/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso II; 143, inciso II e 260, § 1º e 2º, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal para fins de registro o ato de admissão de pessoal a seguir relacionado, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-040.109/2020-8 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Larisse Colen de Oliveira (108.157.456-99)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Norte de Minas Gerais
1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13559/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso II; 143, inciso II e 260, § 1º e 2º, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal para fins de registro o ato de admissão de pessoal a seguir relacionado, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-040.110/2020-6 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Renata de Oliveira Carvalho (014.954.710-20)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso
1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13560/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso II; 143, inciso II e 260, § 1º e 2º, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal para fins de registro o ato de admissão de pessoal a seguir relacionado, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-040.131/2020-3 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Patrik Borges do Nascimento Leal (126.908.167-50)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo
1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13561/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso II; 143, inciso II e 260, § 1º e 2º, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal para fins de registro o ato de admissão de pessoal a seguir relacionado, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-040.138/2020-8 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Julhana Cristina Sponchiado (067.163.709-60)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal da Fronteira Sul
1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13562/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso II; 143, inciso II e 260, § 1º e 2º, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-040.153/2020-7 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Giselle Cassiano Albo (025.061.641-62); Meg Sarkis Simao Rosa (647.816.311-34)
1.2. Órgão/Entidade: Valec Engenharia, Construções e Ferrovias S.A. (filial RJ)
1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13563/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso II; 143, inciso II e 260, § 1º e 2º, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-040.243/2020-6 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Huber Ribeiro Tokunaga (005.334.341-73); Mariana Franco Pacheco Cintra (023.251.131-40)
1.2. Órgão/Entidade: Valec Engenharia, Construções e Ferrovias S.A. (FILIAL RJ)
1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13564/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso II; 143, inciso II e 260, § 1º e 2º, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-040.250/2020-2 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Ana Cristina Gualter Raimundo (887.108.907-34); Ana Cristina Wandermurem Ribeiro (873.639.507-25); Cintia Roza Gomes da Silva (000.698.140-23); Elisangela Souza Lima (867.530.964-34); Fabiana Cortez do Nascimento (087.257.597-79); Italo Cesar de Sousa Ribamar (022.765.493-51); Jose Carlos Cantanhede Cunha Filho (377.113.423-49); Juliano Santos Borges (078.587.127-64); Milena Lopes de Souza (012.198.115-05); Shirlei Barbosa Machado (932.049.060-00)
1.2. Órgão/Entidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13565/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso II; 143, inciso II e 260, § 1º e 2º, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-040.370/2020-8 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Claudio Alves Simoes (124.503.428-69); Cynthia Maria Marques Luz de Melo (010.626.654-30); Denise Aparecida Pacher (106.482.888-46); Marcelo Luis Carvalho de Magalhaes (012.498.507-62); Maria Aparecida Picolini (010.617.438-02); Nubia Maria de Almeida Ribeiro (106.571.265-00); Paulo Roberto da Silva (123.548.858-65); Valeria Aparecida Biancarelli (123.800.878-06); Vania Barros Barbosa Ramos (124.321.828-20); Victor Hugo Pafume (106.266.128-10)
1.2. Órgão/Entidade: Banco do Brasil S.A.
1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13566/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso II; 143, inciso II e 260, § 1º e 2º, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-040.376/2020-6 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Adailson Silva Souza (620.745.392-15); Dyvan Kater Alves Vilas Boas (620.476.555-87); Gabriela Aparecida Silva Gomes de Freitas (294.042.418-73); Jacirema Alves Rocha (642.175.312-49); Jocenildo Teixeira de Souza (622.696.072-87); Juliana Savy Moura (002.951.100-31); Leandro Martim Isola (219.823.158-14); Leonardo Viana e Sa (327.560.988-25); Macsandro Rocha Parente (622.802.792-15); Marcio Leandro Lima de Souza (622.828.322-72)
1.2. Órgão/Entidade: Banco do Brasil S.A.
1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13567/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso II; 143, inciso II e 260, § 1º e 2º, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-040.409/2020-1 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Cristiane Alves Silveira (794.312.409-04); Cristiane Porzel Salvador (704.570.500-04); Cristiano Yamamoto (273.180.308-84); Daniel Augusto Aoyagi (288.178.878-54); Daniel Joecir Paviani (806.840.170-91); Daniela Lucia Jorge (029.488.657-51); Douglas de Lorena (035.808.199-84); Eusebio Joao Both (576.694.140-49); Fabricio Rogerio Olinger (870.759.709-68); Fernanda Haas Martinhago Vieira (026.320.929-65)
1.2. Órgão/Entidade: Banco do Brasil S.A.
1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13568/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso II; 143, inciso II e 260, § 1º e 2º, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal para fins de registro o ato de admissão de pessoal a seguir relacionado, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-040.611/2020-5 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Karina Ponciano Gomes (083.172.496-03)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais
1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13569/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 260, §§ 1º e 2º, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-026.760/2020-7 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessado: Ana Maria de Almeida Cruz (085.383.877-15)
1.2. Órgão/Entidade: Ministério das Comunicações (extinto)
1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13570/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 260, §§ 1º e 2º, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-034.792/2020-1 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Eduardo Augusto Moreira Filho (703.226.934-62); Maria Helena Santos Alves (395.410.453-91)
1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional Federal da 5ª Região
1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13571/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 260, §§ 1º e 2º, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-036.385/2020-4 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessado: Nancy Clea Knupp Castro (437.147.907-30)
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Cidadania
1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13572/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 260, §§ 1º e 2º, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-036.398/2020-9 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessado: Nadir Maria Tolentim Doria (264.927.767-04)
1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região - Campinas/SP
1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13573/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 260, §§ 1º e 2º, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-037.246/2020-8 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessado: Olga Rolim de Moura (546.010.700-82)
1.2. Órgão/Entidade: Comando do Exército
1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13574/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 260, §§ 1º e 2º, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-037.281/2020-8 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Marcia Santucci Bechelli (043.585.878-52); Maria Lucia Tenuto Fernandes Silva (762.226.917-49); Maria Socorro da Silva (620.581.691-15); Marta Teixeira da Silva (145.097.681-68); Sandra Regina Borges (214.742.731-49); Vanessa Ribeiro Giareta (058.538.629-36); Vilma Pereira Simoes (144.083.331-15); Zenilda Oliveira Santos Miranda (210.478.201-53); Zuleica de Fatima Teixeira dos Santos (509.001.450-72)
1.2. Órgão/Entidade: Banco Central do Brasil
1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13575/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 260, §§ 1º e 2º, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-037.725/2020-3 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Georges Abranches de Moura (020.717.467-91); Ivete Simoes de Lima Costa (554.474.147-68); Luiz Carlos da Silva (237.667.787-49); Manoel Jose Rodrigues (375.429.317-68); Maria da Conceicao Silva dos Santos (758.412.667-72); Maria da Graca Pereira Duarte (813.740.547-04); Rita Celeste Toledo de Oliveira Carvalho (018.573.697-18); Vilma Torres Diniz (815.106.597-49); Wanda Cardoso Vinhas (343.769.097-34); Wilma Sereno dos Santos (812.039.187-04)
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde
1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13576/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 260, §§ 1º e 2º, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-037.734/2020-2 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Andre Luiz Carvalho Barreto (034.460.721-60); Divina Eterna Rodrigues Simao (612.100.211-53); Eva Carvalho Silva (305.285.692-87); Jose da Silva (085.696.811-00); Maria Aparecida de Souza Chagas (333.358.001-25); Maria Aparecida dos Passos Borges (943.617.628-72); Maria Nazare de Souza Assis (336.759.101-72); Maria do Carmo Bezerra da Costa Gomes (547.990.741-72); Nara Pereira de Castro Ribeiro (193.571.761-87); Ruth Vaz Netto (347.662.191-04); Selva Rios Socrates Vasconcellos (246.974.271-49)
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde
1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13577/2020 - TCU - 2ª Câmara

VISTO, relacionado e discutido estes autos de concessão de Pensão Civil em favor de beneficiário de ex-servidora do Tribunal Regional do Trabalho da 16ª Região/MA, cujo ato foi encaminhado a este Tribunal, por intermédio do sistema Sisac, para apreciação na forma da Instrução Normativa TCU 78/2018.

Considerando que, além das críticas automatizadas pelo Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos (Siape), Sisobi e do e-Pessoal; há verificação humana adicional no caso de haver alertas do sistema ou informações não formatadas, como esclarecimentos do gestor ou do controle interno.

Considerando o parecer do Ministério Público junto a este Tribunal;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, diante das razões expostas pelo Relator, e com fulcro no artigo 71, inciso III, da Constituição Federal de 1.988; c/c nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, ambos da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e art. 260, § 5º, do Regimento Interno/TCU, em:
a) Considerar prejudicada a apreciação de mérito do ato a seguir discriminado, por perda de objeto, tendo em vista o falecimento do beneficiário, conforme dispõe o art. 7º da Resolução TCU nº 206/2007, alterada pela Resolução 237/2010.
b) Informar ao Órgão que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-037.823/2020-5 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessado: Sebastiao Silva Magalhaes (004.283.023-00)
1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 16ª Região/MA
1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13578/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 260, §§ 1º e 2º, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-038.396/2020-3 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Ana Eudoxia Mello Fernandes (121.772.588-12); Celia Maria de Amorim (216.832.478-68); Clara Marlene Bechelli Yamanaka (398.336.158-72); Doris Levensteinas (149.397.578-11); Jair Silva (007.265.638-70); Maria Luiza da Silva Silveira (026.548.228-34); Neide Baptista Tagliapietra (014.315.178-95); Odette Gazzetta Delgado (023.826.108-59); Vera Helena Bazeia Fochi (785.012.888-53); Zilda Adelina Pessoa Leitao (032.734.288-99)
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde
1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13579/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 260, §§ 1º e 2º, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-038.422/2020-4 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Davi Lucas Mourao Matos (026.159.482-61); Marcel dos Santos Leao (931.270.812-00); Maria Lucia da Silva Ferreira (313.452.042-72); Maria da Conceicao Goncalves Fonseca (143.398.462-87); Ruth Rocha Leandro (091.889.382-80); Sofia Rocha Leandro (091.889.132-95); Tatiane Mourao da Fonseca (636.322.172-20); Vitor Mourao Matos (026.159.382-07)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas
1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13580/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 260, §§ 1º e 2º, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-038.435/2020-9 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Bianca Santin Vieira (011.655.849-05); Doracy Rosa de Souza (036.001.099-79); Irene Vieira da Silva (682.915.589-49); Jussara Francalacci Rocha (445.214.489-68); Newton Dorneles Reck (091.964.800-25); Tereza Cristina Cardoso (077.726.619-91)
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Economia
1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13581/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 260, §§ 1º e 2º, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-038.625/2020-2 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Ana Fatima Carvalho Christiano Silva (422.434.087-91); Arinda Maria Pontes Silva (617.572.927-72); Ayrton Pontes de Carvalho Silva (617.572.687-15); Izabel Falcao Clarkson (440.627.027-20); Mariza Azevedo Rocha (010.092.757-20); Monica Anchieta Bastos (015.692.777-29); Noridinha da Conceicao Pontes Silva (076.985.777-91)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social
1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13582/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 260, §§ 1º e 2º, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-038.636/2020-4 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessado: Willan Jose Oliveira (319.947.416-00)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social
1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13583/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 260, §§ 1º e 2º, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-038.707/2020-9 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Antonia Ferreira Matos (975.823.285-15); Erondina Lopes da Silva (202.821.501-10); Genesia Vital da Silva (612.186.007-30); Goncala Pereira de Souza (843.840.933-49); Ilza Soares de Santana Alcantara (570.190.105-04); Iraci Dorea de Sena (001.094.485-02); Joao Gabriel Soares de Alcantara (083.721.575-70); Joao Pedro Soares de Alcantara (096.754.795-40); Maria Tereza Martins David (003.080.877-47); Maria da Conceicao Almeida Saraiva (300.297.083-20); Maria das Gracas Oliveira Pereira (019.080.044-52); Maria do Livramento Chaves de Carvalho (820.280.283-00); Marina Pinheiro de Andrade (099.905.714-65)
1.2. Órgão/Entidade: Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil (extinta)
1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13584/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 260, §§ 1º e 2º, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-039.076/2020-2 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Maria da Luz Silva Lima (361.582.403-20); Maria de Lourdes Lima da Silva (786.005.703-44)
1.2. Órgão/Entidade: Departamento Nacional de Obras Contra As Secas
1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13585/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 260, §§ 1º e 2º, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-040.526/2020-8 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Maria do Carmo Romeiro de Carvalho Pereira (282.688.904-44); Marlene Fontes Barros (001.056.054-84)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Alagoas
1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13586/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 260, §§ 1º e 2º, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-040.549/2020-8 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessado: Cicera Miranda da Silva (594.143.402-20)
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Nacional de Saúde
1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13587/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 260, §§ 1º e 2º, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-040.555/2020-8 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessado: Iva Costa da Silva (647.229.297-34)
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Oswaldo Cruz
1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13588/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 260, §§ 1º e 2º, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-040.592/2020-0 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Alcymar Marcolino dos Santos (053.975.905-84); Giovanna Nascimento dos Santos (057.157.385-12); Juan Manuel Ruiz Esparza Aguilar (850.467.875-04); Varlene Nascimento dos Santos (024.865.695-37); Veronica dos Santos Conceicao Melo (001.819.405-23)
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de Sergipe
1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13589/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 260, §§ 1º e 2º, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-041.900/2020-0 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: David Morais Torres (089.343.724-78); Flavio Jose Torres Loiola (161.732.364-00)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social
1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13590/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 260, §§ 1º e 2º, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-039.331/2020-2 (REFORMA)
1.1. Interessados: Celia Pastor de Freitas Ferreira (625.990.977-20); Claudio Marcelo de Aguiar Wanderley (607.415.707-34)
1.2. Órgão/Entidade: Comando da Marinha
1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13591/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo abaixo relacionado, que trata de monitoramento de determinação dirigida à Controladoria Regional da União no estado de Rondônia (CGU/RO), contida no Acórdão 5.703/2016-TCU-1ª Câmara, da relatoria do Ministro José Múcio Monteiro, deliberação proferida no presente processo de contas anuais, relativo ao exercício de 2014, da Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda no estado de Rondônia (SAMF/RO), atual Gerência Regional de Administração do Ministério da Economia no estado de Rondônia, com fundamento nos arts. 143, inciso III, 17, 105 e 243, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em:

a) considerar cumprida a determinação contida no item 1.7 do Acórdão 5.703/2016-TCU-1ª Câmara, da relatoria do Ministro José Múcio Monteiro;

b) informar à Controladoria Regional da União em Rondônia que o conteúdo da deliberação proferida poderá ser consultado no endereço www.tcu.gov.br/acordaos; e;

c) arquivar os presentes autos, com fulcro no art. 169, inciso V, do Regimento Interno/TCU.

1. Processo TC-026.292/2015-7 (PRESTAÇÃO DE CONTAS - Exercício: 2014)
1.1. Responsáveis: Helenice da Conceição Souza Guimarães Silveira (162.671.412-68); Nair do Nascimento Pinheiro Arnhold (103.250.182-00); Nilson Januário de Souza (027.311.748-38); Teresa Cristina Soares de Aguiar (139.376.422-34)
1.2. Órgão/Entidade: Superintendência de Administração do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão Em Rondônia
1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Administração do Estado (SecexAdmin).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13592/2020 - TCU - 2ª Câmara

VISTO, relacionado e discutido este Recurso de Reconsideração em Tomada de Contas Especial, interposto pela Construtora Frei Damiao Ltda., contra o Acórdão 11.772/2018- TCU-2ª Câmara (Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa) - itens recorridos 9.1, 9.2 e 9.4, de Relatoria do Min. José Múcio Monteiro.

Considerando que além de intempestivo, não são apresentados fatos novos que possam suplantar a intempestividade do recurso;

Considerando o parecer do Ministério Público junto a este Tribunal;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, por unanimidade, com fundamento no art. 32, parágrafo único, ou 35 da Lei 8.443/92 c/c o art. 285, § 2º, do RI/TCU; em:

a) não conhecer o Recurso de Reconsideração, por intempestivo e não apresentar fatos novos.

b) dar ciência deste Acórdão ao recorrente.

c) informar aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-000.653/2016-0 - RECURSO DE RECONSIDERAÇÃO (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Recorrente: Construtora Frei Damiao Ltda - Me (08.681.846/0001-46)

1.2. Órgão/Entidade: Municipio de Uruoca - CE

1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico

1.5. Relator da deliberação recorrida: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa

1.6. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (SERUR); Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).

1.7. Representação legal: Francisco Monte Neto (29802/OAB-CE), representando Construtora Frei Damiao Ltda - Me; Manoel Osvaldo Florêncio Batista (3776/OAB-CE), representando Manoel Fernandes Moreira Filho.

1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13593/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento no art. 143, inciso V, alínea "d", do Regimento Interno/TCU, c/c o enunciado nº 145 da Súmula da Jurisprudência predominante do Tribunal de Contas da União, ACORDAM, por unanimidade, em retificar, por inexatidão material o Acórdão 11562/2020 - 2ª Câmara, Sessão de 20/10/2020, relativamente ao subitem 9.2, para que:

Onde se lê: "(...) fixando-lhes o prazo de quinze dias, para que comprovem, perante o Tribunal, o recolhimento das referidas quantias aos cofres do Tesouro Nacional, nos termos do art. 23, inciso III, alínea "a", da citada lei, c/c o art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno do TCU."

Leia-se: "(...) fixando-lhes o prazo de quinze dias, para que comprovem, perante o Tribunal, o recolhimento das referidas quantias aos cofres do Fundo Nacional de Cultura nos termos do art. 23, inciso III, alínea "a", da citada lei, c/c o art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno do TCU."

Mantendo-se os demais termos do Acórdão ora retificado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos pela Seged e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, e informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-021.161/2019-4 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsáveis: Edimar Tobias da Silva (953.481.408-30); Elizete Rosa de Almeida Souza (023.361.678-08); Thobias da Vai-vai Assessoria de Comunicao e Eventos S/C Ltda - Me (03.584.525/0001-00)

1.2. Órgão/Entidade: Secretaria Especial da Cultura

1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro

1.4. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13594/2020 - TCU - 2ª Câmara

VISTO, relacionado e discutido este Recurso de Reconsideração em Tomada de Contas Especial, interposto pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, contra o Acórdão 2.617/2019-TCU-2ª Câmara - iten recorrido: Caput, Relatora: Ministra ANA ARRAES.

Considerando que, o presente recurso mostra-se incabível, visto que, consoante o disposto no art. 285, caput, do RI/TCU, somente é cabível recurso de reconsideração contra decisão definitiva, ou seja, contra decisão pela qual o Tribunal julga as contas regulares, regulares com ressalva ou irregulares, nos termos do art. 201, § 2º, do RI/TCU.

Considerando o parecer do Ministério Público junto a este Tribunal;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, por unanimidade, com fundamento no art. 32, parágrafo único, ou 35 da Lei 8.443/92 c/c o art. 285, § 2º, do RI/TCU; em:

a) não conhecer do recurso de reconsideração interposto pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, em razão de ser inadequado para combater decisão terminativa mediante a qual se arquiva o processo ante a ausência de pressupostos de constituição e desenvolvimento válido e regular do processo, nos termos dos arts. 201, §§ 2º e 3º, 212 e 285, caput, do Regimento Interno/TCU;

b) dar ciência deste Acórdão ao recorrente; e

c) informar aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-023.326/2018-2 - RECURSO DE RECONSIDERAÇÃO (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsáveis: Helio Gomes de Oliveira Filho (433.692.603-44); Joao Furtado D' Avila (233.457.132-68); Jose Carlos Morais (124.408.171-04); Marcos Antonio Tavares de Oliveira (233.394.622-91); Maria Bernadete Campos Pinheiro (222.154.093-04); Sebastiao Ferreira da Silva (339.611.232-68); Sergio Simao de Araujo (339.931.731-04); Ângulo Forte Construções e Projetos Ltda (05.848.749/0001-07)

1.2. Recorrente: Empresa Brasileira de Correios e Telegrafos - Ect (34.028.316/0001-03)

1.3. Órgão/Entidade: Empresa Brasileira de Correios e Telegrafos - Ect; Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (extinto)

1.4. Relator: Ministro Raimundo Carreiro

1.5. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico

1.6. Relatora da deliberacao recorrida: Ministra Ana Arraes

1.7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (SERUR); Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).

1.8. Representação legal:

1.9. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13595/2020 - TCU - 2ª Câmara

VISTOS, relacionados e discutidos estes autos que cuidam de Recurso de Reconsideração em Tomada de Contas Especial, interposto pelo Sra. Yolanda Galindo Pacheco, contra o Acórdão 3.573/2019-TCU-2ª Câmara - (Peça 89) de minha relatoria.

Considerando que, no caso em exame, a recorrente interpõe recurso de reconsideração contra o Acórdão 3.573/2019- TCU-2ª Câmara, deliberação mediante a qual se apreciou o recurso de reconsideração interposto pela própria recorrente contra o acórdão condenatório, nos termos do art. 278, § 4º, do Regimento Interno/TCU, o recurso de reconsideração sob análise não deve ser conhecido, por ser inadequado para combater deliberação que apreciou o primeiro recurso interposto.

Considerando o parecer do Ministério Público junto a este Tribunal;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, por unanimidade, com fundamento no art. 32, parágrafo único, ou 35 da Lei 8.443/92 c/c o art. 285, § 2º, do RI/TCU; em:

a) não conhecer o Recurso de Reconsideração interposto por Yolanda Galindo Pacheco, em razão de ser inadequado para combater deliberação que apreciou o primeiro recurso interposto, nos termos do art. 278, § 4º, do Regimento Interno/TCU;

b) dar ciência deste Acórdão ao recorrente; e

c) informar aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-026.475/2015-4 - RECURSO DE RECONSIDERAÇÃO (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsáveis: Fundação Apoio Desenvolvimento Científico e Tecnológico de Saúde (37.159.720/0001-04); Yolanda Galindo Pacheco (057.224.768-03)

1.2. Recorrente: Yolanda Galindo Pacheco (057.224.768-03)

1.3. Órgão/Entidade: Fundo Nacional de Saúde - MS

1.4. Relator: Ministro Raimundo Carreiro

1.5. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima

1.6. Relator da deliberação recorrida: Ministro Raimundo Carreiro

1.7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (SERUR); Secretaria de Controle Externo da Saúde (SecexSaude).

1.8. Representação legal: Elson Vilassa dos Santos (13353/OAB-DF) e outros, representando Yolanda Galindo Pacheco.

1.9. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13596/2020 - TCU - 2ª Câmara

Considerando a manifestação da unidade técnica lavrada nos seguintes termos:

"Trata-se de representação da Secretaria de Controle Externo do Estado do Amazonas (Secex-AM) com a finalidade de apurar possível acumulação ilegal de cargos, empregos e funções públicas na Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Amazonas (SFA-AM).

Após avaliação de dados obtidos de diversos sistemas públicos, a Secretaria de Fiscalização de Pessoal desta Corte identificou seis indícios de acumulação ilegal de cargos públicos por servidores da citada superintendência, cuja apuração ficou a cargo da Secex - AM.

A partir das informações prestadas pela SFA-AM, a unidade técnica elencou as ocorrências abaixo relacionadas:

Servidor	Cargo ocupado	Outro vínculo público
	Observação/Proposta de determinação	
José Hilário da Silva Instituidor de pensão	Motorista Oficial Aposentadoria de 1966	Piloto de Lancha (Funai) Aposentadoria de 1991, registrada pelo TCU
	- Cargos inacumuláveis - Considerar legais as pensões, em face dos princípios da segurança jurídica, ato jurídico perfeito e coisa julgada	
Júlio Reinaldo de Moraes	Auxiliar Operacional em Agropecuária Aposentadoria de 1973	Sertanista (Funai) Aposentadoria de 1996, registrada pelo TCU
	- Cargos inacumuláveis - Considerar legais as aposentadorias, em face dos princípios da segurança jurídica, ato jurídico perfeito e coisa julgada	
Paulino Rondon	Auxiliar de Enfermagem Aposentadoria de 1973, registrada pelo TCU	Piloto de Lancha (Funai) Aposentadoria de 1996
	- Cargos inacumuláveis - Determinar à Funai o envio do ato de aposentadoria no cargo de Piloto de Lancha para apreciação desta Corte, momento em que julgará também a acumulação de cargos	
José Moreno das Chagas Instituidor de pensão	Agente de Atividades Agropecuárias	Auxiliar de Enfermagem (Secretaria de Estado da Saúde/AM)
	- Inocorrência de acumulação: o cargo de Auxiliar de Enfermagem é ocupado por Maria Aldaide de Almeida Chagas (CPF 077.867.862-87) - O Siape informa, de modo equivocado, o CPF dessa servidora estadual como sendo do instituidor - Determinar à origem a verificação da legalidade da continuidade do benefício aos filhos maiores de 21 anos	
Esmeraldino Teles do Nascimento	Auxiliar Operacional em Agropecuária Aposentadoria de 1976	Vigia (Secretaria de Estado da Educação e Qualidade de Ensino/AM)
	- Acumulação ilegal de aposentadoria com cargo público - Convocar o servidor para optar por um dos benefícios	
Aluízio José Martins do Nascimento	Agente Administrativo	Professor (Secretaria Municipal de Educação de Manaus/AM)
	- Acumulação ilegal, em razão da natureza não técnica do cargo de Agente Administrativo - Convocar o servidor para optar por um dos cargos	

A Secex-AM , após análise das seis ocorrências de acumulação indevida de cargos, asseverou que a representação deve ser considerada procedente e propôs que fosse determinado ao órgão de origem que convocasse os servidores Esmeraldino Teles do Nascimento e Aluízio José Martins do Nascimento, para que eles optassem por um dos cargos ocupados, assegurando o direito ao contraditório e à ampla defesa, e fosse comunicado às entidades públicas com as quais eles mantêm vínculo acerca da referida opção.

Com relação aos outros quatro servidores, a equipe técnica entendeu que inexistem irregularidades pelas seguintes razões:

a) Paulino Rondon: supostamente acumulava outra aposentadoria como Piloto de Lancha da Funai, faleceu em 28/2/2015 e não deixou pensão civil, conforme informações do sistema Siape;

b) José Moreno das Chagas: concluiu-se que não acumulava cargos públicos. Constatou-se que o de Auxiliar de Enfermagem da Secretaria de Estado da Saúde/AM é ocupado, na verdade, por Maria Aldaide de Almeida Chagas, cujo CPF foi lançado, no Siape, como sendo do referido servidor;

c) Júlio Reinaldo de Moraes: devem ser mantidas as duas concessões, pois o servidor era aposentado como Auxiliar Operacional em Agropecuária, desde 1973, quando teve a sua nova inativação como Sertanista da Funai, a partir de 1996, considerada legal pelo TCU, nos autos do TC 853.384/1997-5, na Sessão de 28/11/2000; e

d) José Hilário da Silva: acumulação das duas aposentadorias deve ser preservada, em face dos princípios da segurança jurídica, do ato jurídico perfeito e da coisa julgada. O Tribunal de Contas da União registrou, em 1993, o ato de concessão como Piloto de Lancha da Funai, quando o servidor já detinha outra aposentadoria como Motorista Oficial do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, desde 1966. Ressalta-se que as duas pensões por ele deixadas em favor do cônjuge revestem-se dos mesmos princípios acima, pois são decorrentes dos supracitados atos de inativação.

Assim, o Tribunal deliberou sobre a matéria na forma do Acórdão 7628/2016-TCU-1ª Câmara, relator Ministro José Múcio Monteiro, conforme abaixo:

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, e com fundamento no art. 43, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, e nos arts. 237, inciso VI, e 250, inciso II, do Regimento Interno/TCU, em:

9.1. conhecer da presente representação e, no mérito, considerá-la parcialmente procedente;

9.2. determinar à Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado do Amazonas que:

9.2.1. adote providências, nos termos do art. 133 da Lei nº 8.112/1990, para o exato cumprimento do disposto no art. 37, inciso XVI e § 10, da Constituição Federal/1988, c/c o art. 118 da Lei nº 8.112/1990, objetivando o saneamento das seguintes impropriedades:

9.2.1.1. Esmeraldino Teles do Nascimento: acumulação indevida de proventos de aposentadoria do cargo de Auxiliar Operacional em Agropecuária/MAPA com a remuneração do cargo de vigia exercido na Secretaria de Estado da Educação e Qualidade de Ensino/AM;

9.2.1.2. Aluísio José Martins do Nascimento: acumulação irregular do cargo de Agente Administrativo/MAPA com o de professor da Secretaria Municipal de Educação de Manaus/AM;

9.2.2. informe à Secretaria de Controle Externo do TCU no Amazonas, no prazo de 120 (cento e vinte dias), sobre as medidas adotadas e os resultados obtidos;

9.3. encaminhar ao Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, à Secretaria de Estado da Educação e Qualidade de Ensino/AM e à Secretaria Municipal de Educação de Manaus/AM cópias deste acórdão, bem como do relatório e voto que o fundamentam;

9.4. determinar à Secex/AM que adote as providências necessárias para monitorar o cumprimento do subitem 9.2;

9.5. arquivar este processo.

As comunicações processuais foram realizadas por meio dos Ofícios 3119, 3120 e 3121/2016-TCU/SECEX-AM, todos datados de 12/12/2016 (peças 17-19).

Por meio dos ofícios 0076/2017-Semed/GSAF, de 5/1/2017 e 218/2017-Semed/GSAF, de 16/1/2017, o Município de Manaus informou que o servidor Aluísio José Martins do Nascimento solicitou sua exoneração (peças 23 e 26).

Por meio do Ofício 2/2017/SGP-AM-MAPA, de 10/1/2017, o Superintendente da SFA-AM informou que os servidores citados no acórdão foram comunicados para optar por um dos cargos ou seriam aplicados os devidos procedimentos para cumprimento da lei (peça 24).

Verificou-se com as informações e documentação acostada aos autos, que o servidor Aluísio José Martins do Nascimento regularizou sua situação, entendendo-se cumprida a determinação neste ponto.

Em relação ao servidor aposentado Esmeraldino Teles do Nascimento, na instrução pretérita (peça 27) foi verificado que não havia cumprimento da deliberação, apesar de o ex-servidor ter sido notificado pelo órgão em 30/12/2016 (peça 24, p. 3-4). Foi, então, proposta e autorizada a realização de diligência, a qual foi formalizada por meio do Ofício 939, de 10/5/2017 (peças 28-30).

Em resposta, a Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento do Amazonas informou que o ex-servidor ingressou com mandado de segurança contra o superintendente, mas que o processo havia sido remetido ao Supremo Tribunal Federal, tendo como autoridade coatora o Presidente do Tribunal de Contas da União. A SFA-AM solicitou ainda orientações acerca de quais procedimentos deveria adotar diante da situação, além de solicitar prorrogação de 15 dias de prazo (peça 31).

A unidade técnica entendeu que, com relação ao pedido de orientações, este tem natureza de consulta e solicitante não é legitimado, nos termos do artigo 265 do Regimento Interno do TCU.

Verificou-se ainda que o referido Mandado de Segurança 34.815, impetrado contra o Presidente do Tribunal de Contas da União pelo ex-servidor, tramita perante o STF, na relatoria do Ministro Celso de Mello. (peça 31, p. 11-15).

Esse instrumento seria impeditivo para o fiel cumprimento da determinação antes exarada, motivo pelo qual foi proposto o sobrestamento do processo até decisão final proposta anterior, e caso fosse acolhida que se tornasse insubsistente o pedido de prorrogação de prazo.

A Conjur foi comunicada sobre o mandado de segurança (peça 32).

Diante do exposto, a equipe técnica da Secex-AM propôs ao Ministro Relator não conhecer o pedido de consulta e sobrestar o processo até a decisão do STF acerca do Mandado de Segurança 34.815.

A Primeira Câmara do TCU prolatou, então, o Acórdão n. 5610/2017:

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, quanto ao processo a seguir relacionado, com fundamento no art. 232, § 2º, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em não conhecer do requerimento formulado por Guilherme de Melo Pessoa (peça 31), por não atender aos requisitos de admissibilidade, dando ciência ao requerente, com o envio de cópia da respectiva instrução, assim como sobrestar os presentes autos, até que seja apreciado, pelo Supremo Tribunal Federal, o MS nº 34.815, dando ciência desta deliberação à Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado do Amazonas, conforme os pareceres emitidos nos autos:

A Secex-AM encaminhou cópia do referido acórdão, bem como da instrução da unidade técnica que o fundamenta para a SFA-AM e para o Sr. Guilherme de Melo Pessoa Ofício 1775 e 1176/2017-TCU/SECEX-AM, de 26/7/2017, respectivamente (peças 36 e 37).

No dia 11 de junho de 2018, o Ministro Celso de Mello, relator do Mandado de Segurança n. 34.815, não conheceu da ação mandamental (peça 42), por entender que não foi suprida a exigência de prova documental pré-constituída, apta a demonstrar, de maneira inequívoca e incontestável, a realidade dos fatos e eventos alegados.

Dessa forma, não mais havia razões para o processo em tela permanecer sobrestado desde a publicação desta decisão.

Assim, a equipe técnica propôs que fosse levantado o sobrestamento dos autos e realizada diligência à Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Amazonas, conforme delegação de competência conferida pelo Relator Raimundo Carrero no inciso I, do art. 1º da Portaria-MIN-RC 1, de 2 de abril de 2007, para que informasse as providências que foram adotadas para o cumprimento do disposto no art. 37, incisos XVI e XVII, da Constituição Federal de 1988, combinado com o art. 133 da Lei 8.112/1990, com relação à acumulação irregular de cargos públicos pelo Sr. Esmeraldino Teles do Nascimento.

Em 2/12/2019, foi encaminhado Ofício 0603/2019-TCU/SecexAgroAmbiental (Peça 46). Entretanto, por uma falha processual os autos não foram encaminhados ao Ministro-Relator para que decidisse a respeito do levantamento do sobrestamento.

Em resposta à diligência, o Mapa encaminhou o Ofício 35/2019/DDA-AM/SFA-AM/MAPA (Peças 48 e 49).

O Mapa informou em sua resposta que para a apuração da suposta acumulação irregular de cargos públicos pelo senhor Esmeraldino Teles do Nascimento, foi aberto um Procedimento Administrativo Disciplinar (PAD) (Processo SEI 21010.001702/2018-07), designando a Portaria nº 30, de 28 de maio de 2018, do Mapa (Peça 49, p. 29), mas que o mesmo foi anulado (Nota 094/2019/CORREG/MAPA), em 11/09/2019, pelo Sr. Corregedor-Geral do Mapa (Peça 49, p. 155-157).

O parecer 00226/2019/CONJUR-MAPA/CGU/AGU (Peça 49, p. 135-139) apontou as seguintes falhas na condução do PAD:

a) invalidade do ato de citação, já que foi endereçado nominalmente a acusado interditado judicialmente; e

b) interrogatório conduzido com a esposa e curadora do indiciado, sendo que o ato é personalíssimo e não pode ser realizado por interposta pessoa, de forma que nem a presença do procurador supre a ausência do acusado. Além disso, após o "interrogatório" da esposa do acusado, foi colhida sua assinatura ao mesmo tempo em que se consignou em ata da Comissão Disciplinar que a Sra. Elza Moreira Teles é analfabeta, tendo declarado não saber ler nem escrever.

Em 4/12/2019, o Mapa publicou a Portaria 735 (Peça 49, p. 167-168) autorizando a realização de novo PAD em rito sumário, conforme preceitua a Lei 8.112/90, para a apuração e resolução das irregularidades constatadas na acumulação irregular de cargos públicos. O prazo para conclusão dos trabalhos era de trinta dias.

Diante da anulação do PAD e realização de novo procedimento, cujo prazo para conclusão se encerrou em 3/1/2020, foi proposta a realização de nova diligência, desta vez diretamente ao Ministro-Relator, bem como o levantamento do sobrestamento do processo em tela, tendo em vista que quem está tomando medidas para apuração da irregularidade é o Mapa e esta Corte apenas solicitou informações sobre o andamento dessa apuração.

Entretanto, houve novamente uma falha processual e o processo em tela não foi levado ao conhecimento do Ministro Relator para que fosse avaliada a questão do levantamento do sobrestamento. A diligência foi autorizada pelo despacho acostado à peça 53, tendo em vista a Delegação de Competência do Ministro Raimundo Carreiro, Portaria-MIN-RC 1, de 2 de abril de 2007, art. 1º, inciso I, e subdelegação constante do art. 1º, inciso II da Portaria-Secex Agroambiental 1/2020, de 11/3/2020.

O ofício 30737/2020-TCU/Seproc (peça 54), de 20/6/2020, foi encaminhado ao Superintendente de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado do Amazonas. Em 10/7/2020, foi recebida a resposta do Mapa por meio do Ofício 414/2020/CODI/CG/MAPA (peça 58).

Passa-se à análise técnica.

EXAME TÉCNICO

Preliminarmente, com relação à questão sobrestamento, entende-se que novamente o equívoco no encaminhamento não provocou qualquer prejuízo ao processo, devendo ser mais uma vez proposto o levantamento do sobrestamento do processo em tela.

Com relação ao mérito, o Mapa informou que, após saneamento dos vícios processuais apontados, o PAD sumário foi realizado no âmbito do processo SEI 21000.083807/2019-68, que foi instaurado através da Portaria 735, publicada em 05/12/2019 (peça 58).

Asseverou ainda que a Comissão de Processo Administrativo Disciplinar apresentou seu relatório final, em 20/3/2020, que foi analisado pela assessoria da Corregedoria-Geral do Mapa e, posteriormente, encaminhado para a Consultoria Jurídica (Conjur) do Ministério, de forma a subsidiar a decisão a ser proferida pela Exma. Sra. Ministra de Estado do Mapa.

A Comissão de PAD concluiu pela aplicação da penalidade de cassação de aposentadoria de ambos os cargos, de Auxiliar Operacional em Agropecuária, do Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento - Mapa, e de Vigia, na Secretaria de Estadual de Educação no Estado do Amazonas, ao servidor Esmeraldino Teles do Nascimento, matrícula Siape 2848.

A assessoria da Corregedoria-Geral também se manifestou no mesmo sentido:

Quanto ao exame do mérito, restou comprovada a infração ao artigo 118 da Lei nº 8.112/90 c/c o art. 40, § 6º da Constituição Federal, cumulação de aposentadorias, cabendo aplicação da penalidade de cassação das aposentadorias do servidor, nos termos do artigo 133, § 6º da Lei 8.112/90.

Por fim, o Mapa afirmou que tão logo seja publicada a decisão, o Tribunal será informado.

Diante do exposto, propõe-se que seja levantado o sobrestamento dos presentes autos, considerando-se cumpridas as determinações 9.2.1.2 e 9.2.2 e em cumprimento a determinação 9.2.1.1 do Acórdão 7628/2016-TCU-1ª Câmara, relator Ministro José Múcio Monteiro. Propõe-se, ainda, seja encerrado o presente processo, tendo em vista que o Mapa tomou as medidas para apuração das irregularidades com relação à acumulação de cargos, empregos e funções públicas na Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Amazonas (SFA-AM).

PROPOSTA DE ENCAMINHAMENTO

Ante o exposto, submetem-se os autos à consideração superior, propondo:

a)levantar o sobrestamento dos presentes autos, nos termos do art. 157 do Regimento Interno do TCU;

b) considerar cumpridas as determinações 9.2.1.2 e 9.2.2 e em cumprimento a determinação 9.2.1.1 do Acórdão 7628/2016-TCU-1ª Câmara;

c) autorizar o arquivamento do processo, nos termos do inciso V do art. 169 do Regimento Interno do TCU."

Acolho a proposta da unidade nos termos do seguinte acórdão:

ACORDAM, os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 143, 237, VII e 250, II do Regimento Interno/TCU, em:

a) levantar o sobrestamento dos presentes autos, nos termos do art. 157 do Regimento Interno do TCU;

b) considerar cumpridas as determinações 9.2.1.2 e 9.2.2 e em cumprimento a determinação 9.2.1.1 do Acórdão 7628/2016-TCU-1ª Câmara de relatoria do Min. José Múcio Monteiro.

c) autorizar o arquivamento do processo, nos termos do inciso V do art. 169 do Regimento Interno do TCU.

1. Processo TC-030.737/2011-7 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Órgão/Entidade: Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento No Estado do Amazonas

1.2. Relator: Ministro Raimundo Carreiro

1.3. Representante do Ministério Público: não atuou

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Agricultura e do Meio Ambiente (SecexAmb).

1.5. Representação legal: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13597/2020 - TCU - 2ª Câmara

Cuida-se do exame do ato inicial de aposentadoria de Maria Betânia Simões Ribeiro, ex-servidora da Gerência Executiva do INSS - Divinópolis/MG.

A interessada se aposentou voluntariamente em 26/8/2011, com proventos integrais, com amparo no art. 3º da Emenda Constitucional 47/2005, aos 51 anos de idade, contando o tempo de contribuição de 35 anos, 4 meses e 20 dias.

Considerando que o tempo informado inclui a averbação de 1 ano, 11 meses e 1 dia de tempo de serviço laborado em condições insalubres, sem que conste dos autos a certidão emitida pelo INSS ou o laudo oficial que comprove a existência de risco à integridade física da interessada em seu local de trabalho;

considerando que a ex-servidora ocupava cargo de natureza administrativa, não sendo possível presumir que havia risco à saúde no local de trabalho, de modo que o tempo insalubre deve ser excluído;

considerando que, excluindo-se o tempo insalubre, a interessada possui 33 anos, 5 meses e 19 dias de tempo total para aposentadoria, ou seja, tempo insuficiente para se aposentar com amparo no art. 3º da EC 47/2005, tendo como referência sua idade quando da concessão do benefício;

considerando que a ex-servidora tem atualmente 61 anos e contou o tempo de contribuição de 33 anos, 5 meses e 19 dias, entende-se que, por economia processual, o ato em exame pode receber a chancela de legalidade, uma vez que a interessada cumpriu os requisitos para se aposentar com amparo no art. 20 da Emenda Constitucional 103/2019;

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso II, da Lei 8.443/1992 e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de aposentadoria a Maria Betânia Simões Ribeiro.

1. Processo TC-012.382/2020-5 (APOSENTADORIA)

1.1. Classe de Assunto: V.

1.2. Interessada: Maria Betânia Simões Ribeiro (CPF 464.745.956-04).

1.3. Unidade: Gerência Executiva do INSS - Divinópolis/MG.

1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.

1.5. Representante do Ministério Público: procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13598/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992 e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de aposentadoria aos interessados a seguir relacionados.

1. Processo TC-037.296/2020-5 (APOSENTADORIA)
1.1. Classe de Assunto: V.
1.2. Interessados: Ana Cristina Ferreira da Luz de Farias (CPF 823.818.447-91); Ecy de Jesus (CPF 600.810.077-87); Francisco Jose da Silva (CPF 069.273.601-82); Joelson dos Santos Junger (CPF 721.965.307-78); Liana Silva de Almeida (CPF 006.184.527-29); Luiz Fernando Porto (CPF 220.913.780-20); Manoel Machado Neto (CPF 474.456.377-53); Marcia Gomes Cereser (CPF 787.550.427-91); Neumar Freire de Lima (CPF 631.094.417-72) e Vera Lucia de Farias (CPF 487.153.107-44).
1.3. Unidade: Comando da Aeronáutica.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13599/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992 e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de aposentadoria aos interessados a seguir relacionados.

1. Processo TC-037.438/2020-4 (APOSENTADORIA)
1.1. Classe de Assunto: V.
1.2. Interessados: Alcir de Oliveira Monteiro (CPF 657.169.227-91); Elienaide de Almeida Lima (CPF 184.610.181-68) e Maria Vilani Nunes da Silva Zouvi (CPF 355.910.211-15).
1.3. Unidade: Advocacia-Geral da União.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13600/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso II, da Lei 8.443/1992 e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de aposentadoria a Jose Wilson Rodrigues Guimaraes.

1. Processo TC-037.695/2020-7 (APOSENTADORIA)
1.1. Classe de Assunto: V.
1.2. Interessado: Jose Wilson Rodrigues Guimaraes (CPF 087.660.615-04).
1.3. Unidade: Instituto Nacional do Seguro Social.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13601/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso II, da Lei 8.443/1992 e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de aposentadoria a João Alberto de Souza.

1. Processo TC-037.743/2020-1 (APOSENTADORIA)
1.1. Classe de Assunto: V.
1.2. Interessado: João Alberto de Souza (CPF 001.801.733-91).
1.3. Unidade: Câmara dos Deputados.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13602/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992 e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de aposentadoria aos interessados a seguir relacionados.

1. Processo TC-037.796/2020-8 (APOSENTADORIA)
1.1. Classe de Assunto: V.
1.2. Interessados: Antonio Carlos Furtado (CPF 237.209.566-87); Dulce Barbosa de Sousa (CPF 572.269.896-20); Elizabeth de Oliveira Lima (CPF 371.379.056-68); Gilmar Nogueira (CPF 191.841.236-72); Gilvio Westin Cosenza (CPF 327.871.626-49); Mauricio Viana Matos (CPF 207.880.966-72); Moacir da Silva Pereira (CPF 219.165.196-87); Nilander Paes de Almeida (CPF 319.757.396-04); Osorio Vilela Rodrigues (CPF 192.534.946-20) e Robson Luis dos Anjos Lemos (CPF 345.369.906-82).
1.3. Unidade: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13603/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992 e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de aposentadoria aos interessados a seguir relacionados.

1. Processo TC-038.084/2020-1 (APOSENTADORIA)
1.1. Classe de Assunto: V.
1.2. Interessados: Belmiro Ramalho Ferreira de Almeida (CPF 141.126.124-00); Darvina Galdino da Silva (CPF 338.940.944-00); Ednaldo Antonio David da Silva (CPF 124.087.864-87) e Marinalda Sales de Araujo (CPF 295.180.594-20).
1.3. Unidade: Fundação Nacional de Saúde.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13604/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso II, da Lei 8.443/1992 e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de aposentadoria a Ana Lucia Nogueira Guivares.

1. Processo TC-038.113/2020-1 (APOSENTADORIA)
1.1. Classe de Assunto: V.
1.2. Interessada: Ana Lucia Nogueira Guivares (CPF 288.531.215-72).
1.3. Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sertão Pernambucano.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip)
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13605/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992 e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de aposentadoria aos interessados a seguir relacionados.

1. Processo TC-038.227/2020-7 (APOSENTADORIA)
1.1. Classe de Assunto: V.
1.2. Interessadas: Elenice Cristina do Rossio Espirito Santo Becker (CPF 544.929.989-34) e Rita do Rocio Jorge Dudyk (CPF 479.499.299-87).
1.3. Unidade: Ministério da Fazenda (extinta).
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13606/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992 e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de aposentadoria aos interessados a seguir relacionados.

1. Processo TC-038.253/2020-8 (APOSENTADORIA)
1.1. Classe de Assunto: V.
1.2. Interessados: Chesira Rodrigues Alves Correa (CPF 600.578.747-00); Haroldo Sena Cavalca (CPF 395.666.257-15); Isabel Maria da Costa Afonso (CPF 701.960.607-53); Messod Azulay (CPF 687.477.217-15); Nely Mendes Correa (CPF 561.334.807-34); Romario Dias Gomes (CPF 505.317.517-91); Rosalina Pereira de Oliveira Silva (CPF 474.271.407-53); Rosangela Carlos Barrozo (CPF 630.222.577-91); Solange Cavalcante da Motta (CPF 696.917.387-91) e Vania Ferreira Antunes (CPF 514.363.457-15).
1.3. Unidade: Ministério da Saúde.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13607/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso II, da Lei 8.443/1992 e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de aposentadoria a Geraldo Apolonio da Silva.

1. Processo TC-038.467/2020-8 (APOSENTADORIA)
1.1. Classe de Assunto: V.
1.2. Interessado: Geraldo Apolonio da Silva (CPF 586.813.967-49).
1.3. Unidade: Colégio Pedro II.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13608/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso II, da Lei 8.443/1992 e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de aposentadoria a Tania Mara Bernardes Sarausa.

1. Processo TC-038.550/2020-2 (APOSENTADORIA)
1.1. Classe de Assunto: V.
1.2. Interessada: Tania Mara Bernardes Sarausa (CPF 038.706.638-12).
1.3. Unidade: Ministério da Economia.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13609/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso II, da Lei 8.443/1992 e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de aposentadoria a Maria Lucia Rodrigues Bitencourt.

1. Processo TC-038.827/2020-4 (APOSENTADORIA)
1.1. Classe de Assunto: V.
1.2. Interessada: Maria Lucia Rodrigues Bitencourt (CPF 142.451.596-34).
1.3. Unidade: Ministério do Trabalho (extinta).
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13610/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992 e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de aposentadoria aos interessados a seguir relacionados.

1. Processo TC-038.896/2020-6 (APOSENTADORIA)
1.1. Classe de Assunto: V.
1.2. Interessados: Analice Moura Velho (CPF 443.536.341-00) e Ricardo Jose Macedo de Britto Pereira (CPF 221.694.901-91).
1.3. Unidade: Ministério Público do Trabalho.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13611/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992 e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de aposentadoria aos interessados a seguir relacionados.

1. Processo TC-040.460/2020-7 (APOSENTADORIA)
1.1. Classe de Assunto. V.
1.2. Interessados: Lucia Maria Alvim Pires (CPF 064.473.018-83); Mitico Nishi (CPF 009.306.208-79) e Sergio Henrique Plut (CPF 063.507.548-24).
1.3. Unidade: Tribunal Regional Federal da 3ª Região.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13612/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso II, da Lei 8.443/1992 e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de aposentadoria a Neuzete Pires Ferreira.

1. Processo TC-040.480/2020-8 (APOSENTADORIA)
1.1. Classe de Assunto: V.
1.2. Interessada: Neuzete Pires Ferreira (CPF 259.504.446-04).
1.3. Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sudeste de Minas Gerais.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13613/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992 e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de aposentadoria aos interessados a seguir relacionados.

1. Processo TC-040.487/2020-2 (APOSENTADORIA)
1.1. Classe de Assunto: V.
1.2. Interessados: Afonso Eduardo de Azevedo (CPF 343.942.577-00); Carla Maria Morelli Sisto (CPF 451.355.330-87); Felipe Petersen (CPF 001.615.670-61); Fernando Sparrenberger (CPF 588.691.070-00); Mario Dagoberto Marques Bispo (CPF 254.389.210-91); Teresinha Aparecida Ponciano (CPF 624.022.770-68) e Vera Regina Azambuja Machado (CPF 430.637.130-15).
1.3. Unidade: Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região/RS.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13614/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992 e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de aposentadoria aos interessados a seguir relacionados.

1. Processo TC-040.489/2020-5 (APOSENTADORIA)
1.1. Classe de Assunto: V.
1.2. Interessados: Aguimar Jesuino da Silva (CPF 219.826.941-49); Sidelcy Ludovico Alves Martins (CPF 588.472.431-49) e Terezinha de Jesus de Souza Mariuba (CPF 060.854.312-87).
1.3. Unidade: Advocacia-Geral da União.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13615/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso II, da Lei 8.443/1992 e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de aposentadoria a Mario Rogerio Moraes de Albuquerque.

1. Processo TC-040.492/2020-6 (APOSENTADORIA)
1.1. Classe de Assunto: V.
1.2. Interessado: Mario Rogerio Moraes de Albuquerque (CPF 072.514.674-53).
1.3. Unidade: Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região/PB.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13616/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso II, da Lei 8.443/1992 e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de aposentadoria a Celia Ines Fuchs.

1. Processo TC-041.257/2020-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Classe de Assunto: V.
1.2. Interessada: Celia Ines Fuchs (CPF 532.412.316-15).
1.3. Unidade: Agência Nacional de Energia Elétrica.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13617/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso II, da Lei 8.443/1992 e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de aposentadoria a Vera Lucia Gomes dos Santos Paixao.

1. Processo TC-041.315/2020-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Classe de assunto: V.
1.2. Interessada: Vera Lucia Gomes dos Santos Paixao (CPF 511.936.987-15).
1.3. Unidade: Instituto Nacional do Seguro Social.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13618/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992 e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de aposentadoria aos interessados a seguir relacionados.

1. Processo TC-041.367/2020-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Classe de Assunto: V.
1.2. Interessados: Eliabe Moura da Silva (CPF 351.920.384-72); Marcos do Carmo Barreto (CPF 283.651.864-20); Maria Vidal de Negreiros Marques Silva (CPF 160.563.884-68) e Regina de Fatima Melo Monteiro (CPF 398.607.794-49).
1.3. Unidade: Universidade Federal de Pernambuco.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procuradora-geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13619/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992 e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de aposentadoria aos interessados a seguir relacionados.

1. Processo TC-041.370/2020-1 (APOSENTADORIA)
1.1. Classe de Assunto: V.
1.2. Interessados: Carlos Alberto Vieira de Alencar (CPF 810.076.128-00); Darlene Cristina Nery Rocha (CPF 084.717.288-00); Esper Abrao Cavalheiro (CPF 763.105.668-49); Lucia Nair D Escoffier Menegon (CPF 865.641.887-49); Luiz Antonio Alonso (CPF 042.200.708-00); Paulo Augusto de Arruda Mello (CPF 567.001.998-91); Tania Socorro de Moraes Barradas (CPF 237.076.232-20); Vania Silva (CPF 022.049.268-92); Vera Lucia Tambeiro (CPF 665.892.318-34) e Wilma da Silva Cavalheiro Guerreiro Felisbino (CPF 090.984.208-69).
1.3. Unidade: Universidade Federal de São Paulo.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13620/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992 e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de aposentadoria aos interessados a seguir relacionados.

1. Processo TC-042.157/2020-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Classe de Assunto: V.
1.2. Interessados: Adao Nunes de Castro (CPF 235.700.161-53); Angela Maria de Miranda Monteiro (CPF 304.917.111-15); Manoel Cardoso dos Santos (CPF 136.699.151-68); Marluce Neves Coelho (CPF 135.749.731-87); Neudvar Luiz Abrao (CPF 129.906.471-04); Rita Pereira da Silva (CPF 124.320.673-04); Sebastiao Satiro Gomes Sobrinho (CPF 227.276.551-34); Suely Lino de Oliveira (CPF 271.295.941-87); William Pereira da Silva (CPF 047.439.971-00) e Wilmar Ferreira Lopes (CPF 047.228.251-49).
1.3. Unidade: Fundação Nacional de Saúde.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13621/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992 e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de aposentadoria aos interessados a seguir relacionados.

1. Processo TC-042.167/2020-5 (APOSENTADORIA)
1.1. Classe de Assunto: V.
1.2. Interessados: Elenalda Neves Santana (CPF 328.866.085-72); Jose Sergio Santos (CPF 000.391.598-09); Jose Wilson Nunes Santana (CPF 103.050.505-59); Magno Pereira de Oliveira (CPF 198.597.325-15); Maria Luciana dos Santos Bezerra (CPF 365.687.675-49) e Rosenir Moreira da Cunha Santos (CPF 410.587.205-20).
1.3. Unidade: Fundação Nacional de Saúde.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13622/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso II, da Lei 8.443/1992 e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de aposentadoria a Floriano Silva Junior.

1. Processo TC-042.253/2020-9 (APOSENTADORIA)
1.1. Classe de Assunto: V.
1.2. Interessado: Floriano Silva Junior (CPF 073.616.024-87).
1.3. Unidade: Instituto Nacional do Seguro Social.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13623/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso II, da Lei 8.443/1992 e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de aposentadoria a Maria Cristina de Moraes.

1. Processo TC-042.279/2020-8 (APOSENTADORIA)
1.1. Classe de Assunto: V.
1.2. Interessada: Maria Cristina de Moraes (CPF 081.478.174-87).
1.3. Unidade: Universidade Federal do Rio Grande do Norte.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13624/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal, para fins de registro, o ato de admissão de pessoal de Valdir Carvalho de Santana Filho.

1. Processo TC-037.118/2020-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessado: Valdir Carvalho de Santana Filho (CPF 061.846.654-13).
1.3. Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13625/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal, para fins de registro, o ato de admissão de pessoal de Tiago Gomes Posiadlo.

1. Processo TC-037.128/2020-5 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessado: Tiago Gomes Posiadlo (CPF 005.067.652-02).
1.3. Unidade: Universidade Federal do Oeste do Pará.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13626/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados relacionados abaixo.

1. Processo TC-038.934/2020-5 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessados: Flavia de Lima Ribeiro (CPF 952.496.806-15); Joel Rodrigues da Anunciacao (CPF 218.582.765-00); Jose Anacleto Dias Lima (CPF 463.237.752-04); Leonardo Bezerra Linhares (CPF 032.143.753-50) e Rafaela de Souza Lopes (CPF 015.364.040-55).
1.3. Unidade: Banco do Brasil S.A.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13627/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal, para fins de registro, o ato de admissão de pessoal de Jonatas Dias Romero.

1. Processo TC-038.938/2020-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessado: Jonatas Dias Romero (CPF 317.714.068-52).
1.3. Unidade: Tribunal Regional Federal da 3ª Região.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13628/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados relacionados abaixo.

1. Processo TC-039.494/2020-9 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessados: Andrea Claudia Brito de Oliveira Farias (CPF 548.967.205-63); Emerson Lopes Bitencourt (CPF 716.661.171-53); Lyesio Ribeiro de Sousa (CPF 654.367.253-68); Marcio James Cardozo Veras (CPF 006.297.491-24) e Miguel Iglesias Martins (CPF 073.005.778-06).
1.3. Unidade: Instituto Nacional do Seguro Social.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procuradora-geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13629/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal, para fins de registro, o ato de admissão de pessoal de Vitor Gabriel Oliveira dos Santos.

1. Processo TC-039.937/2020-8 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessado: Vitor Gabriel Oliveira dos Santos (CPF 473.393.838-16).
1.3. Unidade: Comando da Aeronáutica.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13630/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal, para fins de registro, o ato de admissão de pessoal de Mateus Rocha Oliveira.

1. Processo TC-039.948/2020-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessado: Mateus Rocha Oliveira (CPF 155.556.037-70).
1.3. Unidade: Comando do Exército.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13631/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados relacionados abaixo.

1. Processo TC-039.993/2020-5 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessados: Adilson Silva de Oliveira (CPF 134.988.557-60); Adonias de Freitas Rodrigues (CPF 796.246.187-04); Camila Oliveira Carvalho (CPF 119.675.027-06); Giovana Cavalcante Barreto (CPF 187.790.867-30); Julia Albano de Barros (CPF 139.884.797-64); Mary Anne Pedro Ferreira (CPF 031.419.432-06); Romullo Regis Lima Lessa (CPF 173.348.397-73); Romulo Vieira dos Santos (CPF 138.228.877-81); Vanderson Medeiros Goncalves (CPF 169.864.837-59) e Wallace Vieira Marques de Souza Passos (CPF 148.976.347-33).
1.3. Unidade: Universidade Federal do Rio de Janeiro.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13632/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal, para fins de registro, o ato de admissão de pessoal de Celia Araujo Fonseca Almeida.

1. Processo TC-040.112/2020-9 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessada: Celia Araujo Fonseca Almeida (CPF 067.791.836-44).
1.3. Unidade: Universidade Federal de Itajubá.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13633/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal, para fins de registro, o ato de admissão de pessoal de Isaac Rahel Martim Oliveira.

1. Processo TC-040.130/2020-7 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessado: Isaac Rahel Martim Oliveira (CPF 071.921.553-65).
1.3. Unidade: Universidade Federal do Ceará.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13634/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados relacionados abaixo.

1. Processo TC-040.174/2020-4 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessados: Amanda Pereira Dias (CPF 058.425.937-93); Ana Cristina Goncalo de Oliveira (CPF 079.214.837-12); Ana Cristina Morais da Silva (CPF 038.124.167-00); Arovel Oliveira Moura Junior (CPF 017.747.647-84); Estelita de Souza Luiz (CPF 011.329.517-04); Ingrid Luise Soares Pinto (CPF 113.347.227-30); Juliana de Almeida Suriano da Silva (CPF 130.801.187-31); Juremara de Fatima Sant Anna da Silva (CPF 052.108.177-76); Patricia Lopes de Souza (CPF 113.195.837-33) e Renata Oliveira Maciel dos Santos (CPF 110.146.887-44).
1.3. Unidade: Ministério da Saúde.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13635/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal, para fins de registro, o ato de admissão de pessoal de Tania Terezinha Vianna Cathoud.

1. Processo TC-040.176/2020-7 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessada: Tania Terezinha Vianna Cathoud (CPF 630.049.257-53).
1.3. Unidade: Ministério da Saúde.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13636/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados relacionados abaixo.

1. Processo TC-040.220/2020-6 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessadas: Ana Paula Resende Audizio (CPF 093.247.777-18); Andreia dos Santos Ferreira Juliao (CPF 013.892.747-21); Fabia Correa Feitosa (CPF 076.940.147-33); Margarete Marcia de Souza (CPF 075.922.477-39); Patricia Moreno Romano (CPF 091.579.707-00) e Silvani Ragno Prata (CPF 080.437.047-83).
1.3. Unidade: Ministério da Saúde.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13637/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados relacionados abaixo.

1. Processo TC-040.228/2020-7 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessados: Jeferson Wilian Dossa Fernandes (CPF 066.128.289-94); Katia Acosta Soares (CPF 046.319.711-93) e Mauro dos Santos de Arruda (CPF 047.993.811-30).
1.3. Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Mato Grosso do Sul.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13638/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados relacionados abaixo.

1. Processo TC-040.229/2020-3 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessados: Franciane Ferreira da Silva (CPF 018.281.562-56) e Toni Carlos do Carmo Costa (CPF 751.773.312-53).
1.3. Unidade: Companhia Docas do Pará.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13639/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal, para fins de registro, o ato de admissão de pessoal de Roberto Gilnei Silveira de Medeiros Junior.

1. Processo TC-040.271/2020-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessado: Roberto Gilnei Silveira de Medeiros Junior (CPF 048.425.339-51).
1.3. Unidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13640/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados relacionados abaixo.

1. Processo TC-040.279/2020-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessados: Ariane Latoski (CPF 029.281.829-77); Cristine Saibert (CPF 085.729.629-99); Debora Mendes Bregue Daniel (CPF 061.997.459-14); Elisangela Edila Schneider (CPF 005.803.519-20); Joao Henrique Macedo Sa (CPF 002.596.412-78); Joao Pedro Assumpcao Bastos (CPF 173.352.210-72); Maira Ana Kandler (CPF 027.407.259-90); Sabrina da Silva (CPF 006.231.799-70) e Silvia Pelegrini (CPF 050.733.279-26).
1.3. Unidade: Universidade Federal de Santa Catarina.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13641/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados relacionados abaixo.

1. Processo TC-040.380/2020-3 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessados: Adalberto Luiz Lorençone (CPF 109.704.978-73); Cynthia Alves de Sousa (CPF 108.479.408-02); Diego dos Santos Pereira (CPF 010.900.914-27); Emilio Damasceno Viccari (CPF 010.892.288-05); Fabio Renato Macedo de Andrade (CPF 109.834.018-37); Jorge Rocha Filho (CPF 010.751.207-64); Luciangela Silva Reis (CPF 108.504.608-75); Magna Maria de Mesquita (CPF 833.345.721-53); Marcus Vinicius Barcellos Luciano (CPF 093.760.056-35) e Netanias de Mesquita Sacramento (CPF 109.957.728-43).
1.3. Unidade: Banco do Brasil S.A.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13642/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados relacionados abaixo.

1. Processo TC-040.391/2020-5 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessados: Ana Lucia de Menezes (CPF 013.665.367-70); Eliana Pereira Miura (CPF 136.552.508-27); Flavia Andrea Reis de Moraes Galvao (CPF 810.961.601-10); Fortunato Fernandes de Alencar (CPF 749.439.954-20); Francisco Hallyson Moreira Costa (CPF 779.758.123-15); Guido Scanferla Junior (CPF 137.298.388-06); Klausner Lied Cardoso da Costa (CPF 137.612.932-91); Ronaldo Talavera Milanello (CPF 137.690.058-05); Rubens da Silva Marcondes (CPF 013.788.576-82) e Silvio Cesar do Carmo (CPF 138.065.978-71).
1.3. Unidade: Banco do Brasil S.A.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13643/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados relacionados abaixo.

1. Processo TC-040.406/2020-2 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessados: Andreza Penajo Rocha Hockmuller (CPF 833.007.081-68); Ezequiel Busatto Riva (CPF 833.081.990-68); Jean Carlos Sousa Barreto (CPF 833.238.721-34); Josefina Helena Perotta Paulini (CPF 012.226.158-51); Luis Gustavo da Silva Machado (CPF 834.297.191-00); Marcio Jose Constancio Justo (CPF 012.188.067-29); Milad Bittar (CPF 083.225.958-67); Patricia Rodrigues Daumas Morote (CPF 083.511.087-74); Sandra Rita Dias Raia (CPF 121.431.908-40) e Thais Neves Gerbassi (CPF 008.325.011-58).
1.3. Unidade: Banco do Brasil S.A.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procuradora-geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13644/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados relacionados abaixo.

1. Processo TC-041.999/2020-7 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessados: Ruan Victor Pelloso Duarte Barros (CPF 374.929.828-95); Sara Lia de Antonio Nascimento (CPF 424.503.178-64); Saulo Rodrigo Poletto (CPF 004.439.650-30); Silvane Silva Costa Val (CPF 060.762.346-28) e Solismar Jose Rosa (CPF 047.879.139-99).
1.3. Unidade: Departamento de Polícia Federal.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.

1.5. Representante do Ministério Público: procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13645/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados relacionados abaixo.

1. Processo TC-042.023/2020-3 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessados: Anaparecida Vieira de Paula (CPF 516.623.106-68); Juliano Otavio Mendes dos Santos (CPF 808.009.470-53); Luciano Xavier de Barros (CPF 859.324.267-72); Marcio de Oliveira Gottardo (CPF 081.390.427-73); Marcos Thadeu Gonzaga Caldas (CPF 051.704.017-44); Otomar Lopes Cardoso Junior (CPF 466.692.994-00); Rodrigo Leinemann (CPF 908.214.327-53); Victor Luis de Almeida Vohryzek (CPF 036.241.007-00); Willians Abreu Morais (CPF 145.548.468-73) e Ziunete Rodrigues de Sa (CPF 494.314.123-49).
1.3. Unidade: Banco do Brasil S.A..
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13646/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados relacionados abaixo.

1. Processo TC-042.025/2020-6 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessados: Adriana Mainente Aigner (CPF 116.189.648-10); Adriana Takano (CPF 292.452.778-36); Adriano Allan Loraschi (CPF 736.346.119-87); Adriano Bastos e Silva Moraes (CPF 840.448.371-04); Adriano Roberto de Souza (CPF 023.114.879-81); Afranio Silva Goncalves (CPF 616.066.693-20); Aglailton Quixada Timbo Soares (CPF 892.683.931-15); Airton Tome Junior (CPF 471.538.651-87); Alberto Waltrich (CPF 993.584.339-49) e Alceu Setsuki Yoshinaga (CPF 735.081.366-04).
1.3. Unidade: Banco do Brasil S.A..
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13647/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados relacionados abaixo.

1. Processo TC-042.054/2020-6 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessados: Elizandra Souza de Barros (CPF 802.303.770-68); Elpidio Vasconcelos de Castro (CPF 800.621.993-15); Elza Minikoski Scherpinski (CPF 913.798.309-15); Emerson Giacomelli (CPF 567.791.002-34); Ernani Guimaraes de Carvalho (CPF 375.437.921-68); Euler de Freitas Braga Neto (CPF 077.003.037-89); Eva da Silva (CPF 235.230.692-20); Fabiana Aivazoglou Ebina (CPF 292.162.408-73); Fabiana Gottel (CPF 021.650.609-31) e Fabricio Ferreira Florencio (CPF 273.205.178-09).
1.3. Unidade: Banco do Brasil S.A.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13648/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados relacionados abaixo.

1. Processo TC-042.424/2020-8 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessados: Lucas Sa de Assis (CPF 057.472.374-97); Luciana Cesar da Silva Lima (CPF 041.070.264-18); Luciana Gomes Ferreira (CPF 070.588.264-04); Ludmila Castro Porto Almeida (CPF 576.604.333-34); Luzia Tavares Pereira Palmeira (CPF 702.022.572-15); Magda Maria Cardoso Roque (CPF 958.717.994-34); Manoel Messias Alves Chaves (CPF 055.106.014-00); Marcia Danielle Fernandes Vaz de Albuquerque (CPF 041.061.344-46); Marcio Cleik Araujo de Souza (CPF 430.576.242-00) e Marcio Massao Sasaki (CPF 302.886.548-38).
1.3. Unidade: Banco do Brasil S.A..
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13649/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados relacionados abaixo.

1. Processo TC-042.454/2020-4 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessados: Adimar Abrante de Aquino (CPF 054.107.786-42); Adolfo Julio dos Santos (CPF 333.872.178-11); Adriane Carvalho Santos (CPF 111.356.926-37); Adrianna Nolasco Souza Pereira (CPF 115.174.637-18); Adriano Cesar Pereira (CPF 049.537.516-04); Adriano Emilson de Paula Campos (CPF 647.255.021-20); Adriano Figueiredo de Carvalho (CPF 046.886.596-95); Albert Lima Alexandre (CPF 798.301.965-34); Alberto Nathan Areas Barr (CPF 424.534.598-56) e Alessandra Araujo da Costa (CPF 028.437.007-01).
1.3. Unidade: Banco do Brasil S.A.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13650/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados relacionados abaixo.

1. Processo TC-042.494/2020-6 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessados: Alberto Amado Severo (CPF 719.704.790-00); Diego Machado Rudolph (CPF 720.812.280-68); Fernando de Moura Scacheti (CPF 072.100.338-90); Jeferson de Sousa Oliveira (CPF 719.697.210-49); Leonardo Jaskulski (CPF 722.923.770-04); Marcelo Cortes Braga (CPF 072.000.607-47); Marcio Rodrigues Braganca (CPF 719.937.971-49); Oton Alves de Moraes (CPF 721.081.937-15); Rodrigo Corsino Parmejane (CPF 719.870.371-20) e Zelite Ledo da Silva Marciniuk (CPF 722.566.059-49).
1.3. Unidade: Banco do Brasil S.A..
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13651/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso II, da Lei 8.443/1992 e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de pensão civil aos interessados relacionados abaixo.

1. Processo TC-037.262/2020-3 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Classe de Assunto: V.
1.2. Interessados: Alice Cordeiro Barbosa (CPF 147.272.146-28); Lucas Cordeiro Barbosa (CPF 147.272.546-89) e Luciano Tadeu da Silva Barbosa (CPF 001.350.326-01).
1.3. Unidade: Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13652/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso II, da Lei 8.443/1992 e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de pensão civil a Luzinete da Silva Santos.

1. Processo TC-038.411/2020-2 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Classe de Assunto: V.
1.2. Interessada: Luzinete da Silva Santos (CPF 873.123.791-68).
1.3. Unidade: Ministério da Saúde.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13653/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso II, da Lei 8.443/1992 e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de pensão civil aos interessados relacionados abaixo.

1. Processo TC-038.430/2020-7 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Classe de Assunto: V.
1.2. Interessados: Elide Barros Amaro (CPF 100.127.338-90); Josefina Antonia Marques Simioni (CPF 329.197.198-15); Julie Carvalho da Costa Feijo (CPF 400.693.248-08); Junia Maenza (CPF 413.341.838-72); Maria Angela Avancini Marchini (CPF 415.482.808-87); Maria Aparecida Seixas Hanna (CPF 019.769.838-78); Nelson Gomes Serrao Junior (CPF 012.299.138-90); Rosemeire Rodrigues (CPF 015.467.638-13); Selma Silva e Silva (CPF 017.934.578-83); Susana Beatriz Zarembski de Spodek (CPF 142.479.148-04); Terezinha Mariano de Siqueira Nascimento (CPF 657.948.264-87) e Vania Aparecida Carvalho Feijo (CPF 087.247.718-56).
1.3. Unidade: Ministério da Economia.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13654/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso II, da Lei 8.443/1992 e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de pensão civil a Vilma Barcelos.

1. Processo TC-038.674/2020-3 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Classe de Assunto: V.
1.2. Interessada: Vilma Barcelos (CPF 798.648.729-15).
1.3. Unidade: Fundação Nacional de Saúde.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13655/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso II, da Lei 8.443/1992 e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de pensão civil aos interessados relacionados abaixo.

1. Processo TC-039.086/2020-8 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Classe de Assunto: V.
1.2. Interessadas: Maria Luzinete Gomes da Costa Araujo (CPF 200.625.324-72) e Maria de Jesus Lima de Souza (CPF 538.058.794-15).
1.3. Unidade: Ministério da Fazenda (extinta).

1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13656/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso II, da Lei 8.443/1992 e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de pensão civil aos interessados relacionados abaixo.

1. Processo TC-039.093/2020-4 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Classe de Assunto: V.
1.2. Interessados: Alice Neves Fagundes (CPF 587.477.707-59); Estela Marcia Bezerra Barbosa (CPF 826.638.404-59) e Paulo Renan Bezerra Barbosa (CPF 115.376.424-56).
1.3. Unidade: Ministério da Saúde.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13657/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso II, da Lei 8.443/1992 e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de pensão civil aos interessados relacionados abaixo.

1. Processo TC-039.102/2020-3 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Classe de Assunto: V.
1.2. Interessadas: Maria da Gloria Melo Barreto (CPF 027.039.117-77) e Rosalia Normanda Ferreira (CPF 097.130.347-91).
1.3. Unidade: Ministério do Trabalho (extinta).
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13658/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso II, da Lei 8.443/1992 e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de pensão civil aos interessados relacionados abaixo.

1. Processo TC-039.105/2020-2 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Classe de Assunto: V.
1.2. Interessadas: Helena Hipolito da Silva (CPF 622.752.753-04) e Maria do Carmo Pereira de Matos (CPF 283.514.013-15).
1.3. Unidade: Universidade Federal do Ceará.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procuradora-geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13659/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso II, da Lei 8.443/1992 e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de pensão civil a Renilda Lopes de Oliveira Abreu.

1. Processo TC-040.535/2020-7 (PENSÃO CIVIL)
1.1 Classe de Assunto: V.
1.2. Interessada: Renilda Lopes de Oliveira Abreu (CPF 221.414.301-78).
1.3. Unidade: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13660/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso II, da Lei 8.443/1992 e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de pensão civil aos interessados abaixo relacionados.

1. Processo TC-040.542/2020-3 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Classe de Assunto: V.
1.2. Interessados: Lucas Paiva Gomes (CPF 545.667.546-34) e Marilia Damiani Paiva (CPF 140.077.066-11).
1.3. Unidade: Fundação Universidade Federal de Ouro Preto.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13661/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso II, da Lei 8.443/1992 e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de pensão civil a Maria das Gracas Lopes Silva.

1. Processo TC-040.559/2020-3 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Classe de Assunto: V.
1.2. Interessada: Maria das Gracas Lopes Silva (CPF 351.531.801-15).
1.3. Unidade: Departamento Nacional de Obras Contra as Secas.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13662/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso II, da Lei 8.443/1992 e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de pensão civil a Renubia Soares Ferro da Silva.

1. Processo TC-040.578/2020-8 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Classe de Assunto: V.
1.2. Interessada: Renubia Soares Ferro da Silva (CPF 841.486.834-72).
1.3. Unidade: Ministério da Economia.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13663/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso II, da Lei 8.443/1992 e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de pensão civil a Jamilson Gesteira Fernandes.

1. Processo TC-040.594/2020-3 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Classe de Assunto: V.
1.2. Interessado: Jamilson Gesteira Fernandes (CPF 688.136.947-68).
1.3. Unidade: Senado Federal.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13664/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso II, da Lei 8.443/1992 e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de pensão civil aos interessados relacionados abaixo.

1. Processo TC-041.920/2020-1 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Classe de Assunto: V.
1.2. Interessadas: Valdeline Tenorio Guedes (CPF 041.580.234-24) e Vera Lucia Acioli Cunha (CPF 044.315.044-35).
1.3. Unidade: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13665/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso II, da Lei 8.443/1992 e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de pensão civil aos interessados relacionados abaixo.

1. Processo TC-041.929/2020-9 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Classe de Assunto: V.
1.2. Interessadas: Ilma Mota Pinto (CPF 519.495.397-68); Maria Jose Franca Ferreira (CPF 639.776.214-91) e Simone Maria de Lima Duarte (CPF 617.677.274-53).
1.3. Unidade: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13666/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso II, da Lei 8.443/1992 e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de pensão civil aos interessados relacionados abaixo.

1. Processo TC-042.330/2020-3 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Classe de Assunto: V.
1.2. Interessados: Izabela Vieira Duarte Baptista (CPF 129.264.316-19) e Ronaldo Vieira Baptista (CPF 246.362.586-49).
1.3. Unidade: Instituto Nacional do Seguro Social.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13667/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade e com fundamento no artigo 71, inciso III, da Constituição Federal, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, e 260, § 1º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de reforma dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-038.755/2020-3 (REFORMA)
1.1. Classe de Assunto: V.
1.2. Interessados: Delson Gomes da Silva (CPF 817.208.237-15); Fernando Cesar de Lima (CPF 361.167.694-20); Juarez Rodrigues de Farias (CPF 065.562.418-06); Julio Cesar dos Santos Rocha (CPF 805.308.347-15); Julio Jose Gomes Garcia (CPF 779.668.997-72); Julio Santana Filho (CPF 420.147.274-49); Leila Prudente de Castro (CPF 755.035.817-68); Luiz Antonio Rodrigues (CPF 388.270.184-68); Messias Cassimiro Valente (CPF 779.058.227-53) e Paulo Viterbo da Cruz (CPF 778.973.747-34).
1.3. Unidade: Comando da Marinha.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13668/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade e com fundamento no artigo 71, inciso III, da Constituição Federal, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, e 260, § 1º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de reforma dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-038.778/2020-3 (REFORMA)
1.1. Classe de Assunto: V.
1.2. Interessados: Edson Luiz Domingues (CPF 258.019.610-20); Pedro Tarcizo dos Santos (CPF 115.793.668-72) e Tadeu Carlos Marques Curvo (CPF 499.024.667-53).
1.3. Unidade: Comando do Exército.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13669/2020 - TCU - 2ª Câmara

Trata-se de processo de prestação de contas ordinárias, relativas ao exercício de 2017, da Secretaria Nacional do Consumidor do Ministério da Justiça e Segurança Pública (Senacon/MJSP) e do Fundo de Defesa de Direitos Difusos (FDD).

Considerando que o exame das presentes contas focou os aspectos gerais do FDD, a composição de suas receitas, execução orçamentária e destinação dos recursos;

considerando que as ocorrências principais consistiram na baixa execução orçamentária e discrepâncias entre destinações e linhas temáticas de arrecadação;

considerando que a Secretaria Executiva do MJSP e a Senacon/MJSP se manifestaram sobre as propostas de encaminhamento sugeridas pela Secretaria de Controle Externo da Defesa Nacional e da Segurança Pública (SecexDefesa), em atenção ao disposto no art. 14 da Resolução TCU 315/2020;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso I; 16, inciso I; 17 e 23, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso I, do Regimento Interno, em julgar regulares as contas de Ana Carolina Pinto Caram Guimarães, André Luiz Lopes dos Santos, Armando Luiz Rovai, Arthur Luís Mendonça Rollo, Celma do Carmo de Souza Pinto, Cristiane Alkmin Junqueira Schmidt, Daniel Palaro Canhete, Deyvesson Israel Alves Gusmão, Diógenes Faria de Carvalho, Edson Antônio Donagema, Kaline Santos Ferreira, Kléber José Trinta Moreira e Lopes, Laís Santana Dantas, Letícia Rodrigues da Silva, Marcelo de Matos Ramos, Márcia Dieguez Leuzinger, Miriam Jean Miller, Nilton Reis Batista Júnior, Shandra Carmen Sales de Aguiar e Simone Maria Silva Magalhães, dando-lhes quitação plena, e expedir os comandos a seguir, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-027.094/2018-9 (PRESTAÇÃO DE CONTAS - Exercício: 2017)
1.1. Classe de Assunto: II.
1.2. Responsáveis: Ana Carolina Pinto Caram Guimaraes (CPF 078.838.406-65); André Luiz Lopes dos Santos (CPF 108.163.918-07); Armando Luiz Rovai (CPF 146.253.068-09); Arthur Luis Mendonca Rollo (CPF 258.783.058-36); Celma do Carmo de Souza Pinto (CPF 076.214.138-75); Cristiane Alkmin Junqueira Schmidt (CPF 011.676.317-57); Daniel Palaro Canhete (CPF 267.192.878-50); Deyvesson Israel Alves Gusmão (CPF 680.552.932-87); Diógenes Faria de Carvalho (CPF 828.655.661-53); Edson Antonio Donagema (CPF 152.889.628-98); Kaline Santos Ferreira (CPF 194.219.508-79); Kleber Jose Trinta Moreira e Lopes (CPF 949.411.223-72); Lais Santana Dantas (CPF 466.344.364-87); Leticia Rodrigues da Silva (CPF 003.260.957-48); Marcelo de Matos Ramos (CPF 823.922.347-87); Marcia Dieguez Leuzinger (CPF 981.750.257-00); Miriam Jean Miller (CPF 339.804.971-00); Nilton Reis Batista Junior (CPF 539.993.471-04); Shandra Carmen Sales de Aguiar (CPF 104.924.883-04); Simone Maria Silva Magalhães (CPF 031.894.996-24).
1.3. Unidade: Secretaria Nacional do Consumidor.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Defesa Nacional e da Segurança Pública - SecexDefesa.
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações:
1.8.1. recomendar à Secretaria Executiva do Ministério da Justiça e Segurança Pública, à Secretaria Nacional do Consumidor e ao Conselho Federal Gestor do Fundo de Defesa de Direitos Difusos que, com base no princípio da economicidade, busquem assegurar ao Fundo de Defesa dos Direitos Difusos disponibilidade orçamentária suficiente para justificar a própria existência do fundo e de seus custos administrativos inerentes;
1.8.2. recomendar à Secretaria Nacional do Consumidor e ao Conselho Federal Gestor do Fundo de Defesa de Direitos Difusos que instituam mecanismos de gestão efetivos para fomento da área de proteção e defesa do consumidor e da concorrência, em parceria, por exemplo, com órgãos do Sistema Nacional de Defesa do Consumidor e do Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência, de forma a compatibilizar a aplicação de recursos do fundo à regra estabelecida no art. 1º, § 3º, da Lei 9.008/1995;
1.8.3. dar ciência à Secretaria Nacional do Consumidor e ao Conselho Federal Gestor do Fundo de Defesa de Direitos Difusos da ocorrência de discrepâncias entre as origens e as destinações dos recursos do Fundo de Defesa de Direitos Difusos em 2017, assim como em outros exercícios, em desacordo com o art. 1º, § 3º, da Lei 9.008/1995 e com o art. 7º do Decreto 1.306/1994;
1.8.4. dar ciência à Secretaria Nacional do Consumidor sobre a ausência, no relatório de gestão de 2017, de informações aptas a demonstrar o atingimento dos objetivos estratégicos, bem como a permitir a aferição e a análise dos resultados alcançados, em desacordo com a IN TCU 63/2010, com as DNs TCU 161 e 163/2017 e com a Portaria TCU 59/2017;
1.8.5. fazer constar na ata desta sessão de julgamento as demais medidas indicadas na instrução técnica (alínea "e" - peça 25, p. 14), em atenção ao disposto no art. 8º da Resolução TCU 315/2020.

ACÓRDÃO Nº 13670/2020 - TCU - 2ª Câmara

Vistos estes autos de tomada de contas especial instaurada pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE em desfavor de Francisco Moreno da Silva, ex-prefeito, em face da omissão na prestação de contas dos recursos repassados ao município de São Raimundo do Doca Bezerra/MA, em virtude do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), no exercício de 2012, cujo prazo final para apresentação da prestação de contas expirou em 30/4/2013.

Considerando que, citado, o responsável apresentou alegações de defesa e informou que prestou contas dos recursos junto ao FNDE;

considerando que essa última informação foi confirmada pelo FNDE, que, inclusive, ao examinar a prestação de contas intempestiva, concluiu pela correta aplicação dos recursos, conforme nota técnica e parecer constantes dos autos;

considerando que, do total transferido no valor de R$ 193.884,00, somente restou como não comprovado débito ínfimo de R$ 160,00;

considerando que o exame da Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial - SecexTCE demonstrou o seguinte, in verbis:

"31. Por seu turno, com base na aplicação do *"princípio da bagatela"*, pode-se afastar o débito residual e a irregularidade consistente na *"não comprovação da boa e regular aplicação dos recursos federais repassados em face da omissão no dever de prestar contas dos recursos do PNAE/2012"*, o que enseja o acolhimento das alegações de defesa do responsável.

32. Por sua vez, como já se analisou anteriormente nesta instrução, em face da aplicação do *"princípio da busca da verdade material"* em relação ao contexto fático que envolve a incerteza na possibilidade de individualização das condutas do prefeito antecessor e do prefeito sucessor no que concerne a quem teria efetivamente dado causa à omissão na prestação de contas dos recursos do PNAE/2012, e considerando o afastamento do débito residual apurado nestes autos, em função do *"princípio da bagatela"* e a consequente comprovação da boa e regular aplicação dos recursos transferidos à conta do PNAE/2012, sobretudo em função das informações consignadas na NOTA TÉCNICA Nº 1787213/2020/DAESP/COPRA/CGAPC/DIFIN (peça 40) e no PARECER Nº 105/2020/DIAPC/COECS/CGPAE/DIRAE (peça 45), devem ser acolhidas as razões de justificativa apresentadas pelo responsável Francisco Moreno da Silva (peça 29), julgando-se, desde logo, as presentes contas especiais regulares com ressalva, com fulcro nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso II, 18 e 23, inciso II, da Lei 8.443/1992 c/c com os arts. 1º, inciso I, 208, caput, e 214, inciso II, do RI/TCU (grifos são do original);

considerando o posicionamento uniforme da SecexTCE e do Ministério Público junto ao TCU - MPTCU no sentido do julgamento das contas pela regularidade com ressalva,

considerando finalmente o disposto no inciso I, do art. 143, do Regimento Interno do TCU;

os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, ante as razões expostas pela relatora, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso II, 18 e 23, inciso II, da Lei 8.443/1992, em:

a) acolher as alegações de defesa de Francisco Moreno da Silva;

b) julgar regulares com ressalva as contas de Francisco Moreno da Silva e dar-lhe quitação;

c) dar ciência desta decisão, acompanhada de cópia da instrução da unidade técnica à peça 47, ao responsável, ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) e ao Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria-Geral da União (CGU); e

d) arquivar os autos.

1. Processo TC-009.249/2019-2 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)
1.1. Classe de Assunto: II.
1.2. Responsável: Francisco Moreno da Silva (CPF 067.359.323-15).
1.3. Unidade: Município de São Raimundo do Doca Bezerra/MA.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial
(SecexTCE).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13671/2020 - TCU - 2ª Câmara

Visto o "pedido" de reconsideração apresentado pela Farmácia Dupovo Itumbiara Leste Ltda. - ME, em expediente subscrito por Cairo Barbosa Guerra, Cássio Pires de Paula, Éder Alves Pereira e Paulo Cardoso Barbosa, em face do Acórdão 8.911/2020 - 2ª Câmara, de minha relatoria, por meio do qual este Tribunal, entre outras providências, autorizou a referida empresa a parcelar o débito apurado em até 36 prestações mensais, com a devida correção monetária, antes do julgamento do mérito destas contas especiais.

Considerando que a Secretaria de Recursos - Serur, com a concordância do Ministério Público junto ao TCU - MPTCU, propôs, em suma, receber o expediente como mera petição e aproveitar a documentação como elementos complementares de defesa;

considerando que, de fato, o Regimento Interno/TCU estabelece não caber, ressalvados os embargos de declaração, recurso contra decisão preliminar, como a que rejeita as alegações de defesa e fixa novo prazo para recolhimento do débito, converte processo em tomada de contas especial ou determina sua instauração ou a realização de citação, audiência, diligência ou fiscalização;

considerando que os elementos apresentados pela recorrente poderão ser aproveitados na defesa dos responsáveis, conforme as disposições regimentais e, ainda, o contido no subitem 9.5 do acórdão recorrido, do seguinte teor:

"9.5. notificar a Farmácia Dupovo Itumbiara Leste Ltda. - ME e os demais responsáveis de que houve modificação na composição dos débitos atribuídos a estes, em vista da apuração dos períodos em que efetivamente ocuparam a administração da sociedade, conforme informações cartorárias relativas aos registros das alterações do contrato social da empresa, na forma discriminada na instrução à peça 100, a fim de que, no prazo de 15 (quinze) dias, apresentem novas alegações de defesa, se assim desejarem;"

os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres e com fundamento nos artigos 201, § 1º, e 279 do Regimento Interno c/c o artigo 50, § 3º, da Resolução-TCU 259/2014, em:

a) receber o recurso à peça 110 como mera petição;

b) aproveitar esse expediente e a documentação juntada nas peças 111-139 como elementos complementares de defesa; e

c) dar ciência desta decisão aos responsáveis.

1. Processo TC-009.886/2018-4 (RECURSO DE RECONSIDERAÇÃO EM TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)
1.1. Classe: I.
1.2. Responsáveis: Cairo Barbosa Guerra (CPF 700.676.191-34), Cássio Pires de Paula (CPF 816.615.171-53), Éder Alves Pereira (CPF 006.454.041-36), Paulo Cardoso Barbosa (CPF 570.474.136-34) e Farmácia Dupovo Itumbiara Leste Ltda. - ME (CNPJ 11.255.030/0001-65).
1.3. Recorrente: Farmácia Dupovo Itumbiara Leste Ltda. - ME (CNPJ 11.255.030/0001-65).
1.4. Unidade: Fundo Nacional de Saúde/FNS.
1.5. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.6. Representante do Ministério Público: procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.7. Relatora da deliberação recorrida: ministra Ana Arraes
1.8. Unidade Técnica: Secretaria de Recursos - Serur.
1.9. Representação legal: Diogo Campos Vieira (OAB/GO 23.869) e outro representando Manoel Ferreira Goulart; Marcelo Magno de Rezende (OAB/MG 101.137) e outro representando Paulo Cardoso Barbosa e Carlos Alberto Silva Severino (OAB/DF 32.495) representando a Farmácia Dupovo Itumbiara Leste Ltda. - ME.
1.10. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13672/2020 - TCU - 2ª Câmara

Vistos estes autos que tratam originalmente do monitoramento da determinação de que trata o subitem 1.8.1 do Acórdão 1.029/2018 - 2ª Câmara, de minha relatoria, cujo cumprimento foi apreciado pelo Acórdão 10.259/2018 - 2ª Câmara, no qual foi reiterada determinação à Superintendência Regional do Incra no Estado do Amazonas para que, no prazo de 90 (noventa) dias, informe, com a respectiva documentação probatória, as medidas adotadas para instauração de tomada de contas especial em razão da aplicação irregular dos recursos públicos decorrentes da concessão de crédito de instalação no projeto de desenvolvimento sustentável (PDS) Costa do Caldeirão, em Iranduba/AM, e que encaminhe, no prazo de trinta dias, o resultado do processo administrativo disciplinar (PAD) instaurado para apurar os responsáveis pelas irregularidades identificadas nestes autos (subitem 1.8.1).

Considerando que, apesar das medidas que vêm sendo adotadas pela SR/Incra/AM, ainda não foi concluída a apuração das irregularidades antes descritas;

considerando que, desse modo, pode se considerar que a determinação em comento está "em cumprimento";

considerando os pareceres uniformes da Secretaria de Controle Externo da Agricultura e do Meio Ambiente - SecexAgroAmbiental (peças 17 a 19);

considerando que este processo cumpriu o objetivo para o qual foi constituído;

considerando, finalmente, o disposto na alínea "a", do inciso V, do art. 143, do Regimento Interno;

os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento no art. 169, inciso I, do Regimento Interno do TCU, c/c os arts. 33 e 37 da Resolução TCU 259/2014, em:

a) considerar "em cumprimento" a determinação consignada no subitem 1.8.1 do Acórdão 1.029/2018 - 2ª Câmara, reiterado pelo Acórdão 10.259/2018-2ª Câmara, relatora ministra Ana Arraes;

b) encaminhar cópia desta decisão e da instrução da SecexAgroAmbiental à peça 17 à Superintendência Regional do Incra no Estado do Amazonas;

c) apensar definitivamente estes autos ao TC 007.086/2017-2.

1. Processo TC-021.128/2020-0 (MONITORAMENTO)
1.1. Classe de Assunto: III.
1.2. Unidade: Superintendência Regional do Incra no Estado do Amazonas.
1.3. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.4. Representante do Ministério Público: não atuou.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Agricultura e do Meio Ambiente (SecexAgroAmbiental).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13673/2020 - TCU - 2ª Câmara

Trata-se de monitoramento do Acórdão 901/2019-2ª Câmara (relatora ministra Ana Arraes), prolatado no âmbito de processo de prestação de contas extraordinária da Secretaria Extraordinária de Segurança para Grandes Eventos (Sesge), extinta em 31/07/2017, que abrangeu o período compreendido entre janeiro de 2017 e a data da extinção e contemplou todas as ações empreendidas para o encerramento das atividades da unidade.

A referida deliberação, que foi retificada pelo Acórdão 2.898/2019-2ª Câmara, expediu as seguintes determinações:

1.8. Determinar ao Conselho Nacional de Segurança Pública (antiga Secretaria Nacional de Segurança Pública) do Ministério da Justiça e Segurança Pública que, na qualidade de unidade sucessora da Secretaria Extraordinária de Segurança para Grandes Eventos (Sesge), encaminhe ao Tribunal de Contas da União, no prazo de 180 dias, posicionamento atual e os respectivos documentos comprobatórios acerca dos seguintes fatos, todos referenciados no Relatório de Gestão referente às contas extraordinárias da Sesge e/ou no relatório 201702463 da Secretaria Federal de Controle Interno:

1.8.1. contratos remanescentes da Sesge que apresentavam pendências em 31/7/2017: Contratos 5/2014, 63/2014, 15/2014, 37/2014, 10/2016, 40/2016, 19/2016, 38/2016, 68/2016 e outros eventualmente não relacionados (item 17 da instrução à peça 14);

1.8.2. prestações de contas de convênios, termos de execução descentralizada e instrumentos congêneres com pendência em 31/7/2017 e respectivas análises: especificar nº do processo, beneficiário e valor (item 19 da instrução à peça 14);

1.8.3. processos de tomadas de contas especiais em andamento administrativamente e/ou já remetidos à Secretaria Federal de Controle Interno e ao Tribunal de Contas da União: especificar nº, valor, nome do contratado/convenente (item 22 da instrução à peça 14);

1.8.4. regularização das doações relativas ao legado dos grandes eventos (Copa 2014 e Jogos Rio 2016), que impactavam o saldo da conta do balanço patrimonial da Sesge "estoque em distribuição" em 31/7/2017 (item 28 da instrução à peça 14);

1.8.5. regularização dos saldos das contas ressalvadas na declaração do contador sobre os demonstrativos contábeis da Sesge (item 32 da instrução à peça 14);

1.8.6. regularização dos lançamentos em restos a pagar (item 34 da instrução à peça 14);

1.8.7. levantamento patrimonial dos bens da Sesge, inclusive os não localizados em 31/7/2017, conforme relação presente no Relatório de Auditoria das Contas Extraordinárias 201702463, e dados da efetiva transferência à Senasp (item 40 da instrução à peça 14);

1.8.8. doações de bens aos estados e/ou ao Distrito Federal, a municípios e a órgãos/entidades da União não localizados e/ou sem número patrimonial em 31/7/2017 (item 42 da instrução à peça 14).

Considerando que a Secretaria de Controle Externo da Defesa Nacional e da Segurança Pública (SecexDefesa), relativamente ao subitem 1.8.1 da deliberação, avaliou que, dos nove contratos com pendências, quatro não foram concluídos, mas as providências cabíveis estão sendo tomadas pela unidade prestadora de contas, de modo que a determinação se encontra em cumprimento;

considerando, quanto ao subitem 1.8.2, que, a partir de informações prestadas pela Senasp, todos os instrumentos de transferências ainda não finalizados na data da extinção da Sesge já tiveram suas prestações de contas aprovadas pela Senasp, com os respectivos processos concluídos e arquivados, de forma que deve ser considerado cumprido;

considerando, relativamente ao subitem 1.8.3, que, das oito TCE com pendências, quatro foram suspensas ou arquivadas pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública, mas não há documentos nos autos que expliquem as divergências de informações ou as razões que motivaram as decisões tomadas pela unidade prestadora de contas, o que implica o cumprimento parcial dessa determinação;

considerando, no tocante aos subitens 1.8.4 e 1.8.8, que a unidade técnica concluiu que a Senasp está tomando as providências cabíveis para regularizar as doações dos bens da Sesge e encontrar os bens não localizados e/ou sem número patrimonial, de modo que essas determinações devem ser consideradas em cumprimento;

considerando que os subitens 1.8.5, 1.8.6 e 1.8.7 da deliberação monitorada foram avaliados pela SecexDefesa como em cumprimento;

considerando que a unidade técnica propôs que seja determinada a realização de um segundo ciclo de monitoramento, bem como fixado prazo de 240 dias para que a Senasp remeta ao TCU informações e documentos comprobatórios da conclusão de todos os processos ligados à extinta Sesge;

considerando os pareceres uniformes da SecexDefesa;

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos em:

a) considerar cumprida a determinação do subitem 1.8.2 do Acórdão 901/2019-2ª Câmara;

b) considerar em cumprimento as determinações dos subitens 1.8.1, 1.8.4, 1.8.5, 1.8.6, 1.8.7 e 1.8.8 do Acórdão 901/2019-2ª Câmara;

c) considerar parcialmente cumprida a determinação do subitem 1.8.3 do Acórdão 901/2019-2ª Câmara;

d) com fundamento no art. 5º, inciso III, da Portaria-Segecex 27/2009, juntar cópia desta deliberação ao TC 004.782/2018-6;

e) determinar à Secretaria Nacional de Segurança Pública que encaminhe ao Tribunal de Contas da União, no prazo de 240 dias, informações conclusivas sobre os itens 1.8.1, 1.8.3, 1.8.4, 1.8.5, 1.8.6, 1.8.7 e 1.8.8 do Acórdão 901/2019-2ª Câmara;

f) determinar à Secretaria de Controle Externo da Defesa Nacional e da Segurança Pública que realize um segundo ciclo de monitoramento do Acórdão 901/2019-2ª Câmara;

g) dar ciência desta deliberação à Secretaria Nacional de Segurança Pública.

1. Processo TC-030.300/2020-7 (MONITORAMENTO)
1.1. Classe de Assunto: II.
1.2. Unidade: Secretaria Extraordinária de Segurança para Grandes Eventos (Sesge) e Secretaria Nacional de Segurança Pública (Senasp).
1.3. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.4. Representante do Ministério Público: não atuou.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Defesa Nacional e da Segurança Pública - SecexDefesa.
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13674/2020 - TCU - 2ª Câmara

Trata-se de monitoramento do Acórdão 9.748/2020-2ª Câmara (relatora ministra Ana Arraes), prolatado no âmbito de processo de representação da empresa RDJ Assessoria e Gestão Empresarial Eireli acerca de possíveis irregularidades ocorridas no Pregão Eletrônico 22/2020, promovido pela Secretaria de Administração do Ministério Público Federal - MPF com vistas à contratação de empresa para prestação de serviços.

A referida deliberação conheceu da representação, considerou-a parcialmente procedente e expediu a seguinte determinação:

9.3. determinar à Secretaria de Administração do Ministério Público Federal que informe a este Tribunal o resultado das apurações tão logo findadas as diligências à empresa Esplanada Serviços Terceirizados Eireli, no âmbito do Pregão Eletrônico 22/2020;

Considerando que a Secretaria de Administração do MPF, por meio do Ofício n° 273/2020/SA (peça 7), informou que:

(...) tendo por base o exame realizado pela Assessoria de Análise Administrativa desta Secretaria, por meio do Parecer 51/2020 (anexo), de que não há elementos para desclassificação da empresa vencedora, em razão das diligências realizadas e dos documentos apresentados, bem como da decisão do pregoeiro pela manutenção da adjudicação do objeto e homologação do certame, além de novo exame por parte da Auditoria Interna do MPU, constante do Parecer SEORI/AUDIN-MPU nº 824/2020 (anexo), o qual concluiu, no plano estritamente formal, pelo atendimento da empresa vencedora aos requisitos editalícios, a Secretaria de Administração adjudicou o objeto da licitação à empresa Esplanada Serviços Terceirizados Eireli e o Pregão Eletrônico nº 22/2020 foi homologado, conforme se constata do PGEA 1.00.000.019064/2019-47.

considerando que, conforme análise da Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas - Selog, a determinação foi cumprida;

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento no art. 169, inciso III, do Regimento Interno, em considerar cumprida a determinação do item 9.3 do Acórdão 9.748/2020-2ª Câmara; em dar ciência desta deliberação à Secretaria de Administração do Ministério Público Federal e em arquivar o processo.

1. Processo TC-037.290/2020-7 (MONITORAMENTO)
1.1. Classe de Assunto: VI.
1.2. Unidade: Ministério Público Federal (MPF).
1.3. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.4. Representante do Ministério Público: não atuou.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas - Selog.
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13675/2020 - TCU - 2ª Câmara

Vistos estes autos de representação da Reflorestar Ambiental Ltda. - ME a respeito de possíveis irregularidades ocorridas no Pregão Eletrônico 17/2020, conduzido pela Fundação Escola Nacional de Administração Pública - Enap, cujo objeto é a contratação de serviços de jardinagem e paisagismo com fornecimento de mão-de-obra não exclusiva, material e insumos, a serem prestados nas dependências da Escola Nacional de Administração Pública - Enap, com vigência de 12 (doze) meses prorrogável e valor estimado de R$ 579.898,82.

Considerando que, em suma, o representante alegou:

i) foi vencedor do pregão em questão com a melhor oferta. Foram solicitados documentos complementares, que foram satisfeitos. Na data de hoje (23/10/2020), sem nenhum aviso, foi desclassificado do certame, conforme relato do chat;

ii) é necessária a provocação deste Egrégio Tribunal para a devida apreciação da licitude dos procedimentos adotados, com o fim de resguardar o interesse público; e

iii) em vista dos fatos, pugna pela suspensão do pregão em comento, com a devida apuração dos procedimentos adotados pelo pregoeiro e área técnica da Enap;

considerando que a análise da Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas - Selog, demonstrou que:

i) o representante não apresentou elementos mínimos que demonstrassem a suposta ocorrência de irregularidades no certame, entre elas, sua indevida desclassificação;

ii) o representante foi desclassificado porque, mesmo após diligência, não logrou êxito em comprovar os dados contidos no Atestado de Capacidade Técnica, bem como não comprovou a exequibilidade da proposta para o item 03;

iii) o representante não recorreu da decisão junto à Enap, optando por provocar este Tribunal para alegar ilegalidade do pregoeiro, sem juntar qualquer indício de irregularidade;

iv) não se verifica a presença de interesse público, tendo em vista que o autor da representação não conseguiu comprovar qualquer irregularidade ou ilegalidade no procedimento licitatório em análise, concluindo-se que a questão se reveste somente de interesse privado;

v) este Tribunal já firmou jurisprudência no sentido de que a procedência de representações formuladas com base no § 1º do art. 113 da Lei 8.666/1993 deve ser fundada no resguardo do interesse público, de forma a evitar a atuação do TCU na defesa de interesses meramente individuais junto à Administração Pública;

considerando que a representação não preenche todos os requisitos de admissibilidade constantes no art. 235 do Regimento Interno do TCU, porque, apesar de a matéria ser de competência do Tribunal, referir-se a responsável sujeito a sua jurisdição, estar redigida em linguagem clara e objetiva, não contém indícios concernentes às irregularidades ou ilegalidades apontadas;

considerando os pareceres uniformes da Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas - Selog;

considerando finalmente o disposto no inciso III do art. 143 do Regimento Interno do TCU;

os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade e com fundamento nos arts. 103, §1º, e 105, parágrafo único, da Resolução 259/2014 e 169, inciso V, do Regimento Interno do TCU, em:

a) não conhecer desta representação;

b) dar ciência desta deliberação, bem como da instrução da unidade técnica à peça 12, à Fundação Escola Nacional de Administração Pública e à representante; e

c) arquivar o presente processo.

1. Processo TC-037.373/2020-0 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Classe de Assunto: VI.
1.2. Representante: Reflorestar Ambiental Ltda. (CNPJ 08.145.897/0001-53).
1.3. Unidade: Fundação Escola Nacional de Administração Pública.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: não atuou.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas (Selog).
1.7. Representação legal: Marco Tulio Marchesini (OAB/MG 114.819) e outra, representando Reflorestar Ambiental Ltda..
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13676/2020 - TCU - 2ª Câmara

Trata-se de pedido de prorrogação de prazo formulado pela Fundação Universidade Federal do Piauí, para atendimento às determinações constantes do Acórdão 7.254/2020-TCU-2ª Câmara (peça 77).

Considerando que as determinações constantes do Acórdão 7.254/2020-TCU-2ª Câmara foram geradas pelo descumprimento daquelas exaradas no Acórdão 240/2012-TCU-2ª Câmara, ou seja, no ano de 2012;

Considerando que a Fundação Universidade Federal do Piauí vem sistematicamente descumprindo as decisões deste Tribunal, conforme se constata nos diversos processos em trâmite no âmbito desta Corte de Contas;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso V, alínea "e", §3º, do Regimento Interno do TCU, em indeferir o pedido de prorrogação de prazo, formulado pela Fundação Universidade Federal do Piauí, para atendimento às determinações constantes do Acórdão 7.254/2020-TCU-2ª Câmara.

1. Processo TC-010.381/2012-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: José Ribamar Torres Rodrigues (066.221.943-00); Luiz e Ribamar Nascimento (011.205.733-00); Marcondes Rodrigues Clark (047.088.733-87); `maria Helena Barros Araújo Luz (029.896.463-53).
1.2. Entidade: Fundação Universidade Federal do Piauí.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: Francisco de Oliveira Loiola Junior (OAB/PI 3.700); Arianne Beatriz Fernandes Ferreira (OAB/PI 7.343) e outros.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13677/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso V, alínea "e", e 183, parágrafo único, do Regimento Interno do TCU, em prorrogar, até 11/12/2020, o prazo para atendimento às determinações contidas no Acórdão 4.939/2020-TCU-2ª Câmara.

1. Processo TC-003.642/2014-3 (MONITORAMENTO)
1.1. Responsáveis: Anisio Brasileiro de Freitas Dourado (127.044.234-15); Universidade Federal de Pernambuco (24.134.488/0001-08).
1.2. Interessado: Biosystems NE Comércio de Produtos Laboratoriais e Hospitalares Ltda. (02.073.137/0001-00).
1.3. Entidade: Universidade Federal de Pernambuco.
1.4. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.5. Representante do Ministério Público: não atuou.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Educação (SecexEducação).
1.7. Representação legal: Alexandre Carneiro Gomes (OAB/PE 18.624) e outros.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13678/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso V, alínea e, e 183, inciso I, alínea d, do Regimento Interno/TCU, em prorrogar o prazo, por mais 15 (quinze) dias, a contar da ciência desta deliberação, para que o Senado Federal cumpra as determinações constantes do subitem 9.4 do Acórdão 10.223/2020 - 2ª Câmara, de acordo com o parecer emitido nos autos:

1. Processo TC-008.769/2020-6 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessada: Valeria Rodrigues Motta (284.997.941-49).
1.2. Órgão/Entidade: Senado Federal - SF.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13679/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso V, alínea e, e 183, inciso I, alínea d, do Regimento Interno/TCU, em prorrogar o prazo, por mais 15 (quinze) dias, a contar da ciência desta deliberação, para que o Senado Federal cumpra as determinações constantes do subitem 9.3 do Acórdão 10.886/2020 - 2ª Câmara, de acordo com o parecer emitido nos autos:

1. Processo TC-009.102/2020-5 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Antonio Fernando Ferreira Leite (185.286.601-25).
1.2. Órgão/Entidade: Senado Federal - SF.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13680/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão de aposentadoria a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-012.324/2020-5 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Janira Hines dos Santos (019.515.482-72); Manoel Vitorino Costa Lopes (019.229.392-34); Marly de Fátima Nunes Tavares (029.886.582-34).
1.2. Órgão/Entidade: Gerência Executiva do Instituto Nacional do Seguro Social - Belém/PA - INSS/PA.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13681/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão de aposentadoria a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-012.440/2020-5 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessada: Graciela Haydee Barbero (039.091.978-09).
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de Mato Grosso - UFMT.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13682/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão de aposentadoria a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-034.737/2020-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Ana Carolina Luiz Dieguez (321.060.096-15); Claudina Maria Rodrigues da Cunha (755.283.556-72); Clayde Ferreira Henriques de Queiroz (229.465.946-53); Divino da Costa Sobrinho (150.367.401-06); Edna Pereira Caixeta (518.618.606-68); Ilma de Oliveira Campos (487.874.346-87); Janice Brugger Nakamura (287.732.506-78); Maria Dalva Nogueira Costa (248.515.076-15); Tania Maria Nascimento Antunes (339.065.726-68); Valdete Rosa de Carvalho Tavares (459.773.306-00).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13683/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, § 5º, do Regimento Interno/TCU e no art. 7º, inciso I, da Resolução/TCU 206/2007, em considerar prejudicada a apreciação do mérito do ato de concessão de aposentadoria a seguir relacionado, por perda de objeto, tendo em vista o falecimento do interessado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-035.671/2020-3 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Joel Costa Santos (097.247.455-20).
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Nacional de Saúde - Funasa.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13684/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão de aposentadoria a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-036.287/2020-2 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessada: Silvana Cunha Vale Nogueira (449.961.526-72).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13685/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão de aposentadoria a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-036.490/2020-2 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Farnesio Luiz Guimaraes (332.877.086-00); Helio de Luz Silva (117.753.271-91); Lucia Helena Ferreira (148.862.191-87).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde - MS.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13686/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão de aposentadoria a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-036.514/2020-9 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Domingos Marcos Esteves Neto (039.642.918-11); Ubirajara Moro de Paula (025.825.378-96).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13687/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão de aposentadoria a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-036.518/2020-4 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessada: Fernanda Maria Vergani Abbade (265.811.318-81).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13688/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão de aposentadoria a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-036.549/2020-7 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Denise Loss Badaraco (295.945.290-91); Tania Helena Segalla Goularte (461.251.671-00).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13689/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão de aposentadoria a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-036.551/2020-1 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Carlos Alberto Lins (130.088.203-44); Maria Dilsea Lira de Carvalho Leal (075.066.605-63).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13690/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão de aposentadoria a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-036.558/2020-6 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessada: Sonia Regina Matioli (075.078.128-98).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13691/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão de aposentadoria a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-036.665/2020-7 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessada: Maria Salette Beghini Ávila (733.886.617-15).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde - MS.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13692/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão de aposentadoria a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-036.700/2020-7 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Carmen Romeu Alves da Silva Martins (336.725.397-91); Denilton Ferreira de Sa (529.923.066-49).
1.2. Órgão/Entidade: Comando da Aeronáutica - MD/CA.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13693/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão de aposentadoria a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-037.316/2020-6 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Andrea Breciani Teixeira (704.849.707-63); Edleia Simões (837.951.117-49); Eliemarci Cerutti Rangel (726.628.167-91); Luciano Calil Guerreiro da Silva (211.841.355-68); Murilo Lopes Sousa (377.121.527-72); Paulo Sergio de Souza Bezerra (674.136.097-20); Silvana Laranja Pereira Alcantara (780.289.737-87).
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Espírito Santo - UFES.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13694/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão de aposentadoria a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-037.322/2020-6 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessadas: Noemi Iwanaga (676.219.457-53); Tereza Cristina Soares Lourenco (806.176.627-20).
1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional Federal da 2ª Região - TRF2.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13695/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão de aposentadoria a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-037.343/2020-3 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Beatriz Martins Tavares Murta (548.170.216-91); Daurin Narciso da Fonseca (170.801.776-34); Edma Marina dos Santos Paula (476.710.176-04); Luciano Luzes Borges (182.167.656-49); Marta Maria da Silva Ferreira (406.274.116-49); Mary Luce Cardoso Ferreira e Ferreira (469.975.986-68); Rubens Roberto Borges (123.710.506-44).
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Triângulo Mineiro - UFTM.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13696/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão de aposentadoria a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-037.417/2020-7 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Antonio Carlos Ribeiro Garrido Iglesias (407.787.547-15); Cesar dos Santos (583.307.047-34); Malvina Tania Tuttman (151.271.507-78); Maria Martha Pessanha da Silva (010.345.447-05); Marilia de Abreu Silva (469.804.317-49); Roberto Baptista de Figueiredo (433.366.557-49).
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - UNIRIO.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13697/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão de aposentadoria a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-037.421/2020-4 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Aline Lacerda Barbato Tanuri Roque (610.885.366-20); Eduardo Porfirio Rosa (462.883.926-34); Fernando Geraldo Ruas Lopes (455.237.976-34); Julia da Consolação Silva (385.638.276-34); Maria de Fatima Pimentel Zulato (453.943.696-15); Maria de Lourdes Oliveira Silva (371.477.906-00); Rita de Cassia Horta Medeiros (658.726.576-68).
1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região/MG - TRT3/MG.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13698/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão de aposentadoria a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-037.557/2020-3 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Renee Dutra da Silva (316.300.061-49).
1.2. Órgão/Entidade: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13699/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão de aposentadoria a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-037.599/2020-8 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Ana Lucia Kruel Hernandez (354.732.900-00); Darci Althaus (425.333.929-87); Jose Carlos Ferreira (245.439.509-68); Jose Vitorino (400.456.509-00); Maria Elisabete Silva (288.428.639-04); Maria Marly Rodrigues (442.197.099-91); Marlene Pavoski Neckel de Amaral (430.804.309-30); Palmira Momm (387.070.399-72); Valdi Alberto Bion (245.586.309-30); Walter da Luz Pinto (303.003.710-04).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde - MS.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13700/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão de aposentadoria a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-037.667/2020-3 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessadas: Ivone Hartmann (512.613.679-87); Magda Regina da Costa (198.790.320-04).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13701/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão de aposentadoria a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-037.672/2020-7 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Clara Silvia Kormann Krieger (432.542.849-68); Eliana Morastoni (481.214.449-34); Elisa Regina Pereira dos Santos (445.451.939-00); Silvana Lucia Pasqual Flor (573.698.609-49).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13702/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão de aposentadoria a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-037.679/2020-1 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Ivan Gomes Paes (550.071.127-04); Luiz Carlos Campos Fratte (303.563.007-06); Marcia Novaes de Oliveira (718.825.027-87).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13703/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão de aposentadoria a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-037.680/2020-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessada: Reinildes de Oliveira Silva Pereira (171.789.405-49).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13704/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão de aposentadoria a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-037.764/2020-9 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessada: Maria de Lourdes Rodrigues Miranda Garcia (250.603.681-49).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13705/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão de aposentadoria a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-037.777/2020-3 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessada: Creilda Santos Alves (220.410.445-00).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13706/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão de aposentadoria a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-037.793/2020-9 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Jose Maria Mendes Cardia (144.497.571-49); Marise Rocha Vilela (266.974.401-04); Roberto de Souza Lima (144.466.851-04); Terezinha de Miranda (245.177.981-00).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13707/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão de aposentadoria a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-038.114/2020-8 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessada: Sueli Aparecida Varani Eleutério (025.079.348-24).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (extinto).
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13708/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão de aposentadoria a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-038.190/2020-6 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessada: Bernadete Orlandi Souza (725.553.519-49).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13709/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão de aposentadoria a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-038.218/2020-8 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Aline Ferreira da Silva (182.792.602-34); Leda Rejane de Oliveira Fonseca (174.335.504-10); Manoel Alves de Sa Neto (134.556.994-72); Marcia Cristina Pyrrho Valle (291.842.154-53); Maria da Penha de Morais (347.439.447-91); Marinaldo Rodrigues (134.517.584-15); Sueli Ferreira da Silva (343.774.844-00).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Fazenda (extinto).
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13710/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão de aposentadoria a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-038.235/2020-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessada: Heliane Maria Nascimento de Souza (285.449.514-49).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Fazenda (extinto).
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13711/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão de aposentadoria a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-038.258/2020-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Celso Ronaldo Reis Guedes (553.838.907-34); Cynthia Lousada Bailly (739.785.747-72); Dulcinea Avelino Gomes (052.901.947-70); Izilda Augusto dos Santos (492.754.107-04); Jorge Pereira Ribeiro (564.889.637-91); Marilza Ribeiro dos Santos Soares D Assunção (346.102.007-91); Marli da Silva Lima de Souza (762.803.817-49); Nadia Maria Machado dos Santos (428.340.237-00); Pedro Paulo Paganini (507.682.637-00); Sonia Henriques Goncalves de Souza (655.741.257-49).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde - MS.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13712/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão de aposentadoria a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-038.482/2020-7 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessadas: Maria Jose Sousa (530.824.357-34); Rute dos Santos (406.500.817-49).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde - MS.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13713/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão de aposentadoria a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-038.486/2020-2 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Alberto Sacramento dos Passos (360.667.457-00); Antonio Carlos Fernandes de Almeida (356.627.437-20); Claudio Roberto Cavalcante Assumpção (163.751.734-34); Ivanete Pereira Coelho (387.141.677-00); Luiz Claudio da Cunha (150.967.181-15); Ruy Garcia Marques (319.932.737-00); Salvador Calomeni Filho (301.979.617-20); Teresa Maria Leite Faria (750.057.787-72); Uebson Luiz Batista (549.021.267-53); Vania de Carvalho (787.949.867-20).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde - MS.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13714/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão de aposentadoria a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-038.534/2020-7 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Nilson Pereira de Moura (116.028.991-34).
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - Ipea.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13715/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão de aposentadoria a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-038.558/2020-3 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Ramses Regis Duarte (200.373.256-04).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Economia - ME.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13716/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão de aposentadoria a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-038.584/2020-4 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Eliane Tejera Lisboa (686.292.498-20); Hildegardes Santos de Oliveira (451.109.484-53); Jose Geraldo de Vasconcelos Baracuhy (141.317.904-59); Theophilo Moura Maciel (132.648.504-00).
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Campina Grande - UFCG.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13717/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão de aposentadoria a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-038.834/2020-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Claudio Roberto Dornelles Macedo (270.915.460-91); Helena Buarque Alves Pereira (280.617.130-04); Magda Antunes de Quadros (170.987.000-10); Marcelo Coletto Pohlmann (446.583.970-72).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Economia - ME.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13718/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de admissão de pessoal a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-014.351/2020-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Rodinei João Sguissardi (643.624.699-15).
1.2. Órgão/Entidade: Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - Superintendência Estadual de Operações no Paraná - ECT/PR.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13719/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno/TCU e no art. 7º, inciso II, da Resolução/TCU 206/2007, em considerar prejudicada a apreciação do mérito do ato de admissão de pessoal a seguir relacionado, por perda de objeto, tendo em vista o exaurimento dos seus efeitos financeiros antes do respectivo processamento por esta Corte, em razão do desligamento do cargo a que se refere o ato, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-035.872/2020-9 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Ana Paula Goncalves de Souza (052.043.956-28).
1.2. Órgão/Entidade: Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13720/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno/TCU e no art. 7º, inciso II, da Resolução/TCU 206/2007, em considerar prejudicada a apreciação do mérito dos atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, por perda de objeto, tendo em vista o exaurimento dos seus efeitos financeiros antes do respectivo processamento por esta Corte, em razão do falecimento das interessadas ou do desligamento do cargo a que se refere o ato, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-035.895/2020-9 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessadas: Cristiane Berenice Caraveta dos Santos (022.806.859-22); Junia Muriel Proença Bordin (012.448.810-23).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13721/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-037.098/2020-9 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Jhonathan William Luna da Silva (703.173.146-10); Luciano Jose de Oliveira Junior (147.855.096-19).
1.2. Órgão/Entidade: Comando da Aeronáutica - MD/CA.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13722/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-037.110/2020-9 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Andre Felipe Mendes Gabardo (101.105.719-08); Andre Vicente da Cruz (125.752.189-69); Augusto Lima Dalla Nora (091.154.089-06); Guilherme Pereira Cruz (095.687.169-04); Murilo da Silva Muller (016.495.040-04); Natan Mitsuru Akatsuka dos Santos (114.355.639-99).
1.2. Órgão/Entidade: Comando da Aeronáutica - MD/CA.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13723/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de admissão de pessoal a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-037.112/2020-1 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Jonathan Wesley Silva Santos (121.675.244-39).
1.2. Órgão/Entidade: Comando da Marinha - MD/CM.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13724/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de admissão de pessoal a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-037.138/2020-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: William Eduardo Barros de Abreu (335.703.948-67).
1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região/SP - TRT2/SP.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13725/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-037.152/2020-3 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Emily Rodrigues Silva (021.673.095-38); Grace Juliana Torres de Albuquerque (066.546.364-22); Hudson Fabbio Ferraz Feitoza (053.982.974-90); Wesdrey Dantas Fernandes (013.786.264-43).
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal Rural de Pernambuco - UFRPE.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13726/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-037.171/2020-8 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Felippe Cardoso Montino (018.332.175-86); Samuel Mazzinghy Alvarenga (050.050.366-44).
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Oeste da Bahia - UFOB.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13727/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de admissão de pessoal a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-037.871/2020-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessada: Adrielly Fernandes Braga de Morais (065.752.224-47).
1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba - TRE/PB.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13728/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de admissão de pessoal a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-037.882/2020-1 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Saulo Terra Costa (139.326.307-00).
1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região - Campinas/SP - TRT15/SP.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13729/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de admissão de pessoal a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-038.295/2020-2 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Vinicius Magno da Rocha (104.554.097-81).
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - UNIRIO.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13730/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-038.328/2020-8 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Alessandra Santos de Oliveira (776.004.365-15); Antonia Rodrigues de Araujo (035.997.933-52); Ayanny Kelly de Sousa Ferreira (051.669.594-00); Hemelyni Cecilia Goncalves Lima (065.037.504-12); Julyanna Gomes Vieira (018.865.013-00); Natalie Rosa Pires Neves (600.496.763-77); Nataly Cezar de Lima Lins (048.625.944-76); Roselma Leitão Barbosa (572.354.302-49); Simone Gonçalves de Almeida Holanda (569.129.514-49); Tatiana Aparecida Lopes Gaiao (041.948.034-00).
1.2. Órgão/Entidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares - Ebserh.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13731/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-038.331/2020-9 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Cristianne Serafim da Silva Feuser (707.384.591-00); Danielle Thaise do Nascimento Brito (028.139.274-90); Elenice da Silva Marinho Souza (090.177.027-29); Francisca das Chagas Rodrigues da Silva (234.055.202-82); Givana Lima Lopes Martins (879.737.663-91); Ivanesca Lopes de Barros (052.129.664-18); Samara Barbosa Viana Paz (779.177.233-72); Tanise Nazare Maia Costa (847.925.742-34); Tylson Eduardo de Alencar (012.933.004-38); Zaira Gomes Mendes (265.554.411-00).
1.2. Órgão/Entidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares - Ebserh.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13732/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-038.952/2020-3 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Ana Eugenia Ribeiro de Araujo Furtado Almeida (844.175.873-53); Arlison Wady Sousa Martins (676.533.593-53); Camila Evangelista Carnib Nascimento (007.686.653-02); Elanne dos Santos Nascimento (048.112.983-90).
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal do Maranhão - UFMA.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13733/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-038.961/2020-2 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessadas: Camila Herculano Soares Rodrigues (014.564.093-01); Vanessa de Oliveira Carvalho Morais (061.231.674-21).
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Ceará - UFC.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13734/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de pensão civil a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-033.333/2020-3 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessada: Getulia da Silva Pessoa (694.846.948-53).
1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo - TRE/SP.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13735/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de pensão civil a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-034.818/2020-0 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessada: Maria Luiza da Rocha Freitas (200.485.804-49).
1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 21ª Região/RN - TRT21/RN.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13736/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de pensão civil a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-036.380/2020-2 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessado: Celio Rodrigues de Sousa (786.627.101-15).
1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional Eleitoral do Pará - TRE/PA.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13737/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de pensão civil a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-037.248/2020-0 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessada: Marileide Ventura dos Santos Kano (073.861.918-39).
1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo - TRE/SP.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13738/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de pensão civil a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-037.253/2020-4 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessada: Rosimeire Silva da Costa (629.237.222-72).
1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional Federal da 1ª Região - TRF1.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13739/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de pensão civil a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-037.256/2020-3 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Alice Maria de Oliveira Pereira (487.253.077-20); Iara Leda Correa Dias da Mota (128.553.677-00); Norma Lucia Moitinho Rocha (355.590.125-72); Rita de Cassia Araujo Soares (753.725.094-49).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - Iphan.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13740/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de pensão civil a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-037.272/2020-9 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessado: Thales Bet Baumgarten (098.515.029-79).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13741/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de pensão civil a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-037.501/2020-8 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessada: Zady de Andrade Ramos (193.316.307-00).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Brasileiro de Turismo - Embratur.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13742/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de pensão civil a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-037.522/2020-5 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Crivaneuma Maria dos Santos (032.939.054-63); Gibran dos Santos Porto (030.500.942-73); Isis dos Santos Porto (030.500.932-00).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13743/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de pensão civil a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-037.730/2020-7 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Conceição de Maria Garces Pereira (098.589.383-49); Elson Porfirio dos Santos (331.168.903-82); Erisneide Sucupira Ferro da Silva (757.312.823-15); Gilka Jannyelle Sucupira Ferro da Silva (062.185.223-69); Iacy Rodrigues Araujo (409.362.103-97); Leozete Castro Veloso Moraes (147.152.363-20); Maria Concebida de Sousa Cunha (676.544.793-87); Maria Creusa Oliveira Costa Ferreira (282.283.403-20); Maria Julia Carvalho da Silva (069.111.453-68); Maria Regina Muniz Dias (452.235.483-53); Nedival Natividade Machado Vale (044.570.723-20); Samuel Costa Ferreira (609.407.613-35).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde - MS.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13744/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, § 5º, do Regimento Interno/TCU e no art. 7º, inciso I, da Resolução/TCU 206/2007, em considerar prejudicada a apreciação do mérito do ato de concessão de pensão civil a seguir relacionado, por perda de objeto, tendo em vista o falecimento da interessada, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-037.810/2020-0 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessado: Maria da Conceição Gonçalves da Silva de Jesus (009.490.757-95).
1.2. Órgão/Entidade: Comando do Exército - MD/CE.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13745/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de pensão civil a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-038.378/2020-5 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessado: Armanda Florentino Cavalheiro de Souza (298.058.211-53).
1.2. Órgão/Entidade: Controladoria-Geral da União - CGU.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13746/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de pensão civil a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-038.395/2020-7 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessada: Joselma Lirio de Oliveira (603.052.667-72).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde - MS.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13747/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de pensão civil a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-038.403/2020-0 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Adriana da Conceição (081.856.447-48); Dalva dos Santos Dias Rodrigues (226.625.887-72); Deusiana Barcellos Alves (698.830.767-20); Diana Helena Conde Collares (988.318.877-34); Diva Maria de Vasconcelos Brandao Rios (743.247.807-49); Hilda Maria Baars Baptista (322.065.267-00); Maria da Penha Costa Brito (007.188.887-07); Nidia Concidera Estebanez (026.540.607-21); Otto Edgard Sass (200.138.847-00); Raymundo Rodrigues dos Santos (180.107.847-53).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde - MS.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13748/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de pensão civil a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-038.415/2020-8 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Augusto Rodrigues dos Santos (122.917.735-34); Deusa Maria Alves dos Santos (039.845.438-83); Eudenice Santana da Silva (106.582.545-53); Josefa Jesus da Silva (003.087.445-94); Joselito Machado (042.554.455-91); Maria Conceicao Cruz da Silva Santos (085.208.285-15); Maria de Lourdes Alves da Silva (133.361.775-53); Mary Elze Gomes Queiroz (125.322.904-04); Raymundo Santos Souza (028.279.135-34); Reinilda Santos Souza (183.568.855-15).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde - MS.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13749/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de pensão civil a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-038.447/2020-7 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Alberio Marciano da Silva (155.467.614-23); Maria Barros da Silva (416.297.104-82); Maria da Betania Soares Pires (492.227.914-87).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Economia - ME.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13750/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de pensão civil a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-038.624/2020-6 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessada: Erika Cristina Crevelario Valente (274.298.888-28).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13751/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de pensão civil a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-038.682/2020-6 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Aldair Santa Benvindo Carneiro (634.809.567-34); Luiz Carlos dos Santos (607.965.297-87).
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Oswaldo Cruz - Fiocruz.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13752/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de pensão civil a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-039.025/2020-9 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Ana Maria de Sousa Lima (889.028.897-34); Aurea Maria Oliveira Pinto de Mello Mattos (331.895.287-72); Manoel Henrique Carvalho Silva (568.592.107-10); Maria da Graça Dantas de Melo (285.989.977-49); Maria das Graças Conceição Vargas (029.654.017-09); Ruth Pereira Leonor (006.462.067-02); Vera Lucia Valeriote Tavares Oliveira (007.067.037-40).

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13753/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de pensão civil a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-039.028/2020-8 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Antonia de Jesus Cruz Santana (680.229.132-00); Gabriel Cruz Santana (039.828.982-42); Rafael Cruz Santana (039.829.112-81).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13754/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de pensão civil a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-039.070/2020-4 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Ana Paula Gomes (947.204.106-00); Carla Diovana Teixeira (629.874.700-10); Dalva Lucia de Campos Albuquerque (109.179.181-34); Deborah Bittencourt (473.307.599-53); Elza Catarina de Nardi (249.623.097-49); Geralda Eva da Silva (068.239.346-03); Maria Arlete de Jesus Sousa (624.868.375-15); Maria das Graças Vieira de Assis (889.773.826-53); Mariza Santos Muniz (115.472.515-49); Theo Martins Barbosa (110.944.639-06).
1.2. Órgão/Entidade: Departamento de Polícia Rodoviária Federal - PRF.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13755/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de pensão civil a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-039.097/2020-0 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessada: Luciana Farias Bahia Sapucaia (555.170.724-53).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde - MS.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13756/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de pensão militar a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-013.468/2020-0 (PENSÃO MILITAR)
1.1. Interessadas: Emilia Sarmento Freire de Morais (289.115.712-53); Erlita Maria de Liz Köche (691.892.421-49); Maria Vandecy Cardoso Melo (635.027.981-68); Thaynan Carla Gomes de Morais (699.568.631-49).
1.2. Órgão/Entidade: Décima Primeira Região Militar - MD/CE.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13757/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de pensão militar a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-034.557/2020-2 (PENSÃO MILITAR)
1.1. Interessados: Ana Luiza da Cunha Pereira (703.652.706-44); Anna Maria de Lima Castro Turolla (926.827.156-72); Carla Cristina de Miranda (559.298.856-72); Celia Eustaquia de Almeida (099.022.101-63); Iramira de Paula Cortes (087.190.826-30); Juceia Maria Maia de Oliveira Nascimento (194.468.106-04); Livia da Cunha Alvarenga (529.783.116-49); Maria Conceição Brito Moraes (033.176.596-96); Maria Manuela da Silva Maciel Munch (283.598.606-53); Mariza Junqueira de Araujo (318.707.916-49); Rosangela Damasceno Natividade (027.882.437-40); Teresinha de Matos Dias (025.291.876-22); Terezinha de Castro Soares (282.321.866-15); Vera Lucia Mozzato de Miranda (167.798.786-34).
1.2. Órgão/Entidade: Comando do Exército - MD/CE.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13758/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de pensão militar a seguir relacionados, sem prejuízo de autorizar a adoção da seguinte medida, de acordo com o parecer do Ministério Público/TCU:

1. Processo TC-035.008/2020-2 (PENSÃO MILITAR)
1.1. Interessados: Maria Luiza Silva de Souza (026.131.757-10); Oneida do Nascimento Campista (552.746.767-15); Rosemary de Andrade Costa (722.029.207-49); Sonia Ferreira de Souza Silva (099.854.227-08); Suely Ferreira de Oliveira (083.698.247-90).
1.2. Órgão/Entidade: Comando do Exército - MD/CE.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Autorização:
1.7.1. à Sefip que dê conhecimento à Diretoria de Benefícios e à Coordenação-Geral de Auditoria em Benefícios do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS sobre a existência de pensão militar paga pela 1ª Região Militar do Comando do Exército em favor de Suely Ferreira de Oliveira (083.698.247-90), na condição de filha do militar João Ferreira de Souza (427.337.237-15), para que promova a possível revisão do benefício previdenciário percebido pela pensionista, a título de amparo social ao idoso, com fundamento na Lei 8.742/1993, número de benefício 531.905.433-1 (Peça 8), comunicando ao Tribunal, no prazo de 60 (sessenta) dias, as providências tomadas.

ACÓRDÃO Nº 13759/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso II, 18 e 23, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 143, inciso I, alínea a, 208 e 214, inciso II, do Regimento Interno/TCU, em julgar as contas dos responsáveis a seguir indicados regulares com ressalva e dar-lhes quitação, promovendo-se, em seguida, o arquivamento do processo, sem prejuízo de dar ciência desta deliberação ao Fundo Nacional de Saúde - FNS e aos responsáveis, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-000.658/2020-0 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)
1.1. Responsáveis: Charles Gonçalves Soares (053.819.127-90); Município de Japeri/RJ (39.485.396/0009-05)
1.2. Órgão/Entidade: Município de Japeri/RJ.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13760/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso III e V, alínea a, 169, inciso III, 235, 237, inciso I, e 250, inciso I, do Regimento Interno/TCU, e nos arts. 103, § 1º, e 106, § 3º, inciso I, da Resolução/TCU 259/2014, em conhecer da presente representação, promovendo-se, em seguida, o seu arquivamento, sem prejuízo de encaminhar cópia desta deliberação acompanhada de cópia da instrução da unidade técnica ao representante e cópia integral deste processo ao Tribunal de Contas dos Municípios do Estado da Bahia - TCM/BA, para a adoção das medidas que julgar cabíveis, de acordo com o parecer da unidade técnica:

1. Processo TC-029.272/2020-3 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Representante: Ministério Público Federal - Procuradoria da República no Município de Irecê/BA
1.2. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Irecê/BA.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: não atuou.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura Urbana (SeinfraUrb).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13761/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 113, § 1º, da Lei 8.666/1993 c/c os arts. 143, incisos III e V, alínea a, 235, parágrafo único, 237, parágrafo único, e 250, inciso I, do Regimento Interno/TCU, em não conhecer da presente representação, por não preencher requisito de admissibilidade previsto no art. 103, § 1º, da Resolução/TCU 259/2014, e encaminhar cópia desta deliberação ao representante e ao Tribunal Regional Eleitoral do Amapá - TRE/AP, promovendo-se, em seguida, o arquivamento dos autos, de acordo com o parecer da unidade técnica:

1. Processo TC-039.233/2020-0 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Representante: B. S. F. Filho Extintores Eireli - ME (34.936.807/0001-52).
1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional Eleitoral do Amapá - TRE/AP.
1.2. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.3. Representante do Ministério Público: não atuou.
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas (Selog).
1.5. Representação legal:
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13762/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, incisos III e V, alínea a, 235, parágrafo único, 237, parágrafo único, e 250, inciso I, do Regimento Interno/TCU, e no art. 103, § 1º, da Resolução/TCU 259/2014, em não conhecer da presente representação, por não preencher requisito de admissibilidade previsto no caput do art. 235 do RI/TCU, e encaminhar cópia desta deliberação ao representante e ao Complexo Hospitalar e de Saúde da Universidade Federal da Bahia, promovendo-se, em seguida, o arquivamento dos autos, de acordo com o parecer da unidade técnica:

1. Processo TC-039.312/2020-8 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Representante: Atmosfera Gestão e Higienização de Têxteis S/A (00.886.257/0001-92).
1.2. Órgão/Entidade: Complexo Hospitalar e de Saúde da Universidade Federal da Bahia.
1.2. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.3. Representante do Ministério Público: não atuou.
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas (Selog).
1.5. Representação legal: Otavio Batista de Carvalho Neto e outros, representando Atmosfera Gestão e Higienização de Têxteis S/A.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13763/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei nº 8.443, de 1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão de aposentadoria relacionados no item 1.1 deste Acórdão, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-036.593/2020-6 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Alcemar da Silva Jose (CPF 433.043.899-20); Élcio Vieira Medeiros (CPF 429.307.909-20); Iara Palma de Freitas (CPF 399.060.009-53); Osmar Mendes Tomas (CPF 344.703.959-00); Rosângela Fontanella Claumann (CPF 494.057.999-91); Salete Zomer Uliano (CPF 440.031.459-68); Sebastião Paulo de Oliveira (CPF 063.817.239-04); Vânia Cordini Fernandes (CPF 437.652.709-20) e Zelange Catarina Mariot Dias (CPF 415.518.939-91).

1.2. Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS.

1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13764/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei nº 8.443, de 1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão de aposentadoria relacionados no item 1.1 deste Acórdão, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-037.308/2020-3 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Carlos Roberto de Souza (CPF 720.874.477-72); Dilson Lima da Costa (CPF 701.295.417-53); Edilson Lima Barros (CPF 518.839.617-34); Edilson da Costa Guimarães (CPF 572.296.607-00); Juarina Rayol da Costa (CPF 856.481.407-20); Márcia Oliveira Rodrigues da Silva (CPF 945.216.117-53); Martinho de Oliveira Filho (CPF 481.702.327-91); Regina Celi Pereira dos Santos (CPF 724.289.107-87); Rose Lucie Lopes de Lima (CPF 496.097.007-30) e Virgínia Meirim Coutinho (CPF 483.034.887-91).

1.2. Órgão: Ministério da Defesa - Comando da Marinha.

1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13765/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei nº 8.443, de 1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão de aposentadoria relacionados no item 1.1 deste Acórdão, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-037.630/2020-2 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Antônio Amorim Felix (CPF 075.971.852-00); Aristóteles Comte de Alencar Filho (CPF 053.412.992-72); Deise Lucy Oliveira Montardo (CPF 550.587.609-91); Maria do Céu Câmara Chaves (CPF 026.269.692-49); Maria do Perpétuo Socorro Barbosa Lima (CPF 063.652.642-91); Moacir Tadeu Biondo (CPF 970.683.228-91); Nathan Samuel Benzecry (CPF 006.968.462-68); Osvaldo Ferreira da Silva (CPF 012.202.412-53); Rossicler Britto dos Santos (CPF 203.007.352-00) e Vitória Maria Araújo de Assis (CPF 077.882.822-00).

1.2. Entidade: Fundação Universidade do Amazonas - UFAM.

1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13766/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei nº 8.443, de 1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão de aposentadoria relacionados no item 1.1 deste Acórdão, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-037.664/2020-4 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessadas: Elizabeth Limeres Peres (CPF 349.512.616-34); Ilza Rosa Lopes (CPF 513.296.206-82) e Neide Raquel Ramos (CPF 337.405.426-91).

1.2. Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS.

1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico,

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13767/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei nº 8.443, de 1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão de aposentadoria relacionado no item 1.1 deste Acórdão, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-037.681/2020-6 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessada: Geny Beatriz Vilela Souza de Oliveira (CPF 148.371.295-87).

1.2. Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS.

1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13768/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei nº 8.443, de 1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão de aposentadoria relacionados no item 1.1 deste Acórdão, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-037.690/2020-5 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessadas: Maria de Fátima Soares Cortez (CPF 201.073.313-49) e Roneide Maria Santos Martins (CPF 273.649.253-68).

1.2. Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS.

1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13769/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei nº 8.443, de 1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão de aposentadoria relacionados no item 1.1 deste Acórdão, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-037.693/2020-4 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Elias Freires da Luz (CPF 055.286.233-91); Maria Augusta Cerqueira Medeiros (CPF 177.156.953-00) e Maria das Graças Paiva de Carvalho (CPF 079.938.893-91).

1.2. Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social - INS.

1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13770/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei nº 8.443, de 1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão de aposentadoria relacionados no item 1.1 deste Acórdão, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-038.098/2020-2 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Elci Cortes Damasceno (CPF 182.227.062-68) e Haroldo Monteiro Pena (CPF 067.619.252-15).

1.2. Entidade: Fundação Nacional de Saúde - Funasa.

1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13771/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei nº 8.443, de 1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão de aposentadoria relacionados no item 1.1 deste Acórdão, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-038.099/2020-9 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Aldo João Bernardes do Nascimento (CPF 135.300.544-53); Antônio Palmeira Carvalho Filho (CPF 081.282.785-68); Maria Júlia de Oliveira Cardoso (CPF 126.526.955-68); Sérgio Ferreira Dias (CPF 097.523.405-63) e Valdir Ribeiro Guedes (CPF 202.238.465-20).

1.2. Entidade: Fundação Nacional de Saúde - Funasa.

1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13772/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei nº 8.443, de 1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão de aposentadoria relacionados no item 1.1 deste Acórdão, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-038.193/2020-5 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Ana Leonor Garcia Bentes (CPF 201.885.792-49); Ana Lúcia Silva Johns (CPF 135.134.352-15) e João Luiz Figueira Costa (CPF 052.496.272-34).

1.2. Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS.

1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13773/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei nº 8.443, de 1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão de aposentadoria relacionado no item 1.1 deste Acórdão, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-038.220/2020-2 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessada: Luciana Ferreira (CPF 109.765.665-91).

1.2. Órgão: então Ministério da Fazenda.

1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13774/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei nº 8.443, de 1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão de aposentadoria relacionado no item 1.1 deste Acórdão, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-038.233/2020-7 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: João Nildo Sobrinho (CPF 244.547.021-87).

1.2. Órgão: então Ministério da Fazenda.

1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13775/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei nº 8.443, de 1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão de aposentadoria relacionado no item 1.1 deste Acórdão, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-038.480/2020-4 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessada: Selma Silva Nunes Pereira (CPF 083.080.078-64).
1.2. Órgão: Ministério da Saúde.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13776/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei nº 8.443, de 1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão de aposentadoria relacionados no item 1.1 deste Acórdão, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-038.530/2020-1 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Alfrida Moreira da Silva dos Santos (CPF 152.327.511-15); Ricardo Lourenço da Silva (CPF 179.806.311-53) e Sérgio Alberto de Oliveira Almeida (CPF 194.955.010-91).
1.2. Órgão: Ministério do Meio Ambiente.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13777/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei nº 8.443, de 1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão de aposentadoria relacionados no item 1.1 deste Acórdão, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-038.546/2020-5 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessadas: Maria do Socorro Veras Vilanova (CPF 121.191.643-04); Tereza Cristina Matos Cavalcante (CPF 144.480.333-68) e Vanda Magalhães Leitão (CPF 193.127.333-20).
1.2. Entidade: Universidade Federal do Ceará - UFC.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13778/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei nº 8.443, de 1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão de aposentadoria relacionado no item 1.1 deste Acórdão, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-038.792/2020-6 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessada: Adriana Lima dos Reis Costa (CPF 351.513.233-34).
1.2. Entidade: Fundação Universidade Federal do Maranhão - UFMA.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13779/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei nº 8.443, de 1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão de aposentadoria relacionado no item 1.1 deste Acórdão, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-038.839/2020-2 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Luiz Claudio Pereira (CPF 252.368.227-34).
1.2. Órgão: Ministério da Economia.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13780/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei nº 8.443, de 1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão de aposentadoria relacionado no item 1.1 deste Acórdão, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-038.890/2020-8 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessada: Nazide Nilma Martins (CPF 246.352.009-49).
1.2. Entidade: Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13781/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei nº 8.443, de 1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão de aposentadoria relacionados no item 1.1 deste Acórdão, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-040.475/2020-4 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Carlos Augusto Sampaio Ribeiro (CPF 356.766.559-68); Gilmar Pereira Cardoso (CPF 197.241.604-91); Maria Jose Leite Vasconcelo (CPF 196.579.274-04); Maria das Graças Felix Barbosa (CPF 333.795.484-72); Mário Alves Lima Junior (CPF 111.827.414-87) e Walter Rodrigues da Silva (CPF 198.614.944-72).
1.2. Entidade: Universidade Federal Rural de Pernambuco - UFRPE.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13782/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei nº 8.443, de 1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão de aposentadoria relacionado no item 1.1 deste Acórdão, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-040.509/2020-6 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Nelson Rosa (CPF 428.452.039-34).
1.2. Órgão: Ministério da Saúde.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13783/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei nº 8.443, de 1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão de aposentadoria relacionados no item 1.1 deste Acórdão, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-040.511/2020-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Jose Augusto Zulske Ribeiro (CPF 267.461.586-91) e Marisa Aparecida Souza Venturini Marin (CPF 862.247.197-72).
1.2. Órgão: Ministério da Saúde.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13784/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei nº 8.443, de 1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão de aposentadoria relacionado no item 1.1 deste Acórdão, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-041.264/2020-7 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: João Alberto Horn de Andrade (CPF 415.777.959-20).
1.2. Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13785/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei nº 8.443, de 1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão de aposentadoria relacionado no item 1.1 deste Acórdão, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-041.303/2020-2 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessada: Consuelo Lima Parra (CPF 000.099.697-13).
1.2. Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13786/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei nº 8.443, de 1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão de aposentadoria relacionados no item 1.1 deste Acórdão, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-041.364/2020-1 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Cláudia Regina Oliveira de Paiva Lima (CPF 375.541.404-00); Elaine Ferreira do Nascimento (CPF 193.011.034-00); Jorge Zaverucha (CPF 135.153.064-04); Jose Antônio Monteiro de Queiroz (CPF 042.634.644-00); Marialda de Souza Conrado (CPF 409.959.174-34); Mônica Maria Melo Santana Sobreira (CPF 408.603.534-00); Rosineide de Lourdes Meira Cordeiro (CPF 343.416.254-20); Suely Araújo de Abreu (CPF 330.805.694-15); Teresinha de Jesus do Rego (CPF 166.490.954-00) e Viviane Maria Jardim Botelho (CPF 435.792.214-34).
1.2. Entidade: Universidade Federal de Pernambuco - UFPE.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13787/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei nº 8.443, de 1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão de aposentadoria relacionados no item 1.1 deste Acórdão, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-041.369/2020-3 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Cláudia Maria Rodrigues Alves (CPF 049.102.048-14); Débora Amado Scerni (CPF 063.225.278-27); João Rodrigues Sales (CPF 920.142.088-91); Maria Aparecida Leite Soares (CPF 653.775.328-72); Paulo George Schiller (CPF 000.623.638-32); Sérgio Dazzi (CPF 702.340.008-72); Sérgio Gama (CPF 419.870.558-53); Sônia Mayumi Chiba (CPF 916.289.208-82); Venâncio Pedroza Ribeiro (CPF 999.874.818-68) e Wilson Paulino de Sousa (CPF 034.033.488-65).
1.2. Entidade: Universidade Federal de São Paulo - Unifesp.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13788/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei nº 8.443, de 1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão de aposentadoria relacionados no item 1.1 deste Acórdão, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-041.372/2020-4 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Cíntia Rejane Moller de Araújo (CPF 667.345.687-68); Eduardo Alexandrino Servolo de Medeiros (CPF 092.177.258-03); Elsa Severino (CPF 151.139.748-97); João Fernando Marcolan (CPF 072.235.348-00); Mauro Iervolino (CPF 039.414.198-97); Miriam Regina Macieira (CPF 104.128.348-20); Neci Aparecida Dias da Silva (CPF 587.684.168-49); Otoniel de Souza Ribas (CPF 140.234.708-13); Rogério Tadeo Barreira (CPF 222.627.078-71) e Yara Aparecida de Paula (CPF 425.882.946-34).
1.2. Entidade: Universidade Federal de São Paulo - Unifesp.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13789/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei nº 8.443, de 1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão de aposentadoria relacionado no item 1.1 deste Acórdão, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-041.988/2020-5 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Hugo Márcio Ulhoa Dolabella (CPF 010.883.436-00).
1.2. Órgão: Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região - TRT - MG.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13790/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei nº 8.443, de 1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão de aposentadoria relacionado no item 1.1 deste Acórdão, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-042.143/2020-9 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Márcio Antônio Estrela (CPF 597.465.136-72).
1.2. Entidade: Banco Central do Brasil - Bacen.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13791/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei nº 8.443, de 1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão de aposentadoria relacionados no item 1.1 deste Acórdão, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-042.257/2020-4 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Coralia Maria dos Santos (CPF 275.338.245-04); Henrique Nou Schneider (CPF 266.956.185-34); João Batista de Jesus (CPF 119.968.705-72); Maria Marilene dos Santos (CPF 311.938.545-04); Nielson Batista da Silva (CPF 169.909.865-49) e Pedro Alves dos Santos (CPF 199.230.075-53).
1.2. Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe - IFS.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13792/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, I, da Lei nº 8.443, de 1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, I, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal relacionados no item 1.1 deste Acórdão, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-037.096/2020-6 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Ana Paula Graim Mendonça de Araújo (CPF 788.874.452-49); Carolina Alessandra Pinheiro Gonçalves (CPF 769.208.442-49); Jacó Navegantes da Silva (CPF 698.099.332-15); Lígia Cristine Cardoso Monteiro (CPF 721.121.312-49); Marcia Helena Ribeiro de Oliveira (CPF 965.769.522-87); Natalia Araújo Diniz Sodré (CPF 837.246.212-72); Renato Caldas dos Santos (CPF 720.176.002-53) e Renato Sgrott Rodrigues (CPF 704.238.062-20).
1.2. Órgão: Ministério da Defesa - Comando da Aeronáutica.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13793/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, I, da Lei nº 8.443, de 1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, I, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal relacionados no item 1.1 deste Acórdão, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-037.903/2020-9 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Herbert Silva de Souza (CPF 905.058.835-20) e João Batista da Silva Oliveira Junior (CPF 064.014.454-32).
1.2. Entidade: Banco do Nordeste do Brasil S.A.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13794/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, I, da Lei nº 8.443, de 1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, I, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal relacionados no item 1.1 deste Acórdão, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-038.337/2020-7 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Giullianno Lopes de Moura (CPF 743.364.283-87); Isabel Caroline da Silva (CPF 070.391.704-85); Israel Adalberto Severiano (CPF 848.266.221-04); Luana Cristina Silva Ferreira (CPF 755.049.602-15); Marcus Vinicius Pereira (CPF 114.970.377-60); Nara Grace Ferreira da Silva (CPF 047.918.584-09); Neyla Gomes Bessa (CPF 680.015.412-15); Reginaldo Bezerra Silva (CPF 484.792.503-30); Thaís Ferreira Martins (CPF 017.682.585-11) e Widyson Deyvison Mendonça de Souza (CPF 011.188.394-63).
1.2. Entidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares - Ebserh.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13795/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, I, da Lei nº 8.443, de 1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, I, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal relacionados no item 1.1 deste Acórdão, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-038.347/2020-2 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Felipe Alves Campos (CPF 075.796.636-51); Gerson Dantas (CPF 838.684.104-49); Iraci Ramos do Espírito Santo Cunha (CPF 387.553.434-49); Jara Jaciane Rêgo Freitas (CPF 911.295.833-68); Leonardo Wanderley Cavalcante (CPF 013.506.473-22); Marcos Serra de Lobão Veras (CPF 429.146.393-68); Maria Lúcia Roberto Ramos (CPF 022.684.727-60); Maria de Fátima Alves dos Santos (CPF 851.901.444-53); Pedro Cesar Carlos Pereira (CPF 474.385.766-04) e Regina Maria Ferreira Banhos (CPF 616.040.977-87).
1.2. Entidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares - Ebserh.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13796/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, I, da Lei nº 8.443, de 1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, I, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal relacionados no item 1.1 deste Acórdão, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-038.352/2020-6 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Adriana Pontes Alvim Ferrario (CPF 048.263.387-59); Alessandra Barreto de Oliveira (CPF 250.355.468-70); Daiane Mendonça de Lima (CPF 038.134.185-29); Espedito Rocha de Carvalho Junior (CPF 017.452.487-06); Francileide Ciriaco Tavares (CPF 874.655.154-91); Juliana da Trindade Santos (CPF 036.373.264-00); Juvaneide Cavalcante de Araújo (CPF 838.482.824-53); Katyucia Egito de Araújo Urquisa (CPF 046.698.974-11); Moisés Levi Araújo de Moraes (CPF 740.161.562-20) e Pâmela Valyssa Pacheco Lira (CPF 056.718.744-67).
1.2. Entidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares - Ebserh.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13797/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, I, da Lei nº 8.443, de 1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, I, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal relacionados no item 1.1 deste Acórdão, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-038.943/2020-4 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: John William dos Santos Machado (CPF 017.655.185-98) e Jose Ailton Cardoso de Barros (CPF 041.262.594-65).
1.2. Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Alagoas - IFAL.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13798/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, I, da Lei nº 8.443, de 1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, I, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, em considerar legal para fins de registro o ato de admissão de pessoal relacionado no item 1.1 deste Acórdão, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-038.954/2020-6 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessada: Andiara Gusmão de Souza Prata (CPF 082.172.057-01).
1.2. Entidade: Universidade Federal de São Paulo - Unifesp.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13799/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, I, da Lei nº 8.443, de 1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, I, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal relacionados no item 1.1 deste Acórdão, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-038.964/2020-1 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Eduardo de Castro Bittencourt (CPF 007.486.641-90) e Janaína Karla Pereira da Silva Rodrigues Firmino (CPF 874.498.541-04).
1.2. Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás - IFG.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13800/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, I, da Lei nº 8.443, de 1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, I, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal relacionados no item 1.1 deste Acórdão, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-038.981/2020-3 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Aline Braga Galvão Silveira Fernandes (CPF 052.500.274-07); Jose Idalino da Silva Filho (CPF 082.453.614-29); Lígia Rejane Siqueira Garcia (CPF 009.595.814-21); Mayonara Fabíola Silva Araújo (CPF 077.017.794-85); Priscila Rocha da Costa Gomes (CPF 063.351.864-62); Thiago Matias de Sousa Araújo (CPF 012.390.264-98) e Viviane Regina Rodrigues de Sena (CPF 013.564.594-80).
1.2. Entidade: Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13801/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, I, da Lei nº 8.443, de 1992, c/c os arts. 1º, VIII, 143, II, 259, I, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, e art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 2007, em considerar prejudicadas, por perda de objeto, as apreciações da legalidade, para fins de registro, dos atos de admissão de pessoal relacionados no item 1.1 deste Acórdão, diante da cessação dos efeitos financeiros dos respectivos atos a partir do desligamento dos servidores, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-039.451/2020-8 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Flávio Gonçalves Fernandes (CPF 489.832.842-34) e Ivanilson Pereira Primo (CPF 036.187.845-11).
1.2. Entidade: Liquigás Distribuidora S.A. - Petrobras.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13802/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, I, da Lei nº 8.443, de 1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, I, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal relacionados no item 1.1 deste Acórdão, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-039.928/2020-9 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Luan Menezes Prata (CPF 052.394.235-47); Luan Vinicius Tavares Santos (CPF 033.625.055-03); Lucas Falcão Ribeiro (CPF 024.925.900-11); Lucas Martins Silvestre (CPF 080.296.179-76); Luciana Belo de Sousa (CPF 062.929.304-08); Luísa Scaramussa Antunes (CPF 099.577.977-51); Luiz Augusto Torres Wanderley Casado (CPF 106.451.324-70); Luiz Ricardo Souza Gunes Amorim (CPF 367.393.728-61); Luiza Belle Ferreira Amorim (CPF 126.335.637-08) e Marcelo Perez Mendonca Rogado (CPF 039.279.941-38).
1.2. Órgão: Departamento de Polícia Federal - PF.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13803/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, I, da Lei nº 8.443, de 1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, I, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal relacionados no item 1.1 deste Acórdão, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-039.932/2020-6 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Diógenes Ademir Domingos (CPF 009.290.219-75); Diogo Plastina Lima (CPF 096.362.139-41); Douglas Rodrigues Proenco (CPF 531.701.562-68); Eduardo Araújo Sá Teles (CPF 030.986.575-10); Eduardo Neto Ney (CPF 142.473.827-05); Eduardo Yuzo Nakamura (CPF 286.286.298-31); Eduardo de Mello (CPF 070.597.939-33); Emmanuelle Camilotti (CPF 005.850.989-56); Evandro Taira Silva (CPF 027.742.371-65) e Renan Resende Mosqueira (CPF 065.548.266-02).
1.2. Órgão: Departamento de Polícia Federal - PF.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13804/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, I, da Lei nº 8.443, de 1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, I, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal relacionados no item 1.1 deste Acórdão, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-039.934/2020-9 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Matheus Ângelo Scaravonatto (CPF 046.123.049-69); Matheus Lopes da Silva (CPF 085.898.696-52); Messias Pereira Soares Junior (CPF 406.102.988-60); Natália Lerina da Costa (CPF 026.335.000-21); Natália Vieira Martins (CPF 092.355.809-86); Nathália Fani Nunes (CPF 098.140.397-21) e Nina Recine Amore (CPF 050.859.371-98).
1.2. Órgão: Departamento de Polícia Federal - PF.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13805/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, I, da Lei nº 8.443, de 1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, I, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal relacionados no item 1.1 deste Acórdão, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-039.949/2020-6 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Aldo Lorenzi Neto (CPF 045.984.280-31); Bruno Marsell Schneider de Oliveira (CPF 037.045.080-98); Daniel Tillwitz da Silva (CPF 022.793.830-55); Davidson Olávio Figueiredo (CPF 171.365.527-61); Gabriel Maia Rodrigues (CPF 041.739.270-29); João Ricardo Saccol Nunes (CPF 046.098.050-57); João Victor Lima de Almeida (CPF 140.286.986-00); Juan Carlos da Silva Pinto (CPF 037.391.152-11); Keniton Diovane Melchior (CPF 034.781.670-35) e Kevin Paulino Ribeiro da Silva (CPF 183.015.747-71).
1.2. Órgão: Ministério da Defesa - Comando do Exército.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13806/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, I, da Lei nº 8.443, de 1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, I, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal relacionados no item 1.1 deste Acórdão, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-039.963/2020-9 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Ariela Soraya do Nascimento Siqueira (CPF 651.918.112-91); Francisco Igo Leite Soares (CPF 042.711.714-33) e Michelle Midori Sena Fugimura (CPF 095.720.727-14).
1.2. Entidade: Universidade Federal do Oeste do Pará - UFOPA.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13807/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, I, da Lei nº 8.443, de 1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, I, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal relacionados no item 1.1 deste Acórdão, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-039.969/2020-7 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Carlos Teodoro Olivares Olivares (CPF 528.904.222-91); Gilberto de Souza Stefan (CPF 694.685.401-20); Leila Adriana Baptaglin (CPF 818.869.000-78); Marcelle Alencar Urquiza (CPF 864.804.724-20); Márcio Barauna Bento (CPF 641.514.252-68); Mariana Ramos Chrusciak (CPF 947.093.862-34); Miguel Raymundo Flores Santibanez (CPF 213.389.378-47); Renato Laureano Sá (CPF 825.678.672-87); Vinicius Luge Oliveira (CPF 002.095.810-26) e Yuri Cesar de Lima e Silva (CPF 046.283.714-90).
1.2. Entidade: Universidade Federal de Roraima - UFRR.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13808/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, I, da Lei nº 8.443, de 1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, I, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal relacionados no item 1.1 deste Acórdão, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-039.978/2020-6 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Amanda Pifano Neto Quintal (CPF 992.897.171-49); Fernanda Teles Gomes Rosa (CPF 371.868.608-26); Jéssica Costa Lopes (CPF 077.044.586-12) e Joubert Vieira Santos (CPF 093.964.876-86).

1.2. Entidade: Universidade Federal do Triângulo Mineiro - UFTM.

1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13809/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, I, da Lei nº 8.443, de 1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, I, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal relacionados no item 1.1 deste Acórdão, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-039.983/2020-0 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Ayonara Dayane Leal Mendes (CPF 076.427.804-51); Denis Keuton Alves (CPF 013.900.524-27); Giovanni Farias da Silva (CPF 056.386.284-01); Joebson Maurílio Alves dos Santos (CPF 062.453.414-69); Jose Francisco de Araújo (CPF 117.202.633-53); Jose Ramos Araújo dos Santos (CPF 038.892.065-30); Leandro Cássio de Paula (CPF 319.045.158-35); Pollyanna Gomes de Moraes (CPF 099.355.824-00); Talles Monte de Almeida (CPF 041.235.103-02) e Tauan de Oliveira Saturnino (CPF 073.706.194-43).

1.2. Entidade: Universidade Federal Rural de Pernambuco - UFRPE.

1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13810/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, I, da Lei nº 8.443, de 1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, I, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, em considerar legal para fins de registro o ato de admissão de pessoal relacionado no item 1.1 deste Acórdão, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-040.065/2020-0 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessado: Francisco Vieira da Cunha Junior (CPF 769.307.774-04).

1.2. Entidade: BB Tecnologia e Serviços S.A.

1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13811/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, I, da Lei nº 8.443, de 1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, I, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, em considerar legal para fins de registro o ato de admissão de pessoal relacionado no item 1.1 deste Acórdão, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-040.070/2020-4 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessado: Adalberon Nonato Sá Junior (CPF 013.305.044-02).

1.2. Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Alagoas - IFAL.

1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13812/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, I, da Lei nº 8.443, de 1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, I, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal relacionados no item 1.1 deste Acórdão, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-040.078/2020-5 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Alexandra Paulino de Aguiar (CPF 300.056.788-70); Caroline Ribeiro dos Santos (CPF 999.058.332-34); Ednilson Jose Arendit (CPF 032.148.038-40); Mariana Ribeiro Busatta Barberino (CPF 368.776.368-48) e Vanessa Regina Ferreira da Silva (CPF 225.598.668-03).

1.2. Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo - IFSP.

1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13813/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, I, da Lei nº 8.443, de 1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, I, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, em considerar legal para fins de registro o ato de admissão de pessoal relacionado no item 1.1 deste Acórdão, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-040.094/2020-0 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessado: Carlindo Rodrigues Sequeira Junior (CPF 142.605.491-20).

1.2. Entidade: Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT.

1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13814/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, I, da Lei nº 8.443, de 1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, I, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal relacionados no item 1.1 deste Acórdão, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-040.104/2020-6 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Elder Peixoto Xavier (CPF 130.941.836-54); Evanilda Nascimento de Godoi Bustamante (CPF 006.632.516-13) e Mirian Santana Barbosa (CPF 073.588.466-80).

1.2. Entidade: Fundação Universidade Federal de Viçosa - UFV.

1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13815/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, I, da Lei nº 8.443, de 1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, I, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal relacionados no item 1.1 deste Acórdão, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-040.144/2020-8 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Aurora Marcondes Espiríto Santo Carneiro (CPF 285.806.649-34); Beatriz do Rocio Soares de Carvalho Tabasnik (CPF 397.384.260-49); Guilherme Augusto Tupinambá da Silva (CPF 113.789.607-85); Júlio Cesar Teixeira da Silva (CPF 063.279.658-81); Marcelo Pickler da Silva (CPF 763.400.079-53); Márcia Cristina de Oliveira Paes Bernardinelli (CPF 051.970.678-10); Rosana Luzia Gomes da Costa (CPF 314.572.311-15); Selma Paiva de Oliveira Sanches (CPF 067.762.298-80); Sérgio de Oliveira da Silva (CPF 974.464.327-72) e Zita Aparecida Mendes Jonsson (CPF 757.597.489-04).

1.2. Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS.

1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13816/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, I, da Lei nº 8.443, de 1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, I, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, em considerar legal para fins de registro o ato de admissão de pessoal relacionado no item 1.1 deste Acórdão, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-040.170/2020-9 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessada: Katiuscia Kelly Medeiros de Araújo (CPF 052.768.134-26).

1.2. Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte - IFRN.

1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13817/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, I, da Lei nº 8.443, de 1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, I, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal relacionados no item 1.1 deste Acórdão, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-040.172/2020-1 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Daniel Araújo Gonçalves (CPF 086.947.996-26) e Denise Silva (CPF 959.851.401-30).

1.2. Entidade: Fundação Universidade Federal da Grande Dourados - UFGD.

1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13818/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, I, da Lei nº 8.443, de 1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, I, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal relacionados no item 1.1 deste Acórdão, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-040.201/2020-1 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Clésio dos Santos Patrício (CPF 972.872.962-68) e Paulo Ernani Martins Bezerra (CPF 279.454.303-25).

1.2. Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13819/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, I, da Lei nº 8.443, de 1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, I, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal relacionados no item 1.1 deste Acórdão, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-040.205/2020-7 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Marcelo de Jesus de Azevedo (CPF 014.014.425-01) e Ricardo Mendes da Silva (CPF 565.878.215-53).

1.2. Entidade: Universidade Federal do Recôncavo da Bahia - UFRB.

1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13820/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, I, da Lei nº 8.443, de 1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, I, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, em considerar legal para fins de registro o ato de admissão de pessoal relacionado no item 1.1 deste Acórdão, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-040.216/2020-9 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Ademir da Silva Lima Junior (CPF 095.274.877-06).
1.2. Órgão: Ministério da Saúde.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13821/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, I, da Lei nº 8.443, de 1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, I, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal relacionados no item 1.1 deste Acórdão, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-040.245/2020-9 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Clarice Silveira da Silva (CPF 936.697.980-72); Elíada Duarte Campos (CPF 831.660.760-34); Elisane de Souza (CPF 010.828.040-37); Emerson Alex da Silva (CPF 762.948.700-20); Fernanda Pires Costa (CPF 006.394.500-24); Jéssica Correa Lellis de Souza (CPF 019.621.580-39); Josiane Teresinha de Quadros Morais (CPF 004.955.670-35); Karina de Vargas Cony (CPF 008.521.760-31); Márcia Adriana Gonçalves Pinto (CPF 632.151.280-04) e Raísa Pinheiro Vasques (CPF 031.760.080-07).
1.2. Entidade: Hospital de Clínicas de Porto Alegre - HCPA.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13822/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, I, da Lei nº 8.443, de 1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, I, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal relacionados no item 1.1 deste Acórdão, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-040.251/2020-9 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Andréia Gonçalves Meireles (CPF 009.296.690-02); Cláudia da Silva Dias (CPF 000.786.270-95); Damião Bispo da Silva (CPF 845.967.834-20); Edineide Maria da Silva Nascimento (CPF 706.909.445-00); Eduardo Ferreira Marques (CPF 001.714.880-40); Katiuscia Machado da Costa (CPF 804.930.250-49); Magnólia Costa Almeida (CPF 418.522.143-68); Moisés Pereira de Azambuja (CPF 002.321.940-84); Raquel Pereira Carvalho (CPF 803.342.533-49) e Roger Soares Goulart (CPF 005.506.910-06).
1.2. Entidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares - Ebserh.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13823/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, I, da Lei nº 8.443, de 1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, I, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal relacionados no item 1.1 deste Acórdão, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-040.262/2020-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Aline Maria de Santana Santos (CPF 030.349.695-97); Ana Lúcia da Costa Souza (CPF 774.690.204-97); Bruna Alves dos Santos (CPF 030.997.000-88); Danielle Wother Colvara Wahast (CPF 001.885.350-12); Ediene Alves do Nascimento (CPF 812.007.304-53); Eilane Moreira Bento Rodrigues (CPF 003.768.455-89); Fernanda Barbosa Pereira (CPF 016.221.526-62); Heverty Rocha Alves Neto (CPF 027.648.673-01); Jerusa Bezerra de Brito Ribeiro (CPF 663.691.264-20) e Otávio Oliveira Guimarães (CPF 029.252.120-00).
1.2. Entidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares - Ebserh.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13824/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, I, da Lei nº 8.443, de 1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, I, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal relacionados no item 1.1 deste Acórdão, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-040.266/2020-6 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Adriana Machado da Rosa (CPF 990.614.220-00); Ana Carine Goersch Silva (CPF 016.686.803-51); Cláudia Tereza Campos Santos (CPF 975.547.744-68); Elizângela Ferreira Flores dos Santos (CPF 867.565.914-87); Luana Vasconcelos Ferreira (CPF 007.536.910-94); Lúcia Adriana Bastos Paulino (CPF 008.939.959-59); Manoel Jakson de Souza Silva (CPF 033.480.585-62); Márcio de Oliveira Paula (CPF 001.743.720-27); Ulisses Costa Silva Neto (CPF 104.537.746-52) e Vicente Gomes de Almeida (CPF 283.808.602-25).
1.2. Entidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares - Ebserh.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13825/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, I, da Lei nº 8.443, de 1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, I, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal relacionados no item 1.1 deste Acórdão, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-040.365/2020-4 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Edna Dias dos Santos (CPF 543.387.607-10); Gilberto Ferreira Lopes (CPF 625.105.257-00); Kleber Machado de Oliveira (CPF 625.035.372-00); Luiz Marlon da Costa Figueiredo (CPF 625.902.603-00); Renaud Ribeiro da Silva (CPF 626.039.651-15); Rita de Cássia Costa de Souza (CPF 625.682.485-72); Rita de Cássia Francisca da Silva (CPF 625.085.806-78); Roger Cezar Freire (CPF 006.274.177-28); Rubencita Faria Rezende Narcizo (CPF 625.276.227-04) e Selma Aparecida Elias Canini (CPF 062.576.628-85).
1.2. Entidade: Banco do Brasil S.A.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13826/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, I, da Lei nº 8.443, de 1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, I, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal relacionados no item 1.1 deste Acórdão, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-040.399/2020-6 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Analúcia Hanisch (CPF 008.309.989-18); Guilherme de Souza Previdi (CPF 008.296.720-28); Helena Rodrigues de Almeida (CPF 830.386.206-53); Jayme Adalberto Caramao Rechlinski (CPF 523.938.600-53); Jose Maria Correa Pinheiro Filho (CPF 278.079.672-34); Juliana Diniz Rodrigues do Amaral Melo (CPF 039.345.476-21); Juliano Correia Dantas (CPF 034.656.714-90); Kátia Cilene Paiva de Sousa (CPF 323.268.152-20); Ramon Augusto Guimarães Guilhermon Vieira (CPF 830.731.321-04) e Valter Osiro (CPF 083.117.528-18).
1.2. Entidade: Banco do Brasil S.A.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13827/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, I, da Lei nº 8.443, de 1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, I, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal relacionados no item 1.1 deste Acórdão, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-040.402/2020-7 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Gustavo Gagliasso Dumas (CPF 077.862.327-02); Isis Oliveira de Souza (CPF 779.141.985-87); Leonardo Souza de Freitas (CPF 780.346.203-00); Lersia Miranda (CPF 778.879.721-91); Luís Eduardo Lima Kido (CPF 780.014.981-15); Marcelo Teruo Fugimoto (CPF 221.800.298-10); Natália Cristina de Souza Ferreira (CPF 011.697.891-02); Paulo Roberto Januário (CPF 069.502.237-73); Pedro Renato Rodrigues Campos (CPF 077.968.077-40) e Rainer Windsor de Moura Alberto (CPF 072.859.428-55).
1.2. Entidade: Banco do Brasil S.A.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13828/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, I, da Lei nº 8.443, de 1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, I, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, em considerar legal para fins de registro o ato de admissão de pessoal relacionado no item 1.1 deste Acórdão, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-040.615/2020-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessada: Sônia Margarida Ribeiro Guedes da Rocha (CPF 501.275.865-04).
1.2. Entidade: Fundação Universidade de Brasília - Unb.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13829/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, I, da Lei nº 8.443, de 1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, I, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal relacionados no item 1.1 deste Acórdão, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-040.630/2020-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Adeíldo Ricardo Santos da Silva (CPF 069.844.424-86); Adriana Campos Gomes de Sá (CPF 281.639.628-28); Adriane Correa Soares (CPF 869.424.252-49); Adriano Moura de Souza (CPF 055.174.039-64); Geofranco Francisco de Sousa (CPF 839.950.483-15); Rafaela Machado Nascimento Ávila dos Santos (CPF 104.724.737-27); Renata Maranhão Bressan Rego (CPF 828.987.151-15); Renata Martins Remigio (CPF 061.481.484-71); Renato Rissi Marassi (CPF 392.821.888-33) e Rinaldo Rodrigo de Lira Costa (CPF 046.034.554-02).
1.2. Entidade: Banco do Brasil S.A.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13830/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, I, da Lei nº 8.443, de 1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, I, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal relacionados no item 1.1 deste Acórdão, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-042.059/2020-8 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Arnóbio de Castro Lima (CPF 750.480.353-72); Edair Buganza (CPF 750.506.848-20); Ezequely Silva de Freitas (CPF 751.285.434-04); Fabíola Araújo Feitoza (CPF 750.010.392-15); Jose Luiz Yoneya (CPF 075.154.978-90); Keiny Rodrigo Burgardt (CPF 751.380.269-68); Leone Napoleão de Sousa Neto (CPF 749.675.683-00); Marcos Rosalvo Paulus da Silva (CPF 751.183.190-72); Vanderlei Inácio Neuberger (CPF 750.773.379-34) e Virgínia Moura Castilho (CPF 751.448.322-53).

1.2. Entidade: Banco do Brasil S.A.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13831/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, I, da Lei nº 8.443, de 1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, I, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal relacionados no item 1.1 deste Acórdão, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-042.408/2020-2 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Cleusa de Queiroz (CPF 005.347.919-05); Cristiane Volpe (CPF 536.515.881-49); Estefenson Luís de Figueiredo (CPF 534.851.141-20); Fernando Mário Vieira Lima Sampaio (CPF 535.152.779-00); Guilherme Augusto Heinemann Gassenferth (CPF 053.616.909-88); Idacir Fassioni (CPF 535.670.641-34); Jefferson Moreno Fernandes (CPF 053.684.659-63); Liliane Cristina Correa Fernandes (CPF 005.368.801-58); Luiz Magno de Souza (CPF 053.478.416-05) e Marcus Jaccoud da Costa (CPF 053.619.947-74).
1.2. Entidade: Banco do Brasil S.A.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13832/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, I, da Lei nº 8.443, de 1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, I, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal relacionados no item 1.1 deste Acórdão, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-042.410/2020-7 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Danilo Gomes de Sousa (CPF 216.574.638-85); Dinael Domingos Santos (CPF 103.230.878-84); Edimar Luiz de Oliveira (CPF 804.805.786-72); Edna Pires de Oliveira (CPF 085.587.738-31); Edson Luiz Stringhini de Camargo (CPF 934.668.200-06); Elaine Megumi Ito Yamauti (CPF 314.490.588-76); Érica Rosana de Souza Terra (CPF 779.643.306-91); Fábio Alves dos Santos (CPF 027.663.999-50); Francisca Geila Camelo Braga Duarte (CPF 656.060.783-68) e Francisco Adriano Ferreira da Silva (CPF 326.466.153-53).
1.2. Entidade: Banco do Brasil S.A.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13833/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, I, da Lei nº 8.443, de 1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, I, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal relacionados no item 1.1 deste Acórdão, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-042.441/2020-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Kátia Gidiane Targino Fernandes (CPF 049.979.194-03); Pabllo Victor da Costa Lima (CPF 050.881.734-07); Patrícia Andretto Galiotto (CPF 717.172.931-15); Paulo Cesar Barbosa e Silva (CPF 924.927.461-00); Paulo Rogério Silveira Lopes Junior (CPF 043.070.091-18); Paulo Vieira Mota (CPF 724.776.791-04); Paulo Vitor Barbosa da Silva (CPF 014.036.845-02); Pedro Ferreira Rego Filho (CPF 987.086.603-44); Péricles Gomes Filho (CPF 339.484.025-15) e Rafael de Carvalho Azevedo (CPF 028.421.545-76).
1.2. Entidade: Banco do Brasil S.A.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13834/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, I, da Lei nº 8.443, de 1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, I, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal relacionados no item 1.1 deste Acórdão, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-042.444/2020-9 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Agatha Sousa Bouzon (CPF 020.545.795-99); Jeane Rodrigues Pereira Santana (CPF 966.081.373-20); Noêmia Marcondes Pinho Kormann (CPF 023.386.769-47); Otoniel Cavalcante Dantas (CPF 839.254.733-00); Paulo Giovani Schulz (CPF 040.329.889-00); Paulo Rangel Alves da Silva (CPF 030.869.913-05); Pedro Alexandre de Freitas Neto (CPF 518.761.674-91); Rafaela de Brito Pontes de Almeida (CPF 100.810.907-06); Rainer Montalvão Torres de Moraes (CPF 005.686.055-27) e Raquel de Oliveira Santos (CPF 027.869.345-83).
1.2. Entidade: Banco do Brasil S.A.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13835/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, I, da Lei nº 8.443, de 1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, I, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal relacionados no item 1.1 deste Acórdão, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-042.449/2020-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Gustavo Calasans Rodrigues (CPF 042.949.017-80); Gustavo Colodzeiski (CPF 976.896.530-49); Gustavo Pontes Teixeira (CPF 080.503.127-80); Gustavo Sampaio Nogues (CPF 665.260.276-87); Harlei da Silva Macedo (CPF 071.567.527-31); Hélcio Issao Ashihara (CPF 181.952.798-05); Helisson Carlos Heringer (CPF 681.846.116-68); Helve de Almeida Braga (CPF 697.546.911-34); Hélvio da Silva Moreira (CPF 005.703.989-59) e Henrique Brandão Martins (CPF 037.235.326-67).
1.2. Entidade: Banco do Brasil S.A.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13836/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei nº 8.443, de 1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, II, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, além do art. 7º, I, da Resolução TCU nº 206, de 2007, em considerar prejudicada, por perda de objeto, a apreciação para fins de registro, do ato de concessão de pensão civil relacionado no item 1.1 deste Acórdão, diante da cessação do efeito financeiro do respectivo ato a partir do falecimento da interessada, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-037.815/2020-2 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessada: Bárbara Dutra Furtado (CPF 560.011.006-59).
1.2. Entidade: Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13837/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei nº 8.443, de 1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, e nos termos do item 1.5.1.2 do Acórdão 2.100/2010-TCU-Plenário, em determinar a exclusão do ato de pensão civil em favor de Margarida Maria Leite de Souza (CPF 086.479.415-00) no Sisac, permanecendo o ato excluído no Sisac em função do indevido cadastramento em duplicidade, e em considerar legais para fins de registro os demais atos de concessão de pensão civil relacionados no item 1.1 deste Acórdão, e, em sintonia com os pareceres emitidos neste processo, prolatar a providência abaixo indicada:

1. Processo TC-037.835/2020-3 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Anete dos Santos Costa (CPF 328.946.005-34); Beatriz Alves Pereira (CPF 246.982.455-91); Celeste Myriam Jesuíno Lacerda Santos (CPF 405.695.785-15); Dicléia Santos (CPF 919.621.295-00); Grimaldo Jose Bastos (CPF 020.917.395-53); Margarida Maria Leite de Souza (CPF 086.479.415-00); Maria Auxiliadora Pastora dos Santos (CPF 192.897.585-20); Maria Elza da Silva (CPF 143.345.855-15); Maria de Fátima de Campos Veiga (CPF 058.288.565-53); Mateus Silva de Jesus de Souza (CPF 860.146.975-27); Mayara Ragna Oliveira Santos (CPF 057.097.325-24) e Vera Lucia Bezerra da Silva (CPF 064.179.815-68).
1.2. Órgão: Ministério da Saúde.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. providência: promover a exclusão do ato de pensão civil em favor de Margarida Maria Leite de Souza (CPF 086.479.415-00) no Sisac, mantendo a referida exclusão em função do indevido cadastramento do aludido ato em duplicidade.

ACÓRDÃO Nº 13838/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei nº 8.443, de 1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão de pensão civil relacionado no item 1.1 deste Acórdão, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-038.379/2020-1 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessada: Maria Regina Santos de Souza (CPF 702.809.083-34).
1.2. Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará - IFCE.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13839/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei nº 8.443, de 1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão de pensão civil relacionados no item 1.1 deste Acórdão, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-038.662/2020-5 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessadas: Luana Valéria Sales Guimarães (CPF 112.008.947-66) e Maria Cristina Potsch Martins (CPF 348.363.657-91).
1.2. Entidade: Colégio Pedro II no Rio de Janeiro - RJ.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13840/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei nº 8.443, de 1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão de pensão civil relacionados no item 1.1 deste Acórdão, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-038.691/2020-5 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessadas: Aldenora Ribeiro do Nascimento (CPF 239.786.863-68); Ana Maria da Silva (CPF 037.514.264-93); Eide Dutra Castro (CPF 012.727.926-17); Francisca Justina da Silveira (CPF 100.853.192-87); Iracy Ramos da Silva (CPF 924.409.326-04); Josefa Maria do Nascimento (CPF 003.889.757-17); Maria Marcelina da Conceição Dantas (CPF 041.890.094-90); Maria de Fátima Siqueira de Souza (CPF 559.392.604-20); Neuza Ayde Almeida e Silva (CPF 196.780.376-53) e Therezinha Antunes de Faria (CPF 605.375.316-53).
1.2. Órgão: então Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13841/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei nº 8.443, de 1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão de pensão civil relacionados no item 1.1 deste Acórdão, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-038.721/2020-1 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Maria Creusa dos Santos Bilhim (CPF 076.067.487-64); Maria da Conceição Araújo Rodrigues (CPF 199.819.967-34); Norma Cid Nelson Ribeiro (CPF 024.162.167-40) e Rennan Araújo Rodrigues (CPF 167.146.897-05).
1.2. Órgão: então Ministério da Fazenda.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13842/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei nº 8.443, de 1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão de pensão civil relacionados no item 1.1 deste Acórdão, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-038.842/2020-3 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessadas: Louse Marilane Poroca Costa (CPF 494.095.652-00); Maria Orquídea Saraiva de Souza (CPF 040.974.322-49) e Maria de Nazare Lima Pereira (CPF 022.173.412-00).
1.2. Entidade: Fundação Universidade do Amazonas - UFAM.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13843/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei nº 8.443, de 1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão de pensão civil relacionados no item 1.1 deste Acórdão, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-038.991/2020-9 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Anna Maria Pepe Prandi (CPF 045.268.575-30) e Wagner Prandi (CPF 011.645.848-80).
1.2. Entidade: Universidade Federal do Recôncavo da Bahia - UFRB.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13844/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei nº 8.443, de 1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão de pensão civil relacionado no item 1.1 deste Acórdão, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-039.015/2020-3 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessada: Antônia Rufina Silva (CPF 225.137.872-34).
1.2. Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima - IFRR.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13845/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei nº 8.443, de 1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão de pensão civil relacionados no item 1.1 deste Acórdão, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-039.058/2020-4 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessadas: Alzenir Silva Oliveira Cavalcante (CPF 708.940.863-91); Francisca Selma Viana Salgado (CPF 309.296.443-87); Maria Izamelia Lima da Costa (CPF 445.550.243-20); Maria Jose Brasil Linhares (CPF 211.247.793-53) e Maria da Paz Sales Veras Alves (CPF 506.689.003-34).
1.2. Entidade: Fundação Nacional de Saúde - Funasa.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13846/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei nº 8.443, de 1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão de pensão civil relacionados no item 1.1 deste Acórdão, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-039.106/2020-9 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Jose Carlos Mello (CPF 006.779.300-20); Manoel Valdez da Silva Filho (CPF 072.778.737-34) e Maria Jose Farias da Silva (CPF 104.615.152-53).
1.2. Entidade: Fundação Nacional de Artes - Funarte.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13847/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei nº 8.443, de 1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão de pensão civil relacionado no item 1.1 deste Acórdão, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-040.531/2020-1 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessada: Lydia Haddad Landgraf (CPF 162.138.018-12).
1.2. Órgão: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13848/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei nº 8.443, de 1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão de pensão civil relacionados no item 1.1 deste Acórdão, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-040.584/2020-8 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessadas: Maria de Fátima Pires Diniz (CPF 021.423.464-99) e Wilma Ximenes Cunha (CPF 652.760.944-20).
1.2. Entidade: Universidade Federal de Campina Grande - UFCG.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13849/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei nº 8.443, de 1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão de pensão civil relacionados no item 1.1 deste Acórdão, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-041.941/2020-9 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Guilherme de Assis Ferreira (CPF 473.256.778-98); Gustavo de Assis Ferreira (CPF 473.256.548-47); Igor Ribeiro (CPF 476.076.318-01); Jose Luiz Ribeiro Neto (CPF 463.653.398-44); Mônica Costa de Assis Ferreira (CPF 323.751.968-56); Patrícia Stanich Nunes (CPF 115.629.378-20) e Rafael Cravcenco Aníbal Rodriguez (CPF 439.817.348-07).
1.2. Entidade: Universidade Federal de São Paulo - Unifesp.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13850/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei nº 8.443, de 1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão de pensão civil relacionados no item 1.1 deste Acórdão, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-041.966/2020-1 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessadas: Edenir da Silva Farias (CPF 003.085.707-40); Edwirges Souza da Cruz (CPF 077.000.517-98); Elza Coutinho de Amorim (CPF 732.668.257-72); Eunice dos Santos Apolinário Botelho (CPF 092.401.127-07); Marlene Coutinho de Carvalho (CPF 073.972.177-10); Marli Ribeiro de Souza (CPF 001.071.817-62); Marli de Oliveira Galdêncio (CPF 984.841.097-04); Nery Nunes Soares Fernandes (CPF 137.863.597-33); Neuza Gomes Ribeiro (CPF 073.912.197-97) e Zeni Ana Rocha (CPF 496.303.936-20).
1.2. Entidade: Fundação Nacional de Saúde - Funasa.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13851/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei nº 8.443, de 1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão de pensão civil relacionado no item 1.1 deste Acórdão, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-042.321/2020-4 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessada: Celina Lopes Martins (CPF 934.975.717-68).
1.2. Entidade: Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro - UFRRJ.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13852/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei nº 8.443, de 1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão de pensão civil relacionados no item 1.1 deste Acórdão, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-042.339/2020-0 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessados: Aparecida de Souza Cherubino (CPF 004.966.478-65); Isabela de Souza Cherubino (CPF 456.380.138-06) e Martin Alonso Valdes de Freitas (CPF 423.056.238-10).

1.2. Entidade: Fundação Universidade Federal de São Carlos - UFSCar.

1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13853/2020 - TCU - 2ª Câmara

Considerando que o presente processo trata de prestação de contas anuais dos gestores da Fundação Biblioteca Nacional (FBN) para o exercício de 2014;

Considerando que, por meio do Acórdão 10.897/2016 (Relação 33/2016), a 2ª Câmara do TCU teria julgado regulares as contas de todos os agentes integrantes do rol de responsáveis da aludida entidade, com a exceção para as contas de Myriam Lewin, tendo o julgamento sido sobrestado até a decisão definitiva a ser proferida pelo TCU no TC 027.870/2014-6 em face de cuidar de representação sobre os indícios de irregularidade no Pregão Eletrônico n.º 17/2014, já que o mérito desse outro processo poderia ter reflexos sobre as contas da referida gestora;

Considerando que o aludido pregão seria destinado à contratação de serviços terceirizados, contínuos, de apoio operacional e de atividades auxiliares e complementares para atender às unidades administrativas da FBN, tendo a vencedora da licitação celebrado com a FBN o Contrato n.º 30/2014, ao passo que a aludida representação descreveria os indícios de favorecimento à empresa vencedora a partir da irregularidade na conduta de Daniel José de Aboim (falecido em 7/1/2015), como pregoeiro;

Considerando que, ao julgar o mérito do aludido TC 027.870/2014-6, o Plenário do TCU proferiu o Acórdão 2.546/2015 e, entre outras deliberações, determinou que a FBN adotasse as providências no sentido da anulação do Pregão Eletrônico nº 17/2014, admitindo, em caráter excepcional, que a anulação do contrato firmado com a Angel's Serviços Técnicos Ltda. ocorresse após o tempo estritamente necessário à realização de novo certame, ante a natureza contínua do objeto pactuado;

Considerando que, posteriormente, o Plenário do TCU prolatou o Acórdão 479/2016 e alterou parcialmente o item 9.3 do Acórdão 2.546/2015-Plenário no sentido de determinar que a então Secex-RJ apurasse a regularidade dos preços contratados no âmbito do Pregão Eletrônico n.º 17/2014, autuando, se necessário, a respectiva tomada de contas especial, com a subsequente citação dos responsáveis identificados, além de promover a audiência de Myriam Lewin diante da não anulação do referido certame, em contrariedade, assim, com a informação encaminhada oficial e anteriormente ao TCU, e diante, ainda, da indevida contratação da Angel's Serviços Técnicos Ltda. no âmbito do aludido certame;

Considerando que, após a análise do feito, a SecexTrabalho assinalou que a conduta reprovável sobre a não adoção célere e oportuna de providências para a necessária anulação do Contrato n.º 30/2014 teria ocorrido em 2015, e não em 2014, até porque a FBN teria sido notificada pelo TCU, em 30/10/2014, e a Procuradoria da Fundação teria apresentado a sua manifestação pela subsistência de irregularidades na licitação, em 27/11/2014, tendo a Diretora Executiva providenciado a notificação da empresa contratada, em 8/12/2014, para lhe conceder o prazo de vinte dias em prol da adicional apresentação da defesa;

Considerando, pois, que a unidade teria verificado, então, que a subjacente irregularidade teria ocorrido em 2015 (após o recebimento da manifestação da contratada em 8/1/2015), e não em 2014, ao sustentar a suposta razoabilidade de aguardar o julgamento definitivo do TCU, destacando que a aludida gestora levou mais de seis meses para comunicar ao TCU a sua estranha decisão no sentido de manter em execução o Contrato n.º 30/2014, já que essa comunicação teria ocorrido em 28/8/2015 (Peça 24 do TC 027.870/2014-6);

Considerando que, por esse prisma, a unidade técnica teria indicado que, nas presentes contas de 2014, a aludida responsável (Myriam Lewin) não deveria ser responsabilizada sobre o eventual prejuízo decorrente do possível superfaturamento na contratação da Angel's Serviços Técnicos Ltda., tendo ressaltado, ainda, que, no processo de tomada de contas especial autuado sob o TC 009.298/2019-3 com vistas à apuração desse possível superfaturamento, a unidade técnica ainda não teria apresentado o seu parecer definitivo sobre a subsistência, ou não, do débito e, desse modo, a responsabilidade, em 2014, pela suscitada irregularidade recairia exclusivamente aí sobre o pregoeiro (Daniel José de Aboim);

Considerando que, às Peças 51 e 52, os pareceres da unidade técnica seriam pela regularidade das contas de Myriam Lewin para o exercício de 2014 na Fundação Biblioteca Nacional, sem prejuízo da eventual apuração da irregularidade para o exercício de 2015 no bojo da referida tomada de contas especial;

Considerando, contudo, que, à Peça 53, o MPTCU teria sugerido a regularidade, com ressalva, para as contas da aludida responsável em 2014, dando-lhe a subsequente quitação;

Considerando, enfim, que, em face da Decisão Normativa TCU n.º 146, de 2015, a FBN não teria sido selecionada pelo TCU para o julgamento da sua prestação de contas ordinária em 2015 e, assim, o julgamento da referida tomada de contas especial no bojo do TC 009.298/2019-3 poderia ocorrer plenamente;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso II e 23, inciso II, da Lei nº 8.443, de 1992, e nos arts. 1º, inciso I, 143, inciso I, alínea "a", 208 e 214, inciso II, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, em levantar o sobrestamento do presente processo para julgar regulares, com ressalva, as contas de Myriam Lewin, dando-lhe a subsequente quitação, em face, apenas, do exercício de 2014, sem prejuízo da eventual apuração das irregularidades para o exercício de 2015 no bojo da referida tomada de contas especial, diante dos elementos de convicção até aqui obtidos pelo TCU, e, em sintonia com os pareceres emitidos neste processo, prolatar as providências abaixo indicadas:

1. Processo TC-026.264/2015-3 (PRESTAÇÃO DE CONTAS - Exercício de 2014)

1.1. Responsáveis: Ana Cristina Dubeux Dourado (CPF 456.635.214-53); Ana Cristina Sá de Souza (CPF 886.947.717-72); Ana Lígia Silva Medeiros (CPF 387.491.817-34); Ângela Fatorelli Costa (CPF 016.643.817-08); Carla Rossana Chianello Ramos (CPF 787.648.667-34); Elisa Campos Machado (CPF 032.778.348-67); Fabiano dos Santos (CPF 324.429.043-49); Francisco Fernando Braga Menezes (CPF 619.160.993-00); Jayme Spinelli Junior (CPF 297.535.117-87); Jorge Luiz Teles da Silva (CPF 036.856.227-14); José Monroe Eisenberg (CPF 040.498.448-77); Liana Gomes Amadeo (CPF 932.360.697-91); Márcio André Medici Machado (CPF 747.701.367-49); Marcus Venicio Toledo Ribeiro (CPF 311.767.807-78); Maria José da Silva Fernandes (CPF 637.863.387-87); Maria Suzete Nunes (CPF 233.944.123-49); Maria Veridiana da Costa Aguiar Negrini (CPF 353.376.368-47); Maristela Rangel Pinto (CPF 675.785.277-20); Moema Sá Pereira Salgado (CPF 043.063.217-70); Mônica Rizzo Soares Pinto (CPF 739.916.517-34); Myriam Lewin (CPF 367.050.807-44); Renato de Andrade Lessa (CPF 359.289.647-49); Rosane Lopes Silva dos Santos (CPF 664.531.357-87); Tânia Mara Barreto Pacheco (CPF 388.624.097-53).

1.2. Entidade: Fundação Biblioteca Nacional (FBN).

1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sérgio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo do Trabalho e Entidades Paraestatais (SecexTrabalho).

1.6. Representação legal: Marcus Vinicius de Albuquerque Portella, entre outros, representando a Fundação Biblioteca Nacional.

1.7. Providências:

1.7.1. enviar a cópia deste Acórdão, com a cópia do parecer da unidade técnica e do MPTCU, à responsável (Myriam Lewin) e à Fundação Biblioteca Nacional (FBN), para ciência; e

1.7.2. arquivar o presente processo.

ACÓRDÃO Nº 13854/2020 - TCU - 2ª Câmara

Considerando que o presente processo trata de contas anuais dos gestores do Serviço Social do Comércio - Administração Nacional (Sesc-AN) para o exercício de 2017;

Considerando que, por meio do Acórdão 1.512-Plenário (Relação 24/2019), em 3/7/2019, foi determinado o apensamento ao presente processo do TC 014.769/2018-9, tratando de denúncia sobre as possíveis práticas de nepotismo no Serviço Social do Transporte (Sest) e no Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte (Senat) a partir da nomeação para os cargos de direção no âmbito do Conselho Regional no Centro-Oeste junto às aludidas entidades;

Considerando que, por meio da análise sobre a folha de pagamento do Sest, a Controladoria-Geral da União (CGU) constatou que a ocupante do cargo de supervisora no Conselho Regional no Centro-Oeste seria parente em 1º grau (filha) do ocupante do cargo de presidente do Conselho Regional no Centro-Oeste, restando configurado o nepotismo, em sintonia com a Súmula Vinculante n.º 13 do Supremo Tribunal Federal;

Considerando que a aludida supervisora e parente em 1º grau (filha) do ocupante do cargo de presidente do Conselho Regional no Centro-Oeste teria sido admitida em 2/9/2015, tendo sido nomeada pelo presidente do Conselho Nacional do Sest (Clésio Soares de Andrade);

Considerando que presente processo trataria das contas para o exercício de 2017, ao passo que o processo de contas anuais do Serviço Social do Comércio - Administração Nacional (Sesc-AN) para o exercício de 2015 estaria autuado no bojo do TC 000.189/2017-0) e estaria na etapa de saneamento do processo sob a relatoria do Ministro-Substituto Weder de Oliveira;

Considerando que, a despeito da edição de normativo interno, em 2017, dispondo sobre a seleção e a contratação de pessoal (Instrução de Serviço DEXSEST/SENAT 7, de 2017), com a vedação para a participação de parentes até o 2º grau, o presidente do Conselho Nacional do Sest permitiu a permanência no cargo da aludida supervisora durante todo o exercício de 2017, já que somente promoveu a exoneração, em 10/9/2018, e, assim, essa falha deve ser indicada nas presentes contas de 2017;

Considerando, enfim, que, por meio do item 9 do Relatório de Avaliação (Peça 5, p. 25-30), a CGU identificou a recomendação pendente de implementação sobre o necessário ressarcimento pela Diedro Construções no valor de R$ 8.292.465,30 em favor do Sest, ante o superfaturamento nas obras das Unidades Operacionais de Guarulhos - SP e Itabuna - BA (Ação de Controle 201203986), tendo essas irregularidades sido identificadas por meio de fiscalizações realizadas nas mencionadas unidades e resultado nos Relatórios de Auditoria 237163, 237164, 250933, 250934, 257900 e 257901;

Considerando, enfim, que as manifestações da unidade técnica (Peça 39) e do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas da União (Peça 41) foram favoráveis à regularidade, com ressalva, para as contas do presidente do Conselho Nacional do Sest, sem prejuízo da regularidade, com quitação plena, para as contas dos demais responsáveis;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, incisos I e II e 23, incisos I e II, da Lei nº 8.443, de 1992, e nos arts. 1º, inciso I, 143, inciso I, alínea "a", 207, 208 e 214, incisos I e II, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, em julgar regulares as contas dos responsáveis relacionados no item 1.2 deste Acórdão, dando-lhes a quitação plena, sem prejuízo, todavia, de julgar regulares, com ressalva, as contas de Clésio Soares de Andrade (CPF 154.444.906-25), dando-lhe quitação, além de, em sintonia com os pareceres emitidos neste processo, prolatar as providências abaixo indicadas:

1. Processo TC-043.521/2018-5 (PRESTAÇÃO DE CONTAS - Exercício de 2017)

1.1. Apensos: TC 014.769/2018-2 (DENÚNCIA)

1.2. Responsáveis: Aloisio Carlos Nogueira de Carvalho (CPF 402.147.886-87); André Luis Costa (CPF 354.535.080-00); Antonio Vander Silva Reis (CPF 997.436.046-34); Antonio Vitaliano de Oliveira (CPF 743.543.887-15); Ari Rabaiolli (CPF 219.266.899-68); Carlos Cesar Meireles Vieira Filho (CPF 278.803.204-82); Claudinei Natal Pelegrini (CPF 060.286.358-98); Clésio Soares de Andrade (CPF 154.444.906-25); César Augusto Rabello Borges (CPF 033.166.375-91); Decio Sampaio Barros (CPF 410.188.425-00); Edgar Ferreira de Sousa (CPF 312.207.466-49); Eduardo Ferreira Rebuzzi (CPF 506.896.497-20); Eduardo Sanovicz (CPF 021.830.838-83); Eduardo Tude de Melo (CPF 744.617.454-49); Eduardo de Pereira Vaz (CPF 408.854.026-34); Eudo Laranjeiras Costa (CPF 070.458.594-49); Eurico Divon Galhardi (CPF 044.008.877-15); Felipe Busnardo Gulin (CPF 029.716.849-54); Flavio Benatti (CPF 545.837.308-10); Flavio Viana de Freitas (CPF 160.445.416-49); Francisco Biazotto (CPF 134.768.150-72); Francisco Carlos Goncalves Cardoso (CPF 111.560.230-68); Francisco Feitosa de Albuquerque Lima (CPF 220.955.863-87); Francisco Saldanha Bezerra (CPF 009.422.352-15); Gerson Oger Fonseca (CPF 581.774.348-53); Irani Bertolini (CPF 119.707.310-87); Jerson Antônio Picoli (CPF 216.264.647-15); Joao Resende Filho (CPF 199.952.021-15); Jose Araújo Silva (CPF 104.610.868-91); Jose Eduardo de Lima Vargas (CPF 046.351.006-26); José Carlos Reis Lavouras (CPF 410.806.537-91); José Di Bella Filho (CPF 032.949.368-00); José Hélio Fernandes (CPF 058.544.741-15); José da Fonseca Lopes (CPF 387.405.168-49); Joubert Fortes Flores Filho (CPF 544.705.877-53); Julian Roger Crispin Thomas (CPF 101.682.918-35); Luis Antonio da Silva (CPF 075.233.478-60); Luiz Gustavo Bambini de Assis (CPF 281.340.658-99); Luiz Maldonado Marthos (CPF 004.633.379-72); Martinho Ferreira de Moura (CPF 246.258.767-53); Moacir da Silva (CPF 059.099.700-97); Moyses Leão Ohana (CPF 034.719.932-15); Murillo de Moraes Rego Corrêa Barbosa (CPF 033.168.317-20); Narciso Goncalves dos Santos (CPF 037.410.367-49); Neri Leobet (CPF 372.219.499-72); Nicole Carvalho Goulart (CPF 019.189.441-99); Nilson Alfredo Gibson Duarte Rodrigues Sobrinho (CPF 368.513.534-15); Odilon Walter dos Santos (CPF 002.861.681-20); Omar José Gomes (CPF 052.230.597-00); Oswaldo Dias de Castro Junior (CPF 076.005.978-02); Paulo Gaba Junior (CPF 118.425.508-37); Paulo Roberto do Val Nemer (CPF 756.673.807-06); Paulo Vicente Caleffi (CPF 068.122.010-49); Pedro Antonio Teixeira (CPF 271.082.790-53); Pedro Francisco Moreira (CPF 051.868.268-47); Pedro Gilson Azambuja (CPF 160.766.640-53); Pedro José de Oliveira Lopes (CPF 005.497.119-53); Raimundo Holanda Cavalcante Filho (CPF 036.817.932-04); Ronaldo Bento Trad (CPF 721.956.498-87); Ronaldo Jenkins de Lemos (CPF 022.491.541-04); Sergio Luiz Malucelli (CPF 027.918.899-49); Sergio Luiz Pedrosa (CPF 676.202.216-20); Silvio Valdemar Tamelini (CPF 253.603.028-87); Silvio Vasco Campos Jorge (CPF 196.370.638-20); Thadeu Castello Branco e Silva (CPF 233.536.199-68); Vinicius Ladeira Marques de Sousa (CPF 831.641.541-00); Waldemar Araújo (CPF 232.552.776-04); Waldemar Rocha Junior (CPF 729.436.708-63); Wilen Manteli (CPF 107.067.630-68).

1.3. Entidade: Serviço Social do Comércio - Administração Nacional (Sesc-AN).

1.4. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo do Trabalho e Entidades Paraestatais (SecexTrabalho).

1.6. Representação legal: Abel Batista de Santana Filho (OAB-DF 59.828), entre outros, representando o Serviço Social do Comércio - Administração Nacional (Sesc-AN), além de Matheus Mayer Milanez (OAB-DF 59.370), representando Clésio Soares de Andrade.

1.7. Providências:

1.7.1. Determinar que, no prazo de 120 (cento e vinte) dias contados da notificação desta deliberação, o Serviço Social do Comércio - Administração Nacional (Sesc-AN) apure e adote todas as providências cabíveis e, especialmente, as mencionadas no item 9 do Relatório de Avaliação da CGU (Peça 5, p. 25-30) com vistas a promover o pleno ressarcimento do débito pela Diedro Construções sob o valor de R$ 8.292.465,30 em favor do Sest, ante o eventual superfaturamento constatado nas obras das Unidades Operacionais de Guarulhos - SP e Itabuna - BA (Ação de Controle 201203986) em 2010-2011, sem prejuízo da eventual instauração da devida tomada de contas especial, devendo o Sest informar o TCU sobre o resultado de todas as medidas adotadas, ao final do referido prazo;

1.7.2 promover, por intermédio da unidade técnica, o envio da cópia deste Acórdão para a juntada ao TC 000.189/2017-0, com a prévia ciência do Ministro-Relator Weder de Oliveira, em face de a unidade técnica estar a analisar o processo de contas anuais dos gestores do Serviço Social do Comércio - Administração Nacional (Sesc-AN) para o exercício de 2015, sugerindo a promoção de audiência dos responsáveis, já que, por meio da análise sobre a folha de pagamento do Sest, a Controladoria-Geral da União (CGU) constatou que

a ocupante do cargo de supervisora no Conselho Regional no Centro-Oeste seria parente em 1º grau (filha) do ocupante do cargo de presidente do Conselho Regional no Centro-Oeste, restando configurado o nepotismo, em sintonia com a Súmula Vinculante n.º 13 do Supremo Tribunal Federal;

1.7.3. promover, por intermédio da unidade técnica, a retirada do apensamento ao presente processo do TC 014.769/2018-9, tratando de denúncia sobre as possíveis práticas de nepotismo no Serviço Social do Transporte (Sest) e no Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte (Senat) a partir da nomeação para os cargos de direção no âmbito do Conselho Regional no Centro-Oeste junto às aludidas entidades, para, assim, promover o apensamento do referido TC 014.769/2018-9 ao TC 000.189/2017-0 para o julgamento em conjunto e em confronto,

1.7.4. enviar a cópia do presente Acórdão, com o parecer da unidade técnica, ao Serviço Social do Comércio - Administração Nacional (Sesc-AN), para ciência e efetivo cumprimento do item 1.7.1 deste Acórdão dentro do prazo ali assinalado;

1.7.5. promover, por intermédio da unidade técnica, a abertura de processo específico de monitoramento sobre a determinação prolatada pelo item 1.7.1 deste Acórdão; e

1.7.6. arquivar o presente processo.

ACÓRDÃO Nº 13855/2020 - TCU - 2ª Câmara

Considerando que o presente processo trata de tomada de contas especial instaurada pelo Ministério da Defesa (MD) em desfavor de Jair Aguiar Souto, como então prefeito de Manaquiri - AM (gestão: 2009-2012), diante da inexecução total do Convênio nº 469/PCN/2010 destinado à construção de biblioteca pública na sede do referido município;

Considerando que, já no âmbito do TCU, foi realizada a citação solidária dos responsáveis (Jair Aguiar Souto, como prefeito municipal, e João Lúcio Galvão Gonçalves, como fiscal da execução do convênio), além da empresa contratada (Sigma Engenharia e Consultoria Ltda.), pelo débito sob o valor integralmente repassado, com o eventual desconto dos valores já restituídos;

Considerando que apenas Jair Aguiar Souto atendeu à citação (Peça nº 32), tendo apresentado as suas alegações de defesa, e, após a análise do feito, a Secex-AM sugeriu a realização de diligência junto à referida prefeitura municipal para dirimir a controvérsia sobre a verificação do percentual executado da obra;

Considerando que, no seu parecer à Peça nº 61, ao analisar as alegações de defesa de Jair Aguiar Souto, a unidade técnica assinalou que a resposta do Ministério da Defesa à Peça 42 não teria deixado clara a discriminação dos itens de serviço sem serem, tendo, assim, suscitado o eventual prejuízo ao contraditório e à ampla defesa, para sugerir o consequente acolhimento da defesa, com a extensão dos seus efeitos em prol de João Lúcio Galvão Gonçalves, como fiscal do convênio;

Considerando, ainda, que, em atendimento à referida diligência, as novas informações foram prestadas pelo Ministério da Defesa, atestando a conclusão de 90,01% do objeto pactuado (Peça 67);

Considerando que a empresa contratada para a execução das obras (Sigma Engenharia e Consultoria Ltda.) apresentou a sua manifestação à Peça nº 69, informando que, embora não concordasse com as supostas irregularidades apontadas neste processo, ela promoveria o recolhimento parcelado do débito sob o valor de R$ 49.951,00, correspondendo ao percentual de 9,99% não executado, com o abatimento de R$ 7.367,37 já devolvidos;

Considerando que, por meio do Acórdão 638/2017-2ª Câmara (Relação 1/2017), o TCU autorizou o solicitado pagamento parcelado do débito pela seguinte linha:

"(...) *Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, com fundamento nos arts. 143, inciso V, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246/2011, em:*

a) autorizar, nos termos do art. 26 da Lei nº 8.443, de 1992, a empresa Sigma Engenharia e Consultoria Ltda. a efetuar o pagamento da dívida no valor de R$ 49.951,00 (em 19/12/2012), abatido o montante devolvido R$ 7.376,37 (em 20/12/2012), em 36 parcelas, incidindo sobre cada parcela, corrigida monetariamente, os correspondentes acréscimos legais, fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação, para comprovar perante o Tribunal o recolhimento da primeira parcela, e de 30 (trinta) dias, a contar da parcela anterior, para comprovar os recolhimentos das demais parcelas, devendo incidir sobre cada valor mensal, atualizado monetariamente, os juros de mora devidos, na forma prevista na legislação em vigor;

b) alertar a responsável no sentido de que a falta de comprovação do recolhimento de qualquer parcela importará no vencimento antecipado do saldo devedor, nos termos do § 2º do art. 217 do Regimento Interno do TCU;

c) encaminhar os autos à Secex/AM para que se manifeste conclusivamente em relação ao mérito da presente tomada de contas especial, com a subsequente oitiva regimental do Ministério Público junto ao Tribunal.";

Considerando que, a partir dos documentos acostados às Peças 116 e 117, a unidade técnica emitiu o seu parecer à Peça nº 117, noticiando que a Sigma Engenharia e Consultoria Ltda. teria cumprido a obrigação imposta em solidariedade com os demais responsáveis, ante o atesto sobre o integral pagamento do débito imputado, e, ainda, consignou o recolhimento a maior em R$ 1.770,18;

Considerando, então, que a unidade técnica propôs o acolhimento das alegações de defesa apresentadas por Jair Aguiar Souto, além de expedir a quitação da obrigação à Sigma Engenharia e Consultoria Ltda., com os demais coobrigados, para julgar regulares, com ressalva, as contas dos responsáveis, sem prejuízo de reconhecer o crédito sob o valor de R$ 1.770,18 em prol da aludida empresa, arquivando o presente processo;

Considerando, enfim, que, à Peça 119, o MPTCU anuiu à aludida proposta da unidade técnica;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso II e 23, inciso II, da Lei nº 8.443, de 1992, e nos arts. 1º, inciso I, 143, inciso I, alínea "a", 208 e 214, inciso II, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, em promover o acolhimento da defesa apresentada por Jair Aguiar Souto, além de expedir a quitação da obrigação à Sigma Engenharia e Consultoria Ltda., com os demais coobrigados, para julgar regulares, com ressalva, as contas dos responsáveis, sem prejuízo de reconhecer o crédito sob o valor de R$ 1.770,18 em prol da aludida empresa, além de, em sintonia com os pareceres emitidos neste processo, prolatar as providências abaixo indicadas:

1. Processo TC-006.008/2014-3 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsáveis: Jair Aguiar Souto (CPF 247.248.662-68); João Lúcio Galvão Gonçalves (CPF 285.174.312-00) e Sigma Engenharia e Consultoria Ltda. (CNPJ 11.621.353/0001-25).

1.2. Entidade: Município de Manaquiri - AM.

1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (Secex-TCE).

1.6. Representação legal: Márcia Caroline Milleo Laredo (OAB-AM 8.936), entre outros, representando Jair Aguiar Souto.

1.7. Providência:

1.7.1. enviar a cópia do presente Acórdão, com a cópia do último parecer da unidade técnica, aos responsáveis indicados no item 1.1 deste Acórdão, para ciência e eventuais providências cabíveis, devendo a correspondente comunicação fazer o expresso anúncio do crédito em favor da Sigma Engenharia e Consultoria Ltda. ante o recolhimento a maior sob o valor de R$ 1.770,18; e

1.7.2. arquivar o presente processo.

ACÓRDÃO Nº 13856/2020 - TCU - 2ª Câmara

Considerando que o presente processo trata de tomada de contas especial instaurada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) em desfavor de Marcus Vinícius Girão de Morais diante do indevido recebimento da bolsa de pesquisa de Desenvolvimento Científico e Regional (DCR) após a aquisição de vínculo empregatício;

Considerando que, ao julgar o referido feito, a 2ª Câmara do TCU proferiu o Acórdão 1.906/2015 no sentido de fixar o novo e improrrogável prazo para o recolhimento do débito sob o valor original de R$ 64.400,00 aos cofres do CNPq, tendo sido autorizado, por meio do Acórdão 3.542/2015-2ª Câmara, o recolhimento em até 72 (setenta e duas) parcelas mensais e sucessivas;

Considerando que, diante do recolhimento integral do débito, a 2ª Câmara do TCU prolatou o Acórdão 2.592/2020 e, assim, julgou regulares, com ressalva, as contas de Marcus Vinícius Girão de Morais, dando-lhe a subjacente quitação, além de reconhecer a subsistência do crédito sob o valor de R$ 3.593,18 em face do majorado recolhimento do débito pelo aludido responsável;

Considerando, todavia, que, mais adiante, a unidade técnica lançou o seu parecer à Peça 108, pugnando pela retificação, por erro material, do referido Acórdão 2.592/2020, para incluir o CNPq como entidade responsável pela devolução do suscitado crédito, além de orientar o aludido responsável no sentido de promover o requerimento do referido crédito junto ao CNPq por meio da apresentação de cópia do referido Acórdão 2.592/2020;

Considerando, por seu turno, que, durante a Sessão de 17/3/2020, o aludido Acórdão 2.592/2020 foi prolatado pela 2ª Câmara nos seguintes termos:

"(...) *9.1. julgar regulares, com ressalvas, as contas de Marcus Vinícius Girão de Morais, dandolhe a subjacente quitação, nos termos dos arts. 1º, I, 16, II, 18, e 23, II, da Lei nº 8.443, de 1992;*

9.2. declarar a subsistência de crédito sob o valor de R$ 3.593,18 a partir do saldo apurado, no dia 26/9/2019, em favor de Marcus Vinicius Girão de Morais ante o recolhimento, a maior, do débito imputado por meio do Acórdão 1.906/2015-TCU-2ª Câmara, com as subsequentes modificações introduzidas pelo Acórdão 3.542/2015-TCU-2ª Câmara;

9.3. determinar que a unidade técnica adote as seguintes medidas:

9.3.1. promova a notificação de Marcus Vinícius Girão de Morais no sentido de que, a partir do majorado recolhimento do débito imputado pelo Acórdão 1.906/2015-2ª Câmara, o valor de R$ 3.593,18 subsistiria como crédito em seu favor, podendo o responsável buscar a correspondente repetição do indébito por intermédio do devido pedido perante a administração do TCU;

9.3.2. envie a cópia deste Acórdão, com o Relatório e a Proposta de Deliberação, ao Sr. Marcus Vinícius Girão de Morais, para ciência e eventuais providências, e ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, para ciência."

Considerando, todavia, que não restaria evidenciada a suposta indicação errônea de outra entidade, sem ser o CNPq, como responsável pela devolução do crédito em favor de Marcus Vinícius Girão de Moraes, não subsistindo, pois, o suposto erro material no aludido Acórdão 2.592/2020;

Considerando, ainda, que não subsistiria a necessidade de integrar o referido acórdão para identificar, de forma expressa, que a responsabilidade pela devolução seria do CNPq, já que, por meio do Acórdão 1.906/2015-2ª Câmara, o responsável foi condenado ao recolhimento do débito em favor do CNPq, pressupondo, assim, que caberia a essa entidade a devolução do crédito decorrente do majorado recolhimento do débito por Marcus Vinícius Girão de Moraes;

Considerando, enfim, que, por meio do item 9.3.1 do Acórdão 2.592/2020-2ª Câmara, foi facultado ao responsável a possibilidade de buscar a correspondente repetição do indébito por intermédio do pedido perante a administração do TCU, inexistindo, todavia, os documentos tendentes a evidenciar a eventual formulação do referido pedido no bojo do presente processo;

Considerando, por esse prisma, que, a despeito da inexistência de erro material no aludido Acórdão 2.592/2020-2ª Câmara, o TCU pode esclarecer o responsável (Marcus Vinícius Girão de Morais) sobre a subsistência do aludido crédito perante o CNPq em face do recolhimento, a maior, do débito imputado por meio do Acórdão 1.906/2015-TCU-2ª Câmara a partir das subsequentes modificações introduzidas pelo Acórdão 3.542/2015-TCU-2ª Câmara;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso V, alínea "a", do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, e na Súmula nº 145 do TCU, em manter inalterado o Acórdão 2.592/2020 prolatado pela 2ª Câmara do TCU, diante dos elementos de convicção até aqui obtidos pelo TCU, dando por prejudicado o suscitado pedido de retificação, por erro material, do referido acórdão, sem prejuízo de prolatar as providências abaixo indicadas:

1. Processo TC-030.989/2014-0 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsável: Marcus Vinícius Girão de Morais (CPF 368.847.152-00).

1.2. Entidade: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo do Desenvolvimento Econômico (SecexDesenvolvimento).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Providências:

1.7.1. encaminhar a cópia do presente Acórdão, com o parecer da unidade técnica, ao responsável, esclarecendo-o sobre a subsistência do aludido crédito perante o CNPq em face do recolhimento, a maior, do débito imputado por meio do Acórdão 1.906/2015-TCU-2ª Câmara a partir das subsequentes modificações introduzidas pelo Acórdão 3.542/2015-TCU-2ª Câmara; e

1.7.2. arquivar o presente processo.

ACÓRDÃO Nº 13857/2020 - TCU - 2ª Câmara

Considerando que o presente processo trata de monitoramento sobre a determinação prolatada pelo item 9.2 do Acórdão 814/2015-TCU-2ª Câmara, no âmbito do TC-000.315/2012-5, ao cuidar de representação formulada por João Fernando Alves Costa e Antônio Raimundo de Santana, como vereadores do Município de Jiquiriçá - BA, tendo sido, originariamente, encaminhada ao Tribunal de Contas dos Municípios do Estado da Bahia em face dos indícios de irregularidade na execução do Programa de Subsídios à Habitação de Interesse Social (PSH) - Dias Melhores a partir do ajuste celebrado entre o referido município e a Secretaria do Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia, com a interveniência do Banco Paulista S.A;

Considerando que o item 9.2 do aludido Acórdão 814/2015 foi proferido pela 2ª Câmara do TCU nos seguintes termos:

"(...) *9.2. determinar à Secretaria do Tesouro Nacional (STN), na qualidade de órgão gestor do Programa de Subsídios à Habitação de Interesse Social - PSH, que:*

9.2.1. adote as providências necessárias junto ao Banco Paulista S.A, nos termos do item 9.5 da Portaria Interministerial nº 335, de 29 de setembro de 2005, para a devolução dos recursos relativos às 11 unidades habitacionais objeto da presente representação, no valor de R$ 66.000,00 (sessenta e seis mil reais), envolvendo o Termo de Acordo e Compromisso nº 02/2008 para Repasse de Complementação aos Subsídios Repassados pelo PSH, uma vez que a documentação comprobatória anexada a estes autos não evidenciou a sua efetiva construção e entrega, ante a não observância, pela instituição financeira, das atribuições previstas no citado normativo, em especial, no que se refere ao necessário acompanhamento da execução das obras;

9.2.2. encaminhe a este Tribunal, no prazo de 90 (noventa) dias, informações sobre o resultado das providências adotadas, com a respectiva documentação comprobatória";

Considerando que, ao analisar o cumprimento do item 9.2 do Acórdão 814/2015-2ª Câmara, a SeinfraCOM informou que, por meio do Ofício SEI 60062/2019/ME, de 5/11/2019, a Subsecretaria de Riscos, Controles e Conformidade do Ministério da Economia teria noticiado que a Secretaria do Tesouro Nacional (STN) teria encaminhado, em 23/5/2018, o Processo 17944.100095/2018-41 à Secretaria Nacional de Habitação (SNH) do então Ministério das Cidades para a adoção das providências cabíveis, tendo em vista a alteração de entendimento da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) no sentido de que seria possível a inscrição dos débitos inerentes ao PSH na Dívida Ativa da União (DAU), além de ter comunicado que, em 14/1/2019, a SNH encaminhou à PGFN o Processo 80000.015655/2014-25 para a inscrição na DAU dos débitos junto ao Banco Paulista S.A., como apurado pelo TCU no aludido Acórdão 814/2015 (Peças 54-58);

Considerando, enfim, que, diante disso, a unidade técnica teria pugnado pelo cumprimento do item 9.2 do Acórdão 814/2015-TCU-2ª Câmara, tendo, por isso, proposto o apensamento definitivo do presente processo ao TC-000.315/2012-5 (Peça 60);

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso V, alínea "c", e 157, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, em assinalar o cumprimento da determinação prolatada pelo item 9.2 do Acórdão 814/2015-TCU-2ª Câmara, além de prolatar as providências abaixo indicadas:

1. Processo TC-008.355/2015-0 (MONITORAMENTO)
1.1. Interessado: Tribunal de Contas da União.
1.2. Entidade: Município de Jiquiriçá - BA.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho
1.4. Representante do Ministério Público: não atuou
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Infraestrutura Hídrica, de Comunicações e de Mineração (SeinfraCOM).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Providências:
1.7.1. enviar a cópia do presente Acórdão, com o parecer da unidade técnica, à Secretaria do Tesouro Nacional (STN), para ciência e eventual adoção das medidas cabíveis, solicitando que, futuramente, a STN informe o TCU sobre o definitivo resultado dado ao Processo 17944.100095/2018-41 pela Secretaria Nacional de Habitação (SNH) do então Ministério das Cidades e ao Processo 80000.015655/2014-25 em face da inscrição na dívida ativa dos débitos junto ao Banco Paulista S.A.; e
1.7.2. promover o definitivo apensamento do presente processo ao TC-000.315/2012-5, em obediência aos arts. 36 e 37 da Resolução TCU n.º 259, de 2014.

ACÓRDÃO Nº 13858/2020 - TCU - 2ª Câmara

Considerando que o presente processo trata de monitoramento da determinação proferida pelo item 1.7.1 do Acórdão 6.776/2019-2ª Câmara, ao apreciar o TC 003.028/2016-0, em 30/7/2019, nos seguintes termos:
"(...) *1.7. Determinar que a SecexDesenvolvimento adote as seguintes medidas:*
1.7.1. envie a cópia do presente Acórdão, acompanhado do parecer da unidade técnica, à Secretaria Nacional de Defesa Civil, para ciência, sem prejuízo de determinar que, no prazo de 120 (cento e vinte) dias contados da ciência da presente deliberação, a Secretaria Nacional de Defesa Civil envie a tomada de contas especial (TCE) instaurada sobre o Termo de Compromisso 141/2012, tendo a Nota Técnica 98, de 7/5/2018, informado que essa TCE teria sido formada sob o valor original de R$ 214.837,50 em desfavor de Raymundo Nonato Lopes, como então prefeito de Iranduba - AM; e
1.7.2. apense o presente processo ao TC-029.592/2014-3, em obediência aos arts. 36 e 37 da Resolução TCU nº 259, de 2014";
Considerando que o referido TC 003.028/2016-0 cuidou de monitoramento da determinação encaminhada à Secretaria Nacional de Defesa Civil por intermédio do item 1.7.1 do Acórdão 1.252/2015 prolatado pela 2ª Câmara do TCU, ao apreciar do TC 029.592/2014-3, no seguinte sentido:
"(...) *1.7.1. à Secretaria Nacional de Defesa Civil que efetue a análise das prestações de contas dos Termos de Compromisso n os 141/2012 e 029/2013 à luz das irregularidades noticiadas nos presentes autos, instaurando, se for o caso, as respectivas tomadas de contas especiais, e informando o TCU, no prazo de 90 (noventa) dias, a respeito do resultado da análise, bem como sobre o resultado das providências eventualmente adotadas"*;
Considerando que, como processo originário, o TC 029.592/2014-3 tratou de representação autuada a partir do envio do Ofício nº 962/2014/3OFCIV/PR/AM pelo Exmo. Sr. Alexandre Jabur, como Procurador da República no Estado do Amazonas, encaminhando a integral cópia do Inquérito Civil Público nº 1.13.000.001546/2014-88 instaurado com a finalidade de investigar as possíveis irregularidades na execução do Termo de Compromisso 141/2012 (Siafi nº 672677) celebrado entre a Secretaria Nacional de Defesa Civil do então Ministério da Integração Nacional e o Município de Iranduba - AM em 2012;
Considerando que, em essência, a referida deliberação do TCU teria determinado que, no prazo de 120 (cento e vinte) dias contados da ciência da deliberação, a Secretaria Nacional de Defesa Civil enviasse a tomada de contas especial (TCE) instaurada sobre o Termo de Compromisso 141/2012, tendo a Nota Técnica 98, de 7/5/2018, informado que essa TCE teria sido instaurada sob o valor original de R$ 214.837,50 em desfavor de Raymundo Nonato Lopes, como então prefeito de Iranduba - AM;
Considerando, entretanto, que não teria sido promovido o envio do referido processo de tomada de contas especial, mas apenas o envio da declaração de envio ao controle interno em 14/6/2018;
Considerando que, por meio do Acórdão 4.770/020-2ª Câmara (Relação 12/2020), o TCU teria reiterado a determinação proferida pelo item 1.7.1 do Acórdão 6.776/2019-2ª Câmara nos seguintes termos:
"(...) *1.6. Reiterar a determinação proferida, nos termos do art. 43, I, da Lei n.º 8.443, de 1992, pelo item 1.7.1 do Acórdão nº 6.776/2019-TCU-2ª Câmara no sentido de, no prazo de 60 (sessenta) dias contados da ciência da presente deliberação, a Secretaria Nacional de Defesa Civil ou o correspondente órgão de controle interno envie a tomada de contas especial (TCE) instaurada sobre o Termo de Compromisso 141/2012 a partir da informação pela Nota Técnica 98, de 7/5/2018, no sentido de essa TCE ter sido autuada sob o valor original de R$ 214.837,50 em desfavor de Raymundo Nonato Lopes, como então prefeito de Iranduba - AM;*
1.7. Determinar que a unidade técnica adote as seguintes medidas:
1.7.1. envie a cópia do presente Acórdão, com o parecer da unidade técnica, à Secretaria Nacional de Defesa Civil e ao correspondente órgão de controle interno, para o efetivo cumprimento do item 1.6 deste Acórdão; e
1.7.2. prossiga com o monitoramento sobre o cumprimento do item 1.6 deste Acórdão em sintonia com o item 1.7.1 do Acórdão 6.776/2019-TCU-2ª Câmara";
Considerando que, ao analisar o cumprimento do item 1.6 do Acórdão 4.770/020-2ª Câmara (Relação 12/2020) em sintonia com o item 1.7.1 do Acórdão 6.776/2019-TCU-2ª Câmara, a SecexDesenvolvimento informou que, por meio do Ofício 247/2020/Aeci/MDR, de 19/5/2020 (Peça 20, p. 1-2), o Chefe da Assessoria Especial de Controle Interno do Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR) comunicou que teria encaminhado ao TCU a respectiva tomada de contas especial autuada sob o TC 027.842/2019-3, tendo essa informação sido corroborada pelos elementos à Peça 20 (p. 3-7);
Considerando, enfim, que a unidade técnica teria pugnado pelo cumprimento do item 1.7.1 do Acórdão 6.776/2019-TCU-2ª Câmara e do item 1.6 do Acórdão 4.770/020-2ª Câmara (Relação 12/2020), tendo, por isso, proposto o apensamento definitivo do presente processo ao TC 003.028/2016-0 (Peça 22);

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso V, alínea "c", e 157, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, em assinalar o cumprimento do item 1.7.1 do Acórdão 6.776/2019-TCU-2ª Câmara e do item 1.6 do Acórdão 4.770/020-2ª Câmara (Relação 12/2020), além de prolatar as providências abaixo indicadas:

1. Processo TC-027.411/2019-2 (MONITORAMENTO)
1.1. Interessado: Tribunal de Contas da União.
1.2. Órgão: Ministério do Desenvolvimento Regional.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: não atuou.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo do Desenvolvimento Econômico (SecexDesenvolvimento).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Providências:
1.7.1. enviar a cópia do presente Acórdão, com o parecer da unidade técnica, ao Ministério do Desenvolvimento Regional, para ciência; e
1.7.2. promover o apensamento definitivo do presente TC 027.411/2019-2 e do TC 003.028/2016-0 ao TC 027.842/2019-3, em obediência aos arts. 36 e 37 da Resolução TCU n.º 259, de 2014.

ACÓRDÃO Nº 13859/2020 - TCU - 2ª Câmara

Considerando que o presente processo trata de monitoramento sobre o cumprimento da determinação proferida pelo item 9.3 do Acórdão 4.503/2016-TCU-2ª Câmara, no bojo do TC 028.947/2011-8, ao apreciar a auditoria realizada para avaliar o cumprimento dos normativos inerentes aos critérios de inscrição, formação e manutenção da Relação de Beneficiários (RB) em assentamentos implantados pela Superintendência Regional do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária no Distrito Federal e no Entorno (SR-28 DFE);
Considerando que o aludido item 9.3 do Acórdão 4.503/2016 foi prolatado pela 2ª Câmara do TCU nos seguintes termos:
"(...) *9.3. determinar à Superintendência Regional do Incra no Distrito Federal e no Entorno - SR-28 (DFE), com fundamento no art. 250, inciso II, do RITCU, que:*
9.3.1. efetue o planejamento das atividades de fiscalização e de supervisão dos projetos de assentamento sob a sua competência, nos termos dos arts. 4º e 5º da Instrução Normativa nº 71, de 17/5/2012 - Incra, encaminhando ao Tribunal, no prazo de 90 (noventa) dias, cópia do correspondente plano;
9.3.2. estabeleça o padrão de relatório de fiscalização e de supervisão, contendo as informações referentes aos assentados ou ocupantes, aos créditos para instalação e produção e aos outros dados que possam subsidiar a análise e respaldar a decisão sobre a situação irregular encontrada nos correspondentes programas, nos termos da Norma de Execução nº 102, de 4/6/2012 - Incra;
9.3.3. observe, nos processos de seleção de famílias para assentamento, os critérios fixados no art. 19 da Lei nº 8.629, de 1993, e nos arts. 5º e 8º da Norma de Execução nº 45, de 2005; e
9.3.4. adote as medidas necessárias, no prazo de 120 (cento e vinte dias), para identificar, nos projetos de assentamento sob a sua competência, os beneficiários do Programa Nacional de Reforma Agrária que não atendam aos requisitos para participar do programa, apresentando ao TCU o correspondente relatório com os resultados desses procedimentos e com o destaque das situações irregulares identificadas, apontando as medidas adotadas";
Considerando que, por meio dos Ofícios 121/2016 e 674/2019 (Peças 6 e 11), a SecexAgroAmbiental teria notificado o Incra sobre a determinação proferida pelo item 9.3 do Acórdão 4.503/2016-TCU-2ª Câmara, tendo, por meio dos Ofícios 1.007/2016 e 1081/2020 (Peças 7 e 16), a aludida entidade apresentado as informações sobre as providências para o cumprimento da referida decisão do TCU;
Considerando que a SecexAgroAmbiental assinalou que o Incra teria informado estarem em elaboração os Planos Regionais de Supervisão Ocupacional de lotes da reforma agrária, como previsto no Plano Nacional de Supervisão Ocupacional, contando aí com o Plano Regional de Supervisão Ocupacional do Incra-DF, além dos planos regionais das outras superintendências, e, assim, a unidade técnica assinalou estar em cumprimento o item 9.3.1 do Acórdão 4.503/2016-TCU-2ª Câmara;
Considerando que a SecexAgroAmbiental destacou que o Incra teria informado sobre a implantação dos formulários padrões (Formulário Supervisão Ocupacional - Beneficiário - 4026227, e Formulário Supervisão Ocupacional - Ocupante - 4026319 em setembro deste ano no Sistema Nacional de Supervisão Ocupacional (SNSO), em conformidade com o Laudo MODELO (5083698 - ainda em desenvolvimento), mas destacou que já permitiria a padronização das vistorias e dos relatórios das vistorias, e, assim, a unidade técnica sugeriu o cumprimento do item 9.3.2 do Acórdão 4.503/2016-TCU-2ª Câmara, pois teria sido estabelecido o padrão no relatório de fiscalização e de supervisão, em conformidade com a documentação apresentada;
Considerando que, em sua resposta, o Incra SR-28 teria apresentado o Memorando-Circular 2.143/2018/DT/Sede/Incra, de 30/11/2018, informando a interrupção, até a ulterior deliberação, dos procedimentos em curso sobre a edição do edital do processo de seleção de famílias ao Programa Nacional de Reforma Agrária a partir dos projetos de assentamento criados no âmbito da aludida regional até a finalização do sistema informatizado do Incra;
Considerando, ainda, que o Incra teria comunicado que teriam sido definidos os critérios e procedimentos para o processo seletivo, além da construção de normativos para disciplinar o novo processo de seleção e a ação piloto, consistindo em dar continuidade ao processo de seleção na SR-06/MG, SR-08/SP, SR-13/MT e SR-26/TO sob a coordenação da Diretoria de Terras no Incra-Sede;
Considerando que, a partir das informações prestadas pelo Incra, a unidade técnica destacou que, enquanto estiver em implementação o projeto piloto nos mencionados estados, os processos de seleção do Incra-SR-28 ficariam suspensos até a ulterior deliberação e, assim, a SecexAgroAmbiental anotou estar em cumprimento o item 9.3.3 do Acórdão 4.503/2016-TCU-2ª Câmara;
Considerando que, embora o Incra não tenha informado sobre as providências fixadas pelo item 9.3.4 do Acórdão 4.503/2016-2ª Câmara, a SecexAgroAmbiental informou que o monitoramento realizado no âmbito do TC 010.705/2018-0 teria verificado que o Incra teria elaborado o Plano de Apuração de Indícios de Irregularidades para a correção e o saneamento de diversas irregularidades apontadas pelos órgãos de controle e, por aí, teria constatado a pequena evolução na apuração dos indícios de irregularidade pelo Incra-SR-28, tendo a unidade técnica assinalado estar, então, em cumprimento o item 9.3.4 do Acórdão 4.503/2016-2ª Câmara;
Considerando que a unidade técnica informou que, no âmbito do TC 010.705/2018-0, cuidando de diversas irregularidades detectadas em auditorias feitas sobre o Programa Nacional da Reforma Agrária (PNRA) em vários estados, o monitoramento dos Acórdãos 1.976/2017 e 624/2018, do Plenário, abordaria as questões referentes ao Incra-SR-28, a exemplo das medidas a serem adotadas nos processos de seleção de beneficiários, supervisão ocupacional e apuração dos indícios de irregularidade no PNRA;
Considerando que a SecexAgroAmbiental indicou a desnecessidade de continuidade do monitoramento sobre os itens 9.3.1, 9.3.3 e 9.3.4 do Acórdão 4.503/2016-2ª Câmara, já que os aludidos itens seriam avaliados, de forma integrada, com as outras Superintendências Regionais do Incra no âmbito do TC 002.103/2020-6, ao tratar de monitoramento do Acórdão 3.155/2019-TCU-Plenário;
Considerando, enfim, que, à Peça 19, a unidade técnica pugnou pelo cumprimento do item 9.3.2 do acórdão e por estar em cumprimento os itens 9.3.1, 9.3.3 e 9.3.4 do Acórdão 4.503/2016-TCU-2ª Câmara, além de apensar o presente processo ao TC 028.947/2011-8;
Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso V, alínea "c", e 157, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, em assinalar o cumprimento da determinação prolatada pelo item 9.3.2 do Acórdão 4.503/2016-TCU-2ª Câmara, sem prejuízo de estar em cumprimento as determinações prolatadas pelos itens 9.3.1, 9.3.3 e 9.3.4 do Acórdão 4.503/2016-TCU-2ª Câmara, dispensando, todavia, a continuidade do monitoramento dos aludidos itens no presente processo, já que os aludidos itens seriam avaliados, de forma integrada, com as outras Superintendências Regionais do Incra no âmbito do TC 002.103/2020-6, ao tratar de monitoramento do Acórdão 3.155/2019-TCU-Plenário, e, em sintonia com os pareceres emitidos neste processo, prolatar as providências abaixo indicadas:

1. Processo TC-038.124/2019-0 (MONITORAMENTO)
1.1. Interessado: Tribunal de Contas da União.
1.2. Entidade: Superintendência Regional do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária no Distrito Federal e no Entorno (SR-28 DFE).
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: não atuou.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Agricultura e do Meio Ambiente (SecexAgroAmbiental).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Providências:

1.7.1. enviar a cópia do presente Acórdão, com os pareceres da unidade técnica, à Superintendência Regional do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária no Distrito Federal e no Entorno (SR-28 DFE), para ciência e adoção das providências cabíveis; e

1.7.2. promover o apensamento definitivo do presente processo ao TC 028.947/2011-8, em obediência aos arts. 36 e 37 da Resolução TCU n.º 259, de 2014, devendo a unidade técnica atentar para necessidade de promover a continuidade do monitoramento sobre os itens 9.3.1, 9.3.3 e 9.3.4 do Acórdão 4.503/2016-2ª Câmara, por meio da avaliação, integrada, com as outras Superintendências Regionais do Incra, no âmbito do TC 002.103/2020-6, ao tratar de monitoramento sobre o Acórdão 3.155/2019-TCU-Plenário.

ACÓRDÃO Nº 13860/2020 - TCU - 2ª Câmara

Considerando que o presente processo trata de representação sobre os indícios de irregularidade no âmbito da 3ª Companhia de Engenharia de Combate Mecanizada (3ª CECM), em Dom Pedrito - RS, a partir da contratação da Bárbara M. Bonilla - ME para a prestação de serviços de manutenção e conservação de bens imóveis, estando a subjacente contratação em investigação por meio do Inquérito Policial Militar (IPM) 0000053-55.2015.7.03.0203;

Considerando que a presente representação já teria sido conhecida pelo TCU por meio do Acórdão 9.851/2017- 2ª Câmara (Ata n° 43/2017);

Considerando que, por meio do Acórdão 3.891/2020-2ª Câmara (Ata n° 10/2020), o TCU determinou a realização de diligências nos seguintes termos:

"(...) *1.7.1. promova a devida diligência junto ao Comando Militar do Sul para que encaminhe ao TCU, no prazo de 60 (sessenta) dias, a fundamentação adotada na conclusão da sindicância indicada pelo CMS como "Anexo 2", por não ter sido localizado no presente processo, já que, a partir desse documento, o Comandante do Exército teria decidido pela não ocorrência do suscitado dano ao erário;*

1.7.2. promova a devida diligência junto ao Comando Militar do Sul para que encaminhe ao TCU, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, a conclusão da pendente sindicância sobre o possível dano ao erário pelo valor histórico de R$ 20.565,05;

1.7.3. promova a devida diligência junto à 3ª Auditoria da 3ª Circunscrição Judiciária Militar, solicitando que se digne a encaminhar ao TCU, após o correspondente julgamento, a decisão a ser proferida no recurso interposto perante a APM 0000007-57.2015.7.03 sobre as supostas irregularidades na contratação da Bárbara M. Bonilla - ME (CNPJ 07.341.358/0001-27);

1.7.4. envie a cópia do presente Acórdão, com o parecer da unidade técnica, à representante, para ciência, e à administração do Comando Militar do Sul no Exército Brasileiro e à 3ª Auditoria da 3ª Circunscrição Judiciária Militar, para ciência e eventuais providências; e

1.7.5. promova o prosseguimento do presente processo pela realização das suscitadas diligências."

Considerando que, em atendimento às aludidas determinações, foram expedidos, em 23/4/2020, o Ofício 17.275/2020-TCU/Seproc, ao Exmo. Sr. Juiz-Auditor da Justiça Militar Celso Vieira de Souza, e o Ofício 17.279/2020-TCU/Seproc, ao Exmo. Sr. Comandante do Comando Militar do Sul (CMS), além do Ofício 17.280/2020-TCU/Seproc, ao Exmo. Sr. Juiz-Auditor da 3ª Auditoria da 3ª Circunscrição Judiciária Militar;

Considerando que, em resposta aos Ofícios 17.275 e 17.280/2020-TCU/Seproc, o Exmo. Sr. Juiz Federal da Justiça Militar Celso Celidonio informou, em 16/6/2020, que a APM 0000007-57.2015.7.03.0303 estaria em grau de recurso a partir da apelação interposta pelo Ministério Público Militar (MPM), tendo sido autuada no Superior Tribunal Militar (STM) sob o nº 7001359-09.2019.7.00.0000, com a relatoria do Exmo. Sr. Ministro Luis Carlos Gomes Mattos, mas, até o momento, o STM não prolatou a eventual decisão sobre a mencionada apelação (Peça 106);

Considerando que, em resposta ao Ofício 17.279/2020-TCU/Seproc, como Comandante Militar do Sul e por meio do Ofício 273-Asse ApAs Jurd CMS/Cmdo CMS, de 28/5/2020, o Exmo. Sr. General de Exército Valério Stumpf Trindade apresentou as informações sobre as diligências suscitadas pelos itens 1.7.1. e 1.7.2. do Acórdão 3.981/2020-TCU- 2ª Câmara, tendo apresentado as seguintes alegações:

(a) o mencionado "Anexo 2" (Portaria de Instauração do Inquérito Civil - MPF - Peça 86, p. 5-7) corresponderia, na verdade, ao "Anexo 4" (Despacho Decisório 120/2019 - Peça 86, p. 14-18), tendo sido juntado em duplicidade, equivocadamente, com o "Anexo 9" (Peça 86, p. 29-33);

(b) a fundamentação adotada na conclusão da sindicância indicada pelo CMS, como "Anexo 2", trataria do Despacho Decisório 95, de 23/5/2019, emitido pelo Exmo. Sr. Comandante do Exército (Peça 103, p. 16-19), tendo estendido aos demais sindicados a decisão no sentido de não reconhecer o dano ao erário apurado pela Portaria 002-Asse Ap As Jurd CM/Cmdo CMS, de 5/2/2018;

(c) foram realizadas e solucionadas as diligências, em conformidade com o estabelecido pelo Comandante Militar do Sul (Peça 103, p. 3-8), tendo imputado a responsabilidade solidária pelos danos constatados em desfavor de dois militares e dois empresários, ao passo que essa decisão teria sido atacada por via recursal pelos militares, tendo sido recebido o recurso e aplicado o efeito suspensivo (Peça 103, p. 9-11), com o subsequente encaminhamento ao Gabinete do Comandante do Exército, para a superveniente análise e decisão (Peça 103, p. 12); e

(d) teria solicitado a informação ao Gabinete do Comandante do Exército sobre o andamento do processo (Peça 103, p. 13-14), tendo lhe sido informado que o processo estaria na fase de análise dos recursos dos sindicados (Peça 103, p. 15), em conformidade com a DIEx 388-A2.3/A2/GabCmtExainda, para a posterior decisão do Comandante do Exército;

Considerando que o conteúdo do "Anexo 2" foi devidamente esclarecido, em conformidade com o prolatado pelo item 1.7.1 do Acórdão 3.981/2020-TCU-2ª Câmara;

Considerando que, figurando como as duas questões pendentes, a sindicância sobre o possível dano ao erário pelo valor histórico de R$ 20.565,05 (item 1.7.2. do Acórdão 3.981/2020-TCU-2ª Câmara) e o recurso interposto perante a APM 0000007-57.2015.7.03 sobre as supostas irregularidades na contratação da Bárbara M. Bonilla - ME (item 7.1.3. do Acórdão 3.981/2020-TCU-2ª Câmara) já estariam em análise no âmbito da unidade jurisdicionada, além do STM, e, diante da eventual comprovação da ocorrência do dano ao erário, serão tomadas as devidas providências para o ressarcimento dos valores e a responsabilização dos infratores;

Considerando que o controle e a fiscalização sobre a aplicação dos aludidos recursos federais figurariam como atribuição primária do referido órgão federal e, assim, ele deveria promover originalmente a efetiva reparação do suscitado dano causado ao erário, nos termos do art. 8º da Lei n.º 8.443, de 1992;

Considerando que não seria adequada a pronta e direta atuação do TCU, no presente momento, podendo ser diferida a sua atuação para o eventual momento futuro, diante das providências a serem tomadas pelo Comando Militar do Sul para assegurar a efetiva reparação do suscitado dano causado ao erário;

Considerando, portanto, que pode ser assinalado o subsequente prejuízo à apreciação de mérito da presente representação, ante a evidente ausência de imediato objeto, tendo a unidade técnica proposto o arquivamento do presente processo;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso V, alínea "a", e 169, inciso V, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução n.º 246, de 2011, em conhecer da presente representação para assinalar o subsequente prejuízo à apreciação de mérito do feito, ante a evidente ausência de imediato objeto, além de, em sintonia com os pareceres emitidos neste processo, prolatar as providências abaixo indicadas:

1. Processo TC-007.942/2016-8 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Representante: Justiça Militar da União - 2ª Auditoria da 3ª CJM.
1.2. Órgão: 3ª Companhia de Engenharia de Combate Mecanizada.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: não atuou.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas (Selog).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Providências:
1.7.1. enviar a cópia do presente Acórdão, com a cópia do parecer da unidade técnica, aos seguintes destinatários:
1.7.1.1. aos responsáveis, para ciência,
1.7.1.2. à Justiça Militar da União na 2ª Auditoria da 3ª CJM, à 3ª Companhia de Engenharia de Combate Mecanizada - Companhia Emílio Carlos Jourdan, em Dom Pedrito-RS, e ao Comando Militar do Sul, para ciência e adoção das providências cabíveis, solicitando que, ao final da adoção das medidas cabíveis, informem o TCU sobre o resultado dos procedimentos tendentes a resultar no superveniente ressarcimento do erário e na subjacente responsabilização de todos os infratores; e
1.7.2. arquivar o presente processo.

ACÓRDÃO Nº 13861/2020 - TCU - 2ª Câmara

Considerando que o presente processo trata de representação autuada a partir do recebimento de documentação encaminhada pelo Tribunal Regional Federal da 1ª Região sobre a aplicação de multa (astreintes) ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) no bojo do processo de execução em face de mora no cumprimento da decisão judicial;

Considerando que o TCU deve conhecer, preliminarmente, da presente representação, por atender aos requisitos legais e regimentais de admissibilidade;

Considerando que, após a análise do feito, a SecexAgroAmbiental teria verificado que a documentação recebida dizia respeito a processo judicial transitado em julgado em 30/11/2018, fixando multa diária ao Incra em face da não comprovação sobre a efetivação da definitiva titulação do imóvel rural ao respectivo proprietário no prazo assinalado;

Considerando que a unidade técnica destacou que não teria verificado no aludido processo judicial, nem na comunicação encaminhada pelo ora representante, a sentença com a liquidação da multa aplicada ou a determinação de expedição para o pagamento do valor pelo Incra e, enquanto não verificado o referido pagamento, o TCU não deveria atuar sobre essa matéria;

Considerando que, diante da aplicação da aludida multa judicial, a SecexAgroAmbiental assinalou que, a partir da comprovação do suscitado dano ao erário, caberia primariamente ao Incra a apuração das responsabilidades e a adoção de medidas cabíveis com vistas ao ressarcimento do erário, sem prejuízo de instaurar a devida tomada de contas especial, encaminhando-a ao TCU para o devido julgamento, em face de o dano ser apurado em montante superior ao valor de alçada fixado sob o limite de R$ 100.000,00 pela IN TCU nº 71, de 2012, com as alterações trazidas pela IN TCU nº 76, de 2016;

Considerando que, às Peças 7 a 9, a unidade técnica propôs o não conhecimento da presente representação, por não atender aos requisitos legais e regimentais de admissibilidade estabelecidos pelo art. 235 do RITCU;

Considerando, contudo, que o controle e a fiscalização dos recursos federais figurariam como atribuição primária do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária e, ao identificar a eventual incidência do art. 8º da Lei nº 8.443, de 1992, o Incra deverá instaurar a devida tomada de contas especial para a apuração dos fatos, a identificação dos responsáveis, a quantificação do dano e a obtenção do ressarcimento ao erário, encaminhando-a ao TCU para o devido julgamento;

Considerando, portanto, que, no presente momento, não seria adequada a pronta e direta atuação do TCU, podendo a presente representação ser vista como prejudicada;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, V, "a", 235, e 237, III e parágrafo único, e 250, I, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, em conhecer da presente representação para, no mérito, considerá-la prejudicada, diante dos elementos de convicção até aqui obtidos pelo TCU, e prolatar as providências abaixo indicadas:

1. Processo TC-018.796/2020-6 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Representante: Exmo. Sr. Eduardo de Melo Gama, como Juiz Federal Titular da 1ª Vara Federal da Seção Judiciária do Tocantins.
1.2. Entidade: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra).
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: não atuou.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Agricultura e do Meio Ambiente (SecexAgroAmbiental).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Providências:
1.7.1. determinar que, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias contados da notificação desta deliberação, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) apure os indícios de irregularidade apontados no presente processo sobre o eventual pagamento de multa diária aplicada no Processo 2008.43.00.000436-3 (nova numeração 0000436-14.2008.4.01.4300) em andamento na 1ª Vara Federal Cível da Seção Judiciária do Tocantins da Justiça Federal da 1ª Região diante do descumprimento da decisão judicial, sem prejuízo de adotar as internas medidas administrativas cabíveis para o eventual ressarcimento do dano ao erário;
1.7.2. enviar a cópia do presente Acórdão, com a cópia do parecer da unidade técnica, ao ora representante, para ciência;
1.7.3. enviar a cópia do presente Acórdão, com a integral cópia do presente processo, ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), para ciência e efetivo cumprimento do item 1.7.1 deste Acórdão; e
1.7.4. arquivar o presente processo.

ACÓRDÃO Nº 13862/2020 - TCU - 2ª Câmara

Considerando que o presente processo trata de representação formulada pelo Município de São José - SC sobre os indícios de irregularidade pela falta de liberação tempestiva dos recursos no Programa Nacional de Reestruturação e Aquisição de Equipamentos junto ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) para a Rede Escolar Pública de Educação Infantil (Proinfância) com vistas à execução de 3 (três) obras pactuadas com o referido município, em 2013, sob o valor total aprovado pelo FNDE em R$ 2.792.715,27;

Considerando que o TCU deve conhecer, preliminarmente, da presente representação, por atender aos requisitos legais e regimentais de admissibilidade;

Considerando que o ora representante teria, em síntese, noticiado os constantes atrasos nos repasses dos recursos pelo FNDE, prejudicando a execução das aludidas obras, a despeito de estarem em avançado estágio de execução, sem prejuízo de aduzir que, para corrigir essa suposta irregularidade, o FNDE deveria dar imediato cumprimento ao cronograma de repasses financeiros em prol do Termo de Compromisso PAC2 7430/2013 ou autorizar o aludido município a utilizar os seus recursos próprios para concluir as três creches, com o posterior encontro de contas em face dos recursos federais;

Considerando que, após a análise do feito, a unidade técnica propôs a improcedência da presente representação, sem prejuízo de encaminhar a cópia do processo ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação para adotar as providências cabíveis sobre as eventuais irregularidades citadas nos documentos encaminhados pela Prefeitura do Município de São José - SC;

Considerando, ainda, que a representação (Peça 1) foi acompanhada pelo envio de fotografias das obras, além de cópias do Termo de Compromisso PAC2 7430/2013, dos termos aditivos e dos contratos vinculados;

Considerando, contudo, que o controle e a fiscalização da aplicação dos recursos federais transferidos figurariam como atribuição primária do FNDE e, assim, o aludido ente federal repassador deveria apurar os eventuais indícios de irregularidade;

Considerando, portanto, que, no presente momento, não seria adequada a pronta e direta atuação do TCU, podendo o TCU assinalar como prejudicada a apreciação de mérito da presente representação;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso V, alínea "c", 235, 237, inciso VII e parágrafo único, e 250, inciso II, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução n.º 246, de 2011, em conhecer da presente representação para, no mérito, considerá-la prejudicada, diante dos elementos de convicção até aqui obtidos pelo TCU, e prolatar as providências abaixo indicadas:

1. Processo TC- 019.529/2020-1 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Representante: Município de São José - SC.

1.2. Entidade: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE).

1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Educação (SecexEducação).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Providências:

1.7.1. determinar que, no prazo de 120 (cento e vinte) dias contados da notificação desta deliberação, o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) apure os indícios de irregularidade ora anunciados na presente representação, devendo o FNDE informar o TCU sobre as conclusões e as providências adotadas ao final do referido prazo;

1.7.2. enviar a cópia do presente Acórdão, com a cópia dos pareceres da unidade técnica, aos seguintes destinatários:

1.7.2.1. ao Município de São José - SC, para ciência;

1.7.2.2. ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), enviando aí também a cópia integral deste feito por meio do acesso eletrônico ao presente processo, para ciência e efetivo cumprimento ao item 1.7.1 deste Acórdão; e

1.7.2.3. ao ora representante, para ciência.

ACÓRDÃO Nº 13863/2020 - TCU - 2ª Câmara

Considerando que o presente processo trata de representação autuada a partir do ofício encaminhado pelo Exmo. Sr. Shamyl Cipriano, como Juiz Federal Substituto da 6ª Vara Federal da Seção Judiciária do Estado de Rondônia, sobre a aplicação de multa à União no bojo do Processo 0011224-08.2008.4.01.4100, por ato atentatório à dignidade da justiça decorrente na mora em cumprir a subjacente decisão judicial, sob o valor de três salários mínimos, em conformidade com o art. 77, IV, do CPC;

Considerando que o TCU deve conhecer, preliminarmente, da presente representação, por atender aos requisitos legais e regimentais de admissibilidade;

Considerando que a aludida ação judicial teria sido iniciada em 2008 e sentenciada em 2009, com o trânsito em julgado em 2015, tendo a decisão judicial determinado a obrigação de fazer à União no sentido de implantar, na folha de pagamento de servidor da Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira (Ceplac), os acréscimos de 26,05%, 26,06% e 3,17% incidentes sobre a rubrica como "V.P. TRANSITÓRIA ART. 2 MP 1573-7";

Considerando que, em 24/5/2020, o aludido juízo teria determinado a expedição de ofício ao Tribunal de Contas da União e à Controladoria Geral da União para apurar a eventual omissão de servidor público federal no cumprimento da decisão judicial, expondo o ente federal à ilicitude processual;

Considerando que, às Peças 3 a 5, ante o baixo risco, a baixa materialidade e a baixa relevância das irregularidades, além dos princípios da razoabilidade, racionalidade administrativa e economia processual, a unidade técnica propôs o conhecimento da representação para, no mérito, considerá-la procedente, propondo, no entanto, o arquivamento do feito e o encaminhamento de cópia do processo à unidade jurisdicionada com vistas à adoção de providências no âmbito funcional-administrativo para apurar as responsabilidades e recuperar o eventual prejuízo decorrente do pagamento da multa;

Considerando, contudo, que o controle e a fiscalização dos recursos federais figurariam como atribuição primária da Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira (Ceplac) e, ao identificar a eventual incidência do art. 8º da Lei nº 8.443, de 1992, a instituição deverá instaurar a devida tomada de contas especial para a apuração dos fatos, a identificação dos responsáveis, a quantificação do dano e a obtenção do ressarcimento ao erário, encaminhando-a ao TCU para o devido julgamento;

Considerando, então, que, no presente momento, não seria adequada a pronta e direta atuação do TCU, podendo ser considerada prejudicada, pois, a apreciação de mérito da presente representação;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, V, "a", 235, e 237, III e parágrafo único, e 250, I, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, em conhecer da presente representação para, no mérito, considerá-la prejudicada, diante dos elementos de convicção até aqui obtidos pelo TCU, e prolatar as providências abaixo indicadas:

1. Processo TC-028.000/2020-0 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Representante: Exmo. Sr. Shamyl Cipriano, como Juiz Federal Substituto da 6ª Vara Federal da Seção Judiciária do Estado de Rondônia.

1.2. Órgão: Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira (Ceplac) junto ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA).

1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Agricultura e do Meio Ambiente (SecexAgroAmbiental).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Providências:

1.7.1. determinar que, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias contados da notificação desta deliberação, a Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira (Ceplac) apure os indícios de irregularidade apontados no presente processo sobre o eventual pagamento de multa pela União no bojo do Processo 0011224-08.2008.4.01.4100 em andamento na 6ª Vara Federal da Seção Judiciária do Estado de Rondônia, ante o ato atentatório à dignidade da justiça decorrente na mora em cumprir a decisão judicial, sob o valor de três salários mínimos, em conformidade com o art. 77, IV, do CPC;

1.7.2. enviar a cópia do presente Acórdão, com a cópia do parecer da unidade técnica, ao ora representante, para ciência;

1.7.3. enviar a cópia do presente Acórdão, com a integral cópia do presente processo, à Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira (Ceplac), para ciência e efetivo cumprimento ao item 1.7.1 deste Acórdão; e

1.7.4. arquivar o presente processo.

ACÓRDÃO Nº 13864/2020 - TCU - 2ª Câmara

Considerando que o presente processo trata de representação, com pedido de cautelar suspensiva, formulada pela NP3 Comércio e Serviços Ltda. sobre os indícios de irregularidade no Pregão Eletrônico nº 2/2020 para o registro de Preço em prol das seguintes aquisições: (i) abastecimento de combustível, (ii) manutenção operacional, preventiva e corretiva, incluindo o fornecimento de peças de reposição e acessórios para as embarcações, (iii) manutenção operacional, preventiva e corretiva, incluindo o fornecimento de peças de reposição, acessórios, socorro mecânico e transporte por guincho dos veículos, ao compor a frota da Capitania dos Portos do Maranhão e da Agência Fluvial de Imperatriz - MA, e (iv) manutenção operacional, preventiva e corretiva, incluindo o fornecimento de peças de reposição e acessórios para os motores geradores dos faróis da Capitania dos Portos do Maranhão, sob o valor total de R$ 3.619.312,00;

Considerando que o TCU deve conhecer, preliminarmente, da presente representação, por atender aos requisitos legais e regimentais de admissibilidade;

Considerando que a ora representante teria anunciado que a sua proposta teria sido recusada sob o fundamento de ter deixado de apresentar o registro junto ao respectivo Conselho Regional de Administração (CRA), a despeito de a sua inscrição não ser obrigatória, pois a sua atividade fim não corresponderia às atividades típicas da administração, nos termos do art. 2º da Lei n.º 4.769, de 1965, e do art. 3º do Decreto n.º 61.934, de 1967;

Considerando, ainda, que a ora representante apresentou a sua intenção de recurso contra a sua inabilitação, mas essa intenção foi negada, impossibilitando a empresa de formular o seu recurso;

Considerando que, após a análise do feito, a unidade técnica assinalou que a jurisprudência do TCU estaria firmada no sentido de que a exigência de registro ou inscrição em entidade profissional competente, nos termos do art. 30, I da Lei n.º 8.666, de 1993, deveria ficar limitada ao conselho de fiscalização competente sobre a atividade básica ou o serviço preponderante na licitação, ao passo que o objeto licitado não estaria relacionado com as atividades específicas dos profissionais de administração, já que trataria do mero fornecimento de combustíveis e de manutenção operacional, preventiva e corretiva, em embarcações, veículos, e motores geradores;

Considerando que a Selog concordou com a alegação da ora representante no sentido de a sua intenção de interpor o aludido recurso ter sido indevidamente negada, pois a jurisprudência do TCU estaria firmada no sentido de que, ao analisar a intenção de recurso, devem ser avaliados somente os pressupostos recursais: sucumbência, tempestividade, legitimidade, interesse e motivação, vedando o julgamento prévio do mérito do pedido;

Considerando, todavia, que a unidade técnica destacou que, no presente caso, a reduzida diferença de preços entre as propostas inabilitadas e as propostas vencedoras (R$ 350,00 para o item 1 e R$ 698,17 para o item 2) não justificaria a anulação do certame, pois resultaria em maior dispêndio de recursos em desfavor da administração pública, até porque envolveria, inclusive, o risco de descontinuidade dos serviços e de prejuízos ao funcionamento das atividades no aludido órgão federal;

Considerando que, por esse prisma, a Selog afastou os pressupostos para a eventual concessão da pretendida cautelar suspensiva, tendo proposto, ainda, o conhecimento da presente representação para, no mérito, considerá-la procedente, promovendo apenas o envio de ciência à Capitania dos Portos do Maranhão sobre a falha na indevida exigência de comprovação da capacidade técnico-operacional;

Considerando, contudo, que, como o referido pregão eletrônico buscaria o registro de preços, é preciso garantir que as iludidas falhas não sejam estendidas a outras contratações pela adesão à respectiva ata e, desse modo, o órgão gerenciador não deverá autorizar as subsequentes adesões à respectiva ata;

Considerando que o serviço a ser contratado seria executado sob a forma contínua e, assim, o gestor deve atentar para a necessidade de buscar o desconto no preço para a eventual prorrogação do ajuste, em analogia ao art. 57, II da Lei n.º 8.666, de 1993;

Considerando que, no bojo do TC 033.726/2020-5, seria realizada a análise sobre a modelagem da prestação de serviço continuado em gestão compartilhada de frota pelo 54º Batalhão de Infantaria de Selva, com o estudo mais aprofundado sobre essa matéria, devendo o Controle Interno da Marinha do Brasil acompanhar o deslinde do aludido processo a fim de aperfeiçoar as suas contratações, até porque, no citado processo, a dirigente da Selog observou que seria cabível a reavaliação do aludido modelo de contratação, em face de, como regra, as gerenciadoras ofertarem as suas taxas em patamar nulo ou negativo, apontando para a eventual inocuidade do critério de seleção, por não refletir os reais custos e as fontes de receita para as gerenciadoras contratadas;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso V, alínea "a", 235, 237, inciso VII e parágrafo único, e 250, inciso I, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução n.º 246, de 2011, em conhecer da presente representação para, no mérito, considerá-la procedente, sem prejuízo de indeferir o pedido de cautelar suspensiva, diante dos elementos de convicção até aqui obtidos pelo TCU, além de, em sintonia com os pareceres emitidos neste processo, prolatar as providências abaixo indicadas:

1. Processo TC-034.461/2020-5 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Representante: NP3 Comércio e Serviços Ltda (CNPJ 01.667.155/0003-00).

1.2. Entidade: Capitania dos Portos do Maranhão - Marinha do Brasil.

1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas (Selog).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Providências:

1.7.1. promover o envio de ciência à Capitania dos Portos do Maranhão junto à Marinha do Brasil, nos termos do art. 9º, I, da Resolução TCU n.º 315, de 2020, sobre a falha identificada no Pregão Eletrônico n.º 2/2020 para serem adotadas as medidas internas com vistas à prevenção das novas ocorrências semelhantes e, especificamente, das seguintes irregularidades:

1.7.1.1. a indevida exigência prevista no item 9.11.2 do edital, para a qualificação técnica, por meio do registro da empresa licitante junto ao Conselho Regional de Administração, pois tenderia a indevidamente restringir a competitividade no certame, já que a exigência de registro ou inscrição em entidade profissional competente, nos termos do art. 30, I, da Lei n.º 8.666, de 1993, deveria ficar limitada ao conselho fiscalizador da atividade básica ou do serviço preponderante na licitação em sintonia com a jurisprudência firmada pelo TCU a partir, por exemplo, do Acórdão 2.769/2014, do Plenário, do Acórdão 5.383/2016, da 2ª Câmara, e do Acórdão 1.884/2015, da 1ª Câmara, destacando que, no presente caso, o fornecimento de combustíveis e de manutenção operacional, preventiva e corretiva, em embarcações, veículos, e motores geradores não figuraria como atividade específica dos profissionais de administração; e

1.7.1.2. a rejeição sumária das intenções de recursos nos itens 1 e 2 do certame contrariaria os arts. 2º, § 1º, e 4º, XVIII e XX, da Lei n.º 10.520, de 2020, em sintonia com o art. 44 do Decreto n.º 10.024, de 2019, e com a jurisprudência firmada pelo TCU a partir, por exemplo, dos Acórdãos 757/2015, 518/2012, 339/2010, do Plenário, e do Acórdão 4.447/2020, da 2ª Câmara, já que, no pregão eletrônico, o juízo de admissibilidade das intenções de recurso deve avaliar tão somente a presença dos pressupostos recursais de sucumbência, tempestividade, legitimidade, interesse e motivação;

1.7.2. determinar, nos termos do art. 250, II, do RITCU, que, diante das falhas descritas nos itens 1.7.1.1 e 1.7.1.2 deste Acórdão, a Capitania dos Portos do Maranhão junto à Marinha do Brasil adote as seguintes medidas:

1.7.2.1. não admita, como órgão gerenciador do registro de preços, nenhuma eventual adesão à ata no Pregão Eletrônico nº 2/2020;

1.7.2.2. atente, na eventual prorrogação dos serviços contratados a partir do Pregão Eletrônico nº 2/2020, como serviços executados sob a forma contínua, para a necessidade de assegurar o maior desconto, em analogia ao art. 57, II, da Lei n.º 8.666, de 1993;

1.7.3. enviar a cópia do presente Acórdão, com o respectivo parecer da unidade técnica, à ora representante, para ciência, e à Capitania dos Portos do Maranhão junto à Marinha do Brasil, para ciência e efetivo cumprimento aos itens 1.7.1 e 1.7.2 deste Acórdão;

1.7.4. promover, por intermédio da unidade técnica, a juntada da cópia deste Acórdão ao TC 033.726/2020-5 para subsidiar a análise sobre a modelagem da prestação de serviço continuado em gestão compartilhada de frota; e

1.7.5. arquivar o presente processo.

ACÓRDÃO Nº 13865/2020 - TCU - 2ª Câmara

Considerando que o presente processo trata de representação, com pedido de cautelar suspensiva, formulada pela Link Card Administradora de Benefícios - Eireli sobre os indícios de irregularidade na Concorrência nº 2020-006 conduzida pela Fundação de Apoio à Tecnologia e Ciência (Fatec) junto à Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) para a contratação de empresa especializada com vistas a administrar o fornecimento, o gerenciamento, o controle e a aquisição de combustíveis sob o valor estimado de R$ 250.000,00;

Considerando que a ora representante alegou, em suma, a subsistência das seguintes falhas:

(a) ausência de previsão do "grau de endividamento aceitável" a fim de os licitantes poderem comprovar a boa e regular situação financeira, em consonância com o art. 31, § 5º, da Lei n.º 8.666, de 1993;

(b) ausência da possibilidade de os licitantes poderem ofertar as taxas de administração em patamar "zero" ou "negativo", tendo em vista que o serviço a ser contratado permitiria a aludida medida sem isso afrontar o art. 44, § 3º, da Lei n.º 8.666, de 1993, ao estabelecer a inadmissão de propostas com preço irrisório ou de valor zero;

(c) não exigência da qualificação técnica dos licitantes e, notadamente, da apresentação de atestados com vistas a demonstrar a aptidão para o desempenho de atividade pertinente e compatível, em características, quantidades e prazos, com o objeto da licitação, como estabelecido pelos arts. 27 e art. 30, II, da Lei n.º 8.666, de 1993;

(d) indevida exigência de o valor dos combustíveis ter como parâmetro os preços médios apurados pela Agência Nacional do Petróleo (ANP), impondo à contratada a obrigação de arcar com a eventual diferença de preço, a maior, praticada pelo posto de combustível credenciado e utilizado pela administração pública;

(e) não exigência de os licitantes comprovarem a regularidade fiscal perante a fazenda estadual e municipal, violando o art. 29, III, da Lei n.º 8.666, de 1993;

(f) falta de previsão da cláusula necessária sobre a atualização monetária para o pagamento posterior à data do adimplemento contratual, como previsto nos arts. 40 e 55 da Lei nº 8.666, de 1993;

Considerando que a Selog assinalou que, excetuando as alegações sobre a ausência de previsão do "grau de endividamento aceitável" e sobre a não exigência de os licitantes comprovarem a regularidade fiscal perante a fazenda estadual e municipal, as demais questões já teriam sido semelhantemente levantadas na representação autuada perante o TCU sob o TC 019.902/2020-4, tendo o processo apreciado as supostas irregularidades no edital da Concorrência nº 2020-001-Fatec, com a revogação pela Fatec em 30/6/2020;

Considerando que, após a análise do feito, a Selog emitiu o seu parecer no sentido do não conhecimento da presente representação em similaridade à decisão proferida pelo TCU no bojo do aludido TC 019.902/2020-4;

Considerando, todavia, que, como não caberia ao TCU atuar na defesa de interesses particulares junto à administração pública, nem, tampouco, atuar como mera instância recursal em prol da eventual defesa de interesses particulares junto à administração pública, o Tribunal pode conhecer da presente representação para, no mérito, considerá-la prejudicada, até porque, ainda que reflexamente, subsistiria a eventual aplicação de recursos públicos pela Fatec;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso V, alínea "a", 235, 237, inciso VII, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, em conhecer da presente representação para, no mérito, considerá-la prejudicada, diante dos elementos de convicção até aqui obtidos pelo TCU, e, em sintonia com os pareceres emitidos neste processo, prolatar as providências abaixo indicadas:

1. Processo TC-039.203/2020-4 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Representante: Link Card Administradora de Benefícios - Eireli (CNPJ 12.039.966/0001-11).

1.2. Entidade: Fundação de Apoio à Tecnologia e Ciência (Fatec), vinculada à Universidade Federal de Santa Maria (UFSM).

1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas (Selog).

1.6. Representação legal: Henrique José da Silva (OAB/SP 376.668), entre outros, representando a Link Card Administradora de Benefícios - Eireli.

1.7. Providências:

1.7.1. enviar a cópia do presente Acórdão, com a cópia do parecer da unidade técnica, à ora representante e à Fundação de Apoio à Tecnologia e Ciência (Fatec), para ciência; e

1.7.2. arquivar o presente processo.

ACÓRDÃO Nº 13866/2020 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 015.366/2011-1.
2. Grupo I - Classe de Assunto: III - Monitoramento (Aposentadoria).
3. Interessada: Maria das Graças Cavalcante Kalume (131.515.333-53).
4. Entidade: Fundação Universidade Federal do Piauí.
5. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de monitoramento do Acórdão 2.705/2013-TCU-2ª Câmara, por meio do qual este Tribunal considerou ilegal o ato de concessão de aposentadoria de ex-servidora da Fundação Universidade Federal do Piauí, Sra. Maria das Graças Cavalcante Kalume;

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo relator, em:

9.1. aplicar ao Sr. Lauro Oliveira Viana (718.405.753-87), Superintendente de Recursos Humanos da Universidade do Piauí, a multa prevista no art. 58, inciso IV, da Lei 8.443/1992 e no art. 268, inciso VII, do Regimento Interno do Tribunal, no valor de R$ 5.000,00 (cinco mil reais);

9.2. determinar o desconto integral ou parcelado da dívida a que se refere o subitem anterior nos vencimentos, subsídio, salário ou proventos do responsável, observados os limites previstos na legislação pertinente, caso expire o prazo para recolhimento sem sua manifestação, nos termos do art. 28, inciso I, da Lei 8.443/92, c/c o art. 219, inciso I, do RI/TCU;

9.3. autorizar, desde logo, caso solicitado e o processo não tenha sido remetido para cobrança judicial, o pagamento da dívida em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e consecutivas, nos termos do art. 26 da Lei 8.443/1992, c/c o art. 217 do Regimento Interno/TCU, fixando-se o vencimento da primeira parcela em 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação, e o das demais a cada 30 (trinta) dias, devendo incidir sobre cada valor mensal os correspondentes acréscimos legais, na forma prevista na legislação em vigor, sem prejuízo de alertar o responsável de que a falta de comprovação do recolhimento de qualquer parcela implicará o vencimento antecipado do saldo devedor;

9.4. autorizar a cobrança judicial da dívida, caso não atendida a notificação, na forma do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992;

9.5. determinar à Fundação Universidade Federal do Piauí, nos termos do artigo 4°, inciso I, da Resolução-TCU 315/2020, que:

9.5.1. proceda, com efeitos iniciados em 15/5/2014, data do trânsito em julgado do MS 31.412/DF, à absorção gradual da vantagem referente à URP de fevereiro de 1989, paga à servidora aposentada Maria das Graças Cavalcante Kalume (CPF 131.515.333-53), mediante sua compensação - sem redução nominal do montante dos proventos - com os acréscimos decorrentes de novas estruturas remuneratórias definidas por lei com eficácia posterior à referida decisão, a exemplo da Lei 13.325/2016;

9.5.2. no prazo de 30 (trinta) dias, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa e mediante prévia instauração de processo administrativo, apure o montante recebido a título da parcela relativa à URP, em desconformidade com a sistemática no item precedente, por Maria das Graças Cavalcante Kalume (CPF 131.515.333-53), desde a ciência do Acórdão 9.256/2016-TCU-2ª Câmara, promova sua restituição ao erário, nos termos do art. 46 da Lei 8.112/1990, e comprove ao Tribunal de Contas da União as medidas adotadas; e

9.5.3. no prazo de 30 (trinta) dias, envie novo ato de concessão de aposentadoria em favor de Maria das Graças Cavalcante Kalume (CPF 131.515.333-53), livre das irregularidades apontadas nos autos, conforme Acórdão 3.347/2015-TCU-2ª Câmara, c/c o artigo 262, § 2º, do Regimento Interno do TCU.

10. Ata n° 43/2020 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 1/12/2020 - Telepresencial.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-13866-43/20-2.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Ana Arraes (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro e Vital do Rêgo (Relator).

13.2. Ministra que não participou da votação: Ana Arraes.

13.3. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 13867/2020 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 031.967/2017-5.
1.1. Apenso: 036.225/2016-9.
2. Grupo II - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial.
3. Interessados/Responsáveis:
3.1. Responsáveis: Humberto Barreto Alencar (828.761.501-15); Partners Comunicação Integrada Ltda. (03.958.504/0001-07); Sebastião Oliveira dos Santos (483.191.041-49).
4. Órgão/Entidade: Ministério da Fazenda (extinta).
5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.
6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas (Selog).
8. Representação legal: Jonas Sidnei Santiago de Medeiros Lima (12.907/OAB-DF) e outros, representando Partners Comunicação Integrada Ltda.; Ludmylla Scalia Lima (37.743/OAB-DF) e outros, representando Humberto Barreto Alencar.
9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos referentes à tomada de contas especial instaurada em desfavor da empresa Partners Comunicação Integrada Ltda., de Humberto Barreto Alencar e de Sebastião Oliveira dos Santos, respectivamente fiscal e fiscal substituto do contrato SAMF/MF 30/2012, do então Ministério da Fazenda, tendo em vista supostos prejuízos identificados na execução da avença celebrada em decorrência do Pregão Eletrônico 16/2012, cujo objeto era a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de assessoria de comunicação, com atuação em todo o território nacional e, eventualmente, no exterior, para atendimento às necessidades do Gabinete do Ministro da Fazenda.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo relator, em:

9.1. com fundamento no art. 212 do Regimento Interno/TCU, determinar o arquivamento do processo, sem julgamento do mérito, tendo em vista a ausência de pressupostos de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo em relação aos responsáveis Humberto Barreto Alencar, Sebastião Oliveira dos Santos e empresa Partners Comunicação Integrada Ltda., e excluí-los da relação processual;

9.2. dar ciência da presente deliberação aos responsáveis e ao atual Ministério da Economia.

10. Ata n° 43/2020 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 1/12/2020 - Telepresencial.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-13867-43/20-2.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Ana Arraes (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz (Relator) e Raimundo Carreiro.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 13868/2020 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 003.382/2018-4.
2. Grupo II - Classe de Assunto: I - Recurso de Reconsideração (Tomada de Contas Especial).
3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:
3.1. Responsáveis: Fundação Universidade de Brasília (00.038.174/0001-43); Lauro Morhy (024.287.841-53); Luiz Basilio Rossi (044.490.618-53).
3.2. Recorrente: Fundação Universidade de Brasília (00.038.174/0001-43).
4. Órgão/Entidade: Superintendência Regional do Incra no Distrito Federal.
5. Relator: Ministro Augusto Nardes.
5.1. Relatora da deliberação recorrida: Ministra Ana Arraes.
6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado.
7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (SERUR).
8. Representação legal: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de recurso de reconsideração interposto pela Fundação Universidade de Brasília em face do Acórdão nº 3.375/2020-TCU-2ª Câmara, por intermédio do qual o Tribunal julgou suas contas irregulares e condenou-a ao recolhimento do débito apurado.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. com fundamento nos artigos 32, inciso I, e 33, da Lei 8.443/1992, e art. 285 do Regimento Interno do TCU, conhecer do presente recurso de reconsideração para, no mérito, dar-lhe provimento parcial, no sentido de tornar insubsistente o Acórdão nº 3.375/2020-TCU-2ª Câmara;

9.2. nos termos parágrafos 1º e 2º do art. 12, da Lei nº 8.443/1992, c/c os parágrafos 3º e 4º do art. 202 do Regimento Interno do TCU, dar ciência à Fundação Universidade de Brasília para que, em novo e improrrogável prazo de quinze dias, recolha a importância devida, corrigida monetariamente, informando-lhe que a liquidação tempestiva do débito atualizado monetariamente saneará o processo e permitirá que as suas contas sejam julgadas regulares com ressalva e lhe seja dada quitação, ao passo que a ausência dessa liquidação tempestiva acarretará o julgamento pela irregularidade das contas, com imputação de débito, a ser atualizado monetariamente e acrescido de juros moratórios;

9.3. nos termos dos arts. 201, parágrafo 3º, e 212 do Regimento Interno/TCU considerar iliquidáveis as contas dos responsáveis Srs. Lauro Morhy e Luiz Basilio Rossi e determinar o seu arquivamento sem julgamento de mérito, pela ausência de pressupostos de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo;

9.4 dar conhecimento desta decisão ao recorrente, aos demais responsáveis e aos interessados.

10. Ata n° 43/2020 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 1/12/2020 - Telepresencial.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-13868-43/20-2.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Ana Arraes (Presidente), Augusto Nardes (Relator), Aroldo Cedraz e Raimundo Carreiro.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 13869/2020 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 008.579/2020-2.
2. Grupo I - Classe de Assunto: I - Pedido de reexame (Aposentadoria).
3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:
3.1. Interessado: Maria das Graças da Costa Guimarais (197.035.466-68).
3.2. Recorrente: Maria das Graças da Costa Guimarais (197.035.466-68).
4. Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região/MG.
5. Relator: Ministro Augusto Nardes.
5.1. Relatora da deliberação recorrida: Ministra Ana Arraes.
6. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (SERUR) e Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de pedido de reexame interposto contra o Acórdão 7.353/2020-TCU-2ª Câmara,
ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Segunda Câmara, ante as razões expostas pelo relator e com fundamento no artigo 48 da Lei nº 8.443/92, c/c o artigo 286 do RI/TCU, em:
9.1. conhecer do recurso e, no mérito, negar-lhe provimento;
9.2. dar ciência desta decisão ao Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região/MG e à recorrente.

10. Ata n° 43/2020 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 1/12/2020 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-13869-43/20-2.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Ana Arraes (Presidente), Augusto Nardes (Relator), Aroldo Cedraz e Raimundo Carreiro.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 13870/2020 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 008.803/2020-0.
2. Grupo I - Classe de Assunto: I - Pedido de reexame (Aposentadoria).
3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:
3.1. Interessado: Juçara dos Santos Gomes (351.368.041-49).
3.2. Recorrente: Ministério Público Federal (03.636.198/0001-92).
4. Órgão/Entidade: Ministério Público Federal.
5. Relator: Ministro Augusto Nardes.
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (SERUR); Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de pedidos de reexame contra o Acórdão 8466/2020-TCU-2ª Câmara;
ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo relator e com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal e art. 48 da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 285 e 286, parágrafo único, do RI/TCU, em:
9.1. conhecer do pedido de reexame para, no mérito, negar-lhe provimento;
9.2. ordenar à Sefip que encaminhe ao Departamento de Assuntos Extrajudiciais da AGU, bem como a Conjur/TCU, as informações necessárias ao acompanhamento do processo de nº 1041687-08.2019.4.01.0000, em trâmite no TRF-1ª Região, e 1035883-44.2019.4.01.3400, em trâmite na 5ª Vara Federal Cível da Seção Judiciária do Distrito Federal e avaliação de eventuais repercussões concretas nestes autos administrativos de controle externo;
9.3. dar ciência desta deliberação ao Ministério Público Federal e à Sra. Juçara dos Santos Gomes.

10. Ata n° 43/2020 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 1/12/2020 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-13870-43/20-2.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Ana Arraes (Presidente), Augusto Nardes (Relator), Aroldo Cedraz e Raimundo Carreiro.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 13871/2020 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 008.902/2020-8.
2. Grupo I - Classe de Assunto: I - Pedido de reexame (Aposentadoria).
3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:
3.1. Interessado: Ronaldo Martins dos Santos (468.283.387-15).
3.2. Recorrente: Ronaldo Martins dos Santos (468.283.387-15).
4. Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região/RJ.
5. Relator: Ministro Augusto Nardes.
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (SERUR); Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de pedido de reexame contra o Acórdão 8.278/2020-TCU-2ª Câmara;
ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo relator e com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal e art. 48 da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 285 e 286, parágrafo único, do RI/TCU, em:
9.1. conhecer do recurso para, no mérito, negar-lhe provimento;
9.2. dar ciência desta deliberação ao Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região e ao interessado.

10. Ata n° 43/2020 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 1/12/2020 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-13871-43/20-2.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Ana Arraes (Presidente), Augusto Nardes (Relator), Aroldo Cedraz e Raimundo Carreiro.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 13872/2020 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 012.878/2020-0.
2. Grupo II - Classe de Assunto: V - Reforma.
3. Interessados/Responsáveis:
3.1. Interessados: Rudolfo Fleck (023.113.057-00); Sabatino Schiavo (007.409.504-87); Sabatino Schiavo (007.409.504-87); Sady Liotte Alves (024.818.630-20); Santos Albertini (052.911.277-91).
4. Órgão/Entidade: Diretoria de Administração do Pessoal.
5. Relator: Ministro Augusto Nardes.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de atos de reformas concedidas pela Diretoria de Administração do Pessoal,
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Segunda Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal e nos arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45 da Lei 8.443/1992, em:
9.1. considerar legal o ato de reforma de interesse de Santos Albertini, ordenando seu respectivo registro;
9.2. considerar prejudicado por perda de objeto, na forma do § 5º do art. 260 do Regimento Interno do TCU, o ato no interesse de Rudolfo Fleck;
9.3. considerar ilegais os atos no interesse de Sabatino Schiavo (peças 3 e 4) e Sady Liotte Alves (peça 5), recusando os respectivos registros;
9.4. dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas, em boa-fé, pelos interessados mencionados no item anterior, consoante o Enunciado 106 da Súmula de Jurisprudência deste Tribunal;
9.5. determinar à Diretoria de Administração do Pessoal que:
9.5.1. faça cessar, no prazo de 15 (quinze) dias, contado a partir da ciência desta deliberação, os pagamentos decorrentes dos atos impugnado, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, consoante disposto nos arts. 71, inciso IX, da Constituição Federal e 262 do Regimento Interno desta Corte;
9.5.2. dê ciência desta deliberação a Sabatino Schiavo e Sady Liotte Alves, alertando-os de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos, caso não providos, não os exime da devolução dos valores indevidamente percebidos após a notificação;
9.5.3. envie a esta Corte de Contas, no prazo de 30 (trinta) dias, por cópia, comprovante de que os interessados tiveram ciência desta deliberação;
9.6. dar ciência desta deliberação aos interessados e à Diretoria de Administração do Pessoal.

10. Ata n° 43/2020 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 1/12/2020 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-13872-43/20-2.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Ana Arraes (Presidente), Augusto Nardes (Relator), Aroldo Cedraz e Raimundo Carreiro.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 13873/2020 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 019.028/2014-8.
2. Grupo II - Classe de Assunto: I - Embargos de declaração (Pensão Civil).
3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:
3.1. Interessados: Beatriz Recouças Cardoso de Moura (785.674.592-49); Henrique Lenon Farias Guedes (063.994.734-46); Mércia Maria de Farias Cardoso Moura (181.683.374-68); Nathiele Maira de Farias Guedes (060.978.344-03).
3.2. Recorrente: Mércia Maria de Farias Cardoso Moura (181.683.374-68).
4. Órgão/Entidade: Departamento de Polícia Rodoviária Federal.
5. Relator: Ministro Augusto Nardes.
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Augusto Nardes.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
8. Representação legal:
8.1. Marcelo Martins de Sant Ana (16.373/OAB-PB) e outros, representando Mércia Maria de Farias Cardoso Moura.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de pensão civil, nos quais foram opostos embargos de declaração ao Acórdão n.º 5.680/2020 - TCU - 2ª Câmara,
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, em:
9.1. conhecer dos presentes Embargos de Declaração, com base nos arts. 32, inciso II, e 34 da Lei nº 8.443/1992, para, no mérito, rejeitá-los;
9.2. dar ciência desta decisão à recorrente e ao Departamento de Polícia Rodoviária Federal.

10. Ata n° 43/2020 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 1/12/2020 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-13873-43/20-2.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Ana Arraes (Presidente), Augusto Nardes (Relator), Aroldo Cedraz e Raimundo Carreiro.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 13874/2020 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 022.957/2020-0.
2. Grupo II - Classe de Assunto: V - Aposentadoria.
3. Interessados/Responsáveis:
3.1. Interessados: Ivan Quintino de Araujo (063.176.779-72); Jose Eduardo Tiberi (171.108.316-04); Luiz Roberto Rodrigues Martins (066.752.801-63); Maria do Carmo Santos Milhao (095.040.443-87); Maria do Perpetuo Socorro Santos Fonseca (016.899.403-87); Mauro Rotenberg (197.779.650-87); Valdir Raimundo da Cruz Feitosa (258.155.981-00).
4. Órgão/Entidade: Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (extinta).
5. Relator: Ministro Augusto Nardes.
6. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de ato de aposentadorias de ex-servidores do extinto Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão,
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Segunda Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal e nos arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45 da Lei 8.443/1992, em:
9.1. considerar legais os atos de Maria do Perpetuo Socorro Santos Fonseca, Luiz Roberto Rodrigues Martins, Ivan Quintino de Araujo, Maria do Carmo Santos Milhao e Valdir Raimundo da Cruz Feitosa, concedendo os respectivos registros;
9.2. determinar ao Departamento de Centralização de Serviços de Inativos, Pensionistas e Órgãos Extintos, do Ministério da Economia, que remeta a este Tribunal documentação correspondente à planilha de cálculo relativa à média das 80% maiores remunerações utilizada para o pagamento dos proventos, na forma da Lei n.º 10.887/2004 e aos mapas de tempo de contribuição dos interessados Mauro Rotenberg e José Eduardo Tiberi;
9.3. dar ciência desta deliberação aos interessados e à unidade jurisdicionada.

10. Ata n° 43/2020 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 1/12/2020 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-13874-43/20-2.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Ana Arraes (Presidente), Augusto Nardes (Relator), Aroldo Cedraz e Raimundo Carreiro.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 13875/2020 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 023.015/2020-9.
2. Grupo II - Classe de Assunto: V - Aposentadoria.
3. Interessados/Responsáveis:
3.1. Interessados: Angela Salgado Santoro (371.385.707-59); Catarina Maria de Lima Pimentel Pereira Gil (845.138.457-91); Clelio Ney Massena Fortuna (472.330.797-49); Dalva Neide de Medeiros Correia (259.546.607-00); Fernando Werly Soares (392.586.617-53);

Joao Alberto Madeira (422.775.407-06); Marcia Martins Mendonca da Conceicao (620.541.207-15); Rosimeri Henriques Cyrne (598.700.367-91); Tania Marcia Dias Ramos Loureiro (608.509.737-91); Valdeci Goncalves Guimaraes (453.684.737-53).

4. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde.

5. Relator: Ministro Augusto Nardes.

6. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de ato de aposentadorias de ex-servidores do Ministério da Saúde,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Segunda Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal e nos arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45 da Lei 8.443/1992, em:

9.1. considerar legal e conceder registro aos atos de Angela Salgado Santoro, Catarina Maria de Lima Pimentel Pereira Gil, Valdeci Goncalves Guimaraes, Rosimeri Henriques Cyrne, Marcia Martins Mendonca da Conceicao, Tania Marcia Dias Ramos Loureiro, Joao Alberto Madeira, Clelio Ney Massena Fortuna e Dalva Neide De Medeiros Correia;

9.2. sobrestar o julgamento do ato de Fernando Werly Soares até o trânsito em julgado da decisão prolatada pelo Supremo Tribunal Federal na Ação Direta de Inconstitucionalidade 5554/DF;

9.3. ordenar à Sefip que, em conjunto com a Consultoria-Jurídica do TCU, promova o acompanhamento sobre o deslinde da ADIn 5554/DF;

9.4. dar ciência desta deliberação aos interessados e ao Ministério da Saúde.

10. Ata n° 43/2020 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 1/12/2020 - Telepresencial.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-13875-43/20-2.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Ana Arraes (Presidente), Augusto Nardes (Relator), Aroldo Cedraz e Raimundo Carreiro.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 13876/2020 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 024.979/2020-1.

2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Pensão Civil.

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessados: Maria do Socorro Costa Sousa (115.774.101-06); Nadir da Silva Fuzo (553.445.771-68).

4. Órgão/Entidade: Senado Federal.

5. Relator: Ministro Augusto Nardes.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de atos de pensão civil concedidas pelo Senado Federal,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Segunda Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal e nos arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45 da Lei 8.443/1992, em:

9.1. considerar ilegais os atos de pensão civil instituídos por Adelino Correa Fuzo e Manoel Raimundo de Sousa, recusando o respectivo registro;

9.2. dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas, em boa-fé, pelas interessadas Nadir da Silva Fuzo e Maria do Socorro Costa Sousa, consoante o Enunciado 106 da Súmula de Jurisprudência deste Tribunal;

9.3. determinar ao Senado Federal que:

9.3.1. faça cessar, no prazo de 15 (quinze) dias, contado a partir da ciência desta deliberação, os pagamentos decorrentes dos atos impugnados, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, consoante disposto nos arts. 71, inciso IX, da Constituição Federal e 262 do Regimento Interno desta Corte;

9.3.2. comunique às interessadas a deliberação deste Tribunal e as alerte de que o efeito suspensivo proveniente da eventual interposição de recursos, junto ao TCU, não as eximirá da devolução dos valores indevidamente recebidos após a notificação;

9.4. dar ciência desta deliberação às interessadas e ao Senado Federal.

10. Ata n° 43/2020 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 1/12/2020 - Telepresencial.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-13876-43/20-2.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Ana Arraes (Presidente), Augusto Nardes (Relator), Aroldo Cedraz e Raimundo Carreiro.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 13877/2020 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 027.065/2020-0.

2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Aposentadoria.

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessados: Bettania Pereira Nobrega Morato (313.826.301-15); Donisete de Paiva Valle (547.239.301-91); Hertz Fleury Curado (160.902.091-04); Ivana Motta Xavier Silva (384.955.031-15); Maria do Socorro Aires de Alencar (327.339.504-44).

4. Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região/DF e TO.

5. Relator: Ministro Augusto Nardes.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de processo de aposentadorias de ex-servidoras do Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Segunda Câmara, diante das razões expostas pelo relator e com fundamento na Constituição Federal, art. 71, III e IX e na Lei 8.443/1992, arts. 1º, V, e 39, II, em:

9.1. considerar ilegais os atos de Bettania Pereira Nobrega Morato, Hertz Fleury Curado, Ivana Motta Xavier Silva, Maria do Socorro Aires de Alencar, Donisete de Paiva Valle e negar registro aos respectivos atos;

9.2. determinar ao Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região que adote as seguintes providências, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa:

9.2.1. destaque as parcelas da vantagem de opção/quintos recebidas entre 8/4/1998 a 4/9/2001 pelas interessadas, transformando-as em "Parcela Compensatória" a ser absorvida por quaisquer reajustes futuros;

9.2.2. retifique, o percentual de anuênios pago à servidora Bettania Pereira Nobrega Morato, no prazo 15 (quinze) dias uma vez que a averbação do período de 19/5/1983 a 14/8/1989 para esse fim viola a jurisprudência deste Tribunal;

9.2.3. comunique às interessadas a deliberação deste Tribunal;

9.3. dar ciência desta deliberação às interessadas e ao Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região.

10. Ata n° 43/2020 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 1/12/2020 - Telepresencial.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-13877-43/20-2.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Ana Arraes (Presidente), Augusto Nardes (Relator), Aroldo Cedraz e Raimundo Carreiro.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 13878/2020 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 030.645/2019-0.

2. Grupo I - Classe de Assunto: I - Pedido de reexame (Aposentadoria).

3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:

3.1. Interessado: Ana Guimaraes Toledo (221.510.011-72).

3.2. Recorrente: Ana Guimaraes Toledo (221.510.011-72).

4. Órgão/Entidade: Tribunal Regional Federal da 1ª Região.

5. Relator: Ministro Augusto Nardes.

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Raimundo Carreiro.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (SERUR); Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

8. Representação legal: Marlúcio Lustosa Bonfim (OAB/DF 16.619) e outros (procuração à peça 22).

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de pedido de reexame contra o Acórdão 8461/2020 - TCU - 2ª Câmara;

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo relator e com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal e art. 48 da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 285 e 286, parágrafo único, do RI/TCU, em:

9.1. conhecer do recurso para, no mérito, negar-lhe provimento;

9.2. ordernar à Sefip que encaminhe ao Departamento de Assuntos Extrajudiciais da AGU, bem como a Conjur/TCU, as informações necessárias ao acompanhamento dos processos de nº 1041687-08.2019.4.01.0000 e 1005757-89.2020.4.01.0000, ambos em trâmite no TRF-1ª Região;

9.3. dar ciência desta deliberação ao Tribunal Regional Federal da 1ª Região e à interessada.

10. Ata n° 43/2020 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 1/12/2020 - Telepresencial.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-13878-43/20-2.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Ana Arraes (Presidente), Augusto Nardes (Relator), Aroldo Cedraz e Raimundo Carreiro.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 13879/2020 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 030.672/2020-1.

2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Aposentadoria.

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessado: Maria Aparecida Zampierri da Costa (286.101.991-34).

4. Órgão/Entidade: Tribunal Regional Federal da 1ª Região.

5. Relator: Ministro Augusto Nardes.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de processo de aposentadoria de Maria Aparecida Zampierri da Costa, ex-servidora do Tribunal Regional Federal da 1ª Região,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Segunda Câmara, diante das razões expostas pelo relator e com fundamento na Constituição Federal, art. 71, III e IX e na Lei 8.443/1992, arts. 1º, V, e 39, II, em:

9.1. considerar ilegal a presente concessão e negar registro ao respectivo ato;

9.2. dispensar a devolução dos valores indevidamente recebidos de boa-fé pela interessada, nos termos do Enunciado 106 da Súmula de Jurisprudência deste Tribunal;

9.3. determinar ao Tribunal Regional Federal da 1ª Região que adote as seguintes providências, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa;

9.3.1. reavalie e altere, se for o caso, a parcela de quintos inicialmente concedida, à luz da deliberação do Supremo Tribunal Federal, nos autos do RE 638.115, na Sessão Ordinária de 18/12/2019;

9.3.2. comunique à interessada a deliberação deste Tribunal e a alerte de que o efeito suspensivo proveniente da eventual interposição de recursos, junto ao TCU, não a eximirá da devolução dos valores indevidamente recebidos após a notificação;

9.3.3. no prazo de trinta dias, contados da ciência da decisão, envie a este Tribunal documentos comprobatórios de que a interessada está ciente do julgamento deste Tribunal;

9.4. dar ciência desta deliberação à interessada e ao Tribunal Regional Federal da 1ª Região.

10. Ata n° 43/2020 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 1/12/2020 - Telepresencial.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-13879-43/20-2.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Ana Arraes (Presidente), Augusto Nardes (Relator), Aroldo Cedraz e Raimundo Carreiro.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 13880/2020 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 030.717/2019-1.

2. Grupo I - Classe de Assunto: I - Pedido de reexame (Aposentadoria).

3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:

3.1. Interessado: Maisa Freitas Castro (336.024.095-20).

3.2. Recorrente: Maisa Freitas Castro (336.024.095-20).

4. Órgão/Entidade: Justiça Federal de 1º e 2º Graus da 1ª Região/DF.

5. Relator: Ministro Augusto Nardes.

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (SERUR); Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

8. Representação legal:

8.1. Carlos Eduardo Behrmann Rátis Martins (15.991/OAB-BA) e outros, representando Maisa Freitas Castro.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de pedido de reexame contra o Acórdão 6.730/2020 - TCU - 2ª Câmara;

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo relator e com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal e art. 48 da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 285 e 286, parágrafo único, do RI/TCU, em:

9.1. conhecer do pedido de reexame para, no mérito, negar-lhe provimento;

9.2. determinar à Sefip que encaminhe ao Departamento de Assuntos Extrajudiciais da AGU, bem como a Conjur/TCU, as informações necessárias ao acompanhamento do processo de nº 1041687-08.2019.4.01.0000, em trâmite no TRF-1ª Região, e 1035883-44.2019.4.01.3400, em trâmite na 5ª Vara Federal Cível da Seção Judiciária do Distrito Federal e avaliação de eventuais repercussões concretas nestes autos administrativos de controle externo;

9.3. dar ciência desta deliberação à Justiça Federal de 1º e 2º Graus da 1ª Região/DF e à recorrente.

10. Ata n° 43/2020 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 1/12/2020 - Telepresencial.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-13880-43/20-2.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Ana Arraes (Presidente), Augusto Nardes (Relator), Aroldo Cedraz e Raimundo Carreiro.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 13881/2020 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 031.137/2019-9.
2. Grupo I - Classe de Assunto: I - Pedido de reexame (Aposentadoria).
3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:
3.1. Interessado: Carmen Lucia Ramos Miranda (781.652.887-68).
3.2. Recorrente: Carmen Lucia Ramos Miranda (781.652.887-68).
4. Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região/RJ.
5. Relator: Ministro Augusto Nardes.
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Raimundo Carreiro.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (SERUR); Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de pedido de reexame contra o Acórdão 8.673/2020-TCU-2ª Câmara;

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo relator e com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal e art. 48 da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 285 e 286, parágrafo único, do RI/TCU, em:

9.1. conhecer do pedido de reexame para, no mérito, dar-lhe provimento parcial de modo a alterar a redação do item 9.4.2 do Acórdão 8.673/2020-TCU-2ª Câmara para a seguinte determinação ao órgão de origem:

"9.4.2. reavalie e altere, se for o caso, a parcela de quintos inicialmente concedida, à luz da deliberação do Supremo Tribunal Federal, nos autos do RE 638.115, na Sessão Ordinária de 18/12/2019";

9.2. dar ciência desta deliberação ao Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região/RJ e à interessada.

10. Ata n° 43/2020 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 1/12/2020 - Telepresencial.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-13881-43/20-2.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Ana Arraes (Presidente), Augusto Nardes (Relator), Aroldo Cedraz e Raimundo Carreiro.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 13882/2020 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 036.159/2020-4.
2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Aposentadoria.
3. Interessados/Responsáveis:
3.1. Interessado: Juracy Gomes de Sousa (151.454.091-68).
4. Órgão/Entidade: Câmara dos Deputados.
5. Relator: Ministro Augusto Nardes.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de processo de aposentadoria de ex-servidor da Câmara dos Deputados,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Segunda Câmara, diante das razões expostas pelo relator e com fundamento na Constituição Federal, art. 71, III e IX e na Lei 8.443/1992, arts. 1º, V, e 39, II, em:

9.1. considerar ilegal a presente concessão e negar registro ao respectivo ato;

9.2. determinar ao Câmara dos Deputados que adote as seguintes providências, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa:

9.2.1. destaque as parcelas da vantagem de opção/quintos recebidas entre 8/4/1998 a 4/9/2001, transformando-as em "Parcela Compensatória" a ser absorvida por quaisquer reajustes futuros.

9.2.2. comunique ao interessado a deliberação deste Tribunal;

9.3. dar ciência desta deliberação ao interessado e à Câmara dos Deputados.

10. Ata n° 43/2020 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 1/12/2020 - Telepresencial.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-13882-43/20-2.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Ana Arraes (Presidente), Augusto Nardes (Relator), Aroldo Cedraz e Raimundo Carreiro.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 13883/2020 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 037.159/2020-8.
2. Grupo II - Classe de Assunto: IV - Admissão
3. Interessados/Responsáveis:
3.1. Interessados: Daiana Fernandes de Faria (085.392.307-80); Danielle Cassiano Rosa (092.396.117-89); Fabio Luiz Candido Cahue (098.861.697-10); Hildegard Soares Barrozo de Lima (053.060.377-20); Jorge Andre Teles Gomes (012.036.187-60); Jorge Sergio Soares Alves (990.484.347-34); Leandro da Silva Fernandes (093.360.627-35); Paula Soares Canellas (107.600.527-60); Roberia Mendonca de Pontes (090.399.557-35); Vanessa Damasceno Bastos (100.703.717-25).
4. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Rio de Janeiro.
5. Relator: Ministro Augusto Nardes.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de admissões realizadas pela Universidade Federal do Rio de Janeiro,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Segunda Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal e nos arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45 da Lei 8.443/1992, em:

9.1. considerar legais os atos de Hildegard Soares Barrozo de Lima, Vanessa Damasceno Bastos, Roberia Mendonca de Pontes, Leandro da Silva Fernandes, Fabio Luiz Candido Cahue, Jorge Sergio Soares Alves, Daiana Fernandes de Faria e Paula Soares Canellas, concedendo os respectivos registros;

9.2. determinar à Universidade Federal do Rio de Janeiro que remeta a este Tribunal documentação correspondente às acumulações de cargos/empregos ocupados pelos interessados Danielle Cassiano Rosa e Jorge André Teles Gomes, para posterior análise de preenchimento dos requisitos dispostos art. 37, inciso XVI, da Constituição Federal, na redação dada pelas EC 19/1998 e 34/2001;

9.3. dar ciência desta deliberação aos interessados e à Universidade Federal do Rio de Janeiro.

10. Ata n° 43/2020 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 1/12/2020 - Telepresencial.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-13883-43/20-2.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Ana Arraes (Presidente), Augusto Nardes (Relator), Aroldo Cedraz e Raimundo Carreiro.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 13884/2020 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 039.392/2019-8.
2. Grupo I - Classe de Assunto: I - Pedido de reexame (Aposentadoria).
3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:
3.1. Interessado: Anna Christina da Silva Monteiro (276.117.521-20).
3.2. Recorrentes: Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região/DF e TO (02.011.574/0001-90); Anna Christina da Silva Monteiro (276.117.521-20).
4. Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região/DF e TO.
5. Relator: Ministro Augusto Nardes
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Aroldo Cedraz.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (SERUR); Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de pedidos de reexame contra o Acórdão 3.532/2020-TCU-2ª Câmara;

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo relator e com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal e art. 48 da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 285 e 286, parágrafo único, do RI/TCU, em:

9.1. conhecer dos pedidos de reexame para, no mérito, dar-lhes provimento parcial, de modo a alterar a redação do item 9.3.2 do Acórdão 3.532/2020-TCU-2ª Câmara para a seguinte determinação ao órgão de origem: "9.3.2. reavalie e altere, se for o caso, a parcela de quintos inicialmente concedida, à luz da deliberação do Supremo Tribunal Federal, nos autos do RE 638.115, na Sessão Ordinária de 18/12/2019";

9.2. dar ciência desta deliberação ao Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região e à Sra. Anna Christina da Silva Monteiro.

10. Ata n° 43/2020 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 1/12/2020 - Telepresencial.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-13884-43/20-2.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Ana Arraes (Presidente), Augusto Nardes (Relator), Aroldo Cedraz e Raimundo Carreiro.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 13885/2020 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 039.833/2018-6.
2. Grupo I - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial.
3. Interessados/Responsáveis:
3.1. Responsáveis: Ailton Ramos Araújo (380.800.012-00); Cooperativa de Profissionais Liberais do Vale Araguaia (02.059.774/0002-02); Helvécio Mesquita Melo (197.391.336-49).
4. Órgão/Entidade: Entidades/órgãos do Governo do Estado de Tocantins.
5. Relator: Ministro Augusto Nardes.
6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).
8. Representação legal:
8.1. Carlos Antonio do Nascimento (1555/OAB-TO) e outros, representando Helvécio Mesquita Melo.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Tomada de Contas Especial instaurada pela Caixa Econômica Federal (CEF) em desfavor da Cooperativa de Profissionais Liberais do Vale do Araguaia (COOPVAG), Sr. Helvécio Mesquita Melo, na condição de presidente (gestão 2007-2010) e Sr. Ailton Ramos Araújo, na condição de presidente (a partir de 2011), considerando a inexecução parcial do objeto e a omissão do dever de prestar contas dos recursos desbloqueados mediante o contrato de repasse 0266.966-92/2008, firmado em 23/7/2008 com a União, por intermédio do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), representado pela CEF,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. considerar revéis os responsáveis Cooperativa de Profissionais Liberais do Vale do Araguaia - COOPVAG e Ailton Ramos Araújo, para todos os efeitos, dando-se prosseguimento ao processo, com fulcro no art. 12, § 3º, da Lei 8.443/1992;

9.2. rejeitar as alegações de defesa apresentadas pelo Sr. Helvécio Mesquita;

9.3. julgar irregulares, nos termos dos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alíneas b e c, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 19 e 23, inciso III, da mesma Lei, as contas do Sr. Helvécio Mesquita Melo e da Cooperativa de Profissionais Liberais do Vale do Araguaia - COOPVAG, condenando-os solidariamente ao pagamento da importância a seguir especificada, atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora, calculada a partir da data discriminada até a data da efetiva quitação do débito, fixando-lhes o prazo de quinze dias, para que comprovem, perante o Tribunal, o recolhimento da referida quantia aos cofres do Tesouro Nacional, nos termos do art. 23, inciso III, alínea "a", da citada lei, c/c o art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno do TCU.

Data de ocorrência	Valor histórico (R$)
30/10/2008	R$ 176.690,62

9.4. aplicar ao Sr. Helvécio Mesquita Melo e a Cooperativa de Profissionais Liberais do Vale do Araguaia - COOPVAG, individualmente, a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992 c/c o art. 267 do Regimento Interno do TCU, no valor de R$ 20.000,00 (vinte mil reais), fixando-lhes o prazo de quinze dias, a contar da notificação, para que comprovem, perante o Tribunal (art. 214, III, alínea "a", do Regimento Interno do TCU), o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data deste acórdão até a do efetivo recolhimento, se pagas após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.5. julgar irregulares as contas de Ailton Ramos Araújo, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, "a", 19 e 23, inciso III, da Lei 8.443/1992;

9.6. aplicar a Ailton Ramos Araújo a multa prevista no artigo 58, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 268 do Regimento Interno do TCU, no valor de R$ 10.000,00 (dez mil reais), fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprove, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento da dívida ao Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data do presente acórdão até a do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.7. autorizar, desde logo, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendidas as notificações, na forma do disposto no art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992;

9.8. autorizar também, desde logo, se requerido, com fundamento no art. 26, da Lei 8.443, de 1992, c/c o art. 217, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno do TCU, o parcelamento da(s) dívida(s) em até 36 parcelas, incidindo, sobre cada parcela, corrigida monetariamente, os correspondentes acréscimos legais, fixando-lhe o prazo de quinze dias, a contar do recebimento da notificação, para comprovar, perante o Tribunal, o recolhimento da primeira parcela, e de trinta dias, a contar da parcela anterior, para comprovar os recolhimentos das demais parcelas, devendo incidir, sobre cada valor mensal, atualizado monetariamente, os juros de mora devidos, no caso do débito, na forma prevista na legislação em vigor, alertando os responsáveis de que a falta de comprovação do recolhimento de qualquer parcela importará o vencimento antecipado do saldo devedor, nos termos do § 2º do art. 217 do Regimento Interno deste Tribunal;

9.9. enviar cópia deste acórdão à Procuradoria da República no Estado de Tocantins, nos termos do § 3º do art. 16 da Lei 8.443/1992, c/c o § 7º do art. 209 do Regimento Interno do TCU, para adoção das medidas cabíveis; e

9.10. enviar cópia deste acórdão à Secretaria de Agricultura familiar e Cooperativismo e aos responsáveis, para ciência, informando que a presente deliberação, acompanhada do Relatório e do Voto que a fundamenta, está disponível para a consulta no endereço www.tcu.gov.br/acordaos, além de esclarecer que, caso requerido, o TCU poderá fornecer sem custos as correspondentes cópias, de forma impressa.

10. Ata n° 43/2020 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 1/12/2020 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-13885-43/20-2.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Ana Arraes (Presidente), Augusto Nardes (Relator), Aroldo Cedraz e Raimundo Carreiro.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 13886/2020 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 002.032/2020-1.
2. Grupo I - Classe de Assunto: I - Embargos de declaração (Aposentadoria).
3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:
3.1. Interessada: Christiane Reis Odebrecht (509.456.109-04).
3.2. Recorrente: Christiane Reis Odebrecht (509.456.109-04).
4. Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região/SC.
5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Aroldo Cedraz.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (Serur); Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
8. Representação legal:
8.1. Pedro Mauricio Pita da Silva Machado (24.372/OAB-RS) e outros, representando Christiane Reis Odebrecht.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes Embargos de Declaração opostos por Christiane Reis Odebrecht contra o Acórdão 6.170/2020-TCU-2ª Câmara, de minha relatoria, que não deu provimento a pedido de reexame relacionado ao Acórdão 11.901/2020-TCU-2ª Câmara, que considerou ilegal o ato de concessão de sua aposentadoria;
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, com fulcro nos arts. 32, inciso II, e 34 da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 277, inciso III, e 287 do Regimento Interno do TCU e diante das razões expostas pelo Relator, em:
9.1. conhecer dos Embargos de Declaração opostos por Christiane Reis Odebrecht para, no mérito, rejeitá-los;
9.2. dar ciência desta deliberação aos interessados.

10. Ata n° 43/2020 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 1/12/2020 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-13886-43/20-2.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Ana Arraes (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz (Relator) e Raimundo Carreiro.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 13887/2020 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 003.544/2017-6.
2. Grupo II - Classe I - Embargos de Declaração (em processo de Tomada de Contas Especial).
3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:
3.1. Interessados: não há.
3.2. Responsáveis: Marcos Murta (CPF 074.171.838-32) e Os Independentes (CNPJ 44.791.994/0001-87).
3.3. Embargante: Os Independentes (CNPJ 44.791.994/0001-87).
4. Órgãos/Entidades: Os Independentes (CNPJ 44.791.994/0001-87) e Ministério do Turismo (MTur).
5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Aroldo Cedraz.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade Técnica: não atuou.
8. Representação legal: Luiz Manuel Gomes Júnior (OAB/SP 123.351), Rafael Pilch de Matos (OAB/PR 77.742), Smith Robert Barreni (OAB/PR 42.943) e outros, representando Os Independentes (procurações e substabelecimentos às peças 13, 14, 16 e 17).

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Tomada de Contas Especial, ora em fase de Embargos de Declaração opostos pela associação Os Independentes contra o Acórdão 829/2020-TCU-2ª Câmara;
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, diante das razões expostas pelo Relator e com fundamento nos arts. 32, inciso II, e 34 da Lei 8.443, de 16/7/1992, em:
9.1. conhecer dos Embargos Declaratórios em exame, para, no mérito, acolhê-los em parte, atribuindo-lhes, inclusive, efeito infringente, de modo a alterar o subitem 9.2 do Acórdão 829/2020-TCU-2ª Câmara, que passa a vigorar com a seguinte redação:
"9.2. rejeitar, em parte, as alegações de defesa trazidas aos presentes autos e, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alíneas 'b' e 'c', da Lei 8.443, de 16/7/1992, combinados com os arts. 19 e 23, inciso III, da mesma Lei, e com os arts. 1º, inciso I, 209, incisos II e III, 210 e 214, inciso III, do Regimento Interno do TCU, julgar irregulares as contas dos responsáveis em epígrafe, Sr. Marcos Murta e associação Os Independentes, condenando-os solidariamente ao pagamento das importâncias especificadas no quadro abaixo, atualizadas monetariamente e acrescidas dos juros de mora desde as respectivas datas até a data do efetivo recolhimento, e fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação deste Acórdão, para que comprovem, perante o Tribunal, o recolhimento das referidas quantias aos cofres do Tesouro Nacional, nos termos do art. 23, inciso III, alínea 'a', da Lei 8.443/1992, combinado com o art. 214, inciso III, alínea 'a', do referido Regimento Interno:

VALOR ORIGINAL (R$)	DATA DA OCORRÊNCIA
574.047,08	20/10/2010
1.000.000,00	18/5/2011

(...)"
9.2. manter em seus exatos termos os demais subitens da deliberação embargada;
9.3. dar ciência desta decisão à entidade embargante e aos órgãos identificados no subitem 9.5 do Acórdão 829/2020-TCU-2ª Câmara.

10. Ata n° 43/2020 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 1/12/2020 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-13887-43/20-2.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Ana Arraes (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz (Relator) e Raimundo Carreiro.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 13888/2020 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 008.636/2015-0.
2. Grupo II - Classe de Assunto: I - Embargos de declaração (Tomada de Contas Especial).
3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:
3.1. Interessado: Ministério do Turismo (05.457.283/0001-19).
3.2. Responsáveis: ABB L Promoções de Espetáculos Ltda (09.343.747/0001-17); Adjailson Benedito de Barros (071.178.884-74); Bruno Leandro da Silva (069.467.914-36); Carlos Marques Ferreira Júnior (848.325.334-87); Ernane Soares Borba (004.556.364-00)
3.3. Recorrente: Ernane Soares Borba (004.556.364-00).
4. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Cortês - PE.
5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Aroldo Cedraz.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (Serur); Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).
8. Representação legal:
8.1. Luís Alberto Gallindo Martins (OAB/PE 20.189) e outros, representando Ernane Soares Borba.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Embargos de Declaração opostos por Ernane Soares Borba em face do Acórdão 12.257/2020 - TCU - 2ª Câmara;
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, diante das razões expostas pelo relator, com fulcro nos arts. 32, inciso II, e 34 da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 277, inciso III, e 287 do Regimento Interno/TCU, em:
9.1. conhecer dos Embargos de Declaração para, no mérito, rejeitá-los e manter inalterada a deliberação embargada;
9.2. dar ciência da presente deliberação ao embargante.

10. Ata n° 43/2020 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 1/12/2020 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-13888-43/20-2.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Ana Arraes (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz (Relator) e Raimundo Carreiro.
13.2. Ministra que alegou impedimento na Sessão: Ana Arraes (Presidente).
13.3. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 13889/2020 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 012.112/2018-6.
2. Grupo I - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial.
3. Interessados/Responsáveis:
3.1. Interessado: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (00.378.257/0001-81).
3.2. Responsável: Armando Tavares Filho (098.263.435-87).
4. Órgão/Entidade: Município de Itaquaquecetuba - SP.
5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Tomada de Contas Especial instaurada pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE, em desfavor do Sr. Armando Tavares Filho, ex-prefeito municipal de Itaquaquecetuba/SP, em razão da omissão no dever de prestar contas do Programa de Alimentação Escolar- PNAE, exercício 2011, que tinha por objeto a "Aquisição exclusiva de gêneros alimentícios, em caráter complementar, para atendimento dos alunos matriculados em creches, pré-escolas e em escolas do ensino fundamental das redes federal, estadual, do Distrito Federal e municipal, inclusive as indígenas e as localizadas em áreas remanescentes de quilombos, e, excepcionalmente, aquelas qualificadas como entidades filantrópicas ou por elas mantidas";
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, com fundamento nos arts. 1º, inciso I; 12, § 3º; 16, inciso III, alíneas "a" e "c"; 19; 23, inciso III; 28, inciso II; e 57 da Lei 8.443/92, c/c os arts. 209, 210 e 214, inciso III, alínea "a"; e 267 do Regimento Interno do Tribunal, em:
9.1. considerar revel o Sr. Armando Tavares Filho, com fundamento no § 3º, art. 12, Lei 8.443/1992;
9.2. julgar irregulares as contas do Sr. Armando Tavares Filho, condenando-o ao pagamento da importância abaixo especificada, fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprove, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, "a", do Regimento Interno), o recolhimento da referida quantia aos cofres do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE, atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora, calculados a contar das datas indicadas até o dia do efetivo recolhimento do débito, na forma prevista na legislação em vigor:

Data	Valor (R$)
18/3/2011	4.836,00
25/3/2011	141.276,00
31/3/2011	36.318,00
31/3/2011	27.528,00
8/4/2011	36.318,00
8/4/2011	27.528,00
8/4/2011	141.276,00
8/4/2011	4.836,00
2/5/2011	4.836,00
3/5/2011	141.276,00
3/5/2011	27.528,00
3/5/2011	36.318,00
1°/6/2011	27.528,00
1°/6/2011	141.276,00
1°/6/2011	36.318,00
1°/6/2011	4.836,00
4/7/2011	22.368,00
4/7/2011	22.368,00
4/7/2011	36.318,00
4/7/2011	27.528,00
4/7/2011	141.276,00
4/7/2011	22.368,00
4/7/2011	22.368,00
4/7/2011	22.368,00
4/7/2011	4.836,00
29/7/2011	27.528,00
29/7/2011	4.836,00
29/7/2011	141.276,00
16/8/2011	22.368,00
16/8/2011	36.318,00
01/9/2011	27.528,00
1°/9/2011	4.836,00
1°/9/2011	141.276,00
1°/9/2011	36.318,00
1°/9/2011	22.368,00
30/9/2011	36.318,00
30/9/2011	4.836,00
30/9/2011	27.528,00
30/9/2011	22.368,00
30/9/2011	141.276,00
31/10/2011	27.528,00
31/10/2011	4.836,00
31/10/2011	141.276,00
31/10/2011	36.318,00
31/10/2011	22.368,00
30/11/2011	27.528,00
30/11/2011	141.276,00
30/11/2011	4.836,00
30/11/2011	36.318,00
30/11/2011	22.368,00
Total	2.323.260,00

9.3. aplicar ao Sr. Armando Tavares Filho a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992, no valor de R$ 370.000,00 (trezentos e setenta mil reais), fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprove, perante o Tribunal, o recolhimento da dívida ao Tesouro Nacional, atualizada monetariamente a partir da data deste Acórdão até o dia do efetivo recolhimento, caso não seja paga no prazo ora fixado, na forma da legislação em vigor;

9.4. autorizar, desde logo, nos termos dos arts. 26 e 28, inciso II, da Lei 8.443/1992:

9.4.1. o pagamento das dívidas em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e consecutivas, se solicitado pelo responsável, fixando-se o vencimento da primeira em 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação, e o das demais a cada 30 (trinta) dias, devendo incidir sobre cada uma delas os encargos legais devidos, na forma prevista na legislação em vigor, sem prejuízo ao vencimento antecipado do saldo devedor em caso de não comprovação do recolhimento de qualquer parcela, conforme prevê o art. 217, § 2º, do Regimento Interno deste Tribunal;

9.4.2. a cobrança judicial das dívidas, caso não atendida a notificação;

9.5. dar ciência desta deliberação ao responsável e ao Procurador-Chefe da Procuradoria da República no Estado de São Paulo, para as providências que entender cabíveis.

10. Ata n° 43/2020 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 1/12/2020 - Telepresencial.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-13889-43/20-2.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Ana Arraes (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz (Relator) e Raimundo Carreiro.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 13890/2020 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 027.693/2018-0.

2. Grupo I - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial.

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Responsáveis: Amazon Books & Arts Eireli (04.361.294/0001-38); Antônio Carlos Belini Amorim (039.174.398-83); Felipe Vaz Amorim (692.735.101-91).

4. Órgão/Entidade: Entidades e Órgãos do Governo do Estado de São Paulo.

5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.

6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).

8. Representação legal:

8.1. Marcello Lavenere Machado Neto (48.520/OAB-DF) e outros, representando Felipe Vaz Amorim.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Tomada de Contas Especial instaurada pelo Ministério da Cultura - MinC, em desfavor da empresa Amazon Books & Arts Ltda., e dos Srs. Antônio Carlos Belini Amorim e Felipe Vaz Amorim, em razão da não comprovação da regular aplicação dos recursos pactuados por intermédio do projeto "Carpe Diem - Música Instrumental" (Pronac 06-1974), pactuado com base na Lei 8.313/1991, com o objetivo de realizar um show com a Orquestra Filarmônica Arte Viva;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, com fundamento nos arts. 1º, inciso I; 12, § 3º; 16, inciso III, alíneas "b", "c" e "d"; 19; 23, inciso III; e 28, inciso II, da Lei 8.443/92, c/c os arts. 209, 210 e 214, inciso III, alínea "a"; e 267 do Regimento Interno do Tribunal, em:

9.1. considerar revéis Antônio Carlos Belini Amorim e a empresa Amazon Books & Arts Eireli, nos termos do art. 12, § 3º, da Lei 8.443/1992;

9.2. julgar irregulares as contas dos Srs. Antônio Carlos Belini Amorim e Felipe Vaz Amorim e da empresa Amazon Books & Arts Eireli, condenando-os, solidariamente, ao pagamento das importâncias abaixo especificadas, fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprovem, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno) , o recolhimento das referidas quantias aos cofres do Fundo Nacional de Cultura, atualizadas monetariamente e acrescidas dos juros de mora, calculados a contar das datas indicadas até o dia do efetivo recolhimento do débito, na forma prevista na legislação em vigor:

Data	Valor (R$)	Débito/ Crédito
21/09/2007	75.000,00	D
17/10/2007	100.000,00	D
22/10/2007	100.000,00	D
01/08/2011	12.570,62	C

9.3. autorizar, desde logo, nos termos dos arts. 26 e 28, inciso II, da Lei 8.443/1992:

9.3.1. o pagamento das dívidas em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e consecutivas, se solicitado pelos responsáveis, fixando-se o vencimento da primeira em 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação, e o das demais a cada 30 (trinta) dias, devendo incidir sobre cada uma delas os encargos legais devidos, na forma prevista na legislação em vigor, sem prejuízo ao vencimento antecipado do saldo devedor em caso de não comprovação do recolhimento de qualquer parcela, conforme prevê o art. 217, § 2º, do Regimento Interno deste Tribunal;

9.3.2. a cobrança judicial das dívidas, caso não atendida a notificação;

9.4. dar ciência desta deliberação aos responsáveis e ao Procurador-Chefe da Procuradoria da República no Estado de São Paulo para as providências que entender cabíveis.

10. Ata n° 43/2020 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 1/12/2020 - Telepresencial.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-13890-43/20-2.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Ana Arraes (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz (Relator) e Raimundo Carreiro.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 13891/2020 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 028.939/2014-0.

2. Grupo II - Classe de Assunto: I - Embargos de Declaração (em Tomada de Contas Especial).

3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:

3.1. Interessado: Ministério da Integração Nacional (extinta).

3.2. Responsáveis: Cláudio Furman (046.244.321-34); Parsifal de Jesus Pontes (124.394.442-00)

3.3. Recorrente: Parsifal de Jesus Pontes (124.394.442-00).

4. Órgão/Entidade: Município de Tucuruí - PA.

5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Aroldo Cedraz.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo de Vries Marsico.

7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (Serur); Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).

8. Representação legal:

8.1. Luana Karen de Azevedo Santana (60.309/OAB-DF) e outros, representando Parsifal de Jesus Pontes.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de novos embargos de declaração opostos por Parsifal de Jesus Pontes contra o Acórdão 7.727/2019-TCU-2ª Câmara, que conheceu e negou provimento a anteriores embargos de declaração interpostos pelo mesmo responsável contra o Acórdão 12.124/2018-TCU-2ª Câmara, o qual negou provimento ao recurso de reconsideração oposto contra o Acórdão 2.045/2016-TCU-2ª Câmara;

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo relator e com fundamento nos arts. 32 e 34 da Lei 8.443/1992, em:

9.1. conhecer dos embargos de declaração opostos por Parsifal de Jesus Pontes, para, no mérito, rejeitá-los;

9.2. esclarecer a Parsifal de Jesus Pontes que a oposição reiterada de embargos de declaração com nítido caráter protelatório:

9.2.1. implica o recebimento de futuras impugnações dessa espécie como mera petição, sem efeito suspensivo, nos termos do art. 287, § 6º, do Regimento Interno do TCU, o que não suspenderá a consumação do trânsito em julgado do Acórdão 2.045/2016-TCU-2ª Câmara;

9.2.2. poderá ensejar a aplicação da multa prevista no art. 1.026, § 2º, da Lei 13.105, de 16/3/2015, nos termos da jurisprudência deste Tribunal de Contas, da qual podem ser citados, a título exemplificativo, os Acórdãos 1.488/2019 e 1.113/2019 de Plenário, 4.506/2019 e 3.219/2019 de 1ª Câmara, 12.144/2018 e 3.195/2018 de 2ª Câmara;

9.3. dar ciência desta deliberação ao embargante.

10. Ata n° 43/2020 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 1/12/2020 - Telepresencial.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-13891-43/20-2.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Ana Arraes (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz (Relator) e Raimundo Carreiro.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 13892/2020 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 030.132/2018-5.

2. Grupo I - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial.

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessado: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.

3.2. Responsável: Paulo Fabricio Palhavan Ferreira (258.304.808-24).

4. Órgão/Entidade: Entidades e Órgãos do Governo do Estado de São Paulo.

5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Tomada de Contas Especial instaurada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq em desfavor do Sr. Paulo Fabrício Palhavan Ferreira, em decorrência da não apresentação do relatório técnico final, bem como da não avaliação dos bolsistas vinculados, relativamente ao Termo de Aceitação de Apoio Financeiro ao Projeto no Projeto "Reformador de Bioetanol para produção industrial descentralizada de hidrogênio";

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, com fulcro nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alíneas "a" e "c", 19, caput, e 23, inciso III, da Lei 8.443/1992, em:

9.1. considerar revel, para todos os efeitos, o Sr. Paulo Fabrício Palhavan Ferreira, a teor do disposto no art. 12, § 3º, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 202, § 8º, do Regimento Interno/TCU;

9.2. julgar irregulares as contas do Sr. Paulo Fabrício Palhavan Ferreira, condenando-o ao pagamento das quantias especificadas a seguir, acrescida dos encargos legais devidos, a partir das datas indicadas, na forma prevista na legislação em vigor, fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprove, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno/TCU), o recolhimento da dívida aos cofres do CNPq;

Data da Ordem Bancária	Valor Original (R$)	Bolsista
5/6/2013	4.500,00	Sr. André Luis Furlan
2/7/2013	4.500,00	
2/8/2013	4.500,00	
3/9/2013	4.500,00	
2/10/2013	4.500,00	
1/11/2013	4.500,00	
4/12/2013	4.500,00	
3/1/2014	4.500,00	
6/2/2014	4.500,00	
7/3/2014	4.500,00	
2/4/2014	4.500,00	
5/5/2014	4.500,00	
3/6/2014	4.500,00	
2/7/2014	4.500,00	
1/8/2014	4.500,00	
3/9/2014	4.500,00	
1/10/2014	4.500,00	
5/11/2014	4.500,00	
3/12/2014	4.500,00	
31/12/2014	4.500,00	
4/2/2015	4.500,00	
5/3/2015	4.500,00	
1/4/2015	4.500,00	
5/5/2015	4.500,00	
5/6/2013	4.500,00	Sr. Cristiano da Silva Pinto
2/7/2013	4.500,00	
2/8/2013	4.500,00	
3/9/2013	4.500,00	
2/10/2013	4.500,00	
1/11/2013	4.500,00	
4/12/2013	4.500,00	
3/1/2014	4.500,00	
6/2/2014	4.500,00	
7/3/2014	4.500,00	
2/4/2014	4.500,00	
5/5/2014	4.500,00	
3/6/2014	4.500,00	
2/7/2014	4.500,00	
1/8/2014	4.500,00	
3/9/2014	4.500,00	
1/10/2014	4.500,00	
5/11/2014	4.500,00	
3/12/2014	4.500,00	
31/12/2014	4.500,00	
4/2/2015	4.500,00	
5/3/2015	4.500,00	
1/4/2015	4.500,00	
5/0/2015	4.500,00	
5/6/2013	5.000,00	Sr. Daniel Gabriel Lopes
2/7/2013	5.000,00	
2/8/2013	5.000,00	
3/9/2013	5.000,00	
2/10/2013	5.000,00	
1/11/2013	5.000,00	
4/12/2013	5.000,00	
3/1/2014	5.000,00	
6/2/2014	5.000,00	
7/3/2014	5.000,00	
2/4/2014	5.000,00	
5/5/2014	5.000,00	
2/7/2014	5.000,00	Sr. João Carlos Camargo
1/8/2014	5.000,00	
3/9/2014	5.000,00	
1/10/2014	5.000,00	
5/11/2014	5.000,00	
3/12/2014	5.000,00	
31/12/2014	5.000,00	
4/2/2015	5.000,00	
5/3/2015	5.000,00	
1/4/2015	5.000,00	
5/5/2015	5.000,00	
2/6/2015	5.000,00	

9.3. autorizar, desde logo, a cobrança judicial das dívidas, com fundamento no art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992, caso não atendida a notificação;

9.4. autorizar, antecipadamente, caso requerido, o pagamento da dívida em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e consecutivas, nos termos do art. 26 da Lei 8.443/1992, c/c o art. 217 do Regimento Interno/TCU, fixando-se o vencimento da primeira parcela em 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação, e o das demais a cada 30 (trinta) dias, devendo incidir sobre cada uma os encargos devidos, na forma prevista na legislação em vigor, alertando o responsável para o fato de que a falta de comprovação do recolhimento de qualquer parcela importará o vencimento antecipado do saldo devedor, nos termos do art. 217, § 2º, do Regimento Interno/TCU;

9.5. encaminhar cópia da presente deliberação, acompanhada do Relatório e do Voto que o fundamentam:

9.5.1. ao responsável e ao CNPq;

9.5.2. ao Procurador-Chefe da Procuradoria da República no Distrito Federal, nos termos do § 3º do art. 16 da Lei 8.443/1992 c/c o § 7º do art. 209 do Regimento Interno/TCU, para a adoção das medidas cabíveis, informando-lhe que a presente deliberação, acompanhada do Relatório e do Voto que a fundamentam, está disponível para a consulta no endereço www.tcu.gov.br/acordaos.

10. Ata n° 43/2020 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 1/12/2020 - Telepresencial.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-13892-43/20-2.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Ana Arraes (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz (Relator) e Raimundo Carreiro.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 13893/2020 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 030.875/2019-6.

2. Grupo I - Classe de Assunto: I - Pedido de Reexame (Aposentadoria).

3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:

3.1. Interessada: Elaine Aparecida da Silva Rossi (480.460.009-49).

3.2. Recorrente: Elaine Aparecida da Silva Rossi (480.460.009-49).

4. Órgão/Entidade: Justiça Federal de 1º e 2º Graus da 4ª Região/RS.

5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (Serur); Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

8. Representação legal:

8.1. Melina Breckenfeld Reck (33.039/OAB-PR) e outros, representando Elaine Aparecida da Silva Rossi.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de Pedido de Reexame interposto por Elaine Aparecida da Silva Rossi, vinculada à Justiça Federal de 1º e 2º Graus da 4ª Região, por meio do qual se insurge contra o Acórdão 4.043/2020-TCU-2ª Câmara, o qual, entre outras medidas, considerou seu ato de aposentadoria ilegal e negou-lhe registro;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, e com fundamento nos arts. 32, parágrafo único, 33 e 48, da Lei 8.443/1992, em:

9.1. conhecer do Pedido de Reexame para, no mérito, negar-lhe provimento;

9.2. nos termos da Questão de Ordem aprovada na Sessão Plenária de 8/6/2011 (Ata 22/2011), encaminhar ao Departamento de Assuntos Extrajudiciais da Advocacia-Geral de União (AGU) e à Conjur/TCU as informações necessárias ao acompanhamento do Processo 1041687-08.2019.4.01.0000, em trâmite no TRF-1ª Região; e

9.3. dar ciência desta decisão à recorrente e aos demais interessados.

10. Ata n° 43/2020 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 1/12/2020 - Telepresencial.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-13893-43/20-2.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Ana Arraes (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz (Relator) e Raimundo Carreiro.

13.2. Ministro que alegou impedimento na Sessão: Augusto Nardes.

13.3. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 13894/2020 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 031.280/2019-6.

2. Grupo I - Classe de Assunto: I - Embargos de Declaração (Aposentadoria).

3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:

3.1. Interessado: José Fernando Zabenatti Camargo (849.837.958-04).

3.2. Recorrente: José Fernando Zabenatti Camargo (849.837.958-04).

4. Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região - Campinas/SP.

5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Aroldo Cedraz.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (Serur); Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

8. Representação legal:

8.1. Jean Paulo Ruzzarin (21.006/OAB-DF) e outros, representando Jose Fernando Zabenatti Camargo.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes Embargos de Declaração opostos por José Fernando Zabenatti Camargo contra o Acórdão 12.270/2020-TCU-2ª Câmara, que rejeitou pedido de reexame relacionado ao Acórdão 1.438/2020-TCU-2ª Câmara (Rel. Min. Augusto Nardes) que considerou ilegal o ato de concessão de sua aposentadoria;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, com fulcro com fulcro nos arts. 32, inciso II, e 34 da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 277, inciso III, e 287 do Regimento Interno do TCU e diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. conhecer dos Embargos de Declaração opostos por José Fernando Zabenatti Camargo para, no mérito, rejeitá-los;

9.2. dar ciência desta deliberação aos interessados.

10. Ata n° 43/2020 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 1/12/2020 - Telepresencial.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-13894-43/20-2.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Ana Arraes (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz (Relator) e Raimundo Carreiro.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 13895/2020 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 033.500/2016-9.

2. Grupo II - Classe I - Embargos de Declaração em sede de Recurso de Reconsideração (processo de Tomada de Contas Especial).

3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:

3.1. Interessados: não há.

3.2. Responsáveis: Andressa Heinrich Barbosa de Oliveira (CPF 513.269.812-34), Antônio Carlos Faria de Paiva (CPF 412.893.746-00, Eduardo de Xerez Vieiralves (CPF 099.688.732-68), Francisco Paulo Almeida da Rocha (CPF 192.643.992-91), José Francisco Albuquerque da Rocha (CPF 120.225.432-20), José Roberto de Moraes Rego Paiva Fernandes Júnior (CPF 524.117.291-20), Joaquim Antônio de Carvalho Brito (CPF 111.238.264-04), Lincoln Robert da Costa Souza (CPF 622.775.702-06), Luís Hiroshi Sakamoto (CPF 098.737.591- 15), Luiz Armando Crestana (CPF 197.843.090-68), Marcos Adolfo Ribeiro Ferrari (CPF 001.711.067-09), Marcos Aurélio Madureira da Silva (CPF 154.695.816-91), Marcos Vinícius de Almeida Nogueira (CPF 317.578.981-15), Nélisson Sérgio Hoewell (CPF 199.278.000-53), Paulo Eduardo Gama Maciel (CPF 706.756.782-34), Paulo Roberto dos Santos Silveira (CPF 191.588.407-10), Radyr Gomes de Oliveira (CPF

119.281.152-68), Renato de Oliveira Guerreiro (CPF 093.109.848-30), Robésio Maciel de Sena (CPF 264.976.386-87), Rodrigo Moreira (CPF 510.236.012-49) e Tulio Neiva Rizzo (CPF 283.118.331-68).

3.3. Embargantes: Andressa Heinrich Barbosa de Oliveira (CPF 513.269.812-34), Antônio Carlos Faria de Paiva (CPF 412.893.746-00), Eduardo de Xerez Vieiralves (CPF 099.688.732-68), José Francisco Albuquerque da Rocha (CPF 120.225.432-20), Luís Hiroshi Sakamoto (CPF 098.737.591- 15), Luiz Armando Crestana (CPF 197.843.090-68), Marcos Vinícius de Almeida Nogueira (CPF 317.578.981-15) e Radyr Gomes de Oliveira (CPF 119.281.152-68).

4. Órgãos/Entidades: Amazonas Distribuidora de Energia S/A.

5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Aroldo Cedraz.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: não atuou.

8. Representação legal:

8.1. Andreia Sabino Correia (OAB/AM 7.074), Camila Rodrigues da Silva (OAB/AM 8.847), Danilo Carvalho Freire Silva Filho (OAB/MG 162.033), Décio Flávio Gonçalves Torres Freire (OAB/AC 3.927/A, OAB/AL 12.170/A, OAB/AM 697/A, OAB/AP 2.961/A, OAB/BA 22.696, OAB/CE 30.116-A, OAB/DF 1.742/A, OAB/ES 12.082, OAB/MG 56.543, OAB/MT 19.376/A, OAB/PA 19.919/A, OAB/PB 19.531-A, OAB/PE 815/A, OAB/PI 7.369/A, OAB/RJ 2.255/A, OAB/RN 1.024/A, OAB/RO 6.540, OAB/RS 97.892/A, OAB/SC 34.752/A, OAB/SE 873/A e OAB/SP 191.664), Gustavo Andère Cruz (OAB/DF 1.985-A e OAB/MG 68.004), Igor Folena Dias da Silva (OAB/DF 52.120), Tatiana Machado Maciel (OAB/SP 228.208) e outros, representando Andressa Heinrich Barbosa de Oliveira (procurações às peças 90 e 97 e substabelecimento à peça 48), Antônio Carlos Faria de Paiva (procuração à peça 56 e substabelecimentos às peças 48 e 57), Eduardo de Xerez Vieiralves (procuração à peça 43 e substabelecimento à peça 48), José Francisco Albuquerque da Rocha (procuração à peça 47 e substabelecimento à peça 48), Luís Hiroshi Sakamoto (procurações às peças 62 e 80 e substabelecimento à peça 48), Luiz Armando Crestana (procurações às peças 91 e 95 e substabelecimento à peça 48), Marcos Vinícius de Almeida Nogueira (procurações às peças 45 e 54 e substabelecimentos às peças 48 e 55), Paulo Roberto dos Santos Silveira (procurações às peças 44 e 77 e substabelecimentos às peças 48 e 81), Radyr Gomes de Oliveira (procuração à peça 68 e substabelecimento à peça 48), Renato de Oliveira Guerreiro (procuração à peça 70 e substabelecimento à peça 48), Rodrigo Moreira (procuração à peça 46 e substabelecimento à peça 48);

8.2. Alexandre Fleming Neves De Melo (OAB/AM 6.142), Andressa Veronique Pinto Gusmão de Oliveira (OAB/AM 3.554), Décio Flávio Gonçalves Torres Freire (OAB/AC 3.927/A, OAB/AL 12.170/A, OAB/AM 697/A, OAB/AP 2.961/A, OAB/BA 22.696, OAB/CE 30.116-A, OAB/DF 1.742/A, OAB/ES 12.082, OAB/MG 56.543, OAB/MT 19.376/A, OAB/PA 19.919/A, OAB/PB 19.531-A, OAB/PE 815/A, OAB/PI 7.369/A, OAB/RJ 2.255/A, OAB/RN 1.024/A, OAB/RO 6.540, OAB/RS 97.892/A, OAB/SC 34.752/A, OAB/SE 873/A e OAB/SP 191.664), Ediney Costa da Silva (OAB/AM 7.646), Fabricio Jacob Acris de Carvalho (OAB/AM 9.145), Neiva Evangelista Barboza (OAB/AM 3.187), Nívea Da Silva Corado (OAB/AM 5.490), Priscila Soares Feitoza (OAB/AM 4.656), Rafael Botelho Caldeira (OAB/AM 6.788), Riulna Ventura Müller (OAB/AM 6.654) e outros, representando a Amazonas Distribuidora de Energia S/A (procurações às peças 14 e 194).

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Tomada de Contas Especial, ora em fase de Embargos de Declaração opostos por Andressa Heinrich Barbosa de Oliveira, Antônio Carlos Faria de Paiva, Eduardo de Xerez Vieiralves, José Francisco Albuquerque da Rocha, Luís Hiroshi Sakamoto, Luiz Armando Crestana, Marcos Vinícius de Almeida Nogueira e Radyr Gomes de Oliveira contra o Acórdão 12.682/2019-TCU-2ª Câmara;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, diante das razões expostas pelo Relator e com fundamento nos arts. 32, inciso II, e 34 da Lei 8.443, de 16/7/1992, em:

9.1. conhecer dos Embargos Declaratórios em exame, para rejeita-los quanto ao mérito, mantendo-se, por conseguinte, em seus exatos termos o Acórdão 12.682/2019-TCU-2ª Câmara;

9.2. dar ciência desta decisão aos embargantes.

10. Ata n° 43/2020 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 1/12/2020 - Telepresencial.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-13895-43/20-2.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Ana Arraes (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz (Relator) e Raimundo Carreiro.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 13896/2020 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 034.136/2020-7.

2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Aposentadoria.

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessados: Maria das Graças Motta e Bona (132.712.103-49); Monica Maria Machado Ribeiro Nunes de Castro (106.092.023-91); Pedro Alves Lemos Filho (079.344.323-72).

4. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal do Piauí.

5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

8. Representação legal: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que cuidam de ato de concessão de aposentadoria referente a servidores vinculados à Fundação Universidade Federal do Piauí;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal; 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992 e 260, § 1º, do Regimento Interno, em:

9.1. considerar ilegais os atos de concessão de aposentadoria referentes a Maria das Graças Motta e Bona (132.712.103-49), Monica Maria Machado Ribeiro Nunes de Castro (106.092.023-91) e Pedro Alves Lemos Filho (079.344.323-72), negando-lhes os respectivos registros;

9.2. dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas de boa-fé, consoante o disposto no Enunciado nº 106 da Súmula de Jurisprudência deste Tribunal;

9.3. determinar à Fundação Universidade Federal do Piauí que:

9.3.1. faça cessar, no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da ciência desta deliberação, os pagamentos decorrentes dos atos considerados ilegais, sujeitando-se a autoridade administrativa omissa à responsabilidade solidária, nos termos do art. 262, caput, do Regimento Interno do TCU;

9.3.2. dê ciência, no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da ciência deste acórdão, do inteiro teor da deliberação aos interessados, alertando-os de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventual recurso perante o TCU não os exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após as respectivas notificações, caso o recurso não seja provido;

9.3.3. no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da ciência desta deliberação, emita novos atos de concessão de aposentadoria e submeta-os ao Tribunal, após suprimida a irregularidade que ensejou a apreciação pela ilegalidade;

9.3.4. no prazo de 30 (trinta) dias, contados da ciência desta deliberação, envie a este Tribunal documentos comprobatórios de que os interessados estão cientes do julgamento deste Tribunal.

10. Ata n° 43/2020 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 1/12/2020 - Telepresencial.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-13896-43/20-2.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Ana Arraes (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz (Relator) e Raimundo Carreiro.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 13897/2020 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 034.289/2018-6.

2. Grupo I - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial.

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Responsáveis: Antonio Carlos Gouveia Junior (064.362.038-93); Antonio Carlos Gouveia Junior - EPP (07.263.605/0001-14); Maria Cecilia Crevatin Gouveia (125.676.388-81).

4. Órgão/Entidade: Ministério da Cultura (extinta).

5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.

6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos os presentes autos de Tomada de Contas Especial instaurada pelo extinto Ministério da Cultura, em virtude da omissão no dever de prestar contas dos recursos captados mediante incentivo fiscal da "Lei Rouanet" (Lei 8.313/1991), destinados à produção e publicação do livro "Congado: o Reinado dos Negros" (Pronac 10-11194);

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. considerar revéis Antônio Carlos Gouveia Júnior (CPF 064.362.038-93), Maria Cecília Crevatin Gouveia (CPF 125.676.388-81) e a empresa Antônio Carlos Gouveia Júnior - EPP (CNPJ 07.263.605/0001-14), com fundamento no § 3º, art. 12, Lei 8.443/1992;

9.2. com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alínea "a", e § 1º da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 19 e 23, inciso III, da mesma Lei, e com arts. 1º, inciso I, 209, inciso I, e § 1º, 210 e 214, inciso III, do Regimento Interno, julgar irregulares as contas de Antônio Carlos Gouveia Júnior (CPF 064.362.038-93), de Maria Cecília Crevatin Gouveia (CPF 125.676.388-81) e da empresa Antônio Carlos Gouveia Júnior - EPP (CNPJ 07.263.605/0001-14), e condená-los ao pagamento das quantias a seguir especificadas, com a fixação do prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para comprovar, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento da dívida aos cofres do Fundo Nacional de Cultura, atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora, calculados a partir das datas indicadas, até a data do efetivo recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor:

DATA	VALOR (R$)
21/12/2011	297.590,38

9.3. aplicar, individualmente, a Antônio Carlos Gouveia Júnior, a Maria Cecília Crevatin Gouveia e à empresa Antônio Carlos Gouveia Júnior - EPP, a multa prevista no art. 57 da Lei 8.433/1992, no valor de R$ 46.000,00 (quarenta e seis mil reais), fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para comprovarem, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento das dívidas aos cofres do Tesouro Nacional, atualizadas monetariamente desde a data do presente acórdão até a do efetivo recolhimento, se forem pagas após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.4. autorizar, desde logo, nos termos dos arts. 26 e 28, inciso II, da Lei 8.443/1992:

9.4.1. o pagamento das dívidas em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e consecutivas, se solicitado pelos responsáveis e se o processo não tiver sido remetido para cobrança judicial, fixando-se o vencimento da primeira em 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação, e o das demais a cada 30 (trinta) dias, devendo incidir sobre cada uma delas os encargos legais devidos, na forma prevista na legislação em vigor, sem prejuízo ao vencimento antecipado do saldo devedor em caso de não comprovação do recolhimento de qualquer parcela, conforme prevê o art. 217, § 2º, do Regimento Interno deste Tribunal;

9.4.2. a cobrança judicial das dívidas, caso não atendidas as notificações;

9.5. informar aos responsáveis que, caso demonstrem, por via recursal, a correta aplicação dos recursos captados, mas não se justifique a omissão da prestação de contas, o débito poderá ser afastado, mas permanecerá a irregularidade das contas, dando-se ensejo à aplicação da multa prevista no art. 58, inciso I, da Lei 8.443/1992;

9.6. encaminhar cópia desta deliberação à Secretaria Especial da Cultura do Ministério da Cidadania, à Secretaria Federal de Controle Interno e aos responsáveis.

10. Ata n° 43/2020 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 1/12/2020 - Telepresencial.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-13897-43/20-2.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Ana Arraes (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz (Relator) e Raimundo Carreiro.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 13898/2020 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo: TC 000.657/2020-4

2. Grupo I, Classe de Assunto II - Tomada de Contas Especial

3. Responsáveis: Douglas Piske Lima (CPF: 099.664.507-18), Delair Piske Lima (CPF 086.143.447-16) e Drogaria Dpl Ltda. (CNPJ: 10.342.914/0001-94)

4. Órgão/Entidade/Unidade: Fundo Nacional de Saúde (FNS/MS)

5. Relator: Ministro Raimundo Carreiro

6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE)

8. Representação legal: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Tomada de Contas Especial (TCE) instaurada pelo Fundo Nacional de Saúde (FNS/MS), em desfavor de Douglas Piske Lima, Delair Piske Lima e Drogaria Dpl Ltda., em razão de não comprovação da regular aplicação dos recursos repassados pela União no âmbito do Assistência Farmacêutica / Farmácia Popular /Programa Farmácia Popular do Brasil (PFPB),

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. considerar revéis os responsáveis Douglas Piske Lima (CPF: 099.664.507-18) e Drogaria Dpl Ltda. (CNPJ: 10.342.914/0001-94), para todos os efeitos, dando-se prosseguimento ao processo, com fulcro no art. 12, § 3º, da Lei 8.443/1992;

9.2. excluir da relação processual Delair Piske Lima (CPF 086.143.447-16), por não deter poderes de administração na Drogaria Dpl Ltda. no período das ocorrências;

9.3. julgar irregulares, nos termos dos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alíneas b e c, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 19 e 23, inciso III, da mesma Lei, as contas dos responsáveis Douglas Piske Lima (CPF: 099.664.507-18) e Drogaria Dpl Ltda. (CNPJ: 10.342.914/0001-94), condenando-os solidariamente ao pagamento das importâncias a seguir especificadas, atualizadas monetariamente e acrescidas dos juros de mora, calculadas a partir das datas discriminadas até a data da efetiva quitação do débito, fixando-lhes o prazo de quinze dias, para que comprovem, perante o Tribunal, o recolhimento das referidas quantias aos cofres do Fundo Nacional de Saúde - MS, nos termos do art. 23, inciso III, alínea "a", da citada lei, c/c o art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno do TCU.

Débitos relacionados ao responsável Douglas Piske Lima (CPF: 099.664.507-18) em solidariedade com Drogaria Dpl Ltda. (CNPJ: 10.342.914/0001-94):

Data de ocorrência	Valor histórico (R$)
14/3/2013	53,37
8/4/2013	16,80
16/4/2013	27,81
31/5/2013	286,17
31/5/2013	116,37
4/6/2013	504,15
4/6/2013	97,98
1/7/2013	935,55
1/7/2013	41,85
2/7/2013	208,10
2/7/2013	122,40
25/7/2013	47,37
25/7/2013	1.574,07
30/8/2013	6.401,96
30/8/2013	89,37
1/10/2013	5.750,10
1/10/2013	52,80
2/10/2013	14,04
2/10/2013	2.779,92
12/11/2013	19.777,08
12/11/2013	52,80
6/12/2013	2,40
6/12/2013	66,84
6/12/2013	14.335,58
30/12/2013	16.604,61
30/12/2013	62,97
30/12/2013	33,60
7/2/2014	11.020,00
7/2/2014	75,60
7/2/2014	4,80
28/2/2014	90,12
28/2/2014	14.015,68
28/2/2014	6.629,04
28/2/2014	123,54
16/4/2014	123,06
16/4/2014	18,57
16/4/2014	20.138,16
12/5/2014	23.725,64
12/5/2014	100,26
30/5/2014	4,80
30/5/2014	19.709,59

Valor atualizado do débito (com juros) em 15/7/2020: R$ 263.712,67

9.4. aplicar individualmente aos responsáveis Douglas Piske Lima (CPF: 099.664.507-18) e Drogaria Dpl Ltda. (CNPJ: 10.342.914/0001-94), a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992 c/c o art. 267 do Regimento Interno do TCU, no valor de R$ 10.000,00 (dez mil reais), fixando-lhes o prazo de quinze dias, a contar da notificação, para que comprovem, perante o Tribunal (art. 214, III, alínea "a", do Regimento Interno do TCU), o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data deste Acórdão até a do efetivo recolhimento, se pagas após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.5. autorizar, desde logo, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendidas a notificação, na forma do disposto no art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992;

9.6. autorizar também, desde logo, se requerido, com fundamento no art. 28, inciso I, da Lei 8.443, de 1992, c/c o art. 217, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do TCU, o parcelamento da(s) dívida(s) em até 36 parcelas, incidindo, sobre cada parcela, corrigida monetariamente, os correspondentes acréscimos legais, fixando-lhe o prazo de quinze dias, a contar do recebimento da notificação, para comprovar, perante o Tribunal, o recolhimento da primeira parcela, e de trinta dias, a contar da parcela anterior, para comprovar os recolhimentos das demais parcelas, devendo incidir, sobre cada valor mensal, atualizado monetariamente, os juros de mora devidos, no caso do débito, na forma prevista na legislação em vigor, alertando os responsáveis de que a falta de comprovação do recolhimento de qualquer parcela importará o vencimento antecipado do saldo devedor, nos termos do § 2º do art. 217 do Regimento Interno deste Tribunal;

9.7. enviar cópia deste Acórdão, bem como do Relatório e do Voto que o fundamentam à Procuradoria da República no Estado de ES, nos termos do à § 3º do art. 16 da Lei 8.443/1992, c/c o § 7º do art. 209 do Regimento Interno do TCU, para adoção das medidas cabíveis;

9.8. enviar cópia deste Acórdão ao Fundo Nacional de Saúde - MS e aos responsáveis, para ciência, informando que a presente deliberação, acompanhada do Relatório e do Voto que a fundamenta, está disponível para a consulta no endereço www.tcu.gov.br/acordaos, além de esclarecer que, caso requerido, o TCU poderá fornecer sem custos as correspondentes cópias, de forma impressa.

10. Ata n° 43/2020 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 1/12/2020 - Telepresencial.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-13898-43/20-2.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Ana Arraes (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz e Raimundo Carreiro (Relator).

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 13899/2020 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo: 018.310/2015-0

2. Grupo I, Classe de Assunto II - Tomada de Contas Especial

3. Responsáveis: José Rodrigues Gomes (CPF 088.312.544-72), ex-prefeito municipal de Água Branca/AL (gestão 2009-2012)

4. Órgão/Entidade/Unidade: Município de Água Branca/AL (CNPJ 12.350.153/0001-48)

5. Relator: Ministro Raimundo Carreiro

6. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE)

8. Representação legal: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Tomada de Contas Especial (TCE) instaurada pelo Ministério do Turismo (MTur), em desfavor do Sr. José Rodrigues Gomes, ex-prefeito do município de Água Branca/AL (gestão 2009-2012), em razão de impugnação de despesas referentes ao Convênio 781/2009, que teve por objeto o apoio à realização do Projeto intitulado "VI Festival de Inverno de Água Branca/AL",

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. considerar revel o Sr. José Rodrigues Gomes (CPF 088.312.544-72), ex-Prefeito do Município de Água Branca/AL (Gestão 2009-2012), para todos os efeitos, dando-se prosseguimento ao processo, com fulcro no art. 12, § 3º, da Lei n. 8.443/92;

9.2. excluir da relação processual o Município de Água Branca/AL (CNPJ 12.350.153/0001-48);

9.3. julgar irregulares, nos termos dos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alíneas "b" e "c", § 2º, da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 19 e 23, inciso III, da mesma Lei, e com arts. 1º, inciso I, 209, incisos II e III, 210 e 214, inciso III, do Regimento Interno/TCU, as contas do Sr. José Rodrigues Gomes, condenando-o ao pagamento da importância a seguir especificada, atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora, calculado a partir da data discriminada até a data da efetiva quitação do débito, fixando-lhe o prazo de quinze dias, para que comprove, perante o Tribunal, o recolhimento da referida quantia ao Tesouro Nacional, nos termos do art. 23, inciso III, alínea "a", da Lei 8.443/1992:

VALOR ORIGINAL (R$)	DATA DA OCORRÊNCIA
20.000,00	19/10/2009

Valor atualizado do débito, com juros de mora, em 12/6/2019: R$ 46.510,57

9.4. aplicar ao Sr. José Rodrigues Gomes a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992 c/c o art. 267 do RI/TCU, no valor de R$ 5.000,00, fixando-lhe o prazo de quinze dias, a contar da notificação, para que comprove, perante o Tribunal (art. 214, III, a, do Regimento Interno do TCU), o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data do acórdão proferido por este Tribunal até a do efetivo recolhimento, se pagas após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.5. autorizar, desde logo, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendida a notificação, na forma do disposto no art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992;

9.6. autorizar também, desde logo, se requerido, com fundamento no art. 28, inciso I, da Lei 8.443, de 1992 c/c o art. 217, §§ 1º e 2º do Regimento Interno, o parcelamento da dívida em até 36 parcelas, incidindo sobre cada parcela, corrigida monetariamente, os correspondentes acréscimos legais fixando-lhe o prazo de quinze dias, a contar do recebimento da notificação, para comprovar perante o Tribunal o recolhimento da primeira parcela, e de trinta dias, a contar da parcela anterior, para comprovar os recolhimentos das demais parcelas, devendo incidir sobre cada valor mensal, atualizado monetariamente, os juros de mora devidos, no caso do débito, na forma prevista na legislação em vigor, alertando o responsável de que a falta de comprovação do recolhimento de qualquer parcela importará o vencimento antecipado do saldo devedor, nos termos do § 2º do art. 217 do Regimento Interno deste Tribunal;

9.7. enviar cópia deste Acórdão ao Procurador-Chefe da República no Estado de Alagoas, nos termos do § 3º do art. 16 da Lei 8.443/1992 c/c o § 7º do art. 209 do Regimento Interno do TCU, para adoção das medidas cabíveis, informando-lhe que o inteiro teor da deliberação pode ser consultado no endereço www.tcu.gov.br/acordaos;

9.8. enviar cópia deste Acórdão ao Ministério do Turismo, ao Sr. José Rodrigues Gomes, e ao Município de Água Branca/AL, para ciência, informando que a deliberação, acompanhada do Relatório e do Voto que a fundamenta, está disponível para a consulta no endereço www.tcu.gov.br/acordaos.

10. Ata n° 43/2020 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 1/12/2020 - Telepresencial.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-13899-43/20-2.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Ana Arraes (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz e Raimundo Carreiro (Relator).

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 13900/2020 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 019.226/2015-2.

2. Grupo II - Classe de Assunto: I Recurso de reconsideração em Tomada de Contas Especial

3. Recorrente: Domingos Sávio da Costa Torres (138.098.304-53).

4. Órgãos/Entidades: Ministério do Turismo; Prefeitura Municipal de Tuparetama - PE.

5. Relator: Ministro Raimundo Carreiro

5.1. Relator da deliberacao recorrida: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

6. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (SERUR).

8. Representação legal: Napoleão Manoel Filho (20238/OAB-PE), representando Domingos Sávio da Costa Torres

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de recurso de reconsideração interposto por Domingos Sávio da Costa Torres contra o Acórdão 9.118/2018 - 2ª Câmara, por meio do qual o Tribunal, em apreciação de tomada de contas especial instaurada pelo Ministério do Turismo diante da não aprovação da prestação de contas do Convênio 508/2008 (Siafi 628169), julgou irregulares as contas do responsável, com imputação de débito e aplicação de multa,

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2' Câmara, ante as razões expostas pelo relator, e com fundamento nos arts. 32, inciso I, e 33 da Lei 8.443/1992, em:

9.1. conhecer do recurso de reconsideração interposto por Domingos Sávio da Costa Torres e, no mérito, dar-lhe provimento parcial, para reformar os itens 9.2 e 9.3 da deliberação recorrida, mediante a redução do valor do débito para R$ 20.000,00 e da multa para R$ 6.000,00;

9.2. dar ciência desta deliberação ao recorrente e demais interessados a respeito do inteiro teor deste acórdão, informando-lhes que esta deliberação, acompanhada do Relatório e do Voto que a fundamentam, está disponível para consulta no endereço www.tcu.gov.br/acordaos.

10. Ata n° 43/2020 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 1/12/2020 - Telepresencial.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-13900-43/20-2.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Ana Arraes (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz e Raimundo Carreiro (Relator).

13.2. Ministra que alegou impedimento na Sessão: Ana Arraes (Presidente).

13.3. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 13901/2020 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 020.959/2010-9.

2. Grupo II - Classe de Assunto: I - Recurso de reconsideração (Prestação de Contas)

3. Recorrentes: Rodrigo da Silva Nascimento (978.327.*-**); Marcelino Augusto Santos Rosa (153.831.*-**); Luiz Claudio dos Santos Varejão (905.106. *-**); Cid Ney Santos Martins (384.115. *-**).

4. Órgão/Entidade: Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes.

5. Relator: Ministro Raimundo Carreiro

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Aroldo Cedraz.

6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado.

7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (SERUR); Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura Rodoviária e de Aviação Civil (SeinfraRodoviaAviação).

8. Representação legal:

8.1. Paulo Aristóteles Amador de Sousa, representando Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes.

8.2. Pablo Alves Prado (43164/OAB-DF), representando Hideraldo Luiz Caron.

8.3. Rafael Teixeira Martins (19.274/OAB-DF), representando Cid Ney Santos Martins.
8.4. Pedro Xavier Coelho Sobrinho (598/OAB-RR) e outros, representando Nadja Tereza Monteiro de Oliveira.
8.5. João Gabriel Perotto Pagot (12055/OAB-MT) e outros, representando Luiz Antonio Pagot.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Recursos de Reconsideração, interpostos pelos Srs. Rodrigo da Silva Nascimento, Marcelino Augusto Santos Rosa, Luiz Claudio dos Santos Varejão e Cid Ney Santos Martins, em face do Acórdão 9.454/2017-TCU-Segunda Câmara (peça 155), de relatoria do Ministro Aroldo Cedraz, o qual aplicou-lhes a multa do art. 58, II, da Lei 8.443/1992;
ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Segunda Câmara, ante as razões expostas pelo relator, e com fundamento nos arts. 32, inciso I e 33, da Lei 8.443/1992 e art. 285, caput, do RI/TCU, em:
9.1 conhecer dos recursos interpostos pelos Srs. Rodrigo da Silva Nascimento, Marcelino Augusto Santos Rosa, Luiz Claudio dos Santos Varejão e Cid Ney Santos Martins para, no mérito, negar-lhes provimento;
9.2 enviar o presente Acórdão aos recorrentes e ao Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes, informando que a presente deliberação, acompanhada do Relatório e do Voto que a fundamentam, está disponível para a consulta no endereço www.tcu.gov.br/acordaos, além de esclarecer que, caso requerido, o TCU poderá fornecer sem custos as correspondentes cópias, de forma impressa.

10. Ata n° 43/2020 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 1/12/2020 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-13901-43/20-2.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Ana Arraes (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz e Raimundo Carreiro (Relator).
13.2. Ministro que alegou impedimento na Sessão: Augusto Nardes.
13.3. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 13902/2020 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 023.691/2016-6.
2. Grupo I - Classe de Assunto (I): Embargos de Declaração em Tomada de Contas Especial
3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:
3.1. Recorrentes: Robson Luís Perciano Bezerra (CPF 533.733.834-04) e Júlio Carpentieri (CPF 022.830.554-31)
4. Órgão/Entidade: Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (Infraero)
5. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
5.1. Relator da Deliberação Recorrida: Ministro Raimundo Carreiro
6. Representante do Ministério Público: não atuou
7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (Serur)
8. Representação legal: Carolina Rangel Pinto OAB/PE 22.107 e outros

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Embargos de Declaração opostos pelos Srs. Robson Luís Perciano Bezerra e Júlio Carpentieri, contra o Acórdão 6361/2020 - TCU - 2ª Câmara.
ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, e com fundamento nos arts. 34, § 2º, da Lei 8.443/1992 e 287, § 3º, do RI/TCU, em:
9.1. conhecer dos Embargos de Declaração para, no mérito, rejeitá-los;
9.2. dar ciência aos recorrentes e demais interessados a respeito do inteiro teor deste acórdão, informando que esta deliberação, acompanhada do Relatório e do Voto que a fundamentam, está disponível para consulta no endereço www.tcu.gov.br/acordaos, além de esclarecer que, caso requerido, este Tribunal poderá fornecer sem custos as correspondentes cópias impressas.

10. Ata n° 43/2020 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 1/12/2020 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-13902-43/20-2.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Ana Arraes (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz e Raimundo Carreiro (Relator).
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 13903/2020 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 025.730/2017-7.
2. Grupo I - Classe de Assunto: I - Recurso de Reconsideração (Prestação de Contas)
3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:
3.1. Interessados: Câmara dos Deputados (00.530.352/0001-59); João Luiz Pereira Marciano (377.795.671-68)
3.2. Recorrente: Câmara dos Deputados (00.530.352/0001-59).
4. Órgão/Entidade: Câmara dos Deputados.
5. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Augusto Nardes.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (SERUR); Secretaria de Controle Externo da Administração do Estado (SecexAdmin).
8. Representação legal: não há

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos em que, nesta fase, trata de Recurso de Reconsideração interposto pela Câmara dos Deputados em face do Acórdão 1.411/2019 - 2ª Câmara (Relator: Ministro Augusto Nardes), por meio do qual o TCU apreciou o processo de prestação de contas (2017) da recorrente, julgou regulares as contas dos responsáveis, dando-lhes quitação, além de tecer recomendações.
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, em:
9.1. com fulcro no art. 33 da Lei 8.443/1992 c/c o art. 285 do RI/TCU, não conhecer do Recurso de Reconsideração interposto pela Câmara dos Deputados em face do Acórdão 1.411/2019 - 2ª Câmara (Relator: Ministro Augusto Nardes), por ausência de interesse recursal, tendo em vista que o acórdão recorrido não lhe impingiu sucumbência;
9.2. enviar cópia do presente Acórdão para a Câmara dos Deputados, informando que a presente deliberação, acompanhada do Relatório e do Voto que a fundamenta, está disponível para a consulta no endereço www.tcu.gov.br/acordaos, além de esclarecer que, caso requerido, o TCU poderá fornecer sem custos as correspondentes cópias, de forma impressa;
9.3. arquivar os presentes autos.
10. Ata n° 43/2020 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 1/12/2020 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-13903-43/20-2.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Ana Arraes (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz e Raimundo Carreiro (Relator).
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 13904/2020 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 033.712/2019-0.
2. Grupo I - Classe de Assunto: II - Prestação de Contas.
3. Interessados/Responsáveis:
3.1. Responsáveis: Celso de Oliveira e Sousa Neto (515.838.011-20); Humberto Adjuto Ulhoa (162.847.396-72); Mário Machado Vieira Netto (125.931.687-49); Rafael Arcanjo Reis (584.649.131-68); Romão Cícero de Oliveira (055.866.314-15); Sandra de Santis Mendes de Farias Mello (095.937.137-00).
4. Órgão: Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios.
5. Relator: Ministro Raimundo Carreiro.
6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Administração do Estado (SecexAdmin).
8. Representação legal: não há

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos que cuidam de processo de contas anuais do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios (TJDFT), relativo ao exercício de 2018.
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, em:
9.1. com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso I, 17 e 23, inciso I, da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 1º, inciso I, 207 e 214, inciso I, do Regimento Interno, julgar regulares as contas dos responsáveis Mário Machado Vieira Netto, CPF 125.931.687-49, Humberto Adjuto Ulhoa, CPF 162.847.396-72, Sandra de Santis Mendes de Farias Mello, CPF 095.937.137-00, Romão Cícero de Oliveira, CPF 055.866.314-15, Celso de Oliveira e Sousa Neto, CPF 515.838.011-20, Rafael Arcanjo Reis, CPF 584.649.131-68, dando-lhes quitação plena;
9.2. enviar cópia do presente Acórdão ao Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios (TJDFT), informando que a presente deliberação, acompanhada do Relatório e do Voto que a fundamenta, está disponível para a consulta no endereço www.tcu.gov.br/acordaos, além de esclarecer que, caso requerido, o TCU poderá fornecer sem custos as correspondentes cópias, de forma impressa;
9.3. com fundamento no art. 169, inciso V, do RI/TCU, arquivar os presentes autos.

10. Ata n° 43/2020 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 1/12/2020 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-13904-43/20-2.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Ana Arraes (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz e Raimundo Carreiro (Relator).
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 13905/2020 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 038.260/2019-0.
2. Grupo I - Classe de Assunto: II - Prestação de Contas - Exercício: 2018
3. Interessados/Responsáveis:
3.1. Responsáveis: Antonio Jose Chatack Carmelo (366.720.091-91); Emerson Guimarães Dal Secchi (490.601.201-91); Ernesto Lozardo (232.398.838-72); Fabiana Vieira Lima (002.570.086-32); Fernando Vitor dos Santos Sawczuk (794.640.097-72); Guilherme Estrada Rodrigues (764.708.736-34); Helena Mulim Venceslau (657.979.301-53); Helio do Vale Ribeiro (073.365.058-99); Heriberto Henrique Vilela do Nascimento (089.227.887-04); Igor Nogueira Calvet (997.097.403-34); Manoel Joaquim de Carvalho Filho (183.994.521-49); Marcelo Leandro Ferreira (075.919.477-70); Marcelo Pinheiro Franco (814.092.737-68); Pedro Maciel Capeluppi (052.279.206-56); Rodrigo Pereira de Mello (505.886.211-53); Ronaldo Camillo (042.610.228-26); Santiago Irazabal Mourao (227.424.761-72); Vera Lucia de Melo (339.210.406-04); Viviane de Faria (896.619.821-04).
4. Órgão/Entidade: Agência Brasileira Gestora de Fundos Garantidores e Garantias S.A..
5. Relator: Ministro Raimundo Carreiro.
6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Administração Indireta no Rio de Janeiro (SecexEstat).
8. Representação legal: não há

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos que cuidam de processo de contas anuais do Agência Brasileira Gestora de Fundos Garantidores e Garantias S.A., relativo ao exercício de 2018.
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, em:
9.1. com fundamento nos arts. 1º, inciso I; 16, inciso I; 17 e 23, inciso I, da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 1º, inciso I; 207 e 214, inciso I, do Regimento Interno do TCU, julgar regulares as contas dos responsáveis abaixo listados, dando-lhes quitação plena:

Nome	CPF
Fabiana Vieira Lima	002.570.086-32
Fernando Vitor dos Santos Sawczuk	794.640.097-72
Guilherme Estrada Rodrigues	764.708.736-34
Helena Mulim Venceslau	657.979.301-53
Igor Nogueira Calvet	997.097.403-34
Marcelo Leandro Ferreira	075.919.477-70
Marcelo Pinheiro Franco	814.092.737-68
Pedro Maciel Capeluppi	052.279.206-56
Ronaldo Camillo	042.610.228-26
Santiago Irazabal Mourão	227.424.761-72

9.2. excluir do rol de responsáveis os seguintes gestores, haja vista que não se enquadram em nenhum dos incisos do art. 10 da IN-TCU 63/2010, posto não haverem ocupado, durante o exercício de 2018, cargos responsáveis pela prática de atos de gestão:

Nome	CPF
Antonio Jose Chatak Carmelo	366.720.091-91
Emerson Guimarães Dal Secchi	490.601.201-91
Ernesto Lozardo	232.398.838-72
Helio do Vale Ribeiro	073.365.058-99
Heriberto Henrique Vilela do Nascimento	089.227.887-04
Manoel Joaquim de Carvalho Filho	183.994.521-49
Rodrigo Pereira Mello	505.886.211-53
Vera Lucia de Melo	339.210.406-04
Viviane de Faria	896.619.821-04

9.3. enviar cópia do presente Acórdão para a Agência Brasileira Gestora de Fundos Garantidores e Garantias S.A.., informando que a presente deliberação, acompanhada do Relatório e do Voto que a fundamenta, está disponível para a consulta no endereço www.tcu.gov.br/acordaos, além de esclarecer que, caso requerido, o TCU poderá fornecer sem custos as correspondentes cópias, de forma impressa;

9.4. com fundamento no art. 169, inciso V, do RI/TCU, arquivar os presentes autos.

10. Ata n° 43/2020 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 1/12/2020 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-13905-43/20-2.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Ana Arraes (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz e Raimundo Carreiro (Relator).
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 13906/2020 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo: TC-010.585/2016-8.
2. Grupo: I; Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial.
3. Responsáveis: Amaro José de Freitas Melo (111.992.455-34); e Teresinha de Jesus Cardoso Alves (208.078.053-00).
4. Entidade: Município de Batalha/PI.
5. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial - SecexTCE.
8. Representação legal: Adauto Fortes Junior, OAB/PI 5.756, e outros.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos referentes à Tomada de Contas Especial deflagrada pelo Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS contra o Sr. Amaro José de Freitas Melo, ex-prefeito de Batalha/PI (gestão: 2009 a 2012), e a Sra. Teresinha de Jesus Cardoso Alves (prefeita sucessora), em face da omissão no dever de prestar contas dos recursos repassados ao referido município, na modalidade fundo a fundo, à conta dos programas de Proteção Social Básica (PSB) e de Proteção Social Especial (PSE), no exercício de 2010.
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:
9.1. excluir o nome da Sra. Teresinha de Jesus Cardoso Alves da relação jurídico-processual instaurada pela presente Tomada de Contas Especial;
9.2. com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alíneas b e c, 19, caput, e 23, inciso III, da Lei 8.443/1992, julgar irregulares as contas do Sr. Amaro José de Freitas Melo, condenando-o ao pagamento das quantias abaixo discriminadas, atualizadas monetariamente e acrescidas dos juros de mora, calculados a partir das correspondentes datas até a efetiva quitação, fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação, para que comprove, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea a, do Regimento Interno/TCU), o recolhimento da dívida ao Fundo Nacional de Assistência Social, na forma da legislação em vigor:

Data	Valor - R$
21/1/2010	60,00
21/1/2010	489,54
21/1/2010	380,00
9/3/2010	6.007,86
31/3/2010	6.007,86
12/4/2010	380,00
12/4/2010	190,00
12/4/2010	380,00
23/4/2010	180,18
5/5/2010	6.007,00
27/5/2010	6.007,00
29/6/2010	6.000,00
30/8/2010	6.000,00
7/10/2010	6.000,00
5/11/2010	5.694,30
14/12/2010	6.000,00
23/12/2010	6.000,00
6/1/2010	366,72
5/11/2010	37.000,00
12/1/2010	203,40
25/1/2010	203,40
31/3/2010	7.395,00
31/3/2010	2.040,00
17/8/2010	510,00
17/11/2010	178,00
14/12/2010	9.945,00
14/12/2010	2.550,00
23/12/2010	9.714,00
23/12/2010	2.040,00
3/8/2010	510,00
19/8/2010	400,34
20/8/2010	150,00
8/10/2010	495,95
23/12/2010	814,75
14/12/2010	360,45
23/12/2010	862,10
11/8/2010	540,00
14/12/2010	224,00
16/5/2010	135,50
13/1/2010	229,00
5/11/2010	38.000,00

9.3. aplicar ao Sr. Amaro José de Freitas Melo a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992, no valor de R$ 30.000,00 (trinta mil reais), fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação, para que comprove, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea a, do Regimento Interno/TCU), o recolhimento da dívida ao Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data deste Acórdão até a do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;
9.4. autorizar, caso requerido, nos termos do art. 26 da Lei 8.443/1992, o parcelamento da dívida em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e sucessivas, sobre as quais incidirão os correspondentes acréscimos legais (débito: atualização monetária e juros de mora; multa: atualização monetária), esclarecendo ao responsável que a falta de pagamento de qualquer parcela importará no vencimento antecipado do saldo devedor, sem prejuízo das demais medidas legais;
9.5. autorizar, desde logo, a cobrança judicial da dívida a que se refere este Acórdão, caso não atendida a notificação, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992;
9.6. remeter cópia deste Acórdão à Procuradoria da República no Estado do Piauí, com fundamento no art. 16, § 3º, da Lei 8.443/1992 c/c o § 7º do art. 209 do Regimento Interno do TCU, e ao FNAS para ciência.

10. Ata n° 43/2020 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 1/12/2020 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-13906-43/20-2.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Ana Arraes (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz e Raimundo Carreiro.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa (Relator) e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 13907/2020 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo: TC 011.903/2020-1.
2. Grupo: I; Classe de Assunto: V - Aposentadoria.
3. Interessados: Roque Sousa (021.641.915-87), Rui Ribeiro Dias (150.445.136-87), Ruy Siqueira Melo (034.082.055-15), Sebastião Gomes Soares (096.169.428-91), e Sebastião da Silva Santos (020.363.551-53).
4. Órgão: Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil (extinto).
5. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal - Sefip.
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos em que se analisam atos de concessão de aposentadoria emitidos pelo extinto Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil em benefício dos interessados acima nominados, todos ex-servidores do aludido órgão.
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, e com fulcro nos incisos III e IX do art. 71 da Constituição Federal e nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, em:
9.1. considerar ilegais as concessões de aposentadoria em favor dos Srs. Roque Sousa, Rui Ribeiro Dias, Ruy Siqueira Melo, Sebastião Gomes Soares e Sebastião da Silva Santos, negando registro aos correspondentes atos;
9.2. dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas de boa-fé pelos interessados indicados no subitem precedente, consoante o disposto no Enunciado 106 da Súmula da Jurisprudência do TCU;
9.3. determinar ao Ministério da Infraestrutura que, no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da ciência desta deliberação:
9.3.1. na hipótese de desconstituição da decisão judicial que tem amparado o pagamento da GDAR nos autos do Agravo de Instrumento 0059167-89.2014.4.01.0000/DF, em trâmite no Tribunal Regional Federal da 1ª Região, faça cessar os pagamentos da GDAR ora impugnados por esta Corte, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, nos termos do art. 262 do Regimento Interno/TCU;
9.3.2. emita novos atos de concessão de aposentadoria dos interessados Roque Sousa (CPF 021.641.915-87) e Ruy Siqueira Melo (CPF 034.082.055-15), devendo ser informado a que se referem as parcelas de provimento judicial, rubricadas sob o código 16.171, constantes das suas fichas financeiras atuais, nos valores de R$ 286,07 (duzentos e oitenta e seis reais, e sete centavos) e R$ 2.979,99 (dois mil, novecentos e setenta e nove reais, e noventa e nove centavos), respectivamente, encaminhando a decisão judicial que ampara o seu pagamento e a memória de cálculo da vantagem no e-Pessoal, submetendo-os ao TCU no prazo de 30 (trinta) dias;
9.3.3. dê ciência do inteiro teor desta Deliberação aos interessados, encaminhando a este Tribunal, no prazo de 30 dias (trinta) dias, os comprovantes da referida ciência;
9.3.4. alerte os interessados de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de possíveis recursos perante o TCU não os exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a respectiva notificação, caso os recursos não sejam providos;
9.4. encaminhar cópia deste Acórdão à Sefip para que promova a correção do nome do interessado "Roque Souza", grafado incorretamente no ato concessório de número 10001506-04-2015-001027-60, alterando-o para "Roque Sousa", de acordo com o registro constante do Cadastro de Pessoa Física número 21.641.915-87.

10. Ata n° 43/2020 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 1/12/2020 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-13907-43/20-2.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Ana Arraes (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz e Raimundo Carreiro.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa (Relator) e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 13908/2020 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo: TC-012.229/2020-2.
2. Grupo: I; Classe de Assunto: V - Pensão Civil.
3. Interessada: Maria Gomes Cordeiro (100.365.217-44).
4. Órgão: Tribunal Marítimo - Comando da Marinha/Ministério da Defesa.
5. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal - Sefip.
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos em que se analisa o ato de concessão da pensão civil instituída pelo Sr. Francisco Caitano Cordeiro, ex-servidor do Tribunal Marítimo, em favor da Sra. Maria Gomes Cordeiro.
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, e com fulcro nos incisos III e IX do art. 71 da Constituição Federal e nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, em:
9.1. considerar ilegal a concessão de pensão civil em favor da Sra. Maria Gomes Cordeiro, negando registro ao correspondente ato;
9.2. dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas de boa-fé pela interessada indicada no subitem precedente, consoante o disposto no enunciado 106 da súmula da jurisprudência do TCU;
9.3. determinar ao Tribunal Marítimo, no prazo de 15 (quinze) dias a contar da notificação deste Acórdão, que:
9.3.1. faça cessar os pagamentos decorrentes do ato ora considerado ilegal, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, nos termos do art. 262, caput, do Regimento Interno/TCU;
9.3.2. dê ciência do inteiro teor desta Deliberação à Sra. Maria Gomes Cordeiro, encaminhando a este Tribunal, no prazo de 30 (trinta) dias, comprovante da referida ciência;
9.3.3. alerte a interessada de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de possíveis recursos perante o TCU não a exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a respectiva notificação, caso os recursos não sejam providos;
9.4. esclarecer ao Tribunal Marítimo que novo ato de concessão de pensão civil em benefício da Sra. Maria Gomes Cordeiro deverá ser emitido e cadastrado no sistema e-Pessoal, livre da irregularidade verificada, e submetido a este Tribunal, nos termos da IN/TCU 78/2018.

10. Ata n° 43/2020 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 1/12/2020 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-13908-43/20-2.

13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Ana Arraes (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz e Raimundo Carreiro.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa (Relator) e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 13909/2020 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo: TC 012.312/2020-7.
2. Grupo: II; Classe de Assunto: V - Aposentadoria.
3. Interessados: Paulo Cesar Carneiro Padilha (029.291.397-49), Rosa Lia Franca Vellozo (306.686.627-00), Vera Lucia da Gama Silva (219.837.477-34) e Zuleide Simas da Silveira (436.652.847-91).
4. Entidade: Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca.
5. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
6. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal - Sefip.
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos em que se analisam atos de concessão de aposentadoria emitidos pelo Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca.
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, e com fulcro nos incisos III e IX do art. 71 da Constituição Federal e nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, em:
9.1. considerar legais as concessões de aposentadoria de Paulo Cesar Carneiro Padilha, Rosa Lia Franca Vellozo e Zuleide Simas da Silveira, com o registro dos correspondentes atos;
9.2. considerar ilegal a concessão de aposentadoria de Vera Lucia da Gama Silva, negando registro ao correspondente ato;
9.3. dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas de boa-fé pela interessada indicada no subitem 9.2 retro, consoante o disposto no Enunciado 106 da Súmula da Jurisprudência do TCU;
9.4. determinar ao Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca, no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da ciência desta Deliberação, que:
9.4.1. faça cessar os pagamentos decorrentes do ato de aposentadoria da Sra. Vera Lucia da Gama Silva (subitem 9.2 acima), sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, nos termos do art. 262, caput, do Regimento Interno/TCU;
9.4.2. corrija a rubrica Siape "82375 VENC.BAS.COMP.ART.15 L11091/05" nos proventos da inativa Rosa Lia Franca Vellozo, para que corresponda ao valor de R$ 66,12, e não R$ 212,91, como atualmente pago, dando-se ciência a esta Corte de Contas das providências adotadas;
9.4.3. dê ciência do inteiro teor desta Deliberação às Sras. Vera Lucia da Gama Silva e Rosa Lia Franca Vellozo, encaminhando a este Tribunal, no prazo de 30 (trinta) dias, comprovante da referida ciência;
9.4.4. alerte as interessadas de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de possíveis recursos perante o TCU não as exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a respectiva notificação, caso os recursos não sejam providos;
9.5. esclarecer ao Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca que novo ato de concessão de aposentadoria da Sra. Vera Lucia da Gama Silva deverá ser emitido e cadastrado no sistema e-Pessoal, livre da irregularidade ora verificada, e submetido a este Tribunal, nos termos da IN/TCU 78/2018.

10. Ata n° 43/2020 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 1/12/2020 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-13909-43/20-2.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Ana Arraes (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz e Raimundo Carreiro.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa (Relator) e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 13910/2020 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo: TC-012.519/2020-0.
2. Grupo: I; Classe de Assunto: V - Aposentadoria.
3. Interessada: Roseane dos Santos Barros (238.612.821-00).
4. Órgão: Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios.
5. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal - Sefip.
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos em que se examina o ato de concessão de aposentadoria emitido pelo Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios em benefício da Sra. Roseane dos Santos Barros, que ocupou cargo de analista judiciário naquele Tribunal.
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, e com fulcro nos incisos III e IX do art. 71 da Constituição Federal e nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, em:
9.1. considerar ilegal a concessão de aposentadoria em favor da Sra. Roseane dos Santos Barros, negando registro ao correspondente ato;
9.2. dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas de boa-fé pela interessada indicada no subitem precedente, consoante o disposto no Enunciado 106 da Súmula da Jurisprudência do TCU;
9.3. determinar ao Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios que:
9.3.1. promova, no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da ciência deste Acórdão, o destaque das parcelas de "quintos/décimos" incorporadas com base em funções comissionadas exercidas entre 08/4/1998 a 4/9/2001, transformando-as em parcela compensatória a ser absorvida por reajustes futuros concedidos nos proventos da Sra. Roseane dos Santos Barros, desde que a hipótese não seja de decisão judicial transitada em julgado, nos moldes da decisão do Supremo Tribunal Federal no Recurso Extraordinário 638.115/CE;
9.3.2 dê ciência, no prazo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação deste Acórdão, do inteiro teor desta Deliberação à Sra. Roseane dos Santos Barros, encaminhando a este Tribunal, no prazo de 30 (trinta) dias, comprovante da referida ciência; e
9.3.3. alerte a interessada de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de possíveis recursos perante o TCU não a exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a respectiva notificação, caso os recursos não sejam providos.

10. Ata n° 43/2020 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 1/12/2020 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-13910-43/20-2.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Ana Arraes (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz e Raimundo Carreiro.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa (Relator) e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 13911/2020 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo: TC 014.350/2020-3.
2. Grupo: II; Classe de Assunto: IV - Admissão.
3. Interessados: Joselaine das Graças Mendes Silva (009.015.605-61) e Juscelino da Costa Cavalcante (012.475.165-20).
4. Entidade: Diretoria Regional da Empresa de Correios e Telégrafos na Bahia - DR/ECT/BA.
5. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Sérgio Ricardo Costa Caribé.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal - Sefip.
8. Representação legal: não há

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos em que se analisam atos de admissão de pessoal emitidos pela Diretoria Regional da Empresa de Correios e Telégrafos na Bahia - DR/ECT/BA.
ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, diante das razões expostas pelo relator e com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal e nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 259, inciso I, 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno/TCU, em:
9.1. considerar ilegais os atos de admissão expedidos em favor de Joselaine das Graças Mendes Silva e Juscelino da Costa Cavalcante, e negar-lhes o correspondente registro;
9.2. determinar à Diretoria Regional da ECT na Bahia que:
9.2.1. acompanhe os desdobramentos da Ação Civil Pública 0001035.92.2013.5.10.0015, em trâmite na Justiça Trabalhista, e adote as medidas pertinentes em caso de desconstituição da sentença que estendeu a validade do concurso público regido pelo Edital 11/2011 até o trânsito em julgado daquele processo; e
9.2.2. dê ciência desta deliberação aos interessados.

10. Ata n° 43/2020 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 1/12/2020 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-13911-43/20-2.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Ana Arraes (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz e Raimundo Carreiro.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa (Relator) e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 13912/2020 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC-016.906/2020-9.
2. Grupo I - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial.
3. Responsável: Cleber Gomes Espírito Santo (334.092.343-49).
4. Entidade: Município de Filadélfia/TO.
5. Relator: Ministro Substituto Marcos Bemquerer Costa.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial - Secex/TCE.
8. Representação Legal: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos da Tomada de Contas Especial instaurada pelo Ministério da Cidadania tendo por fundamento a omissão no dever de prestar contas dos recursos repassados pelo Fundo Nacional de Assistência Social ao Município de Filadélfia/TO, no exercício de 2009, para a execução dos serviços de Proteção Social Básica - PSB e Proteção Social Especial - PSE.
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:
9.1. nos termos dos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alíneas a e c, 19, caput, e 23, inciso III, da Lei 8.443/1992, julgar irregulares as contas do Sr. Cleber Gomes Espírito Santo, condenando-o ao pagamento das quantias abaixo discriminadas, com a fixação do prazo de quinze dias, a contar da notificação, para comprovar, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea a, do Regimento Interno/TCU), o recolhimento da dívida ao Fundo Nacional de Assistência Social, atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora, calculados a partir das datas indicadas até a do efetivo recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor:

Data	Valor (R$)
25/8/2009	300,00
4/2/2009	851,00
9/3/2009	851,00
23/3/2009	851,00
14/4/2009	851,00
13/5/2009	851,00
8/6/2009	851,00
17/7/2009	851,00
20/8/2009	851,00
1º/10/2009	851,00
17/11/2009	851,00
17/11/2009	851,00
30/12/2009	851,00
6/2/2009	2.500,00
20/2/2009	2.500,00
10/3/2009	2.500,00
13/4/2009	2.500,00
14/5/2009	2.500,00
16/6/2009	2.500,00
13/7/2009	2.500,00
17/8/2009	2.500,00
15/9/2009	2.000,00
13/10/2009	2.000,00
19/11/2009	2.000,00

9.2. autorizar, caso requerido, nos termos do art. 26 da Lei 8.443/1992, c/c o art. 217 do Regimento Interno/TCU, o parcelamento da dívida em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e sucessivas, sobre as quais incidirão os correspondentes acréscimos legais (débito: atualização monetária e juros de mora), esclarecendo ao responsável que a falta de pagamento de qualquer parcela importará no vencimento antecipado do saldo devedor, sem prejuízo das demais medidas legais;
9.3. autorizar, desde logo, com base no art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992, a cobrança judicial da dívida, caso não atendida a notificação;
9.4. enviar cópia deste Acórdão à Procuradoria da República no Estado do Tocantins, nos termos do § 7° do art. 209 do Regimento Interno/TCU, para a adoção das medidas que entender cabíveis, e ao Ministério da Cidadania, para ciência.

10. Ata n° 43/2020 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 1/12/2020 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-13912-43/20-2.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Ana Arraes (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz e Raimundo Carreiro.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa (Relator) e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 13913/2020 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo: TC-022.841/2018-0.
2. Grupo: I; Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial.
3. Responsáveis: Cooperativa de Desenvolvimento das Atividades Rurais e Ambientais - Via do Trabalho (05.507.982/0001-26); e Rodrigo Riello Santos (282.302.188-46), presidente da Cooperativa.
4. Entidade: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - Incra.
5. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Sérgio Ricardo Costa Caribé.
7. Unidade: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial - Secex/TCE.
8. Representação legal: Carlos Renato Carvalho, OAB/PE 21.610.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos da Tomada de Contas Especial instaurada pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - Incra contra a Cooperativa de Desenvolvimento das Atividades Rurais e Ambientais - Via do Trabalho e o Sr. Rodrigo Riello Santos, que preside a cooperativa desde 8/7/2008, em face da não aprovação do objeto e da impugnação das despesas do Convênio 10/2009.
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator em:
9.1. com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alíneas b e c, 19, caput, e 23, inciso III, da Lei 8.443/1992, julgar irregulares as contas da Cooperativa de Desenvolvimento das Atividades Rurais e Ambientais - Via do Trabalho e do Sr. Rodrigo Riello Santos, condenando-os solidariamente ao pagamento do débito abaixo especificado, com a fixação do prazo de quinze dias, a contar das notificações, para que comprovem, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea a do Regimento Interno), o recolhimento da dívida ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora, calculados a partir da correspondente data até o efetivo recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor:

1.1.1.1. Data	1.1.1.2. Valor (R$)
1.1.1.3. 05/07/2010	1.1.1.4. 530.706,00

9.2. aplicar individualmente à Cooperativa de Desenvolvimento das Atividades Rurais e Ambientais - Via do Trabalho e ao Sr. Rodrigo Riello Santos a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992, no valor de R$ 90.000,00 (noventa mil reais), fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento das notificações, para que comprovem, perante o Tribunal, o recolhimento da dívida ao Tesouro Nacional (art. 214, inciso III, alínea a, do Regimento Interno/TCU), atualizada monetariamente desde a data deste Acórdão até a do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;
9.3. autorizar, caso requerido, com base no art. 26 da Lei 8.443/1992, o parcelamento das dívidas constantes nos subitens 9.1 e 9.2 deste Acórdão em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e sucessivas, sobre as quais incidirão os correspondentes acréscimos legais (débito: atualização monetária e juros de mora; multa: atualização monetária), esclarecendo aos responsáveis que a falta de pagamento de qualquer parcela importará no vencimento antecipado do saldo devedor, sem prejuízo das demais medidas legais;
9.4. autorizar, desde logo, a cobrança judicial das dívidas a que se refere este Acórdão, caso não atendidas as notificações, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992;
9.5. remeter cópia deste Acórdão à Procuradoria da República no Estado de Pernambuco, com fundamento no art. 16, § 3º, da Lei 8.443/1992 c/c o § 7º do art. 209 do Regimento Interno do TCU, e ao Incra, para ciência.

10. Ata n° 43/2020 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 1/12/2020 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-13913-43/20-2.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Ana Arraes (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz e Raimundo Carreiro.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa (Relator) e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 13914/2020 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo: TC-030.667/2020-8.
2. Grupo: I; Classe de Assunto: V - Aposentadoria.
3. Interessado: Francisco Edvaldo dos Santos (098.221.604-10).
4. Órgão: Tribunal Regional Federal da 5ª Região.
5. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal - Sefip.
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos em que se analisa ato de concessão de aposentadoria emitido pelo Tribunal Regional Federal da 5ª Região em benefício do Sr. Francisco Edvaldo dos Santos, que ocupou o cargo de Técnico Judiciário naquele órgão.
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, e com fulcro nos incisos III e IX do art. 71 da Constituição Federal e nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, em:
9.1. considerar ilegal a concessão de aposentadoria em favor do Sr. Francisco Edvaldo dos Santos, negando registro ao correspondente ato;
9.2. dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas de boa-fé pelo interessado indicado no subitem precedente, consoante o disposto no Enunciado 106 da Súmula da Jurisprudência do TCU;
9.3. determinar ao Tribunal Regional Federal da 5ª Região que:
9.3.1. no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da ciência desta Deliberação, abstenha-se de realizar pagamentos decorrentes do ato ora considerado ilegal, sujeitando-se a autoridade administrativa omissa à responsabilidade solidária, nos termos do art. 262, caput, do Regimento Interno/TCU;
9.3.2. dê ciência, no prazo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação deste Acórdão, do inteiro teor desta Deliberação ao Sr. Francisco Edvaldo dos Santos, encaminhando a este Tribunal, no prazo de 30 (trinta) dias, comprovante da referida ciência;
9.3.3. alerte o interessado de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de possíveis recursos perante o TCU não o exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a respectiva notificação, caso os recursos não sejam providos;
9.4. esclarecer ao órgão de origem que o novo ato de concessão a ser emitido deve:
9.4.1. estar livre da irregularidade indicada neste processo (pagamento da vantagem "anuênios" com base em tempo de serviço militar anterior ao rompimento do vínculo do interessado com o serviço público);
9.4.2. ser submetido a este Tribunal, nos termos da IN/TCU 78/2018.

10. Ata n° 43/2020 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 1/12/2020 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-13914-43/20-2.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Ana Arraes (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz e Raimundo Carreiro.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa (Relator) e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 13915/2020 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo: TC-033.348/2019-7.
2. Grupo: I; Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial.
3. Responsáveis: Bruno Gavioli Cestario (052.731.519-29), Farmasantos Comércio de Produtos Farmacêuticos Ltda. (09.573.068/0001-34) e Laize Gavioli dos Santos Ferreira (082.172.959-48).
4. Unidade Jurisdicionada: Fundo Nacional de Saúde - FNS.
5. Relator: Ministro Substituto Marcos Bemquerer Costa.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial - Secex/TCE.
8. Representação Legal: Fernando Aparecido Matias (OAB/PR 57.281) e Jader Bastos Guilherme (OAB/PR 66.000).

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos da Tomada de Contas Especial instaurada pelo Fundo Nacional de Saúde - FNS tendo por fundamento a aplicação irregular dos recursos do Sistema Único de Saúde - SUS, no âmbito do Programa Farmácia Popular do Brasil - Aqui Tem Farmácia Popular - PFPB, no período de janeiro de 2012 a julho de 2015.
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:
9.1. excluir da presente relação processual a Sra. Laize Gavioli dos Santos Ferreira;
9.2. nos termos dos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alíneas b e c, e 19, caput, da Lei 8.443/1992, julgar irregulares as contas do Sr. Bruno Gavioli Cestario e da empresa Farmasantos Comércio de Produtos Farmacêuticos Ltda., condenando-os, em solidariedade, ao pagamento das quantias abaixo discriminadas, com a fixação do prazo de 15 (quinze) dias, a contar das notificações, para comprovarem, perante o Tribunal (artigo 214, inciso III, alínea a, do Regimento Interno/TCU), o recolhimento da dívida ao Fundo Nacional de Saúde, atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora, calculados a partir das datas indicadas até a do efetivo recolhimento, nos termos da legislação em vigor:

DATA	VALOR (R$)
12/03/2012	9.126,20
12/03/2012	108,64
12/03/2012	228,40
27/03/2012	6.529,70
27/03/2012	29,56
27/03/2012	116,60
27/04/2012	3.075,78
27/04/2012	111,80
12/06/2012	1.584,70
14/06/2012	12,15
08/10/2012	40,90
18/12/2012	11,23
18/12/2012	88,00
18/12/2012	15,27
18/12/2012	19,17
30/12/2012	1.481,75
30/12/2012	15,27
30/12/2012	25,56
19/02/2013	55,99
19/02/2013	43,56
07/03/2013	3.040,88
14/03/2013	3.599,44
14/03/2013	76,35
14/03/2013	17,16
14/03/2013	25,56
08/04/2013	5.033,02
16/04/2013	285,85
16/04/2013	51,12
31/05/2013	1.595,75
31/05/2013	2.352,01
31/05/2013	5,09
31/05/2013	25,56
04/06/2013	4.233,67
04/06/2013	3.673,17
1º/07/2013	1.810,89
1º/07/2013	68,85
02/07/2013	2.836,52
02/07/2013	33,25
26/07/2013	1.124,64
26/07/2013	13,77
29/07/2013	5.543,79
30/08/2013	2682,89
30/08/2013	2.400,52
1º/10/2013	496,25
02/10/2013	1.241,48
12/11/2013	2.305,64
12/11/2013	1.130,67
06/12/2013	2.638,80
06/12/2013	2.611,37
30/12/2013	489,60
30/12/2013	515,52
07/02/2014	311,94
28/02/2014	517,14
28/02/2014	147,51
28/02/2014	167,51
16/04/2014	1.186,54
16/04/2014	336,33
16/04/2014	25,56
16/04/2014	25,56
12/05/2014	1.096,05
12/05/2014	82,62
12/05/2014	25,56
30/05/2014	261,63
30/05/2014	1.773,97
30/05/2014	51,12
07/07/2014	2.142,18
07/07/2014	454,41
31/07/2014	2.189,32
1º/08/2014	289,17
1º/09/2014	3.143,55
09/09/2014	509,49
09/09/2014	47,92
1º/10/2014	1.681,87
02/10/2014	592,11

02/10/2014	25,56
03/11/2014	550,80
03/11/2014	1.181,23
28/11/2014	977,67
1º/12/2014	589,53
14/01/2015	275,40
14/01/2015	681,18
09/02/2015	446,52
03/03/2015	416,28
03/03/2015	96,39
03/03/2015	22,36
02/04/2015	96,39
02/04/2015	132,36
02/04/2015	25,56
05/05/2015	243,00
05/05/2015	25,56
05/05/2015	179,01
12/06/2015	311,46
15/06/2015	234,09
15/06/2015	47,92
03/07/2015	227,52
06/07/2015	47,92
06/07/2015	41,31
05/08/2015	197,34
31/08/2015	343,20
31/08/2015	58,76
31/08/2015	4,80

9.3. aplicar ao Sr. Bruno Gavioli Cestario e à firma Farmasantos Comércio de Produtos Farmacêuticos Ltda., de forma individual, a multa prevista nos arts. 19, caput, e 57 da Lei 8.443/1992, no valor de R$ 17.000,00 (dezessete mil reais), fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias, a contar das notificações, para que comprovem, perante este Tribunal (art. 214, inciso III, alínea a, do Regimento Interno/TCU), o recolhimento da referida importância aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data do presente Acórdão até a do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.4. autorizar, caso requerido, nos termos do art. 26 da Lei 8.443/1992, c/c o art. 217 do Regimento Interno/TCU, o parcelamento das dívidas em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e sucessivas, sobre as quais incidirão os correspondentes acréscimos legais (débito: atualização monetária e juros de mora; multa: atualização monetária), esclarecendo aos responsáveis que a falta de pagamento de qualquer parcela importará no vencimento antecipado do saldo devedor, sem prejuízo das demais medidas legais;

9.5. autorizar, desde logo, com base no art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendidas as notificações;

9.6. encaminhar cópia deste Acórdão à Procuradoria da República no Estado do Paraná, com fulcro no § 7° do art. 209 do Regimento Interno/TCU, para a adoção das medidas que entender cabíveis, bem como ao Fundo Nacional de Saúde, para ciência.

10. Ata n° 43/2020 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 1/12/2020 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-13915-43/20-2.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Ana Arraes (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz e Raimundo Carreiro.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa (Relator) e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 13916/2020 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo: TC-033.512/2020-5.
2. Grupo: I; Classe de Assunto: V - Reforma.
3. Interessados: Wagner Pereira Cicinato (023.824.397-42), Cinclair Trindade Machado (802.289.090-15), Patrick de Deus Vargas (803.226.700-04), Alexandre Marques da Silva (949.602.320-72), e Marcos Antônio Bento (807.317.087-68).
4. Órgão: Diretoria de Inativos e Pensionistas - Comando do Exercício.
5. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Sérgio Ricardo Costa Caribé.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal - Sefip.
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos em que se analisam atos de reforma deferidos pela Diretoria de Inativos e Pensionistas - Comando do Exercício.
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, e com fulcro nos incisos III e IX do art. 71 da Constituição Federal e nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, em:

9.1. considerar legais as concessões de reforma dos Srs. Wagner Pereira Cicinato, Cinclair Trindade Machado, Patrick de Deus Vargas e Alexandre Marques da Silva, determinando o registro dos atos correspondentes;

9.2. considerar ilegal a concessão de reforma do Sr. Marcos Antônio Bento, negando registro ao correspondente ato;

9.3. dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas de boa-fé pelo interessado indicado no subitem 9.2 acima, consoante o disposto no Enunciado 106 da Súmula da Jurisprudência do TCU;

9.4. determinar à Diretoria de Inativos e Pensionistas - Comando do Exercício que:

9.4.1. no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da ciência desta Deliberação, abstenha-se de realizar pagamentos decorrentes do ato impugnado (subitem 9.2 retro), sujeitando-se a autoridade administrativa omissa à responsabilidade solidária, nos termos do art. 262, caput, do Regimento Interno/TCU;

9.4.2. dê ciência, no prazo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação deste Acórdão, do inteiro teor desta Deliberação ao Sr. Marcos Antônio Bento, encaminhando a este Tribunal, no prazo de 30 (trinta) dias, comprovante da referida ciência;

9.4.3. alerte o interessado de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de possíveis recursos perante o TCU não o exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a respectiva notificação, caso os recursos não sejam providos.

10. Ata n° 43/2020 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 1/12/2020 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-13916-43/20-2.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Ana Arraes (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz e Raimundo Carreiro.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa (Relator) e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 13917/2020 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo: TC-034.467/2018-1.
2. Grupo: II - Classe de Assunto: I - Embargos de Declaração.
3. Embargante: Maria Elizabete Róvea (212.754.670-91).
4. Unidade: Subdiretoria de Inativos e Pensionistas do Comando da Aeronáutica.
5. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade Técnica: não atuou.
8. Representação legal: Diego Rovéa Soares, OAB/RS 94.155.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes Embargos de Declaração opostos pela Sra. Maria Elizabete Róvea em face do Acórdão 8.688/2020 - 2ª Câmara, proferido nos autos deste processo em que se analisam atos de concessão de pensão militar deferidos pela Subdiretoria de Inativos e Pensionistas do Comando da Aeronáutica.
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Segunda Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. com fundamento nos arts. 32, inciso II, e 34 da Lei 8.443/1992, conhecer dos presentes Embargos de Declaração, para, no mérito, dar-lhes provimento;

9.2. conferir aos subitens 9.2 e 9.4.1 do Acórdão 8.688/2020 - 2ª Câmara a seguinte redação:

"9.2. considerar ilegal a concessão de pensão militar instituída pelo Sr. Clementino Liberato Róvea, negando registro ao respectivo ato;

(...)

9.4.1. abstenha-se de realizar pagamentos à Sra. Neri Alves Pereira, sujeitando-se a autoridade administrativa omissa à responsabilidade solidária, nos termos do art. 262, caput, do Regimento Interno/TCU;"

9.3. dar ciência desta Deliberação à Subdiretoria de Inativos e Pensionistas do Comando da Aeronáutica, à embargante e ao seu representante legal, nos termos do art. 179, § 7º, do Regimento Interno/TCU.

10. Ata n° 43/2020 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 1/12/2020 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-13917-43/20-2.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Ana Arraes (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz e Raimundo Carreiro.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa (Relator) e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 13918/2020 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 034.876/2016-2.
2. Grupo: I; Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial.
3. Responsáveis: Alci Marcus Ribeiro Borges (337.429.363-87); Francisco Guedes Alcoforado Filho (105.783.903-53); e João de Deus Sousa (105.525.373-49).
4. Entidade: Secretaria da Assistência Social e Cidadania do Estado do Piauí.
5. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial - Secex-TCE.
8. Representação legal: Germano Tavares Pedrosa e Silva, OAB/PI 5952.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos da Tomada de Contas Especial instaurada pelo então Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos, via Secretaria de Direitos Humanos - SDH/PR (atual Ministério da Justiça e Segurança Pública), em desfavor dos Srs. Alci Marcus Ribeiro Borges, Francisco Guedes Alcoforado Filho e João de Deus Sousa, em razão da não consecução dos objetivos pactuados no Convênio 25/2008, que teve por objeto promover e implementar um conjunto articulado de ações e estratégias capazes de contribuir para a redução do sub-registro civil de nascimento, para 5% até 2010, bem como maximizar o acesso à documentação civil, conforme Plano de Trabalho.
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator em:

9.1. excluir da presente relação processual o nome do Sr. João de Deus Sousa;

9.2. com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alínea c, 19, caput, e 23, inciso III, da Lei 8.443/1992, julgar irregulares as contas dos Srs. Alci Marcus Ribeiro Borges e Francisco Guedes Alcoforado Filho, condenando-os, na forma discriminada, ao pagamento das quantias a seguir especificadas, atualizadas monetariamente e acrescidas dos juros de mora calculados a partir das datas abaixo indicadas até o efetivo recolhimento, com fixação do prazo de quinze dias, a contar das notificações, para comprovarem, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea a, do Regimento Interno/TCU), o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, abatendo-se as quantias ressarcidas, nos termos da legislação em vigor:

9.2.1. Sr. Alci Marcus Ribeiro Borges:

Valor Histórico (R$)	Data base	Débito/Crédito
263.200,00	19/11/2009	Débito
77.557,95	31/12/2010	Crédito

9.2.2. Sr. Francisco Guedes Alcoforado Filho:

Valor Histórico (R$)	Data base
8.900,00	28/12/2011

9.3. aplicar aos responsáveis abaixo indicados a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992, no valor a seguir discriminado, fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação, para que comprovem, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea a, do Regimento Interno/TCU), o recolhimento da dívida ao Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data deste Acórdão até a do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor:

Responsável	Valor da multa (R$)
Sr. Alci Marcus Ribeiro Borges	R$ 34.000,00
Sr. Francisco Guedes Alcoforado Filho	R$ 3.200,00

9.4. autorizar, caso requerido, nos termos do art. 26 da Lei 8.443/1992 c/c o art. 217 do Regimento Interno/TCU, o parcelamento das dívidas em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e sucessivas, sobre as quais incidirão os correspondentes acréscimos legais (débito: atualização monetária e juros de mora; multa: atualização monetária), esclarecendo aos responsáveis que a falta de pagamento de qualquer parcela importará no vencimento antecipado do saldo devedor, sem prejuízo das demais medidas legais;

9.5. autorizar, desde logo, a cobrança judicial das dívidas, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992, caso não atendidas as notificações;

9.6. enviar cópia deste Acórdão à Procuradoria da República no Estado do Piauí, consoante previsto no art. 16, § 3º, da Lei 8.443/1992 c/c o art. 209, § 7º, do Regimento Interno/TCU, bem como ao Ministério da Justiça e Segurança Pública, para ciência.

10. Ata n° 43/2020 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 1/12/2020 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-13918-43/20-2.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Ana Arraes (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz e Raimundo Carreiro.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa (Relator) e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 13919/2020 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo: TC-036.164/2020-8.
2. Grupo: I; Classe de Assunto: V - Aposentadoria.
3. Interessada: Neli Paula dos Santos (731.399.397-87).
4. Órgão: Tribunal Regional Federal da 2ª Região.
5. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal - Sefip.
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos em que se analisa ato de concessão de aposentadoria deferida a ex-servidora do Tribunal Regional Federal da 2ª Região.
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, e com fulcro nos incisos III e IX do art. 71 da Constituição Federal e nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, em:
9.1. considerar ilegal a concessão de aposentadoria em favor da Sra. Neli Paula dos Santos, negando registro ao correspondente ato;
9.2. dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas de boa-fé pela interessada indicada no subitem precedente, consoante o disposto no enunciado 106 da súmula da jurisprudência do TCU;
9.3. determinar ao Tribunal Regional Federal da 2ª Região que:
9.3.1. promova, no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da ciência desta deliberação, o destaque das parcelas de "quintos/décimos" incorporadas com base em funções comissionadas exercidas entre 8/4/1998 a 4/9/2001, transformando-as em parcela compensatória a ser absorvida por reajustes futuros concedidos nos proventos da Sra. Neli Paula dos Santos;
9.3.2. dê ciência, no prazo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação deste Acórdão, do inteiro teor desta Deliberação à Sra. Neli Paula dos Santos, encaminhando a este Tribunal, no prazo de 30 (trinta) dias, comprovante da referida ciência;
9.3.3. alerte a interessada de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de possíveis recursos perante o TCU não a exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após as respectivas notificações, caso os recursos não sejam providos.

10. Ata n° 43/2020 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 1/12/2020 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-13919-43/20-2.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Ana Arraes (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz e Raimundo Carreiro.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa (Relator) e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 13920/2020 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 012.155/2020-9.
2. Grupo I - Classe V - Assunto: Pensão Civil.
3. Interessado: Francisco Ferreira de Oliveira (CPF 788.638.054-15).
4. Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba.
5. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de pensão civil deferida pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba em favor de Francisco Ferreira de Oliveira a partir do falecimento de Raimunda Silva de Oliveira;
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, nos termos do art. 71, III e IX, da Constituição de 1988 e dos arts. 1º, V, 39, II, e 45 da Lei nº 8.443, de 1992, além dos arts. 260, § 1º, e 262, § 2º, do RITCU, ante as razões expostas pelo Relator, em:
9.1. assinalar a ilegalidade do ato inicial da pensão civil instituída por Raimunda Silva de Oliveira em favor de Francisco Ferreira de Oliveira (à Peça 4 sob o nº 10802762-05-2006-000017-0), negando-lhe o respectivo registro;
9.2. dispensar o ressarcimento das quantias percebidas indevidamente, mas de boa-fé, em consonância com a Súmula n.º 106 do TCU;
9.3. determinar que, no prazo de 15 (quinze) dias contados da ciência desta deliberação, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba adote as seguintes medidas:
9.3.1. faça cessar os pagamentos decorrentes do ato ora considerado ilegal pelo item 9.2 deste Acórdão, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, nos termos do art. 71, IX, da Constituição de 1988 e do art. 262, caput, do Regimento Interno do TCU;
9.3.2. dê ciência desta deliberação ao interessado indicado pelo item 9.1 deste Acórdão, alertando-o de que o efeito suspensivo proveniente da eventual interposição do subsequente recurso junto ao TCU não o eximirá da devolução dos valores percebidos indevidamente após a notificação, diante do não provimento desse recurso, devendo encaminhar os comprovantes da correspondente notificação ao TCU no prazo de 30 (trinta) dias;
9.3.3. encaminhe a este Tribunal, nos termos do art. 262, § 2º, do RITCU, o novo ato de concessão da aludida pensão civil, sem a ilegalidade indicada nesta deliberação, para que seja submetido à apreciação pelo TCU, na forma do art. 260, caput, do RITCU;
9.4. enviar a cópia do presente Acórdão, com o Relatório e a Proposta de Deliberação, ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba, para ciência e efetivo cumprimento ao item 9.3 deste Acórdão; e
9.5. arquivar o presente processo, sem prejuízo de promover o monitoramento da determinação proferida pelo item 9.3 deste Acórdão, representando ao TCU, se necessário.

10. Ata n° 43/2020 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 1/12/2020 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-13920-43/20-2.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Ana Arraes (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz e Raimundo Carreiro.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho (Relator).

ACÓRDÃO Nº 13921/2020 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 013.011/2012-0.
2. Grupo II - Classe V - Assunto: Pensão Civil.
3. Interessadas: Lucy Ennes Cardone (CPF 057.063.600-06); Maria Lúcia Ennes Cardone (CPF 314.990.310-68).
4. Órgão: Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região.
5. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
6. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de pensão civil deferida pela administração do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região em favor de Lucy Ennes Cardone e Maria Lúcia Ennes Cardone a partir do falecimento de Francisco Cardone;
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, nos termos do art. 71, III e IX, da Constituição de 1988, e dos arts. 1º, V, 39, II, e 45 da Lei nº 8.443, de 1992, além dos arts. 260, § 1º, e 262, § 2º, do RITCU, ante as razões expostas pelo Relator, em:
9.1. promover, por intermédio do órgão de origem, a exclusão do ato de alteração da pensão civil (à Peça 10 sob o n.º 20786603-05-2000-000022-4) no Sisac ou e-Pessoal, diante, entre outras falhas processuais, da insuperável ausência da prévia manifestação do respectivo órgão de controle interno sobre a veracidade e a legalidade do aludido ato inicial de pensão civil, além da inadequada ausência da correspondente indicação sobre a data de disponibilização do ato ao referido órgão de controle interno (Peça 10, p. 1), nos termos do art. 260 do RITCU;
9.2. determinar, nos termos do art. 260 do RITCU, que, no prazo máximo de 90 (noventa) dias contados da notificação desta deliberação, a administração do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região, em conjunto com o respectivo órgão do controle interno, encaminhe ao TCU, via Sisac ou e-Pessoal, o correspondente ato de pensão civil instituída por Francisco Cardone em favor de Lucy Ennes Cardone e Maria Lúcia Ennes Cardone, sem as falhas indicadas nesta deliberação, para ser devidamente submetido à apreciação pelo TCU, em sintonia com o art. 260, caput, do RITCU; e
9.3. enviar a cópia do presente Acórdão, com o Relatório e a Proposta de Deliberação, à administração do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região, para ciência e efetivo cumprimento do item 9.2 deste Acórdão; e
9.4. arquivar o presente processo, sem prejuízo de promover o monitoramento da determinação proferida pelos itens 9.1 e 9.2 deste Acórdão, representando ao TCU, se necessário.

10. Ata n° 43/2020 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 1/12/2020 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-13921-43/20-2.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Ana Arraes (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz e Raimundo Carreiro.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho (Relator).

ACÓRDÃO Nº 13922/2020 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 018.546/2015-3.
2. Grupo II - Classe II - Assunto: Tomada de Contas Especial.
3. Responsável: Lucicleide Xavier Ferreira dos Santos (CPF 195.129.024-00).
4. Entidade: Município de Sertânia - PE.
5. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (Secex-TCE).
8. Representação legal:
8.1. Nara dos Anjos Gomes (OAB-DF 49.552), entre outros, representando Lucicleide Xavier Ferreira dos Santos.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pelo Ministério do Turismo (MTur) em desfavor de Lucicleide Xavier Ferreira dos Santos, como então prefeita de Sertânia - PE (gestão: 2009-2012), diante da total impugnação dos dispêndios inerentes ao Convênio n.º 437/2010 destinado ao apoio à realização do projeto intitulado como "Festival Cultural Estudantil - Sertânia/PE 2010" a partir do aporte de recursos federais sob o valor de R$ 200.000,00, tendo a vigência do ajuste sido estipulada para o período de 22/5 a 22/8/2010;
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos na Sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:
9.1. julgar irregulares as contas de Lucicleide Xavier Ferreira dos Santos, nos termos dos arts. 1º, I, 16, III, "b" e "c", 19 e 23, III, da Lei n.º 8.443, de1992, e dos arts. 1º, I, 209, II e III, 210 e 214, III, do RITCU, para condená-la ao pagamento do correspondente débito, com a atualização monetária e os juros de mora calculados desde a data informada até o efetivo recolhimento, fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, contados da notificação, para que comprove perante o Tribunal, nos termos do art. 214, III, "a", do Regimento Interno do TCU (RITCU), o recolhimento da dívida em favor do Tesouro Nacional sob as seguintes condições:

Data de Ocorrência	Valor Histórico (em R$)
24/6/2010	17.000,00

9.2. aplicar em desfavor de Lucicleide Xavier Ferreira dos Santos a multa prevista no art. 57 da Lei n.º 8.443, de 1992, sob o valor de R$ 10.000,00 (dez mil reais), fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, contados da notificação, para que comprove, perante o Tribunal, nos termos do art. 214, III, "a", do RITCU, o recolhimento da referida dívida em favor do Tesouro Nacional, com a devida atualização monetária, na forma da legislação em vigor;
9.3. autorizar, caso requerido, nos termos do art. 26 da Lei n.º 8.443, de 1992, e do art. 217 do RITCU, o parcelamento das dívidas fixadas por este Acórdão em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e sucessivas, com a atualização monetária e os correspondentes acréscimos legais, esclarecendo à responsável que a falta de pagamento de qualquer parcela importará no vencimento antecipado do saldo devedor, sem prejuízo das demais medidas legais;
9.4. autorizar, desde logo, a cobrança judicial das dívidas fixadas por este Acórdão, nos termos do art. 28, II, da Lei n.º 8.443, de 1992, diante do não atendimento à notificação; e
9.5. enviar a cópia do presente Acórdão, com o Relatório e a Proposta de Deliberação, à Procuradoria da República no Estado de Pernambuco, nos termos do art. 16, § 3º, da Lei nº 8.443, de 1992, para o ajuizamento das ações civis e penais cabíveis.

10. Ata n° 43/2020 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 1/12/2020 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-13922-43/20-2.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Ana Arraes (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz e Raimundo Carreiro.
13.2. Ministra que alegou impedimento na Sessão: Ana Arraes (Presidente).
13.3. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho (Relator).

ACÓRDÃO Nº 13923/2020 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 019.550/2012-0.
2. Grupo II - Classe V - Assunto: Aposentadoria.
3. Interessada: Francisca de Paula Arruda Souza (CPF 127.750.882-87).
4. Órgão: Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região.
5. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de aposentadoria deferida pela administração do Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região em favor de Francisca de Paula Arruda Souza;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, nos termos do art. 71, III e IX, da Constituição de 1988, dos arts. 1º, V, 39, II, e 45 da Lei n.º 8.443, de 1992, e dos arts. 260, § 1º, e 262, § 2º, do RITCU, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. promover, por intermédio do órgão de origem, a exclusão do ato inicial (à Peça 11 sob o n.º 20783302-04-2006-000010-5) e de alteração (à Peça 12 sob o n.º 20783302-04-2008-000016-0) da aludida aposentadoria no Sisac ou e-Pessoal diante, entre outras falhas processuais, da insuperável ausência da correspondente indicação da data de disponibilização dos atos ao referido órgão de controle interno, nos termos do art. 260 do RITCU;

9.2. determinar, nos termos do art. 260 do RITCU, que, no prazo máximo de 90 (noventa) dias contados da notificação desta deliberação, a administração do Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região, em conjunto com o respectivo órgão do controle interno, encaminhe ao TCU, via Sisac ou e-Pessoal, os correspondentes atos de aposentadoria em favor de Francisca de Paula Arruda Souza, sem as falhas indicadas nesta deliberação, para ser devidamente submetido à apreciação pelo TCU, em sintonia com o art. 260, caput, do RITCU; e

9.3. enviar a cópia do presente Acórdão, com o Relatório e a Proposta de Deliberação, à administração do Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região, para ciência e efetivo cumprimento do item 9.2 deste Acórdão.

10. Ata n° 43/2020 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 1/12/2020 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-13923-43/20-2.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Ana Arraes (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz e Raimundo Carreiro.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho (Relator).

ACÓRDÃO Nº 13924/2020 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 021.766/2012-6.
2. Grupo II - Classe V - Assunto: Aposentadoria.
3. Interessado: Oswaldo Silveira Scherer (CPF 053.058.700-97).
4. Órgão: Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região - RS.
5. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
6. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de aposentadoria deferida pela administração do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região - RS em favor de Oswaldo Silveira Scherer;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, nos termos do art. 71, III e IX, da Constituição de 1988, dos arts. 1º, V, 39, II, e 45 da Lei n.º 8.443, de 1992, e dos arts. 260, § 1º, e 262, § 2º, do RITCU, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. promover, por intermédio do órgão de origem, a exclusão do ato de alteração da aposentadoria (à Peça 12 sob o n.º 20786603-04-2007-000019-9) no Sisac ou e-Pessoal diante da insuperável ausência da prévia manifestação do respectivo órgão de controle interno sobre a veracidade e a legalidade do aludido ato inicial de pensão civil, além da indevida ausência da correspondente indicação sobre a data de disponibilização do ato ao referido órgão de controle interno (Peça 12, fl. 1), nos termos do art. 260 do RITCU;

9.2. determinar, nos termos do art. 260 do RITCU, que, no prazo máximo de 90 (noventa) dias contados da notificação desta deliberação, a administração do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região, em conjunto com o respectivo órgão do controle interno, encaminhe ao TCU, via Sisac ou e-Pessoal, o correspondente ato de alteração da aposentadoria em favor de Oswaldo Silveira Scherer, sem as falhas indicadas nesta deliberação, para ser devidamente submetido à apreciação pelo TCU, em sintonia com o art. 260, caput, do RITCU;

9.3. enviar a cópia do presente Acórdão, com o Relatório e a Proposta de Deliberação, ao Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região, para ciência e efetivo cumprimento do item 9.2 deste Acórdão; e

9.4. arquivar o presente processo, sem prejuízo de promover o monitoramento da determinação proferida pelo item 9.1 deste Acórdão, representando ao TCU, se necessário.

10. Ata n° 43/2020 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 1/12/2020 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-13924-43/20-2.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Ana Arraes (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz e Raimundo Carreiro.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho (Relator).

ACÓRDÃO Nº 13925/2020 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 025.210/2015-7.
1.1. Apenso: TC 028.003/2010-1.
2. Grupo I - Classe II - Assunto: Tomada de Contas Especial.
3. Responsável: Pedro José Mendes Filho (CPF 387.841.654-72).
4. Entidade: Secretaria Especial de Juventude e Emprego do Estado de Pernambuco.
5. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (Secex-TCE).
8. Representação legal:
8.1. Aníbal Carnaúba da Costa Accioly Júnior (17188/OAB-PE), entre outros, representando Antônio Carlos Maranhão de Aguiar.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pelo então Ministério da Justiça em desfavor de Pedro José Mendes Filho e Antônio Carlos Maranhão de Aguiar, como então titulares da Secretaria Especial de Juventude e Emprego do Estado de Pernambuco (gestões: de 25/1/2007 a 1º/1/2011 e de 19/1/2011 a 21/10/2013, respectivamente), diante da omissão no dever de prestar contas dos recursos federais transferidos por meio do Convênio n.º 315/2008 em prol da criação de centros de referência juvenil a partir do aporte de R$ 1.214.911,17 em recursos federais e R$ 12.271,83 em recursos de contrapartida, tendo a vigência do ajuste sido estipulada para o período de 26/12/2008 a 26/6/2011;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos na Sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. promover a exclusão da responsabilidade de Antônio Carlos Maranhão de Aguiar na presente relação processual, diante dos elementos de convicção até aqui obtidos pelo TCU;

9.2. rejeitar a correspondente defesa oferecida por Pedro José Mendes Filho;

9.3. julgar irregulares as contas de Pedro José Mendes Filho, nos termos dos arts. 1º, I, 16, III, alíneas "b" e "c", e 19, caput, 23, III, da Lei nº 8.443, de 1992, para condená-lo ao pagamento do correspondente débito, com a atualização monetária e os juros de mora calculados desde as datas informadas até o efetivo recolhimento, fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, contados da notificação, para que comprove perante o Tribunal, nos termos do art. 214, III, "a", do RITCU, o recolhimento da referida dívida em favor do Tesouro Nacional, na forma da legislação em vigor, sob as seguintes condições:

Data da Ocorrência	Valor Original (em R$)	Observação
2/1/2009	1.214.911,17	-
16/3/2012	58.319,07	a abater

9.4. aplicar em desfavor de Pedro José Mendes Filho a multa prevista no art. 57 da Lei n.º 8.443, de 1992, sob o valor de R$ 500.000,00 (quinhentos mil de reais), fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, contados da notificação, para que comprove, perante o Tribunal, nos termos do art. 214, III, "a", do RITCU, o recolhimento da referida dívida em favor do Tesouro Nacional, com a devida atualização monetária, na forma da legislação em vigor;

9.5. autorizar, caso requerido, nos termos do art. 26 da Lei n.º 8.443, de 1992, e do art. 217 do RITCU, o parcelamento da dívida fixada por este Acórdão em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e sucessivas, com a atualização monetária e os correspondentes acréscimos legais, esclarecendo ao responsável que a falta de pagamento de qualquer parcela importará no vencimento antecipado do saldo devedor, nos termos do art. 217, § 2º, do RITCU, sem prejuízo das demais medidas legais;

9.6. autorizar, desde logo, a cobrança judicial das dívidas fixadas por este Acórdão, nos termos do art. 28, II, da Lei n.º 8.443, de 1992, diante do não atendimento à notificação; e

9.7. enviar a cópia do presente Acórdão, com o Relatório e a Proposta de Deliberação, à Procuradoria da República no Estado de Pernambuco, nos termos do art. 16, § 3º, da Lei n.º 8.443, de 1992, para o ajuizamento das ações civis e penais cabíveis.

10. Ata n° 43/2020 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 1/12/2020 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-13925-43/20-2.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Ana Arraes (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz e Raimundo Carreiro.
13.2. Ministra que alegou impedimento na Sessão: Ana Arraes (Presidente).
13.3. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho (Relator).

ACÓRDÃO Nº 13926/2020 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 025.760/2020-3.
2. Grupo I - Classe V - Assunto: Aposentadoria.
3. Interessado: Jose Marcos Alves (CPF 272.653.827-49).
4. Órgão: Departamento de Centralização de Serviços de Inativos e Pensionistas junto à Imprensa Nacional.
5. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de aposentadoria deferida em favor de José Marcos Alves pelo Departamento de Centralização de Serviços de Inativos e Pensionistas junto à Imprensa Nacional;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, nos termos do art. 71, III e IX, da Constituição de 1988, dos arts. 1º, V, 39, II, e 45 da Lei nº 8.443, de 1992, e dos arts. 260, § 1º, e 262, § 2º, do RITCU, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. assinalar a legalidade do ato inicial de aposentadoria em favor de José Marcos Alves (à Peça 3 sob o n.º 140262/2019), concedendo-lhe o respectivo registro;

9.2. assinalar a ilegalidade do ato de alteração da aposentadoria em favor de José Marcos Alves (à Peça 4 sob o n.º 140568/2019), negando-lhe o respectivo registro

9.3. dispensar o ressarcimento das quantias percebidas indevidamente, mas de boa-fé, em consonância com a Súmula nº 106 do TCU;

9.4. determinar que, no prazo de 15 (quinze) dias contados da ciência desta deliberação, o Departamento de Centralização de Serviços de Inativos e Pensionistas junto à Imprensa Nacional adote as seguintes medidas:

9.4.1. faça cessar os pagamentos decorrentes do ato ora considerado ilegal pelo item 9.2 deste Acórdão, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, nos termos do art. 71, IX, da Constituição de 1988 e do art. 262, caput, do RITCU;

9.4.2. dê ciência do inteiro teor desta deliberação ao interessado, alertando-o de que o efeito suspensivo proveniente da eventual interposição de recurso junto ao TCU não o eximirá da devolução dos valores percebidos indevidamente após a notificação, diante do não provimento desse recurso, devendo encaminhar os comprovantes da correspondente notificação, com a adicional comprovação sobre suspensão determinada pelo item 9.4.1 deste Acórdão, ao TCU dentro do prazo de 30 (trinta) dias;

9.4. enviar a cópia do presente Acórdão, com o Relatório e a Proposta de Deliberação, ao Departamento de Centralização de Serviços de Inativos e Pensionistas junto à Imprensa Nacional, para ciência e efetivo cumprimento ao item 9.4 deste Acórdão; e

9.5. arquivar o presente processo, sem prejuízo de promover o monitoramento da determinação proferida pelo item 9.4 deste Acórdão, representando ao TCU, se necessário.

10. Ata n° 43/2020 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 1/12/2020 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-13926-43/20-2.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Ana Arraes (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz e Raimundo Carreiro.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho (Relator).

ACÓRDÃO Nº 13927/2020 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 030.007/2017-8.
1.1. Apensos: TC-027.600/2018-1 e TC-015.070/2018-2.
2. Grupo II - Classe VI - Assunto: Representação.
3. Responsável: Adolfo Antônio Fetter Júnior (CPF 242.563.900-49).
4. Representante: Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul.

5. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura Urbana (SeinfraUrbana).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de representação formulada pelo Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul (TCE-RS) sobre a irregularidade perpetrada por Adolfo Antônio Fetter Júnior (gestão: 2009-2012), como então prefeito de Pelotas - RS, em face dos indícios de irregularidade na Concorrência 09/2009 para a construção de pontes de concreto nas zonas urbana e rural do referido município sob o valor contratado de R$ 9.110.108,32 a partir do aporte de recursos federais provenientes dos Termos de Compromisso 14/2009 e 0564/2010;
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:
9.1. conhecer da presente representação, por atender aos requisitos de admissibilidade previstos nos arts. 235 e 237, VI, do RITCU, para, no mérito, assinalar a sua procedência;
9.2. determinar, nos termos do art. 250, II, do RITCU, que, no prazo de 120 (cento e vinte) dias contados da notificação desta deliberação, o Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR) adote todas as providências cabíveis para a efetiva apuração das irregularidades e a plena reparação do dano ao erário, sem prejuízo da eventual conclusão da necessária tomada de contas especial dentro do aludido prazo, nos termos do art. 8º da Lei n.º 8.443, de 1992; devendo o MDR informar o TCU sobre o efetivo resultado de todas as providências porventura adotadas, ao final do aludido prazo;
9.3. enviar a cópia deste Acórdão, com o Relatório e a Proposta de Deliberação, aos seguintes destinatários:
9.3.1. ao ora representante, à Procuradoria da República no Município de Pelotas - RS, à 1ª Promotoria de Justiça Especializada de Pelotas - RS, à Câmara Municipal de Pelotas - RS e ao Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul (TCE-RS), para ciência;
9.3.2. ao Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR), com o adicional envio, aí, da integral cópia do presente processo em meio eletrônico, para subsidiar o cumprimento da determinação proferida pelo item 9.2 deste Acórdão; e
9.4. arquivar o presente processo, sem prejuízo de a unidade técnica promover o monitoramento da determinação proferida pelo item 9.2 deste Acórdão.

10. Ata n° 43/2020 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 1/12/2020 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-13927-43/20-2.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Ana Arraes (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz e Raimundo Carreiro.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho (Relator).

ACÓRDÃO Nº 13928/2020 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 036.783/2019-6.
2. Grupo II - Classe de Assunto: I Pedido de reexame (Pensão Civil)
3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:
3.1. Interessados: Carlos Alberto Castelo Correa Junior (695.387.512-72);
3.2. Recorrente: Carlos Alberto Castelo Correa Junior (695.387.512-72).
4. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Pará.
5. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
5.1. Relatora da deliberacao recorrida: Ministra Ana Arraes.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (SERUR); Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
8. Representação legal :
8.1. Valeria de Nazare Santana Fidellis (6.848/OAB-PA) e outros, representando Carlos Alberto Castelo Correa Junior.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos em que se aprecia pedido de reexame interposto por Carlos Alberto Castelo Correa Júnior (beneficiário, na condição de viúvo, de pensão civil instituída por Maria Celina Pinto de Melo) contra o Acórdão 3.382/2020-TCU-2ª Câmara (peça 16), em que este Tribunal negou registro a seu ato pensional, em face da ilegalidade do seu casamento com a instituidora, decorrente do impedimento previsto no art. 1.521, inciso IV, do Código Civil (Lei 10.406/2002), porquanto o pensionista era sobrinho da então servidora (parente de 3º grau).
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Segunda Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, em:
9.1 nos termos do art. 48 da Lei 8.443/1992, conhecer do pedido de reexame, para, no mérito, dar-lhe provimento parcial, nos seguintes termos:
9.1.1 tornar insubsistente o subitem 9.2.4 do Acórdão 3.382/2020-TCU-2ª Câmara;
9.1.2 dispensar a reposição dos valores recebidos pelo recorrente durante a vigência precária da pensão em reexame até a data definida por este Tribunal no subitem 9.2.1 do Acórdão 3.382/2020-TCU-2ª Câmara para que a Universidade Federal do Pará interrompesse os pagamentos do ato impugnado ("no *prazo de 15 (quinze) dias, a contar da ciência desta deliberação*, cesse os pagamentos decorrentes do ato impugnado, sob pena de responsabilização solidária da autoridade competente");
9.1.3 manter os demais termos do Acórdão 3.382/2020-TCU-2ª Câmara;
9.2 reiterar junto à Sefip as providências descritas nos subitens 9.3.1 e 9.3.2 do 3.382/2020-TCU-2ª Câmara:
"9.3.1. desentranhe destes autos os documentos à peça 5 e os junte, se for o caso, ao processo em que foi emitido o Ofício 5.785/2018-TCU/Sefip, de 20/11/2018, tendo em vista o equívoco na anexação da documentação a estes autos;
9.3.2. desentranhe, ainda, o documento à peça 6, pois as informações constantes do Sistema DGI não devem ser utilizadas para constituição de prova em processos de controle externo;"
9.3 dar ciência do presente Acórdão aos seguintes destinatários, informando que as demais peças que o compõem (Relatório e Voto) poderão ser obtidas no endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos:
9.3.1 ao recorrente, por intermédio do respectivo advogado, nos termos do art. 179, §7º, do RITCU;
9.3.2 à Universidade Federal do Pará, para atendimento ao disposto no subitem 9.1.2 desta deliberação, sem prejuízo do cumprimento das determinações expedidas no Acórdão 3.382/2020-TCU-2ª Câmara;
9.3.3 ao Procurador-Chefe da Procuradoria da República no Estado do Pará, em complemento às informações enviadas por ocasião do Acórdão 3.382/2020-TCU-2ª Câmara;
9.3.4 ao Cartório do Registro Civil do Subdistrito de Itapuã, Comarca de Salvador (BA), ante o descumprimento da legislação civil no que tange à necessidade de perícia por dois médicos nomeados pelo juiz quando se tratar de casamento avuncular.

10. Ata n° 43/2020 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 1/12/2020 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-13928-43/20-2.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Ana Arraes (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz e Raimundo Carreiro (Relator).
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 13929/2020 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 000.071/2020-0
2. Grupo I - Classe II - Tomada de Contas Especial
3. Responsáveis: Otília Natália Pinto (CPF 752.090.987-53) e Município de Rorainópolis/RR (CNPJ 01.613.031/0001-80).
4. Unidade: Ministério do Desenvolvimento Regional.
5. Relatora: ministra Ana Arraes.
6. Representante do Ministério Público: procurador Sérgio Ricardo Costa Caribé.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial - SecexTCE.
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:
VISTA, relatada e discutida esta tomada de contas especial, instaurada pelo Ministério do Desenvolvimento Regional em desfavor de Otília Natália Pinto, ex-prefeita de Rorainópolis/RR, e desse município em razão da inexecução parcial do objeto e da não comprovação de parcela do aporte da contrapartida de convênio firmado com o extinto Ministério da Integração Nacional, tendo por objeto pavimentação urbana.
ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pela relatora, e com fundamento no art. 6º, inciso II, da Instrução Normativa TCU 71/2012 c/c o art. 212 do Regimento Interno, em:
9.1. arquivar os autos, sem julgamento do mérito, ante a ausência dos pressupostos de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo;
9.2. dar ciência desta deliberação e da instrução à peça 65 aos responsáveis e ao Ministério do Desenvolvimento Regional, nos termos do Memorando-Circular 58/2018-Segecex, de 12/11/2018.

10. Ata n° 43/2020 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 1/12/2020 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-13929-43/20-2.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (na Presidência), Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro e Ana Arraes (Relatora).
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 13930/2020 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 000.096/2020-2
2. Grupo I - Classe II - Tomada de Contas Especial.
3. Responsáveis: José Borges Segundo (CPF 229.833.334-34) e Sione Ferreira de Souza Oliveira (CPF 791.957.504-44).
4. Unidade: Município de São José do Campestre/RN.
5. Relatora: ministra Ana Arraes.
6. Representante do Ministério Público: subprocurador-geral Lucas Rocha Furtado.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).
8. Representação legal: Ronaldo Gonçalves Soares Sobrinho (OAB/RN 14.258 B) representando José Borges Segundo; Luís Henrique Soares de Oliveira (OAB/RN 4.264) representando Sione Ferreira de Souza Oliveira.

9. Acórdão:
VISTO, relatado e discutido este processo de tomada de contas especial instaurada pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) contra José Borges Segundo, ex-prefeito do Município de São José do Campestre/RN (gestão 2009-2012), em razão de omissão no dever de prestar contas de recursos recebidos por força do Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae) - exercício de 2012.
ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pela relatora, e com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alíneas "a" e "c" e § 3º, 17, 19, 23, inciso III, 26, 28, incisos I e II, e 57 da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 214, inciso III, alínea "a", e 215 a 217 do Regimento Interno, em:
9.1. julgar regulares as contas de Sione Ferreira de Souza Oliveira e dar-lhe quitação plena;
9.2. julgar irregulares as contas de José Borges Segundo;
9.3. condená-lo ao recolhimento aos cofres do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação dos valores especificados a seguir, atualizados monetariamente e acrescidos de juros de mora desde as datas indicadas até a data do pagamento:

Data	Valor (R$)
13.944,00	28/3/2012
13.944,00	3/4/2012
13.944,00	30/4/2012
13.944,00	4/6/2012
16.340,00	3/7/2012
28.424,00	2/8/2012
28.424,00	5/9/2012
28.424,00	2/10/2012
28.424,00	5/11/2012
28.424,00	4/12/2012
13.944,00	28/3/2012
13.944,00	3/4/2012
13.944,00	30/4/2012

9.4. aplicar-lhe multa de R$ 100.000,00 (cem mil reais), a ser recolhida aos cofres do Tesouro Nacional, com atualização monetária calculada da data deste acórdão até a data do pagamento, se este for efetuado após o vencimento do prazo abaixo estipulado;
9.5. fixar prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para comprovação, perante o Tribunal, do recolhimento das dívidas acima imputadas;
9.6. autorizar a cobrança judicial das dívidas, caso não atendida a notificação;
9.7. autorizar o seu pagamento em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais consecutivas, caso venha a ser solicitado pelo responsável antes do envio do processo para cobrança judicial;
9.8. fixar o vencimento da primeira parcela em 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação, e o das demais a cada 30 (trinta) dias, com incidência dos respectivos encargos legais sobre o valor de cada prestação;
9.9. alertar ao responsável que a inadimplência de qualquer parcela acarretará vencimento antecipado do saldo devedor;
9.10. dar ciência deste acórdão ao procurador-chefe da Procuradoria da República no Rio Grande do Norte, para as providências cabíveis.

10. Ata n° 43/2020 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 1/12/2020 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-13930-43/20-2.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (na Presidência), Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro e Ana Arraes (Relatora).
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 13931/2020 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 001.277/2014-6
2. Grupo II - Classe II - Tomada de Contas Especial.
3. Responsáveis: Leocádio Olímpio Rodrigues (CPF 134.282.683-34) e Vagno Pereira (CPF 028.753.827-30).
3.1. Interessado: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (CNPJ 00.378.257/0001-81).
4. Unidade: Município de Serrano do Maranhão/MA.
5. Relatora: ministra Ana Arraes.
6. Representante do Ministério Público: procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial - SecexTCE.
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:
VISTO, relatado e discutido este processo de tomada de contas especial instaurada pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) contra Leocádio Olímpio Rodrigues e Vagno Pereira, ex-prefeitos do Município de Serrano do Maranhão/MA, em razão da não comprovação da regular execução dos recursos repassados por força do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) nos exercícios de 2005, 2007 e 2008 e do Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar (Pnate) no exercício de 2009.
ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pela relatora, e com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 12, § 3º, 16, inciso III, alíneas "a" e "c" e § 3º, 19, 23, inciso II, 26, 28, incisos I e II, e 57 da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 214, inciso III, alíneas "a" e "c", 215 a 217 do Regimento Interno em:
9.1. julgar irregulares as contas de Leocádio Olímpio Rodrigues e condená-lo ao recolhimento aos cofres do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação dos valores especificados a seguir, atualizados monetariamente e acrescidos de juros de mora desde as datas indicadas até a data do pagamento:

Data	Valor (R$)
22/11/2005	33.417,80
24/8/2007	36.763,60
9/1/2008	12.792,00

9.2. julgar irregulares as contas de Vagno Pereira e condená-lo ao recolhimento aos cofres do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação dos valores especificados a seguir, atualizados monetariamente e acrescidos de juros de mora desde as datas indicadas até a data do pagamento:

Data	Valor (R$)
22/4/2009	855,58
23/4/2009	125,48
24/4/2009	1.106,55
5/5/2009	855,58
5/5/2009	1.106,55
6/5/2009	125,48
8/6/2009	125,48
8/6/2009	1.106,55
2/7/2009	1.106,55
2/7/2009	125,48
4/8/2009	1.106,55
4/8/2009	855,58
4/8/2009	125,48

9.3. aplicar a Leocádio Olímpio Rodrigues multa de R$ 10.000,00 (dez mil reais) e a Vagno Pereira multa de R$ 6.400,00 (seis mil e quatrocentos reais), a serem recolhidas aos cofres do Tesouro Nacional, com atualização monetária calculada da data deste acórdão até a data do pagamento, se este for efetuado após o vencimento do prazo abaixo estipulado;
9.4. fixar prazo de 15 (quinze) dias, a contar das notificações, para comprovação, perante o Tribunal, do recolhimento das dívidas acima imputadas;
9.5. autorizar a cobrança judicial das dívidas, caso não atendidas as notificações;
9.6. autorizar o seu pagamento em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais consecutivas, caso venha a ser solicitado pelos responsáveis antes do envio do processo para cobrança judicial;
9.7. fixar o vencimento da primeira parcela em 15 (quinze) dias, a contar do recebimento das notificações, e o das demais a cada 30 (trinta) dias, com incidência dos respectivos encargos legais sobre o valor de cada prestação;
9.8. alertar aos responsáveis que a inadimplência de qualquer parcela acarretará vencimento antecipado do saldo devedor;
9.9. dar ciência deste acórdão ao procurador-chefe da Procuradoria da República no Maranhão, para as providências cabíveis.

10. Ata n° 43/2020 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 1/12/2020 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-13931-43/20-2.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (na Presidência), Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro e Ana Arraes (Relatora).
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 13932/2020 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 002.896/2020-6
2. Grupo I - Classe I - Pedido de Reexame.
3. Recorrente: Abdon Salam Khaled Karhawi (CPF 069.525.228-32).
3.1. Interessados: Abdon Salam Khaled Karhawi (CPF 069.525.228-32), Áurea Cavalcante Santana (CPF 295.851.981-34) e Pablo Marcelo Diener Ojeda (CPF 721.456.681-87).
4. Unidade: Fundação Universidade Federal de Mato Grosso.
5. Relatora: ministra Ana Arraes.
5.1. Relator da deliberação recorrida: ministro Aroldo Cedraz.
6. Representante do Ministério Público: procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Recursos - Serur.
8. Representação legal: Miriam Lourenço de Oliveira (OAB/MT 10363-A) e outros representando o recorrente.

9. Acórdão:
VISTO, relatado e discutido este pedido de reexame, interposto por Abdon Salam Khaled Karhawi contra o Acórdão 5.687/2020 - 2ª Câmara, por meio do qual este Tribunal considerou ilegal o ato de aposentadoria do recorrente.
ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pela relatora, e com fundamento nos arts. 33 e 48 da Lei 8.443/1992, em:
9.1. conhecer do presente recurso e negar-lhe provimento;
9.2. dar ciência desta deliberação ao recorrente e à unidade jurisdicionada.

10. Ata n° 43/2020 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 1/12/2020 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-13932-43/20-2.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (na Presidência), Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro e Ana Arraes (Relatora).
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 13933/2020 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 008.639/2020-5
2. Grupo I - Classe I - Pedido de Reexame (Aposentadoria).
3. Recorrente: Paulo César Ferreira Saldanha (CPF 086.057.005-30).
4. Unidade: Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região/BA.
5. Relatora: ministra Ana Arraes.
5.1. Relator da deliberação recorrida: ministro-substituto André Luís de Carvalho.
6. Representante do Ministério Público: procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Recursos - Serur.
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:
VISTO, relatado e discutido este pedido de reexame, interposto por Paulo César Ferreira Saldanha, ex-servidor do Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região/BA, contra o Acórdão 8.044/2020 - 2ª Câmara, que considerou ilegal seu ato de concessão de aposentadoria.
ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pela relatora, e com fundamento nos arts. 33 e 48 da Lei 8.443/1992, em:
9.1. conhecer do pedido de reexame e negar-lhe provimento;
9.2. dar ciência desta deliberação ao recorrente.

10. Ata n° 43/2020 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 1/12/2020 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-13933-43/20-2.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (na Presidência), Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro e Ana Arraes (Relatora).
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 13934/2020 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 008.896/2020-8
2. Grupo I - Classe I - Pedido de Reexame.
3. Recorrente: Kátia Maria Ramos Rosa (CPF 675.495.007-20).
4. Unidade: Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região.
5. Relatora: ministra Ana Arraes.
5.1. Relator da deliberação recorrida: ministro-substituto Marcos Bemquerer Costa.
6. Representante do Ministério Público: procuradora-geral Cristina Machado da Costa e Silva.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Recursos - Serur.
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:
VISTO, relatado e discutido este pedido de reexame, interposto por Kátia Maria Ramos Rosa contra o Acórdão 8.262/2020 - 2ª Câmara, por meio do qual este Tribunal considerou ilegal ato de aposentadoria em virtude da presença de rubricas referentes à vantagem denominada "opção" e à vantagem decorrente de quintos de funções comissionadas exercidas após o advento da Lei 9.624/1998.
ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pela relatora, e com fundamento nos arts. 33 e 48 da Lei 8.443/1992, em:
9.1. conhecer do presente recurso e negar-lhe provimento;
9.2. dar ciência desta deliberação à recorrente e à unidade jurisdicionada.

10. Ata n° 43/2020 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 1/12/2020 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-13934-43/20-2.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (na Presidência), Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro e Ana Arraes (Relatora).
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 13935/2020 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 008.952/2020-5
2. Grupo I - Classe I - Pedido de Reexame.
3. Recorrente: Emilce Reggiani Martins (CPF 513.122.046-72).
4. Unidade: Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região.
5. Relatora: ministra Ana Arraes.
5.1. Relator da deliberação recorrida: ministro-substituto André Luís de Carvalho.
6. Representante do Ministério Público: procurador Sérgio Ricardo Costa Caribé.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Recursos - Serur.
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:
VISTO, relatado e discutido este pedido de reexame, interposto por Emilce Reggiani Martins contra o Acórdão 8.281/2020 - 2ª Câmara, por meio do qual este Tribunal considerou ilegal ato de aposentadoria em virtude da presença de rubrica referente à vantagem denominada "opção".
ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pela relatora, e com fundamento nos arts. 33 e 48 da Lei 8.443/1992, em:
9.1. conhecer do presente recurso e negar-lhe provimento;
9.2. dar ciência desta deliberação à recorrente e à unidade jurisdicionada.

10. Ata n° 43/2020 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 1/12/2020 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-13935-43/20-2.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (na Presidência), Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro e Ana Arraes (Relatora).
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 13936/2020 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 008.955/2020-4
2. Grupo I - Classe I - Pedido de Reexame (Aposentadoria).
3. Recorrente: Lafaiete Temponi Leite (CPF 347.029.546-87).
4. Unidade: Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região/MG.
5. Relatora: Ministra Ana Arraes.
5.1. Relator da deliberação recorrida: ministro Aroldo Cedraz.
6. Representante do Ministério Público: procuradora-geral Cristina Machado da Costa e Silva.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Recursos (Serur).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTO, relatado e discutido este pedido de reexame, interposto por Lafaiete Temponi Leite, ex-servidor do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região/MG, contra o Acórdão 7.741/2020-2ª Câmara, que julgou ilegal o ato de concessão de sua aposentadoria, em virtude da presença de rubrica referente à vantagem denominada "opção" (art. 2º da Lei 8.911/1994).

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, antes as razões expostas pela relatora, e com fundamento nos arts. 33 e 48 da Lei 8.443/1992, em:

9.1. conhecer do presente recurso e negar-lhe provimento;

9.2. dar ciência desta deliberação ao recorrente.

10. Ata n° 43/2020 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 1/12/2020 - Telepresencial.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-13936-43/20-2.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (na Presidência), Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro e Ana Arraes (Relatora).

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 13937/2020 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 009.020/2020-9

2. Grupo I - Classe I - Pedido de Reexame.

3. Recorrente: Tácio Maia Cubas (CPF 418.348.019-15).

4. Unidade: Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região.

5. Relatora: ministra Ana Arraes.

5.1. Relator da deliberação recorrida: ministro-substituto Marcos Bemquerer Costa.

6. Representante do Ministério Público: procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Recursos - Serur.

8. Representação legal: Pedro Maurício Pita Machado (OAB/RS 24.372, OAB/SC 12.391-A e OAB/DF 29.543) e outros representando o recorrente.

9. Acórdão:

VISTO, relatado e discutido este pedido de reexame, interposto por Tácio Maia Cubas contra o Acórdão 7.765/2020 - 2ª Câmara, por meio do qual este Tribunal considerou ilegal ato de aposentadoria em virtude da presença de rubrica referente à vantagem denominada "opção".

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pela relatora, e com fundamento nos arts. 33 e 48 da Lei 8.443/1992, em:

9.1. conhecer do presente recurso e negar-lhe provimento;

9.2. dar ciência desta deliberação ao recorrente e à unidade jurisdicionada.

10. Ata n° 43/2020 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 1/12/2020 - Telepresencial.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-13937-43/20-2.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (na Presidência), Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro e Ana Arraes (Relatora).

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 13938/2020 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 010.133/2019-4

2. Grupo I - Classe II - Tomada de Contas Especial.

3. Responsáveis: Etelvino Barreto Sobrinho (CPF 234.896.775-87) e José Laércio Passos Júnior (CPF 349.436.175-49).

4. Unidade: Município de Rosário do Catete/SE.

5. Relatora: ministra Ana Arraes.

6. Representante do Ministério Público: subprocurador-geral Paulo Soares Bugarin.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial - SecexTCE.

8. Representação legal: Paulo Ernani de Menezes (OAB/SE 1.686) e outros representando José Laércio Passos Júnior.

9. Acórdão:

VISTA, relatada e discutida esta tomada de contas especial, instaurada pela Caixa Econômica Federal, na qualidade de mandatária do então Ministério das Cidades, em desfavor de Etelvino Barreto Sobrinho e José Laércio Passos Júnior, ex-prefeitos de Rosário do Catete/SE, em razão da não conclusão do objeto do Contrato de Repasse 187.049-02/2005, que objetivou a construção de um centro de comercialização de produtos artesanais.

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pela relatora, e com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 12, § 3º, 16, inciso III, alínea "c", e §§ 2º e 3º, 19, 23, inciso III, 26, 28, inciso II, e 57 da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 1º, inciso I, 209, inciso III, 210, 214, inciso III, alínea "a", 215 a 217 e 267 do Regimento Interno, em:

9.1. rejeitar as alegações de defesa de José Laercio Passos Júnior;

9.2. declarar revel Etelvino Barreto Sobrinho;

9.3. julgar irregulares as contas de Etelvino Barreto Sobrinho e de José Laércio Passos Júnior;

9.4. condená-los, solidariamente, ao recolhimento aos cofres do Tesouro Nacional das quantias a seguir especificadas, atualizadas monetariamente e acrescidas de juros de mora a partir das datas discriminadas até a data do pagamento:

Data da ocorrência	Valor original (R$)	Débito/Crédito
27/7/2009	36.510,69	Débito
30/4/2010	58.854,00	Débito
1/7/2011	67.492,12	Débito
14/1/2015	12.022,91	Débito
4/9/2015	25.131,76	Débito

9.5. aplicar-lhes multas individuais de R$ 95.000,00 (noventa e cinco mil reais), a serem recolhidas aos cofres do Tesouro Nacional, com atualização monetária calculada da data deste acórdão até a data do pagamento, se este for efetuado após o vencimento do prazo abaixo estipulado;

9.6. fixar prazo de 15 (quinze) dias, a contar das notificações, para comprovação, perante o Tribunal, do recolhimento das dívidas acima imputadas;

9.7. autorizar a cobrança judicial das dívidas, caso não atendidas as notificações;

9.8. autorizar o seu pagamento em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais consecutivas, caso venha a ser solicitado pelos responsáveis antes do envio do processo para cobrança judicial;

9.9. fixar o vencimento da primeira parcela em 15 (quinze) dias, a contar do recebimento das notificações, e o das demais a cada 30 (trinta) dias, com incidência dos respectivos encargos legais sobre o valor de cada prestação;

9.10. alertar aos responsáveis que a inadimplência de qualquer parcela acarretará vencimento antecipado do saldo devedor;

9.11. enviar cópia desta deliberação ao procurador-chefe da Procuradoria da República no Estado de Sergipe, para as providências cabíveis.

10. Ata n° 43/2020 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 1/12/2020 - Telepresencial.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-13938-43/20-2.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (na Presidência), Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro e Ana Arraes (Relatora).

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 13939/2020 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 011.761/2014-8

2. Grupo II - Classe II - Tomada de Contas Especial.

3. Responsáveis: José de Ribamar Costa Correa (CPF 025.454.703-68), Lúcio de Gusmão Lobo Júnior (CPF 183.437.081-72) e Ricardo de Alencar Fecury Zenni (CPF 114.355.341-15).

3.1. Interessado: Ministério do Trabalho e Emprego (extinto - CNPJ 37.115.367/0001-60).

4. Unidade: entidades/órgãos do Estado do Maranhão.

5. Relatora: ministra Ana Arraes.

6. Representante do Ministério Público: procurador Sérgio Ricardo Costa Caribé.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial - SecexTCE.

8. Representação legal: José Henrique Cabral Coaracy (OAB/MA 912) representando Ricardo de Alencar Fecury Zenni.

9. Acórdão:

VISTA, relatada e discutida esta tomada de contas especial, instaurada em decorrência de irregularidades na execução do Convênio 015/2003, celebrado com o Estado do Maranhão para a execução de atividades inerentes à operação do Programa do Seguro-Desemprego, por intermédio do Sistema Nacional de Emprego - Sine, compreendendo a manutenção de postos de atendimento ao trabalhador visando a sua inserção no mercado de trabalho.

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pela relatora, e com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 12, § 3º, 16, inciso III, alíneas "b" e "c", e § 3º, 19, 23, inciso III, 26 e 28, incisos I e II, da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 209, incisos II e III, 210, 214, inciso III, alínea "a", e 215 a 217 do Regimento Interno, em:

9.1. considerar revéis José de Ribamar Costa Correa e Lúcio de Gusmão Lobo Júnior;

9.2. rejeitar as alegações de defesa de Ricardo de Alencar Fecury Zenni, sem prejuízo do afastamento de parte do débito calculado inicialmente;

9.3. julgar irregulares as contas de José de Ribamar Costa Correa, Lúcio de Gusmão Lobo Júnior e Ricardo de Alencar Fecury Zenni, condenando-os, solidariamente, ao recolhimento aos cofres do Tesouro Nacional da quantia de R$ 417.168,13 (quatrocentos e dezessete mil, cento e sessenta e oito reais e treze centavos), atualizada monetariamente e acrescida de juros de mora desde 24/12/2003 até a data do pagamento;

9.4. fixar prazo de 15 (quinze) dias, a contar das notificações, para comprovação, perante o Tribunal, do recolhimento da dívida acima imputada;

9.5. autorizar a cobrança judicial da dívida, caso não atendidas as notificações;

9.6. autorizar o seu pagamento em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais consecutivas, caso venha a ser solicitado pelos responsáveis antes do envio do processo para cobrança judicial;

9.7. fixar o vencimento da primeira parcela em 15 (quinze) dias, a contar do recebimento das notificações, e o das demais a cada 30 (trinta) dias, com incidência dos respectivos encargos legais sobre o valor de cada prestação;

9.8. alertar aos responsáveis que a inadimplência de qualquer parcela acarretará vencimento antecipado do saldo devedor;

9.9. enviar cópia deste acórdão ao procurador-chefe da Procuradoria da República no Estado do Maranhão, para as providências cabíveis;

9.10. dar ciência desta deliberação à Secretaria de Trabalho do Ministério da Economia.

10. Ata n° 43/2020 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 1/12/2020 - Telepresencial.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-13939-43/20-2.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (na Presidência), Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro e Ana Arraes (Relatora).

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 13940/2020 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 012.271/2020-9.

2. Grupo I - Classe V - Aposentadoria

3. Interessados: José Aguiar Melo (CPF 036.699.123-04) e Maria do Carmo Alves da Rocha e Silva (CPF 115.529.801-20)

4. Unidade: Coordenadoria Estadual do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas no Piauí.

5. Relatora: ministra Ana Arraes.

6. Representante do Ministério Público: procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal - Sefip.

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos os atos iniciais de concessão de aposentadoria a José Aguiar Melo e Maria do Carmo Alves da Rocha e Silva, ex-servidores da Coordenadoria Estadual do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas no Piauí.

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pela relatora e com fundamento nos artigos 71, incisos III e IX, da Constituição Federal de 1988, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, 1º, inciso VIII, 259, inciso II, e 262 do Regimento Interno, bem como na Súmula TCU 106, em:

9.1. considerar legal o ato de José Aguiar Melo e conceder-lhe registro;

9.2. considerar ilegal o ato de Maria do Carmo Alves da Rocha e Silva e negar-lhe registro;

9.3. dispensar a reposição das importâncias indevidamente recebidas de boa-fé pela beneficiária do ato considerado ilegal até a data da notificação desta deliberação à unidade jurisdicionada;

9.4. determinar à Coordenadoria Estadual do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas no Piauí que:

9.4.1. exclua as rubricas judiciais alusivas ao percentual de 26,05% (URP) dos proventos de Maria do Carmo Alves da Rocha e Silva, comunicando ao TCU, no prazo de 15 (quinze) dias, as providências adotadas;

9.4.2. cadastre novo ato, livre da irregularidade apontada, submetendo-o a esta Corte no prazo de 30 (trinta) dias, nos termos dos arts. 262, §2º, do Regimento Interno e 19, §3º, da Instrução Normativa TCU 78/2018;

9.4.3. informe à inativa o teor deste acórdão, encaminhando a este Tribunal, no prazo de 30 (trinta) dias, comprovante da data de ciência pela interessada, alertando-a de que o efeito suspensivo proveniente de eventual interposição de recursos no TCU não a eximirá da devolução dos valores indevidamente percebidos após a notificação, em caso de não provimento dos apelos.

10. Ata n° 43/2020 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 1/12/2020 - Telepresencial.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-13940-43/20-2.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (na Presidência), Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro e Ana Arraes (Relatora).

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 13941/2020 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 012.315/2020-6
2. Grupo I - Classe V - Aposentadoria.
3. Interessadas: Maria Rosália Vargas (CPF 941.381.846-00), Maria das Graças Martins de Araújo (CPF 399.869.776-49) e Rute Ribeiro de Moraes Castro (CPF 200.241.506-49).
4. Unidade: Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais.
5. Relatora: ministra Ana Arraes.
6. Representante do Ministério Público: procurador Sérgio Ricardo Costa Caribé.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal - Sefip.
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTO, relatado e discutido este processo, em que se apreciam os atos iniciais de concessão de aposentadoria a Maria das Graças Martins de Araújo, Maria Rosália Vargas e Rute Ribeiro de Moraes Castro, ex-servidoras do Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais.

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pela relatora, e com fundamento nos arts. 71, incisos III e IX, da Constituição Federal de 1988, 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45 da Lei 8.443/1992, 1º, inciso VIII, 259, inciso II, e 262 do Regimento Interno, 8º da Resolução TCU 206/2007 e 19, §3º, da Instrução Normativa TCU 78/2018, bem como na Súmula TCU 106, em:

9.1. considerar legais os atos de concessão de aposentadoria a Maria Rosália Vargas e Rute Ribeiro de Moraes Castro e conceder-lhes registro;

9.2. considerar ilegal o ato de concessão de aposentadoria a Maria das Graças Martins de Araújo e negar-lhe registro;

9.3. dispensar a reposição das importâncias indevidamente recebidas de boa-fé por Maria das Graças Martins de Araújo até a data da notificação desta deliberação à unidade jurisdicionada;

9.4. determinar ao Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais, em relação ao ato impugnado, que:

9.4.1. cesse os pagamentos, no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da ciência desta deliberação, sob pena de ressarcimento das quantias pagas indevidamente e responsabilização solidária da autoridade competente;

9.4.2. emita novo ato, em que seja suprimida a ilegalidade, no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da ciência desta deliberação, e o submeta ao TCU para nova apreciação;

9.4.3. comunique a Maria das Graças Martins de Araújo a deliberação deste Tribunal e a alerte de que o efeito suspensivo proveniente de eventual interposição de recursos no TCU não a eximirá da devolução dos valores indevidamente recebidos após as notificações, em caso de desprovimento dos apelos; e

9.4.4. encaminhe a este Tribunal, no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da ciência deste acórdão, cópia do comprovante da data em que a interessada dele tomar conhecimento.

10. Ata n° 43/2020 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 1/12/2020 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-13941-43/20-2.
13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (na Presidência), Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro e Ana Arraes (Relatora).

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 13942/2020 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 012.783/2020-0
2. Grupo I - Classe V - Aposentadoria.
3. Interessada: Tânia Maria Dias Rodrigues (CPF 340.676.983-72).
4. Unidade: Tribunal Regional Eleitoral de Roraima.
5. Relatora: ministra Ana Arraes.
6. Representante do Ministério Público: procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal - Sefip.
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTO, relatado e discutido o ato de aposentadoria de Tânia Maria Dias Rodrigues, expedido pelo Tribunal Regional Eleitoral de Roraima.

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pela relatora, e com fundamento nos artigos 71, incisos III e IX, da Constituição Federal de 1988, 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45 da Lei 8.443/1992, 1º, inciso VIII, 259, inciso II, e 262 do Regimento Interno, 8º da Resolução TCU 206/2007 e 19 da Instrução Normativa TCU 78/2018, bem como na Súmula TCU 106, em:

9.1. considerar ilegal o ato de aposentadoria e negar-lhe registro;

9.2. dispensar a reposição das importâncias indevidamente recebidas de boa-fé pela beneficiária até a data da notificação desta deliberação à unidade jurisdicionada;

9.3. determinar ao Tribunal Regional Eleitoral de Roraima que:

9.3.1. no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da ciência desta deliberação:

9.3.1.1. adeque, se for o caso, o pagamento da parcela referente à incorporação de "quintos/décimos" da interessada à modulação dada pelo Supremo Tribunal Federal na apreciação do Recurso Extraordinário 638.115/CE;

9.3.1.2. comunique a Tânia Maria Dias Rodrigues a deliberação deste Tribunal e a alerte de que o efeito suspensivo proveniente de eventual interposição de recursos no TCU não a eximirá da devolução dos valores indevidamente recebidos após a notificação, em caso de desprovimento dos apelos.

9.3.2. no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da ciência deste acórdão, encaminhe a este Tribunal, por cópia, comprovante da data em que a interessada dele tomar conhecimento e informações sobre as providências implementadas para cumprimento do subitem 9.3.1.1 acima.

10. Ata n° 43/2020 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 1/12/2020 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-13942-43/20-2.
13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (na Presidência), Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro e Ana Arraes (Relatora).

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 13943/2020 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 012.942/2019-7
2. Grupo I - Classe II - Tomada de Contas Especial.
3. Responsáveis: João Costa Mendonça (CPF 051.840.008-52) e Paulo César Christal (CPF 018.780.078-23).
4. Unidade: Município de Ubarana/SP.
5. Relatora: ministra Ana Arraes.
6. Representante do Ministério Público: procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial - SecexTCE.
8. Representação legal: Natália Cordeiro (OAB/SP 268.125) representando a Prefeitura Municipal de Ubarana/SP.

9. Acórdão:

VISTA, relatada e discutida esta tomada de contas especial, instaurada pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação em desfavor de Paulo César Christal, prefeito do Município de Ubarana/SP no período de 21/6/2007 a 31/12/2008 e na gestão 2009/2012, e de João Costa Mendonça, prefeito do mesmo município nas gestões 2013/2016 e 2017/2020, ante irregularidades na execução dos recursos dos Convênios 701178/2010 (SIAFI 660894) e 700367/2011 (SIAFI 670267).

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pela relatora, e com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 12, § 3º, 16, incisos II e III, alíneas "b" e "c", e §§ 2º e 3º, 18, 19, 23, incisos II e III, 26, 28, inciso II, e 57 da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 1º, inciso I, 208, 209, incisos II e III, 210, 214, inciso III, alínea "a", 215 a 217 e 267 do Regimento Interno, em:

9.1. declarar revel Paulo César Christal;

9.2. acolher as alegações de defesa de João Costa Mendonca;

9.3. julgar regulares com ressalva as contas de João Costa Mendonca, dando-lhe quitação;

9.4. julgar irregulares as contas de Paulo César Christal;

9.5. condená-lo ao recolhimento aos cofres do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação da quantia a seguir especificada, atualizada monetariamente e acrescida de juros de mora a partir da data discriminada até a data do pagamento;

Valor (R$)	Data
74.438,25	2/5/2012

9.6. aplicar-lhe multa de R$ 45.000,00 (quarenta e cinco mil reais), a ser recolhida aos cofres do Tesouro Nacional, com atualização monetária calculada da data deste acórdão até a data do pagamento, se este for efetuado após o vencimento do prazo abaixo estipulado;

9.7. fixar prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para comprovação, perante o Tribunal, do recolhimento das dívidas acima imputadas;

9.8. autorizar a cobrança judicial das dívidas, caso não atendida a notificação;

9.9. autorizar o pagamento das dívidas em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais consecutivas, caso venha a ser solicitado pelo responsável antes do envio do processo para cobrança judicial;

9.10. fixar o vencimento da primeira parcela em 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação, e o das demais a cada 30 (trinta) dias, com incidência dos respectivos encargos legais sobre o valor de cada parcela;

9.11. alertar ao responsável que a inadimplência de qualquer parcela acarretará vencimento antecipado do saldo devedor;

9.12. enviar cópia desta deliberação ao procurador-chefe da Procuradoria da República no Estado de São Paulo, para as providências cabíveis.

10. Ata n° 43/2020 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 1/12/2020 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-13943-43/20-2.
13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (na Presidência), Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro e Ana Arraes (Relatora).

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 13944/2020 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 015.046/2019-2
2. Grupo I - Classe II - Tomada de Contas Especial.
3. Responsáveis: Francesco Farruggia (CPF 844.514.835-49), Futura Networks SL (CNPJ 09.079.667/0001-04), Futura Networks do Brasil Consultoria Ltda. (CNPJ 09.150.231/0001-56) e Mário Luís Teza (CPF 352.868.490-91).
4. Unidades: entidades e órgãos do Governo do Estado de São Paulo.
5. Relatora: ministra Ana Arraes.
6. Representante do Ministério Público: subprocurador-geral Paulo Soares Bugarin.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTA, relatada e discutida esta tomada de contas especial, instaurada pelo extinto Ministério da Cultura, em razão da não consecução dos objetivos pactuados no âmbito do projeto cultural "Campus Party 2011".

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pela relatora, e com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 12, § 3º, 16, inciso III, alíneas "b" e "c", 19 e parágrafo único, 23, inciso III, alínea "a", 26, 28, inciso II, e 57 da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 202, § 6º, 214, inciso III, alínea "a", e 217 do Regimento Interno, em:

9.1. julgar irregulares as contas de Mário Luís Teza, Francesco Farruggia e das empresas Futura Networks SL e Futura Networks do Brasil Consultoria Ltda.;

9.2. condená-los, solidariamente, ao recolhimento aos cofres do Fundo Nacional de Cultura das importâncias abaixo indicadas, atualizadas monetariamente e acrescidas de juros de mora calculados a partir de cada uma das datas apontadas, abatendo-se, na oportunidade, importâncias porventura ressarcidas:

Valor	Data
150.000,00	19/1/2011
112.500,00	19/1/2011

9.3. aplicar-lhes multas individuais no valor de R$ 90.000,00 (noventa mil reais), a serem recolhidas aos cofres do Tesouro Nacional, com incidência de encargos legais calculados da data deste acórdão até a data do pagamento, se este for efetuado após o vencimento do prazo a seguir estipulado;

9.4. fixar prazo de 15 (quinze) dias, a contar das notificações, para comprovação, perante o Tribunal, do recolhimento das dívidas acima imputadas;

9.5. autorizar a cobrança judicial das dívidas, caso não atendidas as notificações;

9.6. autorizar o seu pagamento em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais consecutivas, caso venha a ser solicitado pelos responsáveis antes do envio do processo para cobrança judicial;

9.7. fixar o vencimento da primeira parcela em 15 (quinze) dias, a contar do recebimento das notificações, e o das demais a cada 30 (trinta) dias, com incidência de encargos legais sobre o valor de cada prestação;

9.8. alertar aos responsáveis que a inadimplência de qualquer parcela acarretará vencimento antecipado do saldo devedor;

9.9. remeter cópia deste acórdão ao procurador-chefe da Procuradoria da República no Estado de São Paulo, nos termos do art. 16, § 3º, da Lei 8.443/1992.

10. Ata n° 43/2020 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 1/12/2020 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-13944-43/20-2.
13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (na Presidência), Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro e Ana Arraes (Relatora).

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 13945/2020 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 015.534/2020-0
2. Grupo I - Classe II - Tomada de Contas Especial.
3. Responsáveis: Alan Brasil Alves de Sousa (CPF 490.943.511-53), Noraldino Mateus Fonseca (CPF 231.895.091-15) e W.L.C. Martins (CNPJ 09.273.284/0001-64).
3.1. Interessado: Ministério do Desenvolvimento Regional (CNPJ 03.353.358/0001-96).
4. Unidade: Município de Araguanã/TO.
5. Relatora: ministra Ana Arraes.
6. Representante do Ministério Público: procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial - SecexTCE.
8. Representação legal: Micheline Rodrigues Nolasco Marques (OAB/TO 2.265) representando Alan Brasil Alves de Sousa.

9. Acórdão:
VISTA, relatada e discutida esta tomada de contas especial, instaurada pelo Ministério do Desenvolvimento Regional em desfavor de Noraldino Mateus Fonseca, ex-prefeito do Município de Araguanã/TO (gestão 2009-2012), em razão da não comprovação da regular aplicação dos recursos repassados por meio do Convênio 1381/2008, registro Siafi 652548, firmado com aquela municipalidade, e que objetivou a "Implantação de 2.527,35m de Redes de Drenagem de Águas Pluviais na Rua dos Garimpeiros, Av. 2, Av. Tiradentes, Av. Entre Rios, Rua Rio Lontra, Rua 13, Rua 11 e Rua 17".
ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pela relatora e com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 12, § 3º, 16, inciso III, alíneas "b" e "c", e §§2º e 3º, 19, 23, inciso III, 26, 28, inciso II, e 57 da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 1º, inciso I, 209, incisos II e III, 210, 214, inciso III, alínea "a", 215 a 217 e 267 do Regimento Interno, em:
9.1. declarar revéis Noraldino Mateus Fonseca e a empresa W.L.C. Martins;
9.2. rejeitar as alegações de defesa de Alan Brasil Alves de Sousa;
9.3. julgar irregulares as contas de Noraldino Mateus Fonseca, de Alan Brasil Alves de Sousa e da empresa W.L.C. Martins;
9.4. condená-los ao recolhimento aos cofres do Tesouro Nacional das quantias a seguir especificadas, atualizadas monetariamente e acrescidas de juros de mora a partir das datas discriminadas até a data do pagamento:

Débitos relacionados a Noraldino Mateus Fonseca, em solidariedade com Alan Brasil Alves de Sousa, abatida a quantia já ressarcida:

Data de ocorrência	Valor histórico (R$)	Tipo da parcela
5/10/2009	500.000,00	Débito
22/3/2012	361.514,02	Débito
6/6/2013	5.282,73	Crédito

Débito relacionado a Noraldino Mateus Fonseca, em solidariedade com W.L.C. Martins:

Data de ocorrência	Valor histórico (R$)
17/7/2012	138.485,98

9.5. aplicar a Noraldino Mateus Fonseca multa de R$ 675.000,00 (seiscentos e setenta e cinco mil reais), a Alan Brasil Alves de Sousa multa de R$ 440.000,00 (quatrocentos e quarenta mil reais) e à empresa W.L.C. Martins multa de R$ 65.000,00 (sessenta e cinco mil reais), a serem recolhidas aos cofres do Tesouro Nacional, com atualização monetária calculada da data deste acórdão até a data do pagamento, se este for efetuado após o vencimento do prazo abaixo estipulado;
9.6. fixar prazo de 15 (quinze) dias, a contar das notificações, para comprovação, perante o Tribunal, do recolhimento das dívidas acima imputadas;
9.7. autorizar a cobrança judicial das dívidas, caso não atendidas as notificações;
9.8. autorizar o seu pagamento em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais consecutivas, caso venha a ser solicitado pelos responsáveis antes do envio do processo para cobrança judicial;
9.9. fixar o vencimento da primeira parcela em 15 (quinze) dias, a contar do recebimento das notificações, e o das demais a cada 30 (trinta) dias, com incidência dos respectivos encargos legais sobre o valor de cada prestação;
9.10. alertar aos responsáveis que a inadimplência de qualquer parcela acarretará vencimento antecipado do saldo devedor;
9.11. enviar cópia desta deliberação ao procurador-chefe da Procuradoria da República no Estado de Tocantins, para as providências cabíveis.

10. Ata n° 43/2020 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 1/12/2020 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-13945-43/20-2.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (na Presidência), Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro e Ana Arraes (Relatora).
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 13946/2020 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 015.541/2020-7
2. Grupo I - Classe II - Tomada de Contas Especial.
3. Responsáveis: Associação Brasileira para Prevenção de Acidentes (CNPJ 33.637.117/0002-10), Marcelo Kós Silveira Campos (CPF 693.730.517-68) e William de Vuono (CPF 060.124.278-59).
4. Unidade: Diretoria de Administração e Logística.
5. Relatora: ministra Ana Arraes.
6. Representante do Ministério Público: procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial - SecexTCE.
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:
VISTA, relatada e discutida esta tomada de contas especial, instaurada pela Diretoria de Administração e Logística, do Ministério da Economia, em razão da não comprovação da regular aplicação dos recursos repassados pela União por meio de convênio.
ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pela relatora, e com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 12, § 3º, 16, inciso III, alíneas "b" e "c", 19 e parágrafo único, 23, inciso III, alínea "a", 26, 28, inciso II, e 57 da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 202, § 6º, 214, inciso III, alínea "a", e 217 do Regimento Interno, em:
9.1. julgar irregulares as contas de Marcelo Kós Silveira Campos, William de Vuono e da Associação Brasileira para Prevenção de Acidentes;
9.2. condená-los, solidariamente, ao recolhimento aos cofres do Tesouro Nacional das importâncias abaixo indicadas, atualizadas monetariamente e acrescidas de juros de mora calculados a partir de cada uma das datas apontadas, abatendo-se, na oportunidade, a importância registrada:

Data de ocorrência	Valor histórico (R$)	Tipo da parcela
6/10/2011	348.162,22	Crédito
8/4/2010	2.794.624,00	Débito
11/2/2009	2.794.624,00	Débito

9.3. aplicar a Marcelo Kós Silveira Campos e William de Vuono multas individuais no valor de R$ 2.250.000,00 (dois milhões, duzentos e cinquenta mil reais), e à Associação Brasileira para Prevenção de Acidentes multa no valor de R$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais), a serem recolhidas aos cofres do Tesouro Nacional, com incidência de encargos legais calculados da data deste acórdão até a data do pagamento, se este for efetuado após o vencimento do prazo a seguir estipulado;
9.4. fixar prazo de 15 (quinze) dias, a contar das notificações, para comprovação, perante o Tribunal, do recolhimento das dívidas acima imputadas;
9.5. autorizar a cobrança judicial das dívidas, caso não atendidas as notificações;
9.6. autorizar o seu pagamento em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais consecutivas, caso venha a ser solicitado pelos responsáveis antes do envio do processo para cobrança judicial;
9.7. fixar o vencimento da primeira parcela em 15 (quinze) dias, a contar do recebimento das notificações, e o das demais a cada 30 (trinta) dias, com incidência de encargos legais sobre o valor de cada prestação;
9.8. alertar aos responsáveis que a inadimplência de qualquer parcela acarretará vencimento antecipado do saldo devedor;
9.9. remeter cópia deste acórdão ao procurador-chefe da Procuradoria da República no Estado de São Paulo, nos termos do art. 16, § 3º, da Lei 8.443/1992.

10. Ata n° 43/2020 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 1/12/2020 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-13946-43/20-2.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (na Presidência), Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro e Ana Arraes (Relatora).
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 13947/2020 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 025.697/2016-1
2. Grupo II - Classe V - Aposentadoria (Monitoramento).
3. Interessada: Maria Olympia da Silva Martins (CPF 266.482.297-72).
3.1. Responsáveis: André Luiz Chagas Pereira (CPF 549.660.357-91) e Agnaldo Fernandes Silva (CPF 011.001.337-98).
4. Unidade: Universidade Federal do Rio de Janeiro.
5. Relatora: ministra Ana Arraes.
6. Representante do Ministério Público: procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal - Sefip.
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:
VISTO, relatado e discutido o monitoramento das medidas adotadas pela Universidade Federal do Rio de Janeiro para cumprir as disposições do Acórdão 12.446/2016 - 2ª Câmara.
ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pela relatora, e com fundamento nos arts. 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, 250, § 1º, 259, inciso II, e 262, § 2º, do Regimento Interno e 19, § 3º, da Instrução Normativa-TCU 78/2018, em:
9.1. acolher as razões de justificativa de André Luiz Chagas Pereira, excluindo-o da relação processual;
9.2. reiterar determinações contidas no Acórdão 12.446/2016 - 2ª Câmara à Universidade Federal do Rio de Janeiro, com o alerta sobre a possibilidade de aplicação de multa por reincidência no descumprimento de determinação deste Tribunal (art. 58, inciso VII, da Lei 8.443/1992), para que a entidade:
9.2.1. cesse, imediatamente, os pagamentos decorrentes da parcela de 3,17% nos proventos de Maria Olympia da Silva Martins, sob pena de ressarcimento das quantias pagas indevidamente e responsabilização solidária da autoridade competente (subitem 9.3.1);
9.2.2. encaminhe a este Tribunal, no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da notificação desta deliberação à unidade jurisdicionada, comprovante da data em que a interessada tomou conhecimento daquele acórdão (subitem 9.3.3);
9.2.3. emita novo ato em favor da interessada, com supressão das irregularidades verificadas, e o submeta ao TCU, para nova apreciação, no mesmo prazo de 30 (trinta) dias (subitem 9.3.4).
9.3. remeter para o TC 029.491/2020-7 a análise das propostas contidas nas alíneas "b" a "d" do item 18 da instrução reproduzida no relatório desta deliberação, devendo a Secretaria de Fiscalização de Pessoal adotar as providências necessárias para tanto;
9.4. dar ciência desta deliberação à interessada e à Universidade Federal do Rio de Janeiro.

10. Ata n° 43/2020 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 1/12/2020 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-13947-43/20-2.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (na Presidência), Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro e Ana Arraes (Relatora).
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 13948/2020 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 025.799/2009-5
2. Grupo II - Classe V - Aposentadoria (Monitoramento).
3. Interessados: Carlos Alberto de Barros Lima (CPF 103.450.944-68), Fernando José Pinto de Medeiros (CPF 087.121.824-00), Mariangele Bessa Soares (CPF 660.562.338-04), Ronaldo Medeiros Bonfim (CPF 102.754.104-63), Usiel Mariano de Oliveira (CPF 049.085.624-15) e Vera Luce Bernardes Cardoso (CPF 148.349.364-49).
3.1. Responsáveis: Edileuza Lima Ferraz (CPF 495.648.384-87) e Wagner dos Santos Fonseca (CPF 045.941.944-78).
4. Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Alagoas - Ministério da Educação.
5. Relatora: ministra Ana Arraes.
6. Representante do Ministério Público: procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
8. Representação legal: Walter Pitombo Laranjeiras Filho (OAB/AL 4.339) e outros representando Usiel Mariano de Oliveira, Carlos Alberto de Barros Lima, Fernando José Pinto de Medeiros e Mariangele Bessa Soares.

9. Acórdão:
VISTO, relatado e discutido este processo, relativo a atos de concessão de aposentadoria a ex-servidores do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Alagoas, em que se aprecia, nesta oportunidade, o cumprimento das determinações exaradas pelo Acórdão 1.093/2010-TCU-2ª Câmara (rel. min. Benjamin Zymler).
ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pela relatora, e com fundamento no art. 58, inciso IV, da Lei 8.443/1992 e nos arts. 157 e 250, § 2º, do Regimento Interno, em:
9.1. sobrestar a apreciação da audiência de Edileuza Lima Ferraz;
9.2. aplicar a Wagner dos Santos Fonseca multa de R$ 10.000,00 (dez mil reais), a ser recolhida aos cofres do Tesouro Nacional, com atualização monetária calculada da data deste acórdão até a do pagamento, se este for efetuado após o vencimento do prazo abaixo estipulado;
9.3. fixar prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para comprovação, perante o Tribunal, do recolhimento da dívida acima imputada;

9.4. autorizar a cobrança judicial da dívida, caso não atendida a notificação;
9.5. autorizar o seu pagamento em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais consecutivas, caso venha a ser solicitado pelo responsável antes do envio do processo para cobrança judicial;
9.6. fixar o vencimento da primeira parcela em 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação, e o das demais a cada 30 (trinta) dias, com incidência dos encargos legais sobre o valor de cada prestação;
9.7. alertar ao responsável que a inadimplência de qualquer parcela acarretará vencimento antecipado do saldo devedor;
9.8. restituir o processo à Secretaria de Fiscalização de Pessoal para continuidade das ações de monitoramento.

10. Ata n° 43/2020 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 1/12/2020 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-13948-43/20-2.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (na Presidência), Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro e Ana Arraes (Relatora).
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 13949/2020 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 027.341/2019-4
2. Grupo II - Classe I - Embargos de Declaração.
3. Recorrente: Andrea Cristina Marzagão (CPF 358.657.761-34).
4. Unidade: Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região/DF e TO.
5. Relatora: ministra Ana Arraes.
5.1. Relatora da deliberação recorrida: ministra Ana Arraes.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade Técnica: não atuou.
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes embargos de declaração, opostos por Andrea Cristina Marzagão ao Acórdão 9.289/2020-TCU-2ª Câmara, que negou provimento ao pedido de reexame interposto pela interessada ao Acórdão 4.458/2020-TCU-2ª Câmara (rel. min. Raimundo Carreiro), por meio do qual este Tribunal julgara ilegal seu ato de concessão de aposentadoria, em razão de incorporação indevida da parcela denominada "opção".
ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, com fundamento no art. 34 da Lei 8.443/1992 c/c o art. 287 do Regimento Interno, e ante as razões expostas pela relatora, em:
9.1. conhecer dos embargos de declaração e rejeitá-los; e
9.2. dar ciência desta deliberação à embargante.

10. Ata n° 43/2020 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 1/12/2020 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-13949-43/20-2.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (na Presidência), Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro e Ana Arraes (Relatora).
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 13950/2020 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 028.284/2020-8
2. Grupo II - Classe IV - Atos de Admissão.
3. Interessados: Silas Pires Trigo Gutierrez (CPF 066.902.436-80), Silvano Gonçalves Costa (CPF 060.480.776-70) e Welinton Bisollo Marconatto (CPF 065.944.529-83).
4. Unidade: Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT) - Superintendência de Operações em Minas Gerais.
5. Relatora: ministra Ana Arraes.
6. Representante do Ministério Público: procurador Sérgio Ricardo Costa Caribé.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:
VISTO, relatado e discutido este processo, relativo a três atos de admissão oriundos da Diretoria Regional da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT) em Minas Gerais - DR/MG.
ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pela relatora, e com fundamento nos arts. 71, incisos III e IX, da Constituição Federal de 1988, 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992 e 260, § 1º, do Regimento Interno, em:
9.1. considerar legais os atos de admissão de Silas Pires Trigo Gutierrez e Silvano Gonçalves Costa e ordenar-lhes registro;
9.2. sobrestar o exame do ato de admissão de Welinton Bisollo Marconatto até o trânsito em julgado da Ação Ordinária 0044944-51.2012.4.01.3800, em trâmite no Tribunal Regional Federal da 1ª Região, cujo acompanhamento deve ser feito pela unidade técnica.

10. Ata n° 43/2020 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 1/12/2020 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-13950-43/20-2.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (na Presidência), Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro e Ana Arraes (Relatora).
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 13951/2020 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 028.973/2019-4
2. Grupo I - Classe I - Pedido de Reexame (Aposentadoria).
3. Recorrente: Toufik Tanure Neto (CPF 526.170.506-10).
4. Unidade: Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região/MG.
5. Relatora: ministra Ana Arraes.
5.1. Relator da deliberação recorrida: ministro-substituto André Luís de Carvalho.
6. Representante do Ministério Público: procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Recursos (Serur).
8. Representação legal: Tiago Cardoso Penna (OAB/MG 83.514) e outros representando Toufik Tanure Neto.

9. Acórdão:
VISTO, relatado e discutido este pedido de reexame, interposto por Toufik Tanure Neto, ex-servidor do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região/MG, contra o Acórdão 6.377/2020-2ª Câmara.
ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pela relatora e com fundamento nos arts. 33 e 48 da Lei 8.443/1992, em:
9.1. conhecer do presente recurso e negar-lhe provimento;
9.2. dar ciência desta deliberação ao recorrente.

10. Ata n° 43/2020 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 1/12/2020 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-13951-43/20-2.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (na Presidência), Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro e Ana Arraes (Relatora).
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 13952/2020 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 029.009/2020-0
2. Grupo I - Classe V - Reforma.
3. Interessado: Orli Francisco Padilha (CPF 176.428.500-00).
4. Unidade: Comando do Exército (Terceira Região Militar).
5. Relatora: ministra Ana Arraes.
6. Representante do Ministério Público: procurador Sérgio Ricardo Costa Caribé.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:
VISTO, relatado e discutido o ato de reforma de Orli Francisco Padilha, submetido à apreciação desta Corte de Contas, para fins de registro, nos termos do art. 71, inciso III, da Constituição Federal.
ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pela relatora, e com fundamento nos artigos 71, incisos III e IX, da Constituição Federal de 1988, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, 1º, inciso VIII, 259, inciso II, 260, §5º, e 262 do Regimento Interno, bem como na Súmula TCU 106, em:
9.1. considerar ilegal o ato em análise, negando-lhe registro;
9.2. determinar ao Comando do Exército que:
9.2.1. no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da ciência desta deliberação, cesse pagamentos decorrentes do ato impugnado, sob pena de ressarcimento das quantias pagas indevidamente e responsabilização solidária da autoridade competente;
9.2.2. dê ciência desta deliberação a Orli Francisco Padilha, alertando-o de que o efeito suspensivo proveniente de eventual interposição de recursos no TCU não o eximirá da devolução dos valores indevidamente recebidos após a notificação, em caso de desprovimento dos apelos;
9.2.3. no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da ciência deste acórdão, encaminhe a este Tribunal, por cópia, comprovante da data em que o interessado dele tomar conhecimento;
9.2.4. emita novo ato, em que seja suprimida a irregularidade apontada, e o submeta a esta Corte para nova apreciação.

10. Ata n° 43/2020 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 1/12/2020 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-13952-43/20-2.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (na Presidência), Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro e Ana Arraes (Relatora).
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 13953/2020 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 029.049/2015-6
2. Grupo I - Classe V - Aposentadoria (Monitoramento).
3. Interessados: Domingos José Sá e Pádua (CPF 167.441.954-68), Elmarene Silva Athayde (CPF 133.505.103-10), Francinete Paula Silva Dantas Avelino (CPF 186.232.553-72), Francisco Alberto de Brito Monteiro (CPF 095.954.063-68) e José Nunes de Sousa (CPF 065.555.783-00).
3.1. Responsável: Lauro Oliveira Viana (CPF 718.405.753-87).
4. Unidade: Fundação Universidade Federal do Piauí.
5. Relatora: ministra Ana Arraes.
6. Representante do Ministério Público: procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de concessão de aposentadoria, em que se aprecia, nesta oportunidade, o monitoramento das determinações emanadas do Acórdão 10.978/2015-TCU-2ª Câmara, que considerou ilegais os atos de Domingos José Sá e Pádua, Elmarene Silva Athayde, Francinete Paula Silva Dantas Avelino, Francisco Alberto de Brito Monteiro e José Nunes de Sousa, ante a inclusão de parcela relativa a decisão judicial que concedera aos servidores reajuste relativo à perda remuneratória pela não aplicação da Unidade de Referência de Preço (URP) de fevereiro de 1989 (26,05%).
ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pela relatora, e com fundamento nos arts. 26, 28, incisos I e II, e 58, inciso IV, da Lei 8.443/1992 c/c o art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno, em:
9.1. aplicar a Lauro Oliveira Viana multa de R$ 10.000,00 (dez mil reais), a ser recolhida aos cofres do Tesouro Nacional, com atualização monetária calculada da data deste acórdão até a do pagamento, se este for efetuado após o vencimento do prazo abaixo estipulado;
9.2. fixar prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para comprovação, perante o Tribunal, do recolhimento da dívida acima imputada;
9.3. autorizar a cobrança judicial da dívida, caso não atendida a notificação;
9.4. autorizar o seu pagamento em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais consecutivas, caso venha a ser solicitado pelo responsável antes do envio do processo para cobrança judicial;
9.5. fixar o vencimento da primeira parcela em 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação, e o das demais a cada 30 (trinta) dias, com incidência dos encargos legais sobre o valor de cada prestação;
9.6. alertar ao responsável que a inadimplência de qualquer parcela acarretará vencimento antecipado do saldo devedor;
9.7. determinar à Fundação Universidade Federal do Piauí que:
9.7.1. efetue o desconto parcelado da dívida na remuneração do responsável, em favor do Tesouro Nacional, na forma estabelecida pela legislação pertinente, caso seja notificada por este Tribunal da não comprovação do recolhimento da multa a que se refere o subitem 9.1 acima;
9.7.2. proceda, com efeitos iniciados em 15/5/2014, data do trânsito em julgado do Mandado de Segurança 31.412/DF, à absorção gradual da vantagem referente à URP de fevereiro de 1989, paga aos servidores aposentados Domingos José Sá e Pádua, Elmarene Silva Athayde, Francinete Paula Silva Dantas Avelino, Francisco Alberto de Brito Monteiro e José Nunes de Sousa, mediante sua compensação - sem redução nominal do montante dos proventos -, com os acréscimos decorrentes de novas estruturas remuneratórias definidas por lei com eficácia posterior à referida decisão;
9.7.3. apure, no prazo de 30 (trinta) dias, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa e mediante prévia instauração de processo administrativo, o montante recebido por Domingos José Sá e Pádua, Elmarene Silva Athayde, Francinete Paula Silva Dantas Avelino, Francisco Alberto de Brito Monteiro e José Nunes de Sousa desde a ciência do Acórdão 10.978/2015-TCU-2ª Câmara, a título da parcela relativa à URP, em desconformidade com a sistemática descrita no subitem precedente, e promova a sua restituição ao erário, nos termos dispostos no art. 46 da Lei 8.112/1990;
9.7.4. emita novos atos de concessão de aposentadoria em favor de Domingos José Sá e Pádua, Elmarene Silva Athayde, Francinete Paula Silva Dantas Avelino, Francisco Alberto de Brito Monteiro e José Nunes de Sousa, com supressão da irregularidade verificada inicialmente, e os submeta ao TCU, para nova apreciação, no mesmo prazo de 30 (trinta) dias, a contar da notificação desta deliberação.

10. Ata n° 43/2020 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 1/12/2020 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-13953-43/20-2.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (na Presidência), Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro e Ana Arraes (Relatora).
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 13954/2020 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 029.555/2020-5
2. Grupo I - Classe V - Aposentadoria.
3. Interessado: Jair de Souza Maia (CPF 043.316.562-68).
4. Unidade: Tribunal Regional Eleitoral do Amazonas.
5. Relatora: ministra Ana Arraes.
6. Representante do Ministério Público: procurador Sérgio Ricardo Costa Caribé.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal - Sefip.
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:
VISTO, relatado e discutido o ato de aposentadoria de Jair de Souza Maia, expedido pelo Tribunal Regional Eleitoral do Amazonas.
ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pela relatora, e com fundamento nos artigos 71, incisos III e IX, da Constituição Federal de 1988, 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45 da Lei 8.443/1992, 1º, inciso VIII, 259, inciso II, e 262 do Regimento Interno, 8º da Resolução TCU 206/2007 e 19 da Instrução Normativa TCU 78/2018, bem como na Súmula TCU 106, em:
9.1. considerar ilegal o ato de aposentadoria em análise e negar-lhe registro;
9.2. dispensar a reposição das importâncias indevidamente recebidas de boa-fé pelo beneficiário até a data da notificação desta deliberação à unidade jurisdicionada;
9.3. determinar ao Tribunal Regional Eleitoral do Amazonas que:
9.3.1. no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da ciência desta deliberação:
9.3.1.1. cesse o pagamento, nos proventos do interessado, dos percentuais de 11,98% (URV) e 10,87%, por afronta à jurisprudência deste Tribunal e do Supremo Tribunal Federal, sob pena de ressarcimento das quantias pagas indevidamente e responsabilização solidária da autoridade competente;
9.3.1.2. retifique o pagamento da vantagem de "quintos/décimos" (5/5 da FC-6), uma vez que seu pagamento viola as regras da Lei 8.911/1994, sob pena de ressarcimento das quantias pagas indevidamente e responsabilização solidária da autoridade competente;
9.3.1.3. adeque, se for o caso, o pagamento da parcela referente à incorporação de "décimos" do interessado à modulação dada pelo Supremo Tribunal Federal na apreciação do Recurso Extraordinário 638.115/CE.
9.3.2. comunique a Jair de Souza Maia a deliberação deste Tribunal e o alerte de que o efeito suspensivo proveniente de eventual interposição de recursos no TCU não o eximirá da devolução dos valores indevidamente recebidos após a notificação, em caso de desprovimento dos apelos;
9.3.3. no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da ciência deste acórdão:
9.3.3.1. encaminhe a este Tribunal, por cópia, comprovante da data em que o interessado dele tomar conhecimento; e
9.3.3.2. emita novo ato, em que seja(m) suprimida(s) a(s) irregularidade(s), e o submeta ao TCU para nova apreciação.

10. Ata n° 43/2020 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 1/12/2020 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-13954-43/20-2.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (na Presidência), Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro e Ana Arraes (Relatora).
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 13955/2020 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 030.428/2019-0.
2. Grupo I - Classe I - Pedido de Reexame (Aposentadoria).
3. Recorrentes: Ana Maria Cândida de Toledo (CPF 316.930.161-68).
4. Unidade: Tribunal Superior do Trabalho.
5. Relatora: ministra Ana Arraes.
5.1. Relator da deliberação recorrida: ministro-substituto André Luís de Carvalho.
6. Representante do Ministério Público: procuradora-geral Cristina Machado da Costa e Silva.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Recursos (Serur).
8. Representação legal: Marlúcio Lustosa Bonfim (OAB/DF 16.619) e outros, representando Ana Maria Cândida de Toledo.
9. Acórdão:
VISTO, relatado e discutido este pedido de reexame interposto por Ana Maria Cândida de Toledo, ex-servidora do Tribunal Superior do Trabalho (TST), contra o Acórdão 5.435/2020 - 2ª Câmara.
ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pela relatora, e com fundamento nos arts. 33 e 48 da Lei 8.443/1992, em:
9.1. conhecer do presente recurso e negar-lhe provimento;
9.2. dar ciência desta deliberação à recorrente.

10. Ata n° 43/2020 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 1/12/2020 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-13955-43/20-2.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (na Presidência), Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro e Ana Arraes (Relatora).
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 13956/2020 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 030.578/2019-1
2. Grupo I - Classe I - Pedido de Reexame (Aposentadoria)
3. Recorrente: Mônica Mara Raposo Jaguaribe (CPF 339.476.431-87).
4. Unidade: Tribunal Superior do Trabalho.
5. Relatora: ministra Ana Arraes.
5.1. Relator da deliberação recorrida: ministro Augusto Nardes.
6. Representante do Ministério Público: procurador Sérgio Ricardo Costa Caribé.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Recursos (Serur).
8. Representação legal: Marlúcio Lustosa Bonfim (OAB/DF 16.619) e outros representando a recorrente.

9. Acórdão:
VISTO, relatado e discutido este pedido de reexame, interposto por Mônica Mara Raposo Jaguaribe, ex-servidora do Tribunal Superior do Trabalho contra o Acórdão 4.033/2020 - 2ª Câmara.
ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pela relatora, e com fundamento nos arts. 33 e 48 da Lei 8.443/1992, em:
9.1. conhecer do presente recurso e negar-lhe provimento;
9.2. dar ciência desta deliberação à recorrente.

10. Ata n° 43/2020 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 1/12/2020 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-13956-43/20-2.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (na Presidência), Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro e Ana Arraes (Relatora).
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 13957/2020 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 030.620/2019-8.
2. Grupo I - Classe de Assunto: I - Pedido de reexame (Aposentadoria).
3. Recorrente: Sonia Gontijo Chagas Gonzaga (CPF 635.776.586-49).
4. Unidade: Tribunal Superior do Trabalho.
5. Relatora: ministra Ana Arraes.
5.1. Relator da deliberação recorrida: ministro Aroldo Cedraz.
6. Representante do Ministério Público: procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (Serur).
8. Representação legal: Marlucio Lustosa Bonfim (OAB/DF 16.619) e outros, representando Sonia Gontijo Chagas Gonzaga.

9. Acórdão:
VISTO, relatado e discutido este pedido de reexame, interposto por Sonia Gontijo Chagas Gonzaga, ex-servidora do Tribunal Superior do Trabalho, contra o Acórdão 1.066/2020 - 2ª Câmara.
ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pela relatora e com fundamento nos arts. 33 e 48 da Lei 8.443/1992, em:
9.1. conhecer do presente recurso e negar-lhe provimento;
9.2. dar ciência desta deliberação à recorrente.

10. Ata n° 43/2020 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 1/12/2020 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-13957-43/20-2.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (na Presidência), Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro e Ana Arraes (Relatora).
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 13958/2020 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 031.908/2019-5
2. Grupo I - Classe I - Pedido de Reexame (Pensão Militar).
3. Recorrente: Izabel Cristina dos Santos (CPF 869.344.907-97).
4. Unidade: Comando da Marinha.
5. Relatora: ministra Ana Arraes
5.1. Relator da deliberação recorrida: ministro-substituto André Luís de Carvalho.
6. Representante do Ministério Público: procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Recursos (Serur).
8. Representação legal: José de Ribamar Sales de Carvalho (OAB/RJ 110.313) representando a recorrente.

9. Acórdão:
VISTO, relatado e discutido este processo, em que se aprecia o pedido de reexame interposto por Izabel Cristina dos Santos, filha pensionista, contra o Acórdão 5.439/2020-TCU-2ª Câmara, que considerou ilegal o ato de pensão militar instituído por José Antônio dos Santos.
ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pela relatora, e com fundamento no art. 48 da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 277 e 286 do Regimento Interno, em:
9.1. conhecer do pedido de reexame e negar-lhe provimento;
9.2. dar ciência desta deliberação à recorrente.

10. Ata n° 43/2020 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 1/12/2020 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-13958-43/20-2.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (na Presidência), Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro e Ana Arraes (Relatora).
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 13959/2020 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 033.334/2020-0
2. Grupo I - Classe V - Pensão Civil.
3. Interessada: Nurimar Vieira Martins (CPF 119.623.131-15).
4. Unidade: Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região.
5. Relatora: ministra Ana Arraes.
6. Representante do Ministério Público: procurador Sérgio Ricardo Costa Caribé.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal - Sefip.
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:
VISTO, relatado e discutido ato de pensão civil emitido pelo Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região.
ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pela relatora, e com fundamento nos artigos 71, incisos III e IX, da Constituição Federal de 1988, 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45 da Lei 8.443/1992, 1º, inciso VIII, 259, inciso II, e 262 do Regimento Interno, 8º da Resolução TCU 206/2007 e 19 da Instrução Normativa TCU 78/2018, bem como na Súmula TCU 106, em:
9.1. considerar ilegal o ato de pensão civil emitido em favor de Nurimar Vieira Martins e negar-lhe registro;
9.2. dispensar a reposição das importâncias indevidamente recebidas de boa-fé pela beneficiária até a data da notificação desta deliberação à unidade jurisdicionada;
9.3. determinar ao Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região que:
9.3.1. no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da ciência desta deliberação, cesse os pagamentos decorrentes do ato em comento, sob pena de ressarcimento das quantias pagas indevidamente e responsabilização solidária da autoridade competente;
9.3.2. comunique à interessada a deliberação deste Tribunal e a alerte que:
9.3.2.1. poderá escolher entre a vantagem decorrente de "quintos/décimos" e a derivada da "opção", uma vez que o percebimento cumulativo de ambas não era permitido pelo art. 193, § 2º, da Lei 8.112/1990 e é vedado pelo art. 7º, parágrafo único, da Lei 9.624/1998;

9.3.2.2. o efeito suspensivo proveniente de eventual interposição de recursos no TCU não a eximirá da devolução dos valores indevidamente recebidos após a notificação, em caso de desprovimento dos apelos;

9.3.3. no prazo de 30 (trinta) dias, a partir da ciência deste acórdão:

9.3.3.1. encaminhe a este Tribunal, por cópia, comprovante da data em que Nurimar Vieira Martins dele tomar conhecimento; e

9.3.3.2. emita novo ato, em que seja suprimida a irregularidade verificada, e o submeta ao TCU para nova apreciação.

10. Ata n° 43/2020 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 1/12/2020 - Telepresencial.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-13959-43/20-2.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (na Presidência), Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro e Ana Arraes (Relatora).

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 13960/2020 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 035.258/2020-9.
2. Grupo I - Classe V - Aposentadoria.
3. Interessada: Regina de Fatima Bergamin (CPF 102.388.508-54).
4. Unidade: Tribunal Regional Federal da 3ª Região.
5. Relatora: ministra Ana Arraes.
6. Representante do Ministério Público: procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal - Sefip.
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTO, relatado e discutido o ato de aposentadoria de Regina de Fatima Bergamin, expedido pelo Tribunal Regional Federal da 3ª Região.

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pela relatora e com fundamento nos artigos 71, incisos III e IX, da Constituição Federal de 1988, 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45 da Lei 8.443/1992, 1º, inciso VIII, 259, inciso II, e 262 do Regimento Interno, 8º da Resolução TCU 206/2007 e 19 da Instrução Normativa TCU 78/2018, bem como na Súmula TCU 106, em:

9.1. considerar ilegal o ato de aposentadoria e negar-lhe registro;

9.2. dispensar a reposição das importâncias indevidamente recebidas de boa-fé pela beneficiária até a data da notificação desta deliberação à unidade jurisdicionada;

9.3. determinar ao Tribunal Regional Federal da 3ª Região que:

9.3.1. no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da ciência desta deliberação:

9.3.1.1. adeque, se for o caso, o pagamento da parcela referente à incorporação de "quintos/décimos" da interessada à modulação dada pelo Supremo Tribunal Federal na apreciação do Recurso Extraordinário 638.115/CE;

9.3.1.2 comunique a Regina Fatima Bergamin a deliberação deste Tribunal e a alerte de que o efeito suspensivo proveniente de eventual interposição de recursos no TCU não a eximirá da devolução dos valores indevidamente recebidos após a notificação, em caso de desprovimento dos apelos;

9.3.2. no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da ciência deste acórdão, encaminhe a este Tribunal, por cópia, comprovante da data em que a interessada dele tomar conhecimento e informações sobre as providências implementadas para cumprimento do subitem 9.3.1.1, acima.

10. Ata n° 43/2020 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 1/12/2020 - Telepresencial.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-13960-43/20-2.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (na Presidência), Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro e Ana Arraes (Relatora).

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 13961/2020 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 035.972/2020-3
2. Grupo I - Classe V - Aposentadoria.
3. Interessado: José Pereira dos Santos (CPF 222.886.191-04).
4. Unidade: Superior Tribunal de Justiça - STJ.
5. Relatora: ministra Ana Arraes.
6. Representante do Ministério Público: procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal - Sefip.
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTO, relatado e discutido o ato de aposentadoria de José Pereira dos Santos no cargo de Técnico Judiciário do Superior Tribunal de Justiça.

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pela relatora, e com fundamento nos artigos 71, incisos III e IX, da Constituição Federal de 1988, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, 1º, inciso VIII, 259, inciso II, e 262 do Regimento Interno, 8º da Resolução TCU 206/2007 e 19 da Instrução Normativa TCU 78/2018, bem como na Súmula TCU 106, em:

9.1. considerar ilegal o ato de aposentadoria em análise e negar-lhe registro;

9.2. dispensar a reposição das importâncias indevidamente recebidas de boa-fé pelo interessado até a data da notificação desta deliberação à unidade jurisdicionada;

9.3. determinar ao Superior Tribunal de Justiça que:

9.3.1. no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da ciência desta deliberação, cesse o pagamento, nos proventos do interessado, das parcelas indevidas relativas a "quintos/décimos" e anuênios, sob pena de ressarcimento das quantias pagas indevidamente e responsabilização solidária da autoridade competente;

9.3.2. comunique a José Pereira dos Santos a deliberação deste Tribunal e o alerte de que o efeito suspensivo proveniente de eventual interposição de recursos no TCU não o eximirá da devolução dos valores indevidamente recebidos após a notificação, em caso de desprovimento dos apelos;

9.3.3. no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da ciência deste acórdão:

9.3.3.1. encaminhe a este Tribunal, por cópia, comprovante da data em que o interessado dele tomar conhecimento; e

9.3.3.2. emita novo ato, em que sejam suprimidas as irregularidades, e o submeta ao TCU para nova apreciação.

10. Ata n° 43/2020 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 1/12/2020 - Telepresencial.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-13961-43/20-2.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (na Presidência), Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro e Ana Arraes (Relatora).

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 13962/2020 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 036.964/2020-4
2. Grupo I - Classe V - Aposentadoria.
3. Interessada: Yolanda de Oliveira Neves (CPF 276.129.701-63).
4. Unidade: Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região/DF e TO.
5. Relatora: ministra Ana Arraes.
6. Representante do Ministério Público: procuradora-geral Cristina Machado da Costa e Silva.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTO, relatado e discutido o ato de aposentadoria de Yolanda de Oliveira Neves, expedido pelo Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região/DF e TO.

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pela relatora, e com fundamento nos artigos 71, incisos III e IX, da Constituição Federal de 1988, 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45 da Lei 8.443/1992, 1º, inciso VIII, 259, inciso II, e 262 do Regimento Interno, 8º da Resolução TCU 206/2007 e 19 da Instrução Normativa TCU 78/2018, bem como na Súmula TCU 106, em:

9.1. considerar ilegal o ato de aposentadoria e negar-lhe registro;

9.2. dispensar a reposição das importâncias indevidamente recebidas de boa-fé pela beneficiária até a data da notificação desta deliberação à unidade jurisdicionada;

9.3. determinar ao Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região/DF e TO que:

9.3.1. no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da ciência desta deliberação:

9.3.1.1. adeque, se for o caso, o pagamento da parcela referente à incorporação de "quintos/décimos" da interessada à modulação dada pelo Supremo Tribunal Federal na apreciação do Recurso Extraordinário 638.115/CE;

9.3.1.2 comunique a Yolanda de Oliveira Neves a deliberação deste Tribunal e a alerte de que o efeito suspensivo proveniente de eventual interposição de recursos no TCU não a eximirá da devolução dos valores indevidamente recebidos após a notificação, em caso de desprovimento dos apelos.

9.3.2. no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da ciência deste acórdão, encaminhe a este Tribunal, por cópia, comprovante da data em que a interessada dele tomar conhecimento e informações sobre as providências implementadas para cumprimento do subitem 9.3.1.1 acima.

10. Ata n° 43/2020 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 1/12/2020 - Telepresencial.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-13962-43/20-2.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (na Presidência), Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro e Ana Arraes (Relatora).

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 13963/2020 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 036.988/2020-0.
2. Grupo I - Classe V - Aposentadoria.
3. Interessado: Antonivam Fernandes Lima (CPF 227.339.811-53).
4. Unidade: Senado Federal.
5. Relatora: ministra Ana Arraes.
6. Representante do Ministério Público: procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal - Sefip.
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTO, relatado e discutido o ato de aposentadoria de Antonivam Fernandes Lima, expedido pelo Senado Federal.

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pela relatora e com fundamento nos artigos 71, incisos III e IX, da Constituição Federal de 1988, 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45 da Lei 8.443/1992, 1º, inciso VIII, 259, inciso II, e 262 do Regimento Interno, 8º da Resolução TCU 206/2007 e 19 da Instrução Normativa TCU 78/2018, bem como na Súmula TCU 106, em:

9.1. considerar ilegal o ato de aposentadoria em análise e negar-lhe registro;

9.2. dispensar a reposição das importâncias indevidamente recebidas de boa-fé pelo beneficiário até a data da notificação desta deliberação à unidade jurisdicionada;

9.3. determinar ao Senado Federal que:

9.3.1. no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da ciência desta deliberação:

9.3.1.1. cesse o pagamento, nos proventos do interessado, da vantagem de quintos/décimos que deixou de observar a contagem para incorporação a partir da primeira designação em funções comissionadas, sob pena de ressarcimento das quantias pagas indevidamente e responsabilização solidária da autoridade competente;

9.3.1.2. adeque, se for o caso, o pagamento da parcela referente à incorporação de "décimos" do interessado à modulação dada pelo Supremo Tribunal Federal na apreciação do Recurso Extraordinário 638.115/CE.

9.3.2. comunique ao interessado a deliberação deste Tribunal e o alerte de que o efeito suspensivo proveniente de eventual interposição de recursos no TCU não o eximirá da devolução dos valores indevidamente recebidos após a notificação, em caso de desprovimento dos apelos;

9.3.3. no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da ciência deste acórdão:

9.3.3.1. encaminhe a este Tribunal, por cópia, comprovante da data em que o interessado dele tomar conhecimento; e

9.3.3.2. emita novo ato, em que seja(m) suprimida(s) a(s) irregularidade(s), e o submeta ao TCU para nova apreciação.

10. Ata n° 43/2020 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 1/12/2020 - Telepresencial.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-13963-43/20-2.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (na Presidência), Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro e Ana Arraes (Relatora).

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 13964/2020 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 037.239/2019-8
2. Grupo I - Classe II - Tomada de Contas Especial.
3. Responsável: José Ribamar Monteiro Carvalho (CPF 226.873.432-34).
4. Unidade: Município de Marapanim/PA.
5. Relatora: ministra Ana Arraes.
6. Representante do Ministério Público: procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial - SecexTCE.
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTA, relatada e discutida esta tomada de contas especial, instaurada pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação em razão da não comprovação da regular aplicação dos recursos do Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar (Pnate) repassados ao Município de Marapanim/PA no exercício de 2013.

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pela relatora, e com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 12, § 3º, 16, inciso III, alíneas "b" e "c", 19 e parágrafo único, 23, inciso III, alínea "a", 26, 28, inciso II, e 57 da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 202, § 6º, 214, inciso III, alínea "a", e 217 do Regimento Interno e art. 4º, inciso I, da Resolução TCU 315/2020, em:

9.1. julgar irregulares as contas de José Ribamar Monteiro Carvalho;
9.2. condená-lo ao recolhimento aos cofres do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação das importâncias abaixo indicadas, atualizadas monetariamente e acrescidas de juros de mora calculados a partir de cada uma das datas apontadas, abatendo-se, na oportunidade, a importância indicada:

Data	Valor (R$)	
2/4/2013	37.678,77	D
3/5/2013	37.678,77	D
4/6/2013	37.678,77	D
2/7/2013	37.678,77	D
2/8/2013	37.678,77	D
28/8/2013	8.614,00	C

9.3. aplicar-lhe multa no valor de R$ 132.000,00 (cento e trinta e dois mil reais), a ser recolhida aos cofres do Tesouro Nacional, com incidência de encargos legais calculados da data deste acórdão até a data do pagamento, se este for efetuado após o vencimento do prazo a seguir estipulado;
9.4. fixar prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para comprovação, perante o Tribunal, do recolhimento das dívidas acima imputadas;
9.5. autorizar a cobrança judicial das dívidas, caso não atendida a notificação;
9.6. autorizar o seu pagamento em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais consecutivas, caso venha a ser solicitado pelo responsável antes do envio do processo para cobrança judicial;
9.7. fixar o vencimento da primeira parcela em 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação, e o das demais a cada 30 (trinta) dias, com incidência de encargos legais sobre o valor de cada prestação;
9.8. alertar ao responsável que a inadimplência de qualquer parcela acarretará vencimento antecipado do saldo devedor;
9.9. determinar ao Município de Marapanim/PA que promova, se ainda não o fez, o recolhimento, em 30 (trinta) dias, aos cofres do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação da importância de R$ 8.614,00 (oito mil, seiscentos e catorze reais), acrescida de atualização monetária calculada a partir de 28/8/2013 até a efetiva quitação, nos termos da legislação em vigor, em razão da utilização da referida quantia pelo ente municipal para custear despesa incompatível com o objeto do Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar, mais precisamente: "Transf. Depósito Judicial";
9.10. remeter cópia deste acórdão ao procurador-chefe da Procuradoria da República no Estado do Pará, nos termos do art. 16, § 3º, da Lei 8.443/1992.

10. Ata n° 43/2020 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 1/12/2020 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-13964-43/20-2.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (na Presidência), Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro e Ana Arraes (Relatora).
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 13965/2020 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 040.441/2020-2
2. Grupo II - Classe V - Aposentadoria
3. Interessados: Ângela Gentil Peres (CPF 753.478.147-72), Marco Antônio de Carvalho Esser (CPF 540.278.537-68), Maria Eunicy Mariano Rocha (CPF 243.988.451-00), Maria das Mercês Cardoso Pereira (CPF 006.456.178-06), Marlene Romanovicz (CPF 574.282.989-20), Raimunda Ferreira do Nascimento (CPF 154.999.362-34), Raimundo Nonato Pontes de Oliveira (CPF 100.019.052-87), Severino do Ramo de Sousa (CPF 223.241.601-10), Vera Lúcia Pereira Bastos (CPF 609.071.697-91) e Yara Bizutti dos Santos (CPF 771.004.258-91).
4. Unidade: Comando do Exército.
5. Relatora: ministra Ana Arraes.
6. Representante do Ministério Público: procuradora-geral Cristina Machado da Costa e Silva.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal - Sefip.
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos, que tratam de atos de aposentadoria deferidos pela Diretoria de Inativos e Pensionistas do Comando do Exército.
ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, nos termos dos arts. 71, inciso III e IX, da Constituição Federal, 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45 da Lei 8.443/1992 e 260, § 1º e 5º, 261, *caput* e §1º, e 262, *caput* e § 2º, do RITCU e ante as razões expostas pela relatora, em:
9.1. considerar legais os atos de Severino do Ramo de Sousa, Marlene Romanovicz, Raimundo Nonato Pontes de Oliveira, Marco Antônio de Carvalho Esser, Raimunda Ferreira do Nascimento, Vera Lúcia Pereira Bastos, Yara Bizutti dos Santos, Maria Eunicy Mariano Rocha e Maria das Mercês Cardoso Pereira, concedendo-lhes registro;
9.2. considerar ilegal o ato de concessão de aposentadoria emitido em favor de Ângela Gentil Peres e negar-lhe registro;
9.3. dispensar a reposição das importâncias indevidamente recebidas de boa-fé pela beneficiária do ato considerado ilegal até a data da notificação desta deliberação à unidade jurisdicionada;
9.4. determinar ao Comando do Exército, em relação ao ato impugnado, que:
9.4.1. no prazo de 15 (quinze) dias, faça cessar os pagamentos decorrentes do ato, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa;
9.4.2. no prazo de 15 (quinze) dias, dê ciência do inteiro teor desta deliberação à interessada, esclarecendo-lhe que o efeito suspensivo proveniente da interposição de recursos não a eximirá da devolução dos valores percebidos indevidamente após a notificação sobre o presente acórdão, em caso de não provimento dos apelos porventura impetrados;
9.4.3. adote providências imediatas, para os fins previstos no art. 133 da Lei 8.112/1990, observado o devido processo legal, visando à apuração e subsequente regularização da acumulação ilícita verificada, compreendendo a acumulação de cargos, empregos ou funções públicas inacumuláveis à luz do art. 37, inciso XVI e § 10, da Constituição Federal;
9.4.4. em caso de opção pela aposentadoria ali instituída, encaminhe, no prazo de 30 (trinta) dias, novo ato, para apreciação por este Tribunal, fazendo os esclarecimentos necessários;
9.4.5. no prazo de 30 (trinta) dias, informe ao TCU as medidas adotadas, sem prejuízo de encaminhar comprovante da data em que a interessada tomou conhecimento do contido no subitem 9.4.2 acima.
9.5. determinar à Secretaria de Fiscalização de Pessoal que monitore o cumprimento das diretrizes ora endereçadas ao Comando do Exército;
9.6. enviar cópia deste acórdão ao Comando do Exército.

10. Ata n° 43/2020 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 1/12/2020 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-13965-43/20-2.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (na Presidência), Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro e Ana Arraes (Relatora).
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 13966/2020 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 041.248/2018-0
2. Grupo I - Classe II - Tomada de Contas Especial.
3. Responsáveis: Drogaria Vida Farm Ltda. (CNPJ 00.931.181/0001-70), Maria de Fátima Fernandes (CPF 510.403.870-04) e Marilete Walcher (CPF 575.839.860-87).
4. Unidade: Fundo Nacional de Saúde - MS.
5. Relatora: ministra Ana Arraes.
6. Representante do Ministério Público: procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:
VISTA, relatada e discutida esta tomada de contas especial, instaurada pelo Fundo Nacional de Saúde em desfavor da empresa Drogaria Vida Farm Ltda., solidariamente com Maria de Fátima Fernandes e Marilete Walcher, em razão da aplicação irregular dos recursos do Programa Farmácia Popular do Brasil - Aqui Tem Farmácia Popular (PFPB), no Município de Porto Lucena/RS.
ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pela relatora, e com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 12, § 3º, 16, inciso III, alíneas "b" e "c", e § 3º, 19, 23, inciso III, 26, 28, inciso II, e 57 da Lei 8.443/1992, em:
9.1. considerar revel, para todos os efeitos, a empresa Drogaria Vita Farm Ltda., dando-se prosseguimento ao processo, nos termos do art. 12, §3°, da Lei 8.443/1992;
9.2. acolher as alegações de defesa apresentadas por Maria de Fátima Fernandes, excluindo-a da relação processual;
9.3. julgar irregulares as contas de Marilete Walcher e Drogaria Vida Farm Ltda.;
9.4. condená-las, solidariamente, ao recolhimento aos cofres do Fundo Nacional de Saúde das quantias a seguir especificadas, atualizadas monetariamente e acrescidas de juros de mora a partir das datas discriminadas até a data do pagamento:

Valor Original (R$)	Data de Ocorrência
1.769,35	26/07/2012
3.525,00	26/07/2012
2.361,00	23/08/2012
2.817,52	23/08/2012
2.110,74	10/09/2012
7.458,90	10/09/2012
3.532,86	08/10/2012
9.135,90	08/10/2012
6.830,10	08/11/2012
2.807,62	08/11/2012
10.040,40	18/12/2012
941,28	18/12/2012
12.285,00	30/12/2012
1.327,80	30/12/2012
2.941,77	19/02/2013
9.294,90	07/03/2013
3.144,03	14/03/2013
8.236,20	14/03/2013
60,30	14/03/2013
12.929,28	08/04/2013
1.622,88	16/04/2013
2.163,21	31/05/2013
11.649,00	31/05/2013
2.307,08	04/06/2013
10.303,80	04/06/2013
5.298,00	02/07/2013
1.462,97	02/07/2013
3.719,70	25/07/2013
693,53	25/07/2013
1.039,96	30/08/2013
1.228,50	30/08/2013
684,00	01/10/2013
582,13	02/10/2013

9.5. aplicar-lhes multas individuais de R$ 21.000,00 (vinte e um mil reais), a serem recolhidas aos cofres do Tesouro Nacional, com atualização monetária calculada da data deste acórdão até a data do pagamento, se este for efetuado após o vencimento do prazo abaixo estipulado;
9.6. fixar prazo de 15 (quinze) dias, a contar das notificações, para comprovação, perante o Tribunal, do recolhimento das dívidas acima imputadas;
9.7. autorizar a cobrança judicial dos valores, caso não atendidas as notificações;
9.8. autorizar o seu pagamento em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais consecutivas, caso venha a ser solicitado pelas responsáveis antes do envio do processo para cobrança judicial;
9.9. fixar o vencimento da primeira parcela em 15 (quinze) dias, a contar do recebimento das notificações, e o das demais a cada 30 (trinta) dias, com incidência dos respectivos encargos legais sobre o valor de cada prestação;
9.10. alertar às responsáveis que a inadimplência de qualquer parcela acarretará vencimento antecipado do saldo devedor;
9.11. enviar cópia deste acórdão ao procurador-chefe da Procuradoria da República no Estado do Rio Grande do Sul, para as providências cabíveis.

10. Ata n° 43/2020 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 1/12/2020 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-13966-43/20-2.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (na Presidência), Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro e Ana Arraes (Relatora).
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ENCERRAMENTO

Às 13 horas e 13 minutos, a Presidência encerrou a sessão, da qual foi lavrada esta ata, a ser aprovada pela Presidente e homologada pela Segunda Câmara.

(Assinado eletronicamente)
ELENIR TEODORO GONCALVES DOS SANTOS
Subsecretária da Segunda Câmara

Aprovada em 7 de dezembro de 2020.

(Assinado eletronicamente)

ANA ARRAES
Presidente

Poder Legislativo

CÂMARA DOS DEPUTADOS

DIRETORIA-GERAL

PORTARIA Nº 310, DE 3 DE DEZEMBRO DE 2020

Aplica a sanção de impedimento de licitar e contratar com a União, com descredenciamento do SICAF, pelo período de 24 (vinte e quatro) meses, à empresa STILO CONSTRUÇÕES EMPREENDIMENTOS E INCORPORAÇÕES LTDA.

O DIRETOR-GERAL DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXXVII do art. 147 da Resolução 20/1971,

Considerando que a empesa STILO CONSTRUÇÕES EMPREENDIMENTOS E INCORPORAÇÕES LTDA, com domicílio na Quadra 4, Conjunto C, Lote 19, Setor Sul, Gama (DF), inscrita no CNPJ sob o n. 11.428.983/0001-88, comportou-se de maneira inidônea no Pregão Eletrônico n. 65/2020, conforme relatado no Processo n° 453.969/2020 (ref. Processo n° 428.533/2019), resolve:

Art. 1º Aplicar à empresa STILO CONSTRUÇÕES EMPREENDIMENTOS E INCORPORAÇÕES LTDA a sanção administrativa de impedimento de licitar e contratar com a União, com descredenciamento do SICAF, pelo período de 24 (vinte e quatro) meses, com o fundamento nos arts. 49 do Decreto 10.024/2019 e 7º da Lei 10.520/2002.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SÉRGIO SAMPAIO CONTREIRAS DE ALMEIDA

SENADO FEDERAL

DIRETORIA-GERAL

INSTRUÇÃO NORMATIVA DA COORDENAÇÃO DE BIBLIOTECA Nº 1, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2020

Define o valor da anuidade a ser repassado ao Senado Federal em função da participação de Bibliotecas componentes da Rede Virtual de Bibliotecas (RVBI).

A COORDENADORA DA BIBLIOTECA DO SENADO FEDERAL, no uso das suas atribuições legais e tendo em vista o disposto na Cláusula Oitava, Parágrafo primeiro, combinada com a Cláusula Terceira, Inciso XVI, dos Termos de Execução Descentralizada e Convênios relacionados no art. 2° desta Instrução Normativa, resolve:

Art. 1° Definir o valor da anuidade devida ao Senado Federal em razão da participação das Bibliotecas na Rede Virtual de Bibliotecas (RVBI).

§ 1° O valor das anuidades para o ano de 2021 foi fixado em R$ 27.664,70 (vinte e sete mil, seiscentos e sessenta e quatro reais e setenta centavos).

§ 2° O valor das anuidades tem como base as despesas do Senado com a manutenção da infraestrutura de banco de dados, de rede de telecomunicação e dos serviços oferecidos pelo sistema integrado de bibliotecas.

§ 3° O valor das anuidades deverá ser repassado até o dia 15 de julho de 2021.

Art. 2° Aplica-se o disposto no art. 1° aos seguintes Termos de Execução Descentralizada (TED) e Convênios:

I - TED n° 0003/2016 (Superior Tribunal Militar);

II - TED n° 0004/2016 (Supremo Tribunal Federal);

III - TED n° 0005/2016 (Tribunal Superior do Trabalho);

IV - TED n° 0009/2016 (Superior Tribunal de Justiça);

V - TED n° 0011/2016 (Procuradoria-Geral da República);

VI - TED n° 0012/2016 (Advocacia-Geral da União);

VII - TED n° 0004/2017 (Câmara dos Deputados);

VIII - TED n° 0009/2017 (Ministério da Justiça e Segurança Pública);

IX - TED n° 0011/2017 (Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios);

X - Convênio 2019/0018 (Tribunal de Contas do Distrito Federal); e

XI - Convênio 2019/0023 (Câmara Legislativa do Distrito Federal).

Art. 3° Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

PATRÍCIA COELHO FERREIRA MENESES DA SILVA

Poder Judiciário

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL

RESOLUÇÃO Nº 681, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2020

Dispõe sobre a abertura de créditos adicionais suplementares em favor da Justiça Federal.

O PRESIDENTE DO CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL, usando das atribuições que lhe confere o inciso II do § 1º do art. 46 da Lei n. 13.898, de 11 de novembro de 2019, e tendo em vista a autorização contida no inciso III, alínea "c" e "j", item "1", e § 3º do art. 4º da Lei n. 13.978, de 17 de janeiro de 2020, e os procedimentos estabelecidos nas Portarias SOF/ME n. 5.509 de fevereiro de 2020 e 9.431 de abril de 2020, ad referendum, resolve:

Art. 1º Abrir aos Orçamentos Fiscal da União, em favor da Justiça Federal, créditos adicionais suplementares, no valor global de R$ 6.780.730,00 (seis milhões, setecentos e oitenta mil setecentos e trinta reais), para atender às programações do Anexo I desta Resolução.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no art. 1º decorrerão da anulação parcial de dotações orçamentárias, conforme indicado no Anexo II desta Resolução.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Ministro HUMBERTO MARTINS

ANEXOS

ÓRGÃO: 12000 - Justiça Federal

UNIDADE: 12101 - Justiça Federal de Primeiro Grau

ANEXO I — Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ES	G	R	M	I	FT	VALOR
			F	ND	P	OD	U	E	
0033		Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário							6.780.730
		Atividades							
02 061	0033 4257	Julgamento de Causas na Justiça Federal							6.780.730
02 061	0033 4257 0001	Julgamento de Causas na Justiça Federal - Nacional							6.780.730
			F	3	2	90	0	100	1.558.382
			F	3	2	90	0	127	5.222.348
TOTAL - FISCAL									6.780.730
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									6.780.730

ÓRGÃO: 12000 - Justiça Federal

UNIDADE: 12101 - Justiça Federal de Primeiro Grau

ANEXO II — Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E	G	R	M	I	F	VALOR
			SF	ND	P	OD	U	TE	
0033		Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário							4.045.282
		Atividades							
02 131	0033 219I	Publicidade Institucional e de Utilidade Pública							558.382
02 131	0033 219I 0001	Publicidade Institucional e de Utilidade Pública - Nacional							558.382
			F	3	2	90	0	100	558.382
02 061	0033 4257	Julgamento de Causas na Justiça Federal							3.486.900
02 061	0033 4257 0001	Julgamento de Causas na Justiça Federal - Nacional							3.486.900
			F	4	2	90	0	100	1.000.000
			F	4	2	90	0	127	2.486.900
TOTAL - FISCAL									4.045.282
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									4.045.282

ÓRGÃO: 12000 - Justiça Federal
UNIDADE: 12102 - Tribunal Regional Federal da 1a. Região

ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
0033		Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário							1.418.886
		Atividades							
02 061	0033 4257	Julgamento de Causas na Justiça Federal							1.418.886
02 061	0033 4257 6012	Julgamento de Causas na Justiça Federal - Na 1ª Região da Justiça Federal - AC, AM, AP, BA, DF, GO, MA, MG, MT, PA, PI, RO, RR, TO							1.418.886
			F	3	2	90	0	127	1.418.886
TOTAL - FISCAL									1.418.886
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									1.418.886

ÓRGÃO: 12000 - Justiça Federal
UNIDADE: 12104 - Tribunal Regional Federal da 3a. Região

ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
0033		Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário							641.562
		Atividades							
02 061	0033 4257	Julgamento de Causas na Justiça Federal							641.562
02 061	0033 4257 6014	Julgamento de Causas na Justiça Federal - Na 3ª Região da Justiça Federal - MS, SP							641.562
			F	3	2	90	0	127	603.400
			F	4	2	90	0	127	38.162
TOTAL - FISCAL									641.562
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									641.562

ÓRGÃO: 12000 - Justiça Federal
UNIDADE: 12105 - Tribunal Regional Federal da 4a. Região

ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
0033		Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário							675.000
		Atividades							
02 061	0033 4257	Julgamento de Causas na Justiça Federal							675.000
02 061	0033 4257 6015	Julgamento de Causas na Justiça Federal - Na 4ª Região da Justiça Federal - PR, RS, SC							675.000
			F	3	2	90	0	127	675.000
TOTAL - FISCAL									675.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									675.000

RESOLUÇÃO Nº 682/2020 - CJF, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2020

Dispõe sobre a abertura de créditos adicionais suplementares em favor da Justiça Federal.

O PRESIDENTE DO CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL, usando das atribuições que lhe confere o inciso II do § 1º do art. 46 da Lei n. 13.898, de 11 de novembro de 2019, e tendo em vista a autorização contida no inciso II, alínea "a", item "1" e "2", do art. 4º da Lei n. 13.978, de 17 de janeiro de 2020, e os procedimentos estabelecidos nas Portarias SOF/ME n. 5.509 de fevereiro de 2020 e 9.431 de abril de 2020, ad referendum, resolve:

Art. 1º Abrir aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor da Justiça Federal, créditos adicionais suplementares, no valor global de R$ 143.266.231,00 (cento e quarenta e três milhões, duzentos e sessenta e seis mil duzentos e trinta e um reais), para atender às programações do Anexo I desta Resolução.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no art. 1º decorrerão da anulação parcial de dotações orçamentárias, conforme indicado no Anexo II desta Resolução.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Ministro HUMBERTO MARTINS

ANEXOS

ÓRGÃO: 12000 - Justiça Federal
UNIDADE: 12101 - Justiça Federal de Primeiro Grau

ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
0033		Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário							116.064.181
		Atividades							
02 122	0033 20TP	Ativos Civis da União							55.605.049
02 122	0033 20TP 0001	Ativos Civis da União - Nacional							55.605.049
			F	1	1	90	0	100	7.787.133
			F	1	1	90	0	300	47.817.916
		Operações Especiais							
09 272	0033 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							60.459.132
09 272	0033 0181 0001	Aposentadorias e Pensões Civis da União - Nacional							60.459.132
			S	1	1	90	0	100	60.459.132
TOTAL - FISCAL									55.605.049
TOTAL - SEGURIDADE									60.459.132
TOTAL - GERAL									116.064.181

ÓRGÃO: 12000 - Justiça Federal
UNIDADE: 12102 - Tribunal Regional Federal da 1a. Região

ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
0033		Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário							5.376.320
		Operações Especiais							
09 272	0033 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							5.376.320
09 272	0033 0181 6012	Aposentadorias e Pensões Civis da União - Na 1ª Região da Justiça Federal - AC, AM, AP, BA, DF, GO, MA, MG, MT, PA, PI, RO, RR, TO							5.376.320
			S	1	1	90	0	100	5.376.320
TOTAL - FISCAL									O
TOTAL - SEGURIDADE									5.376.320
TOTAL - GERAL									5.376.320

ÓRGÃO: 12000 - Justiça Federal
UNIDADE: 12103 - Tribunal Regional Federal da 2a. Região

ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
0033		Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário							6.627.702
		Operações Especiais							
09 272	0033 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							6.627.702
09 272	0033 0181 6013	Aposentadorias e Pensões Civis da União - Na 2ª Região da Justiça Federal - ES, RJ							6.627.702
			S	1	1	90	0	100	6.627.702
TOTAL - FISCAL									O
TOTAL - SEGURIDADE									6.627.702
TOTAL - GERAL									6.627.702

ÓRGÃO: 12000 - Justiça Federal
UNIDADE: 12104 - Tribunal Regional Federal da 3a. Região

ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
0033		Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário							4.963.971
		Operações Especiais							
09 272	0033 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							4.963.971
09 272	0033 0181 6014	Aposentadorias e Pensões Civis da União - Na 3ª Região da Justiça Federal - MS, SP							4.963.971
			S	1	1	90	0	100	4.963.971
TOTAL - FISCAL									O
TOTAL - SEGURIDADE									4.963.971
TOTAL - GERAL									4.963.971

ÓRGÃO: 12000 - Justiça Federal
UNIDADE: 12105 - Tribunal Regional Federal da 4a. Região

ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
0033		Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário							7.685.616
		Operações Especiais							
09 272	0033 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							7.685.616
09 272	0033 0181 6015	Aposentadorias e Pensões Civis da União - Na 4ª Região da Justiça Federal - PR, RS, SC							7.685.616
			S	1	1	90	0	100	7.685.616
TOTAL - FISCAL									O
TOTAL - SEGURIDADE									7.685.616
TOTAL - GERAL									7.685.616

ÓRGÃO: 12000 - Justiça Federal
UNIDADE: 12106 - Tribunal Regional Federal da 5a. Região

ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
0033		Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário							2.548.441
		Operações Especiais							
09 272	0033 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							2.548.441
09 272	0033 0181 6016	Aposentadorias e Pensões Civis da União - Na 5ª Região da Justiça Federal - AL, CE, PB, PE, RN, SE							2.548.441
			S	1	1	90	0	100	2.548.441
TOTAL - FISCAL									O
TOTAL - SEGURIDADE									2.548.441
TOTAL - GERAL									2.548.441

ÓRGÃO: 12000 - Justiça Federal
UNIDADE: 12101 - Justiça Federal de Primeiro Grau

ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
0033		Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário							82.723.392
		Atividades							
02 122	0033 216H	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos							328.632
02 122	0033 216H 0001	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos - Nacional							328.632
			F	3	2	90	0	100	328.632
02 131	0033 219I	Publicidade Institucional e de Utilidade Pública							69.791
02 131	0033 219I 0001	Publicidade Institucional e de Utilidade Pública - Nacional							69.791
			F	3	2	90	0	100	68.455
			F	4	2	90	0	100	1.336
02 061	0033 4257	Julgamento de Causas na Justiça Federal							76.750.463
02 061	0033 4257 0001	Julgamento de Causas na Justiça Federal - Nacional							76.750.463
			F	3	2	90	0	100	26.428.467
			F	3	2	90	0	300	39.480.388
			F	4	2	90	0	100	8.119.162
			F	4	2	90	0	300	2.722.446
		Projetos							
02 122	0033 11IM	Reforma dos Anexos I e II da Seção Judiciária do Rio de Janeiro - RJ							364.000
02 122	0033 11IM 3341	Reforma dos Anexos I e II da Seção Judiciária do Rio de Janeiro - RJ - No Município do Rio de Janeiro - RJ							364.000
			F	4	2	90	0	100	364.000
02 122	0033 11JL	Construção do Edifício-Sede da Justiça Federal em Foz do Iguaçu - PR							240.000
02 122	0033 11JL 4129	Construção do Edifício-Sede da Justiça Federal em Foz do Iguaçu - PR - No Município de Foz do Iguaçu - PR							240.000
			F	4	2	90	0	100	240.000
02 122	0033 11RQ	Reforma do Fórum das Execuções Fiscais - SP							171.748
02 122	0033 11RQ 3928	Reforma do Fórum das Execuções Fiscais - SP - No Município de São Paulo - SP							171.748
			F	4	2	90	0	100	171.748
02 122	0033 12RE	Construção do Edifício-Sede II Da Seção Judiciária em Goiânia - GO							34.840
02 122	0033 12RE 5512	Construção do Edifício-Sede II Da Seção Judiciária em Goiânia - GO - No Município de Goiânia - GO							34.840
			F	4	2	90	0	100	34.840
02 122	0033 12S9	Reforma do Fórum Federal Criminal e Previdenciário de São Paulo - SP							797.226
02 122	0033 12S9 3928	Reforma do Fórum Federal Criminal e Previdenciário de São Paulo - SP - No Município de São Paulo - SP							797.226
			F	4	2	90	0	100	797.226

02 122	0033 12SO	Construção de Edifício-Sede da Justiça Federal em Santana do Ipanema - AL							200.000
02 122	0033 12SO 1834	Construção de Edifício-Sede da Justiça Federal em Santana do Ipanema - AL - No Município de Santana do Ipanema - AL							200.000
			F	4	2	90	0	100	200.000
02 122	0033 12SR	Construção do Edifício-Sede II da Justiça Federal em Cáceres - MT							78.167
02 122	0033 12SR 5296	Construção do Edifício-Sede II da Justiça Federal em Cáceres - MT - No Município de Cáceres - MT							78.167
			F	4	2	90	0	100	78.167
02 122	0033 13FR	Reforma do Fórum Federal de Ribeirão Preto - SP							138.905
02 122	0033 13FR 3853	Reforma do Fórum Federal de Ribeirão Preto - SP - No Município de Ribeirão Preto - SP							138.905
			F	4	2	90	0	100	138.905
02 122	0033 14UM	Reforma do Edifício-Sede II da Seção Judiciária do Distrito Federal - DF							350.000
02 122	0033 14UM 5664	Reforma do Edifício-Sede II da Seção Judiciária do Distrito Federal - DF - Em Brasília - DF							350.000
			F	4	2	90	0	100	350.000
02 122	0033 14YL	Reforma do Complexo de Imóveis da Seção Judiciária de Salvador - BA							16.728
02 122	0033 14YL 2261	Reforma do Complexo de Imóveis da Seção Judiciária de Salvador - BA - No Município de Salvador - BA							16.728
			F	4	2	90	0	100	16.728
02 122	0033 14YN	Reforma do Fórum Federal Cível de São Paulo - SP							106.981
02 122	0033 14YN 3928	Reforma do Fórum Federal Cível de São Paulo - SP - No Município de São Paulo - SP							106.981
			F	4	2	90	0	100	106.981
02 122	0033 14YO	Reforma da Sede Administrativa da Justiça Federal de São Paulo - SP							5.295
02 122	0033 14YO 3928	Reforma da Sede Administrativa da Justiça Federal de São Paulo - SP - No Município de São Paulo - SP							5.295
			F	4	2	90	0	100	5.295
02 126	0033 151W	Desenvolvimento e Implantação do Sistema Processo Judicial Eletrônico na Justiça Federal - PJe							49.522
02 126	0033 151W 0001	Desenvolvimento e Implantação do Sistema Processo Judicial Eletrônico na Justiça Federal - PJe - Nacional							49.522
			F	3	2	90	0	100	49.522
02 122	0033 153C	Construção de Galpão para Arquivo e Depósito Judicial para a Justiça Federal em Brasília - DF							96.180
02 122	0033 153C 5664	Construção de Galpão para Arquivo e Depósito Judicial para a Justiça Federal em Brasília - DF - Em Brasília - DF							96.180
			F	4	2	90	0	100	96.180
02 122	0033 158O	Reforma do Edifício-Sede da Justiça Federal em Recife - PE							700.000
02 122	0033 158O 1695	Reforma do Edifício-Sede da Justiça Federal em Recife - PE - No Município de Recife - PE							700.000
			F	4	2	90	0	100	700.000
02 122	0033 158T	Reforma do Juizado Especial Federal de São Paulo - SP - 2ª Etapa							140.533
02 122	0033 158T 3928	Reforma do Juizado Especial Federal de São Paulo - SP - 2ª Etapa - No Município de São Paulo - SP							140.533
			F	4	2	90	0	100	140.533
02 122	0033 15FZ	Reforma do Fórum Federal de Presidente Prudente - SP							155.000
02 122	0033 15FZ 3830	Reforma do Fórum Federal de Presidente Prudente - SP - No Município de Presidente Prudente - SP							155.000
			F	4	2	90	0	100	155.000
02 122	0033 15G7	Reforma do Edifício-Sede da Justiça Federal em Estância - SE							62.000
02 122	0033 15G7 1869	Reforma do Edifício-Sede da Justiça Federal em Estância - SE - No Município de Estância - SE							62.000
			F	4	2	90	0	100	62.000
02 122	0033 15GD	Reforma do Edifício-Anexo I da Seção Judiciária em Fortaleza - CE							4.881
02 122	0033 15GD 1048	Reforma do Edifício-Anexo I da Seção Judiciária em Fortaleza - CE - No Município de Fortaleza - CE							4.881
			F	4	2	90	0	100	4.881
02 122	0033 15GM	Reforma de Datacenters na Justiça Federal de 1º Grau da 1ª Região							15.774
02 122	0033 15GM 6012	Reforma de Datacenters na Justiça Federal de 1º Grau da 1ª Região - Na 1ª Região da Justiça Federal - AC, AM, AP, BA, DF, GO, MA, MG, MT, PA, PI, RO, RR, TO							15.774
			F	4	2	90	0	100	15.774
02 122	0033 15NX	Reforma do Fórum Federal de Santos - SP							46.160
02 122	0033 15NX 3908	Reforma do Fórum Federal de Santos - SP - No Município de Santos - SP							46.160
			F	4	2	90	0	100	46.160
02 122	0033 15QB	Reforma do Edifício-Sede da Seção Judiciária de Porto Alegre - RS ETAPA II							285.000
02 122	0033 15QB 5027	Reforma do Edifício-Sede da Seção Judiciária de Porto Alegre - RS ETAPA II - No Município de Porto Alegre - RS							285.000
			F	4	2	90	0	100	285.000
02 122	0033 15T9	Reforma do Fórum Marilena Franco no Rio de Janeiro - RJ							306.000
02 122	0033 15T9 3341	Reforma do Fórum Marilena Franco no Rio de Janeiro - RJ - No Município do Rio de Janeiro - RJ							306.000
			F	4	2	90	0	100	306.000
02 122	0033 15TA	Aquisição de Imóvel para o Edifício-Sede da Justiça Federal em Propriá - SE							630.000
02 122	0033 15TA 1906	Aquisição de Imóvel para o Edifício-Sede da Justiça Federal em Propriá - SE - No Município de Propriá - SE							630.000
			F	5	2	90	0	100	630.000
02 122	0033 15TK	Reforma do Complexo de Imóveis da Justiça Federal em Manaus - AM							511.662
02 122	0033 15TK 0211	Reforma do Complexo de Imóveis da Justiça Federal em Manaus - AM - No Município de Manaus - AM							511.662
			F	4	2	90	0	100	511.662
02 122	0033 1A66	Construção do Edifício-Sede da Justiça Federal em Sinop - MT							67.904

02 122	0033 1A66 5401	Construção do Edifício-Sede da Justiça Federal em Sinop - MT - No Município de Sinop - MT	F	4	2	90	0	67.904 100 67.904	
TOTAL - FISCAL									82.723.392
TOTAL - SEGURIDADE									O
TOTAL - GERAL									82.723.392

ÓRGÃO: 12000 - Justiça Federal
UNIDADE: 12102 - Tribunal Regional Federal da 1a. Região

ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
0033		Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário							16.120.695
		Atividades							
02 122	0033 20TP	Ativos Civis da União							2.403.194
02 122	0033 20TP 6012	Ativos Civis da União - Na 1ª Região da Justiça Federal - AC, AM, AP, BA, DF, GO, MA, MG, MT, PA, PI, RO, RR, TO	F	1	1	90	0	100	2.403.194
02 061	0033 4257	Julgamento de Causas na Justiça Federal							510.000
02 061	0033 4257 6012	Julgamento de Causas na Justiça Federal - Na 1ª Região da Justiça Federal - AC, AM, AP, BA, DF, GO, MA, MG, MT, PA, PI, RO, RR, TO	F	3	2	90	0	100	510.000
		Projetos							
02 122	0033 11RV	Construção do Edifício-Sede do Tribunal Regional Federal da 1ª Região em Brasília - DF							12.983.198
02 122	0033 11RV 5664	Construção do Edifício-Sede do Tribunal Regional Federal da 1ª Região em Brasília - DF - Em Brasília - DF	F	4	2	90	0	100	12.983.198
02 126	0033 151W	Desenvolvimento e Implantação do Sistema Processo Judicial Eletrônico na Justiça Federal - PJe							224.303
02 126	0033 151W 6012	Desenvolvimento e Implantação do Sistema Processo Judicial Eletrônico na Justiça Federal - PJe - Na 1ª Região da Justiça Federal - AC, AM, AP, BA, DF, GO, MA, MG, MT, PA, PI, RO, RR, TO	F	3	2	90	0	100	215.183
			F	4	2	90	0	100	9.120
TOTAL - FISCAL									16.120.695
TOTAL - SEGURIDADE									O
TOTAL - GERAL									16.120.695

ÓRGÃO: 12000 - Justiça Federal
UNIDADE: 12103 - Tribunal Regional Federal da 2a. Região

ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
0033		Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário							10.879.377
		Atividades							
02 122	0033 20TP	Ativos Civis da União							6.291.377
02 122	0033 20TP 6013	Ativos Civis da União - Na 2ª Região da Justiça Federal - ES, RJ	F	1	1	90	0	100	6.291.377
02 122	0033 216H	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos							88.000
02 122	0033 216H 6013	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos - Na 2ª Região da Justiça Federal - ES, RJ	F	3	2	90	0	100	88.000
02 061	0033 4257	Julgamento de Causas na Justiça Federal							4.500.000
02 061	0033 4257 6013	Julgamento de Causas na Justiça Federal - Na 2ª Região da Justiça Federal - ES, RJ	F	3	2	90	0	100	4.020.000
			F	4	2	90	0	100	480.000
TOTAL - FISCAL									10.879.377
TOTAL - SEGURIDADE									O
TOTAL - GERAL									10.879.377

ÓRGÃO: 12000 - Justiça Federal
UNIDADE: 12104 - Tribunal Regional Federal da 3a. Região

ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
0033		Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário							17.815.077
		Atividades							
02 122	0033 20TP	Ativos Civis da União							5.074.776
02 122	0033 20TP 6014	Ativos Civis da União - Na 3ª Região da Justiça Federal - MS, SP	F	1	1	90	0	100	5.074.776
02 122	0033 216H	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos							10.591
02 122	0033 216H 6014	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos - Na 3ª Região da Justiça Federal - MS, SP	F	3	2	90	0	100	10.591
02 061	0033 4257	Julgamento de Causas na Justiça Federal							11.517.170
02 061	0033 4257 6014	Julgamento de Causas na Justiça Federal - Na 3ª Região da Justiça Federal - MS, SP	F	3	2	90	0	100	2.710.858
			F	4	2	90	0	100	7.817.130
			F	4	2	90	0	300	989.182
		Projetos							
02 122	0033 15NZ	Reforma do Edifício-Sede do Tribunal Regional Federal da 3ª Região em São Paulo - SP - 2ª Etapa							1.212.540
02 122	0033 15NZ 3928	Reforma do Edifício-Sede do Tribunal Regional Federal da 3ª Região em São Paulo - SP - 2ª Etapa - No Município de São Paulo - SP	F	4	2	90	0	100	182.640
			F	4	2	90	0	300	1.029.900
TOTAL - FISCAL									17.815.077
TOTAL - SEGURIDADE									O
TOTAL - GERAL									17.815.077

ÓRGÃO: 12000 - Justiça Federal
UNIDADE: 12105 - Tribunal Regional Federal da 4a. Região

ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
0033		Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário							11.803.157
		Atividades							
02 122	0033 20TP	Ativos Civis da União							4.234.157

02 122	0033 20TP 6015	Ativos Civis da União - Na 4ª Região da Justiça Federal - PR, RS, SC							4.234.157
			F	1	1	90	0	100	4.234.157
02 131	0033 219I	Publicidade Institucional e de Utilidade Pública							600.000
02 131	0033 219I 6015	Publicidade Institucional e de Utilidade Pública - Na 4ª Região da Justiça Federal - PR, RS, SC							600.000
			F	3	2	90	0	100	600.000
02 061	0033 4257	Julgamento de Causas na Justiça Federal							6.969.000
02 061	0033 4257 6015	Julgamento de Causas na Justiça Federal - Na 4ª Região da Justiça Federal - PR, RS, SC							6.969.000
			F	3	2	90	0	100	5.569.000
			F	4	2	90	0	100	804.000
			F	4	2	90	0	300	596.000
TOTAL - FISCAL									11.803.157
TOTAL - SEGURIDADE									O
TOTAL - GERAL									11.803.157

ÓRGÃO: 12000 - Justiça Federal
UNIDADE: 12106 - Tribunal Regional Federal da 5a. Região

ANEXO II — Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
0033		Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário							3.924.533
		Atividades							
02 122	0033 20TP	Ativos Civis da União							65.682
02 122	0033 20TP 6016	Ativos Civis da União - Na 5ª Região da Justiça Federal - AL, CE, PB, PE, RN, SE							65.682
			F	1	1	90	0	100	65.682
02 131	0033 219I	Publicidade Institucional e de Utilidade Pública							258.851
02 131	0033 219I 6016	Publicidade Institucional e de Utilidade Pública - Na 5ª Região da Justiça Federal - AL, CE, PB, PE, RN, SE							258.851
			F	3	2	90	0	100	258.851
02 061	0033 4257	Julgamento de Causas na Justiça Federal							3.600.000
02 061	0033 4257 6016	Julgamento de Causas na Justiça Federal - Na 5ª Região da Justiça Federal - AL, CE, PB, PE, RN, SE							3.600.000
			F	3	2	90	0	100	500.000
			F	3	2	90	0	300	3.000.000
			F	4	2	90	0	100	100.000
TOTAL - FISCAL									3.924.533
TOTAL - SEGURIDADE									O
TOTAL - GERAL									3.924.533

Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE

PORTARIA Nº 323, DE 23 DE NOVEMBRO DE 2020

Dispõe sobre o Crédito Adicional Suplementar de dotações orçamentárias ao orçamento analítico do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) para o exercício de 2020.

O PRESIDENTE DO CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE, no uso de suas atribuições legais e regimentais,

Considerando a competência do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) em aprovar o seu Plano de Trabalho, Orçamento e Respectivas Modificações e as operações de crédito e baixa de bens móveis previstas no inciso XX do Art.17 da Resolução CFC n.º 1.370/2011 e no inciso VI do Art. 12 da Resolução CFC n.º 1.458/2013;

Considerando o que preceitua a Resolução CFC n.º 1.161/2009, que aprovou o Manual de Contabilidade do Sistema CFC/CRCs, de 13 de fevereiro de 2009, e a Lei n.º 4.320/1964;

Considerando a Resolução CFC n.º 1.579/2019, que aprovou o orçamento do CFC para o exercício de 2020;

Considerando a necessidade de suplementar a despesa estimada anteriormente, para corrigir a falha de previsão no planejamento para o exercício de 2020 resolve:

Art. 1º Aprovar o Crédito Adicional Suplementar no orçamento do CFC para o exercício financeiro de 2020, no valor de R$ 1.160.000,00 (um milhão cento e sessenta mil reais) para as seguintes rubricas:

SUPLEMENTAÇÃO
CONTA DESCRIÇÃO VALOR
6.3 EXECUÇÃO DA DESPESA 1.160.000,00
6.3.1 DESPESAS CORRENTES 1.000.000,00
6.3.1.5.01 TRANSFERÊNCIAS CORRENTES 1.000.000,00
6.3.1.5.01.01.001 SUBVENÇÕES 1.000.000,00
6.3.2 DESPESAS DE CAPITAL 160.000,00
6.3.2.1.03 EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES 60.000,00
6.3.2.1.03.01.002 MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS 60.000,00
6.3.2.4.01 TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL 100.000,00
6.3.2.4.01.01.001 AUXÍLIOS 100.000,00
TOTAL DAS SUPLEMENTAÇÕES 1.160.000,00

Art. 2º O valor a ser utilizado será coberto com recursos provenientes da anulação das seguintes dotações:

ANULAÇÃO
CONTA DESCRIÇÃO VALOR
6.3 EXECUÇÃO DA DESPESA 1.160.000,00
6.3.1 DESPESAS CORRENTES 1.110.000,00
6.3.1.3.02 SERVIÇOS 1.010.000,00
6.3.1.3.02.01.005 SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO 100.000,00
6.3.1.3.02.01.011 SELEÇÃO, TREINAMENTO E ORG/APLICAÇÃO DE EXAMES 200.000,00
6.3.1.3.02.01.020 SERVIÇOS DE REPRESENTAÇÕES 50.000,00
6.3.1.3.02.03 DIÁRIAS 155.000,00
6.3.1.3.02.03.002 CONSELHEIROS - DIÁRIAS 155.000,00
6.3.1.3.02.04 PASSAGENS 505.000,00
6.3.1.3.02.04.002 CONSELHEIROS - PASSAGENS 175.000,00
6.3.1.3.02.04.003 COLABORADORES - PASSAGENS 330.000,00
6.3.1.4.01 FINANCEIRAS 100.000,00
6.3.1.4.01.02.002 DESPESAS COM COBRANÇA 100.000,00
6.3.2 DESPESAS DE CAPITAL 50.000,00
6.3.2.1.05 INTANGÍVEL 50.000,00
6.3.2.1.05.01.002 SOFTWARES 50.000,00
TOTAL DAS ANULAÇÕES 1.160.000,00

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

ZULMIR IVÂNIO BREDA

CONSELHO FEDERAL DE FARMÁCIA

RETIFICAÇÕES

No acórdão nº 29.702, publicado no DOU de 28 de março de 2017, Seção 1, página 129, onde se lê: "Julgar regular com ressalvas as contas do CRF-MT do exercício de 2014"; leia-se: "Julgar regular com ressalvas as contas do CRF-RR do exercício de 2014".

No acórdão nº 29.703, publicado no DOU de 28 de março de 2017, Seção 1, página 129, onde se lê: "Processo Administrativo 3105/2015"; leia-se: "Processo Administrativo nº 3103/2015".

CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA VETERINÁRIA

ACÓRDÃO Nº 33, DE 4 DE DEZEMBRO DE 2020-PL

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 1519/2020
ASSUNTO: Manual de Perícias Médico-Veterinárias
PROCEDÊNCIA: Comissão Nacional de Medicina Veterinária Legal
CONSELHEIRO RELATOR: Méd. Vet. Francisco Cavalcanti de Almeida (CRMV-SP nº 1012)

Vistos, relatados e discutidos os autos do processo acima indicado, na CCCXLI Sessão Plenária Ordinária do Conselho Federal de Medicina Veterinária, realizada no dia 25/11/2020, acordam os Conselheiros Federais deste CFMV, por unanimidade, em aprovar o Manual de Perícias Médico- Veterinárias.

FRANCISCO CAVALCANTI DE ALMEIDA
Presidente do Conselho

FRANCISCO CAVALCANTI DE ALMEIDA
Apresentante

RESOLUÇÃO Nº 1.369, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2020

Aprova registro de Título de Especialista.

O CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA VETERINÁRIA - CFMV -, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 16, alínea "f", da Lei nº 5.517, de 23 de outubro de 1968, combinado com o §2º, artigo 8º, da Resolução CFMV nº 935, de 10 de dezembro de 2009,

considerando a documentação contida no PA CFMV nº 465/2020;

considerando a decisão proferida na LXXI Sessão Ordinária da Primeira Turma Recursal do CFMV, realizada por videoconferência, no dia 13 de novembro de 2020;, resolve:

Art. 1º Aprovar o parecer conclusivo do CRMV-SC que defere o pedido de registro do Título de Especialista em Anestesiologia Veterinária, concedido pelo Colégio Brasileiro de Anestesiologia Veterinária (CBAV), ao médico-veterinário Aury Nunes de Moraes (CRMV-SC nº 0542).

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação no DOU.

FRANCISCO CAVALCANTI DE ALMEIDA
Presidente do Conselho
HELIO BLUME
Secretário-Geral

CONSELHO FEDERAL DE NUTRICIONISTAS

RESOLUÇÃO Nº 672, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2020

Prorroga, excepcionalmente, para o exercício de 2021, o prazo fixado no artigo 7º da Resolução CFN nº 658, de 10 de julho de 2020, que autoriza os Conselhos Regionais de Nutricionistas (CRN) a parcelar dívidas dos seus inscritos, e dá outras providências.

O Conselho Federal de Nutricionistas (CFN), no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei n° 6.583, de 20 de outubro de 1978, regulamentada pelo Decreto n° 84.444, de 30 de janeiro de 1980, e no Regimento Interno do CFN aprovado pela Resolução CFN n° 621, de 18 de fevereiro de 2019, ouvidos os Conselhos Regionais de Nutricionistas (CRN), e, tendo em vista a deliberação da 395ª Reunião Plenária Ordinária, realizada por videoconferência no dia 19 de novembro de 2020, e, CONSIDERANDO que a Resolução CFN n° 658, de 10 de julho de 2020, fixou o prazo até o dia 31 de dezembro de 2020 para aplicação e efeitos legais para parcelamento de dívidas dos seus inscritos, resolve:

Art. 1º Prorrogar o prazo do Artigo 7º da Resolução CFN nº 658, de 10 de julho de 2020, até o dia 31 de dezembro de 2021.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor a partir de 1º de janeiro de 2021.

RITA DE CÁSSIA FERREIRA FRUMENTO
Presidente do Conselho

CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DE SANTA CATARINA

PORTARIA Nº 133, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2020

Dispõe sobre a abertura de crédito adicional suplementar ao orçamento analítico do Conselho Regional de Contabilidade de Santa Catarina para o exercício de 2020.

O PRESIDENTE DO CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA - CRCSC, no uso de suas atribuições legais e regimentais, resolve:

Art. 1º - Abrir Crédito Adicional de dotações Orçamentárias do Exercício Financeiro de 2020, do Conselho Regional de Contabilidade de Santa Catarina no valor de R$ 270.000,00 (duzentos e setenta mil reais);

Parágrafo Único - Para a abertura do presente Crédito Adicional serão utilizados recursos provenientes da redução/anulação de igual importância das dotações conforme abaixo.

CÓDIGO	RUBRICAS	SUPLEMENTA	ANULA
6.3.1.3.02.01.034	POSTAGEM DE CORRESPONDÊNCIA DE COBRANÇA	25.000,00	
6.3.1.1.01.01.003	GRATIFICAÇÃO POR EXERCÍCIO DE CARGOS	45.000,00	
6.3.1.1.01.01.010	INDENIZAÇÕES TRABALHISTAS	200.000,00	
6.3.1.1.01.01.001	SALÁRIOS		60.000,00
6.3.1.1.01.03.002	PROGRAMA DE ALIMENT. AO TRABALHADOR-PAT		40.000,00
6.3.1.1.01.01.006	ABONO PECUNIÁRIO DE FÉRIAS		22.000,00
6.3.1.1.01.01.007	HORAS EXTRAS		25.000,00
6.3.1.1.01.02.001	INSS ENTIDADE		52.000,00
6.3.1.3.02.01.013	ESTAGIOS		30.000,00
6.3.1.3.01.01.015	GÊNEROS DE ALIMENTAÇÃO		20.000,00
6.3.1.3.02.01.026	LOC. DE BENS MÓVEIS, MÁQUINAS E EQUIP.		21.000,00

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura com efeitos a partir do dia 30/11/2020.

RÚBIA ALBERS MAGALHÃES

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE SÃO PAULO

ATO ADMINISTRATIVO N° 44, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2020

Dispõe sobre os valores de Anuidades de Pessoas Físicas e Jurídicas, de Anotação de Responsabilidade Técnica - ART, de Serviços e de Multas no exercício de 2021.

O CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP, no uso das atribuições que lhe confere a alínea "k" do art. 34 da Lei Federal nº 5.194, de 24 de dezembro de 1966;

Considerando que a anuidade é devida a partir de 1º de janeiro de cada ano, nos termos do art. 63, § 1º, da Lei Federal nº 5.194, de 1966, alterado pela Lei Federal nº 6.619, de 16 de dezembro de 1978;

Considerando o disposto no art. 63, § 2º, da Lei 5.194, de 1966, alterado pela Lei Federal 6.619, de 1978, que estabelece o pagamento da anuidade após 31 de março com acréscimo a título de mora;

Considerando o disposto nos arts. 55, 57 e 58 da Lei Federal nº 5.194, de 1966, que fixam a obrigatoriedade do registro e do visto de pessoas físicas e jurídicas no Crea da circunscrição em que desenvolvem suas atividades;

Considerando o disposto no art. 73, alíneas "a", "b", "c", "d" e "e" da Lei Federal n º 5.194, de 1966, e no art. 3º da Lei Federal nº 6.496, de 1977, que estipulam as multas a serem cobradas;

Considerando o art. 161, § 1º, do Código Tributário Nacional - CTN - Lei Federal nº 5.172, de 25 de outubro de 1966, que determina juros de mora à razão de 1% (um por cento) ao mês;

Considerando o disposto na Lei Federal nº 6.496, de 1977, que institui a Anotação de Responsabilidade Técnica - ART e na Lei Federal nº 12.514, de 28 de outubro de 2011, que dá nova redação ao art. 4º da Lei Federal nº 6.932, de 7 de julho de 1981, que dispõe sobre as atividades do médico-residente e trata das contribuições devidas aos Conselhos Profissionais em geral;

Considerando o disposto no art. 6º, § 1º, da Lei Federal 12.514, de 2011, que estabelece que os valores das anuidades sejam reajustados de acordo com a variação integral do Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC, calculado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, ou pelo índice oficial que venha substituí-lo;

Considerando o disposto no art. 6º, § 2º, da Lei Federal 12.514, de 2011, que trata de limite mínimo de parcela;

Considerando as Resoluções do Confea nº 1.066 e 1067, de 25 de setembro de 2015 do Confea, publicada no D.O.U., de 29 de setembro de 2015, a Resolução nº 1.111 de 14 de dezembro de 2018 que altera o caput do art. 20 da resolução 1.066, Decisões Plenárias nº 1642 e 1643, de 24 de setembro de 2020, que atualizam as tabelas de valores referentes ao registro de Anotação de Responsabilidade Técnica - ART, serviços, multas e anuidades de pessoas físicas e jurídicas;

Considerando o disposto na Resolução nº 1.118, de 26 de julho de 2019, que institui o programa de recuperação de créditos no âmbito do Sistema Confea/Crea para o exercício de 2020, destinado à regularização dos débitos das Pessoas Físicas e Jurídicas registradas e dá outras providências;

Considerando o disposto nos artigos 28 e 38 da Resolução nº 1.121, de 13 de dezembro de 2019 que trata sobre isenção de anuidades durante o período de interrupção do registro de pessoas jurídicas e altera o item I C da tabela de serviços previsto no § 1º do art. 16 da Resolução nº 1.066/2015;

Considerando a taxa estabelecida pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo para cópias reprográficas simples (www.tjsp.jus.br/indicestaxasjuduciais);

Considerando o disposto no § 3°, do art. 4°, da Lei Complementar n° 123, de 14 de dezembro de 2006, que institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, alterada pela Lei Complementar nº 147, de 7 de agosto de 2014, resolve:

CAPÍTULO I
DA ANUIDADE

Art. 1º As pessoas físicas e jurídicas registradas são obrigadas a recolher o respectivo valor da anuidade a partir de 1º de janeiro.

Parágrafo único. O boleto bancário para pagamento da anuidade do exercício corrente incluirá os débitos relativos aos exercícios anteriores.

Art. 2º A anuidade de pessoa física e pessoa jurídica, referente ao exercício em que for requerido o registro ou a sua reativação corresponderá a tantos duodécimos quantos forem os meses ou fração, calculado da data do seu deferimento até o final do exercício.

Art. 3º No caso de pagamento de cota em atraso incidirão sobre os valores multa de 20% (vinte por cento), (§ 3º, art. 63, Lei nº 5.194, de 1966) e juros de mora de 1% (um por cento), (§ 1º, art. 161, CTN) ao mês ou fração, calculado sobre o valor devido.

Art. 4º A anuidade em débito de exercício(s) anterior(es) terá o seu valor atualizado para o valor vigente à época do pagamento, acrescido das correções tratadas no art. 3° deste ato administrativo.

Art. 5º É facultado à pessoa física ou jurídica, que pagar a anuidade até 31 de março, requerer ao Crea-SP, a qualquer tempo do exercício e sem ônus, uma certidão de registro e quitação.

Seção I
Do Parcelamento

Art. 6º Os valores referentes a anuidades de pessoas físicas e jurídicas não pagas em cota única poderão ser parcelados em até 6 (seis) vezes, da seguinte forma: " (NR)

I - parcelamento do valor integral da anuidade do exercício vigente em até 6 (seis) parcelas iguais e sucessivas, para parcelamentos realizados até 31 de março de 2021;

II - parcelamento do valor integral da anuidade do exercício vigente em até 6 (seis) parcelas iguais e sucessivas, acrescido de 20% (vinte por cento) sobre a integralidade do valor, a título de mora, para parcelamentos realizados a partir de 1° de abril de 2021;

III - os débitos de anuidade anteriores ao exercício vigente poderão ser parcelados a partir de 1º de janeiro de 2021;

IV - a partir de 1º de janeiro de 2021, a anuidade do exercício atual poderá compor o parcelamento de débitos, porém implicará na perda do direito aos descontos previstos no art. 7° deste ato administrativo, ou seja, o parcelamento incidirá sobre o valor integral do débito;

V - a anuidade do exercício corrente poderá ser recolhida com desconto em janeiro ou fevereiro desde que o débito anterior seja parcelado e efetivado o pagamento da primeira parcela.

§ 1º O pagamento até 31 de março de parcelas em atraso, acarretará a incidência de correção monetária pelo INPC, e de juros de 1% (um por cento) ao mês sobre a parcela vencida.

§ 2º O pagamento após 31 de março de parcelas em atraso, acarretará a incidência de multa moratória de 20%, de correção monetária pelo INPC, e de juros de 1% (um por cento) ao mês sobre a parcela vencida.

§ 3º O pagamento inferior ao estabelecido implica em inadimplência até que a parcela seja paga corretamente;

§ 4º O valor pago a menor, indevidamente, poderá ser devolvido se requerido formalmente pelo interessado." (NR)

Seção II
Das Pessoas Físicas

Art. 7º As anuidades dos profissionais de nível superior e nível médio, consoante ao Anexo da Decisão PL-1642, de 2020, foram reajustados pelo INPC do período de setembro de 2019 a agosto de 2020, correspondente à 2,9404%, e em seguida foi concedido desconto equivalente ao reajuste mantendo-se os valores praticados em 2020, conforme tabela abaixo:

ANUIDADE PESSOA FÍSICA		
PROFISSIONAL	VALOR CORRIGIDO (R$)	VALOR A SER PAGO EM 2021 (R$)
Profissional de nível superior	594,08	577,11
Profissional de nível médio	297,03	288,55

§ 1º O pagamento inferior ao estabelecido implica em inadimplência até que seja recolhido o valor integral pelo profissional.

§ 2º A permanência em débito importa em exercício ilegítimo da profissão (art. 67, Lei nº 5.194, de 1966) e consequente bloqueio de emissão de ART e certidões.

§ 3º O valor a menor, pago indevidamente, poderá ser devolvido se requerido formalmente pelo interessado.

§ 4º As anuidades poderão ser recolhidas da seguinte forma:

I - em cota única, com 10% (dez por cento) de desconto sobre o valor integral definido para o exercício, com vencimento em 31 de janeiro de 2021, no valor de R$ 519,40 (quinhentos e dezenove reais e quarenta centavos) para profissionais de nível superior e R$ 259,70 (duzentos e cinquenta e nove reais e setenta centavos) para profissionais de nível médio;

II - em cota única, com 5% (cinco por cento) de desconto sobre o valor integral definido para o exercício, com vencimento em 28 de fevereiro de 2021, no valor de R$ 548,25 (quinhentos e quarenta e oito reais e vinte e cinco centavos) para profissionais de nível superior e R$ 274,12 (duzentos e setenta e quatro reais e doze centavos) para profissionais de nível médio;

III - em cota única no valor integral definido para o exercício, com vencimento em 31 de março de 2021;

Seção III
Dos Descontos

Art. 8º Conceder os seguintes descontos sobre o valor base/integral da anuidade na data da concessão:

I - 90% (noventa por cento), na primeira anuidade do recém-formado em curso das áreas abrangidas pelo Sistema Confea/Crea, desde que solicitado até cento e oitenta dias após a data de conclusão do curso, concedido automaticamente pelo sistema;

II - 90% (noventa por cento), ao profissional do sexo masculino a partir de 65 (sessenta e cinco) anos de idade ou 35 (trinta e cinco) anos de registro no Sistema Confea/Crea e a profissional do sexo feminino a partir de 60 (sessenta) anos de idade ou 30 (trinta) anos de registro no Sistema Confea/Crea. O desconto será concedido automaticamente pelo sistema no exercício seguinte à integralização do período/idade mencionados;

III - 90% (noventa por cento), ao profissional (em dia com as anuidades de exercícios anteriores ao que está solicitando) que comprovar ser portador de doença grave, que resulte em incapacitação para o exercício profissional, devendo apresentar laudo médico atualizado e solicitar o desconto dentro do exercício vigente, o qual será analisado pelo Crea-SP.

§ 1° No caso da constatação de irregularidade dos documentos referenciados no inciso III, o Crea efetuará a cobrança do pagamento da anuidade no seu valor integral acrescido dos consectários legais, sem prejuízo do enquadramento do profissional no Código de Ética Profissional.

§ 2° Não haverá acúmulo de descontos.

Seção IV

Da Interrupção do Registro

Art. 9º A anuidade de pessoa física e de pessoa jurídica referente ao exercício em que a interrupção do registro for requerida corresponderá a tantos duodécimos quantos forem os meses ou fração, calculados de 1º de janeiro até o mês de formulação da efetiva baixa.

Seção V

Da Alteração do Curso Principal

Art. 10. No caso de alteração do curso principal entre níveis superior e médio, o valor da anuidade somente será reenquadrado no exercício seguinte à apresentação do diploma do curso alterado.

Art. 11 A pessoa jurídica de direito público, mediante convênio celebrado com o Crea-SP, poderá regulamentar o desconto autorizado em folha do pagamento da anuidade dos profissionais constantes do respectivo quadro técnico cujas ARTs de cargo ou função estejam registradas no Regional.

Seção VI

Das Pessoas Jurídicas

ANUIDADE DE PESSOA JURÍDICA			
FAIXA	CAPITAL SOCIAL (R$)	VALOR CORRIGIDO (R$)	VALOR A SER PAGO EM-2021 (R$)
1	até 50.000,00	561,89	545,84
2	de 50.000,01 até 200.000,00	1.123,78	1.091,68
3	de 200.000,01 até 500.000,00	1.685,68	1.637,53
4	de 500.000,01 até 1.000.000,00	2.247,54	2.183,34
5	de 1.000.000,01 até 2.000.000,00	2.809,45	2.729,20
6	de 2.000.000,01 até 10.000.000,00	3.371,32	3.275,02
7	acima de 10.000.000,00	4.495,08	4.366,68

Art. 12. As anuidades de pessoas jurídicas, consoante ao Anexo da Decisão PL-1642, de 2020, foram reajustados pelo INPC do período de setembro de 2019 a agosto de 2020, correspondente à 2,9404%, e em seguida foi concedido desconto equivalente ao reajuste mantendo-se os valores praticados em 2020, conforme tabela abaixo:

§ 1º O pagamento inferior ao estabelecido implica em inadimplência até que seja recolhido o valor integral pela empresa.

§ 2º A permanência em débito importa em exercício ilegítimo da profissão (art. 67, Lei nº 5.194, de 1966) e consequente bloqueio de emissão de ART e certidões.

§ 3º O valor a menor, pago indevidamente, poderá ser devolvido se requerido formalmente pela interessada.

§ 4º As anuidades poderão ser recolhidas da seguinte forma:

I - em cota única, com desconto de 10% (dez por cento) sobre o valor integral definido para o exercício, com vencimento em 31 de janeiro de 2021;

II - em cota única, com desconto de 5% (cinco por cento) sobre o valor integral definido para o exercício, com vencimento em 28 de fevereiro de 2021;

III - em cota única no valor integral, com vencimento em 31 de março de 2021.

Art. 13. A anuidade da pessoa jurídica que possuir filial, agência, sucursal, escritório de representação, em circunscrição diferente daquela onde se localiza sua matriz, corresponderá à metade do valor previsto para a matriz, desde que não possua capital social destacado.

Parágrafo único. No caso de a pessoa jurídica possuir capital social destacado, a anuidade corresponderá ao valor integral relativo a esse capital.

Art. 14. No caso de alteração do capital social, devidamente registrado em órgão competente, o valor da anuidade somente será reenquadrado no exercício seguinte à apresentação da referida alteração contratual no Crea-SP.

Art. 15. Não poderá ser cobrada anuidade de consórcio ou sociedade sem personalidade jurídica.

Art. 16. A empresa do Microempreendedor Individual- MEI está isenta do pagamento da anuidade conforme determinação da Lei Complementar 147, de 2014, mediante comprovação no ato de seu registro ou da alteração de seu registro.

Parágrafo único. Semestralmente, as UGIs - Unidades de Gestão de Inspetorias responsáveis pelas MEIs de sua jurisdição, farão a revisão do cadastro para verificar se essa condição persiste e, constatado que houve o desenquadramento da condição de MEI, a anuidade será cobrada a partir da data dessa ocorrência.

CAPÍTULO II

DA ANOTAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA - ART

Art. 17. O recolhimento do valor da ART é devido no início do trabalho/serviço, consoante a Resolução n° 1025, de 30 de outubro de 2009.

Parágrafo único. O não recolhimento no prazo implicará em sanções legais.

Art. 18. O cadastro eletrônico da ART estará vinculado ao profissional registrado e quite com o pagamento da respectiva anuidade, conforme arts. 55, 63 e 67 da Lei Federal nº 5.194, de 1966.

Art. 19. Os valores do registro de ART de obra ou serviço, consoante ao Anexo da Decisão PL-1643, de 2020, foram reajustados pelo INPC do período de setembro de 2019 a agosto de 2020, correspondente à 2,9404%, e em seguida foi concedido desconto equivalente ao reajuste mantendo-se os valores praticados em 2020, conforme tabelas A e B a seguir:

I - Tabela A - Valor de contrato aplicado à ART de obra ou serviço.

TABELA A - OBRA OU SERVIÇO			
FAIXA	CONTRATO (R$)	VALOR CORRIGIDO	VALOR A SER PAGO EM 2021 - (R$)
1	até 8.000,00	91,39	88,78
2	de 8.000,01 até R$ 15.000,00	159,95	155,38
3	acima de 15.000,00	240,82	233,94

II - Tabela B - Valor de contrato aplicado à ART de obra ou serviço de rotina.

TABELA B - OBRA OU SERVIÇO DE ROTINA			
FAIXA	CONTRATO (R$)	VALOR CORRIGIDO	VALOR A SER PAGO EM 2021 (R$)
1	até 200,00	1,77	1,72
2	de 200,01 até 300,00	3,60	3,50
3	de 300,01 até 500,00	5,37	5,22
4	de 500,01 até 1.000,00	9,00	8,74
5	de 1.000,01 até 2.000,00	14,46	14,05
6	de 2.000,01 até 3.000,00	21,68	21,06
7	de 3.000,01 até 4.000,00	29,08	28,25
8	acima de 4.000,00	Tabela A	Tabela A

§ 1º O pagamento inferior ao estabelecido não registrará a ART até que seja recolhido o valor integral.

§ 2° O valor a menor, pago indevidamente, poderá ser devolvido se requerido formalmente pela interessada.

Art. 20. O valor para registro de ART a ser aplicado às seguintes atividades profissionais, independentemente do valor do contrato, corresponderá ao da faixa 1 da Tabela A = R$ 88,78 (oitenta e oito reais e setenta e oito centavos):

I - desempenho de cargo e função técnica;

II - execução de obra ou prestação de serviço realizado no exterior;

III - execução de obra ou prestação de serviço para entidade beneficente que comprovar sua condição mediante apresentação de documento hábil, desde que enquadrada no cadastro de ação institucional do Crea-SP;

IV - execução de obra ou prestação de serviço para programas de Engenharia e Agronomia Pública, que comprovar sua condição mediante apresentação de documento hábil, desde que enquadrada no cadastro de ação institucional do Crea;

V - vinculação à ART de obra ou serviço por coautoria, corresponsabilidade ou equipe, total ou parcial;

VI - vinculação à ART de cargo ou função de atividade realizada em razão de vínculo com pessoa jurídica de direito público ou enquadrada na classe C;

VII - substituição ou complementação de ART, desde que não haja alteração de faixa de enquadramento da ART inicialmente registrada.

§ 1º Será isento do valor referido na tabela deste artigo o registro de ART nos seguintes casos:

I - complementação que informar aditivo de prazo de execução ou de vigência do contrato que não caracterize renovação contratual;

II substituição que corrigir erro de preenchimento de ART anteriormente registrada, desde que a análise preliminar pelo Crea não verifique a modificação do objeto ou da atividade técnica contratada;

III a empresa do Microempreendedor Individual, conforme determinação da Lei Complementar 147, de 2014, desde que comprovada essa condição.

§ 2º Verificando a informação que altere a taxa de ART deverá ser cobrado o valor correspondente à diferença entre as faixas desde que esta não seja inferior à taxa mínima.

§ 3º Semestralmente, as UGIs - Unidades de Gestão de Inspetorias responsáveis pelas MEIs de sua jurisdição, farão a revisão do cadastro para verificar se essa condição persiste e, constatado que houve o desenquadramento da condição de MEI, as eventuais ARTs - Anotações de Responsabilidades Técnicas eventualmente isentadas de taxa após esse desenquadramento deverão ser cobradas.

Art. 21. Mediante convênio, o Crea-SP, fixará em R$ 28,25 (vinte e oito reais e vinte e cinco centavos), o valor para registro de ART de obra e serviços nas seguintes situações:

I - estado de calamidade pública oficialmente decretada;

II - programa de interesse social na área urbana ou rural.

Art. 22. O valor da ART múltipla corresponderá ao somatório dos valores individuais da ART relativa a cada contrato de obra ou serviço de rotina, conforme valores fixados nas Tabelas A e B.

§ 1º O valor individual da ART relativo a cada contrato da receita agronômica, independentemente do valor do contrato é de R$ 1,72 (um real e setenta e dois centavos).

§ 2º Mediante convênio, o Crea-SP, fixa em R$ 28,25 (vinte e oito reais e vinte e cinco centavos), independentemente do valor de contrato, o valor individual referente a cada obra ou serviço de rotina realizado por profissional de quadro técnico de pessoa jurídica de direito público que possua ART de cargo ou função.

§ 3º Para o registro da ART múltipla citado no caput e parágrafos deste artigo, deve ser observado, no mínimo o valor de R$ 88,78 (oitenta e oito reais e setenta e oito centavos).

Art. 23. A ART relativa à prestação de serviço por prazo indeterminado, cujo valor de contrato global não esteja fixado, será registrada anualmente e seu valor corresponderá ao do serviço do primeiro mês do período da validade da ART multiplicado por doze.

Art. 24. O boleto bancário terá data de vencimento fixada em dez dias contados do cadastro eletrônico da ART no sistema, limitada ao último dia do ano fiscal;

§ 1º A ART é válida somente quando quitada, mediante apresentação do comprovante de pagamento ou conferência no sistema do Crea-SP.

§ 2º O início da atividade profissional sem o pagamento do valor da ART ensejará as sanções legais cabíveis.

§ 3º No caso de a contratada ser pessoa jurídica de direito público, o boleto bancário terá data de vencimento fixada em trinta (30) dias contados do cadastro eletrônico da ART no sistema, limitada ao último dia útil do exercício fiscal.

CAPÍTULO III

DOS SERVIÇOS

Art. 25. Os valores de serviços, consoante ao Anexo da Decisão PL-1642, de 2020, foram reajustados pelo INPC do período de setembro de 2019 a agosto de 2020, correspondente à 2,9404%, e em seguida foi concedido desconto equivalente ao reajuste mantendo-se os valores praticados em 2020, conforme constam na tabela a seguir:

TABELA DE SERVIÇOS			
ITEM	SERVIÇO	VALOR CORRIGIDO	VALOR A SER PAGO EM 2021 (R$)
I	Pessoa Jurídica		
A	Registro principal (matriz) ou registro secundário (filial, sucursal, etc.).	273,74	265,92
B	Visto de registro	136,47	132,57
C	Interrupção de registro, cancelamento de registro a pedido ou a emissão de certidão de registro e quitação de pessoa jurídica	56,21	54,60
D	Emissão de certidão de quaisquer outros documentos e anotações	56,21	54,60
E	Requerimento de registro de obra intelectual	341,95	332,18
II	Pessoa Física		
A	Registro Profissional	89,09	86,55
B	Visto de registro	56,21	54,60
C	Expedição de carteira de identidade profissional	56,21	54,60
D	Expedição de 2ª via ou substituição de carteira de identidade profissional	56,21	54,60
E	Emissão de certidão de registro ou quitação de pessoa física	56,21	54,60
F	Emissão de certidão até 20 ARTs	56,21	54,60
G	Emissão de certidão acima de 20 ARTs	113,99	110,73
H	Emissão de CAT sem registro de atestado até 20 ARTs	56,21	54,60
I	Emissão de CAT sem registro de atestado acima de 20 ARTs	113,99	110,73
J	Emissão de CAT com registro de atestado	92,31	89,67
K	Emissão de certidão de quaisquer outros documentos e anotações	56,21	54,60
L	Análise de requerimento de regularização de obra ou serviço ou incorporação de atividade concluída no país ou no exterior ao acervo técnico por contrato	341,95	332,18
M	Requerimento de registro de obra intelectual	341,95	332,18

§ 1º Serão isentos dos valores fixados na tabela deste artigo:

II - os serviços de certidões que estejam disponibilizados pela Internet;

III - o visto do registro de profissionais inscritos no sistema de informação do Sistema Confea/Crea;

IV - todas as taxas relativas a empresa do Microempreendedor Individual, conforme determinação da Lei Complementar 147, de 2014, desde que comprovada essa condição.

§ 2º No caso de substituição da carteira de identidade profissional provisória, por ocasião da apresentação do diploma de conclusão do curso, será cobrado do profissional inscrito no Sistema de Informações do Sistema Confea/Crea apenas o valor referente à expedição da nova carteira de identidade profissional.

§ 3º A relação de obras e serviços registrados será emitida pelo Crea por meio de certidão de ART.

§ 4º Fica estabelecida a taxa no valor de R$ 0,75 (setenta e cinco centavos) para cada cópia de processos ou documentos que estão em trâmite no Conselho, e para emissão de boleto fica estabelecido o mínimo de 10 cópias.

Art. 26. O valor fixado para requerimento de registro de obra intelectual deve ser pago ao Confea, mediante depósito no Banco do Brasil S/A, Agência 0452-9, conta corrente 193.227-6.

Art. 27. Não haverá restituição de valor de serviço prestado pelo Crea-SP.

CAPÍTULO IV

DAS MULTAS

Art. 28. Os valores das multas, consoante ao Anexo da Decisão PL-1642, de 2020, constam na tabela a seguir:

MULTA POR EXERCÍCIO ILEGAL DA PROFISSÃO art. 73 da Lei Federal nº 5194, de 1966.			
Alínea	VALOR CORRIGIDO	VALORES EM R$A SEREM PAGOS EM 2021	
	Incidência	Incidência	Reincidência
A	724,60	703,90	1.407,80
B	1.449,20	1.407,80	2.815,60
C	2.415,32	2.346,33	4.692,66
D	2.415,32	2.346,33	4.692,66
E	7.245,98	7.039,00	14.078,00

Art. 29. A atualização do valor das multas lavradas e não pagas até o vencimento, conforme Decisão PL-1642/2020 do Confea, será aplicada conforme segue:

I - a incidência da correção monetária (INPC) nos autos lavrados por infração à legislação profissional (Leis 5.194/1966 e 6.496/1977 c/c Resoluções do Confea), tendo como termo inicial a data da lavratura do auto de infração.

II - a incidência dos juros moratórios nos autos lavrados por infração à legislação profissional (Leis 5.194/1966 e 6.496/1977 c/c Resoluções do Confea) tendo como termo inicial a data do vencimento e/ou escoamento do prazo de pagamento da multa.

Seção I

Do parcelamento

Art. 30 - Os débitos referentes a autos de infração poderão ser divididos em até doze parcelas mensais, iguais e sucessivas, cujos pagamentos devem ser verificados após a última parcela, através de juntada ao respectivo processo SF que gerou o auto.

Art. 31. Para a obtenção do parcelamento o interessado ou seu representante legal deverá assinar o Termo de Confissão de Dívida, conforme Anexo I.

CAPÍTULO V

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 32. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 33. Os casos omissos serão objetos de consulta à Superintendência Jurídica e em seguida, dirimidos pelo Presidente ou a quem por ele delegado.

Art. 34. O presente Ato entrará em vigor a partir de 1° de janeiro de 2021.

VINICIUS MARCHESE MARINELLI
Presidente do Conselho

ANEXO I

TERMO DE CONFISSÃO DE DÍVIDA

O CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREASP, autarquia federal instituída com base na Lei n.º 5.194, de 24 de dezembro de 1966, com sede na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 1059, Pinheiros, São Paulo-SP, doravante denominado CREA, neste ato representado pelo GESTOR DA UNIDADE <nome da unidade>, <NOME DO GESTOR>, e de outro lado o (a) _____ Inscrito (a) no CNPJ/CPF sob n.º _____ com sede/residente na _____ Cidade de _____, no Estado de _____, neste ato representado (a) por _____, CPF n.º ____, domiciliado na _____ cidade de _____, Estado de _____, doravante denominado (a) DEVEDOR, acordam o seguinte:

1. O DEVEDOR reconhece que o CREA é credor, nesta data, da quantia de R$ _____ (_____), correspondente à_____, devidamente corrigida e acrescida dos juros e multa calculados de acordo com a Resolução nº _____.

2. O DEVEDOR compromete-se a pagar o valor estipulado no item 1 em _____ parcelas mensais e consecutivas de R$ _____ (_____) vencendo a primeira no dia 30/____/2021 e as demais a cada 30 (trinta) dias.

3. As partes convencionam que o não pagamento das parcelas no respectivo vencimento implicará na imediata rescisão do Termo, podendo o CREA adotar as ações de cobrança previstas em lei.

4. O CREA não está obrigado a providenciar qualquer notificação ou interpelação ao DEVEDOR para constituí-lo em mora pelo não pagamento de qualquer das parcelas, sendo certo que o simples e mero inadimplemento já o obrigará a pagar a totalidade do débito remanescente.

5. A assinatura do presente Termo importa em confissão definitiva e irretratável do débito, sem que isso implique em novação ou transação, configurando, ainda, confissão extrajudicial, nos termos dos artigos 394 e 395 do Código de Processo Civil.

6. Fica eleito o foro da cidade de <município onde fica a Unidade>, para dirimir eventuais questões emergentes deste Termo.

7. As partes firmam o presente Termo em 2(duas) vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas, para que produza efeitos legais.

São Paulo, _____

_____ _____

CREA DEVEDOR

CONSELHO REGIONAL DE NUTRICIONISTAS DA 5ª REGIÃO

PORTARIA CRN-5 Nº 23, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2020

A Presidente do Conselho Regional de Nutricionistas da 5ª Região, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 6.583/78 e pelo Decreto nº 84.444/80, bem como pelo seu Regimento Interno,

Considerando a necessidade de realização de reuniões virtuais face ao quadro de pandemia e ao crescente número de casos registrados nos Estados de Bahia e Sergipe;

Considerando a necessidade de zelar pela integridade dos servidores, conselheiros e assessorias do CRN5, evitando exposição física desnecessária;

Considerando que a Resolução CFN no. 654/2020 prevê em caráter excepcional, e enquanto perdurar o isolamento social devido à pandemia do novo coronavírus, a sessão de posse do Plenário e as eleições e a posse dos cargos de Diretoria e das Comissões dos CFN e CRN de forma virtual e por videoconferência, bem como a assinatura da Ata de posse e a Ata da Plenária em meio eletrônico resolve:

Art. 1º. Será realizado em ambiente virtual e por videoconferência a sessão Plenária para posse dos Conselheiros eleitos para gestão do CRN5 no período de 2020/2023.

Parágrafo único - A Secretária-geral do CRN5 encaminhará termo de concordância aos Conselheiros, onde será esclarecida a necessidade do ato se dar via virtual e o Conselheiro oporá a sua ciência e concordância.

Art. 2º - A Ata de posse e a Ata da Plenária serão lidas em voz alta ao término da reunião de posse, e uma vez aprovadas, poderão ser assinadas por meio eletrônico através de assinatura digital ou assinadas fisicamente, caso seja viável e seguro o envio do documento pelo CRN5 aos Conselheiros para coleta das assinaturas.

Art.3º - Em até dois dias úteis após a realização da sessão plenária de posse virtual será realizada reunião para eleição de Diretoria e Comissões, face a necessidade de garantir sistema de votação eletrônica com fornecimento de senha pessoal e secreta, nos termos do Regimento Interno e demais resoluções que disciplinam a matéria.

Art. 4º - Aplica-se aos atos aqui mencionados as previsões contidas na Resolução no. 654/2020. Esta portaria entra em vigor a partir do dia 07/12/2020.

AMANDA ORNELAS TRINDADE MELLO

